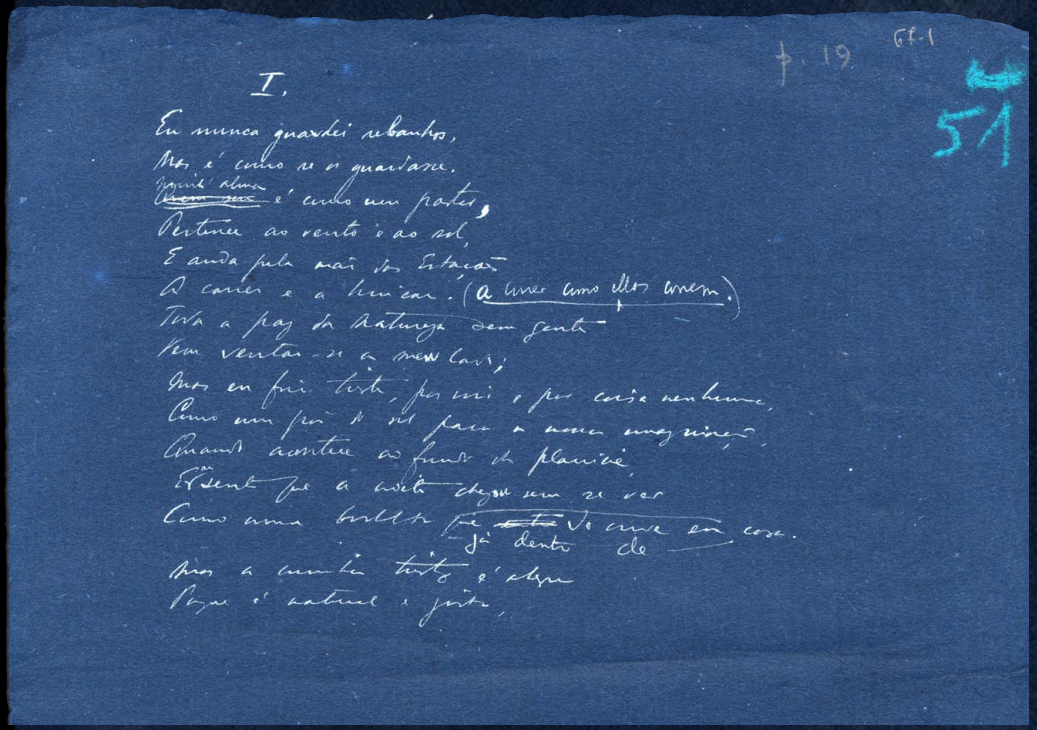


ISBN 978-989-98666-3-8

ESTUDOS LINGUÍSTICOS E FILOLÓGICOS OFERECIDOS A IVO CASTRO

ESTUDOS LINGUÍSTICOS E FILOLÓGICOS

OFERECIDOS A IVO CASTRO

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

2019

ESTUDOS LINGUÍSTICOS E FILOLÓGICOS OFERECIDOS A IVO CASTRO

Organizados por

Ernestina Carrilho
Ana Maria Martins
Sandra Pereira
João Paulo Silvestre

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

2019

Título • *Estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo Castro*
Organizadores • Ernestina Carrilho, Ana Maria Martins, Sandra Pereira, João Paulo Silvestre
Edição • Centro de Linguística da Universidade de Lisboa
Capa • Ivo Castro, arquivo particular
Contra-capa • Pormenor do manuscrito de Fernando Pessoa *Eu nunca guardei rebanhos*
[Alberto Caeiro], BN Esp. E3/67-1r. Biblioteca Nacional de Portugal.
ISBN 978-989-98666-3-8 [livro digital]

Índice geral

Prefácio 7
Comissão científica 13
Laudatio
Rosário Álvarez Blanco 15
A Estrada de Cintra (Castro 2017): saudação aos participantes do IVº CILH
Inês Duarte 29
Ivo Castro. Uma bibliografia (1969-2019) 31

1. A demanda da ortografia mirandesa: entre a norma, a convenção e o florescimento
António Bárbolo Alves 43
2. Os relativizadores *que* e *quem* em contextos preposicionados: análise de uma mudança do português clássico ao moderno
Aroldo de Andrade 61
3. Periodização da história linguística do Sul da Bahia
Wagner Argolo Nobre 89
4. Próclise e ênclise na oratória barroca
Ana Paula Banza 119
5. A letra de samba – um *corpus* para estudos do português do Brasil no século XX
Flávio de Aguiar Barbosa 141
6. Reflexos da paisagem humana e social da Idade Média em textos jurídicos: fenómenos de indireção ou de atenuação discursiva em atos diretivos
Clara Barros 165
7. A variação entre *ter* e *haver* em construções existenciais numa variedade insular do PE (Funchal)
Aline Bazenga 181
8. Subjuntivo *vs* indicativo em orações completivas: percurso diacrônico no português brasileiro
Rosane de Andrade Berlinck 217
9. Continuando o debate sobre a origem do infinitivo flexionado: uma abordagem «mista» e baseada em *corpora*
Giulia Bossaglia 245
10. *O artificio das etimoloxías*: elementos constitutivos da toponimia galega
Ana Isabel Boullón-Agrelo 277
11. Estudo antroponímico dunha comunidade galega do século XV
Paula Bouzas 321
12. Análise dialetométrica do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil: variação lexical
Fernando Brissos, João Saramago 349
13. Reformas ortográficas: práticas sem teorias
Luiz Carlos Cagliari 381

14. O uso do subjuntivo ao longo da história do português
Dinah Callou, Érica Almeida 393

15. Análise de *macrocorpora* e *microcorpora* para estudos de linguística histórica
Juan M. Carrasco González 415

16. Historiando o Português Brasileiro. Ivo Castro e o Projeto de História do Português de São Paulo
Ataliba T. de Castilho 431

17. Estruturas de focalização em peças portuguesas e brasileiras
Sílvia Regina de Oliveira Cavalcante, Maria Eugênia Lammoglia Duarte, Mayara Nicolau de Paula 445

18. Fernando Pessoa 2.0: novas ferramentas para velhos problemas
Simone Celani 461

19. A arbitrariedade de terceira pessoa em português brasileiro
Fernanda Cerqueira 477

20. A gramaticalização de *Nossa Senhora* nos falares mineiro e fluminense
Bruna Amarante de Mendonça Cohen 509

21. Coordenação de constituintes nominais com apenas um determinante em português europeu
Madalena Colaço, Carolina Gramacho 521

22. Os sonetos que houve entre Antero de Quental e Oliveira Martins
Ângela Correia 553

23. O estrato linguístico duocentista num manuscrito seiscentista - a *Vida de Santa Senhorinha de Basto*
Marta Louro Cruz 569

24. Considerações acerca das palavras portuguesas terminadas em *-oulo* / *-oilo*
Przemysław Dębowiak 583

25. A edição crítica do teatro de espetáculo espanhol do século XVIII. Um caso prático nas comédias de Manuel Fermín de Laviano
Alberto Escalante Varona 607

26. Do latim galaico ao galego-português. Processos de mudança
Maria Alice Fernandes 637

27. Ascendentes textuais do Livro de Marco Polo
Maria Helena Garvão 667

28. A codificação de tópico do sujeito nas construções participiais absolutas licenciadas em textos de autores portugueses dos séculos XIV, XV, XVI e XVII
Alba Verôna Brito Gibrail 683

29. Porque é que os relógios não quebram os ponteiros em português europeu?
Anabela Gonçalves, Matilde Miguel 713

30. Estereotipos e iconización nas representacións do portugués en textos galegos da Idade Moderna
Ernesto González Seoane 739

31. Pontes entre os crioulos portugueses de África e a história do português: um caso de estudo de /b/ e /v/
Tjerk Hagemeijer 765

32. Uma história escrita à mão: edição de documentos históricos brasileiros
Alícia Duhá Lose 779

33. O papel da relação entre letra e música na investigação de elementos prosódicos em períodos passados da língua: análise de duas *Cantigas de Santa Maria*
Gladis Massini-Cagliari 805

34. As preposições em português à luz da Linguística Cognitivo-Funcional
Vanda Cardozo de Menezes, Monclar Guimarães Lopes 831

35. Carolina Michaëlis e Henry Lang: um diálogo entre romanistas
Lênia Márcia Mongelli, Yara Frateschi Vieira 845

36. Variación scriptolingüística e tradición manuscrita da lírica trobadoresca: As variables <nh/n> e <ss/s>
Henrique Monteagudo 859

37. Alçamento de vogais médias pretônicas no português brasileiro sul-rio-grandense: comportamento variável e retrato oitocentista
Roberto Francisco Nasi, Valéria Neto de Oliveira Monaretto 961

38. Ecos de Gil Vicente (ca.1465–ca.1536) en la revista de vanguardia *1616 (English & Spanish Poetry)*
María Victoria Navas Sánchez-Élez 989

39. Da transcrição como exercício de escolho múltiplo
Ariadne Nunes, José Camões 999

40. A linguística histórica e o léxico diferencial: variação dialetal e sociolinguística de alguns regionalismos do Português falado na ilha da Madeira
Naidea Nunes Nunes 1023

41. Intercompreensão em Línguas Românicas como ferramenta para a aproximação à História das Línguas
Francisco Javier Calvo del Olmo, Karine Marielly Rocha da Cunha 1061

42. Valores sintáticos e semânticos com *ser* e *estar* no *Leal Conselheiro* de D. Duarte
Paulo Osório 1085

43. Lexicologia e crítica textual: O *Vocabulário em Idioma Bengalla e Portuguez* e o *Marsden Lexicon*
Stephen Parkinson 1103

44. Portugal, França e Brasil: uma, duas ou três críticas genéticas?
Carlota Pimenta 1121

45. Os múltiplos valores do item *homem* em Português Antigo
Clara Pinto 1147

46. Preposições complexas em Português: lexicalização e gramaticalização
José Pinto de Lima 1181

47. Contacto e variação em caboverdiano: uma questão de tempo
Fernanda Pratas 1213

48. De quanta filologia precisa um linguista e de quanta linguística precisa um filólogo
Maria Ana Ramos 1239

49. Nomes deverbais não sufixados e nomes deverbais corradicais sufixados: condições de existência
Graça Rio-Torto 1303

50. Para uma interpretação hermenêutica de uma edição crítico-genética: emendas de elocução e emendas de poética
Enrique Rodrigues-Moura 1339

51. O apagamento das vogais átonas finais [ɨ] e [ʊ], diante de consoante e de pausa, a partir de dados do ALEPG: Barlavento algarvio e São Miguel
Maria do Carmo Sá Teles de Araújo Rolo 1355

52. O futuro das humanidades digitais é o passado
Jorge Viana Santos, Cristiane Namiuti 1381

53. Nomes portugueses, nomes de portugueses e nomes em português: norma linguística e mudança sociolinguística
João Paulo Silvestre 1405

54. O legado germânico na antroponímia neológica do português do Brasil
Juliana Soledade, Mailson Lopes, Letícia Rodrigues 1417

55. O texto que se lê de *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães
Luana Batista de Souza 1447

56. A propósito de uma pseudo «cantiga de amigo» provençal. Problemas linguísticos, exegéticos e atributivos
Giuseppe Tavani 1471

57. Um olhar sobre a *Vita Christi*: proposta de filiação dos fragmentos da primeira parte da obra
Sílvio de Almeida Toledo Neto 1483

58. Assimilação vocálica, coloração e coalescência em sequências V_1V_2 na diacronia e na sincronia do português: uma proposta descritiva baseada na fonologia dos elementos
João Veloso 1515

59. O léxico patrimonial no quinhentismo português
Fernando Venâncio 1541

60. Phonological metrics in author identification and characterization
Marina Vigário, Carla Pires, Fernando Martins, Sónia Frota 1561

Palavras-chave 1583

Prefácio

Este volume de quase 1600 páginas é constituído por 60 estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo Castro por colegas de Portugal, Brasil, Espanha, Itália, Reino Unido, Suíça, Alemanha, Holanda e Polónia. Foram convidados a contribuir para esta homenagem todos os participantes, com comunicação, no IV Congresso Internacional de Linguística Histórica (IVº CILH), dedicado a Ivo Castro, que se realizou em Lisboa, de 17 a 21 de julho de 2017, com a presença de mais de duas centenas de colegas, estudantes, discípulos e amigos (cf. http://ivo-cilh.letras.ulisboa.pt/). O IVº CILH pertence à linhagem dos congressos de linguística histórica, com foco nas variedades do português e línguas irmãs, iniciada na Bahia em 2009 (Rosae – I Congresso Internacional de Linguística Histórica) e continuada em São Paulo 2012 (Castilho – II Congresso Internacional de Linguística Histórica), Santiago de Compostela 2015 (Gallaecia – III Congresso Internacional de Linguística Histórica) e Lisboa 2017. Todos os congressos homenagearam figuras ímpares dos estudos sobre a língua portuguesa: Rosa Virgínia Mattos e Silva, Ataliba Teixeira de Castilho, Ramón Lorenzo, Antón Santamarina, Ivo Castro.

Aos autores dos 60 artigos aqui publicados foi apenas imposto um critério de qualidade, pelo que todos os artigos passaram por um processo de revisão por pares. No mais, os autores puderam escolher livremente: a natureza e temática dos textos, a sua extensão e o grau de proximidade relativamente aos trabalhos apresentados no IVº CILH. Deste modo procurou-se que cada texto oferecido a Ivo Castro esteja o mais próximo possível da vontade do seu autor. O formato *ebook* propiciou esta liberdade e eventual fuga a uma estrutura convencional na organização do livro (por exemplo, com grande variação na extensão dos textos), o que cremos ir bem com o espírito livre e «temperamento eclético» do homenageado. Mas a opção pelo formato digital não foi apenas uma estratégia para fugir aos condicionalismos a que ficaria sujeito um projeto de publicação em papel, que seria, desde logo, dificilmente compatível com uma

extensão de 1600 páginas e, além disso, não permitiria a circulação em acesso aberto e livre. Ora é nosso entendimento que este volume coletivo merece não ficar estacionado nas bibliotecas dos seus autores, mais meia dúzia de bibliotecas públicas, pois só sendo amplamente lido cumpre o objetivo de ir para além do contexto do IVº CILH, seu lugar de origem mas, desejavelmente, não de confinamento. A circulação livre e divulgação alargada destes *Estudos Linguísticos e Filológicos Oferecidos a Ivo Castro* é a melhor forma de homenagear quem por amor ao saber, inquietude científica, erudição e insaciável curiosidade tanto tem dado à linguística e filologia portuguesas. É nosso desejo que esta homenagem seja copiosamente partilhada.

As áreas temáticas correspondentes às sete secções do IVº CILH estão representadas neste volume, mas de forma díspar, o que nos fez optar por não organizar o índice em secções temáticas (as do congresso foram: crítica textual, edição de texto e humanidades digitais; mudança linguística e linguística teórica; léxico e etimologia; sociolinguística e dialetologia; história social, história da escrita, tradições discursivas e periodização; historiografia linguística, pedagogia e tradução; música, cultura e literatura). Se na organização do congresso as secções temáticas ajudavam os participantes a orientar-se dentro de um programa longo, com sessões paralelas e, portanto, sem a opção de se ouvir tudo, o volume publicado permite tanto a leitura parcelar como integral, mas à discrição do leitor, viajando pelos diferentes textos ao sabor dos seus interesses, objetivos e itinerários.

De entre o conjunto de contributos oferecidos a Ivo Castro permita-se-nos destacar o texto *A propósito de uma pseudo 'cantiga de amigo' provençal. Problemas linguísticos, exegéticos e atributivos*, de Giuseppe Tavani, cuja publicação, infelizmente póstuma, mas em versão revista e aprovada pelo autor, ilumina esta homenagem com o brilho do reconhecimento e oferta empenhada por uma figura maior de intelectual, humanista e amigo das letras e cultura portuguesas. A presença no IVº CILH de Giuseppe Tavani († 22.03.2019) e de Giulia Lanciani († 14.11.2018), a quem são extensíveis os qualificativos precedentes, deixou um rasto de memórias marcantes e bonitas, de que Tavani (2019) é a manifestação sensível.

Conclui-se este prefácio com uma nota biobibliográfica relativa ao homenageado, a completar com a leitura das intervenções no IVº CILH, aqui publicadas, de Rosario

Álvarez Blanco (*Laudatio*) e Inês Silva Duarte (‘*A Estrada de Cintra’ (Castro, 2017): saudação aos participantes do IVº CILH*).

Ivo Castro nasceu em Lisboa a 28 de março de 1945, estudou em Lisboa e em Paris, iniciou a sua carreira de docente da Universidade de Lisboa em 1969, percorreu bibliotecas e universidades da Europa e do Brasil, quer como investigador quer como professor visitante e conferencista convidado. Mas a sua carreira de docente desenvolveu-se sempre na Universidade de Lisboa, onde foi professor catedrático, diretor do Departamento de Linguística Geral e Românica, diretor do Centro de Linguística e do seu grupo de Filologia, diretor da Cátedra de Estudos Galegos e diretor da Área de Ciência da Linguagem. Em 2013, ano em que se aposentou, foi Presidente da comissão organizadora da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, que se realizou na Universidade de Lisboa, numa organização conjunta do Instituto Camões, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e de um consórcio de quatro universidades portuguesas (Porto, Coimbra, Nova de Lisboa, Lisboa). No mesmo ano, de 2013, numa iniciativa de colegas da Universidade de Santiago de Compostela, foi-lhe dedicado o livro de autoria múltipla *Ao Sabor do Texto*, «como expresión do recoñocemento ao papel de Ivo Castro canto facilitador de contactos persoais, colaboracións científicas e trocas académicas entre pesquisadores do norte e o sur do río Miño e dunha banda e outra do océano Atlántico. (*Ao Sabor do Texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*, orgs. Rosario Álvarez, A. M. Martins, H. Monteagudo, e M. A. Ramos, Universidade de Santiago de Compostela). Chegada a aposentação, continuou a investigar, publicar intensamente, lecionar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa seminários de pós-graduação e um curso livre de edição de texto, atuar como consultor científico da Imprensa Nacional – Casa da Moeda e de todos quantos procurem a sua orientação e conselho, a quem acolhe sempre com inexcedível generosidade, sabedoria e boa disposição. Em 2016 foi-lhe atribuído pelo Reitor da Universidade de Lisboa o título de Professor Emérito, em reconhecimento pelo seu perfil invulgar de humanista, a originalidade e importância da sua produção científica e a influência do seu magistério em gerações de estudantes que orientou em mestrados e doutoramentos e que ensinam hoje na Universidade de Lisboa e em outras universidades nacionais e estrangeiras.

Editor e responsável pela publicação das obras completas de autores como Fernando Pessoa e Camilo Castelo Branco, editor de textos medievais e barrocos, crítico, conhecedor notável e divulgador de textos portugueses de diferentes épocas e géneros, especialista em história da língua portuguesa e crítica textual, espraiando-se por domínios como a historiografia linguística, a ortografia, a sociolinguística, a onomástica, a dialetologia, a literatura e a cultura, Ivo Castro é autor de uma extensíssima, influente e variada produção científica. Tanto pela sua obra publicada como pelo seu brilhantismo de orador, com uma rara e deleitosa capacidade de transitar, sem aviso e sem rede, entre gradações dos registos formal e informal, que domina com igual à vontade, Ivo Castro é um instigador nato do debate entre investigadores de diferentes gerações e áreas disciplinares e uma referência incontornável e congregadora para os estudiosos da língua portuguesa espalhados pelo mundo.

Da sua densa produção bibliográfica, destacamos as obras: *A Estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa* (2017), que reúne 25 artigos de diferentes cronologias, selecionados e apurados pelo autor, numa tiragem especial, com cada volume numerado, assinado e expressamente oferecido aos participantes no IVº CILH; *Introdução à História do Português* (2006), com traduções italiana (2006) e espanhola (2013); *A língua de Camões* (2011); *Abelaira, Pessoa e os Gramáticos* (2003); *Galegos e Mouros: a língua galega vista pelos filólogos portugueses* (2002, reeditado em 2004 em coletânea galega); *A primitiva produção escrita em português* (2004); *A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro: dados paulistas* (2004); *Mais sobre antroponímia luso-brasileira: dados cariocas* (2005); *O linguista e a fixação da norma* (2003); *Sur le bilinguisme littéraire castillan-portugais* (2002); *Proposta de Convenção Ortográfica Mirandesa* (1995, com Manuela Barros Ferreira e Rita Marquilhas); *A isoglossa de Tordesilhas* (1994); *A Demanda da Ortografia Portuguesa* (1987, com Inês Duarte e Isabel Leiria); *Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da Post-Vulgata* (1983) e o conjunto de entradas referentes à literatura arturiana que escreveu para o *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (1993). O espólio de José Leite de Vasconcelos tem vindo a merecer-lhe acurada, persistente e inovadora investigação, de que são exemplo: *Hugo Schuchardt, José Leite de Vasconcellos, Correspondência* (2015, com Enrique

Rodrigues-Moura); *O Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos de José Leite de Vasconcellos* (2016, ed. digital, com João Paulo Silvestre); *O Legado de Leite de Vasconcelos na Universidade de Lisboa* (2019). Como editor crítico de Fernando Pessoa, publicou: *O Manuscrito de 'O Guardador de Rebanhos'* (1986), *Poemas de Fernando Pessoa 1921-1930* (2001), *Poemas de Fernando Pessoa 1931-1933* (2004), *Editar Pessoa* (1990, 2013, 2.ª ed. revista e ampliada), *Poemas de Alberto Caeiro*, ed. genética (2015), *Obra essencial de Fernando Pessoa* (9 vols., 2015). De Camilo Castelo Branco publicou as edições críticas de *Amor de Perdição* (2007, 2012), *Memórias do Cárcere* (2016) e *Novelas do Minho* (2017). É também editor de *A Fénix Renascida*, ed. crítica (2017, com Enrique Rodrigues-Moura e Anabela Leal de Barros).

A lista completa da bibliografia de Ivo Castro está compilada e pode ser consultada no presente volume. A sua leitura mostrará a intensidade da produção científica entre 2013, data em que se aposentou, e 2019, revelando que Ivo Castro está plenamente no ativo. Novas oportunidades surgirão, portanto, para investigadores mais jovens, que continuará a inspirar, desassossegar e ensinar, lhe publicarem versões atualizadas de uma bibliografia que continuará a crescer. Por agora, é nosso desejo que os *Estudos Linguísticos e Filológicos Oferecidos a Ivo Castro* sejam merecedores do homenageado e possam oferecer muitas horas de leitura aprazível e útil a todos os que neles virem interesse. Agradecemos aos autores e aos colegas da comissão científica por terem criado connosco este volume coletivo e pedimos a Ivo Castro, em nome de todos, que o receba como sinal da nossa gratidão pelo que dele, de várias maneiras, recebemos e continuaremos a receber. Que nos seja perdoada a 'imaterialidade' do suporte.

Ernestina Carrilho
Ana Maria Martins
Sandra Pereira
João Paulo Silvestre

Comissão científica

Ana Maria Martins
Anabela Gonçalves
Cristina Sobral
Ernestina Carrilho
Esperança Cardeira
João Dionísio
Rita Marquilhas
Sara Mendes
Maria Ana Ramos
João Paulo Silvestre

Participantes na sessão de homenagem.
Reitoria da Universidade de Lisboa, 19 de julho de 2017.

Laudatio

Rosario Álvarez Blanco
Universidade de Santiago de Compostela / Real Academia Galega

Excelentísimas autoridades
Non menos excelentes colegas, amigas e amigos
Miñas donas, meus señores

Unha vez máis, nesta sempre acolledora Universidade de Lisboa, teño que comezar agradecendo a extrema **xenerosidade e a complicidade** dos colegas e amigos portugueses, que me fan a honra de ofrecerme esta tribuna, neste marco e nesta ocasión solemne, emotiva para todos, para facer a *laudatio* do Profesor Doutor Ivo Castro, o noso homenaxeado. E facela en lingua galega.

Non hai tanto tempo, alá polo nadal de 2013, asistiamos no Salón Nobre da Reitoría á súa «penúltima lição» (excelente, mais por fortuna nin sequera foi a penúltima: viñeron e virán outras *lições* atrás). Acompañámolo, daquela, coa pequena homenaxe do libro *Ao sabor do texto*, que preparamos con inmenso afecto e recoñecemento os discípulos e amigos; tiñamos a certeza, entón, de que aquela non sería a derradeira ocasión para unha celebración na súa honra. E aquí estamos de novo. Beizón.

Sei que non recibo a encomenda desta *laudatio* a título persoal. Se por iso fose, moitas outras persoas estarían por diante de min para recibiren esa honra. Creo máis ben que ma concederon por confluíren en min, coma nunha encrucillada, varios deses fíos polos que, tirando deles, un por un darían motivo sobrado a esta homenaxe. Verán:

a) Son **lingüista**, cunha querenza especial pola variación e a historia da lingua, e síntome parte dunha tradición: un elo na cadea. Coma o noso homenaxeado: a súa vida académica caracterízase por unha man tendida, con ollada agarimosa a atenta, de recoñecemento agradecido, aos seus precursores, aos que honra e que o honran estando

presentes canda el nesta sala (aquí, en primeira fila, «Os de Vasconcelos» e, como non podía ser menos, o profesor Cintra); Ivo Castro caracterízase, ademais, por ter tamén a outra man tendida, aberta e sempre integradora, aos talentos que poidan asegurar que esta cadea de coñecemento non terá fin.

b) Son **muller**. Poderá parecer unha característica irrelevante ou fóra de lugar. Mais creo que é oportuno mencionala neste contexto, porque ninguén poderá negar que o noso homenaxeado é o paradigma da ausencia de prexuízos canto ao xénero. El non precisa aplicar criterios de discriminación positiva: de xeito natural, espontáneo, recoñece e estimula o talento, a intelixencia, a capacidade alí onde se atopa. Non me deteño máis: observen vostedes a cohorte de discípulos e de colaboradores e axiña comprobarán de que lles estou a falar.

c) Son **amiga**. As homenaxes, as verdadeiras homenaxes, sobre todo as que nacen sen estaren obrigadas polos prazos administrativos e o inexorable calendario, xorden do cariño, do recoñecemento, da admiración... e da gratitude. Ningún deses sentimentos é menor en min: non sabería dicir xa en que momento concreto coñecín a Ivo Castro. A primeira fotografía común que atopo é de 1989, naquel congreso de Filoloxía Románica que organizou Ramón Lorenzo, aquí presente, en Santiago de Compostela. Si podo afirmar que, desde o primeiro momento fun engaiolada pola súa simpatía, a conversa doada e intelixente, o fino sentido do humor, a inigualable perspicacia, a elegancia natural, o gusto pola vida, o impulso espontáneo a favorecer ao outro... En definitiva, non me estendo porque todos os presentes que tiveron a fortuna de partillar días e horas con Ivo Castro saben de que falo: o afecto xorde de forma natural, pois non pode ser doutro xeito. Pouco a pouco foise cimentando entre nós un cariño e unha amizade que non desmaiou en todos estes anos, só aumenta; tamén aumenta, día a día, a miña admiración persoal por el.

d) Son **galega**. Créanme: esta é unha propiedade esencial. Ata agora, falei de trazos compartidos por moitas das colegas que nos acompañan hoxe, en presenza ou na distancia, pero o da galeguidade reduce moito o conxunto. Seguramente vostedes non ignoran que os galegos, en nome de Galicia e de forma singular da lingüística e filoloxía galegas, temos unha débeda contraída con Ivo Castro; é probable, en cambio, que desde a súa posición central privilexiada non poidan percibir ata que punto esa débeda é enorme e impagable. Logo volveremos sobre iso. Debo salientar, con todo,

que a miña condición de galega non me confire unha posición reducionista para ollar a vida e a obra de Ivo Castro: antes ao contrario, pois coa súa guía e o seu maxisterio nosoutros aprendemos a ollar como un espazo de intereses compartidos, inter pares, os territorios amados en que floreceu a lingua portuguesa.

Represento, por tanto, a lexións de colegas ou amigos; de mestres, compañeiros ou discípulos; universitarios, axentes culturais ou persoas do común. Unha enorme responsabilidade.

* * *

Homenaxeamos o **profesor catedrático** Ivo Castro, que se iniciou na docencia universitaria hai case medio século na súa *alma mater*, mesmo a seguir á súa licenciatura (1969). Fíxoo da man doutro gran mestre da filoloxía portuguesa, o profesor Luís Filipe Lindley Cintra, que o guiou por ese camiño de liberdade académica e de rigor científico que, en amorosa compaña, o trouxo ata aquí. Nesta súa Universidade de Lisboa exerceu o maxisterio con estudantes de todos os niveis curriculares e en todos soubo deixar ese pouso de benfacer e de esixencia, mais salientaremos de maneira especial as xeracións de estudantes que orientou en mestrados e doutoramentos, en Lisboa e noutros lugares, guiándoos á súa vez por ese camiño de liberdade e rigor polo que el viña transitando desde os primeiros tempos. Eles son semente de futuro, a garantía de que ese camiño seguirá contando con bos orientadores e orientadoras para as xeracións vindeiras. Pola estrada de Cintra. Pola estrada do Ivo.

Un bo profesor universitario non se mide só pola actividade na sala de aula e no gabinete, por moi relevante e indiscutible que sexa a súa calidade docente. Cómpre a implicación no día a día na mellora da institución, dos servizos que ofrece, do currículo dos seus estudantes, da formación dos cadros de persoal docente, etc. Tamén nese aspecto o profesor Ivo Castro é un referente indiscutible, sempre contribuíndo como especialista e xestor eficaz dentro dos seus dominios científicos, coa habilidade persoal necesaria para conseguir non ter que dar o salto a unha carreira política dentro da Universidade que o afastaría do ámbito da súa área de saber e da súa vocación filolóxica: director do Departamento de Linguística, director do Centro de Linguística

e do seu grupo de Filologia, director da Cátedra de Estudos Galegos, director da Área de Ciências da Linguagem..., en fin, por non falarmos do moito que lle debe a espléndida Biblioteca. Non menor foi a súa influenza en procesos innovadores grazas á rápida adopción de melloras tecnolóxicas, na promoción e liderado de grupos de traballo de longo alento, na xeración e divulgación de coñecementos dentro e fóra da Universidade, no acompañamento e orientación de políticas científicas, lingüísticas e culturais de importantes institucións no vasto dominio da lingua portuguesa.

Sábeo ben a Universidade de Lisboa, que en 2016 lle fixo entrega do título de Professor Emérito, en «reconhecimento do mérito académico e da relevância da actividade científica».

*

Homenaxeamos **o fillo de dona** Maria Emília Areal Dias de Castro e don José de Castro Júnior, lisboetas de varias xeracións, que veu ao mundo nunha familia acomodada cando xa estaba a piques de rematar a guerra europea, como un augurio de paz, de diálogo e de bo entendemento. O meniño Ivo José naceu, foi á escola pública, medrou e fíxose adulto en Campolide, un barrio ata entón ben frecuentado, que se orgulla de veciños ilustres como don José Leite de Vasconcelos e don José Joaquim Nunes. Ambos finaran xa cando o meniño Ivo comezou a correr por aquelas rúas, mais algunha aura filolóxica de proveito deixarían no ambiente.

Lisboeta de prol: é este un sinal indeleble que o marcará toda a vida, condición que ostenta con orgullo; mais tamén esta cidade (da que os galegos seguimos a proclamar que «Quen non viu Lisboa non viu cousa boa») debe sentirse orgullosa de telo como dignísimo representante. En realidade, el é un embaixador de Portugal enteiro, e non porque Lisboa represente por si mesma todo Portugal —que xa sabemos que as cousas non son ben así—, senón porque Ivo Castro leva consigo todas as sensibilidades, o coñecemento e aprecio de todas as maneiras de ser portugués e por todas as manifestacións da cultura portuguesa (a arte, a culinaria, a paisaxe, a hospitalidade, os espazos urbanos, os bos viños, a historia, os xardíns, as tradicións, os costumes, o pracer da rúa, a conversa demorada, a lingua...).

Fixo toda a súa carreira académica como membro da Universidade de Lisboa o que non lle impediu ser un referente internacional indiscutible, bo coñecedor das principais bibliotecas, solicitado como profesor ou como conferenciante por distintas universidades, sobre todo en Europa e no Brasil. E, de feito, un dos trazos que caracterizan a personalidade de Ivo Castro é o seu cosmopolitismo, nacido de beber e apreciar a cultura, coa mente aberta e o espírito ben disposto, nos cinco continentes. Outro é a xenerosidade con que sempre acolle o convite dos colegas amigos, sen regatear o tempo para compartir angueiras e saberes, facendo inmenso o noso agradecemento e a débeda cada vez meirande. Así foi connosco hai dous anos, cando acudiu ao noso chamado como plenarista para o *III CILH*, celebrado en Santiago de Compostela, en homenaxe a Ramón Lorenzo (un dos presidentes de honra do actual, que nos acompaña) e de Antón Santamarina.

*

Homenaxeamos o **tecedor** de diálogos, de proxectos colaborativos, de relacións institucionais, de complicidades persoais no mellor sentido... Sempre tendendo pontes entre áreas disciplinares, entre xeracións, entre culturas, entre a universidade e a sociedade. Todos os presentes concordarán en que esta capacidade natural de Ivo Castro, alicerce dunha xenerosidade case instintiva, o distingue de forma sobranceira. Os galegos poderiamos falar moito disto.

Vostedes non ignoran que a sociedade galega comezou a recuperar os seus dereitos lingüísticos ao comezar o derradeiro cuartel do século XX (Franco morreu en novembro do 75), polo que só desde entón puidemos facer oír a nosa voz. Reivindicamos a nosa identidade (lingüística e cultural, política) e, con ela, a nosa pertenza ao mesmo bloque románico có portugués, sen por iso consentir en perder a nosa singularidade e a nosa independencia. Queremos ser nós quen defina a nosa posición no mundo e, por iso, facer valer a nosa maior proximidade lingüística co portugués; sermos unha ponte entre dous mundos: o da cultura hispánica, ao que nos ligou a nosa pertenza á coroa española, e o do grupo lingüístico galego-portugués, ao que nos liga a nosa propia historia. A empresa non era fácil, pois os países de lingua portuguesa estaban ocupados cos seus moitos problemas (ningún deles pequeno); nin

sequera Portugal estaba moi interesado na nosa existencia e nos nosos afáns, a pesar de que, como veciño máis próximo, era presuntamente mellor coñecedor da nosa realidade e dos nosos desvelos. Notarían con frecuencia que, para os galegos, a simple mención *Galicia* e *galego* provocan de forma automática grandes doses de emoción e de paixón (cada pobo é froito da súa historia); pero, nosoutros, filólogos e lingüistas galegos, tiñamos que facer o esforzo de subtraernos ao dominio desa paixón para tentar xogar no campo científico, e facelo da man do portugués. Aí foi fundamental a comprensión e a solidariedade de Ivo Castro.

Di o himno galego que «os bos e xenerosos a nosa voz entenden». Ivo Castro entendeu desde a primeira hora a nosa voz. El foi a man tendida desde a mellor e máis rigorosa lingüística e filoloxía portuguesas.

Dixo el nunha ocasión que a escasa atención prestada ao galego, ata non hai moito tempo, pola literatura lingüística portuguesa se movía entre dúas actitudes: a da **identificación** (negándose a ver ou recusando as diferenzas, nunha actitude que se pode revestir de varias modalidades de simpatía, solidariedade e complicidade, mais tamén de predominio) e a do **distanciamento** social e cultural (que con frecuencia oscila entre a indiferenza e a desconsideración). A mestría de Ivo Castro, demostración dese talante aberto á apreciación do outro, estivo en saber manterse entre ambas: soubo antepor o moito que nos une sen deixar de apreciar o valor da diferenza; soubo manter o distanciamento respectuoso sen que iso restase un ápice de consideración e de interese pola boa fortuna dos nosos asuntos, sen que iso significase que non lle concernían. Polo contrario: aceptounos como somos, nese difícil equilibrio entre reforzar os lazos familiares e manter a autonomía; respectou a cada hora, coa maior elegancia, os nosos conflitos e as nosas tantariñantes solucións; deu sempre un consello atinado cando se lle pediu e fixo acaídas observacións cando o considerou oportuno. El abriu as portas da mellor academia portuguesa aos lingüistas e filólogos galegos, e connosco á lingua galega: puxo en contacto os investigadores, favoreceu a presenza do galego en foros científicos, impulsou publicacións, teceu complicidades, etc. Cando, hai agora dúas décadas, o convidamos a pronunciar unha conferencia sobre «A lingua galega vista pelos filólogos portugueses», que el titulou significativamente «Galegos e mouros», comezou a súa intervención dicindo, co seu fino humor tantas veces eloxiado, «Quixera eu neste momento ser alemão». Por fortuna hoxe tería moita

máis bagaxe que expoñer, en boa medida grazas á feliz relación de colaboración do Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela con universidades portuguesas e brasileiras (cada vez máis rica e máis «normal», *inter pares*, con Lisboa á cabeza), que certamente non sería o que é sen a complicidade continua de Ivo Castro e a súa escola. Por estas razóns, xunto coa súa excelencia filolóxica, a Real Academia Galega, a institución de maior valor simbólico do noso país e a única que ten autoridade sobre a norma, no ano 2002, nomeou académico correspondente ao profesor Ivo Castro.

Coa colaboración do filólogo, do profesor universitario, da personalidade de referencia na comunidade académica… chegaron a súa bonhomía, a súa extrema xenerosidade, o maior dos afectos.

*

Homenaxeamos o **investigador** Ivo Castro, figura cimeira da actual investigación filolóxica en Portugal. Autor dunha extensa e variada produción científica propia que, en non poucos casos, significa un punto de inflexión e inicio de vieiros polos que outros, despois, transitaron e transitamos; inspirador e impulsor, como verdadeiro mestre, de investigacións de orientación moi diversa, dentro e fóra de Portugal. Na vasta obra, descubrimos catro eixes temáticos que vertebran a súa produción, aínda que, a dicir verdade, os catro se encerran nun só, a historia da lingua portuguesa.

a) Crítica textual e edición de textos

Centrou a súa atención preferente na crítica textual; nas vicisitudes da xénese, fixación e transmisión do texto; na arte de editar manuscritos autógrafos; nos problemas ora ecdóticos ora de aproximación do texto ao lector contemporáneo...; e en definitiva, na propia edición de textos, de todas as épocas, para públicos diversos pero esixentes. Non por acaso, a súa disertación de licenciatura estaba dedicada á edición crítica e estudo vocabular de seis poemas de Frei Jerónimo Baía e a tese de doutoramento á edición e estudo do *Livro de José de Arimateia*, copia quiñentista dunha tradución portuguesa do romance arturiano do Santo Graal. Podería citar unha longa relación de obras e autores para os que a referencia a Ivo Castro é inescusable:

aquí e agora xurdirían de forma inmediata moitos deles se eu, coma nos concursos televisivos, preguntase ao público: *Notícia de Torto* dirían aquí; o *Libro de Tristán*, dirían acolá; a *Tragédia da rúa das Flores*, ao fondo... Mais, sobre todo, o nome de Ivo Castro está para sempre vinculado a Camilo Castelo Branco e a Fernando Pessoa.

b) A norma

A preocupación pola norma, polo rol dos lingüistas na súa elaboración e, en definitiva, polo acordo (máis ben «desacordo») ortográfico é unha constante nas tres últimas décadas. Quixo chamar a atención dos lingüistas portugueses sobre o papel que deberían ter na fixación da norma (incluída a onomástica) e que por veces parecían desdeñar, coma se esa fose unha ocupación descualificada.

Unha definición da norma da lingua portuguesa atrapada entre a pulsión **unificadora**, que pasa por riba das evidentes diferenzas lingüísticas e por iso encontra poucas adhesións entre os bos lingüistas portugueses, e a pulsión **separativa**, que supón, cando menos, aceptar unha norma pluricéntrica.

O tema da norma vai unido, indisolublemente, á posición diante da variación lingüística entre Portugal e Brasil, cuestión apaixonante que Ivo Castro aborda con grandes doses de sensatez e a necesaria equidistancia científica, chamando ao diálogo entre pares (por tanto, abandonando quer o mito da superioridade quer o sentimento vitimista) para identificar con realismo as fortalezas de que aproveitarse mutuamente e os intereses comúns. O tema da norma tamén vai unido ao do —palabras súas— «confuso ideário que dá pelo nome de Lusofonía», ao que ten dedicado bastantes páxinas, por veces instigado desde Galicia.

O proceso de elaboración do estándar galego moderno, antes aludido, iniciado no derradeiro cuartel do século XX, tamén non foi un camiño de rosas: nel, os argumentos e as razóns dos lingüistas e filólogos enfrontáronse na praza pública con sentimentos e emocións de moi diverso cariz. Ivo Castro comprendeu, mellor ca ninguén, a nosa capacidade de intervención social (concedida pola sociedade galega, asumida por nós como lingüistas), pois compartiamos unha mesma concepción social e política do traballo que nos incumbe. Comprendeu tamén a nosa resistencia diante das correntes chamadas «lusistas»: a maior parte dos lingüistas galegos colocámonos fóra da pulsión unificadora, que pretende unha disolución do galego dentro do portugués; defendemos

a nosa identidade (lingüística, cultural e política) sen por iso renunciarmos a formar parte da familia portuguesa. Ivo Castro comprendeu que a defensa do galego, debida ao noso pobo e aos nosos devanceiros, é compatible co maior aprecio pola lingua e a cultura portuguesas.

E xa que falamos de norma, falemos tamén un chisquiño de status. Entre as políticas lingüísticas reclamadas para o portugués co obxectivo da súa internacionalización, Ivo Castro chama a atención para un feito que seguramente se aprecia mellor ollando a sociedade portuguesa desde fóra. Os que vimos negados os nosos dereitos lingüísticos e estamos comprometidos coa salvación e a recuperación da nosa propia lingua, observamos con estrañeza e mágoa como outras comunidades renuncian gratuitamente a eses prezados dereitos e dilapidan ese patrimonio ancestral, do que non son donos, só depositarios. Di Ivo Castro: «Internacionalização não é sinónimo de exportação. Muito se pode fazer pelo reconhecimento internacional sem sair do país. (...) é imperativo que a língua portuguesa continue a ser utilizada e respeitada como língua de cultura e de ciência. É igualmente imperativo que aos indivíduos e instituições que cultivam e estudam a língua, em níveis que podem atingir a excelência, seja reconhecido o direito de apresentarem os resultados da sua atividade nessa mesma língua». Non podía deixar de mencionalo e reivindicalo eu tamén diante deste auditorio: envexamos a capacidade dos portugueses para a aprendizaxe das linguas, a súa facilidade políglota (todo ben); mais, colegas lingüistas e filólogos, non desconsideren na súa produción científica o uso da lingua portuguesa!

A preocupación de Ivo Castro non se pechou nas características e vicisitudes do novo acordo/desacordo ortográfico para a lingua portuguesa —en definitiva, a súa lingua—, pois tamén formou parte do equipo de expertos que elaborou a proposta de convención para a lingua mirandesa. O aprecio e atención a esta lingua dobremente minoritaria, en situación de extrema necesidade, falan tamén da súa fina sensibilidade como cidadán e como lingüista.

c) Historia da filoloxía portuguesa

El é consciente de formar parte dunha empresa de construción colectiva e do valor do diálogo intelectual e científico interxeracional. Por iso o terceiro eixe da súas preocupacións é o da historia da filoloxía portuguesa.

Honrou os seus antecesores, desde Francisco Adolfo Coelho, de quen se pode dicir que inaugura a filoloxía científica en Portugal (1868), ao seu mestre, o profesor Luís Filipe Cintra, de digna memoria. Entremedias: Gonçalves Viana, Rodrigues Lapa, Joseph M. Piel... e, en lugar moi destacado, don José Leite de Vasconcelos e dona Carolina Michäelis de Vasconcelos («Os De Vasconcelos», como el lles chamou). O interese por estas figuras sobranceiras levouno non só a indagar nas súas biografías, a coidar a súa herdanza científica e a pór de manifesto a transcendencia da súa obra, senón a editar os seus epistolarios, revelándonos así retallos de vida cotiá e aspectos do intercambio intelectual que ata agora estaban ocultos para nós e que fan deles personaxes aínda máis grandes, se iso era posible.

Xeneroso cos seus afectos, homenaxeou tamén os seus colegas contemporáneos, algúns xa falecidos e outros venturosamente entre nós: Celso Cunha, José de Azevedo Ferreira, Ramón Lorenzo, Guiseppe Tavani, Maria Helena Mira Mateus, Giulia Lanciani, Dieter Kremer, Fernando Tato, Vítor Aguiar e Silva, Isabel Hub Faria...

d) Historia da lingua portuguesa

E, en fin, ocupouse da historia da lingua portuguesa, en toda a súa diversidade xeográfica e histórica. Tamén nas súas conexións ibéricas e atlánticas. Ocupouse desa «instituição portuguesa», porque —palabras súas— en Portugal ningunha outra institución se identifica «mais claramente com a unidade da nação e do território do que a Língua».

Preocupárono e ocupárono

– a periodización da lingua portuguesa, cos trazos que en evolución diacrónica van balizando ese devir histórico;
– a formación da identidade lingüística portuguesa na fin da Idade Media en ambiente urbano, xa no espazo delimitado por Coimbra e Lisboa, buscando o futuro no sur, distanciada das limitacións da sociedade tradicional das montañas e vales das terras galaicas, para voar en liberdade nun mundo que se abre a outros horizontes máis afastados;
– a existencia dunha fronteira antiga dentro de Portugal, que separa portugueses de portugueses (e aproxima os do Norte aos galegos), debuxando ese mapa social e

dialectal binario (*norte* conservador, antigo 'non prestixio' / *centro-sur* innovador, moderno, 'máis prestixio');

– a variación histórica e xeográfica da lingua portuguesa, convertida en lingua multinacional e en lingua internacional;

– a visión do portugués, ou do galego-portugués, fronte ás outras linguas románicas e, especialmente, no contexto hispánico, en continuidade coas variedades autóctonas nacidas ao leste da fronteira política con España ou en contraste coas variedades de español que se foron impoñendo neses territorios;

– bilingüismo literario luso-castelán, e as súas consecuencias para a forma e status da lingua portuguesa;

– as similitudes e diferenzas na aclimatación ao espazo americano das dúas linguas ibéricas de colonización (español e portugués);

– etc.

Interesouse polos nomes de persoa e os diferentes modos de atribuílos en Brasil e en Portugal, polas modas que regulan os seus fluxos e as súas motivacións, polos apelidos, polos procedementos de nomear as novas terras nos países de emigración... Non puido dedicar a atención que quixera á súa paixón pola onomástica, pois esta vía de especialización seguramente o ensumiría distraéndoo para sempre doutras chamadas máis poderosas. Permítanme logo que, en atención ao seu gusto pola antroponimia, nos deteñamos un minutiño, de modo diletante e co disimulo dos especialistas presentes, sobre os seus nomes de familia.

– O *Areal* da súa nai, que el non porta, parece ter vindo de alén Miño. De acordo coa cartografía dos apelidos de Galicia é moi probable que fosen tudenses, un territorio que tivo fortes vínculos con Portugal, perpetuados ao longo dos séculos: nin sequera a declaración de independencia de don Afonso Henriques conseguiu partir a diocese de Tui, que seguiu tendo os seus dominios a ambas as beiras do Miño, repartida entre os dous reinos; o esgazamento final prodúcese a mediados do século XIV, canda o cisma de Aviñón, porque os portugueses se mantiveron fieis ao papa de Roma e os galegos, coma todos os españois, ao papa de Aviñón. Pero, sobre todo, houbo sempre unha relación social (propiedades, traballo, mercado, familia...) que relacionou a área tudense con Portugal, moito máis ca ningunha outra de Galicia: non por acaso, esta é área de maior emigración a Portugal (e logo ao

Brasil). Falo de persoas e familias de toda condición (non só augadores, criados, cargadores de fretes...) que se instalaron e prosperaron nas cidades portuguesas, nomeadamente en Lisboa.

– ¿E que dicir dos «*de Castro*»? ¿Poderíase encontrar un elemento máis definitorio da galecidade cá construción que dá orixe ao topónimo que logo dá orixe ao nome de familia? Non por acaso este é o cuarto topónimo en frecuencia e o apelido de orixe toponímica máis común en Galicia, presente en toda ela e, no total, un dos 15 máis frecuentes do noso censo; sospeito que algo similar se poderá dicir se cruzamos o Miño cara á Galecia do sur. Poderiamos falar por extenso da liñaxe dos Castro, a estirpe máis influente da nobreza galega, vinculada ao poderoso condado de Lemos. ¿El será que ao noso Ivo lle vén esta boa figura e este porte elegante non só dos seus pais, dos que temos testemuños comprobables, senón da noite dos tempos, da liñaxe de dona Beatriz de Castro, condesade Lemos, coñecida como a Fermosa, ou da nosa e vosa dona Inés de Castro, que fixo perder o sentido ao príncipe don Pedro?

– En fin, ¿el non será que o presunto mouro Ivo José de Castro é, no fondo, un galego disfrazado?

– Deixémolo, de momento, na demostración palmaria de ata que punto galegos e mouros somos, verdadeiramente, irmáns.

* * *

Homenaxeamos o **humanista**, capaz de articular felizmente as mudanzas da lingua portuguesa e a crítica textual coa literatura, a cultura e a historia; de dar entrada, xunto coa crítica textual, á paleografía, á diplomática e á codicoloxía; de ler o palimpsesto da paisaxe para levarnos da man pola orografía das terras de Entre-Ave-e-Cádavo e pola toponimia da *Notícia de Torto*; de desvelar as consecuencias das diferentes políticas coloniais americanas na cohesión interna ou na diversificación das linguas ibéricas en América; de regalarnos e engaiolarnos coas vicisitudes do paradoiro e identificación dos supostos «ossos de Camões» para colocarnos diante da reivindicación do rigor no traballo filolóxico, porque só así as nosas descubertas,

grandes ou pequenas, se asentarán en feitos firmes coma rocas; de apreciar, en fin, o sabor dun texto como se aprecia un bo viño.

Homenaxeamos a súa **bonhomía** e o seu talante sempre aberto, sempre acolledor: cos estudantes, cos discípulos e colaboradores, cos compañeiros e colegas, cos amigos... Somos moitos os afortunados que puidemos gozar da súa pródiga hospitalidade, xunto con Isabel (amiga entrañable, tamén cómplice, hospitalaria, nun abrazo de irmandade): desfrutamos con ambos da boa mesa, de visitas inesquecibles, da conversa faiscante, longas horas, acollidos tantas veces nos Olivais, outrora en Galamares, agora no Magoito; compartimos con Ivo e Isabel momentos felices, gozosos, e tamén algúns dos máis dolorosos das nosas vidas.

E vou quedando por aí, polo mundo das emocións. En definitiva, homenaxeamos a Ivo Castro porque evocar a súa espléndida figura humana provoca unha onda inmediata de agradecemento e afecto, porque pronunciar o seu nome pon un sorriso nos nosos rostros. Beizón.

A Estrada de Cintra (Castro 2017): saudação aos participantes do IVº CILH

Inês Duarte
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Senhor Presidente de honra do *IV CILH*, Don Ramon Lorenzo, na pessoa do qual cumprimento também os colegas do Instituto da Língua Galega e da Universidade de Santiago de Compostela,
Senhora Presidente da Comissão Organizadora do IVº CILH e Diretora do CLUL, Prof.ª Ana Maria Martins,
Caros conferencistas e restantes participantes,

Em quase exclusiva ante-estreia, foi-me proporcionado um passeio pela *Estrada de Cintra*, que me chegou por fibra ótica, ativada por um clique do nosso homenageado, Ivo Castro. Deste nome «Cintra», grafado com «c», note-se apenas que tanto remete para o mestre, de quem se reconhece herdeiro, mesmo quando dele discorda, como para uma paisagem de vilegiatura onde Ivo Castro sempre gostou de se mover e quedar. Mas em ambos os casos, origem e meta de um percurso, ou mais precisamente, pontos de retorno.

Quase diria que esta *Estrada de Cintra* justifica, por si só, a homenagem que o CLUL entendeu prestar-lhe, ao organizar este congresso. Com efeito, por esta *Estrada* fora, encontramos os espécimes eleitos como representativos do ecossistema de Ivo Castro.

Se, a páginas 23, podemos ler que «[o] grande tema de estudo de Luís Filipe Lindley Cintra, como professor e como cientista, foi a língua portuguesa», o mesmo podemos afirmar a seu respeito. Nesta *Estrada*, reencontramos a voz de um cientista da língua que soube multiplicar e diversificar a herança da melhor Filologia que em Portugal se

fazia. Reencontramos o historiador da língua portuguesa, em reflexões sobre momentos-chave da elaboração e expansão desta língua que aqui nos traz. Reencontramos o especialista em Geografia Linguística, que se revê em muitos estudos do mestre Leite. Reencontramos o interesse pela Onomástica, tanto no serviço que a toponímia presta à história da língua, como no papel que assume na sua investigação o estudo e a normalização dos antropónimos. Reencontramos o profundo conhecedor da História da Filologia e da Linguística Portuguesa e Brasileira da primeira metade do século XX. Reencontramos o linguista que propõe e critica políticas de língua, com base numa visão original de organização do espaço dito lusófono, ptolomaica na forma, mas com consequências muito interessantes se vier (viesse) a ser adotada pelos decisores políticos. Reencontramos finalmente o especialista em Crítica Textual, que capitaliza a experiência adquirida com os textos do português antigo num vôo que o leva aos textos de autores dos séculos XIX e XX, e à coordenação de equipas que já nos revelaram Camilos e Pessoas até então desconhecidos.

E o passeio é sempre aprazível, ciceroneado por uma voz que maneja a língua como um maestro, que a toca em solos com harmonias diversas e andamentos vários, onde o humor irrompe inesperado e certeiro, um pouco à inglesa, como neste passo do estudo *A Isoglossa de Tordesilhas*, a páginas 176, no comentário aos territórios conquistados para o Brasil a ocidente da linha do Tratado: «Não podia, se calhar, deixar de ser assim: o milagre da propagação do Brasil era inevitável desde que Deus, decerto muito antes de Tordesilhas, se tornou cidadão brasileiro». Na verdade, nesta *Estrada*, como em toda a sua obra, Ivo Castro põe o seu domínio do português e as suas notáveis competências de escrita ao serviço da partilha da sua investigação, trabalhando a língua portuguesa «de dentro», uma expressão que toma de empréstimo a Eduardo Prado Coelho.

Por fim, esta *Estrada*, se em Cintra e com Cintra começa, conduz agora a muitos lugares, em percursos orientados por ex-alunos que com ele os começaram a traçar, num mapa em permanente atualização e revisão, como é norma na investigação científica.

Por tudo isto, homenagear Ivo Castro é homenagear a língua portuguesa.

Ivo Castro. Uma bibliografia (1969-2019) [1]

Castro, Ivo. 1969. *Frei Jerónimo Baía. Edição crítica de seis poemas e estudo do vocabulário*. Dissertação de licenciatura em Filologia Românica. Inédito.

Castro, Ivo (ed.). 1971a. Afonso Lopes Vieira, *Cancioneiro de Coimbra*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Castro, Ivo. 1971b. «As 'Tardes de Verão' de Fr. Jerónimo Baía», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 3, 13, 125-138.

Castro, Ivo. 1973. «Notícia do Centro de Estudos Filológicos - Textos Medievais Portugueses», *Boletim de Filologia* 22, 450-451.

Castro, Ivo, Maria Helena Lopes de Castro, Isabel Vilares Cepeda e Virgílio Madureira. 1973. «Normas de transcrição para textos medievais portugueses», *Boletim de Filologia* 22, 417-425.

Castro, Ivo. 1977a. «A descrição bibliográfica e a conservação do livro». In AA.VV., *Semana de trabalho sobre a conservação de documentos gráficos para bibliotecários e arquivistas*. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural, 29-49.

Castro, Ivo. 1977b. «Problemas filológicos do texto literário escolar». In AA.VV., *Actas do 1º Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português. 1976)*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 147-156.

Castro, Ivo e Helena Marques Dias. 1977. «A edição de 1516 do 'Cancioneiro Geral de Garcia de Resende'», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 4, 1, 93-125.

Castro, Ivo. 1979. «Quando foi copiado o 'Livro de José de Arimateia'? (Datação do cód. 643 da Torre do Tombo)», *Boletim de Filologia* 25, 173-183.

Castro, Ivo. 1981a. «A 'Tragédia da Rua das Flores' ou a arte de editar os manuscritos autógrafos», *Boletim de Filologia* 26, 309-359.

Castro, Ivo. 1981b. «Segismundo Spina (1977), 'Introdução à Edótica' » - recensão, *Boletim de Filologia* 26, 374-386.

Castro, Ivo. 1982. «O corpus de 'O Guardador de Rebanhos' depositado na Biblioteca Nacional», *Revista da Biblioteca Nacional* 2, 1, 17-61.

[1] A lista bibliográfica abrange 50 anos de publicações de Ivo Castro. Para esta celebração inadvertida, atualizamos e ampliamos um roteiro editado em 2013: João Paulo Silvestre, «Ivo Castro. Uma bibliografia (até junho de 2013)», in Rosario Álvarez, Ana Maria Martins, Henrique Monteagudo, Maria Ana Ramos, *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 17-28.

Castro, Ivo e Luiz Fagundes Duarte. 1982. «Duas notas sobre 'A Tragédia da Rua das Flores'», *Boletim de Filologia* 27, 427-438.

Castro, Ivo. 1983. «Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da Post-Vulgata», *Boletim de Filologia* 28, 81-98.

Castro, Ivo. 1984a. *Livro de José de Arimateia: estudo e edição do cod. ANTT 643*. Faculdade de Letras de Lisboa. Dissertação de doutoramento. Inédito.

Castro, Ivo. 1984b. «Nota sobre 'Livro de José de Arimateia'», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 5, 2, 207-209.

Castro, Ivo. 1984c. «Para a edição de 'O Guardador de Rebanhos'». In David Mourão-Ferreira, Luís Filipe Lindley Cintra, Maria Alzira Seixo, Maria de Lurdes Belchior e Urbano Tavares Rodrigues (org.), *Afecto às letras: homenagem da literatura portuguesa contemporânea a Jacinto do Prado Coelho*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 253-258.

Castro, Ivo. 1985a. «Silva Belkior (1983), 'Fernando Pessoa - Ricardo Reis: os Originais, as Edições, o Cânone das Odes'» – recensão, *Colóquio-Letras* 88, 156-159.

Castro, Ivo (ed.). 1985b. *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense (Colecção Mística de Fr. Hilário da Lourinhã, COD. ALC. CCLXVI/ANTT 2274).* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (= *Revista Lusitana*, nova série, 4, 5-52; 5, 43-71).

Castro, Ivo, Isabel Leiria e Maria Ana Ramos. 1985. «Ver, Olhar e Observar - Dez anos de ensino no Curso de Língua e Cultura Portuguesa para Estrangeiros». In AA.VV., *Actas do congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no mundo (Lisboa, 1983)*, vol. I. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 556-569.

Castro, Ivo (ed.). 1986a. Fernando Pessoa, *O Manuscrito de 'O Guardador de Rebanhos' de Alberto Caeiro*. Edição facsimilada. Apresentação e texto crítico de Ivo Castro. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Castro, Ivo. 1986b. «Para o texto de 'O Guardador de Rebanhos'». In José-Augusto França (dir.), *Critique textuelle portugaise: actes du colloque, Paris, 20-24 octobre 1981.* Paris: Centre Culturel Portugais, 319-328.

Castro, Ivo. 1986c. «Um juízo sobre o novo Acordo Ortográfico», *Revista ICALP* 5, 41-48.

Castro, Ivo e Maria Ana Ramos. 1986. «Estratégia e táctica da transcrição». In José-Augusto França (dir.), *Critique textuelle portugaise: actes du colloque, Paris, 20-24 octobre 1981*. Paris: Centre Culturel Portugais, 99-122.

Castro, Ivo. 1987. «Uma dialectologia pouco conhecida: a 'Ortografia Nacional' de Gonçalves Viana». In AA.VV., *2º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Actas. (Lisboa, 1986).* Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 185-195.

Casto, Ivo, Inês Duarte e Isabel Leiria (orgs.). 1987. *A demanda da ortografia portuguesa: comentário do Acordo Ortográfico de 1968 e subsídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu.* Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Castro, Ivo. 1988a. «A criação da Equipa Pessoa», *Revista da Biblioteca Nacional* 2, 3 (3), 141-154.

Castro, Ivo. 1988b. «Apresentação da edição crítica do 'Guardador de Rebanhos'». In Amos Segala e Giuseppe Tavani (eds.), *Littérature Latino-Americaine et des Caraïbes du XXe*

siècle. Théorie et Pratique de l'Edition Critique. Roma: Bulzoni, 221-226.

Castro, Ivo. 1988c. «Contribuição para a bibliografia de Frei Jerónimo Baía», *Claro-Escuro* 1, 95-105.

Castro, Ivo. 1988d. «Karl Pietsch e a sua edição dos 'Spanish Grail Fragments'». In Manuel Ariza, Antonio Salvador e Antonio Viudas (eds.), *Actas del I Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española (Cáceres, 1987)*, vol. II. Madrid: Arco-Libros, 1123-1129.

Castro, Ivo. 1988e. «Nota prévia». In Álvaro de Campos, *A Passagem das Horas*. Edição de Cleonice Berardinelli. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, IX-XIII.

Castro, Ivo. 1988f. «Ortographe et adrénaline», *La Quinzaine Littéraire* 519, 23.

Castro, Ivo. 1988g. «Os estudos de lexicografia em Lisboa». In Ramón Lorenzo (ed.), *Coloquio de Lexicografía. 27 e 28 de febreiro e 1º de marzo de 1986*. Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico,193-197 (= *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Anexo 29).

Castro, Ivo. 1988h. «Remarques sur la tradition manuscrite de l' 'Estoire del Saint Graal'». In Dieter Kremer (ed.), *Homenagem a Joseph M. Piel*. Tübingen: Max Niemeyer, 195-206.

Castro, Ivo (ed.). 1988i. *Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel*. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras.

Castro, Ivo. 1988j. «Uma nova edição da 'Demanda do Santo Graal'». In Joseph Maria Piel e Irene Freire Nunes (eds.), *A demanda do Santo Graal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, IX-XXV.

Castro, Ivo. 1989a. «História da Língua/Ensino da Língua». In AA.VV., *Actas do Congresso sobre a Investigação e Ensino do Português (Lisboa, 1987).* Lisboa: ICALP, 95-104.

Castro, Ivo. 1989b. «O charme discreto da ortografia», *Letra* 3 123-134 (Anais do I Congresso Internacional da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro - 1987).

Castro, Ivo. 1989c. «Uma recordação de Rodrigues Lapa», *Seara Nova* fev., 41.

Castro, Ivo. 1990a. «A casa a meio do outeiro». In Maria da Aparecida Santilli (coord.), *Actas do IV Congresso Internacional de Estudos Pessoanos* (São Paulo, 1988), vol. I. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 343-349.

Castro, Ivo. 1990b. «A investigação antroponímica em Portugal». In Dieter Kremer (ed.), *Dictionnaire historique des noms de famille romans. Actes du 1er. colloque (Trèves, 1987).* Tübingen: Max Niemeyer, 10-13.

Castro, Ivo. 1990c. «Carolina Michaëlis e a arte de erguer monumentos». In Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Cancioneiro da Ajuda*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, I-S.

Castro, Ivo. 1990d. «Edição Crítica de Pessoa: o modelo editorial adoptado». In AA.VV., *Um Século de Pessoa. Encontro Internacional do Centenário de Fernando Pessoa (Lisboa, 1988)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 30-39.

Castro, Ivo. 1990e. *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Castro, Ivo. 1990f. «Nota prévia». In Fernando Pessoa, *Poemas de Álvaro de Campos*. Edição de Cleonice Berardinelli. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 9-11 (Edição Crítica de Fernando Pessoa: série maior).

Castro, Ivo. 1991a. «A língua portuguesa no tempo e no espaço». In AA.VV., *Falar Melhor, Escrever Melhor*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 53-89.

Castro, Ivo. 1991b. «Luís Filipe Lindley Cintra (notícia bio-bibliográfica)», *Revista Internacional da Língua Portuguesa* 5/6, 242-245.

Castro, Ivo. 1991c. «Ortografia portuguesa», AA.VV., *Falar Melhor, Escrever Melhor*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 361-399.

Castro, Ivo, Rita Marquilhas e J. Léon Acosta. 1991. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Castro, Ivo. 1992a. «A paisagem como palimpsesto, no território da 'Notícia de Torto'». In Hélder Godinho (org.), *A Imagem do Mundo na Idade Média. Actas do Colóquio Internacional.* Lisboa: ICALP, 63-71.

Castro, Ivo. 1992b. «Camilo, questões de génese». In Cleonilce Berardinelli, Gilda Santos e Teresa Cristina Cerdeira (orgs.), *Singularidades de uma cultura plural. XIII Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal - Sector de Literatura Portuguesa, 52-60.

Castro, Ivo. 1992c. «Enquanto os escritores escreverem... (Situação da crítica textual moderna)». In AA.VV., *Actas do IX Congresso Internacional da ALFAL (agosto de 1990)*, vol. I. Campinas: Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Estudos da Linguagem, 97-127.

Castro, Ivo. 1992d. «Nota sobre esta edição». In Fernando Pessoa, *Poemas de Álvaro de Campos*. Edição e introdução de Cleonice Berardinelli. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 311-315 (Edição Crítica de Fernando Pessoa).

Castro, Ivo, João Dionísio, José Nobre da Silveira e Luís Prista. 1992e. «'Eliezer'. Ascensão e queda de um romance pessoano», *Revista da Biblioteca Nacional* 2, 7(1), 75-136.

Castro, Ivo. 1993a. «A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro», *Biblos* 49, 97-106.

Castro, Ivo. 1993b. «Celso Cunha, o não-gramático», *Confluência* 5, 23-28.

Castro, Ivo. 1993c. «Cintra, Luis Filipe Lindley», «Demanda do Santo Graal», «História de Vespasiano», «Livro de José de Arimateia», «Livro de Esopo», «Matéria de Bretanha», «Merlim». In Giuseppe Tavani e Giulia Lanciani (dirs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Castro, Ivo. 1993d. «Geografia e história da língua portuguesa», *Noesis* 26, 23-25.

Castro, Ivo. 1993e. «Intenções finais e mais intenções». In Cleonice Berardinelli e Ivo Castro, *Defesa da Edição Crítica de Fernando Pessoa*. Lisboa: [s.n.], 35-99.

Castro, Ivo. 1993f. «Reler Cintra», *Revista Lusitana*, nova série, 11, 141-144.

Castro, Ivo. 1994a. «Camilo: génese e edição». In Aníbal Pinto de Castro (org.), *Congresso Internacional de Estudos Camilianos. 24-29 de Junho de 1991. Actas.* Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, 75-88.

Castro, Ivo. 1994b. «La mano que habla al cerebro», *Substratum* II, 4, 65-91.

Castro, Ivo. 1995a. «A isoglossa de Tordesillas», *Revista de Filología Románica* 11-12, 51-62.

Castro, Ivo. 1995b. «José de Azevedo Ferreira», *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 13, 96-98.

Castro, Ivo. 1995c. «O retorno à Filologia». In Celso Ferreira da Cunha, Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira (org.), *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 511-520.

Castro, Ivo. 1995d. «Os inícios da edição crítica de Fernando Pessoa». In Ramón Lorenzo (org.), *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas. Vol. VIII: Historia da Lingüística e da Filoloxía Románicas. Traballos en curso e programas de investigación nacionais e internacionais*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 843-850.

Castro, Ivo, João Dionísio, José Nobre da Silveira e Luís Prista. 1995. «'Eliezer': ascensão e queda de um romance pessoano», *Antico-Moderno* 1, 195-208.

Castro, Ivo, Manuela Barros Ferreira e Rita Marquilhas. 1995. *Proposta de Convenção Ortográfica Mirandesa*. Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

Castro, Ivo, Manuela Vasconcelos, Luiz Fagundes Duarte, João Dionísio, Joaquim Mendes, Luís Prista e José Nobre da Silveira. 1995. «Poemas para Cleonice». In Gilda Santos, Jorge Fernandes da Silveira e Teresa Cristina Cerdeira da Silva (orgs.), *Cleonice. Clara em sua Geração*. Rio de Janeiro: UFRJ, 186-206.

Castro, Ivo. 1996a. «A isoglossa de Tordesillas». In Ana Maria Galano, Graça Capinha e Leonardo Fróes (org.), *Língua Mar. Criações e confrontos em português*. Rio de Janeiro: Funarte, 27-40.

Castro, Ivo (ed.). 1996b. José Tavares de Macedo, *Obras Inéditas. Ensaio sobre o estudo histórico das línguas. Elementos de Grammatica Portugueza*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

Castro, Ivo. 1996c. «Os ossos de Camões». In Inês Duarte e Isabel Leiria (org.), *Congresso Internacional sobre o Português,* vol. II. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 403-409.

Castro, Ivo. 1996d. «Para uma história do português clássico». In Inês Duarte e Isabel Leiria (org.), *Congresso Internacional sobre o Português,* vol. II. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 135-150.

Castro, Ivo (ed.). 1997a. *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 2 vols. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

Castro, Ivo. 1997b. «Filologia», «Manuel Rodrigues Lapa», *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. II. Lisboa: Verbo.

Castro, Ivo. 1997c. «Matéria de Bretanha». In Isabel Allegro de Magalhães (coord.), *História e Antologia da Literatura Portuguesa. Séculos XIII-XIV*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 16-20.

Castro, Ivo. 1997d. «O Livro de José de Arimateia». In Isabel Allegro de Magalhães (coord.), *História e Antologia da Literatura Portuguesa. Séculos XIII-XIV*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 39-43.

Castro, Ivo. 1997e. «Parole d'auteur contre parole de dossier: sémiotique de l'archive chez Fernando Pessoa», *Génésis* 10, 59-72.

Castro, Ivo e Paula Mendes. 1997. «O *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos (DRA)* de Leite de Vasconcellos», *Revista Lusitana*, nova série, 16, 91-117.

Castro, Ivo. 1998a. «Lusofonia», *Discursos* 15, 68-77.

Castro, Ivo. 1998b. «O fragmento galego do 'Livro de Tristan'». In Dieter Kremer (ed.), *Homenaxe a Ramón Lorenzo*, vol. I. Vigo: Galaxia, 135-149.

Castro, Ivo, Teresa Amado, Cristina Almeida e Paula Morão (coords.). 1998. *Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional (Edição electrónica – CD-ROM).

Castro, Ivo. 1999a. «A fascinação dos espólios», *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional* 5, 161-166.

Castro, Ivo. 1999b. «Enrico Molteni», «Oskar Nobiling», «José Joaquim Nunes», «Ramón Menéndez Pidal», *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. III. Lisboa: Verbo.

Castro, Ivo. 1999c. «Filologia do texto pessoano». In Pál Ferenc (ed.), *Actas do Congresso Internacional organizado por motivo dos vinte anos do Português no Ensino Superior*. Budapeste: Departamento de Português da Universidade Eötvös Loránd, 95-106.

Castro, Ivo (ed.). 1999d. José Leite de Vasconcelos, *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos. Letra A (A-Azurareira)*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Inédito (http://alfclul.clul.ul.pt/clulsite/DRA/).

Castro, Ivo. 1999e. «Relação entre a investigação e o ensino universitário». In Leonel Ribeiro dos Santos, Luísa Leal de Faria e Maria Helena Mira Mateus (coord.), *A Faculdade de Letras em debate*. Lisboa: Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 91-93.

Castro, Ivo. 2000. «Rodrigues Lapa e as origens do romance de cavalaria em Portugal». In AA.VV., *Filologia, literatura e linguística. Colóquio internacional, Curia, 1997. Comemorações do centenário do nascimento do Professor Doutor Manuel Rodrigues Lapa*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 145-156.

Castro, Ivo (coord.). 2001a. *Agenda 2001 – A nossa magna língua portuguesa.* Lisboa: Instituto Camões.

Castro, Ivo. 2001b. «Apresentação». In Heitor Megale, *A Demanda do Santo Graal. Das origens ao códice português*. São Paulo: Ateliê Editorial, 15-19.

Castro, Ivo. 2001c. «Diversidade Linguística». In Maria Helena Mira Mateus (coord.), *Mais Línguas, Mais Europa*. Lisboa: Colibri, 23-25.

Castro, Ivo (ed.). 2001d. Fernando Pessoa, *Poemas de Fernando Pessoa. 1921-1930,* vol I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Edição Crítica de Fernando Pessoa).

Castro, Ivo (dir.). 2001e. *História da Língua Portuguesa em linha*. Centro Virtual Camões. Instituto Camões (http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/index.html).

Castro, Ivo. 2001f. «La Materia di Bretagna in Portogallo». In L. S. Picchio (ed.), *Il Portogallo. Dalle origini al Seicento*. Firenze: Passigli, 195-205.

Castro, Ivo. 2001g. «Metodologia do Aparato Genético». In Manuel Simões, Ivo Castro e João David Pinto-Correia (eds.), *Memória dos Afectos. Homenagem da Cultura Portuguesa a Giuseppe Tavani.* Lisboa: Colibri, 69-81.

Castro, Ivo e Luís Prista (coords.). 2001. *Memória da Língua*. Biblioteca Nacional (http://purl.pt/401/1/lingua/lingua.html).

Castro, Ivo, Rita Marquilhas e Cristina Albino. 2001. *O Tempo da Língua.* Exposição. Instituto Camões (http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/exposicoes-virtuais/o-tempo-da-lingua.html).

Castro, Ivo. 2002a. «A língua de Cleonice». In Izabel Margato (ed.), *Cleonice Berardinelli*. Lisboa: Instituto Camões, 230-240.

Castro, Ivo. 2002b. *Galegos e Mouros*. Lisboa: Colibri / Centro de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa.

Castro, Ivo (ed.). 2002c. José Leite de Vasconcelos, *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos. Letra B (Baba-Buzio)*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Inédito.

Castro, Ivo (ed.). 2002d. José Leite de Vasconcelos, *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos. Letra C (Ca-Cuzudo)*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Inédito.

Castro, Ivo. 2002e. «Sobre a edição do *Livro de José de Arimateia*». In Leonor Curado Neves, Margarida Madureira e Teresa Amado (eds.), *Matéria de Bretanha em Portugal*. Lisboa: Colibri, 59-68.

Castro, Ivo. 2002f. «Sur le bilinguisme littéraire castillan-portugais». In Luísa Bras de Oliveira (ed.), *La littérature d'auteurs portugais en langue castillane*. Lisboa / Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 11-23 (Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol. XLIV).

Castro, Ivo e Enrique Rodrigues-Moura. 2002. «Auto-retrato de Leite de Vasconcelos». In Ivo Castro e Inês Duarte (orgs.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 197-202.

Castro, Ivo. 2003a. «Abelaira, Pessoa e os Gramáticos». In Giorgio de Marchis (org.), *Criação e Crítica. Homenagem de 8 poetas e 8 ensaístas a Giulia Lanciani*. Lisboa: Caminho, 65-76.

Castro, Ivo. 2003b. «História da Língua Portuguesa». In José Tengarrinha (dir.), *Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais (2002)*, vol. II. Cascais: Câmara Municipal / Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 17-26.

Castro, Ivo. 2003c. «O linguista e a fixação da norma». In Amália Mendes e Tiago Freitas, *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Porto, 2002)*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 11-24.

Castro, Ivo. 2003d. «Werner Thielemann (ed.) (2001), 'Século XVIII: Século das Luzes. Século de Pombal'» - recensão, *Revista Portuguesa de Filologia* 24, 2001-2002 [2003], 353-357.

Castro, Ivo e Inês Duarte (orgs.). 2003. *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Castro, Ivo. 2004a. «A antiga documentação de Portugal [mesa redonda]». In Tiago Freitas e Amália, Mendes (eds.), *Actas do XIX Encontro Anual da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 47-83.

Castro, Ivo. 2004b. «A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro». In Ana Boullón Agrelo (ed.), *Novi te ex nomine. Estudos filolóxicos ofrecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer.* Coruña: Fundación Barrié, 245-256.

Castro, Ivo. 2004c. «A primitiva produção escrita em português». In José Maria Fernández Catón (ed.), *Orígenes de las lenguas romances en el Reino de León. Siglos IX-XII*, vol II. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 69-97.

Castro, Ivo. 2004d. «Autógrafos e génese textual na literatura galega». In Rosario Álvarez e Antón Santamarina (eds.), *(Dis)cursos da escrita. Estudos de filoloxia galega ofrecidos en memoria de Fernando R. Tato Plaza*. Coruña: Fundación Barrié, 71-79.

Castro, Ivo (ed.). 2004e. Fernando Pessoa, *Poemas de Fernando Pessoa. 1931-1933.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Edição Crítica de Fernando Pessoa).

Castro, Ivo. 2004f. «Galegos e Mouros». In Rosario Alvares Blanco, Francisco Fernández Rei e Antón Santamarina (eds.), *A Lingua Galega: Historia e Actualidade*, vol. IV. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, 3-20.

Castro, Ivo. 2004g. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.

Castro, Ivo. 2004h. «Prefácio». In Naidea Nunes, *Palavras doces. Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira.* Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Governo Regional da Madeira.

Castro, Ivo. 2005a. «Acordos Ortográficos», «Língua Portuguesa». In Fernando Cristóvão (dir.), *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto, 24, 607-8.

Castro, Ivo. 2005b. «Convergências e Divergências no Espaço da Língua Portuguesa. Comentário». In AA.VV., *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Lisboa: Gulbenkian, 279-282.

Castro, Ivo. 2005c. «Mais sobre antroponímia luso-brasileira: dados cariocas». In Maria Aldina Marques (ed.), *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: Universidade do Minho, 45-52.

Castro, Ivo. 2006a. «A *Demanda do Santo Graal* e as suas edições», *Revista Portuguesa de Filologia - Miscelânea de Estudos in memoriam José G. Herculano de Carvalho* 25, I, 125-144.

Castro, Ivo. 2006b. «Escrita bordada». In Gilda Santos e Gilberto Velho (eds.), *Artifícios e Artefactos. Entre o literário e o antropológico*. Rio de Janeiro: 7Letras, 51-62, 193-196.

Castro, Ivo. 2006c. «'Fallar' e a tradição peninsular da 'Demanda'», *Santa Barbara Portuguese Studies,* 6 (2002), 262-271.

Castro, Ivo. 2006d. *Introdução à História do Português*. Segunda edição revista e muito ampliada. Lisboa: Colibri.

Castro, Ivo. 2006e. «Norma linguística e ensino do português», *Caderno Escolar. Pensar a escola* 3, 30-34.

Castro, Ivo. 2006f. *Storia della Lingua Portoghese*. Roma: Bulzoni.

Castro, Ivo. 2006g. «Verdades pessoanas», *Prelo* 1, 54-65.

Castro, Ivo. 2007a. «A língua». In António Reis (ed.), *Retrato de Portugal*. Lisboa: Instituto Camões / Temas e Debates, 101-113.

Castro, Ivo (ed.). 2007b. Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição.* Edição genética e crítica de Ivo Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Colecção Filologia Portuguesa).

Castro, Ivo. 2007c. «Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa» – conferência. Institut d'Estudis Catalans, Barcelona, 16/3/2007 (Inédito. http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2007_Unio_e_Separao.pdf).

Castro, Ivo. 2007d. «Geografia e storia della lingua portoghese», *Quaderni del Premio Letterario Giuseppe Acerbi*. *Letteratura del Portogallo* 8, 40-42.

Castro, Ivo. 2007e. «Josefes caminha sobre as ondas», *eHumanista. Journal of Iberian Studies* 8 (http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/index.shtml).

Castro, Ivo. 2007f. «Lampadário de Palavras». In Ângela Correia e Cristina Sobral (eds.), *II Congresso Virtual do DLR. Edição de Texto* (http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2007_Lampadrio_de_palavras.pdf).

Castro, Ivo. 2007g. «Uma língua que veio de longe». In Marcello Dantas (org.), *Lusa. A Matriz Portuguesa*, vol. II. São Paulo: Mag Mais Rede Cultural, 110-119.

Castro, Ivo. 2008a. «A casa fechada». In Rosa Maria Goulart, Maria do Céu Fraga e Paulo Meneses (eds.), *O Trabalho da Teoria*. *Actas do colóquio de homenagem a Vítor Aguiar e Silva (2007)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 111-120.

Castro, Ivo. 2008b. «A importância da rasura no manuscrito de 'Amor de Perdição'». In Margarida Braga Neves e Maria Isabel Rocheta (eds.), *O Domínio do Instável. A Jacinto do Prado Coelho.* Porto: Caixotim, 161-180.

Castro, Ivo. 2008c. «Galiza no espaço cultural e simbólico da Lusofonia», *Grial* 46, 80-89.

Castro, Ivo. 2008d. «O português, de Compostela ao Atlântico Sul». In Giulia Lanciani (ed.), *Da Roma all'Oceano. La lingua portoghese nel mondo*. Roma: La Nuova Frontiera, 13-16.

Castro, Ivo. 2008e. «Prefácio». In António Vieira, *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício. Edição de Ana Paula Banza*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vii-ix.

Castro, Ivo, Yara Frateschi Vieira e Enrique Rodrigues-Moura. 2008. «Cartas a três (Carolina Michaëlis entre Leite e Schuchardt)», *O Arqueólogo Português*, IV, 26, 451-470.

Castro, Ivo. 2009a. «A casa fechada», *Escritos. Revista do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa* 3, 3, 23-36.

Castro, Ivo. 2009b. «Editando o 'Livro de José de Arimateia'», *Filologia e Linguística Portuguesa* 10-11, 345-364.

Castro, Ivo. 2009c. «Galicia no espazo cultural da Lusofonía». In Henrique Monteagudo (ed.), *Sociedades plurilingües: da identidade á diversidade*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 219-252.

Castro, Ivo. 2010a. «Filologia Pessoana». In Brunello De Cusatis (ed.), *Studi su Fernando Pessoa*. Perugia: Urogallo, 75-89.

Castro, Ivo. 2010b. «Notas sobre a língua do 'Livro de como se fazen as cores' (ms. Parma 1959)». In Luís Urbano Afonso (ed.), *The Materials of the Image. As Matérias da Imagem.* Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste da Universidade de Lisboa, 87-96 (Série Monográfica Alberto Benveniste, 3).

Castro, Ivo. 2011a. «Forces d'unió i separació en l'espai de la llengua portuguesa». In Joan Argenter (ed.), *La gestió interestatal de les llengues transfrontereres*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans / Càtedra UNESCO de Llengües i Educació, 55-66.

Castro, Ivo. 2011b. «Língua de Camões». In Vítor Manuel de Aguiar e Silva (dir.), *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Caminho, 461b-469a.

Castro, Ivo e Yara Frateschi Vieira. 2011. «Ideias e opiniões seladas: diálogo entre Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis sobre o galego-português», *Floema* 5, 5 (2009), 83-102.

Castro, Ivo (ed.). 2012a. Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Edição Crítica de Camilo Castelo Branco).

Castro, Ivo. 2012b. «Emendas em curso de escrita». In Armanda Costa e Inês Duarte (eds.), *Nada na linguagem lhe é estranho*. *Homenagem a Isabel Hub Faria*. Porto: Afrontamento, 423-432.

Castro, Ivo. 2012c. «From print to script». In João Dionísio (ed.), *Private: do (not) enter. Personal Writings and Textual Scholarship*. Rodopi: Amsterdam/New York, 135-143 (Variants, 8).

Castro, Ivo. 2013a. «Adolfo Coelho». In Sérgio Campos Matos (org.), *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo.* (http://dichp.bnportugal.pt/)

Castro, Ivo. 2013b. *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Edição crítica de Fernando Pessoa. Estudos).

Castro, Ivo. 2013c. *Historia de la lengua portuguesa*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo (Serie traducciones, VII).

Castro, Ivo. 2013d. «Formação da língua portuguesa». In Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Seguro, Amália Mendes. *Gramática do Português,* I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5-14.

Castro, Ivo. 2014a. «Die portugiesische Sprache: Vergangenheit, Gegenwart und Zukunft». In Isabel Azevedo e Enrique Rodrigues-Moura. *Portugal. 40 Jahre Demokratie*. Graz: Universidade de Graz, 18-23.

Castro, Ivo. 2014b. «Quantas horas tem um dia triunfal?». *Estranhar Pessoa*, 1, 13-25.

Castro, Ivo. 2015a. «A nova ortografia tem 25 anos». *Diacrítica,* 29/1, 499-508 (In Memoriam José de Azevedo Ferreira).

Castro, Ivo (ed.). 2015b. *Obra essencial de Fernando Pessoa.* 9 volumes. Lisboa: Aletheia.

Castro, Ivo. 2015c. Fernando Pessoa. *Poemas de Alberto Caeiro.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Edição crítica de Fernando Pessoa. Série maior, 4).

Castro, Ivo. 2015d. «The Manuscript Tradition of the *Regula Benedicti* in Portuguese», *Portuguese Studies*, 31, nº 2, 2015, 196-209.

Castro, Ivo e Enrique Rodrigues-Moura (eds.). 2015. *Hugo Schuchardt / José Leite de Vasconcellos. Correspondência*. Bamberg: University of Bamberg Press (= Bamberger Editionen 16).

Castro, Ivo. 2016. «Glórias Centenárias». In Gilda Santos e Paulo Motta Oliveira (orgs.), *Genuína Fazendeira. Os frutíferos 100 anos de Cleonice Berardinelli*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 309-316.

Castro, Ivo e Raquel Oliveira (eds.) . 2016. Camilo Castelo Branco, *Memórias do Cárcere.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Castro, Ivo. 2017. *A Estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Castro, Ivo. 2017. «Os de Vasconcelos». In Marta Negro Romero, Rosario Álvarez, Eduardo Moscoso Mato (eds.), *Gallaecia. Estudos de linguistica portuguesa e galega.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 61-93.

Castro, Ivo e Carlota Pimenta (eds.). 2017. Camilo Castelo Branco, *Novelas do Minho.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Castro, Ivo, Enrique Rodrigues-Moura e Anabela Leal de Barros (eds.). 2017. *A fénix renascida ou obras poéticas dos melhores engenhos portugueses.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ivo Castro e João Paulo Silvestre. 2017. José Leite de Vasconcelos, *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. (http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/dra/).

Castro, Ivo. 2018. «Longos apelidos antigos». In Isabel Seara, Isabelle Simões Marques e Isabel Sebastião (eds.). *Discurso(s) de Cumplicidade(s). Homenagem a Fernanda Menéndez*, Lisboa: Húmus, 23-32.

Castro, Ivo. 2019. *O Legado de Leite de Vasconcelos na Universidade de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

1. A demanda da ortografia mirandesa: entre a norma, a convenção e o florescimento

António Bárbolo Alves

Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro[2]

A língua mirandesa começou a escrever-se em finais do século XIX. A primeira «proposta» ortográfica foi esboçada por Aniceto R. Gonçalves Viana, em 1894. Em 1900 e 1901, Leite de Vasconcelos publicou os seus *Estudos*, nos quais se iniciou uma tradição foneticista que sobrecarregava a representação gráfica, prejudicava a reprodução e dificultava o acesso ao texto. Ao longo do século XX os poucos «escritores» seguiram as pisadas do filólogo, esforçando-se por guardar uma transcrição foneticista. Tal preocupação traduziu-se em poucas vantagens e muitos prejuízos. Em 1993, iniciaram-se os trabalhos tendentes à elaboração de uma *Convenção* nos quais participaria, muito determinantemente, Ivo Castro. «A demanda da ortografia mirandesa», tomando de empréstimo um título ao professor Ivo Castro, pretende traçar a história da ortografia mirandesa, da sua procura, da forma como os falantes e escreventes do mirandês aceitaram e se reviram nos critérios então definidos, e ainda aduzir alguma atestação documental que tenha entretanto vindo confirmar algumas opções tomadas.

Palavras-chave: mirandês, ortografia, norma linguística.

1. Introdução

Na conhecida obra organizada, entre outros, pelo professor Ivo Castro, *A demanda da ortografia portuguesa*, podemos ler, como subtítulo, «*Comentário ao acordo ortográfico de 1986 e subsídios para a Questão que se lhe seguiu*» (Castro *et al*. 1997).

No nosso imaginário e na nossa cultura não é necessário um grande esforço para encontrar o alcance semântico da palavra «*Questão*» – grafada com maiúscula – muito embora, na Apresentação, o professor Ivo Castro se refira a ela sobretudo na vertente de um «fenómeno de comunicação social».

[2] Projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito do Centro de Estudos em Letras (CEL), com a referência nº UID / LIN / 00707/2016.

Contudo, o objetivo desta comunicação não é a «Questão» (ou questões) em torno da ortografia da língua mirandesa que, em bom rigor, também existiu[3], mas que, por falta de dimensão ou de coragem (aquela que não faltou à Geração de 70), não conduziu a nenhuma renovação (mas que também não levou ao aparecimento de nenhum grupo de vencidos da vida!). Pretendo, em primeiro lugar, deixar algumas luzes sobre a cronologia dessa demanda e, em segundo, justificar (e merecer) as dedicatórias que, em 1995, o mesmo professor Ivo Castro me deixou, no livro citado, chamando-me «companheiro de outras demandas», e a que a professora Rita Marquilhas, na sua conhecida obra *Norma Gráfica Setecentista…*, com a sua desconcertante simplicidade, me escreveu: «de uma reles 'portuguesa' que só sabe falar fidalgo».

Tive, pois, o prazer de participar na elaboração da *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, com os professores Ivo Castro, Rita Marquilhas, entre outros co-autores que, entre 1994 e 1999, se dedicaram a essa tarefa e a essa «demanda» que foi a de tentar codificar uma língua classificada como em vias de extinção. Mas desta história mais recente falarei um pouco mais à frente. Para já, façamos uma pequena resenha histórica e diacrónica antes de chegar à referida «*Convenção…*».

2. História da ortografia mirandesa

O mirandês é uma língua natural, desenvolvida e transmitida, ao longo de séculos, dentro de uma comunidade específica, a comunidade mirandesa, através da oralidade. À semelhança da divisão que Giuseppe Tavani faz para a língua portuguesa, podemos dizer que a história da ortografia da língua mirandesa tem também três momentos (Tavani 1997). O primeiro, baseado na tradição e caraterizado por uma certa conexão entre a escrita e a pronúncia, abraça os séculos que vão desde que a língua, separando-se do latim e das restantes variedades que formam o *continuum* linguístico asturo-leonês, foi deixando as suas marcas e testemunhos em diferentes suportes, tais como os testamentos, os contratos notariais, a epigrafia, e muitos outros documentos feitos pela mão de todos quantos, sendo oriundos da região, deixaram aí as marcas da língua

[3] Refiro-me, por exemplo, à «questão» do sendinês, que deu origem à 1.ª adenda, e também à tentativa, fechada e discriminatória, de uma autointitulada «Quadrilha», de rever a Convenção. Estes textos podem ainda ser consultados online em http://cumbencon2009.blogspot.pt (consultado em 31.07.2018).

que falavam, ou que, não o sendo, tentaram reproduzir na escrita as palavras e as formas que ouviam.

Esta fase duraria até finais do século XIX, sendo uma espécie de pré-demanda, à qual também podemos chamar «período fonético», uma vez que quem escrevia não procurava seguir uma norma, mas apenas representar os sons da forma que lhe parecia mais adequada. É nesta situação que, em meu entender, devemos também integrar os registos e documentos, mesmo posteriores, mas que nunca tiveram nenhuma preocupação em seguir qualquer norma ou convenção ortográfica. Aqui englobamos, por exemplo, o Teatro Popular Mirandês, mas também a chamada Literatura de Cordel, sobretudo naquilo que é conhecido por «folhas volantes», que se produziram e se venderam, em feiras ou levadas de porta em porta, até meados do século XX.

O segundo momento, iniciado por José Leite de Vasconcelos, em finais do século XIX, embora sem descurar a questão fonética (ele próprio dizia que adotava uma «ortographia fonética») (Vasconcelos 1901: 31), baseia-se na etimologia e é caraterizado pela proliferação de sinais diacríticos, que procuravam representar o mais fielmente possível a fala que os escritores ouviam ou que era a sua.

Esta fase começa com a «descoberta do mirandês», no final do século XIX, à qual se seguiu um período áureo e exuberante, que duraria poucos anos, logo esmorecendo e reaparecendo em breves períodos do século XX.

Foi nesse final de centúria que um grupo de linguistas e de falantes do mirandês, na sequência, entre outras motivações, dos votos formulados no encerramento do *Encontro Regional de Associação Portuguesa de Linguística,* que teve lugar em Miranda do Douro em setembro de 1993, se juntaram, com o apoio do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e da Câmara Municipal de Miranda do Douro, para estabelecer as normas da *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa,* inaugurando desta forma o terceiro período, caraterizado pela existência de regras ortográficas, na base de uma «convenção» (e não de uma «norma», embora seja vista como tal), e que esteve na origem de um novo período de florescimento da língua.

3. Antecedentes históricos

Como referido, o primeiro período da história da ortografia mirandesa não pode ainda merecer o nome de demanda, uma vez que os amanuenses e outros escritores

que deixaram, em língua vernácula, as marcas daquilo que viria a ser chamado mirandês mais não fizeram que representar os sons que não existiam em português ou, primeiramente, em latim, do modo que lhes parecia mais fiel.

Contudo, dado que um dos princípios gerais da *Convenção Ortográfica*, de 1999, é justamente a «continuidade da tradição gráfica», que assenta «na mais antiga tradição na língua», é forçoso convocar para esta «narrativa» as marcas impressas nesses documentos, ainda que arredadas dos caminhos da «busca ortográfica», e mesmo sem esquecer que estamos a falar de uma história oral que, neste caso, vive paredes-meias com os registos escritos.

Por outro lado, desde a descoberta da língua mirandesa que os primeiros investigadores se interessaram pela procura das raízes históricas que atestassem a continuidade dos dados sincronicamente verificáveis.

Foi neste trabalho que se lançou, primeiramente, Leite de Vasconcelos, apresentando alguns desses documentos nos dois volumes dos *Estudos* e manifestando a esperança de um dia encontrar «em cartorios públicos e particulares da Terra-de-Miranda» um «maior número de palavras mirandesas» (Vasconcelos 1901: 25). É desta pesquisa que nos dá conta no volume IV dos seus *Opúsculos,* obra editada em 1929. Mas são apenas cerca de cinquenta palavras sobre o «mirandês arcaico», dos séculos XVI a XIX, «resultados muito diminutos», na avaliação do próprio filólogo.

Seria necessário esperar pelos trabalhos de António Maria Mourinho para que esta investigação tivesse continuidade. São vários os registos em que Mourinho informa sobre os documentos que «tem em seu poder», provenientes dos arquivos paroquiais, mas também do Mosteiro de Moreruela, a norte de Zamora, ao qual pertenceu grande parte da Terra de Miranda, e ao Arquivo Nacional de Simancas, nos quais se encontram inúmeros mirandesismos. No entanto, seja pelo mal que persegue sistematicamente os homens de ciência, que é a falta de tempo, seja porque alguns destes documentos se «perderam» ou foram desviados do seu Arquivo Pessoal, poucos foram publicados e poucos fazem parte do seu Arquivo, no qual trabalhei, como investigador, durante três anos.

Aqui encontramos apenas a reprodução de cerca de meia dezena de documentos medievais, para além de vinte e nove peças do chamado Teatro Popular Mirandês. E são estes alguns dos textos, muitas vezes esquecidos, que constituem justamente um

dos documentos mais importantes da história da língua mirandesa. Fazendo a ponte com as representações teatrais possivelmente anteriores ao nosso Gil Vicente, e constituindo um dos fios da tradição linguística e cultural que contribuiu para a construção de uma entidade singular, a Terra de Miranda, eles integram justamente um dos pilares da sua identidade.

Nesta ponte encontramos textos onde convergem as dramaturgias da chamada escola vicentina (como Baltazar Dias, António Cândido de Vasconcelos, António Pires Gonge, Afonso Álvares, entre outros); os romances e tradições peninsulares e europeias, cristalizados em dramaturgias onde subsistem, de forma palimpséstica, alguns dos tópicos e mitos da nossa cultura (*A vida de Roberto do Diabo*, a *Imperatriz Porcina*, *A tragédia do Marquez de Mântua* ou *Os sete Infantes de Lara*); mas também os textos de autores locais (*A pintura de S. Brás*, *Um dia de Inverno*, *Trovas de Carnaval*), nos quais sobressaem o colorido da linguagem, os costumes, o castiço mais genuíno da cultura popular mirandesa.

Eis, de forma muito sumária, algumas das informações que podemos retirar a partir da edição, por mim feita, do Teatro Popular Mirandês, recolhido por António Maria Mourinho (Alves 2009):

> a) formas incorretamente grafadas, mas com uma ortografia expectável em textos de caráter popular: com transcrição da pronúncia (*iternamente, abunadas, aculhimento, idulatrada)*; com eliminação do agá no início da palavra (*averá, orrenda, orrendo, orror*); com ligação dos pronomes pessoais às formas verbais (*xamalhe, peçobos)*;
>
> b) variação gráfica espelhando mudanças fonéticas/fonológicas antigas: *gerarquia*, *assenar*, *prossições*;
>
> c) pronúncia nortenha (e também mirandesa) com troca de [ß] por [v]: *beludo*, *tibera*, *benera*, *ataba*, *beio*, mas também *acavemos, acavando*;
>
> d) alternância *im*/*em*: *emperador*; *empostor*, *infermos*; *inssopada*;
>
> e) dissimilação: *hipocresia*;
>
> f) assimilação ou alternância *a*/*e*: *lember* (cf. com [e] por [a] latino, mir. *beilar*, *beiladeira*);
>
> g) formas populares resultantes de mudanças fonéticas e analógicas que acabaram por não ter fortuna na língua: *oscultar* (auscultar); *anestias* (amnistias); *desvirar-lhe* (virar-lhe);
>
> h) flexões verbais da oralidade popular: *acabasteis*, *deixasteis*, *despejasteis*, *deiam*;
>
> i) troca de prefixo *ob* por *ab*: *abserva*;
>
> j) mirandesismos (sobretudo nas intervenções do Tonto ou Gracioso): *boubelo* (poupa; mir. atual *boubielha*); *entolhar* (< ANTE OCULUM), que alternava com *antolhar*; *manada* (mir. 'porção de coisas que se pode levar numa mão'); *strefugueiro* (mir. e port. 'pedra a que se encosta a lenha que arde na lareira'); *cocharão* (vd. cast., e mir., *cuchara*);

demudado (mir., e port. ant., *demudar*; cf. port. *mudar* e *mudado*); *perros* (mir.; vd. cast. *perros*); *fertia* (imperf. do v. mir. *fertir*, 'fritar, frigir': do particípio *frito*, mir. *fertir*; cast. *fritir*/*fretir*, cf. lat. FRIGERE > port. *frigir*; cf. port. *fritar*, do particípio FRICTU-);

k) variação ortográfica: *aus*/*aos*, *coidado*/*cuidado*, *cegu*/*cego*, *cazar*/*casar*, *caza*/*casa*, *cazamento*/*casamento*;

l) transferência para a escrita de sons da oralidade popular: *ispozo*, *salbação*;

m) formas verbais populares: *ques* (quis), *fes* (fiz), *des* (diz), *dessera* (dissera), *tendeis* (tendes), *destróia* (destrua), *darás-lhe* (dar-lhe-ás);

n) troca de [v] por [b] (com fenómenos de ultracorreção): *vatizar* (baptizar);

o) uso de *m* para representar vogal nasal: *emteiro* (inteiro), *comtado* (contado), *emsinada* (ensinada);

q) representação por *-s-* da sibilante surda intervocálica, denunciando a provável realização apical surda [ʂ] : *noso* (nosso), *voso* (vosso);

r) representação do ditongo nasal, decrescente, na palavra *muito*, grafado *-on*, correspondendo assim à pronúncia local e também a uma das formas antigas desta palavra: *monto* (muito), *montos* (muitos);

s) grafia de *o* em vez de *u*: *croel* (cruel), *mondo* (mundo), *nomca* (nunca), *croeldade* (crueldade), *Jopiter* (Júpiter);

t) representação da pronúncia real com [i] por [e] ou *e* mudo: *esti* (este), *isclarecida* (esclarecida), *estrelas* (estrelas).

Outra fonte documental, escrita, pouco explorada e em vias de desaparecer, dada a sua fragilidade quer interna quer literária, encontra-se nos chamados «folhetos de cordel» ou «folhas volantes», que constituíram um fenómeno cultural único em toda a Terra de Miranda. A língua dos folhetos é sobretudo a portuguesa. O mirandês foi, até há bem pouco tempo, uma língua exclusivamente oral e os escreventes neste idioma, na esteira aberta por Leite de Vasconcelos, pertenciam a uma certa elite social e, portanto, não eram nem os produtores nem os consumidores principais desta forma de expressão literária. A estes factos, há que acrescentar a inexistência de uma imprensa local que dificultava ou impossibilitava a publicação destes folhetos aos eventuais autores desta região.

Contudo, não podemos dizer que a língua mirandesa esteja completamente ausente. Com efeito, a transmutabilidade destas obras do registo escrito para o oral, e vice-versa, faz com que elas nos apareçam, nos registos orais, impregnadas da língua mirandesa, quer a nível fonético, quer lexical e sintático.

Por último, resta referir outra fonte documental deste período fonético, que são as centenas de Testamentos da região que hoje se encontram quer no Arquivo Municipal

de Miranda do Douro, quer em outros arquivos do país. Sobre eles e sobre a questão ortográfica apresentei recentemente um estudo (Alves e Barros 2016), estando em fase final de edição de um volume de testamentos do século XVIII. Por isso, relembro apenas alguns dados, por exemplo sobre a antroponímia, com base na qual podemos constatar a existência, em registos oficiais, de nomes em mirandês: *Dorteia*, *Zabel*, e outros nomes com palatalização inicial característica do mirandês, como *Lluzia, Llourenço, Lludobina*, mas também muitos outros mirandesismos, com interesse lexical, fonético e morfológico, que atestam a importância destes documentos para o estudo da história da ortografa da língua mirandesa.

Mesmo sabendo que a história da língua mirandesa é sobretudo uma história oral, que requer uma epistemologia específica, a *Convenção Ortográfica* (1999) procurou respeitar a «continuidade da tradição gráfica». Neste particular, e se bem me lembro, foi por proposta do professor Ivo Castro que se adotou escrever com *i* a conjunção copulativa. O principal argumento apresentado foi que ela constituía um elemento diferenciador em relação às línguas vizinhas, uma vez que a tradição gráfica oscilava entre o uso de *i* (em Leite de Vasconcelos e António Mourinho, se bem que Vasconcelos começara por escrever com *e*[4]) e de *e* nos *Bersos mirandeses* de Manuel Preto. Ora, como vamos constatando, o uso do *i*, quer nos Testamentos quer nos textos do TPM é recorrente, pelo que assim podemos aduzir mais este argumento à escolha deste grafema para representar a conjunção copulativa.

4. O período etimológico

O segundo momento da história da ortografia mirandesa tem início em finais do século XIX, após a «descoberta» desta língua por José Leite de Vasconcelos e a consequente tentativa, quer do próprio filólogo quer de um bom punhado de mirandeses, de deixar para os vindouros o registo escrito de um idioma «condenado a desaparecer».

O primeiro impulso duraria cerca de três décadas, tendo o seu epílogo com a publicação dos últimos textos de Leite de Vasconcelos, nomeadamente dos seus *Opúsculos*. Ressurgiria, no entanto, já em meados do século XX, pelas mãos de

[4] Veja-se, por exemplo, o conto «Cristo e S. Pedro», publicado na Revista *El Folk-Lore Andaluz*, datado de junho de 1882.

António Maria Mourinho, sem esquecer o contributo do padre Manuel Preto, cujos *Bersos mirandeses*, publicados postumamente em 1993, constituem também um valioso registo da língua mirandesa e um notável contributo para a existência de uma literatura em mirandês.

Mas, em bom rigor, temos que dizer que a paternidade desta primeira ortografia mirandesa se deve a Leite de Vasconcelos mas também a Gonçalves Viana, que esboçou, em 1894, na *Revista de Educação e Ensino*, a primeira proposta ortográfica, num breve texto introdutório à publicação do *Evangelho de S. Lucas,* numa primeira versão mirandesa, feita por Bernardes Fernando Monteiro[5]. Todavia, a proposta de Gonçalves Viana era bastante simples e talvez por isso Leite de Vasconcelos a tenha sobrecarregado com sinais diacríticos, com justificada preocupação científica, mas com poucas vantagens e muitas dúvidas.

Mas esta dupla paternidade não denega que a publicação do primeiro texto em mirandês se deve a Leite de Vasconcelos. Trata-se do conto «Christo e San Pedro», publicado na revista *El folclore andaluz*, em 1882, mas no qual ainda não encontramos grandes preocupações com a ortografia do mirandês a não ser uma nota sobre a pronúncia do *e* surdo na forma *del* (hoje ortografada *de l*).

A este texto, e ao anúncio, aqui feito, em nota de rodapé, de que preparava «um artigo», segue-se a publicação, ainda nesse mesmo ano, na obra *Tradições populares de Portugal*, do conto «Mêdo», registado em Duas Igrejas, o qual segue naturalmente a inexistência de regras ortográficas, mas a preocupação em anotar algumas características fonéticas diferenciadoras.

Podemos assim dizer que a primeira obra escrita em língua mirandesa foi a pequena coletânea *Flores mirandesas*, cujos objetivos e dificuldades ficam bem claros nas palavras do filólogo (Vasconcelos 1884).

> *Traiendo a lhume este bersos an mirandés, solo tengo an bista dar ũa ideia anque pequeinha, d'aqueilha lhéngua, que se fala na Tierra de Miranda.*
> *La giente cumprende de cierto cumo ye difícil lhebar a cabo este trabalho, porque, nun habendo até hoije ninguas obras screbidas subre la lhéngua mirandesa, senó las mies, you nun podie seguir a naide.*[6]

[5] *Revista de Educação e Ensino,* Paris, Guillard, Aillaud, vol. IX, 1894, pp.151-2 e p. 500. Vemos assim que o nascimento da norma ortográfica mirandesa é contemporâneo das «Bases da ortografia portuguesa» de Gonçalves Viana e Vasconcellos Abreu, de 1885.
[6] Ortografia atualizada segundo a *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*.

Seguir-se-ão os trabalhos no jornal *O Penafidelense*, de julho-agosto do mesmo ano, intitulados «O dialecto mirandês, notas glottologicas», que culminarão nos dois volumes *Estudos de philologia mirandesa*, que continuam a constituir a obra mais sólida de descrição da língua mirandesa.

É por esta altura que, na senda de Vasconcelos, se assiste a uma primeira «explosão» da escrita do mirandês, sobretudo em matéria de traduções. E um dos grandes cultores, talvez o maior ou, pelo menos, o mais copioso, foi Bernardo Fernandes Monteiro (1825?-1906). Natural da Póvoa (Miranda do Douro), começou a publicar os primeiros textos em 1884, animado seguramente por Manuel Ferreira Deusdado, ilustre pedagogo, e talvez também por Gonçalves Viana, que com ele partilhava o mesmo ofício de funcionário da alfândega. As traduções dos quatro Evangelhos, que terão servido a Vasconcelos como base de documentação para os seus trabalhos, nunca foram editadas em conjunto. Mas outros dos seus textos, e são bastantes, encontram-se publicados no jornal *O Mirandez*, no qual encontramos também outros textos, assinados com o pseudónimo «Cavalleiro de Miranda», que deverá ser Ferreira Deusdado, natural de Rio Frio (concelho de Bragança), que foi o único informante de Gonçalves Viana para o seu artigo sobre os dialetos portugueses inserido no número I da *Revista Lusitana* (Viana 1887-1889).

A ortografia seguida por Monteiro segue, naturalmente, as orientações de Gonçalves Viana, inseridas na já citada *Revista de Educação e Ensino*.

Outro dos nomes ligado, historicamente, a esta etapa da língua mirandesa é o do abade Manuel Joaquim Sardinha (1841-1911) ou Manuôl Sardina[7], como normalmente assinava, sendo talvez o primeiro a registar, expressamente, o seu nome em mirandês. Personalidade ímpar, homem de grande cultura, autor de poemas revolucionários e de intervenção, terá sido também um dos primeiros mirandeses a escrever na sua língua. Correspondeu-se com Antero de Quental, que, numa carta ao amigo comum Joaquim de Araújo (organizador da edição poliglota do poema «Zara», que Sardinha traduziu para mirandês) (Quental 1894: 48), datada de 24 de janeiro de 1876, discorre sobre a personalidade de Sardinha e a sua eventual vontade de abandonar o sacerdócio, terminando dizendo que o seu desejo «é que o nosso amigo

[7] Usou também o pseudónimo poético de Manuel Sardenha.

consiga o que pretende, mas não sei se será fácil, porque nesta terra tudo se faz hoje por compadrios».

Para além do poema «Zara», Manuôl Sardina traduziu também um poema de Camões «A uma cativa por nome Bárbola»[8] (Cunha 1893: 307-310), sendo que em ambas as traduções transparece uma ortografia aportuguesada, anterior às orientações de Gonçalves Viana e à «ortografia» de Leite de Vasconcelos. Aliás, é ele próprio que, na última carta dirigida a Leite de Vasconcelos, com quem trocou pelo menos três missivas, nos dá conta desta forma de escrever, «aportuêsada», lamentado-se do desprezo a que é votado o «dialecto», sobretudo pelos homens de sabedoria naturais desta região, mas também pelos «nossos literatos» que nem chegaram a saber que o mirandês existia!

Outro nome indissociável deste movimento de renovação e de procura, de quem Leite de Vasconcelos elogia os dotes de poeta, é Francisco Meirinhos. Segundo o filólogo, o Padre de Avelanoso, apesar dos seus 76 anos (estamos em 1899 e, por isso, ele terá nascido no ano de 1823), dedilhava «ainda a lyra, como qualquer jovem árcade». Dele recebeu Vasconcelos «algumas poesias em mirandês» (Vasconcelos 1900: IX), tendo publicado uma delas, da qual nos diz, aludindo à sua ortografia, que «ha as incertezas naturaes de quem por um lado tenta reproduzir do melhor modo uma lingua que não tem tradições litterarias, e do outro luta com a orthographia portuguesa e com a hespanhola» (Vasconcelos 1901: 31)[9]. Por outro lado, embora o não diga expressamente, é bem provável que as traduções do «Padre Nosso» e da «Avé Maria», inseridas na página 30, vol. II, dos *Estudos*, como «espécime da falla do logar de S. Martinho» e como prova que ela «não offerece differenças phoneticas em relação á do centro», sejam igualmente da autoria de Francisco Meirinhos, que era natural desta localidade.

De fora desta demanda fica, por razões diferentes, outro nome que, curiosamente, foi daqueles que mais escreveu para Leite de Vasconcelos. Trata-se de Francisco Garrido Brandão, e a razão pela qual não o podemos aqui incluir é que o seu entremês, «Sturiano e Marcolfa», foi transcrito por Vasconcelos, em parte ouvido diretamente

[8] Cujo título completo é: «A ua cautiba por nome bárbola, ou bárbara, cum quiem êl poeta andaba d'amores na India».
[9] Transparece aqui a dúvida, que Leite de Vasconcelos só mais tarde resolveria, da pertença do mirandês ao domínio leonês e não ao castelhano nem ao português.

da boca de Garrido Brandão e outra parte copiado do manuscrito que lhe foi enviado por José Bernardo de Moraes Calado, prior da Sé de Miranda.

O autor era tamborileiro e acompanhou os Pauliteiros de Miranda a Lisboa, em 1898, por ocasião das comemorações dos 400 anos da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. Para além deste entremês, Vasconcelos registou também, seguindo seguramente a mesma via, isto é, através do cónego Moraes Calado, alguns textos dos «lhaços dos pauliteiros», que os obteve, diz o filólogo de «um habitante de Cércio» (Vasconcelos 1900: 47).

Naturalmente que Leite de Vasconcelos desconhecia, nessa altura, o chamado Teatro Popular Mirandês, que constitui, como já dissemos, um vigoroso registo da vertente ortográfica da língua mirandesa (Alves 2012).

E sobre o movimento novecentista em torno da ortografia mirandesa, cabe ainda uma última e especial referência a dois nomes, Manuel António Branco de Castro e Trindade Coelho. O primeiro, sobretudo por ter sido o grande informante de Leite de Vasconcelos, seu condiscípulo e seu «Espírito Santo Mirandês», mas também porque, a pedido do filólogo, traduziu, em 1884, um soneto de Bocage, do qual diz que é «um soneto à pressa». O texto faz apenas parte do espólio de Leite de Vasconcelos e nunca foi publicado. Constitui, portanto, o único documento literário de Branco de Castro[10].

O segundo, Trindade Coelho, nunca escreveu em mirandês, mas era um profundo conhecedor da cultura da Terra de Miranda e também da sua língua. Por isso, não hesita em iniciar a publicação, no jornal *O Repórter*, em 1897, dos «evangelhos em mirandês» traduzidos por Bernardes Monteiro. E disso nos dá conta numa nota inserida neste jornal no dia 1 de janeiro do referido ano de 1897:

> *Desejo começar o novo anno, trazendo aos meus leitores, á litteratura e á religião do meu paiz uma novidade encantadora: e é que d'ora ávante lhes darei os evangelhos dos domingos e dias sanctificados, não em portuguez como até aqui, - mas n'esse querido e interessantissimo idioma mirandez, que se falla a dois passos da minha terra, em todo o concelho de Miranda do Douro, limitrophe do meu.* (…)

Fora deste período histórico, mas na continuidade desta ortografia, estão dois nomes que continuaram as lições do Mestre Vasconcelos: Manuel Preto e António Maria Mourinho.

[10] Disponível em http://cuontasmiradesas.blogspot.pt (consultado em 31.07.2018).

O primeiro deu um contributo muito válido para a existência de uma literatura escrita em mirandês. Quanto à ortografia, segue, de alguma forma, os princípios de Mourinho, a quem dedica a sua obra. Contudo, ao tentar reproduzir os sons da fala da sua terra natal, *San Martino*, opta por soluções ortográficas únicas, omitindo também (possivelmente por razões técnicas), a maioria dos sinais diacríticos que encontramos em Vasconcelos e Mourinho. E este, num artigo que escreveu sobre a obra, refere apenas as suas qualidades literárias e o facto de vir enriquecer a «ainda diminuta língua e cultura mirandesa escrita», mas nada diz sobre a ortografia (Mourinho 1993b). Mas di-lo a propósito da peça *Saias*, de 1937, escrita em língua mirandesa por Alfredo Cortês, referindo que «a ortografia saiu completamente errada». E não podia ser de outra forma, acrescenta, pois o autor, «desconhecendo a obra de L. de Vasconcelos, única via de escrever esta fala, escreveu como ouviu falar» (Mourinho 1994 e Cortês 1992: 539) [11].

Para além disso, Mourinho carregou, praticamente só, a defesa da língua mirandesa durante todo o século XX. Defendendo-a contra todos aqueles que continuavam a achar que se tratava de uma «língua de gente atrasada» (Alves 2007), cultivando-a para demonstrar que se tratava de uma língua tão nobre quanto todas as outras, mas sobretudo investigando, para conhecer e demonstrar as raízes mais ancestrais do idioma. Numa entrevista a um programa da RTP, de 1976, em que partilha a opinião com o professor Lindley Cintra, afirma:

> *Tenho a honra de ter encontrado aquilo que se chama [a] constante histórica do dialecto mirandês, isto é, os documentos medievais em que o dialecto mirandês se funda e se fundamenta e que são a continuação dessa fala, dessa língua do velho Reino de Leão, do qual depois nasceram os outros reinos peninsulares* [12].

Tal como escrevera no longínquo ano de 1944, quando praticamente iniciava o seu trabalho em prol do mirandês, o seu projeto de escrita era vasto e ambicioso, englobando uma secção didática, com duas gramáticas e um vocabulário, e uma secção literária, compreendendo poesia, novelas e ensaio. Não conseguiu fazer tudo, mas

[11] De referir que o próprio Alfredo Cortês, no «Prólogo» que escreveu para esta peça, refere que as suas preocupações não são filológicas, pretendia apenas um «falar vivo» e por isso optou apenas por uma «ortografia sónica aproximada».

[12] Disponível em https://arquivos.rtp.pt/conteudos/fala-se-mirandes-parte-ii/#sthash.xkYSYubT.jcaBhI8N.dpbs (consultado em 31.07.2018).

contribuiu ainda, nos últimos anos da sua vida (1917-1996), com manifesto agrado sempre estampado no rosto, para a elaboração da *Convenção Ortográfica*, pois via nela um utensílio essencial para a preservação do seu idioma.

Em jeito de conclusão, sobre este período da ortografia da língua mirandesa, podemos dizer que todos eles tentaram, à sua maneira, fixar a língua através da ortografia, segundo o velho provérbio que nos diz *verba volant, scripta manent.*

E foi também com este objetivo – «de ser um contributo para a permanência do mirandês como língua viva» – que se elaborou a *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa.* E assim chegamos ao terceiro e último período desta demanda, que corresponde à elaboração deste documento.

5. A Convenção ortográfica da língua mirandesa

Os trabalhos iniciaram-se em 1994 e concluíram-se em 1999. Neste entretempo, foi ainda publicada, em 1995, uma *Proposta de convenção ortográfica*, que foi colocada em discussão pública e recebeu valiosos contributos quer de linguistas portugueses quer de estrangeiros, nomeadamente asturianos. Mas a sua génese (e sobretudo a sua aspiração), como acabamos de ver, nascera há quase cem anos.

Contudo, só no final do século XX se conjugaram as circunstâncias favoráveis para a sua realização. Entre elas, assinale-se, em primeiro lugar, o facto de o mirandês ter começado a ser ensinado no ano letivo 1985/86, havendo assim a necessidade de estabelecer normas ortográficas mais simples e mais claras para o ensino/aprendizagem da língua; em segundo lugar, a realização em Miranda do Douro, em setembro de 1993, do Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, em cujas conclusões se lembrava que deviam «surgir propostas concretas para a adopção de *convenções ortográficas* […] e não de *normas*» porque elas poderiam ser restritivas e «'impor' um critério normativo em detrimento de uma criatividade e de uma diversidade de escritas» (Faria 1994: xiii), a que se veio juntar o estudo e o alerta do *Euromosaic*, de 1996, que colocava o mirandês como uma língua «em vias de extinção»[13], nomeadamente pelo facto de não possuir nenhum enquadramento jurídico ou proteção legal.

[13] O Gabinete Europeu para as Línguas Menos Divulgadas (em inglês, European Bureau for Lesser-Used Languages, EBLUL) foi uma organização não-governamental que tinha como objetivo promover

Talvez este alerta tenha chamado a atenção quer das instâncias políticas, que reconheceram, logo em setembro de 1998, através do Projeto de Lei nº534/VII, que está na origem da Lei 7/99, de 29 de janeiro, o mirandês como «a língua da terra de Miranda», quer dos mirandeses que adotaram, com carácter normativo, as propostas ortográficas da *Convenção*, produzindo, de então para cá, um conjunto de textos verdadeiramente inaudito na história da língua mirandesa.

Até final do século XX, escrever em mirandês era uma curiosidade reservada a poucos e uma dificuldade que só alguns enfrentavam. Mas, nos últimos tempos, a escrita do mirandês generalizou-se. Num certo sentido podemos até dizer que se banalizou. De certo modo, vai-se tornando uma forma normal de comunicar. A publicação de textos, que antes era uma espécie de preciosidade editorial, vulgarizou-se e, de forma regular, vemos publicar novos livros, sem esquecer o aparecimento em vários órgãos de comunicação social e a invasão do mundo virtual, numa proporção verdadeiramente inédita. Da escrita para memória futura, prevalente em Vasconcelos e também em Mourinho, passou-se também para a literatura, *i.e.*, para a escrita como arte, e sem outro objetivo que não seja a exigência de um leitor.

Não acredito que nenhum dos autores da *Convenção*, mesmo os mais otimistas, pudesse esperar ou prever estes resultados. Temos hoje um enorme espólio documental que abarca praticamente todos os géneros literários, sem esquecer as traduções de alguns clássicos da literatura portuguesa e universal.

Mas falando especificamente da questão ortográfica, não se pode dizer que, muito embora a *Convenção* tenha nascido com o pressuposto essencial da unificação, esta tenha acontecido. Tal não seria possível num documento que enumera alguns princípios gerais mas que tem, naturalmente, muitas limitações. Contudo, também me parece que não devemos sobrevalorizar a diversidade ainda existente. Não creio que isso tenha trazido graves problemas à língua. Existem muitas diferenças, que devem

a diversidade linguística, tanto a nível europeu como internacional. Fundada em 1982, por iniciativa do Parlamento Europeu, o Gabinete pretendia desenvolver a cooperação entre as comunidades falantes de línguas minoritárias, com a intenção de promover a diversidade linguística na Europa. A sua missão era a de ser a voz representativa dos mais de quarenta e seis milhões de europeus que falam alguma língua minoritária. Tinha a sua sede em Bruxelas e Dublin. O Gabinete foi suprimido em 2010 e substituído pela Rede para a Igualdade das Línguas Europeias (em inglês, European Language Equality Network, ELEN).

ser encaradas naturalmente e não ser sobrevalorizadas, importando realçar a forma como os mirandeses aderiram e adotaram a *Convenção*.

Por isso, podemos dizer que o caminho da demanda foi encontrado mas não terminado. Seria um péssimo sinal se isso acontecesse. Significaria que tínhamos concluído este caminho do florescimento sem encontrar dúvidas, sem colocar questões, dificuldades e até alguns reveses… Quem escreve diariamente, como eu, sente muitas dúvidas e dificuldades: na grafia de algumas palavras (*queluobra* ou *coluobra*); na representação de alguns ditongos (*abaixar* ou *abeixar*; *paixon* ou *peixon; gaiteiro* ou *gueiteiro; autonomia* ou *outonomie*); na necessidade de adoção de (alguns) neologismos; para além de alguns arrepios ao ver algumas grafias adotadas por outros escreventes que não respeitam as estruturas morfológicas (*coincer, porsor*).

Naturalmente que podemos deixar e esperar que o tempo faça o seu trabalho e conduza a alguns resultados. Mas também não creio que as mudanças se operem se não houver impulsos exteriores que as estimulem. Se bem que a língua mirandesa interesse, em primeiro lugar, aos mirandeses, faz também parte do património linguístico português e a sua importância para o conhecimento de outras línguas românicas tem sido amplamente demonstrada. No estrangeiro, na Espanha, na Alemanha, na França, na Hungria, temos exemplos de trabalhos universitários sobre o mirandês. Na Polónia, no próximo mês de setembro, realizar-se-á um Congresso sobre «Literatura oral» em que o mirandês é uma «língua oficial». Por isso, mesmo sem nacionalismos, deixo aqui um repto a todos os linguistas, às Universidades e Centros de Investigação, à Associação Portuguesa de Linguística, para lhes lembrar que a língua mirandesa deve ser também um compromisso para a comunidade científica portuguesa.

Ainda em relação à *Convenção Ortográfica,* acredito que o seu sucesso é inseparável do reconhecimento político do mirandês, que transformou em língua o que (ainda) era considerado um dialeto. A correlação destas e de outras variáveis concorreu, efetivamente, para a revalorização da língua mirandesa que, aparentemente, inverteu o processo de «erosão funcional» evocada por Claude Hagège (Hagège 2000: 96). Mas, usando a terminologia do mesmo linguista, um dos maiores desafios que se colocam à língua mirandesa é o desafio ecolinguístico (Hagège 1985). Ou seja, a capacidade para se adaptar à nova realidade, uma vez que há muito deixou de ser a

«língua do campo, do trabalho, do lar e do amor», tal como a definiu Leite de Vasconcelos, e o mundo tradicional e rural que a sustentava também há muito que ruiu ou se transformou.

Sabemos que a história das línguas, da humanidade e da própria literatura é inseparável da oralidade[14]. Mas sabemos também que a escrita – ainda que só aproximadamente um terço das línguas do mundo disponha de sistemas escritos – é uma poderosa ferramenta de transmissão das línguas.

No caso do mirandês, a passagem da situação de língua ágrafa, ou com pouca tradição escrita, para uma língua gráfica tem sido um processo rápido e bastante pacífico. Mas não podemos dizer que esteja isento de riscos e também de receios por parte de alguns falantes que viram nele uma perigosa apropriação por parte dos «doutores» de uma língua que julgavam limitada e exclusiva de gente humilde e de boieiros.

Não foi nesse sentido e com essas apreensões que, em 1993, António Maria Mourinho escreveu as seguintes palavras na reedição dos *Estudos de filologia mirandesa*, de Leite de Vasconcelos. Pelo contrário, as suas palavras são um desejo que, em parte, vai ganhando forma: «O futuro da Língua Mirandesa (só Deus o sabe!) mas pelo interesse que já o povo aldeão e culto vai criando por ela, poderá deixar de ser língua falada, mais cedo ou mais tarde, e passará também a ser língua escrita e culta (Mourinho 1993a). A outra parte, a do futuro, continua reservada aos deuses. Mas nesta profecia os falantes de mirandês têm seguramente uma palavra a dizer, na medida em que têm o direito exclusivo – mas também a obrigação – de decidir o futuro da sua própria língua. E é nesta difícil equação, entre o direito e o dever, entre a manutenção de uma identidade cultural e social também ela ameaçada, que a língua mirandesa deverá encontrar o seu espaço de sobrevivência e de florescimento.

Neste processo, a demanda da ortografia mirandesa confunde-se com a busca da própria língua, e com a vontade de resistir deixando marcas para o futuro. Por isso, sem ser uma garantia vitalícia, a escrita constitui mais uma força e uma energia nesta luta pela sobrevivência, em que nunca podemos esquecer a conexão com a oralidade, pois, nas palavras do poeta popular Fonso Roixo:

[14] A *Ilíada* e a *Odisseia*, por exemplo, antes de serem escritas eram histórias orais.

La lhéngua sien scrita bola
Bai-se cumo ua airaçada
Pouco bale la scrita sola
Se por naide ye falada.

Que Dius bos l pague!

Referências

AA.VV. 1999. *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Câmara Municipal de Miranda do Douro.

Alves, António Bárbolo. 2007. «La lhéngua mirandesa: ancruzelhadas i caminos de l último seclo». In *Ramón Menéndez Pidal y El Dialecto Leonés* (1906-2006), ed. José R. Morala Rodríguez, Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, Colección Beltenebros, 19. 295–326.

Alves, António Bárbolo. 2012. «A imagem e o imaginário da identidade regional num texto inédito do Auto de Santa Catarina». *Revista de Letras*, Série II, 11, 7–20.

Alves, António Bárbolo. 2009. *Teatro popular mirandês. Edição dos textos recolhidos por António Maria Mourinho.* Miranda do Douro: Centro de Estudos António Maria Mourinho.

Alves, António Bárbolo e Anabela Leal de Barros. 2016. «Aspectos gráficos, fonéticos e lexicais do mirandês fossilizados num códice notarial em português: do século XVIII ao século XXI». In *1 ELI – Encontro de Línguas Ibéricas Conferências Internacionais de Linguística,* Universidade da Beira Interior.

Castro, Ivo, Inês Duarte, Isabel Leiria (orgs). 1997. *A demanda da ortografia portuguesa. Comentário ao Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu.* Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Cortês, Alfredo. 1992. *Teatro completo.* Lisboa: INCM.

Cunha, Xavier da (1893). *Pretidão de Amor. Endechas de Camões a Bárbara escrava seguidas da respectiva traducção em várias línguas e antecedidas de um preambulo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Faria, Isabel Hub. 1994. «Conclusões apresentadas na sessão de encerramento.» In *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade*. Lisboa: Edições Colibri.

Hagège, Claude. 1985. *L'homme de paroles*. Paris: Fayard.

Hagège, Claude. 2000. *Halte à la mort des langues*. Paris: Editions Odile Jacob.

Herreras, José Carlos (dir.) (2003). *Norme linguistique et société*. Valenciennes: Presses Universitaires de Valenciennes.

Monteiro, António Bernardo. 1894. «O evangelho de S. Lucas traduzido em lingoa mirandesa». *Revista de Educação e Ensino* IX-11: 500–507.

Monteiro, Bernardo Fernandes. 1894. «O evangelho de S. Lucas traduzido em lingoa mirandesa». In *Revista de Educação e Ensino* IX-6: 249–252.

Mourinho, António Maria. 1993a. «Breves notas sobre a língua mirandesa desde há cem anos». In J. Leite de Vasconcelos. *Estudos de philologia mirandesa*, vol. II. Lisboa: Imprensa nacional.

Mourinho, António Maria. 1993b. «A épico-lírica rusticidade mirandesa, na mais bela expressão poética do Pe. Manuel José Preto, in *Bersos* mirandeses, seu livro póstumo». *Brigantia - Revista de Cultura* XIII, nº1-2, 17–33.

Mourinho, António Maria. 1994. «Subsídios para um tratado de dialectologia portuguesa. Expansão literária do mirandês». *Revista de Portugal*, Série A, Vol. V.

Preto, Manuel. 1993. *Bersos mirandeses*. Porto: Edições Salesianas.

Quental, Antero de. 1894. *Zara, edição polyglotta*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Tavani, Giuseppe. 1997. «Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa». In A *demanda da ortografia portuguesa,* org. Ivo Castro, Inês Duarte e Isabel Leiria. Lisboa: Edições João Sá da Costa. 201–203.

Vasconcelos, José Leite de.1900. *Estudos de philologia mirandesa*. Vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcelos, José Leite de. 1901. *Estudos de philologia mirandesa*. Vol. II, Lisboa: Imprensa nacional.

Vasconcelos, José Leite de. 1884. *Flores mirandesas*. Porto: Livraria portuense de Clavel & Cª.

Viana, A. R. Gonçalves. 1887–1889. «Materiaes para o estudo dos dialectos portugueses». *Revista Lusitana* I, 158–166.

2. Os relativizadores *que* e *quem* em contextos preposicionados: análise de uma mudança do português clássico ao moderno

Aroldo de Andrade

Universidade Federal de Minas Gerais

O presente texto examina a mudança no uso dos relativizadores *que* e *quem* em contextos preposicionados, do português clássico ao português moderno. A partir de uma pesquisa baseada em *corpus* sintaticamente anotado, foram enfocadas as orações com antecedente [+humano], a partir das quais notou-se um número considerável de frases com *que* nos séculos XVI e XVII, contrariamente ao observado na língua contemporânea, em que tal uso é marginal. Os contextos preferenciais de *que* foram as orações restritivas, os sintagmas relativizadores adjuntos e oblíquos, e os antecedentes não específicos. A partir daí, propõe-se que o relativizador *que* passou por um processo de gramaticalização nesse contexto, passando de sintagma numeral a sintagma determinante, sempre com um nome nulo modificado. Em consequência da nova combinação de traços de *que*, o relativizador *quem* passou a ocupar mais contextos, com a passagem para o português moderno, no século XVIII. Finalmente são discutidas algumas implicações dessa proposta.

Palavras-chave: relativizadores, português clássico, português moderno, gramaticalização.

1. Introdução[15]

No português europeu moderno (PEM), há uma distribuição bastante clara entre relativizadores quando precedidos por uma preposição: *que* acompanha elementos não humanos, e *quem* acompanha humanos. Por exemplo, *vide* as sentenças de Mateus *et al*. (1989: 287):

(1) a. Estão a nascer as flores da árvore a (*que* / **quem*) cortei alguns ramos.
b. Apareceu o homem a (*quem* / ?*que*) fizeram tanto mal.

[15] O presente trabalho se insere no Projeto Temático *A língua portuguesa no tempo e no espaço* (processo Fapesp 2012/06078-9). Agradeço à plateia do IV CILH em homenagem a Ivo Castro pelas sugestões.

Note-se, a respeito da opção marginal em (1b), que Veloso (2013: 2083) menciona ser ela possível se a oração relativa for restritiva, havendo no entanto uma preferência mais acentuada para *quem* quando o antecedente é [+humano]. Sobre isso, considerarei como representativo o julgamento em Mateus *et al*. (1989), interpretando eventuais usos de *que* com valor [+humano] como resquícios diacrônicos. Isso se deve a um número mais expressivo de *que* no contexto em (1b), no português clássico (PCl):

(2) a. ... entenderei em te comprar aos pescadores [de *que* me dizes que és cativo]. (Galhegos, século XVI)
b. ... nomeou por governador do arcebispado o Padre Frei João de Leiria, [de *quem* atrás temos feito menção]... (Sousa, século XVI)

Nota-se, portanto, que a gramática do PCl não especificava o item lexical *que* em sintagma preposicional como [-humano]. Dessa forma, o problema que pretendo investigar no presente trabalho é duplo: (i) qual era o valor sintático e semântico dos relativizadores *que* e *quem* no PCl; (ii) que mudança eles sofreram, do PCl ao PEM. Para tanto, procederei a uma análise baseada em *corpus*, a partir da qual também proporei explicações para essa variação.

Neste texto não tratarei de eventuais discordâncias ao padrão em (1a) no PCl. Como já observado em Said Ali (2001: 87), ao comentar sobre a linguagem de *Os Lusíadas*, usos de *quem* com antecedente não humano eram possíveis, usualmente acompanhando nomes próprios ou nomes de entidades abstratas. Alguns poucos exemplos de nossa amostra, como o que apresentamos abaixo, demonstram igualmente um valor estilístico marcado, ora no sentido de dar «vida e personalidade» a tais referentes, ora de apresentar um ente novo para o interlocutor, pondo-o em relevo:

(3) a. Estes são os poderes do Céu, [com *quem* são uma sombra os do Inferno]... (Céu, século XVII)
b. E no caminho os investiu um mostruoso peixe, [a *quem* alguns chamam espadarte, e outros peixe-espada] (Mendes Pinto, século XVI)

Tais exemplos correspondem a cerca de 1% dos casos relevantes e distribuem-se no PCl (séculos XVI e XVII) e no início do PEM (século XVIII). Portanto, a variação é muito limitada para ser objeto de estudo, se bem que coincida com o período estudado. O leitor interessado poderá encontrar todos os dados desse tipo arrolados no Anexo A.

O presente texto está organizado em quatro seções, além desta introdução. Tais são: a seção 2, em que apresento o quadro teórico e metodológico do trabalho; a seção 3, em que se incluem os resultados obtidos a partir da coleta de dados, que confirmam a variação comentada em (2), e a progressiva fixação do padrão em (1b); a seção 4, em que teço uma análise desses resultados à luz de pressupostos gerativistas acerca da estrutura das orações relativas; e a seção 5, com algumas considerações finais.

2. Quadro teórico e metodologia

Este estudo foi desenvolvido dentro do quadro teórico da gramática gerativa, e mais especificamente na perspectiva da sintaxe diacrônica (Roberts 2007). A metodologia de pesquisa incluiu a utilização de *corpora* eletrônicos por meio de buscas automáticas, como se detalha nas subseções a seguir.

2.1 O estatuto teórico dos relativizadores

Para estudar a variação entre os relativizadores *que* e *quem*, é necessário considerar seu estatuto teórico. Na gramática tradicional, ambos são classificados como pronomes relativos, o que implica considerar dois itens lexicais para *que*: complementador e pronome relativo.

Dentro da gramática gerativa há duas grandes perspectivas sobre como tratar os relativizadores, sendo a mais aceita aquela que assume a existência tanto de complementadores como de pronomes relativos na estrutura de orações relativas. Tais elementos se distinguem quanto a propriedades como a manifestação de distinções de gênero — cf. (4). Em línguas como o inglês, as distinções ultrapassam a morfologia e apresentam igualmente um caráter sintático, relativo à sensibilidade à animacidade do antecedente e à coocorrência com preposições, como observado em Radford (1981) — cf. (5). Nenhuma dessas propriedades seria encontrada com complementadores. Em termos de estrutura, os primeiros ocupam Spec,CP, e os segundos, C^0, cujo

especificador é um operador nulo, que se encarrega da vinculação referencial com o elemento antecedente — cf. (6):

(4) a. Essa mulher, (à/*ao) qual entreguei o livro...
b. Esse rapaz, (*à/ao) qual entreguei o livro...

(5) a. Peter, (who/*which) lives in Paris, will arrive tomorrow.
b. Peter, (*who/whom) I saw yesterday, will leave today.

(6) a. antecedente$_i$ [$_{CP}$ quem$_i$ C^0 [$_{IP}$ I [$_{VP}$ V]]]
b. antecedente$_i$ [$_{CP}$ OP$_i$ que [$_{IP}$ I [$_{VP}$ V]]]

A outra visão, mais recente, foi proposta por Kayne (2010), que sugere haver uma distinção meramente superficial entre tais elementos, já que ambos seriam, de fato, pronomes relativos, isto é, ocupam uma posição de especificador de CP. Aplicando o que ele diz para a distinção *que/qui* em francês, pode-se considerar que tanto *que* quanto *quem* seriam elementos que acompanham um N nulo significando «TIPO» e, além disso, um NP que encabeça a relativa, que se move para a posição de antecedente. O morfema {–m} de *quem* seria uma expressão do traço [+humano]. As seguintes estruturas ilustram os trechos relevantes dos exemplos (1a-b).

(7) a. ... a árvore$_i$ [$_{CP}$ [a *que* TIPO t$_i$]$_j$ cortei alguns ramos [$_{PP}$ t$_j$]].
b. ... o homem$_i$ [$_{CP}$ [a *que* TIPO t$_i$ *–m*]$_j$ fizeram tanto mal [$_{PP}$ t$_j$]].

O problema com esse tipo de estrutura é que ela pressupõe uma análise de alçamento, e não de pareamento (cf. *raising* e *matching*) entre NP relativizado e o antecedente. Vários trabalhos têm demonstrado que uma teoria considerando somente a possibilidade de alçamento não é capaz de explicar os dados (cf. Cinque 2015, entre outros). Nessa discussão têm-se levado em conta testes que demonstram a possibilidade de reconstrução de uma cópia na sua posição de base, que seriam evidência positiva para uma análise de alçamento. Por exemplo, notem-se os testes de

a manutenção do significado de expressões idiomáticas, e a ligação de variável (para esse último, cf. Bianchi 1999: 46):

(8) a. Ele esticou o pernil.
a'. ?O pernil [que ele esticou]...
b. Ele está sob pressão.
b'. A pressão [sob a qual ele está]...

(9) a. Telefonei aos dois pacientes [dos quais todo médico cuidará]. (∀>2)
b. Telefonei aos dois pacientes [de quem todo médico cuidará]. (?∀>2)

Portanto, em contextos de oração restritiva com preposição, *o qual* permite o alçamento, enquanto os demais relativizadores não o permitem, levando a que se adote, para esses últimos, uma análise de pareamento.

Em suma, aplicando-se cegamente a proposta gerativista mais tradicional ao português, só haveria um item lexical *que*, complementador; na proposta mais recente, o relativizador *que* seria sempre pronome relativo acompanhando um NP. Uma alternativa a meio caminho consiste naquela proposta por Brito (1991): há *que* complementador com antecedente sujeito ou objeto, e *que* pronome relativo quando preposicionado[16]. Adotarei essa proposta devido às evidências propostas por essa autora, nomeadamente aquelas relativas à falta de concordância e de atribuição de Caso aos pronomes relativos.

Voltando aos contextos preposicionados, as estruturas com *que* e *quem* adotadas tentativamente são as seguintes:

(10) a. [$_{DP}$ *que* [$_{NumP}$ ~~*que*~~ [$_{NP}$ N]]]
b. [$_{DP}$ *que*+N [$_{NumP}$ ~~*que*~~ [$_{NP}$ ~~N$_{pessoa}$~~]]]

[16] Uma hipótese em atual fase de testes sugere que todos os relativizadores são pronomes relativos, na esteira do que propõe Kayne (2010) — cf. Poletto e Sanfelici (2015); Rinke e Aßmann (2017). No entanto, como ainda faltam evidências para essa proposta, e como ela ultrapassa os objetivos do presente texto, seguirei a análise mais aceita para o português europeu.

Em (10b) propõe-se que {-m} é uma expressão de um nome nulo PESSOA, que se move de N para D. Nos dois casos, o item abstrato [que] se move de Num para D. Esse movimento só é obrigatório com *quem*, por conta do morfema preso {-m} em D, semelhantemente ao que se observa em *outrem*, *alguém*. Portanto, é possível atribuir, com o passar do tempo, diferentes valores para os formantes do sintagma relativizador, ou mesmo imaginar que houve uma mudança na sua estrutura interna.

2.2 A metodologia para obtenção dos dados

Para o estudo da variação e mudança no uso dos relativizadores *que* e *quem*, considero primeiramente uma comparação entre o PCl, incluindo dados dos séculos XVI e XVII, e o PEM dos séculos XVIII e XIX. Os dados desses dois períodos foram obtidos a partir do *Corpus Tycho Brahe* (cf. Galves e Faria 2010)[17]. A lista dos textos pesquisados, que integram o *subcorpus* de textos sintaticamente anotados, encontra-se na lista de Fontes Primárias.

Os dados foram obtidos por meio de buscas automáticas, utilizando-se da ferramenta *CorpusSearch*. Foram selecionadas somente as orações relativas com antecedente, visto que não há variação possível nas relativas livres. Desses dados, foram mantidos somente aqueles com relativas cujo antecedente é [+humano], tendo em vista a delimitação do problema. Os dados desse grupo totalizam cerca de 350 sentenças, sendo disponibilizadas aos leitores interessados as sentenças com o relativizador *que*, no Anexo B[18].

Finalmente, organizamos a base de dados, classificando as sentenças relevantes. Para tanto, considero como variável dependente a forma do relativizador, e como variáveis independentes o tipo de oração relativa, a função gramatical do sintagma relativizador e o valor do antecedente na escala de definitude. Os fatores para cada um desses grupos são:

[17] Não obtive resultados significativos de orações relativas no mesmo contexto em busca semelhante realizada sobre dados do português antigo (séculos XIV e XV), obtidos em textos do *Corpus WOChWEL* (Martins *et al*. 2012).
[18] Para o leitor interessado na integralidade dos dados, os mesmos estão disponíveis no arquivo Excel em: https://www.dropbox.com/s/4blyv9eybtlwchm/Corpus_relativizadores.xls?dl=0 .

(11) Variável Tipo de Oração
   a. relativa restritiva
   b. relativa apositiva

(12) Variável Função gramatical
   a. objeto direto preposicionado
   b. objeto indireto
   c. oblíquo
   d. adjunto adverbial
   e. adjunto adnominal
   f. complemento nominal

(13) Variável Escala de Definitude
   a. definido
   b. específico
   c. não específico

Em (12), sigo uma classificação baseada em várias gramáticas descritivas que distinguem oblíquos de objetos indiretos (estes últimos precedidos pela preposição *a*, e pronominalizados em *lhe*), e foram considerados na classe dos oblíquos os complementos indicativos de direção espacial que os verbos selecionam implicitamente (cf. *Chegar à casa*). A diferença entre adjunto adnominal e complemento nominal seguiu o critério tradicional que atribui os argumentos internos a esta função, e os argumentos externos àquela. Em (13a) foram incluídos, juntamente com os sintagmas nominais definidos, pronomes e nomes próprios, considerados na literatura semântica como inerentemente definidos.

A razão para a escolha das variáveis acima tem a ver com estudos sobre variação nos relativizadores. Na língua portuguesa, Rinke e Aßmann (2017) comentam sobre uma possível influência do tipo de oração sobre o uso de *que/quem*. Na língua inglesa, é sabido que *who/whom* se distribuem de acordo com a função gramatical, e segundo Levey e Hill (2013), *who* e o complementador nulo variam de acordo com a definitude. Isso dito, passo aos resultados obtidos a partir da quantificação dos dados.

3. Resultados

Os resultados gerais encontrados resumem-se na Figura 1 abaixo. Nota-se que, enquanto no PEM o uso de *que* nesse contexto se limita a 5%, no PCl havia 13% desse relativizador em contexto humano.

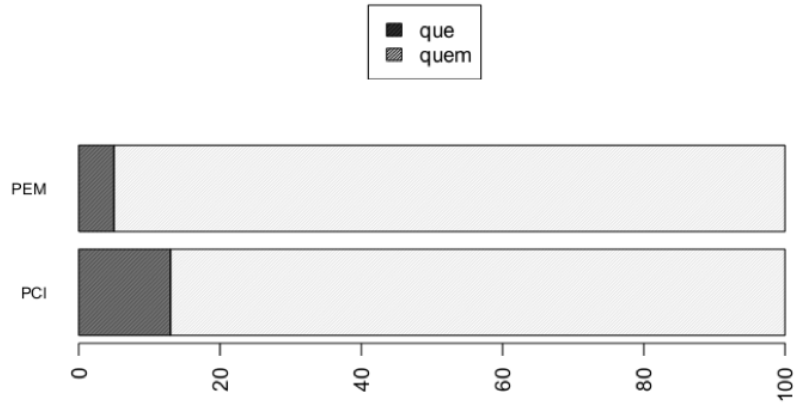


Figura 1. Percentagem de ocorrência dos relativizadores *que* e *quem* com antecedente humano

Apesar do item *que* apresentar uma percentagem baixa no PCl, ela é significativa, enquanto que no PEM ela está no limite da margem de significância de 5%, adotada como padrão. Nota-se ainda que a maior parte dos dados do PEM situam-se nas primeiras décadas do século XVIII, o que sugere haver uma percentagem ainda menor da atualidade. Por essa razão, apresento nas tabelas abaixo os valores para as variáveis independentes, que podem ajudar a entender as razões da variação no PCl.

Na Tabela 1 elencam-se os dados referentes ao tipo de oração relativa, sem considerar o cruzamento com o período linguístico dos dados.

Tabela 1. Distribuição dos relativizadores quanto ao tipo de oração

	Quem	***Que***
Restritiva	132 87%	19 13%
Apositiva	180 92%	15 8%

A partir dessa tabela, nota-se uma leve preferência pelo uso de *que* em relativas restritivas, como esperado a partir da literatura. Comparem-se os exemplos a seguir:

(14) a. Relativa Restritiva
... no qual se ajuntaram quatro mil sacerdotes, afora outra mor cópia de noviços [a *que* eles chamam santileus]. (Mendes Pinto, século XVI)

b. Relativa Apositiva
... dizem que veio prenhe de um filho, que depois sucedeu por imperador da Etiópia, [a *que* cá o vulgar chama Preste João]... (Mendes Pinto, século XVI)

A pequena diferença encontrada pode se dever à quantidade limitada de sentenças estudadas. O mesmo tipo de quantificação é apresentado para as demais variáveis codificadas, nas Tabelas 2 e 3 mais abaixo.

Tabela 2. Distribuição dos relativizadores quanto à função gramatical

	Quem	***Que***
Objeto direto prep.	70 93%	5 7%
Objeto indireto	99 99%	1 1%
Oblíquo	71 81%	17 19%
Adjunto adverbial	26 84%	5 16%
Adjunto adnominal	8 80%	2 20%
Compl. nominal	38 91%	4 9%

A partir da Tabela 2, nota-se uma preferência pelo uso de *que* nas funções de adjunto adnominal, oblíquo e adjunto adverbial, enquanto há um menor uso desse elemento com complementos nominais, objetos diretos preposicionados e objetos indiretos. Mostro exemplos de cada um desses tipos abaixo:

(15) a. Objeto direto preposicionado

Um patarata afidalgado, [a *que* outros corruptamente chamam casquilho], é coisa que também conheço logo pela pinta. (Cavaleiro de Oliveira, século XVIII)[19]

b. Objeto indireto

Neste tempo que aqui chegamos estava El-rei celebrando com grande aparato e pompa fúnebre de tangeres, bailos, gritas, e de muitos pobres [a *que* dava de comer], as exéquias da morte de seu pai. (Mendes Pinto, século XVI)

c. Oblíquo

E pela do Sul confina com outras províncias da mesma América povoadas e possuídas de povo gentílico [com *que* ainda não temos comunicação]. (Gândavo, século XVI)

d. Adjunto adverbial

... alcançaram infinitos escravos [com *que* granjeam suas fazendas]. (Gândavo, século XVI)

e. Adjunto adnominal

... e levava em sua companhia quinze mil homens, [de *que* só os oito mil eram batas], e os mais manancabos, lusões, andraguires, lambes, e bornéus... (Mendes Pinto, século XVI)

f. Complemento nominal

Era o companheiro o padre Frei João da Cruz, [de *que* nesta história faremos menção mais vezes]... (Sousa, século XVI)

Sobre o dado em (15b), Veloso (2013) observa que o uso de *que* com objetos indiretos parece ser especialmente degradado; em consonância com esse comentário, na amostra foi encontrado somente um caso relevante.

[19] Interpreta-se que nesse uso o verbo *chamar* é transobjetivo, tendo um objeto direto preposicionado e um predicativo do objeto.

Tabela 3. Distribuição dos relativizadores quanto à escala de definitude

	Quem	***Que***
Definido	173 95%	9 5%
Específico	100 90%	11 10%
Não específico	39 74%	14 26%

Quanto aos dados da Tabela 3, que diz respeito à escala de definitude, nota-se uma preferência pelo uso de *que* com antecedentes não específicos, sendo privilegiado o uso de *quem* com antecedentes específicos ou definidos. Notem-se os exemplos ilustrativos de cada um dos casos de *que* a seguir:

(16) a. Antecedente definido
Era o companheiro *o padre Frei João da Cruz*, [de *que* nesta história faremos menção mais vezes]... (Sousa, século XVI)

b. Antecedente específico (não definido)
E ao pobre de mim quiçá como menos ditoso coube em sorte comprar-me *um grego renegado*, [de *que* eu arrenegarei enquanto viver]... (Mendes Pinto, século XVI)

c. Antecedente não específico
Perdoe Deus ao amigo que [...] assi se esqueceu de si e da boa amizade e da verdadeira caridade, que foi desenterrar *um amigo* [de *que* ninguém se lembrava], pera ser lançado no fogo. (Sousa, século XVI)

Com esses dados à mão, passo a seguir à fase de análise, em que buscarei captar algumas generalizações a partir dos dados, a fim de alcançar uma proposta integradora de tais diferenças.

4. Análise

Pode-se propor que *quem* torna-se obrigatório nos contextos em que a relação com o antecedente é sintaticamente mais livre, porém em que há uma semântica mais determinada. Com isso quero dizer que a oração pode gozar de maior liberalidade posicional, mas que tem uma referência mais específica. No que diz respeito à função gramatical do pronome relativo, tem-se uma relação igualmente mais determinada na

semântica, pois há uma correlação entre Caso abstrato e especificidade, como será explicado adiante. Essa mesma determinação não é requerida com itens lexicais que recebem Caso inerente. Tal generalização é válida para a Tabela 1, em que se tem as orações relativas apositivas com menor uso de *que*. Por outro lado, na Tabela 2 as funções com maior uso de *quem* são os argumentos propriamente ditos, nos quais a preposição funciona como mera marca de Caso abstrato, e menos nas funções adjuntas e nos oblíquos, em que há verdadeiras preposições. Finalmente, na Tabela 3, *quem* é mais usado nos contextos em que há referência fixa (definida), e não nos contextos em que o interlocutor tem de acessar outras entidades textuais a fim de construir a referência delas no seu modelo discursivo.

Da mesma forma, uma análise mais detalhada demonstrou que *quem* é usado em quase todos os casos de orações relativas apositivas extrapostas, o que confirma o raciocínio acima, já que esse tipo de oração apresenta maior independência face a seu antecedente — cf. (17a) . Não obstante isso, há pelo menos um caso de *que* nesse contexto — cf. (17b):

(17) a. São *os índios Catingas* nação de língua geral, e vivem nos sertões do rio dos Tocantins, [*a quem* muitas vezes fizeram guerra os Portugueses]. (Barros, século XVII)

b. ... e pôs-se no campo pera começar a marchar, mandando *alguns capitães* diante, com perto de quinze mil cavalos, [com *que* os da conjuração tiveram alguns encontros]... (Couto, século XVI)

Considerando que os resultados alcançados na seção anterior se aplicam basicamente à gramática do PCl, e já que os dados de *que* se concentram nesse período, pode-se concluir que as estruturas em (7), que põem em paralelo *que* e *quem*, precisam ser revistas, pelo menos nessa gramática. Antes de discutir essa questão, passo a uma nova discussão sobre o estatuto dos relativizadores no.

4.1 Relativizadores no português europeu moderno

Considerando os dados de orações apositivas, é relevante analisar a proposta elaborada para o PEM por Rinke e Aßmann (2017), que distingue alguns tipos de

oração relativa, entre eles os contextos preposicionados e apositivos. As autoras concordam com a proposta de determinante transitivo, proposta por Kayne (2010), afirmando que tal representação, simplificada em (18a) abaixo, é a encontrada em relativas restritivas de sujeito e objeto. No entanto, no caso de relativas apositivas e nas relativas restritivas preposicionadas, as autoras assumem a estrutura em (18b), que expressa um determinante intransitivo, um pronome tipo-e.

(18) a. $[_{DP}$ *que* $[_{NP}$ N]]

b. $[_{DP}$ *que*]

Um pronome tipo-e é ligado na semântica e não na sintaxe, uma vez que não tem um elemento com o qual correfere (cf. Evans 1980). A motivação sintática para o uso da estrutura (18b), no caso das apositivas e das restritivas preposicionadas, seria a possibilidade de substituição por *o qual*, nesses contextos. Esse passo da análise, no entanto, não parece estar suficientemente motivado, como indico a seguir.

De maneira mais precisa, Rinke e Aßmann (2017) seguem a proposta de Cinque (2008), que distingue dois tipos de restritivas apositivas, as integradas e as não integradas. Assim, observo que (18b) se aplicaria somente às relativas integradas, já que, com as não integradas, o uso do relativizador *o qual* é mandatório (*pace* Rinke e Aßmann 2017). O par de exemplos a seguir é um dos testes propostos por Cinque (2008) para demonstrar essa distinção, a utilização de antecedentes repartidos:

(19) a. Relativa integrada
Carlos não amava mais Ana, (*que/a qual*) nunca o amou realmente.

b. Relativa não integrada
Se Carlos não amava mais Ana, (**que/os quais*) nunca se amaram realmente, havia um motivo.

Em suma, as relativas apositivas não integradas têm uma independência ilocucionária da qual não gozam as relativas apositivas integradas. No entanto, é exatamente o contexto do tipo em (19b) aquele que é crucial para supor a análise de tipo-e, pois aí não se observa c-comando entre antecedente e pronome relativo. Por

essa razão, rejeito a proposta em (18b) para os dados de orações apositivas e de orações restritivas preposicionadas do PEM.

Reafirmo, no lugar disso, a proposta em (10), de que os relativizadores *que* e *quem* em contexto preposicionado têm uma estrutura transitiva, diferindo entre si por este último ser provido do traço [+humano]. Dessa forma, espera-se que a forma *quem* seja utilizada com antecedentes humanos, dado o mecanismo de pareamento de traços:

(20) a. [$_{DP}$ *que* [$_{NP}$ N]]: [+definido]
b. [$_{DP}$ *quem* [$_{NP}$ N]]: [+humano], [+definido]

O bloqueio ao item *que* nesse contexto é explicado a partir de uma perspectiva morfológica. De acordo com o princípio de subconjunto, expoentes morfológicos maximamente especificados devem ser selecionados, no lugar dos menos marcados (cf. Halle e Marantz 1993). No contexto relevante, a forma em (20a) é subespecificada e, portanto, não deverá ser usada.

Portanto, hipotetizo que a razão pela qual é possível encontrar no PEM a forma *que* em contexto preposicionado com referência a humanos — se bem que de forma marginal — consiste na sobrevivência de uma forma residual de uma sincronia passada, disponível na «periferia» da gramática. É essa ideia que persigo na seção a seguir.

4.2 Relativizadores no português clássico

Considerando-se que o pronome relativo sofreu concordância abstrata com seu antecedente antes de ser enviado para ser pronunciado (ou soletrado, i.e. *spelled-out*), há razões para se supor que havia uma competição entre dois expoentes para o terminal D [+humano] no PCl:

(21) Relativas restritivas e relativas apositivas integradas no PCl
a. D [-humano] ⇔ *que* / P__
b. D [+humano] ⇔ *que* / P__ (*que* [+Num])
D [+humano] ⇔ *quem* / P__ (*quem* [+D])

Apesar de serem expoentes do núcleo D, *que* em (21b) é concatenado em Num, portanto tem menos traços semânticos, nomeadamente no que diz respeito à especificidade, face à alternativa *quem*. Isso automaticamente explica os resultados observados na Tabela 3. Note-se, no entanto, que não ocorre uma competição entre esses dois itens no momento da inserção de vocabulário, pois eles pertencem a gramáticas distintas (cf. Embick 2008, para uma discussão relacionando a aplicação de probabilidades e a noção de competição de gramáticas).

Considerem-se agora os resultados derivados das distinções relativas à função gramatical, observados junto à Tabela 2. Nesse caso, notou-se a maior aceitação de *que* em sintagmas com função gramatical adjunta ou oblíqua, em que ocorrem verdadeiras preposições. Tal resultado relaciona-se ao tipo de Caso atribuído a *que/quem*: inerente ou abstrato. Sabe-se que verdadeiras preposições atribuem Caso inerente, que parece ser insensível ao tipo de complemento da preposição, isto é, sendo mais específico ou não. No entanto, tal insensibilidade semântica não se expressa nas chamadas preposições abstratas, que seriam realizações superficiais do núcleo funcional K, que só pode se projetar acima de um DP com D preenchido:

(22) a. $[_{PP}\ P_{\text{Caso inerente}} \longrightarrow [_{DP}\ D\ [_{NumP}\ \textit{que}\ ...]]$

b. $[_{KP}\ K_{\text{Caso abstrato}} \not\longrightarrow [_{DP}\ D\ [_{NumP}\ \textit{que}\ ...]]$

Uma evidência para relação necessária entre Caso abstrato e D preenchido é derivada de dados do hebraico, em que o marcador de objeto *et* deve ocorrer diante de elementos definidos (cf. Danon 2006):

(23) a. Dan kara *(et) ha-itonim.
Dan leu OM ART-jornal.PL
'O Dan leu os jornais.'

b. Dan kara (*et) (kama) itonim.
Dan leu OM alguns jornal.PL
'O Dan leu (alguns) jornais.'

O marcador de objeto seria uma realização semelhante a uma preposição atribuidora de Caso abstrato, sendo os dois elementos manifestações possíveis de K. Portanto, em contextos em que há um objeto direto preposicionado, um objeto indireto ou um complemento nominal, elementos que precisam ser licenciados por Caso abstrato, haverá menor preferência pelo elemento *que*, pois aí a gramática contendo um D não preenchido tem preferência.

No que diz respeito aos resultados observados na Tabela 1, é preciso ter em conta não só a estrutura do sintagma relativizador, mas de toda a oração relativa. Para tanto, baseio-me na proposta de Cinque (2008), para quem a estrutura de base do IP relativo em restritivas e em apositivas é distinta, pois estas ocorrem acima de DP, como se vê em (24). Posteriormente, duas camadas de complementadores serão combinadas e o complemento do IP respectivo será movido para a posição de antecedente, como mostrado em (25):

(24) a. $IP_{restritivo}$ > NumP

b. $IP_{apositivo}$ > DP > NumP

(25) a. $[_{DP}$ A $[_{NumP}$ menina$]_i$ C_2 $[[_{PP}$ de que$]_j$ C_1 $[[_{IPrestritivo}$ o João falou t_j $]$ $[\sout{_{NumP}}$ t_i $]]]]$

b. $[_{DP}$ $[_{DP}$ Essa menina$]_i$ C_2 $[[_{PP}$ de que$]_j$ C1 $[[_{IPapositivo}$ o João falou t_j $]$ $[\sout{_{DP}}$ t_i $]]]]$

Uma evidência para se propor tais estruturas se relaciona com o fato de o antecedente das relativas apositivas ser determinado, diferentemente do das relativas restritivas; nessas últimas, o artigo encontrado é, na verdade, parte do DP que domina toda a oração relativa. Evidência disso vem de dados em que o antecedente da oração restritiva é colocado em sua posição de base:

(26) a. A fome terrível que tenho...

b. Tenho (*a/uma) fome terrível...

A partir dessa análise mais detalhada, tem-se que o antecedente *fome terrível* não projeta na base a camada DP, a despeito das aparências, em (26a). Portanto, a maior aceitação de *que* em orações restritivas se comparado aos contextos com orações

apositivas tem que ver com a compatibilidade de traços desse relativizador com o núcleo externo, derivado como antecedente da oração:

(27) D [-definido] ⇔ *que* [+Num]

Como se vê, o item *que* se pareia corretamente com o antecedente para o traço [-definido], para o qual é não especificado, pois nessa gramática *quem* está especificado como [+definido].

Sendo essa proposta correta, pode-se considerar que o item *que* sofreu um processo de gramaticalização, de (28a) para (28b):

(28) a. $[_{DP}\ D_{\varnothing}\ [_{NumP}\ \textit{que}\ [_{NP}\ N\ ]]]$

b. $[_{DP}\ \textit{que}\ [_{NumP}\ \sout{\textit{que}}\ [_{NP}\ N\ ]]]$

Note-se que no português clássico havia o item *que* em Num, ao lado de uma estrutura mais complexa, com movimento do item *que* de Num a D, quando entra em distribuição complementar com *quem*. Com o fim do português clássico, o processo de movimento, por ser mais custoso computacionalmente, é substituído pela concatenação direta em D, o que já foi observado com vários outros itens funcionais (cf. Roberts e Roussou 2003).

4.3 Implicações da proposta

A esta altura, cumpre refletir sobre as implicações dessa proposta, tarefa que será orientada por duas grandes questões. Uma delas diz respeito à viabilidade da mudança com *que*; outra diz respeito ao problema das orações extrapostas.

De acordo com Cohen (1990), o relativizador *que* se desenvolveu a partir do relativizador do latim vulgar *qui* (em forma nominativa) ou *que* (em forma acusativa). O estatuto de *que* como Num pode ser motivado pela insensibilidade à animacidade ou a outros traços-phi, como gênero e número. Com o desenvolvimento das línguas românicas medievais, tais distinções começam a ser percebidas, se bem que ainda não de forma categórica (cf. Poletto e Sanfelici 2015). Portanto, nota-se que há evidência independente para o desenvolvimento do pronome relativo *que*, tal como proposto

acima. A não concordância se explica pela perda da distinção entre singular e plural no latim vulgar, juntamente com as distinções de caso, todas típicas do latim clássico. A forma *que*, apesar de ocorrer em Num, não apresenta expoente para o traço [+plural], assim como se observa para a forma *quem*.

Se essa proposta é verdadeira, diferentemente de Said Ali (2001), não se pode tecnicamente dizer que houve uma mudança por analogia por parte de *quem*, que teria alcançado distribuição semelhante em orações interrogativas, relativas livres, e relativas com antecedente. Na verdade, o que ocorreu foi a mudança no item *que*, passando a ser mais especificado. Obviamente, o resultado superficial é uma limitação do item *que* face ao item *quem*.

A questão das relativas extrapostas pode ser encarada como um subcaso das orações relativas apositivas não integradas, ou como sendo derivada por um mecanismo independente da língua em questão. No primeiro caso, seria preciso considerar, ao lado da estrutura em (29) para o item *o qual*, encontrado nas relativas não integradas do PEM, outros itens lexicais para *que* e *quem*, já que eles também podiam ocorrer no início das orações extrapostas; isto é, todos eles seriam pronomes tipo-e:

(29) Relativas não integradas no PCl e no PEM
[PP P [DP *o qual*]]

Como informa Cinque (2008), no entanto, nem todas as línguas parecem ter relativas não integradas. Portanto, dada a maior liberalidade de movimento do português antigo relativamente ao PEM, a qual se espraia até os primeiros textos do português clássico, é mais simples adotar a proposta de Cardoso (2012), para quem há o apagamento seletivo de múltiplas cópias. Nessa proposta, o exemplo em (17a) seria derivado como a seguir:

(30) a. São [DP *os índios Catingas* [~~a quem fizeram guerra os Portugueses~~]] nação de língua geral ... [~~DP *os índios Catingas*~~ [a *quem* fizeram guerra os Portugueses]]...

A relação entre o antecedente (núcleo externo) e o NP no sintagma relativizador (núcleo interno) seria, como já se observou, o que permite a ocorrência, se bem que limitada, de *que* com antecedente [+humano], como ilustrado em (17b).

5. Considerações finais

Neste trabalho explorei a hipótese de que, em contextos preposicionados, *que* e *quem* são pronomes relativos que se distribuem de forma complementar no português europeu moderno. Investigo a possibilidade de ocorrência de *que* com antecedente humano nesses contextos a partir da hipótese de que ela se deveria a um resquício dum estágio anterior à gramaticalização de *que* de NumP a DP, sendo aquele item mais comum no português clássico. Essa hipótese foi desenvolvida a partir de um estudo baseado em *corpus*, que mostrou estarem as ocorrências de *que* ligadas a contextos de menor liberdade sintática, nomeadamente naqueles em que há orações restritivas, e naqueles de menor especificação semântica, com antecedentes não específicos ou com verdadeiras preposições, que atribuem Caso inerente a qualquer tipo de complemento.

Com este estudo, espera-se dar uma contribuição para o entendimento de um ponto obscuro da gramática do português europeu moderno, além de contribuir para o entendimento da sintaxe das orações relativas do português clássico. Apesar de ambos os temas já terem sido tratados em vários estudos, o entendimento do estatuto de *que* (e *quem*) pode ser útil para outros domínios menos estudados, como as orações relativas livres, as orações comparativas e as correlativas.

Fontes Primárias

Aires, Matias. 1980. *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens e Carta sobre a Fortuna*. Lisboa: INCM. [nascido em 1705]

Barros, André de. 1746. *Vida do Apostólico Padre António Vieira*. Lisboa: Officina Sylviana. [nascido em 1675]

Castelo Branco, Camilo. 1998. *Maria Moisés.* Lisboa: Porto Editora/ Biblioteca Virtual de Autores Portugueses. [nascido em 1826]

Cavaleiro de Oliveira, Francisco Xavier. 1982. *Cartas.* Lisboa: Sá da Costa. [nascido em 1702]

Céu, Maria do. 1993. *Relação da Vida e Morte da Serva de Deus a Venerável Madre Helena*

da Cruz. Lisboa: Quimera. [nascida em 1658]

Costa, José Daniel Rodrigues da. 1973. *Seis Entremezes de Cordel.* Eds. Luís Miguel Cintra e Jorge Silva Melo. Lisboa: Editorial Estampa. [nascido em 1658]

Couto, Diogo do. 1947. *Décadas*. vol. I. Lisboa: Sá da Costa. [nascido em 1542]

Galhegos, Manuel de. *Gazeta, em que se relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês de novembro de 1641.* Lisboa: Officina de Lourenço de Anueres. [nascido em 1542]

Gândavo, Pero de Magalhães. 1576. *História da província Santa Cruz que vulgarmente chamamos Brasil.* Lisboa: Officina de António Gonsaluez. [nascido em 1502]

Garrett, João Baptista Almeida. 1998. *Viagens na Minha Terra.* Lisboa: Porto Editora/ Biblioteca Virtual de Autores Portugueses. [nascido em 1799]

Marquesa de Alorna. 1941. *Inéditos. Cartas e outros escritos*. Lisboa: Sá da Costa. [nascida em 1750]

Marquês da Fronteira e d'Alorna. 1926. *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*. Lisboa: INCM. [nascido em 1802]

Mendes Pinto, Fernão. 1984. *Perigrinação*. Lisboa: INCM. [nascido em 1510]

Ortigão, Ramalho. 1993. *Cartas a Emília*. Lisboa: Lisóptima/Biblioteca Nacional. [nascido em 1836]

Sousa, Luís de. 1984. *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*. Lisboa: INCM. [nascido em 1556]

Vieira, António. 1907. *Sermões*. Porto: Chardron/ Lello e Irmão. [nascido em 1608]

Referências

Bianchi, Valentina. 1999. *Consequences of antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Brito, Ana Maria. 1991. *A sintaxe das orações relativas em português*. Lisboa: INIC.

Cardoso, Adriana. 2012. «Extraposition of restrictive relative clauses in the history of Portuguese». In *Parameter theory and linguistic change*, ed. Charlotte Galves *et al*., 77–96. Oxford: Oxford University Press.

Cinque, Guglielmo. 2008. «Two types of non-restrictive relatives». In *Empirical issues in syntax and semantics 7*, ed. Olivier Bonami e Patricia Cabredo-Hofherr, 99–138. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne.

Cinque, Guglielmo. 2015. «Three phenomena discriminating between 'raising' and 'matching' relative clauses». *Semantics-Syntax Interface* 2(1): 1–27.

Cohen, Maria Antonieta. 1990. *Syntactic change in Portuguese: relative clauses and the position of the adjective in the noun phrase.* Dissertação de doutoramento inédita. Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

Danon, Gabi. 2006. «Caseless nominals and the projection of DP». *Natural Language and Linguistic Theory* 24(4): 977–1008.

Embick, David. 2008. «Variation and Morphosyntactic Theory: Competition Fractionated». *Language and Linguistics Compass* 2(1): 59–78.

Evans, Gareth. 1980. «Pronouns». *Linguistic Inquiry* 11(2): 337–362.

Galves, Charlotte e Pablo Faria. 2010. *The Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese.* Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html (31.07.2018).

Halle, Morris e Alec Marantz. 1993. «Distributed Morphology and the Pieces of Inflection». In *The View from Building 20*, ed. Ken Hale e Samuel J. Keyser, 111–176. Cambridge, MA: MIT Press.

Kayne, Richard. 2010. «Why isn't *This* a complementizer?» In *Comparison and Contrast*, ed. Richard Kayne, 190–227. Oxford: Oxford University Press.

Levey, Stephen e Carolyn Hill. 2013. «Social and Linguistic Constraints on Relativizer Omission in Canadian English». *American Speech* 88(1): 32–62.

Manzini, Maria Rita e Kenneth Wexler. 1987. «Parameters, Binding Theory and learnability». *Linguistic Inquiry* 18(3): 413–444.

Martins, Ana Maria *et al.* 2012. *Corpus: Word Order and Word Order Change in Western European Languages. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.* Disponível em: http://alfclul.clul.ul.pt/wochwel/index.html (31.07.2018).

Mateus, Maria Helena Mira *et al*. 1989. *Gramática da língua portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.

Poletto, Cecilia e Emanuela Sanfelici. 2015. «On complementizers: insights from Italian restrictive relative clauses». *Comunicação no 48.º Encontro da Societas Linguistica Europaea (2-5 de setembro de 2015)*. Ms. Universität Frankfurt.

Radford, Andrew. 1981. *Transformational Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rinke, Esther e Elisabeth Aßmann. 2017. «The syntax of relative clauses in European Portuguese. Extending the Determiner Hypothesis of relativizers to relative *que»*. *Journal of Portuguese Linguistics* 16(4): 1–26.

Roberts, Ian. 2007. *Diachronic Syntax*. Oxford: Oxford University Press.

Roberts, Ian e Anna Roussou. 2003. *Syntactic change: a minimalist approach to grammaticalization.* Cambridge: Cambridge University Press.

Said Ali, Manuel. 2001. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ª ed. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/Editora UnB.

Veloso, Rita. 2013. «Subordinação relativa». In *Gramática do português.* vol. II, ed. Eduardo B. P. Raposo *et al*., 2061–2134. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Anexo A

Dados de *quem* preposicionado com antecedente [-humano]

Sousa (século XVI)

1. Sobre ela um devoto crucifixo, a *quem* tal mesa ficava servindo mais de Calvário que de altar.

Céu (século XVII)

1. aqueles são os ídolos, a *quem* unicamente sacrificam, e de *quem* eles são ao mesmo tempo, retratos, e originais, ídolos, e idólatras;
2. passavam-se elas em improvisos e em música, arte em *quem* minha Mãe e Tias eram exímias...
3. A isto eu respondi — como não podia deixar de fazer em atenção para com o governo espanhol a *quem* tanto devo — que se a questão era de dinheiro eu ficaria de graça até que a exposição espanhola terminasse.
4. Estes são os poderes do Céu, com *quem* são uma sombra os do Inferno, um átomo os da terra, por que é Deus senhor de terra, e abismo;
5. Tanto fiava o piedoso Padre dos favores de Deus para aquele relicário, a *quem* pertendia guarnecer as pérolas de almas puras.

Aires (século XVIII)

6. e a natureza, a *quem* as paixões têm sempre em acção, não cessa de guiar o pensamento para aquela mesma parte,
7. este é o amor humano, de *quem* se diz, tem semelhança com o amor divino.
8. talvez foi um infeliz amor, a *quem* se opôs a vaidade.
9. [Diga-o aquela fermosura a quem um voto fervoroso fez perder a liberdade]... Aquela mesma fermosura, a *quem* a vaidade dominante fez deixar o mundo, para a livrar de algum amor humilde, sim vive retirada no limitado espaço de uma prisão santa.
10. Isto sucede à fermosura, a *quem* a vaidade prendeu só por livrá-la do amor;

Anexo B

Dados de *que* preposicionado com antecedente [+humano]

Couto (século XVI)

1. e assim nestes Reinos muitas vezes vem a suceder o filho, a *que* o pai os quer deixar, e outras, o que tem mais posse, e valia.

Galhegos (século XVI)

2. e não lha concedeu: assim porque havia grande risco na empresa, em razão da pouca gente, com *que* se achava o tenente-general, como também porque queria ir ele mesmo.

Gândavo (século XVI)

3. Está formada esta província à maneira de uma harpa: cuja costa pela banda do Norte corre do Oriente ao Ocidente e está olhando direitamente a Equinocial. E pela do Sul confina com outras províncias da mesma América povoadas e possuídas de povo gentílico com *que* ainda não temos comunicação...
4. Esta é uma das melhores terras, e que mais tem realçado os moradores que todas as outras capitanias desta província: os quais foram sempre muito favorecidos e ajudados dos Índios da terra, de *que* alcançaram muitos infinitos escravos com *que* granjeam suas fazendas.
5. E por este respeito somente lhe dão esta mulher com *que* converse: porque na verdade são eles tais, que não se haveriam de todo ainda por vingados do pai, se no inocente filho não executassem esta crueldade.

Mendes Pinto (século XVI)

6. E entre algumas que nos disse, nos veio a confessar que era cristão renegado, melhor que de nação, natural de Sardenha, filho de um mercador que se chamava Paulo Andrés, e que não havia mais que só quatro anos que se tornara mouro por amor de uma grega moura com *que* era casado.
7. E ao pobre de mim quiçá como menos ditoso coube em sorte comprar-me um grego renegado, de *que* eu arrenegarei enquanto viver, porque me tratou de maneira em só três meses que fui seu cativo, que por sete ou oito vezes estive tentado para me matar com peçonha (se Nosso Senhor me não fizera mercê de me ter na sua mão) para lhe fazer perder o que por mim tinha dado, porque era o mais desumano, e cruel inimigo que nunca se viu no mundo.

8. e nos afirmou o Vasco Martins, que ali naquele mosteiro de São Miguel lhe mandara fazer o mais honrado saimento que ele nunca vira em sua vida, no qual se ajuntaram quatro mil sacerdotes, afora outra mor cópia de noviços a *que* eles chamam santileus.
9. Depois que a armada foi surta, e se fez no porto a salva que disse, o capitão Gonçalo Vaz Coutinho mandou logo à rainha uma carta que lhe levava do vice-rei, por um Bento Castanho homem discreto, e bem criado, pelo qual lhe mandou dizer o para que ali era vindo, e que pois sua alteza era amiga de El-rei de Portugal, e tinha com ele pazes e amizade havia tanto tempo, que como recolhia no seu porto turcos, que eram nossos capitais inimigos? ao que ela respondeu, que sua mercê fosse muito bem-vindo com toda a sua companhia, que quanto ao que lhe mandava dizer das pazes que tinha com El-rei de Portugal, e com os seus governadores, era muita verdade, e assim as teria enquanto vivesse, porém quanto aos turcos em *que* lhe apontava, que só Deus, a quem ela tomava por juiz neste caso, sabia quanto contra seu gosto eles ali eram vindos...
10. e levava em sua companhia quinze mil homens, de *que* só os oito mil eram batas, e os mais menancabos, lusões, andraguires, iambes, e bornéus, que os príncipes destas nações lhe mandaram de socorro, e quarenta elefantes, e doze carretas de artilharia miúda de falcões e berços, em que entravam dois camelos, e uma meia espera de bronze com as armas de França, que se houve de uma nau que no ano de 1526 governando o estado da Índia Lopo Vaz de Sampaio, foi ali ter com franceses, de que era capitão e piloto um português natural de Vila de Conde, que se chamava o Rosado.
11. Neste tempo que aqui chegamos estava El-rei celebrando com grande aparato e pompa fúnebre de tangeres, bailos, gritas, e de muitos pobres a *que* dava de comer, as exéquias da morte de seu pai, que ele matara às punhaladas para se casar com sua mãe, que estava já prenhe dele,
12. Dei-lhe também conta das muitas e várias nações de gentes que habitam ao longo daquele oceano, e do rio Lampom, donde o ouro de Menancabo vai ter ao reino de Campar pelos rios de Iambee e Broteo, no qual os naturais desta terra afirmam, pelo que leem nas suas crônicas, que estivera uma casa de contrato da rainha Sabá, donde alguns presumem que um seu feitor por nome Nausem lhe mandara uma grande soma de ouro, que ela depois levou para o templo de Jerusalém, quando foi ver a El-rei Salomão, donde dizem que veio prenhe de um filho, que depois sucedeu por imperador da Etiópia, a *que* cá o vulgar chama Preste João, e de *que* esta nação abexim se honra muito.

13. Havendo só vinte e seis dias que eu era chegado a Malaca com esta resposta do rei dos batas de *que* tenho tratado, sendo ainda neste tempo dom Estêvão da Gama capitão da fortaleza, chegou a ela um embaixador do rei de Aaru, que é nesta ilha Samatra,
14. mas vale-lhe que tem muito ouro com que encobre a fraqueza dos seus, adquirindo com ele muita gente estrangeira de *que* se ajuda.
15. E querendo-lhe eu responder a isto que com tanta mágoa me dizia, me desfez todas as minhas razões com umas verdades tão claras, que dali por diante não me atrevi a lhe responder mais coisa nenhuma, porque entendi que não tinham contradição suas queixas, porque me apontou em algumas coisas assaz feias e criminosas em que culpava algumas pessoas particulares, de *que* aqui não trato, porque não faz a meu propósito, e porque não é minha tenção descobrir faltas alheias,
16. e se te parecer que por teu respeito posso eu lá ir seguro de receber opressão ou agravo, entenderei em te comprar aos pescadores de *que* me dizes que és cativo.
17. Mas como estes eram poucos, e os inimigos muitos, e melhor armados, no derradeiro assalto, que foi dado aos treze dias da lua, se acabou tudo de consumir, porque saindo El-rei fora da cidade por conselho de um seu caciz de *que* muito se ficava o qual por peita de um bar de ouro, que valia quarenta mil cruzados, que os inimigos lhe deram, o moveu a isso, arremeteu aos inimigos, e travou com eles uma áspera briga, na qual andando com melhoria muito conhecida, o perro do caciz, que ficava por capitão na tranqueira, fingindo querê-lo ir ajudar a continuar aquele bom princípio, saiu fora com obra de quinhentos homens que tinha consigo, o que vendo um capitão dos inimigos mouro malavar, por nome Cutiale Marcà, o qual tinha em sua companhia seiscentos mouros guzarates e malavares, arremetendo às portas, que o caciz não quis defender pela peita que tinha tomada, foi logo senhor da tranqueira sem nenhuma resistência, e matou quantos doentes e feridos achou nela, que segundo se disse, passaram de mil e quinhentos, sem a nenhum dar a vida.
18. e eu te favorecerei como a vassalo, mas não como a irmão por *que* te nomeias.

Sousa (século XVI)

19. Era o companheiro o padre Frei João da Cruz, de *que* nesta história faremos menção mais vezes, pelo muito que lhe queria o Arcebispo, como quem adivinhava quanto havia de montar na Ordem;
20. Lastimou se e torceu-se, dizendo: — Perdoe Deus ao amigo que, sendo amigo e cheo de virtude e caridade, assi se esqueceu de si e da boa amizade e da verdadeira caridade, que foi desenterrar um amigo de *que* ninguém se lembrava, pera ser lançado no fogo;

21. Encomendo-lhe muito o favor dos estudos e todos os padres de Viana, Companhia e São Frutuoso, e todos os pobres, de *que* Deus o fez pai.

Cavaleiro de Oliveira (século XVII)

22. Aquele célebre português, a *que* tu chamas Camones, e de quem ouviste tantas maravilhas em Itália, não sabemos em Portugal que cantasse solfa;
23. Permita Vossa Senhoria dar-me já a conhecer a uma dessas formosas em *que* me falou.
24. porém como tinha a indústria de deitar peçonha nas melhores coisas e de fazer uma culpa da acção mais inocente, entendeu que o marido lhe proibia entrar no bosque, porque teria ali alguma companhia de seu gosto, de *que* queria gozar sem embaraços.
25. Se Vossa Senhoria lhe falar hoje, diga-lhe que ontem vi as suas Décimas contra os loucos de *que* ele pretende ser confrade,
26. Um patarata afidalgado, a *que* outros corruptamente chamam casquilho é coisa que também conheço logo pela pinta, pelas caixas de tabaco, pelos laços e borlas do espadim, pelo perpétuo movimento da cabeleira, pelo acento agudo do calçado, pela inclinação às novas modas, pelas confianças, lhanezas, distracções, gestos afectados, risadas sem motivo, discurso de bacharel sem suco algum, palavras escolhidas, fora do lugar, e finalmente pela pretensão de se fazer conhecer por homem sábio e de importância, de bom gosto e de grandes intrigas amorosas.
27. E mostrando-lhe por outras muitas novas e diferentes acções magnânimas que não era possível que o excedesse, lhe permitiu que se retirasse para o seu país acompanhado dos dois criados com *que* ele tinha saído.

Costa (século XVII)

28. Vejo-me empenhado, por pessoas a *que* não posso faltar, para tomar algumas obras contra minha vontade.

Marquês da Fronteira e d'Alorna (século XIX)

29. Os Marqueses de Angeja, Castello Melhor, Lavradio e Minas; os Condes de Penafiel, Rezende, Barbacena, Alva, Villa Flor, São Lourenço e Ribeira; Dom João de Castello Branco, Dom Luiz da Câmara, Dom Gastão da Câmara, Dom Nuno da Silveira e seu irmão Dom Antonio; Dom Joaquim da Câmara; quatro irmãos do Conde de Mesquitella; Visconde da Bahia e seu irmão; Dom Francisco de Mello, mais tarde Marquês de Ficalho, e seu irmão Dom Thomaz; Dom Manuel da Câmara, Dom Thomaz de Mascarenhas, João Carlos de Saldanha, Dom Pedro de Sousa e Holstein, e outros muitos de *que* me não recordo, entravam emas fileiras de o exército combatente.

Castelo Branco (século XIX)

30. O enjeitado era uma menina de *que* tomaram conta os fidalgos, que a batizaram com o nome de Maria Moisés, por ter sido achada no rio como o santo legislador dos hebreus.

3. Periodização da história linguística do Sul da Bahia

Wagner Argolo Nobre

União Metropolitana de Educação e Cultura – UNIME

Neste trabalho, após problematizar a questão da periodização da história linguística do Brasil com base em Lobo (2003), procuramos expor uma inédita periodização da história linguística do Sul da Bahia, dividida em três fases e duas subfases, desde o século XVI até o século XX, tendo como parâmetros os ciclos econômicos agrários, que ao longo de tão vasto período moveram populações, geraram conflitos por posse de terras, condicionando, assim, os ambientes de comunicação da região, e consequentemente privilegiando o uso de determinadas línguas em detrimento de outras, resultando, por fim, na mudança de um cenário multilíngue, em que mais de 60 línguas indígenas eram faladas, para um cenário unilíngue em Português Brasileiro.

Palavras-chave: linguística histórica, periodização, Brasil, Sul da Bahia.

1. Introdução

Para o geral do Brasil, Lobo (2003) propõe duas grandes fases, referências para que periodizações regionais sejam, a partir delas, elaboradas: a primeira, calcada num Brasil generalizadamente multilíngue, rural, analfabeto e sem estandardização linguística, que se estende de 1534, quando são fundadas as Capitanias Hereditárias, até 1850, quando é proibido o tráfico intercontinental de escravos através da Lei Eusébio de Queirós; a segunda, calcada num Brasil localizadamente multilíngue, urbano, escolarizado e com estandardização linguística, que se estende até os dias atuais.

Em relação dialética com seu trabalho, propomos aqui contribuir para a elaboração das periodizações regionais às quais se referiu. Desse modo, apresentamos uma proposta, inédita para o Sul da Bahia, com a seguinte matriz: *Primeira fase*, que se inicia em 1534, com o início efetivo da colonização da região, na qual os portugueses encontram o tupinambá como língua supra-étnica, sendo obrigados a adquiri-lo como L2. É o momento da fundação de engenhos de açúcar, contexto que dará ensejo à formação de ambientes de comunicação peculiares, mantendo-se até 1600, quando os engenhos entram em decadência. Tem início então a *Segunda fase*, quando são alçadas

ao primeiro plano a produção de gêneros de subsistência, a venda de madeiras de lei e as expedições sertanistas de preação de índios, observando-se um rearranjo dos ambientes de comunicação da região. Esta fase manter-se-á até 1760, quando sua economia entra em decadência, devido ao vicejar de um novo ciclo, o do cacau. Entra em cena, desse modo, a *Terceira fase*, quando têm início, para o Sul da Bahia, as migrações oriundas do interior do Nordeste, onde o Português Brasileiro (doravante, PB) já prevalecia, no intuito de invadir grandes extensões de terra para o plantio do cacau, gerando graves conflitos pela sua posse. É o período em que o multilinguismo dos autóctones entra em choque com o unilinguismo dos sertanejos, estendendo-se até 1820, quando ainda é registrado o uso diminuto de línguas indígenas por comunidades locais, até desaparecerem por completo. Entramos então na *Primeira subfase*, caracterizada pela transição para o unilinguismo em PB, devida à substituição de população, que ocorreu na região, de acordo com o recenseamento do Império do Brasil, de 1872, quando já constatamos ali cerca de 100 mil novos habitantes, constituindo-se no marco inicial da *Segunda subfase*, em que observamos a quintuplicação do novo quadro humano, com base no recenseamento da República do Brasil de 1940, representativo da consolidação do Sul da Bahia como unilíngue em PB, cenário que não se alterou desde então.

No intuito de chegar às conclusões que serão expostas, utilizamos, para a segunda metade do século XVI, as fontes primárias localizadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, assim como as informações fornecidas pelo cronista colonial Fernão Cardim. Para o século XVII, as principais fontes primárias utilizadas foram as encontradas no Arquivo Histórico Ultramarino, também situado em Lisboa, Portugal. Para o século XVIII, as principais fontes primárias utilizadas foram as encontradas no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Para o século XIX, as fontes primárias mais recorrentes foram as encontradas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Público do Estado da Bahia, situado em Salvador, Brasil, em Maximiliano, em Spix e Martius e no *Recenseamento do Império do Brazil em 1872*. E no que se refere ao século XX, as principais fontes primárias investigadas foram o *Relatório da viagem de Curt Nimuendaju ao Sul da Bahia em 1938* e o *Ensaio de descrição*

estatística de uma zona fisiográfica (Zona Cacaueira do Estado da Bahia) pelos dados do recenseamento, relativo ao ano de 1940.

Além das referidas fontes primárias, foram fundamentais os trabalhos de historiadores que dedicaram suas pesquisas às antigas Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro, em especial Marcelo Henrique Dias (2011) e Francisco Cancela (2012), respectivamente.

Marcelo Henrique Dias, com seu livro *Farinhas, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*, e Francisco Cancela, com sua tese de doutorado intitulada *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)*, ambos nos proporcionando uma base histórica que foi fundamental para que, sobre ela, pudéssemos construir nossas próprias conclusões histórico-linguísticas, que viriam a constituir-se na proposta de periodização que será apresentada.

Além deles, entretanto, não podemos deixar de citar os dados históricos encontrados nas obras de Milton Santos (1957), com *Zona do Cacau*, de Darcy Ribeiro (2004 [1995]), com *O Povo Brasileiro*, e de Dias Tavares (2008), com *História da Bahia*. Todos, com as análises que expuseram, contribuíram fortemente para que, ao cruzar suas informações, pudéssemos chegar a nossas próprias conclusões.

Muito da lógica que adotamos no nosso proceder encontra sua origem em Silva Neto (1957), na sua magistral *História da língua portuguesa*, em que expõe reflexões como a seguinte: «Se a língua é um fenômeno social que só existe entre os homens e para eles, é imperativo e justo que se faça a história do instrumento através daqueles que o dominam» (Silva Neto 1957: 10). Daí afirmar, sobre seu mencionado livro, que «(...) nele a história entra como o painel que dá realidade aos fatos. Afinal, e em última análise, a história de uma língua consiste numa história dos contactos a que estão sujeitos os que a falam: e isso nos leva à história política e administrativa» (Silva Neto 1957: 10).

Expostas essas considerações preliminares, fica ao leitor uma boa ideia do que encontrará nas próximas páginas.

2. Problematizando a questão da periodização: realidade geral *versus* realidade regional

Um exemplo bastante coerente de periodização histórico-linguística pode ser encontrado no artigo *A questão da periodização da história linguística do Brasil* (2003), escrito por Lobo. Nesse trabalho a autora elabora uma periodização válida para o Brasil em geral, mas deixa claro o fato de «(...) a história externa do português no Brasil ainda hoje carecer, para 'completar-se', de estudos que enfoquem as distintas problemáticas regionais (...)» (Lobo 2003: 397), justamente para que uma periodização detalhada, para o geral do Brasil, seja possível no futuro.

Devido ao que foi exposto, nos comentários que serão feitos, nosso foco recairá sobre a necessidade, apontada pela autora, de serem elaboradas periodizações regionais — consequência, obviamente, da elaboração de histórias linguísticas também regionais. Ressaltemos que, um ano depois da publicação do artigo de Lobo (2003), ao menos para o Sul do Brasil, uma periodização regional foi publicada por Gilvan Müller em sua tese de doutorado intitulada *Política linguística – política historiográfica. Epistemologia e escrita da história da(s) língua(s) a propósito da língua portuguesa no Brasil meridional (1750-1830)* (2004), na qual, além de esboçar a história linguística do Brasil Meridional, apresenta, ao final de seu trabalho, uma proposta de periodização histórico-linguística da região.

Na periodização feita por Lobo (2003) para o Brasil, de forma geral, temos a divisão de sua história linguística em duas grandes fases: a primeira, calcada no multilinguismo generalizado, na não-urbanização, na não-escolarização e na não-estandardização linguística, que se estende de 1534 a 1850, quando se extingue oficialmente o tráfico de escravos africanos para o Brasil — através da Lei Eusébio de Queirós — consequentemente gerando uma frenagem na entrada de novas línguas africanas em território nacional. A segunda, calcada no multilinguismo localizado, na urbanização, na escolarização e na estandardização linguística, que se estende de 1850 até os dias atuais (Lobo 2003: 402):

> – *Primeira fase:* multilinguismo generalizado; não-urbanização; não-escolarização e não-estandardização linguística;
> – *Segunda fase:* multilinguismo localizado; urbanização; escolarização e estandardização linguística.

Como a autora deixa claro, esta é uma periodização geral, o que significa que os parâmetros que utilizou para elaborá-la são igualmente gerais, a saber: «a história demográfico-linguística brasileira», «o crescimento populacional associado ao processo de urbanização do país» e «o processo de escolarização associado ao processo de estandardização linguística» (Lobo 2003: 402). Nessa periodização, não apresenta subfases porque para a identificação delas seriam necessárias periodizações regionais.

Desse modo, com a periodização que apresentaremos abaixo, relativa à história linguística do Sul da Bahia, pretendemos, assim como Gilvan Müller o fez, contribuir para o preenchimento futuro da lacuna apontada por Lobo (2003), no sentido de que subfases possam ser identificadas entre os dois grandes blocos temporais, divididos pelo ano de 1850, que compõem a matriz de periodização da autora, na qual se lê que, antes deste marco temporal, o Brasil era generalizadamente multilíngue e, depois deste marco temporal, tornou-se generalizadamente unilíngue, com cenários localizados de multilinguismo (cf. Mattos e Silva 2004). Entretanto, como a própria autora ressalta, história é transição, de modo que o estabelecimento de uma data deve ser encarado sempre como um ponto de referência temporal para essa transição, e não como a afirmação de uma mudança abrupta.

A periodização da história linguística do Sul da Bahia que apresentaremos constitui-se em um atestado cabal do que Lobo (2003) afirma sobre a necessidade de elaboração de periodizações regionais. Isto porque fatos histórico-linguísticos que tiveram grande relevância para o geral do Brasil-Colônia podem não ter sido tão relevantes para contextos regionais, principalmente para aqueles marginalizados economicamente durante o período colonial, como foi o caso do Sul da Bahia.

Assim, se tomamos o primeiro aspecto que serve de parâmetro à periodização de Lobo, «a história demográfico-linguística brasileira» (2003: 402), que a leva a considerar o ano de 1850 como marco temporal para a divisão das duas grandes fases no que se refere ao geral do Brasil, percebemos que, no contexto regional do Sul da Bahia, este aspecto não pode ser aplicado, a não ser com outro escopo. Isto porque, quando a autora se refere à história demográfico-linguística do Brasil, toma como escopo, principalmente, a população africana que aqui chegou antes de 1850 e que passaria a tender deixar de chegar a partir desse ano. Tal escopo populacional fica claro

quando consideramos que o ano de 1850 se refere à Lei Eusébio de Queirós, que proibia oficialmente o tráfico de escravos da África para o Brasil.

O Sul da Bahia foi, durante a maior parte de sua história, uma região estagnada em termos econômicos, o que não lhe permitiu, desde o final do século XVI e início do século XVII, utilizar em grande escala a mão de obra escravizada africana. Por essa razão, quando se utiliza como parâmetro, no Sul da Bahia, a «história demográfico-linguística», devemos ter em mente que seu escopo, pelo menos até o ano de 1860, quando a lavoura cacaueira atinge seu auge, é composto principalmente por índios (Barickman 1995), mamelucos, brancos e uma minoria de negros e mulatos.

Além disso, a razão da extinção de seu multilinguismo não foi a proibição do tráfico negreiro intercontinental em 1850, mas a luta pela posse das terras do cacau (Santos 1957), principalmente quando a economia cacaueira chega a seu auge, coincidentemente em 1860 (Dias Tavares 2008), apenas 10 anos depois do marco temporal proposto por Lobo (2003). Afirmamos isto porque a escravidão africana não foi uma realidade enraizada no Sul da Bahia como o foi para a maior parte do Brasil, onde a prosperidade econômica chegou através de diversos ciclos extremamente lucrativos como o do açúcar, o da mineração e o do café.

Portanto, temos um exemplo de como um aspecto demográfico-linguístico que pode perfeitamente ser utilizado para o Brasil de forma geral não o pode ser se considerada apenas uma determinada região, como é o caso do Sul da Bahia, confirmando, assim, a afirmação de Lobo (2003) de que a história linguística do Brasil — o que inclui sua periodização — para «completar-se», precisa de histórias linguísticas regionais.

Mas as diferenças entre a *realidade geral* e a *realidade regional* não param por aqui. Mesmo se fosse nossa intenção desenvolver neste trabalho o aspecto «o crescimento populacional associado ao processo de urbanização do país» (Lobo 2003: 402), ainda assim teríamos de fazer, mais uma vez, uma abordagem que considerasse as peculiaridades do crescimento demográfico da Zona do Cacau. E a razão disso é bastante simples: o crescimento populacional do Sul da Bahia não se deu associado a um processo de urbanização dessa região. Pelo contrário, sua prosperidade econômica — fator motivador de seu crescimento demográfico — teve como esteio uma economia rural baseada na implantação de fazendas de cacau, que quanto mais extensas fossem

mais lucrativas seriam. Tanto que para a prosperidade econômica que a Zona do Cacau atingiu — chegando a ser a mais próspera do Brasil (Santos 1957) e o maior exportador de cacau do mundo (Dias Tavares 2008) — suas principais cidades, Itabuna e Ilhéus, não podem propriamente ser consideradas o que costumamos chamar de metrópoles.

No que se refere ao aspecto «o processo de escolarização associado ao processo de estandardização linguística» (Lobo 2003: 402), não há divergência entre a *realidade geral* e a *realidade regional*, respectivamente, do Brasil e do Sul da Bahia. O que nos leva a afirmá-lo é, em primeiro lugar, o fato de que nas fazendas de cacau era comum haver escolas de primeiras letras para os filhos dos trabalhadores de suas roças[20]. Em segundo lugar, está o dado apresentado no recenseamento do Império do Brasil, publicado em 1872, que informa que, naquele então, dos 102 405 habitantes livres da Zona do Cacau, 20 400 eram alfabetizados, o que significa que cerca de 20% da população livre da Zona do Cacau era alfabetizada já em 1872, enquanto o percentual de alfabetizados do Brasil como um todo, nesse mesmo período, segundo Houaiss (1985: 89), oscilava entre 0,5% e 1,0% de sua população, considerada em seu âmbito geral. Somente a partir de 1900 é que passamos a ter um incremento significativo no percentual de alfabetizados da população brasileira considerada em termos globais, atingindo os 35% entre 1900 e 1920 (Lobo 2003: 407). Mas apesar de haver uma divergência temporal entre o incremento da população alfabetizada do Sul da Bahia (1872) e o incremento da população alfabetizada do Brasil como um todo (1900), o aspecto em si (*i.e.* «o processo de escolarização associado ao processo de estandardização linguística») manifesta-se nas duas situações que expusemos, ou seja, a *realidade geral* e a *realidade regional*.

Feitas essas considerações iniciais, apresentamos a partir de agora nossa proposta de periodização da história linguística do Sul da Bahia.

3. Periodização da história linguística do Sul da Bahia (1534-1940)

3.1 Primeira fase: 1534 a 1600

Os portugueses fundam as Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro e encontram, como cenário linguístico, a predominância da língua tupinambá na costa, em situação

[20] Esta informação nos foi dada, em comunicação pessoal, pelo antigo dono da fazenda de cacau «Progresso», Sr. Fernando Barreto, situada em Itabuna-BA.

de monolinguismo, assim como seu uso na condição de segunda língua (Ribeiro 2004 [1995]; Silva Neto 1951) por 62 etnias, compostas por tupinambás e tapuias, da costa e do sertão, em situação de bilinguismo língua tapuia L1/tupinambá L2.

Vejamos os quadros das línguas do Sul da Bahia no século XVI, relativos às Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro, em que expomos também a raça, a etnia, os perfis linguísticos dos falantes, assim como as áreas do Sul da Bahia onde essas línguas eram faladas dentro das configurações de monolinguismo e de bilinguismo; nos quadros já incluímos a presença portuguesa:

Quadro 1. Dados extraídos do «Processo de Thomás Ferreira Mameluco» (1592-1593) e de Nimuendaju (1944)

Capitania de Ilhéus / Configuração Linguística 1 / Monolinguismo			
Raça	**Etnia**	**Língua que compunha o perfil do falante**	**Área**
Vermelha	Tupinambá	**Perfil 1:** tupinambá L1	Costa e pontos isolados no início do Sertão, na margem direita do rio Pardo e na margem esquerda do rio Jequitinhonha, próximos à divisa com a Capitania de Porto Seguro.

Quadro 2. Dados extraídos do «Processo de Thomás Ferreira Mameluco» (1592-1593), de Nimuendaju (1944) e de Pessoa de Castro (2001)

Capitania de Ilhéus / Configuração Linguística 2 / Bilinguismo			
Raça	**Etnias**	**Línguas que compunham os perfis dos falantes**	**Área**
Vermelha	Aimoré Akroá Arataca Baenã Guerém Imboré Kamacã Kamuru Kariri Kutaxó Maracá Pataxó	**Perfil 2:** aimoré L1/tupinambá L2 **Perfil 3:** akroá L1/tupinambá L2 **Perfil 4:** arataca L1/tupinambá L2 **Perfil 5:** baenã L1/tupinambá L2 **Perfil 6:** guerém L1/tupinambá L2 **Perfil 7:** imboré L1/tupinambá L2 **Perfil 8:** kamacã L1/tupinambá L2 **Perfil 9:** kamuru L1/tupinambá L2 **Perfil 10:** kariri L1/tupinambá L2 **Perfil 11:** kutaxó L1/tupinambá L2	Sertão e Costa (apenas os gueréns e aimorés estavam no sertão e na costa)

		Perfil 12: maracá L1/tupinambá L2 **Perfil 13:** pataxó L1/tupinambá L2	
Branca	Portuguesa	**Perfil 14:** português L1/tupinambá L2	Costa
Negra	Predominantemente, etnias dos grupos banto e jêje-mina	**Perfil 15:** línguas banto e jêje-mina L1/tupinambá L2	Costa
Mestiça	Mameluca (proto-etnia brasileira, com a qual o negro viria a se fundir posteriormente)	**Perfil 16:** tupinambá L1/português L2	Costa

Quadro 3. Dados extraídos do «Processo de Francisco Pires mameluco solteiro» (1592-1593) e de Nimuendaju (1944)

Capitania de Porto Seguro / Configuração Linguística 1 / Monolinguismo			
Raça	**Etnia**	**Língua que compunha o perfil do falante**	**Área**
Vermelha	Tupinambá	**Perfil 1:** tupinambá L1	Costa e pontos isolados no início do Sertão, à margem esquerda do rio Itanhaém e à margem esquerda do rio Doce; dois pontos isolados sertão adentro, à margem direita do rio Suaçuí Grande e à margem esquerda do rio Abaeté, afluente do rio São Francisco.

Quadro 4. Dados extraídos do «Processo de Francisco Pires mameluco solteiro» (1592-1593), de Nimuendaju (1944) e de Pessoa de Castro (2001)

Capitania de Porto Seguro / Configuração Linguística 2 / Bilinguismo			
Raça	**Etnias**	**Línguas que compunham os perfis dos falantes**	**Área**
Vermelha	Aimoré Ankete Aranã Arataca Bakué Bororó Botocudo Canarim Cataguá Convugne Etwéte Guarino Iaposó Iaraxin	**Perfil 2:** aimoré L1/tupinambá L2 **Perfil 3:** ankete L1/tupinambá L2 **Perfil 4:** aranã L1/tupinambá L2 **Perfil 5:** arataca L1/tupinambá L2 **Perfil 6:** bakué L1/tupinambá L2 **Perfil 7:** bororó L1/tupinambá L2 **Perfil 8:** botocudo L1/tupinambá L2 **Perfil 9:** canarim L1/tupinambá L2 **Perfil 10:** cataguá L1/tupinambá L2 **Perfil 11:** convugne L1/tupinambá L2 **Perfil 12:** etwéte L1/tupinambá L2 **Perfil 13:** guarino L1/tupinambá L2 **Perfil 14:** iaposó L1/tupinambá L2 **Perfil 15:** iaraxim L1/tupinambá L2	Sertão e Costa (apenas os maniãs, maxacaris, pataxós, kumanaxós, makunis e papanás estavam no sertão e na costa. Os demais estavam

	Iporoque Irúgne Kaiapó Kaposo Kumanaxó Makoni Makuni Malali Maniã Mapaxó Maxacari Miniã Monosó Naknianuque Nakrehé Niepniep Pampam Paniame Papaná Paresi Pataxó Poicá Potem Sakriabá Takrukpaque Tocoió Tucanuçú Uruku	**Perfil 16:** iporoque L1/tupinambá L2 **Perfil 17:** irúgne L1/tupinambá L2 **Perfil 18:** kaiapó L1/tupinambá L2 **Perfil 19:** kaposo L1/tupinambá L2 **Perfil 20:** kumanaxó L1/tupinambá L2 **Perfil 21:** makoni L1/tupinambá L2 **Perfil 22:** makuni L1/tupinambá L2 **Perfil 23:** malali L1/tupinambá L2 **Perfil 24:** maniã L1/tupinambá L2 **Perfil 25:** mapaxó L1/tupinambá L2 **Perfil 26:** maxacari L1/tupinambá L2 **Perfil 27:** miniã L1/tupinambá L2 **Perfil 28:** monosó L1/tupinambá L2 **Perfil 29:** naknianuque L1/tupinambá L2 **Perfil 30:** nakrehé L1/tupinambá L2 **Perfil 31:** niepniep L1/tupinambá L2 **Perfil 32:** pampam L1/tupinambá L2 **Perfil 33:** paniame L1/tupinambá L2 **Perfil 34:** papaná L1/tupinambá L2 **Perfil 35:** paresi L1/tupinambá L2 **Perfil 36:** pataxó L1/tupinambá L2 **Perfil 37:** poicá L1/tupinambá L2 **Perfil 38:** potem L1/tupinambá L2 **Perfil 39:** sakriabá L1/tupinambá L2 **Perfil 40:** takrukpaque L1/tupinambá L2 **Perfil 41:** tocoió L1/tupinambá L2 **Perfil 42:** tucanuçú L1/tupinambá L2 **Perfil 43:** uruku L1/tupinambá L2	apenas no sertão)
Branca	Portuguesa	**Perfil 44:** português L1/tupinambá L2	Costa
Negra	Predominante-mente, etnias dos grupos banto e jêje-mina	**Perfil 45:** línguas banto e jêje-mina L1/tupinambá L2	Costa
Mestiça	Mameluca (proto-etnia brasileira, com a qual o negro viria a se fundir posteriormente)	**Perfil 46:** tupinambá L1/português L2	Costa

Feita a exposição dos quadros relativos às duas Capitanias do Sul da Bahia, que, juntas, apresentavam-nos um total de 62 línguas faladas por 62 etnias distintas dentro de diferentes perfis e configurações linguísticos, passemos a algumas considerações relativas a parte da documentação utilizada para a escrita desta periodização. Nem todos serão comentados, mas apenas aqueles que continham informações que

permitiram conclusões determinantes para este trabalho em específico[21]. Os documentos selecionados, assim como os comentários concernentes a eles, referem-se a todas as fases e subfases desta periodização.

A leitura do processo inquisitorial de Thomás Ferreira — relativo a uma expedição concentrada no sertão do Sul da Bahia, na Serra de Traípe, e concluído em 1593, o que nos indica uma situação linguística já com algumas décadas de sedimentação em relação à primeira metade do século XVI — permite-nos perceber que não houve dificuldade de comunicação entre os membros da expedição descrita no processo e os índios aratacas do local, principalmente no trecho em que Adão Vaz, como testemunha dos fatos narrados no documento, afirma claramente que «(...) *ouviu dizer ao dito Cristóvão da Rocha para os ditos gentios* que lhe deixava ficar aquelas armas e aparelhos de guerra para que matassem aos brancos cristãos desta Bahia se lá fossem e se defendessem deles (...)»[22](grifo nosso). De acordo com este trecho, Cristóvão da

Rocha, capitão da expedição, comunicou-se diretamente com os aratacas sem o auxílio de um «língua» (tradutor), sendo que, geralmente, quando o contato entre colonos e tapuias era feito na língua destes últimos, o tradutor era figura frequente. Entretanto, em nenhum momento, ao longo do documento inteiro, é feita qualquer menção a tradutores na expedição.

Além disso, o fato de alguns de seus integrantes terem participado de rituais dos índios aratacas demonstra que já havia entre eles um grau de entrosamento social avançado, o que implica, necessariamente, uma interação de caráter linguístico.

Estes fatos, tomados em conjunto, não nos levam a outro raciocínio a não ser o de que os aratacas, além de sua língua materna, também sabiam falar tupinambá — nesse caso, como L2 — permitindo-nos concluir, com alguma segurança, que, além de ser a língua mais falada na costa, o tupinambá também era utilizado como língua para contatos inter-étnicos no sertão da Capitania de Ilhéus, ampliando-se, inclusive, a área

[21] Para uma visão ampla, detalhada e analítica de toda a documentação que pesquisamos nos arquivos históricos mencionados na Introdução deste trabalho, recomendamos a leitura de Argolo Nobre (2015, ver referências).

[22] «Processo de Thomás Ferreira mamaluco», Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635, localizável ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. Cf. também o «Processo de Francisco Pires mameluco solteiro», Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 17809, localizável ao mesmo Arquivo.

sertaneja em que geralmente se considera que o tupinambá foi falado, somando-se à área do sertão da Capitania da Bahia a área do sertão da Capitania de Ilhéus.

Diante de tal cenário de hegemonia linguística do tupinambá, como o processo que veio a ser escrito algumas décadas mais tarde, em 1593, pôde nos confirmar, os colonizadores recém-instalados no Sul da Bahia consideraram mais viável sua aquisição — o que seria relativamente fácil devido ao acesso abundante a suas estruturas linguísticas (Cardim 2009 [1583-1601]). Por isso, os portugueses que chegaram ao Sul da Bahia para fundar as Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro teriam se tornado bilíngues em português L1 e em tupinambá L2, não havendo espaço para processos de transmissão linguística irregular, fosse do português, fosse do tupinambá.

Nessa primeira metade do século XVI são fundados os primeiros engenhos de produção de açúcar do Sul da Bahia (Dias 2011, Cancela 2012). Sendo o tupinambá a língua supra-étnica da região mesmo antes da chegada dos portugueses, assim continuou durante o início da produção de açúcar na costa sul baiana. Delineiam-se, então, os ambientes de comunicação *fora dos engenhos*, *dentro dos engenhos* e *de trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*.

No ambiente *fora dos engenhos*, ou seja, nas vilas fundadas pelos donatários, nas aldeias jesuíticas e nas tribos do meio dos matos, mantinha-se o amplo uso das línguas tapuias e do tupinambá como L1, juntamente com o uso do tupinambá como L2 — no caso dos tapuias, em situação de bilinguismo, pelo fato de o tupinambá ser a língua supra-étnica da região. Entretanto, mesmo na condição de língua supra-étnica, seu uso não era um imperativo, devido ao fato de haver grandes grupos étnicos tapuias homogêneos, possibilitando o uso de suas línguas maternas. Desse modo, o uso do tupinambá como língua supra-étnica era uma opção que podia ser posta em prática apenas quando os tapuias queriam estabelecer relações com membros de outros grupos étnicos diferentes dos seus.

O caso dos mamelucos era diferente porque, sendo filhos de índias — na maioria das vezes, tupinambás — e de portugueses, adquiriam o tupinambá das mães como L1 e, posteriormente, o português dos pais como L2 (Argolo Nobre 2013a). Porém, pelo fato de serem falantes de tupinambá, isso lhes permitia estar inseridos no ambiente de comunicação *fora dos engenhos*. O português, apesar de ser utilizado entre os

colonizadores e entre estes e os mamelucos, não fazia frente ao uso do tupinambá e ao uso das línguas tapuias.

No ambiente *dentro dos engenhos*, situação diferente se apresentava. Tal diferença, entretanto, não estava na língua supra-étnica utilizada — pois também era o tupinambá — mas na obrigatoriedade de seu uso. Isto porque dentro dos engenhos não havia a livre escolha de interlocutores, sendo a mão de obra aglomerada de acordo com as conveniências operacionais e econômicas do senhor de engenho. Portanto, no ambiente *dentro dos engenhos* havia a grande probabilidade de se estar confinado em um ambiente multilinguístico, que conduzia obrigatoriamente ao uso do tupinambá como língua supra-étnica, principalmente se considerarmos que grande parte dos escravizados nos engenhos era de índios tapuias, falantes de línguas muito diferentes entre si.

Apesar da obrigatoriedade do uso do tupinambá como língua supra-étnica, não seria coerente pensar em transmissão linguística irregular do tupinambá ou do português nesses ambientes, porque os tapuias, provenientes de etnias distintas, já eram prováveis bilíngues em língua tapuia L1/tupinambá L2. Ressalte-se que os senhores dos engenhos também eram prováveis bilíngues em português L1/tupinambá L2. Os mamelucos, por sua vez, eram bilíngues em tupinambá L1/português L2. E mesmo os africanos, que no início da colonização do Sul da Bahia tiveram presença mais constante nos engenhos, encontraram na grande quantidade de falantes de tupinambá L1 e L2 estruturas linguísticas suficientes para que o adquirissem regularmente. Dentro do engenho, entretanto, usar o tupinambá L1 ou L2 era *obrigatório*, enquanto fora dos engenhos era uma *opção*, sendo esse o critério mais saliente a diferenciar os dois ambientes.

No ambiente *de trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*, verificava-se uma situação diferente das duas anteriores. Por serem espaços em que os habitantes do Sul da Bahia se relacionavam com os habitantes da capital colonial, Salvador — onde desde o início da colonização, por ser seu centro político, predominou o uso da língua portuguesa — e com reinóis oriundos da metrópole lusitana, a língua supra-étnica era o Português Europeu. Desse modo, além dos próprios portugueses, falantes nativos da língua europeia, havia também o contingente de mamelucos bilíngues em tupinambá L1/português L2, além dos próprios índios

tupinambás que podem ter frequentado esse ambiente de comunicação, tornando-se bilíngues como os mamelucos pelo fato de, desde sempre, terem tido uma maior aproximação com os colonizadores.

Desse modo, entre os anos de 1534 e 1600, no Sul da Bahia, teríamos a existência de um quadro linguístico absolutamente multilíngue, que se manifestava no âmbito dos ambientes de comunicação denominados, nesta periodização, de *fora dos engenhos*, *dentro dos engenhos* e *de trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*.

3.2 Segunda fase: 1600 a 1760

A partir de 1600, entra em decadência a economia açucareira no Sul da Bahia (Schwartz 1989), abrindo-se espaço para o incremento, como base econômica — e não apenas ancilar, como era até então — da produção de gêneros de subsistência (com ênfase para a farinha), dos cortes de madeiras de lei, para a construção naval, e das expedições sertanistas de preação de índios para serem vendidos como escravos no litoral. A formação do grande mercado consumidor de víveres, no Recôncavo Baiano — em função, principalmente, das invasões holandesas, ocorridas em diversas tentativas entre 1599 e 1624 — teve papel fundamental para o delineamento da nova base econômica do Sul da Bahia (Paraíso 1993, Dias 2011, Cancela 2012).

Com a decadência dos engenhos de produção de açúcar, a maior parte do contingente demográfico que compunha seu ambiente de comunicação foi deslocada para o trabalho nas pequenas roças de produção de gêneros de subsistência, nas áreas de extração de madeira e nas expedições sertanistas, espaços sociais nos quais se manifestava o ambiente *fora dos engenhos*, desfazendo-se, portanto, a dicotomia *fora dos engenhos/dentro dos engenhos*.

O incremento da produção de gêneros de subsistência, dos cortes de madeira e das expedições sertanistas como novo esteio econômico do Sul da Bahia, a partir de 1600, provoca a redução dos três ambientes de comunicação anteriores, que, agora, passam a ser dois: *fora dos contextos de trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole* (fusão dos ambientes de comunicação *fora dos engenhos* e *dentro dos engenhos*) e *dentro dos contextos de trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*.

No ambiente *fora dos contextos de trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*, manteve-se o uso das cerca de sessenta línguas tapuias — cujo número de falantes, depois da absorção do ambiente *dentro dos engenhos*, certamente, aumentou — assim como o uso do tupinambá como língua supra-étnica, que, pelas mesmas razões, teve seu número de falantes também incrementado, mantendo seu *locus* social de interlíngua no Sul da Bahia. A diferença fundamental é que, com a decadência dos engenhos, o uso do tupinambá como código supra-étnico no Sul da Bahia passou a ser opcional para todo seu contingente. Desse modo, no ambiente *fora dos contextos de trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*, o tupinambá, enquanto variedade colonial, encontra espaço para expandir-se funcionalmente tanto na boca dos mamelucos, que o falavam como L1 — em situação de bilinguismo com o português L2 — quanto na boca dos tapuias, que o falavam como L2 — em situação de bilinguismo com suas línguas tapuias L1 — consolidando suas peculiaridades enquanto nova variedade linguística do tupinambá, típica do contexto colonial e alvo de uma nova denominação, para marcar sua distinção em relação ao tupinambá pré-contato, que já sabemos ser a denominação de «língua geral» (Rodrigues 1996, 2010, Argolo Nobre 2011, 2013a, 2015, 2016).

No ambiente de comunicação *dentro dos contextos de trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*, a situação não se modificou porque, fosse para vender açúcar, fosse para vender gêneros alimentícios, madeiras ou índios, continuava a mesma obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, utilizada obviamente pelos lusitanos e, em maior monta, por seus filhos mamelucos.

Essa base econômica do Sul da Bahia manteve-se ao longo dos 150 anos seguintes, assim como os dois ambientes de comunicação aos quais deu origem e as cerca de sessenta línguas que se manifestavam dentro desses dois ambientes. Somente após o início das lavouras de cacau, a partir de 1746, o Sul da Bahia voltaria a passar por transformações econômico-sociais e linguísticas significativas.

3.3 Terceira fase: 1760 a 1820

Com o início da expansão das lavouras de cacau, as notícias de sua prosperidade extrapolaram os limites das capitanias do Sul da Bahia, chamando a atenção de pessoas de fora, principalmente do sertão baiano (ao menos até o final da segunda metade do

século XVIII, porque daí em diante começariam a chegar migrantes dos sertões também de outras capitanias, posteriormente províncias, a exemplo do que hoje é o estado de Sergipe). Além disso, as lavouras cacaueiras começaram a dar lucro, possivelmente devido à exportação ilegal, ao menos para franceses e ingleses (Argolo Nobre 2015).

Assim, em 1760, já é possível encontrar registros documentais de invasões de grandes extensões territoriais na Capitania de Ilhéus, possivelmente para plantar cacau, a exemplo da que fez Luís Francisco Soledade:

> *3 de Março de 1760*
>
> *Do Conselho Ultramarino*
>
> *Sobre o que informa o V. Rei, que foi do Estado do Brasil a respeito da conta, que por este Concelho deu o Ouvidor da Capitania dos Ilhéus de se haver apossado Luís Francisco Soledade indevidamente de quarenta léguas de terra nas cabeceiras da Vila do Cairu e vão os documentos que o acusam*[23].

No que concerne ao comércio ilegal que vinha sendo realizado no Sul da Bahia com franceses e ingleses, vejamos um pouco mais: — No dia 9 de novembro de 1796, os oficiais da Câmara da Vila de Porto Seguro escreveram uma representação, que encaminharam à rainha de Portugal, D. Maria I, na qual afirmavam que o porto da Coroa Vermelha estava completamente aberto a invasões inimigas, constituindo-se em um verdadeiro «porto franco» para embarcações adventícias, a exemplo de duas embarcações francesas que, em 12 de agosto desse mesmo ano, aportaram lá para realizar saques. Entretanto, antes de os saques acontecerem, os portugueses conseguiram expulsá-los com tiros que foram disparados de dentro dos matos:

> *A V. Majestade representam os oficiais da Câmara da Vila de Porto Seguro, Capitania da Bahia [desde 1764, a Capitania de Porto Seguro passou a ser parte integrante da Capitania da Bahia, tornando-se também Comarca], que sendo ela a mais antiga de todas as descobertas naquele continente, se acha destituída de todas as necessárias defesas para impedir, e rebater qualquer invasão inimiga, dando-lhe um porto franco para ancoradouro, e desembarque em o lugar denominado Coroa Vermelha, do qual se aproveitaram duas embarcações francesas no dia doze de agosto do corrente ano, para nele fazerem, como fizeram, desembarque primeiramente de alguns vassalos de V. Majestade, que com suas embarcações haviam tomado, e saqueado, queimando-as finalmente pelo decurso da viagem; e depois de um grande número deles franceses armados, os quais certamente saqueariam a terra, vexando seus habitantes, se atemorizados de algum pequeno fogo, manobrado do centro dos matos, não se retirassem como retiraram fugitivos para a bordo de suas embarcações*[24].

[23] Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, Portugal: AHU, ACL, CU, 005, Cx. 144, D. 11028.
[24] Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, Portugal: AHU, ACL, CU, 005, Cx. 203, D. 14635.

Apenas seis anos depois, em 24 de novembro de 1802, já temos notícia de outra invasão, agora por parte dos ingleses, registrada em três ofícios — cujos respectivos números são 98, 99 e 100 — escritos pelo governador e capitão general da Capitania da Bahia, Francisco da Cunha e Menezes, dirigidos ao Príncipe Regente, D. João.

Nesta invasão, entretanto, os ingleses tiveram mais êxito do que os franceses, fazendo comércio na Capitania de Porto Seguro como se independente de Portugal ela fosse. O capitão da embarcação inglesa «Paquete Raquel», chamado Job Carpenter, e o seu sobre-carga, chamado Thomaz Lindley, contavam, inclusive, com a conivência dos filhos do ouvidor da Comarca de Porto Seguro. E mais, segundo o autor dos ofícios, possivelmente o próprio ouvidor estaria ciente e conivente com a situação. Quando os ofícios foram escritos, o brigue inglês já estava apreendido e retido em Salvador, e o sobre-carga, Thomaz Lindley, preso na antiga capital da colônia. O documento não informa o fim que levou o Capitão Job Carpenter.

Segundo se lê no texto do documento, os ingleses teriam aportado e feito «venda franca» aos porto-segurenses, tendo já planejado uma nova venda, que seria paga pelos baianos com três mil arrobas de pau-brasil. Embora não se mencione o uso do cacau nas transações comerciais desse episódio, em 1802 este possivelmente já seria cultivado na Capitania de Porto Seguro, não havendo razão para não considerar a possibilidade de que, em incursões comerciais ilegais como esta, não houvesse o uso do cacau como pagamento aos invasores, à semelhança do que se fez com o pau-brasil.

Nos três ofícios, além da acusação de comércio ilegal com os ingleses, há também a denúncia de que se extraía ouro e diamantes no Rio Grande ou Jequitinhonha, o que também é um atestado da postura independente dos habitantes da região:

> *N.º 98. Participa este Governo haver mandado proceder a Devassa, em 23 de Junho do corrente ano, pelo Desembargador desta Relação Cláudio Jozé Pereira da Costa, Ouvidor Geral do Crime, a respeito da denúncia dada por Manoel Rodrigues de Oliveira, de se achar em Porto Seguro um brigue inglês denominado Paquete Raquel, de que era Capitão Job Carpenter, e sobre-carga Thomaz Lindley, fazendo venda franca das fazendas, de que vinha carregado, e pretendendo efetuar a de uma porção delas a troco de três mil arrobas de Pau Brasil; sendo compreendidos neste delito o referido sobre-carga; os dois filhos do actual Ouvidor daquela Comarca, e outros; bem como envolvidos no delicto de extração de ouro, e diamantes nas cachoeiras do Rio Grande de Belmonte, com o Capitão-mor das ordenanças daquele Districto, Mariano Manoel da Conceição, pelo que foram pronunciados na referida Devassa, e recomendados na prisão, como tudo consta do Traslado, que com esta se remete.*

> *N.º 99. Remete-se o traslado dos Autos das averiguações, e exames, a que procedeu o mesmo Desembargador Ouvidor Geral do Crime no mencionado Brigue Inglês, pelo que o apreendeu no Porto de Caravelas da mesma Comarca de Porto Seguro, para onde se havia refugiado, e o fez conduzir ao porto desta Cidade, onde foram avaliados e postos em bom recato o mesmo casco, e seus pertences, e fazendas que conduzia; e em segura custódia o dito sobre-carga Thomaz Lindley, pronunciado naquela Devassa; suspenso, porém, outro qualquer procedimento a seu respeito, até a determinação de Sua Alteza Real.*
> *N.º 100. Acompanha a Certidão dos documentos, e depoimentos de testemunhas, que na mesma Devassa, a que procedeu o Desembargador Ouvidor Geral do Crime, em Porto Seguro, sugerem a suspeita de que o actual Ouvidor daquela Comarca não ignorava a negociação entre os seus filhos, e o sobre-carga do Brigue Inglês; assim como o haverem ido estes dois irmãos com o Capitão-mor das Ordenanças da dita Vila à escavação de ouro e diamantes*[25].

Desse período em diante, o movimento migratório ganhou força, culminando na disputa pela posse da terra entre os índios, mamelucos e brancos pobres do Sul da Bahia e os sertanejos que migraram para lá no intuito de obter melhores condições de vida com o plantio do cacau (Dias Tavares 2008). Sendo os índios, mamelucos e brancos pobres do Sul da Bahia os depositários do multilinguismo da região, e os sertanejos, neste caso específico, os depositários do unilinguismo em PB, iniciou-se, em termos metafóricos, uma batalha entre o multilinguismo e o unilinguismo na costa sul baiana (Santos 1957, Argolo Nobre 2013b).

Embora a batalha já estivesse começando a pender para o lado do unilinguismo, o cronista Maximiliano — que esteve na região entre 1815 e 1817 — e os cronistas Spix e Martius — que estiveram na região entre 1817 e 1820 — ainda testemunharam e registraram o uso de seis línguas tapuias (o *botocudo*, o *maxari*, o *pataxó*, o *malali*, o *maconi* e o *camacã*) e da língua geral no Sul da Bahia. É bem provável que outras línguas ainda fossem faladas, porque os registros de Maximiliano e de Spix e Martius não se referem ao Sul da Bahia como um todo, mas apenas a pontos específicos desta vasta região — principalmente a Aldeia de Almada, na Capitania de Ilhéus, e a Vila de Belmonte, na Capitania de Porto Seguro — o que nos conduz a inferir que, se tivessem ido a outros locais das duas capitanias, teriam igualmente encontrado mais línguas indígenas ainda sendo faladas.

Desse modo, de acordo com o que encontramos nos registros de Maximiliano (1815-1817) e de Spix e Martius (1817-1820), podemos afirmar com segurança que, no ano de 1820, o Sul da Bahia ainda era multilíngue.

[25] Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, Portugal: AHU, ACL, CU, 005, Cx. 230, D. 15931.

3.3.1 Primeira subfase: 1820 a 1872

As classificações em «subfases», daqui por diante, justificam-se pelo fato de se desenrolarem no âmbito do mesmo ciclo econômico da *Terceira fase* — ou seja, o ciclo do cacau — e não em um ciclo econômico novo, de acordo com o critério econômico-social que viemos adotando para considerar o surgimento de uma nova fase.

Assim, de 1820 em diante, consolida-se o processo de migração sertaneja para o Sul da Bahia (Mortara 1952), fazendo a batalha entre o multilinguismo e o unilinguismo pender irreversivelmente para o lado do unilinguismo em PB, devido ao processo de desgaste da população da região. Prova disso é o recenseamento do Império do Brasil, elaborado em 1872, no qual já se pode verificar uma substituição quase completa da população do Sul da Bahia, pois nos registros documentais anteriores a 1820 sempre havia a menção a uma grande quantidade de índios e de mamelucos na região, além de alguns brancos. No recenseamento de 1872, porém, os índios sequer aparecem mais como categoria demográfica, havendo o registro apenas de poucos caboclos (mamelucos), enquanto que, de maneira inversa, observa-se o registro de uma maioria absoluta de mulatos, negros e brancos — com predominância de mulatos — que totalizavam um número de 102.405 habitantes.

Vejamos os dados demográficos anteriores a 1820 (embora apareçam, na Tabela 1, alguns dados demográficos posteriores a 1820, ou seja, de 1854; ainda assim estão dentro do período de desgaste da população do Sul da Bahia, entre 1820 e 1872, que resultou em sua substituição; além disso, a maior parte dos dados da Tabela 1 foi retirada de Vilhena, registrada, portanto, entre 1798 e 1799):

Tabela 1. Dados extraídos de Vilhena (1969 [1798-1799]:486-514) e de Mott (2010:195-293)

	Capitania de Ilhéus (1740-1854)
Aldeias e vilas	**Número de indivíduos**
São Fidélis	240 índios (sem informação de etnia, mas provavelmente tupinambás)
Cairu	2.210 tupinambás e brancos
Boipeba	2.417 tupinambás e brancos
Camamu	4.067 tupinambás e brancos
Barcelos	200 tupinambás (não há números para brancos)
Maraú	1.600 tupinambás e brancos
Barra do Rio de Contas (atual Itacaré)	2.000 tupinambás, pocuruxéns, gueréns e brancos
Ilhéus	2.000 tupinambás e brancos
Olivença	1.000 tupinambás e brancos
Serinhaém (Santarém)	300 tupinambás e brancos
Poxim:	34 tupinambás e brancos
Total	**16.068 indivíduos, entre índios e brancos**

Tabela 2. Dados extraídos de Tomé Couceiro de Abreu (1764)[26], de Francisco Xavier Teixeira Álvares (1780) e de Francisco Cancela (2012: 163)

	Capitania de Porto Seguro (1764-1780)
Vilas	**Número de indivíduos**
Belmonte	135 (sem informação de etnia nem de raça)
Verde	404 (sem informação de etnia nem de raça)
Porto Seguro	1.350 (há apenas a informação de que eram brancos, pardos e negros forros, além dos índios mehãas do Rio Jequitinhonha; os tupinambás já deviam estar diluídos entre os mamelucos, e estes entre os «brancos»)
Trancoso	928 tupinambás e brancos
Alcobaça	90 (sem informação de etnia nem de raça)
Caravelas	67 (sem informação de etnia nem de raça)
Viçosa	452 (sem informação de etnia nem de raça)
São Mateus	16.345 brancos, com maioria absoluta de bacunis, amataris, comonaxôs, abocaxôs, mayaxôs, panhames e manxacaris (maxacalis)
Total	**19.771 indivíduos, entre índios, brancos, mulatos e negros**

Tabela 3. Síntese das tabelas 1 e 2

	Demografia geral do Sul da Bahia entre 1740 e 1854
Capitania de Ilhéus	16.068 indivíduos
Capitania de Porto Seguro	19.771 indivíduos
Sul da Bahia	**35.839 indivíduos (contingente composto por índios – de mais de 50 etnias distintas –, brancos, mamelucos, negros e mulatos)**

[26] Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, Portugal: AHU, ACL, CU, 005-01, Cx. 54, D. 10526.

Agora vejamos os dados de 1872:

Tabela 4. Adaptado de «Recenseamento do Brazil em 1872»[27] (1872: 68-76)

	Antiga Capitania de Ilhéus (1872)				
	Número de indivíduos livres, classificados por raças				
Municípios	**Brancos**	**Mulatos**	**Negros**	**Mamelucos**	**Total**
Valença	3.826	7.455	3.313	181	14.775
Jequiriçá	7.415	13.281	4.535	685	25.916
Santarém	1.458	878	501	28	2.865
Cairú	294	2.284	495	47	3.120
Taperoá	1.604	3.053	997	26	5.680
Camamu	1.120	5.763	1.708	87	8.678
Barcelos	376	300	697	190	1.563
Maraú	819	2.644	152	4	3.619
Barra do Rio de Contas	533	1.757	541	82	2.913
Ilhéus	1.185	2.429	619	398	4.631
Olivença	88	1.841	797	13	2.739
Canavieiras	327	2.484	94	28	2.933
Total	19.045	44.169	14.449	1.769	**79.432**

Tabela 5. Adaptado de «Recenseamento do Brazil em 1872» (1872: 68-76)

	Antiga Capitania de Porto Seguro (1872)				
	Número de indivíduos livres, classificados por raças				
Municípios	**Brancos**	**Mulatos**	**Negros**	**Mamelucos**	**Total**
Belmonte	1.339	1.539	715	268	3.861
Santa Cruz	141	110	850	170	1.271
Vila Verde	11	67	15	439	532
Porto Seguro	1.030	1.143	702	169	3.044
Trancoso	269	297	447	77	1.090
Caravelas	967	1.012	1.725	122	3.826
Prado	151	1.125	722	10	2.008
Alcobaça	622	760	1.400	254	3.036
Viçosa	567	808	1.010	174	2.559
Porto Alegre	446	429	762	109	1.746
Total	5.543	7.290	8.348	1.792	**22.973**

Tabela 6. Síntese das tabelas 4 e 5

	Sul da Bahia (sem São Mateus, que, após a Independência, passou a pertencer à Província do Espírito Santo)
Antiga Capitania de Ilhéus	79.432
Antiga Capitania de Porto Seguro	22.973

[27] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes (acesso em 31.07.2018).

Desse modo, é certamente no período entre 1820 e 1872 que se observa a dizimação mais acentuada da população nativa do Sul da Bahia[28] — depositária do multilinguismo indígena — pelos sertanejos, seja do interior da Bahia, seja de outras províncias, depositários do unilinguismo em PB que para ali se dirigiram, observando-se a substituição de uma população multilíngue por uma população unilíngue.

Portanto, assim se explica a extinção do multilinguismo indígena no Sul da Bahia e o simultâneo estabelecimento do unilinguismo em PB na região.

3.3.2 Segunda subfase: 1872 a 1940

A partir de 1872, com a continuidade da prosperidade da lavoura do cacau e a consequente manutenção da migração sertaneja para a região, o unilinguismo em PB só viria a consolidar-se. Isto não significa que, com as migrações para a Zona do Cacau, outras línguas não tenham chegado à região. E aqui fazemos um pequeno *flash-back*.

Mesmo antes de 1872, com a fundação de três colônias suíço-alemãs nas Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro entre 1818 e 1821 (denominadas de Leopoldina, *Frankental* [Vale dos Francos] e São Jorge dos Ilhéus, esta última homônima à vila-sede da Capitania de Ilhéus) — nas quais se levou a termo o plantio do café, e não do cacau — observamos a chegada da língua alemã e de línguas africanas dos grupos banto e jêje-mina, pois a mão de obra dessas três colônias, a partir de um certo momento, passou a ser de escravizados africanos (Schafer 1824, Baxter e Lucchesi 2009). Cerca de cinquenta anos depois, na esteira das migrações atraídas pela lavoura cacaueira, chegou a língua árabe, com os sírios e libaneses. Entretanto, tanto no caso das colônias cafeeiras suíço-alemãs quanto no caso dos sírios e libaneses, houve a integração à comunidade de fala lusófona. No caso das colônias suíço-alemãs, quando o cacau ainda não era hegemônico na região, tal integração deu-se certamente por razões políticas, devido ao apoio que receberam das autoridades portuguesas para a implementação das colônias germânicas. No caso dos sírios e libaneses, que chegaram depois de a sociedade do cacau já ter dominado a região, tal integração deu-se

[28] Cf. os documentos correspondentes às seguintes localizações, no Arquivo Público do Estado da Bahia, em Salvador, Brasil: Terras, 1889, Colonial/Provincial, Maço 4845; Terras, 1864, Colonial/Provincial, Maço 4845; Aforamento [1877], Colonial/Provincial, Maço 4845; Terras [1883], Colonial/Provincial, Maço 4845.

certamente pelo fato de o PB ter-se tornado a língua mais viável para quem quisesse integrar-se a essa nova sociedade

Por isso, mesmo com a chegada — antes de 1872 — da língua alemã e da língua árabe, não se observou uma mudança no percurso histórico-linguístico que conduzia o Sul da Bahia ao unilinguismo em PB. Como já tínhamos dito, essa tendência só veio a consolidar-se, o que ficou comprovado na viagem de Nimuendaju ao Sul da Bahia[29], em 1938, quando testemunha, com desapontamento, apenas «estilhaços» etnolinguísticos indígenas, e em outro recenseamento, elaborado em 1940, na já República Federativa do Brasil, quando a Zona do Cacau já era, em termos econômicos, a mais próspera do país, apresentando um contingente de 461 996 habitantes (quase cinco vezes mais do que em 1872) monolíngues em PB, como podemos ver a seguir:

Tabela 7. Adaptado de Giorgio Mortara (1952: 12, grifo nosso)

Zona do Cacau (população em 1940, por Municípios)	
Município	**População**
Belmonte	27. 580
Cairu	4.948
Camamu	22.312
Canavieiras	36.064
Ilhéus	113.269
Ipiaú	33.653
Itabuna	96.879
Itacaré	22.701
Ituberá	21.012
Maraú	11.205
Nilo Peçanha	12.508
Taperoá	8.995
Ubaitaba	12.141
Una	9.287
Valença	29.442
Zona do Cacau	**461.996**

Mesmo com a falência econômica da Zona do Cacau, no final da década de 1980, seu unilinguismo em PB se manteve e assim se mantém até os dias atuais.

[29] Cf. «A viagem de Curt Nimuendaju ao Sul da Bahia em 1938», transcrito e comentado, na íntegra, em Argolo Nobre (2015).

4. Conclusão

Nesta periodização da história linguística do Sul da Bahia, estabelecemos primeiramente um diálogo com outra periodização, elaborada por Lobo (2003), para o geral do Brasil, no intuito de ressaltar tanto a pertinência de uma periodização geral quanto de periodizações regionais, o que vale dizer a pertinência de uma periodização geral que seja a matriz em cuja estrutura possam ser encaixadas periodizações de menor amplitude, com as devidas adaptações concernentes às peculiaridades sociolinguísticas de uma determinada área. Nesse sentido, citamos, a título informacional, uma periodização regional já feita por Gilvan Müller (2004), relativa ao Brasil Meridional.

Em seguida, utilizamo-nos de parâmetros econômico-sociais, como o ciclo da cana, que teve duração breve no Sul da Bahia, o ciclo da produção de gêneros de subsistência (com destaque para a farinha) e dos cortes de madeira para a construção naval e o ciclo do cacau, para estabelecer fases e subfases dentro das quais percebemos terem existido ambientes de comunicação condicionados pelas vicissitudes históricas correspondentes a cada um desses ciclos.

O ciclo do cacau, como não o poderia deixar de ser, foi tratado com mais vagar por ter sido o mais impactante e duradouro da região, tendo começado a ganhar força em 1760, quando têm início as primeiras invasões de terra no Sul da Bahia por parte de migrantes sertanejos, que para lá se dirigiram no intuito de apossar-se das terras dos índios, mamelucos, mulatos e brancos pobres que lá já se encontravam.

Com a vitalidade econômica que a Zona do Cacau ganhou, tornando-se a mais próspera do país durante mais de cem anos e o maior exportador de cacau do mundo, as migrações, assim como os consequentes embates pela posse das terras, só aumentaram, de modo a produzir a mudança mais drástica e significativa para o cenário linguístico da região: sua passagem do multilinguismo em cerca de sessenta línguas indígenas para o unilinguismo em PB, situação que só encontrou paralelo no contexto da *Guerra dos Emboabas* em Minas Gerais durante o ciclo do ouro no século XVIII (Vitral 2001) e da *Revolta da Cabanagem* no Amazonas durante o ciclo da borracha no século XIX (Bessa Freire 2004), quando, em função desses conflitos, houve um grande extermínio das populações autóctones de ambas as regiões, tendo

como consequência a predominância da língua portuguesa por ter sido a língua dos vencedores.

Mesmo com a falência econômica da Zona do Cacau, na década de 1980, a guerra pela posse das terras entre fazendeiros e índios continuou, não tanto ao estilo retratado por Jorge Amado em seus romances, mas em uma nova versão, em que o próprio Estado Brasileiro é o agente da violência contra os indígenas, e não mais os jagunços dos coronéis do cacau, que hoje existem apenas nas páginas da obra escrita pelo romancista baiano.

De acordo com o documentário *Tupinambá - O retorno da terra*, dirigido por Daniela Alarcon e lançado em 2015, os índios tupinambás remanescentes da região, radicados principalmente na Aldeia Serra do Padeiro, no município de Olivença, lutam há mais de dez anos para tentar obter do Estado Brasileiro a demarcação de suas terras, mas sem sucesso. Em vez disso, o que obtêm é a invasão de suas pobres vilas, onde são vítimas da violência policial, com a conivência da mídia baiana, que contribui para a criminalização da imagem de seu líder, o Cacique Babau, constantemente retratado em noticiários do Sul da Bahia como assassino, estuprador e quantos outros crimes mais se possa atribuir àqueles que desafiem os interesses dos poderosos.

Enfim, a luta pela posse das terras no Sul da Bahia continua — até a década de 1980, quase que exclusivamente para o plantio do cacau; hoje, além do plantio do cacau, para sua utilização na formação de pastos para o gado vacum — consequentemente mantendo em risco o que restou da população autóctone. Porém, como já expusemos nessa periodização, se por um lado a vida dessa população remanescente ainda pode ser preservada, por outro, sua língua ancestral, o tupinambá, assim como as outras dezenas de línguas que eram faladas na região, já pereceram definitivamente.

As fases e subfases estabelecidas neste trabalho, que tiveram como marcos temporais os anos de 1534, 1600, 1760, 1820, 1872 e 1940, constituem-se numa tentativa de lançar luzes, mesmo que ainda tênues, sobre a história linguística de uma região de grande relevância para a história social do Brasil, tanto no que se refere a seu início enquanto colônia, quando se tem a gestação de um novo povo, quanto a seu período Pós-Independência, quando, já com sua própria identidade étnica e nacional consolidada, chega a ser, como já dissemos, a região economicamente mais próspera

de um país de dimensão continental, embora tal prosperidade tenha beneficiado sempre um lado bem definido, composto por um grupo seleto.

Foi também nossa intenção, nesta periodização, tentar demonstrar que o multilinguismo do Sul da Bahia — longe de ter sido de pequena amplitude, já que abarcava o considerável número de 62 línguas faladas com vitalidade — foi duradouro, mantendo-se até o início do século XIX, quando se teve o registro, inclusive, de uma língua geral, feito por Spix e Martius, e, já agonizante, até o início do século XX.

Sem dúvida, se histórias linguísticas de outras regiões do Brasil forem levantadas, principalmente aquelas do Brasil sertanejo, onde predominava um profundo multilinguismo tapuia no período colonial, conheceremos muito mais do que se perdeu, assim como a dinâmica econômico-social que levou a essa perda. É um trabalho árduo, que exige a imersão em arquivos históricos nos quais se encontrarão textos manuscritos de difícil leitura, com informações assistemáticas, mas possível e necessário para que se resgate uma memória esquecida, à espera de quem queira disponibilizar seus esforços no sentido de contribuir para a valorização da identidade de um país que, apesar dos esforços constantes em, com muita justiça, resgatar e valorizar suas raízes africanas, esquece de suas raízes indígenas.

Darcy Ribeiro, antropólogo brasileiro, autor do clássico *O Povo Brasileiro* (2004 [1995]), de leitura obrigatória para quem tenha nascido por essas paragens, e fundador da Universidade de Brasília, foi um dos últimos grandes exemplos de pesquisador comprometido com a causa indígena. O outro grande e, talvez, último exemplo foi Aryon Rodrigues, linguista brasileiro e professor da mesma Universidade fundada por Darcy Ribeiro, autor do clássico *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas* (1986), também de leitura obrigatória, que, além de elucidar uma parte importante do passado linguístico indígena do Brasil, ainda foi o pioneiro nos estudos sobre as línguas gerais brasileiras, principalmente as de São Paulo e da Amazônia, abrindo assim um novo campo de estudos que viria a instigar pesquisadores das gerações seguintes, que entraram na temática das línguas indígenas através de seus trabalhos iniciais relativos às línguas gerais, a exemplo deste trabalho e de outros, que publicamos em momentos anteriores.

Para finalizar, não podemos deixar de citar os trabalhos de Rosa Virgínia Mattos e Silva, como os *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*, publicado

em 2004, que, além de levantar e desenvolver hipóteses importantes sobre a sócio-história do PB, também abriu caminho para a elucidação da história das línguas indígenas principalmente na Bahia, como podemos constatar ao ler seu referido livro. E, indo além, citamos ainda Tânia Lobo, também interessada na temática indígena, principalmente no que se refere às línguas gerais, que, juntamente com Mattos e Silva e Américo Machado Filho, deu conta em 2006 à comunidade científica da existência de uma língua geral em Olivença, no Sul da Bahia, através do artigo *Indícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII*, fato que teve importância crucial para que pudéssemos iniciar nossas pesquisas nesse sentido, já que contribuiu conosco não só com esse trabalho mas com sua valorosa orientação a nossa pesquisa, cujo início remonta ao ano de 2008.

Referências

Argolo Nobre, Wagner. 2011. «Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Argolo Nobre, Wagner. 2013a. «Colonização e Língua Geral: o caso do Sul da Bahia». *Revista PAPIA* 23: 75–96.

Argolo Nobre, Wagner. 2013b. «Migração e glotocídio: o ocaso de uma língua geral». *Revista Fórum Linguístico* 10: 91–101.

Argolo Nobre, Wagner. 2015. «História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)». Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Argolo Nobre, Wagner. 2016. «As línguas gerais na história social-linguística do Brasil». *Revista PAPIA* 26: 7–52.

Barickman, B. J. 1995. «‘Índios mansos’, ‘pagãos selvagens’, e colonos do sul da Bahia no final do século dezoito e início do século dezenove». Trad. Francisco Cancela. *Revista The Americas* 51: 325–368.

Baxter, Alan, Dante Lucchesi. 2009. «A transmissão linguística irregular». In *O Português Afro-Brasileiro*, ed. Dante Lucchesi, Alan Baxter e Ilza Ribeiro. Salvador: EDUFBA.

Bessa Freire, José Ribamar. 2004. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia.* Rio de Janeiro: Atlântica.

Cancela, Francisco. 2012. «De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)». Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Cardim, Fernão. 2009 [1583-1601]. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Hedra.

Dias, Marcelo Henrique. 2011. *Farinhas, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: EDITUS-UESC.

Dias Tavares, Luís Henrique. 2008. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA/UNESP.

Lobo, Tânia. 2003. «A questão da periodização da história linguística do Brasil». In *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, ed. Ivo Castro e Inês Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Maximiliano. 1989. *Viagem ao Brasil (1815-1817)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

Mott, Luiz. 2010. *Bahia: inquisição & sociedade*. Salvador: EDUFBA.

Nimuendaju, Curt. 1981[1944]. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes (1944)*. Rio de Janeiro: IBGE.

Paraíso, Maria Hilda Baqueiro. 1993. «De como se obter mão de obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII». *Revista História* 129–131: 179–208.

Ribeiro, Darcy. 2004 [1995]. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rodrigues, Aryon. 1996. «As línguas gerais sul-americanas». *Revista PAPIA* 4: 6–18.

Rodrigues, Aryon. 2010. «Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil». In *O português e o tupi no Brasil*, ed. Volker Noll e Wolf Dietrich. São Paulo: Contexto.

Santos, Milton. 1957. *Zona do Cacau*. São Paulo: Brasiliana.

Schafer, Georg Anton von. 2007 [1824]. *O Brasil como um Império Independente: analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político*. Trad.: Arthur Blásio Rambo. Santa Maria: Editora UFSM.

Schwartz, Stuart B. 1989. *Sugar plantations in the formation of brazilian society (Bahia, 1550-1835)*. Cambridge: Cambridge University Press.

Silva Neto, Serafim da. 1951. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa nacional.

Silva Neto, Serafim da. 1979 [1957] *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/MEC.

Spix, Johann Baptist von e Karl Friedrich Philipp von Martius. 1981. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

Vilhena, Luís dos Santos. 1969 [1798-1799]. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã.

Vitral, Lorenzo. 2001. «Língua geral *versus* língua portuguesa: a influência do 'processo civilizatório'». In *Para a história do português brasileiro*, ed. Rosa Virgínia Mattos e Silva. São Paulo: Humanitas.

4. Próclise e ênclise na oratória barroca

Ana Paula Banza

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora[30]

No final do período clássico da língua (século XVII), são visíveis tendências muito diferentes quanto à posição dos clíticos entre autores como Melo e Vieira (Martins 1994) e, por outro lado, em Vieira, tais tendências são também muito diversas entre os sermões (Martins 1994), por um lado, e as cartas (Britto 1999, Galves 2003, Galves, Britto e Sousa 2001, 2005) e a Representação… (Banza 2017a), por outro, apontando para uma relação do predomínio da ênclise com o género oratório.

Assim, torna-se relevante averiguar se o uso da ênclise, registado nos sermões de Vieira, é comum, ou não, a sermões de outros autores da mesma época, com o objectivo de percebermos se estamos perante uma marca do género oratório no período barroco ou perante uma marca da oratória de Vieira.

Para o efeito, analisamos, seguindo uma abordagem de base quantitativa, textos oratórios de autores da mesma época (Manuel da Silva, Rafael de Jesus, João de Ceita, Filipe da Luz e Francisco de Mendoça).

Palavras-chave: diacronia, português clássico, oratória barroca, clíticos.

1. Próclise e Ênclise no século XVII

Em trabalho anterior (Banza 2017a), abordámos o uso dos clíticos em Padre António Vieira, com dois objectivos:

– contribuir para o estado do conhecimento sobre um fenómeno de mudança que marca a transição do período clássico para o período moderno do Português;

– investigar de que forma este fenómeno se apresenta num autor que conhecemos bem e que, de uma maneira geral, tanto como Homem quanto como Escritor, é consensualmente considerado «à frente do seu tempo», facto que se coaduna notavelmente com a «modernidade» linguística que lhe atribui Martins (1994).

Em causa estava a substituição da próclise, esmagadoramente maioritária no período clássico, pela ênclise, no Português europeu moderno, nas orações principais

[30] Trabalho desenvolvido no âmbito de: UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702), FCT/Portugal, COMPETE, FEDER, Portugal2020.

afirmativas sem proclisadores[31]. Em 1994, Ana Maria Martins demonstrara que Vieira (1608-1697) apresenta claramente, nos Sermões, uma preferência muito acentuada pela ênclise, enquanto padrão básico de colocação dos clíticos nos contextos referidos, em contraste com outros notáveis escritores seus contemporâneos, como D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), e próximo de escritores do período moderno, como Luís António Verney (1713-1792). E daí inferia a autora serem os sermões de Vieira um reflexo da mudança gramatical em causa. No entanto, alguns anos mais tarde, Galves, Britto e Sousa (Britto 1999, Galves, Britto e Sousa 2001, 2005, Galves 2003), com base na análise das *Cartas* de Vieira, trouxeram à colação um novo dado, que conduziria a uma hipótese extremamente interessante: embora os valores de ênclise nos sermões fossem maioritários, nas cartas, a próclise reassumia a preponderância, o que apontava para uma relação directa entre a preferência de Vieira pelo traço «moderno» e o género oratório, revelando-o, na opinião destas autoras, como um caso de uso estilístico de uma construção que seria marcada na gramática de Vieira e que não deveria, por isso, ser encarada como um reflexo de mudança gramatical.

Assim, tendo em conta o estado da questão, procurámos, então, verificar esta relação entre a ênclise e o género oratório pela análise de um outro texto não oratório de Vieira, a *Representação…* perante o Tribunal do Santo Ofício (Banza 2008) e, efectivamente, os dados obtidos confirmaram os das *Cartas*: nomeadamente, a persistência da próclise em textos não oratórios, por oposição ao predomínio da ênclise registado nos textos oratórios.

Por outro lado, avançámos ainda a hipótese, a explorar, de que o predomínio da ênclise nos sermões pudesse estar relacionado com outras especificidades do género oratório além das apontadas por Galves[32].

Com efeito, sendo os textos oratórios originalmente orais, isto é, textos para serem ditos, pareceu-nos natural colocar a hipótese de que a ênclise pudesse reflectir uma aproximação do orador ao público, no sermão dito, e da escrita à oralidade, no sermão

[31] Como é sabido, o Português do Brasil caracteriza-se pelo predomínio da próclise, o que configura uma das mais relevantes marcas de diversidade entre estas duas variedades do Português.

[32] «In conclusion, we see that in Vieira's sermons enclisis appears consistently when two terms are contrasted. In other terms, the pre-verbal phrases in enclitic constructions can be characterized as contrastive topics. Non contrastive topics appear with proclisis. The high rate of enclisis in Vieira's sermons can be therefore explained by discursive reasons: the sermons are masterpieces of the baroque style, which uses oppositions between terms as a fundamental stylistic resort» (Galves2003:9).

escrito, pelo uso de um traço que poderia ser usual no registo oral, sendo certo que, pelo menos no caso de Vieira, como bem nota Mendes (1989: 403) «o orador insistia num estatuto de falante que o aproximava…de características primitivas da linguagem – numa perspectiva quer social e comunitária quer privada e individual».

Em todo o caso, a associação do traço linguístico ao género leva Galves (2003: 10)[33], ao contrário de Martins (1994: 269)[34], a afirmar que Vieira não é diferente dos outros autores da sua época, atribuindo o predomínio da ênclise nos sermões ao facto de, na sua gramática, a ênclise ser uma construção marcada e, portanto, disponível para fins estilísticos. Ora, a ser assim, seria de esperar encontrar o mesmo traço noutros textos oratórios de autores contemporâneos, ainda que não noutros géneros, hipótese que, tanto quanto sabemos, ainda não foi testada.

Assim, no presente texto, procuramos, pela análise de textos exclusivamente oratórios de autores contemporâneos de Vieira, perceber se a relação entre o predomínio da ênclise e a oratória – eventualmente motivada por características específicas do género – pode ser considerada uma marca da oratória barroca, em geral, ou se, pelo contrário, deve ser vista como uma marca da oratória barroca de Vieira.

2. Duas gramáticas em competição

Partimos aqui do princípio de que a variação precede a mudança e assumimos a ideia (Kroch 1989, 2001) «de que a variação se dá entre gramáticas concorrentes, podendo, em cada momento, a competência linguística dos falantes comportar mais do que uma gramática» (Banza 2017a). No entanto, Galves (2003)[35] defende que, no caso em apreço, existem duas variações sucessivas. Segundo a autora, antes da mudança, a variação é produzida pela própria gramática e só depois da mudança passa a ser

[33] «This analysis gives evidence that Vieira is not different from the other authors of his time. He is enclitic in his Sermons because in his grammar enclisis is a marked construction which can be used for stylistic purposes» (Galves 2003: 10).

[34] «Vieira é, no século XVII, o autor cujos textos manifestam, nas orações não dependentes, o abandono da colocação preferencialmente proclítica, característica do Português do século XVI, e o aparecimento em força da ordem verbo-clítico» (Martins 1994: 269).

[35] «From this point of view, when we look at the history of clitic-placement in Portuguese, we are in front of two successive variations. Before the change, there is a variation produced by the grammar itself (to which I come back in the next section), and after the change there is a variation produced by the competition between a grammar which contains variation and a grammar which doesn't. The difficult question is to detect the moment at which we cease to be in front of the former, and we are looking at the latter» (Galves 2003: 2).

produzida pela competição entre gramáticas, consistindo a dificuldade em perceber quando se passa de um a outro estádio. Nesta perspectiva, ao contrário de Martins (1994), que defende que os sermões de Vieira demonstram que a mudança já se teria dado, continuando, no entanto, a variação depois da mudança, Galves defende que estes não reflectem essa mudança, mas antes variação na gramática de Vieira, onde a ênclise, como construção marcada, assume um valor estilístico que se perderia progressivamente depois da mudança.

Estando em discussão um traço considerado «moderno» por ambas as autoras, parece-nos relevante notar que, no que respeita a Vieira, a sua «modernidade» linguística, no panorama do século XVII, é notória em diferentes tipos de obra e em diferentes níveis gramaticais.

Entre Vieira e Melo (Banza 2017b), por exemplo, é manifesta, no geral, a predominância de traços «modernos», em Vieira – não apenas nos *Sermões,* mas também na *Representação*… e não apenas no caso da preferência pela ênclise, registada nos sermões, mas também noutros aspectos, lexicais e morfo-sintácticos – por oposição à predominância de traços «antigos», em Melo, nas *Cartas familiares*. Senão, vejamos.

No que respeita ao léxico, é eloquente a comparação entre a apreciação que neste domínio faz Francisco José Freire dos dois autores quanto ao uso de arcaísmos: em Vieira, «uma, ou outra palavra, que o uso inteiramente deu por antiquada; injuria, a que estão sujeitos os clássicos mais distinctos das línguas vivas» (Freire 1842: 10); já Melo «… affectou mais os arcaísmos, e por isso tem sido censurado por muitos» (Freire 1842: 13).

Também no que respeita a traços de natureza morfo-sintáctica, é notório o pendor mais «moderno» da prosa vieirina, em relação à de Melo[36], por nós registado noutros textos (Banza 2007, 2017b), nomeadamente em aspectos como:

– o uso de artigo definido antes de possessivo (ex.: *…o meu intento era…*) em detrimento do uso antigo, sem artigo (ex: *…apontarei seus nomes…*);

[36] «…uma predominância de traços morfo-sintácticos modernos — a par de outros conservadores, não apenas nos sermões, mas também em textos de diferente natureza, como a Representação… — que, numa abordagem por amostragem efectuada nas *Cartas familiares* e a confirmar por estudo exaustivo, não se encontra em Melo» (Banza 2017b: 97).

– o uso como pronome relativo ou possessivo de *cujo* (ex.: *em sua igreja, cujo arquétipo…*), em detrimento do antigo uso predicativo (ex.: *…aquele rei cujo é e a quem pertence o dito império…*);

– o uso do adjectivo *comum* como uniforme (*comum*, masc. e fem.) em detrimento do uso antigo, como adjectivo biforme (*comum*, masc. / *comũa*, fem.).

Por outro lado, esta «modernidade» não obsta à coexistência destes traços com traços que atestam a «sobrevivência de uma gramática antiga» (Mateus *et al.* 2003: 865), como, por exemplo, a interpolação de *não* (ex.: *…nas quais razões me não detenho…*) que persiste, ainda que em claro declínio, na variedade europeia do português moderno, e com traços como a construção das estruturas condicionais expressando irrealidade com mais-que-perfeito + mais-que-perfeito (ex.: *…se nas obras de Bandarra houvera falsa doutrina, não é possível que tiveram nem conservaram cópias…*), que não sobreviveria a partir do século XVIII.

Nos casos referidos, ao contrário do que se verifica na variação entre próclise e ênclise, a predominância de traços «modernos» não parece caracterizar um género face a outros, na medida em que estes são comuns a obras tão diferentes como os *Sermões* e a *Representação*….

Assim, é, pelo menos, possível que, também no caso que aqui nos ocupa, a opção pela forma «moderna» possa ser, não apenas uma marca de género, mas também uma marca de autor, contrariando a afirmação de Galves de que «Vieira não é diferente dos outros autores» (Galves 2003: 10) e, por outro lado, a confirmar-se esta hipótese, surge também como provável que, além das características sintácticas do género oratório apontadas por Martins (1994) (focalização/topicalização) e por Galves (2003) (tópicos contrastivos e não contrastivos), intervenham no uso maioritário da ênclise nos sermões de Vieira aspectos de natureza pragmática que, sendo relevantes no género oratório, em geral, possam ser particularmente marcados em Vieira, em cuja prosa oratória, sobretudo, ainda que não exclusivamente, é «constante a exploração e experimentação dos possíveis da Língua» (Mendes 1989: 453) ao serviço de um dizer que é sempre um fazer.

3. O corpus

3.1. Os autores

Para o estabelecimento do *corpus* do presente trabalho, efectuámos um levantamento, ainda que não exaustivo, dos oradores que partilharam os púlpitos com Vieira, ao longo do século XVII (Lopes 1993, Marques 2004, Belchior 1961). Sendo o critério mais relevante o cronológico, optámos, por uma questão de acessibilidade, mas também de comparabilidade em relação a Vieira, por autores de grande relevância na sua época, cujos sermões foram publicados, ainda em vida ou pouco depois da sua morte, em colectâneas.

Os autores selecionados foram os religiosos Manuel da Silva (1628-1709), Rafael de Jesus (1614-1693), João de Ceita (1578-1633), Filipe da Luz (?-1633) e Francisco de Mendoça (1573-1626).

> ***P. Manoel da Sylva****, filho de Antonio da Sylva Serrão, e Dionyzia de Paiva, naceo na villa de Ega do Bispado de Coimbra. Alistou-se na Companhia de Jesus em o Noviciado de Coimbra a 12 de Dezembro de 1643, quando contava 15 annos de idade, e professou a 2 de Fevereiro de 1665. Foy insigne Humanista dictando na Cadeira da primeira classe de Coimbra letras humanas. Alcançou grande aplauso no pulpito por possuir todos os dotes constitutivos de hum orador Evangelico.* [...] *Falleceo piamente na Casa Professa de S. Roque a 12 de Dezembro de 1709, quando contava 81 annos de idade, e 66 de Companhia.* [...] *Publicou: Sylva Concionatoria. Part. I Sermoens Panegyricos. Tom. 1. Lisboa, por Miguel Deslandes Impressor delRey, 1698.4; Tom. 2. Ibi pelo dito Impressor. 1699.4.; Tom. 3. Ibi pelo dito Impressor. 1700.4.; Tom. 4. Com dous jogos de Manhãs de Domingas da Quaresma, hum de Tardes, e Sermoens de Passos, e Paschoa. Ibi na Officina Deslandesiana. 1703.4.. Machado (1966): III-374*
>
> ***Fr. Rafael de Jesus****, naceo em a Villa de Guimaraens, recebendo na sua antiga Collegiada a graça bautismal a 2 de Mayo de 1614. Forão seus Progenitores Simão Fernandes, e Catherina Mendes, que o educarãotão virtuosamente, que deixado o seculo buscou o Claustro da augusta Religião do Principe dos Patriarcas S. Bento vestindo a monastica cogulla em o Convento da Victoria da Cidade do Porto a 2 de Mayo de 1629, quando contava 15 annos de idade.*[...] *como o genio o inclinava para o exercicio do pulpito o continuou pelo espaço de vinte annos na Corte de Lisboa, e em varias Cidades de Hespanha com geral aplauso dos ouvintes, donde procedeo ser nomeado pela Religião Prégador Geral.* [...] *Não se limitou o seu estudo ás letras sagradas, mas discorrendo pelo vasto campo da Historia sahio nella tão instruído, que mereceo ser Chronista mór do Reyno por Alvará passado a 11 de Novembro de 1681. Falleceo no Convento de S. Bento de Lisboa a 23 de Dezembro de 1693, quando contava 79 annos de idade, e 64 de Religioso. Compoz; Sermoens varios, prégados pelos anos de 1668, 1669, e 1670. Brucellas por Balthezar Vivien 1674.4.; Sermoens varios, prégados na Curia de Braga pellos anos de 1673, 74 e 75. Lisboa na Officina Craesbeckiana 1688.4.; Sermoens varios, e Tom. 3. prégados na Curia de Braga pelos anos de 1675, 76, e 77. Ibi na dita Officina 1689.4* [...]*; Castrioto Lusitano* [...]*; Monarchia Lusitana. Parte Setima. Contém a Vida delRey D. Afonso IV, por excellencia o Bravo* [...]*; Monarchia Lusitana. Part. 8. Contém a Vida delRey D. Pedro I. fol. M.S.; Monarchia Lusitana. Parte 9. Contém a VidadelRey D. Fernando. Fol. M.S.; Vida, e*

acçoens doSerenissimo Rey D. João IV. com huma arvore Genealogica da Casa de Bragança. [...]. *Idem, ibidem: 632-633.*

Fr. Ioão de Ceyta *natural de Lisboa, e hum dos famosos alunos da Serafica Provincia dos Algarves onde floreceo igual na Poezia Latina, como profundidade Theologica, e Oratoria Ecclesiastica pela qual mereceo universais aplausos, ou fosse pela multiplicidade de textos com que exornava os seus discursos, ou pela veemente energia com que os reprezentava, e proferia.* [...] *Falleceo em o Convento de Setubal em o anno de 1633, quando cotava 55 annos de idade.* [...] *Compoz: Quadragena de Sermoens em louvor da Virgem Maria, e de Christo Senhor Nosso seu filho conforme os Evangelhos, que a Igreja canta em suas Festas pelo discurso do anno. Lisboa por Pedro Crasbeeck. 1619.fol.; Quadragena segunda* [...]*; Sermoens das Festas da Virgem Santissima* [...]*; Sermoens para algumas Festas de Santos da nossa Ordem, Apostolos, Martyres, Santas, e dez do Sacramento. Lisboa por Lourenço Crasbeeck. 1635.4.* [...]. *Machado (1966): II-634-635.*

Fr. Filipe da Luz *natural da Cidade de Lisboa, e filho de Francisco Fernandes, e Catherina Nunes. Professou o sagrado Instituto de Eremita de Santo Agostinho no convento da Graça a 24 de Fevereiro de 1574. Instruido com as Letras Sagradas, que dictou aos seus domésticos, mereceo pela rara prudencia, e literatura, de que era ornado, ser Confessor do Serenissimo Duque de Bragança D. João, que depois subio ao trono de Portugal* [...] *Entre os Prégadores grandes do seu tempo alcançou o principado, sendo toda a sua aplicação aos livros Asceticos, como directores da vida religiosa. Morreo piamente no Convento de Villa-Viçosa no anno de 1633.* [...] *Compoz:*

Sermoens Primeiraparte, que começa de Quarta feira de Cinza, atè a primeira outava da Paschoa. Lisboa por Vicente Alvares1617.fol.; Sermoens Segunda parte [...] *Lisboa por Pedro Craesbeeck 1628. fol.; Sermoens Terceira parte […] Lisboa por Gerardo da Vinha 1625. fol.* [...]. *Machado (1966): II-73-74.*

P. Francisco de Mendoça *chamado no Seculo D. Francisco da Costa naceo em Lisboa onde forão seus Progenitores D. Alvaro da Costa Armeiro mòr delRey D. Sebastião, e D. Leonor de Souza filha de Fernão Alvares de Souza Senhor da Labruja, e D. Brites de Souza. Applicou-se ao estudo das letras humanas em o Collegio pátrio de Santo Antão* [...] *foy receber a Roupeta em o de Coimbra a 28 de Julho de 1587, quando contava quatorze anos de idade. Como era dotado de agudo engenho, penetrante compreensão, e feliz memoria sahio elegante Poeta, eloquente Orador, profundo Theologo, insigne Escriturario, e hum dos mais celebres Declamadores Evangelicos do seu tempo.* [...] *Em a Universidade de Evora recebeo as insígnias doutoraes da Theologia a 10 de Mayo de 1607* [...]*o seu inocente espirito se desatou da prizão do corpo para gozar a pátria celeste a 3 de junho de 1626.* [...] *Compoz: Commentariorum, ac discursum moralium in Regnum libros Tomi três varia, ac jucunda eruditione, nec non discursibus moralibus ad omnem concionum materiam utilissimis luculenter instructi* [...]*; Viridarium Sacrae & prophanae eruditionis* [...]*; Primeira Parte dos Sermoens* [...] *Lisboa por Mathias Rodrigues 1632. fol.; Segunda Parte dos Sermoens* [...] *Lisboa por Lourenço de Anvers. 1649. fol.* [...]*; Practicas domesticas* [...]*; Commentaria in Genesim. 3 Tom. Fol.; De Regulis Sacrae Scripturae* [...]. (Machado 1966: II-203-206).

3.2. Os textos

A escolha dos textos obedeceu, além do critério de género, textos oratórios, a um critério essencialmente quantitativo, procurando que a amostra fosse, ainda que necessariamente não muito alargada, suficientemente representativa e equilibrada.

Tendo em conta os diferentes formatos físicos das obras, foram selecionados um ou dois sermões de cada autor.

Os textos seleccionados foram os seguintes:

– do P. Manuel da Silva, o «Sermão do Grande Patriarca São Bento, no seu Convento das Religiosas da Cidade do Porto, estando o Senhor exposto, aos 21 de Março de 1686», integrado na *Sylva Concionatoria*, Parte I, dos sermões panegíricos, impressa em Lisboa por Miguel Deslandes em 1699, pp. 122-153;

– de Fr. Rafael de Jesus, o «Sermam XV do Principe dos Patriarchas Sam Bento, pregado em o seu Mosteyro das Religiosas do Salvador, da Cidade de Braga, com o Santissimo manifesto. Anno de 1672», integrado na obra*Sermoens vários* do autor, impressa em Lisboa na oficina craesbeeckiana, em 1688, pp. 306-333;

– de Fr. João de Ceita, o «Sermão na Festa de Todos os Santos» e o «Sermão na Festa de Santa Ana», ambos integrados nos *Sermões pera algũas Festas de Santos da N. Ordem: Apostolos: Martyres: Santas: e dez do Sacramento*, impressos em Lisboa por Lourenço Craesbeeck em 1635, fls. 91v-99r e 230v-239v;

– de Fr. Filipe da Luz, o «Sermão I da Dominga primeira do Advento» e o «Sermão da Dominga da Pascoela», ambos integrados na terceira parte dos *Sermoens do Padre Frey Felippe da Luz…*, impressos em Lisboa por Geraldo da Vinha em 1625, fls. 1r-6v e 122v-127r;

– do P. Francisco de Mendoça, o «Sermam da Ressurreiçam de Christo nosso Salvador», integrado na primeira parte dos *Sermoens do P. Francisco de Mendoça…*, impressa em Lisboa por Matthias Rodrigues em 1632, pp. 405-414 e o «Sermam em huma grande secca», integrado na segunda parte da mesma obra, impressa em Lisboa por Lourenço de Anveres em 1649, pp. 348-358.

3.3. Metodologia

Na constituição do *corpus*[37], sempre seguindo Martins, procedeu-se ao levantamento das «ocorrências de próclise ou ênclise em orações não dependentes 'neutras' — isto é: orações em que a próclise não é tornada obrigatória pela presença de um operador de negação predicativo, de um quantificador, de um sintagma *qu-* ou

[37] Cf. Anexo.

de certos advérbios; nem a ênclise é tornada obrigatória por o verbo ocorrer em início absoluto de frase» (Martins 1994: 272).

Assim, tomámos como contextos de potencial variação as frases simples, as orações principais de frases complexas e as orações coordenadas aditivas e adversativas não negativas, quer essas orações integrem frases declarativas, interrogativas, imperativas[38] ou exclamativas (Martins 2013: 6) e, por outro lado, considerámos apenas as frases finitas (Martins 2011: 88-89).

No que respeita aos advérbios proclisadores, desconsiderámos aqueles que são tipicamente assumidos como tal (*sempre*, *talvez*, *melhor*, *só*, *bem*, *então*, *antes*, etc). No entanto, e porque o conjunto destes advérbios apresenta «franjas de instabilidade» (Martins 2011: 88), considerámos alguns que nos pareceu poderem admitir variação nos contextos em que surgem. Por exemplo, embora Martins tenha desconsiderado as frases introduzidas por *agora*, por considerá-lo desencadeador de próclise, como *asinha* e *samica*, que não ocorrem no nosso *corpus*, nós considerámo-lo devido à identificação no nosso *corpus* de casos de ênclise em frases com *agora* a preceder o verbo.

Quanto aos constituintes focalizados contrastivamente, considerámo-los nos números da próclise, uma vez que «não podem ser rastreados com o mesmo grau de certeza que os restantes elementos desencadeadores de próclise» (Martins 2011: 88).

Finalmente, os casos de mesóclise, considerados como variantes morfológicas da ênclise, foram contabilizados em conjunto com os casos de ênclise (Martins 2011: 89).

4. Os dados

Os dados obtidos em cada autor foram os seguintes:

P. Manuel da Silva - 33
Próclise: 22 – 66.6 %
Ênclise: 11 – 33.3 %
Fr. Rafael de Jesus - 29
Próclise: 22 – 75.8 %
Ênclise: 7 – 24.1 %
Fr. João de Ceita - 69
Próclise: 46 – 66.6 %
Ênclise: 23 – 33.3 %

[38] «As frases com o verbo no imperativo não receberam nenhum tratamento especial pois no português medieval e clássico não constituem excepção à potencial variação entre próclise e ênclise (Martins 1994) ». (Martins 2011: 89).

Fr. Filipe da Luz - 76
Próclise: 39 – 51.3 %
Ênclise: 37 – 48.6 %
P. Francisco de Mendoça - 81
Próclise: 60 – 74.0 %
Ênclise: 21 – 25.9 %

No seu conjunto:

Tabela 1. Contextos de potencial variação ênclise/próclise

Total de ocorrências	Próclise	Ênclise
288	189	99
100 %	65,6 %	34,3 %

5. Conclusões

A análise dos dados revela que, ao contrário do que se poderia esperar, os valores de ênclise em contextos de potencial variação ênclise/próclise em cultores do género oratório contemporâneos de Vieira não são comparáveis com os deste. Efectivamente, ainda que mais elevados do que os registados em textos literários de outros géneros– por exemplo, nas *Cartas*, de Vieira, Galves (2003) regista uma percentagem de ênclise de 18,9% e,em Melo, Martins (1994) regista uma percentagem de apenas 7,7% – os valores de ênclise nos autores agora analisados não são, ao contrário do que acontece nos sermões de Vieira, maioritários e mesmo os mais elevados (48,6 % em Fr. Filipe da Luz[39]) estão longe da percentagem de ênclise registada por Martins nos sermões de Vieira (68,4%), que, no entanto, está bastante mais próxima da registada pela mesma autora (2011) nas falas dos personagens populares vicentinos (72,24%).

Não queremos, com isto, refutar a ligação entre o predomínio da ênclise e o género oratório. Ela está claramente comprovada em Vieira e mesmo os textos dos autores agora analisados, onde os valores são muito menos expressivos e não maioritários em relação à próclise, mostram, apesar de tudo, um aumento da ênclise face a textos de outros tipos e a autores como Melo; o que se prenderá, pelo menos em parte, com as especificidades sintácticas da oratória barroca, como o predomínio de «tópicos contrastivos», como defende Galves (2003: 9).

[39] É interessante notar que o autor que tem mais ênclise é também o que tem ênclise em orações subordinadas finitas, que não consideramos aqui. Martins (2015: 90) associa este traço gramatical à gramática «mais enclítica».

No entanto, como acima referimos, Martins (2011: 83) encontra, nas falas dos personagens populares vicentinos, prova da existência de uma gramática «mais 'enclítica' e 'popular' que, afinal, nunca se teria perdido e, nos séculos XV e XVI, em plena vigência da gramática «pan-ibérica», proclítica (Martins 2011: 86, n.3), coexistiria com esta numa espécie de diglossia sintáctica com motivações de natureza sociolinguística. Segundo a autora (Martins 2011: 86), «a gramática 'proclítica', a que poderíamos chamar 'pan-ibérica', era a das classes social e culturalmente dominantes (tipicamente, alfabetizadas e produtoras de escrita), a gramática mais especificamente portuguesa era a das classes populares (tipicamente, não alfabetizadas e com acesso muito limitado à produção escrita). São factores sócio-culturais os que determinam que no português quinhentista (e também quatrocentista e seiscentista) seja extremamente reduzida a visibilidade da gramática em que a ênclise se terá mantido essencialmente estável ao longo do tempo». Acresce a isto que, muito provavelmente, a gramática «enclítica» caracterizaria a própria oralidade, dominando os falantes cultos ambas as gramáticas e as classes populares apenas esta.

Ora, o sermão, mesmo quando passado à escrita, é sempre um dizer, não perdendo nunca a sua ligação primordial à oralidade; e, mais, um dizer que é sempre um fazer, um dizer em que a palavra é um «gesto que transforma o mundo» (Mendes 1989: 404).

Um sermão, mais ainda um sermão barroco e mais ainda um sermão de Vieira, é uma *performance* onde, para que a pregação surta o efeito pretendido, é fundamental a «acomodação» do agente do discurso, enquanto actor linguístico, ao lugar e ao auditório, entre outros factores. E é nessa acomodação a contextos que são orais e a públicos heterogéneos que pode residir também, a nosso ver, a razão da opção, mais significativa neste do que noutros géneros literários, por certos traços linguísticos, de uma gramática mais «moderna» ou, como defende Martins (2011), apenas mais «popular», nomeadamente a ênclise. Nesta perspectiva, a ênclise, como parte dessa «gramática mais 'popular'», menos visível porque diastraticamente marcada no português médio e clássico, funcionaria, nas personagens de Gil Vicente, enquanto representação do falar popular e, em Vieira, como um factor de aproximação e de empatia com o público, fundamental no género oratório.

No entanto, como vimos, dentro do género oratório, Vieira destaca-se, apesar de tudo, da generalidade dos pregadores seus contemporâneos, contrariando a afirmação de Galves (2003: 10) de que não seria diferente dos outros autores.

A nosso ver, esta questão coloca-se necessariamente num plano que transcende o estritamente linguístico e nos obriga a considerar a individualidade do autor. Como bem notou Mendes (1989: 404), «em Vieira, a prática verbal parece orientar-se para funções que não são meramente informacionais ou representativas. O mesmo acontece na oratória em geral, enquanto tipo discursivo, e mais ainda na eloquência sacra barroca: a palavra é aí não só actuante, enquanto gesto que transforma o mundo, mas igualmente *mise en scène* de si». Daí que não resulte estranho, mas antes natural, que muitas das características do género oratório sejam fortemente condicionadas pelas características do orador.

Ora, se tivermos em conta que, entre tantos aspectos excepcionais, como Homem e como Escritor, que sempre o distinguiram entre os seus contemporâneos, Vieira era dono de uma extraordinária competência linguística e de uma não menos extraordinária competência comunicativa, a que D. João IV se referia como «lábia»[40], não será de estranhar que, particularmente nos seus sermões, onde mais se punha em cena, requintasse, mais do que os seus contemporâneos, características, neste caso linguísticas, que estimulavam a adesão do público ao orador. Estas características, seguramente entre muitas outras, levavam multidões a disputar lugar para ouvi-lo pregar – a ponto de ter ficado famosa a expressão de Melo (não isenta de algum despeito) «lançar tapete em Sam Roque para ouvir o Padre Vieira»[41] – e ainda hoje, apesar do muito que certamente os sermões terão perdido na sua versão escrita, o colocam na posição de expoente máximo da oratória barroca portuguesa. Justifica-se, por isso, a nosso ver, a consideração de uma oratória barroca de Vieira, única pela conjugação de diferentes traços, não apenas, mas também linguísticos, como aquele que aqui nos ocupou.

[40] «…Vieira, pela sugestão pessoal, própria dos oradores de lei, pela verbosidade que entontecia e quase lançava em hipnose o lento D. João IV. *Labia* chamava ele ao poder sugestivo dessa palavra que o rendia.» (Azevedo 1992: I-54).
[41] *Cartas familiares*, ed. Maria da Conceição Morais Sarmento, Lisboa, INCM, 1980, p. 330. Cfr. Pires (2008).

Referências

Azevedo, José Lúcio de. 1992. *História de António Vieira*. 3.ª ed. 2 vols. Lisboa: Clássica Editora.

Banza, Ana Paula. 2007. «Alguns aspectos da Língua Portuguesa seiscentista na escrita do Pe. António Vieira». *Diacrítica, Ciências da Linguagem* 21/1: 5–24.

Banza, Ana Paula. 2008. *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício*, de Padre António Vieira. Edição crítica e estudo filológico. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Banza, Ana Paula. 2017a. «Próclise e ênclise em Padre António Vieira». In *Gallaecia. Estudos de lingüística portuguesa e galega*, ed. Marta Negro Romero, Rosario Álvarez e Eduardo Moscoso Mato, 119-132. Universidade de Santiago de Compostela. Disponível em: http://www.usc.es/libros/index.php/spic/catalog/book/1080 (31.07.2018).

Banza, Ana Paula. 2017b. «Francisco Manuel de Melo e Padre António Vieira». *Nova Águia – Revista de Cultura para o séc. XXI* 20: 91–99.

Belchior, Maria de Lourdes.1961. «A oratória sacra em Portugal no século XVII, segundo o manuscrito 362 da Biblioteca Nacional de Lisboa». *Arquivos de Bibliografia Portuguesa*, ano VI, 23-24: 5–49.

Britto, Helena. 1999. «Clíticos na história do português europeu». Technical report to Fapesp. https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/hbritto_page/report_99/section_2/ (31.07.2018).

Ceita, João de. 1635. *Sermões pera algũas festas de Santos da N. Ordem: Apostolos: Martyres: Santas: e dez do Sacramento*. *Pregados pelo P. Fr. Ioam de Ceita Frade menor, & filho da Regular observância da Provincia dos Algarves: Leitor jubilado em Santa Theologia, & natural da cidade de Lisboa*. Lisboa: Por Lourenço Craesbeck Impressor Real.

Freire, Francisco José. 1842. *Reflexões sobre a Lingua Portugueza, escriptas por Francisco José Freire, publicada com algumas annotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis. Disponível em: http://purl.pt/135 (31.07.2018).

Galves, Charlotte. 2003. «Syntax and Style: clitic placement in Padre Antonio Vieira». Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/3/32/GALVES_C-Fase1e.pdf (31.07.2018).

Galves, Charlotte, Helena Britto e Maria Clara Paixão de Sousa. 2001. «Clitic Placement in 17th and 18th European Portuguese Texts: First Results from the Tycho Brahe Corpus».

Workshop *Rhythmic Patterns, Parameter Setting and Language Change, ZiF*, University of Bielefeld.

Galves, Charlotte, Helena Britto e Maria Clara Paixão de Sousa. 2005. «The Change in Clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus». *Journal of Portuguese Linguistics: Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond* 4/1: 39–67. Disponível em: https://jpl.letras.ulisboa.pt/articles/abstract/10.5334/jpl.166/ (31.07.2018).

Jesus, Rafael de.1688. *Sermoens Varios Do M.R.P. Prègador Géral, & Cronista Mòr do Reyno, Fr. Rafael de Jesus. Religioso, do Príncepe dos Patriarchas Sam Bento. Professo em a reformada Congregaçãode Portugal. Pregados, em a Curia de Braga, pellos anos de 1673.74. & 75 sendo Dom Abbade, do Mosteiro de Santo Andre de Rendufe. Dedicados, ao emminentissimo senor, Dom Verissimo de Lancastro. Arcebispo, Inquisidor Gèral, & Cardeal da Santa Igreja Romana*. Lisboa: Na Oficina Craesbeeckiana.

Kroch, Anthony.1989. «Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change». *Language Variation and Change* 1: 199–244.

Kroch, Anthony. 2001. «Syntactic Change». In *The handbook of contemporary syntactic theory*, ed. Mark Baltin and Chris Collins, 699–729. Massachusetts - USA: BlackWell.

Lopes, António.1993. «A educação em Portugal, de D. João III à expulsão dos Jesuítas em 1759». *Lusitania Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2ª Série, tomo 5: Jesuítas na Cultura e Sociedade Portuguesa: 13–41. Disponível em: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4909/1/LS_S2_05_AntonioLopes.pdf. (31.07.2018).

Luz, Felippe da. 1625. *Sermoens do Padre Frey Felippe da Luz Religioso da Ordem de nosso Padre Santo Augostinho nesta Provincia de Portugal, & Pregador de sua Real Magestade. Terceira Parte que começa da primeira Dominga do Advento ate a ultima depois do Pentecoste. A festa do nascimento de Christo Redemptor nosso. A festa d' Ascensão. A festa do santissimo Sacramento: hũa matéria para os Domingos do Advento a tarde. Dirigidos ao Illustrissimo senhor dom Ioão de Lancastre Bispo de Lamego, & do conselho de sua Magestade*. Lisboa: Impresso por Geraldo da Vinha.

Machado, Diogo Barbosa. 1966. *Bibliotheca Lusitana*, tomos II e III. Coimbra: Atlântida Editora. [1ª ed. 1741-59, 4 vols: Disponível em: https://archive.org/stream/bibliothecalusit04barbuoft#page/n7/mode/2up. (31.07.2018).

Marques, João Francisco. 2004. «O púlpito barroco português e os seus conteúdos doutrinários e sociológicos – a pregação seiscentista do Domingo das Verdades». *Via spiritus* 11: 111–148.

Martins, Ana Maria. 1994. *Clíticos na História do Português*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Doutoramento inédita. Disponível em: http://www.clul.ul.pt/bigfiles/Martins_Tese_1994c.pdf. (31.07.2018).

Martins, Ana Maria. 2011. «Clíticos na história do português à luz do teatro vicentino». *Estudos de Lingüística Galega* 3: 55–83. Disponível em: http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/339 (31.07.2018).

Martins, Ana Maria. 2013. «A posição dos pronomes pessoais clíticos». In *Gramática do Português*, ed. Eduardo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar, Maria Antónia Mota, Luísa Segura e Amália Mendes, 2231–2302. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, Ana Maria. 2015. «Variação sintática no português quinhentista: a colocação dos pronomes clíticos». *Estudos de Lingüística Galega* 7: 83–94. Disponível em: http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/2373 (31.07.2018).

Mateus, Maria Helena Mira *et al*. 2003. *Gramática da Língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Melo, D. Francisco Manuel de. 1980. *Cartas familiares*. Ed. Maria da Conceição Morais Sarmento. Lisboa: INCM.

Mendes, Margarida Vieira. 1989. *A Oratória Barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho.

Mendoça, Francisco de. 1632. *Primeira Parte dos Sermoens do P. Francisco de Mendoça da Companhia de Iesu Doutor na sagrada Theologia, & lente que foy de Scritura na Universidade d'Evora. Nella se contem os sermoens dos santos tempos do Advento, Quaresma: & outras domingas do anno, & da Santa Cruzada. Ao Illustrissimo e Reverendissimo senhor D. Frãcisco de Castro, Bispo Inquisidor Geral nestes Reynos, e senhorios de Portugal*. Lisboa: Por Matthias Rodrigues.

Mendoça, Francisco de. 1649. *Segunda Parte dos Sermoens do Padre Francisco de Mendoça da Companhia de Iesus, Doutor na sagrada Theologia, Lente que foy de Escritura na Universidade de Evora. Contem Sermoens da Eucharistia, da Virgem Mãy de Deos, dos Patriarchas das Religioens, & outros muitos Santos, & Santas: dos Defunctus, & vários outros. Dedicados ao Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor Dom Francisco de Castro, Bispo Inquisidor Geral nestes Reynos, e Senhorios de Portugal, do Conselho d'Estado de sua Magestade, &c*. Lisboa: Na Officina de Lourenço de Anveres, & à sua custa.

Pires, Maria Lucília Gonçalves. 2008. «Francisco Manuel de Melo e António Vieira». *Românica* 17: 133–150.

Sylva, Manoel da. 1699. *Sylva Concionatoria. Primeyra Parte Panegyrica. Tomo II. Sermoens em varias celebridades que pregou o P. Manoel da Sylva, da Companhia de Iesus, Offerecidos à protecção do Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. João Franco de Oliveyra, Arcebispo da Cidade da Bahia, Metropolitano do Estado do Brasil, do Conselho de S. Magestade, &c*. Lisboa: Na Oficina de Miguel Deslandes, Impressor de sua Magestade.

ANEXO: *corpus*

P. Manuel da Silva (1699): 33 contextos de potencial variação

Próclise (22 ocorrências – 66,6%)
(122) Um memorial de maravilhas…**nos foy** advertir o vosso Profeta David, que nos deixáveis neste divino Sacramento...
Com outro memorial do que obrou S. Pedro, & os mais Apostolos em vosso serviço, **me acho** hoje no Euangelho…
(123) De hum, & outro memorial…**me hei de valer** hoje…
O memorial dos Apostolos no Euangelho **me abrirá** caminho para os discursos…
O vosso **mos irá confirmando**…
Para este escrito **me valho** daquela Senhora…
(124) …poucas horas depois de estar feito homem, **o quis** Deus **melhorar** de f[ei]tio, & para isso o tomou Deus…& **o poz** naquela boa estancia do Paraiso…
(125) por isso Deus, não esperando dele…**o tomou**, & levou como por força ao Paraiso…
E que circunstâncias são estas? Nòs **as hiremos explicando**.
(127) A segunda…deu de rosto ao mundo, & **se acolheu** à Arca…
A razão **se póde colher** da differença, que houve entre hũa, e outra pomba no dar as costas ao mundo…
(129) Porèm S. Bento cortando… **o deixa** para nunca mais o lograr…
S. Bento…muito na madrugada da idade faz deixa do mundo, & **se vai** com Deos para o deserto…
(131) Elle mesmo **o diz**…
(134) S. Bento…**se foy a sepultar** na sua cova de Sublaco.
S. Bento…não só deixou o mundo…mas…**se foy a sepultar**…
(135) Isto **nos está dizendo** o Texto sagrado…
(143) Das mesmas **se valia** aquella alma, que…se chama igualmente pomba…
(144)…e **o refere** o mesmo Historiador da vida de S. Bento…
(148) Seguia a carroça o Espirito de Deus, & levado do impulso desse Divino Espirito **se hia** o mundo todo em seguimento de Deus…
(150) Isso **me perguntais** vós?

Ênclise (11 ocorrências – 33,3%)
(125) …com tudo **achava-se** Pedro tam apegado a esse nada que o deixar estes nadas…
(128) Não seja logo a primeyra…**seja-o** a segunda…
(129) A pomba de Noè **retirou-se** do mundo para a Arca…
(131-132) O mundo…**da-nos** olhado, **da nos** quebranto. Vendo-o nòs a elle…**cega-nos** de sua afeição…
(132) Com tudo…**haveisme de dar** licença…para entrar…
(133) O sol…não há duvida, que…se hia a sepultar no seu ocaso, mas **sepultava-se** no seu Occidente…tornando porèm atraz, **hia-se a sepultar** no berço de seu Oriente.

(135) E senão, **dizei-me**: haverá quem possa cuidar, que o retirar-se Christo…
(149-150) E na carroça de S. Bento **acharseha** também o firmamento…

Fr. Rafael de Jesus (1688): 29 contextos de potencial variação

Próclise (22 ocorrências – 75,8%)
(306) A maravilha de correspondências obrigadas…**nos representa** hoje a Igreja…
(307)…primeyro que o assumpto, **o há de explicar** o Texto…
(309-310) Diz S. Pedro, que deyxa tudo, &…**se aproveyta** da possibilidade de todos…
(310) …& **lhe confirmou** o prometido nas Estrellas…
(311) E quãdo de possível, o deyxa São Pedro, de facto **o deyxou** São Bento.
(314) Formado São Bento em as entranhas de sua Mãy Santa Abundancia, **se ouvia** cantar, & cantava…
Para Deos facilitar…**se antecipou** em dizer…
(314-315) Porque o prodígio…avia de ser dificultoso de crer ao mundo, **o facilitou** Deos…
(318) Nace São Bento em hum Templo, &…**se lhe dá** o nome de Bento…
(319) Com esta rezão **se aumenta** a muyta, que tiverão os sucessores de São Pedro…
(321) …porém o desejo de se multiplicar em todos…**o fez servir** por todos sendo hum sò individuo.
(323) …& **a escolheo** São Bẽto para sua habitação…
(325) …& **o mãdou** Deos a São Bento por hum Sacerdote: E **lhe disse** o Sacerdote a São Bento…
(325-326) …A seus Discipulos mandava Deos reformar o mundo, & **lhe dezia**, que…
(327) … suas obras **o verificão**…
(328) …a cada hum, dos que deixarem quoalquer cousa do mundo **lhe consigna** todo o premio.
(328-329) Despois de o dizer hum Pontifice Maximo…**o afirmou** hum Cardeal Santo…
(329) …Obedeceo pontual Abrahão, &…**lhe deyxou** o filho…
(331) Da gloria de tão esclarecidos serviços**, se coroão** os serviços de São Bento…
Coroas de gloria **lhe deu** o martirio…
…& para que o horror desmayasse o atrevimento, **se ferirão** todas em todo o rosto…

Ênclise (7 ocorrências – 24,1%)
(308) E **corresponde-lhe** Christo…dando-lhe por assento…
(310) Limitação era a de sua possibilidade, & **fazia-a** sem limite seu desejo.
(321)… assistiolhes como criado, & **acompanhouos** como gentilhomem.
Não perguntavam os de Jerusalem ao Baptista pella pessoa, **perguntavam-lhe** pello officio…
(327) … E **parecera-me** a mim…que…
(329) E **deu-lhe** o filho…por premio…
(332) Mas que a delicadeza…triumphe da penitencia…**adiantase** a todos na gloria de seu triumpho…

Fr. João de Ceita (1635): **69 contextos de potencial variação**

Próclise (46 ocorrências – 66,6%)
(92r) Com estes ramos…**lhes mandava** misturar tambem ramos de salgueiros…
Deste modo, **se alegravão** comendo, & bebendo…
Muitos Doctores…**o accommodão** a vários actos…
Per hũa de três vias **se nos pode mostrar** o alcance do Ceo árduo…
(93r) Em a festa de hoje **se deixa** tudo **ver**…
(94r) E na matéria **me parece** a mim que se não póde…
(94v) (elle **o conta** no cap. 38)…
(95v) O Ceo **lhe pós** diante de tudo…
A Esau…**lhe disse**…

(96r) …cousa que em que a não busque, ella **se me virá** meter em casa.
Pois outro mòr barato **vos inculcarei** efeito da divina misericordia.
Que sendo os materiais…**os está** Deos por sua boca **fazendo** escadas do ceo.
Por maneira que no mesmo castigo, & pena…**se me quer** elle **fazer** devedor…& no mesmo rigor da culpa **me està fazendo** extraordinário favor…
Certo, que cá o Rey ao fidalgo que lhe foy traidor…sem remissão **lhe manda cortar** a cabeça…
(96v) …sendo divida…pena eterna, elle **a comutou** em temporal…
…estas mesmas penas…**os conta** como serviços…
(98v) resumido tudo o que no sermão está dito, **nos facilita** notavelmente a salvação…
(99r) a mim **me lembra** tambem…
…elle **nos dá** os meyos…
…& nôs Senhor **vos logremos**…
(231v) …& assim pera os gostarmos, **os poem** debaixo de figuras, & parabolas.
Pois por isso **vos digo** em verdade, que…
(232r)…elle **se contenta** ser ouvinte.
(232v) E S. Ioão Chrisostomo **lhe chama** tesouro…
E Chrisostomo **a compara** com o azeite da viuva…
S. Ambrosio **a compara** com o bãquete do deserto onde…derão de comer a cinco mil (& **o darião** ao mundo todo)…
(233r) Sim Senhor: esta **me contenta**…
…De melle coeli melleus…**lhe chamou** S. Agostinho.
(234v)…& como se nũca cahirão nisto **lhes diz**:…
(235r)…& já que tanto o faz divertir o mundo, o temor do juyzo **o regulasse**, & enfreasse…
(235v)…Christãos **se hão de chamar**, & filhos de Deos…
(237r)…primeiro **mo hão de ver fazer**…
Quẽ nos enfastia de Deos não he…he a carne & o sangue, que como…..esta **nos faz** o mal.
Cazou com Ioachim…& de maneira **se regularão** com os divinos preceitos como se….
(238r)…& **o diz** S. Fulberto.
Porque ver hum pay estar criando hũa filha muito mimosa…& entam entregalla a hum homem de por ahi que….& sobretudo lhe dè muita pancada, & pera que faça isto **lhe dà** ainda os cruzados; necessário foy que Deos alli puzesse muita graça…
(238v) …& **lhe acompanhou**, & casou o filho.
…& opprobrios…& à nossa **os dizião** os Sacerdotes…
…& **se topou** com Ioachim …
(239v) Hũa fonte **se fez** rio…de Esther **o disse**: melhor o dissera de Anna…
Hum anel do vosso dedo **se guarda** em Roma…
…& **o traz** Baronio. Vosso lugar em o calendário **vos deu**…o Papa Gergorio XIII.

Ênclise (23 ocorrências – 33,3%)
(92) …Mandava-lhes Deos fazer…& **apontava-lhe** ainda a casta & espécie…
(93v) …nem forão isentos de pecados, mas **emendarãonos…**
(94v-95r) …& **deitalhe** Deos tantos tirantes…quantos sanctos lhe poem diante dos olhos…
(96r) …pedio, & tornou a pedir, carpiose, e **tornouse a carpir**…
(96v) …esses males que poderão ser eternos, **fellos** temporaés…
(97v) Esta força…**damola** nòs, ou poemna Deos?
E esse auxilio…**negao** Deos a alguem?
E **vemse** tudo a resolver…
Ergo, **ponde-lhe** agora a consequência.
…& **haveila** com muita facilidade…
(98r) Hum lanço de grande providencia, **defraudouos** a eles…
(231r) Pera intelligẽcia do qual he de advertir aquella doctrina…que diz, que o nosso entendimento na cousa clara, & que já conhece, se lha repetem, **enfastia-se**…

(232r) E porque lhe dê isto com mais suavidade & gosto**, darlhoey** disfarçado…& assim **ficarlhesha** muito proveito
(233r) Pois **vaite** à divina Scriptura, & faze conta…
(233v) Ou **deixailhas** todas no sentido parabólico, **entendão-as** como puderem: ou dizei se…
(236r) Ouvis…; dizemvos: Oh **deu as** fulano…
Assim **derãose** essas boas novas….
(239r)…& não sei se cahis bem que a sterilidade quando se fecundou, **aquinhoouse** a vontade…
E **viose** nella sô comprido o dito de Iob…
(239v)…era fonte pequena & seca pela sterilidade, **fezse** hum rio….
…tendes a filha & o neto, **alcansainos** a graça…

Fr. Filipe da Luz (1625): **76 contextos de potencial variação**

Próclise (39 ocorrências – 51,3 %)
(1r) Oje **vos venho dizer** da parte de Deos…
(1v) …o mesmo dia que nasceo, **se vio** em Roma **correr** hũa fonte d'azeite
…no fazer merces **se mostra** airoso…
(2) Estes são os sinaes que diz S. Lucas, que precederão ao juízo, outros mais **nos ensina** Christo..
(2v) …o fim **se chega**, o mundo **se acaba**…
O mesmo **vos posso dizer**, pondovos o mesmo nome do Propheta.
(3r) ah pecadores, à quanto obrigastes a Deos, que sendo elle tão encontrado a castigar, vos **o cõstrangeis** a isso…
…& vos **o estais obrigando a dizer** palavras cõ que vos lance no inferno…
(3v) …Que sinaes serão estes…São Mattheus **os declara**…
Quando Deos criava o mundo…**lhe sahiram** os anjos a cada creatura…
…hũas ondas **se encapellão**…outras **se abatem**…os que tal vem estão quaes o Propheta logo os pinta…
…a afflição de tantos males **os faz derreter**.
…chegarão as ondas ao Ceo, dando no Sol, & Lua **as cegarão**, dando nas Estrellas **as farão cahir**…
(4v) Logo em se vestindo as almas nos corpos **se farà** a separação pera os mãos…
…Os bons **se porão** no alto…& **se porão** à mão direita…
…virà o juiz supremo…dizẽdo…eu **te criei**, & **te puz** no parayso…
(5r) Se então lhe responderdes, Senhor as riquezas que me destes **me enganarão**…
Se disserdes o demónio **me enganou**…
Então me desembocarei com elles: então lhe confessarei a verdade & **os desenganarei**…
(122v) …& estando….&…**lhes disse**, Pax vobis.
Neste apparecimento…**se vè** claramente…
(123r) …& elle **os reprendia** asperamente…
…de tal maneira aveis de servir a Deos, & **o aveis de ter** por Senhor…
…se Deos vos tarda…logo perdeis o animo, & **vos entregais** aos inimigos dalma..
…olhai quem sois que nam vos tratando o mundo, mas faltãdovos speraes nelle, & **o adorais,** & a Deos…
…pois sabendo…com tudo isso **se fião** delle como verdadeiro…
…& por isso **se pòs** no meio delles.
(124v)…a igualdadea paz **se abraçaram** como irmãos, dando a entender…
(125r) Aquelle **se pode ter** por morada de Deos, quando…
(125v)…a falta della **vos faz lembrar**…
…aver em vos paz pera todos, & por ella **vos governardes** em todas as cousas…
Christo **o disse**…
(126v)…elle te não deixará, mas **te defenderà**…& **te levarà** a cidade de Siõ…

Ênclise (37 ocorrências – 48,6%)
(1r) Ora Christãos **resolveivos**, & **persuadivos…**
(2r) Està hũa pessoa enferma, **visitaa** o medico…
(2v) …a fé falta, **esfriase** a charidade, os pecados crescem, **salvese** quem poder…
…mas agora **tornarãose** como vasos mui fracos…
…& já que…, **dirvosei** o que Hieremias dizia…
(3r)…peccador…**dame** conta do meu sangue…
(3v) Agora **comovẽse**, então com alegria davão alegres movimentos…
…deixados os que….**hase de entender** dos spiritos Angelicos…
(4v)…pera declarar aos homẽs, que pera sobirem **relevalhe** primeiro abaixarem…
…querem alguns (& **pareceme** muy bem) que….
…depois usando contigo de misericordia, **fizme** homem, morei…
(5r) …dizeime agora & **mostraime**…pois **desenganaivos** que minha justiça…
Se disserdes…**respondervosha**….Se disserdes…**respondervosha** que
& com tudo Deos **examinoua** no principio do mundo…
…jà que o vosso nome he mãy de misericordia **usaia** comnosco…
(6r) …pois **percãose** os olhos…
Os homẽs **podemse** emmendar…
(6v) …mandainos ir…mas **limitainos** o tempo…
(122v) Pera podermos…**vamo-nos** à Virgem nola alcance…
…senão **vedeo** nestes Apostolos…
(123r) Os parentes de Thobias **punhãose** a zombar delle…
…entra Christo remediarlhe a tristeza que tinhão com sua morte, **communicalhe**os bens da Resurreição…
(124r)…ora pois se o mundo….**dizeime** que rezão…
(124v)…pois **querovos** dizer que…
…mas **poemse** no meio pois avia igualdade nos merecimentos…
(125r)… & a justiça **conservase** na igualdade…
…& **provao** com o Psalmo…
(126r) …as rodas de hum relojo de tal maneira…que fazem…& movida hũa roda **movemse** as outras, & quieta **quitãose** as outras…
(126r)…deixaivosos gostos terrenos, & tudo …& **abraçaivos** com este Senhor…
(126v) …senão **vedeo** nos discípulos…
…pois em o ser **ficase** parecendo com os Anjos.
(127r)…ò alma minha…**deseja volo** com muito fervor…

P. Francisco de Mendoça (1632 / 1649): **81 contextos de potencial variação ênclise/próclise**

Próclise (60 ocorrências – 74,0 %)
Primeira parte
(406) Finalmẽte todo o inferno se mudou; & de inferno, que era, **se tornou** hũ paraiso.
(406) No sepulchro de Christo **o vereis**.
(407) Eis os mares com sembrante alegre, **se desfazem** em festas.
…mas elle **se descuidou** de maneira que o deixou fazer hum mato bravo.
Pois o Ceo **vos digo** eu, que…
O Poente **se mudou** em Oriente: a vespora **se mudou** em madrugada…
Anoitecer à vespora a natureza **o pede**: mas…
Pois agora **o vereis**…
A vespora dantes acabava o dia, mas agora **o começa**…
(408) Este **vos digo** eu, que se mudou & melhorou?
(409) Como se dissera, eu **me torno** a declarar…

(411)Muytas graças **vos dou** Eterno Pay…
Sobretudo **vos peço**…que….
(412) Destes amorosos colloquios com o eterno Pay, **se passaria** logo a Senhora a outros…
… aquelle preceito…vos **o destes**; vos **o deveis** também de guardar**.**
Eis que entra o Archanjo S. Gabriel…&…**a saudou**….assi agora…**a saúda**…
(413) Pois a Senhora não cuidava…porque ella mesma **o recolhera**…**o sepultara**…
Eo **o tenho** em meus braços…
(414) Hũa lembrança **vos heide fazer** agora de S. Bernardo.
Segunda Parte
(348) Ultimamente **se resolveo** neste.
(349 Deste titulo **se preza**.
(350) Huns **se chamavam** Cereti, outros Pheleti.
Diante vay a misericordia divina…mas pollas mesmas pisadas **se segue** a justiça divina, castigãdo peccados.
A misericordia divina **nos deu** aquella chuva de sangue…
A malicia humana **nos tira** agora esta chuva de agoa…
…mas nós **lhe himos** à mão, nós **lhe furtamos** as agoas, nós **lhe desviamos** a corrẽte…
…mas nós **lhe pomos** diante hum muro.
(351) Com hum ferro de arado **vos contentais**?
(352) Eu **vos fico** que nam houvera de aparecer nas mãos de Deos a vara ada divina justiça.
Porem Moyses **lhe disse** tudo pollo contrario …
Mas Deos por isso **lhe dá** primeyro na bolça…
Como Lot começou…Deos **o atalhou**, poemno em cativeiro…
(353) …por isso aqui Abraham **se acautelou**.
…por isso nesta **se temeo**.
Mas isso **me bastou** a my…
Poys esse corvo **se lhe há de converter** em castigo.
(354) Enfim elle **o castigou**, &…elle **o matou**, & enterrou.
(355) …& com esta boa disposição **se chegão** a este Sanctuario…
…estas sobretudo, & antes de tudo, **se hão de prantear**.
Maes sente, & **o chora** hum Santo…que…
…aquelles Sãtos **nos ouviràm**…
(356) A vós gloriosos Santos **se deve** esta merce…
A vós **se deve**…por vosso respeyto **nos trazem** estas nuvens…
Quando Deos…primeyro **lhe disse**…
…& **se seguio** grande fartura.
(357)…& là do Ceo **lhe manday** liberalmente a agoa que vos pede.
Por preço desta agoa que vos pedimos, **vos oferecemos** Senhor o sangue que derramastes.
(357-358) E nós agora Senhor **vos compramos**…
(358) Heis aqui **vos offerecemos** Senhor com huma mão…& com outra **vos pedimos** a agoa…
Se por nossos peccados nos castigaes, nós **os choramos**, nós **nos arrependemos** delles…

Ênclise (21 ocorrências – 25,9%)
Primeira parte
(409) O sol **ha se de escurecer**.
(412) pois **lembraivos** desta vossa Mãy tão desconsolada, & **consolaya**…
(414) …que escusas daremos a Deos? que tiramos a Paschoa seu nome: porque a Paschoa quer dizer. Transitum, jornada adiante, & nos **fazemola**. Reditum; jornada atras:
Segunda Parte
(348) Vinde ao Sanctuario de Deos, & **acabarsehão** os castigos…
Vinde ao Sanctuario de Deos, & **acabarsehão** os castigos…
(349) No tempo de Iosuè, pera passar o povo, **dividiose** o Iordão nesta forma….
(350) E quando me ponho a cõsiderar…**pareceme** que estou vestido, & calçado no Ceo…

Pois pera que… **lembrome** da misericordia; &…**lembrome** da justiça.
…a justiça divina tirou a ração, & alevãtou a mesa; & **acabouse** o tinelo…
(351) He hebraísmo hum pouco recôndito, mas **explicalohey** facilmente…
(352) Venha a secca…venha a miséria: & **seccarsehà** a fonte destes pecados.
…Deos o atalhou, **poemno** em cativeiro…
(353) Mas **tenhoo** muyto grande…
(354) Acabase o diluvio: **tornãose** a multiplicar os homens.
E entre tanto **aquietayvos** com a autoridade…
(356) …& **pareceme** que he literal.
(358) Decey Senhor sobre nós…**abrãose** estes Ceos, **rasguemse** estas nuvens, **reguemse** estes campos…

5. A letra de samba – um *corpus* para estudos do português do Brasil no século XX

Flávio de Aguiar Barbosa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Este é um estudo das características lexicais das composições de sambistas pioneiros do Rio de Janeiro, alicerçada na constituição de um *corpus* representativo da sua produção lítero-musical. Tal *corpus* contém composições de três artistas: Paulo da Portela, Ismael Silva e Cartola. Nesta oportunidade, além da explicitação dos critérios e procedimentos para composição e processamento do *corpus*, enfocar-se-á o uso de palavras onomatopaicas (*pam*), interjeições (*ai, ó, ô*) e de outras marcas de oralidade (*iaiá, ioiô*), que revelam características do contrato discursivo em pauta – elas destacam a feição oral das letras, textos produzidos para ser cantados −, além de refletir o fato de que o gênero textual estudado é lítero-musical, ou seja, explora a sonoridade das palavras em geral, inclusive a das onomatopeias, para criar o efeito intersemiótico do «diálogo» entre letra e música.

Palavras-chave: português do Brasil, samba urbano carioca, ciências do léxico, lexicografia.

Introdução

Este é um estudo sobre características lexicais das composições de sambistas pioneiros do Rio de Janeiro, a partir de uma perspectiva discursiva alicerçada na composição de um *corpus* representativo da produção lítero-musical desses sambistas. A tarefa à qual me proponho será embasada em estudos culturais e históricos sobre o samba e o Rio de Janeiro na transição entre os séculos XIX e XX; em técnicas da Linguística de Corpus; em princípios teóricos da Análise do Discurso; em princípios teóricos e técnicas dos Estudos Lexicais (lexicologia, lexicografia e terminologia).

Motivação

A elaboração de um *corpus* de composições de sambistas é um trabalho significativo para os estudos lexicais, dado o interesse na documentação do léxico das variedades populares da língua portuguesa do Brasil. Tal nível de uso linguístico foi

objeto de poucos estudos baseados em *corpus*, com processamento automático a partir de ferramentas computacionais que forneçam quantificações das ocorrências, agrupamentos de lexias contextualizadas, comparações estatísticas em relação a outros *corpora* etc. Alguns dos estudos existentes que seguem princípios semelhantes a esses são os voltados para a elaboração de atlas linguísticos, como o do projeto APERJ (Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro), que se propõe à investigação da linguagem falada dos pescadores artesanais do norte fluminense[42]. Por outro lado, já se dispõe de levantamentos lexicais da linguagem urbana culta falada em algumas capitais brasileiras, entre as quais a cidade do Rio de Janeiro (tarefa realizada pelos integrantes do subprojeto O Léxico da Fala Carioca, do Projeto NURC/RJ [Marques 1996]); da linguagem de escritores, como Guimarães Rosa (Martins 2001), Camões (Cunha 1995) e Fernando Pessoa (Biderman 1969); das linguagens características de áreas profissionais (DIRECT, s/d) e dos usos do português escrito[43] (*corpus* que «compreende literatura romanesca, jornalística, dramática, técnica e oratória» [Nunes 2002: 117], a partir do qual se elaborou o *Dicionário de usos do português do Brasil* [Borba 2002]). Fique claro que a existência desses levantamentos não significa que a documentação de tais âmbitos linguísticos esteja esgotada; menciono-os apenas para demonstrar o maior avanço do seu estudo.

Apesar da carência de investimentos na documentação do léxico popular, esse registro é previsto em alguns dos principais dicionários gerais em circulação no Brasil. No prefácio à primeira edição do *Dicionário Aurélio* (Ferreira 1975), que continuou a ser impresso nas edições posteriores, o lexicógrafo escreve:

> *Pretendeu-se fazer um dicionário médio, ou inframédio, etimológico, com razoável contingente vocabular (bem mais de cem mil verbetes e subverbetes), atualizado (dentro dos seus limites), atento não só à língua dos escritores [nota: Vão a 770 os autores citados, e a 1.610 as respectivas obras. V., no fim do volume, a bibliografia.] (muito especialmente os modernos, mas sem desprezo, que seria pueril, dos clássicos), senão também à língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e televisão, ao falar do povo, aos linguajares diversos – regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, giriescos...*

[42] Cf. Pereira, 1995. Nesse artigo, a autora expõe os objetivos do projeto APERJ e o situa na tradição dos estudos dialectológicos. Ressalta, entre outras, a proposta de documentar a linguagem profissional das comunidades de pescadores norte-fluminenses.

[43] Trata-se do banco de dados «Usos do Português», do Centro de Estudos Lexicográficos da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Araraquara. Esse *corpus* é composto de 70 milhões de ocorrências de português escrito, organizadas por Francisco da Silva Borba, para a publicação de dicionários e gramáticas.

> *Entre os autores, dos mais desvairados gêneros, figuram com certa frequência os cronistas, por se mostrarem, em maior ou menor grau, bons espelhos da língua viva. São, aliás, vários deles, mestres da prosa dos nossos dias. Nem foi esquecida outra classe de autores:* ***a dos letristas de sambas, marchas, canções****. Eles – tal como, até certo ponto, também os cronistas –, além de captarem a criação linguística popular, não raro são, ainda por cima, criadores, inventores, de palavras.* [grifo meu].

No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Houaiss e Villar 2001), também se encontra a previsão desse registro no item 11 do «Detalhamento dos verbetes e outras informações técnicas», no qual se fornecem explicações sobre as rubricas utilizadas para indicação de nível de uso. Nesse item, listam-se, entre os níveis contemplados no dicionário, a linguagem informal (na qual se incluem popularismos ou coloquialismos, plebeísmos, gíria, linguagem familiar e linguagem infantil), além da linguagem policial, do crime e da droga, dos tabuísmos, do uso impróprio, do eufemismo, da ironia, do nível pejorativo, do jocoso e do hiperbólico.

Os teóricos da lexicografia também ratificam a relevância desses registros nos dicionários gerais. Biderman (1998: 166–167), após afirmar que o propósito principal dos dicionários gerais é consignar «a linguagem aceita e valorizada em sua comunidade», observa:

> *Além disso, numa sociedade muito diversificada socialmente como a nossa, estratificada em classes sociais, coexistem variedades diastráticas diversas. Embora o dicionário privilegie a língua escrita* [...]*, ele deve descrever também os diferentes níveis de linguagem, os registros sociais e, assim, não só identificar o vocabulário e os usos marcados como típicos da linguagem culta e formal, mas também o da linguagem coloquial, apontando os itens lexicais característicos de um uso popular, vulgar, chulo, as gírias, as palavras e expressões obscenas.*

Strehler (1998: 174–175) também destaca os registros lexicográficos do léxico popular quando, em artigo dedicado ao estudo das marcas de uso nos dicionários, declara:

> *As marcas de uso sociais são as que exigem maior atenção dos lexicógrafos e dos usuários. Na introdução ao DCP* [Dicionário Contemporâneo do Português, de Maria Tereza Biderman]*, lê-se que «esse tipo de informação [que se refere aos níveis de linguagem] padece de um certo subjetivismo». A veracidade desta afirmação observa-se consultando uma mesma palavra de baixo calão no Aurélio, no DCP e no GDPF* [Grande Dicionário de Português/Francês]. *A referida palavra é chula no primeiro dicionário, vulgar no segundo e popular no terceiro.*

A afirmação do autor, além de corroborar a importância das marcações de uso

social, ainda aponta incoerências nessas indicações. Outros estudos, que enfocam diferentes aspectos da questão, também denunciam problemas no registro de variedades lexicais nos dicionários. Tal é o caso dos textos de Oliveira (1998), que trata da inclusão de normas regionais e dialetais, e de Petter (2001), que trata do registro de africanismos.

Do ponto de vista histórico, o interesse pelo aspecto social da diversidade linguística é relativamente recente. É o que esclarece Nunes (2002), em seu artigo «Dicionarização no Brasil: condições e processos». Segundo o autor, o interesse maior pelo léxico que reflete características da realidade brasileira data de meados do século XIX, quando se começaram a produzir dicionários de brasileirismos (entendidos como «dicionários de complemento» aos gerais preexistentes). O surgimento dessa linha de dicionários pode ser atribuído à busca de construção de uma identidade nacional[44], consoante ao desenvolvimento ocorrido no século XIX e, mais especificamente, à emancipação política determinada pela proclamação da independência e do regime republicano de governo. Os dicionários dessa época privilegiavam o registro dos regionalismos e dos tupinismos – que, até hoje, são as particularidades mais estudadas desse universo lexical –, além de «uma série de termos relativos à conjuntura brasileira: designativos de raça e grupo social, termos culturais, termos do cotidiano das cidades.» (Nunes 2002: 113).

Já no século XX, o estudo dos brasileirismos refinou-se um pouco mais, e tornou-se padrão o uso de marcas que dão conta não só da diversidade regional do português brasileiro, mas também da sua diversidade social e de situações de uso: folclore, familiar, vulgar, coloquial, gíria, etc.[45]

[44] Um exemplo dessa diferença de perspectiva no registro do léxico: as palavras próprias de línguas indígenas, que já eram registradas desde o século XVI, em textos de viajantes e estudos de jesuítas, foram eventualmente dicionarizadas, a partir dessas mesmas fontes, na obra de Raphael Bluteau (1712-1728). Foi, entretanto, na segunda metade do século XIX que essas palavras passaram a ser mais sistematicamente registradas, como parte integrante do léxico do português brasileiro e fator significativo de diferenciação dessa variedade do português em relação à lusitana. O *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* (Costa Rubim, 1853) e a *Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* (Antônio Coruja, 1852) são dois exemplos dessas iniciativas lexicográficas.

[45] Tal afirmação não significa que o uso dessas marcas para palavras do português brasileiro fosse, antes do século XX, completamente inexistente; era, contudo, esporádico, assim como a própria dicionarização desse contingente lexical.

Objetivos do estudo

Considerando-se o reconhecimento, por parte de dicionaristas e teóricos da lexicografia, da importância do registro das palavras de uso popular, assim como a condição recente desse registro sistemático, pode-se dimensionar adequadamente a importância da constituição de um *corpus* como este, de sambas do Rio de Janeiro, para a elaboração de dicionários gerais – importância ainda mais notória dada a carência de documentação desse nível de uso linguístico.

Neste trabalho se constitui uma base documental[46] a partir da qual é possível: 1) depreender as palavras mais frequentes e representativas, que não podem deixar de constar em dicionários gerais; 2) elaborar definições acuradas e não preconceituosas relativas à linguagem e aos elementos característicos da cultura popular brasileira; 3) explicitar as particularidades desse campo discursivo — o contrato de comunicação envolvido, as formas de interação entre os participantes dos atos de discurso etc. Essas informações são importantes tanto para a redação de definições lexicográficas quanto para a atribuição de marcas de uso.

Além da utilidade para a elaboração de dicionários gerais de língua portuguesa, esse *corpus* tem, ainda, outras aplicações. Como focaliza a produção de compositores de uma geração específica, com datação tão exata quanto possível das composições analisadas, é relevante para estudos lexicais de perspectiva histórica — serve como base documental para estudos etimológicos, de cronologia lexical e de derivação semântica.

Num âmbito lexicográfico ainda mais específico, o levantamento dessas composições representa o ponto de partida para a elaboração do *Dicionário histórico do samba carioca*, obra que ainda está por fazer e que, seguindo o modelo do «Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi» (Cunha 1989), conteria verbetes com abonações cronologicamente progressivas dos registros. As análises discursivas rendem notas de uso muito enriquecedoras para a obra, que com isso ofereceria mais do que definições abstratas e excessivamente generalizadoras.

[46] Essa é uma base documental parcial, pois a documentação do léxico popular deve contemplar, além dos sambas de todo o país e de todas as épocas, outros textos, orais e escritos, de ampla difusão no Brasil, como as letras de outros gêneros de música popular, a literatura de cordel, as adivinhações, parlendas, trava-línguas, lendas e histórias tradicionais etc. Todavia, o presente estudo pode ser uma referência para outros levantamentos que aumentem a amplitude da documentação.

Adicionalmente, outras disciplinas da área das Ciências Humanas também podem se beneficiar desse material, pois nele encontrariam alusões a fatos históricos e à vida no Rio de Janeiro da época numa perspectiva geralmente pouco considerada na história oficial, além do registro de um período importante da música popular brasileira.

Enfim, talvez a contribuição mais abrangente deste trabalho seja a própria documentação do repertório produzido no período em questão. Essa tarefa importa para o registro de um legado cultural amplamente difundido e frequentemente considerado como um elemento relevante na caracterização da identidade cultural carioca, e até mesmo nacional.

1. Embasamento teórico

Os Estudos Lexicais são importantes por suscitar o diagnóstico da necessidade de estudos do léxico popular do português do Brasil aplicáveis à elaboração de obras lexicográficas, além de procedimentos de classificação das ocorrências lexicais, lematização de unidades lexicais complexas, tratamento do vocabulário de especialidade relacionado a esse campo discursivo. Biderman (1998), Sanromán (2000) e Borba (2003) são referências importantes nesse aspecto.

A Análise do Discurso é relevante, por um lado, por estabelecer a abordagem do o ato de linguagem produzido por um emissor determinado, em um dado contexto sócio-histórico; por outro lado, essa base teórica valoriza as múltiplas intencionalidades do processo de comunicação e estabelece que é preciso levar em consideração não somente o que poderiam ser as intenções declaradas do emissor, mas também o que diz o ato de linguagem a respeito da relação particular que une o emissor ao receptor. Charaudeau (2004 e 2008) é a fonte principal dessa linha teórica.

Com base em princípios da Linguística de Corpus realizou-se o processamento computacional dos textos, e a obtenção de cálculos de frequência vocabular, índices de palavras contextualizadas e de palavras-chave do tipo de texto em questão. Berber Sardinha (2004) é referência central para essas providências.

Os estudos culturais e históricos sobre samba e sobre o Rio de Janeiro do final do século XIX e do início do século XX nortearam a delimitação cronológica do *corpus* e o levantamento dos compositores; também ajudaram na análise de especificidades

do vocabulário do samba. Moura (1995) e Sandroni (2001) merecem destaque, nesse aspecto.

2. Escolha dos autores estudados

O *corpus* projetado neste estudo é constituído de composições de sambistas atuantes no Rio de Janeiro, representativos de um período inaugural do gênero musical na cidade. Há, portanto, três variáveis principais que foram consideradas:

Na *variável musical e de representantividade*, fica estabelecido que as composições analisadas serão de sambistas, entendidos não apenas como pessoas que compõem sambas, mas também como artistas identificados a comunidades dedicadas a essa tradição musical. Neste estudo, portanto, sambistas não são apenas aqueles que compõem ou são dançarinos de samba. A despeito de a habilidade de composição ser muito relevante no presente estudo, alia-se a ela a integração íntima com o universo do samba, com um sistema de vivências e valores que institui um *ethos* do sambista.

Na *variável geográfica* fica estabelecido que os sambistas cujas composições integram o *corpus* não são necessariamente cariocas, mas destacaram-se no cenário musical da cidade.

Na *variável cronológica* delimitou-se a primeira década do século XX como a época de nascimento de sambistas que tiveram atuação fundamental na institucionalização do samba urbano carioca e participaram do desenvolvimento da indústria fonográfica brasileira na década de 30, com composições que contribuíram para firmar o gênero como produto cultural e, num contexto político propício, expressão musical profundamente identificada com a cultura brasileira.

Para acessar informações mais aprofundadas a respeito da compilação desse *corpus*, consulte-se Barbosa (2011).

3. Três sambistas modelares

Antes de dar sequência à exposição dos procedimentos de compilação do *corpus*, é oportuno explorar mais um pouco informações biográficas dos compositores cuja produção musical foi objeto deste estudo.

Ismael Silva, Cartola e Paulo da Portela são conhecidos como modelos entre seus pares, na habilidade de fazer samba, nas funções de fundadores e líderes de escolas de

samba e no comportamento cortês e agregador, dentro da sua comunidade e em intercâmbio com outros grupos sociais.

Ismael Silva foi um dos responsáveis pela fundação da primeira instituição carnavalesca a se denominar *escola de samba*, a Deixa Falar, do Estácio de Sá. Eis como ele narrava esse evento:

> […] *lá no bairro* [no Estácio] *existia a Escola Normal, que hoje não é mais lá e nem tem esse nome. Hoje é Instituto de Educação e fica na rua Mariz e Barros, na Praça da Bandeira. Naquele tempo as batalhas de confete eram um carnaval em miniatura. Começavam dois meses antes do carnaval. No dia 31 de dezembro, véspera de primeiro do ano, já acontecia a primeira batalha, que era na Avenida Rio Branco. Daí começava então o carnaval, o tal carnaval em miniatura. Cada semana tinha uma batalha de confete num determinado bairro. Nessas batalhas, esses agrupamentos, que seriam futuramente Escolas de Samba, se encontravam: Portela, Mangueira, Salgueiro. Todos esses bairros iam para as batalhas e cada um queria ser maior que o outro. Durante o ano, chegavam notícias assim, pretensiosas, no Estácio. Eu recebia tantas notícias assim, desairosas, no Estácio, que acabei respondendo: eles têm que respeitar, Escola de Samba é aqui, daqui é que saem os professores, portanto é aqui a Escola de Samba. Daí saiu esse nome, por causa dos professores, repito, que saíam da Escola Normal. Eis aí o nome e a Escola de Samba formada.* (Museu da Imagem e do Som 2002: 174)

A Deixa Falar trazia inovações importantes nos aspectos musical (o samba com a formatação musical que majoritariamente apresenta até hoje) e instrumental (presença de novos instrumentos, inventados pelos próprios sambistas, como o surdo e o tamborim). Essas inovações foram com o tempo adotadas por outras agremiações e constituíram as grandes contribuições para as escolas de samba.

A atuação de Paulo da Portela como líder de escola de samba foi marcante em seu aspecto organizador e disciplinador, em vestimenta, linguagem e atitudes. Além de transformar a imagem do sambista, Paulo também se esforçou por mudar a percepção relativa às escolas de samba, herdada daquela construída em torno dos blocos. Uma de suas atitudes nesse sentido foi garantir a frequência e participação feminina nos ensaios, empenhando sua própria reputação para garantir que isso ocorresse.

No desfile de carnaval propriamente dito, Paulo cuidava da harmonia: antes do desenvolvimento do gênero «samba-enredo», os sambas executados no desfile tinham apenas estribilho e versadores improvisavam segundas partes. Eis o que dizia Olívio Pereira de Almeida, o Nô:

> *O primeiro ano que eu desfilei, foi na Praça Onze. Sempre foi na Praça Onze. Os sambas não tinham segunda parte. Só a primeira. Depois era versado. Os versadores*

> *cantavam de improviso. No início era o «Seu» Paulo puxando o samba. O João da Gente, o Claudionor e o Alcides versavam. O Cláudio, da outra ponta, segurava o samba para o Paulo. Tudo no gogó, não tinha microfone*. (Barboza da Silva e Santos 1989: 60)

Mais tarde, também foi de Paulo o primeiro samba-enredo da Portela, *Teste ao samba*. Essa foi a primeira vez que a Portela desfilava com um samba completamente integrado ao enredo.

Assim como Ismael Silva e Paulo da Portela, a atuação de Cartola está na origem da escola de samba de Mangueira. Ele foi um dos líderes de um movimento de unificação de diversos grupos carnavalescos da região e participou da escolha do nome e das cores representativas da agremiação.

Além de fundador da escola, Cartola também foi um dos primeiros integrantes da ala de compositores:

> [Cartola:] *Agora, vou dizer uma coisa: eu sou fundador da ala de compositores. A primeira escola de samba que teve ala de compositores foi a Mangueira. Eu fiz uma escolinha de compositores.*
> [Entrevistador:] *Isto que eu queria saber. Então houve uma escola de samba?*
> [Entrevistador:] *Agora essa palavra escola se chamava assim?*
> [Cartola:] *Bom, escola veio do Estácio, porque conta o Ismael que eles fundaram o Estácio perto de uma escola.* [...] *eu fiz uma escola para compositores, que é a ala dos compositores, porque, no morro de Mangueira, só quem fazia samba naquela época éramos eu e o Carlos Cachaça. Então, aquela meninada queria fazer samba, mas não sabia como é que fazia. Então, fazia uma bobagem qualquer, então a gente chegava, eu ou o Carlos remendava tudo, colocava música nova. Dizia para ele: «– Toma, o samba é seu.» E lá no ensaio cantava: «— De quem é esse samba?» «— De fulano.» Então, fiz uma ala de compositores para ensinar como é que se fazia samba, assim os garotos aprenderam a fazer samba. «É assim, isto você faz assim, a música você faz assim...» ensinando muita gente. Inclusive* [Babaú].
> [Entrevistador:] [Babaú]*?*
> [Cartola:] *Inclusive* [Babaú]*, inclusive Zé com Fome, inclusive Geraldo Pereira. Isto tudo saiu da ala dos compositores da Mangueira e ainda tem muito garoto bom lá saindo.* (Cartola 1998: 22)

Cartola também era diretor de harmonia da Mangueira:

> [Entrevistador:] *Diz uma coisa, qual a função, numa escola de samba, do diretor de harmonia?*
> [Cartola:] *Na minha época, o diretor de harmonia tomava conta da harmonia e bateria.*
> [...]
> [Entrevistador:] *Da harmonia e bateria? E você, já exerceu alguma vez esta função?*
> [Cartola:] *Fui toda a vida, enquanto eu quis ser fui diretor de harmonia em Mangueira.*
> [Entrevistador:] *Enquanto você quis ser?*

> [Cartola:] *Enquanto eu quis ser, nunca me tiraram e, graças a Deus, nunca perdi ponto na minha época.* (Cartola 1998: 23)

As características aqui evidenciadas ajudam a delinear o perfil desse trio de sambistas. Em seguida, explicitaremos os procedimentos para a coleção das composições que constituem sua obra.

4. Fontes de referência

Partindo da seleção dos compositores, o estudo passou à fase de consulta a acervos de instituições de referência, biografias dos sambistas estudados e registros fonográficos que deveriam integrar o *corpus* de estudo. As instituições de referência visitadas foram a Biblioteca Nacional, o Museu da Imagem e do Som e o Instituto Moreira Salles.

A consulta ao acervo de música da Biblioteca Nacional foi frutífera, principalmente no que concerne ao acervo de partituras. Por meio da consulta a esse acervo, foi possível anotar letras de composições de Ismael Silva e Cartola. Não foram encontradas partituras de composições de Paulo da Portela.

O acervo discográfico da Biblioteca Nacional também foi consultado, mas esse material não trouxe novidades em relação às outras fontes discográficas disponíveis.

A consulta à discoteca do Museu da Imagem e do Som trouxe acréscimos para o estudo, principalmente no que diz respeito a gravações de composições de Ismael Silva. Não havia gravações de músicas compostas por Paulo da Portela, e as de Cartola eram redundantes às obtidas por outras fontes.

O acervo de fonogramas do Instituto Moreira Salles está digitalizado e foi consultado pela internet. Essas consultas trouxeram informações novas relativas aos três compositores pesquisados.

Foi de fundamental importância a consulta a biografias dos compositores estudados, elaboradas por Barboza da Silva e Lygia Santos (1989), Barboza da Silva e Oliveira Filho (2003), Candeia Filho e Araújo (1978), Carvalho (1980). A partir dessas obras, foi possível obter letras de composições inéditas e também anotar discografias e relações de composições, para referência sobre a extensão da obra de cada um deles.

Por fim, o acesso pela internet a páginas pessoais de colecionadores que deixam suas discotecas digitalizadas disponíveis para consulta foi um recurso riquíssimo para

conhecimento de discos esgotados e verdadeiras raridades que, de outro modo, provavelmente não teriam sido encontrados.

5. Transcrição das composições

Para a transcrição das canções que compõem o *corpus*, hierarquizaram-se as fontes como mais ou menos prioritárias para o registro das letras. Inicialmente, a ordem de prioridades seguida seria a seguinte:

– teriam prioridade máxima os fonogramas que trouxessem gravações do próprio compositor interpretando uma composição sua. Essa seria a situação ideal de documentação;

– em segundo lugar, teriam prioridade registros das biografias, cujos autores tivessem recolhido uma letra de determinada canção, de preferência citando o depoente que informara a letra, ou o acervo em que foi obtida;

– em terceiro lugar, seriam aproveitadas partituras que registrassem a letra da canção, ou gravações feitas por outros intérpretes que não o próprio compositor, com preferência para as mais antigas, realizadas por cantores identificados com o universo do samba.

Esse sistema de prioridades foi seguido dentro do possível, mas em alguns casos teve de ser alterado. Eis como funcionou na prática: Cartola é o sambista para cuja obra os princípios funcionaram melhor – ele foi um intérprete razoavelmente assíduo das próprias composições, teve um número considerável de discos gravados e manteve grande consistência na interpretação das letras, que dificilmente varia. A biografia «Cartola: os tempos idos» (Barbosa Da Silva e Oliveira Filho 2003) traz outras composições, que na época da publicação permaneciam inéditas — muitas ainda o são. Além disso, a obra de Cartola mereceu ampla documentação, com edição de partituras, gravações de diversos intérpretes e obras comemorativas publicadas com frequência.

Entre os intérpretes que gravaram composições suas, algumas delas inéditas, estão Nelson Sargento, Elton Medeiros, Paulinho da Viola, Clementina de Jesus, a Velha Guarda da Mangueira e o conjunto A voz do morro. Também há disponibilidade de obras comemorativas confiáveis, como os discos «História das escolas de samba: Mangueira» (1974); «Cartola entre amigos» (1984); «Cartola: documento inédito»

(1982); «A música brasileira deste século por seus autores e intérpretes: Cartola» (2000). A consulta a essas fontes resultou na recolha de aproximadamente 130 letras que compõem o *corpus*.

A pesquisa das letras de Ismael Silva trouxe alguns problemas. Ismael não foi o intérprete preferencial de suas composições: elas geralmente eram registradas pelos principais cantores da época, como Francisco Alves e Mário Reis. As gravações com Ismael Silva cantando geralmente trazem discrepâncias em relação às originais, seja na supressão de alguma estrofe, seja em reformulações da letra feitas pelo compositor, seja em montagens decorrentes de pot-pourris. Percebendo isso, decidi dar prioridade às gravações originais, que traziam uma versão mais segura.

Ismael gravou menos discos do que Cartola. Segundo as discografias consultadas, apenas três são integralmente do compositor: «O samba na voz do sambista» (1955), «Ismael canta... Ismael» (1957) e «Se você jurar» (1973). A biografia de Ismael também traz registros de letras do compositor e uma discografia, com a relação de gravações das suas composições, apesar de não ter uma seção destinada a composições inéditas, como ocorre com as obras dedicadas a Cartola e Paulo da Portela.

Há gravações de canções de Ismael Silva (também menos numerosas do que as dedicadas a composições de Cartola), feitas por intérpretes como Alcione, Cristina Buarque, Elton Medeiros, Monarco, MPB-4 e Hermínio Bello de Carvalho. Também são encontráveis algumas homenagens — «A música brasileira deste século por seus autores e intérpretes: Ismael Silva» (2000), «Ismael Silva: peçam bis» (1988).

A ordem de prioridade das fontes para composições de Ismael Silva foi, portanto: gravações originais de outros intérpretes; registros de biografias e partituras; gravações do próprio compositor; gravações de intérpretes contemporâneos. A consulta a essas fontes resultou na coleta de cerca de 80 composições de Ismael Silva.

A obra de Paulo da Portela foi aquela de documentação mais problemática. Sua biografia só registra 17 composições gravadas até 1978, nenhuma delas pelo próprio autor. A escassez de registros se explica por duas razões principais: apropriação de composições por terceiros e falta de documentação adequada.

Diante disso, as biografias de Paulo da Portela assumem tremenda importância. São esforços fundamentais de recolha de composições do sambista, a partir de depoimentos

de pessoas que conviveram com ele. Posteriormente, muitas das composições registradas foram gravadas, principalmente pela Velha Guarda da Portela. As gravações disponíveis para sambas de Paulo da Portela, não muito numerosas, são devidas, além da já mencionada Velha Guarda da Portela, a Monarco, Candeia, Clementina de Jesus, Paulinho da Viola, Cristina Buarque, João Nogueira e conjunto A voz do morro. O levantamento da obra de Paulo da Portela resultou em aproximadamente 70 letras transcritas que integram o *corpus*.

6. Anotação do *corpus*

Os trabalhos de escolha dos compositores, levantamento e transcrição das composições resultaram na compilação de um *corpus* de 296 composições, com cerca de 21.000 palavras.

Para todas as letras transcritas, anotaram-se informações úteis à análise de dados – título e autor da composição; data de registro; suporte (disco, livro ou partitura); tema; editora ou gravadora (empresa responsável pela publicação); intérprete (em caso de registro fonográfico). Volto a remeter o leitor a Barbosa (2011) para detalhamento das explicações sobre a constituição do *corpus*.

7. Áreas temáticas

No gráfico a seguir apresenta-se a proporção que cada área temática ocupa entre as letras do *corpus*.

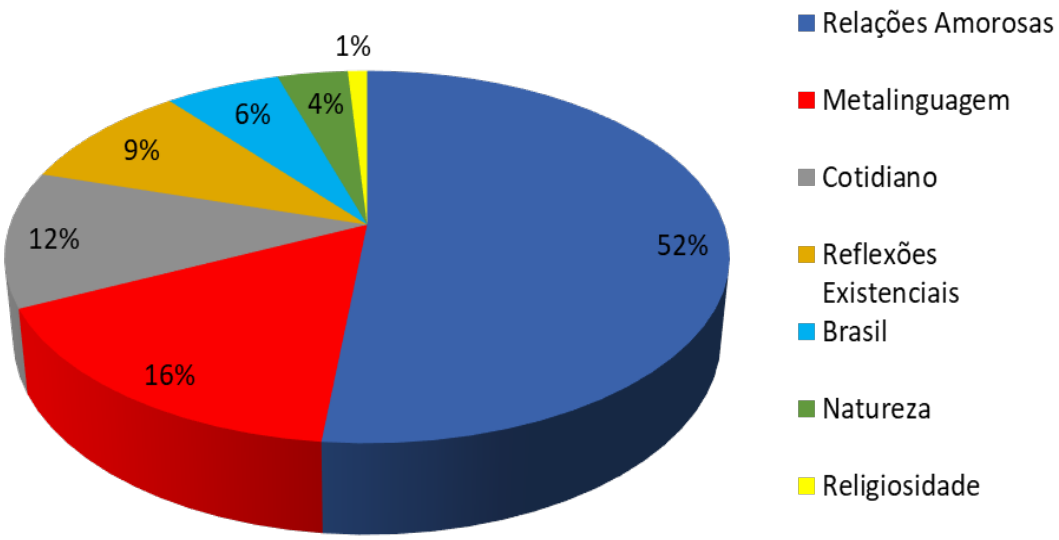


Figura 1. Áreas temáticas do *corpus*

Eis algumas breves informações sobre cada uma dessas áreas temáticas:

– Relações amorosas (52% do *corpus*): diversos aspectos do amor entre duas pessoas — o cortejo e o inebriamento amoroso; a convivência conjugal; os ciúmes e conflitos; o rompimento e as desilusões; o lamento e o desejo de não se apaixonar novamente etc.

– Metalinguagem (16% do *corpus*): homenagens ao samba e a sambistas afamados; a ambiência da roda de samba e da escola e samba; manifestos artísticos relacionados às práticas do samba; criações expressivas a partir de recursos de linguagem, principalmente verbal.

Na verdade, os sambas da área temática «metalinguagem» não se restringem à abordagem das características lírico-musicais do samba; vão além disso, passando ao metadiscurso, ou seja, também trazem informações sobre os ambientes característicos do samba, as intenções dos sambistas ao falar do próprio samba em uma composição, entre outros assuntos.

Houve neste estudo o intuito de enfatizar o vocabulário característico desta área temática. Esse desejo influenciou, por exemplo, na delimitação da nomenclatura para o estudo léxico-discursivo (ver a seguir o item 10).

– Cotidiano (12% do *corpus*): crônicas de acontecimentos; perfis de comportamento; o anseio pela justiça social; crítica de valores.

– Reflexões existenciais (9% do *corpus*): considerações a respeito da vida, das experiências pessoais; balanço dos aprendizados e conquistas, assim como das desilusões; extravasamento de emoções relacionadas a episódios da vida.

– Brasil (6% do *corpus*): nacionalismo; elementos da cultura brasileira; paisagem natural brasileira; homenagem a cidades, principalmente o Rio de Janeiro.

– Natureza (4% do *corpus*): elementos da paisagem natural, geralmente numa abordagem poética que se diferencia da nacionalista, pois nesta retrata-se a natureza como patrimônio nacional. Aqui, a natureza é um elemento capaz de comover e inspirar o compositor.

– Religiosidade (1% do *corpus*): perspectiva mística, envolvendo entes de diferentes culturas. Neste *corpus*, apenas três letras encaixavam-se nessa área temática; todas são composições de Cartola, com elementos de religiosidade cristã.

8. Processamento do *corpus* e obtenção de palavras-chave

Usou-se o *software Wordsmith Tools*, elaborado pelo professor Mike Scott (2007), para obter listas de palavras, concordâncias e listas de palavras-chave a partir do *corpus* coletado. As palavras-chave foram obtidas a partir da comparação do *corpus* de estudo com um *corpus* de referência composto de textos jornalísticos.

A constituição desse *corpus* de referência obedeceu aos princípios propostos por Berber Sardinha (2004: 96–105), segundo os quais esse *corpus* deve ser de um gênero diferente do estudado e também deve ser pelo menos cinco vezes maior do que o *corpus* principal.

Tendo isso em vista, compus um *corpus* de referência a partir de artigos de opinião e editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, recolhidos entre setembro e dezembro de 2007.

Outro esclarecimento necessário relativamente ao processamento do *corpus* é que só foram consideradas as ocorrências de palavras lexicais (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios em *-mente*), mais pertinentes ao estudo do léxico do samba. As palavras gramaticais foram levadas em conta apenas quando integravam unidades plurivocabulares.

A ferramenta *Keywords*, de obtenção de palavras-chave, executa uma comparação estatística entre o *corpus* de estudo e um outro *corpus*, de referência, usado para que se realcem, por contraste quantitativo, as características relevantes dos dados estudados. Neste caso, utilizaram-se como referência textos jornalísticas contemporâneos que possibilitam um bom contraste com o *corpus* de estudo, pela diferença de gêneros textuais e pelo distanciamento cronológico entre os dois conjuntos de textos.

Realizados os procedimentos de obtenção de listas de palavras de cada um dos *corpora*, seguidos da comparação estatística a partir da ferramenta Keywords, cheguei aos resultados reproduzidos parcialmente a seguir. Como se percebe nas colunas da ilustração, o programa faz contagens de frequência das palavras nos dois *corpora* e destaca as que, no *corpus* de estudo, são significativamente mais frequentes, ou menos frequentes, em relação à referência usada na comparação. A partir desses cálculos comparativos, estabelece-se um valor estatístico denominado *keyness* (traduzido em Linguística de Corpus como «chavicidade»), cuja grandeza indica a relevância de cada palavra-chave detectada.

Keywords_editado.kws

File Edit View Compute Settings Windows Help

N	Key word	Freq.	%	RC. Freq.	RC. %	Keyness	P	mas	et
1	AMOR	169	0,81	29	0,01	725,37	0000000		
2	VOU	80	0,38	30	0,01	294,69	0000000		
3	SEI	83	0,40	58	0,02	252,54	0000000		
4	QUERO	63	0,30	17		249,78	0000000		
5	CORAÇÃO	65	0,31	21		248,02	0000000		
6	CHORAR	46	0,22	1		231,37	0000000		
7	BEM	131	0,63	359	0,14	171,66	0000000		
8	TENHO	55	0,26	39	0,01	166,37	0000000		
9	AMAR	33	0,16	2		157,77	0000000		
10	SOFRER	29	0,14	3		132,39	0000000		
11	CHORA	24	0,11	0		125,66	0000000		
12	PAM	24	0,11	0		125,66	0000000		
13	MULHER	54	0,26	71	0,03	122,58	0000000		
14	Ó	25	0,12	1		122,57	0000000		
15	VIVER	40	0,19	29	0,01	119,96	0000000		
16	MANGUEIRA	24	0,11	1		117,42	0000000		
17	Ô	22	0,11	0		115,19	0000000		
18	POSSO	33	0,16	17		111,27	0000000		
19	SAMBA	34	0,16	22		106,32	0000000		
20	TRISTEZA	25	0,12	5		104,62	0000000		
21	FIZ	30	0,14	14		104,16	0000000		
22	DOR	24	0,11	4		103,30	0000000		
23	FELIZ	30	0,14	15		102,07	0000000		
24	MAL	48	0,23	72	0,03	100,74	0000000		

Figura 2. Lista parcial das palavras-chave apuradas a partir da ferramenta Keywords do Wordsmith Tools

Uma primeira caraterística que chama a atenção nesses resultados é a presença de palavras onomatopaicas (*pam*), interjeições (*ai, ó, ô*) e de outras marcas de oralidade

(*iaiá, ioiô*), que revelam características do contrato discursivo em pauta – elas destacam a feição oral das letras, textos produzidos para ser cantados −, além de refletir o fato de que o gênero textual estudado é lítero-musical, ou seja, explora a sonoridade das palavras em geral, inclusive a das onomatopeias, para criar o efeito intersemiótico do «diálogo» entre letra e música. Na presente oportunidade, esse será o aspecto do *corpus* desenvolvido a seguir, na análise de dados.

Outro elemento interessante é a representatividade de palavras como *amor*, *coração* e *mulher*, que são claramente relacionadas à área temática «relações amorosas», aquela na qual o maior contingente de composições está inserido.

Também sobressaem palavras próprias da área temática «metalinguagem», como *samba* e *Mangueira*, que muitas vezes constituem um vocabulário de especialidade do samba, pois referem-se a uma atividade cultural institucionalizada, que se constituiu em técnica e profissão, tanto no domínio da escola de samba quanto no da indústria cultural. O vocabulário de especialidade do samba traz designações de instrumentos musicais, modos de dançar, tocar e cantar, de funções e vivências relacionadas à escola de samba, ao desfile de carnaval, à apresentação artística e assim por diante.

Chorar, *sofrer*, *viver*, *dor* e *feliz* são palavras que revelam a forte carga lírica das composições. Esse lirismo é encontrado principalmente nas letras que abordam a experiência amorosa e nas dedicadas às reflexões existenciais.

9. Análise de dados

Selecionaram-se para estudo, nesta seção, uma interjeição (*ai*), uma palavra com marcas de oralidade (*iaiá*) e uma onomatopeia (*pam*). Serão consideradas na análise características semânticas, discursivas e textuais desse contingente lexical e como influem na expressividade das letras de samba.

Tabela 1. AI [8 ocorrências em 4 letras do *corpus*]

1943	Aquela que me traz recordação / do ano que já passou / e deixou saudades no meu coração // **ai, ai, ai, ai** / eu nem posso me lembrar / que música boa pra gente dançar	Ismael Silva e José de Almeida, *Maestro, toque aquela*
1946	Se eu tiver que escolher / Entre o samba e você / Vai ser de amargar / sem você eu não vivo / e também sem o samba / não posso passar / **ai** meu Deus! / como é que vai ser, / se eu tiver de escolher / entre o samba e você	Ismael Silva, Arlindo Marques Junior e Roberto Roberti, *Se eu tiver que escolher*
1968	têm um peito forte tal qual um granito / e são lindas as suas canções // quando a tarde vai morrendo (**ai**, meu Deus) / o crepúsculo vem descendo / reúne-se o bando na rua	Cartola, *Ao amanhecer*
1976	**Ai**, essas cordas de aço / este minúsculo braço / do violão que os dedos meus acariciam	Cartola, *Cordas de aço*
1976	este minúsculo braço / do violão que os dedos meus acariciam // **ai**, esse bojo perfeito / que trago junto ao meu peito / só você, violão	Cartola, *Cordas de aço*

A interjeição *ai* traz emotividade ao texto e ajuda a destacar as ideias e o envolvimento do enunciador com o que é dito. É o que ocorre na maioria das ocorrências, nas quais o uso marca o impasse do sambista entre sair e ficar com a mulher («Se eu tiver de escolher»), o lirismo da contemplação do fim do dia e da audição de canções («Ao amanhecer»), ou a afetividade em relação ao instrumento musical («Cordas de aço»). A força interjectiva ainda fica potencializada na lexia complexa *ai, meu Deus*, encontrada em duas das cinco ocorrências.

Os usos de *ai* em «Maestro, toque aquela» são distintos dos demais. Nesse caso, a recorrência da palavra serve para dar suporte verbal a uma frase musical do refrão da canção. O preenchimento de trechos de refrãos com interjeições como *ai*, *ô*, *ó*, ou mesmo *lá*, tem uma função textual característica: o refrão é a parte da canção destinada ao canto coletivo, em contraste com as demais partes, que costumam ser cantadas, ou improvisadas por solistas. A simplicidade dessas palavras repetidas torna tais trechos

mais favoráveis ao propósito discursivo e isso representa um traço distintivo importante entre o gênero em questão e outros gêneros escritos.

Tabela 2. IAIÁ [6 ocorrências em 3 letras do *corpus*]

1931	O teu olhar que me consome / Por caridade, **iaiá**, me diga teu nome. // Em perguntar penso que não faço mal	Ismael Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves, *Me diga teu nome*
1931	Tens um olhar que nunca vi outro igual. // Não faz assim, / Minha **iaiá**, meu querer, / Você pra mim está bancando o chiquê.	Ismael Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves, *Me diga teu nome*
1933	todos ficam a gritar / dando viva ao Cais Dourado // e essa bela **iaiá** / não acredita em muamba / ela tem uma patuá / que é todo o nosso samba	Ismael Silva, *Dona do lugar*
1933	vou pedir, vou implorar / a meu Senhor do Bonfim / pra fazer essa **iaiá** / se apaixonar por mim.	Ismael Silva, *Dona do lugar*
1933	chegou a dona do lugar, chegou / pelo modo de pisar / se vê que é **iaiá** de ioiô // lá vem ela, lá vem ela / com o ioiô do seu lado	Ismael Silva, *Dona do lugar*
1936	Serei teu ioiô / Serás minha **iaiá** / Vida feliz, bem longe daqui / Iremos gozar //	Paulo da Portela, *Serei teu ioiô*

Iaiá é palavra distintivamente oral, que remete ao passado colonial brasileiro. Trata-se de alteração de *sinhá*, com supressão de fonemas iniciais, além de reduplicação de sílaba e desnasalização. *Sinhá*, por sua vez, é forma mais curta de *senhora*, também marcada por supressões de fonemas. Tal uso é considerado característico de influências africanas no português do Brasil (Aragão 2010-2011; Mendonça 1933). Semanticamente, esse era um tratamento destinado às senhoras de uma família rural proprietária de escravos. No vocabulário do samba, a palavra, que trazia a marca de relações sociais assimétricas e, eventualmente, também podia trazer traços de afetividade, passou a ser metaforizada para marcar a assimetria do envolvimento amoroso – ao cortejar uma moça, o homem se dirige a ela dessa forma para indicar seu

interesse, construindo uma imagem de vassalagem amorosa. Essa intenção é reforçada, nas citações do *corpus*, por coocorrências como *meu querer*, *bela*, *apaixonar-se* etc.

A ocorrência em «Serei teu ioiô» não assinala o cortejo amoroso, mas sim o relacionamento conjugal – é uma forma de tratamento entre marido e mulher. Já em «Dona do lugar», há dubiedade semântica, pois *iaiá* e *ioiô* são usados tanto para indicar a presença de um casal, que até mesmo pode ser de origem social diferente do grupo do samba – e isso resgataria o sentido mais antigo, da assimetria social –, quanto para, a partir de certo trecho da canção, marcar o interesse amoroso do enunciador na moça.

Também vale a pena assinalar a predominância significativa das ocorrências em composições de Ismael Silva. Uma possível explicação para esse fato está na identidade sociodiscursiva do compositor, integrante do grupo de sambistas do Estácio, que foi responsável por muitas inovações nas práticas musicais da época, inclusive pela própria consolidação do samba como gênero musical e produto radiofônico; esse grupo também inovou no modo de identificação – diferentemente de músicos predominantemente negros de gerações anteriores (e até contemporâneos a eles), que buscavam assumir padrões de comportamento dominantes e tomavam o cuidado de compor músicas cuja letra não trouxesse muitas marcas populares ou referências, por exemplo, a religiões africanas, os bambas do Estácio assumiam a identidade de malandros e tematizavam explicitamente o questionamento do trabalho formal como meio de ascensão social. Ainda incluíam, no limite do tolerável para a época, referências linguísticas à religiosidade africana – as composições de Ismael Silva são as únicas do *corpus* nas quais se verificam, por exemplo, ocorrências de *muamba* como ‘feitiço’ – além de usos linguísticos um tanto mais coloquiais do que os de outros autores do *corpus*. As ocorrências de *iaiá* são consoantes com essa tendência léxico-discursiva.

A onomatopeia *pam* ocorre em apenas uma canção, que transcrevo a seguir:

PAM-PAM-PAM-PAM
Paulo da Portela (1935)

Pam-pam-pam-pam */ Quem é que está batendo aí /*
Pam-pam-pam-pam */ Ora bate com a cabeça / Antes que o mal cresça / Antes que eu me aborreça /* ***Pam-pam-pam-pam*** */ Ora bate com a cabeça //*
Batem na porta da frente / Corro na porta de trás / Um homem perde a cabeça / Sem saber bem o que faz / Se tiver coragem,

*venha / Assombração que apareça / **Pam-pam-pam-pam** / Ora*
*bate com a cabeça / **Pam-pam-pam-pam** / Ora bate com a cabeça*

A alta frequência ao longo dessa letra fez com que *pam* entrasse na lista de palavras-chave encontradas pelo programa Wordsmith Tools. A recorrência em cinco sequências múltiplas tem efeito rítmico, percussivo, e, no texto, é o elemento misterioso que ocasiona as reações cômicas e exasperadas do enunciador. Mais uma vez se verifica o mesmo efeito comentado para *ai* – essas frases musicais tornam-se propícias para o canto coletivo, tanto pela facilidade da letra quanto pelo ritmo sincopado e envolvente.

Considerações finais

O *corpus* de letras de samba cujos critérios de compilação foram aqui apresentados tem o propósito de contribuir para a descrição de propriedades lexicais de uma das variedades populares do português do Brasil. Desta vez, ressaltou-se na análise de dados a exploração de elementos de oralidade, característica de destaque em textos produzidos para ser cantados.

A ampliação do *corpus*, com inclusão de autores nascidos nas cinco primeiras décadas do século XX, aumentará a representatividade dos dados e possibilitará uma observação mais aprofundada dessa e de outras peculiaridades do gênero textual em questão. Essa também será uma contribuição para o aperfeiçoamento das abordagens lexicográficas dos usos populares da língua portuguesa.

Referências

Aragão, Maria do Socorro Silva de. 2010-2011. «Africanismos no português do Brasil». *Revista de Letras* 30: 1–4. Disponível em: http://www.revistadeletras.ufc.br/Revista%20de%20Letras%20Vol.30%20-%201.4%20-%20jan.%202012%20.%20dez.%202011/rl30art01_Africanismos_no_portugues_do_Brasil.pdf, 31.01.2018.

Barbosa, Flávio de Aguiar. 2009. *Palavra de bamba: estudo léxico-discursivo de pioneiros do samba urbano carioca*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br, 31.07.2018.

Barbosa, Flávio de Aguiar. 2011. «Léxico e música popular: um estudo que dá samba». *Matraga* 18 (28): 158–179. Rio de Janeiro.

Barboza da Silva, Marilia Trindade e Arthur de Oliveira Filho. 2003. *Cartola, os tempos idos*. Rio de Janeiro: Gryphus.

Barboza da Silva, Marilia Trindade e Lygia Santos. 1989. *Paulo da Portela: traço de união entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Funarte.

Berber Sardinha, Tony. 2004. *Linguística de corpus*. São Paulo: Manole.

Biderman, Maria T.C. 1969. *Análise computacional de Fernando Pessoa: ensaio de estatística léxica*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Biderman, Maria T.C. 1998. «O dicionário como norma na contemporaneidade». In Carvalho, Nelly Medeiros de e Silva, Maria Emília Barcellos da. *Lexicologia, lexicografia e terminologia: questões conexas. Anais do I Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL*. Recife: UFPE-CNPq. 161–180.

Borba, Francisco da Silva. 2002. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática.

Cabral, Sérgio. 1996. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Lumiar.

Candeia Filho, Antônio e Isnard Araújo. 1978. *Escola de samba: árvore que esqueceu a raiz*. Rio de Janeiro: Lidador-SEEC.

Cartola [Angenor de Oliveira]. 1998. *Cartola: fita meus olhos*. Série Depoimentos. Rio de Janeiro: Fundação Museu da Imagem e do Som.

Carvalho, Luiz Fernando Medeiros de. 1980. *Ismael Silva: samba e resistência*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Charaudeau, Patrick. 2008. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto.

Charaudeau, Patrick e Dominique Maingueneau. 2004. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.

Conforte, André Nemi. 2007. *As metalinguagens do samba*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Cunha, Antônio Geraldo da. 1989. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos.

Cunha, Antônio Geraldo da. 1995. *Índice analítico do vocabulário de 'Os Lusíadas'*. 3 v. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. [Do mesmo autor, cf. também o *Índice analítico do vocabulário dos sonetos da 1ª. edição (1595) da 'Rhythmas de Camões'*. Rio de Janeiro: Lucerna].

DIRECT – em direção à linguagem do trabalho. Disponível em: http://lael.pucsp.br/direct/, 31.07.2018.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. 1975. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Houaiss, Antônio e Mauro de Salles Villar. 2001. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva. CD-ROM.

Lopes, Nei. 2003. *Sambeabá: o samba que não se aprende na escola*. Rio de Janeiro: Folha Seca.

Marques, Maria Helena Duarte. 1996. *O vocabulário da fala carioca* – vol. I – O Corpo Humano; vol. II – Alimentação; vol. III – vestuário; vol. IV – Casa; vol. V – Família; vol. VI – Vida Social e Diversões; vol. VII – Cidade e Comércio; vol. VIII – Transportes e Viagens; vol. IX – Meios de Comunicação; vol. X – Cinema, Televisão, Rádio, Teatro; vol. XI – Comércio Exterior e Política Nacional; vol. XIII – Profissões e Ofícios; vol. XIV – Dinheiro, Banco e Finanças; vol. XV Instituições, Ensino e Igreja; vol. XVI – Meteorologia; vol. XVII – Tempo Cronológico; vol. XVIII – Terreno; vol. XIX – Vegetais e Agricultura; vol. XX – Animais. Rio de Janeiro: UFRJ.

Martins, Nilce S. 2001. *O léxico de Guimarães Rosa*. São Paulo: EdUsp.

Mendonça, Renato. 2012 [1933]. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG.

Moura, Roberto M. 2004. *No princípio era a roda: um estudo sobre samba, partido-alto e outros pagodes*. Rio de Janeiro: Rocco.

Museu da Imagem e do Som. 2002. *Pioneiros do samba: Bicho Novo; Carlos Cachaça; Ismael Silva*. Série Depoimentos. Rio de Janeiro: MIS Editorial.

Nunes, José Horta. 2002. «Dicionarização no Brasil: condições e processos». In Nunes, José Horta e Margarida Petter (orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes.

Oliveira, Ana Maria P. P. 1998. «Normas regionais e dialetais». In Carvalho, Nelly Medeiros de; Silva, Maria Emília Barcellos da. *Lexicologia, lexicografia e terminologia: questões conexas. Anais do I Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL*. Recife: UFPE/CNPq. 181–204.

Pereira, Cilene da Cunha. 1995. «A evolução dos estudos dialectológicos no Brasil». In *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários* in memoriam *Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Petter, Margarida Maria Taddoni. 2001. «Africanismos no português do Brasil». In Orlandi, Eni P. (org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e*

constituição da língua nacional. Campinas, SP / Cárceres, MT: Pontes / Unemat Editora. 223–234.

Sandroni, Carlos. 2001. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar-UFRJ.

Scott, Mike. 2007. *Oxford Wordsmith Tools – version 4.0: Manual.* Oxford University Press. Disponível em: www.lexically.net/downloads/version4/wordsmith.pdf, 27.07.2018.

Vargens, João Baptista M. e Carlos Monte. 2001. *A Velha Guarda da Portela*. Rio de Janeiro: Manati.

Vianna, Hermano. 2002. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar-UFRJ.

6. Reflexos da paisagem humana e social da Idade Média em textos jurídicos: fenómenos de indireção ou de atenuação discursiva em atos diretivos

Clara Barros

CLUP, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Alargando o âmbito do estudo de textos jurídicos portugueses medievais da legislação de Afonso X, analiso em que medida esses textos projetam aspetos da paisagem humana e social coeva. É possível detetar no discurso legislativo reflexos de um sistema de crenças e de valores inerentes ao código de comportamento de grupos sociais diversos. Os atos prescritivos dirigem-se ao alcaide ou ao juiz, mas surgem também destinatários de outros grupos como os clérigos, os cavaleiros, as mulheres, os judeus, os mouros. Grupos de que o legislador pretende gerir os comportamentos, emitindo normas que visam assegurar a sua conduta adequada em circunstâncias específicas, com obrigações de natureza ético-moral e não apenas legal. No quadro da pragmática histórica centro-me na análise de atos diretivos de âmbito e amplitude diversos, procurando captar traços específicos da sua estruturação discursiva que possam ser correlacionados com os diferentes cenários em que se projeta a relação locutor - alocutário.

Palavras-chave*:* português medieval, análise do discurso, textos jurídicos, pragmática histórica, história das mentalidades.

1. Introdução

No vasto conjunto dos excelentes trabalhos de Ivo Castro há um artigo que, apesar de não ser central na sua investigação e de ser provavelmente menos conhecido do que outros, sempre me fascinou: «A paisagem como palimpsesto; no território da *Noticia de Torto»* (Castro [1992], 2017)[47]. O meu modo de participar nesta homenagem é tentar inspirar-me nesse tão sugestivo artigo e no que ele revela sobre algo que muito admiro em Ivo Castro: a capacidade de se entusiasmar (e nos entusiasmar) com o objeto de estudo, com os textos que analisa com rigor e empatia, estabelecendo ligações entre domínios, numa perspetiva multidisciplinar.

[47] Tive o prazer de ver que este artigo foi escolhido por Ivo Castro para figurar na antologia *A Estrada de Cintra*, recentemente publicada (2017).

A leitura desse artigo acentuou a minha motivação para descobrir o que está inscrito nos textos que analisamos e fazer a reconstituição de ambientes, de quadros organizados que não deixaram vestígios a não ser nos textos e que são também essenciais à compreensão deles.

1.1 Os textos jurídicos medievais e a projeção de aspetos do ambiente humano e social coevo

E por isso me abalanço a explicitar, nesta comunicação, alguns aspetos da imagem do mundo e da paisagem humana e social da Idade Média projetada por textos legislativos de Afonso X, o Sábio, que tenho utilizado como *corpus* da minha investigação. Esses textos, para além dos aspetos de linguística histórica em que são ricos, porque nos fornecem dados que permitem o conhecimento de uma sincronia recuada, também podem ser analisados numa perspetiva linguístico-discursiva, como tenho vindo a fazer no quadro teórico da pragmática histórica[48]. Uma análise que estuda as marcas de processos enunciativos no texto, incluindo a relação locutor-alocutário e as componentes do cenário em que se movem. Permite, assim, esboçar alguns traços interpretativos. Mas esse estudo pode tornar-se mais interessante e mais rico se, como sugere Ivo Castro no artigo que referi, procurar «sair dos estritos e austeros limites do texto» e fazer o que designa como «uma leitura enriquecida» para a qual indica caminhos que completam a análise linguística exaustiva, como o estudo de documentação complementar e a interpretação da «massa de informações» (Castro 2017: 127–128).

2. A representação do alocutário e a prescrição de comportamentos

Alargando o âmbito da análise desses textos de que me tenho ocupado, pretendo observar em que medida o texto legislativo projeta aspetos da paisagem humana e social coeva. Com efeito, mesmo em textos de um tipo muito específico, como os jurídicos, é possível analisar, no discurso prescritivo, reflexos de um sistema de crenças e de valores inerentes ao código de comportamento de grupos sociais específicos. Algo que se patenteia no modo como está equacionada a representação do

[48] Ver Barros (2010).

alocutário em atos diretivos. Textos legislativos como as *Partidas* e *Foro Real*, dirigem-se com maior frequência a um grupo com funções administrativas judiciais, como o alcaide, o juiz, o meirinho e outros, mas surgem também destinatários de diversos grupos, abrangendo potencialmente uma multiplicidade de indivíduos e de perfis sociais, aos quais são sugeridos comportamentos de natureza diversa e não apenas legal. Este processo de nomeação dos destinatários das diretivas é mais nítido nas *Partidas.*

2.1 Verbos modais e autoridades convocadas

Procurei captar nos segmentos prescritivos dos textos legislativos o discurso que traduz obrigação deôntica e a presença de fenómenos de indireção ou de atenuação discursiva. Uma parte da análise incide no levantamento das formas verbais nucleares dos atos de prescrição, sem esquecer, no entanto, outros elementos (como os conectores) tipicamente envolvidos em estratégias de argumentação que justificam as diretivas prescritas.

Na formulação mais genérica, encontramos as construções com o predicado *dever*, traduzindo obrigação deôntica, mas também *poder / não poder / ser teudo de / não ser teudo de* que exprimem necessidade ou possibilidade e se situam na área da proibição / prevenção. Os atos diretivos podem ainda apresentar com menor frequência formas mais atenuadas como *haver por bem, ter por bem, convem, conuenhavel, conveniente, mays uale/ /mays ualeria, farã bem se quiserem*, que se aproximam mais da modalidade de atos de conselho e recomendação[49]. O caso mais claro de atenuação que observei encontra-se numa lei que recomenda o comportamento das minorias religiosas em face de um símbolo da fé cristã:

(1) *Aacaece aas uegadas que os iudeus e os mouros se encontrã cõ ho {corpus Cristi} quando leuã pera comũgar algũũ enfermo segundo diz ena ley ante desta. E por en dizemos que qual quer dos outros que nõ forẽ da nossa ley ou a nõ teuer se encõtra cõ ho {corpus Cristi} que fara bẽ se xe lhy omilhar quiser, assy come fazẽ os cristãos, por que esta he a uertude e a outra nõ.* (PP, VII, 497–503)[50]

[49] Não incluí neste conjunto a construção *convem de dizer* porque corresponde a atos de composição textual.

[50] Na referência aos textos de que são retiradas as citações, adoto o seguinte esquema: (i) o primeiro elemento especifica a obra, através das seguintes abreviaturas: FR para o *Foro Real*, e PP para *Primeyra*

Verifica-se que há variações no valor de prescrição. Certos verbos são usados no contexto de um locutor/autoridade convocados. Por exemplo, *ter por bem* tem um valor atenuado de prescrição, mas *ter por bem/ver por bem* é um modal deôntico quando o locutor é uma autoridade como a Santa Igreja, como ocorre quase sempre na *Primeira Partida.* Em alternativa, surge convocada a autoridade dos santos. Em todo o caso, são locutores «cujos desejos são ordens». Pode haver, muito raramente, uma referência explícita ao legislador/aplicador da lei: no *Foro Real,* por exemplo, surge apenas nove vezes e menciona o juízo dos «alcaides» (intervenientes no processo de aplicação da justiça) e de outros agentes de uma instância judicial, como os juízes.

2.2 A regulamentação de comportamentos de diferentes grupos

Os destinatários das diretivas, que surgem como sujeito dos verbos modais deônticos e das formas de imperativo que realizam a prescrição, podem ser referidos como grupo ou individualmente, havendo normas gerais que pretendem assegurar o comportamento adequado desses intervenientes e também a consideração de circunstâncias específicas.

As normas de conduta e as penas a atribuir são dirigidas a situações específicas e a destinatários de grupos bem determinados. O legislador determina a correção ética e a adequação pragmática do comportamento dos diferentes grupos. Usa frequentemente argumentos racionais configurados por princípios reconhecidos e aceites. Mas as regras estabelecidas são também baseadas em argumentos como a tradição comum, os costumes e o conhecimento disponíveis na época.

Selecionei, a título de exemplo, leis que estabelecem regras de comportamento em relação a quatro grupos ─ cavaleiros, clérigos, minorias religiosas, mulheres ─, tentando observar se existiriam pontos de contacto entre eles. Assim, analisei leis orientadas para a regulamentação dos comportamentos de cada um desses grupos e leis que focam aspetos particulares da conduta dos diferentes grupos.

Partida; (ii) o número romano, que segue a abreviatura, especifica o Livro, no caso do *Foro Real*, e o Título, no caso da *Primeyra Partida*; (iii) o(s) número(s) árabe(s) indica(m) a(s) linha(s). Os exemplos da *Segunda Partida* estão identificados com a referência à numeração número romano) do Título e da Lei.

3. A regulamentação de hábitos gastronómicos de cavaleiros e clérigos: estratégias de argumentação

Vou focar em primeiro lugar, as leis dirigidas à regulamentação dos hábitos gastronómicos dos cavaleiros e dos clérigos. As rubricas iniciais das leis que respeitam ao código de comportamento gastronómico destes dois grupos sociais estão formuladas exatamente com as mesmas palavras: «devem seer mesurados en comer e bever». O texto estabelece essa moderação, que é definida, em ambos os casos, por contraste com o consumo excessivo de comida e de vinho. A estratégia utilizada é a invocação de uma verdade aceite sobre os efeitos nefastos de beber demais que desperta uma emoção ─ o medo. É que o excesso, além de ser um pecado, conduz à perda de controlo.

Embora, à partida, haja uma rubrica comum que estabelece que os cavaleiros e os clérigos devem ser «mesurados», regendo portanto o seu comportamento gastronómico por um princípio geral de equilíbrio, esse equilíbrio é definido de forma diversa para os dois grupos, sendo mesmo de natureza muito diferente. É formulado de acordo com as atitudes em relação a cada grupo em particular. E mesmo o sentido da palavra «mesurados» diverge conforme o grupo social a que se aplica – o próprio conceito de moderação, ou de «mesura», está portanto condicionado e pré-determinado pelo respetivo papel social.

3.1 Comportamento preconizado para o grupo dos cavaleiros

No que diz respeito aos cavaleiros, há um objetivo bem definido para a sua classe: os cavaleiros têm de ser fortes e de estar aptos para a atividade física. Devem comer de modo a estarem prontos a entrar em batalha. Já os clérigos devem rezar e não devem comer muito – devem mesmo praticar adequadamente jejum e abstinência de acordo com as situações estipuladas pelos princípios da igreja. A lei XIX do título XXI da *Segunda Partida* tem como rubrica inicial:

(2) *Que os cavaleyros* ***devem seer mesurados en comer e en bever*** *(e en dormir)*
Comer e bever e dormir ***son cousas naturaes*** *sem que os homẽs nõ podẽ viver. Pero destas devẽ husar en três maneyras: a hũa cõ tẽpo, a outra cõ mesura,a outra apostamẽte. E por ende os cavaleyros erã muyto acostumados antigamẽte a ffazer esto. Ca bẽ assi como en tẽpo de paz comẽ a ssazõ sinaada de maneyra que podessẽ comer duas vezes ao dia, e de* ***mãjares bõos e bẽ adubados e cõ cousas que lhis soubessẽ bẽ****.*

Outrossi, quando ouverẽ a guerrear, comẽ hũa vez na manhaa. Pero o milhor comer fazẽno contra a noyte e esto he ***porque nõ ouvessẽ grã fame nẽ grã sede e porque se fosse ferido guarecesse mais aginha****. Ẽ aquela sazõ* ***devẽ a comer viãdas grossas, porque comessen delas pouco e os avõdasse muyto e lhis fezesse as carnes rigias e duras****. Outrossi lhis davm a bever* ***vinho fraco ou muita aguado, de maneyra que lhis nõ torvasse o entẽdimẽto nẽ o siso****. E quando fazia as grandes caẽturas dava/lhis hũu pouco de vinagre cõ muita da agua, por lhis tolher a sede e [nõ] leixassẽ ascender a caẽtura en eles, porque ouvessẽ/* […]*. E outrossi o beviã ‹ de › dia,* ***quando aviã grã sabor de bever e lhi[s] [a]creçẽtassẽ a vida e a ssaude,*** *ca nõ tolhendolha comẽdo e bevẽdo de mais. E ainda s'ẽ todo* ***achavã hy outro grã prol que podessẽ milhor cõprir aos feytos grandes, que é cousa que cõvẽ muito aos que am de guerrear*** */..../ ca tẽ que nẽhũu vico, que aver podessẽ,* ***nõ era tã bõo como seer vencedores***. [51] (SP, XXI, lei XIX)

A estratégia de argumentação está baseada numa cadeia de construções comparativas correlativas introduzidas pela causal *ca.* Convoca a autoridade do modelo natural e da tradição. Observamos atos diretivos com verbo deôntico *dever* (quatro vezes), a modalidade da proibição, *não poder*, e um ato diretivo mais atenuado indicando conveniência ética ou pragmática: *convem.*

Na segunda ocorrência da conjunção causal *ca*, a argumentação é baseada numa *doxa* que surge em formato hipotético contrafactual: *nõ tolhendolha comẽdo e bevẽdo de mais.* De facto, a verdade ─ demasiada comida e bebida é prejudicial para a saúde ─ parece já ter sido negada e substituída pelo comportamento recomendado «quando aviã grã sabor de bever e lhi[s] [a]creçẽtassẽ a vida e a ssaude». São também invocadas nesta lei verdades do senso comum: as propriedades do consumo de carne, da ingestão de vinho (que conhecidamente pode impedir o pensamento claro e a sensatez).

3.2 Comportamento preconizado para o grupo dos clérigos

A disposição diretiva em relação aos hábitos gastronómicos dos clérigos surge na *Primeira Partida*, na lei trigésima sexta do título VIIIº, iniciada igualmente pela instrução:

(3) *Como os prelados* ***deuẽ seer mesurados en comer e en beuer.***
Mesurados deuẽ seer os prelados e moormente aquele que eslegerẽ pera seer prelado mayoral en comer e en beuer e guardarsse de muyto comer e demays de beuer ẽ maneyra que sse nõ torne en beuediçe por que este he hũũ dos mays estranhos pecados que pode seer. Ca por ende ***nõ cõhoçe*** (fol. 73c) ***homẽ Deus nẽ ssy meesmo nẽ todalas***

[51] Neste e nos exemplos subsequentes, o destaque a negrito é da minha responsabilidade. No presente exemplo, destaquei os segmentos do texto que mais explicitamente revelam os atos de prescrição e os princípios em que se sustenta a sua fundamentação.

> ***outras cousas*** *por esta mays a guisa ca por outras* ***ca ssegundo o que disserom os sabhos*** *o vinho he carreyra que a aduz os homẽs a todolos pecados. E por ende a primeyra cousa que ao prelado deue seer vedada he esta cousa.* ***Ca dereito he que*** *o que ha de dar cõselho a muytos que sempre* ***aia o sseu conselho saao e percebudo****. Onde se algũũ delles des que o amoestarẽ deste erro se sse nom quiser castigar deuẽno vedar sseu mayoral do offizio e do beneffizio. E outrossy o comer a demays he defesso a todo homẽ e moormẽte ao prelado por que castidade nõ sse pode bẽ guardar cõ muytos comeres e grandes viços. E* ***por isso disserõ os santos*** *que* ***nom conuẽ aaquelles que am de preegar a probeza e a coyta que soffreu Ihesu Cristo*** *por nos en este mundo que lho façã* ***conas faces uermelhas comendo e beuendo muyto****. E ainda sen todo esto naturalmente de muyto comer ...* ***os homẽs ante de sseu tẽpo deste mundo ou ficã cõ algũũ lixõ.*** (PP, VIII, 892–915)

A rubrica resumptiva inicial afirma em ambos os casos a necessidade de moderação e de equilíbrio e prescreve a abstenção de demasiada comida e sobretudo de demasiado vinho. Termina com a formulação de um princípio natural: comer demais leva a morte prematura.

Conclui-se que no texto da lei 36 do VIIIº título da *Primeira Partida* é nítida a estratégia com duplo argumento de autoridade: *disserom os sabhos….disserõ os santos*. Mas também se apela ao conhecimento do mundo e a um argumento baseado no *pathos* de efeito mobilizador[52], ativando estrategicamente o sentimento de medo: os efeitos da embriaguez e do excesso de comida são a morte prematura ou a pouca saúde. São diversas as cadeias de raciocínios causais-conclusivos e a presença de verbos modais: verbo deôntico *dever* (quatro vezes), a modalidade da proibição, *não poder* e a conveniência ética e estética de *convem*.

Observam-se estratégias muito semelhantes nas duas leis analisadas. E embora a formulação linguística à partida seja a mesma, as leis parecem estabelecer regras mais permissivas para os cavaleiros, mais rigorosas para os clérigos e particularmente rigorosas para os monges. Estes estão submetidos a outras determinações muito claras:

> (4) *Título Xº Ley XVa como* ***os mõges nõ deuẽ comer carne senõ en logares asinaados*** ***Carne nõ deuẽ comer*** *os mõges eno rreffortoyro per nẽ hũa guisa nẽ am de fazer como soiã aas vegadas a auer en custume en algũũs moesteyros que ẽnos dias das festas leyxauã poucos ena claustra e saya o cõuẽto com o abbade do moesteyro a comer carne. E esto nõ deue seer ca enos dias santos deuẽ guardar melhor sa rregla* ***e nẽ ham de comer carne, fora ẽna enfermaria.*** *Pero quãdo o abade vir que algũũs am mester pode aas vegadas dala a algũus e as vezes aos outros e leualos a ssa camara e darlhys bẽ a comer. Outrossy os que forẽ* ***fracos ou enfermos*** *ou que sse ouuerẽ de sangrar ou de tomar algũa meenzinha nõ sse deuẽ a apartar enas outras camaras mays todos am de vijr aa ẽfermaria e* ***aly lhys deuẽ a dar*** *o que ouuerẽ mester* ***tam bẽ carne come das***

[52] Cf. Amossy (2012), *passim*.

outras (fol. 103a) ***cousas que cõueerẽ*** *pera comer. Pero* ***se algũũ monge for fraco*** *ou ouuesse viuudo ao segre viçosamẽte, assy que sse nõ teuesse por auõdado dos comeres da ordẽ que dessem aos outros cumunalmẽte e* ***o abade e o priol lhy quisessẽ fazer graça dalgũũ comer melhor deueo primeyramẽte fazer trager ante ssy ao rrefortoyro*** *hu estam comẽdo e nõ ante aquele mõge* ***e entõ envijlhe pitãça por que sse possa melhor sofrer*** *e esto deuẽ fazer que nõ nasca ende scandalo aos outros.* (PP; X; 326–348)

A lei quinze do título Xº trata exclusivamente dos comportamentos gastronómicos dos monges. Proíbe absolutamente o consumo de carne no refeitório e o costume de sair do convento para comer carne nos dias santos. A justificação toma a forma de uma causal de *ca* invocando um princípio de razoabilidade ─ nos dias santos devem guardar ainda mais a regra da ordem. Só há permissão de consumo de carne na enfermaria. A ocorrência repetida da adversativa *pero r*epresenta uma fratura na regra e instaura circunstâncias de exceção. A contrastiva realiza antecipação de dúvidas, de hesitações.

Há ainda outras leis que referem o comportamento dos clérigos em matéria de alimentação. A lei 52 do título VIIIº cita Santiago e conclui, com um conector resumptivo *onde*, que comer com escândalo seria pecado mortal:

(5) *E esta rrazõ disse Santiago scandalo* ***mays ual morrer de ffame que de comer cõ scandalo*** *das cousas que sacrificã aos idolos. Onde os que delles cõmjhã pecauã porem mortalmẽte demouẽdo os outros por que os auiã de ffazer.* (PP, VIII, 1377–1379)

Também a lei quinta do título XX permite que os clérigos recebam sem pecado presentes de comidas e bebidas, mas que sejam pequenos e de rápido consumo (o modal *poder* introduz um ato de permissão).

(6) *Presentes de comer e de beuer* ***podem rreceber os prelados*** *sen simonia e sem pecado, solamẽte* ***que nõ seiã grandes e que sse possam aguinha despender*** *assi come de pã ou de pichees ou de rrodomas de vinho ou aues ou pescados ou ffruytas ou outras cousas semelhantes destas que fossem poucas.* (PP, XX, 222–226)

Há mesmo uma lei, na *Primeira Partida*, que enuncia uma teoria geral do jejum ─ a lei quinta do título XXVIº. No calendário litúrgico os cristãos devem jejuar às sextas-feiras, quarenta dias na Quaresma e nas vésperas dos dias dos apóstolos e de outros santos, sempre que haja tal tradição. Estão proibidos de jejuar: ao domingo e entre a Páscoa e o Pentecostes pela honra desses dias. A justificação é dada em construções causais de *porque*: «porque Jesus foi crucificado na sexta-feira», «porque jejuou 40 dias» e «porque a honra dos domingos, da Páscoa e do Pentecostes proíbem o jejum».

(7) *quaes jaiũũhos deuẽ seer guardados en todo tẽpo e quaes en dias assinaados e en tẽpos certos Iayũũhar deuẽ os homẽs /…/E en dias assinaados sse deuẽ guardar assi come en vigilia de todolos apostolos saluo en Santiago e en Sam Phylipe que nõ am vigilias de jauuhar por que caen antre o tẽpo que he antre a pascoa mayor e pẽticoste hu he defendudo de jauuhar por onrra destas duas festas /…/. E aynda deuẽ jaũũhar as vigilias dos santos que manda a Santa Jgreia que jauuhassem ou que som custume de jaiuuhar. E en tẽpos certos deuẽ jaiuuhar assi come en quareesma mayor en que ha XL dias. E esto he por que Nostro Senhor Ihesu Cristo iaiuuhou outros tantos eno deserto que nõ comeu nẽ beueo. a sesta feyra en que Nostro Senhor Ihesu Cristo ffoy cruçiffiçado que he dia de tresteza e ho dia do domĩgo en que rresuçitou que he dia d' alegria, por ende custumarõ em* (fol. 175a) *algũus logares de jaiuuhar.. Outrossy acaeçendo que festa algũa de santo daquelles que am vigilias caesse en ssegũda feyra, deuẽ jauuhar en sabado e nõ eno domĩgo por que he dia en que nõ deuẽ os homẽs a jaiuuhar por onrra de Nostro Senhor Ihesu Cristo e da ssa rressureyçõ.* (PP, XXVI, 119–157)

Em resumo, a atitude em relação a estes dois grupos, o dos cavaleiros e o dos religiosos, a representação que deles existe, condiciona a imagem que surge no discurso da legislação. Com a mesma instrução genérica «devem ser mesurados no comer e no beber» a informação é de natureza diferente e poderá resumir-se do seguinte modo: os cavaleiros devem comer alimentos fortes e abundantes, os monges devem comer pouco. Há portanto em relação aos clérigos uma expectativa de jejuns e de penitência, e em relação aos cavaleiros há uma expectativa de força física e anímica e de vitórias guerreiras.

4. O grupo social das mulheres e a restrição geral de direitos: argumentos fundamentais

Observei também, em leis que regulamentam o seu comportamento social, alguns atos diretivos que têm como destinatário as mulheres. A análise revela que em diversas áreas havia diferenças de direitos e de deveres decorrentes do género. Se por vezes a lei parece preservar a igualdade de género, logo surge uma especificação que demonstra, até com explicitude, que os homens têm uma posição superior, com mais direitos e responsabilidades.

4.1 Leis que prescrevem os direitos e deveres religiosos

No que respeita aos deveres e direitos religiosos, ainda que com grande frequência as leis refiram homens e mulheres sem fazer distinção, com a designação geral «os cristãos», há algumas diferenças no caso dos sacramentos, como se vê na

regulamentação da «confissão», em que a posição das mulheres em relação ao confessor deve ser muito distante em virtude do seu género:

(8) *Mays se ffossem molheres as que sse peendẽçassem, deue o pẽẽdençador* ***asẽẽtalas a sseus pees, mays nõ cerca,*** *de maneyra que* ***nõ possam tanger nẽ hũa cousa del a ellas nẽ dellas a elle****. E deueas* ***aseentar algũũ dos seus lados por que ouça o que diserẽ e nõ lhy ueia o rostro****, ssegundo diserom os prophetas, que o rostro da molher fremosa he tal ao que lho cata como o uẽto queimador ou como he a rrede en que caẽ os pescados.* (PP, VI, 544–551)

No ato de confissão prescreve-se o seguinte comportamento: a mulher não deve ser vista e deve haver uma testemunha do que for dito. É invocada a opinião dos profetas que com sabedoria advertiram do perigo das mulheres ─ em estrutura comparativa, metafórica mesmo, a beleza feminina é posta em paralelo com realidades conhecidas: o vento «queimador» e a rede que «pesca» os peixes.

Também em relação ao sacramento da ordem há uma diferença fundamental: as mulheres não podem ser ordenadas sacerdotes segundo o direito canónico vigente por não possuírem os atributos necessários e não poderem executar as tarefas inerentes à condição de sacerdote, tal como é justificado no seguinte passo da *Primeira Partida*:

(9) ***Molher nẽ hũa nõ pode rreçeber ordẽ de clerizia****. E sse pela uẽtura a ueesse tomar quãdo o bispo ffaz ordẽẽs deue a ajeitar.* (fol. 89d) *E esto he por que a molher* ***nom pode preegar*** *ajnda que ffosse abadessa* ***nẽ beenzer nẽ scomũgar e nẽ assoluer nẽ dar peendẽça nẽ julgar*** *nẽ deue a usar de* ***nẽ hũas ordẽẽs de clerigo*** *pero seia bõa e santa. Ca como quer que Santa Maria madre de Nostro Senhor Ihesu Cristo foy molher e foy mays alta ca todos os apostolos enpero nõ lhy quis elle dar a ella poder de soluer e de legar, mays deu aos apostolos* ***por que erã barões****.* (PP, VIII, 604–614)

A justificação, com uma causal de *ca*, coloca o argumento da posição superior de Santa Maria mãe de Jesus em concessiva, na posição de tópico, retirando-lhe função focalizadora, enquanto as adversativas *empero* e *mays* introduzem a orientação argumentativa do discurso. A fundamentação da prescrição é explicitamente uma questão de género e está sublinhada, como se vê, na expressão causal final «por que erã barões».

Na formulação das leis referentes a outros sacramentos, como a «unção» ou o «casamento», igualmente se observam certas especificidades na prescrição do comportamento das mulheres. Em relação à «unção», esta deve ser praticada de modo diferente (em partes do corpo diferentes) nas pessoas do sexo feminino:

(10) *E esta vnçõ se deue fazer en VII logares do corpo: enos olhos e nas orrelhas e nos narrizes e na boca, enas mãos e ẽnos pees,* ***enos lonbos aos homẽs e as molheres eno enbijgo.*** *E por esso o fazẽ ẽẽstes logares por que som os nẽbros cõ que mays pecã os homẽs.* (PP, VII, 659–664)

4.2 Leis que definem o quadro do casamento

O comportamento social da mulher no quadro do casamento pauta-se pela obediência ao marido. A justificação, presente numa construção causal introduzida por *por que*, parte do princípio aceite de que o homem é «senhor e cabeça da mulher» ─ invoca-se um código de vassalagem e o poder de «mandado» do homem, além do reconhecimento do homem como ocupando o lugar do centro do raciocínio e decisão, a cabeça:

(11) *Casada seendo a molher* ***nõ deue fazer esmolla sem prazer e ssem mandado de sseu marido nẽ pode prometer rromaria nẽ deue fazer jaiũũho nẽ castidade con el contra ssa võõtad****e. E pero lho marido outorgue de começo se depois lhy demãdasse que o nõ fezesse, bẽ pode a molher yr contra o que prometeu.* ***E esto he por que o homẽ he senhor e cabeça da molher.*** (PP, XXVI, 329–334)

(12) *Romaria nẽ hũa nõ pode prometer o marido sem outorgamẽto da molher nẽ ella sen mandado do marido* ***saluo d' ir a Jherusalem****. Ca esta* ***pode prometer o marido ssen outorgamẽto della por que he mays alta rromaria que todalas outras cousas, como quer que ella nõ a possa prometer sen mãdado do marido****, pero o prelado* (fol. 110a) *deue amoestar a molher que lhy praza. E sse lhy nõ prouger e quiser hir cõ elle deuea a leuar consigo o marido.* (PP, XI, 217–224)

4.3 Outras restrições jurídicas e administrativas

Alguns atos diretivos que têm como alvo as mulheres integram-nas nas leis que regulamentam os comportamentos das minorias religiosas e elas partilham também algumas restrições de direitos com os inimputáveis – os loucos e as crianças. Assim, a enumeração: *judeus, mouros, crianças, loucos, mulheres* surge com alguma frequência e o grupo das mulheres integra, segundo um certo ponto de vista legal, o mesmo grupo dos inimputáveis. Perante a lei não lhes são reconhecidos certos direitos, não sendo juridicamente responsáveis. Não podem, assim, ser testemunhas nos atos notariais nem podem ser arguentes em processos judiciais.

(13) *Mandamos que nenhuu* ***seruo*** *nen* ***ome que non seya de ydade*** *nen* ***sandeu*** *nen* ***louco*** *nen* ***herege*** *nẽ* ***mouro*** *nen* ***omẽ que seya cego*** *nen* ***iudeu*** *nẽ* ***surdo*** *nen* ***mudo*** *per natura nen* ***que seya dado por trahedor ou aleyuoso*** *ou que seya* ***iuygado a morte*** *ou* ***deytado da terra*** *nẽ* ***molher, nõ seyã testimonhas en nenhũa manda.*** (FR, III, 369–374)

Na área do direito de família não podem casar sem o consentimento dos parentes nem podem casar com qualquer pessoa:

(14) *Se algũa molher liure casar cũ seruo que conhocia* ***perça quanto ouuer*** *e aiãno seus filhos lijdimos se os ouuer ou seus netos. E fique elha cũ seu seruo se for crischaao. E se for mouro ou iudeu* ***moyrã ambos poren****. E se peruẽtura elha nõno sabia ca atal era, partasse del logo e nõ aya nẽhũa pẽa.* (FR; IV, 555–559)

(15) *Se manceba en cabellos casar sen consentimẽto de seu padre ou de sa madre,* ***nõ parta con seus irmaos a bõa de seu padre nẽ de sa madre****, fora se lhy perdoarẽ ante que morressẽ.* (FR; III, 53–56)

Apesar disso, em algumas destas leis, nota-se uma certa reformulação, até contra a expectativa, como se pode ver pelo uso de conjunções contrastivas:

(16) *Se algũa molher for uiuuoa que aya senhor auodo ia ou amigo e casar depos morte de seu padre ou de sa madre sen uoontade de seus irmaos,* ***nõ seya porẽ desherdada****. Ca poys que souber[õ] aquel erro e llo soffrerõ, nõ é dereyto que por o casamẽto a deuam a deserdar.* (FR; III, 45–47)

(17) *Toda molher uyuuoa, pero que aya padre ou madre, possasse casar sen mandado delhes se quiser e* ***non aya nenhũa pẽa poren de a desherdarem****.* (FR; III, 50–52)

5. Legislação marcada pela atitude em relação às minorias religiosas

Selecionei também, nestes textos legislativos, algumas leis que revelam as atitudes que vigoravam na península ibérica medieval em relação às minorias religiosas, surgindo, em alguns casos, a estratégia da sua justificação. Na Idade Média peninsular havia contacto social entre a comunidade cristã e as comunidades de minorias religiosas como as dos judeus e as dos muçulmanos. Os textos da legislação, nomeadamente os da responsabilidade da corte de Afonso X, como as *Partidas* e o *Foro Real*, fizeram tentativas para estabelecer as regras do comportamento dos cristãos em relação aos grupos religiosos minoritários.

5.1 A identidade cristã e a exclusão de outros grupos religiosos

Observam-se, de facto, alguns aspetos do discurso prescritivo que regulam aquilo que os cristãos não podem/não devem fazer na convivência com minorias religiosas não-cristãs. Como, por exemplo, não adotar os valores de outros, preservando sempre a sua identidade cristã. Mas os textos legislativos peninsulares também prescrevem aquilo que os cristãos «devem fazer», como respeitar os valores ou as tradições e hábitos desses grupos, evitando assim comportamentos que resultem na exclusão das minorias. O discurso legislativo prescritivo tem também como alvo os membros de minorias religiosas, numa tentativa de estabelecer o seu comportamento social na comunidade. Assim, há diversas restrições em atos sociais e religiosos que são impostas às minorias religiosas.

Os seus membros, por exemplo, não podiam ser sepultados nos cemitérios:

(18) *Ley VIIIa a quaes pessõas nõ deuẽ as eygreias dar sopulturas*
***Ueda e deffende a Santa Eygreia que eno cimiterio dela nõ ssoterẽ pessoans çertas que hy ha**. E ssom estas: **judeus e mouros e hereges** e todolos outros **que nõ som da nossa fe**.* (PP, XVI, 254–256)

Não podiam desempenhar funções como serem padrinhos em batizados:

(19) *E esso meesmo dizemos que **nõ pode seer padrinho homẽ que seia doutra ley** ca seeria cousa muy ssem rrazõ de seer hũũ testemüha da cousa que nõ cree nẽ tẽ que he uerdadeyra.* (PP, III, 834–837)

5.2 A restrição de direitos jurídicos em geral

Do ponto de vista administrativo, não tinham direitos judiciais: não podiam ser procuradores nem arguentes num processo; não podiam adotar crianças; não podiam ser herdeiros de cristãos:

(20) *E outrossy que podessem fazer testamẽto deste pegulhal e mandar delle a quẽ quiserẽ sacados ende **pessoas çertas a quẽ nõ podẽ fazer doações nẽ mandas** assi come **ereyes ou mouros ou judeus** ou outros a que o defendessem assinaadamẽte as leys deste liuro que nõ aiã estas cousas.* (PP, XXIIII, 69–81)

(21) *Deffendemos que nenhuu clerigo nen leygo **nõ possa** en uida nẽ en morte **nenhuu judeu nen neuu mouro nẽ herege nẽ ome que nõ seya crischaao** fazer seu herdeyro. E se alguu o ffezer non ualha. E el rey erdesse en todo quanto for seu.* (FR, III, 538–542)

(22) *Mandamos que nenhuu erege* ***nen judeo nen mouro*** *nẽ seruo nen cego nen mudo nẽ sordo nẽ que nõ aya ydade* ***nõ seya ousado de seer uozeyro de crischao*** *contra crischao per nenhua maneyra do mundo.* (FR, I, 563–566)

(23) *Deffendemos que nehuu ome nen molher sen idade conprida […]* ***nen iud(e)o nẽ mouro nẽ erege*** *nẽ omẽ afforrado contra aquel que o afforrou, nẽ seruo nẽ ome que foy endeytado contra aquel que o criou ou deu a criar E estes todos* ***nõ possã accusar outrĩ nenhuu sobre nenhũa cousa****.* (FR, IV, 967/…/–980)

(24) ***Nenhuũ judeo nen juya*** *nõ seyã ousados de criar filhos nẽ filhas de crischaos nẽ de crischaas nẽ de os seus a criar a cristchaos e o que o fezer* ***peyte .L. marauidis al rey****.* (FR, IV, 54–56)

5.3 Leis específicas orientadas para diferentes minorias

Embora quase todas as leis destinadas a impor o comportamento devido às minorias religiosas enumerem, numa mesma ordenação, *judeus, mouros, hereges, homens que não são da nossa fé,* há, em alguns casos, uma específica atenção a aspetos que só dizem respeito a uma dessas minorias. Assim, apenas os mouros são apelidados de «inimigos da fé», sendo os reis peninsulares honrados, porque:

(25) *gaanharõ a terra dos mouros e fezerõ das mesquitas jgreias e deitarõ ende o nome de Maffomede ffora e meterõ o nome de Jhesu Cristo.* (PP, VIII, 501–504)

Esta circunstância indicia que na «paisagem social» medieval peninsular está ainda viva a memória de um cenário de guerra recente contra os muçulmanos[53] e essa situação, gerada pela reconquista cristã, condiciona a formulação da ação legislativa. Por outro lado, apenas os judeus parecem ter um estatuto económico superior, cimentado numa atividade de empréstimo a diversos setores da sociedade medieval, que poderiam incluir mesmo os próprios monarcas. Daí a necessidade de regulamentação da sua atividade económica e o aparecimento também de algum reconhecimento das suas tradições, algumas referidas como sendo comuns aos cristãos, como no caso da «ley como lhes foi dada por Moisés»:

(26) ***Iudeu nenhuu*** *nõ faça emprestido a usuras nẽ doutra maneyra sobre corpo de crischao nenhuu e o que fezer* ***percao e o que der sobr'el****. E o crischaao possasse yr liure & quite quando quiser.* (FR, IV, 57–59)

[53] Cf. Nirenberg (1996: 97).

(27) *Deffendemos que* ***nenhuu judeu*** *non seya ousado de leer liuros que falẽ contra sa ley. E outrosy deffendemos que nõ tenha nẽ lea liuros que sabya que fallam ẽ nossa ley e que seyã contra elha pera desfazela. Mays* ***outurgamos que possam teer e leer todos os liuros de ssa ley assy como lhy fuy dada per Moysẽ.*** (FR, IV, 38–44)[54]

(28) *Dizemos que* ***os iudeus bẽ possã guardar seus sabados & as outras festas que manda a sa ley*** *e que usẽ todas as outras cousas que han outorgadas per Sancta Eygreya e pelhos reys. E* ***nenhuu non seya ousado de os destoruar nen de lho tolher. E nenhuu nõnos constrẽga****…* (FR, IV, 77–81)[55]

6. Conclusão

Creio ter podido chamar a atenção para algumas atitudes em relação a certos grupos na Idade Média peninsular e a construção, no discurso legislativo, das imagens desses grupos, com o seu papel pré-determinado. É bem sabido que o estudo de textos jurídicos medievais contribui para o conhecimento da língua portuguesa na sua primeira sincronia histórica, para o conhecimento do discurso jurídico da época medieval do ponto de vista da sua estrutura textual-discursiva e ainda para o conhecimento da história das formas textuais não-literárias da Idade Média. Mas pode também captar conexões entre as formas textuais e a história da cultura e das mentalidades. É importante conhecer os textos na perspetiva do espaço em que se recortam os sentidos que neles se dão e o que eles testemunham ─ a imagem da paisagem humana e social medieval.

E termino citando Ivo Castro, quando, no artigo que me serviu de inspiração, convoca uma voz comum para afirmar:

> «Diz-se que os textos é a leitura que os faz.» (Castro 2017: 134).

Referências

Textos:

Azevedo Ferreira, José (ed.) 1980. *Alphonse X. Primeyra Partida*. *Édition et Étude*. Braga: INIC.

[54] Vigorava desde o direito de Justiniano a proibição de os judeus estudarem a Mishna, a codificação da lei oral que veneravam paralelamente à lei escrita de Moisés. Mas o estudo da lei de Moisés era aceite na legislação por não ser considerado adverso à religião cristã. Cf. Abulafia (2014: 10–12).

[55] Cf. «As members of a licit religion Jews were allowed to engage in their religious practices.» Abulafia (2014: 13).

Azevedo Ferreira, José (ed.) 1987. *Afonso X. Foro Real*. *Edição e Estudo Linguístico*. 2 Vols. Lisboa: INIC.

Dias, Aida Fernanda (1992-1995). *As Partidas de Afonso X: novos fragmentos em língua Portuguesa.* Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

Estudos:

Abulafia, Anna Sapir. 2014. *Christian Jewish Relations 1000-1300 –Jews in the Service of Medieval Christendom*. Oxford/New York: Routledge.

Amossy, Ruth. 2012. *L'Argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin.

Azevedo Ferreira, José. 2001. *Estudos de História da Língua Portuguesa – Obra dispersa*, Braga.

Barros, Clara. 2010. *Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-Discursivo*. Porto: UPorto Editorial.

Castro, Ivo. [1992] 2017. «A paisagem como palimpsesto; no território da Notícia do Torto». In *A Estrada de Cintra*. *Estudos de Linguística Portuguesa*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Nirenberg, David. 1996. *Communities of Violence: Persecution of Minorities in the Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press.

7. A variação entre *ter* e *haver* em construções existenciais numa variedade insular do PE (Funchal)

Aline Bazenga

Universidade da Madeira / CLUL

A sintaxe do português, tal como outros domínios do seu sistema, mudou ao longo do tempo. No entanto, algumas variedades do português europeu (PE), sobretudo insulares, exibem traços sintáticos não-padrão mais conservadores, que resistiram à mudança ocorrida em variedades continentais, de que é exemplo o uso de *ter* em construções existenciais (*onde eu trabalho tem muita gente de idade*). O estudo que propomos, realizado no âmbito da Sociolinguística Variacionista (Weinreich, Labov e Herzog 1968, Labov 1972), visa analisar as ocorrências de *ter* e de *haver* neste tipo de construções em amostras do PE falado no Funchal (PEI-Funchal), selecionadas a partir do *Corpus Concordância* (Bazenga 2014). Os resultados apontam para valores significativos do uso da variante *ter* não-padrão – embora não tão expressivos quanto os observados em variedades do Português do Brasil (PB) (Mattos e Silva 2002a, 2002b, Avelar 2006a, 2006b) – como também para a influência de variáveis linguísticas (morfologia do verbo e traço semântico do N que integra o SN à sua direita) e sociais (género e nível de escolaridade dos falantes), em conformidade com o observado em trabalhos similares, realizados no âmbito das variedades do PB).

Palavras-chave: variação *ter*/*haver* em construções existenciais, sociolinguística variacionista, variedade do PE falado no Funchal, ilha da Madeira.

1. Introdução

A construção existencial canónica em Português Europeu (PE) contemporâneo pode ser representada pela configuração *Ø haver y*, no qual *y* é um constituinte interpretado como argumento interno (objeto direto). Por não selecionar um argumento externo ou sujeito, o verbo realiza-se invariavelmente na 3.ª pessoa do singular, sendo a construção analisada também como impessoal:

(1) Há muitos apartamentos para alugar no Funchal/este ano.

No entanto, nas variedades faladas do português do Brasil (PB), os falantes recorrem maioritariamente ao verbo *ter* realizado numa estrutura deste tipo,

considerada a construção existencial padrão. O uso do verbo *haver,* com valor existencial, é não só pouco frequente, como está também submetido a um maior número de restrições.

Recentemente, a análise de dados dialetais do PE, disponibilizados pelo *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe* (*CORDIAL-SIN*)[56], permitiu identificar usos de *ter* com valor existencial por parte de falantes de PE, mas circunscritos às áreas insulares (Madeira e Açores).

Neste artigo, pretende-se dar conta de um estudo quantitativo e qualitativo da variação *ter*/*haver* em construções existenciais numa dessas variedades do PE insular, a do Funchal (doravante, PEI-Funchal). Trata-se de um trabalho que se enquadra na Sociolinguística Variacionista, tendo por base uma amostra estratificada de dados de fala provenientes de 12 informantes, extraída do *Corpus Concordância*[57]. No sentido de contribuir para uma melhor compreensão deste fenómeno no âmbito das variedades do Português (europeias e extra-europeias), pretende-se estabelecer correlações, sempre que possível, com os resultados publicados provenientes de estudos que têm por foco variedades do PB, e sublinhar algumas particularidades tidas como específicas ao sistema em uso na variedade do PEI-Funchal.

[56] O *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe* (*CORDIAL-SIN)*, criado em 1999 e dirigido por Ana Maria Martins, do Centro de Linguística da Universdade de Lisboa (CLUL), é um *corpus* anotado que visa o desenvolvimento da investigação sobre a variação sintática dialetal, numa perspetiva de Princípios e Parâmetros no quadro da Gramática Generativa. O material do CORDIAL-SIN é constituído por transcrições de excertos de fala espontânea e semi-dirigida resultantes de inquéritos dialetais realizados em 42 localidades de Portugal continental e arquipélagos dos Açores e Madeira, no âmbito de projetos de geografia linguística do CLUL (ALEPG, ALLP, ALEAç, BA). O tipo de informante selecionado - idoso, pouco escolarizado ou analfabeto, natural da localidade e nela residente – segue os critérios tradicionalmente em uso na Dialetologia. No seu estado atual, o *corpus* abrange 600.000 palavras, 70 horas de gravações, e as transcrições e texto anotado estão disponíveis no *site* do CLUL (Carrilho e Magro 2010).

[57] *O Corpus Concordância*, criado no âmbito do projeto internacional *Estudo Comparado dos Padrões de Concordância em Variedades Africanas, Brasileiras e Europeias*, iniciado em 2008 e da responsabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Brasil, e do CLUL, em Portugal, coordenado, por Sílvia Rodrigues Vieira e Maria Antónia Mota, respetivamente. Este *corpus* tem por objetivo estabelecer padrões variantes de concordância, associando-os a variedades e subvariedades (desde o padrão até outras variedades dialetais), o que contribui para determinar diferentes normas/gramáticas em coexistência e em concorrência em cada espaço geográfico onde se fala português. Em Portugal continental, foram recolhidas 25 gravações em Lisboa/Oeiras, 27 gravações no Cacém, cidade-dormitório vizinha de Lisboa, além de 27 gravações no Funchal, na ilha da Madeira, realizadas por estudantes da Universidade da Madeira sob a coordenação de Aline Bazenga, da mesma universidade. As recolhas na Ilha continuam a ser realizadas, recorrendo à metodologia utilizada no projeto. Entre 2010 e 2014, foram coletadas 70 entrevistas, perfazendo um total aproximado de 40 horas de gravações, transcritas de acordo com um conjunto de normas ortográficas (Bazenga 2014).

Na secção 2, a seguir, apresenta-se, em síntese, os contributos teórico-metodológicos de referência quanto ao estudo do fenómeno linguístico em causa – as construções com os verbos *ter* e *haver* com valor existencial – e que nortearam a investigação realizada.

Na secção 3, procede-se à apresentação do estudo realizado, tendo por base dados do PEI-Funchal. Descreve-se a metodologia utilizada e são apresentados e analisados os resultados mais relevantes. Nesta secção, e a anteceder as considerações finais, estabelecem-se comparações com resultados provenientes de estudos realizados no âmbito do PB, dada a ausência de trabalhos sobre as construções em causa, baseados em *corpora* estratificados em PE. Discutem-se ainda algumas questões, com caráter preliminar, no sentido de contribuir para a reflexão sobre as origens da construção com *ter* existencial no PB. Sobre este assunto, coexistem duas hipóteses: a hipótese conservadora, que aponta para a emergência desta construção no Português Medieval (Carvalho 2014), e a hipótese inovadora, segundo a qual esta construção teria surgido no Brasil no século XIX (Avelar 2006a, 2006b). A opção por uma ou outra hipótese conduz, quase inevitavelmente, a um posicionamento, num plano mais alargado, a favor de uma das duas perspetivas em debate sobre a questão da formação do PB e da sua relação com o PE, nomeadamente (i) a perspetiva que preconiza uma relação estreita entre as duas variedades, a *hipótese da deriva* (Naro e Scherre 2007), e (ii) a que aponta para uma rutura nesta relação, provocada pelo contacto linguístico do português falado no Brasil, sobretudo com as línguas africanas, responsável por uma maior diferenciação entre as duas variedades, a *hipótese do contacto* (Lucchesi, Baxter e Ribeiro 2009, Avelar e Galves 2014). Neste plano, a construção existencial com *ter*, ao ser considerada como «uma das marcas que caracterizam o português do Brasil afastando-o do português de Portugal e aproximando-o do de Angola e Moçambique» (Leite, Callou e Moraes 2003: 101), favorece a última perspetiva.

2. O verbo *ter* com valor existencial em variedades do português

Na construção com *ter*, atestada nas variedades do PB observa-se frequentemente a presença de um elemento locativo expresso por um sintagma preposicional, ou um constituinte de tipo adverbial, ou ainda por uma expressão temporal, como, nos exemplos retirados de uma amostra do PB por Franchi, Negrão e Viotti (1998):

(2) a. Em São Paulo acho que *tem* um problema específico (...) (SP, 343)
b. Muitas vezes, *tem* lugares por aí que [os casebres] não tem [telha]. (RJ, 168)

Os adjuntos adverbiais de lugar ou de tempo tornam possível uma interpretação de tipo *conteúdo – continente*, posta em evidência em trabalhos como os de Franchi, Negrão e Viotti (1998) e de Viotti (1999), para quem haveria também uma relação muito próxima entre posse e existência, ilustrada em (3), questão que será retomada e desenvolvida por Avelar e Callou (2007b).

(3) a. *Posse:* A cantina *tem* um monte de aluno
b. *Existência: Tem* um monte de aluno na cantina

Viotti (1999), apoiando-se em dados diacrónicos de *ser*, *haver*, *ter* e *estar*, observa uma proximidade entre as construções de (3) e as locativas apresentadas em (4), a seguir.

(4) a. Um monte de aluno *está* na cantina
b. A cantina *está com* um monte de aluno

Estas relações explicariam a preferência por *ter*, uma vez que na construção pessoal este verbo permite a presença do locativo em posição de sujeito (Viotti 1999), estrutura que se enquadra no processo de perda da ordem VS em construções apresentativas (Kato 2000, Coelho 2000) e pela preferência por uma ordem SV(O). Estes factos refletem-se na tendência para preencher o sujeito, em posição pré-verbal, em construções com verbos inacusativos e verbos impessoais, tal como ocorre com o verbo *ter*, em (5), com valor genérico, sem que a interpretação, no entender de Duarte (2003) seja de posse[58].

[58] Esta possibilidade será discutida e objeto de maiores desenvolvimentos em Callou e Avelar (2011).

(5) Não é como o Rio de Janeiro, que **você** [em cada esquina] **você** *tem* um bar pra você lanchar. (Nad 00) (Duarte 2003: 123)

Avelar e Callou (2007) adiantam, sobre este assunto, que o enfraquecimento da morfologia verbal no PB teria levado os falantes do PB a uma reanálise dos usos de *ter* com sujeito nulo como tendo valor existencial e não de posse, e que este processo ter-se-ia iniciado por volta do século XIX.

A análise das propriedades dos verbos *ter* e *haver* com valor existencial nas variedades do português e os resultados de investigação neste domínio podem ser organizados em função da distribuição da literatura por dois planos:

(i) a que tem por objeto documentos do português anteriores ao século XVI e à descoberta do Brasil (Mattos e Silva 1989, 1996, 1997, Sampaio 1978) e

(ii) a que se realiza a partir de dados de escrita e de fala no âmbito do PB, não só em diacronia – como é o caso do trabalho realizado por Eleutério (2003), baseado em documentos notariais produzidos no Brasil no século XVII, e o de Marins (2013), que contempla vários períodos temporais – mas também a que privilegia amostras do PB contemporâneo e sob várias perspetivas teóricas-metodológicas (Franchi, Negrão e Viotti 1998, Viotti 1999, Callou e Avelar 2000, Duarte 2003, Callou e Duarte 2005, Avelar 2006a, 2006b, Avelar e Callou 2007a, 2011, Baptista 2012, Vitório 2013, entre muitos outros).

As propriedades testadas neste trabalho têm por referência as análises e os principais resultados publicados na vasta literatura, sumariamente acima referida.

No âmbito do PE contemporâneo, os trabalhos publicados são muito recentes e em número muito reduzido. Trata-se de investigação que recorre a amostras do PE falado, selecionadas a partir do *CORDIAL-SIN* (Carrilho e Pereira 2011, 2013, Pereira 2014) e os trabalhos de Bazenga (2011, 2012), realizados a partir de dados coletados no Funchal para o *Corpus Concordância*. O conjunto destes trabalhos dá conta de usos de *ter* existencial atestados no PE, produzidos quase exclusivamente por informantes dos arquipélagos dos Açores e Madeira, como exemplificado em (6) e (7).

(6) *CORDIAL-SIN* (exemplos em Carrilho e Pereira 2011)

a. Porque aqui à nossa frente, *tinha* um alto, tinha um moinho de vento e não via a casa da minha mãe! (PST16)

b. Mas *tinha* muitos moinhos por aqui fora. (CLH03)

(7) *Corpus Concordância* (Bazenga 2011, 2012)

a. lá em baixo no centro onde *tem* um italiano espetacular (FNC11_HA1)

b. Porque no Continente *tem* as discotecas onde vai toda a gente (FNC11_HA2)

c. *tem* bastantes colégios aqui na Madeira (FNC11_MA3 111-2)

d. na rua dos ilhéus onde *tem* dez_vinte prédios de apartamentos (FNC_CH 3.1 102)

Num trabalho posterior e com recurso igualmente ao *CORDIAL-SIN*, Pereira (2014) procura estabelecer uma classificação dos dialetos portugueses com base em fenómenos de natureza sintática. Das cinco configurações propostas, aquela que corresponde a uma área dialetal formada pelo conjunto dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, isolada do continente português (Figura 1), resulta de duas estruturas sintáticas presentes nestes espaços insulares: os usos do possessivo pré-nominal sem artigo («Olha, fala com teu avô!») e da construção existencial com *ter* impessoal, objeto deste artigo.

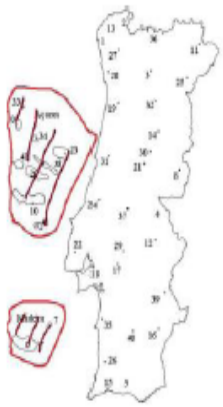


Figura 1 – Área dialetal dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira com base na presença de usos de *ter* impessoal e existencial e de possessivo pré-nominal sem artigo, a partir do CORDIAL-SIN (Pereira 2014: 460)

Para além de ter existencial, os dados do CORDIAL-SIN permitem observar que a expressão da existência pode ser realizada através de uma construção com estar, essencialmente nos dialetos insulares e centro-meridionais, em que o verbo ocorre preferencialmente na terceira pessoa do singular, com um constituinte nominal também no singular:

(8) – Não há nada aqui que chamem segurelha? Não? Uma erva?
– *Está* alguma erva que se chama segurelha, Amélio? Sabes?
(Pereira 2014: 455)

Como observa Pereira (2014: 455), «[é] relevante notar, em termos descritivos, que diferentemente do que se passa com os exemplos de *ter* existencial, que invariavelmente exibem (…) a forma verbal no singular, no caso de *estar* esse não é o único contexto disponível para veicular a leitura existencial», podendo este verbo ocorrer no plural:

(9) – Olhe, e quem é que faz esses trabalhos de fazer os cestos?
– Isso qualquer... Estão muitos que fazem (Pereira 2014: 455)

A construção com *ter* existencial tem vindo a ser considerada, assim, no âmbito da dialetologia portuguesa, como um traço sintático identificador dos dialetos insulares, em contraste com os dialetos centro-meridionais e setentrionais do PE. Esta configuração vai também ao encontro de Cintra (1990) e de outros trabalhos mais recentes sobre os dialetos insulares (entre outros, Segura e Saramago 1999, Segura 2013) que sublinham os seus traços diferenciadores relativamente ao português falado em Portugal continental.

Nas variedades africanas do português foram igualmente identificadas ocorrências de *ter* existencial, ou seja, do uso do verbo *ter* numa construção marcada pela ausência de um DP sujeito explícito, ou impessoal, e que pode ser interpretada como existencial. Os exemplos (10) e (11), a seguir apresentados, foram extraídos de dados recolhidos no âmbito de projetos de teses de doutoramento, tendo por foco variedades faladas do

Português de Angola (Mendes 1985, Inverno 2009 e Adriano 2014) e do Português de Moçambique (Gonçalves 1990).

(10) Português de Angola

a. *Tinha* pouca gente que reparava nela

b. Mas agora *tem* escola de noite (Mendes 1985: 142)

c. aqui *tem* homem que cozinha

d. cá *tem* falta d'água (Inverno 2009: 293–294)

e. eu quero apelar a todos militantes / de Cabinda ao Cunene / ali aonde *tem* um comunista / deve apoiar e votar no Partido // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

f. *tinha* momentos em que eu perdia a esperança // [TPA1, Publicidade, 21.08.2012]

(Adriano 2014: 534)

(11) Português de Moçambique

a. Na minha casa, nunca *teve* dificuldade

b. em cada escola *tinha* capacidade para albergar seiscentos alunos

c. na minha província não *tem* décima nem décima primeira!

(Gonçalves 1990)

No entanto, nestas variedades, este tipo de construção não foi ainda objeto de análise sistemática. Constitui um caso singular e pioneiro o trabalho elaborado por Jon-And, Avelar e Lopez (2017), realizado a partir de uma amostra de português falado em Cabinda (constituída por dados produzidos por 40 falantes de português como L1 e L2, estudantes universitários, e com idades entre 18 e 30 anos). Os resultados deste estudo apontam para uma preferência pela variante *ter,* em 75% dos dados, valor que se aproxima do registado em variedades do PB, sem que haja diferenças significativas entre falantes L1 e L2. Os autores sublinham ainda que o uso de *ter* poderá resultar da confluência de dois fatores linguísticos: (i) a emergência de mudanças ligadas ao parâmetro *pro-drop* no português de Angola e (ii) a transferência de uma propriedade

gramatical das línguas bantu para o português, relacionada com a identidade morfossintática dos verbos possessivos e existenciais nessas línguas.

Observa-se, assim, nesta revisão sumária, uma difusão de *ter* com valor existencial, que deixa de estar confinada às variedades do PB, mas que se estende aos dialetos insulares do PE e às variedades africanas do português. Esta configuração triangular reúne áreas geográficas situadas para além dos limites do PE continental, que têm em comum não só o seu afastamento espacial do continente europeu, como o facto de se terem constituído territórios de acolhimento da língua portuguesa. As regiões insulares rapidamente se transformaram em espaços multilingues, situação que já caracterizava o Brasil à chegada dos portugueses. Neste espaço, a situação de contacto linguístico intensificou-se com o contributo da língua portuguesa e de outras línguas europeias e, sobretudo de línguas africanas trazidas pelos escravos, que lá chegaram massivamente entre os séculos XVI e XVIII. O contacto linguístico, para além de outros fatores de natureza cultural, social e política, terá contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento de formas de uso linguístico do português, distintas das que foram emergindo no espaço europeu e peninsular.

2.1 Sobre as origens do verbo ter *com valor existencial*

É consensual na literatura a observação de que os verbos *ter* e *haver* se apresentam interligados na história do português. Entre outros aspetos, os dois verbos cruzam-se ao longo do tempo, na expressão da posse e da existência no Português Arcaico. No entanto, a sua variação já se registava no próprio latim. O verbo *ter,* do latim TENERE, que significava 'manter, reter' e o verbo *haver*, cuja forma latina HABERE significava 'ter, possuir', foram sujeitos à mudança no português, antes do seu período de expansão territorial. Numa primeira fase, a mudança consiste no facto de *ter* passar a ser investido de valor de 'posse' e *haver* ter adquirido o valor de 'existência', inicialmente veiculado pelo verbo *ser*, «sendo *haver* o verbo existencial selecionado, nunca *ser*», nos documentos quinhentistas observados por Mattos e Silva (2002a, 2002b). Numa fase posterior, *ter* passa a ser também usado em construções impessoais com valor existencial. Desta competição, resultará a fixação de *haver* como verbo existencial padrão no PE. Relativamente à variante com *ter* existencial e à descrição dos fatores que teriam contribuindo para o seu uso no PB, existem duas hipóteses,

ambas ancoradas em duas perspetivas distintas sobre a origem e formação do PB, sintetizadas por Brandão (2015: 42) da seguinte forma:

> […] *há, basicamente, duas linhas interpretativas: (a) a que vincula as características dessa variedade ao massivo contato multilinguístico e multiétnico que se instaurou no Brasil durante a fase de colonização – postulando-se, em sua versão mais forte, um processo de crioulização/descrioulização (Guy 1981, 1989, Holm 2004), e, em sua versão mais leve, um processo de transmissão linguística irregular (Lucchesi 2003, 2012) – e (b) a que atribui tais características à deriva da língua, em particular das línguas românicas* (Naro e Scherre 2003).

Quanto às hipóteses sobre a origem de *ter* existencial no PB, elas podem ser formuladas como se segue:

(i) na primeira, ou a hipótese «conservadora», a variante *ter* existencial teria origem no Português Medieval (Carvalho 2014), integra-se na teoria da deriva, ou *linguistic drift*[59]*;*

(ii) na segunda, ou a hipótese «inovadora», o verbo *ter* existencial teria emergido no século XIX na variedade falada do PB, tendo resultado do contacto do português com as línguas africanas.

Esta última hipótese, a de um *ter* inovador, inscreve-se na perspetiva que dá proeminência ao fator contacto linguístico na formação da variedade brasileira. Segundo esta proposta**,** teria havido um processo de crioulização no Brasil colonial, processo que decorreria do contacto entre o português e as línguas africanas, e responsável pelo surgimento das características distintivas do PB[60]. Apresenta-se a seguir, de modo mais detalhado, alguns aspetos que sustentam ambas as hipóteses.

– Ter *existencial: uma variante conservadora, em uso no Português Medieval*

Segundo este ponto de vista, a coexistência das duas variantes *ter* e *haver* com valor existencial teriam já coexistido, mas por um período apenas, no Português Arcaico, tendo o verbo *haver* passado a ser o verbo canónico em construções impessoais com valor existencial no PE padrão, situação que não ocorreu no PB falado, onde o uso da

[59] Noção que se deve a Edward Sapir (1921), significando que mudança se encontra prefigurada num presente.
[60] Para além dos autores citados por Brandão (2015), ver sobre influência das línguas africanas no PB, entre outros, Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), Petter (2009) e Avelar e Galves (2014).

variante *ter* passou a suplantar progressivamente o do verbo *haver*, ao ponto de ser considerado a construção padrão nesta variedade.

Para Carvalho (2014), é possível identificar a presença de *ter* numa estrutura existencial em textos do português medieval, numa época anterior à descoberta do Brasil, já no século XV, como em «t**emdo** ja dias auia mandado com recado [...]» (*Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, Século XV (1443), *apud* Carvalho 2014: 370).

Segundo a autora, o verbo *teer* começa a substituir *aver* em orações existenciais (com advérbio locativo explícito), já na década de 60 do século XV, pois:

> *A primeira abonação permite recuar a datação desta estrutura para o século XV, antecipando, assim, em cerca de um século a que foi apresentada por Ilza Ribeiro, extraída de* Os Lusíadas *(Ribeiro 1993: 373) ou, ainda, as de Rosa Virgínia Mattos e Silva, extraídas da* Década Segunda *de João Barros (Silva 2002: 138) e das* Cartas *de D. João III (*Idem, ibidem*: 156*). Assim, deverá procurar-se o lugar do «encaixamento laboviano» (expressão usada por esta Autora na página 158 da última obra citada) no cenário histórico do português já no terceiro quartel do século XV (antes, portanto, do transplante do Português para o continente americano) e não apenas em meados do século seguinte, como a mesma sugere. (Carvalho 2014: 370, nota 21).

Carvalho aponta ainda para a origem popular do *ter* existencial, já anteriormente evocada por Sampaio, que afirmava tratar-se de «mais de um fenómeno da língua falada que da escrita» (Sampaio 2000: 21)[61].

– Ter *existencial: uma construção inovadora, com origem no século XIX no português falado brasileiro*

Para Callou e Avelar (2007b: 15), «os fatos de que dispomos ao longo de oito séculos de evolução do português indiciam que é apenas a partir do século XIX que se pode considerar *ter* um verbo existencial». Para estes autores, a origem desta inovação situa-se nos «contextos opacos» ou sequências ambíguas (Mattos e Silva 2002b), ou seja, aqueles em que o verbo *ter* pode receber uma interpretação existencial sem que a interpretação possessiva seja excluída, como ocorre em documentos produzidos já no Brasil, no século XVII, apresentados por Eleutério (2003), como em (12):

[61] São muitos os exemplos dados por Sampaio, retirados de textos portugueses datados do século XVI, a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, obra escrita no século XVI, embora publicada apenas em 1614, e de *No Itinerário da Terra Santa* de Fr. Pantaleão Aveiro, publicado pela primeira vez em 1593, sem, no entanto, fornecer dados atestados anteriores à descoberta do Brasil.

(12) e asim ia que não pode tratarse do pasado deuia a Sancta Caza da Mizericordia [...] ver [as desconueniencias que tinha.] – [4, 154, 206] – 1691

Avelar e Callou (2007a: 385)[62]

De acordo com a proposta de Avelar (2006a, 2006b) e Avelar e Callou (2007a), uma construção deste tipo seria interpretada como possessiva por um falante do PE, com sujeito referencial nulo. Nesse sentido, o sujeito seria «a Sancta Caza da Mizericordia». No entanto, para um falante do PB, a interpretação preferencial e talvez a única seria de tipo existencial, marcada pela não realização de um sujeito referencial. O mesmo fenómeno ocorreria em português contemporâneo, como em (13):

(13) e depois fomos para UMA TASCA, meu, que era espectacular. então é AQUELA TASCA que eu já te contei, que era: tipo u[...], uma garagenzinha, estás a ver, e **tinha uns bancos de madeira**, tipo, umas tábuas de madeira em cima de tijolos[63] (Década de 90 / Faixa Etária 1 – Culto)

Avelar e Callou (2007a: 385)

A construção «tinha uns bancos de madeira», em (13), é interpretada como uma construção possessiva com sujeito referencial nulo por falantes do PE e como uma construção existencial por falantes do PB. Ainda no âmbito desta hipótese, a interpretação brasileira de (13) como sendo impessoal e existencial explica-se em correlação com uma outra mudança no sistema do PB: a redução do paradigma flexional do verbo e a perda da categoria pro-referencial. Esta mudança teria levado a uma perda da possibilidade de identificação do sujeito nulo. Deste modo, a impossibilidade de uma interpretação possessiva do sujeito nulo em frases com *ter* pessoal teria desencadeado, como referido, uma reanálise das construções possessivas em construções existenciais. A reanálise poderá ter sido também impulsionada pelo aparecimento de expressões locativas na posição gramatical de sujeito. Por outro lado, Avelar e Callou (2007a) consideram que estas alterações teriam resultado da influência

[62] Realce dos autores.
[63] Realces dos autores.

das línguas Bantu em contacto com o português falado por falantes brasileiros, não sendo por este motivo constideradas resíduos de mudanças supostamente iniciadas no PE, no seu período Arcaico.

Os resultados de Marins (2013) corroboram esta hipótese, ao mostrarem que à medida que os sujeitos pronominais de referência definida aparecem cada vez mais expressos, sobem também as percentagens de uso de *ter* em construções existenciais (Gráfico 1).

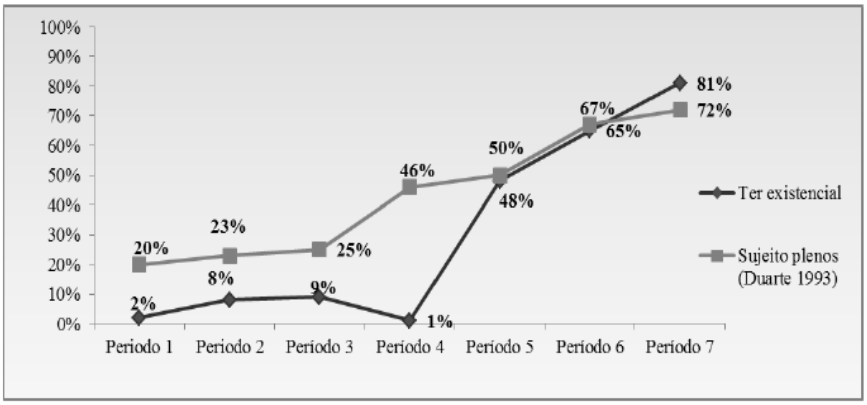


Gráfico 1. Distribuição dos usos de *ter* e de sujeitos de referência definida plenos ao longo do tempo em PB1 (1840 - 1860), 2 (1870 - 1889), 3 (1899 - 1920) 4 (1933 - 1945), 5 (1953 - 1967) 6 (1975 - 1984), 7 (1990 - 20 XX). Fonte: Marins (2013: 62)

Segundo Avelar (2006a), a baixa frequência do uso de *haver* e as restrições ao seu uso a alguns contextos existenciais, resultam do facto de esse verbo ter deixado de fazer parte dos itens funcionais, comportando-se como verbos tais como *existir*, a*contecer* e *ocorrer*, com maior especificidade semântica, o que limita o seu campo de atuação. Esta situação não ocorre com *ter*, um verbo semanticamente neutro e de uso estruturalmente menos condicionado, não sendo, assim, mais possível, falar em variação *ter* e *haver* no PB, enquanto competição entre duas formas funcionais:

> [...] *existem, de um lado, construções existenciais canônicas, construídas com o verbo* ter*, de outro lado, aparecem construções existenciais mais gerais, de uso normalmente apresentacional, com verbos como* haver*,* aparecer*,* acontecer*,* surgir*,* etc. [...] *No âmbito da gramática naturalmente internalizada, portanto, não existe variação entre dois verbos existenciais no português brasileiro, mas entre um padrão canônico de gerar uma sentença existencial, para qual se recorre a um verbo funcional, e outros padrões diferenciados, com valores semântico-pragmáticos diversos que se valem de verbos não funcionais.* (Avelar 2006b: 116).

Avelar defende, então, que no PB, há apenas um verbo *ter* que pode assumir valores semânticos diversos, de entre os quais, posse e existência, que dependem das condições sintáticas em que se insere e da composicionalidade.

3. *Ter* existencial na variedade PEI-Funchal

A investigação realizada sobre a variação entre *ter* e *haver* na variedade PEI-Funchal foi conduzida segundo os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança (Weinreich, Labov e Herzog 1968) e da Sociolinguística Variacionista (Labov 1972, 1994, 2001, 2003). O modelo teórico-metodológico variacionista de recolha e tratamento dos dados linguísticos permite, em nosso entender, aprofundar o conhecimento da influência dos fatores sociais em articulação com os mecanismos de natureza linguística, no desempenho linguístico dos falantes de uma determinada comunidade de fala. Uma questão central neste modelo é o conceito de *regra variável* e os fatores de natureza social e estrutural (linguística) que a condicionam. Labov (2003: 243) propõe uma categorização em três tipos de regras – Categórica, Semicategórica e Variável – baseadas nas frequências com que operam (Tabela 1).

Tabela 1. Tipos de regras linguísticas

Fonte: Labov (2003: 243), *apud* Vieira e Brandão (2014: 85)[64]

Tipo de regra	Frequência	Violações
I - Categórica	100%	Nenhuma, na fala natural
II - Semicategórica	95-99%	Rara e relatável
III - Variável	5-95%	Nenhuma por definição e não relatável

De acordo a tipologia apresentada na Tabela 1, uma regra é considerada **variável** quando a sua aplicabilidade se situa, em termos quantitativos, entre 5 e 95%.

[64] Para uma reflexão sobre o conceito de regra variável e análise da sua aplicação ao fenómeno variável da concordância em português, consultar o trabalho das autoras.

3.1 Metodologia

O estudo quantitativo da variação *ter* / *haver* com valor de existência numa amostra de PEI-Funchal foi realizado com o recurso ao programa Goldvarb X (Sankoff, Tagliamonte e Smith 2005, Tagliamonte 2006)[65], e segue o protocolo utilizado em trabalhos que se situam nesta área. As características da amostra bem como a descrição das variáveis selecionadas são objeto de uma apresentação mais detalhada, a seguir.

Amostra

A amostra é constituída por entrevistas de fala espontânea ou semidirigida, com cerca de 30 minutos, a 12 informantes madeirenses, residentes na cidade do Funchal, estratificados em função da *faixa etária* (2 por cada uma das três seguintes:18-25 anos, 36-55 anos, 56-75 anos), *sexo* (3 homens e 3 mulheres) e *nível de escolaridade* (6 por cada uma das seguintes variáveis: analfabetos ou escolaridade básica – ou nível 1- e licenciados – nível 3), a partir do material reunido no *Corpus Concordância* (dados recolhidos entre 2010-2014) (Tabela 2).

Tabela 2. Estrutura da Amostra do PEI-Funchal

	Nível 1 de escolaridade		**Nível 3 de escolaridade**		**Total**
	Homem	**Mulher**	**Homem**	**Mulher**	
18-25	1	1	1	1	**4**
36-55	**1**	1	1	1	**4**
56 - 75	**1**	1	1	1	**4**
Total	**3**	**3**	**3**	**3**	**12**

Foram encontradas nesta amostra um total de 405 ocorrências de *ter* e *haver*, codificadas em função das variáveis sociais e linguísticas selecionadas para a análise quantitativa.

[65] Para uma apresentação e discussão da ferramenta usada para análises quantitativas em investigação de tipo variacionista, ver Scherre 2012).

Variáveis

A escolha das variáveis foi realizada em função dos resultados obtidos em estudos de referência no âmbito do PB.

Para além dos fatores extralinguísticos ou sociais (*faixa etária*, *nível de escolaridade* e *género*, cf. Tabela 3) foram consideradas na codificação dos dados as seguintes variáveis linguísticas: tempo verbal (presente do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo) e traço semântico do N (animado e não-animado) que se encontra posposto ao verbo existencial, ou à sua direita. Os 405 dados, uma vez codificados, foram submetidos ao programa estatístico GOLDVARB X, que fornece índices percentuais e pesos relativos dos grupos de fatores que condicionam a aplicação de regras variáveis (Labov 2003, Tagliamonte 2006).

A escolha destas variáveis fundamenta-se parcialmente em resultados obtidos de estudos realizados tendo por foco o PB. Estes trabalhos apontam para os usos de *ter* mais generalizados, o que demonstra**,** pelo menos**,** a sua maior funcionalidade. Já o verbo haver terá deixado de ser um item funcional, por apresentar uma maior «tendência à especialização em certos contextos específicos» (Avelar 2006a: 62). A literatura assinala os seguintes fatores condicionantes:

i) *o tempo verbal*: *o pretérito perfeito* é o tempo que apresenta os maiores índices de *haver*, levando a pensar que o verbo em questão está associado a textos narrativos (Avelar 2006a, Baptista 2012, que regista 65% de usos de *haver* no pretérito perfeito, numa amostra do Rio de Janeiro);

ii) *a especificidade semântica do argumento interno*: argumentos [- material], de caráter [+ abstrato] e [+ evento] são os que mais favorecem o uso de *haver* (74% de ocorrências de *haver* em construções em que o SN argumento interno tem o traço [- material], com *ter* a apresentar a percentagem inversa, i.e., 62%, com um argumento interno [- material], nos trabalhos de Callou e Avelar 2007a[66]);

[66] Ver também Callou e Avelar (2000: 92) em dados provenientes de 42 inquéritos a falantes cultos do Rio de Janeiro, nas décadas de 70 e 90 (Projeto NURC)

iii) *a idade do falante*: falantes mais velhos tendem a preservar o verbo *haver*, enquanto os jovens quase não o utilizam (cerca de 2%, em Callou e Avelar 2000);

iv) *o grau de escolaridade*: os falantes com mais estudos têm maiores probabilidades de usar o verbo *haver*.

A variante existencial com *haver*, embora presente nas variedades do PB, está, como anteriormente descrito, sujeita a fortes restrições, realizando-se ainda preferencialmente na modalidade escrita.

No que se refere ao fator *tempo verbal*, não foram observados, contrariamente ao que sucede com o verbo *haver,* dados com *ter* no *pretérito perfeito*, pelo que se optou por contrastar apenas dois tempos verbais – o Presente e Pretérito Imperfeito do Indicativo. A este propósito, Marins (2013: 52), ao analisar o trabalho de Callou e Avelar (2000), sublinha a «completa ausência de *haver* no pretérito perfeito na fala dos mais jovens. Nesse contexto, foram encontradas apenas ocorrências de *ter* e *acontecer*», o que constitui um argumento a «favor da mudança no estatuto de *haver*, uma vez que *há/havia* e *houve* apresentam significados diferentes (ao menos, entre os cariocas mais jovens) ». Esta situação leva-nos a constatar uma primeira diferença nas propriedades de *ter* e *haver* existenciais, em uso no PEI-Funchal, relativamente aos seus homónimos, em uso nas variedades do PB, questão que será retomada na secção 3.3.

Quanto à natureza semântica do argumento interno, optámos por selecionar, neste trabalho preliminar, categorias semânticas mais gerais, tal como o traço [animado], com as suas duas variáveis [+animado] e [-animado].

3.2 Análise: Resultados e discussão

Os resultados globais (Gráfico 2), após o tratamento estatístico processado pelo Goldvarb X, mostram, em termos de percentagens, que os falantes preferem o verbo *haver* (69%) numa construção existencial. Constata-se também que esta construção com o verbo *ter* corresponde a 31% das ocorrências. Assiste-se, assim, a uma maior produtividade da variante-padrão no PE, com o verbo *haver*, e, de acordo com a

tipologia de regras linguísticas apresentada anteriormente (Tabela 1), podemos considerar estarmos perante uma *regra variável*.

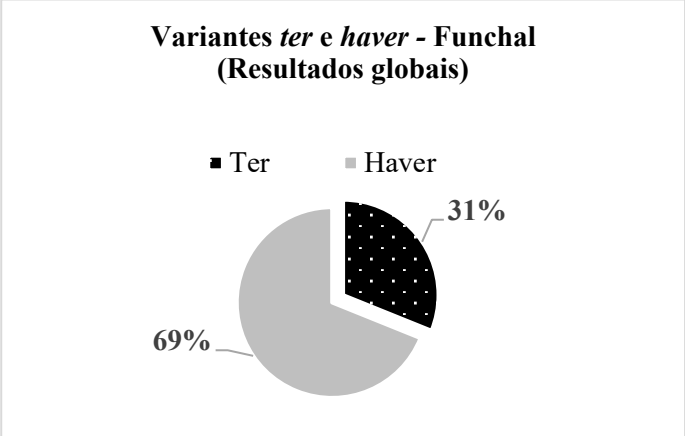


Gráfico 2. Construções existenciais com *ter* e *haver* numa amostra de 12 informantes na variedade PEI-Funchal

A análise dos dados aponta ainda para o facto de o uso variável de *ter* e *haver* ser motivado tanto por restrições estruturais ou linguísticas como sociais (Tabela 3).

Tabela 3. Resultados globais. Fatores externos e internos relevantes (pesos relativos) em construções existenciais com *ter* e *haver* numa amostra de 12 informantes na variedade PEI-Funchal

Fatores		**Percentagens**		**Ocorrências**	
		Ter	*Haver*	*Ter*	*Haver*
Externos	**Sexo**				
	• Homem	31,4	68,6	61/194	133/194
	• Mulher	30,8	69,2	65/211	146/2151
	Idade				
	• (18-35)	**38,4**	61,6	28/73	45/73
	• (36-55)	35,6	64,4	36/101	65/101
	• (56-75)	26,8	73,2	62/231	169/231
	Escolaridade				
	• Nível 1	**44**	56	106/241	135/241
	• Nível 3	12,2	87,8	20/164	144/164
Internos	**Tempo verbal**				
	• Presente	**41,4**	58,6	99/239	140/239
	• Imperfeito	16,3	83,7	27/166	139/166
	Traço Semântico [animado] de N pós-verbal	**49,4**	50,6	40/81	41/81
	• [+animado]	26,5	**73,5**	86/324	238/324
	• [-animado]				

Relativamente aos condicionamentos de tipo social, observa-se que tanto a *faixa etária* como o *nível de escolaridade* condicionam a aplicação da regra variável; são os informantes mais jovens (18-35 anos), com 38,4%, e menos escolarizados (44%) os que mais utilizam a variante não-padrão *ter*.

Por outro lado, em 41,4 % das ocorrências de *ter* o verbo encontra-se no presente indicativo. Este verbo apresenta-se em apenas 16,3% dos dados do pretérito imperfeito, em contraste com o verbo *haver*, que neste tempo verbal ocorre em 83,7% dos casos. Relativamente ao traço semântico do Nome pós-verbal, os resultados apontam para a relevância desta variável, sobretudo no que se refere ao traço semântico [-animado], com 73,5% dos dados a coocorrerem com o uso do verbo *haver*.

Por fim, é de salientar, em conformidade com os resultados percentuais, que todas as variáveis foram selecionadas pelo programa Goldvarb como sendo estatisticamente significativas, ou seja, que condicionam de modo relevante a regra variável do uso do verbo existencial *ter*. O programa calculou o peso relativo, designação que corresponde ao cálculo do desvio da média ponderada, de cada um dos fatores na aplicação da regra variável, cujos valores são apresentados na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4. Variáveis significativas selecionadas pelo Goldvarb e os respetivos pesos relativos

Fatores		**Pesos Relativos**
Externos	**Idade**	
	• Faixa A (18-35)	**0,594**
	• Faixa B (36-55)	**0,582**
	• Faixa C (56-75)	0,434
	Escolaridade	
	• Nível 1	**0,664**
	• Nível 3	0,269
Internos	**Tempo verbal**	
	• Presente	**0,616**
	• Imperfeito	0,336
	Traço semântico [animado] de N pós-verbal	0,467
	• [+animado]	**0,630**
	• [-animado]	

Nesta tabela, encontram-se em destaque os valores mais significativos (acima de 0,500) dos pesos relativos. Deste conjunto, a maior probabilidade de ocorrência deste fenómeno situa-se ao nível dos falantes com poucos estudos (*nível 1 de escolaridade* – 0,664) e ainda perante varáveis linguísticas, como o *traço [-animado] de N pós-verbal* (0,630) e o tempo verbal dos verbos *ter* e *haver* ser o *presente do indicativo* (0,616).

Variáveis extralinguísticas ou sociais

Tal como observado em estudos no âmbito do PB, os fatores sociais – *nível de escolaridade* e *faixa etária* dos informantes – apresentam, na amostra do PEI-Funchal, valores percentuais que evidenciam a sua importância (Tabelas 3 e 4), em destaque nos Gráficos 3 e 4 a seguir:

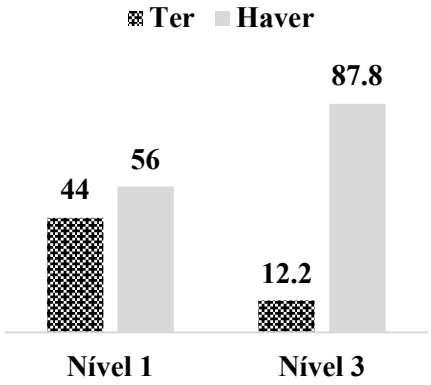


Gráfico 3. Construções existenciais com *ter* e *haver* numa amostra de 12 informantes na variedade PEI-Funchal (fator *nível de escolaridade*)

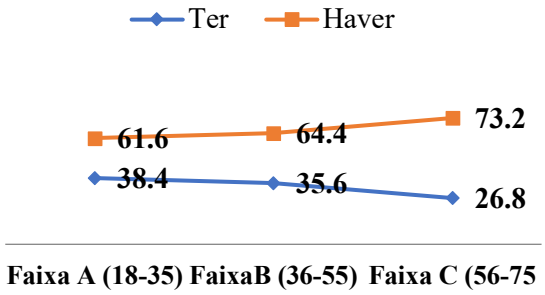


Gráfico 4. Construções existenciais com ter e haver numa amostra de 12 informantes na variedade PEI-Funchal (fator *faixa etária)*

Quando se procura analisar o comportamento dos falantes do Funchal menos escolarizados, constata-se que são os jovens e do sexo masculino aqueles que mais produzem estruturas com *ter* existencial, com valores percentuais que atingem os 65% (Gráfico 5) e 57% (Gráfico 6), respetivamente.

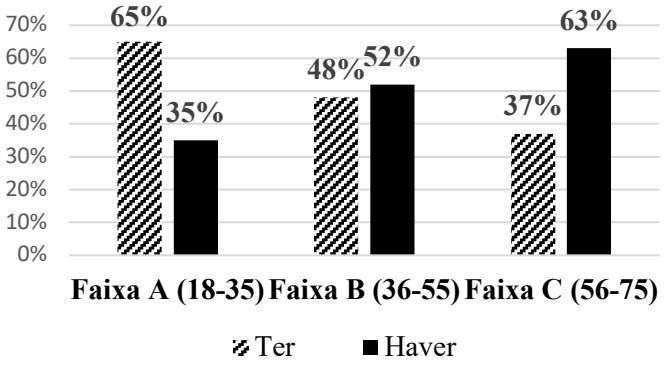


Gráfico 5. Construções existenciais com *ter* e *haver* numa amostra de PEI-Funchal. Informantes com *nível 1 de escolaridade* e fator *faixa etária*.

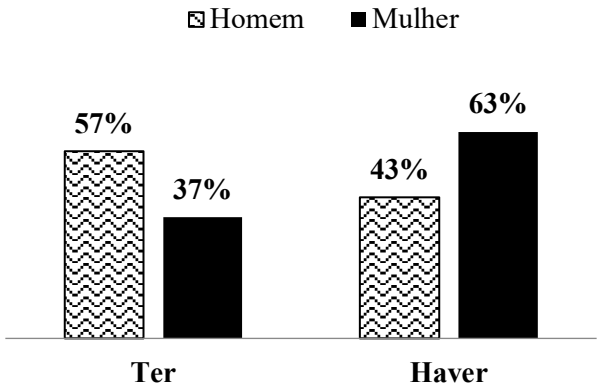


Gráfico 6. Construções existenciais com com *ter* e *haver* numa amostra de PEI-Funchal. Informantes com *nível 1 de escolaridad***e** e fator *sexo*.

Apesar de não terem sido utilizados rigorosamente os mesmos critérios de análise testados no PB, foi possível estabelecer algumas comparações com os resultados encontrados para esta variedade, nomeadamente, no que se refere aos contrastes sociais entre falantes cultos (com *nível 3 de escolaridade*, ou falantes que integram a base de dados *NURC* do PB) e analfabetos ou pouco escolarizados (*nível 1 de escolaridade* ou, no caso do PB, os que fazem parte do *corpus* do *PEUL*).

Observa-se, assim, que a variedade popular do PE-Funchal, à qual estão associados os falantes menos escolarizados ou analfabetos, se aproxima da variedade do PB popular, quando se tem em conta o fator *faixa etária* dos informantes. Ambas as variedades exibem a mesma tendência (Gráfico 7), embora com valores distintos: os jovens são aqueles que maioritariamente produzem *ter* existencial, sendo este

fenómeno mais expressivo no PB (98% no estudo realizado por Avelar e Callou (2007a).

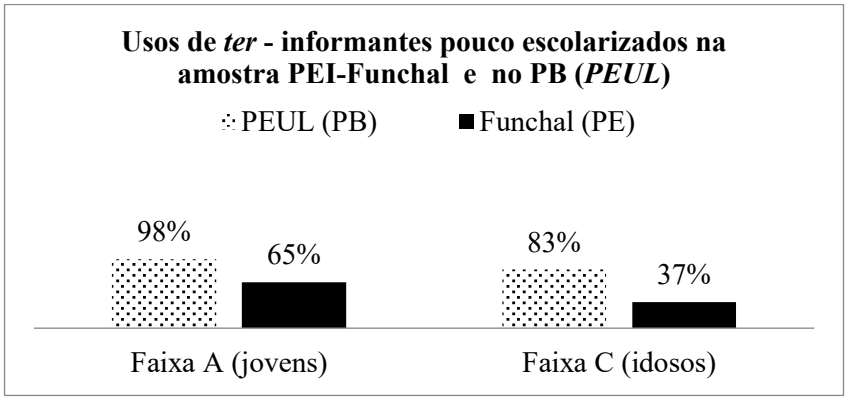


Gráfico 7. Usos de *ter*: comparação de informantes com *nível 1 de escolaridade* (*PEUL* – PB; 6 informantes PEI-Funchal). Fonte: PB (fala): Avelar e Callou (2007a)

No que se refere aos informantes mais cultos, a comparação aponta para um contraste muito marcado entre ambas as variedades. Enquanto no Brasil, o uso de *ter* com valor existencial atinge sempre valores acima dos 75% na fala das elites de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador da Baía (Batista 2012), na variedade do Funchal os informantes licenciados optam pela variante-padrão, com o verbo *haver*, de forma semicategórica, registando-se apenas 12,2% de ocorrências de *ter.*

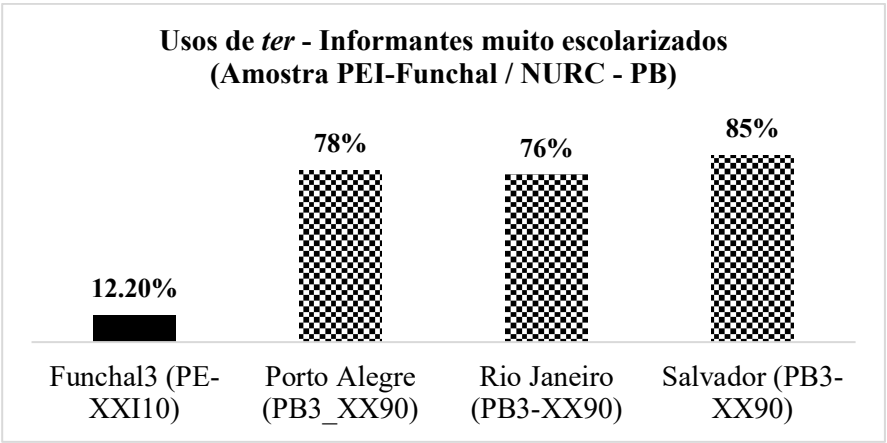


Gráfico 8. Usos de *ter*: comparação de informantes com *nível 3 de escolaridade* (*NURC* – PB; 6 informantes PEI-Funchal). Fonte: PB (fala): Baptista (2012)

Por fim, e ainda no que se refere a falantes cultos, é possível comparar os usos dos dois verbos no presente e no pretérito imperfeito do indicativo (Gráfico 9). Observa-

se a mesma tendência – uso relativamente mais significativo de *ter* no presente do indicativo – mas com maior expressão nas amostras do PB (*NURC*, utilizada em Batista 2012, na amostra organizada pela autora em Vitório 2013).

A variação *ter*/*haver* existencial mostra-se assim, condicionada socialmente. A importância do *nível de escolaridade* dos falantes madeirenses na produção de outros fenómenos sintáticos em variação na variedade do português falado no Funchal já foi observada noutros estudos (Vianna 2011, Bazenga 2013, 2015). Esta questão pode ser explicada fazendo apelo à história da sociedade insular, nos mesmos moldes em que é referida a necessidade por Araújo (2015) de ter em conta a sócio-história brasileira para melhor compreender fenómenos variáveis nas variedades do PB. A história social do Brasil é «marcada pela colonização portuguesa exploratória (que resultou numa divisão de classes bem nítida) (…)», de acordo com Araújo (2015: 145), que acrescenta:

> *Dentre os aspectos sócio-históricos que foram decisivos para a formação bipolarizada da realidade linguística brasileira está a forte presença de africanos, nativos de línguas diversas que adquiriram o Português como segunda língua, numa situação de transmissão linguística irregular.*

Também a história da sociedade madeirense, desde o início do seu povoamento, pouco depois da sua descoberta, em 1419, quase um século antes da chegada do português ao Brasil (1500) é caracterizada pela mobilidade humana na ilha e por uma bipolarização social, com uma comunidade popular, representada pelo «vilão»[67] por um lado, e as elites formadas por «homens bons», por outro. Os historiadores têm destacado a natureza experimental da colonização da ilha Madeira (Rau e Macedo 1962, por exemplo): é neste espaço insular que se constrói o

> *primeiro teste de adaptação do homem a um espaço-ilha do Atlântico, despovoada, através da criação de um sistema político, jurídico e social com base nas capitanias, envolvendo delegações amplas de poder para os senhores da ilha – os donatários – e um modo de produção baseado na escravatura.* (Bazenga 2015: 96).

[67] Por apresentar características linguísticas distintivas, quando comparada com as elites madeirenses, que continuam a linhagem dos parcos «homens bons» do século XV (Gonçalves 1958), mais escolarizadas e que procuram fazer uso da variedade padrão do PE, a língua falada pelas classes populares ou linguagem popular é também designada como «falar à vilão». Esta variedade popular do português madeirense tem suscitado grande interesse por parte de estudiosos madeirenses, essencialmente no domíno lexical, e que se tem dedicado à recolha e descrição do léxico regional ou dos regionalismos madeirenses.

O contexto de contacto linguístico e cultural a que se assiste no espaço insular, ao longo do tempo e dos seus ciclos económicos, terá sido primordial para a construção das variedades faladas[68], distintas em vários aspetos das variedades peninsulares do PE. No final do século XV, ainda no século do povoamento do arquipélago da Madeira, ao lado das comunidades portuguesas e daquelas provenientes de outros espaços europeus (genoveses, flamengos, franceses), estimadas entre 15 mil a 18 000 habitantes,

> *a comunidade de escravos, oriundos das ilhas Canárias, do norte de África e do Golfo da Guiné, chegou a atingir 2000 pessoas. A sua presença perdurou até 1733, altura em que foi proibida a importação de escravos (Silva e Meneses 1940, Albuquerque e Vieira 1987, Ferraz 1990, Rocha Pinto e Rodrigues 1993, Vieira 2001).* (Bazenga 2016: 220)

Variáveis Linguísticas.

Os dois fatores linguísticos selecionados – tempo verbal (Presente do indicativo e Pretérito Imperfeito do Indicativo) e traço semântico [animado] do argumento em posição pós-verbal ([+animado] e [-animado] – foram ambos selecionados como sendo significativos no uso variável de *ter*/*haver* existencial.

Quando comparados os usos dos falantes mais escolarizados de variedades do PB (designadas por PB3, ou de informantes com nível 3 de escolaridade) com os da variedade PEI-Funchal em análise, constata-se um grande contraste (Gráfico 9), expresso por valores que se situam abaixo de 20% na variedade europeia (17%, no Presente do Indicativo, e 7%, no Pretérito Imperfeito); já o uso de *ter* no Presente do Indicativo situa-se acima de 80% nas amostras do PB utilizadas por Baptista (2012) e de Vitório (2013).

[68] Ver Bazenga (2014, 2016), para a apresentação, em síntese, de algumas propriedades fonéticas, lexicais, e gramaticais do português falado no Arquipélago da Madeira.

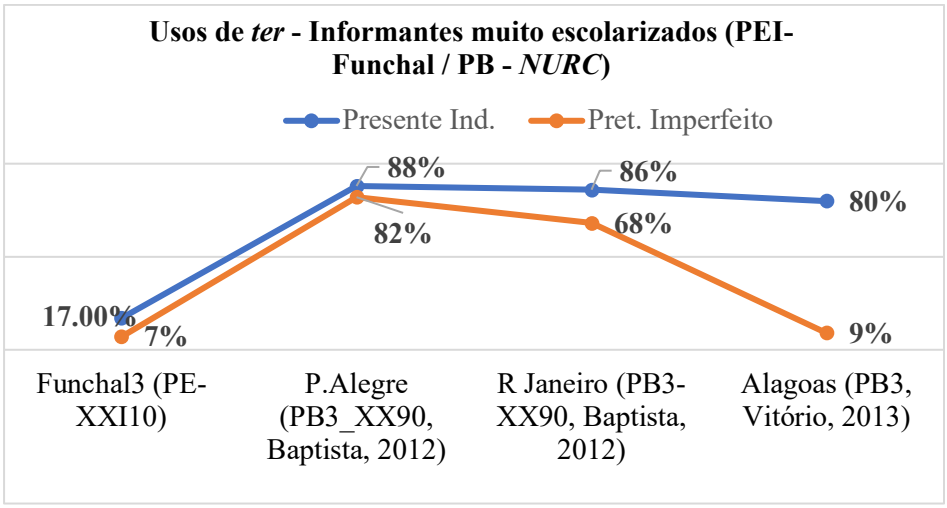


Gráfico 9. Usos de *ter*: comparação de informantes nível 3 de escolaridade (*NURC* – PB; 6 informantes PEI (Funchal) e variável «tempo verbal». Fonte: PB (fala): Baptista (2012))

Face ao conhecimento divulgado na literatura sobre as propriedades dos usos de tipo existencial dos dois verbos no PB e de que se fez referência na secção 2 deste artigo, e apesar de não ter sido possível comparar estes condicionamentos linguísticos nos dados dos informantes pouco escolarizados do Funchal com amostras do PB popular, é possível adiantar alguns comentários sobre esta questão.

A construção com ter no PEI-Funchal, contrariamente ao que se observa no PB, é objeto de fortes condicionamentos. O tempo verbal encontra-se preferencialmente no Presente do Indicativo e esporadicamente no Pretérito Imperfeito do Indicativo. Não foram atestados usos de *ter* com outros tempos verbais. Já o verbo *haver* está menos sujeito a esta variável, podendo ser usado no Pretérito Perfeito, situação inversa à que ocorre no PB.

No que se refere à influência do traço semântico de N pós-verbal, observa-se a seguinte distribuição: nomes com o traço [-animado] coocorrem preferencialmente com o verbo *haver* em 73,5% dos dados, o que corresponde, em certa medida à tendência a que se assiste no PB, com N [+abstrato] (Batista 2012: 55); já quando estamos em presença de N[+animado], observa-se a possibilidade de este coocorrer tanto com o verbo *ter* como com o verbo *haver* (cf. Tabela 3).

4. Considerações finais

Nesta investigação, que incidiu sobre uma amostra de 12 entrevistas sociolinguísticas realizadas a falantes naturais da ilha da Madeira, entre 2010 e 2014, foi possível confirmar os usos de *ter* existencial e impessoal numa variedade do PE. As 405 ocorrências com os verbos *ter* e *haver* foram suficientes para proceder ao tratamento quantitativo, através do recurso ao programa Goldvarb X.

Os resultados contribuem para confirmar a singularidade do português falado no Funchal, sobretudo a sua variedade popular, rica em formas linguísticas não prestigiadas e objeto de estigma social face a outras variedades urbanas do PE, e para melhor a caracterizar juntamente com outras propriedades sintáticas já descritas (Vieira e Bazenga 2013, Bazenga 2014, Vianna 2011, Rodrigues e Bazenga 2017).

Em linha com Tagliamonte (2003: 729) sobre a vertente comparatista da sociolinguística e com Chambers (2004: 128) que observa que «as sociolinguistics becomes less restricted to local events, it becomes comparative, and, as the comparative aspect gains weight, cross-linguistic generalizations not only become possible but inevitable», foi possível estabelecer algumas comparações com os dados de *ter* existencial do PB, como contributo para uma reflexão sobre as questões abordadas inicialmente e que se prendem com a relação entre as variedades europeias, brasileiras e africanas do português e os fatores linguísticos e socio-históricos que têm contribuído para a sua diferenciação.

Esta comparação apresenta alguns aspetos convergentes, sobretudo no que se refere à influência de variáveis sociais. Neste plano, o nível de escolaridade, por exemplo, condiciona significativamente os usos dos dois verbos, tanto no PEI-Funchal como nas variedades do PB. Em ambas, o uso de *ter* existencial é mais significativo junto de informantes pouco escolarizados, embora no PB o seu uso pelas elites seja muito expressivo, distinguindo-se neste aspeto das elites insulares que preferem recorrer à variante padrão (*haver*).

É no plano das propriedades estruturais ou linguísticas que se situam as maiores divergências. Os usos de *ter* no PEI-Funchal parecem estar mais condicionados do que no PB e o inverso ocorre com o verbo *haver*. Face a esta configuração, e atendendo aos argumentos e hipóteses que têm vindo a ser trabalhados por Avelar e Callou (2007a, 2007b, 2012), parece-nos possível questionar se (i) estamos em presença ou

não de um único «*ter* existencial», em uso no PB e nas variedades insulares do PE, ou se, pelo contrário, (ii) estaremos perante dois verbos existenciais que, apesar de alguns traços convergentes, tais como a impessoalidade e a presença de um constituinte locativo, apresentam já propriedades estruturais distintivas, relacionadas ou não com outras propriedades gramaticais dos sistemas em que se inserem.

Poderíamos, assim, no âmbito da hipótese de universais em variação linguística, nomeadamente os de natureza vernacular ou popular, referida por vários autores (Chambers 2004, Szmrecsanyi e Kortmann 2009, Trudgill 2009, entre outros), e atendendo aos aspetos sociais e estruturais em comum, encarar a possibilidade de considerar a construção *ter* existencial como uma tendência vernacular do português pós-colonial (a par de outras), isomórfica e com especificações locais (possibilidade de *ter* existencial pessoal no PB, por exemplo), consoante as configurações histórias e sociais do contacto do português com outras línguas e culturas em espaços extra-europeus. Esta hipótese pressupõe ainda o postular da existência de usos populares e de usos padrão no sistema, que podem mudar ao longo do tempo, que por vezes se cruzam, com a ascensão de formas ao padrão, como já ocorreu na história do português (Martins 2003). Na perspetiva da sociolinguística, poderíamos encarar a possibilidade de estarmos perante um processo de mudança designado por *levelling*, definido como «the process by which, over time, a reduction in the number of variants of the same variable occurs» (Britain 2010: 194), enquadrado no eixo da difusão geográfica de formas linguísticas que as migrações coloniais tornaram possível. Do contacto linguístico e mistura de formas resultantes, teria sido desencadeado um processo de redução de variantes e feito emergir, no fenómeno que nos ocupa, novas propriedades associadas à construção *ter existencial*, com características diferenciadas no PB e no PEI-Funchal. Poderíamos adiantar que este processo não estaria ainda concluído, encontrando-se em fases distintas, mais avançada, de acordo com as preferências dos falantes por *ter,* no caso do PB.

No entanto, a hipótese aqui avançada para discussão terá de ser apoiada por um conhecimento mais profundo de outras propriedades sintáticas em correlação com o t*er* existencial, tal como já estudado no PB, nomeadamente as que dizem respeito à

tendência ou não para a realização do argumento externo[69], sobretudo nas variedades populares, e, num plano mais alargado, a articulação com as construções com *estar* na expressão da existência.

Referências

Adriano, Paulino S. 2014. *Tratamento morfossintáctico de expressões e estruturas frásicas do português em Angola*. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.

Araújo, Silvana S. de F. 2014. «Concordância verbal e formação da realidade sociolinguística brasileira». *Cuadernos de la Alfal* 7: 144–184.

ALEAç – Atlas Linguístico e Etnográfico dos Açores (J. Saramago, coord.) http://www.clul.ulisboa.pt/en/10-research/682-aleac-linguistic-and-ethnographic-atlas-of-azores

ALLP – Atlas Linguístico do Litoral Português (G. Vitorino, coord.) http://www.clul.ulisboa.pt/en/10-research/684-allp-linguistic-atlas-of-the-portuguese-coast

ALEPG – Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (J. Saramago, coord.) http://www.clul.ulisboa.pt/en/10-research/680-alepg-linguistic-and-ethnographic-atlas-of-portugal-and-galicia

Avelar, Juanito. 2006a. «De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de HAVER no português brasileiro». *Letras de Hoje* 143: 49–74.

Avelar, Juanito. 2006b. «Gramática, competição e padrões de variação: casos com ter/haver e de/em no português brasileiro». *Revista Estudos Linguísticos* 14 (2): 99–143, Belo Horizonte.

Avelar, Juanito e Dinah Callou. 2007a. «Gramática e Variação no Português Brasileiro: considerações sobre ter-haver e de-em». In *Textos Selecionados do XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, orgs. Maria Lobo e Antónia Coutinho, 183–197. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

Avelar, Juanito e Dinah Callou. 2007b. «Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais na história do português». In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro,* orgs. Ataliba Castillo *et al.*, 375–402. Campinas: Pontes.

[69] A este propósito, vale a pena referir a necessidade de articular tal investigação também com aspetos dos estudos sobre a construção de duplo sujeito, um tipo de construção em *se*-Nominativo (*A gente* chama-*se* rãs a isto) observado nos dados do *CORDIAL-SIN* (Martins 2009: 179) e também em uso nas variedades faladas do português na Madeira.

Avelar, Juanito e Dinah Callou. 2011. «Sentenças existenciais e preenchimento de sujeito: indícios de mudança em progresso na fala culta carioca». In *Línguas Pluricêntricas. Variação Linguística e Dimensões Sociocognitvas*, orgs./eds. Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves, 251–263. Braga: Publ. da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa/ ALETHEIA – Associação Científica e Cultural.

Avelar, Juanito e Dinah Callou. 2012. «Preservação e mudança na história do português: de possessivo a existencial». *Madraga* 19.30: 224–235.

Avelar, Juanito e Charlotte Galves. 2013. «Concordância locativa no português brasileiro: questões para a hipótese do contato». In *Para a história do português brasileiro*, eds. Maria Denilda Moura e Marcelo A. Sibaldo, 103–132. Maceió: Edufal.

Avelar, Juanito e Sonia Cyrino. 2008. «Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro». *Linguística*, *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* 3: 218–249.

Avelar, Juanito e Charlotte Galves. 2014. «O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro». *Lingüística* 30(2): 241–288. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S2079-312X2014000200010&lng=es&tlng=pt, 13.10.2017.

BA – Segura, Maria Luísa. 1987. *A Fronteira Dialectal do Barlavento do Algarve*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa.

Batista, Priscila G. 2012. «*Ter* e *Haver* existenciais na fala culta de Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre: do social ao linguístico». Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro.

Baxter, Alan N. e Dante Lucchesi. 1997. «A relevância dos processos de pidginização e criolização na formação da língua portuguesa no Brasil». *Estudos Lingüísticos e Literários* 19: 65–84.

Baxter, Alan N. e Dante Lucchesi. 2006. «Processos de crioulização na história sociolingüística do Brasil». In *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*, orgs. Suzana Cardoso, Jacyra Mota e Rosa Virgínia Mattos e Silva, 165–218. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

Baxter, Alan N. 1998. «O português vernáculo do Brasil – Morfossintaxe». In *América negra: panorámica actual de los estudios linguísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas*, eds. Matthias Perl e Armin Schwegler, 97–134. Frankfurt am Main: Vervuert.

Bazenga, Aline M. 2011. «Aspectos do português falado no Funchal e Variedades do Português». Comunicação apresentada no *III SIMELP (Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa)*. Universidade de Macau. Macau, China. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/273203640_Aspectos_do_por tu gues_falado_no_Funchal_e_Variedades_do_Portugues

Bazenga, Aline M. 2012. «Non-dominant Ter (to have) – Existential in Spoken EP of Funchal (Madeira Island)». Comunicação apresentada no *II International Conference of WGNV – Exploring Linguistic Standards in Non-dominating varieties*, Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha. Disponível em: https://www.academia.edu/1802252/_Nondominat_TER_Existential_to_have_in_Spoken_European_Portuguese_of_Funchal_Madeira_Island_

Bazenga, Aline M. 2014. «Corpus of Madeira Island, a Spoken Variety of European Portuguese». Comunicação apresentada no *CILC06 (6th International Conference on Corpus Linguistic)*. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha. 22-24 de Maio de 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273203396-_Corpus_of_Madeira_island_A_Spken_Variety_of_European_Portuguese_Linguistic_Universidad_de_Las_Palmas_de_Gran_Canaria_Spain_May_2014

Bazenga, Aline. 2015. «Concordância de terceira pessoa plural: a variedade insular do PE (Funchal)». In *A concordância verbal em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe*, org. Sílvia R. Vieira, 74–101. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Vermelho Marinho.

Bazenga, Aline. 2016. «Sociedades insulares e identidade: aspetos linguísticos da 'madeirensidade' no Atlântico lusófono». In *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira. Volume ante zero*, org. José Eduardo Franco, 216–225. Lisboa: CLEPUL/INCM, Suplemento da Revista Letras com Vida nº 7.

Berlinck, Rosane de A. 1998. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas.

Britain, David. 2010. «Supralocal Regional Dialect Levelling». In *Language and Identities,* eds. Carmen Llamas e Dominic Watt, 193–204. Edinbourg: Edinbourg University Press.

Callou, Dinah e Maria Eugênia L. Duarte. 2005. «A fixação do verbo ter em contextos existenciais». In *Textos Seleccionados – Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, eds. Inês Duarte e Isabel Leiria, 149–155. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

Callou, Dinah e Juanito Avelar. 2000. «Sobre TER e HAVER em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil». *Gragoatá* 9: 85–114.

Callou, Dinah e Juanito Avelar. 2002. «Estruturas com ter e haver em anúncios do século XIX». In *Para a história do português brasileiro, v. III –Novos estudos*, org. Tania Alkmim, 47–68. São Paulo/US: Humanitas.

Callou, Dinah e Juanito Avelar. 2012. «Preservação e mudança na história do português: de possessivo a existencial». *Matraga* 19 (30): 224–235.

Carrilho, Ernestina e Catarina Magro. 2010. «A Anotação sintáctica do CORDIAL-SIN». *In XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística – Textos Seleccionados*, 225–241. Lisboa: Colibri.

Carrilho, Ernestina e Sandra Pereira. 2011. «Sobre a distribuição geográfica de construções sintácticas não- padrão em Português europeu». In *Textos selecionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, CD-ROM, eds. Armanda Costa, Pilar Barbosa e Isabel Falé, 125–139. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

Carrilho, Ernestina e Sandra Pereira. 2013. «On the areal dimension of non-standard syntax: Evidence from a Portuguese dialect corpus». In *Proceedings of Methods XIV (Papers from the Fourteenth International Conference on Methods on Dialectology 2011*), eds. Alena Barysevich, Alexandra D'Arcy e David Heap, 69–79. Bamberger Beltrage zur englischen Sprachwissenschaft/Bamberg Studies in English Linguistics 57.

Carvalho, Maria José. 2014. «Aspetos sociocognitivos da variação e da mudança semântica: *haver* e *ter* em estruturas de posse». *Diacrítica* 28 (1): 347–375.

Chambers, Jack K. 2004. «Dynamic Typology and Vernacular Universals». In *Dialectology Meets Typology. Dialect Grammar from a Cross-Linguistic Perspective*, ed. Bernd Kortmann, 127–145. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.

Cintra, Luis F. L. 1990. «Os Dialectos da Ilha da Madeira no Quadro Geral dos Dialectos Galego-Portugueses». In *Cultura Madeirense: Temas e Problemas*, coord. José Eduardo Franco, 95–104. Porto: Campo das Letras.

Coelho, Izete L. 2000. *A ordem V NP em construções monoargumentais: uma restrição sintáticosemântica*. Tese de Doutoramento em Linguística. Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Coelho, Izete L. 2006. «Variação na sintaxe: estudo da ordem do sujeito no PB». In *Estudos sociolinguísticos: quatro vértices do GT da ANPOLL*, org. Jânia Martins Ramos, 84–99. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.

CORDIAL-SIN – The Syntax-oriented Corpus of Portuguese Dialects (A. M. Martins, coord.) http://www.clul.ulisboa.pt/en/10-research/314-cordial-sin-corpus

Duarte, M. Eugênia L. 2003. «O sujeito expletivo e as construções existenciais. In *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história,* orgs. Claudia Roncarati e Jussara Abraçado, 123–131. São Paulo: 7 Letras.

Eleutério, Silvia. 2003. *A variação ter/haver: documentos notariais do século XVII.* Tese de Doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Franchi, Carlos, Esmeralda Negrão e Evani Viotti. 1998. «Sobre a gramática das sentenças impessoais com TER/HAVER». *Delta* 14: 105–144.

Gonçalves, Perpétua. 1990. *A construção de uma gramática de português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa.

Gonçalves, Ernesto. 1958. «Os «Homens Bons» do Concelho do Funchal em 1471». *Das Artes e da História da Madeira* 5. 28, 1-8: 76–82.

Guy, Gregory. 1981. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. Tese de Doutoramento, University of Pennsylvania.

Guy, Gregory. 1989. «On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese». In *Ponencias Presentadas en el 45 Congreso Internaciona de Americanistas: Estudios sobre Español de América y Linguística Afroamericana*, 226–244. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.

Holm, John. 1987. «Creole influence on popular Brazilian Portuguese». In *Pidgin and creole languages: essays in memory of John E. Reinecke*, ed. Glenn G. Gilbert, 406–429. Honolulu: University of Hawaii Press.

Holm, John. 1992. «Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole». In *Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*, eds. Ernesto D'Andrade e Alain Kim, 37–66. Lisboa: Edições Colibri.

Holm, John. 2004. *Languages in Contact. The Partial Restructuring of Vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press.

Inverno, Liliana. 2009. *Contact-induced restructuring of Portuguese morpho-syntax in interior Angola*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra.

Jon-And, Anna. 2013. *Variação, contato e mudança linguística em Moçambique e Cabo Verde*. Tese de Doutoramento. Stockholms Universitet.

Jon-And, Anna, Juanito Avelar, e Laura Lopez. 2017. «Contact, variation and change in Angolan Portuguese: the case of existential constructions in Cabinda». *Bulletin of Hispanic studies. Abstract* disponível em: http://www.diva-portal.se/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1096138&dswid=-4112

Kato, Mary A. 2000. «A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil». *Fórum Linguístico,* Florianópolis 2 (1): 97–127.

Labov, William. 1972. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press.

Labov, William. 1994. *Principles of linguistic change: Internal factors*. Cambrigde, MA: Blackwell.

Labov, William. 2001. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell

Labov, William. 2010. *Principles of Linguistic change. Volume III: Cognitive and Cultural Factors*. Oxford: Wiley Blackwell.

Leite, Yonne, Dinah Callou e João Moraes. 2003. «Processos de Mudança no Português do Brasil: Variáveis Sociais». In *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. 1, eds. Ivo Castro e Inês Duarte, 87–114. Lisboa: INCM. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/posverna/docentes/62341-1.pdf.

Lucchesi, Dante, Alan Baxter e Ilza Ribeiro. (orgs.). 2009. *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, Dante 2003. «O conceito de 'transmissão lingüística irregular' e o processo de formação do português do Brasil. In *Português brasileiro: contacto lingüístico, heterogeneidade e história*, orgs. Cláudia Roncarati e Jussara Abraçado, 272–284. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Lucchesi, Dante. 2012. «A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica». In *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*, orgs. Tânia Lobo *et al*., 249–274. Salvador: EDUFBA.

Marins, Juliana E. 2013. *As repercussões da remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo: um estudo diacrônico das sentenças existenciais com* ter *e* haver *no PB e no PE*. Tese de Doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Martins, Ana Maria. 2003. «Variação e Mudança no Português». In *A Língua Portuguesa: Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais – 2002*, 29–44. Cascais: Câmara Municipal de Cascais & Instituto de Estudos Sociais.

Martins, Ana Maria. 2009. «Subject doubling in European Portuguese dialects: The role of impersonal *se*». In *Romance Languages and Linguistic Theory 2007,* ed. Enoch O. Aboh, Elisabeth van der Linden, Joseph Quer e Petra Sleeman, 179–200. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Martins, Ana Maria. 2016. «O Português numa perspetiva diacrónica e comparativa». In *Manual de linguística* portuguesa, eds. Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, 1–40. Berlim, New York: De Gruyter.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1989. *Estruturas trecentistas – elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: INCM.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1996. «A variação *haver/ter*». In *A carta de Caminha – testemunho lingüístico de 1500, o*rg. Rosa Virgínia Mattos e Silva. Salvador: EDUFBA.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1997. «Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista». *Estudos lingüísticos e literários* 19: 253–285.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2002a. «Vitórias de ter sobre haver nos meados do século XVI: usos e teorias em João de Barros». In *O Português Quinhentista – Estudos Lingüísticos*, eds. Rosa Virginia Mattos e Silva e A. Venâncio Filho, 121–142. Salvador: EDUFBA/UEFS.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2002b. «A variação 'ser'/'estar' e 'haver'/'ter' nas Cartas de D.João III entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de Barros». In *O Português Quinhentista: Estudos Linguísticos*, eds. Rosa Virginia Mattos e Silva e A. Venâncio Filho, 17–28. Salvador: EDUFBA/UEFS.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2002c. Para a história do português culto e popular brasileiro. In *Para a história do português brasileiro*, volume III, ed. Tânia Alkmim, 443–464. São Paulo: Humanitas.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2006. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.

Mendes, Beatriz C. 1985. *Contribuição para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Naro, Anthony e M. Marta Scherre. 2003. «O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate». In *Português brasileiro: contacto lingüístico, heterogeneidade e história*, orgs. Cláudia Roncarati e Jussara Abraçado, 285–302. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Naro, Anthony J. e M. Marta Scherre. 2007. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

NURC – Projeto Norma Linguística Urbana Culta – RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. http://www.nurcrj.letras.ufrj.br/

Oliveira, Klebson e Tania Lobo (eds.). 2009. *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX.* Salvador: EDUFBA.

Pereira, Sílvia Afonso. 2014. «A sintaxe na classificação dos dialetos portugueses». In *Textos Selecionados, XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 445–464. Porto: APL.

Petter, Margarida. 2009. «O *continuum* afro-brasileiro do Português». In *África-Brasil – caminhos da língua portuguesa*, eds. Charlotte Galves, Hélder Garmes e Fernando Rosa Ribeiro,158–173. Campinas: Editora da Unicamp.

PEUL- Programa de Estudos sobre o Uso da Língua. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. http://www.letras.ufrj.br/peul/index.html .

Ribeiro, Ilza M. de O. 1993. «A formação dos Tempos Compostos. A Evolução Histórica das Formas *ter*, *haver* e *ser*», In *Português Brasileiro. Uma viagem diacrónica*, orgs. Ian Roberts e Mary A. Kato, 343–386. Campinas: Editora Unicamp.

Ribeiro, Ilza M. de O. 1995. *A sintaxe da ordem do português arcaico: o efeito V2*. Tese de Doutoramento. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas.

Rodrigues, Lorena e Aline Bazenga. 2017. «A categoria caso nos pronomes pessoais de terceira pessoa: 'estou estudando ela' em perspectiva sociolinguística». In *Pelos mares da língua portuguesa 3*, eds. Ferreira, António Manuel *et al*, 981–993. Universidade de Aveiro: UA Editora.

Sampaio, Maria Lúcia P. 1978. *Estudo diacrônico dos verbos TER e AVER, duas formas em concorrência*. São Paulo: Assis. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/159053795/Estudo-Diacronico-Dos-Verbos-TER-e-HAVER-Maria-Lucia-Pinheiro-Sampaio, 10.11.2017.

Sankoff, David, Sali A. Tagliamonte e Eric Smith. 2005. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto.

Scherre, M. Marta. 2012. «Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista». Tabuleiro de Letras. 4. Disponível em: http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo09.pdf, 14.11.2017.

Segura, Maria Luísa e João Saramago. 1990. «Açores e Madeira: Autonomia e Coesão Dialectais». In *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, org. Isabel Hub Faria, 707–738. Lisboa: Edições Cosmos.

Segura, Maria Luísa. 2013. «Variedades dialetais do Português Europeu». In *Gramática do Português. Vol.I*, eds. Eduardo B. Paiva Raposo *et al*., 85–142. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tagliamonte, Sali A. 2006. *Analysing sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tarallo, Fernando e Tania Alkmim. 1986. *Falares crioulos. Línguas em contato*. São Paulo: Ática.

Tarallo, Fernando. 1993. «Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias». In *Português Brasileiro, uma viagem diacrônica*, eds. Ian Roberts e Mary Kato, 35–68. Campinas: Editora da Unicamp.

Vianna, Juliana Barbosa de Segadas. 2011. *Semelhanças e Diferenças na Implementação de* a Gente *em Variedades do Português*, Dissertação de Doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Vieira, Silvia e Sílvia Brandão. 2014. «Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em português». *Lingüística* 30 (2): 81–112

Viotti, Evani. 1998. «Uma história para ter e haver». *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 34: 41–50.

Viotti, Evani. 1999. *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*. Tese de Doutoramento. USP, São Paulo.

Vitório, Elyne G. S. L. A. 2013. «As construções existenciais e a representação do sujeito pronominal». *Revista LinguíStica* 9 (2): 75–90. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/viewFile/4488/3259

Zmrecsanyi, Benedikt e Bernd Kortmann. 2009. «Between Simplification and Complexification: non-Standard Varieties of English around the World». In *Language Complexity as Envolving Variable*, eds. Geoffrey Sampson, David Gil e Peter Trudgill, 64–79. Oxford: Oxford University Press.

Weinreich, Uriel, William Labov e Marvin Herzog. 1968. «Empirical foundations for a theory of language change». In *Directions for historical linguistics*, eds. Winfred P. Lehmann e Yakov Malkiel, 97–195. Austin: University of Texas Press.

8. Subjuntivo *vs* indicativo em orações completivas: percurso diacrônico no português brasileiro

Rosane de Andrade Berlinck

UNESP/CNPq/FAPESP[70,71]

Contrastando com a prescrição, estudos sociolinguísticos demonstram uma tendência no português brasileiro ao uso de formas do indicativo em vez do subjuntivo em contextos de subordinação que veiculam *dúvida, volição, não factualidade, ordem* (Almeida 2010, Berlinck 2015, Callou e Almeida 2009, Pimpão 1999, 2012). O percurso diacrônico desse processo ainda não recebeu, porém, a mesma atenção (Almeida (2010) e Pimpão (2012) sendo exceções). Assim nosso estudo, orientado pela Teoria da Variação e Mudança Linguísticas (Labov 2008 [1972], 1994), visa caracterizar o percurso de entrada e expansão do indicativo nos contextos normativos de subjuntivo em orações completivas no PB, cobrindo os séculos XVIII, XIX e XX (e início do XXI), com dados de peças teatrais e fala (Projeto ALIP; Gonçalves s.d). A análise indicou: (i) diminuição no número de regentes de subjuntivo; (ii) expansão do indicativo sujeita a forte *efeito lexical*; (iii) tendência de *entrincheiramento* e *lexificação* do subjuntivo (circunscrito a certas combinações de verbos e tempos).

Palavras-chave: subjuntivo, modo verbal, oração completiva, variação e mudança linguísticas, português brasileiro.

1. Introdução – situando o problema

Os valores semânticos associados tradicionalmente ao subjuntivo na língua portuguesa seguem essencialmente as funções que esse modo desempenhava em latim. No

[70] Este estudo está vinculado ao subprojeto *Gramáticas paulistas na história do português brasileiro,* do Projeto *História do Português Paulista* (PHPP-Projeto Caipira) (FAPESP – Proc. 11/51787-5). O desenvolvimento de uma de suas etapas contou com o apoio financeiro da Fapesp (Proc. 2014/02414-0), durante estágio pós-doutoral no *Sociolinguistics Laboratory*, da University of Ottawa, sob a supervisão da Profa. Dra. Shana Poplack. O estudo também teve apoio do CNPq – Proc. n.311294/2013-8, na forma de Bolsa de Produtividade em Pesquisa. A divulgação das conclusões relativas à análise de amostras de peças teatrais e de dados de fala no IV CILH foi possível graças ao apoio recebido da FAPESP na forma de auxílio à participação em evento científico (Proc. 2017/11012-0). Agradeço o apoio de todas essas agências, que foi essencial para que a pesquisa tivesse êxito.

[71] Nessa pesquisa colaboraram Letícia Cordeiro de Oliveira Bueno (Doutoranda-PPG em Linguística e Língua Portuguesa), Sílvia Maria Brandão (Mestranda-PPG em Linguística e Língua Portuguesa), Caroline Carnielli Biazolli (Doutora em Linguística e Língua Portuguesa). Inestimáveis foram, ainda, as interações com a Profa. Dra. Shana Poplack, com Nathalie Dion e Salvatore Digesto (do *SocioLab/UOttawa*). A todos agradeço profundamente. As falhas que o estudo possa apresentar são, porém, de minha inteira responsabilidade.

entanto, do ponto de vista de sua expressão sintática, o modo passou por restrições importantes no processo de desenvolvimento que deu origem ao português.

Como descreve Câmara Jr. (1985: 133–134), no latim clássico o subjuntivo «aparecia em orações independentes, de maneira lata, e em orações subordinadas a mudança de modo trazia uma mudança de significação, e era possível em vários padrões sintáticos». Assim, como descrevem Furlan e Bussarello (1997: 92–5,100–102), alguns contextos de subordinação pediriam subjuntivo (imperativas, optativas, dubitativas, volitivas, interrogativas indiretas, consecutivas, finais); outros, como as concessivas, abrigavam ora o subjuntivo, ora o indicativo, a depender da conjunção escolhida. Outros contextos, ainda, como as condicionais, poderiam ocorrer com subjuntivo ou com indicativo, mas o sentido produzido seria diferente: «o verbo está no indicativo se o emissor considera real a suposição; no subjuntivo, se irreal ou possível» (Furlan e Bussarello 1997: 93).

Vê-se que desde o latim a possibilidade de alternar subjuntivo e outro modo já estava prevista no sistema linguístico. No entanto, é preciso ressaltar, não se trataria de uma variação *strictu sensu*, em que o sentido geral se mantém com a alternância das formas. Era variação de formas que implicava em variação de significado. O que também se observa é que essa questão da motivação semântica subjacente à escolha do modo verbal fundamenta a discussão sobre o emprego do subjuntivo na tradição gramatical, e é retomada (e muitas vezes mantida) em estudos descritivos.

Se nos restringimos ao contexto das orações completivas, por exemplo, fala-se que o emprego do subjuntivo estaria associado ou determinado por certos tipos ou classes semânticas de verbos. A partir de um levantamento em um conjunto de nove gramáticas e manuais produzidos ao longo do século XX (Almeida 1973, Bechara 2001, Castilho 2010, Cunha e Cintra 1985, Dias 1970, Mateus *et al*. 2003[1983], Perini 2010, Ribeiro 1955[72], Teyssier 1989), identificamos alguns valores semânticos recorrentes, associados a listagens de extensão variada dos verbos que se enquadrariam nessas categorias. A identificação dos integrantes dessas listas não é simples, pois muitas vezes os autores associam o mesmo verbo a categorias semânticas diferentes. Buscando identificar recorrências, chegamos a um quadro como o que segue:

[72] A obra de Ernesto Carneiro Ribeiro teve sua 1ª edição em 1890, mas foi reeditada inúmeras vezes e se manteve como referência importante no período. A edição de 1955 é a 6ª.

Quadro 1. Categorias semânticas e verbos a elas relacionados, conforme nove gramáticas e manuais contemporâneos do português

Significado do verbo	Verbos
Avaliação; emoção, volição	*aborrecer, adorar, agradar, apreciar, bastar, comover, conseguir, contrariar, convir, deixar, desagradar, desejar, desgostar, detestar, entristecer, esperar, fazer (com), gostar, impressionar, interessar, julgar, lamentar, mandar, odiar, ofender, preocupar, pretender, querer, sentir, ser bom, ser ruim que, surpreender, temer, tencionar*
Dúvida, incerteza; negação	*desconfiar, duvidar, negar, suspeitar*
Atitude mental; evidencialidade	*achar, compreender, duvidar, pensar, raciocinar, ser (im)possível, supor, temer*
Ordem; pedido	*aconselhar, criticar, dizer, exigir, indagar, insistir, obrigar, ordenar, pedir, perguntar, permitir, proibir, rogar, suplicar, solicitar*

Seguindo, então, a tradição latina, o modo subjuntivo aparece associado no português a nuances semânticas, muitas vezes ligadas à não factualidade – incerteza, hipótese, dúvida, volição, sentimento, ordem. Em suma, à dimensão do *irrealis*[73]. No âmbito das construções complexas com orações completivas, essa dimensão pode expressar diferentes julgamentos do falante em relação à proposição: *epistêmic*o – relacionado com conhecimento e crença (1); *deôntic*o – relacionado com obrigação e permissão (2); *bulomaico* – indicativo de que «a realização do estado de coisas da sentença encaixada é objeto de vontade/desejo do referente do sujeito experienciador da sentença matriz» (Gonçalves *et al*. 2016: 79) (3); *avaliativo* – indicativo de uma avaliação do estados de coisas «em termos de importância, de interesse, etc.» (Gonçalves *et al*. 2016: 82) (4); *causal* – indicativo de que «o estado de coisas expresso

[73] Givón (1995: 114) assim define a noção de «asserção *irrealis*»: «A proposição é fracamente afirmada como possível, provável ou incerta (sub-modos epistêmicos), ou necessária, desejada ou indesejada (sub-modos avaliativos-deônticos). Mas o falante não está preparado para suportar a afirmação com evidência ou outras bases fortes; o questionamento por parte do ouvinte é prontamente acolhido, esperado ou até solicitado».

na sentença matriz de algum modo causa a realização do evento no complemento sentencial» (Gonçalves *et al*. 2016: 79) (5)[74].

(1) É possível que eu **conheça** o Mosteiro dos Jerônimos.
(2) É necessário que você **chegue** no horário marcado.
(3) Espero que **faça** tempo bom.
(4) Seria bom que as atividades **fossem** no mesmo local.
(5) O juiz fez com que a testemunha se **sentasse**.

O sentido ao qual o subjuntivo aparece diretamente vinculado ora é apresentado como motivador da escolha desse modo, ora como meta dessa escolha (caso em que ele seria traço inerente da forma verbal). É esse tipo de correlação que vem expresso pela voz de Napoleão Mendes de Almeida (1973: 515), um dos mais típicos representantes de nossa tradição gramatical:

> *Quando a principal já por si indica suposição, incerteza, o pensar de alguém, o verbo da subordinada irá para o* ***subjuntivo*** *se persistir a ideia de suposição, de incerteza; ficará no* ***indicativo*** *se a ideia propender para a realização:*Acredito que ele VENHA / que ele VEM; Suponho que ele SAIBA mais do eu/ que ele SABE mais do que eu [grifos nossos].

Ao definir tais espaços como normativos de subjuntivo, assume-se ou prevê-se que esse modo verbal seja (deva ser) produtivo, já que teria um valor informacional relevante ou, pelo menos, viria reforçar um valor veiculado no enunciado. No entanto, em contraste com essa prescrição, estudos sociolinguísticos têm demonstrado uma tendência no português brasileiro (PB) ao uso de formas do indicativo em contextos normativos de subjuntivo (Almeida 2010, Barbosa 2013, Berlinck 2015, Bittencourt 2012, Callou e Almeida 2009, Domingos 2004, Lima 2012, Meira 2007, Neta 2006, Nicolau 2003, Pimpão 1999, 2009, 2012, Ribas e Barros 2013, entre outros). Essa tendência se revela em situações de variação estrita, como vemos em «eu acredito que

[74] Para uma discussão mais detalhada sobre os valores expressos, cf. Oliveira (2003), Neves (2011), Gonçalves *et al*. (2016).

num **deva** ter cota» [AC-85, RO-355] e «a gente acredita que **deve** ter cobras maiores lá» [AC-86, DE-293][75].

Se o movimento de substituição das formas de subjuntivo por formas de indicativo na fala está bem atestado e razoavelmente conhecido, ainda que pouco aceito pela tradição, a abordagem diacrônica recebeu até o momento, comparativamente, pouca atenção. Nesse sentido, temos alguns estudos de fôlego como o de Almeida (2010) e de Pimpão (2012). O primeiro estuda a alternância subjuntivo/indicativo em orações completivas e concessivas em tempo real de longa (sécs. XIII ao XX) e de curta duração (dados de fala dos anos 1970 a 2000). O segundo focaliza a variação «presente do subjuntivo/presente do indicativo» em cartas de redatores/editoriais publicadas entre o final do século XIX e o final do século XX, na cidade de Florianópolis.

Ambos contribuem significativamente para a descrição do percurso de variação e mudança que envolve o emprego do subjuntivo no português, mas o fenômeno ainda permite e pede novas análises nessa perspectiva. Propusemos, então, um estudo sobre o uso variável do subjuntivo no português do Brasil[76], em uma perspectiva histórica que analisou e comparou esse fenômeno em dados oriundos de peças de teatro (sobretudo comédias) dos séculos XVIII ao XX. Acrescentou-se a essa linha temporal, uma análise sincrônica de dados de fala colhidos no Banco de dados Iboruna, do Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista) (www.ibilce.unesp.br/iboruna) (Gonçalves s.d). Além de permitir uma comparação efetiva com os resultados diacrônicos, na medida em que as análises se pautaram pelo mesmo conjunto de parâmetros, tivemos como objetivo trazer a variedade paulista para esse esforço de caracterização do fenômeno no português brasileiro.

Considerando a complexidade da expressão do modo verbal e os contextos em que, de acordo com a tradição gramatical e estudos descritivos da língua, deve ocorrer, pode ocorrer ou ocorre a alternância entre os modos subjuntivo e indicativo, delimitamos

[75] Os códigos que seguem os exemplos se referem à amostra de onde provêm os dados (AC – Amostra Censo, do Banco de Dados Iboruna), número do informante, tipo de texto (NE – narrativa de experiência, NR – narrativa recontada, DE – descrição de espaço, RP – relato de procedimento, RO – relato de opinião) e linha na transcrição em que consta a ocorrência. (Gonçalves, s.d.)

[76] Tratamos como distintos os processos de *alternância* e *variação*. *Alternância* pode ou não incluir situações de variação; ou seja, situações em que o uso de uma forma ou outra não implica em mudança semântica ou funcional. A tradição gramatical admite alguns contextos em que o uso de formas de subjuntivo e indicativo são possíveis, no entanto não reconhece a possibilidade de que expressem o mesmo sentido. Seriam, assim, contextos de *alternância* e não de *variação*.

como contexto de investigação as orações completivas, subordinadas a regentes verbais e verbo-nominais. Essa opção se justificou pelo fato de ser esse o contexto que se mostra o mais propenso à variação, e por isso o que tem sido mais estudado (cf. conjunto de estudos já mencionados nesta introdução). Uma análise-piloto de subamostra do *corpus* de dados de fala (Iboruna) confirmou esse contexto como aquele que parece estar mais aberto à entrada das formas de indicativo (em um conjunto de 180 dados encontramos 27,5% de formas de indicativo em completivas, contra 10% de formas desse modo em orações adverbiais).

A consideração do conjunto de estudos já desenvolvidos sobre o fenômeno permitiu construir uma referência a partir da qual balizar os usos identificados nos *corpora* dos séculos XVIII a XX, assim como nos dados do português paulista. Também para a construção dessa referência foi relevante considerar o que a tradição gramatical diz a respeito do uso dos modos verbais, sobretudo porque ela atuou e continua atuando sobre o imaginário de como devem ser textos escritos considerados modelares.

Dois objetivos gerais orientaram a pesquisa:

(1) Caracterizar o uso variável do subjuntivo em orações completivas na história do português brasileiro, o que implica em caracterizar o percurso de entrada e expansão do indicativo nos contextos normativos de subjuntivo. Assim, procurou-se identificar: (i) por quais contextos se inicia o uso do indicativo; (ii) para que contextos seu uso se expande e quando; (iii) em que contextos o subjuntivo «resiste».

(2) Avaliar a ação das forças prescritivas sobre esse processo. Ou seja, avaliar em que medida as condições de produção dos textos, que determinam uma menor ou maior expectativa da obediência à norma gramatical, podem coibir ou permitir a variação subjuntivo/indicativo.

A análise de dados seguiu os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística variacionista (Weinreich, Labov e Herzog 2006 [1968], Labov 2008 [1972], 1994, 2001), incluindo (i) o levantamento de uma amostra representativa do fenômeno nas peças de teatro selecionadas para compor as amostras, com ênfase nos contextos que sofrem algum tipo de avaliação por parte da norma prescritiva, (ii) sua análise segundo os grupos de fatores definidos a partir das hipóteses, (iii) a quantificação dos dados analisados por meio do programa estatístico GOLDVARB X

(Sankoff *et al*. 2005, Tagliamonte 2006), (iv) a interpretação dos resultados quantitativos à luz dos pressupostos teóricos que embasam o estudo e das hipóteses definidas.

É necessário ressaltar, em relação ao item (i), que foram avaliados contextos a partir da perspectiva do uso do subjuntivo, que, pelo que indicam os estudos, é o modo cujo emprego tem diminuído. Assim, o levantamento de dados se fez, primeiramente, pela identificação de contextos em que pelo menos uma ocorrência de subjuntivo se deu na amostra. A partir da identificação dessas ocorrências, buscou-se as ocorrências de indicativo nos mesmos contextos, com vistas à caracterização de situações de variação entre os dois modos verbais.

No conjunto inicial, a análise acabou por revelar contextos variáveis e também contextos categóricos de subjuntivo. Ainda que um dos pontos principais do estudo seja a caracterização de situações de variação, a identificação de contextos categóricos é relevante para a construção de um quadro geral do percurso desse modo na história do português do Brasil. Passemos, então, à busca das respostas aos questionamentos a partir da interpretação do que nos revelaram os dados.

2. Subjuntivo e indicativo em peças de teatro e em dados da fala paulista

Para a análise do fenômeno em peças de teatro, foram construídas três subamostras referentes aos três momentos focalizados: XVIII, XIX e XX. O Quadro 2 relaciona os autores de cuja dramaturgia foram selecionados os textos fonte de dados. No caso do século XVIII, a escassez da produção teatral no Brasil levou ao uso exclusivo da produção de Antonio José da Silva (o Judeu)[77]. O apêndice 1 traz a lista completa das peças analisadas.

[77] Os autores selecionados são brasileiros, nascidos no Rio de Janeiro (como Martins Pena, França Júnior, Gastão Tojeiro, Antônio Callado), Rio Grande do Sul (Qorpo Santo), Ceará (José de Alencar), Maranhão (Artur Azevedo, Coelho Neto), Bahia (Dias Gomes), Paraíba (Ariano Suassuna) e São Paulo (Flávio Souza). Gianfrancesco Guarnieri, nascido em Milão, na Itália, mudou-se com a família para o Brasil com 2 anos de idade. Todos viveram a maior parte de suas vidas no Brasil, tendo feito sua formação educacional e construído suas carreiras no país. A exceção nesse conjunto é António José da Silva. Nascido em São João de Meriti, estado do Rio de Janeiro, em 1705, foi para Portugal ainda criança e lá viveu até sua morte (1739), quando foi executado pela Inquisição, acusado de judaísmo. Sua obra literária foi produzida em Portugal. Tomamos os dados advindos das peças de António José da Silva, desse modo, como o contraponto possível aos períodos posteriores, já que não se dispõe de uma

Quadro 2. Peças de teatro que compõem as amostras por século

Século XVIII	Século XIX	Século XX
Antonio José da Silva (1705–1739)	Martins Pena (1815–1848) Qorpo Santo (1829–1883) José de Alencar (1829–1877) França Junior (1838–1890) Artur Azevedo (1855–1908) Coelho Neto (1864–1934)	Gastão Tojeiro (1880–1965) Antônio Callado (1917-1997) Dias Gomes (1922–1999) Ariano Suassuna (1927-2014) Gianfrancesco Guarnieri (1934-2006) Flávio Souza (1955–)

As amostras assim constituídas têm extensões absolutas diferentes, mas as diferenças no que se refere à presença do fenômeno em estudo não se mostraram tão acentuadas. As subamostras de peças dos séculos XVIII, XIX e XX têm, respectivamente, a extensão de 150 642 palavras, 254 107 palavras e 134 245 palavras. No entanto, as diferentes dimensões não comprometem, em princípio, a análise; com exceção da amostra do século XVIII, em que a proporção número de dados/número de palavras é bastante superior ao das outras subamostras (0,009), as demais apresentam uma relação bastante aproximada: século XIX: 0,0030; XX: 0,0029. Esses índices também não se diferenciam muito daquele observado no estudo que analisou dados sincrônicos de fala: a amostra ALIP apresenta uma extensão de 785 439 palavras e o índice correspondente à proporção de dados nesse universo é de 0,0026 (Berlinck 2015).

Passemos, então, aos resultados da análise do modo verbal empregado nos dados de completivas coletados nas peças de teatro, começando com os índices gerais (Tabela 1).

Tabela 1. Frequência de Subjuntivo e Indicativo em orações completivas – Peças dos séculos XVIII a XX

	XVIII		XIX		XX	
	%	N	%	N	%	N
Subjuntivo	53%	712	70%	543	71%	275
Indicativo	47%	624	30%	229	29%	112
		1336		772		387

produção teatral oitocentista nacional. As conclusões daí advindas são consideradas tendo em conta essa especificidade.

Uma primeira constatação que esses índices gerais permitem é que os dois modos ocorrem alternativamente em contexto de orações completivas onde a tradição prevê apenas o subjuntivo. Uma análise fina dos dados revelou, além disso, que o emprego dos dois modos incluía situações efetivas de variação *strictu sensu,* como o que vemos ilustrado em (6 a 9)[78]:

(6) Sendo tu seu mestre, não duvido que **esteja** tão adiantada. (Judeu – XVIII)
(7) Olhe vossa mercê, Senhor Governador; não duvidamos que a vaca **é** generoso alimento; (Judeu - XVIII)
(8) Gentilíssima Lola, permite que Radamés te **apresenta** Aída! (Artur Azevedo – XIX)
(9) Permite que lhe **ofereça** estas flores? (José de Alencar – XIX)

Considerando o possível percurso dessa alternância, observamos que o uso do subjuntivo cresce na comparação entre o século XVIII e XIX e se mantém estável (e alto) nos dados do século XX. O fato surpreende por observarmos que resultados de estudos de amostras de fala de diferentes regiões brasileiras chegam a registrar índices baixos de emprego do subjuntivo, embora o quadro inclua uma significativa diferença de amostra para amostra (cf. Quadro 3):

Quadro 3. Frequência de uso do presente do subjuntivo em amostras de fala de diferentes regiões brasileiras[79]

Estudo	Corpus	Data do corpus	% Subjuntivo
Pimpão (1999)	VARSUL – Florianópolis	1980(~)	54%
Pimpão (1999)	VARSUL – Lages (SC)	1980(~)	62%
Vieira (2007)	Projeto Vertentes do Português Rural (BA)	1992-2002 (+-)	24%
Callou e Almeida (2009)	NURC – RJ	1970 1990	9% 13%
Callou e Almeida (2009)	NURC – SA	1970 1990	16% 8%

[78] O código que segue o exemplo se refere ao autor de cuja peça provém o dado, seguido do século.
[79] O quadro expõe apenas os índices referentes ao uso das formas do tempo presente, pois é aquele que permite uma comparação efetiva entre os vários estudos.

Carvalho (2007)	Português não-padrão do Ceará (Cariri)	2007	25%
Lima (2012)	Salvador	2006-2007	71%
Berlinck (2015)	ALIP – Interior paulista	2003	47%

Assim, nossa análise de dados oriundos de peças de teatro sugere a predominância de um uso prescritivo do subjuntivo, que se manifesta nos textos do XIX e se mantém no XX, e que não corresponde ao que observamos nas peças setecentistas e menos ainda ao que se constata no uso falado.

Naturalmente, os índices gerais pedem uma análise mais detalhada em relação aos contextos considerados. Se os dados se caracterizam como contextos normativos de subjuntivo, essa generalização pode ocultar nuances. Como mencionado antes (Introdução), um dos aspectos que fundamenta a discussão sobre o emprego do subjuntivo na tradição gramatical é a motivação semântica que subjaz à escolha do modo verbal, normalmente associada à não factualidade – a expressão da incerteza, hipótese, dúvida, volição, sentimento, ordem. Por outro lado, estudos como os de Poplack (1992), Poplack, Lealess e Dion (2013), Almeida (2010), Pimpão (2012), Barbosa (2013) e Berlinck (2015) têm revelado um *efeito lexical* como fator muito influente em processos de variação (e em processos de variação envolvendo o modo verbal, mais especificamente), algo que pode comprometer e enviesar os resultados, caso não seja cuidadosamente controlado. Assim, se fosse identificada uma correlação entre o emprego (variável) do modo, não com classes semânticas, mas com itens lexicais específicos, o argumento normativo ficaria abalado. É exatamente o que se constatou na análise tanto dos dados oriundos das peças teatrais, como nos dados de fala.

Primeiramente, vamos voltar às nove gramáticas tomadas como referência da tradição gramatical. Elas apontam como contextos de uso, quase sempre considerado obrigatório, de subjuntivo construções caracterizadas por: (i) 118 regentes verbais introduzindo uma oração completiva objetiva; (ii) 119 regentes introduzindo uma oração completiva subjetiva (em construções como ‘ser X que’ e ‘ser um X que’, em que X é um substantivo ou um adjetivo; e (iii) outros 26 regentes (substantivos e adjetivos) introduzindo uma oração completiva preposicionada (construção ‘X

de/por/a/para que'). O total de regentes declarados como contexto de subjuntivo foi de 263.

Nossa análise de dados revela que, ao contrário desse número expressivo de regentes verbais de subjuntivo apontado pelas gramáticas, os textos analisados trazem uma quantidade bem menor e segundo uma tendência clara à diminuição: século XVIII – 108 regentes; século XIX – 94 regentes; século XX – 56 regentes. O confronto com os resultados do estudo sincrônico reforça a percepção dessa tendência: nos dados do ALIP, foram encontrados apenas 43 regentes diferentes subcategorizando subjuntivo em suas completivas (cf. Berlinck 2015).

Associado a essa diminuição, chamou a atenção o fato de que o emprego do subjuntivo se concentra sempre em um conjunto comparativamente bastante pequeno de regentes. Vamos levar em conta os mais frequentes – aqueles que têm pelo menos 10 dados no corpus (cf. Tabela 2). No século XVIII, 21 regentes (dos 108) concentram 80% dos dados (1 068/1 336) e 63% (449/712) das ocorrências de subjuntivo; no século XIX, 16 regentes (dos 94) correspondem a 73% dos dados gerais (562/772) e 68,5% (372/543) das ocorrências de subjuntivo; no XX, são 10 regentes que reúnem 74% dos dados (286/387) e 69% (190/275) das ocorrências de subjuntivo.

Além disso, ao contrário do que se poderia esperar a partir dos preceitos normativos, esses regentes diferem muito em termos da frequência com que «ativam» o emprego do subjuntivo e cada regente apresenta um padrão de comportamento muito estável entre os três períodos analisados. Encontramos casos que apresentam um uso categórico ou com índices quase categóricos de subjuntivo, como *pedir, poder ser* (100%), *querer* (100% ~ 92%), *esperar* (100% ~ 90%), *fazer (com)* (100% ~97%). Por outro lado, há regentes que têm índices bastante baixos de usos desse modo verbal, como *duvidar* (29%), *pensar* (17%), *acreditar* (39% ~ 45%), *crer* (8% ~9%).

Também digno de nota é a não consistência entre as noções semânticas tradicionalmente associadas ao subjuntivo e os resultados para diferentes regentes que caberia incluir em uma mesma classe. Assim, enquanto *acreditar* apresenta índices de 39% e 45% de subjuntivo, o seu quase sinônimo *crer* se combina com o subjuntivo em apenas 8% ou 9% de suas ocorrências como regente.

Tabela 2. Frequência de subjuntivo segundo o regente verbal (+ de 10 dados no *corpus*) – Peças de teatro – XVIII ao XX (*) (**)

(*) As diferentes cores indicam os regentes que ocorrem nos 3 momentos analisados (amarelo) ou em 2 deles (azul ou verde).

(**) O índice entre colchetes no cabeçalho da tabela corresponde ao índice geral de uso de subjuntivo em cada período.

XVIII	% [53]	N
Dizer	100%	56/56
Pedir	100%	49/49
Mandar	100%	25/25
Permitir	100%	20/20
Temer	100%	19/19
Importar	100%	16/16
Esperar	100%	15/15
Poder ser	100%	14/14
Fazer (com)	97%	32/33
Querer	92%	156/170
Bastar	37,5%	12/32
Reparar	36%	4/11
Persuadir	29%	4/14
Duvidar	29%	4/14
Negar	20%	4/20
Crer	8%	1/13
Lembrar	8%	1/12
Ver	7%	9/134
Cuidar	3%	4/135
Saber	3%	4/133
Advertir	3%	1/33

XIX	% [70]	N
Querer	100%	121/121
Ser preciso	100%	44/44
Pedir	100%	44/44
Dizer	100%	29/29
Consentir	100%	16/16
Fazer (com)	100%	14/14
Ser melhor	100%	11/11
Desejar	100%	10/10
Ser bom	100%	10/10
Permitir	92%	12/13
Esperar	90%	19/21
Acreditar	39%	7/18
Supor	35%	11/31
Pensar	17%	14/84
Julgar	15%	4/26
Crer	9%	6/70

XX	% [71]	N
Querer	100%	77/77
Esperar	100%	22/22
Ser preciso	100%	15/15
Poder ser	100%	12/12
Pedir	100%	11/11
Ser possível	80%	8/10
Deixar	73%	11/15
Acreditar	45%	9/20
Imaginar	40%	4/10
Pensar	22%	21/94

A comparação dos resultados apresentados na Tabela 2, e comentados acima, com o que vemos na Tabela 3, referentes à análise dos dados do ALIP (Berlinck 2015), reforça a constatação do *forte efeito lexical* que atravessa esse fenômeno. As mesmas correlações estão ali presentes: o pequeno (e comparativamente menor) número de regentes verbais concentrando tanto uma maior porção dos dados como as ocorrências de subjuntivo; um comportamento bastante heterogêneo que inclui regentes com índices altos ou com índices bastante baixos de subjuntivo e a inconsistência do comportamento de regentes do mesmo «grupo semântico».

Tabela 3. Frequência de uso do subjuntivo –
verbos regentes mais frequentes na amostra do ALIP – séc. XXI

XXI	%	N
	[55,5]	
Fazer (com)	96	27/28
Esperar	85	11/13
Preferir	80	8/10
Querer	76	71/93
Gostar	63	17/27
Acreditar	30	22/74
Crer	19	3/16
Pensar	5	3/56
% do total	76%	317/416

Concluímos que esse *forte efeito lexical* precisa ser necessariamente levado em conta nas análises, sob pena de mascararmos a realidade. Naturalmente, um tal quadro de restrição lexical vai se refletir na atuação de quaisquer outros fatores elencados como possíveis hipóteses para a alternância de modo verbal. Alguns deles são:

- possível influência da presença ou não do complementizador (*que*) introdutor das completivas;
- possíveis correlações modo-temporais entre a oração matriz e a encaixada;
- possível maior retenção da morfologia de subjuntivo dependendo do tempo verbal e do grau de saliência mórfica expresso.

O primeiro desses fatores revelou-se atuante apenas na subamostra do século XVIII. Trata-se de uma correlação insuspeitada entre a presença do complementizador *que* e

o emprego do subjuntivo. Dizemos insuspeitada porque a própria ausência do complementizador em completivas do português nos parecia ocorrência incomum, pelo menos no português atual. A identificação de um efeito significativo desse fator no estudo do fenômeno em francês (cf. Poplack, Lealess e Dion 2013) motivou o seu controle na análise do português. Apenas nos dados colhidos na amostra de peças setecentistas foi possível avaliar o possível efeito do fator, pois a presença do *que* foi quase categórica entre os dados das peças teatrais do século XIX (há 5 ocorrências sem *que*) e categórica no corpus de peças do século XX e nos dados de fala.

A correlação entre presença/ausência do *que* e o modo verbal na completiva, nas peças setecentistas vem apresentada na Figura 1.

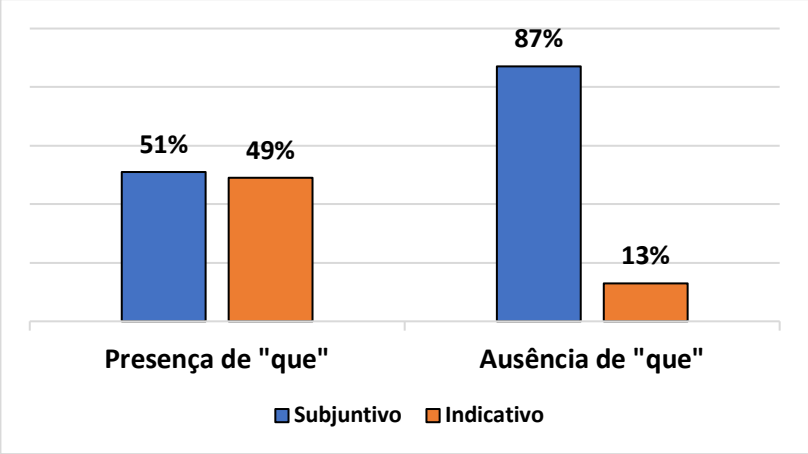


Figura 1. Modo verbal em orações completivas segundo a presença/ausência do complementizador *que*

Os dados em (10 a 12) ilustram os casos de ausência do complementizador com o verbo encaixado no subjuntivo; os exemplos (13) e (14) trazem o verbo da completiva no indicativo.

(10) Vamos à lição, anda, que ao depois ~~quero~~ me **notes** uma carta para Periandro, que hei-de escrevê-la pela (Judeu- Esopaida ou A Vida de Esopo -XVIII)

(11) Dórida, estimarei **aches** alívio no divertimento da caça. (Judeu – As variedades de Proteu - XVIII)

(12) Semicúpio, não temo impossíveis, tendo da minha parte a tua indústria, que espero de ti **apures** toda a força de teu engenho para os combates dessa muralha. (Judeu – Guerras do Alecrim e da Mangerona - XVIII)

(13) CIRENE - Em Proteu será respeito esse desvio; pois me consta **é** extremoso amante. (Judeu - As variedades de Proteu - XVIII)

(14) A primeira velha disse: - Senhora, a barriga de vossa mercê tem tal quentura, que me persuado que tem nela um incêndio. Disse a segunda: - Pois eu, se me não engana o tacto, acho a barriga de vossa mercê tão dura, que cuido **tem** dentro dela um calhau. (Judeu – Esopaida ou Vida de Esopo – XVIII)

O que se observa é que a ausência do *que* está associada com um índice bastante mais elevado de subjuntivo: num universo de 87 dados sem o *que*, 87% (76) ocorreram com o subjuntivo. Por outro lado, os dados que seguem o padrão mais comum, com o *que* apresentam uma distribuição neutra, indicando que nesse subconjunto não é esse aspecto o responsável por explicar a alternância. É possível pensar que, na ausência do índice de subordinação, o emprego do modo que ocorre predominante em contexto de subordinação atuaria como um tipo de índice da relação entre a principal e a subordinada, substituindo o *que*.

Nossas amostras dos séculos XIX, XX (peças) e XXI (fala) não apresentaram, como dito, dados de ausência do complementador. A investigação de outras amostras pode, talvez, revelar tais usos, permitindo assim verificar a validade da correlação observada nas peças setecentistas para outros momentos da história do PB. Também será importante avaliar dados desse período provindos de outros gêneros textuais, para contrabalancear uma possível influência estilística, dado que as peças do XVIII são todas obra de um mesmo punho.

No que se refere aos aspectos ligados à morfologia verbal, uma primeira observação é constatarmos que a morfologia do subjuntivo está mais presente em contexto de pretérito e, particularmente, em associação com o pretérito imperfeito, como se vê na Tabela 4, já que é com essa referência temporal que encontramos índices de subjuntivo relativamente superiores aos índices gerais para cada século. O efeito é constante, mantendo-se tanto nos dados oriundos das peças teatrais como nos dados de fala, o

que sugere uma possível motivação estrutural. Ressalte-se que esse resultado confirma conclusões de outros estudos (Bianchet 1996, Carvalho 2007, entre outros).

Tabela 4. Frequência de Subjuntivo segundo o tempo do verbo da encaixada

	Peças teatrais			**ALIP**
	Séc. XVIII	**Séc. XIX**	**Séc. XX**	**Séc. XXI**
Presente	58% 572/979	75% 384/511	74% 167/226	56% 102/181
Pret. Imperf.	**64%** 134/208	**81%** 159/196	**83%** 98/118	**68%** 115/168
Pret. Perf.	4% 4/105	0% 0/29	30% 7/23	20% 5/25
Futuro	14% 3/22	0% 0/15	 1/5	7% 1/15
Total	53%	70%	71%	55,5%

A consistência dessa correlação tende a se confirmar ao avaliarmos a interação entre o tempo verbal da oração encaixada – que especifica nossas variantes – com o tempo verbal da oração principal, do regente que, segundo a tradição, pede o subjuntivo na completiva. O que vemos nos resultados expostos na Tabela 5 é que o índice de morfologia de subjuntivo quando o tempo é o pretérito imperfeito é sempre significativamente superior ao índice geral em cada uma das subamostras de peças e quase sempre superior ao índice geral dos dados de fala. A aparente exceção do resultado imperfeito (principal) – imperfeito (encaixada) para o século XVIII se explica, na verdade, pelo fato de que os dados que têm o imperfeito na principal têm, quase que exclusivamente, também o verbo da encaixada no imperfeito.

Tabela 5. Frequência de subjuntivo – tempo pretérito imperfeito na oração encaixada – segundo o tempo verbal da oração principal

	Peças teatrais			**ALIP**
Tempo – Verbo ⬇ principal	**Séc. XVIII [53%]**	**Séc. XIX [70%]**	**Séc. XX [71%]**	**Séc. XXI [55%]**
Presente	68% 17/25	89% 25/28	 2/6	47% 8/17
Pret. Imperf.	51% 21/41	80% 45/56	90% 47/52	63% 58/92
Pret. Perf.	63% 53/84	84% 65/77	83% 35/42	79% 26/33

Quanto ao índice da combinação *presente-imperfeito* nos dados da ALIP, observamos que 7 dos 9 dados de indicativo ocorreram com os verbos *crer* e *acreditar* (exemplos 15-21), verbos que se associam em todas as amostras analisadas a índices baixos de subjuntivo nas completivas que os acompanham.

(15) ... eu **acredito** que num era isso que eu queria pra Rio Preto né? (AC-49,RO)
(16) não sei nem onde a M. L. dormia... eu **acredito** que dormia no mesmo cômodo da mãe e do padrasto (...) (AC-86,RO)
(17) eu **acredito** que ele devia tê(r) em torno de setenta anos de idade mais ou menos... mas uma pessoa muito simpática... éh extrovertida... que conversava bastante (AC-99,NR)
(18) porque eu **acredito** que a justiça devia abraçá(r) nossa causa porque nós tínhamo(s) todos os recibos do escritório pago... tá tudo certinho (AC-107,RO)
(19) falô(u) que... não... sei o quê que foi por causa de arbitragem lá que/ que éh que o Corinthians foi... teve... éh teve... vantagem teve NAda... eu/ eu acho que... que ele/ ele pelo elenco que tem pelo Tevez que/ que éh... que... jogô(u) pra caramba... éh eu/ eu **creio** que/ que... era... se o Roger não/ não machuca contra o Vasco já tá tudo campeão faz tempo com umas três rodada... (AC-33,RO)
(20) ... eu **creio** que eu tinha uns... cinco (AC-65,DE)
(21) eu estava presente mas eu **creio** que nenhum num estava presente... (AC-93,NE)

Essa constatação reforça o que já se observou quanto ao peso do efeito lexical sobre o processo e a necessidade de controlar esse aspecto. Nesse sentido, é relevante o fato de que nas amostras das peças teatrais do XVIII e do XIX, os dados incluem um conjunto mais variado de regentes e regentes que se mantêm fortemente associados ao subjuntivo, como *querer, estimar, esperar, ser possível*, como ilustram os exemplos (22-25):

(22) [TIRÉSIAS] - Como **é possível** que em tão poucas horas pudesse executar o teu preceito? Estes troncos não nasceram sem tempo, nem estas plantas se produziram em um instante; (Judeu-XVIII)

(23) [FAETONTE] - Como **queres** se contivesse em Tessália um coração que não cabe em todo o mundo, pois só nas etéreas regiões terá limite a minha ambição? (Judeu-XVIII)

(24) À hora indicada abro a porta com esta chave (Mostrando-a.), coso-me ao muro como uma lagartixa e **espero**, mal podendo conter a respiração, que aparecesse o anjo dos meus sonhos. (França Júnior – XIX) (25) [JORGE] — **Estimo** que a vizinha não tivesse maior incômodo. (Martins Pena - XIX)

Um outro parâmetro considerado na caracterização da alternância foi a possível influência da *saliência mórfica* (grau de diferença entre as formas variantes), na esteira da força que esse fator revelou na análise de processos de variação de concordância verbal e nominal (cf. Lemle e Naro 1977, Naro 1981, Naro e Scherre 1999, entre outros). Além disso, cabe mencionar que esse aspecto se mostrou relevante na caracterização da história do uso variável do subjuntivo em francês (cf. Poplack, Lealess e Dion 2013), o que reforçou a validade de levá-lo em conta neste estudo.

Assumindo o subjuntivo como o modo marcado (Givón 1995), trabalhamos com a hipótese de uma associação entre graus maiores de saliência (formas totalmente diferentes nos dois modos: *é/seja, era/fosse; ia/fosse* – grau supletivo) e um uso mais frequente de subjuntivo. Ao contrário, esperávamos que formas com um grau menor de saliência (diferença apenas na desinência: *ama/ame; tenho/tenha; faço/faça* – grau regular) e com alguma diferença no radical e também na desinência (*estava/estivesse; tinha/tivesse* – grau irregular) apresentassem relativamente um uso menor de subjuntivo. Os resultados, no entanto, se revelaram no sentido diametralmente oposto, como vemos na Tabela 6, para os séculos XIX e XX e também nos dados do português paulista:

Tabela 6. Frequência de subjuntivo segundo o grau de saliência mórfica

Saliência da forma verbal ⬇	**Século XIX [70%]**	**Século XX [71%]**	**ALIP [55,5%]**
Regular	86% 366/427	86% 165/191	69% 126/182
Irregular	63% 144/230	69% 88/128	57% 64/113
Supletivo	29% 33/115	32% 22/68	36% 44/121

A hipótese de uma correlação entre *morfologia verbal*/*saliência mórfica* e a maior presença do subjuntivo foi previamente avaliada em outros estudos (Rocha 1997, Santos 2005, Pimpão 1999, 2012), sem se revelar válida. No estudo de Pimpão (2012), a autora observou a mesma hierarquia inversa à expectativa, para dados sincrônicos de fala das cidades de Florianópolis e Lages-SC.

Consideramos que esse resultado merece uma maior investigação, na sequência dos estudos sobre o fenômeno. Vale, no entanto, destacar que, também em relação a esse parâmetro, é possível observar o efeito da distinção de tempo na oração encaixada, com o imperfeito consistentemente associado a índices mais altos de subjuntivo, em interação com a *saliência mórfica*, nos dados das peças teatrais, e entre os casos de saliência *regular,* nos dados de fala (cf. Tabela 7).

Tabela 7. Frequência de subjuntivo segundo o grau de saliência mórfica e o tempo verbal na oração encaixada

	Peças teatrais				**ALIP**	
	Séc. XIX		**Séc. XX**		**Séc. XXI**	
Tempo verbal ➡	Presente	Imperfeito	Presente	Imperfeito	Presente	Imperfeito
Saliência mórfica ⬇						
Regular	85% 276/323	**91%** 90/99	85% 110/130	**96%** 54/56	63% 46/73	**84%** 79/84
Irregular	63% 92/145	**80%** 52/65	79% 52/66	**77%** 27/35	57% 41/72	59% 20/34
Supletivo	37% 16/43	**53%** 17/32	25% 5/20	**63%** 17/27	42% 15/36	41% 17/41

3. Retomando as perguntas iniciais

O resultado geral do estudo – a linha composta pelos índices de subjuntivo e indicativo nos quatro momentos considerados – desenhou um percurso de certo modo inesperado e instigante: a partir de um índice próximo ao ponto neutro (53% - século XVIII), temos uma curva ascendente de Subjuntivo nos séculos XIX (70%) e XX (71%) (dados das peças) que volta a decrescer nos dados de fala (55,5% - século XXI).

Como interpretar esse percurso?

Uma hipótese para esse contraste poderia vir do recrudescimento de uma postura normativista que tem sua origem no projeto de construção de uma norma idealizada a

partir de padrões lusitanos no século XIX (Pagotto 1998). Tal norma se arraigou em nosso imaginário e em nossas práticas de escrita e ainda determina muito do que se julga um bom texto em português. Não teríamos, então, por trás dos índices de subjuntivo nas peças oitocentistas e novecentistas, apenas uma expressão da gramática do PB, mas da norma gramatical vigente (um uso da norma e não uma norma de uso). Estamos cientes do caráter, em certa medida, especulativo dessa interpretação. Se, por um lado, há consenso sobre a existência de um tal projeto de construção de uma norma, pautada em um modelo europeu, por outro o alcance concreto dessa construção sobre a produção linguística (falada e escrita) resta a ser investigado.

Numa outra linha de investigação, construída a partir da análise dos dados segundo parâmetros estruturais, constatamos que há um padrão bastante semelhante nos quatro períodos analisados, no que se refere à identidade lexical dos regentes, à concentração da morfologia de subjuntivo em um pequeno número de verbos (usualmente os mesmos), à correlação entre maiores frequências de uso de subjuntivo e o tempo pretérito (imperfeito). Vemos, então, que as diferenças em números absolutos não parecem se dever a fatores de natureza estrutural. O subjuntivo ocorre essencialmente nos mesmos contextos em todos os períodos (ainda que observemos algumas exceções, tal como as construções sem complementizador expresso em dados do XVIII). Esse recorte temporal de três séculos aponta, então, mais para estabilidade do que para movimento do ponto de vista estrutural, em confronto com a curva traçada pelos índices gerais.

Seria possível ainda assim encontrar, subjacentes à estabilidade identificada, alguns indícios de movimento?

Retomando duas questões iniciais: seria possível apontar algum contexto de entrada (ou de expansão) do indicativo e, no sentido oposto, demarcar os contextos em que o subjuntivo resiste? As correlações com os tempos verbais ainda aparecem como o domínio possível para uma tal identificação. O efeito lexical que atua sobre o fenômeno nos leva a fechar a lente da investigação na identidade do verbo regente, em uma reveladora microanálise ilustrada pela Figura 2. O que temos aí representado são os índices de uso de subjuntivo, nos tempos presente e imperfeito, junto de dois verbos regentes que contrastam fortemente em sua associação com esse modo – *querer* e *pensar*.

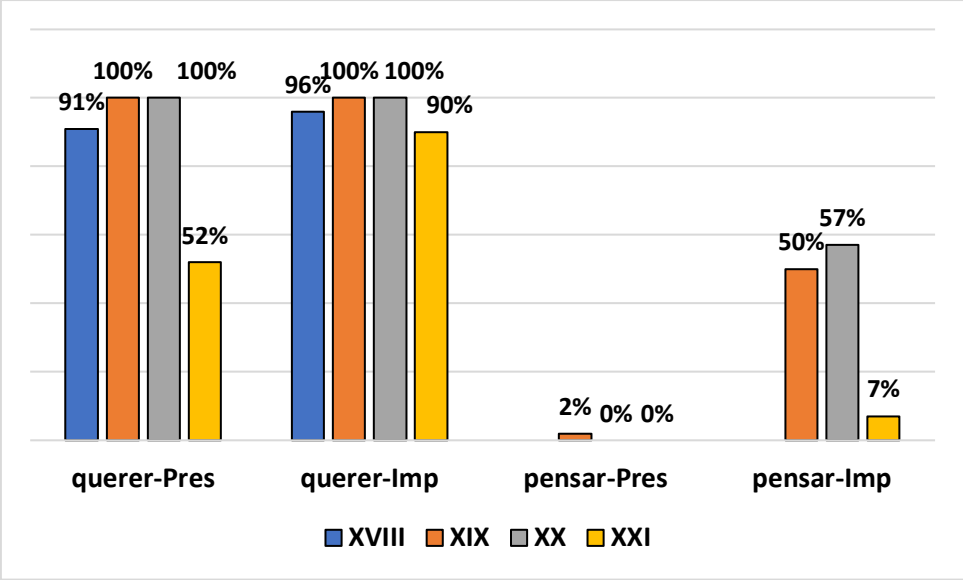


Figura 2. Frequência de formas de subjuntivo presente e imperfeito em orações completivas dos regentes querer e pensar (XVIII-XX (peças) e XXI (fala)

Querer se mantém consistentemente associado ao subjuntivo, enquanto *pensar* ocorre predominantemente com o indicativo. Para além desse contraste, porém, emerge uma tendência comum: é no âmbito do presente que o indicativo se instala primeiramente. Com *querer* apenas nos dados de fala; com *pensar*, muito antes, já nas peças do XIX. Nas construções com *querer* o avanço se resume a esse contexto, mas com *pensar* vemos a expansão do indicativo para o contexto mais resistente – o pretérito imperfeito.

Todos os resultados até aqui discutidos convergem para um quadro de «entrincheiramento». Comparando o tratamento dado ao subjuntivo na tradição gramatical ao uso real desse modo verbal nos dados escritos, do XVIII ao XX, e de fala (XXI), observamos um forte contraste. A maioria dos contextos normativos de subjuntivo em completivas no PB atual estão, de fato, ocupados pelo indicativo. Ainda que o português não apresente o grau de «ritualização» verificado no francês (Poplack 1992, Poplack, Lealess e Dion 2013), a circunscrição do emprego do subjuntivo a poucos regentes, e sua associação privilegiada com certas combinações de verbos e tempos são índices claros de que esse modo estaria em processo de convencionalização. Exemplificam essa tendência as construções com os verbos *querer* e *gostar,* tal como em (26) e (27). Quando os dois verbos regentes ocorrem,

respectivamente, no imperfeito do indicativo e no futuro do pretérito, o verbo da oração encaixada apresenta o imperfeito do subjuntivo em 90% das ocorrências.

(26) e aí ... meu pai queria que eu minha MÃE meu PAI **queria** que eu fosse mais bem prepaRAda assim pra prestá(r) vestibular essas coisas (AC-012; NE)

(27) essa estrada chegô(u) tam(b)ém a entrá(r) na minha ceva também lá...ninguém tem que conservá(r) aí tam(b)ém... eu **gostaria** que num tivesse estrada... que tinha que levá(r) nas costa mesmo as coisa lá né? porque aí dificulta mais dos pessoal í(r) lá pra estragá(r) as coisa que hoje acontece (AC-107; RP)

Levando em conta os resultados do século XVIII, e a considerar que a tradição gramatical tenha representado um uso efetivo em algum momento da língua, concluímos ser necessário retroceder no tempo para identificar estágios iniciais do processo (que já se mostra sensivelmente mais avançado na fala).

Com esse quadro, fica claro que a postura tradicionalmente estabelecida que vincula o subjuntivo à expressão do *irrealis* não se sustenta mais para o português atual[80]. Se a tradição gramatical pode ser considerada como representativa de usos antigos, o quadro sincrônico identificado seria o resultado de um processo de restrição no uso das formas do subjuntivo. Esse processo seria apenas a continuação do que foi observado no processo de surgimento das línguas românicas (cf. Câmara Jr. 1985).

Os resultados obtidos em nosso estudo fornecem, assim, uma base empírica para uma afirmação que Câmara Jr. fez há mais de quarenta anos: «podemos dizer, assim, que em português o uso das formas de subjuntivo vem a ser uma pura servidão gramatical, isto é, um padrão formal, apenas, e não a marcação de certos valores

[80] Estudos semânticos contemporâneos sobre o uso do subjuntivo em português, como o de Marques (2017) têm contestado essa correlação forma-função apregoada na tradição gramatical. O autor afirma que a associação entre *realis* e *irrealis*, respectivamente, as formas do indicativo e do subjuntivo, não se sustenta, o que se observa a partir de dois problemas ou situações. Primeiramente, se considerarmos os contextos de uso obrigatório do subjuntivo, vemos que há casos em que a oração descreve uma situação real, como ocorre em orações completivas com os regentes *lamentar, conseguir, fazer com,* por exemplo. O caso inverso também ocorre: o subjuntivo não é aceito, mas a oração descreve uma situação não real (o que se dá com verbos de ficção, como *sonhar*) (Marques 2017: 615-616). Em contraponto à visão tradicional, Marques propõe uma análise da distribuição indicativo-subjuntivo a partir de uma relação entre modo e atitudes proposicionais, formalizada no quadro de uma semântica de mundos possíveis. Nosso estudo pode dialogar com essa discussão, por revelar que tais arranjos semânticos, no caso do português brasileiro, estão sendo atravessados por um processo que poderíamos chamar de «erosão» morfológica. O resultado do processo é a expansão de formas não marcadas e a convencionalização do emprego do subjuntivo a certos arranjos lexicalmente condicionados.

semânticos» (Câmara Jr. 1985: 133). Mas nossa análise permite ir além das reflexões do autor: mais do que uma servidão gramatical, podemos falar que é uma «servidão lexical» que tem caracterizado o emprego do subjuntivo no português brasileiro há pelo menos três séculos.

Referências

Almeida, Erica Sousa de. 2010. *Variação de uso do subjuntivo em estruturas subordinadas*: do século XIII ao XX. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ.

Almeida, Napoleão Mendes. 1973. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 24.ª ed. São Paulo: Edição Saraiva.

Barbosa, Astrid Franco. 2013. *Alternância de formas indicativas e subjuntivas na fala de Vitória (ES)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Vitória: UFES.

Bechara, Evanildo. 2001. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

Bianchet, Sandra Maria Guaberto Braga. 1996. *Indicativo e/ou subjuntivo em orações completivas objetivas diretas do português:* uma volta ao latim. Dissertação (Mestrado em Linguística). Belo Horizonte: UFMG.

Berlinck, Rosane de Andrade. 2015. «Entre subjuntivo e indicativo: para onde e até onde vai a variação?» Comunicação apresentada no *V SIMELP*. Lecce, Itália

Bittencourt, Diana Liz Reis. 2012. «O uso do futuro do subjuntivo: variação e frequência». *Interdisciplinar* 16: 117–130.

Callou, Dinah e Erica Sousa de Almeida. 2009. «Mudanças em curso no português brasileiro: contrastando duas comunidades.» In *Textos Seleccionados*. *XXIV Encontro Nacional da APL*, 161–168. Lisboa: APL.

Câmara Jr, Joaquim Mattoso. 1985. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Padrão.

Carvalho, Hebe Macedo. 2007. *A alternância indicativo/subjuntivo em orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri*. Tese (Doutorado em Linguística). Fortaleza: UFC.

Castilho, Ataliba Teixeira. 2010. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.

Cunha, Celso e Lindley Cintra. 1985. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Dias, Augusto Epiphanio da Silva. 1970. *Syntaxe Historica Portuguesa.* 5.ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Domingos, Rosemary de Fátima de Assis. 2004. «A influência do contexto *(ir)realis* na variação do pretérito imperfeito dos modos indicativo e subjuntivo». *Working Papers em Linguística* 8: 93–108. UFSC.

Givón, Talmy. 1995. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company.

Gonçalves, Sebastião Carlos Leite. s/d. *Banco de dados Iboruna*: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista.

Gonçalves, Sebastião Carlos Leite *et al*. 2016. «A construção das orações complexas». In *Gramática do português culto falado no Brasil*, Vol. 5, ed. Maria Helena de Moura Neves, 69–121. São Paulo: Editora Contexto.

Labov, William. 2008[1972]. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial.

Labov, William. 1994. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 1: Internal Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers.

Labov, William. 2001. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 2: Social Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers.

Lemle, Miriam e Anthony Julius Naro. 1977. «Syntactic diffusion». *Ciência e Cultura* 29(3): 259-268. São Paulo.

Lima, Joana Angélica Santos. 2012. *O presente do subjuntivo na fala de Salvador:* um estudo variacionista. Dissertação (Mestrado em Linguística). Belo Horizonte: UFMG.

Marques, Rui. 2017. «O modo conjuntivo». In *Manual de Linguística Portuguesa*, ed. Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, cap. 23, 610–635. Berlim: De Gruyter Mouton.

Mateus, Maria Helena Mira *et al*. 2003. *Gramática da língua portuguesa*. 6.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.

Meira, Vivian. 2007. «O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro.» *Estudos Linguísticos* 36(2): 409–418.

Naro, Anthony Julius. 1981. «The social and structural dimensions of a syntactic change». *Language* 57(1): 63–98, Baltimore.

Naro, Anthony Julius e Maria Marta Pereira Scherre. 1999. «Sobre o efeito do princípio da saliência fônica na concordância verbal na fala moderna, na escrita antiga e na escrita moderna». In *Os múltiplos usos da língua,* org. Denilda Moura, 26–37. Maceió: EDUFAL.

Neta, Ana Alves. 2006. «O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro.» *Estudos Linguísticos* 35: 258–267.

Neves, Maria Helena de Moura. 2011. *Texto e gramática*. São Paulo: Editora Contexto.

Nicolau, Eunice. 2003. «Sobre os possíveis reflexos da ação dos bandeirantes no português falado em Minas Gerais». In *Anais do 5º Encontro do CelSul*, 521–530. Curitiba.

Oliveira, Fátima. 2003. «Modalidade e modo». In *Gramática da Língua Portuguesa*, 6.ª ed. Maria Helena Mira Mateus *et al*., 243–272. Lisboa: Editorial Caminho.

Pagotto, Emílio. 1998. «Norma e condescendência: ciência e pureza». *Línguas e instrumentos linguísticos* 2: 49–68. Campinas: Pontes.

Perini, Mário. 2010. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

Pimpão, Tatiana Schowochow. 1999. *Variação no presente do modo do subjuntivo*: uma abordagem discursivo-pragmática. Dissertação (Mestrado em Linguística). Florianópolis: UFSC.

Pimpão, Tatiana Schowochow. 2009. «Presente do subjuntivo e presente do indicativo: um encontro na história». *Working Papers em Linguística* 10 (1): 1–16, Florianópolis.

Pimpão, Tatiana Schowochow. 2012. *Uso variável do presente no modo subjuntivo*: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em Linguística). Florianópolis: UFSC.

Poplack, Shana. 1992. «The inherent variabilitiy of the French subjunctive». In *Theoretical analyses in Romance Linguistics*, ed. Christiane Laeufer e Terrel A. Morgan, 235–263. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

Poplack, Shana, Allison Lealess and Nathalie Dion. 2013. «The evolving grammar of the French subjunctive». *Probus* 25(1): 139–195.

Ribas, Mario Marcio Godoy e Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros. 2013. «Uma abordagem sociolinguística do modo subjuntivo na cidade de Campo Grande – MS». *Revista Philologus* 15: 658–668. Rio de Janeiro: CiFEFiL.

Ribeiro, Ernesto Carneiro. 1955. *Serões Grammaticaes* ou *Nova Grammatica Portugueza*. 6.ª ed. Salvador: Livraria Progresso Editora.

Rocha, Rosa Cecília. 1997. *A alternância dos modos indicativo/subjuntivo em orações subordinadas substantivas em português*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Brasília: UNB.

Sankoff, David *et al*. 2005. *Goldvarb X:* a variable rule applications for Macintosh and Windows. 2005. Disponível em http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html (31.07.2018).

Santos, Regina Marques Alves dos. 2004. «A alternância entre os modos indicativo e subjuntivo em orações encaixadas». *Estudos Linguísticos* 33: 146–151.

Tagliamonte, Sally. 2006. *Analysing Sociolinguistic Variation*. New York: Cambridge University Press.

Teyssier, Paul. 1989. *Manual de Língua Portuguesa* (Portugal-Brasil). Coimbra: Coimbra Editora.

Weinreich, Uriel, William Labov and Marvin Herzog. 2006 [1968]. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.

Apêndice 1 – Peças de teatro brasileiras - Amostras – XVIII – XX

Século XVIII

Antonio José da Silva (1705 – 1739)
Anfitrião ou Júpiter e Alcmena (1736)
As variedades de Proteu (1737)
Esopaida ou vida de Esopo (1734)
Guerras do alecrim e manjerona (1737)
O labirinto de Creta (1736)
Os encantos de Medeia (1735)
Precipícios de Faetonte (1738)
Vida do grande D Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança (1733)

Século XIX

Martins Pena (1815 – 1848)
O diletante (1844)
O judas em sábado de aleluia (1840)
O juiz de paz na roça (1838)
O noviço (1845)
Os dois ou o inglês maquinista (1842)
Os irmãos das almas (1844)
Um sertanejo na corte (1836/1838)

José de Alencar (1829 – 1877)
O que é o casamento (1861)
Rio de Janeiro verso e reverso (1857)

Qorpo Santo (1829 – 1883)
As relações naturais (1866)
Certa identidade em busca de outra (1866)
Eu sou a vida eu não sou a morte (1866)
Lanterna de fogo (1866)
Mateus e Mateusa
Um credor da fazenda nacional
Um parto (1866)

França Junior (1838 – 1890)
Amor com amor se paga (1870)
Caiu o Ministério (1883)
Direito por linhas tortas (1870)
Maldita parentela (1887)
O defeito de família (1870)
O tipo brasileiro (1882)

Artur Azevedo (1855 – 1908)
A almanjarra (1888)
A capital federal (1857)
O dote (1907)
O liberato (1881)
Uma véspera de reis (1875)

Coelho Neto (1864 – 1934)
Diabo no corpo (1905)
Fim de raça (1900)
Os raios X (1897)
Quebranto (1908)

Século XX

Gastão Tojeiro (1880 – 1965)
O simpático Jeremias (1918)

Antônio Callado (1917-1997)
Pedro Mico (1957)

Dias Gomes (1922 – 1999)
O bem amado (1969)
O berço do herói (1964)
O pagador de promessas (1960)

Ariano Suassuna (1927-2014)
O auto da compadecida (1975)
O santo e a porca (1958)

Gianfrancesco Guarnieri (1934-2006)
Eles não usam black-tie (1956)

Flávio Souza (1955 –)
Fica comigo essa noite (1988)

9. Continuando o debate sobre a origem do infinitivo flexionado: uma abordagem «mista» e baseada em *corpora*

Giulia Bossaglia

Universidade Federal de Minas Gerais

Apresenta-se uma proposta alternativa sobre a origem do infinitivo flexionado (IF) português, a partir da problematização de aspectos de diferentes teorias que pertencem às duas vertentes tradicionais, a «criativa» e a «do imperfeito do conjuntivo». Propõe-se uma abordagem «mista», que reorganiza de forma coerente e/ou exclui da análise vários factores já descritos ou esboçados na literatura, para chegar a uma nova proposta para a identificação das origens do IF, mais abrangente e com uma base de verificação empírica consistente: o *Corpus Informatizado do Português Medieval* (Xavier, Brocardo e Vicente 1994) para os séculos XIII e XIV e o *Corpus do Português* (Davies e Ferreira 2006) para os séculos XIV-XVI. Através da observação dos usos do IF e não flexionado no português antigo e da sua expansão no português médio, em termos de alternância das duas formas e de frequência em cada construção levantada nos *corpora*, é possível identificar diferentes *loci* da génese do IF.

Palavras-chave: infinitivo flexionado, português antigo, *corpora* históricos.

1. Introdução

Neste artigo aborda-se a debatida questão da origem do infinitivo flexionado (IF) português. As propostas existentes na literatura sobre o tema podem ser divididas em duas vertentes principais: uma vertente «criativa», que vê no IF um fenômeno original da língua portuguesa (Diez 1876, Otto 1888, Michaëlis 1891, Maurer 1968, Martin 1972), e uma «do imperfeito do conjuntivo» latino, que identifica este modo e tempo verbal como precursor do IF (Gamillscheg 1913, Rodrigues 1914, 1932, Michaëlis 1919, Meier 1950, Wireback 1994, Martins 2001, Harris 2013).

Até hoje, não existe uma teoria capaz de fornecer uma explicação completamente satisfatória ou exaustiva da origem do IF, em parte devido à falta de documentação para as fases mais antigas da história do português. Entretanto, o que parece ser o maior problema das propostas já existentes (e, diga-se de passagem, não por isso menos valiosas) é o facto de estas, tendencialmente, considerarem apenas um factor como

relevante para a origem do IF, ou de apresentarem incongruências no que diz respeito à análise de mais factores.

Com este trabalho visou-se chegar a uma nova proposta para a identificação da origem (ou *origens*, como se verá) do IF, a partir de uma abordagem «mista», i.e. que concilia diferentes factores apontados por contribuições de ambas as mencionadas vertentes, e verificada com base em *corpora* históricos do português.

Antes de entrar no mérito da questão, nas próximas duas secções introduzem-se algumas notas sobre a periodização da língua portuguesa e o recorte utilizado, e sobre os *corpora* dos quais se extraíram os dados.

2. Periodizações da língua portuguesa

Existem diferentes propostas de periodização da língua portuguesa, que se ilustram na Tabela 1 abaixo – para panorâmicas mais exaustivas: Cardeira (2005: 25–32), Mattos e Silva (2008: 15–24), Brocardo (2005: 112):

Tabela 1. Periodizações da língua portuguesa

<table>
<tr><th>Propostas</th><th>de 1200
até 1385/1420</th><th>1200-1350</th><th>de 1350
até meados
séc. XVI</th><th>de 1350
até Camões
(† 1580)</th></tr>
<tr><td>Ali (1971)
Mattoso
Câmara (1976)</td><td colspan="3">Português Arcaico ou Antigo</td><td>Português
Clássico ou
Moderno</td></tr>
<tr><td>Castro (2001)</td><td colspan="2">Português
Antigo</td><td>Português
Médio</td><td>Português
Clássico</td></tr>
<tr><td>Teyssier (1982)</td><td>período
trovadoresco</td><td colspan="3">formação
do Português Clássico</td></tr>
</table>

O intervalo de tempo que se considerou para este estudo abrange a história da língua portuguesa das suas fases mais antigas até ao começo da formação da língua clássica no século XVI, momento de estabilização da língua. Por razões de agilidade, utilizar-se-á apenas o termo «português antigo» para todo o intervalo (séculos XIII-XVI), apesar de haver distinções ora mais ora menos relevantes dentro dele.

3. Os corpora

Os dados que serão apresentados nas próximas secções foram extraídos de dois *corpora* distintos, o *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM, Xavier,

Brocardo e Vicente 1994, http://cipm.fcsh.unl.pt/) e o *Corpus do Português* (CdP, Davies e Ferreira 2006, http://www.corpusdoportugues.org/).

3.1 O Corpus Informatizado do Português Medieval

Do CIPM (séculos XII-XVI) foram levantados dados para o português dos séculos XII e XIII, que não estavam disponíveis no CdP, cujas fontes mais antigas remetiam ao século XIV na época do levantamento.

Entretanto, é necessário levar em conta alguns problemas que qualquer linguista que se queira dedicar ao estudo da origem do IF terá que encarar: em primeiro lugar, dificuldades no acesso a documentos das fases pré-medievais do português, raramente disponibilizados online. Além disso, no que diz respeito ao CIPM, é preciso lembrar que a secção do século XII é composta por apenas três textos notariais de dimensões bastante reduzidas – e bastante reduzida é, no CdP, a secção do século XIV.

Alguns cuidados foram tomados também com relação à escolha dos textos: do CIPM, foram excluídas as *Cantigas de Escárnio e Maldizer*, por serem instâncias de texto poético. Entretanto, também é verdade que a maioria dos textos que compõem as secções de CIPM e CdP para os séculos XIII-XVI é de tipo notarial, e que, portanto, pertence a um registo específico, caracterizado por frequentes fórmulas fixas e estilo «jurídico».

Na Tabela 2, apresentam-se as fontes dos dados para o século XIII[81]:

Tabela 2. Fontes dos dados (CIPM)

séc. XIII	Nº textos	Nº palavras
Notícia de Torto	1	827
Testamento de D. Afonso II	2	2857
Textos Notariais in Clíticos na História do Português	68	33157
Chancelaria de D.Afonso III	34	22150
Textos Notariais in História do Galego-Português	61	32332
Textos Notariais do Arquivo de Textos do Português Antigo	21	8517
Foros do Garvão	7	7053
Tempos dos Preitos	10	1711
Dos Costumes de Santarém	1	5710

[81] Cf. em http://cipm.fcsh.unl.pt/ *Corpus* > *Referências das fontes*, para as referências bibliográficas completas das fontes.

séc. XIII-XIV[82]		
Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense	1	31507

3.2 O Corpus do Português

O CdP é um corpus bem mais extenso e rico que o CIPM (que nele é integrado, a partir dos textos do século XIV), e é dotado de anotação morfossintáctica (presente em apenas seis textos do CIPM)[83], apesar de esta apresentar um significativo grau de erro no que diz respeito a formas verbais homófonas, como por exemplo *virem* (3.ª pessoa plural tanto do futuro do conjuntivo de *ver* como do IF de *vir*), sendo necessário um meticuloso trabalho de limpeza manual dos resultados das buscas.

Em comparação com os dados retirados do CIPM para o século XIII, o tamanho (número de palavras) das secções dos séculos XIV (1 838 615), XV (2 844 623), e XVI (4 333 175) do CdP é exponencialmente maior[84]. Portanto, optou-se por limitar a busca apenas às dez formas de IF mais frequentes (cf. Tabela 6 na secção 4.1).

4. Origem do IF: estado da arte

Para poder entender a presente proposta para a origem do IF português apresentam-se, preliminarmente, algumas das principais contribuições das duas vertentes, a «criativa» e a «do imperfeito do conjuntivo». Com efeito, dentro de ambas é possível identificar elementos interessantes para um melhor entendimento de como o IF pode ter-se desenvolvido ao longo da história do português antigo. A análise *corpus-based* dos usos do IF e do infinitivo não-flexionado (doravante: infinitivo simples, IS) no português dos séculos XIII-XVI pôde lançar luz sobre a plausibilidade de várias das contribuições nas duas vertentes.

4.1 A vertente «criativa»: contribuições e problemas

É bastante fácil identificar, dentro da vertente «criativa», uma falha de fundo que põe em sério risco a credibilidade deste tipo de abordagem ao estudo da origem do IF.

[82] As *Vidas de Santos* têm datação incerta entre séc. XIII e XIV.
[83] A saber: *Chancelaria de D. Afonso III*, *Documentos Notariais in Clíticos na História do Português*, *Textos Notariais Galego-Portugueses*, *Notícia de Torto*, *Testamento de D. Afonso II*.
[84] A lista completa dos textos que compõem o CdP (mais que 45 milhões de palavras) pode ser baixada em formato Excel do site do CdP, sendo que os textos só podem ser acessados através da interface de busca, devido a razões de *copyright*.

Assumir que o IF seja «hum idiotismo singular, so proprio da Língua Portugueza» (Barbosa 1830: 207) significa desconsiderar que formas de IF (e, por vezes, também de gerúndio e particípio) existem também em outras línguas românicas: galego (Gondar 1978, Longa 1994), sardo (Jones 1988, 1993), antigo napolitano (Loporcaro 1986, Vincent 1994), mirandês (Leite de Vasconcellos 1900, Scida 2004), antigo leonês (Fernández 1992).

Contudo, nem por isso a vertente «criativa» deixa de ter interesse para a compreensão dos processos que podem (ou não) ter influenciado o surgimento do IF no português.

Na Tabela 3 apresentam-se de forma esquemática as principais contribuições desta vertente, realçando os factores identificados como «gatilhos» do surgimento do IF pelos diferentes autores.

Tabela 3. Principais contribuições da vertente «criativa»

Autor	**Gatilho**
Diez (1876: 230)	- Emergência de estruturas infinitivas com sujeito nominativo, que seriam versões reduzidas de correspondentes estruturas com verbo finito: esp. *lo hice sin que lo supo ninguno* > *lo hice sin saberlo ninguno*; port. *basta que somos dominantes* > *basta sermos dominantes*
Otto (1888: 230)	- Construções românicas de infinitivo com sujeito nominativo, que só no português teriam provocado a expansão da flexão pessoa/número no IS, a partir das 1.ª e 2.ª pessoa plural [*-mos*, *-des*]: esp. *lo hice sin saberlo* > *lo hice sin saberlo el rey*
Maurer (1968: 80-100)	- Construções românicas de infinitivo com sujeito nominativo, que teriam dotado o infinitivo de uma natureza «pessoal», atraindo o surgimento de marcas flexionais explícitas (vs. usos impessoais do infinitivo, e.g. como nome de processo indefinido, nos quais se emprega apenas o IS) - Acção analógica do futuro do conjuntivo
Martin (1972: 428-429)	- Acção analógica do futuro do conjuntivo, que teria desencadeado um sincretismo morfológico (total exclusão de qualquer continuidade com o latim ou com as outras línguas românicas)

Com exceção da proposta um tanto radical de Martin (1972), pode-se observar que as construções de infinitivo «pessoal» (i.e. com sujeito nominativo), comuns a várias línguas românicas, são identificadas por muitos autores como contexto sintáctico que

favoreceu o surgimento de flexão no infinitivo, por razões ora mais ora menos plausíveis.

Com efeito, Diez (1876) não esclarece qual seria a motivação da redução de construções com verbo finito para infinitivas; Otto (1888) aponta para uma não claramente justificada «vocação» para a flexão peculiar da língua portuguesa[85]. Além disso, as desinências de 1.ª e 2.ª pessoa plural apontadas como ponto de partida para a expansão da flexão em formas de infinitivo por Otto (1888) deixam de ser elementos «confiáveis» para a identificação da origem do IF, pois a um atento exame dos dados retirados dos *corpora* emerge claramente que as formas mais frequentes de IF são, a partir das fases mais antigas, formas de 3.ª pessoa (facto que tem confirmação também nas formas mais frequentes de infinitivo, gerúndio e particípio flexionados no antigo napoletano – Loporcaro 1986: 180).

Antes de Maurer (1968) e Martin (1972) outros autores haviam apontado para a possível influência analógica do futuro do conjuntivo na expansão da flexão em formas de infinitivo (Meyer-Lübke 1895: 175, Togeby 1955: 216, Moffat 1967; cf. Harris 1978), dado que, para os verbos regulares, os paradigmas são idênticos àquele do IF. O futuro do conjuntivo português (e espanhol) desenvolveu-se a partir da sobreposição do futuro perfeito do indicativo e do perfeito do conjuntivo latinos, cujos paradigmas se diferenciavam apenas pela forma de 1.ª pessoa do singular (v. Tabela 4), contexto no qual os dois modos eram confundidos já no latim (Gamillscheg 1913: 280–282, Williams 1968: 207–208; cf. Scida 2004: 76–77):

Tabela 4. Formação do futuro do conjuntivo português

Latim		**Português**	
Fut. Perf. Ind.	**Perf. Conj.**	>	**Fut. Conj.**
amāverō	*amāverīm*	>	*amar*
amāveris	*amāverīs*	>	*amares*
amāverit	*amāverīt*	>	*amar*
amāverimus	*amāverīmus*	>	*amarmos*
amāveritis	*amāverītis*	>	*amardes*
amāverint	*amāverīnt*	>	*amarem*

[85] Em uma primeira proposta, Michaëlis (1891: 30–32) identifica como *locus* de origem do IF construções românicas de infinitivo com sujeito nominativo, que só no português teriam provocado a expansão da flexão pessoa/número no IS, a partir da reinterpretação de um suposto pronome dialetal de 1.ª pessoa *mos* (em posição pós-verbal) como desinência de pessoa/número *-mos*: *elle tinha vontade de andar mos* > *elle tinha vontade de andarmos*.

No espanhol, a manutenção de *-e* (regularmente derivada de *-ī*) na 1.ª e 3.ª pessoa do singular do futuro do conjuntivo impediu a sobreposição fonética destas formas com a forma de IS, que se dá, pelo contrário, no português: esp. *si yo cantare ~ para yo cantar* e *si él cantare ~ para él cantar* vs. port. *se eu/ele cantar ~ para eu/ele cantar* (Meyer-Lübke 1895: 175 e 389–390; cf. Maurer 1968: 87).

É efectivamente possível que o futuro do conjuntivo tenha tido alguma influência no processo que levou o português a desenvolver o IF, também porque a sobreposição das duas formas é algo atestado já em épocas antigas (Michaëlis 1919; cf. secção 4.2) e igualmente comum nos usos contemporâneos. Entretanto, é oportuno reavaliar o peso que esta influência teve na formação do IF, por duas razões, principalmente. Em primeiro lugar, como já apontado por Wireback (1994: 548), não existem contextos sintácticos compartilhados pelo futuro do conjuntivo e pelo IF que pudessem favorecer a reinterpretação do futuro do conjuntivo como IF. Além disso, os *corpora* utilizados neste estudo mostram, desde as fases mais antigas, que as formas mais frequentes tanto de futuro do conjuntivo como de IF são de verbos irregulares (formas de verbos regulares são marcadas com asterisco nas Tabelas 5 e 6), caracterizados por alomorfismo do radical:

Tabela 5. Formas mais frequentes de futuro do conjuntivo sécs. XIII-XVI (CIPM, CdP)

XIII		**XIV**		**XV**		**XVI**	
uirem	90	*for*	934	*for*	1434	*for*	1252
for	88	*quiser*	435	*forem*	530	*forem*	406
ouuirem	52	*ouuer*	288	*quiser*	268	*quiser*	328
fezer	25	*forẽ*	267	*vierem*	207	*quiseres*	268
teuer	24	*fezer*	218	*fezer*	200	*pagarem**	162
quiserem	23	*der*	149	*ouuer*	199	*vier*	159
ouuer	21	*ouuerẽ*	113	*ouuerem*	187	*tomarem*	157
véérem	16	*tever*	110	*pagarem**	163	*der*	150
quiser	12	*virẽ*	90	*der*	134	*ouuer*	143
teuerem	11	*quiseres*	85	*quiserem*	132	*fizer*	129

Tabela 6. Formas mais frequentes de IF sécs. XIII-XVI (CIPM, CdP)

XIII		**XIV**		**XV**		**XVI**	
dardes	12	*fazerem*	32	*seerem*	295	*serem*	1427
darem	8	*seerem*	29	*serem*	274	*terem*	492
fazerem	3	*seerẽ*	27	*fazerem*	236	*poderem*	395
seerem	3	*auerem*	19	*poderem*	118	*darem*	315
terem	3	*darem*	18	*darem*	111	*verem*	272
darmos	3	*dardes*	18	*saberem*	76	*estarem*	241
*tolhermos**	3	*poderem*	14	*teerem*	56	*virem*	206
*venderdes**	3	*fazermos*	13	*hirem*	53	*irem*	192
*andarem**	2	*darẽ*	10	*terem*	50	*saberem*	147
*valerem**	2	*auerẽ*	9	*sabermos*	47	*hirem*	107

Como mostrado pelas Tabelas 5 e 6 acima, os verbos mais frequentes (i.e. mais disponíveis a nível de sistema) são, em sua grande maioria, verbos que possuem formas morfologicamente distintas de futuro do conjuntivo e IF, além de não compartilharem contextos de ocorrência. Uma reavaliação do peso atribuído à ação analógica que o futuro do conjuntivo pode ter tido na formação do IF parece, portanto, oportuna.

4.2 A vertente do «imperfeito do conjuntivo»: contribuições e problemas

A hipótese de que o precursor do IF português é o imperfeito do conjuntivo latino é, até hoje, a mais aceite (Martins 2001: 209). No latim, o imperfeito do conjuntivo era utilizado nas orações subordinadas para codificar o aspecto imperfectivo do predicado dependente quando a oração principal apresentasse verbo de tempo passado (*vidi quid faceres* 'vi o que tu estavas a fazer/fazias'), ao passo que o mais-que-perfeito do conjuntivo sinalizava o aspecto perfectivo do predicado dependente (*vidi quid fecisses* 'vi o que tu tinhas feito/fizeste').

O imperfeito do conjuntivo é forma mais antiga que o mais-que-perfeito e, diferentemente dele, menos especificado do ponto de vista temporal. De facto, podia ser empregado como forma independente em diferentes usos não-temporais, a saber: dubitativo (*quid facerem?* 'o que eu poderia fazer?'), jussivo (*redderes* 'devolve!'), potencial (*scires* 'tu poderias saber'). É nestas funções que o imperfeito do conjuntivo se expande cada vez mais em detrimento do presente (Greenough 1870: 10, Ernout e Thomas 1953: 244; cf. Wireback 1994).

O mais-que-perfeito do conjuntivo, por sua vez, já em época imperial começou a substituir o imperfeito como tempo passado do conjuntivo, afirmando-se definitivamente neste uso a partir do século III: nas línguas românicas, de facto, ele torna-se a forma de imperfeito do conjuntivo (Ernout e Thomas 1953: 244, Väänänen 1963: 142, Wireback 1994: 546, Vincent 1988: 47), ao passo que o originário imperfeito do conjuntivo desapareceu. Na transição para o Romance, o imperfeito do conjuntivo latino sofreu uma série de mudanças fonéticas que, no português, contribuíram significativamente para a reinterpretação de tal forma verbal como um infinitivo dotado de desinências pessoais (Williams 1968: 184, Maurer Jr. 1968: 20, Vincent 1988: 154, Wireback 1994: 546, Martins 2001: 207–210, Harris 2013). Nas desinências de 1.ª e 2.ª pessoa plural perdeu-se o *-ē-* tónico devido à regular retração do acento nestes sufixos originariamente paroxítonos e reconstruídos, para o Romance, como **-aremos*, **-aredes* (**-eremos, *-eredes, *-iremos, *-iredes*, nas outras conjugações). Portanto, a partir de formas como *amaremus* e *amaretis*, passando por *amáremus* e *amáretis*, deu-se a regular perda de *-e-* postónico que em português resulta nas desinências *-armos* e *-ardes* (o mesmo acontece para as outras conjugações).

Na Tabela 7 abaixo apresentam-se as desinências pessoais de imperfeito do conjuntivo latino e infinitivo flexionado português, de forma a mostrar a perfeita sobreposição entre elas.

Tabela 7. Desinências do imperfeito do conjuntivo latino e do IF português

	1ª conj.	**2ª conj.**	**3ª conj.**	**4ª conj.**	**Imperfeito do conjuntivo latino**
1ª sg.	*-ārem*	*-ērem*	*-ĕrem*	*-īrem*	
2ª sg.	*-āres*	*-ēres*	*-ĕres*	*-īres*	
3ª sg.	*-āret*	*-ēret*	*-ĕret*	*-īret*	
1ª pl.	*-ārēmus*	*-ērēmus*	*-ĕrēmus*	*-īrēmus*	
2ª pl.	*-ārētis*	*-ērētis*	*-ĕrētis*	*-īrētis*	
3ª pl.	*-ārent*	*-ērent*	*-ĕrent*	*-īrent*	
	1ª conj.	**2ª conj.**	**3ª conj.**		**Infinitivo flexionado português**
1ª sg.	*-ar*	*-er*	*-ir*		
2ª sg.	*-ares*	*-eres*	*-ires*		
3ª sg.	*-ar*	*-er*	*-ir*		
1ª pl.	*-armos*	*-ermos*	*-irmos*		
2ª pl.	*-ardes*	*-erdes*	*-irdes*		
3ª pl.	*-arem*	*-erem*	*-irem*		

Como foi feito para a vertente «criativa», apresentam-se em seguida, de forma esquemática, as principais contribuições inscritas na vertente «do imperfeito do conjuntivo».

Tabela 8. Principais contribuições da vertente «do imperfeito do conjuntivo»

Autor	Contexto(s) de sobreposição imperfeito do conjuntivo/IF
Gamillscheg (1913: 266-269)	- Completivas volitivo-jussivas latinas introduzidas por *ut* (opcional): *placuit (ut) traderet* 'estabeleceu-se (que) entregasse' - Subordinadas finais: *et intrarunt in placito testimoniale **pro** in tertio die **darent** testes et sicut fecerunt* (*Portugaliae Monumenta Historica*, 1004 AD) *supervenerunt fratres de Vakariza in R. **pro decernirent** hereditatem que hic habebant* (*ibidem*, 1018 AD)
Rodrigues (1914, 1932)	- Completivas volitivo-jussivas latinas introduzidas por *ut* (opcional): *placuit nobis facere* / *placuit faceremus* - Coordenação entre imperfeito do conjuntivo «latino» e imperfeito do conjuntivo «românico»: *Mandou el Rei em seu testamento que lhe **tevessem** em cada huum ano pera sempre no dito mosteiro seis capellaaens, que **cantassem** por el e lhe **dissessem** cada dia huuma missa oficiada e **sahirem** sobrel com cruz e augua beemta.* (Fernão Lopes, *Chronica d'el Rei D.Pedro I*, 114–5, séc. XV, *apud* Rodrigues 1914: 73) - Frases relativas e interrogativas indirectas latinas: *nihil habebam quod facerem > não tinha que fazer* *nesciebam quid facerem > não sabia que fazer*
Michaëlis (1919)	- Completivas volitivo-jussivas latinas introduzidas por *ut* (opcional): *placuit (ut) venderem*, *placuit (ut) venderemus* - Interrogativas indirectas e directas (redução do imperfeito do conjuntivo para infinitivo impessoal): *quid facerem? > que fazer? > não sei que fazer* - Acção analógica do futuro do conjuntivo
Meier (1950)	- Subordinadas latinas introduzidas por *ut* (opcional) e conjuntivo e consequente expansão deste modo em detrimento de construções infinitivas (AcI) - Construções causativas - Interrogativas indirectas (*não sei que fazer*)
Wireback (1994)	- Subordinadas finais latinas introduzidas por *ut* (opcional) + conjuntivo reinterpretadas como infinitivas; subsequente expansão do novo IF, a partir das subordinadas finais introduzidas por *para/pera/por*

Harris (2013: 308-309)	- Subordinadas finais latinas com *ut* opcional + conjuntivo reinterpretadas como infinitivas (na linha de Wireback 1994) - Subordinadas temporais *el rey d. diniz chegou... ante de darem, e pronunciarem [as] dictas* (em comparação a subordinadas temporais do tardo latim como *pervenit, priusquam Pompeius sentire posset*) - Construções causativas

Como pode ser observado na Tabela 8, existe um consenso bastante amplo, na literatura, na identificação de subordinadas latinas (completivas volitivo-jussivas e subordinadas finais, principalmente) introduzidas por *ut* e com imperfeito do conjuntivo como o contexto em que teria acontecido a reinterpretação deste como um IF, já em fases bastante antigas da história do português. Com efeito, os exemplos do começo do século XI fornecidos por Gamillscheg (1913: 267) apresentam as orações finais *pro darent* 'para que dessem' e *pro decernirent* 'para que decidissem', cuja natureza preposicional denunciaria o caráter infinitivo da construção, ao mesmo tempo em que seriam mantidas desinências pessoais do antigo imperfeito do conjuntivo. Entretanto, Rodrigues (1914) aponta também para um processo oposto de perda das desinências pessoais no imperfeito do conjuntivo (que se assemelharia, então, a formas de IS), denunciada pelas interrogativas indirectas do tipo *não sei que fazer*, que derivariam, também segundo Michaëlis (1919) e Meier (1950), de estruturas latinas como *nesciebam quid facerem*. Portanto, a convergência entre imperfeito do conjuntivo e infinitivo ter-se-ia dado em contextos diferentes, e também em sentidos opostos (infinitivo > conjuntivo *vs.* conjuntivo > infinitivo).

Com relação às interrogativas indirectas indicadas como um dos contextos de sobreposição entre infinitivo e conjuntivo, contudo, é necessário fazer algumas precisões. Com efeito, Calboli (1981: 133) observa que estas construções latinas (mas próprias também do grego antigo e das línguas românicas) eram já originariamente infinitivas:

(1) *Nesciendo quae petere.*
'Não sabendo quais coisas pedir.' (Venáncio Fortunato, séc. VII)

Para as interrogativas indirectas com infinitivo, em latim, não estão atestadas correspondentes versões independentes (**quae petere*? 'quais coisas pedir?'), o que

sugere que as interrogativas directas com infinitivo, comuns nas línguas românicas, não se terão originado a partir das correspondentes indirectas. Estas, junto com as relativas infinitivas (*nihil habeo quod dicere* 'não tenho o que dizer'), estão amplamente atestadas no latim tardio, especialmente entre os autores cristãos (cf. exemplos em Hofmann 1965: 539). Como apontado por Calboli (1981: 150), nestas estruturas sintácticas há correferencialidade entre o sujeito da principal e da interrogativa/relativa, razão pela qual o uso do IS, forma não especificada pela categoria de pessoa/número, é motivado (sobre o infinitivo como forma preferencial nos contextos de correferencialidade, cf. Haiman 1983, Schulte 2007, e secção 5.1.1). Seria nestes contextos sintácticos que se teria dado a expansão do infinitivo nas línguas românicas, segundo o autor.

Resulta claro, portanto, que estas orações não podem ser contextos de expansão do imperfeito do conjuntivo no português antigo, como sustentado por Rodrigues (1914), Michaëlis (1919) e Meier (1950), pois procedem de construções que já eram infinitivas no latim tardio, e se encontravam amplamente difundidas nas demais línguas românicas.

Como se pode ver na Tabela 8, Michaëlis (1919: 41) aponta também para a influência analógica do futuro do conjuntivo na formação do IF: segundo a autora, seriam índices disso os frequentes, e não diastraticamente conotados, erros de troca entre as duas formas, atestados desde o século XIII. Exemplos desta confusão entre as duas formas foram encontrados nos *corpora*:

(2) [...] *porem como os seruos nom possam razoadamente refferir aos senhores quaaes quer cousas que por elles* ***fazerem****, porque elles som seus*. (D. Pedro: Bemfeitoria,[86] séc. XIV)

(3) [...] *e doutra maneira Nam seJa metidos nas duas Jnlições os quaaes Ituros estem nas camaras de conçelhos onde lhe* ***serem*** *entreges*. (Manuel:1498, séc. XV)

(4) *E sse esto nõ* ***poderẽ***[87] *ffazer deuẽnos a leyxar aa eygreia.* (Afonso: Partida1, séc. XIV)

[86] A forma de citação das fontes é aquela utilizada no CdP.

[87] Note-se também que existe oscilação ortográfica entre <o> e <u> (como em (4) em *poderẽ* por *puderẽ*), fixada só tardiamente (Williams 1968: 57), e que poderia talvez sugerir que /o/ e /u/ já tivessem

Pode-se admitir, portanto, que tenha havido uma influência do futuro do conjuntivo para a formação do IF (ou melhor, para sua reinterpretação como forma finita do verbo) – mantendo, contudo, a ressalva de que nos verbos de mais alta frequência as duas formas eram formas bem distintas (cf. secção 4.1).

5. Uma abordagem «mista» para a origem do IF

À luz das contribuições ilustradas nas secções anteriores e da análise conduzida a partir dos *corpora*, neste trabalho propõe-se uma abordagem «mista» à origem, ou melhor então, às origens, do IF, que leva em conta e tenta conciliar diferentes factores previamente apontados na literatura e os dados examinados.

O primeiro factor que deve ser considerado como crucial para o surgimento do IF é, sem dúvida, a convergência formal entre as formas do imperfeito do conjuntivo latino e o IF. Entretanto, o que está em falta são contextos de sobreposição sintáctica entre os dois, que teriam contribuido para a reinterpetação do conjuntivo como forma infinitiva dotada de flexão pessoal (cf. Harris 2013: 307).

Um outro contexto sintáctico que deve ser levado em conta na análise da origem do IF são as contruções AcI (*Acusativus cum Infinitivo*), que devem ter desempenhado um papel importante no desenvolvimento, em várias línguas românicas, daquelas estruturas infinitivas com sujeito em caso nominativo que vários autores apontam como factor envolvido no processo de formação do IF (Diez 1876: 204–226, Otto 1888: 310, Maurer 1968: 115–116).

Finalmente, contextos de subordinação adverbial com infinitivo preposicionado, apontados por Wireback (1994), devem ser analisados para poder chegar-se a um melhor entendimento de como pode ter-se dado o surgimento do IF no português.

Torna-se necessário, portanto, fazer algumas observações sobre algumas estratégias de subordinação (complementação e subordinação adverbial) na transição do latim para as línguas românicas.

começado a se aproximar na pronúncia, similmente a como acontece hoje em português europeu (cf. grafias <o> em palavras com /u/ etimológico no português quatrocentista – Mateus 2009: 135). Entretanto, a comprovação de um suposto princípio de alçamento das pretónicas já no português médio com base em dados ortográficos não deixa de ser bastante frágil.

5.1 Complementação no romance: AcI vs. ut + *conjuntivo*

Nas línguas românicas a complementação de tipo AcI é substituída quase completamente por estruturas introduzidas por *quod*/*quia* e verbo finito (Bourciez 1956: 278, Maurer 1959: 218, Väänänen 1963: 174), enquanto se conserva apenas na dependência de *verba dicendi* e *sentiendi*, e em algumas construções causativas, mantendo uma conotação culta (normalmente, são decalques – cf. Pountain 1998: 160 e Sitaridou 2009, para o espanhol; Diez 1876: 229, para o provençal; Mensching 2000: 149, para o antigo italiano).

No espanhol, língua que conhece usos pessoais do infinitivo, por exemplo, este quase nunca é achado em construções que derivam do AcI latino, mas é amplamente utilizado em contextos preposicionais (Sitaridou 2009). O mesmo vale para o galego, outra língua que não só possui usos pessoais, mas também flexionados, do infinitivo.

Portanto, parece que as completivas de tipo AcI, devido à raridade que elas têm nas línguas românicas, não podem ser consideradas como um dos contextos de expansão/surgimento dos usos de IF no português.

Entretanto, estas estruturas adquirem uma certa importância na história do IF se se considera que, já no latim, elas estavam em competição, em dependência de determinados tipos de verbos, com completivas no imperfeito do conjuntivo introduzidas por *ut*. Este complementador, já no latim clássico, caracterizava-se como opcional (Diez 1876: 313–315, Riemann 1935: 359, Ernout e Thomas 1953: 300, Serbat 1988: 31, Touratier 1994: 581). Isto fez com que, a partir do latim tardio, *ut* desaparecesse definitivamente (Bourciez 1956: 279, Harris e Vincent 1988: 68, Wireback 1994: 547), também devido à competição com o outro complementador *quod*, bem mais utilizado (Riemann 1935: 354, Väänäneen 1963: 173–174).

Os verbos que regem completivas onde se dá esta variação entre AcI e (*ut* +) conjuntivo são *verba voluntatis*, verbos como *suadeo* ‘persuadir’, *curo* ‘tratar de’, *opto* ‘desejar’, *peto* ‘pedir’, *facio* ‘fazer’ (causativo), *iubeo* e *impero* ‘mandar’, e locuções como *verum*/*mirum*/*rarum est* ‘é verdade/surpreendente/raro que’ ou *fertur* ‘diz-se que’ (Ernout e Thomas 1953: 303–305, Touratier 1994: 575–579). Vejam-se (5) e (6) (Touratier 1994: 576):

(5) Iussit illos accedere.
mandou eles.ACUS aproximar-se.INF
'Mandou que eles se aproximassem.'

(6) Imperavit ut illi accederent.
mandou que eles.NOM aproximar-se.IMPF.CONJ
'Mandou que eles se aproximassem.'

Considerando que *ut* era utilizado nestas construções cada vez menos frequentemente, e a sobreposição fonética entre infinitivo e imperfeito do conjuntivo, resulta claro que estas construções podem efectivamente ter constituído um dos *loci* que favoreceram a reinterpretação do imperfeito do conjuntivo como IF[88].

5.1.1 Algumas reflexões sobre a previsibilidade do uso do infinitivo

Cabe lembrar, agora, um outro contexto sintáctico interessante para os fins do presente estudo: as construções latinas de infinitivo «prolativo» (Woodcock 1959: 16; cf. Vincent 1988: 66–67, Posner 1996: 163, Bolkestein 1976: 287–291), ou seja, infinitivos na dependência de auxiliares modais ou aspectuais como *velle* 'querer', *posse* 'poder', *coepisse* 'começar a', *solere* 'costumar'. Trata-se de contextos monoclausais, ou seja, caracterizados por um alto grau de integração semântica e sintáctica.

A integração sintáctica entre duas orações parece ter, a nível interlinguístico, valor icónico (Givón 2001: 34, Haiman 1983: 718–719; cf. a noção de *iconic distancing of the biclausal construction* in Ruwet 1991: 15–19): quanto maior for a integração semântica entre dois eventos, maior será a probabilidade que eles sejam codificados através de uma relação de dependência sintáctica («the closer the semantic relationship, the tighter the syntactic linkage», Foley e Van Valin 1984: 264; cf. Lehmann 1988, 2016).

Além disso, quanto maior for a integração da subordinada na oração principal, mais fortemente o seu predicado tenderá para a não-finitude (cf. o conceito de *desententialization* em Lehmann 1988; *deranking* em Cristofaro 2003: 54–82) e para

[88] Sobre expansão do IF em construções causativas no português antigo, veja-se Martins (2018).

a incorporação em uma única oração junto com o verbo principal, sem o complementador: é exatamente o caso das construções de infinitivo prolativo, em que a monoclausalidade representa o mais alto nível de integração (Givón 1980: 358–360, Hopper e Thompson: 743, Ramat 2002: 411).

As construções de infinitivo prolativo na dependência de verbos volitivo-desiderativos acabam por se tornar uma variante das completivas do tipo (*ut*) + conjuntivo (que também é regida pelos mesmos verbos) no português: com efeito, deu-se uma quase completa homofonia entre o infinitivo e o imperfeito do conjuntivo (1968: 184–185, Wireback 1994: 545–546), à qual se acrescenta a perda de *ut*, e o uso de *default* do infinitivo em contextos de correferencialidade (Ernout e Thomas 1953: 302).

Portanto, dois factores motivam o uso do infinitivo nas construções prolativas: em primeiro lugar, todos os auxiliares modais e aspectuais, quando regem infinitivos, admitem apenas a interpretação correferencial. Nestes casos, portanto, pode-se dizer que o uso do infinitivo é altamente previsível, diferentemente do que acontece com os *verba dicendi* e *sentiendi*, os únicos que admitem uma completiva infinitiva não correferencial com a matriz. Em virtude do princípio pelo qual o que for mais previsível recebe menos marcação morfológica («what is predictable receives less coding than what is not», Haiman 1983: 807), nos contextos de infinitivo prolativo a presença do IS (*less coded* com relação ao IF) é altamente motivada.

O segundo factor que faz com que seja previsível o uso do infinitivo nas completivas tem a ver com a noção de *future-orientedness* (Vincent 1988: 66). As completivas do tipo (*ut* +) conjuntivo podem ser divididas (Ernout e Thomas 1953: 300–305, Touratier 1994: 579) em completivas «finais» (ou «volitivas», Riemann 1935: 343), introduzidas por verbos jussivos, volitivo-desiderativos, interrogativos (*rogo* ‘rogar, implorar’), e completivas «consecutivas» (ou «de atividade», no sentido da sua realização, Riemann: *ibidem*), introduzidas por verbos e locuções impessoais como *fit*/*accidit ut* ‘acontece que’, *prope est ut* ‘está-se ao ponto que’, *multum abest ut* ‘falta muito para que’, entre outros.

Estas completivas, especialmente as «finais», caracterizam-se por ser, do ponto de vista temporal, *future-oriented*: o evento que codificam é por *default* conotado como posterior ao da principal. Neste caso também, portanto, a presença de uma forma

infinitiva, não temporalmente especificada, é altamente previsível e preferida, nas línguas românicas.

À luz do que se mostrou até agora, portanto, emerge que na transição do latim ao romance as construções AcI desaparecem quase por completo do uso e são substituídas por completivas com verbo finito introduzidas por *quod* e *quia*; as completivas introduzidas por *ut* com imperfeito do conjuntivo também sofrem a concorrência de *quod*, por um lado, e, por outro, já no latim eram utilizadas sem *ut*, ficando assim foneticamente sobrepostas às (e reinterpretáveis como) infinitivas.

A esta convergência formal junta-se, ainda, uma sobreposição de tipo sintáctico, pois AcI e completivas com *ut* + imperfeito do conjuntivo já no latim eram variantes, na dependência de determinados verbos. Além disso, em alguns tipos de completivas com *ut* e conjuntivo («finais» e «consecutivas») o uso do infinitivo mostra-se motivado também do ponto de vista semântico.

No que diz respeito à complementação verbal, portanto, estes são os contextos (e as motivações) em que efectivamente pode ter acontecido a sobreposição do imperfeito do conjuntivo e do infinitivo.

5.2 Complementação e subordinação adverbial com infinitivo preposicionado

A emergência de um infinitivo preposicionado (doravante, IPrep) é uma das principais inovações românicas com relação ao latim. O infinitivo em *-re*, resquício de um antigo nome verbal (Perrochat 1932: 161), já em Plauto era utilizado como nome de ação indeclinável, para expressar a ideia do processo/estado na sua forma «pura». O caráter vago e indefinido de tal forma, quer em fases antigas (sobretudo em baixas diastratias e am diafasias informais: exemplos em Perrochat 1932: 170–192), quer, e cada vez mais, no latim tardio, contribuiu para a sua expansão em detrimento de outras formas nominais do verbo, como o supino e o gerúndio.

Na transição do latim para o romance pode-se reconstruir como origem do IPrep um processo de fusão entre construções com gerúndio (*aggredior ad dicendum* 'começo a dizer') e infinitivo prolativo (*aggredior dicere*), que resultariam em construções híbridas reconstruídas como **aggredior ad dicere*; igualmente, deu-se esta fusão em construções do tipo *de resistendo cogitat* 'pensa em resistir' e *cogitat*

resistere, resultantes em novas construções do tipo **cogitat de resistere* (Bourciez 1956: 110–111).

De forma semelhante se pode reconstruir a formação do IPrep completivo na dependência de nomes e adjetivos: *tempus de veniendo* e *tempus venire* fundem-se originando as formas românicas **tempus de venire* 'tempo de vir' (Bourciez 1956: 249–250, Diez 1876: 215–216).

Nas línguas românicas, portanto, deu-se um processo de expansão do infinitivo nos contextos sintácticos onde, no latim, eram utilizadas de preferência outras formas nominais do verbo, gerando-se assim as construções de IPrep introduzido, nas fases mais antigas, prevalentemente pelas preposições *de* (<lat. *de*) e *a* (<lat. *ad*). O significativo aumento do uso de preposições nas línguas românicas frente à perda dos casos morfológicos do latim correlaciona-se também com um significativo aumento do uso do IPrep.

O exame dos dados extraídos do CIPM e do CdP confirmou um amplo uso de IPrep, desde as fases mais antigas, na dependência de nomes, adjetivos e verbos (usos completivos, do tipo de *temeusse de os mouros quererem hyr mais adeante*, CGEsp, séc. XIV; e também usos causativos, como em *fazo uos a ssaber q(ue) q(ua)ndo eu ouuy o Castello de Albofeyra que*... », *ibidem*). Se entre os dados do século XIII as formas de infinitivo são todas instâncias de IS, a partir do século XIV o IF aparece nestas construções.

As estruturas de IPrep desempenham um papel muito importante no âmbito das estratégias de complementação no português antigo: não só o IPrep é amplamente utilizado na dependência de nomes e adjetivos, mas, sobretudo nos séculos XIV e XV, representa também a principal estratégia de complementação subjectiva e objectiva (*a*/*de* + IF), substituída só a partir do século XVI por construções estruturalmente semelhantes às de AcI latino. O Gráfico 1 apresenta uma visão panorâmica do desenvolvimento das diferentes estratégias de complementação ao longo do período considerado:

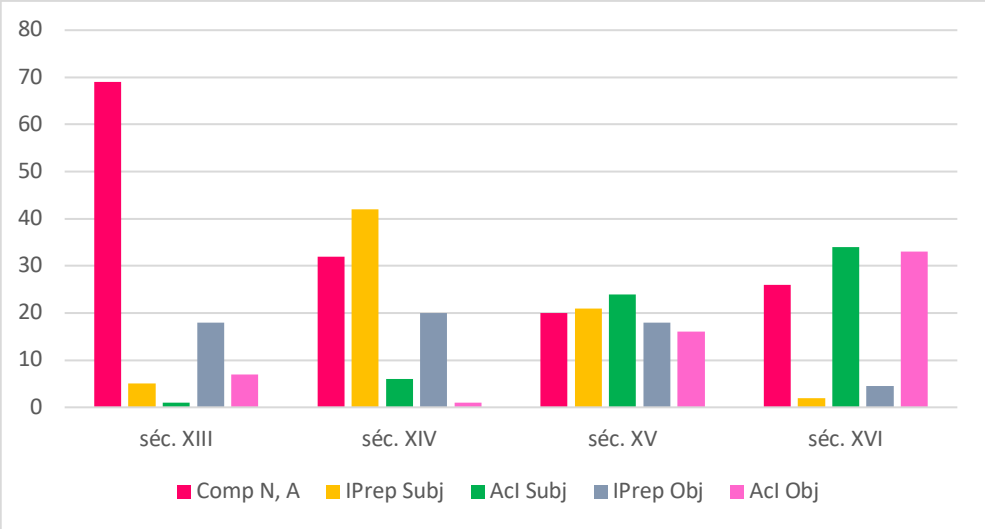


Gráfico 1. Estratégias de complementação sécs. XIII-XVI

Comp N, A = completivas com IPrep em dependência de nomes e adjetivos; IPrep Subj = Subjectivas com IPrep; AcI Subj = Subjectivas de tipo AcI; IPrep Obj = Objectivas com IPrep; AcI Obj = Objectivas de tipo AcI

No século XIII, o infinitivo (neste período, sobretudo IS) ocorre prevalentemente em completivas de IPrep na dependência de nomes e adjetivos, uso que continua muito bem representado ao longo dos séculos posteriores. As orações subjectivas e objectivas (não muito frequentes nos dados do século XIII) manifestam uma preferência para construções com IPrep, e não AcI.

No século XIV, a proporção entre subjectivas e objectivas com IPrep e de tipo AcI mantém-se semelhante à que se observa no século anterior, com a diferença de que o IF se impõe relativamente ao IS.

No século XV, por outro lado, as construções de tipo AcI expandem-se, igualando em frequência as com IPrep. Este processo de expansão está finalizado no século XVI, altura em que o IPrep é utilizado apenas marginalmente nas orações subjectivas e objectivas. Este é um dado relevante, pois mostra claramente que as estruturas AcI do latim não podem ser consideradas como contexto de desenvolvimento do IF (*vs.* Diez 1876: 204–226, Otto 1888: 310, Maurer 1968: 115–116)[89]. A este respeito, cabe mencionar Martins (2018), que comprova a falta de continuidade entre AcI latino e

[89] Em dependência de *verba dicendi*, as construções românicas de tipo AcI (apenas de uso culto) têm por vezes sido remetidas à influência de usos literários relacionados com a imitação de modelos latinos, tidos como prestigiosos, entre sécs. XV e XVI – portanto, não por herança directa do latim (cf. Pountain 1988 e Sitaridou 2009; sobre falta de continuidade entre AcI latino e outras construções infinitivas românicas, ver também Martins 2018).

construções de tipo ECM (*Excepcional Case Marking*), identificadas pela autora como inovação posterior, no português antigo, que teria desencadeado a expansão do IF nas construções causativas e perceptivas de tipo *faire-inf*, estas sim originárias da transição entre latim vulgar e línguas românicas.

É claro, portanto, que os usos preposicionados do infinitivo são particularmente relevantes para o entendimento da evolução do IF no português. Com efeito, há outro importante uso do IPrep (com IF), que se ilustra a seguir.

5.3 Subordinadas adverbiais com infinitivo preposicionado

Uma das principais inovações românicas com relação ao latim é a introdução de sujeitos nominativos para os infinitivos (uso «pessoal» do infinitivo), tendência mais expressiva nas línguas românicas sul-ocidentais (Diez 1876: 230, Bourciez 1965: 462). Noutras línguas românicas, como o francês e o italiano, o IPrep mantém-se apenas em casos de correferencialidade entre principal e subordinada, enquanto nos restantes contextos são preferidas estruturas com verbo finito (Meier 1950: 129).

No português, onde o IF pode codificar morfologicamente o sujeito da oração infinitiva, ainda que este não esteja explícito, o uso do IPrep nas subordinadas adverbiais é ainda mais comum que no espanhol, onde caso o sujeito da infinitiva não seja expresso, a única interpretação possível é a de correferencialidade entre os sujeitos da principal e da subordinada.

É oportuno, portanto, lembrar a proposta de Wireback (1994), que identifica nas subordinadas finais com IPrep o contexto em que se teria desenvolvido o IF português. Efectivamente, o exame dos *corpora* confirma que estas subordinadas são o contexto mais frequente de ocorrência para o IF (cf. Harris 2013: 307), apesar de o infinitivo ser utilizado, desde as atestações mais antigas, na dependência de uma ampla variedade de preposições – como se mostra nos Gráficos 2 e 3:

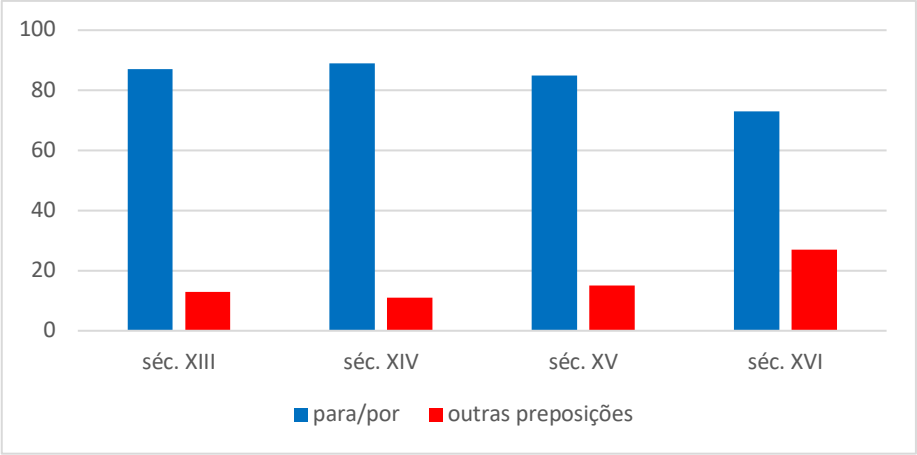


Gráfico 2. Subordinadas finais (*para*/*por*) vs. outros tipos de oração adverbial

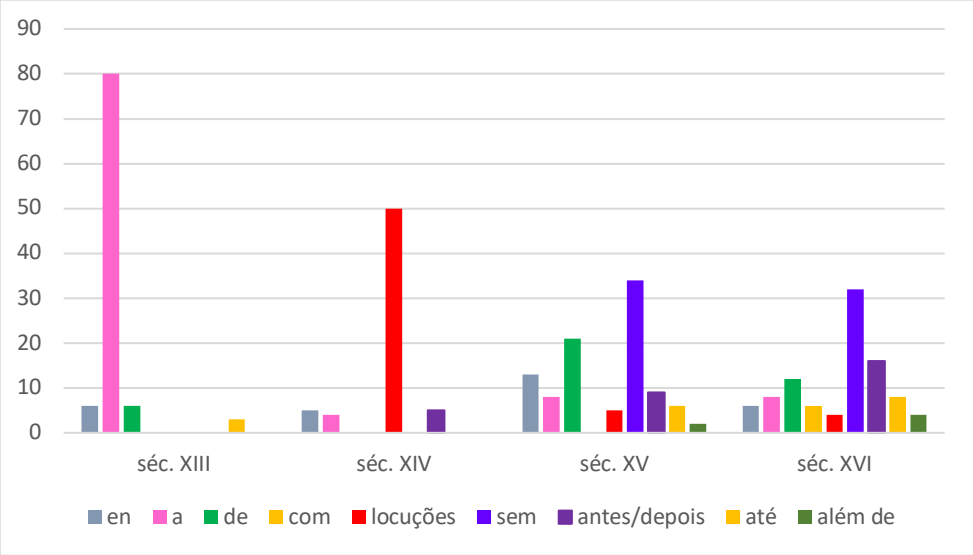


Gráfico 3. Preposições que regem orações adverbiais

(locuções = subordinadas de diversos valores adverbiais, introduzidas por locuções como *a menos de*, *por causa de*, *em lugar de*, etc.)

Os *corpora*, portanto, mostram que as subordinadas mais frequentes com IPrep são, a partir do século XIII, as finais e as causais/instrumentais introduzidas pelas preposições *para* e *por* (e respectivas variantes *pera*, *pora*). Além disso, registram-se usos mais raros de outras preposições (*en*, *a*, *de*) introduzindo adverbiais também com os valores final, causal, ou instrumental. A partir do século XV, e mais expressivamente no século XVI, o IPrep é utilizado para subordinadas temporais, instrumentais/causais, e privativas, i.e. com valores adverbiais bem mais específicos. Além disso, observe-se o uso, já no século XIV, de locuções preposicionais (*a menos*

de, *em lugar de*, *a fim de*, etc.), que possivelmente se desenvolveram graças à influência do amplo uso da preposição *de* com valor completivo na dependência de nomes e adjetivos já a partir do século XIII.

Ao amplo desenvolvimento do IPrep em subordinadas adverbiais com sujeito nominativo junta-se, também, o uso de variantes com verbo finito (Meier 1950: 128). Contudo, nas fases antigas do português (e também do espanhol), nem todos os valores adverbiais parecem apresentar a mesma probabilidade de serem codificados por meio de orações infinitivas (Schulte 2007: 523). Com efeito, levando em conta a previsibilidade do sujeito e da conotação temporal da subordinada, o uso do infinitivo, verbo não specificado para pessoa e tempo, é altamente motivado nas orações finais (em que a correferencialidade com o sujeito da principal corresponde à sua configuração se-mântica não marcada, e que são orações de tipo *future-oriented*, já semanticamente especificadas para a categoria de tempo também), mas é-o cada vez menos para os outros valores adverbiais.

Os dados que Schulte (2007) apresenta para o espanhol, o português e o romeno parecem confirmar a existência de uma hierarquia implicacional das adverbiais, construída com base na maior ou menor probabilidade que estas têm de ser codificadas através de formas não-finitas (no caso do presente estudo, construções com IPrep) ou finitas do verbo (Schulte 2007: 523):

final/causal (*para*, *por*) < privativa (*sem*) < temporal (*depois de*) < substitutiva (*em lugar de*) < concessiva (*apesar de*)[90]

Esta hierarquia, à qual os dados de CIPM e CdP se alinham, apresenta dois extremos: as subordinadas finais, caracterizadas por um mais previsível uso do infinitivo, e as concessivas, caracterizadas por um mais previsível uso de uma subordinada finita (com efeito, as concessivas prevêem ausência de referencialidade disjunta com o sujeito da principal como configuração menos marcada, e não possuem

[90] Esta hierarquia reproduz, para o IPrep românico, a hierarquia de *deranking* das subordinadas elaborada por Cristofaro (2003: 229) numa perspectiva tipológica. Com base nela, o uso de uma qualquer forma *deranked* (i.e. reduzida, no que diz respeito à finitude) em um qualquer ponto da mesma implica o uso de formas *deranked* em todos os pontos à sua esquerda.

uma specificação temporal altamente previsível, como no caso das finais – cf. Schulte 2007: 526–532).

Isto confirmaria, pelo menos em parte, a proposta de Wireback (1994), segundo a qual a origem do IF português se encontra nas subordinadas finais introduzidas por *para* e *por*, que também correspondem à construção mais representada, em termos de frequência, para todos os séculos examinados nos *corpora*[91]:

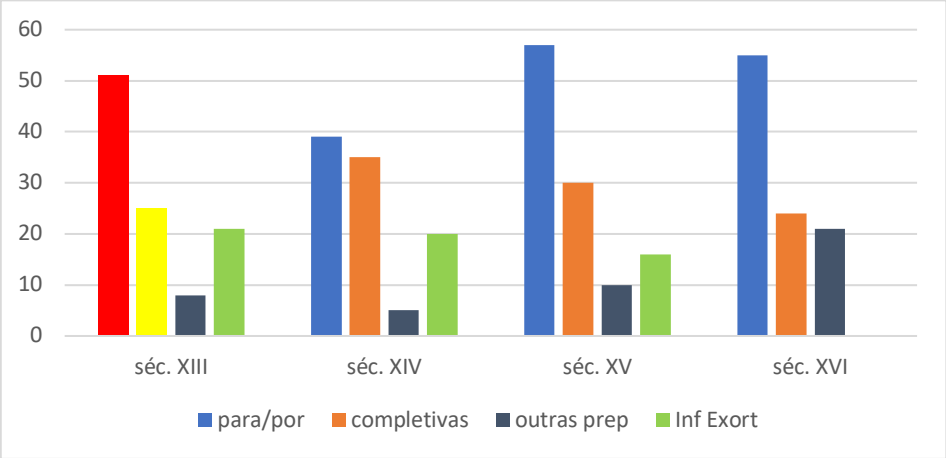


Gráfico 4. Principais usos de IF/IS (sécs. XIII-XVI)

(Inf Exort = uso exortativo do infinitivo)

A alternância entre Iprep e forma verbal finita nas subordinadas adverbiais, nas demais línguas românicas, assemelha-se à encontrada para as completivas regidas por verbos volitivos ou declarativos: o uso do infinitivo implica uma interpretação de correferencialidade entre sujeito da principal e da subordinada, enquanto nos casos de referência disjunta se usam formas finitas do verbo.

Diferentemente de outras línguas românicas, o português e o espanhol, que admitem usos «pessoais» do infinitivo (IF no português apenas), empregam muito mais amplamente o infinitivo nas subordinadas adverbiais (Schulte 2007: 521, Sitaridou 2009: 50). Nestas línguas, o infinitivo configura-se como uma estratégia subordinativa vital, precisamente graças à possibilidade de ser associado a um sujeito diferente do da oração principal (v. também Gawełko 2005).

[91] Cf. também os Gráficos 2 e 3.

5.4 Sinopse: usos de IS e IF no português antigo

Resumem-se nesta secção os usos que IS e IF têm nos séculos examinados. Em primeiro lugar, viu-se que, no que diz respeito às fases mais antigas (século XIII), o IS é o mais representado, como se mostra no Gráfico 5:

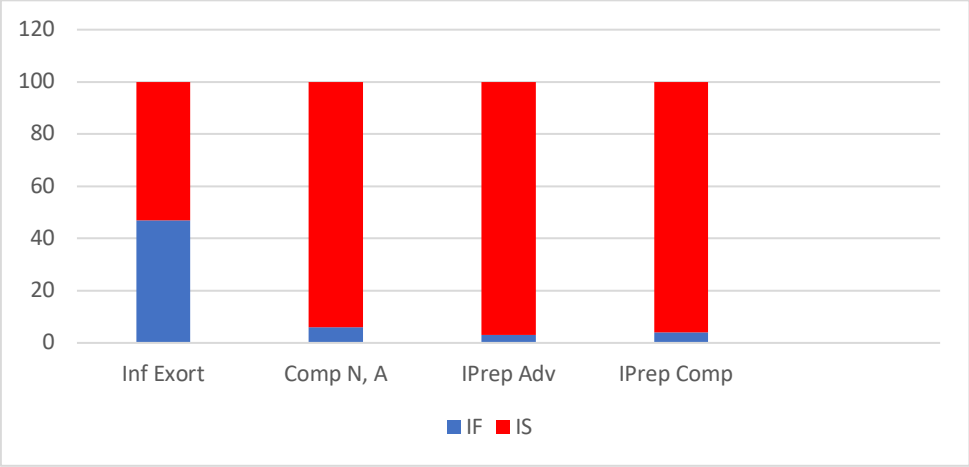


Gráfico 5. IS e IF nos documentos do séc. XIII

Inf Exort = infinitivo exortativo; Comp N, A = infinitivo completivo em dependência de nomes e adjetivos; IPrep Adv = subordinadas adverbiais com IPrep; IPrep Comp = completivas com IPrep

O único uso do IF que é documentado com uma frequência significativa é o uso exortativo. Com efeito, para a função exortativo-imperativa a indicação do sujeito é particularmente motivada[92].

O uso exortativo-imperativo do IF continua bem documentado entre os dados do século XIV, apesar de ir desaparecendo progressivamente até o século XVI, época em que já não se registra esta função para o IF (ausente também na língua contemporânea).

O segundo contexto de uso do infinitivo no século XIII corresponde às completivas preposicionadas na dependência de nomes e adjetivos, onde a partir do século XIV se

[92] Martins (2004: 214–215) identifica, como origem do IF nas construções causativas do português antigo, a ambiguidade estrutural de construções nas quais uma causativa aparece em coordenação com um infinitivo independente com valor exortativo, do tipo de *mandamos peytar àà parte aguardante C maravedis e os prazos ficarem en sa fortaleza*: o infinitivo *ficarem* comummente utilizado com valor exortativo poderia ser interpretado como dependente do verbo causativo *mandamos*, como é o caso do IS *peytar*. A proximidade semântica do IF exortativo com um infinitivo dependente em uma construção causativa poderia ter facilitado este processo. Esta situação também merece ser considerada como possível gatilho de expansão do IF (cf. Martins 2018, para uma visão actualizada da evolução do IF em construções causativas na transição entre latim vulgar e português antigo).

expandem as formas de IF. Estas construções de IPrep são frequentes em todos os séculos examinados, ficando como um dos âmbitos privilegiados de uso do IF até o século XVI.

As completivas na dependência de verbos também se caracterizam como preferencialmente de tipo IPrep, e não AcI, até aos séculos XV e XVI, em que este segundo tipo é revitalizado, na dependência de *verba dicendi* (mas veja-se Martins 2018 para a análise de outros usos completivos do IF no português antigo). No século XIII, contudo, o IF ainda é pouco frequente em dependência de verbos, porque as completivas em questão favorecem uma configuração semântica de *default* de correferencialidade entre os sujeitos da principal e da completiva.

A partir do século XIV, por outro lado, nota-se a expansão do IF nas completivas, observável também no uso (à partida não previsível, nem gramatical: e.g. *manda que se ponham por nam poderem* ***serem*** *achadas*, Manuel 1498, séc. XV) das formas flexionadas em dependência de auxiliares modais ou aspectuais, onde apenas o IS é admitido. O uso do IS nestas construções regulariza-se completamente no século XVI, momento em que a língua moderna se estabiliza (mas vejam-se casos de IF em contextos onde não seria esperado no português europeu contemporâneo – Bossaglia 2013: 228, Martins 2018: 24).

Finalmente, analisaram-se as subordinadas adverbiais com IPrep, observando a clara prevalência das preposições *para* e *por* (e respectivas variantes) a introduzirem orações finais e causais, mas também uma frequência destas subordinadas bem maior que o resto das outras construções em que era utilizado o IS/IF ao longo dos séculos considerados (cf. Gráfico 4). Orações adverbiais com IPrep tornam-se cada vez mais frequentes ao longo da diacronia, e cada vez mais diversificadas em termos de valores adverbiais. Observou-se também que este processo de expansão do leque dos valores adverbiais codificáveis por meio de estruturas infinitivas parece seguir uma hierarquia específica. Também nas adverbiais com IPrep se observa, nos dados do século XIII, uma maior frequência do IS, pois é muito comum (e mais ainda no século XIV), inclusive, que o IF apareça em coordenação com outros IS (*nẽ sse parẽ a* ***ueer*** *nẽ sse a* ***teerẽ*** *cõ os outros que jogã*, Afonso: Partida 1, séc. XIV). Resumindo, o exame dos dados retirados do CIPM e do CdP mostrou que:

1) os únicos casos em que se observa o desaparecimento do IF ao longo da diacronia são o uso exortativo-imperativo, que desaparece a partir do século XVI, e o uso em contextos de infinitivo prolativo (IF entre séculos XIV e XV, mas apenas IS a partir do século XVI);

2) a partir do século XIV atesta-se a expansão do IF em todos os contextos nos quais, no século anterior, era preferido o IS: completivas com IPrep na dependência de nomes e adjetivos, completivas subjectivas e objectivas (prevalentemente com IPrep, ms também em construção de tipo AcI), subordinadas adverbiais (prevalentemente finais e causais, introduzidas por *para* e *por*);

3) a extensão do IF a contextos em que o seu uso é inesperado (infinitivo prolativo) exatamente a partir do século XIV, quando se observa a sua expansão nos demais contextos, parece confirmar que este seja o momento em que essa expansão começou.

6. Conclusões: as origens do infinitivo flexionado português

Neste trabalho visou-se mostrar a grande heterogeneidade e complexidade dos factores que podem estar envolvidos no desenvolvimento do IF no português. Por esta razão, acha-se oportuno falar em *origens*, e não *origem* apenas, do IF.

A partir de uma análise crítica da literatura sobre o tema e do exame dos dados retirados do CIPM e do CdP, apresenta-se com este trabalho uma nova proposta que, como as já existentes, não se pretende que seja definitiva nem completamente satisfatória, mas que possui o mérito de ter um olhar o mais abrangente possível relativamente aos factores relevantes para chegar a uma melhor compreensão do desenvolvimento do IF.

O primeiro factor que merece consideração é a convergência fonética entre formas finitas (imperfeito do conjuntivo latino, futuro do conjuntivo português) e IF. Com as devidas e já mencionadas cautelas, é com certeza importante observar que há, além da simples homofonia entre estas formas, contextos sintácticos em que o infinitivo já estava em competição com formas de imperfeito do conjuntivo (completivas AcI vs. completivas com (*ut*) e imperfeito do conjuntivo), o que poderá ter favorecido uma

«confusão» entre os dois tipos de formas verbais; ainda, os «erros» na produção de formas de futuro do conjuntivo a partir do tema do presente para verbos irregulares (*vermos* por *virmos*) também são indício de um mesmo tipo de «confusão». Este facto é interessante pois o IF é, com relação ao IS, uma forma caracterizada por traços de maior finitude (flexão pessoal), o que o aproxima das formas verbais finitas.

Propõe-se aqui que as origens do IF possam ser achadas, em primeiro lugar, nos usos preposicionados do IS (completivas na dependência de nomes e adjetivos, subordinadas adverbiais, completivas subjectivas e objectivas, infinitivo prolativo) bastante atestados a partir do século XIII, mas com um leque de preposições restrito. É nestes contextos, especificamente nas subordinadas finais introduzidas por *para* e *por*, que, a partir do século XIV, se dá a expansão do IF (até no infinitivo prolativo, onde não seria esperado, devido à monoclausalidade da construção). As subordinadas adverbiais, de facto, representam um contexto sintáctico em que se motiva o uso da forma flexionada, apta para codificar sujeitos não correferenciais com o da principal. De facto, as adverbiais caracterizam-se como menos integradas semanticamente com a principal, pois codificam eventos autónomos, dotados de participantes próprios, e, portanto, como contextos em que uma forma menos *deranked* (i.e. mais finita) do verbo é esperada (Lehmann 1988, Cristofaro 2003).

Finalmente, o IF expande-se em construções de tipo AcI, possivelmente recuperadas, na dependendência de *verba dicendi*, só a partir do século XV devido a tendências de procedência culta, tornando-se estável neste uso a partir do século XVI. Na dependência de construções causativas e perceptivas, por outro lado, a expansão do IF parece ter sido favorecida por influência de construções de tipo ECM, inovação do português antigo (Martins 2018). Paralelamente, normaliza-se também o uso do IS nas construções de infinitivo prolativo, enquanto continua o uso do IF preposicionado na dependência de nomes e adjetivos.

Referências

Barbosa, Ieronymo Soares. 1830. *Gramatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Bolkestein, Alide M. 1976. «A.c.i. and ut-clauses with verba dicendi in Latin». *Glotta* 65 (3-4): 263–291.

Bossaglia, Giulia. 2013. «Inflected/Non-inflected Infinitive Alternation in Causative and Perception Constructions of Contemporary European Portuguese: A Corpus-based Study». *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 95: 220–230.

Bourciez, Édouard. 1956. *Éléments de linguistique romane*. Paris: Klincksieck.

Calboli, Gualtiero. 1981. «Le frasi interrogativo-esclamative latine e l'infinito». In *Logos Semantikos: Studia Linguistica in Honorem Eugenio Coseriu*, ed. Wolf Dietrich e Horst Geckeler, 133–153. Berlin-New York: Walter de Gruyter.

Câmara, Joaquim Mattoso. 1976. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão-Livraria.

Cardeira, Esperança. 2005. *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Castro, Ivo. 2001. *Curso de história da língua portuguesa.* Lisboa: Universidade Aberta.

Cristofaro, Sonia. 2003. *Subordination.* Oxford: Oxford University Press.

Davies, Mark, e Ferreira, Michael J. 2006-. *Corpus do Português*: 45 million words, 1300s-1900s. http://www.corpusdoportugues.org, 31.07.2018.

Diez, Friedrich. 1876. *Grammaire des langues romanes*. Vol. 3. Paris: A. Franck.

Ernout, Alfred, e François Thomas. 1953. *Syntaxe latine*. Vol. 38. Paris: Klincksieck.

Foley, William, e D. Robert Jr. Van Valin. 1984. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gamillscheg, Ernst. 1913. *Studien zur Vorgeschichte einer romanischen Tempuslehre, Sitzungsberichte der Kais*. Wien: Akademie der Wissenschaften.

Gawełko, Marek. 2005. «Le sujet syntaxique de l'infinitif en espagnol et en portugais». *Verba* 32: 7–23.

Givón, Talmy. 1980. «The binding hierarchy and the typology of complement». *Studies in Language* 4: 333–377.

Givón, Talmy. 2001. *Syntax: an introduction*. Vol. 1. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins.

Gondar, Francisco G. 1978. *O infinitivo conxugado en galego* (=*Verba* 13). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.

Haiman, John. 1983. «Iconic and economic motivation». *Language* 59(4): 781–819.

Harris, Michael J. 2013. «The origin of the Portuguese inflected infinitive through a corpus analysis». In *Proceedings of the 16th Hispanic Linguistics Symposium*, ed. Jennifer

Cabrelli Amaro, Gillian Lord, Ana de Prada Pérez, e Jessi Elana Aaron, 303–311. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project.

Harris, Martin e Nigel Vincent (eds.). 1988. *The Romance languages*. London-New York: Routledge.

Hofmann, Johann B. 1965. «Lateinische Syntax und Stilistik. » In *Lateinische Grammatik*, vol. II, ed. Manu Leumann, Johann B. Hofmann, e Anton Szantyr, 287–384. München: Beck.

Jones, Michael A. 1988. «Sardinian». In *The Romance languages*, ed. Martin Harris e Nigel Vincent, 314–350. London-New York: Routledge.

Jones, Michael A. 1993. *Sardinian Syntax*. London-New York: Routledge.

Lehmann, Christian. 1988. «Towards a Typology of Clause Linkage». In *Clause Combining in Grammar and Discourse*, ed. John Haiman, e Sandra A. Thompson, 181–225. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins.

Lehmann, Christian. 2016. «Latin causativization in typological perspective». In *Latinitatis rationes. Proceedings of the 17th International Colloquium on Latin Linguistics (20-25 de maio de 2013, Roma)*, ed. Paolo Poccetti, 918–943. Berlin: De Gruyter.

Leite de Vasconcellos, José. 1900. *Estudos de philologia mirandesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Longa, Víctor M. 1994. «The Galician Inflected Infinitive and the Theory of UG». *Catalan Working Papers in Linguistics* 4(1): 23–44.

Martin, John W. 1972. «Remarks on the Origin of the Portuguese Inflected Infinitive». In *Readings in Romance Linguistics*, ed. James Maxwell Anderson e Jo Ann Creore, 423–429. The Hague: Mouton de Gryuter.

Martins, Ana Maria. 2001. «On the origin of the Portuguese inflected infinitive: A new perspective on an enduring debate». In *Historical Linguistics 1999, Selected Papers from the 14th International Conference on Historical Linguistics (9-13 de Agosto de 1999, Vancouver)*, ed. Laurel J. Brinton, 207–222. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins.

Martins, Ana Maria. 2004. «Ambiguidade estrutural e mudança linguística: A emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos». In *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de homenagem a Maria Helena Paiva*, ed. Ana Maria Brito e Clara Barros, 197–225. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

Mateus, Maria Helena M. 2009. «O português do século XV e o texto da 'Vida e Feitos de Júlio César'». *Domínios de Lingu@gem* 3(2): 129–139.

Mattos e Silva, Rosa V. 2008. *O Português Arcaico: Uma Aproximação, I (Léxico e Morfologia) e II (Sintaxe e Fonologia)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Maurer, Teodoro H. Jr.. 1968. *O Infinito Flexionado Português. Estudo histórico-descritivo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Meier, Harri. 1950. «A génese do infinitivo flexionado português». *Boletim de Filologia* XI: 115–132.

Mensching, Guido. 2000. *Infinitive Constructions with Specified Subjects: A Syntactic Analysis of Romance Languages*. Oxford: Oxford University Press.

Meyer-Lübke, Wilhelm. 1895. *Grammaire des langues romanes*. Paris: Welter.

Michaëlis, Carolina De Vasconcellos. 1891. «Der 'portugiesische' Infinitiv». *Romanische Forschungen* 7: 49–122.

Michaëlis, Carolina de Vasconcellos. 1919. «O imperfeito do conjuntivo da língua latina e sua evolução portuguesa para infinito pessoal». Separata do *Boletim da Segunda Classe* 12: 27–46.

Otto, Richard. 1888. «Der portugiesische Infinitiv bei Camões». *Romanische Forschungen* 6: 299–398.

Perrochat, Pierre . 1932. *Recherches sur la valeur et l'emploi de l'infinitif subordonné en latin*. Paris: Les Belles Lettres.

Posner, Rebecca. 1996. *The Romance languages*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pountain, Christopher J. 1998. «Learned Syntax and the Romance Languages: the 'Accusative with Infinitive' construction with declarative verbs in Castilian». *Transactions of the Philological Society* 96(2): 159–201.

Ramat, Paolo. 2002. «La natura dell'infinito». In *Infinito e oltre. Omaggio a Gunver Skytte*, ed. Gunver Skytte, Hanne Jansen, Paola Polito, Lene Schølser e Erling Strudsholm, 409–417. Odense: Odense University Press.

Riemann, Othon. 1935. *Syntaxe latine d'après les principes de la Grammaire Historique*. Paris: Klincksieck.

Rodrigues, José M. 1914. «O imperfeito do conjuntivo e o infinito pessoal no português». Separata do *Boletim da Segunda Classe* 7: 72–93.

Rodrigues, José M. 1932. «Sobre o uso do infinito impessoal e do pessoal em *Os Lusiadas*». *Boletim de Filologia* 1: 3–7, 177–184.

Ruwet, Nicolas. 1991. *Syntax and Human Experience*. Chicago-London: The University of Chicago Press.

Schulte, Kim. 2007. «What causes adverbial infinitives to spread? Evidence from Romance». *Language Sciences* 29(4): 512–537.

Scida, Emily. 2004. *The Inflected Infinitive in Romance Languages*. New York-London: Routledge.

Serbat, Guy. 1988. «Remarques sur les procedures d'analyse des subordonnées completives». In *Linguistique latine et linguistique générale*, ed. Guy Serbat, 29–36. Louvain-La-Neuve: Peeters.

Sitaridou, Ioanna. 2009. «On the Emergence of Personal Infinitive in the History of Spanish». *Diachronica* 26(1): 36–64.

Teyssier, Paul. 1982. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

Touratier, Christian. 1994. *Syntaxe latine*. Paris: Klincksieck.

Väänänen, Veikko. 1963. *Introduction au latin vulgaire*. 2.ème édition revue et complétée d'une anthologie avec commentaires. Paris: Klincksieck.

Vincent, Nigel. 1988. «Latin». In *The Romance languages*, ed. Martin Harris e Nigel Vincent, 26–78. London-New York: Routledge.

Williams, Edwin B. 1938. *From Latin to Portuguese: historical phonology and morphology of the Portuguese language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Wireback, Kenneth J. 1994. «On the Origin of the Portuguese Inflected Infinitive». *Hispania* 77(3): 544–554.

Xavier, Maria Francisca, Maria Teresa Brocardo e Maria da Graça Vicente. 1994. «CIPM– Um Corpus Informatizado do Português Medieval». *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* 2, 599–612.

10. *O artificio das etimoloxías*: elementos constitutivos da toponimia galega

Ana Isabel Boullón-Agrelo

Instituto da Lingua Galega, Universidade de Santiago de Compostela

O estudo do corpus da toponimia maior de Galicia, a partir do seu nomenclátor moderno (máis de 40.000 lugares, freguesías e concellos, que supoñen case 17.000 formas distintas), permite facer unha clasificación dos seus elementos constitutivos. É tarefa que se pode comezar a emprender grazas ao aumento do coñecemento científico da toponimia galega nos últimos anos, pero que cómpre afrontar con cautela, dada a escuridade, a homonimia ou a discusión etimolóxica de moitas formas. O catálogo dos topónimos prerromanos, latinos e xermánicos (os principais estratos) deitará luz tamén na cronoloxía, aínda que tendo en conta que as voces comúns se puideron habilitar como nomes de lugar en calquera momento histórico. Para determinar o peso relativo de cada un dos estratos, as súas principais achegas semánticas e deseñar proxeccións cartográficas, servirémonos do artificio das etimoloxías.

Palavras-chave: etimologia, toponímia, *corpora*, galego.

Introdución

O título desta conferencia está tomado de frei Martín Sarmiento, un ilustrado do século XVIII pioneiro na defensa e no estudo científico da lingua galega, especialmente do seu léxico e tamén da onomástica. Nos seus *Elementos Etimológicos según el método de Euclides*, dicía:

> *A este tenor, sabiendo los tránsitos que las letras de las voces latinas han tenido al pasar del latín al castellano y al gallego u a otro de sus dialectos, las voces de estos se han de reducir a las latinas. Y en esto consiste el* artificio de las etimologías*. Este artificio es poca cosa. Es indispensable que la voz latina y la voz de su dialecto signifiquen una misma cosa. En la unión de estos dos principios estará el acierto de la etimología* (Sarmiento [1758] 1998: 141 [as cursivas son miñas].)

Folga dicir, pois, que non me refiro á acepción de 'artimaña, astucia, artería', que é a que ten hoxe máis comunmente a voz *artificio*, senón máis ben a de 'arte, habelencia, habilidade' que tamén posúe.

Articularei a miña exposición arredor fundamentalmente dos compoñentes etimolóxicos, con especial atención á cronoloxía e con referencias ao contido semántico. De todas formas, non pretendo facer unha viaxe pola toponimia galega, tal e como xa fixo maxistralmente Antón Santamarina (1999) na súa conferencia inaugural do ICOS en Santiago de Compostela, pero será inevitable facer consideracións históricas, dado que o outro dos puntos de aproximación é o cronolóxico e a representación cartográfica dos topónimos segundo o seu estrato e a época de implantación. A análise das dificultades metodolóxicas permitirá establecer un procedemento máis ou menos seguro que posibilite trazar un panorama xeral sobre o valor porcentual de cada un dos estratos e das súas principais achegas semánticas.

1. Os estudos toponímicos en Galicia

O mais antigo precedente do coñecemento científico da toponimia galega é, como acabo de citar, frei Martín Sarmiento no século XVIII, e desde o XIX manifestouse un interese continuo ante esta parte tan fértil do noso patrimonio inmaterial, como explican Santamarina (2017a) e Martínez Lema (2017)[93]. Tamén investigadores foráneos realizaron importantes contribucións, como Menéndez Pidal estudando o elemento prerromano *-obre*, ou os múltiples traballos de Joseph M. Piel sobre o compoñente latino e, en colaboración con Dieter Kremer, o xermánico (HGN). Na Universidade compostelá o primeiro referente importante foi Abelardo Moralejo (1977) e nas décadas sucesivas léronse teses de doutoramento, baseadas en áreas concretas, como os concellos de Marín (Rivas 1982), Pantón (Palacio 1982), Trabada (Marqués 2004), Lugo (Vázquez García 2014), ou en áreas semánticas, como a fitotoponimia (Navaza 2006), ou baseadas en documentación medieval (Martínez Lema 2010, Méndez 2016a, Hermo González 2017). O elemento prerromano tivo especial fortuna investigadora grazas aos estudos de Bascuas e Juan José Moralejo.

Non se pode desvincular este crecemento cualitativo dos estudos toponímicos da elaboración do Nomenclátor de Galicia (en diante, NG), publicado en 2003, pois obrigou á revisión científica do elenco dos topónimos galegos, que, entre outras cousas, manifestaban un grao importante de deturpación castelanizadora (vid.

[93] Para a distribución temática e un comentario crítico das principais contribucións feitas ata agora, véxase Boullón Agrelo (2010) e unha selección actualizada en Boullón Agrelo (2017).

TopGal). Na Comisión de Toponimia, a entidade oficial encargada de elaboralo, figuraba o principal deseñador do método de investigación toponímica en Galicia, Antón Santamarina, e varios dos xa citados: Elixio Rivas, Gonzalo Navaza, Antón Palacio e Luz Méndez. Actualmente está sendo revisado polo Seminario de Onomástica da Real Academia Galega, por encargo da Xunta de Galicia (véxase Santamarina 2017b).

Ademais, é importante destacar a participación da Universidade de Santiago de Compostela desde a década de 1990 no proxecto PatRom (Patronymica Romanica), iniciado polo romanista alemán Dieter Kremer, bo coñecedor tamén da onomástica galega. Unha das súas consecuencias para o ámbito galego foi a redacción do dicionario dos apelidos galegos, actualmente en curso (véxase Boullón Agrelo, no prelo a), o que implica a revisión dos apelidos detoponímicos, que supoñen máis do 60% do conxunto.

Por último, é tamén fundamental para a investigación etimolóxica o rastrexo das documentacións históricas. Nos últimos tempos desenvolvéronse diversos corpora electrónicos históricos (véxase Méndez 2016b), valiosísimas ferramentas que permiten facer rápidas buscas nos textos medievais editados en latín (CODOLGA), en galego (TMILGa), e na documentación medieval conservada no Archivo Histórico Nacional de Madrid e mais no Catastro do Marqués de Ensenada (1750-1754) (PARES), así como localizar referencias bibliográficas da lingüística galega (BILEGA) e mesmo consultar moitas das máis importantes on-line (só para socios da AGOn, Asociación Galega de Onomástica).

Este moi sucinto repaso da investigación toponímica en Galicia ten como obxectivo demostrar que o intento de clasificar os nomes de lugar segundo a súa orixe etimolóxica aséntase sobre os estudos realizados, tendo en conta como criterio guiador a consulta dos autores sobranceiros e o cotexo crítico entre as distintas posibilidades etimolóxicas.

2. O corpus: a toponimia maior de Galicia

O corpus desta investigación constitúeo a Galicia administrativa actual, que non se corresponde con toda a área galegófona, xa que esta se estende ao occidente de Asturias (faixa do Eo-Navia), no Bierzo (León), o occidente de Zamora (Lubián, Porto,

Pías, Hermisende) e o galego de Cáceres (concellos de Valverde, San Martiño de Trebello e As Ellas). Pero non existe un elenco oficial das formas normalizadas desas zonas: nos nomenclátores aparecen na súa maior parte castelanizados ou, ás veces, asturianizados. Só coñezo unha proposta para a estandarización dos topónimos desas áreas, a de Varela Aenlle (2000), dos 18 concellos asturianos de fala galega. Así pois, circunscríbome aos topónimos rexistrados do Nomenclátor de Galicia (NG 2003), que proporciona os datos máis fidedignos.

Ora ben, certo é que unha visión xeral do proceso de nominación toponímica aínda debería ser máis amplo. Para considerar a evolución lingüística en xeral, cómpre ter en conta os pobos do substrato, a división administrativa romana e as circunscricións eclesiásticas (por exemplo, a devandita terra de Eo-Navia pertencía á diocese de Bretoña, vid. Dubert 2017: 46). Se nos retrotraemos no tempo, veremos que a área territorial antecedente da Galicia actual abranguía un territorio ben máis grande có actual. A área castrexa (sécs. V a.C. - I d.C.) chega ao Douro cara ao sur, e a Asturias cara ao leste (a zona eo-naviega, grosso modo)[94], segundo Calo Lourido (1993: 59). A Gallaecia romana, dividida nos conventos lucense, bracarense e asturicense, era bastante máis ampla, pois chegaba ata o Douro polo sur e abranguía a actual Asturias e León ata o leste. O transcorrer histórico fixo que ese territorio fose minguando ata as fronteiras actuais, pero subsisten pegadas lingüísticas máis alá das políticas. Piel denominaba *Gallaecia Magna* «uma zona de especifidade linguística [lexical e fonética] que estaria na origem mais remota do português» e que describe como «ásture-galego-portuguesa»[95]. Esa área, semellante á castrexa, chegaría tamén ata o Porto polo sur e ata parte de Asturias polo leste[96]. Actualmente segue a haber lingüistas (Michael Metzeltin, Aurelia Merlan, Francisco Dubert), que defenden que Galicia, o norte de Portugal e Asturias (ou, polo menos, a súa parte occidental), conforman unha especie de área xeolingüística no seo dos dialectos hispánicos (véxase Dubert 2017). Por tanto, este traballo que aquí presento pode ser un comezo para ser completado e

[94] A estrema oriental viría definida polas serras do Rañadoiro (en Asturias e Galicia), Os Ancares e O Courel, segue pola de Queixa, «entra en Portugal polas da Padrela e do Marão, cruza o Douro, pasa pola serra de Montemuro, sobrepasa o Vouga e chega ata a Serra do Carmulo, bordeando o planalto de Viseu» (Calo Lourido 1993: 71).

[95] Véxase o seu reflexo cartográfico en Nogueira (1988: 87).

[96] Falta parte do sur da provincia de Ourense (unha zona bastante despoboada), que tamén queda fóra da área castrexa que propón Calo Lourido e que na Gallaecia romana non pertencía a ningún dos dous conventos lucense e o bracarense, senón ao asturicense (vid. Calo Lourido 1993: 72).

iluminado con materiais, se non de toda a península Ibérica, si desta área xeolingüística, aínda que hoxe en día estea xebrada en varias linguas diferentes.

En definitiva, o meu punto de partida constitúeno os topónimos maiores contidos no *Nomenclátor de Galicia* (2003), distribuídos en lugares, parroquias e concellos, da seguinte maneira:

37.308 lugares
3.791 parroquias
315 concellos
Total: 41.414 formas toponímicas, moitas delas coincidentes

Son cifras moi altas, como se fai evidente ao comparalas co conxunto do territorio español (61.707)[97], posto que ten máis da metade dos seus topónimos con só un 6% da súa superficie; ou co de Portugal, con 26.797 entidades[98], nun territorio que triplica o galego (Feijoo 2016: 205).

Hai moitas causas que explican esta extraordinaria fertilidade toponímica. O clima, o relevo e a hidrografía da maior parte de Galicia favorecen o espallamento da poboación, xunto coa forma de cultivar as terras e a organización social e política: a finais do século XX case a metade da poboación total de Galicia vivía en entidades menores de 25 habitantes, e dominaban os asentamentos formados por entre 6 e 25 casas (Mariño Ferro 2000: 19–20). Pero xa foi un territorio densamente poboado desde a antigüidade, como demostran as evidencias de arte rupestre desde o Paleolítico superior, como as pinturas e gravados recentemente atopadas, na Cova de Eirós (Triacastela), calculados em 30.000 anos BP (Lombera Hermida e Fábregas 2013: 67). Na época megalítica (VI - III milenio a.C.), o elevado número de mámoas (calcúlanse en máis de vinte mil) permite inducir un poboamento denso e disperso, en especial na vertente occidental e setentrional (Villares 2016: 30). En época romana Plinio calculaba que no conxunto dos tres conventos habitarían case 700.000 homes libres, o que equivalería a 3.500.000 de habitantes, e só no lucense (algo menos da Galicia actual), habería 166.000 homes libres, uns 830.000 habitantes (López Carreira 2013: 25), unha cifra elevada tendo en conta que os censos actuais calculan arredor de 2.800.000. Por tanto, desde a prehistoria se observa no territorio galego unha forte

[97] Datos do INE e do Centro Nacional de Información Geográfica do Instituto Geográfico Nacional, Ministerio de Fomento.
[98] Informação Geográfica de Portugal e Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

humanización da paisaxe, simultánea ao espallamento dos asentamentos humanos sobre o territorio (Villares 2016: 39–40).

Se aos topónimos maiores se lle suma a prospección feita para cando se complete a recollida de microtoponimia, prevista no Proxecto Toponimia de Galicia, a cifra elévase ata o millón e medio de topónimos en terra (dado que nos datos compilados ata agora hai unha media de 50 topónimos por km^2), máis outro medio millón de talasónimos (dados os 2.555 km de costa: vid. Feijoo 2016: 209–210).

Parto, pois, dos topónimos maiores presentes no NG 2003. Pero como hai formas que se repiten[99], reducín no posible a variación (as formas repetidas, a presenza/ausencia do artigo[100] e adxectivos moi recorrentes[101]). Despois deste proceso de redución quedaron unhas 15.700 formas diferentes, das que foron clasificadas preto do 87%, o que ofrece cifras estatisticamente representativas.

Hai un precedente desta aproximación cuantitativa, feita por Elixio Rivas (1982: 377), quen examinou os topónimos do concello de Marín (Po); salvo para o material latino, os resultados son algo diferentes, pero non moi distantes. No seu cálculo, os compoñentes prerromano e o árabe teñen maior valor (21,3% e 2,1%, respectivamente), o xermánico menos (7,8%) e o latino practicamente o mesmo (67,8%). De todas formas, non é fácil establecer ata que punto se poden comparar os datos de Marín cos globais, porque Rivas non aclara a forma de proceder para chegar a el, por exemplo, como tivo en conta os compostos ou se a análise está feita por formas ou por ocorrencias. Esta distinción é importante, porque se se conta por formas, a proporción é moi distinta, xa que a contabilidade por ocorrencias ofrece un panorama máis exacto sobre a recorrencia das formas; por exemplo, a maior parte dos topónimos

[99] Non só o mesmo topónimo en varios lugares, senón que un lugar pode ter o mesmo nome cá súa parroquia e esta có seu concello (como o lugar *Ortigueira*, na parroquia e concello homónimos). Esta repetición desvirtuaría o resultado, porque en rigor non son tres lugares distintos, senón distintas realidades administrativas. Por outro lado, hai concellos con nome exclusivo, sen núcleo de poboación correspondente (así, *Ames* e *Cervantes* son concello e parroquia, *Toques* e *Baleira* só concellos).

[100] Hai 17.853 nomes con artigo, e moitos deles presentan una variante sen el (*Seixo – O Seixo*, *Abelenda – A Abelenda*, *Cela – A Cela*, etc.).

[101] Como *de Arriba/Riba-de Abaixo/Baixo*, *Novo/a-Vello/a*, *Grande-Pequeno.* Isto só no caso de estaren segmentados graficamente (por exemplo, *Pena Grande* queda reducida a *Pena*, pero *Penagrande* mantívose). Tamén descartei nomes evidentes de rúas (*Avenida do 19 de Febreiro*, *Praza dos Duques da Conquista*) ou outros que non son exactamente núcleos de poboación (*Polígono Industrial*) e que deberán ser obxecto de revisión.

que máis se repiten no nomenclátor son latinos, e os máis frecuentes, aparecen centos de veces[102]:

Táboa 1. Topónimos máis repetidos no NG

1. Igrexa 348 + Eirexe 116 + Eirexa 64 + Grixa 9	537
2. Outeiro	487
3. Vilar	299
4. Castro	279
5. Souto	190
6. Torre	178
7. Piñeiro	171
8. Pazo	165
9. Casanova	163
10. Campo	143
11. Pena	141
12. Costa	140
13. Casal	129
14. Cruceiro	125
15. Aldea	116
16. Vilanova	105
17. Coto	102
18. Veiga	102
19. Vilariño	101
20. Ponte	99
21. Carballal	97
22. Pazos	92
23. Pedreira	90
24. Castelo	82
25. Barreiro	80

Daquela, cómpre ter en conta que sempre será unha aproximación cuantitativa, porque, como acabo de indicar, o corpus está constituído por formas distintas, pero cuantitativamente unhas pesan máis ca outras. No que toca aos compostos, só tiven en conta o primeiro elemento, aínda que poden estar integrados por palabras de diferentes orixes etimolóxicas (como en *Aldea do Muíño*, *Bamio de Fondo*, *Burgovedro*, *Bouza da Cabra*). Actuei así porque eses segundos elementos son adoito formas repetidas e

[102] Nesta táboa non teño en conta a presenza do artigo. Cando se toma como punto de partida un só concello, como fixo Rivas, a desviación non é tan grande, pero sempre hai topónimos que se repiten. En Marín, por exemplo, hai 3 *O Igrexario*, 2 *A Porteliña*, 2 *A Rúa Nova*.

por resultar máis simple estatisticamente ter en conta cada topónimo como unha unidade.

2.1. Dificultades na clasificación etimolóxica

> *Es tan árida, estéril y desapacible la materia de etimologías, que no dudo extrañará el lector que yo hubiese querido gastar algún tiempo en escribir sobre esa materia. Poco estorbo sería que fuese árida y estéril, pues con el trabajo y cultivo se haría fértil, fecunda y feraz* (Sarmiento [1758] 1998: 289)

Sarmiento coñecía sobradamente as dificultades da clasificación etimolóxica. Debo reiterar o feito de que o meu método foi seguir, co maior sentido crítico posible, as etimoloxías propostas por autores precedentes. Xa no século XIX Giovanni Flechia e a principios do XX Auguste Longnon trazaran as liñas mestras da etimoloxía toponímica, como nos recorda Antón Santamarina (2017a): congruencia fonética e semántica, busca de documentacións dunha forma recuando o máximo posible no tempo, e (ou) buscar paralelos do topónimo no mesmo dominio lingüístico ou fóra dese dominio. O achado de documentacións históricas pode resolver o relativamente frecuente problema da **homonimia**.

Exemplificarei esta cuestión con algúns casos coñecidos. Existe unha familia hidronímica indoeuropea que segundo Bascuas procede da raíz **awer*-'humedecer, mollar, fluír', entre da cal estarían o río *Ouro*, *Valadouro* (ou *Valedouro*), *O Castro de Ouro* e *Fazouro*, e tamén *Ourense*, que conflúen cos resultados do latín *aurum*. Pero «aquí non hai máis ouro ca o que obteñen os labradores do cultivo do val», comenta un retranqueiro Bascuas (2014: §46.1). Para apoiar a súa proposta prelatina apóiase fundamentalmente na documentación:

> *Para descartar calquera relación co lat. aurum 'ouro', adx. aureus, aurea 'de ouro', é suficiente unha simple observación de carácter estatístico. O Codolga cita 842 testemuños de Auria en 771 documentos desde o ano 569 ata o 1289: 825 refírense ao antigo nome de Ourense (con fórmulas coma episcopus in Auria, apud Auriam, episcopus Aurie, carta Aurie, etc.); 11 ao coñecido nome de muller Auria e 4 a outros topónimos. Unicamente se confunde co adxectivo latino en II aurias libras 1028 '2 libras de ouro'. O mesmo Codolga rexistra 35 citas de aurea en 33 documentos. Ao ser este un adxectivo de uso corrente, é natural que, dado o parecido con Auria, se produzan confusións. Pero estas son realmente escasas: Pal(l)a Aurea 886, 900, 1071, 1183, villa... Aurea 1010, in Aurea 1233, 1239, ademais de Aurea, Auream, Aureas noutros 4 topónimos; no resto das citas trátase do adxectivo aurea 'de ouro'.* (Bascuas 2014 §46.3.1).

A esta mesma familia pertence, probablemente, *A Obra* (se é que se identifican as formas *Aura* que aparecen na documentación latina), cognada do *Oura* que nomea unha praia preto de Lisboa, e que foi reinterpretada por etimoloxía popular coa palabra de orixe latino desde o século XIV, onde aparece con artigo: «oveença da *Obra*... çelleyro da *Obra* 1387, … casal da *Obra* 1468» (Bascuas 2014: §46.7). En moitos destes casos Edelmiro Bascuas móstrase prudente, porque, a pesar das similitudes con formas doutras linguas e mais da congruencia con outros topónimos da mesma área lingüística, en moitos dos casos é imposible determinar se se trata da voz prerromana ou da palabra latina.

En ocasións, os estudosos chegan a distintas conclusións a partir dos mesmos datos. Un aparentemente doado *Mendo*, que fai pensar inmediatamente no coñecido nome persoal de orixe xermánica, presenta como documentacións medievais *Minuete* 964, *Minuetis* 995, *Minueti* 978, *Menendi* 1188. Bascuas (2008: 535, 2004) pensa que a forma orixinal é **Minēto*-, coa mesma raíz ca *Miño* [raíz indoeuropea **mei*- 'caminar, ir' (Pokorny IEW, 710.3), presente en numerosos hidrónimos de Europa e relativamente abundante na hidronimia galega (*Miñor*, *Miñotelo*, *Miñarzo*...), co mesmo sufixo -*ēto*- ca en *Lueda* ou *Mondoñedo*. Segundo el, as formas *Minuete*, maioritarias, son intentos de aproximación falsamente etimolóxica ao lat. *minuō* 'diminuír', e en *Menendi* hai confusión con frecuentísimo antropónimo xermánico. Pero Juan José Moralejo, coa mesma documentación, pensa que o que ocorreu foi un cambio de nome:

> *A esa propuesta de evolución regular del grupo* -nu-*, si suponemos la silabación y la acentuación* Mi-nue-tis*, podría objetársele que con el vocalismo inicial* min-*, que parece lo originario, tal vez llegaríamos a un* *miende*,* *miendo*, pero no a Mendo.* […] *las formas* Minuete*,* Minuetis […] *del s. X ceden paso en el XI a un* Menendi *que de ninguna manera podría ser evolución de ellas, pero que en ese caso genitivo y en el nominativo* Menendus *si es base segura de* Mende *y* Mendo*, respectivamente. No hay, pues, evolución de un nombre, sino cambio de un nombre a otro* (Moralejo Álvarez 2006: 148).

Hai moitos outros topónimos con esa situación de homonimia: os compostos con *Sal* (*Costa do Sal*, *Vilasal*, *Porto do Sal*, *Salmeán*, *Seaia*...), proceden, segundo Bascuas (2014: §53.1), da raíz hidronímica indoeuropea **sal*- 'sal, sucio ou auga axitada'. *Cereixo*, amais de fitopónimo, pode ser derivado das raíces indoeuropeas **kei*- 'mover, moverse' ou **ḱei*- 'cor (case sempre escura)' (Bascuas 2014 §80.2).

Normalmente *Mós* procede de MŎLAS 'moas' unha frecuente metáfora oronímica, pero *Mos* (Castro de Rei, Lu.), coa atestación medieval *Malones*, remóntase máis ben a unha raíz prerromana, que segundo Bascuas (2005: 36.3) é **mel*- 'saír, elevación, curvatura, ribeira'. O relativamente frecuente *Arcos* ou *Os Arcos* tense explicado como o plural de *arco*, substantivo común procedente do lat. *arcus/arquus*, co significado alusivo ao elemento construtivo; pero Moralejo Álvarez (2006: 286–289) considera que moitos deles poden proceder dun radical indoeuropeo **areq* 'protexer, cerrar', co significado 'defensa, cerca', posiblemente aplicado a terreos cercados e delimitados para o gando, paralelo semanticamente a *devesas* ou *currais*.

Independentemente do valor que se lle dea aos elementos prelatinos, parece claro que en todos estes casos (e moitos máis, cf. *Vara/Bara*, *Barco/Barca*, raíces *Barb*-, *Cerv*-, etc.) hai que considerar seriamente unha raíz anterior á latina e en moitas ocasións vai ser imposible, alomenos por agora, decantarse por unha delas. Só o estudo exhaustivo e específico de cada forma o podería garantir, pero non sempre se pode conseguir cumprida documentación histórica.

Por outra banda, a documentación histórica tamén pode encerrar trapelas, posto que non son raros os casos en que os escribas medievais disfrazan á latina as voces que non coñecen, normalmente prerromanas. E así atopamos **reprinistizacións** que agochan máis que aclaran as formas que transmiten. Hai bastantes *ríos bos* que deron lugar a topónimos (*Río Bo*, *Reibó*, *Rió*, *Ribón*), e, pola contra, tamén hai ríos maos (*Riomao*, atestado como *Rivomalo* a.1154). Pero, como di Bascuas, «no todos los *Río Mao* son 'malos'» (Bascuas 2002: 157), e cita o caso do río *Mao*, afluente do Cabe, que aparece moitas veces reflectido na documentación como *Humano* («riuolum de *Humanum*» a.791, «in Flumine *Humano*» a.841), e que en realidade comparte raíz paleoeuropea **weg*- 'húmido' a mesma cós ríos *Umia* e *Eume*. Parece haber aquí un intento dos escribas de non confundilo con *malus*, pero latinizárono cunha palabra coa que non tiña nada que ver. É coñecido tamén o caso de *Toxos Outos*, que aparece na documentación en latín como *Togios Altos*, *Togios Octos*, *Spinis Altis* e, maioritariamente, como *Tribulis Altis*[103].

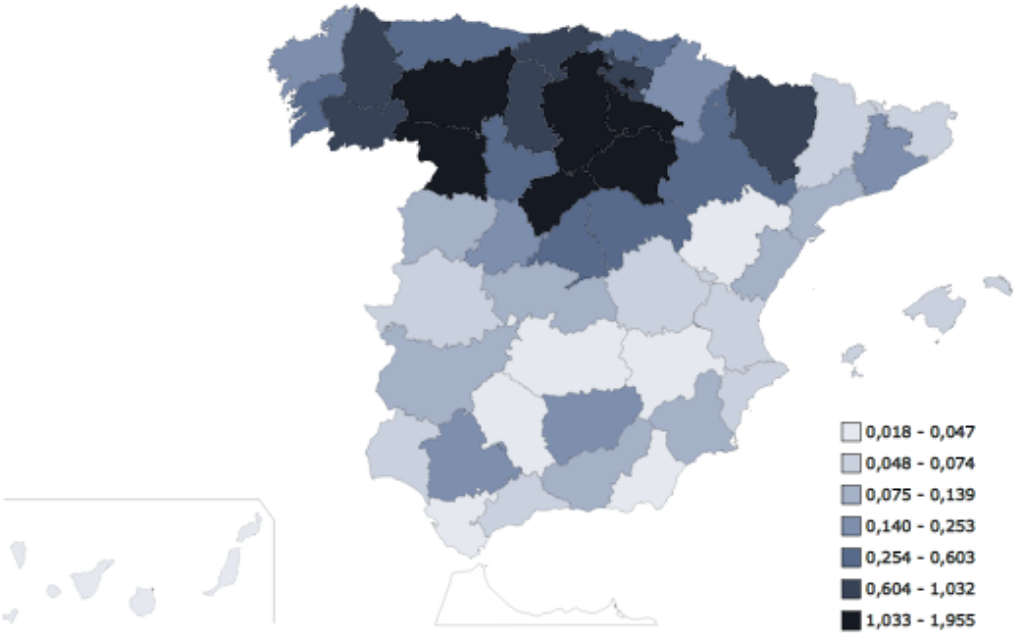
Por último, supoñen tamén un impedimento para a clasificación aquelas formas que son obxecto de **discusión etimolóxica** entre diversas orixes lingüísticas. Son variados

[103] Véxanse as diferentes estratexias de latinización para este caso en Martínez Lema (2011).

os exemplos que se poderían aducir, pero vou limitarme a *barrio*, topónimo moi frecuente en Galicia, convertido despois en apelido. A teoría máis estendida é que provén do ár. *barri* 'exterior', derivado do ár. *barr* 'aforas (dunha poboación)', segundo Corominas, quen dubida no antecedente inmediato, pero non da lingua de que vén: «sea como descendiente de *barrî* o como alteración hispánica de *barr*, es seguro que barrio pertenece a esta familia semítica» (DCECH s.v.). Corriente (1999 s.v. *alb/varrã*) considérao procedente do and. *bárri*, un alomorfo pouco documentado do and. *albarráni* 'exterior, de fóra' e este do neoár. *barrānī*. Xa sorprende que unha voz tan difundida non teña un antecedente etimolóxico claro, e de feito Machado expresa as súas dúbidas:

> *De voc. ant.* bárrio *que, julga-se, significava «local ermo e inculto cerca de outro já cultivado e povoado». Origem obscura. A hipótese arábica é sedutora (sugestões fonética e semântica), mas serve? Teríamos, em primeiro lugar, de comprovar aquele sentido do voc. port. para o aproximar de* barrã*, 'de fóra' e de* barrîâ *'campo, campos'* (DOELP s.v.)

Bascuas (2014: §25.1) aponlle obxeccións importantes a esa orixe: a voz está documentada no noroeste desde moi cedo (desde o preto do ano 853 en documentos asturianos: véxase o CODOLGa); o significado na documentación latina do occidente peninsular non é 'arrabaldo', nin 'aldea pequena', senón máis ben 'campo'. Ademais, existen derivados como *barreal*, conservado como apelativo co significado de 'terra barrenta, arxilosa', 'barrizal' en Andalucía, León, Asturias e en Hispanoamérica, que non se explican a partir da acepción árabe, senón de *barro*. Estas formas son paralelas ao portugués *Bairral*, pl. *Bairrais* e outros derivados como *A Bairrada*, unha zona vinícola do Douro que tampouco se explica a partir dunha acepción urbana. Tamén hai que salientar a súa abundancia como topónimo en Galicia e como apelido por todo o norte da península ibérica, é dicir, nas zonas menos arabizadas.



Mapa 1. Frecuencia do primeiro apelido Barrio en España (Fonte: INEapelidos)

En fin, Bascuas 2014 cre que posiblemente sexa un derivado do prerromano *barro*. O seu significado inicial debeu ser o de 'parte de fóra das *villae* medievais' e, posteriormente, 'parte dunha poboación'. Hoxe, nalgunhas partes de Galicia, tamén adquiriu o significado de 'aldea, lugar'.

3. Aproximación cuantitativa aos estratos da toponimia

As devanditas dificultades na adscrición etimolóxica poñen en evidencia unha vez máis que as conclusións obtidas só poden ser aproximativas. É coñecida entre os etimólogos a gradación da certeza das etimoloxías dadas nos dicionarios proposta por Otto Jespersen: certa, probable, posible, improbable e imposible; el temía que as dúas primeiras clases habían ser as menos numerosas (Jespersen 1922: 307). Estas afirmacións foron feitas hai case cen anos, e debe recoñecerse que desde aquela adiantouse moito na etimoloxía románica como para manter un cálculo tan pesimista. O meu propósito é só identificar a lingua de procedencia e os trazos semánticos principais da palabra, o que é ben máis doado ca establecer a etimoloxía completa dunha voz. Para este labor, procurei ter en conta tódalas achegas feitas, porque penso, como Liberman, que «A bad etymology is not better (in fact, it is much worse) than

no etymology at all» (Liberman 2009: 166). En total, foron clasificadas o 76% das formas (orixe prelatina, latina, xermánica, árabe e outras), que poderían encadrarse nas tres primeiras categorías mencionadas por Jespersen. Delas, a suma de tódalas asignacións non seguras, como as comentadas arribas, e máis as incertas (como *curuxa*, *zapato*, etc., vid. DCECH), supoñen un 10%. Os números acadados permiten darlle unha certa fiabilidade estatística a esta panorámica.

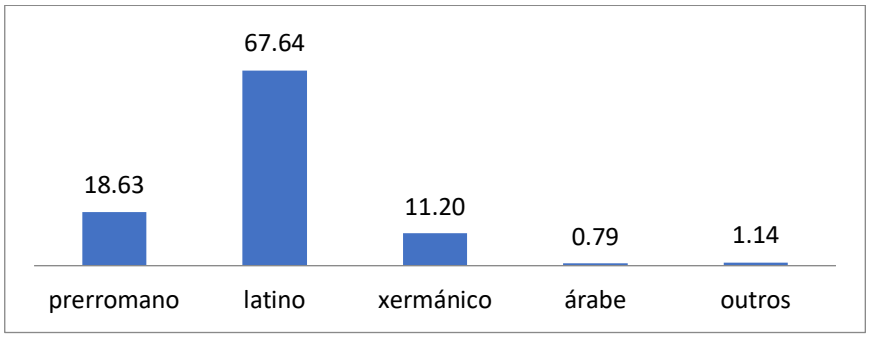


Gráfico 1. Porcentaxes dos compoñentes etimolóxicos na toponimia galega

Os resultados non sorprenden: o elemento maioritario é o latino, o prelatino ten unha importancia estatística relevante, así como o xermánico, mentres que o árabe é practicamente insignificante. Baixo a etiqueta 'outros' hai préstamos modernos (do castelán, como *Casillaflor*, *Villalapaz*, do francés (*Donís*, *Galáns*), occitano (*Brixel* 'verxel', *Gallardo*), do neerlandés (*Dique*, *Duna*), italiano (*Capricho*), quechua (*Pataqueira*), e formacións onomatopeicas (*Cuco*, *Gagos*, *Patos*).

No que segue estableceremos a vinculación do estrato etimolóxico coa súa posible datación e coas áreas semánticas en que se manifestan con maior peso.

3.1. A continuidade do compoñente prerromano

> *De todos los nombres de los sitios geográficos de Galicia, hay unos antiquísimos y anteriores a los Romanos en Galicia. De estos hablaré poco o nada; pues no gusto gastar el tiempo en averiguar lo que es ya inaveriguable.* (Sarmiento [1757] 1988: I, 109–110)

Hoxe en día estamos en mellor disposición ca na época de Sarmiento para distinguir aqueles elementos absolutamente escuros, se ben, evidentemente, aínda quedan moitas lagoas.

A identificación do elemento prelatino é particularmente complexa, porque non se pode facer máis que cun criterio de exclusión (se non se poden identificar con elementos das linguas históricas) ou de comparación (pola coincidencia con formas prelatinas doutras áreas europeas). Cóntase, ademais, coas mencións dos xeógrafos e historiadores gregos e latinos e coa contribución das fontes epigráficas, inscricións da época romana que abundan especialmente en elementos onomásticos, sobre todo topónimos, nomes de persoa e teónimos (nos dous casos con frecuentes deficiencias de transmisión). A identificación segura desas formas é sempre moi problemática polo que sempre hai que actuar con suma prudencia. O labor nos últimos anos de investigadores como Moralejo Álvarez, Bascuas e Búa, entre outros[104], permitiu avanzar sobre bases máis seguras, posto que parten do coñecemento das linguas indoeuropeas, do latín, dos romances e mais dos testemuños medievais, claves para a identificación etimolóxica.

Avanzaba antes que o peso relativo do compoñente prelatino na toponimia galega é bastante alto (case un 19%); desta porcentaxe teñen un peso considerable aquelas voces que subsistiron no léxico común trala romanización. Seguen formando parte do léxico ata os nosos días numerosos fitónimos (*Carballo*, *Ameneiro*, *Carpaza*, *Carqueixa*, *Queiruga*, *Toxo*, etc., cos derivados respectivos), palabras referidas a terras de labor (*Leira*, *Barxa/Barcia*, *Seara/Senra*, *Veiga*, *Cocho*), terreos con outros usos (*Touza*, *Bouza*, *Busto*, *Gándara*), e diversas acepcións hidronímicas (*Rego*, *Regueiro*, *Regato*) ou oronímicas, nun sentido amplo (*Lama*, *Barro*, *Coto*, *Cótaro*, *Lastra*, *Laxe*, *Lousa*).

Tense posto en cuestión a celticidade da lingua falada na *Gallaecia* (galaico-lusitano) por existiren certas formas léxicas (como *veiga*, *carqueixa*, *touza*, *lama*, *barcia*) que non se axustan á estrutura coñecida do indoeuropeo, e outras características non célticas como, sobre todo, a presenza de *p-* en topónimos como *Palas* (tamén voz común: *pala*, *paleira*, 'cavidade que serve de refuxio ou vivenda a certos animais' DRAG), *Páramo*, e inscricións prelatinas como *Porcom* en Lamas de Moledo. Moralejo Álvarez considera, como Untermann e Búa, que estas anomalías

[104] No ámbito portugués cómpre mencionar a tese de doutoramento recentemente lida de Carlos Rocha (2017) sobre hidrotoponimia.

poden explicarse como préstamos ou dialectalismos[105] e defende decididamente que «O material galaico-lusitano, común e onomástico, pode terse por céltico, inda que non participe nalgunha elección e innovación importante e non encaixe no canon tradicional (galo + celta insular medieval)» (Moralejo Álvarez 2006: 234).

As formas léxicas supoñen un 45% do total dos topónimos de orixe prerromana. Das restantes, isto é, das máis opacas, un dos grupos máis estudados é o dos topónimos que conteñen o elemento *brig* (*briga*- como primeiro elemento, e *-brix*, *-bris* como segundo). Desde Menéndez Pidal (1946) dedicáronlle a súa atención moitos estudosos[106] e baseándose nel, Untermann (1962) estableceu a división entre a Hispania indoeuropea e a ibérica, que portaría o elemento *ili*- (unha ancha faixa paralela ao Mediterráneo que iría desde os Pireneos ata a fronteira sur de Portugal). A forma radical *brig*, cun significado primario 'elevación', que despois adoptou o significado 'outeiro fortificado, castro', localízase con moita máis abundancia no noroeste hispánico, no territorio habitado na antigüidade por pobos célticos, con maior recorrencia ca no resto da Hispania indoeuropea. Deste tema orixinario, que deu lugar a formas compostas con outro primeiro elemento prerromano (como *Lestrove*, *Anzobre*, *Callobre*, *O Grove*, *Ciobre*…), proceden, a partir de diversas formacións (*-briga*, *-brix*, *-bris*, *-bre*…), outros nomes non necesariamente rematados en *–bre*, como *Sabrexo*, *Biobra*, *Lobra*, med. *Brigantia* (de onde o moderno *Bergantiños*).

Pero, sobre todo, a maior parte dos topónimos de orixe prelatina proceden do ámbito semántico da hidronimia: constitúe máis da metade de tódolos topónimos maiores dehidronímicos[107], case o 60%, segundo o meu cálculo. Non é de estrañar, pois é ben coñecida a enorme persistencia deste material semántico, a pesar dos cambios étnicos, lingüísticos e culturais na poboación que vive nas ribeiras. Tampouco o feito de tantos topónimos viren de hidrónimos, dada a gran cantidade de correntes fluviais en Galicia: Cunqueiro chamoulle «o país dos mil ríos», sen esaxeración: Moralejo Álvarez, efectivamente, inventariou un millar de termos hidronímicos.

[105] Como expón con claridade Búa (2017: 60): «A postura máis simplista de pensar que todo o que non teña etimoloxía céltica non pode ser céltico ten a mesma validez como dicir que todo o que non ten etimoloxía latina non pode ser galego (*laxe*, *laverca*, *aldea*, *tomate*, etc.)».

[106] Moralejo Lasso (1977: 49–83), Búa e Lois (1994/1995), Prósper (2002), Moralejo Álvarez (2010a), Búa (2004), García Alonso (2006).

[107] Só consignei a adscrición semántica cando contaba cunha certa fiabilidade, tendo en conta sobre todo as recentes achegas feitas por Moralejo Álvarez e Bascuas. Tamén hai que ter en conta que ao ser este ámbito semántico un dos máis estudados, haxa máis identificados.

Desde o punto de vista morfolóxico abunda o tema en -ā, en adxectivos substantivados en feminino, que concertan cun substantivo xa sobreentendido (ide. **akwā* ou similar): *Arnoia*, *Avia*, *Barbaña*, *Deva*, *Dubra*, *Loña*, *Lúa*, *Mira*, *Narla*, *Navea*, *Neira*, *Sorga*, *Tamega*, *Tea*, *Umia*). Tamén é salientable o sufixo átono *-ara/o* (*Lóuzara/Louzarela*, *Azúmara*, *Ézaro*) (Moralejo 2008: 103).

O substrato lingüístico da hidronimia é en parte celta (como *Dubra*, *Deva* –teónimo–, *Navia*, *Ambía*, *A Baña*, *Camba*), pero hai formas que presentan incompatibilidades coa familia céltica. Esas remontarían a un substrato aínda máis antigo, común a toda Europa e anterior á fragmentación das linguas indoeuropeas do continente, que se mostra precisamente na hidronimia e que fora sistematizado por Hans Krahe. Tal substrato denomínase paleoeuropeo, e a el se adscribirían formas como *Ares* (med. *Aares* < *ANARIS), *Naraío*, *Neira*, *Támoga* (vid. Moralejo Álvarez 2009). De todas as maneiras, non é doado na maior parte dos casos establecer correspondencias seguras, porque hai un gran risco de homofonía de raíces monosilábicas e sufixos simples co material realmente indoeuropeo, de maneira que hai formas adscribibles tanto ao celta coma ao paleoeuropeo, como *Abanqueiro*, *Ambía*, *Avia* (e *Avión*) ou *Ourense*. Segundo estes datos, Moralejo reafírmase nunha Gallaecia indoeuropea desde data moi antiga, polo menos desde o Bronce, no segundo milenio a.C. (Moralejo Álvarez 2006: 215).

3.1.1. Indicios para a cronoloxía do elemento prerromano

A clasificación en estratos etimolóxicos suxire unha secuencia cronolóxica, paralela á época en que cada un dos compoñentes foron nutrindo a lingua. Pero sabemos que iso é así só en determinado número de casos, xa que as palabras do léxico común poden habilitarse como topónimos en calquera época histórica, sexan de orixe prerromana (cf. *Lama*, *Leira*, *Gándara*, *Beira*, *Ameneiro*) ou latina, fundamentalmente, e por tanto non son válidos para a cronoloxía. Para poder relacionar o estrato lingüístico coa época de creación do topónimo cómpre que o topónimo non sexa unha forma léxica viva ou que, por determinados indicios léxicos ou morfolóxicos, poidamos situalo cronoloxicamente de forma aproximada.

Así pois, deterémonos nalgúns aspectos que poden ser útiles para coñecer a época da fixación do topónimo. Bascuas (2008: 530) propón tres estratos na hidronimia:

paleoeuropeo (*Sar*), celta (*Saramba* 'río Sar') e latino (*Ambasmestas* 'augas mesturadas', na confluencia do Sil e o Miño, en Carballedo). Agora ben, son poucos os casos en que é posible diferenciar estratos a nivel prelatino, e menos en áreas semánticas non tan estudadas coma a hidronimia. Pero si se poden identificar trazos léxicos e morfolóxicos que testemuñan a vixencia de elementos prelatinos durante a romanización.

Nalgúns casos sabemos, tanto pola fasquía actual do topónimo como polas documentacións medievais, que a palabra prerromana conservaba o seu valor léxico na Alta Idade Media. É o que ocorre co celta *amba* 'auga', atestado ata o século XII e presente en compostos como o xa citado *Ambasmestas*, *Ambosores*, *Augas Mestas* (en Quiroga, Lugo, aparece na documentación como *Ambas mestas* desde o ano 983 ata o 1179) (vid. Bascuas 2006), ou o tamén mencionado *Auria*, cuxo valor léxico é manifesto en *Fonte Auria*, *Valle Auria*, *Villa Auria*, modernos *Fontoira*, *Valoura*, *Viloura*, respectivamente, e en secuencias como «per illos cubos, per illa *aurea* [= *auria*] et per coto de Villar» a. 1128 (vid. Bascuas 2014: 145).

Máis frecuente ca estes exemplos léxicos é a presenza de sufixos latinos en palabras prelatinas, hoxe opacas, pero que demostran que durante os tempos da romanización conservaron o seu valor apelativo. Isto supón unha valiosa mostra para a reconstrución do léxico no período prerromance. Porei só algúns exemplos para ilustralo.

É posible atopar diversos sufixos latinos nunha base prelatina: *Borna* (raíz hidronímica indoeuropea **bher*- 'brotar, fluír, brillar'), *Bornalle* (med. *Bornalio* <**Borna-cŭlus*), *Borneiro* (*-arius*), *Bornais* (*-ales*) (Bascuas 2014: § 13.1). Os sufixos latinos nestas raíces son moi numerosos, como podemos ver nos índices morfolóxicos das obras de Bascuas (2002, 2005, 2014). Especialmente frecuente é -ARIU (*Abanqueiro*, *Ombreiro*, *Orneiro*, *Gurgueiro*), -ARIA (*Tabeira*, port. *Taveira*, *Gorgueira*); -ALIS (*Oural*, *Ourais*, *Ourás*; *Saial* < *SALAIALIS, *Cezal* < *CECIALIS; *Cerval*, *Cervás*; *Xuvial*); -OSU: *Laioso* (derivado de *Laia*, evolución diverxente de *laxe* < LAGĬNA), *Saioso* < *SALAIOSU, *Ciroso*, *Xasoso*.

Os diminutivos son frecuentes nas bases prelatinas, sobre todo para referirse ao curso alto dos ríos, aínda que non son proba da vivencia da súa base semántica, porque puideron engadirse en calquera momento da historia, cando xa estaban fosilizados como nomes propios (Bascuas 2014: 385). Emporiso, algúns deles indícannos que eses

topónimos se formaron en época latina, porque deixaron de ser produtivos en época romance[108]: -ĔLLU/A (*Buelo*, *Miodelo*, *Miñotelo*, *Sequelo*, *Cirela*, *Louzarela*, *Sarela*, *Chapela*, *Palela*[109]), -ŎLUS/A, -ŎLOS[110] (*Ulloa*, *Basadroa*, *Pigaroa Coirós*, *Oirós*).

Pero, amais destes sufixos fáciles de recoñecer, hai voces en que poden confluír sufixos latinos con terminacións prelatinas, o que os fai indistinguibles. Por exemplo, *-iño* tanto pode proceder do lat. -ĪNU coma de -INIU, como demostran algunhas atestacións medievais e a comparación con outras linguas: *Ariño* é topónimo en Galicia e mais en Portugal (*Arinhos*, Mealhada), onde figura na Idade Media como *Arinios* a.1102, 1140; o paralelo español *Ariño* (en Teruel), non pode orixinarse a partir do sufixo latino (pois o resultado seria **Arino*) e, daquela, en galego e portugués non pode ser derivado do substantivo *aro*. Por todo isto, Bascuas (2002: 27) considera que se trata dunha derivación prerromana, comparable a outras coma o galego *Aviño*, paralelo ao asturiano *Aviño*, que tampouco pode proceder do lat. -ĪNU, como, efectivamente, indica a atestación *Auinio*, do século XII (Bascuas 2014: §31.2); ademais, estas formas encádranse en series hidronímicas: *Ariño/Aria*, *Aviño/Avia*. Un caso semellante encóntrase na terminación *-edo/a*, que con valor abundancial deriva do lat. -ETU/A para designar colectivos de plantas (*Carballeda*, *Abeledo*, *Figueiredo*) e minerais (*Seixedo*, *Pedreda*, *Laxedo*, *Penedo*) pero que tamén está presente en numerosas formacións prelatinas: *Mondoñedo*, *Carnoedo*, *Lueda*, *Alheda* (río de Coímbra), **Minetum* > med. *Minuete* > *Mendo*, *Domeda*. Por conseguinte, a súa presenza non pode considerarse como criterio para a súa atribución ao estrato prelatino o ao latino (Bascuas 2005: 74.7.3). Finalmente, o mesmo se pode dicir de *–ón* (-ŌNE), moi frecuente en alternancia con hidrónimos de tipo paleoeuropeo, como *Ara* / *Arón*, *Vara* / *Varón*, *Támara* / *Tamarón*, *Avia* / *Avión* (Bascuas 2005: § 4.5)

A situación inversa, sufixos prerromanos en lexemas latinos, tamén se ve con certa frecuencia: *-ouzo* (*Pedrouzo*, *Pedrouza*, *Lagouzo*, *Picouzo*), *-ouco* (*Penoucos*,

[108] Aínda que agora me refiro especificamente ao estrato prerromano, tamén ten valor para a cronoloxía certas evolucións diverxentes de lexemas latinos, exclusivas da toponimia como *Anllada* (< lat. ANGULATA), *Enfesta* (< lat. ĬNFESTA), *Pardiñas* (< lat. PARIETINAS), *Cuíña-Colina*, *Illa-Insua* (< lat. INSŬLA), *Mirallos* (<lat. MIRACŬLOS 'atalaia'), e os adxectivos *vedro-vello* < lat. VETŬLU (*Eiravedra*, *Muiñovedro*, *Pontevedra…*), *-outo/-outa* < lat. ALTU (*Montouto*, *Barouta*, *Perouta…*).

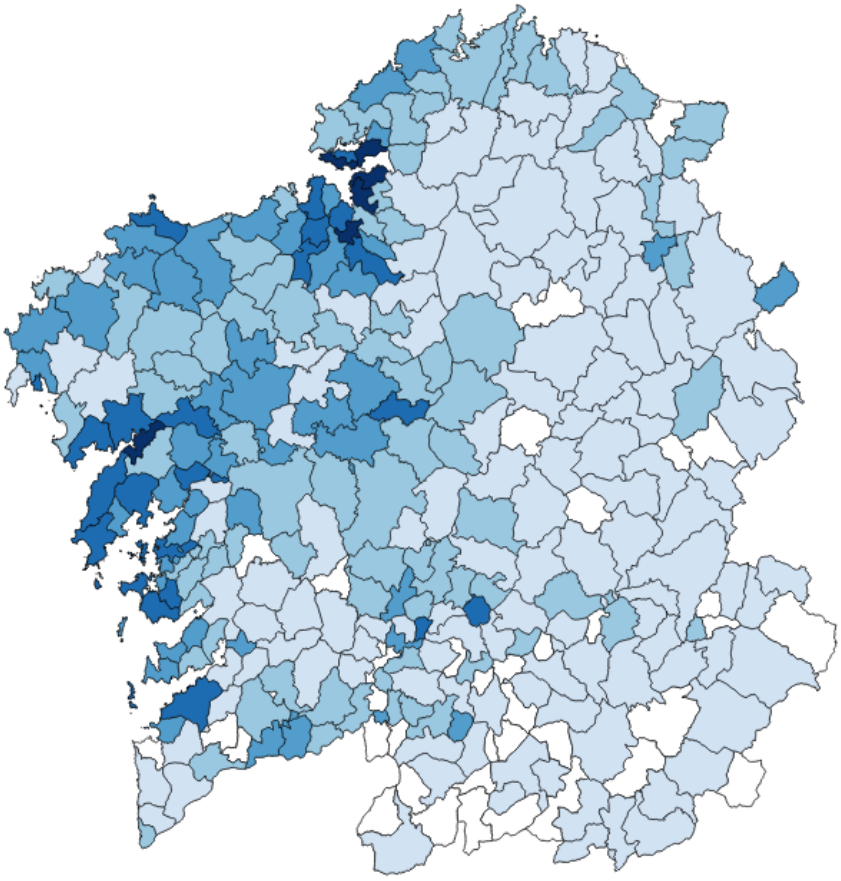
[109] Localicei ata 570 topónimos distintos con este sufixo.

[110] Para o rendemento deste sufixo, véxase Pérez Capelo (2015).

Pedrouco), -AECU/A, sobre todo en fitónimos: *Pallarega*, *Liñarega*, *Pumarega*, *Fabega*, *Ervillega*, *Paincegas*; *Invernega*; -ĂRA (*Lóngara*, *Óutara*, *Outarelo*).

A partir destas consideracións, foron seleccionados aqueles topónimos atribuídos ao estrato prerromano que carezan de elementos que delaten a súa consolidación como topónimos ou o seu uso léxico en época romance. Nesa situación están os elementos léxicos actualmente vivos, antropónimos medievais, xentilicios ou lexemas opacos con sufixación latina.

Como resultado obtívose unha relación de 1.010 formas diferentes, correspondentes a 1.259 denominacións de lugares e parroquias situados en 274 concellos distintos[111].



Mapa 2. O elemento prerromano na toponimia

[111] Este mapa, coma os seguintes, foron elaborados co programa QGis, coa inestimable e sempre xenerosa axuda de Xulio Sousa. Móstrase a maior densidade con ton máis escuro e o número de topónimos de cada concello. En todos eles se normalizou a cantidade de topónimos con relación á extensión xeográfica de cada concello.

No mapa observamos maior continuidade do estrato prelatino na área occidental de Galicia, sobre todo nunha faixa máis ou menos ancha que bordea a costa, con maior concentración arredor das Rías Baixas e do golfo Ártabro. Tamén hai densidades apreciables nalgúns concellos próximos ao centro xeográfico de Galicia (entre as comarcas de Arzúa, Melide e Deza) e, cara ao sur, na comarca do Carballiño e norte da de Ourense.

3.2. A base latina

> *... yo miro a la lengua latina como madre y matriz de las voces gallegas, y la tengo por norte fijo en mis combinaciones* (Sarmiento).

O elemento básico da lingua galega, o latín, é tamén o máis numeroso na toponimia. Trala romanización, o aumento da poboación comportou o aumento de núcleos habitados: a maior parte de topónimos e antropónimos consolidouse arredor do ano 1000 e os dous séculos contiguos (Santamarina 2005: 19). Por tanto, a maior parte dos topónimos son de formación romance, aínda que se conservan reliquias casuais latinas (como *Triacastela*, *Moimenta* < MONUMENTA, *Zanfoga* < CENTUM FOCA, ou o resto do xenitivo nos nomes de posesores que veremos despois). A grandes trazos, os topónimos de orixe latina son maioritarios na área semántica das actividades humanas, en menor proporción na da natureza (dada a alta proporción de hidrónimos prerromanos), e só chega ao 50% na deonomástica, porque aquí hai gran cantidade de topónimos de posesores de orixe xermánica.

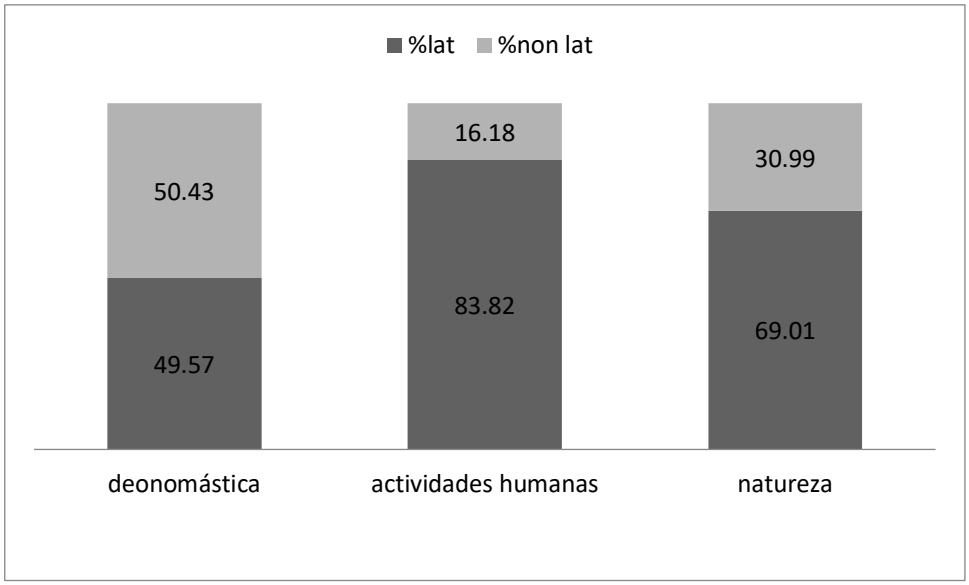


Gráfico 2. Porcentaxe do elemento latino nas grandes áreas da toponimia

A seguir, exporemos sucintamente as principais áreas semánticas a que corresponden as bases léxicas que dan lugar aos topónimos.

O elemento etimolóxico latino é maioritario en case tódolos ámbitos semánticos (agás nas correntes de auga, onde non chega ao 50%), pero en distinta proporción: ronda o 90% nos referidos ás actividades humanas, dentro das cales as vías de comunicación case chegan ao 98%, o 72% nas actividades agrícolas e gandeiras. Na natureza tamén ten unha alta porcentaxe: máis do 80% nos nomes procedentes de vexetais ou animais e un 75% os que expresan a configuración física do territorio.

O grupo onde máis abunda é o que se refire ao **hábitat humano**: todo tipo de construcións humanas (*Casa*, *Cabanas*, *Quintá* < QUINTANA, *Palloza*, *Muro*, *Pardiñas* < PARIETINAS), dependencias ou construcións anexas (*Adega*, *Curral*, *Lagar*, *Hórreo/Orro/Riós* < HORRIŎLOS, *Pendello* < APPENDĬCULU), con funcións defensivas (*Castelo*, *Forte*, *Torre*), para animais (*Abellariza*, *Cabrariza*, *Viveiro*), relixiosas (*Eirexa/Eirexe/Grixa*, *Capela*, *Cela*, *Ermida*, *Prioiro*, *Reitoral*, *Mosteiro*: vid. Santamarina 2008), monumentos megalíticos (*Anta* e *Arca* 'dolmen', *Mámoa* < MAMMŬLA, *Moimenta/Muimenta*, *Tombo*), agrupamentos de poboación (*Casás/Casais* < CASALES, *Vigo* < VICU, *Vila/Vilar*, *Pobra* < POPULA, *Castro/Castrelo*), actividades económicas (*Ferreira* 'ferraría', *Mina*, *Saíña* <SALINA, *Salga*, *Venda*, *Feira*, *Muíño*), administración ou xurisdición (*Condomiña*, *Reguengo*, *Señorío*). Case tódolos topónimos referentes a vías de comunicación proceden do latín,

o que evidencia que as infraestruturas para poder viaxar se construíron maiormente trala chegada dos romanos, se ben algunhas das voces máis estendidas, *camiño* e *carro* (de onde *Carreira-Carral-Carril*), son probablemente préstamos célticos no propio latín. Latinas son *Brea* (< lat. VEREDA), *Calzada*, *Congostra* (cf. lat. ANGUSTU), *Corredoira*, *Cruceiro*, *Encrucillada*, *Estrada*, *Vieiros* ou *Ponte*.

En estreita relación cos dous grupos anteriores por comportar intervención humana está o dedicado ás **actividades agrícolas ou gandeiras**, conformado por terreos para cultivar (*Agro/Agrelo/Agrela*, *Campo/Campelo/Campiño*, *Cortiña*, *Eido*, *Horta*), para pastos (probablemente *O Sisto*, cf. verbo SISTERE 'establecer'), ou cercados (*Devesa* < DEFENSA, *Chousa* < CLAUSA, *Couto*, *Valado*). Neste grupo son identificables os nomes dos terreos gañados ao monte para cultivar, habilitados como topónimos entre os séculos XVI e XVIII, xa que cando acaba este período xa apenas hai fundacións novas:

> *No século XVIII, XIX e principios do XX non había palmo de terra que non estivese explotado; se non era terra de panlevar era terra de pastoreo; onde o labrador non poñía nome estaba o pastor para poñelo: unha fonte, un reguiño, unha pena, unha cárcava, calquera accidente que valese de referencia tiña nome* (Santamarina 2005: 31)

Moitos expresan deforestación ou labor da terra: de *rozar* (< *RUPTIARE, emparentado con *romper*), *Roza/Rozadas*; de *cachar* (< *CASCULARE 'romper'), *Cachada/Cacheira/Cacho*; de *vesar* (< VERSARE), *Vesada*, e outros máis ou menos transparentes, como *Cavada*, *Labrada*, *Arada*, *Noval/Novás*, *Chantada* (< PLANTATA). Un certo grupo deles expresan a queima de terreo para preparalo para o cultivo: *Borralla*, *Cernada* (< CINERATA), *Queimada*, *Cinseiro*.

Na **fitotoponimia** vense raíces léxicas correspondentes a todo tipo de árbores froiteiras, plantas cultivables ou silvestres, terreos cubertos de determinada vexetación, etc. (véxase Navaza 2006). Neste grupo case sempre son formas sufixadas aludindo a colectivos. Un exemplo elocuentemente fértil constitúeo *abelá* (< lat. ABELLANA): Navaza (2006: 19–29) recolle ata sete tipos de sufixación distintas, con flexión xenérica, diferentes variantes fonéticas e sufixos valorativos: de -ARIA, *Abelaira*, *Abelairo*, *Abeleira*, *Abraira*, *Abelariña*; de -AL, *Abelar*, *Abelal*, *Abelariña*; con dupla sufixación (-ARIA + -ALE), *Abelairal*, *Abeleiral*; con -ETU, -ETA, *Abeledo*, *Abeleda*, *Abelendo*, *Abelenda*, *Abelaedo*, *Abelaído*, *Abelaíndo*, *Abraído*, e o diminutivo *Abradelo*, e aínda máis (con -ANU, -OSO/-OSA).

En contraste co mundo vexetal, a **zootoponimia** está moito menos representada. O grupo máis numeroso é o dos cuadrúpedes (*Cabral/Cabrais*, *Carneiros*, *Loboso/Lobeira*, *Oseira*, *Gulpilleira* 'lugar onde hai raposos', *Raposa/Raposeira*, *Asneiros*, *Cabalar*, *Poldras*, *Toural*, *Rata/Rato*, *Coello/Coelleira*, *Leboreira/Libreiro*), seguido do das aves (*Perdiz/Perdigón*, *Aguiar*, *Falcón*, *Pombar/Pombal/Pombeira*, *Cegoñeira*, *Corval/Corveira*, *Pardal*, *Paxaro/Paxareira*, *Voutureira*). No dos insectos ten especial presenza o referido ás abellas (*Abellal*, *Abellariza*, *Abelleira*), especies prexudiciais (*Avespeira*, *Pollosa* 'lugar de piollos', *Pulgueira*) ou inocuas (*Vacaloura* ou *Escornabois*, *Grileira*, *Formigueiro*). Tamén levan nomes latinos os réptiles (*Cobreiro/Cobreiros*, *Lagarto/Lagarteira*, *Serpe/Xerpe*) e os anfibios (*Ra/Raído/Rendo*, *Samesugueiras*).

Na **orotoponimia** distinguimos varias áreas: formas do relevo (depresións, alturas, partes dos accidentes xeográficos, exposición e orientación): *Chaira*, *Lomba*, *Outeiro*, *Ribeira*, *Cova*, *Val*; tipo, calidade ou aspecto do terreo (*Areal*, *Carboal*, *Cascalleira*); descrición cromática (*Amarela*, *Arroxiña*, *Vermello*) ou altura (*Viso* < VISUM 'visto', *Vixía*, *Costoia* < CUSTODIA, *Esculca*). En moitos casos estas bases léxicas aparecen combinadas cun variado tipo de sufixos e compostos; por exemplo, a partir de *Area* 'praia' temos, entre outros, *Areal*, *Areán*, *Areás*, *Areeira(s)*, *Areeiro*, *Areíña*, *Areos*, *Areosa*, *Arealonga*, *Area Alta*, *Area da Vila*…

Os **hidrotopónimos** teñen a porcentaxe máis baixa de lexemas de base etimolóxica latina, porque, como vimos anteriormente, é neste ámbito semántico onde máis se conserva o elemento prerromano. Os lexemas romances fórmanse a partir de, entre outros, *Auga*, *Río*, *Ría*, *Lago*, *Pego* (<gr-lat. PELAGUS), *Caldas-Caldelas* (<CALĬDAS), *Pozo*, *Remuíño*, *Torrente*.

3.3. O elemento xermánico e os nomes de posesores

> *Voy a hablar de los nombres que sucedieron a los tiempos tan remotos. Entro con dos suposiciones: que la mayor parte son latinos; y que la otra restante se debe dividir en nombres suevos y góticos, y que, porque yo no los sé distinguir entre sí, llamaré en confuso ya godos ya suevos* (Sarmiento [1758] 1998: 111).

O elemento xermánico atópase sobre todo dentro do grupo antroponímico. Se descontamos os nomes persoais, os haxiotopónimos e os xentilicios (*Franco*, *Francés*,

Suevos…), os elementos léxicos desta procedencia lingüística son moi poucos, non chegan ao 1% do total (*Rapa/Rapada/Rapadoiro*, *Roubada*, *Lobio(s)*, *Burgo*, *Saa*, *Gorita*, *Baiuca…*).

Teñen especial interese os chamados «nomes de possessores», que responden a un tipo moi específico de formación: os nomes propios en xenitivo. É importante destacar que se trata de formacións toponímicas de tipo románico que conteñen nomes de persoa de etimoloxía xermánica (hispanogótica), «del mismo modo que un topónimo como *[villa] Iohanni* en modo alguno puede ser considerado topónimo hebreo» (Kremer 2010: 13–14). Os antropónimos de orixe xermánica, de onde proceden, non son, pois, indicativos étnicos. Kremer (2004a) conta só dúas fundacións históricas na península Ibérica con constancia de seren fundadas polos visigodos: *Recopolis* e *Victoriacum* (en Guadalaxara e no País Basco, respectivamente, fundadas por Leovixildo a finais do século VI). A expansión da antroponimia de orixe xermánica é cronoloxicamente posterior á presenza dos conquistadores xermánicos e debe ser vinculada á época da chamada «Reconquista». Tampouco, pois, están en relación co reino suevo (séc. V-VI), que tivo Braga como capital, como pretendeu Reinhart, quen en 1952 (*apud* Piel 1989: 151) afirmaba que a concentración de nomes xermánicos no NO da península sería de orixe sueva, por coincidir *grosso modo* cos límites dese reino:

> *nada há na forma dos topónimos respectivos que faça supor uma origem que não seja a goda, e que a sua grande maioria ascende, não ao período do assentameto dos germanos no solo da Hispânia, mas à época asturo-leonesa das presúrias* (Piel 1989: 151).

Piel recoñece a imposibilidade de distinguir as formacións godas das suevas (como séculos antes tamén Sarmiento), aínda que cre que o topónimo *Suevos* (catro no noroeste da Coruña), si «poderia sugerir a ideia de que parcelas do povo suevo encontraram aí um refúgio despois da destruição do seu reino (em 586)» (Piel 1989: 151).

Por tanto, do que temos que falar é dun procedemento de denominación toponímica baseado en nomes propios de calquera orixe etimolóxica (sobre todo xermánica e latina), a partir da súa forma en xenitivo, produtivo entre os séculos VII e XI[112]. As *villae*, herdeiras da organización romana, constituíron a célula básica de ordenación

[112] Para os límites cronolóxicos, véxase a síntese feita por Sánchez Pardo (2012: 195).

do espazo. Nos séculos IX-X xa non son explotacións unitarias, senón maioritariamente aldeas, que recolleran no seu momento a poboación que abandonara os castros (Pallares e Portela 1991: 63). Ao longo de toda esa época as de nova creación ou as que cambiaban de propietario recibían o nome do seu propietario en xenitivo: no século VIII o bispo Odoario de Lugo dálle *Villamarci* (hoxe *Vilamarce*) ao seu sobriño *Marco*, e cadansúa propiedade aos seus homes *Avezano*, *Guntino*, *Desterigo*, *Provocendo*, *Sendo*, *Macedonio* (*apud* Kremer 2004a: 16); eses lugares acabaron chamándonse *Avazai*[113], *Guntín*, *Distriz*, *Provecende*, *Sinde* e *Mazoi*, respectivamente. A cita é especialmente ilustrativa non só porque reflicte claramente o modo de nomear nesa data, senón tamén por mostrar nomes tanto xermánicos como latinos.

No corpus do NG identificamos unha porcentaxe importante de topónimos procedentes de nomes de persoa (máis dun 21%). Deles son maioría os que presentan esta formación específica en xenitivo (contra un 17% do total), que adoitan ter unhas terminacións comúns[114], aplicables en moitos casos tanto a nomes de orixe xermánica como latina e incluso prerromana[115]. No HGN (p. 39) preséntase un mapa da península Ibérica coa frecuencia relativa deste tipo de topónimos de xenitivo en *-anis* e *-i*, situados con maior concentración no noroeste (*grosso modo*, a Gallaecia romana) e mais no nordeste (*grosso modo*, Cataluña). A densidade espésase contra o oeste, e a maior estaría nunha faixa paralela ao mar desde Aveiro, no sur e o Barbanza polo norte, e despois unha nova mancha arredor do golfo ártabro. Este proxecto cartográfico xa o bosquexara anteriormente Piel, en 1960:

> *Uma vez recolhidos todos os topónimos respectivos (o que supõe um trabalho filológico bastante delicado) conviria dar um relevo especial ao tipo mais antigo.* […] *e além disto atender à proporção que estes nomes oferecem em relação à toponímia geral, não germânica* […] *Constituindo uma unidade histórica com os nomes de possessores*

[113] Próxima a Meilán (Lugo) e hoxe desaparecida, procede do nome latino *Avitianus*, der. de *Avitus*: vid. Piel (1975: 49).

[114] Os de orixe xermánica formaban os xenitivos en -I (coma os masculinos latinos rematados en *-us*), -ĀNIS (masculinos rematados en *-a*, a maior parte deles do sufixo hipocorístico -ILA), do acusativo -ĀNEM, que pasou a afirmarse como caso xeral, de -ĀNES, a quen Piel atribúe valor étnico (para todos eles, vid. Piel 1989: 157–169). A principal fonte para o estudo destes topónimos deantroponímicos segue a ser o *Hispanogotisches Namenbuch* de Piel e Kremer (HGN) e para os de orixe latina os numerosos artigos de Piel (o máis extenso, Piel 1947).

[115] Os nomes prerromanos que subsistiron neste período tamén se axustaron a este tipo de formación. Por exemplo, *Toén*, atestado como «villa de Tuen» a. 1032 (TCelanova) a quen Piel non lle dá atopado unha explicación satisfactoria a partir dalgún nome latino (Piel 1953/1955: 57), é explicado por Bascuas (2005: 55.6) como procedente de *Villa *Tŭgēnii*, un nome persoal emparentado con **Tŭgia* (de onde *Toxa*). Para o mesmo autor, *Xanarde* (port. *Janarde*), e *Xanaz* serían dous topónimos procedentes da mesma base prerromana que daría lugar a dous nomes persoais distintos (Bascuas 2014: §98.3, 98.4.1).

> *latino-cristãos medievais, os topónimos germânicos desta categoria não se deveriam estudar sem tomar em consideração aquele elemento coetâneo* (Piel 1989: 154).

Para chegar a unha representación máis ou menos equivalente, habería que seleccionar os posesores de xenitivo, prescindindo doutras formacións procedentes de nomes de persoa adxectivadas en -ANA, máis antigas (*Marzá* < lat. (VILLA) MARCIANA, *Nigrán* < (VILLA) NIGRANA, vid. Navaza 2017, *Lourenzá* < LAURENTIANA); tamén dos que veñen de nomes medievais do acusativo (*Gonzalvo*, *Lopiño*, *Sabarigo*, *Orraca*, *Alduara*…) e outros que poderían ser aínda máis modernos, en todo caso de cronoloxía máis incerta (*Cataliña*, *A Antoa*, *Martiña*, *Xuaniño*, *Gregorio*), moitos deles colectivos (*Os Martices*, *Os Dices*, *Os Romeos*…)[116]. En realidade, esta selección suxire unha secuencia cronolóxica, da que tamén podemos ver as proporcións.

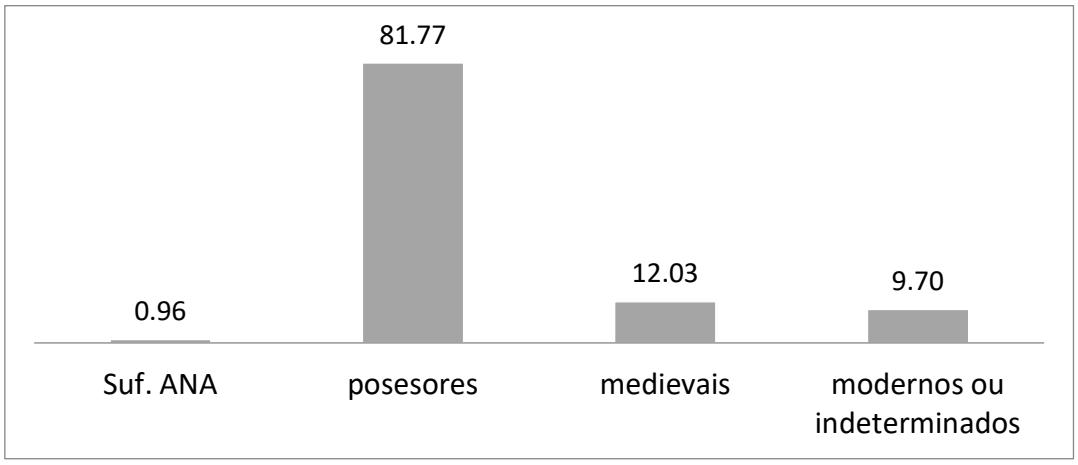
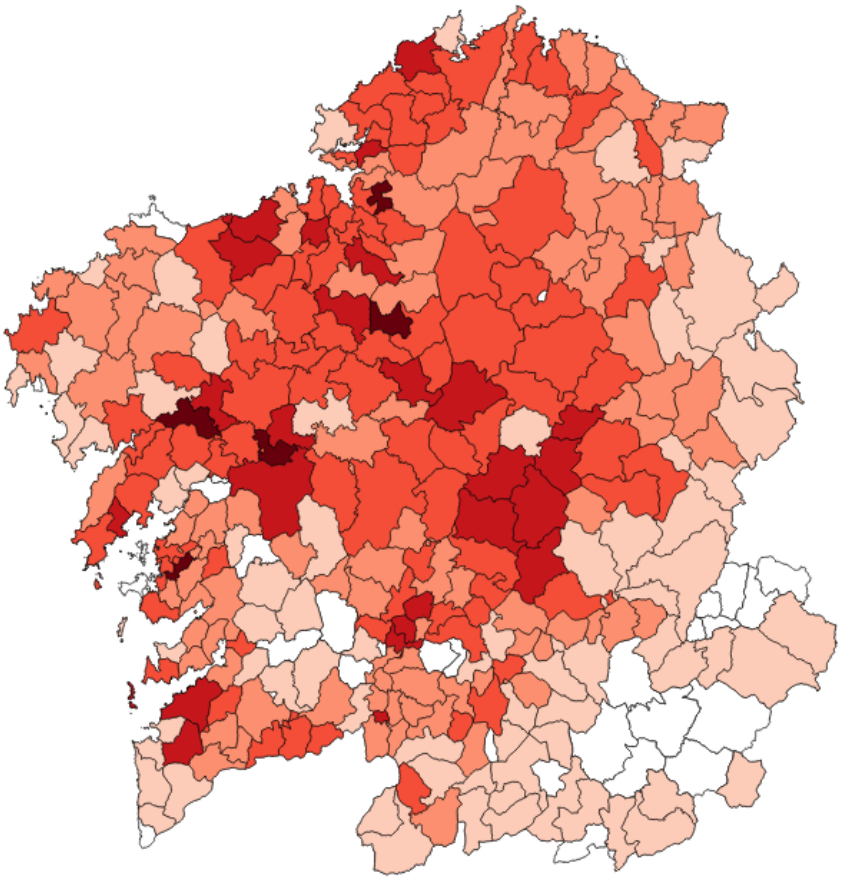


Gráfico 3. Cronoloxía dos topónimos deantroponímicos (porcentaxe)

O gráfico mostra que a gran maioría dos topónimos procedentes de nomes persoais son os de xenitivo, formados entre os séculos VIII e XI, de calquera orixe etimolóxica. Se Piel calculaba nun total de catro mil topónimos de posesores, contando cos repetidos, para todo o noroeste (Piel 1989: 43), no meu cálculo os galegos son algo máis de 2.300 formas distintas, que corresponden a 3.482 lugares ou parroquias. As formas constitúen un 17% do total e as ocorrencias, un 8,5%. En canto aos topónimos deantroponímicos, en Galicia non se poden apreciar diferenzas demasiado significativas entre os territorios (os baleiros de Ourense son aínda hoxe zonas

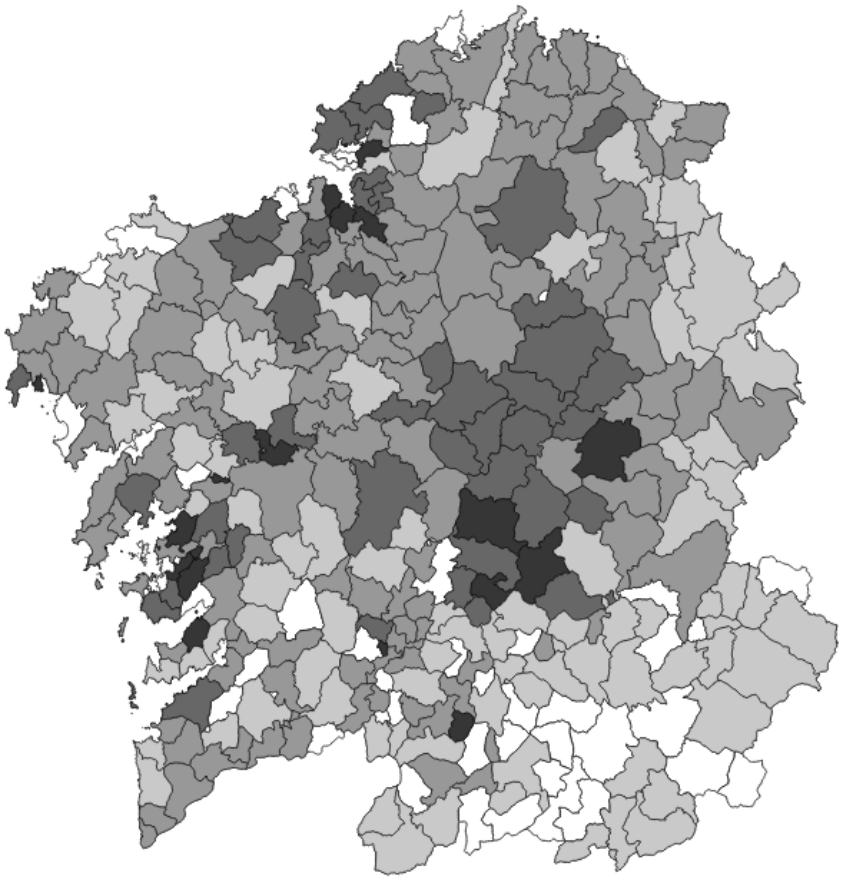
[116] Para máis pormenor, véxase Boullón Agrelo (no prelo b).

bastantes despoboadas) correspondentes aos dous grupos etimolóxicos. A seguir veremos a súa distribución no territorio, principiando polo xermánicos.



Mapa 3. Topónimos de posesor de orixe xermánica

Os topónimos de posesores de orixe xermánica constitúen o 9% do total e o 54% dos posesores. Son 1.248 formas distintas, correspondentes a 2.017 denominacións de lugares e parroquias situados en 284 concellos distintos. Advírtese maior densidade no centro de Galicia, especialmente na provincia de Lugo, deixando fóra a súa zona oriental, e mais no interior da provincia da Coruña. Pola costa, abundan nas zonas ribeiregas das rías de Arousa, Pontevedra e Vigo, e en Ourense na comarca do Carballiño.



Mapa 4. Topónimos de posesor de orixe latina

Neste grupo inclúense os nomes persoais latinos, pero tamén os que foron transmitidos polo latín, sexan de procedencia bíblica (e, por tanto, maioritariamente hebrea, tal como *Esmelle*, de *Ismael*, *Xoane* ou *Ianes*, de *Iohannes*) ou grega (como *A Elfe* do nome *Adelphius*, *Estás* de *Anastasius* ou *Esteve* de *Stephanus*). Tamén os que son de base etimolóxica latina pero de sufixación xermánica, como *Morlás* (de *Maurila* co xenitivo en *-anis*) ou *Mourigás* (de *Maurica*, med. *Mauricanes* a.1093 CDOseira). Constitúen un 6,5% do total e o 39% dos posesores. Son 913 formas, correspondentes a 1.424 denominacións de lugares e parroquias situados en 269 concellos distintos. Isto é, un número levemente menor cós de procedencia xermánica, que do que nos informa en realidade é de que no período de formación destes topónimos estaban máis de moda os nomes persoais desa orixe.

A distribución xeográfica non difire moito da dos de orixe xermánica: podemos apreciar maior densidade no centro de Galicia, nunha área ampla arredor do golfo Ártabro e, das Rías Baixas, na península do Salnés. Os dous mapas reflicten a

fundación (ou renomeamento) de lugares no período de creación deste sistema de poboación. O reparto territorial non se encontra en distribución complementaria, como tampouco o están os antropónimos dos que derivan. A representación cartográfica de todos os topónimos de posesores (incluíndo tamén os árabes e os prerromanos) mostraría un mapa de Galicia sombreado en case toda a súa totalidade, coa excepción dalgúns concellos do sueste de Ourense.

3.4. O exiguo compoñente árabe

> *A mi no me dan cuidado esas etimologías, pues la lengua gallega no tiene voces arábigas ni moriscas, mezcladas, ni ninguna de sus pronunciaciones* (Sarmiento [1758] 1998: 323).

Adóitase datar o ano 711 como o da invasión árabe, e, como é sabido, en Galicia a súa estancia durou pouco (as tropas bérberes abandonan o sur da Gallaecia contra o 741), aínda que houbo ao longo dos anos razzias esporádicas (como a lendaria de Almanzor, que chegou ata Santiago de Compostela, onde roubou as campás da catedral). Pero os límites da España andalusí estaban fóra de Galicia, máis ou menos no exterior do antigo reino suevo[117]. Neses séculos da Alta Idade Media, de configuración da sociedade feudal, Galicia era espazo fronteirizo, tanto con respecto aos árabes coma coas incursións de viquingos e normandos (Villares 2016: 86). No que respecta á organización relixiosa, houbo un crecemento sostido nas edificacións eclesiásticas nos séculos VII e VIII, o que evidencia a continuación da cultura cristiá (Sánchez Pardo 2013).

A estancia árabe en Galicia foi, como se dixo, moi breve, como escasa foi tamén a súa influencia lingüística, que iría chegando máis tarde, pola vinda de mozárabes de áreas musulmás e a partir de intercambios económicos e culturais ou determinados acontecementos históricos; por exemplo, a toma de Coímbra (c. 878) causou movementos demográficos que trouxeron desde o sur grupos de cristiáns e canda eles os xentilicios das cidades de onde procedían, e que motivaron cadanseu topónimo: *Toldaos* (de Toledo), *Cumbraos*, *Cumbráns* (de Coímbra), *Bixueses* (de Viseo) (vid. Navaza 2004: 148). Tamén existen lugares que mostran na súa composición un

[117] O xeógrafo musulmán do século X Ibn Hawkal balízaos nunha liña que vai desde o norte de Lisboa e Santarem ata os Pireneos (López Carreira 2013: 143).

elemento probablemente étnico, como *Vilar de Mouros*, *Mouriscade*, *Busdemouros*, *Portodemouros*[118]. Todo isto explica os abundantes arabismos que se atestan na documentación medieval latina de Galicia (Varela Sieiro 2007), moitos dos cales non sobreviviron pero demostran ese contacto cultural.

En canto ao aspecto lingüístico, os arabismos galegos, coma os hispánicos en xeral, non adoitan vir do árabe clásico, senón do dialecto andalusí, traído polos mozárabes que falaban romance andalusí, lingua moi permeable á interferencia do árabe en tódolos niveis gramaticais (Corriente 1999: 50). Para a identificación dos arabismos e os seus étimos partirei principalmente deste autor (Corriente 1999), de Pedro Cunha Serra (1967) e de Frías Conde (2000, 2002)[119].

Na toponimia a súa presenza non chega ao 1% (0,79%), e iso contando cun elemento moi frecuente como *Aldea* (presente en 177 nomes do NG, moitos compostos e derivados con diminutivos). O testemuño máis antigo deste termo nos repositorios electrónicos é do século XIII[120]: «in aldea de Pineyra de predicto monasterio» (Ferreira de Pallares, Guntín, Lu, a.1223). Trátase, pois, dun arabismo tardomedieval que tivo posteriormente moita difusión.

Case todos os lexemas toponímicos se refiren ao ámbito da sociedade: núcleos habitados ou demarcacións administrativas (*Aldea*, *Arrabaldo*, *Alfoz*), edificios (*Alcázar*, *Almacén*, *Mezquita*[121]), diversos tipos de construcións ou maquinaria (*Acea*,

[118] A documentación atesta relacións *ismaelitorum*: véxase Serra (1967: 102) ou Kremer (2004b). De todas formas, non en tódolos casos a voz *Mouro* (<lat. MAURUS) ten este valor, como parece claro en *O Pozo Mouro*, *Ríomouro*, en que indica cor. E en secuencias como *A Pedra da Moura*, *A Fonte do Mouro* reflicten probablemente a existencia de restos megalíticos e lendas asociadas a eles. Benozzo e Alinei (2007) identifican este termo co celtismo **mrvos* 'morto', 'ser sobrenatural', en relación co culto aos mortos. Entre outras razóns, hai unha poderosa: documéntase nos textos antes da chegada dos árabes: «uenit ad *Maura Morta* usque ad Paramio» a.572 TVelloLugo.

[119] Este último está dedicado específicamente aos arabismos galegos; agora ben, hai que considerar con prudencia algunhas das súas propostas. Por exemplo, considera árabes o xermánico *Aldurfe* (de *Ildulfus*, HGN 150.30), ou os prerromanos *Barxa* ou *O Xurés* (port. *Gerês*): vid. Navaza (2004).

[120] É anterior un nome propio, *Aldea Suari* a.1132 TLourenzá, que non ten relación con esta voz árabe, posto que é un nome feminino de orixe xermánica (*Aldena*), non infrecuente nesta época: vid. Boullón Agrelo (1999 s.v.). Como voz común aparece a partir do século XII, pero en documentos reais (Tombo A), en enumeracións de territorios andaluces: «partit per predictum arroium de aldea que dicitur de Archidiacono» a.1147 TASantiago (CODOLGA)

[121] Sarmiento defendía para este a procedencia do fitónimo *mesquita* ou *mezquita* 'xibarda' (pt. *Gilbardeira*). Gonzalo Navaza (2007) propón como motivación unha designación irónica para unha área en disputa polo mosteiro de Celanova que fora ocupada por un saión enviado polo rei chamado *Sarraceno*, nome relativamente frecuente que non designaba orixe étnica (vid. Boullón Agrelo 1999 s.v.); o sarcasmo explícase nunha época de confrontacións como era o final do século X (canda as razzias de Almanzor).

posiblemente *Batán*, *Noria*)[122], actividades relacionadas coa economía (*Azougue* 'mercado', *A Tafona*, *Leiloio* 'puxa'), profesións (*Alfaiate*, *Rabadán*), medidas (*Celemín*, *Maquía*, *Maquieira*), en menor medida cultivos (*Almozara/Almuzara*[123]). Da natureza proceden algúns fitónimos (*Laranxeira*, *Saramagal/Samargosas*, *Xarás/Xaral*[124], *Arrifana/Arrufana* 'mirto'[125]) e a voz *Algara* 'cova' e variantes. Son porcentualmente importantes os nomes de posesor, principalmente os descendentes e derivados de *Cide*, nome e sobrenome moi frecuente na Alta Idade Media galega (vid. Boullón Agrelo 1999 s.v.), do and. *síd* < cl. *sayyid* 'señor' (Corriente 1999); tales son *Vilacide*, *Doncide*, *Cardecide*, *Mencide*, *Lamacide* e quizá *Abucide* (vid. Serra 1967: 100). Outros máis raros son *Moimón*, paralelo ao port. *Meimão* (< and. *maymún* < cl. *maymūn* 'ditoso'), *Derramán*, *Marbán*, *Marful*, *Ceide*, *Zaíde* e *Fontedaúde*. Adóitaselle dar valor xentilicio a *Moldes*, que viría de *MOLLĬTES, a latinización do ár. *muwallad* 'mestizo' (Serra 1967: 97), de onde tamén *muladí*, a través do and. *muwalladín*, do que constan oito localidades en Galicia. Non inclúo formas moi

[122] Non inclúo neste grupo *Alfándiga*, que debe proceder do and. *alxándaq*, cl. *xandaq* 'foso, barranco' (Corriente 1999, s.v. *alfándega*), conforme o lugar que designa (vid. Palacio 1981: 169).
[123] Vid. Martínez Lema (2010: 65–68)
[124] Hai dúbidas en canto ao carácter de arabismo de *Xaral*, dado que en Galicia non se constata *xara* como voz común para designar a *jara* (*cistus ladanifer*), chamada *esteba*, *chagazo* e *carpaza* (vid. Navaza 2006 s.v.), e *xaral* vén nos dicionarios coa acepción 'xabre, arenisca, terra de mala calidade' (DdD), significado semellante ao que aparece nalgúns puntos do ALGa VI. Agora ben, dado que se documenta *xara* desde o século XIII nas CSM, hai algunha atestación de *xaral* como fitónimo (Elixio Rivas, FrampasIII, *apud* DdD), así vén recollido no DRAG e, por último, o sufixo *-al* é típico dos abundanciais fitonímicos, considereino como tal. Outras formas semellantes non o son: *Xaravedra* contén en realidade a voz *seara*, e *Xarela*, *Xarelas*, *Xarelo*, *Xariñas*, *Xares* son probablemente hidrónimos prerromanos (Moralejo Álvarez 2009, Bascuas 2014).
[125] Do ár. *al-rayhan*, vid. Navaza 2006 s.v.; para Lautensach (1954: 225), 'horta de froitas e verduras'.

dubidosas, como o haxiotopónimo *San Mamede*, mártir da Capadocia no século III[126], *Albarán*[127], *Marrocos*[128], *Rábade*[129], *O Adrado*[130] ou *Albarde*[131].

Da mesma maneira que se procedeu cos anteriores estratos, tentaremos facer unha visualización cartográfica dos topónimos árabes. Lautensach (1954) presentou un mapa cos topónimos árabes de toda a península Ibérica, e constatou, de xeito nada sorprendente, a escaseza relativa deste compoñente en todo o norte, en distintas proporcións. Para as provincias galegas establecía unha porcentaxe entre un 1 e un 10%. Recentemente, baseándose parcialmente en Lautensach, en Murphy *et al.* (2014: 103), ofrecíase unha representación cartográfica en que a provincia de Pontevedra mostraba unha densidade de entre 1,9 e 3,8 topónimos por mil km., algo superior ás outras tres provincias galegas (que terían entre 0,1 e 1,8).

De novo, para vincular no posible os topónimos á súa época de creación, cómpre prescindir das formas léxicas. Lautensach (1954: 228) procedera da mesma forma: non tivo en conta *Almunia*, *Aldea*, *Atalaia*, *Alfoz*, *Arrabal*, *Veiga*[132] e *Noria*. Fago o mesmo[133] e engado outras palabras de uso común, como *Atalaia*, *Alfoz*, *Batán* (presente en 29 topónimos), *Acea/Aceña* (en 19), *Noria*, *Maquía* e *Maquieira*;

[126] Frías (2002: 78) considérao procedente de *Maħammad* < *Muħammad*, o nome do profeta. Sigo aquí a opininón de Piel para quen «liga-se possivelmente com cognomes romanos como *Mammeus*, *Mammeanus*, *Mammatus*, etc., relacionados com o termo *mamma*» (1949-1950: 346).

[127] Parece identificarse con *albará* 'documento público' (< and. *albará* < cl. *barāʔah*, en principio 'exención' Corriente 1999 s.v.). Hai outros topónimos da mesma órbita semántica, como *Foro*, *Manda* ou *Preito*. No HGN descartan a súa relación co nome de orixe xermánica *Álvaro*, para atribuírlla con máis probabilidade a *alvar* (lat. ALBARIS), en función fitonímica, posibilidade que tamén contempla Bascuas (2002: 278), xunto cunha posible orixe prerromana.

[128] Se non se documenta unha motivación para explicar que sexa eco do país norteafricano, parece máis probable consideralo como unha variante do prerromano *Marrozos*, pero sen iode no étimo (suxestión que agradezo a Gonzalo Navaza).

[129] Desde Asín Palacios (1940) vénse atribuíndo este orixe á mesma orixe cá *arrabaldo* (< and. *arrabáḍ* < cl. *rabáḍ* Corriente 1999 s.v.). Tamén se podería considerar a palabra española e port. *rábida* 'oratorio' (and. *rábiṭa* < cl. *Ribāt* Corriente 1999 s.v.), que non ten o problema do acento da anterior. Pero as atestacións medievais do topónimo galego son consistentes con *-e*, e designan primeiro un territorio («terminum de *Rabadi*» a.897 TVelloLugo) e só no XII unha poboación «villa que dicitur *Rabade*» a.1110 CDMeira. Por estas razóns, parece pouco probable unha orixe árabe. Gonzalo Navaza apunta unha procedencia prerromana, suxerida pola acentuación esdrúxula.

[130] Ten sido posto en relación con *adra* 'quenda, porción', deverbal de *adrar*, variante de **adorar*, e esta de *ador* 'quenda de rego' (Corriente 1999 s.v.), pero en Galicia é variante de *Hedrado* 'cuberto de hedra' (Navaza 2006: 296).

[131] Non ten que ver coa voz común *albarda: Albarde* aparece como *in Arualdi* 1037–1065, polo que, como di Bascuas (2002: 282), ten que proceder do nome de posesor de orixe xermánico *Aroaldus* (HGN 18.13), ben documentado na nosa antroponimia medieval. Ademais, o apelativo *albarda* non tería sentido como topónimo.

[132] *Veiga* é de orixe prerromana: véxase o estudo específico de Búa (2017).

[133] Coa excepción de *Almuíña*, porque non me consta que tivera uso léxico xeneralizado (non aparece no TMILG nin no DDGM nin no ALGa).

préstamos modernos (non medievais) como *Aduana*, *Almirante*, *Almacén*; nomes persoais compostos con *Cide* (e os compostos arriba indicados), moi frecuentes na Alta Idade Media e que, como *Sarracenus*, carecía de compoñente étnico (vid. Boullón Agrelo 1999 s.v.). Tamén exclúo topónimos de indubidable orixe árabe pero que son eco doutros, como *Valdolide* (adaptación de *Valladolid*[134]), *Guadalupe* (pola devoción relixiosa da Virxe que leva ese nome, dunha localidade de Cáceres, en Estremadura) e posiblemente (*As*) *Alpuxarras*[135]. E, por último, Lautensach non incluíu híbridos románico-mozárabe, pero eu apenas localicei formas deste tipo[136].

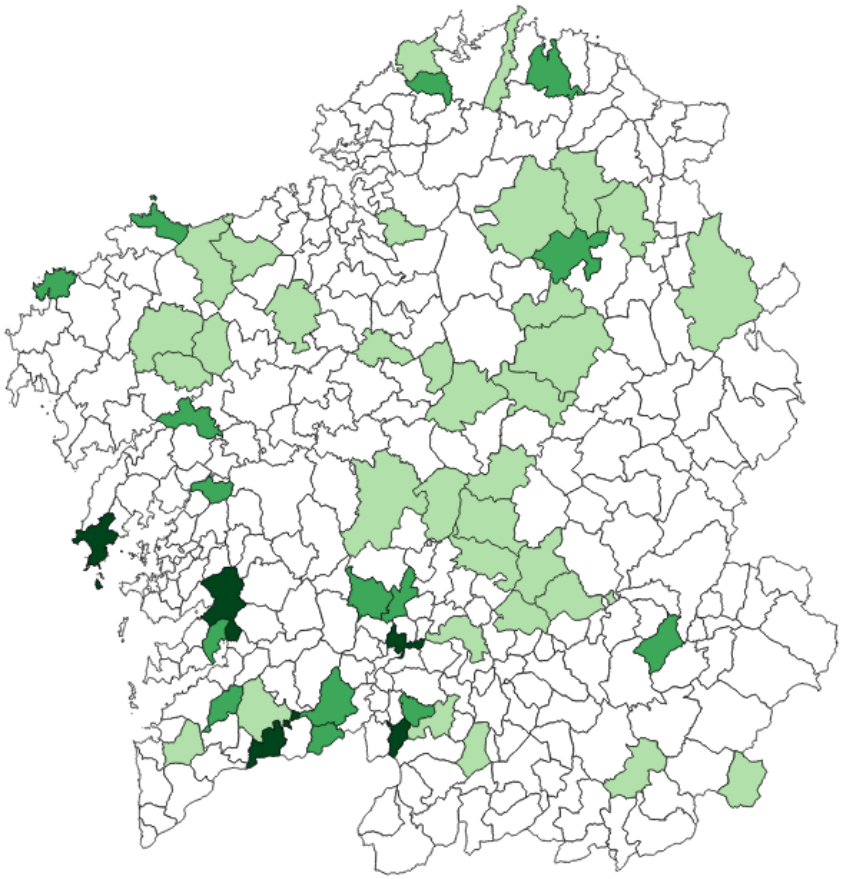
En fin, do total dos topónimos de orixe árabe foron seleccionados cos anteditos criterios 54 formas distintas, correspondentes a 76 topónimos en 55 concellos que se distribúen por todo o territorio, con máis escaseza na zona oriental, como se ve no mapa. Se comparamos o número de lugares con respecto ao total de cada provincia, obtemos que onde máis hai proporcionalmente é en Ourense (14, que constitúen o 0,32%), seguido de Pontevedra (19 topónimos, o 0,25%), e despois as provincias setentrionais: Lugo (23 topónimos, 0,20%) e A Coruña (20, co 0,15%). Estes datos difiren en certo grao dos ofrecidos en Murphy *et al.* (2014: 103), pero hai que ter en conta que son cifras moi baixas e daquela é fácil que as porcentaxes muden significativamente con pouca variación de datos[137]. Cómpre ter isto presente ao ver as gradacións do mapa seguinte.

[134] Os tres que hai en Galicia fan referencia a terreos afectados en época moderna por sentenzas da Chancelería de Valladolid.

[135] Quizais a partir de mouriscos procedentes desta zona de Andalucía despois da conquista de Granada. De todas formas, Cabeza Quiles (2003: 74), estudoso dos movementos de repoboación nesta área granadina, descarta que teña que ver con eles (aínda que sen apoio documental) e, baseándose en que están nun alto, propón un étimo prerromano baseado nunha base **alp* 'monte, altura'.

[136] Podería ser *A Pucariña* (DCECH s.v. *búcaro*). Por outra banda, David Lopes considera que as terminacións *-ique* dalgúns topónimos como *Luderique* (de *Rudericu*), *Moutrique* (*Mauricu*), *Alberique* (*Albericu*), *Aurique* (*Auricus*) se deben á interferencia árabe, que non evoluíron, como é usual, en *-iz*: «No sul de Portugal, como de Espanha, onde a dominação muçulmana foi mais doradoura e intensiva, os nomes de logares de origem germanica (ou outra) que sobreviveram, não puderam evoluir, como no norte, porque os arabes os fixaram na forma que subsistiu sempre» (1968: 148). En Galicia hai algúns semellantes: *Andurique*, *O Esmorique*, e mais *Casalderrique* (Caldas), *O Casaldarrique* (Irixoa), *Valderrique* (Montederramo), pero é dubidoso que se poidan explicar do mesmo xeito, dado que as condicións non foron as mesmas. Ademais, hai constancia de que algunhas destas formas teñen outra orixe. Por exemplo, *Valderrique* está documentado como *Valderriquia* en 1258 (CDMontederramo), polo que vén do nome xermánico *Riquila* (HGN 219.29) en acusativo.

[137] Os concellos que máis topónimos árabes presentan, Pontevedra e Cospeito, só teñen catro. Compárese coas cifras dos outros mapas: os concellos con máis topónimos de posesores de orixe xermánica son Vilalba, con 52, e A Estrada, con 41; con máis posesores latinos, Vilalba con 30 e Lugo con 30; con máis prerromanos non léxicos, Santiago, con 19, e O Porto do Son, con 18.



Mapa 5: Topónimos árabes

Os poucos topónimos de orixe árabe están espallados por todo o territorio, con certa concentración no sur, pero non faltan no norte. Os datos setentrionais da Terra Chá (en Cospeito, Vilalba, Abadín, Pastoriza), onde parece haber máis abundancia, son concordantes cos que nos ofrecen os devanditos topónimos de orixe latina indicadores de presenza árabe: en catro puntos da provincia hai *Toldaos*, en tres *Cumbraos* e *Vilar de Moures* (un deles en Meira, próximo a esta zona), *Couce dos Mouros* en Muras, e tamén varios na microtoponimia (vid. http://mapas.xunta.gal/visores/toponimia/): *Roza dos Mouros* en Cospeito, *Ponte dos Mouros* en Pastoriza. Cumpriría, amais de depurar con máis profundidade o elenco das formas realmente árabes, deterse nos movementos culturais e demográficos que experimentaron as áreas onde parece haber máis densidade.

Conclusións

A toponimia é o reflexo da configuración física dun pobo, da súa historia e da súa organización social, política, cultural. A aproximación aquí feita parte da identificación dos estratos etimolóxicos do corpus actual dos topónimos maiores de Galicia para despois determinar o seu peso relativo no conxunto, vinculalos no posible ao seu establecemento cronolóxico e finalmente visualizar cartograficamente os datos no territorio.

Hai unha relativamente alta proporción do elemento prerromano (18%), con predominio do campo semántico da hidronimia (58% de tódolos hidrónimos). Desde o punto de vista xeográfico, o elemento prerromano non léxico abunda máis na costa atlántica do territorio galego, con maior concentración arredor das Rías Baixas e no golfo ártabro.

No resto dos compoñentes etimolóxicos, é o latín, loxicamente, o máis abundante (68%). Os campos semánticos reflicten o espazo físico do territorio (a oronimia, a hidronimia, a fitonimia e a zoonimia) e a pegada humana nel (os tipos de agrupamentos, as construcións, as actividades comerciais e profesionais); nesta pegada é individualizable a importancia das tarefas agrícolas e gandeiras (tipos de terreos de labranza, gañados para o cultivo, cercados, etc.). O compoñente latino é o máis abundante en todos (agás na hidronimia), e supera o 80% no grupo da habitación humana, a fitonimia e a zoonimia.

A antroponimia ten un peso alto no conxunto toponímico (un 21%, con nomes persoais de tódolos estratos e épocas). No noroeste peninsular presenta unha especificidade propia: a formación en xenitivo dos nomes de posesores. Neste grupo sobrancea o elemento xermánico, pero non como reflexo étnico, senón como consecuencia do valor simbólico que adquiriron os nomes persoais desta orixe e que levou á poboación a adoptalos de forma masiva, como vemos na documentación máis antiga que se conserva. Os nomes persoais de orixe latina foron aumentado progresivamente desde a Alta Idade Media, pero na época de vitalidade da toponimia procedente de posesores (entre o VIII e o XI) aínda non era maioritaria, como de forma indirecta reflicten as porcentaxes dos topónimos: 53% dos xermánicos fronte ao 39% dos latinos. Este é o trazo que máis diferencia a configuración da toponimia coa do léxico común, onde o elemento xermánico é moi baixo. A distribución xeográfica dos

topónimos de orixe xermánica e dos de orixe latina non é complementaria, porque en realidade manifesta os lugares de poboamento destes séculos: nos dous hai maior densidade nunha ampla área do centro de Galicia.

Por último, os nomes de orixe árabe son moi poucos (non chega ao 1% do total) e mostran unha lixeira maior proporción nas provincias do sur, Ourense e Pontevedra.

En fin, este traballo pretendeu ser unha aproximación ó estudo dos principais elementos etimolóxicos da toponimia galega desde diversas perspectivas (cuantitativa, cronolóxica e cartográfica). Os traballos existentes neste momento mostran que xa se están a pór as bases para a construción dun dicionario histórico da toponimia galega e portuguesa que debería realizarse necesariamente desde as dúas beiras do Miño.

Referencias

ALGa VI = *Atlas lingüístico galego*, vol. VI. *Léxico, terra, plantas e árbores*. A Coruña: Fundación Barrié / Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015.

Asín Palacios, Miguel. 1940. *Contribución a la toponimia árabe de España*. Madrid: C.S.I.C..

Bascuas, Edelmiro. 2002. *Estudios de hidronimia paleoeuropea gallega*. Anexo 51 de *Verba*. Universidade de Santiago de Compostela.

Bascuas, Edelmiro. 2005. *Hidronimia y léxico de origen paleuropeo en Galicia*. Sada: Edicións do Castro.

Bascuas, Edelmiro. 2008. «La hidronimia de Galicia. Tres estratos: paleoeuropeo, celta y latino». *Estudios Mindonienses* 24: 521–550.

Bascuas, Edelmiro. 2014. *Novos estudos de hidronimia paleoeuropea galega*. Vigo: Universidade de Vigo.

Benozzo, Francesco e Mario Alinei. 2007. «A área galega na prehistoria lingüística e cultural de Europa». *A Trabe de ouro* 71: 13–39.

Boullón Agrelo, Ana Isabel. 1999. *Antroponimia medieval galega (séculos VIII-XII)*. Tübingen: Niemeyer. DOI: 10.1515/9783110909432.

Boullón Agrelo, Ana Isabel. 2010. «Toponimia de Galicia. Estado da cuestión», en Mª Dolores Gordón Peral (ed.). *Toponimia de España. Estado actual y perspectivas de la investigación*. Berlin / New York: Walter de Gruyter. 31–58.

Boullón Agrelo, Ana Isabel. 2017. «Bibliografía esencial da toponimia galega», en A. I. Boullón Agrelo, (ed.): *Estudar toponimia. Aproximacións metodolóxicas e interpretativas.* Anexo 75 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidade de Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións. 169–180. DOI http://dx.doi.org/10.15304/9788416954353

Boullón Agrelo (no prelo a): «Estrutura do Dicionario dos apelidos galegos», *Simposio ILGa* 2016.

Boullón Agrelo (no prelo b): «Nomes, topónimos e apelidos: camiños de ida e volta», *Guavira Letras. Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da UFMS.*

Búa, Carlos. 2004. «Tres cuestións relacionadas coa toponimia antiga en *-bris*, moderna en *-bre*», en A. I. Boullón Agrelo (ed.), *Novi te ex nomine. Estudos filolóxicos ofrecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer.* A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza. 381–399.

Búa, Carlos. 2017. «*Veigha*: léxico e fonética da Galicia prelatina?», en A. I. Boullón Agrelo (ed.) *Estudar toponimia. Aproximacións metodolóxicas e interpretativas.* Anexo 75 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidade de Santiago de Compostela. 57–80.

Búa Carballo, Juan Carlos e Servando Lois Silva. 1994/95. «Los topónimos gallegos en *-bre* de origen prerromano». *Beiträge zur Namenforschung* 29/30: 13–41.

Cabeza Quiles, Fernando. 2003. *Galegos en las Alpujarras granadinas.* Noia: Toxosoutos.

Calo Lourido, Francisco. 1993. *A cultura castrexa.* Vigo: Edicións A Nosa Terra.

CDMontederramo = Lorenzo, Ramón. 2016. *Colección documental do mosteiro de Montederramo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 3 vols.

Corriente Córdoba, Federico. 1999. *Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance*. Madrid: Gredos.

DCECH = Joan Corominas. 1991. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos.

DOELP = Machado, José Pedro. 1984. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, 3 vols. Lisboa: Confluência.

Dubert García, Francisco. 2017. «Sobre a 'Gallaecia magna' e as relacións históricas e xeolingüísticas entre galego, portugués e asturiano». *Estudis romanics* 39: 43–69.

Feijoo Ares, Vicente. 2016. «Nova aplicación para a recolleita unificada e xeorreferenciada da toponimia», en Xesús Ferro Ruibal (ed.): *Estudos de Onomástica Galega. Microtoponimia: experiencias de recolla, didáctica e codificación. Xornada de estudo. Pontevedra, 17 de setembro de 2016.* A Coruña: Real Academia Galega / Deputación Provincial de Pontevedra. 203–297.

Frías Conde, Xavier. 2000. «O elemento árabe en galego. I». *Revista Galega de Filoloxía* 1: 157–171.

Frías Conde, Xavier. 2002. «O elemento árabe en galego. II». *Revista Galega de Filoloxía* 3: 65–80.

García Alonso, Juan Luis. 2006. «-*Briga* Toponyms in the Iberian Peninsula». *e-Keltoi* Volume 6: 689–714.

Hermo González, Gonzalo. 2017. *O Tombo de tenzas primeiro (ACS CF 17) (1352-1412): estudo completo e edición das vinte e cinco primeiras tenzas, con especial atención ao elemento onomástico*. Universidade de Santiago de Compostela.

HGN = Piel, Joseph M. e Dieter Kremer. 1976. *Hispano-gotisches Namenbuch. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen-und Ortsnamen der iberischen Halbinsel*. Heidelberg: Carl Winter.

Jespersen, Otto. 1922. *Language: its Nature, Development and Origin*. London: George Allen & Unwin.

Kremer, Dieter. 2004a. «*Galicia germânica*», en R. Álvarez, F. Fernández Rei e A. Santamarina (eds.). *A Lingua Galega, historia e actualidade, Actas do I Congreso Internacional (Santiago de Compostela, 16-20 de setembro de 1996)*, III. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega. 9–25.

Kremer, Dieter. 2004b. «Voltando ás 'genealogías' da Galicia medieval», en Rosario Álvarez e Antón Santamarina (eds.). (*Dis)cursos da escrita : estudos de filoloxía galega ofrecidos en memoria de Fernando R. Tato Plaza.* A Coruña: Fundación Barrié. 315–428.

Kremer, Dieter. 2010. «Toponimia de España – Toponomástica en España», en Mª Dolores Gordón Peral (ed.). *Toponimia de España. Estado actual y perspectivas de la investigación.* Berlin / New York: Walter de Gruyter. 5–39.

Lautensach, Hermann. 1954. «Über die topographischen Namen arabischen Ursprungs in Spanien und Portugal. (Arabische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel». *Die Erde* 3-4: 219–243. http://goo.gl/DalahQ (21.09.2018).

Liberman, Anatoly. 2009. *Word origins... and how we know them: etymology for everyone.* New York / Oxford: Oxford University Press.

Lombera Hermida, A. de e Ramón Fábregas Valcarce (eds.). 2013. *Cova Eirós. Primeras evidencias de arte rupestre paleolítico en el noroeste peninsular.* Santiago de Compostela: Andavira.

Lopes, David. 1968. *Nomes árabes de terras portuguesas.* Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.

López Carreira, Anselmo. 2013. *Historia de Galicia*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

Mariño Ferro, Xosé Ramón. 2000. *Antropoloxía de Galicia.* Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

Marqués Valea, Xulia. 2004. *A toponimia de Trabada*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

Martínez Lema, Paulo. 2010. *A toponimia das comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)*. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago. http://dspace.usc.es/bitstream/10347/2870/1/9788498875782_content.pdf (21.09.2018).

Martínez Lema, Paulo. 2011. «Estrategias de latinización de toponimia romance en un cartulario medieval gallego: el Tumbo de Toxos Outos». *Estudis Romanics* 33: 265–277.

Martínez Lema, Paulo. 2017. «Os estudos de onomástica en Galicia: da Idade Media aos nosos día», en Marta Negro Romero, Rosario Álvarez e Eduardo Moscoso Mato (eds.): *Gallæcia. Estudos de lingüística portuguesa e galega*. Universidade de Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións. <DOI http://dx.doi.org/10.15304/cc.2017.1080.56> [on line: http://www.usc.es/libros/index.php/spic/catalog/ book/1080].

Méndez Fernández, Luz. 2016a. *O 'Tombo das viñas de Ribadavia'. Estudio histórico e lingüístico*. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.

Méndez, Luz. 2016b. «Toponimia e documentación. Recursos documentais na rede», en Xesús Ferro Ruibal (ed.). *Estudos de onomástica galega, microtoponimia: experiencias de recolla, didáctica e documentación. Xornada de estudo, Pontevedra, 17 de setembro de 2016.* A Coruña: Real Academia Galega.147–163.

Menéndez Pidal, Ramón. 1946. «El elemento *-obre* en la toponimia gallega». *Cuadernos de Estudios Gallegos* 5: 1–6.

Moralejo Álvarez, Juan José. 2006. «Documentación prelatina», en Rosario Álvarez, Francisco Dubert García, Xulio Sousa Fernández (eds.). *Lingua e territorio*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega / Universidade de Santiago de Compostela, Instituto da Lingua Galega. 191–234.

Moralejo Álvarez, Juan José. 2008. *Callaica nomina. Estudios de onomástica gallega*. A Coruña: Fundación Barrié. http://ilg.usc.es/agon/wp-content/uploads/2010/09/Callaica_Nomina.pdf (21.09.2018).

Moralejo Álvarez, Juan José. 2009. «Hidronimia prerromana de Gallaecia», en Dieter Kremer (ed.). *Coloquio sobre onomástica galega. Onomástica galega II: onimia e onomástica romana e a situación lingüística do noroeste peninsular. Actas do segundo coloquio,*

Leipzig, 17 e 18 de outubro de 2008. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. 37–90.

Moralejo Álvarez, Juan José. 2010a. «Documentación medieval galaica: topónimos en -*bre*», en Francisco Cortés Gabaudan / Julián Víctor Méndez Dosuna (eds.). *Dic mihi, mvsa, virvm: Homenaje al profesor Antonio López Eire*. Salamanca, Universidad de Salamanca. 473–480 (= Acta Salmanticensia. Estudios Filológicos; 326).

Moralejo Álvarez, Juan José. 2010b. «Topónimos célticos en Galicia». *Palaeohispanica* 10 [= Serta Palaeohispanica in honorem Javier de Hoz]: 99–111. http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/30/23/_ebook.pdf (21.09.2018).

Moralejo Lasso, Abelardo. 1977. *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago: Pico Sacro.

Navaza, Gonzalo. 2004. «Os topónimos *Acea de Ama* e *O Xurés*». *Revista Galega de Filoloxía* 5: 141–162.

Navaza, Gonzalo. 2006. *Fitotoponimia galega*. A Coruña: Fundación Barrié. Biblioteca Filolóxica Galega do Instituto da Lingua Galega. http://ilg.usc.es/agon/wp-content/uploads/2010/09/Fitotoponimia_galega.pdf (21.09.2018).

Navaza, Gonzalo. 2007. «Sarmiento toponomástico. O topónimo *Mezquita*», en Luz Méndez e Gonzalo Navaza (eds.). *Actas do I Congreso Internacional de Onomástica «Frei Martín Sarmiento». Santiago de Compostela, 2, 3 e 4 de setembro de 2002.* Santiago de Compostela: Asociación Galega de Onomástica / Instituto da Lingua Galega. 87–96.

Navaza, Gonzalo. 2017. «Toponimia miñorá: *Miñor*, *Nigrán*, *Gondomar*, *Baiona*», en A. I. Boullón Agrelo (ed.) *Estudar toponimia. Aproximacións metodolóxicas e interpretativas.* Anexo 75 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidade de Santiago de Compostela. 81–114.

NG = *Nomenclátor de Galicia. Toponimia oficial das provincias, concellos, parroquias e lugares*. Comisión de Toponimia da Xunta de Galicia. 2003-2004. Xunta de Galicia. http://www.xunta.es/nomenclator/busca.jsp (21.09.2018).

Nogueira, Carlos Filipe. 1988. «O conceito geográfico-linguístico de Galécia Maior». Seminário de Linguística Portuguesa Histórica (ed.), *Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel*. Lisboa: Publicações do Instituto de Linguística da Fac. de Letras de Lisboa. 77–103.

Palacio Sánchez, X. Antón. 1981. *Toponimia del ayuntamiento de Pantón (Lugo)*. Tese de doutoramento (inédita). Universidade de Santiago de Compostela.

Pallares, Carmen e Ermelindo Portela Silva. 1991. *Galicia en la época medieval.* A Coruña: Hércules de Ediciones.

Pérez Capelo, Carolina. 2015. *Toponimia e variación dialectal en galego. Os topónimos rematados en -oa, -oá, -úa, -uá*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Piel, Joseph M. 1947. «Nomes de 'possessores' latino-cristãos na toponimia asturo-galego-portuguesa». *Biblos* 23: 143–202, 283–407.

Piel, Joseph M. 1953/1955. «Notas de toponímia galega». *Revista Portuguesa de Filologia* 6, 1/2: 51–72.

Piel, Joseph M. 1975. «Novos fragmentos de toponímia galega oriunda de nomes latinos de senhorios rurais medievos». *Verba* 2: 45–58.

Piel, Joseph M. 1989. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa.* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Prósper, Blanca. 2002. «Fonética y morfología de los compuestos toponímicos celtas en *-*brig*-», en *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica.* Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. 357–382.

Rivas Quintas, Elixio. 1982. *Toponimia de Marín*. Anexo 18 de *Verba*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela.

Rocha, Carlos Alberto Matias de Abreu. 2017. *Etimologia dos hidrotopónimos de Portugal continental. História linguística de um território*. Tese de doutoramento (inédita). Universidade de Lisboa.

Sánchez Pardo, José Carlos. 2012. «Topónimos y advocaciones, la información histórica en los nombres de las parroquias rurales gallegas». *Minius* 20: 187–226.

Sánchez Pardo, José Carlos. 2013. «Iglesias y dinámicas sociopolíticas en el paisaje gallego de los siglos V-VIII». *Hispania* 73, Número 243: 11–50.

Santamarina, Antón. 2005. «Viaxe pola onomástica galega». *A Trabe de Ouro* 62: 11–38. Publicado orixinalmente en inglés como «A Journey through Galician Onomastics», en A. I. Boullón Agrelo (ed.). *Actas do XX Congreso Internacional de Ciencias Onomásticas: Santiago de Compostela, 20-25 setembro 1999*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza. 3–32. [Edición en CD-Rom].

Santamarina, Antón. 2008. «A pegada relixiosa na toponimia galega. I. Edificios relixiosos», en X. L. Axeitos, Emilio Grandío Seoane e Ramón Villares (eds.). *A patria enteira: Homenaxe a Xosé Ramón Barreiro Fernández*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Real Academia Galega / Universidade de Santiago. 935–949.

Santamarina, Antón. 2017a. «A historiografía da toponomástica na Romania», en Ana Isabel Boullón Agrelo (ed.). *Estudar toponimia. Aproximacións metodolóxicas e interpretativas.* Anexo 75 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía.* Universidade de

Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións. DOI http://dx.doi.org/10.15304/9788416954353.

Santamarina, Antón. 2017b. «Aplicación dos criterios de revisión do *Nomenclátor de Galicia 2003*», en Xesús Ferro Ruibal (ed.). *Estudos de Onomástica Galega. Microtoponimia: experiencias de recolla, didáctica e codificación Xornada de estudo. Pontevedra, 17 de setembro de 2016.* A Coruña: Real Academia Galega / Deputación Provincial de Pontevedra. 333–346.

Sarmiento, Martín. [1757] 1998, 1999. *Onomástico etimológico de la lengua gallega*. Edición e estudo de J. L. Pensado. [A Coruña]: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2 vols.

Sarmiento, Martín. [1758] 1998. *Elementos etimológicos según el método de Euclides*. Edición y estudio por J. L. Pensado. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Serra, Pedro Cunha. 1967. *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do noroeste peninsular*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.

TopGal = *A toponimia en Galicia. Informe sobre o Nomenclátor e o Proxecto Toponimia de Galicia*. Xunta de Galicia. 2005. http://toponimia.xunta.es/gl/publicacions/amosar/id/80 (21.09.2018).

Untermann, Jürgen. 1962. «Áreas e movimentos linguísticos na Hispânia pré-romana». *Revista de Guimarães* 77: 5–61.

Varela Aenlle, Carlos Xesús. 2000. *Toponimia del Eo-Navia*. Eilao [Asturias]: Mesa prá Defensa del Galego de Asturias. Reed.: *Repertorio toponímico e xentilícico da terra Eo-Navia*. Universidade de Vigo, 2010. http://anl.uvigo.es/UserFiles/File/A%20xente/REPERTORIO_TOPONIMICO.pdf .

Varela Sieiro, Xaime. 2007. «Léxico cotián de procedencia árabe na documentación latina de Galicia», en Helena González Fernández e María Jesús Lama López (eds.). *Actas [do] VII Congreso Internacional de Estudos Galegos: Mulleres en Galicia, Galicia e os outros pobos da Península (Barcelona, 28 ao 31 de maio de 2003)*. Sada / A Coruña: Ediciós do Castro / Asociación Internacional de Estudos Galegos (AIEG) / Universitat de Barcelona. 889–897, CD-ROM http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2944870 .

Vázquez García, Carlos. 2014. *Toponimia do concello de Lugo*. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela. http://hdl.handle.net/10347/12006 .

Villares, Ramón. 2016[3]. *Historia de Galicia*. Vigo: Galaxia.

Recursos en liña

AGOn = *Asociación Galega de Onomástica*. <http://ilg.usc.es/agon/>.

BILEGA = *Bibliografía Informatizada da Lingua Galega*. Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades. Dir: Francisco García Gondar. <http://www.cirp.es/bdo/bil/bilega.html>.

CODOLGA = *Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*. Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades. <http://corpus.cirp.es/codolga/>.

DRAG = *Dicionario da Real Academia Galega*. <https://academia.gal/dicionario> .

INEapelidos = Instituto Nacional de Estadística. Apellidos y nombres más frecuentes. <http://www.ine.es/apellidos/formGeneralresult.do>

NG = *Nomenclátor de Galicia*. Xunta de Galicia. <http://www.xunta.es/nomenclator/busca.jsp>.

PARES (Portal de Archivos Españoles), *Catastro del Marqués* de *la Ensenada* (CME) (1750-1754). (Ministerio de Cultura - España). <http://pares.mcu.es/Catastro/>.

TMILGa = *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*. Instituto da Lingua Galega (USC). Dir: Xavier Varela. <http://sli.uvigo.es/xelmirez/index.html>, <http://ilg.usc.es/tmilg/>.

11. Estudo antroponímico dunha comunidade galega do século XV

Paula Bouzas

Universidade Georg-August (Göttingen)

Na presente contribución lévase a cabo o estudo antroponímico dunha fonte documental concreta: a colección de documentos de Santo Estevo de Ribas de Sil pertencentes ao século XV (Bouzas 2017). O obxecto concreto de estudo é o conxunto de antropónimos que ocupan o segundo e terceiro lugar da cadea onomástica, acompañando o nome de pía.
As formas correspondentes foron clasificadas, tendo en conta a súa vía de entrada no sistema antroponímico, en tres grupos: patronímicas, detoponímicas e delexicais. O obxectivo da contribución é o de describir a presenza e o comportamento destas categorías nun corpus antroponímico limitado no tempo e no espazo. Avaliarase, ademais, ata que punto manteñen as formas o seu carácter individualizador e se se percibe na documentación estudada algunha evolución no sistema de nomeamento.
Con este traballo espérase contribuír ao estudo do sistema antroponímico baixomedieval galaico e achegar novos datos para entender a súa evolución.

Palabras chave: onomástica, antroponimia, diacronía, galego.

0. Introdución

O nome único, presente nos documentos do século VIII, vai ser progresivamente complementado por un segundo nome, esporádico nos documentos do IX, predominante nos documentos finais do século XI e realmente consolidado na documentación do século XIII (Boullón 1999: 23). A entrada destas formas na cadea onomástica tivo lugar por medio de tres posibles vías (ib.: 24): o nome do pai, o lugar de procedencia ou un nome adicional (alcume ou hipocorístico). Durante o período de consolidación, documéntanse ademais cadeas onomásticas con tres elementos, isto é, un nome de pía e mais dous sobrenomes, aínda individuais. Malia que estas formas non se farán hereditarias ata o século XVI, constitúen en grande medida a base material do noso sistema actual de apelidos. As chaves da evolución e consolidación deste sistema terán que ser procuradas na documentación baixomedieval.

O presente estudo ten como obxectivo a descrición e análise dos segundos e terceiros nomes presentes nunha colección documental concreta, limitada no tempo e no espazo, constituída polo documentos do mosteiro de Santo Estevo de Ribas de Sil pertencentes ao século XV (Bouzas 2017). Nesta colección, conformada fundamentalmente por cartas de foro a través das cales o mosteiro lles afora ás persoas do couto diversas propiedades, identificáronse en total 835 cadeas onomásticas relativas a un total de 688 homes e 147 mulleres, habitantes desa comunidade.

1. Cuestións metodolóxicas

A cada persoa citada na nosa fonte documental correspóndelle unha cadea onomástica. Entendemos por *cadea onomástica* ou *antroponímica* a unidade conformada polos elementos pertinentes dende o punto de vista antroponímico, excluíndo elementos con carácter aclaratorio ou suplementario (*cfr*. Boullón 1999: 16–17). A distinción entre as compoñentes propiamente antroponímicas e as aclaratorias é difícil de establecer nun período no que as cadeas onomásticas non están completamente fixadas, mais os propios documentos ofrecen a miúdo un contexto axeitado para facer a distinción; nos casos dubidosos, incluirase na cadea o elemento susceptible de ser considerado antroponímico.

É importante mencionar que a unidade denominada *cadea onomástica* non deixa de ser unha abstracción: a realización da cadea correspondente a unha mesma persoa pode variar lixeiramente nos documentos, non só no que respecta ás variantes gráficas, senón tamén no que respecta ao número de compoñentes. Á hora de confeccionar o corpus, tomamos como referencia a secuencia antroponímica máis extensa que se lle asigna nas fontes a un mesmo individuo. Para designar as diferentes compoñentes, empregamos os termos *primeiro nome, segundo nome* e *terceiro nome*, en referencia á posición que ocupan na secuencia, pois cremos que esta terminoloxía permite describir mellor a súa función no sistema analizado. Na colección estudada documéntanse, neste sentido, tres tipos de estrutura:

– «Primeiro nome» (exs. 1, 2):

(1) Gome*s*, seu fillo [de G*onçal*uo de Penalua] (doc. 22)
(2) Alu*ar*o, seu c*r*iado [do clerigo de Proendos] (doc. 52)

– «Primeiro + segundo nome» (exs. 3, 4):

(3) a vosa mull*er* Cataliña G*oncalu*es (doc. 69)
(4) F*ernan*do da Penalba, morador en Rramoy*n* (doc. 143)

– «Primeiro + segundo + terceiro nome» (exs. 5, 6):

(5) P*er*o Afon*so* do Curral, morador en Acedre (doc. 42)
(6) Jua*n* G*onçalu*es Barrega*n* (doc. 114)

Entre estes modelos percíbense claras diferenzas canto ao seu nivel de frecuencia no corpus (vid. Figura 1). O modelo máis frecuente, con diferenza, é o conformado por un primeiro e un segundo nome, mentres que as cadeas que conteñen unicamente un nome de pía son excepcionais e inclúen outro tipo de referencias ou informacións que permiten a identificación do individuo: fórmulas de tratamento (frei, don), especificación do parentesco con respecto a outra persoa (fillo de, muller de) ou mención ao cargo (clérigo, monxe, home de pé). No que respecta ás cadeas constituídas por tres elementos, o terceiro nome adoita ser eliminado na segunda mención, polo que a realización efectiva tende a incluír só o segundo nome. Parece, pois, que a estrutura estándar responde a unha secuencia bimembre que é simplificada en determinados casos nos que se introducen outro tipo de referencias ou complementada en ocasións mediante a introdución dun terceiro nome.

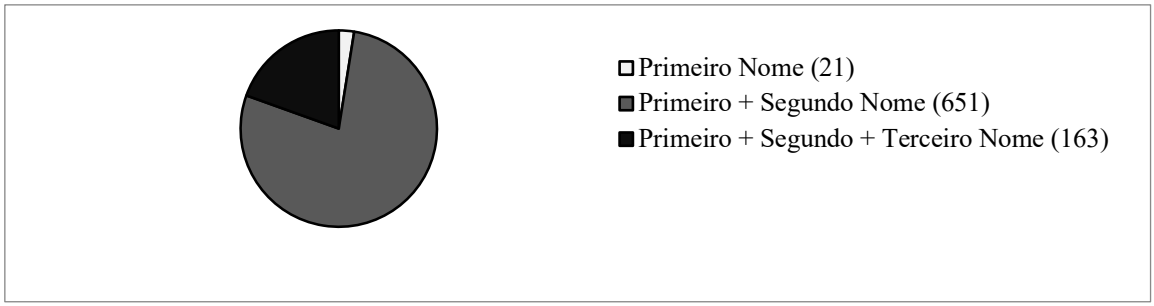


Figura 1. Presenza dos diferentes tipos de cadeas onomásticas no corpus

Na presente contribución, centrarémonos na análise das formas que funcionan como segundos e terceiros nomes, grupo heteroxéneo que ofrece algunhas chaves para entender o funcionamento e evolución do sistema de nomeamento. Entre outras cousas, atenderemos neste estudo ás seguintes cuestións:

– Ámbitos semánticos orixinais das formas que se activan como segundos e terceiros nomes, respectivamente, á hora de nomear.

– Restricións tipolóxicas no terceiro lugar da cadea.

– Funcionamento dos segundos e terceiros nomes no sistema en canto ao seu carácter individualizador ou de filiación.

En todo momento, atenderemos á dimensión diacrónica para analizar a posible evolución do sistema antroponímico ao longo do século.

2. Os segundos nomes

Nas 814 cadeas relevantes para a nosa análise, foron identificadas en total 335 formas diferentes, que serán clasificadas en función das correspondentes vías de creación en tres grandes categorías (Boullón 2007):

– **Formas patronímicas**, derivadas en orixe do primeiro nome do pai:

(7) Johan Vaasques (doc. 8)

(8) Tereja Ferrnandes (doc. 92)

– **Formas detoponímicas**, reflexo dun topónimo que expresa nun principio o lugar de orixe ou residencia:

(9) Eynes de P*r*ados (doc. 73)
(10) Afonso do Souto (doc. 78)

– **Formas delexicais**, a partir de unidades lexicais referidas orixinariamente a características persoais:

(11) Vasco Veeste*ir*o (doc. 29)
(12) Afon*so* Pernas (doc. 133)

No corpus estudado obsérvase en termos xerais o predominio das cadeas que inclúen como segundo nome un elemento patronímico (49%) ou detoponímico (41%), mentres que as cadeas con segundo nome delexical representan pouco máis do 10% do total (*vid.* Figura 2)[138].

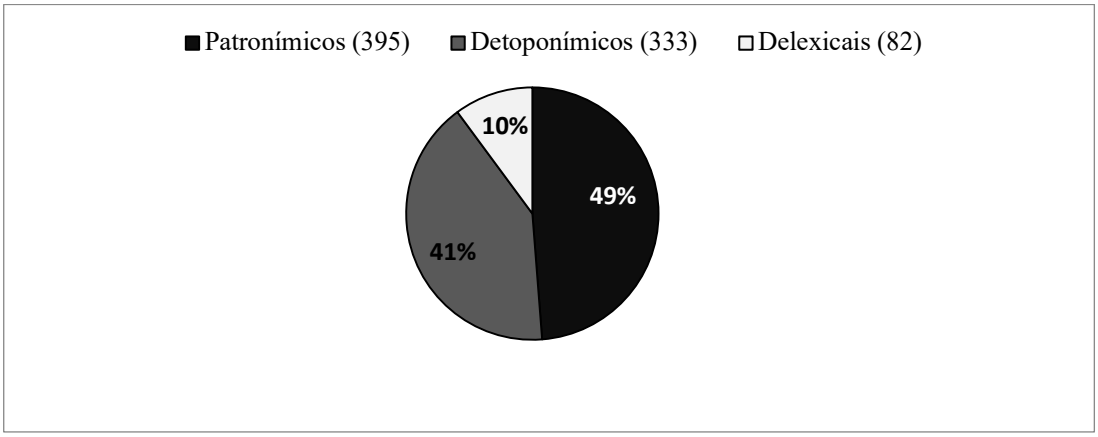
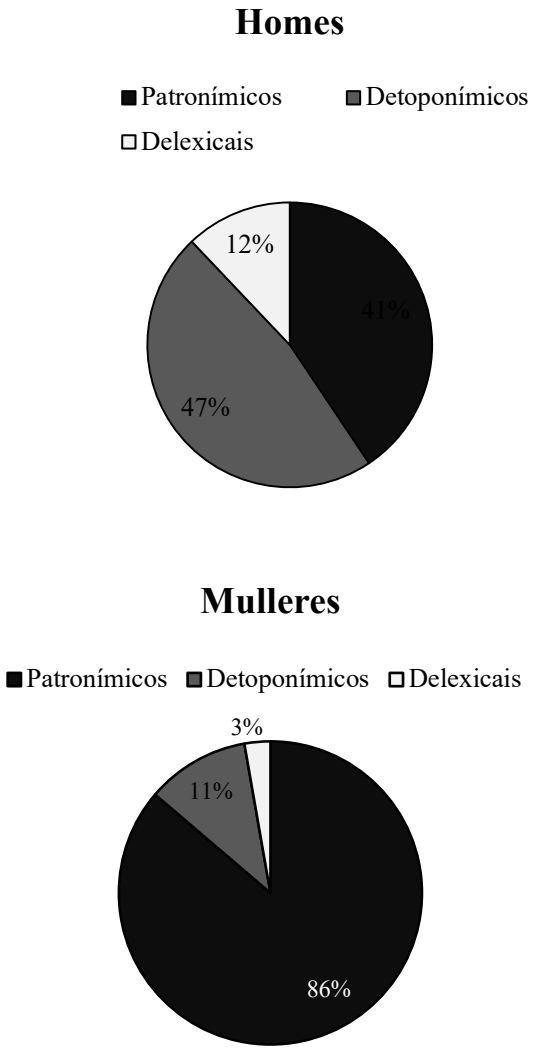


Figura 2. Porcentaxe de cadeas en función do tipo de segundo nome

No entanto, se temos en conta a distinción por sexos, os datos amosan claras diferenzas entre o grupo dos homes e o das mulleres (*vid.* Figuras 3 e 4). No grupo das mulleres, as secuencias cun segundo nome patronímico son claramente maioritarias

[138] Quedan fóra do cómputo tres formas que presentan dúbidas canto á súa adscrición a unha destas categorías: *Falaco, Ouxea, Semea ~ Xemea*. Estas formas están presentes nun total de catro cadeas e a súa ausencia no cómputo non supón mudanzas porcentuais significativas.

(representan, de feito, o 86% do total). No grupo dos homes, as cadeas cun patronímico e as cadeas cun detoponímico presentan porcentaxes moi semellantes, chegando estas últimas mesmo a dominar.



Figuras 3 e 4. Distribución do tipo de segundo nome en función do sexo

No que respecta á distribución cronolóxica, tendo igualmente en conta a distinción por sexos, observamos que no grupo das mulleres o sistema mantén a súa estabilidade ao longo da colección (*vid.* Figura 5), mentres que no caso dos homes os documentos amosan certas evolucións. A máis notoria atinxe precisamente ao incremento do uso,

como segundos nomes, das formas detoponímicas en detrimento das patronímicas, maioritarias só nos documentos das primeiras décadas (*vid.* Figura 6).

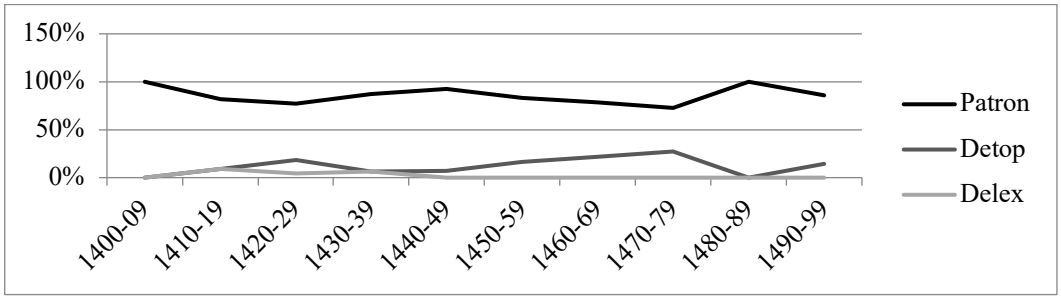


Figura 5. Evolución da porcetanxe dos tipos de segundo nome (mulleres)

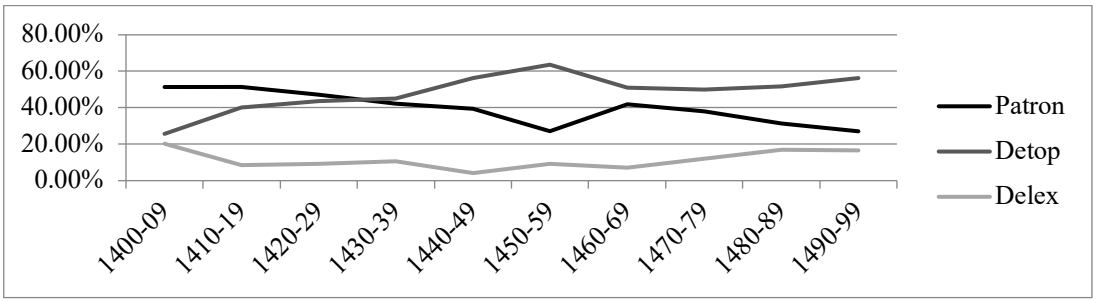


Figura 6. Evolución da porcentaxe dos tipos de segundo nome (homes)

A continuación, serán analizadas con algo máis de detalle cada unha destas categorías e as formas correspondentes[139].

2.1 Patronímicos

O grupo das formas patronímicas corresponde ao 49% do total de cadeas rexistradas, mais é internamente moi pouco heteroxéneo: está constituído por 26 ítems, dos cales unicamente os oito máis frecuentes concorren en máis do 75% das secuencias cun patronímico como segundo nome: *Gonçalues* (48 tokens), *Eanes* (47), *Fernandes* (46), *Afonso* (40), *Rodrigues* (38), *Peres* (34), *Gomes* (32) e *Lopes* (22).

Trátase de formas en orixe derivadas do primeiro nome do proxenitor, e indicadoras polo tanto da filiación, polo que unha das primeiras cuestións de análise terá que ver co mantemento ou non desta calidade: ata qué punto expresan estes elementos

[139] Sempre que no corpus se documentan diferentes posibilidades gráficas, representarase a variante gráfica máis frecuente.

patronímicos aínda o vínculo filial no corpus estudado? Malia que só se obtivo información sobre o nome do correspondente proxenitor en 15 cadeas, é posible facer algunhas observacións interesantes a este respecto. Para empezar, no 60% dos casos (nove de quince) existe efectivamente correspondencia entre patronímico e primeiro nome do pai (*vid*. ex. 13):

(13) G*oncal*uo de Casanova [...] *e* a Rroy G*oncalu*es, voso fillo (doc. 144).

Se atendemos á cronoloxía dos nove casos rexistrados (*vid.* Figura 7), observamos que sete deles pertencen a documentos anteriores a 1448, mentres que só dous son posteriores, mais tamén que xa en documentos das primeiras décadas se rexistran casos nos que a forma patronímica non remite ao nome do pai.

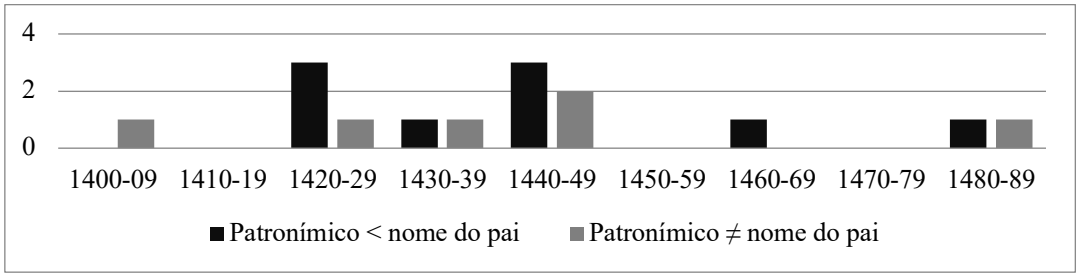


Figura 7. Produtividade do patronímico: cronoloxía dos casos rexistrados

2.2 Detoponímicos

O grupo de elementos detoponímicos, presente en 333 cadeas, está constituído por un total de 175 ítems. Na meirande parte das ocorrencias, o detoponímico está integrado nunha estrutura preposicional encabezada pola preposición *de*: os casos sen preposición, que apuntan a unha maior fixación como segundo nome da forma en orixe toponímica, representan no noso corpus só o 10% do total.

As informacións dos propios documentos, así como a consulta das actuais bases de datos[140], permitiron localizar xeograficamente 109 dos topónimos que serviron de base para o material antroponímico rexistrado. Isto facilitou á súa vez a clasificación deste

[140] Toponimia de Galicia: http://toponimia.xunta.es/gl/Buscador; Nomenclátor – Xunta de Galicia: http://www.xunta.gal/nomenclator.

material en función de dous criterios: o tipo de referencia orixinal (lugares, freguesías, vilas ou xurisdicións) e a súa localización xeográfica.

Canto á tipoloxía da referencia xeográfica orixinal

Das 109 formas localizadas, un 84% (92 ítems) correspóndense con pequenos núcleos de poboación pertencentes ao propio couto de Santo Estevo. O 16% restante fai referencia a zonas xeográficas ou entidades de poboación máis grandes: vilas (*Monforte*), freguesías (*Espasantes, Linaran, Moura, Rubiacoos*), coutos (*Barbadelo, Ribas de Sil*), antigas xurisdicións (*Aguiar, Lemos*).

Canto á localización xeográfica

Unha porcentaxe aproximada do 69% das formas (76 ítems) remite a topónimos situados na zona xeográfica pertencente actualmente a dous concellos: Sober (*Argemill, A Vacaryça, Rosende, Vilavalde,* etc.) e Nogueira de Ramuín (*Bertelo, Luyntra, Picornio, Ramuin,* etc.). Á zona de Pantón, concello actual veciño dos anteriores, correspóndelle o 13% dos topónimos restantes (*Ponton, Sesto*, etc.). Ao territorio conformado actualmente por estes tres concellos, pois, adcríbese o 83% dos topónimos localizados, mentres que o 17% restante repártese entre o territorio dos actuais concellos de Coles (*Costela, Yzaas*), Ourense (*Oyra*), O Pereiro de Aguiar (*Ajubande*), O Saviñao (*Uilarreme*), Monforte de Lemos (*Lemos*), Sarria ou Toén (*vid.* Figura 8).

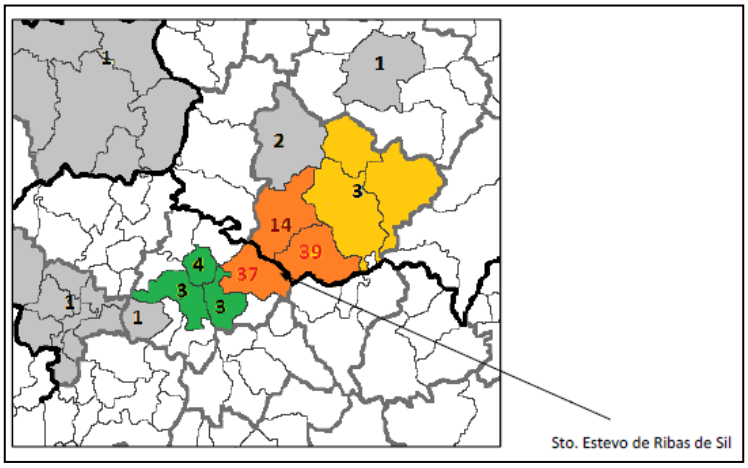


Figura 8. Detoponímicos como segundos nomes: localización xeográfica dos correspondentes topónimos

Se se teñen en conta ambos os dous criterios (tipoloxía e localización), constátase a tendencia a que concorran como segundos nomes topónimos de núcleos pequenos de poboación das zonas próximas ao mosteiro. Ademais, o feito de que no 90% das secuencias a forma sexa introducida pola preposición *de*, indicadora de procedencia ou pertenza, parece confirmar que o segundo nome detoponímico conserva o seu carácter referencial: remite na meirande parte dos casos ao lugar de residencia da persoa. Este vínculo faise explícito nos propios documentos en 10 ocasións (*vid.* exs. 14 e 15):

(14) Gomes de Rribas, morador eno dito lugar (doc. 70);
(15) Afonso de Feruenca, morador eno dito lugar de Feruenca (doc. 106).

2.3 Delexicais

Neste grupo están incluídas todas as voces que fan referencia a unha peculiaridade do individuo (física, de carácter, profesional ou biográfica). Trátase da categoría menos presente como segundo nome, mais tamén da máis heteroxénea internamente: nun total de 82 cadeas onomásticas que presentan como segundo nome un elemento delexical foron identificadas 52 formas.

Outra particularidade desta categoría atinxe a súa morfoloxía, posto que se mantén o carácter flexivo das formas. Na documentación analizada, cando a cadea onomástica pertence a unha muller e sempre que a morfoloxía da voz o permite, reflíctese efectivamente a flexión de xénero:

(16) Marina Morleyra de Moura (docs. 23, 24);
(17) Eluira Janeyra (doc. 36);
(18) Mariña Cachiña (doc. 64).

No que respecta ao contido semántico das voces orixinais, é posible identificar a simple vista diferentes ámbitos semánticos, como profesión, atributos persoais, animais, vexetación, etc. Porén, se se atende ás motivacións que explican o seu uso como antropónimos, faise evidente que as voces pertencentes a ámbitos semánticos

como, por exemplo, o da flora ou a fauna foron en orixe aplicadas con carácter metafórico en referencia a outros ámbitos, como profesión ou calidades. Á hora de clasificar estes elementos, pois, consideramos pertinente distinguir entre *formas de referencia directa* e *formas de referencia indirecta* (Viejo 1998: 171–172):

– Referencia directa: Voces que en orixe fan mención expresa a certas particularidades (atributos, profesión) do individuo.

– Referencia indirecta: Voces que en orixe fan referencia a un atributo ou a unha circunstancia mediante recursos metafóricos ou a metonímicos.

En principio, non hai grandes diferenzas numéricas entre estas dúas categorías, aínda que domina lixeiramente a referencia directa (29 lexemas, 44 tokens) fronte á indirecta (20 lexemas, 32 tokens) [141].

Referencia directa

No grupo das formas de referencia directa, é posible distinguir na fonte analizada os seguintes campos semánticos (*vid.* táboa 1): 1) profesión, cargo ou situación social; 2) calidades de carácter; 3) calidades físicas; 4) parentesco e 5) procedencia.

Táboa 1. Delexicais: clasificación semántica das voces de referencia orixinal directa

Referencia directa		
Campo semántico	**Ítems**	**Tokens**
Profesión / Situación social	12	16
Carácter	8	16
Físico	5	6
Parentesco	2	4
Procedencia	2	2
∑	**29**	**44**

– PROFESIÓN E SITUACIÓN SOCIAL. Este grupo, o máis numeroso no conxunto delexical, está conformado polas seguintes voces: Alfayate, Çapateiro, Carpenteyro, Colmeiro, Ferreiro, Mariscal, Meirino, Mogoo, Moleiro, Monteiro, Peleteiro e Veesteiro. A meirande parte delas están relacionadas co traballo artesanal de tecidos e prendas

[141] Hai tres formas de difícil clasificación, presentes nun total de cinco cadeas, que foron excluídas deste cómputo: *Brinquete*, *Morleyra/o* e *Rameyro.*

(alfaiate, peleteiro, zapateiro) ou de madeira e metal (carpinteiro, ferreiro). Ao ámbito da alimentación pertencen as formas moleiro ('persoa que moe a fariña', Kremer V: §75) e colmeiro ('persoa que extrae e vende mel', ib. §77). Formas como mariscal, monteiro e veesteiro refírense, pola súa banda, a labores militares e de caza. A primeira delas, mariscal, remite orixinariamente a un cargo de responsabilidade nas cabalarizas da corte (ib. §93); monteiro fai referencia á actividade de cazador (Kremer VI: §118) e veesteiro (de ballestarius) tanto á fabricación coma ao uso de béstas (Kremer V: §83)[142]. As dúas voces restantes, meirino e mogoo, remiten aos ámbitos administrativos e eclesiásticos respectivamente. A primeira delas provén de maiorinus e designa en principio un alto cargo na administración, mentres que a segunda é unha das posibles variantes resultantes de monachus[143].

– CALIDADES DE CARÁCTER. Neste grupo identificamos formas antroponímicas deadxectivais como *Brauo, Barregán, Cortido, Laso, Leal, Ledo e Mansso*. Ademais incluímos neste grupo a forma *Cortés*, que é susceptible de ser interpretada de diferentes maneiras: con pronuncia paroxítona, a voz remite ao lugar onde se garda o gando, significado que explicaría a súa aplicación como topónimo e a súa conseguinte entrada na secuencia como antropónimo detoponímico; con pronuncia oxítona, ten a súa orixe como elemento onomástico no adxectivo referido a unha persoa do entorno do rei ou dun nobre e, por extensión, a un rasgo de carácter ou comportamento relacionado coa boa educación e as boas maneiras (Kremer 1977: §62). Sen desbotar a primeira posibilidade, consideramos a presenza dunha referencia á calidade sempre que nos textos analizados a forma aparece sen preposición.

– CALIDADES FÍSICAS. Tamén este grupo está constituído por formas en orixe adxectivais: *Branco, Cao, Crespo, Fremosso, Torto.* Mentres que unha das voces fai referencia á apariencia xeral (*Fremosso*) e outra fai referencia posiblemente á pel (*Branco*), dúas das voces fan referencia ao cabelo: *Cao* ('persoa de cabelo branco', Kremer 1972/3: §29) e *Crespo* ('persoa co cabelo rizado, rebelde', Kremer 1977: §55;

[142] Malia que nas tres ocorrencias da forma se rexistra a grafía <v>, descartamos que se trate dunha forma derivada de *vestiarius* (Kremer V: §83), sobre todo tendo en conta a representación da vogal xeminada, produto da caída dunha consoante intervocálica, en todos os casos atopados.

[143] Na documentación medieval rexístranse, entre outras, as variantes *moogo*, *moongo* e *mogoo* para o sobrenome derivado de *monachus* (TMILG). A aparición de dobre vogal nunha posición inesperada dende o punto de vista etimolóxico obsérvase tamén en variantes gráficas da forma *meogo*, derivada de *in medio loco*, como *meogoo* (Lorenzo 1977).

Viejo 1998: 173). Pola súa banda, a voz *Torto,* do latín TORTUS 'torcido', pode estar aplicada como sobrenome en diferentes sentidos, ben para designar unha persoa cega dun ollo ou unha persoa con algún tipo de malformación (Kremer 1977: §54; Boullón 1999: 433).

– PARENTESCO. A única forma documentada que se refire propiamente ao parentesco é *Sobriño*. Mais neste apartado incluímos ademais a voz *Colaço*, que provén da voz latina COLLACTEU ('irmán de leite') e que fai referencia a persoas que, aínda sen compartir vínculo de consanguinidade, foron criadas por unha mesma ama (Boullón 2007: 295–6).

– PROCEDENCIA. Rexistramos unicamente a aplicación antroponímica de dous xentilicios: *Esturiano* e *Portugués*.

Referencia indirecta

Verbo das voces aplicadas en sentido metonímico ou metafórico, o dominio meta correspondente non está sempre claro, polo que nos movemos no terreo da hipótese á hora de explicar a motivación orixinal que as xustifica. No que respecta ao dominio fonte, porén, é posible identificar campos semánticos recorrentes. No noso corpus detéctanse, entre outros, os seguintes: 1) elementos da vida cotiá, 2) animais e 3) partes do corpo.

Táboa 2. Delexicais: clasificación semántica das voces de referencia orixinal indirecta

Referencia indirecta		
Campo semántico	**Ítems**	**Tokens**
Obxectos cotiás	7	11
Animais	6	8
Partes do corpo	3	6
Outros	4	7
∑	**20**	**32**

– ELEMENTOS DA VIDA COTIÁ. Neste grupo inclúense os sobrenomes *Balugo, Batel, Bulsyno, Botello, Carbón, Regana* e *Pantrigo*. Aínda que pequeno, trátase dun grupo heteroxéneo no que é posible distinguir algúns ámbitos semánticos máis concretos, como a ALIMENTACIÓN e os ÚTILES:

– ALIMENTACIÓN: *Balugo, Pantrigo*. A forma *Balugo* remite á súa vez á voz *baluga* 'pela, bóla de manteiga' (Boullón 1999: 150), aplicada metaforicamente para designar persoas de constitución pequena e grosa (Rivas 1991: 391). A voz *Pantrigo,* referida en principio a un tipo de pan, rexístrase na lexicografía galega en expresións relacionadas así mesmo coa constitución física («ser como un pantrigo» 'ser repoludo', Franco Grande 1972)[144] e quizais sexa este o sentido no que se empregou na sua altura como sobrenome.

– ÚTILES: *Batel, Bulsiño, Botello.* A voz *Batel*, co significado 'embarcación pequena, destinada ao transporte polo río de xente, gando e mercadorías', podería aludir á actividade desempeñada polo individuo. A voz *Bulsiño*, pola súa banda, deriva probablemente do substantivo *bolsa ~ bulsa*, documentado amplamente en textos medievais e base doutros antropónimos como *Bolsin ~ Bulsin* ou *Bulseiro* (DDGM, TMILG), este último de referencia directa e relacionado coa profesión de facer e vender estes obxectos (Tato Plaza 1986)[145]. Pola súa banda, a forma *Botello,* 'recipiente, garrafa' (Lorenzo 1968; Mettmann 1972)[146], podería responder a diferentes motivacións: hábitos do individuo relacionados coa bebida, a súa constitución física ou a súa ocupación.

A outros ámbitos semánticos tamén relacionados coa vida cotiá pertencen as voces *Carbon* e *Regaña*. A primeira, pertencente ao ámbito semántico dos minerais, sería empregada metaforicamente para designar individuos coa pel escura (Kremer 1975: §27). A forma *Regaña* podería aludir a un defecto físico de alguén que ensina os dentes, en tanto que mantén «arregañada» a boca (Boullón 1999: 389).

– ANIMAIS. Nos nosos documentos rexístranse os antropónimos *Carneyro*, *Gorgullo*, *Louo*, *Pato, Sardiña* e *Vacas*. As formas *Carneyro* e *Louo* fan referencia, posiblemente, a unha característica de personalidade do individuo, mentres que *Pato* tería relación coa apariencia física. Tamén parece remitir a unha característica física *Gorgullo* (Kremer 1971: §16), voz referida en orixe a un tipo de insecto criado nos cereais e aplicada metaforicamente co significado de 'persoa pequena'. As voces

[144] DDG (01.07.2017).
[145] DDGM (01.07.2017).
[146] *Ib*. (01.07.2017).

Sardiña e *Vacas*, por último, poderían facer referencia á actividade desempeñada pola persoa en cuestión.

– PARTES DO CORPO. Trátase de voces antroponímicas de carácter metonímico que resaltan unha característica individualizadora. A este grupo pertencen as formas delexicais *da Perna*, *Pernas* e *Cachyn / Cachiña*, esta última derivada da palabra *cacho* (Kremer 1972/73: §24).

Tamén se inclúen nesta categoría de voces con referencia indirecta algunhas formas de difícil adscrición, como *Cordura* ou *Rey*. No primeiro caso, trátase dun substantivo abstracto relativo a unha característica intelectual, que é seguramente aplicado como sobrenome en referencia indirecta a unha característica de carácter, non sabemos se de xeito irónico. O antropónimo *Rey*, pola súa banda, non remitiría directamente ao correspondente título, senón que designaría, entre outras cousas, unha persoa dependente do rei (Kremer 1982: §145; Boullón 1999: 389) ou a persoa principal nunha profesión (Boullón 2007), sen descartar tampouco aquí un posible uso irónico. Por último, deberán ser incluídas neste grupo dúas voces de intrepretación dubidosa: *Janeyra* e *Vagiña*.

3. Os terceiros nomes

As cadeas que inclúen na súa estrutura un terceiro nome suman un total de 163 e están repartidas de xeito desigual en función do sexo: das persoas nomeadas mediante estruturas trimembres, só o 3,68% son mulleres.

As formas que se documentan como terceiros nomes nestas 163 cadeas suman un total de 97. Entre elas, rexístranse elementos detoponímicos e delexicais, sendo os primeiros os que concorren preferentemente: o 92% das cadeas trimembres presentan como terceiro elemento un detoponímico.

No que respecta á estrutura das cadeas (*vid.* táboa 3), caben diferentes posibilidades combinatorias, mais trátase maioritariamente de secuencias nas que o segundo nome é un patronímico (91,41%). Cando o segundo nome é delexical, este combina cun terceiro nome detoponímico (7 cadeas de 8) ou cun terceiro nome delexical; cando o

segundo nome é detoponímico, tende a introducirse un terceiro nome delexical (5 cadeas de 6), ainda que hai un caso no que se introduce outro detoponímico[147].

Táboa 3. Modelos combinatorios de cadeas trimembres: número de ocorrencias e porcentaxes correspondentes

		Terceiro nome					
		+ Detop		+ Delex			
Segundo Nome	Patron	142	(87,11%)	7	(4,30%)	149	(91,41%)
	Delex	7	(4,30%)	1	(0,61%)	8	(4,91%)
	Detop	1	(0,61%)	5	(3,07%)	6	(3,68%)
		150	(92,02%)	13	(7,98%)	163	(100%)

Ademais, é posible constatar certas restricións semánticas no que respecta ao tipo de elementos delexicais que concorren como terceiros nomes: nos casos nos que o segundo nome non é patronímico, isto é, cando o segundo nome é tamén delexical ou detoponímico, o terceiro nome delexical fai referencia exclusivamente á idade relativa (*o vello, o mozo*).

No que atinxe á evolución cronolóxica, os documentos non reflicten tendencias significativas no que respecta á presenza das cadeas trimembres. A porcentaxe media de aparición deste tipo de estructuras nos documentos mantense arredor do 20% ao longo de todo o período (*vid*. Figura 9), quitando os quince anos finais, nos que se reduce a un 4%.

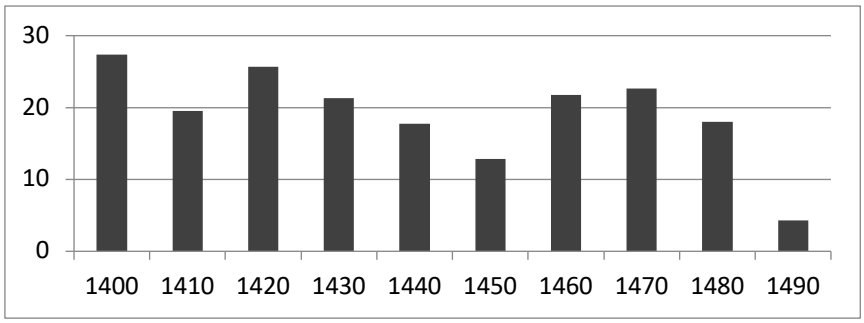


Figura 9. Cadeas trimembres: porcentaxes de aparición nas diferentes etapas do período

[147] Trátase dunha cadea cun segundo nome detoponímico introducido sen preposición, o que indica o seu alto nivel de fixación como antropónimo. Lembremos que a ausencia de preposición ante o detoponímico é bastante excepcional no noso corpus (*vid*. §2.2).

Se atendemos á tipoloxía do tipo de cadeas trimembres rexistradas (*vid*. Figura 10), tampouco se perciben evolucións diacrónicas significativas: a combinación «patronímico + detoponímico», que é a maioritaria en termos globais e chega a ser a única rexistrada nos documentos centrais do século, domina en todas as etapas, quitando a década final.

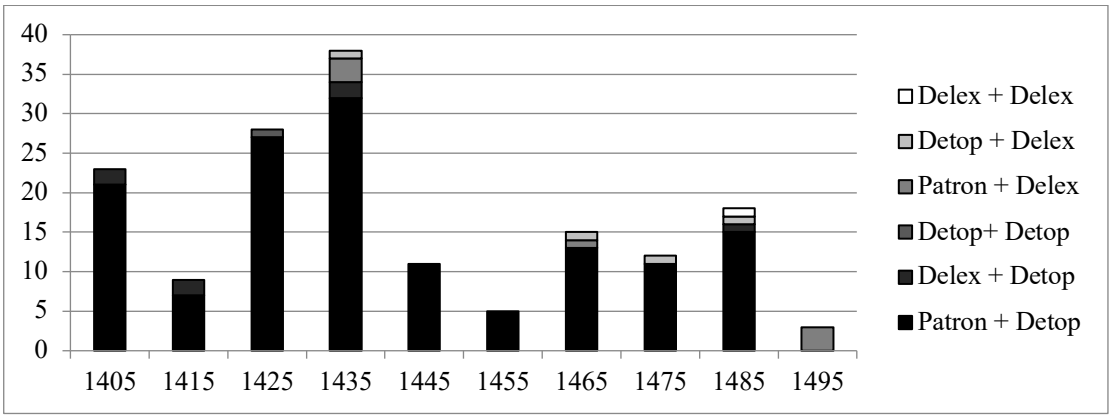


Figura 10. Ocorrencias dos diferentes tipos de combinación ao longo do período

Ora ben, o material documentado apunta a un proceso polo que en primeiro lugar se empregan elementos detoponímicos para complementar estruturas con segundos nomes patronímicos ou delexicais. En tanto que a presenza de segundos nomes detoponímicos, en termos globais, tamén se incrementa (*vid*. Figura 6), empeza a introducirse como terceiro nome algún elemento delexical relacionado coa idade relativa da persoa.

A continuación describiranse máis detalladamente as formas detoponímicas e delexicais que concorren nesta posición da cadea.

3.1 Detoponímicos

Nas 150 cadeas documentadas que inclúen un detoponímico como terceiro nome foron identificadas en total 90 formas detoponímicas diferentes, practicamente todas elas introducidas na secuencia mediante a preposición *de*[148]. O topónimo correspondente a estas formas antroponímicas puido ser localizado en 63 casos, polo

[148] Unicamente hai unha excepción: *Bardaos*.

que é posible facer algunhas observacións relativas ao tipo de poboación que se toma como referencia, así como á súa localización.

No que respecta ao tipo de poboación, os núcleos poboacionais máis representados como terceiros nomes son, tal e como ocorre na segunda posición da cadea, os máis pequenos, mais neste caso aumenta claramente a tendencia a que aparezan núcleos de poboación meirandes: fronte aos 36 ítems que remiten a lugares pequenos, un total de 27 ítems remite a vilas (*Monforte*), freguesías (*Albán*, *Cangas*, *Pombeiro*) ou coutos (*Sober*).

Con respecto á localización da referencia xeográfica orixinal, e de xeito semellante ao que acontecía cos segundos nomes, máis do 79% das formas correspóndese cos actuais concellos de Sober (*Argemill*, *Naçe, Rosende*), Nogueira de Ramuín (*A Penalba, Luytra, Nogueyra*) e Pantón (*O Pontón, Vilamelle*). Pouco máis do 20% das formas localizadas, pois, fai referencia a outros concellos: Coles (*Alban, Neuoade*), O Saviñao (*Abuyme, Marrube*), O Pereiro de Aguiar (*Lamela*), Monforte (*Monforte*) ou Lalín (*Lalin*) (*vid*. Figura 11).

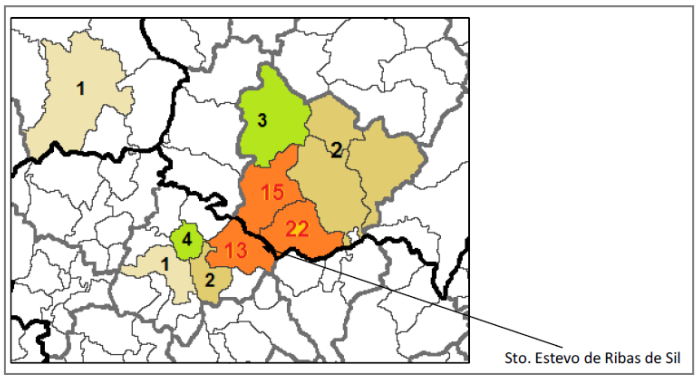


Figura 11. Detoponímicos como terceiros nomes: localización xeográfica dos correspondentes topónimos

3.2 Delexicais

Nas 13 cadeas que presentan como terceiro nome un elemento delexical concorren en total 7 formas diferentes, tres delas xa documentadas no corpus como segunos nomes (*Balugo, Barregán* e *Portuguez, vid.* §2.3), fronte a catro que aparecen por primeira vez (*Bello, Cabeçallo, Forneiro, Moço*). Se atendemos ao tipo de referencia,

constatamos que a grande maioría dos ítems, coa excepción de *Balugo*, son de referencia directa.

Canto á clasificación semántica, é posible establecer catro categorías:

– CARACTERÍSTICAS (FÍSICAS ou de CARÁCTER). Neste grupo figuran dous antropónimos xa documentados como segundos nomes, un de referencia indirecta e outro de referencia directa: *Balugo* e *Barregán*. Ademais inclúese nesta categoría a forma *Cabeçallo*, procedente da voz *cabeza* (Kremer III: §20) e posiblemente empregada en orixe como sobrenome para caracterizar un individuo, ben fisicamente (por ter unha cabeza de gran tamaño) ou ben con relación ao carácter, no sentido de 'testán, teimudo'.

– PROFESIÓN. Unicamente rexistramos a voz *Forneiro*, que se suma ao grupo de formas referidas á ocupación documentadas como segundos nomes.

– PROCEDENCIA. A este grupo pertence a forma *Portuguez*, rexistrada tamén en dúas ocasións como segundo nome.

– IDADE (RELATIVA). A este grupo pertencen dúas formas, *Moço* e *Bello*, que establecen unha xerarquía de idade cando hai dúas cadeas onomásticas coincidentes, posiblemente entre membros da mesma familia:

(19) A*fons*o do Poo*n*bar, o Bello (doc. 79)
vs. Afonso do Poonbar, o Moço (doc. 85).

No copus analizado, esta categoría semántica maniféstase exclusivamente nesta posición. Os elementos rexistrados concorren tanto con segundos nomes delexicais (unha ocorrencia) como detoponímicos (5 ocorrencias), e sempre acompañados do artigo determinado, indicio do seu carácter individualizador:

(20) Gómez da Penalua, o Moço, morador eno d*it*o lugar (doc. 114);
(21) Juan Morleyro, o Moço (142).

4. Transmisión intrafamiliar de segundos e terceiros nomes

4.1 Relacións conxugais

No conxunto de 118 matrimonios documentados na colección, só en nove a parella comparte o segundo nome. A coincidencia atinxe unha forma detoponímica en cinco das nove cadeas (*vid*. exs. 22, 23 e 24), mentres que nas catro restantes se trata dun patronímico (*vid*. exs. 24 e 25):

(22) a vós, P*er*o F*errnande*s de Prados, *e* a vossa moller Eynes de P*r*ados (doc. 73);
(23) a vós, Ar*e*s do Out*eyr*o, *e* a vosa mull*e*r Costanca Rro*drigue*s do Out*eyr*o (doc. 134);
(24) Rrodrigo de Coostela *e* Costa*n*ca de Costela, sua muller (doc. 164);
(25) a uós, P*er*o Lop*es* de Sob*e*r, *e* a uosa moll*e*r Eynes Lop*es* (doc. 2);
(26) damos en foro a vós, Vivia*n* Rro*drigues*, q*ue* soodes presente, *e* a vosa moller Eynes Rro*drigues*, q*ue* he absente (doc. 154).

Cando se trata dunha forma detoponímica, e considerando que en dous destes cinco casos se confirma que o elemento detoponímico se corresponde co topónimo do lugar de residencia da parella[149], así como outros indicios de vinculación entre a asignación do sobrenome detoponímico e o lugar de residencia (*vid.* §2.2), é razoable pensar que no proceso de atribución destas formas non prima tanto o vencello conxugal como a vinculación destas persoas, como individuos, ao lugar onde viven. No que respecta aos patronímicos compartidos, trátase de formas que figuran entre as máis frecuentes (*vid.* §2.1): *Gonçalves*, que ocupa a primeira posición en número de ocorrencias (48), desempeña a función de segundo nome no 5,90% do total das cadeas do corpus; *Rodrigues* (38 tokens) e *Peres* (34 tokens) ocupan o quinto e sexto lugar da lista de frecuencia e representan o 4,66% e 4,17% das cadeas respectivamente; *Lopes*, por último, ocupa con 22 ocorrencias o oitavo lugar en frecuencia (2,70% das cadeas). Tendo en conta estes datos non é posible atribuír a coincidencia de segundos nomes á existencia dun vencello conxugal.

[149] No documento 134 (ex. 23) menciónase que o matrimonio levaba efectivamente, «a jur *e* a maon», o lugar de Outeiro nese momento e no documento 164 (ex. 24) que Rodrigo de Costela e Constanza de Costela «auian tenido *e* touieran en foro del *e* de seus antecesores el lugar de Coostela».

4.2 Relacións de consanguinidade

Para analizar a transmisión dos segundos nomes dentro da familia, teremos en conta as 85 cadeas nas que se nos ofrece información sobre relacións interpersoais de consanguinidade[150]. Estas 85 cadeas remiten, en total, a 50 vínculos, que serán clasificados nas seguintes categorías:

– Paternofiliais (17)
– Maternofiliais (9)
– Fraternos (17)
– Outros (7)

Relacións paternofiliais

Na documentación recóllense 17 casos de relación paternofilial: 12 referidos á relación pai / fillo, cinco referidos á relación pai / filla. Á hora de analizar a pegada antroponímica que supón este tipo de vínculos, teremos en conta esta distinción en función do sexo da descendencia.

En sete dos 12 casos referidos á relación entre pai e fillo, constátase algún reflexo onomástico: nun caso pola presenza dun segundo nome detoponímico común (*vid.* ex. 27), nos seis restantes pola aplicación do procedemento patronímico, isto é, a adxudicación dun segundo nome derivado do nome do proxenitor (*vid.* exs. 28 e 29):

(27) Rrodrygo das Pereyras, fillo de Gom*e*z das Pereyras (doc. 107);
(28) Jua*n* Afonso, [fillo de] Afonso Yanes (doc. 118);
(29) Rroy G*onçalu*es, [fillo de] G*onça*luo de Casanova (doc. 144).

No que respecta aos cinco casos documentados de vínculo entre pai e filla, prodúcese sempre, sen excepción, algún tipo de coincidencia antroponímica: en tres casos pola aplicación do procedemento patronímico (*vid.* exs. 30 e 31), en dous casos a través da asunción do segundo nome paterno, de orixe patronímica (*vid.* ex. 32):

[150] Déixanse a un lado os catro casos nos que a persoa figura nomeada unicamente co nome de pía, por exemplo: «G*onçal*uo de Penalua *e* Gom*e*s, seu fillo» (doc. 22), «en nome da d*i*ta mina muller M*ari*na, sua tia» (doc. 112). Nestes casos non será posible analizar unha posible pegada antroponímica nos segundos e terceiros nomes.

(30) Mayor Rr*odrigu*es, [filla de] Rro*drig*o de Mylla*n* (doc. 93);

(31) T*er*eija G*onçalu*es, [filla de] G*onçaluo* da Perna (docs. 86, 94);

(32) Ynes Gomez, [filla de] P*er*o Gomez de Casanoba (doc. 101).

Táboa 4. Relacións paternofiliais: coincidencias antroponímicas

	Patronímico				
	Produtivo	**Común**	**Detop**	**Delex**	**∑ (%)**
Pai / Fillo (12)	6	-	1	-	7 (58%)
Pai / Filla (5)	3	2	-	-	5 (100%)
∑ (17)	**9**	**2**	**1**	**-**	**12 (70%)**

Relacións maternofiliais

Na fonte analizada documéntanse nove casos de vínculos maternofiliais, en dous dos cales hai algún tipo de coincidencia antroponímica (*vid*. táboa 5): nun deles, referido á relación nai / fillo, a través dun segundo nome detoponímico común (*vid*. ex. 33); no outro, relativo á relación nai / filla, a través dun segundo nome patronímico común (*vid.* ex. 34):

(33) Jua*n* de Nouoa, fillo de Leonor de Nouoa (doc. 105);

(34) Beat*r*is Afonso, filla de Eyn*e*s Afonso (doc. 121).

Táboa 5. Relacións maternofiliais: coincidencias antroponímicas

	Patronímico				
	Produtivo	**Común**	**Detop**	**Delex**	**∑ (%)**
Nai / Fillo (5)	-	-	1	-	1 (20%)
Nai / Filla (4)	-	1	-	-	1 (25%)
∑ (9)	**-**	**1**	**1**	**-**	**2 (22,22%)**

É importante mencionar que en ningún destes dous rexistros o segundo nome transmitido coincide co do home e a súa transmisión, polo tanto, non pode serlle atribuída ao pai. Con todo, estes poucos datos non permiten confirmar a posible influencia da nai na atribución do segundo nome: nun caso trátase dun patronímico

moi frecuente (*Afonso*) e na outra trátase dun detoponímico que podería estar facendo referencia ao lugar de residencia familiar.

Relacións fraternas

Na documentación rexístranse 15 vínculos fraternos, que atinxen un total de 19 persoas. En tres destes 15 vínculos as cadeas correspondentes presentan algún elemento común, ben detoponímico ou ben delexical (*vid.* táboa 6):

Táboa 6. Relacións fraternas: coincidencias antroponímicas

	Patron	**Detop**	**Delex**	**∑ (%)**
Irmáns (15)	-	1	2	3 (20%)

En dous casos, compártese o segundo nome:

(35) Fern*an* Pantrigo *e* Alu*ar*o Pantrigo *e* Rrodrigo de Fondo de Vila, todos tres yrmaaos (doc. 145);
(36) de Gomez d'Outeyro *e* de Goncaluo d'Outeyro, seu yrmaao (ib.).

No terceiro caso, o segundo nome dun irmán concorre como terceiro do outro:

(37) Jua*n* G*onçalu*es Barregan [...] *e* G*onçal*uo Barrega*n*, seu yrmaao (doc. 157).

Outros tipos de relación de consanguinidade

As restantes relacións de consanguinidade rexistradas, sempre relativas a individuos varóns, son as de tío / sobriño (4 casos) e avó / neto (2 casos). Con respecto ás primeiras, non se rexistrou ningún tipo de reflexo onomástico; con respecto as relacións avó / neto, prodúcese nun caso, dos dous documentados, unha coincidencia completa, que atinxe tanto o primeiro nome coma o segundo:

(38) Afonso de Bertelo [neto de Afonso de Bertelo] (137).

Por último, prodúcese aínda unha coincidencia onomástica entre dous parentes cuxa relación de consanguinidade non se especifica:

(39) Diego Pernas, familiar de Afonso Pernas (doc. 132).

Táboa 7. Outras relacións de consanguinidade: coincidencias antroponímicas

	Patron	**Detop**	**Delex**	∑
Tío / Sobriño (4)				0
Avó / Neto (2)	1			1
Familiar (1)			1	1

5. Conclusións

Co obxectivo de contribuír ao estudo da configuración, funcionamento e evolución do sistema antroponímico, a presente exposición centrouse nos segundos nomes documentados dunha comunidade concreta ao longo do século XV. A análise dos documentos permítenos apuntar algúns aspectos relevantes.

Para comezar, obsérvanse tendencias diverxentes en función do xénero no que respecta ao tipo de segundo nome adxudicado, tanto en termos absolutos como en perspectiva diacrónica. No grupo das mulleres, non se observa grande evolución temporal e o uso de patronímicos como segundo nome é claramente dominante durante todo o período[151]. No grupo dos homes, no entanto, os documentos reflicten certa evolución cronolóxica en canto ao tipo de segundo nome: prodúcese un incremento do uso de formas detoponímicas en detrimento das patronímicas, xa en lixeira minoría nos documentos posteriores a 1435.

No que respecta á transmisión familiar, malia que os datos recollidos non son numerosos, a análise permite facer algunhas observacións. Para empezar, as relacións paternofiliais si parecen determinar ata certo punto a adxudicación do segundo nome, posto que existen coincidencias onomásticas nun 70% dos casos rexistrados na colección. Estas coincidencias rexístranse no 100% dos casos cando se trata dunha filla e no 58% dos casos cando se trata dun fillo. Os tipos de procedementos que revelan a

[151] Con todo, é pertinente lembrar que o escaso número de cadeas referidas ao colectivo feminino fai que neste grupo o índice de representatividade dos datos estatísticos sexa máis baixo.

coincidencia son dous: 1) a herdanza do mesmo segundo patronímico ou detoponímico (nunca delexical) e 2) a adxudicación dun patronímico derivado do nome do pai. Este último procedemento reflíctese en 9 dos 17 casos rexistrados de relación paternofilial, o que supón unha porcentaxe aproximada do 53% e dá conta da vixencia do patronímico como recurso produtivo, polo menos na primeira metade do século. Presentan tamén certa incidencia na estrutura onomástica as relacións fraternas, aínda que de xeito pouco notable: os casos de coincidencia onomástica representan só un 20% dos casos rexistrados. Precisamente é nas relacións fraternas onde se acusan dous dos tres únicos casos de transmisión do nome delexical; o terceiro caso documéntase con respecto a unha relación de parentesco indeterminado.

No que respecta aos terceiros nomes, o 91% dos casos rexistrados implica secuencias nas que o segundo nome é un patronímico, sendo o modelo trimembre dominante aquel que presenta a combinación «patronímico + detoponímico». A análise de conxunto permite constatar, con todo, algunhas restricións que afectan a terceira posición:

– O terceiro nome que funciona como acompañante do patronímico pode ser detoponímico ou delexical, sendo a primeira posibilidade claramente preferente.

– As formas delexicais poden acompañar, ademais de patronímicos, formas detoponímicas e delexicais, mais unicamente cando fan referencia á idade relativa (*mozo, vello*).

En xeral, son diversos os datos que apuntan a un sistema onomástico cun segundo nome aínda fortemente individualizador. No que respecta aos patronímicos, constátase a súa produtividade: polo menos ata ben avanzado o século, o nome do proxenitor segue funcionando como base para a formación do segundo nome. No que respecta aos detoponímicos, diferentes indicadores mostran a correspondencia entre a forma detoponímica e o lugar de residencia do individuo:

– o uso maioritario da preposición *de* (máis do 90% das ocorrencias);

– a coincidencia do segundo nome detoponímico e o lugar de residencia do individuo;

– o predominio de elementos detoponímicos que se corresponden con pequenos núcleos de poboación próximos ao mosteiro;

– e o feito de que os núcleos de poboación afastados que se rexistran como detoponímicos sexan tendencialmente os de maior entidade.

No que atinxe os segundos nomes delexicais, constátase a flexión de xénero cando son aplicados a mulleres e sempre que a morfoloxía da voz o permite.

Para poder confirmar ou desmentir estas tendencias, sería preciso analizar outras coleccións documentais do mesmo período. Nelas estarán, de seguro, as chaves que permitirán botar máis luz sobre o funcionamento e evolución do sistema antroponímico galego.

Referencias bibliográficas

Obras de consulta

Boullón Agrelo, Ana Isabel. 1999. *Antroponimia medieval galega (séculos VIII-XII).*Tübingen: Max Niemeyer.

Boullón Agrelo, Ana Isabel. 2007. «Aproximación á configuración lingüística dos apelidos en Galicia». *Verba* 34: 285–309.

Kremer, Dieter. 1970-82. «Bemerkungen zu den mittelalterlichen hispanischen cognomina». *APK* 10 (1970): 123–183; 11 (1971): 139–187; 12 (1972/73): 101–188; 13 (1975): 157–221; 14 (1976/77): 191–298; 16 (1980): 117–205; 17 (1981/82): 47–156.

Lorenzo, Ramón. 1977. *La traducción gallega de la* Crónica General *y de la* Crónica de Castilla. Vol. II (Glosario). Ourense: Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijóo.

Piel, Joseph M. e Dieter Kremer. 1976. *Hispano-gotisches Namenbuch*. Heidelberg: Carl Winter.

Rivas Quintas, Eligio. 1991. *Onomástica persoal do noroeste hispano*. Lugo: Alvarellos.

Recursos en rede

DDG = Santamarina, Antón. 2006-2013. *Dicionario de dicionarios*. http://sli.uvigo.es/ddd/index.html, 01.07.2017.

DDGM = González Seoane, Ernesto, María Álvarez de la Granja e Ana Isabel Boullón Agrelo. 2006-2012. *Dicionario de dicionarios do galego medieval.* http://sli.uvigo.es/DDGM/index.html, 01.07.2017.

TMILG = Varela Barreiro, Xavier (dir.). 2004-. *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. http://ilg.usc.es/tmilg, 18.06.2017.

Toponimia de Galicia. http://toponimia.xunta.es/gl/Buscador, 11.11.2017.

12. Análise dialetométrica do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil: variação lexical

Fernando Brissos[152]

Centro de Linguística, Universidade de Lisboa

João Saramago

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Prosseguindo os vários estudos dialetométricos que têm sido feitos recentemente no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa sobre variedades do português europeu, expandimos neste artigo o campo de ação para o português brasileiro, mais especificamente para o primeiro atlas linguístico que compreendeu mais de um estado do Brasil (no caso, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Procedemos à dialetometrização desse atlas na sua componente lexical, executando a análise em dois vetores: descrição dos padrões de variação lexicais em toda a Região Sul do Brasil; comparação lexical das variedades da região com as variedades padrão do português brasileiro e europeu.

Palavras-chave: dialetologia brasileira, dialetometria, variação lexical, português padrão europeu e brasileiro, *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*.

1. Introdução: o Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil

Até ao aparecimento do projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS) era o único atlas brasileiro que abrangia mais do que um estado; neste caso, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, situados no extremo sul do território brasileiro.[153] Veja-se a esse respeito o mapa 1, onde estão destacados os três estados no mapa dialetal de Antenor Nascentes, que, apesar das suas muitas décadas, representa ainda hoje a proposta de

[152] Financiado pela Bolsa de Pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência SFRH/BPD/78479/2011.

[153] Os atlas linguísticos anteriores ao ALERS são: *Atlas prévio dos falares baianos* (Rossi *et al.* 1963); *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais* (Zagari *et al.* 1977); *Atlas linguístico da Paraíba* (Aragão *et al.* 1984); *Atlas linguístico de Sergipe* (Rossi *et al.* 1987) e *Atlas linguístico do Paraná* (Aguilera 1994).

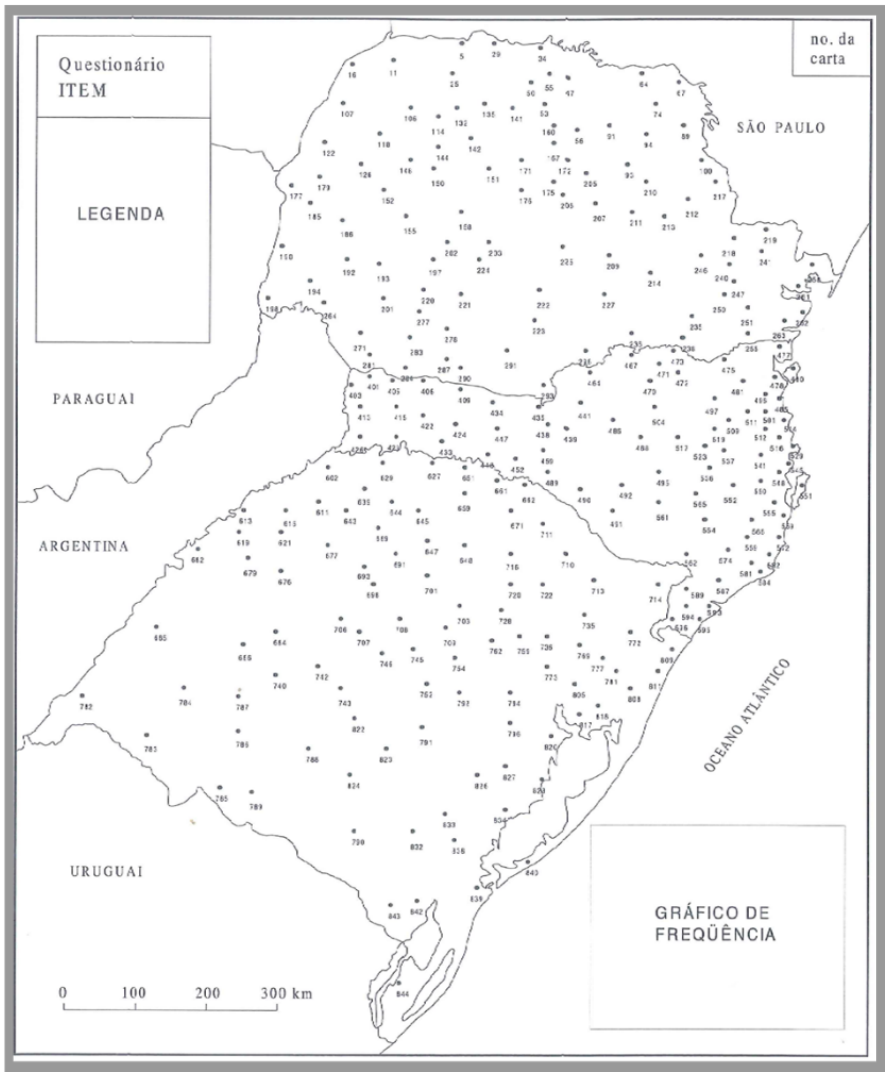
referência para a classificação dialetal do português do Brasil. Para o presente estudo, o aspeto crucial a retirar desse mapa é o de a Região Sul do Brasil (RGS) não formar um grupo próprio, i.e. ser uma parte não distinta do «subfalar» *sulista*.

Mapa 1. Região Sul do Brasil no contexto dialetal de Antenor Nascentes (1953)
(Adaptado de ALERS 2002a: 47)

A esta caracterização não será alheia a história multifacetada, cruzada por movimentos populacionais de incidência exterior, que a região tem tido. Com efeito, já nos primórdios da entrada dos europeus no *Novo Mundo* a RGS sofreu convulsões político-militares significativas, devido aos frequentes confrontos entre portugueses e espanhóis pela posse do território. Mais tarde, a adoção de uma «política de povoamento» provoca a «chegada de casais açorianos à ilha de Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul (1748-1756)» e a vinda do «novo imigrante europeu – em particular, o alemão» (ALERS 2002a: 14) acompanhada, posteriormente, pela de italianos e eslavos. O caso do Paraná, sobretudo da sua região norte, é particular, na

medida em que, a partir da década de 1920, o estabelecimento de duas grandes empresas japonesas permite uma importante imigração nipónica; tal facto levou, também, à implantação da cultura do algodão (ALERS 2002a: 15).

O ALERS assenta numa rede de pontos de inquérito densa, composta por 275 pontos rurais — 100 no Paraná, 80 em Santa Catarina e 95 no Rio Grande do Sul — e 19 pontos urbanos — 6 no Paraná, 7 em Santa Catarina e 6 no Rio Grande do Sul[154]. Pode ver-se a representação cartográfica da rede do ALERS no mapa 2.



Mapa 2. Rede de pontos do ALERS (mapa-base)
(Retirado de ALERS 2002a: 50)

[154] Os dados recolhidos nas áreas urbanas ainda estão inéditos. Note-se por outro lado que a rede do ALiB para todo o país tem também 275 pontos de inquérito, o que mostra indiretamente a boa densidade pontual da rede do ALERS.

O material do ALERS foi obtido através da aplicação de três questionários: um semântico-lexical, composto por 644 conceitos; um fonético-fonológico, com 50 perguntas; e um morfossintático, com 18 perguntas, a que há que acrescentar 12 questões específicas para o Paraná, 25 para Santa Catarina e 40 para o Rio Grande do Sul. Nota-se em qualquer caso, de acordo com os atlas linguístico-etnográficos clássicos, uma primazia do estudo do léxico, «confluência de língua e cultura» (ALERS 2011: 17). No presente trabalho utilizamos o questionário semântico-lexical, que abrange os seguintes campos semânticos: *Acidentes geográficos* (41 questões), *Fenómenos atmosféricos* (27), *Astros e tempo* (27), *Sistemas de pesos e medidas* (13), *Flora* (25), *Atividades agro-pastoris* (67), *Fauna* (25), *Corpo humano* (140), *Cultura e convívio* (51), *Ciclos da vida* (75), *Religião e crenças* (21), *Festas e divertimentos* (48), *Habitação* (27), *Alimentação e cozinha* (24), *Vestuário* (33)[155].

Os informantes do ALERS apresentam o perfil comum dos informantes da geografia linguística tradicional: falantes naturais das localidades inquiridas, com deslocações mínimas para outros locais, rurais, não-escolarizados, tipicamente homens, idosos ou de meia-idade (no ALERS, entre os 35 e os 65 anos de idade). Foi utilizado normalmente um informante (acompanhado frequentemente do cônjuge) por ponto de inquérito.

Os dados do ALERS foram recolhidos entre o fim dos anos 1980' e os meados dos 1990', mas as publicações são já deste século: os volumes I – *Introdução* e II – *Cartas Fonéticas e Morfossintáticas* remontam a 2002, e em 2011 é editado o último volume, *Cartas Semântico-Lexicais*. Este volume, que serviu de base para o presente estudo, contém 374 mapas de respostas e ainda, em anexo, 84 quadros de «Variantes para Análises Linguísticas Suplementares», alguns dos quais também aqui utilizados.

2. Metodologia da análise dialetométrica

A análise dos dados do ALERS aqui levada a cabo insere-se num programa mais vasto de análise dialetométrica de áreas dialetais da língua portuguesa a partir de atlas linguísticos, que até agora produziu dados sobre o centro-sul português (Brissos 2015, Brissos 2016) e os arquipélagos dos Açores (Brissos, Gillier e Saramago 2017) e da

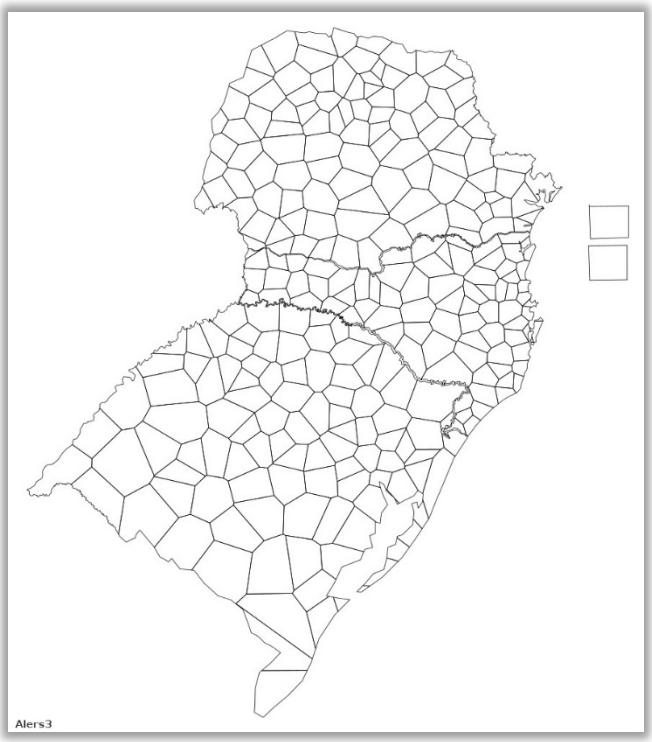
[155] Algumas das questões, por estarem relacionadas com mais de um conceito, podem ter 2, 3 ou mais perguntas. Exemplo: «Como o agricultor mede a sua colheita? a) de grãos; b) de frutas; c) de cebolas?».

Madeira (Brissos, Gillier e Saramago 2016). O desenvolvimento deste programa foi motivado por três razões fundamentais: (i) a dialetometria é o ramo da dialetologia especializado na análise de atlas linguísticos, tendo surgido, nos anos 1970', precisamente como ferramenta de aproveitamento e interpretação do enorme volume de dados que os atlas linguísticos proporcionam (vejam-se Goebl 1984 e Ferreira *et al.* 1996: 488–490 e, como exemplos de aplicação ao português da dialetometria na sua fase inicial, Vitorino 1987 e Saramago 1992); (ii) aproveitamento esse que pode ser feito de forma eficaz devido à metodologia de base *métrica* e quantitativa que a dialetometria sempre adotou[156]. Para além disso, (iii) no caso do português europeu e do brasileiro, como no da maioria das línguas, a abordagem dialetométrica tem ainda uma tradição muito reduzida.

Seguiremos aqui, do mesmo modo que nos estudos respeitantes ao português europeu referidos acima, os princípios teórico-metodológicos já muito bem testados da Escola Dialetométrica de Salzburgo (e.g. Goebl 1984, Goebl 2010a, Goebl 2016), tal como concretizados no *software* Diatech (Aurrekoetxea *et al.* 2013; veja-se também o *link* do *software* na lista de referências colocada no final deste artigo).

A presente análise compreende os 275 pontos de inquérito rurais do ALERS, acrescidos de dois pontos *artificiais*: um respeitante ao português padrão europeu e outro ao português padrão brasileiro, de modo a permitir comparações *extra-dialetais* e a extração de nexos históricos relevantes. Veja-se a representação-base da análise no mapa 3.

[156] Em termos genéricos, a dialetometria pode ser definida como uma abordagem quantitativa ao estudo dos dialetos com um enfoque na métrica, i.e. na mensuração dos fenómenos de variação dialetal por meio de procedimentos exatos e totalmente comparáveis, os quais importa da classificação numérica ou taxonómica. Aplica cálculos matemático-estatísticos elaborados à matriz de dados obtida a partir dos procedimentos referidos e representa cartograficamente (*espacializa*) os resultados desses cálculos, cabendo ao linguista, com a liberdade que a estatística confere, a tarefa final de interpretação do quadro geolinguístico que tem à frente.



Mapa 3. Representação-base da análise dialetométrica do ALERS

São representados com poligonação de Voronoi todos os pontos de inquérito rurais do ALERS, acrescidos de dois pontos, localizados artificialmente no mar (os dois quadrados do lado direito do mapa), que correspondem às variedades padrão do português europeu (em baixo) e do português brasileiro (em cima). Os limites dos três estados da Região Sul do Brasil são colocados em destaque.

Utilizámos as respostas lexicais obtidas para 100 conceitos, que, distribuídos por campos semânticos, são os seguintes: *Acidentes geográficos* – banhado, barragem, cachoeira, margem do rio, monte, planície, pinguela, poça de água, riacho; *Fenómenos atmosféricos* – redemoinho de vento, relâmpago, temporal, arco-íris, céu carregado, chuva de pedra, garoa, nevoeiro, orvalho, raio, trovão; *Astros e tempo* – nascer (do sol), pôr (do sol); *Sistemas de pesos e medidas* – leve; *Flora* – bergamota, fruta estragada; *Atividades agro-pastoris* – capinar, castrar, corda para amarrar animal doméstico, cova (no plantio), cria da égua, cria da porca, cria da vaca, debulhar, desembarcar, felpa (de madeira), fêmea para dar cria, fêmea do cavalo, galpão, mangual, máquina de plantar, mutirão, ordenhar, panícula do milho, picada (caminho), porco reprodutor, soca (arroz), torrão de terra, tirar o couro, tora, trilha, úbere; *Fauna*

– carreiro de formigas; *Corpo humano* – cabelo do negro, calcanhar, canhoto, cérebro, cicatriz, cócegas, coqueluche, costas, costeleta, dente estragado, face, garganta, icterícia, polegar, seios, vermes, vomitar; *Cultura e convívio* – formas de despedida à noite, formas de despedida pela manhã, mulato, negro, pessoa sovina, pontapé, rasteira, procurar; *Ciclos da vida*: – amamentar, amasiado, dar à luz, defunto, filho adotivo, filho mais moço, jazigo, menino, menina, rompimento do noivado, sepultura, tocaio; *Religião e crenças* – diabo, fantasma; *Festas e divertimentos* – bolinha de gude, domar; *Habitação* – moirão, portão do pátio; *Alimentação e cozinha* – aguardente, bêbado, bodega, cigarro de palha, toco de cigarro.

São utilizados apenas 100 conceitos pela razão de que nenhum conceito obteve resposta em todos os pontos de inquérito do ALERS (ou seja, todos os conceitos têm pelo menos uma resposta nula); sendo assim, balizámo-nos pelo limite mínimo tradicional da dialetometria (100), utilizando apenas conceitos com pelo menos 91% de respostas no total dos pontos de inquérito[157]. Foram excluídos da análise os conceitos mononímicos (uma vez que não permitem a distinção de áreas dialetais), sendo que o critério seguido para a diferenciação das respostas foi o etimológico, pois procedemos a uma análise de base lexical (assim, p. ex., as duas formas *cão* e *cãozinho* representam apenas uma resposta).

3. Resultados

3.1. As questões mais relevantes que ressaltam do *corpus* utilizado neste trabalho concentram-se em torno de dois tópicos:

[157] Registo da quantidade de respostas nulas nos dados: com 1 resposta em falta nas 275 localidades do ALERS, ou seja, um ponto de inquérito em que não foi registada resposta (= 0,36% do total de localidades) – 1 conceito; 2 respostas em falta (0,72%) – 5 conceitos; 3 respostas em falta (1,09%) – 5 conceitos; 4 respostas em falta (1,45%) – 6 conceitos; 5 respostas em falta (1,82%) – 6 conceitos; 6 respostas em falta (2,18%) – 8 conceitos; 7 respostas em falta (2,55%) – 8 conceitos; 8 respostas em falta (2,91%) – 13 conceitos; 9 respostas em falta (3,27%) – 12 conceitos; 10 respostas em falta (3,64%) – 10 conceitos; 11 respostas em falta (4%) – 4 conceitos; 12 respostas em falta (4,36%) – 7 conceitos; 13 respostas em falta (4,73%) – 4 conceitos; 14 respostas em falta (5,09%) – 3 conceitos; 15 respostas em falta (5,45%) – 1 conceito; 16 respostas em falta (5,82%) – 2 conceitos; 17 respostas em falta (6,18%) – 2 conceitos; 18 respostas em falta (6,55%) – 1 conceito; 20 respostas em falta (7,27%) – 1 conceito; 24 respostas em falta (8,73%) – 1 conceito. Há portanto um total de 861 respostas em falta, o que representa uma percentagem marginal do total dos nossos dados; tendo em conta os dados do português padrão europeu e do português padrão brasileiro, em que, naturalmente, não foram adotadas respostas em falta, temos um total de 27700 formas na matriz de dados (277 pontos de inquérito X 100 conceitos), das quais apenas 3,11% (861) são respostas nulas.

– Quais são os principais agrupamentos dialetais da Região Sul do Brasil? Existe *overlapping* entre estados? Existem personalidades dialetais bem definidas geograficamente?

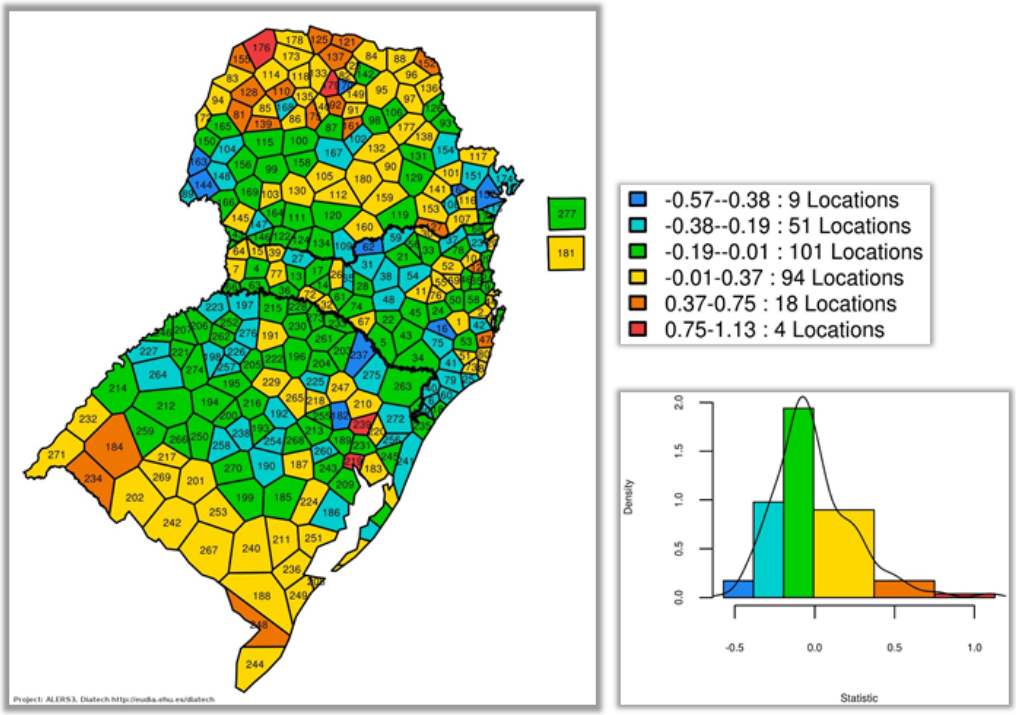
– Quais as relações de proximidade com o português europeu padrão (PPE) e o português brasileiro padrão (PPB)? O primeiro destaca-se marcadamente do conjunto? O segundo integra-se perfeitamente no conjunto?

Na análise que se segue procuramos fornecer um quadro da organização dialetal da RSB, com particular atenção às questões referidas. Mobilizaremos para tal os mesmos parâmetros que temos utilizado na análise de dados do português europeu (Brissos, Gillier & Saramago 2016, Brissos 2016, Brissos, Gillier & Saramago 2017), onde se podem ver explicações técnicas adicionais sobre o mecanismo de cada um dos parâmetros. Seguiremos porém, devido à grande falta que ainda existe de estudos dialetométricos para o português, uma perspetiva *didática*, no sentido de mostrar e explorar as várias potencialidades que um trabalho deste tipo proporciona.

3.2. A distribuição de assimetria dos dados, apresentada no mapa 4, permite-nos obter uma primeira visão da variação dialetal na RSB[158]. Podemos verificar que as cores mais frias (representativas de maior integração no panorama geolinguístico tido em consideração) estão localizadas predominantemente fora dos extremos geográficos sul e norte, e que os extremos são ocupados predominantemente por cores quentes (representativas de menor integração no conjunto). O mesmo é dizer que as personalidades dialetais mais vincadas estão localizadas nos cantos norte e sul, o que, *a priori*, não deixa de fazer sentido: trata-se da Região *Sul* do Brasil, em cujo extremo *final*, o extremo sul, o grau de dialetalidade se exponenciará, e em cujo extremo *inicial*, o extremo norte, o contacto com o restante português brasileiro implicará uma perda de dialetalidade sulista – o que também explica o facto de o pico nortenho ser ainda mais distinto do que o do extremo sul, visível pela maior densidade de cores (mais)

[158] Veja-se uma explicação detalhada deste parâmetro dialetométrico em Brissos, Gillier e Saramago 2017: 19. O seu objetivo é dar uma síntese relacional (construída a partir do coeficiente de assimetria de Fischer) dos graus de similaridade dialetal de todos os pontos de inquérito com o conjunto dos outros pontos, partindo do facto de que nem todos têm o mesmo nível de semelhança (ou integração) com esse conjunto (o ponto α pode ser muito destacado, o β não, o γ pode ser destacado mas menos do que α, etc.). Com cores quentes são indicados os pontos menos similares com o conjunto (i.e. os mais destacados) e com cores frias os mais similares.

quentes na região. Entre esses dois picos temos o centro, o *máximo comum* da região, com o entrecruzar das várias correntes de contacto; trata-se de uma área dialetal mais neutra no todo da RSB, e por isso genericamente mais semelhante à média[159].



Mapa 4. Distribuição de assimetria (coeficiente de assimetria de Fisher) da Região Sul do Brasil
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo de visualização: MINMWMAX 6-tuplo

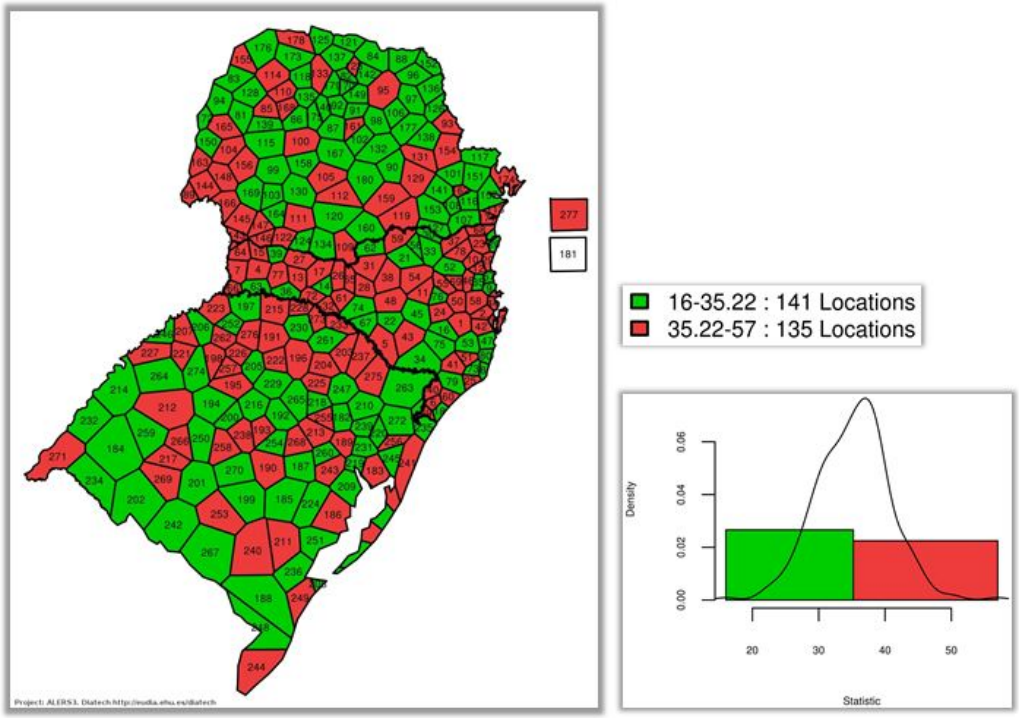
O PPE, por sua vez, está na metade superior da assimetria, com uma cor quente (amarelo), o que, se mostra um (talvez expectável) posicionamento na metade inferior do parentesco dialetal, não deixa de mostrar, apesar de tudo, uma integração razoável no conjunto, pois os valores respetivos estão localizados no raio central da distribuição (i.e. perto da média). Para o PPB pode dizer-se algo parecido, mas com uma diferença: a cor é agora fria, ou seja, a integração com o conjunto está localizada acima da posição média ou central. Em todo o caso, nem (i) o PPB tem um posicionamento neutro (uma cor azul no mapa) no todo da região, o que mostra que não está diretamente dependente

[159] Uma «zone of great linguistic compromise, that is, very strong intermixture with many large-scale attributes (and their areas)», na terminologia de Goebl 2010b: 446. Os picos dialetais, i.e. os extremos norte e sul, serão «zones of little linguistic compromise, that is, with a high percentage of small and middle-scale linguistic attributes (and their areas)» (*ibid.*).

das variedades da RSB, nem (ii) o PPE tem um posicionamento isolado (está menos afastado do conjunto do que vários pontos dos extremos norte e sul), o que mostra uma relação de afinidade interessante. As cartas de similaridade do PPE e do PPB permitem-nos focar nesses pontos específicos.

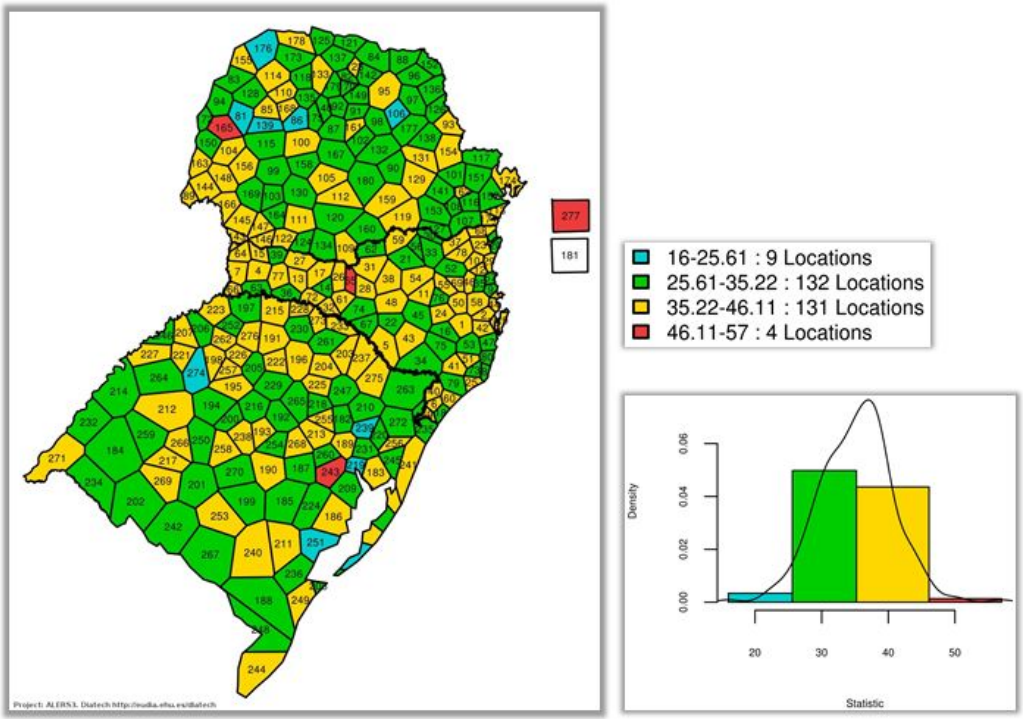
3.3. Os mapas 5-1, 5-2 e 5-3 apresentam a carta de similaridade do PPE[160]; o mapa 5-1 representa apenas dois escalões de similaridade (um acima e outro abaixo da média), o mapa 5-2 quatro escalões (dois por dois) e o mapa 5-3 seis escalões (três por três). Uma análise comparativa dos mapas deixa evidente o já referido carácter não isolado ou destacado da variedade no todo da RSB, podendo observar-se uma densidade elevada de relações de similaridade perto da média (confira-se o histograma, com uma curva de tendência marcadamente central); tomando em consideração o mapa 5-3, i.e. o mapa que fraciona no maior número de escalões a hierarquia das relações de similaridade, são, com efeito, poucos os valores extremos (azul escuro ou vermelho). Um deles, contudo, é significativo: o PPB, que se configura como um *best friend*, na terminologia de Salzburgo, do PPE; poderemos dizer que as variedades cultas, conservadoras que são, preservam afinidades históricas importantes. Os outros dois pontos discriminados a vermelho estão dispersos, tal como estão, em geral, os níveis de parentesco (as cores no mapa) do PPE; apenas podemos ver uma menor afinidade da zona norte e uma ligeira supremacia da zona central da RSB.

[160] A carta de similaridade é o parâmetro-base da dialetometria de Salzburgo. Segue um procedimento simples: compara um dado ponto de inquérito (representado no mapa com a cor branca) com os restantes pontos, cujas relações de similaridade linguística com o primeiro hierarquiza. Os pontos mais similares são representados no mapa com cores quentes e os menos similares com cores frias, sendo que quanto mais quente for a cor, mais similar é o ponto em questão com o ponto comparado, e quanto mais fria for a cor, menos similar é.



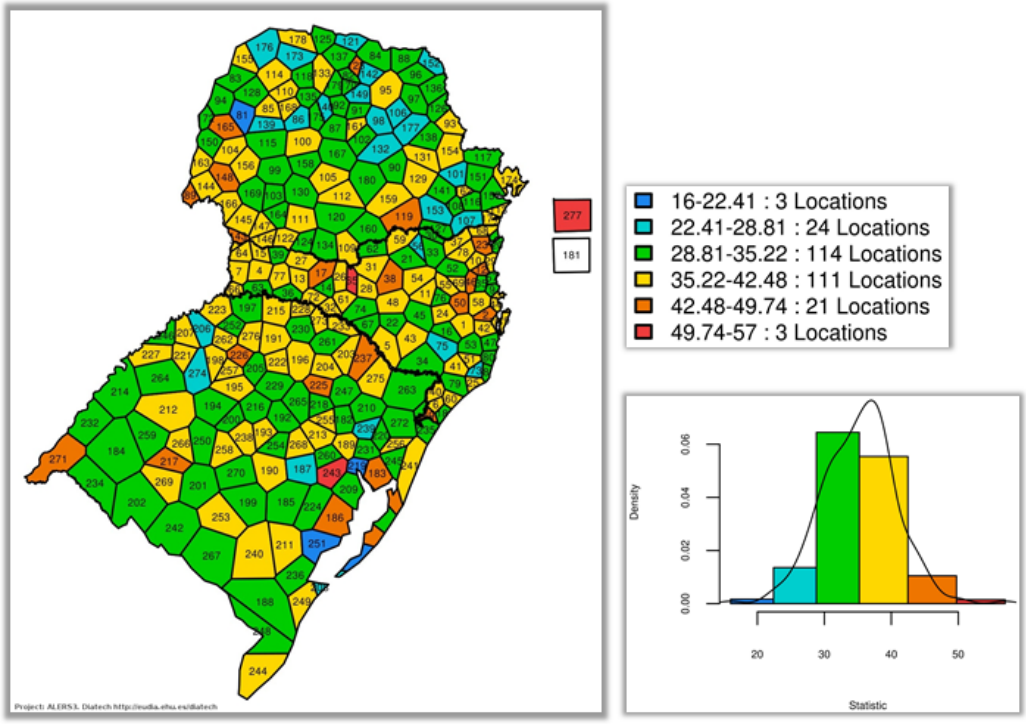
Mapa 5-1. Carta de similaridade do português padrão europeu

Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo de visualização: MINMWMAX 2-tuplo



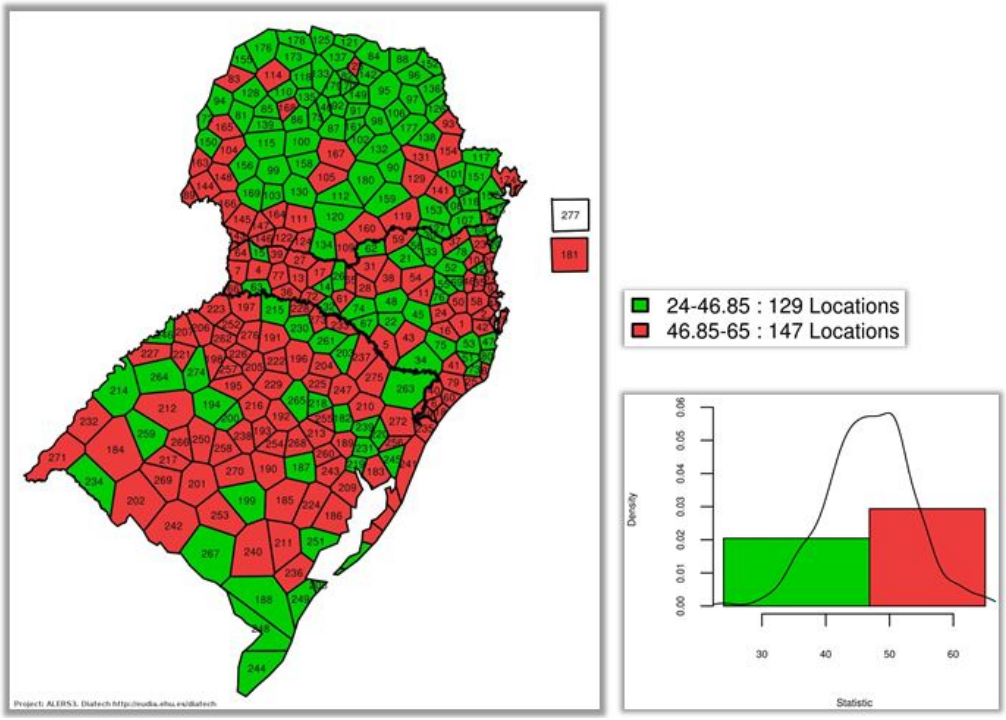
Mapa 5-2. Carta de similaridade do português padrão europeu

Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo de visualização: MINMWMAX 2-tuplo

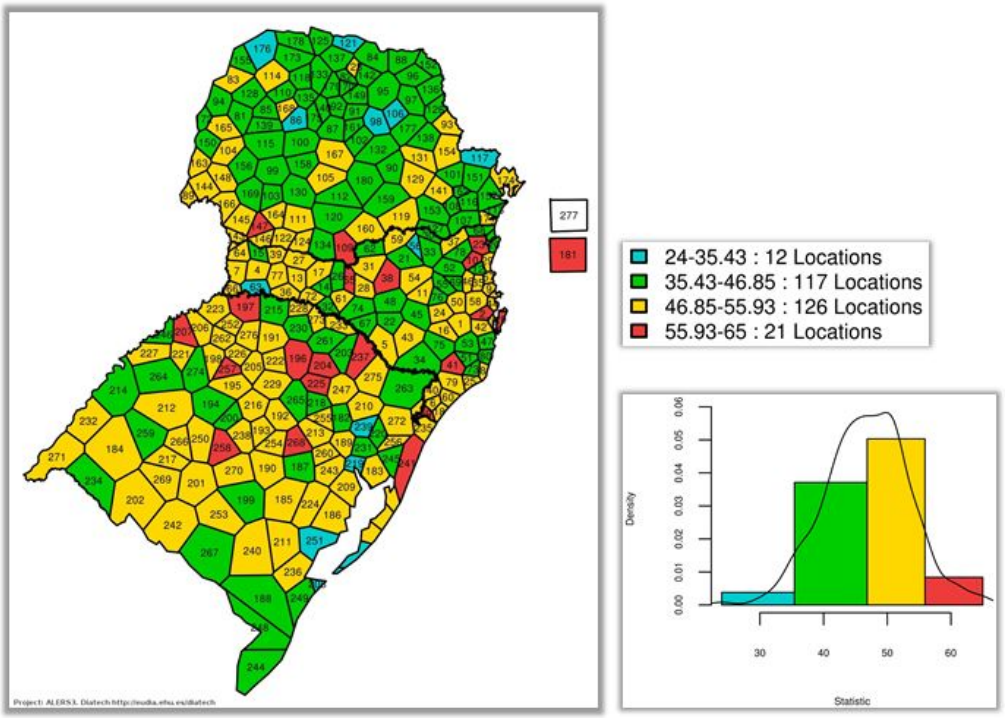


Mapa 5-3. Carta de similaridade do português padrão europeu
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo de visualização: MINMWMAX 6-tuplo

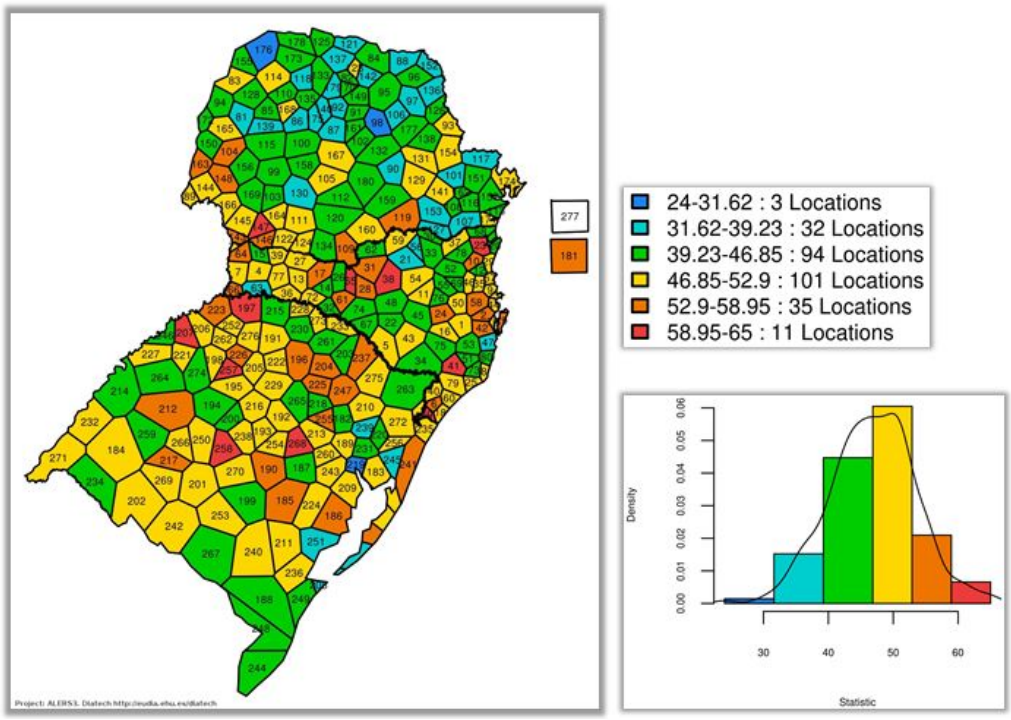
Os dados do PPB têm um perfil diferente. Aqui, um breve percurso visual pelos mapas 6-1, 6-2 e 6-3, que representam a carta de similaridade dessa variedade, deixa bem patente uma afinidade maior com o centro-sul da RSB — sobretudo Santa Catarina e os dois terços superiores do Rio Grande do Sul, o que faz sentido à luz dos picos dialetais que vimos na distribuição de assimetria. Por outro lado, a distribuição da similaridade do PPB está, semelhantemente ao PPE, centrada na média, embora, em sentido contrário a essa variedade, com uma ligeira assimetria à direita, i.e. mais pontos acima do que abaixo da média; o mesmo é dizer que o PPB é um pouco mais integrado no todo da RSB do que o PPE, o que seria de esperar. Em todo o caso, essa distribuição mostra que, sendo o PPB um ponto bem integrado no conjunto (o que não pode surpreender), não é contudo um *máximo comum* da região, o que, por sua vez, deixa ver que a RSB contém dialetos bem distintos.



Mapa 6-1. Carta de similaridade do português padrão brasileiro
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo de visualização: MINMWMAX 2-tuplo



Mapa 6-2. Carta de similaridade do português padrão brasileiro
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo de visualização: MINMWMAX 4-tuplo



Mapa 6-3. Carta de similaridade do português padrão brasileiro
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo de visualização: MINMWMAX 6-tuplo

Outro aspeto semelhante entre PPB e PPE é a relação com a outra variedade nacional: se o PPB é para o PPE, como vimos, um *best friend*, o PPB retribui a amizade e apresenta um elevado grau de afinidade com o mesmo. Não é, contudo, uma relação de reciprocidade total, pois na divisão em seis escalões (mapa 6-3) o PPE já não figura no escalão mais elevado de parentesco com o PPB (o escalão vermelho), ao contrário do que sucede com o PPB no mapa 5-3.

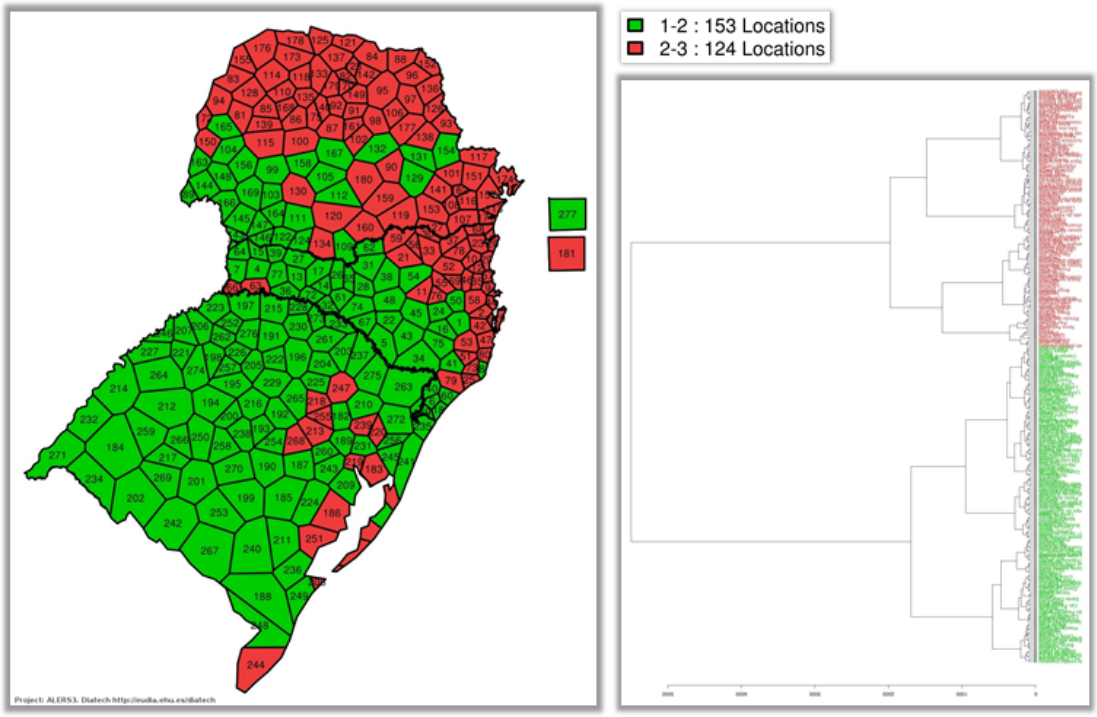
Veremos a seguir que o PPB e o PPE, apesar de terem comportamentos consideravelmente semelhantes e preservarem importantes afinidades históricas, não fazem parte de um mesmo grupo dialetal.

3.4. A análise dendrográfica (ou análise *cluster*) permite-nos saltar do quadro micro que acabámos de analisar para a visão macro final, pois tem como objetivo definir os principais *clusters* da matriz de dados utilizada — no caso presente, os principais

agrupamentos dialetais da RSB[161]. Veremos essa análise nos mapas numerados de 7-1 a 7-7.

O mapa 7-1, que representa a segmentação mínima da árvore (2 *clusters*), mostra-nos, desde logo, PPE e PPB em agrupamentos dialetais separados; como já se referiu, não são o parentesco histórico nem o posicionamento semelhante na escala de variação vertical (conservadorismo linguístico) que impedem o desenvolvimento de variedades normativas bem distintas em ambos os países. Por outro lado, nem o PPE nem o PPB formam *clusters* específicos no *corpus*, o que vai ao encontro da constatação já feita de que ambas as variedades se integram razoavelmente na paisagem dialetal da RSB. Estes dois factos — pertença a *clusters* dialetais diferentes e integração no panorama da RSB — representam talvez o estádio em que a relação entre português europeu e brasileiro se encontra: há afinidade evidente, há intercomunicabilidade, há uma relação histórica bem preservada, mas verifica-se uma deriva de afastamento que, vista à luz da linguística histórica, é bem previsível. Sabemos que as línguas sofrem inevitavelmente evoluções com o decurso do tempo; e verificamos que o português se expandiu e muda e fragmenta condicionado pelo local em que é falado e escrito, tal como o latim antes ao dar origem ao português e restantes línguas novilatinas (e assim sucessivamente). A evolução genética continuará o seu curso gerando novas identidades — ou personalidades — dialetais/linguísticas.

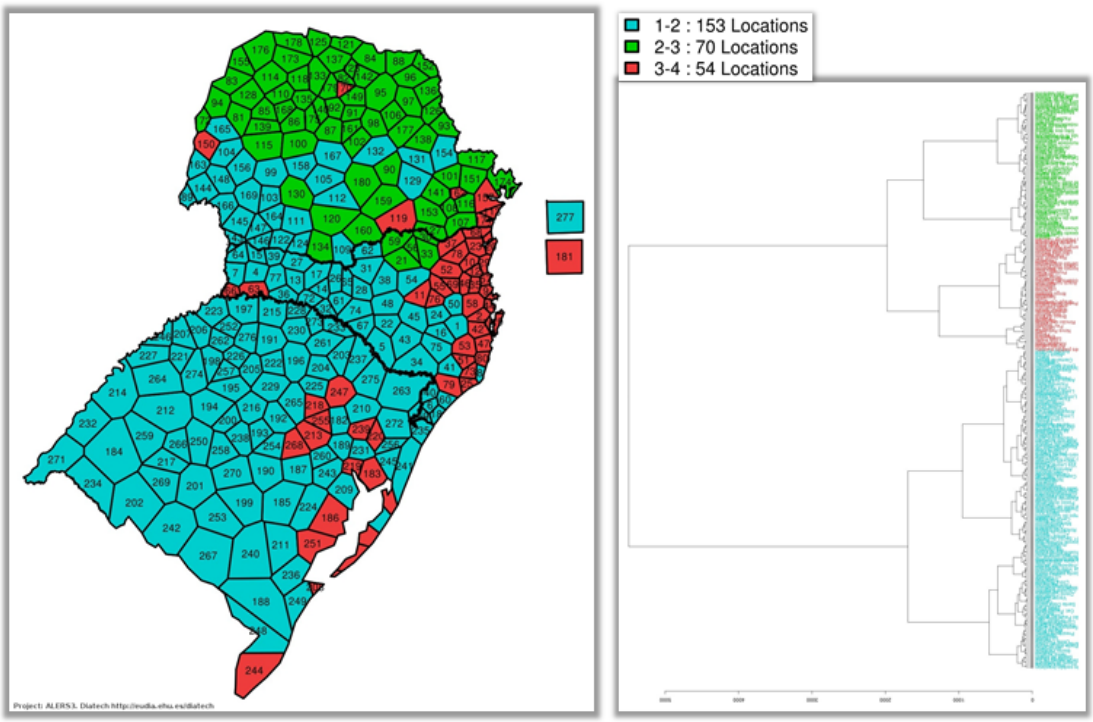
[161] O procedimento é relativamente simples: aplicamos um algoritmo hierárquico-aglomerativo à matriz de dados, que fica então segmentada numa árvore (o dendrograma, do grego *déndron,-ou* 'árvore' + *grámma*, *-atos* 'registo, lista, desenho') em que a homogeneidade desce da raiz até aos ramos. A essa árvore são aplicadas linhas de corte do número de grupos (ou *clusters*) que pretendemos ver no mapa (que é, por isso, uma mera espacialização da árvore); se pretendermos visualizar 2 *clusters*, segmentamos a árvore no ponto em que conta com apenas dois *clusters* (ou seja, ramos), e assim sucessivamente. Ao longo deste processo a árvore mantém-se a mesma; apenas varia o número de *clusters* representados no mapa: 2, 3, 4, até ao número máximo de *clusters* permitidos pelo *corpus* utilizado (no nosso caso, 276 *clusters*, pois temos 277 pontos de inquérito).



Mapa 7-1. Análise dendrográfica da Região Sul do Brasil
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 2

Numa análise genérica do mapa, podemos verificar que os dois *clusters* abrangem áreas relativamente compactas. Embora o *cluster* vermelho tenha alguma dispersão, concentra-se no norte e leste da RSB (norte do Paraná e leste de Santa Catarina), e o *cluster* verde estende-se por todo o restante território, configurando-se como o principal agrupamento macro da região. Não deixa de facto de fazer sentido que a maior identidade dialetal da RSB esteja localizada na sua parte sul.

O mapa 7-2 é, por definição, o ideal para responder a uma das questões que colocámos no início desta análise: se existe ou não *overlapping* significativo entre os três estados da RSB, ou seja, se cada estado tem uma forte identidade dialetal. E podemos constatar, muito claramente, que os estados não são dialetos na RSB. Temos um *cluster* (verde) concentrado no norte do Paraná, embora com espraiamento para regiões próximas do mesmo estado e de Santa Catarina; outro *cluster* (vermelho) concentrado no litoral de Santa Catarina mas com dispersão de pontos do norte ao sul e do litoral ao interior da RSB; e outro *cluster* (azul) que abrange a extensa área restante, i.e. quase todo o Rio Grande do Sul, todo o interior de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná, entrando ligeiramente na sua metade sudeste.

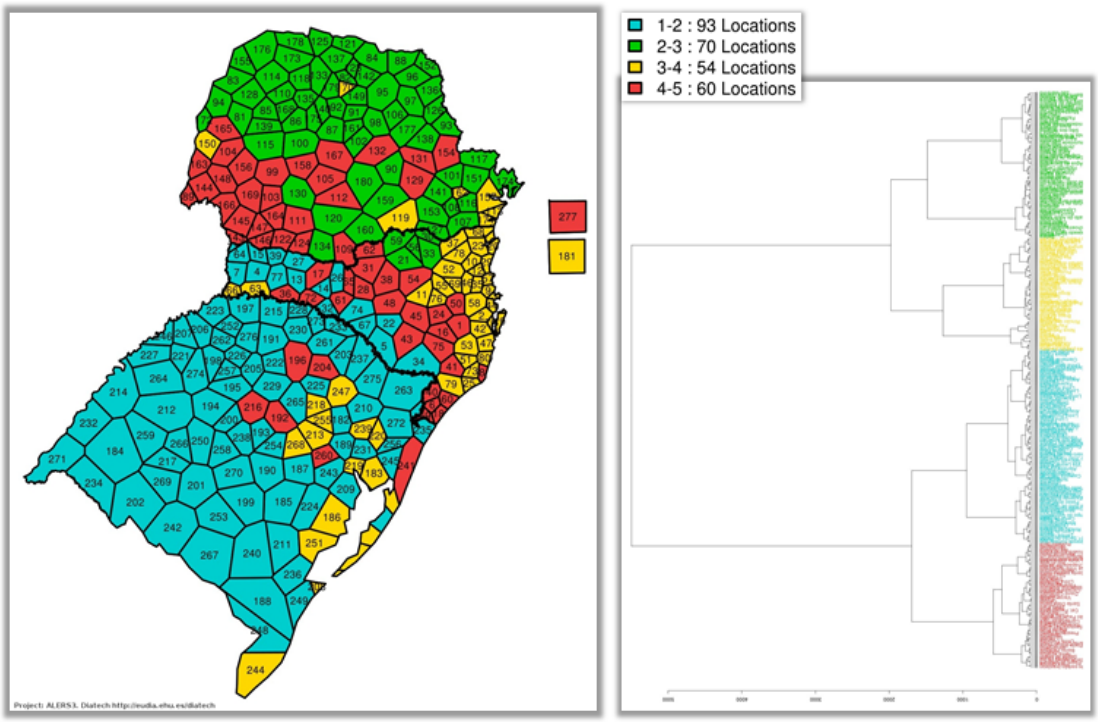


Mapa 7-2. Análise dendrográfica da Região Sul do Brasil
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 3

Comparando o mapa 7-2 com o 7-1, vemos que a cisão criada ao aumentar o número de agrupamentos se deu no *cluster* nortenho-litorâneo, o que, mais uma vez, sugere que a principal identidade dialetal da RSB está apontada a sul (pois é esta área que se mantém coesa). O agrupamento menos coerente geograficamente é o do litoral de Santa Catarina, que tem um número relevante de pontos dispersos por quase toda a RSB (apenas fica excluído o sudoeste). O agrupamento nortenho (verde no mapa 7-2) é, apesar de tudo, o mais compacto, apresentando-se, por isso e pelo facto de não albergar o PPB (*cluster* azul) nem o PPE (vermelho), como a variedade mais destacada.

Com um desenho de quatro grupos (mapa 7-3), o *cluster* centro-meridional desenha-se mais especificamente na área de Rio Grande do Sul, embora com várias interseções de outros *clusters*. Surge também um agrupamento de transição entre o norte e o sul, o que mais uma vez deixa patente uma intensificação dos dois principais picos dialetais da RSB em direção às suas áreas geográficas extremas; a separação do PPB do agrupamento do sul (pertence agora ao referido *cluster* de transição) é outra

consequência do mesmo padrão. Pode concluir-se, portanto, que transparece uma organização da RSB em torno de duas forças linguísticas essenciais que funcionam em direção oposta: cima-baixo, i.e. norte-sul.



Mapa 7-3. Análise dendrográfica da Região Sul do Brasil
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 4

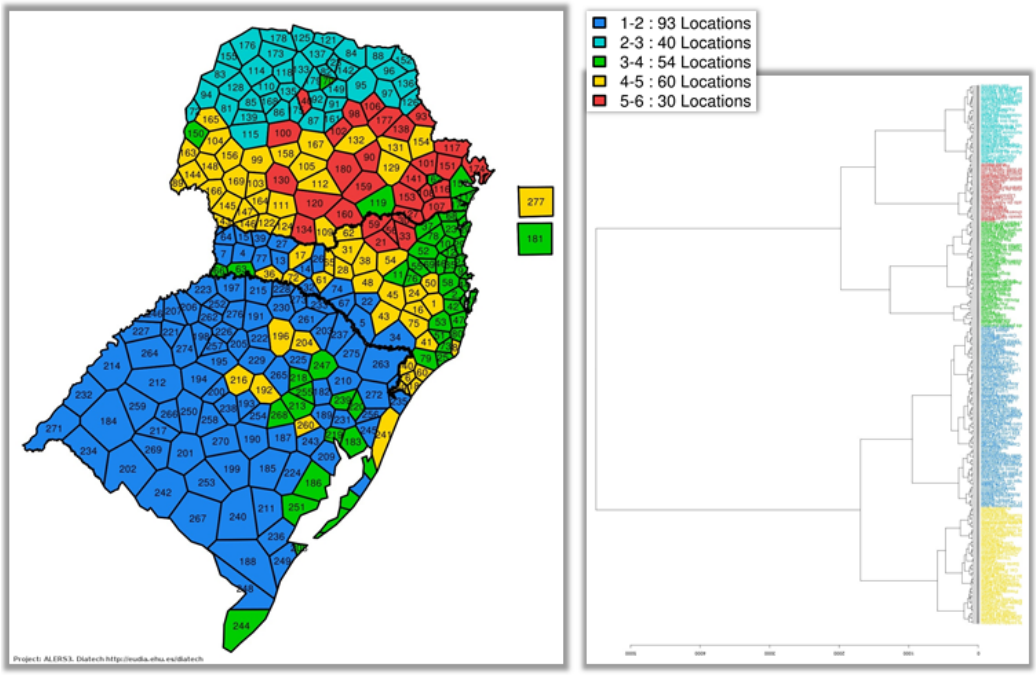
A partir dos cinco agrupamentos, a paisagem fica já consideravelmente fragmentada, mas os padrões que verificámos nos mapas anteriores aprofundam-se:

– o mapa 7-4, com cinco *clusters*, patenteia uma fração da zona de transição entre norte, centro-litoral e sul que não é nada surpreendente;

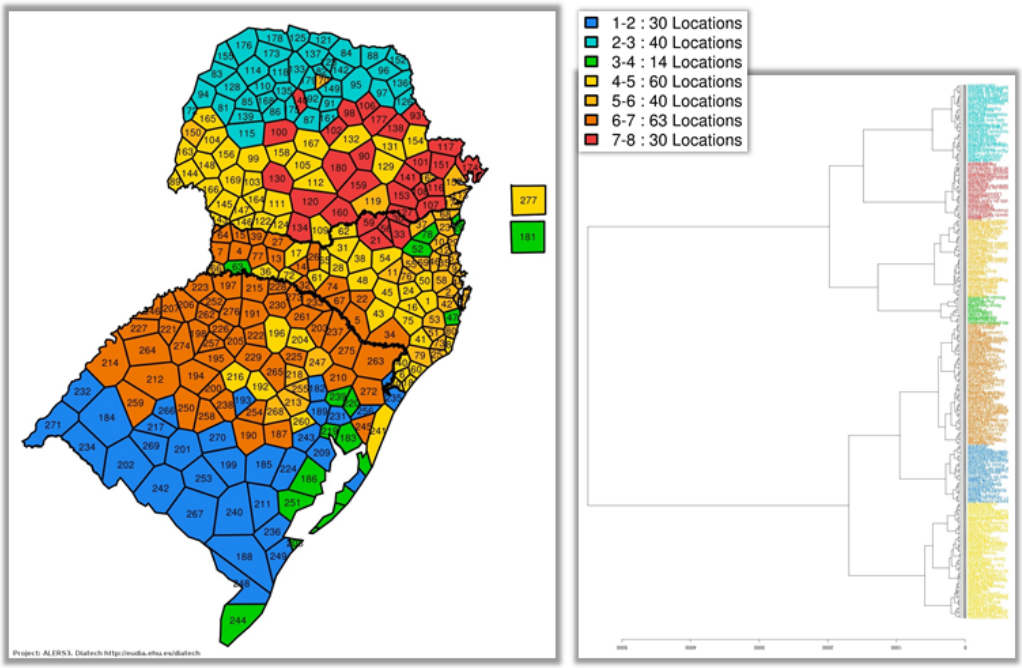
– o mapa 7-5, com sete *clusters*, mostra uma cisão importante na zona meridional, deixando mais uma vez ver que o expoente dessa área dialetal se localiza precisamente em direção a sul;

– com nove *clusters* — mapa 7-6 — dá-se uma cisão no norte, continuando o extremo sul compacto;

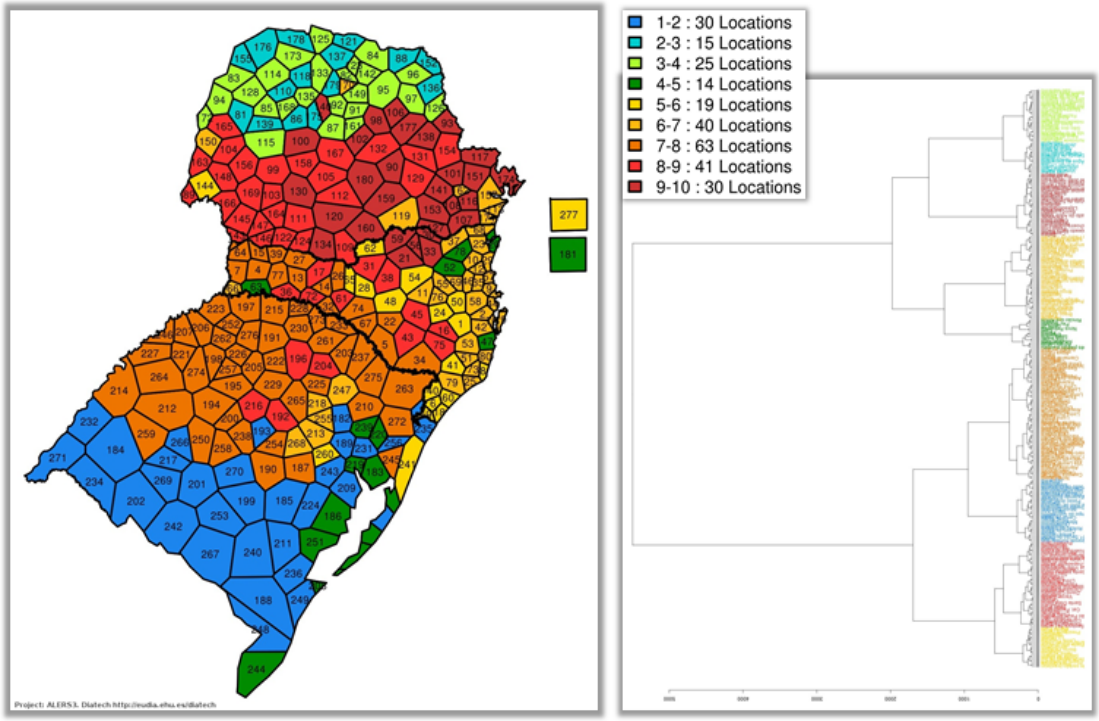
– a partir dos dez *clusters*, a representação cartográfica é demasiado seccionada, não sendo produzido acrescento significativo de informação; mostramos a representação de onze *clusters* no mapa 7-7.



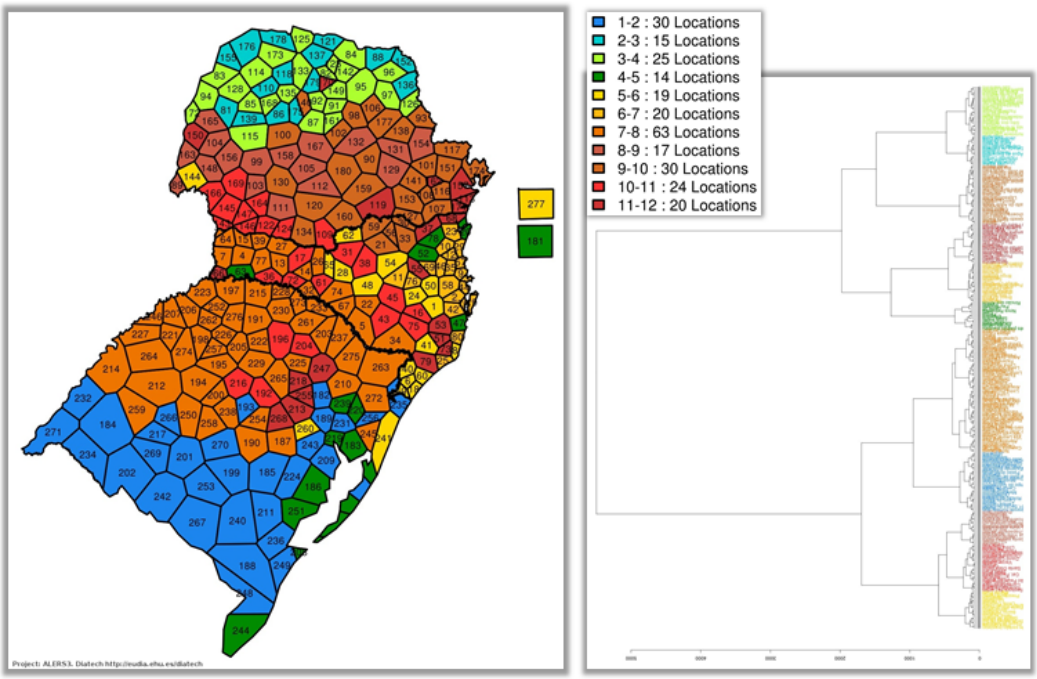
Mapa 7-4. Análise dendrográfica da Região Sul do Brasil
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 5



Mapa 7-5. Análise dendrográfica da Região Sul do Brasil
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 7



Mapa 7-6. Análise dendrográfica da Região Sul do Brasil
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 9



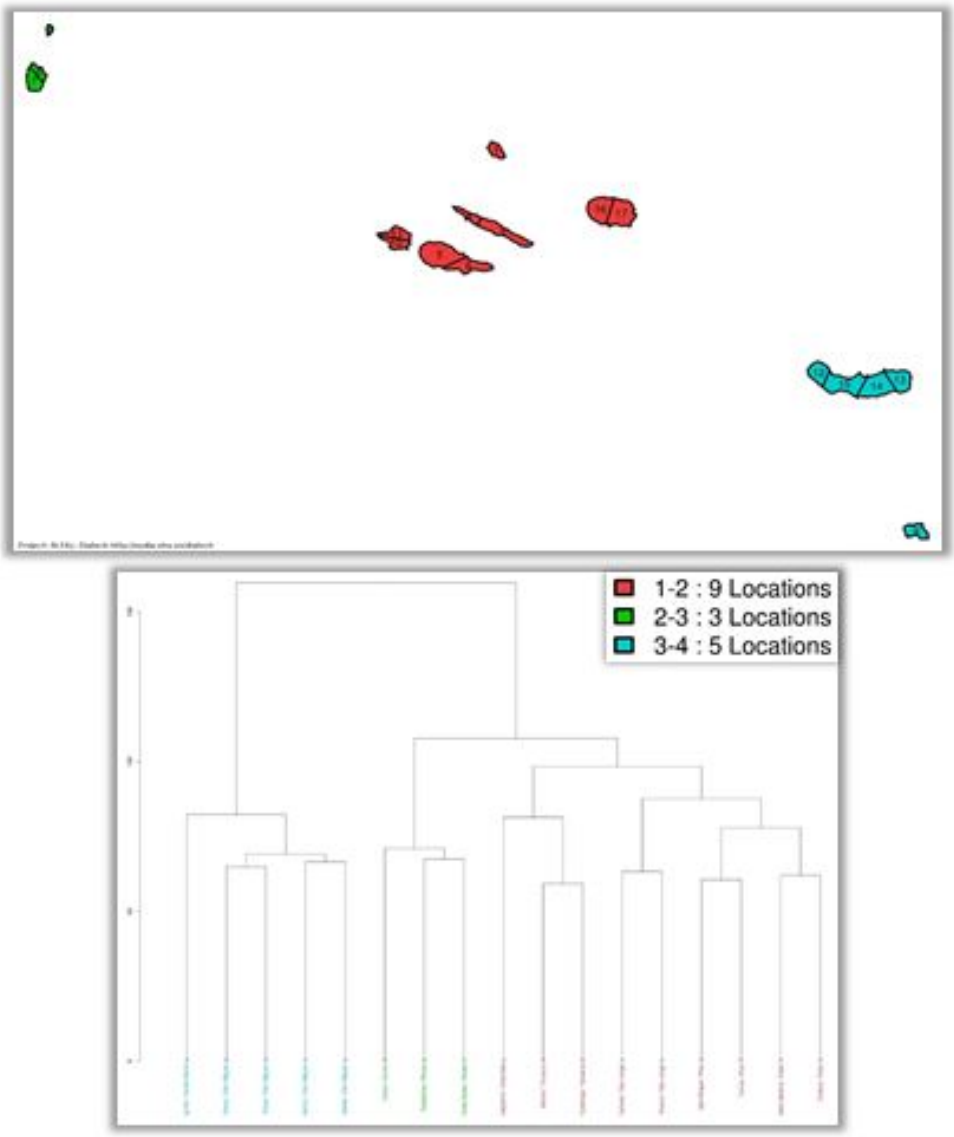
Mapa 7-7. Análise dendrográfica da Região Sul do Brasil
Corpus: léxico, totalidade (100 conceitos); índice de similaridade: IRI; algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 11

4. Conclusão

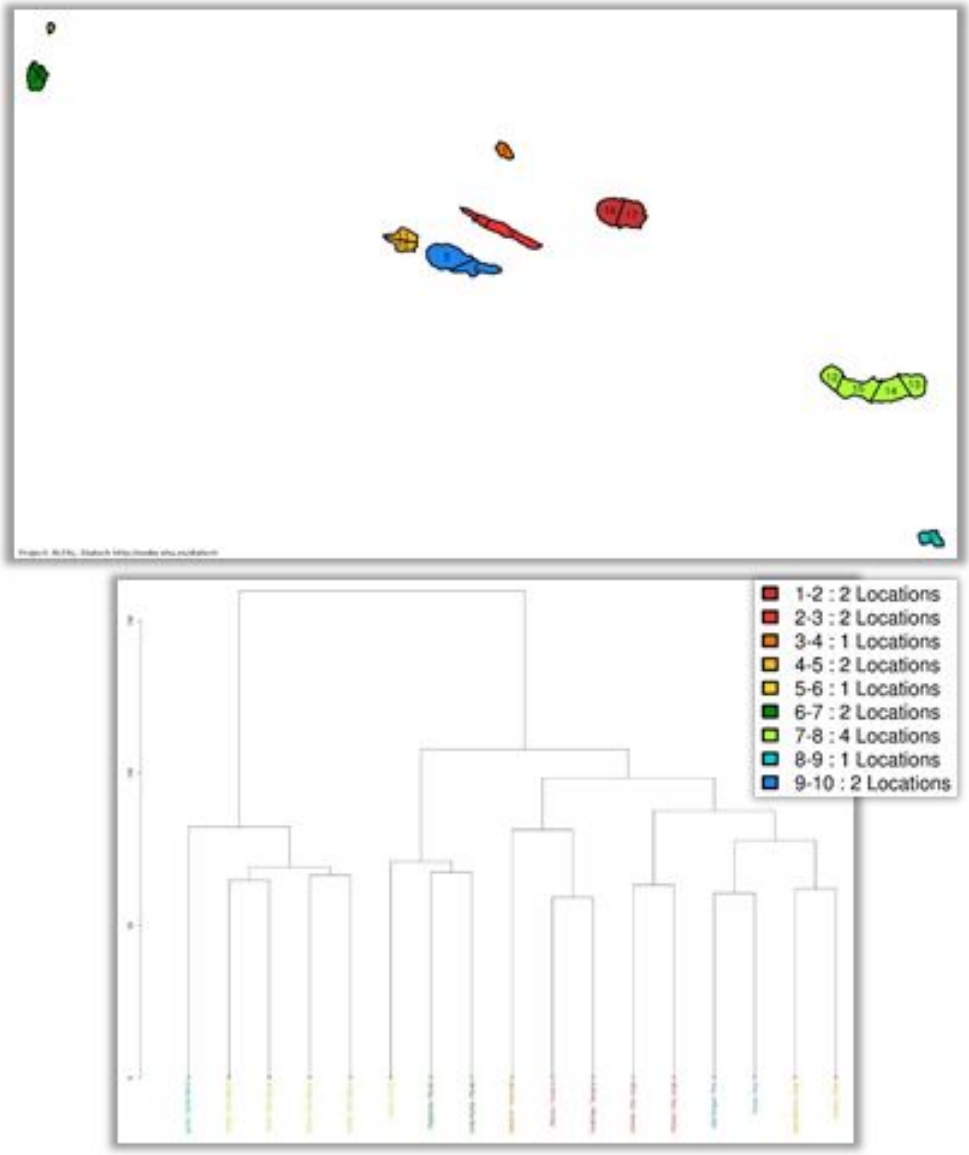
Dispomos agora de respostas diretas para as questões colocadas no início da secção 3:

- Quais são os principais agrupamentos dialetais da RSB? Existe *overlapping* entre estados? Existem personalidades dialetais bem definidas geograficamente?

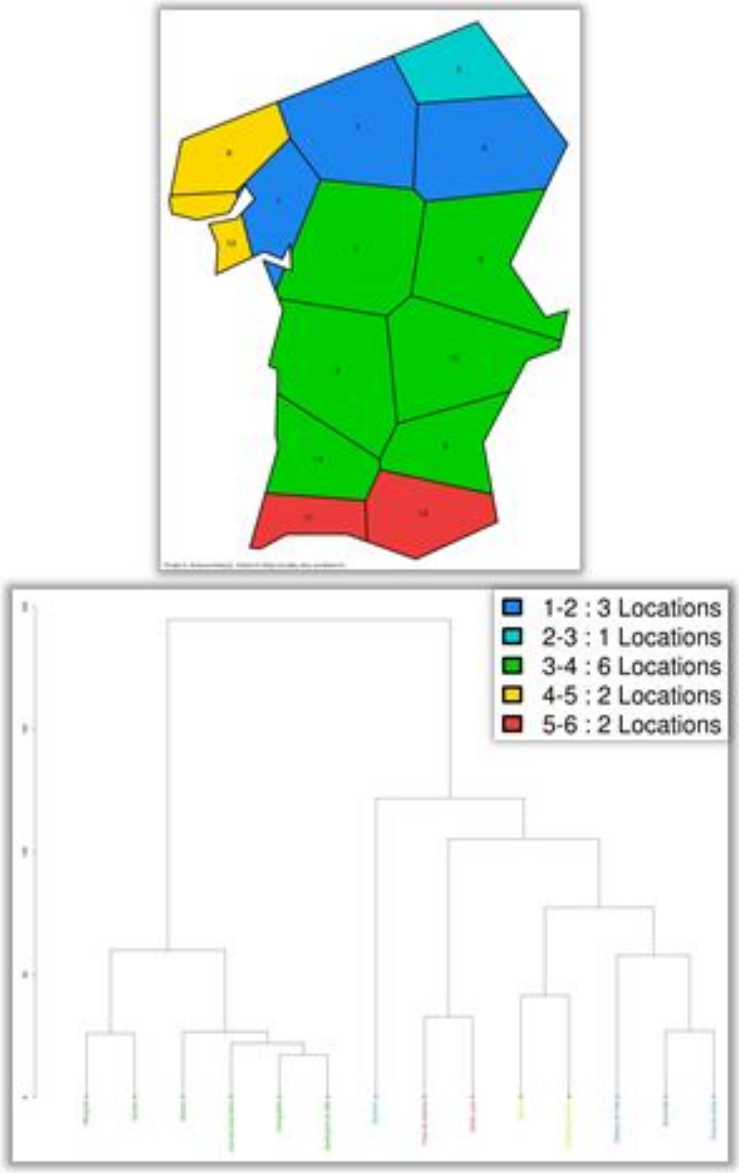
Existe, de facto, um *overlapping* significativo entre estados, i.e. os estados não são, no que toca ao léxico, identidades linguísticas basilares no conjunto de dialetos da RSB (como referimos anteriormente, *os estados não são dialetos na RSB*). Isto estabelece um contraste importante com os resultados dos estudos dialetométricos sobre o português europeu, em que se tem verificado uma coincidência extrema dos *clusters* dialetais com as divisões geográficas e administrativas tradicionais. Os mapas 8 e 9, que apresentam, respetivamente, dados para os dialetos açorianos e para os dialetos do centro-sul do continente, dão disso exemplo. No mapa 8-1, que espacializa uma linha de corte de três agrupamentos no dendrograma dos dialetos açorianos (utilizando apenas dados lexicais, tal como o presente estudo), podemos verificar uma coincidência perfeita com a divisão geográfica tradicional do arquipélago: o *cluster* azul inclui todos os pontos das ilhas de Santa Maria e São Miguel, i.e. o tradicionalmente designado Grupo Oriental dos Açores; o *cluster* vermelho corresponde às ilhas de Graciosa, Terceira, São Jorge, Pico e Faial, i.e. ao Grupo Central; e o *cluster* verde às ilhas das Flores e do Corvo, i.e. o Grupo Ocidental. No mapa 8-2, representação de nove agrupamentos, verificamos a coincidência absoluta dos *clusters* com as nove ilhas do arquipélago (ou seja, não há qualquer *overlapping* entre ilhas). O mapa 9 apresenta dados fonológicos e morfológicos do centro-sul de Portugal (metade meridional do território continental) e permite observar mais uma vez uma distribuição geográfica e administrativamente muito coerente e consolidada: o *cluster* vermelho corresponde na perfeição ao distrito de Faro (i.e. à província tradicional do Algarve), o verde aos distritos de Beja e Évora (núcleo do Alentejo), o amarelo à Grande Lisboa, e os azuis formam uma transição progressiva de afastamento do sul e integração no centro do país (Beiras), tal como o pensamento não linguístico tradicional enraizou.



Mapa 8-1. Análise dendrográfica do arquipélago açoriano
(Fonte: Brissos, Gillier e Saramago 2017)
Corpus: léxico, totalidade (257 conceitos); índice de similaridade: IRI;
algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 3



Mapa 8-2. Análise dendrográfica do arquipélago açoriano
(Fonte: Brissos, Gillier & Saramago 2017)
Corpus: léxico, totalidade (257 conceitos); índice de similaridade: IRI;
algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 9



Mapa 9. Análise dendrográfica do centro-sul português
(Fonte: Brissos 2016)
Corpus: fonologia e morfologia, totalidade (76 fenómenos); índice de similaridade: IRI; algoritmo: Ward; número de agrupamentos: 5

Este desfasamento entre dialetos europeus e brasileiros da mesma língua lembra-nos que é bem diferente estudar variedades consolidadas durante muito tempo num mesmo território que, além disso, não é extenso (português europeu) de estudar o panorama muito mais abrangente, dinâmico e recente de um país do *novo mundo*. No Brasil temos uma língua que: (i) é jovem no seu território e depende de um país também ele jovem, com grandes movimentos de população perfeitamente recentes; (ii) se expandiu por um território extensíssimo; (iii) recebeu substratos e superstratos

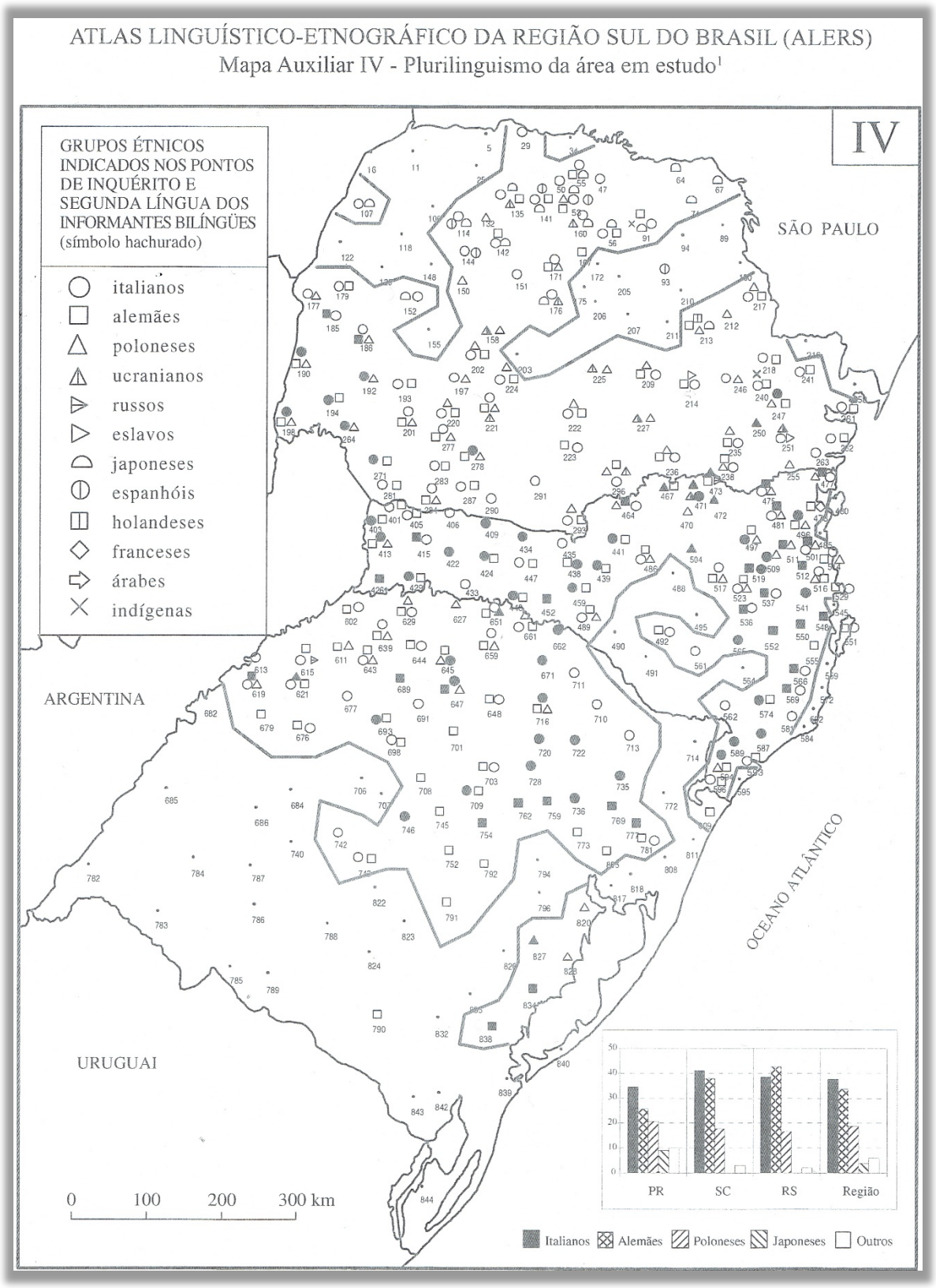
muito numerosos e diferentes entre si. É, portanto, uma língua com consideravelmente mais dimensões do que aquelas a que o geolinguista europeu (ou clássico) está habituado, e por isso todo um novo mundo que se abre para a dialetologia, ciência, precisamente devido a essas necessidades metodológicas, ainda com insuficiente tradição nos países do tipo do Brasil.

Se verificámos um *overlapping* notável entre os agrupamentos dialetais e os estados da RSB, não deixámos de poder igualmente verificar os principais agrupamentos dialetais da região: (i) existem dois picos dialetais em direções opostas, norte e sul, mas (ii) o litoral centro (o litoral de Santa Catarina, sobretudo) também assume destaque, dada a sua coerência geográfica. Por outro lado, (iii) o pico nortenho parece ser o mais destacado do conjunto, pois é o que apresenta uma distribuição geográfica mais restrita (é o mais isolado), e (iv) o sul da RSB parece ser o núcleo dialetal da região, pois forma o *cluster* mais abrangente e coeso; esse posicionamento nuclear da parte meridional da RSB faz, naturalmente, sentido numa região que é ela própria um extremo geopolítico meridional. Em suma, (v) os nossos dados permitem apontar três sub-regiões dialetais principais: o norte (expoente: maior parte do Paraná), o litoral centro (expoente: litoral de Santa Catarina) e o centro-sul (expoente: sul do Rio Grande do Sul), sendo que o centro interior, embora integrado no centro-sul, se desenha como uma região de transição. Estudos posteriores que não incluam apenas dados lexicais poderão aprofundar esta questão, embora algumas informações de história externa da língua fortaleçam o panorama que ressaltou dos nossos dados:

> – O sul do Rio Grande do Sul e o norte do Paraná, i.e. as zonas máximas dos dois picos dialetais da RSB, são justamente as áreas da RSB com menor incidência geográfica da imigração histórica e menos bilinguismo atual, como se vê no mapa 10; no caso do sul do Rio Grande do Sul, essas correntes étnicas são mesmo quase residuais. Por outras palavras, é onde há mais português que mais importantes personalidades dialetais do português se criaram, o que é lógico.
>
> – O leste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul recebeu imigração açoriana significativa (ALERS 2011: 29); ora, na análise dendrográfica, pudemos verificar que é ao *cluster* dialetal que abarca aquela zona que o ponto do PPE pertence consistentemente (apenas fica fora desse *cluster* com uma linha de corte

superior a cinco agrupamentos: comparem-se o mapa 7-4 com o 7-5, em que o *cluster* em questão se desfaz).

– Importantes movimentos populacionais que se têm dado na e para a RSB coincidem também com a tripartição norte ~ leste ~ centro-sul, concretamente as «migrações internas sobretudo de gaúchos, a partir do início do século XX, no processo de ocupação do oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, assim como também, a partir de São Paulo, de populações (em grande parte também nipo-brasileiros) que vão povoar o norte do Paraná, ou chamado Paraná moderno» (ALERS 2011: 29); são fenómenos que ainda hoje continuam, de forma intensa (*ibid.*). O que temos nesses movimentos populacionais é (i) uma expansão de povos das zonas mais a sul (gaúchos) para o centro-interior da RSB, ou seja, a expansão de povos a partir da área onde os nossos dados sugerem que esteja localizado o núcleo dialetal da RSB para se estenderem num raio geográfico que corresponde na sua totalidade, precisamente, ao maior agrupamento dialetal da região (o centro-sul, que assim vemos no seu movimento aglutinador sul → norte); e (ii) uma corrente de gente vinda de fora da RSB para o norte do Paraná, onde localizámos justamente a área dialetal mais destacada da RSB (i.e. a menos ligada com o conjunto).



Mapa 10. Plurilinguismo da Região Sul do Brasil
Retirado de ALERS 2011: 62; indica as «áreas bilíngues de acordo com os informantes do ALERS»

A correspondência entre a história externa do português da RSB e os dados lexicais do ALERS, tal como digeridos dialetometricamente, não deixa de ser notável, mas, como dissemos, o trabalho ainda não está concluído. Falta tratar dados não lexicais e, para todos os efeitos, ainda não se sabe o suficiente de história externa do português brasileiro para afirmações definitivas.

Outro desafio interessante para estudos futuros é a resposta à segunda questão que colocámos no início da secção 3:

> – Quais as relações de proximidade com o PPE e o PPB? O primeiro destaca-se marcadamente do conjunto? O segundo integra-se perfeitamente no conjunto?

Nem o PPE assume um posicionamento idiossincrático (p. ex., não forma um *cluster* específico na análise dendrográfica e o seu posicionamento na distribuição de assimetria localiza-se perto do centro da hierarquia) nem o PPB é um *máximo comum* da RSB (pois tem também um posicionamento perto da parte central da curva da distribuição de assimetria), embora, expectavelmente, tenha um nível de integração no conjunto maior do que o PPE (na mesma distribuição de assimetria, o PPB está, ao contrário do PPE, abaixo da média, i.e. tem um nível de afinidade com o conjunto acima da média; por isso é representado no mapa desse parâmetro com uma cor fria). Em qualquer caso, torna-se inevitável constatar que o PPB não depende diretamente das variedades da RSB.

Se o PPE, contudo, apresenta uma verdadeira dispersão dos seus parentescos dialetais pelo todo da RSB, o PPB concentra-os na zona centro-sul (particularmente Santa Catarina e os dois terços norte do Rio Grande do Sul); de qualquer modo, tanto o PPB é um *best friend* (um dos pontos mais próximos linguisticamente) do PPE como este é também um dos melhores amigos daquele, o que nos permite perceber que estas duas variedades cultas são conservadoras e mantêm, por isso, afinidades históricas significativas.

Talvez se pudesse esperar uma maior idiossincrasia do PPE — tanto em relação ao PPB como em relação a todos os outros pontos —, mas os dados não deixam margem para dúvidas de que o fundo comum dos dois lados do oceano ainda se mantém. Isso não impede, porém, que PPE e PPB se integrem em *clusters* dialetais (= lexicais) bem distintos: na análise dendrográfica, os dois pontos nunca fazem parte do mesmo

agrupamento. Como se referiu em 3.4, há, por muitas semelhanças que se conservem, de forma mais ou menos latente, entre português europeu e português brasileiro, uma deriva de afastamento previsível e inevitável; é evoluindo que as línguas se mantêm vivas — do antepassado *x* ao latim, deste ao português e daqui para *y* e *z* —, e as condições que o português encontra no Brasil exigem uma significativa adaptação que a língua não tem deixado de fazer. O estudo comparado do léxico mostra-o já claramente; falta perceber o estado da questão nas áreas gramaticais propriamente ditas (fonologia, morfologia, sintaxe).

Em todo o caso, seja pelo estudo de variedades específicas, como o sistema dialetal da RSB, seja pela perspetiva comparada entre português europeu e português brasileiro, consideramos claramente proveitoso — mais do que isso, um desafio estimulante para o futuro próximo — estender a análise dialetológica/dialetométrica do português europeu aos seus descendentes. Desenvolve-se a dialetologia das variedades *descendentes* e desenvolve-se a dialetologia em geral, pela renovação teórico-metodológica que necessita de fazer para poder lidar satisfatoriamente com as mesmas.

Referências

Aguilera, Vanderci de A.. 1994. *Atlas linguístico do Paraná.* Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.

Aragão, Maria do Socorro S., *et alii*. 1984. *Atlas linguístico da Paraíba.* UFPB / CNPq, Brasília.

ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil:

i. Koch, Walter, Mário Silfredo Klassmann, e Cléo Vilson Altenhofen (orgs.). 2002a. *ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil. Vol. I – Introdução.* UFRGS Editora / Editora da UFSC / Editora UFPR.

ii. Koch, Walter, Mário Silfredo Klassmann, e Cléo Vilson Altenhofen (orgs.). 2002b. *ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil. Vol. II – Cartas Fonéticas e Morfossintáticas.* UFRGS Editora / Editora da UFSC / Editora UFPR.

iii. Altenhofen, Cléo Vilson, e Mário Silfredo Klassmann (orgs.). 2011. *ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil: Cartas semântico-lexicais.* UFRGS Editora / Editora da UFSC.

Aurrekoetxea, Gotzon, Karmele Fernandez-Aguirre, Jesús Rubio, Borja Ruiz, e Jon Sánchez. 2013. «'DiaTech': A new tool for dialectology». *Literary and Linguistic Computing* 28–1: 23–30.

Brissos, Fernando. 2015. «Dialectos portugueses do centro-sul: *corpus* de fenómenos e revisão do problema da (des)unidade». *Zeitschrift für romanische Philologie* 131(4): 999–1041.

Brissos, Fernando, Raïssa Gillier, e João Saramago. 2016. «O problema da subdivisão da variedade dialetal madeirense: estudo dialetométrico da variação lexical». *Revista da Associação Portuguesa de Linguística 2: 31*–47. Disponível *online* em http://ojs.letras.up.pt/index.php/APL/issue/view/116, 31.07.2018.

Brissos, Fernando. 2016. «Portugal: a cidade e o interior. I – Centro-sul». *Limite* 10.1: 85–107. Disponível *online* em http://www.revistalimite.es/volumen%2010/05brissos.pdf, 31.07.2018.

Brissos, Fernando, Raïssa Gillier & João Saramago. 2017. «Variação lexical açoriana: estudo dialetométrico do Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores». In *Aproximacións á variación lexical no dominio galego-portugués, ed. María* Álvarez de la Granja, Ana Boullón Agrelo, e Ernesto González Seoane, 11–28. A Coruña: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa / Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística / Universidade da Coruña. Monografia 11 da *Revista Galega de Filoloxía*. Disponível *online* em http://illa.udc.es/rgf/monografias.html, 31.07.2018.

Diatech, página *web*: http://eudia.ehu.es/diatech/index/. Formado e mantido por G. Aurrekoetxea (coord.), J. Sánchez, K. Fernández, J. A. Rubio, B. Ruiz, G. Santander, e I. Usobiaga.

Ferreira, Manuela Barros, Ernestina Carrilho, Maria Lobo, João Saramago, e Luísa Segura da Cruz. 1996. «Variação linguística: perspectiva dialectológica». In *Introdução à linguística geral e portuguesa*, ed. Isabel Hub Faria, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte, e Carlos A. M. Gouveia, 479–502. Lisboa: Caminho.

Goebl, Hans. 1984. *Dialektometrische Studien. Anhand italoromanischer, rätoromanischer und galloromanischer Sprachmaterialien aus AIS und ALF.* 3 vols. Tübingen: Niemeyer.

Goebl, Hans. 2010a. «Introducción a los problemas y métodos según los principios de la Escuela Dialectométrica de Salzburgo (com ejemplos sacados del «Atlante Italo-

Svizzero», AIS)». In *Tools for linguistic variation*, ed. G. Aurrekoetxea, e. J. Ormaetxea, 3–39. Universidad del País Vasco.

Goebl, Hans. 2010b. «Dialectometry and quantitative mapping». In *Language and space. An international handbook of linguistic variation*, vol. 2 – *Language mapping*, ed. Alfred Lameli, Roland Kehrein, e Stefan Rabanus, 433–457. Berlim: De Gruyter Mouton. (Separata.)

Goebl, Hans. 2016. «Romance linguistic geography and dialectometry». In *The Oxford guide to the Romance languages*, ed. Adam Ledgeway, e Martin Maiden, 73–87. Oxford University Press. (Separata.)

Nascentes, Antenor. 1953. *O linguajar carioca*. 2.ª edição completamente refundida, Rio de Janeiro: Organização Simões.

Rossi, Nelson, *et alii*. 1963. *Atlas prévio dos falares baianos*. MEC / Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.

Rossi, Nelson, *et alii*. 1987. *Atlas linguístico de Sergipe*. Bahia: UFBA / FUNDESC.

Saramago, João. 1992. *Le parler de l'île de Corvo*. Université Stendhal-Grenoble III, Centre de Dialectologie / INIC, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Vitorino, Gabriela. 1987. *Atlas linguístico do litoral português.* Dissertação de doutoramento, 2 vols. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Instituto Nacional de Investigação Científica.

Zagari, Mário, *et alii*. 1977. *Esboço de um Atlas linguístico de Minas Gerais*. MEC / Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro / Universidade Federal de Juiz de Fora.

13. Reformas ortográficas: práticas sem teorias

Luiz Carlos Cagliari

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Um breve resumo da história da ortografia da Língua Portuguesa mostra como, desde o século XVI, muitos teóricos se propuseram a reformar a grafia. Até hoje, nenhum modelo teve concordância geral que permitisse um sistema ortográfico com longa duração de uso. O sistema ortográfico nunca foi discutido em função de alguns conhecimentos científicos necessários, ficando apenas nos aspectos filológicos históricos e, eventualmente, educacionais. Durante tantos séculos de reformas da ortografia, o que menos se discutiu foi a natureza e as funções dos sistemas de escrita e, em particular, do sistema alfabético e de seu sistema ortográfico. As reformas poderiam ser diferentes se tais conhecimentos estivessem presentes. A ortografia é o sistema que existe para evitar a variação dialetal na escrita e, desse modo, permitir que cada um leia em seu dialeto. Por isso, os sistemas alfabético-ortográficos não deveriam se preocupar com reformas. Muitos problemas educacionais e culturais existiram e existem porque as pessoas não se deram conta de conceitos básicos dos sistemas ortográficos.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, sistemas de escrita, sistemas ortográficos.

1. A invenção da escrita

Vou começar este texto com a origem da escrita não do ponto de vista histórico, mas do ponto de vista da construção do sistema (Cagliari 1987). Quando o ser humano descobriu que podia representar graficamente seus pensamentos, acabou criando os sistemas de escrita que conhecemos. Nessa invenção, há duas ideias básicas e fundamentais: 1) colocar o pensamento fora da mente através de representações gráficas associadas à fala; 2) diferentemente da fala, comunicar ideias sem ter o interlocutor presente. Dessas duas premissas decorre toda a teoria sobre os sistemas de escrita. Escrevemos o que pensamos, lemos e entendemos o que uma pessoa pensou e escreveu. Há um *link* ou interface entre uma mente e outra. Nossa memória pode ficar também fora de nossa mente e pode até mesmo se alojar na mente de outras pessoas. Podemos abstrair o contexto real do momento da escrita, escrevendo para futuros leitores. A escrita trouxe para o processo de comunicação uma contribuição que a fala por si só não era capaz.

Escrevemos o que falamos ou o que sabemos falar. Lemos de acordo com o modo como falamos. Nisso tudo há um processo de tradução da variação linguística que deixa a comunicação acontecer tranquilamente. Por exemplo, não lemos Camões no dialeto dele, embora ele tenha escrito pensando e transmitindo suas ideias e linguagem a partir do sistema que falava. Existe uma magia na escrita que permite que coisas desse tipo aconteçam.

A escrita é assim porque deveria ser assim. É parte de sua essência. Quando alguém se dispôs a escrever, lembrou-se de que, na vida real, conhecia outros falantes de sua língua que não falavam exatamente como ele: havia diferenças fonéticas notáveis e até diferenças sintáticas, sem contar os usos peculiares de certas palavras, em diferentes regiões do país. Diante dessa realidade, surgiu ao mesmo tempo um dilema: escrevo como se eu fosse o único leitor, ou escrevo de modo que outras pessoas possam ler e entender o que quero dizer? Escrever para si tem pouco apelo social. A comunicação social é que conta. Divulgar ideias e informações sempre foi um dos principais objetivos dos sistemas de escrita. Há sempre uma motivação para escrever e uma expectativa de que o leitor entenda o que leu. Para conseguir esse objetivo, a escrita precisa se ater a um Princípio de Solidariedade Comunicativa que diz que a escrita precisa ser lida o mais tranquilamente por todos os falantes de uma determinada língua. Para atingir isso, a escrita não pode ser um código individual, mas de uso compartilhado na sociedade.

Esse aspecto fica mais claro quando vemos a origem da escrita alfabética. Da escrita egípcia, através de um processo acrofônico, o inventor do alfabeto fez uma lista de palavras da língua que falava e associou o primeiro som de cada palavra a um carácter egípcio, criando assim um alfabeto de 21 letras. Associando essas letras através de uma equivalência de cada uma com um som específico, era possível escrever todas as palavras. Neste momento, ficou claro que se tratava de uma grande invenção. Em vez das três centenas de caracteres egípcios, bastavam 21. Além disso, os egípcios escreviam apenas as consoantes (mais as semiconsoantes J e W), deixando de lado a representação das vogais na escrita. As escritas semíticas, como o egípcio, o hebraico e o árabe sempre puderam fazer isso por causa da morfologia desse tipo de língua. O alfabeto quebrou essa regra. Mas, continuava o impasse de escrever palavras iguais de modos diferentes somente pelo fato de que eram pronunciadas de modo diferente por

diferentes falantes. A invenção do alfabeto tinha falhado em sua missão comunicativa social. Era preciso que todos escrevessem as mesmas palavras do mesmo modo, ficando a cargo do leitor ler em seu próprio dialeto. Era imprescindível criar uma ortografia. O alfabeto permitiu um sistema de escrita extraordinário, mas que só funcionou com um sistema ortográfico.

A partir dessas considerações, podem-se tirar conclusões importantes. Por exemplo, o valor fonético, que permitiu criar o alfabeto associando sons e letras ([a] = a, [b] = b, etc.) ficou radicalmente modificado. Se cada falante lê em seu dialeto, a partir de como pronuncia as palavras, uma letra pode ter sons diferentes em diferentes dialetos. Por exemplo, usando o Português do Brasil, a letra A terá o som de [a] em *casa*, para todos os falantes, porém, para quem fala *acharu* («acharam»), a letra A tem o som de [u], para quem fala *incontremu* («encontramos»), a letra A tem o som de [e], para quem fala *lâmpida* («lâmpada»), a letra A tem o som de [i]. Analisando os diferentes dialetos, constatamos que o valor alfabético ficou muito modificado com relação àquela ideia original segundo a qual haveria uma relação unívoca entre letras e sons. Isso só existiria se a língua tivesse um único dialeto para todos os falantes. Na realidade social das línguas, isso não ocorre. Todas as línguas apresentam dialetos, variantes linguísticas de várias ordens: fonética, morfológica, sintática, etc. (Cagliari 1999a, 1999b).

Do ponto de vista da criação de um sistema de escrita como o alfabético, dada a necessidade de se ter uma escrita que permita a leitura e que não seja um retrato fiel da fala, a dificuldade seguinte é saber como isso será feito. Desde os tempos mais antigos, encontramos relatos de variação linguística. Os gregos mandaram os linguistas de Alexandria fazer uma gramática normativa porque os estrangeiros falavam mal o grego de Atenas. O prestígio socioeconômico e cultural atrai para si muitos privilégios na sociedade, entre eles o prestígio no uso língua. Retratar na escrita a pronúncia de uma classe privilegiada parece uma solução à mão. O prestígio do falante traria um prestígio para a ortografia também. Se uma pessoa é um literato de boa expressão artística, sua fala também poderia servir de modelo para a escrita. Com isso, resolve-se o problema de criar uma escrita bem aceita na sociedade, sem destruir a ideia segundo a qual qualquer escrita pode ser lida de acordo com a fala do leitor. Agora, com uma vantagem: a de o leitor poder reconhecer na escrita ortográfica

características fonéticas e sintáticas próprias de uma variedade linguística de prestígio, o que pode ajudá-lo a aprender essa variedade apenas entendendo como o sistema alfabético-ortográfico funciona.

2. Reformando o que existe

A história da ortografia das línguas seguiu esse caminho histórico próprio da história dos sistemas de escrita. Porém, um novo problema surge quando, com o passar do tempo, as sociedades mudam, como muda o prestígio das pessoas e das comunidades. Os novos senhores que passam a comandar a comunidade logo reivindicam também o prestígio da língua e, como consequência, da adequação da forma escrita ortográfica com sua pronúncia. Eles passam a ser o novo modelo. O antigo passa a obsoleto e o novo precisa ser implementado na nova sociedade.

A questão da atualização ortográfica começa a despertar interesse, curiosidade, discussão e polêmica. Logo algumas pessoas interessadas passam a achar que há erros em certas formas de escrita, mesmo quando escritas por pessoas cultas da sociedade. Erros que são fruto da ignorância do povo nunca são levados em consideração em reformas ortográficas. No fundo, esses críticos e reformadores acham que há certa ignorância no sistema, a qual deveria ser sanada com uma reforma. Foi isso que aconteceu desde o século XVI, com os primeiros ortógrafos (Gândavo 1574, Leão 1576, Vera 1631, Verney 1746, entre outros) e gramáticos (Oliveira 1936, Barros 1540, Barboza 1822, etc.). Todos assumiram uma autoridade científica que lhes permitia ditar uma ortografia para a língua, com inevitáveis correções de usos para a época.

De fato, ao longo da história de uma língua, podemos observar as reformas ortográficas de algumas palavras e as reformas radicais, as que afetam não apenas um ou outro item lexical mas o sistema como um todo, através de novas regras de escrita ortográfica. O primeiro caso passa despercebido porque a nova grafia é facilmente assimilada. A grafia antiga passa a ser considerada arcaica ou obsoleta e é, em geral, abandonada no meio do caminho histórico da língua. O segundo caso traz marcas fortes de mudança, contentando quem tem o poder para fazê-la e descontentando muitos que acham que não havia motivo para mudança. Feita a reforma, a escrita continua tão boa ou tão ruim com reforma ou sem reforma.

3. Problemas com a ortografia

No caso da história da ortografia da Língua Portuguesa, houve muitas reformas locais, variações idiossincráticas, a partir da iniciativa de alguns literatos esnobes ou mesmo preocupados em salvar, melhorar, ensinar coisas que para eles eram muito significativas. Não podemos deixar de lado o uso comum popular que, por ignorância ou por intenções de propaganda, inventa modos peculiares de grafar certas palavras. Um destaque especial se deve àqueles que tiveram que produzir textos escritos por razões comerciais ou políticas e deixaram formas gráficas estranhas, por causa da educação insuficiente que tiveram, apesar de, obrigados por exigências de ofício, terem produzido documentos oficiais, como aconteceu, por exemplo, no Brasil colonial. Um estudo desse material leva logo à comparação com as hipóteses que as crianças fazem durante o processo de alfabetização, quando a ideia primitiva de alfabeto se sobrepõe à de ortografia. Isso tudo acontece porque quem aprendeu a escrever aprendeu antes a ler, a decifrar uma escrita e, para isso, teve que construir regras que iriam ficar na mente, com ou sem consciência delas. Curiosamente, se perguntarmos a uma pessoa como ela faz para ler, ela terá uma dificuldade enorme para se livrar de perguntas inconvenientes como, por exemplo, «como você sabe que está escrito *casa* e não outra palavra, por exemplo, *carro*?» A única resposta possível é apelar para a ortografia, para a sequência de letras estabelecida para aquela palavra. Explicar pelo princípio alfabético logo se revela impossível. Mais comumente, se explica pela memorização de como se escrevem as palavras. A alfabetização passa a ser um processo mnemônico e não um ensino e aprendizagem científicos (Cagliari 1999a).

4. Reformas na Língua Portuguesa

Problemas como esses apontados acima precisam de uma discussão específica que não cabe neste breve texto. Então, o que interessa aqui são as reformas, oficiais ou não, de abrangência geral para a escrita da língua. As reformas oficiais, promovidas através de decretos e de leis, são muito recentes na história da Língua Portuguesa. Durante muito tempo, as reformas foram não oficiais, embora feitas com um objetivo semelhante: o de que todos usassem um padrão ortográfico único, reconhecido como melhor do que o antecedente.

Do século XII até o século XVI, encontram-se formas diferentes de grafar certas palavras. Nota-se que o uso vai direcionando a grafia para uma forma de uso mais generalizado. As pessoas que escreviam eram pessoas que liam. Vendo uma palavra escrita com certa grafia, levava o leitor a avaliar o resultado e, eventualmente, a reproduzi-lo, formando, assim, uma tradição de escrita compartilhada pelos que escreviam. Na verdade, essa é a forma esperada de fixação da ortografia de uma língua. Porém, a partir do século XVI, surgiram as gramáticas normativas (João de Barros, Fernão de Oliveira) e os tratados dos ortógrafos (Gândavo, Leão) entre outros. As gramáticas traziam a autoridade linguística na publicação. Os ortógrafos eram reformistas que, entre outras coisas, queriam que houvesse uma relação unívoca entre letras e sons porque achavam que era assim a essência do nosso sistema de escrita alfabética. De gramática em gramática, de ortógrafo em ortógrafo, do século XVI até o fim do século XIX, a Língua Portuguesa viu inúmeras propostas de sistemas ortográficos (Gonçalves 2003). Cada proposta tinha seus objetivos: uns achavam que a ortografia devia ser uma espécie de transcrição fonética: a tendência sônica na ortografia. Outros achavam que se deviam retratar características históricas na grafia das palavras, remontando até o grego antigo: é a tendência filológica. Os livros escolares, as publicações e os literatos tinham suas preferências. Os livros das primeiras letras achavam melhor a ortografia sônica. Alguns escritores, querendo mostrar conhecimentos linguísticos, preferiam uma ortografia filológica. As publicações variavam. Esses movimentos de reforma ortográfica baseavam-se mais em gosto pessoal do que em parâmetros científicos sobre como funciona o nosso sistema alfabético-ortográfico (Massini-Cagliari 1999b: 21–60). As escolhas eram pessoais. Nesse processo, os reformistas esqueciam também uma tradição de escrita que tinha séculos de existência. Muitas vezes, o apelo à história da língua era ilógico porque o português, embora fosse uma língua derivada do latim, ao longo de séculos de uso tornou-se uma língua com características próprias, distanciando-se muito de sua origem mais antiga.

A mistura das tendências sônica e filológica levou o modo de grafar as palavras ao caos no século XVIII e, sobretudo, no XIX. Um professor e um aprendiz já não sabiam qual grafia era melhor. A sociedade vivia uma guerra ortográfica com muitas opiniões divergentes, dificultando a educação e o uso social da escrita. Como aquela situação

não tinha solução amigável, o apelo à autoridade política tornou-se inevitável. Por isso, no início do século XX, começaram as reformas através de decretos e de leis. Como a Língua Portuguesa não era usada apenas em Portugal, foi preciso juntar todos os países onde a Língua Portuguesa era uma língua oficial para uma decisão conjunta de como deveria ser a ortografia nova e unificada para todos. Logo se percebeu que as pessoas não são todas iguais, nem perante uma língua comum. Os povos e suas culturas menos ainda. Durou cerca de cem anos a história de acordos e desacordos entre os países lusófonos até se chegar à implementação compulsória e irreparável de um modelo ortográfico para todos, mesmo com muita insatisfação sufocada.

As muitas reformas ortográficas da Língua Portuguesa geraram polêmicas e não acordos porque alguns princípios básicos que regem os sistemas de escrita alfabético-ortográficos não foram devidamente levados em consideração. Para resolver uma situação insustentável no final do século XX, só uma atitude de fora da academia podia implantar uma reforma. E dentro da academia, era preciso voltar para questões mais científicas a respeito do assunto. Ainda no século XIX, surgiram os neogramáticos com foco na dialetologia e na sociolinguística, dando início ao movimento estruturalista. Então, coube a eles propor um modelo. A figura de Gonçalves Viana se destacou. Uma primeira proposta se mostrou muito radical para muitos de seus colegas linguistas. Mas, a partir das discussões de uma comissão especial para tratar do assunto, a proposta original de Gonçalves Viana, modificada em partes, acabou gerando o documento oficial da primeira reforma ortográfica política e oficial da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil (1911). Outros países se dispuseram a seguir o modelo. Por razões de clara ignorância política e acadêmica por parte de pessoas influentes, acordos acabaram em desacordos até o início do século XXI. O impasse só foi resolvido com uma atitude política mais forte, a partir de um modelo que aceitasse características inalienáveis da ortografia portuguesa e brasileira. É o que temos hoje.

5. Princípios para uma reforma ortográfica

Toda essa situação histórica, às vezes histérica, podia ser resolvida com suavidade se as pessoas que assumiram fazer as reformas ortográficas levassem em conta alguns princípios básicos dos sistemas de escrita, como expostos a seguir.

— O valor alfabético é sobreposto pelo valor ortográfico das letras. A escrita ortográfica não é uma transcrição fonética, mas um modo congelado de representar as palavras através de letras.

— O objetivo da escrita é permitir a leitura: cada um lê em seu dialeto. Portanto, a variação está no modo como o usuário lê e não no material escrito.

— O princípio ortográfico é mais importante do que o princípio alfabético ou do que o princípio fonológico. Ele existe para neutralizar a variação fonética e morfológica que existe na fala dos usuários de uma língua.

— A neutralização não acontece só por razões da estrutura fonológica ou morfológica, mas também por razões históricas e de uso generalizado na sociedade. Por isso, não se submete exclusivamente a regras exatas e lógicas.

— Toda ortografia tem expectativas com relação ao modo como os usuários vão decifrar e ler o que está escrito. Nesse sentido, o resultado final deve favorecer a decifração e a produção escrita das palavras. Este objetivo motiva sempre as reformas ortográficas porque alguém acha que a escrita tradicional, em alguns casos, é frustrante para quem escreve, porque é ilógica e incongruente.

— É falsa a ideia de que basta saber os sons da língua para produzir uma ortografia perfeita, como muitos linguistas tentaram fazer com línguas indígenas ágrafas e com reformas em línguas de longa tradição escrita. O uso de diacríticos mostra uma deturpação do sistema alfabético-ortográfico. As letras modificadas por diacríticos, disponíveis nos programas de editoração de textos nos computadores, revelam o absurdo de marcas que o sistema alfabético recebeu. O sistema alfabético-ortográfico pode ser escrito sem nenhum diacrítico. Os dígrafos ajudam somente em parte.

— É uma ilusão achar que uma ortografia fonética facilita a produção escrita do povo em geral, porque, uma vez definida, ajuda a quem assim fez e não aos usuários de outras variedades, sobretudo das estigmatizadas. Portanto, toda reforma é elitista e não democrática.

— Ler e escrever exigem memorização. Há sistemas de escrita mais amigáveis, mas não de uso lógico e automático através de regras absolutas.

— A nossa escrita é do tipo ideográfico-fonográfico (ortografia com base em letras). A ortografia é feita pela fixação de quais letras ocorrem em qual sequência nas

palavras. Por isso, a escrita dos números com representações de numerais é apenas ideográfica e não se submete ao sistema ideográfico-ortográfico, como as demais palavras da língua. Porém, quando os valores numéricos são escritos com letras, eles se submetem ao sistema geral de escrita ortográfica da língua.

— Enquanto sistema de escrita, as abreviaturas funcionam como ideogramas feitos com letras e submetem-se às regras do sistema ortográfico. Todo sistema de escrita de uso social tem ortografia. Somente os sistemas de transcrição fonética (como o IPA) foram criados justamente para representar a variação linguística e, por isso mesmo, são indesejáveis para uso geral na sociedade.

— O valor histórico da grafia de algumas palavras é tão importante quanto a própria história da língua que a escrita representa.

— Ajustes na ortografia geram inseguranças e insatisfações momentâneas, mas não impedem necessariamente que, ao longo de longo tempo, se façam modificações na ortografia da língua. Quanto mais radical for a reforma, mais indesejáveis são, e trazem mais aborrecimentos para os usuários do momento.

— O que justifica uma reforma? Reformas muito abrangentes são, obviamente, inconvenientes e sem sentido. Reformas muito específica são desnecessárias. Reformas que redirecionam o sistema para seus objetivos maiores (ideográficos ou alfabéticos) podem ocorrer após séculos de uso. Reformas para facilitar o processo de aquisição da escrita (alfabetização) é uma ilusão: sempre haverá um forte uso da memorização em qualquer sistema de escrita (Cagliari 1999a).

— Há de se considerar também aspectos políticos e históricos que determinam novos rumos para nações e povos. Mais do que reformas, são atos de implantação de um novo regime de vida para uma população específica. São criações de sistemas novos, não reformas.

6. Concluindo

Este trabalho mostra alguns aspectos importantes da natureza, das funções e dos usos dos sistemas de escrita com o objetivo de questionar as razões pelas quais foram feitas tantas propostas de reforma ortográfica na história da Língua Portuguesa. Numa visão histórica geral, podemos dizer que raras foram as ocasiões em que uma reforma foi realmente importante e útil. Quase sempre as reformas ortográficas foram fruto da

vaidade intelectual e acadêmica de pessoas que tinham uma visão distorcida dos sistemas de escrita, mas que achavam que a própria lógica deveria comandar a vontade dos demais.

Referências, sugestões de leitura

Barboza, Jeronymo Soares. 1822. Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias.

Barros, João de. 1540/1971. *Gramática da língua portuguesa* (cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha). Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

Blanche-Benveniste, Claire, e André Chervel. 1978. *L'Orthographe*. Paris: François Maspero, 3ème édition.

Cagliari, Luiz Carlos. 1987. «A evolução da escrita». In *Psicopedagogia*, ed. Beatriz J. L. Scoz *et al*., 164–185. Porto Alegre. Artes Gráficas.

Cagliari, Luiz Carlos. 1993a. «Criar problemas futuros sem resolver os do presente». *Ciência hoje* 16: 28–31.

Cagliari, Luiz Carlos. 1993b. «'Porque Não'». *Folha de São Paulo – Ilustrada*, 24 de janeiro de 1993: 5.

Cagliari, Luiz Carlos. 1994. «O que é ortografia». *Estudos lingüísticos. Anais dos seminários do GEL* 23(1): 552–559.

Cagliari, Luiz Carlos. 1996. «Como não fazer uma reforma ortográfica: o acordo de unificação das ortografias da Língua Portuguesa». *Letras* 15: 81–98.

Cagliari, Luiz Carlos. 1999. *Alfabetizando sem o Ba Be Bi Bo Bu*. São Paulo: Editora Scipione.

Cagliari, Luiz Carlos. 1999b. «A ortografia na escola e na vida». In *Diante das Letras: a escrita na alfabetização*, Gladis Massini-Cagliari e Luiz Carlos Cagliari, 61–97. Campinas: Mercado de Letras.

Cagliari, Luiz Carlos. 2009. «Aspectos teóricos da ortografia». In *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso, representações*, ed. Maurício Silva, 17–52. São Paulo. Editora Contexto.

Castro, Ivo, Inês Duarte e Isabel Leiria (eds.). 1987. A demanda ortográfica portuguesa - comentário do acordo ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu. Lisboa: João Sá da Costa.

Catach, Nina. 1978. *L'orthographe*. Paris: PUF.

Catach, Nina (org.). 1996. *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática.

Daniels, Peter T. e William Bright (eds.). 1996. *The world's writing systems*. Oxford: Oxford University Press.

Feijó, João de Morais Madureira. 1739. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza.* Lisboa Occidental: Na Officina de Miguel Rodrigues.

Figueiredo, Cândido. 1921. *A ortografia no Brasil: história e crítica*. Lisboa: Clássica Editora A. M. Teixeira, 2.ª edição.

Freeman, Ludmila C. 1965. *A history of Portuguese orthography since 1500*. Ph.D. Thesis. Philadelphia: University of Pennsylvania.

Gândavo, Pero Magalhães. 1574. Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua. Lisboa: Na officina de Antonio Gonsaluez.

Garcez, Pedro M.1995. «The debatable 1990 Luso-Brazilian orthographic accord». *Language problems and language planning* 19(2): 151–178.

Gonçalves, Maria Filomena. 2003. *As idéias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian–Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Houaiss, Antônio. 1991. *A nova ortografia da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática.

Houaiss, Antônio. 1993. «'Porque Sim'». *Folha de São Paulo - Ilustrada*, 24 de janeiro de 1993: 5.

Kohrt, Manfred. 1986. «The term 'grapheme' in the history and theory of linguistics». In *New trends in graphemics and orthography*, ed. Gerhard Augst, 80–96. Berlin: Walter de Gruyter.

Leão, Duarte Nunes. 1576/1983. *Orthographia da lingoa portuguesa*. Lisboa: Per Ioão de Barreira. Editado por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: IN–CM, 1983.

Massini-Cagliari, Gladis. 1998. «Escrita do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa: fonética ou ortografia?». In *Filologia e lingüística portuguesa*, v.2. 159–178.

Massini-Cagliari, Gladis e Luiz Carlos Cagliari. 1999. *Diante das letras: a escrita na alfabetização*. Campinas: Mercado de Letras.

Oliveira, Fernão de. 1536/1981. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: casa de Germão galharde. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

Vera, Álvaro Ferreira de. 1631. *Ortographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*. Lisboa: Per Mathias Rodriguez.

Verney, Luiz Antonio. 1746. «Primeira carta (reforma ortográfica)». In *O verdadeiro método de estudar, para ser útil à República, e à Igreja, proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal,* Luiz António Verney. Valença: Na oficina de Antonio Balle.

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves. 1885. *Bases da Ortografia Portuguesa* (opúsculo com a colaboração de Guilherme de Vasconcelos Abreu). Lisboa: Imprensa Nacional

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves. 1902. *Ortografias Portuguesas*. (respostas do autor ao Questionário de 1900 com 115 parágrafos).

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves. 1904. *Ortografia Nacional. Simplificação e unificação sistemática das Ortografias Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

14. O uso do subjuntivo ao longo da história do português

Dinah Callou
UFRJ/CNPq
Érica Almeida
IFRJ

Analisa-se em tempo real de longa duração a distribuição das ocorrências de uso dos modos subjuntivo e indicativo em construções completivas e concessivas, na história da língua portuguesa, com base em amostras diferenciadas, de diferentes gêneros textuais, do século XIII ao XX. A partir de pressupostos da sociolinguística variacionista e de concepções do funcionalismo lingüístico, discute-se o fato de o uso variável do modo estar relacionado ao componente semântico-lexical do verbo da oração matriz, no caso das encaixadas, e do elemento à esquerda (o conector), no caso das concessivas, fatos comprovados desde o português arcaico e clássico. Pode-se concluir que a seleção do modo subjuntivo/indicativo é também comandada, em certas construções, (i) pelos traços de [+futuridade/ obrigatoriedade], [+controle], [+avaliação] da proposição, além de (ii) pela presença de uma marca de negação na oração matriz, que acabam por modificar os domínios lexical e pragmático da sentença.

Palavras-chave: subjuntivo, construções encaixadas, construções concessivas, variação, mudança.

1. Introdução

Tradicionalmente, as considerações a respeito do uso do indicativo e do subjuntivo são muito semelhantes. Costuma-se relacionar, nos compêndios gramaticais, o uso dos modos verbais ao grau de certeza/incerteza que se queira expressar em um enunciado e defende-se que, com o indicativo, são expressos fatos tidos como *verossímeis* e *reais* e, com o subjuntivo, fatos *possíveis*, *duvidosos*, *incertos*, *irreais* ou *hipotéticos*. As chamadas gramáticas normativas ressaltam que a distinção entre os modos verbais pode ser feita a partir de determinadas restrições, explicitadas na própria sentença. Cunha e Cintra (1985), por exemplo, entendem por modo a propriedade que tem o verbo de indicar a atitude – de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc. – da pessoa que fala, em relação ao fato que enuncia. Em novos termos, as construções que

selecionam o indicativo conteriam o traço [+ assertivo], em oposição às que selecionam subjuntivo, que seriam [- assertivo].

- indicativo = o falante pressupõe a verdade do complemento
- subjuntivo = o falante não faz uma pressuposição prévia.

Os estudos de linguística histórico-comparativa, no século XIX, permitiram que já se lidasse com o conceito de mudança lingüística, embora as diferenças ainda fossem interpretadas como «erro» e «corrupção» da linguagem, tendo como justificativa principal a falta de instrução por parte do enunciador. Assim, era possível perceber, na leitura dos compêndios gramaticais, enorme resistência a toda e qualquer alteração, talvez pelo conservadorismo prescritivista, ancorado na análise exclusiva da língua padrão (=*literária*). Soares Barbosa (1822: VIII), no prefácio de sua obra, reconhece que «Toda Grammatica he hum systema methodico de Regras, que resultão das observações feitas sobre os usos e factos das Linguas» (s. n. IX).

Neste trabalho, discute-se a variação, mudança e preservação de uso do modo subjuntivo (*irrealis*), ao longo da história da língua portuguesa, em estruturas subordinadas, completivas (*substantivas)* e concessivas (*adverbiais)*.

O objetivo aqui é dar uma contribuição para o aprofundamento de questões referentes ao nível morfossintático e semântico da língua portuguesa e, em termos específicos, evidenciar que a variação de modo, registrada em estudos sobre a língua portuguesa – sob perspectivas diversas – desde o português medieval (Mattos e Silva,1989) e também em outras línguas românicas (Rivero 1971, Lavandera 1980, Poplack 1992, Barra Rocha 1992) está diretamente relacionada a uma dependência de caráter semântico-sintático, sobretudo no que concerne à categoria modalidade-tempo que se queira imprimir a um determinado enunciado (exemplos 1 a 4).

(1) Eu *pensava* que *fosse* sempre pela manhã.

(2) Poucos ainda hoje *pensam* que *vão morrer*.

(3) eu não... *não acredito* que *haja* desastre por falta de segurança... quase sempre é por imprudência... de alguém...

(4) eu *pensei/pensava* que *fosse* alguma coisa que ele tivesse.

A oração subordinada, na subordinação completiva, funciona como argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior, que pode ser um verbo (5), um nome (6) ou uma expressão (7). A seleção de um determinado modo verbal nessa oração depende, geralmente, da nuance semântica expressa pelo verbo da matriz.

(5) [*Espero*] [que *estude* o suficiente para ser aprovado no concurso].

(6) [*É ideal*] [que o projeto *seja enviado* até a próxima semana].

(7) [*Tomara*] [que eu *consiga ganhar* na Mega Sena].

Na subordinação concessiva, o uso do subjuntivo depende de fatores de natureza morfossintática, já que é determinado pela presença de certas conjunções concessivas (*embora, ainda que, conquanto, posto que, se bem que, mesmo que, sem que, por mais que)*.

(8) O povo não gosta de assassinos, *embora inveje* os valentes.

Na análise dos modos verbais, verifica-se a «perda» de certos valores semânticos do modo subjuntivo (*incerteza*, *possibilidade*), que passam a ser expressos por outros mecanismos lingüísticos presentes na própria proposição. No caso das estruturas de complementação, esses elementos linguísticos podem ser a modalidade da proposição (exemplos 9 a 11), a presença de elementos de negação (exemplo 12), etc.

(9) não tinha assim mais negócio... era preciso que houvesse muito... né... de outra religião. (NURC)

(10) É possível que você também use. (NURC)

(11) Disse que ele voltasse e estacionasse o carro mais próximo do meio fio. (NURC)

(12) eu não acho que tivesse essas grandes aptidões. (NURC)

Estudos recentes sobre a variação dos modos verbais, em *corpora* variados (Pimpão 1999, Fagundes 2007, Oliveira 2007, Almeida 2010, Callou e Almeida 2009, 2016, dentre outros) têm revelado a variação entre as formas do subjuntivo/indicativo em diversas construções sintáticas, indo de encontro, até mesmo, ao que prescreve a tradição gramatical (exemplos 13 e 14).

(13) ... ele não *queria* que a namorada dele *ficava* com esse cara, que esse cara foi safado com eles. (PEUL)

(14) usa-se muito... ah... dizer vou *matiné*, e é a tarde, né; é, à noite, *soirée*, *embora* não *usamos* muito essa palavra. (NURC)

A variação de uso dos modos verbais, nessas estruturas, evidencia que os diversos valores nocionais, impostos e defendidos pela norma gramatical, não caracterizam, satisfatoriamente, os modos verbais, sobretudo quando se analisam dados de fala, em que se percebe a interferência do indicativo, nas mesmas condições arroladas pela tradição normativa como obrigatórias para o uso do modo subjuntivo.

A análise de textos antigos deixa claro, também, que, na história da língua portuguesa, as construções concessivas, podem ser marcadas, ora com verbos no subjuntivo, ora com verbos no indicativo, a partir de certas restrições impostas na proposição, o que parece revelar que essa variação modal não era aleatória (exemplos (15) a (18)), mas sim motivada por determinados elementos.

(15) antes q estes Mouros daqui vaõ, e vòs sede certos, que hos que eu leyxey no Castello saõ taes, que se defenderaõ bem, *ainda que creo*, que hos Mouros de hos ter em pouquo, nom cessaraõ do combate atée que ha noyte hos desparta, e esso he o que eu mais desejo. (século XV)

(16) Ora pon/ho eu as minhas palauras na/ tua boca / salte e preega / e daquel / dya adeante *ajnda que* me *queira* / calar de falar de deus nom posso. (século XIV)

(17) E couzas mui bonitinhas Sete sacos bem cheos De mui bellas camarinhas; Tambem hia'o no prezente Humas mui ricas Peruas, que *por mais que* me *cancei*, nam pude achar mais que duas. (século XVIII)

(18) Responderião: que quanto a despachos que elle andava a servir os Senhores de Palavra q eu ahi he que deveria pedir o despacho ou a Proposta para elle, e queixarse muito *embora* se lha não *davão*: mas que podia contar ainda com alguns amigos aqui; e que com hum que deixa Reconhecer como tal, Joze Egydio, tinha eu faltado a seu Respeito não muito tempo antes. (século XIX)

Em estudo concentrado em alguns verbos – que poderiam ser enquadrados sob o rótulo «de opinião» (epistêmicos) –, Callou e Almeida (2016), ao confrontar o falar da cidade do Rio de Janeiro e do espanhol de Buenos Aires, afirmam, com base em estudo variacionista, que a distribuição de uso do modo subjuntivo/indicativo é diferenciada, a depender do predicador verbal (Figura 1)[162].

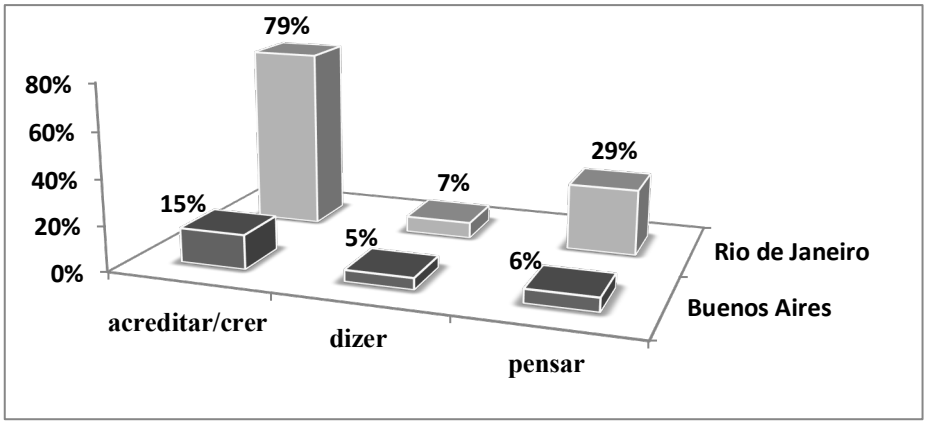


Figura 1. Distribuição de uso de verbos variáveis em português e espanhol (adaptado de Callou e Almeida 2013: 954)

[162] *Corpora* dos Projetos da Norma urbana Culta (www.letras.ufrj.br/nurc-rj) e do *Proyecto de Estudio coordinado de la norma linguística culta de las principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica* (CD-rom).

As autoras (2016), revisitando o tema, confirmam que essa variação de uso, na língua portuguesa, não está restrita à variedade brasileira, sendo registrada também em variedades europeia e africana (Tabela 1)[163].

Tabela 1. Uso do subjuntivo em cada variedade (adaptado de Callou e Almeida 2016: 20)

Verbo da matriz	**brasileira**	**europeia**	**africana**
acreditar/crer	62%	0%[164]	66%
supor	100%	–	0%
pensar	31%[165]	0%	9%
parecer	6%	0%	0%
achar	12%	1%	3%
Ser essencial, necessário, preciso, bom, importante, difícil ...	100%	100%	100%

É importante ressaltar que há pontos de semelhança/contraste entre o presente e o passado, visto que (i) alguns verbos mantêm o mesmo comportamento ao longo do tempo e (ii) outros sofrem um processo de gramaticalização, com possível esvaziamento semântico ('*semantic bleaching*'), correspondendo a um modalizador epistêmico, com perda da estrutura sintática, equivalente, algumas vezes, a 'talvez' (exemplos 19 e 20 de uma amostra de dados orais do século XX, NURC-RJ).

(19) Eu *acho*... que eu me lembre assim.. que tinha uns caldeirões enormes

(20) Eu *acho* que aqui no Rio não há assim uma... *acho que* é...

[163] *Corpus www.letras.ufrj.br/concordancia* .
[164] A forma perifrástica de futuro substitui o modo indicativo.
[165] O uso do subjuntivo está restrito aos casos em que o verbo da matriz está no pretérito perfeito e imperfeito.

2. Análise diacrônica

A análise faz uso de pressupostos da teoria de mudança linguística da sociolinguística variacionista (Weinreich *et al.* 1968, Labov 1994) e do funcionalismo americano (Givón 1995, Bybee 1994), com o auxílio dos programas computacionais VARBRUL (Cedergren and Sankoff 1974) e GOLDVARB X (Sankoff *et al*. 2005).

2.1 Orações completivas

A análise de textos escritos do século XIII ao XX revelou que a variação detectada nos dias atuais remonta ao português arcaico. Foi possível concluir que (i) alguns verbos apresentam um uso estável de um dos dois modos, no decorrer dos séculos, e (ii) apenas alguns admitem um uso variável, com maior/menor frequência de uso do português medieval ao contemporâneo (Tabela 2).

Tabela 2. Frequência do subjuntivo/indicativo ao longo do tempo

Verbos da matriz	**XIII**	**XIV**	**XV**	**XVI**	**XVII**	**XVIII**	**XIX**	**XX**
crer/acreditar	–	8%	12%	16%	05 %	8%	15%	38%
pensar	–	–	100%	0%	–	33%	13%	13%
parecer	–	0%	7%	8%	11%	15%	0%	0%
dizer	23%	10%	20%	9%	2%	5%	9%	0%

Os dados revelam um aspecto crucial de mudanças relevantes ocorridas na história da língua portuguesa, o de herdar aspectos semântico-sintáticos existentes no português medieval.

A título de exemplificação, selecionamos os verbos *crer*, *acreditar* e *dizer* – constantes na Tabela 2 – para mostrar mais de perto a variação de uso do subjuntivo no decorrer dos séculos.

Utilizado para denotar opinião, o verbo *crer* foi registrado em 134 construções completivas, 15% das quais (20 ocorrências) se encontram no modo subjuntivo. Quando há um elemento de negação na posição mais alta da oração matriz, o verbo

da encaixada vai para o subjuntivo em 58% dos casos, principalmente quando se refere à 1.ª pessoa verbal.

(21) [...] *Não* podemos *crer* q de tal entrada por esta guisa se *sigua* tanto proueito, q muito mais dano não seja. (século XV)

(22) *Não* creio | que *possas* vir já, estou ancioso | pelo congresso. (século XIX)

(23) *Não* creio que *possa* | levantar-se, pode tentar qual-|quer cousa, batalhar mes-| mo, mais ir ao poder, isto | será impossível. (século XIX)

(24) *Não* creio | que *tenha* morrido, aqui | não consta para onde | foi, nem que destino teve, | espero saber pelo Quartel | Gal. (século XIX)

(25) *Não* digo que *não trate* cada um de crescer. (século XVII)

(26) E ella lhe *disse* que / *entrasse* pera dentro e entrou na primeira casa e a/charom hũũ leyto mui boo de muitos panos / de grande vallor. (século XVI)

As Figuras 2 e 3 ilustram a distribuição de uso do modo subjuntivo com os verbos *crer*/*acreditar* e *dizer* ao longo dos séculos.

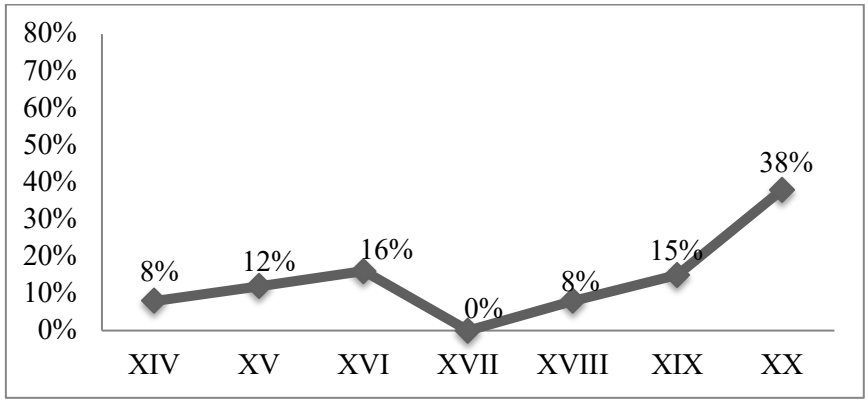


Figura 2. Frequência do uso do modo subjuntivo com o verbo *crer*/*acreditar* em orações completivas ao longo dos séculos

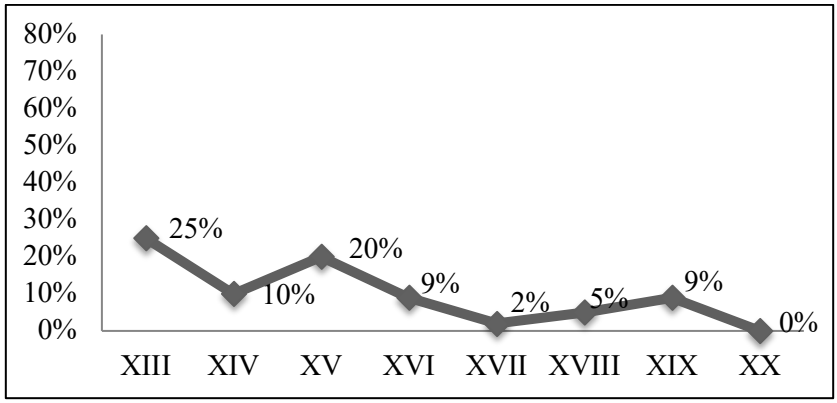


Figura 3. Frequência do uso do modo subjuntivo com o verbo *dizer* em orações completivas ao longo dos séculos

Pode-se observar que, até o final do português arcaico (séculos XIII ao XV), o uso do subjuntivo com *dizer* atinge quase 20% e, a partir do século XVI, se reduz. Nos dados de escrita, não se registrou uma única ocorrência de uso do modo subjuntivo com o verbo *dizer* no século XX. A curva de uso do subjuntivo parece indicar uma variação estável, com ápices de uso nos séculos XIII, XV e XIX.

Aspectos relevantes relativos ao uso do modo subjuntivo na história do português dizem respeito ao fato de propriedades essenciais de seleção serem preservadas, a saber: (i) quando o verbo é precedido pela partícula negativa 'não' o modo subjuntivo é ativado na oração encaixada e (ii) verbos como *pensar* selecionam o subjuntivo na oração encaixada quando o verbo da matriz está no passado (pretérito perfeito ou imperfeito). Isso pode ser explicado pelo fato de o passado poder assinalar na sentença nuances pertencentes a um feixe de possibilidades de referência a um fato, ação, acontecimento que seria contrário ao que realmente sucede.

Outro fato significativo diz respeito ao uso da primeira pessoa do discurso que, por conter um significado mais subjetivo, seleciona de preferência, as formas do modo subjuntivo.

(27) Eu *pensei* que *fosse* alguma coisa [...].

Em dados de fala, no português contemporâneo, ocorre o subjuntivo quando o verbo vem precedido de *não* (efeito negativo).

(28) *Não creio* que se *possam* dar.

Outra variável a ser considerada tem a ver com o gênero textual que pode atuar em conjunto com a época em que foi escrito o texto. É necessário, porém, relativizar os resultados, em função de a distribuição dos textos por época ser diferenciada, como se pode ver na Tabela 3, a seguir, o que nos levaria a crer que as duas variáveis devem ser vistas em conjunto. À primeira vista, parece que a seleção de modo verbal estaria ligada ao grau de formalidade, mas talvez o modo de interação (relato, ordem, etc.) e o tema estejam atuando. No gênero peça teatral, visto normalmente como próximo à fala, a frequência de uso do subjuntivo é maior que em todos os demais gêneros do século XIX. O editorial, com maior marca de formalidade, apresenta uso categórico do indicativo, no mesmo período de tempo.

Tabela 3. Presença do subjuntivo nos diferentes textos ao longo dos séculos com o predicador *dizer*

Século	**Gênero Textual**	**Oco⁄Total**	**% de uso do subjuntivo**
XIII	Carta Oficial (Mosteiro de Chelas)	1⁄14	7
	Foros (Afonso V, Castel Rodrigo)	8⁄22	36
XIV	Carta Oficial (Mosteiro de Chelas)	2⁄38	5
	Diálogos de São Gregório (Religioso)	23⁄179	13
	Livro das Aves (Tratado)	0⁄33	0
XV	Carta Oficial (Mosteiro de Chelas)	0⁄24	0
	Crónica histórica (D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. João I)	53⁄236	22
	Vida de Santos (Morte de São Jerônimo, Vida de Tarsis, Vida de Santa Pelágia)	5⁄23	22
XVI	Carta Oficial (D. Duarte Coelho ao rei, D. João III	13⁄149	9
	Diálogos (Anexos à Gramática de João de Barros)	2⁄30	7
XVII	Carta Pessoal (Vieira)	0⁄65	0
	Discurso de vários políticos	0⁄49	0

	Sermões de Vieira (História do Futuro, Sermões)	4/108	4
XVIII	Carta Oficial (Comércio- PHPB)	5/19	26
	Carta Pessoal	0/3	0
	Autos Jurídicos (Autos da Devassa)	1/171	1
	Peça Teatral	7/76	9
	Descrição Geográfica do Distrito de Campos – RJ (Técnico-Descritivo)	1/8	13
XIX	Carta Oficial (PHPB)	3/52	6
	Carta de leitor/ redator (PHPB)	0/25	0
	Carta Pessoal (PHPB)	4/18	22
	Folhetim (PHPB)	1/20	5
	Editorial (PHPB)	0/2	0
	Notícia (PHPB)	0/6	0
	Peça Teatral (PHPB)	4/16	25
XX	Carta Pessoal	0/16	0
	Editorial	0/4	0
	Notícia	0/14	0

2.2 As construções concessivas

O fato de, no português antigo, a alternância de uso do indicativo/subjuntivo não parecer aleatória (Said Ali 1964, Mattos e Silva 1989, Menon 2007) pode fazer supor que as duas formas verbais não constituíam variantes no sentido estrito, por possuírem valores referenciais distintos. Embora, no português atual, haja preferência pelo uso do modo subjuntivo – com a maioria dos conectores concessivos, exceto *apesar de* e *se bem que* –, o uso do indicativo em contextos semelhantes aos de outrora permite afirmar que certas marcas estruturais e/ou semântico-discursivas operam na seleção das formas verbais, tanto no passado como no presente.

Outras variáveis atuantes nessas construções seriam (i) o *Modo de Organização do discurso* e a hipótese aventada é a de que o subjuntivo seja mais produtivo nas sequências argumentativas, já que é o modo utilizado para indicar modalização discursiva: sequências narrativas e descritivas são, por sua vez, marcadas no

indicativo, já que explicitam um fato já conhecido pelo enunciador; (ii) a *Posição que ocupa na Oração,* uma vez que*,* por apresentarem propriedades equivalentes às de um advérbio, um caráter circunstancial, apresentam mobilidade na sentença. Dessa forma, a oração subordinada concessiva pode aparecer anteposta, intercalada ou posposta à oração matriz e, segundo Rocha Lima (2003: 277), quando anteposta, «parece que dá maior relevo, permitindo o contraste de ideias». Postula-se que o subjuntivo ocorra mais frequentemente em orações antepostas, por conter caráter de antecipação da inferência. Especial atenção deve ser dada à relação entre o tipo de conector que introduz a sentença e o uso de um determinado modo verbal. Da mesma forma que com as completivas, parece que é o elemento à esquerda que controla o modo verbal.

Os conectores concessivos, como se sabe, apresentam propriedades semânticas diferenciadas, estando diretamente relacionados à própria noção semântica contida no processo de gramaticalização de cada uma das formas (Barreto 1999). Em nossa amostra, registraram-se os seguintes conectores concessivos: *ainda que*, *posto que*, *como quer que*, *por mais que*, *sem que*, *mesmo que*, *pero/empero (que)*, *embora*, *apesar de(que)*, *por*, *se bem que*, alguns deles não mais utilizados no português contemporâneo. Acredita-se que quanto maior distância entre o conector e o verbo da oração subordinada menor o domínio do último sobre o primeiro.

Na análise dos dados de escrita, após a análise qualitativa de todos os conectores concessivos, optou-se por observar mais detidamente apenas os mais produtivos, com o objetivo de confirmar as hipóteses aventadas e detectar os contextos de uso do subjuntivo, do século XIII ao XX.

As amostras utilizadas são as mesmas que constam da Tabela 3 (de referência às completivas com o verbo *dizer*) e a Tabela 4, a seguir, apresenta os percentuais de uso por conector, através dos séculos.

Tabela 4. Relação dos conectores concessivos através dos séculos

Conector	Século	Oco de subj./ Total	% (subj.)
1) *Ainda que*	XIII	1/1	100
	XIV	10/12	83
	XV	14/21	67
	XVI	21/26	81

	XVII	87/172	51
	XVIII	60/95	63
	XIX	24/41	59
	XX	–	–
2) *Apesar de (que)*	XIX	0/15	0
	XX	–	–
3) *Como quer que*	XIII	02/02	100
	XIV	76/80	95
	XV	18/23	78
	XVI	02/06	33
	XIX	01/01	100
	XX	–	–
4) *Embora*	XVII	02/02	100
	XVIII	05/05	100
	XIX	09/10	90
	XX	06/07	85
5) *Mesmo que*	XVII	1/1	100
	XVIII	1/1	100
	XIX	4/4	100
	XX	1/1	100
6) *Pero/ Empero (que)*	XIII	30/37	63
	XIV	04/06	67
	XV	02/03	67
	XVI	09/11	82
7) *Por mais que*	XVII	15/18	83
	XVIII	4/4	100
	XIX	1/1	100
	XX	–	–
8) *Por*	XVII	1/1	100
	XIX	1/1	100
	XX	–	–
9) *Posto (que)*	XV	10/10	100
	XVI	29/39	74
	XVII	12/36	33

	XVIII	03/08	38
	XIX	02/02	100
	XX	–	–
10) *Se bem que*	XVII	0/01	0
	XIX	01/01	100
	XX	0/01	0
11) *Sem que*	XVII	14/14	100
	XVIII	16/16	100
	XIX	13/13	100
	XX	02/02	100

A título de exemplificação, é traçado um quadro do conector mais utilizado na diacronia do português, o *ainda que*. Das 357 construções registradas com esse conector, 60% se encontram no subjuntivo, não tendo sido encontrados exemplos na escrita do século XX.

(29) E, *ainda que* nam *seja* pera a linguágem, verdadeiramente assi ô pódes ter na música, porque a prolaçám e ár que temos da linguágem, diferente das outras nações, temos no modo do cantár, cá mui estranha compostura é a françesa e italiana à espanhól, e as guinádas e deminuiçám que fázem ao cantar, fázem na prolaçám e açento da fála. (século XVI)

(30) Resistir a uma razão tão evidente como a que diz – Assim o quer Deus –, é tão indigna e afrontosa resistência, que nenhuma razão de estado a pode justificar, *ainda que houvesse de se perder* o mesmo Estado. (século XVII)

(31) Mas eu digo mais, e assento que, *ainda que* uma *seja* abreviatura da outra, importava muito à língua portuguesa que se deitasse fora o til e a terminação ão, escrevendo-se tudo extensamente, e, uma de duas, ou que se escrevesse Falaom, ou, abreviando, Falam. (século XVIII)

À semelhança do que foi mostrado para o verbo *dizer* em orações completivas, para confirmar o padrão de distribuição de uso por gênero e época, nas orações do *ainda*

que, foi necessário fazer uma análise conjunta das duas variáveis. À primeira vista, o uso do subjuntivo parece estar mais diretamente atrelado à variável *gênero textual* que à *época* de produção do texto. Contudo, se analisarmos, mais atentamente, a Tabela 5, a seguir, é possível observar, por exemplo, que (i) no gênero *carta oficial*, nos séculos XIV e XV, o uso do subjuntivo é categórico, embora, no século XVI, já seja de 79%; e (ii) no texto de conteúdo religioso, o percentual que era de 87%, no século XIV (*Diálogos de São Gregório*), passa a ser categórico no século XV (*Vida de Santos*). Pode-se pensar que se está diante de uma variação de texto para texto que pode depender do *gênero textual*, do *tema* e até mesmo, muitas vezes, da *época*[166].

Tabela 5. Presença de uso do subjuntivo nas orações concessivas com o conector *ainda que* em relação ao gênero textual analisado em cada século

Século	**Gênero Textual**	**Oco/Total**	**% de uso do subjuntivo**
XIV	Carta Oficial (Mosteiro de Chelas)	3/3	100
	Foro de Garvão (Notarial)	1/1	100
	Diálogos de São Gregório (Religioso)	7/8	87
	Livro das Aves (Tratado)	0/1	0
XV	Carta Oficial (Mosteiro de Chelas)	1/1	100
	Crônica histórica (D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. João I)	11/18	58
	Vida de Santos (Morte de São Jerônimo, Vida de Tarsis, Vida de Santa Pelágia)	2/2	100
XVI	Carta Oficial (D. Duarte Coelho ao rei, D. João III)	15/19	79
	Carta de Caminha	1/1	100
	Diálogos (Anexos à Gramática de João de Barros)	5/6	80
XVII	Carta familiar (F. M. de Melo, Cartas a Vieira)	38/65	60
	Discurso de vários políticos	13/49	29
	Carta (Manuscrito mãos inábeis)	0/01	0
	Sermões de Vieira (História do Futuro, Sermões)	36/61	59

[166] Vale lembrar que o gênero *carta* não pode àquela altura ser considerado uma tradição discursiva, nos termos de Kabatek (2006), uma vez que suas marcas não estavam ainda bem definidas e sedimentadas, dependendo do remetente e destinatário.

XVIII	Carta Oficial (Cartas de Comércio – PHPB)	02/05	40
	Carta pessoal (PHPB)	0/06	0
	Autos Jurídicos (Autos da Devassa)	12/18	66
	Instrucional (Manual de português)	43/50	84
	Peça Teatral (PHPB)	0/01	0
	Descrição Geográfica do Distrito de Campos – RJ (Técnico-descritivo)	03/05	60
XIX	Carta de leitor/redator (PHPB)	0/02	0
	Carta Pessoal (PHPB)	04/04	100
	Editorial (PHPB)	01/02	50
	Notícia (PHPB)	03/03	100
	Peça Teatral	11/27	40

3. Considerações finais

A partir de uma análise em tempo real de longa duração (séculos XIII a XX) de textos escritos e também, de uma análise de tempo real de curta duração – comparação entre dois períodos discretos de tempo (duas décadas do século XX), de textos orais, em trabalhos anteriores, foi possível chegar a algumas generalizações, a principal delas, a de que o uso do subjuntivo/indicativo é um fenômeno variável, dependente de fatores de natureza morfológica, sintática, semântica, discursiva e pragmática.

No caso das orações completivas, independente da época e da modalidade (língua escrita ou falada), o subjuntivo está correlacionado aos seguintes elementos: (a) item léxico-semântico da oração matriz, já que os predicadores que adquirem o traço de [+futuridade/obrigatoriedade], [+controle], [+avaliação] selecionam o subjuntivo; (b) efeito da negação na oração matriz, que modifica os domínios lexical e pragmático, conforme já havia sido verificado em outras análises; (c) presença da primeira pessoa verbal na matriz, uma vez que, nessa categoria gramatical, se verifica maior grau de subjetividade. O Quadro 1, a seguir, resume a questão.

Quadro 1. Traços controladores do uso dos modos verbais

Contexto da proposição (matriz)	**Subjuntivo (encaixada)**	**Indicativo (encaixada)**
I Noção de obrigatoriedade e/ou de futuridade [+/-futuridade] [+/-obrigatoriedade]	Essa noção pode ser expressa pelo verbo no tempo presente.	Essa noção aparece expressa por uma construção modal (*haver a/de* + verbo principal) e por formas de futuro simples no verbo indicativo.
II Noção de ordem, de comando, de pedido [+/-controle]	Proposição traduz ordem, comando, pedido, com alguns verbos, como *demandar*, *ordenar*, *persuadir* e *outorgar*, que já trazem, intrinsicamente, essa carga semântica; outros predicadores, como *falar*, *escrever*, *aconselhar*, adquirem essa nuance, a depender do contexto em que ocorrem.	Proposição tem natureza apenas informativa ou de modalização discursiva.
III Efeito da Negação na matriz [+/-certeza] [+/-avaliação]	A presença do elemento de negação na matriz funciona como um elemento de natureza morfossintática e semântica, desencadeador do subjuntivo.	A ausência do elemento de negação mantém a natureza semântica do verbo da matriz, selecionando o indicativo.
IV Tempo do verbo na matriz [Sempre associado à outra categoria, nunca por si só]	Há correlação entre o verbo da matriz e o modo da encaixada (elemento estrutural).	Verbo da matriz no presente, no futuro e, até mesmo, no passado, quando ocorre em sequência estritamente narrativa.

No que se refere às orações concessivas, o uso do subjuntivo é: (a) variável, em determinados períodos, com certos conectores (*ainda que*, *pero*/*empero que*, *como quer que*, *embora*, *posto que*, *por mais que*); (b) constitui uma estratégia argumentativa que pode indicar as categorias modais de hipótese e condição, admitindo, no primeiro caso, variação de uso do modo verbal e, no segundo, retenção de uso do modo subjuntivo, devido ao caráter restritivo; (c) é utilizado, preferencialmente, nas orações que ocorrem antepostas ou intercaladas, uma vez que antecipam a inferência, com

maior grau de subjetividade; e (d) ocorre quando há identidade entre os sujeitos das cláusulas matriz e subordinada, em que se pode observar maior integração sintático-semântica.

Desse modo, o uso do modo verbal em orações subordinadas completivas e concessivas está diretamente associado ao elemento à esquerda – item verbal da matriz (completivas) e tipo de conector (concessivas) – e aos traços semânticos de [+/-futuridade/obrigatoriedade], [+/-controle], [+/-avaliação], [+/-certeza] que se queira imprimir a um determinado enunciado.

Na análise diacrônica das orações completivas, observou-se que o comportamento de todos os verbos não é semelhante: há verbos que apresentam uso variável no decorrer do tempo, enquanto outros apresentam uso variável em sincronias específicas, a depender do *gênero textual*, do *modo de interação* e do *tema* do texto. É importante ressaltar que os resultados apresentados devem ser relativizados, uma vez que não há homogeneidade nos gêneros textuais, pela escassez de textos em alguns séculos.

No que se refere às orações concessivas, destaca-se que o tipo de conector é um elemento fundamental na seleção do subjuntivo na cláusula subordinada, cada um deles apresentando comportamentos diversificados, nos dados de escrita. O traço de futuridade/obrigatoriedade está presente na descrição de eventos vindouros, contexto que atua na retenção de uso do subjuntivo nas cláusulas concessivas, à semelhança do que ocorre nas cláusulas completivas. Quando o conector concessivo se encontra associado a um verbo no tempo passado, seleciona-se, geralmente, o indicativo na cláusula subordinada. Na história da língua, pode-se dizer que o subjuntivo é favorecido nas proposições em que (i) há identidade entre os sujeitos das cláusulas matriz e subordinada, (ii) atua o efeito de negação de inferência e (iii) é veiculada informação nova.

O indicativo prevalece, nos dados de fala das orações concessivas, (i) quando o sujeito da oração concessiva está expresso em 3ª pessoa, sobretudo com as formas «você» e «a gente», em que se observa menor grau de subjetividade; (ii) quando o verbo da oração se encontra no passado, atestando um fato real; (iii) quando o conector da cláusula subordinada ocorre combinado ao verbo *haver* na acepção de *existi*r; (iv) quando há uma estrutura de «verbo suporte» como predicador da cláusula subordinada.

Também na análise diacrônica das orações completivas, comprovou-se que o comportamento de todos os verbos não é semelhante: há verbos que apresentam uso variável no decorrer do tempo, enquanto outros apresentam uso variável em sincronias específicas, a depender do gênero textual, do modo de interação e do tema do texto. No caso das concessivas também é dependente do conector que introduz a sentença.

Pode-se supor que a perda gradual da distinção subjuntivo/indicativo seja explicada pela tendência em várias línguas românicas de utilizar o modo indicativo em contextos antes restritos ao modo subjuntivo, o que levaria a uma simplificação flexional do paradigma verbal.

Em suma*, e*mbora muitos estudiosos tenham sempre visto a seleção do modo verbal como sendo semanticamente motivada (*realis* expresso pelo indicativo e *irrealis* pelo subjuntivo), diversos trabalhos – em várias línguas românicas – já confirmaram que é o léxico o controlador primordial, levando a processos de gramaticalização e de lexicalização que acabam por reduzir a frequência de uso do subjuntivo.

Referências

Almeida, Erica. 2010. *Variação de uso do subjuntivo em estruturas subordinadas: do século XIII ao XX*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa – Faculdade de Letras/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Barbosa, Jerônimo Soares. 1822. *Grammatica philosophica da língua portuguesa ou princípios de grammatica geral applicadas à nossa linguagem*. Lisboa, Academmia real das Sciencias.

Barra Rocha, M. M. 1992. *O modo subjuntivo em português – um estudo contrastivo com o italiano*. Belo Horizonte: UFMG.

Barreto, Therezinha. 1999. *Gramaticalização das conjunções*. Salvador: UFBA.

Bybee, Joan *et al.* 1994. «A quantitative approach to grammaticization». In: *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*: 106–124. Chicago: The University of Chicago Press.

Callou, Dinah e Almeida, Erica. 2009. «Mudanças em curso no português brasileiro: contrastando duas comunidades». *Textos selecionados 24º Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa/UL.

Callou, Dinah e Almeida, Erica. 2013. «O uso variável do subjuntivo na fala culta do Rio de Janeiro e de Buenos Aires: variação e significado». In: *II Jornadas Internacionales Beatriz Lavandera Sociolinguística e análisis del discurso.*

Cedergren, Henrietta J. e Sankoff, David. 1974. «Variable Rules: Performance as a Statistical Reflection of Competence». *Language* 50: 333–355.

Cunha, Celso e Cintra, Luiz Felipe. 1985. *Nova Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Fagundes E. D. 2007. *As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do VARSUL no Estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo*. Curitiba: UFPR.

Givón, Talmy. 1995. *Funcionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Kabatek, Johannes. 2006. «Tradições discursivas e mudança linguística». In: Lobo, T.; Ribeiro, I.; Carneiro, Z.; Almeida, N. (orgs). *Para a História do Português Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, Vol. VII, 505–527.

Labov, William. 1994. *Principles of linguistic change. Internal factors*. Cambridge: Blackwell.

Lavandera, Beatriz. 1980. *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia 1989. *Estruturas trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Menon, Odete. 2007. «Concessivas 'exigem' subjuntivo?». *Cadernos de pesquisa em Lingüí*stica 3/1: 8–25, Porto Alegre.

Oliveira, Maximiliano. 2007. *O uso do modo verbal em estruturas de complementação no português do Brasil*. Brasília: UNB.

Pimpão, Tatiana. 1999. *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática.* Florianópolis: UFSC.

Poplack, Shana. 1992. «The inherent variability of the French subjunctive». In: Laeufer, C. Morgan, T. (eds.). *Theoretical Analyses in Romance Linguistics*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins. 235–263.

Rivero, Maria Luisa. 1971. «Mood and Presupposition in Spanish». *Foundations of Language* 7: 305–336.

Rocha Lima, Carlos Henrique. 2003. *Gramática normativa da língua portuguesa***.** 43ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

Said Ali, Manuel. 1964. *Gramática histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Sankoff, David; Smith, Eric; Tagliamonte, Sali. 2005. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto.

Weinreich, Uriel; Labov, William; Herzog, Marvin 1968. «Empirical foundations for a theory of language change». In Lehmann, Winfred; Malkiel, Yakov. (orgs.) *Directions for historical linguistics*. Austin University of Texas Press. p. 97–195

Corpora

Barbosa, Afrânio e Callou, Dinah (coord.) Para uma História do Português do Brasil – RJ. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: www.phpbrj.letras.ufrj.br

Brandão, Silvia Figueiredo e Mota, Maria Antónia. VARPORT. Análise Contrastiva de Variedades do Português. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: www.varport.letras.ufrj.br

Carneiro, Zenaide e Lacerda, Mariana (coord.) BIT – PROHPOR, Banco Informatizado de Textos. Disponível em: https://www.prohpor.org/bit-prohpor

Galves, Charlotte; Andrade, Aroldo Leal de; e Faria, Pablo. Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese. URL: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus

NURC – Callou, Dinah *et al*. Projeto Norma Linguística Urbana Culta – RJ. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: www.nurcrj.letras.ufrj.br

PEUL – Banco de dados do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua. rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/peul/amostras%201.html

15. Análise de *macrocorpora* e *microcorpora* para estudos de linguística histórica

Juan M. Carrasco González

Universidad de Extremadura

Os estudos de linguística histórica baseados em grandes *corpora* que incorporam grandes períodos de tempo, ou uma grande quantidade de textos para um período mais restrito, por vezes não conseguem averiguar exatamente como é que se produzem determinados fenómenos de mudança linguística, os quais, pelo contrário, podem ser muito melhor descritos quando se estudam e se comparam pequenos *corpora* correspondentes a um autor ou uma coleção de documentos muito melhor localizados no tempo, no espaço e no seu registo linguístico. Um bom exemplo disso é a formação dos tempos compostos e outros usos dos verbos *ter* e *haver* em época clássica.

Palavras-chave: *corpora* linguísticos, diacronia do português, tempos compostos, *ter*, *haver*.

O propósito deste trabalho é tentar mostrar como o uso de grandes *corpora* linguísticos pode ocultar ou desvirtuar alguns processos de mudança na história de uma língua, ao passo que, pelo contrário, o uso de pequenos *corpora* linguísticos (*corpora* que podem ser reduzidos no seu espaço temporal, ou limitados a um tipo de textos, ou a um autor, a umas obras escolhidas, etc., segundo uma escolha determinada por aquilo que se quiser estudar) pode esclarecer muito melhor como é que aconteceram os factos, quais foram as causas das mudanças ou, por exemplo, como é que se espalharam e alcançaram um uso específico na língua.

Fui confrontado com esta situação quando analisava os tempos compostos no português moderno e, mais concretamente, para o caso que vou tratar aqui, a construção de particípio com o verbo auxiliar *haver* em português (cf. Carrasco 2011, 2013, 2014). Como se sabe, na língua medieval existiam três verbos para a formação dos tempos compostos, se bem que com diferente grau de gramaticalização: o verbo

haver, o verbo *ter* e o verbo *ser* (neste caso só com verbos intransitivos, por exemplo, com verbos de movimento).

O português clássico, nos séculos XVI e XVII, ainda manteve o uso destes três verbos para a formação dos tempos compostos, mas verfica-se então uma maior gramaticalização (por exemplo, cada vez são menos os casos de concordância do particípio com o objeto direto) e uma proeminência cada vez mais patente do verbo *ter* sobre os outros dois auxiliares. Parece portanto que houve uma evolução linear e progressiva desde as origens do idioma até à atualidade em que o verbo *ser* desapareceu na formação dos tempos compostos, ao passo que o verbo *ter* é usado nestes casos muito mais frequentemente do que o verbo *haver*.

Segundo a descrição gramatical padronizada e escolar dos nossos dias, em português podemos usar indistintamente o verbo *ter* ou o verbo *haver* para a formação dos tempos compostos. Por exemplo, na *Gramática Formativa de Português* de Leonor Sardinha e Luísa Oliveira pode-se ler o seguinte: «Os tempos compostos são formados por meio dos verbos auxiliares *ter* ou *haver* e o particípio do verbo que se pretende conjugar» (Sardinha e Oliveira 2010: 61). Não se discute, portanto, o uso sistemático do verbo *ter*. Porém, se um estrangeiro pretendesse conjugar os tempos compostos com esta explicação, ia errar sem dúvida, porque, especialmente na língua oral, raramente é usado o verbo *haver* nestes casos. Presumo que só a condição de sair da boca de um estrangeiro poderia tornar suportável uma expressão coloquial deste tipo: «Ele há estado doente nos últimos meses». Isto não quer dizer que não seja possível ouvir tempos compostos com *ter* em Portugal, mas só em determinados registos de língua ou em determinados contextos.

Há mais de trinta anos que publicaram Celso Cunha e Lindley Cintra a sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo.* Nesta obra expunham uma noção muito alargada do que são os tempos compostos, mas especificamente para estes de que falamos, advertiam o seguinte: «Entre os tempos compostos da voz activa merecem realce particular aqueles que são constituídos de formas do verbo *ter* (ou, mais raramente, *haver)* com o particípio do verbo que se quer conjugar, porque é costume incluí-los nos próprios paradigmas de conjugação» (Cunha e Cintra 1984: 399). O verbo *haver* com partícipio é, portanto, raro, de uso extraordinário ou, até, excecional. Tem um uso literário, culto, de língua muito cuidada, académica, etc.

Mas um ano antes da publicação da *Nova Gramática do Português Contemporâneo,* isto é, em 1983, foi editada a *Gramática da Língua* Portuguesa de Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Silva Duarte e Isabel Hub Faria, onde se diz que, de todos os verbos auxiliares, «apenas *ter* entra na formação dos tempos compostos» (Mateus *et al.* 1983: 284). E em nota de rodapé faz-se esta afirmação mais elucidativa: «O verbo *haver* como auxiliar dos tempos compostos deixou de se utilizar na linguagem coloquial» (Mateus *et al.* 1983: 284, n.59). Verifica-se, portanto, que na oralidade, a língua portuguesa atual não usa tempos compostos com *haver*. O problema que deve ser resolvido será em que momento da história da língua deixou de ser usado este verbo como auxiliar dos tempos compostos. Ora, se este uso de *haver* não desapareceu nunca na língua culta e literária, é de supor que os textos antigos de que dispomos mostrem exemplos que não correspondem aos usos da língua oral.

Já Mattos e Silva (2002a) advertia que na *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros impressa em 1540, a primeira a falar dos tempos compostos em português (os «tempos per rodeo»), não se menciona o verbo *haver* como auxiliar destas construções:

> *Chamamos tempo per rodeo, quando simplesmente nam podemos usár dalgũ, entã pera ô sinificár tomamos este uęrbo, tenho, naquelle tẽpo que ę mais confórme ao uęrbo que queremos cõiugár, e cõ o seu participio passádo dizemos, tiuęra amádo: como se póde uer no tẽpo passádo e mais que acabádo no módo pera deseiár, o quál suprimos per este rodeo, por nam termos simples com que ô sinificár.* (Barros 1540: 25v)

Será que em 1540 já acontecia a situação descrita na *Gramática* de 1983, isto é, que nessa altura o verbo *haver* como auxiliar dos tempos compostos já não se utilizava na linguagem coloquial? Há aqui como que uma anomalia na diacronia do português, porque o previsível seria que, recuando mais na história, mais casos encontrássemos de *haver* com particípio, mais frequente e vulgar deveria ser o seu uso, mas parece que acontece o contrário.

Os tempos compostos com *haver* procedem de uma perífrase latina com particípio que já era usada na língua clássica, mas que no latim vulgar, cerca do século VI, começou a ser usada para exprimir a noção de anterioridade temporal. Quando aparecem os primeiros textos escritos em português, a construção de *haver* com particípio está perfeitamente documentada. Portanto, como acontece noutras línguas

românicas, os tempos compostos com *haver* fazem parte da conjugação portuguesa desde as origens do idioma.

No português arcaico também se documenta, quase de forma marginal, a presença da construção de *ter* com particípio. *Ter* e *haver* tinham o mesmo uso: eram usados com verbo [+transitivo] (ao contrário de *ser*, que era usado com verbo [-transitivo]), mantinham ainda certo significado de posse e, consequentemente, não tinham chegado a uma completa gramaticalização, de tal modo que apareciam fenómenos como a inversão (particípio antes do auxiliar), a interposição de elementos entre auxiliar e particípio (sujeito, complementos) e a concordância do particípio com o objeto direto. Estes usos ainda se mantinham no fim da Idade Média e, em parte, também no início da língua clássica ou moderna.

Mattos e Silva afirma que na língua medieval era usado o verbo *ser* com «um subconjunto de verbos classificados como intransitivos» para expressão «do aspecto concluído ou perfectivo»; são «verbos tais como: *nascer*, *morrer*, *falecer*, *passar* (= 'morrer'), *chegar*, *ir*, *correr* (= 'passar o tempo')» (Mattos e Silva 2006: 139). No caso dos tempos compostos com *haver* e *ter*, Mattos e Silva observa que a concordância do particípio é regra na Idade Média, mas a partir da primeira metade do século XV são abundantes os casos de não concordância. Segundo a linguista brasileira:

> *Evidências desse tipo levam a afirmar que a difusão da estrutura própria ao tempo composto [se aceitarmos que só com a gramaticalização completa existe tempo composto] se situa na primeira metade do século XV. Vale também ressaltar que estruturas desse tipo com PP de verbo intransitivo vão sendo incrementadas do século XV para o XVI, como demonstram, a partir de textos em prosa, Naro e Lemle no seu artigo sobre difusão de mudanças sintáticas (1977). Note-se, contudo, que já no Cancioneiro Medieval, a par das estruturas com a concordância, portanto com PP de verbo transitivo, já ocorrem também aquelas de verbo intransitivo* [...] (Mattos e Silva 2006: 141).

Faço agora uma pequena digressão para comparar a evolução dos tempos compostos em português e em castelhano neste momento do fim da Idade Média, o que nos vai interessar mais tarde. No início do século XVI, a situação era bem diferente entre português e castelhano (cf. Rodríguez Molina 2004, Ranson Seklaoui 1992, García Martín 2001). No fim da Idade Média, o verbo *ser* deixa de ser usado em espanhol para os tempos compostos, ao passo que os tempos compostos com o verbo *haber* tiveram um rápido processo de gramaticalização, de tal modo que o particípio deixa de concordar com o objeto direto. Segundo Calzado Román, «De principios del

XIV a mediados del XV prevalece la [sintaxis] no concordante, y a finales del siglo XV la sintaxis concordante desaparece por completo» (Calzado Roldán 1997: 23).

A construção dos tempos compostos em português nesse mesmo momento apresentava um uso cada vez maior do verbo *ter* como auxiliar (em substituição do verbo *haver*), mas ambos eram ainda usados com uma gramaticalização fraca, sendo muito frequente a concordância com o objeto direto. Por sua vez, o verbo *ser* manteve em português o seu uso ao longo do século XVI e ainda no século XVII (v. Carrasco González 2015).

A substituição do verbo *haver* por *ter* nos tempos compostos, segundo as análises feitas em grandes *corpora* linguísticos, foi progressiva desde os primeiros textos do idioma até ao século XVI. Osório (2008), baseando-se no *Corpus Informatizado do Português Medieval* da Universidade Nova de Lisboa, oferece uns resultados em que o verbo *ter* passa de 7% de ocorrências no século XIII a quase 70% no século XVI. A existência de uns 30% de tempos compostos com *haver* no século XVI é ainda um uso notável deste auxiliar e, em princípio, é coerente com uma suposta diminuição do seu uso em tempos posteriores até chegarmos aos nossos dias, onde o uso é raro na língua coloquial. É claro que a análise realizada pelo professor Paulo Osório é tecnicamente impecável e muito rigorosa nas conclusões, de modo que alguma discrepância com ela só poderia dever-se às características dos grandes *corpora* linguísticos utilizados.

De facto, se fizermos uma análise mais pormenorizada do que aconteceu no século XVI, com toda a generalização das grandes mudanças havidas no português médio e com a renovação clássica da língua (o que pode explicar muito bem esta dirupção evolutiva), o que percebemos é que houve uma rutura completa no uso do verbo *haver* para a formação dos tempos compostos. Para isso devemos encarar *corpora* linguísticos mais restritos no tempo e na tipologia textual.

Rosa Virgínia Mattos e Silva, analisando os indicadores que definem o trânsito do português antigo ao moderno (entre os quais o uso dos verbos *haver* e *ter* como transitivos de posse e na construção dos tempos compostos), estudou a obra de João de Barros (Mattos e Silva 2002a) e um *corpus* constituído pelas cartas de D. João III editadas por Ford em 1931 (Mattos e Silva 2002b). Nos dois casos é uma produção cortesã, portanto, a língua reproduz o padrão lisboeta de meados do século XVI: no primeiro caso (João de Barros) será uma língua propositadamente mais culta e literária,

no segundo caso será uma língua não literária, de tipo administrativo. Os resultados são claros: João de Barros não só ignora os tempos compostos com *haver* na sua *Gramática*, como também não usa nunca *haver* com particípio numa amostra das outras obras deste autor, que, é verdade, não são todas. Para o caso que nos ocupa (os tempos compostos), estas são as conclusões: «No seu uso, é coerente sempre, pelo menos na amostra extensa observada: não varia o *ter* com o *haver*. Apresenta, contudo, estruturas não gramaticalizadas com verbos transitivos no particípio passado, já que a concordância ainda ocorre (...) [com baixa freqüência] e ainda usa o verbo *ser* com o particípio passado de não-transitivos» (Mattos e Silva 2002a: 134). Quanto às *Cartas de D. João III,* escritas entre 1541 e 1551, coincidem com os resultados da análise anterior, isto é, o uso exclusivo de *ter* com verbos transitivos (não há nenhuma ocorrência de *haver* nos tempos compostos) e o uso de *ser* com verbos intransitivos.

Mattos e Silva (2002b: 154) chega à conclusão de que, em meados do século XVI, os tempos compostos apresentavam a seguinte situação: 1º) o verbo *haver* já não se usa como auxiliar; 2º) os tempos com *ter* ainda não estão completamente gramaticalizados, dado que ainda pode existir concordância com o objeto direto; 3º) o verbo *ser* continua a ser utilizado com verbos não transitivos, porém já se encontram casos de uso de *ter* com os mesmos verbos na obra de João de Barros.

Como se pode comprovar por estes estudos, a evolução mostrada em linhas grossas pela análise de grandes *corpora* linguísticos de maneira nenhuma permitia prever uma situação como a descrita. A análise de *corpora* pequenos constituídos por textos correspondentes a diferentes autores dos séculos XVI e XVII esclarece muito melhor a realidade dos acontecimentos linguísticos. Para isso vou comparar os resultados de Paulo Osório sobre a Idade Média e o século XVI e os de Mattos e Silva sobre obras de meados do século XVI com a análise que levei a cabo sobre a obra de Bernardim Ribeiro (anterior, por tanto, ao período estudado por Mattos e Silva), sobre autores da segunda metade do século XVI e início do século XVII (Sebastião Toscano, Duarte Nunes de Leão e Francisco Rodrigues Lobo) e, já em meados do século XVII, a obra em prosa de D. Francisco Manuel de Melo: v. Carrasco 2012, 2013, 2014 e 2015. A maioria são obras literárias, mas também analisei obras de Teologia e Gramática.

Tabela 1. Tempos compostos em Bernardim Ribeiro

	Menina e Moça	**Edição de Évora**	**Obra poética completa**	**Écloga V**
haver + PP:	1	2	3	2
com verbo [+ transitivo]:	0	0	1	0
ter + PP:	55	25	17	5
não concordância:	1	5	1	0
com verbo [+transitivo]:	1	1	1	0
ser + PP	18	18	10	3
TOTAL:	**74**	**45**	**30**	**10**

Na Tabela 1 mostro os resultados dos tempos compostos na obra de Bernardim Ribeiro. Como se pode ver, existem ainda casos de tempos compostos com o auxiliar *haver*, embora sejam muito escassos, e são ainda mais raros se não considerarmos os capítulos acrescentados em Évora e a *Écloga V*. São só dois casos: um na *Menina e Moça* e outro na obra poética. Os casos da *Menina e Moça* e da obra poética correspondem à mesma forma *hei contado*: «E foi assi que a donzela por que morrera o cavaleiro da ponte, como vos hei contado, veo tristemente a acabar [...]» *(Menina e Moça)*; «De todo o que te ei contado» *(Écloga II)*. Uma única forma usada deste modo mais parece uma expressão fixa, uma fórmula evocadora, do que um uso vivo do verbo auxiliar *haver*. Repare-se que o caso da *Menina e Moça* aparece quando uma personagem muito idosa (a Dona do tempo antigo) conta à Menina uma velha história de cavaleiros andantes que já a contava o seu pai quando ela era pequena. Bernardim está a utilizar, na minha opinião, uma construção que ele próprio considerava arcaica, doutros tempos passados, dos avós... E isto vem a coincidir com outros usos arcaicos do verbo *haver* que aparecem na *Menina e Moça* no mesmo contexto cavaleiresco: é o caso de *haver* com objeto direto de tipo material, que só aparece (4 ocor-rências) em expressões como *haver uma justa*, *haver batalha*, etc. (Carrasco 2011: 5). Considerando, pois, estes dois casos, podemos afirmar que na língua de Bernardim Ribeiro já tinham desaparecido os tempos compostos com *haver*, mas o autor conservava a sua memória e podia utilizar por motivos estilísticos.

Quanto aos casos da edição de Évora, aparecem quando se constata uma intervenção deturpadora do editor espanhol André de Burgos. Por exemplo, aparece na forma *hemos tomado* (cf. esp. *hemos tomado),* sabendo-se que em toda a obra de Bernardim só se encontra a forma *havemos*, nunca *hemos*. Finalmente, como se sabe,

há muitas dúvidas sobre a autoria da *Écloga V* (a *Écloga de Ribeiro e Agrestes),* de modo que as diferenças significativas que existem na formação dos tempos compostos mais parecem uma prova de esta écloga não ser de Bernardim Ribeiro. Verifica-se, portanto, que só uma análise de pormenor sobre um *corpus* pequeno e bem delimitado oferece resultados mais precisos e confiáveis.

Em todo o caso, mesmo considerando os fragmentos deturpados por André de Burgos e a *Écloga V,* podemos deduzir que *haver* com particípio tinha desaparecido ou apenas conservava um uso residual antes de meados do século XVI (a obra de Bernardim foi escrita alguns anos antes de 1516, quando aparecem algumas das suas composições no *Cancioneiro Geral,* e antes de 1540, data do primeiro manuscrito da *Menina e Moça),* isto é, podemos recuar a substituição do verbo *haver* por *ter* na formação dos tempos compostos a uma época anterior àquela que propunha Mattos e Silva. Será neste momento, portanto, que no português padrão da corte deixa de ser utilizado o verbo *haver* como auxiliar, uns 450 anos antes da nota de rodapé citada daquela *Gramática da Língua Portuguesa* que advertia sobre a desaparição do seu uso coloquial.

É claro que ter desaparecido no uso oral da língua não quer dizer que tivesse desaparecido completamente da competência dos falantes do português na primeira metade do século XVI – se assim fosse, não se poderia explicar a existência dos tempos compostos com *haver* ainda nos nossos dias. Para uma aproximação ao problema de como é que se conservou este uso de *haver* no período clássico, nem que fosse na língua culta ou escrita, servirão os resultados da análise dos autores da segunda metade do século XVI e primeira do XVII.

A prosa de D. Francisco Manuel de Melo revela uma situação inesperada: houve uma recuperação de *haver* com particípio a tal ponto que é usado com mais frequência do que o verbo *ter* na formação dos tempos compostos: 63,2% de casos com *haver* e 36,8% de casos com *ter*.

Antes de tentar explicar esta anomalia, podemos comparar os resultados de Francisco Manuel de Melo com os resultados que supostamente podem descrever a situação intermédia: as obras de Toscano, Nunes de Leão e Rodrigues Lobo (v. Tabela 2).

Tabela 2. Resultados nas obras de Toscano, Nunes de Leão e Rodrigues Lobo

	***ter* + PP**	***haver* + PP**
Mística Teologia (frequência)	8 oc. (32,9)	27 oc. (77,1)
Ortografia Portuguesa (frequência)	20 oc. (100)	0 oc. (0)
Corte na Aldeia (frequência)	90 oc. (94,7)	5 oc. (5,3)

O que mais chama a atenção nestes resultados é a variância extrema. Olhando só para Nunes de Leão e Rodrigues Lobo poderíamos dizer que o uso de *haver* com particípio, nas décadas finais do século XVI e nas décadas iniciais do século XVII, coincide em grande medida com o que já existia nas primeiras décadas do século XVI, porque não se usa nunca (Nunes de Leão) ou muito pouco (5,3% no caso de Rodrigues Lobo). Em todo o caso esta recuperação mínima do uso de *haver* em Rodrigues Lobo, já no século XVII, deve ter alguma relação com o seu uso abundante na prosa barroca de D. Francisco Manuel de Melo.

Por sua vez, a *Mística Teologia* de Toscano mostra um uso imprevisto de *haver* com particípio: 77,1% de ocorrências. Esta variância entre 0 e 77,1 só pode aparecer, na minha opinião, porque o uso de *haver* nestas obras não é reflexo de um uso vivo, na língua coloquial, como auxiliar para a formação dos tempos compostos. Se existisse tal uso no português falado daquela época na Corte, deveria aparecer com uma percentagem semelhante em todos os autores e em todas as obras. O uso de *haver*, portanto, tinha que ser uma escolha estilística e talvez no caso de Sebastião Toscano pudéssemos pensar na influência da língua mais conservadora do Norte, porque este autor nasceu no Porto. Mas note-se que não desenvolveu a sua vida naquela cidade: viajou pela Europa, foi pregador na corte de Espanha e de Portugal e morreu em Lisboa em 1580 (v. Ganho 2012).

Os tempos compostos de *ter* com particípio, em todos estes autores, ainda apresentam uma gramaticalização incompleta, porque aparecem bastantes casos de concordância do particípio com o objeto direto. Como se pode ver na Tabela 3, de todos os casos em que a concordância pode ser verificada (isto é, quando o objeto direto não é masculino singular, ou quando não há objeto direto, ou não é um pronome, etc.), a *Mística Teologia* faz concordância sempre (100% dos casos), a *Ortografia Portuguesa* faz duas de cada três vezes (66,7%) e a *Corte na Aldeia* faz mais da metade

das vezes (56,8%). Note-se que parece haver uma progressão na gramaticalização, dado que os autores mais modernos possuem uma percentagem inferior de concordância, mas continua a ser muito abundante, de tal modo que não há grandes diferenças com a tradição do português medieval e do início do século XVI em que o particípio dos tempos compostos de verbos transitivos, formados com *haver* ou *ter*, concordava com o objeto direto.

Tabela 3. Concordância dos tempos compostos com *ter*

	Mística Teologia	*Ortografia Portuguesa*	*Corte na Aldeia*
com concordância (frequência)	100	66,7	56,8
sem concordância (frequência)	0	33,3	43,2

Ora, se analisarmos os casos de *haver* com particípio (os cinco da *Corte na Aldeia* e os 27 da *Mística Teologia)* o resultado é surpreendente, porque não existe nenhum caso de concordância, coincidindo portanto com o espanhol (onde a concordância tinha desaparecido no século XV) e afastando-se da tradição portuguesa. Pode haver influência do castelhano na recuperação de uma estrutura linguística que foi preterida na primeira metade do século XVI, mas não completamente esquecida, como vimos em Bernardim? Penso que sim, porque a literatura castelhana neste período, e ainda mais na época barroca, teve uma grande influência em toda a Europa e muito especialmente no Portugal dos Filipes. Claro que esta sobrevivência de *haver* com particípio acontece apenas na língua culta e literária, dado que já tinha desaparecido da língua coloquial.

Voltando à Tabela 2 do uso de *ter* e *haver* nas obras da segunda metade do século XVI e início do século XVII, onde existe uma variância extrema, vê-se claramente que a constituição de um *corpus* muito extenso temporalmente pode dar resultados muito diferentes, e portanto de nula fiabilidade, se os textos escolhidos estão longe da média. Os resultados que obteve Paulo Osório para o século XVI não mostram o verdadeiro uso de *haver* com particípio porque o *Corpus Informatizado do Português Medieval*[167] inclui para este século apenas documentos notariais, um *Catecismo* de 1504 e a

[167] V. http://cimp.fcsh.unl.pt/ (última consulta no dia 31/07/2018).

Crónica dos Reis de Bisnaga que foi escrita por Fernão Nunes e Domingos Pais entre 1525 e 1535. Pelas datas, o *Catecismo* representa essencialmente a língua do século XV e a *Crónica* só é representativa dos primeiros anos do século XVI, um período preclássico. Provavelmente terá sido uma escolha propositada, dado que o *Corpus* quer ser apenas do português medieval, mas é evidente que não mostra a realidade de todo o século XVI.

Tabela 4. Tempos compostos com *ter* e *haver* nas obras de D. Francisco Manuel de Melo

	ocorrências de *ter* (frequência)	**ocorrências de *haver* (frequência)**
A Visita das Fontes	41 (71,9)	16 (28,1)
Hospital das Letras	46 (63,8)	26 (36,2)
Escritório Avarento	12 (63,2)	7 (36,8)
Carta de Guia de Casados	36 (56,2)	27 (43,8)
Os Relógios Falantes	15 (53,6)	13 (46,4)
Epístola Declamatória ao Príncipe D. Teodósio	5 (41,7)	7 (61,5)
Aula Política e Cúria Militar	14 (37,8)	23 (62,2)
Epanáfora de Vária História Portuguesa	141 (25,9)	404 (74,1)
Relação dos Sucessos da Armada…	3 (15)	17 (85)
TOTAL	**313 (36,7)**	**540 (63,3)**

Quanto ao uso dos tempos compostos na obra de D. Francisco Manuel de Melo, em que *haver* aparece 63,2% dos casos, há grandes diferenças entre as suas obras, como se pode ver na Tabela 4. Se se compara o uso em cada obra concreta, verifica-se que também aqui existe uma variância extrema: em *A Visita das Fontes* temos apenas 28,1% de casos de tempos compostos com *haver*, ao passo que na *Relação dos Sucessos da Armada que a Companhia Geral do Comércio expediu ao Estado do Brasil o ano de 1649* há 85% de ocorrências com este verbo. Esta variância apenas pode ser explicada como uma opção de estilo, adequada para um uso culto ou literário, porque se fosse um uso vivo na língua portuguesa de meados do século XVII, como já se disse para os autores da época anterior, o verbo *haver* com particípio devia ter aparecido com uma frequência parecida em todas as obras.

Quanto ao grau de gramaticalização dos tempos compostos com *ter* e *haver* na obra de Melo, verifica-se que ainda existem casos de concordância do particípio com o objeto direto nos tempos compostos com o verbo *ter*. Se considerarmos apenas os

casos de tempos compostos com *ter* em que é possível verificar a concordância, na obra de Melo encontramos ainda 16,6% de concordâncias (26 ocorrências de 157 possíveis). É uma percentagem muito inferior à que encontramos em Bernardim (92,3%) ou à das obras de meados do século XVI estudadas por Mattos e Silva (41,7%), de modo que sem dúvida houve um grande avanço na gramaticalização de *ter* com particípio entre os séculos XVI e XVII, mas a presença de concordâncias em Melo é ainda muito significativa e demonstra uma progressão lenta em português na gramaticalização dos tempos compostos. Pelo contrário, como acontecia nos autores anteriores, já não se produzem casos de concordância nos tempos compostos formados com o verbo *haver*, de modo que se pode dizer que, no renovado uso de *haver* na língua culta e literária (tendo desaparecido já da língua oral), os tempos compostos com ele construídos não se comportam seguindo a tradição portuguesa de lento progresso na gramaticalização, pelo menos relativamente à concordância do particípio com o objeto direto. Talvez pudéssemos admitir aqui uma possível influência externa: o castelhano já tinha completado a gramaticalização de *haver* e essa língua tinha naquele período uma forte presença no âmbito culto e literário do país. Propostas semelhantes desta influência já foram realizadas por outros autores, como é o caso de Döhla (2014) para a marcação diferencial do objeto e Martins (2011, 2015) para a colocação dos pronomes clíticos.

Em todo o caso, é óbvio que uma análise de *microcorpora* sucessivos que abrangem um período de tempo mais ou menos largo permite obter resultados mais precisos do que usar grandes *corpora* linguísticos e também permite levantar novas hipóteses de trabalho sobre os textos analisados (caso das obras de Bernardim) ou sobre as causas das mudanças linguísticas (como a sobrevivência do verbo *haver* na formação dos tempos compostos na língua culta e literária).

Conclusões

1) Não é suficiente o uso de *macrocorpora* linguísticos para análises computacionais de diacronia. Só o uso de *microcorpora* ou *corpora* linguísticos mais limitados permite uma precisão adequada para compreender alguns fenómenos de mudança linguística e até para perceber as causas da generalização destas mudanças e

as circunstâncias específicas em que aparecem os novos e os velhos usos em convívio durante uma época dada.

2) O verbo *haver* deixou de ser utilizado para a formação dos tempos compostos na primeira metade do século XVI, pelo menos na língua cortesã. Talvez nalgumas regiões mais conservadoras do ponto de vista linguístico, como o norte do país, ainda se mantivesse um uso vivo ou coloquial destes tempos compostos – podia ser o caso de Sebastião Toscano, mas nele também percebemos uma possível influência das letras castelhanas, para as quais ele próprio também contribuiu. Mereceria a pena verificar isto com outros estudos. Também parece que as pessoas, embora não utilizassem esta construção por se considerar antiga, dos mais velhos, etc., ainda a mantinham na sua competência linguística.

3) A língua portuguesa mantém ou recupera o uso do verbo *haver* para a formação dos tempos compostos em época posterior, especialmente a partir das primeiras décadas do século XVII, o que parece acontecer de forma progressiva: desde 5,3% no caso de Rodrigues Lobo até 63,3% na obra de D. Francisco Manuel de Melo. Este uso de *haver* aparece só como uma opção estilística dentro de um registo culto da língua.

4) A possibilidade de uma influência externa, o castelhano (em especial no período barroco), na sobrevivência de *haver* com particípio fundamenta-se nos seguintes elementos: 1) A própria evolução dos tempos compostos em português devia ter conduzido ao abandono do seu uso a partir de meados do século XVI; 2) Coincide com o castelhano não só no uso de *haver* para formar os tempos compostos, mas também na ausência de concordância com o objeto direto, apesar de o português manter tal concordância neste período com o verbo auxiliar de uso «vivo», isto é, com o verbo *ter*; 3) O facto de a recuperação no uso de *haver* para os tempos compostos limitar-se ao registo culto ou literário, onde era possível a influência daquela língua.

Referências

Barros, João de. 1540. GRAM:/MATICA / da lingua Por-/tuguesa. / OLYSSIPONE. / Apud Lodouicum Rotori-/giũ Typographum. / M. D. XL. [Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal, disponível na Biblioteca Digital: http://purl.pt/12148, 31.07.2018].

Calzado Roldán, Araceli. 1997. «La pérdida de concordancia del participio con el objeto en los tiempos compuestos medievales». *Interlingüística* 6: 23–26.

Carrasco González, Juan M. 2012. «Uso de *haver* en la *Menina e Moça:* Bernardim Ribeiro en la frontera del portugués arcaico». In *La lengua, lugar de encuentro. Actas del XVI Congreso Internacional de la ALFAL (Alcalá de Henares, 6-9 de junio de 2011)*, ed. Ana M. Cestero Mancera, Isabel Molina Martos e Florentino Paredes García, 2515–2524. Alcalá de Henares, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá.

Carrasco González, Juan M. 2013. «Algunos indicadores del portugués clásico en la obra de Bernardim Ribeiro». *Estudis Romànics* 35: 173-188.

Carrasco González, Juan M. 2014. «Evolución de los tiempos compuestos en portugués durante los siglos XVI y XVII». *Archivum. Revista de Filología* 64: 77–10.

Carrasco González, Juan M. 2015. «Influencia del español en la prosa barroca portuguesa: los tiempos compuestos». *RILCE. Revista de Filología Hispánica* 31/1: 79–96.

Cunha, Celso e Luís F. Lindley Cintra. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo.* 2.ª ed. Lisboa: João Sá da Costa.

Döhla, Hans-Jörg. 2014. «Diachronic convergence and divergence in differential object marking between Spanish and Portuguese». In *Stability and Divergence in Language Contact. Factors and Mechanisms*, ed. Kurt Braunmüller, Steffen Höder e Karoline Kühl, 265–289. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Ganho, Maria de Lourdes Sirgado. 2012. «A *Mystica Theologia* de Sebastião Toscano». *Theologica,* 2.ª Série, 47/2: 713–721.

García Martín, José M.ª 2001. *La formación de los tiempos compuesto en español medieval y clásico: aspectos fonológicos, morfológicos y sintácticos.* Anejo XLVII de *Cuadernos de Filología.* València: Universitat de València.

Martins, Ana Maria. 2011. «Clíticos na história do português à luz do teatro vicentino». *Estudos de Lingüística Galega* 3: 83–109. Disponível em: http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/issue/view/21 (31.07.2018).

Martins, Ana Maria. 2015. «Variação sintática no português quinhentista: a colocação dos pronomes clíticos». *Estudos de Lingüística Galega* 7: 83–94. Disponível em: http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/issue/view/239 (31.07.2018).

Mateus, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Silva Duarte, e Isabel Hub Faria. 1983. *Gramática da Língua Portuguesa. Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual.* Coimbra: Livraria Almedina.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2002a. «Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teorias em João de Barros». In *O português quinhentista: estudos linguísticos*,

ed. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Américo Venâncio Lopes Machado Filho, 119–142. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2002b. «A variação *ser/estar* e *haver/ter* nas *Cartas de D. João III* entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de Barros». In *O português quinhentista: estudos linguísticos*, ed. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Américo Venâncio Lopes Machado Filho, 143–160. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2006. *O Português Arcaico. Fonologia, morfologia e sintaxe.* São Paulo: Editora Contexto.

Osório, Paulo. 2008. «Linguística histórica e história da língua: aportações teóricas e metodológicas». In *I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa.* São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em http://fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp04/01.pdf [última consulta: 16/07/2012].

Ranson Seklaoui, Diana. 1992. «Función semántica o sintáctica: la historia de los tiempos compuestos en español». In *Actas del II Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española,* vol. I, ed. Manuel Ariza Viguera, Rafael Cano Aguilar, Josefa Mª Mendoza Abreu e Antonio Narbona Jiménez, 823–832. Madrid: Pabellón de España.

Rodríguez Molina, Javier. 2004. «Difusión léxica, cambio semántico y gramaticalización: el caso de *haber* + participio en español antiguo». *Revista de Filología Española* 84/1: 169–209.

Sardinha, Leonor e Luísa Oliveira. 2010. *Gramática Formativa de Português.* Lisboa: Didáctica Editora.

16. Historiando o Português Brasileiro. Ivo Castro e o Projeto de História do Português de São Paulo

Ataliba T. de Castilho

Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas

Destaco nesta comunicação o papel do Prof. Dr. Ivo Castro no planejamento e execução das atividades do grupo paulista do Projeto para a História do Português Brasileiro no que diz respeito à busca de nosso «latim vulgar», que ele situa no séc. XV.
O texto relata as motivações desse projeto, sua forma de atuação, terminando por anunciar a consolidação dos resultados obtidos nos últimos vinte anos, na série História do Português Brasileiro, 12 volumes.

Palavras-chave: linguística histórica, história do português brasileiro, Romania Nova.

O melhor modo de homenagear um intelectual do porte de Ivo Castro, é mostrar, entre outras contribuições, que suas lições promoveram o aumento de nosso conhecimento sobre sua área científica.

Toda sua carreira esteve voltada para isso. Mas aqui vou destacar as consequências de seu seminário «Vésperas Brasilianas», apresentado na Universidade de São Paulo em 2009, no quadro do Projeto para a História do Português de São Paulo.

Ivo Castro abriu naquela ocasião, para nós, um novo caminho de pesquisas diacrônicas sobre o português brasileiro, mostrando que nosso «latim vulgar» situa-se no séc. XV, ou seja, no português médio (Santiago-Almeida e Lima-Fernandes 2012). Um grupo de trabalho, sob a coordenação da Dra. Verena Kewitz, foi instalado e vem investigando essa senda.

Nesta breve comunicação, apresento o estado atual do Projeto para a História do Português Brasileiro, em especial, relatando a situação da série *História do Português Brasileiro,* de 12 volumes, em que são resumidos 20 anos de pesquisa coletiva. Beneficiamo-nos ali das lições de Ivo Castro, Clarinda Maia e Augusto Soares da Silva, para limitar a lista apenas aos colegas portugueses.

A história dessa série ascende aos anos 1980. Sem que tivesse havido uma combinação prévia, três respeitadas linguistas fizeram renascer a Linguística Histórica no domínio da língua portuguesa: Clarinda Maia, Mary Kato e Rosa Virgínia Mattos e Silva (Maia 1986, Kato e Tarallo 1988, Roberts e Kato 1993, e Mattos e Silva 1989). Foi nesse contexto que, a partir de 1998, tiveram início as atividades do *Projeto para a História do Português Brasileiro* e os pesquisadores reunidos nesse projeto coletivo são largamente devedores a tais linguistas. Ao mesmo tempo, trata-se de um projeto coletivo de pesquisas que deriva de outro anterior, menos ambicioso, que tinha por objetivo historiar o Português de São Paulo (Castilho 1998). O Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo aprovou essa proposta. O Projeto de História do Português Paulista (PHPP) deveria reconstituir o percurso histórico do primeiro momento de lusitanização do Brasil, iniciado em 1532, na cidade litorânea de São Vicente.

Eram as seguintes as motivações do PHPP:

- Retomar a tradição das pesquisas em Linguística Histórica da Universidade de São Paulo, atenuada a partir dos anos 1970.
- Buscar as raízes diacrônicas dos fenômenos descritos pelo Projeto NURC (1970-1988) e pelo Projeto de Gramática do Português Falado no Brasil (1988-2006).
- Repercutir as atividades do Programa de História do Português (PROHPOR), lançado nos anos 80 na Universidade Federal da Bahia por Rosa Virgínia Mattos e Silva, e aquelas que resultaram do «casamento» entre a gramática gerativa e o variacionismo laboviano, patrocinado por Mary Kato e Fernando Tarallo na Universidade Estadual de Campinas, igualmente nos anos 80.

Após intensa troca de correspondência com pesquisadores eventualmente interessados, realizou-se em São Paulo o I Seminário do Projeto para a História do Português Paulista, em 1997 (Castilho 1998). Nessa ocasião, por iniciativa dos participantes, o projeto regional assumiu uma dimensão nacional, mudando-se sua designação para *Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).*

O PHPB conta hoje com mais de 200 pesquisadores, organizados em catorze equipes regionais, aqui enumeradas, indicando-se o coordenador regional e sua afiliação acadêmica:

- Alagoas: Denilda Moura (Universidade Federal de Alagoas)
- Bahia: Tânia Lobo, em substituição a Rosa Virgínia Mattos e Silva (Universidade Federal da Bahia)
- Ceará: Aurea Suely Zavam (Universidade Federal do Ceará)
- Mato Grosso: Elias Alves de Andrade (Universidade Federal do Mato Grosso)
- Minas Gerais: Jânia Ramos (Universidade Federal de Minas Gerais)
- Paraíba: Roseane Nicolau, em substituição a Camilo Rosa (Universidade Federal da Paraíba)
- Pará Oeste**:** Ediene Pena Ferreira (Universidade Federal do Oeste do Pará)
- Paraná: Vanderci Aguilera (Universidade Estadual de Londrina)
- Pernambuco: Valéria Gomes (Universidade Federal Rural de Pernambuco), em substituição a Marlos de Barros Pessoa (Universidade Federal de Pernambuco)
- Rio de Janeiro: Dinah M. I. Callou (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
- Rio Grande do Norte: Alessandra Castilho da Costa, em substituição a Marco Antonio Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Santa Catarina: Izete L. Coelho, em substituição a Gilvan Muller de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina)
- São Paulo: Ataliba T. de Castilho, substituído a seu pedido por Clélia C. S. Jubran (Universidade Estadual Paulista / São José do Rio Preto). Com a morte dessa colega, assumiu o posto Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (Universidade de São Paulo)
- Sergipe: Renata Ferreira Costa (Universidade Federal de Sergipe)

O PHPB vem estimulando, desde então, uma «convivência dos contrários», abrigando sociolinguistas, gerativistas, funcionalistas e cognitivistas. Repercute-se, aqui, experiência semelhante, ocorrida no Projeto de Gramática do Português Falado Brasileiro (1988-2006).

Uma temática nova passou a frequentar nossas práticas de pesquisa, graças à contribuição de linguistas portugueses (Ivo Castro, Augusto Soares da Silva, Clarinda Maia) e alemães (Brigitte Schlieben-Lange, Wulf Oesterreicher, Johannes Kabatek, Konstanze Jungbluth, Eberhard Gaertner, Roland Schmidt Riese, Uli Reich) entre outros, todos especialmente convidados a interagir com nossos pesquisadores por meio de seminários de estudos e visitas de trabalho. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e o Conselho Nacional de Pesquisas financiaram as atividades.

A agenda do PHPB compreende os seguintes pontos:

- Organização do corpus diacrônico
- História social do PB
- Mudança gramatical do PB: perspectiva funcionalista e perspectiva gerativista
- Tradições discursivas: constituição e mudança dos gêneros discursivos. Diacronia dos processos constitutivos do texto
- Semântica Diacrônica
- História do léxico

Os pesquisadores se dividiram por grupos de trabalho correspondentes a essa agenda. Os resultados da investigação eram apresentados à discussão em seminários nacionais, de que foram realizados 9, até aqui. Os resultados foram publicados em série própria:

- I Seminário, São Paulo, 1997: Castilho, Ataliba T. (Org. 1998). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. I, Primeiras ideias. São Paulo: Humanitas / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1998.
- II Seminário, São José dos Campos SP, 1997: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org. 2001). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. II, Primeiros Estudos, 2 tomos. São Paulo: Humanitas / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2001.
- III Seminário, Campinas SP, 1999: Alkmim, Tânia (Org. 2002). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. III, Novos Estudos. São Paulo: Humanitas / Unicamp – USP, 2002.
- IV Seminário, Teresópolis RJ, 2001: Duarte, Maria Eugênia Lamoglia; Callou, Dinah (Orgs. 2002). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. IV. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2002.
- V Seminário, Ouro Preto MG, 2002: Ramos, Jânia; Alckmin, Mônica A. (Orgs. 2007). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. V: Estudos sobre mudança linguística e história social. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- VI Seminário, Ilha de Itaparica BA, 2004: Lobo, Tânia C. F.; Ribeiro, Ilza; Carneiro, Zenaide; Almeida, Norma (Orgs. 2006). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VI: Novos dados, novas análises, 2 tomos. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2006.
- VII Seminário, Londrina PR, 2007: Aguilera, Vanderci de Andrade (Org. 2009). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VII: vozes, veredas, voragens, 2 tomos. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2009.
- VIII Seminário, João Pessoa Pb, 2010: Hora, Dermeval da; Rosa, Camilo (Orgs. 2010). *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VIII. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

- IX Seminário, Maceió AL, 2013: Moura, Maria Denilda; Sibaldo, Marcelo (Orgs. 2013). *Para a história do Português Brasileiro*, vol. 10. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, p. 103-132, 2013.

O PHPB completou 10 anos em 2007. Surgiu então a ideia de consolidar os resultados obtidos numa grande obra de referência, a *História do Português Brasileiro,* completando-se o que aí faltasse.

A proposta respectiva foi apresentada e aprovada no VII Seminário do PHPB, celebrado em Londrina em 2007. Entre esse e o VIII Seminário, seguiu-se uma intensa troca de correspondência entre os coordenadores regionais e os pesquisadores, convencionando-se que no IX Seminário (a decorrer em Maceió em 2013) a proposta deveria ganhar contornos mais precisos. Foi então apresentada e aprovada a caracterização do livro, publicada em Hora e Rosa (2010: 424–426). Finalmente, fui eleito coordenador geral da série.

Os originais da série *História do Português Brasileiro* começaram a ser enviados à Editora Contexto em março deste ano, organizados nos seguintes volumes:

- Vol. 1 – Ataliba T. de Castilho (Coord.) – *Linguística Histórica e História do Português Brasileiro.* In memoriam Rosa Virgínia Mattos e Silva, Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran e Klebson Oliveira.
- Vol. 2 - Ataliba T. de Castilho (Coord.) – *Corpus diacrônico do Português Brasileiro*
- Vol. 3 – Dermeval da Hora, Elisa Battisti e Valéria de Oliveira Monaretto (Coords.) – *Mudança fonológica do Português Brasileiro*
- Vol. 4 – Célia Regina dos Santos Lopes (Coord.) – *Mudança sintática das classes de palavras: perspectiva funcionalista*
- Vol. 5 - Ataliba T. de Castilho (Coord.) – *Mudança sintática das construções: perspectiva funcionalista*
- Vol. 6 – Sonia M. L. Cyrino e Maria Aparecida C. R. Torres de Morais (Coords.) – *Mudança sintática do Português Brasileiro: perspectiva gerativista*
- Vol. 7 – Maria Lúcia C.V.O. Andrade e Valéria Gomes (Coords.) – *Tradições discursivas do Português Brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos*
- Vol. 8 – Eduardo Penhavel e Marcos Rogério Cintra (Coords.) – *Abordagem diacrônica dos processos de construção textual do Português Brasileiro*
- Vol. 9 – Dinah Callou e Tânia Lobo (Coords.) – *História social do Português Brasileiro: da história social para a história linguística*
- Vol. 10 – Jânia Ramos e Marilza de Oliveira (Coords.) – *História social do Português Brasileiro: da história linguística para a história social*

- Vol. 11 – Rodolfo Ilari e Renato Basso (Coords.) – *Semântica diacrônica do Português Brasileiro.*
- Vol. 12 – Vanderci Aguilera e Fabiane Cristina Albino (Coords.) – *Léxico Histórico do Português Brasileiro.* Versão eletrônica.

Desde logo, o objetivo de todos foi preparar uma obra de referência, não uma coletânea de artigos soltos. Espera-se de uma obra assim um conjunto articulado de textos, suficientemente capazes de retratar o conhecimento atual de determinada disciplina. Nisto esta série de volumes se distancia dos livros organizados, que nem sempre correspondem a um plano prévio de pesquisas.

Para garantir esses objetivos, cada volume foi coordenado por um ou mais pesquisadores, que os submeteram a pareceristas. Os autores retomaram seus textos, então reexaminados pelos coordenadores do volume e, depois, pelo coordenador geral.

Tradicionalmente, os manuais de Linguística Histórica se concentram na Gramática de uma língua natural, de que estudam a mudança fonológica, morfológica e sintática. Esses trabalhos são monoautoais, em sua maioria. A opção dos autores desta série foi agregar novos campos de investigação ao conhecimento histórico do Português Brasileiro. Assim, para além da Gramática, foram considerados também o Discurso (no sentido de diacronia do texto e estudo das tradições discursivas), a Semântica e o Léxico Histórico do PB. Os quatro sistemas que organizam uma língua natural foram portanto investigados: Gramática, Discurso, Léxico e Semântica. Nossos pesquisadores enfrentaram um desafio e tanto!

Naturalmente, é impossível resumir nesta oportunidade o conteúdo da série toda. Terei de limitar-me, portanto, a transcrever os sumários respectivos, convidando os presentes a explorarem aí os temas de seu interesse.

Vol. 1: *Linguística Histórica e História do Português Brasileiro* (Ataliba T. de Castilho, Coord.)
A Linguística Histórica e o Projeto para a História do Português Brasileiro (A. T. de Castilho): - Momentos da Linguística Histórica O Comparatismo e o método histórico-comparativo O modelo neogramatical e a centralidade da Fonética O modelo estruturalista e a centralidade da Fonologia O modelo gerativista e a centralidade da Sintaxe

O modelo variacionistas e a centralidade do uso.
O modelo funcionalista e a centralidade do Discurso e da Semântica
A teoria dos sistemas complexos e Linguística Histórica
Linguística Histórica: a 'Fênix renascida'

- O Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)
Agenda do PHPB
Corpus diacrônico do PHPB

Breve retrospectiva do pensamento linguístico-histórico no Brasil (C. A. Faraco)

Páginas de história da terminologia relativa ao Português Brasileiro (O. Coelho, W. S. da Silva)

In memoriam: Rosa Virgínia Mattos e Silva; Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran; Klebson de Oliveira

Vol. 2: *Corpus diacrônico do português brasileiro* (Ataliba T. de Castilho, Coord.)

Plataforma de corpora do PHPB: uma apresentação *ad infinitum* (A. G. Barbosa)

Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos – Edição Semidiplomática (A. G. Barbosa, M. Modolo)

Experiências metodológicas em constituição de corpora: pistas para um pesquisador iniciante (A. X. Lima, L. L. Marcotulio e M. C. B. Rumeu)

Tratamento metodológico das mãos inábeis em corpora diacrônicos (H. S. Santiago, Z. O. N. Carneiro)

Reflexões sobre a constituição de amostras derivadas a partir de um corpus (N. C. S. Rocha, L. L. Marcotulio)

O controle indireto de perfis sócio-históricos em corpora histórico-diacrônicos: a identificação de graus de letramento pela grafia etimológica do século XIX (A. G. Barbosa, A. X. de Lima)

O corpus do Projeto para a História do Português Brasileiro: a constituição de corpora históricos baseada em critérios de tradições discursivas (V. Kewitz, J. S. Simões)

Características e potencialidades dos corpora do português paulista (V. Kewitz, J. S. Simões)

Reflexões sobre a constituição e análise de corpora linguísticos históricos e sobre a identificação de perfis sociais de redatores do passado (T. Lobo, Z. Carneiro)

Vol. 3: *Mudança fônica do Português Brasileiro* (Demerval da Hora, Elisa Battisti e Valéria Neto de Oliveira Monaretto, Coords.)
Introdução: indícios de mudança fônica em documentos escritos; desafios e perspectivas de análise (D. da Hora e E. Battisti)
Apresentação do volume 3 (V. N. N. O. Monaretto)
Pressupostos básicos para uma caracterização fonológica do Português Brasileiro. (S. F. Brandão e D. Callou)
Vogais pretônicas (J. S. Magalhães)
Monotongações e ditongações (M. B. M. Abaurre)
Apagamento e vocalização em coda silábica (J. L. R. Pedrosa e R. M. de Lucena)
Sequências mediais obstruentes (V. N. O. Monaretto)
Metátese (D. da Hora e S. Telles)
Hipossegmentação de sequências com clíticos (E. Battisti)
Acentos em nomes (G. Massini-Cagliari)
Representações das vogais pretônicas nos *Livros do Tombo* (C. M. Telles)
Harmonização vocálica como indício de uma mudança histórica (L. Bisol)

Vol. 4: *Mudança sintática das classes de palavras: perspectiva funcionalista* (Célia Regina dos Santos Lopes, Coord.)
Introdução: Concepção funcionalista de mudança sintática das classes de palavras (C. R. S. Lopes)
A reorganização no sistema pronominal de 2ª. pessoa na história do Português Brasileiro: posição de sujeito (C. R. S. Lopes, L. Marcotulio, M. Rumeu et al.)
A reorganização no sistema pronominal de 2ª. pessoa na história do português brasileiro: outras relações gramaticais (C. R. S. Lopes, T. L. Oliveira, L. Marcotulio et al.)
Formas simples e perifrásticas do verbo em relação ao domínio tempo-aspecto-modalidade (R. M. K. Freitag, J. M. de Oliveira e M. Coan)
Os advérbios (M. M. Cezario, K. S. Braga, D. M. Pinto et al.)
As preposições: aspectos históricos e usos atuais (V. Kewitz, M. L. L. Almeida, J. L. de Souza e C. A. Gonçalves)

Vol. 5: *Mudança sintática das construções: perspectiva funcionalista* (Ataliba T. De Castilho, Coord.)

Introdução: Concepção funcionalista da mudança sintática das construções (A. T. de Castilho)

A coordenação (S. R. Longhin, E. G. Pezatti)

A subordinação substantiva (S. C. L. Gonçalves, M. M. Dall'Aglio-Hattnher)

A subordinação adjetiva (E. B. Bispo, M. A. F. da Cunha)

Orações de tempo, causa e condição ao longo dos séculos 18 a 21 (M. L. Braga, M. C. Paiva)

A gramaticalização das orações de gerúndio no português brasileiro do séc. XVIII ao séc. XX (J. S. Simões)

Diacronia da concordância (A. T. de Castilho, B. Maroneze, C. M. M. de Castilho, E. Buin, F. O. Fernandes, J. Olsen, M. Caldeira)

Vol. 6: *Mudança sintática do português Brasileiro: perspectiva gerativista* (Sonia Cyrino, Maria Aparecida Torres Morais, Coords.)

Introdução: Mudança sintática do Português Brasileiro sob a perspectiva gerativista (S. Cyrino, M. A. T. Morais)

O sujeito nulo na história do Português Brasileiro (M. E. L. Duarte)

Orações possessivas e existenciais com *ter*, *haver* e *estar* (J. O. Avelar)

A sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do Português Brasileiro (M. A. Martins)

O objeto nulo (S. M. L. Cyrino)

O objeto indireto na história do Português Brasileiro (M. A. C. T. Morais, R. Berlinck)

A ordem do sujeito em construções declarativas na história do Português Brasileiro (R. A. Berlinck, I. L. Coelho)

Revisitando as construções com SE na história do Português Brasileiro (S. R. O. Cavalcante)

Estruturas de focalização no Português Brasileiro dos séculos XIX e XX (M. A. Kato)

Posfácio: O retrato da emergência de uma nova gramática (C. Galves)

Vol. 7: *Tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos* (Maria Lúcia C.V.O. Andrade e Valéria Severina Gomes, Coords.)
Introdução: Tradições discursivas: reflexões conceituais (M. L. C.V.O. Andrade, V. S. Gomes)
O editorial de jornal: revisitando a trajetória de um gênero (Á. Zavam, V. S. Gomes)
A notícia de jornal entre conservação e inovação: Tradições Discursivas e história da língua (C. Ataíde, T. Travassos)
Tradição, persuasão, hegemonia: o noticiário sobre as eleições em perspectiva diacrônica (F. F. Lima)
Estrutura retórico-teleológica e negociação intersubjetiva em editoriais da imprensa de bairro (P. R. G. Segundo)
História da carta de leitor: sobre aspectos composicionais, conservação e dinamismo (T. T. Matias)
Práticas histórico-discursivas na seção «annuncios» de jornais no Brasil do século XIX (A. C. S. Aldrigue, R. B. F. Nicolau)
Tradições discursivas: uma análise dos anúncios de emprego publicados em jornais brasileiros (K. C. de Oliveira)
A escrita burocrática colonial: cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX (M. C. de Assis)
Os livros de família pernambucanos do século XIX: o aporte das escrituras pessoais dos autores semicultos nordestinos para a pesquisa da história do português brasileiro (K. Jungbluth)
O bendito em manuscritos religiosos populares da primeira metade do século XX ao início do século XXI (L. A. S. Júnior)

Vol. 8: *Abordagem diacrônica dos processos de construção textual* **(**Eduardo Penhavel e Marcos Rogério Cintra, Coords.)
Introdução: Princípios teórico-analíticos e objetivos (E. Penhavel, M. R. Cintra)
O processo de organização tópica em editoriais paulistas dos séculos XIX e XX (E. Penhavel)
O processo de organização tópica em cartas de leitores paulistas dos séculos XIX e XX (A. R. Guerra)

O processo de referenciação em anúncios mineiros dos séculos XIX e XX (M. R. Cintra)

O processo de referenciação em cartas de leitores mineiros dos séculos XIX e XX (M. R. Cintra, E. Penhavel)

O processo de parafraseamento em editoriais baianos dos séculos XIX e XX (J. G. Hilgert)

O processo de parafraseamento em anúncios baianos dos séculos XIX e XX (C. V. Hanisch)

O processo de repetição em cartas de leitores catarinenses dos séculos XIX e XX (S. C. Fortilli)

O processo de repetição em anúncios catarinenses dos séculos XIX e XX (E. Penhavel)

O processo de parentetização em editoriais pernambucanos dos séculos XIX e XX (M. G. Fontes)

O processo de parentetização em cartas de leitores pernambucanos dos séculos XIX e XX (J. C. S. Sé)

Vol. 9: *História social do Português Brasileiro: da história social para a história linguística* **(**Dinah Callou e Tânia Lobo, Coords.)

Introdução: Da história social para a história linguística (D. Callou, T. Lobo)

A demografia histórica e a mobilidade socioeconômica e geográfica no Brasil (I. N. da Costa)

Difusão social da escrita na Bahia e em Pernambuco no século XVI (T. Lobo, A. Sartori)

Difusão social da escrita na Bahia e em Minas Gerais no século XVIII (A. Moreno)

Século XVIII: o século da lusofonização do Brasil (D. Luchesi)

Panorama sociolinguístico do Brasil no século XIX (D. Lucchesi, D. Callou)

Aspectos da história demográfica e social do Rio de Janeiro: escolarização, norma e nacionalidade (D. Callou, A. Barbosa, J. Avelar, C. Serra)

O ensino escolarizado e a constituição da norma no Brasil (E. Pagotto, D. Callou)

História social das línguas indígenas (B. Freire)

História social das línguas africanas (M. T. Petter)

História social das línguas de imigração (G. Muller)

Vol. 10: *História social do Português Brasileiro: da história linguística para a história social* (Jânia Ramos e Marilza de Oliveira, Coords.)
Introdução: Da história linguística para a história social (J. Ramos, M. de Oliveira)
História da língua portuguesa (periodização) (J. Ramos, R. Venâncio)
Urbanização e intervenção linguística no Brasil (1950-1960) (M. Pessoa)
Áreas dialetais: questões linguísticas e sócio-históricas, um estudo de caso (A. P. Rocha, F. E. de Andrade)
Fonologia em Fonogramas no Brasil (E. G. Pagotto)
A origem do /r/ retroflexo do PB no contexto fonético e sócio-histórico (I. Rennicke)
Loiça ou louça? Comunidades isoladas e ritmo da mudança linguística: um estudo sobre a comunidade de Muquém (AL) (M. D. Moura)
Estudo dos sobrenomes em Salvador, Bahia (N. S. Lopes)
Revisitando a distribuição regional de tu e você em Santa Catarina (I. Coelho)
Os judeus na história da escrita em São Paulo (C. M. M. de Castilho)
O cientificismo na linguagem dos doutores: o bacharel e o médico (M. de Oliveira)
A morfologia de flexão no Português do Brasil: ensaio sobre o discurso da «perda» (M. C. P. Rosa)
A propósito da fala de negros (T. Alkmim)
A linguagem do circo e o circo na linguagem: considerações em torno da expressão 'respeitável público' (M. Oliveira, J. Ramos)
Um estudo da expressão 'muito obrigado(a)' no português (M. L. C. V. O. Andrade)

Volumes em preparação/elaboração
Semântica diacrônica do português brasileiro (Rodolfo Ilari e Renato Basso, Coords.)
Léxico histórico do português brasileiro (Vanderci Aguilera e Fabiane Cristina Albino, Coords.) [Versão eletrônica]

Conclusões

Os capítulos que compõem esta série foram preparados, em sua grande maioria, por uma nova geração de linguistas brasileiros. Eles apresentam aqui os resultados de suas pesquisas, tratando de novos temas, concorrendo assim para um conhecimento mais aprofundado da história do Português Brasileiro. Reforça-se, mais uma vez, o modo brasileiro de fazer Linguística por meio de projetos coletivos, em que convivem especialistas de diferentes orientações teóricas, unidos num temário compartilhado. Esses temas levantam questões típicas da **Românía Nova**, entre outras:

- Qual é, e como é o «Latim vulgar» do Português Brasileiro, e quais são suas fontes?
- Que materiais escritos revelam traços da variedade vernacular, estritamente falada?
- Como se apresentam nesses materiais as categorias da Gramática, do Léxico, do Discurso e da Semântica do Português Brasileiro?
- Qual é o ritmo da mudança da língua portuguesa nas diferentes regiões do Brasil?

As respostas a essas e a muitas outras questões formuladas nesta série aprofundarão nosso conhecimento sobre a identidade linguística dos brasileiros. Os leitores estão convidados a nos acompanhar nesta "viagem diacrônica", expressão cunhada por Fernando Tarallo e Mary Kato.

É fácil constatar que temáticas concentradas unicamente nas diferenças entre o Português Brasileiro e o Português Europeu cederam aqui o passo a uma perspectiva mais ampla, que consiste em desvendar a mente humana, pesquisando um de seus produtos mais espantosos, que é o mistério de uma língua natural. Agregue-se a isso a natural dificuldade de historiar as línguas.

Por fim, lembre-se que esta série faz do Português Brasileiro a língua mais investigada na Românía Nova, do ponto de vista de sua diacronia. Já o tinha sido, do ponto de vista da descrição gramatical da língua culta falada. O *Atlas Linguístico do Brasil* agregará a isto a descrição do PB vernacular.

Precisaremos logo trilhar caminhos de amplitude maior, comparando a história do Português Brasileiro à história do Espanhol da América, ou seja, precisaremos deslocar nossa mirada para a *Românía Nova*. Mary Kato e Francisco Ordóñez, coordenadores

do grupo de trabalho homônimo, da Associação de Linguística e Filologia da América Latina, deram um passo significativo nessa direção, ao publicarem seus resultados obtidos desde 2005, aquando da primeira reunião dos pesquisadores (Kato e Ordoñez 2016). Como se vê, mais pesquisas aguardam os linguistas latino-americanos e os europeus.

Referências

Castilho, Ataliba T. (org.) 1998. *Para a História do Português Brasileiro*, vol. I. São Paulo: Humanitas / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Castro, Ivo. 2012. "Vésperas Brasilianas." In *História do Português Paulista*, vol. III, ed. Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida, e Maria Célia Lima-Fernandes, 45–72. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Hora, Dermeval da, e Camilo Rosa, Camilo (orgs.) 2010. *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VIII. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

Kato, Mary A., e Fernando Tarallo. 1988. "Restrictive *vs* syntax in Brazilian Portuguese: its correlation with invisible clitics and visible subjects." *Georgetown Round Table in Languages and Linguistics 1988*, inédito (ms.). Campinas SP: UNICAMP.

Kato, Mary A., e Francisco Ordóñez. 2016. *The morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America.* Oxford: Oxford University Press.

Maia, Clarinda de Azevedo. 1986. *História do galego-português***:** *estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1989. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Roberts, Ian e Mary Kato (eds.). 1993. *Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

17. Estruturas de focalização em peças portuguesas e brasileiras

Sílvia Regina de Oliveira Cavalcante
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maria Eugênia Lammoglia Duarte
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mayara Nicolau de Paula
Universidade Federal de Minas Gerais

Estudos sobre a sintaxe da ordem apontam para uma correlação entre a posição do sujeito e fatores de natureza gramatical e de estrutura informacional da sentença. Assim, em algumas línguas, o sujeito pode aparecer posposto ao verbo em sentenças interrogativas e /ou subordinadas devido à natureza do complementizador. Objetivamos fazer uma análise das construções de foco utilizando uma amostra de peças teatrais escritas durante dos séculos XIX e XX, comparando PB e PE. Com base em resultados anteriores (Duarte 1992, Kato 2009, Pinheiro e Marins 2012, Nicolau de Paula 2016), esperamos encontrar na amostra do PB a diminuição de VS associada a um aumento da clivagem, diferentemente do PE, em que, além da clivagem, o foco pode aparecer nas construções com sujeitos pós-verbais. Desse modo, vamos observar: (i) o percurso diacrônico das estruturas de foco em peças brasileiras e portuguesas; (ii) as diferenças nas estruturas de focalização do sujeito.

Palavras-chave: focalização, clivagem, ordem VS/SV, português brasileiro, português europeu.

1. Introdução

Os diversos estudos sobre a sintaxe da ordem nas línguas naturais apontam para uma correlação entre a posição dos constituintes na sentença, mais especificamente, a posição do sujeito (pré ou pós-verbal), e fatores de natureza gramatical e de estrutura informacional da sentença. Assim, em línguas que permitem essa posição variável, o sujeito pode aparecer pós-verbal em sentenças interrogativas e/ou subordinadas devido à natureza do complementizador. O estatuto informacional do sujeito também influencia a sua posição: sujeitos com informação velha tendem a aparecer na posição pré-verbal, ao passo que sujeitos com informação nova (de foco informacional ou

contrastivo) tendem a ocupar uma posição pós-verbal, como ocorre em Espanhol e Italiano (Menuzzi 2004)[168]:

(1) a. [A maçã?] Comeu-a o João. (PE ok / * PB)
b. [La torta?] L'ha mangiata la mamma.

A título de exemplo, sobre a sintaxe da ordem no Português Brasileiro, tomemos o trabalho pioneiro de Berlinck (1989), que observa tanto «fatores gramaticais» quanto «fatores discursivos/informacionais» para a ocorrência do sujeito pós-verbal. A autora constata que até o século XVIII os fatores que mais influenciavam a ordem VS eram discursivos (como o estatuto informacional do sujeito); a partir do século XIX, a ordem VS passa a ser condicionada por fatores mais gramaticais como o tipo de verbo (verbos monoargumentais particularmente, como a cópula e os inacusativos).

Mais recentemente, com base numa amostra de cartas pessoais do século XX, Cavalcante (2014, 2015) observa que a diminuição de VS (em comparação com SV) está relacionada tanto a fatores gramaticais quanto ao estatuto informacional do sujeito, confirmando os resultados de Berlinck (1989). Os resultados com cartas pessoais também revelam que a diminuição de VS está associada a um aumento de construções com sujeitos clivados para marcar focalização, o que faz com que nas cartas apareça um contexto de competição de gramáticas (Kroch 2001): uma gramática em que o estatuto informacional é responsável pela ordem VS e outra em que a ordem VS está restrita a contextos de verbos inacusativos e de inversão locativa. Nas cartas de missivistas nascidos no século XX, Cavalcante (2015) observa que, para marcar foco informacional ou foco contrastivo, aparecem as construções clivadas.

Ao recuarmos no tempo, do Português Antigo até o Português Europeu (PE), também vemos alteração na sintaxe da ordem do sujeito, sugerindo uma mudança de um período de sintaxe V2 no Português Antigo e no Português Clássico para uma sintaxe SVO no PE moderno (Galves e Paixão de Sousa 2005, Ribeiro 2007, 2015, Kato e Ribeiro 2009, Cavalcante, Galves e Paixão de Sousa 2015), como podemos ver no gráfico a seguir, de Cavalcante, Galves e Paixão de Sousa (2015):

[168] Sabemos que outros fatores também influenciam a ordem, como por exemplo o número de argumentos expressos.

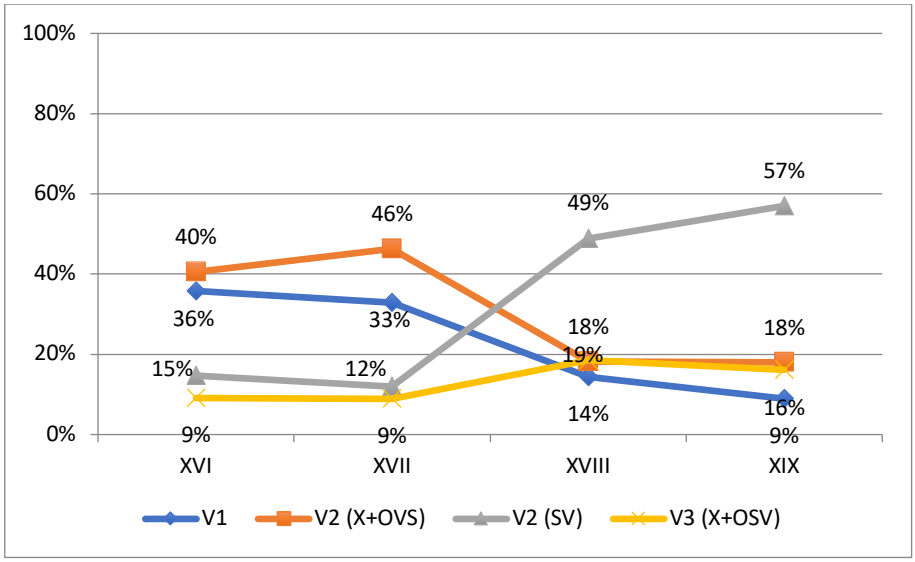


Gráfico 1. V1, V2 e V3 na história do Português (Cavalcante, Galves e Paixão de Sousa 2015)

Em todos os períodos parece haver uma relação mais ou menos biunívoca entre o estatuto informacional do sujeito e sua posição pós-verbal. Na verdade, em textos de autores nascidos entre os séculos XV e XVI, Galves e Paixão de Sousa (2005) e Cavalcante, Galves e Paixão de Sousa (2015) observam que a posição não-marcada para os sujeitos é a posição pós-verbal; a posição pré-verbal é o lugar de pouso de sintagmas com proeminência discursiva. Isso aparece claramente nos percentuais de sentenças V1, V2 e V3 (exemplos em (2)) ao longo do tempo: como podemos observar no Gráfico 1, o percentual de sujeitos pós-verbais (em sentenças V1, e V2 (X+OVS)) é mais alto nos textos dos autores nascidos entre os séculos XVI e XVII e diminui a partir do século XVIII; por outro lado, o percentual dos sujeitos pré-verbais (sentenças V2 (SV) e V3) aumenta a partir do século XVIII. Essa sintaxe justifica o estatuto informacional do sujeito em uma sentença SVO no Português Clássico como de foco ou tópico contrastivo, ao contrário do que ocorre no PE moderno.

(2) a. **Pelejou** a armada de Holanda com uma esquadra da armada Real de Castela (Galhegos, n. 1597)

b. Com a primeira vista destas suas fanfarrices **ficamos** nós algum tanto embaraçados. (Pinto, n. 1510)

c. …e bastantes armas lhe=**davam** os livros pera se=defender, (Sousa, n. 1556)

d. Os mesmos sagrados Canones **respondem** à minha pergunta. (Vieira, n. 1608)

e. Quando Deus veiu a juiso, a terra **tremeu** … (Vieira, n. 1608)

No que diz respeito às interrogativas-Q, os trabalhos de Duarte (1992) e Pinheiro e Marins (2012) para o PB e Nicolau de Paula (2016) para o PE, entre outros, mostram que a clivagem é um fenômeno que influencia diretamente a evolução da ordem do sujeito nessas sentenças. No PB, o padrão muda de QVS (3a) para QSV (3b) ao longo do tempo.

(3) a. O que **pensa** tua filha do nosso projeto? (1845, PB)

b. E nos outros nove dias, que *é que* ele **faz**? (1975, PB)

A mudança acontece a partir do momento em que a clivagem passa a figurar como possibilidade no sistema, ou seja, ela serve como gatilho para a mudança na ordem e a língua passa a contar tanto com a possibilidade de ordem VS quanto com a possibilidade de clivagem com ordem SV. No PE, o que observamos é um processo diferente. A clivagem aparece por volta dos anos 1950 como uma alternativa à ordem QVS e esses dois padrões seguem convivendo nas interrogativas, apesar de uma queda no uso de QVS a partir dessa sincronia. O Português Europeu passa a contar então com ordem VS nas interrogativas não clivadas e a clivagem entra de modo consistente nos outros padrões (sujeitos nulos, SV e VS).

(4) a. Por onde **andará** o senhor seu marido? (1900, PE)

b. O que *é que* isso **quer dizer**? (1950, PE)

O Gráfico 2 mostra o percurso da ordem QVS ao longo do tempo tanto no PB quanto no PE. É possível observar que o PB apresenta uma redução brusca no período 5 (1955) e em períodos subsequentes, chegando a apenas 2% de uso do padrão VS nas interrogativas-Q. Os dados do PE mostram um comportamento um pouco instável,

porém já é possível observar que nos períodos finais encontramos taxas mais baixas de VS, 23% e 30% nos anos 1970 e 1990, respectivamente.

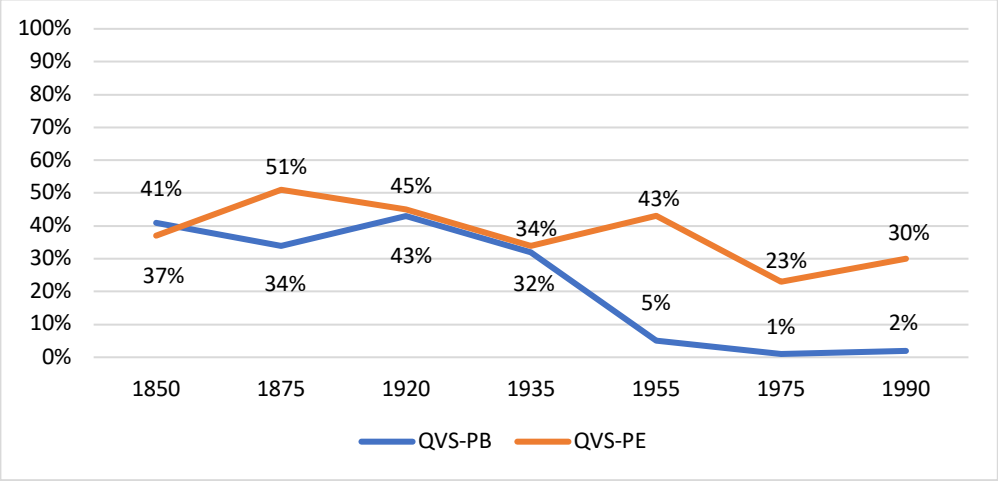


Gráfico 2. Ordem VS em interrogativas-Q no PB e PE (Nicolau de Paula 2016)

A sintaxe das estruturas focalizadas envolve não somente a posição do sujeito, mas também a posição de outros constituintes, quando focalizados, como o objeto, o sintagma verbal, e sintagmas adjunto. No entanto, para a presente análise consideramos apenas a focalização de sujeito, nas clivadas em contraste com a ordem VS.

Tendo isso em mente, o presente trabalho busca fazer uma análise comparativa das construções de foco em sentenças declarativas numa amostra de peças de teatro escritas ao longo dos séculos XIX e XX, comparando PB e PE. Por um lado, o PB tem sido descrito como uma língua de ordem VS restrita a contextos inacusativos /apresentativos (5a) e com inversão locativa (5b). Além disso, algumas construções com verbos inergativos ou transitivos aparecem com ordem VS, mas elas são restritas a certas tradições discursivas, como as narrações de jogos de futebol e a construções com verbos *dicendi*, como mostram os exemplos em (6):

(5) a. As crianças chegaram. / Chegaram as crianças.
b. Aqui estão as cartas. / As cartas estão aqui.

(6) a. Apita o árbitro.
b. Ergue o braço o juiz.
c. Diz ele que vem amanhã.

Por outro lado, o PE mostra que é possível haver contextos de VS com sujeitos focalizados, tanto com foco informacional quanto com foco contrastivo (cf. Costa 2000), como mostram (7 a, b)[169].

(7) a. Alguém telefonou?
Telefonou O JOÃO
b. O Pedro telefonou hoje cedo.
Telefonou o JOÃO (não o Pedro).

2. Objetivos e Hipóteses

Temos como objetivos: (i) observar as estratégias de focalização de sujeito presentes na amostra; (ii) tentar relacionar a possível diminuição de VS (tanto na amostra do PE quanto na do PB) a outras estratégias de focalização; (iii) relacionar as estratégias de focalização com o seu estatuto informacional ao longo do tempo (marcação de foco informacional, foco contrastivo) e (iv) tentar estabelecer diferenças na marcação de foco no PE e no PB, relacionando-as à codificação da estrutura informacional da sentença. Para isso, vamos observar o percurso diacrônico de construções de focalização em peças brasileiras e portuguesas de meados do século XIX a finais do século XX.

Com base em resultados de pesquisas anteriores para as interrogativas-Q (Duarte 1992, Kato 2009, Pinheiro e Marins 2012, Nicolau de Paula 2016), esperamos encontrar na amostra de declarativas do PB a diminuição de VS associada à implementação das construções clivadas, diferentemente do PE, em que a clivagem concorre com o sujeito pós-verbal.

[169] Sujeitos pós-verbais no PE não se limitam a codificar foco contrastivo e/ou informacional: há ordem VS quando se trata de sentenças expressando juízo tético e anteposição de objetos com valor de tópico ou foco (Martins e Costa 2016). Neste trabalho, vamos tratar apenas dos casos de VS com sujeitos com foco informacional e contrastivo.

3. Amostra e Metodologia

Utilizamos uma amostra de peças teatrais que têm em comum o caráter popular, que se vê em comédias de costumes, comédias urbanas, o que nos garante uma maior tentativa por parte do autor de proximidade com a fala espontânea. A Tabela 1 mostra as peças utilizadas e o ano de produção.

Tabela 1. Lista de peças que compõem a amostra

PB	PE
Período I	
O noviço (1845) As casadas solteiras (1845) Quem casa quer casa (1845)	Casar ou meter freira (1848) Uma cena de nossos dias (1843) Os logros numa hospedaria (1841)
Período II	
Caiu o ministério (1883) As doutoras (1889) Como se fazia um deputado (1882)	Quem desdenha ... (1874) A liberdade eleitoral (1870) Clero nobreza e povo (1871) O festim de Baltazar (1892)
Período III	
O simpático Jeremias (1918) Onde canta o sabiá (1919) O mambembe (1904)	Antes de começar (1919) O álcool (1912) Penélope (1919) Cavalheiro respeitável (1914)
Período IV	
O hóspede do quarto n.2 (1937) A inquilina de Botafogo (1933) O maluco n.4 (1939)	A prima Tança (1934) A continuação da comédia (1931/1934) Três Gerações (1931) A invenção do guarda-chuva (1934) Balada de Outono (1945)
Período V	
Um elefante no caos (1955) Do tamanho de um defunto (1955) Bonito como Deus (1955) A gaivota (1957) Uma mulher em três atos (1957)	Alguém terá que morrer (1954) O meu caso (1950) A sogra (1955) É urgente o amor (1957) Mario ou Eu Próprio e o Outro (1958)
Período VI	
A mulher integral (1975) O último carro ou as 14 estações (1967) Duas tábuas e uma paixão (1978) Os órfãos de Jânio (1979) É... (1977)	Prólogo Alentejano (1975) A lei é a lei (1977) O grande mágico (1979) O rosto levantado (1977)

Período VII	
No coração do Brasil (1992) Como encher um biquíni selvagem (1992) Kaos (1995)	Um filho (1996) A vingança de Antero (1996) O céu de Sacadura (1998) Quinze Minutos de Glória (1998)

Foi feito o levantamento de sentenças declarativas com ordem VS considerando ambos, foco informacional e contrastivo, e de todos os padrões de sentenças clivadas encontrados nas peças, como mostram os exemplos em (8). A fim de responder a uma das perguntas que motivam a pesquisa, marcamos a distinção entre foco informacional e foco contrastivo (exemplificados em (9)). Para a presente análise, consideramos, como dito acima, apenas as clivadas de sujeito em comparação com a ordem VS. Abaixo temos exemplos das estruturas consideradas, com a distribuição percentual para PE e PB em relação ao conjunto dos dados):

(8) a. Clivada invertida: A Helene *é que* é feliz. (PE: 44% / PB: 55%)
b. Clivada Canônica: *É* você *que* está dizendo. (PE: 25% / PB: 11%)
c. Apresentativa: *É que* a Matilde não pode já demorar-se, Gonçalo...! (PE: 15% / PB: 10%)
d. Pseudo Clivada: Se o deixasse escapar, *quem* levava a porrada *era* eu! (PE: 11% / PB: 11%)
e. Clivada de SER: Beleza *é* que é tudo. (PE: 5% / PB: 13%)

(9) a. *Tocou o tenente-coronel* justamente no ponto que eu queria ferir. (Anos 1850, PB)
b. O pessoal lá da academia *é que* me botou esse apelido. (Anos 1990, PB)
c. Nesse tempo *falava* em mim *o desejo*, hoje o amor. (Anos 1935, PE)
d. Ergo - repito - ele *é que* é o culpado. (Anos 1875, PB)

As sentenças (a) e (b) mostram casos de foco informacional e as sentenças (c) e (d) mostram o foco constrastivo nas peças do PB e PE. A distinção entre os tipos de foco fica clara com base no contexto das peças de onde foram retiradas. As clivadas de SER ilustram uma estratégia de foco informacional.

4. Resultados

Passaremos agora para a análise dos resultados encontrados no levantamento quantitativo das amostras de peças teatrais. Contamos com os seguintes padrões de focalização de sujeito: sentenças declarativas com ordem VS e sentenças declarativas com clivagem, como mostram os exemplos a seguir:

(10) a. Se calhar entendes tu mais do que eles, que aprenderam nas escolas e nos livros ... (Anos 1975, PE)
b. Tinha eu meus quinze anos quando lá apareceu, vindo do Maranhão, o Sr. Ambrósio. (Anos 1850, PB)
c. Deus é que determina, e a mim só me resta cumprir o que for por ele ordenado. (Anos 1955, PE)
d. Eu é que sei o que lhe convém: serás freira. (Anos 1850, PB)

O primeiro resultado a ser discutido é a evolução da ordem VS em oposição aos sujeitos clivados no PB e no PE. O Gráfico 3 mostra que as duas gramáticas apresentam uma queda nas taxas de VS ao longo dos períodos. No caso do PB, assim como acontece nas interrogativas-Q (cf. Gráfico 2, acima), entre os períodos 4 e 5, as taxas começam a mostrar uma redução consistente que se estabiliza nos dois períodos finais na casa dos 10%.

O PE mostra uma certa instabilidade. A queda de VS não fica tão evidente como no PB, porém existe uma distância importante entre os 91% do período 1 e os 51% do último período. Interessa destacar que, assim como no gráfico das interrogativas, o período 6 tem uma baixa brusca no uso de VS, que volta a subir no período seguinte. Caberia um olhar mais refinado para os dados dessa sincronia, que não será o foco da presente análise.

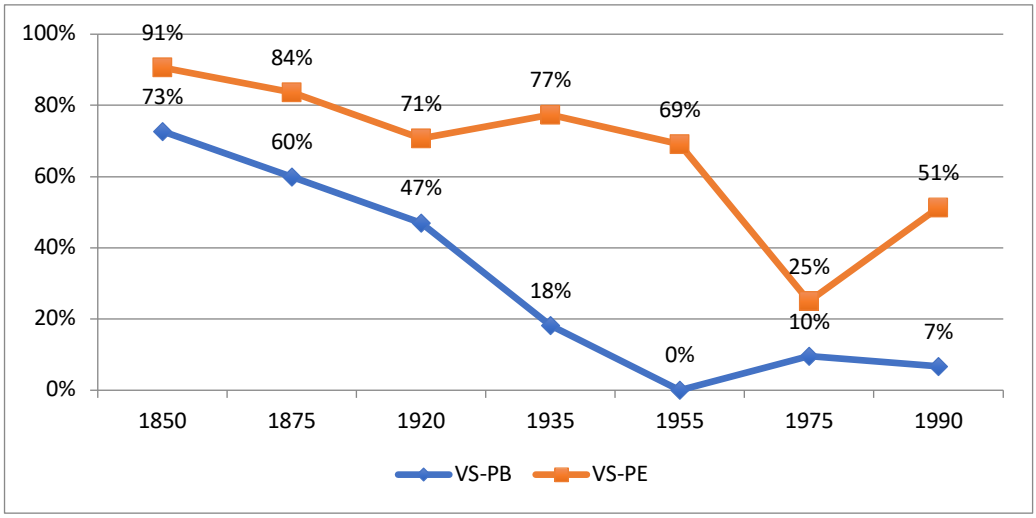


Gráfico 3. Ordem VS (x sujeito clivado) em declarativas no PB e no PE

Para complementar o panorama geral, observamos os dados do Gráfico 4, que mostra o percurso dos sujeitos clivados nas duas gramáticas em questão.

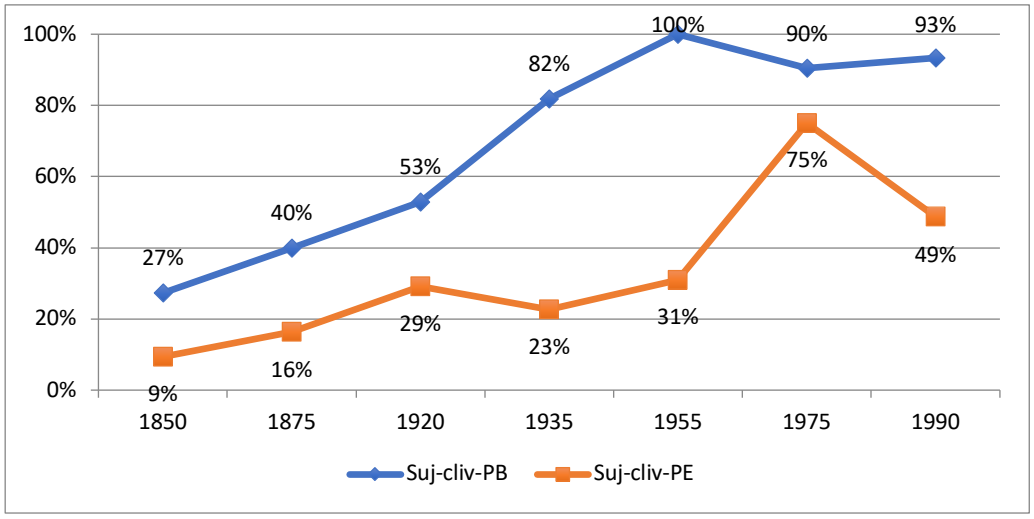


Gráfico 4. Sujeito clivado (x VS) em declarativas no PB E PE

Como era de se esperar, as taxas de uso de clivagem aumentam ao longo dos 7 períodos tanto no PB quanto no PE, confirmando nossa hipótese de trabalho. Desde o século XIX o PB apresenta taxas mais altas para sujeitos clivados quando comparado ao PE (27% x 9%). A distância entre os dois sistemas se mantém, porém ambos mostram uma configuração diferente entre o período 1 e o período 7. O comportamento inesperado, com uma subida brusca, no período 6 permanece refletido nesse gráfico.

No entanto, é possível observar que independentemente desse desvio, fica clara uma subida de 31% para 49% entre os períodos 5 e 7.

Certamente, o PB passa a uma configuração na qual o padrão principal de focalização é a clivagem, como mostram os 93% no período 7. A ordem VS fica realmente restrita a contextos específicos como aqueles citados na introdução, especialmente com verbos monoargumentais. O sistema do PE, claramente licencia a possibilidade de clivagem do sujeito como uma estratégia de focalização, porém segue contando com VS até a última sincronia analisada.

Prosseguindo a análise dos resultados, podemos observar a relação dos diferentes tipos de foco controlado nesta pesquisa (informacional ou contrastivo) com os padrões VS ou clivadas ao longo do tempo. O Gráfico 5 apresenta as taxas de sujeitos clivados associados ao foco informacional e contrastivo, estruturas já exemplificadas em (9).

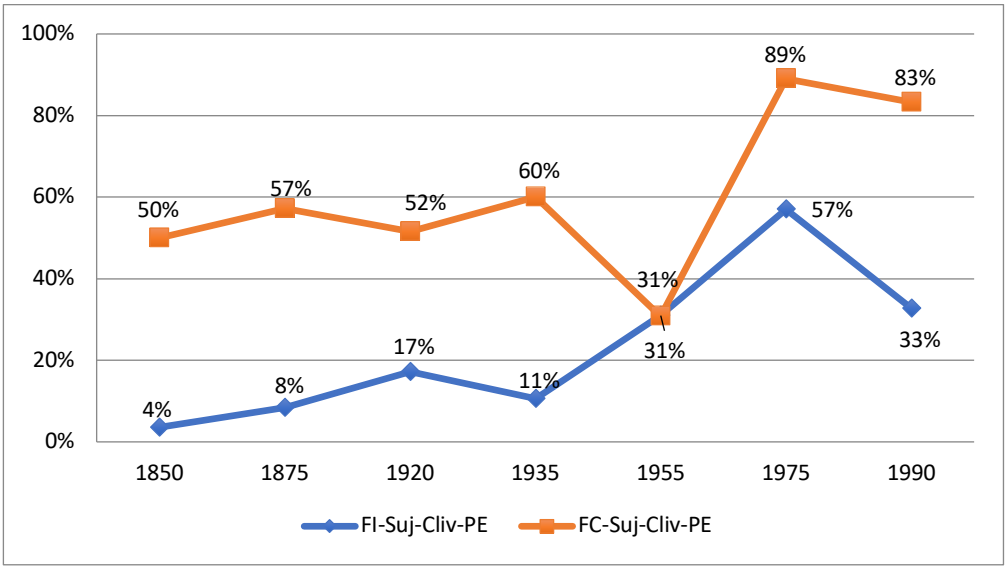


Gráfico 5. Foco informacional e contrastivo com sujeito clivado (x VS) em declarativas no PE

O foco informacional parece ser preferencialmente marcado com VS em oposição a outra possibilidade apresentada pelo gráfico que consiste em usar a clivagem para marcação do sujeito focalizado, o que acontece principalmente nos períodos iniciais. O que explica isso é o fato de no PE a ordem VS ser o principal padrão de focalização até o período 5. Porém, quando se trata do foco contrastivo, o PE apresenta uma

preferência pela clivagem desde o período 2[170]. Nos dois períodos finais, o foco contrastivo é quase que exclusivamente marcado com a clivagem do elemento focalizado (89% e 83%). De maneira geral, a distribuição ao longo do tempo mostra que o foco informacional está mais associado ao uso de VS enquanto o foco contrastivo aparece relacionado com a clivagem. Isso pode ser um indício de que as duas estratégias não recebam interpretações equivalentes na língua, sendo a clivagem mais marcadora de contraste do que a ordem VS.

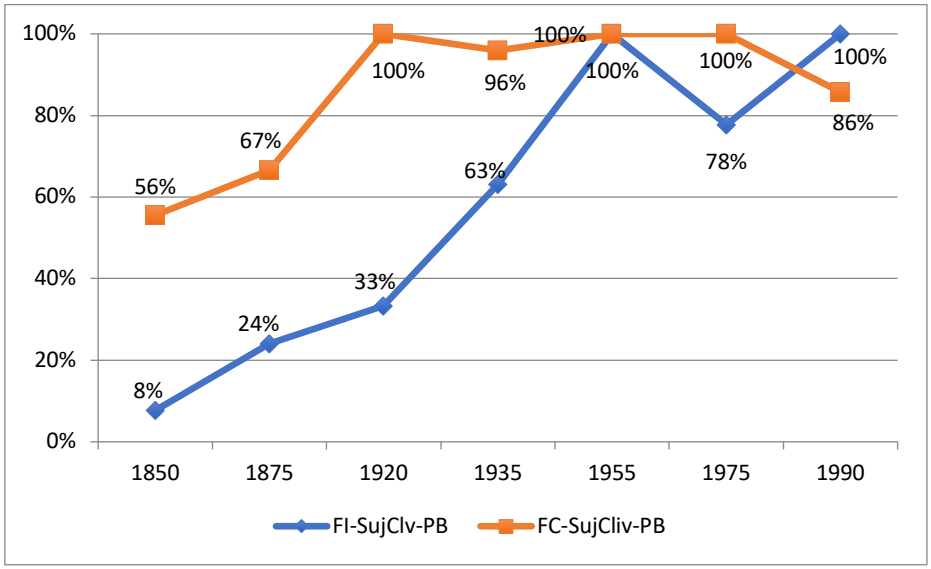


Gráfico 6. Foco informacional e contrastivo com sujeito clivado (x VS) em declarativas no PB

Os resultados para o PB mostram de maneira muito clara que, inicialmente, o sistema prefere, tal como no PE, a estratégia de marcar o foco contrativo com a clivagem em sentenças declarativas, não se distinguindo muito do PE no século XIX; no entanto, a partir do terceiro período (anos 1920) a clivagem passa a ser categórica. Em relação ao foco informacional, o PB inicia, mais uma vez como o PE, preferindo VS, nas três primeiras sincronias, para, a partir dos anos 1930, mostrar nítida preferência pela clivagem. Esse resultado pode reforçar a hipótese de que a clivagem é uma opção mais marcada quando se trata de contraste. É importante observar que a relação entre foco informacional e VS, foco contrastivo e clivagem também acontece no PB, porém, essa

[170] Nicolau de Paula (2016) mostra que a clivagem em interrogativas-Q é frequente em padrões com SV, VS e sujeitos nulos, com uma queda no período 5.

gramática perde VS ao longo do tempo, o que faz com que mesmo os focos informacionais sejam marcados por meio de sentenças clivadas nos períodos posteriores, nos fazendo levantar a hipótese de que a clivagem no PB não é tão marcada quanto no PE no que diz respeito ao contraste que ela carrega.

5. Considerações finais

O processo de focalização nas declarativas parece ser muito semelhante ao encontrado por Nicolau de Paula (2016), Duarte (1992) e Pinheiro e Marins (2012) para as interrogativas. No PB, a ordem VS sai de cena definitivamente, como já mostraram os trabalhos de Kato, Cyrino, Duarte e Berlinck (2006) e Cavalcante (2014) aqui citados, entre muitos outros, dando espaço à ordem QSV no caso das interrogativas e à clivagem dos sujeitos focalizados no caso das declarativas. Observar a clivagem é importante, já que, mesmo nas interrogativas, ela aparece como uma opção muito usada ao lado de QSV. Esse processo, no PB, certamente está ligado ao enfraquecimento da concordância e consequente processo de mudança em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo como mostram os trabalhos de Duarte (1992, 1993 e 1995) e Lopes Rossi (1993).

No PE, a ordem VS não desaparece por completo nem nas declarativas aqui estudadas, nem nas interrogativas analisadas por Nicolau de Paula (2016), em que VS parece mais resistente. Esse sistema conserva os sujeitos nulos e um quadro rico e desinências verbais, o que faz com que a ordem VS ainda figure como estratégia frequente (pelo menos se levamos em conta os resultados de Nicolau de Paula para as interrogativas-Q). Desse modo, convivem no sistema os padrões QVS e Q *é que* SV (clivagem) para as interrogativas e VS e clivagem para as declarativas. Nossos resultados mostram que, nas frases declarativas esses dois padrões não estão em variação, ou seja, não são equivalentes na marcação do foco. A ordem VS parece ser mais associada ao foco informacional e a clivagem parece mais relacionada à marcação de foco contrastivo, como mostraram os Gráficos 5 e 6 deste trabalho. Parece existir uma motivação pragmática, que não é o objetivo da presente análise, para a opção entre marcar o foco com VS ou com clivagem, e possivelmente essa motivação atua tanto nas interrogativas quanto nas declarativas do PE. Nossa pesquisa, entretanto,

precisa considerar os resultados de Nicolau de Paula (2016) com base na mesma amostra e na fala espontânea do PE, que revelam ser a clivagem muito frequente nessa variedade, não só nas estruturas interrogativas-Q com SV, mas com a ordem VS e com sentenças interrogativas com o sujeito nulo. Isso sugere que o efeito da clivagem no PE vai além do licenciamento de SV. Uma análise prosódica pode ser importante para confirmar o papel da clivagem nessa gramática.

Referências

Berlinck, Rosane Andrade. 1989. A construção V SN no português do Brasil - um estudo diacrônico sobre o fenômeno da ordem. In *Fotografias Sociolingüísticas*. Fernando Tarallo. 95–112. Campinas, SP: Pontes.

Britto, Helena. 2000. Syntactic codification of categorical and thetic judgments in Brazilian Portuguese. In *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. M. Kato; E. Negrão. (org.). Frankfurt am Main: Vervuert. 195–222.

Cavalcante, Silvia Regina de Oliveira. 2014. Posição do sujeito e posição social: um caso de competição de gramáticas em cartas dos séculos XIX e XX. *Filologia e Linguística Portuguesa* (Online) 16: 147–170.

Cavalcante, Silvia Regina de Oliveira. 2015. A posição do sujeito na história do Português Brasileiro: sintaxe e estrutura informacional da sentença. Comunicação apresentada no *Gallaecia: III Congresso Internacional de Linguística Histórica*, Santiago de Compostela, julho de 2015.

Cavalcante, Silvia Regina de Oliveira, Charlotte Galves, e Maria Clara Paixão de Sousa. 2016. Topics, Subjects and Grammatical Change: from Classical to Modern European Portuguese. *LaborHistórico* 1: 97–107, Rio de Janeiro.

Costa, João. 2000. Word order and discourse configurationality in European Portuguese. In *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. João Costa (ed). New York: Oxford University Press. 94–115.

Duarte, Maria Eugenia Lammoglia. 1992. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas-Qu no português do Brasil. *DELTA* 8, n. Especial: 37–52.

Duarte, Maria Eugenia Lammoglia. 1993. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português brasileiro. In *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Ian Roberts, e Mary Kato. (org) Campinas, SP: Ed. Da Unicamp. 107–128.

Duarte, Maria Eugenia Lammoglia. 1995. *A perda do princípio «evite pronome» no português brasileiro*. Tese de Doutorado, Unicamp.

Duarte, Maria Eugenia Lammoglia. 2012. *O sujeito em peças de teatro (1833–1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola Editorial.

Galves, Charlotte e Maria Clara Paixão de Sousa. 2005. Clitic placement and the position of subjects in the history of European Portuguese. In *Romance Languages and Linguistic Theory 2003: Selected Papers from 'Going Romance 2003'*. Twan Geerts, Ivo van Ginneken, e Haike Jacobs. Amsterdam: John Benjamins. 97–113.

Kato, Mary. 2009. Mudança de ordem e gramaticalização na evolução das estruturas de foco no Português Brasileiro. *Revista do GEL* (Araraquara) 38: 375–385.

Kato, Mary, e Ana Maria Martins. 2016. European Portuguese and Brazilian Portuguese: an overview on word order. In *The Handbook of Portuguese Linguistics* W. Leo Wetzels, João Costa, e Sergio Menuzzi (eds). Oxford: Wiley-Blackwell. 15–40.

Kato, Mary, Sônia Cyrino, Maria Eugênia Lammoglia Duarte, e Rosane Berlinck. 2006. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Suzana Cardoso, Jacyra Mota, e Rosa Virgínia Mattos e Silva. (orgs.). Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/ Funcultura/ Governo da Bahia. 413–438.

Kato, Mary, Ilza Ribeiro. 2009. Cleft sentences from Old Portuguese to Modern Brazilian Portuguese. In *Focus and Background in Romance Languages*. A. Dufter e D. Jacob. (orgs) Amsterdam: John Benjamins. 123–154.

Kroch, Anthony. 2001. Syntactic change. In *The handbook of contemporary syntactic theory*. Mark Baltin, e Chris Collins. 699–729.

Lopes-Rossi, Maria A. G. 1993. Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil. In *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Ian Roberts, e Mary Kato. (orgs.) Campinas: Unicamp. 307–342.

Martins, Ana Maria e João Costa. 2016. Ordem dos constituintes frásicos: sujeitos invertidos, objetos antepostos. In *Manual de Linguística Portuguesa*. Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho (eds), Berlin/Boston: De Gruyter. 371–400.

Menuzzi, Sérgio. 2004. A ordem verbo-sujeito no português do Brasil: para uma comparação das abordagens formalistas e funcionalistas. *Revista da ANPOLL* 16: 349–384, São Paulo.

Nicolau de Paula, Mayara. 2016. *A Ordem VS/SV e as interrogativas Q no PB e no PE: uma análise diacrônica*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras / UFRJ.

Pinheiro, Diogo Oliveira R. e Juliana Marins. 2012. A trajetória das interrogativas QU-clivadas e não clivadas no português brasileiro. In *O sujeito em peças de teatro (1833-1992) Estudos diacrônicos*. Maria Eugenia Lammoglia Duarte. (org) São Paulo: Parábola Editorial. 161–180.

Ribeiro, Ilza. 2007. As mudanças sintáticas do PE - Questões sobre periodização. In *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Ataliba de Castilho, Maria Aparecida Torres Morais, Ruth Lopes, e Sônia Cyrino. (org.). São Paulo; Campinas: Pontes; Fapesp. 529–548.

Ribeiro, Ilza. 2015. *Ensaios em sintaxe diacrônica do português*. Araújo, R. C.; C. Figueiredo (eds). Salvador: EDUFBA.

18. Fernando Pessoa 2.0: novas ferramentas para velhos problemas

Simone Celani

Sapienza Università di Roma

O Espólio Pessoa representa um exemplo extremo no âmbito da filologia, devido em particular à sua estrutura, muito ampla e complexa, mas que conserva poucos elementos da ordenação original deixada pelo autor. Na materialidade dos documentos originais estão presentes, porém, numerosos indícios que permitem reconstruir diferentes graus de proximidade genética entre as peças, dados fundamentais para editar criticamente as obras de Fernando Pessoa. Contudo, são inúmeros os elementos a ter em consideração, e conseguir uma visão global utilizando apenas os métodos tradicionais exigiria uma análise demasiado demorada. Na Universidade de Roma La Sapienza teve início um novo projeto experimental que visa examinar um amplo número de variáveis de uma forma automática, utilizando um algoritmo que desfruta as potencialidades dos Sistemas Artificiais Adaptativos (AAS, Artificial Adaptive Systems) e fornece um mapa gráfico das ligações entre elas (formalmente um MST, Minimum Spanning Tree). Nos últimos anos deu-se início a um primeiro teste baseado num *dataset* que contém uma formalização das variáveis materiais (suportes, canetas, etc.) das peças que compõem *O caso Vargas*, identificando uma série de famílias ou *clusters* em que as peças podem ser divididas, cada uma das quais possivelmente associada a uma fase da escrita da obra. O mapa resultante da análise automática (um exemplo é visível na Figura 1) pode ser confrontado com dados ligados aos conteúdos das peças e fornecer indicações úteis sobre as sincronias na produção de diferentes partes de uma mesma obra ou de obras diferentes. Ampliando o exame a obras mais extensas, a séries de obras ou, melhor ainda, ao Espólio na sua totalidade, será possível ter uma hipótese de visão estratigráfica do Espólio, de modo a identificar ligações entre partes diferentes da obra de Pessoa e a fornecer importantes indicações cronológicas e genéticas. Em conclusão, o que se pretende demonstrar não é, obviamente, a possibilidade de teorizar a existência de um filólogo automático ou virtual, mas a de integrar novas ferramentas no trabalho de um filólogo de carne e osso que tente enfrentar a difícil tarefa de reconstruir as fases da escrita da obra de Pessoa.

Palavras-chave: Espólio Pessoa, *Digital Humanities*, *Artificial Adaptive Systems*, filologia material, atribuição.

1. Introdução: (*Digital*) *Humanities*

Dantes, o que havia era incompreensão e ceticismo. As designadas *Digital Humanities* constituíam um campo de estudos marginal, para poucos iniciados, que não suscitava um interesse generalizado e era visto fundamentalmente com desconfiança. A aparente complexidade dos seus procedimentos era considerada uma

desculpa para envolver num manto de esoterismo os seus métodos, invalidando, na prática, os resultados obtidos. Hoje, pelo contrário, a situação parece ter-se invertido drasticamente, e tem-se a impressão de que não existem projetos de investigação na área humanística que não incluam o recurso às novas tecnologias. A difusão dos instrumentos digitais aumentou exponencialmente, mesmo entre o público não especializado, graças ao acesso cada vez mais simples e económico a *software*, muitas vezes gratuito, bem como à abundância e difusão em larga escala de *hardware* capaz de o fazer funcionar.

Esta situação pode ser interpretada de dois modos: ou como um triunfo, o da chegada da idade do ouro das *Digital Humanities*, em que finalmente foi reconhecido o valor pragmático e metodológico desta nova abordagem, ou, mais melancolicamente, como a explosão de uma moda, um momento de euforia em que os meios amiúde se confundem com os fins da investigação, e proliferam projetos aparentemente inovadores e prometedores, mas que na realidade se limitam a rodar em torno de si mesmos, «a entreter a razão», como o «comboio de corda» da *Autopsicografia* de Pessoa. É mais ou menos esta a posição expressa por Lorenzo Tomasin, a 7 de julho de 2016, nas páginas do jornal *Sole 24 Ore*, num artigo sugestivamente intitulado «Umanisti scann(erizz)ati», que conclui o seguinte:

> *A pratiche antiche come la lettura, l'analisi, la discussione, si preferiscono tecniche quali la scansione, la visualizzazione, l'automazione, che relegano alla fruizione meramente aneddotica contenuti del tutto intercambiabili, scelti solo a motivo della loro gradevolezza, popolarità o mediatica attrattività. Trasformati, insomma, da fini in mezzi occasionali. Pur evitando di cadere in indebite generalizzazioni o in eccessi di reazione, si tratta pur sempre di una tendenza della quale è bene stare in guardia*[171].

Se é verdade que a primeira das duas interpretações acima expostas é certamente demasiado otimista, a segunda talvez não esteja muito longe da realidade, não fosse a circunstância de ignorar uma consequência menos visível, mas ainda assim importante dessa revolução (efetiva ou aparente): o facto de um número não negligenciável de pessoas não especialistas na área terem tido acesso a novos instrumentos, muitas vezes criados para fins bastante diferentes dos seus, que não se tornaram objeto único dos

[171] O conceito (como, aliás, parte do texto, reformulado) encontra-se expresso em diversos passos da obra de Tomasin (2017). O artigo original pode ser consultado no seguinte endereço http://www.ilsole24ore.com/art/cultura/2016-07-07/umanisti-scannerizzati-113515.shtml?uuid=ADa6Ivn&refresh_ce=1

seus estudos, mas que, pelo contrário, se prestam mais ou menos casualmente a facilitar um percurso já antes iniciado, a responder a perguntas para as quais até àquele momento era deveras trabalhoso dar resposta.

Nasce aqui uma nova dimensão interdisciplinar, em que problemas de natureza muito diversa encontram um denominador comum metodológico, e especialistas de matérias muito distantes podem encontrar instrumentos em comum, embora reinventados em cada caso para necessidades completamente novas. Se um filólogo, para efeitos de atribuição, vê utilidade num algoritmo originalmente criado para a compressão de dados, ou um arqueólogo inventa um uso não convencional para as redes neurais, não se trata de meros exercícios inúteis, de aparência robotizante, destinados a atrair financiamentos, mas de tentativas concretas de responder a problemas antigos através de novos pontos de vista, aplicando inversões de perspetiva e unindo dados e questões provenientes de disciplinas que podem ser muito diferentes. No fundo, o que a melhor investigação sempre fez.

É certamente verdade que, por trás desta extrema difusão de novos métodos, por trás desta espécie de corrida ao ouro digital, haverá muito para eliminar. Mas é igualmente verdade que se trata de um período pioneiro, não tanto de métodos, como de instrumentos. Porque é apenas disto que se trata, de instrumentos, de meios, e não de respostas. O que interessa continua a ser o mesmo objeto de antes: o texto, a obra, o dado arqueológico, o homem.

Naturalmente, é ainda demasiado cedo para fazer qualquer balanço do fenómeno das *Digital Humanities*. Deseja-se apenas que, num determinado momento, elas se integrem na área dos estudos humanísticos de modo tão completo e produtivo, que se perca a necessidade da presença do termo *Digital* inicial, que não é de facto o que importa realmente, ou o que importará. Visto que os próprios instrumentos digitais, no fim de contas, foram, também eles, criados pelo homem.

2. O Espólio Pessoa

Passados mais de oitenta anos sobre a morte de Fernando Pessoa, o seu principal legado, representado pelos seus documentos originais, continua a ser objeto de constantes pesquisas, que estão longe de terem atingido os seus objetivos. Está ainda distante a inteligibilidade completa dos dados neles contidos, devido a uma história

complexa e que nem sempre respeita o seu valor, que seria escusado repetir aqui pela enésima vez[172]. Muitos vestígios originariamente presentes, partindo logo da ordenação deixada pelo autor, ficaram irremediavelmente perdidos, e a filologia várias vezes envidou esforços para reconstruir obras cujos vestígios estão dispersos num espólio de 27 545 peças (Castro 2013: 89–95), para não contar o que lamentavelmente foi subtraído ao acervo principal, conservado há décadas na Biblioteca Nacional de Lisboa[173]. Além dos fundamentais indícios presentes no conteúdo, a ecdótica tem escrutinado também os dados materiais, avançando importantes hipóteses sobre a cronologia dos documentos e as estratificações internas do Fundo. Não obstante isto, em muitos casos, os resultados obtidos mantiveram-se num nível de probabilidade que não consente respostas definitivas. Neste sentido, a implementação das novas possibilidades oferecidas pelos instrumentos digitais, não podendo claramente ser considerada resolutiva, representa pelo menos um campo a explorar com atenção.

Foi já por outros apontado quanto uma representação intertextual e digital poderia contribuir para a fruição das edições críticas das obras de Pessoa[174], e estão já em curso algumas experiências nesse sentido, como por exemplo o *Arquivo LdoD* de Portela e Rito Silva (2017), assim como exemplos de integração entre suporte em papel e suporte digital (Pessoa 2015). Nesta ocasião pretende-se falar de outro aspeto, que é o da utilidade de algumas novas metodologias de investigação na interrogação dos documentos, no tratamento do vasto número de dados extraíveis do Fundo, na análise detalhada dos originais na sua materialidade, na identificação de relações genéticas até agora não consideradas.

Nos últimos anos, na Universidade de Roma La Sapienza, tomaram forma de modo independente várias linhas experimentais de investigação, podendo cada uma das quais encontrar uma resposta para um aspeto diferente do enigma pessoano. Trata-se dos projetos *Archeosema*, iniciado em 2011 por Marco Ramazzotti, arqueólogo especializado no Próximo Oriente Antigo; *THESMA* (Terahertz and Spectrometry Manuscript Analysis), dirigido por Paola Italia, filóloga italiana, em colaboração com alguns investigadores da Faculdade de Física; e da investigação sobre o atribuicionismo automático, coordenada por Paolo Canettieri, filólogo românico.

[172] É possível encontrar uma síntese da questão em Celani (2005: 9–18).
[173] Espólio E3 do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da BNP.
[174] Por exemplo Castro (2013: 117).

3. Archeosema

Archeosema é um projeto interdisciplinar que visa a aplicação à área humanística das metodologias ligadas aos Sistemas Adaptativos Artificiais (SAA), financiado pela Universidade La Sapienza em 2011 e dirigido por Marco Ramazzotti[175]. O projeto, cuja denominação completa è «Archeosema. Sistemi informativi geografici e Sistemi Artificiali Adattivi per la ricerca teorica, applicativa e sperimentale di fenomeni complessi»[176], representa uma abordagem mais metodológica do que disciplinar, e visa verificar a utilização dos SAA para fins preditivos, de *datamining* ou para oferecer hipóteses de ordenação de dados em campos muito diversos, tais como a arqueologia, a geografia, a estatística, a linguística e a filologia.

O algorigtmo da rede neural artificial (designado *AutoContractive Map* ou, abreviando, *AutoCM* [177]) foi fornecido pelo Centro de Investigação «Semeion» de Paolo Massimo Buscema[178] e aplicado aos casos particulares em estudo graças ao apoio de um investigador do centro, Massimiliano Capriotti. Os resultados da investigação confluíram na publicação de um suplemento da revista *Archeologia e Calcolatori*, que continha uma ampla apresentação do projeto, das suas premissas teóricas e das aplicações e experiências efetuadas nas várias disciplinas (Ramazzotti 2013).

Em todos os casos de estudo analisados, havia dados parciais sobre objetos para os quais se pretendia reconstituir a forma original perdida: no caso da arqueologia, topografias parcialmente reconstituíveis através de escavações arqueológicas, ou fragmentos de placas de terracota contendo informações de arquivo; no caso da filologia, documentos incompletos e, muitas vezes, sem indicações claras de atribuição a obras específicas, dispersos num vastíssimo arquivo de autor do qual se perdeu a ordenação original. A aplicação do *AutoCM* nestes casos tinha o objetivo de obter hipóteses de ordenação e/ou preenchimento de lacunas existentes, de forma coerente e a partir dos dados conhecidos. Estas hipóteses teriam, posteriormente, de ser

[175] De entre a ampla bibliografia sobre a relação entre AAS e métodos arqueológicos, cfr. pelo menos Ramazzotti (2010 e 2013).
[176]«Archeosema. Sistemas informativos geográficos e Sistemas Adaptativos Artificiais para a investigação teórica, aplicada e experimental de fenómenos complexos».
[177] Sobre a qual, cfr. Buscema (2008).
[178] http://www.semeion.it/.

verificadas na prática ou por aplicação do processo a casos de estudo já resolvidos mediante outras metodologias.

O procedimento aplicado em todos os casos previa um mesmo percurso, que pode ser sumariamente descrito em quatro etapas: 1) tradução do *dataset* em matriz binária; 2) introdução do produto da tradução no software com o *AutoCM*; 3) criação de uma *minimum spanning tree* (MST) com base no *output* do *AutoCM*; 4) visualização gráfica da MST através do software *open source* Gephi[179]. O grafo resultante da MST foi o principal instrumento hermenêutico utilizado (Figura 1), uma vez que permitiu a visualização sintética (mas não simplificadora) do problema complexo e não linear que se pretendia estudar.

O procedimento foi testado, no meu caso, num *dataset* não muito extenso, mas complexo devido ao número de variáveis incluídas (tratava-se de uma matriz de 184 x 95, 184 registos com 95 variáveis cada um) contendo dados relativos à descrição material (tipos e características dos suportes, instrumentos de escrita, etc.[180]) de um pequeno conjunto de documentos do Fundo, sobre os quais tinha trabalhado alguns anos antes para uma edição que preparei[181].

A obra em causa, intitulada *O caso Vargas*, é uma *detective story* vasta mas incompleta, escrita por Pessoa ao longo de um período de pouco mais de uma década, pertencente a uma série policial por ele idealizada e intitulada *Quaresma, decifrador*,

[179] http://gephi.github.io/.

[180] Para cada folha do Fundo Pessoa contendo fragmentos de O Caso Vargas, foram indicadas variáveis de «conteúdo» (eventual título do fragmento, eventual atribuição a um capítulo da obra, género literário, eventual atribuição ao autor fictício, língua), «suporte» (largura e comprimento da folha, presença de eventuais marcas de água, cor, eventuais cabeçalhos, eventuais indicações de número de página, se a folha estava inteira ou tinha sido cortada, dobrada ou não, furada ou não), «instrumentos de escrita» (se escrito à máquina ou manuscrito, no segundo caso se a caneta ou a lápis, cor da tinta), «data» (eventual data indicada no documento, datação resultante de outros dados materiais, pontual ou, caso contrário, se possível, *post* e/ou *ante quem*, eventual data de publicação dos conteúdos do documento), «documentos relacionados» (outros documentos do Fundo com os quais se relaciona diretamente o documento em questão, através de dados materiais ou de conteúdo, e eventuais outros documentos do Fundo contendo cópias ou outras redações do mesmo texto). Cada variável, na tradução em matriz binária do *dataset*, foi dividida em várias variáveis, de modo a poder ser definida sempre com as alternativas 0/1, sim/não, de uma condição específica. Por este motivo, muitas variáveis se multiplicaram (pode-se dar um exemplo com a cor das tintas: neste caso, de uma variável única com três alternativas possíveis – preto, azul e vermelho –, chegou-se a três variáveis – preto, azul e vermelho –, devendo indicar-se para cada uma delas uma condição positiva ou negativa, com resultados diferentes, tendencialmente dois 0 e um 1, mas por vezes também dois ou três 1, no caso de documentos escritos com canetas e tintas diferentes). Tudo isto explica que se tenha chegado a um número total tão alto de variáveis: 95.

[181] Pessoa (2006), edição divulgativa e traduzida para o público italiano, cujas premissas filológicas foram apresentadas na minha tese de doutoramento, ainda parcialmente inédita (Celani 2004).

a partir do nome do investigador protagonista (Abílio Quaresma). A análise dos documentos originais que contêm o texto, efetuada recorrendo aos instrumentos tradicionais da filologia de autor, indica que a obra foi escrita entre o início dos anos Vinte e o ano da morte de Pessoa (1935), num processo que não foi contínuo nem sistemático. Existem esquemas preparatórios que apontam uma estrutura que, no seu último estádio de elaboração, devia ser composta por quinze capítulos, dois dos quais nunca chegaram a ser escritos, enquanto os outros se encontram em diferentes etapas de concretização. As características materiais dos documentos sugerem uma escrita dividida em diferentes fases, com uma elaboração que se foi ampliando como que em manchas irregulares: não linearmente, do princípio ao fim, mas acrescentando progressivamente excertos pertencentes a diferentes partes do texto. Alguns capítulos muito vastos foram dedicados à análise do processo de investigação praticado por Quaresma e à descrição psicológica do assassino, e apresentam, em grande parte, características quase ensaísticas, o que permite imaginar que podem ter sido escritos, em parte, independentemente da narrativa, e só depois integrados nela.

O grafo resultante desta experiência (Figura 1) fornece, como procurarei demonstrar, indicações úteis para identificar uma possível cronologia das fases de escrita da obra em causa[182].

[182] A descrição analítica da experiência e dos seus resultados encontra-se em Celani (2014).

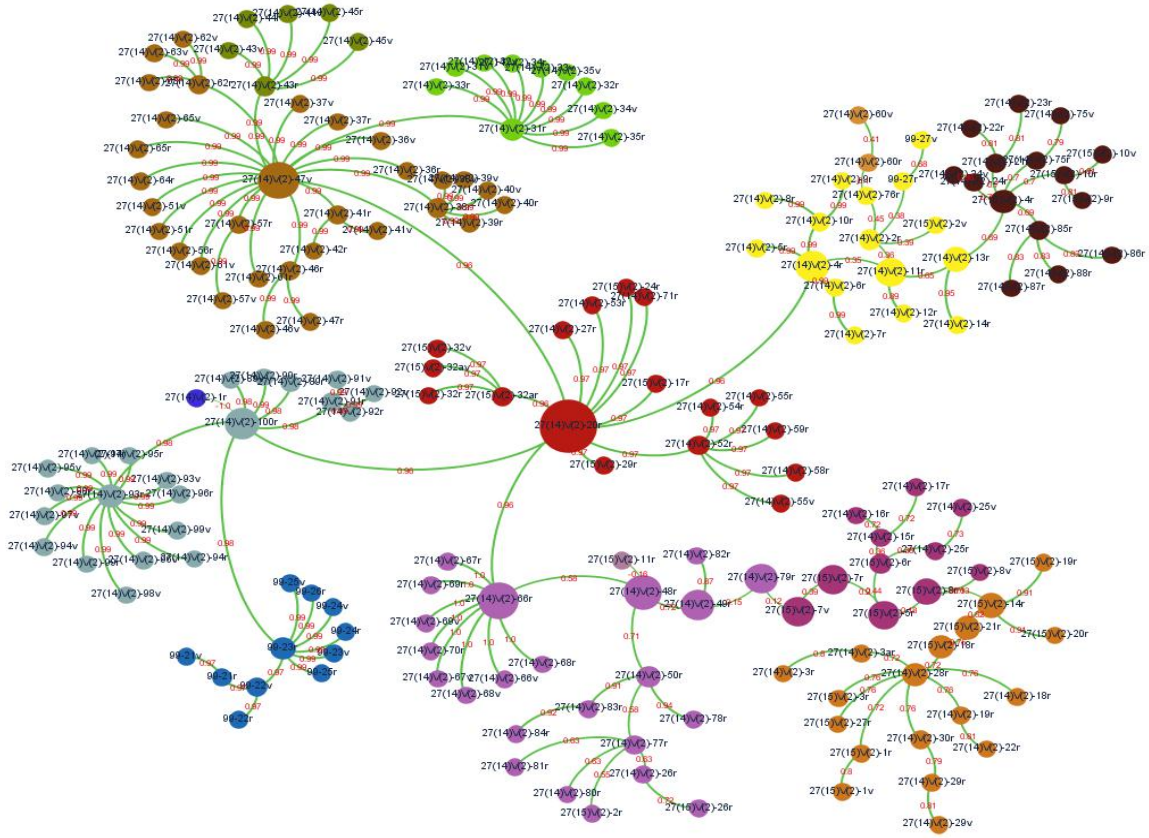


Figura 1. Grafo do MST que organiza os fragmentos de Caso Vargas de Fernando Pessoa a partir da elaboração fornecida pelo AutoCM

O *AutoCM* produziu, como *output*, uma série de valores que indicam a força da ligação entre cada documento que compõe o *Caso Vargas* com cada um dos outros documentos do *dataset*, tomando em consideração todas as variáveis envolvidas e pondo em evidência as coincidências entre as características materiais de cada um deles. A hipótese avançada é de que uma coincidência material (não só de uma, mas da maior parte das variáveis envolvidas) corresponda também a uma proximidade genética. O grafo resultante do processamento do *AutoCM* mostra, portanto, os vários documentos que compõem o *Caso Vargas*, fornecendo a representação mais económica das ligações materiais presentes entre eles e indicando o respetivo peso (numa escala que vai de um mínimo de –1 a um máximo de +1). Na prática, isto

permite visualizar os documentos em grupos materialmente homogéneos e, logo, provavelmente incluídos na mesma fase cronológica de génese do texto, obtendo, em conclusão, uma representação gráfica das prováveis campanhas de escrita da obra.

Na complexidade material do Fundo Pessoa, este elemento não fornece apenas indicações genéticas, mas também editoriais, justamente porque, como se disse, muitas vezes os documentos deixados pelo grande escritor português são fragmentários e incompletos, e nem sempre é possível reconstituir facilmente a estrutura de uma obra, porque os fragmentos individuais não contêm indicações explícitas suficientes nesse sentido.

O processo de escrita do *Caso Vargas*, acima descrito, que envolveu um trabalho simultâneo em diferentes partes do texto e o aproveitamento de muito material reutilizado (o que parece caracterizar a escrita de muitas outras obras de Pessoa, se não todas, ou quase) parece confirmado pela MST elaborada pelo *AutoCM* (Figura 1), onde é possível identificar cinco *clusters* (um central e quatro periféricos) que, se confrontados com os elementos de datação direta de que dispomos, podem ser associados às diferentes fases de escrita do texto. Em particular, o *cluster* 5 (o que se vê na parte inferior direita da figura) é o menos homogéneo, com ligações de peso mediamente muito mais limitadas do que os outros, e talvez não seja por acaso que coincide com os tais fragmentos «ensaísticos» acima referidos.

Diga-se, no entanto, que os resultados obtidos só se prestam parcialmente a uma verificação através das metodologias tradicionais, e que a sua validez carece de garantias devido à ausência, no caso de Pessoa, de problemáticas semelhantes já totalmente resolvidas que permitam «testar» o sistema. A única possibilidade de que dispomos, neste caso, é a comparação dos resultados obtidos pelo processamento do *AutoCM* com as conclusões oferecidas independentemente por outras metodologias. É evidente, porém, que estamos assim limitados à esfera da probabilidade, e por isso a experiência descrita possui atualmente um valor experimental, de exploração. Trata-se de uma experiência com uma validade possível, e não certa, que deverá ser corroborada por muitas outras experiências antes de ser considerada efetivamente válida. De resto, contrariamente ao que acontece nas ciências exatas, nos estudos humanísticos (ou, se preferirmos, nas «ciências humanísticas»), a obtenção de um resultado definitivo, ainda que limitado ou parcial, é sempre necessariamente uma

utopia longínqua. É aqui que reside um dos elementos fundamentais de distância entre as «duas culturas». O que não invalida que alguns dados, mesmo nos estudos humanísticos, possam ser quantificáveis e, portanto, passíveis de análise recorrendo a metodologias típicas das designadas «ciências duras».

4. THESMA Project

O projeto *THESMA*[183] é outro estudo financiado pela Universidade La Sapienza, chefiado por Paola Italia, filóloga italiana atualmente em serviço na Universidade de Bolonha, que beneficiou da colaboração entre filólogos (de âmbito clássico, moderno e contemporâneo) e físicos para o desenvolvimento de uma máquina que permita efetuar uma análise espectrométrica de manuscritos literários, a fim de recolher dados materiais não acessíveis por outros métodos de observação. A análise permite, em particular, ter acesso a partes de texto apagadas e ler por baixo de tiras de papel ou entre páginas coladas:

> *A partire dagli anni Novanta, sono state varie le metodologie – dalla riflettografia infrarossa alla spettrometria attraverso i raggi NIR/VIS/ UV e X, alla fluorescenza – utilizzate per lo studio di manufatti artistici (pittorici, scultorei, o reperti archeologici) e, in alcuni casi, anche di pergamene, come per esempio all'interno del progetto Re.Co.Rd (Recupero Conservazione Ripristino Digitale) attivato dalla Biblioteca Medicea Laurenziana di Firenze. Queste nuove tecnologie non sono tuttavia ancora state applicate intensivamente a manoscritti antichi e moderni (VI-XXI secolo), nonostante la rilevanza dei potenziali casi di studio – dal Codice terenziano postillato da Pietro Bembo, al Codice degli abbozzi di Petrarca, dai manoscritti dei Canti di Leopardi o dei Promessi Sposi manzoniani, alle carte alluvionate di Carlo Emilio Gadda conservate presso l'Archivio Alessandro Bonsanti del Gabinetto Vieusseux di Firenze – sui quali potrebbero essere fruttuosamente sperimentate. Gli studi di filologia classica e italiana, in cui la scuola italiana è particolarmente avanzata, procedono ancora utilizzando riproduzioni tradizionali, come microfilm, in alcuni casi digitalizzati, oppure riproduzioni digitali ad alta definizione, che tuttavia, pur migliorando la qualità della resa grafica, non usufruiscono appieno di queste tecniche. In particolare, la filologia d'autore praticata in Italia ha trovato opportuna applicazione nella identificazione e nello studio degli strati correttori, che, con la pratica diffusa delle riproduzioni digitali, hanno cambiato radicalmente le procedure di analisi, rappresentazione e studio critico delle varianti. Le riproduzioni ad alta definizione, tuttavia, per quanto analitiche (superiori ai 5 mega), non permettono di indagare gli strati correttori, né, in casi particolarmente complessi, di individuare le varianti sotto cassatura e non hanno permesso di risolvere molti celebri casi di studio. L'applicazione di tecniche di rilevazione avanzata, unite all'analisi filologica dei manoscritti, ha portato alla decifrazione, seriazione diacronica, formalizzazione, interpretazione dei manoscritti d'autore a un livello di specializzazione di portata*

[183] Está disponível uma síntese do projeto no endereço http://www.filologiadautore.it/wp/thesma-project-sapienza-ricerca-2014-2016/; cf. também Bonsi, Del Re, Italia, Ortolani (2016).

> *internazionale. In particolare, l'uso di tecniche di rilevazione avanzata risulta di forte impatto scientifico nei seguenti ambiti: 1. RILEVAMENTO degli strati correttori mediante l'individuazione dello spettro visivo dei diversi pigmenti dell'inchiostro con cui sono state apportate le serie correttorie; 2. RAPPRESENTAZIONE digitale dei singoli strati, che possono essere individualizzati, restituendo così online la lezione base, separata dai singoli interventi nelle loro successive stratificazioni; 3. STUDIO delle stratigrafie correttorie, per la costituzione del testo critico, per la rappresentazione in fasce di apparato e la resa digitale delle varianti; 4. CONSERVAZIONE dei materiali in un supporto digitale che possa sostituire e anzi preferirsi all'originale per una migliore resa delle caratteristiche tecniche del supporto cartaceo e del testo* (Bonsi 2016: 153–154).

No que respeita ao âmbito específico pessoano, a experiência está, por enquanto, apenas no papel, uma vez que o protótipo «portátil» da máquina ainda não foi construído (Bonsi 2016: 154–155), tendo sido o projeto temporariamente suspenso por falta de fundos (mas uma linha de pesquisa, tecnicamente mais avançada, está a ser desenvolvida[184]). Dado que os originais do Fundo Pessoa não podem, evidentemente, sair da secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, de momento a experiência está adiada, mas há ensaios efetuados com manuscritos originais de Emilio Gadda que forneceram resultados encorajantes (Italia 2017: 47–56).

No meu entender, é também evidente que uma articulação entre os dados materiais obtidos no projeto THESMA e os instrumentos implementados no projeto Archeosema poderia trazer consequências muito relevantes para o âmbito da filologia pessoana.

5. Atribuicionismo automático

A partir de 2005, uma equipa chefiada pelo filólogo românico Paolo Canettieri, da Universidade de Roma La Sapienza, tem trabalhado no desenvolvimento de instrumentos que permitam automatizar a resolução de problemas de atribuição em âmbito literário e não só. Sobre as premissas teóricas do projeto, vejam-se alguns artigos já publicados (Canettieri 2012, 2016 e 2018). Limitar-me-ei agora a falar brevemente de como foi conduzida a experiência no caso de Pessoa e da possível relevância que estes métodos podem apresentar no âmbito dos problemas ecdóticos e críticos ligados à sua obra[185].

[184] http://www.filologiadautore.it/wp/erc-ad-2017-3dthesma-project/

[185] A parte que se segue consiste na reformulação parcial da informação já apresentada em Canettieri (2018).

As experiências foram todas realizadas seguindo uma única sequência de procedimentos comum. Em cada um dos casos, foi confrontado o mesmo número de versos de Pessoa (ortónimo e heterónimo) e de um outro autor, partindo de poetas cronológica e estilisticamente distantes e aproximando-se gradualmente à época e às características textuais das obras de Pessoa. Os textos foram divididos em cinco blocos textuais para cada autor. O número standard de versos para cada bloco textual foi estabelecido em 56, correspondente a 4 sonetos. Nos casos em que os autores produziram sonetos, optou-se por inserir textos pertencentes a este género, para manter tanto quanto possível a homogeneidade a nível quantitativo/textual (número de versos, mas também número de sílabas ou caracteres), no caso contrário, foram selecionados blocos de extensão equivalente, na medida do possível. Os autores selecionados são todos eles figuras que, com certeza, Pessoa conhecia extremamente bem e que fazem parte sempre das suas influências, a partir de Luís de Camões, passando por Antero de Quental e Camilo Pessanha, para chegar por fim a Mário de Sá Carneiro.

Em cada experiência, deram-se instruções ao *software* para atribuir um bloco textual a um dos dois autores; de cada vez, havia quatro ficheiros para cada um dos dois autores a funcionar como textos de comparação conhecidos, e os dois restantes ficheiros (um por autor) tinham de ser atribuídos a um ou ao outro. Todos os ficheiros, reconhecidos e por reconhecer, foram sendo inseridos até se obterem todas as combinações possíveis.

Num primeiro conjunto de experiências (da primeira à quarta) confrontaram-se estes quatro autores com uma seleção de sonetos de Pessoa ortónimo. Num segundo conjunto (da quinta à oitava), confrontaram-se os mesmos textos dos mesmos autores com uma seleção de poesias selecionadas da produção do ortónimo e dos heterónimos (Alberto Caeiro, Ricardo Reis, Álvaro de Campos). A última experiência, a única que envolvia um teste de atribuição dentro da obra de Pessoa, confrontou poesias de Pessoa ortónimo e do heterónimo Álvaro de Campos, mantendo o número de blocos e o número de versos por bloco dos testes anteriores. A tabela seguinte sintetiza os primeiros resultados obtidos:

Teste n.º	Tipo de atribuição	Autor 1	Autor 2	% de reconhecimento
1	Externa	Pessoa ortónimo (sonetos)	Luís de Camões (sonetos)	100
2	Externa	Pessoa ortónimo (sonetos)	Antero de Quental (sonetos)	100
3	Externa	Pessoa ortónimo (sonetos)	Camilo Pessanha (sonetos)	100
4	Externa	Pessoa ortónimo (sonetos)	Mário de Sá Carneiro (poesias)	100
5	Externa	Heterónimos de Pessoa (poesias)	Luís de Camões (sonetos)	100
6	Externa	Heterónimos de Pessoa (poesias)	Antero de Quental (sonetos)	100
7	Externa	Heterónimos de Pessoa (poesias)	Camilo Pessanha (sonetos)	100
8	Externa	Heterónimos de Pessoa (poesias)	Mário de Sá Carneiro (poesias)	100
9	Interna	Pessoa ortónimo (poesias)	Álvaro de Campos (poesias)	70

O resultado das experiências acima descritas permite salientar pelo menos duas ideias, provavelmente banais, mas nem sempre consideradas de modo correto quando se fala de Pessoa, pelo menos a nível crítico (ainda que muito claras para os filólogos pessoanos): 1) que Pessoa é *um* autor, identificável e reconhecível, apesar do seu esforço constante de diferenciação estilística e de conteúdos, concretizado no sistema dos heterónimos; 2) que o sistema de atribuição automático utilizado não pode ser útil para resolver problemáticas de atribuição interna, porque o «disfarce» adotado por Pessoa por meio dos heterónimos não chega ao ponto de «desnaturar» completamente as características que o identificam como autor, mas funciona perfeitamente para resolver problemas de atribuição externa, semelhantes aos que já surgiram ao longo da história editorial das suas obras.

6. «P'ra quê?»: uma primeira tentativa de conclusão

Para concluir, gostaria de terminar, de forma aparentemente paradoxal, com uma questão que, na realidade, era necessário colocar no início da presente exposição, e não no fim. Justificar-me-á, por ventura, o facto de não pretender, nesta ocasião, chegar a nenhuma conclusão definitiva, mas tão somente sugerir a ideia de que nas experiências aqui descritas, realizadas nos últimos anos de forma um pouco desarrumada e por vezes quase casual, talvez possa estar escondido um possível sentido global, ou muito simplesmente a identificação de algum instrumento útil ao filólogo pessoano em particular e, mais genericamente, ao filólogo do manuscrito contemporâneo (ou do que em Itália se chama filologia de autor ou crítica das variantes).

P'ra quê, então? Como já foi sugerido no início do artigo, não para criar um filólogo automático ou virtual, mas para integrar novas ferramentas no trabalho de um filólogo de carne e osso que tente enfrentar a difícil tarefa de reconstruir as fases da escrita da obra de Pessoa.

Confesso, para concluir, que não tenho ainda respostas definitivas. Em compensação, posso afirmar que a resposta já a dei, e pode ler-se nas entrelinhas dos parágrafos anteriores. Reconheço que é difícil ver aqui uma saída airosa. De resto, como escreveu o Mestre Caeiro:

> *Eu queria ter o tempo e o socego sufficientes*
> *Para não pensar em cousa nenhuma,*
> *Para nem me sentir viver,*
> *Para só saber de mim nos olhos dos outros, reflectido* (Pessoa 2015: 88).

Referências

Bonsi, Claudia, Eugenio Del Re, Paola Italia, e Michele Ortolani. 2016. «Manuscript & New Technologies. THESMA Project – TeraHErtz & Spectrometry Manuscript Analysis». In *Edizioni critiche digitali/Digital Critical Editions*, ed. Paola Italia, e Claudia Bonsi, 153–160. Roma: Sapienza Università Editrice. http://www.editricesapienza.it/sites/default/files/5369_Italia_Bonsi_EdizioniCritricheDigitali.pdf, 31.07.2018.

Buscema, Massimo, Riccardo Petritoli, Giovanni Pieri, e Pier Luigi Sacco. 2008. *Auto Contractive Maps*. Roma: Aracne.

Buscema, Massimo. 2014. «The General Philosophy of Artificial Adaptive Systems (AAS)». In *Archeosema. Artificial Adaptive Systems for the Analysis of Complex Phenomena. Collected Papers in Honour of David Leonard Clarke,* ed. Marco Ramazzotti. *Archeologia e Calcolatori* supplemento 6: 53–84.

Canettieri, Paolo, Vittorio Loreto, Marta Rovetta, e Giovanna Santini. 2008. «Philology and Information Theory». *Cognitive Philology* 1, http://www.rspi.uniroma1.it/index.php/cogphil/article/view/8816/8797, 31.07.2018.

Canettieri, Paolo. 2012. «Unified theory of the Text (UTT) and the Question of Authorship Attribution». *Memoria di Shakespeare* n.s. 8: 65–77.

Canettieri, Paolo. 2016. «Le impronte digitali dell'autore. Un metodo di attribuzione automatizzata per i testi delle letterature romanze». *Le forme e la storia*» n.s. VI : 229–243.

Canettieri, Paolo, e Simone Celani. 2018 (no prelo). «Fernando Pessoa e i nuovi metodi attributivi». *Cognitive Philology* 11.

Castro, Ivo. 2013[2] (1990[1]) *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Celani, Simone. 2004. *La* prosa de ficção *di Fernando Pessoa: l'esempio de* O Caso Vargas*. Problemi metodologici e criteri di edizione*. Tese de Doutoramento em Filologia Românica da Universidade da Roma La Sapienza.

Celani, Simone. 2005. *Il fondo Pessoa. Problemi metodologici e criteri d'edizione*. Viterbo: Sette Città.

Celani, Simone. 2014. «Artificial Adaptive Systems for Phylological Analysis: the Pessoa Case». In *Archeosema. Artificial Adaptive Systems for the Analysis of Complex Phenomena. Collected Papers in Honour of David Leonard Clarke,* ed. Marco Ramazzotti. *Archeologia e Calcolatori* supplemento 6: 203–215.

Celani, Simone. 2013. «Quale Pessoa? Ultime edizioni e nuove prospettive». *Critica del Testo* XVI/2: 335–353.

Celani, Simone. 2015. «I Sistemi Artificiali Adattivi e l'opera di Fernando Pessoa: possibili applicazioni a fini ecdotici e critici». *Semicerchio* LIII/2: 109–116.

Italia, Paola. 2013. *Editing Novecento*. Salerno: Salerno Editrice.

Italia, Paola. 2016. «Riscritture gaddiane: da *Eros e la Banda* (1944-45) al *Bugiardione* (1946) a *Eros e Priapo* (1967). In *Riscritture d'autore. La creazione letteraria nelle varianti macro-testuali*, ed. Simone Celani, 7–29. Roma: Sapienza Università Editrice. http://www.editricesapienza.it/sites/default/files/5349_Celani_Riscritture_autore.pdf, 31.07.2018.

Italia, Paola. 2017. *Come lavorava Gadda*. Roma: Carocci.

Pessoa, Fernando. 2006. *Il caso Vargas*, ed. Simone Celani. Viterbo: Il Filo.

Pessoa, Fernando. 2015. *Poemas de Alberto Caeiro*, ed. Ivo Castro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Portela, Manuel, e António Rito Silva. 2016. «Fernando Pessoa's *Book of Disquiet* as a Dynamic Digital Archive». In *Edizioni critiche digitali/Digital Critical Editions*, ed. Paola Italia, e Claudia Bonsi, 23–35. Roma: Sapienza Università Editrice. http://www.editricesapienza.it/sites/default/files/5369_Italia_Bonsi_EdizioniCriticheDigitali.pdf, 31.07.2018.

Portela, Manuel, e António Rito Silva (eds.). 2017. *Arquivo LdoD: Arquivo Digital Colaborativo do Livro do Desassossego*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra. https://ldod.uc.pt/, 31.07.2018.

Ramazzotti, Marco. 2010. *Archeologia e Semiotica. Linguaggi, codici, logiche e modelli.* Torino: Bollati Boringhieri.

Ramazzotti, Marco. 2013. «Archeosema. Un modello archeologico per la ricerca teorica, analitica e sperimentale dei fenomeni complessi». *Archeologia e Calcolatori* 24: 283–303.

Ramazzotti, Marco (ed.). 2014. *Archeosema. Artificial Adaptive Systems for the Analysis of Complex Phenomena. Collected Papers in Honour of David Leonard Clarke. Archeologia e Calcolatori* supplemento 6.

Tomasin, Lorenzo. 2016. «Umanisti scann(erizz)ati». *Il Sole 24 Ore*, 7 luglio 2016, http://www.ilsole24ore.com/art/cultura/2016-07-07/umanisti-scannerizzati-113515.shtml?uuid=ADa6Ivn&refresh_ce=1, 31.07.2018.

Tomasin, Lorenzo. 2017. *L'impronta digitale. Cultura umanistica e tecnologia*. Roma: Carocci.

19. A arbitrariedade de terceira pessoa em português brasileiro

Fernanda Cerqueira

Universidade Federal da Bahia / FAPESB

Trabalhos como os de Kerstens (1993), Harley e Ritter (2002), D'Alessandro (2004), Carvalho (2008) e Gruber (2013) demonstram a possibilidade de pronomes pessoais referirem-se a um constituinte nominal genérico, ou seja, retomar um DP cuja significação seja de classe, grupo, tipo ou espécie (cf. Saraiva 1997, Ribeiro 2010). Contudo, há restrição quanto a possibilidade de pronomes de terceira pessoa assumir leitura de «género, tipo, grupo, espécie». Assim, o objetivo deste trabalho é ampliar a discussão a respeito da arbitrariedade pronominal, visando atestar que a terceira pessoa pronominal não dispõe desta propriedade. Para tanto, assumimos que a impossibilidade de arbitrariedade em terceira pessoa esteja condicionada não só a presença dos traços [Definido] e/ou [Específico], mas também à presença dos traços [Falante] e [Ouvinte] (cf. Harley e Ritter 2002, Béjar 2003, Carvalho 2008, Cerqueira 2015).

Palavras-chave: arbitrariedade, terceira pessoa, definitude e especificidade.

1. Introdução

Os pronomes são elementos decomponíveis cuja representação é dada pela estruturação hierárquica de diversos traços formais (cf. Harley e Ritter 2002, Béjar 2003, Carvalho 2008, 2012). Eles são tratados, por Postal (1966: 13), como subtipos de determinantes (rigorosamente relacionados com artigos definidos) cujo estatuto seria, em termos de estrutura frasal, semelhante ao que, posteriormente, Abney (1987) chamou de DP. De acordo com Chomsky (1981, 1986, 1995), são elementos referenciais que devem ser livres dentro do domínio de vinculação, ou seja, são elementos funcionais capazes de referenciar qualquer sintagma nominal que não esteja em relação local com seu referente, como em (1)[186].

[186] Os dados presentes neste trabalho são de introspecção, devidamente testados com falantes nativos do Português Brasileiro.

(1) a. Daqui dá para ver os artistas, tirarei fotos d**eles**.
b. **A gente** comprou sanduíche na Subway.
c. João falou com Maria e disse que **ela** vai chegar hoje.
d. **Você** já trabalhou no Shopping Salvador?
e. Falante A: Tem ocorrido muitos assaltos em nosso bairro e esta situação está insustentável.
Falante B: Não sei o que podemos fazer contra **eles**. (Os assaltantes)

Nas sentenças (1a), (1c) e (1e), o pronome de terceira pessoa é vinculado a um DP retomado independentemente desse elemento ser pronunciado no discurso (cf. (1a) e (1c)) ou de seu conteúdo semântico ser acionado pelo conhecimento de mundo do falante (cf. 1e). Já as demais sentenças dependem de quem assume o turno de fala na elocução, sendo a primeira pessoa, quem fala (cf. 1b), e a segunda pessoa, quem ouve (cf. 1d).

Trabalhos como os de Kerstens (1993), Harley e Ritter (2002), D'Alessandro (2004), Carvalho (2008) e Gruber (2013) demonstram a possibilidade de pronomes pessoais retomarem um constituinte nominal genérico, ou seja, retomar um DP cuja significação seja de classe, grupo, tipo ou espécie (cf. Saraiva 1997, Ribeiro 2010), como em (2).

(2) a. Na vida, **a gente** bate e **a gente** apanha.
b. Diante de uma situação dessa, **você** não sabe o que faz.

Em (2a), a leitura é de que toda e qualquer pessoa bate e apanha em suas experiências ao longo da vida. Em (2b), há interpretação de que toda e qualquer pessoa, mediante a situação expressa, não saberia o que fazer. Em contrapartida, a terceira pessoa plena apresenta um comportamento divergente das outras duas, como em (3) e (4).

(3) Eu adoro café$_i$. / *Eu adoro **ele**$_i$.
(4) Maçã$_j$ é uma delícia. / ***Ela**$_j$ é uma delícia.

Os nomes *café* e *maçã*, presentes nas sentenças (3) e (4), referem-se respectivamente à categoria *café* e à categoria *maçã*, dando a informação de que café e maçã atuam como categorias gerais, de modo que seriam representantes da espécie/do tipo/do grupo/da classe *café* e da espécie/do tipo/do grupo/da classe *maçã*. Logo, todo e qualquer *café* é adorado em (3) e toda e qualquer *maçã* é uma delícia em (4); porém, o pronome de terceira pessoa não preserva tais características em processo de retomada dos DPs *café* e *maçã*. Quando a retomada destes nominais é feita com o pronome de terceira pessoa, a interpretação dada é de que falante e ouvinte sabem precisamente qual *café* é adorado e qual *maçã* é deliciosa, como em (3') e (4'), nas quais o pronome de terceira pessoa consegue recuperar todas as características semânticas de seu referente sem nenhum prejuízo às sentenças.

(3') Eu adoro [esse café]$_i$. / Eu adoro ele$_i$.
(4') [A maçã do Bom Preço]$_j$ é uma delícia. / Ela$_j$ é uma delícia.

Quando o pronome de terceira pessoa retoma um DP *nu*, estrutura na qual o sintagma nominal assume categoricamente interpretação genérica[187] (Lyons 1999: 189), o resultado é de uma sentença agramatical (cf. 3 e 4). Os dados acima mostram que há restrição quanto à possibilidade de pronomes de terceira pessoa assumirem leitura de 'género, tipo, grupo, espécie'. Em face aos fatos expostos, o objetivo deste trabalho é ampliar a discussão a respeito da arbitrariedade[188] pronominal visando atestar que a terceira pessoa pronominal não dispõe desta propriedade. Para tanto, o mesmo se dividirá nas seguintes seções: a) A geometria de traços; b) Genericidade x Arbitrariedade; c) Indefinição; d) Indeterminação; e) A arbitrariedade verdadeira; f) Um contínuo de determinação; e g) Conclusão.

[187] Carlson (1977) cunha o termo *bare plural* argumentando que os nomes genéricos e não genéricos estariam em distribuição complementar e que os NPs plurais seriam os autênticos nominais genéricos em inglês. Entretanto, em português, diversos tipos de DPs resultam em nominais genéricos (cf. Müller 2000), como será mostrado nas seções seguintes.
[188] Genericidade e arbitrariedade serão melhor definidos nas próximas seções.

2. A geometria de traços

De acordo com os postulados do Programa Minimalista, conforme proposto por Chomsky (1995 e posteriores), pronomes são definidos como unidades referenciais nas quais se encontram um conjunto de traços-φ, a saber, traços formais de *pessoa*, *gênero* e *número*. No entanto, ao longo das últimas décadas, estudiosos apontam que há problemas tanto com a concepção de pronome como elemento primitivo, quanto com a natureza dos pronomes pessoais.

Um dos primeiros trabalhos a indicar a possibilidade de tratar dos pronomes como elementos funcionais compostos a partir dos traços do seu antecedente foi o de Postal (1966). Para o autor, os pronomes são determinantes canônicos, pois pronomes como *they,* seriam, nessa ótica, adicionados no curso da operação sintática e sua realização fonológica dependeria dos traços do núcleo nominal ao qual o pronome se refere. Por exemplo, se um núcleo nominal consiste em um conjunto de traços que inclui [+Pro, +Humano, +Definido, +Masculino, +III, -II, -I, +Nominativo], o pronome é *he*. Entretanto, se o núcleo nominal consiste nos traços [+Pro, +Reflexivo, +Humano, +Definido, +Masculino, +III, -II, -I, +Genitivo], o pronome é *himself*. Porém, nesse mesmo trabalho, Postal assume que os pronomes são palavras cujo comportamento é definido morfologicamente, evidenciando que, para ele, ainda que os pronomes possam ser formados através de traços, sua distribuição é dada por sua forma.

Cardinaletti e Starke (1999) propõem a existência de uma divisão da classe de pronomes, em duas subclasses: deficientes (não coordenável e sem restrição semântica à leitura humana) e fortes (coordenável, mas com restrição semântica à leitura humana). Todavia, a subclasse dos pronomes deficientes também é dividida, pelos autores, em duas outras subcategorias, sendo elas: pronomes *clíticos* e pronomes *fracos*, totalizando em uma tripartição: *clíticos, fracos* e *fortes.* Kato (1999: 9) acrescenta à discussão acerca dessa tripartição pronominal que a causa de pronomes fracos serem a subcategoria intermediária entre os pronomes fortes e os pronomes clíticos é o fato de formas fracas serem semanticamente dependentes e terem morfologia deficiente. Déchaine e Wiltschko (2002) também defendem que a tipificação pronominal é decorrente de assimetrias morfossintáticas. A subdivisão dos pronomes em proformas tem como fator de destaque o fato de que as condições ou

assimetrias morfossintáticas seriam as responsáveis pelas propriedades de ligação destes nominais.

Embora os trabalhos supracitados mostrem que os pronomes podem ser divididos em categorias menores, esperar que a decomposição da forma pronominal resultará em determinado comportamento sintático ainda reside na concepção de pronome como elemento primitivo, o que, segundo Harley e Ritter (2002), Cowper e Hall (2002), Béjar (2003), Carvalho (2008, 2012), Marcotulio (2010, 2017), é um problema para os sincretismos em paradigmas pronominais. Os dados em (5), mostram que a forma do pronome não é o que determina sua distribuição.

(5) a. Pedro educou **ela**.
b. Maria viajou mais **eu**.
c. Aqueles doces são d'**ocês**.
d. A professora entregou o livro pra **gente**.

Em (5), os dados mostram a extensão dos pronomes nominativos para outras posições sintáticas. Em (5a), o pronome *ela* assume a posição de caso acusativo; em (5b), o pronome *eu* assume posição de caso ablativo, tendo auxílio do advérbio *mais*[189]; (5c), o pronome *ocês* se comporta como genitivo, regido pela preposição *de*; e em (5d), o pronome *a gente* assume posição de caso dativo, regido pela preposição *pra*. Deste modo, o sincretismo das formas tradicionalmente assumidas como nominativas demonstra que a leitura de pronome como primitivo não é satisfatória.

Outro problema identificado pelos autores supracitados diz respeito à natureza dos traços-φ, i.e. «[...] aqueles envolvidos em concordância[190] de predicado-argumento, tipicamente pessoa, número e gênero» (Harbour, Adger e Béjar 2008: 2). Argumenta-se, neste sentido, que pessoa, gênero e número sejam rótulos categoriais nos quais estejam contidos hierarquicamente traços formais mais primitivos.

[189] Sabe-se que há concorrência das formas *com* e *mais* na regência de elementos no domínio do DP (cf. Gomes 2014), por exemplo: *João vai **mais eu**.* / *João vai **com eu**.* /*João vai **comigo**.*
[190] *Agree* ou concordância é compreendida como uma relação puramente sintática envolvendo *match* (identidade de traço) e *value* (valoração de traços) (cf. Chomsky 2000, 2001a, 2001b).

(6) a. As_{pl} $menina_{sg}$ $é_{sg}$ $bonita_{sg}$.

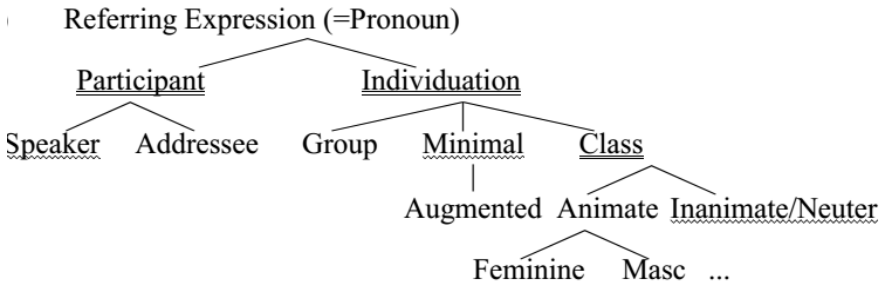
b. A $gente_{1p}$ $adora_{3p}$ $nossa_{1p}$ casa.

c. $Praia_{fem}$ é $ótimo_{masc}$.

De acordo com o modelo de concordância proposto por Chomsky (2000, 2001a, 2001b) no qual é obrigatória a identidade de traços da *sonda* e do *alvo* para convergência da sentença, as construções em (6) deveriam ser agramaticais, uma vez que *match* não é satisfeito. Em (6a), há identidade dos traços de gênero e de pessoa, mas não de número; em (6b), há identidade dos traços de gênero e de número, mas não de pessoa[191]; e em (6c), há identidade de traços de pessoa e de número, mas não de gênero. Se os traços-φ fossem um rótulo no qual convergem simultaneamente traços de pessoa, gênero e número, como explicar que as sentenças em (6) são produtivas em Português Brasileiro (PB)?

Partindo da premissa de que φ não seja um conjunto cristalizado de traços formais, Harley e Ritter (2002) propõem uma geometria de traços oriunda da gramaticalização de certas categorias cognitivas (como referencialidade e pluralidade) para composição de pronomes, em (7).

(7)



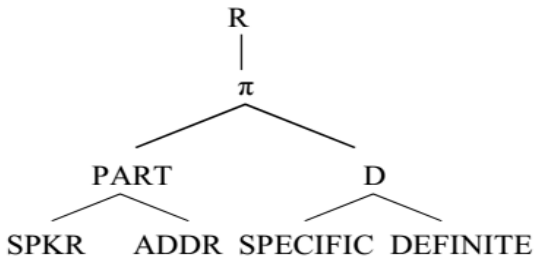
Porém, Cowper e Hall (2002) e Béjar (2003) apontam para a existência de mais traços na geometria proposta por Harley e Ritter (2002). Para Cowper e Hall (2002), categorias semânticas e pragmáticas, como definitude e especificidade, teriam se

[191] Como o objetivo da discussão dos dados em (6) é demonstrar que é possível a ocorrência de concordância sem identidade total de traços-ϕ (cf. Béjar 2003), optamos pela relação de concordância da forma *a gente* de primeira pessoa com seu reflexo verbal de terceira pessoa na qual este aspecto é mais evidente.

gramaticalizado, tornando-se parte da geometria de traços pronominais para dar conta de outros aspectos não capturados na hierarquia acima. Béjar (2003) também propõe a existência de um novo traço, a saber, [π], intermediando a raiz ao nó [Participante], pois a subespecificação total dos traços de terceira pessoa pode ocorrer ou não e, sem a presença de [π], não seria possível o estabelecimento de tais condições.

Tendo em vista os trabalhos acima mencionados, Carvalho (2008) propõe uma geometria de traços baseada na proposta de Harley e Ritter (2002), considerando os trabalhos de Cowper e Hall (2002) e Béjar (2003). Por conseguinte, o autor argumenta em função da existência de um traço [D] responsável por codificar as informações nominais presentes no pronome, apresentada em (8).

(8)



No que concerne à referência dos pronomes pessoais, Bloomfield (1938), Forchheimer (1953), Benveniste (1966), Bhat (2004) questionaram até que ponto o pronome de terceira pessoa é concretamente um pronome pessoal, uma vez que a terceira pessoa não é marcada discursivamente, como a primeira e a segunda, como mostram os dados em (9).

(9) Paulo: - João que dia **você** virá aqui?
João: - **Você** que vai me dizer, **eu** estou livre.
Paulo: - Tudo bem, **eu** vou marcar o dia, mas traga Cláudia também.
João: - Certo, falarei com **ela**. Só assim para **ela** largar o computador.
Paulo: Pois é, **ela** não larga **ele** por nada (risos).

Em (9), observa-se que as referências dos pronomes de primeira e segunda pessoa, **eu** e **você,** são estipuladas por quem assume papel de locutor e interlocutor, alternando-

se no decorrer da elocução. Contudo, a terceira pessoa não dispõe desta propriedade já que é sempre o tema, algo ou alguém fora do discurso. O fato de o pronome de terceira pessoa ter sua referência associada a uma entidade externa ao discurso, estando ou não no limite da sentença, fez com que Bloomfield (1938) tratasse a terceira pessoa como *definida*, com que Forchheimer (1953) a tratasse como *definida* e *determinada*, e com que Benveniste a considerasse a *não-pessoa*. Entretanto, Bhat (2004) parte das conclusões mencionadas para propor que *pronome* seja um rótulo no qual estão contidas duas categorias, a saber, *pronomes pessoais prototípicos* (primeira e segunda pessoa) e *proformas* (terceiras pessoas, demonstrativos e demais pronomes). Aparentemente, assumir ou não uma notação arbitrária também parece ser um limite existente entre os pronomes pessoais prototípicos e as proformas, sobretudo, a terceira pessoa.

3. Genericidade X Arbitrariedade

Carlson e Pelletier (1995) argumentam que haja duas formas de línguas naturais expressarem genericidade, a saber, *expressões de referência a espécies* e *sentenças genericamente quantificadas*. O primeiro tipo trata-se da propriedade de um sintagma nominal assumir a condição de abarcar toda uma classe em uma predicação, tais como (10).

(10) a. **As cobras** são perigosas.
b. **Professores** trabalham muito.
c. Eu não gosto de fazer **comida**.

O segundo tipo apresentado pelos autores trata-se da possibilidade de a leitura geral ser dada a partir da presença de um quantificador universal, como em (11).

(11) a. **Todas** as cobras são perigosas.
b. **Todos** os professores trabalham muito.
c. Eu não gosto de fazer **toda** comida.

As sentenças genéricas são um mecanismo dos falantes de uma língua natural produzirem informações condizentes a leis gerais e/ou regularidades nesta língua. Porém, no momento em que esse mecanismo é utilizado, sobretudo, através de sentenças genericamente quantificadas, atribui-se a elas valor de verdade e de falsidade. Por exemplo, alguém pode contestar até que ponto é verossímil a assertiva de que *Todos os professores trabalham muito* alegando que há professores que trabalham menos.

Questões relacionadas a valor de verdade e falseamento não serão tratadas neste trabalho. Portanto, serão consideradas aqui como sentenças genéricas apenas as *expressões de referência a espécie*, isto é, aquelas que se comportam como nomes próprios de espécies (cf. Carlson 1989). Na literatura, em linhas gerais, esse tipo de expressão é considerado como elementos cuja leitura está associada a um escopo de quantificação existencial (Carlson 1995, Chierchia 1995, Oliveira 2001, Duarte e Oliveira 2006). Todavia, não só *nomes nus* parecem engatilhar esse comportamento semântico. Segundo Müller (2000 e posteriores), em PB, outros tipos de DPs também podem apresentar leitura genérica, como em (12).

(12) a. **O café** chegou ao Brasil em 1990.
b. **As cobras** são muito perigosas.
c. **Um corpo** atrai outro com uma força que varia na razão inversa do quadrado de distâncias.
d. **Brasileiro** gosta de arroz e feijão.
e. **Professores** trabalham muito.(Müller 2000: 1)

Para a autora, em PB, não só *nomes nus* plurais, como (12e), assumem interpretação genérica. DPs com artigo definido singular, como (12a); DPs com artigo definido plural, como (12b); DPs com artigo indefinido, como em (12c); e com *nomes nus* singulares, como em (12d), também apresentariam, em seus termos, leitura genérica. Tendo em vista que o PB não restringe uma estrutura particular de nominal para assunção de interpretação genérica, Müller (2000) assume que

> [l]*inguisticamente, pelo menos para o português, para o inglês e para muitas outras línguas, as sentenças genéricas parecem não assumir nenhuma característica formal, quer na sua estrutura sintática, quer na marcação morfológica de seus constituintes,*

> *que as distinga superficialmente das outras sentenças da língua (cf. Duhal 1995). Sua semântica, no entanto, possui algumas características distintivas* [...].
> (Müller 2000: 2)

Para Lyons (1999), um nominal genérico é aquele em que não há evidências de leitura definida, ou seja, um DP cuja interpretação não é identificada pelo ouvinte. Em vista disso, o autor propõe que a definitude pode ser expressa em línguas naturais, tanto morfossintaticamente, através de um determinante ou um afixo, como também através de um elemento semântico. Por assumir que a ausência de definitude seja um requerimento para um nominal apresentar leitura genérica e essa propriedade não está restrita à estrutura do sintagma nominal, a proposta de Lyons favorece a análise de Müller no que diz respeito à «liberdade» estrutural de nomes genéricos.

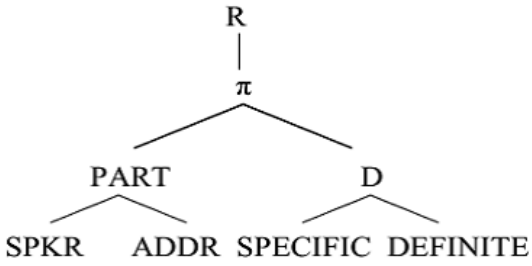
Em trabalhos como Chomsky (1981), Raposo (1992) e Galves (2001), entre outros, utiliza-se o termo *arbitrariedade* com intenção de mostrar a propriedade de pronomes pessoais apresentarem o comportamento semântico semelhante ao de um nome genérico. Carvalho (2008) defende o uso do termo *arbitrário* para tal propriedade pronominal, pois a leitura genérica do pronome estaria condicionada a ausência dos traços [Definido] e [Específico] em sua composição de traços.

(13) a. **Eu** começo a fumar um cigarro hoje, amanhã **eu** experimento x.
b. **Você/a gente** começa a fumar um cigarro hoje, amanhã **você/a gente** experimenta x.

Os pronomes *eu*, *você* e *a gente*, expressos em (13), indicam que neste contexto **toda e qualquer pessoa** que começa a fumar cigarro hoje, amanhã experimentará x. Em vista disso, as sentenças em (13) apresentam os pronomes de primeira e segunda pessoa com leitura genérica, sendo assim, pronomes arbitrários. Por conseguinte, assumo que ***genericidade*** seja a propriedade semântica do DP que o pronome retoma, isto é, a propriedade de referir-se a uma classe, um grupo, um tipo ou uma espécie existente no mundo; enquanto, ***arbitrariedade*** seria a notação de traços de um pronome capaz de comportar-se como um DP com tais componentes semânticos. Por conseguinte, um pronome arbitrário seria aquele capaz de assumir leitura genérica, pois não possui nem o traço [Definido], nem o [Específico].

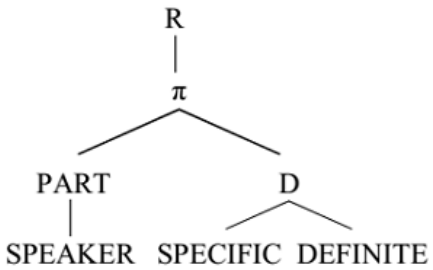
Carvalho (2008) desenvolve um estudo acerca da estrutura interna dos pronomes pessoais em PB, com intuito de identificar quais os traços formativos destes pronomes e como sua composição interfere no fenômeno do sincretismo. O autor argumenta em favor de que a composição pronominal em elementos efetivamente atômicos, os traços, é essencial e que a concepção tradicional de *traços-φ* (traços formais de pessoa, número e gênero) como um conjunto cristalizado de traços é inviável (cf. Harbour, Adger e Béjar 2008), uma vez que a expressão referencial pode não apresentar algum destes traços. Consequentemente, Carvalho (2008), assume, com base nos trabalhos de Harley e Ritter (2002), Cowper e Hall (2002) e Béjar (2003), a estrutura em (14) como notação capaz de codificar as informações nominais de um pronome pessoal.

(14)

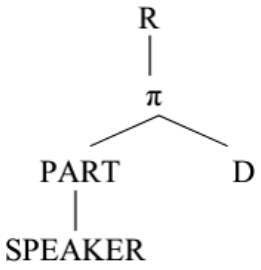


O autor assume duas notações para cada pronome pessoal sendo uma definida, a qual consideramos nesse trabalho como determinada, e uma arbitrária. Porém, diferente da primeira e da segunda pessoa, não há distinção na notação apresentada para a terceira pessoa.

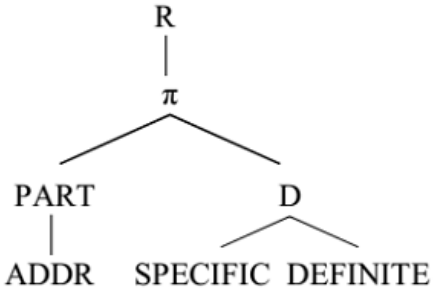
(15) Primeira pessoa (Determinada)



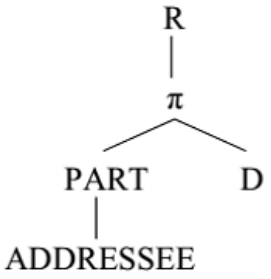
(16) Primeira pessoa (Arbitrária)



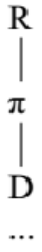
(17) Segunda pessoa (Determinada)



(18) Segunda pessoa (Arbitrária)



(19) Terceira pessoa



Se a terceira pessoa não dispõe de notação arbitrária, como a primeira e a segunda, é possível que: a) haja traços que precisam estar presentes na composição da terceira

pessoa, ainda não descritos; e b) a terceira pessoa de modo geral não apresente leitura genérica e notação arbitrária, em oposição aos pronomes pessoais prototípicos.

(20) a. Depois de certa idade, **a gente** fica besta.
b. **Você** pensa que está fazendo a coisa certa, mas na verdade, não está.

Em (20), é possível realizar a leitura de (20a) como 'depois de certa idade, o tipo/a espécie/o gênero pessoa/qualquer grupo de pessoas no qual o falante esteja incluso fica besta' e em (20b) 'o tipo/a espécie/o gênero pessoa/qualquer ouvinte pensa que está fazendo a coisa certa, mas na verdade não está'. Já os dados em (21) retratam outra situação, pertinente à terceira pessoa plena.

(21) a. O kit de reconstrução, você vende **ele** a 175 reais.
b. Namore com alguém que entenda que você pode dormir a qualquer momento e deixar **ela** no vácuo.
c. *Adoro doce, **ele** é muito bom.
d. Adoro doce de leite, **ele** é muito bom.

Em (21a) e (21b), há situações hipotéticas nas quais o falante simula respectivamente uma venda e um perfil de relacionamento afetivo. Em (21a), todo e qualquer ouvinte envolvido no contexto poderia ser o referente de segunda pessoa e efetuar a venda, mas quanto ao produto em questão, ainda que houvesse omissão do tópico *o kit de reconstrução*, o **ele** necessita de leitura definida e específica, pois não se vende algo que não seja do conhecimento do vendedor (falante) e do cliente (ouvinte). Em (21b), um primeiro olhar pode dar impressão de que a terceira pessoa possa ser genérica, tendo por referente *alguém*. Entretanto, se observa que a partir do momento em que há o estabelecimento de um namoro, o referente passa a ser *a pessoa com quem você namora*, até porque o traço feminino concorda com *pessoa* e não com *alguém*, um pronome neutro que exigiria um traço masculino, o *default* do PB (cf. Bismarck Lopes 2014).

Em (21c), a agramaticalidade ocorre devido a impossibilidade de o pronome de terceira pessoa retomar um *nome nu*, um constituinte genérico. Já em (21d), a sentença

passa a ser gramatical, pois o PP *de leite* atua como uma espécie de predicador especificando qual *doce*, em particular, é adorado pelo falante. A consequência da adjunção deste PP é o licenciamento da vinculação do pronome de terceira pessoa ao DP referente *doce de leite*, pois não há nenhuma restrição para que o pronome referencie um nominal definido e/ou específico. Sendo assim, um pronome arbitrário deve ter leitura genérica, decorrente da ausência dos traços [Definido] e [Específico] em sua notação.

4. Indefinição

Apesar de não dispor de uma notação arbitrária, equivalente à leitura semântica genérica, o pronome de terceira pessoa pleno, em posição de sujeito, pode apresentar apenas o traço [Definido] ou apenas o traço [Específico]. Quando o pronome possui leitura indefinida, apresenta o traço [Específico], mas não o traço [Definido]. Em contrapartida, quando o pronome possui leitura indeterminada, apresenta o traço [Definido], mas não o [Específico] (cf. Cerqueira e Carvalho 2018).

(22) a. Alguns meninos, **eles** levam livros para a escola.
b. Quem não conseguiu pegar alguma matéria, porque **ela** não foi oferecida, pode tentar ir no colegiado.
c. Tava conversando com [uma amiga minha]$_i$ sobre o projeto e **ela**$_i$ achou muito interessante.

Em (22a), o DP *alguns meninos* parece ser o antecedente do pronome *eles*, por isso o esperado é que o pronome apresente a mesma leitura semântica presente em seu antecedente. Todavia, o pronome parece não preservar a mesma interpretação de seu antecedente, pois a retomada favorece a leitura de que no universo de meninos, apenas *os que não levam livros para a escola* podem ser referenciados pelo pronome pleno de terceira pessoa, de modo que, há uma particularização da referência pronominal. Nesse caso, ainda que o pronome não possua leitura definida, sua especificação é dada pela particularização do conjunto de *meninos*.

Em (22b), o pronome indefinido *alguma* do DP antecedente amplia a possibilidade de que a matéria em questão, no primeiro momento, possa ser qualquer uma. Porém, a

sentença seguinte condiciona o pronome pleno de terceira pessoa a uma leitura específica uma vez que o ***ela*** refere-se *a matéria que não foi pega* e não *a qualquer matéria*. A expansão da sentença (22b) para «Quem não conseguir pegar alguma matéria, porque *a matéria*[192] *que você não conseguiu pegar* não foi oferecida, pode tentar ir ao colegiado» causa estranhamento pela repetição do NP *matéria*, mas é muito mais aceitável do que «*Quem não conseguir pegar alguma matéria, porque *qualquer matéria* não foi oferecida, pode tentar ir ao colegiado». Isto é, no universo das matérias disponíveis, apenas aquela que não foi pega pelo falante, deve ser solicitada no colegiado.

A sentença em (22c) apresenta um comportamento muito próximo ao de (22b), a presença do artigo indefinido *uma* no DP antecedente possibilita a leitura indefinida na primeira oração. Contudo, a retomada feita pelo pronome pleno de terceira pessoa requisita como referente o constituinte *uma amiga com quem conversei sobre o projeto* e não *qualquer amiga*. A expansão da sentença (22c) para «Tava conversando com uma amiga minha sobre o projeto e *a minha amiga*[193] *com quem conversei sobre o projeto* achou muito interessante» não é produtiva em função da repetição do NP *amiga*, mas, é muito mais propensa a produção do que a expansão «*Tava conversando com uma amiga minha sobre o projeto e *qualquer amiga minha* achou muito interessante». Ou seja, no universo das amigas do falante, apenas aquela com quem ele conversou sobre o projeto, achou-o muito interessante.

Sendo assim, os dados em (22), mostram que mesmo quando o pronome pleno de terceira pessoa possui como antecedente um DP indefinido, a sua leitura não é existencial, nem universal, mas específica, pois outros elementos da sentença particularizam o referente pronominal. Portanto, assumimos que um pronome de terceira pessoa apresenta leitura indefinida, quando não há presença de interpretação definida, mas sua determinação é assegurada pela interpretação específica, garantindo assim que a terceira pessoa não possua uma notação subespecificada para pessoa.

[192] A expansão também poderia ser «Quem não conseguir alguma matéria, porque *essa matéria* não foi oferecida, pode tentar ir ao colegiado».
[193] A expansão também poderia ser «Estava conversando com uma amiga minha sobre o projeto e *essa amiga* achou muito interessante».

5. Indeterminação

Como mencionado nas seções anteriores, embora a terceira pessoa plena não seja capaz de apresentar a leitura equivalente à de um nominal genérico e, em decorrência disso, dispor de uma notação arbitrária, a este pronome são permitidas leituras indefinidas e indeterminadas, sendo a leitura indefinida assegurada pela presença de interpretação específica e a leitura indeterminada assegurada pela presença da interpretação definida. Cabe salientar que tais comportamentos semânticos parecem ser restritos à posição de sujeito e, no caso particular da indeterminação, em geral, o referente pronominal é humano e plural, com mostram os dados (23-24).

(23) a. **Eles** vendem sorvete mais barato na porta da UFBA.
b. Vende-**se** sorvete mais barato na porta da UFBA.

(24) a. ?**Eles** latem muito aqui. / ?**Eles** engatinham muito.
b. *Late-**se** muito aqui. / *Engatinha-**se** muito.

Em (23-24), há duas estratégias de indeterminação do sujeito com pronomes de terceira pessoa, a saber, o pronome pleno de terceira pessoa plural, nas sentenças em (a), e o clítico *se* de terceira pessoa, nas sentenças em (b).

Em (23a), ainda que o ouvinte não consiga particularizar e individualizar quem são as pessoas em questão, sabe-se que a terceira pessoa refere-se exclusivamente *a quem vende sorvete*, por sua vez, os sorveteiros. Um comportamento distinto observa-se em (23b), devido à identificação do referente não ser possível, pois não há como garantir: i) que a venda de sorvetes é feita por uma ou mais pessoas; ii) que o referente seja o vendedor de sorvete ou a empresa que vende sorvete; e, por fim, iii) que quem vende sorvete esteja sempre na porta da UFBA ou que, ocasionalmente, diferentes pessoas passam pela porta da UFBA e vendem sorvete barato em sua porta. A indeterminação com a terceira pessoa do plural parece restringir essas possibilidades, pois o seu uso parece requerer um referente que seja plural, humano e definido.

Já em (24), as sentenças apresentam outro comportamento dada a natureza semântica dos verbos que selecionam como sujeito um referente *que late* e *que engatinha*. A presença do pronome pleno de terceira pessoa plural, em (24a) parece

condicionar o ouvinte a uma leitura tanto definida, quanto específica, pois são cachorros e bebês identificados e particularizados que latem e engatinham. Já em (24b), a presença do clítico *se*, que parece exigir uma leitura de quantificação universal, leva as sentenças à agramaticalidade, pois seria necessário um conjunto de cães e um conjunto de bebês para o estabelecimento da indeterminação. Tal fato evidencia que há uma restrição semântica de traços acarretados por [Animacidade] para licenciamento da leitura indeterminada.

Hofherr (2003) é um dos primeiros trabalhos a assumir claramente a existência de uma terceira pessoa «arbitrária», mas cuja arbitrariedade não é da mesma natureza do que a arbitrariedade dos pronomes de primeira e segunda pessoa. Posteriormente, Brody (2013) revisa o trabalho de Hofherr (2003) e apresenta uma tripartição para pronomes arbitrários, mas propõe que os reguladores da suposta leitura genérica do pronome de terceira pessoa seriam «uma pessoa silenciosa» e um PP locativo. Por fim, Holmberg e Phimsawat (2015) também propõem uma tripartição para os pronomes arbitrários, considerando sua participação na elocução, mas associam a realização desse pronome ao parâmetro do sujeito nulo. Outra contribuição importante é que os autores retomam o trabalho de Brody (2013) e argumentam que essa «pessoa silenciosa» estaria em um CP nulo que controlaria o pronome arbitrário.

Nos três trabalhos, a arbitrariedade é vista como uma propriedade semântica, com reflexos na sintaxe, sendo que consideramos, nesse trabalho, que a arbitrariedade é o comportamento sintático de um pronome capaz de comportar-se como um DP genérico, preservando todas as suas propriedades semânticas, algo que os pronomes de terceira pessoa, aparentemente, não são capazes de fazer. Outro aspecto comum entre os três trabalhos é que apenas especificidade é considerada em oposição a genericidade, sem uma apreciação da leitura definida em contextos indeterminados, o que, a nosso ver, não caracterizaria uma arbitrariedade autêntica, já que mesmo quando indeterminados, os pronomes de terceira pessoa são definidos, podendo ser indefinidos e não-específicos exclusivamente em posição de sujeito, quando expletivos.

Os dados em (25) ilustram casos que, nos termos dos autores supracitados, seriam terceiras pessoas arbitrárias. Contudo, se é possível identificar o referente desse pronome, não há arbitrariedade, já que a leitura dêitica, estabelecida pelo traço [*Dêitic*] (Cowper e Hall 2002), é permitida por conta da leitura definida, estabelecida pelo traço

[*Definite*]. Em decorrência do exposto, é possível que o falante identifique *as mulheres*, como referentes de (25a), *os brancos*, como referentes de (25b), e os *bibliotecários*, como referentes de (25c), ou quaisquer outro DP dentro do mesmo campo semântico e codificado com os traços [*Dêitic*] e [*Definite*].

(25) a. Se **elas** gritarem, ajude. Se não puderem, gritaremos por **elas**.
b. Cota é só o começo, **eles** nos devem até a alma.
c. **Eles** vão comprar o último livro do Chomsky sobre Biolinguística para a biblioteca.

Em (25a), a sentença em questão foi produzida por uma feminista em um ato público cuja pauta foi a denúncia da violência contra a mulher. Em vista disso, a oração, nesse contexto, foi produzida com o intuito de que os ouvintes interpretassem que as mulheres em questão, embora não sejam particularizadas, não se trata de quaisquer mulheres, pois as mulheres pelas quais «devemos gritar» são aquelas identificadas como vítimas de agressão. Ou seja, a terceira pessoa não apresenta leitura específica, mas apresenta leitura definida, o que a torna, nos termos aqui assumidos, um pronome indeterminado.

Em (25b), há uma sentença que foi grafitada[194] em um muro de um bairro periférico de Salvador. Sabe-se que o *Programa de Cotas* é uma ação proveniente da Lei 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, pelo governo brasileiro, a qual visa garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno em 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos integralmente oriundos do ensino médio público e autodeclarados como negros (pretos ou pardos), em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Também é de conhecimento coletivo que no processo de colonização do Brasil, houve um inúmero contingente de negros que viveram no Brasil em regime escravocrata (cf. Bosi 1992) e que seus descendentes, por conta deste e de outros elementos, herdaram condições de subalternização e pobreza presentes de forma muito intensa na sociedade

[194] Grafitar é o ato de produzir «grafite», uma forma de manifestação artística em espaços públicos, um tipo particular de inscrição feito em paredes, intimamente relacionado ao movimento *Hip Hop*, um movimento cultural iniciado na década de 1960 nos EUA como reação aos conflitos sócio-raciais e às classes menos favorecidas da sociedade urbana (cf. Gonçalves 2014).

contemporânea, culminando no fato de que a maioria desses sujeitos vive na base da pirâmide socioeconômica brasileira (cf. Gonzalez 1984, Santos 2001 e Roth-Gordon 2007). Por conseguinte, o uso do pronome de terceira pessoa plural não particulariza o referente pronominal, mas, dado ao contexto pragmático (cf. Abbott 2010), o interlocutor pode recuperar o DP *os brancos* como referente pronominal. Por isso, mesmo que o pronome não possua leitura específica, sua interpretação é definida, uma vez que tanto falante, quanto ouvinte são capazes tanto de se familiarizar, quanto de identificar o referente pronominal.

Em (25c), a presença do pronome parece restringir o escopo de referência de modo que a leitura mais provável seria *O pessoal da biblioteca* ou *os bibliotecários* (ou outro sintagma nominal dentro do mesmo campo semântico) *vai/vão comprar o último livro do Chomsky sobre Biolinguística para a biblioteca*. Isto é, ainda que não seja possível particularizar as pessoas que farão a compra, sabe-se que no universo de pessoas, apenas os funcionários da biblioteca da UFBA podem realizar essa função. Sendo assim, o pronome apresenta leitura definida e não-específica.

Cabe destacar que é apenas em posição de sujeito que o pronome pode apresentar leitura definida ou específica, de modo que, nos demais contextos sintáticos, o pronome assume as duas leituras (cf. Cerqueira 2017, Cerqueira e Carvalho 2018). Por isso, é lícito encarra que essa «liberdade» referencial da terceira pessoa plena em posição de sujeito é decorrente do fato de esse contexto representar sua posição básica, a de nominativo. De acordo com Bloomfield (1938), Forchheimer (1953) e Benveniste (1966), os pronomes de terceira pessoa, independentemente de sua especificação para *número* e para *gênero*, já são elementos referenciais menos pessoais (ou não pessoais) se observados em relação ao caráter discursivo da primeira e da segunda pessoa, pois a primeira pessoa é impreterivelmente *quem fala*, enquanto a segunda é obrigatoriamente *quem ouve*. Provavelmente, a ocorrência de terceira pessoa do plural seja uma estratégia dos falantes da língua para «camuflar» o referente deste pronome, o que não impede, entretanto, que sua significação possa ser recuperada pelo contexto pragmático. Deste modo, o pronome de terceira pessoa do plural pode ser indeterminado, mas não genérico, do ponto de vista semântico, e, consequentemente, não pode apresentar um comportamento arbitrário, em termos sintáticos.

6. A arbitrariedade verdadeira

Aparentemente, apenas os expletivos parecem dispor desta propriedade, mediante a ausência dos traços [Definido] e [Específico], como em (26), que apresenta exemplos do inglês, do francês e do português, respetivamente.

(26) a. **It** rained.
b. **Il** a plu.
c. ***ec*** Choveu.

O pronome expletivo, em (26), representado pela terceira pessoa, não possui nenhum traço expresso na geometria de Pessoa. Este seria um caso de arbitrariedade no qual haveria total subespecificação da categoria Pessoa. O dado em (27), abaixo, corresponde, por sua vez, a um uso diatópico da terceira pessoa encontrado por Carrilho (2005, 2009), em comunidades rurais do Português Europeu. O mesmo tipo de ocorrência, apresentada por Brito e Gonçalves (2015) e Oliveira e Gonçalves (2017), é considerado aceitável por falantes do sudoeste baiano.

(27) ? **Ele** chove.

Todavia, o dado em (27), aparentemente, apresenta um comportamento distinto dos dados em (26), pois em (27), o pronome, ainda que não retome um referente ou um antecedente expresso, atuaria de modo semelhante a um marcador discursivo, consequentemente, carregaria alguma significação, mesmo que esta não esteja relacionada à categoria pessoa. Já os dados em (26), em contrapartida, não apresentam nenhum conteúdo semântico. Entretanto, a sentença (27) serve para ilustrar que a terceira pessoa só assumiria subespecificação de Pessoa, já que, mesmo não sendo participante na enunciação, o pronome de terceira pessoa sempre teria alguma determinação, dada pela presença de definitude ou de especificidade, como será discutido na seção seguinte.

Portanto, a arbitrariedade pronominal também parece estar condicionada ao nó [Participante] e não só a [D] como se vê na literatura. Para um pronome pessoal ser arbitrário, ele precisa ter a presença dos traços [Falante] ou [Ouvinte], além de não

acarretar os traços [Definido] e [Especificidade]. Ou seja, esse pronome deve ter o nó [D] subespecificado, mas não o nó [Participante].

7. Um contínuo de determinação

Tendo em vista a discussão estabelecida, assumiremos que a referência seja uma propriedade interpretativa própria de sintagmas nominais, decorrente da interface entre os níveis sintático e léxico-semântico. Deste modo, os traços composicionais de um elemento nominal seriam selecionados pela numeração, em um léxico pré-sintático, de modo que apenas aqueles traços atuantes na distribuição do nome ou pronome em questão seriam valorados na derivação, enquanto os demais estariam em estado de inércia (cf. Frampton e Gutmann 2000), permitindo a sua leitura na interface conceitual-intencional. Considerando, o arcabouço teórico do Programa Minimalista (cf. Chomsky 1995 e posteriores), assim como da geometria de traços (cf. Harley e Ritter 2002, Béjar 2003, Carvalho 2008), proporemos que elementos nominais sejam expressões referenciais cujo estatuto e o comportamento sintático são decorrentes da sua composição de traços.

Uma vez que em sua primeira versão, a geometria de traços de pronomes (Harley e Ritter 2002) é composta por um nó raiz chamado de *Expressão Referencial* do qual são acarretados os traços [π] e [Individuação], consideraremos que a referência de um pronome não é dada apenas por [Participante], mas por todo o nó [π] (Béjar 2003), e, consequentemente, pelos traços de [Definitude] e [Especificidade], acarretados por [*D*] (Carvalho 2008), assim como por todos os traços acarretados por [Individuação]. Portanto, número e classe (gênero e animacidade) também são tratados como parte da referência, pois são tanto aspectos capazes de garantir a identificação e particularização do referente, quanto podem atuar na distribuição do nominal em questão, a depender do fenômeno, atendendo assim a premissa de que nominais são dotados de traços-π (cf. Chomsky 2001, Adger e Svenonius 2010).

Em vista do exposto, assumiremos com Béjar (2003) que há uma relação de irmandade entre os nós [π], equivalente a Pessoa, e [Individuação], equivalente a Número, por isso, argumentaremos em função de que o traço [D], proposto por Carvalho (2008), a partir de Cowper e Hall (2002), seja não só um equivalente ao traço

EPP (Chomsky 1981, 1995), mas um rótulo categorial responsável pela *determinação nominal* cujos valores de [Definido] e [Específico] são acarretados.

Sendo assim, a expressão referencial apresentada aqui trata-se de um nominal cuja composição é dada por traços formais acarretados pelos nós [π] e [Individuação] e que, do ponto de vista semântico, «[...] pressupõe a referência de alguma coisa e cuja pressuposição deve ser verdadeira para a sentença ser verdadeira ou falsa» (Hertzenberg 2015: 22), ou seja, a expressão referencial reflete uma geometria de traços a qual representa tanto a distribuição de um DP, conforme sua derivação, quanto a sua interpretação desse nominal na interface conceitual-intencional. Logo, a expressão referencial seria o *locus* de referencialidade dos nominais. As expressões definidas e indefinidas são compostas, dentro dessa ótica, por Pessoa (Participante e Determinação) e Individuação (Número, Grau e Classe). A determinação nominal seria uma propriedade das línguas humanas estabelecida tanto no nível morfossintático, quanto semântico.

Acerca do nível semântico, «[...] a determinação está predominantemente associada à função referencial, isto é, à introdução (ou à retomada anafórica) de entidades no universo de discurso [...]» (Móia 2016: 313). Do ponto de vista sintático, a determinação nominal é o caminho para a obtenção de informação referencial sobre o nominal predicado.

> *Determinação* [...] *pode ser vista como a marcação explícita de nominais de modo a fornecer informações sobre a forma como o predicado nominal deve ser mapeado em diferentes tipos (escolha de conjuntos bem como texto) de referência (no sentido da noção de Seiler 1978) 'noção de percepção de realidade'.*
>
> (Abraham, Stark e Leiss 2007: 2)

Em vista disso, «[...] outras características tais como estatuto temático ou definitude e especificidade em contextos definidos e indefinidos podem entrar em jogo de maneira adequada ou exclusiva» (Abraham *et al*.: 2). Por conseguinte, a determinação nominal seria estabelecida na medida em que uma expressão nominal apresenta definitude e especificidade. Porém, embora advoguemos que a determinação nominal seja um fenômeno universal, sua manifestação varia nas línguas humanas.

> *Assim, línguas como o português, o francês, o italiano e o inglês utilizam diferentes classes de determinantes (artigos definidos, indefinidos, partitivo, numerais, possessivos, demonstrativos...) como marcas de determinação nominal. As línguas sem*

> *artigo, como o japonês, o coreano ou o mandarim, evidenciam a determinação nominal através de classificadores, ou através da ordem das palavras, ou, ainda, através de processos morfológicos como a sufixação ou a prefixação*» (Correia 2000: 328).

Portanto, sugerimos que a universalidade da determinação nominal esteja relacionada à presença dos traços [Definitude] e [Especificidade] em sua composição de traços, ao passo que a exigência ou não desses traços, simultaneamente ou independentemente, no licenciamento de uma nominal o fariam mais ou menos determinado. Posto isso, para um DP ser determinado, ele precisa dispor dos traços [Definitude] e [Especificidade] ou de pelo menos um desses, à proporção que essa configuração de traços na geometria pode apresentar ou não efeitos morfológicos (como a realização de artigo ou de afixo marcando determinação nominal).

Definitude, por sua vez, foi tratada por muito tempo na literatura como uma propriedade lexical do artigo definido (cf. Hawkins 1978, Lyons 1999) tanto fortalecendo a ideia de que essa propriedade não é uma particularidade do nível semântico, como também advogando em prol de que a sua presença em um nominal estaria associada a algum aspecto de natureza morfossintática como a realização de artigo/demonstrativo ou afixo verbal. No entanto, mesmo diante dessa tradição, houve trabalhos em que se buscou associar definitude a elementos, em princípio, mais semânticos.

Christophersen (1939) e Heim (1982) defenderam que definitude estaria associada à noção de familiaridade, pois «[...] familiaridade implica que o significado potencial de uma palavra está associado com o conhecimento adquirido previamente através do qual pode-se inferir que apenas um indivíduo definido é denotado» (Christopherson 1939: 72).

Já para Lambrecht (1994) e Lyons (1999), identificabilidade seria um aspecto discursivo intimamente ligado à definitude, ainda que definitude seja puramente gramatical, nos termos de Lyons (1999). Para isso, esse autor leva em conta tanto as noções de identificabilidade e inclusividade, quanto ao comportamento morfossitático de um DP para considerá-lo como um nominal definido ou não. Para Lyons (1999), um DP definido deve apresentar alguma marca morfossintática (presença de artigo, demonstrativo ou afixo verbal), mas também deve ser interpretado como identificável ou incluso ou ambos.

Segundo Lambrecht (1994) e Lyons (1999), definitude envolve, em alguma medida, os conceitos de unicidade, inclusividade, familiaridade e identificabilidade. Porém, apesar de concordar com os autores supracitados, assumimos, com Hertzenberg (2015), que identificabilidade seja a noção mais adequada para conceituar *definitude*, considerando que identificabilidade permite acessibilidade a qual, segundo a autora, é a capacidade cognitiva que permite ao falante acessar e, consequentemente, identificar o referente. Contudo, acrescentamos ainda que as noções de unicidade e inclusividade sejam os critérios para tratar um nominal como *específico* (Partee 1972), pois a particularização de um objeto referenciado implica que esse objeto deva tanto estar incluso em um conjunto de referentes da mesma natureza, como também é necessário que ele seja individualizado dentro desse universo. Ou seja, um objeto específico faz parte de um universo de outros objetos com as mesmas propriedades, mas no âmbito desses objetos comuns, apenas aquele objeto em particular pode ser tomado como referente pelos participantes.

Nessa ótica, os conceitos de unicidade, familiaridade, inclusividade e identificabilidade expressam condições interpretativas para a determinação nominal e não para definitude como propõe Lyons (1999), pois, ao assumir que definitude equivale a identificabilidade (Hertzenberg 2015) e que especificidade é decorrente da relação entre unicidade e inclusividade, resultando na noção de particularização (Partee 1972 e posteriores), as noções apresentadas acima atuam como estratégias para avaliação do grau de determinação de um nominal, de modo que definitude e especificidade estão subordinados à determinação.

Esta perspectiva é diferente do que é visto, muitas vezes, na literatura, em que um nominal ser definido ou ser específico seria sinônimo de ser referencial e a ausência de apenas uma dessas interpretações implicaria uma leitura genérica. Essa associação apresenta problemas não só por entendermos que definitude e especificidade sejam aspectos da determinação nominal, como também pelo fato de que há outros aspectos capazes de ampliar o escopo de referência de um nominal, externos à categoria Pessoa, tais como Número, Gênero e Animacidade. Conforme o exposto, assumimos que haja níveis de determinação nominal na terceira pessoa, expressos no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1. Grau de Determinação Nominal no Pronome Pessoal de Terceira Pessoa

GRAU DE DETERMINAÇÃO DA TERCEIRA PESSOA				
+				-
Demonstrativo / Distal	**Determinada**	**Indefinida**	**Indeterminada / Dêitica**	**Expletivo / Arbitrária**
[+definido / +específico]	[+definido / +específico]	[-definido / +específico]	[+definido / -específico]	[-definido / -específico]
Nossa história é monstruosa, deixou consequências montruosas e uma **delas** é a insensibilidade nas pessoas.	**Ela** saiu agora.	Estava com uma amiga e **ela** desmaiou no shopping.	Cota é só o começo, **eles** nos devem até a alma.	?**Ele** chove.

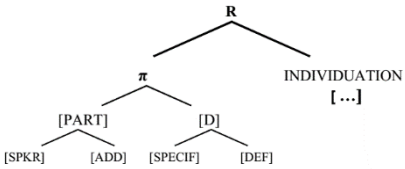
No Quadro 1, a combinação dos traços de definitude e especificidade, com o traço de distância, resulta em uma terceira pessoa mais próxima dos demonstrativos e, consequentemente, mais especificada. Já os pronomes expletivos, cuja forma é sempre uma terceira pessoa (Forchheimer 1953), seriam os casos de nenhuma determinação. Entre os dois extremos, há níveis intermediários de determinação nominal considerando a presença dos traços [Definitude] e [Especificidade].

Destarte, um pronome tem sua natureza pessoal conferida não só por sua participação no discurso, mas também pela determinação nominal, ao passo que, a terceira pessoa, mesmo sem ser marcada na elocução, não apresentaria subespecificação da categoria Pessoa, dada a exigência quase obrigatória de pelo menos um dos traços acarretados por [D], o qual sintaticamente teria o mesmo estatuto do antigo traço EPP e semanticamente representaria a interpretação de determinação. Em (28), há apresentação da notação de terceira pessoa, na operação *Agree*[195], na qual são valorados os traços-φ através do compartilhamento dos valores dos traços de sonda e alvo.

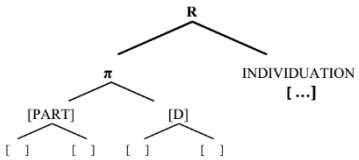
[195] *Agree* (concordância) é compreendida aqui como operação sintática na qual os traços formais são valorados na derivação. Assumo com Béjar (2003, 2008) e Carvalho (2008), que para *match* ser satisfeito, não há necessidade de identidade total de traços de sonda e alvo, mas sim que haja uma «interseção» de traços dos mesmos. Consequentemente, a identidade total de traços não seria uma exigência para *Agree*. Além disso, assumo com Frampton e Gutmann (2000) que após o compartilhamento dos traços não haja uma deleção, como propôs Chomsky (1995, 2000, 2001), mas que estes entrem em estado de inércia, podendo tanto ser valorados no curso da derivação, quanto lidos nas interfaces após *spell-out*.

(28) *Agree*

Alvo

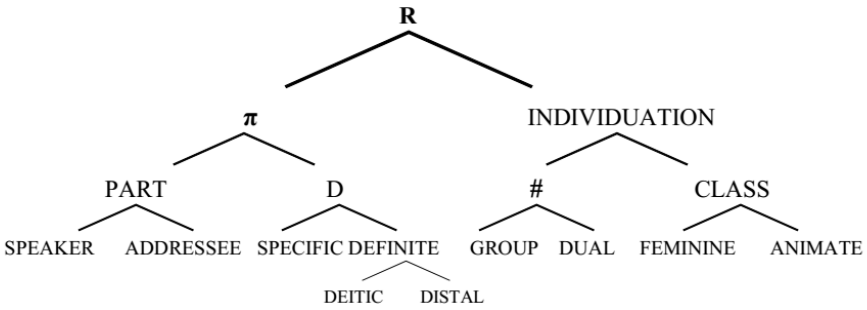


Sonda



Com base na discussão estabelecida acerca da natuteza do pronome pessoal de terceira pessoa, proponho a notação, em (29), para os pronomes pessoais do PB, a partir de Cowper e Hall (2002), Béjar (2003), Carvalho (2008) e Cerqueira (2015).

(29) Geometria de traços dos pronomes pessoais em PB



Conclui-se que a exigência dos traços de [Definitude] e/ou [Especificidade] é essencial para a realização da terceira pessoa, considerando que Pessoa seja definida em termos de [Participante] e [*D*] (Cerqueira e Carvalho 2018). Ademais, os traços acarretados por [*D*] são de natureza léxico-semântica selecionados antes da derivação a fim de atender às exigências de distribuição sintática.

8. Conclusão

No presente trabalho discutiu-se a possibilidade de pronomes pessoais referirem-se a um constituinte nominal genérico, ou seja, retomar ou comportar-se como um DP cuja significação seja de classe, grupo, tipo ou espécie (cf. Saraiva 1997, Ribeiro 2010). Porém, constatou-se que a impossibilidade de o pronome de terceira pessoa comportar-se como um nominal genérico e, consequentemente, de assumir comportamento arbitrário, pois a arbitrariedade pronominal parece estar condicionada

ao nó [Participante] e não só a [D], como anteriormente proposto na literatura. Em vista disso, identificou-se que o pronome de terceira pessoa pode apresentar leitura indefinida, com a notação não-definida e específica, ou indeterminada, com a notação definida e não-específica, as quais embora tenham sido tratadas como «arbitrárias» ou «não-referenciais» na literatura, apresentam, de fato, comportamentos não compatíveis com tal classificação. Por fim, foi proposto um contínuo de determinação pronominal a fim de ilustrar uma gradação a partir da qual os pronomes podem ser mais ou menos determinados, com base nos traços [Definido] e [Específico], assim como a valoração de [D] na derivação sintática e de uma possível geometria de traços para os pronomes pessoais. Assim, apenas um pronome cujo nó [π] seja totalmente subespecificado, tanto em [Participante], quanto em [D], será, de fato, um pronome de terceira pessoa arbitrário, uma propriedade indisponível para os pronomes plenos de terceira pessoa. Acreditamos que esse comportamento esteja relacionado ao fato de o pronome de terceira pessoa distanciar-se dos pronomes pessoais prototípicos, primeira e segunda pessoa, especialmente, em termos de elocução (cf. Bhat 2004).

Referências

Abbott, B. 2010. *Reference*. New York: Oxford University Press.

Abrahan, W., E. Stark e E. Leiss, 2007. «Introduction». In E. Stark, E. Leiss e W. Abraham. *Nominal Determination*: *Typology, context constraints, and historical emergence*. Philadelphia: John Benjamins. 1–21.

Adger, D. e P. Svenonious. 2010. «Features in minimalist syntax». In C. Boeckx. *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. New York: Oxford University Press.

Béjar, S. 2003. *Phi-syntax*: *a theory of agreement*. Ph.D. dissertation, University of Toronto, Ontario.

Benveniste, E. 1966. «A natureza dos pronomes». In E. Benveniste. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Nacional. 277–283.

Bhat, D. N. S. 2004. *Pronouns*. New York: Oxford University Press.

Bismarck Lopes, I. C. 2014. *Traço e concordância de gênero na constituição da gramática do português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Salvador: UFBA.

Bloomfield, L. 1938. *Language*. New York. 225–226.

Bosi, A. 1992. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.

Brito, K. M. S. e E. Gonçalves. 2015. «O Preenchimento de Sujeito em Construções Impessoais no Português Brasileiro». Comunicação em *I Encontro de Gramática Gerativa*, Salvador, UFBA.

Brody, M. 2013. «Silent People: the pseudo-impersonal». In J. Brandtler, V. Malnár, C. Platzack (eds). *Approaches to Hungarian*: *Papers from the 2011 Lund conference*. Vol. 3. Amsterdam: John Benjamins. 33–43.

Cardinaletti, A. e M. Starke. 1999. «The typology of structural deficiency**:** a case of the three classes of pronouns». In H. Van Riemsdijk (ed.) *Clitics in the language of Europe*. Berlin: Mouton et Gruyter. 41–109.

Carlson, G. 1989. «The Semantic Composition of English Generic Sentences». In G. Chierchia, B. Partee, R. Turner (eds.) *Properties, Types and Meaning*, v. 2: *Semantic Issues.* Dordrecht: Kluwer. 167–191.

Carlson, G. 1995. «Truth Conditions of Generic Sentences: two constrasting views». In G. Carlson, F. J. Pelletier (eds.). *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press. 224–237.

Carlson, G. e F. J. Pelletier. 1995. *The Generic Book*. Chicago - London: The University of Chicago Press.

Carrilho, E. 2005. *Expletive* ele *in European Portuguese Dialects*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Carrilho, E. 2009. «Sobre o expletivo *ele* em português europeu». *Estudos de Linguística Galega* 1: 1–21. Disponível em: http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/1475/1311, 31.07.2018.

Carvalho, D. S. 2008. *A Estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, UFAL, Alagoas.

Carvalho, D. 2012. «Traços». In J. Ferrari Neto e C.R.T. Silva (ed.). *Programa Minimalista em Foco*: *princípios e debates.* Vol. 1. Curitiba: Editora CRV. 113–132.

Cerqueira, F. O. 2015. *A sintaxe do pronome acusativo de terceira pessoa no português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Salvador, UFBA.

Cerqueira, F. O. 2017. «Arbitrariedade em terceira pessoa». *Traços-phi*: *contribuições para a compreensão da gramática do português.* Salvador: EDUFBA. 169–188.

Cerqueira, F. O. e Carvalho, D. 2018. *O comportamento sintático-semântico do pronome pleno de terceira pessoa no português brasileiro*. Dossiê ANPOLL – 30 anos do Gruto de Trabalho em Teoria da Gramática. [No prelo]

Chierchia, G. 1995. «Individual-Level Predicates as Inherent Generics». In G. Carlson, F. J. Pelletier (eds.). *The Generic Book*. Chicago: The Universit of Chicago Press. 176–223.

Chomsky, N. 1981. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

Chomsky, N. 1986. *Barriers*. Cambridge: MIT Press.

Chomsky, N. 1995. *Minimalist program*. Cambridge: MIT Press.

Chomsky, N. 2000. «Minimalist inquiries: The framework». In R. Martin, D. Michales e J. Uriagereka (eds.) *Step by Step*: *Minimalist Essays in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Ma.: MIT Press. 89–155.

Chomsky, N. 2001a. «Derivation by phase». In M. Kenstowicz (ed.) *Ken Hale. A life in Language*. Cambridge, Ma.: MIT Press.

Chomsky, N. 2001b. *Beyond explanatory adequacy*. Cambridge, Mass.: MITWPL,

Christophersen, P. 1939. *The articles*: *a study of their theory and use in English*. Copenhagen: Einar Munksgaard.

Correia, C. N. 2000. «Determinação Nominal». *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 13: 327–338. Lisboa: Edições Colibri.

Cowper, E. e D. Hall (2002) «The syntactic manifestation of nominal feature geometry». In: *Proceedings of the 2002 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association.* Montréal: Cahiers Linguistiques de l'UQAM, 2001. 55–66.

D'Alessandro, R. 2004. «Syntactic and pragmatic features: a case study». *Leitura*. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística* (UFAL) 33: 185–202. Maceió: EDUFAL.

Déchaine, R-M e M. Wiltschko. 2002. «Decomposing Pronouns». *Linguistic Inquiry* 33 (3): 409–442.

Duarte, I. e F. Oliveira. 2006. «Referência Nominal». In M. H. M. Mateus et. al. *Gramática da Língua Portuguesa.* Lisboa: Caminho. 211–243.

Frampton, J. e S. Gutmann. 2000. *Agreement is Feature Sharing*. Ms.: Northeastern University.

Forchheimer, P. 1953. *The category of person in language*. Berlin: Walter de Gruyter.

Galves, C. M. C. 2001. *Ensaios sobre as gramáticas do português*. Campinas: UNICAMP.

Gonçalves, E. G. C. 2014. *Grafite como prática de letramento: o muro e seus escritos*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Vernáculas) – Instituto de Letras, Salvador: UFBA.

Gonzalez, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.

Gruber, B. 2013. *The spatiotemporal dimensions of person*: *a morphosyntactic account of indexical pronouns*. Tese (Doutorado em Linguística). Utrecht University, UiL-OTS.

Harbour, D., D. Adger e S. Béjar. 2008. *Conditions on phi-agree*. New York: Oxford University Press.

Harley, H. e E. Ritter. 2002. *Person and number in pronouns*: *a feature-geometric analysis*. Language 78. 482–526.

Hawkins, J. 1978. *Definiteness and indefiniteness*: *a study in reference and grammaticality predicaction*. London: Croom Helm.

Hertzenberg, M. J. B. 2015. *Third Person Reference in Late Latin*: *demonstratives, definite articles, and personal pronouns in the Itinerarium Egeriae.* Berlin/Boston: De Gruyter Mouton.

Holmberg, A. e O. Phimsawat. 2015. «Generic pronouns and phi-features: evidence from Thai». In *Newcastle and Northumbria Working Papers in Linguistics (Second Asian and European Linguistics Conference Proceeding)*.

Hofherr, P. C. 2003. «Arbitrary readings of 3pl pronominals». In M. Weisberger (ed.) *Procedings of the conference*. Germany: Universitat Konstanz.

Kato, M. A. 1999. «Strong and weak pronominals in the null subject parameter». *Probus* 11: 1–37.

Kerstens, J. 1993. *The syntax of number, person and gender: a theory of phi-features.* Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

Lambrecht, K. 1994. *Information structure and sentence form*: *topic, focus, and mental representations of discurse referents.* Cambridge: Cambridge University Press.

Lyons, C. 1999. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press.

Marcotulio, L. L. 2012. *Vossa mercê bem sabe de onde viestes*: *um caso de gramaticalização na história do português.* Tese (Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Marcotulio, L. L. 2017. «Sobre composicionalidade pronominal das formas de tratamento na história do português». In D. Carvalho (org.). *Traços-phi: contribuições para a compreensão da gramática do português*. EDUFBA: Salvador. 87–108.

Móia, T. 2016. «Semântica e Pragmática». In A. M. Martins e E. Carrilho (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter. 308–335.

Müller, A. 2000. *A expressão da genericidade nas línguas naturais*. Tese (Pós Doutorado), Massachussetts: University of Massachussetts-Amerst.

Müller, A. L. P., E. V. Negrão e A. P. Q. Gomes. 2007. «'Todo' em contextos coletivos e distributivos». *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* 23: 71–95.

Oliveira, R. P. 2001. *Semântica Formal*: *uma breve introdução*. Campinas: Mercado das Letras.

Oliveira, K. R. F. e E. Gonçalves. 2017. «O pronome de terceira pessoa 'ele' preenchendo a posição de sujeito em construções impessoais». *II SEVALING – Seminário de Variação e Mudança Linguística no Sudoeste da Bahia.* Vitória da Conquists: UESB.

Partee, B. 1972. «Opacity, coreference, and pronouns». In D. Davidson e J. Hintikka (eds.). *Word and Objections: Essays on the work of W. V. Quine*. Dordrecht: Reidel. 415–441.

Postal, P. 1966. «On so-called 'pronouns' in English». In F. Dinneen (ed.) *19th Monograph on Languages and Linguistics*. Washington, D.C.: Georgetown University Press.

Raposo, E. P. 1992. *Teoria da Gramática*. *A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho.

Ribeiro, I. 2010. «O sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afrobrasileira idosa». Comunicação apresentada no congresso da ABECS – Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares.

Roth-Gordon, J. 2007. «Racing and erasing the *playboy:* slang, transnacional, youth subculture and racial discourse in Brazil». *Journal of Linguistic Anthropology* 17.

Saraiva, M. E. F. 1997. «O comportamento gramatical do SN nu objeto». In *Buscar menino no colégio: a questão do objeto incorporado em português*. Campinas: Pontes. 25–59.

Silva, A. C. 2004. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA.

20. A gramaticalização de *Nossa Senhora* nos falares mineiro e fluminense

Bruna Amarante de Mendonça Cohen

Universidade Federal de Minas Gerais

No Brasil, é muito comum ouvirmos as expressões *Nossa Senhora!*, *Nossinhora!*, *Nossa!*, *Nó!*, *Nu!*, que são interjeições que traduzem a ideia de espanto, incredulidade, preocupação, admiração. Esses itens têm origem na expressão referencial «Nossa Senhora», que refere-se à santa. Para chegar da referencial à interjetiva, a expressão passa por um processo de gramaticalização – entenderemos a interjeição como um item de valor mais gramatical do que lexical, apesar de ser discursivo. Essas expressões, no entanto, não ocorrem de maneira homogênea em todo o país: são muito mais presentes no falar mineiro do que no fluminense, o que teria relação com a maior influência da Igreja Católica no estado de Minas Gerais do que no estado do Rio de Janeiro. Este artigo baseia-se na fundamentação teórica sobre gramaticalização de Ramos (2010) e Hopper e Traugott (1993).

Palavras-chave: dialetos mineiro e fluminense, gramaticalização, interjeição, *Nossa Senhora*, vocativo.

1. Introdução

Neste artigo, pretende-se analisar a gramaticalização do item lexical *Nossa Senhora* no estado de Minas Gerais, de acordo com Ramos (2010), e compará-la à gramaticalização do mesmo item lexical no Rio de Janeiro. Pretende-se, desta maneira, verificar se a interjeição *Nossa Senhora* e suas variações ocorrem tanto no falar mineiro (Minas Gerais) quanto no fluminense (Rio de Janeiro), e se há diferença em sua ocorrência e por quê. Exemplos do uso da interjeição *Nossa Senhora* e suas variações são:

(1) a. Nossa Senhora, estou atrasada!
b. Nossa, como estou com fome!
c. Nó, a comida está ótima!
d. Nu, a prova foi muito difícil!

O artigo basear-se-á nas teorias de Hopper e Traugott (1993) sobre a gramaticalização, e também no artigo de Ramos, que trata da gramaticalização de *Nossa Senhora*, compondo, assim, o histórico do tema.

Os *corpora* utilizados foram, a saber: o *corpus* «PEUL», da Faculdade de Letras/UFRJ, que compõe o *corpus* do falar fluminense; o *corpus* do projeto «Mineirês», da Faculdade de Letras/UFMG e o *corpus* do projeto «Pelas trilhas de Minas», também da Faculdade de Letras/UFMG, que compõem o *corpus* do falar mineiro.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 2, detalha-se o quadro teórico que servirá de base para o desenvolvimento do artigo; na seção 3, discute-se o histórico do tema escolhido para o artigo, que também servirá de base para seu desenvolvimento; na seção 4, é feito um detalhamento do *corpus* utilizado; na seção 5, os dados do *corpus* são analisados de forma quantitativa; na seção 6, é feita uma análise teórica qualitativa com base na análise dos dados; por fim, na seção 7, oferecem-se algumas considerações finais.

2. O quadro teórico: detalhamento

O termo «gramaticalização» foi criado pelo linguista Antoine Meillet em 1912. No entanto, como o cenário linguístico do século XX foi dominado pelo gerativismo e estruturalismo, a ideia da gramaticalização permaneceu adormecida até a década de 1970, quando Givón (1971) a retomou. O teórico lançou o novo *slogan* «a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem»[196] (Givón 1971: 413, *apud* Hopper e Traugott 1993: 25, tradução nossa), que contribuiu para reviver o estudo da gramaticalização, depois retomado também pelos gerativistas.

Por gramaticalização entende-se um processo diacrônico de mudança linguística em que um item de categoria lexical passa a funcionar também como item gramatical. De acordo com Hopper e Traugott (1993), para haver gramaticalização precisa haver esvaziamento semântico do item lexical, a fim de que ele possa tornar-se gramatical. Esses autores combinam dois pontos de vista sobre a gramaticalização: a perspectiva diacrônica (em que é feita a investigação das origens da forma gramaticalizada, além

[196] Today's morphology is yesterday's syntax.

de definir que elementos da língua podem afetá-la), e a perspectiva sincrônica. No entanto, a ênfase maior é dada na perspectiva histórica.

Essa mudança do item lexical para o gramatical que a gramaticalização prevê não se dá de maneira abrupta: como foi dito, a gramaticalização é um processo, o que quer dizer que ela ocorre de forma gradual. Dessa maneira, Hopper e Traugott definiram um *cline* («ciclo») de gramaticalização, que seria uma fórmula para o processo:

(2) item lexical > item gramatical > clítico > afixo

O item lexical, ao tornar-se gramatical, sofrerá uma alteração no conteúdo: seu conteúdo semântico será esvaziado, e, assim, perderá a sua referencialidade no mundo, passando de um item referencial para um item não referencial. De acordo com esse *cline*, a partir do momento em que o item lexical torna-se gramatical, sua forma vai se reduzindo. No entanto, nem sempre a redução resultará em um clítico ou afixo.

Além de Hopper e Traugott (1993), o presente artigo basear-se-á, quanto à gramaticalização, no artigo de Ramos (2010), que será tratado na próxima seção.

Neste artigo, nos interessa verificar se há ocorrência do item gramatical *Nossa Senhora* tanto no falar mineiro quanto no fluminense, e se há diferença entre as ocorrências no uso dessa interjeição em ambos os falares.

3. Histórico do tema

O tema da gramaticalização de *Nossa Senhora* foi explorado por Ramos (2010). Em seu artigo, a autora analisa a ocorrência de expressões como *Nossa Senhora*, *Nossa*, *Nó* e *Nu* no dialeto mineiro, a fim de discutir o estatuto dessas interjeições no processo de gramaticalização.

De acordo com Ramos (2010), a expressão nominal *Nossa Senhora*, utilizada em contextos religiosos e possuidora de conteúdo referencial, sofreria uma perda semântica, expandindo seu uso para contextos não religiosos e funcionando como interjeição. Assim, a expressão adquiriria um conteúdo não referencial, sofrendo, assim, gramaticalização. O uso não referencial varia de acordo com a faixa etária: quanto mais reduzida a interjeição, mais jovem o falante. O percurso da expressão definido pela autora é:

(3) Nossa Senhora > Nossa Senhora! > Nossa! > Nó > Nu

Para a autora, a expressão *Nossa Senhora* não perdeu, ainda, todo o seu caráter referencial, sendo usada ainda, além da interjeição (*Nossa Senhora, estou atrasada!*), em contextos religiosos, como na própria expressão referencial (*eu acredito em Nossa Senhora*) ou invocação (*Nossa Senhora, me ajude!*). As expressões *Nossa!*, *Nó* e *Nu*, que são não referenciais, não são usadas em contextos religiosos e são interjeições (vejam-se, acima, os exemplos (1a-d)).

As interjeições são marcadores discursivos – o que leva em conta o ponto de vista do falante (subjetificação) –, embora sejam também uma classe gramatical. Para a autora, o resultado da gramaticalização da expressão em questão não seria um item mais gramatical (como é o caso de auxiliares), mas um item com valor de marcador discursivo. As funções discursivas do item como marcador discursivo são concomitantes à manifestação de espanto ou incredulidade por parte do falante. Como os marcadores discursivos satisfazem muitas das condições necessárias ao processo de gramaticalização, Ramos (2010) os considera pertinentes em sua análise.

4. O corpus: detalhamento

Para a realização deste artigo, foram utilizados como *corpora*: o *corpus* do projeto «Mineirês» (UFMG) com informantes de Belo Horizonte/MG (BH01 a BH17); 3 entrevistas do projeto «Pelas trilhas de Minas», também da UFMG, com informantes de Lavras/MG; e o *corpus* «PEUL» (UFRJ) com informantes do Rio de janeiro/RJ (Censo 1980: C01 a C04; e Censo 2000: T01 a T16). Os *corpora* utilizados consistem em entrevistas informais, com informantes de ambos os gêneros.

As entrevistas foram divididas em dois grupos: A) o de informantes de Minas Gerais (MG) e B) o de informantes do Rio de Janeiro (RJ). Cada grupo é composto por 20 entrevistas, aproximadamente com a mesma extensão.

5. Análise dos dados

A partir da análise dos dados dos *corpora*, pode-se observar a ocorrência da expressão investigada neste artigo em ambos os grupos A e B, tanto por parte dos

entrevistadores quanto por parte dos informantes. Vale ressaltar que, de acordo com Ramos (2010), a participação do entrevistador na entrevista contribui para o desenrolar da narrativa – portanto, iremos considerar aqui as expressões proferidas por ambos interlocutores.

No grupo A, houve uma ocorrência alta do item *Nossa Senhora* e suas variações (*Nossa!*, *Nó* e *Nu*), totalizando 64 ocorrências. O item referencial *Nossa Senhora* ocorreu apenas 2 vezes no grupo A. Já no grupo B, o item *Nossa Senhora* e suas variações ocorreu bem menos que no grupo A, totalizando 22 ocorrências – e o item referencial *Nossa Senhora* não ocorreu.

Abaixo estão as tabelas com os dados encontrados:

Tabela 1. Grupo A

Expressão	**Ocorrências**		
	Entrevistador	**Informante**	**Total**
Nossa Senhora (referencial)	0	2	**2**
Nossa Senhora! (não referencial)	5	16	**21**
Nossa! / No:ssa	17	14	**31**
Nó	3	5	**8**
Nu	0	2	**2**
Total	**25**	**39**	**64**
Nossa mãe	2	0	**2**

Tabela 2. Grupo B

Expressão	**Ocorrências**		
	Entrevistador	**Informante**	**Total**
Nossa Senhora (referencial)	0	0	**0**
Nossa Senhora! (não referencial)	1	1	**2**
Nossa!	15	5	**20**
Nó	0	0	**0**
Nu	0	0	**0**
Total	**16**	**6**	**22**
Nossa mãe	1	0	**1**

De acordo com os dados acima, podemos observar que o grupo A apresentou todo o espectro do percurso de gramaticalização de *Nossa Senhora* referencial para os itens não referenciais, definido por Ramos (2010) – além de *No:ssa*, que seria, de certo modo, uma forma intermediária daquelas definidas no percurso de gramaticalização da expressão estudada, por estar entre *Nossa!* e *Nó*, com a primeira sílaba, que é tônica,

com a duração maior, e a segunda sílaba enfraquecida. Enquanto isso, o grupo B apresentou apenas duas etapas do percurso.

A ausência de ocorrências do item referencial *Nossa Senhora* no grupo B evidencia uma lacuna no *corpus* analisado, que pode ser explicada pelo número reduzido de dados utilizados nesta investigação. A expressão *Nossa Senhora* referencial é nominal e tem um caráter religioso. Considerando-se que a religião católica é difundida em todo o Brasil – e não só no estado de Minas Gerais –, pode-se dizer que a probabilidade dessa expressão ser usada no Rio de Janeiro é alta.

Para comprovar a ocorrência do uso referencial de *Nossa Senhora* no Rio de Janeiro, podemos ver que, por exemplo, esse item lexical aparece em nomes de igrejas e de ruas da capital. No caso de nomes de igreja, temos, todas localizadas na capital do estado: igreja Nossa Senhora do Brasil, igreja Nossa Senhora do Monte do Carmo, igreja Nossa Senhora da Conceição, igreja Nossa Senhora da Glória, igreja Nossa Senhora da Luz, igreja Nossa Senhora de Loreto, dentre outras. No caso de nomes de rua, temos: avenida Nossa Senhora de Copacabana, rua Nossa Senhora de Lourdes e rua Nossa Senhora das Graças, também localizadas na capital do estado.

O que é interessante observar é que a expressão/interjeição *Nossa mãe* existe tanto no RJ quanto em MG (tanto que verificou-se sua ocorrência em ambos os falares – 2 em Minas Gerais e 1 no Rio de Janeiro). Dessa forma, fica o questionamento: a interjeição *Nossa* (e seus derivados *Nó* e *Nu*) seriam realmente provenientes de *Nossa Senhora*, ou seriam de *Nossa mãe*? São expressões que têm, aparentemente, o mesmo contexto de gramaticalização, e têm também significados aparentemente equivalentes. No entanto, são expressões diferentes.

6. Análise teórica

Como já foi dito, de acordo com Hopper e Traugott (1993), para haver gramaticalização, é necessário ocorrer esvaziamento semântico do item lexical, constituindo o *cline* item referencial > item não referencial. É isso o que acontece com a expressão referencial *Nossa Senhora*. Essa expressão é, a princípio, referencial: insere-se em um contexto religioso, referindo-se à santa, e, depois, esvazia-se semanticamente e perde a sua referencialidade, passando a ter um caráter discursivo,

através da subjetificação – já que funciona, em um primeiro momento, como invocação, como apelo em casos de necessidade, e depois evolui para interjeição.

Considerar o fenômeno linguístico que ocorre com essas expressões como gramaticalização é, no entanto, um pouco controverso: como já se disse, Ramos (2010: 323), defende que «o resultado do processo, entretanto, não seria um item mais gramatical/funcional, tal como preposições ou auxiliares»; o resultado seria o surgimento de uma interjeição, que seria marcador pragmático – o que alguns autores chamariam de discursivização, diferenciando-a da gramaticalização. Por interjeição, entenderemos «palavra que traduz, de um modo vivo, os estados d'Alma. É uma verdadeira palavra-frase, pela qual o falante, impregnado de emoção, procura exprimir seu estado psíquico num momento súbito, em vez de se exprimir por uma frase logicamente organizada» (Mattoso Câmara Jr. 1968: 208).

Apesar disso, as interjeições, conforme anteriormente mencionado, constituem uma classe gramatical – o que pode ser comprovado no sumário de qualquer gramática (cf., por exemplo, Cegalla 2010: 10) –, que Barbosa (1881: 70) define como «palavras desligadas do contexto da oração, exclamativas e pela maior parte monosyllabas e aspiradas», o que dá a esse tipo de palavra um valor mais gramatical e menos lexical.

Para que a expressão referencial *Nossa Senhora* transforme-se em interjeição, ocorre não exatamente um esvaziamento semântico, mas uma mudança semântica com um esvaziamento do caráter referencial, em um processo que é familiar à gramaticalização.

Tendo isso em vista, e tendo em vista o que é defendido por Ramos (2010) – conforme discutido na seção 3 –, consideraremos aqui o fenômeno linguístico que ocorre com *Nossa Senhora* como gramaticalização.

O item *Nossa Senhora*, ao sofrer gramaticalização, sofre, também, como é previsto no *cline* de Hopper e Traugott, redução de sua forma, associada à perda de referencialidade e à mudança semântica. Como foi mostrado na análise de dados, o grupo A, referente ao falar mineiro, apresenta todas as etapas do percurso de gramaticalização do item, com todas as reduções possíveis, enquanto o grupo B, referente ao falar fluminense, apresenta apenas duas etapas desse percurso.

Isso poderia querer dizer que, no estado de Minas Gerais, a gramaticalização do item estaria, talvez, em uma etapa mais avançada do que no Rio de Janeiro, visto que

as formas que não ocorreram no falar fluminense foram justamente as duas formas mais reduzidas *Nó* e *Nu*. No entanto, não temos dados que possam comprovar essa hipótese, visto que a análise da gramaticalização do item *Nossa Senhora* não foi feita de forma diacrônica, e, embora uma análise de faixa etária seja desejável para melhor esclarecimento da questão, esta foge aos objetivos do presente trabalho. O que se pode dizer é que a ocorrência de *Nossa Senhora* (interjeição) e *Nossa* no falar fluminense é muito reduzida em relação à ocorrência dessas expressões no falar mineiro: são 22 ocorrências no Rio de Janeiro contra 52 em Minas Gerais. O fato de a maior parte das ocorrências das expressões no grupo fluminense ter origem nos entrevistadores, e não nos entrevistados, pode ser explicado pelo fato daqueles, na condição de entrevistadores, utilizarem expressões fáticas, de espanto ou incredulidade, associadas ao item em questão, para manter o canal de comunicação aberto.

Um fato que pode estar relacionado a essa menor ocorrência da interjeição no falar fluminense é a maior secularização do catolicismo no estado do Rio de Janeiro. O Brasil é a maior nação católica do mundo: são 123,2 milhões de fiéis em todo o país, de acordo com a reportagem publicada em 22/07/2013 na versão eletrônica do jornal *O Globo* (Batista 2013), mas o estado do Rio de Janeiro é o que possui o menor percentual de fiéis. De acordo com o Censo (2010), o estado do Rio de Janeiro possui apenas 45,81% de fiéis; esse é um percentual relativamente baixo, quando comparado aos de outros estados do país, e em especial quando comparado ao percentual de fiéis de Minas Gerais, que é muito superior: são 73,32%. Essa queda do número de católicos no estado do Rio de Janeiro é recente, mas certamente reflete um histórico de menor religiosidade (levando em consideração a religião católica) no estado.

Em Minas Gerais, há evidência de que a Igreja Católica tenha tido papel fundamental na urbanização do estado, no século XVIII: os mineradores fundaram as primeiras vilas, que cresceram até se tornarem cidades pela motivação econômica – a movimentação de metais preciosos e o comércio que surgiu para atender aos moradores. «Ao lado do comércio, a Igreja teve papel preponderante para a implantação das bases de uma estrutura urbana no início do povoamento das Gerais» (Rocha 2008: 3). A Igreja Católica teve grande participação nos assuntos políticos no Brasil de um modo geral, deixando uma grande herança religiosa ao país – mas essa participação foi maior no estado de Minas Gerais devido à sua participação na

fundação de cidades: nesse estado, a evolução urbana se deu junto à evolução paroquial, garantindo, assim, maior força à Igreja Católica no estado. Isso possibilita que expressões como *Nossa Senhora* sejam mais enraizadas em Minas Gerais do que no Rio de Janeiro – que não teve uma participação da Igreja tão forte quanto no primeiro estado.

Essa evidência marca, portanto, uma delimitação dialetal real entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais no que diz respeito à interjeição *Nossa Senhora* e suas variações, nos mostrando que essa discrepância nas ocorrências da expressão estudada em cada um desses estados é plausível.

Assim, a gramaticalização de *Nossa Senhora* referencial no Rio de Janeiro se dá em menor escala, já que o contexto religioso que dá origem ao item lexical é menos influente.

7. Considerações finais

De acordo com as ocorrências da expressão analisada, foi possível constatar que, aparentemente, a gramaticalização do item *Nossa Senhora* se dá tanto no estado de Minas Gerais como no do Rio de Janeiro, de acordo com o que é proposto por Hopper e Traugott (1993) e por Ramos (2010). No entanto, houve um número de ocorrências muito maior das interjeições *Nossa Senhora* e *Nossa* no primeiro estado do que no segundo e, tanto quanto mostram os dados, o processo de gramaticalização chega mais longe em Minas Gerais do que no Rio de Janeiro: *Nossa!* ocorre nas duas regiões, mas as formas reduzidas *Nó!* e *Nu!* ocorrem apenas na primeira.

A ausência de ocorrências do item referencial *Nossa Senhora* no falar fluminense evidencia uma lacuna no *corpus*. Todavia, o Rio de Janeiro é comprovadamente um estado historicamente menos católico do que o estado de Minas Gerais, que teve grande participação da Igreja Católica na fundação de suas cidades no século XVIII – e isso nos leva à hipótese de que, por causa dessa secularização, a interjeição *Nossa Senhora* e suas variações se faz menos presente no falar fluminense em relação ao falar mineiro.

No entanto, ainda há o que ser investigado, uma vez que a interjeição *Nossa mãe* ocorre tanto no falar mineiro quanto no fluminense, e seria derivada de processo de gramaticalização semelhante ao de *Nossa Senhora* – de modo que não é possível afirmar, em um primeiro momento, de qual das duas interjeições as ocorrências da expressão *Nossa*, em ambos os falares, seriam provenientes.

Corpora

Banco de dados do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/peul/amostras%201.html, 31.07.2018.

Projeto Pelas trilhas de Minas. *Pelas trilhas de Minas*: a língua nas Gerais. Transcrições, Fale/UFMG.

Projeto Mineirês. *A construção de um dialeto:* o mineirês belo-horizontino. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/mineires/, 03.09.2013.

Referências

Barbosa, Jeronymo Soares. 1881. *Grammatica philosophica da lingua portuguesa ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. 7.ª ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Batista, H. G. 2013. «Rio, o estado menos católico do Brasil». *O Globo eletrônico*, publicado em 22/07/2013. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/jornada-mundial-da-juventude/rio-estado-menos-catolico-do-brasil-9118186, 31.07.2018.

Câmara Jr., J. Mattoso. 1968. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguêsa*. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor.

Cegalla, D. P. 2010. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Hopper, P. e E. Traugott. 1993. Cap. 1 «Some preliminaries» e cap. 2 «The history of grammaticalization». In *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ramos, J. 2010. «Interjeições & Gramaticalização: Nó! e Nossa Senhora! no dialeto mineiro». In L. Vitral e S. Coelho (org.), *Estudos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado das Letras.

Rocha, R. H. G. 2008. «A Influência da Igreja Católica nas Políticas Urbanas nas Minas Gerais». In Albuquerque, Eduardo Basto (org.), *Anais do X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões: Migrações e Imigrações das Religiões*. Assis, ABHR. Disponível em: http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/rocha-ronaldo-giovanini.pdf, 31.07.2018.

21. Coordenação de constituintes nominais com apenas um determinante em português europeu[197]

Madalena Colaço

CLUL, FLUL, Universidade de Lisboa

Carolina Gramacho

CLUL, FLUL, Universidade de Lisboa

Este trabalho fornece pistas para o estudo de construções que envolvem a coordenação de expressões nominais com apenas um determinante em português europeu. A apresentação de dados de *corpora* atesta o seu uso em registo escrito, contrariando os juízos de alguns falantes e aquilo que se afirma nas gramáticas. Estabelece-se uma distinção entre dois tipos de construções: (i) aquelas em que o constituinte nominal coordenado refere apenas uma entidade, que são comummente consideradas aceitáveis nas descrições gramaticais; (ii) aquelas em que, no interior do constituinte nominal coordenado, os nomes são usados para referir entidades distintas, que são frequentemente consideradas marginais. Para as primeiras construções, adota-se uma estrutura de coordenação de Ns/NPs em que é inserido apenas um determinante na numeração. A concordância parcial do determinante com o primeiro nome é explicada recorrendo a um requisito de c-comando assimétrico local. Para as segundas construções, propõe-se uma estrutura de coordenação de DPs em que são inseridos dois determinantes na numeração, com o sequente apagamento do segundo determinante sob identidade não estrita.

Palavras-chave: expressão nominal, coordenação, concordância, concordância parcial, determinante.

1. O problema

Em português europeu (PE), contrariamente ao que acontece noutras línguas – como o inglês e o espanhol, por exemplo –, parecem existir fortes restrições sobre os DPs com o formato linear <Det–Nome–Conjunção coordenativa copulativa–Nome>. Em Cunha e Cintra (1984: 235), afirma-se o seguinte: «Quando empregado antes do primeiro substantivo de uma série, o artigo deve anteceder os substantivos seguintes,

[197] Este trabalho foi desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), unidade de I&D financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UID/LIN/00214/2013). Agradecemos à audiência da nossa apresentação no IV Congresso de Linguística Histórica – Homenagem a Ivo Castro pelos comentários feitos. Um agradecimento especial a Fátima Oliveira e Telmo Móia, cujas sugestões nos fizeram avançar na compreensão das construções em estudo. Agradecemos também os comentários e as sugestões dos revisores da primeira versão deste texto.

ainda que sejam todos do mesmo género e do mesmo número». E, mais adiante: «Não se repete, porém, o artigo: (a) quando o segundo substantivo designa o mesmo ser ou a mesma coisa que o primeiro (...) (b) quando, no pensamento, os substantivos se representam como um todo estreitamente unido».

Também em Matos e Raposo (2013: 1763) se afirma o seguinte: «Quando dois nomes são coordenados dentro de um sintagma nominal contendo material lexical adicional que se aplica a ambos, trata-se de um caso evidente de coordenação de itens lexicais». Assim, considera-se que, em (1) (correspondente ao exemplo (6a) dos autores), «o sintagma nominal refere um único indivíduo», o mesmo acontecendo em (2) (correspondente ao exemplo (6b) dos autores), em que a coordenação atua ao nível de um constituinte intermédio – designado grupo nominal – que não inclui o determinante.

(1) **O dono e diretor da escola** é meu amigo.

(2) Sendo ele **o diretor da faculdade e pai do meu amigo**, estive à vontade para lhe expor a situação.

A seguinte afirmação de Peres (2013: 754) vai no mesmo sentido:

> *A coordenação copulativa ou disjuntiva de nomes constitui um recurso excecional, possivelmente mais a primeira do que a segunda (...). De facto, é preciso forçar um pouco a imaginação para encontrar um bom contexto situacional para um nome coordenado como médico e cientista. Mas a possibilidade existe, como na frase o médico e cientista que acaba de ser homenageado é uma pessoa de muito valor, onde o nome coordenado (copulativamente) médico e cientista denota a interseção das denotações dos nomes coordenados, ou seja, o nome complexo denota o conjunto de indivíduos que são simultaneamente médicos e cientistas.*

Apesar disto, a coordenação de nomes é comummente aceite em contextos específicos, bem como a ocorrência de um único determinante realizado. Assim, por um lado, é frequente a coordenação de nomes abstratos que sejam interpretados como um todo, como em (3). Por outro lado, é frequente a ocorrência de apenas um determinante com nomes não concretos (animados ou não animados) quando tanto o

determinante como os nomes ocorrem no plural, como acontece, respetivamente, em (4a) e (4b):[198]

(3) **A coragem e determinação dos bombeiros** foi admirável.

(4) a. O professor convidou **os alunos e alunas da sua turma** a assistirem à conferência.
b. O estudante requisitou **os livros e revistas recomendados pelo professor**.

Na linha do que foi referido, é frequente assumir-se que a ocorrência de um ou mais do que um determinante quando os nomes são concretos e ocorrem no singular pode ser associada ao nível estrutural em que opera a coordenação. É o que se verifica em (5), em que a ocorrência de um ou dois determinantes tem, para muitos falantes, consequências ao nível da interpretação:

(5) a. **A prima e amiga da Maria** viajou/??viajaram para o Brasil.
b. **A prima e a amiga da Maria** viajaram/??viajou para o Brasil.

Com efeito, com certos tipos de nomes, a ocorrência de um único determinante induz uma interpretação em que a expressão nominal coordenada refere uma única entidade: para muitos falantes, em (5a), «a amiga e prima da Maria» é uma expressão nominal que refere necessariamente uma única entidade, enquanto, em (5b), a presença de dois determinantes permite (e induz) uma interpretação de dois referentes independentes.

Este contraste em termos de interpretação não se verifica, no entanto, de forma tão evidente, quando os nomes envolvidos são nomes abstratos. Assim, (6a) e (6b) têm uma interpretação próxima, embora a concordância verbal sugira a presença de estruturas sintáticas distintas[199]:

[198] Veja-se, no entanto, que, tal como foi notado em Colaço (2016), estas construções apenas são unanimemente consideradas possíveis quando o determinante e o primeiro nome assumem uma forma masculina. Esta questão será retomada mais adiante.
[199] Como veremos mais adiante, as expressões nominais com apenas um determinante podem, em certos casos, desencadear concordância no plural. No entanto, quando as expressões nominais integram dois determinantes, a concordância é obrigatoriamente plural. Esta diferença será explicada remetendo para aspetos estruturais.

(6) a. **A coragem e determinação dos bombeiros** foi admirável.
b. **A coragem e a determinação dos bombeiros** foram admiráveis.

Uma pesquisa preliminar feita com base em *corpora* revelou um uso bastante mais alargado de expressões nominais coordenadas com partilha do determinante em PE, que contraria o que se afirma (ou se aceita implicitamente) nas gramáticas. Com efeito, dados como (7)-(10) mostram a ocorrência de um único determinante com nomes coordenados em que, claramente, estão a ser referidas entidades distintas (note-se que as expressões coordenadas em (9) e (10) têm nitidamente uma interpretação referencial).

(7) Protege e desintoxica **o estômago e fígado**.
(http://www.biototal.pt/index.php?id_product=30&controller=product)

(8) Os tumores d**a cabeça e pescoço** são muito frequentes.
(https://www.saudecuf.pt/oncologia/o-cancro/cancro-da-cabeca-e-pescoco)

(9) Luc e Dark Vader - **o pai e filho de «Star Wars»**, aqui parodiados logo no nome de família - surgem também, sempre esgrimindo os seus sabres de luz .
(http://www.linguateca.pt/CETEMPublico/, par=ext1480408-clt-soc-94b-1)

(10) Para **a irmã e pai do sobrevivente**, a comunicação social é responsável pela imagem de «monstro» que João Gouveia passa.
(http://www.noticiasaominuto.com/pais/344569/o-joao-nao-consegue-regressar-a-vida)

O objetivo deste estudo é, então, apresentar dados de *corpora* que atestam o uso efetivo de construções como as ilustradas em (7)-(10) e procurar uma explicação para as oscilações dos falantes nativos do PE relativamente à sua aceitação. Numa primeira etapa, cujos resultados descreveremos neste trabalho, apresentaremos um conjunto de dados que nos permitirão uma primeira observação de produções reais dos falantes, de forma a verificarmos em que condições é produzido um único determinante. Os

resultados desta etapa permitir-nos-ão, em trabalho posterior, a construção de uma tarefa de juízos de gramaticalidade com o objetivo de aferir os juízos de diferentes grupos de falantes sobre estas construções.

As questões a que tentaremos responder neste momento são, então, as seguintes:

(i) Que tipos de nomes são coordenados com um único determinante?

(ii) Que evidências existem nos dados quanto à estrutura sintática presente nestas construções?

(iii) Em função da resposta à questão (ii), como se realiza a concordância (em número e em género) com os nomes coordenados quando ocorrem com apenas um determinante?

A resposta à questão (iii) resultará, então, de uma avaliação do PE relativamente a este fenómeno e de uma reflexão sobre os diferentes juízos dos falantes nativos, uma vez que, para alguns, o funcionamento do PE se aproxima do de línguas românicas como o italiano e o francês, em que existem restrições muito fortes à ocorrência de um único determinante singular com dois nomes singulares coordenados, enquanto, para outros, o PE parece ter um funcionamento próximo do de línguas como o espanhol, que, neste aspeto, se aproxima de línguas não românicas como o inglês.

Tratando-se de um trabalho em desenvolvimento, serão apenas consideradas para este estudo expressões nominais que têm como núcleo nomes comuns e como especificadores determinantes (artigos) definidos. Serão tidos em conta, fundamentalmente, DPs com uma interpretação referencial.

2. Expressões nominais coordenadas com apenas um determinante noutras línguas românicas

O comportamento das línguas românicas face à construção em estudo neste trabalho não é uniforme. Assim:

(a) Em francês e italiano[200] (tal como noutras línguas não românicas, como o alemão[201]), por exemplo, quando o determinante e os nomes estão no singular, a

[200] Uma vez que nos baseamos em descrições destas línguas que têm sido apresentadas na literatura, não excluímos a hipótese de trabalhos baseados em dados de *corpora* poderem mostrar comportamentos dos falantes que se afastem dessas descrições.

[201] Veja-se o seguinte exemplo, apresentado por Heycock e Zamparelli (2005: 7):

interpretação é obrigatoriamente conjunta, isto é, os nomes denotam necessariamente a mesma entidade. Quando o determinante e os nomes estão no plural, pode haver uma interpretação conjunta ou uma interpretação independente, ou seja, os nomes podem denotar uma mesma entidade ou entidades diferentes.

(11) ***Ce soldat et marin** étaient d'accord.
este soldado e marinheiro estar_Pl de acordo
(Heycock e Zamparelli 2005: 7)

(12) ***Un uomo e bambino** mangiano.
um homem e criança comer_Pl
(*idem*)

(b) Em espanhol (à semelhança do que acontece, por exemplo, em inglês[202]), os nomes coordenados podem ser precedidos de apenas um determinante, que concorda obrigatoriamente com o primeiro termo coordenado.

(13) **La influencia y mérito**
a influência e mérito
(Camacho 2003)

De acordo com alguns autores, nesta língua, quando o determinante e os nomes têm uma forma singular, o DP pode ter uma interpretação plural, desencadeando concordância plural quando ocorre na posição de sujeito. Esta pluralidade permite-lhes ser alvo de interpretações distributivas ou grupais.

No entanto, os autores não são unânimes em relação à gramaticalidade destas construções em espanhol. Por exemplo, Heycock e Zamparelli (2005) afirmam que o

(i) ?***Der Bücherbord und Tisch**, den/die sie gerade angestrichen hatte, waren noch feucht.
a estante e mesa que[Sg/Pl] ela agora pintar AUX estar_Pl ainda molhado
'A estante e a mesa que ela acabou de pintar ainda estão molhadas.'

[202] Vejam-se alguns exemplos em Heycock e Zamparelli (2005: 3):
(i) **My friend and colleague** is writting a paper.
'O meu amigo e colega está a escrever um artigo.'
(ii) **This sailor and soldier** are inseparable.
'Este marinheiro e soldado são inseparáveis.'

espanhol se comporta como o italiano, o francês e o alemão, não permitindo a ocorrência de um determinante singular com escopo sobre dois nomes no singular numa leitura em que os nomes têm referentes distintos. Os autores apresentam o seguinte exemplo, que classificam como agramatical:

(14) ***El soldado y pescador** estaban luchando.
o soldado e pescador estão lutando
(*op.cit.*: 7)

Também Camacho (1999) e (2003), na mesma linha, afirma que apenas a ocorrência de dois determinantes possibilita que o verbo ocorra numa forma plural e permite uma interpretação de referência independente, uma vez que a ocorrência de apenas um determinante força uma interpretação em que existe apenas um referente:

(15) a. **El ayudante y colaborador mío** puso/*pusieron los cuadros.
o ajudante e colaborador meu pôs/*puseram os quadros
b. **El ayudante y el colaborador mío** *puso/pusieron los cuadros.
o ajudante e o colaborador meu *pôs/puseram os quadros
(Camacho 2003: 130)

Segundo o autor, a ocorrência de apenas um determinante é, sobretudo, possível com nomes abstratos ou com nomes concretos não animados, e é muito pouco frequente com nomes referenciais, que tornam preferível a ocorrência do verbo no plural. Por outro lado, a ocorrência de dois determinantes obriga a que o verbo ocorra no plural.

Demonte, Alcalde e Jiménez (2009) e (2011), baseando-se em dados de *corpora* (nomeadamente, do *Corpus de Referencia del Español Actual*), mostram, no entanto, que, contrariamente ao que é comummente assumido na literatura, o espanhol admite esta construção, e permite-a com vários tipos de nomes, sendo possível que os nomes envolvidos refiram entidades independentes.

(16) **Su marido e hijo** vivían en Río.
seu marido e filho viviam em Rio
(Demonte, Alcalde e Jiménez 2009: 1)

(17) **La madre e hija** cruzaron toda una serie de miradas.
a mãe e filha trocaram toda uma série de olhares
(Demonte, Alcalde e Jiménez 2011: 180)

Estas frases existem, então, a par de outras em que o verbo ocorre no singular, estando estas últimas restringidas a uma interpretação em que os nomes referem uma mesma entidade.

(18) **El académico y novelista** pronunció su conferencia.
o académico e romancista proferiu sua conferência
(*idem*)

As análises que têm sido propostas para explicar estes «desencontros» em termos de concordância têm resultado no confronto de duas estruturas sintáticas alternativas que podemos designar como (i) DP&DP e (ii) DET N/NP&N/NP.

Camacho (1999) e (2003) defende que a concordância parcial se realiza sempre na presença de estruturas de coordenação de DPs (DP&DP). Na proposta de Camacho (2003), a concordância de um determinante com o primeiro termo coordenado é o efeito da presença de uma estrutura que permite que, através de c-comando assimétrico[203], seja legitimado o apagamento do material idêntico (*deletion under identity*) no segundo DP coordenado, como se vê em (19):

(19) $[_{DP}$ D A N] and $[_{DP}$ ØD ØA N][204]

De acordo com o autor, o determinante elidido é coindexado com o determinante realizado, o que implica que os nomes tenham um único referente. O autor explica desta forma a impossibilidade de ocorrência de nomes referenciais nesta estrutura, uma vez que a coindexação dos determinantes implica que os próprios nomes refiram a

[203] O autor usa o requisito de c-comando assimétrico para justificar o facto de o apagamento não poder afetar o primeiro termo coordenado (neste caso, o primeiro determinante).
[204] Nesta representação, ocorre também um adjetivo em posição pré-nominal. Em espanhol, os adjetivos pré-nominais, tal como os determinantes, concordam obrigatoriamente com o primeiro termo coordenado. Este aspeto não será tratado neste trabalho.

mesma entidade. Camacho (2003) relaciona esta impossibilidade com o facto de não ser possível a coordenação de dois DPs com a mesma referência:

(20) ***La mujer y la mujer** vinieron.
a mulher e a mulher vieram

Numa outra perspetiva, Demonte, Alcalde e Jiménez (2011) defendem a possibilidade de existirem, em espanhol, estruturas do tipo DET [N/NP&N/NP] com diferentes tipos de nomes. Assumem que os nomes entram na derivação sintática associados a um conjunto de traços-ϕ. No entanto, afirmam que a noção comummente aceite de conjunto de traços-ϕ é insuficiente para explicar a concordância com o termo mais próximo, uma vez que o DP, apesar de ser morfologicamente singular, é interpretado como plural, desencadeando concordância plural com o verbo quando ocorre na posição de sujeito. Assim, propõem um enriquecimento da teoria de traços-ϕ, considerando a existência de dois tipos de feixes de traços associados aos nomes, a que chamam *c [concord]* ϕ-*features* (traços formais) e *i [index]* ϕ-*features* (traços referenciais). O feixe de traços-*c* inclui traços de número, de género e de Caso. Por sua vez, o feixe de traços-*i* inclui traços de número, de género e de pessoa. Considera-se que o traço de pessoa é uma propriedade semântica dos nomes. Esta assunção tem particular relevo em línguas como o espanhol, em que os nomes animados podem estar associados a diferentes valores de pessoa.

(21) Los españoles estamos/estáis/están en el rincón.
os espanhóis estar_1P/2P/3P em o canto
(Demonte, Alcalde e Jiménez 2011: 183)

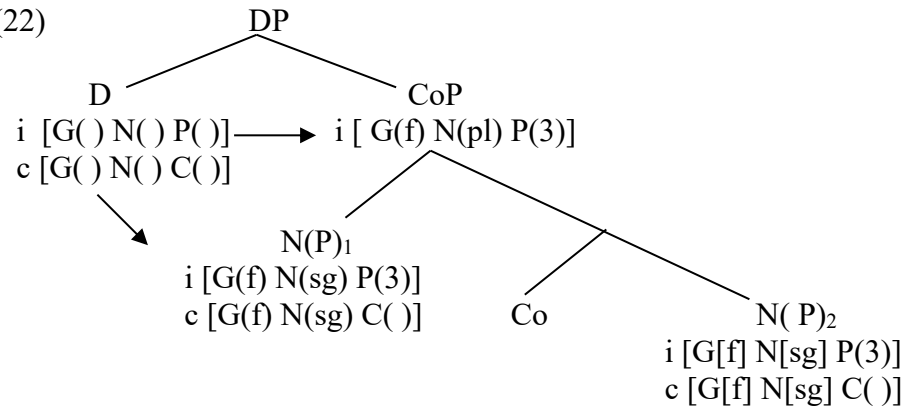
Por outro lado, os nomes estão associados a traços de género e de número, e têm um traço de Caso abstrato. Relativamente ao determinante, uma vez que D é um núcleo funcional, os seus traços não estão, à partida, valorados, sendo valorados por *agree* durante a derivação sintática. Assim, os elementos que participam na coordenação ilustrada em (17) correspondem à seguinte descrição:

(22) madre *i* [G(f) N(sg) P(3)]
c [G(f) N(sg) C( )]
hija *i* [G(f) N(sg) P(3)]
c [G(f) N(sg) C( )]
D *i* [G( ) N( ) P( )]
c [G( ) N( ) C( )]

A ideia de que a concordância envolve diferentes conjuntos de traços está também presente em trabalhos de vários outros autores no âmbito de diferentes quadros teóricos (como King e Dalrymple 2004, Villavicencio *et al.* 2005, D'Alessandro 2004a e 2004b, Costa e Pereira 2005, Heycock e Zamparelli 2005, etc.).

De acordo com esta proposta, a categoria ConjP não tem traços-*c*, uma vez que o núcleo Conj não está morfologicamente associado a valores de singular/plural ou masculino/feminino. No entanto, Conj tem traços-*i*, dado que a coordenação tem como efeito uma combinação dos traços-*i* dos termos coordenados, através de um mecanismo de resolução, o que decorre do facto de a conjunção copulativa conduzir à formação de um conjunto (por exemplo, viabilizando interpretações grupais). De aqui resulta que, sendo os nomes singulares, a categoria resultante da coordenação fique associada a um valor plural:

(22)

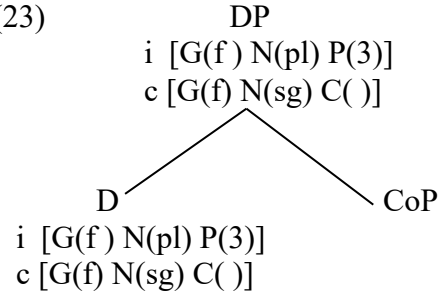


(Demonte, Alcalde e Jiménez 2011: 184, adaptado)

Uma vez que D tem traços não valorados, procurará um alvo que permita essa valoração através de *agree*. O alvo mais próximo para a valoração dos seus traços-*i* é ConjP. Assim, os traços-*i* de D recebem os valores dos traços-*i* de ConjP. Mas, para a valoração dos traços-*c*, o alvo mais próximo de D é o primeiro N(P). Assim, D recebe

os valores dos traços-*c* do primeiro N(P). O facto de este não ter o traço de Caso valorado não constitui um problema, uma vez que, na teoria de *agree* como *feature sharing* adotada pelos autores, na linha da proposta de Frampton e Gutmann (2000) e (2006), pode haver *matching* dos traços independentemente de estes estarem ou não valorados. Como resultado destas operações, D é morfologicamente singular, mas, em termos de indexação, é plural. Estes traços, com estes valores, percolam até DP, ficando acessíveis a operações sintáticas.

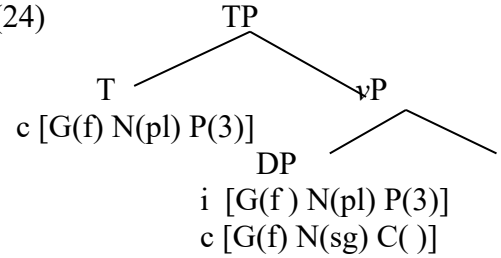
(23)



Assim, na análise proposta por estes autores, a coexistência da concordância parcial com uma interpretação plural da coordenação é explicada pelo facto de D valorar os seus traços-*i* e os seus traços-*c* com categorias distintas[205].

Em relação à concordância sujeito-verbo, os autores assumem que o núcleo T está associado a um feixe de traços-*c* não valorados que inclui traços de género, número e pessoa. Estes traços vão ser valorados por *agree* com os traços-*i* do DP, pelo que T passa a ter o valor plural, o que explica que o verbo ocorra no plural.

(24)



(*op. cit.*: 186)

[205] Note-se que esta análise não permite explicar as oscilações na aceitação destas construções. Uma hipótese seria pensar que, para os falantes que não as aceitam, os traços-*c* e os traços-*i* de D são valorados com a mesma categoria, nomeadamente o primeiro NP coordenado, o que apenas viabilizaria as construções em que o determinante singular ocorre no interior de um DP também singular. Como esta não corresponde à estrutura que adotaremos neste trabalho, não aprofundaremos esta hipótese.

Os autores assumem que a sua proposta apresenta o problema de não permitir explicar de forma satisfatória o modo como o DP vai valorar o traço de Caso a partir de *agree* com T depois de T valorar os seus traços-*c* com o DP. De qualquer forma, assumem que a atribuição de Caso resulta de uma operação independente de *agree*.

3. Estruturas coordenadas com apenas um determinante em PE

Para muitos falantes do PE, um DP que contenha uma estrutura coordenada com apenas um determinante no singular é apenas possível quando o contexto permite que esse DP refira uma única entidade. No entanto, como já afirmámos atrás, a pesquisa de dados de *corpora* que fizemos revelou o uso efetivo de DPs com apenas um determinante que referem entidades distintas. Passamos, então, à apresentação dos dados.

3.1. Os dados

A amostra do PE utilizada neste trabalho foi extraída do *corpus online* de texto jornalístico *CetemPúblico*[206].

Construíram-se três paradigmas com a sequência D-N-*e*-N, tendo em consideração as variáveis *género* e *número*. Para testar a variável *género*, foi construído um paradigma com base na pesquisa da sequência D_Fem-N_Fem-*e*-N_Masc (*Paradigma A*). Para testar a variável *número* foram construídos dois paradigmas, correspondentes às sequências D_Pl-N_Pl-*e*-N_Sg (*Paradigma B*) e D_Sg-N_Sg-*e*-N_Sg (*Paradigma C*). Pesquisou-se, ainda, as sequências D_Fem-N_Masc-*e*-N_Fem e D_Pl-N_Sg-*e*-N_Sg, embora a expetativa fosse a de encontrar um número muito reduzido de ocorrências, dada a grande marginalidade destas construções para a generalidade dos falantes do PE.

De maneira a obter uma primeira amostra para este estudo exploratório, foram selecionadas aleatoriamente 50 frases para cada um dos paradigmas (*A*, *B* e *C*).

Os dados recolhidos não são significativos do ponto de vista estatístico nem nos permitem fazer qualquer tipo de generalização quanto à sua frequência no discurso dos

[206] O *CetemPúblico* é um *corpus* constituído por cerca de 180 milhões de palavras em português europeu, que foi criado em 2000 a partir de um protocolo entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia e o jornal *Público*. Contém 1 567 625 extratos de texto. Encontra-se disponível em http: www.linguateca.pt/CETEMPublico/.

falantes. No entanto, sendo este um estudo exploratório, permitem-nos atestar a produção efetiva das construções em estudo por parte de alguns falantes, em contexto de escrita. É nesta perspetiva que os apresentamos e descrevemos em seguida.

Para responder à pergunta de investigação colocada em (i) anotou-se, para cada frase, os tipos de nomes comuns envolvidos na estrutura coordenada – nomes comuns abstratos ou concretos e nomes comuns concretos não animados ou animados.

Para o *Paradigma A*, em que é controlada a variável *género* (<D_Fem-N_Fem-*e*-N_Masc>), o *corpus* regista 4324 ocorrências; foram encontradas coordenações com todos os tipos de nomes acima referidos:

(a) Nomes abstratos

(25) **A força e impacto do filme** deveu-se à convincente interpretação de Montand, à violência da cena do interrogatório, mas principalmente ao facto da história ser verdadeira. (par=ext238444-pol-96b-2)

(26) Vêem-se claramente **as desconfianças e preconceitos da diplomacia espanhola em relação à maçonaria e ao exército em Portugal»**, afirma Moran. (par=ext813843-clt-92b-1)

(b) Nomes concretos não animados

(27) Esta tensão irónica – que se conjuga com **a moldura e vidro** – parece ter ainda outro objectivo: o de baralhar os dados dos sentidos, de revolver os «clichés» do imaginário, para daí fazer emergir um outro texto, no qual fotografia, palavra, moldura e vidro nos falam do valor limitado da representação. (par=ext474725-nd-92a-2)

(28) Todos os anos morrem na China cerca de oito milhões de pessoas e, à medida que o nível de vida da população melhora, **as sepulturas e jazigos** são cada vez maiores e mais sofisticadas. (par=ext1468712-soc-98a-1)

(c) Nomes concretos animados

(29) Para **as crianças e público jovem**, em época de férias, o Teatro Infantil de Lisboa apresenta, no Teatro do Calvário, às 16h00, «A Grande Aventura». (par=ext69847-soc-92a-1)

(30) Uma leitura que se aconselha a todas **as mães e pais**, mesmo que sejam ingratos, desnaturados, beberrões ou geniosos. (par=ext1264133-nd-95a-1)

Foram ainda encontradas coordenações de nomes comuns de diferentes tipos, como exemplificado em (31), em que são coordenados dois nomes, o primeiro concreto e animado e o segundo concreto e não animado.

(31) «Agora é agora, e passa a ser o mesmo tempo para todas **as pessoas e lugares**» disse Negroponte, faça chuva ou faça sol, seja dia ou seja noite, o tempo deixa de ser relativo para se tornar «absoluto». 8par=ext1198691-soc-98b-1)

Para o *Paradigma B*, em que é controlada a variável *número* (<D_Pl-N_Pl-*e*-N_Sg>), o *corpus* apresenta 708 ocorrências; foram encontradas coordenações com todos os tipos de nomes em questão, inclusive casos de nomes concretos e animados, associados ao traço [+humano], representando forçosamente entidades distintas.

(a) Nomes abstratos

(32) Os brancos são, quase sempre, servidos muito frios, o que lhes prejudica **os aromas e sabor**. (par=ext77303-soc-92b-2)

(33) A mostra traça **as referências e percurso do manto, da Índia ao arquipélago do Sol Nascente, passando pela etapa fundamental da China e a pelo desenvolvimento de uma indústria e iconografia especificamente japonesas, a partir do século XVIII principalmente**. (par=ext31313-clt-93b-4)

(b) Nomes concretos não animados

(34) As pessoas em contacto com doentes constipados devem lavar as mãos com frequência e evitar o contacto destas com **os olhos e nariz**, pois esta é uma forma habitual de auto-inoculação. (par=ext51045-clt-soc-94a-1)

(35) **Os jardins e capela do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras**, são o alvo do 4º passeio turístico de Santo Amaro de Oeiras que começa às 10h00 junto ao posto de turismo (par=ext29800-soc-93b-2)

(c) Nomes concretos animados

(36) Foi com esse espírito que **os jogadores e treinador dos San Antonio Spurs** celebraram no sábado a vitória sobre os Seattle SuperSonics, líderes da Divisão Pacífico e quase certos campeões da Conferência Oriental, por 84-81. (par=ext44305-des-96a-2)

(37) **Todos os passageiros e tripulação** sairam ilesos do aparelho, sendo transportados para a aerogare e daí para uma unidade hoteleira onde aguardaram a vinda de outro avião para a viagem de regresso à Suécia, após um período de férias no Funchal, forçadamente prolongado com um óptimo dia de praia no Porto Santo. (par=ext183053-soc-94b-2)

No *Paradigma C*, em que também é controlada a variável *número* (<D_Sg-N_Sg-*e*-N_Sg>), foram encontradas 17300 ocorrências da sequência em causa, registando-se tal como para os outros Paradigmas, coordenações com todos os tipos de nomes em questão, inclusive casos de nomes concretos e animados, associados ao traço [+humano] representando forçosamente entidades distintas, como se pode ver pela concordância sujeito-verbo (cf. 43).

(a) Nomes abstratos

(38) **A linguagem e estilo de Ribeiro** são inconfundíveis, mas é interessante como ele explora, quando trabalha com os bailarinos do Ballet Gulbenkian, um virtuosismo mais expansivo e amplo. (par=ext819212-soc-96b-1)

(39) Os britânicos também estão apreensivos quanto à maneira como a corporação policial actua e a percentagem dos que consideram que a polícia deveria recorrer à força para manter **a lei e ordem** passou de três quartos do total dos entrevistados, em 1980, para dois terços hoje em dia. (par=ext1083890-nd-93b-3)

(b) Nomes concretos não animados

(40) Os cientistas experimentaram fabricar estes filmes utilizando quase todas as matérias primas imagináveis – segundo alguns relatos, entre os materiais experimentados conta-se, por exemplo, **o vodka e saké**. (par=ext1120927-nd-91a-1)

(41) O PSP informou ainda que **a heroína e cocaína** eram pertença da dona da casa onde decorreu a operação e de uma sua filha, de 27 anos. (par=ext1394741-soc-94a-1)

(c) Nomes concretos animados

(42) O miúdo, dormindo, é posto no banco de trás, entre as duas mulheres, **a empregada e patroa**. (par=ext508426-clt-98a-1)

(43) **O actor e actriz** é difícil de dizer, mas talvez fossem António Vilar (Igrejas Caeiro pela certa) e Leonor Maia. (par=ext872004-clt-95a-1)

Apesar de não serem esperados resultados positivos, dado o elevado grau de marginalidade das construções, foram ainda pesquisadas as sequências D_Pl-N_Sg-*e*-N_Sg, D_Pl-N_Sg-*e*-N_Pl, em que também estava controlada a variável *número*, e D_Fem-N_Masc-*e*-N_Fem, em que era controlada a variável *género*. Esta pesquisa teve como resultados, para a primeira sequência, um total de apenas 9 ocorrências (cf. (44) e (45)) – curiosamente 8 delas com nomes concretos e animados; para a segunda sequência, o *corpus* mostrou apenas 1 ocorrência (cf. (46)) e, para a terceira sequência, 0 ocorrências.

(44) Do lado europeu participarão o presidente em exercício da União Europeia, o primeiro-ministro holandês Wim Kok, e **os presidente e vice-presidente da Comissão, Jacques Santer e Leon Brittan**. (par=ext100207-pol-97a-2)

(45) **Os pré-programa e programa para a criação da estrutura** terão de ser observados cada vez mais de forma profissional. (par=ext267428-des-96b-2)

(46) Entretanto, na opinião do coordenador das selecções e treinador da equipa sénior nacional, Fernando Luis, a associação com a RTP é um dado essencial «que permite seduzir os patrocinadores a investirem no voleibol, uma modalidade com todas as condições para se transformar, também no nosso país, num espectáculo desportivo rentável para **os clube e sponsors**». (par=ext1408097-des-91a-2)

Assim, embora, como referimos no início, os dados que apresentámos não sejam significativos da frequência de uso das construções que envolvem coordenação de expressões nominais com um só determinante, permitiram-nos atestar a utilização de diversos tipos de nomes coordenados nas estruturas relevantes, mostrando que não são apenas os nomes abstratos que estão disponíveis para a coordenação com apenas um determinante.

Por outro lado, os dados relativos ao *Paradigma C* mostraram também que, quando os DPs coordenados com um só determinante ocorrem na posição de sujeito, a concordância verbal é feita ou no singular (cf. (47) e (48)) ou no plural (cf. (49) e (50)),

o que poderá fornecer-nos uma pista interessante sobre a(s) estrutura(s) sintática(s) por detrás destas construções e, consequentemente, sobre a forma como são interpretadas.

(47) **O licenciamento e arbitragem de todo o projecto** está nas mãos do Ministério do Ambiente. (par=ext1271799-soc-95a-2)

(48) José Alho afirma que **a despoluição e utilização do aquífero** é importante não só para a região como para o país, pois é uma «enorme reserva estratégica de um importante recurso como é a água». (par=ext5627-soc-97a-1)

(49) Segundo a Interfax e a Itar-TASS (agência noticiosa oficial), **a artilharia e aviação russas** estavam ontem activas em Vedeno, Stari Achkoi e bombardeavam ainda alvos perto de Grozni, a capital da Tchetchénia. (par=ext427818-nd-96a-1)

(50) **O título e subtítulo por vós escolhidos** não fazem parte dos objectivos ou das conclusões do trabalho científico por mim referido. (par=ext915473-opi-98a-3)

Assim, os dados que recolhemos parecem aproximar o PE de línguas como o espanhol e mostrar que, pelo menos para alguns falantes, existem menos restrições do que as que têm sido descritas na literatura sobre coordenação com um único determinante.

3.2. Análise

Os dados apresentados até ao momento ilustram a possibilidade de, em PE, construirmos estruturas de coordenação de expressões nominais com apenas um determinante e mostram que, para alguns falantes, estão disponíveis para essa construção diferentes tipos de nomes.

Para explicarmos estes dados, há várias questões a que precisamos de responder, tais como:

(i) Qual a diferença estrutural entre as construções em que as expressões coordenadas referem entidades distintas e aquelas em que referem conjuntamente uma única entidade?
(ii) Em qualquer dos casos, como se explica a concordância do determinante com o primeiro termo coordenado[207]?
(iii) Como se explica a oscilação dos juízos dos falantes relativamente à aceitação destas construções?

3.2.1. Coordenação de Ns/NPs versus coordenação de DPs

Os dados que apresentámos em (47)-(50) são particularmente relevantes para a compreensão da(s) estrutura(s) sintática(s) presente(s) nas construções em estudo, que se reflete(m) na respetiva interpretação.

Como referimos atrás, vários autores referem a possibilidade de, em estruturas com nomes coordenados e um só determinante, a denotação da categoria que resulta da coordenação corresponder à interseção das denotações dos nomes envolvidos nessa coordenação. Neste caso, ocorrendo numa posição desencadeadora de concordância, o DP desencadeará concordância no singular. Isto significa considerarmos que, em (47) e (48), «licenciamento e arbitragem» e «despoluição e utilização», respetivamente, estão a ser considerados como eventos conjuntos (o que justifica a ocorrência do verbo no singular). Observando os dados que retirámos do *corpus*, esta explicação parece-nos plausível, uma vez que existe, sistematicamente, uma relação estreita entre os nomes envolvidos na coordenação. Vejam-se mais alguns exemplos:

(51) Ou de exorcizar **a desorientação e desavença que parece instalar-se nas hostes sociais-democratas a nível nacional**. (par=ext901995-pol-94b-2)

(52) **O culto e endeusamento dos líderes** faz parte da lógica de funcionamento destas organizações. (par=ext1345329-soc-93b-3)

[207] Como referimos atrás, neste trabalho não foram considerados os paradigmas para os quais foi obtido um número de ocorrências muito baixo no *corpus*. No entanto, em extensões deste estudo, esses paradigmas serão considerados e testados, de forma a percebermos quais são as intuições dos falantes relativamente às construções em questão.

Esta ideia é corroborada pela ausência, na amostragem considerada, de dados em que os nomes envolvidos na coordenação denotem entidades concretas (animadas ou não animadas). Com efeito, neste caso, o único tipo de nomes concretos coordenados são nomes relacionais que designam relações compatíveis, ou seja, relações em que pode participar uma mesma entidade, como no caso de «amigo e colega» ou «patrão e amigo», como está ilustrado em seguida:

(53) **O meu amigo e colega Juan Mozzicaffredo** acaba de publicar, com os seus colaboradores, um documentado estudo que desfaz em grande parte o mito optimista que tem reinado a esse respeito. (par=ext1359212-nd-91b-2)

(54) Emilio Estevez é Billy the Kid e este filme, de que se faria depois uma continuação, conta-nos a história da sua luta para vingar **o seu patrão e amigo, Tunstall, assassinado durante a guerra do condado de Lincoln**. (par=ext859212-nd-92a-5)

Assumiremos, pois, que estes casos correspondem a estruturas de coordenação de Ns/NPs, ou seja, de categorias abaixo do DP, tal como, por exemplo, Camacho (1999) e (2003) e Demonte, Alcalde e Jiménez (2009) e (2011) assumem para o espanhol e Heycock e Zamparelli (2004) assumem para o inglês, para dados como os que retomamos, respetivamente, em (55) e (56):

(55) **El académico y novelista** pronunció su conferencia.
(Demonte, Alcalde e Jiménez 2011: 180)

(56) **My friend and colleague** is writting a paper.
(Heycock e Zamparelli 2004: 3)

Assim, nesta perspetiva, estas construções envolvem um único determinante desde a numeração, o que conduz a que o DP refira uma única entidade. Sendo assim, neste caso, o maior desafio que se coloca diz respeito à forma como se realiza a concordância. Na verdade, como já constatámos, os nomes coordenados podem

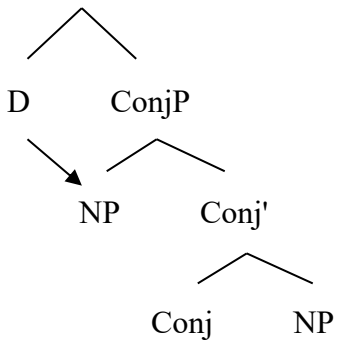
apresentar valores diferentes dos traços de concordância, sendo que o determinante partilha os valores do primeiro nome, como está ilustrado em (57) e (58):

(57) **O lançamento e bênção da primeira pedra** foi rodeado de pompa e circunstância barrocas, a que não faltaram os charameleiros da cidade. (par=ext1083611-soc-95b-1)

(58) **A conservação e restauro** foi abordada de uma forma mais metódica, «fazendo uma limpeza sistemática dos depósitos e das próprias obras, acondicionando-as em caixas de cartão desacidificado, sem agrafos que enferrujem ou colas que atraiam insectos – ou seja, cosidas. (par=ext865713-clt-98a-2)

Assumimos, para estas construções, a análise sugerida em Colaço (2012) e (2016), de acordo com a qual a concordância parcial do determinante é explicada através da relação de c-comando assimétrico local[208] que o determinante estabelece com o primeiro termo coordenado, como está ilustrado na representação simplificada[209] apresentada em (59)[210]:

(59)



[208] Nesta proposta, o requisito de assimetria é usado para impedir a concordância entre o determinante e ConjP, que daria origem a concordância plena. Por sua vez, o requisito de localidade impede a concordância entre o determinante e o segundo termo coordenado.

[209] Sendo uma representação simplificada, não estão representadas as categorias funcionais que codificam os traços de número (NumP) e género (GenP).

[210] Não se confrontam, neste trabalho, as diferentes propostas teóricas relativamente à forma como se realiza a concordância, nomeadamente a proposta de validação de traços de Chomsky (2000) e (2001), por um lado, e, por outro lado, a proposta de concordância como partilha de traços sugerida por Frampton e Gutmann (2006) e Pesetsky e Torrego (2007).

Uma vez que os valores do determinante percolam até à sua projeção cimeira, o DP assume igualmente esses valores, o que explica o facto de o verbo ocorrer no singular quando o primeiro termo é singular.

Os dados como os que apresentámos em (49) e (50) são os que nos colocam o maior desafio, pois ilustram a possibilidade, para alguns falantes, de ocorrência de apenas um determinante com nomes que referem entidades tomadas de forma independente. Tal como os autores atrás mencionados, assumimos que o facto de o DP desencadear concordância no plural é um sintoma dessa independência referencial dos nomes envolvidos.

A possibilidade de, neste caso, os nomes denotarem entidades distintas explica o facto de termos encontrado, nestas construções, por exemplo, nomes concretos que designam relações incompatíveis, ou seja, em que não pode estar envolvida uma mesma entidade, como «mulher e filho» ou «empregada e patroa», por exemplo (cf. (60) e (61)), ou nomes que dificilmente podem ser tomados como um todo, como «dólar e iene» (cf. (62))[211].

(60) Está em São Filipe, com **a mulher e filho** nas tendas instaladas no aeroporto, mas espera voltar daqui a três meses e quando um «caterpillar» já tiver suavizado a passagem da lava. (par=ext1200439-clt-soc-95a-1)

(61) O miúdo, dormindo, é posto no banco de trás, entre as duas mulheres, **a empregada e patroa**. (par=ext508426-clt-98a-1)

(62) Em Inglaterra, a possibilidade de a libra alterar a sua banda de flutuação no SME será argumento suficiente para a sua próxima valorização contra o marco alemão, o qual se valorizou durante o período em análise principalmente contra **o dólar e iene**. (par=ext1166524-nd-91b-1)

[211] A observação dos dados permite-nos constatar que, nas construções em que os nomes são usados para referir entidades distintas, existe uma proximidade semântica entre os nomes envolvidos. Esta proximidade semântica pode ser parcialmente explicada pela sua participação numa estrutura de coordenação copulativa, que torna, logo à partida, mais esperável a associação de nomes semanticamente próximos. No entanto, em futuros desenvolvimentos deste trabalho, este é um aspeto que deverá ser explorado.

A análise destas construções passa por uma avaliação da estrutura sintática nelas presente. Esta estrutura deverá permitir explicar o contraste que se estabelece com as construções em que o DP desencadeia concordância no singular. Com efeito, neste caso, o facto de o DP desencadear concordância no plural mostra que este é o valor de número associado à categoria que resulta da coordenação, apesar de o determinante poder apresentar uma forma singular.

Confrontemos, então, as hipóteses que, à partida, se colocam: (i) estrutura DET N/NP&N/NP – coordenação de Ns/NPs com apenas um determinante desde a numeração; (ii) estrutura DP&DP – coordenação de DPs com omissão do determinante no segundo termo coordenado.

A hipótese DP&DP parece, à partida, a que mais naturalmente permite captar os contrastes observados: assumindo que o valor referencial de uma expressão nominal resulta de uma operação de determinação que faz com que essa expressão designe um determinado referente, isto é, assumindo que é a combinação do nome comum com o determinante definido que permite que a expressão nominal designe uma entidade do universo do discurso, parece lógica a assunção de que, havendo um só determinante definido, existirá um só referente, enquanto a ocorrência de dois determinantes definidos conduzirá a que as expressões nominais designem referentes distintos, uma vez que cada um deles contribui para a construção de um valor referencial independente.

Se assumirmos esta hipótese, poderemos estar, na linha do que foi proposto por alguns autores, como Camacho (2003), perante um fenómeno de elipse sob identidade do segundo determinante. Com efeito, como referimos anteriormente, é desta forma que Camacho (2003) explica, por um lado, a ocorrência de apenas um determinante com nomes abstratos e, por outro lado, a concordância do determinante com o primeiro termo coordenado.

Esta hipótese apresenta uma primeira vantagem de explicar naturalmente a forma como, em PE, se realiza a concordância com os elementos pré-nominais, neste caso, o determinante artigo definido. Como foi notado em Colaço (2012) e (2016), os determinantes concordam obrigatoriamente com o primeiro termo coordenado, como se pode ver nos dados que apresentamos em (63). Com efeito, o contraste entre (63a) e (63b) comprova que o determinante não concorda com valores resolvidos da

categoria resultante da coordenação[212]. Por outro lado, apesar de (63d) ser aceite por alguns falantes, a clara agramaticalidade de (63c) aponta também neste mesmo sentido.

(63) a. **Os livros e revistas que chegaram hoje** já estão na estante.
b. ***Os revistas e livros que chegaram hoje** já estão na estante.
c. ***As livros e revistas que chegaram hoje** já estão na estante.
d. ??/Ok **As revistas e livros que chegaram hoje** já estão na estante.

Então, nestes casos, a concordância com o primeiro nome encontraria uma explicação no facto de o determinante realizado nestas construções ser, na realidade, o primeiro determinante, ou seja, aquele que foi inserido no interior do primeiro DP coordenado. Esta ideia poderá ser usada para explicar os dados que recolhemos correspondentes aos três paradigmas observados. Como vimos atrás, os três paradigmas têm em comum o facto de o determinante partilhar os valores de género e número do primeiro nome:

D_Fem-N_Fem-e-N_Masc (*Paradigma A*)
D_Pl-N_Pl-e-N_Sg (*Paradigma B)*
D_Sg-N_Sg-e-N_Sg (*Paradigma C*)

Por outro lado, como já foi referido, não foram encontrados dados (ou foi encontrado um número mínimo de dados) para os paradigmas observados em que essa partilha entre o determinante e o nome não se verifica, nomeadamente:

D_Fem-N_Masc-*e*-N_Fem
D_Pl-N_Sg-*e*-N_Sg

A segunda vantagem da assunção da hipótese DP&DP reside no facto de permitir explicar a coexistência de estruturas com um só determinante (realizado) com a concordância com valores resolvidos: como vimos atrás, nos casos em que os nomes envolvidos nesta construção designam conceitos ou entidades distintos, a ocorrência

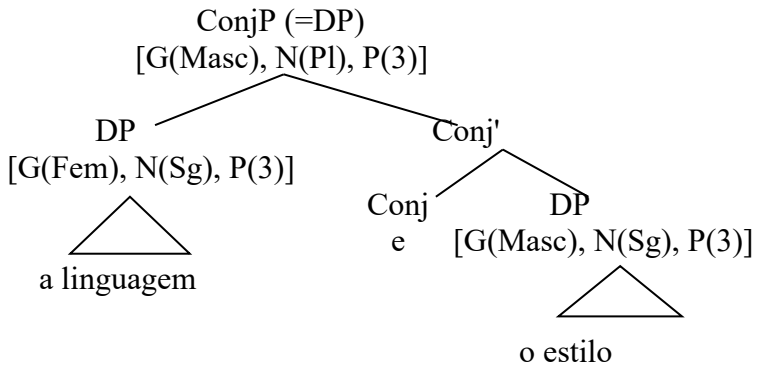
[212] Os valores resolvidos seriam, neste caso, masculino plural, independentemente da posição relativa dos termos coordenados.

de um só determinante não impede que o DP desencadeie concordância no plural, mesmo quando o determinante e os nomes têm um valor singular. Recordemos um exemplo:

(64) **A linguagem e estilo de Ribeiro** são inconfundíveis, mas é interessante como ele explora, quando trabalha com os bailarinos do Ballet Gulbenkian, um virtuosismo mais expansivo e amplo. (par=ext819212-soc-96b-1)

Assumindo que a expressão nominal a negrito na frase (64) tem a estrutura sintática representada em (65), podemos sugerir que, sendo ambos os DPs construídos plenamente em sintaxe, os seus traços são combinados de acordo com o processo *standard* de resolução, que dá origem aos traços valorados que se associam ao DP que resulta da coordenação. Estando estes traços ativos, o DP poderá participar em operações sintáticas de concordância, como acontece em (64), em que o DP entra em concordância com o verbo e o adjetivo predicativo.

(65)



Esta hipótese implica, então, considerar que, sendo a estrutura sintática construída com dois determinantes, a omissão do segundo decorre de um apagamento pós-sintático. A proposta de Camacho (2003) é a de que a omissão do determinante decorre de um apagamento sob identidade. A direcionalidade do apagamento, que apenas pode afetar o segundo determinante (cf. (66)), é justificada pelo autor pela relação de c-comando assimétrico que se assume existir entre os termos coordenados: uma vez que o primeiro DP c-comanda assimetricamente o segundo DP, é esperável que o apagamento ocorra neste último.

(66) ***Linguagem e o estilo de Ribeiro** são inconfundíveis.

Embora a proposta de Camacho (2003) não seja explícita quanto a este aspeto, é necessário postular que o requisito de identidade que permite o apagamento do segundo determinante não obriga a identidade morfológica dos determinantes[213]: por não estarem associados ao mesmo referente, os determinantes envolvidos nestas construções podem ser distintos no que diz respeito aos valores de género e/ou número. Revejam-se alguns exemplos:

(67) a. Os brancos são, quase sempre, servidos muito frios, o que lhes prejudica **os aromas e sabor**. (par=ext77303-soc-92b-2)

b. [[os$_{G(Masc),\ N(PL)}$ aromas] [[e] [~~o~~$_{G(Masc),\ N(Sg)}$ sabor]]]

(68) a. Esta tensão irónica – que se conjuga com **a moldura e vidro** – parece ter ainda outro objectivo (...) (par=ext474725-nd-92a-2)

b. [[a$_{G(Fem),\ N(Sg)}$ moldura] [[e] [~~o~~$_{G(Masc),\ N(Sg)}$ vidro]]]

O facto de o determinante apagado não estar associado ao mesmo referente do primeiro leva-nos a considerar, contrariamente a Camacho (2003), que os determinantes dos DPs coordenados não estão, na realidade, coindexados.

Note-se que, em qualquer destes casos em que cada DP coordenado refere uma entidade distinta, a ocorrência de apenas um determinante alterna com a possibilidade de realização de um determinante no interior de cada um dos DPs coordenados, sendo esta última a expressão nominal mais comummente aceite pelos falantes.

(69) a. (...) que lhes prejudica **os aromas e sabor**

b. (...) que lhes prejudica **os aromas e o sabor**

[213] Note-se que, em diversos casos de elipse, a relação que se estabelece entre o material elidido e o material com realização lexical que permite recuperar o conteúdo da elipse não é uma relação de identidade estrita, como se pode ver nos exemplos seguintes:

(i) O Pedro trabalhou com a Ana e os colegas com a Francisca. [trabalharam]

(ii) O Pedro é professor e a Ana também. [professora]

(iii) Os meus pais são professores e eu também (sou). [sou professora]

Veja-se, a este respeito, Nunes e Zocca (2009), sobre falta de identidade morfológica entre a elipse e o seu antecedente em português brasileiro.

(70) a. que se conjuga com **a moldura e vidro**
b. que se conjuga com **a moldura e o vidro**

Posto o que vimos até ao momento, é de notar a possível ambiguidade de certas construções que envolvem uma expressão nominal com uma estrutura coordenada e um só determinante, nomeadamente quando o DP não desencadeia concordância:

(71) Estes dados são o resultado de uma sondagem Eurobarómetro sobre **o conhecimento e aceitação do Tratado de Maastricht em Portugal por partidos políticos**. (par=ext1324910-pol-92a-1)

(72) As empresas cotadas nas duas Bolsas serão obrigadas este ano a contratar um auditor externo para analisar **as contas e balanço de 1992**. (par=ext74742-eco-93a-1)

Com efeito, dada a natureza dos nomes envolvidos, que permitem uma interpretação conjunta, as expressões «o conhecimento e aceitação» e «as contas e balanço» podem corresponder a DPs com uma estrutura de coordenação de Ns/NPs com apenas um determinante, denotando a interseção das denotações dos respetivos nomes. No entanto, alternativamente, podem também corresponder a uma estrutura de coordenação de DPs com omissão do segundo determinante, uma vez que a sua interpretação pode ser equivalente à das expressões com dois determinantes «o conhecimento e a aceitação» e «as contas e o balanço». A opção por uma ou por outra depende, então, da intenção de considerar as entidades designadas pelos nomes de uma forma conjunta ou individualizada.

No entanto, como notámos atrás, uma característica crucial permite distinguir estas duas estruturas: a inserção de apenas um determinante no início da derivação apenas é possível quando existe um referente que possa ser designado pela interseção das propriedades designadas pelos nomes. Assim, contrariamente ao que vimos em (71) e (72), as expressões nominais que ocorrem em (73) e (74) não geram ambiguidade, uma vez que os nomes são necessariamente independentes do ponto de vista referencial (isto é, referem obrigatoriamente entidades distintas):

(73) Está em São Filipe, com **a mulher e filho** nas tendas instaladas no aeroporto, mas espera voltar daqui a três meses e quando um «caterpillar» já tiver suavizado a passagem da lava. (par=ext1200439-clt-soc-95a-1)

(74) Os cientistas experimentaram fabricar estes filmes utilizando quase todas as matérias primas imagináveis – segundo alguns relatos, entre os materiais experimentados conta-se, por exemplo, **o vodka e saké**. (par=ext1120927-nd-91a-1)

4. Conclusões

O objetivo deste trabalho foi, partindo da observação de dados de *corpora*, fornecer pistas exploratórias para o estudo de construções que envolvem a coordenação de expressões nominais com apenas um determinante definido realizado, em português europeu.

Começámos por estabelecer uma distinção importante entre dois tipos de construções: por um lado, aquelas em que todo o constituinte nominal coordenado refere apenas uma entidade, que são comummente consideradas aceitáveis quer pelos próprios falantes quer nas descrições gramaticais, e, por outro lado, aquelas em que, no interior do constituinte nominal coordenado, são referidas entidades distintas, sendo estas consideradas frequentemente não aceitáveis por alguns falantes. Para distinguirmos estes dois tipos de construções, focámo-nos especialmente nas estruturas que envolvem um determinante no singular e dois nomes também no singular, uma vez que estes são os casos em que a realização morfológica do determinante definido nos traz maiores evidências. Tomámos, assim, como base para essa distinção, o tipo de concordância verbal desencadeada pela expressão nominal: concordância sujeito-verbo no singular *versus* concordância no plural.

Para as construções em que a categoria coordenada refere uma única entidade, adotámos uma estrutura que tem sido proposta para outras línguas, em que apenas um determinante é inserido na numeração, realizando-se a coordenação ao nível do N/NP. A concordância que, nestas construções, se verifica obrigatoriamente entre o determinante definido e o primeiro termo coordenado foi explicada recorrendo ao requisito de c-comando assimétrico local já sugerido em Colaço (2012) e (2016).

Para as construções em que, no interior da coordenação, cada expressão nominal refere uma entidade distinta, propusemos uma estrutura que assenta na proposta de Camacho (2003) para o espanhol: a coordenação realizada ao nível do DP e a inserção de dois determinantes na numeração, com o sequente apagamento, na componente fonética, do segundo determinante por identidade (não estrita).

Referências:

Camacho, J. 1999. La coordinación. In I. Bosque e V. Demonte (eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española.* Madrid: Espasa-Calpe. 2635–2695.

Camacho, J. 2003. *The Structure of Coordination: Conjunction and Agreement Phenomena in Spanish and other Languages*. Dordrecht: Kluwer Academic Press.

Chomsky, N. 2000. Minimalist inquiries: The framework. In R. Martin, D. Michaels e J. Uriagereka (eds.). *Step by Step: Essays in Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Mass: MIT Press. 89–155.

Chomsky, N. 2001. Derivation by Phase. In M. Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: a Life in Language*. Cambridge, Mass.: MIT Press. 1–52.

Colaço, M. 2012. Retomando a questão da concordância parcial no interior de constituintes nominais coordenados. In A. Costa, I. Falé e P. Barbosa (eds.) *Textos Seleccionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística 2011*. Lisboa: Edições Colibri/APL. 153–170.

Colaço, M. 2016. Especificidades das estruturas de coordenação: padrões de concordância. In A. M. Martins e E. Carrilho (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Germany: The Gruyter. 502–522.

Costa, J. e S. Pereira. 2005. Phases and autonomous features: a case of mixed agreement in European Portuguese. In McGinnis, M. e N. Richards (eds.). *Perspectives on Phases*. Cambridge, Mass.: MIT Press. 115–124.

Cunha, C. e L. Cintra. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.

D'Alessandro, R. 2004a. Syntactic and Pragmatic Features: A case study. *Leitura: Estudos em syntaxe comparativa* 33. 185–202.

D'Alessandro, R. 2004b. Impersonal si Constructions. Agreement and Interpretation. Ph.D. Dissertation, University of Stuttgart. (Public. *Impersonal si Constructions*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007)

Demonte, V., H. F. Alcalde e I. P. Jiménez. 2009. Singular DPs with plural denotation and the features of D. Resumo publicado em *Journées d'étude sur la pluralité nominale et verbale - International workshop on nominal and verbal plurality*. Paris.

Demonte, V., H. F. Alcalde e I. P. Jiménez. 2011. On the nature of nominal features - Agreement mismatches in Spanish conjoined structures. In J. Herschensohn (ed.). *Romance Linguistics 2010: Selected papers from the 40th Symposium on Romance Languages*. Seattle, Washington. 177–190.

Demonte, V. e I. P. Jiménez. 2012. Closest Conjunct Agreement in Spanish DPs. Syntax and beyond. *Folia Linguistica* 46 (1).

Frampton, J. e S. Gutmann. 2000. Agreement is Feature Sharing. Unpublished Manuscript, Northeastern University.

Frampton, J. e S. Gutmann. 2006. How Sentences Grow in the Mind. In Boeckx, C. (ed.) *Agreement Systems*. Amsterdam: John Benjamins. 121–157.

Heycock, C. e R. Zamparelli. 2005. Friends and colleagues. Plurality, coordination and the structure of DP. *Natural Language Semantics* 13. 201–270.

Kazana, D. 2011. Agreement in Modern Greek Coordinate Noun Phrases. Dissertação de PhD. University of Essex.

Matos, G. e E. P. Raposo. 2013. Estruturas de Coordenação. In E. P. Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, M. A. Coelho da Mota, L. Segura e A. Mendes (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1759–1817.

Nunes, J. e C. Zocca. 2009. Lack of morphological identity and ellipsis resolution in Brazilian Portuguese. In J. Nunes (ed.). *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Emsterdam: Jonh Benjamins. 215–236.

Peres, J. 2013. Semântica do Sintagma Nominal. In E. P. Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, M. A. Coelho da Mota, L. Segura e A. Mendes (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 735–818.

Pesetsky, D. e E. Torrego. 2007. The syntax of valuation and the interpretability of features. In S. Karimi, V. Samiian e W. K. Wilkins (eds.). *Phrasal and Clausal Architecture: Syntactic Derivation and Interpretation*. Amsterdam: John Benjamins. 262–294.

Raposo, E. P. e M. Miguel. 2013. Introdução ao Sintagma Nominal. In E. P. Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, M. A. Coelho da Mota, L. Segura e A. Mendes (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 703–734.

Villavicencio, A., L. Sadler e D. Arnold. 2005. An HPSG account of Closest Conjunct Agreement in NP coordination in Portuguese. In S. Müller (ed.) *Proceedings of the HPSG Conference*. Stanford: CSLL.

Wilder, C. 1994. Coordination, ATB and Ellipsis. In Zwart, C. J.-W. (ed.). *Minimalism and Kayne's Asymmetry Hipothesis*. Groningen: Groninger Arbeiten zur Germanischen Linguistik 37. 291–331.

22. Os sonetos que houve entre Antero de Quental e Oliveira Martins

Ângela Correia

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Em agosto de 1886, lançava-se *Os Sonetos Completos de Antero de Quental publicados por J.P. Oliveira Martins*. Procura-se aqui precisar que o papel de editor, assim reconhecido na capa, abrangeu um conjunto de opções com que o autor nem sempre esteve totalmente de acordo, além da introdução do livro, que também não agradou ao poeta, bem como o financiamento da publicação.
Já depois de entrar em tipografia, a preparação do livro demora-se mais de seis meses, o que poderá ter-se devido à vontade de Antero defender um diferente plano editorial para o livro de sonetos. Um plano que consistia em privilegiar os últimos poemas, dando-lhes a importância que a novidade lhe parecia justificar. Antero teria gostado de publicar não o volume que contava e fechava o seu ciclo de vida poética, mas um livro novo que o manteria aberto. Confessou-se incapaz, e cedeu ao plano inicial, proposto por Oliveira Martins.

Palavras-chave: Antero de Quental, Oliveira Martins, edição de original, sonetos completos, crítica genética.

Há, na história da edição, uma figura cuja influência sobre o texto tem contornos muito variáveis e, em Portugal, não muito estudados. O cinema, a literatura e até o jornalismo mostram-na por vezes. No filme *A Última Estação*, de Michael Hoffman, a atriz Helen Mirren interpreta uma muito magoada esposa de Leon Tólstoi, que se queixa de ter ajudado o marido a definir personagens e a limar diálogos, para depois se ver excluída de direitos de que o marido pretende prescindir no fim da vida. No filme *Um Editor de Génios*, de Michael Grandage, faz-se o retrato de uma situação mais profissional, em que o editor Max Perkins, interpretado por Colin Firth, orienta o escritor Thomas Wolfe, interpretado por Jude Law, na reformulação de um romance que começa com mil páginas manuscritas. Mais perto de nós, há as declarações de Isabel da Nóbrega acerca da influência que terá exercido sobre José Saramago, nomeadamente na escolha do nome da principal personagem feminina de *O Memorial*

do Convento. Segundo a companheira de então de Saramago, o nome originalmente escolhido pelo escritor para esta personagem foi Mariana Amália, que, por influência de Isabel da Nóbrega, passou a chamar-se Blimunda (*Sol*, 2009). Se recuarmos um pouco no tempo, encontraremos ainda o caso das cantigas de Santa Maria, cujo editor, Alfonso X, também autor e personagem, concebeu um livro onde os mecanismos intrínsecos e extrínsecos, usados para transmitir unidade e coesão a uma sequência de cantigas[214], acabaram por deixar na sombra as identidades de outros autores das cantigas, até hoje desconhecidas.

Luís Prista estudou um caso muito interessante de edição de originais, no início do séc. XX português. Refiro-me ao *Guia de Portugal*, organizado inicialmente por Raul Proença, que adverte os diversos colaboradores para o que deveriam esperar do seu trabalho de editor e que incluía a

> *harmonização de todos os textos, de maneira que a obra pareça o menos possível uma cerzidura de vários fragmentos* […]*; supressão de tôdas as afirmações já contidas noutros pontos mais adequados* [...] *permissão conferida ao organizador para dividir excecionalmente o trabalho em duas ou mais partes, consoante as vantagens da descrição topográfica, assim como de sacrificar uma ou outra frase ou palavra que lhe pareça destoante do espírito da obra.* (Prista 1992: 15).

Vem esta introdução acerca de edição de originais em diversos lugares do mundo e em diversos momentos da história a propósito de uma dúvida surgida diante do que se encontra impresso na capa da edição de 1886 de *Os Sonetos Completos de Antero de Quental*, publicada no Porto pela Livraria Portuense de Lopes e C.ª Lda. – Editores, sita na Rua do Almada, 123. A minha dúvida nasce do que se encontra logo a seguir ao nome do autor: «publicados por J. P. Oliveira Martins». Sublinho a sintaxe em que o particípio «publicados» está a concordar com «sonetos»: «Sonetos de Anthero publicados por J. P. Oliveira Martins». A questão é a seguinte: numa capa onde está indicada uma casa editora, que significa exatamente terem sido publicados os sonetos de Antero por Oliveira Martins?[215]

Os anterianistas consideraram que assim se creditava o amigo mais próximo de Antero de Quental pela organização do livro de sonetos do poeta. Mas exatamente que

[214] Veja-se a síntese desta questão e respetiva bibliografia em Bertolucci Pizzorusso (1993: 142–146).
[215] Também Joel Serrão (1991: 73) estranhou esta inscrição. Ao elencar as publicações de poesia posteriores à primeira edição das *Odes Modernas*, diz o seguinte: «Depois, em 1886, *Sonetos Completos* embora enigmaticamente "publicados por Oliveira Martins" como está bem explicitado na capa desse livro».

decisões de organização ou edição deveremos atribuir a Oliveira Martins, uma vez que estas podem ir desde uma simples sequência cronológica de poemas até uma conceção de obra cuja unidade e coerência impõe critérios bastante precisos de seleção, ordenação, apresentação e até conteúdo? E porque se escolhe, para impressão na capa, a palavra «publicados», em vez de «organizados» ou «prefaciados», ou outra?

A estrutura do livro, que reúne 109 sonetos de Antero de Quental, apresenta-se com facilidade. Começa com uma introdução assinada por Oliveira Martins, dividida em três partes identificadas com simples numeração romana, e concluída com uma espécie de anexo de cinco poemas, cada um com seu título impresso em versais. São os chamados «poemas lúgubres», cuja forma não é o soneto e que, portanto, não teriam lugar natural neste livro. O prefaciador é forçado a explicar que se trata de um ato de salvação, já que o poeta os teria condenado à destruição, juntamente com outros.

Seguem-se os sonetos de Antero de Quental, não datados individualmente, mas divididos por cortinas onde se encontram impressos intervalos de anos: 1860-1862; 1862-1866; 1864-1874; 1874-1880; 1880-1884. Cinco grupos de sonetos correspondentes a cinco fases de vida, com ligeiras sobreposições de um ou dois anos, chamando a atenção para que o critério cronológico não esgota o gesto estruturante[216]. Conforme explica mais tarde Antero a Wilhelm Storck[217], o tradutor alemão, há certa correspondência entre estes períodos e as publicações anteriores de poemas de Antero: entre a segunda secção e as *Primaveras Românticas*; entre a terceira secção e as *Odes Modernas*[218]. Embora Antero não o diga, há também correspondência entre a primeira secção e a chamada edição Sténio; entre a quarta secção e a edição da Renascença. Já a quinta secção conteria inéditos[219].

O volume termina com um índice onde os sonetos são indicados por ordem alfabética do primeiro verso. A opção é peculiar por ignorar o título dos sonetos, que

[216] Ficou já provado para alguns sonetos que a ordem cronológica nem sempre foi a opção feita (J.B. Carreiro *apud* Júdice 2002: 10).
[217] Maio de 1887 (Martins 2009: III 96–100).
[218] «Além da colecção de sonetos que V. Ex.ª conhece, publiquei ainda mais dois volumes. Um, de 1872, com o título de Primaveras Românticas, contém os meus Juvenilia [...] A 2.ª secção dos Sonetos completos que não contém senão composições deste período dará a V. Ex.ª uma ideia suficiente do fundo e do estilo daquela poesia; assim como a 3.ª secção lhe dará ideia das Odes modernas, cuja 1.ª edição apareceu em 1865». (Maio de 1887, Martins 2009: III 96).
[219] «Os últimos 21 sonetos do meu livrinho dão um reflexo desta fase do meu espírito e representam simbólica e sentimentalmente as minhas actuais ideias sobre o mundo e a vida humana. É bem pouco para tão vasto assunto, mas não estava na minha mão fazer mais, nem melhor». (Maio de 1887, Martins 2009: III 99–100).

deveriam mais facilmente identificá-los. Considerando que alguns mudaram de título, quando foram integrados nesta coleção, a opção do índice poderá revelar que as hesitações na renomeação se prolongaram. Mas a opção pela ordenação alfabética faz também que, olhando para o índice, seja impossível observar o programa de conjunto do livro, organizado em fases de vida. E, no entanto, é a ideia de evolução que, na introdução, o historiador faz repetidamente notar; é esta a ideia que transmite coerência ao conjunto da coleção de sonetos; o que a eleva a livro de sonetos de uma vida, a vida de Antero de Quental, e a afasta de simples somatório de poemas avulsos. Dir-se-ia que o índice ignora este gesto estruturante, como se pretendesse apagá-lo. Além de que a utilidade do índice fica consideravelmente comprometida.

Para cumprir este programa de livro de sonetos na sua relação com a vida do poeta, mostrando a evolução desde os mais antigos e juvenis aos mais recentes e amadurecidos, seria obrigatório reunir todos os sonetos publicados e inéditos de Antero, justificando o título *Os Sonetos Completos*. Ou, pelo menos, sonetos de todos os tempos da sua vida. A inclusão de sonetos da edição Sténio (1961) seria portanto imprescindível, e sabemos pelo poeta que era defendida por Oliveira Martins. Mas suscitava dúvidas a Antero, sendo provável que houvesse, sobre este ponto, certa divergência entre os dois amigos. Antero acaba por ceder, na condição de rever os sonetos de acordo com um programa pré-estabelecido. Explica-o a Alberto Sampaio: conservar «o sentimento e o estilo do Anthero de 1861», mas eliminar «a aspereza», a «excessiva singularidade», «a extravagância daquela primeira época»[220]. Ou seja, sob influência de Oliveira Martins, Antero decidiu criar uma espécie de personagem anteriana, jovem no espírito, amadurecida na expressão, para rever os poemas da edição Sténio e, só nesta condição, consentir vê-los incluídos na edição de *Os Sonetos Completos*. Mesmo assim, Antero tem dúvidas e pede opinião a Alberto Sampaio[221].

[220] 1883 (Martins 2009: II 407).

[221] «Foi por isso que te pedi os antigos «Sonetos de Anthero» entendendo que apesar de terem pouco valor literário, deviam ir como documento para que o Ciclo seja completo, formando a 1.ª parte do volume. O Martins também assim entende, mas desejo saber a tua opinião, pois ainda estou em certa dúvida a este respeito. Em todo o caso, se os incluir na colecção, será depois de convenientemente limados, de sorte que conservem sim o sentimento e o estilo do Anthero de 1861, mas sem a aspereza e excessiva singularidade e até às vezes extravagância daquela primeira época. Que dizes a isto?» 1883 (Martins 2009: II 406, 407).

Mais tarde, haverá de declarar-se convencido pela opinião de «dois ou três amigos»[222], mas alguns sonetos da chamada edição Sténio acabarão por ficar excluídos de *Os Sonetos Completos*.

Ultrapassada esta questão, Antero assume como seu o projeto de edição de *Os Sonetos Completos* e o programa de um livro em que a ideia de evolução dê coerência ao conjunto. Entre 1883 e março de 1885, anuncia-o repetidamente a diversos amigos, reiterando as mesmas fórmulas com mínimas variações. Como se as tivesse preparadas para ir despertando a curiosidade e condicionando a receção. As ideias com formulação semelhante não são mais de quatro:

(1) a publicação acontecerá «quando esgotada de todo a veia poética»[223] («Quando se esgotar este último veio poético»[224]; «quando de todo se me tiver esgotado a veia do Soneto»[225]);

(2) «será tudo quanto do poeta restará»[226] («é tudo quanto de mim ficará»; «é tudo quanto de mim sobrenadará»[227]; «É provavelmente tudo quanto de mim ficará»[228]; «Provavelmente é tudo quanto ficará de mim»[229]; «do que tenho feito, julgo que só essa colecção de Sonetos merecerá ser conhecida»[230]);

(3) a coleção será constituída por «um cento ou cento e meio de Sonetos»[231] («passam a conta de cento»[232]; «uns cento e tantos»[233]; «uns cento e tantos ao todo»[234]);

[222] «A opinião de dois ou três amigos, em cujas mãos pus a resolução das minhas dúvidas, sossegou-me o suficiente para me resolver a publicar.» (Carta a Magalhães Lima, Vila do Conde, 13 de outubro de 1886, Martins 2009: III 44).
[223] Carta a Alberto Sampaio, 1883 (Martins 2009: II 406, 407).
[224] Carta a António Lopes dos Santos Valente, fevereiro de 1883 (Martins 2009: II 367).
[225] Carta a Joaquim de Araújo, junho de 1883 (Martins 2009: II 379).
[226] Carta a Alberto Sampaio, 1883 (Martins 2009: II 406, 407).
[227] Carta a António Lopes dos Santos Valente, fevereiro de 1883 (Martins 2009: II 367).
[228] Carta a António Lopes dos Santos Valente, março de 1885 (Martins 2009: II 458).
[229] Carta a Francisco Machado de Faria e Maia, março de 1885 (Martins 2009: II 462).
[230] Carta a Carolina Michaëlis, agosto 1885 (Martins 2009: II 478).
[231] Carta a Alberto Sampaio, II, 1883 (Martins 2009: II 406, 407).
[232] Carta a António Lopes dos Santos Valente, março de 1885 (Martins 2009: II 458).
[233] Carta a Francisco Machado de Faria e Maia, março de 1885 (Martins 2009: II 462).
[234] Carta a Carolina Michaëlis, agosto de 1885 (Martins 2009: II 478).

(4) a coleção constituirá uma «autobiografia poética»[235]; uma «Autobiografia psicológica, ou de Memórias morais»[236] («uma Autobiografia poética, ou de Memórias morais e psicológicas»[237]; «documento psicológico»[238]).

Insistindo durante três anos neste retrato de um livro que encontrava unidade na relação entre os sonetos nele contidos e a vida do autor, Antero apresentou como seu um programa de edição construído por Oliveira Martins sobre a ideia de evolução, segundo se percebe lendo a introdução assinada pelo historiador.

O projeto de *Os Sonetos Completos de Antero de Quental* começou a germinar em 1883, ano em que o poeta escreve sobre o assunto a Alberto Sampaio, dando conta de que o discutiu com Oliveira Martins e da divergência entre os dois a respeito dos sonetos publicados na chamada edição Sténio. Já neste momento muito inicial estariam assentes dois aspetos. Por um lado, o livro só se publicaria depois de Antero deixar de escrever poesia. Significava este compromisso que o poeta renunciaria à composição de poemas, ou pelo menos de sonetos, após a publicação do volume[239]. O lançamento de *Os Sonetos Completos* fecharia um ciclo que seria socialmente inadmissível voltar a abrir com a divulgação de poesia. O segundo ponto assente, desde o início, foi o prefácio a assinar por Oliveira Martins.

Em março de 1885, o livro deixou de se projetar para o futuro e está em andamento, conforme Antero relata a António Lopes dos Santos Valente. À medida que avança, desenha-se um cronograma, cuja evolução levanta alguma perplexidade. A publicação fica a cargo de editora do Porto, onde reside Oliveira Martins e para onde se desloca Antero, a fim de acompanhar os trabalhos de impressão. Nos últimos dias de dezembro de 1885, Antero escreve a amigos dizendo que o livro se está imprimindo (Martins

[235] Carta a António Lopes dos Santos Valente, fevereiro de 1883 (Martins 2009: II 367).
[236] Carta a António Lopes dos santos Valente, março de 1885 (Martins 2009: II 458).
[237] Carta a Francisco Machado de Faria e Maia, março de 1885 (Martins 2009: II 462).
[238] Carta a Carolina Michaëlis, agosto de 1885 (Martins 2009: II 478).
[239] «Penso em publicar a Colecção Completa dos meus Sonetos, que passam a conta de cento [...] E com as tormentas, amigo, foi-se a poesia! Agora, se ainda fizer alguma coisa, será em prosa. Afinal, a melhor poesia é a que se vive, não a que se escreve.» (Carta a António Lopes dos Santos Valente, março de 1885, Martins 2009: II 458); «E, a propósito de versos, dir-te-ei que já os não faço. Secou-se-me a fonte viva; e, como depois de ter sido poeta, não quero continuar sendo versificador, parei. Como despedida, vou imprimir a colecção completa dos meus Sonetos (que é afinal o que fiz de melhor, mais pessoal e expressivo). É um cento deles, datados os primeiros de 1860 e os últimos de 1884» (Carta a António de Azevedo Castelo Branco, junho de 1885, Martins 2009: II 471, 472).

2009: II 494) e que estará «na rua» daí a dois meses (Martins 2009: II 498). Deduzo, portanto, que decorressem pelo menos trabalhos de composição e que Antero tivesse motivos para esperar ter o livro nas mãos, no final de fevereiro de 1886. Talvez não surpreenda o primeiro atraso de que dá conta a 12 de março, quando escreve a um amigo dizendo-lhe que o livro ia então entrar «no prelo» (Martins 2009: III 17). Mas este não é o único atraso já em fase de tipografia, porque, em junho, escreverá a Tommaso Cannizzaro para lhe dizer que o livro talvez saia antes do fim de julho (Martins 2009: III 27). A 5 de julho, escreve a João Machado de Faria e Maia dizendo-lhe que está no Porto a acompanhar a impressão do livro, e que este deverá estar concluído daí a 15 ou 20 dias. *Os Sonetos Completos de Antero de Quental publicados por J. P. Oliveira Martins* acabarão por sair apenas em agosto[240].

Se contarmos o tempo desde aquela véspera de Natal de 1885 em que o poeta dizia estar o livro a imprimir-se, Antero dedicou mais de seis meses à preparação de *Os Sonetos Completos*, já na tipografia. Sem esquecer que quase três destes mais de seis meses os passou de propósito no Porto (Martins 2009: III 24) para acompanhar os trabalhos.

Poder-se-ia pensar que Antero seria compulsivo nas revisões de provas. E era cuidadoso, sim; há várias indicações de que o seria. Mas se fosse compulsivo a este ponto, é provável que tivesse aproveitado a segunda edição, publicada em 1890, para novas e profundas campanhas de revisão, o que não aconteceu. Toda a atenção e cuidados de Antero se voltaram então para o apêndice de traduções dos sonetos. Ora, não tendo havido um excesso de provas tipográficas, em 1886, que poderá ter demorado, tanto para além das previsões do próprio Antero, a publicação da primeira edição? Podemos pensar em várias possibilidades, incluindo a divergência acerca da edição Sténio, que passou por uma solução de compromisso e acabou com a exclusão de uma parte dos sonetos. Mas tendo o poeta confidenciado, na fase de receção do livro, ter desejado um plano editorial diferente, é possível que, no período em que os trabalhos de impressão se prolongaram imprevista e inexplicavelmente, Antero tenha resistido ao plano de edição defendido por Oliveira Martins, é possível que tenha

[240] «O livro *Sonetos Completos* foi editado em Agosto de 1886 e, para a sua preparação, Antero passou quase 3 meses no Porto» (Martins 2009: III 33).

tentado defender uma ideia alternativa de livro de sonetos. Um plano de edição diferente que, mais tarde, confessará ter desejado e acabado por abandonar.

Em 1886, já depois de *Os Sonetos Completos* terem saído, escreverá a Magalhães Lima que gostaria de se ter concentrado na última secção de sonetos, para lhe dar «desenvolvimento proporcional à importância dela, tornando-a dominante pelo número de composições» (Outubro de 1886, Martins 2009: III 44). Antero teria portanto preferido um livro que destacasse os últimos «15 ou 20 sonetos», sobre os quais dirá a Carolina Michaëlis:

> *sem eles, creio que nunca teria publicado aquela colecção, que ficaria então só em colecção, sem íntima unidade ela, e sem solução o problema psicológico ali agitado; e para fazer muitos daqueles daria eu todos os outros e ainda talvez tudo mais quanto noutro campo possa fazer.* (Outubro de 1886, Martins 2009: III 49).

Talvez tenha tentado remediar o defeito que Storck apontará à conceção do livro e que, desde o início, o atormentou:

> *Não deixo de dar razão ao Autor* [Storck]*, quando nota uma certa lacuna na evolução dos pensamentos do poeta, ficando por indicar, ou, pelo menos, mal definido o caminho que o conduziu ao último Soneto* […] *efetivamente, aquela última parte do livro, que eu desejaria fosse a mais rica e completa, por a considerar mais original e, se me é lícito dizê-lo, a mais importante, é justamente a mais deficiente. Assim são os desejos dos homens!* (Maio de 1888, Martins 2009: III 154).

Para conseguir concretizar este plano alternativo de edição, mais concentrado na novidade poética anteriana do que na evolução do poeta, Antero teria tido ou de compor mais sonetos para a quinta secção ou de reduzir as outras, podendo também ter optado por ambos os atos de acrescento e amputação. Poderá ter tentado fazê-lo precisamente no período em que os trabalhos de produção do livro se alongaram na tipografia. Talvez naquele momento em que o livro caminhava para o lançamento o tenha atormentado igualmente a ideia de que ele constituía o compromisso de não voltar a publicar poesia e, portanto, em larga medida, de a não voltar a compor[241]. A conversão do plano editorial do livro de sonetos (de súmula de uma vida em novidade poética) poderia ter salvado o poeta do silêncio com que se comprometeu publicando *Os Sonetos Completos de Antero de Quental publicados por J. P. Oliveira Martins*.

[241] «E com as tormentas, amigo, foi-se a poesia!», escrevia com otimismo a António Lopes dos Santos Valente, em março de 1885 (Martins 2009: II 458). Sabemos que o fim das tormentas para Antero terá sido uma ilusão, e que a publicação de *Os Sonetos Completos* terá correspondido, afinal, à imposição de um silêncio que poderá ter-lhe sido mais penosa do que ele próprio antecipou.

Um lapso na introdução de Oliveira Martins poderá constituir indício de que a quarta e a quinta secções estiveram envolvidas em alterações de última hora. De facto, ao apresentar as três primeiras secções do livro de sonetos, procurando relacioná-las com outras tantas fases da vida de Antero, o historiador identifica-as com clareza:

> *O **primeiro período, de 1860-2**, contém em embryão todos os seccessivos, da mesma forma que as flores incluem em si a substancia dos fructos.* (Martins 1886: 14).
>
> *A **segunda serie tem a data de 1862-6**. Psychologicamente é a menos original, artisticamente é a mais brilhante.* (Martins 1886: 17).
>
> *De **1864 a 74**, n'esses dez anos em que a tempestade caminha, vê-se a onda negra da desolação espraiar-se.* (Martins 1886: 19).

A quinta e última fase também está assim claramente identificada, mas Oliveira Martins em vez de lhe chamar «quinta», chama-lhe… «quarta»:

> *Quando escreveu o primeiro soneto da **quarta serie (1880-4)***
> *Já socega, depois de tanta lucta,*
> *Já me descança em paz o coração…*
>
> *Anthero de Quental resolveu destruir todas as suas poesias lugubres.* (Martins 1886: 22)

Já a identificação da verdadeira quarta série, não só não aparece relacionada com as correspondentes datas, como também, do ponto de vista da caracterização, se distingue menos da anterior:

> *A nevrose contemporânea, que produzira n'elle a terceira epocha, dá de si ainda a quarta.* (Martins 1886: 19).

Na carta que Antero escreve a Storck, em 1887, parece haver indicações de que o poeta se sentiu tão tentado à eliminação da quarta secção quanto à destruição dos poemas lúgubres:

> *Da luta que então combati, durante 5 ou 6 anos, com o meu próprio pensamento e o meu próprio sentimento que me arrastavam para um pessimismo vácuo e para o desespero, dão testemunho, além de muitas poesias, que depois destruí (subsistindo apenas as que o Oliveira Martins publicou na sua introdução aos Sonetos) as composições que perfazem a secção 4.ª (de 1874 a 80) do meu livrinho.*
> (Maio de 1887, Martins 2009: III 99).

Mas se o motivo do atraso foi a resistência ao plano de edição de Oliveira Martins e a vontade de impor um plano alternativo, Antero desiste e acaba por ceder. Confessará as razões a Magalhães Lima, em 1886:

> *Dir-me-á agora: mas porque é que não deu à parte afirmativa do seu livro um desenvolvimento proporcional à importância dela, tornando-a dominante pelo número de composições, pela variedade de aspetos da sua ideia ou do seu sentimento? Tenho feito a mim mesmo, por várias vezes essa pergunta, e não encontro outra resposta senão esta: pela mesma razão que o pinheiro, embora transplantado para outra terra e outro clima, nunca poderá dar senão pinhas, ou não dará coisa nenhuma.* [...] *Os últimos vinte sonetos do meu livrinho são uma coisa nova, a nota cristalina de uma nova poesia, da verdadeira poesia (ouso dizê-lo) do futuro. Mas tirar dessa pobre nota o mundo de harmonias que ela virtualmente encerra, desdobrá-la, desenvolvê-la nos mil aspetos de que ela é capaz, isso, meu Amigo, não é para mim, não o poderia fazer. Requerer-se-ia para isso a frescura, a virgindade de imaginação e sentimento, a calma unidade moral de quem entra na vida por uma porta brilhante, não a dolorosa e sombria imaginação de quem chega a essa porta de luz arrastando-se com terrível esforço através dum matagal povoado de criações noturnas. Para mim, Amigo, essa porta luminosa não pode ser agora senão a porta de saída. E já não é pouco.* (Outubro de 1886, Martins 2009: III 44).

Quanto ao conteúdo da introdução a *Os Sonetos Completos*, que, desde o início, Oliveira Martins ficara de escrever, Antero tinha também ideias bastante precisas. Teve o cuidado de as comunicar previamente ao amigo:

> *a perfeição seria que Você discreteasse e filosofasse sobre alguma ou algumas das questões psicológicas, morais e outras, que o livro sugere, sem dizer nada do Autor, sujeito pessoalmente insignificante, e apenas o lugar onde de determinadas combinações de ideias e sentimentos. Isto de* portraits littéraires *não é para Você nem para mim. E, apesar da obra ser tão individual, visto que é lírica, afinal o que ali interessa é só o que tem de geral e humano, ou, se quiser, o que tem de filosófico. Mas, provavelmente, estou-lhe indicando justamente o que Você fez, ou vai fazer, pois não percebi bem se já tinha escrito.* (Martins 2009: II 487).

A retórica de Antero é cuidadosa no esforço para convencer Oliveira Martins a não escrever sobre certos assuntos e a escrever sobre outros, deixando ampla margem para que nada parecesse uma imposição, antes a interpretação das ideias e vontades do próprio prefaciador. No entanto, o que Antero pede ao amigo para não escrever é tão parecido com o que Oliveira Martins efetivamente escreve, que talvez o poeta, ao contrário do que disse, soubesse muito bem, não só que a introdução já estava escrita, mas também o que continha. Em qualquer caso, escrevendo assim a Oliveira Martins, no mês de novembro de 1885, quando o livro estava já prestes a entrar na tipografia, parece recuar quanto à ideia de autobiografia poética que repetidamente anunciara aos amigos. Pelo menos no discurso sobre os sonetos, teria preferido evitar relacionar o pessoal e o universal poético.

O historiador não recua, porém, no seu plano de introdução, que é, em larga medida, uma apresentação do projeto de edição discutido entre os dois, e sobre o qual Antero tinha reservas, além de conter o tão indesejado *portrait littéraire*. Contrariado, o poeta não recebe bem o texto do historiador. Em 1885, escreve a Jaime Batalha Reis:

> *O dito volume (contendo um cento e pico de Sonetos desde 1860 a 1884) é acompanhado por um estudo de Oliveira Martins, no qual diz, quanto a mim, de mais e de menos. Diz de mais do autor, que não é sujeito para tanto, e diz de menos quanto à apreciação das minhas ideias filosóficas e religiosas, que trata com pouco respeito. Mas, uma vez que assim o pensa, assim se há-de imprimir.* (Dezembro de 1885, Martins 2009: II 494-5).

A impressão do nome de Oliveira Martins na capa do livro gera também um equívoco que Antero esclarece com certa mágoa. Ao enviar um exemplar a Wilhelm Storck, escreve uma dedicatória que assina com a palavra «Autor». O tradutor alemão entende que o livro lhe tinha sido enviado por Oliveira Martins; Carolina Michaëlis desfaz o equívoco, que o poeta confirma:

> *E, a propósito, confirmo o que V. Ex.ª logo supôs, isto é, que o Sr. Storck se enganou entendendo ser-lhe o livrinho oferecido pelo Oliveira Martins: o oferecimento ia assinado «pelo Autor» e proximamente nos termos que acima disse.* (Outubro de 1886, Martins 2009: III 47).[242]

Volto agora à pergunta inicial, ou seja, à pergunta sobre o significado da inscrição na capa: «sonetos de Antero publicados por J. P. Oliveira Martins». Deduzo estar implícito neste crédito um plano de edição, que implicou escolhas com as quais o poeta nem sempre concordou. Não lhe agradou a inclusão dos sonetos da edição Sténio, nem talvez a publicação dos poemas lúgubres que quis destruir, nem que a última secção

[242] Foi Carolina Michaëlis quem fez chegar a poesia de Antero a Storck, sublinhando o valor literário desta (12 de novembro de 1886: «Em agosto passado, enviei-lhe um livrinho de sonetos – que, embora pequeno, está rico e realmente cheio de ideias –, em nome do poeta Antero de Quental e do seu amigo e editor literário Oliveira Martins.»). Embora sempre tenha esclarecido os papéis respetivos dos dois amigos na publicação de *Os Sonetos Completos*, Carolina Michaëlis não conseguiu evitar o equívoco (12 de novembro de 1886: «Em primeiro lugar, quero agradecer a sua paciência e dedicação, e, em especial, o interesse que Antero de Quental lhe suscita. Já sabe pela carta em português que lhe remeti – antes de a minha pena escrever a carta que tem diante de si – que o derradeiro [Antero de Quental] – e não o seu editor literário e apreciador da sua obra [Oliveira Martins] – é o autor da dedicatória no seu exemplar. Por essa carta também sabe que o autor dos sonetos apreciou – e como [sublinhado de Carolina Michaëlis de Vasconcelos] – a sua tradução. Gostaria de ter esclarecido o mal-entendido ou a incerteza, antes de que endereçasse o seu presente [o livro editado por Storck, *Hundert altportugiesische Lieder*] a Oliveira Martins, mas o meu amigo, grato e dedicado, foi mais rápido do que nós, ingratos e indolentes»). Agradeço a Philipp Kampschroer ter-me facultado a edição crítica, que preparou e ainda se encontra inédita, da correspondência entre Storck e Carolina Michaëlis, bem como lhe agradeço a gentileza da tradução que aqui reproduzo.

de poemas tivesse a mesma importância das outras, nem que a introdução de Oliveira Martins tivesse o conteúdo com que foi publicada. Em todos estes aspetos, resistindo ou impondo condições, Antero cedeu. O que nos deixa a questão da autoridade. Sim, Oliveira Martins foi, neste livro, prefaciador, organizador ou, como ele repetidamente diz, depois de devidamente neutralizada a condição de amigo, foi «crítico» de Antero de Quental. Mas quem lhe abre a porta ao desempenho de tais funções, oferecendo-lhe a autoridade necessária para, em caso de divergência com o autor, prevalecer? A casa editora? O próprio poeta? E porque foi escolhida a palavra «publicados» para aludir à ideia de organização ou edição?

À procura de uma resposta para estas perguntas, volto um pouco atrás no tempo aos anos de 1880 e 81, quando se preparou e publicou o segundo volume de sonetos de Antero de Quental. Em carta datada de outubro de 1880, Antero dá conta de que Joaquim Araújo se oferecera para financiar a publicação de um livro que juntasse os sonetos dispersamente publicados em duas revistas. Antero aceita entendendo que o projeto seria financiado pela revista *Renascença*, para ser oferecido como brinde aos leitores. Mas fica depois a saber que Joaquim Araújo se dispunha a financiar a publicação do próprio bolso, apesar da chancela da revista, e que o fazia visando o lucro. Ou seja, o amigo do poeta não só esperava recuperar o investimento na publicação dos sonetos, como também esperava lucrar com ele. Antero procura dissuadi-lo; diz-lhe que não arrisque as finanças pessoais em tão fraco investimento, que ninguém quererá saber de um livro de sonetos, e que desiste do projeto para o proteger da ruína (Outubro de 1880, Martins 2009: II 218).

Desconhecemos a resposta de Joaquim Araújo. Mas fosse qual fosse, dias depois, em nova carta, Antero mostra-se apaziguado e convencido a avançar com o projeto de publicação financiada por Joaquim Araújo[243]. Dá-lhe instruções precisas sobre como proceder e envia, com a carta, a nota que será assinada pela «Red. da Renascença», e que foi afinal escrita pelo poeta. Nela se encontra apresentada a conceção da edição, também de sua lavra, e é ela que esconde e salva a face incomodada de Antero com esta publicação de que não se orgulha[244]:

[243] «Em vista das explicações que me dá, quanto aos elementos financeiros da publicação, já nada tenho a objetar.» (Martins 2009: II 220).
[244] Na famosa carta biográfica a Storck, Antero omite a referência a esta edição de que nunca se terá orgulhado, bem como omite a relação entre ela e a 4.ª secção de *Os Sonetos Completos*.

> *Eu não publico coisa alguma vai em 8 anos. Depois de tal silêncio, aparecer agora com um folheto de 28 sonetos é ridículo, e, com efeito, eu não faria tal publicação. Mas deixa de o ser no momento em que não sou eu que faço essa publicação, em que não é minha a iniciativa. É o que porão a claro a Advertência dos editores e a inscrição na capa.* (Outubro de 1880, Martins 2009: II 220).

Seguem-se orientações rigorosas sobre emendas, ordem, dedicatórias e, finalmente, a exigência de uma última prova («É coisa que apenas importa uma demora de mais 48 horas, e que eu não posso dispensar» Martins 2009: II 220). Joaquim Araújo nunca desiste de lucrar com o investimento na publicação dos sonetos de Antero, e o poeta troça amigavelmente desta expetativa.[245] Mas, embora Joaquim Araújo financie o projeto, Antero toma livremente todas as decisões de edição, das maiores às mais pequenas.

A publicação agrada ao poeta que a acha «Elegante e fina sem pretensão». É provável que o pagamento de direitos de autor se resumisse a exemplares do livro, porque, depois de acusar a receção de 13 exemplares, é sem cerimónia que pede mais 40 a Joaquim Araújo: «Creio que precisarei, ao todo, de uns 40 exemplares, para oferecer a várias pessoas» (Janeiro de 1881, Martins 2009: II 238). No ano seguinte, pede ainda mais um exemplar (Fevereiro de 1882, Martins 2009: II 315).

Ora, voltando a *Os Sonetos Completos publicados por J. P. Oliveira Martins*, é exatamente com a mesma sem-cerimónia que Antero, sete meses depois da publicação, pede ainda exemplares ao historiador: «PS. Se ainda aí tiver 2 exemplares dos Sonetos, envie-mos pelo correio» (Março de 1887, Martins 2009: III 87). Acresce que, quando a primeira edição se esgota, é Oliveira Martins que tem a iniciativa de sugerir a segunda edição. Antero acede, embora peça algum tempo antes do início dos trabalhos: «quanto a uma 2.ª edição, não tenho objecção; mas por causa da revisão das provas, conviria talvez deixar isso para quando eu voltar, o que não será antes de Junho. Por vários motivos desejo demorar-me aqui até esse tempo» (Abril de 1887, Martins 2009: III 89)[246].

[245] «As esperanças financeiras que Você põe na venda do livreco fizeram-me rir. Quem se importa com versos? Os mesmos do João se vendem dificilmente. Estou com receio de que Você, fazendo-se editor, perca dinheiro em vez de o ganhar, e que eu venha a ser causa, bem que involuntária, de Você sofrer um transtorno». (Janeiro de 1881, Martins 2009: II 239).

[246] Posteriormente, Antero apresentará como sua a iniciativa de publicar a segunda edição de *Os Sonetos Completos*, assim como o projeto de lhe juntar as traduções entretanto publicadas: «Está esgotada a 1.ª edição dos meus Sonetos Completos e penso em fazer 2.ª, juntando-lhe em Apêndice as traduções que de alguns têm sido feitas em várias línguas, isto é, algumas das alemãs do Professor W. Storck, as

Se a inscrição na capa de *Os Sonetos Completos* significar que Oliveira Martins financiou total ou parcialmente as duas edições, a função editorial não ficará naturalmente excluída, antes mais fundamentada, assim como, de resto, o suplemento de autoridade que Oliveira Martins demonstra ao longo do processo.

Em 1943, António Sérgio publica os sonetos de Antero de Quental alterando a sequência que os poemas têm na publicação de 1886 e desfazendo, portanto, a ideia de uma autobiografia poética que a sequência ali procurava criar. Entre os anterianistas, a discordância bastante consensual quanto a esta opção de António Sérgio apoia-se, fundamentalmente, na ideia de que a ordem dos poemas em *Os Sonetos Completos* e o próprio plano editorial de *Os Sonetos Completos* correspondem a uma conceção anteriana. É de resto esta convicção que conduz, creio, à desconsideração do papel de Oliveira Martins, reconhecido na capa da publicação.

Nuno Júdice, por exemplo, embora considere haver contradição entre os princípios poéticos e o plano editorial de *Os Sonetos Completos*, não admite a possibilidade de influência alargada do editor sobre o autor que justifique tal contradição, bem como a declaração na capa de ambas as edições:

> *De facto, Antero acaba, ele próprio, por contrariar esse princípio ao apresentar a sua poesia como um romance autobiográfico, de que é sinal a divisão cronológica dos Sonetos, feita segundo uma datação que é obviamente da responsabilidade do próprio Antero, quanto mais não seja pela relativa incoerência que apresenta, explicável apenas por um critério subjetivo que só o Autor poderá fundamentar. Assim, a apresentação dos «Sonetos completos» deve considerar-se definitiva na sua edição, dado que corresponde a uma vontade de Antero a que subjaz uma lógica que se pode inquirir, mas não questionar ou subverter – como o fez António Sérgio na sua rearrumação temática desses poemas – [...] Terá tido Oliveira Martins alguma intervenção nesse trabalho? Parece que não se lhe deve atribuir um papel importante na edição dos Sonetos, pese embora a indicação da página de rosto na edição de 1890: «Os Sonetos Completos de Anthero de Quental publicados por J.P. Oliveira Martins.» Esse papel não teria ultrapassado o de conselheiro do seu amigo, mesmo que nalguns pontos se possa suspeitar de uma sua influência, ainda que inconsciente, como é o caso da inversão cronológica que supõe a inclusão do soneto «Na mão de Deus», dedicado a D. Vitória de Oliveira Martins, no fecho do livro, quando os últimos sonetos escritos por Antero são «O que diz a morte» e «Com os mortos», de Março de 1885.* (Júdice 2002: 10).[247]

francesas de Fernando Leal (que poeta em francês e muito bem), as espanholas de Curros Enriquez e as italianas de Teza, Canini e do meu amigo Cannizzaro: ao todo 20 ou 30 sonetos em várias línguas, o que dará um novo interesse à 2.ª edição que projeto.» (Carta a Tommaso Cannizzaro, 10 de abril de 1889, Martins 2009: III 228).

[247] Também Ana Maria Almeida Martins considera exclusivamente autoral a sequência dos poemas em *Os Sonetos Completos* e inadmissível a alteração feita por António Sérgio: «António Sérgio [...] ousou alterar a ordem que Antero estabelecera e, durante décadas, as bibliografias quase só indicavam a

O estudo aqui apresentado, passando parte da responsabilidade pelas opções editoriais de *Os Sonetos Completos* para Oliveira Martins, parecerá fragilizar a argumentação em defesa da organização que ali se encontra. Creio inegável que Oliveira Martins, na qualidade de editor, teve um papel determinante na conceção de *Os Sonetos Completos*, tal como eles foram publicados: na seleção de poemas, na organização do conjunto, na própria ideia de autobiografia poética, na introdução que assinou. Creio inegável que Antero resistiu a muitos destes aspetos; que resistiu mais a alguns do que a outros, que resistiu mais em certos momentos da construção do livro do que noutros momentos. Creio provável que entre os dois, autor e editor, tenha havido momentos de tensão e negociação. Mas é incontornável que o poeta acabou por aceitar a conceção do livro de sonetos tal como foi publicado em 1886 e em 1890. Com oscilante grau de arrependimento e desconforto, é certo que a assumiu como sua. Recuperar o plano editorial que desejou, e que, eventualmente, o teria realizado mais, mas do qual desistiu, é tarefa impossível, embora tenha cabimento na história da génese de *Os Sonetos Completos*, no capítulo dos planos inconcretizados.

Referências

Jornal Sol. 2009. *apud Observador,* 30 de maio de 2015: http://observador.pt/especiais/isabel-da-nobrega-do-musa-saramago-apagou-da-historia/ (consultado em 31.07.2018).

Bertolucci Pizzorusso, Valeria. 1993. «Cantigas de Santa Maria». In *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa: Caminho.

Júdice, Nuno. 2002. *Antero de Quental. Sonetos.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Martins, Ana Maria Almeida (Leitura, organização, prefácio e notas). 2009. *Antero de Quental. Cartas, I-III*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Martins, Ana Maria Almeida (Selecção e apresentação). 1996. *Antero de Quental. Sonetos*. Centro de Estudos Anterianos. Lisboa: Editorial Presença.

«edição Sérgio» dos *Sonetos*, esquecendo a que tinha a chancela do autor. [...] Seja como for, a obra que um autor publica, reiterada neste caso por uma segunda edição ainda em vida, tem de ser respeitada e acatada, cabendo ao Estado, em último caso, o cumprimento desses direitos» (1996: 10–11).

Prista, Luís. 1992. *Para a Edição do Guia de Portugal*. Tese de mestrado em linguística portuguesa histórica. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Quental, Antero (sonetos), Oliveira Martins, J. P (introdução). *1886. Os Sonetos Completos de Anthero de Quental publicados por J. P. Oliveira Martins*. Porto: Livraria Portuense de Lopes e C.ª Editores.

Serrão, Joel. 1991. «Odes Modernas. Início de um Estudo». In *Antero de Quental 1842-1891*, 65–74. Lisboa: Biblioteca Nacional.

23. O estrato linguístico duocentista num manuscrito seiscentista - a *Vida de Santa Senhorinha de Basto*

Marta Louro Cruz

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Da *Vida e Milagres de Santa Senhorinha de Basto* em português conhecem-se quatro testemunhos manuscritos e sabe-se que terá sido originalmente redigido no século XIII. Através da análise do estado de conservação do estrato linguístico duocentista no manuscrito mais antigo desta tradição observa-se em que medida algumas caraterísticas linguísticas desta cópia seiscentista podem ou não corroborar a janela de datação sugerida e, em última análise, demonstrar como um apógrafo pode oferecer informação útil (neste caso linguística) sobre a época em que foi produzido. Embora o copista responsável por esta cópia tenha uma atitude relativamente conservadora quanto à sintaxe do texto que copiava, diversos vestígios do português duocentista deste apógrafo argumentam a favor da hipótese da redação original desta Vida ser datável do século XIII. Por fim, conclui-se que a disponibilização autenticada de cópias em *corpora* de trabalho depende de estudos linguísticos detalhados que permitam classificá-las como representantes da língua do ponto de partida e/ou do ponto de chegada.

Palavras-chave: estrato linguístico duocentista, cópia seiscentista, cópia(s).

Santa Senhorinha viveu no século X d.C. e foi abadessa das terras de Basto onde viveu e foi monja da ordem de São Bento até aos 58 anos de idade. No *Livro Velho de Linhagens* é mencionada como membro da famosa família portuguesa Sousa (Piel e Mattoso 1980: 24) e é prima de S. Rosendo, abade de Celanova, em cuja vida se lê a primeira notícia conhecida desta santa (Díaz y Díaz 1990: 686).

O seu *dossier* hagiográfico é composto por duas vidas latinas quinhentistas[248] e por quatro testemunhos de uma versão portuguesa. Sobre o arquétipo do texto português sabe-se que é *datável* do século XIII graças a alguns fatores histórico-culturais detalhadamente expostos por Sobral (2012). Assim, seria posterior ao século XII, sustentando a contextualização da redação deste texto no ambiente cortesão de D.

[248] Sobre estas versões latinas vejam-se os trabalhos de M. Díaz y Díaz (1993), A. Herculano (1856), António Xavier Monteiro (1949-1950) e José Mattoso (1982).

Sancho I e esclarecendo anacronismos como a referência ao tempo deste monarca e a alusão à aprendizagem de Senhorinha pela leitura de vidas de santos já escritas em linguagem. De forma mais estreita, situa-se este arquétipo entre 1248 e 1284, considerando que o 12.º milagre - a proteção de um membro da família Sousa durante o cerco do castelo de Aguiar - pode ser prova de que o texto foi redigido com a motivação de relacionar a família a uma figura santa e restabelecer o seu prestígio perdido durante o reinado de D. Afonso II. Esta motivação ganharia expressão com a produção das memórias desta família durante o reinado de D. Afonso III (isto é, a partir de 1248), mas antes da morte de Gonçalo Garcia (antes de 1284), chefe da família nessa época.

Posto isto, o testemunho mais antigo desta tradição é o ms. G1[249], copiado em 1620 por Pedro de Mesquita, pároco da Igreja de Oliveira de Guimarães, nos fls. 211r-236r do códice da Colegiada 793 (C-793), que hoje se encontra no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, também em Guimarães. Na BITAGAP (*Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses*) é o manuscrito com Manid 1614 e cnum 27628.

Sintetizado o contexto, serve esta apresentação para demonstrar o seguinte problema: dada a distância de quatro séculos entre a possível data da redação da versão portuguesa e a data de G1, até que ponto foi conservada uma camada linguística duocentista neste apógrafo? Será que algumas características linguísticas deste manuscrito funcionam como argumento a favor desta proposta de datação do arquétipo? Pode um apógrafo ser útil na análise de determinado estado da língua do seu modelo?

Para responder a estas perguntas, enumerem-se alguns dos aspetos linguísticos examinados e, em primeiro lugar, a distribuição da próclise e ênclise em contextos de variação. Como se sabe, a única característica do comportamento dos pronomes clíticos que foi constante desde o português antigo até ao atual é o facto de a próclise ser obrigatória em orações subordinadas e em orações principais com proclisadores (Castro 2006:196). Contudo, enquanto no português atual a ênclise é obrigatória em orações principais sem proclisadores, até ao português clássico os clíticos nestes contextos podiam ocorrer em próclise ou em ênclise (pelo menos sempre que o verbo

[249] BITAGAP Manid 1614, ms. A na recensão de Sobral (2012). Pela sua antiguidade e porque hoje se encontra na cidade de Guimarães será designado ms. G1 na presente apresentação.

não estava em posição inicial). Veja-se a curva evolutiva desta alternância em Paixão de Sousa (2004): no século XIII dominava a ênclise, no século XVII a próclise e no século XX voltava a dominar a ênclise.

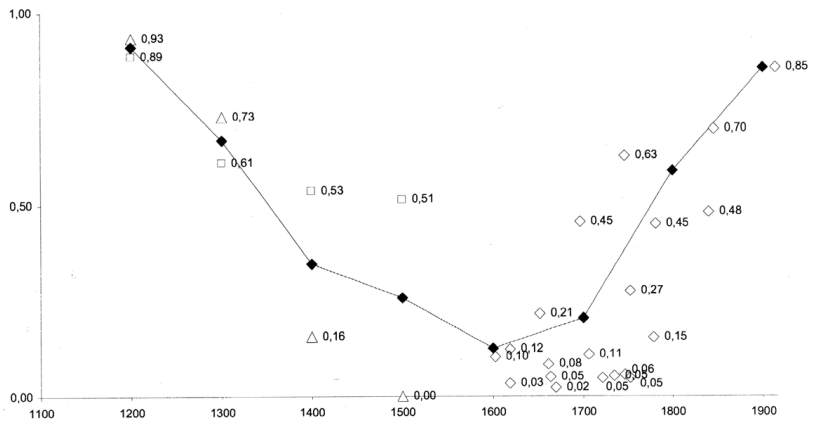


Gráfico 1. Evolução da ênclise em frases afirmativas na história do português [extraído de Paixão de Sousa (2004)]

Recolhidas as atestações desta variação em G1, compararam-se os resultados obtidos com os resultados de referência, Martins (1994: 580), cuja natureza notarial é necessário recordar no momento de julgar a precisão dos resultados deste trabalho dedutivo[250].

	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-49
Próclise	7,1%	24,6%	41,9%	78,9%	92,7%	98,8%
Ênclise	92,9%	75,4%	58,1%	21,1%	7,3%	1,2%

Tabela 1. Próclise/ênclise em orações principais afirmativas, séculos XIII-XVI (textos notariais) [extraído de Martins (1994: 580)]

Verificou-se que em G1 existiam 43 casos de próclise (25,1%) e 148 casos de ênclise (74,9%). Esses dados apontavam para os resultados distintivos do século XIV, quando nem a redação original nem este apógrafo são datáveis dessa altura. Aliás, à data do primeiro a ênclise devia dominar em torno dos 90%, e, em 1620, a próclise

[250] Além disto, é importante realçar que a relatividade dos resultados obtidos em todos os aspetos analisados depende ainda dos seguintes fatores: a natureza do objeto de análise e do método de trabalho adotado (ambos pressupõem a existência de interferência entre a língua de um ponto de partida e a de um ponto de chegada); o facto de esta Vida não ser uma amostra extensa o suficiente para assegurar o rigor de um estudo linguístico; e o facto de os resultados de referência utilizados serem igualmente relativos, podendo interferir no grau de precisão destas conclusões.

dominaria. Conclui-se que quanto a este aspeto sintático houve uma certa intervenção do copista na língua do modelo. No entanto, e dado que a ênclise continua a dominar numa data em que a gramática seria certamente proclítica, então a cópia foi relativamente conservadora e a intervenção do copista foi assistemática e provavelmente não deliberada. Por essa razão o apógrafo seiscentista é útil para o estudo da língua do século XIII porque conserva mais do que altera, mas o domínio de ênclise é um vestígio conservado do português antigo e um argumento a favor da data da redação proposta.

No mesmo sentido, apele-se à *Lei de Tobler-Mussafia,* segundo a qual a ênclise é obrigatória em frases com verbo inicial (V1). No século XIII esta lei tinha uma aplicação ampliada a outros contextos: por exemplo, a ênclise era obrigatória também depois da conjunção coordenativa *e*. Ora, neste apógrafo, atestam-se três casos de próclise depois desta conjunção que, consequentemente, testemunham a intervenção (ainda que pequena) deste copista na sintaxe do século XIII, altura em que não eram suportáveis.

Veja-se agora o caso da interpolação, isto é, o fenómeno de não adjacência entre o clítico e o verbo que, no português antigo, era possível em contextos de próclise obrigatória (Castro 2006: 196). Em primeiro lugar, atente-se no comportamento da *interpolação generalizada*, ou seja, a interpolação de constituintes diferentes de *não* que é característica do português antigo devido à sua elevada frequência entre os séculos XIII e XIV, e ao seu decréscimo apenas a partir do século XV (Martins 1994: 193).

	XIII	XIV	XV	XVI
clítico-X-verbo	66,70%	69,10%	57,00%	51,70%
X-clítico-verbo	33,30%9	30,90%	43,00%	48,30%

Tabela 2. Interpolação de outros constituintes (≠não) entre os séculos XIII e XVI (textos notariais) [extraído de Martins (1994: 193)]

Recolhidos os casos de interpolação face ao número de lugares de interpolação potencial não concretizada, confirmou-se que neste apógrafo a interpolação por concretizar prevalecia e, consequentemente, que isso ilustrava uma certa intervenção do copista na sintaxe duocentista. No entanto, e como a variação na frequência de

interpolação ao longo do tempo não é significativa ao ponto de tornar irrelevante a incerteza provocada pela utilização de dados de referência de um género distinto do texto analisado (notarial), então é apenas possível concluir que, quanto a este aspeto, a cópia não conserva sistematicamente a expressão da interpolação do século XIII porque o copista pode ter colocado na posição *X (constituinte) - CL (clítico) - V (verbo)* alguns dos elementos que estariam interpolados no modelo que copiava. No entanto, a cópia também não suprime sistematicamente o fenómeno de acordo com a gramática seiscentista e, por isso, os 34 exemplos de interpolação generalizada (47,9%) resistem à interferência da língua do copista e são mais um argumento a favor da datação do arquétipo.

Já quanto à *interpolação de não* no testemunho G1, obtêm-se apenas três casos para 18 exemplos de interpolação potencial por concretizar. Dado que a interpolação de *não* não se altera de forma significativa entre os séculos XIII e o XVI (quer em textos notariais, quer em textos literários), visto que 21 lugares de interpolação potencial é um universo pouco considerável para tornar relevantes as percentagens obtidas e uma vez que este é o único tipo de interpolação aceitável no português contemporâneo, então é possível concluir que em G1 a percentagem de interpolação de *não* não é necessariamente um vestígio seguro da língua do século XIII. Contudo, os 18 exemplos em que se concretiza são provavelmente conservados do modelo da sua cópia, do arquétipo da tradição e do original duocentista apenas porque é consideravelmente improvável que o copista os tenha introduzido no texto por conta própria. Neste cenário, três exemplos de interpolação por concretizar não permitem comentar o grau de conservadorismo deste copista e, consequentemente, a cópia pode não refletir o comportamento deste fenómeno na redação duocentista original.

Outro aspeto que só se atesta no português até ao início do século XV e que, como tal, é característico do português antigo, é a possível ocorrência dos pronomes pessoais fortes no lugar dos pronomes clíticos, sobretudo quando estes têm função de objeto indireto. Neste apógrafo registam-se dez casos deste tipo de estrutura, todos semelhantes ao seguinte exemplo[251]:

[251] Os exemplos apresentados são retirados da edição semi-diplomática de G1, publicada por Cristina Sobral no *Corpus de Textos Antigos* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e, consequentemente, respeitam as suas normas de transcrição.

a. tu come senhor misericordioso e piadoso, ouues os rogos e os gemidos daquelles que **a ti** bradão,

No entanto, uma vez que é impossível saber se o copista adulterou algumas destas ocorrências substituindo-as por pronomes clíticos, é igualmente impossível discorrer sobre o grau de conservadorismo deste traço durante cópia. Assim sendo, sabe-se apenas que o material do apógrafo não é seguro para caracterizar o português do século XIII, mas que as dez ocorrências mencionadas são resíduos da redação original e mais um argumento a favor da datação proposta por Sobral (2012).

De seguida analise-se a expressão do sistema de deíticos espaciais. No português antigo este sistema incluía não só os pronomes demonstrativos e os advérbios de lugar, mas também dois pronomes oblíquos e anafóricos que o português moderno já não utiliza: *i* (locativo equivalente a *em* + pronome) e *en(de)* (partitivo equivalente a *de* + pronome). A partir do século XV *en(de)* desaparece e *i* começa a perder força para as suas formas concorrentes (sobretudo para o advérbio *aí*). Contudo, no testemunho G1 atestam-se oito casos de *i* isolado (não se contabilizam os exemplos incluídos em locuções porque não é certo que, nesses casos, o pronome tenha evoluído da mesma forma), mas apenas dois deles são exemplos de *i* locativo pronominal com antecedente verdadeiramente expresso. No século XVII estes dois casos são evidentemente vestígios da língua duocentista porque já teriam sido substituídos de forma estável por *aí.* Além destes dois exemplos (exemplo a.), neste apógrafo ocorrem pelo menos seis casos de *i* sem antecedente claro (exemplo b.):

a. e el disse non, mas vai te a santa senhorinha, e **hi** acharas o lume,
b. entom responderão todos os que **hi** estauão amen, assi seia.

Não foi possível encontrar uma explicação viável para os seis casos de *i* sem antecedente expresso acima mencionados, mas interessa realçar que nesta cópia se atestam 26 possíveis substitutos de *i* pronominal (onde se incluem cinco ocorrências de pronomes pessoais fortes (exemplo c.) e duas ocorrências de *aí* (exemplo d.) e oito possíveis substitutos de *en(de)*. Apesar de nem todos estes casos terem necessariamente sido introduzidos no texto pelo copista seiscentista, o certo é que o

domínio de possíveis substitutos destes pronomes face à frequência mínima de *i* e à inexistência de *en(de)* aponta para uma elevada modernização de Mesquita na expressão destes deíticos.

c. e por esto non curaua da terçeira igreia, nem hia folguar **a ella** assi como as outras.
d. ca todos quantos **ahi** estauão erão espantados

Apesar das dúvidas, e qualquer que seja a fundamentação para as seis ocorrências de *i* sem antecedente claro, é possível traçar a hipótese (ainda que incerta) de que neste caso o apógrafo se revelou modernizador e que o copista talvez tenha preservado os casos de *i* apenas quando não compreendeu qual era o seu referente. Em qualquer um dos casos os exemplos servem como atestação residual da língua duocentista e situam a redação original necessariamente antes do século XVI.

O seguinte traço distintivo do português antigo pertinente para a presente demonstração é a coexistência do pronome relativo e interrogativo *onde* (com o valor semântico correspondente a «de onde») e a sua forma fraca *u* (com valor semântico de «onde»). *U* viria a desaparecer a partir de meados do século XVI e, consequentemente, já não pertenceria à gramática do copista responsável por G1. No entanto, neste apógrafo recolhem-se não só 19 casos de *onde* como forma fraca atual (exemplo a.), mas também uma atestação de *u* e uma atestação de *onde* com o valor forte (exemplo b.). Vejam-se os seguintes exemplos:

a. e veio ataa o soar da porta, **onde** podesse ver a eira,
b. e cheguou allij **hu** esta santa jaz

Embora seja seguro afirmar que os dois últimos casos são vestígios da língua do arquétipo duocentista e outro argumento a favor da sua datação, a cópia revela-se muito modernizadora, pois subsistem 19 ocorrências de *onde* fraco quando no século XIII este pronome não seria tão frequente quanto *u*. Decerto parte desses 19 casos teriam resultado de uma substituição aplicada pelo copista seiscentista numa intervenção quase sistemática a que escapam os dois vestígios referidos.

Da mesma forma, veja-se também a manifestação da *concordância negativa* neste manuscrito seiscentista. A concordância negativa é o fenómeno em que os indefinidos negativos (e palavras negativas em geral) em posição pré-verbal não só podiam coocorrer com o marcador de negação frásica *não*, como até ao início do século XV o faziam de forma quase obrigatória sem que isso alterasse o sentido negativo do contexto. Ora, se no século XIII se esperava uma expressão quase total deste traço linguístico, e no século XVII estas estruturas já não se atestam, então a atestação de nove exemplos de concordância negativa (75%) para três lugares onde ela não se expressa mas poderia ocorrer (25%) é um resultado que permite concluir que a cópia de Pedro de Mesquita conserva a maioria dos casos de concordância negativa do modelo e que os três casos onde não se concretiza devem ser fruto de uma intervenção não deliberada. Além disso, conclui-se que esta cópia pode ser utilizada na definição desta característica da língua duocentista, mas é obrigatório reconhecer que 12 lugares de potencial concordância negativa são um universo relativamente pequeno para discorrer com certeza a respeito da postura do copista. Por fim, há que salientar que os nove exemplos registados são obrigatoriamente vestígios da língua da redação original desta Vida e indício a favor da datação proposta por Sobral (2012).

Observe-se agora a evolução do sistema de possessivos que no português antigo era composto não só pelas formas fortes *minha, tua, sua*, mas também pelas formas fracas, átonas e proclíticas e *ma*, *ta, sa*. A este respeito Cardeira (2005: 283) enfatiza que a inversão da tendência no uso das formas *sa/sua* ocorre a partir de 1350, que no terceiro quartel do século XIV *sua* já suplantava *sa* e que na primeira metade do século XV esta inversão estava estabilizada.

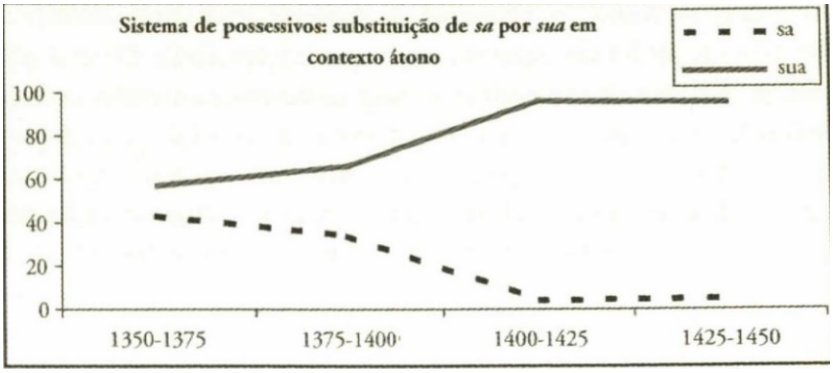


Gráfico 2. Presença dos pronomes *sua* e *sa* com função adjetiva: percentagem [extraída de Cardeira 2005: 283]

Acerca da substituição de *ta* por *tua* pode dizer-se que terá tido um comportamento semelhante ao de *sa* por *sua*. Já a frequência de *minha* em contexto átono aumenta apenas ao longo da primeira metade do século XV, embora a sua alternância com *ma* continue a ocorrer ainda depois disso. Ora neste apógrafo atestam-se apenas as formas fortes *minha* e *tua*, mas existem sete ocorrências de *sa* (3,8%) em comparação com 173 casos da forma tónica *sua*. Assim, é possível afirmar que o copista de G1 foi modernizador quanto à utilização dos pronomes possessivos de segunda e terceira pessoa e que, por isso, a cópia é pouco útil para descrever a língua do século XIII. Contudo, as sete ocorrências de *sa* são mais um vestígio inevitavelmente conservado da língua duocentista. Já a inutilização da forma átona *ma,* também expectável no século XVII, não é um resultado elucidativo do grau de conservadorismo do copista porque é possível que o desaparecimento desta forma tenha ocorrido mais cedo do que nos restantes pronomes.

Igualmente interessante é a análise da presença de *ca* neste apógrafo. *Ca* é uma conjunção que se atestou no português com alguma frequência até aos séculos XIV e XV e que primitivamente podia ter três valores semânticos distintos: um valor causal, completivo ou ainda comparativo. A ocorrência desta conjunção facilmente funciona como elemento distintivo do português antigo porque a sua frequência diminui apenas a partir do século XVI, sendo lentamente substituída por *porque* e *pois* nas orações explicativas e mais rapidamente por *que* nas completivas e comparativas. Ora, visto que em G1 existem 48 ocorrências de *ca* e que apenas três delas não são explicativas, então é possível afirmar que neste aspeto morfológico do português a cópia conservou pouco do modelo duocentista, onde decerto existiriam mais exemplos de *ca* completivo e comparativo. Vejam-se dois desses três exemplos:

(1) *ca* completivo

a. non quedaua de dizer muito ameude a esta santa virgem, **ca** castidade e a virgindade do corpo, que he hũa cousa mui fermosa e santa, e sacrifício de que se Deos muito paguaua,

(2) *ca* comparativo

b. Ca bem sabedes q*ue* moor marteiro he aquelle q*ue* ho homen sofre por Deos m*ui*tas vezes, e per m*ui*tos tempos, **ca** o que sofre marteiro hũa hora soo,

No entanto, se o copista modernizou o texto quanto à ocorrência de *ca*, mas não o fez de forma sistemática, também é certo que a sua intervenção não se pode ilustrar pela inserção de novos exemplos da conjunção com valor explicativo, mas sim pela eliminação ou substituição dos restantes valores. Assim sendo, as 48 ocorrências de *ca* explicativo também devem ter sido preservadas do modelo (e, consequentemente do arquétipo da tradição e do original duocentista) pois, embora ainda pudesse ocorrer com esse valor explicativo no século XVII de que data o apógrafo, é muito improvável que Mesquita tivesse embutido a conjunção em lugares do texto onde não existia no modelo que copiava. Deste modo, os três exemplos de *ca* completivo/comparativo referidos são obrigatoriamente resíduos do português do século XIII, mas não servem para categorizar este apógrafo como um representante fidedigno dessa característica do português duocentista.

Por último, atente-se na ocorrência da segunda pessoa do plural. No português antigo as formas de segunda pessoa do plural apresentavam um *-d-* intervocálico (ex. *amades*). Esse *-d-* acabaria por sincopar (ex. *amaes*) e no início do seculo XV a percentagem de formas sincopadas já suplantava a percentagem de formas plenas (Cardeira 2005: 277).

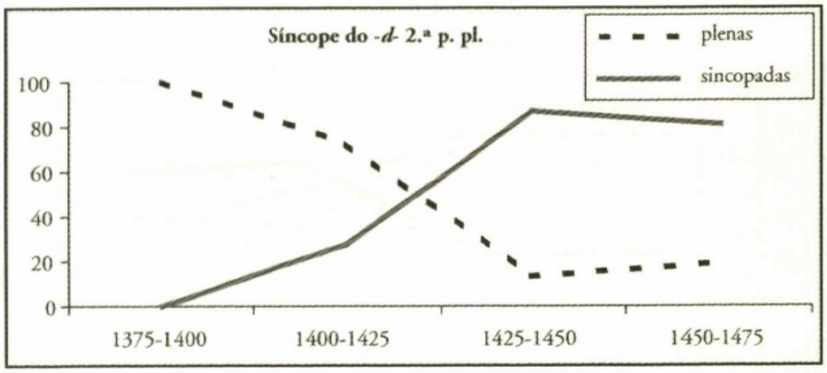


Gráfico 3. Formas plenas e sincopadas: percentagem [Cardeira 2005: 277]

Em G1 todas as formas de segunda pessoa do plural da flexão verbal são formas com *-d-* intervocálico (14 exemplos, no total), embora no século XVII já se esperasse que as formas sincopadas dominassem sobre as plenas. Assim sendo, a cópia parece

conservar totalmente a morfologia da segunda pessoa plural e revela-se segura para caracterizar a língua da redação original desta Vida já que, e independentemente de esta particularidade poder ter sobrevivido até mais tarde em algumas zonas do Norte de Portugal (onde este apógrafo teria sido produzido), este não deixaria de ser um atributo distintivo inevitavelmente preservado da língua duocentista. Não tendo como confirmar se são expressão de uma postura conservadora do copista ou do estado da sua língua, as 14 atestações de verbos na segunda pessoa do plural com *-d-* podem não ser um argumento a favor da data de redação do original deste texto, mas também não a contrariam.

Para terminar conclui-se que o copista responsável por esta cópia seiscentista da *Vida de S. Senhorinha* parece ter tido alguma preocupação em conservar o estrato linguístico do texto que copiava (sobretudo no que toca aos aspetos sintáticos), mas que não o fez em todas as circunstâncias. Consequentemente, esta cópia não ilustra com muita fidelidade a língua do século XIII, mas é necessário salientar que em todos os aspetos linguísticos analisados existem vestígios da língua duocentista que, mesmo que possam ter sido preservados por distração do copista, funcionam como argumento a favor de uma redação original desta Vida datável do século XIII. A este nível a análise de G1 demonstra como existe uma relação entre um copista e a língua do modelo que utiliza, relação essa que abre portas à caracterização do contexto e circunstâncias de produção dessa cópia.

Do mesmo modo demonstra-se que um dado copista não tem necessariamente o mesmo nível de conservadorismo perante todas as características linguísticas do modelo. Um apógrafo pode ser útil para a análise da língua do século em que é realizado, mas também prestável na caracterização do estado da língua do texto copiado. Por esta razão a disponibilização de apógrafos em *corpora* de trabalho exige um exame linguístico que permita classificá-los e categorizá-los previamente como representantes da língua do ponto de partida ou do ponto de chegada, ao mesmo tempo que autoriza (ou não) diversas propostas de datação. Em última instância prova-se como é possível que a língua interfira diretamente no processo de transmissão de um texto.

Por fim, mostra-se como a análise dos testemunhos de uma tradição manuscrita não tem necessariamente de ser utilizada apenas em prol da reconstituição do texto do seu

arquétipo. De facto, o exame aprofundado de cada testemunho pode ter um objetivo igualmente arqueológico fazendo-nos olhar para cada apógrafo como um artefacto sobrevivente de uma época disponível para caracterizar, a vários níveis, as circunstâncias da sua produção.

Referências

Cardeira, Esperança. 2005. *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Castro, Ivo. 2006. *Introdução à História do Português*. 2006. 2ª ed. aumentada. Lisboa, Colibri.

Diáz y Díaz, Manuel. 1993. «Vita Sanctae Senorinae». In *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. Giuseppe Tavani e Lucia Lanciani, 686. Lisboa: Caminho.

Herculano, Alexandre. 1856. *Portugalliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum, I: Scriptores*. Olisipone: Academia Scientiarum.

Martins, Ana Maria. 1994. *Clíticos na História do Português*. Tese de doutoramento em Letras (Linguística Portuguesa), apresentada à Universidade de Lisboa através da Faculdade de Letras.

Martins, Ana Maria. 2013. «Copiar o português duocentista: A Demanda e o José de Arimateia». In *Ao Sabor do Texto*: *estudos dedicados a Ivo Castro*, ed. Rosario Álvarez *et al*., 283–402. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Mattoso, José. 1982. *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Cada da Moeda.

Monteiro, António Xavier. 1949-50. «Santa Senhorinha de Basto». *Cenáculo V* (fasc.2, nº3): 227–250.

Piel, Joseph e José Mattoso (eds.) 1980. *Livros de Linhagens. Portugaliae Monumenta Historica*. Vol. 1. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Sobral, Cristina. 2012. «Exumação de uma vida: Santa Senhorinha em português medieval». *Romance Philology* 66/1: 165–183.

Sobral, Cristina. *Vida e milagres de Santa Senhorinha de Basto*, no *Corpus de Textos Antigos* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, edição semi-diplomática do Ms. da Colegiada 793 (fls. 211r–236r) do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Disponível em: http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/cta/index.php?action=edit&id=M1614T12967.xml (24.03.2018).

24. Considerações acerca das palavras portuguesas terminadas em *-oulo* / *-oilo*

Przemysław Dębowiak

Universidade Jaguelónica de Cracóvia

No presente trabalho analisa-se o *corpus* constituído das palavras portuguesas terminadas em *-oulo* (*-oula*) / *-oilo* (*-oila*), como p.ex. *caçoula* / *caçoila*, *canoula* / *canoila*, *ceroulas* / *ceroilas*, *cravoila*, *crioulo*, *ferragoulo*, *lantejoula*, *moçoila* e *moçoilo*, *papoila*, *tejoula* / *tejoila*. Mencionam-se também alguns nomes próprios. A explicação da etimologia dos vocábulos em questão permite esclarecer a sua estrutura morfológica, dividi-los em alguns grupos com base na sua significação e, finalmente, propor uma possível origem do sufixo *-oulo* / *-oilo*.

Palavras-chave: Português, etimologia, derivação, sufixação.

Introdução

1. Na língua portuguesa contemporânea existem algumas palavras terminadas em *-oulo* (*-oula*) / *-oilo* (*-oila*). A mais conhecida é indubitavelmente *crioulo*, tendo-se difundido mundialmente (através de outros idiomas) como termo que designa sobretudo um tipo de língua natural. A origem deste vocábulo foi discutida várias vezes na literatura linguística, tendo-se apresentado algumas propostas, sem que qualquer delas fosse declarada suficientemente satisfatória. Ao longo do século XX admitiu-se geralmente a etimologia segundo a qual *crioulo* é um derivado sufixal do substantivo *cria* (cf. DELP3 s.v. *criar*; DCECH s.v. *criollo*) ou do verbo *criar* (cf. DELP1 s.v. *crioulo*). No entanto, o sufixo *-oulo* / *-oilo* costuma ser considerado pouco claro e os investigadores constatam que ele continua a ter uma origem incerta, tanto mais que a sua forma junta um traço tipicamente português, que é a alternância dos ditongos /ow/ ~ /oj/, com uma caraterística alheia a esta língua, a saber, a presença do *l* intervocálico.

Para verificar a origem do suposto sufixo em questão, cremos ser indispensável estudar este problema numa perspetiva mais larga, nomeadamente, verificando a

proveniência, na medida do possível, de todas as palavras portuguesas terminadas em *-oulo* (*-oula*) / *-oilo* (*-oila*). Para este efeito servir-nos-ão dicionários gerais e regionais da língua portuguesa (principalmente Infopédia, Priberam, Aulete, Barros 2006, Barros 2010, Barros e Guerreiro 2013), dicionários etimológicos do português e do espanhol (DELP1, DELP2, DELP3, DCECH), bem como outras fontes que contêm pontualmente informações pertinentes para o nosso estudo.

Constituição e análise do *corpus*

2. O *corpus* é constituído por palavras portuguesas contemporâneas terminadas em *-oulo* (*-oula*) / *-oilo* (*-oila*) recolhidas principalmente de dois dicionários de rimas (Rhymit, DR). Porém, como pretendemos procurar a origem do suposto sufixo *-oulo* / *-oilo*, é preciso distinguirmos os derivados sufixais dos vocábulos inanalisáveis morfologicamente (quer dizer, aqueles que não têm mais de duas sílabas). Assim, com base na sua forma contemporânea, é possível eliminar todas as palavras dissilábicas:

– *doula* 'mulher que aconselha, acompanha e dá assistência não clínica (física, emocional, etc.) a mulheres grávidas, antes, durante e após o parto'[252] ← ing. *doula* 'id.' ← gr. *doúlē* 'escrava' (Infopédia s.v.; Priberam s.v.);

– *zoilo* 'crítico invejoso e mordaz; detrator' (← lat. *Zoilus*) ← gr. *Zōílos*, nome próprio de um crítico de Homero que viveu no século IV a.C. (Infopédia s.v.; DELP1 s.v.);

– *choila* / *tchoila* [Brasil] 'homossexual' ← *baitchola* ← *baitola* 'id.' ← ? *bitola* 'distância entre os trilhos de uma via-férrea' (supostamente pronunciado à inglesa por um engenheiro ferroviário da Inglaterra, trabalhando no Ceará, que era homossexual reconhecido) (DiF s.v. *choila*, s.v. *tchoila*, s.v. *baitola*);

– *poulo* [Trás-os-Montes e Alto Douro: Barroso] 'terreno de pousio, inculto, mas cultivável' ← lat. *pābŭlu*(*m*) 'pastagem' (Priberam s.v.; Barros 2006: 286; DELP1 s.v.);

[252] O significado de todas as palavras citadas neste trabalho provém dos dicionários da língua portuguesa em linha: Infopédia, Priberam e Aulete.

– *poula* [Trás-os-Montes e Alto Douro: Valpaços] ‘terreno inculto de pousio’ ← pt. *poulo* (mudança de género gramatical) (Infopédia s.v. *poulo*; Aulete s.v. *poulo*; Barros 2006: 286)[253].

Neste pequeno grupo de palavras excluídas da análise há empréstimos (*doula*, *zoilo*), formações portuguesas que resultam de processos fonéticos pontuais e não regulares – palatalização, metátese, aférese (*choila* / *tchoila*) e vocábulos inanalisáveis morfologicamente do ponto de vista sincrónico (*poulo*, *poula*[254]).

Feita a seleção, podemos passar à análise etimológica das restantes palavras.

3. Seguem as informações recolhidas para as palavras portuguesas terminadas em *-oulo* (*-oula*) / *-oilo* (*-oila*), apresentadas por ordem alfabética. Em primeiro lugar, tentamos estabelecer a origem das palavras analisadas (a profundidade da etimologia das formas citadas depende da sua utilidade para os efeitos do presente trabalho). Depois vêm as referências bibliográficas e o nosso comentário.

Nomes comuns

3.1. *arvenzoila* [Alentejo: Serpa] ‘pessoa fraca, débil, delgadinha’ (s.d.) < (?) *arvela* 1. **s.f.** ‘pequena ave’; 2. **adj.** ‘diz-se da pessoa franzina’.

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros e Guerreiro 2013: 44; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Talvez seja um derivado sufixal com sentido metafórico, formado em português dialetal, apresentando, porém, mudanças fonéticas da sua base difíceis de explicar.

3.2. *bajoulo* [Algarve, Alentejo: Alandroal] ‘pedregulho, calhau’ (s.d.) ← ?

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete s.v.; Barros e Guerreiro 2013: 52; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø; Machado 1991: ø; Vargens 2007: ø]

[253] Segundo Priberam (s.v. *poula*), *poula* designa um ‘prédio rústico ordinário’.

[254] Note-se que *poulo* tem como étimo um derivado sufixal latino em *-bulum* (< verbo *pascere*, no pretérito *pāvi*, ‘pastar’), o que poderia sugerir que a terminação *-oulo* provém do lat. *-ābŭlu*(*m*). Contudo, este vocábulo deve ser de origem dialetal, pois em português *pābulu*(*m*) teria dado **pávoo*, **pavro* ou **pouvo* (cf. p.ex. lat. *parvŭlu*(*m*) → pt. *párvoo* → *parvo*, lat. *pŏpŭlu*(*m*) → pt. *pôvoo* → *povo*, lat. *căpŭlu*(*m*) → pt. *cáboo* → *cabo*, lat. *nĕbŭla*(*m*) → pt. *névoa*, lat. *caule*(*m*) → pt. *couve*). Como *poulo* é limitado geograficamente à região de Trás-os-Montes e Alto Douro, pode-se pensar numa influência leonesa na sua formação.

Existe a variante *bajolo* (Barros e Guerreiro 2013: 52), forma que consta também no dicionário Priberam (s.v.): [informal] 'objeto pequeno, mas pesado'. A etimologia desta palavra é obscura por várias razões: 1) faltam correspondências noutras línguas românicas (portanto, a origem latina fica excluída); 2) a eventual base de derivação *baj-* não é identificável; 3) não é arabismo, embora surja no sul de Portugal. Podemos supor que seja um moçarabismo.

3.3. *cachoila* [Trás-os-Montes e Alto Douro: Carviçais – Moncorvo] 'moela' (s.d.) ← mir. *cachuôla* 'id.'.
[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2006: 82; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3 s.v. *cacho*; CdP: ø; DCECH: ø]

É provavelmente um empréstimo do mirandês. Existe a variante *cachola*, também registada nos dicionários consultados (Infopédia s.v.; Priberam s.v.; Aulete s.v.) com várias aceções, p.ex. 'cabeça', 'cabeça de porco', 'cabeça de peixe miúdo', 'moela', 'jogo de rapazes'. Igualmente em galego há *cachola* com, entre outros, o sentido familiar 'cabeça das pessoas' (DRAG s.v.).

3.4. *caçoila* / *caçoula* 'recipiente largo e pouco alto, de barro ou metal, para cozinhar ao lume; caçarola' (séc. XVI) ← esp. *cazuela* 'id.' < *cazo* 'recipiente de cocina, generalmente más ancho por la boca que por el fondo, con mango y, por lo general, un pico para verter'.
[Infopédia s.v. *caçoila*; Priberam s.v. *caçoila*, s.v. *caçoula*; Aulete s.v. *caçoula*; Barros 2006: 82; Barros 2010: 93; Barros e Guerreiro 2013: 73; DELP1 s.v. *caçoila*, *caçoula*; DELP2 s.v. *caçoula*; DELP3: ø; CdP s.v. *caçoila*; DLE s.v. *cazuela*, s.v. *cazo*; DCECH s.v. *cazo*]

Regionalmente existe a variante *caçola* (Barros 2006: 82; Barros 2010: 93; Barros e Guerreiro 2013: 74); igualmente em galego há *cazola* (DRAG s.v.). Trata-se de um empréstimo do espanhol, tendo o sufixo diminutivo espanhol *-uelo* sido adaptado como *-oilo* (que depois alterou com *-oulo*). Não se pode falar de um derivado português por dificuldades semânticas: pt. *caço* (1. 'concha de terrina ou de açucareiro', 2. 'colher com que se tira o azeite da talha', 3. 'frigideira de barro com cabo'; Infopédia s.v.), pouco tem a ver com *caçoila* / *caçoula*. Também é impossível

tratar-se da continuação direta do lat. **cattĭŏla*(*m*) ‘pequena escumadeira’, pois esta forma teria resultado em **caçó* em português. Por sua vez, Brüch (1940: 96–97) propõe uma etimologia ainda menos plausível[255].

3.5. *caçoilo* / *caçoulo* ‘recipiente igual à caçoila, mas mais pequeno’ (s.d.) ← *caçoila* / *caçoula* (mudança de género gramatical).
[Infopédia s.v. *caçoulo*; Priberam: *caçoilo*; Aulete s.v. *caçoulo*; Barros 2006: 82; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Em galego existe a forma correspondente *cazolo* (DRAG s.v.). Cremos tratar-se da mudança de género gramatical como meio de exprimir diminuição (cf. Dębowiak 2014: 25–28). Não se pode falar de um derivado do pt. *caço* (cf. **3.4.**) por razões semânticas.

3.6. *canoila* / *canoula* 1. ‘haste ou cana do milho’, 2. [heráldica] ‘emblema ou brasão com a forma desta haste’ (s.d.) < *cana*.
[Infopédia s.v. *canoula*; Priberam s.v. *canoula*; Aulete s.v. *canoila*; DELP1: ø; DELP2: s.v. *canoula*; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Trata-se de um derivado sufixal formado em português. Não é empréstimo nem adaptação do esp. *cañuela* porque este tem outro significado, nomeadamente ‘planta do género festuca’ (‘planta anual, gramínea, de un metro de altura, con hojas anchas, puntiagudas, planas, ligeramente estriadas y panojas laxas, verdes o violáceas’, DLE s.v.). O étimo do latim tardio **cannabŭla* ‘tubos’ < *canna* ‘cana’ sugerido por Brüch (1940: 93–94) teria resultado em **canávoa*, **canabra* ou **canouva* em português.

3.7. *canoilo* / *canoulo* ‘o mesmo que canoila / canoula’ (s.d.) ← *canoila* / *canoula* (mudança de género gramatical).
[Infopédia s.v. *canoilo*, s.v. *canoulo*; Priberam: ø; Aulete s.v. *canoilo*; DELP1: ø; DELP2 s.v. *canoula*; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

[255] Brüch propõe que *caçoila* / *caçoula* resulta de uma confusão de duas formas originalmente diminutivas:
1) pt. **caçola* ← **cattióla* (que terá originado também esp. *cazuela*, cat. *cassola*, it. *cazzuola*) ← lat. **cattĭŏla* ‘pequena escumadeira’ < **cattĭa* ‘escumadeira’;
2) pt. **cacoulo* ← **caccaulus* ← **caccávulus* ← lat. **caccăbŭlus* ← *caccăbus* ‘pote, panela, caldeirão’.

Não pode ser derivado sufixal de *cano* 'tubo' por haver diferenças a nível do significado. Note-se que a mudança de género não implicou modificações semânticas. A forma correspondente em galego é *canouco* (DRAG s.v.).

3.8. *carraboilo* [Beiras: Mangualde] 'carrinho de rolamentos feito pelos rapazes' (s.d.) < (?) *carro*.

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2010: 108; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

É provavelmente um derivado sufixal com valor diminutivo, formado em português dialetal, embora a base direta de derivação (*carrab-*) seja pouco clara.

3.9. *carraçoilo* [Alentejo: Montemor-o-Novo] 'carro ordinário' (s.d.) < *carro*.

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros e Guerreiro 2013: 85; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Trata-se de um derivado sufixal com valor pejorativo, formado em português dialetal com dois sufixos encadeados: *-aço* e *-oilo*.

3.10. *cartechoila* [Beiras] 'espécie de caixa para quem lava o chão se poder ajoelhar' (s.d.) ← ?

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2010: 110; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

A nosso ver, pode tratar-se de uma variante (com aceção metafórica especializada) de outro vocábulo usado nas Beiras (Penedono), registado por Barros (2010: 110), nomeadamente *cartassola* 'joaninha'. Mesmo assim, a origem destas palavras continua obscura, sendo a eventual base de derivação *cartech-*, *cartass-* difícil de explicar.

3.11. *catoilos*, *catroilos* [Trás-os-Montes e Alto Douro] 'apodo das gentes de Poiares' (s.d.) ← ?

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2006: 102; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Etimologia desconhecida. Pode tratar-se de um derivado sufixal da base *cat-* ou *catr-*, ambas presentes noutras palavras de teor semântico afetivo registadas por Barros (2006: 101–102)[256].

3.12. *ceroulas* / *ceroilas* [antiquado] ‘peça de vestuário interior masculino, até aos tornozelos, usada por baixo das calças’ (1516) ← ár. *sarāwīl*, plural de *sirwāl* ‘calça, calção’.

[Infopédia s.v. *ceroulas*; Priberam s.v. *ceroulas*; Aulete s.v. *ceroulas*; DELP1 s.v. *ceroula*; DELP2 s.v. *ceroula*; DELP3 s.v. *ceroulas*; CdP s.v. *ceroulas*; DCECH: ø; Machado 1991 s.v. *ceroula(s)*; Vargens 2007 s.v. *ceroulas*]

Esta palavra é um arabismo. Machado (1991 s.v. *ceroula(s)*) nota ainda esp. *çeruela* (1507) e pergunta se o vocábulo português não será castelhanismo. Seja como for, vê-se a correspondência formal das terminações portuguesa e espanhola.

3.13. *chacoula* [Alentejo] ‘nome que se dá a um rancho de raparigas que cantam’ ← ?

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros e Guerreiro 2013: 91; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

É um vocábulo de origem obscura. Não é identificável a eventual base de derivação *chac-*. Também não é latinismo nem arabismo, se bem que surja no sul de Portugal. Supomos que possa ser um moçarabismo.

3.14. *cornizoilo*, *cornisoilo* [Trás-os-Montes e Alto Douro: concelho de Mirandela, Beiras: Atalaia – Pinhel] ‘cornelho – cravagem do centeio’ (s.d.) ← mir. *carniçuôlo* ‘id.’ ← lat. **cornĭcĭŏlu*(*m*) ‘pequeno corno’ < *cornĭcŭlu*(*m*) ‘id.’ < *cornū* ‘corno’.

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2006: 124; Barros 2010: 137; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Existem numerosas variantes fonéticas deste vocábulo: *cornichó*, *cornichoilo*, *corniçó*, *cornijó*, *cornisó* (Barros 2006: 124), *carnisoilo*, *carnisol*, *cornozoilo* (Barros 2010: 108, 137); em galego há *cornizó* (DRAG s.v.). Todas estas palavras, tal como

[256] A título de exemplo: *catano* ‘pénis’, *catinga* ‘miserável’, *catota* ‘porcaria sólida que se prende ao pelo dos animais’, *catraia* ‘égua velha e fraca’, *catrino* ‘pénis’, *catrolo* ‘pedaço grande de pão’. Até se regista o vocábulo simples *catre* ‘cama ainda mais simples e tosca que a tarimba’ que, no entanto, dificilmente poderia ser considerado como base de derivação de *catroilos*.

esp. *cornezuelo*, provêm do mesmo diminutivo latino **cornĭcĭŏlu*(*m*), tendo desenvolvido um sentido figurado.

3.15. *corrioila* [Trás-os-Montes e Alto Douro: Lagoaça] 'erva daninha comprida que nasce nos terrenos' (s.d.) ← mir. *corriuôla* 'id.' ← lat. *corrĭgĭŏla*(*m*) 'pequena correia' < *corrĭgĭa* 'correia'.
[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2006: 125; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Existem numerosas variantes portuguesas deste vocábulo: *corrijó* (apresentando a perda regular do *l* intervocálico), *correjola*, *corrijola*, *corrigíola*, *corriola* (de origem dialetal ou estrangeira) (Infopédia s.v. *corriola*; Priberam s.v. *corriola*; Aulete s.v. *corriola*). Há também correspondentes formais noutras línguas iberorromânicas, entre outros em galego – *correola* (DRAG s.v.), todas provenientes do mesmo diminutivo latino *corrĭgĭŏla*(*m*) que desenvolveu um sentido figurado (cf. Dębowiak 2013: 135–136).

3.16. *cravoila* 'planta valerianácea medicinal (*Caryophyllata vulgaris*); sanamunda, erva-benta' (s.d.) < *cravo*.
[Infopédia: ø; Priberam s.v.; Aulete s.v.; DELP1 s.v.; DELP2 s.v.; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

É um derivado sufixal formado em português que se explicará pela semelhança das flores da cravoila com as flores de algumas espécies de cravos. Tem a variante *cravoilha* (DELP1 s.v. *cravoila*).

3.17. *crioulo* / *crioilo* **s.m.** 1. [história] 'pessoa de ascendência europeia nascida num território colonizado por europeus (sobretudo no continente americano)', 2. [história] 'escravo nascido no continente americano, por oposição aos oriundos de África', 3. [linguística] 'língua natural que resulta da mistura da língua de um povo colonizador europeu com a língua da população autóctone colonizada e que se torna língua materna de uma comunidade'; **adj.** 1. 'relativo a ou proveniente de países ou regiões onde houve colonização europeia e escravatura negra', 2. [linguística] 'diz-se do dialeto ou língua que resulta da evolução de uma língua de contacto entre colonizadores e povos

autóctones'; ← [antigamente] **s.m.** 'cria, escravo'; **adj.** 'nascido e criado em casa' (1632[257]) < *cria* < *criar*.

[Infopédia s.v. *crioulo*; Priberam s.v. *crioulo*; Aulete s.v. *crioulo*; DELP1 s.v. *crioulo*; DELP2 s.v. *crioulo*; DELP3 s.v. *criar*; CdP s.v. *crioulo*; DCECH s.v. *criollo*]

Antigamente também se usava a forma *criôlo*. Como não existem correspondências formais noutras línguas românicas, tão-pouco em galego em que *crioulo* constitui um empréstimo (DRAG s.v. *crioulo, crioula*), tratar-se-á de um derivado sufixal formado em português. No entanto, já se propuseram várias etimologias deste vocábulo.

Cornu (1888: 781) procurou explicar a forma *crioulo* através das seguintes evoluções: ← *crioilo* ← **criooiro* ← **criaoiro* ← *criadoiro*, o que constitui uma proposta insustentável do ponto de vista das leis fonéticas (Brüch 1940: 91–92). Porém, Leite de Vasconcelos (1928: 364) também considerou *crioulo* como oriundo do adjetivo *criadouro* 'suscetível de medrança, de se criar bem' (de onde 'aquele que se deixou criar em casa', por oposição ao escravo recém chegado do seu país de origem), explicando a evolução formal incomum *criadouro* > *crioulo* por uma deturpação atribuída a escravos negros. Embora Brüch (1940: 92) tenha achado esta hipótese errada, alegando que a palavra *crioulo* era usada não só no Brasil e nas colónias pelos escravos, mas também em Portugal e tinha a sua origem na metrópole, ela não é rejeitada por Corominas (DCECH s.v. *criollo*) o qual acrescenta que o vocábulo *crioulo* nasceu provavelmente nas colónias porque em galego o termo *crioulo* é empréstimo português, tendo apenas aceções históricas e especializadas.

Brüch (1940: 92–93) pressupõe a existência de um étimo latino vulgar lusitano **creābŭlum* (→ **creávulu* → **creaulu* → pt. *crioulo*), derivado do verbo *creāre* 'criar'. A evolução semântica teria sido a seguinte: *creāre* ['criar (fazer apareçer)' → 'educar'] + *-ābŭlum* [que em latim se usava para formar nomes de instrumentos] > **creābŭlum* ['tudo o que serve para criar, educar' → 'tudo que é criado e educado em casa' → 'um animal criado em casa, uma criança educada em casa']. Embora o autor alemão tenha encontrado em latim um desenvolvimento paralelo (*mendīcāre* 'pedir esmola' > *mendīcābŭlum* 'tudo o que serve para pedir esmola' → 'um grupo de pedintes' → 'pedinte'), a sua proposta apresenta dificuldades a vários níveis, entre

[257] No entanto, deve ter existido antes desta data, já no século XVI, uma vez que a primeira abonação do esp. *criollo*, que é empréstimo do português, data de 1590 (DCECH s.v. *criollo*).

outros fonético: o resultado esperado de **creābŭlu*(*m*) latino teria sido **criabro*, **criávoo* ou **criouvo* em português (DCECH s.v. *criollo*)[258].

Michaëlis de Vasconcelos (1976: 219–220) acha que *crioulo* é um derivado do verbo *criar* com o sufixo *-oilo* / *-oulo*, o mesmo que surge nas palavras como *moçoila*, *lentejoula*, *papoula*, *caçoila*, etc.; já Adolfo Coelho tinha considerado esta derivação como segura (cf. Brüch 1940: 90).

Também Machado (DELP1 s.v. *crioulo*) considera *crioulo* como um derivado, mas do substantivo *cria* com o sufixo *-olo* (do lat. *-ollu*(*m*)) que teria evoluído para *-oulo* / *-oilo*. Por sua vez, Corominas (DCECH s.v. *criollo*) afirma que

> *es verosímil que se trate de un mero diminutivo portugués de* cria *'esclavo criado en casa del señor'.* […] *Existiendo éste [sufijo* -oulo (-oilo*)] junto a* moça *no había dificultad en criar un* crioula *diminutivo de* cria*, que justamente se ha empleado en el Brasil con el significado de 'esclavo o sirviente nacido y criado en casa del señor'* […].

Como já dissemos, a tese segundo a qual *crioulo* é um derivado formado em português a partir do substantivo *cria* parece-nos a mais verosímil.

3.18. *estrapoulo* [Alentejo: Reguengos] 'arranco de ervas daninhas, etc. numa propriedade' (s.d.) ← ?

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros e Guerreiro 2013: 149; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Vocábulo de origem obscura; não conseguimos esclarecer a eventual base de derivação *estrap-*.

3.19. *façoila* [popular, informal] 'face grande, cara larga; faceira' (s.d.) < *face*.

[Infopédia s.v. *façoila*; Priberam s.v. *façoila*; Aulete s.v. *façoila*; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH s.v. *haz III*]

É um derivado sufixal formado em português, veiculando um valor aumentativo; a mesma opinião é compartida por Brüch (1940: 97). Existe a variante *façula* que tem um correspondente exato em galego: *fazula* (Priberam s.v. *façula*; Aulete s.v. *façula*;

[258] Além disso, relativamente à hipótese de Brüch, no mesmo dicionário surgem as seguintes perguntas: «¿Cómo admitir un étimo del latín vulgar para un vocablo que nace en las colonias? ¿Cómo justificar una hipótesis latina, si además de fundarse en una sola lengua romance se habría formado con un sufijo que en latín de la baja época estaba muerto o moribundo?».

DRAG s.v. *fazula*). Corominas (DCECH s.v. *haz III*) considera que *façoila* e *façula* procedem, pelo moçárabe, de um diminutivo latino **facĭŏla*(*m*) (< *facĭēs* 'face'), mas esta hipótese parece-nos demasiado ousada por só existir continuação dele em galego-português no âmbito das línguas românicas.

3.20. *farragoila* [Beiras: Casegas – Covilhã] 'diz-se da pessoa mal vestida' (s.d.) < (?) *farrapo*.

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2010: 198; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

É provavelmente um derivado sufixal com valor expressivo, formado em português dialetal, que apresenta mudanças fonéticas da sua base difíceis de explicar (terá havido influência de *farragoulo*? cf. **3.21.**).

3.21. *ferragoulo* / *farragoulo* 'roupão largo, de mangas curtas e capuz' (1589) ← ár. magrebino *feryūl* / *faryūl* 'espécie de capa' ← lat. *pallĭŏlu*(*m*) 'mantilha' < *pallĭum* 'manto, toga'.

[Infopédia s.v. *ferragoulo*; Priberam s.v. *farragoulo*; Aulete s.v. *ferragoulo*; DELP1 s.v. *ferragoulo*; DELP2 s.v. *ferragoulo*; DELP3 s.v. *ferragoulo*; CdP s.v. *ferragoulo*; DCECH s.v. *ferreruelo*; Machado 1991: ø; Vargens 2007: ø]

Trata-se de um empréstimo árabe que vários autores consideram indireto, vindo para o português através do it. *ferraiolo* 'capa, capote' (DELP1 s.v. *ferragoulo*; DELP2 s.v. *ferragoulo*; DELP3 s.v. *ferragoulo*) – é por isso que o vocábulo está ausente nos trabalhos dedicados aos arabismos (Machado 1991, Vargens 2007).

3.22. *geriboila* [Trás-os-Montes e Alto Douro] 1. 'marifusa – cogumelo comestível', 2. 'cebola' (s.d.) ← ?

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2006: 197; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Vocábulo de origem obscura. A eventual base de derivação *gerib-* não é identificável.

3.23. *lantejoula* / *lentejoula* ‘pequena chapa ou escama circular, brilhante, aplicável como adorno em peças de vestuário’ (1813) ← esp. *lentejuela* ‘id.’ < *lenteja* ‘lentilha’ ← lat. *lentĭcŭla*(*m*) ‘id.’ < *lens*, *-tis* ‘id.’.

[Infopédia s.v. *lantejoula*; Priberam s.v. *lantejoula*; Aulete s.v. *lentejoula*; DELP1 s.v. *lentejoula*; DELP2 s.v. *lentejoula*; DELP3 s.v. *lente*[2]; CdP: ø; DCECH s.v. *lenteja*]

É um empréstimo espanhol, tendo o sufixo diminutivo *-uela* sido adaptado como *-oula*.

3.24. *manigoilo* [Beiras: Aldeia Velha – Sabugal] ‘trambolho, malfeito’ (s.d.) < (?) *manigância*.

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2010: 255; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

É um adjetivo com valor expressivo, talvez formado a partir do substantivo *manigância* no sentido de ‘tramoia, ardil, manivérsia’.

3.25. *missoilo* [Trás-os-Montes e Alto Douro: Santa Marta de Penaguião, Alijó] 1. ‘pequeno saco de farinha’, 2. ‘pequena fornada’ (s.d.) ← ?

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete s.v. *missoilo*; Barros 2006: 246; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Aulete (s.v.) e Pereira (1909: 110) anotam uma terceira aceção de *missoilo*: ‘criança de colo, gorda’. A etimologia desta palavra é obscura pelas seguintes razões: 1) faltam correspondências noutras línguas românicas (portanto, a origem latina fica excluída); 2) a eventual base de derivação *miss-* não é identificável, embora deva ter existido, julgando pela existência de outro vocábulo derivado, usado na mesma zona de Portugal com significado mais geral: *missoco* ‘pedaço, bocado’ (Barros 2006: 246). A área em que funciona este vocábulo talvez sugira uma origem leonesa.

3.26. *moçoila* 1. ‘raparigota’, 2. ‘moça airosa’ (séc. XIX) < *moça*.

[Infopédia: ø[259]; Priberam s.v. *moçoila*; Aulete s.v. *moçoila*; DELP1 s.v. *moçoila*; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP s.v. *moçoila*; DCECH: ø]

[259] Na Infopédia não existe a entrada *moçoila*, mas a palavra *raparigota* é definida precisamente como ‘moçoila’.

É provavelmente um derivado sufixal com valor diminutivo, formado em português; é igualmente a opinião de Brüch (1940: 97) e de Machado (DELP1 s.v. *moçoila*). A nosso ver, não se deve rejeitar também a possibilidade de ter havido influência do esp. *mozuela*.

3.27. *moçoilo* 'rapaz ainda pequeno, rapazito' (s.d.) < *moço*.
[Infopédia s.v. *moçoilo*; Priberam s.v. *moçoilo*; Aulete: ø; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

É provavelmente um derivado sufixal com valor diminutivo, formado em português. Na nossa opinião, existe também a possibilidade de ter havido influência do esp. *mozuelo*.

3.28. *panhoilo* [Beiras: Vermiosa, Figueira de Castelo Rodrigo] 'lenço da cabeça' (s.d.) ← esp. *pañuelo* 'pedaço de teia, geralmente quadrado, usado para se abrigar ou como acessório na indumentária feminina e masculina' < *paño* 'pano'.
[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2010: 286; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Tanto a forma como a significação deste vocábulo apontam para a sua origem castelhana. O sufixo *-oilo* é, assim, uma adaptação do sufixo diminutivo espanhol *-uelo*.

3.29. *panoilo* [Alentejo] 'pano grande em que se transporta palha para as manjedouras' (s.d.) < *pano*.
[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete s.v. *panoilo*; Barros e Guerreiro 2013: 213; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

É um derivado sufixal formado em português dialetal, com valor aumentativo.

3.30. *papoila* / *papoula* [botânica] 'planta herbácea da família das Papaveráceas, de suco leitoso, com pétalas geralmente vermelhas e maculadas de negro na unha, espontânea e frequente em Portugal' (séc. XVI) ← moçár. *habapáwra* 'id.' ← lat. *papāver*, *-ĕris* 'id.' (com interferência do ár. *habb* 'grão de cereal, semente').

[Infopédia s.v. *papoila*; Priberam s.v. *papoila*; Aulete s.v. *papoula*; DRAG s.v. *papoula*; DELP1 s.v. *papoula*; DELP2 s.v. *papoula*; DELP3 s.v. *papoula*; CdP s.v. *papoula*, s.v. *papoila*; DCECH s.v. *amapola*]

Trata-se de um moçarabismo de origem latina. Está errada a opinião de Brüch (1940: 95–96) segundo a qual *papoula* não vem do árabe hispânico, mas sim do lat. **papaula* ← **papāvŭla* (forma resultante da substituição de terminação rara por um sufixo diminutivo) ← *papāver*. O CdP proporciona também formas populares *pampoila* e *pimpoila*. Regionalmente *papoila* tem também outras significações: 'indivíduo bruto, imbecil' (Barros 2006: 267), 'borboleta' (Barros 2010: 287), 'vagina', 'homossexual' (Barros e Guerreiro 2013: 214).

3.31. *passaroula* [Beiras: Monsanto] 'borboleta' (s.d.) < *pássaro*.
[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2010: 289; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

É um derivado sufixal formado em português dialetal, com valor diminutivo. Em galego existe a forma correspondente *paxarela* (com outro sufixo), tendo o mesmo significado (DRAG s.v.). É interessante observar que em português comum o derivado *passarola* é aumentativo e significa 'ave grande' (Infopédia s.v.; Priberam s.v.; Aulete s.v.).

3.32. *patoilo* [Beiras] 'indivíduo forte, pesado, de pés grossos' (s.d.) < *pata*.
[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete s.v. *patoilo*; Barros 2010: 290; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3 s.v. *pata*[1]; CdP: ø[260]; DCECH: ø]

É um substantivo com valor expressivo, formado provavelmente a partir de *pata* ('alguém que tem grandes pés – patas') ou *pato* ('alguém ingénuo como um pato'). Em português comum funciona a variante *patola* (Infopédia s.v.; Priberam s.v.).

3.33. *quinchoilo* [Beiras: Miuzela – Almeida] 'pequeno recinto, ao lado do balcão da casa, onde se guarda lenha, etc.' (s.d.) < *quinchoso*.

[260] A forma *Patoilo* aparece registada uma vez no CdP num texto de finais do século XX, mas como apelido, o que não contribui para fins da nossa análise.

[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2010: 312; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Na mesma zona dialetal existe também a variante *chinchoilo* ‘pequeno prédio’ (Barros 2010: 124). São derivados com valor diminutivo formados em português a partir do substantivo *quinchoso* através de uma substituição do sufixo *-oso* por *-oilo*.

3.34. *raioila* [Beiras: Miuzela – Almeida] ‘jogo no qual se atira uma moeda a um risco traçado no chão’ (s.d.) ← esp. *rayuela* ‘espécie de jogo’ ← lat. **rădĭŏla*(*m*) ‘raiozinho’ < *rădĭus* ‘raio’.
[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete: ø; Barros 2010: 317; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Na mesma zona dialetal existem as variantes fonéticas com o mesmo sentido: *raiola* (Barros 2010: 317; Infopédia s.v.; Priberam s.v.; Aulete s.v.), *raoula* (Barros 2010: 318), *arraioula* (Barros 2010: 49); há também *rioila* ‘pedra pequena, redonda, para jogar o charraz – espécie de jogo’ (Barros 2010: 328). No português comum funciona a palavra vernácula *arrió* (e, secundariamente, *arriós*) 1. ‘pedrinha para jogar o alguergue’, 2. ‘jogo do alguergue’, 3. ‘pelouro’, que tem a mesma origem latina que esp. *rayuela*, provindo do diminutivo **rădĭŏla*(*m*). Estas formas desenvolveram aceções figuradas: ‘risca’ → ‘jogo de pedrinhas sobre uma tábua riscada ou um solo com riscas traçadas’ → ‘pedrinha’. Em galego há formas correspondentes que têm, porém, outros sentidos (DRAG s.v.): *riola* ‘fila de pessoas’ e *raiola* 1. ‘conjunto de raios de sol que às vezes aparecem entre as nuvens quando o céu está encoberto’, 2. ‘aberta de sol num dia chuvoso’, 3. ‘calor morno do sol’ (Dębowiak 2013: 135).

3.35. *rasoila* [Beiras: Aveiro] ‘pá para puxar para o tabuleiro o sal que foi previamente quebrado’ (s.d.) ← lat. **rāsōrĭa*(*m*) ‘instrumento que serve para arrasar’.
[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete s.v. *rasoila*; Barros 2010: 319; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

É uma variante fonética da palavra *rasoira* / *rasoura* ‘cilindro de pau para rasar o milho, as favas, o trigo, etc.’ (séc. XVI) (Infopédia s.v. *rasoira*; Priberam s.v. *rasoura*; DELP3 s.v. *raso*), mostrando a intercambiabilidade dos sufixos *-oilo* ~ *-oiro*. Para a alternância dialetal das líquidas *l* ~ *r* talvez tenha contribuído a atração formal de outras

palavras terminadas em *-ouro* / *-oiro* (cf. **5.**). Acrescente-se que a busca de palavras contendo a sequência *-oila-* no DRA evidenciou a existência da forma sinónima *rezoila*.

3.36. *sapoila* / *sapoula* [Trás-os-Montes e Alto Douro: Carviçais – Moncorvo, Beiras: Figueira de Castelo Rodrigo] 'mandrião, lento, indolente, inábil' (s.d.) < *sapo*.
[Infopédia s.v. *sapoila*; Priberam: ø; Aulete s.v. *sapoila*; Barros 2006: 320; Barros 2010: 338; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

Trata-se de um derivado sufixal com sentido expressivo, formado em português dialetal. Barros (2010: 338) nota também o regionalismo *sapoula* na aceção metafórica 'nevoeiro intenso'.

3.37. *tacoila* [Beiras: Lamegal – Pinhel] 'pequeno anteparo de madeira para proteção dos joelhos quando se esfrega o chão; joelheira' (s.d.) < *taco*.
[Infopédia: ø; Priberam: ø; Aulete s.v. *tacoila*; Barros 2010: 349; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3: ø; CdP: ø; DCECH: ø]

É um derivado sufixal formado em português dialetal, exprimindo semelhança.

3.38. *tejoula* / *tejoila* [popular] 'um dos ossos do casco dos cavalos' (séc. XVIII) ← esp. *tejuelo* 'id.' < *tejo* 'pequeno pedaço de telha ou coisa semelhante que se usa em vários jogos'.
[Infopédia s.v. *tejoula*; Priberam s.v. *tejoula*; Aulete s.v. *tejoula*; DRAG s.v. *tixola*, s.v. *tixolo*; DELP1: ø; DELP2: ø; DELP3 s.v. *tejoila, tejoula*; CdP: ø; DCECH s.v. *techo*]

Trata-se de um empréstimo do espanhol, com adaptação do sufixo diminutivo *-uelo* como *-oula* / *-oila*. Houve mudança de género gramatical (pt. *tejoula* / *tejoila* **s.f.** ← esp. *tejuelo* **s.m.**), o que se deve provavelmente a uma confusão das palavras desta família (cf. pt. *tijolo* **s.m.** ← esp. *tejuela* **s.f.** 'pedaço de telha ou de barro cozido'). Vista a sua significação, as palavras galegas *tixola* 'utensilio de cociña metálico, de forma redonda, pouco fondo e con mango longo, no que se friten os alimentos' (DRAG s.v.) e *tixolo* 'recipiente de barro ou de ferro, con furados polo fondo, que se utiliza para asar as castañas' (DRAG s.v.) devem ter sido emprestados do espanhol

independentemente do português. DCECH (s.v. *techo*) sugere que *tejoula* / *tejoila* e *tijolo* podem ser moçarabismos.

Nomes próprios

3.39. *Avoila* [antropónimo] (s.d.) < ?

Pelos vistos é um derivado sufixal de origem afetiva, mas cuja base não nos é clara (poderia ser *ave* ou *avó*).

3.40. *Palaçoulo* [topónimo] aldeia do concelho de Miranda do Douro (s.d.) ← mir. *Palaçuôlo* ← lat. *pălātĭŏlu*(*m*) 'pequeno paço' < *pălātĭum* 'paço'.

É uma adaptação da forma mirandesa que continua regularmente[261] um derivado sufixal diminutivo latino e cujo correspondente formal português é *Paçô* (cf. os topónimos *Paçô* no norte de Portugal, p.ex. freguesia no concelho de Arcos de Valdevez no distrito de Viana do Castelo, localidade no concelho de Sever do Vouga no distrito de Aveiro)[262].

3.41. *Rapoula* [topónimo] 1) aldeia no concelho de Ansião, distrito de Leiria, 2) aldeia no concelho de Castelo Branco, 3) (*Rapoula do Coa*) aldeia no concelho de Sabugal, distrito da Guarda (s.d.) ← ?

É provavel que se trate de um topónimo de origem moçárabe (cf. Machás 1966: 124; porém, não consta em Azevedo 1994).

Classificação dos vocábulos do *corpus*

4. Com base no critério da sua proveniência, os vocábulos recolhidos podem ser divididos em alguns grupos.

[261] Em mirandês, o *ŏ* tónico latino passa regularmente para o ditongo *uô* (Pires 2009: 25–26), p.ex. lat. *bŏnu*(*m*) → mir. *buôno*, lat. *mŏrte*(*m*) → mir. *muôrte*, lat. *rŏta*(*m*) → mir. *ruôda*.

[262] Deve ser pelo sucesso que têm os produtos de cutelaria fabricados em Palaçoulo que o escritor português contemporâneo José Viale Moutinho usou, no seu conto *Lucas depois do credo*, a palavra *palaçoula* como adjetivo designando um tipo de faca: «Nessa casa havia espingardas nas paredes da sala, ali ardera tudo o que poderia ser usado em defesa, excepto uma faca **palaçoula** de lâmina fendida várias vezes, a enferrujar-se.» / «Isaque servira-lhe, a Lucas, um presunto negro de javali, com sabor e odor a urze, a carne resistia à faca **palaçoula**, um queijo duro de dois anos de pimentão e um vinho avinagrado.» / «Como se afia uma faca **palaçoula** […]?» (CdP s.v. *palaçoula*). Porém, como se trata de um emprego muito restrito, não consideramos *palaçoulo* como adjetivo na nossa análise.

4.1. No primeiro grupo consta a palavra **3.35.** *rasoila*, variante de *rasoira*, proveniente diretamente do latim. Neste caso, o sufixo continua a terminação latina -*ōrĭa*(*m*), tendo havido troca das consoantes líquidas *r* → *l*.

4.2. O segundo grupo contém os castelhanismos: **3.4.** *caçoila* / *caçoula*, **3.23.** *lantejoula* / *lentejoula*, (?) **3.26.** *moçoila*, (?) **3.27.** *moçoilo*, **3.28.** *panhoilo*, **3.34.** *raioila*, **3.38.** *tejoula* / *tejoila*. Note-se que o sufixo diminutivo espanhol -*uelo* (← *-*jólu* ← lat. -*ĭŏlu*(*m*) / -*ĕŏlu*(*m*)) foi adaptado como -*oulo* / -*oilo* em português. Aliás, esta correspondência também se observa na adaptação do arabismo *sarāwīl* em português *ceroulas* / *ceroilas* e em espanhol antigo *çeruela* (forma identificada por Machado 1991 s.v. *ceroula(s)*, cf. **3.12.**).

4.3. No terceiro grupo estão classificados os vocábulos provenientes do (ou pelo menos influenciados pelo) mirandês: **3.3.** *cachoila* ← mir. *cachuôla*, **3.14.** *cornizoilo*, *cornisoilo* ← mir. *carniçuôlo*, **3.15.** *corrioila* ← mir. *corriuôla*, (?) **3.25.** *missoilo*, **3.40.** *Palaçoulo* ← mir. *Palaçuôlo*. De facto, é interessante observar as correspondências portuguesas das palavras mirandesas terminadas em -*uôlo* (← *-*jólu* ← lat. -*ĭŏlu*(*m*) / -*ĕŏlu*(*m*)). O par mir. *caçuôlo* – pt. *caçoulo* / *caçoilo* apresenta uma relação igual àquela que está nas palavras acima mencionadas. No caso do par mir. *castanhuôla* – pt. *castanhola* vê-se a correspondência entre -*uôla* e -*ola*, sufixo que não pode ser de proveniência portuguesa vernácula por não ter perdido o *l* intervocálico. Basta comparar p.ex. os vocábulos mir. *muôla* e pt. *mó* [Beiras, Trás-os-Montes] 'dente queixal' (Priberam s.v.), ambos constituindo o desenvolvimento regular do lat. *mŏla*(*m*).

4.4. O quarto grupo inclui os arabismos e moçarabismos: (?) **3.2.** *bajoulo*, **3.12.** *ceroulas* / *ceroilas*, (?) **3.13.** *chacoula*, (?) **3.18.** *estrapoulo*, **3.21.** *ferragoulo* / *farragoulo*, **3.30.** *papoila* / *papoula*, (?) **3.41.** *Rapoula*. Aqui, a terminação -*oulo* / -*oilo* resulta da adaptação de várias sequências de sons ao sistema fonológico português.

4.5. Ao quinto grupo pertencem as palavras formadas em português com o sufixo *-oulo* / *-oilo*: **3.1.** *arvenzoila*, **3.6.** *canoila* / *canoula*, **3.8.** *carraboilo*, **3.9.** *carraçoilo*, **3.16.** *cravoila*, **3.17.** *crioulo* / *crioilo*, **3.19.** *façoila*, **3.24.** *manigoilo*, **3.26.** *moçoila*, **3.27.** *moçoilo*, **3.29.** *panoilo*, **3.31.** *passaroula*, **3.32.** *patoilo*, **3.33.** *quinchoilo*, **3.36.** *sapoila* / *sapoula*, **3.37.** *tacoila*, **3.39.** *Avoila*.

4.6. O sexto grupo contém os vocábulos formados através do processo de mudança de género gramatical de palavras portuguesas já existentes: **3.5.** *caçoilo* / *caçoulo*, **3.7.** *canoilo* / *canoulo*.

4.7. As palavras regionais com etimologia obscura constituem o último grupo: **3.2.** *bajoulo*, **3.10.** *cartechoila*, **3.11.** *catoilos*, *catroilos*, **3.13.** *chacoula*, **3.18.** *estrapoulo*, **3.22.** *geriboila*, **3.25.** *missoilo*, **3.41.** *Rapoula*. No entanto, com base na sua distribuição geográfica, poder-se-ia supor que *missoilo* seja leonesismo e que *bajoulo*, *chacoula* e *estrapoulo* sejam moçarabismos, ao passo que *Rapoula* poderá ser moçarabismo pela sua forma. Deste modo, os vocábulos aqui enumerados fariam parte dos grupos **4.3.** e **4.4.**, respetivamente.

Conclusões

5. Dos dados apresentados acima depreende-se que a terminação *-oulo* / *-oilo*, bastante rara em português, tem várias origens estranhas à norma-padrão desta língua: ora oriental, vindo do castelhano (*-uelo*), ora nordestina, tendo a ver com a zona dos dialetos leoneses (*-uôlo*), ora meridional, apresentando-se em palavras de origem árabe e moçárabe (várias sequências de sons). Não se pode tratar da continuação regular dos sufixos latinos *-ābŭlu*(*m*) (como o postula Brüch 1940: 97) ou *-ĭŏlu*(*m*) / *-ĕŏlu*(*m*), pois o resultado final destas evoluções em português teria sido *-avo* / *-abro* / *-ouvo* e *-ô* / *-ó*, respetivamente (cf. DCECH s.v. *criollo*, Dębowiak 2013: 146–147). Nesta perspetiva, a forma *-oulo* / *-oilo* vai de encontro às leis fonéticas[263].

[263] Corominas sublinha este facto em vários artigos do seu dicionário (DCECH):

– «[…] un sufijo *-oulo* (*-oilo*) ha existido en portugués como representante del latino diminutivo -ŏLUS; representante no genuino, por cierto, pero tomado del leonés o del mozárabe.» (s.v. *criollo*);

– «El port. *façoila* ou *façula* ‘mejilla grande y grosera’ es ajeno a la lengua clásica […] y hoy familiar, aunque ya generalmente conocido […]; procederá de un dim. *faciola*, pero tanto el matiz familiar y la fecha moderna, en literatura, como el tratamiento con conservación de la *-l-* y *o* > *ou* (> *oi*,

Assim, a terminação analisada ter-se-á estabelecido independentemente nalgumas palavras vindas para o português de várias direções. Graças a uma correspondência formal entre as palavras portuguesas em *-oulo* / *-oilo*, espanholas em *-uelo* e mirandesas em *-uôlo*, a qual os lusófonos terão ressentido e consciencializado[264], a terminação em questão terá ganho autonomia como sufixo e, provavelmente a partir do século XVI, terá começado a juntar-se a palavras portuguesas autóctones para formar novos vocábulos. É notável o galego ignorar a maior parte destes derivados, o que apoia a teoria segundo a qual o sufixo *-oulo* / *-oilo* não vem diretamente do latim e significa que ele alargou o seu uso em português já depois da separação do galego.

Outro fator que pode apontar para uma origem estrangeira heterogénea da terminação *-oulo* / *-oilo*, que chegou a ganhar estatuto de sufixo em português, é a sua instabilidade formal. Relembrem-se as seguintes formas mencionadas na parte analítica do presente trabalho: **3.2.** *bajoulo* ~ *bajolo*, **3.3.** *cachoila* ~ *cachola*, **3.4.** *caçoila* / *caçoula* ~ *caçola*, **3.10.** *cartechoila* ~ *cartassola*, **3.14.** *cornizoilo*, *cornisoilo* ~ *cornisó* ~ *carnisol*, **3.15.** *corrioila* ~ *corrijó* ~ *corrijola*, **3.16.** *cravoila* ~ *cravoilha*, **3.19.** *façoila* ~ *façula*, **3.32.** *patoilo* ~ *patola*, **3.34.** *raioila* ~ *arraioula* ~ *raiola* ~ *arrió*, **3.35.** *rasoila* ~ *rasoira*, **3.38.** *tejoula* / *tejoila* ~ *tijolo*, nas quais se observam alternâncias vocálicas (/ow/ /oj/ ~ /ɔ/ ~ /o/ ~ /u/) e consonânticas (/l/ ~ /ʎ/ ~ /ɾ/). As formas galegas correspondentes às portuguesas são igualmente ilustrativas a esse respeito: **3.3.**

u), revelan procedencia mozárabe; sin embargo, hoy se ha corrido hasta el extremo Norte y se presenta bastante vital en el gall. *fazulas* 'las mejillas, especialmente las del gordinflón o de buen color' […].» (s.v. *haz III*);

– «[…] el sufijo portugués *-oulo* es también típico de los extranjerismos y mozarabismos […]» (s.v. *ferreruelo*);

– «El port. *tejôlo* o *tijôlo* se ha convertido en la expresión corriente para 'adobe' o 'ladrillo', *tejoila* 'uno de los huesos del casco del caballo', mientras que el gall. *tixola* es hoy el vocablo más corriente en el sentido de 'sartén' […]; aunque en gallegoportugués debiéramos tener formas en *lh*, la *j* (> gall. *x*) se explica por disimilación; no deja de ser asimismo llamativo que no se perdiera la -L- intervocálica (*-óa*, *-ó*) por lo cual cabe la sospecha de que en el origen fuesen préstamos del leonés o, mejor, del mozárabe. En efecto, son bastantes los mozarabismos portugueses probados, donde -OLU, -OLA, ha dado *-oulo*, *-oula* / *-oilo*, *-oila*.» (s.v. *techo*).

[264] Compare-se ainda o antigo adjetivo *valençoila*, adaptação do esp. *valenzuela*, usado por Garcia de Resende na sua obra *Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo* (1533): «Sayo el-rey da fortaleza com seus oito mantedores, os quaes eram o prior de Sam Joam de Castella **Valençoila**, e Dom Diogo d'Almeida, Joam de Sousa, Aires da Silva camareyro-mor, Dom Joam de Meneses, Monseor de Veopargas frances, Alvoro da Cunha estribeiro-mor, e Ruy Barreto com grandissimo estado e estrondo, tudo em tanta realeza que se nam pode dizer tam inteiramente como foy.» / «O prior de Sam Joam de Castella, **Valençoila**, que fora grande senhor, e andava cá desterrado, trazia Alexandre encima dos grifos e dizia: No es menor mi pensamiento mas ha quebrado tristura las alas de mi ventura».

Esta forma antiga foi-nos proporcionada pelo CdP (s.v. **oila*) aquando da procura de palavras terminadas em *-oila*.

cachoila ~ gal. *cachola*, **3.4.** *caçoila* / *caçoula* ~ gal. *cazola*, **3.5.** *caçoilo* / *caçoulo* ~ gal. *cazolo*, **3.7.** *canoilo* / *canoulo* ~ gal. *canouco*, **3.14.** *cornizoilo*, *cornisoilo* ~ gal. *cornizó*, **3.15.** *corrioila* ~ gal. *correola*, **3.34.** *raioila* ~ gal. *raiola*, **3.38.** *tejoula* / *tejoila* ~ gal. *tixola*. Talvez se devam adicionar aqui também certas formas terminadas em *-ouro* / *-oiro*, como:

– *canoura* / *canoira*[265] que, embora tenha significado especializado, será variante de **3.6.** *canoula* / *canoila*;

– *pelouro* / *peloiro*[266] que terá vindo de **peroulo*, diminutivo moçárabe da forma continuando o lat. *pĕtra*(*m*)[267], aceção existente até hoje no galego *pelouro* ('pedra pequena que a erosión se tornou lisa e arredondada'; DRAG s.v. *pelouro*).

A alternância das líquidas *l* ~ *r* se calhar foi favorecida pela atração formal de outras palavras terminadas em *-ouro* / *-oiro*, vindas do latim, como p.ex. *cossouro* / *cossoiro* (← lat. **cursōrĭu*(*m*)) ou *vassoura* / *vassoira* (← lat. **versōrĭa*(*m*)) (cf. Leite de Vasconcelos 1926: 130)[268].

Quanto à semântica, na sua origem, o sufixo *-oulo* / *-oilo* deve ter sido simplesmente relacional, indicando semelhança, como ainda se pode ver nos derivados: **3.16.** *cravoila*, **3.17.** *crioulo* / *crioilo* e **3.37.** *tacoila*. A partir daí, o sufixo analisado terá

[265] *canoura* / *canoira* [regionalismo] 'caixa em forma de tronco de pirâmide quadrangular onde se deita o cereal que vai cair no adelhão que o conduz ao centro da mó' (1697) [Infopédia s.v. *canoura*; Priberam s.v. *canoira*, s.v. *canoura*; Aulete s.v. *canoura*; DELP1 s.v. *canoura*; DELP2 s.v. *canoura*; DELP3 s.v. *cana*; CdP s.v. *canoura*; DCECH: ø].

[266] *pelouro* / *peloiro* 1. 'bala com que se carregavam as antigas armas de fogo', 2. 'bola oca de cera que se usava para nela se encerrar o voto escrito para eleições municipais, etc.', 3. 'cada um dos ramos de administração municipal a cargo de um vereador' (séc. XV) [Infopédia s.v. *pelouro*; Priberam s.v. *pelouro*; Aulete s.v. *pelouro*; DELP1 s.v. *pelouro*; DELP2 s.v. *pelouro*; DELP3 s.v. *péla*[1]; CdP s.v. *pelouro*, s.v. *peloiro*; DCECH s.v. *piedra*].

[267] Esta etimologia, que nos parece plausível, foi proposta por Corominas (DCECH s.v. *piedra*). Porém, vários autores consideram *pelouro* / *peloiro* como derivado de *pela* 'bola' (DELP1 s.v. *pelouro*; DELP3 s.v. *péla*[1]; Brüch 1940: 94–95).

[268] Discutindo sobre a possível evolução: lat. *-ōrĭu*(*m*) → pt. *-ouro* / *-oiro* → *-oulo* / *-oilo*, vale a pena mencionar que a busca no CdP (s.v. **oulo*) se revelou interessante a esse respeito, patenteando o topónimo antigo *Prioulo* que provirá do lat. *prōmontōrĭu*(*m*), se se acreditar na etimologia sugerida por Francisco Manuel de Melo. Eis o fragmento da sua obra *Epanaphora politica primeira* (1637) em que surge o dito nome: «Falta de Piloto prâtico, foy a Capitana em busca do Cabo, que sendo visto, mas não conhecido, de nossos marinheiros, era forçoso apartar da terra por toda aquella noute. Porèm, voltando a ella, ao outro dia, e vendo, que faltava por muitas horas, se entendeo haverse dobrado: porque correndo a costa de Espanha, desde o Promontorio Sacro (hoje dito de: S.Vicente) pello rumo de Norte Sul; deste cabo de Finis, até outro que lhe demóra ao Nordeste, dito dos naturaes, com nome humilde, de **Prioulo** (que parece ser o Celtico Promontorio, que disserão os antigos) se encurva a terra, formando hum simicirculo, ou arco mixto, de varias porções, ou segmentos de rumos; […]».
Prioulo como nome de um cabo na Galiza aparece também algumas vezes na *Arte de navegar, em que se ensinão as regras praticas* […] de Manoel Pimentel (1762).

vindo a exprimir igualmente diferenças de tamanho, no sentido de veicular a ideia de dimensões mais pequenas (**3.8.** *carraboilo*, **3.26.** *moçoila*, **3.27.** *moçoilo*, **3.31.** *passaroula*, **3.33.** *quinchoilo*, também *pelouro* / *peloiro*) ou maiores (**3.6.** *canoila* / *canoula*, **3.19.** *façoila*, **3.29.** *panoilo*). Destes últimos empregos terão nascido secundariamente valores afetivos e expressivos (**3.1.** *arvenzoila*, **3.9.** *carraçoilo*, **3.20.** *farragoila*, **3.24.** *manigoilo*, **3.32.** *patoilo*, **3.36.** *sapoila* / *sapoula*).

Com este trabalho esperamos ter contribuído para esclarecer a questão da origem da terminação *-oulo* / *-oilo*, autonomizada como sufixo, na língua portuguesa.

Símbolos

← = provém de; → = resulta em; < = deriva de; > = é a base de derivação para

Referências

Aulete = *Dicionário da língua portuguesa Aulete digital*: <http://www.aulete.com.br/>.

Azevedo, Maria Luísa Seabra Marques de. 1994. *Toponímia moçárabe em Portugal*. Coimbra: [s.n.].

Barros, Vítor Fernando. 2006. *Dicionário do Falar de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Lisboa: Âncora Editora e Edições Colibri.

Barros, Vítor Fernando. 2010. *Dicionário de Falares das Beiras*. Lisboa: Âncora Editora e Edições Colibri.

Barros, Vítor Fernando, e Lourivaldo Martins Guerreiro. 2013[3]/2005[1]. *Dicionário de Falares do Alentejo*. Lisboa: Âncora Editora.

Brüch, Josef. 1940. «Das Suffix des port. *Crioulo*». In *Portugal 1140–1640: Festschrift der Universität Köln zu den portugiesischen Staatsfeiern des Jahres 1940*, ed. Fritz Schalk 90–100. Köln: Balduin Pick Verlag.

CdP = *Corpus do Português*: < http://www.corpusdoportugues.org/>.

Cornu, Jules. 1888. «Die portugiesische Sprache». In *Grundriss der romanischen Philologie*, I. Band, ed. Gustav Gröber, 715–803. Strassburg: Karl J. Trübner.

DCECH = Corominas, Joan e José Antonio Pascual. 1980–1991. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, 6 vol. Madrid: Gredos.

DELP1 = Machado, José Pedro. 1977[3]/1952[1]. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 5 vol. Lisboa: Horizonte.

DELP2 = Nascentes, Antenor. 1955. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2 vol. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do «Jornal do Commercio».

DELP3 = Cunha, António Geraldo da. 2012[4]/1982[1]. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon.

Dębowiak, Przemysław. 2013. «Nota de morfologia histórica do português: sufixo *-*ó*». *Diacrítica. Série Ciências da Linguagem* 27/1: 131–152.

Dębowiak, Przemysław. 2014. *La formation diminutive dans les langues romanes*. Frankfurt am Main – […] – Wien: Peter Lang.

DiF = *Dicionário inFormal*: <http://www.dicionarioinformal.com.br/>.

DLE = *Diccionario de la lengua española*: <http://dle.rae.es>.

DR = *Dicionário de Rimas no Dicionário inFormal*: <http://www.dicionarioinformal.com.br/rimas/>.

DRA = Vasconcelos, José Leite de. *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos*: <http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/dra/>.

DRAG = *Dicionario da Real Academia Galega*: <http://academia.gal/dicionario>.

Infopédia = *Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/>.

Machado, José Pedro. 1991. *Vocabulário Português de Origem Árabe*. Lisboa: Editorial Notícias.

Machás, Joaquim. 1966. «Nos tempos que já lá vão…». *Estudos de Castelo Branco* 19–20: 121– 127.

Pereira, A. Gomes. 1909. «Tradições populares e linguagem de Villa Real». *Revista Lusitana* XII: 93–132.

Pires, Moisés, S.D.B. 2009. *Elementos de Gramática Mirandesa*. Miranda do Douro: Centro de Estudos António Maria Mourinho.

Priberam = *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*: <https://www.priberam.pt/dlpo/>.

Rhymit = *Dicionário de rimas Rhymit*: <http://www.rhymit.com/pt>.

Vargens, João Baptista M. 2007. *Léxico português de origem árabe: subsídios para os estudos de filologia*. Rio de Janeiro: Almádena.

Vasconcelos, José Leite de. 1926[2]/1911[1]. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

Vasconcelos, José Leite de. 1928. *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de. 1976. *Lições de filologia portuguesa, segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Dinalivro.

25. A edição crítica do teatro de espetáculo espanhol do século XVIII. Um caso prático nas comédias de Manuel Fermín de Laviano

Alberto Escalante Varona[269]

Universidad de Extremadura, Grupo de Investigación Literaria «Barrantes-Moñino»

Neste artigo[270], oferecemos uma proposta prática para o estudo da comédia popular espanhola do século XVIII, no género da "comédia de espetáculo". Analisamos as características textuais da obra do dramaturgo madrileno Manuel Fermín de Laviano: concretamente, oferecemos uma proposta de edição das comédias *El castellano adalid* e *La conquista de Madrid*. Descrevemos as duas comédias na obra completa de Laviano, realizamos a descrição bibliográfica das suas manifestações textuais, e apresentamos alguns problemas derivados da colação dos testemunhos conservados. Finalmente, justificamos as ações realizadas seguindo as particularidades específicas da produção, transmissão e receção escrita do teatro popular deste século.

Palavras-chave: Fernán González, teatro popular, ilustração, crítica textual, bibliografia.

1. Introdução

Os estudos críticos sobre a literatura espanhola do século XVIII têm avançado nas últimas décadas. As aproximações de críticos como Ivy McClelland (1970) ou René Andioc (1976) abriram novas vias de investigação nos aspetos sociais do teatro e nos géneros menos conhecidos. No âmbito da crítica espanhola, Cañas Murillo (1990), Álvarez Barrientos (1992), Herrera Navarro (1993), Palacios Fernández (1998), Rodríguez Sánchez de León (2000), Salla Valldaura (2010), além de outros, têm contribuído com numerosas novas perspetivas sobre géneros teatrais populares tradicionalmente esquecidos nos estudos literários sobre este período.

[269] Este artigo foi realizado com uma bolsa de investigação (*Ayudas a la Formación del Profesorado Universitario*) do Ministerio de Educación, Cultura y Deporte do Gobierno de España (FPU14/00928).
[270] A revisão linguística deste artigo foi realizada por Priscila Vasconcelos, a quem gostaria de agradecer o seu paciente trabalho e as suas correções.

Mas ainda há muitos temas que precisam de contribuições críticas, para assim conhecer melhor as condições de produção, transmissão e receção da literatura da Ilustração. São poucas as edições disponíveis de textos teatrais, e ainda menos edições verdadeiramente críticas[271]. Por outro lado, precisamos de mais aproximações biográficas sobre os autores do período. Por exemplo, Manuel Fermín de Laviano. Dramaturgo do final do século, desconhecemos muitos dados sobre a sua vida, e, embora a sua produção literária não seja desconhecida para a crítica, apenas uma mínima parte foi editada.

No presente estudo ofereceremos uma proposta de estudo deste autor. Em primeiro lugar, resumiremos as principais contribuições críticas sobre a sua obra. Em seguida, consideraremos as comédias escritas por ele. Finalmente, exporemos um exemplo de edição crítica de duas comédias: *El castellano adalid* e *La conquista de Madrid*.

2. Receção crítica da obra de Manuel Fermín de Laviano

Manuel Fermín de Laviano foi incluído rapidamente na geração de dramaturgos conhecida depreciativamente como a «escuela de Comella» (Lista y Aragón 1844: 226–228). Escritores eruditos como Forner (1783) ou Fernández de Moratín (1831) qualificaram Laviano como «autor de tragedias que hacen reír» ou de «menestras mal cocidas». Posteriormente, Laviano foi considerado como um dos culpados da «[...] corrupcion y envilecimiento» do teatro espanhol, «dando monstruos á cual mas espantables» (Gil de Zárate 1844: 322); Cotarelo (1897: 333) também qualificou a Laviano como um dos preferidos da «parte más inculta y numerosa del publico».

A trajetória literária e biográfica de Laviano é similar às condições vitais e profissionais de outros dramaturgos seus contemporâneos, como Ramón de la Cruz, Luciano Francisco Comella, Gaspar Zavala y Zamora, Luis Moncín, Fermín del Rey, etc. Como muitos outros, Laviano também é um funcionário que, ao mesmo tempo, apresenta os seus textos no teatro. Foi um autor de comédias de espetáculo[272] e teatro

[271] A metodologia da crítica textual neo-lachmanniana, aplicada à literatura espanhola, tem como principais referentes os estudos de Blecua (1983) e Pérez Priego (2011), além de outros investigadores. No entanto, no âmbito da literatura do século XVIII os exemplos são escasos. Olay Valdés (2016) está realizando atualmente um completo projeto de edição crítica da poesía do pai Feijoo.

[272] O termo «comédia de espetáculo» foi proposto por Cañas Murillo (1990), para designar todas as comédias nas quais o componente cénico é ainda mais importante do que a coerência argumental e que são escritas principalmente para divertir ao público. Palacios Fernández (2012) analisa a configuração tipológica dos heróis medievais no teatro popular, caracterizados como personagens «arrogantes».

breve. E isto não é indicativo de pouca inteligência. Atualmente, a perceção crítica sobre estes escritores populares tem melhorado, e os traços textuais da sua obra são estudados não como prova da literatura de costumes anterior ao Romantismo ou como um testemunho da «corrupção» ética e estética do teatro espanhol, senão como mostra das práticas dramáticas deste período. É, principalmente, um teatro preparado para o sucesso na agenda de espetáculos, e que responde às inquietudes do povo, no contexto do despotismo ilustrado. Como indicou Albiac Blanco (2011: 511) sobre estes autores:

> [...] *no tenían estudios universitarios* [...] *ejercían oficios ajenos al mundo intelectual y al de los altos funcionarios* [...]. *Sin embargo, trataron de procurarse un bagaje cultural que, si bien no alcanzó grandes cotas, y en ocasiones dejó bastante que desear, tampoco permite calificarlos de garrulos ignorantes.* [...] *se sabían desenvolver mucho mejor en un medio para el que trabajaban como técnicos o traductores por encargo, con cuyos actores compartían espacio y, además, escribían obras que eran éxitos de taquilla.*

Entrambasaguas (1932: 167–169) foi o primeiro a assinalar a necessidade de elaborar um estudo específico e pormenorizado sobre a biografia e bibliografia de Laviano:

> *No es Laviano un escritor de mérito notable, pero tampoco uno de los peores en aquel período dieciochesco de miseria literaria* [...]. *Si no demostró poseer un gran talento literario en sus comedias tampoco puede negársele un valor representativo digno de todo interés, e indudables aciertos, que le hacen acreedor de un estudio algo detenido que complete el general de nuestro teatro del siglo XVIII.*

No entanto, até hoje não foi realizado nenhum estudo específico sobre estas questões. Laviano aparece em numerosas histórias da literatura, como um exemplo mais da dramaturgia popular espanhola (Díaz Borque 1988, Carnero 1995, Sala Valldaura 1996, Doménech y Peral 2003). As bibliografias de Aguilar Piñal (1989) e Herrera Navarro (1993) constituem consultas indispensáveis para recuperar listas bibliográficas sobre Laviano. Apenas alguns textos foram editados: por Entrambasaguas (1932), a *Loa para el duque de Híjar* e três composições poéticas, e por Ratcliffe (2002), as comédias *La afrenta del Cid, vengada* e *El castellano adalid*.

3. A obra dramática do Manuel Fermín de Laviano

A revisão crítica da obra de Laviano prova que a sua produção se estende durante os anos l779 a 1790. Os primeiros catálogos onde localizamos os seus textos foram

realizados por García de la Huerta (1785) e Moratín (1825). Este último oferece uma lista completa, mas apresenta numerosos erros que não haviam sido corrigidos até às contribuições críticas no século XX, nos catálogos de Aguilar Piñal (1989), Herrera Navarro (1993) e Andioc e Coulon (2008). Por outro lado, a revisão da documentação nas bibliotecas e arquivos em Madrid contribui com novos textos.

Em primeiro lugar, estabeleceremos uma metodologia de investigação documental para atualizar a bibliografia literária de Laviano: chamaremos a esta secção «recensio», pela sua similitude com o processo de localização dos testemunhos textuais, que constitui o primeiro passo da crítica textual. Em segundo lugar, aplicaremos os resultados obtidos no caso prático das comédias *El castellano adalid* e *La conquista de Madrid*: chamaremos a esta secção «constitutio textus», porque os passos prévios têm como finalidade a reconstrução dos textos referidos, um projecto que ainda estamos a elaborar.

3.1 «Recensio»: as provas da autoria

Para estabelecer com segurança quais são os textos dramáticos de Laviano, seguimos três tipos de provas: os documentos autógrafos, os recibos de cobrança e os pseudónimos (ou «criptónimos»). Todas são opções de construção da imagem pública não exclusivas de Laviano, mas comuns entre os autores dramáticos do século XVIII. Trabalha como funcionário do Ministério de Finanças, e desenvolve uma trajetória profissional alternativa como autor dramático, conhecido no circuito teatral de Madrid. O sucesso das suas comédias, que assina, proporciona-lhe rendas, mas também inimigos virulentos na crítica erudita neoclássica e do *Memorial literario*. Talvez por esse motivo, assina com criptónimos em impressos com os quais procura entrar no negócio editorial. Deste modo, as firmas são a prova principal para estabelecer a autoria de Laviano, e são testemunhos da sua presença na estrutura empresarial do teatro da capital espanhola.

No trabalho do Joaquín de Entrambasaguas (1932), encontramos a primeira reprodução fotográfica da assinatura de Manuel Fermín de Laviano. No entanto, alguns textos escritos por Laviano não estão conservados em autógrafos. As condições de escritura e transmissão do teatro popular dos séculos XVII e XVIII estabelecem a realização de três ou mais cópias manuscritas, ou *apuntes*, para atender todas as

necessidades da representação. Geralmente, um *apunte* era enviado aos censores civis e eclesiásticos. Outro *apunte* era utilizado pelos atores durante o ensaio. O último *apunte* servia para as indicações técnicas da cena. Alguns destes *apuntes*, principalmente os destinados aos censores, são os escritos diretamente pelos autores; sobre estes documentos aplicam as correções indicadas, que posteriormente são transmitidas aos outros *apuntes* destinados às companhias teatrais. No caso dos documentos em que se transmitem as comédias de Laviano, só doze são autógrafos. O resto são cópias realizadas pelos *apuntadores*[273] das companhias teatrais, e alguns destes *apuntamentos* já apresentam as correções dos censores.

Por isso, a firma de Laviano (Figura 1) é a principal prova para determinar a sua autoria sobre o *corpus* textual teatral atribuído tradicionalmente a ele.

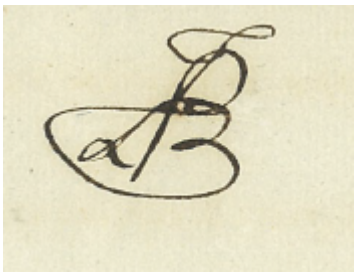


Figura 1. Firma de Laviano

Geralmente, os textos de Laviano (não necessariamente escritos por ele, autógrafos) também apresentam o nome completo do autor na folha de rosto. Este método permite-lhe assentar a sua identidade no circuito teatral, como dramaturgo reconhecido (Figura 2).

[273] O *apuntador*, em espanhol, é quem realiza as cópias manuscritas do texto teatral, para os atores, os técnicos e os censores, no teatro antigo. Não tem o mesmo trabalho do que os «apontadores», em português, no teatro atual, os quais relembram aos atores o texto em voz baixa. Utilizaremos o termo em espanhol, e *apunte*, referido ao texto escrito pelo *apuntador*.

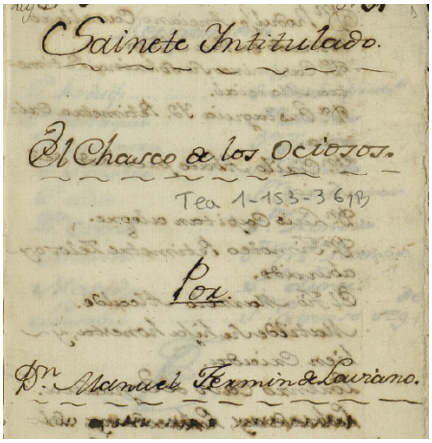


Figura 2. Folha de rosto do sainete *El chasco de los ociosos*

Laviano também firma aqueles textos dedicados à nobreza, como uma forma de desdobrar a sua identidade como autor popular e criar uma nova, como autor culto e escritor de textos neoclássicos ou laudatórios. Por exemplo, identifica-se a si mesmo no manuscrito da tragédia *El Sigerico* (Figura 3), e do louvor alegórico para o duque de Híjar (Figura 4).

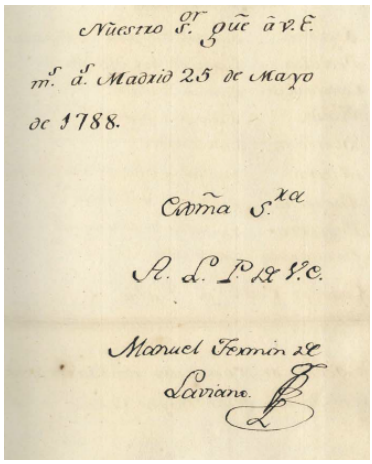
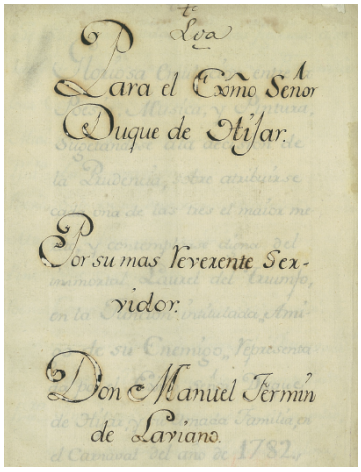


Figura 3. Dedicatória à marquesa do Pontejos e Sandoval, na tragédia *El Sigerico*


Loa
para el Excmo Señor
Duque de Hijar.

Por su mas rendiente Sex-
vidor.

Don Manuel Fermin
de Laviano.

Figura 4. Folha de rosto da *Loa para el Excmo. señor Duque de Híjar*

Esta atitude de representação própria com o nome completo também se localiza, por exemplo, nos *Endecasílabos que en justo nacimiento por el feliz nacimiento de los señores infantes* [...]. Laviano é um dos autores que escrevem composições poéticas para celebrar o nascimento dos infantes gêmeos, Carlos e Felipe, em 1783. Com estes textos, os autores procuram o favor da realeza; esta é a razão principal pela qual Laviano não só se identifica na folha de rosto do impresso, mas também descreve a sua atividade profissional como funcionário, e, portanto, servidor do Estado (Figura 5).

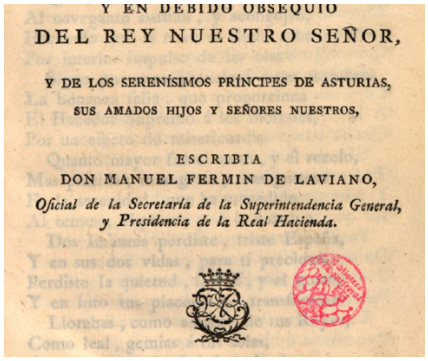

Y EN DEBIDO OBSEQUIO
DEL REY NUESTRO SEÑOR,
Y DE LOS SERENÍSIMOS PRÍNCIPES DE ASTURIAS,
SUS AMADOS HIJOS Y SEÑORES NUESTROS,
ESCRIBIA
DON MANUEL FERMIN DE LAVIANO,
Oficial de la Secretaría de la Superintendencia General, y Presidencia de la Real Hacienda.

Figura 5. Folha de rosto dos *Endecasílabos* [...]

Os recibos de cobrança constituem outra prova da autoria. Servem, principalmente, para localizar obras que não foram conservadas, como os textos breves (introduções, louvores, fim de festa). Também nos permitem identificar comédias pouco conhecidas

ou não identificadas como obras de Laviano, como *La conquista de Madrid* (Figura 6).

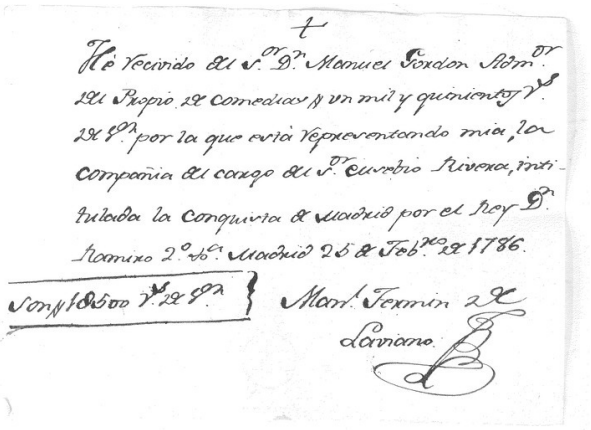


Figura 6. Recibo de cobrança da comédia *La conquista de Madrid*

Por último, os criptónimos «D. M. F. L.» e «D. M. F. D. L.» são utilizados por Laviano nas edições impressas da comédia *Al deshonor heredado vence el honor adquirido* (Figura 7) e a tragédia *El Sigerico*. A ocultação da identidade pode ser legítima, para poder expressar uma opinião impopular ou um protesto ilícito, ou simplesmente um tópico que não consegue esconder o autor, perfeitamente conhecido no âmbito literário da época. As hipóteses para explicar o uso de criptónimos, pseudónimos e outros procedimentos são múltiplas, e respondem a diferentes motivações dos autores. No caso de Laviano, pode ser consequência de uma mudança, no final da sua carreira teatral, a outras formas literárias mais prestigiosas para a crítica, que respondem às intenções moralizantes e à estética neoclássica que promulgam as autoridades literárias eruditas.

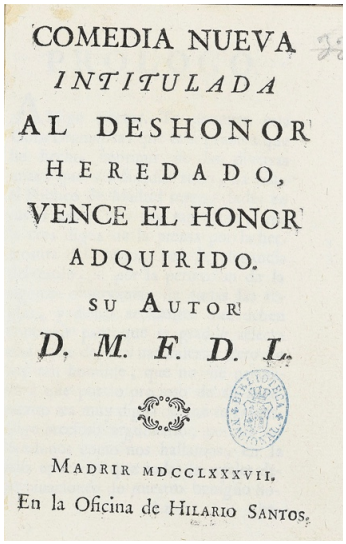

COMEDIA NUEVA
INTITULADA
AL DESHONOR
HEREDADO,
VENCE EL HONOR
ADQUIRIDO.
SU AUTOR
D. M. F. D. L.
MADRIR MDCCLXXXVII.
En la Oficina de HILARIO SANTOS.

Figura 7. Folha de rosto da comédia *Al deshonor heredado vence el honor adquirido*

Em conclusão, na obra de Laviano encontramos outro caso prototípico de criação da identidade autoria, num contexto de reafirmação da atividade no teatro popular, não oposta aos espaços de criação erudita. É uma confirmação da finalidade profissional da literatura, em diferentes âmbitos (teatral, académico, nobiliário). A identificação de Laviano mediante a firma é uma ação evidente para conseguir o seu reconhecimento ou receber benefícios económicos.

Como resultado das pesquisas realizadas, atualizámos a bibliografía dramática deste autor. Na Tabela 1, oferecemos uma relação das obras dramáticas de Manuel Fermín de Laviano, seguindo as provas de autoria que apresentámos anteriormente. Em primeiro lugar, assinalamos a data e o teatro (do Príncipe ou da Cruz) de estreia de cada obra; em segundo lugar, a data da cobrança pelo trabalho de redação do texto; em terceiro lugar, os testemunhos manuscritos e impressos nos quais cada obra está conservada; em último lugar, indicamos se algum dos testemunhos manuscritos é autógrafo. Os quadros vazios são indicativos da perda ou não localização de dados.

Nos quadros de estreia, indicamos a data seguindo a ordem dia/mês/ano, e a seguir indicamos o teatro onde estreou; seguimos o mesmo procedimento nos quadros dos recibos. Nos quadros dos testemunhos, indicamos a assinatura dos documentos localizados, nas bibliotecas seguintes: BNE (Biblioteca Nacional de Espanha), BHM (Biblioteca Histórica de Madrid), UCLM (Universidade de Castilla-La Mancha), Sevilla (Universidade de Sevilla), ITB (Institut del Teatre de Barcelona). Reunimos

também as manifestações impressas, com o nome do impressor e a data de realização do documento. Finalmente, nos últimos quadros precisamos se algum dos testemunhos previamente localizados é autógrafo.

Os dados da tabela procedem da *Bibliografía* do Aguilar Piñal (1989), o *Catálogo* do Herrera Navarro (1993), a *Cartelera* do Andioc e Coulon (2008) e consultas pessoais aos arquivos municipais de Madrid.

Tabela 1. Bibliografia da obra de Laviano

	Estreia	**Recibo**	**Testemunhos**	**Autógrafos**
La 2ª parte de la crítica	05/07/1779, Príncipe	16/07/1779	BHM: Tea 1-153-4 ITB: mss 47136	BHM: *apunte* B
La tertulia general			BHM: Tea 1-170-16	BHM: *apunte* A
Triunfos del valor y honor en la corte de Rodrigo	06/12/1779, Príncipe	11/12/1779	BHM: Tea 1-148-9 Pablo Nadal 1797 Piferrer s. a.	
El noble pescador	30/08/1779, Príncipe		BHM: Tea 1-185-15 Sevilla: A 250/114(1)	BHM: *apunte* C
El verdadero heroísmo está en vencerse a sí mismo		02/1780	BHM: Tea 1-8-6	
Morir por la patria es gloria, y Atenas restaurada	13/051780, Cruz	29/08/1780	BHM: Tea 1-45-5 Gibért y Tutó, s. a.	
La bella guayanesa	11/07/1780, Príncipe		BHM: Tea 1-13-1 Gibért y Tutó s. a.	BHM: *apunte* B
El cadalso para su dueño, y los Pardos de Aragon	24/12/1780, Príncipe	28/12/1780	BHM: Tea 1-55-15 Sevilla: A 250/079(3) Viuda de Piferrer s. a.	
La defensa de Sevilla por el valor de los godos	20/01/1781, Cruz	28/01/1781	BHM: Tea 1-106-2	BHM: *apunte* A
La isla deshabitada	22/05/1781, Cruz	24/05/1781		
La suegra y la nuera	09/06/1781, Príncipe	16/06/1781	BHM: Tea 1-64-15	
El teatro en el jardín	02/07/1781, Príncipe	19/08/1781	BHM: Tea 1-184-33	
La viuda indiferente, y esquileo de Castilla	02/07/1781, Príncipe	19/08/1781	BHM: Tea 1-10-19	

La restauración de Madrid	25/12/1781, Príncipe	02/01/1782	BHM: Tea 1-143-4	
No se evita un precipicio si se falta a la Deidad, y Mágico Fineo	31/01/1782, Príncipe	07/02/1782	BHM: Tea 1-51-1; Tea 1-131-3 (anho 1804)	
Loa para el Excelentísimo Señor Duque de Híjar			UCLM, Ciudad Real: 14348	UCLM
El reo inocente	15/07/1782, Príncipe	20/07/1782	BHM: Tea 1-63-18	BHM: *apunte* A
La afrenta del Cid, vengada	21/02/1783, Príncipe	27/02/1783	BHM: Tea 1-3-7 BNE: MSS/1588 Sevilla: A 250/074(1)	
El examen cómico		02/04/1783		
Para padrinos, las damas		05/1783	BHM: Tea 1-184-30	
Valor y honor de Otoniel	07/07/1783, Príncipe		BHM: Tea 1-10-2 BNE: MSS/17443	
El tirano Gunderico	04/11/1785, Príncipe	06/11/1785	BHM: Tea 1-148 Sevilla: A 250/072(1)-	
El castellano adalid	25/12/1785, Príncipe	27/12/1785	BHM: Tea 1-97-1 Sevilla: A 250/111(1 BNE: MSS/15959	
La conquista de Madrid por el rey don Ramiro (y el conde Fernán González)	18/02/1786	25/02/1786	Pablo Nadal 1797	
Al deshonor heredado vence el honor adquirido	09/07/1787, Príncipe		Hilario Santos 1787 Joseph Orga 179 [impresso], s. i., s. a.	
La española comandante, fiel a su amor y a su patria	26/09/1787		BHM: Tea 1-26-5	BHM: *apunte* A
El Sigerico	06/07/1790		ITB: VIT-199 BHM: Tea 1-65-4 Viuda de Ibarra 1790	ITB BHM: *apunte* C
La nina, o la loca por amor			BNE: MSS/15419	BNE
El chasco de los ociosos			BHM: Tea 1-153-36	BHM: *apunte* B

3.2 «Constitutio textus»: o caso das comédias El castellano adalid *e* La conquista de Madrid

El castellano adalid, o la toma de Sepúlveda por el conde Fernán González, e La conquista de Madrid por el rey don Ramiro y el conde Fernán González são as últimas comédias heróicas de argumento medieval que conhecemos de Manuel Fermín de Laviano. Nestas comédias, Laviano reescreve os gestos militares do lendário conde castelhano, Fernão Gonçalves[274]. Recupera as lendas da participação do conde na conquista do território de Segovia e a participação dos heróis desta cidade na conquista de Madrid.

El castellano adalid teve a sua estreia no dia de Natal de 1785. Localiza-se em cinco manuscritos. Três deles estão na Biblioteca Histórica de Madrid (Tea: 1-97-1; apuntes A, B e C), um na Universidade de Sevilla (A 250/111(1)) e outro na Biblioteca Nacional de Espanha (MSS/15959). Não localizámos impressos[275].

Em seguida, descrevemos os testemunhos localizados; as suas características textuais permitem-nos levantar hipóteses da sua redação, receção e transmissão, indispensáveis para proceder à edição do texto:

- Os manuscritos da Biblioteca Histórica são *apuntes* utilizados para a estreia da obra. No manuscrito A aparece uma data na folha de rosto, «M[adrid]. [17]85», e uma nota no final no primeiro acto onde se indica a data de estreia, a duração das representações, a autoria da comédia e a sua arrecadação (estes dados aparecem também no manuscrito C). No manuscrito B localizam-se as

[274] O conde, como personagem literária, é o protagonista de numerosos textos, especialmente comédias durante os séculos XVII e XVIII. Previamente, realizamos uma revisão bibliográfica destes textos (Escalante Varona 2016; ampliaremos os resultados em um próximo artigo publicado pela Associação Hispánica de Literatura Medieval). A personagem apresenta traços de configuração arquetípicos no século XVIII: não é substancialmente diferente de outros heróis épicos, protagonistas de comédias militares sobre o tema da Reconquista. Em este período, Fernão Gonçalves não é apresentado como o herói da independência de Castilha, mas como um guerreiro atrevido e um conquistador de cidades e fortalezas.

[275] Temos notícia de uma comédia, vendida na livraria da viúva do Quiroga, intitulada *Castellano adalid, y conquista de Madrid*, mas não a localizámos. Provavelmente será uma confusão entre as duas comédias, e esta *suelta* será *La conquista de Madrid*, que foi impressa.

censuras e aprovações. A e B apresentam correções e modificações que posteriormente se trasladam ao *apunte* C, cópia em limpo.

- O manuscrito de Sevilla também é um *apunte* para a representação, e apresenta anotações cénicas. O texto tem traços dialetais de ceceio. É um texto onde não se recolhem as modificações da censura que aparecem nos manuscritos da Biblioteca Histórica.
- O manuscrito da Biblioteca Nacional apresenta traços muito diferentes dos outros testemunhos. Como anotações cénicas só tem alguns avisos numéricos da mudança da cena. É um manuscrito copiado em papel pautado. Seguramente seria uma cópia com finalidade técnica, ou para um empresário teatral. Também é uma má cópia, e apresenta numerosos erros léxicos e métricos. Não reproduz as modificações da censura.

El castellano adalid foi editada por Ratcliffe (2002), *junto a La afrenta del Cid, vengada, outra comédia de Laviano.* Na sua edição utiliza os manuscritos da Biblioteca Histórica.

La conquista de Madrid é a sua continuação. A primeira data conhecida de representação é 18 de fevereiro de 1786, mas é provável que seja a data de estreia. Não se conservam testemunhos manuscritos. Só localizámos um impresso, na oficina de Pablo Nadal, em Barcelona, em 1797. Ainda não foi editada.

Foi estudada por Cotrait (1970), em um dos seus artigos em que analisou obras pouco conhecidas sobre o conde Fernão Gonçalves. Efetivamente, *La conquista de Madrid* não aparece no catálogo de Fernández de Moratín (1825) sobre as obras de Laviano, e foi incluída no catálogo de Barrera e Leirado (1860) sem o subtítulo *y el conde Fernán González*; por este motivo, passou desapercebida nos estudos sobre a literatura do personagem. Cotrait localiza na Biblioteca Nacional duas *sueltas* impressas, resume o argumento da comédia e contribui com uma opinião crítica. No entanto, desconhece o autor do texto e os dados de representação. As suas opiniões são negativas: marca a pouca verossimilhança do argumento histórico da comédia e a configuração simples e tópica dos seus personagens. Para ele, é uma consequência da «imperícia» do autor anónimo, e um sinal da degeneração da lenda no século XVIII.

São conclusões compreensíveis: Cotrait só pretendeu resgatar uma comédia esquecida. Mas os seus preconceitos críticos são consequência do precário estado dos estudos sobre o teatro do século XVIII nos anos 60–70. É preciso situar a comédia no seu contexto histórico, investigar a sua autoria e estudar as circunstâncias de representação, para justificar as suas limitações argumentais. Sobre a autoria da comédia, Andioc e Coulon (2008: 844, 950–951) localizam o justificativo de cobrança, assinado por Laviano, pela sua composição (é o documento que reproduzimos anteriormente); no entanto, foi um dado que não foi difundido pela crítica posterior[276].

Seguindo as datas de representação das duas comédias, ambas configuram um único projeto de reescrita e representação de episódios da lenda do conde Fernán González. Além disso, temos de conhecer as condições de escritura dos *apuntes* manuscritos no contexto teatral do final do século XVIII. Estes critérios devem ser aplicados não só sobre os *apuntes* manuscritos de *El castellano adalid*, mas também devem servir para estabelecer hipóteses sobre as possíveis condições de transmissão de *La conquista de Madrid*, conservada em uma *suelta* impressa dez anos após a data de estreia, e em outra cidade.

4. Um caso prático: a edição de *La conquista de Madrid*

O critério fundamental para a edição crítica é reconstruir um texto o mais próximo possível ao manuscrito original do autor. No entanto, no caso de Laviano este objetivo apresenta alguns inconvenientes metodológicos: a ausência de manuscritos autógrafos para ambas as comédias, de estudos sobre os traços estilísticos da sua produção literária e de edições verdadeiramente críticas, seguindo o método neo-lachmanniano, sobre a sua obra, dificulta a reconstrução rigorosa dos textos (para não dizer que é um objetivo praticamente impossível neste caso). Temos de realizar aproximações para assegurar a rigorosidade do resultado final. A leitura da obra completa de Laviano é indispensável, para estabelecer paralelismos formais e temáticos e obter anotações sobre o seu estilo.

No caso de *El castellano adalid*, propomos os seguintes critérios:

[276] A descoberta da autoria de Laviano foi publicada na primeira edição da *Cartelera* de Andioc e Coulon (2008), em 1996. No entanto, não foi incluída como obra do dramaturgo em catálogos e histórias da literatura posteriores. A atualização da *Cartelera* em 2008 também não serviu para corrigir este erro.

- Selecionar um *codex melior*. Os *apuntes* A e B da Biblioteca Histórica são a base lógica para a reconstrução textual: B é o texto entregue aos censores, e A apresenta anotações cénicas mais completas. São, seguramente, cópias realizadas ao mesmo tempo sobre o original autógrafo de Laviano, perdido. O *apunte* C recolhe o texto censurado, e só nos interessa para o estudo cénico do texto, porque é o *apunte* onde se localizam numerosas indicações técnicas para a representação.
- Distinguir entre as modificações da censura e as realizadas por diretores de cena em representações posteriores à estreia. Estas serão indicadas em nota, mas só serão consideradas como variantes de representações concretas, e não derivadas da vontade do autor.
- Respeitar os usos ortotipográficos do texto. A ausência de estudos sobre a ortografia e pontuação de Laviano impede-nos de modificar os textos originais, copiados pelo *apuntador* da companhia teatral, seguindo o estilo do autor. Portanto, propomos manter o texto original do *codex melior* (B) e só anotar as variantes ortográficas significativas. A seleção do *codex melior* não discrimina o outro *apunte* A, também derivado do arquétipo original: as variantes ortográficas entre ambos os textos não são sistemáticas, o que indica que não têm valor significativo para o *apuntador*. Só corrigimos os aspetos de pontuação que correspondem a erros evidentes, por descuido do comentador. Mas, se a edição se destina não a um público filológico, mas um público geral, será conveniente adaptar estes usos à norma atual.
- Utilizar S e N para confirmar as leituras originais do texto, antes da atuação da censura. A fixação do estema poderá servir-nos para estabelecer se algum destes testemunhos é derivado do arquétipo original, ou apresenta contaminação dele.
- Desenvolver abreviaturas e números do texto, e separar as palavras ligadas entre si, se a ligação não corresponde a uma questão significativa.

De *La conquista de Madrid*, não localizámos nenhum *apunte* manuscrito. Existem mais de dez *sueltas* impressas, do ano 1797, em diferentes bibliotecas europeias: as

mais acessíveis são as localizadas na Biblioteca Histórica de Madrid, a Biblioteca Nacional de Espanha (que Cotrait consultou), a Biblioteca de Catalunya (digitalizada), a Universidade de Sevilla (digitalizada) e a Real Academia Española. Temos de consultar o maior número possível de *sueltas* para determinar se todas correspondem à mesma tiragem de impressão ou são edições diferentes que repetem erroneamente o ano[277]. Por outro lado, a leitura de *El castellano adalid* permite-nos corrigir alguns erros na identificação dos personagens e comparar as características cénicas de ambas as comédias. Só podemos transcrever o conteúdo da *suelta*, mas modificando o texto onde seja preciso. Respeitamos a ortografia do impresso: é impossível determinar os usos originais do texto, porque a *suelta* foi impressa uma década depois da estreia da comédia e foi seguramente realizada sobre os *apuntes* utilizados numa representação em Barcelona e copiados por um copista totalmente afastado de Laviano e da realidade teatral de Madrid. No referente à pontuação, neste caso, por ser uma edição destinada ao público em geral, é preciso corrigir o texto: a pontuação é caótica, e responde a peculiaridades do processo de impressão (por exemplo, encher a caixa com tipos gráficos) que aos usos da entoação ou leitura; igualmente, temos de corrigir as numerosas erratas tipográficas evidentes (letras maiúsculas mal situadas, separações aleatórias de palavras, supressão de termos, etc.).

A seguir, e em conclusão, oferecemos um exemplo de edição do primeiro quadro de *La conquista de Madrid*, texto ainda inédito. Em nota reunimos definições de termos ou explicamos aspetos cénicos do texto[278]. Consultamos o *Diccionario de Autoridades* para realizar as notas lexicais.

[277] Este é o caso da comédia *La batalla de Pavía y prisión del rey Francisco*, de Cristóbal de Monroy y Silva, e editada por Pintacuda (Monroy y Silva 2002). Na lista de testemunhos, Pintacuda localiza três impressões do ano 1763, na oficina da víuva de Joseph de Orga. São edições diferentes, ainda que o ano de impressão seja o mesmo. Pintacuda (Monroy y Silva 2002: xxxv-xxxvi) cita a Moll (1968-1972: 371): «La misma permanencia de la serie y el interés por mantenerla siempre con existencias hizo necesaria la reedición de muchas de sus comedias [de Monroy]. Característica, sólo pocas veces no observada, es la conservación de las indicaciones tipográficas y de año en las sucesivas reediciones. Sólo el cotejo de ejemplares permite señalar las diferentes ediciones».

[278] As notas aparecerão em espanhol.

Vista de todo foro. Monte elevado, y muy poblado de árboles desnudos de hojas, y nevados, que representa ser el Puerto de Guadarrama, en la estacion del Invierno. Deberá hacer bajada[279] *desde lo mas alto de la cima al Teatro*[280].

Se ven en la eminencia[281] *Tarif y Amurates, con pocos Moros, y baxan apresurados al Teatro.*

TARIF

Amurates, pues cumplimos
con huir en este caso,
y no es defecto del brío,
sin más dilación huyamos.
El valiente Abderramen[282],
que está à Madrid gobernando,
nos envió à observar el rumbo
del Ejército cristiano[283];
y pues vemos que Ramiro
y ese Conde afortunado
de Castilla, se han unido
para emprender[284] nuestro daño,
y con todo su poder
y buen órden, van llegando

[279] En el impreso de Nadal se prefiere la grafía "x" por "j" en su pronunciación velar. No se regulariza este uso hasta el siglo XIX. Corregimos atendiendo a los apuntes BHM de *El castellano adalid*, donde no hay uso de "x".

[280] Nótese el carácter práctico de esta descripción, lo que evidencia que proviene de un apunte teatral donde se precisaría la composición del escenario con especial detalle. El apelativo "deberá" no va dirigido a ningún lector, sino que evidencia el principal receptor de este tipo de textos en su versión manuscrita: el director de escena.

[281] "Altúra, elevación. Es voz puramente Latina" (Academia, *Autoridades*, 1732).

[282] Recordemos que Abderramán III fue derrotado por Ramiro II de León, el rey protagonista de esta obra, en la batalla de Simancas. No parece que a Laviano le interese la verosimilitud histórica: en *El castellano adalid*, el antagonista de la obra (no presente) es Almanzor, rey de los moros. Ambos nombres, Abderramán y Almanzor, perduran en el imaginario colectivo como sinónimo de gobernantes musulmanes del pasado, y poderosos antagonistas de la cristiandad.

[283] "Christiano" en el original. Aunque la grafía "ch" es predominante en el impreso de Nadal, por encima de "c", en *El castellano adalid* no se registra en ninguno de los manuscritos localizados. Puesto que los tres manuscritos de BHM, empleados como base para la edición, provienen seguramente del autógrafo de Laviano no conservado, suponemos que el uso de "c" deriva tanto de la preferencia por un uso moderno ("Ch" es arcaísmo) como de un uso propio del autor.

[284] En el original, "emprehender"; este término no aparece recogido en ninguno de los diccionarios clásicos de la Academia. No se registra en *El castellano adalid* ni se repite en el resto del presente texto. Por tanto, corregimos lo que interpretemos como una errata, fruto de un uso vulgar del término.

a vencer de Guadarrama
lo montuoso[285] é intrincado,
no nos detengamos más,
pues ya conceptúo[286] claro
su designio de intentar,
por asedio, ò por asalto,
tomar à Madrid: y así,
pues que yo tengo apostados
caballos para el intento,
à dar la noticia parto,
sin detenerme un instante,
à Abderramen; pues aguardo,
que en lugar de originarle
con ella algún sobresalto,
complaceré à su valor,
quando à mi valor complazco:
porque esos fuertes caudillos
Leonés y Castellano,
vienen à su precipicio[287],
quando vienen[288] à insultarnos.

AMURATES

Dices bien, no te detengas,
que yo quedo miéntras tanto

[285] "Cerrado ò rodeado de montes y espessuras" (Academia, *Autoridades,* 1734).
[286] De "conceptuar": "Discurrir con agudéza y primór, usando de palabras alusivas y discrétas, que ocasionen atencion particular à los oyentes. Es voz formada del nombre Concepto en el sentido de agudéza sentenciosa" (Academia, *Autoridades*, 1729).
[287] Recálquese que ambos personajes están dialogando en lo alto de un monte. Atendiendo a la importancia escenográfica de este teatro espectacular, con esta declaración parecen reafirmarse las intenciones musulmanas en la extrapolación de la palabra al propio espacio de representación. La metáfora, pues, recae en la escena, potenciándose así su efecto: la "caída" cristiana será mucho más palpable para el público si puede relativizarla a la altura del escenario.
[288] Se detectan repeticiones entre versos en los manuscritos BHM de *El castellano adalid* ("la espada y daga que esgrimo, / y así la daga..."). Podríamos interpretarlo como un uso propio de Laviano. Puesto que carecemos de más testimonios de *La conquista de Madrid*, no existen alternativas a estas repeticiones: las mantenemos, señalando que pueden deberse al mencionado uso del autor.

à reunir a[289] los vecinos
de los Villages[290] cercanos,
y à procurar divertir[291]
al Ejército contrario,
deteniéndole en su marcha,
para que mas preparado
Abderramen, se asegure
el triunfo de rechazarlo:
y tambien para que Aljama,
que en una casa de campo
habita desde el Estío,
y con quien tiene tratado
Abderramen su consorcio[292],
con sus deudos[293] y criados
pueda à Madrid retirarse;
pues está tan inmediato
este sitio de placer
del Puerto, que si dilato
darla el aviso, recelo
venga à caer en las manos
del enemigo; y consiga
este triunfo al primer paso.

Todos los Cristianos por el monte.

TARIF

[289] Añadimos la preposición "a" para dar sentido sintáctico a la oración y cumplir con la métrica octosilábica del verso. Interpretamos su supresión como errata, ante la generalizada ausencia de esta construcción de complemento de persona sin preposición en el texto de esta *suelta*.
[290] "Población corta, y abierta" (Academia, *Autoridades*, 1739).
[291] "Divertir al enemigo, o sus fuerzas: phrase usada en la guerra, que denóta inquietar ò atacar al enemigo por diversas partes, para que divida sus tropas, o levante el sitio que está haciendo, o le debilite ò enflaquezca" (Academia, *Autoridades*, 1732). Nótese, por tanto, el uso metafórico del término, lo que revela que Laviano conocía su denotación específica en el âmbito militar.
[292] "Participación y comunión de la suerte buena ò mala con otros" (Academia, *Autoridades*, 1729).
[293] "Lo mismo que Pariente. Llamase assi por la especial obligacion que tienen los parientes de amarse y favorecerse reciprocamente" (Academia, *Autoridades*, 1732).

Pues, Amurates, valor;
que yo en empeño tan árduo
deseara acompañarte;
pero siendo necesario
el pronto aviso, à que estoy
solamente destinado,
sirvo tanto à nuestra gloria,
con correr en este caso,
como pudiera servirla,
con que vibrase[294] mi brazo
contra el contrario comun
los golpes mas temerarios.

AMURATES

Tarif, al empeño

TARIF

Amigo,
Mahoma nos dé su amparo. *vase.*

Descubrense en la cima los Soldados Castellanos y Leoneses, mandados por Dia Sanz y Ortuño: Siguen las Comparsas: en medio de ellas Gonzalo Sanchez y Ordoño, con los Estandartes de Castilla y de Leon; y detrás de todos el Rey Don Ramiro, el Conde y Fernan Garcia, van bajando al Teatro, y le ocupan; quedando à un lado los Leoneses, al otro los Castellanos, y en el medio el Rey y el Conde[295].

CONDE

[294] "Dar un movimiento trémulo, y violento à la pica, lanza ù espada, ù à otra cosa larga, y delgada" (Academia, *Autoridades*, 1739).

[295] La propia disposición de los cristianos establece una jerarquía tanto militar como dramática: Dia Sanz y Ortuño encabezan los ejércitos castellano y leonés respectivamente; Gonzalo Sánchez y Ordoño, alféreces, portan los estandartes de Castilla y de León, y dejan paso a Fernán González y a don Ramiro. Los dos ejércitos se dividen, pero el conde y el rey permanecen en medio de la escena, simbolizando el nexo de unión. Así, visualmente, el espectador recibe información sobre la categoría de cada personaje, y sutilmente se le indica la división existente entre Castilla y León.

Gracias à Dios, Rey invicto,
que hemos descendido al llano,
sin alguna oposicion;
pues sea que descuidados
los Moros, viven tranquilos;
ò sea que intimidados
del poder vuestro, no intentan
accion digna en nuestro daño,
lo cierto es que hasta el presente
nada nos estorva el paso.
A Sepúlveda tomé
nueve años ha; y he contado
cada uno de los siguientes
con nuevos timbres y lauros,
que por el favor de Dios,
contra el Alarve[296] he ganado.
Esto, aunque vos lo sabeis[297],
lo digo por declararos,
que es tanta mi confianza,
cuando contra el Africano
alguna empresa[298] medito,
que estoy por aseguraros,
que el Cielo dispuso unirnos,
para que le destruyamos.

[296] "Alarbe": "Vale tanto como hombre bárbaro, rudo, áspero, bestial, o sumamente ignorante. Dícese por comparación à la brutalidad y fiereza que se experimentó en los Arabes ò Alárabes que posseyeron à España, de suerte que Alarbe es una syncopa de Alárabe" (Academia, *Autoridades*, 1726).
[297] Nótese aquí el carácter retrospectivo de esta conversación informativa, que remite al episodio previo de Sepúlveda con el único fin de situar al espectador en el marco temporal del argumento. Además, no olvidemos que el público había tenido la oportunidad de asistir a ese primer episodio en las mismas tablas del teatro del Príncipe y con la misma compañía, por lo que la continuidad argumental sería mucho más intensa. De igual modo, la redundancia de esta conversación no se escapa a Laviano: sabe de la incongruencia implícita a que Fernán González repita a Ramiro una información que este ya conoce. Estas retrospecciones informativas, si bien incoherentes desde el punto de vista de los personajes, son necesarias de cara al público. Podría apreciarse cierta voluntad de racionalizar este recurso por parte de Laviano, justificando esta repetición como una declaración de lealtad, lo que al mismo tiempo sirve para introducir el tema de la unión hispánica contra el infiel.
[298] "La accion y determinacion de emprender algun necio arduo y considerable, y el esfuerzo, valor y acometimiento con que se procura lograr el intento" (Academia, *Usual*, 1780).

RAMIRO

Pues yo, Conde, desde el dia
en que miré sosegados
los alborotos civiles,
que contra mí proyectaron
los hijos de Don Fraela
y Don Alonso mi hermano
(que restituirse al Trono
pretendió dejando el Claustro)[299]
determiné destinar
todo el poder de mi brazo
à eclipsar las medias lunas;
y como estoy cerciorado
de que solo vuestro nombre
causa al Sarraceno espanto[300],
quise asegurar mis triunfos
con vos y vuestros Soldados.

CONDE

Vos me honrais, y los honrais;
pero es cierto que he criado
en mi Militar Escuela
Capitanes esforzados.

[299] Se refiere a los enfrentamientos civiles por el reinado de León ocurridos tras la muerte de Ordoño II. Su hermano Fruela hereda el trono pero muere poco después; una primera guerra entre los sucesores de ambos termina con la victoria de los tres hijos de Ordoño, que se reparten el reino. Sin embargo, tras la muerte de su hermano Sancho y la renuncia al trono de Alfonso, Ramiro se convierte en rey de León. Alfonso pronto se lamenta de su decisión, ocasión que también aprovechan los herederos de Ordoño para conseguir el poder. Históricamente, este episodio coincidió con las campañas de Ramiro II hacia Madrid, Toledo y los territorios circundantes, lo que obligó al monarca a regresar inmediatamente a sus dominios: sin embargo, nuestra comedia, si bien respeta la cercanía de ambos sucesos, prefiere zanjar el conflicto civil para centrarse en la guerra contra el infiel. No nos parece casual: desde este momento se insinúa la existencia de luchas intestinas entre reinos cristianos que suponen obstáculos en las campañas reconquistadoras. Este desequilibrio entre suspicacias internas en el ejército cristiano y la misión santa de guerra contra el infiel será lo que articule parte del argumento de la obra. Aunque no hemos localizado la fuente exacta que emplearía Laviano, se trata de un episodio extendido ampliamente en las crónicas e historias de la época; ello demuestra, por otro lado, que Laviano sería un lector asiduo de este tipo de textos, y aficionado a la historia militar de España (cosa, por otro lado, evidenciable en su producción teatral de tipo heroico).

[300] Aunque carente en este periodo de toda referencia monástica en el âmbito teatral, la figura del conde Fernán González como guerrero cristiano contra el infiel articula casi todas las adaptaciones teatrales de la leyenda en el teatro barroco. Tal carácter se convierte en tópico.

Dígalo el valiente Teliz[301],
que me honra, con ser mi hermano,
y está mandando en Segovia,
quien de refuerzo me ha enviado
à estos dos fuertes Caudillos,
lustre de los Segovianos.

Señalando à Dia Sanz, y Fernan Garcia.

Dígalo tambien Ramiro,
mi sobrino, à quien encargo
de Sepúlveda el Gobierno[302].
Y tambien puede contarlo
el invencible Guillen[303],
que siendo vuestro vasallo,
digno es de que le fieis
(como lo haceis) dignos cargos.
Y finalmente, Señor,
dígalo también Gonzalo[304],
à quien fio mi Estandarte,
y quien siempre le ha fijado,
à pesar del enemigo,

[301] "Felix" en el original. Corregimos esta evidente mención al hermano del conde, protagonista de *El castellano adalid*. La confusión sobre el nombre es temprana, y ya la localizamos en la copia manuscrita BNE de *El castellano*. Por otro lado, la campaña de Segovia constituye un episodio más en la *Historia* de Colmenares, muy breve, que antecede a lo narrado en Sepúlveda y que no contó, que sepamos, con ninguna adaptación teatral.

[302] Este Ramiro aparece también en la crónica de Colmenares, con el mismo parentesco hacia el conde. Participante en el asalto a Sepúlveda, y protagonista por tanto de *El castellano adalid*, Colmenares no indica que posteriormente fuese su gobernador, pero la imaginación de nuestro dramaturgo es suficiente para dejar ese aspecto cerrado, más aún para informar al espectador sobre el destino de la villa tras lo representado en la primera parte de la bilogía.

[303] De nuevo, otro personaje de *El castellano adalid*: rival de Téliz y Ramiro, pero finalmente bravo luchador por la fe. Aparece en la crónica de Colmenares como "caballero leonés", que acudiría al auxilio de los castellanos en el asalto a Sepúlveda.

[304] Si bien Cotrait (1970: 349) identifica con este nombre a un conde gallego que combatió a los normandos, lo cierto es que Gonzalo Sánchez ya aparece en la crónica de Colmenares como hombre a las órdenes del conde Fernán González en el asedio castellano contra la ciudad de Sepúlveda. Como tal, es protagonista de *El castellano adalid*. Marca otra conexión con la obra previa, al ser también personaje de esta segunda parte.

en sus torreones mas altos[305].

RAMIRO

Conde, con vos, con mi espada,
y tan generosos Cabos,
como traemos los dos,
quién podrá contrarrestarnos[306]?

CONDE

Nadie, si en nuestras empresas,
gran Señor, nos gobernamos,
no por ambicion mundana,
sinó por ir ensalzando
la Ley, que por el Bautismo
admitimos y observamos.

RAMIRO

Es doctrina como vuestra.[307]

CONDE

Yo, Señor, os afianzo,
que no serémos vencidos,
si por la Ley peleamos.

DIA

Sobre ese sano principio,
à que todos sujetamos
nuestro modo de pensar,

[305] Terminan aquí las referencias textuales explícitas al carácter unitario del proyecto, situadas convenientemente al comienzo de esta obra para establecer un marco unitario del relato. Fernán González se está refiriendo a personajes de la comedia *El castellano adalid*, la mayoría de los cuales no intervienen en esta. El público, por tanto, se ve impelido bien a hacer memoria de los hechos representados en aquella primera parte, bien a ignorar tales datos y centrarse en el argumento que va a ver en escena en esta ocasión.

[306] "Contrarestarnos" en el original. Corregimos la errata.

[307] El sentido de este verso es confuso. El rey Ramiro parece relegar en Fernán González el cumplimiento de la Ley cristiana. Ello respondería a la propia configuración como guerrero santo del conde, que perdura como tópico desde finales de la Edad Media y sirve de fuerte inspiración para la adaptación escénica de sus hazañas a lo largo del Barroco y la Ilustración.

fuerza es irnos preparando
à conseguir mas trofeos,
que hasta el dia se han logrado;
porque quando el Rey Ramiro,
y el Conde, salen al campo
à coronarse de gloria,
y España lo está observando,
fuera descredito nuestro
volver tan solo cargados
de intereses de los pueblos,
que indefensos han probado
la desgracia de la guerra:
y así, pues nos acercamos
à Madrid, sea Madrid
de nuestro valor teatro[308].

GARCÍA

Sin conquistar una plaza,
no el valor acreditamos[309],
y el crédito del valor
se logra en empeños árduos.

SÁNCHEZ

Señor, los dos Capitanes
en mi lenguage han hablado,
riesgo y honor solicitan:
por honor y riesgo clamo.

[308] "Metaphoricamente se llama el lugar, donde alguna cosa està expuesta à la estimacion, ò censura universal. Dicese freqüentemente el theatro del Mundo" (Academia, *Autoridades*, 1739).

[309] La conquista de una población no se entiende solo como un requisito fundamental en el código de la comedia heroica de espectáculo, y un recurso escenográfico buscado por el público y ofrecido por los dramaturgos. En este caso, observemos cómo constituye la condición indispensable para la consecución de los objetivos del ejército cristiano: temáticamente, por tanto, la conquista es necesaria, e igualmente ello redundará en la caracterización tipológica de los personajes y el empleo de recursos dirigidos al desarrollo de escenas de tensión. La declaración de Fernán García va en relación con el valor metafórico de Madrid como "teatro", en los versos anteriores, y otorgándole un cierto valor metateatral: nótese cómo aquí Laviano no solo plantea la conquista como fin del "teatro", la función escénica, sino también como plasmación del valor cristiano en el "teatro" de la vida y la guerra.

ORDOÑO

Señor, seguid su opinion,
y vereis enarbolado
en Madrid vuestro Estandarte.

ORTUÑO

Y yo solamente añado,
que reflexioneis muy bien,
que son los primeros pasos
que dais contra el Sarraceno
en vuestro feliz Reynado;
y conviene a vuestra fama,
que logreis escarmentarlo.

CONDE

Qué gozo me causa oiros!

RAMIRO

Se ha de tratar mas despacio
tan considerable empeño:
vamos ahora talando[310]
de Madrid las cercanías:
y si fuere temerario
el intento de asaltarle,
bastante habrémos logrado
en tan rígida estacion,
con el prejuicio y espanto
que causará à sus vecinos
el vernos tan inmediatos.
Qué decís? *al Conde.*

CONDE

Que mi dictámen

[310] "Talar: Vale tambien destruir, arruinar, ò quemar los campos, sembrados, y edificios, ù poblados: lo que suele hacer un exército en País enemigo" (Academia, *Autoridades*, 1739).

os diré en llegando el caso 200
Marche el Campo[311], y el Rey viva.

Cajas, clarines vienen con el mismo órden de la marcha.

CAPITANES[312]
El Rey viva, y marche el Campo.

Referências

Aguilar Piñal, Francisco. 1989. Bibliografía de autores españoles del siglo XVIII, tomo V. Madrid: CSIC.

Albiac Blanco, María Dolores. 2011. *Historia de la literatura española*. Vol. 4, *Razón y sentimiento. El Siglo de las Luces (1692-1800)*. Barcelona: Crítica.

Álvarez Barrientos, Joaquín. 1992. «La teoría dramática en la España del siglo XVIII». *Teatro: revista de estudios teatrales* 1: 57–74.

Andioc, René. 1976. *Teatro y sociedad en el Madrid del siglo XVIII*. Madrid: Castalia.

Andioc, René, e Coulon, Mireille. 2008. *Cartelera teatral madrileña del siglo XVIII (1708-1808)*. Madrid: Fundación Universitaria Española.

Barrera y Leirado, Cayetano Alberto de la. 1860. *Catálogo bibliográfico y biográfico del teatro antiguo español: desde sus orígenes hasta mediados del Siglo XVIII*. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivedeneyra.

Blecua, Alberto. 1983. *Manual de crítica textual*. Barcelona: Crítica.

Cañas Murillo, Jesús. 1990. «Apostillas a una historia del teatro español del siglo XVIII». *Anuario de Estudios Filológicos* 13: 53–63.

Carnero, Guillermo (coord.). 1995. *Historia de la literatura española. Siglo XVIII* (vols. 6 y 7), dir. Víctor García de la Concha. Madrid: Espasa Calpe.

Cotarelo y Mori, Emilio. 1897. *Iriarte y su época*. Madrid: Sucesores de Rivadeneira.

311 "Se llama assimismo el exército formado, que está en descubierto. Díxose por el sitio que ocúpa, y se suele explicar: Nuestro campo, el campo enemígo: esto es, nuestro exército, ò el del contrario" (Academia, *Autoridades*, 1729).

312 "Cap." en el original. La abreviatura no hace referencia al nombre propio de ninguno de los personajes de la obra, sino al rango de algunos de ellos (Día Sanz, Fernán García y Ortuño). No obstante, debería interpretarse este verso como una proclamación colectiva del reparto completo, a modo de salva de los "capitanes esforzados" (v. 116), no tanto por su rango militar, como por su condición de representantes y adelantados de los ejércitos castellano y leonés.

Cotrait, René. 1970. «Pour une bibliographie de Fernán González. II. Une Comedia nueva anonyme de 1797: La conquista de Madrid por el Rey Don Ramiro y Conde Fernán González». Bulletin Hispanique 72(3-4): 346–359.

Díez Borque, José Manuel (dir.). 1988. *Historia del teatro en España*, tomo II. Madrid: Taurus.

Doménech Rico, F. y E. Peral Veja. 2003. *Historia del teatro español*. *Vol II: Del siglo XVIII a la época actual*, dir. Javier Huerta Calvo. Madrid: Gredos.

Entrambasaguas, Joaquín de. 1932. «Don Manuel Fermín de Laviano y unas composiciones suyas inéditas». *Anales de la Universidad de Madrid* I: 305–319.

Escalante Varona, Alberto. 2016. «Tratamiento literario de la figura de Fernán González: fuentes primarias y ediciones». *Boletín de la Institución Fernán González* XCV (252-2016/1): 97–116.

Fernández de Moratín, Leandro. 1825. *Obras dramáticas y líricas de D. Leandro Fernández de Moratín, entre los Arcades de Roma, Ynarco Celenio. Única edición reconocida por el autor*, tomo I. Paris: Oficina de Augusto Bobée.

Fernández de Moratín, Leandro. 1831. *Obras de Leandro Fernández de Moratín: dadas á luz por la Real Academia de Historia*, tomo IV. Madrid: Oficina de Aguado.

Forner, Juan Pablo. 1783. *Obras, vol. 3. Poesías inneditas de D. Juan Pablo Forner y Segarra del Consejo de S. M. y su Fiscal que fué en el Real y Supremo de Castilla*. Mss/9584 da Biblioteca Nacional de España.

García de la Huerta, Vicente. 1785. *Theatro Hespañol, por don Vicente Garcia de la Huerta. Catalogo Alphabetico de las comedias, tragedias, autos, zarzuelas, entremeses y otras obras correspondientes al theatro hespañol.* Madrid: Imprenta Real.

Gil de Zárate, Antonio. 1844. *Manual de Literatura. Segunda parte. Resumen histórico de la literatura española*, tomo III. Madrid: Boiz Editor.

Herrera Navarro, Jerónimo. 1993. *Catálogo de autores teatrales del siglo XVIII*. Madrid: Fundación Universitaria Española.

[Laviano, Manuel Fermín de]. 1797. *La conquista de Madrid por el rey don Ramiro y conde Fernan* Gonzalez. Barcelona: Oficina de Pablo Nadal.

Lista y Aragón, Alberto. 1844. *Ensayos literarios y críticos*. Sevilla: Calvo-Rubio y Compañía.

McClelland, Ivy L. 1970. *Spanish Drama of Pathos, 1750-1808. Low Tragedy*. University of Toronto Press.

Menéndez Pelayo, Marcelino. 1949. *Estudios sobre el teatro de Lope de Vega*. Santander: CSIC.

Moll, Jaime. 1968–1972. «La serie numerada de comedias en la Imprenta de los Orga». *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos* LXXV: 365–456.

Monroy y Silva, Cristóbal de. 2002. *La batalla de Pavía y prisión del rey Francisco*, ed. Paolo Pintacuda. Pisa: Edizioni ETS.

Olay Valdés, Rodrigo. 2016. «Treinta y tres poemas inéditos de Feijoo y reconstrucción de la historia textual del corpus poético feijoniano.» *Cuadernos de Ilustración y Romanticismo* 22: 339–433.

Palacios Fernández, Emilio. 1998. *El teatro popular español del siglo XVIII*. Barcelona: Milenio.

Palacios Fernández, Emilio. 2012. «El teatro popular». In *El teatro en la España del siglo XVIII (homenaje a Josep Maria Sala Valldaura)*, coord. Judith Farré Vidal, Nathalie Bittoun-Debruyne e Roberto Fernández, 159–175. Lleida: Universitat de Lleida.

Pérez Priego, Miguel Ángel. 2011. *La edición de textos*. 2.ª edição. Madrid: Síntesis.

Ratcliffe, Marjorie. 2002. «El teatro épico en el siglo XVIII español. El Cid y Fernán González en dos dramas de Manuel Fermín de Laviano.» *Dieciocho: Hispanic enlightenment* 25(extra 2): 7–200.

Real Academia Española. 1726–1739. *Diccionario de Autoridades*. Madrid: Oficina de Francisco del Hierro (y herederos).

Rodríguez Sánchez de León, María José. 2000. *La crítica dramática en España (1789-1833)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Sala Valldaura, Josep Maria (coord.). 1996. *Teatro español del siglo XVIII. Contiene diversos ensayos, y exámenes y lecciones críticas varias sobre dicho sugeto, compuestos por ingenios de Esta y otras Ciudades*. Lleida: Universitat de Lleida.

Sala Valldaura, Josep Maria. 2010. *Caminos del teatro breve del siglo XVIII.* Universitat de Lleida.

26. Do latim galaico ao galego-português. Processos de mudança

Maria Alice Fernandes

Universidade do Algarve

A identificação das origens históricas do galego-português com o latim vulgar galaico pertence ao filólogo e linguista alemão Joseph-Maria Piel. A sua área original, denominada Galécia Maior, compreende quase toda a Galiza, o ocidente das Astúrias e a região portuguesa entre o Minho e o vale do Vouga. Essa área caracteriza-se pela sua individualidade fonética e lexical, dialetal e toponímica, que, segundo o autor, reflete uma antiga latinidade vulgar galaica, produto da eficácia da romanização da *Gallaecia*, apesar de bem mais tardia do que a das demais províncias da Hispania. As conclusões de Piel podem hoje ser reinterpretadas no quadro das teorias sociolinguísticas sobre os diferentes tipos de processo de variação e mudança. É nesse sentido que, embora sucintamente, procurarei demonstrar que o latim galaico se formou por koineização, induzida pelo contacto entre colonos falantes de diferentes variedades latinas, e que a sua difusão e transmissão acompanham a evolução do povoamento rural romano e do cristianismo desde o Baixo-Império até ao final da Antiguidade Tardia, contribuindo ambas para a evolução histórica e a construção espacial galaica. Procurarei igualmente demonstrar o modo como a Reconquista se refletiu nas mudanças linguísticas que deram origem ao galego-português e consolidaram a sua área original e como o regime senhorial levou a que o galego-português se tornasse o símbolo identitário da nobreza, razão pela qual foi elaborado literariamente para servir de veículo da cultura aristocrática do Noroeste.

Palavras-chave: latim galaico, Galécia Maior, galego-português, variação e mudança linguística.

1. O romance do Noroeste hispânico

Galego e galego-português são os nomes da língua dos povos do noroeste hispânico. Ambos estão associados à lírica trovadoresca da cristandade peninsular. O primeiro é coevo da sua produção, encontrando-se atestado nas *Regles de Trobar* do catalão Jofre de Foixà (1289–1291), onde identifica um dos romances próprios da lírica trovadoresca, a par do francês, do provençal e do siciliano (Monteagudo 2004). O segundo, oitocentista, é atribuído a eruditos e romanistas, alemães ou portugueses, consoante os autores, e está relacionado com o desenvolvimento dos estudos filológicos sobre os cancioneiros medievais (Lagares Diez 2008). A escolha do galego-

português como meio de expressão da lírica trovadoresca deve-se à apropriação daquele romance pela nobreza senhorial do ocidente peninsular como símbolo identitário e veículo da cultura aristocrática (Miranda 2012).

Estas denominações referenciam espaços sociopolíticos. Galego provém da forma latinizada *callaecu-* do nom. pl. *callaeci* (< gr. καλλαίκοί), o nome por que era conhecido na Antiguidade Clássica um dos povos celtas do Douro Litoral. Quando o procônsul da Citerior, Décimo Júnio Bruto, o derrotou na sua expedição militar de 138–137 a. C., a vitória valeu-lhe o agnome de Galaico (Estrabão 3.3.2). Desconhecem-se as razões da generalização romana do etnónimo a todos os povos que habitavam a norte do Douro desde a faixa atlântica até aos montes cantábricos (com exceção dos ástures, que conservaram a identidade étnica, conforme atestado em *Gallaecia et Asturica*), mas não é de todo inverosímil que essa extensão possa ter consistido inicialmente numa repercussão onomástica da referida vitória, sustentada posteriormente pelo reconhecimento da individualidade etnográfica e cultural da região.

O etnónimo, por sua vez, daria o nome à região, a *Callaecia*. Inicialmente integrada na Lusitânia, a *Callaecia* foi agregada à *Citerior* na segunda reorganização provincial de Augusto entre 16 a 7 a. C., juntamente com os territórios cantábricos e bascos (Arias 1993–1997). Com a reorganização de Caracalla em 214, os três conventos jurídicos galaicos criados por Augusto, *Asturica*, *Lucus* e *Bracara* passam a constituir a *Hispania Nova Citerior Antoniana*, juntamente com o território militar da *Legio VII Gemina* e provavelmente também com o *conventus cluniacensis*. A província teve, contudo, uma duração efémera, até 238. Em 297–298, Diocleciano destaca a região galaica definitivamente da *Tarraconensis*, constituindo a província imperial da *Gallaecia* (Martínez Ruiz e Maqueda 2000: 57).

A ocupação germânica não interrompeu o uso do corónimo, conforme atestam as denominações do reino suevo como *Galliciense regnum* por Hidácio e Gregório de Tours, nos séculos V e VI, respetivamente. A *Gallicia* opunha-se então à Hispânia visigoda e a distinção foi usada até ao século XII em fontes textuais latinas e árabes para demarcar o norte cristão do Alandaluz[313]. A fragmentação política dos territórios

[313] Adapto à ortografia portuguesa os termos *Alandalús* e *andalusi*, cuja pronúncia é coeva da ocupação muçulmana da Hispânia (Vicente 2006).

cristãos do Noroeste levaria, entretanto, a que a designação fosse aplicada quer ao condado quer ao reino, consoante as circunstâncias históricas. É, por sua vez, a separação dos condados de Portugal e da Galiza em 1096, e a expansão para sul daquele como reino independente no século XII, que motivará a denominação oitocentista de língua galego-portuguesa atribuída à linguagem da lírica trovadoresca peninsular, cujos principais cultivadores foram portugueses e galegos. De designação da linguagem poética dos cancioneiros medievais, galego-português passaria a ser usado pelos romanistas para denominar a totalidade do sistema linguístico, isto é, o romance do noroeste ibérico evoluído do latim falado na província romana da *Gallaecia*.

1.1 Uma antiga latinidade vulgar galaica

A identificação das origens históricas do galego-português com o latim vulgar galaico pertence ao filólogo e linguista alemão Joseph-Maria Piel (1975/1989, 1981). O seu domínio primitivo, denominado *Galécia Maior* ou *Magna*, compreende quase toda a Galiza, o ocidente das Astúrias e a região portuguesa entre o Minho e o vale do Vouga (Nogueira 1988).

A escolha do noroeste ibérico em particular como espaço privilegiado para a investigação sobre as origens do português assenta em dois postulados linguístico-históricos subscritos pelo autor: o de Harri Meier (1942) sobre a importância das divisões administrativas romanas na dialetalização do latim hispânico; e o de Menéndez Pidal (1980) sobre a origem setentrional do espanhol e do português e a sua difusão para sul com a Conquista. Esses postulados são empiricamente observáveis, segundo Piel, nas afinidades lexicais e fonéticas da Galiza com o Entre Douro e Minho e, em menor grau, com as zonas ocidentais das Astúrias e de Leão e as limítrofes de Trás-os-Montes, regiões outrora pertencentes à Galécia (Piel 1947).

A incorporação sistemática do estudo do onomástico na investigação que desenvolve é motivada tanto teórica como metodologicamente. Teoricamente, na medida em que o autor considera esse ramo lexical imprescindível para o esclarecimento tanto de fatores linguísticos como extralinguísticos dos processos de mudança da língua, em virtude de os topónimos e os antropotopónimos serem frequentemente as únicas atestações das situações históricas que presidiram à

formação dos romances. Metodologicamente, porque não existem fontes escritas que atestem ora a diferenciação do latim provincial galaico ora o seu romanceamento. Como fontes, o autor recorre a dicionários corográficos e a compilações e estudos de onomástica medieval, acedendo também à produção textual latina e românica então publicada. Os *corpora* que constituiu são, na generalidade, de base semântica ou semântico-formal (*e.g*., as águas na toponímia, fitotopónimos terminados em *–endo*; antropotopónimos no genitivo de posse em *-i*, etc.), organizados por categorias léxico-toponímicas. A análise etimológica dos topónimos e a sua conexão com os referentes que designam são o meio que o autor usa para reconstituir a sua história e aferir a respetiva inclusão nas categorias definidas, nas quais enquadra os numerosos estudos com que vai construindo a tipologia do «magno edifício da toponímia galega» (Fernandes 1988).

É por via dessa metodologia que Piel chega à conclusão de que a tardia romanização da província não impediu a sua eficácia, expressa no fundo lexical primitivo (anterior ao ano 800), maioritariamente latino e com parcas contribuições dos substratos, nomeadamente do celta, a que a própria província deve o nome. Muito embora admita que a escassez de estudos de então possa esconder influxos célticos desconhecidos, o autor considera que os sobreviventes lexicais dos idiomas de substrato aludem preferencialmente a noções marginais na perspetiva do léxico comum, a respeito dos quais o léxico latino seria deficitário (Piel 1975/1989).

O mesmo foi observado pelo autor relativamente aos superestratos, cuja influência considera sobretudo indireta: ao suevo, atribui a configuração do território linguístico galaico, favorecida pelo seu isolamento político e pela implantação do reino no âmbito da Galécia romana; ao visigodo, a adoção do seu onomástico pelas populações hispano-godas, fixado abundantemente na toponímia através dos nomes de proprietários rurais.

Segundo Piel, a dialetalização da Galécia teria começado ainda em época romana e estender-se-ia até ao século VII. É essa dialetalização que lhe merece a designação de *antiga latinidade vulgar galaica* (Piel 1975/1989, 1981), manifestada lexicalmente enquanto produto de processos de seleção e de especialização vocabular do fundo latino primitivo que o autor demonstra encontrarem-se atestados em numerosos

dialetalismos e topónimos provenientes de nomes comuns clássicos e vulgares, substituídos por inovações nas outras províncias da Hispânia.

Mas a individualidade galaica não se restringe ao léxico provincial. De acordo com Piel, para ela contribuiu também um modelo de formação antropotoponímica próprio do Norte peninsular, que substitui o modelo imperial em *–ānu/a* no acusativo, de ocorrência rara no domínio galaico. Não sendo exclusivo da Galécia Maior, a densidade de nomes de lugar em que se observa (para cima de 4.000 ocorrências) e as mudanças morfofonológicas específicas do galego-português que eles documentam são uma das marcas da paisagem linguística galaica: trata-se de antropotopónimos e de hagiotopónimos formados pelo nome individual do proprietário rural ou do santo titular da Igreja flexionado no genitivo de posse, com ou sem determinado (lat. *fundu-, villa-, agru-, castellu-, castru-, casa-*, etc.), mas com a construção elítica como predominante.

Segundo o autor, são dois os estratos linguísticos que seguem o novo modelo de formação antropotoponímica. O primeiro é formado por cognomes de origem latino-cristã, nem todos atestados nas fontes clássicas e alguns exclusivamente galaicos, e pelos nomes dos santos titulares das igrejas que se tornaram patronos das localidades respetivas: e.g. *(villa) Flavii* > gal. Vilachave e Chave; *(ecclesia) sancti Cucuphati* > gal. Sancobade e São Covade; *(ecclesia) sancti Juliani* > gal. *Santillao* e port. *Santulhão* (Piel 1949, 1950). A esse estrato, diz-nos ter-se agregado um outro com nomes pessoais de origem germânica, igualmente romanizados e flexionados no genitivo possessivo, mas em *–i, –anis* / *–onis* ou *–ini*, consoante o tema de base e o paradigma morfológico em que foram integrados: e.g., *Bermudo*, *Bermudi* > Bermuy (Corunha); *Faffila, Faffilanis* > Fafilanes > Fafiães (Porto) e Fafiás (Pontevedra); *Gutinus* / Gotino, *Gotini* > Vilagudín (Lugo), Gudín (Oviedo, Corunha, Pontevedra, Orense), Vila Godim (Braga), Godim (Porto, Braga, Vila Real) (Piel 1960b/1989: 155–156).

Piel atribui a este segundo estrato antropotoponímico uma origem linguística unicamente visigoda, fundamentando a exclusão da sueva com base em fatores extralinguísticos e linguísticos. Nos primeiros inclui o seu fraco peso demográfico e a composição étnica diversificada. Nos segundos considera o escassíssimo número de palavras que aquela língua legou ao galego-português e a ausência de influências

diretas na evolução histórica dos dialetos galaicos. Mas é sobretudo a inexistência de semelhanças da antroponímia de origem germânica com os nomes francos atestados em fontes alto-medievais ─segundo o autor, igualmente pertencentes ao ramo ocidental do germânico a que se supõe pertencer o suevo ─, que o leva a presumir a sua origem unicamente visigoda (Piel 1960a/1989: 131–132).

Tal como para o suevo, o autor também não encontra indicadores visíveis de influxo do superstrato visigodo, que atribui ao facto de aquele povo (ou povos) já estar bastante romanizado aquando da sua chegada à Hispânia. É por isso que grande parte dos seus empréstimos vocabulares são panromânicos, veiculados, portanto, pelo latim imperial, sendo de resto escassos os hispânicos e os propriamente galego-portugueses. A estes viriam a somar-se alguns outros, igualmente raros, de proveniência gálica. De qualquer modo, os visigotismos hispânicos circunscrevem-se, segundo o autor, a campos semânticos específicos, como os da guerra e da administração, ou fornecem denominações de objetos e animais desconhecidos na Hispânia.

Relativamente à cronologia da fixação toponímica destes estratos, Piel considera que o latino-cristão se situaria nos finais do século IV ou princípios do V. Ao germânico, começa por o conceber como um fenómeno decorrente das presúrias asturiano-leonesas, conceção que fundamenta na inexistência de testemunhos antropotoponímicos de origem germânica na Espanha arabizada[314] e na atestação de antropónimos de origem germânica, usados também para denominar lugares, na documentação cristã setentrional dos séculos IX a XI. Contudo, a partir de 1970, modifica a sua opinião sobre o assunto. Tendo em conta as conclusões (próprias e da historiografia medieval) de que o ermamento não correspondera a um vazio populacional, Piel passa a considerar a hipótese de que a adoção do onomástico de origem germânica se possa ter observado durante o reino visigodo e de que a antropotoponímia do Noroeste tenha sido um reflexo da sua colonização rural após a anexação definitiva do reino suevo por Leovigildo no final do século VI. Dessa colonização dariam testemunho, segundo o autor, as ocorrências toponímicas de *Suevos* e *Sá*, que assinalariam, respetivamente, os últimos refúgios do povo suevo e os assentamentos visigodos (Sá Nogueira 1988). Esta mudança de opinião foi, no entanto,

[314] À exceção de *Recopolis*, a cidade fundada por Leovigildo em honra do seu filho Recaredo, e do antigo nome da província de Múrcia, *Tudmir*, proveniente de um senhor feudal de nome Teodomiro (Piel 1960b).

reposta nos moldes originais pelo seu discípulo Dieter Kremer (2004), que retomou os argumentos iniciais de Piel para, por um lado, excluir a existência de uma relação direta entre o povoamento godo (e suevo) e a densidade regional da toponímia do noroeste de origem goda e, por outro, reafirmar a simultaneidade da germanização onomástica e da sua fixação toponímica como um fenómeno decorrente da construção de uma nova sociedade no Noroeste por parte da monarquia asturiana.

2. A especificidade fonética do galego-português

A especificidade fonológica do galego-português tem sido definida em função das suas diferenças relativamente aos demais romances hispânicos, sobretudo o asturiano-leonês, o castelhano e o andaluzi. As mudanças consideradas na literatura são a conservação das vogais tónicas /ɛ/ e /ɔ/ e dos ditongos /ow/ e /ej/, a palatalização com africamento dos grupos iniciais latinos /pl, kl, fl/ e a síncope das soantes simples /n/ e /l/ em contexto intervocálico (Maia 1986, 1996, Mariño Paz 1999). Contudo, nenhum dos processos de mudança representado nestes traços é propriamente específico do galego-português, uma vez que as suas soluções históricas se encontram total, parcialmente ou sob a forma de uma variante homorgânica, noutros romances peninsulares e extrapeninsulares. Pode-se assim considerar que as variantes históricas românicas tenham sido motivadas por derivas sociolinguísticas comuns (i.e., pela correlação das mesmas tendências estruturais e sociais de variação e mudança), mas que fatores diversos, linguísticos externos (o contacto de línguas e variedades linguísticas) e extralinguísticos, tenham condicionado escolhas diferentes. Não sendo possível tratar este assunto adequadamente por limitações de espaço editorial, limito-me a uma abordagem brevíssima para depois poder vir a considerar as mudanças galego-portuguesas aquando da interpretação dos processos respetivos. O propósito é situar as soluções galego-portuguesas no âmbito dos padrões variacionais iberorromânicos, cujas variantes de uso geral se encontram representadas na seguinte tabela[315].

[315] Pelo mesmo motivo, também não terei em consideração as variantes devidas a contiguidade geográfica quer dos romances considerados quer do asturiano-leonês e do navarro-aragonês. Do mesmo modo, também me referirei a variedades de outras áreas românicas apenas quando a mudança em causa o exigir.

Tabela 2. Padrões variacionais iberorromânicos

§	LC	GAL-PORT	CAST	CAT	AND
1	Ĕ	ɛ	jɛ	ɛ	ɛ ~ jɛ
2	Ŏ	ɔ	wɛ	ɔ	ɔ ~ wo, wa, wɛ
3	AĬ	ej	e	ej	aj, ej ~ e, ɛ
4	AŬ	ow	o	o	aw, ow ~ o
5	PL- CL- FL-	ʧ ~ pr, kr, fr	ʎ	pl, kl, fl	pl, kl, fl ~ pr, kr, fr
6	–N–	Ø	n	n	n
7	–L–	Ø	l	l	l

Legenda: LC – latim clássico; **GAL-PORT** – galego-português; **CAST** – castelhano; **CAT** – catalão; **AND** –andaluzi; **>** evolui para; **~** varia com; **Ø** sem realização fonética.

Observam-se três padrões no caso das vogais tónicas médias baixas (§ 1 e 2 da Tabela 1): um conservador (galego-português e catalão), outro inovador (castelhano) e um misto com covariação não extensível a todas as variedades (andaluzi). O padrão conservador representa as vogais tónicas latino-vulgares decorrentes de três processos de mudança associados: a substituição da quantidade pela qualidade como traço distintivo, a fixação das tónicas como tensas e das átonas como laxas e a passagem do acento melódico a acento de intensidade; o padrão inovador dá continuidade a essas mudanças através da emergência de variantes ditongadas das médias baixas (as únicas que não tinham sido sujeitas a convergência nem a neutralização). A ditongação dessas vogais observa-se já em latim vulgar, sendo a da vogal palatal cronologicamente anterior à da velar e com uma distribuição geográfica extensa na România (Posner 1998). No entanto, como atestado pelos padrões variacionais ilustrados, a generalização dos ditongos é tardia e coexistiu com as vogais. A conservação é geralmente associada na literatura a um latim de cariz mais conservador e a ditongação ao contacto com falantes de línguas germânicas nos finais do Império e, sobretudo, durante a Antiguidade Tardia (Penny 2004).

Já no caso dos ditongos decrescentes (§§ 3 e 4 da Tabela 1), observam-se quatro padrões: um padrão conservador (galego-português), um inovador (castelhano), um assimétrico (catalão) e um misto, mais uma vez com covariação não extensiva a todas as variedades (andaluzi).

Os ditongos latino-vulgares podem ser primários ou secundários, procedendo estes últimos da semivocalização de consoante implosiva ou da metátese da semivogal postónica para a sílaba tónica. A monotongação manifesta uma tendência de mudança latino-vulgar, precoce no que diz respeito ao ditongo velar (*e.g.* lat. cl. *auricŭla* > lat. vlg. *oricla*), que, no entanto, coexistiu com a tendência contrária para a manutenção destes ditongos (Ariza 1990). O padrão assimétrico do catalão reflete a cronologia precoce da monotongação de AU, bem como o conflito entre as duas tendências, atestado também pela ocorrência de monotongação no sufixo latino *-arĭu* (> -airu > -er) e pela conservação do ditongo AU secundário, como em *taula* e *paraula* do lat. *tabula* e *parabola,* respetivamente (Moll 1991). A extrema variabilidade do andaluzi tem de ser entendida como a manifestação destas tendências em diferentes variedades diatópicas, diastráticas e diacrónicas daquele romance (Ariza 2005, Galmés de Fuentes 1983).

Para o caso dos grupos consonânticos iniciais PL, CL, FL (§ 5 da Tabela 1), observam-se também quatro padrões: um conservador (catalão), um outro também conservador, mas com duas variantes, uma sem e outra com rotacismo da lateral pela vibrante simples (andaluzi), um inovador com palatalização (castelhano) e um misto, com uma variante predominante palatalizada com africamento e variantes conservadoras com rotacismo (galego-português).

A covariação entre variantes conservadas e palatalizadas é geral na România, pelo que também estas duas tendências são panromânicas. Do mesmo modo, também o africamento não é exclusivo do galego-português, observando-se em asturiano-leonês e em dialetos italianos, franceses e franco-provençais. As grandes diferenças no tratamento destes grupos dizem respeito à sua extensão a todos os grupos com lateral (caso do leonês, catalão, francês e italiano) em contraste com soluções conservadoras no caso das vozeadas e palatalizadas no caso das não vozeadas (como em português e castelhano) ou a diferenciação entre a evolução dos grupos com consoantes velares ou labiais (romeno) (Ariza 1990).

Finalmente, as soantes simples intervocálicas (§§ 6 e 7 da Tabela 1), permitem a observação de dois padrões: um conservador (castelhano, catalão e andaluzi) e outro inovador, com síncope (galego-português).

Apesar de no contexto hispânico a síncope das soantes se observar unicamente em galego-português, ela ocorre também, embora parcialmente, em gascão, sardo e galo-itálico da Sicília. Brandão de Carvalho (1989) argumenta em favor da continuidade do processo de lenição consonântica em galego-português, no contexto da tendência latino-vulgar para a abertura das sílabas, que seria bloqueada pela tendência contrária para a síncope vocálica nos outros romances A inovação galego-portuguesa proviria, assim, paradoxalmente, do conservadorismo da região. Segundo o autor, esta mudança teria sido determinada pela reanálise das soantes simples intervocálicas como implosivas, ainda se atestando no galego, leonês, andaluz, canariense e em variedades do espanhol americano a forma intermediária velarizada da soante nasal em posição final.

Tendo em conta o cômputo das variantes das variáveis consideradas na caracterização dos diferentes romances, a primeira conclusão é a de que o catalão é a variedade mais conservadora, pois a sua única aparente inovação — a monotongação do ditongo *ou* — já se observava em latim vulgar. O castelhano, por sua vez, é a variedade mais inovadora, característica atribuída à sua formação por koineização (Penny 2004, Tuten 2003). A variabilidade andaluzi, que é diatópica, diastrática e diacrónica, reflete a maior extensão geográfica deste romance e a ausência de uma norma supralocal com a substituição do latim pelo árabe como língua de cultura a partir de finais do século X. O galego-português, por sua vez, apresenta um padrão variacional simultaneamente conservador e inovador, que espelha os contextos geográfico e sociopolíticos que condicionaram o seu processo de formação (v. adiante).

3. Do latim galaico ao galego-português

É partindo da correlação entre as mudanças linguísticas que caracterizam o galego-português e a ocupação e organização do território galaico que as condicionaram que procurarei interpretar os processos de mudança. Face à interdisciplinaridade exigida por um estudo sociolinguístico histórico e ao âmbito cronológico abarcado, não farei

uma abordagem pormenorizada da multidimensionalidade e da multidirecionalidade inerente às línguas históricas, ou seja, não terei em conta as relações entre as variedades galego-portuguesas nem especificarei as existentes entre os diversos processos que se possam ter cruzado ou sobreposto na sua evolução. O que aqui farei será identificar os processos de mudança predominantes numa dada época socio-histórica, de acordo com o que se sabe sobre as mudanças linguísticas nela observadas e sobre as alterações sociais na sua origem.

3.1 Transplantação do latim (séc. I a. C.): formação do latim galaico

A difusão por transplantação de uma língua é uma consequência da emigração de populações com proveniências regionais diferentes para um mesmo espaço. A mistura e o contacto dialetal podem, nessas circunstâncias, originar uma nova variedade dialetal (distinta, portanto, das originalmente em contacto), cujo processo de formação é designado koineização, dadas as suas similitudes com a koinê helenística mediterrânica. Os novos dialetos são, pela mesma razão, identificados como koinês, regionais ou imigrantes consoante se formem no mesmo domínio linguístico dos dialetos em contacto ou em domínios linguísticos alógenos (Siegel 1985, Trudgill 1986). A formação de koinês é induzida pela ativação da acomodação comunicativa, aprendizagem imperfeita de dialetos segundos e projeção identitária durante as interações verbais. São esses processos psicossociais que desencadeiam o conjunto de mudanças linguísticas que configuram a koineização: a *mistura dialetal*, com a coexistência de traços de diferentes dialetos na nova comunidade; a *nivelação*, o processo predominante, manifestado no uso preferencial dos traços maioritários (i.e., das variantes mais frequentemente usadas) ou dos mais salientes; a simplificação, sob a forma de regularizações gramaticais e aumento de formas invariáveis; a interdialetalização, através da formação de variantes inexistentes nas variedades em contacto, que consistem em formas mais simples e regulares, intermediárias ou hiperadaptações; a realocação, mediante a refuncionalização de variantes redundantes que sobrevivem à mistura, nivelação e simplificação; finalmente, a focalização, que compreende a configuração de regras linguísticas e a consequente estabilização da nova variedade (Kerswill e Trudgill 2005). No entanto, para que essa estabilização aconteça, é necessário que se observem os fatores temporais, sociais e ideológicos

relevantes, nomeadamente *o contacto de longa duração*, *a vinculação a um dado território* e *a construção de uma nova comunidade assente em relações de solidariedade*.

O processo de koineização tem uma duração prototípica de 60 anos, correspondendo as suas etapas, na maioria dos casos estudados, às primeiras três gerações: a dos colonos ou imigrantes originais, a dos seus filhos e a dos seus netos (ambas nascidas nos novos espaços). A contribuição da segunda geração nativa é fundamental, pois são as crianças que procedem à regularização linguística das mudanças em curso durante a aquisição da linguagem. Na adolescência, as regularizações são disseminadas nas redes sociais, onde são niveladas e realocadas, configurando as novas variedades e estabilizando os usos linguísticos. Nos contextos de colonização interna ou externa, a regionalização dialetal acompanha a construção sociopolítica e cultural do território e constitui um dos símbolos identitários que a demarcam das regiões de proveniência dos imigrantes ou colonos. Essa regionalização é feita a partir da difusão por propagação dos falares koineizados e/ou da suprarregionalização ou supralocalização, processos estes que implicam, respetivamente, a nivelação regional e a emergência de versões regionais do estândar[316].

É neste sentido que podemos considerar que o latim galaico consiste num conjunto de novas variedades da língua latina, transplantada para o Noroeste hispânico com a conquista romana. Como a sua efetiva ocupação só parece ter começado com a reorganização militar-administrativa do imperador César Augusto, é provável que os focos iniciais da koineização tenham consistido nas *civitates* de *Bracara Augusta, Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, o que se coaduna com o povoamento concentrado e o contacto permanente necessários ao processo de koineização. Esse contacto teria motivado a nivelação linguística, documentada por Piel através da seleção vocabular que caracteriza o fundo lexical latino primitivo, cujos arcaísmos testemunham o legado dialetal de regiões romanizadas desde os primórdios da ocupação da *Hispania*, nomeadamente da *Baetica*, de onde se pensa provir a corrente colonizadora principal do Noroeste. Por sua vez, as especializações vocabulares e as inovações semânticas e formais referidas pelo autor demonstram a atuação dos outros mecanismos linguísticos

[316] Sobre os demais modelos de difusão, vd. Britain (2010).

de mudança ativados nos processos de koineização, como a simplificação, a interdialetalização e a realocação.

Nos primeiros séculos da ocupação, os romanos não desenvolveram na região o sistema económico agrário baseado na mão de obra escrava que caracterizou o Império, tendo-se dedicado à exploração mineira e à organização de cidades costeiras que garantiam a drenagem daquela exploração e as atividades comerciais. A manutenção da *pax romana*, a paz armada, é assegurada por uma colonização predominantemente militar, a civil estabelecendo-se nas zonas não ocupadas pelas populações rurais autóctones. Estes fatores possibilitaram a continuidade das pequenas comunidades autónomas de índole familiar – os *castra*, a que se deve a designação de cultura castreja (López Carreira 1997).

A continuidade das formas de organização local teve com certeza consequências sociolinguísticas, pois a preservação da cultura autóctone há de ter implicado a da língua celta. A romanização teria, assim, afetado inicialmente apenas uma minoria galaica urbana. A escassez das influências lexicais substratísticas e a sua adscrição ao universo referencial galaico, a que Piel faz referência, devem-se, assim, ao processo de formação dos dialetos latino-galaicos, induzidos fundamentalmente pelo contacto de falantes de diferentes variedades diatópicas da língua latina. Por essa razão, não são os itens lexicais de substrato que são marginais na formação do latim galaico, mas o próprio contributo do celta para aquele processo.

A formação por koineização esteve na origem da maioria das variedades provinciais latinas. Uma das características do latim vulgar (designação genérica aplicada ao latim imperial coloquial, independentemente das dimensões social, temporal e espacial) é a sua surpreendente unidade, tendo em conta a extensão territorial do Império e as diferentes cronologias da sua conquista e colonização. Essa unidade pode ser atribuída em grande medida ao facto de, à exceção do Lácio (a área original da língua latina), nas demais regiões da România Antiga, incluindo as itálicas, as novas variedades dialetais terem sido formadas por koineização, à exceção da Mauritânia Cesariense e da Tingitana, onde a retirada dos romanos deu azo à formação de crioulos afrorromânicos que serviram maioritariamente como línguas veiculares entre falantes de línguas ou variedades ininteligíveis (Adams 2007).

São, assim, os repetidos processos de rekoineização, ao longo do tempo e do espaço, os responsáveis pela unidade do latim vulgar, para a qual, certamente, também contribuíram a nivelação regional e a supralocalização provocadas pelos aparelhos administrativo e escolar romanos e pela mobilidade dos falantes do Império. A perda da quantidade vocálica, documentada em todos os novos dialetos cuja pré-koinê (a mistura inicial) incluía aquele traço distintivo, é exemplo de uma mudança por koineização (Siegel 1985, Tuten 2003); por seu lado, a ampla distribuição geográfica do sistema tónico latino-vulgar de sete vogais (quase panromânico) é exemplo dos processos de suprarregionalização, ao demonstrar o predomínio da convergência face à neutralização vocálica que se observa no sistema vocálico latino-vulgar sardo e em parte no romeno (Sánchez Miret 2007). Mas a cronologia das rekoineizações e a origem diatópica das variedades transplantadas podem constituir também uma das explicações para a diferenciação diatópica do latim vulgar. Um exemplo disso é a ausência de traços oscos e úmbricos no latim galaico e a sua presença nos demais dialetos latinos do norte peninsular. Essa distinção explica-se por esses traços terem sido incorporados nos dialetos latinos do centro e sul da Itália que foram transplantados para o vale do Ebro ainda no século III a. C.[317], enquanto que para a Galécia foram transplantadas variedades faladas na Bética no século I a. C..

A formação do latim galaico por koineização não é, por conseguinte, um processo exclusivo e a sua duração há de ter sido semelhante à da formação de novas variedades dialetais latinas noutras regiões, dada a cronologia processual das koineizações abranger, em média, 60 anos, o tempo igualmente proposto pela geografia histórica para a coexistência de três gerações nas sociedades antigas. É evidente que fatores linguísticos e extralinguísticos particulares podem retardar ou acelerar a estabilização das novas variedades dialetais em formação, o que constitui ainda outra razão para a variação do latim vulgar no âmbito do Império.

3.2 Difusão e nativização do latim galaico (sécs III–VII): a romanização

[317] Refiro-me, concretamente, à redução dos grupos consonânticos /-MB- > m/, /-ND- > n/ e, embora menos frequente, de /-LD- > l/ no norte central e oriental peninsular (Menéndez Pidal 1980: 286 –306, Penny 2004: 94–96). No quadro teórico descrito, estes traços não podem ser considerados efeito de substrato, mas traços koineizados decorrentes da mistura dialetal, cuja nivelação se teria ficado a dever ao facto de serem os mais frequentemente usados (o que supõe uma maioria demográfica de imigrantes com origem nas regiões referidas) ou os mais salientes.

A romanização propriamente dita consiste na adoção do latim galaico como língua primeira pelas populações autóctones. Para a sua observação, é necessário que o uso do latim se tornasse extensivo, o bilinguismo passando de individual a coletivo, e que, posteriormente, a língua celta fosse substituída pela latina. Estes cenários de contacto entre línguas implicam dois tipos de processos de mudança, a difusão por expansão (social e geográfica) e a nativização.

No processo de difusão por expansão, o bilinguismo é individual e ocorre durante o contacto de jovens e adultos de diferentes línguas. Por esses grupos etários já não disporem das condições neurobiológicas necessárias à ativação dos mecanismos de aquisição da linguagem, a reprodução da língua segunda é imperfeita, motivando mudanças por mistura, simplificação, redução e criação de inovações interlinguísticas devidas a sobregeneralizações ou hipercorreções (Trudgill 1994). Contudo, em situações de bilinguismo coletivo - o que pressupõe uma relação secular de vizinhança entre comunidades linguísticas diferentes -, as crianças são expostas às duas línguas e processam-nas do mesmo modo durante a aquisição da linguagem, preservando ou refazendo por reanálise as mudanças decorrentes do bilinguismo individual das gerações anteriores, consoante a maior ou menor imposição normativa da comunidade linguística socialmente dominante. Se as condições sociais forem favoráveis à construção de uma identidade cultural comum, a língua dominante acaba por se tornar a língua primeira de toda a comunidade, abrindo caminho à sua nativização definitiva.

As condições sociopolíticas para os processos de mudança descritos encontram-se na cristianização da *Gallaecia*, que a difusão do latim galaico acompanharia nas suas etapas. A primeira etapa é social, incidindo sobre a aristocracia galaico-romana, e ocorre no Baixo Império. Não tendo afetado de imediato as populações rurais na generalidade, esta fase pode ter fomentado o bilinguismo individual em torno das *villae* e, posteriormente, o início do coletivo nas congregações priscilianas. A segunda etapa da difusão do latim galaico é já geográfica e acompanha a reorganização administrativo-religiosa do reino suevo no século VI. É ela que dá origem à nativização do latim, sucedida pela transmissão geracional e pela normalização (v. adiante). As etapas difusoras correspondem, nesse sentido, a etapas evolutivas dos dialetos latino-galaicos.

3.2.1 No Baixo-Império

As transformações do Baixo-Império atingiram o mundo romano na sua totalidade, mas na Galécia tiveram consequências particulares. Ao retrocesso da vida comercial e urbana e à ruralização paulatina observada noutras províncias imperiais corresponderam, no Noroeste hispânico, uma rápida dissolução das fracas estruturas esclavagistas e um forte desenvolvimento das estruturas agrárias. Com o declínio da administração imperial, as aldeias castrejas, que se caracterizavam pela homogeneidade social e pela propriedade coletiva da terra, recobram as suas funções e o sistema das *villae* (os domínios rurais) desenvolve-se. Estas últimas deixam, todavia, de cumprir o seu primitivo papel abastecedor para se converterem em centros económicos locais, com tendência para criarem o seu próprio espaço jurisdicional e ganharem independência relativamente ao estado romano (López Carreira 1997).

Os primeiros indícios da cristianização da Galécia, que começaria pelos ambientes urbanos, são também do século III. É das cidades que procedem as figuras cimeiras da cultura paleocristã galaica do século IV e princípios do V: Prisciliano, a monja Egéria (aparentada com a aristocracia imperial) e os historiadores Paulo Orósio e Idácio, este último bispo de Chaves, ambos coevos da chegada dos suevos. Por essa razão, López Carreira (1997) argumenta ser possível pensar que o cristianismo oficial, hierarquizado, e que confirmava as relações sociais emergentes, foi aceite facilmente pela aristocracia galaico-romana das cidades e das *villae*. Embora mais lenta, a expansão do cristianismo entre os setores populares agrários enraizar-se-ia também de forma definitiva. A doutrina que triunfará nesses meios não será, no entanto, a ortodoxa eclesiástica, mas sim a de Prisciliano.

A adoção do priscilianismo no mundo rural tem razões sociais, mas também culturais. Com efeito, as congregações priscilianistas dão continuidade aos modos de vida tradicionais, assegurando a conservação das estruturas sociais e das formas da cultura autóctone, o que muito provavelmente terá contribuído não para o abandono das variedades célticas, mas para situações de bilinguismo coletivo, no início provavelmente diglóssicas, porque com o latim como língua da religião e o celta como língua vernacular. A substituição do celta pelo latim pode ter sido favorecida pela fusão das práticas religiosas ancestrais nas cristãs, ainda hoje subsistentes na primitiva área galaica. É este tipo de situação de contacto de línguas que explica os influxos do

adstrato celta, nomeadamente a incorporação nos dialetos latino-galaicos de itens lexicais relativos a aspetos particulares da cultura e fisiografia autóctones, e o reforço das simplificações e nivelações decorrentes do seu processo de formação.

3.2.2 Na Antiguidade Tardia

A adoção generalizada do latim pelas populações autóctones deve ter ocorrido durante a Antiguidade Tardia, por ser nesta época que se observam as condições sociolinguísticas a que aquele tipo de processo pode ser associado: a cristianização da Galécia, associada à continuidade do povoamento rural romano e à substituição do poder civil pelo religioso.

A evolução interna do povoamento rural romano na época tardo-antiga vincula-se, segundo o arqueólogo López Quiroga (2004), ao processo de cristianização. Nos centros urbanos, com a alteração da conceção romana do espaço, mediante a transformação de antigos espaços públicos e privados em edifícios de culto e a construção de cemitérios intramuros. No âmbito rural, através da modificação da morfologia e da funcionalidade tanto dos antigos castra como das *villae*: o culto cristão estende-se inicialmente às *villae*, reestruturadas para incluírem espaços de assembleia, e depois aos *castra*, onde se acolhem pequenas comunidades religiosas mistas de inspiração frutuosiana. É o desenvolvimento tardio da organização rural romana que explica, segundo o autor, a continuidade desses dois tipos de assentamento, ao contribuir, por um lado, para a atividade e a expansão das *villae* nos princípios do século V e para a sua ocupação durante quase todo o século VI e parte do VII e, por outro, ao favorecer a reocupação dos *castra* entre princípios do século V e o VIII.

A substituição do poder civil pelo religioso decorre da ação de São Martinho, Bispo da diocese de Braga e fundador do mosteiro de Dume e um dos principais instigadores da cristianização da Galécia, e da conversão do rei suevo Teodomiro na segunda metade do século VI. A Igreja torna-se então no elemento vertebrador do reino, tanto no plano ideológico como no administrativo. No plano ideológico, para além do desenvolvimento da vida monacal, por meio da atividade cultural do Mosteiro de Dume e da obra de doutrinação moral produzida por S. Martinho. No plano administrativo, através da divisão do reino suevo em treze dioceses (denominadas *sedes*), todas elas sob autoridade de um bispo: Braga, Dume, Porto, Tui, Iria, *Britonia*

(Bretoña), Lugo, Ourense, Astorga, Coimbra, Lamego, Viseu e Idanha (López Carreira 1997).

A hierarquização religiosa do território conforma o eixo Ourense–Braga–Porto no polo organizador do antigo *conventus bracarensis* (López Quiroga e Lovelle 1997). Esse polo cria assimetrias entre a zona litorânea e a interior ao organizar e desenvolver o povoamento dos vales em redor daqueles bispados desde meados do século VI, conforme documentado no *Parrochiale Suevum* ou *Divisio Theodomiri* (David 1947). Ao deixar de lado a região transmontana, incluindo apenas as regiões de Ourense, do Minho e do Douro Litoral, a hierarquização territorial apoia a hipótese pieliana da influência da implantação do reino suevo na configuração da Galécia Maior, podendo também constituir a explicação para a modelação da sua área meridional[318].

3.3 Transplantação do latim galaico (séc. VII): as origens históricas do transmontano

O povoamento dos sistemas montanhosos, nomeadamente os das atuais regiões portuguesas de Trás os Montes e do Alto Douro, só se estrutura e organiza a partir de meados do século VII com a emergência de um tipo de povoamento marginal em relação ao povoamento rural romano predominante na zona costeira. A marginalidade desse povoamento é tanto geográfica como estrutural, social e religiosa. Trata-se de um povoamento monacal com formas de habitação e uma organização religiosa de inspiração frutuosiana, que López Quiroga e Lovelle (1997) associam à evolução particular do povoamento rural tardo-romano e ao quadro sociopolítico (a decomposição progressiva do estado visigodo, portanto, segundo os autores, do estado romano), económico (maus anos agrícolas e pestes) e mental (pessimismo, ambiente de apocalipse, catastrofismo) da época.

A migração de populações falantes de latim galaico para essas regiões há de ter motivado um novo contexto de contacto dialetal e, por conseguinte, uma situação propícia à formação de novas variedades dialetais por koineização. Mas, ao contrário do latim galaico, os novos dialetos então formados são *koinês regionais*, uma vez que a transplantação se faz para áreas da mesma língua e sem interferências de falantes de

[318] Só disponho de recursos tecnológicos, nomeadamente cartográficos digitais, para aferir a validade desta hipótese para o território político português, pelo que as conclusões gerais são obtidas por indução. Penso poder em breve resolver a situação e aplicar este modelo interpretativo a toda a Galécia Maior.

outras línguas. Esses novos dialetos constituem as origens históricas dos dialetos transmontanos, cujas afinidades com os minhotos, que se explicam pelo peso demográfico de falantes daquelas variedades na mistura dialetal que induziu a sua formação, levaram Cintra (1971) a classificá-los conjuntamente como o grupo dos dialetos portugueses setentrionais.

3.4 Transmissão geracional (sécs. VIII–IX): normalização e fragmentação dialetal

Após a conquista árabe da Hispânia, o Noroeste conhece uma situação de autonomia relativamente aos poderes instituídos, o muçulmano e o cristão, em virtude de a monarquia asturiana não dispor de recursos para o governar e de o emirato hispânico ter privilegiado a ocupação das regiões urbanizadas do Sul e do Levante, mais consentâneas com os modos de vida e ecossistemas do mundo árabe. O Noroeste funcionaria desde então como uma marca de fronteira, controlada por guarnições berberes. Essas guarnições abandonaram os seus postos militares durante a revolta de 740 contra os chefes árabes e sírios, que durou até 756 (Mattoso 1992). Na segunda metade do século, Afonso I aproveitou a debilidade da situação para efetuar razias no vale do Douro, tendo levado com ele as elites urbanas (administrativas, religiosas e militares) para as Astúrias, o que também contribuiu para a desorganização político-administrativa da região, que ficou entregue a si própria (Barroca 2003). Apesar de alguma rarefação populacional motivada pelo facto de o vale do Douro ter passado a funcionar de facto como zona de fronteira entre cristãos e muçulmanos e ser ponto de passagem sazonal dos seus exércitos e objeto de pilhagens, a região manteve-se povoada, com os seus domínios locais, aldeias de camponeses livres e monacatos.

Neste contexto socio-histórico de manutenção das formas de povoamento rural e na ausência de modelos de língua supralocais, o principal processo de mudança há de ter sido o da transmissão geracional e a sua consequência a normalização linguística, uma vez que a continuidade histórica dos usos linguísticos nas comunidades de fala os torna normais, ou seja, constitui-os como normas vernáculas. O processo de mudança por transmissão tem origem na variação intrassistémica, caracterizando-se pela reprodução perfeita do sistema linguístico dos adultos pelas crianças, incluindo os padrões variacionais e as suas restrições estruturais e sociais. Esses padrões são *incrementados*

pelas sucessivas gerações de crianças, através do aumento gradual da frequência, extensão, escopo ou especificidade das variáveis linguísticas (Labov 2007).

O incremento da variação intrassistémica que caracteriza o processo de transmissão manifesta-se, nesta época, na continuidade do processo de lenição consonântica no galaico - que se estenderia às soantes nasais e laterais, no caso das intervocálicas com a emergência de variantes velarizadas e sincopadas das soantes simples e de reduzidas das duplas (Carvalho 1989) – e no polimorfismo do tratamento das vogais antes de consoante nasal simples intervocálica, atestado toponímica e dialetalmente (Piel 1962). A normalização local desenvolve, por sua vez, a fragmentação regional (Milroy 1992), pelo que o incremento da variação interna do latim galaico consolida as diferenças das suas derivas sociolinguísticas relativamente às dos dialetos latinos geograficamente contíguos.

3.5 Emergência do galego-português (sécs. IX –XI): a divergência linguística

A primeira modalidade da expansão territorial asturiano-leonesa no *Alandaluz* foi a presúria, que consistiu na apropriação das terras e no controlo e submissão das suas populações em nome régio. No reinado de Ordonho I, a expansão alcança o vale do Minho com a presúria de Tui em 854 e com as de Astorga, Leão e Amaia em 856. No de Afonso III, a fronteira desloca-se cerca de 200 quilómetros para sul no intervalo de uma década, com a presúria do Porto em 868, a de Chaves em 873 e a de Coimbra em 878. Na sequência destas presúrias, dar-se-iam também as de Montemor-o-Velho, Viseu e Lamego. A fronteira cristã ocidental ficaria, então, localizada, a sul, na margem esquerda do Mondego e, a leste, no vale do Côa, onde se manteve, contudo, somente até 987, por quando foi reposicionada a sul, no vale do Douro e, na zona costeira, ao longo do vale do Vouga pelos exércitos de Almançor (Barroca 1999, 2003).

As presúrias foram inicialmente levadas a cabo por condes delegados pelo rei (e também por particulares que procuraram por esse meio adquirir ou aumentar o seu património fundiário), não sem terem provocado revoltas por parte dos senhores e das populações locais. A apropriação das terras era feita na presença das populações dos vales, que eram convocadas ao toque do olifante e pendão régio. A documentação coeva atesta ainda a descrição dos limites antigos e a renomeação das terras e

propriedades como parte da validação das presúrias. Essa renomeação seguiu o modelo setentrional tardo-antigo no genitivo de posse em –i, aplicado sobretudo a nomes de origem germânica, em virtude da ideologia neovisigoda com a qual se legitimou a Reconquista cristã desde o reinado de Afonso III (Barroca 2003, Kremer 2004).

A historiografia medieval moderna demonstrou, com base no cruzamento de informações textuais, arqueológicas e onomásticas, que não houve, de facto, ermamento do vale do Douro, pelo que o uso documental do termo «repovoar» passou a ser entendido como a restauração administrativa, militar e religiosa dos territórios integrados na cristandade. No condado portucalense, a ocupação territorial concentrar-se-ia nas zonas costeiras, sobretudo naquelas que tinham constituído a espinha dorsal do reino suevo, que integrava a zona litoral do antigo convento bracarense e a foz do Douro. Essa região seria ordenada pelo eixo geográfico Braga–Guimarães–Porto, centrado nesta última *civitas*, da qual derivaria o nome do próprio condado.

A ocupação asturiano-leonesa da antiga Galécia Maior teve implicações sociolinguísticas, manifestadas na síncope das soantes intervocálicas simples –N– e –L– e na consolidação da sua área histórica.

Como referido, a situação de autonomia da área galaica, entre meados do século VIII e do IX, concorreu para o predomínio do processo de transmissão geracional num contexto de ausência de uma norma supralocal. Essa situação permitiu a continuidade do processo de lenição consonântica, levando à emergência de focos dialetais com padrões variacionais distintos daquelas variáveis. Como é que de uma situação diferenciada como esta se passou para a conclusão do processo de lenição das soantes e para a sua generalização? A explicação encontra-se, muito provavelmente, no contacto dialetal decorrente das presúrias e das relações familiares e vassálicas da nobreza cristã peninsular, mas também da emigração de asturianos e de moçárabes (estes últimos provenientes de Coimbra, Toledo e Córdova) para o Minho e a Galiza, atestados toponimicamente (Barroca 2003). Nesses contextos, o contacto teria provocado a dissociação linguística por parte dos autóctones perante as inovações externas, manifestada pela escolha de variantes galaicas específicas, mais frequentes ou mais salientes, características que as variantes sincopadas deviam reunir. Para a sua difusão contribuiria a restauração do povoamento suevo e a configuração territorial da área galaica definida pela geografia militar cristã. As variantes sincopadas poderiam,

assim, ter constituído o *input* predominante a que as crianças estariam expostas e para cuja seleção também teriam contribuído, razão pela qual acabariam por ser gramaticalizadas.

É também o contacto dialetal que deve estar na origem da ditongação das vogais tónicas médias altas /e/ e /o/, que caracterizam os dialetos baixo-minhoto e duriense litoral (Cintra 1971). Sabemos ainda muito pouco sobre este processo de mudança (cf. Posner 1998), de que apenas temos como referência o contraste com a conservação do vocalismo tónico latino-vulgar nas demais variedades galego-portuguesas orais e escritas e com a ditongação das vogais tónicas baixas homorgânicas /ɛ/ e /ɔ/ no asturiano-leonês, no castelhano e no andaluzi (que, neste último, inclui a covariação da sua conservação e ditongação).

Num quadro de contacto dialetal, a ditongação das médias altas pode ser explicada como resultado da interdialetalização, ou seja, da formação de variantes ditongadas inexistentes nas variedades em contacto, mas motivada pela das médias baixas (o que justificaria a ausência comum de restrição de travamento ou abertura da sílaba)[319]. Por outro lado, a distribuição deste traço dialetal no Baixo Minho e Douro Litoral é consentânea com o lugar de concentração dos governantes provenientes do Norte, com a sede do poder político e militar no Porto, a localidade onde ainda hoje se observa a maior vitalidade deste traço. A limitação regional demonstra ainda que a sua difusão teria seguido o *modelo do lar cultural* (Britain 2010), ou seja, expandir-se-ia num espaço sociocultural único, definido pela conjugação de três fatores: o uso vernacular de um mesmo dialeto, a restauração do povoamento rural da época sueva e o desenvolvimento de uma nobreza regional, vinculada territorialmente a domínios próximos do Douro e, por conseguinte, às respetivas populações (Mattoso 1997/2011).

A síncope de –N– e –L– e a ditongação das vogais médias altas são, assim, traços galego-portugueses que, respetivamente, a um nível geral e regional, decorrem das alterações sociopolíticas que motivaram a emergência daquele romance e a consolidação da sua área original.

[319] É provável que a reduzida frequência das médias baixas atestada na literatura dialetal portuguesa da primeira metade do século XX seja moderna.

3.6 Transplantação do galego-português: formação do português do sul (sécs. XI–XIII)

A segunda modalidade da expansão territorial cristã é a Reconquista, que chega ao Mondego em 1064 e ao Tejo em 1047, com Fernando, o Magno, e Afonso Henriques, respetivamente. O monarca de Castela e Leão remodela a organização sociopolítica dos territórios cristãos a partir dessa data, com o desmembramento dos territórios condais em terratenências e o reconhecimento da autonomia administrativa dos concelhos de fronteira. Essas reformas têm como consequência a validação das classes sociais de guerreiros que lhe servem de base política e militar de apoio, os infanções e os cavaleiros-vilãos. Os primeiros são membros de uma nobreza inferior destacada pelos seus feitos na guerra, a quem o rei atribui a governação das terras. Os segundos são homens-bons (i.e., livres) das comunidades concelhias de fronteira, cuja autonomia administrativa é reconhecida pelo monarca e a quem ele confia a defesa dos extremos territoriais. Afonso Henriques prossegue essas alterações, através da concessão de honras e coutos a norte do Douro e de forais concelhios a sul, o que consolidará a distinção sociopolítica entre o norte senhorial e o sul concelhio que contribuiu para a sua diferenciação regional (Vilar e Mattoso 1989).

O galego-português é transplantado para sul com a Reconquista, dando origem a uma *koinê imigrante*, um dialeto secundário galego-português induzido pela mistura e contacto de colonos com diferentes proveniências regionais (maioritariamente galego-portugueses, mas também de outros romances peninsulares e extrapeninsulares) e autóctones românicos andaluzis. Formada entre meados do século XI e finais do XIII nos territórios de colonização linguística do Vouga ao Algarve, a nova variedade galego-portuguesa é o português do sul, que assim designo por constituir a origem histórica dos dialetos portugueses centro-meridionais. Fundamentalmente, esse dialeto secundário consiste no vernáculo dos cavaleiros-vilãos e dos peões, as classes sociais emergidas da situação de guerra permanente nas regiões de fronteira. É ele, portanto, que dá voz ao regime concelhio.

3.7 Elaboração do galego-português (sécs. XII–XIV): a evolução da consciência sociolinguística

A consolidação do regime senhorial nos territórios setentrionais galegos e minhotos tem como consequência a complexificação variacional intersistémica do galego-português, sob a forma de socioletos altos, cuja formação e desenvolvimento acompanham os das nobrezas regionais galega e minhota, vinculadas por relações familiares e vassálicas (Mattoso 1997/2011). A escolha desses socioletos para veículo da cultura aristocrática demonstra não só a coesão social dos senhores da Galiza e do Entre Minho e Douro, como a sua afirmação identitária para com o poder régio, por um lado, e para com os cavaleiros-vilãos, por outro, ambas testemunhadas em várias das cantigas remanescentes da lírica galego-portuguesa. É a apropriação do galego-português pela nobreza numa época de construção política da suserania pelos monarcas que, efetivamente, parece explicar a diminuta produção documental em romance pelas chancelarias régias até ao reinado de D. Dinis (Miranda 2012).

A elaboração literária de um ou mais socioletos altos consiste na seleção consciente dos seus traços lexicais e gramaticais, que visa não só instituir as suas características fundamentais como também atingir a funcionalidade requerida pelo registo escrito, razão pela qual o número de variantes é reduzido. Trata-se da primeira etapa da estandardização de uma língua, um processo de mudança linguística que diverge dos demais por ser enquadrado ideologicamente e visar a legitimação política da variedade falada pelas elites dirigentes (Milroy 1992).

A definição do processo de estandardização apresentada levanta a questão do tipo de consciência sociolinguística sobre o galego-português à época da sua elaboração literária. Não parece haver dúvidas sobre a perceção da variação diatópica: para além de o reconhecimento de traços diferenciadores proeminentes e modos de falar distintos ser universal, a emergência do galego-português por dissociação linguística e a elaboração poética dos socioletos da nobreza testemunham-no. A consciência sociolinguística da individualidade de uma língua é, contudo, mais complexa, decorrendo da correlação de vários fatores sociolinguísticos, nomeadamente do grau de inteligibilidade entre variedades linguísticas, do seu enquadramento sociopolítico e das relações entre a oralidade e a escrita. Ora, até meados do século XII, o latim era a língua de cultura comum (i.e., da escrita), a sua pronúncia ajustada à das normas locais

e os romances eram ainda inteligíveis. As condições para a consciência da individualidade do galego-português apenas se começariam a observar a partir de meados do século XI, com a importação da reforma carolíngia (leitura fonológica do latim e representação escrita românica com o mesmo sistema grafemático) e a sua divulgação nas chancelarias senhoriais e régias e o contacto linguístico e cultural promovido pelo Caminho de Santiago (Monteagudo 2004). Seria, com efeito, o contraste entre as escritas românicas e a sua adscrição a diferentes entidades sociopolíticas, os reinos cristãos peninsulares e extrapeninsulares, e o interculturalismo das cortes senhoriais que motivariam a consciência do galego-português como língua. Essa consciência está atestada na denominação da sua variedade poética como *galego* em finais de duzentos.

3.8 A quebra da unidade galego-portuguesa (séc. XV): a cisão sociolinguística

Apesar de a estandardização do galego-português ter sido iniciada com a sua elaboração literária, esse processo acabaria por ser travado na primeira metade do século XV com a elaboração do português pela dinastia de Avis (Cardeira 2005), cuja base dialetal é o português do sul. A continuidade do processo de estandardização da língua portuguesa e a vernacularização do galego, em virtude da absorção política da Galiza por Castela, quebrariam a primitiva unidade galego-portuguesa. No século XX, contudo, o galego oficializar-se-ia como língua da Galiza, o que levaria à sua estandardização e, consequentemente, à sua legitimação política. Essa legitimação teria como consequência a distinção sociolinguística contemporânea de duas línguas, a galega e a portuguesa, cujas origens históricas comuns são conhecidas universalmente através da denominação moderna da sua variedade literária medieval: — a lírica galego-portuguesa.

Referências

Adams, J. N. 2007. *The Regional Diversification of Latin 200 BC - AD 600*. Cambridge: Cambridge University Press.

Arias, Gonzalo. 1993–1997. «Atlas Histórico de la Península Ibérica, vol. I». Suplementos do boletim *El Miliario Extravagante*.

Ariza, Manuel. 1990. *Manual de Fonología Histórica del Español*. Madrid: Editorial Sintesis.

Ariza, Manuel. 2005. «El romance en Al-Andalus». In *Historia de la Lengua Española*, ed. Rafael Cano, 207–235. Barcelona: Ariel.

Barroca, Mário Jorge. 1999. «Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (século IX a XI)». *Portugalia*, Nova Série 25: 181–203.

Barroca, Mário Jorge. 2003. «Da Reconquista a D. Dinis». In *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, ed. Manuel Themudo Barata, e Nuno Severiano Teixeira: 20–161. Lisboa: Círculo de Leitores.

Britain, David J. 2010. «Conceptualizations of geographic space in linguistics». In *Language and Space. An International Handbook of Linguistic Variation*: Volume 2: *Language Mapping*, ed. Alfred Lameli, Roland Kherein e Stefan Rabanus, 69–97. Berlin–New York: De Gruyter Mouton.

Cardeira, Esperança. 2005. *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Carvalho, Joaquim B. de. 1989. «L'évolution des sonantes ibéro-romanes et la chute –n–, –l– en gallaïco-portugais». *Revue de Linguistique Romane* 53: 159–188.

Castro, Ivo. 1991. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Castro, Ivo. 2006. *Introdução à História do Português* (2.ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.

Cintra, Luís Filipe L. 1971. «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses». *Boletim de Filologia* 22: 81–116. Obtido em 1 de maio de 2013, de http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/lingua/boletimfilologia/22/boletim22.html

David, Pierre. 1947. *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.

Fernandes, Maria Alice. 1988. «Etimologia onomástica no âmbito da história da língua portuguesa». In *Sete Ensaios sobre a Obra de J. M. Piel*, ed. Ivo Castro, 147–168. Lisboa: Publicações do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa.

Galmés de Fuentes, Álvaro. 1983. *Dialectología Mozárabe*. Madrid: Editorial Gredos.

Kerswill, Paul e Trudgill, Peter. 2005. «The Birth of New Dialects». In *Dialect Change. Convergence and Divergence in European Languages*, ed. Peter Hauer, Frans Hinskens, e Paul Kerswill, 196–220. Cambridge: Cambridge University Press.

Kremer, Dieter. 2004. «Galicia germânica». In *A Lingua Galega: Historia e Actualidade. Actas do I Congresso Internacional*, ed. Rosario Álvarez Blanco, Francisco Férnandez Rei, e Antón Santamarina, 9–25. Santiago de Compostela: CCG/ILC.

Labov, William. 2007. «Transmission and diffusion». *Language* 83: 344–387.

Lagares Diez, Xoan C. 2008. «Sobre a noção de galego-português». *Cadernos de Letras da UFF* 35: 61–82.

López Carreira, Anselmo. 1997. «Historia Xeral de Galicia. Idade Media». In *Historia Xeral de Galicia*, ed. Francisco Calo Lourido, e Cesáreo Sánchez Iglesias, 93–204. Vigo: Nosa Terra.

López Quiroga, Jorge. 2004. *El Final de la Antigüedad en la Gallaecia*. *La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*. Santiago de Compostela: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

López Quiroga, Jorge, e Mónica R. Lovelle. 1997. «Un modelo de análisis del poblamiento rural en el valle del Duero (siglos VIII-X) a partir de un espacio macro-regional: las tierras galaico-portuguesas». *Anuario de Estudios Medievales* 27: 687–748.

Maia, Clarinda de A. 1986. *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Mariño Paz, Ramón. 1999. *Historia da Lingua Galega* (2.ª ed.). Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

Martínez Ruiz, Enrique, e Consuelo Maqueda Abreu. 2000. *Atlas Histórico de España* I. Madrid: Istmo.

Mattoso, José. 1992. «Portugal no reino asturiano-leonês». In *História de Portugal*, vol. I, ed. José Mattoso, 439–529. Lisboa: Círculo de Leitores.

Mattoso, José. 1997/2011. «A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular». In *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval* (2.ª ed.), ed. José Mattoso, 311–330. Lisboa: Círculo de Leitores.

Meier, Harri. 1942. «A evolução do português no quadro das línguas ibero-românicas». *Biblos* 18: 497–515.

Menéndez Pidal, Ramón. 1980. O*rígenes del Español. Estado Lingüístico de la Península Ibérica hasta el Siglo XI* (9.ª ed.). Madrid: Espasa-Calpe.

Milroy, James. 1992. *Linguistic Variation and Change: on the historical sociolinguistics of English*. Oxford: Basil Blackwell.

Miranda, José Carlos R. 2012. «O galego-português e os seus detentores ao longo do século XIII». *e-Spania* 13. Obtido em setembro de 2012 de http://e-spania.revues.org/21084

Moll, Francesc de B. 1991. *Gramàtica Històrica Catalana*. València: Universitat de València.

Monteagudo, Henrique. 2004. «O Camiño, as linguas e a emerxencia do galego». *Grial* 161: 52–61.

Nogueira, Carlos Filipe. 1988. «O conceito geográfico-linguístico de Galécia Maior». In *Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel*, 76–103. Lisboa: Publicações do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa.

Penny, Ralph. 2004. *Variation and Change in Spanish*. Cambridge: Cambridge University Press.

Piel, Joseph-Maria. 1947. «Nomes de 'possessores' latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa». *Biblos* 23: 283–407.

Piel, Joseph-Maria. 1949, 1950. «Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular». *Biblos* 25: 287–353 e 26: 281–314.

Piel, Joseph-Maria. 1960a/1989. «Antroponímia Germânica da Península Ibérica». In *Estudos de Linguística História Galego-Portuguesa*, Joseph-Maria Piel, 129–147. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Piel, Joseph-Maria. 1960b/1989. «Toponímia Germânica da Península Ibérica». In *Estudos de Linguística História Galego-Portuguesa*, Joseph-Maria Piel, 149–172. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Piel, Joseph-Maria. 1961. «Sobre a terminação -ENDO (-INDO), ENDA na fito-toponímia galego-portuguesa». *Boletim de Filologia* 20: 153–163.

Piel, Joseph-Maria. 1975/1989. «Uma antiga latinidade vulgar-galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza». In *Estudos de Linguística História Galego-Portuguesa*, Joseph-Maria Piel, 55–60. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Piel, Joseph-Maria. 1981. «Sobre a legitimidade do conceito de latinidade vulgar galaica». In *Primera reunión gallega de estudios clásicos: ponencias y comunicaciones*, 253–258. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.

Piel, Joseph-Maria. 1989. *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa.* Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Posner, Rebecca. 1998. *Las Lenguas Romances*. Madrid: Cátedra.

Sá Nogueira, Bernardo. 1988. «Ermamento e povoamento». In *Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel*, 104–128. Lisboa: Publicações do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa.

Sánchez Miret, Fernando. 2007. «Fonética Histórica». In *Manual de Lingüística Románica*, ed. José Enrique Gargallo Gil, e Maria Reina Bastardas, 227–250. Barcelona: Ariel.

Siegel, Jeff. 1985. «Koines and Koineization». *Language in Society* 14(3): 357–378.

Trudgill, Peter. 1986. *Dialects in contact*. Oxford –New York: Basil Blackwell.

Trudgill, Peter. 1994. «Language contact and dialect contact in linguistic change». In *Dialektkontakt, Språkkontakt och Språkörändring in Norden,* ed. U.-B. Kotsinas e J. Helgander, 13–22. Stockholm: Stockholm University.

Tuten, Donald N. 2003. *Koineization in Medieval Spanish*. Berlin–New York: Mouton de Gruyter.

Vicente, Ángeles 2006. *El proceso de arabization de Alandalús: un caso medieval de interacción de lenguas*. Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo.

Vilar, Hermínia, e José Mattoso. 1989. «Povoamento e colonização do reino de Portugal nos séculos XII a XV». In *Portugal no Mundo*, vol. I, ed. Luís de Albuquerque, 24–37. Lisboa: Alfa.

27. Ascendentes textuais do Livro de Marco Polo

Maria Helena Garvão

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Comecei por avaliar a difusão da obra *Marco Paulo* em Portugal ao ser impressa em 1502 por Valentim Fernandes, uma das figuras mais destacadas dos primórdios da produção tipográfica em Portugal.
Refleti sobre a origem da obra do célebre viajante veneziano, relator de um dos maiores sucessos de vendas medievais, tratando-se de uma narrativa que mistura história, relatos de viagem, aventura e fantasia. Na verdade, Marco Polo tornou-se sinónimo de viagem e, se muitas das coisas que contou foram consideradas inverosímeis, outras foram comprovadas pelos portugueses como sendo verdadeiras. A obra retrata as relações económicas entre o Oriente mongol e o Ocidente cristão no último quartel do século XIII, sendo Marco Polo (1254-1324) um testemunho único, dada a sua experiência singular na Ásia.
Analisei o seu percurso até chegar ao nosso país quase um século antes de ser impressa, numa tentativa de determinar razões para a sua tradução em português. Tomei como pontos de partida duas informações fundamentais: o facto de no elenco dos livros da biblioteca do rei D. Duarte existir um «Marco paulo latim e lingoaJem em huũ volume» e ainda que ao irmão daquele rei, o infante D. Pedro, tinha sido oferecido pelo doge de Veneza um exemplar da obra poliana, em 1428, aquando do seu périplo europeu, que o celebrizou como o infante das *sete partidas*. E tendo em conta o facto de o livro ter sido um dos primeiros impressos em português, despertou-me ainda mais o interesse pelo aprofundamento desta questão – a obra impressa.
Tracei a genealogia textual do *Livro de Marco Polo*, a versão portuguesa da narrativa escrita por frei Francisco Pipino. Com efeito, o livro *Marco Paulo* constitui a versão portuguesa feita a partir da versão latina do século XIV deste frade dominicano, e também, como espero ter provado, de uma versão veneziana. Neste sentido, desenvolvi operações típicas da crítica textual, designadamente no âmbito da colação e da estemática. Para esse fim, tomei como texto-base a edição de F. M. Esteves Pereira, de 1922, feita a partir da primeira impressa em português na tipografia de Valentim Fernandes, em 1502.
Para poder estabelecer a genealogia do texto, tomei com obras de referência os trabalhos efetuados neste campo até à data, nomeadamente o de Luigi Foscolo Benedetto (1928) que fez a primeira recensão sistemática do conjunto de testemunhos do livro de Marco Polo na introdução da sua primeira edição integral do texto franco-italiano.

Palavras-chave: Marco Polo (1254-1324), Valentim Fernandes (1450-1519), literatura de viagens portuguesa - século XVI, Imprensa-Portugal - séculos XV-XVI, genealogia textual.

> *Quer ver as últimas provas, Não vale a pena, as correcções do autor estão feitas, o resto é a rotina da revisão final, fica nas suas mãos, Obrigado pela confiança, Muito merecida, Então o senhor doutor acha que a história e a vida real, Acho, sim, Que a história foi vida real, quero dizer, Não tenha a menor dúvida, Que seria de nós se não existisse o* deleatur*, suspirou o revisor.*
>
> José Saramago, *História do Cerco de Lisboa* (1989: 16)

1. Uma versão obtida em Veneza?

Para falarmos dos antecedentes textuais do livro de Marco Polo, torna-se conveniente recuar até ao período em que há a primeira notícia da existência do seu texto principal associada a um português. Importa, por isso, falar do infante D. Pedro (1392-1449).

O período da vida do infante D. Pedro que o tornou mais conhecido fora de Portugal foi indubitavelmente aquele em que empreendeu uma longa viagem de caráter diplomático, de interesse nacional e também pessoal[320], o que lhe valeu o epíteto de o infante das «sete partidas», vulgarizado por Gomes de Santo Estêvão. A divergência maior centra-se sobretudo no itinerário traçado por alguns autores, resultante da grande confiança depositada num «opúsculo de cordel» ainda no século XV, segundo Sharrer[321], da autoria de Gomes de Santo Estêvão ou Gomes de Santisteban intitulado *Auto ou Livro do Infante Dom Pedro de Portugal o qual andou as sete partidas do mundo* ou simplesmente *Libro del Infante Don Pedro de Portugal* [322]. Ao relatar

[320] Segundo Rákóczi (1993: 81), o infante terá sido chamado para se investir na posse do governo da Marca Trevisana concedida por Segismundo, imperador da Alemanha e rei da Hungria, a quem se associou na luta contra os turcos, pelo que foi recompensado com o ducado de Treviso. Este autor e outros referem também que o infante terá ainda sido condecorado com a Ordem da Jarreteira em Inglaterra, o que terá sucedido em 1427.

Por outro lado, segundo Rákóczi, D. Pedro ter-se-ia feito representar junto do Concílio de Constança durante esta viagem (*ibidem,* p. 82), tratando-se de um lapso anacrónico, pois esta importante reunião, que pôs fim ao grande cisma do Ocidente, ter-se-á realizado entre 1414 e 1418. Na verdade, em 1416, os príncipes portugueses D. Pedro e D. Henrique tinham sido enviados como emissários pelo seu pai a esse concílio cujos objetivos eram a restauração da unidade da Igreja, a reforma do papado e das igrejas locais e a destruição da heresia, sobretudo da hussita. A votação foi realizada por nações.

[321] Neste ponto, Rogers (1962) datou o seu aparecimento nas primeiras décadas de quinhentos. Contudo, mais recentemente, Sharrer (1977) veio demonstrar a sua circulação entre 1471 e 1476 numa crónica castelhana, em que a obra é longamente interpolada.

[322] Aqui, quer a designação de «opúsculo de cordel», quer o seu título são dados por Costa (1947) e ROGERS (1962), respetivamente. Mais recentemente, Dias (1993) designa-o de «fantasioso folheto» escrito, segundo alguns, por um companheiro do infante nas suas viagens, tendo sofrido alterações da realidade ao longo das sucessivas edições em castelhano e português, «apresentando alterações umas em relação às outras, não só quanto ao título (D. Pedro correu as quatro, as sete ou «todalas partidas del mundo»...), mas ainda quanto ao conteúdo, podemos ver como, volvido um século sobre as suas viagens, a lenda, a fantasia dos homens desfiguraram a realidade» (cf. p. 440). Para Correia (2000: 93–94), este texto narra uma «viagem iniciática construída segundo os moldes do itinerário de peregrinação à Terra Santa, do périplo imaginado do re-conhecimento e exploração e da incursão imaginária até aos não-lugares da verdade revelada (...)».

viagens imaginárias com elementos de carácter simbólico, este texto veio a influenciar, de modo falacioso, certos historiadores que acreditaram nesta versão, acabando por «contaminar» alguns de gerações subsequentes. Assim, ao observarmos o itinerário da viagem para os diversos autores, facilmente concluímos que o mesmo depende da fonte em que confiaram. Os que confiaram na versão daquele autor prolongaram o traçado da viagem, declarando convictamente que D. Pedro chegou à Terra Santa[323]. E, talvez por isso mesmo, a duração da jornada não é igualmente consensual. Mas duraria três anos porque Frei João Verba, antigo religioso dominicano e cónego regrante de Santo Agostinho, confessor de D. Pedro desde 1415, nomeado, a pedido do infante, capelão pontifício e prior comendatário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, acompanhou-o no seu périplo europeu que se iniciou em 1425 e terminou em 1428[324], esta última data também confirmada nos textos das crónicas de Antonio Morosini, historiador medieval veneziano.

Facto consensualmente apontado em todos os autores que falam da viagem do infante é a sua passagem por Itália e a sua estada em Veneza, tendo lá chegado na Primavera de 1428[325]. Aí foi recebido com pompa e circunstância, como já refere Valentim Fernandes à rainha D. Leonor no prólogo da obra *Marco Paulo*, por ele impressa em 1502:

> *E no tempo que ho Iffante dom Pedro de gloriosa memoria vosso tyo chegou a Veneza. e despois das grandes festas e honrras que lhe forom feitas pellas liberdades que elle*

[323] Os que seguiram a versão fantasiosa do pretenso companheiro de jornada do infante prolongam o seu traçado até à Terra Santa; os que seguiram as opiniões do próprio filho do infante como o Condestável D. Pedro [cf. Sousa (1947: 41–42, tomo II)] limitam o percurso da viagem, considerando o ponto mais longínquo atingido a Hungria. Sobre a estadia do infante neste país e na Corte do imperador Segismundo, vide Rákóczi (1993: 79–93). No entanto, não se pode excluir a hipótese de que tivesse havido a intenção da parte do infante de fazer uma jornada à Terra Santa.

[324] Sobre a figura de Frei João Verba e o seu papel junto dos príncipes de Avis, leia-se Dinis (1956: 424–491). Sobre esta questão específica, diz este autor (p. 439): «Reparamos que a ascensão de Fr. João Verba ao priorado de S. Jorge coincide precisamente com o ano da partida do Duque de Coimbra para o estrangeiro, 1425, por onde o Infante D. Pedro peregrinou durante três anos. O licenciado Verba, como confessor do Infante, teria então seguido muito provàvelmente na comitiva daquele para fora do país, entregue o governo do seu mosteiro ao respectivo substituto (...)»

[325] Cf. Pereira (1922: XXVIII-XXIX): «Na primavera de 1428 o infante estava em Veneza, onde lhe fizeram grandes honras e festas pelas liberdades (privilegios) que os Venezianos gozavam em Portugal, como por ele o merecer» e Simões (1993: 529): «Visitou a Itália (há notícia da sua passagem por Veneza, Pádua, Ferrara e Roma), a Flandres, a Inglaterra (onde foi condecorado com a Ordem da Jarreteira) e seguramente Castela e Aragão. Em Veneza foi recebido com as honras de um chefe (Fevereiro de 1428), decerto pelo prestígio de que gozava já desde a conquista de Ceuta (1415) e depois da grande cruzada contra os turcos». Acerca da divergência das datas entre estes dois autores, devemos referir que o mês exato é Abril, portanto, na primavera e não Fevereiro, como por lapso refere Simões.

> *tem nos vossos regnos. como por ho elle mereçer. lhe offereçerõ em grande presente o dito liuro de Marco paulo. que se regesse por elle. poys desejaua de veer e andar pello mundo*[326].

Com efeito, o infante terá tido uma festiva recepção pelo doge da cidade, Francesco Foscari[327]. Rogers afirma que o embaixador de Veneza na Hungria nos dá notícia que o infante D. Pedro já teria partido deste país para aquela cidade em Março de 1428 e que o doge e o Conselho decidiram receber o príncipe português e a sua comitiva com honras e festividades, enviando emissários para os escoltar até à cidade, o que terá acontecido por volta do dia 5 de Abril. Francesco Foscari tê-lo-á recebido, então, a bordo do barco Bucintoro e ter-lhe-á oferecido, entre outros presentes, o livro de Marco Polo, como diz Valentim Fernandes e sugerem outros autores[328], um mapa-mundo, como referem poucos[329] e ainda uma jóia[330], além de o levar a visitar locais venezianos importantes como S. Marcos e também a localidade de Murano. Um dos presentes mencionados, o mapa, não se conserva hoje.

Na verdade, é Francis Rogers quem melhor descreve a estadia de D. Pedro em Veneza, fornecendo dados mais precisos, nomeadamente no respeitante às datas da sua chegada e partida, detalhes da sua estadia e às oferendas dos venezianos[331].

---

[326] Cf. Pereira (1922: fól. 3v).

[327] Francesco Foscari (1373–1457), pertencente a uma família nobre veneziana, desempenhou os mais altos cargos da república: embaixador, membro do Conselho, inquisidor, procurador de S. Marcos, tendo sido eleito doge de Veneza em 1423, cargo que ocupou durante 34 anos.

[328] É o caso do já referido Antonio Morosini, historiador medieval veneziano, irmão do doge Michele, e de Benedetto (1928: CXLVIII-CXLIX, nota 1): «L'accoglienza fu veramente così fastosa e così liberale, le spese ed i doni così ricchi...che il regalo anche di un esemplare di Marco diventa pienamente possibile. Nessun cenno però della cosa nei pochi documenti che mi venne fatto di rintracciare su quella visita principesca».

[329] Além de mencionarem a oferta do manuscrito, referem também o mapa autores como Sá (1950: 118–119): «(…) parece ser irrefusável que D. Pedro, como infante contribuiu para os descobrimentos marítimos, quer pelas notícias que trouxe das suas viagens pela Europa, quer pelo livro de *Viagens* de Marco Polo e *mapa-mundi* de autor desconhecido que lhe foram oferecidos pelo Doge de Veneza e que permitiram um melhor conhecimento de certas zonas da Terra» e Rogers (1962: 243): «These concern the gifts, Polo manuscript and mappemonde, which Pedro received in Venice». Para Marques (1994: 185), em Murano, o infante terá encomendado o mapa de Fra Mauro por que D. João II havia de se reger para delinear o plano das Índias, o que nos parece pouco plausível, pois este mapa é de data posterior (1459).

[330] Segundo Rogers (1961: 46), o seu valor oscilaria entre 400 e 1000 ducados de ouro. Como termo de comparação, Correia (1999: 39) refere que as despesas da recepção e da estadia do infante em Veneza orçaram em 1400 ducados de ouro.

[331] Cf. Rogers (1961: 45–49). Estes dados são, em parte, baseados em textos das crónicas de Antonio Morosini. Este historiador nunca tomou parte activa na política, limitando-se a ser mais um observador atento e anotador das múltiplas manifestações da vida política nos seus textos.

D. Pedro terá saído de Veneza a 12 ou 22 de Abril[332], seguindo, então, para Florença. Dos três presentes oferecidos pelos venezianos, só um parece ter chegado a Portugal – o livro de Marco Polo – embora não tenha sobrevivido até hoje.

Quanto à versão que terá recebido o infante, não sabíamos *a priori* em que língua estaria redigida, se em latim[333] ou em «linguagem». Seria plausível que estivesse redigida em veneziano, pois os representantes da cidade orgulhar-se-iam certamente de ter ofertado tal obra ao príncipe português na sua própria língua.

Cronologicamente, o segundo dado que justifica referência na história da circulação do texto de Marco Polo em terras portuguesas encontra-se na lista de livros de D. Duarte. Lá se encontra referido um «Marco paulo latim e lingoaJem em huũ Volume». No que concerne as características textuais das duas versões bem como a data das mesmas, também nada se sabia.

O terceiro dado é este texto ter sido incluído na compilação com o título *Marco Paulo*, que foi impresso em 1502 por Valentim Fernandes. Não se conheciam elementos concretos que permitissem dizer em que idioma(s) estava a versão utilizada como base da tradução portuguesa impressa. Também não se sabe qual o autor da mesma, não se pode afirmar que tenha sido o próprio D. Pedro a fazê-lo[334], ou que

[332] É Benedetto quem nos dá a primeira data – 12 de Abril – e quer ele quer Rogers se baseiam em informações colhidas nas crónicas de Antonio Morosini, mas Rogers diz peremptoriamente: «the date of departure, April 22, is unambiguous» (1961: 46), enquanto aquele é mais hesitante: «Lo Yule ci dà per la visita in questione la data del 1426 (p.135 della I*ntrod.*), ma sulle date e sui particolari della visita stessa siamo informati molto minutamente da Marin Sanuto (*Vite de' duchi di Venezia*), in Muratori, SS., XXII, 999) e sopratutto da Antonio Morosini (cfr. La copia della *Cronaca morosina* posseduta dalla Bibl. Marciana, Ital., VII, 2049, vol. II, pp. 859–865). Essa ebbe luogo dal 5 al 12 aprile del 1428» (1928: CXLVIII). De qualquer modo, segundo Rogers, Morosini também refere que o infante se dirigiu, em seguida, para a Terra Santa, o que não chegou a acontecer, pois D. Pedro terá seguido para Florença e nunca chegou ao Santo Sepulcro, como afirmou o historiador veneziano que acompanhou a estadia do príncipe português em Veneza.

[333] É essa a opinião de Rossi (1976: 73): «de *Il Milione* ci sono due copie nella biblioteca del fratello l'Infante poi re Dom Duarte, che ha ricevuta quella in latino in dono da Francesco Foscari». Não há, porém, documentos que comprovem que o exemplar de *Marco Paulo* constante na biblioteca de D. Duarte tenha sido entregue a este.

[334] Cf. Benedetto (1928: CXLIX): «Non ho trovato, come già dissi, nessuna conferma concreta all'opinione più volte affermata da autorevoli critici: che lo stesso Don Pedro, ritornato in patria, abbia tradotto in portoghese il prezioso volume regalatogli dai veneziani». Ricard é outro autor que considera precipitada a atribuição da autoria da versão portuguesa ao infante D. Pedro (Ricard 1970: 97–98): «En réalité, on doit reconnaître qu'il est impossible de déterminer avec certitude l'auteur de la traduction portugaise ; l'attribution à Valentim Fernandes lui-même se heurte à des difficultés et l'attribution à un collaborateur de D. Pedro demeure une hypothèse indémontrée et indémontrable dans l'état actuel de la question».

pudesse ter sido feita sob a sua égide[335]. E também parece improvável que tenha sido Valentim Fernandes a traduzi-la antes de a imprimir como o fez e o declara, aliás, em relação a outro texto que se lhe segue[336].

Assim, baseados nestes dados, procurámos formular uma hipótese sobre a ascendência textual da versão do texto poliano impresso por Valentim Fernandes.

2. Uma hipótese sobre os ascendentes textuais da versão portuguesa

Foi Luigi Benedetto (1928) quem efetuou a primeira recensão sistemática do conjunto de testemunhos do livro de Marco Polo na introdução da sua edição inaugural do texto completo franco-italiano ou franco-veneziano. O livro de Marco Polo foi escrito não pelo viajante veneziano mas por Rustichello de Pisa, um seu companheiro de cela, depois de ambos terem sido feitos prisioneiros pelos genoveses em 1298, no combate naval de Curzola, travado entre estes e os venezianos, em luta pelo controlo do Mediterrâneo. Este co-autor, ou melhor, *auctor-scriptor*[337], era um narrador de histórias cavaleirescas redigidas em francês e compilador de textos de matéria arturiana[338]. A obra poliana original apresenta um francês híbrido, misturado com italianismos morfológicos e lexicais[339].

Na introdução da sua edição, Benedetto apresenta a tradição da obra poliana na sua totalidade conhecida à época, bem como a análise das relações entre as diversas redações, fixando as linhas principais da transmissão do texto. Alguns autores reconsideraram e/ou corrigiram pontualmente dados fornecidos por Benedetto. Entre eles destacam-se Consuelo Dutschke (1993), que assinalou a existência de mais testemunhos manuscritos ao ramo descendente da versão de Francesco Pipino; e Alvaro Barbieri e Alvise Andreose (1999), que reavaliaram a descendência do ramo veneziano, tendo também detetado outros testemunhos previamente ignorados.

[335] Cf. Nascimento (1993: 278). No entanto, aparentemente também parece pouco provável, dadas as características linguísticas da tradução. Esta poderá revelar que possa ter sido feita após a morte de D. Pedro.
[336] Cf. Pereira (XXIII-XXIV): «De tudo o que fica dito conclue-se que a tradução do *Livro de Marco Paulo* impressa não foi feita por Valentim Fernandes, porque se ele fosse o tradutor, te-la hia declarado, como fez para os mencionados capitulos, e para o *Livro de Nicolao Veneto,* e para o *Repertorio dos tempos*».
[337] Cf. Barbieri e Andreose (1999: 14).
[338] *Ibidem.*
[339] *Ibidem* (1999: 56–57).

Do original perdido (O)[340] de 1298 descende um apógrafo parcialmente corrompido (O1), arquétipo de três grupos (A, B e C), dos quais derivam os cerca de 130 códices das diferentes versões da obra poliana:

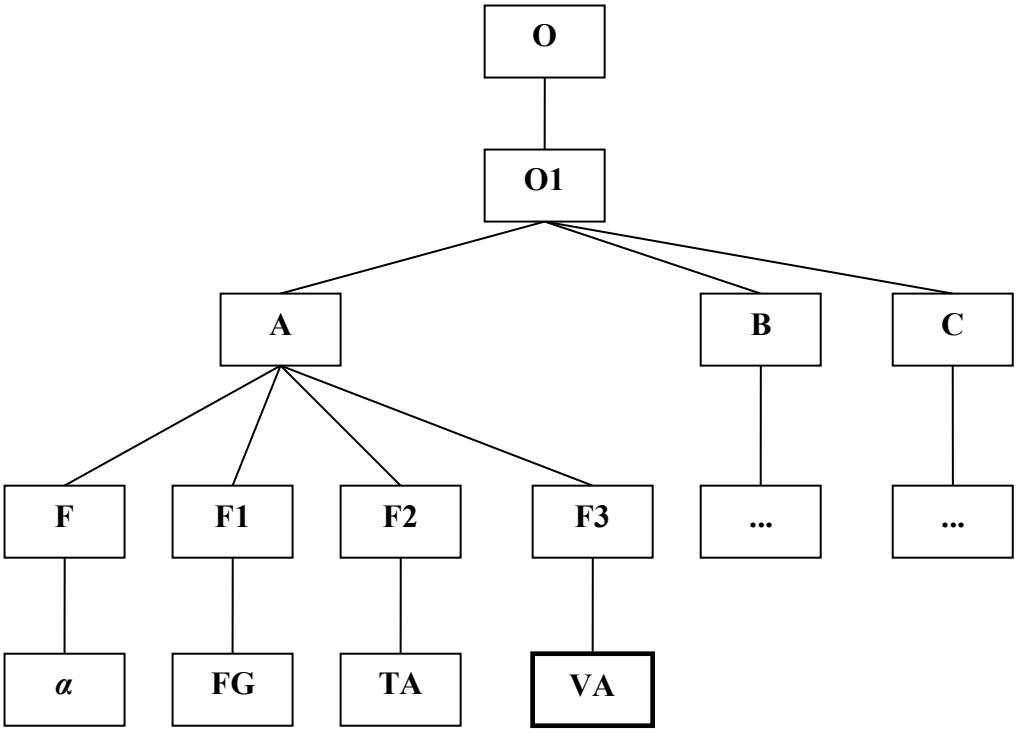


Figura 1. Proposta de *stemma* simplificado, relativo ao ascendente da tradição veneziana, a partir dos dados fornecidos por Benedetto e Barbieri e Andreose

Ao ramo A pertence o já referido texto franco-italiano, que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris (ms. fr. 1116), descendendo dele os testemunhos da tradição veneziana; o ramo B, apenas representado por uma versão italiana da autoria de Ramusio, publicada no segundo volume da obra *Delle Navigationi et Viaggi* em Veneza, em 1559, não é do nosso interesse, uma vez que o texto português não descende dele; o ramo C contém o texto latino deixado pelo cardeal Zelada à Catedral de Toledo em 1932 e editado por A. C. Moule e Paul Pelliot em 1938[341], também ele não sendo relevante para o nosso estudo.

Da família A, além de F, o único testemunho completo na língua original, descendem três exemplares franco-italianos perdidos e dele independentes (F1, F2 e

[340] *Ibidem* (1999: 29).
[341] Cf. Iwamura (1949: 1–14).

F3). F1 dará origem a uma reescrita em francês (FG), segundo Benedetto[342]. De F2 provirá a mais antiga edição toscana (TA), do início do século XIV[343]. De F3 derivará a redacção veneziana por excelência (VA)[344], que dará origem a um vastíssimo número de manuscritos chegados até nós. Dessa família, estão actualmente disponíveis quatro representantes venezianos, mas só uma versão se encontra completa, a do ms. CM 211 da Biblioteca Cívica de Pádua[345], datada de 1445, que utilizámos através da edição de Alvaro Barbieri e Alvise Andreose para o cotejo com a versão portuguesa. Vejamos a nossa proposta de *stemma* relativo a esta:

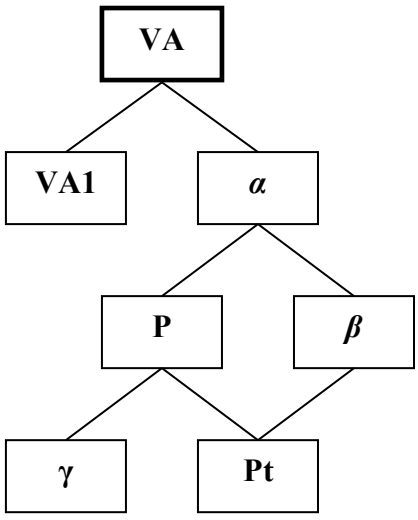


Figura 2. Proposta de *stemma* relativo à versão portuguesa, a partir do *stemma* da tradição veneziana de Benedetto

O descendente directo da tradição veneziana que mais nos interessa é a tradução latina do dominicano Francesco Pipino (P) que a terá realizado ainda em vida de Marco

[342] Cf. Benedetto (1928: cap. II, pp. XXXIV-LXXIX).
[343] Cf. Barbieri e Andreose (1999: 30) e Benedetto (1928: cap. III, pp. LXXX-XCIX).
[344] *Ibidem* e Benedetto (1928: cap. IV, pp. C-CXXXII).
[345] Foi esta a versão editada por Barbieri e Andreose em 1999, cuja sigla corresponde a VA3, como já lhe tinha sido atribuída por Benedetto.

Polo[346], tendo sido de longe a maior difusora da obra poliana[347]. Tendo dado origem a cerca de sete dezenas de testemunhos, entre cópias e traduções em vulgar, distinguimos no estema a versão portuguesa (Pt), impressa por Valentim Fernandes em 1502.

Tanto Dutschke como Barbieri e Andreose são de opinião de que a obra poliana se foi empobrecendo ao longo do tempo, tendo vindo a sofrer uma redução progressiva, à medida que ia sendo copiada e traduzida[348]. Na nossa opinião, a versão portuguesa impressa em 1502 é, por um lado, o resultado dessa redução progressiva, sobretudo por descender maioritariamente da versão latina pipiniana mas, por outro lado, o tradutor procurou enriquecê-la de algum modo ao introduzir elementos que julgamos pertencerem a uma cópia da versão veneziana.

Quanto à versão do livro de Marco Polo que terá recebido o infante, não sabemos em que língua estaria redigida, se em latim ou em «linguagem», mas a mais lógica seria a veneziana, como avançámos, porque seria honroso para os venezianos oferecerem a obra na sua própria língua. Após o cotejo textual, achamos que poderemos confirmar esta nossa tese, sobretudo porque os elementos textuais apontam nessa direcção. Há semelhanças evidentes entre as versões veneziana e portuguesa, sobretudo no livro II e divergências com a latina. Estaria este livro mais ilegível na versão latina, tendo tido o tradutor a necessidade de a cotejar mais amiúde com a versão veneziana? O que sabemos é que há acrescentos de carácter geográfico e sociológico cuja fonte parece ser o texto veneziano.

---

[346] Cf. Iwamura (1949: 7): «This Latin version by Pipino was made from a Venetian text, probably in the later years of Marco's life (…)»; Barbieri e Andreose (1999: 38) : «Alla famiglia VA appartiene anche P, la famosa traduzione latina del *Milione* compilata dal domenicano Francesco Pipino da Bologna prima della morte di Marco Polo (quindi ante 1324).»; Monfrin (2001: 519): «Fra Pippino, dominicain de Bologne, qui apparaît dans les documents de 1284 à 1325, fut chargé de traduire en latin la version vénitienne (VA) de Marco Polo au cours d'un chapitre général de l'ordre tenu en 1302 ou en 1315. L'œuvre, il faut le noter, est antérieure à la mort de Marco Polo».

[347] Cf. Benedetto (1928: CLVII): «Comunque, *De conditionibus et consuetudinibus orientalium regionum* rimane un documento notevole nella storia della cultura. Giovarono al libro di Marco la mole ridotta, l'universalità della veste latina, l'adozione in certo modo ufficiale da parte dell'autorità religiosa. Il *Marco Polo* di fra Pipino fu quello per eccelenza del clero, degli studiosi e dei dotti».

[348] Cf. Dutschke (1993: 253): «it seemed additional proof that today's P text must be an impoverishment from an original, better, longer, more detailed translation by Pipino. But Benedetto was influenced here by his line of thinking on the larger question of the Marco Polo text» e Barbieri e Andreose (1999: 60, n. 25 e 64, n. 73): «Il testo non solo non si arricchi di successive aggiunte, ma andò incontro a un processo di rapido deterioramento assottigliandosi di copia in copia, di traduzione in traduzione. Copisti e rifacitori alleggerirono la stesura originaria riassumendo o sfrondando interi capitoli, sopprimendo passi, omettendo dati e informazioni. La storia della trasmissione del *Milione* si svolge tutta nel segno della riduzione.»; «Questa tendenza a tagliare e riassumere è, come abbiamo già rilevato, caratteristica di tutta la trasmissione del *Milione*, ma andrà anche collocata entro il quadro complessivo delle traduzioni due-trecentesche, che sono molto spesso dei compendi (...)».

Por um lado, verifica-se a preocupação por parte do tradutor português de fazer alguns acrescentos em relação à versão latina, no sentido de esclarecer melhor o leitor em determinadas matérias, uma vez que a distância cronológica entre as duas versões seria de cerca de século e meio. Isso implicava explicações actualizadas de ordem geográfica, sociológica e mesmo lexicológica, a fim de adequar a mensagem à sociedade quatrocentista[349].

Neste contexto é interessante e importante salientar que alguns desses excertos *per adictionem* à versão portuguesa não teriam sido inventados pelo autor da tradução, pois terão talvez dependido de uma versão que antecedeu o texto pipiniano. A maior parte dos acrescentos ao texto português inexistentes no texto latino encontram-se, sem dúvida, no livro II, embora também já se verificassem alguns no livro I, estando praticamente ausentes no livro III, exceto no capítulo 31. Mas, além dos acrescentos na versão portuguesa em relação ao texto latino, os casos de permuta estrutural e vocabular que parecem-nos os mais interessantes. Facto importante a registar é o da troca da ordem sequencial de capítulos (I, 31 e 32) na versão latina e, inversamente, a coincidência entre a portuguesa e a veneziana, que poderá comprovar que o tradutor português terá preferido seguir esta em detrimento da latina. Além disso, na lição 5, o vocábulo latino «boues» é traduzido por «carneiros», forma que corresponde à veneziana «moltoni».

Mais interessantes ainda são as supressões por censura a alguns comportamentos heréticos de alguns representantes cristãos não seguidores da Igreja de Roma: «Ancora n'è un'altra gienerazon de altra zente che èno cristiani, ma non chredeno fermamente ziò che i deno secondo che tien la Chiexia de Roma. (...) E questo patriarcha fa arziveschovi, veschovi e abati, e preti e chierisi, e manda-li per Oriente, per India e in Achate e in Baldacho, chusì chome fa el papa in queste nostre contrade». Outro exemplo bem significativo do ato censório na tradução ocorre no momento em que o rei Dario recebe uma comitiva especial de jovens travestidos: «E queli sete zoveni veneno ala chorte del re d'Oro a muodo de' donzelli (...) Lo re li rezevé aliegramente per soi donzelli, e lor chon gran alegreza servia el signior per aver sua grazia, si ch'el amava molto questi donzelli e fidava-sse molto de llor». A eliminação ou a deturpação

[349] Cf. Osório (1995: 732) : «era pressuposto que a utilidade da mensagem da obra se inscrevia no domínio dos benefícios que dela poderiam retirar os seus contemporâneos em termos de modelos de comportamento».

de episódios considerados mais imorais não é inédita em traduções medievais. Vasco de Lucena, por exemplo, como tradutor ao serviço dos príncipes de Avis, manipulava por vezes certos trechos que lhe pareciam poder ferir suscetibilidades[350].

Mas um tipo igualmente significativo de variantes é sempre o que implica alterações textuais, muitas vezes premeditadas, pelo tom moralizador que os tradutores imprimem propositadamente ao texto, mesmo que isso implique o prescindir da expressividade e do tom poético original. É o caso da história do Velho da Montanha, considerada por muitos como uma das mais interessantes da obra poliana. Inicia-se, no texto português, com atributos depreciativos à personagem: «là ove solea abitar el Vechio della montagnia per li tenpi passati»] «(...) onde senhoreaua huũ muy maao principe. Ho qual era chamado Velho das montanhas». Segue-se, na versão veneziana, uma descrição detalhada dos prazeres que eram oferecidos aos mouros, enquanto na portuguesa são sintetizados e menosprezados por estarem relacionados com tentações motivadas pelos apelos do corpo, condenáveis e pecaminosas à luz do cristianismo:

VERSÃO VENEZIANA	VERSÃO PORTUGUESA
«E pero l'avea fato fare in cotal maniera, azò che lla soa zente, <ch'erano> saraini, chredesse ch'el fosse paradixo. Machometo disse in la soa lezie che quelli qhe vano in paradixo àno belle femene e trovano flumi de vin e de mielle, e perzò avevo fato fare el zardino a quel modo che aveva dito Machometo, e i saraini de quelle contrate chredeno fermamente fosse el paradixo. In questo zardino el non lasava intrar senon quelli li qual èno saraxini. (…) Quelli zoveni aldivano spesse fiate lezer la leze de Machometo, ove lui disse chomo lo paradixo è fato»	«Ho officio dellas era criar homẽs mançebos que alli eram postos em todollos deleites e prazeres do mundo. Alli auia auondança de vestiduras de camas de mantijmentos e de todalas cousas que se podem desejar, alli non era feita mençam de nenhũa cousa triste. nem perteencia a nenhuũ de se ocupar se nom em joguos solazes e deleitações. (...) e a este fazia ensynar em a seita do abominauel Mafomede. Ca prometera ho desauenturado de Mafomede aos seguidores da sua seyta que na outra vida aueriam taes deleitaçoões e prazeres como dito he»

Há outros exemplos de tom moralizador e anti-herético, ausente no texto veneziano: «e lli <la> lasano tanto ch'elli dixeno so orazione e suo ofizio (...) E a questo modo tiene tuti i idolatri del mondo»] «atee que elles acabam as suas maliçiosas orações. As

[350] Cf. Gallet-Guerne (1974 : 106 e 107) : «Le même souci de la bienséance l'avait amené, dans l'histoire d'Alexandre, à transformer, en les féminisant, les personnages équivoques de Nicomaque et de Bagoas (...) Il a hesité devant certains traits des moeurs orientales qui l'ont heurté (...)».

quaes fazem segundo ho custume da sua çeguidade (...) Aquesta sandiçe e çeguidade dos pagaãos guardam em todo lugar nas partes do oriente no queimamento dos corpos mortos»; «E anchora mantien quella zentil uxanza per la provinzia»] «e assi guardam este detestauel custume ate ho dia de oje»; «E àno questa chredenza: che tuti quelli che i alzideno vadano ad achonpagniar e a servir el Gran Chan in l'altra vita»] «E çertamente em tam grande sandiçe e crueldade som induzidos per sathanas. que elles creem que assi som mortos daquella maneyra. por a dita razom em outra vida lhes ham de ser dados em seruidom». Note-se nestes casos o acrescento de um campo lexical constituindo comentários e juízos de valor de tom pejorativo e depreciativo que ganha ainda maior expressividade na tradução portuguesa.

Os capítulos 19 e 20 do texto veneziano, que contam duas histórias lendárias, a dos três Reis Magos e a de um povo que adora o fogo como deus, correspondem ao capítulo 19 do português, no qual os tradutores não terão incluído as duas lendas por acharem que eram falsas, apesar do interesse de Marco Polo por elas. A segunda é apenas referida numa frase inicial: «Em hũa parte desta terra adoram o foguo por deos». Sobre os três Reis Magos não se faz qualquer menção. Uma vez que os tradutores latino e português não pretenderam contar as histórias, incluíram neste capítulo o que se lhe seguia na versão veneziana. Aliás, já no capítulo anterior (o 18 nas diferentes versões), enquanto que a redação veneziana incluía uma longa história fantástica, com vários registos discursivos, na portuguesa e na latina a história do milagre da montanha que se move não é narrada, apenas sendo resumida como prova da fé cristã. Mas, segundo Dutschke, o texto original de Pipino conteria uma versão mais alargada deste episódio[351].

Apesar destas divergências apontadas entre os textos português e veneziano, não podemos deixar de reforçar a proximidade entre ambos em aspetos e conteúdos ausentes na versão latina, como já atrás foi referido. É verdade que, na maior parte do texto, há apenas coincidência de sentido. Mas no livro II da versão portuguesa, além dos «acrescentos venezianos» inexistentes na tradução latina, já atrás mencionados, há excertos em que se chega à coincidência de fraseado.

Comprovemo-lo através da cópia integral de dois capítulos desse mesmo livro:

[351] Cf. Dutschke (1993: 1334): a autora encontrou apenas 4 manuscritos cujo texto, baseado numa tradução boémia, apresenta uma versão mais longa.

VERSÃO LATINA	VERSÃO VENEZIANA	VERSÃO PORTUGUESA
(II, 31): «De flumine magno Caromoram In progressu autem vie ultra castrorum Cyacui ad miliaria xx inuenitur flumen Caromoram super quo pons nullus est propter nimiam cius latitudine. Est eciam valde profundum protenditur vero vsque ad occeanum mare. Super flumine hoc sunt milie ciuitates et castra in quibus maxime mercaciones fiunt. In regione circa flumen vndique crescit zinziber in copia magna. Sericum inuenitur ibi habundantissime.Tanta est eciam ibi auium multitudo quod est admirabile valde. Ibi enim tres fasiani dantur per nummo argenteo vno qui ad vnius veneti valorem ascendit. Post dietas duas vltra fluuium inuenitur nobilis ciuitas Cyanfu. Ubi est sericum in copia maxima. Fiunt ibi panni de auro et serico. Omnes autem incole loci et tocius prouincie Cathay ydolatre sunt».	(cap. LXXXVIII): «Del fiume de Charamoran, dov'è sì gran derada de faxani. L'omo quando se parte de questo chastello de Chaichui, el va per ponente zercha vinti ameia e truova uno fiume che à nome Charamoran, lo qual è si largo che non se pò passar per ponte; et è molto profundo e va infina al Mar Ozian. Sopra de questo fiume è molto zità e chastelle, in le qual se fa molte merchadantie. Per la chontrà ch'è atorno questo fiume nasie zenzero e seda in gran quantità. Et è-ne sì grande abondanzia d'oxieli ch'ell è una meraveglia: el se ge dà tre faxiani per uno aspro d'arzento, che val pocho plui d'un grosso veneziano. Quando l'omo à passato questo fiume, andando tre zornade per ponente, el trova una nobel zità che à nome Chazianfu. La zente de quella zità e tuta la provinzia de Chatai sono idolatri; et in quela zità è molte sede e molte merchadantie de drapi d'oro et de seda.»	(II, 31): «Do ryo chamado Coromoram e da regiom de sua comarca. Hindo pelo caminho alem do castello de Caycui a .xx. milhas he achado ho ryo Coromoram. sobre o qual nom esta ponte algũa pela grande largura delle e he muj fundo. e chegua atee ho mar occeano. Sobre este ryo estam muytas cidades e castellos. em que ha muy grandes mercadorias. Na qual terra acerca do ryo de hũa parte e da outra creçe gingibre em grande auondança. Ha hi outrosy sirgo muy auondosamente. Tanta multidom ha hy de aues que he cousa de marauilhar. que alli dam tres fayzães per huũ pequeno dinheiro de prata. que sobe a valor de huũ dinheiro de Veneza. Despois de duas jornadas alem do ryo he achada a nobre çidade de Casianfu onde ha mujto sirgo. E fazem hy pannos muy fremosos douro e de sirgo. Todos os moradores do lugar e de toda a prouincia de Cathay som ydolatras.»
(II, 45): «De prouincia bangala Bangala est ad meridiem in confinio indie quam	(cap. CI): «Della provinzia de Ganbala, dove è i buò grandi sì chome lionfanti. Bangalla è una provinzia verso mezodì ale confine	(II, 45): «Da prouincia de Bangala. Bangala he hũa prouincia que jaz contra ho meeo dia açerca da India. a qual ho gram

magnus kaam nondum subiugauerat quando ego marcus in curia eius era ad debellandum eam suos execitos miserat. ubi autem est rex proprius propriam linguam homines omnes sunt ydolatre. de prouincia ista. Carnibus vescunt risio similiter et lacte. Bombicis autem est ibi copia maxima de qua mercaciones maxime fiunt. Habundant ibi spice galanga zinzibere zucaro et multis alijs specibus aromaticis. Elephantibus coequantur. In hac prouincia multi venduntur negociatoribus quorum plurimi enuchi fiunt qui postmodum a baronibus per diuersas prouincias ducuntur.»	d'India, la quale non aveva ancora conquistà el Gran Chaan, e quando io, Marcho Pollo, iera in soa corte, tuta fiata guerizava so zente per conquistar-la. Quella provinzia sì à re, et à lenguazio per si. La zente si è idolatra; e vive de charne e de rixo et de late; à-ne banbaxio asai, de quel se ge fa grande merchadantie. El n'è spigo galanga, zenzero, zucharo e molte altre spezie in grande abondanzia. El n'è buò grandi chome elinfanti, ma non sono chussì grosi. El n'è molti omeni chastradi, li quali sono chonprati dai merchadanti, li quali i menano a vender ai baroni per diversse provinzie. Anchora se ne vende schiavi in questa provinzia.»	Cham ajnda nom sojugara. E quando eu Marco era em a sua corte. mandou elle seus exerçitus pera a conquistarem. Ha nella rey e próprio lingoagem. E todos desta terra e prouincia som ydolatras. e mantemse de carnes e de arroz e de leyte. Ha hy algodom em muy grande auondança de que se fazem muy grandes mercadorias. E auondam de espique e galangua. gingibre e açúcar e muytas aromaticas espeçias. ha hi boys muy grandes que som yguaes aos alifantes em a altura e nom em a grossura. Em esta prouincia se vendem muytos homẽs aos mercadores dos quaes mujtos som capados. os quaes despois a grandes senhores som leuados pera desuayradas prouincias.»

Se no primeiro excerto ainda podemos afirmar que há maior coincidência de sentido do que de fraseado, embora a proximidade das duas versões seja evidente, já no que se refere ao excerto sobre Bengala, a semelhança quase total entre os textos veneziano e português parece-nos por demais evidente, não só do ponto de vista semântico mas também a nível morfo-sintáctico. Nesta perspetiva, a versão portuguesa aproxima-se mais da veneziana do que da latina, o que não é de estranhar em duas línguas românicas neolatinas. A versão em latim apresenta naturalmente uma maior concisão do léxico e da estrutura morfo-sintáctica, mesmo não se tratando de latim clássico.

Após a apresentação destes dados, o confronto textual parece sugerir que a versão veneziana era conhecida em Portugal.

Continuamos a desconhecer as características textuais do exemplar oferecido ao infante D. Pedro e também das duas versões do «Marco paulo latim e lingoaJem em

huũ Volume» constante da biblioteca de D. Duarte. Não se sabe quem foi o tradutor, sendo também improvável que tenha sido Valentim Fernandes o autor da tradução antes da impressão do texto poliano, como o fez e o declara em relação ao texto de Nicolau Veneto.

A hipótese mais económica levaria a admitir que não fosse impossível que o exemplar trazido pelo infante D. Pedro pudesse ter sido oferecido ou copiado para benefício de D. Duarte e que o texto tivesse dado origem a cópias em número interessante. Uma delas teria ficado conservada na Torre do Tombo («Ho qual liuro dizem que esta na torre do tombo. E esto se assy he quem ho sabera melhor que a vossa real Senhoria»)[352], outra pode ter sido usada pelo tradutor de cuja versão se serviu Valentim Fernandes.

Referências

Impresso do livro *Marco Paulo*:

Marco Paulo. Ho liuro de Nycolao Veneto. O trallado da carta de huũ genoues das ditas terras. Lisboa: por Valentim Fernandes, 1502. BN: RES. 431 V.

Edições de textos impressos por Valentim Fernandes e afins:

Barbieri, Álvaro e Alvise Andreose. 1999. *Marco Polo Il «Milione» veneto – ms. CM 211 della Biblioteca Cívica di Padova*. Venezia: Marsilio.

Iwamura, Shinobu. 1949. *Manuscripts and printed editions of MARCO POLO'S TRAVELS.* Tokyo, Japan: The National Diet Library.

Pereira, F.M. Esteves. 1922. *Marco Paulo: o Livro de Marco Paulo – o Livro de Nicolao Veneto – Carta de Jeronimo de Santo Estevam*. Lisboa: Ofic. Gráf. da Biblioteca Nacional.

Benedetto, Luigi Foscolo. 1928. *Marco Polo – Il Milione – Prima edizione integrale*. Firenze.

Estudos:

Benedetto, Luigi Foscolo. 1928. *Marco Polo – Il Milione – Prima edizione integrale*. Firenze.

Correia, Margarida Sérvulo. 2000. *As viagens do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva.

Costa, Joaquim. 1947. *O livro da Virtuosa Benfeitoria do Infante D. Pedro*, 3.ª ed.. Porto: Biblioteca Pública Municipal.

[352] Cf. Valentim Fernandes (1502: cad. A, fól. 3v).

Dias, Aida. 1993. «D. Pedro e o Condestável, seu filho, no 'Cancioneiro Geral'». *Biblos* LXIX: 429–446. Universidade de Coimbra.

Dinis, A. J. 1956. «Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de El-Rei D. Duarte e do Infante D. Pedro». *Itinerarium, colectânea de estudos* 10–11: 424–491.

Dutschke, Consuelo Wager. 1993. *Francesco Pipino and the manuscripts of Marco Polo's Travels.* Los Angeles: University of California.

Gallet-Guerne, Danielle. 1974. *Vasque de Lucène et la Cyropédie à la cour de Bourgogne (1470)*. Genève: Droz.

Marques, Alfredo Pinheiro. 1994. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos Descobrimentos portugueses*. Figueira da Foz: Casa do Mar.

Monfrin, Jacques. 2001. «La tradition du texte de Marco Polo». *Études de Philologie Romane*. Genève: Droz. 513–533.

Nascimento, Aires A. 1993. «As livrarias dos Príncipes de Avis». *Biblos* LXIX: 265–287. Universidade de Coimbra.

Osório, Jorge A. 1995. «Duarte de Resende, tradutor». *Humanitas* 47, II: 721–738.

Rákóczi, István. 1993. «A estada do Infante D. Pedro em terras húngaras e na corte do Imperador Segismundo». *Biblos* LXIX: 79–93. Universidade de Coimbra.

Ricard, Robert. 1970. *Études sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.

Rogers, Francis M. 1962. «Introdução» a Gomez de Santisteban, *Libro del Infante Don Pedro de Portugal*, edição crítica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Rossi, Giuseppe Carlo. 1976. «La Tradizione del Petrarchismo nella Letteratura Portoghese». In *Atti dei Convegni Lincei 10. Convegno Internazionale FRANCESCO PETRARCA*. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei. 71–102.

Sá, Artur Moreira de. 1950. «O Infante D. Pedro e a crítica histórica». Sep. da *Revista da Faculdade de Letras* XVI, Universidade de Lisboa.

Sharrer, Harvey L. 1977. «Evidence of a Fifteenth-Century *Libro del Infante Dom Pedro de Portugal* and its relationship to the Alexander cycle». *Journal of Hispanic Philology* I: 95–98. Santa Barbara: University of California.

Simões, M. 1993. «Pedro, Dom (Infante e Duque de Coimbra)». In *Dicionário de Literatura medieval Galega e Portuguesa,* 2.ª ed., org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editorial Caminho.

Sousa, António Caetano de. 1947. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II. Coimbra: Livraria Atlântida Editora.

28. A codificação de tópico do sujeito nas construções participiais absolutas licenciadas em textos de autores portugueses dos séculos XIV, XV, XVI e XVII

Alba Verôna Brito Gibrail
IEL – UNICAMP

Este artigo apresenta o resultado da investigação do uso de construção participial absoluta em textos de autores nascidos nos séculos XIV, XV, XVI e XVII. O resultado aqui apresentado revela propriedades discursivas diferentes das propriedades do Português Europeu Contemporâneo (PEC) no licenciamento dessa construção. No PEC, o DP-argumento expresso por um sintagma nominal e/ou pronominal quando ocorre em posição pré-verbal é interpretado como tópico (Santos 1999); nos textos acima citados, o DP-argumento é codificado como tópico familiar /tópico contínuo em posição pré e/ou pós-verbal. Em posição pré-verbal, este elemento, interpretado como tópico familiar/tópico contínuo, expressa contraste/ênfase.

Palavras-chave: construção participial absoluta, aspecto verbal, tópico familiar, contraste.

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é apresentar o resultado da investigação do uso da construção participial absoluta em textos de autores portugueses nascidos nos séculos XIV, XV, XVI e XVII, integrantes do acervo do *Corpus Tycho Brahe*[353]. O resultado da investigação aqui apresentado revela propriedades sintático-discursivas diferentes das propriedades do Português Europeu Contemporâneo (PEC) no uso dessas construções. No PEC, a ordem [DP V] quando ocorre o argumento verbal é codificado como tópico (Santos 1999: 72); nos textos acima citados, o argumento em posição pré e/ou pós-verbal pode ter a interpretação de tópico familiar/tópico contínuo.

[353] O *Corpus Tycho Brahe* é um *corpus* eletrônico de textos escritos em português por autores nascidos entre 1380 e 1881, postado na página do projeto temático «O Português no tempo e no espaço: contato linguístico, gramáticas em competição e mudança paramétrica», financiado pela FAPESP e dirigido pela Profa. Dra. Charlotte Marie C. Galves. O acesso ao *Corpus Tycho Brahe* pode ser feito através da URL: www.tycho.iel.unicamp.br/hotsite/index.html .

Em posição pré-verbal, este elemento, interpretado como tópico familiar/tópico contínuo, expressa contraste/ênfase.

Os dados desta pesquisa foram levantados por meio da ferramenta computacional *c-search* a partir de seis textos sintaticamente analisados e nove textos que apresentam apenas marcação morfológica, perfazendo um total de 138 ocorrências: 7 delas levantadas do texto de Fernão Lopes, nascido no século XIV, 26 do texto de Duarte Galvão, nascido no século XV, e 105 dos textos dos autores nascidos nos séculos XVI e XVII, cujos nomes e respectivas obras são indicados no Anexo «Autores e obras analisados», no final do artigo. As construções participiais levantadas desses textos se conformam com as construções participiais absolutas do Português Europeu Contemporâneo (PEC), definidas por Santos (1999: 32-33) como «orações que têm como núcleo uma forma participial e um argumento interno lexicalmente realizado e apresentam uma interpretação perfectiva, mantendo com a oração subordinante uma relação de modificador adverbial». Os dados levantados foram submetidos a análises quantitativas e qualificativas.

O artigo compõe-se de três seções. Na primeira seção, intitulada «Alternância e não alternância da ordem das construções participiais absolutas licenciadas nos textos dos séculos XIV e XV», apresento o resultado da investigação no texto «Crônica del-Rei Dom João I», de Fernão Lopes, e no texto «Crônica del-Rei D. Afonso Henriques», de Duarte Galvão, apontando as propriedades sintático-discursivas que motivam a alternância da ordem do argumento verbal no texto de Duarte Galvão, revelando um comportamento semelhante ao PEC no uso dessas construções (Santos 1999). Descrevo e analiso também, nessa seção, as ocorrências formadas com o advérbio *assim* e/ou outros sintagmas adverbiais, propondo que esses elementos funcionam como marcador aspectual, adjungindo-se a projeções mais altas que VP nessas orações.

Na segunda seção, nomeada «O licenciamento das construções participiais absolutas nos textos dos séculos XVI e XVII», apresento o resultado da investigação feita nos textos dos autores nascidos entre o século XVI e o século XVII, ressaltando o fato de haver alternância da ordem no licenciamento das construções participiais absolutas unicamente no texto «História da Província de Santa Cruz», de Pero

Magalhães Gandavo, nascido em 1502. Nos textos dos outros autores, essa construção é formada com o argumento em posição pós-verbal.

Na terceira e última seção, apresento propostas de análise centradas nas relações sintático-discursivas envolvidas no licenciamento das orações participiais sob o enfoque da gramática gerativa, especificamente no modelo Princípios e Parâmetros em sua versão minimalista, seguidas de um estudo comparativo dessas propostas com a proposta oferecida por Santos (1999) para justificar a alternância da ordem do argumento verbal no uso desse tipo de construção no PEC.

1. Alternância e não alternância da ordem das construções participiais absolutas licenciadas nos textos dos séculos XIV e XV

O fato ressaltado nesta pesquisa é o comportamento diferente de Fernão Lopes e de Duarte Galvão no licenciamento das construções participiais absolutas. No texto de Duarte Galvão, essas construções são formadas com alternância da ordem em contextos com verbos transitivos e/ou inacusativos; no texto de Fernão Lopes, não há alternância da ordem de realização do argumento verbal. Assumindo a proposta do argumento verbal como o sujeito dessa construção (Hernanz 1991, Ambar 1992, Santos 1999), a alternância atestada no texto de Duarte Galvão pode ser descrita como alternância das ordens SV/VS.

Ainda que a ordem SV seja licenciada nesse texto, a frequência maior de uso dessas construções é na ordem VS, com verbos transitivos e inacusativos, apresentando uma taxa de 61,5% de ocorrências. Em se tratando do uso de verbos transitivos, a frequência maior é atestada com o verbo *fazer* (50,0%). Nessas produções, os DP-argumentos (sujeitos) de uso mais frequentes são sintagmas nominais e/ou o pronome *isto*, ocorrendo, respectivamente, com taxas de frequência de 50,0% e 42,9%.

Ordem SV

(1) a. E eſto feyto farás hi vigilia poendo ho Menino ~q[354] crias ſobre ho Altar,

b. Ellas feytas, ElRey D. Affonſo partio de Coimbra para aquelle luguar ,

[354] ~q: o pronome relativo *que* nesta oração é escrito com redução vocálica.

c. El-Rei sabido de sua vida, e propósito folgou muito, e mandou por ele dizendo-lhe como edificara aquele Mosteiro de São Vicente,

Ordem VS

(2) a. Feyto eſto ElRey cavalguou loguo em hum cavallo grande e fermoſo ,
b. E dito eſto deſapareceo,
c. Ditas eſtas palavras dezapareceu, e eu cheyo de confiança, e ſuavidade me torney para o Real.
d. E viſta ha Procuraçam El-Rey tomou ſua filha, e trouxe a ante ho Arcebiſpo de Bragua,

Em contextos com verbos inacusativos, há formação dessas construções com os verbos *acabar*, *chegar*, *partir*, *finar* e *desaparecer* com taxa de frequência semelhante.

Ordem SV

(3) a. Iſto acabado, avendo-ſe ho Conde de hir colher ha ſuas pouzadas ſe quizera ally deſpedir delRey,
b. e elle partido, ElRey ſe tornou para Coimbra com toda ſua gente, e Corte.
c. Elles cheguados aho porto da Cidade de Lisboa, nom quizeram loguo tirar fóra ho Corpo do glorioſo Martir,

Ordem VS

(4) a. Finado Dom Eguas, e mandado assi enterrar como dito é, o Príncipe Dom Affonso Anriques como quer que lhe muito pezasse do falecimento de tão honrado Cavaleiro, em quem tinha grande confiança;
b. Desaparecida esta visão ficou muito consolado Dom Eguas Moniz, e alegre, com o vassalo que com são, e verdadeiro amor amava seu Senhor, e suas coisas,
c. Saído ele meteu-se em cima da Serra, que chamam Amendigua,

No texto de Fernão Lopes, o argumento é sempre realizado em posição pós-verbal.

(5) a. Tomado ò Caſtello da guiſa, que diſſemos, ficou o pouo da Cidade cheo de grande aluoroço fora de todo boom coſtume, começaram de ſe mouer por braua ſanha multiplicando nouos queixumes, contra quem lhe nunqua hauia feito erro.

b. Movida tal diſcordia, como diſſemos, & trabalhandoſe os ſeguidores della por leuar adiante ſua opiniaõ, foi a Rainha poſta em grandes penſamentos com meſtura de temor, ca ella era certa da maneira, que o Meſtre queria ter com ella;

Santos (1999: 72) propõe que a alternância da ordem do argumento verbal no uso dessas construções no PEC codifica informação discursiva, não sendo a alternância da ordem de realização desse constituinte uma opção de uso. Em sua argumentação, as construções participiais de ordem [DP V] são mais aceitáveis quando o contexto obriga a interpretar o DP como tópico; quando a ordem é [V DP], o DP é o constituinte focalizado na oração.

(6) a. Uma vez dois capítulos reescritos e não apenas revistos, foi possível continuar o trabalho. (Santos 1999: 72, ex. 49)

b. #Uma vez reescritos dois capítulos e não apenas revistos, foi possível continuar o trabalho. (Santos 1999: 72, ex. 50)

(7) a. Uma vez reescritos dois capítulos e não todo o livro, foi possível continuar o trabalho. (Santos 1999: 72, ex. 51)

b. # Uma vez dois capítulos reescritos e não todo o livro, foi possível continuar o trabalho. (Santos 1999: 72, ex. 52)

Importa destacar que nas ocorrências de ordem SV em (1b) e (3b,c) e na ocorrência de ordem VS em (4c), formadas no texto de Duarte Galvão, o argumento verbal é um pronome pessoal. Santos (1999) não apresenta em sua tese exemplos de uso no PEC dessa construção com os verbos *partir* e/ou *sair*, com argumento verbal nominal e/ou pronominal. A autora apresenta, por outro lado, um exemplo que mostra que o PEC

licencia essa construção na ordem VS com o verbo *chegar* e uso do DP-argumento expresso por pronomes pessoais.

(8) Chegado eu / tu / ele, o Miguel saiu. (Santos 1999: 75, ex. 59)

Conquanto Santos (1999) não trate dos tipos de verbos transitivos e inacusativos que licenciam as construções participiais nas ordens [DP V] e/ou [V DP] e também da categoria nominal/pronominal desse elemento, a ausência de dados de construções participiais absolutas com verbos inacusativos diferentes de *chegar* em sua tese pode estar a indicar a restrição do PEC de licenciar esse tipo de construção com sintagmas pronominais.

Ao tratar da posição do sujeito nas sentenças com verbos finitos do PEC, Figueiredo Amorim (2003: 105), argumenta que «embora o pronome pessoal sujeito possa desempenhar a função novo, esta é uma situação pouco frequente». De acordo com essa autora, «normalmente o pronome pessoal sujeito em posição pré-verbal transmite informação já conhecida, desempenhando a função informativa dado».

Nesta linha de investigação, Costa (2006) também assume que «os sujeitos ocupam o Spec, IP se eles transmitem informação velha, ocupando o Spec, VP quando transmitem informação nova».

Considerando a restrição apontada por Figueiredo Amorim (2003) da interpretação de pronomes pessoais como foco, não havendo restrição de sua interpretação como tópico no PEC, a hipótese que levanto neste trabalho de os pronomes pessoais nas construções participiais absolutas de ordem SV, como as ocorrências (1b), e (3b,c) e/ou de ordem VS, como a ocorrência (4c), serem codificados como tópico familiar/tópico contínuo é sustentada. Por outro lado, a interpretação de tópico desses pronomes define sua realização em posição mais alta na estrutura dessas orações participiais.

A codificação de tópico familiar/tópico contínuo do sujeito é evidenciada no uso de orações declarativas finitas com inversão VS nos textos dos autores nascidos nos séculos XVI e XVII (Galves e Gibrail 2018). De acordo com a proposta dessas autoras, o verbo finito e o sujeito em posição pós-verbal ocupam posições altas nessas orações.

Nas ocorrências de orações declarativas finitas de ordem V2, mostradas abaixo, levantadas, respectivamente, do texto de Luís de Sousa, autor nascido no século XVI,

e do texto de André de Barros, nascido no século XVII, o sujeito em posição pós-verbal é codificado como tópico familiar/tópico contínuo.

(9) a. Começou Frei Bertolameu seu noviciado desassombradamente,
b. Estimulavam estes golpes o ânimo ao valor;

É de relevância acrescentar que a frequência maior das construções participiais absolutas nas ordens SV/VS nos dados de Duarte Galvão e de ordem VS nos dados de Fernão Lopes e dos autores dos séculos XV e XVII é verificada com o argumento verbal expresso por um sintagma retomado do discurso anterior e que se repete muitas vezes no texto, o que me leva a interpretá-lo como tópico familiar/tópico contínuo (Frascarelli e Hinterhölzl 2007; Galves e Gibrail 2018). Nos conceitos de Galves e Gibrail (2018), a interpretação de tópico familiar/tópico contínuo é atribuída a termos que se repetem e/ou a termos que se caracterizam como resumos de trechos do discurso prévio. Para essas autoras, a noção de «familiar» aproxima-se da noção de anáfora.

Apresento a seguir um trecho do texto de Duarte Galvão que vem assegurar a codificação de tópico familiar/tópico contínuo do argumento verbal na ocorrência de ordem SV (3a) e na ocorrência de ordem VS (2d).

(10) [...] e des aquelle dia diante, começàram ha no trato do cazamento da Ifante, e do filho do Conde, eſtiveram em ho concertar àtée dous dias por andar de Janeyro em que ſe fez ho cazamento; no quoal dia ſendo hy juntos muitos Senhores, e Prelados, e Cavalleyros de huma parte, e da outra, foy lida á Rainha, e Ifantes huma_Procuraçam de D. Reymondo filho do dito Conde porque dava poder ha ſeu Pay ,que em ſeu nome podeſſe receber com elle ha Ifante D. Mofalda filha delRey D. Affonſo . E *viſta ha Procuraçam* El-Rey tomou ſua filha, e trouxe a ante ho Arcebiſpo de Bragua, ho qual tomou ho Conde pela mam, e aſſi ha Ifante , e entaõ hos recebeu, elle como Procurador de ſeu filho, e ella por ſy, como manda a Santa Madre Egreja de Roma, e eſto feito, entregou elRey ſua filha aho conde

Evidencia-se neste excerto que o argumento verbal (sujeito) *Procuraçam*, na ordem VS da construção participial é um elemento já mencionado no discurso prévio, que vai

se repetir ao longo da narrativa. Dentro dos conceitos apresentados na literatura para as categorias tópico e foco (Reinhart 1981, Zubizarretta 1994, Kiss 1998), o sintagma *Procuraçam* é um elemento «dado», ocupando na estrutura da informação a posição de tópico. Por outro lado, o sujeito *eſto*, na ordem SV, é um pronome demonstrativo que expressa, resume e retoma trechos do discurso que o antecede, o que me permite interpretá-lo também como tópico, seguindo a proposta de Galves e Gibrail no trabalho citado acima. Em ambas as ocorrências, o sujeito, em posição pós-verbal *Procuraçam* e/ou em posição pré-verbal *eſto*, é codificado como tópico familar/tópico contínuo.

Outros dados levantados do texto de Duarte Galvão apresentam construções participiais absolutas nas ordens VXS/SXV/XSV com a posição de X preenchida pelo advérbio *assim*.

Ordem VXS

(11) a. Paſſado aſſi eſto, fez El-Rey juntar toda ſua gente que com elle era, e dice-lhe:

b. Entrada e tomada aſſi ha Villa de Santarem, Auzary Alcayde mor della, eſcapou fugindo, com tres de cavallo conſiguo caminho de Sevilha, quãto mais pode.

c. Feyta aſſi eſta deſtruiçaõ , nos Mouros,e avidas eſtas vitorias nas terras Dalentejo , leixou ElRey Bejae todolos outros Luguares , muy baſtecidos , e providos de Cavalleyros , e gente que hos muy bem podeſſem defender, e guardar , e tornou-ſe para Coimbra com muita honra, e grande prazer

Ordem SXV

(12) a. Eſto aſſi passado , quantos ahy eſtavaõ foraõ beyjar ha maõ ha ElRey , e ſe deſpediraõ delle .

b. Eſto aſſi detreminado, dice ho Ifante há D. Pero Paes Alferes, que tomaſſe carreguo , dos que aviam de fiquar , e elle lhe reſpondeo :

c. Eſto aſſi paſſado , ho Ifante ſe apartou loguo com hos principais para ho averem de fazer,

Ordem XSV

(13) a. e aſſi eſta Villa tomada ho Princepe ha deu aho Prior de Santa Cruz de Coimbra,

O texto de Fernão Lopes apresenta ocorrências dessa construção na ordem VXS, com a posição de X também ocupada pelo advérbio *assim*.

(14) Prezo aſſi o Conde Dom Affonſo, & o Infante Dõ Iohaõ como ouiſtes, ordenou ElRey de fazer ſahimento por El Rey Dom Fernando na Cidade de Toledo,

Por questão de espaço, apresento neste artigo apenas o trecho do texto de Fernão Lopes que contém a ocorrência de construção participial absoluta de ordem VXS indicada no exemplo (14).

(15) E conmo ElRey Dom Fernando era doente muito ameude, logo ſe recearaõ do Infante poder reinar depos ſua morte, & começaram de não ſegurar delle, & ter maneira,que não fizeſſe de ſy coyſa, ~q o ElRey não ſoubeſſe. E alguns dos ſeus , que eſto entendiaõ deziaõno por vezes ao Infante , & elle, como homem afaſtado de toda malicia, não curaua do que lhe diziaõ. E tanto que El Rey fez prende o Conde Dom Affonſo ſeu irmão, logo mandou prender o Infante Dom Iohaõ per Garcia Gonçaluez de Grijalua na pouſadas do Infante, & fezlhe dizer que o não prendia por couſa,que delle ſoubeſſe contra ſeu ſeruiço, mas que ſe receaua, pois ElRey Dom Fernando era finado, de o terem algũs Portuguezes por Rey, & fazer reboliço no reyo , contra a ordenança dos trautos, & que atá que todo foſſe aſſeſſegado lhe prazia de ſer reteudo: Outros affirmão ſua pri zão muito por outra maneira, & dizem que, tanto que ElRey Dõ Fernando ſe finou, que logo algũs do Reyno lhe eſcreueraõ á preſſa como ElRey ſeu Irmaõ era morto, & que viſſe por ſua hõ ra o que lhe compria fazer em ello: & que elle,como lhe eſte recado chegou, que ſe foy a ElRey, & moſtroulhe as cartas. E elle dizẽdo que lho agardecia muito, & que eſtonce o mandou prender. Porem de qualquer guiſa, que foſſe, ElRey mandou poer em elle boom recado,& guarda, & defendeo qualquer dos ſeus, que foſſe achado naquella Cidade, onde o elle mandara leuar, que foſ prezo atá ſua merce. Prezo aſſi o Conde Dom Affonſo, & o Infante Dõ

> Iohaõ como ouiſtes, ordenou ElRey de fazer ſahimento por El Rey Dom Fernando na Cidade de Toledo

Consoante Costa (2008: 16), alguns advérbios do PEC podem funcionar nos contextos de orações finitas como marcadores conectivos, estabelecendo relações de significado com base em fragmentos ou unidades discursivas precedentes que geralmente ultrapassam a frase.

(16) a. A Maria está grávida. Consequentemente, tem enjoos matinais. (Costa 2008: 15, ex. 11)
b. Assim, chegamos ao fim desta viagem. (Costa 2008: 15, ex. 12)

Na análise de Costa, a maioria dos advérbios com essa função discursiva pode ser também realizado como modificador de um predicado, tendo uma leitura de tempo, localização ou modo.

(17) a. Assim, conseguimos abrir a porta. (Costa 2008: 17, ex. 18)
b. Conseguimos abrir a porta assim. (Costa 2008: 17, ex. 18)

(18) a. Ter enxaquecas é aborrecido. Agora, ficar em casa é bom. (Costa 2008: 17, ex. 19)
b. Fico em casa agora. (Costa 2008: 17, ex. 19)

De acordo com Costa (2008: 17), os advérbios, em posição pré-verbal nas sentenças (17a) e (18a) funcionam como advérbio conectivo; nas sentenças (17b) e (18 b), esses elementos têm, respectivamente, uma leitura de modo e tempo.

Diferente, contudo, do que é evidenciado nas sentenças finitas do PEC em (17a) e (18a), nas quais os advérbios *assim* e *agora* funcionam como marcador conectivo, estabelecendo relações de significado com base em unidades discursivas precedentes, como propõe Costa, o advérbio *assim* nas ocorrências de construções participiais absolutas em uso no texto de Duarte Galvão e no texto de Fernão Lopes não pode ser assumido como marcador conectivo, haja vista que nessas construções este elemento não estabelece relações de significado com unidades do discurso precedente. Nessas

orações participiais, o argumento verbal, codificado como tópico familiar/tópico contínuo, é o elemento que mantém uma conexão com o discurso anterior.

Santos (1999: 63), ao formular sua proposta, compara a distribuição de advérbios ditos de VP nessas construções: os advérbios *completamente* e *bem.*

(19) a. Uma vez lido bem o livro, o Mário conseguiu fazer o resumo. (Santos 1999: 63, ex. 14)

b. ?? Uma vez bem lido o livro, o Mário conseguiu fazer o resumo. (Santos1999: 63, ex. 13)

(20) Uma vez completamente lido o livro, o Mário conseguiu fazer o resumo. (Santos 1999: 63, ex. 15)

A autora defende que o movimento do verbo não é opcional no particípio absoluto; em ambas as ocorrências (19a) e (20) o verbo terá sempre saído da posição em que é gerado, no interior do VP, sendo estas duas possibilidades de ordem [ADV V DP] e [V ADV DP] geradas por diferentes posições de adjunção dos advérbios. De acordo com sua proposta, a posição de realização desses advérbios indica que o DP quando precede o verbo se encontra na projeção funcional mais alta que a projeção da categoria funcional que contém o verbo; se o DP se encontrasse na posição de especificador da projeção cujo núcleo é o alvo do movimento do verbo, a ordem [ADV DP V] deveria ser gramatical, já que a ordem [ADV V DP] também é gramatical.

Para Santos, a agramaticalidade da ocorrência em (19b), por contraste com a gramaticalidade de (20), só pode ser explicada se se admitir que o advérbio *bem* define um domínio de adjunção mais baixo do que *completamente*, sendo o VP esse domínio mais baixo. Dentro de sua análise, o advérbio *completamente* é mais flexível na definição do seu domínio de adjunção, podendo ser realizar em adjunção ao VP ou a um nó mais alto, ao qual *bem* não se adjunge.

Dentro da proposta de Santos (1999: 63), o argumento verbal na ordem [DP V] se encontra fora do VP, no especificador de uma projeção funcional mais alta, que a autora propõe ser Asp (Aspecto), assumindo que os particípios absolutos são projeções de Asp. De acordo com Santos (1999: 70), «o particípio passado conteria informação aspectual suficiente (a informação perfectiva intrínseca contida no morfema -d-) para projetar um nó Asp, na ausência de outro segmento de IP». Sua proposta é que nessas

construções «Asp com o traço [+ perf] seja um núcleo que seleciona como complemento um predicado que pode ser transformado em estado resultante». A autora assume duas projeções funcionais acima do VP: a projeção de um núcleo que é alvo do movimento do verbo e a projeção de Asp.

Ao tratar desse tipo de construção do espanhol, de Miguel (1990, apud Hernanz 1991: 91) também assume as orações aspectuais absolutas como projeções de um núcleo Asp com o traço [+ perfectivo].

Santos (1999: 71), que defende ser [Spec, Asp] a posição de sujeito no particípio absoluto, propõe que a subida do argumento verbal para esta posição codifica a interpretação desse elemento como tópico o que leva essa autora a formular que «o traço relevante presente em Asp no Português não é um traço D-forte como o que distingue as línguas não pro-drop das línguas pro-drop, mas um traço de codificação de informação discursiva» (Santos 1999: 74).

Assumindo, como Santos, que nas construções participiais absolutas, o verbo se desloca da posição em que é gerado para uma categoria funcional projetada em posição mais alta que VP, as ocorrências em (11), (12), (13), de Duarte Galvão, e a ocorrência (14), de Fernão Lopes, revelam a flexibilidade do advérbio *assim* de adjungir-se a projeções mais altas que VP, indicando que esse elemento não funciona como advérbio de modo nessas produções. Dentro da hipótese que estou levantando neste trabalho, este elemento adverbial carrega a função de marcador aspectual.

Outro fato atestado nos dados de Duarte Galvão e de Fernão Lopes é a ausência de construções participiais absolutas antecedidas da expressão adverbial *uma vez*, que Ambar (1999: 112) e Santos (Santos: 50) descrevem como expressão adverbial aspectual nas ocorrências do PEC. Conforme Ambar (1999: 112) assinala, nas construções participiais absolutas do PEC, a expressão adverbial aspectual *uma vez* pode estar lexicalmente presente ou ser foneticamente nula. Para essa autora, as construções participiais do PEC são melhores na ordem VS; sendo a ordem SV possível, ainda que marginal, quando há realização da expressão adverbial aspectual *uma vez*.

(21) a. Paga a conta, o Pedro ficou arruinado. (Ambar 1992:112, ex, 248a)
b. ?? A conta paga, o Pedro ficou arruinado. (Ambar 1992:112, ex, 248b)

c. Uma vez paga a conta, o Pedro ficou arruinado. (Ambar 1992:112, ex, 248c)
d. ? Uma vez a conta paga, o Pedro ficou arruinado. (Ambar 1992:112, ex, 248d)

Santos (1999: 11) descreve esta expressão aspectual como realização lexical da interpretação perfectiva obrigatória do DP-argumental. Em alguns casos, segundo a pesquisadora , «esta interpretação pode coexistir com interpretações secundárias de tipo causal ou de tipo condicional».

(22) a. Uma vez destruída a ponte, o comboio deixou de circular. (Santos 1998:11, ex. 43)
b. Uma vez estudada a lição, poderás ir à praia. (Santos 1998:11, ex. 44)

Consoante Santos (1999: 64), a expressão *uma vez* com a interpretação de marcador aspectual nas construções participiais absolutas do PEC não pode ocorrer entre o argumento e o verbo, restrição esta que a autora atribui à definição de lugares de adjunção do próprio marcador aspectual.

(23) *Paga uma vez a conta, o Pedro ficou arruinado. (Santos1999: 64, ex. 18)

Em contrapartida, no texto de Duarte Galvão, há o uso de orações iniciadas pela expressão adverbial *depois de*, que se assemelham às construções participiais absolutas.

(24) a. Depois de tomado Santarem ſe foy ElRey D. Affonſo para Coimbra como ſe dice ,
b. Depois de feyto ho cazamento acima dito, veyo ho nobre Rey adoecer,

Santos (1999: 155), ao analisar este tipo de construção licenciada no PEC, propõe que a expressão adverbial *depois de* seja definida como um sintagma preposicional em que a preposição seleciona como complemento um domínio oracional defectivo, sendo esse domínio oracional defectivo uma projeção de Asp, como nos particípios

absolutos. Segundo a autora, o fato de *uma vez* e *depois de* não coocorrerem nessa gramática pode apenas ser o resultado de uma estratégia de evitar redundâncias.

(25) Depois de vencido, o Paulo não desistiu. (Santos: 155, ex. 139)

Considerando a proposta de Santos (1999), que assume a expressão aspectual *uma vez* nas construções participiais absolutas do PEC como realização lexical da interpretação perfectiva obrigatória do DP-argumental**,** defendo que nas ocorrências (11), (12), (13), de Duarte Galvão e na ocorrência (14), de Fernão Lopes, o advérbio *assim*, embora possa ser analisado como a realização lexical da interpretação perfectiva obrigatória dessa construção, este elemento, contrapondo-se à expressão aspectual do PEC, ocupa posições diferentes nessas estruturas participiais.

2. O licenciamento das construções participiais absolutas nos textos dos séculos XVI-XVII

Em se tratando do uso deste tipo de oração participial nos textos dos autores nascidos nos séculos XVI e XVII, a alternância da ordem é atestada apenas no texto «História da Província de Santa Cruz», de Pero Magalhães de Gandavo, que licencia essa construção na ordem SXV, com o argumento verbal expresso pelo pronome *isto* precedendo o advérbio *assim* e o verbo.

(26) Iſto aβ dito, Apol que da flama Celeste guia os carros, da outra parte Se lhe apreſenta, & por ſeu nome o chama.

Os dados levantados dos outros autores nascidos nesse período não apresentam uso dessas construções com alternância da ordem. Em seus textos, essas construções são formadas de forma categórica na ordem VS, em contextos com verbos transitivos e/ou verbos inacusativos.

(27) a. *Despedido o Alvarado*, e vinda a monção de se irem pera a India, embarcou Dom Jorge na náo da carreira Belchior Fernandes Correia com todos estes protestos por muitas vias (D. Couto, séc. XVI).

b. *Partido* (como já dissemos) *o valeroso capitão Hercules* pera Italia, começou Hispalo seu filho a governar o Reyno de toda Espanha (Bernardo de Brito, séc. XVI)
c. *Destinado este socorro ao Pará*, reservou o Padre VIEIRA para a Cidade aos Padres Thomé Ribeiro, e Manoel de Lima, que na nossa Igreja haviam de pregar aquela Quaresma, e acudir com seu zelo àquele povo. (A. de Barros, séc. XVII)
d. *Acabada a pratica*, o Vereador mais velho offereceo a elRey as Chaues e hum prato de prata; (A. de Sousa Macedo, séc. XVII)
e. *Acabada ela* se rezou Ladainha (A. de Sousa Macedo, séc. XVII)

Ainda que esses autores façam uso dessa construção exclusivamente na ordem VS, o sujeito em posição pós-verbal pode também ser interpretado como tópico familiar/tópico contínuo, dentro dos conceitos de Frascarelli e Hinterhözlz (1997) e Galves e Gibrail (2018), citados acima. No exemplo (27a), extraído do trecho do texto «Décadas», de Diogo Couto, autor nascido no século XVI, que apresento de forma resumida a seguir, o DP-argumento (Alvarado) é um nome já mencionado no discurso anterior.

(28) E depois de se fortificar, despedio Mathias de Alvarado com um requerimento a D. Jorge, que êle recebeo muito bem, e êle lhe mostrou o requerimento que levava, em que o Villa-Lobos lhe dizia: [...] Despedido o Alvarado, e vinda a monção de se irem pera a India, embarcou D. Jorge na náo da carreira Belchior Fernandes Correia com todos estes protestos por muitas vias, umas pera dar ao Governador

No exemplo (27b), levantado do texto «Da Monarquia Lusitana», de Bernardo de Brito, nascido no século XVI, o DP-argumento (o valeroso capitão Herculles) também é nome de uma personagem que se repete ao longo da narrativa.

(29) Partio-se Hercules pera Italia a tomar vingança dos Lestrigones, que entrarão na conjuração do Pay, levando comsigo grande copia de gados fermosissimos, que

> o tres Geriões trazião em Lusytania: que nunca ha vencedor tão desinteressado, que engeite despojos do vencido.[...] Partido (como já dissemos) o valeroso capitão Hercules pera Italia, começou Hispalo seu filho a governar Reyno de de toda Espanha,

Em (27e), de A. de Sousa Macedo, nascido no século XVII, o DP-argumento pronominal *ella* tem sua referência no nome «Miſſa de Pontifical».

(30) No outro dia pella manhã, que era ſeſtafeira 25 do mez, forão Sua Magestade & Sua Alteza a cauallo â Ermida de Nossa Senhora da Piedade, diſſe Miſſa de Pontifical o Biſpo de Targa, cãtada pellos muſicos da Capella Real. Acabada ella ſe rezou Ladainha

Os textos desses autores também apresentam ocorrências com o advérbio *assim* exclusivamente na ordem VXS.

(31) a. Evitado assim o primeiro trabalho, entrou o segundo (A. Barros, séc. XVII)
b. Socorridos assim os companheiros de sua fortuna, restava resgatar as preciosas jóias de seus papéis, e livros, que levavam tomados na presa os inimigos (A. de Barros, séc. XVII)

Por questão de espaço e seguindo a mesma metodologia, acrescento a seguir apenas o trecho do texto de André de Barros no qual a ocorrência (31b) é licenciada.

(32) Neste desamparo acudiu a ardente caridade do Padre António Vieira, varão, a quem esta História se não cansa de chamar heróico; coração verdadeiramente maior, que o Mundo, a quem nenhum perigo acovardava, nem adversidade oprimia. Sendo tanto o número da gente, com o grande crédito, que em toda a parte tinha a fama de seu nome, a todos acudiu. Aos quatro Religiosos deu hábito, e toda a roupa interior: a todos os mais camisas, sapatos, meias, e outras peças de vestidos, de que necessitavam. Escolheu dois homens de respeito; um entre os mariantes, outro entre os passageiros, aos quais entregava dinheiro sem

> limite, para que nada faltasse a toda aquela esquadra; durando este dispêndio na Ilha Graciosa por espaço de dois meses, e depois na Ilha Terceira, à qual passaram todos: e continuando a liberalidade, e grandeza de seu ânimo, aos mesmos deu embarcação, matalotagem de biscoito, carne, pescado, até tomarem porto em Lisboa. Socorridos assim os companheiros de sua fortuna, restava resgatar as preciosas jóias de seus papéis, e livros, que levavam tomados na presa os inimigos

Considerando que o advérbio *assim* nas construções participiais absolutas licenciadas no texto de Fernão Lopes, no texto de Duarte Galvão e nos textos dos autores dos séculos XVI e XVII pode ser analisado como a realização lexical da interpretação perfectiva desse tipo de construção, defendo, como propus acima, que esse elemento funciona nessas produções como marcador aspectual.

Por outro lado, em condições semelhantes ao marcador aspectual *uma vez*, que pode ser omitido nas construções do PEC, o advérbio *assim* nas construções participiais de ordens VXS/SXV/XSV em uso no texto de Duarte Galvão e de ordem VXS licenciadas no texto de Fernão Lopes e nos textos dos autores dos séculos XVI e XVII, pode também ser omitido, haja vista que sua omissão não altera o significado semântico perfectivo emergido nesse tipo de construção. A omissão do advérbio *assim* sem que haja mudança na interpretação perfectiva da construção participial nos dados por mim analisados corrobora com a hipótese que estou levantando de esse advérbio ter a função de marcador aspectual quando adjungido a projeções mais altas que VP nessas produções.

Os dados de André de Barros, autor nascido no século XVII, apresentam ocorrências que dispõem de outras expressões adverbiais na ordem VXS, indicando o mesmo comportamento do advérbio *assim* ao adjungir-se a projeções mais altas que VP.

(33) a. Concluído tão felizmente este negócio com os de fora, tratou logo de assentar sistema de governo interior com os companheiros em casa.

b. Alcançada esta vitória, e cortado tão felizmente o partido do Inferno, tomaram alentos novos os Missionários.

Confirmando a proposta de Frascarelli e Hinterhölzl (2007: 3) e Galves e Gibrail (2018), o argumento verbal dessas produções pode ser interpretado como tópico familiar/tópico contínuo quando é um elemento já referido no discurso anterior e/ou um sintagma mencionado no início do texto que se repete ao longo da narrativa, como o DP-argumento «o partido do Inferno» da ocorrência (33b), que é um elemento já referido no discurso prévio, conforme mostra trecho do texto de André de Barros a seguir.

(34) Escondeu-nos o tempo os casos particulares, com que nesta campanha derrotou *o* partido do Inferno o nosso Guerreiro forte.[...] Alcançada esta vitória, e cortado tão felizmente o partido do Inferno, tomaram alentos novos os Missionários.

Por outro lado, a pesquisa mostra que nem todas as ocorrências de ordem VS dispõem do argumento verbal com a interpretação de tópico familiar/tópico contínuo. Nessas produções, o argumento verbal é o elemento que recebe o acento de foco da oração, como propõe Santos (1999) para o DP-argumento em posição pós-verbal nas construções participiais absolutas do PEC.

(35) Feita oração, ſaìo, & então ſe poz a cauallo. (A. de Sousa Macedo, séc. XVII)

É importante salientar, que nesta produção, o argumento em posição pós-verbal não é um elemento retomado do discurso prévio. Trata-se de uma informação nova, de um foco de informação. De acordo com Kiss (1998: 248), «o foco de informação marca a natureza não pressuposta da informação que ele carrega». Para Santos (1999: 72), como já mencionei, o DP-argumento em posição pós-verbal nas construções participiais do PEC, ocupa sua posição de base no VP, recebendo nessa posição o acento de foco da oração. A definição de elemento novo no discurso do DP-argumento do exemplo (35), é assegurada no trecho do texto em que esta oração participial é formada.

(36) Na porta da Igreja eſtaua D. Frãciſco Souto Maior Biſpo de Targa, eleito de Lamego, que ſerue de Capellão Mòr, reueſtido debaixo de Paleo, com a reliquia do Santo Lenho; alli recebeo a Sua Magestade que foi atê a Capella Mór, & feita oração tornou do meſmo modo, & com o meſmo acõpanhamento até o Paço em q̃[355] auia de pouſar

Ainda que os dados levantados dos textos dos autores dos séculos XVI e XVII apresentem construções participiais absolutas na ordem V(X)S com o argumento verbal interpretado como foco de informação, a frequência maior, como mencionei, é verificada com este constituinte em posição pós-verbal com a interpretação de tópico familiar/tópico contínuo. Um dos fatos mais relevantes emergidos na descrição desses dados é a relação estabelecida entre o uso do argumento verbal com a interpretação de tópico familiar/tópico contínuo e o uso de expressões adverbiais adjungidas a projeções mais altas que VP.

3. Propostas da análise

Em consonância com a proposta de Santos (1999: 72), referida na introdução deste artigo, a alternância da ordem [DP V] no uso de construções participiais absolutas no PEC é desencadeada por questões discursivas. O uso da ordem [DP V], segundo essa autora, ocorre quando o DP é um elemento «dado» no discurso, um tópico. Nas ocorrências de ordem [V DP], o DP é o constituinte focalizado da oração.

Em se tratando da alternância da ordem de realização do argumento verbal nas construções participiais absolutas em uso no texto de Duarte Galvão, proponho como Santos, que ela é motivada por fatores discursivos. Diferente, entretanto, da alternância dessas construções no PEC, que, de acordo com essa autora, o uso da ordem [DP V] corresponde à interpretação do argumento verbal como tópico e o uso da ordem [V DP] corresponde à interpretação desse elemento como foco, nos dados de Duarte Galvão, o argumento em posição pré e/ou pós-verbal pode ser codificado como tópico familiar/tópico contínuo. Quando realizado em posição pré-verbal, o argumento, interpretado como tópico familiar/tópico contínuo expressa contraste/ênfase.

[355] ~q: o pronome relativo *que* nesta oração também é escrito com redução vocálica.

Conquanto os dados de ordem SV licenciados no texto de Duarte Galvão e de ordem SXV, no texto de Pero de Magalhães Gandavo, aqui analisados, sejam dados escritos de uma gramática pretérita, o que dificulta verificar se o argumento em posição pré-verbal apresenta alguma proeminência prosódica (Calhoun 2009: 3), apoio-me nas evidências emergidas no discurso onde essas construções são licenciadas ao propor que o argumento em posição pré-verbal expressa contraste/ênfase.

Calhoun (2009: 2), que assume a contrastividade como uma característica comum do discurso que, segundo a autora, encontra-se na interseção do prosódico, semântico e sistemas pragmáticos, toma, nesse seu artigo, o significado de contrastividade definido por Umbach (2004) para «to mean when a speaker intends to make salient the contrast between a particular element in an utterance and some other entity or concept».

Nesta linha de investigação, Mólnar (2001: 1) argumenta que:

> *the notion of contrast is a linguistically relevant phenomenon and does not only arise from particular inferences which we draw on the basis of given conversational contexts: the feature contrastiveness has syntactic and phonological consequences for the realization of topic and focus* […]

Em seu conceito (Mólnar 2001: 11) defende que:

> *the linguistic status of contrast must be differentiated: contrastiveness is not only a feature of topicality and focusing, but it seems plausible to regard contrast – in certain languages and certain constructions - as an autonomous phenomenon of information structure.*

Para essa autora, o tipo de contraste que pode ser reinvindicado como uma noção autônoma da estrutura da informação é o Kontrast no Filandês. Mólnar (1991: 12) argumenta que em Finlandês «the type of pitch accent (i.e. the fall-rise contour) is, however, not an obligatory, decisive means for the expression of contrastiveness. It is primarily the syntactic position that is involved in the formal realization of contrastiveness».

O DP-argumento em posição pré-verbal nas construções participiais absolutas de ordem SV no texto de Duarte Galvão e de ordem SXV no texto de Pero de Magalhães Gandavo contrasta-se com um conjunto de alternativas que emergem do discurso. Em confirmação a esta asserção, retomo a seguir o exemplo (13), de Duarte Galvão, que,

embora a construção participial seja formada na ordem SXV, com o advérbio *assim* ocupando a posição de X, o DP-argumento é nominal, o que permite que eu aponte melhor as evidências que asseguram no discurso o contraste/ênfase expresso por esse elemento em posição pré-verbal.

(37) e aſſi eſta Villa tomada ho Princepe ha deu aho Prior de Santa Cruz de Coimbra, por ſer homem em que elle tinha grande devaçam,

Com este objetivo, acrescento aqui o trecho do texto onde esta construção é formada.

(38) E dahi veyoſe ha Coimbra onde lhe pareceo que eſtava muy de vaguo, e ſem proveyto, pois ſe nom occupava em mais, que no que tinha mandado ahos ſeus que fizeſſem pelo qual ajuntou algũa gente, e fez entrada na terra dos Mouros, e no primeyro luguar em que deu foy Leyria ha qual combateo rijamente, e poſto que ho Caſtello foſſe muito forte, e hos Mouros ho muy bem defendeſſem tomou-ho por força e hos mais dos Mouros que ahi achou andàram à eſpada, e aſſi eſta Villa tomada ho Princepe há deu aho Prior de Santa Cruz de Coimbra, por ſer homem em que elle tinha grande devaçam

É primordial salientar que o argumento verbal *eſta Villa* tem sua referência no nome *Leyria*, referido no discurso, o que define sua interpretação como tópico familiar/tópico contínuo. O contraste/ênfase desse elemento é estabelecido entre *eſta Villa* (Leyria), a primeira vila que os portugueses chegaram e tomaram nas terras dos mouros, e as outras vilas existentes nessas terras, ainda não entradas e tomadas pelos portugueses.

Elementos em posição pré-verbal expressando contraste é atestado por Galves (no prelo) para sintagmas com funções gramaticais e informacionais diferentes que ocupam a posição pré-verbal de orações raízes finitas de ordem V2, licenciadas nos textos dos autores nascidos nos séculos XVI e XVII. De acordo com essa autora, na oração (39a), a seguir, levantada do texto de Francisco Lobo, autor nascido no século XVI, a posição pré-verbal é ocupada por um objeto direto com a interpretação de tópico familiar/tópico contínuo expressando contraste/ênfase; na ocorrência (39b),

levantada dos Sermões, de Antonio Vieira, autor nascido no século XVII, o elemento em posição pré-verbal é um foco de informação expressando contraste/ênfase.

(39) a. Esta história contou a peregrina com os olhos cheios de água,
b. Mas povoado sei eu d'onde elles não haviam de levar a embaixada debalde.

Galves (no prelo) defende que esses elementos em posição pré-verbal ocupam o especificador de kP, projetado em posição baixa em Comp. Na formulação dessa autora, o núcleo k (contraste) compartilha a propriedade de não ser obrigatoriamente projetado nessas sentenças.

Divergindo da proposta de análise de Santos (1999), que assume realização do verbo em um núcleo de uma categoria funcional projetada acima de VP nas construções participiais absolutas do PEC de ordem [V DP] e/ou de ordem [DP V], proponho que, nas construções participiais absolutas licenciadas nos textos do séculos XIV e XV e nos textos dos séculos XVI e XVII, o verbo é realizado em um núcleo de uma categoria funcional projetada em Comp nas ordens [DP V] e [V DP].

Ao propor que o verbo é realizado no núcleo de uma categoria funcional projetada em posição mais alta que AspP, estou assumindo que as construções participiais absolutas licenciadas nos textos dos séculos XIV, XV, XVI e XVII, ainda que defectivas por não projetarem T, projetam o núcleo C.

A projeção de C nas construções participiais absolutas do PEC é defendida por Ambar (1992: 319). Santos (1999: 52), contrapondo-se a esta proposta de Ambar, assegura não haver evidência empírica independente nas construções do PEC da projeção de Comp. De acordo com Hernanz (1991: 111), ao analisar essas construções do espanhol, a ausência de qualquer tipo de conjunção subordinativa nessas orações se deve ao fato de a posição estrutural em Comp não estar mais disponível para sua realização por ter já sido preenchida pelo verbo.

Santos (1999: 63) em sua proposta de análise, como resenhei acima, compara a posição de realização dos advérbios *completamente* e *bem* nas construções participiais, defendendo que o advérbio *completamente* é mais flexível na definição do seu domínio de adjunção, podendo realizar-se em adjunção ao VP ou a um nó mais alto, ao qual *bem* não se adjunge. Dentro da análise que estou propondo, o argumento verbal

codificado como tópico familiar/tópico contínuo ocupa o [Spec, AspP] nas ocorrências de ordem V(X)S, ocupando, por sua vez, o especificador de um núcleo em Comp quando a ordem é S(X)V. Nessas produções, o verbo é realizado em um núcleo em Comp. O advérbio *assim* com a função de marcador aspectual pode ser realizado em posição de adjunção à categoria funcional AspP e/ou em posição de adjunção a outras categorias funcionais projetadas em Comp.

Esta mesma proposta de análise pode ser usada para a expressão adverbial *tão felizmente* dos exemplos em (33). Este elemento adverbial é realizado em adjunção à categoria funcional AspP.

É a estrutura da informação das ocorrências de ordem VS em (2), na primeira seção, e em (27), na segunda seção, retomadas aqui em (40), com o argumento verbal interpretado como tópico familiar/tópico contínuo, que me permite propor que este elemento em posição pós-verbal ocupa nessas produções o especificador de AspP.

(40) a. Feyto eſto ElRey cavalguou loguo em hum cavallo grande e fermoſo (Duarte Galvão, séc. XV)

b. Despedido o Alvarado, e vinda a monção de se irem pera a India, embarcou Dom Jorge na náo da carreira Belchior Fernandes Correia com todos estes protestos por muitas vias (D. Couto, séc. XVI).

O fato que pode ser evidenciado nas produções de ordem SV em (1), de Duarte Galvão, na primeira seção, e de ordem SXV em (26), de Pero Magalhães Gandavo, na segunda seção, retomadas a seguir em (41), é a expressão de contraste/ênfase do argumento em posição pré-verbal. Na análise que venho propondo neste trabalho, o argumento nas ocorrências de ordem SV expressa contraste/ênfase, sendo realizado no especificador de uma categoria projetada em Comp. Assumindo a proposta de Galves (no prelo) de sintagmas com funções gramaticais e informacionais diferentes expressando contraste/ênfase ocuparem o Spec kP em Comp nas sentenças raízes V2 do Português dos séculos XVI e XVII, defendo que, nas construções participiais absolutas em uso no texto de Duarte Galvão e no texto de Pero Magalhães Gandavo, há projeção do núcleo K (contraste) nas ocorrências de ordem SV/SXV.

(41) a. Eſto acabado partio ho Princepe ſua gente em quatro azes (D. Galvão, séc. XV)

b. Ellas feytas, ElRey D. Affonſo partio de Coimbra para aquelle luguar (D. Galvão, séc. XV)

c. Iſto aβ dito, Apol que da flama Celeste guia os carros, da outra parte Se lhe apreſenta, & por ſeu nome o chama. (Pero de M. Gandavo, séc. XVI)

Antonelli (2008:55) assume que o verbo finito nas sentenças raízes de ordem V2 em uso nos textos dos autores dos séculos XVI e XVII é realizado no núcleo Fin em Comp, seguindo a proposta de Roberts (2004) de que nas línguas V2 o núcleo Fin deve apresentar necessariamente uma realização lexical, sendo este requerimento satisfeito nas orações matrizes via movimento do verbo para este núcleo.

Embora os dados analisados neste trabalho sejam de orações com verbos no particípio, proponho que nessas construções o verbo é realizado no núcleo Fin, tendo em conta que este complementizador expressa as propriedades finitas e também as propriedades não finitas de uma oração (Rizzi e Bocci 2014: 4).

Assim considerando, argumento que a restrição de uso das construções participiais absolutas com alternância da ordem no texto de Fernão Lopes e nos textos dos séculos XVI e XVII, é motivada por questões discursivas. Com exceção do texto de Pero Magalhães Gandavo, nascido no século XVI, como mostrei na segunda seção, que licencia uma ocorrência de ordem SXV, com o argumento precedendo o advérbio *assim* e o verbo, os outros textos dos autores nascidos nesse período não apresentam construções participiais absolutas com o argumento verbal codificado como tópico familiar/tópico contínuo expressando contraste/ênfase, não havendo, por conseguinte, nessas produções, a projeção do núcleo K em Comp.

Dentro da proposta de análise que estou apresentando, as derivações sintáticas das ordens superficiais dessas produções corresponderiam, de forma simplificada, às seguintes representações.

Ordem (X) SV/S(X)V: com o argumento verbal codificado como tópico familiar/tópico contínuo expressando contraste/ênfase, podendo a posição de X ser ocupada por um sintagma adverbial com a função de marcador aspectual.

(42) a. $[_{CP}\ [_{KP}\ (X)\ [_{KP}\ DP_j\ K\ [_{FINP}\ (X)\ [_{FINP}\ V_i\ [_{ASPP}\ t_j,\ t_i,\ [_{VP}\ t_j,\ [_{VP}\ t_i\ t_j]]]]]]]]$

b. $[_{CP}\ [_{KP}\ DP_j\ K\ [_{FINP}\ (X)[_{FINP}\ V_i\ [_{ASPP}\ t_j,\ t_i,[_{VP}\ t_j,[_{VP}\ t_i\ t_j]]]]]]]$

Ordem V(X)S: com o argumento verbal codificado como tópico familiar/tópico contínuo, podendo a posição de X ser ocupada por um sintagma adverbial com a função de marcador aspectual).

(43) $[_{CP}\ [_{FINP}\ [_{FIN}\ V_i\ [_{ASPP}\ (X)\ [_{ASPP}\ DP_j\ t_i,\ [_{VP}\ t_j,\ [_{VP}\ t_i\ t_j]]]]]]]$

Ordem V(X)S: com o argumento verbal com a interpretação de foco de informação, podendo a posição de X ser ocupada por um sintagma adverbial sem a função de marcador aspectual.

(44) $[_{CP}\ [_{FINP}\ V_i\ [_{ASPP}\ t_i,\ [_{VP}\ (X)\ [_{VP}\ DP_j\ t_i,\ [_{VP}\ t_i\ t_j]]]]]]$

Quanto às propriedades gramaticais envolvidas na atribuição do Caso nominativo ao DP-argumento, defendo, neste trabalho, que o Caso nominativo do argumento verbal é atribuído por meio da relação «Agree» com o verbo realizado em Comp, em concordância com os ditames da gramática gerativa, especificamente do modelo Princípios e Parâmetros em sua versão minimalista (Chomsky 2001, 2008, 2015) e das reflexões de Lunguinho (2011) sobre a proposta de Chomsky (2001) da valoração do Caso do argumento verbal das estruturas passivas .

Ao tratar do sistema de valoração dos traços formais de construções passivas, Chomsky (2001) apresenta as derivações da sentença do inglês dispostas em (45).

(45) a. [C [β T seem [EXPL to have been [α caught [several fish]]]]

b. [β v expect

Chomsky (2001), propõe que particípio desta estrutura passive apresenta traços de gênero, número e Caso não interpretáveis. Para Chomsky, nesse tipo de construção, os traços de Caso do particípio e do nome são valorados a depender de uma sonda mais alta.

Seguindo esta proposta de análise para as construções participiais absolutas licenciadas nos textos investigados nesta pesquisa, proponho que o DP-argumento do verbo participial com o traço de Caso não valorado sobe para a posição interna de sujeito no Spec, VP. Em seguida, Asp é inserido na estrutura, concatenando-se com VP e o traço [+perfectivo] não valorado de Asp é valorado com o traço [+perfectivo] valorado do verbo, realizado lexicalmente no morfema *do*. O verbo se move para Asp. C se concatena com Asp e o traço [-finito] não valorado de Fin, projetado no sistema de Comp, é valorado com o traço [-fin] do verbo em Asp. O verbo se move para Fin. Considerando a proposta de Chomsky (2008, 2015) de que os traços-φ completos que aparecem em T não são intrínsecos a este núcleo mas são traços que este núcleo herda de C, ou seja, os traços-φ completos não valorados de C passam para T, proponho como hipótese inicial que nessas construções a não projeção de T permite que os traços–φ completos não valorados do núcleo Fin em Comp passem diretamente para Asp. Asp herdando o traços-φ completos não valorados de Fin passa a atuar como uma sonda à procura de um alvo ativo para valorar os seus traços-φ. No seu complemento existe o DP-argumento portando um conjunto de traços-φ completos valorados e um traço de Caso não valorado. A presença de um traço de Caso não valorado faz o DP-argumento ser um alvo ativo. Como reflexo da relação Agree estabelecida com a sonda Asp, que herdou os traços-φ completos não valorados de Fin em Comp, os traços de Caso do DP-argumento são valorados como nominativo.

Por razões discursivas, o DP-argumento com a interpretação de tópico familiar/ tópico contínuo sobe para o Spec, AspP, ocupando a posição de sujeito dessa construção, como propõe Santos (1999: 65) para as construções participiais do PEC. Não tendo esta interpretação, o argumento verbal permanece na posição interna de sujeito, no Spec, VP, tendo nessa posição a interpretação de foco informacional.

Em condições diferentes do licenciamento desse tipo de construção no PEC, no texto de Fernão Lopes, no texto de Duarte Galvão e nos textos dos séculos XVI e XVII, a ordem VS é projetada com o sujeito dessa construção interpretado como tópico familiar/tópico contínuo e/ou com a interpretação de foco. Nas ocorrências de ordem SV, licenciada no texto de Duarte Galvão e/ou na ordem SXV, licenciada no texto de Pero de Magalhães Gandavo, o sujeito expressa contraste/ênfase, sendo realizado no Spec do núcleo kP, projetado em Comp.

Considerações finais

Apresentei neste artigo as construções participiais absolutas em uso no texto de Fernão Lopes, autor nascido no século XIV, no texto de Duarte Galvão, nascido no século XV, e em 13 textos de autores nascidos entre os séculos XVI e XVII. Argumentei que esse tipo de construção nos textos históricos apresenta propriedades sintático-discursivas diferentes das propriedades do PEC no uso dessas orações, licenciando o DP-argumento em posição pós-verbal com a interpretação de tópico familiar/tópico contínuo.

Destaquei o fato de haver no texto de Duarte Galvão alternância da ordem pré e/ou pós-verbal do DP-argumento com a interpretação de tópico familiar/tópico contínuo, ressaltando que este elemento ocupa a posição pré-verbal quando expressa contraste/ênfase. Mostrei que os dados levantados do texto de Pero Magalhães Gandavo, autor nascido no século XVI, apresenta uma ocorrência dessa construção com alternância da ordem do argumento verbal. Nos textos dos outros autores nascidos entre os séculos XVI e XVII, as ocorrências desse tipo de oração apresentam o argumento exclusivamente em posição pós-verbal. Propus ser esta restrição motivada por razões discursivas de não licenciamento nesses textos de construção participial absoluta com o argumento verbal expressando contraste/ênfase.

Assim considerando, defendi que as construções participiais absolutas ainda que defectivas por não projetarem T, projetam o núcleo C, propondo que nas ocorrências de ordem superficial VS com o argumento codificado como tópico familiaro/tópico contínuo, este elemento é realizado no Spec, AspP e o verbo, em posição mais alta, no núcleo Fin em Comp. Nessa linha argumentativa, propus que nas ocorrências licenciadas nesta ordem ob arguento sem a interpretação de tópico familiar/tópico contínuo permanece no Spec, VP, recebendo, nessa posição, o acento de foco da oração.

Como hipótese de trabalho, assumi que o Caso nominativo do argumento verbal (sujeito) dessas construções é atribuído (valorado) como reflexo da relação *Agree* de Asp, que herdou os traços-φ completos não valorados de Comp, com os traços-φ completos valorados do DP-argumento posicionado no Spec, VP.

Referências

Ambar, Manuela. 1992. *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. Edições Colibri, Lisboa, pp. 110-118.

Antonelli, André. 2008. «Aspectos da Sintaxe de Posição do Verbo na História do Português Europeu». *Anais do Seta* 2. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 27-33.

Antonelli, André. 2011. *Sintaxe da Posição do Verbo e Mudança Gramatical na História do Português Europeu*. Tese de Dourado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas.

Calhoun, S. 2009. «What makes a word contrastive? Prosodic, semantic and pragmatic perspectives». University of Edinburgh, UK. 1-25. Disponível em: https:// www.victoria.ac.nz/lals/about/staff/publications/sasha-calhoun/calhounProsPrag.pdf

Acesso em: 20.08.2017.

Costa, João. 1996. «Word order and constraint interaction». Unpublished manuscript, HIL/Leiden University. Disponível em: http://roa.rutgers.edu/files/181-0397/181-0397-COSTA-0-0.pdf. Acesso em: 10.06.1017.

Costa, João. 2008. «Adverbs and the syntax-semantics interplay». *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* 2. Edições Colibri/CLUNL, Lisboa. 13-25.

Chomsky, Noam. 2001. «Derivation by phase». In Michael Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: A life in Language.* Cambridge, MA. MIT Press. 1-52.

Chomsky, Noam. 2008. «On Phases». In Robert Frindin; Carlos Otero e M. Luisa Zubizarreta, Maria Luisa (eds.) *Fundational Issues in Linguistic Theory: Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*. MIT Press, Cambridge MA.136-166.

Chomsky, Noam. 2015. «Approaching UG from below». Disponível em: http://www.su.se/ polopoly_fs/1.252031.1444836548!/menu/standard/file/Artikel_Approaching%20UG %20from%20Below_Chomsky_Grammkoll_20okt2015pdf.pdf Acesso em 20.08.2017.

Frascarelli, Mara e Roland Hinterhölzl. 2007. «Types of topics in German and Italian». In: S. Winkler e K. Schwabe (eds.). *On information structure, meaning and form*. John Benjamins, Amsterdam. 87–116.

Figueiredo Amorim, M. C. 2003. *A posição do sujeito em português: Estudo sintático, semântico e informativo.* Dissertação de Mestrado em Linguística Geral. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Galves, Charlotte. (no prelo). «Partial V2 in Classical Portuguese». In: Theresa Biberauer, Sam Wolfe and Becky Woods (eds.) *Rethinking Verb Second*. Oxford University Press, Oxford.

Galves, Charlotte e A. Gibrail. 2018. «Subject Inversion from Classical to Modern European Portuguese: a Corpus-Based study». In: A. Cardoso and A.M. Martins (eds.) *Word Order Change*. Oxford University Press, Oxford. 163-178.

Hernanz, Maria Lluïsa. 1991. «Spanish absolute constructions and aspect». *Catalan Working Papers in Linguistics (CWPL)*. Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona. Disponível em: www.raco.cat/index.php/CatalanWP/article/download/74024/91179 Acesso em: 10.06.2017. pp. 1-128.

Kiss, Katalin É. 1998. «Identificational focus versus informative focus». *Language* 74/2. 245-272.

Lunguinho, Marcus V. da S. 2011. *Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não finitos.* Tese de Doutorado em Linguística. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Molnár, V. 2001. «Contrast from a Contrastive Perspective». In Ivana Kruijff-Korbayova e Mark Steedman (eds.): *Proceedings of the ESSLLI*. Workshop on *Information Structure, Discourse Structure and Discourse Semantics*. The University of Helsinki, Helsinki, 99-112. Disponível: http://www.coli.uni-saarland.de/~korbay/esslli01-wsh/ Proceedings/11-Molnar.pdf. Acesso em: 20.08.2017.

Reinhart, Tanya. 1981. «Pragmatics and Linguistics: an Analysis of Sentence Topics». *Philosophica* 27, Ghent University, Ghent. 53-94. Disponível em: http://www.philosophica.ugent.be/fulltexts/27-4.pdf. Acesso em: 28.05.2017.

Roberts, Ian. 2004. «The C-System in Brythonic Celtic Languages, V2 and the EPP». In L. Rizzi (org.), *The Structure of CP and IP. The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 2. Oxford University Press, New York. 297-328.

Rizzi, L. e Bossi, G. (2014). «The left periphery of the clause. – Primarily illustrated for Italian». In: *Blackwell Companion to Syntax*. Blackwell Publishers. Disponível em: https://unige.ch/lettres/linguistique/files/4914/7377/3222/Rizzi_Bocci_-_forthcoming_-_the_left_periphery_of_the_clause.pdf Acesso em: 20.08.2017.

Santos, Ana Lúcia. 1999. *O particípio absoluto em português e em outras línguas românicas*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Umbach, C. 2004. «On the Notion of Contrast in Information Structure and Discourse Structure». *Journal of Semantics*, vol. 21, Issue 2. Oxford University Press. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/ea3d/5af7400e33f0f4fcdb3edbd930be55bdb6f1.pdf. Acesso em: 18.02.2018.

Vallduví, Enric e Maria Vilkuna. 1998. «On Rheme and Kontrast». *Syntax and Semantics*, vol. 29. Academic Press, Cambridge, MA. 79-108.

Zubizarreta, Maria Luisa. 1994. «The grammatical representation of topic and focus: implication for the structure of the clause». *Working Papers in Linguistics* 4/1. University of Venice, Venice. 97-126.

ANEXO

Autores e obras analisados

Séc. de nascimento	**Obra**	**Autor**	**Ocorrências**
Séc. XIV	Crônica del-Rei Dom João I	Fenão Lopes	7
Séc. XV	Crônica del-Rei D. Afonso Henriques	Duarte Galvão	26
Séc. XVI	História da Província de Santa Cruz	Pero Magalhães de Gandavo	6
	Cartas, D. João III	D. João III	1
	Perigrinação	Fernão Mendes Pinto	19
	Décadas	Diogo Couto	29
	Monarchia Lusitana	António Brandão	2
	Da Monarquia Lusitana	Bernardo de Brito	3
	A vida de Frei Bertolameu dos Mártires	Luis de Sousa	4
Séc. XVII	Vida do apostólico padre Antonio Vieira	André de Barros	19
	A arte de furtar	Manuel da Costa	4
	Vida e Morte de Madre Helena da Cruz	Maria do Céu	2
	História do futuro	Antonio Vieira	3
	Mercúrio Português	António de Sousa de Macedo	12
	Tácito Português	Francisco Manuel de Melo	1

29. Porque é que os relógios não quebram os ponteiros em português europeu?[356]

Anabela Gonçalves

Centro de Linguística, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Matilde Miguel

Centro de Linguística, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

As estratégias de codificação da posse em português brasileiro (PB) e em português europeu (PE) têm sido objeto de diversos estudos que assumem uma perspetiva comparada. O presente trabalho tem como objetivo central a comparação entre a codificação da posse externa em PE e em PB, considerando que as duas variedades se distinguem quanto às possibilidades de que dispõem: o PE admite constituintes do tipo *a*-DP ou clíticos dativos, enquanto o PB apresenta uma estrutura designada como tópico sujeito (Pontes 1987), em que o possuidor é elevado para uma posição de sujeito, desencadeando concordância verbal. Mostra-se que, embora os *outputs* sejam distintos, o *merge* interno inicial (mas não a numeração) é parcialmente idêntico nas duas variedades em análise. Não sendo objeto central do trabalho, analisa-se também, por contraste com a posse externa, a codificação da posse interna através de um constituinte com a forma *de*-DP, comum às duas variedades.

Palavras-chave: posse interna, posse externa, tópico sujeito, dativo de posse.

1. Introdução

Vários estudos sobre a sintaxe do português têm-se debruçado sobre construções envolvendo constituintes que codificam relações de posse – veja-se os exemplos (1) a (4) –, notando a variação exibida pelo português brasileiro (PB) quando comparado com o português europeu (PE).

(1) O Pedro {partiu / quebrou} o ponteiro do relógio. (^{OK}PE / ^{OK}PB)

[356] Este trabalho foi desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL; UID/LIN/00214/2013), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Agradecemos os comentários que foram feitos por um revisor anónimo à primeira versão deste trabalho.

(2) O Pedro {partiu / quebrou} o ponteiro ao relógio. (^{OK}PE / *PB)

(3) O Pedro {partiu-lhe / lhe quebrou} o ponteiro.[357] (^{OK}PE / *PB)

(4) O relógio {partiu / quebrou} o ponteiro. (*PE / ^{OK}PB)

Para além do reconhecimento da existência de dois tipos de relações de posse (alienável e inalienável) cujo âmbito depende maioritariamente de convenções culturais e linguísticas, tem sido observado que, nas línguas românicas, existem vários modos de codificar essas relações: a designada *posse interna*, que procede através de constituintes com a forma *de*-DP e tem a mesma expressão em ambas as variedades de português (cf. (1)), e a *posse externa* como ilustrada em (2) a (4). Este último tipo de posse tem recebido particular atenção por duas razões: por um lado, as relações de dependência sintática e semântica não se encontram alinhadas, uma vez que o possuidor ocorre sintaticamente associado ao verbo, sendo marcado casualmente como dativo, mas é semanticamente dependente de um argumento desse verbo (cf. Vergnaud e Zubizarreta 1992¸ Deal 2013, entre outros); por outro lado, as variedades europeia e brasileira do português divergem no que diz respeito às estratégias de codificação deste tipo de posse. Quanto a este último aspeto, e considerando os dados de (2) a (4), verifica-se:

(i) a possibilidade em PE, mas não em PB, de codificação da posse externa através de constituintes com a forma *a*-DP (2) ou através do clítico dativo (3);

(ii) a possibilidade, em PB, mas não em PE, de elevação do possuidor, que Pontes (1987) cunhou como *tópico sujeito* (4) e que corresponde a uma estratégia de externalização do possuidor amplamente analisada na literatura sobre o PB[358].

[357] Neste exemplo, controlaram-se as variáveis lexical e de colocação do clítico em PE e em PB. Assim, na variedade europeia, usou-se a forma lexical *partir*, com ênclise; na variedade brasileira, selecionou-se a forma lexical *quebrar*, com próclise.

[358] Veja-se, entre outros, Kato (1989), Britto (2000), Galves (1998, 2001), Negrão (1999), Rodrigues (2004, 2010), Lunguinho (2006, 2017), Nunes (2008, 2016), Martins e Nunes (2010), Avelar e Galves (2011), Munhoz (2011), Munhoz e Naves (2012), Negrão, Cançado e Lunguinho (2013), Andrade e Galves (2014), Naves, Pilati e Salles (2013), Melo (2015). Em muitos destes trabalhos, é analisada uma

A questão apresentada em (i) tem sido explicada com base na perda progressiva de genitivos introduzidos por *a* e do clítico dativo em PB (Oliveira 2004, Torres Morais e Berlinck 2007, Torres Morais 2010, entre outros), o que poderá ter conduzido ao desenvolvimento de uma outra estratégia de externalização do possuidor – a construção de tópico sujeito –, referida em (ii). Esta construção tem sido analisada a par de outras que são recorrentemente associadas ao facto de o PB ser uma língua parcialmente de sujeito nulo e, para alguns autores, de orientação para o discurso, com proeminência de tópico (entre outros, Galves 1993, Negrão 1999, Modesto 2008), contrariamente ao PE.

A análise das diferentes estratégias de codificação da posse externa nas variedades europeia e brasileira do português, ilustradas em (2) a (4), tem-se centrado fundamentalmente em três aspetos: a classe sintático-semântica do verbo envolvido, a posição em que o DP correspondente ao possuidor é inserido na derivação e a posição final deste constituinte.

Quanto ao primeiro aspeto – a classe sintático-semântica do verbo –, é relativamente consensual que a construção de tópico sujeito do PB envolve um conjunto mais restrito de verbos (inacusativos de mudança de estado, que participam na alternância causativa; cf. Munhoz 2011, Munhoz e Naves 2012, Andrade e Galves 2014, entre outros) do que a construção com *a*-DP do PE (inacusativos básicos e predicados de dois lugares com argumento interno tema; cf. Miguel 1992, Miguel 2004, Miguel, Gonçalves e Duarte 2010, 2011, Duarte e Oliveira 2018).

Relativamente ao constituinte que denota o possuidor, para a construção com *a*-DP do PE, Miguel (1992, 1996) e Miguel, Gonçalves e Duarte (2010, 2011) defendem que o mesmo é inserido como sujeito de uma oração pequena que corresponde ao argumento interno do verbo, análise parcialmente adotada também para a construção de tópico sujeito do PB por Andrade e Galves (2014). No entanto, esta abordagem para

outra instância da construção de tópico sujeito, em que a elevação afeta um constituinte locativo, como ilustrado em (i) – exemplos retirados de Andrade e Galves (2014):

(i) a. Esse restaurante está aparecendo abelha.
b. Essa casa bate bastante sol.
c. Esse carro cabe muita gente.
d. Aquele consultório chega paciente todos os dias.

No presente trabalho, serão objeto de estudo apenas os tópicos sujeitos com possuidor (ou genitivos).

a variedade brasileira não é consensual: Munhoz (2011) e Munhoz e Naves (2012), por exemplo, defendem que o possuidor e o objeto possuído correspondem a um argumento interno não oracional, DP, sendo o possuidor um subconstituinte deste DP, uma análise que segue parcialmente Lobato (2006) e Lunguinho (2006).

Finalmente, no que diz respeito à posição final do possuidor, para a estrutura *a*-DP/clítico dativo do PE, Miguel (1996, 2004) e Miguel, Gonçalves e Duarte (2010, 2011) mostram que este constituinte se mantém no domínio de VP, numa posição interna ao constituinte oracional em que é inserido (uma oração pequena), enquanto para o PB tem sido defendido que, na construção de tópico sujeito, o mesmo se move para uma posição externa a tal domínio – [Spec, TP] (cf., entre outros, Andrade e Galves 2014, Naves, Pilati e Salles 2013) ou [Spec, αP], uma posição entre CP e TP (cf. Munhoz e Naves 2012).

O presente trabalho tem como objeto central as diferentes estratégias de codificação da posse externa nas duas variedades do português (*a*-DP/*lhe*, em PE; tópico sujeito em PB). Pretende-se mostrar que essas estratégias partem de derivações idênticas no que diz respeito à posição inicial dos constituintes que estabelecem a relação de posse, embora se verifiquem diferenças nas numerações respetivas, decorrentes, entre outros aspetos, da perda de *a* e de *lhe* com valor de posse em PB. Defender-se-á, assim, que o *merge* interno inicial é parcialmente idêntico no que diz respeito aos constituintes envolvidos na relação de posse, mas que os *outputs* são distintos por razões independentes, nomeadamente, relacionadas com a verificação dos traços de Caso.

Adicionalmente, será considerada a construção da posse interna com constituintes do tipo *de*-DP, idêntica nas duas variedades, e que será analisada por comparação com as referidas estratégias de codificação da posse externa. Neste caso, mostrar-se-á que a preposição *de* mantém, nas duas variedades, a possibilidade de verificar os traços de Caso (genitivo) do possuidor, o que impossibilita a sua marcação como dativo em PE ou a sua extração para fora do domínio de VP em PB.

O trabalho organiza-se da seguinte forma: na secção 2, descrevem-se as estratégias de codificação da posse externa em PE (secção 2.1) e em PB (secção 2.2), procedendo-se à comparação com a estrutura *de*-DP, típica da posse interna nas duas variedades; nas secções 3 e 4, apresenta-se a análise das estruturas de posse interna e de posse

externa, respetivamente; finalmente, na secção 5, formulam-se algumas considerações finais.

2. A codificação da posse externa em PE e em PB

2.1 A estrutura a-*DP /* lhe *em PE*

A descrição e a análise da codificação da posse externa em PE através de um constituinte do tipo *a*-DP, comutável com um clítico dativo, são objeto de estudo, entre outros, em Miguel (1992, 1996, 2004), tendo sido posteriormente recuperadas e alargadas em Miguel, Gonçalves e Duarte (2010, 2011). Nestes trabalhos, são enunciadas as propriedades desta estrutura de posse, que se apresentam de seguida.

A estrutura de posse com *a*-DP em PE ocorre tipicamente com predicados de dois lugares que selecionam um argumento interno direto, participem ou não na alternância causativa (5a, 5b), e com inacusativos básicos (6). Esta estratégia de codificação da posse externa é superficialmente idêntica à de codificação da posse interna com *de*-DP, que se observa quer em PE quer em PB (7, 8):

(5) a. O Pedro partiu o ponteiro ao relógio.
b. O Pedro limpou os vidros ao carro.

(6) Caíram as folhas às árvores.

(7) a. O Pedro partiu o ponteiro do relógio.
b. O Pedro limpou os vidros do carro.

(8) Caíram as folhas das árvores. / As folhas das árvores caíram.

A semelhança das duas construções de posse ilustradas em (5, 6) e (7, 8) é, no entanto, apenas superficial, distinguindo-se em diferentes aspetos, essencialmente de natureza sintática[359]. Em primeiro lugar, o constituinte contendo o possuidor em *a*-DP

[359] Como notado na literatura (entre outros, Guéron 1985, 2006, Vergnaud e Zubizarreta 1992, Deal 2013, Duarte e Oliveira 2018), as frases com marcação de posse interna e as de posse externa também não são idênticas do ponto de vista semântico, uma vez que o traço [+ afetado], de que falaremos adiante, apenas é ativado no constituinte *possuidor* destas últimas.

não pode ser extraído na sua totalidade (cf. (9b) e (10b)): o possuidor e o DP que designa o objeto possuído devem ser extraídos de forma independente, revelando, assim, uma descontinuidade dos constituintes (veja-se (9c, d), (10c, d) e (11c, d)), o que distingue esta construção de posse daquela em que o possuidor é introduzido por *de* (12–14).

(9) a. O Pedro partiu o ponteiro ao relógio.
b. *Foi o ponteiro ao relógio (o) que o Pedro partiu.
c. Foi o ponteiro (o) que o Pedro partiu ao relógio.
d. Foi ao relógio que o Pedro partiu o ponteiro.

(10) a. O Pedro limpou os vidros ao carro.
b. *Foram os vidros ao carro (o) que o Pedro limpou.
c. Foram os vidros (o) que o Pedro limpou ao carro.
d. Foi ao carro que o Pedro limpou os vidros.

(11) a. Caíram as folhas às árvores.
b. *Foram as folhas às árvores que caíram.
c. Foram as folhas que caíram às árvores.
d. Foi às árvores que caíram as folhas

(12) a. O Pedro partiu o ponteiro do relógio.
b. Foi o ponteiro do relógio (o) que o Pedro partiu.
c. *Foi o ponteiro (o) que o Pedro partiu do relógio.
d. *Foi do relógio que o Pedro partiu o ponteiro.

(13) a. O Pedro limpou os vidros do carro.
b. Foram os vidros do carro (o) que o Pedro limpou.
c. *Foram os vidros (o) que o Pedro limpou do carro.
d. *Foi do carro que o Pedro limpou os vidros.[360]

[360] As frases (13d) e (14d) são gramaticais, mantendo-se a leitura de posse, numa leitura em que o PP tem um valor contrastivo (Ana Maria Martins, c.p.).

(14) a. Caíram as folhas das árvores.
b. Foram as folhas das árvores que caíram.
c. *Foram as folhas que caíram das árvores. (* com a leitura requerida)
d. *Foi das árvores que caíram as folhas (* com a leitura requerida)

Em segundo lugar, na construção *a*-DP, a sequência objeto possuído-possuidor não pode ocorrer em posição pré-verbal, i.e., no domínio de TP, como patente em (15), comportamento que contrasta com o do constituinte contendo um possuidor em *de*-DP (16):

(15) a. *O ponteiro ao relógio foi partido pelo Pedro.
b. *Os vidros ao carro foram limpos pelo Pedro.

(16) a. O ponteiro do relógio foi partido pelo Pedro.
b. Os vidros do carro foram limpos pelo Pedro.

Em terceiro lugar, as construções de posse com *a*-DP são compatíveis com redobro do clítico, nos contextos adequados, i.e., desde que o constituinte redobrado tenha o traço [+animado], comportamento ilustrado em (17). Tal contrasta, de novo, com o que se verifica na estrutura *de*-DP das duas variedades, que não admite redobro do clítico, como se verifica em (18).

(17) ? Limpei-lhe os vidros a ele. / Conheço-lhe os defeitos a ele.

(18) *Limpei-lhe os vidros dele. / *Conheço-lhe os defeitos dele.

Finalmente, constitui uma propriedade distintiva das construções de posse com *a*-DP o facto de às mesmas poder estar associada uma leitura possessiva ou uma leitura

benefactiva / malefactiva (19), ambiguidade que não se verifica na construção de posse do tipo *de*-DP (20) – veja-se Miguel, Gonçalves e Duarte (2011)[361].

(19) Falido, aquele empresário vendeu a casa à mulher. (poss/ben)

(20) Falido, aquele empresário vendeu a casa da mulher. (poss/*ben)

Apesar das diferenças apresentadas nos exemplos (9) a (20), as construções de posse com *a*-DP e com *de*-DP aproximam-se, nomeadamente no que diz respeito ao facto de os referidos constituintes não terem propriedades de adjunto a VP, como mostram os exemplos em (21) a (24)[362].

(21) a. *O que é que o Pedro fez ao relógio? Partiu o ponteiro.
b. *O que é que o Pedro fez ao carro? Limpou os vidros.

(22) *O que é que aconteceu às árvores? Caíram as folhas.

(23) a. *O que é que o Pedro fez do relógio? Partiu o ponteiro.
b. *O que é que o Pedro fez do carro? Limpou os vidros.

(24) *O que é que aconteceu das árvores? Caíram as folhas.

Os comportamentos apresentados nesta secção permitem distinguir a codificação da posse através de *a*-DP daquela em que o possuidor é introduzido por *de*-DP em PE. Assim, encontram-se disponíveis em PE três formas de codificação de posse: (i) posse interna, tipicamente associada a constituintes *de*-DP (25); (ii) posse externa, associada a constituintes *a*-DP (26) ou a clítico dativo (27).

(25) O Pedro partiu o ponteiro do relógio.

[361] Exemplos como (19) e (20) são sempre mais naturais com clítico; os constituintes em *a-DP* estão condicionados por fatores de ordem semântica que se prendem com a perceção/abrangência daquilo que é a «posse inalienável» (ver ponto 2.2).
[362] Veja-se também Brito (2009, 2104), para dativos benefactivos.

(26) O Pedro partiu o ponteiro ao relógio.

(27) O Pedro partiu-lhe o ponteiro.

Note-se que, quando o possuidor é pronominalizado, o argumento interno que denota o objeto possuído é obrigatório, como mostra a agramaticalidade de (28) e (29):

(28) *O Pedro partiu-lhe.

(29) *O jardineiro limpou-lhe.

Assim, mostraremos nas secções 3 e 4 que existem, de facto, diferenças entre as duas estratégias de codificação da posse (externa, com *a*-DP / *lhe*, e interna, com *de*-DP), que decorrem essencialmente da relação estrutural que se estabelece entre possuidor e objeto possuído.

2.2 A construção de tópico sujeito em PB

Como observado na secção introdutória, em PB a posse externa não pode ser expressa através de um constituinte com a forma *a*-DP/*lhe*, contrariamente ao que acontece em PE. Contudo, existe na variedade brasileira uma estratégia de codificação da posse externa que não se verifica em PE e que tem sido designada como *tópico sujeito*, na senda do trabalho inaugural de Pontes (1987)[363]. Tal estratégia, que corresponde a uma forma de externalização do possuidor, encontra-se exemplificada em (4) e repetida em (30), por facilidade de exposição.

[363] Em PE, regista-se a elevação do possuidor em certos contextos, como se observa em (i), exemplos retirados de Cançado e Gonçalves (2016):

(i) a. O João queimou a mão.
b. O João rasgou o casaco.

Não consideramos, no entanto, que se trate de instâncias da construção de tópico sujeito. Com efeito, como notam as autoras, ocorrências como as de (i) são ambíguas, dado que o sujeito pode ter uma leitura agentiva ou uma leitura de possuidor, o que não acontece com a construção de tópico sujeito em análise no presente trabalho. Neste contexto, em PE o sujeito tem obrigatoriamente o traço [+animado] (cf. (ii)), o que permite a leitura agentiva.

(ii) O casaco rasgou as mangas. (^{OK}PB; *PE)

Ver também Duarte e Oliveira (2018).

(30) O relógio quebrou o ponteiro. (*PE; ^{OK}PB)

Nesta construção, a relação de posse manifesta-se por meio de uma descontinuidade dos constituintes: existe uma relação semântica entre dois DPs, o possuidor e o objeto possuído (respetivamente, *o relógio* e *o ponteiro*, em (30)), que não se encontram ligados por qualquer preposição nem ocorrem em posições contíguas. Com efeito, o possuidor ocorre em posição de sujeito, desencadeando concordância verbal, enquanto o objeto possuído se mantém em posição de argumento interno, como se verifica em (30) e também nos exemplos de fala espontânea em (31):

(31) a. O rádio da sala$_{possuidor}$ estragou a caixa de som$_{possuído}$ quando eu tava ouvindo o jogo na Rádio Globo. +(Melo 2015: 20)
b. A minha filha $_{possuidor}$ cresceu o cabelo $_{possuído}$ muito rápido (…) (Melo 2015: 31)

A construção de tópico sujeito alterna, em PB, com a estratégia de codificação de posse interna através de *de*-DP, que, como observado anteriormente, integra dois constituintes contínuos, com a ordem *objeto possuído-possuidor*, ligados através da preposição *de*, como ilustrado em (32). Na variedade brasileira, esta construção apresenta as propriedades apresentadas em 2.1 para o PE.

(32) a. O cabelo da minha filha cresce muito rápido.
b. A caixa de som do rádio da sala estragou.

Como referido anteriormente, a estrutura de tópico sujeito (envolvendo um possuidor) ocorre tipicamente com verbos inacusativos que codificam mudança de estado e que, por esta razão, participam na alternância causativa (Munhoz 2011, Munhoz e Naves 2012, Andrade e Galves 2014). Veja-se, assim, o contraste entre (32)-(33a) e (33b):

(33) a. Esse computador estragou o HD. (= O HD desse computador estragou.)

b. *A Maria gritou o pai. (≠ O pai da Maria gritou.) (Lunguinho 2017, ex. (5))

Porém, como notam Andrade e Galves (2014), ainda que a generalização relativamente à classe de verbos que potenciam a construção de tópico sujeito seja verdadeira para a maioria dos casos, é possível encontrar um número reduzido de verbos que, não permitindo alternância causativa, admitem a construção em causa. Este é o caso do verbo *cair*, exemplificado em (34):

(34) a. A internet caiu a conexão. (= A conexão da internet caiu.)
b. *O João caiu a conexão da internet. (≠ A conexão da internet do João caiu.)
(adaptado de Andrade e Galves 2014: 124, (12–13))

Neste sentido, Andrade e Galves (2014), seguindo Galves (1998), consideram que, para além da classe sintático-semântica a que o verbo pertence, é necessário considerar uma outra restrição para dar conta de contrastes como os que se apresentam em (33) e (34): a estrutura de tópico sujeito envolve obrigatoriamente uma relação de posse inalienável, incluindo a relação parte-todo / meronímica, como é habitualmente referido na literatura (cf. Cinque e Krapova 2008, Deal 2013). Na verdade, como Cinque e Krapova (2008) referem, existe alguma variação entre as línguas no que diz respeito à definição de posse inalienável, uma vez que, para além da relação entre partes do corpo (*body-parts*), há casos em que a mesma se alarga a outros contextos: «[I]nalienable possession extends to certain kinship terms and familiar objects ('daughter', 'home', 'car', 'umbrella', etc.), though variation exists among languages (and speakers) concerning the membership in the class of extended inalienables.» (Cinque e Krapova 2008: 68, nota 5)[364].

Para além do requisito sobre o tipo de posse que se estabelece entre possuidor e objeto possuído – posse inalienável –, a possibilidade de um tópico sujeito é ainda condicionada pelos traços semânticos deste constituinte. Com efeito, tem sido observado que, nas línguas românicas, a expressão da posse externa (nomeadamente através de um clítico dativo) obedece a uma restrição semântica sobre o possuidor, que

[364] Sobre tipologia do dativo de posse inalienável nas línguas românicas e germânicas, veja-se ainda Lamiroy (2001).

deverá ter o traço [+animado]. Esta restrição semântica encontra-se exemplificada em (35) e (36), para o francês e para o castelhano, respetivamente, em que são agramaticais os casos de posse externa em que o possuidor não manifesta o referido traço.

(35) *La table, quelqu'un lui a scié toutes les pattes. (Cinque e Krapova 2008)

(36) *Valeria le miró los números a la pantalla. (Cuervo 2003)

No entanto, como nota Melo (2015: 30), entre outros, os dados de fala espontânea do PB revelam que o possuidor/tópico sujeito pode ser animado (37) ou não animado (38), não sendo, portanto, compatíveis com a hierarquia *humano> animado > não animado* (Haspelmath 1999), proposta para dar conta da codificação da posse externa com base em dados de outras línguas românicas.

(37) A Manu nasceu o primeiro dentinho (…) (Melo 2015: 3)

(38) O celular já carregou a bateria (…) (Melo 2015: 3)

Embora o traço de animacidade do possuidor não seja significativo, Deal (2013: 7) considera que este constituinte deve ser portador do traço [+ afetado]: «the possessor must be affected for the external possession construction to be semantically appropriate»[365]. Neste sentido, Melo (2015) apresenta dados de fala espontânea como os de (37) e (38) e ainda como os de (39), que confirmam a proposta de Deal (2013):

(39) a. Passei por lá estes dias e a terra continua tomando conta da cidade, o hospital ainda falta terminar a reforma (...) (Melo 2015: 15)
b. O dente já tá saindo a anestesia. (Melo 2015: 16)

Esta parece ser, de facto, uma propriedade pertinente também para a descrição de construções de posse externa com dativos em outras línguas românicas e foi assinalada

[365] Para uma discussão sobre o conceito de afetação (*affectedness*), ver, entre outros, Deal (2013, 2017), Duarte e Oliveira (2018), e bibliografia aí citada.

por vários autores, que notam a agramaticalidade de ocorrências com predicados estativos em que o possuidor não manifesta o traço [+ afetado] – cf. (40) *vs* (41).

(40) a. On lui a coupé les cheveux. (Kayne 1977: 159)
b. El gato le arañó la cara. (Sánchez López 2007: 153)

c. Gli hanno rotto la macchina. (Cinque e Krapova 2008: 68)
d. Estragaram-me o carro. / O gato arranhou-me a cara.

(41) a. *Tu lui aimes bien les jambes. (Kayne 1977: 159)
b. *Le odio el carácter. (Picallo e Rigau 1999: 1015)
c. *Gli ho dimenticato il nome. (Cinque e Krapova 2008: 68)

Repare-se, no entanto, que o comportamento das várias línguas românicas não é uniforme e, em PE, encontram-se casos paralelos aos de (41), com predicados estativos (possivelmente, apenas os faseáveis), que são gramaticais:

(42) a. Odiava-lhe as frases vaidosas (...) (Urbano Tavares Rodrigues 2005. *Obras Completas* I. Lisboa: D.Quixote, p.118)
b. À distância de lhes distinguir o entusiasmo vago, mas sem lhe identificar a estrutura, sem divisão silábica rigorosa, parece-me que estão a falar em português (...) (José Luis Peixoto 2017)[366]
c. Eu não adotaria essa solução; vejo-lhe muitos inconvenientes.

Do ponto de vista estritamente sintático, vários autores (entre outros, Nunes 2008, 2016, Andrade e Galves 2014, Lunguinho 2017) têm defendido que o DP correspondente ao possuidor ocupa a posição de sujeito (ou seja, [Spec, TP]), desencadeando concordância verbal, como exemplificado em (43), e exibindo Caso nominativo, como mostra (44):

[366]http://www.joseluispeixoto.net/tag/cr%C3%B3nicas+de+jos%C3%A9+lu%C3%ADs+Peixoto, consultado a 10 de julho de 2017.

(43) Senhores pais, *os computadores do colégio* queimaram os monitores por conta da queda de energia ocorrida no último dia 26/05/2014 (…) (Melo 2015: 34)

(44) a. *A minha filha* cresce o cabelo muito rápido.
b. *Ela* cresce o cabelo muito rápido.

Repare-se que (43) e (44) contrastam com (45), retirado de Nunes (2016: 45) e analisado também em Martins e Nunes (2010), em que se verifica elevação do possuidor para [Spec, TopP], não havendo aqui concordância entre aquele constituinte e o verbo:

(45) a. [os relógios]$_i$, quebrou o ponteiro deles$_i$
b. *[os relógios]$_i$, quebraram o ponteiro deles$_i$

3. O que une PE e PB: a posse interna com possuidor em *de*-DP

O PE e o PB apresentam uma estratégia idêntica no que diz respeito à codificação da posse interna, em que se verifica a ordem *objeto possuído-possuidor*, correspondendo este último a um constituinte *de*-DP:

(46) O João estragou o motor do carro.

Como referimos na secção 2.1, a posse interna com *de*-DP apresenta as propriedades básicas que abaixo sintetizamos (Miguel 1992, 2004, Miguel, Gonçalves e Duarte 2011):

(i) o possuidor é introduzido pela preposição *de* (46);
(ii) o verbo seleciona um argumento interno Tema, formando a sequência *objeto possuído-possuidor* um único constituinte, pelo que só pode ser extraído na totalidade (47)[367];
(iii) a sequência *objeto possuído-possuidor* pode ocorrer em posição pré-verbal, i.e., no domínio de TP (48);

[367] Exclui-se o caso em que o constituinte *de*-DP tem valor contrastivo, como notámos na nota 5.

(iv) contrariamente ao que se verifica nos contextos de *a*-DP, o constituinte introduzido por *de* não pode ter senão uma leitura de posse, excluindo-se, portanto, a leitura benefactiva/malefactiva que se obtém naqueles contextos (49).

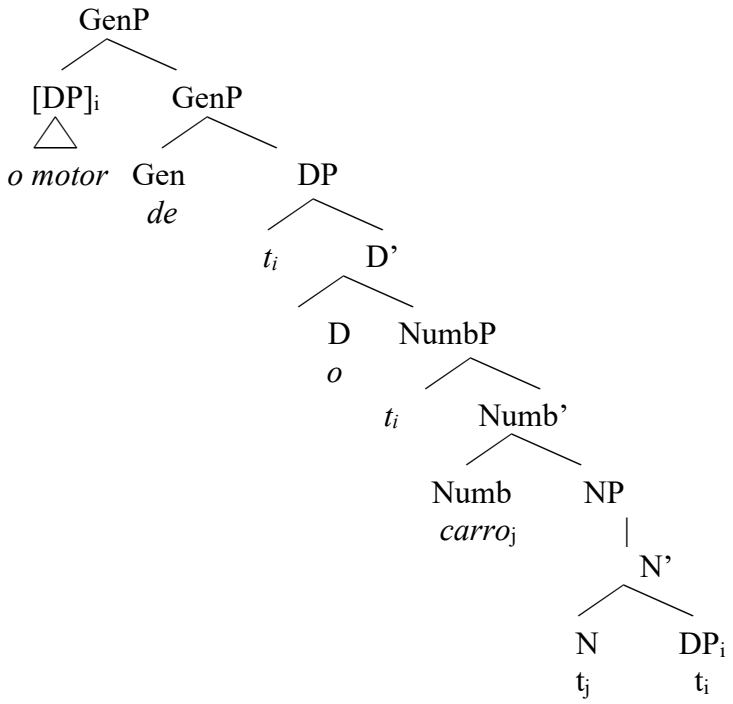
(47) a. O João estragou o motor do carro.
b. Foi o motor do carro (o) que o João estragou.
c. *Foi o motor (o) que o João estragou do carro.
d. *Foi do carro que o João estragou o motor.

(48) O motor do carro foi estragado pelo João.

(49) O detetive desvendou o mistério da juíza.

Na linha de Kayne (1994), Bianchi (2000) e Miguel (2003, 2004), consideramos que a estrutura do constituinte que integra o possuidor em (46) é, em PE e em PB, a que representamos em (50):

(50)



O constituinte GenP corresponde ao argumento interno do verbo da frase, integrando os DPs que denotam o objeto possuído e o possuidor. Explica-se, assim, que, na construção de posse interna com *de*-DP das duas variedades do português, não seja possível extrair de forma independente cada um dos DPs, como ilustrado em (47c, d).

A forma *de* é, nesta construção, a realização lexical do núcleo funcional de concordância genitiva, Gen, portador do traço [+EPP]. Este traço é verificado pelo DP que denota o objeto possuído, inserido na posição mais baixa de DP, em (50). O movimento deste DP para [Spec, GenP] permite estabelecer a relação de posse, na linha das propostas de Bernstein e Tortora (2003) e Miguel (2004). Gen é, assim, um mero marcador de caso (genitivo), que permite fixar a referida relação de posse entre os dois DPs.

Quanto ao possuidor, cujo núcleo é inserido em N, qualifica-se como o núcleo lexical da construção, selecionando como complemento o DP que denota o objeto possuído (Miguel 2004).

Relembre-se que esta derivação é, na nossa proposta, comum ao PE e ao PB. Discutiremos, na secção seguinte, a diferença entre as suas variedades quanto à codificação de posse externa.

4. O que separa PE de PB: porque é que os relógios não partem os ponteiros em PE

Como mostrámos na secção 2, o PE e o PB são distintos quanto às estratégias de codificação da posse externa. Assim,

(i) o PE usa, como estratégias sintáticas, constituintes *a*-DP (51a) ou o clítico dativo (51b);

(ii) o PB dispõe da construção de tópico sujeito (52).

(51) a. O Pedro {partiu / quebrou} o ponteiro ao relógio. (^{OK}PE / *PB)

b. O Pedro {partiu-lhe / lhe quebrou} o ponteiro. (^{OK}PE / *PB)

(52) O relógio {partiu / quebrou} o ponteiro. (*PE / ^{OK}PB)

Ainda que se trate de estratégias sintaticamente distintas, os dados apresentados na secção 2 mostram que existem propriedades semânticas que as aproximam: (i) verifica-se uma relação de posse entre o possuidor dativo/o possuidor em *a*-DP/o tópico sujeito e o DP que denota o objeto possuído; (ii) o possuidor dativo/o possuidor em *a*-DP/o tópico sujeito são portadores do traço [+ afetado]. Contudo, as construções com clítico dativo ou com *a*-DP do PE distinguem-se da construção de tópico sujeito do PB no que diz respeito à posição final do possuidor (internamente ao VP em PE; externamente ao VP em PB); ao Caso (dativo em PE; nominativo em PB) e a fenómenos de concordância (só em PB é desencadeada concordância entre o DP correspondente ao possuidor e o verbo da frase)[368].

Tendo em conta as propriedades comuns às diferentes estratégias de codificação da posse externa nas duas variedades do português, propomos que, embora as numerações sejam distintas, a estrutura interna dos VPs envolvidos é parcialmente idêntica: o argumento interno do verbo é uma *small clause*, em que o sujeito corresponde ao possuidor (*a*-DP, *lhe* ou tópico sujeito) e o predicado, ao objeto possuído. Neste

[368] Não discutiremos, neste trabalho, a posição final do DP possuidor na construção de tópico sujeito, ainda que assumamos a proposta de Naves, Pilati e Salles (2013) e Andrade e Galves (2014), Nunes (2016), Lunguinho (2017), entre outros, que apresentam argumentos convincentes a favor da ideia de que esse DP ocupa, no final da derivação, a posição de [Spec, TP].

sentido, este último «constitui uma propriedade predicada acerca do (…) possuidor, interpretado como sujeito desta predicação secundária», como defendem Miguel, Gonçalves e Duarte (2011: 393), na linha de Vergnaud e Zubizarreta (1992), Miguel (1992, 1996), Demonte (1995) e Larson e Cho (1999). Uma proposta desta natureza é consistente com a ideia de que o possuidor é um elemento externo à grelha argumental dos predicados com os quais coocorrem, mas não a alarga, no sentido clássico do termo *aplicativo*[369].

O facto de as numerações de que as estruturas em análise partem serem distintas decorre essencialmente da substituição progressiva da preposição *a* por *para*, com valor benefactivo, em PB (Oliveira 2004, Torres Morais e Berlinck 2007, Torres Morais 2010, entre outros), exemplificada através do contraste entre (53a) e (53b):

(53) a. ?Dei um presente a Pedro.
b. Dei um presente para Pedro.

O enfraquecimento da preposição *a* em complementos dativos atinge maior expressão em dialetos do PB falados na zona mineira, nos quais essa preposição é suprimida (54b) e se obtém uma construção (parcialmente) de duplo objeto (Scher 1996, Cavalcante 2009):

(54) a. anunciar a decisão {para os / aos} filhos
b. anunciar os filhos a decisão

O segundo aspeto a ter em conta para a diferença nas numerações reside na perda gradual, em PB, do clítico de 3.ª pessoa, *lhe*, associado ao constituinte possuidor.

Assumimos, assim, os três estádios na reanálise de *a* com valor de posse em PB propostos em Barros (2006):

(55) a. Fugiu ao coronel um escravo. (sécs. XVII e XVIII)

[369] Ver Miguel, Gonçalves e Duarte (2011) para uma análise dos dativos que não considera a projeção de um núcleo aplicativo proposta em Pylkkänen (2002/2008).

b. Fugiu um escravo ao coronel. / Fugiu um escravo pertencente ao coronel. (séc. XIX e 1.ª metade do séc. XX)

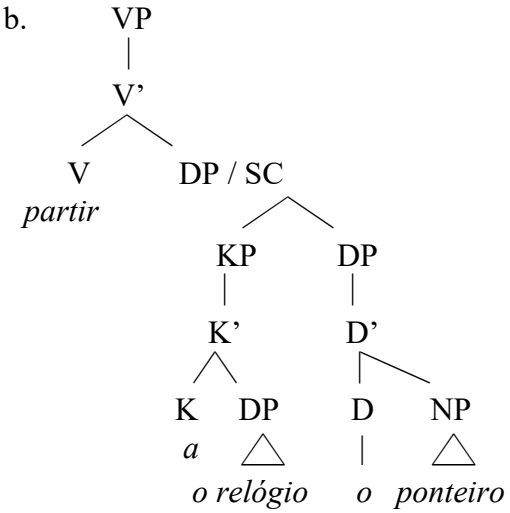
c. *Fugiu um escravo ao coronel. (2.ª metade do séc. XX e séc. XXI)

Desta forma, como observado em Gonçalves, Miguel e Duarte (2010), o PE mantém a estrutura de posse com *a*, enquanto o PB perdeu *a* com traços associados a posse, dispondo apenas de *de*, que codifica a posse interna.

Assumindo a proposta de a posse externa ser codificada através de estruturas sintáticas parcialmente idênticas, as derivações relevantes para o PE e para o PB são as que se representam de forma parcial em (56) e (57), respetivamente.

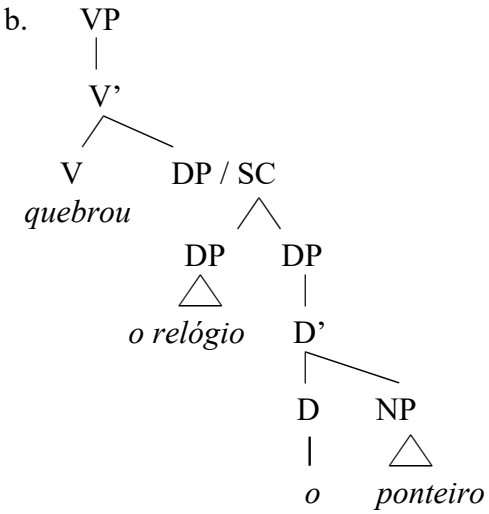
(56) a. O João partiu o ponteiro ao relógio. (PE)

b.



(57) a. O relógio quebrou o ponteiro.

b.



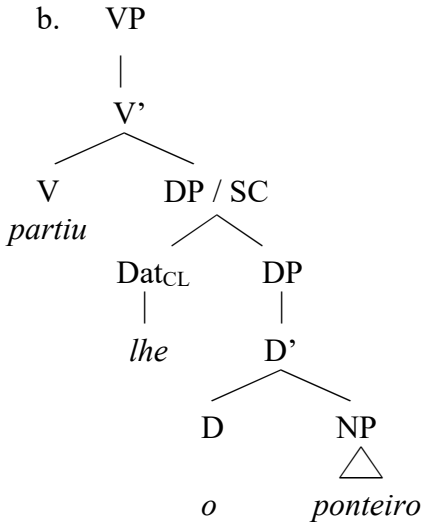
Como se pode verificar, as representações em (56b) e (57b) diferem apenas no que diz respeito ao sujeito da *small clause*. Em PE, trata-se de um constituinte marcado para o Caso dativo por um morfema livre, K, que a forma *a* lexicaliza (Fukui e Speas 1986); desta forma, KP mantém-se *in situ*, dado que tem os seus traços casuais legitimados internamente à *small clause* (Miguel, Gonçalves e Duarte 2011: 393), exibindo Caso dativo, pelo que, sendo semanticamente dependente do predicado da *small clause*, tem um comportamento próximo do de um complemento verbal. Por sua vez, em PB, o sujeito da *small clause* é um DP, que, na ausência da preposição, verifica os seus traços-ϕ e de Caso fora do domínio em que é inserido (em [Spec, TP], desencadeando concordância verbal – Naves, Pilati e Salles 2013, Andrade e Galves 2014, Nunes 2016, Lunguinho 2017). O facto de a construção de tópico sujeito só ser legítima no contexto de verbos inacusativos prender-se-á, justamente, com o facto de [Spec, TP] não ser uma posição-θ, o que permite que o DP seja movido para essa posição.

Em ambas as construções das duas variedades, o predicado da *small clause* é o DP que integra o N que denota o objeto possuído, o que permite estabelecer a relação semântica de posse entre esse DP e o sujeito da *small clause*, o possuidor, geralmente portador do traço [+ afetado].

Em PE, o possuidor pode ainda corresponder a um clítico dativo (58a), como se representa em (58b). Nesse caso, o clítico terá de se mover para fora de VP por razões independentes: enquanto clítico deve alcançar o seu hospedeiro natural, T, adjungindo-se a este (Miguel, Gonçalves e Duarte 2011).

(58) a. O João partiu-lhe o ponteiro.

b.



5. Considerações finais

Mostrámos, neste trabalho, que o PE e o PB apresentam uma estratégia idêntica de codificação da posse interna, através de um constituinte *de*-DP. Assumimos que, nesse caso, o verbo seleciona um argumento interno de categoria GenP, cujo núcleo, Gen, permite fixar a relação de posse entre o DP que denota o objeto possuído, movido para [Spec, GenP], e o DP que integra o núcleo lexical N, que denota o possuidor.

Quanto à posse externa, mostrámos que as duas variedades do português em análise dispõem de estratégias diferentes: *a*-DP ou clítico dativo em PE, tópico sujeito em PB. Embora se trate de construções superficialmente distintas, partilham três propriedades, que estão subjacentes à proposta de que a sua estrutura interna é parcialmente idêntica; em todos os casos, (i) o possuidor corresponde ao constituinte afetado, estabelecendo-se a mesma relação de posse entre um sujeito (o possuidor) e um predicado (o DP que designa o objeto possuído), que formam uma *small clause*; (ii) o possuidor, sendo semanticamente dependente do predicado da *small clause*, está sintaticamente associado ao verbo (como complemento, em PE; como sujeito, em PB), o que está subjacente à própria noção de *posse externa*; (iii) o clítico dativo e o

constituinte *a*-DP em PE exibem traços de número, pessoa e Caso, o mesmo acontecendo com o tópico sujeito.

No final da derivação, as construções são, no entanto, diferentes, nomeadamente no que diz respeito à posição do DP possuidor, inserido na posição de sujeito da *small clause*. Esta diferença decorre de formas distintas de legitimação dos traços casuais desse DP: em PE, é legitimado por K (*a*), nos contextos de posse com *a*-DP, ou por V-T, nos contextos de posse com *lhe*; em PB é legitimado em [Spec, TP]. Desta forma, o possuidor exibe Caso dativo em PE, mas Caso nominativo em PB. Assim, os relógios não partem os ponteiros em PE porque o possuidor, sendo casualmente marcado internamente ao VP, não pode mover-se para [Spec, TP].

Referências

Andrade, Aroldo de e Charlotte Galves. 2014. «A unified analysis for subject topics in Brazilian Portuguese». *Journal of Portuguese Linguistics 13*: 117–147.

Avelar, Juanito e Charlotte Galves. 2011. «Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu». In *Textos Selecionados do XXVI Encontro da Associação Portuguese de Linguística*, ed. Armanda Costa, Isabel Falé e Pilar Barbosa, 49–65. Lisboa: APL.

Barros, Evângela. 2011. *Dativos de Posse: Percurso de Mudança*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Bernstein, Judy B. 2013. «Word order and agreement in possessive constructions». *Lisbon Workshop on Agreement*, Universidade Nova de Lisboa, julho de 2013.

Bernstein, Judy B. e Christina Tortora. 2005. «Two types of possessive forms in English». *Lingua 115.9*: 1221–1242.

Bianchi, Valentina. 2000. «Some issues in the syntax of relative determiners». *In The Syntax of Relative Clauses*, Artemis Alexiadou, Paul Law, André Meinunger e Chris Wilder, 53–82. Amsterdam: John Benjamins.

Brito, Ana Maria. 2009. «European Portuguese and Spanish have dative alternation?» Comunicação apresentada ao *Workshop do Projecto SILC*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, outubro de 2009, ms.

Brito, Ana Maria. 2014. «As construções ditransitivas revisitadas. A alternância dativa em Português Europeu». *In Textos Selecionados do XXIX Encontro Nacional da*

Associação Portuguesa de Linguística, ed. António Moreno, Fátima Silva, Isabel Falé, Isabel Pereira e João Veloso, 103–119. Porto: APL.

Cançado, Márcia e Anabela Gonçalves. 2016. «Lexical semantics: Verb classes and alternations». In *The Handbook of Portuguese Linguistics*, ed. Leo Wetzels, Sergio Menuzzi e João Costa, 374–391. Malden, MA: Wiley-Blackwell.

Cavalcante, Rerisson. 2009. «Complementos dativos sem preposição no dialeto mineiro». *ReVEL 7.* <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_12_complementos_dativos_sem_preposicao_no_dialeto_mineiro.pdf>

Cinque, Guglielmo e Iliana Krapova. 2008. «The two 'possessor raising' constructions of Bulgarian.» *Working Papers in Linguistics 18*: 65–90.

Cuervo, María Cristina. 2003. *Datives at Large.* PhD Dissertation, MIT.

Deal, Amy Rose. 2013. «External possession and possessor raising». <http://linguistics.berkeley.edu/~ardeal/papers/Deal-syncom.pdf>

Deal, Amy Rose. 2017. «External possession and possessor raising». In *The Wiley Blackwell Companion to Syntax*, ed. Martin Everaert e Henk van Riemsdijk, 1–32. Malden, MA: Wiley-Blackwell.

Demonte, Violeta. 1995. «Dative alternation in Spanish». *Probus* 7: 5–30.

Duarte, Inês e Fátima Oliveira. 2018. «External possession in Portuguese». In *Verbs, Movement and Prepositions*, ed. António Leal, 75–102. Porto: FLUL / CLUP / FCG.

Fukui, Naoki e Margaret Speas. 1986. «Specifiers and projections». *MIT Working Papers in Linguistics 8:* 128–172.

Galves, Charlotte. 1993. «O enfraquecimento da concordância em português brasileiro». In *Português Brasileiro, uma Viagem Diacrônica*, ed. Ian Roberts e Mary A. Kato, 387–408. Campinas: Editora da UNICAMP.

Galves, Charlotte. 1998. «Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro». *Cadernos de Estudos Lingüísticos 34*: 19–31.

Guéron, Jacqueline. 1985. «Inalienable possession, *pro*-inclusion and lexical chains». In *Grammatical Representation*, ed. Jacqueline Guéron, Jean-Yves Pollock e Hans-Georg Obenauer, 43–86. Dordrecht: Foris.

Guéron, Jacqueline. 2006. «Inalienable possession». In *The Blackwell Companion to Syntax*, ed. Martin Everaert e Henk van Riemsdijk, 589–638. Malden, MA: Blackwell.

Haspelmath, Martin. 1999. «Explaining article-possessor complementarity: economic motivation in noun phrase syntax». *Language 75*: 227–243.

Kato, Mary A. 1989. «Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe?» *Cadernos de Estudos Lingüísticos 17*: 109–131.

Kayne, Richard. 1977. *Syntaxe du Français. Le Cycle Transformationnel*. Paris: Seuil. (Tradução de Kayne, R. 1975. *French Syntax*. Cambridge/Mass.: The MIT Press)

Lamiroy, Béatrice. 2001. «Grammaticalisation et possession inaliénable dans les langues romanes et germaniques». *ZFSL, Zeitschrift für französische Sprache und Literatur 30*: 82–97. <https://www.researchgate.net/publication/303988396_Grammaticalisation_et_possession_inalienable_dans_les_langues_romanes_et_germaniques>

Larson, Richard e Sungeun Cho. 1999. «Temporal adjectives and the structure of possessive DPs». In *Proceedings of WCCFL 18*, ed. Sonya Bird, Andrew Carnie, Jason D. Haugen e Peter Norquest, 299–311. Somerville, MA: Cascadilla Press.

Lobato, Lúcia. 2006. «Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil». In *Língua, Gramática e Discurso*, ed. Denize Elena da Silva, 54–86. Goiânia: Cânone Editorial.

Lunguinho, Marcus. 2006. «Partição de constituintes no português brasileiro: características sintáticas». *In Língua, Gramática e Discurso*, ed. Denize Elena da Silva, 133–147. Goiânia: Cânone Editorial.

Lunguinho, Marcus. 2017. «As construções de tópico-sujeito em português brasileiro: questões e perspectivas de análise». Comunicação apresentada ao *X Congresso Internacional da ABRALIN*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, março de 2017.

Martins, Ana Maria e Jairo Nunes. 2010. «Apparent hyper-raising in Brazilian Portuguese: Agreement with topics across a finite CP». *In The Complementiser Phase: Subjects and Operators*, ed. E. Phoevos Panagiotidis, 142–163. Oxford: Oxford University Press.

Melo, Elaine. 2015. *Construções de Tópico Sujeito: um Caso de Mudança na Expressão da Posse Externa do PB*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Miguel, Matilde. 1992. *O Possessivo e a Estrutura Predicativa do Sintagma Nominal*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Miguel, Matilde. 1996. «A preposição *a* e os complementos genitivos». *Quatro Estudos em Sintaxe do Português*, ed. Anabela Gonçalves, Madalena Colaço, Matilde Miguel e Telmo Móia, 101–147. Lisboa: Colibri.

Miguel, Matilde. 2003. «O possuidor genitivo em *de*». Comunicação apresentada ao *XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, outubro de 2003.

Miguel, Matilde. 2004. *O Sintagma Nominal: Posições de Sujeito*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

Miguel, Matilde, Anabela Gonçalves e Inês Duarte**.** 2010. «Possessive and personal datives in Portuguese». Comunicação apresentada ao *IV Workshop Romania Nova*, Campos do Jordão, São Paulo, novembro de 2010.

Miguel, Matilde, Anabela Gonçalves e Inês Duarte. 2011. «Dativos não argumentais em Português». *In Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, ed. Armanda Costa, Isabel Falé e Pilar Barbosa, 388–400.* Lisboa: Edições Colibri/APL.

Modesto, Marcello. 2008. «Topic prominence and null subjects». *In The Limits of Syntactic Variation*, ed. Theresa Biberauer, 375–409. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Munhoz, Ana T. 2011. *A Estrutura Argumental das Construções de Tópico-Sujeito: o Caso dos Sujeitos Locativos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.

Munhoz, Ana T. e Rozana Naves. 2012. «Construções de tópico-sujeito: uma proposta em termos de estrutura argumental e de transferência de traços de C». Sig*num 15*: 245–265.

Naves, Rozana, Eloisa Pilati e Heloisa Salles. 2013. «*As cidades da Amazônia chovem muito*: Non-thematic subjects and the properties of agreement in Brazilian Portuguese». Comunicação apresentada ao *Portuguese Linguistics in the United States,* University of Georgia, novembro de 2013.

Negrão, Esmeralda. 1999. *O Português Brasileiro: uma Língua Voltada para o Discurso*. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo.

Negrão, Esmeralda, Márcia Cançado e Marcus Lunguinho. 2013. «On the syntax of Brazilian Portuguese: Passives and possessor raising structures». Comunicação apresentada ao *Workshop on Portuguese Syntax*, Università Ca' Foscari di Venezia, maio de 2013.

Nunes, Jairo. 2008. «Inherent Case as a licensing condition for A-movement: The case of hyper-raising constructions in Brazilian Portuguese». *Journal of Portuguese Linguistics 7*: 83–108.

Nunes, Jairo. 2016. «Subject and topic hyper-raising in Brazilian Portuguese: A case study on reference sets for economy computations». In *The Morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*, ed. Mary A. Kato e Francisco Ordoñez, 107–134. Oxford: Oxford University Press.

Oliveira, Marilza de. 2004. «A perda da preposição *a* e a recategorização de *lhe*». *Estudos Linguísticos 23*: 292–297.

Picallo, Carme e Gemma Rigau. 1999. «El posesivo y las relaciones posesivas». *In Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, ed. Ignacio Bosque e Violeta Demonte, 973–1024. Madrid: Espasa Calpe.

Pontes, Eunice. 1987. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes Editora.

Pylkkänen, Liina. 2002/2008. *Introducing Arguments.* Cambridge, MA: The MIT Press.

Sánchez López, Cristina. 2007. «The possessive dative and the syntax of affected arguments». *Cuadernos de Lingüística del Instituto Ortega y Gasset, vol. 14,* ed. Irene Gil, Héctor Hernández e Raquel González, 153–173.

Scher, Ana Paula. 1996. *As Construções com Dois Complementos no Inglês e no Português do Brasil: um Estudo Sintático Comparativo*. Dissertação de Mestrado, Unicamp.

Torres Morais, Maria Aparecida e Rosane de Andrade Berlinck. 2007. «'Eu disse pra ele' ou 'Disse-lhe a ele': a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português». *In Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*, ed. Ataliba T. de Castilho, M. Aparecida Torres Morais, Ruth Lopes e Sonia Cyrino, 61–83. Campinas: Pontes Editora.

Vergnaud, Jean-Roger e Maria Luisa Zubizaretta. 1992. «The definite determiner and the inalienable construction in French and English». *Linguistic Inquiry 23*: 595–652.

30. Estereotipos e iconización nas representacións do portugués en textos galegos da Idade Moderna

Ernesto González Seoane

Instituto da Lingua Galega, Universidade de Santiago de Compostela

Nas literaturas peninsulares dos séculos XVI e XVII é habitual a introdución de personaxes de procedencias diversas que (pretendidamente) falan na súa lingua de orixe ou ben nunha variedade híbrida. Este recurso é particularmente común no entremés, onde é explotado con finalidade cómica.
Na produción escrita en galego na Idade Moderna figuran dous breves textos dramáticos, a *Contenda dos labradores de Caldelas* (1671) e o *Entremés do portugués* (ca. 1720), que comparten o feito de seren textos presumiblemente escritos por autores galegos, e desde un punto de vista galego, nos que conviven personaxes galegos e portugueses. O primeiro, ademais, desenvólvese na fronteira só tres anos despois da sinatura do Tratado de Lisboa en 1668.
Estas circunstancias confírenlles a estes textos un interese especial para estudar o proceso de construción de galego e portugués como entidades diferenciadas mediante a selección de trazos lingüísticos que, por razón da súa saliencia ou do seu valor icónico, se converten en estereotípicos.

Palabras chave: galego, portugués, estereotipo, iconización, saliencia.

1. Os estereotipos lingüísticos no teatro do século XVII[370]

Nas literaturas peninsulares dos séculos XVI e XVII constitúe un recurso habitual a introdución de personaxes de procedencias diversas que (pretendidamente) falan na súa lingua ou variedade orixinaria, ou ben nunha variedade híbrida, que vén a ser un español ou portugués fortemente interferidos pola variedade de orixe do personaxe en cuestión. Cómpre advertir, en todo caso, que aínda que por razóns de espazo aquí nos vaiamos referir especificamente ás literaturas peninsulares, este recurso non é en absoluto exclusivo delas. Sirva como mostra do seu emprego noutras tradicións literarias o traballo de Christine Bierbach (1988) sobre a explotación, con fins tamén

[370] Este traballo inscríbese no proxecto de investigación *Corpus dixital de textos galegos da Idade Moderna. Catalogación, multiedición, glosario e estudo*, desenvolvido no Instituto da Lingua Galega da USC baixo a dirección de Ernesto González Seoane e Rosario Álvarez con financiamento do Ministerio de Economía y Competitividad (ref. FFI2013-47589-P).

satíricos, de estereotipos nacionais (particularmente as figuras do alemán, do francés e do español) na literatura italiana de comezos do século XVII.

Nas literaturas peninsulares, trátase dun recurso que, se non exclusivo, si é especialmente común en certos xéneros dramáticos, e de maneira particular en pezas breves de carácter xocoso, como o entremés[371]. Nelas comparecen con frecuencia personaxes como *o galego*, *o biscaíño*, *o negro*, *o mouro*, etc., e tamén *o portugués*, nos textos españois, e *o español*, nos textos portugueses (cfr. Cotarelo 1911: I, CXLVIII-CLV; Recoules 1973: I, 356–371). Todos eles funcionan como *tipos cómicos* e responden a unha caracterización fortemente estereotipada. Así por exemplo, no *corpus* de textos musicais italianos do Seicento que estuda Bierbach, *il tedesco* é invariablemente un mercenario «grossier, alcoolique, d'un érotisme primaire»; *il francese*, pola súa parte, responde ao tipo de «courtisan galant, volontiers prétentieux»; finalmente, *lo spagnuolo* é o «courtisan ou militaire 'imperial', hautain, superbe passioné» (Bierbach 1988: 134). Sobre os personaxes casteláns que aparecen no teatro portugués do século XVI contamos, por exemplo, cos traballos de María Jesús Fernández García, que analiza os tipos do «castellano fanfarrón y poeta», na liña do *miles gloriosus* (Fernández García 1999), e do «pastor» (Fernández García 2004). A presenza de personaxes galegos no teatro español do século de ouro é analizada, por exemplo, en Teijeiro Fuentes (1996: esp. 226–230), que salienta como trazos identificadores o desempeño de oficios subalternos (criados, lacaios, segadores...), a súa condición miserable e elementos caracteriolóxicos que adoitan incluír a astucia e a malicia, pero a miúdo tamén o enxeño e a intelixencia natural. Para a figura do portugués que aparece no teatro español dos séculos de ouro, contamos tamén con abondosa bibliografía centrada na identificación dos seus trazos caracteriolóxicos máis sobranceiros. Entre os máis citados figuran, sen dúbida, o seu carácter namoradeiro, o talento e a inclinación musical e, sobre todo, a súa fachenda, arrogancia e pretenciosidade (Borrego 2015, Weber 1971).

Entre os trazos caracteriolóxicos e condutuais que permiten identificar ou perfilar estes perxonaxes, a lingua desempeña un papel central (cfr. Vesselínova 2002). De maneira xeral, pódese dicir que, conforme indica Ramírez Luengo (2005: 369), o

[371] Aínda que con funcionalidades diversas, este tipo de figuras aparecen tamén no teatro serio e noutros xéneros e tipos textuais, como por exemplo nos vilancicos.

obxectivo é «acrecentar la jocosidad del discurso por medio del remedo de una forma de hablar que por cualquier circunstancia se aparta de lo que se puede considerar lo estándar – lo correcto». Con todo, isto non é sempre así. Nos textos italianos estudados por Bierbach, por exemplo, só o alemán aparece tentando falar italiano («un tedesco italianato»), mentres que o francés e o español falan en cadansúa lingua, que é reflectida con máis ou menos acerto, mais sen aparente pretensión parodística ou burlesca (Bierbach 1988: 134–135). Por outra banda, nas pezas de Gil Vicente, Sá de Miranda e Ferreira de Vasconcellos estudadas por Fernández García (2004) os personaxes casteláns exprésanse realmente nunha variedade correcta do español, e non nun remedo deste idioma.

Polo que se refire á caracterización lingüística dos personaxes portugueses en pezas españolas, Frida Weber (1968-1969) salienta a presenza nos parlamentos dos personaxes portugueses de determinados trazos fonéticos e ítems léxicos, como *brincar*, *ollar*, *pancada*, *zumbar* ou *marraons*, entre outros, que funcionarían como marcadores que o público recoñecería como tales e que, por esta razón, lle permitirían adscribir o personaxe a un determinado tipo. Fernández Ortiz (1996), pola súa banda, tomando como *corpus* de referencia unha peza breve, a *Loa Sacramental* de Ana Cano de Mallén, analiza os trazos lingüísticos presentes nos parlamentos en portugués e clasifícaos en tres categorías que denomina «portuguesismos exactos», «portuguesismos inexactos» e «formas medias» (ou, dito doutro xeito, formas híbridas). Cómpre advertir, así e todo, que a clasificación que propón esta autora non sempre resulta acertada como consecuencia de que a variedade de contraste que emprega para determinar a «exactitude» (é dicir, a corrección) da lingua analizada é o portugués moderno, e non o portugués do século XVII. Deste xeito, solucións gráficas discordantes co portugués actual, pero perfectamente normais no portugués da época, son tratadas como «portuguesismos inexactos» ou como «formas medias». Tal é o caso, por exemplo, das grafías *-aõ* ou *-aon~-aom* no canto de *-ão* (como *maõ* ou *maon~maom* ‘*mão*’), ou das formas en *-ão* e *-am* no canto de *-am* e *-ão*, respectivamente (como *cantão* e *cantaram*, por *cantam* e *cantarão*, respectivamente), ou dos plurais en *-es* no canto de *-is* (como *triunfaes* por *triunfais*), etc., solucións todas elas comúns no portugués escrito do século XVII.

En calquera caso, e a diferenza do que acontecía cos personaxes españois nas pezas quiñentistas portuguesas que mencionamos antes, os autores destas pezas dramáticas castelás en ningún momento pretenden escribir en portugués os parlamentos que poñen en boca dos personaxes portugueses. Pola contra, limítanse a seleccionar, con máis ou menos fortuna, unha serie de trazos caracterizadores, que axiña se converten en estereotípicos e que lles permiten proxectar no auditorio unha aparencia de portugués. Deste xeito, estes trazos lingüísticos serían doadamente recoñecibles por parte do público (xunto con outros, como a indumentaria) como propios do tipo do portugués. Por dicilo coas palabras de Weber (1968-1969: 350), «lo que interesa es dar impresión de portugués: no preocupa la fidelidad o la precisión o el hacer gala del conocimiento de una lengua extranjera, sino la presencia, tampoco sistemática, de unos pocos rasgos muy característicos».

2. A produción teatral en galego na Idade Moderna

Como é ben sabido, a produción escrita en lingua galega ao longo da Idade Moderna é máis ben escasa. Polo que se refire aos textos dramáticos, contamos, por unha banda, con algunhas pezas de teatro escolar compostas nos colexios que a Compañía de Xesús tiña en Galicia (sobre o teatro escolar dos xesuítas en Galicia, véxase González Montañés 2007), e que conteñen fragmentos máis ou menos extensos en galego. Tal é o caso da *Comedia de la invención de la sortija* (1594), que se representou en Monforte de Lemos para festexar a visita do cardeal don Rodrigo de Castro, e que inclúe o que os seus editores denominan un «semientremés de 52 versos en el que varios pastores hablan en galego» (Cortijo e Zugasti 2016: 29).

Por outra banda, temos tamén varias pezas entremesísticas, entre elas dúas que interesan máis especificamente ao noso estudo, por canto incorporan personaxes galegos e portugueses[372]. Referímonos a un breve texto dramático datado en 1671, que

[372] Ademais destas dúas obras, contamos cun entremés recentemente descuberto e que editaremos proximamente, redactado integramente en galego e composto arredor de 1707. A peza enmárcase na Guerra de Sucesión española, que enfrontou entre 1701 e 1715 os partidarios de Filipe V (borbónicos) e os do arquiduque Carlos de Habsburgo (austracistas). Aínda que neste caso todos os personaxes son galegos e todos se expresan en galego, o autor, que se aliña decididamente co bando borbónico, coloca en boca dos seus personaxes varias referencias despectivas con respecto aos portugueses, aliñados no conflito co bando austracista. Dado que non hai intervención directa de personaxes portugueses, non contamos cunha caracterización lingüística, pero si con trazos caracteriolóxicos que veñen a coincidir co tipo descrito máis arriba: «Non teñen habilidade / senón para andar tocando / un rebeque pola vila / con seu espadín ó lado / e mais para comer dulces».

os seus editores modernos titularon *Contenda dos labradores de Caldelas* (ou tamén *Entremés famoso sobre a pesca no río Miño*), e a unha peza entremesística do século XVIII titulada *Entremés del portugués*, que José Luis Pensado descubriu e deu a coñecer en 1985.

A primeira destas dúas pezas, a *Contenda dos labradores de Caldelas*, chegou ata nós a través dunha copia manuscrita conservada na Biblioteca Nacional de España. O mesmo título que encabeza a obra dátaa en 1671 e atribúella ao licenciado Gabriel Feixó de Araúxo, unha figura descoñecida da que pouco máis sabemos á parte dos poucos datos que conseguiu reunir Bouza Brey (Feixó de Araúxo 1953: ix-xii), descubridor da peza, na introdución á súa edición da obra. González Montañés (2007: 16), pola súa parte, conxectura que

> *Es muy probable que en él [no colexio que a Compañía de Xesús tiña en Monterrei, no val de Verín] estudiase el bachiller Araúxo de cuya obra se ha deducido que debió de vivir parte de su vida en la zona de Ourense y cuyo linaje, unido por estrechos lazos con la casa condal de Monterrei, procedía de Celanova, según testimonian Vasco de Aponte y los genealogistas del siglo XVIII.*

En calquera caso, si parece claro, á vista da distribución actual dos seus apelidos, que o autor debía proceder do suroeste da provincia de Ourense:

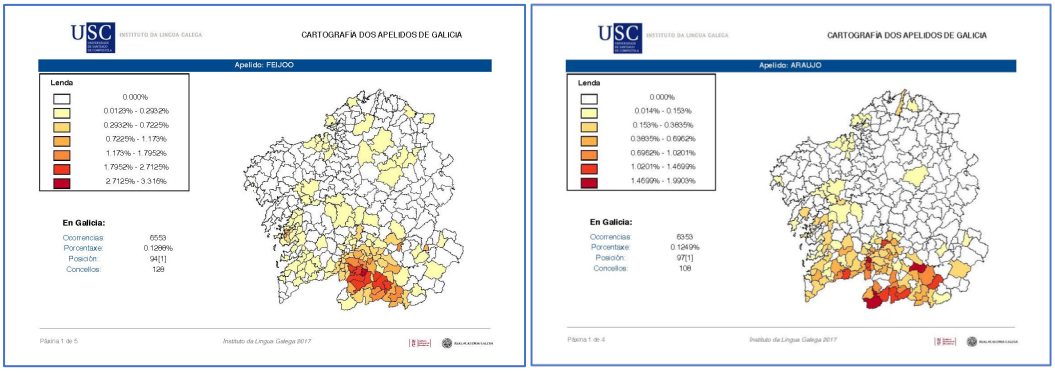


Figura 1. Distribución actual dos apelidos Feixó e Araúxo
(Fonte - Instituto da Lingua Galega: *Cartografía dos Apelidos de Galicia*)

A peza foi editada primeiramente por Fermín Bouza Brey, que a deu a coñecer en 1953 co título de *Entremés famoso sobre da pesca do río Miño* (Feixó de Araúxo 1953). Desde entón, son varias as edicións deste texto que viñeron a lume, entre elas

as debidas a Manuel Ferreiro (Feixó de Araúxo 1983, Ferreiro 1996), Henrique Rabunhal (1989) e Ramón Mariño (1997).

A obra refire un enfrontamento entre os moradores do concello galego de Caldelas e os veciños portugueses da outra beira do Miño. A liorta está provocada pola pretensión, por parte dos portugueses, de romper os *usos e costumes* que rexían a actividade pesqueira no río dos pescadores das ribeiras portuguesa e galega. Os portugueses, representados na peza por un fidalgo, pretenden crebar este acordo consuetudinario e dar dúas redadas por cada unha que dean os galegos. A disputa, na que a parte galega está representada por un labrego chamado Borgorio (< Gorgorio < Gregorio), axiña pasa das palabras aos feitos e acaba dexenerando nun enfrontamento físico do que os galegos saen vencedores. Ao final, a vitoria dos galegos e a restauración do vello acordo sélase cunha celebración festiva conxunta de galegos e portugueses, se ben os portugueses deixan no transo un número non determinado de baixas (que fai que o labrego galego exclame: «Pardés, galante matança! / Non pudo, afé, ser mellor») e o fidalgo que os encabeza unha boa parte da súa dentadura («Boteille catorce dentes / fóra coa cachiporra», di o líder do bando galego).

O *Entremés do portugués*, pola súa parte, é unha peza manuscrita anónima que forma parte dun volume facticio conservado tamén na Biblioteca Nacional de España. O seu descubridor e primeiro editor, o erudito galego José Luis Pensado datouna, sen máis precisións, a mediados do século XVIII (Pensado 1985). Sen embargo, baseándose nalgunhas referencias contidas no propio entremés e nos demais textos que compoñen o facticio, González Montañés, nunha nova edición do texto publicada recentemente, conxectura que a obra puido ser composta nas primeiras dúas décadas do século XVIII por un autor xesuíta, probablemente o padre Luis de Losada y Prada (González Montañés 2016: 3–6). Sexa como for, o que parece fóra de toda dúbida é que se trata dun autor galego ou cando menos, como suxire máis prudentemente Pensado (1985b: 310), dunha «persona que siente afecto por Galicia».

A obra responde a un esquema argumental común no entremés: varios personaxes rivalizan entre si diante doutro que actúa como xuíz, dirime a disputa e acaba burlándose deles. Neste caso trátase de tres cabaleiros, un sevillano, un francés e un portugués, que discuten sobre cal dos tres é máis guapo e bizarro. O xuíz é un pobre galego que acerta a pasar polo lugar no camiño de volta para a súa terra despois da

sega en Castela. O galego acepta a encomenda e, despois de ridiculizar os tres contendentes e de se aproveitar deles, déixaos burlados sentenciando que o máis guapo e bizarro non é ningún dos tres, senón el mesmo.

Os dous textos comparten unha serie de trazos que os fan interesantes para o noso propósito. En primeiro lugar, en ambas as obras conviven personaxes galegos e personaxes portugueses. Por outra banda, tanto uns coma os outros exprésanse (cando menos pretendidamente) nas súas respectivas variedades, e non nun español macarrónico, como fai, por exemplo, o francés que aparece no *Entremés do portugués*. Finalmente, as dúas pezas están escritas desde o que poderiamos denominar unha perspectiva galega: a *Contenda* alíñase inequivocamente co bando dos galegos; no *Entremés do portugués* a figura do galego é, tamén sen ningunha dúbida, a que resulta máis simpática, ademais de a que sae triunfadora na disputa. En calquera caso, as pezas inscríbense, tamén sen discusión, na tradición literaria española, como testemuña o feito de ser o español o idioma empregado nos títulos e nas didascalias. Na miña opinión, carece de fundamento a suposición de Bouza Brey acerca da *Contenda*[373], que máis recentemente reproduce e parece aceptar Baldomir Cabanas (2010: 436), de que sería o autor da copia o responsable da tradución ao español do título e das indicacións escénicas, que estes autores, sen ningunha base, presumen que estarían escritas orixinalmente en galego. Nada hai, sen embargo, que corrobore esta hipótese. En calquera caso, o emprego do castelán tanto no título como nas indicacións escénicas de ningún xeito pode considerarse, en por si, un indicio de que se trate de traducións. Máis ben debería interpretarse como a proba de que o texto se adscribe a unha determinada tradición literaria ou, por dicilo máis claramente, que se concibe como unha peza inscrita no contexto sociocultural español. Este feito non é, por suposto, contraditorio coa circunstancia de que logo na peza cada un dos personaxes empregue a lingua que lle corresponda. Lémbrese, neste sentido, que a existencia de títulos en español precedendo composicións ou pezas literarias en galego é moeda de uso corrente na época. Sen necesidade de rebuscar demasiado, pódense citar, por exemplo,

[373] «Trátase de unha copia, e aínda débese decir que de unha má copia, posto que o copista cometeu evidentes erros nos léxicos portugués e galego en que está escrito o diálogo, amais de deturpar, por supresión ou engádega, alguns versos. Pódese postular á vista de isto que o copista non era fillo de Galiza nin de Portugal. E concurre a afiuzar isto o feito de que tanto o encabezamento como as nótulas entremediadas pra siñalar as esceas están traducidas do galego ao castelán» (Feixó de Araúxo 1953: iv–v).

os encabezamentos dos poemas galegos incluídos nas *Exequias da raíña dona Margarida* (1612) ou nas *Festas Minervais* (1694), ou ben o título que Sarmiento escribiu da súa man ao inicio do seu *Coloquio de 24 gallegos rústicos*.

Canto ás diferenzas, a *Contenda* singularízase fronte ao *Entremés do Portugués* en que nela comparecen unicamente personaxes galegos e portugueses, mentres que na segunda obra figuran tamén, como xa indicamos, outros personaxes tipo (o francés e o sevillano). Sexa como for, o elemento verdadeiramente diferencial entre ambas as obras é a precisa localización espazo-temporal en que se desenvolve a acción da *Contenda*. Pola contra, o *Entremés do portugués* mantense neste punto fiel ás convencións do xénero, de xeito que desenvolve unha anécdota intemporal na que apenas atopamos algúns poucos elementos referenciais que nos permiten situar a acción desta peza nunhas coordenadas espaciais que, por outra banda, resultan moi pouco precisas. Así, o galego, na súa primeira intervención na obra, afirma vir de Castela e ser natural de xunta Ourense, «máis acá de Santiajo», o que fai supoñer que a acción do entremés se desenvolvería nun lugar indeterminado situado entre Ourense e Castela. Tamén unha alusión presente nun parlamento do portugués («lá en Castela») viría a confirmar esta localización. En calquera caso, hai que dicir que a localización espacial ou temporal da obra resulta completamente irrelevante para o desenvolvemento da acción ou para a interpretación do sentido da obra.

A *Contenda*, en cambio, móstrase neste punto como algo completamente diferente. Son moitas as voces que teñen salientado que as referencias xeográficas precisas que presenta a obra lle confiren ao seu argumento unha entidade que supera con moito o imposto polas convencións do entremés. Esta é, de feito, unha das razóns que levan a María José Martínez (2000) a cuestionar a adscrición desta peza ao subxénero do entremés, que por regra xeral adoita desenvolver un argumento máis xenérico, esquemático e intemporal. En contraposición, os estudosos da peza admiten que o episodio relatado nela moi ben puido ter un fundamento real. Tato Fontaíña (1999: 11), por exemplo, afírmao taxativamente:

> *A* Contenda *está baseada nun feito real, nun dos moitos episodios que, despois da independencia de Portugal, se sucederon ás beiras do Miño: transgresión por unha das partes da regulación tradicional da pesca e, como consecuencia, confrontación violenta entre os habitantes das dúas ribeiras.*

Tamén o dá por certo Bouza Brey (Feixó de Araúxo 1953: iii), que o considera «un de tantos episodios fronteirizos [...], episodios naturaes, secuenza da vida rural, ocasioados polo pasto ou pola pesca en común», que, malia todo, non conseguen crebar os vínculos entre os veciños que moran a un e outro lado da fronteira, e que son presentados en termos un tanto idealizados. Outros autores, como Baldomir Cabanas (2008: 80), reafirman esta aseveración («está baseada nun feito real, nun conflito fronteirizo pola supremacía [sic] dos recursos naturais: a pesca do río Miño»), mais sen achegar ningunha precisión alén de referencias xenéricas a incidentes fronteirizos e preitos veciñais.

En efecto, as liortas a conta dos dereitos de pesca deberon ser moeda de uso corrente en todo tempo ao longo da fronteira galego-portuguesa, como testemuñan os datos recollidos, entre outros, por Meijide Pardo (1987) para os seculos XVIII e XIX. No seu traballo, Meijide refire non só disputas entre galegos e portugueses, senón tamén de diversas comunidades galegas entre si e entre elas e as autoridades gobernativas españolas.

En calquera caso, os datos que puidemos reunir permítennos situar a composición do entremés da *Contenda* nun contexto marcado por unha sucesión de conflitos fronteirizos que transcenden con moito a simple disputa entre veciños mal levados. En efecto, alén do episodio concreto que relata a obra, existe evidencia documental de que as disputas e enfrontamentos entre galegos e portugueses con motivo do aproveitamento do río se incrementaron de xeito significativo tras a Guerra da Restauração, que se resolveu coa sinatura en 1668, só tres anos antes da data suposta de redacción do entremés, do Tratado de Lisboa, polo que Portugal recuperou a súa plena independencia con respecto de España. Así, no seu documentado estudo sobre a delimitación da fronteira luso-española no Miño, Jacobo García e Paloma Puente refiren a existencia de «controversias intensas y recurrentes entre los habitantes de ambas márgenes» a conta da xurisdición e aproveitamento das illas formadas no curso do río, entre outras das existentes á altura de Caldelas. Estas controversias, que se incrementan a partir dos anos finais do século XVII, non se resolverán definitivamente ata a sinatura do Tratado de Lindes de 1864:

> *Ejemplo de ello fueron las disputas sobre las islas (o, hasta comienzos del XVIII, la isla) de Verdoejo, situadas entre el pueblo portugués de este mismo nombre y el español Caldelas, objeto de un complejo pleito que involucró a numerosas partes desde al menos 1683* (García e Puente 2015: 7).

Máis concretamente, a investigadora norteamericana Tamar Herzog, na súa monografía *Frontiers of Possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas* (Herzog 2015: 192–210), documenta, nas datas inmediatamente posteriores á redacción do entremés da *Contenda*, unha disputa que enfrontou os pescadores galegos de Caldelas e os veciños portugueses do Verdoejo por causa dos dereitos de pesca. Nesta ocasión, o motivo da controversia non foi, como relata a nosa obra, o número de redadas que podían dar uns e outros, senón un conflito entre o mosteiro de San Fins, en Portugal, e o abade de Caldelas, no lado galego, pola cobranza do décimo. A este respecto, convén termos presente que estes dous lugares, San Fins e Caldelas, son as dúas referencias xeográficas precisas que aparecen mencionadas na nosa obra:

> *y apenas venha à alba*
> *pelos montes de san fins*
> [...]
> *Cando ei de estar na ribeira*
> *con jente tan bein armada*
> *que destruian os galegos*
> *inda que mas de mil aja.*

O conflito ao que se refire a profesora norteamericana ten a súa orixe na pretensión do mosteiro portugués de San Fins de cobrar o décimo non só aos pescadores portugueses, senón tamén aos galegos, que tradicionalmente lle viñan pagando este imposto ao abade de Caldelas, en Galicia. Ora ben, no marco das tensións provocadas pola recente guerra, esta disputa, aparentemente menor e de ámbito local, acabou derivando nun conflito diplomático entre Portugal e España a conta da titularidade da illa do Verdoejo, que está situada no curso do río á altura de Caldelas. Segundo o relato da profesora Herzog,

> *Sixteen witnesses of high quality (mayor excepción) had informed him* [ao Gobernador de Galicia] *that before the war (1640) both the Galicians and the Portuguese had fished along the shores of the island, each paying tithes in his parish. During the war (1640-1668), Spanish troops stationed on the island* [Verdoejo] *prohibited the Portuguese from using it, but after the peace was reestablished (1668), the previous custom prevailed. It was only a few years earlier that this situation had changed, with the*

> *monastery* [San Fins, en Portugal] *attempting to collect tithes also from Spaniards. This led to violent confrontations, including various deaths* (Herzog 2015: 193).

E engade:

> *None of those declaring in 1691 remembered when the conflict began, but they all agreed that the year following the signature of 1668 peace treaty (ending the War of Portuguese Independence), Portuguese and Spanish fishermen were already quarreling over who could fish what and where* (Herzog 2015: 195).

As evidencias recollidas pola profesora norteamericana permitiríannos situar a composición da obra nas datas inmediatamente posteriores ao inicio das hostilidades. Así pois, de ter sido certo o suceso que relata a nosa obra, este constituiría, non unha ruptura ocasional da convivencia idílica que refire Bouza Brey, senón un episodio máis dentro dunha escalada de acontecementos de carácter conflitivo que se suscitan na fronteira galego-portuguesa na secuencia da Guerra da Restauração. Ao meu modo de ver, este contexto obriga a interpretar a *Contenda*, tamén desde o punto de vista lingüístico, cunha certa cautela, evitando as simplificacións e as análises de trazo groso e en clave presentista con que en máis dunha ocasión ten sido tratada.

Sexa como for, é claro que a base real ou histórica dálle a esta obra unha dimensión da que carece o *Entremés do portugués*, que desenvolve unha anécdota trivial que non xustifica, de xeito ningún, interpretacións forzadas en clave ideolóxica como as propostas por Baldomir Cabanas, que le o triunfo do galego sobre os seus antagonistas como unha alusión ás revoltas campesiñas e antiseñoriais ou como a vitoria dun representante dun humilde pobo sen estado sobre os representantes de tres potencias europeas con vastos imperios coloniais no caso de España e Portugal (Baldomir 2010: 441–444)[374].

En contraposición, as referencias contidas na *Contenda* a sucesos estrictamente contemporáneos confírelle a esta obra un novo sentido, máis transcendente, ao tempo que os elementos satíricos que ofrece asumen reberetes algo máis ácidos, menos amables do que nun principio podería parecer. É tamén neste contexto onde hai que interpretar a contraposición de galegos e portugueses como comunidades diferenciadas, tamén do punto de vista lingüístico.

[374] Nesta mesma liña interpretativa, Baldomir (2008: 80–85) analiza tamén o argumento da *Contenda* á luz de conceptos e esquemas ideolóxicos propios do momento actual.

3. Galego e portugués na *Contenda* e no *Entremés do portugués*

Segundo viamos ao comezo, a presenza frecuente de tipos nacionais nas pezas teatrais de carácter cómico é un recurso explotado para a sátira de tipos e costumes. Estes personaxes presentan unha caracterización fortemente estereotipada, que o público coñece ben, e é precisamente este coñecemento o que lle permite identificalos inmediatamente así que aparecen en escena.

Dentro da tradición teatral española, o tipo do portugués defínese, en primeiro termo, pola súa extracción social. É invariablemente un fidalgo que alardea da súa liñaxe e da súa posición económica, aínda que logo, no curso da obra, poidan aparecer elementos que cuestionen as súas afirmacións ou que abertamente as desmintan. Así, o parlamento do portugués con que se abre a *Contenda* iníciase xustamente cunha afirmación do personaxe acerca da súa condición nobre, que vai seguida, polo demais, de todos os tópicos con ela relacionados (alusións á nobreza de sangue e de carácter, á liñaxe ilustre, etc.):

Que vn fidalgo sufra isto!
ballamo anjo da garda!
naõ sei como ò nobre peito
naõ rebenta! [...]
Naõ podiaõ òs bilaons
cheos de coubas, è papas
sauer q sò eu quein sò
que con dicir isto basta?
pois fora grande doudice
relatar a sangue honrrada
que erdei dos tartarabos.

Tamén no *Entremés do portugués* é este personaxe quen abre a peza cun parlamento que subliña a súa riqueza e o refinamento da súa casa:

Tanta limpeza de roupa,
Tanto dulce, è confitado,
Tanto bucaro de Beyro,
É tanta sobra de prato,
De naranjas, de Limoens,
De outro tantos cruzados;

así como a nobreza da súa liñaxe:

O meu pay Basco Figueiro
Con todo o seu Morgado
Muyto mais rico que os Condes
É que os Duques, è Fidalgos [...].
Éu saime por meu gosto
Da minha casa, do Pazo,
Da Torre da Fortaleza.

Ao longo da peza, o portugués reitera en diversas ocasións este tipo de proclamas («sou fidalgo, è descendo / Do gran Rey Don Sebastiaon»). Sen embargo, cando ao final da peza é humillado polo segador galego, acaba véndose obrigado a confesar que «naon trago / Os bragoes, è à camisa / Tei mais de dous mil furacos».

A carón da posición económica e social, na tradición literaria española o tipo do portugués defínese por trazos caracteriolóxicos como a arrogancia, a fachenda, a bizarría, a galantería, a pulidez, o requinte, etc., sempre excesivos como demanda a caricatura, e a miúdo cuestionados ou contraditos polos feitos. Así, a afouteza axiña se converte en covardía en canto o perigo asoma, e o requinte entra en agudo contraste coas referencias escatolóxicas, etc. (cfr. Borrego 2015). Os textos galegos non se apartan neste punto das convencións do xénero na tradición española. De feito, pódese afirmar que tanto o fidalgo que lidera o bando portugués na *Contenda* coma o protagonista do *Entremés do portugués* encaixan á perfección no tipo descrito.

Por outra banda, a caracterización dos tipos nacionais refórzase por regra xeral mediante a atribución dunha serie de trazos estilísticos e lingüísticos. Canto aos primeiros, a figura do portugués, conforme aos trazos caracteriolóxicos que definen o tipo, adoita adoptar un ton grandilocuente e un tanto ampuloso, con léxico culto e refinado; fronte a el, o galego, de acordo coa súa condición rústica, mantén un ton máis conversacional con frecuentes concesións ao vulgar.

No tocante ao trazos estrictamente lingüísticos, estes poden, en xeral, desempeñar unha función eminentemente paródica, co fin sobre todo de acentuar a comicidade, ou ben constituír unha aproximación realista, máis ou menos lograda segundo os casos, á variedade lingüística de que se trate. No primeiro caso, o da parodia aberta, a variedade posta en boca do tipo non pretende propiamente reproducir a lingua de orixe do personaxe, senón unha variedade moi imperfecta da lingua de referencia do texto (ou

máis ben do público), isto si, con algúns elementos que están tomados ou que pretenden evocar a lingua de orixe do personaxe. Vexamos, por exemplo, o parlamento con que o francés do *Entremés do portugués* comparece por primeira vez en escena:

Za, za, za, à mue, à mue!
Pelear con este soldato
Que saber matar gallinas,
Y hallarse en muchos batallos,
Donde pelear Oliveros
Contra Bernardo del Carpio.

O fragmento arrinca cun verso escrito en algo que pretende ser francés (*Ça, ça, ça! À moi, à moi!*), e que sen dúbida ten por obxecto facilitar que o público identifique o personaxe que acaba de aparecer en escena cun determinado tipo nacional: *o francés*. Conseguido isto, os versos que seguen están xa escritos nunha variedade do español, obviamente moi imperfecta, con emprego do infinitivo no canto das formas conxugadas correspondentes e con algunha confusión gramatical no xénero do substantivo (dous trazos que non se poden considerar debidos á interferencia do francés), mais tamén con algunha forma híbrida como *soldato* (que si podería imputarse a un cruzamento co francés *soldat*).

Algo en certo modo semellante acontece co sevillano, tamén no *Entremés do portugués*. As primeiras palabras que pronuncia na peza («Y su jijo sea alabado») son unha resposta ao «Louvado sea o Pai Eterno» que exclama o portugués a modo de saúdo. A voz *jijo*, cun <j> inicial que trata de representar a pronuncia aspirada do resultado do latín F-, constitúe tamén un elemento que actúa como identificador do personaxe. Este trazo constitúe, por outra banda, o principal, ou case se podería dicir que único, trazo de que se serve o autor para individualizar lingüisticamente o sevillano:

Hombre mira que te pierdes,
Y que te tengo ***ajorrado***
Como à un ***jarnero*** *el pellejo,*
Si no te ***juyes*** *al campo.*
A ti te ***jiede*** *la vida;*
Y por la madre de clavos
Que te he de ***jacer*** *el alma*
Quatro millones de andrajos.

No caso do personaxe do galego, desempeñan tamén unha función identificadora, ademais das referencias xeográficas, o recurso á gheada, realización aspirada do fonema /g/, que se rexistra significativamente na primeira intervención deste personaxe na obra[375], e probablemente tamén o dativo de solidariedade, que o autor emprega de xeito recorrente nos seus parlamentos:

*Éu so**lles** de junto Ourense*
*Mais aca de **Santiajo**,*
*e veño**les** de Castilla,*
*e véño**les** muy cansado,*
*e ya non **lles** podo andar*
con tanto zango è remango.

Sen embargo, a figura do galego, a diferenza da do francés e do andaluz, non emprega na obra un castelán imperfecto, senón que se expresa nun galego verosímil, con algúns erros que poderían moi ben atribuírse ao proceso de transmisión da peza.

Ora, que sucede co portugués? Fronte aos textos casteláns contemporáneos, o tratamento da figura do portugués reviste un interese especial tanto na *Contenda* coma no *Entremés do portugués*. Alén de que, segundo vimos, a primeira destas obras desenvolve unha anécdota con base real e de que se insire nun contexto sociopolítico complexo, ambas as obras ofrecen a singularidade, pouco común, de que nelas o portugués convive e contrasta co galego. Ademais, cómpre ter en conta que nunha delas, na *Contenda*, galego e portugués son as únicas linguas empregadas na parte dialogada da obra (a presenza do español limítase, como dixemos, ao título e ás indicacións escénicas ou didascalias). Neste contexto, cabería presumirse que a caracterización lingüística do personaxe do portugués nos textos galegos requiriría dunha maior sutileza que a caracterización deste mesmo tipo en pezas castelás. É ben certo que o lingüístico non é o único factor que entra en xogo dentro deste proceso de caracterización, xa que, ademais das diferenzas lingüísticas, ambos os personaxes se distinguen claramente pola súa extracción social (pretendidamente fidalga no caso do portugués; inequivocamente popular no do galego) e polos seus trazos

[375] Resulta inaceptable a pretensión de Pensado (1985b: 307) de que «Santiajo» deba lerse «Santiaxo», con fricativa prepalatal xorda, e máis aínda á vista da súa argumentación: «hay que pronunciarlo *Santiaxo* para que rime con *velasco*» (Pensado 1985b: 307).

caracteriolóxicos (vaidade, arrogancia e requintamento no caso do portugués; rudeza e tosquidade no do galego).

En calquera caso, a coexistencia de galego e portugués ten levado algúns autores, como Ferreiro (1996: 10), a presumir que unha destas obras, a *Contenda*, ofrece «a visión e o testemuño dun autor galego acerca das diverxencias lingüísticas que nos finais do século XVII existian ou se producian entre os falantes dunha e doutra marxe do rio Miño». Ao meu modo de ver, sen embargo, esta afirmación de Ferreiro parte do suposto erróneo de que o autor da peza pretendía ofrecer unha imaxe fiel das variedades faladas a ambas as marxes do río. Pola contra, nada hai na obra que autorice a facer unha lectura do texto como un documento lingüisticamente fidedigno. De feito, pouco máis adiante o propio Ferreiro (1996: 18), tras analizar contrastivamente os parlamentos en galego e en portugués existentes na obra, conclúe, contraditoriamente co que afirmaba pouco antes, que os personaxes portugueses son caracterizados do punto de vista lingüístico mediante uns poucos trazos que proporcionan a estas figuras un «oportuno revestimento de aparéncia identificadora (disfarce teatral) portuguesa».

Tamén Bouza Brey aprecia unha coincidencia esencial no galego e no portugués representados neste texto («O lingoaxe en que espresan os portugueses apenas se diferenza do galego»), mesmo a pesar de que o autor da peza «intentou afondar taes diferenzas e cicais buscou pra facelo un tipo non popular, o tipo de fidalgo portugués, obrigado pola sua crase social ao emprego de un léxico mais requintado e pulido». De non mediar tal distancia social entre o personaxe portugués e o galego, Bouza conclúe que o resultado sería outro: «Si o que falase fose outro labrego portugués non esistiría a oposizón lingüística buscada tan de propósito» (Feixó de Araúxo 1953: v-vi).

Vexamos os datos. A análise da *Contenda* vén a confirmar que os trazos que singularizan a variedade falada polos personaxes portugueses contrastivamente con respecto á empregada polos personaxes galegos son, como aseguraba Ferreiro (1996: 15–17), realmente poucos. En realidade, poderiamos citar os ditongos nasais, que aparecen no texto representados de diferentes maneiras, todas elas testemuñadas no portugués da época: *naõ* ‘não’; *brotaõ* ‘brotam’, *pasaon* ‘passam’, *morran* ‘morram’; *seraon* ‘serão’, *viraõ* ‘virão’; *tein* ‘tem’, *quein* ‘quem’; *cains* ‘cães’, *gimarains* ‘Guimarães’, *bilaons* ‘vilãos’... En contraposición, nos parlamentos en galego

atopamos *non*, *santanton*, *perdon*, *rebenton*, *beban*, *ban*, *discrijiçon* (‘disquisición?’ ‘discreción?’), *rraçon* ‘razón’, *mañán* ‘mañá’, etc.

Por outra banda, nos fragmentos en portugués rexistramos regularmente formas tipo *cantais* para segunda persoa de plural dos verbos, mentres que nos fragmentos en galego predominan as formas tipo *cantás* (agás no imperativo, en que encontramos *tocai*, *gardai*, ao lado de *bolbé* ‘volvede’); nos indefinidos temos *umha* e *ninhuma*, grafado con <mh> e con <m>, nos fragmentos en portugués, fronte a *unha* (e *cunha*, *nunha*) - *hunha*, con <nh>, nos galegos. Polo demais, nos parlamentos dos personaxes portugueses achamos regularmente *pelo*, *ninhum*, *muto, cutelada*, *tudo*, *pera* fronte a *polo*, *ningún*, *muito*, *todo* e *para* nos personaxes galegos. Noutros casos de variación rexistrados (pt. *você* vs. gal. *vosastede*, *vosa mercede*), o escaso número de ocorrencias non permite tirar conclusións firmes.

Ademais dos trazos mencionados, os fragmentos en portugués caracterízanse polo emprego da grafía <nh> para a representación da nasal palatal, por contraposición aos fragmentos en galego, en que se emprega <ñ>. Deste xeito, o dígrafo <nh> que representa a nasal palatal nos textos portugueses entra en colisión coa representación da nasal velar nos textos galegos. En contraposición, uns e outros presentan <ll> para a palatal lateral.

Fóra destes elementos distintivos, o portugués e o galego empregados no texto coinciden no esencial, en boa parte debido aos numerosos trazos que comparten as variedades faladas ao norte e ao sur do Miño, mais noutra medida non menor por causa de que o portugués do texto incorpora numerosos elementos caracteristicamente galegos, algúns deles compartidos polo portugués minhoto e trasmontano (como, por exemplo, a indistinción b/v) e outros propios só das variedades galegas (como, por exemplo, a inexistencia de sibilantes sonoras, a presenza de certos castelanismos, etc.).

No *Entremés do portugués* a situación é esencialmente coincidente coa que acabamos de describir para a *Contenda*. O trazo máis característico dos parlamentos postos en boca do personaxe do portugués é, sen dúbida, a tentativa de representar os ditongos nasais (*limoens*, *naon*, *Sebastiaon*, *vilaon*, *tei* ‘tem’). As excepcións que se detectan (*bragoes*, *irmaos*) non contradín a tendencia xeral e poden deberse a descoido do autor ou do copista. Nos parlamentos en galego, en cambio, só rexistramos *naon* nunha ocasión, fronte a *christiaos*, *ten*, *non*, etc.

Outro trazo que se cadra podería considerarse tamén como identificador do portugués é a ausencia de nasal na primeira persoa de singular dos perfectos (*fice*, *dixe*, *saíme*), un trazo característico tamén dalgunhas variedades galegas. Con todo, non podemos confirmalo por canto non temos elementos nos parlamentos en galego que nos poidan servir de termo de comparación. Outros elementos de contraste entre o portugués e o galego son as voces *Castela* e *louvado* (fronte a *Castilla* e *loado*, nos fragmentos en galego), pero unha vez máis o reducido número de rexistros non nos permite tirar conclusións firmes e seguras.

Finalmente, o portugués do texto caracterízase pola presenza dun trazo gráfico sen relevancia fonolóxica: o emprego dos dígrafos <nh> e <lh> como representación das consoantes nasal palatal e lateral palatal (fronte ao <ñ> e <ll> dos fragmentos en galego e en castelán). Ocasionalmente <ll> aparece tamén nos fragmentos en portugués, mentres que <nh> ocorre de maneira illada, posiblemente por descoido, nunha ocasión nun parlamento do galego e noutra nunha intervención do sevillano.

Polo demais, o portugués do *Entremés do portugués* é, coma o da *Contenda*, unha variedade construída sobre unha base esencialmente galega, que contén trazos propios das variedades faladas ao norte do Miño (*dixera*, *pracer*, *graza*, *crabo*, *coa* ‘com a’), por máis que, nalgúns casos, estes trazos sexan elementos compartidos polas variedades portuguesas setentrionais; ademais, achamos tamén castelanismos imputables ao autor ou ben ao copista.

4. Interpretando a diferenza

O procedemento e os trazos empregados para a caracterización do portugués nas nosas pezas non difiren moito dos que Fernández Ortiz (1996) rexistra nos textos españois contemporáneos, tanto no que atinxe á caracterización psicolóxica e condutual como no tocante aos elementos lingüísticos e estilísticos. A única diferenza (non menor, por outra banda) é que a lingua de base á que se superpoñen os trazos lingüísticos antes mencionados é o galego, no caso dos textos que analizamos, mentres que no caso dos textos españois é o castelán a lingua que desempeña esa función. En consecuencia, non deberemos perder de vista que o portugués representado nas obras non é senón unha variedade literaria, fortemente estereotipada e cando menos en parte imposta polas convencións do xénero. De acordo con isto, o rexistro das diferenzas

entre o galego e o portugués representados no texto non pode considerarse *necesariamente* un indicador inequívoco das diferenzas existentes na altura entre as variedades faladas a ambas as beiras do Miño. Pola mesma razón, tampouco as coincidencias detectadas deberían interpretarse como un indicador do contrario. Trátase, en definitiva, de que calquera interpretación dos datos lingüísticos contidos no texto se formule tendo presente que a pretensión do autor non é, como dicía Frida Weber, *escribir* en portugués, senón ofrecer unha *representación verosímil* desta lingua.

Neste sentido, o verdadeiramente relevante é determinar con que criterio certos trazos lingüísticos son seleccionados para construír esa variedade, mentres que outros son desbotados ou non considerados.

A explicación para este modo de proceder está, sen dúbida, en que non todos os trazos lingüísticos teñen a mesma relevancia para os falantes ou, cando menos, en que os falantes son máis conscientes dalgúns destes trazos que doutros. Para dar conta desta circunstancia, Trudgill recorreu á noción de *saliencia*, que vincula co proceso de conversión de variables lingüísticas en *marcadores* e *estereotipos* (en sentido laboviano). Ao analizar os procesos de acomodación que se producen nas interaccións entre falantes de variedades diversas dunha mesma lingua, Trudgill (1986: 11) identifica unha serie de factores que determinan que os falantes adquiran unha maior consciencia acerca dunha determinada variable e que propician que esta pase de ser un indicador a converterse nun marcador ou, nun estadio máis avanzado, nun estereotipo. Este proceso de conversión, que está asociado a unha maior saliencia, depende de que a forma en cuestión (1) estea fortemente estigmatizada nunha determinada comunidade; (2) se encontre inmersa nun proceso de cambio; (3) sexa radicalmente diferente do punto de vista fonético, ou (4) estea implicada no mantemento dunha oposición fonolóxica (sobre o concepto de saliencia véxase tamén MacLeod 2015: 84).

Así pois, desde un punto de vista sociolingüístico, a saliencia dunha variable lingüística «relates to the level of awareness that speakers have of that variable, which in turn is connected to the social meanings that become attached to its variants», como, por exemplo, a atribución ao falante dunha certa extracción social ou dunha determinada procedencia xeográfica. Estas consideracións adquiren unha relevancia

especial en territorios de fronteira, como teñen demostrado Llamas, Watt e MacFarlane (2016: 2) no seu estudo sobre a fronteira entre Escocia e Inglaterra.

A saliencia de determinadas formas lingüísticas é o que provoca que, nos intercambios entre falantes de variedades diferentes, estes apaguen eses trazos co ánimo de procurar unha certa acomodación ao interlocutor ou unha certa converxencia con el. Paralelamente, como sinala Trudgill (1986: 12) os trazos máis salientes «are precisely those which are reproduced during imitation». Pola mesma razón, cando o obxectivo é construír identidades lingüísticas diferenciadas no interior dun continuum lingüistico (sobre todo, cando se trata de caracterizar a variedade «do outro»), os trazos seleccionados son precisamente os máis *salientes*.

Esta é, seguramente, a razón de que as vogais e ditongos nasais sexan un trazo seleccionado sistematicamente nas representacións do portugués que ofrecen os textos galegos e casteláns. Se temos que elixir un de entre os factores que sinala Trudgill, deberemos supoñer que a razón desta elección non é outra que a súa saliencia perceptiva, ou a súa *radical diferenza fonética*, que contrasta abertamente coa fonética de galego e castelán. Por razóns análogas, outros trazos de saliencia perceptiva tamén elevada, como a aspiración dos resultados de F- inicial latino ou como a aspiración do /g/, son empregados nun dos nosos textos, no *Entremés do portugués*, como marcadores para caracterizar respectivamente o andaluz e o galego. Nestes últimos casos, á saliencia perceptiva hai que engadirlle moi probablemente un segundo factor potenciador, a estigmatización social, que, no caso da gheada galega, segue estando moi estendida na actualidade e que a converte nun estereotipo.

Ora ben, alén do recoñecemento sen máis da diferenza lingüística (e da selección duns determinados trazos en función da súa saliencia para caracterizar un *tipo nacional*), interésanos tamén ver como esa diferenza pode ser interpretada no marco dun proceso de construción de identidades diferenciadas dentro dun continuum lingüístico separado por unha fronteira política, e precisamente nun período de certa conflitividade e tensión, como é o caso do momento en que a *Contenda* foi composta e, a xulgar polo apelativo que figura no título («entremés *famoso*»), tamén representada.

Nun coñecido estudo sobre a construción de representacións ideolóxicas das diferenzas lingüísticas, Irvine e Gal propoñen o concepto de *iconización* para designar

un proceso semiótico consistente na transformación da relación existente entre uns determinados trazos ou variedades lingüísticas e as imaxes sociais con que están vinculados. Deste xeito, «linguistic features that index social groups or activities appear to be iconic representations of them, as if a linguistic feature somehow depicted or displayed a social group's inherent nature or essence» (Irvine e Gal 2000: 37).

Deste modo, os trazos lingüísticos ou estilísticos que caracterizan a variedade artificiosa creada e posta en boca do personaxe do portugués nas obras que nos ocupan son atribuídos, a través dunha sorte de proceso metonímico, á variedade lingüística en cuestión (neste caso ao portugués) e, en última instancia ao conxunto da comunidade lingüística que a fala (neste caso aos portugueses). É dicir, do feito de que o personaxe portugués da *Contenda* ou do *Entremés do portugués* empregue unha lingua remilgada e un tanto ampulosa conclúese que o portugués é unha lingua remilgada e un tanto ampulosa, e que, a fin de contas, os portugueses son xente remilgada e un tanto ampulosa.

Este proceso pode resultar de grande utilidade cando, nun contexto de crise, se trata de remarcar a existencia de identidades diferenciadas dentro dun espazo que presenta unha evidente continuidade lingüística. De aí que, moi significativamente, coincidan os trazos caracteriolóxicos, estilísticos e lingüísticos que definen o tipo nacional do portugués nos textos galegos e casteláns.

Finalmente, polo que se refire ao plano máis puramente gráfico, ten chamado a atención dos estudosos que os autores da *Contenda* e do *Entremés do portugués* optasen por grafar de modo diferente a nasal palatal nos parlamentos en galego e en portugués, empregando, respectivamente, <ñ> e <nh> (no caso do *Entremés do portugués*, tamén <ll> vs. <lh>). O asunto leva aparellada unha complicación adicional: nos parlamentos en galego destes textos <nh> emprégase regularmente para representar a nasal velar de *unha* ou *ningunha* (as formas portuguesas correspondentes aparecen grafadas con <mh> ou con <m>: *umha* e *ninhuma*). Tendo en conta que os textos en cuestión estarían en principio destinados a circular en Galicia (é improbable que o fixesen en Portugal), algúns autores manifestan a súa sorpresa pola decisión de manter unha diferenza gráfica que, segundo acabamos de ver, podería mesmo inducir a confusión na lectura. Mais, antes ao contrario, na miña opinión, a decisión de manter ese trazo, mesmo a risco de provocar confusións, tería que ver tamén coa percepción

dese sinal gráfico como un elemento diferencial e diferenciador, e polo tanto cun valor icónico moi elevado. Sebba (2015) denomina este proceso *branding*, e defíneo como

> *A process whereby a specific visual/graphical element of written language such as an alphabetic character becomes emblematic of a group of people who use that element in their writing practices. Branding necessarily involves selection of a salient element from the relatively large repertoire of visual signs which are used in a script or orthography; this element then comes to be emblematic of the group who use it* (Sebba 2015: [214]).

En definitiva, podemos concluír que a variedade de portugués representada nos textos analizados é unha variedade construída, que emprega elementos propios da lingua portuguesa, seleccionados por razón da súa saliencia e do seu valor icónico. Por esta razón, calquera tentación de analizar estes textos en clave presentista ou de tomalos como documentos lingüísticos fidedignos debe ser desbotada. Pola contra, a contraposición das dúas variedades en textos producidos en Galicia, e desde unha *perspectiva galega*, si pode iluminarnos para comprender mellor o papel desempeñado pola lingua no proceso de construción de identidades diferenciadas dentro do espazo galego-portugués.

Referencias

Baldomir Cabanas, Xohán Xabier. 2008. «Lectura d'*A contenda dos labradores de Caldelas* en relación cos feitos históricos que nela se reflicten». *Murguía. Revista Galega de Historia* 15/16: 75–89.

Baldomir Cabanas, Xohán Xabier. 2010. *A literatura galega dos Séculos Escuros e do Prerrexurdimento*. Tese de doutoramento. Universidade da Coruña.

Bierbach, Christine. 1988. «Tedesco, francese, spagnolo et tutti quanti: la perception de la différence linguistique et l'articulation de stérótypes nationales dans textes italiens autour de 1600». In *Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Trèves, 1986)*, vol. V, ed. Dieter Kremer, 129–143. Tübingen: Max Niemeyer.

Borrego, Esther. 2015. «Portugal y los portugueses en el teatro cómico breve del siglo XVII: de los entremeses a los villancicos». *Hipogrifo* 3(2): 49–69.

Cortijo, Antonio, Miguel Zugasti. 2016. *Adiciones al corpus dramático español del siglo XVI. La Comedia de la invención de la sortija, partes I y II (Monforte de Lemos, 1594)*. Pamplona: Eunsa.

Cotarelo y Mori, Emilio. 1911. *Colección de entremeses, loas, bailes, jácaras y mojigangas desde fines del siglo XVI a mediados del XVIII*. Madrid: Bailly-Baillière.

Feixó de Araúxo, Gabriel. 1953. *Entremés famoso sobre da pesca do río Miño. Ano de 1671*, ed. Fermín Bouza Brey. Vigo: Monterrey.

Feixó de Araúxo, Gabriel. 1983. «Entremés famoso sobre a pesca no rio Miño. Introdución, transcrición e notas de Manuel Ferreiro». *Cuadernos da Escola Dramática Galega* 41.

Fernández García, María Jesús. 1999. «Personajes castellanos en el teatro portugués del siglo XVI. I. El castellano fanfarrón y poeta». *Anuario de Estudios Filológicos* 22: 113–129.

Fernández García, María Jesús. 2004. «Personajes que hablan castellano en el teatro portugués del siglo XVI. II. El pastor». *Anuario de Estudios Filológicos* 27: 83–100.

Fernández Ortiz, María del Carmen. 1996. «Los personajes portugueses en el teatro breve español de los Siglos de Oro desde una perspectiva sociolinguística». In *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera (Cáceres, 1 al 3 de diciembre de 1994)*, vol. II, ed. Juan M. Carrasco González e Antonio Viudas Camarasa, 89–100. Cáceres: Universidad de Extremadura.

Ferreiro, Manuel. 1996. «O portugués como ficción dramática. A fronteira lingüística no entremés A contenda dos labradores de Caldelas (1671)». In *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera (Cáceres, 1 al 3 de diciembre de 1994)*, vol. II, ed. Juan M. Carrasco González e Antonio Viudas Camarasa, 9–32. Cáceres: Universidad de Extremadura.

García Álvarez, Jacobo e Paloma Puente Lozano. 2015. «La delimitación de la frontera luso-española en el río Miño (1855–1906). Conflictos territoriales y representaciones cartográficas». *Terra Brasilis (Nova Série)* 6: 1–21.

González Montañés, Julio I. 2007. «El teatro de los jesuitas en Galicia en los siglos XVI y XVII». *TeatrEsco. Revista del Antiguo Teatro Escolar Hispánico* 2 <http://parnaseo.uv.es/Ars/teatresco/Revista/Revista2/El%20teatro%20de%20los%20Jesuitas%20en%20Galicia.pdf > [consultado: 15 de xaneiro de 2018].

González Montañés, Julio I. 2016. «El *Entremés del portugués*, pieza teatral jesuítica en gallego del siglo XVIII. Noticia del manuscrito, edición y estúdio». *Taller de TeatrEsco*. Universitat de València http://parnaseo.uv.es/Ars/teatresco/Taller/ Entremes_ del_portugues.pdf [consultado:15 de xaneiro de 2018].

Herzog, Tamar. 2015. *Frontiers of possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press.

Irvine, Judith T., Susan Gal. 2000. «Language ideology and linguistic differentiation». In *Regimes of language. Ideologies, polities, and identities*, ed. P. V. Kroskrity, 33–84. Santa Fe: School of American Research Press.

MacLeod, Bethany. 2015. «A critical evaluation of two approaches to defining perceptual salience». *Ampersand* 2: 83–92.

Llamas, Carmen, Dominic Watt e Andrew E. MacFarlane. 2016. «Estimating the relative sociolinguistic salience of segmental variables in a dialect boundary zone». *Frontiers in Psychology* 7: 1–18.

Mariño Paz, Ramón. 1997. «Edición do Entremés famoso sobre a pesca do río Miño (1671)». *Ensaio. Revista de teatro de Galicia e do Norte de Portugal* 1.

Martínez, María José. 2000. «El entremés de la *Contienda sobre la pesca del río Miño* (1671): un problema de definición genérica». In *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*, vol. II, ed. José Luís Rodríguez, 425–444. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Meijide Pardo, Antonio. 1987. «Contribución ao estudo das pesqueiras do baixo Miño nos séculos XVIII e XIX». *Grial* 97: 317–329.

Pensado Tomé, José Luis. 1985a. «El entremés del português». In *El gallego, Galicia y los gallegos a través de los tiempos*, 301–305. A Coruña: La Voz de Galicia.

Pensado Tomé, José Luis. 1985b. «La sentencia del galego». In *El gallego, Galicia y los gallegos a través de los tiempos*, 306–320. A Coruña: La Voz de Galicia.

Rabunhal, Manuel Henrique. 1989. «Contribuiçom ao estudo do Entremez famoso sobre a pesca no rio Minho». In *II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1987. Actas*, 333–359. A Coruña: AGAL.

Ramírez Luengo, José Luis. 2005. «El dialectalismo como base de la caracterización lingüística en el siglo XVIII: de nuevo sobre *Fray Genundio de Campazas*». *Moenia* 11: 369–378.

Recoules, Henri. 1973. *Les intermèdes des collections imprimées. Vision caricaturale de la société espagnole au XVIIe siècle*. Lille: Université de Lille.

Sebba, Mark. 2015. «Iconisation, attribution and branding in orthography». *Written Language & Literacy* 18(2): 208–227.

Tato Fontaíña, Laura. 1999. *Historia do teatro galego (das orixes a 1936)*. Vigo: A Nosa Terra.

Teijeiro Fuentes, Miguel Ángel. 1996. «Galicia y los gallegos en la literatura española del Siglo de Oro». *Scriptura* 11: 203–246.

Trudgill, Peter. 1986. *Dialects in contact*. Oxford: Basil Blackwell.

Vesselínova Pavlova, Pavlina. 2004. «Voces desafinadas: sobre los extranjeros en el teatro breve del siglo XVII». In *Memoria de la palabra. Actas del VI Congreso de la Asociación Internacional Siglo de Oro (Burgos - La Rioja, 15 a 19 de julio de 2002)*, ed. María Luisa Lobato e Francisco Domínguez Matito, 1811–1817. Madrid / Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert.

Weber de Kurlat, Frida. 1968–1969. «Sobre el portuguesismo de Diego Sánchez de Badajoz. El portugués hablado en farsas españolas del siglo XVI». *Filología* 13: 349–359.

Weber de Kurlat, Frida. 1971. «Acerca del portuguesismo de Diego Sánchez de Badajoz. Portugueses en farsas españolas del siglo XVI». In *Homenaje a W. L. Fichter*, ed. A. David Kossof e José Amor y Vázquez, 785–800. Madrid: Castalia.

31. Pontes entre os crioulos portugueses de África e a história do português: um caso de estudo de /b/ e /v/[376]

Tjerk Hagemeijer

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Propomo-nos analisar a distribuição das consoantes /b/ e /v/ nos dois grupos de crioulos de base lexical portuguesa em África, os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné, e avaliar se existe algum tipo de correlação com a distribuição destas consoantes na história dialetal do português. Numa perspetiva mais ampla, este estudo de caso visa testar, preliminarmente, de que forma podemos instrumentalizar estas novas línguas para responder a questões linguísticas ainda em aberto relacionadas com a história do português.

Palavras-chave: crioulos portugueses de África, história do português, distribuição de /b/ e /v/, contacto de línguas.

1. Introdução

Nesta breve reflexão propomo-nos analisar se e de que forma os crioulos de base lexical portuguesa podem contribuir para o debate sobre questões relacionadas com a história e a dialetologia histórica do português. A linguística histórica tem-se interessado pelos crioulos na perspetiva da mudança que o léxico e a gramática das línguas lexificadoras sofreram no processo de crioulização, discutindo o complexo enredo que envolve as diferentes línguas em contacto, efeitos de contacto primário e secundário e o papel da inovação e evolução internas. Mais raramente se percorre o caminho inverso, que consiste em instrumentalizar os crioulos para o debate sobre a história linguística da sua base lexical[377].

[376] Agradeço os comentários e sugestões extremamente pertinentes que resultaram da revisão anónima deste artigo. Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UID/LIN/00214/2013).

[377] Para crioulos de outras bases lexicais, nomeadamente o inglês e o francês, esta relação «inversa» tem merecido mais atenção (e.g. Smith 2008). Do ponto de vista da investigação, estas línguas apresentam a vantagem de apresentarem uma maior variação dialetal (histórica) e de o seu processo de crioulização, por ter sido mais tardio (século XVII), estar mais bem documentado do ponto de vista das origens populacionais.

Uma vez que os crioulos portugueses surgem e se consolidam no período de transição do português médio para o português clássico, procuramos avaliar até que ponto é possível recuperar traços linguísticos da comunidade de fala de origem portuguesa que esteve envolvida no processo de crioulização e relacioná-los com a variação diatópica da época. Neste estudo de caso analisamos a relação entre as consoantes /b/ e /v/ na história do português europeu (PE) e dois grupos de crioulos portugueses em África, os crioulos da Alta Guiné (CAG) e os crioulos do Golfo da Guiné (CGG).

2. Periodização do português

Os períodos relevantes para a formação dos crioulos portugueses em África, a qual se inicia na segunda metade de XV, são o português médio (aproximadamente, 1400-1550) e o português clássico (aproximadamente, 1550-1750) (e.g. Cardeira 2010, Castro 2006, Martins 2016). Esta relação evidencia-se de forma mais imediata no léxico dos crioulos, onde se regista um número substancial de formas arcaizantes. O forro (crioulo de S. Tomé), por exemplo, apresenta itens lexicais como *ala* 'lá', *pê* 'pôr, em' (de *poer*), *manse* 'mancebo', *fla mantxan* 'cumprimentar' (de *falar mantenha*), *mêsê* 'ter necessidade de' (de *mister*), *kain* 'avarento' (de *cainho*), incluindo itens funcionais, como *bô* 'tu' (de *vós*) ou o complementador e pronome interrogativo *kuma*[378] 'que, como' (de *coma*) (Araújo e Hagemeijer 2013). A evidência gramatical da relação entre os crioulos e o português médio ou clássico, por outro lado, é, geralmente, menos direta, em particular devido aos efeitos exercidos pelas línguas de substrato. Ainda assim, alguns traços gramaticais têm sido relacionados com o superstrato, como por exemplo a ocorrência de africadas em diferentes crioulos de África e da Ásia (e.g. Cardoso 2010, Quint e Jacobs 2016)[379].

2.1 A distribuição de /b/ e /v/ em Portugal

Considerando que este trabalho se centra nos fonemas /b/ e /v/, note-se, em primeiro lugar, que a neutralização entre estes sons que atualmente se observa principalmente no centro-norte de Portugal parece não ser muito diferente da situação que existia na

[378] Lang (2015) discute a origem deste complementador para o caso dos Crioulos da Alta Guiné.
[379] A questão das africadas nos crioulos portugueses será brevemente retomada na secção 4.1.

época de formação dos crioulos portugueses atlânticos, ainda que a diacronia desta isoglossa tenha sido objeto de debate. Por um lado, propõe-se que na Península Ibérica teria existido uma oposição generalizada entre /b/ e /v/, a qual teria sido neutralizada, exceto no centro-sul de Portugal (Cintra 1961, Teyssier 1980). Evidência para esta hipótese seria a ausência de instabilidade entre os grafemas <b> e <v> em documentos históricos produzidos no centro-sul.

Uma hipótese alternativa defende que a distinção primitiva seria entre a bilabial oclusiva /b/ e a bilabial fricativa /ß/, com duas consequências diacrónicas distintas. No centro-norte, esta oposição fonológica resultaria em neutralização, ao passo que no centro-sul a oposição estabilizaria como /b/ e /v/. A existência de ilhotas de neutralização no centro-sul, isto é, fora da área «clássica» desta proposta, e de alguns registos escritos antigos com <b> por <v> produzidos no centro-sul que evidenciam alguns casos de instabilidade podem ser considerados argumentos favoráveis a esta hipótese (e.g. Pinto 1980, Maia 1986).

Por fim, Castro (2006: 192) propõe uma solução híbrida, de acordo com a qual o contraste seria entre [b] e a bilabial fricatizada [ß] no centro-norte de Portugal e em outras partes da península ibérica, o que teria dado azo a ausência de distinção fonética, especialmente em contextos intervocálicos.

Em relação à exportação de /v/ e /b/, Pinto (1980) refere que as ilhas portuguesas e o Brasil desconhecem a neutralização, mas que no sota-vento cabo-verdiano existe uma generalização da bilabial pela labiodental, o que lhe leva a colocar, cautelosamente, a hipótese de os povoadores portugueses serem provenientes do norte de Portugal.

3. Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné

A primeira fase de povoamento das ilhas de Santiago (Cabo Verde) e de São Tomé (S. Tomé e Príncipe) apresenta semelhanças significativas (e.g. Seibert 2012), entre as quais o facto de o povoamento destas ilhas se iniciar na segunda metade do século XV, respetivamente em 1462 e 1486, com recurso a povoadores que incluíam portugueses e maioritariamente escravos africanos de origens etnolinguísticas diversas que asseguravam o desbravamento dos novos espaços e constituíam a mão-de-obra necessária ao ciclo económico que estava ligado, inicialmente, à produção açucareira.

No caso dos crioulos da Alta Guiné (CAG), existe evidência linguística e histórica para uma maior presença de escravos de origem wolof e mandinka, respetivamente da família atlântica e mande do níger-congo, enquanto nos crioulos do Golfo da Guiné (CGG) este papel está reservado a línguas como o edo (Nigéria) e o kikongo (Congo/Angola), pertencentes à família benue-congo do níger-congo. É consensual que os crioulos da Alta Guiné (cabo-verdiano, kriyol, crioulo de Casamansa) e os do Golfo da Guiné (angolar, fa d'ambô, forro, lung'ie) constituem dois grupos de formação independente cujas línguas descendem, por isso, de uma protolíngua diferente (e.g. Quint 2000, Jacobs 2010, Ferraz 1979, 1987, Hagemeijer 2011).

4. A distribuição de /b/ e /v/ nos crioulos portugueses em África

Ao observar os dados dos CAG e dos CGG, salta à vista que os contextos onde, em PE (contemporâneo), ocorre um /v/ correspondem tipicamente a um /b/ nos CAG. Nos CGG, por outro lado, o /v/ do PE pode corresponder a /v/ ou a /b/. Estes factos parecem ser independentes da categoria de palavra ou da posição na estrutura da palavra em que estes segmentos ocorrem. A Tabela 1 apresenta alguns exemplos que mostram o contraste entre os CAG e os CGG no que diz respeito à ocorrência de /b/ e /v/.

Tabela 1. /b/ e /v/ em crioulos de base lexical portuguesa no Atlântico[380]

Alta Guiné		**Golfo da Guiné**				
Crioulo de Santiago (CST)	Kriyol (CGB)[381]	Forro	Lung'ie	Angolar	Fa d'Ambô	Português
bedju	*bedju*	*ve*	*ve*	*(kuka)*	*ve*	velho
berdadi	*bardadi*	*vede*	*vedadi*	*vɛrɛ*	*veedadji*	verdade
bwa	*bua*	*vwa*	*vwa*	*(pupuka)*	*voa~va*	voar
sirbi	*sirbi*	*xtlivi*	*xivi*	*sivi*	*xiivi*	servir
debi	*dibi*	*dêvê*	*dêvê*	*dêvê ~lêvê~rêvê*	*dêvê*	dever
nobu	*nobu*	*novu*	*novu*	*novu*	*novu*	novo
bida	*bida*	*vida*	*vida*	*vira*	*vida*	vida
fabor	*fabur*	*favôlô*	*favô*	*favôlô*	*favôlu*	favor

[380] Os exemplos neste artigo são sempre apresentados ortograficamente. Os itens lexicais entre parênteses do angolar não são cognatos com os itens nos demais crioulos.
[381] Crioulo da Guiné-Bissau.

Para estes exemplos, podemos, de forma inequívoca, reconstruir um /b/ para a protopalavra dos CAG e um /v/ para a protopalavra dos CGG (e.g. *nobu* vs. *novu*), uma vez que existe sistematicidade relativamente ao uso destas consoantes em cada um dos grupos. Se as protolínguas que estão na origem destas línguas surgiram sensivelmente no mesmo período, o que poderá motivar este comportamento fonológico diferenciado?

4.1 Alta Guiné

A amostra de dados na Tabela 1 não reflete o facto de os CAG contemporâneos apresentarem também itens lexicais com /v/, atestados nos diversos dicionários destas línguas (e.g. Brüser *et al.* 2002, Scantamburlo 2002) nem tão pouco que este fonema integra o inventário fonémico destas línguas nas descrições disponíveis.[382] Contudo, é necessário considerar, em primeiro lugar, que os itens lexicais dicionarizadas com /v/ apresentam geralmente variantes lexicais com /b/ (e.g. CST *volta~bolta* 'volta', *vivu~bibu*, *ves~bes* 'vez'). Além disso, um grande número de formas dicionarizadas com /v/, sem alomorfe com /b/, aparentam ser empréstimos recentes (e.g. CST *vingansa* 'vingança', *vidiu* 'vídeo', *vinagre* 'vinagre'). Esta intuição é confirmada pelo vocabulário básico (de cerca de 200 palavras) destas línguas, onde se encontram apenas duas palavras com este fonema, a saber o CST *avi*, *arvi~alvi~arvri; nuven~nubri* e o CGB *arvuri*, *nuven* (para 'árvore' e 'nuvem'). Note-se que, pelo menos no caso de 'árvore', é provável que a protopalavra seja *po* (derivado de 'pau'), que ocorre quer no CST quer no CGB. Revemo-nos, pois, na observação de Lang (2012) de que o crioulo de Santiago, o berço do cabo-verdiano, não apresentaria, inicialmente, o fonema /v/ ou sequer o fone [v]. Por todas estas razões, parece-nos, pois, razoável assumir que o protocrioulo da Alta Guiné, proposto por diversos autores (e.g. Quint 2000, Jacobs 2010), apenas teria /b/.

A explicação para esta restrição no sistema das labiais dos CAG parece estar relacionada com as principais línguas de substrato, já que o wolof e o mandinka apresentam as labiais /p/, /b/ e /f/, mas não /v/ (e.g. Creissels 1983, Torrence 2005).

[382] Nos capítulos dedicados aos crioulos da Alta Guiné em Michaelis *et al.* (2013), o /v/ é incluído nos inventários fonológicos do CCV e do CGB, ao passo que na descrição do crioulo de Casamansa, que é uma língua muito próxima do kriyol, se refere que o /v/ ocorre apenas em empréstimos recentes.

Kihm e Rougé (2013: 19) reforçam esta ideia, ao mencionar que nenhuma das línguas mande e atlântica faladas na região com relevância para os CAG (Senegal, Gambia, Guiné-Bissau) apresenta a fricativa /v/[383]. Conclui-se, pois, que o substrato parece ter sido determinante na generalização do /b/ em detrimento do /v/ no processo de crioulização na Alta Guiné[384]. Estes factos linguísticos enfraquecem claramente a hipótese de Pinto (1980), referida no fim da secção 2.1, de que os dados do crioulo de Cabo Verde (sota-vento) poderiam, de alguma forma, refletir a origem dos primeiros povoadores portugueses[385].

Pinto (1980) também menciona que outros traços do crioulo, discutidos em Herculano de Carvalho (1962), como por exemplo a presença de africadas, poderiam servir de sustento linguístico adicional a essa hipótese. Contudo, diversos estudos sugerem que pelo menos a africada sonora já teriam evoluído para [ʒ] na segunda metade de XV (e.g. Teyssier 1980), ou seja, anteriormente à crioulização do português, ao passo que a evolução para [ʃ] é geralmente considerada uma inovação do século XVII (Castro 2006, Teyssier 1980). É, portanto, necessário avaliar os estudos que atribuem a presença de africadas nos CAG (e.g. Quint e Jacobs 2016) à presença destes fonemas no português falado no período de formação destas línguas. As principais línguas de substrato dos CAG, mandinka e wolof, apresentam africadas, mas não fricativas pós-alveolares (Creissels 1983, Torrence 2005). Nestas duas línguas contemporâneas há, porém, uma tendência para despalatalizar os empréstimos (franceses). A fricativa pós-alveolar /ʃ/, por exemplo, é integrada como fricativa dental /s/ (e.g. francês *chocolat* > mandinka contemporâneo *sókólaa* (Dramé 2003)). Esta breve incursão na questão das africadas mostra que diferentes fenómenos linguísticos

[383] Estes autores discutem a presença de /b/ por /v/ no ataque de algumas palavras estereotipadas (e.g. *bai* 'ir', *bem* 'vir', *bos(o)* 'vós'), da chamada 'língua de preto' ou língua da Guiné', atestada em peças de teatro, associando este traço à origem dos (primeiros) africanos em Portugal.

[384] O Papia Kristang (Malásia) aparenta ter um paralelo com o caso da Alta Guiné, uma vez que o /v/ praticamente não ocorre nesta língua, à semelhança do que se verifica no malaio, que apresenta apenas /b/ no seu inventário fonémico, sendo que /v/ ocorre apenas em empréstimos.

[385] Contudo, Pinto (1980) é ciente da complexidade da sua proposta, referindo que «Orlando Ribeiro conjeturou que a primeira vaga de colonização portuguesa (no século XV) foi de origem algarvia e a segunda (a partir do século XVI) proveniente do norte de Portugal, mais concretamente do noroeste. Quer dizer, nos territórios ultramarinos juntaram-se colonizadores de várias proveniências. O mesmo se verificou em Cabo Verde, em cuja colonização participaram minhotos, algarvios, madeirenses, etc.». Esta questão dos povoadores também é aflorada na História Geral de Cabo Verde, onde é afirmado que «[a] respeito dos Portugueses, amiúde se ouve afirmar que os primeiros terão vindo do Norte de Portugal, outras vezes do Sul, mas ainda não nos confrontámos com qualquer dado que nos habilite a refutar ou a corroborar tais afirmações». (Baleno 1991: 148).

poderão ter explicações distintas, mas que pelo menos a neutralização b/v nos CAG dificilmente poderá ser imputada à origem dialetal dos (primeiros) povoadores portugueses.

4.2 Golfo da Guiné

Uma comparação do léxico dos quatro CGG, mostra inequivocamente que, diferentemente do que observámos para os CAG, os fonemas /v/ e /b/[386] fazem parte do inventário fonémico destas línguas e que estes sons podem ser reconstruídos para o proto-CGG, uma posição também defendida por Bandeira (2017)[387]. As principais línguas africanas que contribuíram para o proto-CGG, designadamente o edo e o kikongo, apresentam um contraste fonémico entre /v/ e /b/ e possuem, adicionalmente, a aproximante labial /ʋ/[388]. A integração nos CGG de léxico destas línguas com estes fonemas (ou no proto-CGG) decorreu de forma previsível:

(i) /b/ → /b/ (e.g. edo *bie* > forro, lung'ie *byê*, angolar *biê* 'cozer'; kikongo *kitxiba* > forro *kitxiba*, angolar *txiba* 'banana prata');

(ii) /v/ → /v/ (e.g. edo *va* > forro *va* 'rachar'; kikongo *vunguna* > forro, lung'ie *vangana* 'cambalear);

(iii) /ʋ/ → /b/ (e.g. edo *vòvó* > angolar, fa d'ambô, forro *bôbô* 'transportar um bebé às costas').

Diferentemente da situação na Alta Guiné, os falantes de línguas africanas, i.e. os criadores do proto-CGG, teriam, pois, acesso ao contraste b/v desde os primórdios do povoamento de S. Tomé. As Tabelas 2 e 3 apresentam exemplos de itens lexicais em que, para /b/ e /v/, se observa identidade nos quatro CGG[389].

[386] Os trabalhos sobre os CGG referem que o /b/ normalmente apresenta uma realização implosiva [ɓ] (e.g. Ferraz 1979, Maurer 1995, 2009, Zamora 2010).

[387] Discordamos, pois, de Kihm e Rougé (2013: 20) quando afirmam, sem fundamentação, que «[a]lthough both /b/ and /v/ reflexes are found in [forro] and [lung'ie], /b/ seems to pertain to the most ancient lexical layer […]».

[388] Os inventários fonológicos de todas as línguas edóide, a que pertence o edo, apresentam /v/ e /b/ (Elugbe 1989). Estes sons também integram as fonologias do kikongo (e.g. Laman 1936) e do kimbundu (e.g. Xavier 2010).

[389] Os dados utilizados foram retirados de fontes escritas (Araújo e Hagemeijer 2013, Maurer 1995, 2009, Zamora 2010) ou recolhidos em trabalho de campo com falantes nativos.

Tabela 2. Identidade: /b/ nos crioulos do Golfo da Guiné.

Forro	**Lung'ie**	**Angolar**	**Fa d'Ambô**	**Português**
blanku	*baanku*	*baanku*	*baanku*	branco
bêbê	*bêbê*	*bêbê*	*bêbê*	beber
bega	*bwega*	*beega*	*beega~bega*	barriga
bixi	*bixi*	*bisi*	*bixi*	vestir
bô	*(atxi)*	*bô*	*bo*	vós
basôla	*boswa*	*bathua*	*bosol*	vassoura
djibêla	*zubyan*	*(n)djibela*	*zubela*	algibeira
labu	*urabu*	*(nkila~inkila)*	*labu*	rabo, cauda
kaba	*kaba*	*kava*	*kaba*	acabar

Tabela 3. Identidade: /v/ nos crioulos do Golfo da Guiné

Forro	**Lung'ie**	**Angolar**	**Fa d'Ambô**	**Português**
ve	*ve*	*(kuka)*	*ve*	velho
vede	*vedadi*	*vere*	*veedadji*	verdade
vin	*ivin*	*vi*	*vin*	vinho (de palma)
vwa	*vwa*	*(pupuka)*	*vôa~va*	voar
xtlivi	*xivi*	*sivi*	*xiivi*	servir
pôvô	*pôvô*	*pôvô*	*pôvu~pôvi*	povo
dêvê	*dêvê*	*dêvê~lêvê~rêvê*	*dêvê*	dever

Para os casos em que os CGG apresentam, do ponto de vista de b/v, identidade, pode defender-se que resultam da presença de /b/ ou /v/ na palavra da protolíngua (e.g. */bebe/ 'beber' ou */deve/ 'dever'). Esta afirmação aplica-se à maioria dos itens lexicais e inclui apenas um pequeno conjunto de itens em que o fonema reconstruído não coincide com o fonema que ocorre na norma do PE contemporâneo (e.g. */bo/ 'vós' e */bisi/ 'vestir'). Contudo, identificámos também um conjunto de cognatos, listadas na Tabela 4, que não apresentam identidade nos CGG. As ocorrências de /v/ destacam-se a negrito.

Tabela 4. Ausência de identidade: /b/ e /v/ nos crioulos do Golfo da Guiné

Forro	**Lung'ie**	**Angolar**	**Fa d'Ambô**	**Português**
bi	***v**ika*	*bi*	*bi*	vir
laba	*la**v**a*	*laba*	*laba*	lavar
labandêla	*la**v**adya*	*labandela*	*labandêla*	lavandeira
kabalu	*ka**v**alu*	*kabalu*	*kha**v**alu*	cavalo
bila	***v**ya*	*bila*	***v**la*	virar

sabi	*sa**v**i*	*tha**v**i*	*se**v**i*	chave
kobo	*ka**v**a*	*kobo*	*khobo*	cova
pobli	*pobê*	*pobi*	*pô**v**ili*	pobre
suba	*usu**v**a*	*thuba*	*xiba*	chuva
bê	***v**ê*	*bê*	*bê*	ver
bêndê	***v**êndê*	*bêndê*	***v**êndê*	vender
balon	***v**aan*	*balon*	*balan*	varrão
tlebesa	*te**v**esa*	*tebetha*	*to**v**esa*	atravessar

A Tabela 4 mostra que o forro e o angolar seguem a mesma solução no que se refere a /b/ e /v/, exceto no que se refere ao item 'chave', revelando, presumivelmente, contacto histórico entre estas duas línguas faladas na mesma ilha. O lung'ie contrasta com estas duas línguas pelo facto de apresentar um maior número de itens com /v/, dos quais alguns também apresentam /v/ no fa d'ambô[390]. Estas formas comuns parecem fazer parte de um conjunto mais amplo de outros traços, de natureza (morfo)fonológica e sintática (Hagemeijer 2009, 2015), que aproxima o lung'ie e o fa d'ambô, distanciando-os do forro e do angolar[391]. Uma vez que o lung'ie e o fa d'ambô são geograficamente periféricos em relação aos últimos, coloca-se a hipótese de se tratar de um traço conservador nestes dois crioulos ou de um reflexo de variação/instabilidade que terá existido no proto-CGG. A evolução fonética de vários itens com /v/ em lung'ie (e.g. *vya* 'virar'), por um lado, e o isolamento do fa d'ambô a partir do século XVII e algum contacto com o espanhol desde finais do século XIX (Hagemeijer e Zamora 2016), por outro lado, não privilegia a hipótese de que estas ocorrências de /v/ são inovações recentes ou independentes. Numa perspetiva mais linguística, importa referir que a distribuição de b/v nos CGG não parece estar condicionado pelo contexto fonológico em que estes sons ocorrem. A presença de vogais ou semivogais arredondadas, por exemplo, não favorece especificamente a bilabial /b/ (ex. *pôvô* 'povo', *vwa* 'voar').

Esta proposta afasta-se da proposta de Bandeira (2017), que reconstrói um /b/ na proto-palavra para 'vir' (/bi/), lavar (/laba/), 'ver' (/be/) e 'virar' (/bila/), mas um /v/

[390] O único item lexical em que o fa d'Ambô se distingue dos demais CGG pelo facto de apresentar um /v/ é *pôvili* 'pobre'.
[391] Um destes traços é a resolução do ditongo <*ão*> no português contemporâneo, que originou [õ] em forro e angolar e [ã] em fa d'ambô e lung'ie, como se pode observar na transcrição ortográfica das formas correspondentes ao item *varrão*.

para ‘chuva’ (/suva/)[392]. O critério para a reconstrução de /b/ nestes casos é a excecionalidade de /v/ no lung’ie, que, deduzimos, resultaria de uma inovação posterior nessa língua. Nesta mesma lógica, a reconstrução de /v/ na proto-palavra para ‘chuva’ relaciona-se com a ocorrência de /v/ em duas línguas. Contudo, como existem mais alguns casos em que o lung’ie e o fa d’ambô contrastam com o forro e o angolar, a hipótese da inovação, isto é /b/ passou a /v/ em lung’ie, perde consistência. A nossa reconstrução para os referidos itens lexicais seria, respetivamente, /vi/, /lava/, /ve/, /vira/ e também /suva/, embora admitamos que possa ter existido variação na protolíngua. Por outras palavras, em vez de tratar /v/ em lung’ie como uma inovação, cremos que poderá tratar-se de um traço conservador, favorecendo a hipótese de que foi a primeira língua a separar-se enquanto as outras co-evoluíram por mais tempo. Esta hipótese é sustentada por outros argumentos, tais como a existência (ou sobrevivência) de lábio-velares e vibrantes neste crioulo (e.g. Hagemeijer 2011).

Por manifesta falta de documentação histórica, é extremamente especulativo procurar relacionar a distribuição de /b/ e /v/ com as origens dos primeiros povoadores portugueses. Os indícios de que se dispõe em relação às origens dos portugueses que tiveram S. Tomé como destino não são precisos. Havia, por um lado, pequenas armadas de iniciativa régia, com nobres e membros do clero, que zarpavam normalmente de Lisboa. Na grande armada que assegurou o povoamento permanente, em 1493, havia, por um lado, muitos degredados, que, pelo origem lisboeta da armada, seriam presumivelmente falantes com contraste entre /b/ e /v/, e, por outro lado, um grande número de órfãos judeus de Sevilha[393], que possivelmente não apresentariam esse contraste. Já no período açucareiro, a partir de, sensivelmente, 1510, muitas embarcações eram provenientes do norte, especialmente de Vila do Conde [Arlindo Caldeira, c.p.], o que pode ter representado uma maior presença de falantes sem contraste.

Assumindo que o lung’ie foi o primeiro crioulo a separar-se do proto-CGG, numa fase inicial (Hagemeijer 2011), coloca-se a hipótese de que o proto-CGG apresentava um maior número de itens com /v/ ou mais variação linguística neste domínio e que

[392] No caso de ‘vir’, Bandeira considera que o item do lung’ie não é cognato e não caso de ‘virar’ apenas apresenta formas lexicais cognatas para o forro e angolar, ambos com /b/.
[393] O documento original refere 2000 crianças judias enviadas em 1493 das quais 600 ainda estariam vivas em 1506. Contudo, este número tem sido objeto de debate (Seibert 2007).

este traço sobreviveu melhor no lung'ie. O fa d'ambô, que se terá isolado a partir da segunda metade de XVI (Hagemeijer e Zamora 2016), ainda reteria, parcialmente, este traço, que na ilha de S. Tomé foi evoluindo para /b/ num conjunto de itens lexicais. A forte convergência observada entre forro e angolar relativamente às consoantes /b/ e /v/ revela que o angolar herdou ou esteve em contacto com o forro quando este traço já tinha estabilizado, ou seja, posteriormente ao isolamento do fa d'ambô. A consolidação de mais itens lexicais com /b/ por /v/ na ilha de S. Tomé poderá ter resultado de maior input de falantes com neutralização entre /b/ e /v/ a partir de uma determinada época ou poderá ser simplesmente uma evolução independente.

5. Considerações finais

Acreditamos que os crioulos de base lexical portuguesa, cuja formação se situa num período de transição do português médio para o português clássico, têm potencial para contribuir para uma melhor compreensão e delimitação temporal e/ou espacial de aspetos (problemáticos) da história e dialetologia histórica da língua portuguesa (e.g. mudanças no sistema de sibilantes, evolução das vogais pretónicas e pós-tónicas, reconstituição de léxico arcaizante ou regional, etc.). Contudo, este tipo de investigação requer a satisfação de requisitos «mínimos» para que a comparação e reconstrução sejam bem-sucedidas, nomeadamente uma ampla base de comparação, incluindo crioulos de África e da Ásia, a eliminação, tanto quanto possível, de efeitos de contacto (primário e secundário) na crioulização e o máximo de informação histórica sobre as origens dos falantes de superstrato e de substrato envolvidos no processo de crioulização. Ademais, para além da formação local (Santiago, São Tomé) de novas línguas, é também necessário avaliar a possibilidade de um pidgin português (atlântico) ter contribuído de forma transversal para as novas línguas que se formaram.

Se, no séc. XV, as regiões onde se desenvolveram os crioulos tiverem recebido um sistema em que ainda existia a distinção primitiva entre a bilabial oclusiva /b/ e a bilabial fricativa /ß/, a convergência fonológica para /b/ seria expectável na ausência de /v/ nas línguas de substrato, isto é, no caso dos CAG. Da mesma forma, o contraste primitivo pode ter sido aprofundado num contexto onde as línguas de substrato apresentavam um contraste entre /b/e /v/, como nos CGG, evitando, portanto, a convergência, tal como nos dialetos centro-meridionais portugueses, que,

aparentemente, tiveram um maior impacto na formação do proto-CGG. Em todo o caso, a instabilidade e variação fonológica, quer no português quer nas protolínguas que deram origem aos CAG e os CGG, também terão determinado a possibilidade de diferentes soluções que, superficialmente, têm maior ou menor afinidade com esta ou aquela variedade dialetal do PE.

Referências

Albuquerque, Luís de e Maria Emília Madeira Santos. 1991. *História Geral de Cabo Verde*. Vol. I. Lisboa: IICT.

Araújo, Gabriel e Tjerk Hagemeijer. 2013. *Dicionário livre do santome-português*. São Paulo: Hedra.

Baleno, Ilídio. 1991. «Povoamento e formação da sociedade». In *História geral de Cabo Verde*, *Vol. I*, 125–178. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de ***Cabo Verde.***

Bandeira, Manuele. 2017. **Reconstrução fonológica e lexical do proto-crioulo do Golfo da Guiné*. Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo.***

Brüser, Martina *et al*. 2002. *Dicionário do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)*, sob a direção de Jürgen Lang. Tübingen: Narr.

Cardeira, Esperança. 2010. «Português médio: Uma fase de transição ou uma transição de fase». *Diacrítica* 24(1): 75–95.

Cardoso, Hugo. 2010. «Retenções quinhentistas no crioulo indo-português de Diu». In *A China, Macau e os países de língua portuguesa - XX Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, 107–117. AULP.

Carvalho, Herculano de. 1962. «Nota sobre o vocalismo átono português: Valor dos grafemas *e* e *o* em sílaba átona». *Revista de Filologia Portuguesa* 12: 17–39.

Castro, Ivo 2006. *Introdução à história do português*. Lisboa: Colibri.

Cintra, Lindley. 1961. «Une fronteire lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais». *Boletim de Filologia* XX: 31–38. (reed. in *Estudos de Dialetologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983.)

Creissels, Dennis. 1983. *Eléments de grammaire de la langue mandinka*. Grenoble: ELLUG.

Dramé, Maŋ. (2003). *Parlons Mandinka*. Paris: l'Harmattan.

Ferraz, Luiz. 1987. «Portuguese creoles of West Africa and Asia». In Glenn G. Gilbert (ed.), *Pidgin and creole languages: Essays in memory of John E. Reinecke*, 337–360. Honolulu: University of Hawaii Press.

Ferraz, Luiz. 1979. *The creole of São Tomé.* Johannesburg: Witwatersrand University Press.

Hagemeijer, Tjerk. 2015. «The Gulf of Guinea creoles: A case-study of syntactic reconstruction». In C. Viti (ed.), *Perspectives on historical syntax*, 291–316. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Hagemeijer, Tjerk. 2011. «The Gulf of Guinea creoles: genetic and typological relations». *Journal of Pidgin and Creole Languages* 26(1): 111–154.

Hagemeijer, Tjerk. 2009. «Initial vowel agglutination in the Gulf of Guinea creoles». In E. Aboh e N. Smith (eds.), *Complex processes in new languages*, 29–50. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Hagemeijer, Tjerk e Armando Zamora. 2016. «Fa d'Ambô: Past and present». *International Journal of the Sociology of Language* 239: 193–209.

Jacobs, Bart. 2010. «Upper Guinea Creole: Evidence in favour of a Santiago birth». *Journal of Pidgin and Creole Languages* 25(2): 289–343

Kihm, Alain e Jean-Louis Rougé. 2013. «Língua de Preto, the basic variety at the root of West African Portuguese Creoles: A contribution to the theory of pidgin/creole formation as second language acquisition». *Journal of Pidgin and Creole Languages* 28: 203–298.

Laman, Karl. 1936. *Dictionnaire kikongo-français*. Ridgewood NJ: The Gregg Press.

Lang, Jürgen. 2015. «Os complementizers derivados do português antigo *coma* 'como' nos crioulos portugueses da Alta Guiné». *Papia* 25(2): 217–234.

Lang, Jürgen. 2012. *Gramática do crioulo de Santiago (Cabo Verde)*. Consultado em http://www.opus.ub.uni-erlangen.de/opus/volltexte/2012/3544/pdf/, 31.07.2018.

Maia, Clarinda de Azevedo. 1986. *História do Galego-Português*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, Ana Maria. 2016. «Introdução: O português numa perspetiva diacrónica e comparativa». In Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho (eds.), *Manual de linguística portuguesa*, 1–39. Berlim: Mouton de Gruyter.

Maurer, Philippe. 1995. *L'Angolar: un créole afro-portugaise parlé à São Tomé*. Hamburg: Helmut Buske Verlag.

Maurer, Philippe. 2009. *Principense – Grammar, texts, and vocabulary of the Afro-Portuguese creole of the Island of Príncipe*. London: Battlebridge Publications.

Michaelis, Susanne, Philippe Maurer, Martin Haspelmath e Magnus Huber (eds.). 2013. *The survey of pidgin and creole languages*. *Vol. II*. Oxford: Oxford University Press.

Pinto, Adelina. 1980. «A neutralização da oposição fonológica *v/b* em português: estudo sincrónico e diacrónico». *Biblos* LVI: 597–651.

Quint, Nicolas. 2000. *Grammaire de la langue cap-verdienne*. Paris: L'Harmattan.

Quint, Nicolas e Bart Jacobs. 2016. «On the relevance of classical Portuguese features in four Atlantic creoles». In Armin Schwegler, Liane Stroebel, John McWhorter. *The Iberian Challenge: Creoles beyond the plantation setting*, 67–83. Madrid: Iberoamericana/ Vervuert.

Scantamburlo, Luigi. 2002. *Dicionário do guineense*, Vol 2. Bissau: Faspebi.

Seibert, Gerhard. 2012. «Creolization and Creole communities in the Portuguese Atlantic: Sao Tome, Cape Verde and the Rivers of Guinea in comparison». In Tobias Green (ed.). *Brokers of Change*, 29–51. Oxford, UK: Oxford University Press.

Seibert, Gerhard. 2007. «500 years of the manuscript of Valentim Fernandes, a Moravian book printer in Lisbon». In Beata Elżbieta Cieszyńska (ed.). *Iberian and Slavonic cultures: Contact and comparison*, 79–88. Lisboa: CompaRes.

Smith, Norval. 2008. «Creole phonology». In S. Kouwenberg e J. V. Singler (eds.), *The handbook of pidgin and creole studies*, 98–129. Oxford: Wiley-Blackwell.

Teyssier, Paul. 1980. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

Torrence, Harold. 2005. *On the distribution of complementizers in Wolof*. Ph.D. Dissertation, University of California, Los Angeles.

Xavier, Francisco. 2010. *Fonologia segmental e supra-segmental do quimbundo.* Dissertação de Doutoramento: Universidade de São Paulo.

32. Uma história escrita à mão: edição de documentos históricos brasileiros

Alícia Duhá Lose

Universidade Federal da Bahia

Documentos que permanecem fora do alcance dos olhos e das mãos da maioria das pessoas por décadas ou séculos são objeto de curiosidade e podem preencher lacunas da história e mudar a forma como vemos determinados fatos. O presente texto apresenta ponderações sobre o trabalho de edição de documentos históricos, em especial sobre os aspectos metodológicos que impactam a abrangência do acesso ao conteúdo e à língua desses documentos. O texto que se pretende reconstituir e conservar numa edição, conforme as características que apresenta, define o comportamento do editor que desenvolve teorias e ajusta metodologias apropriadas ao objeto em questão. Neste texto apresentamos exemplos de edições preparadas a partir de documentos de acervos históricos do Estado da Bahia, na região nordeste do Brasil para, a partir deles, refletir sobre a influência do comportamento editorial no que tange especialmente à preservação dos dados linguísticos dos textos.

Palavras-chave: documentos históricos, edições, estudos linguísticos, História do Brasil, História da Bahia.

1. Uma história escrita à mão

Em 1549, a fim de consolidar o domínio português no litoral, é enviado para a Bahia, no nordeste do Brasil, o fidalgo português Tomé de Sousa. Na bagagem trazia um documento que determinaria toda a estrutura e organização do país. O primeiro Governador-Geral do Brasil, colônia portuguesa, deveria, em conformidade com o escrito que portava, fundar, organizar, povoar e fortificar a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, ou apenas Cidade da Bahia como foi chamada por muitos anos a atual cidade de Salvador. O documento a que nos referimos era o *Regimento d'el Rei*, datado de 17 de dezembro de 1548, que continha orientações precisas sobre a organização do poder público – a Fazenda, a Justiça, a Defesa, a fundação de uma capital – e tratava também de outros temas relevantes como as relações com os indígenas e sua catequese, além do estímulo às atividades agrícolas e comerciais. Para

criar e organizar a referida estrutura, veio, junto com Tomé de Sousa e sua comitiva, a necessidade de produzir documentos, de registrar atos e determinações em uma infinidade de textos escritos que podiam ser de caráter administrativo, jurídico-cartorial ou eclesiástico-paroquial, todos eles com funções, formatos e características específicos. Tais documentos iniciariam «oficialmente» a nossa história escrita, documentada e arquivada.

É na interseção entre a história e a leitura que a memória se fundamenta, pois, segundo Paul Ricoeur (2003), a história é um conhecimento de natureza fundamentalmente textual, formulado e divulgado por intermédio de escritos elaborados com base no vocabulário corrente das línguas nacionais e parte essencialmente da análise de outros documentos legados, como fontes primárias, por agentes sociais situados no contexto espaço-temporal das sociedades (Lopes *et al*. 2017: 93). Assim, a Filologia entra como mediadora entre a transcrição – campo da Paleografia por excelência – e a edição a ser preparada, fazendo a ponte como auxiliar na leitura e, principalmente, na interpretação dos textos e nas técnicas de apresentação de um bom resultado do trabalho com o texto cunhado em momento pretérito. Nesta medida, a Filologia não é apenas uma arte de leitura baseada numa hermenêutica repensada e retrabalhada em profundidade, mas também um conhecimento crítico da utilização das obras/textos e das condições nas quais «leituras e não-leituras» são praticadas (Llored 2001).

Retomando as lições de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1946: 143), a primeira questão que se apresenta é o que é objeto da Filologia? Desde a sua mais remota origem, a Filologia mantém toda a sua atualidade e se ocupa do estudo da língua; da métrica; das alusões históricas; dos autores, das particularidades biográficas, retiradas em especial da documentação sobre eles; das relações entre a obra e as demais representações literárias; da história dos manuscritos; da determinação da autenticidade dos testemunhos; da restituição do «texto do autor» e, ainda, da determinação do valor literário e histórico do texto (Vasconcelos 1946).

Essas nove etapas apontadas no trabalho de Carolina Michaëlis de Vasconcelos – na sua essência os mesmos com que se depara o filólogo nos dias atuais – constituem, na realidade, três grupos de objetivos: o primeiro deles, o estudo da língua é o objetivo precípuo da Linguística; os de número dois a cinco, da Ciência da Literatura,

resumidos no nono, a determinação do valor literário e histórico do texto; os de número seis a oito, da Crítica Textual (Telles 2000: 94–95). Assim sendo, a filologia se mantém como porta de entrada dos textos, pois para se ter uma boa compreensão do documento que se tem em mãos, é preciso aliar um estudo da história interna (história da língua) e da história externa (história social) que pode ser depreendida do seu conteúdo (Lopes *et al*. 2017). Portanto, é cada vez mais comum a compreensão de que «o público visado deve condicionar e justificar, em grande parte, as opções do editor» (Morujão, Conde e Morujão 2014: 70).

Assim, como já mencionamos em Lose (2017), os tipos de edições se diferenciam uns dos outros especialmente pelo nível de intervenção do editor. E essa mediação impacta diretamente no público-alvo a que a edição se destina e na sua receptividade. A qualidade do resultado final do trabalho apresentado, por sua vez, está relacionada à competência do editor, a sua formação, ecletismo e erudição.

Os trabalhos realizados no campo da Filologia como Crítica Textual geram o que chamamos edições filológicas, que, como dissemos, costumeiramente são identificadas considerando o grau de intervenção do pesquisador sobre o texto trabalhado. Assim, as edições paleográficas ou diplomáticas seriam as que permitiriam ao editor o menor grau de intervenção, são o que chamamos de edições *conservadoras*. Num nível intermediário de intervenção do editor, estão as edições semidiplomáticas ou diplomático-interpretativas que, de certo modo, ainda são consideradas *conservadoras*. O grau máximo de intervenção do editor estaria no que chamamos de edição modernizadora. «Essas categorias não devem, no entanto, ser vistas como compartimentos estanques. Uma edição considerada semidiplomática, por exemplo, poderia incorporar mais intervenções do que o desenvolvimento de abreviaturas, como atualização na pontuação e na acentuação, por exemplo. Mais importantes que os rótulos são os critérios utilizados por cada editor, que são estabelecidos em função de seus objetivos e do público-alvo que deseja atingir» (Lopes *et al*. 2017).

2. Edição de documentos históricos

Os «documentos manuscritos, traduzidos em patrimônio cultural ou bem cultural, são objeto de interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento humano. A preservação dos manuscritos que armazenam parte da história baiana, através da

edição semidiplomática é uma tarefa de suma importância tanto para os estudos filológicos quanto para os históricos» (Queiroz 2007: 21).

Os documentos antigos são também documentos históricos, muitas vezes porque dizem respeito a momentos, passagens e personagens cujos fatos e ações foram emblemáticos e relevantes e o tempo se encarregou de dar a eles esse atributo (Lose 2017).

Com a segunda geração da *École des Annales*, fontes documentais antes não consideradas passaram a ser trabalhadas em quantidade e intensidade. Passa a interessar a história da «gente miúda» por intermédio dos indivíduos que dela fazem parte e não apenas a história da massa sem rostos da multidão, pois «homens e mulheres livres e libertos de todas as 'qualidades' (índios, brancos, pretos, crioulos, mestiços, pardos, mulatos, cabras, caboclos, etc...)» há muito costumavam ditar, escrever e/ou indicar informações que preenchiam o modelo pré-estabelecido (Paiva 2015: 76). E assim,

> [e]*m meio ao discurso protocolar encontrado na abertura da maior parte dos testamentos setecentistas* [...] *imprimiam-se traços pessoais, sentimentos, impressões, crenças, costumes e desejos. Por isso, ao leitor do passado e ao do futuro iniciava-se a apresentação pragmática do retrato – idealizado, certamente – daquele que fizera registrar, por escrito, seu perfil, seus méritos e seus legados.* (Paiva 2015: 77).

Textos antigos, independente do conteúdo apresentado, carregam a língua em estados passados. Ao pesquisador da história da língua (na diacronia ou na sincronia), o conteúdo de um texto torna-se elemento de segundo plano, de menor importância. Para o historiador, no entanto, o conteúdo é o cerne da questão, está em primeiro plano. E os relatos da história através de textos escritos não são a única saída, mas certamente, são uma das mais ricas e mais importantes. Assim, para aquele que quer acessar informações linguísticas de épocas nas quais o registro era restrito à escrita, e para àquele que quer a riqueza esmiuçada de um relato ou os indícios disfarçados em pequenos detalhes, a única saída são os textos. Todavia, nem todo o linguista e nem todo o historiador têm o traquejo paleográfico ou filológico para proceder à leitura dos documentos manuscritos, para, então, acessar as informações almejadas. Assim, o trabalho de edição pode, perfeitamente, ser feito por outros profissionais gabaritados nestas áreas e ser usado por pesquisadores de outras áreas. Por isso, a percepção do interesse para áreas variadas em um mesmo documento é uma questão importante a

ser levada em consideração no momento de dar acesso a um texto através de uma edição (Lose 2017).

Peguemos como exemplo inicial uma edição portuguesa indicada pelas editoras como «interpretativa» do *Memorial dos milagres de Cristo*, de Maria de Mesquita Pimentel. Tal edição foi preparada por Antónia Fialho Conde, Maria do Rosário Morujão e Isabel Morujão (2014), sob a coordenação desta última. Nela, as editoras indicam que pretendem «com este texto, atingir um público de investigadores interessados no cânone do épico em Portugal e, ainda, os que, cada vez mais, se interessam pelas produções literárias femininas». Desta forma, escolheram uma edição com grau intermédio de intervenção do editor para a qual visam um público «alargado e diversificado». Assim, as editoras informam ter eliminado «as resistências de leitura através da uniformização gráfica», sem «descurar o público mais específico e selectivo, para quem se assinalam as interferências através de uma sinalética que se explicará detalhadamente» (Morujão, Conde e Morujão 2014: 70).

E as editoras seguem afirmando que «neste tipo de edição, o grau de mediação do editor é bastante acentuado. Neste caso, no entanto, o texto não apresentará anotações da totalidade das interferências sobre o texto-base, por intencional atitude de simplificação de leitura» (Morujão, Conde e Morujão 2014: 70).

Do trabalho realizado seguindo os critérios mencionados acima, resulta uma edição clara e coerente, acessível – com certo esforço – pelo leigo e, certamente, com prazer pelo especialista.

Com finalidade e discurso semelhantes, do outro lado do oceano, na capital do nordeste do Brasil, temos também procedido a edições que, cada vez mais, consideram o público-alvo como peça-chave para estruturação e dimensionamento do trabalho por acreditarmos, cada vez mais, na importância das características linguísticas e no conteúdo documental dos textos com que lidamos, como se poderá ver nos três exemplos que se seguem.

2.1 Edição do Dietario *do Mosteiro de São Bento da Bahia (1582–1815)*

O *Dietario das vidas e mortes dos monges, q' faleceráo neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Principe dos Patriarchas S. Bento* é o documento de número 155 do Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia, um documento de uso

quotidiano em todos os mosteiros beneditinos mundo afora. É um documento de caráter dissertativo e memorialístico, que apresenta a história do Mosteiro de São Bento da Bahia através do relato biográfico de cada monge que faleceu na abadia beneditina ao longo dos séculos.

Juntamente com a biografia de cada monge, vemos também a história da própria Bahia já que o mosteiro beneditino se instalou na cidade ainda nascente no ano de 1582 e tem toda sua história relacionada diretamente à formação da sociedade que cresceu ao seu redor.

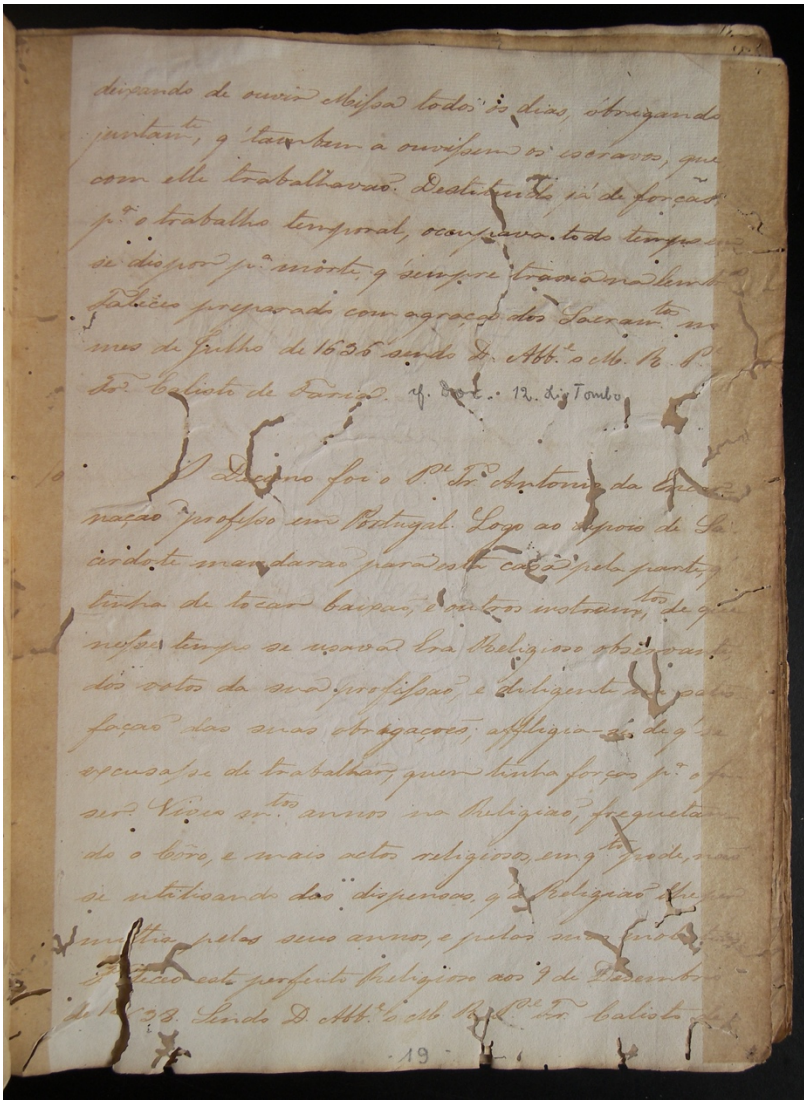


Figura 1. *Dietario...*, fl. 19r

É um documento que figura entre os mais importantes do acervo da instituição, pois, como já se disse, seu uso é diário até os dias atuais. Ao final de cada dia, todos os monges, reunidos no refeitório da casa monástica para a última refeição do dia, ouvem a leitura das vidas exemplares dos seus antecessores, para que se inspirem nos seus bons feitos e aprendam as lições dos maus feitos e, em especial, para que orem pelos irmãos mortos na primeira oração do dia que virá com a manhã seguinte (Lose *et al*. 2009).

Em função dessa relevância, o *Dietario* foi um documento editado a pedido dos superiores do próprio mosteiro baiano. No entanto, para viabilizar o trabalho foi necessário ajustar a solicitação aos moldes acadêmicos, pois a edição tornou-se objeto de uma pesquisa de pós-doutoramento no âmbito da Filologia e da Linguística Histórica (Lose 2007), com caráter científico e delimitou como público-alvo pesquisadores interessados no estado linguístico do texto que foi escrito ao longo de mais de 200 anos e produzido por diversas mãos. No entanto, para atender aos anseios dos monges, a edição científica não teria grande valia. Desta forma, para esse documento foram preparadas duas edições diferentes: uma edição diplomática (*conservadora*), com objetivo de oferecer a especialistas dados linguísticos fiéis e completos, acompanhada de uma descrição codicológica, da descrição paleográfica das características de cada uma das mãos, de uma descrição das características da escrita de cada *scriptor*, de um levantamento exaustivo das abreviaturas contidas em profusão em todo o documento e de um brevíssimo estudo linguístico (Lose et. al 2009).

A segunda edição decorreu de um trabalho de iniciação científica de graduação em Letras Vernáculas (Sanches 2009) e não chegou a ser publicada, pois se destinava aos próprios monges e foi elaborada com intuito de facilitar a leitura diária do documento feita no refeitório da abadia baiana. Sendo assim, tem características de um trabalho voltado para divulgação do conteúdo do documento para não especialistas.

Logo no primeiro contato com o *Dietario*..., uma das características que mais se destaca é a quantidade de abreviaturas. São muitas e variadas, utilizadas em especial na indicação pronominal dos personagens retratados ao longos dos mais de 150 fólios do volume.

Especialmente em função dessa característica, pensando em ser útil a futuros trabalhos que se debruçassem sobre o estudo das abreviaturas, optou-se por fazer uma edição diplomática que conservasse as abreviaturas na forma exata em que se apresentam no original. Assim, o levantamento das abreviaturas presentes ao longo do texto as considera na totalidade, destacando-as uma a uma e indicando-as nas suas especificidades, apontando, por exemplo, duas formas quase idênticas que, no entanto, divergissem pela presença ou não de ponto como sinal abreviativo.

Para o estabelecimento do texto da edição conservadora, portanto, respeitou-se, dentro do possível, a disposição gráfica do texto original em cada uma das faces do fólio; numeram-se as linhas do texto contando apenas aquelas preenchidas com escrita ou sinais particulares dos *scriptores* (especialmente porque o documento foi escrito ao longo de dois séculos e apresenta várias mãos com diferentes características escriptográficas); as linhas foram numeradas de 5 em 5, e indicando-se também a última; a grafia original do texto foi conservada na íntegra, mesmo nos casos em que fica claro o *lapsus calami*; as abreviaturas não foram desenvolvidas; não foram feitas as fronteiras entre as palavras, respeitando-se as separações e/ou ligações presentes no documento original; indicou-se a partição silábica com hífen simples ou hífen duplo conforme documento original; da mesma forma, utilizou-se o travessão para indicar o traço de preenchimento de linha presente no original; observações adicionais do editor, por não serem numerosas, foram apresentadas em notas de rodapé; notas marginais do *scriptor* foram transcritas em fonte menor e nas suas respectivas margens; as alterações (rasuras, substituições, supressões etc.) realizadas pelos próprios *scriptores* foram inseridas no texto da transcrição, utilizando-se os seguintes operadores: (†) rasura ilegível; [†] escrito não identificado; (...) leitura impossível por dano do suporte; / / leitura conjecturada; < > supressão; ( ) rasura ou mancha; supressão ilegível; [ ] acréscimo; [←] acréscimo na margem esquerda; [→] acréscimo na margem direita; [↑] acréscimo na entrelinha superior; < > / \ substituição por sobreposição.

Analisando o documento, é possível verificar que, posteriormente, foram feitas correções e acréscimos por duas mãos diferentes, que inseriram informações e notas explicativas e corrigiram alguns dados diretamente sobre o próprio texto. Por se julgar estas informações relevantes, elas foram mantidas na edição. Para isso, utilizaram-se as seguintes indicações: APFL = alteração posterior feita a lápis; APFT = alteração

posterior feita a tinta; da mesma forma, foi mantida a numeração dos fólios lançados posteriormente, por facilitar a localização dentro do texto. No entanto, como essa numeração se inicia apenas no fólio 2 recto, não há coincidência entre a contagem dos fólios e o número das páginas; nos pontos em que a leitura foi impossível por dano no suporte, apresentou-se a transcrição que já havia sido feita por um monge para leitura diária no refeitório (ca. 1930–1950), por ser a mais antiga e estar, portanto, cronologicamente mais próxima do original, que com o passar do tempo se desgasta cada vez mais. Nesses casos, informou-se em nota de rodapé o início e o final do trecho copiado da transcrição anterior.

A partir dessa edição, com o rigor filológico aqui exposto, foi preparada a segunda edição, propondo um texto mais acessível àqueles não iniciados nas artes da leitura de manuscritos antigos.

Para preparar essa segunda edição foi feito um levantamento de diversas outras edições modernizadas de textos manuscritos do mesmo período ou anteriores preparadas por filólogos. Chamou de imediato a atenção em todas elas a ausência de explicitação dos critérios utilizados para a preparação e apresentação do texto final, certamente porque edições destinadas ao público não especializado não devem prescindir de explicações metodológicas. Como se disse, esta segunda edição também foi realizada no âmbito acadêmico (Sanches 2009) e precisava trazer critérios claros, objetivos e coerentes, além de um sólido embasamento teórico.

Ao longo das atividades de elaboração da primeira edição, foram identificados alguns aspectos linguísticos que mereceriam cuidado especial no processo de modernização do texto. Entre eles estava: a carência ou a inadequação do uso da pontuação no documento, o emprego de termos que semanticamente parecem ser incongruentes com a linha lógica do texto, a referência a muitos cargos e títulos religiosos que hoje não são mais utilizados, mas cujas atividades possuem equivalência em outros cargos monásticos atuais, a escrita truncada de alguns *scriptores* e a acentuação e grafia de palavras que atualmente se grafam e se acentuam de modo diferente. Assim, foi necessário recorrer a dicionários etimológicos e vernaculares, glossários de terminologia eclesiástica, listas de abreviaturas, livros que subsidiassem a compreensão histórica do período do texto e realizar entrevistas com monges para a compreensão de questões do quotidiano monástico, além do acompanhamento de guias

ortográficos antigos e atuais e gramáticas, com intuito de obter o maior número de informações possível para compreensão do teor, da estruturação/organização e das características linguísticas do documento (Sanches 2009).

Com base em todas essas questões, para essa edição, foram desenvolvidas todas as abreviaturas, a ortografia foi atualizada conforme a norma ortográfica vigente; foram inseridos sinais de pontuação conforme a sintaxe do documento e em convergência com as regras atuais; foram eliminadas as indicações de anotações posteriores feitas pelos dois *scriptores* e as correções feitas por eles, sempre que possível, foram assimiladas diretamente ao texto; foram excluídos todos os operadores possíveis, mantendo-se apenas as indicações de impossibilidade de leitura ou por dano no suporte (...) ou por falta de decodificação [†]; as leituras feitas por conjectura foram assimiladas ao texto sem indicação; e, em alguns poucos casos, a intervenção chegou ao nível semântico alterando os títulos dos postos monásticos desusados pelo seu equivalente atual.

A dificuldade da elaboração desta edição, certamente, foi muito maior se comparada à edição conservadora, pois edições dessa natureza exigem do pesquisador a elaboração de critérios coerentes com a proposta de apresentar um texto para um público leigo, sem ferir a lógica textual e sem alterar as principais características linguístico-discursivas do documento. A preparação de uma edição modernizada exige do editor decisões que não são frequentes nas nossas atividades e colocam o editor diante de dilemas difíceis de solucionar. Além disso, a sensação de estar fazendo um trabalho de «menor qualidade e que goza de pouco prestígio entre os pares assombra o editor-filólogo durante toda a edição. O resultado, porém, foi compensador; bem recebido pelo público-alvo e cumpre diariamente o seu papel» (Sanches 2009).

2.2 Edição de Notícia Geral desta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prezente anno de 1759

O documento *Notícia Geral desta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prezente anno de 1759* descreve a «Potentisima Capitania da Bahia», que «naõ foi a primeira pelas antiguidades da sua povoasaõ porem hoje he a primeira e principal pela grandeza da sua dignidade por ser Cabesa do Estado» (Caldas 1759 [2016]: 43). O documento apresenta a capitania através da descrição minuciosa dos poderes

eclesiástico, civil e militar, trazendo dados em grande detalhamento sobre cada um deles.

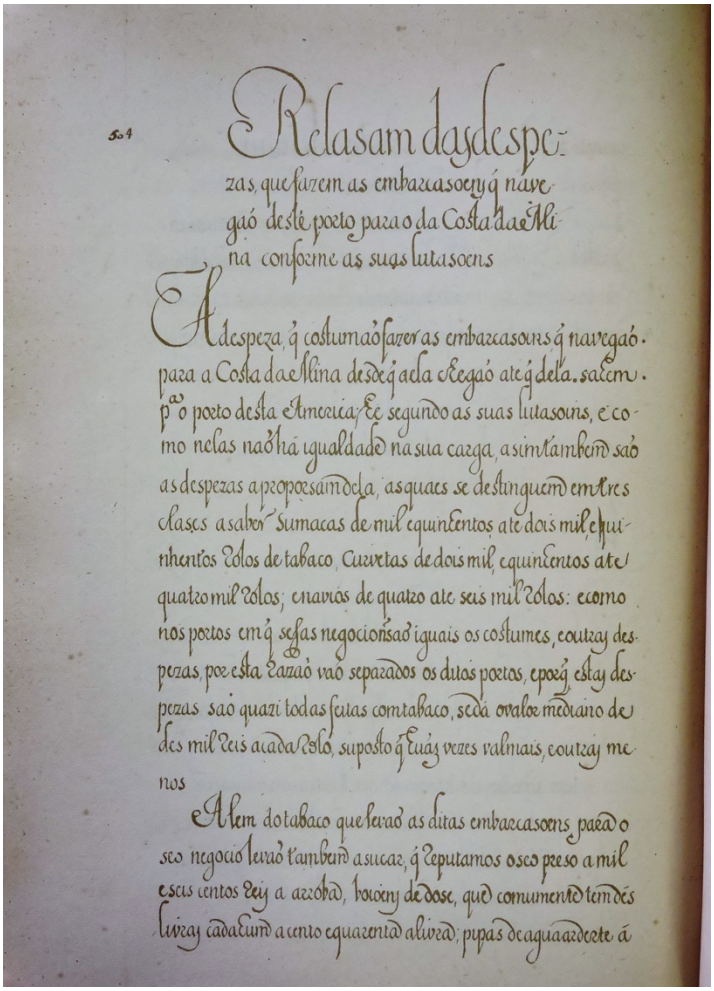


Figura 2. *Notícia Geral...*, p. 504

Sobre o governo civil, por exemplo, apresenta a lista de todos os governadores e vice-reis, os cargos de nomeação e quem nomeou a cada um e quanto custou a Sua Majestade manter cada um deles ao longo dos respectivos mandatos.

> *O mesmo rigor se vê na descrição da instância militar, onde se pode conferir, além de postos e cargos e seus ocupantes, quais são as fortificações existentes, sua localização, estrutura arquitetônica e seu estado de conservação; seu pessoal e os gastos com este, o armamento e munição existentes em cada uma das fortificações e em que estado de conservação se encontra cada uma delas (peças de bronze, peças de ferro, munições e petrechos, com suas quantidades e calibres, informando em tabelas quais e quantas estão em bom estado, em condições de reparos ou inutilizadas).* (Lose 2016: 3).

Além deste exaustivo relatório, feito através da compilação de inúmeros outros documentos preexistentes, como o próprio autor faz questão de frisar, consta ainda, ao final do documento, um «Apendis», no qual se apresentam listas de personalidades do comércio baiano. Segue-se a isso a transcrição de inúmeros e famosos documentos históricos, como o Tratado de Tordesilhas, o Tratado de Utrech, entre outros.

Esse documento, de evidente valor histórico e cultural, havia sido adquirido num leilão em Lisboa e vendido à Câmara Municipal da Cidade do Salvador que, por sua vez, encomendou à Tipografia Beneditina sua publicação que foi ao prelo em 1951 em uma edição facsimilar (anastática), cujos exemplares, até onde se sabe, foram presenteados a personalidades da época e distribuídos a bibliotecas e arquivos da cidade. Alguns poucos desses exemplares ainda podem ser encontrados em uma dezena de bibliotecas de Salvador. Do original, no entanto, há muito não se têm notícias.

Em 2015, uma nova edição nos foi encomendada pela Câmara Municipal de Salvador com o intuito de marcar os quatrocentos e sessenta e sete anos da fundação da cidade, para que «a história possa ser revisitada pelos historiadores e estudiosos e, sobretudo, que possa ser apresentada às novas gerações» (Câmara 2016: 29).

Evidentemente, o público-alvo dessa nova edição não seria estritamente acadêmico. A intenção dos dirigentes da Câmara era que o conteúdo desse relevante documento chegasse a todos os que estivessem nele interessados e que a publicação fosse visualmente bela, pois objetivava marcar uma efeméride.

A solicitação inicial da instituição era de que se fizesse uma nova edição facsimilar do documento para que se pudesse manter a belíssima e peculiar caligrafia de José Antônio Caldas. No entanto, com a ausência do original, a nova edição teria de tomar como base a edição facsimilar feita em 1951 o que, a despeito de todas as tentativas que fizemos, não logrou êxito, pois a impressão beneditina, apesar de a primeira vista ser agradável aos olhos, não estava «limpa» o suficiente para gerar outras imagens de cada fino traçado de Caldas com harmonia e beleza.

Por outro lado, levando em consideração a ampliação do acesso a um público não especializado, uma edição facsimilar certamente apresentaria entraves pela dificuldade de decodificação da escrita (que embora belíssima, não é de fácil decodificação), e as

muitas abreviaturas presentes no texto trariam ao leitor sem conhecimentos paleográficos prévios dificuldades para a compreensão do conteúdo.

Assim, considerando a diversidade de públicos a que pode interessar a edição desse documento, optamos por uma edição «conservadora moderada», como a semidiplomática, na qual se conservam as principais características textuais do documento, mas também se permite a leitura por não especialistas.

A grafia original do texto foi conservada, mesmo nos casos de *lapsus calami*; as letras J e V maiúsculas foram transcritas consoante o seu valor fonético; foram modernizadas as fronteiras entre palavras; foram desenvolvidas as abreviaturas indicando em itálico a inclusão das letras omitidas no original; leitura impossível (ou por dano no suporte ou por falta de decodificação) foi indicada por [†].

Para otimizar os custos da publicação e promover harmonia visual, não respeitamos a disposição do texto original na página, mas mantivemos os parágrafos e títulos dispostos conforme o original, incluindo a numeração de parágrafos que o autor utiliza em boa parte dos fólios iniciais. Foram suprimidos os reclamos. Nas muitas tabelas presentes no documento, mantivemos a disposição do texto original. As plantas e mapas que acompanham o documento foram inseridas na edição em fac-símiles nos lugares mais próximos possível de onde estavam no original.

Para facilitar a compreensão de alguns pontos, foram inseridas notas de esclarecimento em rodapé com a indicação: «nota do editor». Foram mantidas também todas as notas presentes na edição facsimilar de 1951. As poucas anotações marginais do documento original também foram inseridas ao pé de página. (Caldas 2016)

Tendo em conta um programa de recuperação histórica apelativa, também através do código bibliográfico da própria edição, optamos por utilizar na diagramação da edição tipos caligráficos digitais semelhantes ao traçado da letra original.

O resultado foi uma edição bonita, limpa e de relativa facilidade de leitura, mas que manteve o rigor linguístico do texto, podendo atender assim aos anseios do proponente, do linguista, do historiador e do leigo.

2.3 Edição da Coleção dos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia *(1536–1927)*

A coleção dos *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia* é composta por 7 volumes. Cinco deles cujos documentos remontam aos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, um volume que não possui nenhum texto além dos termos de abertura e encerramento e mais um volume de índice que foi posteriormente à edição identificado no arquivo histórico da instituição. A coleção é assim composta pelo *Livro Velho do Tombo*, *Livro I do Tombo*, *Livro II do Tombo*, *Livro III do Tombo*, *Livro IV do Tombo*, e *Livro V do Tombo* (que não chegou a receber registros) e *Livro Índice*.

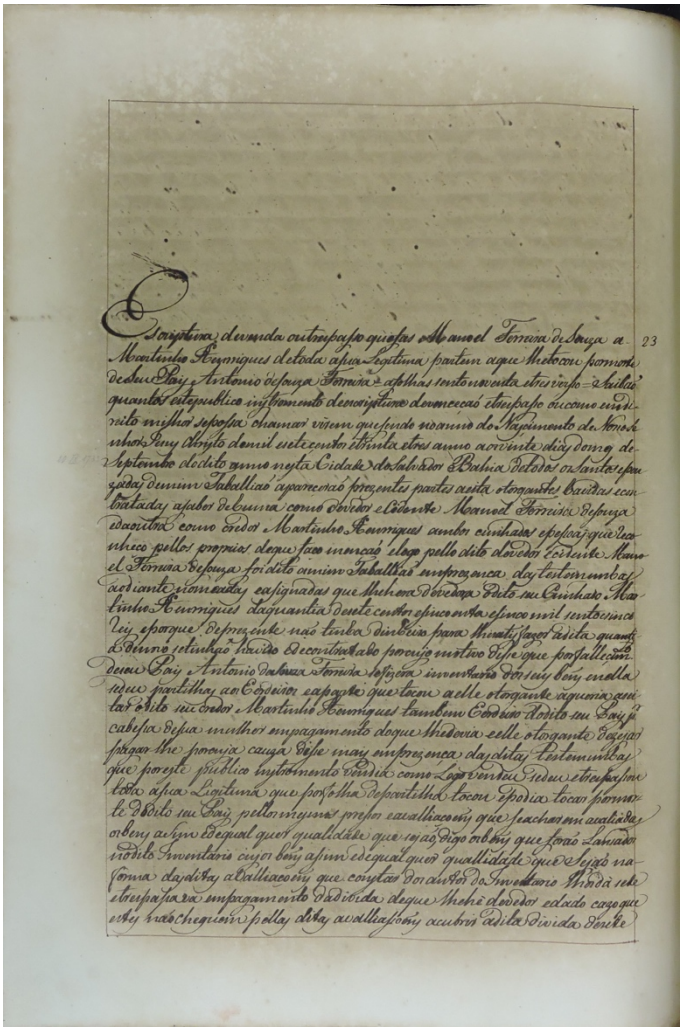


Figura 3. *Livro I do Tombo*..., fl. 62v

Os cinco primeiros volumes da coleção foram editados, ao longo de uma década, em projetos separados realizados por pesquisadores do mesmo grupo de pesquisa. Até então, apenas o primeiro volume da coleção, o *Livro Velho do Tombo* havia sido editado e publicado em 1945 pela Tipografia Beneditina. De modo geral, as edições

de todos os volumes seguiram os mesmos critérios metodológicos para proceder a edições semidiplomáticas, com pequenas adaptações feitas, quando necessário, para atender às peculiaridades de cada volume. A opção por critérios extremamente conservadores em todas as edições teve o intuito de proporcionar a preservação do conteúdo dos documentos de maneira precisa, confiável e assegurar também a integridade textual necessária às pesquisas filológicas e às análises linguísticas.

As transcrições dos textos foram acompanhadas de análises diplomáticas e paleográficas, apresentando as características extrínsecas e intrínsecas de cada volume, de cada *modus scribendi*, com estudos da grafia e do traçado, dos *lapsi calami*, para que se pudessem identificar todas as mãos presentes em cada um dos volumes: tabelião, escrivão, abade, etc.

A «construção» e conservação dos volumes e suas encadernações, também foi estudada, assim como o foi a história da instituição, os dados históricos dos personagens arrolados, das localidades geográficas neles mencionadas, seguidos de estudos de toponímia e de onomástica, e muitos outros, já que, por não se ter conhecimento, até pouco tempo atrás, do sétimo volume da coleção, que contém um índice de todos os documentos contidos em todos os volumes, foi necessária a organização de inventários de todos os documentos e a elaboração de índices onomásticos motivados pelas reincidentes menções a personagens históricas e suas linhagens (Garcia de Ávila, Catharina Álvares Caramurú, a Índia Paraguaçu, Diogo Álvares, o Caramurú, Tomé de Souza, etc.). Como tais famílias tinham como hábito a repetição de nomes e pré-nomes por gerações sucessivas, foram feitos estudos genealógicos para que se obtivesse maior compreensão dos laços familiares apresentados, em especial, nos testamentos, codicilos e cartas de doação, presentes nos Livros.

Viu-se, ainda, a necessidade de maior aprofundamento das análises da tipologia documental e das questões notariais, legais e jurídicas que envolvem a produção de livros de tombamento, transitando, em função disso, pela História da Igreja e sua relação com o Estado e as legislações de gestão de acervos documentais e eclesiásticos.

Os dados culturais que permeiam os documentos também não passaram despercebidos pelos pesquisadores, que se debruçaram sobre os ritos de morte e de posse de terra detalhadamente apresentados entre os documentos da Coleção. Assim

como a profusão de abreviaturas presentes nos textos, estes dados geraram levantamentos, análises e estudos.

Foram feitas, ainda, análises linguísticas, nos níveis grafemático-fonético sobre a grafia das vogais átonas (mediais e finais), a dos ditongos decrescentes e a do sistema de sibilantes (palatais e não palatais). No nível discursivo, foram feitos estudos semânticos e estilísticos, braquigráficos, levando-se em consideração a parassinonímia e a polissemia; estudos relativos ao discurso também focaram a dêixis pessoal e a dêixis temporal. Do nível lexical levaram-se em consideração tanto os registros em língua portuguesa quanto na língua latina nos documentos e também os diferentes tipos de sentenças jurídicas registradas. Todos os estudos realizados podem apresentar uma noção da relevância dos documentos para o conhecimento da cultura e da língua portuguesa usada nos tempos do Brasil Colônia (Lose e Paixão 2016a).

A par de toda essa riqueza documental, da gama de estudos proporcionados pelos *Livros do Tombo*, não foram poucas as vezes que, ao longo dos 10 anos de trabalho, atendemos a pesquisadores vindos de diversas partes do mundo (França, Alemanha, Portugal) para pesquisar nos documentos. Assim, em 2013, inscrevemos a *Coleção dos Livros do Tombo* no edital do Programa Memória do Mundo da UNESCO e obtivemos a aprovação. Desta forma, a Coleção foi inserida na lista de Documentos que compõem a Memória do Mundo da UNESCO. Na sequência, inscrevemos uma proposta de publicação para a edição completa da coleção nos editais da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura e da Petrobrás Cultural, e obtivemos êxito em ambos. Portanto, os *Livros do Tombo*, que já circulavam em edições isoladas no ambiente acadêmico em teses, dissertações e monografias, iriam ganhar uma edição completa que atingiria um público de grande alcance.

Considerando a importância dos documentos para pesquisadores, mas também seu interesse para não especialistas, concluímos que um único tipo de edição não seria suficiente. Sendo assim, pensando nos pesquisadores, incluindo aqueles de fora do Brasil, optamos por fazer uma edição semidiplomática (com critérios bastante conservadores), acompanhada dos facsímiles em formato digital que ficasse disponível on-line com acesso gratuito e irrestrito. Para os não especialistas, optamos por uma edição impressa, de leitura mais facilitada e sem facsímiles (porque não teriam

funcionalidade para os não iniciados nas artes paleográficas e por causa dos custos que uma impressão dessa natureza geraria).

A publicação das edições como um conjunto e para fora dos muros da academia exigiu de nós uma série de ações preliminares como o alinhamento e padronização dos critérios; uma nova digitalização dos fólios com um controle padronizado e em alta resolução; a harmonização das edições, fazendo uma «limpeza gráfica» do texto para atender a um público mais amplo; a realização de pesquisas sobre edições e outras bases de dados digitais para montagem do website que receberia a publicação das edições para especialistas. Tudo isso, para que se tivesse como resultado 5 volumes impressos – (v. 1) um livro de arte com apresentações, análises e descrições dos livros da Coleção; (v. 2, 3, 4 e 5) quatro volumes de edições diplomático-interpretativas apresentando o texto de maneira mais leve para o leitor externo à Filologia, Linguística Histórica ou Paleografia – e um website contendo a edição facsimilar e semidiplomática de todos os volumes, complementada por vídeos explicativos sobre o trabalho, a equipe, a instituição e, ainda o livro de arte integral da edição impressa com todas as análises e estudos já mencionados.

Como, ao final, se oferecem diversos tipos de edição (facsimilar, semidiplomática, interpretativa) e em formatos diferentes (digital e papel), e, como as edições são destinadas a públicos diferentes, ao início de cada volume impresso, o leitor encontrará uma «Advertência», na qual se lê que

> *Para atender aos anseios da instituição proprietária dos documentos e da instituição financiadora, esta obra apresenta uma edição destinada ao grande público e a pesquisadores interessados tão somente no conteúdo dos textos. Os pesquisadores interessados nas questões linguísticas e filológicas, no entanto, poderão ter acesso aos documentos da* Coleção dos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia *em edição conservadora, através do site www.saobento.org/livrosdotombo, onde se encontram as edições semidiplomáticas de todos os volumes, acompanhadas de seus critérios de edição, assim como dos seus respectivos facsímiles.* (Lose e Paixão 2016a: 9).

Segue-se à advertência, os critérios de adaptação dos textos para o grande público:

> *Com o intuito de ampliar as possibilidades de acesso ao conteúdo dos documentos procedeu-se à simplificação de alguns critérios com base nas edições conservadoras anteriormente preparadas, assim, padronizou-se o uso de u ~ v e i ~ j; normatizou-se o uso de maiúsculas e minúsculas; utilizou-se hífen para separar a forma enclítica do pronome átono; procedeu-se à determinação de fronteiras de palavras; desenvolveram-*

> *se as abreviaturas; mantiveram-se as marcas pontuacionais diacríticas do manuscrito com acréscimo das marcas pontuacionais estritamente necessárias para a compreensão do texto; corrigiram-se erros óbvios; removeram-se as anotações marginais; incluiu-se apóstrofe para indicar a omissão da vogal átona inicial. As indicações das omissões feitas pelo escrivão indicaram-se com [...]; indicaram-se trechos de leitura impossível por dano no suporte com [†]. No entanto, lembramos mais uma vez que o especialista interessado em uma lição mais conservadora poderá se valer da edição semidiplomática e da edição facsimilar disponíveis na internet através do endereço www.saobento.org/livrosdotombo.org.* (Lose e Paixão 2016a: 10).

A despeito desta edição com um grau de interferência maior do editor, levando em consideração a indiscutível importância dos documentos para estudos linguísticos, os critérios da edição semidiplomática foram bastante conservadores. Assim: foi mantida a grafia do texto e todo e qualquer sinal de pontuação apresentado; as abreviaturas foram desenvolvidas entre parênteses, o texto apresenta a disposição exata do original, mantendo-se todas as escritas marginais e anotações do scriptor ou posteriores; os «títulos» ou trechos iniciais de cada documento foram indicados em negrito; foram indicadas as numerações dos fólios e das linhas, numeradas de cinco em cinco; os reclamos foram mantidos; os termos latinos foram apresentados em itálico; os trechos relativos às autenticações dos traslados foram indicados em fonte diferente; os algarismos arábicos e romanos, quando sinais abreviativos, foram transcritos entre parênteses ( ). Ex: 8br^{o} (outu)bro; II° (seg)(und)o; os *nomina sacra* foram transcritos na sua forma solene (DEOS, JESUS); o i longo foi transcrito como j; os trechos tachados no original foram assim transcritos; todas as alterações feitas a lápis, dentro do texto, foram posteriores. Desta forma, foram indicadas em notas de rodapé; as notas marginais dos *scriptores* «posteriores» foram transcritas em fonte menor, e nas suas respectivas margens; utilizou-se o sinal de igual = para traçado análogo grafado pelo *scriptor*; arbitrou-se quanto ao sinal semelhante ao apóstrofo em função abreviativa ou indicativa de nasalidade ou de tonicidade; a abreviatura para *et cetera* foi transcrita como *et coetera*; utilizaram-se os seguintes sinais para indicar a intervenção no texto ou falhas do suporte: < > emenda por riscado; <†> supressão ilegível; [†] para indicar deficiência do suporte, por perda causada por inseto, pela ação da tinta ou pela água; [ ] emenda por acréscimo na sequência; [↑] emenda por acréscimo na entrelinha superior; [↓] emenda por acréscimo na entrelinha inferior; [↑↑] emenda por acréscimo, acima de outro acréscimo na entrelinha superior; [↓↓] emenda por acréscimo, acima

de outro acréscimo na entrelinha inferior; [⇑] emenda por acréscimo na margem superior; [⇒] emenda por acréscimo na margem direita; [⇐] emenda por acréscimo na margem esquerda; [↓⇒] acréscimo na margem direita, abaixo do trecho substituído; [↓⇐] acréscimo na margem esquerda, abaixo do trecho substituído; [↑⇒] acréscimo na margem direita, acima do trecho substituído; [↑⇐] acréscimo na margem esquerda, acima do trecho substituído; [< >] acréscimo suprimido; < > / \ emenda por substituição, na relação <substituído> /substituto\; < > [↑] substituição por supressão e acréscimo na entrelinha superior; < > [↓] substituição por supressão e acréscimo na entrelinha inferior; < > [⇒] substituição por supressão e acréscimo na margem direita; < > [⇐] substituição por supressão e acréscimo na margem esquerda; < > [⇑] substituição por supressão e acréscimo na margem superior; < > [↓⇒] substituição por supressão e acréscimo na margem direita, abaixo do trecho substituído; < > [↓⇐] substituição por supressão e acréscimo na margem esquerda, abaixo do trecho substituído; < > [↑⇒] substituição por supressão e acréscimo na margem direita, acima do trecho substituído; ; < > [↓⇐] substituição por supressão e acréscimo na margem esquerda, acima do trecho substituído; << >> omissão de trecho interpolado pelo *scriptor*; | | leitura feita a partir da edição de 1945 do *Livro Velho do Tombo* (1945), causada pela deficiência do suporte; espaço em branco na *scripta*; §; /*/ leitura dubitada (Lose e Paixão 2016b).

3. Contribuição da Filologia Textual para o acesso a dados históricos e dados linguísticos

É inegável que as fontes documentais, históricas e jurídicas, nos fornecem dados bastante sugestivos para o desenvolvimento de estudos de natureza diversa (Gonçalves 2003). No caso dos documentos aqui apresentados, embora o conteúdo possa interessar a estudos nos âmbitos da Teologia, Engenharia, Urbanismo, Direito, História Militar, História Eclesiástica, Genealogia, Economia, Medicina, etc., os interesses por dados linguísticos são sempre os primeiros que nos saltam aos olhos, já que, como nos lembra Blanche-Benveniste (1998), desde os primórdios dos estudos da linguagem até finais do século XIX tem sido o texto o documento dos fatos de língua. Mas, como se tem acentuado recentemente, também para grande parte desses dados é necessário fazer o

adequado estabelecimento do texto. Desse modo, o método filológico apoia a análise linguística, ao fornecer com critérios científicos um texto fidedigno.

Assim, um problema prático que pode apresentar-se a um pesquisador que pretenda situar um manuscrito no tempo, no espaço e na sociedade em que foi confeccionado é a escrita, elemento fundamental, senão o mais importante, para a caracterização do texto, na medida em que pode fornecer diversas pistas sobre a sua história e quanto melhor o filólogo conseguir dar resposta ao *quando*, *onde*, *como* e *quem* propostos pelo manuscrito que é o seu objeto de estudo, mais precisamente poderá situá-lo a partir de coordenadas sincrônicas e diacrônicas, linguísticas e situacionais, conforme pretende, em última instância, a Filologia (Toledo 2018) Portanto, restituir um texto filologicamente, viabilizando sua inserção num processo histórico representa uma das maiores contribuições do filólogo para o conhecimento científico no mundo (Stegagno Picchio 1979).

A partir destes três exemplos de edição aqui dispostos mostramos que a variação de possibilidades de leitura proporcionada pelos ajustes de critérios propicia apresentar aos leitores interessados, sem abrir mão do rigor e da qualidade do trabalho filológico pensado prioritariamente para os dados linguísticos, uma edição válida, funcional e útil, atendendo tanto às demandas da academia quanto dos demais interessados. Sendo assim, a grande questão que se levanta aqui ao apresentar estes três exemplos de edições por nós preparadas é a competência fornecida pela Crítica Textual, ou Filologia Textual como denomina Tavani (1988), ao municiar o editor de textos antigos (literários ou não) de ferramentas que permitam a ele identificar as qualidades e potencialidades do material a ser editado e ao mesmo tempo perceber os anseios do público-alvo de uma edição, tendo ferramentas metodológicas suficientes para transitar entre variadas formas de editar textos com fidedignidade científica e coerência à sua proposta e aos critérios por ele mesmo predispostos.

A riqueza linguística dos documentos aqui mencionados, cada um com as suas características e peculiaridades, é inegável.

O Dietario das vidas e mortes dos monges, q' falecerão neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Principe dos Patriarchas S. Bento é um texto que abrange 233 anos de história (1582 a 1815). Embora os registros não sejam datados (pois a data presente em cada biografia não necessariamente é a data do lançamento

do texto) e a autoria não seja explicitada (sabemos apenas, por informações externas ao documento, que quem o escreve é o monge que ocupa a função de Cronista do Mosteiro de São Bento da Bahia), acredita-se que os primeiros lançamentos sejam do século XVII e os últimos do XIX. As características gráficas e linguísticas nos fazem identificar pelos menos cinco *scriptores* diferentes e embora haja variações estilísticas que distinguem cada uma das mãos, o texto é sempre escrito no pretérito e com viés cronístico, e muita riqueza lexical e semântica no âmbito eclesiástico e monacal, como se pode ver pela transcrição do fólio 11v aqui apresentada:

> O Undecimo foi o Irmaõ Donado Fr. Ma- / noel nascido em Portugal, e professo nesta ca- / sa. Occupou-se o mais do tempo no officio / de dispenseiro, no qual emprego se deo a / conhecer por fiel, caritativo, e cuidadoso. Por / sua conta corria ensinar a doutrina aos / escravos, o que fasia com m.ta diligencia todas / as madrugadas, ao depois q' sahia de Mati- / nas, as quaes nunca faltava. Era humilde, / obediente, e de todos amado pela sua virtude. / Faleceo com os Sanctos Sacram.tos, q' recebeo com / m.ta devoçaõ, e piedade no mez de Janeiro, de / 1639. Sendo D. Abb.e o M. R. P.e Fr. Calisto de Faria. (*Dietario*... fl. 11v).

O *Notícia Geral desta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prezente anno de 1759* é um texto autoral e datado. Quem o escreve é Jozé Antonio Caldas que «além de engenheiro militar, arquiteto e professor, exerceu cargos de importância em comissões técnicas e civis e destacou-se no setor político e literário da época» (Ellis 1953: 197), e foi escrito em 1759 para posse do autor na Academia Brasílica dos Renascidos. O texto, que apresenta um detalhado relatório, está quase todo no tempo presente, escrito de forma clara e objetiva, com detalhes que denotam a formação do autor, como se confere na transcrição das páginas 14 e 15 do documento:

> A Cidade se estende pela parte do Poente na marinha desde a Preguisa ate a Giquitaya em huã rua continuada de soberba cazas com mais de oito mil pes Portuguezes de comprido: Esta se comunica para o alto da montanha buscando a Campanha para a parte do Nascente por dez ladeiras, em cujo sitio esta eminente a dilatada Cidade com capacisimas ruas, grandes edificios Templos, e Cazas publicas. Das Portas de Saõ Bento ate as do Carmo estaõ muitos edificios, e Conventos. Tem duas Prasas, a de Palacio com 26244 pes quadrados, na qual está fronteiro o Palacio onde rezidem os senhores Vice Rey, e na parte oposta, a Caza da Moeda; no lado direito a Caza da Camera, e Cadeya e a o esquerdo a Caza da Relasaõ; esta Prasa se comunica a toda a Cidade por seis ruas; e a Prasa do Ferreiro, que he hum retangulo com 79800 pes quadrados tem no seo principio a Igreja do Colegio dos Padres da Companhia, e fronteira a ela a Capela dos Terceiros de Saõ Domingos. Toda esta Prasa he cercada de muitos edificios, e se comunica a todos os bairros por sete ruas. (Caldas 1759: 14–15)

Os *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*, por sua vez, são traslados dos séculos XVIII ao XX de documentos notariais dos séculos XVI–XX. Na maioria dos registros, há identificação do responsável pelo lançamento original e do escrivão que o trasladou. O texto é formulaico do âmbito notarial, como se vê no registro da

> Sesmaria deduzentasbraças dePraya ousalgado / que nosdeu oGoverna dor DomDiogo deMe / nezez na era de 1612 comessando doporto de / Balthezar Ferras para baixo. Saibaõ quantos este instromento ECarta desesmaria virem que noanno do na / semento denosso senhor Jezuschristo demil eseis sentosedoze annos aosquatorze / diasdomes deJunho dodito anno naCidade dosalvador Bahyadetodosos / santos empouzadas demim escrivaõ eTabaliaõ das Sesmarias porparte dos / P(adr)es desamBento destaditaCidade mefoi dadohuã petissão com hum despa= / cho dosenhor DomDiogo de Meneses doConselho desua Mag(esta)de CapitaõG(overnad)or / Geral do Estado doBrasil aqual petissão edespachoheoseguinte- Convem digo / osP(adr)es deSão Bento daCidade daBahya queelles tem [†] de [†] / caza napRaya para adespeza desuas obras desde o portam de Balthezar 35 ferras para baixo duzentasbraças nosalgado para a banda de [†] / Pedem auossasenhoria / lhesmande passarcarta desismaria emque lhesfaça m(er)ce dasdittas / duzentas braças vista anecessidades [sic]= Despacho do S(e)n(h)or Governador =- Passe cartadesisma= / ria na forma Costumada da terra que os Padres pedem visto oquealegam não pRejudi / cando afortificasão, nem pRejudicando aterceyro Bahya oie nove deJunho deseis Centos / edoze = O Governador./ Treslado do Regimento delReynossosenhor; as terras e Ribey / ras digo as terras eagoas das Ribeyras que estiverem dentro notermo elimite dadita / Cidade q(ue)não forem dadas apessoas q(ue) as aproveitem, eestiverem vagas edevolutas / p(ar)a mim por qual quer via, emodo queseja podereis dar desismaria aspessoas / que volas pedirem asquaes terras asim dareis livremente semoutro algumforo ou / tributo som(en)te odizimo aordem denossosenhor Jezus christo, eCom asCondisoens e obri= / gasoens doforal dado as ditas terras, edeminha ordenacaõ titulo desismaria Com / condisão que atal pessoa ou pessoas Rezidaõ napovoasaõ daBahya ou das terras que / asim lhes forem dadas aomenos tresannos, e q(ue) dentro nodito tempo as naõ possão vender Grafo a lápis, lançado à margem direita: + / nem alhear, etereis lembrança q(ue) não deis aCada pessoa mais terra que aquella / quesegundo suapossibilidade virdes ou vospareser quepode aproveitar, esealguãs / pessoas aque forem dadas terras nodito termo as tiveremperdidas por asnaõ aprovei= / tarem Evolas tornarem apedir vós lhas dareis denovo p(ar)a / asaproveitarem Com as condisoens eobrigaçoeñs contheudas nesteCapitulo oqual setresladará nas Cartas / dasditas sismarias comastais condisoeñs eobrigasoeñs deuoditto s(e)n(h)or Governador / desismarias aos Supp(lican)tes Padresdesam Bento asditasduzentas braças desalgado no= / lugar aonde aspedem porsua petissão não pRejudicando aterceyro nemsendo da= / das aoutrem para elleseseuConv(en)to forras eizentas semforo nem tributo algum / salvo dizimo a Deus, pello que lhesmandou passar estaCartadesismaria / pellaqual omanda queelles hajão aposse esenhorio dodito salgado efarão de / maneyra q(ue) dentro detres annos Conforme aoRegimento teram feito nellas algum bene / f(ici)o, edarão por ellasCaminhos serventias q(ue)necessarias forem p(ar)a o Concelho p(ar)a fontes pe / dreiras evieyros, efaraõ Registar estaCarta dentro dehum anno noslivros da faz(en)da / desua Magestade, Easignou aqui oditoS(e)n(h)or Governador, eeu BrasdaCostaes / crivaõ dassismarias oescrevy Eo G(ouernad)or Dom Diogo deMenezes oqual instromen / to deCarta desismaria eu Brazda Costa escrivaõ das sismarias nesta Ci= / dade dosalvador esua Capitania porsua Magestade em meulivro tomey / edelle estefis passar eConcertey easiney demeupublico sinal = Sinal publico = / Registado nolivro dos Registos desta alfandega desismarias a f(o)l(ha)s 150

> / na volta avante / oie dezaseis deJunho Diogo Baracho escrivaõ da alfandega por El Rey / nossosenhor eradeseis sentos edoze annos Diogo Baracho. (*Livro Velho do Tombo*, fl. 3r)

Assim, ações como dispor ou não a interlineação do texto conforme o original sem perder de vista a sintaxe; estabelecer ou não fronteiras de palavras considerando a morfologia adequada; desenvolver ou não abreviaturas conforme a ortografia e considerando a forma mais recorrente do termo por extenso presente no texto não criam necessariamente novos fatos de língua, pelo contrário, auxiliam na compreensão da ortografia, da morfologia, da sintaxe e da semântica presentes no texto. Por outro lado, transportar o conteúdo de um texto do traçado rebuscado (mais ou menos legível) para um novo tipo gráfico é liberar o historiador e qualquer outro estudioso para se ater de fato ao que normalmente lhes interessa que é o conteúdo propriamente dito, já que a contribuição mais importante da crítica textual é a «recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura» (Cambraia 2005: 19) posto que, ao editarmos um texto, contribuímos para a sua circulação ampliando o seu público leitor e promovemos a sua preservação assegurando a sua permanência através de outros suportes. Afinal, como nos ensina Ivo Castro (1995), a transcrição é menos uma função do texto que do público a que se destina.

Considerando tudo o que foi exposto aqui, claro está que acreditamos serem sempre válidas as discussões a cerca das formas, teorias, metodologias e critérios de edição. Acreditamos ser sempre válido considerar as potencialidades e as características dos documentos trabalhados. Acreditamos ser sempre válido considerar, antes de iniciar qualquer trabalho de edição, o público a que essa irá se destinar e acreditamos mais ainda que o filólogo é aquele profissional que tem, ou deve ter, as condições de considerar todas essas questões, pois, sendo a Filologia uma ciência antiga, resistente e versátil, predomina nela, mais que em outras áreas, um princípio de universalidade do conhecimento (Castro 1995).

Referências

Caldas, Jozé Antonio. 2016. *Noticia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prezente anno de 1759*. Ed. Alícia Duhá Lose, Vanilda Salignac de Souza Mazzoni, Perla Peñailillo. Salvador: Memória e Arte.

Câmara, Paulo. 2016. «Um resgate histórico precioso». *In* Caldas, Jozé Antonio. *Noticia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prezente anno de 1759*. Ed. Alícia Duhá Lose, Vanilda Salignac de Souza Mazzoni, Perla Peñailillo. Salvador: Memória e Arte.

Castro, Ivo. 1995. «O retorno à filologia». In *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 511–520.

Ellis, Myriam. 1953. «A capitania da Bahia nos meados do século XVIII: a propósito da publicação recente de uma obra de grande valor documental». *Revista de História da USP* VI(13): 197–209.

Gonçalves, Eliana Correia Brandão. 2003. «O papel da Filologia Textual na formação dos estudantes de Letras». *In Encontro Nacional de Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino*. João Pessoa: Ideia. 578–582.

Llored, Patrick. 2001. «La Philologie comme art critique». *Esprit*, Paris, n. 278.

Lopes, Célia Regina dos Santos *et al*. 2017. *Olhares sobre o português medieval: filologia, história e língua*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho.

Lose, Alícia Duhá. 2007. *Dietario das vidas e mortes dos monges: edição diplomática e estudo filológico*. Salvador: ILUFBA. (Relatório de projeto de Pós-doutorado financiado pelo Programa de Bolsas da FAPESB).

Lose, Alícia Duhá. 2016. «Apresentação». *In* Caldas, Jozé Antonio. *Noticia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prezente anno de 1759.* Ed. Alícia Duhá Lose, Vanilda Salignac de Souza Mazzoni, Perla Peñailillo. Salvador: Memória e Arte.

Lose, Alícia Duhá. 2017. «Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem se destinam?» *Revista da ABRALIN* XVI(2): 71–86.

Lose, Alícia Duhá *et al*. 2009. *Dietário (1582–1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia*: *edição diplomática e estudo filológico*. Salvador: Mosteiro de São Bento/Eudfba.

Lose, Alícia Duhá e Paixão, Dom Gregório (coord.). 2016a. *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia: editando 430 anos de história.* Salvador: Memória&Arte. V vol. il.

Lose, Alícia Duhá e Paixão, Dom Gregório (coord.). 2016b. *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia: editando 430 anos de história*. Salvador: Memória&Arte, Disponível em: <www.saobento.org/livrosdotombo.org>. Acesso: 12 jun. 2018.

Morujão, Isabel, Conde, Antónia Fialho e Morujão, Maria do Rosário. 2014. *Em treze cantos: epopeia feminina em recinto monástico – o* «*Memorial dos milagres de Cristo*» *de Maria de Mesquita Pimentel*. Coimbra: CITCEM/CIDEHUS/CHSC.

Paiva, Eduardo França. 2015. «'Usos e costumes da terra': o viver e o sentir nos relatos testamentais e nos inventários post-mortem das Minas Gerais setecentistas». *In* Guedes, Roberto, Rodrigues, Claudia e Wanderley, Marcelo da Rocha (org.). *Últimas vontades: testamentos, sociedade e cultura na América ibérica [séculos XVII e XVIII]*. Rio de Janeiro: Mauad. 75–106.

Queiroz, Rita de Cássia Ribeiro de. 2007. *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX: livros de notas de escrituras*. vol. I. Feira de Santana: UEFS.

Ricoeur, Paul. 2003. «Memória, história e esquecimento». *Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism.* Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia>. Acesso em: 1 nov. 2018.

Sanches, Gérsica Alves. 2009. *Edição modernizada do «Dietário» do Mosteiro de São Bento da Bahia: atualização ortográfica, adequação sintática e vocabulário comentado*. Salvador: ILUFBA. (Relatório de projeto de pesquisa financiada pela FAPESB através do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia)

Stegagno Picchio, Luciano. 1979. *A lição do texto: filologia e literatura. I – Idade Média.* Lisboa: Editora 70.

Tavani, Giuseppe. 1988. «Los textos del siglo XX». *In Litterature Latino-Americaine et des Caraïbes du XX siècle: théorie et pratique de l'édition critique*. Roma: Bulzoni.

Telles, Célia Marques. 2000. «Mudança lingüística e crítica textual». *Estudos linguísticos e literários* 25–26: 94–95. Salvador.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de. 1946. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal.

33. O papel da relação entre letra e música na investigação de elementos prosódicos em períodos passados da língua: análise de duas *Cantigas de Santa Maria*

Gladis Massini-Cagliari

Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara) / CNPq

O objetivo deste trabalho é avançar na análise da relação entre letra e música em cantigas medievais religiosas galego-portuguesas, investigando pistas da realização fonética do ritmo e analisando a linha melódica dos enunciados, verificando se há alguma relação entre o direcionamento da linha (ascendente, descendente) e a diferença entre afirmação e interrogação. Para tal, serão consideradas duas Cantigas de Santa Maria de Afonso X (1221–1284), cujas letras contêm tanto frases afirmativas quanto interrogativas. O trabalho focaliza a interface Música-Linguística, com o objetivo de investigar em que medida a análise da relação entre letra e música pode contribuir para a caracterização da prosódia, em períodos passados da língua dos quais não sobreviveram registros orais, dado que as músicas cantadas se baseiam em uma relação entre os níveis musical e linguístico, mediada pelo nível poético.

Palavras-chave: prosódia, ritmo, entoação, Cantigas de Santa Maria, fonologia.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é avançar na investigação da relação entre Música e Linguística na análise de cantigas medievais galego-portuguesas, cuja natureza poética, alicerçada na língua da época, se constituía a partir de sua realização cantada; assim sendo, a consideração desses três níveis de organização rítmico-melódica – língua, poesia metrificada e canção – faz-se imprescindível quando se quer, do ponto de vista do percurso histórico da língua, investigar os sons de nosso passado linguístico, em busca de pistas da organização prosódica da língua que dá suporte aos versos que, por sua vez, se combinam com a Música.

Trabalhos anteriores desta autora e de seu grupo de pesquisa (Massini-Cagliari, 2008, 2010, 2011 e Costa, 2010) já puderam mergulhar no estudo do ritmo da língua galego-portuguesa na época medieval, a partir da consideração da notação musical das cantigas medievais galego-portuguesas, focalizando as coincidências e não

coincidências entre proeminências nos níveis musical e linguístico. A hipótese que subjaz a esses trabalhos é a de que proeminências musicais combinam-se prioritariamente com proeminências linguísticas. De fato, nossos trabalhos anteriores, que analisaram tanto cantigas medievais profanas quanto religiosas, mostraram que, em todos os casos, proeminências musicais combinam-se prioritariamente com proeminências linguísticas, trazendo pistas do acento e do ritmo na oralidade da época. No entanto, em percentuais bastante minoritários, há a possibilidade de proeminências musicais serem ocupadas por sílabas que não correspondem a proeminências linguísticas. Porém, isso acontece apenas em uma pequena parte dos casos porque, do contrário, não haveria a possibilidade de produção e reconhecimento de um padrão rítmico, já que os padrões de ritmo linguístico, poético e musical baseiam-se na repetição de estruturas.

Dando prosseguimento às investigações anteriores, com o objetivo de avançar na análise da relação entre letra e música em cantigas medievais religiosas e das pistas que essa relação pode trazer para a caracterização da prosódia de períodos passados da língua, o propósito deste trabalho é ampliar a investigação para além do ritmo, propondo um primeiro olhar também para a linha melódica dos enunciados, verificando se há alguma relação entre o direcionamento dessa linha (ascendente, descendente) e a realização fonética de diferentes atos de fala, tais como afirmação e interrogação, que, atualmente, nas vertentes portuguesa e brasileira da língua, se caracterizam por marcas entoacionais distintas. Para esta primeira incursão, serão consideradas duas *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X (1221–1284), cujas letras contêm tanto frases afirmativas quanto interrogativas: CSM74 (*Quen Santa Maria quiser deffender*) e CSM75 (*Omildade con pobreza*).

Apesar de a análise das cantigas consideradas permitir vislumbrar pistas importantes da realização do ritmo linguístico da língua da época, a análise preliminar das cantigas consideradas mostra que, para a investigação da entoação de períodos passados da língua, a construção de uma metodologia partindo da relação entre letra e música mostra-se muito mais complexa do que para o ritmo, uma vez que, nos casos mapeados, a mesma melodia pode servir ao canto de frases interrogativas e afirmativas, em diferentes estrofes da mesma canção.

2. As cantigas analisadas

As *Cantigas de Santa Maria* (de agora em diante, CSM) são uma coleção de 420 cantares[394] em louvor da Virgem Maria compiladas na segunda metade do século XIII, com notação musical – um monumento literário, «de longe a maior e mais rica coleção produzida nos vernáculos românicos da Idade Média» (Leão 2007: 21); o repertório musical mais importante da Europa no que se refere à lírica medieval (Anglés, 1964). O responsável pela sua compilação – e, por isso, reconhecido como seu autor – é Afonso X, o Rei Sábio de Castela.

Sobreviveram em quatro códices: o de Toledo (To), o menor e o mais antigo; o *códice rico* de El Escorial (T), o mais rico em conteúdo artístico, que forma um conjunto (os chamados *códices das histórias*) com o manuscrito de Florença (F); e o mais completo, o *códice dos músicos* – El Escorial (E).

Foram escolhidas, por conterem perguntas alternando com afirmações no texto dos poemas, de acordo com a edição de Mettmann (1986), duas cantigas para análise neste trabalho: CSM74 (*Quen Santa Maria quiser deffender*) e CSM75 (*Omildade con pobreza*). Por estarem localizadas ambas no primeiro cento de cantigas, ambas encontram-se registradas em três dos quatro códices das CSM: Toledo (To), Escorial rico (T) e Escorial (E).

Transcrevemos, em (1), a CSM74, na edição de Mettmann (1986: 242–243). Tendo sobrevivido em três manuscritos (To87, T74, E74), a CSM 74 conta a história de um pintor ameaçado de morte pelo demônio, uma vez que, enquanto pintava Santa Maria muito formosa, representava-o de maneira muito feia. Entrando o demônio na igreja, acompanhado de ventos fortes para matar o pintor, este chama pela Virgem, que o protege, salvando-o.

(1) COMO SANTA MARIA GUARECEU O PINTOR QUE O DEMO QUISERA MATAR PORQUE O PINTAVA FEO.

Quen Santa Maria quiser deffender,
non lle pod' o demo niun mal fazer.

E dest' un miragre vos quero contar
de como Santa Maria quis guardar

[394] Descontadas as repetidas – cf. Mettmann (1986: 7 e 24), Parkinson (1998: 179) e Bertolucci Pizzorusso (1993: 142).

un seu pintor que punnava de pintar
ela muy fremos' a todo seu poder.
Quen Santa Maria quiser defender...

E ao demo mais feo d' outra ren
pintava el sempr'; e o demo poren
lle disse: «Por que me tẽes en desden,
ou por que me fazes tan mal pareçer
Quen Santa Maria quiser defender...

A quantos me veen?» E el diss' enton:
«Esto que ch' eu faço é con gran razon,
ca tu sempre mal fazes, e do ben non
te queres per nulla ren entrameter.»
Quen Santa Maria quiser defender...

Pois est' ouve dit', o demo ss' assannou
e o pintor ferament' amẽaçou
de o matar, e carreira lle buscou
per que o fezesse mui çedo morrer.
Quen Santa Maria quiser defender...

Porend' un dia o espreytou aly
u estava pintando, com' aprendi,
a omagen da Virgen, segund' oý,
e punnnava de a mui ben compõer,
Quen Santa Maria quiser defender...

Por que pareçesse mui fremos' assaz.
Mais enton o dem', en que todo mal jaz,
trouxe tan gran vento como quando faz
mui grandes torvões e que quer chover.
Quen Santa Maria quiser defender...

Pois aquel vento na ygreja entrou,
en quanto o pintor estava deitou
en terra; mais el log' a Virgen chamou,
Madre de Deus, que o vẽess' acorrer.
Quen Santa Maria quiser defender...

E ela logo tan toste ll' acorreu
e fez-lle que eno pinzel se soffreu
con que pintava; e poren non caeu,
nen lle pod' o dem' en ren enpeeçer.
Quen Santa Maria quiser defender...

E ao gran son que a madeira fez
vẽeron as gentes logo dessa vez,
e viron o demo mais negro ca pez
fogir da ygreja u ss' ya perder.
Quen Santa Maria quiser defender...

E ar viron com' estava o pintor

colgado do pinzel; e poren loor
deron aa Madre de Nostro Sennor,
que aos seus quer na gran coita valer.
Quen Santa Maria quiser defender...

Nas figuras 1, 2 e 3, apresentamos os testemunhos da música da CSM74 nos três códices em que sobreviveu: Toledo (To), Escorial rico (T) e Escorial (E).

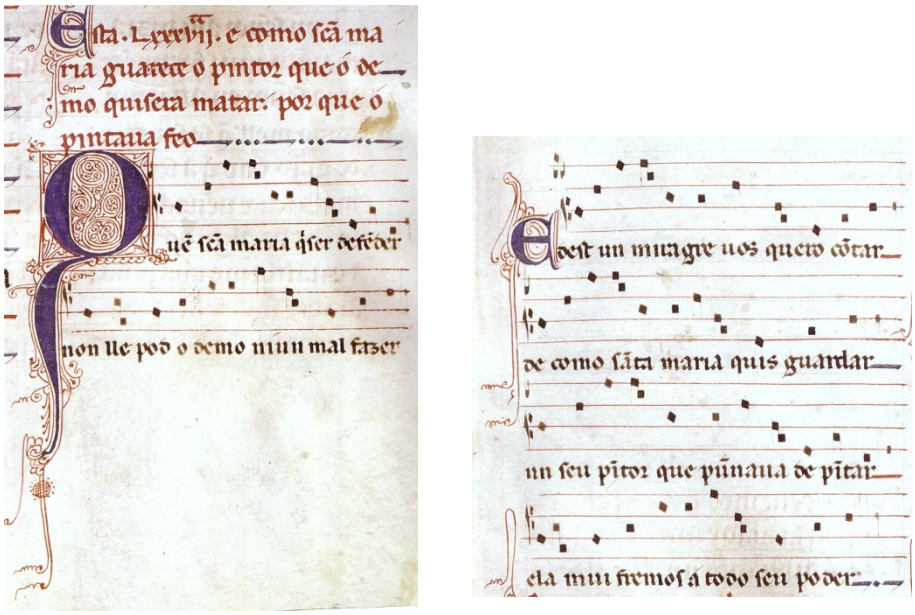


Figura 1. CSM74 em To87 (Edición facsímile do Códice de Toledo, 2003, f. 109v–110r)

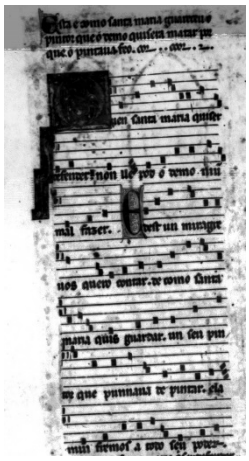


Figura 2. CSM74 em T74 (microfilme)

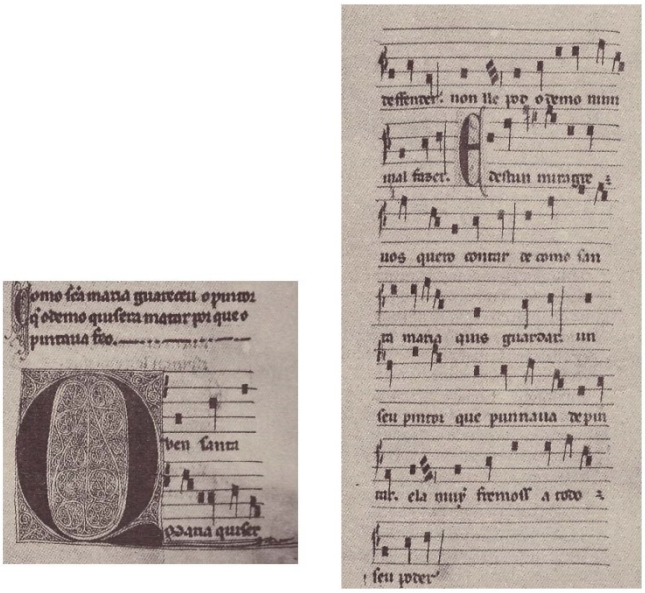


Figura 3. CSM74 em E74 (Anglés, 1964: 91v–92r)

A outra cantiga considerada é a CSM 75, que sobreviveu no testemunho de To99, T75 e E75. Conta a história de um clérigo que opta por acudir uma senhora muito pobre e humilde no seu leito de morte, enquanto seu superior decide acompanhar um senhor rico, porém orgulhoso. Chegando à humilde moradia da pobre velha, o clérigo vê santa Maria à sua cabeceira. Depois, retornando à casa do rico, vê demônios à espera de sua alma.

Em (2), transcrevemos a CSM75 na edição de Mettmann (1986: 244–249).

(2) COMO SANTA MARIA FEZ VEER AO CLERIGO QUE ERA MELLOR POBREZA CON OMILDADE CA REQUEZA MAL GÃADA CON ORGULLO E CON SOBERVIA.

Omildade con pobreza
quer a Virgen corõada,
mais d'orgullo con requeza
é ela mui despagada.

E desta razon vos direi | un miragre mui fremoso,
que mostrou Santa Maria, | Madre do Rey grorioso,
a un crerigo que era | de a servir desejoso;
e poren gran maravilla | lle foi per ela mostrada.
Omildade con pobreza...

Ena vila u foi esto | avia un usureiro
mui riqu' e muit' orgullos' e | sobervi' e tortiçeiro;
e por Deus nen por sa Madre | non dava sol nen dinneiro,

e de seu corpo pensava | muit' e de sa alma nada.
Omildade con pobreza...

Outrosi en essa vila | era hua velloçinna
mui cativa e mui pobre | e de tod' aver mesquinna;
mais amava Jesu-Cristo | e a ssa Madr', a Reÿa,
mais que outra ren que fosse. | E con tant' era pagada
Omildade con pobreza...

Tan muito, que non preçava | deste mundo nimigalla;
e porend' en hũa choça | morava, feita de palla,
e vivia das esmolnas | que lle davan; e sen falla
mui mais se pagava desto | ca de seer ben erdada.
Omildade con pobreza...

E estando desta guisa, | deu a ela fever forte,
e outrosi ao rico, | per que chegaron a morte:
mais a vella aa Virgen | avia por seu conorte,
e o rico ao demo, | que lle deu morte coitada.
Omildade con pobreza...

Mais o capelan correndo, | quando soube com' estava
o rico, vẽo aginna, | porque del aver coidava
gran peça de seus dinneiros, | ca el por al non catava,
e diss': «Esta 'nfermedade | semella muit' aficada.
Omildade con pobreza...

E porend' eu vos consello | que façades testamento,
e dad' a nossa ygreja | sequer çen marcos d'arento;
ca de quant' aqui nos derdes | vos dará Deus por un çento,
e desta guis' averedes | no Parayso entrada.»
Omildade con pobreza...

A moller, a que pesava | de que quer que el mandasse,
diss' ao crerigo toste | que daquesto se calasse,
ca seu marido guarria, | e que folga-lo leixasse,
entre tanto sa fazenda | averia ordinnada.
Omildade con pobreza...

Ao crerigo pesava | desto que ll' ela dizia,
mais por ren que lle dissese, | partir non s'ende queria;
e o ric' enton con sanna | mui bravo lle respondia:
«Na moller e enos fillos | ei mia alma ja leixada.»
Omildade con pobreza...

O crerig' assi estando | de sse non yr perfiado,
hũa moça a el vẽo | que lle trouxe tal mandado
da vella como morria, | e que lle désse recado
com' ouvesse maenfesto | e que fosse comungada.
Omildade con pobreza...

Diss' el enton: «Vay-te logo, | ca ben vees com' eu fico
aqui con est' ome bõo | que é onrrad' e mui rico,

que non leixarei agora | pola vella que no bico
ten a mort' á mais dun ano, | e pero non é finada.»
Omildade con pobreza...

Quand' aquest' oyu a moça | da vella, foi-se correndo
e achó-a mui coitada | e cona morte gemendo,
e disse-ll': «Aquel moogo | non verrá, per quant' entendo,
nen per el, macar moirades, | non seredes soterrada.»
Omildade con pobreza...

Quand' est' entendeu a vella, | foi mui trist' a maravilla
e disso: «Santa Maria | Virgen, de Deus Madr' e Filla,
ven por mi' alm' e non pares | mentes a mia pecadilla,
ca non ey quen me comungue | e sõo desamparada.»
Omildade con pobreza...

En casa do ric' estava | un crerigo d' avangeo
que ao capelan disse: | «Vedes de que me reçeo:
se aquesta vella morre, | segund' eu entend' e creo,
será vos de Jesu-Cristo | a sa alma demandada.»
Omildade con pobreza...

E o capelan lle disse: | «Esto non me conselledes,
que eu leix' est' ome bõo; | mas id' y se ir queredes,
e de quant' alá gãardes, | nulla parte non me dedes.»
E o evangelisteiro | se foi logo sen tardada,
Omildade con pobreza...

E fillou o Corpus Cristi | e o caliz da ygreja;
e quando foi aa choça, | viu a que bẽeyta seja,
Madre do que se non paga | de torto nen de peleja,
seend' aa cabeçeira | daquela vella sentada.
Omildade con pobreza...

E viu con ela na choça | hũa tan gran claridade,
que ben entendeu que era | a Sennor de piadade.
E el tornar-se quisera, | mas disso-ll' ela: «Entrade
cono corpo de meu Fillo, | de que eu fui emprennada.»
Omildade con pobreza...

E pois entrou, viu a destro | estar hũas seys donzelas
vestidas de panos brancos, | muit' apostas e mais belas
que son lilios nen rosas, | mas pero non de conçelas,
outrosi nen d' alvayalde, | que faz a cara 'nrrugada.
Omildade con pobreza...

E siian assentadas | en palla, non en tapede;
e disse a Virgen santa | ao crerigo: «Seede,
e aquesta moller bõa | comungad' e assolvede,
como çed' a Parayso | vaa u ten ja pousada.»
Omildade con pobreza...

O crerigo, macar teve | que lle dizia dereito

a Virgen Santa Maria | non quis con ela no leito
seer, mais fez aa vella | que se ferisse no peito
con sas mãos e dissesse: | «Mia culpa, ca fui errada.»
Omildade con pobreza...

E pois foi maenfestada, | Santa Maria alçó-a
con sas mãos, e tan toste | o crerigo comungó-a;
e desque foi comungada, | u xe jazia deitó-a,
e disse-ll' enton a vella: | «Sennor, nossa avogada,
Omildade con pobreza...

Non me leixes mais no mundo | e leva-me ja contigo
u eu veja o teu Fillo, | que é teu Padr' e amigo.»
Respos-lle Santa Maria: | «Mui çedo serás comigo;
mais quero que ant' un pouco | sejas ja quanto purgada,
Omildade con pobreza...

Por que tanto que morreres | vaas log' a Parayso
e non ajas outr' enpeço, | mais senpre goyo e riso,
que perdeu per sa folia | aquel rico de mal siso,
por que sa alma agora | será do demo levada.»
Omildade con pobreza...

E ao crerig' ar disse: | «Ide-vos, ca ben fezestes,
e muito sõo pagada | de quan ben aqui vẽestes;
e, par Deus, mellor consello | ca o capelan tevestes,
que ficou con aquel rico | por levar del gran soldada.»
Omildade con pobreza...

Enton o clerigo foi-se | a cas do rico maldito,
u o capelan estava | ant' el en gẽollo fito;
e ar viu a casa chẽa, | per com' eu achei escrito,
de diabos que vẽeran | por aquel' alma julgada.
Omildade con pobreza...

Entonçe se tornou logo | aa choça u leixara
a vella, e viu a Virgen | tan fremosa e tan crara,
que o chamou con sa mão | como xo ante chamara,
dizendo: «Ja levar quero | a alma desta menguada.»
Omildade con pobreza...

Enton diss' aa vella: | «Ven-te ja comigo, ay amiga,
ao reyno de meu Fillo, | ca non á ren que che diga
que te log' en el non colla, | ca el dereito joyga.»
E tan tost' a moller bõa | foi deste mundo passada.
Omildade con pobreza...

E ao crerig' a Virgen | disse que mui ben fezera
e que mui ben s'acharia | de quanto ali vẽera,
demais faria-ll' ajuda | mui çed' en gran coita fera;
e pois aquest' ouve dito, | foi-s' a Benaventurada.
Omildade con pobreza...

E enquant' a Virgen disse, | sempr' o crerig' os gẽollos
teve ficados en terra, | chorando muito dos ollos;
e tornou-ss' a cas do rico, | e ouv' y outros antollos,
ca viu de grandes diabos | a casa toda çercada.
Omildade con pobreza...

E pois que entrou, viu outros | mayores que os de fora,
muit' espantosos e feos, | e negros mui más ca mora,
dizendo: «Sal acá, alma, | ca ja tenpo é e ora
que polo mal que feziste | sejas senpr' atormentada.»
Omildade con pobreza...

E a alm' assi dizia: | «Que será de min, cativa?
Mais valvera que non fosse | eu en este mundo viva,
pois ei de soffrer tal coita | no ynferno, tan esquiva,
agora a Deus prouguesse | que foss' en poo tornada.»
Omildade con pobreza...

Quand' o crerigo viu esto, | fillou-se-ll' ende tal medo,
que de perder-se ouvera; | mas acorreu-lle mui çedo
a Virgen Santa Maria, | que o tirou pelo dedo
fora daquel lugar mao, | como Sennor mesurada.
Omildade con pobreza...

E disse-lle: «Para mentes | en quant' agor' aqui viste
outrosi e ena choça, | ali u migo seviste;
que ben daquela maneira | que o tu tod' entendiste
o conta log' aas gentes | sen ningũa delongada.»
Omildade con pobreza...

O clerigo fez mandado | da Virgen de ben conprida,
e mentre viveu no mundo | foi ome de santa vida;
e depois, quando ll' a alma | de sa carne foi saida,
levó-a Santa Maria; | e ela seja loada.
Omildade con pobreza...

Nas figuras 4, 5 e 6, apresentamos os testemunhos da música da CSM75 nos três códices em que sobreviveu: Toledo (To), Escorial rico (T) e Escorial (E).

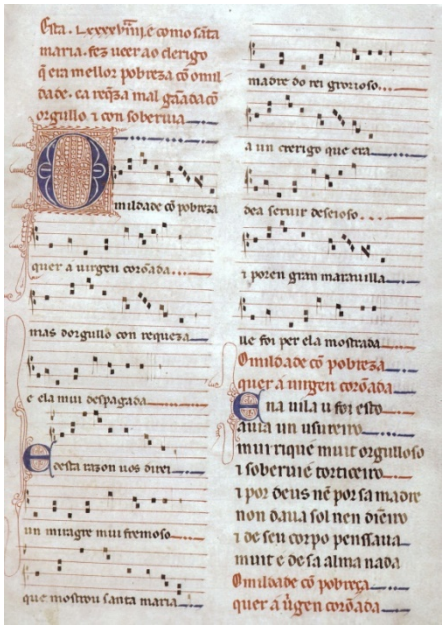


Figura 4. CSM75 em To99 (Edición facsímile do Códice de Toledo, 2003, f. 128r)

Figura 5. CSM75 em T75 (microfilme)

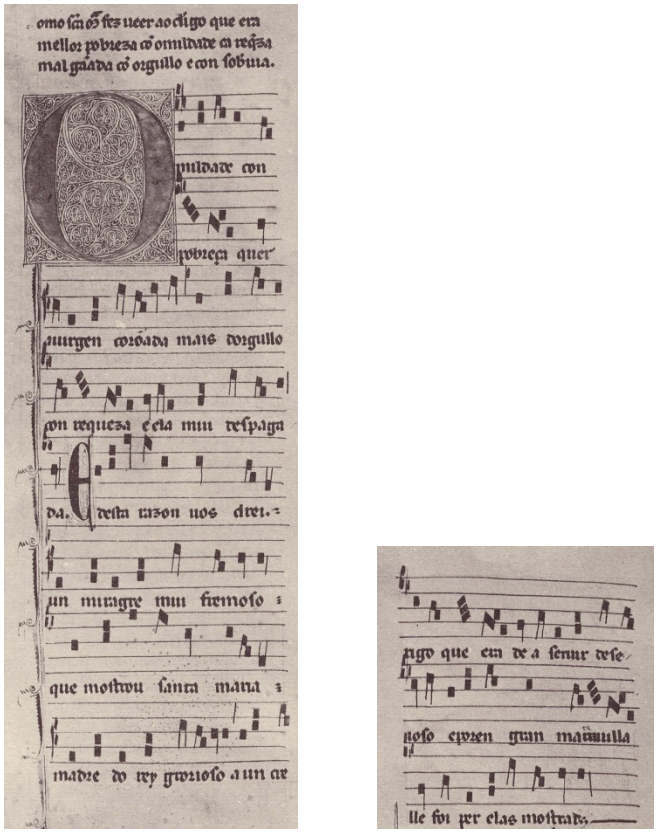


Figura 6. CSM75 em E75 (Anglés, 1964: 92v)

3. Letra e música

Na opinião de Ferreira (1994: 58), do ponto de vista musical, a coleção das CSM é especialmente notável entre a documentação remanescente de música medieval monódica, por duas razões: a) representa vinte anos de investimento centralizado de composição e edição e b) usa dois sistemas notacionais semimensurais originais, uma vez que a notação adotada pelo manuscrito de Toledo (To), apesar de mais antigo, ser de criação mais recente de que a de T, F e E.

Na figura 7, apresentamos a atualização da notação musical realizada na edição de Anglés (1943: 82) da CSM74, com base nos três manuscritos em que sobreviveu.

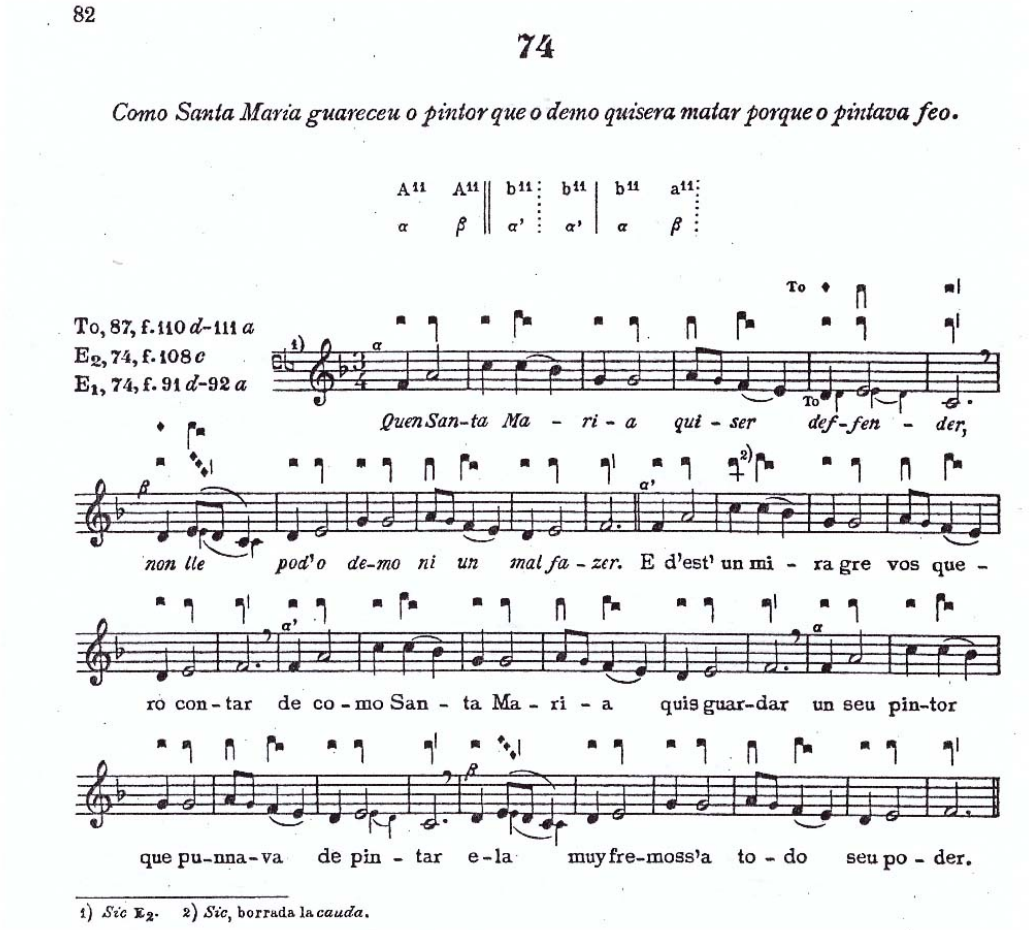
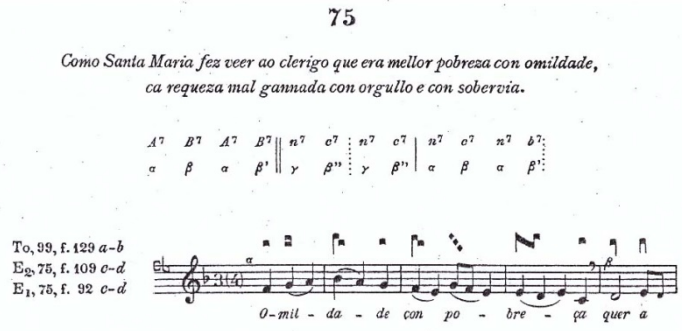


Figura 7. CSM74: notação musical de Anglés (1943: 82)

A figura 8 traz a edição de Anglés (1943: 82–83) da CSM75, com a interpretação feita pelo autor em notação musical atualizada, também baseada nos três testemunhos da cantiga.



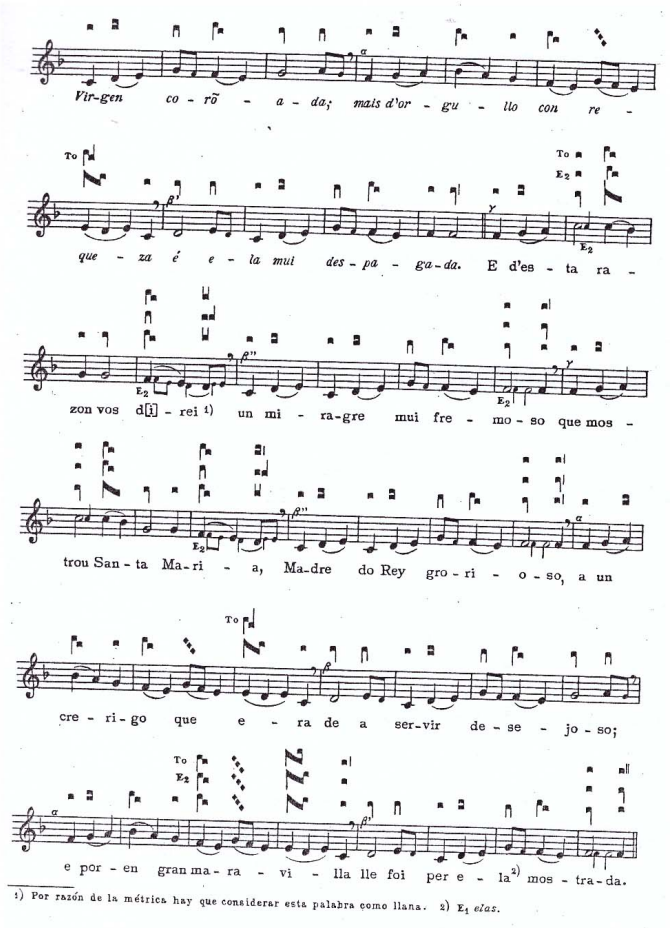


Figura 8. CSM75: notação musical de Anglés (1943: 82–83)

Como já mostrado na Introdução, em trabalhos anteriores (Massini-Cagliari 2008, 2010, 2011), em que investigamos as pistas do ritmo linguístico do galego-português a partir da notação musical de cantigas profanas e religiosas, mostramos a pertinência da consideração da notação musical para a confirmação da silabação de ditongos e hiatos e a realização fonética de processos de sândi, tais como a elisão. Tais fenômenos também podem ser observados a partir da notação musical das CSM74 e 75, em que a notação musical confirma as hipóteses de silabação realizadas a partir da estrutura métrico-poética da cantiga.

Por exemplo, a CSM74 é composta de versos agudos de onze sílabas, inclusive no refrão. Este fato já indicaria (mesmo se não conhecêssemos a etimologia da palavra) a realização do nome *Maria* com um hiato no encontro IA, mas é reforçado pelo fato de haver notas individualizadas relacionadas às duas vogais na notação musical, indicando a sua realização em sílabas diferentes, como se pode ver na figura 9.

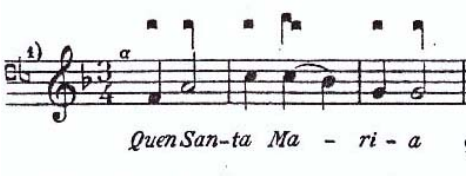


Figura 9. 1.ª linha da notação musical de Anglés (1943: 82) para a CSM74

O nome de *Maria* também aparece no segundo verso da primeira estrofe da CSM75, cuja notação musical aparece na 5.ª linha de pentagramas da edição de Anglés (1943: 83) – figura 10. Também nessa cantiga há notas diferentes destinadas ao canto de cada uma das vogais, indicando o hiato. Além disso, o ornamento sobre a vogal *i* (várias notas para o canto da mesma vogal) e seu posicionamento como nota inicial no compasso indicam sua maior proeminência rítmica, comparativamente à vogal *a*. Na figura 10, é interessante observar também a distribuição de notas relativas às vogais da palavra *grorioso*, também indicando o hiato entre as vogais IO. A realização dos hiatos nesses dois casos confirma a silabação já indiciada pela estrutura métrico-poética da cantiga, composta de versos graves de 15 sílabas nas estrofes e 7, no refrão.

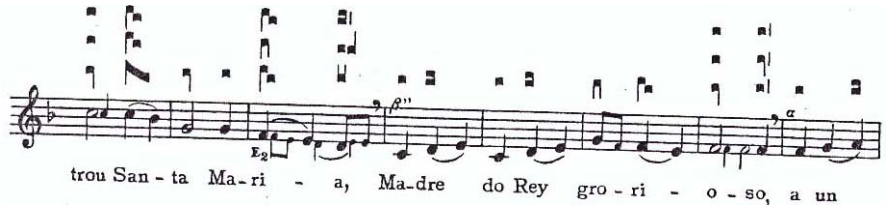


Figura 10. 5.ª linha da notação musical de Anglés (1943: 83) para a CSM75

Por outro lado, quando uma mesma e única nota é indicada como alvo do canto de duas vogais, este fato indica a sua realização como ditongo. É o que ocorre na 4.ª linha musical da CSM74 na edição de Anglés (1943: 82), em que às duas vogais da palavra *muy* corresponde uma única nota musical – figura 11.

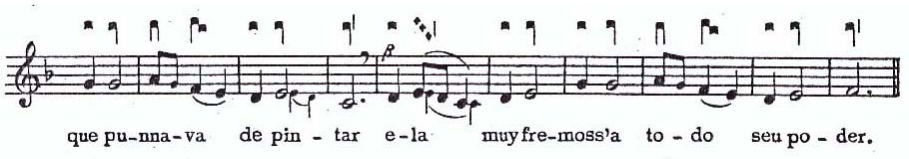


Figura 11. 4.ª linha da notação musical de Anglés (1943: 82) para a CSM74

A supressão de uma vogal na escrita, quando esta é átona e ocorre em final de uma palavra seguida de outra iniciada por vogal, pode indicar a ocorrência do processo de elisão. A elisão, segundo Xavier e Mateus (1990: 140), pode ser definida como um «fenómeno de fonética sintáctica que consiste na supressão de uma vogal átona final quando a palavra seguinte começa por vogal».[395] Na notação musical, a ocorrência de apenas uma nota musical para a realização das duas sílabas (a final da primeira palavra e a inicial da palavra seguinte) dá pistas da realização do processo de elisão. Na segunda linha da notação de Anglés (1943: 82) para a CSM74, figura 12, há dois momentos que indiciam a ocorrência de elisão: a) no final do refrão, «non lle pode o demo niun mal fazer», transcrita como «non lle po**d'o** demo niun mal fazer», em que à sílaba «d'o» corresponde a uma única nota musical; b) no início da primeira estrofe, em que «E **dest' un** miragre», que provém de «E de este un miragre», em que a aplicação da elisão reduz a 5 sílabas uma combinação originalmente com 7 sílabas. A realização das duas elisões é confirmada pela notação musical.

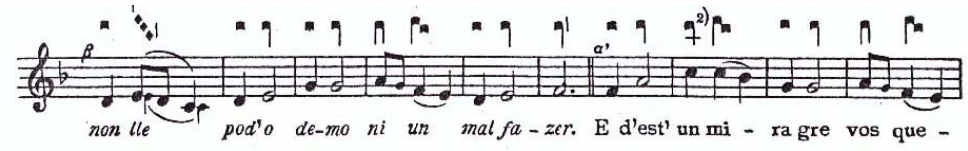


Figura 12. 2.ª linha da notação musical de Anglés (1943: 82) para a CSM74

Porém, não é apenas da silabação que a consideração da relação entre letra e música pode trazer pistas, em termos rítmicos; é também possível extrair pistas da proeminência relativa de clíticos e de sílabas pretônicas, que podem eventualmente ocupar posição de proeminência musical. Além disso, seria possível confirmar a posição da proeminência rítmica linguística, em caso de padrões acentuais pouco frequentes, como as proparoxítonas.

Por exemplo, na CSM75, ocorre a palavra *crerigo*, considerada proparoxítona, a partir da sua etimologia conhecida. Sua realização enquanto tal pode ser confirmada

[395] A definição colhida em Xavier e Mateus (1990) coincide com definições anteriores desse processo, encontradas em dicionários de Linguística. A este respeito, veja-se Câmara Jr. ([1973]: 157), que chama atenção para o fato de a elisão também ser denominada, na literatura especializada, de «sinalefa». É exatamente este o termo utilizado por Cunha (1961).

na medida em que sua primeira sílaba, proeminente no nível linguístico, se combina com a proeminência musical inicial de compasso, na 6.ª linha de pentagramas da edição de Anglés (1943: 83).

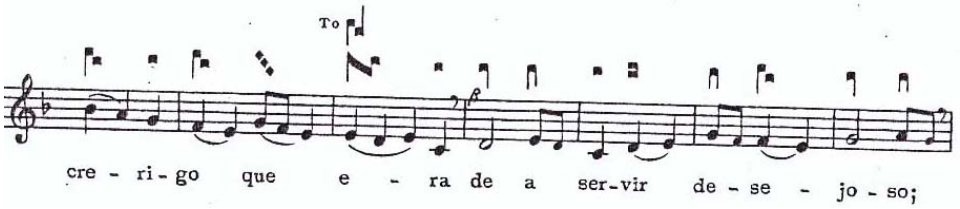


Figura 13. 6.ª linha da notação musical de Anglés (1943: 83) para a CSM75

A possibilidade de ocorrência de clíticos em posição de proeminência musical pode, por sua vez, indicar que essas palavras, por definição consideradas átonas no nível lexical, ligando-se a outras palavras, suas hospedeiras, em nível da combinação sintática, talvez não fossem completamente desprovidas de proeminência na época medieval. Na figura 12, já mostrada anteriormente, ocorrem diversos clíticos: *lle, o, e, de, un, vos*. Alguns desses clíticos, como era de se esperar, ocorrem em posições ritmicamente não proeminentes, tanto musical quanto linguisticamente: *lle, o, de*. No entanto, outros ocorrem em início de compasso, posição considerada musicalmente proeminente: *e, un, vos*. Em trabalhos anteriores (Massini-Cagliari 2008, 2010, 2011), este tipo de ocorrência fez com que levantássemos a hipótese de que, em termos rítmicos, clíticos, na época medieval, provavelmente carregavam algum nível de proeminência prosódica, uma vez que a coincidência entre proeminências rítmicas linguísticas e musicais é favorecida, na combinação entre letra e música. Fenômeno semelhante ocorre com relação às sílabas pretônicas.

As figuras 14 e 15 ilustram a possibilidade de sílabas pretônicas ocorrerem em posição de proeminência musical (ou seja, na posição inicial proeminente de compasso). Na figura 14, no início do refrão da CSM75, a sílaba inicial de ***O****mildade* recebe proeminência musical, tanto quanto a sílaba *da*, acento principal da palavra. Já na figura 15, que traz o segundo verso do refrão da mesma cantiga, é a vez da sílaba *co*, inicial de *corõada*, receber proeminência musical, tanto quanto a sílaba correspondente ao acento primário da palavra.

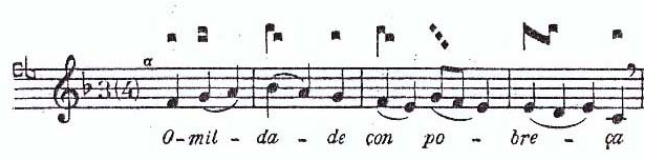


Figura 14. 1.ª linha da notação musical de Anglés (1943: 82) para a CSM75

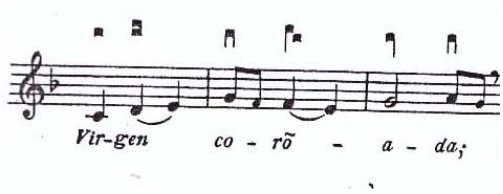


Figura 15. 2.ª linha da notação musical de Anglés (1943: 83) para a CSM75

Em se considerando a tendência mostrada em artigos anteriores de que proeminências musicais tendem a se combinar com proeminências linguísticas/poéticas, pode-se perceber um fenômeno bastante interessante, relativo à CSM 74: seu ritmo musical, no decorrer de toda a cantiga, se baseia em uma alternância binária – sempre uma sílaba musicalmente proeminente seguida de outra não proeminente. Para garantir esta alternância, nem sempre ocorrem sílabas tônicas (ou seja, sílabas portadoras de acento primário ou monossílabos tônicos) nos momentos de proeminência musical; muitas vezes, como pudemos ver, a alternância é garantida pela presença de clíticos ou sílabas pretônicas. No entanto, em alguns momentos, inclusive sílabas aparentemente desprovidas de proeminência linguística podem ocupar a posição de proeminência musical. Na segunda linha da pauta de Anglés, correspondente à sílaba *t'un* (de *E dest'un*) da figura 12, em todas as estrofes, há um momento em que, em algumas estrofes, uma sílaba átona final (postônica) cai em uma posição rítmica que Anglés (1943) considerou como início de compasso – portanto, com proeminência musical. No conjunto das 10 estrofes da CSM75, a esta nota específica, correspondem 3 tônicas, 2 monossílabos tônicos, 1 pretônica, 2 átonas finais, 2 monossílabos átonos. Em outras palavras, em 60% dos casos, ocorre o esperado (ou seja, a combinação de proeminência linguística e musical); entretanto, em 40%, ocorre o não esperado (ou seja, no ponto da proeminência musical, além dos 6 casos de sílabas tônicas, monossílabos tônicos, pretônicas e clíticos, ocorrem também sílabas átonas finais de palavra e monossílabos átonos).

Acontece que, ao analisar o agrupamento do compasso feito por Anglés (1943), percebemos que, logo após esta nota que pode se combinar com sílabas não proeminentes no nível linguístico, há duas notas, que podem ser consideradas mais fortes ritmicamente, segundo Ferreira (1986: 39), dentro de uma concepção de modelo «rimnésico» da «acentuação musical» nas cantigas de amigo de Martim Codax. Para Ferreira (1986), que parte das cantigas registradas no pergaminho Vindel, diferentemente do que pensa Anglés (1943) para as CSM, a intensidade não é fator suficiente para a caracterização da proeminência musical nas cantigas de amigo.[396]

> *A maior duração, a maior acuidade ou a maior densidade não bastam, separadamente, para que se conclua da existência de uma acentuação; se queremos que a análise seja concludente, teremos que ver sobre que sílabas estes indicadores aparecem total ou parcialmente conjugados. Propomos neste trabalho que se considere condição necessária e suficiente para a identificação de um apoio acústico a conjugação de dois desses indicadores, desde que o terceiro factor de acentuação não dê uma indicação negativa. Assim, será considerado apoio acústico o lugar em que um elemento melódico apresente, relativamente ao anterior, a) maior duração, maior acuidade, e densidade superior ou equivalente; ou b) maior acuidade, maior densidade, e duração superior ou equivalente; ou c) maior densidade, maior duração, e acuidade superior ou equivalente.* (Ferreira, 1986: 33).

Entretanto, o mesmo autor reconhece que esta pode ser uma característica específica das cantigas de amigo de Martim Codax, uma vez que, ao examinar as cantigas de amor de D. Dinis sobreviventes no Pergaminho Sharrer, percebe que a duração assume um papel de vulto, na marcação da proeminência musical.

> *Apesar do uso de padrões rítmicos modais, o estilo rítmico predominante nas cantigas dionisinas pode ser descrito como um isossilabismo florido, isto é, uma tendência para equalizar a duração das sílabas, dando a estas um valor suficientemente prolongado para admitir floreados melódicos invulgarmente ricos.* (Ferreira 2005: 98).

[396] «A respeito da longitude (ou DURAÇÃO), tem sido reconhecido e está experimentalmente provado que o alongamento relativo de um som pode criar um efeito acentual. No que se refere à altitude (ou altura), é certo, por exemplo, que uma maior ACUIDADE relativa tende a veicular uma acentuação. Quanto à crassitude (ou espessura) sonora, podemos entendê-la enquanto INTENSIDADE, que é o factor acentual mais em evidência, ou enquanto DENSIDADE, definida como medida mélica da energia despendida no ataque de uma sílaba; pode destacar-se uma sílaba carregando-a de notas. A acentuação está também relacionada com a construção melódica: sabe-se que a reiteração, a intervalos regulares, de um som tende a produzir um efeito acentual. Tendo em conta estes factores, poderemos forjar um método que nos permita assinalar, com alguma certeza, a acentuação imanente a qualquer toada cuja curvatura e ritmo nos sejam conhecidos.» (Ferreira 1986: 31 e 33).

Para além de analisar o nível rítmico da relação entre música e letra das cantigas medievais galego-portuguesas, o objetivo deste trabalho é propor uma primeira e experimental incursão no estudo do nível melódico, investigando se, assim como é possível extrair pistas da realização do ritmo da língua a partir da notação musical do poema, é igualmente possível extrair alguma informação relevante a respeito da realização fonética da entoação[397] naquela época, ampliando, desta maneira, o estudo da prosódia de períodos passados da língua para outros fenômenos.

Entoação é a variação na altura melódica da fala, que incide sobre as sílabas ou sobre os enunciados (Cagliari 2007). Câmara Jr. ([1973]: 161) define entoação como uma «escala de elevação e abaixamento da voz com que se enuncia uma frase».

A relação entre a variação melódica e a caracterização de significados é bem descrita por Xavier e Mateus (1990: 143), no verbete **entoação**, do *Dicionário de Termos Linguísticos*: «Utilização de tipos de tons recorrentes, cada um dos quais com um conjunto relativamente consistente de significados, quer em palavras isoladas, quer em grupos de palavras de dimensões variadas.» As autoras também caracterizam muito bem a relação entre melodia e ritmo: «A organização entoacional destes tipos de tons está directamente relacionada com a proeminência relativa pela qual se encontram estruturados ritmicamente. A entoação pode ainda ser entendida como um traço tonal que se refere à presença de um acento nuclear.»

Massini-Cagliari e Cagliari (2001: 117) mostram que todas as sílabas da fala são pronunciadas com certa altura melódica. Nas línguas tonais, como o chinês, cada sílaba das palavras tem uma altura melódica fixa, enquanto que nas línguas entoacionais, como o Português Brasileiro atual, diferentes tipos de enunciados carreiam padrões melódicos pré-determinados pelo sistema. Neste caso, as 'frases declarativas' se distinguem das 'frases interrogativas' porque as primeiras apresentam um padrão entoacional descendente e as segundas, um padrão ascendente. De fato, já Câmara Jr. ([1973]: 161) havia apontado para esta distinção melódica entre frases declarativas e afirmativas no Português Brasileiro, descrevendo-a diferentemente, no entanto: «Na frase declarativa normal, a voz eleva-se numa primeira parte ascendente e em seguida

[397] Também comumente referida como «entonação» (Trask 2004: 91) ou «intonação» (Scarpa 1976), como tradução ao termo inglês *intonation*.

decresce numa segunda parte descendente. A frase interrogativa e a exclamativa só têm a patê ascendente.»

Como mostram os exemplos abaixo, adaptados de Massini-Cagliari e Cagliari (2001: 118), no Português Brasileiro atual, apenas a diferença de linha melódica, ascendente ou descendente, já é suficiente para marcar a diferença semântica entre afirmação e pergunta, mesmo quando não há marcas sintáticas diferenciais.

Significado	**Exemplo**
declaração, asserção	João perdeu tudo.
Interrogação	João perdeu tudo?

Quadro 1. Padrões entoacionais declarativo e interrogativo no Português Brasileiro

Para a análise da correlação entre as melodias linguística e musical, partimos da edição de Anglés (1943: 82–83) para as CSM74 e 75 – figuras 7 e 8, em que consta a notação atualizada que serviu de base ao mapeamento do direcionamento ascendente ou descendente da melodia dos trechos específicos da cantiga em que aparecem pergutnas. O objetivo é analisar a linha melódica dos enunciados, verificando se há alguma relação entre o direcionamento da linha (ascendente, descendente) e a diferença entre afirmação e interrogação. A indagação por detrás da análise é a seguinte: no século XIII, a diferença entre afirmações e perguntas já se expressava pela entoação, a exemplo do que acontece hoje no Português Brasileiro? E, em caso afirmativo, é possível extrair da notação musical das cantigas medievais galego-portuguesas pistas que possam comprovar esta diferença?

Passaremos, agora, a focalizar os trechos em que ocorrem perguntas na «letra» das CSM74 e 75.

Na CSM74, a pergunta focalizada ocorre no primeiro verso da 3.ª estrofe, transcrita abaixo na edição de Mettmann (1986: 242):

(3) A quantos me veen?» E el diss' enton:
«Esto que ch' eu faço é con gran razon,
ca tu sempre mal fazes, e do ben non

te queres per nulla ren entrameter.»
Quen Santa Maria quiser defender...

Acontece que esta estrofe se realiza, como é costume nas CSM, sobre a mesma melodia da primeira estrofe (reproduzida em 4), a única que costuma receber notação musical nos manuscritos das CSM. Entretanto, nesta estrofe, no primeiro verso, não há a ocorrência de uma pergunta, mas de uma afirmação.

(4) E dest' un miragre vos quero contar
de como Santa Maria quis guardar
un seu pintor que punnava de pintar
ela muy fremos' a todo seu poder.
Quen Santa Maria quiser defender...

A co-ocorrência destes dois versos com a mesma melodia é representada na figura 16.

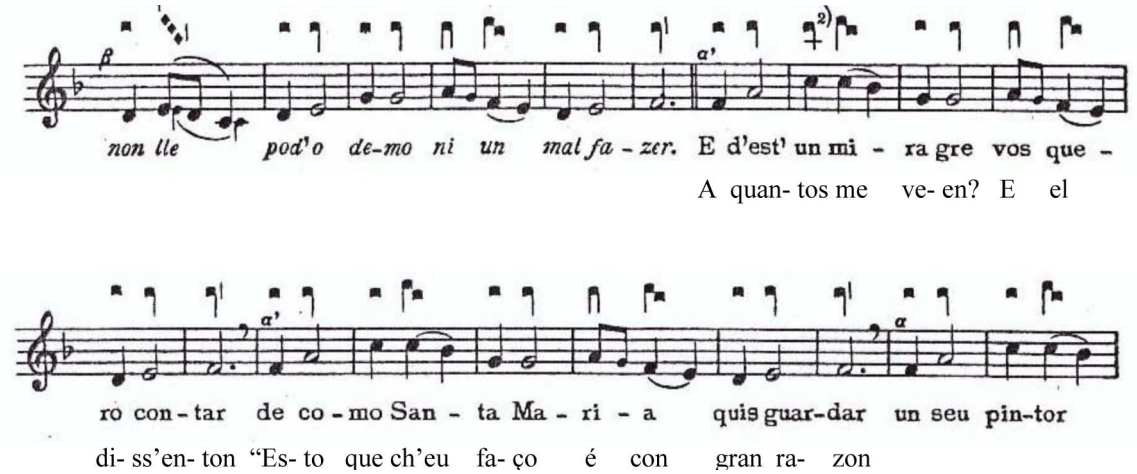


Figura 16. CSM74, notação musical de Anglés (1943: 82), linhas 2 e 3, estrofes 1 e 3

O que se percebe a partir da análise da figura 16 é que a melodia referente à pergunta «A quantos me veen?» é a mesma que recai sobre o início de uma afirmação, «E d'est'um miragre». No Português Brasileiro atual, ambos os contextos, pergunta e parte de afirmação a ser completada, se caracterizam por tons melódicos ascendentes, indicando incompletude. Neste sentido, este trecho poderia trazer pistas de que a melodia musical estaria representando, de alguma forma, a melodia linguística. Como este tipo de «incompletude» se estende a todos os demais versos da cantiga, esta hipótese poderia ser reforçada.

No entanto, não se pode generalizar esta constatação a todas as ocorrências de perguntas nas CSM. Como se pode observar em (5), na 31.ª estrofe da CSM75 (Mettmann, 1986: 249), aparece uma pergunta, que ocorre justamente em posição de proeminência rítmica, uma vez que, sobre ela, recai a rima.

(5) E a alm' assi dizia: | «Que será de min, cativa?
Mais valvera que non fosse | eu en este mundo viva,
pois ei de soffrer tal coita | no ynferno, tan esquiva,
agora a Deus prouguesse | que foss' en poo tornada.»
Omildade con pobreza...

Como se pode ver a partir da figura 17, a melodia dos versos em (5) correspondem à melodia da 1.ª estrofe da CSM 75, transcritas em (6), a partir de Mettmann (1986: 244):

(6) E desta razon vos direi | un miragre mui fremoso,
que mostrou Santa Maria, | Madre do Rey grorioso,
a un crerigo que era | de a servir desejoso;
e poren gran maravilla | lle foi per ela mostrada.
Omildade con pobreza...

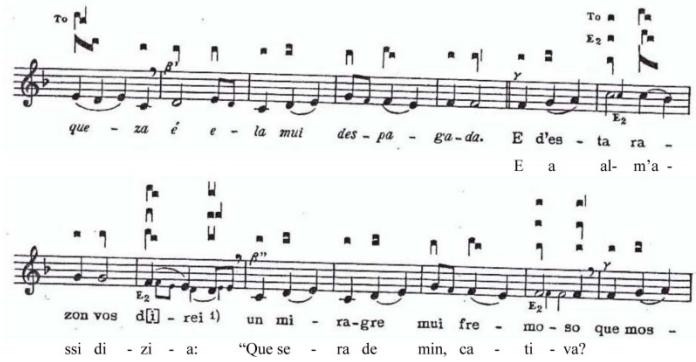


Figura 17. CSM75, notação musical de Anglés (1943: 83), linhas 3 e 4, estrofes 1 e 31

Ao contrário do verificado para a CSM74 a partir da figura 16, a figura 17 mostra que a mesma melodia é utilizada para realizar no canto tanto uma pergunta quanto uma afirmação, o que milita em contrário da possibilidade de extrair pistas da melodia das cantigas medievais galego-portuguesas para a investigação dos contornos entoacionais existentes na língua da época.

4. Conclusão

A análise das cantigas consideradas mostra que, para a investigação da entoação de períodos passados da língua, a construção de uma metodologia partindo da relação entre letra e música mostra-se muito mais complexa do que para o ritmo. A notação musical das duas cantigas consideradas, as CSM74 e 75, traz evidências importantes da realização fonética de fenômenos rítmicos da época, tais como silabação de sequências vocálicas e processos de sândi como a elisão, além de fornecer evidências da proeminência relativa de clíticos e sílabas pretônicas e de confirmar padrões acentuais menos frequentes, como as proparoxítonas.

Entretanto, a análise da melodia das duas cantigas, em busca de pistas da realização da entoação, trouxe resultados conflitantes. Enquanto a melodia da CSM74 parece mostrar uma coincidência entre padrões melódicos musicais e linguísticos indicativos de incompletude, na CSM75, a mesma melodia realiza o canto de frases interrogativas e afirmativas, em diferentes estrofes da mesma canção e em posição de proeminência rítmica. Assim sendo, embora a comparação entre letra e música se constitua, por enquanto, na única pista que se tem a respeito de como poderia ter soado a melodia da fala dos trovadores, ainda não é suficiente para extrairmos informações seguras de como teria se estruturado a entoação da época, em termos de desenho ascendente ou descendente da curva melódica.

Uma razão para este fato pode ser a apontada por Ferreira (2005: 65):

> *A falta de solidariedade entre o texto trovadoresco e sua melodia parece ser confirmada pela re-utilização da mesma música em estrofes de conteúdo variado, pelo recurso frequente a uma tipologia musical convencional, pela falta de fixidez dos detalhes melódicos e pela práctica corrente de se retomar uma melodia conhecida para se musicar outro poema (*contrafactio*)* [...].

Porém, o mesmo autor faz uma ressalva, que mantém viva a nossa esperança de encontrar, no futuro, uma metodologia que forneça pistas de como teria soado a melodia de períodos passados da língua, dos quais não sobreviveram registros orais: «devemos, porém, ter a preocupação de evitar uma abordagem anacrónica da questão, já que os compositores poderiam ter outras formas de reflectir a sensibilidade ao texto» (Ferreira 2005: 65).

Referências

Afonso X O Sabio. 2003. *Cantigas de Santa María*: edición facsímile do Códice de Toledo (To). Biblioteca Nacional de Madrid (Ms. 10.069). Vigo: Consello da Cultura Galega, Galáxia.

Alfonso X, El Sabio. 1979. *Cantigas de Santa Maria*: edición facsímil del códice T.I.1 de la Biblioteca de San Lorenzo el Real de El Escorial, siglo XIII. Madrid: Edilan. 2v.

Anglés, Higinio. 1943. *La Música de las Cantigas de Santa María del Rey Alfonso el Sabio*. – Facsímil, transcripción y estudio critico por Higinio Anglés. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona; Biblioteca Central; Publicaciones de la Sección de Música. Volume II – Transcripción Musical.

Anglés, Higinio. 1964. *La Música de las Cantigas de Santa María del Rey Alfonso el Sabio*. – Facsímil, transcripción y estudio critico por Higinio Anglés. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona; Biblioteca Central; Publicaciones de la Sección de Música. Volume I: Facímil del Códice *j.b.2* de El Escorial.

Bertolucci Pizorusso, Valeria. 1993. «Cantigas de Santa Maria». In Lanciani, Giulia e Tavani, Giuseppe (orgs.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, 142–146. Lisboa: Caminho.

Cagliari, Luiz Carlos. 2007. *Elementos de Fonética do Português Brasileiro*. São Paulo: Paulistana.

Câmara Jr., Joaquim Mattoso. [1973] *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor.

Costa, Daniel Soares. 2010. *A interface música e lingüística como instrumental metodológico para o estudo da prosódia do português arcaico.* Tese de Doutorado (Linguística e Língua Portuguesa). Araraquara, FCL/UNESP.

Cunha, Celso Ferreira. 1961. *Estudos de poética trovadoresca: versificação e ecdótica*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro.

Ferreira, Manuel Pedro. 1986. *O som de Martin Codax: sobre a dimensão musical da lírica galego-portuguesa (séculos XII-XIV)*. Lisboa: UNYSIS, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

Ferreira, Manuel Pedro. 1994. «The Stemma of the Marian Cantigas: Philological and Musical Evidence». *Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria* 6: 58–98. Cincinnati.

Ferreira, Manuel Pedro. 2005. *Cantus coronatus*. *7 Cantigas d'El-Rei Dom Dinis by King Dinis of Portugal*. Kassel: Reichenberger.

Leão, Ângela Vaz. 2007. *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o sábio*. *Aspectos culturais e literários*. São Paulo: Linear B; Belo Horizonte: Veredas & Cenários.

Massini-Cagliari, Gladis. 2011. «Contribuição para a análise do ritmo linguístico das cantigas medievais profanas e religiosas a partir de uma interface Música-Linguística». In Rebelo, H. (coord.) *Lusofonia: Tempo de Reciprocidades. Actas do IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Madeira, 4 a 9 de agosto de 2008*, vol. I, 41–53. Porto: Edições Afrontamento.

Massini-Cagliari, Gladis. 2010. «From Musical Cadences to Linguistic Prosody: How to Abstract Speech Rhythm of the Past». In Partridge, John (ed.) *Interfaces in language*, 113–134. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars.

Massini-Cagliari, Gladis. 2008. «Das cadências musicais para o ritmo lingüístico: Uma análise do ritmo do Português Arcaico, a partir da notação musical das *Cantigas de Santa Maria*». *Revista da ABRALIN* 7(1): 9–26.

Massini-Cagliari, Gladis e Cagliari, Luiz Carlos. 2001. Fonética. In Mussalim, F., Bentes, A. C. (orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*, vol. 1, 105–146. São Paulo: Cortez.

Mettmann, Walter (ed.). 1986. Alfonso X, el Sabio, *Cantigas de Santa María (cantigas 1 a 100)*. Madrid: Castalia.

Parkinson, Stephen. 1998. «As *Cantigas de Santa Maria*: estado das cuestións textuais». *Anuario de estudios literários.* Vigo: 179–205.

Scarpa, Ester Miriam. 1976. *Alguns aspectos da intonação em português*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp.

Trask, Robert Lawrence. 2004. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto.

Xavier, Maria Francisca e Mateus, Maria Helena Mira (orgs.). 1990. *Dicionário de termos lingüísticos*. vol. 1. Lisboa: Cosmos.

34. As preposições em português à luz da Linguística Cognitivo-Funcional

Vanda Cardozo de Menezes
Universidade Federal Fluminense
Monclar Guimarães Lopes
Universidade Federal Fluminense

Este trabalho tem como objetivo apresentar o andamento de uma investigação diacrônica sobre a preposições *com* e *em* em português, sob a ótica da Gramática Cognitiva, numa perspectiva que se poderia chamar «funcional-cognitiva». Na pesquisa, estudam-se «novas» construções em que essas preposições se apresentem em processo de mudança com base na expectativa de pareamento forma-função. Considerando-se os verbos *desaparecer*, *sumir* e *acabar*, constatamos que essas formas verbais apresentam, na sincronia do Português Brasileiro (PB), usos transitivos regidos pela preposição *com* e sujeito agentivo (*Maria desapareceu/sumiu/acabou com meu livro*). A preposição *em* foi estudada na construção do verbo *mandar*, com sentido aproximado ao da expressão de «ter poder sobre» («mandar no Senado»), configurando mais um desdobramento da transitividade deste verbo. Com base na frequência *type* e *token* dos dados analisados, sustenta-se que o esquema V.PREP seja, além de produtivo, bastante convencional no PB, na medida em que está presente nos gêneros textuais mais monitorados.

Palavras-chave: preposições, construcionalização, Gramática funcional-cognitiva.

1. Introdução

Embora no funcionalismo clássico já se tenham investigado a fundo as diferentes preposições do português, essa abordagem tinha como foco a análise de itens, e não de construções. À luz da Linguística Cognitiva, numa perspectiva que se poderia chamar «funcional-cognitiva» (Geeraerts e Cuyckens 2007: 3–21), as preposições devem ser analisadas dentro das construções de que fazem parte – como exemplo, o sentido de direção que pode ser depreendido da preposição *a* em «aspiro ao cargo de diretor» está diretamente relacionado à própria construção do verbo *aspirar*, que recruta um elemento relacional com esse valor semântico.

Adotamos o modelo construcionalista apresentado por Traugott e Trousdale (2013), que se caracteriza como um modelo para análise diacrônica de construções linguísticas, definidas primeiramente como «pareamento de FORMA-SENTIDO»: o processo de construcionalização se dá gradualmente, ou seja, há uma sucessão de desenvolvimentos e a expectativa é a de que tal sucessão envolverá sempre mudanças no significado ou na forma ou em ambos (Traugott e Trousdale 2013: 28).

Em Goldberg (1995: 106), encontramos, similarmente, o «princípio da motivação maximizada» que se baseia na seguinte dedução: se uma construção é sintaticamente relacionada a outra, logo, ela é também semanticamente motivada pela outra. Sobre o uso da expressão «motivada», lembremo-nos de que se trata de «motivações cognitivas», e não de «derivação», como salienta Langacker (2008).

Para o exame do processo de construcionalização de microconstruções (*desaparecer com*, *acabar com*, *mandar em* e *sumir com*), cujas trajetórias ocorrem em períodos distintos, recorreu-se a diferentes *corpora*:

a. *Corpus informatizado do Português Medieval*[398], para análise de *acabar* nos documentos remanescentes representativos do português arcaico, o primeiro caso da construção transitiva entre as microconstruções estudadas;
b. *Corpus Vercial*[399], composto de 309 obras literárias do século XVI ao século XX, para análise das construcionalizações de *acabar*, *desaparecer* e *sumir*;
c. *Corpus do Português Brasileiro*[400], para verificar o aumento de frequência de uso e a convencionalização das construções investigadas;
d. *Corpus Museu da Pessoa*[401];
e. *Corpus: NILC/São Carlos*[402].

Sabe-se que na investigação dos fenômenos linguísticos, o ideal é um maior controle na seleção dos *corpora*, tanto no que diz respeito ao período quanto na seleção dos gêneros discursivos. Porém, havendo sido esta pesquisa iniciada pelo exame de uma construção com baixa frequência na língua, *desaparecer com* (Lopes 2015), recorre-se a diferentes *corpora* disponíveis, em diferentes gêneros que apresentam predomínio da sequência narrativa. Esses dados, entretanto, permitiram observar processos de mudança linguística, que julgamos bastante interessantes.

[398] http://cipm.fcsh.unl.pt/
[399] http://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=VERCIAL
[400] https://the.sketchengine.co.uk/auth/corpora/
[401] http://www.linguateca.pt /acesso/corpus.php?corpus=MUSEUDAPESSOA
[402] http://www.linguateca.pt /nilc.icmc.usp.br/nilc/tools/corpora.htm /ACDC/

2. As construções em análise

2.1 DESAPARECER COM

Num primeiro exame dos dados, foi possível constatar o emprego da construção inacusativa seguida da preposição *com* na língua no século XIX, sem registro de uso da construção transitiva. No século XX, até o final da década de 1980, surge a construção transitiva, com raras ocorrências entre todos os usos de *desaparecer*. A partir do final do século XX, o uso da construção aumenta exponencialmente. Argumenta-se que esses dados atestam o avanço da convencionalidade da construção transitiva, o que caracteriza um processo de construcionalização no PB.

Tabela 1. Ocorrências de *desaparecer* seguido de *com* por período

Período	Ocorrências da construção inacusativa		Ocorrências da construção transitiva	
	No	%	No	%
1700–1800	-	-	-	-
1801–1900	25	100	-	-
1901–1989	33	89,19	4	10,81
1990–2014	54	71,05	22	29,95
Total	112	81,16	26	18,84

A construção transitiva *desaparecer com* surge no português brasileiro a partir de um processo de neoanálise (Diewald 2006), cuja fonte é a construção inacusativa em que está presente um adjunto adverbial de causa, condição ou instrumento, que é «neoanalisado» como sendo um complemento do verbo. Sob essa perspectiva, uma nova construção na língua emerge de um processo de inferência, como se explicará a seguir, a partir dos exemplos.

(1) Desde sábado que esse menino *desapareceu*. (Corpo: Museu da Pessoa)

(2) Admissibilidade, com recomendação de que, em face do argumento de que o escrito ***desaparece com*** o passar do tempo, faça-se cópia da mensagem. (Corpo: NILC/São Carlos v. 11.4.)

(3) A doença se manifesta através de manchas na pele, que podem ser avermelhadas, arroxeadas ou esbranquiçadas e que não ***desaparecem com*** o uso de cosméticos. (Corpo: NILC/São Carlos v. 11.4.)

(4) Um dos livros-caixa do banqueiro Castor de Andrade revela que os bicheiros pagaram propina a um perito da Justiça Federal para adulterar máquinas de videopôquer e *desaparecer com* peça que seria prova no processo por contrabando. (Corpo: NILC/São Carlos v. 11.4.)

Em (1) tem-se uma ocorrência do verbo *desaparecer* tal como é tradicionalmente considerado, como uma forma inacusativa – isto é, um verbo intransitivo com sujeito de papel paciente (*o livro desapareceu/sumiu*). Em (2), tem-se um exemplo que nos pode confundir à primeira vista, mas em que se nota a preposição *com* na expressão adverbial *com o passar do tempo*, não se caracterizando transitivização do verbo *desaparecer*. O mesmo ocorre em (3), agora com a expressão *com o uso de remédios*, de modo/instrumento. Já em (4), note-se que se tem um uso transitivo de *desaparecer*. Nessa ocorrência, o termo «um perito da Justiça Federal» exerce a função de sujeito agente; por sua vez, *peça que seria prova no processo por contrabando* tem a função de objeto afetado pela ação de desaparecer. Nessa ocorrência, em relação à microconstrução «desaparecer com peça», se observam: mudança na forma para fixidez posicional (se mudar a ordem, muda a construção); mudança no sentido com perda de composicionalidade (dessemantização da preposição) e atribuição de um sentido causativo ao *chunking* (verbo + *com*), que equivale a 'FAZER X desaparecer'. A mudança da construção inacusativa para a transitiva, com a preposição *com*, é um exemplo de $\text{FORMA}_{\text{NOVA}}$-$\text{SENTIDO}_{\text{NOVO}}$.

2.2 *SUMIR COM*

Em virtude da «inexistência» da construção transitiva SUMIR COM até o final da década de 1980 e da sua elevada frequência de uso de 1990 até 2014, defende-se que a construção transitiva surgiu no PB via analogização, e não por neoanálise. Sob esse ponto de vista, *desaparecer com* formou um sub-esquema V.COM na rede de construções e *sumir* foi recrutado paradigmaticamente, uma vez que além de pertencer à mesma categoria morfológica, apresenta sentido análogo ao de *desaparecer*.

A despeito de as ocorrências de *desaparecer* seguido de *com* serem bem mais numerosas em nossa sincronia que as de *sumir* – a primeira apresenta 4.159 ocorrências no *Corpus do Português* e a segunda 2.647 –, a construção transitiva de *sumir* é mais frequente que a de *desaparecer*, na medida em que ela representa 69,10% das ocorrências em que *sumir* é seguido de *com*. Vejamos:

Tabela 2. Ocorrências de *sumir* seguido de *com* por período

Período	Ocorrências da construção inacusativa		Ocorrências da construção transitiva	
	No	%	No	%
1801–1900	1	100	-	-
1901–1989	1	100	-	-
1990–2014	32	30,76	76	69,24
Total	34	30,90	76	69,10

Através de investigação dos mesmos *corpora*, chegou-se a um resultado bem distinto, como se pode perceber na Tabela 3. Quanto à construção inacusativa seguida de *com*, identificaram-se apenas dois casos, sendo um no século XIX e outro no XX. Abaixo, seguem as ocorrências. Na primeira, o adjunto adverbial representa uma noção abstratizada de companhia (isto é, tanto o sujeito quanto o adjunto representam elementos que desaparecerão). Na segunda, *com medo* representa um adjunto adverbial de causa.

(5) Pulverisal-os-hei como pó que o vento espalha; e farei que se *sumam com* a lama dos caminhos. (Camilo Castelo Branco. *A Freira no Subterrâneo.* 1872)

(6) Ah, essas noites em que a luz se foi fazendo cada vez mais clara. Uma hora em que entendi tudo e todas as vozes dentro de mim se *sumiram com* medo à minha própria voz. A gente só não se arrepende do mal que faz neste mundo. (Manuel de Oliveira. *Teatro*.1923).

De 1990 para cá, no entanto, a construção transitiva de *sumir* tornou-se frequente e convencional no PB, conforme atestam os dados da Tabela 3, haja vista que as construções transitivas são bem mais frequentes que as inacusativas em que *sumir* é seguido da preposição *com*. Em (7) e (8), seguem dois exemplos de ocorrências da construção transitiva, em que os termos que acompanham a preposição *com* são objetos do verbo, na medida em que são afetados por sua ação.

(7) Ao fazer um upload de uma planilha do Excel, o mesmo *sumiu com* os gráficos e desconfigurou a minha planilha, e no momento que faço o download, ele não traz mais a configuração do arquivo quando adicionei. (Texto da Web. Século XXI)

(8) Vírus é uma praga digital, alguns são brincadeiras de mal gosto, outros são coisas sérias e podem até *sumir com* o dinheiro da sua conta no banco, ainda bem que existem softwares de segurança, como o Panda. (Texto da Web. Século XXI)

2.3 *ACABAR COM*

Das microconstruções investigadas nesta pesquisa, *acabar com* é a mais antiga, havendo ocorrências desde o século XVII e XVIII. No exemplo (9), o item *homem* representa objeto de *acabar*:

(9) Vendo Deus que todos os pensamentos do coração humano eram inclinados e aplicados ao mal, resolveu de *acabar com* o homem e tirá-lo da face da terra (Sermões de Maria Rosa Mística. 1686).

Diferentemente de *desaparecer* e *sumir*, *acabar* já instanciava, desde o século XIII, tanto uma construção inacusativa quanto uma transitiva prototípica (isto é, sem preposição), como se pode observar nos exemplos abaixo. Em (10), *sa razon* é sujeito paciente da locução *pode acabar*; em (11), *nulha cousa* é objeto direto de *acabei*.

(10) E a quen muyto trem'o coraçon,
nunca ben pód'*acabar* sa razon (Cantiga do século XIII)

(11) nulha cousa non *acabey*,
Ca vede' lo que eu cuydey (Cantiga do século XIII)

Portanto, já que tanto a construção inacusativa quanto a transitiva direta coexistiam desde o século XIII, a pesquisa se deparou com estes dois obstáculos: 1) *acabar com* teria como origem a construção inacusativa ou a transitiva? 2) Por que surgiria uma nova construção transitiva na língua se já existia um padrão transitivo direto para *acabar?*

No que tange à primeira pergunta, infelizmente não se localizaram nos *corpora* contextos atípicos de *acabar* nos séculos XV ou XVI, antes de surgir a construção *acabar com* na língua. No entanto, argumenta-se que o mecanismo de mudança seja análogo ao de *desaparecer*. Isso porque, nos processos de mudança que se tem observado através da Teoria da Construcionalização e das Mudanças Construcionais, as novas microconstruções linguísticas surgem ou via neoanálise ou analogização. Na neoanálise, está implicado um processo inicial de *inferência sugerida* (Traugott e Dasher 2005), em que uma forma pertencente a uma construção existente é reinterpretada com um sentido diferente (no caso desta pesquisa, uma construção inacusativa é reinterpretada como sendo transitiva). A reiteração e manutenção desse novo sentido leva a um novo nó na rede, isto é, à formação de uma nova construção. Chegou-se a se pensar na possibilidade de ter havido uma mescla entre a construção transitiva e a inacusativa. No entanto, acredita-se que essa hipótese é pouco plausível, pois seria difícil explicar o que levaria um falante a empregar uma preposição com

valor de associação (pois no estágio inicial não haveria sua dessemantização) em uma construção transitiva já existente na língua.

Outro fato que nos leva a crer que *acabar com* advenha da construção inacusativa é o fato de a construção transitiva também ter uma base semântica de causação. Dizer «Deus acabou com o homem» equivale a dizer «Deus *fez* o homem *acabar*», sendo «homem» o afetado/paciente da ação verbal nas duas construções.

Tais semelhanças nos levam a defender que haja uma coerção de sentido da própria construção. Sendo a construção um pareamento simbólico entre FORMA-FUNÇÃO, há um sentido presente no sub-esquema V.COM que se apresenta em todas as microconstruções. É interessante notar que, no exemplo supracitado (*Deus acabou com o homem*), poder-se-ia substituir o verbo pelas outras duas microconstruções estudadas, que se obteria um sentido análogo: *Deus sumiu com o homem*; *Deus desapareceu com o homem*. Vale frisar que, embora *desaparecer* e *sumir* já tenham sentidos semelhantes em seus empregos mais básicos, o mesmo não vale para *acabar*, cujo sentido básico é outro. O fato de essas construções emergirem na língua em épocas tão distintas, *acabar com*, no século XVII, e *desaparecer com*, no século XX, por exemplo, deve-se ao próprio processo de construcionalização, que é contínuo. Em uma teoria de base funcional-cognitiva, em que se defende que as novas construções surgem na língua a partir do uso, e não com base em estruturas pré-concebidas na mente humana, defende-se que uma construção de padrão abstrato como V.PREP vá, recrutando, ao longo do tempo, novos verbos.

Em relação à segunda questão, descobriu-se que *acabar com* apresenta possibilidades diferentes quando comparada à construção transitiva direta prototípica. Enquanto esta tem restrições de animacidade na seleção do sujeito (*eu acabei o trabalho* vs **o trabalho me/o acabou*), a construção transitiva seguida de preposição *com* permite a instanciação de sujeitos [– animados] (*o trabalho acabou com ele*).

Por fim, segue a tabela dos dados levantados de *acabar* por período. É importante ressaltar que o número mais baixo de ocorrências no período de 1901–1989 se deve ao fato de o *Corpus Vercial* ser composto prioritariamente por romances escritos no século XIX, e não por uma queda na frequência de uso da construção. Não obstante, mesmo assim, os dados atestam que a construção transitiva seguida de preposição é convencional desde o século XVIII.

Tabela 3. Ocorrências de *acabar* seguido de *com* por período

Período	Ocorrências da construção inacusativa		Ocorrências da construção transitiva	
	No	%	No	%
1501–1600	5	80	0	-
1601–1700	8	88,88	1	11,12
1701–1800	1	14,28	6	85,72
1801–1900	4	11,76	30	88,24
1901–1989	7	30,43	16	69,57
1990–2014	13	11,61	99	88,39
Total	38	20	152	80

2.4 MANDAR EM

Mandar é um verbo polissêmico que instancia duas construções na língua: uma a que está associada uma ideia de ordem (análogo a *ordenar*); outra, à qual subjaz uma ideia de transferência (semelhante a *enviar*). Desde o século XIII, esses dois sentidos coexistem no português. Eis dois exemplos, extraídos de cantigas galego-portuguesas. Em (12), *mandar* apresenta o sentido de 'enviar'; em (13), de 'ordenar'.

(12) E teve Deus por bem de mandar aquí o Apostolo Sam
Tiago, que virom i os Mouros e algu~us dos crista~os, para
seerem os Mouros vencidos assi como o forom.

(13) Se lh'o disser', e me *mandar*'
que a non veja, morrerei!
e se lh'o non dig', averei

Diferentemente dos outros verbos analisados, *mandar* não instancia uma construção inacusativa. Nesse sentido, ele instancia ou uma construção inergativa (com apenas um argumento de papel agente) ou, ainda, transitiva, com sujeito e objeto. Ademais,

Mandar seguido de *em* já aparece desde o século XVI, e a preposição inicia adjuntos adverbiais de diferentes valores semânticos, sobretudo o de lugar:

(14) Vós não haveis de *mandar em* casa somente um pelo. (Gil Vicente, *Farsa de Inês Pereira*. 1523)

É importante observar que *mandar* equivale a *ordenar*, numa estrutura *X ordena em algum lugar* Y. Uma vez que *mandar em* mantém o sentido análogo ao de ordenar, parece-nos mais plausível que esta última construção seja o contexto-fonte da construcionalização. Acredita-se que, num primeiro estágio de mudança, *mandar* tenha passado a significar o mesmo que *dar ordens*, sendo seguido de um adjunto adverbial de lugar. Em (15), por exemplo, poder-se-ia parafrasear a construção como *o rei, o duque, o filho, o servo, todos têm o direito de dar ordens em minha casa*.

(15) O rei, o duque, o filho, o servo, todos têm o direito de *mandar em* minha casa. (Romance do século XIX).

Com a rotinização dos usos, a construção que representava um verbo seguido de um adjunto adverbial de lugar sofreu um processo de expansão (expansão *host-class*), passando a permitir outros elementos, que não necessariamente representam um lugar.

(16) Toda a gente me gozava, até o meu grupo de «amigas» (que eu pensava que eram amigas, mas depois cheguei à conclusão de que elas só andavam comigo porque eu «deixava-as» *mandarem em* mim e também me batiam. Houve uma altura em que já nem falava com ninguém, sentava-me nas escadas a olhar para o vazio (Web. Textos do século XXI).

(17) Então afinal quem é que manda no Ministério? É uma anarquia. Ninguém *manda em* nada. É uma coleção de advogados, que funciona com a lógica de um advogado, sem hierarquia. Mas depois querem ter as vantagens da lógica do modelo hierárquico, do modelo da autonomia. (Web. Textos do século XXI)

Em (16) e (17), *mim* e *nada* representam, de certo modo, lugares virtuais, abstratizados, que passam a ser reinterpretados como objetos da construção. Em nossa sincronia, *mandar em* apresenta-se bastante convencionalizada e frequente nos textos de modalidade escrita, como atestam os dados da Tabela 4 a seguir.

Tabela 4. Ocorrências de *mandar* seguido de *em* por período

Período	Ocorrências da construção inergativa de verbo seguido da preposição *em*		Ocorrências da construção transitiva	
	No	%	No	%
1501–1600	10	100	-	-
1601–0700	12	100	-	-
1701–1800	4	100	-	-
1801–1900	7	87,50	1	12,50
1901–1989	3	37,50	5	62,50
1990–2014	34	30,36	78	69,64
Total	70	45,45	84	54,55

3. Considerações finais

Analisamos contextos em que um verbo pleno anteposto a uma preposição dessemantizada resultam na mudança de transitividade. Tais ocorrências representam construcionalizações lexicais, isto é, pareamentos de FORMA$_{NOVA}$-SENTIDO$_{NOVO}$, cujos produtos representam novos elementos para o inventário lexical, presentes na rede de construções, na mente humana. Essa emergência de novas construções transitivas na língua pode dar-se via dois mecanismos: neoanálise e analogização.

Na neoanálise, uma regra abstrai-se a partir do uso, por indução. Um conjunto de formas já existentes na língua é reinterpretado como termos de uma outra construção. As construções inacusativas de *desaparecer*, por exemplo, têm seus adjuntos adverbiais de causa, condição ou instrumento reinterpretados como objeto. A convencionalização desse sentido leva a novas representações na rede de construções em três diferentes níveis: forma-se uma microconstrução *desaparecer com*, um sub-esquema V.COM e um esquema V.PREP. Ao encabeçar um complemento, a

preposição perde seu sentido básico de associação. Isso não quer dizer, no entanto, que só o verbo mantém seu sentido original, pois, como se viu, um novo sentido causativo é atribuído a toda construção. Nesse sentido, *desaparecer com* não é o mesmo que *desaparecer* inacusativo, já que uma nova significação emerge dessa construção: '*X* faz *Y* desaparecer'. De modo análogo, *mandar em* surge de um processo de neoanálise. Num primeiro momento, o verbo passa a significar *dar ordens*. Depois, o adjunto adverbial de lugar é abstratizado, passando a recrutar elementos que não representam um lugar prototípico e, por isso, é reinterpretado como objeto da construção.

Na analogização, um esquema V.PREP ou um sub-esquema V.COM já está disponível na construção e, nesse caso, o processo de construcionalização se dá de forma mais automática, pela aplicação de uma regra. Isso ocorreu com *sumir com*, por analogia a *desaparecer com*.

Neste estudo, não podemos deixar de reconhecer o Funcionalismo, em suas várias vertentes, como importante marco nos estudos gramaticais de língua em uso, sob as perspectivas sincrônica e diacrônica. Os estudos cognitivistas, ao nosso ver, no tocante à gramática, representam simultaneamente um avanço e uma continuidade. Acredita-se que, ao lado das microconstruções que foram objetos desta pesquisa, existem várias outras que merecem atenção, como, por exemplo, os verbos transitivos relativos citados por Rocha Lima (1972), como *precisar*, *gostar*, *assistir*, entre outros.

Assim, às perguntas sobre como mudam, por que mudam as construções linguísticas e como surgem construções novas na língua acrescenta-se uma outra: como as construções linguísticas estão representadas na mente humana? Com certeza, ainda necessitamos de um intenso período de reflexão e exame de dados efetivos de língua em uso.

Referências

Diewald, G. Contexts types in grammaticalization as constructions. Hannover. Set de 2006. Disponível em <https://journals.linguisticsociety.org/elanguage/constructions/article/view/24.html> Acesso em 29 de junho de 2019.

Geerarts, Dirk e Cuyckens, Hubert (eds.) 2007. *Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press.

Goldberg, A. 1995. *A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. London: Chicago University Press.

Langacker, R. 2008. *Cognitive Grammar*. New York: Oxford University Press.

Rocha Lima, C.H. 1972. *Gramatica Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Lopes, M. G. 2015. *Transitivização de* desaparecer *em perspectiva cognitivo-funcional*. Tese de doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Traugott, E. C. e R. B. Dasher. 2005. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press.

Traugott, E. C. e G. Trousdale. 2013. *Constructionalization and constructional changes*. New York: Oxford University Press.

35. Carolina Michaëlis e Henry Lang: um diálogo entre romanistas

Lênia Márcia Mongelli

Universidade de São Paulo

Yara Frateschi Vieira

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Em 1894, Henry Lang publicava a edição crítica do cancioneiro dionisino elaborada dentro das normas do «melhor método científico», segundo Carolina Michaëlis (Vasconcelos 1990: II,76), que lhe dedicou detalhada recensão (Vasconcelos 1895a).
Ao organizarmos a coletânea de estudos de Lang, *Cancioneiro d'el Rei Dom Denis e Estudos Dispersos* (2010), não nos foi possível, por questão de espaço, incluir a recensão michaëliana. Propondo-nos sanar em futuro próximo esta lacuna, contamos agora com a vantagem do acesso ao exemplar pertencente à Biblioteca de Joseph M. Piel, graças à generosa intervenção do Professor Ivo Castro, responsável pelo achado do volume, a identificação da letra das anotações e a hipótese de se tratar do exemplar de trabalho de Carolina Michaëlis.
Os meticulosos apontamentos da romanista asseguram-nos melhores condições de concluir o projeto anterior. Oferecem-nos subsídios para esclarecer eventuais pontos obscuros da recensão e documentar aspectos do método de trabalho filológico da época.

Palavras-chave: Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Henry R. Lang, *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*, edição textual.

Em 1890, o suíço-americano Henry Lang encontra-se em Estrasburgo, em licença de trabalho da Swain Free School, localizada em New Bedford, MA. Pretende passar quatro meses em Lisboa, estudando fonética com Gonçalves Viana e consultando os Cancioneiros da Vaticana, Colocci-Brancuti e da Ajuda (na edição de Carolina Michaëlis, conforme esclarece a José Leite de Vasconcelos, em carta datada de Estrasburgo, 13 de janeiro de 1890[403]). Aí mesmo explica que o seu interesse se deve

[403] Entende-se: consultar as edições já publicadas: CV (Monaci 1875) e CCB (Molteni 1880). Quanto à edição do Cancioneiro da Ajuda por Carolina Michaëlis, no bilhete postal datado de 7 de fevereiro de 1890 (MNA 10941), explica o motivo do seu engano: «A edição do canc. da Ajuda por C. Mich. de V.

ao fato de estar «trabalhando n'uma edição das poesias de D. Dinis, edição que me importa terminar antes de regressar para os Estados Unidos da America em septembro»[404]. Lang não menciona que o referido estudo tem como objetivo a obtenção do título de Doutor em Filologia Românica pela Universidade de Estrasburgo, sob orientação de Gustav Gröber. Nem mesmo o relata na carta que dirige a Leite em 30 de janeiro de 1891, enviada já de New Bedford, portanto depois de ter recebido o doutoramento, embora lhe comunique, entre outros assuntos, ter sido eleito para o conselho de inspeção do ensino de filologia românica na Universidade de Harvard, «eleição que por aqui se considera como bastante honrosa»[405] e devida, muito provavelmente, à recente posse daquele título. O que lhe parece mais importante é a publicação: a dissertação foi impressa em 1892[406] e republicada em 1894 – agora pela prestigiosa editora Max Niemeyer, de Halle –, acrescida de uma longa Introdução de 148 páginas e de um Glossário[407].

Com efeito, a reação não se fez esperar, restrita embora ao mundo da filologia portuguesa, como Lang reconheceu no bilhete postal enviado a Leite, datado de New Haven (portanto, quando já contratado pela Universidade de Yale), 18 de dezembro de 1894: «Aqui não se fará caso do meu livro, por causa de o assumpto delle ser muito remoto aos interesses e conhecimentos mesmo de gente literaria, a menos que se não torne conhecido por elogios estrangeiros»[408]. A primeira notícia foi dada pelo próprio Leite em comunicação feita à Academia Real das Ciências, em sessão de 29 de novembro de 1894, publicada no dia 30 do mesmo mês no jornal *Novidades*, de Lisboa. Aí Leite informa que o livro fora «dado a lume na cidade de Halle no mês de outubro» e que o exemplar só na véspera (28 de novembro) chegara às suas mãos, não tendo tido por isso «tempo de o ler com a atenção que elle demanda». Não deixa, contudo, de elogiar a competência de Lang no conhecimento prático e teórico da língua portuguesa moderna e arcaica; observa que o texto «está estabelecido com toda a

figura em muitos catalogos: a firma Niemeyer em Halle me disse, ha pouco, que nunca foi publicado». (Lang 2010: 40). Cfr. Ramos (2004), Vieira (2011: 319).
[404] Cfr. cartas MNA 10939 e 10940, publicadas em Lang 2010: 37–39.
[405] MNA 10942 (Lang 2010: 40–41).
[406] Lang (1892).
[407] Lang (1894).
[408] MNA 10953 (Lang 2010: 41–42).

nitidez, tendo-se o sr. Lang esforçado por o tornar claro, pela boa pontuação, divisão estrophica, distribuição regular dos versos e das rimas»[409].

Impressiona a presteza na circulação das notícias bibliográficas e do material impresso, principalmente com o selo da Niemeyer. O livro teria saído, portanto, em outubro. Em 28 de novembro, Leite já o tinha recebido (provavelmente por tê-lo encomendado). No bilhete postal de 18 de dezembro, já mencionado, Lang acusa o recebimento do número do jornal *Novidades* e agradece «de todo coração a honra que me faz com o dito annuncio que de certo é mais lisongeador do que eu mereço». Em seguida, desculpa-se por não ter ainda podido enviar-lhe o volume, pois «[o] editor Niemeyer tem a fineza de me fazer esperar. No caso de o meu amigo já possuir exemplar seu, peço-lhe da-lo á Bibliotheca e acceitar o que lhe vou presentear. Enviarei tambem exemplares aos Snrs. Vianna, Coelho e a D. Carolina Michaelis»[410]. Por outro lado, em carta dirigida a Leite e datada do Porto, aos 4 de novembro de 1894, Carolina Michaëlis informa-o de que está a fazer a crítica do *Cancioneiro de D. Denis* de Lang para a *Literaturblatt*. Leite deve ter perguntado se já possuía um exemplar do livro, pois ela responde, em cartão postal de 10 de novembro: «Ainda não tenho o Lang – estou á espera do exemplar que encommendei – mas já conheço parte da obra e ando-me preparando para a recensão que me pediram para breve»[411]. A referida crítica saiu no volume XVI, n. 8, da *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie*, datado de agosto de 1895[412]. O seu tom era predominantemente elogioso e entusiasta: por exemplo, afirma que a edição languiana era «um testemunho de ousadia e vigor, assim como de grande diligência, profundo conhecimento do assunto e método seguro»[413]. A pequena extensão – 5 colunas – é justificada pela recenseadora como devida às normas da revista. E continua: «[G]uardo as minhas objeções para outro lugar», indicado em nota: «*Zs* XIX, 4»[414]. Com efeito, em 25 de abril de 1895[415], a

[409] Jornal *Novidades*, Lisboa, 30.11.1894. Devemos ao amigo João Nuno Alçada, a quem agradecemos, o envio da cópia digitalizada da página onde saiu a nota de J.L. de Vasconcelos.
[410] MNA 10943 (Lang 2010: 41).
[411] MNA 3495 – 22646, *Epistolário ...* 1999.
[412] Vasconcelos (1895a).
[413] «*... ein Zeugnis von Kühnheit und Thatkraft, sowie grossen Fleifses, tüchtiger Sachkenntnis und sicherer Methode»* (Vasconcelos 1895a: 272).
[414] Vasconcelos (1895a: 276).
[415] Cfr. «Inhalt» do volume XIX, no qual se indica entre parênteses uma data para todos os artigos publicados (variando entre 1.7.94 e 2.7.95). Supomos que corresponda à data de recebimento do manuscrito pela revista. Para os dois textos de Carolina Michaëlis, consta 25.4.95.

Zeitschrift für romanische Philologie, da mesma Max Niemeyer editora, acolhe a recensão mais extensa, que será publicada no volume XIX, em duas partes: a primeira, intitulada «Zum Liederbuch des Königs Denis von Portugal», da p. 513 à 541, incide sobre questões de edição textual, do ponto de vista filológico; a segunda, incluída propriamente entre as recensões (*Besprechungen*), da p. 578 à 615, dedica-se aos aspectos histórico-literários desenvolvidos por Lang na Introdução. Um total de 65 páginas, escritas em aproximadamente 4 meses, em meio às demais tarefas que Carolina não se exime de relacionar ao seu fiel correspondente[416]!

Teria Lang enviado, afinal, os prometidos exemplares da sua obra aos colegas portugueses? Pelo menos o de Carolina pode ser reconhecido no volume custodiado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cuja digitalização nos foi gentilmente providenciada pela Dra. Isabel João Ramires, a quem agradecemos. Nele consta a dedicatória: «À illustre romanista a Snra. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos offerece o editor», ou seja, Henry Lang (Figura 1). Ele contém anotações de D. Carolina, mas em pequeno número. Graças, contudo, ao incansável espírito investigador e à perspicácia do Professor Ivo Castro, foi identificado, dentre os livros que pertenceram ao Professor Joseph Piel atualmente custodiados na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (ULCL009508), aquele que teria sido o exemplar de trabalho de Carolina Michaëlis. Devemos ainda à generosidade do Professor, que aproveitamos para agradecer aqui, o ter colocado o exemplar à nossa disposição, possibilitando-nos uma sua cópia digitalizada.

Certamente a leitura da recensão enriquece-se sobremaneira pelo confronto do texto publicado com as inumeráveis e minuciosas anotações feitas por Carolina no seu exemplar de trabalho. A tarefa de lê-las, contudo, redigidas como estão, na sua maioria, em escrita gótica ou de forma bastante abreviada, exige mais tempo do que tivemos até agora, e o seu exame detalhado terá de ficar para adiante. Algumas das cantigas, especialmente, foram alvo de cuidadosa anotação: entre elas, por exemplo, a

[416] Cfr. carta MNA 22645, *Epistolário*... 1999, de 4.11.1894: «Estou a fazer a critica do Lang: Cancioneiro de D. Denis, para a Literaturblatt; a revêr as 90 (3 x 30) folhas de impressão de um Konversations-Wörterbuch allemão portuguez! a ajudar minha mana na novissima <<11ª.!>> edição do seu Dicc. Italiano (introduzindo-lhe as Etymologias)! a remodelar os artigos sobre Hespanha e sobre Portugal nas Encyclopedias de Meyer e de Brockhaus! a redigir [margem vertical e superior da 1ª pag.] outra mão cheia de etymologias etc. etc. – e tudo isto com olhos inflammados que não me deixam trabalhar de noite».

problemática «Pero muito amo, muito nom desejo» (B 605/606, V 208, Lang LXXVI); certas páginas da Introdução mereceram também o esquadrinhamento ativo da recenseadora, como as pp. LXIV–LXV, que tratam do conteúdo das cantigas de amigo. Pode-se afirmar, aliás, que nenhuma parte do livro de Lang, nem mesmo as «Correções e Aditamentos», ficou sem o seu meticuloso e implacável comentário. Na tradução da recensão[417], incluímos chamadas a algumas dessas anotações que esclarecem o texto michaëliano, nem sempre cristalino.

Ainda sobre o exemplar de trabalho, é preciso observar que, em cartão postal sem data (mas datável a partir de 30 de janeiro de 1913[418]), Carolina informa a Leite: «Estou à espera de 1 ex. do D. Denis de Lang – para aproveitar o texto impresso – com mil e tantas emendas minhas, bem se vê; ando as voltas com o Glossario (pequeno [ )] Notas (poucas) e Introdução. Ainda assim, levará algum tempo»[419]. Conforme já foi sugerido em trabalho anterior, parece que ela preparava, ou estava disposta a preparar, uma edição do Cancioneiro de D. Dinis[420]. Não encontramos, contudo, esse terceiro exemplar encomendado. Considerando a regularidade das anotações e o teor geral dos comentários, julgamos que, na verdade, o volume da FLUL é o que foi usado para escrever a crítica publicada na *Zeitschrift.* Apenas um exemplo bastante ilustrativo: na nota ao item *inchado* do Glossário, Carolina aponta: «Eliminar = *aufgebläht*»[421]. Ora, no item aludido, Lang arrolara dois sinônimos para *inchado* = *geschwollen*, *aufgebläht*[422]. No exemplar anotado por Carolina, *aufgebläht* está riscado[423].

De qualquer forma, temos hoje acesso a dois exemplares que lhe pertenceram, e que será preciso comparar. Continuamos sem saber se de fato recebeu um terceiro para a sua projetada edição do Cancioneiro de D. Denis – da qual não conhecemos, infelizmente, nenhum outro indício concreto. O diálogo que podemos ouvir está truncado, e resta-nos a tarefa de reconstituí-lo com os elementos de que dispomos, mas com a esperança de que outros ainda possam ser resgatados.

[417] A ser publicada proximamente.
[418] No cólofon da última parte das *Religiões da Lusitânia*, que Carolina informa ter recebido, consta: «[a]cabou de se imprimir aos 30 dias do mês de Janeiro do anno de M DCCCCXIII.» Além disso, no mesmo cartão ela diz que deve «cuidar de outros serviços (sobretudo das Aulas de 1913 a 14)».
[419] MNA 22608, *Epistolário* ... 1999.
[420] Cfr. Vieira (2011: 321).
[421] Vasconcelos (1895b: 538).
[422] Lang (1894: 155); Lang (2010: 360).
[423] Embora *geschwollen* e *aufgebläht* sejam sinônimos.

No âmbito interno da recensão propriamente dita, contudo, esse diálogo tem a extraordinária riqueza que já conhecemos[424], peculiar à revigorada escola de Filologia e Linguística histórica alemã e francesa[425], de cujo modelo se beneficiaram as edições dos Cancioneiros galego-portugueses então recentemente publicados, no último quartel do século XIX. Se, como se disse acima, causa espanto o fato de Carolina ter escrito as substanciais 65 páginas de sua recensão em mais ou menos 4 meses, importa lembrar que a tarefa não termina aí: muito pelo contrário, temos um fio de novelo que, uma vez desenrolado, se antecipa à aguardada publicação, pela própria Carolina, do *Cancioneiro da Ajuda* em 1904 e à recensão que lhe dedicou Lang em 1908[426] – sob vários aspectos uma espécie de «resposta» às inflexíveis notações da Sra. Vasconcelos[427]. No meio dessa conversa, intervenções como as de Oskar Nobiling[428] e Leite de Vasconcelos[429], por exemplo, aquecem o cenário e vão construindo, em meio às dificuldades da época para o intercâmbio das ideias, a leitura e interpretação dos, até aquele momento, pouco acessíveis Cancioneiros.

Embora estejamos examinando aqui apenas a primeira parte da recensão - com críticas pontuais à edição do texto das cantigas de D. Dinis –, ela dá bem a dimensão do conjunto e permite observar não só o já lendário rigor metodológico da recenseadora, como ainda o tom severo e sem complacências com que se dirige ao contendor, no caso o respeitável colega Lang, várias vezes tratado como um «adversário» a quem é preciso puxar as orelhas – e ela o faz, sem hesitações! A réplica dele, em 1908, não deixa por menos: com a mesma minúcia e firmeza talvez ainda mais contundente, debruça-se sobre a edição do *Cancioneiro da Ajuda*, ocasião que

[424] Cfr. Lang (2010), Introdução.
[425] Hummel (2000: 116 e ss).
[426] Lang (2010: 383–454).
[427] A que Lang retorna em 1925, quando, de passagem por Lisboa, tem a oportunidade de examinar o Códice da Ajuda e de lembrar a edição revista que Carolina afirmara estar preparando de seu próprio trabalho. Tendo ela recentemente falecido e, portanto, deixado de resolver «muitas das incertezas» por ele apontadas, decide acrescentar algumas notas que pudessem auxiliar «futuros estudiosos da poesia trovadoresca em português arcaico». Cfr. «Lições no Códice da Ajuda de antigos poemas portugueses», em Lang (2010: 551–555).
[428] Nobiling soma seus esforços aos de Lang e aos de Carolina, tentando a melhor lição para a problemática cantiga LXXVI, p. 167. Ambas as suas recensões ao *Cancioneiro da Ajuda* (Nobiling 1907 e 1908) partem do indiscutível respeito pela editora: «Parece-me que a melhor maneira de demonstrar a gratidão pela dádiva recebida [a edição do CA] é colaborar nesse trabalho e contribuir com o meu quinhão para o conhecimento desta importantíssima época de língua e literatura» (Nobiling 1907/2007: 173); a de 1907 foi muito bem recebida por CMV: cfr. «Glossário», Vasconcelos (1990, I: VI–VII).
[429] Vasconcelos (1894).

aproveita para rebater muitas das críticas – justas e injustas – que Carolina lhe fizera[430]. A carta que esta lhe dirigiu, assim que recebeu cópia da recensão publicada[431], é um belo testemunho tanto do *mea culpa* da «velha avozinha», conforme ali se considera, como, implicitamente, do reconhecimento de excessos a que a levou a busca obsessiva da melhor lição no estabelecimento do texto: «Como reparação a V. Ex.ª – pois eu, através da minha percepção míope dos detalhes nos seus valiosos estudos, o feri, aparentemente, esquecendo a pessoa por sobre os fatos – impus-me silenciar por completo e não publicar a minha auto-crítica, para deixar-lhe a precedência e a alegria, a fim de que levasse os estudos do português arcaico bem adiante do ponto em que os interrompi em 1904». Uma vez que esta «humildade» não esconde a altivez de reconhecer-se capaz da necessária autocrítica, de que «generosamente» abriu mão para conceder a «precedência» ao amigo, continua, em registro mais ameno: «Reconcilia-se e perdoa-me essa auto-confissão de uma pessoa de 57 anos? Pode V. Ex.ª ser novamente cordial comigo? Estão cicatrizadas as feridas que eu, por tolice e não por malícia, lhe infligi?»[432].

Afinal, que mágoas são essas, que se mantiveram vivas por 13 anos, de 1895 (recensão de Carolina) a 1908 (recensão de Lang)? Qual a natureza das mútuas farpas, tão próximas umas das outras em sua intenção imediata? Nesta primeira Parte da recensão em causa temos seis momentos, seguindo *pari passu* a estrutura do *Cancioneiro d'el Rei Denis de Portugal*: 1) apresentação do texto-base; 2) exame da Ortografia (fonética; acentuação; separação e junção de sílabas; uso do apóstrofo; pontuação; formatação – contagem de linhas); 3) explicação pontual das divergências várias; 4) exame das Notas; 5) exame do Glossário; 6) Apêndice. No item 3 está a parte mais densa e detalhada da recensão, seguida da mesma argúcia nas correções ao Glossário: do v. 1 ao v. 2780, são 148 os «casos» estudados, em que Carolina sugere cortes, emendas, substituições, opções de leituras; denuncia alterações do original e/ou

[430] Como algum exemplo dessas intransigências, cfr. a dúvida de Carolina ao v. 1015, que Lang já corrigira na errata e na nota à cantiga LII, correções não referidas pela romanista em seu comentário ao verso. Ou quando ela resolve apelar para o «respeito ao original», assinalando o que é uma evidente «gralha», como no caso da observação ao v. 12. Ou, ainda, ao dizer que «*direi* é erro de impressão por *darei*» (v. 233), desconsiderando que Lang já o dissera, nas notas ao texto, à p. 173 do *Liederbuch.*

[431] Datada de 15 de março de 1908. Cfr. Lang (2010: 24–26).

[432] Cfr. MNA 22607, bilhete postal de Da. Carolina enviado a Leite de Vasconcelos, s.d. (c. 1909), *Epistolário*... 1999: «Viu na *Zeitschrift* a critica de Lang ao Canc. da Ajuda – miudinha mas esteril – na opinião de varios que a leram. Eu [continua na vertical esquerda do cartão] agradeci-lhe logo – mas não tive nem terei tão breve tempo de me dedicar a ela.»

omissões; esclarece passagens obscuras; discorda de grafias; aponta descompassos entre texto e variantes; oferece soluções para rimas; interfere na estrofação das *fiindas* – insistindo que suas intervenções não desrespeitam o original[433]. Contudo, de ponta a ponta, nem sempre as críticas se fizeram com aquela consideração «da pessoa por sobre os fatos»: «v. 432: ... De qualquer maneira, é inadmissível a pronúncia fechada *fê*, da rima *que fe*, singular e altamente contestável.»; «vv. 577–578: A melhora parece-me ter sido uma piora.»; «vv. 1055–75: Na edição da cantiga LIV, há um cochilo de Homero. A emenda do texto assim como o comentário são falhos.»; «v. 1482: Por que a emenda sugerida nas notas de rodapé não foi colocada no texto? Assim se pode perguntar aqui e muitas vezes.»; «v. 1841: Não sei o que fazer com *euay liero.* Contesto resolutamente, porém, que *liero* possa ser outra forma de *ligeiro*.»; «v. 2627: A determinação do tempo é muito peculiar, e a interpretação, de nenhuma maneira segura». Os exemplos são suficientes para justificar a melindrada reação de Lang em sua recensão de anos mais tarde[434]: antes de deter-se nas questões relativas ao estabelecimento do texto, tratadas com o mesmo anseio de precisão da antecessora, Lang traça, obstinadamente, uma espécie de panorama mais amplo de certas falhas metodológicas de Carolina, como no quesito das variantes, muitas delas não contempladas pela editora. Diz, sem meios-termos: «Essa circunstância é ainda mais lamentável, porque a editora deixou de lado o texto de Varnhagen[435], apesar de ele ser digno de observação por vários motivos», os quais se arrolam pacientemente na sequência. Conclui esta observação – que sugere o padrão das demais – de forma ainda mais taxativa:

«Também é de lamentar que a editora, conduzida provavelmente pelo desejo de tornar as variantes, frequentemente de difícil leitura, mais compreensíveis para o leitor leigo, as tenha interpretado e arranjado de acordo com sua opinião, ao invés de restituí-las na sua verdadeira forma, seguindo fielmente o modelo».[436] Ou seja, ambos incidem

[433] P. 520 do original. O mesmo diz Lang, quando justifica o tratamento que deu aos textos das cantigas dionisinas: «Sempre que se pôde preservar a versão transmitida, ou que não se propôs em troca alguma emenda segura, ela foi mantida.» Lang (2010: 180).
[434] Observe-se, na carta supra citada (nota 29), que, logo no segundo parágrafo, Carolina manifesta seu desapontamento à leitura das primeiras páginas da tão aguardada recensão do romanista suiço: «Sei o quanto se pode criticar no meu trabalho», seguido de uma sequência de argumentos e de ressalvas por não ter feito ela própria a revisão que seria de esperar, antecipando-se aos colegas Lang e Nobiling.
[435] Refere-se a Varnhagen (1849).
[436] Lang (2010: 385 e 386), respectivamente. No «Glossário» ao *Cancioneiro da Ajuda* (citado acima, na nota 26), Carolina refere também a questão das variantes abordadas por Lang (p. VII).

sobre os mesmos pontos (por exemplo, quando discutem a ortografia ou a acentuação das palavras) e reivindicam cuidados paralelos no trato com os Cancioneiros, coincidindo inclusive no modo intransigente de fazê-lo. Às vezes, soa-nos divertida a querela, como se os dois não dialogassem, aqui, com intervalo de tantos anos... Ao ponderar se seria melhor grafar a nasal final com *m* ou *n*, Carolina alfineta e se estende: «Pois, ainda que não seja relevante se uma edição escreve *ben*, *sennor*, *ollo*, *mia*, enquanto outra escreve *bem*, *senhor*, *olho*, *mha*, é necessário, para a almejada edição completa, utilizar uma ortografia uniforme e, certamente, a melhor possível». Quase em eco, Lang, reclamando da instável substituição de certas «grafias», representando «de forma simples e clara a situação de pronúncia», por outras «estranhas ao documento», devolve a alfinetada da colega: «Esta desigualdade de tratamento de um mesmo caso percorre toda a coletânea»[437]. Tratando da «sinalefa», as farpas mútuas são quase palpáveis: Carolina, quanto ao v. 70 do *D. Dinis*, afirma ser «no mínimo duvidoso que, para o ajustamento do verso, se consiga a necessária redução de uma sílaba pela sinalefa de *o* e *er* ou de *nom* e *o.* A última, por mais rara que seja também em português antigo (cfr. vv. 2640, 1691, *nem o* e 1102 *nem infante*), seria sempre mais provável do que a de *o* e *er*, aceita por Lang à p. CXXII»; e é como se Lang indiretamente «respondesse», comentando o v. 105 de CA: «*E se o el(e) quiser' fazer.* Em virtude da medida do verso, aqui *ele* deve ser substituído pelo *el* mais breve, enquanto se devem ler vv. 7869 *s(e) ela*, 8934 *s(e) ende*, 7880 *lh(i) eu*, 3916 *d(e) esta* etc., portanto com eliminação do som compreendido entre os parênteses redondos. Conclui-se, então, que a douta romanista não contou com o uso da sinalefa em nossa escola poética» [e pondera, em rodapé: «Que aqui não se pensa realmente em sinalefa, mas em eliminação ou elisão efetiva da vogal assim assinalada, está fora de qualquer dúvida...»], «apesar de Diez a ter reconhecido, de modo inequívoco e irrefutável, em nossos poetas, ao lado do hiato, e a ter caracterizado como um costume românico comum, na sua obra *Erste portug. Kunst- und Hofpoesie*, p. 53 ss., publicada em 1863»[438].

Idiossincrasias à parte – embora ajudem a compor o perfil de um grupo e de um momento –, as recensões resultam em soberbos documentos que transcendem os

[437] *Idem,* p. 387.
[438] *Ibidem,* p. 398.

limites esperados de publicações no gênero, inclusive pela extensão, que além de tudo não esgota o que havia para dizer, como sugerem as idas e vindas a uma mesma dúvida. A busca persistente da «melhor edição» para cantigas tantas vezes ilegíveis continua sendo o objetivo de uma mais que exigente crítica textual, «método científico»[439], o qual põe em campo duas premissas, dentre outras, superiormente cumpridas por Carolina e Lang: de um lado, a erudição do trabalho comparativo, analógico, confrontando quantos testemunhos houver – de fontes literárias ou não, escritas ou orais, antigas ou modernas –, variantes e notas, restituindo e emendando incansavelmente o texto de uma perspectiva taxonômica, quase arqueológica; de outro, e complementarmente, o recurso às indispensáveis «provas», no cerco aos riscos da temida «subjetividade»[440]. Ambos vasculham verso por verso para fundamentar uma afirmação, chegando a colher até 40 «exemplos» similares de um único uso. Aqui, Carolina e Lang rivalizam no esmero, deixando perplexo o leitor moderno, habituado ao conforto e às facilidades da informática...

Nesse lapidar embate de forças, sublinhe-se que o princípio norteador de ambos é a fidelidade ao referido «método científico»: Diz Carolina: «Quero esclarecer apenas aquilo que não se compreendeu ou que se compreendeu mal, e contribuir para justificar, aqui e ali, onde não foi seguido, o princípio de que a lição transmitida deve ser conservada, sempre que se possa defendê-la»[441]; diz Lang: «Uma vez que esta obra [o *Cancioneiro da Ajuda*] teve a sua preparação iniciada já em 1877, segundo o prefácio (*Advertência Preliminar*), e portanto deve ser vista como fruto de mais de vinte anos de trabalho sobre o assunto, vale a pena submeter os resultados do método ali aplicado a uma observação minuciosa»[442]. Isto é: respeito pelo método, pelos Cancioneiros, pelos Pares e pelo leitor!

[439] Conforme a terminologia usada por: CA II, p. 76 – parâmetro que de certa forma a diferencia de Lang, visceralmente ortodoxo e adepto da *recensio sine interpretatione*, com manifesta aversão pelo *iudicium.*
[440] Cfr. Orduna (2005: 203).
[441] Vid. nota 31.
[442] Lang (2010: 384).

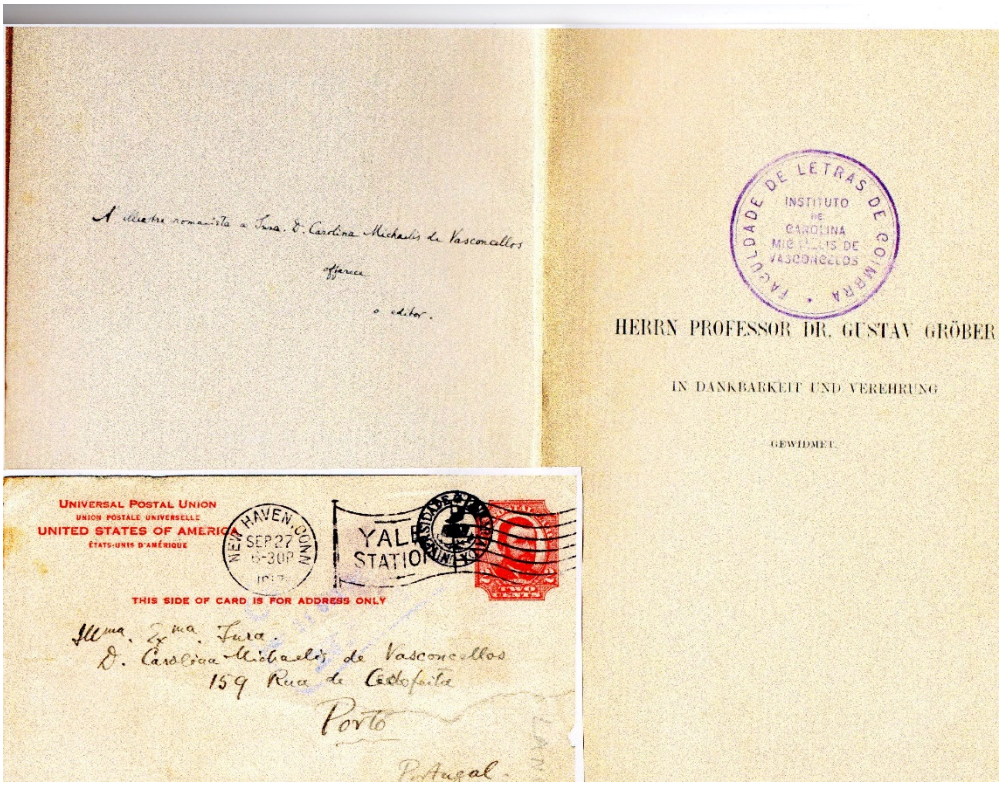


Figura 1. Amostra comparativa da caligrafia de Henry Lang, em um envelope e na dedicatória a Carolina Michaëlis, no exemplar de *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal.*

Referências

Epistolário de José Leite de Vasconcelos. 1999. Suplemento no. 1. *O Arqueólogo Português.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Hummel, Pascale. 2000. *Histoire de l'histoire de la philologie.* Étude d'um genre épistomologique et bibliographique. Genève: Droz.

Lang, Henry R. 1892. *Cancioneiro d'El Rei Dom Denis*. Zum ersten Mal vollständig herausgegeben. Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde eingereicht bei der Philosophischen Fakultät der Kaiser-Wilhelms Universität. Strassburg. Von Henry R. Lang. Halle a.S.: Druck von Ehrhardt Karras.

Lang, Henry R. 1894. *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. Zum ersten Mal vollständig herausgegeben und mit Einleitung, Anmerkungen und Glossar versehen. Von Henry R. Lang. Halle a.S.: Max Niemeyer.

Lang, Henry R. 2010. *Cancioneiro d'el Rei Dom Denis e Estudos Dispersos*. Ed. org. por Lênia Márcia Mongelli e Yara Frateschi Vieira. Niterói, RJ: EdUFF.

Molteni, Enrico. 1880. *Il Canzoniere portoghese Colocci-Brancuti*, pubblicato nelle parti che completano il codice Vaticano 4803, da Enrico Molteni. Halle a.S.: Max Niemeyer editore.

Monaci, Ernesto. 1875. *Il Canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana*, messo a stampa da Ernesto Monaci. Halle a.S.: Max Niemeyer editore.

Nobiling, Oskar. 1907. «Zu Text und Interpretation des 'Cancioneiro da Ajuda'». *Romanische Forschungen* XXIII: 339–385.

Nobiling, Oskar. 1907/2007. «Acerca do texto e da interpretação do *Cancioneiro da Ajuda*». In *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade e Estudos Dispersos.* Ed. org. por Yara Frateschi Vieira. Niterói, RJ: EdUFF. 173–218.

Nobiling, Oskar. 1908. «Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Cancioneiro da Ajuda. Edição crítica e commentada. Bd. 1 und 2. Halle, 1904, xxviii, 924 e 1001». *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen* 121: 197–208.

Nobiling, Oskar. 2007. «A edição do Cancioneiro da Ajuda, de Carolina Michaëlis de Vasconcelos». In *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade e Estudos Dispersos.* Ed. org. por Yara Frateschi Vieira. Niterói, RJ: EdUFF. 219–256.

Orduna, Germán. 2005. *Fundamentos de Crítica Textual.* Madrid: Arco/Libros.

Ramos, Maria Ana. 2004. «O Cancioneiro Ideal de D. Carolina». In *O Cancioneiro da Ajuda, cen anos despois.* Actas do Congreso realizado pola Dirección Xeral de Promoción Cultural en Santiago de Compostela e na Illa de San Simón os días 25-28 de maio de 2004. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia - Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo. 13–40.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. 1849. *Trovas e Cantares de um Códice do XIV século.* Madrid: Na Imprensa de D. Alexandro Gomes Fuentenebro.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis 1895a. «Henry R. Lang. Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal (...)». *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie* XVI 8: 271–276.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis. 1895b. «Zum Liederbuch des Königs Denis von Portugal»; «Henry R. Lang: Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal (...)». *Zeitschrift für romanische Philologie* XIX: 513–541, 578–615.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis. 1990. *Cancioneiro da Ajuda*. Edição de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Reimpressão da edição de Halle (1904), acrescentada de um prefácio de Ivo Castro e do glossário das cantigas (*Revista Lusitana* XXIII). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2 vols.

Vasconcelos, José Leite de. 1894. *Notas ao Cancioneiro d'el Rei Dom Denis.* Barcelos: R.V. editor. [Separata]

Vieira, Yara Frateschi. 2011. «Carolina Michaëlis de Vasconcelos e os Cancioneiros Galego-Portugueses». *Verba*. *Anuario Galego de Filoloxía* 38: 317–323.

36. Variación scriptolingüística e tradición manuscrita da lírica trobadoresca: As variables <nh/n> e <ss/s>

Henrique Monteagudo

Instituto da Lingua Galega, Universidade de Santiago de Compostela

No artigo móstrase a utilidade do estudo da variación scriptolingüística nos cancioneiros trobadorescos galego-portugueses para o esclarecemento da evolución da tradición manuscrita da lírica. A análise céntrase nas variables gráficas <nh/n> e <s/ss>, a primeira das cales remite ás distintas representacións da consoante nasal palatal, mentres que a segunda é definida como o uso de <s> por <ss> ou de <ss> por <s> en interior de palabra entre vogais. Estúdase a variación nos cancioneiros á luz do proceso de normalización de <nh> e <s>~<ss> na *scripta* elaborada no escritorio real portugués nos finais do século XIII e comezos do XIV. Á luz dos resultados obtidos, analízase a evolución do ramo dereito da tradición manuscrita e demóstrase que don Pedro de Barcelos, compilador do *Livro das Cantigas*, non foi o responsable da «Compilación Xeral» da lírica (subarquetipo α), e explórase a contribución a esta de don Denis.

Palavras-chave: variación scriptolingüística, lírica trobadoresca, galego-portugués, tradición manuscrita, don Pedro conde de Barcelos, don Denis.

1. Obxecto do presente traballo

O estudo da lingua dos cancioneiros trobadorescos galego-portugueses foi abordado ata o presente sobre todo desde a óptica da gramática histórica, isto é, tomando aqueles como fontes documentais de que se poden extraer materiais para o estudo da evolución diacrónica do sistema. Ademais, á hora de editar textos trobadorescos adóitase acudir á gramática histórica para resolver problemas puntuais de lectura ou de interpretación de treitos ou vocábulos concretos, pero nin nas edicións dos textos nin nos traballos sobre a tradición manuscrita da lírica medieval se acostuma botar man as ferramentas propias da análise lingüística ou manexar elementos de tipo lingüístico á hora de confrontar cuestións problemáticas.

Por parte, o noso coñecemento do galego-portugués[443], tal como se escribía en Galicia e sobre todo Portugal entre 1275ca. e 1350ca., é aínda, nalgúns aspectos, pouco máis que aproximativo, malia contributos valiosísimos de carácter parcial, algúns dos cales se irán citando neste traballo. En particular, determinados aspectos da *scripta* galego-portuguesa dese período que son cruciais para achegármonos cun fundamento sólido ao estudo da lingua dos cancioneiros –condición necesaria para contribuír desde a lingüística ao esclarecemento da tradición manuscrita– foron obxecto ata o momento dunha atención insuficiente. Por sinal, fáltanos un mellor coñecemento da *scripta* cultivada e elaborada na corte real portuguesa nas décadas finais do século XIII e iniciais do XIV. Pero, sobre todo, temos a convicción de que cómpre ter máis en conta a variación (scripto)lingüística no interior dos propios cancioneiros, fenómeno que tendeu a ignorarse ou mesmo ocultarse máis ca a estudarse.

Resende de Oliveira afirmou que «um conhecimento global sobre os cancioneiros somente será possível, dada a fragmentação dos núcleos de saber que poderão ser convocados para essa pesquisa, quando aos historiadores da cultura se associarem os filólogos, os linguistas e mesmo os historiadores da arte e outros especialistas» (1994: 9). E, consecuentemente, reclamou «novas abordagens que privilegiem as vertentes linguística, paleográfica, codicológica e musical ou artística dos cancioneiros» (1994: 216). Por esa vía, coa bagaxe específica da lingüística, se encamiña o traballo que enceta nestas liñas. Temos a convicción de que un coñecemento máis apurado do galego-portugués en xeral, e concretamente do elaborado nos círculos de D. Denis e de D. Pedro de Barcelos, pode contribuír a dilucidar aspectos fundamentais da tradición manuscrita da nosa lírica. Para tanto, cómpre combinar a análise scriptolingüística coas ferramentas que ofrecen outras disciplinas filolóxicas: desde a historia e a biografía literarias ata a codicoloxía e a crítica textual. É obvio que a análise que propomos dificilmente pode ser realizada en profundidade por unha soa persoa laborando en solitario. Modestamente, o que ofrecemos é unha incursión preliminar

[443] Entendemos por *galego-portugués* o romance orixinado nas terras portuguesas ao norte do Douro e nas galegas ao norte do Miño ata o mar Cantábrico, e espallado desde aí cara ao centro e o sur do actual Portugal, que foi falado e escrito no conxunto dos devanditos territorios ata os mediados do século XIV. Ou, en palabras de dona Carolina: «dou esta designação [(língua) *galego-portuguesa*] a todos os textos escritos na linguagem comum falada e escrita nos séculos XIII e XIV na faixa ocidental da península, aquém e além Minho» (1956: 333).

nun terreo que precisa aínda decrúa, unha incursión que agardamos suscite outras explorацións, preferiblemente realizadas en equipo.

En artigos anteriores (Monteagudo 2013 e 2015) achegámonos a esta tarefa centrando a nosa análise na distribución e frecuencia dun número reducido de variables de distinto tipo nos tres relatores principais, *Cancioneiro da Ajuda* (A), *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (B) e *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana* (V). Constatamos que os tres cancioneiros tendían a presentar formas normalizadas (variantes normais, de uso xeral), unhas coincidentes e outras diverxentes nos dous ramos da tradición (que representan dunha banda A e da outra B/V), pero que ao lado destas aparecen tamén, con frecuencia diferente en cada un dos ditos ramos, formas desviantes (isto é, variantes heterográficas, minoritarias). Así, tomando exemplos dos nosos traballos previos, as variantes de tipo *coyta* e *cuydar* son as normais nos dous ramos da tradición, pero en ambos tamén se rexistran *cuyta* e mais *coydar*, aínda que con frecuencia moito máis elevada en A do que en B/V. Pola contra, *nullo* é a forma única de A; mentres que *nulho* é a normal en B/V, pero nestes cancioneiros tamén se rexistra *nullo* como variante minoritaria. A análise da frecuencia e distribución destas variantes constituíu o cerne das devanditas achegas.

Se nos nosos traballos anteriores fixamos o foco no sector inicial (e por tanto, máis antigo) dos cancioneiros, no presente imos dirixilo cara ao máis recente, o que implica que a nosa atención se vai centrar case exclusivamente nos apógrafos italianos (B/V) –isto é, no ramo dereito da tradición. Á partida, imos dar por bo o *stemma codicum* que nas liñas mestras foi deseñado en 1967 por Giuseppe Tavani, para despois revisarmos rapidamente como evolucionou o debate arredor del (§3)[444] e finalmente propormos novidades que estimamos de importancia (§10 e §11). Deixemos polo momento dito que este *stemma* arrinca dun arquetipo ω, códice perdido que tería sido elaborado na oficina escritoria de Afonso X e probablemente por iniciativa deste, de que o *Cancioneiro da Ajuda* (A) sería unha copia parcial realizada nas dúas últimas décadas do século XIII –probablemente acrecentada no sector final, de A267 a A310–, do cal derivaría, nun proceso de enriquecemento progresivo, un subarquetipo α, novo códice perdido que contería a «Compilación Xeral» da lírica trobadoresca, o cal é consensualmente identificado co *Livro das Cantigas* mandado confeccionar polo

[444] Para unha visión e discusión sintéticas véxase Gonçalves 1993b.

Conde de Barcelos[445], quen o menciona con esta denominación no seu propio testamento, datado en 1350 (Sousa 1789: 138-140, na p. 139). Este *Livro das cantigas* constituiría o antecedente mediato ou inmediato dos apógrafos trasladados en Italia contra 1525-1527, B e V. Decontado entraremos en pormenores sobre isto, deixemos agora dito que a nós nos vai interesar fundamentalmente o treito do ramo dereito do *stemma* que vai desde o hipotético arquetipo ω ata o suposto subarquetipo α (nos termos do *stemma* deseñado por Tavani), o que nos sitúa nun arco cronolóxico que vai desde 1280 a 1350 aproximadamente.

Comezaremos constatando que na evolución deste treito da tradición se produciu ao menos unha intervención 'normalizadora' sobre os textos compilados, o mesmo que aconteceu, aínda que con criterios parcialmente diferentes, como xa apuntamos, cos textos copiados no *Cancioneiro da Ajuda*. Isto é obvio coa simple comparanza, mesmo superficial, entre A e N (*Pergamiño Vindel*, cos textos de Martin Codax; véxase Monteagudo 2008: 151-157) dunha banda, e, da outra, B, V e L (*Pergamiño Sharrer*, fragmento dun folio que contén partes do texto de sete cantigas de don Denis; véxase Sharrer 1993). En todo caso, sen entrarmos en pormenores desa 'norma' gráfica (ou scriptolingüística) imposta á xeneralidade dos textos recollidos na «Compilación Xeral», concentraremos a nosa atención en dúas variables das máis significativas que é posible definir en relación a tal norma (§4 e §5), tentaremos situalas no contexto do galego-portugués escrito no período dionisino e post-dionisino (§6 e §7), e analizaremos a súa frecuencia e distribución nos cancioneiros (§8 e §9). A partir desta análise, tentaremos tirar algunhas conclusións sobre a evolución do ramo dereito da devandita tradición no treito sinalado (§10 e §11). No que vén a seguir, soamente podemos referirnos a pormenores da tradición manuscrita que resulten imprescindibles. Pola contra, teremos que dedicar un certo espazo a explicar os principios metodolóxicos en que repousa a presente achega, pois somos consciente de que cómpre vencer un certo escepticismo inicial sobre a súa lexitimidade e sobre a súa utilidade.

[445] Véxase Michaëlis 1904: 243-253; Cintra 1983: I, CLXX-CLXXII, e 1973: XIV-XV; Tavani 1986: 9, 37 e 66, e 2013: 529-530; Oliveira 1988: 691; Miranda e Ferreira 2015: 27-29.

2. Aspectos teóricos e metodolóxicos

O *corpus* da lírica galego-portuguesa transmitido polos cancioneiros trobadorescos caracterízase por unha visible regularidade formal, como resultado da aplicación notablemente rigorosa de criterios de homoxeneización tanto das grafías coma da propia substancia da lingua, isto é, da imposición dunha norma scriptolingüística definida sobre o material que acollen. Nos nosos traballos previos sobre este tema (Monteagudo 2008, 2013 e 2015), seguindo o ronsel do traballo de Maria Ana Ramos sobre o *Cancioneiro da Ajuda* (culminado en Ramos 2008), constatamos ata que punto o labor de *normalización* lingüística dos compiladores dos cancioneiros medievais, na medida en que foi realizado con notable escrúpulo polos copistas, ao eliminar deles as variantes máis visibles, contribuíu a apagar trazos lingüísticos dos manuscritos antecedentes, pero tamén, na medida en que non chegou a realizarse de xeito totalmente sistemático, permitiu a transmisión inadvertida dalgúns destes. Así, os textos trobadorescos recollidos nos cancioneiros acabaron nestes despois de sufriren sucesivas operacións de revisión / adaptación, operacións que implicaron peneiras acumulativas de variantes consideradas anómalas, as cales foron substituídas polas formas adoptadas como *normais* polos respectivos compiladores (Monteagudo 2013: 219-223).

Esas revisións homoxeneizadoras deberon ser especialmente intensas no caso das grandes coleccións, como foron A, ω e α, en que os respectivos compiladores se aplicaron á uniformización ortográfica dun material que era, dependendo da cantidade, calidade e diversidade de fontes empregadas, especialmente polimórfico. Pero, por outra parte, eses criterios raramente se aplicaron cunha regularidade absoluta e isto resulta crucial para nós, pois o resultado conseguido non atinxiu en ningún dos códices unha uniformización total, senón que acabaron quedando vestixios (variantes residuais anómalas) máis ou menos conspicuos do substrato ou substratos scriptolingüísticos previos. É así que a análise das variantes grafemáticas permite detectar «vestígios de hábitos gráficos» procedentes dos antígrafos, trazos diverxentes que, como explica Maria Ana Ramos referíndose ao *Cancioneiro da Ajuda*, foron transferidos inadvertidamente polos copistas ao códice que confeccionaban, por «mimetismo gráfico em relação ao modelo» manexado (Ramos 2008: II, 691). Estes trazos permiten albiscar «micro-normas [que] discriminam séries textuais que não ingressam no plano

da homografia geral» que caracteriza globalmente o dito manuscrito (*idem*, 690). Deste xeito, segundo a citada colega, A «deixa transparecer pequenas normas minoritárias», que espreitan por baixo da meso-norma sobreimposta no proceso da súa confección, fenómeno este que «denuncia também pela estratigrafia a presença de uma súmula de manuscritos» que lle serviron de modelo (*ibidem*, 689). No presente estudo, imos considerar o fenómeno da normalización scriptolingüística das compilacións trobadorescas desde unha óptica parcialmente distinta: non só como fornecedor de vestixios de prácticas scriptolingüísticas previas, que non foron suxeitas a normalización por parte dos compiladores, senón como revelador da aplicación de criterios distintos por parte de diversos compiladores –ou, máis precisamente, da aplicación de criterios semellantes por varios compiladores, pero cun nivel de rigor ou sistematicidade desemellante.

Para o presente estudo, é crucial relacionar as variantes rexistradas nos cancioneiros que son obxecto da nosa análise coas prácticas escriturais aplicadas en determinados ámbitos, como poden ser os escritorios reais ou aristocráticos. Nun traballo previo, de carácter exploratorio, analizamos algunhas características gráficas (no plano paleográfico, pero sobre todo, no plano grafemático) do *Cancioneiro da Ajuda* e o Pergamiño Vindel coas *Cantigas de Santa Maria* e en xeral coa *scripta* romance producida no escritorio de Afonso X (Monteagudo 2008a). Para o presente estudo, sería de grande axuda contar cunha caracterización ampla, profunda e detallada da *scripta* elaborada no escritorio de Don Denis e mais de mostras documentais orixinais, editadas con rigor, producidas no ámbito dese escritorio e no de Don Pedro de Barcelos. Non dispoñemos dese apoio, mais á partida si podemos estar razoablemente seguros de que así como determinados trazos scriptolingüísticos de importancia decisiva para o noso traballo asocian claramente a escrita de B/V con Portugal, ao tempo que disocian con case total seguranza que A dese mesmo ámbito. Ante a carencia dunha caracterización pormenorizada da *scripta* producida no escritorio dionisino, realizamos unha sondaxe sobre unha presada de documentos que nos permitiu facernos unha idea aproximada dos aspectos que nos interesan máis directamente, mais debemos subliñar que non partimos dunha posición previa neste asunto, senón que os propios achados parciais que fomos obtendo os que nos

conduciron á hipótese final que presentamos como resultado do noso estudo. Propoñémonos afondar nesa cuestión en traballos futuros.

Como acabamos de salientar, os criterios scriptolingüísticos aplicados en A dunha banda e no antecedente común de B/V doutra son diverxentes en bastantes aspectos. Podemos sinalar algúns trazos diferenciadores: por caso, no plano morfosintático, o emprego de *mi* como complemento indirecto en concorrencia aparentemente libre con *me,* mentres que a segunda é a única forma empregada en A nas *Cantigas de Santa Maria* (nótese tamén no Pergamiño Vindel «se *me* saberedes dizer» fronte a B/V «se *mi* saberedes dizer»); no plano morfolóxico, as variantes *lhi* / *lhis* en concorrencia aparentemente libre con *lhe* / *lhes*, estando as primeiras ausentes de A e das *Cantigas de Santa Maria* –as variantes foneticamente condicionadas *mh* / *m'* e *lh'* non entran en consideración–; no plano gráfico, interésanos, sobre todo, salientar a elevadísima frecuencia de uso de <h> nos apógrafos italianos, en diversas combinacións e con distintos usos, mentres que, como sinala Ramos, «este elemento grafemático é muito pouco utilizado no *Cancioneiro da Ajuda*» (2008: II, 460). Así, atopamos <h> en diversos contextos (no inicio de certas palabras con escaso corpo gráfico, moi usadas como *hun* / *hũ*, *hunha* / *hũa*, con outros vocábulos e formas de uso moi frecuente, como *hy, hu, he* (=é)....), pero o máis relevante para nós é a súa aparición nunha serie de dígrafos, como <bh> (*sabham*) e <vh> (*Pavha*), entre os cales os máis conspicuos son <mh> (*mha* 'miña', *mh-a* / *mh-o* 'ma / mo', *mh'*...), <nh> (*senhor*) e <lh> (*olho*), que van atraer a nosa atención. Nestas e noutras variantes analizadas, iremos comparando a situación que se rexistra nos cancioneiros coa que podemos observar noutros xéneros de escrita en Portugal, e especificamente con textos saídos do escritorio real dionisino, e constataremos a concordancia xeral dos cancioneiros co escritorio dionisino non só nas solucións xerais, senón tamén do rango e tipo de variantes que aparecen; excepto nun grupo de textos que se apartan claramente das pautas xerais.

Cando analizamos a variación scriptolingüística en textos medievais, e igualmente, cando comparamos uns testemuños con outros, temos que traballar segundo un método probabilístico, en base a criterios de frecuencia relativa e de dispersión, é dicir, de cantidade e porcentaxe dunhas e outras variantes e de distribución, aleatoria ou nesgada, destas variantes ao longo do *corpus* considerado. Así, a distribución das variantes en estudo pode responder a dúas pautas: concentración en autores ou grupos

de composicións –que tamén poden partillar outras características, como a orixe, a cronoloxía ou relacións biográficas ou textuais–, ou ben dispersión, non só ao longo dos textos dos cancioneiros, senón tamén por composicións e/ou autores nula ou escasamente relacionados entre si. Por sinal, no seu estudo do *Cancioneiro da Ajuda* Maria Ana Ramos salienta: «Os poetas iniciais contíguos [de A] mostram concentração de características contíguas, o que pode levar à conjectura de antecedentes homográficos» (2008: II, 686). Explorar esta conxectura sobre eventuais «antecedentes homográficos» de A foi precisamente o obxectivo central dos nosos traballos previos (Monteagudo 2013 e 2015); pero o fenómeno parece que tamén se produciu no antígrafo de B/V–admitamos á partida que este foi *Livro das cantigas* de don Pedro–, e é o que nos vai interesar neste estudo.

Por outra banda, para valorar a significación –en termos non só estatísticos– da presenza / ausencia das variantes nun determinado ciclo, é relevante ter en conta a extensión deste: neste sentido, establecemos un nivel limiar, que decidimos colocar en cinco textos[446], e consideramos separadamente os ciclos cun número de cantigas por baixo desta cifra, que denominamos *ciclos breves*. Este limiar ten unha relevancia estatística, pois canto máis reducida é a dimensión do *corpus*, a frecuencia da variante é máis azarosa; e tamén ecdótica, pois os ciclos breves son máis doados de intercalar no manuscrito nos espazos en branco ou en folios soltos. Poden darse excepcións, debidas por exemplo a lapsus dos copistas, que terán carácter accidental e por tanto unha distribución aleatoria. O ruído que provocan estas excepcións será tanto máis distorsionador canto menor frecuencia teña a variante e máis reducido sexa o *corpus* considerado. Este ruído perturba a análise, pero pódese tentar sandar co auxilio doutras informacións, de tipo histórico, lingüístico, textual ou codicolóxico.

Para localizar as variantes que nos interesan partimos do espolio directo dos textos, realizado sobre a edición diplomática de V (Monaci 1875) e das partes de B que o completan (Molteni 1880), cotexando cada ocorrencia que rexistramos cos orixinais, a través das edicións facsímiles de A, B e V ou das imaxes dixitalizadas que ofrece o *Projeto Littera* (Lopes, Ferreira *et al.* 2011-). Complementariamente, servímonos doutras edicións (Michaëlis 1904 e mais Machado e Machado 1949-1964) e

[446] A efectos deste cómputo, non contamos os fragmentos nin os autores que só comparecen como interlocutores dunha tenzón.

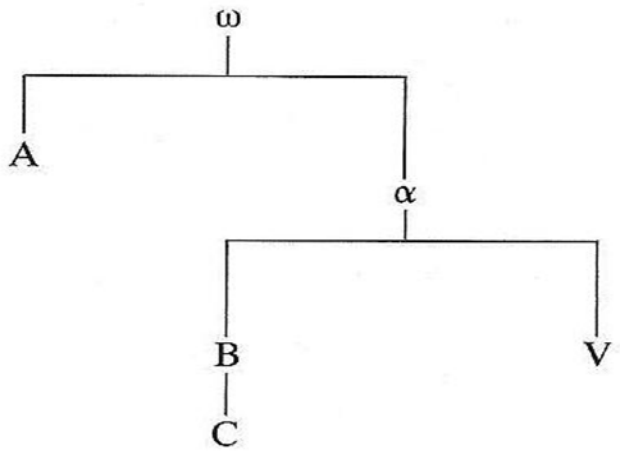
ferramentas en liña que permiten procuras automáticas: nomeadamente, o xa citado *Projeto littera* e *Glossa* (Ferreiro 2014-)[447].

3. Stemma codicum

O estudo do proceso de constitución da tradición manuscrita da lírica galego-portuguesa deu un salto cualitativo coas achegas de Giuseppe Tavani (1988: 54-178; véxase especialmente as páxinas 120-122). No que nos atinxe, o mestre italiano conxectura que nas orixes da tradición trobadoresca existiron rótulos que recollían unha ou varias composicións ou pequenos ciclos líricos (tipo *Pergamiño Vindel*), a partir dos cales se compilaron recollas máis amplas, segundo un criterio individual, de xénero ou de agrupamento de autores que partillaban algunha característica común. A partir deses materiais, na corte de Afonso X elaboraríase un cancioneiro organizado nas tres seccións xenéricas (amor, amigo e sátira) que viría sendo o arquetipo (ω) da tradición cancioneiril trobadoresca. Segundo conxectura Tavani, nos dous últimos decenios do século XIII realizaríase na corte de Castela un traslado incompleto do arquetipo, o *Cancioneiro da Ajuda* (A), e por volta da metade do século XIV confeccionaríase outra copia do mesmo, o subarquetipo α, acrecentada agora con novos materiais; desta copia procederían, mediante unha serie de *codices interpositi*, os apógrafos quiñentistas (B e V).

A discusión ulterior á proposta do insigne mestre centrouse no último tramo da evolución da tradición, que iría desde o subarquetipo α ata os apógrafos italianos e a chamada *Tavola Colocciana* (C), presumible índice dun cancioneiro, que podería referirse ben a un testemuño perdido (como propuxo Tavani), ou ben a B (resumo en Ramos 1993). A partir do seu traballo sobre a dita *Tavola*, Elsa Gonçalves (1976, reproducido en Gonçalves 2016: 5-87), entre outros, propuxo un *stemma* máis sinxelo, que fai derivar directamente B e V do subarquetipo α.

[447] Ademais, prácenos agradecer as distintas colaboracións que nos xentilmente nos prestaron as profesoras Maria Ana Ramos e Mercedes Brea e mais o profesor Xavier Varela Barreiro.



Pero se conforme se avanzou na discusión, a tendencia foi a simplificar os tramos inferiores do *stemma*, cos superiores aconteceu xustamente o contrario. Xa o propio Tavani, logo de tentar identificar nos cancioneiros pegadas de testemuños perdidos, postulara a existencia, previa á compilación, de cadanseu cancioneiro individual de Afonso X e de don Denis e mais de dúas recollas antolóxicas, unha encabezada por Bernal de Bonaval e a outra acollendo a obra de trobadores clérigos. Todos estes materiais, ausentes de ω, teríanse ido incorporando a α en etapas sucesivas. Estas observacións do mestre italiano abriron o camiño para unha reconsideración da evolución do tramo superior do ramo dereito da tradición. Por esta vía, António Resende de Oliveira, fundándose en datos de carácter histórico-biográfico e nun exame apurado de B/V, propuxo unha nova visión, máis rica e complexa, dese tramo (Oliveira 1988 e 1994). Sen pretender resumir a intricada liña argumental que desenvolve este investigador, podemos esbozar as súas liñas mestras dicindo que a partir da distinción de tres seccións nos cancioneiros B/V (seccións de cantigas de amor, de amigo e burlescas) e da distribución nelas dos autores, grupos de autores e ciclos e composicións individuais de cada autor, comeza por enxergar en cada un deles dúas zonas: a que denomina *zona tripartida* (que sería inicial, máis antiga e nuclear), e a que denomina *zona complementar* (que sería engadida e máis tardía), que corresponden respectivamente ao primeiro e o segundo niveis de formación da tradición manuscrita (Oliveira 1994: 30-41).

A *zona tripartida* acolle autores incorporados a esta tradición no que el chama primeiro nivel de formación, correspondente ao momento da compilación do arquetipo

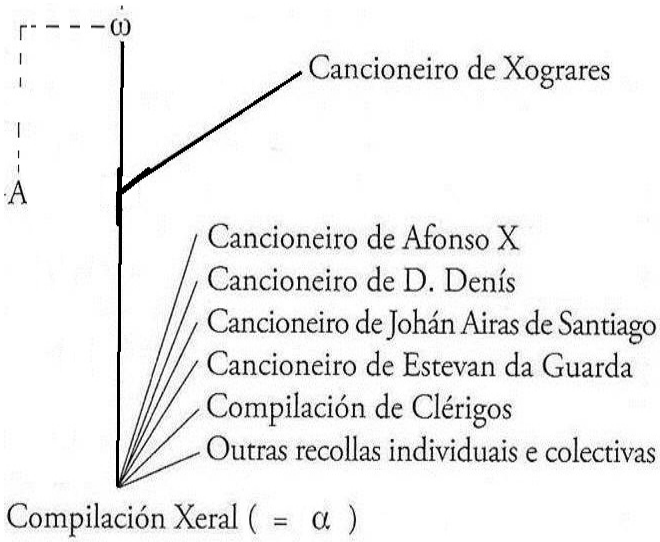
ω ou, na denominación de Oliveira, «Segundo cancioneiro aristocrático» (1994: 44-98). A produción poética destes autores (maiormente, cabaleiros) sería anterior a 1275ca., e aparece repartida canonicamente por xéneros nas tres seccións, no interior das cales os trobadores van ordenados segundo unha secuencia cronolóxica decrecente (de máis a menos antigo). A *zona complementar* acolle autores incorporados á tradición no segundo nivel de formación, isto é, no proceso de compilación do subarquetipo α ou «Compilação Geral» (Oliveira 1994: 99-108). A produción poética destes autores, de estatus social heteroxéneo (desde reis e magnates a anónimos xograres, pasando por clérigos) dataría maiormente das últimas décadas do século XIII e as primeiras do XIV e está integrada nos cancioneiros de xeito desordenado (nalgúns casos, caótico), con frecuencia sen respecto pola tripartición por xéneros nin pola secuencia cronolóxica dos autores.

Este estudoso distingue os seguintes compoñentes ou momentos na evolución da tradición manuscrita (Oliveira 1994: 215-251):

a) No tramo previo a ω: A tradición manuscrita arrincaría coa compilación dun primeiro «Cancioneiro dos cavaleiros» (I), ao que se xuntaría unha posterior «Recolha dos trovadores» (II), para dar lugar ao «Segundo cancioneiro aristocrático» (Oliveira 1994: 155-190). Este tramo foi estudado por Maria Ana Ramos na súa monografía sobre o *Cancioneiro da Ajuda*, repetidamente citada (Ramos 2008) e polo autor que subscribe o presente contributo nos traballos tamén citados (Monteagudo 2013 e 2015). En todo caso, na presente achega este tramo da tradición non nos compete.

b) No tramo ω → α: O arrequentamento do arquetipo que desembocaría na «Compilação Geral» ou subarquetipo α suporía a incorporación á tradición dun «Cancioneiro de xograres galegos», unha «Compilação de reis e magnates» (que incluíria os cancioneiros individuais de don Denis e Afonso X), unha compilación de clérigos, probablemente axuntada no mesmo momento da súa adxunción á «Compilação Geral», os cancioneiros individuais de Johan Ayras de Santiago e Estevan da Guarda e mais unha serie de recollas individuais de autores con produción reducida (Oliveira 1994: 191-211). Este tramo é o que reclama a nosa atención no presente traballo.

Deste xeito, o tramo en consideración pasa de aparecer representado dun xeito moi sinxelo no *stemma codicum* a aparecer dun xeito moito máis complexo, por exemplo, deste xeito[448]:



Doravante, no presente traballo denominaremos o arquetipo ω ou «Segundo cancioneiro aristocrático» como *Livro das Trovas del rey D. Afonso*, por máis que esta denominación, tirada do título dun códice da biblioteca do rei don Duarte (Michaëlis 1904: II, 129-133), non implique que identifiquemos o tal arquetipo con este códice –máis ben é de supoñer que este deriva de aquel, pero non se pode descatar que se refira a un códice cun contido distinto–, e utilizaremos a denominación «Compilación Xeral» para nos referirmos de xeito xenérico ao proceso que conduce do arquetipo ω ao subarquetipo α ou *Livro das Cantigas* do conde don Pedro de Barcelos (Michaëlis 1904: II, 243-253), entendendo, por tanto, que a tal «Compilación Xeral» non se identifica necesariamente con este *Livro das Cantigas* nin con ningún outro manuscrito concreto, senón cun proxecto compilatorio que puido ter diversas encarnacións sucesivas, en códices distintos e / ou en distintos estadios dun mesmo códice.

[448] Adapto un fragmento do stemma elaborado por Joaquim Ventura, reproducido por Pena 2013: 117.

4. Variables seleccionadas: <nh/n> e <s/ss>. Definición

Como se dixo, dúas son as variables que escollemos para realizar o noso estudo. Denominarémolas <nh/n> e <s/ss>. Escollemos estas dúas variables pola súa significación no proceso de constitución da norma escrita do portugués e pola frecuencia que presentan nos textos, baixa –o que as torna manexables– pero non ínfima, o que as convertería en escasamente explotables cara á finalidade que nos propoñemos. Pero, sobre todo, escollémolas porque presentan unha distribución ao longo dos cancioneiros tal que poden ofrecer resultados significativos para o noso asunto.

A primeira variable que imos considerar, que denominamos <nh/n>, atinxe á representación da consoante nasal palatal |ɲ|. Como é sabido, no *Cancioneiro da Ajuda*, igual que no pergamiño Vindel (N) e, por outra banda, nas *Cantigas de Santa Maria*, as grafías correntes son <ll> e <nn> (*ollos* e *sennor*), coas variantes <ñ> ou <n> combinada co til de nasalidade sobre a vogal precedente, mentres que no antecedente trescentista común de B/V as que se impuxeron foron as grafías <lh> e <nh> (*olhos*, *senhor*). Non obstante, en B/V atópanse casos de grafía <ll> ou <l> en lugar de <lh>, e, a carón da normalizada <nh>, tamén <n>, <ħ>, <ỹ/ĩ>, en por si ou combinados. Trátase de anomalías que aparecen en casos puntuais; endebén, por vía da regra, os dous apógrafos quiñentistas tenden a coincidir nos casos en que se rexistran esas anomalías, así que, se existisen dúbidas, esa coincidencia fai evidente que tales variantes remontan ao seu antecedente, isto é, *Livro das cantigas* de don Pedro (ata agora, insistimos, identificado co subarquetipo α). As escasas ocorrencias de *mħa* que rexistramos no *corpus* serán englobadas en <nh/n>, aínda que propiamente a grafía <mħ> debe considerarse variante de <mh/mi> (véxase máis abaixo). Non tivemos en conta o emprego do dígrafo <nh> no artigo e pronome *ũa*/ *unha*/ *hunha*, *algũa*/ *algunha* e vocábulos semellantes.

Como é sabido, ao longo do último terzo do século XIII no escritorio real portugués impúxose o uso do dígrafo <nh> ao par do de <lh>, e desde alí estas grafías fóronse xeneralizando rapidamente ata acadar xa nos comezos do século XIV a totalidade do territorio portugués (Cintra 1963: 59-71; Maia 1986: 486-494; Ramos 2008: 481-484 e 498-495; Souto Cabo 2004). Doutra banda, a grafía <nn> (con variantes relacionadas coa abreviación dun dos dous <n>), foi fixada e estabilizada na chancelaría de Castela,

e aplicada sistematicamente por Afonso X sobre os códices saídos do seu escritorio (Sanchez-Prieto Borja 2013: 440). Nos textos producidos en Galicia da Idade Media concorren <n>, <ñ>, <nn> e <ỹ/ĩ>, con exclusión case completa de <nh>. Analogamente, nos textos galegos concorren <l> e <ll> para a lateral palatal, con exclusión de <lh>, de xeito que a ausencia ou mínima presenza de <nh> e <lh> constitúe unha característica que distingue nitidamente a *scripta* galega da portuguesa desde a última década do século XIII.

Pero se no caso da representación do |ɲ| o antecedente dos apógrafos italianos e o *Cancioneiro da Ajuda* adoptaron solucións diverxentes, no uso das grafías <s> e <ss> en posición intervocálica interior de palabra léxica (abreviaremos referíndonos a esta como «posición de contraste»), a norma xeral que seguen os dous ramos da tradición é a mesma, obedecendo a unha práctica que, conxecturamos, remonta ao arquetipo do que entrambos proceden. Esa norma consiste no emprego de ambos os grafos (o simple e o dobre) con valor distintivo: <s> simple entre vogais representa o fonema fricativo apicoalveolar sonoro |z̲|, e <ss> duplo representa o seu par xordo |s̲|. A variable que denominamos <s/ss> consiste pois na concorrencia de <s> e <ss> para representar indiferentemente os fonemas fricativos ápico-alveolares xordo e sonoro na posición de contraste; ou, dito doutro xeito, no emprego de <s> en posición intervocálico en lugar do esperable <ss> (por exemplo: *noso, pasar, perdese*), ou, inversamente, o emprego de <ss> onde se esperaría <s> (por exemplo: *pessar, escussas, risso*).

A devandita distinción grafemática responde a unha distinción fonolóxica que se realizaba en certas variedades do galego-portugués, sexa no eixo diatópico (ao sur do Miño), sexa no eixo diastrático ou diafásico (sociolectos e estilos elevados, tanto ao sur como talvez ao norte do Miño). O uso distintivo de <s> e <ss> en posición de contraste obsérvase escrupulosamente no *Cancioneiro da Ajuda* (coas excepcións a que máis adiante nos referiremos), nas *Cantigas de Santa Maria* e en xeral nos códices saídos da cámara rexia de Afonso X, igual que noutros códices en galego-portugués e en castelán dos séculos XIII e XIV. Pero este uso non é primitivo nin espontáneo, senón que comeza a verificarse en certos textos romances do centro da península a partir aproximadamente de 1230, e dun xeito sistemático, en diplomas e códices da chancelaría de Fernando III e de Afonso X (Sánchez-Prieto Borja 1996a e 1996b e

2013: 442)[449]. Nese contexto, a norma de distinción de <s> e <ss> en posición de contraste é esperable no *Cancioneiro da Ajuda*, se admitimos que este foi confeccionado no ámbito dunha corte real de Castela/ León; porén, no caso do ramo dereito da tradición trobadoresca, maiormente no códice ou códices constituídos en ambiente portugués, a adopción desta norma non resulta tan obvia, como veremos.

5. A variable <nh/n> en B/V

Nos apógrafos italianos, sobre o conxunto das 1619 transmitidas por B/V , un total de 228 cantigas presenta ao menos unha ocorrencia dunha variante dun dos dous tipos mencionados, o que significa o 14,0% do total. Delas, 113 presentan variantes de tipo <s/ss>, o que representa o 7,0% do total, e 138 conteñen variantes de tipo <nh/n>, o que dá unha porcentaxe do 8,4%. Só 23 cantigas presentan simultaneamente as dúas variantes (1.5%). A continuación, procederemos á análise da primeira variable.

Das dúas variables en aprecio, a que presenta unha situación máis complexa nos apógrafos italianos é <nh/n>, pola diversidade de variantes que aparecen, algunhas das cales relacionadas con contextos fonéticos específicos. Como dixemos, a forma xeral, absolutamente predominante, é <nh>. Pero, a carón deste dígrafo rexístranse dunha banda <n>, <ħ>, <h>, <nħ>, que poden ir combinados con til sobre a vogal anterior ou seguinte, e doutra banda, <ỹ>/<y>; <ĩ>/<i>, que talvez representen, ao menos nalgúns contextos, unha realidade fonética diferente, como explicaremos decontado. Como é sabido, na realidade paleográfica, o til de nasalidade pode cubrir máis dunha letra e incluso máis de dúas, ata unha palabra enteira, o que crea un problema na edición tipográfica, que adoito limita as posibilidades de reprodución do til a recubrir unha soa letra. É por iso que consideramos conxuntamente casos en que o til está sobre unha determinada letra, nomeadamente, o <n>, o <h> e o <y>, con casos en que se atopa sobre unha letra inmediatamente anterior ou posterior, ou incluso sobre o

[449] Maia (1986: 465-66), seguindo a Menéndez Pidal e Amado Alonso, admite que esa práctica foi establecida por Afonso X na segunda metade do século XIII. En todo caso, para o noso asunto o relevante é que se trata dunha innovación que procede da corte real de Castela-León. A distinción sistemática <s>~<ss> «se daba desde los primeros diplomas romances del rey Santo», de xeito que «los diplomas de Fernando III anticipan claramente los rasgos gráficos [...] que manifestaban los escritos patrocinados por su hijo» (Sánchez-Prieto Borja 2013: 429, con máis información na p. 442).

conxunto da palabra[450]. De máis a máis, en dúas ocasións rexístrase <nnh> *–tennho* (B75) e *ordynnhado* (B917/ V504)–, e noutras tantas <mh>: *guamhastes* (B466) e *temhades* (B489/ V72). Consideremos cada unha das variantes, tendo en conta as ocorrencias rexistradas e a frecuencia de cada unha delas, deixando para o final a que máis nos vai interesar, <n>.

<ħ>. Este curioso grafo, segundo Eduardo Borges Nunes, «nasce exactamente por volta de 1279» (*apud* Ferreira 1987, I, 41). Para simplificar a análise, consideramos en un único tipo as subvariantes <ħ>, <h> e <ãh, ẽh, õh> ou <hã, hõ>, por dúas razóns. Dunha banda, como acabamos de explicar, nos textos galego-portugueses o til de nasalidade frecuentemente recobre máis dunha letra, de maneira que cando nos apógrafos italianos se transcribe o til sobre a vogal anterior ou seguinte ao <h>, como en <ãh, ẽh, õh> e <hã, hõ>, nos textos orixinais moi probablemente ese til tamén afectaba o propio <h>[451]. Por outra banda, tamén nos consta que adoito ora os escribas ora os copistas se esquecían de trazar o til de nasalidade, polo que parece lexítimo considerar que os casos de <h> que se nos presentan nese contexto son equivalentes a <ħ>. Esta variante aparece nun total de 25 cantigas, ás que poderiamos engadir 10 máis, con variantes de *senhor*, sobre as que volveremos máis adiante: *camaħa, estraħa, assaħar* (B38), *estrahõ*, *estraħar* (B130), *adeviħar* (B160), *miħa* (B253, B368*bis*), *assãhou* (B256), *veha* (B368*bis*), *estrahãsse* (B389), *estraho* (B405 / V16), *adevyhades* (B721 / V321), *sobriħos* (B883 / V466), *venħo*, *venhõ* (B935 / V 523), *rayħa* (V1008).... A forma do posesivo feminino de primeira persoa é merecente dun breve comentario, polas variantes que presenta. Como pronome ou adxectivo posposto ao substantivo, a forma máis corrente é *mjnha* / *minha* (rexistramos 10 ocorrencias), coa variante *miħa,* da que verificamos 3 rexistros (B253 e mais B368 e B368*bis*). Para o adxectivo posesivo anteposto ao substantivo a forma xeral nos apógrafos é *mha*, coa variante *mħa*; a segunda conta soamente con 7 rexistros (B725/ V326, B863/ V451, 91, B918 / V 505 (x2), B1091/ V682, B1126/ V718 e B1579/ V1111), aos que hai que engadir un de *mhã* (B471*bis*).

[450] En realidade o *titulus*, do que procede o til de nasalidade, era orixinalmente un signo de abreviación, unha función que mantivo en concorrencia co seu novo emprego para indicar a nasalidade, de xeito que ás veces estes dous usos se solapan no mesmo vocábulo.

[451] Poden verse exemplos da realización paleográfica real nas láminas reproducidas en Dias, Marques e Rodrigues 1987: 16-17, 20-21, 24-25, 28-29 e 30-31. Os números de páxina corresponden ás reproducións fotográficas e transcricións dos documentos nº 7, 12, 14, 16 e 17, datos entre 1290 e 1327.

<nħ>. Rexistramos 5 composicións con cadansúa ocorrencia destoutra variante do dígrafo: *venħa* (B104), *tenħo* (B144), *senħr* (B623/ V224, B624/ V225), *venħo* (B935/ V523). Polas mesmas razóns que acabamos de indicar, agrupamos con estas un único rexistro da variante <nhõ>: *venhõ* («meu amor eu vos venhõ rogar», B935/ V523). As dúas ocorrencias da forma *senħr* serán consideradas xunto a outras do vocábulo *senhor*.

<ỹ> <y>; <ĩ>, <i>. Consideramos estas grafías subvariantes do mesmo tipo, dado que <i> e <y> funcionan como alógrafos, e o til ás veces aparece sobre a vogal anterior ou seguinte, ou deixa de trazarse por despiste dos escribas. Rexístrase un total de 29 cantigas con variantes deste tipo, por exemplo: *Rayã* (B5, B222)*, vezĩa, vezĩo* (B38), *ffalconçio, galguilio* (B457), *galỹa* (B472), *agya* / *agỹa* (B480/ V63); *vỹo* B / *vino* V (B490/ V73), *vỹos* (B491/ V74), *estrayã* (B623/ V224), *afaçayado* (B618/ V219); *adevĩar* (B189*bis*), *dĩeyro* (B1381/ V989)... Estas variantes aparecen en contextos merecentes de cadanseu tratamento específico. En primeiro lugar, os finais en –ĩo / –ĩa, onde a nasalidade do [i] tónico procede da caída dun primitivo [n] intervocálico que o seguía, unha nasalidade que evolucionaría cara ao desenvolvemento dunha consoante palatal, estadio tamén testemuñado nos apógrafos (incluso con rimas *galỹa / baynha; agya / agỹa / canpynha / marinha...; vỹos / arminhos...*). Por outro lado, secuencias –nio / –nia en posición postónica final, en que probablemente se produciu primeiro a caída do [n] e a nasalización do iode [j̃], e posteriormente este evolucionou cara á consoante palatal (*estrayã*), evolución que tamén temos testemuñada nos cancioneiros (*estranha*). Evolución análoga presupón *afaçayado,* como derivado de *façaỹa* (<**façania*), que aparece tamén en B coa variante *façanado* (en V, *fazanhado*). Tamén temos exemplos de evolución do [n] intervocálico despois dun [i] pretónico, como en *adevĩar dĩeyro*, das que nos propios cancioneiros rexistramos as variantes máis evolucionadas *adeviħar / adevyhades* (co <h> escrito posteriormente) / *devynhar* e *dĩneyros / dinheyros*.

<n>, ocasionalmente combinado cun til sobre o propio <n> ou sobre unha vogal contigua. Son en total 9 as cantigas que presentan esta variante: *estranas* (B130), *cãnas* [Cañas] (B464), *dĩneyros* (B496-144*bis*/ V79), *pyno* (B568 / V171); *lousinar*, *somño, sonar* (B 915 / V 502), *façanado* B / V *fazanhado* (B 1468 / V 1078), *minino*, *deneyros* (B1622/ V1155-1156, no segundo caso, V ofrece *dinheyros*) *tamano* V/ B *tamanho*

(B1646 / V1180), *mesquino* (B1660 / V1194). Como se ve, en varios casos o <n> aparece combinado co uso do til de nasalidade sobre o propio <n> ou sobre a vogal anterior ou seguinte.

Un caso especial preséntao o vocábulo *senhor*, de aparición frecuentísima nas cantigas trobadorescas, especialmente as do xénero de amor (nada menos que 2272 ocorrencias, segundo o Projeto Littera). Conforme os nosos cómputos, esta palabra aparece como *seno*^{2} / *senõ* / *sen*^{2} / *señ* en 66 cantigas, que van ser obxecto dunha atención específica. É de notar que *seno*^{2} e *senõ* (que consideraremos equivalentes) están aboadas non só por B/V, senón tamén –e isto é especialmente relevante para nós– polo Pergamiño Sharrer, que reflite a escrita do mesmo escritorio de D. Denis (B528/ V111/ L5)[452]. Cómpre distinguir estas formas doutras variantes do mesmo vocábulo, transcritas de diversos xeitos e algunhas abreviadas, máis próximas a <nh>, que aparecen, tal como foi indicado, noutras 11 cantigas, tales como *sẽh*^{2} (B97 Vasco Praga; B230 Fernan Garcia Esgaravuña; B256 Roy Queymado); *sẽhor* B / V *senhor* (B451/ V58 Vasco Perez Pardal); *sẽhor* (B861/ V446 Johan Mendez de Briteyros[453]; B894/ V479 Martin Moxa; B1077 / V669 e B1207 / V812 Pero d'Armea; B1202 / V807 Nuno Treez), *sẽħor* (B1141 / V732 Bernal de Bonaval) e *senħr* (B623/ V224, B624/ V225 Estevan da Guarda)[454]. Volveremos sobre este vocábulo.

6. As variables <nh/n> e <lh/ll> en textos portugueses de 1275ca.-1350ca.

No seu traballo sobre a «Emergência e generalização do português escrito. De D. Afonso Henriques a D. Dinis», Ana M. Martins sostén que «No *scriptorium* régio a produção de textos literários e de diplomas legais não se encontrava dissociada, mantendo-se o mesmo ambiente de «convívio» entre os dois tipos de produção textual [...] D. Dinis foi ele própio trovador e teve um papel importante no desenvolvimento da prosa historiográfica. A relação entre a corte, a implantação do português na esfera do texto jurídico e o crescimento da língua literária não poderia ter sido, neste fase,

[452] Esta cantiga foi editada por del Río Riande (2007: 7-10), quen non acerta nos comentarios sobre as grafías en foco.
[453] Esta cantiga ofrece dúas variantes distintas, *sẽhor* e *seno*^{2}.
[454] Non tivemos en conta outras posibles abreviacións que non afectan ao dígrafo <nh>, como *senh̃* ou *senhc*, que se rexistran, por caso, en cantigas de D. Denis (B256/ V109/ L3 e B529/ V112/ L6).

mais harmoniosa» (Martins 2001b: 42). Como esta mesma investigadora lembra, xa Sharrer deixara indicado que o pergamiño que leva o seu nome, cos fragmentos de cantigas de amor de don Denis, foi en parte copiado nunha letra gótica minúscula cuxo estilo é o dos documentos rexios saídos da chancelaría de D. Denis nos finais do século XIII e inicios do XIV, e incluso as abreviaturas usadas por unha das mans presentes no manuscrito están «de acordo com os hábitos da chancelaria régia» (Sharrer 1993: 16). No apartado que agora comeza imos explorar precisamente esa conexión.

A primeira vista, as solucións gráficas <s>~<ss>, <nh> e <lh>, xerais no *Livro das Cantigas* –como antecedente de B/V– responderían á norma da *scripta* portuguesa elaborada nas oficinas reais, irradiada desde estas e xa plenamente fixada e estabilizada. Pero a imposición da dita norma ao conxunto dos textos compilados no *Livro* e, ao tempo, a presenza da serie de variantes que acabamos de sinalar, convida a considerar con calma o proceso de universalización desas grafías na escrita romance producida en Portugal. É doutrina máis ou menos admitida que a fixación e estabilización desas solucións se produciu durante o reinado de don Denis (1279-1325) –o mesmo monarca que xeneralizou o uso do romance a custa do latín na documentación da súa chancelaría–, e por iniciativa do seu escritorio. Dada a singularidade da innovación ortográfica, no caso do portugués ténselle prestado máis atención á «invención» e imposición de <lh> e <nh> do que á estabilización e imposición da distinción grafemática entre <s>~<ss> en posición de contraste. Pero ningunha destas solucións gráficas se impuxo de súpeto e universalmente, senón que todas elas se difundiron mediante un proceso que arrinca dunha situación de profusa heterografía, á cal a nova ortografía se foi impondo gradualmente, a partir do foco irradiador –a Chancelaría real–, a diferentes ritmos nos distintos ámbitos de escrita desigualmente distribuídos ao longo e largo do territorio; incluso con retrocesos, no caso das sibilantes.

Como se lembrou atrás, a representación da nasal palatal /ɲ/ foi variable desde os comezos da escrita romance no dominio galego-portugués. O traballo clásico, de referencia obrigada, sobre a aparición e extensión desta singularidade gráfica do portugués neste punto é o de Cintra (1963). O insigne filólogo explica que os primeiros pasos do emprego do vernáculo na documentación da chancelaría real portuguesa se deron a partir de 1255, en tempos de Afonso III (rei desde 1248), pero ata o seu

pasamento en 1279 o latín era predominante. Por parte, nas cartas reais máis antigas as grafías correntes son <l> e <li> para a palatal lateral e <ni>, <n> e <gn> para a nasal. Os primeiros exemplos de <lh> e <nh> rexístranse nun documento de 1265 (*lha* e *senhor*), pero xa a partir de 1273 o uso desta grafía se torna maioritario, ben que nos documentos da década dos setenta aínda abundan as vellas. Do cal Cintra conclúe: «C'est donc entre 1265 e 1275 qu'on peut placer la réforme orthographe dans la Chancellerie royale» (Cintra 1963: 65). Máis recentemente, o período de emerxencia da escrita romance en Portugal, e con el das novas grafías <lh> e <nh>, datado de 1257 a 1269, foi estudado de xeito específico por Souto Cabo (2004), que en liñas xerais confirma as conclusións de Cintra; de todos os xeitos, imos deternos no período posterior a 1279.

Como indica o propio Cintra, a Chancelaría real impuxo as novas grafías a partir de 1275, e o seu exemplo non tardou en ser seguido polos notarios da área de Lisboa (Sintra, Chelas...). Non obstante, aínda na última década do século XIII as vellas grafías aparecen mesturadas coas novas, xa amplamente maioritarias, e mais con innovacións esporádicas (véxase máis abaixo). A finais de século, as novas grafías estaban practicamente xeneralizadas naquela área. No sur de Portugal, os *Foros de Garvão* de 1267 están escritos coas grafías tradicionais, pero as novas solucións comezan a penetrar desde 1268 e a súa xeneralización verifícase ao final da primeira década do século XIV. Segundo este estudoso, no norte de Portugal (incluíndo a Beira e as terras ao sur do Douro) as grafías innovadoras comezan a aparecer esporadicamente na década dos setenta pero <l> ou <ll> e <n>, <nn> ou <ñ> son as grafías habituais ata 1290. Estas persistirán, aparecendo de xeito esporádico ata os comezos do século XV en documentos das vilas fronteirizas con Galicia (Moção, Valença, Melgaço). Na súa edición e estudo monográfico de documentos galegos e portugueses dos séculos XIII ao XVI, Clarinda de Azevedo Maia precisou un pouco máis, ao datar a introdución das novas grafías ao norte do Douro nos inicios da década dos oitenta e constatar unha rápida xeneralización, limitándose a sinalar que nos documentos portugueses labrados a partir de 1281 que edita, «há poucos exemplos de

<ll>» (Maia 19867: 499). As notas que ofrece sobre as grafías <n> e <nn> van na mesma liña (Maia 1986: 486-494)[455].

Maria Ana Ramos (2013: 490-494) realizou un rastrexo minucioso na colección de documentos do centro e o norte de Portugal datados desde o século XIII ao XVI que editou Martins (2001b) na procura de rexistros das novas grafías nos instrumentos anteriores a 1300, e recolleu unha gran abundancia de ocorrencias, o que confirma a idea de Cintra de que a súa difusión foi moi rápida. Pero máis interesante para o presente estudo é que sinala a presenza dalgunhas variantes, a que nos referiremos a seguir. Ademais, esta estudosa tamén rexistrou a xeneralización da grafía *mha* para o adxectivo posesivo, comprobable tanto nesta colección documental, coma na publicada por Souto Cabo (2008), que inclúe cartas datadas de 1255 a 1275 (Ramos 2013: 493).

Pola nosa banda, grazas ao escandallo que fixemos sobre a colección publicada por Martins, concentrado nas cartas do mosteiro de Chelas (Lisboa), de 1280 a (nº 116) a 1347 (nº 155), podemos engadir algúns pormenores de relevo para o noso asunto. Comezaremos por salientar algúns documentos concretos, ricos en variantes: por caso, o nº 123 (1292)[456], con uso xeral de <ss> e presenza de formas como *antrelynada, uyzijas, lyna, senor, testemhũo* e *tolendo, ffylar* e mais unha notable abundancia de variantes de tipo *mħa* para o adxectivo posesivo anteposto ao substantivo[457], fronte a *mya*, posposto. Esta variante *mħa* aparece tamén noutros sete documentos[458], mentres que noutros dous documentos aparece *mhã* (nº 145, de 1299 e nº 146, de 1305). Tamén chama a atención o nº 134 (de 1296), con formas como *Stephãỹha, vĩha* / *vỹhas / vỹas, vyzỹas, pẽnorar,* ademais de *moler* e *toler* e uso xeral de <s>. Igualmente, é rechamante o nº 149 (de 1311), con formas como *vezĩho*, *menĩhas*/*menĩas*, *Steuaỹha*/*Steuaħỹã*, *vĩha*, *testemũyho*.

[455] «O grafema <nh> surge aí desde os textos mais antigos agora publicados, aparecendo desde 1281 [...] contudo, o antigo sistema de grafemas que representava a nasal palatal não foi inmediatamente substituído e rejeitado. Continuam a ser usados alguns dos processos gráficos anteriores à introdução da nova grafia: <n>, <ñ> e <nn>. No entanto, a frequência com que aparecem é muito pequena por oposição à grande difusão que desde os mais antigos textos [...] apresentava a nova grafia» (Maia 1987: 492).

[456] Este documento foi labrado por un tabelión local de Azambuja, o que nos sitúa nun nivel máis ben basográfico, lonxe dos usos máis requintados dos notarios urbanos próximos á corte real.

[457] Así interpretamos as formas que a editora transcribe como *mha*, indicando en nota a rodapé que aparece un «sinal de abreviatura» sobre esas formas (Martins 2001b, 362).

[458] Son: º 124 (de 1293), nº 148 (de 1311), nº 151 (de 1316), nº 152 (de 1317), nº 153 (de 1319), nº 158 (de 1333), nº 164 (de 1345).

Analizando a colección documental en conxunto, recóllese un amplo repertorio de variantes: <ĩ> / <ỹ>, co til colocando ocasionalmente sobre a vogal anterior (*testemõyo*) e por veces seguido de <h> (*Stephãỹha, vĩha* / *vỹhas)*; <n> (*antrelynada*, *lyna, senor*) ás veces con til sobre a vogal anterior (*pẽnorar*); e <h>, combinado con <y> e/ou con til sobre a vogal precedente ou seguinte (*tẽhades, estrayhos, testemũho, testemũyho*)[459]. Tendo en conta as variantes que aparecen en B/V, son de notar ocorrencias como *tẽhades, sẽhor, senor* ou *pẽnorar.* En definitiva, como se ve, nesas grafías o <i> / <y>, o til de nasalidade, o <h> e, naturalmente, o <n>, se podían combinar entre si de múltiples xeitos, de modo e maneira que a fixación das grafías da nasal palatal non foi nin rápida nin sinxela, nin sequera na área da propia Lisboa, des que, para máis complicación, as realizacións fonéticas eran diversas e variables dependendo dos contextos. Os exemplos citados, deixando á parte o caso particular de *mha*, mostran que a práctica totalidade das variantes aparecen cando entra en xogo un |i| que precedía a primitiva consoante nasal (como nos casos de *vezĩo, vĩa* ou *dĩeyros* coas súas variantes), ou un |j| que a seguía (como no caso de *testemõyo estrãyo* ou *Jũyo* coas dúas variantes).

Non obstante, a partir de 1330ca. a alografía tende a reducirse, tanto en rango de variantes como en frecuencia de aparición destas. Así, nos documentos das décadas 1330-40 e 1340-50 aparecen case exclusivamente grafías con <nh>, como *vinha, camynho, estranhos, testemujnho* (nº 158, de 1333), *vezinho, vinha, Almoinhas, testemonhas, testemonho* (nº 160, de 1339), *sobrinho* (nº 161, de 1341), *tíjnhã, vinhas* (nº 162, de 1342), *vjnhas* (nº 164, de 1345), *vinha* (nº 165, de 1347). Ocasionalmente, esta grafía aparece en combinación con til: *testemũnhas, testemũnho* (nº 164, de 1345).

Na nosa tentativa por aproximarnos máis aos documentos da chancelaría de don Denis, realizamos outro escandallo nunha presada de documentos orixinais saídos desta, consistente en dez documentos datados entre 1292 a 1310, catro datados entre 1304 e 1325 (Gomes 2013: 23-27) e corenta e tres datados entre 1283 e 1320 (Gomes

[459] Vexamos as ocorrencias máis salientables: *Sadornĩo* (nº 116, de 1280), *vezĩo* (nº 118, de 1286), *menỹos* (nº 120, 1290), *estrayhos, dĩeyros, vizĩos* (nº 122, 1291), *testemõyo* (nº 126, de 1294; nº 136, de 1297), *vỹa, tẽhades* (nº 133, de 1296), *testemũyha, sẽhor* (nº 138, de 1298), *testemũyha, testemũyho* (nº 139, de 1298; nº 140, de 1298), *vĩhas, vezĩhos* (nº 142, de 1299), *vỹa, sadornyo, estrãyos, Jũyo, sobrỹo* (nº 143, de 1299), *ueçĩho, ujha, ujhas* (nº 144, de 1299) *vỹa* (nº 145, de 1299 e nº 146, de 1305, cabo de *vĩnha* e *vĩnho*), *testemonho* (nº 151, de 1316), *vĩas, testemunho* (nº 152, 1317), *vĩho, vĩha* (nº 154, de 1321; nº 157, de 1329), *tĩjha* (nº 159, de 1337), *camĩho* (nº 165, de 1347).

1988: 80-130), relacionados case todos co mosteiro da Santa Cruz de Coimbra[460]. Atopamos aí grafías como *testemohõ* (nº 9, 1283), *vinas* / *vinhas*, *tena* e no mesmo documento tamén *maravillo, llj, lles / lhes* (nº 11, 1286), *marauylo* (nº 15, de 1292), *concello* (nº 16, 1292), *filaua* e *filauan*, *filavam, coleyto* (nº 17, 1292), *Castyneyra, testemuyas/ testemujnhas* (nº 36, 1307), *tenhõ* (nº 40, 1308; nº 52, 1318), *vinhõ, vinhãs* (nº 45, 1313), *testemunhõs* (nº 49, 1317). Vemos, por tanto, que continúan rexistrándose, mesmo en documentación relacionada coa Chancelaría real[461], variantes de <lh> e de <nh>: respectivamente, as vellas grafías <l> e <ll>, e mais <h>, <n> (eventualmente combinadas co til) e <nhõ, nhã>. Por parte, *mha* é a forma xeral do posesivo cando funciona como adxectivo anteposto ao substantivo, pero tamén se rexistra abondosamente a variante *mħa*[462] e, máis raramente, *mhã* (nº 10, 1300). Mesmo hai dous rexistros doutra variante máis, *nħa* (nº 9, 1283; nº 33, 1303). Analogamente, rexístrase *mħo* [=mo] (*mħo enuien*, nº 9, 1283) e incluso *nhos* (*que nhos mostrassem* [a min], nº 36, 1307); nótese tamén *pagar my á* (nº 42, 1309). Canto ás formas do posesivo feminino, como adxectivo posposto rexístranse as variantes *miã / myã* (*presentaçom miã,* nº 5, 1295; *primeyra eygreia myã,* nº 8, 1296), e mais *miħas* (*cartas que teem miħas*, n º 19, 1293), *mĩas* (nº 31, 1299) e *minhas /mjnhas* (nº 34, 1304; nº 42, 1309); mentres que como pronome aparece *minhã* (nº 9, 1283).

O *Álbum de Paleografia Portuguesa* (Dias, Marques e Rodrigues, 1987: 3-31), coa reprodución fotográfica dos instrumentos e súa transcrición diplomática, permítenos achegarnos máis á realidade escrituraria. Varios deses documentos son cartas rexias (nº 7, ao 12, nº 16 e nº 18), e nelas rexístranse, ata 1330, unhas cantas alografías de <nh>, como <ỹ>, <ħ>, <nħ> e <ñh>: *muỹo* (nº 9, de 1302), *testemoỹo* (nº 10, de 1303), *moỹo*, *Raỹa* (nº 11, de 1303), *liħa / linħa* (nº 12, de 1313), *senħor*, *Juĩnho* (nº 14, de 1325), *viziħos, tẽnho, teñha* (nº 16, de 1326), *vyħa, senħor* (nº 17, de 1327), *Reỹa* (nº 18, de 1330); ademais de *mħa / mha* (nº 7, de 1290; nº 12, de 1313). Lémbrese que no

[460] Os editados en Gomes 2013 levan os números 2 (1292) a 12 (1310); os editados en Gomes 1988 van numerados de 9 a 67 (nesta colección hai máis, pero posteriores ao período que nos interesa). Para evitar confusións, cando sexa preciso; os documentos citados de Gomes 2013 son o nº 5 de 1295, nº 8 de 1296 e nº 10 de 1300. Todos os demais corresponden a Gomes 1988.

[461] Todas son cartas ou instrumentos dados por Don Denis, pero a maioria foron labrados en Coimbra (Gomes 1988 recolle documentación da Santa Cruz de Coimbra) e só uns poucos en Lisboa (de Gomes 2013).

[462] Nº 9, 1283; nº 10, 1284; nº 22, 1295; nº 31, 1299; nº 11a, 1300; nº 33, 1303; nº 35, 1306; nº 36, 1307; nº 38, 1307; nº 44, 1311; nº 46, 1314; nº 50, 1317; nº 52, 1318; nº 53, 1319; nº 55, 1326; nº 56, 1328; nº 58, 1332; nº 59, 1334; nº 62, 1338; nº 66, 1355.

Pergaminho Sharrer (L), case seguramente saído do propio escritorio de D. Denis, se rexistra a variante *senõ* / *seno*[2] na mesma cantiga, que, ademais, en B tamén ofrece a variante *vẽnho* (B528/ V111/ L5), esta última ausente do fragmento transmitido por L, debido ao atrito do soporte.

A mostra que puidemos rastrexar é limitada, talvez defectuosa e pouco representativa, pero en todo caso confírmanos na convicción de que cómpre un estudo máis pormenorizado do proceso de fixación da grafía do romance protagonizado polo escritorio real portugués en tempos de don Denis e do seu fillo e sucesor, Afonso IV. En todo caso, resulta moi significativo constatar que na documentación de entre 1290ca. e 1320ca. de Lisboa e da chancelaría de don Denis aparecen documentadas practicamente todas as variantes de <nh> que se rexistran nos cancioneiros, ademais das variantes de <mh> do posesivo feminino de primeira persoa, tanto adxectivo (*mha*, *mħa* e incluso *mhã*) como pronome (*minha, miħa, mĩa, miã* / *myã*).

Por outra parte, para os textos en prosa elaborada en Portugal o problema máis grave é a carencia de manuscritos orixinais ou copias coetáneas: obras que poderían ser tan relevantes para este estudo como o *Livro de Linhagens* ou a *Crónica Geral de Espanha de 1344* de don Pedro de Barcelos chegaron a nós en copias –ou, máis exactamente refundicións– tardías, que as inhabilitan para ser tomadas como referencia nun estudo coma o presente[463]. Ata onde acadamos, as testemuñas máis relevantes para o período dionisio (arredor de 1300) son as que poden ofrecer as versións galego-portuguesas realizadas en Portugal do *Foro Real,* as *Flores de Dereyto* e o *Tempo dos preytos* do mestre Jacobo de las Leyes, mais tamén é útil ter en conta, tamén para o período seguinte, as versións da *Primeira* e da *Terceira Partidas*, textos transmitidos a través de códices de finais do século XIII e primeira metade do XIV (Ferreira 1993a, 1993b, 1993c, Ferreira 1980: 1987 e Ferreira 2001: 75-106 e 319-464).

[463] A *Crónica Geral de Espanha de 1344* chegou a nós na lingua orixinal en versión refundida entre 1456 e 1464, sobre da segunda redacción, realizada cerca de 1400 (Cintra 1983: I, XXIII-XLIV e, máis sucintamente, Krus 1993b). O *Nobiliario* ou *Livro de Linhagens* do conde don Pedro foi redactado probablemente entre 1340 e 1344, pero chegou a nós en versión dobremente refundida, primeiro en 1360-1365 e máis tarde en 1380-1383 (Mattoso 1993a: 420-421, Ferreira 2010: 3). Só un fragmento chegou a nós nun manuscrito anterior aos finais do século XIV (de 1380ca.) (Mattoso 1980: 34-35 e Brocardo 2006: 6-11), o resto dos manuscritos son bastante posteriores, de a partir dos finais do seculo XV (Mattoso 1980: 12-50).

Moi interesante para o noso asunto é a versión galego-portuguesa de tres tratados xurídicos, *Flores de Dereito*[464]*, Tempos dos preytos*[465] e *Foro Real*[466], copiados pola mesma man nun códice xunto aos «Foraes antigos da Garda» (A Guarda, Portugal) e varias outras leis portuguesas (Ferreira 1987: 11-19, Ferreira 2012). As características lingüísticas dos textos e a data dalgunha das leis que os acompañan apuntan a unha redacción das ditas versións por volta da década de 1270, mentres que as características paleográficas do códice permiten datar a súa confección, incluíndo o traslado dos textos nel nunha copia caligráfica, contra os finais do século XIII, o cal o converte en practicamente coetáneo das composicións trobadorescas (Ferreira 1987: 37-43)[467]. Neses textos, para a palatal lateral a grafía máis abundante é a innovadora <lh>, pero as variantes tradicionais <l> e <ll> conservan unha notable presenza[468]. Ordenadas de máis antiga a máis recente, <l>/ <ll>/ <lh>, presentan o seguinte número de ocorrencias[469]: [FD 6/ 49/ 88], [TP 1/ 3/ 20], [FR 13/ 338/ 861][470]. Canto ás variantes <n> e <nh>, que son as máis frecuentes para a nasal palatal, as frecuencias absolutas dan as seguinte cifras: [FD 20/ 104], [TP 1/ 4], [FR 43/ 657] (Ferreira 1987: I, 40-43 e 329-332, Ferreira 2001: 145-146 e 345-346). Segundo o paleógrafo Borges Nunes, estas proporcións corresponden aos usos xerais na documentación portuguesa de contra 1280 (*apud* Ferreira 1987: I, 40-41). Por parte, para a nasal palatal tamén se rexistran, cunha frecuencia moito máis esporádica, as variantes <ni>, <ny>, <nn>, <nnh>, <gn>. No *Foro Real*, son de notar os 25 casos de <ĩ> (*camĩo,* ao lado de *camio*, *dĩeyros, testemoĩo*, ao lado de *testimõyo*) e 20 de <ħ> ou <h> precedido ou seguindo de vogal con til (*quĩhoes, testimõhas – testimõhio – testimõhyas – testimõhyo, meyrĩho, uĩhas, uizĩha*) (Ferreira 1987: I, 43 e 331-332).

Na versión portuguesa da *Primeira Partida*, que chegou a nós nun manuscrito que probablemente foi copiado en 1341 pero que remonta a unha tradución realizada baixo

[464] Estudo e edición en Ferreira 2001: 137-149 e 418-464
[465] Estudo e edición en Ferreira 2001: 339-375.
[466] Estudo e edición en Ferreira 1987.
[467] «O texto pertence aos finais do século XIII, embora não seja o original, mas provavelmente uma cópia caligráfica mais tardia do rascunho em cursiva em que foram mantidas as características linguísticas» Ferreira 1987: I, 43.
[468] Segundo o editor, no *Foro Real*, «verificamos ao longo do texto uma correcção bastante frequente regular que consiste en transformar <ll> em <lh>», que afecta a voces como *abellas, allea, fillar, fillos, traballo, ualla* (Ferreira 1987: I, 22)
[469] Abreviamos FD: *Flores de Dereyto*; TP: *Tempos dos Preitos*; FR: *Foro Real*.
[470] Doutra banda, tamén se rexistra <lh> para a consoante /l/, uso non ausente nos cancioneiros: lémbrese por sinal as formas *elhos* e *elhas* en B1189 / V794.

o reinado de don Denis (Ferreira 1980: XLIX)[471], rexistra o uso de <nh>, a carón de til sobre a vogal seguido de <h> (*vĩho, vẽha, põho, viĩha, mĩha*) e de <mh> (*padrymhos*) (Ferreira 1980: CXL). Esta variabilidade nunha época coetánea ao fenómeno trobadoresco, e nunha etapa presumiblemente crucial do proceso de constitución da tradición manuscrita, faina especialmente interesante para o noso obxecto. Canto á *Terceira Partida*, o códice portugués que transmite o seu texto completo está datado con toda precisión en 1341 (Ferreira 2001: 93), pero o seu editor considera verosímil «a tradição que atribui a D. Dinis a iniciativa da tradução» (Ferreira 2001: 103). Infelizmente, José de Azevedo Ferreira non puido levar a termo o seu traballo de estudo e edición desta obra. No que nos interesa, unicamente sinala que a súa grafía apunta á estabilización, pois desapareceron «as hesitações e oscilações que se verificam» no *Foro Real* e as *Flores do Dereito* «em relação, por exemplo, à representação da nasal palatal |ɲ| e da lateral palatal |ʎ|» (Ferreira 2001: 243).

En conclusión, na documentación coetánea ao proceso de constitución da tradición manuscrita da lírica galego-portuguesa, tal como chegou a nós, observamos que as grafías <nh> e <lh> son xerais desde os finais do século XIII, pero, ao mesmo tempo, tamén se constata que a primeira experimentou unha variación moi considerable nas tres primeiras décadas do século XIV, en especial cando entraba en xogo un |i| precedente á primitiva consoante nasal ou un |j| seguinte a esta. En todo caso, parece que a partir de 1330ca. a alografía tende a reducirse notablemente, e a solución <nh> practicamente varre as variantes concorrentes. Comparando os rexistros de variantes dos cancioneiros cos da documentación coetánea, as diferenzas máis notables son o maior rango de variación e a escasa presenza de variantes de tipo <n> na segunda (*antrelynada*, *lyna*, *senor*, *Castyneyra*), aínda que en realidade, a frecuencia desta variante nos cancioneiros tamén é baixa, salvo que aparece cunha frecuencia comparativamente moi elevada no vocábulo *senor*, especialmente cando está

[471] Segundo o editor, «La traduction pourrait avoir lieu sous le règne du roi D. Denis» (XXXI), «le texte pourrait appartenir à la deuxième moitié du XIVe siècle ou même être contemporain de la *Terceira Partida* (1341)» (Ferreira 1989: XLIX). O texto ofrece algunhas formas tipicamente galegas (Ferreira 1980: XLIX-LVI): *xe / xi, moy / moyto, moymento, oyr, garda / gardar, -emento*... Estes trazos «galiciens typiques», presentes esporadicamente noutros textos portugueses e que nesta obra «représentent dans l'ensemble un pourcentage très reduit» (LV), poden explicarse pola lingua do copista ou ben (o que nos parece máis verosímil) pola lingua da versión primitiva. «On pourrait formuler aussi l'hypothèse d'un texte primitif en galicien. Cette copie, faite postérieurement –deuxième (?) moitié du XIVe siècle– est portugaise, tout en conservant quelques formes galiciennes» (LVI).

abreviado. Isto xustifica que prestemos unha atención especial a esta última forma, sobre a que tornaremos máis adiante.

7. A variable <s/ss> en textos galegos e portugueses dos séculos XIII e XIV

De xeito análogo ao que aconteceu coas novas grafías <lh> e <nh>, o uso grafemático de <ss>~<s> en posición de contraste non se difundiu de súpeto e universalmente, senón que se foi impoñendo paseniño e desigualmente no centro e no occidente da península, probablemente, como xa apuntamos, a partir da chancelaría e escritorio reais de Fernando III, xa antes da metade do século XIIII, e sobre todo de Afonso X, nas décadas inmediatamente seguintes (§4). A novidade foi acollida primeiro en focos centrais e para escritos que noutro lugar propuxemos denominar *acrográficos* (códices luxosos e documentos solemnes, forxados nas chancelarías ou escritorios rexios), para despois ser progresivamente difundida a ámbitos menos centrais e a escritos meso- e baso-gráficos (Monteagudo 2008b: 41-43). En realidade, no territorio galego nunca chegou a implantarse totalmente, de maneira que son excepcionais os textos literarios identificables como galegos en que se observa esa norma de xeito xeral e escrupuloso, como decontado mostraremos. Non temos unha información totalmente precisa do que aconteceu no territorio portugués, pero en liñas xerais podemos dicir que a situación foi bastante similar ao galego.

Nos documentos notariais galegos dos séculos XIII-XV é corrente o uso indistinto de <s> e <ss> (Maia 1986: 459-468). Detéctase xa o fenómeno nos documentos notariais máis antigos (Boullón / Monteagudo 2008: 47). Segundo Maia, nos documentos dos séculos XIII ao XVI, procedentes de Galicia e o norte de Portugal, que ela mesma edita, a representación máis frecuente de |s̲| xordo en posición intervocálica é <ss>, tanto en textos galegos como portugueses; non obstante, <s>, «embora menos frequente que <ss>, está também muito representada em toda a zona estudada e em todas as épocas» (Maia 1986: 460). Canto ao par sonoro, |z̲|, <s> é a representación máis frecuente, «mas também surge com bastante frequencia <ss> entre os séculos XIII-XV» (Maia 1986: 464-65). Pola súa banda, José A. Souto Cabo analizando un mangado de vinte e tres documentos redactados en territorio portugués

entre 1257 a 1269 sinala que soamente catro «exibem sistematicidade no contraste gráfico» dese par (2004: 371).

No escandallo que realizamos nos documentos do mosteiro de Chelas (Lisboa), labrados entre 1280 (nº 116) e 1365 (nº 150) incluídos na colección de documentos do centro e o norte de Portugal editada por Martins (2001a), xa previamente citada, comprobamos que tal distinción se realiza nos catro documentos datados entre 1280 e 1290 (nº 116 a 119); pero dos posteriores a esta década son escasos os que a observan sistematicamente[472]. Por tanto, aínda que en xeral se rexistra unha certa tendencia a distribuír <s> e <ss> con criterio grafemático, son numerosos os exemplos de uso indistinto, dándose incluso o caso de cartas en que <ss> é utilizado como grafía xeral (por exemplo, o nº 123, de 1292; nº 128, de 1294; nº 153, de 1319) ou, pola contra, aparece unicamente <s> (como en nº 134, de 1296; nº 147, de 1306, nº 151, de 1316).

De máis a máis, fixemos un escandallo nunha presada de documentos orixinais relacionados coa chancelaría de don Denis, consistente, como xa sinalamos previamente, en dez documentos de 1292 a 1310, catro entre 1304 e 1325 (Gomes 2013: 23-27) e corenta e tres datados entre 1283 e 1320 (Gomes 1988: 80-130), na case totalidade relacionados co mosteiro da Santa Cruz de Coimbra. Atopamos aí grafías como *vasalo* (1292)[473], *asy* (1310), *abondosso* (1306) dunha parte (na primeira serie), e da outra (na segunda serie): *uosas* (1283), *soubese* (1284), *possisões* (1286) e outros numerosos exemplos de heterografía en documentos ata 1320[474]. Nos instrumentos dos anos seguintes, saídos da chancelaría de Afonso IV, tamén aparecen formas como *asy, outrosy* (1326), *asi* (1328), *quisserem* (1330) e así sucesivamente ata 1347[475]. Nos documentos reproducidos e editados paleograficamente por Dias, Marques e Rodrigues (1987: 12-35), observamos exemplos de xeneralización de <ss>

[472] Coma tal: nº 126 de 1294; nº 142 de 1294; nº 133 de 1296; nº 155-156-157 de 1326-1329; e nº 165 de 1347.
[473] Indicamos a data do documento entre paréntese.
[474] Completan a lista: *poussase, cassas, poussam, coussa, pousse* (1292), *oussado, pousse, fezese* (1292), *outrosy, hussauam, hussava, coussa, coussas, auondossos, cassas* (1292), *uoso, auondosso* (1293), *uisedes* (1293), guissa (1300), *ussarom* (1303), *coussa* (1304), *diserom, diseron, pose, outrosy* (1306), *achase, podese, deses* (1307), *esa* (1307), *fezesem, outrosy* (1307), *fezesem* (1309), *ssusso* (1310), *quissessem, quisser* (1310), *posserom, pasou* (1313), *mandase, diserom, asj, eses* (1314), *diserom, asy* (1315), *esa, pose, asy, asj* (1316), *outrosi, eses* (1317), *eses, temesem, posa* (1317), *asi* (1318), *outrosj* (1319), *esa* (1320).
[475] Completan a lista: *pose* (1332), *proçeso* (1335), *ueesen, asy, deujissões, presso, deffendesen, ussar, outrosy, dessenbargaua, vsase, guyssa, asolueron, vsasen, vssassem* (1336), *outrosy, deuysões, messas, hussando, guyssa, husse* (1338), cassarom, ouvesem (1346); *outrosy, fezesem, posesem, leixasem, julgase, corregese, ouuese, contestase, pesoas, veese, pressente, guissa* (1347).

(nº 7 de 1290), pero tamén hai casos de distinción grafemática de <s/ss>[476], mentres que noutras cartas aparecen rexistros esporádicos de heterografía[477].

No que atinxe aos textos literarios, o máis corrente é a indistinción, pero mesmo nos casos en que se verifica un esforzo por manter a distinción grafemática, rexístranse confusións. Isto acontece xa nun texto tan temperán e tan coidado como as *Cantigas de Santa Maria*, do último terzo do século XIII, onde, dentro dunha pauta xeral de distinción, non faltan casos de confusión, como *pasar* / *passar* ou *acussar* / *acusar* (Lorenzo 1981: 11). Na prosa literaria producida en Galicia a partir dos finais do século XIII prevalece a indistinción. Isto é xa visible nun texto de finais do XIII ou comezos do XIV, como é a *Crónica Galega de León e Castela*, en que se rexistra «total confusión de <s> / <ss> intervocálicas», pois o «manuscrito, como es normal en los textos gallegos, no distingue» entre ambas as grafías (Lorenzo 1975: I, XXXIV). Na versión galega da *General Estoria*, da primeira metade do século XIV, en posición intervocálica «es patente la confusión de ambas grafías» (Martínez López 1963: XXXVIII-LX). Na tradución galega da *Crónica troyana*, concluída en 1373, distínguese con claridade dúas partes, a primeira debida ao escribán Fernán Martís, que se esforzou por manter a distinción gráfica pero presenta casos de confusión (máis frecuentes de <s> por <ss>), e a segunda labrada por unha man descoñecida, na que «en xeral, non se distingue entre a grafía <ss> para o sonido xordo e <s> para o sonido sonoro, escribíndose de forma moi maioritaria <s> para ámbolos casos» (Lorenzo 1985: 94 e 132-133). Nos *Milagres de Santiago*, de comezos do século XV, está xeneralizado o uso de <s>, pois «la <ss> ocurre en contados casos» (Pensado 1958: XXVII). Dentro dos textos galegos en prosa do século XIV, só o fragmento do *Livro de Tristan* presenta unha distinción clara no uso de <s> e <ss> (Pensado 1962: 32-33).

Canto aos textos en prosa elaborada en Portugal, como antes sinalamos, o problema máis grave é a carencia de manuscritos orixinais ou coetáneos. Como xa sinalamos ao analizar as variantes <lh/ ll> e <nh/ n>, tomamos como testemuña a versión galego-portuguesa de cinco tratados xurídicos: dunha banda, as *Flores de Dereito , Tempos dos preytos* e *Foro Real*, de finais do século XIII, e doutra banda, a *Primeira* e *Terceira Partidas*, de pouco antes da metade do século XIV. No *Foro Real* son frecuentes os

[476] Nº 6 de 1285; nº 8 de 1293; nº 10 de 1303; nº 18 de 1330; nº 19 de 1355.
[477] Así: *succesores*, nº 12 de 1313; *outrosi*, nº 13 de 1315 e nº 14 de 1325; *pesoavilmente, vasalos*, nº 15 de 1325.

exemplos de confusión entre <ss> e <s>: «Quanto ao uso do <ss>, ele substitui, por vezes, o <s> simples ou emprega-se alternadamente com ele, quer como |s| quer como |z|», como se pon de vulto en vocábulos como *aseentado / asseentado, asijnado / assijnado, asy / assy, casa / casssa, defeso / defesso, diser / disser, meses / messes, mysa / missa*... (Ferreira 1987: I, 328 e 332). No caso das *Flores de Dereyto*, o editor non ofrece ningunha observación sobre o uso <s> e <ss>, pero nunha rápida pescuda que fixemos do texto (Ferreira 2001: 418-464), comprobamos que a tendencia xeral é a facer un uso distintivo (talvez, imitando o orixinal castelán), aínda que ocasionalmente se rexistran alternancias e grafías cruzadas[478]. Finalmente, no breve texto de *Tempos dos Preitos* tamén se rexistran vacilacións, tanto na representación da consoante xorda (*posso – poso*) como no da sonora (*despesas – despessas*) (Ferreira 2001: 346).

Na versión da *Primeira Partida* non se dá unha distinción sistemática entre <s> e <ss> entre vogais. Como di o seu editor «la distinction [gráfica] entre la sourde et la sonore ne se fait pas toujours», pero as desviacións non son abundantes[479] (Ferreira 1980: CXXXVII). Canto á *Terceira Partida*, a xulgar polas tres mostras parciais que o seu editor ofrece en cadanseu traballo (Ferreira 2001: 328-335, 377-416 e 465-489), parece aplicarse sistematicamente a norma de uso distintivo de <s> e <ss>, con desviacións ocasionais: rexistramos só un uso de <s> por <ss> en *posserõ* (Ferreira 2001: 480), fronte a formas como *posessem, poserem o poserom* no mesmo texto.

No tocante á produción literaria do círculo do Conde de Barcelos, o testemuño máis próximo ao orixinal é o fragmento do *Livro de Linhagens* de don Pedro que foi encadernado xunto ao *Cancioneiro da Ajuda* (Brocardo 2006). Neste fragmento, que parece representar un «exemplar de trabalho utilizado pelo próprio refundidor de 1380-1383» (Mattoso 1980: 34-35), a xulgar polo breve escandallo que fixemos a rumbo nas súas páxinas, emprégase preferentemente <s> simple e moi esporadicamente <ss> duplo[480]. Está claro, pois, que non se segue a norma de distinguir <s> e <ss>.

[478] Por caso: *asinaadamente, asijnadas* / *assynadas, assynado*; *bissavoos, posseron, misoes* / *compromissyon, confisson / confison / confixon.*
[479] Así: *fremosso, guissa, possserõ, presso, ussar; asaentoouse, asinar, diser, enbargase, nosa* ou *posã.*
[480] Coma tal : *fezesem, perdesem, asi, quebrantase, fosem, apartasem, iugasem, diselhis, vasalos, vosos, vivesen, vosos, vosas, fesese, misa, podesem, vosos, asi* (Brocardo 2006: 41-43)... *vasalo, mandase, tirase, parecese, estevese, vencesen, ficasen, Tiso, diseronlhi, enviase, quisese, diselhy, asaz, diselhis, asi, pasou, paso, asi, disse, dise, desse, vivese* (Brocardo 2006: 75-78). Simplifico a ortografía e extraio unicamente exemplos de vocábulos a que correspondería <-ss->.

En definitiva, parece que nos textos en prosa, documental ou elaborada, producidos en Portugal, incluíndo as oficinas reais, antes da metade do século XIV, a norma gráfica de utilización distintiva de <s>~<ss> foi observada dun xeito desigual e irregular, isto é, en moitos casos tendíase a un uso grafemático, pero non de xeito sistemático. Pola contra, como dixemos, os testemuños trobadorescos preséntannos unha situación ben distinta. Con relación ao *Cancioneiro da Ajuda*, «o comportamento destas sibilantes [<ſſ> e <ſ>] entra nos modelos etimológicos e, praticamente, não se daria conta de qualquer desvio expressivo a esta normalidade [...] O uso geral, como se depreende da exposição, é regular e etimológico» (Ramos 2008: II, 517, 527). As excepcións a esta pauta son especialmente interesantes para nós, pois, como máis adiante veremos, no cotexo entre A e B, resulta que a inmensa maioría de grafías desviantes do primeiro aparecen corrixidas no segundo. No mesmo senso, no fragmento coñecido como *Pergaminho Sharrer*, con cantigas de don Denis, esta distinción tamén se segue, ben que o *corpus* é fragmentario e reducido: *aguisa, pesar, fremosa, mesura* / *assy* (3), *esso*, *passar*, *poss(o)* (2), *podesse*, *ouvess(e)* (Sharrer 1993: 18-22).

Ata o presente, o feito de que os testemuños do ramo dereito da tradición presentasen tal distinción grafemática non suscitou ningún interrogante, pois dábase como un fenómeno esperable. Á luz do que se coñece que era a práctica corrente no romance escrito en territorio portugués no período coetáneo, semella que, pola contra, esa distinción non era tan xeral, polo que a súa sistematicidade nos cancioneiros é merecente dunha explicación específica.

Se reparamos nas observacións que fomos debullando, percibirase que nas versións de tratados xurídicos en castelán procedentes das oficinas reais do centro da península é perceptible unha tendencia a observar a distinción entre <s> e <ss>. Isto non é rechamante, tendo en conta que tal práctica procede precisamente deses mesmos escritorios. Talvez aí teñamos unha pista interesante para explicar a observancia xeral da distinción en B/V. Se a compilación máis antiga –o arquetipo– da tradición manuscrita da lírica trobadoresca se realizou en ámbito da corte de Castela-León, é lóxico pensar que aí se aplicaría a norma da distinción. Non sería estraño que o continuador posterior, xa en Portugal, do labor de compilación seguise ese mesmo

modelo de *scripta*, ben que ao mesmo tempo, adaptándoo aos usos correntes do seu propio ámbito canto a <lh> e <nh> en lugar de <ll> e <nn>.

8. A variable <nh/n> en B/V. Análise

Como xa indicamos, nos apógrafos italianos, 138 cantigas de 60 autores[481] conteñen variantes de <nh/n>, o que dá unha porcentaxe do 8,4 %, sobre o conxunto das 1619 transmitidas por B/V[482]. Compárese estas cifras coas da variante <s/ss>: 113 cantigas de 61 autores, que representan o 7,0% do total. Só 23 cantigas de 20 autores presentan simultaneamente as dúas variantes (1.5%). Falando en xeral, as pautas de distribución das variantes heterográficas de ambas as variables son diferentes, pois no caso da primeira aparecen de xeito máis difuso, mentres que no da segunda presentan unha distribución máis concentrada. Finalmente, os casos de co-presenza das dúas variables en estudo no mesmo texto, ciclo ou autor son merecentes dunha atención particular. Segundo estes criterios, establecemos cinco grupos, que pasamos a analizar a seguir.

8.1. Ciclos e autores caracterizados pola elevada frecuencia de variantes <nh/h>

AFONSO SANCHEZ: B406 / V17 a B416 / V27. Trátase do ciclo de cantigas de amor do autor, que remata con dúas cantigas satíricas. Todas e cada unha das once cantigas deste ciclo presentan variantes de *senhor*: as sete primeiras, a subvariante *seno*^{2}*,* a sexta, tamén *señ* (B411/ V22)*;* as catro últimas, só esta segunda subvariante. A última, unha tenzón con Vasco Martinz de Resende, ademais, presenta outras variantes relacionadas con esta e significativas para o noso asunto, como *m̃ho* (*dizede- m̃ho*) e *mħo* (*se mħo fará*), e, como veremos máis no lugar oportuno, tamén de <s/ss>. Notable tamén a forma feminina innovadora *señora* da penúltima (B415/ V26), tamén satírica. Para engadir maior singularidade á tradición manuscrita deste autor, sublíñese que é autor de catro cantigas máis, colocadas na sección de amigo (B781/ V365 a B784/ V368), dúas das cales son tamén satíricas e presentan a variante <s/ss>, como no seu lugar comprobaremos.

[481] Contamos como un autor os *lays de Bretanha*.
[482] Partimos da cifra total de 1679 cantigas que dá Tavani (1986, 11), das que restamos 60 composicións que só están en A, de maneira que as que están en B e/ou V son 1619.

JOHAN MENDEZ DE BRITEYROS. Autor dun ciclo de nove composicións, con dúas cantigas de amigo e o resto de amor, situado en plena sección de cantigas de amigo (B859/ V445 a B867/ V453). Sete delas presentan a variante en aprecio: *seno*^{2} B859/ V445 (x3), B862/ V448, B867/ V453 (x2); *senor* B860/ V446 (x3), B861/ V447, B865/ V451; *mħas* B863 / V451. As únicas dúas cantigas que non presentan variantes son as dúas de amigo, pois nelas, esperablemente, non aparece o vocábulo *senhor*. A situación que presenta o ciclo de Johan Mendez de Briteyros é semellante á do ciclo de amor de Afonso Sanchez pola abundancia de variantes do tipo <nh/n> e a escaseza ou práctica ausencia de variantes de tipo <s/ss>.

AFONSO X: Catorce das corenta e catro composicións de Afonso (B456 a B496) presentan variantes deste tipo: *ffalconçio, galguilio* B457, *seno*^{2} B460 (x2), B484 / V67 (x4), B486 / V69; *cãnas* (*Cañas*) B464; *guamhastes* (B466), *mhã* (B471*bis*), *galỹa* (rima con *baynha*) B472; *granhõ* B479/ V62 *grãhõ, granhões* B491/ V74 *grãhões*; *agya* B480 / V63 *agỹa* (rima con *canpynha, marinha...*); *temhades* B489/ V72 *te i nhades, señ* B489/ V72; *vỹo* B490/ V73 *vino*, *vỹos* B491/ V74, B496-144*bis*/ V79 (rima con *arminhos, martinhos*); *dĩneyros* B496-144*bis*/ V79. Como se bota de ver, unha parte importante destas aparece no contexto de |i| precedendo a nasal primitiva. En todo caso, abundancia de variantes e a presenza de varias insólitas (como *guamhastes, temhades, mhã*) son elementos máis a ter en conta á hora de considerar o singular ciclo trobadoresco de Afonso X, caracterizado por unha tradición manuscrita peculiar, e bastante perturbada, e sen dúbida incorporado ao ramo principal en condicións especiais (Oliveira 2010: 10-13). En todo caso, é obvio que o texto sufriu unha adaptación ás prácticas gráficas vixentes en Portugal, pois Afonso non empregaba <lh> e <nh> na escrita, pero tendo en conta a variación de tipo <nh/n>, dá a impresión de que esa adaptación, se foi feita na corte de don Denis, debeu de realizarse en data máis ben temperá, antes de que as grafía innovadoras se impuxesen completamente. A análise da súa tradición manuscrita que ofrece o editor máis recente do seu cancioneiro profano salienta a desorde interna da compilación, que interpreta como unha proba de que o material se atopaba espallado ou recollido nunha colectánea desorganizada, tal vez realizada por iniciativa do

propio compilador, quen tentaría agrupar toda a súa poesía profana para colocala na «Compilación Xeral» xunta a de don Denis (Paredes 2010: 37-45).

8.2. Ciclos breves e cantigas únicas

JOHAN LOBEYRA. As variantes aparecen en dúas cantigas do breve ciclo deste autor, composto de cinco textos de amor (B245 a B249), no que posteriormente se interpolou o espurio *Senhor genta* (244 e B246*bis*; Tavani 2013: 539), inserido no medio dunha serie de autores representados no *Cancioneiro da Ajuda*: B246: *senor*, B249: *seno*^{2} (x4).

RODRIGO EANES DE VASCONCELOS. O breve ciclo deste autor, composto por tres cantigas (B367 a B368*bis*), unha delas, do xénero de amigo (B368), as dúas últimas ricas en variantes, dá a impresión de ter sido inserido entre os que lle preceden (Fernan Fernandez Cogomiño) e seguen (Pero Mafaldo): B368: *señ, miħas;* B368*bis*: *miħa, veha, señ* (x2). O seu ciclo de cantigas de amigo, tamén breve (B726 a B728/ V327 a V329), non presenta, en troques, variantes. O seu editor sinala a anomalía da presenza da cantiga de amigo dentro do seu ciclo de amor, pero non se detén na análise das variantes que nos ocupan (Ferreiro 1992: 26-28).

AFONSO FERNANDEZ CEBOLHILHA. Este autor, cun brevísimo ciclo de dúas cantigas (B405-B405/ V15-V16, a segunda con variantes: *estraho*, *seno*^{2} (x6). (A primeira delas presenta a variante *nullo*). Semella probable a súa inserción tardía, contemporánea da incorporación do ciclo seguinte, correspondente a Afonso Sanchez, ao que xa nos referimos.

ESTEVAN COELLO e ESTEVAN TRAVANCA. Trátase de dous autores contiguos, con cancioneiros minúsculos (dúas e cinco cantigas, respectivamente: B720/ V321-B721/ V322 e B723/ V324 a B725/ V326), todas do xénero de amigo. As variantes aparecen en B720/ V321: *adevyhades* e B725 / V326: *mħa*.

RODRIGO EANES D'ALVAREZ. Autor de unha única composición, talvez inserida tardiamente na tradición, probablemente aproveitando un espazo en branco entre os ciclos de Ayras Engeytado e Fernan Padron, pola súa vez nunha posición anómala, xa que reúnen composicións de amor: B975/ V562: *seno*^{2}.

PERO MENDEZ DA FONSECA. Última composición do reducido ciclo de cinco cantigas de amor deste autor (B1122/ V714 a B1126/ V718), tamén intruso (Tavani 1988: 109), esta volta na sección de cantigas de amigo dos xograres galegos: B1126 / V718: *sẽnor* / B *senhor*, *mħa*.

DIEGO PEZELHO. Cantiga isolada e única deste autor, talvez inserida tardiamente aproveitando un espazo en branco: B1592/ V1124: *seno*^{2} (x3) / B *senor*.

ESTEVAN FERNANDEZ BARRETO. Cantiga única e isolada deste autor, nun grupo de composicións soltas, con presenza notable de variantes de tipo <s/ss>, o que fai pensar nunha incorporación tardía á tradición, como veremos: B1611 / V1144: B *camj̃o* / V *camiħo*.

AFONSO SOAREZ SARRAÇA. Cantiga única e isolada deste autor, talvez inserida tardiamente aproveitando un espazo en branco: B1622/ V1155-1156: *mary*^{o} (tamén *marinho*) / B *maryo, minino* (tamén *meninho*) / B *minino*, B *deneyros* / V *dinheyros*.

8.3. Composicións soltas, duplicadas, ou en primeira / derradeira posición dun ciclo

FERNAN RODRIGUEZ DE CALLEYROS. Catro composicións do seu ciclo de amor presentan a variante: B56: *teħo*, B62: *coħocença*; B65 e B72: *seno*^{2}. Neste caso, parécenos de especial interese chamar a atención sobre a cantiga B72, a última do ciclo, que reduplica a cantiga 57, na cal non aparece a nosa variante (*senor* / *senhor*). Nótese, no mesmo sentido, *mħ avedes* (B72) / *m'avedes* (B57), que introduce outra variante, lingüística e gráfica. Ao noso entender, esta cantiga ofrece un exemplo claro de texto procedente dunha fonte adicional, distinta á principal, que foi incorporada ao *Livro das Cantigas* sen reparar en que duplicaba un xa copiado previamente. Este feito ponnos en alerta sobre a frecuencia das variantes en aprecio en composicións que se atopan en primeira ou última posición nos respectivos ciclos, como fomos sinalando, dado que estas son as posicións máis idóneas para incorporar novos textos, tardiamente, á tradición manuscrita, ben aproveitando espazos en branco antes do inicio dun ciclo poético ou despois do seu remate, ou, outramente, mediante a simple introdución dun novo folio ao comezo ou ao final dun determinado ciclo.

FERNAN PAEZ DE TAMALLANCOS. As dúas cantigas iniciais do breve ciclo amoroso de Fernan Paez de Tamallancos ofrecen un interese especial, non só pola súa posición, senón porque unha delas está duplicada na sección satírica (B75 = B1336), e nesta segunda versión están ausentes as variantes en foco: B74: *seno*^{2} (x2), B75: *seno*^{2} (x2), *tennho*. Iso apunta, novamente, a unha introdución tardía destes dous textos na tradición, e á súa procedencia dunha fonte adicional. É interesante notar que no nome deste autor, tal como está recollido nos cancioneiros, se rexistra unha variante <l> por <ll>, que os copistas de ámbito portugués non converteron en <lh> probablemente porque ignoraban a pronuncia do topónimo (Monteagudo 2008b: 393 e 395, nota 9).

PAY GOMEZ CHARIÑO. Unha composición coa nosa variante: B844/ V 430: *señ* (x4). Cantiga de amor, copiada ao final dun ciclo de composicións de amigo do autor, o que suxire que puidera tratarse dun engadido tardío. A súa tradición manuscrita e as condicións da súa incorporación tanto a A coma ao antecedente de B /V son especiais. Ramos refírese a unha transmisión do *corpus* deste trobador «através de uma intrincada tradição textual 2008: I, 198-206, a cita é da nota a rodapé da p. 198), Resende de Oliveira coida que a obra deste trobador puido ingresar nos cancioneiros «em duas levas sucessivas» (1994: 56)

GONÇALO EANES DO VIÑAL. As variantes deste tipo aparecen no seu ciclo satírico (V999/ B1390 a V1008), na primeira e na última cantigas do mesmo: (B1390) / V999: *reina*, na rúbrica (ausente en B), V1008: *seno*^{2} *, rayħa*. O rechamante do caso é que aquelas dúas cantigas posúen cadansúa rúbrica explicativa e tratan do mesmo asunto, un tema histórico, en orixinal forma de cantiga de amigo (Lopes 2002: 180-181; Víñez Sánchez 2004: 115-116). Por parte, a segunda cantiga do ciclo (V1000) presenta a variante <s/ss>, variante esta que, pola súa vez, aparece cunha frecuencia elevada no seu ciclo de amigo, como no seu lugar mostraremos. Esta vai encabezada por unha rúbrica atributiva propia («Estas cantigas son d'escarnh'e de maldizer e feze-as don Gonçal'Eanes do Vinhal»), o que parece delatar que inicialmente encabezaba o conxunto do ciclo satírico, de maneira que as actuais primeira e última cantiga puideron ser engadidas posteriormente.

PERO D'ARMEA. As cantigas inicial do ciclo de amor (B1077/ V669 a B1090/ V681) e final do breve ciclo de amigo deste xograr (B1204/ V809 a B1207/ V812)

presentan a variante en foco, nunha área en que as variantes son moi escasas: B1077/ V669 e B1207/ V812: *sẽhor*.

GIL PEREZ CONDE. A nosa variante aparece na derradeira cantiga do ciclo relativamente abundante deste trobador (B1515 a B1532), que só cultivou a veta satírica: B1518: *ansarĩos.*

AFONSO MENDEZ DE BESTEYROS. A variante rexístrase na derradeira cantiga do breve ciclo satírico deste trobador (tres cantigas, B1558 a B1560): *Cogomĩo.*

8.4. Cantigas dispersas en ciclos medianos ou extensos

PERO GARCIA BURGALES. Catro cantigas con variante, tres do seu ciclo amoroso e unha do satírico: B197: *seno*^{2} (x3), B221: *seno*^{2}(x2), B 189*bis*: *adevĩar* (A85 *adevinar*), B222: *Rayã* (x2); B1381/ V989: *dĩeyro*. Este autor ten un cancioneiro abundante (máis de 50 cantigas) e seguramente cunha circulación manuscrita especialmente rica, polo que non sería de estrañar que os compiladores dos cancioneiros dispuxesen de fontes adicionais para algúns dos seus textos (Ramos 2008: I, 154-157).

ROY QUEYMADO. Tres cantigas coa variante no seu ciclo amoroso: B251: *straħar*, *estranhararia*, B253: *miħa*, B256: *sẽh*^{2} B265*: assãhou*. Tendo en conta as diversas variantes que ofrece o seu cancioneiro en B (nótese *nullo* en B250-251, e mais *asanhar*, *soubese* e *asi* en 265-266), dá a impresión de que a tradición manuscrita dos seus textos puido ter as súas peculiaridades, que non son pescudadas polos seus editores (Lorenzo e Marcenaro 2010: 22-54).

AFONSO EANES DO COTON. B1579/ V1111: *seno*^{2}, *mħa*. B1584/ V 1116: *seno*^{2}. B1588/ V1120: *seno*^{2}. O ciclo satírico deste autor presenta unha inserción anómala nos cancioneiros, con tres composicións desvencelladas deste grupo: B968-B969 (seguidas dunha cantiga de amor: B971) e B1616/ V1149, que presenta a variante <s/ss>. Pola contra, o seu ciclo de amigo está correctamente situado na sección correspondente (B825-B827, a última é disputada por Pay Soarez de Taveyros, a quen se lle atribúe en B640). Isto, e o feito de non estar incluído, contra o que sería esperable, no *Cancioneiro da Ajuda* (a non ser que haxa que atribuírlle a cantiga A277, como propón Oliveira 1994: 60-63), fan pensar nunha

tradición manuscrita peculiar e unha inserción irregular no tronco principal da tradición.

JOHAN AYRAS DE SANTIAGO. Catro cantigas do seu copioso cancioneiro presentan a variante: B954/ V 542: *señ* / B *senhor*, B1023 = B1049 / V613 = V639: *seno²es* / *senhores* (na segunda versión), B1050/ V 640: *seno²*, B1466/ V1076: *seno²*. Como se ve, ofrece un caso de cantiga duplicada, e, como noutras ocasións, unha das versións ofrece a variante e a outra non. Isto parece indicar o emprego de fontes adicionais na compilación do seu cancioneiro (Rodríguez 1980: 23-28, que non considera esta cuestión).

DENIS. Cinco composicións do seu abundante cancioneiro presentan a variante: B528/ V111/ L5: *senõ*, *seno²*, *vẽnho*, B545/ V148: *camaħo*, B562/ V165: *guaahades*, B568/ V171: *pyno* (cfr. B570 / V173 *pinho*), B570/ V173: *bayozĩo* / *bayozinho*. Nótesea presenza das variantes en foco en L, que xa foi destacada.

JOHAN SOAREZ COELLO. Dúas composicións coa variante, unha na sección de amigo e outra na satírica: B691/ V293,: *seno²* (x2) V1024: *meyrĩo*.

PERO GOMEZ BARROSO Dúas composicións coa variante, na sección satírica: B1441 / V1051: *coziã, agiã*, B1442/ V1053: *coziã*.

PERO DA PONTE. Dúas composicións coa variante, na sección de escarnio: B1646/ V1180, *tamano* / B *tamanho*, B1648/ V1182: *sobrĩo*.

PEDRO AMIGO DE SEVILLA. Dúas composicións coa variante, na sección de escarnio: B1660/ V 1194, *mesquino,* V 1201: *sobrĩo*.

Outros autores, basicamente xograres e todos na sección satírica, con cadansúa cantiga con variante: Bernal de Bonaval (B1141/ V732: *sẽhor*), Nuno Treez (B1202/ V807: *sẽhor*), Lourenço (B1261/ V866: *menĩa, manselĩa*), Roy Paez de Ribela (B1437 / V1047: *cozĩa*), Johan Baveca (B1458/ V1068: *coħosco*).

8.5. Ciclos e autores que presentan tamén a variante <s/ss>

Un número importante de ciclos e autores (20) presenta a variante <nh/n> asociada a <s/ss>, copresentes na mesma composición (23 casos) ou ben presentes en composicións contiguas ou que forman parte do mesmo ciclo. Algúns foron mencionados previamente (B265 de Roy Queymado, B403*bis*/ V14 de Meen Rodriguez Tenoyro e Juyão Bolseyro, B416 / V27 de Afonso Sanchez), outros

limitámonos a indicalos aquí, clasificados por sectores, pois serán comentados no apartado seguinte:

1) Sección de amor: *Lays* B3: *seno*^{2}, B5: *Raỹa*. Johan Soarez Somesso B104: *venħa*. Nuno Eanes Cerzeo B130: *estranas, estrahõ*, *estraħar*. Pero Vello de Taveyros / Pay Soarez de Taveyros B142: *sen*^{2}*es*. Martin Soarez B143: *señ*, *vijħa*, B144: *tenħo*. Fernan Gonçalvez de Seavra B389: *dissese, estrahãsse*. Men Rodriguez Tenoyro B403*bis* / V14: *señ, estraho* (tenzón de Tenoyro con Juyão Bolseyro).
2) Sector de don Pedro: don Pedro de Barcelos B610/ V 212: *señ* (x3) (en B, unha vez *senhor*). Estevan Fernandez d'Elvas B618 / V219: *afaçayado*. Cantiga inicial do breve ciclo (tres composicións) de amigo deste autor, claramente intruso no sector de amor dos xograres galegos: B1091* / V682: *mħa* V / *B *mha* (subliñado, como para corrixir). Estevan da Guarda B619 / V220: *señ* (x4), B623 / V224: *estraỹa*; B1307 / V912: *camihõ, camiho, vihõ, Mihõ* (=Minho), B1310 / V915: *señ*, B1325 / V931: *vĩo*.
3) Sector misceláneo: Afonso Paez de Braga B856 / V442: *seno*^{2} (x2) / B *senor*. Ayras Nunez 868-869-870 / V449: *camỹo*, B883 / V466: *sobriħos*, B885bis / V469: *señ*. Martin Moxa B891 / V475: *seno*^{2}, B894 / V479: *sẽhor* V/ B *senhor*, B896 / V 481: *louvamỹares*, B915 / V 502: *lousinar*, *somño*, *sonar* B / V *somnõ*, *sonar* (na mesma composición, *sonho*), B917 / V504: *ordynnhado*. Pero Gonçalvez de Porto Carreyro: B918 / V505: *mħas* (x2); B920*bis* / V 508: *señ.* Pero Eanes Mariño B935 / V523, rúbrica: *asy; señ*, *venħo* (X2), *venhõ*. Roy Martins do Casal B1161* / V764: *señ* V / *B *senhor*.
4) Sector satírico: Johan de Gaya B1450 / V1060: *asi, señ*, B1451 / V1061: *asy, señ* (x2). Fernando Esquio B1295 / V899: *señ* /B *senhor*, *seno*^{2} /B *senon*; B1607 (/ V1140): *seno*^{2}. Johan de Gaya B1449 / V1059: *señ*, B1450 / V1060: *señ*, B1451 / V1061: *señ* (x2), B1452 / V1062: *vẽha* V / B: *venha*. Johan Ayras B1466 / V1076: *asy*, *seno*^{2}. Estevan Fernandez Barreto B1611 / V1144: *quisser, camỹo / camiħo*.

8.6. Variantes de senhor

Analizaremos agora brevemente as catro variantes heterográficas de <nh> na palabra *senhor*: *senħr, sẽhor/sẽh*^{2}*, señ/sen*^{2} e *senor/senõ/seno*^{2} (non temos en conta as abreviacións que non atinxen o dígrafo <nh>). As dúas primeiras parecen simples abreviaturas do vocábulo, mentres que a as dúas últimas, aínda en forma abreviada, remiten a grafías con <n>. A primeira (*senħr*) aparece soamente en dúas cantigas de Estevan da Guarda (B623/ V224 e B624/ V225), mentres que a segunda (*sẽhor/sẽh*^{2}) aparece en catorce composicións, entre as cales se encontran as únicas catro en que se rexistran variantes de <nh/n> no enteiro sector dos xograres galegos (exceptuando ciclos intrusos): B1077 e B1207 de Pero d'Armea, B1141 de Bernal de Bonaval, B1202 de Nuno Treez. Coidamos que estas variantes teñen unha significación escasamente relevante, aínda que non desdeñable. Máis reveladoras nos parecen as outras dúas, xa que parecen reflectir unha práctica gráfica non totalmente normalizada, ou, noutros casos, constituír vestixios de tradicións gráficas precedentes. Vexamos.

A terceira variante (*señ/sen*^{2}) rexístrase en vintecatro cantigas, entre as cales, cinco do primeiro ciclo de Afonso Sanchez, unha no primeiro ciclo de don Pedro (B610/ V212), dúas en senllos ciclos de Estevan da Guarda (B619/ V220 e B1310/ V915) e dúas en Johan de Gaya (B1149/ V1058 a B1151/ V1061). A cuarta é a máis frecuente, pois rexístrase en corenta e catro cantigas, entre as cales dúas de Fernan Rodriguez de Calleyros, Fernan Paez de Tamallancos, Pero Garcia Burgales, Johan Lobeyra e Fernando Esquio, tres de Afonso X, Johan Ayras de Santiago e Afonso Eanes do Coton, seis de Johan Mendez de Briteyros e sete de Afonso Sanchez, ademais dunha de D. Denis que tamén nos é transmitida polo Pergaminho Sharrer, como xa subliñamos (B528/ V111/ L5), o que ofrece un testemuño de excepcional interese para o noso asunto. Nalgúns autores ou cantigas están co-presentes varias das devanditas variantes: así, nas sete primeiras cantigas do ciclo de amor de Afonso Sanchez aparece *senor*, nas catro seguintes *señ*, e unha cantiga deste ciclo rexistra copresenza destas dúas (B411/ V22); por outra banda, Johan Mendez de Briteyros ofrece un caso de co-presenza de *senor* e *sẽhor* na mesma cantiga (B861/ V447), e noutra de Fernando Esquio co-aparecen *señ* e *seno*^{2}.

8.7. Cronoloxía e xeografía dos autores con variantes <nh/n>

Procedamos agora á análise cronolóxica e xeográfica da información dada, para comprobarmos se podemos identificar un estrato definido no conxunto de composicións que presentan variantes deste tipo. A primeira vista, non parece doado de esclarecer se estas composicións forman un auténtico estrato distinto. Á partida, temos que distinguir os casos de concentración en ciclos concretos dos demais, indicativos de que poderiamos estar ante autores que entraron na «Compilación Xeral» nun momento específico, talvez partillando entre eles unha tradición manuscrita anterior. Deste xeito, a situación do primeiro ciclo de Afonso Sanchez, na sección de amor (ao que se asocia por proximidade Afonso Fernandez Cebolhilha) e do ciclo único de Johan Mendez de Briteyros, composto de cantigas de amor e de amigo pero situado no medio e medio da sección de amigo, ambos e dous con presenza esmagadora de variantes de <nh/n>, convida a pensar que entrambos forman o núcleo dun estrato independente.

Botemos unha ollada rápida á cronoloxía e tradición manuscrita destes autores. Afonso Sanchez (1288ca. – 1328) foi fillo bastardo de don Denis, favorito do monarca (Pizarro 2005: 181-182, 190-191, 194), pero, ao final da súa vida, como consecuencia dos seus enfrontamentos co príncipe herdeiro, o futuro Afonso IV, tivo que exiliarse a Castela en 1324 (Arbor Aldea 2001: 23-61). Dada a súa condición de bastardo real, cun papel sobranceiro na corte do seu proxenitor, sorprende a súa posición nos cancioneiros, lonxe do sector de reis e magnates, onde se atopan o seu pai, o seu bisavó e o seu medio irmán, o propio don Pedro (Arbor Aldea 2001: 90-91). A súa editora data o seu período de actividade poética no primeiro cuartel do século XIV. Canto á súa tradición manuscrita, imos resumir as observacións desta investigadora chamando a atención para os aspectos que máis nos interesan (Arbor Aldea 2001: 63-92). Segundo Arbor Aldea, a presenza de cantigas de escarnio nos dous ciclos do trobador ofrece un «primeiro indicio» da súa «colocación anómala» e «apunta cara á sua chegada tardía» á «Compilación Xeral» (xa sinalada por Oliveira 1994: 33), confirmada, ademais, pola intercalación do seu segundo ciclo de textos –a que nos referiremos máis adiante– dentro do ciclo de amigo de Johan Garcia de Guillade, xunto a Estevan da Guarda de Pero d'Ornelas (*idem*: 83-86).

Tendo en conta a asociación con el de Afonso Cebolhilha na sección de amor, Arbor Aldea formula a hipótese de que ambos visen reunida a súa obra en territorio castelán, o que explicaría as deficiencias da transmisión manuscrita da mesma (*idem*: 88-92). Pode parecer sorprendente que a estudosa non relacione a esta hipótese coas variantes *senor* que se rexistran no seu cancioneiro, pero estamos ante un exemplo máis de desatención aos aspectos scriptolingüísticos dos textos. A nosa colega conxectura que o ingreso destes na «Compilación Xeral» acontecería por volta de 1325, vencellada coa integración naquela de «recollas individuais» en períodos cronoloxicamente diversos (Oliveira 1994: 205-210, 216-227 e 233-251). Segundo a editora deste trobador, que non establece diferenzas entre o ciclo de amor e o de amigo, as cantigas de Estevan da Guarda e Pero d'Ornelas serían incorporadas á «Compilación Xeral» máis tarde. Voltaremos sobre este último aspecto.

Coma el, Johan Mendez de Briteyros (1270ca.-1334), fillo de Men Rodriguez de Briteyros, casado cunha media irmá do rei (Ventura 2009: 15 e 258), foi un persoeiro prominente da corte de don Denis, onde está documentado desde 1288 a 1320 (Finazzi-Agrò 1979: 30-39; Pizarro 2005: 98-100, 113, 162-163). Como salienta o seu editor, a colocación e ordenación do seu cancioneiro é anómala: composto de seis cantigas de amor e tres de amigo, atópase situado na sección das cantigas de amigo; por parte, entre as cinco primeiras cantigas de amor e a última deste xénero, están intercaladas tres de amigo. O sector onde se atopa xa viña perturbado desde bastante atrás, coa inserción dun ciclo de amor de Chariño, e sobre todo, co ciclo de amor de Afonso Paez de Braga (B853/ V439 a B857/ V443) seguido doutra cantiga do mesmo xénero (B858/ V444) de Men Rodriguez de Briteyros, pai de Johan Mendez. Por parte, a continuación del veñen os cancioneiros de Ayras Nunez e Martin Moxa, que tampouco respectan a ordenación canónica en xéneros, e mais un ciclo de amor de Roy Fernandez (Finazzi-Agrò 1979: 23-29). Segundo este investigador, «la sezione del canzoniere B in cui è collocato il *corpus* poetico di Johan Mendez de Briteyros è una di quelle in cui più massiccia si presenta la confluenza di rotuli individuali e/o *Liederbücher* (ovvero ancora *Liedersammlungen*) (Finazzi-Agrò 1979: 25). Este estudoso explora a hipótese de que o cancioneiro de Johan Mendez chegase á tradición en dous rótulos, o que probablemente descartaría se tivese en conta a presenza da variante en aprecio na

maior parte das súas composicións. Pero, unha vez máis, o argumento lingüístico foi ignorado.

En definitiva, a cronoloxía de trobadores Afonso Sanchez e Johan Mendez de Briteyros sitúanos nas primeiras décadas do século XIV. Se distinguimos dúas etapas no reinado de don Denis, unha primeira que cubriría a metade inicial do seu reinado, de 1279ca. a 1300ca. e unha na segunda, que iría de 1300ca. a 1325, a actividade destes dous auotres caería máis ben na segunda. En troca, varios autores de ciclos breves que partillan cos anteriores a característica que estamos analizando (variantes de <nh/n>) corresponden máis ben á primeira: Johan Lobeyra (documentado a partir de 1258), de ascendencia galega pero nacido e radicado en Portugal, activo xa na corte de Afonso III e despois na de don Denis e morto antes de 1304 (Ferrari 1993, Oliveira 2009: 275, 311-312; Pizarro 2005: 222, 251); Rodrigo Eanes de Vasconcelos, sobriño de Johan Soarez Coello e pai de Men Rodriguez de Vasconcelos (mordomo do antes amentado Afonso Sanchez), documentado desde 1258 e morto antes de 1301 (Gonçalves 1993a: 580-582; véxase tamén Ferreiro 1992: 27); Rodrigo Eanes d'Alvarez, documentado desde 1258 e falecido antes de 1290 (Oliveira 1993g). Pero Mendez da Fonseca sabémolo relacionado coa familia de Johan d'Avoyn, é mencionado no *Livro de Linhagens* e está documentado a partir de 1275 ata 1297, pero probablemente vivía aínda nos comezos do século XIV (Oliveira 1993f). Estevan Travanca, tamén portugués, debeu de estar activo polos mediados ou terceiro cuartel do século XIII (Oliveira 1993d), mentres que Estevan Coello, neto do trobador Johan Soarez Coello e próximo á corte real portuguesa, está documentado a partir de 1308 e debeu de morrer pouco antes de 1339; a súa actividade literaria corresponderá ao primeiro cuartel do século XIII (Oliveira 1993a). De Afonso Fernandez Cebolhilha non sabemos practicamente nada seguro (Minervini 1993).

Pola contra, os galegos Afonso Eanes do Coton, Afonso Soarez Sarraça e Diego Pezello deben ser considerados á parte deste grupo, tanto por razóns de naturalidade como cronolóxicas (estaban todos tres activos antes de 1250) e xenéricas (son autores de cantigas escarniñas), o que *a priori* non exclúe a posibilidade de que se incorporasen aos cancioneiros co estrato anterior; en todo caso, coidamos que ten sentido pensar que foron incorporados á tradición por don Pedro, que, como veremos, contribuíu de xeito específico ao acrecento da sección satírica (Oliveira 1995: 82-83). Estevan Fernandez

Barreto, pola súa colocación, talvez deba ser tamén considerado no estrato que analizaremos a seguir. Canto ás composicións situadas ao comezo ou ao final dos ciclos de dimensión mediana ou extensa (Calleyros, Tamallancos, Chariño, Viñal...), parece claro que todas ou a maioría foron integradas na tradición nunha fase posterior á constitución dos respectivos ciclos. As cantigas dispersas en ciclos destas mesmas características poden deberse a lapsus ocasionais dos copistas (ou, en casos determinados, á contaminación con fontes laterais), pero ao mesmo tempo alertan sobre o feito de que se produciu un traslado do cancioneiro nun período e/ou ámbito en que aínda existía unha certa vacilación na representación da palatal lateral, o que nos sitúa nas primeiras décadas do século XIV. Finalmente, comparando as diferentes frecuencias de variantes nos cancioneiros de Afonso X e de don Denis, salta á vista que ou ben o primeiro debeu de ser compilado e/ou trasladado en data máis temperá ca o segundo, ou ben que o seu traslado se realizou con menos coidado ca o deste.

9. A variable <s/ss> en B/V. Análise

Pasamos agora á análise da outra variable que nos ocupa: <s/ss>. O feito de tratarse dunha variable que presenta un número de variantes reducido –en contraste co que, como vimos, acontecía con <nh/n>–, vainos permitir realizar unha análise máis sinxela, auxiliándonos da estatística. Como xa dixemos, nos apógrafos italianos, un total de 113 cantigas de sesenta e un autores (38% do total) que conteñen variantes de tipo <s/ss>, o que representa o 7% do total dos 1679 textos que forman o *corpus* trobadoresco, atribuídos ou atribuíbles a 157 autores (Tavani 1986: 11 e 277-326)[483]. Destas, 23 presentan simultaneamente variantes de tipo <nh/n> (1.5% do total e 20% do conxunto en foco). O número total de ocorrencias das variantes heterográficas que demos rexistrado é de 197, o que deita unha media de 1.7 ocorrencias da variante por cantiga. Agora, se reparamos na distribución das variantes ao longo dos cancioneiros, verificaremos que estas se rexistran cunhas frecuencias relativas claramente nesgadas. O dato máis significativo para o noso estudo dánolo a porcentaxe de cantigas con variante sobre o total de cantigas de cada autor.

[483] En todo o presente traballo, a efectos de cómputo, contamos os cinco *lays de Bretanha* como un «autor» distinto.

9.1. Ciclos breves

En primeiro lugar, polas razóns que xa se explicaron, debemos facer un grupo á parte cos autores representados nos cancioneiros cun ciclo breve (cinco ou menos cantigas). Deixando á parte os textos anónimos, pero contando os *lays* (como un autor), en B/V contamos sesenta e catro autores con esa característica, cun total de 131 cantigas, o que significa que o conxunto do 40% de autores dos cancioneiros reúnen soamente o 8% do total de composicións (porcentaxes aproximadas). Trinta e dous deses autores (contamos os cinco *lays* como un autor) teñen cantigas que presentan unha variante das que estudamos, o que representa o 50% do conxunto de autores de ciclo breve, unha porcentaxe global lixeiramente superior ao conxunto de autores dos cancioneiros. O dato máis significativo, porén, é que das 131 composicións destes autores de ciclo breve, 42 presentan algunha variante dun dos dous tipos que estamos estudando, o que é unha porcentaxe comparativamente moi alta (30%). Destas, 29 teñen variantes de <s/ss>, dos cales, sete tamén teñen variantes de <nh/n>; mentres que 13 composicións presentan só variantes deste último tipo (incluíndo na cifra os que presentan as dúas). Estas porcentaxes indican que as variantes de tipo <s/ss> están fortemente asociadas aos ciclos breves. En concreto, a porcentaxe de cantigas con variantes do tipo <s/ss> representa o 16,4% dese subconxunto de cantigas, unha cifra que máis que duplica a media dos cancioneiros. En definitiva, as variantes de <s/ss> teñen máis posibilidades de aparecer nos ciclos breves e estes teñen máis posibilidades de presentar variantes, sendo que eses ciclos son os máis aptos para seren introducidos tardiamente nas colección manuscritas.

Por outra banda, a distribución de autores de ciclos con/ sen variante <s/ss> non é aleatoria: por sinal, dos oito autores deste tipo anteriores a Fernan Paez de Tamallancos, só presentan cantigas con variante dous, *lays* e Roy Gomez; e dos once xograres co cancioneiro de xograres galegos con ciclos breves, só un presenta unha cantiga con variante (Nuno Treez). Pola contra, a maior parte dos autores de ciclo breve situados fóra deses dous sectores ten cantigas con variante. En particular, están concentradas en tres sectores: 1) arredor de don Pedro na parte final da sección de amor, 2) arredor e no interior da zona dos clérigos, situados dentro dun sector misceláneo, extensión engadida ao final da primitiva sección de amigo, e 3) nunha área moi concreta e reducida do sector satírico. Na seguinte listaxe, indicamos entre

parénteses o número total de cantigas atribuídas aos autores incluídos nesta categoría que presentan algunha ocorrencia de variantes do tipo <s/ss>. Salvo que se especifique outra cousa, presentan unha soa cantiga con variante[484]: *lays* de Bretaña (5, catro deles con variantes), Roy Gomez o Freyre: B50 (2), Pero Vello de Taveyros: B142 (1[485]), Estevan Fayan: B429 (3), Ayras Veaz?: B443 (4), Gonçalo Garcia de Sousa: B455 (1), Afonso XI (1[486]), Pero Larouco (3, das cales dúas con variante), Pero d'Ornelas (2), Fernan Froyaz: B807 (4), Afonso Paez de Braga (5, das cales dúas con variante: B854/ V440 e B856/ V442), Men Rodriguez de Briteyros: B858/ V444, B1329/ V935 (3), Pero Gonçalves de Porto Carreyro: B920*bis*/ V508 (5), Pero Goterrez: B921/ V509 (2), Estevan Perez Froyan: B9123/ V511 (1), Gomez Garcia: B925/ V513 (2), Pero Eanes Mariño: B935/ V523 (1), Roy Martins d'Ulveyra: B999/ V588 (4), Johan xograr: B1117/ V708 (2), Johan Fernandez d'Ardeleyro (4 cantigas, dúas delas con variante: B1327/ V933 e B1329/ V935[487]), Johan Vello de Pedrogaez: B1609/ V1142 (2), Estevan Fernandez Barreto: B1611/ V1144 (1), Fernan Rodriguez Redondo: B1613/ V1146 (2)[488].

As anteriores observacións convidan a conxecturar que todos ou a maior parte destes autores foron incorporados á tradición manuscrita tardiamente e en simultáneo cos autores dos grupos de que trataremos de aquí a un pouco (contrástese con Oliveira 1994: 205-211 e 242-247). Por parte, como veremos, a cronoloxía de varios dos poetas desa listaxe, como Pero Gonçalvez de Porto Carreyro (?)[489], Pero Goterrez (?), Estevan Perez Froyan, Gomez Garcia ou Pero Eanes Mariño, apunta ás últimas décadas do século XIII, mentres que noutros casos, como Johan Vello de Pedrogaez, Estevan Fernandez Barreto ou Fernan Rodriguez Redondo, se achega aos finais do século XIII e comezos do XIV ou entra directamente na primeira metade deste século (véxase máis adiante), como é o caso de Afonso XI. Noutros casos non temos ningunha pista firme

[484] Ofrecemos a localización só das cantigas que non aparecerán localizadas nos apartados seguintes.
[485] Poderían ser tres, pois B140 e B141 son de autoría disputada con Nuno Eanes Cerzeo.
[486] Está en castelán, pero decidimos tela en conta no noso estudo.
[487] Unha das cantigas con variante que atribuímos a este autor, B1384 / V993, podería ser de Men Rodriguez de Briteyros. Téñase en conta esta cautela acerca dos datos que ofrecemos do segundo trobador.
[488] Non contamos aquí B740/ V342, composición final dunha breve serie de Afonso Lopez de Bayan, xa que este é autor dun ciclo mediano.
[489] Pero Gonçalvez é o primeiro trobador dunha serie de tres autores de ciclos breves (el mesmo, Pero Goterrez e Estevan Perez Froyan), que parecen entremetidos na área dos clérigos; o feito de que porten variantes de tipo <s/ss> (no caso do primeiro, tamén de tipo <nh/n>, como xa sinalamos) delata unha inserción tardía e anómala nunha área xa de seu moi perturbada. No caso do propio Porto Carreyro, as variantes aparecen na primeira e mais na última das catro composicións (todas do xénero de amigo) do autor: B918 / V505: *mħas* (x2); B920bis / V 508: *señ, voso*.

para identificalos ou conxecturar a súa cronoloxía, pero temos razóns para sospeitar que non debe estar moi lonxe do arco temporal que acadamos de deliñar.

Á parte dos autores desa nómina, inmediatamente salta á vista que hai dous subconxuntos de trobadores cuxo *corpus* presenta unha frecuencia de cantigas con variante moito máis elevada cá media (cadros 2 e 3). Ora, se extraemos do *corpus* xeral os tres subconxuntos que acabamos de definir, o conxunto formado polo resto de autores dos cancioneiros presenta unha frecuencia moito máis baixa cá media global do 6,8% –sendo certo que a media da sección satírica está máis próxima á da totalidade do cancioneiro (cadro 1).

Cadro 1. Frecuencia de variantes e cantigas con varianteno conxunto dos cancioneiros, por sectores (excluídos os autores dos cadros 2 e 3)

Sector	Nº	Nº Cantigas Con Var.	% Cantigas Con Var.	Nº Casos	Casos/ Cant.
Sector AMOR[490]	395	18	*4.5%*	31	1.7
Afonso X	44	2	*1.7%*	2	1
Don Denis[491]	137	0	*0*	0	0
Sector AMIGO[492]	267	13	*4.9%*	20	1.5
Johan Ayras de S.	81	3	*3,7%*	3	1
Xograres Galegos[493]	232	5	*2.1%*	10	2
Clérigos[494]	33	0	*0*	0	0
Sect. ESCARNIO[495]	306	16	*5.2%*	25	1,6
Total	*1493*	*57*	*3.8%*	*100*	*2.1*

[490] Calculamos as 400 cantigas desde o inicio de B ata Garcia Mendez d'Eixo (B454), ás que lles restamos os cinco *lays de Bretanha* e a cantiga postrobadoresca «Senhor genta». Excluímos a serie de reis e magnates (Garcia Mendez, Gonçalo Garcia, Afonso X e Don Denis + Afonso XI, Don Pedro e o seu grupo), e mais as 47 cantigas deste sector que están só en A.

[491] Incluímos o cancioneiro completo de Don Denis, tamén as 10 cantigas satíricas que non están copiadas na seccción de «Reis e magnates».

[492] Incluímos desde B626 / V227 (Fernan Rodriguez de Calleyros) ata [B1001] e V 594 (Johan Ayras de Santiago), deixando fóra os clérigos, os autores con ciclo diminuto (Afonso Paez de Braga, Pero Goterrez, Estevan Perez Froyan, Gomez Garcia, Pero Eanes Mariño) e o ciclo amoroso de Johan Ayras de Santiago.

[493] Incluímos desde B1060 / V 650 (Pero de Veer) a B1293 / V898 (Johan de Requeyxo), deixando fóra do cómputo Estevan Fernandez d'Elvas (3 cantigas), Johan, jograr morador en Leon (2), Pero Mendez da Fonseca (5), Roy Martins do Casal (6) e Pedro Eanes Solaz (4).

[494] Incluímos unicamente Roy Fernandez de Santiago (25 cantigas), Sancho Sanchez (6) e Pae da Cana (2).

[495] Incluímos desde B1330*bis* / V 937 (Johan Soarez de Paiva) ata o final, deixando fóra Martin Moxa (1), Pedro de Barcelos (6), Johan de Gaya (7), Estevan Fayan (1), Fernando Esquio (1), Johan Vello de Pedrogaez (2), Afonso Fernandez Cubel (1), Estevan Fernandez Barreto (1), Fernan Rodriguez Redondo (2), e Don Denis (10).

9.2. Concentración: o círculo de don Pedro

Reparemos agora nos subconxuntos de autores de ciclos de extensión media que presentan unha frecuencia elevada de cantigas coa variante en foco. Un destes subconxuntos constitúe un grupo ben definido desde o punto de vista da historia da lírica trobadoresca, pois conforma o que podemos denominar «círculo de don Pedro», configurado arredor do Conde de Barcelos (Michaëlis 1904: II, 587-590) (véxase cadro 2).

Cadro 2. Variante <s/ss> nos autores do círculo de don Pedro e *Lays de Bretanha*

Trobador	Total Cant	Nºcant. con var.	% Cant Var.
Don Pedro de Barcelos B608/ V210 a B610bis/ V213 V1037 a V1042/ B1432	10	5 B609/ V211, B610/ V612 V1039, V1041/ B1431, V1042/ B1432	*50%*
Estevan da Guarda B619/ V220 a B624/ V225 B1300/ V904 a B1326/ V932	35	10 B621/ V22, B1037/ V912 a B1310/ V915, B1312/ V917 a B1315/ V920, B1318/ V923	*29%*
Estevan Fernandez d'Elvas B615/ V216 a B618/ V219 B1091/ V682 a B1093/ V684	7	3 B615/ V216 a B617/ V218	*42,8%*
Johan de Gaya B1433-B1434/ V1043-V1044 B1448/ V1058 a B1452/ V1062	7	4 B1434/ V1044, B1448/ V1058 B1450-B1451/ V1060-V1061	*57%*
Lays de Bretanha B1 a B5	5	3 B1, B2, B3	*60%*
Total	*64*	*27*	*42.2%*
Roy Martins do Casal B1159/ V762 a B1164/ V767	6	3 B1160-B1161/ V763- V764 B1163/ V766	*50%*

Os autores deste cadro (nótese que contamos como un autor o ciclo anónimo dos *Lays de Bretanha*) ofrecen, todos eles, cantigas con variantes de <nh>, fenómeno do que xa deixamos constancia atrás; de feito, en varias ocasións os dous tipos de variante co-aparecen na mesma cantiga: *lays* B5, B610/ V212 de Pedro de Barcelos, B1161/ V764 de Roy Martinz do Casal, B1310/ V915 de Estevan da Guarda, ou B1450/V V1060 e B1451/V1061 de Johan de Gaya. Ao noso parecer, Roy Martins do Casal

debe ser considerado á parte. O seu ciclo poético, composto de dúas cantigas de amor e tres de amigo, atópase interpolado no «Cancioneiro dos xograres galegos», e ademais no sector de cantigas de amigo deste, como xa salientou Tavani, que explicaba esta anomalía argumentando: «evidentemente porque confluiram na tradição dos cancioneiros numa fase sucessiva à da confecção do arquétipo» (1988: 109, véxase tamén Oliveira 2001). O núcleo do círculo de don Pedro está formado por Estevan da Guarda, Johan de Gaya e Estevan Fernandez d'Elvas (por citar os autores máis relevantes e de quen temos unha razoable seguranza sobre a súa interrelación), aos que talvez podemos tamén engadir Pero Larouco, Pero d'Ornelas e outros autores de ciclos breves (Johan jograr de León, Johan Fernandez d'Ardeleyro, Johan Vello de Pedrogaez, Estevan Fernandez Barreto, Fernan Rodriguez Redondo), algúns dos cales están escasa ou nulamente documentados. Por razóns de cronoloxía e mais de afinidade, o rei Afonso XI de Castela tamén entra na nómina dese grupo. Como se ve no cadro e como xa antes indicamos, os *Lays de Bretanha*, sexa cal for o seu autor ou autores, deben ser sen dúbida asociados co grupo que acabamos de mencionar (trataremos especificamente deles nun traballo en preparación). Estamos perante a última xeración trobadoresca activa en Portugal e a derradeira que se incorporou á tradición manuscrita tal como chegou a nós.

Para tentarmos precisar a cronoloxía e topografía do estrato que compoñen os ciclos caracterizados pola abundancia de variantes de tipo <s/ss>[496], debemos comezar polo trobador mellor documentado de todo eles, don Pedro de Barcelos (nado 1285ca.-1354), que no seu testamento de 1350 cita o *Livro das Cantigas*, fixando deste xeito unha data *ante quem*[497]. As composicións datables de D. Pedro apuntan a que a súa actividade lírica se produciu no segundo cuartel do século XIV, sobre todo entre 1330ca. e 1340ca. (Oliveira 1994: 239-240). Johan, o xograr leonés, dános o termo *post quem* no pranto pola morte de don Denis, sucedida en 1325 (B1117/V708) e ofrécenos outra referencia cronolóxica máis no encomio do seu sucesor, Afonso IV (B1116/ V707), que puido ser composto por volta de 1335 (Michaëlis 1904: II, 248-

[496] Para don Pedro de Barcelos continúa sendo útil Cintra 1983: I, CXXVII-CLXC. Canto a edicións particulares destes trobadores, véxase Pagani 1971 (Estavan da Guarda), Radulet 1979 (Estevan Fernandez d'Elvas) e Simões 1991 (Don Pedro, Conde de Barcelos).

[497] Tanto Oliveira 1994: 208, 246 e 281 como Tavani 2013: 533-535 aventuran a hipótese –ao noso parecer, desnecesaria– de inserción posteriores ao pasamento de don Pedro, dalgúns dos autores que estamos considerando, ou, mesmo, no caso de Tavani, dos cancioneiros de D. Denis e Afonso X.

249 e 588) ou despois da batalla de Salado (1340). A única cantiga, en castelán, de Alfonso XI de Castela (B607 / V209), talvez composta en 1330ca., ofrece outra referencia na rúbrica que a acompaña, na que se menciona esa mesma batalla. As burlas a Miguel Vivas, bispo de Viseu, contidas en composicións de Johan de Gaya (mencionado no *Livro de Linhagens* de don Pedro como «muy boo trobador e muy saboroso») e de Estevan da Guarda tamén nos sitúan na década de 1330. Estevan da Guarda (1280ca.- 1364), que fora escribán de D. Denis (1299) e figura relevante da súa corte (1314-1325), e logo conselleiro de Afonso IV, mantivo actividade trobadoresca especialmente intensa desde 1325 ata mediados do século XIV (Oliveira: 1993b e 1994: 273-275). Aínda vivo en 1362, debeu de falecer pouco despois desta data. Outro autor que pertence a este estrato é Estevan Fernandez d'Elvas, pois o refran dunha das súas cantigas foi retomado por Estevan da Guarda (Radulet 1979: 25-35), e ademais o seu primeiro ciclo está situado entre o de don Pedro de Barcelos e o de Estevan da Guarda.

Outros autores, sempre portugueses coma os devanditos, son de cronoloxía un pouco máis recuada, é dicir, que probablemente trobaron nas dúas primeiras décadas do século XIV ou incluso nos finais do século XIII. Destacan varios persoeiros da corte de don Denis (Pizarro 2005: 251-252, véxase tamén Oliveira 2009: 299): Fernan Rodriguez Redondo, fillo de Rodrigo Eanes Redondo, documentado ata pouco antes de 1320 (Ramos 1993); Johan Vello de Pedrogãez, documentado ata 1310ca. (Oliveira 1993e, Pizarro 2005: 60-62, 76, 250) e Men Rodriguez de Briteyros, pai de Johan Mendez de Briteyros, documentado entre 1252 e 1304 (Finazzi-Agrò 1993; Pizarro 2005: 67-69, 71, 98 e 100; Oliveira 2009: 292-295). Estevan Fernandez Barreto, documentado en 1294, tamén estivo relacionado con esta corte nos anos finais do s. XIII e comezos do seguinte (Oliveira 1993c). Roy Martinz do Casal, portugués, andou por terras de Castela na segunda metade do século XIII, pero está documentado en Portugal desde 1286, xa próximo á corte rexia a finais desa década, aparece en Santarém entre 1289 e 1297 e faleceu en 1312 (Oliveira 2001: 123-140).

Alleo á corte real, pero que segura ou probablemente tamén é portugués e coetáneo, é Pero d'Ornelas, a quen sabemos relacionado con Rodrigo Eanes de Vasconcelos, que está documentado entre 1265 e 1304 (Correia 1993). Dous trobadores aparecen documentados na corte castelá: Pero Eanes Mariño, a quen a rúbrica da súa cantiga

relaciona con Johan Ayras de Santiago e está documentado na corte de Sancho IV en 1284 (Oliveira 1994: 407-408) e na do seu fillo Fernando IV en 1310 (López Ferreiro 1902: V, 288 nota) Estevan Perez Froyan, documentado en 1305, presente nas cortes de Sancho IV e Fernando IV, nas que detivo o cargo de Meiriño Maior de León e Asturias, nas últimas décadas do século XIII e nos primeiros anos do seguinte (Arbor Aldea 2008). Ruy Martins d'Ulveyra, tamén citado no *Livro de Linhagens*, está documentado en 1284 e talvez seguía vivo nos comezos do século XIV (Oliveira 1993h). Doutros tres non sabemos practicamente nada: Pero Gonçalvez de Porto Carreyro, Pero Goterrez, Pero Larouco e Johan Fernandez d'Ardeleyro, o último caracterizado por trazos estilísticos e lingüísticos que o aproximan a Johan de Gaya, Estevan da Guarda e o xograr Johan de Leon (Indini 1993).

A asociación da variante en aprecio co devandito grupo é sumamente esclarecedora para interpretarmos a significación deste fenómeno en relación coa evolución da tradición manuscrita. E isto, para comezar, por unha razón ben sinxela: se o conxunto do subarquetipo evidencia un proceso de regularización dos textos que impuxo o uso grafemático de <s>~<ss>, e se ese uso non se verifica de xeito xeral no ciclo de Pedro de Barcelos nin dos trobadores do seu círculo, é obvio que a iniciativa de tal regularización non pode atribuírse ao Conde nin ao seu escritorio. Máis aínda, cando temos en conta que os ciclos do Conde de Barcelos e os trobadores do seu círculo tamén presentan unha notable irregularidade en relación coa variable <nh/n>. Conclusión importante: a grande maioría dos textos dos cancioneiros (por volta do 90%) chegaron ás súas mans xa previamente regularizados, ao menos canto ao uso de <s>~<ss> e de <nh>. Doutra banda, o carácter tardío dos fenómenos da indistinción de <s/ss> e da variación <nh/n> bota luz sobre a interpretación do que acontece cos outros textos e ciclos en que estas variantes aparece con frecuencia singular. Pensamos nomeadamente en trobadores como Afonso Sanchez e Afonso Mendez de Briteyros, xa analizados en relación coa variante <nh/n>.

9.3. Concentración: Ayras Nunez, Martin Moxa, Fernando Esquio

Ademais dos autores das cantigas do que demos en denominar «círculo de don Pedro», hai outros tres que presentan unha frecuencia inusitadamente elevada de cantigas que conteñen a variante en foco: trátase de Fernando Esquio, Ayras Nunez e

Martin Moxa (cadro 3). Así a todo, no anterior cadro viamos frecuencias entre o 30% e 60% aproximadamente, mentres que neste situámonos en porcentaxes máis reducidas, arredor do 20%.

Cadro 3. Variantes nos ciclos de Fernando Esquio, Martin Moxa e Ayras Nunez

Trobador	CT.	Cantigas c/ variante	*%V/CT*
Fernando Esquio B1294 a B1299/ V903	9	2 B1296-B1297/ V900-V901, B1607/ V1140	*22.2%*
Martin Moxa B887/ V471 a B894/ V479 a B898/ V483 B915/ V502 a B917/ V504, V1036=B888	16	3 B898/ V483 B917/ V504 V1036	*19%*
Ayras Nunez B868-69-70/ V454 a *B885bis*, B1601/ V1133	14	3 B871-B872/ V455-V456 B883/ V466	*21,4%*

Novamente, como xa vimos, os trobadores do cadro rexistran tamén variantes de <nh/h> (dúas cantigas de Ayras Nunez e Fernando Esquio, cinco de Martin Moxa), en ocasións en co-presenza coa que nos ocupa nas mesmas cantigas: B871/ V455, 917/ V504 B1607/ V1140. De Fernando Esquio non sabemos practicamente nada, pero temos bos argumentos para consideralo o trobador galego máis tardío dos incorporados aos cancioneiros, xa que a súa actividade adoita datarse nos finais do século XIII e os comezos do XIV (Toriello 1976: 23-43, Oliveira 1994: 336). Canto a Ayras Nunez, estivo activo tamén na década dos oitenta do século XIII, entrando por iso mesmo no grupo de trobadores galegos máis recentes dos incorporados aos cancioneiros (Tavani 1992: 31-45), o mesmo que o seu colega e conveciño, o clérigo compostelán Martin Moxa (Souto Cabo 2012: 276-277), cóengo que aparece satirizado pola súa lonxevidade (B886 / V470 de A. Gomez, «jograr de Sarria»), e que estivo relacionado con ou foi coñecido por Pedro de Barcelos e o seu círculo, como decontado veremos.

O cancioneiro individual de Ayras Nunez, copiado no medio da sección de cantigas de amigo, reagrupa case toda a súa produción, bastante variada, composta de catorce cantigas (Tavani 1988: 110 e 1992: 23-30). No tocante a Martin Moxa, que comparece inmediatamente após Ayras Nunez (separado unicamente deste polo escarnio de A. Gomez a que acabamos de facer referencia), o seu cancioneiro aparece agrupado en

dous conxuntos, o primeiro máis abundante e heteroxéneo (trece composicións, con cantigas de amor, sátiras e sirventeses morais) e o segundo máis reducido (un sirventés e dúas sátiras), separado polo ciclo amoroso, bastante copioso, de Roy Fernandez de Santiago. Os datos que acabamos de dar suxiren que o breve cancioneiriño de Fernando Esquio foi incorporado tardiamente aos cancioneiros, ao mesmo tempo que o de Roy Martins do Casal e mais o groso das composicións do «círculo de don Pedro». En troques, no caso de Ayras Nunez e Martin Moxa dá a impresión de que os seus cancioneiros ingresaron na «Compilación Xeral» en varias fases sucesivas, así que unha parte das súas composicións foran xa incorporadas nunha fase previa (Oliveira 1994: 197).

A favor desta hipótese é posible interpretar o feito de que tanto Ayras Nunez coma Martin Moxa presentan cadanseu caso de cantigas con tradición dupla, e, significativamente, nos dous pares unha das cantigas presenta variantes e a súa parella carece delas: B873/ V457 ~ B885*bis*/ V 469, de Ayras Nunez[498], e B888/ V472 ~ V1036 de Martin Moxa. O feito de que esta última cantiga de Moxa apareza copiada inmediatamente antes dunha serie escarniña de Pedro de Barcelos e compartindo con esta serie a aparición da variantes <s/ss>, unida á constatación de que Johan de Gaya cita a Moxa nunha das súas cantigas (B1452/ V1062), convida a pensar que este foi un autor coñecido por don Pedro e o seu círculo, e se cadra especialmente próximo a el. De feito, no segundo lugar en que foi copiada vén aparentemente atribuída a don Pedro de Barcelos, o cal a torna especialmente interesante para o noso estudo[499]. Dado que se trata dunha tenzon, e tendo en conta que en V1036 aparece ao final dun ciclo do xograr Lourenço, Tavani considera que os seus compositores foron Martin Moxa e Lourenço (1964: 119-129 e 1993: 426). E des que nese lugar vai seguida dunha rúbrica que reza «Esta cantiga de cima foy feita en tenpo del rey don Affonso a seus privados», para Tavani este rei sería Afonso III de Portugal.

Resende de Oliveira defende con bos argumentos a atribución a don Pedro de Barcelos (1994: 403-404), considerando que nese caso a rúbrica debe referirse a

[498] Xa Tavani, na súa edición de Ayras Nunez, argumentou neste senso, referíndose á dupla transmisión de B873 / V457 ~ B885*bis* / V 469 e á presenza dunha rúbrica intermedia escrita entre V458 e V459 (1992: 24-28). Significativamente, unha das versións da cantiga aparece no primeiro grupo, e outra no segundo grupo (ao final do ciclo).

[499] Verbo de Martin Moxa, ademais das observacións de Tavani (1992:110), cómpre ter en conta a Stegagno Picchio 1968: 53-66.

Afonso IV de Portugal. Para a nosa idea, a solución máis satisfactoria é a que propón Graça Videira Lopes, quen sostén, con cautela, que a primeira e a terceira estrofa serían compostas por don Pedro de Barcelos, e a segunda por Martin Moxa (2002: 298-299). Que un dos participantes é Moxa parece indiscutible, que o outro é don Pedro dedúcese da presenza e estilo da rúbrica explicativa (as tenzóns de Lourenço carecen deste tipo de rúbricas, frecuentes nas cantigas satíricas de D. Pedro), do tema (os «privados d'el rey» reaparecen en V1038) e das variantes lingüísticas, pois xusto no ciclo satírico do Conde que vai a seguir desta cantiga se rexistran varios exemplos de <ss> por <s>: *fremossa* e *saborossa* (V1039), *sisso*, *risso* e *paraysso* (V1041/ B1431).

No corpo da última estrofa de B888/ V472, a editora de Moxa, a ilustre profesora Luciana Stegagno Picchio identificou un escolio marxinal que indica unha corrección do texto e que foi integrado por erro ao inicio dos versos 19 e 20. A presenza desta glosa suscítalle o seguinte comentario: «Suppongo cioè che in un codice appartenente ad un piano medio della tradizione e dal quale derivano, se pur non direttamente, i due aprografi italiani, un glossatore abbia scritto a margine, su due righe, «Corregasse / *nõ der*» 'si corregga *non der*', con un richiamo sul «nõ deu» del testo, intendendo attirare l'attenzione sulla necessità di emendare in quel punto» (Stegagno Picchio 1968: 65). Ninguén máis apto para indicar a corrección que Pedro de Barcelos, se el realmente é, como cremos, coautor do texto.

Unha comparanza da versión da cantiga copiada no ciclo de Martin Moxa coa trasladada ao inicio do ciclo satírico de don Pedro evidencia unha redacción diferente da última estrofa, especialmente danada na copia de B:

— Sodes de cort'e non sabedes re*n*
ca mester faz a tod'homẽ q*ue* dê
poys a corte por [liurar] algo uen.
Ca sse dar no*n* q*ue*r, por end'[escass']é,
<corregasse> pensse de dar, no*n* sse trabalhe d'al.
E se no*n* der <non deu> no*n* pod'adubar al,
ca os p*r*iuvad*os* q*ue*re*n* que lhes de*n*.

B 888 / V 472

— Sodes de corte e no*n* sabedes rem
ca mester faz a todo homẽ q*ue* dê
pois a corte por liurar algo ue*n*.
Ca si dar no*n* q*ue*r, por sen-sabor he
poys na corte homẽ no*n* liura por al.
Pensse] de dar, no*n* se trabalhe d'al
Ca os priuados q*ue*rem q*ue* lhes dem.

V 1036

Pero, ademais da redacción distinta da última estrofa e da variante gráfica que en principio reclamou a nosa atención (*casas* ~ *cassas*, no verso 10), un cotexo entre as

dúas versións da cantiga evidencia a existencia doutras variantes e en xeral unha lectura máis limpa e correcta –o que non quere dicir literariamente máis conseguida– da segunda versión[500]. Isto tería lóxica, se pensamos que foi o propio Conde de Barcelos o que incorporou a segunda versión do texto ao cancioneiro. Quer dicir, non só corrixiría a versión que lle chegou no antígrafo do *Livro das Cantigas*, senón que deu a versión da cantiga que tiña no seu poder, dado que era coautor da mesma. Sexa como for, teriamos aquí un testemuño a favor da hipótese de que os compiladores do *Livro das Cantigas* tiveron a man fontes adicionais, ao menos para estes autores.

9.4. Dispersión: acrecento a partir de fontes adicionais

Fóra do subconxunto formado polos textos que corresponden aos autores que citamos ata agora –o círculo de don Pedro, incluíndo Pero Larouco e Pero d'Ornelas, os catro trobadores que acabamos de mencionar e os autores de ciclos breves que podemos datar a finais do século XIII e comezos do XIV–, as composicións que exhiben a variante en estudo están distribuídas, tal como xa explicamos, conforme dúas pautas: ou formando pequenos grupos que pertencen a un mesmo autor, ou isoladas. Pero unha característica moi rechamante, común a boa parte delas, é que ocupan posicións moi marcadas, preferentemente ao comezo ou ao final de grupos de cantigas do mesmo autor. Este fenómeno xa o constatamos en varias cantigas con variantes do tipo <nh/n>, pero é máis frecuente no caso das variantes que arestora nos ocupan. As agrupacións de cantigas coa variante ora constitúen ciclos completos –todas as cantigas do autor, ou todas as dun determinado xénero–, ora series parciais –grupos de cantigas do mesmo autor pero que non reúnen todas as da súa autoría ou non todas as do mesmo xénero. Un total de trinta e seis textos –case os dous terzos dos cincuenta e tres que estamos considerando arestora– están nunha destas dúas posicións,

[500] A comparanza daría para un interesante comentario grafemático e lingüístico, que non procede desenvolver aquí. Así e todo, dou a seguir as variantes das dúas primeiras estrofas, poñendo en primeiro lugar as variantes de B888 (B) e V472 ((V^1) e en último lugar, despois do signo <~>, a versión de V1036:
2. destes p^{i}uad$_9$ (B) / desses p^{i}uadus (V^1) ~ priuados. | 3. p^{i}uãca (B/V^1) ~ priuanza. | 5. ante os ueio tomar e pedir (B/V^1) ~ ante lhes ueio tomar e pidir. | 6.- *e* o q*ue* lh*e*s no*n* q*ue*r dar (B/V^1) ~ *e* os [que] no*n* q*ue*rem dar. | 7. pode (B/V^1) ~ podem. | 8. Destes p^{i}urad no*n* sey nouelar (B) / Destes priuado no*n* sey nouelar (V^1) ~ Desses priuados no*n* sei mais falar. | 10. casas guaanhar (B) / casas guaandar (V^1) ~ cassas gaanhar. | 11. as gentes muyt$_9$ e*n*pro*u*ecer (B) / as grandes muyto e*n*pro*u*ecer (V^1) ~ as iento toda e*n*pro*b*ecer. | 12. co*n* pro*u*eza da qrã soyr (B) / co*n* pro*u*eza dã grã sayr (V^1) ~ co*n* pobreza da tr̃ra sair. | 13. ouuir (B/V^1) ~oyr. | 14. 9selhar (B) / oselhar (V^1) ~ cõselhar.

ao comezo (sete) ou máis frecuentemente ao remate (vinte e nove) dun grupo de cantigas. Ademais, unha porción significativa destas cantigas –tanto as illadas como as agrupadas– está descolocada, quer dicir, copiada nun sector de xénero distinto ao que lle correspondería (trece). Este fenómeno tamén foi observado en relación coas cantigas con variantes de tipo <nh/n>, pero, novamente, é máis frecuente nas que presentan <s/ss> ou as dúas. En definitiva, enxérganse nove grupos reducidos, cun total de vinte e oito textos, e soamente se rexistran cinco textos illados que non entran en ningunha das anteriores categorías, quer dicir, que mostran unha distribución aparentemente aleatoria. Resumindo:

- 7 cantigas ao comezo + 29 ao final dun ciclo ou serie (total: 36)
- 13 cantigas «descolocadas»
- 5 cantigas en distribución aleatoria
- 9 grupos de cantigas (cun total de 28 textos, xa incluídos nos grupos anteriores)

Ilustremos o dito con algúns exemplos.

• Casos ilustrativos de cantigas abrindo ou pechando ciclo: B104 de Johan Soarez Somesso, satírica e iniciando o ciclo de amor deste autor (nótese que contén tamén a variante <nħ>); B172, satírica rematando a serie amorosa de Martin Soarez; B265 e B266, ao final do ciclo de Roy Queymado (B265, de amigo, tamén con variantes de tipo <nh/n>); B403*bis*/ V14, tenzón entre Men R. Tenoyro e J. Bolseyro, ao final do ciclo de cantigas de amor do primeiro (tamén con variantes de <nh/n>); B416/ V27, tenzón entre Afonso Sanchez e Vasco Martiins, ao final do ciclo de amor do primeiro (novamente, coa variante <nh>); B467, cantiga de loor de Santa Maria de Afonso X[501]; B795/ V379, final dunha serie de Johan Vasquez de Talaveyra; B818/ V402, final da primeira serie de Pay Gomez Chariño; B1148a/ V751, cantiga de amor colocada ao inicio do ciclo de amigo de Johan Zorro; B1193/ V798, abrindo o ciclo de Martin de Caldas; B1384 / V993, pechando serie satírica de Pero Garcia Burgales; B1532, ao

[501] Esta cantiga vai precedida de nova rúbrica: «El Rey don Aff[on]|so da Castella | et da Leon», mentres que a primeira cantiga do ciclo afonsino (B456) vén precedida pola rúbrica «El rey don Affonso de Leon», o que fai pensar na confluencia de dúas recollas afonsinas distintas (Oliveira 2010). Por outra banda, a cantiga ten correspondencia en dous códices das *Cantigas de Santa Maria* (To30 e E40). Curiosamente, a forma que presenta a variante en foco, *meseiaria* (B467), aparece en To30 e E40 sen variante, como *messageria*. Por parte, a forma que nestes códices aparece como *reỹa*, en B ofrece a grafía *reinha*.

final do ciclo de Gil Perez Conde... ata B1626/ V1160 e B1657/ V1191, respectivamente inicial e final do extenso ciclo satírico de Pero da Ponte.

• Casos ilustrativos de pequenos grupos: B129 e B131 de Nuno Eanes Cerzeo (con rúbrica propia), ao inicio do ciclo deste autor (e agrupada con B130, que ten variantes de tipo <nh/n>); B709/ V310 a B712/ V313, de Gonçalo Eanes do Viñal, catro cantigas de amigo copiadas xuntas ao final do ciclo do mesmo xénero deste autor (nas cales, por certo, tamén se rexistran variantes como *coydar* e *oer*); B1593/ V1125 a B1595/ V1127, grupo de cantigas burlescas de Pero Amigo de Sevilla, illadas do ciclo satírico deste autor (que vai de B1658/ V1192 a V1205).

Por parte, as características de desorde ou colocación inicial / final que acabamos de exemplificar tamén se dan, por veces simultaneamente, en moitos dos textos que clasificamos noutras categorías: véxase por exemplo o caso do grupo B142 a B144, conxunto satírico con textos de Pero Vello de Taveyros, Pay Soarez de Taveyros e Martin Soarez, colocado antes dos ciclos amorosos destes dous últimos autores[502]; B455, cantiga satírica do Gonçalo Garcia de Sousa colocada en plena sección de amor; B607, cantiga amorosa de Afonso XI en castelán; B898/ V483 e B917/ V504, ao final de cadansúa serie de Martin Moxa (a segunda tamén coa variante <nnh>); B1072/ V663, tenzón de Bernal de Bonaval con Abril Perez, colocada ao remate da serie amorosa do primeiro...

En definitiva, o que nos interesa salientar é que semella obvio que fóra dos ciclos breves[503], por vía da regra, os textos (excepcionalmente, grupos de textos) que están

[502] Cada unha destas tres cantigas (B142, tenzón de Pero Vello e Pay Soarez de Taveyros, e mais B143 e B144, de Martin Soarez) presentan variantes dos dous tipos estudados (<s/ss> e <nh/n>). Estas composicións atópanse nunha zona especialmente turbada de B. Dunha banda, B142 é a última do caderno 4 (copiada no verso do folio 35, que ten o recto en branco, sendo que se produce un salto na numeración das cantigas de B137, final do fol. 34vB, a B140, inicial do fol. 35vA). Doutra banda, B143 e B144 son as únicas copiadas no fol. 36, que ten practicamente todo o reverso en branco, e forma cos fols. 37 e 38 (que conteñen cantigas de amor de Pay Soarez de Taveyros) un caderno anómalo. Véxase Ferrari 1979: 97-101, Gonçalves 2016: 91-95 e 339-347 e Oliveira 2013: 271-274. A primeira estudosa pensa que a intromisión das dúas cantigas de escarnio de Martin Soarez neste lugar se debe a unha decisión de Colocci (Ferrari 1979: 100), Gonçalves puntualiza (referíndose á integración a seguir destas do ciclo de amor de Pay Soarez) que probablemente Colocci «a voulu imiter la structure de *l'exemplar* de B» (2016: 95). Apoiándonos nos datos de variación lingüística (que asocian B143 e B142 á tenzón de Pero Vello, B141), inclinámonos a pensar que esta mesma motivación de reproducir a estrutura do antígrafo levou á colocación anómala das composicións satíricas de Martin Soarez, que se debería, por tanto, non a unha estraña decisión de Colocci, senón ao compilador do *Livro das Cantigas*.

[503] No caso destes ciclos, a posición inicial ou final non resulta significativa, pois as posibilidades de ocupar unha das dúas son moi elevadas. Por esa razón, só consideramos relevantes as ditas posicións no caso dos ciclos con seis ou máis cantigas.

situados ao comezo ou ao final dun ciclo ou dunha serie puideron ser inseridos nesa posición con posterioridade á formación dos ditos ciclo ou serie, isto é, ingresaron na tradición manuscrita nunha fase posterior á do correspondente grupo. Xa que logo, estariamos ante un novo testemuño de incorporación ao *Livro das Cantigas* de materiais procedentes do que demos en denominar, seguindo a Maria A. Ramos, «fontes adicionais» á liña principal da tradición.

9.5. Cotexo de B e A

Cadro 4. Comparanza da presenza das variantes de <nh/n> e <s/ss> en A (1-266) e B (91-453).

AUTOR	TAMÉN EN A	SÓ EN B <nh/n>	SÓ EN B <s/ss>
Vasco Fdez Praga, A1-13	B97 / A7		
Johan Srz Somesso, A14–30	B110/ A17	+B104$ f	+B104$ f
+ NUNO EANES CERZEO		B130 i	B129 i, B131 i
+ PERO VELLO DE TAVEYROS		+B142$ s	+B142$ s
Martin Soarez, A40 – 61	B160/ A48	+B143$ s +B144$	+B143$ s, +B144$ s B172$ f
Pero G. Burgales, A82–110	B197/ A93	B221	
F.G. Esgaravuña, A114–128	B230/ A114		
+ JOHAN LOBEYRA + «Senhor genta»		B246, B249 f	
Roy Queymado, A129–143	B251/ A 130 B253/ A132 B256/ 1A35	+B265$ +B266 f	+B265$ +B266 f
+ RODRIG' EANES VASCONCELOS		B368$ B368*bis* s	
+ PERO MAFALDO			B374$ f
Fernan Gz Seavra, A210–221	**+B389/ A221**		
Men Rgz Tenoyro, A226–227		+B403*bis*$ f	+B403*bis*$ f
+ AFONSO FDEZ CEBOLHILHA		B405 f	
+ AFONSO SANCHEZ		B406-415 +B416$ f	+B416$ f
Estevan Fayan, A240–241			B429 f
Johan VzTalaveyra, A242–245	B432/ A244		
Ayras Veaz (B) / **Fernan Gonçalvez de Seavra** (A)	+**B443** i/ A213	B444 i	
+ PERO VIVIAEZ			B448$ s
+ VASCO PEREZ PARDAL		B451 i	
TOTAL DE CANTIGAS	11 (9 + 2*)	19 + 8*= 27	6 + 8* = 14 [10$]

Observacións: Na primeira columna, os autores de cantigas con variante; os presentes en B pero ausentes en A van en versaletas e xustificados á dereita; na segunda columna, cantigas con variantes de <nh/n> que están en A e B (B389 e B443 teñen variantes dos dous tipos). Na terceira e cuarta columnas, indicamos composicións só en B: na terceira, con variantes <nh/n>, na cuarta, con variantes <s/ss>. O

signo <+> indica que a composición presenta os dous tipos de variante; o signo <$> despois da cifra indica as cantigas (case todas satíricas, algunha tenzón) que están descolocadas en canto ao xénero. Na terceira e cuarta columnas, as letras situadas despois da cifra que indica o número da cantiga significan: (i) inicial de ciclo, (f) final de ciclo, (s) cantiga illada (inclúe os grupos de dúas cantigas). Non tivemos en conta os textos anónimos en A.

Para obtermos unha idea máis clara e detallada disto, no cadro 4 presentamos a comparanza do sector inicial común de A e B das cantigas con calquera das dúas variantes en aprecio (véxase Tavani 2013: 538-544). No tocante á <nh/n>, de 38 cantigas do sector común A/ B que presentan variantes deste tipo, 11 están copiadas nos dous cancioneiros, mentres que 27 están copiadas só en B. Canto a <s/ss>, das 14 cantigas con esta variante só 2 –de feito, con variantes dos dous tipos– están recollidas en A (B389 / A 221 e B443/ A213), e a primeira delas, ademais, tamén presenta esta mesma variante no *Cancioneiro da Ajuda*; por outra banda, a segunda presenta unha atribución dubidosa (é asignada en B443 a Ayras Veaz e en A213 a Fernan Gonçalvez de Seavra). Xa que logo, novamente, a variante <s/ss> é un indicador máis discriminante cá variante <nh/n>, quer dicir, está asociada dun xeito máis nidio a un determinado estrato.

Isto é especialmente interesante, desde que Maria A. Ramos mostrou que en corenta e unha cantigas do *Cancioneiro da Ajuda* se rexistran heterográficas deste tipo (<ss> por <s> ou <s> por <ss>) en corenta e unha composicións (Ramos 2008: II, 500-502, 521-531, 681-682). Unha ampla maioría destas composicións, ata un total de trinta, tanto dun tipo coma do outro, están copiadas tamén en B. E resulta que todas as ocorrencias da variante anómala que conteñen nesas cantigas en A –agás unha– se atopan corrixidas en B, e este cancioneiro só recolle un caso de heterografía que non aparece en A[504]. Pola contra, no sector inicial de B atópanse dezaseis cantigas con

[504] A que presenta heterografía nos dous, como se indica no cadro, é B389/ A221, de Fernan Gonçalvez de Seavra. A que presenta unha variante heterógrafa só nos apógrafos italianos é B443/ V55, atribuída por eles a Ayras Veaz, mentres que en A213 se asigna ao devandito Seavra. Os outros casos son os seguintes (salvo en caso especial, indicamos só a forma anómala de A): *dessamar* (A3) / (B93); *quisser* (A8) / (B98), *guissa* (A9) / (B99), *c(a) asi* (A16) / *ca se* (B109), *vasalo* (A18) / (B111), *sofresen* (A19) / (B112), *quisesedes* (A22) / (B115), *pessar* (A24) / (B117), *guissa* (A50, 53, 59, 60) / (B162, 165, 170, 171), *vis'aquel* (A51) / (B 63), *guissada* (A63) / (B174), *'si* (A89) / *assy* (B193), *quisesse, disesse* (A106) / (B214-215), *pessar* (A214) / (B230), *a si* (A134) / *se* (B255); *oussasse* (A167/168) / (B319); *devesa* (A175) / (B326); *ousase* (A197) / (B348); *oussasse* (A202) / (B353); *dessamparado* (A206) / (B357); *asi* (A207) / (B358); *voso* (A223) / (B393/ V3); *quisesedes* (A248, 248*bis*) / (B816/ V400); *ousas(e)* (A289) / (B980/ V567). Sen correspondencia en B/V: *guissa* (A151); *oussasse, oussen* (A160); *pessar* (A235); *quisesse, quisso* (A247); *guissa, amasse, dissese, podes(e), pos(o)* (A250); *outrosi* (A254); *pessar* (A274); *pessar* (A276); *oussase* (A210).

corenta e unha variantes heterógrafas de <s/ss>, das cales só aquelas dúas, como se dixo, está tamén en A. Isto significa que os responsables da «Compilación Xeral» foron especialmente coidadosos neste aspecto, que foi escrupulosamente respectado nos sucesivos traslados, o que, evidentemente, choca co desleixo que se pon de vulto nas composicións que analizamos nos apartados anteriores, e denuncia que a maioría das cantigas de B que non están en A e presentan a dita variante constitúen inserción tardías. Mesmamente, como xa sinalamos e se pon de vulto no cadro, a maioría das cantigas que presentan a variante (10 de 16, se contamos B389 e B443) son intrusas nesta zona e, salvo unha, son do xénero satírico.

O caso de Roy Queymado é especialmente esclarecedor: as dúas cantigas deste que presentan variantes <s/ss> –B265 e B266–, foron copiadas ao final do seu ciclo, o que, para a nosa idea, debe tomarse como unha indicación de que foron incorporadas á tradición manuscrita representada polo apógrafo italiano máis tarde ca o resto das cantigas do mesmo ciclo[505]. Pero, aínda máis significativo é que incluso nos casos de ciclos enteiros ausentes de A (isto é, pertencentes a autores que non están representados neste cancioneiro), se manteñen as ditas características: Nuno Eanes Cerzeo, Pero Mafaldo e Afonso Sanchez ofrecen exemplos especialmente ilustrativos deste feito, xa que os seus ciclos desta sección son relativamente extensos (11, 6 + 1 e 11 composicións respectivamente). Por outra banda, Martin Soarez e novamente Roy Queymado, sendo autores amplamente representados en A, permítennos confirmar que o fenómeno non é casual, xa que ambos e dous posúen cantigas con variantes dun ou doutro tipo. Pois ben, as cantigas que presentan a variante <nh/n> están presentes tamén en A (B160/ A48; B251/ A130, B253/ A132, B255/ A134, B256/ A135), mentres que as que conteñen <s/ss> non se atopan neste cancioneiro, senón que están descolocadas canto ao xénero e se atopan illadas (B143 e B144) do correspondente ciclo ou ao final do mesmo (B172; B265, de amigo, e B266, de amor). Parécenos que a interpretación máis plausible do fenómeno é que estas dúas variantes definen cadanseu estrato textual, ben que o estrato definido por <s/ss> inclúe cantigas con

[505] Pronúncianse no mesmo sentido Oliveira 1994: 52-53 e 145-146, Ramos 2008: I,167 e mais Gradín e Marcenaro 2010: 32-33, sen teren en conta a presenza das variantes en foco. Da última cantiga do ciclo, B266, comentou dona Carolina: «É uma das cantigas, que apresentam mais desigualdades, quer fosse por descuido do auctor, quer elle quisesse innovar» (Michaëlis 1904: I, 817).

variantes de <nh/n>, mentres que o estrato de cantigas só con variantes de tipo <nh/n> non permite definir un estrato claramente distinto.

Pola súa banda, tamén a maior parte das cantigas só con variantes de <nh/n> desta sección están ausentes do *Cancioneiro da Ajuda*, xa que a grande maioría pertencen a autores que non constan neste (17 ou 18 composicións, dependendo da autoría de B444/ A213, e tendo en conta que outras dez presentan tamén a variante <s/ss>). A inferencia é que, no caso das composicións que presentan unicamente a variante <nh/n> se trata de autores incorporados á tradición nun momento posterior á confección do groso da «Compilación Xeral», pero nun momento previo á incorporación das cantigas coa variante <s/ss>. No caso das cantigas con variantes de <nh/n> que constan en A (9), é de notar que ningunha delas se atopa en posición inicial ou final de ciclo, o que indica que pode tratarse da recolla de fontes adicionais ou contaminación por fontes laterais, pero tamén poden deberse, sinxelamente, a lapsos dos copistas da «Compilación Xeral», que talvez no caso desta variante actuaron de xeito máis descoidado ca no caso da variante <s/ss>.

Porén, os dous grupos de autores caracterizados pola abundancia de variantes <nh/n> e <s/ss> nas súas composicións partillan dúas características definitorias: a inmensa maioría dos autores son portugueses, ben que algúns residiron en Castela, e están encadrados nas últimas xeracións trobadorescas, en tres franxas cronolóxicas: a primeira fase dionisina (1275ca.-1300ca.), a segunda fase dionisina (1300ca.-1325) e a fase post-dionisina (1325-1350ca.) –ben que na fase plenamente post-dionisina entran só autores do estrato <s/ss>.

9.6. O grupo de don Pedro 1 e os dous ciclos de Afonso Sanchez

A análise máis polo miúdo dalgúns sectores onde se concentran variantes ofrece resultados nun sentido análogo ao indicado. Para non estendernos en exceso, repararemos en dous: o grupo que vai de B607/ V209 (Afonso XI de Castela e de León) a B625/ V226 (Pero d'Ornelas), e os dous ciclos de Afonso Sanchez.

O primeiro grupo vén precedido dunha cantiga tardía intrusa (B605-606/ V208), sinalada polo propio Colocci coa anotación *lettera nova*, o que indica que no antecedente, na situación primitiva, había un espazo en branco que o separaba do cancioneiro de don Denis, e que foi aproveitado para realizar esta interpolación

(Tavani 2013: 531). A cantiga de Afonso XI, composta probablemente despois de 1330, contén unha rúbrica atributiva redactada con seguridade após 1340, pois fai referencia á batalla de Salado (B607/ V209). Foi «adaptada» graficamente ao portugués (<lh> e <nh>, <-m>: *senhora*, *lhegada*, *elho* V / B *elo*, *huum*), pero non foi regularizado o uso de <ss/s>. Segue a primeira cantiga do ciclo de amor de don Pedro (catro cantigas), precedida da correspondente rúbrica atributiva (B608/ V210). As dúas cantigas seguintes, do mesmo trobador, conteñen variantes de <s/ss> (B609 e B610/ V211 e V212). Segue a última cantiga deste ciclo, sen variantes, da que en V só se copiou unha estrofa, mentres que en B se copiaron tres (B610*bis*/ V213). En B, segue o espazo deixado para copiar outra cantiga, que foi numerada (B611), pero da que se copiou un fragmento do primeiro verso e as iniciais de catro estrofas, pero que non se rematou do copiar, pois repite B610.

A seguir, vén un breve ciclo de tres cantigas (as dúas últimas, fragmentarias, pois só con cadansúa estrofa), todas elas satíricas, de Pero Larouco (B612/ V214 a B614/ V215), as dúas primeiras con variantes <s/ss>. Iníciase despois o de Estevan Fernandez d'Elvas, encabezado pola correspondente rúbrica atributiva seguida dun espazo en branco –que corresponderá, como sinala Radulet 1979: 22, aos últimos versos da última cantiga, incompleta, do ciclo anterior– e composto por catro cantigas (B615/ V216, B615*bis*/ V217... B618/ V219), a primeira de amigo, as outras tres de amor, e todas elas con variantes (as tres primeiras, de tipo <s/ss>, a última, de tipo <nh/n>). A seguir, vén o ciclo de amor de Estevan da Guarda, con cinco cantigas (B619/ V220 a B624/ V225), das cales tres presentan variantes de <nh/n> e unha de <s/ss> (B621/ V222). Finalmente, a última cantiga do grupo, de Pero d'Ornelas (B625/ V226), sen variantes –pero nótese que non aparecen vocábulos con <s> nin <ss>–, despois da cal aparece a rúbrica «Esta ffolha adeante sse começan as cantigas d'amigo que ffezeron os cavalleyros, et o prmeyro he Ffernan Rodriguiz de Caheyros». En definitiva, neste grupo de 19 cantigas (varias delas incompletas), 15 son de amor, tres son satíricas (todas de Pero Larouco, cuxo ciclo parece que foi intercalado aínda despois da integración do grupo de don Pedro no *Livro das cantigas*) e unha é de amigo; 13 delas presentan variantes, das cales 9 de tipo <s/ss> e catro de tipo <nh/h>; unha, dos dous tipos.

Outro caso merecente dunha atención especial é o de Afonso Sanchez. Xa sabemos que o seu primeiro ciclo, de cantigas de amor, se caracteriza pola abundancia de variantes de tipo <nh/h>, aínda que a última é unha tenzón satírica que tamén presenta variantes de tipo <s/ss>[506]. O segundo ciclo deste trobador é misceláneo, pois está composto por catro cantigas (B781/ V365 a B784/ V368), dúas de escarnio (con variantes <s/ss>) e dúas de amigo (sen variantes), e presenta tamén unha transmisión textual anómala, que, como decontado mostraremos, se remonta ao antecedente de B/V. Este ciclo vén precedido por unha cantiga de amigo de Estevan da Guarda (B779/ V362) e outra de Pero d'Ornelas (B780/ V633-634), que presenta a variante <s/ss>. As seis cantigas destes tres trobadores están intercaladas no ciclo de amigo de Johan Garcia de Guillade, deixando tres cantigas deste trobador (B 785/ V369 a B787/ V371; a última, satírica) arredadas do resto do correspondente ciclo (B741/ V434 a B778/ V361). Pois ben, as devanditas seis cantigas están precedidas de dúas follas e medio en branco, que dan cabo ao fascículo anterior, e inician un fascículo novo de B, que mostra anomalías xa presentes no seu antígrafo, isto é, o *Livro das Cantigas*[507]. Así, da primeira cantiga de Afonso Sanchez (B781/ V365), cópianse unicamente as dúas primeiras estrofas e a letra inicial do primeiro verso da terceira, deixando o resto da columna en branco (Arbor Aldea 2001: 68). A segunda cantiga deste trobador (B782/ V366) está tamén incompleta, pois só se copiou, parcialmente, a primeira estrofa, o primeiro verso da segunda e a letra inicial do primeiro verso da terceira. A pesar da exigüidade dos seus textos fragmentarios, estas dúas cantigas conteñen variantes de tipo <s/ss> (*dise, voso*). Tamén a primeira cantiga de amigo, que vai despois da antedita (B783 / V367) parece incompleta, pois só presenta unha estrofa, seguida dun espazo en branco. A última cantiga da serie, tamén de amigo (B784/ V368) presenta unha anomalía de copia, que tamén remonta ao antecedente (Arbor Aldea 2001: 70-71 e 77). Á vista das devanditas anomalías, e malia non ter en conta as variantes

[506] A penúltima e antepenúltima cantigas deste ciclo, B414/ V25 e B415/ V26, tamén son satíricas, pero só presentan variantes de tipo <nh/n>, aínda que nunha só aparece un vocábulo con <ss> (*assi*) e na outra só aparecen palabras con <-s-> (*cousa, casada, gloriosa, fremosa, poderoso*...), de xeito que non temos seguranza absoluta sobre o uso distintibo de <s> e <ss> en posición de contraste.

[507] Véxase o comentario de Anna Ferrari: «l'intero fascicolo sembra trascritto da originale deteriorato e lacunoso, di difficile lettura, a giudicare dalla reiterata presenza di spazi bianchi che seguono componimenti lasciati interrotti dal copista (alla c[arta] 167vA, 782 [...] e 783) ed altri apparentemente completi (alla c. 167rB, 781 [...] di cui son presenti tre strofe, seguite però da uno spazio bianco con un'A iniziale di strofe scritta)» (Ferrari 1979: 121).

scriptolingüísticas, xa a editora deste trobador, Mariña Arbor, chegara á conclusión de que o grupo formado por Estevan da Guarda, Pero d'Ornelas e Afonso Sanchez (B779 / V362 a B784/ V368) foi inserido por xunto neste sector dos cancioneiros «en época tardía» (2001: 76). Diríamos máis: foi incorporado nun momento posterior á integración do ciclo de amor deste autor (xa de seu incorporado tardiamente á sección de amor), e en simultáneo co acrecento da última cantiga, escarniña, deste mesmo ciclo (talvez das tres últimas).

9.7. Distribución das cantigas con variantes por xénero e sector

Para rematar, ofrecemos un resumo, por xéneros e sectores, das cantigas heterográficas con variantes de <s/ss> presentes en B/V (cadro 5), a maior parte das cales, segundo os razoamentos que levamos exposto, foron inseridas tardiamente no antecedente destes cancioneiros; máis precisamente, por don Pedro de Barcelos no seu *Livro das Cantigas* (aínda que, naturalmente, non son as únicas novas que foron incorporadas nesta compilación). Salta á vista que o xénero máis representado é o satírico (56 composicións, case a metade do total), cunha representación especialmente significativa das tenzóns (téñase en conta que a cantidade total destas nos cancioneiros é de 30). Iso pode ser indicativo de que don Pedro dispuxo de máis material poético «novo» (isto é, non incorporado previamente á «Compilación Xeral») pertencente a este xénero ca aos outros dous, o cal pode ser coherente coa preferencia del e do seu círculo polo mesmo.

Cadro 5. Distribución de cantigas con variantes s/ss, por xénero e por sector[508].

	XÉNEROS					*TOTAIS*
SECTORES	*Amor*	*Amigo*	*Escarnio*	*Tenzóns*	*Outras*	*XÉNERO*
AMOR	8	1	5	4	-	18
AFONSO X	-	-	-	1	1	2
D. PEDRO 1	9	3	4	-	-	16
AMIGO	-	8	-	-	-	8
MISCELÁNEA	10	3	3	-	-	16
Johan Ayras	2	-	-	-	-	2
XOGRARES	1	3	-	1	-	5
Roy Martins	1	2	-	-	-	3
D. PEDRO 2	3	1	18	2	1	25
ESCARNIO	-	-	17	1	-	18
TOTAIS SEC.	34	21	47	9	2	113

Probablemente, o compilador colocou o material satírico novo de que dispuña primeiramente no sector correspondente (DPedro 2 e Escarnio), pero, talvez porque non todo cabía aí, no caso de autores que non estaban presentes previamente nese sector, intercalou as composicións noutros sectores en que xa contaban con presenza: é o caso de Johan Soayrez Somesso (sección de amor), Afonso Sanchez (seccións de amor e de amigo, no cadro está contado con D. Pedro 1) e Bernal de Bonaval (sector de xograres). No caso dos autores que si estaban presentes na sección de escarnio pero non existía espazo dispoñible ao inicio ou ao final do correspondente ciclo, fixo o propio, enviando as novas composicións ao sector de amor: será o caso de Martin Soarez, Pero Mafaldo, Men Rodriguez Tenoyro e Pero Viviaez. Gonçalo Garcia e Afonso X dunha banda, e Martin Moxa e Ayras Nunez doutra, fan caso á parte, des que os respectivos ciclos xa viñan mesturados e colocados de xeito peculiar. No caso de Pero Larouco, talvez a decisión de amecelo ao grupo que encabeza el (sector D. Pedro 1) teña que ver coa súa proximidade ao círculo poético cortesán do propio Conde de Barcelos, e tendo en conta que non aparecía en ningún outro lugar. Como se pode

[508] Observacións canto á división en sectores: —Non incluímos na táboa a D. Denis, pois non presenta ningún caso de <s/ss>, —AMOR inclúe desde B6 a B453/ V60, —D. PEDRO 1 inclúe *lays*, B455 e B607/ V209 a B625/ V226, e mais B779/ V362 a B784/ V368, —AMIGO inclúe de B626/ V227 a B807/ V391, excepto B779/ V362 a B784/ V368, —MISCELÁNEA inclúe de B808/ V392 a B1059/ V649, excepto Johan Ayras, —XOGRARES inclúe desde B1060/ V650 a B1293/ V898, deixando fóra a Roy Martinz do Casal (B1159/ V762 a B1164/ V767), —DON PEDRO 2 inclúe Johan jograr de Leon, e desde B1294 (F. Esquio) a B1330 / V936 (Men R. de Briteyros), desde V1036 (Moxa/ D. Pedro) a V1044 (Johan de Gaya) , B1448/ V1058 a B1452/ V1062 (Johan de Gaya) e desde B1604/ V1136 (F. Esquio) a B1614/ V1147 (Fernan R. Redondo).

ver no cadro, os casos de «descolocación» das cantigas de amor e de amigo son menos abundantes.

Con respecto á distribución das cantigas coa variante <nh/n> (véxase cadro 6), excluíndo as que presentan ao tempo a variante <s/ss>, obsérvase un claro predominio das cantigas de amor (máis da metade), pero este pode ter que ver máis coas maiores probabilidades de presenza do vocábulo *senhor* e variantes en cantigas dese xénero ca a outra razón (52 variantes deste vocábulo aparecen en cantigas de amor, fronte a 11 en cantigas de amigo e 13 en cantigas satíricas).

Cadro 6. Distribución de cantigas coa variante <nh/n>, por xénero e sector[509]

	XÉNEROS			
SECTORES	*Amor*	*Amigo*	*Esc+Out*	TOTAL
AMOR	35	1	2	38
AFONSO X	-	-	12	12
DENIS	2	3	-	5
D. PEDRO 1	5	-	-	5
AMIGO	-	4	-	4
MISCELÁNEA	12	2	2	16
JOHAN AYRAS	1	2	-	3
XOGRARES	1	4	-	5
EFd'ELVAS	-	1	-	1
PMFONSECA	1	-	-	1
D. PEDRO 2	1	1	2	4
ESCARNIO	-	-	20	20
TOTAL	58	18	38	114

Comparando a distribución das cantigas con variantes só de <nh/n> coa que presentan as composicións con variantes de <s/ss>, comprobamos que existen semellanzas, comezando polo número total (que facilita o exercicio de comparanza), e seguindo polo baixo número de composicións do xénero de amigo en ambas as táboas (18 e 21 respectivamente), e, coherentemente, a escasa frecuencia de cantigas con variante no sector de amigo (4 e 8) e no de xograres (5 e 5), fronte á elevada frecuencia no sector misceláneo (16 e 16). Pero tamén se observan contrastes: o maior número de composicións de escarnio e outras (tenzóns) no caso da variante <s/ss> fronte a <nh/n>

[509] Observacións: —Só incluímos as composicións en que non co-aparece a variante <s/ss>, —D. PEDRO 1 inclúe B5 (*lays* de Bretanha), —AMIGO inclúe de B626/ V227 a B807/ V391, —MISCELÁNEA inclúe de B808/ V392 a B1059/ V649, excepto Johan Ayras de Santiago, —JOHAN AYRAS inclúe amor + amigo deste trobador, —XOGRARES inclúe desde B1060/ V650 a B1293/ V898, deixando fóra intrusos, —D. PEDRO2 inclúe a Fernando Esquio, Estevan da Guarda e Johan de Gaya.

(56 fronte a 38 respectivamente), contra a maior frecuencia das de amor con variante <nh> (58 fronte a 34 con <s/ss>), e, consecuentemente, a frecuencia máis elevada da segunda no sector de amor (38 fronte a 18), pola razón que antes expuxemos sobre a frecuencia da aparición do vocábulo *senhor* coas súas variantes.

De todos os xeitos, coidamos que xa quedou demostrado que o grupo caracterizado polas variantes <s/ss> constitúe un estrato específico e que que, polo menos no caso dalgúns ciclos, este foi introducido na «Compilación Xeral» máis tarde que o estrato <nh/n>. Ademais do matiz cronolóxico que acabamos de apuntar e dos argumentos expostos previamente, podemos engadir algúns elementos máis que apuntan no mesmo sentido, tamén no caso das composicións soltas: pénsese na colocación das dúas últimas cantigas –coa variante <s/ss>– do ciclo amoroso de Roy Queymado, un ciclo que contén outras tres composicións con variante <nh/n>; na última cantiga, satírica, do ciclo de amor de Afonso Sanchez (quen, no sector de amigo, ten tamén dúas cantigas deste xénero coa variante <s/ss), na colocación tamén final de dúas cantigas coa variante <s/ss> nos dous primeiros ciclos de Martin Moxa (que tamén conteñen cantigas coa variante <nh/n>) ou na última cantiga copiada de Afonso Eanes do Coton (B1616 / V1149), illada do seu ciclo satírico (de B1579/ V1111 a B1591/ V1123), un ciclo que contén cantigas con variantes <nh/n>.

Pola contra, como dixemos reiteradamente, a variación de <nh/n> non debuxan un cadro tan nidio, entre outras razóns, polo diferente carácter e significación que puideron ter as súas abundantes variantes. Por sinal, sospeitamos que *senħr* e *sẽhor/sẽh*^{2} son menos significativas ca *señ/sen*^{2} e *senor/seno*^{2}. Destas últimas, a súa distribución no ciclo de Afonso Sanchez suxire unha posible estratificación entre elas; en todo caso, *señ/sen*^{2} parece máis relacionada con D. Pedro e o seu círculo, mentres que *senor/seno*^{2} podería corresponder cun estrato un pouco anterior, como suxire a súa asociación con Johan Lobeyra, Afonso X, Johan Mendez de Briteyros e Afonso Eanes do Coton, entre varios dos autores a que xa nos referimos atrás. Así e todo, tamén se rexistran cantigas coa variante <nh/n> en posición final de ciclos que conteñen cantigas coa variante <s/ss>, o que alerta sobre unha probable incorporación relativamente máis tardía das primeiras: así acontece no primeiro ciclo de Estevan da Guarda (B618/ V219 a B624/ V225) e mais no ciclo satírico de Gonçalo Eanes do Viñal, xa comentado antes, que aparece encabezado e rematado por cadansúa cantiga

con variantes de <nh/n> (B1390/ V999 e V1008), sendo que a segunda cantiga do ciclo (V1000) presenta variantes de <s/ss>. Se nestes dous ciclos se deu un proceso de incremento do número de composicións por engadido de textos novos en dúas fases, parece claro que foron integradas neles primeiro as cantigas con variante <nh/n> e despois as que teñen variante <s/ss>.

10. Conclusións: do Livro das Trovas de D. Denis ao das Cantigas de D. Pedro

Nos seguintes apartados de conclusións (§10.1, §10.2 e §10.3) imos tentar de resumir os resultados da nosa pesquisa en relación coa cronoloxía, xeografía e fases de integración na «Compilación Xeral» dos autores, ciclos e composicións que presentan as variantes en estudo. As dúas conclusións máis claras e máis sólidas –estimamos– do que ata aquí levamos exposto son, por unha banda que a variante <s/ss> (soa ou en co-presenza con <nh/n>) nos permite por unha banda identificar un estrato de textos correspondente basicamente a Don Pedro de Barcelos e o seu círculo e mais a outras composicións soltas que foron incorporados por este no seu *Livro das Cantigas*, e por outra banda, atopar que este *Livro das Cantigas* representa o estadio final da tradición manuscrita da lírica trobadoresca, pero non pode seguir sendo identificado co subarquetipo α da dita lírica, isto é coa «Compilação Geral» entendida como códice en que se reuniron de vez o groso dos distintos compoñentes do *corpus* trobadoresco.

Outra conclusión de vulto, encadeada coa anterior, é que D. Denis contribuíu á «Compilación Xeral», ao menos coa colección e integración do seu cancioneiro particular nun *Livro das Trovas del Rey D. Denis*, un códice que contiña unha boa porción dos textos trobadorescos que chegaron a nós, incluíndo os cancioneiros de Johan Ayras de Santiago e dos xograres galegos, así como a maior parte da compilación dos clérigos composteláns. O estrato –se así se pode denominar– composto por unha serie de ciclos e composicións que conteñen a variante <nh/n> (sen co-presenza de <s/ss>) preséntanos un problema de identificación e, sobre todo, de atribución: non é tan doado delimitar as composicións que pertencen a el, e moito menos decidir se a recolla e integración desas composicións na «Compilación xeral» correspondeu a D. Pedro ou a D. Denis. Tentativamente, decidímonos por D. Pedro,

pero conxecturando que o fixo nunha etapa anterior á confección do seu *Livro das Cantigas*, talvez na corte do seu pai e traballando aínda sobre o propio *Livro das Trovas del Rey D. Denis*.

Endebén, se non son doados de xebrar os contributos de D. Denis e o do seu fillo e continuador, D. Pedro á «Compilación Xeral», tampouco é fácil delimitar os derregos da achega do primeiro en relación cos compoñentes previos da «Compilación Xeral». Dito doutro xeito, o contido da contribución do *Livro das Trovas del Rey D. Denis* é moi difícil de establecer con seguranza, para o cal teriamos que ter claro cal era o estadio da «Compilación Xeral» antes da súa confección («fronteira superior») e cal era o estadio en que esta pasou desde el ao *Livro* do seu fillo D. Pedro («fronteira inferior»). Nas conclusións que veñen a continuación imos tentar presentar os resultados que nos parecen nalgúns casos menos inseguros e noutros máis razoables, sen deixar de esbozar as conxecturas probables ou verosímiles que podemos argallar a partir deles. Para facer máis comprensibles os parágrafos seguintes, convirá adiantar as liñas principais dos estadios sucesivos da tradición manuscrita que enxergamos. O arquetipo ω («Segundo cancioneiro aristocrático», en denominación de Oliveira), probablemente confeccionado en tempo de Afonso X, será denominado *Livro das Trovas del Rey D. Afonso* (primitivo). Seguirá un estadio hipotético, que denominaremos *Livro das Trovas del Rey D. Afonso* (ampliado), que corresponderá ao reinado de Sancho IV (1284-1295) ou os primeiros anos do seu sucesor, Fernando IV (1295-1312). O seguinte estadio corresponde ao *Livro das Trovas del Rey D. Denis*, realizado entre 1300ca. e 1315ca., e que puido coñecer tamén un estadio primitivo e outro ampliado (entre 1315ca. e 1325ca.), talvez este segundo, xa baixo a responsabilidade do seu fillo D. Pedro. Finalmente, virá o *Livro das Cantigas de D. Pedro*, realizado entre 1340 e 1350. Por razóns de método, imos proceder en orde inversa á cronolóxica, comezando por este último estadio.

10.1 O Livro das Cantigas *e o contributo de D. Pedro de Barcelos*

Como sabemos, na «Compilación Xeral» da lírica trobadoresca galego-portuguesa seguiuse con rigor a pauta de distinción grafemática <s>~<ss>, impoñéndoa, se fose o caso, nos textos heterógrafos. Un rigor que, por outra banda, se aplicou tamén á normalización doutras variantes, como *cuyta* e *coydar* (por *coyta* e *cuydar*,

respectivamente), que estudamos nun traballo anterior (Monteagudo 2013: 230-253). Xa que logo, a gran maioría dos textos que presentan a variante <s/ss> tiveron que ser incorporados á tradición manuscrita representada por B/V nun estadio serodio da evolución da devandita «Compilación Xeral». É máis, a través da análise da dita variable conseguimos identificar un estrato determinado desas composicións e tamén podemos datar o período da súa incorporación: a década anterior a 1350. Tamén parece seguro que a responsabilidade da inserción tardía deses textos, que en moitos casos implicou a súa colocación anómala e, en xeral, introduciu un elemento de desorganización da dita «Compilación Xeral» (que se viña sumar a outros introducidos previamente), corresponde a don Pedro, Conde de Barcelos.

Recapitulemos o contido concreto da achega á «Compilación Xeral» que atribuímos a don Pedro. Segundo a nosa conxectura, á hora da confección do *Livro das cantigas*, na década de 1340, foron engadidos ao seu comezo os *lays de Bretanha* –probablemente despois da «Arte de Trobar», sobre a que de momento non nos atrevemos a pronunciarnos–, na sección de amor foron inseridos o ciclo de Nuno Eanes Cerzeo (ou talvez só as primeiras composicións, coa correspondente rúbrica), as composicións soltas a que acabamos de facer referencia no cotexo de B e A (correspondentes a Roy Gomez, Johan S. Somesso, Pero Vello de Taveyros, Martin Soarez, Roy Queymado, Pero Mafaldo, Men Rodriguez Tenoyro, Afonso Sanchez, Estevan Fayan e Pero Viviaez) e ao final desta e antes dos cancioneiros de Afonso X e don Denis –que xa debían estar incorporados, con seguranza o segundo, na «Compilación Xeral», como decontado veremos–, cadansúa cantiga de Garcia Mendez d'Eixo e Gonçalo Garcia.

Despois de Afonso X e de don Denis, foron incorporadas a cantiga de Afonso XI de Castela e un feixe de composicións do mesmo Pedro de Portugal e doutros trobadores da súa corte (Estevan Fernandez d'Elvas, Estavan da Guarda, Pero d'Ornelas?), xusto antes do inicio do sector de amigo. Máis tarde, aínda se interpolou nese grupo o ciclo satírico Pero Larouco. Na sección de amigo tamén se produciron interpolacións, ben que escasas: unha cantiga de Johan Nunez Camanes (B652/ V253), dúas de Afonso Sanchez (B781, 782 / V365, 366), o bloque de catro cantigas de Gonçalo Eanes do Viñal (B709-712/ V310-313), e cadansúa cantiga final de ciclo de Afonso Lopez de Bayan (B740/ V342), Johan Vasquez de Talaveyra (B795/ V379),

Fernan Froyaz (B897/ V391), Pay Gomez Chariño (B818/ V402) e Pedro Eanes Solaz (B830/ V416). Ao final deste primeiro sector de amigo foi intercalado o ciclo de cinco cantigas de Afonso Paez de Braga (B853/ V439 a 857/ V443) e unha cantiga de Men Rodriguez de Briteyros (B858/ V444), xusto antes do ciclo do fillo deste último, Johan Mendez de Briteyros (que probablemente fora incorporado ao *Livro das Trovas del Rey don Denis*, como dixemos).

O primitivo sector de clérigos, talvez nucleado en torno ao cancioneiro de Roy Fernandez de Santiago e Sancho Sanchez, quizais contiña algunha composición de Pae da Cana e Gomez Garcia e tal vez de Ayras Nunez e Martin Moxa, e se cadra xa fora acrecentado con novos textos dos dous últimos, pero no momento da realización do *Livro das Cantigas* de don Pedro incorporouse un novo incremento de textos deste par de autores e mais de Gomez Garcia. Asemade, polo medio do cancioneiro dos clérigos foron intercaladas cantigas de Pero Gonçalvez de Porto Carreyro, Pero Goterrez, Estevan Froyan e Pero Eanes Mariño. Antes do ciclo de amigo de Johan Ayras, talvez se inseriu o ciclo breve de Roy Martinz d'Ulveyra (véxase sobre este o que se di máis adiante).

Analogamente, entremedias do cancioneiro dos xograres galegos foron introducidos os ciclos de Estevan Fernandez d'Elvas, o xograr Johan de Leon e Roy Martins do Casal e mais cantigas de Bernal de Bonaval (B1072/ V663: tenzón con Abril Perez), Johan Zorro (B1148a/ V751: cantiga de amor) e Martin de Caldas (B1193/ V798), ao final ou ao comezo de cadanseu ciclo, e dúas cantigas de amigo de Johan Baveca, dentro do seu propio ciclo (B1230/ V835 e B1231/ V836). Xusto ao remate deste cancioneiro dos xograres, e antes do primitivo inicio do sector de cantigas burlescas, foron interpolados os ciclos de Fernando Esquio (amor e amigo), Estevan da Guarda (satírico) e Johan Fernandez d'Ardeleyro (satírico e amor; ben que unha das cantigas deste pode corresponder a Men Rodriguez de Briteyros: B1329/ V935).

Finalmente, o sector burlesco engrosou coa incorporación de cantigas, series e ciclos de Martin Moxa, Pedro de Barcelos, Johan de Gaya, Fernando Esquio, Johan Vello de Pedrogaez, Estevan Fernadez Barreto e Fernan Rodriguez Redondo; e con composicións soltas de Pero Garcia Burgales, Gonçalo Eanes de Viñal, Lourenço, Afonso Lopez de Bayan, Gil Perez Conde, Pero de Ambroa, Pero da Ponte –que ocupan de preferencia a posición inicial e sobre todo final dos respectivos ciclos– e

mais un bloque de tres escarnios de Pedro Amigo de Sevilla (B1593-1594-1595/ V1125-1126-117), illado do seu amplo ciclo satírico, un ciclo que pecha B e V tal como chegaron a nós.

No tocante ao cancioneiro individual de Afonso X, tamén sería D. Pedro, talvez durante o seu exilio de catro anos e medio en Castela (1317-1322, véxase Cintra 1951: CXLV-CLV) quen se encargou de coleccionar o cancioneiro do seu bisavó, que aparentemente se comportara con desleixo en relación á recolleita e transmisión da súa produción trobadoresca profana, en contraste co que acontecera coa produción mariana. Por tanto, probablemente o cancioneiro de Afonso X foi coleccionado nun momento anterior á compilación do *Livro das Cantigas* –talvez reunindo dúas pequenas coleccións previas– pero incorporado á tradición no momento da confección deste, situado inmediatamente antes do cancioneiro de don Denis, no medio e medio da sección máis nobre, de xénero amoroso, dos cancioneiros (entre as cantigas de amor e as de amigo), a pesar do seu carácter misceláneo e máis ben satírico.

Por outra banda, un segundo estrato de trobadores, ciclos e textos que presentan variantes só <nh/n> –se é que podemos falar propiamente dun estrato que inclúe globalmente estes textos– está maioritariamente asociada ao tempo e á corte de D. Denis, polo que temos dúbidas canto a atribución da responsabilidade da súa colección e integración na «Compilación Xeral». Entre os autores máis conspicuos –e, en todo caso, no cerne deste suposto estrato–, está o propio fillo de D. Denis e medio irmán de D. Pedro, Afonso Sanchez (o ciclo amoroso), favorito a pesar de bastardo, e doutro persoeiro de vulto da súa contorna, Johan Mendez de Briteyros. Outros autores probablemente incorporados neste estrato serían Johan Lobeyra, Rodrigo Eanes de Vasconcelos, Estevan Coello e Estevan Travanca, Rodrigo Anes d'Alvarez e Perez Mendez da Fonseca, e quizais tamén Roy Martinz d'Ulveyra e Martin Perez Alvin, aínda que a cantiga do primeiro coa variante <s/ss> delata unha probable inserción máis tardía[510]. Ademais, os rexistros de variantes de <nh/n> poden corresponder a este

[510] Martin Perez Alvin e Roy Martinz d'Ulveyra son autores de ciclos pouco extensos, relacionados entre si familiar e cronoloxicamente (o primeiro documentado en 1280, o segundo ben documentado na corte de Don Denis (Oliveira 1993i e 1993h), e situados un antes e outro a após o ciclo de amigo de Johan Ayras de Santiago). Martin Perez Alvin, trobador da corte de Don Denis desde 1292 e desde 1308 ligado por vasalaxe ao infante e futuro rei don Afonso IV, finou probablemente na década de 1330. Autor exclusivamente de cantigas de amor, o seu ciclo poético está situado despois das cantigas de amigo de Johan Ayras de Santiago, xusto antes do «Cancioneiro dos xograres», o cal suxire a posibilidade –alternativa á que desenvolvemos no texto– de que fose engadido xunto aos ciclos

estrato cando as composicións abren ou pechan un ciclo ou aparecen duplicadas (B72 de Calleyros, B75 de Tamallancos, B641/ V242 de Nuno Fernandez Torneol, B844 de Pay Gomez Chariño, B885*bis*/ V469 de Ayras Nunez, B932/ V520 de Roi Fernandez, B1023/ V613 de Johan Ayras), pero cando aparecen soltas polo medio de ciclos medios ou extensos (como é caso de Pero Garcia Burgales, Roy Queymado, Johan Soarez Coello, Pero d'Armea, Gil Perez Conde, Afonso Eanes do Coton, Afonso Mendez de Besteyros, Roy Paez de Ribela, Pero Gomez Barroso, Pero da Ponte ou Pero Amigo de Sevilla), poden deberse a descoidos dos copistas, analogamente ao que acontece coas variantes de tipo *nullo* que se rexistran esporadicamente nos apógrafos italianos (Monteagudo 2013: 223-225).

Probablemente, a incorporación dese segundo estrato –composicións soltas ou ciclos enteiros– foi obrándose non no *Livro das Cantigas*, senón sobre un *Livro das Trovas del Rey D. Denis* xa constituído, intercalando os ciclos e composicións en espazos en branco ao final dos ciclos xa copiados, ou inserindo no códice máis folios, ou mesmo novos cadernos (Oliveira 1994: 248-249). Isto explicaría que o ciclo de amor de Afonso Sanchez non apareza asociado ao sector de reis e magnates, visto que este non estaría aínda constituído[511], sendo don Pedro de Barcelos o que o organizou, ao xuntar aos cancioneiros de Afonso X e de don Denis o seu propio, o de Alfonso XI e as cantigas de Garcia Mendez d'Eixo e do conde Gonçalo Garcia de Sousa. Por tanto, o acrecentamento deste estrato, se foi realizado por iniciativa de don Denis, debeu de producirse con posterioridade á incorporación do seu propio cancioneiro á «Compilación Xeral», isto é, despois a confección do *Livro das Trovas del Rey D. Denis*, talvez nos últimos anos do seu reinado (1315ca.-1325ca.); pero probablemente o compilador que neste período estaba ao cargo do arrequentamento do *Livro das Trovas* xa non era o propio monarca, senón o seu fillo, Don Pedro.

amorosos de Padron, da Ponte e Calvelo, dos que despois quedaría afastado pola intromisión de Roy Martins d'Ulveyra e Johan Ayras de Santiago. Neste sentido, é de notar que está documentada a súa presenza na corte de Sancho IV en 1293 (Oliveira 1993i).

[511] Sen esquecer as malas relacións que acabaron por enfrontar a D. Pedro de Barcelos con Afonso Sanchez, quen rematou os seus días exilado en Castela (1324-1330), sobre as cales pode verse Cintra 1951: CXLV-CLIX, que aduce o testemuño da *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

10.2. O Livro das Trovas del Rey don Denis

Como sabemos, no cancioneiro de don Denis verifícase a observancia estrita das regras de distinción grafemática de <s>~<ss> e de representación das palatais nasais |ʎ| e |ɲ| por <lh> e <nh> que caracteriza o conxunto da «Compilación Xeral», con excepcións menores[512]. Por tanto, don Pedro non foi o responsable da colección do primeiro nin da confección da segunda. Pola contra, nestas características scriptolingüísticas apoiamos a nosa conxectura, segundo a cal nalgún momento dos últimos anos do século XIII, ou máis probablemente, da primeira década do XIV, foi o monarca portugués –e non o seu fillo– quen fixo trasladar unha compilación previa, probablemente realizada no ámbito da corte castelá, respectando e reafirmando a regra de distinción <s>~<ss> que xa viña aplicada nesta (e que, ata onde sabemos, non se aplicaba de xeito universal na súa chancelaría), e impoñendo unha adaptación e regularización coherente cos usos correntes no seu escritorio, incluíndo, entre outros trazos (uso profuso do <h>, finais en <–i> de pronomes, verbos e algúns adverbios, ...) o emprego das novas grafías <nh>, <lh> e <mh> (e, con elas, de <bh> e <vh>...). Eses eran precisamente os criterios que se aplicaron tamén na compilación do seu propio cancioneiro que, en data indeterminada pero probablemente por volta de 1310, foi integrado na «Compilación Xeral» (Oliveira 1994: 269-273) para dar lugar ao *Livro das Trovas del Rey D. Denis*.

O cancioneiro individual de D. Denis, rico en cantigas de amor e de amigo pero parco en composicións satíricas, foi organizado nos tres xéneros canónicos, e, separados os escarnios para a sección correspondente, foi inserido entre o final da sección de amor e o comezo da de amigo[513]. Decisión moi coherente, pois así servía de gonzo e transición entre as dúas seccións principais da «Compilación Xeral», tendo en conta ademais a rúbrica que vai antes da primeira cantiga do ciclo de amigo do rei (B553/ V156): «Eensta ffolha adeante sse começan as cantigas d'amigo que o muy Nobre Dom Denis Rey de Portugal ffez». Rúbrica que, por outra banda, non resultaba contraditoria coa que primitivamente iniciaba esta sección: «Esta ffolha adeant*e* sse

[512] Véxase sobre a variación de <lh> Monteagudo 2013: 223-226, 287..

[513] O mestre Tavani (2013: 533-535) conxectura que os cancioneiros particulares de Don Denis e Afonso X puideron ser integrados na tradición moi tardiamente, na segunda metade do trescentos ou ao longo do catrocentos, xa rematado o *Livro das Cantigas* de Don Pedro, despois de 1350. Entendemos que esta hipótese é solidaria da súa crenza de que a «Compilación Xeral» (o «Canzoniere antico») foi obra de Don Pedro.

começan as cantigas d'amigo q*ue* ffezeron os cau*a*ll*eyr*os *e* o primey*r*o he Ffernan Rrodriguit de Calheyros». A primeira rúbrica refírese ás cantigas de amigo *que fixo don Denis*, mentres que a segunda especifica que se trata das cantigas da amigo *que fixeron os cabaleiros*.

En todo caso, segundo a nosa conxectura, don Denis non se debeu de limitar á copia dunha previa «Compilación Xeral» e ao acrecentamento á mesma do seu propio cancioneiro, para dar lugar así ao *Livro das Trovas del Rey don Denis*, senón que decidiu arrequentar este con outros materiais, que non son doados de identificar. Obviamente, esta identificación depende do establecemento do contido da compilación previa que chegou ás súas mans. Por unha banda, podemos pensar no estrato formado por trobadores portugueses e doutras composicións caracterizados pola alta frecuencia da variable <nh/n>, a que antes fixemos referencia. Pero seméllanos máis probable que incorporase outros trobadores portugueses non presentes no arquetipo, activos desde a década de 1240 en Portugal e na segunda metade do século XIII en Castela e/ou Portugal, como Gonçalo Eanes do Viñal (Víñez Sánchez 2004: 113-120), Rodrigo Eanes Redondo, Fernan Fernandez Cogomiño (González Martínez 2012: 45-60, Gradín, Marcenaro 2010: 30), Pero Mafaldo ou Afonso Mendez de Besteyros (Oliveira 1994: 47-49).

O corpo principal dos ciclos destes trobadores carece de variantes –ben que algúns experimentaron acréscimos posteriores, como xa se indicou–, e tendo en conta que a súa colocación non introduce perturbacións de relevo na organización tripartita dos cancioneiros (a cantiga de escarnio B374, de Pero Mafaldo, debeu ser intercalada máis tarde, como xa sinalamos). Pero, desde logo, non se pode descartar que estes trobadores estivesen previamente incorporados á «Compilación Xeral», talvez con motivo da ampliación do arquetipo, pois estamos ante un grupo de trobadores que, aínda que portugueses, se residiron por longas tempadas en Castela no ronsel do conflito entre Sancho II e Afonso III; ben que varios deles estiveron activos tamén en Portugal na década de 1240 e outros, na década de 1290. En todo caso, os autores dese grupo moi probablemente foron incorporados por xunto á «Compilación Xeral».

Por parte, resulta especialmente intrigante preguntarse polo momento de incorporación á «Compilación Xeral» do copioso cancioneiro de Johan Ayras de Santiago e mailo abondoso e moi importante «Cancioneiro dos xograres galegos», ambos os dous

introducidos contra o final da sección de amigo[514]. Neses dous extensos cancioneiros (o de Johan Ayras é o ciclo individual máis amplo dos cancioneiros, despois do de D. Denis), rexístranse escasos exemplos de variantes de <s/ss> e de <nh/n>[515].

Se reparamos na cronoloxía destas achegas, comprobaremos que Johan Ayras está documentado probablemente desde 1260 ata 1302, visitou as cortes de Afonso X e Sancho IV, pero tamén debeu de acudir á corte portuguesa (Oliveira 1994: 357). A datación do cancioneiro dos xograres galegos é moi difícil de precisar, dado que carecemos case totalmente de calquera dato histórico sobre os seus compoñentes. Resende de Oliveira, fundando nas noticias que posuímos sobre o máis recente deles, Ayras Paez, e por outros indicios, conclúe que «este cancioneiro poderia ter sido organizado já nos finais do século XIII ou, o mais tardar, nos inícios do século seguinte» e «a recolha das composições se efectuou na corte castelhana ou foi incentivada por alguém a ela estreitamente ligado» (1994: 263). En efecto, é razoable conxecturar que a súa incorporación á «Compilación Xeral» se puido efectuar aínda na corte de Sancho IV, nos primeiros anos da década de 1290; pero tamén non vemos razóns de peso para descartar que puido deberse a don Denis, que tiña un grande interese nas cantigas de amigo dos xograres galegos, como demostra na súa propia obra (Gonçalves 1993c), e a quen non faltarían contactos e recursos para facerse con eses materiais. Voltaremos sobre isto.

[514] Sobre os cales véxase Oliveira 1994: 269-273 (D. Denis), 262-265 (Johan Ayras) e mais 197-205, 231 e 241 (xograres galegos). Máis en particular, sobre os xograres galegos, véxase Oliveira 1987 e 1988.

[515] Canto a <s/ss>, no de Johan Ayras, unicamente tres cantigas a presentan (B957/ V544, B961/ V548 e B1466/ V1076), no «Cancioneiro dos xograres», só cinco no sector principal, que recolle as cantigas de amor e de amigo (ata 227 textos): a tenzón entre Bernal de Bonaval e Abril Perez, interpolada ao final do ciclo amoroso do primeiro (B1072/ V663), a única cantiga de amor que encabeza o ciclo de amigo de Johan Zorro (B1148a/ V751), a composición inicial do ciclo de Martin de Caldas (B1193/ V798), e dúas cantigas de Johan Baveca (B1230/ V835 e B1231/ V836). O sector satírico dos xograres, á parte de menos abundante e máis desordenado, é lixeiramente máis rico en rexistros desta variante, ben que concentrados en Lourenço (dúas cantigas con variante), Pero d'Ambroa e Pedro Amigo de Sevilla (cada un con tres textos con variante). En xeral, o cancioneiro dos xograres é o máis «limpo» de variantes, o que resulta especialmente rechamante se temos en conta, por exemplo, as pautas scriptolingüísticas que revela o pergamiño Vindel (Monteagudo 2008a)

10.3. Do Livro das Trovas del Rey D. Afonso *ao* Livro das Cantigas

Falando en xeral, e sen entrar en pormenores de como puideron ser as fases da evolución da tradición manuscrita previas ao *Livro das Trovas del Rey D. Denis*, asunto que excede o presente traballo, podemos deixar indicado:

1) Se exceptuamos o sector inicial de B (ata o final do ciclo de Martin Soarez, B172), a esmagadora maioría das interpolacións de ciclos e composicións corresponden a autores portugueses[516]:
    a. Sección de amor: Johan Lobeyra, Rodrigo Eanes Redondo, Fernan Fernandez Cogomiño, Rodrigo Eanes de Vasconcelos, Pero Mafaldo, Afonso Mendez de Besteyros, Afonso Sanchez, [Afonso Fernandez Cebolhilha]; as series de Pedro de Barcelos ou introducidas por este: Gonçalo Garcia, Garcia Mendez, Pero Larouco, Estevan Fernandez d'Elvas, Estevan da Guarda, Pero d'Ornelas.
    b. Sección de amigo: Estevan Coello, Estevan Travanca, Rodrigo Eanes de Vasconcelos, *Afonso Mendez de Besteyros, Estevan da Guarda, Pero d'Ornelas, Afonso Sanchez*.
    c. Sector anexo á sección de amigo, incluíndo xograres galegos: [Mendiño,] Afonso Paez de Braga, Men Rodriguez de Briteyros, Johan Mendez de Breiteyros, Pero Gonçalvez de Porto Carreyro, Pero Goterrez, Estevan Perez Froyan [Gomez Garcia, Pero Eanes Mariño], Rodrigo Eanes d'Alvarez, Roy Martinz d'Ulveyra, Martin Perez Alvin (Johan, jograr morador en Leon), Pero Mendez da Fonseca, Roy Martinz do Casal [Fernando Esquio].
    d. Sección satírica: *Estevan da Guarda*, Johan Fernandez d'Ardeleyro, *Men Rodriguez de Briteyros*, *Pedro de Barcelos*, Johan de Gaya, [Diego Pezello, *Fernando Esquio*,] Johan Vello de Pedrogaez, Afonso

[516] Na listaxe seguinte, colocamos entre paréntese cadrados [ ] as excepcións (autores galegos, algún castelán e un leonés) e en cursiva os autores de amigo e escarnio que foron citados nas seccións precedentes. Faltan por consignar os autores de quen non coñecemos a nacionalidade, probablemente portugueses (como Johan Garcia, sobriño de Nuno Eanes; Reimon Gonçalvez, Garcia Soarez); e outros que non temos a certeza sobre o seu carácter intruso: Vasco Perez Pardal, Pero Viviaez; Nuno Perez Sandeu, Men Vasquez Follente, Fernan Froyaz, Ayras Engeytado, Pero de Veer, Men Paez.

Fernandez Cubel, Estevan Fernandez Barreto, (Johan Romeu de Lugo), Fernan Rodriguez Redondo[, Afonso Soarez Sarraça].

Estas intrusións en cada unha das seccións, incluíndo o sector de amigo, son posteriores á constitución de cada unha delas; por tanto, por vía da regra estes autores son tardíos en relación co resto de autores do respectivo sector, ou ben, nos casos aquecentes, as súas composicións entraron tardiamente na «Compilación Xeral».

2) Fóra do sector inicial de B, os acrecentos galegos están concentrados no sector que denominamos «anexo á sección de amigo». Se non temos en conta as incorporacións tardías recollidas no parágrafo anterior, todos os autores deste acrecento, salvo excepción, son galegos: Pay Gomez Chariño, Afonso Eanes do Coton, Pedro Eanes Solaz, Pero da Ponte; Ayras Nunez, A. Gomez de Sarria, Martin Moxa, Roy Fernandez de Santiago, Pae da Cana, Sancho Sanchez, Johan Ayras de Santiago, *Afonso Eanes do Coton*, Ayras Engeytado (?), Fernan Padron, *Pero da Ponte*, Vasco Rodriguez de Calvelo (?), *Johan Ayras de Santiago*, Bernal de Bonaval e o resto dos xograres galegos.

Deixando á parte os casos obvios dos cancioneiros individuais de D. Denis, Afonso X e Johan Ayras de Santiago, e tendo en conta que Oliveira recoñeceu na protohistoria da tradición manuscrita un «Cancioneiro dos cavaleiros» basicamente galego e unha «Recolha dos trovadores» fundamentalmente portuguesa, e que tamén foron xa identificadas compilacións como a de «Clérigos galegos» (que máis precisamente se podería denominar «Clérigos composteláns») e «Xograres galegos», parece claro que nas fases previas á confección dos grandes cancioneiros trobadorescos se realizaron coleccións cun alcance basicamente «rexional», galego ou portugués, o cal non deixa de ter unha certa lóxica. Pero, se no arquetipo se fusionaron organizadamente para integrar harmonicamente, de acordo cun proxecto preestablecido, as coleccións previas («Cancioneiro dos cavaleiros» e «Recolha dos trovadores»), na tradición posterior isto xa non se realizou sempre así, senón se tenderon a integrar os novos compoñentes mediante o engadido, macroscópico (ao inicio ou ao final do códice, das seccións ou sectores) ou microscópico (ao comezo ou ao remate de ciclos ou series), ou interpolación.

No caso das compoñentes galegas, o preferido foi o engadido macroscópico, en bloques, como testemuña o sector anexo á sección de amigo; no caso das compoñentes portuguesas, hai exemplos de engadidos macroscópicos, pero son moi frecuentes os engadidos e as interpolacións microscópicas. Entendemos que isto debe interpretarse como que os engadidos macroscópicos implican intervencións de alcance en momentos determinados, mentres que os engadidos e interpolacións microscópicas responden a intervencións puntuais en momentos distintos.

Deste xeito, é posible conxecturar:

1.- O arquetipo foi probablemente confeccionado no ámbito da corte de Afonso X nos últimos anos do seu reinado: sería un *Livro de Trovas del D. Rey Afonso*, talvez primitivo («primitivo», se despois foi ampliado). Polas razóns que sexan –final turbulento do reinado do Sabio, perturbado pola rebelión de Sancho IV desde 1280, morte do soberano, desleixo do proxecto para concentrarse noutros, como poden ser as *Cantigas de Santa Maria*– ese arquetipo quedou sen rematar. Debido ao final abrupto do proxecto, parte do material recollido, basicamente os ciclos de cantigas de amor dunha serie de trobadores galegos (Chariño, Coton, Padrón, da Ponte, Vello, Calvelo) quedou sen integrar no códice. En todo caso, cómpre subliñar que por moi verosímil que pareza a hipótese de que Afonso X ordenase a confección dun cancioneiro, ten na súa contra o feito de que non se realizase unha recolla nas debidas condicións do seu cancioneiro individual, aínda que hai que ter en conta que este é fundamentalmente escarniño.

2- Durante o reinado de Sancho IV puido emprenderse unha copia do arquetipo, ao que se incorporaría aquel material dos trobadores galegos, agora xa enriquecido (ao menos, no caso de Chariño), ao cal puido ir unido, talvez por inadvertencia, cadansúa serie de cantigas de amor de dous clérigos, Roy Fernandez de Santiago e Martin Moxa: trataríase do *Cancioneiro da Ajuda*, proxecto que tamén quedou sen rematar. Entrementres, continuaría a recolla de materiais trobadorescos, axuntándose unha serie de fontes de procedencia fundamentalmente galega e de carácter heteroxéneo, o que faría que unha parte importante daqueles non tivese un encaixe doado no proxecto inicial: un cancioneiro de xograres galegos, o cancioneiro de Johan Ayras de Santiago e quizais unha compilación de clérigos compostelláns. Os cancioneiros de xograres galegos e de Johan Ayras virían xa organizados en tres seccións, mentres que a

compilación de clérigos non estaría arrombada dese xeito. Todo o devandito material –incluídos os ciclos tardíos de amor e misceláneo dos trobadores galegos–, con novos elementos máis, que non podemos precisar, sería engadido ao final da sección de amigo da nova «Compilación Xeral», para dar lugar a unha hipotética versión ampliada do *Livro de Trovas del D. Rey Afonso*, que podería ser un códice novo ou tratarse do primitivo acrecentado coas novas achegas.

3.- A finais do século XIII ou comezos do século XIV, Don Denis, que erguera a súa corte en novo referente da actividade trobadoresca, proxecta unha nova compilación, para a que consegue recadar o devandito material (*Livro de Trovas del D. Rey Afonso*, hipoteticamente na versión ampliada), ao que engade outros materiais especificamente portugueses, entre os cales, nomeadamente, o seu propio cancioneiro. Aparece así o *Livro das Trovas del Rey D. Denis*. Caso de que non chegase a realizarse unha ampliación do primitivo *Livro de Trovas del D. Rey Afonso*, sería D. Denis o responsable da incorporación á «Compilación Xeral» –nesta fase concreta– das devanditas fontes galegas. Como máis adiante argumentaremos, somos da opinión de que esta hipótese é merecente dunha exploración máis a fondo.

4.- Na segunda década do século, Don Pedro dá continuidade ao proxecto do pai incorporando novos materiais ao *Livro das Trovas del Rey D. Denis*. A esta fase poden corresponder os autores portugueses con escasas variantes (de tipo <nh/n>) que non están ben ordenados ou se atopan descolocados canto á sección de xénero.

5.- Despois do seu exilio en Castela, onde puido recadar novos materiais, e de volta a Portugal pero afastado da corte do seu medio irmán Afonso IV, a partir de 1325 ou 1330 don Pedro recupera o proxecto da gran compilación e continúa incorporando materiais novos, entre eles, o cancioneiro individual do seu bisavó, Afonso o Sabio. Así, na década de 1340 confecciona o seu propio cancioneiro (*Livro das Cantigas*), ao que incorpora as súas composicións e as do seu círculo, ademais dos materiais novos que foi colleitando nas décadas precedentes. Son os ciclos e composicións caracterizados pola variante <s/ss>, soa ou en co-presenza con <nh/n>.

11. Cabo: Discusión e perspectivas

Como se ve, igual que aconteceu nos nosos traballos previos sobre o sector inicial de B e A (Monteagudo 2013 e 2015), o noso método de traballo conduce a uns

resultados que nas liñas xerais confirman as propostas de Oliveira (1994), pero matizan certos aspectos e diverxen noutros. A discordancia máis relevante –non só con Oliveira, senón co consenso xeral– é a nosa atribución a don Pedro de Barcelos dunha achega cuantitativamente menor na «Compilación Xeral», o cal, obviamente, non diminúe a importancia do seu *Livro das Cantigas*, canto antecedente de B/V, e, por tanto, principal transmisor desta manifestación cultural á posteridade. Esta é unha discordancia de vulto, non só á hora de interpretar o sentido do propio proxecto –sobre isto volveremos máis adiante–, senón á hora de reconstruír o propio proceso de tradición manuscrita.

En consecuencia, toda a proposta do distinto colega sobre a constitución do «Segundo nivel» desta (Oliveira 1994: 191-211) debe ser revisada, igual que a súa visión da evolución da tradición manuscrita no tramo que vai do que el denomina «Segundo cancioneiro aristocrático» (en termos de Tavani, arquetipo ω) ao *Livro das Cantigas* (que Tavani identifica co subarquetipo α) (Oliveira 1994: 215-282). Por dar un exemplo do que esa diverxencia supón: a nosa hipótese é incompatible coa súa conxectura do «enriquecimento de um mesmo cancioneiro por incorporação, em diferentes fases, de novos autores» (Oliveira 1994: 247). Seguramente, isto é certo para o *Livro das Cantigas* de don Pedro (ao que, concretamente, se refire o aserto), pero un mesmo códice progresivamente ampliado non o pode constituír o soporte material dos sucesivos acrecentamentos da tradición manuscrita desde o *Livro das Trovas del Rei D. Afonso* ata o dito *Livro das Cantigas*. Outro exemplo de necesaria revisión da proposta de Oliveira: moitas –quizais a maioría– das hipóteses deste investigador sobre «deslocamentos» de composicións dun sector a outro da «Compilación» con motivo de incorporacións de novos textos, deben ser desbotadas. Nos casos de cantigas e ciclos breves intercalados e «descolocados» canto ao xénero, a maioría das veces non se tratou de «deslocamentos», senón que se tratou de acrecentamentos, como denuncian as variantes scriptolingüísticas que conteñen.

Porén, é imposible nos marcos do presente contributo entrar a debullar os pormenores –alén dos xa ofrecidos– en que os nosos resultados confirman, matizan ou contradín as propostas de Oliveira, así que deixamos aberta a discusión. Non obstante, é xusto –e, aínda que se cadra innecesario, non está de máis– deixar explícito

recoñecemento de que a presente achega non sería posible sen os valiosísimos avances que supuxeron as súas contribucións.

En definitiva, do podemos estar razoablemente certos é de que nalgún momento entre a compilación do arquetipo ω (o primitivo *Livro das Trovas del rey don Afonso*) e a confección do *Livro das Cantigas* de don Pedro se produciu ao menos un traslado, que moi probablemente foi realizado por iniciativa de don Denis; pero non se pode descartar que os traslados fosen ao menos dous: o primeiro daría lugar á versión primitiva da «Compilación Xeral», atribuíble ao círculo de Sancho IV nos primeiros anos da década de 1290 (que correspondería co *Livro das Trovas del rey don Afonso*, versión ampliada do arquetipo), e implicaría unha grande ampliación e diversificación do arquetipo, pois daría lugar á incorporación de novos autores e, especificamente, dunha achega de materiais de orixe galega moi importante, incluíndo trobadores, clérigos, xograres e o burgués Johan Ayras de Compostela. Este traslado daría tamén azo para unha normalización scriptolingüística do conxunto dos textos, nomeadamente, coa imposición da distinción grafemática <s>~<ss> en posición de contraste, que xa se aplicara no arquetipo, conforme a práctica do escritorio afonsino.

No escritorio de don Denis realizouse, sen dúbida, un traslado na primeira década do século XIV, probablemente por volta de 1310, do *Livro das Trovas del rey D. Afonso* (ou dunha versión ampliada deste): nacería así o *Livro das Trovas del Rey Don Denis*, do cal o *Pergamiño Sharrer* constituiría un fragmento. Este traslado implicou como mínimo a incorporación do propio cancioneiro de don Denis e, talvez nunha fase posterior (1315ca.-1330ca.), de ciclos de trobadores portugueses activos no último terzo do século XIII e nos primeiros anos do seguinte e mais algunhas composicións soltas dos trobadores previamente presentes na «Compilación Xeral», e, finalmente, do cancioneiro de Afonso X. Se a hipótese da ampliación do *Livro das Trovas del Rey D. Afonso* é descartada, D. Denis sería o responsable da integración dos cancioneiros de Johan Ayras de Santiago e os xograres galegos, e mais dunha versión nuclear da Compilación dos clérigos composteláns. Sexa como for, esta nova compilación deu azo a unha segunda normalización scriptolingüística dos textos, tanto dos procedentes do arquetipo (por caso, trocando as grafías das consoantes palatais nasal e lateral cara a <nh> e <lh>), canto dos novamente incorporados (neste caso, aplicando tamén a distinción grafemática <s>~<ss> nos casos oportunos).

Parece o máis verosímil que para confeccionar o seu *Livro das Cantigas*, por volta de 1340, don Pedro non se limitase a adicionar puntualmente o *Livro das Trovas* do seu pai mediante a inserción dos novos textos, senón que confeccionase un novo códice, para o que tivo que emprender un novo traslado. Se o códice a que pertenceu o *Pergamiño Sharrer* corresponde co devandito *Livro das Trovas* do rei trobador, daquela, non hai dúbida de que don Pedro realizou unha recopia, o que, de todos os xeitos, parece *a priori* máis probable.

Canto ao soporte físico e a organización material deses conxuntos textuais, recollemos a pregunta de Oliveira: «Estas compilações terão estado, desde o início associadas num único códice ou, pelo contrário, divididas em vários códices de acordo com as principais secções em que foram organizados?». O mesmo investigador aventura unha resposta: «O facto de os maiores acrescentos de composições terem ocorrido na sequência da parte de cada secção organizada por géneros e contendo somente trovadores poderá ser um indício de que no século XIII havería três códices distintos, um para cada tipo de composição». E, apoiándose na presenza de «inúmeras rubricas de género» no sector satírico dos cancioneiros, que delatan tradicións manuscritas peculiares, e na que ve «um sinal de uma menor estabilização da terceira secção em relação às restantes», conxectura un relativo retraso na incorporación deste tipo de textos á tradición manuscrita tal como chegou a nós (Oliveira 2010: 270, coas notas 38 e 39; véxase tamén as pp. 247-249).

Dous son os puntos da nosa hipótese que nos parecen menos seguros. Dunha banda, é posible conxecturar que a «Compilación Xeral», isto é, a conxunción dos textos provenientes do arquetipo con acrecentos de distintos trobadores, pero moi especialmente, do cancioneiro dos xograres galegos, dos clérigos composteláns e de Johan Ayras de Santiago, puido ser obra de don Denis, o cal nos permitiría prescindir da existencia dunha compilación intermediaria realizada en ámbito da corte castelá (o que arriba denominamos *Livro de Trovas del Rey Don Afonso* ampliado). Sen dúbida, o monarca portugués dispuña dos medios para conseguir eses materiais, como decontado mostraremos. O feito de non vermos claramente consolidada unha tradición de *scripta* que distinga sistematicamente <s>∼<ss> no escritorio real dionisino reforza esta hipótese, pero hai que ter en conta que posuímos un coñecemento moi parcial da

dita *scripta*, e talvez se cun coñecemento máis afondado puidésemos tirar argumentos para ambientar no círculo de don Denis a realización dese proxecto.

Outro punto que require unha discusión máis a fondo, na que se poidan achegar novos argumentos –tirados, *inter alia*, dunha análise lingüística máis fonda e apurada dos textos– é o da distinción dos dous estratos, un de autores con variante <nh/n> e outro de autores con copresenza das variantes <s/ss> e <nh/n>. Da singularidade deste segundo estrato non nos cabe dúbida, pola contra, dos límites do anterior, tanto con respecto a este coma con respecto ao conxunto da «Compilación Xeral», restan aínda algunhas sombras. Do que temos absoluta certeza é de que ao longo dos hipotéticos diferentes tramos da evolución da tradición manuscrita se foron engadindo novos textos dalgúns dos autores que xa foran previamente incorporados, procedentes do que, seguindo a Maria Ana Ramos, podemos denominar «fontes adicionais», e en máis dunha ocasión houbo oportunidades para o cotexo dalgúns deles co que esta estudosa denomina «fontes laterais».

Coidamos que o presente traballo reafirma a pertinencia da análise *scriptolingüística*, que xa se revelara en anteriores contributos, focados ao sector inicial dos cancioneiros, isto é, a explorar as primeiras fases da tradición manuscrita (Monteagudo 2013 e 2015). Neste sentido, xulgamos ter confirmado o acerto da observación de Ana Maria Martins que evocamos ao comezo sobre a relación entre o cultivo do portugués na documentación instrumental e en distintos xéneros da prosa e na lírica trobadoresca. Pero cómpre seguir afiando o gume desta análise mediante o estudo de máis variantes de distinto tipo e tamén mediante a tomada en consideración do conxunto de variantes analizadas tamén no nivel micro-, isto é, analizando composicións concretas e sectores definidos. É así que o noso traballo tamén vai na liña –indicada por Maria Ana Ramos– de superar unha visión centrada exclusivamente na estemática dos cancioneiros e avanzar cara a unha estemática de recollas parciais, autores individuais, composicións concretas.

Endebén, para que a análise da variación poida contribuír a esta tarefa é imprescindible afondar no coñecemento do proceso de cultivo e elaboración da *scripta* do (galego)-portugués, moi especialmente nas oficinas reais de Don Denis, nas últimas décadas do século XIII e ao longo do século XIV. A final, temos que volver lembrar a vella sentenza de Duarte Nunez de Lião na *Origem da lingoa portuguesa* (1606),

segundo a cal a «notavel differença» que «ficou» entre «a lingoa de Galliza» e a de Portugal, se causou «por em Portugal haver Reis e corte, que he a officina onde os vocabulos se forjão e pulem e onde manão pera os outros homẽs» (*apud* Monteagudo 2017: 193).

12. Coda. O seu proxecto político-cultural de D. Denis. A súa relación con Galicia

E coa devandita observación entramos noutro aspecto do noso asunto. Dúas das conclusións máis relevantes do noso traballo –se cadra as máis polémicas– son que Don Pedro de Barcelos non foi o compilador principal dos cancioneiros, senón mais ben un epígono, e que a contribución de D. Denis foi máis importante do que é xeralmente admitido. Se isto é así –se o *Livro das Trovas del Rey D. Denis* é realmente unha achega de relevo para a «Compilación xeral», como acreditamos– temos que repensar a significación histórico-cultural dese proxecto. Vexamos. Nunha liña xa apuntada por Tavani (1986: 37-49), Oliveira refírese a D. Pedro como un compilador «cuja mentalidade, forjada pela consciência da degradação da manifestação cultural que pretendia resguardar, se afasta já nitidamente da que havia presidido à compilação de ω [...] Ao espírito de selecção e organização visíveis neste, sobrepõe-se agora a urgência de tudo preservar» (1988: 698). Na mesma vea, citando unha frase da rúbrica anteposta ás dúas cantigas de Vidal, xudeu de Elvas –«Pero que é ben que o ben que o home faz sse non perça, mandamolo screver» (B1605/ V1138)–, o mesmo investigador sinala: «a preservação das cantigas através da escrita surge associada à consciência do provável esquecimento ou desaparecimento das mesmas» (1994: 13).

Se ese foi o espírito con que Don Pedro emprendeu o *Livro das Cantigas*, dificilmente se poden atribuír motivacións semellantes a D. Denis, entre outras razóns, porque a súa corte foi un centro vivo de actividade trobadoresca. Pola contra, haberá que relacionar a confección do *Livro das Trovas del Rey D. Denis* a un programa cultural de altos voos, asociado a un ambicioso proxecto como estadista (Pizarro 2005). Mattoso caracterizou a súa como unha «política de nacionalização extremamente coerente e determinada» (1993: 153-155), salientando que «podemos também incluir no mesmo processo de nacionalização [...] a adopção da língua vulgar nos documentos oficiais da chancelaria». Sobre este aspecto observa: «A adopção do

português pela chancelaria não significava apenas o triunfo de uma língua vulgar sobre o latim –ou seja, da instância civil sobre a eclesiástica, do profano sobre o sagrado– nem apenas a difusão do processo de racionalização administrativa [...] mas também a escolha de uma língua própria do reino, diferente das restantes da Hispânia e da Cristiandade» (1993: 155). Tal «escolha de uma língua própria» do reino –da Monarquía– implicaba o cultivo do vernáculo do país nunha serie de xéneros do discurso e tipos de texto novos –en particular, nos distintos xéneros da prosa, literaria e instrumental–, pero para tanto era imprescindible dotalo de elaboración (isto é, entre outras cousas, forxar unha escrita-modelo) e prestixialo.

Como sabemos, D. Denis impulsou a elaboración autónoma da *scripta* do portugués que non só visaba afirmar a súa identidade con respecto ao castelán –que xa espreitaba como lingua «central» en boa parte da Península, sobre todo grazas ao pulo que lle deu Afonso X–, senón tamén fronte ao galego, a variedade setentrional que gozaba de considerable prestixio, precisamente vencellado en non pequena medida ao seu cultivo lírico, tanto no trobadorismo profano canto no cancioneiro mariano. Compilar un gran cancioneiro trobadoresco, labrado na *scripta* emerxente e «propia» que o seu escritorio estaba a elaborar, puido verosimilmente constituír unha peza significativa do seu programa cultural: o prestixio literario adquirido polo galego-portugués era transferido á variedade escrita elaborada nas oficinas do rei de Portugal. O capital cultural acumulado por un século de cultivo lírico no noroeste da península era asociado ao seu proxecto político, nunha operación cun sentido talvez non moi diferente á emprendida por Afonso X e quizá inspirada por este. Pero, xa que o seu avó acabara por privilexiar o cancioneiro mariano, don Denis podía capitalizar máis comodamente o patrimonio trobadoresco profano.

De máis a máis, na liña co seu programa centralizador do poder político, decididamente anti-señorial (Pizarro 2005: 141-157), visábase progresar no proceso de «curialización» tanto do fenómeno trobadoresco canto da propia lingua que o vehiculaba, iniciado polo seu pai, Afonso III, seguindo os pasos, novamente, de Afonso X (Miranda 2012a). Había que superar unha situación na cal, «apesar do estágio do canto trovadoresco nas cortes dos soberanos de Castela e Portugal, pelas últimas décadas do século XIII a língua do ocidente peninsular continuava a ser, como nas primeiras décadas do século tinha sido, o espaço por excelência da afirmação e do

reconhecimento aristocráticos» (Ferreira 2012) –advírtase porén que este aserto é válido para o ámbito portugués, pero de ningunha maneira o é para o ámbito galego, onde o cultivo do lirismo trobadoresco deixara de ser monopolio da elite aristocrática desde antes dos mediados do século, se é que o fora algunha vez, e onde nas últimas décadas do século XIII xograres, burgueses e clérigos tiñan xa un papel máis relevante ca os cabaleiros no «espectáculo trobadoresco». O que don Denis puido ter en mente foi arrebatarlle á aristocracia o capital simbólico da lírica trobadoresca galego-portuguesa, ata daquela monopolizado en Portugal por esta –en canto que en Castela xa fora asociado ao patrocinio real–, vencellando así o seu nome e a *scripta* producida nas súas oficinas a unha obra prestixiada e prestixiante. Non debe ser casual que ao vasto cancioneiro do propio Rei se lle reservase un lugar central na magna compilación.

E velaí unha razón máis pola que resulta verosímil que D. Denis sexa responsable da incorporación á «Compilación Xeral» da súa compoñente máis nitidamente galega e menos aristocrática, e pola que resulta aínda máis interesante dilucidar se isto foi así, ou, pola contra, se esa iniciativa foi anterior a el. «Não seria certamente muito difícil a um coleccionador português bem relacionado em meios nobiliárquicos galegos e castelhanos ter acesso a um «cancioneiro de jograis galegos», ao «cancioneiro de João Airas de Santiago», ao «cancioneiro de D. Dinis» e a algumas recolhas individuais de clérigos, de magnates portugueses e de dois reis castelhanos»: ao afirmar isto, Oliveira (1994: 276) está pensando en D. Pedro, pois é a el a quen atribúe a iniciativa da «Compilação Geral»; pero, *mutatis mutandis*, a afirmación sería aplicable con tanta ou máis razón ao seu pai. Non pretendemos resolver aquí esta cuestión, pois nin sequera temos a certeza de que no estadio actual dos nosos coñecementos sexa dado resolvela, pero antes de rematar, quixeramos deixar apuntados algúns aspectos da relación de D. Denis con Galicia, asunto merecente dunha atención que ata agora non se lle ten prestado, unicamente coa modesta intención de chamar a atención sobre el.

Nos anos finais do século XIII, co gallo do prematuro pasamento de Sancho IV (1295) e a conseguinte minoridade de Fernando IV, produciuse un intento de reparto dos reinos da coroa de León/ Castela. Así, o príncipe don Xoán, irmán de Sancho IV, reclamou para si Sevilla, León e Galicia. O monarca portugués, no apoxeo do seu reinado, aproveitou a debilidade do reino veciño e apoiou esta reivindicación, ata o

punto de se involucrar en campañas militares na fronteira galega. Como resultado, situouse nunha posición de forza para asinar o tratado de Alcañices con Castela (1297), que delimitaba as fronteiras do seu reino (Pizarro 2005: 105-115). No resumo deste tratado que ofrece a *Crónica Geral de Hespanha de 1344*, dise que o acordo consistiu en que «ficasse Riba de Coa pera todo sempre cõ Portugal; e esto por escãybo de terra de Toronho e d'Aliste, que Portugal tiinha ẽ Galiza, e doutros logares que Castella tiinha tomados des o tempo del rey dom Affonso, o primeiro rey de Portugal, e de dom Sancho seu filho» (Cintra 1990: IV, 246). Isto significa que os reis de Portugal seguían considerando que a terra de Toroño lles pertencía, o cal non é estraño, visto que constituía a metade norte da diocese de Tui, sendo que a metade sur era parte do reino de Portugal desde as orixes deste. Aínda en 1337-39, o propio don Pedro de Barcelos se vería involucrado en combates na fronteira galego-portuguesa, como máis adiante veremos (Cintra 1983: CLXII-CLXIII).

Esta mención á terra de Toroño evoca un dos planos que consideramos máis significativos para valorar os contactos de D. Denis con Galicia, que son dous: 1) no plano eclesiástico, a pertenza dunha serie de dioceses do centro de Portugal á provincia eclesiástica de Santiago e, doutra banda, o carácter transfronteirizo da diocese de Tui, coa metade do seu territorio ao norte do Miño (a Terra de Toroño) e a outra metade ao sur deste río ata o Limia; 2) no plano político e social, as relacións da alta nobreza galega coa corte portuguesa. Canto ao primeiro, cómpre lembrar que as dioceses de Lisboa, Évora, Idanha, Guarda e Lamego eran sufragáneas de Compostela, e que D. Denis encargou ao arcebispo compostelán, Rodrigo de Padrón, xestións tan importantes –en colaboración co arcebispo de Braga– como a que levou á independencia da rama portuguesa da Orde de Santiago (Pizarro 2005: 165).

Por parte, o bispo tudense durante practicamente todo o reinado de D. Denis foi Johan Fernandez de Soutomayor (1286-1323)[517], un prelado político e curialesco, que foi chanceler da raíña-nai e rexente María de Molina e Notario maior do Reino de León (1295-1301), e como tal participou nas negociacións do devandito tratado de Alcañices, un texto que subscribe por parte de Fernando IV (Pizarro 2005: 113). Johan Fernandez estivo na corte ata 1300, pero a partir desta data residiu na súa sé de Tui.

[517] Sobre este personaxe véxase Flórez 1767: 154-162 e Galindo Romeo 1950: 90-93. Sen dúbida, trátase do «Churrichão» mencionado nunha cantiga satírica de Ayras Nunez (B885/ V468); véxase Tavani 1992: 135-139, que non o identifica.

Tendo en conta a data establecida para a versión ao galego da segunda parte da *Primera Crónica General* (de Ramiro II a Afonso IX; Lorenzo 1975: I, 3-304) –a primeira década do século XIV– e non só a *scripta*, claramente galega (Lorenzo 1975: II, XLIII-XLVI), senón os trazos dialectais do texto, característicos de Tui e a súa redonda (Álvarez e Xove 1998), semella altamente probable que a responsabilidade desa empresa se deba a Johan Fernandez de Soutomaior.

Pero quizais non só a el. A versión deste texto realizouse para ser unida polo comezo a unha tradución ao galego da *Crónica de Castela* que fora trasladada previamente, nos primeiros anos do século XIV. O conxunto, que o seu editor, Ramón Lorenzo (1975, 1993), titulou *Tradución Galega da Crónica Xeral e da Crónica de Castela,* mediou entre a historiografía producida en castelán polos continuadores da obra de Afonso X e a *Crónica Geral de Espanha de 1344* realizada polo conde D. Pedro (Cintra 1983: I, CCCXVII-CCCXXX, Catalán e de Andrés 1970: XXXI-LII, discusión en Ferreira 2010). Cintra (1983: I, CCCXXX) considera a hipótese de que o comendatario desta compilación fose o propio D. Pedro durante o seu exilio en Castela (1317-1322), pero, como el mesmo recoñece, a cronoloxía non encaixa. Catalán e de Andrés opinan que os destinatarios da obra, que formaría parte dunha «colección de materiales historiográficos» empregados pola historiografía galega e portuguesa dos séculos XIV e primeiros do XV, eran portugueses, ao tempo que apuntan: «no hay que descartar que la versión [...] fuera hecha para el propio rey D. Denis» (Catalán e de Andrés 1970: XLIX). Kruss (1993a) atribúe a iniciativa a D. Pedro e relaciónaa coa versión ao galego-portugués do texto árabe da *Crónica do Mouro Rasis*, realizada antes de 1315 a mans de Gil Perez, clérigo de Pero Eanes de Portel –o pai da primeira esposa de D. Pedro, Branca Perez de Portel–, por encargo de D. Denis (Cintra 1983: I, CCCXXXI).

Pola nosa banda, colocando o foco na primeira parte –a versión parcial da *Crónica Xeral*–, hai xa tempo aventuramos a hipótese de que a iniciativa da tradución correspondese ao arcebispo compostelán Rodrigo de Padrón (1307-1316)[518]. Fundamos esta hipótese no contexto de crise política e abrollos de rebeldía da nobreza

[518] Sobre este interesantísimo personaxe, véxase López Ferreiro (1902: V, 278-346) e o noso traballo citado no texto. Cómpre salientar que en 1307 Rodrigo de Padrón foi tamén designado Notario do Reino de León pola raíña rexente, María de Molina. Así que a obra que puido encetar o primeiro Notario do Reino de León, Johan Fernandez, nos anos finais do século XIII, puido ter a súa continuidade nas mans dun sucesor no cargo, Rodrigo de Padrón, a finais da primeira década do século XIV.

galega contra a monarquía castelá –de aí a versión ao galego dun texto onde se exalta a coroa de Castela como protagonista dun proxecto unitarista, fronte ao separatismo dos partidarios do príncipe Xoán–, e doutra banda sobre o feito de que na versión se evitan as referencias das fontes orixinais que puidesen chocar coas tradicións e intereses da igrexa de Santiago (Monteagudo 1995).

Hoxe coidamos que é perfectamente admisible conxecturar unha colaboración entre o arcebispo de Compostela e o bispo de Tui, ambos leais servidores da raíña rexente María de Molina, e, xa que logo, adheridos ao partido de Fernando IV. Pola contra, Miranda (2010 e 2012b) propugna que esa versión foi realizada por encomenda de Martin Gil de Riba de Vizela II, un dos principais magnates da corte dionisina, como alferez maior do rei, mordomo-mor do infante herdeiro e segundo Conde de Barcelos, ata que en 1312 se viu forzado ao exilio acusado polo rei de ser vasalo do monarca castelán. Para tanto, fúndase na súa análise tanto no prólogo engadido tardiamente (coa versión do *Liber Regum*) á *Crónica de Castela*, canto no seu final primitivo. No tocante ao primeiro, este investigador sinala: «a muito precoce tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castela* e a respectiva introdução baseada no *Liber regum* [...] prolongam procedimentos e tradições conhecidas na produção literária castelhana e testemunham a existência no Ocidente peninsular de meios que afinavam por uma representação do passado que reforçava a centralidade de Castela e recusava frontalmente qualquer herança leonesa [...] Meios que necessariamente se mantinham à margem das representações do passado propostas pelos círculos afectos à corte régia portuguesa e que, como contraponto a um evidente castelhanismo, alimentavam a sua identidade aristocrática reclamando, ou apenas evocando, um rei Ramiro, vencedor de Clavijo e anterior à fundação de Leão e de Castela». No tocante á conclusión primitiva da *Crónica de Castela*, Miranda chama a atención sobre a feroz crítica de que é albo Afonso X nese texto. A partir desas observacións, deduce a súa atribución de encomenda da obra, de orientación castelanista e señorializante, ao devandito Martin Gil de Riva de Vizela.

Porén, este estudoso, que descoñece o noso traballo antecitado (Monteagudo 1995), non repara en que o conxunto das súas observacións conducen directamente ao alto clero galego: o rei Ramiro fora vencedor en Clavijo grazas á participación na batalla do Apóstolo Santiago (na cal se fundaba o cobro do Voto a Santiago por parte da sé

xacobea) e, por parte, Afonso X era a besta negra do arcebispo de Santiago[519]. Para despexar calquera dúbida, abonda con ler o capítulo da devandita *Crónica* en que se narra que antes de entrar en combate co seu irmán Sancho de Castela, o rei don García de Galicia arenga separadamente a galegos e portugueses: este texto tivo que ser redactado por un galego e pensado para unha audiencia de cabaleiros galegos[520]. En resumo, o que nos interesa subliñar aquí é que este texto, sen dúbida producido por galegos e para galegos, ben puido chegar a Portugal, mediante traslado, por iniciativa de D. Denis, percorrendo un camiño semellante ao da *Primeyra Partida*, texto producido en Portugal (presumiblemente no escritorio real) pero que contén algunhas formas tipicamente galegas que, segundo o seu editor poden explicarse pola lingua do copista (galego) ou ben por tratarse dun traslado dunha versión primitiva ao galego (Ferreira 1980: LVI, véxase §6). Sexa como for, a circulación en Portugal, nos tempos de D. Denis, de textos literarios realizados en galego e/ou en Galicia non debía constituír ningunha rareza.

Volvendo agora ás relacións de D. Denis coa nobreza galega, cómpre lembrar que unha parte imporante desta apoiou a pretensión do príncipe don Xoán de crear un reino separado de Castela, proxecto que, como dixemos, aquel apoiou, mesmo despois de asinar con Fernando IV o tratado de Alcañices (López Ferreiro 1902: V, 268-269, 276). A rebeldía da nobreza galega estalara cando a morte de Sancho IV, pero non se apagou despois da sinatura deste acordo, nin sequera cando o príncipe don Xoán renunciou ás súas pretensións (1300). Precisamente a esa nobreza levantisca ía dirixida a versión galega da *Crónica de Castela*, exaltando o papel unificador de Castela e denigrando o reino de León. Encabezaba a revolta Fernan Ruiz de Castro, Pertigueiro maior de

[519] As relacións de Afonso coa igrexa, e en particular coa sé de Santiago, foron tormentosas, ata o punto de que nos anos finais do seu reinado o arcebispo Gonzalo Gómez (1273-1281?), non recoñecido polo monarca, e citado precisamente no texto que estamos comentando como encargado de denunciar o monarca ante o Papa, tivo que exiliarse (López Ferreiro 1902: V, 227-254).

[520] O parágrafo das arengas do rei García ten unha redacción nova en relación coa fonte, e distinta á que ofrece a *Crónica Geral de Hespanha de 1344*. Na arenga aos cabaleiros portugueses ponse na boca do rei: «Uos sodes nobles caualeyos e louçaos, et á mester que todo o mal prez se perca oge aqui e que fique sempre o boo, ca uos auedes preço de fazer poucos senores boos. Et ontre uos conuẽ que façades oge boo de mj̃, et sera uossa onrra et uossa prol; et se eu ende sayr, galardoar-uolo ey muy bẽ». Aos galegos o monarca diríxeselles nun ton moi distinto: «Amigos, uos sodes nobles caualeyros et leaes, e nũca achamos que per uos foy senor desenparado en cãpo. Meto-me en vosas mãos, ca çerto soo que me consellaredes bẽ et lealmente et me ajudaredes o mellor que poderdes. Et uos ia ueedes como nos trage el rrey dõ Sancho encolleytos; et nõ sey al que façamos, senõ lidar co elle, [ou] uençer ou morrer. Pero se uos entenderdes que á y outro pleyto mellor, farey como uos mandardes» (*Crónica de Castela*, cap. nº 216, na edición de Lorenzo 1975: I, 360).

Santiago e principal figura da aristocracia galega, que, unha vez sufocada a rebelión, se desnaturou do reino. Na corte portuguesa mandou criar o seu fillo e herdeiro, Pedro Fernandez de Castro, ao coidado do seu primo, o antes amentado Martin Gil de Riba de Vizela II, descendente dos Castro galegos por vía materna (Miranda 2012b, Pizarro 2005:160). Na corte portuguesa, D. Pedro Fernandez de Castro esposaría a dona Beatriz, filla do príncipe Afonso de Portugal, e por tanto sobriña de D. Denis (Pizarro 2005: 125). Este aristócrata galego trabou tal amizade coa casa real portuguesa que cando en 1337 un exército comandado por Afonso IV de Portugal e Pedro de Barcelos atacou Salvaterra e Entenza, na terra de Toroño, recusou enfrontarse a estes, desobedecendo ao seu rei, pois segundo conta a *Gran Crónica de Alfonso XI*, «non queria yr a pelear con el rrey de Portogal [...]; ca dezia que lo criara e le fiziera mucho bien quando era niño» (Catalán 1977: II, 192; véxase López Ferreiro 1902: VI, 99-101).

Pero ademais de criar na súa corte o herdeiro da liñaxe máis importante da aristocracia galega, Pedro Fernandez de Castro, D. Denis incluíu na súa curia un representante doutra das maiores liñaxes nobiliarias galegas, á que pertencían os señores dominantes das terras fronteirizas con Portugal (Toroño e Limia), cun longo historial de enlaces matrimoniais cos seus pares portugueses e cunha centenaria folla de servizos na corte do reino veciño. Referímonos a Johan Fernandez de Limia III *Pancenteo*, que aparece subscribindo privilexios reais de D. Denis a partir de 1288 (Pizarro 2005: 98) e asina o tratado de Alcañices por parte portuguesa. Este Johan Fernandez de Lima III contraeu matrimonio con Maria Eanes de Portel, filla do trobador e magnate Johan Perez d'Avoyn, irmá de Pedro Eanes de Portel, e por tanto, tía paterna de Branca Perez de Portel, quen fora esposa do propio conde D. Pedro (Pizarrro 2005: 140). Para facerse unha idea do parentesco de Johan Fernandez de Limia III coas liñaxes máis empoleiradas da aristocracia portuguesa só fai falla lembrar a súa proxenie[521]: Johan Fernandez de Limia I, *Batissela* ou *o Bo* (doc. 1188-1226) casara con Berengaria Afonso de Bayan; o fillo de ambos, Fernan Eanes *Batissela* (doc. 1230-1269) unírase a Tareixa Eanes de Maia; o fillo destes e pai de Johan

[521] Sobre as orixes da familia e primeiras relacións con Portugal e cos medios trobadorescos, véxase Monteagudo 2008b: 137-138 e 321-332. Un resumo da xenealoxía desta familia, envolta en complicacións a partir de Fernan Eanes *Batissela* por culpa da homonimia de varios Johan Fernandez de distintas xeracións, véxase Pardo de Guevara y Valdés 2011: 392-94, quen remite a Pizarro 2011, traballo que non puidemos consultar.

Fernandez de Limia III, Fernan Fernandez *Pancenteo* (doc. ata 1312) contraera matrimonio con Sancha Vasquez de Soverosa, filla do trobador Vasco Gil[522].

Á vista do devandito, non é difícil imaxinar a cantidade e calidade dos contactos que tería ao seu dispo D. Denis para conseguir materiais literarios galegos de calquera tipo, fose por vía de eclesiásticos cultos como Johan Fernandez de Soutomaior ou Rodrigo de Padrón, fose por vía de aristócratas como os Castro ou os Limia. Nese contexto, a incorporación dunha avultada compoñente galega, incluíndo clérigos, burgueses e xograres, no *Livro das Trovas del Rey D. Denis* podería ser interpretada no contexto das ligazóns do rei de Portugal con Galicia e en asociación cos seus proxectos e intereses.

Xa que logo, quizá poidamos ver na obra cultural/ literaria de D. Pedro a culminación dun proxecto concibido polo seu pai, ou, se se prefire, por entrambos. Un proxecto que tamén puido incluír a «Compilación Xeral» da lírica trobadoresca galego-portuguesa. O cal non exclúe, obviamente, que D. Pedro dese a ese proxecto un sentido distinto ao pretendido polo seu proxenitor, ou que desenvolvese iniciativas propiamente súas. Pero, en definitiva, poida que o proxecto de Don Denis de compilar a lírica trobadorescas resultase finalmente sucedido só en parte (no que atinxe ao aspecto «nacionalizador»), pois a lingua acabou sendo portuguesa e a lírica trobadoresca tamén pasou a ser coñecida como portuguesa; pero noutra parte fanado, no sentido de que o seu nome acabou por ser desvinculado do proxecto, quedando unido a un Conde de Barcelos, e asociado así a un tipo de cultura máis ben señorializante.

En fin, para rematar, coidamos que quedan iniciados novos camiños e fican abertas novas interrogacións. Pero para seguirmos avanzando cómpren novos ollares, coma os que poidan achegar a lingüística e a grafemática diacrónicas, a sociofiloloxía e mais as historias sociais da lingua e da cultura. Agardamos seguir contribuíndo á tarefa, no ronsel do maxisterio sempre esclarecido do grande filólogo, o admirable investigador, o querido amigo Ivo Castro.

[522] Nótese que Johan Fernandez de Limia II (doc. 1266-1290) foi fillo primoxénito de Fernan Eanes Batissela, foi rico-home de Afonso X e tenente das terras de Toroño e Limia. Sobre as tenencias de Toroño por parte de sucesivos membros da liñaxe, véxase Fernández Rodríguez 2004: 147-149, 167-172, 181-186

Referencias

1. Fontes manuscritas

B = Cancioneiro da Biblioteca Nacional. Véxase *Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci Brancuti). Cod. 10991. Reprodução facsimilada*. Lisboa: Biblioteca Nacional / Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

V = Cancioneiro da Biblioteca Vaticana. Véxase *Cancioneiro Português da Biblioteca Vaticana (Cód. 4803).* Lisboa: Centro de Estudos Filológicos / Instituto de Alta Cultura, 1973.

2. Edicións das fontes

Machado, Elza Paxeco e José Pedro Machado. 1949-1964. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional. Antigo Colocci-Brancuti*, 8 vols. Lisboa: Revista de Portugal.

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. 1904. *Cancioneiro da Ajuda*. *Edição crítica e commentada*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

Molteni, Enrico. 1880. *Il Canzoniere Portoghese Colocci-Brancuti, pubblicato nelle parti che completano il Codice Vaticano 4803*. Halle: Max Niemeyer.

Monaci, Ernesto. 1875. *Il Canzoniere Portoghese della Biblioteca Vatinana*. Halle: Max Niemeyer.

3. Bases de datos en liña

Ferreiro, Manuel (dir.). 2014-. *Glosario da poesía medieval profana galego-portuguesa*. Universidade da Coruña <http://glossa.gal>, ISSN 2386-8309.

Lopes, Graça Videira, Manuel Pedro Ferreira, et al. 2011-*, Cantigas Medievais Galego Portuguesas [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt>.

4. Estudos citados

Álvarez, Rosario e Xosé Xove. 1998. «Lingua e variación dialectal na *Crónica Xeral* Galega». In *Homenaxe a Ramón Lorenzo*, 2 vols. ed. de Dieter Kremer, 1, 29-58. Vigo: Galaxia.

Arbor Aldea, Mariña. 2001. *O cancioneiro de don Afonso Sanchez*. Santiago de Compostela: Universidade.

Arbor Aldea, Mariña. 2008. «*Estevan Perez, merino maor por el Infante don Sancho en terra de Leon e de Asturias*... Edición e anotación da súa cantiga Senhor, se o outro mundo pasar (B 923, V 511)*». *Revista Galega de Filoloxía* 9: 11–42.

Catalán, Diego e María Soledad de Andrés. 1970. *Edición crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos do Pedro Alfonso*, 2 vols. Madrid: Gredos.

Catalán, Diego. 1977. *Gran Crónica de Alfonso XI*, 2 vols. Madrid: Gredos.

Cintra, Luís F. Lindley. 1983-1990. *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Cintra, Luís F. Lindley. 1973. «Introdução». In *Cancioneiro Português da Biblioteca Vaticana (Cód. 4803),* VII-XVIII. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos / Instituto de Alta Cultura.

Cintra, Luís F. Lindley. 1963. «Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle». *Revue de Linguistique Romane* 17: 59–77.

Correia, Ângela. 1993. «Pero d'Ornelas». In Lancianci e Tavani, 537.

del Río Riande, María G. 2007. ««El Cancionero de Berkeley y el Fragmento Sharrer en el proceso de collatio de variantes. La fijación del texto del Cancionero del rey Don Denis de Portugal». In VII Congreso Nacional de la Asociación de Jóvenes Investigadores de Historiografía e Historia de la Lengua Española (AJIHLE). Asociación de Jóvenes Investigadores de Historiografía e Historia de la Lengua Española (AJIHLE)-Universidad de Alcalá de Henares, Alcalá de Henares. En liña en: https://www.aacademica.org/gimena.delrio.riande/50. Consulta do 25 de decembro de 2017.

Dias, João J. Alves; A. H. de Oliveira Marques e Teresa Rodrigues. 1987. *Álbum de Paleografia Portuguesa*. Lisboa: Estampa.

Eirín García, Leticia; Manuel Ferreiro. 2014. *O Cancioneiro de Pero Mafaldo. Edición crítica*. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro de Investigación en Humanidades.

Fernández Rodríguez, Manuel. 2004. *Toronium. Aproximación a la historia de una tierra medieval.* Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento».

Ferrari, Anna. 1979. «Formazione e struttura del Canzoniere Portoghese della Biblioteca Nazionale de Lisbona (Cod. 10991: Colocci-Brancuti): premesse codicologiche alla critica del testo». *Arquivos do Centro Cultural Português* 14: 27–142.

Ferrari, Anna. 1993. «Johan Lobeira». In Lancianci e Tavani, 349–351.

Ferreira, José de Azevedo. 1980. *Alphonse X. Primeyra Partida. Édition et Étude*. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Ferreira, José de Azevedo. 1987. *Afonso X. Foro Real*, 2 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Ferreira, José de Azevedo. 1993a. «Flores de Direito». In Lanciani e Tavani, 278–279.

Ferreira, José de Azevedo. 1993b. «Foro Real». In Lanciani e Tavani, 281.

Ferreira, José de Azevedo. 1993c. «Foro Real». In Lanciani e Tavani, 511–512.

Ferreira, José de Azevedo. 2001. *Estudos de História da Língua Portuguesa. Obra dispersa*. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos.

Ferreira, Maria do Rosário. 2010a. «Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico». In: *Cadernos de Literatura Medieval – CLP: O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán*. Coord. de Rosário Ferreira, 81-106 Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ferreira, Maria do Rosário. 2010. «O *Liber Regum* e a representação aristocrática da Espanha na obra do Conde D. Pedro de Barcelos». *e-Spania* [en liña] 9, consultado o 1 de xaneiro de 2018. http://journals.openedition.org/e-spania/19675; DOI: 10.4000/e-spania.19675.

Ferreira, Maria do Rosário. 2012. «As traduções de castelhano para galego-português e as políticas da língua nos séculos XIII-XIV». *e-Spania* [en liña] 13, consultado o 24 de decembro de 2017. http://journals.openedition.org/e-spania/21021; DOI: 10.4000/e-spania.21021.

Ferreiro, Manuel. 1992. *As cantigas de Rodrigu'Eanes de Vasconcelos*. Santiago de Compostela: Laiovento.

Finazzi-Agrò, Ettore. 1979. *Il canzoniere di Johan Mendez de Briteyros*. L'Aquila: Japadre Enitore.

Finazzi-Agrò, Ettore. 1993. «Men Rodrigues de Briteiros». In Lanciani e Tavani, 453–454.

Flórez, Henrique. 1767. *España Sagrada. Tomo XXII: de la Iglesia de Tuy desde su origen hasta el siglo decimo sexto*. Madrid: Antonio Marín.

Galindo Romeo, Pascual. 1950. *Tuy en la Baja Edad Media, siglos XII-XV. (Suplemento al Tomo XXII de la* España Sagrada*, del P. Flórez)*. Madrid: Instituto «Enrique Flórez» (Consejo Superior de Investigaciones Científicas).

Gomes, Saul A. 1988. «Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra». *Estudos Medievais* 9: 3–167.

Gomes, Saul A. 2013. «A chancelaria régia de D. Dinis. Breves observações diplomáticas». *Fragmenta histórica* 1: 9–38.

Gonçalves, Elsa. 1993a. «Rodrigu'Eanes de Vasconcelos». In Lanciani e Tavani, 580–582.

Gonçalves, Elsa. 1993b. «Tradição manuscrita da poesia lírica». In Lanciani e Tavani, 627–632.

Gonçalves, Elsa. 1993c. «Denis, Dom». In Lanciani e Tavani, 206–212.

Gonçalves, Elsa. 2016. *De Roma ata Lixboa. Estudos sobre os cancioneiros galego-portugueses*. A Coruña: Real Academia Galega.

Indini, Maria L. 1993. «Johan Fernandez d'Ardeleiro». In Lancianci e Tavani, 347.

Krus, Luís. 1993a. «Crónica». In Lanciani e Tavani, 173–175.

Krus, Luís. 1993b. «*Crónica Geral de Espanha*». In Lanciani e Tavani, 189–190

Lanciani, Giulia e Giuseppe Tavani (org. e coord.). 1993. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Lopes, Graça Videira. 2002. *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses.* Lisboa: Editorial Estampa.

López Ferreiro, Antonio. 1902-1903. *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, vols. V-VI. Santiago: Imprenta del Seminario Conciliar Central.

Lorenzo Gradín, Pilar e Simone Marcenaro. 2010. *Il canzoniere del trovatore Roi Queimado*. Alessandria: Edizioni dell'Orso.

Lorenzo, Ramón. 1975. *La traducción gallega de la* Crónica General *y de la* Crónica de Castilla, 2 vols. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijóo».

Lorenzo Vázquez, Ramón. 1981. «Limiar». In *Afonso X, O Sábio. Cantigas de Santa Maria*, 2 vols. Ed. de Walter Mettmann, I, 7–13. Vigo: Edicións Xerais.

Lorenzo Vázquez, Ramón. 1985. *Crónica troiana*. A Coruña: Real Academia Galega / Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Lorenzo Vázquez, Ramón. 1993. «*Crónica Geral* e *Crónica de Castela*». In Lanciani e Tavani, 192–193.

Maia, Clarinda de Azevedo. 1986. *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referência à situação do galego moderno).* Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Martínez López, Ramón. 1963. *General Estoria. Versión gallega del siglo XIV.* Oviedo: Universidad de Oviedo.

Martins, Ana M. 2001a. *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Martins, Ana M. 2001b. «Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis». In *Caminhos do Português*, coord. de Maria H. Mateus, 23–48. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Mattoso, José. 1980. «Introdução». In *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/I. Ed. por José Mattoso, 7–54. Lisboa: Academia das Ciências.

Mattoso, José. 1993a. «Livros de Linhagens». In Lanciani e Tavani, 419–421.

Mattoso, José. 1993b. «1096-1325». In *História de Portugal. Volume II. A monarquia feudal (1096-1480),* coord. por José Mattoso, 9–309. Lisboa: Estampa.

Michaëlis de Vasconcelos, Carolina. 1956. *Lições de Filologia Portuguesa. Segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13. Seguidas das lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Revista de Portugal.

Minervini, Vincenzo. 1993. «Afonso Fernandez Cebolhilha». In Lancianci e Tavani, 16–17.

Miranda, José Carlos Ribeiro. 2010. «Do *Liber regum* em Portugal antes de 1340». *e-Spania* [en liña] 9, consultado o 2 de xaneiro de 2018. URL: http://journals.openedition.org/e-spania/19315; DOI: 10.4000/e-spania.19315.

Miranda, José Carlos Ribeiro. 2012a. «O galego-português e os seus detentores ao longo do século XIII». *e-Spania* [en liña] 13, consultado o 24 de decembro de 2017. URL: http://journals.openedition.org/e-spania/21084; DOI: 10.4000/e-spania.21084.

Miranda, José Carlos. 2012b. «A primitiva conclusão da versão galego-portuguesa da *Crónica de Castela* (A2d)». *Cahiers d'études hispaniques médiévales* 35.1, 123–140.

Miranda, José C. Ribeiro e Maria do R. Ferreira. 2015. «O projeto de escrita de Pedro de Barcelos». *População e Sociedade* 23: 25–43.

Monteagudo, Henrique. 1995. «A *Crónica Galega dos Reinos de León e Castela* na historia e na historiografía galegas». In *New Frontiers in Hispanic and Luso-Brazilian Scholarship. Como se fue el maestro*, ed. Dadson, Trevor, Robert J. Oakley e Patricia A. Odber de Baubeta, 33–55. New York / Queenston / Lampeter: The Edwin Mellen Press.

Monteagudo, Henrique. 2008a. «Ortografía *alfonsí*? Para a análise grafemática dos testemuños poéticos en galego da segunda metade do século XIII». In *A edición da poesía trobadoresca en Galicia,* ed. de Manuel Ferreiro, Carlos P. Martínez Pereiro e Laura Tato Fontaíña, 141–60. A Coruña: Baía Edicións.

Monteagudo, Henrique. 2008b. *Letras primeiras. O foral do Burgo de Caldelas, os primordios da lírica trovadoresca e a emerxencia do galego escrito*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Monteagudo, Henrique. 2013. ««*Cuita* grand'e *cuidado*» (A 32) / «*Coita* grand'e *coydado*» (B 174). Estratigrafía da variación lingüística nos cancioneiros trobadorescos». *Boletín da Real Academia Galega* 374: 207–299.

Monteagudo, Henrique. 2015. «Variación scriptolingüística e estratigrafía comparada de A e B. Achegas á proto-tradición manuscrita dos cancioneiros galego-portugueses». *Diacrítica* 29: 471–496.

Oliveira, António Resende de. 1987. «A cultura trovadoresca no Ocidente peninsular: trovadores e jograis galegos». *Biblos* 63: 1–22.

Oliveira, António Resende de. 1988. «Do *Cancioneiro da Ajuda* ao «Livro das Cantigas» do conde D. Pedro. Análise do acrescento à secção das cantigas de amigo de ω». *Revista de História das Ideias* 10: 691–751.

Oliveira, António Resende de. 1989. «A Galiza e a cultura trovadoresca». Separata da *Revista de História das Ideias* 11: 7–36.

Oliveira, António Resende de. 1993a. «Estevan Coelho». In Lanciani e Tavani, 244–245.

Oliveira, António Resende de. 1993b. «Estevan da Guarda». In Lanciani e Tavani, 245–246.

Oliveira, António Resende de. 1993c. «Estevan Fernandez Barreto». In Lanciani e Tavani, 247.

Oliveira, António Resende de. 1993d. «Estevan Travanca». In Lanciani e Tavani, 250.

Oliveira, António Resende de. 1993e. «Johan Velho de Pedrogaez». In Lanciani e Tavani, 363

Oliveira, António Resende de. 1993f. «Pero Mendez da Fonseca». In Lanciani e Tavani, 549

Oliveira, António Resende de. 1993g. «Rodrigu'Eanes d'Alvarez». In Lanciani e Tavani, 578–579.

Oliveira, António Resende de. 1993h. «Roi Martinz d'Ulveira». In Lanciani e Tavani, 586.

Oliveira, António Resende de. 1993i. «Martin Perez Alvin». In Lanciani e Tavani, 440.

Oliveira, António Resende de. 1994. *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Colibri.

Oliveira, António Resende de. 1995. *Trobadores e xograres. Contexto histórico*. Vigo: Xerais.

Oliveira, António Resende de. 2001. *O trovador galego-português e o seu mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.

Oliveira, António Resende de. 2009. «Distracções e cultura». In Ventura, 270–317.

Oliveira, António Resende de. 2010. «D. Afonso X, infante e trovador. II. A produção trovadoresca». *La parola del testo* 14: 7–19.

Oliveira, António Resende de. 2013. «O Irrequieto Cancioneiro Profano do Rei Sábio». *Revista Portuguesa de História* 44: 257–277.

Pardo de Guevara y Valdés, Eduardo. 2011. «Las armas de los Limia y sus derivaciones (siglos XIII-XV)». In *Legitimação e linhagem na Idade média peninsular: homenagem a D. Pedro, conde de Barcelos*, org. Martin, Georges e José Carlos Ribeiro Miranda, 391-426. [Porto:] estratégias criativas.

Paredes, Juan. 2010. *El cancionero profano de Alfonso X el Sabio*. Santiago: Universidade.

Pena, Xosé Ramón. 2013. *Historia da literatura galega. Desde as orixes a 1853*. Vigo: Xerais.

Pensado Tomé, José L. 1962. *Miragres de Santiago*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Pizarro, José A. de Sotto Mayor. 2005. *D. Dinis*. [S.l.:] Círculo de Leitores.

Pizarro, José A. de Sotto Mayor. 2011. «Os Limas: da Galiza a Giela (séculos XII a XV)». In *Casa nobre: un património para o futuro, 2. Arcos de Valdevez, 2008. Congresso Internacional Casa Nobre*, 53–74. Arcos de Valdevez.

Radulet, Carmen M. 1979. *Estevam Fernandez d'Elvas. Il canzoniere*. Bari: Adriatica Editrice.

Ramos, Maria Ana. 1993. «Fernan Rodriguez Redondo». In Lanciani e Tavani, 263–264.

Ramos, Maria Ana. 2008. *O cancioneiro da Ajuda. Confecção e escrita*, 2 vols. Lisboa: Universidade de Lisboa. Dissertação de doutoramento inédita. En liña: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/553. Consultado o 25 de decembro, 2017.

Ramos, Maria Ana. 2013. «Processos de reverência cultural? A adopção de <lh> e <nh> na escrita portuguesa». In *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*, ed. de Rosario Álvarez, Ana M. Martins, Henrique Monteagudo e Maria A. Ramos, 481–514. Santiago de Compostela: Universidade.

Rodríguez, José L. 1980. *El cancionero de Joan Airas de Santiago. Edición y estudio*. Santiago de Compostela: Universidade.

Sánchez-Prieto Borja, Pedro. 1996. «Sobre la configuración de la llamada *ortografía alfonsí*». In *Actas del III Congreso Internacional de historia de la lengua española*, 913–922. Madrid: Arco Libros.

Sánchez-Prieto Borja, Pedro. 2013. «La normalización del castellano escrito en el siglo XIII. Los caracteres de la lengua: grafías y fonemas». In Rafael Cano (coord.), *Historia de la lengua española*, 423–448. Barcelona: Planeta.

Sharrer, Harvey L. 1993. «Fragmentos de Sete Cantigas d'Amor de D. Dinis, Musicadas — uma Descoberta». In *Actas do IV Congresso da Associação Hispánica de Literatura Medieval, (Lisboa, 1-5 Outubro 1991)*, orgs. Aires A. Nascimento e Cristina Almeida Ribeiro, 13–28. Lisboa: Cosmos.

Simões, Pedro. 1991. *Il canzoniere di D. Pedro, Conte di Barcelos*. L'Aquila: Japadre Editore.

Sousa, Antonio Caetano de. 1739. *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*. Lisboa: Na Officina Sylviana da Academia Real.

Souto Cabo, José A. 2004. «A transição scriptográfica na produção documental portuguesa de 1257 a 1269». In *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*, org. por Ana M. Brito, Olívia

Figueiredo e Clara Barros, 361–384. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Souto Cabo, José A. 2008. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*. A Coruña: Revista Galega de Filoloxía.

Souto Cabo, José A. 2012. «*En Santiago, seend' albergado en mia pousada.* Nótulas trovadorescas compostelanas», *Verba* 39: 273–298.

Stegagno Picchio, Luciana. 1968. *Martin Moya. Le Poesie*. Roma: Edizioni dell'Ateneo.

Tavani, Giuseppe. 1986. *A poesía lírica galego-portuguesa*. Vigo: Galaxia.

Tavani, Giuseppe. 1988. *Ensaios portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

Tavani, Giuseppe. 1992. *A poesía de Airas Nunez*. Galaxia: Vigo.

Tavani, Giuseppe. 2013. «Alla ricerca del canzoniere del Conte. Prima tappa: le *cantigas d'amor*». In *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*, ed. por Rosario Álvarez, Ana M. Martins, Henrique Monteagudo e Maria A. Ramos, 529–544. Santiago de Compostela: Universidade.

Toriello, Fernanda. 1976. *Fernand'Esquyo. Le poesie*. Bari: Adriatica Editrice.

Ventura, Leontina. 2009. *D. Afonso III*. [S.l.:] Círculo de Leitores.

Víñez Sánchez, Antonia. 2004. *El trovador Gonçal'Eanes Dovinhal. Estudio histórico y edición*. Santiago de Compostela: Universidade.

37. Alçamento de vogais médias pretônicas no português brasileiro sul-rio-grandense: comportamento variável e retrato oitocentista

Roberto Francisco Nasi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Valéria Neto de Oliveira Monaretto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Esta pesquisa propõe mostrar uma investigação de um processo fonológico de elevação de vogais médias pretônicas /e/ e /o/ no português brasileiro sul-rio-grandense, por meio de textos escritos do século XIX, iniciada em Nasi (2012), com base na ideia de que o grafema pode sinalizar indícios de processos fonológicos (Monaretto 2005). Este trabalho propõe fazer um retrato da presença desse fenômeno em jornais e manuscritos oitocentistas produzidos no Rio Grande do Sul. O levantamento de dados em *corpora* de língua escrita baseou-se em fenômenos estudados em pesquisas em língua falada como a *harmonia vocálica* e o alçamento *sem motivação aparente* (Bisol 1981, Schwindt 1995, Klunck 2007, Silva 2012, dentre outros). Propõe-se discutir se as formas encontradas são casos de reflexos de oralidade ou possíveis ajustes a uma suposta norma escrita oitocentista em construção no Brasil, através do confronto de registros em gramáticas, dicionários e vocabulários oitocentistas portugueses e brasileiros.

Palavras-chave: português oitocentista sul-rio-grandense, vogais médias pretônicas, fonologia diacrônica.

Introdução

As vogais médias pretônicas no português brasileiro passam por processos de neutralização e de alçamento, realizando-se variavelmente como médias baixas [ɛ, ɔ], médias altas [e, o] ou altas [i, u], conforme a variedade linguística. O processo variável de alçamento da vogal na posição média para alta está presente desde o Latim e se encontra em situação de variação estável no português brasileiro atual com um percentual em torno dos 40% de aplicação, em média, conforme os estudos de Bisol (1981).

No Brasil, estudos atestam a realização variável das pretônicas em língua falada, em amostras que foram constituídas no final de 1990, principalmente. Registros do fenômeno em períodos anteriores são escassos e assistemáticos, restringindo-se à fase arcaica do português, investigada, entre outros, por Mattos e Silva (2006).

Investigações sobre o comportamento variável das médias pretônicas em sincronias passadas não são comuns em virtude de diversas dificuldades, tais como a formação e obtenção de *corpora* e, muitas vezes, pela necessidade de metodologia específica apropriada a cada tipo de *corpus.* Percebe-se que as descrições têm buscado aperfeiçoar métodos com maior ênfase no exame da língua falada, mas, para o exame da variação e mudança pela língua escrita, o português brasileiro parece carecer de aperfeiçoamento no método de investigação e de análise.

Este trabalho traz uma contribuição para a Linguística e Fonologia Históricas por meio de uma pesquisa que procurou trabalhar com fontes escritas do Rio Grande do Sul, região do extremo sul do Brasil, representativas do século XIX. Foram realizadas buscas de palavras que tivessem sido registradas com vogal alta na posição pretônica no lugar da forma ortográfica <e> e <o>, como os casos de *mi̲nino* (menino) e *cu̲ruja* (coruja), por exemplo.

Esses casos foram tratados inicialmente como «dados de elevação da vogal média pretônica». Como a representação gráfica não corresponde necessariamente à realização fonética, utilizamos, como procedimento de análise, a comparação de registros com certas fontes metalinguísticas, como gramáticas e dicionários da época, para se interpretar esses dados como formas próximas da realização fonética.

O trabalho está organizado como segue. Na primeira seção, será esboçado, de modo sucinto, um levantamento feito em 2012, em que se atestam diversos casos do fenômeno de registro de grafemas <i> e <u> em vários jornais impressos no sul do Brasil, possibilitando-se a formulação dos objetivos e hipóteses para investigação. Na segunda seção, mostraremos uma proposta de representação fonológica para o alçamento das vogais médias pretônicas, bem como uma revisão dos principais estudos sociolinguísticos e linguísticos históricos sobre o comportamento desse processo no português brasileiro.

Em sequência, na terceira seção, será apresentada a metodologia para a nova investigação sobre o alçamento de médias pretônicas no extremo sul do Brasil, seguida

da composição da amostra e de procedimentos para análise e interpretação dos dados. Na quarta seção, serão expostos alguns dados, bem como a correspondência desses em confronto com algumas fontes metalinguísticas da época. Por último, há as considerações finais e as referências bibliográficas.

Este texto ilustra de modo muito parcial o produto do percurso de investigação de uma pesquisa anterior, assim como apresenta uma parte muito pequena e ilustrativa de seus dados e da constituição da amostra. Objetiva-se oferecer um panorama desse estudo, apresentado de forma mais ampla e minuciosa em trabalho de doutoramento (Nasi 2016), trazido aqui de forma inédita quanto à oferta de *corpora* para a exploração de dados históricos do português da região brasileira chamada Rio Grande do Sul.

1. Registro do processo de alçamento da média pretônica em documentos do sul do Brasil

Pesquisas em estágios passados da língua contribuem para a formação da história linguística do português brasileiro (PB). Em Nasi (2012), foram analisados alguns títulos de jornais do acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho em Porto Alegre. A coleta se deu em 275 exemplares de jornais, na qual foram constatadas 154 ocorrências de registros escritos sobre os quais acreditamos possuírem algum valor fonológico. Um exemplo do tipo de dado selecionado (*muchil*a) pode ser visualizado na figura a seguir:

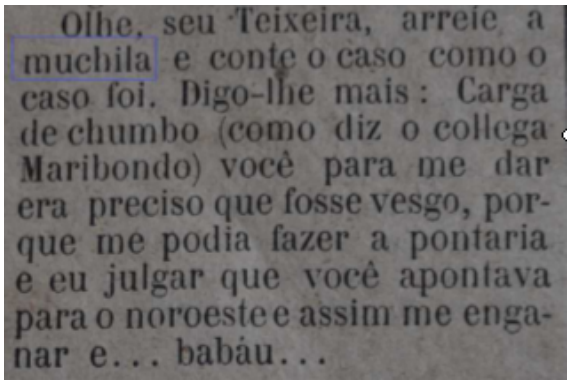

Olhe, seu Teixeira, arreie a muchila e conte o caso como o caso foi. Digo-lhe mais: Carga de chumbo (como diz o collega Maribondo) você para me dar era preciso que fosse vesgo, porque me podia fazer a pontaria e eu julgar que você apontava para o noroeste e assim me enganar e... babáu...

Figura 1. Trecho de *A Gazetinha* com elevação vocálica em *muchila*, trazido em Nasi (2012: 83)

O levantamento de registros de variação de <e> grafado como <i> e de <o> grafado como <u> em diversos jornais, atesta uma série de formas que figuram como indícios de possíveis casos de elevação vocálica de médias átonas em que /e,o/ realizam-se como [i,u], respectivamente, conforme os exemplos a seguir de processos variados, afetando as vogais médias pretônicas:

1. *pers**i**guindo*, *O Mensageiro*, 10 de novembro de 1835, p. 3;
2. *c**u**berto*, *O Mensageiro*, 1.º de dezembro de 1835, p. 1;
3. *aclar**i**ando*, *O Mensageiro*, 5 de janeiro de 1836, p. 3;
4. *comp**i**tentemente*, *O Povo*, 26 de setembro de 1838, p. 2;
5. *d**i**sgraçados*, *O Povo*, 26 de setembro de 1838, p. 1.

O exame grafemático em Nasi (2012) trouxe casos que podem se enquadrar como indícios ou vestígios de um processo fonológico comum na variedade falada do português brasileiro, conhecido como *elevação da vogal média pretônica;* motivado por diversos fatores, segundo pesquisadores como Bisol (1981), Battisti (1993), Schwindt (1995), Casagrande (2003), Klunck (2007), Silva (2012) e Monaretto (2013), dentre outros.

Neste trabalho, buscamos, especificamente, investigar esse fenômeno de elevação das vogais /e/ e /o/ pretônicas no português brasileiro sul-rio-grandense oitocentista, ampliando-se significativamente a amostra e os estilos de texto. A pesquisa é feita através do levantamento grafemático dessas vogais em jornais e correspondências pessoais e cartas oficiais da época, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Histórica, de Romaine (1982), do Princípio de Remoção do Filtro, de Schneider (2002) e das taxonomias deLass (2002), em relação à coleta de dados fonologicamente significativos.

Estes dados devem, em algum ponto, retratar indícios da pronúncia subjacente de uma variação significativa através de uma seleção criteriosa de *corpora*, conforme Montgomery (2007). Os objetivos gerais desta investigação são: formar *corpora* de textos oitocentistas escritos no Rio Grande do Sul de forma digitalizada (fotografia) para oferecer para a comunidade em geral; propor um retrato da elevação de vogais médias pretônica no português sul-rio-grandense do século XIX; e contribuir para a descrição histórica da fonologia do português brasileiro oitocentista.

Este estudo pretende, além disso, buscar evidências metalinguísticas sobre a realização das médias pretônicas em obras tais como gramáticas, dicionários e glossários de língua portuguesa com publicação datada entre os séculos XVIII e XIX.

Esta busca visa a verificar se o referido processo de elevação vocálica já se manifestava no português brasileiro oitocentista como um possível reflexo de oralidade ou se este se tratava de uma aplicação de algum padrão gráfico existente na época dentro de uma certa tentativa de construção de uma norma linguística brasileira até então não formalizada.

Como hipótese para este trabalho, acreditamos que há maior variação de <e> grafado como <i>, e menor variação de <o>, grafado como <u> nos *corpora* do século XIX, conforme o já atestado em estudos de língua falada. Também partimos do pressuposto de que certos casos de indício de elevação no exame grafemático são coincidentes com as realizações da língua falada, demonstrando que contextos favorecedores do alçamento das vogais médias pretônicas na fala apresentam-se visíveis na grafia do português brasileiro do Rio Grande do Sul oitocentista.

A seguir, esboçaremos uma análise sobre o processo de alçamento das médias pretônicas no português brasileiro, trazendo uma proposta de representação pela Teoria Fonológica Autossegmental e revisando estudos de cunho variacionista acerca do fenômeno na fala e estudos de fonologia histórica.

2. O processo de elevação de vogais médias pretônicas no português brasileiro

2.1 O sistema vocálico do português brasileiro e a representação pela fonologia

Conforme Câmara Jr. (1980: 41), as vogais do Português Brasileiro (doravante PB) podem ser dispostas em um sistema triangular, em cujo vértice inferior se encontra a vogal mais baixa. Essas sete vogais (/a/, /ɛ/, /e/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/) são plenamente realizadas em posição tônica, diferentemente da pauta pretônica. Nesta, a realização de sete vogais não é mantida devido ao processo de neutralização, que é a perda do(s) traço(s) que distinguem dois fonemas.

O sistema de sete vogais tônicas do PB reduz-se a cinco, conforme ilustrado na figura seguinte:

altas	/u/		/i/	
médias	/o/		/e/	
baixas		/a/		
	posteriores	**centrais**	**anteriores**	

Figura 2. Pauta vocálica pretônica segundo Câmara Jr. (1980)

O processo de elevação vocálica das médias é representado na teoria fonológica autossegmental por meio da Geometria de Traços, que expressa o processo de espraiamento de traços. Segundo Clements (1989), é necessário um traço que diferencie as vogais médias altas e baixas quanto à altura. Este traço de altura, chamado de abertura, possui marcação binária, representada pela presença de marcação (+) ou pela ausência desta (-). O traço usado é [aberto] em três graus: [aberto 1], [aberto 2], [aberto3].

Para Bisol (2013: 50), a harmonização vocálica é um processo de assimilação regressiva do nó de abertura, que é flutuante; o gatilho do processo é uma vogal alta, sendo o alvo a vogal média. A vogal assimila o nó de abertura da vogal posterior, e o seu nó deabertura é desligado. Isso acontece em palavras que possuem contexto de vogal média seguida por alta, como, por exemplo, na realização de *pipino* por *pepino*, de *curuja* por *coruja*, de *pirigrino* por *peregrino*, de *magnitismo* por *magnetismo* e de *engulir* por *engolir*.

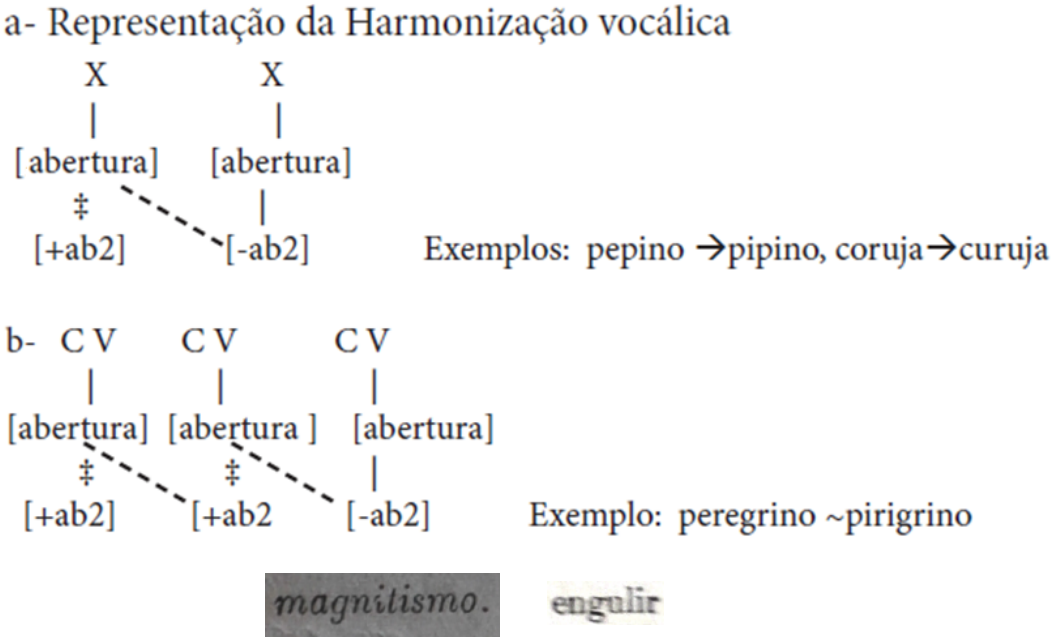


Figura 3. Harmonização Vocálica segundo Bisol (2013: 50) e exemplos coletados em jornais oitocentistas (dos autores)

Há outros casos de elevação das médias pretônicas com uma redução vocálica sem condicionador fonético. Neste, a elevação sem motivação aparente apresenta-se como um caso de elevação sem a presença de vogal alta na palavra, como, por exemplo, em *colégio~culégio, coração~curação*. Segundo Bisol (2009: 79), este é um processo categórico de neutralização no qual os traços da vogal média pretônica são desligados e preenchidos por *default* por uma vogal alta.

Realizações em certas palavras, como *fumenta* por *fomenta,* por exemplo*,* comumente utilizadas com vogal alta, ilustram situações em que alguns vocábulos podem ser mais atingidos do que outros em relação à alternância da pretônica, segundo a crença de que o léxico teria papel na variação. Segundo Bisol (2009), este é um processo categórico de neutralização, conforme a Figura 4 a seguir.

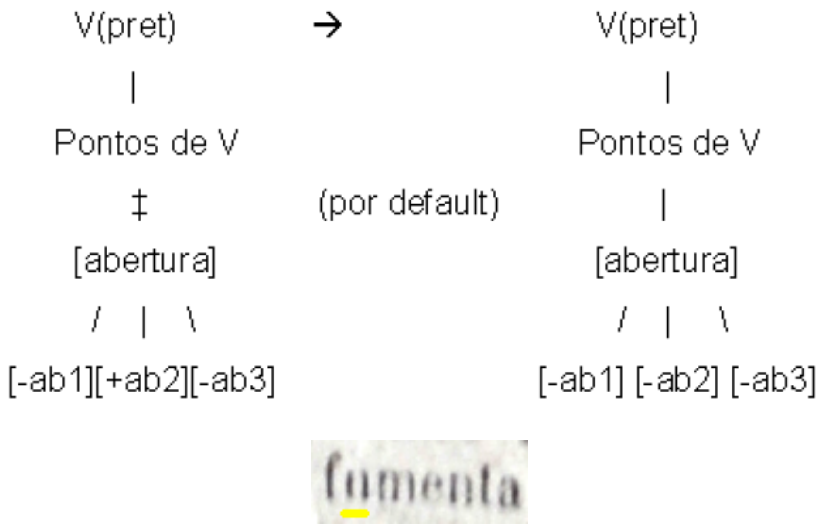


Figura 4. Elevação sem motivação aparente segundo Bisol (2009) e exemplo coletado em periódico do século XIX (dos autores)

As vogais médias pretônicas são investigadas no português brasileiro, principalmente, por meio de pesquisas sociolinguísticas, que analisaram o fenômeno da elevação em perspectiva variacionista em diversas regiões do Brasil.

2.2 Pesquisas sociolinguísticas da língua falada no Brasil

Sabe-se que a elevação das médias já é antiga no português e, conforme as pesquisas sociolinguísticas de língua falada aqui expostas, perpetuam-se até os dias atuais. A Sociolinguística Quantitativa analisa as línguas humanas por meio do tratamento estatístico de identificação de variáveis linguísticas, conectando à variação os fatores sociais relevantes.

Em relação ao alçamento vocálico de pretônicas no Brasil, revisamos os trabalhos sociolinguísticos sobre o fenômeno no português brasileiro em sincronias recentes, a fim de verificarmos as relações existentes entre grafias significativamente fonológicas e alguns fatores condicionantes da variação na fala. Foi revisado um trabalho por região, com exceção do Rio Grande do Sul, do qual foram revisadas sete pesquisas.

Os estados brasileiros contemplados em nossa análise foram Rio de Janeiro, conforme Callou, Leite e Coutinho (1991); Distrito Federal, conforme Bortoni, Gomes e Malvar (1992); Pará, conforme Campos (2008); São Paulo, segundo Tenani e Silveira (2008); Piauí, conforme Silva (2009); Acre, com a pesquisa de Hosokawa e Silva (2010); Minas Gerais, segundo Rezende e Magalhães (2011); Goiás, conforme Silva (2013) e Rio Grande do Sul, conforme as pesquisas de Bisol (1981), Schwindt (1995, 2002), Casagrande (2003), Klunck (2007), Silva (2012) e Monaretto (2013).

Embora se verifiquem algumas diferenças notáveis entre os trabalhos, como o número de informantes, por exemplo, concluímos que o alçamento vocálico de pretônicas é uma regra que ocorre, em maior ou menor grau, em todas as regiões do Brasil, não possuindo condicionamento extralinguístico relevante, conforme os trabalhos de Callou, Leite e Coutinho (1991), Bortoni, Gomes e Malvar (1992), Tenani e Silveira (2008), Silva (2009) e Rezende e Magalhães (2011). Além disso, o conjunto de trabalhos consultados mostra que a vogal /e/ se eleva, geralmente, mais do que /o/, sendo a presença de vogal alta na sílaba seguinte fator que favorece a elevação da vogal média pretônica. Palatais precedentes favorecem a elevação de /e/, conforme Bortoni, Gomes e Malvar (1992) e Silva (2009). Além disso, palatais seguintes favorecem a elevação de /o/, segundo Tenani e Silveira (2008) e Silva (2009).

Como nossa análise tem como objeto de estudo o português brasileiro oitocentista utilizado no Rio Grande do Sul, faz-se mister apresentarmos – com maior ênfase – os

trabalhos realizados acerca do comportamento variável das vogais médias pretônicas nos dialetos sul-rio-grandenses.

2.3 Características da regra variável de elevação de médias pretônicas no sul do Brasil

O Rio Grande do Sul apresenta-se historicamente como um estado de colonização tardia. Além disso, etnicamente, além dos portugueses e espanhóis em épocas de missões jesuíticas, recebeu imigrantes alemães (1824) e italianos (1875) e também russos e poloneses nos primeiros anos do século XX. Percebem-se, então, práticas bilíngues que contribuem na definição do português sul-rio-grandese.

No que diz respeito ao tema que nos ocupa, as pesquisas sociolinguísticas variacionistas mostraram que quanto mais o falante se afasta da capital, mais se preservam as vogais médias em contextos conhecidos como propícios à elevação vocálica (conforme Bisol 1981, Schwindt 1995, 2002, Casagrande 2003, Klunck 2007, Silva 2012 e Monaretto 2013). Isto torna a fala da capital, Porto Alegre, a que apresenta maior índice de elevação das vogais médias pretônicas.

Além disso, parece que a elevação vocálica de pretônicas está mais relacionada a fatores estruturais, ou seja, intralinguísticos. Desta forma, atentemos para as conclusões gerais acerca dos condicionamentos seguintes:

- percebe-se maior elevação de /e/ do que de /o/, com exceção àqueles trabalhos que analisaram a elevação vocálica sem motivação aparente, conforme as pesquisas de Klunck (2007) e Monaretto (2013). Em relação a estes trabalhos, a forma *des* favorece o processo, como, por exemplo, em *d[i]spertar*;
- a presença de vogal alta na sílaba seguinte configura-se como principal fator para a elevação por meio de harmonia vocálica, como em *m[u]chila*. A vogal alta contígua /i/ favorece a elevação tanto de /e/ quanto de /o/. Além disso, a tônica alta imediata demonstrou-se um dos principais condicionadores da harmonia, como em *s[u]zinho*, conforme Bisol (1981), Schwindt (1995, 2002), Casagrande (2003) e Silva (2012);
- vogais médias pretônicas /e/ seguidas por nasal (como em *enxada*, por exemplo) são mais facilmente elevadas do que as vogais médias pretônicas /o/ seguidas por nasal (como em *conceder*, por exemplo), segundo Bisol

(1981);

- em relação a sufixos, a probabilidade de harmonização é maior quando há presença de sufixos verbais com vogal alta;
- em relação à elevação de vogais médias em posição inicial, em hiato e em prefixo, sílabas fechadas por /n/, a presença de vogal alta na sílaba seguinte e das dorsais /k/ e /g/ seguintes favorecem a elevação das médias, conforme Battisti (1993).

Os fatores condicionadores verificados nas pesquisas sociolinguísticas de língua falada incluem também fatores sociais. Embora estes não possam ser controlados nos *corpora* linguísticos escritos desta pesquisa, acreditamos que condicionadores linguísticos como a presença de vogal alta na palavra possam auxiliar na explicação de ocorrências escritas oitocentistas como reflexos de oralidade.

Após tratarmos de sincronias recentes, trataremos a seguir dos estudos que descrevem o comportamento vocálico das médias pretônicas em sincronias passadas do português brasileiro.

2.4 Estudos recentes de fonologia histórica no Brasil

A Linguística Histórica no Brasil pode ser revisada através de trabalhos pioneiros como os de Tarallo e Mattos e Silva e mais especificamente em trabalhos do grupo Para a História do Português Brasileiro (PHPB), fundado por Ataliba de Castilho. Além destes, revisamos as pesquisas que contribuem acerca da descrição das vogais médias pretônicas do português: Barbosa (1999), Monaretto (2005, 2015), Oliveira (2005), Da Hora *et al*. (2007), Battisti (2010, 2014), Fonte (2010), Magalhães (2013), Telles (2014) e Nasi (2012, 2016).

Dentre estes trabalhos, Barbosa (1999), Monaretto (2005), Oliveira (2006), Magalhães (2013), Keller e Costa (2014) e Bençal e Altino (2015) trazem registros escritos que demonstram o emprego gráfico de vogais altas em contextos pretônicos nos quais se esperava o emprego de médias no português brasileiro oitocentista. Conforme a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Registros de Indícios de Alçamento em Vogais Médias Pretônicas em Estudos sobre o Português Brasileiro Oitocentista

Barbosa (1999)	Monaretto (2005)	Oliveira (2006)	Magalhães (2013)	Keller e Costa (2014)	Bençal e Altino (2015)
milhor, sirtificamos, discuberta, anticipação, piqueno	ligítimu, custume, acustumados, piquena	falicida isclaricido, imenda, nomiada, milhor absuluta, custume guverno	discuidarei repitir chigada pruduto imprego	refirido, virificadas mutivo, descubrir	atriviria, cimiterio custume, inchuvia

Embora as pesquisas, muitas vezes, apresentem diferenças quanto à natureza dos *corpora* analisados e a metodologia empregada, percebem-se nas ocorrências expostas grafias que sugerem alçamento vocálico de acordo com descrições teóricas deste fenômeno fonológico. Há casos aparentes de harmonia vocálica (*pruduto, custume, falicida, repitir*), elevação sem motivação aparente (*governo*), elevação em hiato (*nomiada*) e em contexto inicial de sílabas travadas por nasal (*imprego*) e sibiliante (*isclaricido*), por exemplo.

A seguir, expomos uma proposta de metodologia para a análise de marcas de oralidade na escrita.

3. Metodologia para análise de textos escritos

Quanto à metodologia de reconstrução da fala através da escrita, para a tarefa de «ouvir o inaudível», Lass (2000) criou a taxonomia para *desvios* de escrita, que norteou nossa coleta de dados. O autor diferencia:

- *Lixo*: são aquelas formas de escrita tão ruins de interpretar que não podem ser outra coisa a não ser *lapsus calami*.
- *Variação puramente gráfica*: são as formas de escrita resultantes de uma tradição escrita, por exemplo ocorrências de escrita que já fossem prescritas por regras existentes na escrita da época.
- *Dado fonologicamente significativo*: grafias que podem expressar/ sugerir processos fonológicos.

Semelhante a Lass, Montgomery (2007) também propõe a distinção de *variação não significativa* (grafias ocasionais ou egressas de tradição) e *variação significativa* (pistas da pronúncia subjacente). Além disso, ressaltamos que a reconstrução de fala por meio da escrita exige *remover filtros*, pois, segundo Schneider (2002), o texto escrito constitui-se em uma espécie de filtro, já que representa o ato de fala supostamente ouvido. Desse modo, o pesquisador deve tentar reconstruir o que é mais precisamente previsível para a representação de fala através da escrita. Conforme as palavras de Schneider:

> *Princípio de Remoção do Filtro: um registro escrito de um evento de fala coloca-se como um filtro entre as palavras faladas e o analista. Como o linguista está interessado no evento de fala 'per se' (e, primordialmente, nos princípios de variação e mudança de língua por detrás dele), uma tarefa primária será 'remover o filtro' tanto quanto possível, isto é, acessar a natureza do processo de registro de todas as maneiras possíveis e relevantes; e avaliar e levar em conta seu impacto provável na relação entre evento de fala e registro para reconstruir o próprio evento de fala, de forma tão precisa quanto possível.* (Schneider 2002: 68)

Percebe-se, então, que a grafia traz o ato de fala que gostaríamos de ter ouvido e que, sem o registro, esse suposto ato teria se perdido totalmente.

Que problemas há na composição de *corpus* em estudos sobre o passado na cidade onde levantamos nossa amostra de estudo? A seguir, apresentamos os problemas enfrentados na formação de nossos *corpora* escritos para pesquisa em Linguística Histórica.

3.1 Problemas na composição dos corpora

Em relação aos problemas na composição dos *corpora*, enfrentamos problemas de ordem física, como letras apagadas e exemplares rasgados. O armazenamento inadequado deste tipo de material mostrou-se uma constante durante o tempo de pesquisa: muitos títulos sem encadernação, enrolados em papel comum, muitas vezes fora de acesso por não estarem na prateleira destinada.

Concluímos, ao passar por estes problemas, que contaríamos manualmente os exemplares de jornais, que consultaríamos o máximo de títulos possíveis durante o tempo disponível de pesquisa e, por fim, que fotografaríamos os documentos para

poder realizar uma leitura minuciosa sem otempo estimado de um turno de pesquisa nos museus. No entanto, as ilustrações na Figura 5 mostram a realidade do material.

Figura 5. Ilustração de extratos do material para a composição dos *corpora* escritos para pesquisa linguística (Fonte: dos autores)

Além disso, deparamo-nos com problemas de ordem organizacional: a consulta aos títulos existentes em acervo foi feita através de uma Listagem de Revistas e Jornais Raros. A lista apresentava, muitas vezes, rasuras e alterações, além de datação equivocada de alguns periódicos: títulos como Gazeta de Alegrete, de Alegrete (1893) e Gazeta de Notícias, de Canoas (1859) não apresentam exemplares dos anos registrados, mas sim de 1916 e 1959, respectivamente. Seções incompletas que dificultaram o acesso aos periódicos oitocentistas gaúchos em acervo também são presentes na listagem.

Por fim, enfrentamos também problemas relacionados à seleção/separação dos *corpora* em sua composição: a formação de um *corpus* adequado para análise de variáveis através da Sociolinguística Histórica. Além das dificuldades já citadas, houve o seguinte problema: os periódicos não possuíam número regular de exemplares.

As tentativas de preparação de um *corpus* para análise foram diversas. As variáveis extralinguísticas que desejávamos controlar a partir do material disponível foram as seguintes:

a) Época de produção: 1.ª metade (1800 a 1850) e 2.ª metade (1851 a 1900) do século XIX;

b) Local de produção: metropolitanos (Porto Alegre) e cidades do interior do estado.

Ao examinar os 62 títulos já digitalizados, observamos que não houve como distribuir os jornais pelas épocas de produção e que células em relação ao local também ficavam vazias ao longo das décadas.

Ainda outros problemas foram levantados quando se tentou fazer uma categorização não somente dos textos impressos, mas também dos manuscritos. Percebe-se até então que as tentativas de divisão de *corpus* foram inúmeras, sempre almejando categorias que pudessem ser interpretadas linguisticamente e relacionadas a fatores sociolinguísticos como localização geográfica do jornal, por exemplo.

Entretanto, o que se observou é que reconstruir variáveis sociais de documentos oitocentistas apresenta uma série de problemas, dentre esses, salientamos: como determinar o grau de letramento de um redator na época? Há dados biográficos disponíveis em outras fontes para determinar a idade exata de um redator específico? Como especificar redatores em textos como o jornal, nos quais há vários autores? Uma solução foi buscar documentos relacionados a pessoas célebres, como o político Júlio de Castilhos, por exemplo, sobre o qual há dados biográficos suficientes para determinar um perfil de redator de uma família sul-rio-grandense do século XIX. O objetivo perseguido foi o de se tentar construir variáveis sociais, como gênero, faixa etária e grau de escolaridade.

Observou-se, contudo, que a divisão do *corpus* por período, época e lugar (capital/interior) pareceu não ser significativa em termos de distribuição de casos (*tokens*). Os tipos de palavras (*types*), por outro lado, podem talvez evidenciar que o fenômeno de elevação da vogal pretônica na oralidade se reflita em parte na grafia. Devido a todos esses problemas, resolvemos tratar do conjunto de periódicos deste *corpus* como um todo.

A seguir, apresentamos nossa proposta de interpretação fonológica com base em ocorrências grafemáticas, isto é, como revelar o dado como possivelmente *fonologicamente significativo*.

3.2 Interpretações fonológicas a partir de grafemas

Em relação às interpretações fonológicas de grafemas, conforme Labov (1972: 11), para estudar variação e mudança linguística por meio da escrita, é preciso fazer *melhor uso de dados ruins*. No entanto, para Lass (2000: 44), textos escritos funcionam como principal testemunho de um passado linguístico distante.

Conforme dito anteriormente, registros escritos são filtros que devem ser removidos, segundo Schneider (2002: 67). Romaine (1982: 16) entende que a escrita é um meio ou canal tão legítimo quanto a fala para se examinar variação, já que existem símbolos ortográficos condicionados pelo contexto de maneira semelhante à variação alofônica.

Também para Marquilhas (2000), a escrita alfabética é interpretada como uma escrita segmental através da qual é possível se perceber fenômenos de variação fonética e fonológica. Conforme a autora (Marquilhas 2000: 229) «as realizações gráficas que contrastem com convenções coevas são uma metalinguagem dos seus autores; no desvio à convenção encontram-se vestígios de uma conceptualização linguística». Esta ideia sugere que grafemas podem desempenhar função distintiva do sistema alfabético ou apresentar-se como um reflexo da oralidade. Desse modo, formas alternativas de representação gráfica evidenciam processos fonológicos, o que abordamos em nossa próxima seção.

3.2.1 Dados significativos: indícios fonológicos

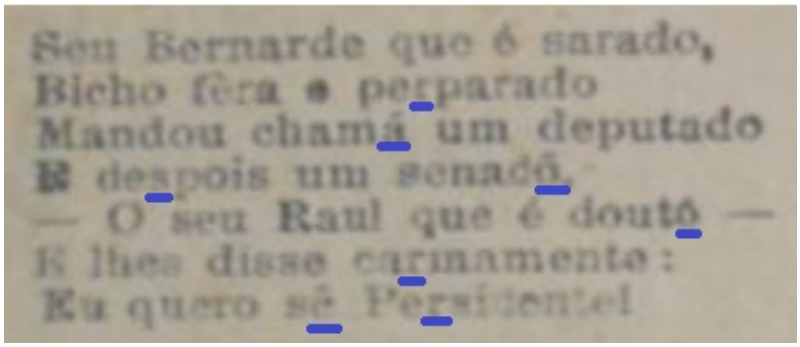

Seu Bernarde que é sarado,
Bicho fêra e perparado
Mandou chamá um deputado
E despois um senadô
— O seu Raul que é doutô —
Ê lhes disse carinamente:
Eu quero sê Persidente!

Figura 6. Grafia do periódico oitocentista *A Evolução* evidenciando processos fonológicos, conforme Nasi (2016: 112)

Conforme a Figura 6, formas alternativas de representação gráfica podem evidenciar processos fonológicos. O anúncio do jornal gaúcho demonstra diversos registros gráficos que sugerem fenômenos fonológicos, tais como a metátese em *perparado* (preparado) e *persidente* (presidente), o apagamento de /r/ final em *senadô* (senador) e *doutô*, a epêntese consonantal em *despois* (depois) e o rotacismo: *carmamente* (calmamente).

Supor que o indício de registro escrito é reflexo da oralidade da época envolve dirimir aspectos como a existência de ortografia vigente que possa tornar esse registro, primariamente, um reflexo de norma ao invés de fala. Para isso, Lass (2000) aponta obras metalinguísticas (glossários, dicionários, gramáticas) como fonte de interpretação da escrita.

Pesquisadores brasileiros como Barbosa (1999), por exemplo, avaliam etimologizações como forma objetiva de identificar escritas mais ou menos sujeitas a marcas de oralidade. Ao consultar os dicionários de Bluteau (1712) e de Silva (1813), propõe que o registro escrito de um tempo passado de língua deve ser avaliado por meio de dados supragráficos (relevância do suporte), dados paleográficos (aspectos físicos da escrita) e linguísticos (fenômeno expresso em estilo de escrita de época).

Lima (2014) contribui para a metodologia de Barbosa (1999), comparando as normas subjetivas (a prescrição dos gramáticos) e as objetivas (a utilização prática da grafia em periódicos oitocentistas) a fim de identificar possíveis relações entre essas normas.

Com base na taxonomia de Lass (2000) e das orientações metodológicas de Barbosa (1999) e de Lima (2014), procedemos a um levantamento de registros grafemáticos de vogais altas representadas pela letra <i> e <u> em contextos cuja ortografia atual registraria <e> e <o>. Para tanto, a amostra utilizada passa a ser explicitada na seção que segue.

3.3 Fontes escritas em arquivos públicos do Rio Grande do Sul e a constituição da amostra

A seguir apresentamos as fontes escritas existentes em arquivos públicos de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, situada no extremo sul do Brasil, ilustradas na Tabela 2. Nessa cidade, há quatro grandes arquivos públicos com documentos oitocentistas locais: o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa

(MUSECOM) onde se encontra uma extensa hemeroteca com 153 títulos de jornais gaúchos produzidos entre 1827 e 1900 em Porto Alegre e em algumas cidades do interior; o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), onde encontramos nossas primeiras cartas pessoais de uma família da aristocracia dessa região, denominada Prates de Castilhos; o Museu Júlio de Castilhos (MJC), local onde tivemos acesso a maior parte de cartas da família Prates de Castilhos, transcritas na obra de Santos (2013); por último, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) em que encontramos Cartas da Revolução Federalista, guerra civil entre os anos 1893 e 1895.

Verifica-se que, em muitas instituições, não se tem idéia exata da totalidade de documentos que compõe o seu acervo. É importante mencionar que, na maioria das vezes, a troca de informações com funcionários antigos destas instituições nos foi mais valiosa do que os próprios instrumentos de pesquisa lá existentes, pois estes estão, muitas vezes, desatualizados ou incompletos.

Tabela 2. Documentos oitocentistas nos arquivos de Porto Alegre. (Fonte: dos autores)

MUSECOM	**AHRS**	**MJC**	**IHGRGS**
Jornais gaúchos produzidos entre 1827 e 1900 em Porto Alegre, Alegrete, Rio Grande, Quaraí, Encruzilhada do Sul, São Jerônimo, São Sebastião do Caí, Pelotas, dentre outras (Apêndice B)	Coleções part. de cartas; Coleções Varela e Ferreira Rodrigues; Jornais (O Povo); fundo documental de religiosos; documentos dos governantes; dos militares; a polícia; registros de imigração; requerimentos.	Cartas pessoais de Júlio de Castilhos; atas de reuniões, documentos administrativos.	Arquivos pessoais; rascunhos das cartas do Visconde de São Leopoldo (100 documentos manuscritos entre 1700 e 1800).

Dentre toda essa documentação, selecionamos uma amostra de textos escritos dentre as possibilidades de *corpora* encontradas nas instituições para análise da vogal média pretônica, compreendida em jornais de cidades variadas do Rio Grande do Sul; correspondências entre familiares e cartas oficiais da Revolução Federalista. Foram analisados 62 títulos e 240 exemplares de jornais, dos quais foram extraídos dados da

primeira página; 73 documentos da Família Prates de Castilhos e 45 documentos da Revolução Federalista.

Passemos para o levantamento de dados seguido da interpretação desse.

4. Análise do alçamento de vogais médias pretônicas no Rio Grande do Sul oitocentista

Conforme a taxonomia de Lass (2000), buscamos primeiramente grafias fonologicamente significativas como «indícios» de elevação de vogais médias pretônicas no português sul-rio-grandense oitocentista, levantando-se casos como *muchila*, *custume*, *imprestando*.

Em jornais gaúchos, em relação à vogal /e/ grafada como <i>, foram detectadas 103 ocorrências em 76 palavras. Em relação às Cartas Manuscritas Pessoais da Família Prates de Castilhos, foram detectadas 31 ocorrências em 21 palavras, sendo mais frequentes exemplos de casos de elevação em sílaba inicial, como em ***di**spesas* (2x), ***i**ncommenda* (4x), além de contexto de vogal alta na sílaba seguinte, como em ***i**ducação* (2x). Nos Documentos da Revolução Federalista, foram encontradas oito palavras que demonstram harmonização vocálica: *d**i**sculpe*, *f**i**licidade*, *f**i**lis*, *forn**i**cimento*, ***i**nbora*, ***i**ntão*, *s**i**ginti* e *s**i**guintes*.

Percebe-se, até então maior variação gráfica de <e>, escrito como <i>, e menor variação de <o**>,** grafado como <u>, nos *corpora* oitocentistas, conforme se atesta em estudos de língua falada, refletindo situação similar. Em relação à vogal /o/, grafada como <u>, o *corpus* de jornais registrou 26 ocorrências em 19 palavras, sendo mais frequentes as palavras *conc**u**rrencia* (3x), *c**u**berto* (2x) e *oc**u**rrência* (2x).

Nas cartas pessoais da Família Prates de Castilhos, registraram-se oito palavras: *c**u**marca*, *c**u**stume*, *J**u**aquin*, *oc**u**rridos*, *pr**u**messa*, *p**u**dia*, *s**u**brinhos* e *s**u**siedade*. Os documentos da Revolução Federalista apresentaram somente três ocorrências em duas palavras: *p**u**civel* (2x) e *s**u**brinho*.

Em relação aos jornais, foram levantadas 103 ocorrências gráficas de <i> pretônico em contextos nos quais se esperaria hoje a grafia <e> e 26 ocorrências gráficas de <u> pretônico em contextos nos quais se esperaria hoje a grafia <o>. Estes dados foram apresentados seguindo categorias como o período de publicação do jornal (1.ª ou 2.ª metade do século), além da década (1820 a 1900) e o local de produção de cada jornal

(metropolitanos ou interioranos). Esta categorização proposta não nos permitiu realizar conclusões linguísticas do fenômeno estudado, devido à escassez de dados; porém nos permite afirmar que indícios da elevação de vogais médias pretônicas podem ser encontrados em jornais durante todo o século XIX, de 1820 a 1900.

Desse modo, categorizações extralinguísticas dos jornais foram deixadas à parte, preferindo-se para nossa pesquisa o exame grafológico das palavras encontradas. A ocorrência da palavra foi considerada um dado a ser coletado quando apresentava grafia de <i> onde a grafia mais comum seria <e>, e <u> onde a grafia mais comum seria <o>, ilustrando-se um indício de uma realização de alçamento das vogais médias [e] e [o], como [i] e [u], respectivamente). Sumariamente, apresentamos nossos resultados:

– **Jornais: 240 exemplares, 62 títulos**

/e/ pretônico grafado como <i> = 103 ocorrências/76 palavras

/o/ pretônico grafado como <u> = 26 ocorrências/19 palavras

– **Família Prates de Castilhos: 73 documentos**

/e/ pretônico grafado como <i> = 31 ocorrências/21 palavras

/o/ pretônico grafado como <u> = 8 ocorrências/8 palavras

– **Revolução Federalista: 45 documentos**

/e/ pretônico grafado como <i> = 8 ocorrências/8 palavras

/o/ pretônico grafado como <u> = 3 ocorrências/2 palavras

Na sequência, procuramos evidências metalinguísticas que pudessem contribuir para a interpretação dos registros escritos.

4.1 Fontes para evidências metalinguísticas

Lima (2014) compara as normas subjetivas (a prescrição dos gramáticos) e as objetivas (a utilização prática da grafia em periódicos oitocentistas) a fim de identificar possíveis relações entre essas normas. Através da análise do testemunho dos gramáticos acerca do uso etimológico de grafemas, o autor (Lima 2014: 40) percebeu que «a etimologização gráfica» era uma categoria importante para os autores da época.

Embora a Academia fosse mais favorável a uma escrita etimológica do que fonética, o autor observa que, em determinada época, a relação mais próxima entre oralidade e ortografia refletia o período oitocentista, quando havia muitas discrepâncias entre as

fontes metalinguísticas existentes acerca da ortografia da língua portuguesa. Segundo Lima (2014: 46) «entre o sec. XIX e XX viu-se uma aproximação da ortografia à oralidade. Até 1911 havia grafias, orientações de como deveria ser a ortografia. O resultado das disputas foram as reformas ortográficas do século XX».

Neste contexto, interpretar fonologicamente uma ocorrência escrita como indício de variação baseia-se na equiparação em fenômenos fonológicos frequentes em uma sincronia recente, já descritos em estudos linguísticos. A pronúncia específica de uma das variantes/alternâncias de uma variável fonológica deve ser algo presente na fala e passível de representação gráfica no passado.

Assim, na interpretação dos indícios de alçamento vocálico, verificamos que evidências metalinguísticas diretas acerca do fenômeno podem atestar ocorrências grafemáticas como registros de tentativas de construção da norma ortográfica da época. As obras analisadas são as que seguem:

- Gramáticas: Sousa (1804), Melo (1818), Barbosa (1822), Aulete (1864) e Coelho (1868);
- Obras variadas: Leão (1878) e Coelho (1881);
- Vocabulários/Dicionários: Bluteau (1712), Cannecatim (1804), Silva (1813), Coruja (1856), Coelho (1890) e Corrêa (1898).

Consultamos nos dicionários a grafia das palavras coletadas em nossos *corpora*, a fim de se examinar se os registros escritos dos *corpora* são coincidentes ao das fontes metalinguísticas.

Coruja (1856) e Corrêa (1898) tratam de referências dialetológicas do português utilizado no Rio Grande do Sul. Em relação às obras variadas, Leão (1878: 13) propunha uma reforma ortográfica «sônica», baseada inteiramente na língua falada e Coelho realizou descrições dos dialetos românicos, incluindo o português brasileiro.

4.2 Análise e Discussão dos Resultados

A seguir, expomos a análise e discussão dos resultados. Informações acerca dos dicionários consultados podem ser vistas na Tabela 3.

Tabela 3. Vocabulários e dicionários de língua portuguesa utilizados como fontes metalinguísticas

Ano	**Autor**	**Obra**	**Origem**	**Características**
1712	Rafael Bluteau	*Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico (...), autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, elatinos*	Portugal	8000 p., 43,6 mil verbetes. 8 volumes. Bilíngue (português e latim)
1804	Bernardo Maria de Cannecatim	*Diccionario da lingua bunda ou angolense, explicada na portugueza e latina*	Portugal	744 páginas, 1 volume. Trilíngue (português, latim e angolense)
1813	Antônio de Morais Silva	*Diccionario da Lingua Portugueza*	Brasil	1749 páginas. 2 volumes. Monolíngue (português).
1856	Antônio Álvares Pereira Coruja	*Collecção de Vocábulos e Frases usados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no Brazil*,	Brasil	32 páginas. Monolíngue (português brasileiro sul-rio-grandense; dicionário de regionalismos)
1890	Adolpho Coelho	*Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portugueza Contendo a Significação e Prosodia*	Portugal	1272 páginas, 2 volumes. Monolingue (português). Contém etimologia e indicação de pronúncia dos verbetes.
1898	José Romaguera da Cunha Corrêa	*Vocabulario Sul Rio-Grandense*	Brasil	261 páginas, 1 volume. Monolíngue (português brasileiro sul-rio-grandense; dicionário de regionalismos)

Consultamos nos dicionários a grafia das palavras coletadas em nossos *corpora*, a fim de se examinar se os registros escritos dos *corpora* são coincidentes ao das fontes metalinguísticas. Eis alguns resultados parciais[523] das correspondências das grafias da vogal /e/ e da vogal /o/ encontradas nos dicionários nas Tabela 4.

[523] A relação completa de dados pode ser vista nos apêndices de Nasi (2016) (https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/165916/001044623.pdf?sequence=1).

Tabela 4. Alguns casos de dados de elevação da média pretônica /e/ e /o/ comparados com os registros em dicionários da época (Fonte: dos autores)

Palavra	**Periódico, Local e Data**	**BLUTEAU (1712)**	**CANNECATIM (1804)**	**SILVA (1813)**	**COELHO (1890)**
ab**i**lheira	O Século, POA, 14/10/1883	-	**Abelha (p.3)**	Abelheira (p.7)	Abelheira (p.6)
alv**i**drio	O Continentista, POA, 10/06/1836	Alvedrio, *Alvidrio* (p.307)	-	Alvedrio, Alvidrio (p.111)	Alvedrio (p. 91)
ant**i**cipação	Amigo do Homem e da Pátria, POA, 11/08/1829	*Anticipam*, Antecipação (p.402)		Antecipação, *Anticipação*, Antecipar, *Anticipar* (p.140)	*Anticipado, Anticipador, Anticipante, Anticipar* (p.116)
ant**i**cipado	Correio do Sul, POA, 21/10/52	*Anticipado* (p.402)	*Anticipada* cousa, *Anticipar, Anticipo*, Antecipei, *Anticiparei, Anticipar-se* (p.74)	Antecipação, *Anticipação*, Antecipar, *Anticipar* (p.140)	*Anticipado, Anticipador, Anticipante, Anticipar* (p.116)
arr**i**piadoras	O Correio, Rio Grande, 18/02/1847	*Arripiado*,Arripiamento (p.565)	Arrepiada cousa, Arrepiamento Arrepiar, Arrepio, Arrepiei, *Arripiarei, Arrepiar-se* (p.98)	Arrepiar, *Arripiar*, Arrepia, *Arripia* (p.192)	Arrepiado, Arrepiar, Arrepiadura (p.160)
ac**u**stumados	Correio da Liberdade, Porto Alegre, 23/04/1831	Acostumado (p.100)	Acostumado bem (p.16)	Acostumado (p.33)	Acostumado (p.26)
ass**u**ada	Correio da Liberdade, Porto Alegre, 23/04/1831	Assoado (p.611)	-	Assoada, *Assuada*[524] (p.212)	Assoado (p.176)
conc**u**rrencia	Atalaia do Sul, Jaguarão, 17/11/1864	*Concurrencia concurrencia* (p.443)	*Concurrencia* (p.189)	*Concurréncia* (p.438)	Concorrencia (p. 381)
c**u**berta	A Democracia, Porto Alegre, 09/11/1874	coberta (p.629), *Cuberta, Cuberto, Cubertamente* (p.626)	Coberta, ou cobertor, Coberta cousa (p. 171)	Cobérta (p.406)	Coberta (p.363)
oc**u**rrencia	O Liberal, Rio Grande, 26/01/1863	*Ocurrência* (p.33)	-	*Occuréncia* (p.359)	Occorencia (p.907)

[524] Segundo Morais e Silva (1813 21: 2) «ASSOÁDA. V. ASSUÁDA, como escrevem os Clássicos».

Algumas das palavras da Tabela 4, destacadas em itálico, apresentam grafia de vogal alta em contexto pretônico, que é justificada por alguns dicionários, ou seja, os lexicógrafos registram formas com elevação como tentativa de se fixar uma norma ortográfica. Já outros casos, como «abilheira», «arripiadoras, «cuberta», «assuada», por exemplo, não mostram correspondências no dicionário.

Conforme a hipótese apresentada no início deste artigo, este fato sugere que a grafia de palavras possa estar mais relacionada à representação fonológica de um grafema. Esta representação expressa padrões gráficos existentes na época sendo aplicados na tentativa de definir uma norma linguística brasileira não formalizada naquele tempo, mas que poderia encontrar respaldo no uso de certas formas «consagradas» e perpetuadas em seu uso por redatores cultos ou eruditos.

Podemos acreditar que, quanto mais, em dicionários, a grafia da forma de elevação vocálica <i> e <u> estiver presente, mais ela pode ter sido utilizada como modelo na grafia da vogal média pretônica de uma palavra do português sul-rio-grandense do século XIX.

Em relação à comparação dos fatores condicionantes da elevação de vogais médias pretônicas, apontados em estudos sociolinguísticos com a língua falada, com os dados de registros de elevação vocálica, confirmaram-se, respectivamente:

– maior elevação de <e> do que <o>;

– vogal alta tônica imediata favorecedora: *alvidrio, dicida, disculpa, primissas,surtidas, tangirina, pucivel*;

– motivação de alçamento por prefixo *des-*: *disculpe, disgosto, dispedaçando*;

– ausência de contexto precedente: *inbora, intão, imprestimos, infermidade, intendeu*;

– elevação em palavras de mesmo paradigma derivacional: [*arripiadoras, arripião-se-nos, arripiar*], [*cubiça, cubiçozo*], [*disfructamos, disfruta*], [*engulir, engulideiras*], [*surtidas, surtimento*], [*involve, involvendo, involver*], [*iducação, iducar*] e [*filis, filicidade*].

5. Considerações finais

O estudo possibilita concluir que o alçamento de vogais médias pretônicas já estava presente no século XIX, em textos escritos no Rio Grande do Sul, uma vez que se percebem vários casos de dados com contextos possíveis para o alçamento. Os condicionamentos linguísticos em dados da língua falada, sob viés da análise sociolinguística, parecem ser semelhantes, como é o caso, principalmente, do processo de assimilação do traço da altura da vogal subsequente à vogal atingida.

A ocorrência desse tipo de dado possibilita interpretá-lo como *fonologicamente significativo*, isto é, como um *indício de marca de oralidade supostamente ouvida no passado*, que se confirma em tendências do comportamento variável na elevação de vogais médias pretônicas em estudos linguísticos de sincronias mais recentes. O exame da forma escrita em dicionários também pode auxiliar nessa interpretação.

Referências

Barbosa, A. 1999. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio.* Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro.

Battisti, E. 1993. *Elevação das Vogais Médias Pretônicas em Sílaba Inicial de Vocábulo na Fala Gaúcha*. Dissertação de Mestrado, PUCRS.

Bençal, D.R. e Altino, F.C. 2015. «Manuscritos Novecentistas Da Cidade de Casto – PR: o caso dos alçamentos». *SIGNUM*: *Estud. Ling*. 18/1: 70–101. Londrina.

Bisol, Leda. 1981. *Harmonização vocálica: uma regra variável.* Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro.

Bisol, Leda. 1993. «A Variação da Pretônica na Diacronia do Português». *Letras de Hoje*. 17/1: 80–97.

Bisol, Leda (org.). 2005. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. EDIPUCRS, Porto Alegre.

Bisol, Leda 2009. «O alçamento da pretônica sem motivação aparente». *In* Bisol, L. e Collischonn, G. (org). *Português do Sul do Brasil: Variação Fonológica*. Porto Alegre: Edicurs. 73–92.

Bisol, Leda. 2015. «A harmonização vocálica como indício de uma mudança histórica». *D.E.L.T.A*. 31/1: 185–205. PUC, São Paulo.

Bluteau, R. 1712. *Vocabulario portuguez e Collegio das Artes da Companhia de Jesus*. Coimbra.

Bortoni, S., Gomes, C. e Malvar, E. 1992. «A variação das vogais médias pretônicas no português de Brasília: um fenômeno neogramático ou de difusão lexical?» *Revista Estudos da Linguagem* 1: 9–30.

Callou, D., Leite, Y. e Coutinho, L. 1991. «Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no Rio de Janeiro». *Organon* 18/5: 71–78. Porto Alegre.

Câmara Jr;, J. 1980. *Estrutura da Língua Portuguesa.* Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 10ª ed..

Campos, B. 2008. *Alteamento Vocálico em Posição Pretônica no Português Falado no Município de Mocajuba-Pará*. Dissertação de Mestrado, UFPA, Pará.

Cannecatim, B. 1804. *Diccionario da lingua bunda ou angolense, explicada na portugueza e latina*. Impressão Régia. Lisboa.

Cardoso, S. 2003. «As Vogais Médias Pretônicas no Brasil: uma visão diatópica».

Casagrande, G. 2003. *Harmonização Vocálica: Análise Variacionista em Tempo Real*. Dissertação de Mestrado, PUCRS.

Clements, N., Hume, E. 1995. «The internal organization of the speech sounds». *The Handbook of Phonological Theory*. London, Blackwell.

Coelho, F. A. 1890. *Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portugueza contendo a significação e prosodia*. Lisboa: P. Plantier.

Collischonn, G. Silva, M. 2013. «Elevação das Médias Pretônicas por Harmonia: questões teóricas e tmpíricas». *Working Papers in Linguístics* 14/2, UFSC, Florianópolis.

Da Hora, D. e Silva, C. 2010. *Para uma História do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa (PB), Ideia: Editora Universitária.

Hosokawa, A.; Silva, P. 2010. «Harmonização Vocálica do /e/ e do /o/ no município de Rio Branco – Acre». *Cadernos do CNLF* XIV 4/3.

Keller, T. e Costa, E. 2014. «A Instabilidade das Vogais Pretônicas em Cartas Pessoais do Rio Grande do Sul do Século XIX». *Sociodialeto* 4/12, Campo Grande.

Klunck, P. 2007. *Alçamento da Vogais Médias Pretônicas sem Motivação Aparente*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre:PUCRS.

Labov, William. 2008. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, Parábola.

Lass. R. 2000. *Historical Linguistics and Language Change*. Cambridge.

Lima, A. 2014. *Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.

Limeira, L. 2013. *O não Alçamento das Vogais Médias na Fala de Curitiba sob a Perspectiva da Sociolinguística Quantitativa*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre.

Magalhães, J. S. 2013. «Alçamento das vogais pretônicas nos séculos XVIII e XIX». *Revista do GELNE* 15: 31–48.

Marquilhas, Rita. 2000. *Faculdade de Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2006. *Português Arcaico: Fonologia, Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Ed. Contexto.

Monaretto, V. N.O. 2005. «O estudo da mudança do som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica». *Letras de Hoje* 40/3.

Monaretto, V. N.O. 2013. «Alçamento das Vogais Médias Pretônicas /e/ e /o/ sem motivação aparente: um estudo em tempo real». *Fragmentum* 39, Laboratório *Corpus*: UFSM, Out./ Dez.

Montgomery, M. 2007. «Variation and historical linguistics». *In* Bayley, R.; Lucas, C. *Sociolinguistic Variation, theories, methods, and applications.* Cambridge University Press.

Nasi, R. 2012. *Variáveis Fonológicas em Jornais Gaúchos do Século XIX.* Dissertação de Mestrado, UFRGS.

Nasi, R. 2016. *O Alçamento de Vogais Médias Pretônicas no Português Brasileiro: retrato oitocentista e alternativa de interpretação do grafema como indício fonético/fonológico.* Tese de Doutorado, UFRGS, Porto Alegre.

Oliveira, K. 2006. *Negros e escrita no Brasil do século XIX – sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguistico*. Tese de Doutorado, UFBA.

Rezende, F. e Magalhães, J. 2011. «O Sistema Vocálico Pretônico do Triângulo Mineiro – Enfoque sobre as cidades de Coromandel e Monte Carmelo». *Horizonte Científico* 5/2, UFU, Uberlândia..

Romaine, S. 1982. *Socio-Historical Linguistics: its status and methodology*. Cambridge University Press.

Rosa, E. 2015. *As Vogais Átonas Finais no Português Brasileiro do Século XIX: um estudo baseado em fontes de evidência direta e indireta*. Dissertação de Mestrado. UFRGS.

Schneider, E. 2002. «Investigating variation and change in written documents». In J.K. Chambers, Peter Trudgill e Natalie Schilling-Estes, eds. *The Handbook of Language Variation and Change.* Oxford, Malden, MA: Blackwell. 67–96.

Schwindt, L. 1995. *A harmonia vocálica em dialetos do sul do país: uma análise variacionista.* Dissertação de Mestrado, PUCRS.

Schwindt, L. 2002. «A regra variável de harmonização vocálica no RS». *In* Bisol, L., BRESCANCINI, C. *Fonologia e Variação, recortes do português brasileiro.* EDIPUCRS.

Silva, A. 1813. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Typographia Lacérdina. Lisboa.

Silva, M.B. 1989. *As pretônicas no falar baiano: a variedade culta de Salvador*. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro.

Silva, M. 2012. *O Alçamento das Vogais Médias Pretônicas na fala de São José do Norte/RS: harmonia vocalica*. Dissertação de Mestrado, UFRGS.

Silva, W. 2013. *Caracterização Linguística do Oeste Goiano: o Uso Variável das Vogais Médias Pretônicas na Fala de Iporá/GO*. Dissertação de Mestrado, UFG, Goiânia.

Tenani, L. e Silveira, A. 2008. «O Alçamento das Vogais Médias na Variedade Culta do Noroeste Paulista». *Alfa* 52/2: 447–464.

Viegas M. C. 1987. *Alçamento das vogais pretônicas: uma abordagem sociolingüística.* Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte.

38. Ecos de Gil Vicente (ca.1465–ca.1536) en la revista de vanguardia *1616 (English & Spanish Poetry)*

María Victoria Navas Sánchez-Élez

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Universidad Complutense de Madrid

Entre las varias iniciativas de tipo literario que se produjeron en España durante la II República (1931-1936) se encuentra la creación de revistas. En este trabajo, en primer lugar, se da cuenta de la publicación en Londres de *1616 (English & Spanish Poetry)*, dirigida por los poetas Concha Méndez y Manuel Altolaguirre, donde, en 1934, aparece traducido al inglés un fragmento de la *Sebila Casandra* de Gil Vicente. En segundo lugar, se contextualiza la composición con otros textos peninsulares.

Palabras clave: Gil Vicente, *Sebila Casandra*, *1616 (English & Spanish Poetry)*, Manuel Altolaguirre, Concha Méndez.

Entre las varias iniciativas de tipo literario que se produjeron en España en los años treinta, durante la II República (1931-1936), se encuentra la creación de revistas de vanguardia, punta del iceberg de la generación del 27: son las llamadas «revistas republicanas» (Barrera López 2005: 317). El poeta, impresor y también productor cinematográfico, guionista y director de teatro, entre otras actividades, Manuel Altolaguirre Bolín (1905-1959) fue el miembro más joven de la llamada generación del 27. En 1933, acompañado de su mujer, la también escritora, autora dramática de literatura infantil, impresora y editora, Concha Méndez, Concepción Méndez Cuesta (1898-1986), miembro también de la generación del 27, colaboradora en la creación de revistas y en la publicación de libros de sus compañeros de generación, se dirige a Londres. Ambos marchan a la capital británica con una beca de la Junta de Ampliación de Estudios, probablemente bajo el amparo de Pedro Salinas, con el pretexto de estudiar lírica y tipografía inglesas (Muñoz Rojas 1981: X, Osuna 2005: 347). Allí ponen en marcha una empresa más de las «poético-tipográficas» a las que se habían inclinado, especialmente, Manuel Altolaguirre, la revista bilingüe *1616 (English &*

Spanish Poetry). El título de la publicación alude, evidentemente, a la conmemoración del fallecimiento de Shakespeare y Cervantes, «saw the dead of W. S. & M. de C.», según leyenda en la primera página de todos y cada uno de los 10 volúmenes que imprimieron entre los años 1934 y 1935. Manuel Altolaguirre había sido, antes de su estancia en la capital inglesa, el impulsor de algunas revistas de poesía en España, como *Ambos. Revista Literaria* (1923) y la famosa *Litoral* (1926-1929) de la que fue fundador y coeditor.

1616 se publicó por suscripción popular en un formato «primoros[o]», «la más hermosa tipográficamente» de todas las revistas que fundó Manuel Altolaguirre (Osuna 2005: 348), en una composición muy cuidada y bella, a cuatro tintas, rojo, negro, azul y verde. Por sus páginas pasan con frecuencia poemas de los propios impresores −como ellos mismos se auto-denominan en la portada de cada número−, unas veces en versión original, otras en traducciones, así como otras creaciones que tienen que ver, evidentemente, con los gustos de sus fundadores. Veamos algunos ejemplos: hay textos de sus compañeros de generación, como el conmovedor poema de Federico García Lorca, tema de la canción del cantante canadiense Leonard Cohen «Vals vienés» (I: 6), y tres poemas más, uno de ellos en inglés; de Vicente Aleixandre, «Sin luz» (I: 16) y «The Eagles» (III: 50); de Rafael Alberti, «The Hunt» (II: 30); de Luis Cernuda, «No quiero triste espíritu volver» (II: 31); o de Jorge Guillén, «Fragmento de un poema» (IV: 70). Otras veces son obras de autores españoles que estaban residiendo entonces en Londres, algunos poco o nada conocidos, caso de María F. de Laguna, del novelista republicano de la generación llamada novecentista, Ramón Pérez de Ayala[525], a la sazón embajador en Londres, o del joven Ángel Valbuena Prat. También se encuentran entre sus páginas poetas contemporáneos, como José Antonio Muñoz Rojas, Edward Sarmiento, Pablo Neruda, Arturo Serrano Plaja o José Moreno Villa (Osuna 2005: 364–366).

Hay entre sus contenidos un recuerdo importante a los clásicos de la literatura española –tal y como sucedía en las revistas del momento (Osuna 2005: 356) −como de Garcilaso de la Vega (ca.1498-1536) (II: 32, 34, 36) (poeta del que Manuel Altolaguirre había editado, en 1933, una biografía) −, aquí traducido por un lírico

[525] De quien Manuel Altolaguirre publicaría el volumen de poemas *Ramoneo*, como suplemento de *1616*, en Londres, 1935.

escocés contemporáneo de Cervantes, William Drummond of Hawthornden −, de San Juan de la Cruz (1542-1591) (IV: 74) (del que más tarde el propio Altolaguirre haría una versión cinematográfica de *El cantar de los cantares*)[526], de Lope de Vega (1562-1635) (III: 57; X: 189), traducido y en versión original, respectivamente.

No se excluyen escritores de origen portugués que escribieron solo en español, como el renacentista Jorge de Montemor (1520-ca 1561), con la versión inglesa de un fragmento en verso de su novela pastoril *Los siete libros de la Diana* del también poeta renacentista, diplomático, escritor y militar, Sir Philip Sidney (1554-1586), que, tal vez, por ser apadrinado por Felipe II de Austria, tuviese conocimiento de la obra, *Diana*, fuente de inspiración de su *New Arcadia* (VIII: 159). O de un autor bilingüe, Gil Vicente. Manuel Altolaguirre y Concha Méndez acogen en el segundo volumen de *1616* la cantiga tradicional, traducida también al inglés −de la que hoy nos ocupamos− que los personajes del auto de la *Sebila Cassandra* cantan ante el Portal de Belén. No podemos olvidar tampoco la presencia de escritores en lengua inglesa como William Drummond of Hawthorden (1585-1649), o los clásicos románticos como P. B. Shelley (1792-1822) o Lord Byron (1788-1824), o poetas contemporáneos como A. E. Housman (1859-1936) y T. S. Eliot (1888-1965), así como otros de menor relieve. La revista, por los poemas y autores que atiende, da idea de ser más una antología que una publicación de descubrimiento de nuevas firmas, algunas de las cuales, las inglesas, por ejemplo, no son de primera fila (Osuna 2005: 349); en cuanto a su temática, se trataría de una publicación de corte humanista «que recorría las venas de la poética republicana» (Osuna 2005: 359). La iniciativa, como vemos, de profesionales españoles lleva su título y subtítulos en inglés, incluida la ciudad de su publicación, London, lo que indica la aspiración por parte de sus fundadores de incluirla en el espacio anglosajón más que en el ámbito hispánico, aunque la humilde denominación de «impresores», en español, remite a este último contorno (Osuna 2005: 349).

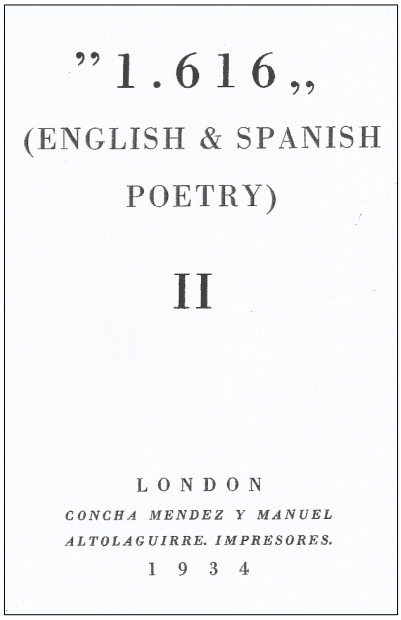
El fragmento de la *Sebila Cassandra*[527], acogida en el segundo volumen de *1616*, como decíamos más arriba, está incluida en la *Copilaçam de todalas obras de Gil Vicente* de 1562 y en la de 1586 (Camões 2002, V: 520) y es uno de los textos

[526] De la que fue guionista y director, se presentó fuera de concurso en el Festival de Cine de San Sebastián en 1959, http://www.residencia.csic.es/altolaguirre/exposicion/expo8.htm (consulta 09.07.2017).
[527] Seguimos la edición de Margarida Vieira Mendes (1992).

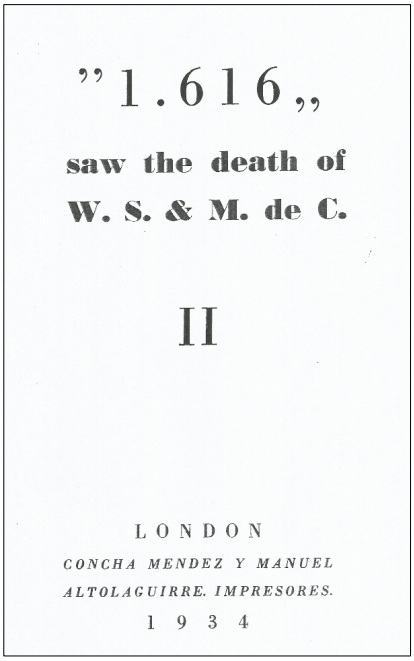
castellanos escritos por Gil Vicente (con fragmentos en latín e interferencias del portugués), que se representó en el monasterio de Xabregas o Madre de Deus de Lisboa, regido por monjas clarisas, con fecha incierta, tal vez 1513 (Camões (dir.) 2002, V: 6). El género al que pertenece es la moralidad y también de misterio navideño. El tema del auto refiere la obstinación de Cassandra en no casarse, porque elucubra, de forma descabellada, que ella es la Virgen de «quem o Senhor havia de nacer» (Mendes 1992: 14) y en versos posteriores,

Pero yo quiero decir
y descubrir
por qué virgen quiero estar,
sé que Dios ha de encarnar
sin dudar
y una virgen ha de parir
(Mendes 1992: 25–26).

Yo tengo en mi fantasía
y juraría
que de mí ha de nascer
que otra de mí merescer
no puede haber
en bondad ni hidalguía
(Mendes 1992: 28).



Portada del n.º 2 de la Revista 1616 (Facsímil 1981)



Primera hoja del nº 2 de la Revista 1616 (Facsímil 1981)

Pero, además de incluir una crítica al matrimonio, el rechazo al pretendiente Salomón y la aceptación y reconocimiento de su error, sobre todo ello sobrevuelan las profecías que convergen en el nacimiento de Jesús. Es un Auto con personajes

elevados como las sibilas –Casandra, Eritrea, Pérsica o Cimeria –y los profetas –Salomón, Moisés, Abraham o Isaías –lo que no impide que aparezcan vestidos con ropajes de pastores y que la obra incluya cantos y danzas –folía, chacota o baile de plaza (*terreiro*) − por donde transcurren la comedia, la moralidad y el misterio del nacimiento de Jesús. En la *Sebila Cassandra*, muy cerca del final de la obra, aparece una «cantiga», según la didascalia, que no es la única composición tradicional que hay en este Auto. Pere Ferré (1982-1983: 60–67) supone que el par de versos del refrán con que finaliza cada cuarteta de un romance tradicional, que dice «Él reguñir, yo regañar / no se lo tengo de remendar», ha sido fuente de inspiración y de recordatorio de un romance vicentino aquí incluido. Veamos una de las muchas versiones que existen en el ámbito hispánico (cf. Petersen, Pan-Hispanic Ballad Project):

Mi madre me casó *con un pulido pastor*
chiquitito y jorobado *hecho de mala fación.*
no me deja ir a misa *tampoco a la procesión*
que quiere que me esté en casa *remendándole el zurrón.*

Tú reñir, yo regañar
no te le tengo de remendar

Seguido de la cantiga incluida en la *Sebila Cassandra*:

Otros a garzonear
por el lugar
pavoneando tras garcetas
sin dexar blancas ni prietas
y reprietas
y de la mujer sospirar,
después en casa reñir
y groñir
y la triste allí cautiva.
Nunca la vida me viva
si tal cosa consentir.
(Mendes 1992: 17)

Son más los ejemplos de literatura tradicional que existen en el Auto. Antes había cantado Cassandra el poema que empieza «Dicen que me case yo / no quiero marido no» (Mendes 1992: 19), los intercesores del pretendiente Salomón cuando recitan la tradicional «Sañosa está la niña / ay Dios quién le hablaría?» (Mendes 1992: 23) o el villancico último que cierra el Auto, «A la guerra» (Mendes 1992: 38). La «Cantiga»,

también titulada así por su traductor en la revista *1616*, el hispanista, traductor[528], musicólogo inglés, amigo de Antonio Machado y Manuel de Falla, John Brande Trend (1887-1958), encabeza el segundo volumen (1934: 29)[529]:

Cantiga

Muy graciosa es la doncella	*None so fair as this fair lady*
cómo es bella y hermosa.	*No, nor may be richer, rarer!*
Digas tú el marinero	*Sailor, sailor, tell me truly*
que en las naves vivías	*You who sail in ships at sea,*
si la nave o la vela	*Is ther a ship or sail that's fairer*
o la estrella es tan bella.	*Or a star as fair as she?*
	None so fair…
Digas tú el caballero	*Soldier, soldier, tell me truly*
que las armas vestías	*You who carry arms for me,*
si el caballo o las armas	*Is there a horse or helm that's fairer*
o la guerra es tan bella.	*Or a charge as fair as she?*
	None so fair…
Digas tú el pastorcico	*Shepherd, shepherd, tell me truly*
que el ganadico guardas	*You who keep my sheep for me,*
si el ganado o los valles	*Is there a field or flock that's fairer,*
o la sierra es tan bella.	*Are high hills as fair as she?*
(Mendes 1992: 37).	*None so fair …* (Trend 1981: 29).

El villancico anónimo, perteneciente al Romancero Viejo, uno de los más bellos de la lengua castellana, en palabras de Dámaso Alonso (*apud* Mendes 1992: 33) está incluido en la tercera parte del auto de la *Sebila Cassandra*. La composición a lo divino es un homenaje de todos los personajes del Auto, ante el niño Dios nacido, a su madre María. En el estudio que Margarida Vieira Mendes hizo en 1992 al poema, indica que

> *A repetição anafórica no começo de cada estrofe é invulgar e gera a forma aberta da ladainha, continuando a dicção formulística a ser a da poesia popular, como a ela também pertencem os processos de intensificação afectiva do louvor da virgo: as*

[528] Tradujo al inglés, entre otras, *La vida es sueño* de Calderón de la Barca y publicó títulos de literatura de Juan Ramón Jiménez o de Federico García Lorca y de música española, por ejemplo, de Alfonso X el Sabio o de Manuel de Falla), que son todavía hoy referencia (Osuna 2005).

[529] La revista gaditana *Isla. Hojas de arte, letra y polémicas* tuvo dos etapas, la primera época desde 1932 a 1936, la segunda desde 1937 a 1940, con el título de *Isla. Verso y prosa* (2.ª época). En esta segunda fase Dámaso Alonso traduce en el nº 20 (1940: 15–18), 9 poemas de Gil Vicente «Canciones», «La barca maravillosa», Cañaveral del amor», «Serranilla», «Cantiga», «Los dos Azores», «Cantiga», «Quitad los ojos de mí» y «Niña engañada», que por estar fuera de los límites cronológicos que nos hemos impuesto no son aquí analizadas.

> *reiterações semânticas, sintácticas, fónicas e paralelísticas, os diminutivos, a exclamação, a interrogação –tudo combinado sem qualquer rigidez geométrica, de forma gostosamente imperfeita.* (Mendes 1992: 33–34)

Para Manuel Calderón (1996: 236) en esta composición hay un recuerdo del romance «Yo me levantara, madre, / mañanica de San Juan», en el verso, «dígasme tú, el marinero» (*Cancionero de Romances s.a.*, f. 228), del que existen varias versiones:

> *Yo me levantara madre*
> *mañanica de sant Juan:*
> *vide estar una doncella*
> *ribericas de la mar.*
> *Sola lava y sola tuerce*
> *sola tiende en un rosal*
> *mientras los paños s'enxugan*
> *dize la niña un cantar*
> *do los mis amores do los*
> *donde los yre a buscar*
> *mar abaxo mar arriba*
> *diziendo iba un cantar*
> *peine de oro en las sus manos*
> *y sus cabellos peinar*
> *digasme tú, el marinero*
> *que Dios te guarde de mal,*
> *si los viste a mis amores*
> *si los viste allá pasar.*
>
> (Versión del *Cancionero de Anvers*, 1550, *apud* Díaz González 1981: 11).

El estudioso recoge así mismo otros testimonios, entre ellos, versos en el Romance del Nacimiento (*Cancionero Sevillano*, f. 176v-177r), «dígasme tú, el mensajero», en la *Gramática castellana* de Antonio de Nebrija, «Digas tú el ermitaño, / que hazes la santa vida», en la *Antología de la poesía española. Poesía de tipo tradicional* de Dámaso Alonso y José Manuel Blecua, «Dígasme, tú, el ermitaño», o en el *Sermón* de 1550 de Cipriano de Huerga, «Digas, pastorcico / que guardas el ganado, / ¿si eres enamorado?» (*apud* Calderón 1996: 236).

Sabemos que Gil Vicente a lo largo de su producción incluyó «fragmentos de la memoria oral […] [como] romances, cantigas de amigo, canciones, refranes, serranillas, ensaladas, himnos» (Navas 2004: 157), según algunas de las designaciones de la didascalia de la *Copilaçam*; unas veces, son sus propias reelaboraciones con base en temas populares, otras, «recogidas, plasmadas e interpoladas directamente en sus autos» (Navas 2004: 157), en ocasiones apenas recuerda con una frase o con un

hemistiquio un poema anterior ya conocido. Este es el procedimiento utilizado en el Auto de la *Sebila Cassandra* por Gil Vicente, el más numeroso, el de la intertextualidad, es decir, aquel proceso por el cual el autor gracias a «unas pocas palabras [consigue la] activación de la memoria para el público que asistiera a su representación» (Navas 2004: 166), aunque recordemos que «el Romancero portugués y el español constituyen una unidad pan-ibérica […] pues desde hace seis siglos, por lo menos, conforman un mismo *corpus*» (Fontes 1997, I: 9, *apud* Navas 2004).

Nos es grato traer aquí, a este IV Congreso Internacional de Lingüística Histórica, esta pequeña aportación en la que apreciamos el interés de Manuel Altolaguirre y Concha Méndez en unir en su revista *1616* tradición y modernidad, y más en concreto la lírica de Gil Vicente presente en el Auto en español de la *Sebila Cassandra*, en una publicación vanguardista editada en Inglaterra y en edición bilingüe. Queda, así, ahora el recuerdo de aquel grupo de trabajo dirigido, en los años 80, por Luís Filipe Lindley Cintra para editar la obra completa de Gil Vicente, entre los que se incluían el Prof. Ivo Castro, Maria Idalina Resina Rodrigues, Maria Ana Ramos, Osório Mateus, Elsa Gonçalves, entre otros muchos, incluida la autora de este texto.

Referencias

Altolaguirre, Manuel. 1933. *Garcilaso de la Vega*. Madrid: Espasa Calpe.

Barrera López, José María. 2005. «Revista *Isla* entre la vanguardia y la tradición». In *Revistas Literarias Españolas del siglo XX (1919-1975)*, ed. y coord. general Manuel J. Ramos Ortega, 317–346. Madrid: Ollero y Ramos.

Calderón, Manuel. 1996. *La lírica de tipo tradicional de Gil Vicente*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares.

Camões, José (dir.). 2002. *As obras de Gil Vicente*, vols. I y V. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Díaz González, Joaquín. 1981. «La mañana de San Juan en el romancero». *Revista de Folklore* 6: 11–13.

Ferré, Pere. 1982-1983. «El romance 'Él reguñir, yo regañar' en el *Auto da Sibila Casandra* de Gil Vicente». *Revista Lusitana* 3: 55–57.

Fontes, Manuel da Costa. 1997. *Portuguese and brazilian balladry*. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies.

Instituto Cervantes. http://www.cervantes.es/bibliotecas_documentacion_espanol/biografias/fez_manuel_altolaguirre.htm [consulta 08.07.2017].

Mendes, Margarida Vieira (ed.). 1992. *Gil Vicente*, *Cassandra*. Lisboa: Quimera.

Muñoz Rojas, José Antonio. 1981. «Introducción». In *1616 (English & Spanish Poetry). Editores e Impresores Concha Méndez y Manuel Altolaguirre*, IX–X. Topos Verlag/Ediciones Turner: Vaduz/Madrid.

Navas Sánchez-Élez, María Victoria. 2004. «Originalidad, reelaboración e intertextualidad en las composiciones romancísticas de Gil Vicente». In *Gil Vicente: clásico luso-español*, coords. María Jesús Fernández García y Andrés Pociña López, 157–179. Mérida: Editora Regional de Extremadura.

Osuna, Rafael. 2005. «*1616 English and Spanish Poetry:* una revista de Manuel Altolaguirre y Concha Méndez». In *Revistas Literarias Españolas del siglo XX (1919-1975)*, ed. y coord. general Manuel J. Ramos Ortega, 347–366. Madrid: Ollero y Ramos.

Petersen, Suzanne. *Pan-Hispanic Ballad Project*, Universidad de Whashington. https://depts.washington.edu/hisprom/optional/balladaction.php?igrh=0171 (31.07.2018).

Trend, John Brande. 1981. «Cantiga». In *'1616' (English & Spanish Poetry*). *Editores e Impresores Concha Méndez y Manuel Altolaguirre*, 29. Topos Verlag/Ediciones Turner: Vaduz/Madrid.

39. Da transcrição como exercício de escolho múltiplo

Ariadne Nunes

IELT, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

José Camões

Centro de Estudos de Teatro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

No século XVIII, diversos pareceres da Real Mesa Censória mostram que o desrespeito de determinada grafia era motivo a ter em conta na proibição de um texto, o que aponta já para a existência de uma norma ortográfica vinculativa; no entanto, a variação que se observa entre impressos e manuscritos de um mesmo texto faz hesitar o editor moderno no estabelecimento de critérios de transcrição.
Questiona-se em que medida a grafia adoptada na passagem a escrito de um texto é constitutiva do próprio texto, reflectindo-se sobre o grau de intervenção de um editor perante lições vilipendiadas, muitas vezes pelo próprio autor. Recorrendo a exemplos paradigmáticos, argumenta-se a favor da modernização ortográfica, em textos do século XVIII.

Palavras-chave: edição crítica, critérios, transcrição, estabelecimento de texto.

Ivo Castro qualifica como pedra de toque de qualquer edição o estabelecimento do texto (Castro 2002: IX). Esta operação decorre da transcrição efectuada a partir de critérios, cuja selecção é, no caso da filologia portuguesa, objecto de ampla e frequente discussão, à falta de tradições manuscritas plurais, como já em 1986 concluíra com Maria Ana Ramos (Castro e Ramos 1986: 101). Nesse artigo, delimitam-se os níveis de intervenção do editor na transcrição que conduz ao estabelecimento de um texto. Distingue-se entre o que é designado por aspectos estratégicos da transcrição em oposição aos seus aspectos tácticos. Enquanto os primeiros implicam as grandes decisões prévias e gerais quanto ao plano da edição, os aspectos tácticos serão as normas concretas aplicáveis a cada caso. A decisão entre a conservação ou a modernização da letra do texto insere-se na estratégia da transcrição. A regra genérica enunciada é a de que a edição será mais ou menos conservadora consoante o público visado: se o texto se destinar a um público erudito, a transcrição será conservadora; se,

em sentido oposto, se pretender uma ampla divulgação do texto em causa, a opção será por uma transcrição modernizadora.

O que pretendemos, neste artigo, é: (i) discutir se o modo como o texto é transcrito, isto é, representado graficamente, é constitutivo do próprio conceito de texto e se desta posição decorrem algumas consequências quanto à opção – conservadora ou modernizadora – a adoptar na transcrição; (ii) reflectir sobre o modo como as especificidades próprias do texto dramático, designadamente o facto de ser um texto para produção oral, podem ter consequências no estabelecimento de critérios de transcrição a adoptar, e que dificuldades acrescidas resultam de tais especificidades na passagem de um texto a escrito; (iii) convocar os pareceres da Real Mesa Censória, que denunciam desrespeito pela norma ortográfica, como instrumento auxiliar de uma argumentação favorável à escolha de critérios tendentes à modernização ortográfica na transcrição dos textos de teatro do século XVIII. Argumentar-se-á, portanto, a favor de critérios actualizadores da grafia na edição destes textos.

1. Transcrição

A transcrição é, de acordo com o glossário de Crítica Textual disponibilizado pela Universidade Nova de Lisboa[530], o «processo de produção de um novo testemunho de um texto, feito de acordo com critérios previamente definidos, tendo em vista as características do texto e do público a que se destina». Os dois aspectos que pré-determinam o rumo da transcrição são, pois, os apontados por Castro e Ramos: as características do texto e o público a que se destina.

Considerando os destinatários da edição actual de textos antigos – e no caso pensamos em textos de teatro do século XVIII –, parece-nos estar a ganhar terreno a prática da modernização, uma vez que o público especializado, a quem se destinariam as edições conservadoras de grafias, em boa verdade dispensa a transcrição, pois consegue ler os originais[531]. Tal público erudito tem cada vez menos necessidade de edições que reproduzam a forma/letra dos originais, uma vez que o acesso à reprodução de manuscritos e edições *principes* se encontra facilitado e difundido com

[530] (http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm#219, consultado a 9 de fevereiro de 2018.)
[531] A propósito dos leitores de livros antigos, Leite de Vasconcelos (1902: 10) afirma que, uma vez que estes apenas interessam a pessoas «de certa educação intelectual», não é preciso «cometer barbaridades nos textos» (i.e. modernizações da grafia).

a massificação da internet e dos recursos digitais das bibliotecas e arquivos onde normalmente se encontram depositados. A *praxis* modernizadora observa-se quando se tem em vista a transmissão do texto e a sua fruição pelo leitor. Se o fim da transcrição for outro que não a leitura, por exemplo o estudo linguístico do texto, efectuado através de suportes electrónicos que permitam mecanismos de pesquisa e indexação, terão, necessariamente, de se observar critérios distintos, e a conservação da grafia antiga poderá ser o que melhor serve tais fins. Assim também no caso de estudos de literacia – que farão sentido sobretudo em casos de existência de uma norma ortográfica. Mas, sendo o objectivo da edição a difusão e leitura do texto por um público não especializado, como será o caso dos textos de teatro do século XVIII, a conservação da grafia antiga não a facilita, pelo contrário, sendo defensável, portanto, a modernização gráfica.

Ora, se quanto a uma transcrição conservadora não se põe em causa que exista uma fidelidade à língua do texto e, consequentemente, ao próprio texto, importa saber até que ponto a modernização vai contra ela e pode, em consequência, dar origem a um texto diferente. Não se consideram, obviamente, as hipóteses de modernizações lexicais ou, ainda, de transposição de verso para prosa.

A discussão entre modernização ou não de regras de transcrição poderia, então, pensar-se como dependente de um determinado conceito de texto: perante uma concepção idealista como a de Tanselle[532], de acordo com a qual o texto é apenas um modelo abstracto, que pode ser concretizado fisicamente conforme as instruções de cada momento, nada obstaria a uma modernização da transcrição do texto. As regras de transcrição anunciadas em cada edição serão as instruções em consonância com as quais o texto se materializa. Assim, como abstracção, ao ser concretizado, o texto obedece à regra do momento em que é transcrito, sem necessidade de respeito pelo modo como foi passado a escrito inicialmente, uma vez que a materialização não é constitutiva do texto. Tanselle distingue entre obras que podem sobreviver como artefactos, como a pintura, a escultura e a arquitectura, que só existem ao materializar-se e nos chegam como testemunhos directos do passado, e obras que têm que ser

[532] «Whatever concept of authorship one subscribes to, the act of Reading or listening to receive a message from the past entails the effort to discover, through the texto (or texts) one is presented with, the work that lies behind.» (Tanselle 1992: 18).

recomeçadas por um sujeito de cada vez para existirem – como a música ou a literatura. Estas dependem, pois, sempre da interpretação para se materializarem, ou seja, o texto não existe, só existem actualizações suas. Na medida em que cada leitura reflecte um tempo histórico, nada obsta à modernização da ortografia para a leitura da época em que está a ser feita, de cada vez que o texto se materializa. O texto nem sequer implica necessariamente a «possibilidade tipográfica», que é só uma das suas possibilidades de concretização, uma vez que ele pode tomar forma em cena, por exemplo. E, sendo assim, no caso de textos escritos para teatro, é claro que cada uma das vezes que o texto é dito em palco – e nunca será dito duas vezes exactamente da mesma maneira –, é ainda perante o mesmo texto que se está, apesar das suas diferentes concretizações.

Já Jerome McGann[533] afirma que a condição textual se caracteriza pela variação, não reconhecendo a existência de um modelo abstracto, que seria o texto, mas apenas os modos concretos em que se actualiza. Cada uma das materializações constitui um diferente «*gesto* histórico», sem que o texto possa ser tido como existindo em absoluto, suspenso no fundamento ideal dos originais puros. Se o momento e o lugar históricos mudam, os leitores mudam, os saberes mudam, e o texto muda igualmente, porque toma forma de modos diferentes, e é cada uma dessas materializações que constitui ontologicamente o texto. O código bibliográfico, isto é, o conjunto de elementos materiais e afins que, não tendo natureza textual, colaboram no modo como o leitor entende o texto, é, de acordo com McGann e na senda de McKenzie (2006: 35–45), constitutivo do texto, integrando-o. Ou seja, não há texto independente do seu código bibliográfico, pelo que os formatos em que o texto se apresenta têm que ser estudados para que os conteúdos sejam entendidos.

Seguir a concepção materialista de McGann não parece que conduza, no entanto, a um resultado diferente, em termos de critério e estratégia a adoptar na transcrição. Reconhecer a variação como condição do texto implica reconhecer a possibilidade de diferente materialização do texto e que a leitura deve ser histórica e reveladora da história do texto. Qualquer uma das formas de transcrição, conservadora ou modernizadora, originaria, na concepção de McGann, textos diferentes, pelo que a opção por uma ou outra das formas de transcrição se prenderá com as razões

[533] «The textual condition's only immutable law is the law of change.» (McGann 1991: 9).

estratégicas argumentadas por Ivo Castro e Maria Ana Ramos. A legibilidade do estabelecimento do texto que é feito pela transcrição é uma delas[534].

O acto de transcrição incide, pois, sobre a superfície do texto. Se, mesmo em casos em que o que está em causa é a escolha das palavras a fixar ao editar, feita por norma em resultado da colação e da conclusão pela necessidade de intervenção editorial no texto – a *emendatio* –, se pode admitir estar-se ainda perante o mesmo texto (porque se trata de alterações pontuais que não põem em causa a globalidade do texto), independentemente da concepção que dele se tenha – idealista ou materialista –, assim será, por maioria de razão, quando o que muda é apenas a forma como as palavras aparecem escritas.

Estas premissas apresentam-se, sobretudo, quando se procede à edição de textos que sofreram «uma espécie» de cristalização formal resultante de uma escassa cadeia de transmissão, ou seja, textos de que se conhece apenas um testemunho, tendo ficado «suspensa» a sua transmissão, que uma edição moderna visa retomar, ou textos de que se conhecem testemunhos muito distantes no tempo.

Apresentam-se de seguida reflexões resultantes da observação de dificuldades concretas decorrentes da edição de textos de teatro até ao século XVIII, quando não existam manuscritos autógrafos e nos encontremos perante textos cuja edição se integra numa «filologia do original ausente», utilizando a terminologia proposta por Ivo Castro (1999: 165)[535]. No caso do teatro, alia-se à inexistência de manuscritos autógrafos o escasso número de testemunhos (ao contrário do que acontece, por exemplo, na poesia de Cancioneiro ou nas Crónicas), o que diminui os escolhos da

[534] Elsa Gonçalves, na sua resenha às edições da lírica galego-portuguesa, refere ser fim das edições críticas oferecer «uma leitura que facilita a sua legibilidade, sem renunciar a exigências de fidelidade, mas realizando as operações ecdóticas adequadas à restituição de um texto que, aproximando-se o mais possível da forma originária, garanta uma correcta interpretação e fruição estética da mensagem» (2016: 471), realçando a legibilidade como critério de edição e, consequentemente – porque se trata de uma tarefa prévia –, de transcrição.

[535] Por oposição a filologia do *original presente*, a que já se juntou, como previa, a do *escritor presente*, tendo em conta as edições *ne varietur* estabelecidas pela crítica. As organizadas pelo próprio autor são uma prática de séculos, de que damos o exemplo de Juan del Encina, autor de escritos para teatro, extraído do *Proemio al duque y duquesa de Alba* do seu *Cancionero* (1496: 6r–6v): «Y yo con ese deseo y esfuerzo me atreví agora a sacar esta copilación de mis obras, viéndome favorecido de tan alta señoría. Y la principal causa de las que a ello me movieron fue ésta; y también porque andaban ya tan corrompidas y usurpadas algunas obrecillas mías que como mensajeras había enviado adelante, que ya no mías, mas ajenas, se podían llamar. Que de otra manera no me pusiera tan presto a sumar la cuenta de mi labor y trabajo. Mas no me pude sofrir viéndolas tan maltratadas, levantándoles falso testimonio, poniendo en ellas lo que yo nunca diré ni me pasó por pensamiento».

opção com que o editor se debate, resumindo-os, quando muito, ao confronto entre testemunhos impressos, por vezes com intervalos de décadas, alguns com história enigmática.

Casos pacíficos de escolha são aqueles cujas implicações são apenas gráficas, como a separação de palavras e a pontuação segundo as regras do tempo da transcrição, ou o desenvolvimento de abreviaturas, a simplificação de consoantes duplas; a mudança da letra *u* com valor de consoante para *v* ou de *j* com valor vocálico para *i*, entre outros exemplos – mesmo muitas transcrições conservadoras o fazem, dando lugar a designações como a de edição semi-diplomática.

Mais problemáticas são outras opções de modernização. Vejam-se, por exemplo, as longas listas de critérios que frequentemente acompanham as edições críticas. O consenso, quanto ao limite da modernização, tem vindo a ser expresso no respeito pelo que possa constituir testemunho do que terá sido a realidade fonética da língua na época de produção dos textos[536]. «Enquanto à ortografia, assentamos aproximar-nos da moderna, nunca porém de maneira que a pronúncia sofresse alteração, dando uma voz moderna pela antiga», já referem Barreto Feio e Gomes Monteiro, quando, em 1834, publicam em Hamburgo a primeira edição moderna das Obras de Gil Vicente (1834: VII). Os problemas começam ao aceitar-se, muitas vezes ingenuamente, as diferenças gráficas das lições dos testemunhos como indício de diferentes realizações fonéticas[537]. Há casos em que se pode ter a certeza de que assim é, quando são confirmados pela rima, por exemplo, e demais aspectos prosódicos. Outros casos há em que a conservação leva a uma quase hipercorrecção ao manter formas já arcaicas e em desuso, como acontece com a palavra *solemne*, que todos os gramáticos dos séculos

[536] Sirva de exemplo a edição do *Teatro Completo de Camões*, com fixação de texto de Vanda Anastácio (2005: 68): «Na fixação dos textos que aqui se apresentam, optou-se por um critério de ligeira modernização, tendo sido eliminadas as características da fixação escrita da língua na época que não correspondessem a realizações fonéticas ou fonológicas concretas».

[537] Fredson Bowers classifica de «hopeless task» a tentativa de manutenção de uma grafia que pretendesse conservar a diferença da pronúncia (1966: 131), acrescentando: «(…) every partially modernizing editor deceives the critic in some respects about the author's language by offering as meaningful variants that are often no more than indifferent alternative spellings which, at least in the text in question, have lost any pronunciation differences that may have had, or – otherwise – have no significance as any longer representing distinct forms of linguistic concern» (p. 132). Advoga, então, uma modernização total, sem necessidade de respeito por considerações de ordem fonética (excepcionando os casos de rima, que trata como questão à parte), uma vez que não é possível afirmar indiscutivelmente a existência de uma relação entre ortografia e fonética, na maioria dos textos dramáticos (p. 133).

XVI e XVII condenam, e que Franco Barreto, quando em 1671 edita a *Ortografia* de Duarte Nunes de Leão, de 1576, apelida de ridícula (1671: 148).

A questão que se coloca é, por um lado, definir o que é um erro a corrigir. O que para o editor moderno é preservação da língua da época seria, já na época, um erro. A identificação do erro e o gesto de correcção nem sempre se encontram isentos de dificuldades. Quando se trata dos chamados erros óbvios, normalmente atribuídos a tipógrafos ou copistas, não há pejo em corrigi-los, na medida em que o objectivo da crítica textual tradicional é a *constitutio textus*, isto é, a reconstituição do texto transmitido pelo arquétipo ausente, mediante a selecção das lições que se considerem certas ou da sua conjectura quando toda a tradição apresentar lições tidas como incertas. Os erros evidentes são desconsiderados e corrigidos, sendo apenas registados no aparato crítico.

Por outro lado, e salvaguardando as distâncias que advêm do facto de se ter sobre os textos olhares históricos necessariamente diferentes, cremos que um editor do século XXI não teria o mesmo comportamento, na correcção de certos erros menos evidentes, que um editor coevo do texto perante um manuscrito destinado à publicação. Pelo que sabemos, um editor setecentista não tem hesitações em corrigir o texto de determinado autor em função das normas gramaticais e ortográficas vigentes no seu tempo. Um editor familiarizado com a produção textual do século XVIII vai-se progressivamente apropriando dos diversos usos de escrita, até que consegue criar um padrão que lhe permite discernir o conservado na grafia por mera inércia e não por conformidade a qualquer regra ou como reflexo do estado de desenvolvimento das regras de fixação ortográfica da época, o que pode determinar opções de modernização da transcrição. Todavia, outros editores do século XXI, mais escrupulosos, prudentes ou inseguros, tenderiam a conservar uma grafia arcaizante, tanto porque se acham na tradição de uma qualquer veneração do antigo[538], como porque a distância que os afasta do tempo da escrita os faz ser mais cautelosos na tentativa de reconstrução de circunstâncias que não viveram[539].

[538] Actualmente, factores externos às vontades de editor e autor podem determinar a adopção de uma norma. Em Portugal, neste tempo de transição de uma norma ortográfica para outra em função do Acordo Ortográfico de 1991, a casa editora sobrepõe-se ao autor, que, quando muito, pode exigir uma nota de responsabilidade. Em relação aos artistas, as coisas talvez sejam diferentes.

[539] Em casos de emenda de erro e não apenas de actualização ou não da transcrição, é eloquente neste sentido o comportamento evidenciado por Ivo Castro no seu trabalho editorial do *Livro de José de*

Veja-se o comportamento adoptado por cada um dos tipos de editor referidos perante um caso como o da forma *solemne* antes referido. Qualquer editor antigo a partir da edição de Franco Barreto (1671) corrigiria *solemne* para *solene*; um editor do século XXI familiarizado com os costumes gráficos do século XVIII não teria também pejo em modernizar para a forma actual *solene*; no entanto, outro editor actual, mais inexperiente e conservador, poderia tender a manter *solemne*, por considerar que uma maior fidelidade aos testemunhos dos tempos distantes que chegam até hoje permitiria recuperar o tempo histórico da sua produção com mais exactidão[540]. O gesto de correcção no século XVIII é, pois, idêntico ao de modernização do século XXI, sendo que a conservação no século XXI conduziria, neste caso, à perpetuação do que se considerava uma forma «errada»[541].

Ora, se o editor do século XVIII não hesitaria em corrigir, faz sentido o escrúpulo do editor actual que pode conduzir à fixação de um erro? Perante um original e um impresso com a mesma data, com duas ou mais lições graficamente divergentes, como deve actuar o editor, designadamente considerando que o impresso pode – ou não – ter sido objecto de revisão pelo autor? E deverá a opinião dos censores, autoridades na

Arimateia: enquanto, na edição que faz na sua tese de doutoramento, adopta uma «atitude defensiva (...) no tratamento do erro e da emenda a respeito do manuscrito quinhentista do *José de Arimateia*» (Dionísio 2013: 160), conforme a um «desejo de emendar o menos possível» que leva não só à preservação «de passos obscuros que são imputáveis ao compilador do manuscrito por serem *daquele* códice», bem como à manutenção de corrupções involuntárias que não tornem o texto «truncado, desconexo, incompreensível», mais tarde (2003-2006 e 2009) afasta-se desta atitude conservadora, sendo um dos motivos concorrentes para esta demarcação o «próprio conhecimento pessoal do texto do José de Arimateia, que veio a ser fortalecido depois de 1984» (Dionísio 2013: 161), data da mencionada tese de doutoramento.

Já quanto a critérios de transcrição, Ivo Castro, no texto de 2009 sobre a edição de *José de Arimateia*, reafirma a opção por uma solução conservadora que preservasse as idiossincrasias ortográficas de cada um dos copistas do códice que edita (apresentando, pois, as oscilações gráficas entre eles), ainda que sem perder «de vista que há leitores a servir», identificando-os «como leitores exigentes que não gostam de ser tratados com condescendência», o reconhecimento de que, em qualquer caso, no campo bibliográfico, «haverá ainda espaço, e então de modo mais justificado, para uma edição normalizada» (Castro 2009: 9) indica que a opção conservadora seria tomada tendo em vista o público preciso a que se destina e a par da existência de uma edição modernizadora. Trata-se, em qualquer caso, de um manuscrito quinhentista, época na qual a oscilação gráfica era ainda mais acentuada do que no século XVIII, que agora consideramos.

[540] Uma vez que se trata de uma realidade de que o editor moderno está distante – nas palavras de Osório Mateus, «não vi nem fiz, estou cego e surdo» (2002: 234) –, e que o objectivo do editor é no sentido de recuperar as circunstâncias históricas de produção do texto e transmiti-las de modo a serem percebidas, a conservação de grafias divergentes e uma maior fidelidade aos testemunhos dos tempos distantes que chegam até hoje justificariam a conservação. É, de certo modo, esse o argumento de Ivo Castro no texto referido na nota anterior (Castro 2009: 9).

[541] A designação é utilizada pelos tratadistas de ortografia desde, pelo menos o século XVI (cfr. Duarte Nunes de Leão 1576).

escrita e ortografia na época, e que se afirmam como tal, ser tomada em consideração pelo editor?

2. Especificidades do texto teatral

No caso dos textos de teatro, o problema complica-se visto que uma das suas especificidades reside no facto de ser concebido e produzido para ser dito em voz alta. A situação é, de certa forma, a inversa daquela em que pensamos ao editar modernamente um texto antigo de outro género: no teatro, a escrita deve, tanto quanto possível, dar conta das sonoridades da língua, ao passar a escrito um texto concebido para ser dito. Na medida em que a convenção teatral até ao século XVIII se encontra próxima de um modo realístico de representação do real, passe o pleonasmo, o teatro pode correr o risco de se instalar como documento de um estado da língua, mais do que os textos entendidos como puramente literários. Como é que, então, a sua passagem para o registo escrito pode dar conta desse fenómeno?

Só uma «grafia fonética», que sabemos não ser o caso da norma portuguesa, poderia aproximar-se de uma qualquer pronúncia antiga (cf. *calidade*, *sabês*, *cajo*, etc.), e de outras ainda activas na língua de hoje (*a iágua* ou *a iáuga*). Se mais não fosse, esta circunstância poderia ser suficiente para apartar o teatro dos demais textos no momento de estabelecer normas de transcrição a aplicar-lhe. Seria, pois, necessário «inventar» por vezes uma grafia que correspondesse de facto a uma oralidade[542], e que talvez fosse condenada pelas autoridades linguísticas do momento da escrita. Ou seja, tanto no momento inicial de produção do texto como em posteriores edições, procedimentos desta natureza podem implicar desvios à norma gráfica coeva da escrita, resultantes ou de ignorância da norma ou de arte do autor e ser, portanto, deliberados.

Veja-se o exemplo dado pelo primeiro gramático português, Fernão de Oliveira, no capítulo XIV da sua *Gramática* (1536), que tenta ser normativo, mesmo que isso

[542] Repare-se, a título de exemplo, nos seguintes versos do *Auto dos Escrivães do Pelourinho*:

Cá me querem casar
muito em que me pês
vinde-vos apresentar
olhai que fazeis...

Existe rima entre o segundo e quarto versos. Foi necessário, na edição em *Teatro português do século XVI. Teatro profano. Vol. I*, edição de José Camões, 2007, acentuar a forma do verso *pesar* e alertar em nota para a grafia da forma do verbo *fazer*, reflexo de uma normalização ortográfica que desfaz a rima e não conserva memória da realização fonética, a que corresponderia a forma *fazês*.

implique ir contra a grafia utilizada por Gil Vicente, que reconhece como autoridade: «Mas entre nós eu não vejo algũa vogal aspirada senão nestas interjeições: *uha* e *aha* e nestoutras de riso *ha ha he*, ainda que me não parece este bô riso português, posto que o assi escreva Gil Vicente nos seus autos» (Oliveira 1536: [fl. 10]). Na verdade, é assim como denuncia Fernão de Oliveira, que o riso aparece grafado no *Auto da Índia* de Gil Vicente[543]:

> *Ha ha ha ha ha ha,*
> *estará bem graciosa*
> *quem se vê moça e fermosa*
> *esperar pola ira má.*

Normalmente, a fixação dos textos de teatro em letra de forma é posterior à sua apresentação nos tablados. A esta particularidade acresce o complexo sistema da sua transmissão, que inclui borrões, cópia limpa, outras cópias, partes de actores. Para quem está menos familiarizado com o sistema teatral, implementado a partir do século XVI, é conveniente enunciar o percurso que um texto podia percorrer entre origem e destino: do original do autor o empresário mandava fazer uma cópia integral destinada ao Ponto, para seguir os ensaios, e outras parciais correspondentes aos textos de cada personagem (as partes ou papéis), de que constava a chamada «deixa», que eram distribuídas pelos distintos actores. Tudo isto era feito pela mesma mão, que, contrariamente ao que se esperaria, revela inconstância na aplicação do sistema ortográfico.

A indisciplina em matéria ortográfica era, como veremos, marca dos profissionais da escrita de teatro, autores e copistas incluídos, que chegam a instalar uma espécie de ambiente caótico com que impressores coevos e editores posteriores terão de lidar. Para além das opções individuais que muitas vezes não são coincidentes, as idiossincrasias eram levadas a extremos de variação pessoal, aparentemente arbitrária. É comum encontrar num mesmo testemunho oscilações gráficas dos mesmos

[543] Vicente, Gil, *Compilação de todalas obras de Gil Vicente*, Lisboa, João Álvarez, 1562, f. 195v. Se bem que o testemunho seja o de um impresso quase 25 anos posterior ao comentário de Fernão de Oliveira, é possível que se trate da cópia de um folheto coevo do autor, que sabemos ter existido, pelos registos que dele fazem os catálogos de Hernán Colón, anteriores a 1536: no *Abecedarium B*, col. 825, com o *incipit* e sem número de registo : «Iesu que he ora isto he por que se vay armada, 15170»; e no *Supplementum*, f. 16v: «Gil Viceinte [*sic*], Representança en coplas portuguesas de una muger que ydo su marido a las Yndias se allegó a otros, 15170, 4º, 2 cols».

vocábulos, fenómeno que se repete ao longo dos séculos[544]. Paradigmático deste modo de produção, e que se institui como exemplar objecto de estudo das questões enunciadas, é o abundante conjunto de testemunhos escritos da intensa actividade teatral da segunda metade do século XVIII, como veremos.

3. Real Mesa Censória

Se bem que se possa considerar um relativamente elevado número de manuscritos de teatro no acervo da Real Mesa Censória conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, um primeiro exame leva a concluir que a grande maioria da produção é oriunda de oficinas de copistas, como era uso corrente. É de salientar que os teatros tinham os seus próprios profissionais da cópia, prática que se mantém até ao século XX. Constata-se que uma percentagem significativa dos manuscritos é constituída por testemunhos limpos, de uma(s) mesma(s) letra(s), com poucos cancelamentos atribuíveis a hesitações autorais; muitas das intervenções textuais são, aliás, atribuíveis a censores, revisores ou compositores de tipografia. Em muitos casos, os impressos compostos a partir dos manuscritos submetidos à censura encontram-se também no mesmo fundo arquivístico, tendo sido eles próprios sujeitos a conferência e apuro, de que exibem traços.

Importa recordar rapidamente o processo de licenciamento: um requerimento acompanhava a obra a licenciar e dava entrada na Instituição. Em conferência, a Mesa designava um relator principal – o revedor – que examinava o texto e emitia um parecer, coadjuvado por outros dois deputados. O parecer fundamentava o despacho exarado pela Mesa, em nova conferência, que podia escusar ou suprimir o texto. Em caso de escusa, o texto era devolvido ao requerente, que o poderia reformular; em caso de supressão, o texto era liminarmente rejeitado, ficando o manuscrito retido na Instituição. Noutros casos menos graves, a emenda era suficiente, indicando-se

[544] No século XVI a *Compilação de todalas obras de Gil Vicente*, atesta a variações morfológicas como *taes/tais*; *çapato/sapato*; *cassa/caça*; *sebandija/sevandija*; *vale/val*; *fengido/fingido*; *mulher/molher*; *ceo/ceu*; *seo/seio*; *alheo/alheio*; *Lisboa/Lixboa*; *echa/exa*; *foi/fui*; *viu/vio*; *bõa/boa*; *irmã/irmaa*; *mas/mais*; *omen/ome*/ *homẽ*, etc., que se repetem nos séculos seguintes, cf. *Musa entretenidas de vários entremeses* (1658 e 1695), ou o significativo número de Miscelâneas teatrais factícias da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, mantendo-nos no universo das publicações de teatro. Se considerássemos os testemunhos manuscritos, o rol aumentaria consideravelmente.

pontualmente passagens a eliminar ou a alterar, cuja observância possibilitava a impressão.

Permanecendo desconhecido e inédito[545], o *corpus* teatral português da segunda metade do século XVIII sobrevive, à parte um reduzido número de autógrafos, quase exclusivamente em manuscritos e impressos, distribuídos pelas seguintes tipologias:

a) textos que acompanhavam os requerimentos apresentados, nos quais foi exarado o despacho de censura;

b) textos de que subsistem impressos ou manuscritos anteriores ou posteriores ao apresentado a exame, que se perdeu.

Há ainda casos de que apenas se tem notícia da sua submissão à censura – e conhecendo-se, portanto, apenas os títulos –, não se conservando qualquer testemunho dos textos. Normalmente a notícia é colhida nos livros da Real Mesa Censória que registavam o expediente das conferências, como a entrada de requerimentos, a distribuição de obras aos examinadores, acrescentando, por vezes, o despacho proferido nas conferências posteriores.

Por vezes, conserva-se o manuscrito que foi suprimido em determinada ocasião, tendo o texto conhecido edições anteriores e posteriores. Constituem o material de *collatio*, e do cotejo do manuscrito censurado com os testemunhos impressos detectam-se diferenças que podem ter estado na origem da proibição, possibilitando assim o restauro da lição do arquétipo.

Uma análise dos pareceres e despachos emanados da Real Mesa Censória permite conhecer as várias razões para a proibição dos textos:

(i) de ordem política;

(ii) de ordem moral ou de atentado ao decoro e bons costumes;

(iii) de ordem de gosto e de estética:

(iv) de ordem genológica – má composição, que não está conforme às regras do género;

(v) falta de graça, evidenciando puerilidade, inverosimilhança, ou «gosto à espanhola»[546];

[545] O catálogo dos títulos de teatro submetido às instâncias censórias, para impressão ou representação, e que obtiveram despacho de proibição na segunda metade do século XVIII, encontra-se disponível em www.teatroproibido.ulisboa.pt. A edição dos textos está em curso em www.cet-e-setecentos.com.

[546] A comédia espanhola era, neste período, condenada por inverosimilhança e por denotar um gosto antigo.

(vi) desvirtuamento da finalidade do teatro;

(vii) inobservância das regras da gramática e da ortografia.

É este último fundamento que interessa considerar no momento de proceder à edição de qualquer um daqueles textos[547].

Tomaremos como modelar o caso de *Frederico II da Prússia*, de Dom Félix Moreno de Monroy, de que existem um manuscrito no fundo da Real Mesa Censória (ANTT, Real Mesa Censória, cx. 224, n.º 397) e o respectivo impresso, de que se conservam exemplares em mais do que uma biblioteca. Feito o confronto entre o manuscrito e o impresso existente na biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian (TC 40), destacam-se, logo no paratexto da folha de rosto, as seguintes alterações: (i) a supressão do género («drama em três actos», conforme o manuscrito), seguida da preposição *por*; (ii) a substituição do nome do autor, no manuscrito, pelas suas iniciais, no impresso; e a alteração da indicação das personagens – *interlocutores*, no impresso, em vez de *pessoas que falam*, como referido no manuscrito (Figura 1).

[547] Os problemas ortográficos são a causa invocada para a recusa de licença de impressão nos seguintes pareceres: (i) 12 de Novembro de 1770, a propósito da impressão da comédia *As Lágrimas da Beleza São as Armas que Mais Vencem, em que a ortografia seguida é classificada de «péssima»; (ii) de 27 de Novembro de 1771, em que se refere que os impressos de Falsidades de D. Fermim, Enganos de D. Tufézio e Logração do Velho Paul «*vêm cheios de solecismos na sintaxe e de barbarismos na ortografia*»*.

Friderico Segundo Rey de Prussia

Drama em tres actos

Interlocutores

Pessoas que falão

Friderico Rey de Prussia. — Christina, criada de Carlota.
Henrique Freslow, General degradado. — Huma Actriz.
Carlota sua Mulher. — Hum Ajudante.
Manfeld, Pay, Conselheiro. — Hum Estalajadeiro.
Manfeld, Filho, Capitão. — Hum Engenheiro Francez.
Quintus, Coronel e confidente del Rey. — Dois Pertendentes.
Saldem, e Molendorf, Generaes. — Dois Meninos.
Coro de Musica. — Tres Soldados.

Acto Primeiro.

COMEDIA NOVA
INTITULADA
FRIDERICO SEGUNDO
REI DE PRUSSIA,
POR
D. F. M. DE M.
INTERLOCUTORES.

Friderico II. Rei de Prussia. — *Huma Actriz.*
Henrique Freslow, General degradado. — *Hum Ajudante.*
Carlota sua Mulher. — *Hum Estalajadeiro.*
Manfeld, Pay, Conselheiro. — *Hum Engenheiro Francez.*
Manfeld, Filho, Capitaõ. — *Dois Pertendentes.*
Quintus, Coronel, e confidente del Rei. — *Dois Meninos.*
Saldem, e Molendorf Generaes. — *Tres Soldados.*
Christina, criada de Carlota. — *Coro de Musica.*

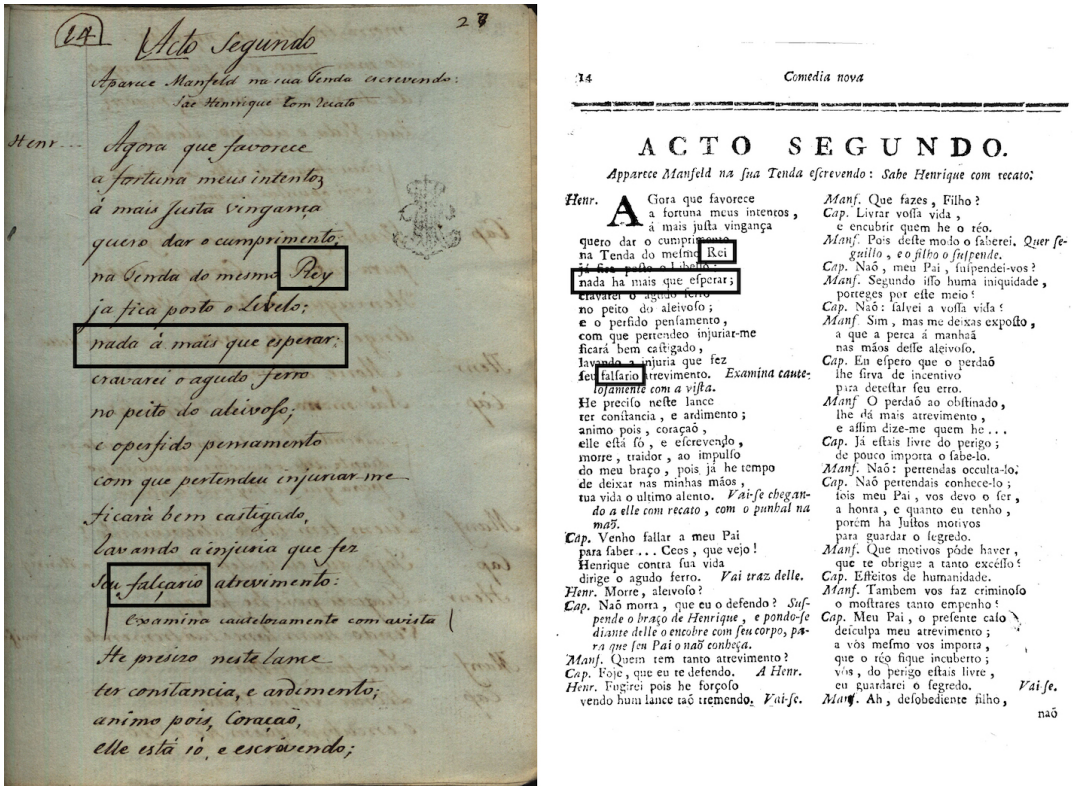
ACTO PRIMEIRO.

A Scena representa huma casa pobre, a hum lado da qual haverá huma banca com apparelho de escrever, e huma luz: Junto a ella apparecem Carlota, e Christina dormindo, vendo-se-lhe nas mãos as meias que estavaõ fazendo. Ao apparecer Henrique daõ no Relogio tres horas.

Henr. JA' faõ tres horas, e ainda
Carlota, e Christina estaõ
trabalhando á competencia
para poder conservar
nossa parca subsistencia.
Que acto de heroicidade!
Oh virtude incrivel! Quanto
és digna de apreço!
Negar-se ao proprio descanço
Ama, e Criada ao mesmo tempo,
para que á manhã naõ falte
á esta familia o sustento?
O coraçaõ se commove!
Ah Ceos, todo me enterneço!
Se naõ fosse, oh cara Esposa,
por ti, e essa fiel Criada,
A que

Figura 1. ANTT RMC, Caixa 224, nº 397 / Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (TC 40)

No texto da comédia propriamente dito, assinalam-se correcções óbvias como, no início do acto segundo, do ainda hoje frequente erro por confusão entre a contracção da preposição *a* com o artigo definido feminino do singular e a forma homófona do verbo haver. Sistemática é a moderna utilização do *i* latino em vez do *y* grego, nos ditongos – como em *rei* –, e as padronizações de formas vocabulares como *falçario* com **cedilha** ou *maons* com **n** em vez de til sobre a primeira vogal do ditongo, *relogeo* com **eo** e *tiatro* com **i**. Pode admitir-se que estas alterações pretendam obedecer ao despacho exarado no final do manuscrito que concede a licença de impressão condicionada à correcção ortográfica: «imprima-se emendada a ortografia e volte a conferir» (Figura 2).



Acto Segundo

Aparece Manfeld na sua Tenda escrevendo: Sae Henrique com recato

Henr. Agora que favorece
a fortuna meus intentos,
á mais justa vingança
quero dar o cumprimento,
na Tenda do mesmo Rey
já fica posto o Libelo;
nada á mais que esperar;
cravarei o agudo ferro
no peito do aleivoso;
e o perfido pensamento
com que pertendeu injuriar-me
ficará bem castigado,
lavando a injuria que fez
seu falsario atrevimento:
Examina cautelosamente com a vista
He preciso neste lance
ter constancia, e ardimento;
animo pois, Coraçaõ,
elle está lá, e escrevendo;

14 Comedia nova

ACTO SEGUNDO.

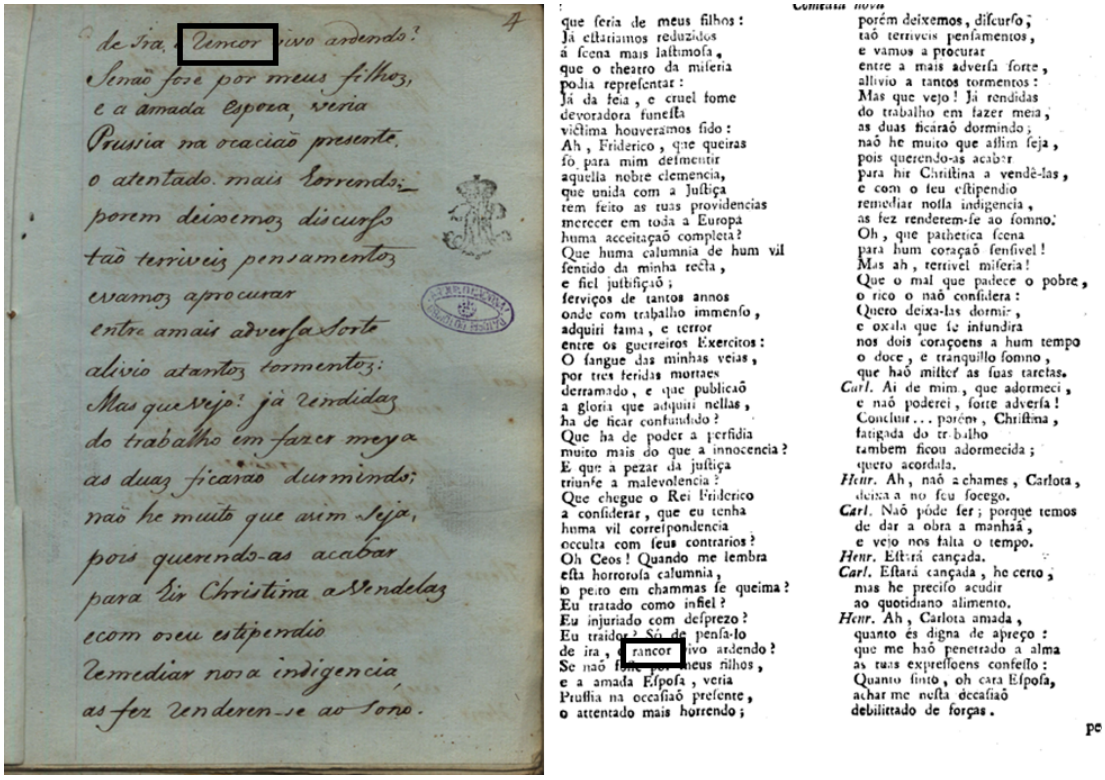
Apparece Manfeld na sua Tenda escrevendo: Sahe Henrique com recato:

Henr. AGora que favorece
a fortuna meus intentos,
á mais justa vingança
quero dar o cumprimento,
na Tenda do mesmo Rei
já fica posto o Libelo;
nada ha mais que esperar;
cravarei o agudo ferro
no peito do aleivoso;
e o perfido pensamento,
com que pertendeo injuriar-me
ficará bem castigado,
lavando a injuria que fez
seu falsario atrevimento. *Examina cautelosamente com a vista.*
He preciso neste lance
ter constancia, e ardimento;
animo pois, coraçaõ,
elle está lá, e escrevendo,
morre, traidor, ao impulso
do meu braço, pois já he tempo
de deixar nas minhas mãos,
tua vida o ultimo alento. *Vai-se chegando a elle com recato, com o punhal na maõ.*
Cap. Venho fallar a meu Pai
para saber ... Ceos, que vejo!
Henrique contra sua vida
dirige o agudo ferro. *Vai traz delle.*
Henr. Morre, aleivoso?
Cap. Naõ morra, que eu o defendo? *Suspende o braço de Henrique, e pondo-se diante delle o encobre com seu corpo, para que seu Pai o naõ conheça.*
Manf. Quem tem tanto atrevimento?
Cap. Foje, que eu te defendo. *A Henr.*
Henr. Fugirei pois he forçoso
vendo hum lance taõ tremendo. *Vai-se.*
Manf. Que fazes, Filho?
Cap. Livrar vossa vida,
e encubrir quem he o réo.
Manf. Pois deste modo o saberei. *Quer segallo, e o filho o suspende.*
Cap. Naõ, meu Pai, suspendei-vos?
Manf. Segundo isso huma iniquidade,
porteges por este meio?
Cap. Naõ: salvei a vossa vida?
Manf. Sim, mas me deixas exposto,
a que a perca á manhaã
nas mãos desse aleivoso.
Cap. Eu espero que o perdaõ
lhe sirva de incentivo
para detestar seu erro.
Manf. O perdaõ ao obstinado,
lhe dá mais atrevimento,
e assim dize-me quem he ...
Cap. Já estais livre do perigo;
de pouco importa o sabe-lo.
Manf. Naõ: perrendas occulta-lo.
Cap. Naõ perrendais conhece-lo;
sois meu Pai, vos devo o ser,
a honra, e quanto eu tenho,
porém ha justos motivos
para guardar o segredo.
Manf. Que motivos póde haver,
que te obrigue a tanto excésso?
Cap. Effeitos de humanidade.
Manf. Tambem vos faz criminoso
o mostrares tanto empenho?
Cap. Meu Pai, o presente caso
deiculpa meu atrevimento;
a vós mesmo vos importa,
que o réo fique incuberto;
vós, do perigo estais livre,
eu guardarei o segredo. *Vai-se.*
Manf. Ah, desobediente filho,
naõ

Figura 2. ANTT RMC, Caixa 224, nº 397 / Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (TC 40)

Uma edição moderna de *Frederico II da Prússia* teria que começar por escolher o testemunho base. Ainda que se considerasse o manuscrito, quanto ao estabelecimento do texto, teria-se-ia o mesmo gesto do editor de setecentos na correcção do erro que é a confusão entre a contracção da preposição e o artigo definido e a forma homófona do verbo *haver*, mas poder-se-ia hesitar na conservação do *y* grego e na grafia das demais palavras referidas, mesmo que, nestes casos, não resultassem diferenças fonéticas entre as duas formas de fixação.

Mais espinhoso é o caso, que nitidamente parece ter implicações fonéticas, de *rencor* no manuscrito e *rancor* no impresso (Figura 3).



de ira, rancor vivo ardendo?
Senão fosse por meus filhos,
e a amada Esposa, veria
Prussia na ocasião presente
o attentado mais horrendo;
porem deixemos discurso
taõ terriveis pensamentos,
vamos a procurar
entre a mais adversa sorte
alivio a tantos tormentos:
Mas que vejo! já rendidas
do trabalho em fazer meya
as duas ficaraõ dormindo;
naõ he muito que assim seja,
pois querendo-as acabar
para Sr. Christina a Mendelaz
com o seu estipendio
remediar nossa indigencia
as fez renderem-se ao sono.

que seria de meus filhos:
Já estaríamos reduzidos
á scena mais lastimosa,
que o theatro da miseria
podia representar:
Já da feia, e cruel fome
devoradora funesta
victima houveramos sido:
Ah, Friderico, que queiras
só para mim desmentir
aquella nobre clemencia,
que unida com a Justiça
tem feito as tuas providencias
merecer em toda a Europa
huma acceitaçaõ completa?
Que huma calumnia de hum vil
sentido da minha recta,
e fiel justificaõ;
serviços de tantos annos
onde com trabalho immenso,
adquiri fama, e terror
entre os guerreiros Exercitos:
O sangue das minhas veias,
por tres feridas mortaes
derramado, e que publicaõ
a gloria que adquiri nellas,
ha de ficar confundido?
Que ha de poder a perfidia
muito mais do que a innocencia?
E que a pezar da justiça
triunfe a malevolencia?
Que chegue o Rei Friderico
a considerar, que eu tenha
huma vil correspondencia
occulta com seus contrarios?
Oh Ceos! Quando me lembra
esta horrorosa calumnia,
o peito em chammas se queima?
Eu tratado como infiel?
Eu injuriado com desprezo?
Eu traidor? Só de pensa-lo
de ira, rancor vivo ardendo?
Se naõ fosse por meus filhos,
e a amada Esposa, veria
Prussia na occasiaõ presente,
o attentado mais horrendo;

porém deixemos, discurso;
taõ terriveis pensamentos,
e vamos a procurar
entre a mais adversa sorte,
alivio a tantos tormentos:
Mas que vejo! Já rendidas
do trabalho em fazer meia,
as duas ficaraõ dormindo;
naõ he muito que assim seja,
pois querendo-as acabar
para hir Christina a vendê-las,
e com o seu estipendio
remediar nossa indigencia,
as fez renderem-se ao somno.
Oh, que pathetica scena
para hum coraçaõ sensivel!
Mas ah, terrivel miseria!
Que o mal que padece o pobre,
o rico o naõ considera:
Quero deixa-las dormir,
e oxalá que se infundira
nos dois coraçoens a hum tempo
o doce, e tranquillo somno,
que haõ mister as suas tarefas.
Carl. Ai de mim, que adormeci,
e naõ poderei, sorte adversa!
Concluir... porém, Christina,
fatigada do trabalho
tambem ficou adormecida;
quero acorda-la.
Henr. Ah, naõ a chames, Carlota,
deixa a no seu socego.
Carl. Naõ póde ser; porque temos
de dar a obra a manhaã,
e vejo nos falta o tempo.
Henr. Estará cançada.
Carl. Estará cançada, he certo,
mas he preciso acudir
ao quotidiano alimento.
Henr. Ah, Carlota amada,
quanto és digna de apreço:
que me haõ penetrado a alma
as tuas expressoens confesso:
Quanto sinto, oh cara Esposa,
achar me nesta occasiaõ
debilitado de forças.

pe

Figura 3. ANTT RMC, Caixa 224, nº 397 / Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (TC 40)

A tendência do editor moderno será a de conservar a forma que no século XVIII se considerou desviada da norma, **rencor**[548], sobretudo se desconhecer a existência do impresso. É bem possível, no entanto, que se trate apenas de um erro de copista ou de autor ignorante da regra vigente, uma vez que esta forma não se acha registada em nenhum repertório vocabular, sendo de admitir, uma vez mais, que a correcção no impresso se tenha devido ao despacho censório que já vimos.

Mais complexo é o caso de um texto a fixar a partir da cópia dos chamados papéis de actores, sobretudo quando são testemunhos únicos do texto. Em Portugal são escassíssimos os exemplares anteriores ao século XIX que subsistem, pelo que não há modelo nem prática editorial para o comportamento a adoptar na fixação do texto. No fundo da Real Mesa Censória, conservam-se «as partes de actores» de um texto de que não se encontrou até agora uma cópia integral contínua (ANTT, Real Mesa Censória, cx. 324, n.º 2309). Não se conserva a folha de rosto, desconhecendo-se, pois, o título.

[548] Bowers (1966: 144) – «we must recognise with humility that many features of an old-spelling text are retained because of our ignorance, not because of our knowledge».

Trata-se seguramente de um entremez, integralmente preenchido por um outeiro nocturno, certame poético que consiste na glosa de motes lançados ao desafio, cuja função é, como se diz no texto, a de fazer rir. Neste caso, verdades lendárias da vida de Santo António, venerado na margem sul do Tejo, comentadas por um leque de personagens estereotipadas: o Poeta, a Dama, o Estrangeiro e o Marujo.

Uma edição moderna terá de reconstituir a ordenação do texto, interpolando as diversas partes. Este trabalho é de algum modo facilitado pelo realce da deixa, normalmente sublinhada: «e cada vez está mais caro – toma tabaco» (Figura 4).

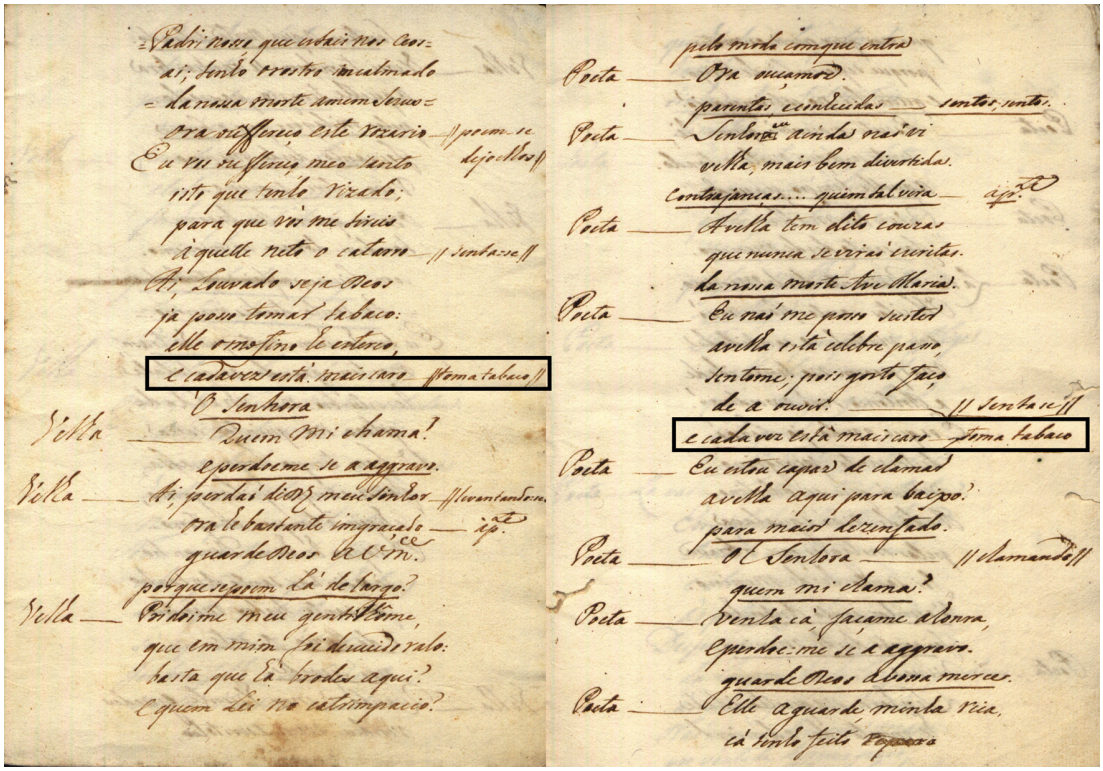


Figura 4. ANTT, RMC, Caixa 324, n.º 2309

Isto implica, obviamente, que uma grande percentagem do texto se encontra duplicada, copiada na fala da personagem e na deixa de outra. Contudo, no momento da colagem, o editor é surpreendido pela diversidade de formas gráficas de um mesmo vocábulo, copiadas da mesma fonte única – o testemunho íntegro – escritas pela mesma mão, no mesmo tempo. Assim, verifica-se na fala de uma personagem a forma «ora deus lhe **dei** saúde», a que se contrapõe, na cópia com a deixa, «ora deus lhe **dê** saúde». Claro que o texto a editar contemplará uma só vez cada fragmento, mas a

escolha recairá sobre qual? Uma decisão prévia poderia considerar que incidisse sobre as falas e não considerasse as deixas, uma vez que estas seriam meras repetições. Mas neste caso concreto que apresentamos, a forma «errada» *dei* encontra-se justamente no papel do actor que interpreta a personagem do Poeta. Ora o pedantismo que caracterizava estas figuras no teatro português do século XVIII não se coaduna com o uso de formas populares, como esta. E, de facto, na deixa para a personagem do Estrangeiro, aparece a forma verbal padronizada. Não é caso único, e os exemplos deste tipo multiplicam-se nestas cópias. É de referir a oscilação *pexe/peixe* numa mesma personagem do Marujo, quer em registo da deixa quer na cópia da fala: seria previsível que a personagem usasse a forma *pexe*, de acordo com outras marcas idiolectais que abundam no seu discurso, como *sirmão* por *sermão*.

Quando se trata de fixar a língua portuguesa deturpada por personagens estrangeiras, o problema agudiza-se. É notória uma sistemática oscilação entre formas, como, por exemplo *senhoires/senhores*. Se bem que seja perceptível uma intenção de assinalar formalmente um uso defeituoso da língua portuguesa, ela nem sempre se faz sentir com a constância desejável. De reduzido número de casos pontuais que se resolvem com a estatística, passa-se a uma frequência muito superior de inconsistências, que não podem ser tomadas como intencionais, pelo contrário[549]. Tratando-se da mesma personagem, o que se espera é que mantenha o mesmo registo oral que a escrita tentaria reproduzir. No texto em foco, nas falas do Estrangeiro, a alternância entre *senhoires/senhores* não privilegia incontestavelmente uma das formas, sendo praticamente idêntico o número de ocorrências de cada uma delas. Contudo, o facto de coexistirem pode ser atribuído à desatenção com que o copista elaborou o seu trabalho, esquecendo-se da idiossincrasia linguística da personagem e, assim, de «deturpar» a palavra em todas as intervenções do Estrangeiro[550].

[549] Quando um vocábulo aparece escrito de maneiras diferentes sendo o número de ocorrências de uma delas muito superior à outra, é prática comum a opção por esta última, uniformizando-se a grafia.

[550] Esta tradição remonta, pelo menos, ao século XVI, onde num mesmo texto para teatro convivem níveis de língua diversos. Se no teatro de Camões é possível encontrar léxico próprio dos níveis popular e familiar, já nas odes e sonetos, por exemplo, o próprio género impede a utilização de vocabulário considerado desadequado à forma literária. Mais evidente se torna o fenómeno quando se trata de éclogas. Uma écloga para teatro, como as dos salmantinos Juan del Encina ou Lucas Fernández, é portadora de um sistema linguístico que difere do das éclogas para leitura, silenciosa ou não. De tal maneira essa consciência se encontra instalada na composição de textos teatrais do século XVI que muitas vezes é, a um tempo, matéria e assunto do próprio teatro. Lembremo-nos das personagens nobres disfarçadas de pastores ou vilões já no tempo de Gil Vicente (*Dom Duardos*, *Viúvo*) em que a mudança da linguagem concorre para a eficácia do próprio disfarce.

Adicionalmente, os casos em que um estrangeiro tenta representar graficamente o som de uma palavra numa língua que não conhece são também reveladores de que uma representação gráfica não tem que ser necessariamente mantida por corresponder a uma representação fonética – e suprimi-la não implica apagar um vestígio da história da língua[551].

Não se encontrou, até agora, nenhum registo nos livros da Real Mesa Censória nem nenhum parecer que se pudessem relacionar com este texto, privando-nos de comentários sobre a correcta, ou incorrecta, ortografia que as discrepâncias evidenciadas no texto poderiam suscitar.

Todavia, abundam os casos em que *os problemas de ortografia são referidos, nos pareceres dos revedores, seja exigindo-se a correcção, sem que se chegue a recusar a licença solicitada, seja escusando ou suprimindo as obras. Não são raras as ocasiões em que se aponta a deficiência da versão portuguesa que prejudica um original de mérito, como n' O Hipicondriaco*, com parecer favorável de 22 de Fevereiro de 1769. Aí se refere que «O tradutor exprimiu com felicidade o texto original, mas exprimiu-o em uma ortografia e pontuação tão exótica e ridícula, que é bem se lhe advirta que não deite a perder com ela uma comédia tão excelente». Não escapam à ortografia viciosa nas traduções portuguesas os nomes já conceituados de autores europeus como Molière e Goldoni. É assim que nos pareceres de 20 de Setembro e de 19 de Outubro 1770, a propósito de traduções de comédias destes autores, pela pena de António Pereira de Figueiredo se dispõe, por um lado, que «A comédia intitulada *O Avarento*, traduzida do original de Molière, é digna de se imprimir, contanto que o tradutor emende a péssima ortografia que usa», e por outro que «A comédia de Goldoni, que tem por título e por assunto *O Mentiroso*, nada contém que deva embaraçar que se imprima, contanto que se emende a ortografia, que ordinariamente é péssima».

Os termos genéricos e superlativos estendem-se igualmente aos casos em que a deficiente ortografia é causa invocada para a recusa de licenciamento sugerida pelo

[551] Veja-se, por exemplo, a inclusão de traços que se pretende como correspondendo aos da língua italiana na fala da personagem Valério, no entremez *O estrangeiro namorado*. Neste caso, em que há dois manuscritos censurados, um de 1770 e outro de 1771, com algumas variantes entre si, um dos traços de variação que é possível observar é, no manuscrito de 1771, uma acentuação do que se pensaria ser a língua italiana, ao escrever *Adio* por *Adeo*, *tuto* por *tudo*, *lo dá* por *o dá*, *mio* por *mim* ou *fato* por *faze*.

parecer. No entanto, por vezes exemplificam-se os erros, como no parecer datado de 24 de Outubro de 1768, para a ópera *O mais heróico valor*, em que se dão como exemplos de uma «ortografia tão errada como é vulgo escrever *iterno, estimolos, adequerir, deceplina, sounho, tromento, vallor, resuloção, detreminar*». Ora, estes exemplos mostram, por um lado, casos em que o editor moderno teria tendência a conservar – como *deceplina* –, e, por outro, outros em que poderia hesitar – como *iterna* ou *sounho* –, mas que a instância censória, que exerce o seu poder de autoridade também em matéria de língua, não hesita em censurar por errados.

Estes são casos, aliás, análogos a muitos em que se encontra variação entre os impressos e manuscritos da época, como os de oscilação *e/i* em início de palavra ou em fim de sílaba – *eterno*/*iterno*, *adequerir*/*adquirir* – visível, por exemplo, entre os dois testemunhos manuscritos de *O estrangeiro namorado*, p. e. nas palavras *mestura*/*mistura*, *homecida*/*homicida*, *ridicularia*/*redicularia*, *prevenidas*/*previnidas*, *emporta*/*importa* –, ou os casos de troca entre vogal e líquida, que aparecem com líquida e vogal: *tromento* e *detreminar*, também comuns a outros testemunhos setecentistas.

4. Conclusão

Até há pouco tempo, depois de ultrapassada a dúvida dicotómica entre conservar/modernizar, a fixação dos textos era feita pelos editores com vista a uma possível uniformização de critérios, se bem que, paradoxalmente, fomentassem uma diversidade irreconciliável, mas gradualmente foram surgindo tendências que consideram cada objecto caso a caso.

Como vimos, por um lado, é preciso ter em conta que o comportamento do editor moderno não é igual perante textos produzidos ao longo da História, mesmo da recente, como os do século XVI – ou anteriores – e outros do século XVIII. Aliás, existem casos de prevalência de formas com uso atestado, como a forma *tabalião*, que Duarte Nunes de Leão dá como exemplo de forma «errada» que deve ser «emendada» (1576: fl. 71v): um editor distante no tempo tem tendência a conservar *tabalião* por ser foneticamente diferente de *tabelião*, designadamente ao verificar que, mesmo em testemunho do século XVII, não se encontra nenhuma ocorrência de *tabelião* contra

variadíssimas de *tabalião*[552]. Ou seja, o editor moderno entra com um tipo de considerações adicional, por exemplo de ordem estatística, para justificar uma opção conservadora que respeite a língua da época, enquanto o contemporâneo da escrita se limitaria ao critério da correcção ortográfica e até morfológica. Um uso condenado pelas autoridades gramaticais que persista pode ser tomado, e bem, como lição a estabelecer pelos editores modernos. Se no século XVI a forma com **a** estava activa na língua, quase mesmo em exclusividade, mas no XVIII, as suas atestações são diminutas, a manutenção dessa forma em edições modernas de textos do século XVIII não terá a justificação de reflectir o estado da língua da época como, tratando-se de um texto do século XVI, poderia ter.

Por outro lado, a arbitrariedade ortográfica do impressor, do tipógrafo compositor e a (conjecturada) do autor, no caso dos impressos de teatro dos séculos XVI a XVIII, não deve ser tomada em conta, sendo o olhar dos editores modernos sobre as formas gráficas apresentadas, ao pretenderem a conservação de formas arcaicas, resultado de uma sacralização do antigo que poderá não ter justificação. A opção por critérios de transcrição conservadores não pode servir para velar uma incapacidade de intervenção crítica, sendo que um olhar rápido pelas páginas preliminares de edições críticas sobre as opções de conservar ou modernizar grafias permite reconhecer um espaço de debate em relação à segunda, que se torna patente nas subsequentes recensões. Isto é, quando o editor opta por conservar a grafia do testemunho que transcreve, raramente essa escolha é objecto de discussão em posterior recensão da edição, ao contrário do que acontece quando é tomada a opção de modernizar, amplamente debatida na recepção crítica destas edições. Porque a modernização põe em causa a sacralidade do original, tem que ser debatida. Veja-se, por exemplo, a recensão crítica de Ramón Lorenzo à edição de Rip Cohen das Cantigas de Amigo, publicada na revista *Românica*, em que se critica a decisão de Cohen de escrever uma palavra «de igual forma cada vez que ocorre no mesmo poema ou no mesmo poeta», afirmando-se:

> *Eu non acepto esta «doutrina» e non son partidário de unificar a língua, porque na época medieval é mui frecuente que aparezan variantes no mesmo texto, debido a que*

[552] Na edição dos textos de teatro de autores portugueses do século XVI preparada pelo Centro de Estudos de Teatro, conservou-se a forma «errada» na edição. Mas a verdade é que não se encontrou nenhuma ocorrência de *tabelião* contra variadíssimas de *tabalião* (mesmo em testemunhos do século XVII, como a *Aulegrafia* de 1619 ou o Cioso, dos doutos Jorge Ferreira de Vasconcelos e António Ferreira).

> *a língua está nun período de evolución e o mesmo autor pode utilizar dúas ou mais variantes fonéticas. Por iso considero que non se deben unificar as distintas formas e que deben transcribirse todas as variantes, mesmo cando están na mesma cantiga, porque todas elas son válidas.* (Lorenzo 2005: 219–220)

A familiaridade com os textos adquirida através da experiência com os manuscritos, impressos e despachos censórios, sem nunca esquecer as especificidades do texto dramático, dotará o editor da argúcia necessária que lhe permitirá distinguir no seu gesto editorial a diferença entre modernizar e corrigir, e, portanto, ter consciência de que determinada forma não é marca de um estado arcaico do registo da língua, mas sim um erro de ortografia cometido em época aparentemente tolerante com a grafia multiforme. Note-se, no entanto, que a maior parte dos pareceres fundamenta a recusa de licenças em critérios ortográficos, podendo corroborar as decisões editoriais modernas.

O cuidado de não tocar nos factos de língua, imperativo em qualquer edição de texto antigo, ganha especial significado quando se trata de textos de teatro. Mas não pode pôr em causa a legibilidade do texto, que impõe a modernização e, muitas vezes, o silenciamento, por exemplo, de oscilações. A sua manutenção poderia ser importante como vestígios da língua, mas, num tempo em que se banalizou o acesso aos materiais que os mostram ao público interessado, terá deixado de se justificar.

Referências

Anastácio, Vanda (ed.). 2005. *Teatro Completo de Camões*. Lisboa: Edições Caixotim.

Barretto, Joam Franco. 1671. *Ortografia da lingua portugueza*. Lisboa: officina de Joam da Costa.

Bowers, Fredson. 1966. «Editing of early dramatic texts». *Textual and Literary Criticism.* Cambridge: University Press. 117–150.

Camões, José (ed.). 2007. *Teatro português do século XVI. Teatro profano. Vol. I*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Castro, Ivo, e Maria Ana Ramos. 1986. «Estratégia e táctica de transcrição». In *Critique textuelle portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais. 99–122.

Castro, Ivo. «Prefácio». 2002. *As obras de Gil Vicente.* Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. VI–X.

Castro, Ivo. 2008-09. «Editando o Livro de José de Arimateia». *Filologia e Linguística Portuguesa* 10-11: 345–364. Disponível em http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2009_Editando_Arimateia.pdf (consultado em 9 de Fevereiro de 2018).

Dionísio, João. 2013. «*Com o mesmo nome*. Sobre o pensamento filológico de Ivo Castro». In *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*, ed. Rosario Álvarez, Ana Maria Martins, Henrique Monteagudo e Maria Ana Ramos – 155–166. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

D. L. R. 2015. *O estrangeiro namorado*. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro.

Encina, Juan del. 1496. *Cancionero*. Salamanca.

Feio, J. V. Barreto e J. G. Monteiro Gomes. 1834. «Advertência». *Obras de Gil Vicente*. Hamburgo: Langhoff. III–IX.

Gonçalves, Elsa. 2016. «Sobre edições da lírica galego-portuguesa: uma reflexão». In *De Roma ata Lixboa*. *Estudos sobre os cancioneiros galego-portugueses,* ed. João Dionísio, Henrique Monteagudo e Maria Ana Ramos – 455-500. A Coruña: Real Academia Galega.

Leão, Duarte Nunes de. 1576. *Ortografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: João de Barreira.

Lorenzo, Ramón. 2005. «Recensão crítica a Rip Cohen, *500 cantigas d'amigo. Edição crítica de - / Critical Edition by_*. Porto: Campo das Letras. 2003». *Românica: Revista de Literatura*. Lisboa: Edições Colibri. 217–228.

Mateus, Osório. 2002. *De teatro e outras escritas*. Organização de Maria João Brilhante, José Camões e Helena Reis Silva. Lisboa: Quimera / Centro de Estudos de Teatro.

McGann, Jerome J. 1991. *The textual condition*. Princeton: Princeton University Press. McKenzie, D. F. 2006 . «The book as an expressive form». *The Book History Reader*. Edição de David Finkelstein e Alistair McCleery. 2ª ed. London: Routledge. 35–46.

Oliveira, Fernão. 1536. *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: em casa de Germão Galharde.

Rebelo, Manuel Coelho. 1658. *Musa entretenida de vários entremeses*. Coimbra: Manuel Dias.

Rebelo, Manuel Coelho. 1695. *Musa entretenida de vários entremeses* Lisboa: Bernardo da Costa de Carvalho.

Tanselle, Thomas. 1992. «The nature of texts». *A rationale of textual criticism*. Philadephia: University of Pennsylvania Press. 11–38.

Vasconcelos, José Leite de. 1902. *Gil Vicente e a linguagem popular*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.

Vicente, Gil. 1562. *Compilação de todalas obras de Gil Vicente*. Lisboa: João Álvarez.

Outros instrumentos:

Glossário de Crítica Textual: http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm#219 (consultado a 6 de Fevereiro de 2018).

Camões, José (coord.), Maria João Almeida, Bruno Henriques e Ariadne Nunes. 2015. *Teatro proibido e censurado em Portugal no século XVIII*, Centro de Estudos de Teatro: http://www.teatroproibido.ulisboa.pt/indexFirst.jsp (consultado em 29 de Janeiro de 2018).

40. A linguística histórica e o léxico diferencial: variação dialetal e sociolinguística de alguns regionalismos do Português falado na ilha da Madeira

Naidea Nunes Nunes

Universidade da Madeira / CLUL e UMa-CIERL

Apresentamos os resultados qualitativos e quantitativos de um inquérito semântico-lexical sobre regionalismos madeirenses, aplicado junto de estudantes naturais da ilha da Madeira que frequentaram o primeiro ano do ensino superior na Universidade da Madeira, no ano letivo de 2016/2017, para aferir o (re)conhecimento e uso de alguns regionalismos característicos do Português falado na Madeira. Para observarmos a vitalidade dos regionalismos enquanto património linguístico e cultural com valor identitário da sociedade madeirense, comparamos os dados recolhidos junto dos estudantes oriundos de diferentes localidades e respetivos concelhos, tendo em conta o fator geográfico (rural *vs.* urbano), mas também os resultados obtidos do ponto de vista do fator de variação sociocultural sexo ou género. O fator dialetal ou variável geográfica pode ser bastante relevante, no caso das palavras mais antigas, conservadas nas áreas mais isoladas, por oposição às mais comuns ou correntes, usadas também na cidade do Funchal, capital do Arquipélago da Madeira, apresentando, por isso, maior prestígio social. Assim, podemos aferir até que ponto as novas gerações tenderão a deixar de (re)conhecer e usar os vocábulos marcados como regionais e sentidos como ruralismos.

Palavras-chave: léxico e semântica diferencial, linguística histórica, dialetologia, variação sociolinguística, análise qualitativa e quantitativa.

O léxico é a componente linguística que melhor expressa a ligação intrínseca entre a língua e a cultura. O léxico diferencial de uma região espelha a realidade histórica, geográfica, etnográfica e socioeconómica que a caracteriza. Neste estudo lexicológico, dialetal e sociolinguístico, apresentamos os resultados de um inquérito semântico-lexical sobre regionalismos madeirenses aplicado junto de 40 jovens madeirenses, que frequentaram o primeiro ano do ensino superior na Universidade da Madeira, no ano letivo de 2016/2017, para aferir o (re)conhecimento e uso de alguns regionalismos característicos do Português falado na Madeira e observar a sua vitalidade, enquanto léxico diferencial, ou seja, património linguístico e cultural com valor identitário da

sociedade madeirense. Além disso, pretendemos comparar os dados recolhidos, tendo em conta o fator geográfico (rural *vs.* urbano), e descrever os resultados obtidos do ponto de vista do fator de variação sociocultural de género, observando até que ponto esta variável se revela marcante, também no que diz respeito às diferenças lexicais e semânticas existentes entre os meios rurais e a área urbana.

Descreveremos os dados qualitativos semântico-lexicais, bem como os resultados quantitativos da variação local e sociocultural no uso de alguns regionalismos madeirenses e classificaremos estes de acordo com a sua origem, o seu conhecimento e uso por parte dos falantes em arcaísmos, populismos, empréstimos, neologismos regionais e regionalismos madeirenses correntes. Muitos regionalismos madeirenses são resultado do conservadorismo de léxico do Português antigo (arcaísmos), a par de alguns neologismos regionais (lexicais e semânticos), geralmente associados a particularidades etnográficas e socioculturais da região, designadamente *brinco* ou *brinquinho* (‘instrumento musical do folclore madeirense’). Estes dialetalismos podem ser simultaneamente classificados como: arcaísmos e populismos, quando se trata de palavras antigas (origem) características do Português popular (uso), por exemplo *(ar)rejeiras* (‘suspensórios’); e neologismos ou empréstimos, no caso de serem elementos lexicais importados de outras línguas, por exemplo *passapalo* (‘petisco’). O fator dialetal é relevante, sobretudo no caso das palavras antigas, conservadas nas áreas mais isoladas ou rurais, por oposição aos vocábulos correntes, usados na cidade do Funchal, capital do Arquipélago da Madeira, apresentando, por isso, maior prestígio social.

Trata-se de um estudo de cariz dialetal, etnográfico e sociolinguístico, que parte da noção de regionalismos como palavras ou significados próprios de uma região, enquanto léxico diferencial, evidenciando aspetos histórico-geográficos, etnoculturais e sociais. O estudo do vocabulário de uma região pode, assim, contribuir para um melhor conhecimento da linguística histórica, neste caso da sua lexicologia e, consequentemente, da História da Língua Portuguesa, permitindo compreender a formação do Português regional e a mudança linguística histórica e atual.

1. Enquadramento teórico

Partimos dos pressupostos teórico-conceptuais e metodológicos da Dialetologia e da Sociolinguística como modelos de recolha e análise dos materiais linguísticos no estudo da variação geográfica e social de alguns regionalismos madeirenses. Como referem Mateus e Cardeira (2007: 21), «cada dialeto é, ele próprio, um sistema próprio, um sistema de elementos e regras que admite, tal como a língua, variação. Assim, se a língua tem norma e variação, também o dialeto tem norma e variação», ou seja, uma língua é constituída pela totalidade dos seus dialetos, sendo que estes partilham a mesma natureza variacional das línguas. Por conseguinte, dentro do dialeto madeirense, poderá haver uma variedade culta regional falada na cidade do Funchal e pressão social dessa norma sobre os jovens escolarizados, enquanto nos restantes concelhos mais rurais da ilha teremos uma variedade regional mais popular. Até que ponto esta realidade linguística (norma culta *vs.* norma popular), a existir, se reflete no (re)conhecimento e uso dos regionalismos madeirenses e estes tenderão a ser mais usados nas zonas rurais mais isoladas e, consequentemente, mais conservadoras do que na cidade do Funchal? Será esta a paisagem sociodialetal rural e urbana madeirense ou haverá um *continuum* rural-urbano no conhecimento e uso dos regionalismos, devido à circulação de pessoas com implicações socioeconómicas nas localidades e na língua falada?

De acordo com Brissos, Gillier e Saramago (2016: 31), «Os dialetos madeirenses carecem ainda de uma descrição detalhada das suas principais características, assim como de uma análise do seu conjunto, no sentido de se poder elaborar uma proposta de classificação do seu sistema dialetal». Através do estudo dialetométrico da variação lexical de 150 conceitos do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG), *corpus* constituído por materiais recolhidos nos 7 pontos de inquérito do Arquipélago da Madeira, em novembro de 1994, como respostas a um questionário linguístico com diferentes campos semânticos, os autores conseguiram identificar os principais grupos dialetais, ou seja, as principais áreas de variação lexical, comparando as duas ilhas do arquipélago entre si e estas com os resultados obtidos nos Açores. Concluíram que a subdivisão fundamental da variedade madeirense se materializa em dois grupos: «ocidente da ilha da Madeira e ilha do Porto Santo, por um lado, e centro e oriente da ilha da Madeira, por outro. Existe, assim, uma coerência areal na

distribuição da variação lexical do arquipélago, ou seja, a variação não é desordenada – nem, sequer, difícil de segmentar» (Brissos, Gillier e Saramago 2016: 37). Segundo os autores, o Porto Santo destaca-se pela semelhança com o conjunto, o que mais uma vez sugere uma unidade consistente da variedade madeirense. A nossa amostra sociodialetal da variação de algum léxico diferencial madeirense não contempla a ilha do Porto Santo, nem o concelho do Porto Moniz, no entanto pode mostrar alguma distribuição areal na ilha da Madeira que aponte no mesmo sentido: a subdivisão fundamental entre o extremo ocidente (aproximadamente concelhos da Calheta e do Porto Moniz) e a zona central e oriental da ilha (concelhos de S. Vicente, Santana, Machico, Santa Cruz, Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Ponta do Sol). Esta subdivisão dialetal difere daquela que poderíamos supor inicialmente: uma separação entre a costa sul, mais acessível e com maiores contactos entre si, e a costa norte (incluindo o concelho de Machico e parte do de Santa Cruz, correspondendo geograficamente aos efeitos climatéricos, do que parece ser uma fronteira natural quando o tempo está de sul ou de norte), de acordo com a primitiva divisão da ilha da Madeira entre os dois capitães donatários.

Sabemos que o léxico deferencial resulta de fatores extralinguísticos, sobretudo históricos e geográficos que, juntamente com o isolamento social, explicam a conservação de formas antigas de carácter popular, através da transmissão oral dos falantes pouco escolarizados, com pouco contacto com a norma. Por sua vez, o contacto com outras línguas tende a originar inovação lexical, sobretudo graças ao comércio, com grande expressão na cidade do Funchal, desde o povoamento da ilha até hoje, mas sobretudo devido à emigração da população madeirense. A amostra dialetal deste estudo, com estratificação social dos informantes, mostra-nos bem a ocorrência de variantes lexicais e semânticas conservadoras e inovadoras, características do Português falado na Madeira.

2. Metodologia de trabalho

Para a realização deste estudo, começámos por fazer uma recolha de prospeção (através de conversas informais sobre memórias de infância e juventude), junto de homens e mulheres idosos. Seguiu-se um teste de exclusão junto de falantes de outras regiões do país, em que a palavra/expressão e o seu valor semântico (supostamente

regional) eram excluídos, se fossem conhecidos. Depois, confrontámos o vocabulário recolhido de cariz regionalista, por estar relacionado com a realidade sociocultural e etnográfica madeirense, com dicionários da língua portuguesa, vocabulários madeirenses e de outras regiões de Portugal, para determinar quais as palavras que eram «verdadeiros regionalismos madeirenses», ou seja, vocábulos que só existem na Madeira e vocábulos que, embora ocorram no Português padrão ou noutras regiões do país, têm um significado específico na ilha, embora ainda não exista um levantamento sistemático e exaustivo do léxico diferencial de todas as regiões do território, sendo que alguns vocábulos podem ser reconhecidos e usados apenas em algumas localidades e não em toda uma região (como é o caso de *matina* e *matinar* com o significado de 'primeira refeição do dia' e 'tomar o pequeno-almoço', que apenas ocorre a oeste e a norte da ilha da Madeira). Também distinguimos o léxico diferencial do Português popular, ou seja, das variantes populares ou fonéticas do Português de referência, que podemos encontrar em várias regiões do país, por exemplo *baga* por *vaga* e *prantar* por *plantar*.

Com os «verdadeiros regionalismos madeirenses», construímos um questionário semasiológico, isto é, semântico-lexical, constituído por 20 vocábulos resultantes da recolha de prospeção, em que listámos o vocabulário para recolher a sua significação. Posteriormente, os inquéritos foram realizados junto dos estudantes do primeiro ano da Universidade da Madeira, no ano letivo de 2016-2017, oriundos de várias localidades da ilha da Madeira, incluindo a cidade do Funchal. O questionário, além do inquérito semântico-lexical propriamente dito, continha uma primeira parte para identificação sociocultural dos informantes, nomeadamente sexo (M – Mulher e H – Homem), idade, escolaridade, naturalidade, local de residência e de trabalho, profissão e contactos linguísticos (naturalidade dos pais e avós), de forma a podermos relacionar a variação lexical e semântica de alguns regionalismos madeirenses com a variação geográfica e sociocultural de género.

Tabela 1. Perfil sociocultural dos informantes

Nº informantes / género	**Concelhos da ilha da Madeira**	**Naturalidade dos pais e avós**
9 M + 9 H	Funchal	Santa Cruz, Machico, 2 Ponta do Sol, 2 Curral das Freiras, Boaventura
3 M + 3 H	Machico	2 Funchal
1 M + 4 H	Câmara de Lobos	S. Vicente
2 M	Calheta	Venezuela
1 M + 3 H	Ribeira Brava	Calheta
2 M	S. Vicente	S. Vicente
1 M	Ponta do Sol	Ponta do Sol
1 M	Santana	Santana
1 H	Santa Cruz	Machico

Servimo-nos dos habituais critérios de seleção dos informantes naturais dos diferentes concelhos da ilha da Madeira, com poucos ou nenhuns contactos linguísticos com outras áreas geográficas (o que nem sempre foi possível, dada a existência de alguma mobilidade interna e externa), e do método de estabelecimento de uma rede de pontos de inquérito dialetológicos. A amostra é constituída por 40 inquiridos, provenientes de várias localidades e concelhos da ilha da Madeira, dos dois sexos, em número equivalente de género e número aproximado de informantes, tendo em conta a população residente nas duas áreas comparadas: concelho do Funchal (F) com 18 informantes (9 Mulheres e 9 Homens) e restantes concelhos contemplados com 22 inquiridos (11 Mulheres e 11 Homens), nomeadamente de Santana (S), de Machico (M), de Santa Cruz (SC), de Câmara de Lobos (CL), da Ponta do Sol (PS), da Ribeira Brava (RB), da Calheta (C) e de São Vicente (SV), ficando de fora o concelho do Porto Moniz.

Figura 1. Mapa da ilha da Madeira

3. Análise qualitativa dos dados

Para procedermos à análise qualitativa dos dados, consultámos várias obras lexicográficas da língua portuguesa: o *Dicionário Houaiss*, o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo (o primeiro a documentar regionalismos madeirenses), o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (DLPC) e o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (*Priberam*), em linha, também com informações sobre o Português do Brasil. Quanto aos dicionários, vocabulários e glossários regionais, mencionamos o *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos* (DRA) de Leite de Vasconcelos (disponibilizado em linha pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), o *Dicionário dos falares de Trás-os-Montes* (Barros 2002), o glossário de *O Falar do Minho* (Gonçalves 1988), o *Dicionário de Falares as Beiras* (Barros 2010), o glossário de *O Falar de Marvão* (Simão 2011), o *Dicionário de Falares do Alentejo* (Barros 2005) e o *Dicionário de Falares dos Açores* (Barcelos 2008). No que diz respeito aos vocabulários madeirenses e listagens de vocábulos regionais, consultámos: Soares (1914), Ribeiro (1929), Santos (1945-1947), Silva (1950), Sousa (1950), Pereira (1951-1952), Pestana (1970), Caldeira (1961/1993), Silva (1985/2013) e Barcelos (2016). Incluímos também, por ordem cronológica, as definições dos vocábulos apresentadas em glossários de antigas dissertações de licenciatura, realizadas na Universidade de Lisboa, sob a coordenação do Professor

Lindley Cintra, nomeadamente Macedo (1939), Rezende (1961) e Nunes (1965), bem como de teses de mestrado e de doutoramento realizadas na Universidade da Madeira, designadamente Figueiredo (2004/2011), Santos (2007), Santos (2013) e Teixeira (2015).

Também confrontámos os vocábulos estudados com o *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Portugués* (TLPGP), do Instituto da Língua Galega, que inclui léxico dialetal do Galego, do Português de Portugal (continental, Madeira e Açores) e do Português do Brasil. De forma a enriquecer ainda mais esta pesquisa regional madeirense, incluímos referências ao vocabulário das Canárias, nomeadamente através da consulta do *Diccionario Historico del Español de Canarias* (DHECan), por ser o mais completo e atual, tanto a nível diacrónico como sincrónico. A inclusão das Canárias neste estudo deve-se às relações históricas, geográficas e linguísticas muito próximas entre os dois arquipélagos, pertencentes respetivamente a Portugal e a Espanha. Trata-se de léxico antigo, galego-luso-brasileiro, conservado nas áreas geográficas referidas.

Passamos a apresentar, em tabelas, as respostas obtidas no inquérito semântico-lexical para cada um dos regionalismos lexicais e semânticos, seguindo-se o seu confronto com as obras lexicográficas consultadas.

Tabela 2. (Ar)rejeiras e Baboseira

Regionalismos	**Significado(s)**	**Exemplo(s) de uso**
1. *(Ar)rejeiras*	‘entradas de ar’ (3 M/F).	*areja a casa* (2 M/F).
2. *Baboseira*	‘capricho, mimo’ (M/F); ‘mimos, excesso de mimos’ (3 M/F); ‘mimado’ (3 M/F); ‘ser mimado’ (M/F); ‘mimado’ (4 H/F); ‘mimos’ (H/F); ‘fazer todas as vontades a uma criança’ (H/F); – (4 H/F). ‘pessoa que tem tudo o que quer’ (2 M/M); ‘pessoa mimada’ (2 M/M e SV); ‘mimado’ (2 M/M e C); ‘mimos’ (4 M/CL, RB, C e S);	*aquilo é só baboseira* (M/F); *está cheio de baboseira* (M/F); *as crianças têm muita baboseira* (M/F); *ele tem muita baboseira* (2 M/F); *deixa-te de baboseiras* (M/F); *só tens baboseira* (H/F); *és muito baboso* (H/F); *é só baboseira!* (H/F). *o teu filho está cheio de baboseira* (M/M); *aquele pequeno só tem baboseira* (M/C); *ela tem muita baboseira* (2 M/RB e SV); *pequeno, tu és muito* ***baboseirento*** (M/PS); *a*

	‘pessoa mimada’; ‘uma pessoa muito mimada’ (M/PS); ‘demasiados mimos’ (M/SV); ‘mimado’ (3 H/CL e M); ‘tem tudo o que quer’ (H/M); ‘ser mimado’ (3 H/M, SC e RB); ‘dar afeto em demasia’ (H/RB); ‘muitos mimos’ (2 H/CL); – (H/RB).	*mãe só lhe dá baboseira* (M/C e S); *tens muita baboseira* (2 M/SV e CL); *tens muita baboseira* (2 H/M e SC); *deixa-te de baboseiras!* (H/CL); *dar baboseira* (H/RB); *és (um)* ***baboseirento****!* (2 H/CL e M); *deram-te muita baboseira* (H/CL).

(Ar)rejeira(s) (de *rij-*, «elemento de RIGIDU- ‘duro, rijo’»), no *Houaiss*, entre muitos exemplos, encontramos o vocábulo *rijeira*, mas o dicionário não indica o seu significado, nem regista a palavra como entrada lexical. No TLPGP, o vocábulo surge como «regeiras, suspensórios, Macedo 1939, 70», sendo exclusivo da Madeira. Este vocábulo apresenta variação gráfica e fonética, nomeadamente as variantes : *arrejeira*, *arregeira* e *rijeira*, *regeira* (sem a prótese do *a-*), pelo facto de ser uma forma regional essencialmente do registo oral. Em Figueiredo (1996) e no *Priberam*, *regeira*/*rijeira* é um termo da náutica, mas também «corda que o lavrador dirige aos bois na lavoira ou quando apostos ao carro», que poderá estar na origem da forma *rejeiras* ou *arrejeiras* da roupa, por analogia, estando de acordo com a possibilidade avançada por Sousa (1950: 120). Nos vocabulários e glossários madeirenses, ocorrem as variantes *regeiras*, *rigeiras*, *rijeiras*, *rejeiras*, com a aceção de «suspensórios, alças que as crianças usam para segurar as calças, presilha no vestuário» (Macedo 1939: 70; Santos 1947, vol. xi, nº 52: 178; Silva 1950: 127; Sousa 1950; Pereira 1951-1952: 256; Nunes 1965: 158; Pestana 1970: 113 e Barcelos 2016: 365). Santos (2007: 371) averba *arrijeiras* como forma popular de *rijeiras*.

Baboseira (de *baboso* + *-eira*) é um vocábulo com valor diferencial na Madeira, não contemplado no *Houaiss*. Trata-se de um termo corrente para designar ‘excesso de condescendência revelada no comportamento sobretudo das crianças’. No *corpus*, registámos a forma *baboseirento*. Trata-se de um exemplo de polimorfismo lexical do Português não normalizado, com o sufixo *-ento*, tal como *trapichento*. Estes dados parecem mostrar que a existência de polimorfismo, neste caso lexical, através de variantes morfológicas, será característico de falantes de áreas rurais. Os termos correspondentes no Português de referência são *mimo* e *mimado*, que também são conhecidos na Madeira com as mesmas aceções, embora *baboseira* e *baboso* sejam

muito mais expressivos a nível regional do que os vocábulos nacionais. No TLPGP, «baboseiras, pieguices, Rezende 1961, 272». Nos vocabulários e glossários madeirenses, surge como «criancice, mimo demasiado» (Santos 1945, vol. viii, nº 39: 145; Figueiredo 2011; Teixeira 2015: 82). Em Barcelos (2016: 84), *baboso* «mimado, que chora por tudo e por nada», por analogia com a planta denominada *babosa*, também em Macedo (1939: 35). Rezende (1961) documenta *baboseiras* como «pieguices» e *baboso* como «enlevado», mas sobretudo com o sentido de «piegas». Para Barcelos (2016: 84), *baboseira* é «mimo, que se faz a uma criança» e *baboso* significa «mimado».

Tabela 3. *Brinco/brinquinho*

Regionalismo	**Significado(s)**	**Exemplo(s) de uso**
3. *Brinco/ brinquinho*	'instrumento musical' (3 M/F); 'instrumento madeirense' (M/F); 'estar limpo' (3 M/F); 'pendente de furo na orelha' (M/F); - (1 M/F); 'limpo' (3 H/F); 'arcada' (H/F); 'como novo' (H/F); - (4 H/F). - (4 M/M e C); 'música tradicional da Madeira' (2 M/M e SV); 'instrumento musical' (3 M/CL, PS e S); 'limpo' (3 M/C, RB e SV); 'um grupo de pessoas a tocar e a cantar' (H/RB); 'instrumento tradicional madeirense' (2 H/SC e RB); 'usa-se na orelha' (2 H/M e CL); 'brincadeira' (2 H/M e RB); 'limpo' (H/CL); - (3 H/M e CL).	*Eu toco brinquinho* (M/F); *o brinquinho é usado no bailinho* (M/F); *tocar o brinquinho* (M/F); *a casa está um brinquinho* (3 M/F); *arcadas ou brincos* (M/F); *esta casa de banho está um brinco!* (H/F); *gosto do teu brinco* (H/F); *o carro ficou num brinco* (H/F). *tocar o brinquinho no arraial* (M/PS); *vamos ouvir o brinco* (M/SV); *vamos fazer um brinquinho* (H/RB); *tocar o brinco* (H/SC); *o carro está num brinco* (H/CL).

Brinco (do lat. *vinculum* 'laço, atadura' e «ato ou efeito de brincar»), no *Houaiss*, apresenta as aceções de «brincadeira, divertimento», mas também, por analogia, palavra polivalente para uma série de qualidades positivas (coisa bem feita, perfeita, arrumada e coisa muito limpa) e ainda, entre outros significados, «marca na orelha do gado», enquanto *brinquinho* (de *brinco* + *-inho*) é um brinco pequeno. Rebelo (2014: 640), a propósito de *baile* e *bailinho*, diz-nos que o último não corresponde ao diminutivo do primeiro. Escreve que «o uso do diminutivo é frequente em todo o

arquipélago, assim como o é na linguagem popular e familiar em geral, no Português. Pode acontecer que o sufixo *–inho* perca o próprio valor, fazendo parte integrante de um lexema com significado que não remete para a noção de pequenez. É o que acontece, no arquipélago, com *bailinho*, *cabrinha* e *picadinho*» e também com *brinco* e *brinquinho*, sendo que este é sinónimo de *brinco*, «grupo de pessoas que tocam e cantam», e não um «brinco pequeno» e denomina também um instrumento musical do folclore madeirense. A aceção mais antiga e que parece estar a desaparecer, sobretudo no meio urbano, é a de «grupo de pessoas que tocam e cantam».

O DLPC, além das aceções documentadas no *Houaiss*, regista a de «instrumento musical do folclore madeirense, que consiste em vários conjuntos de bonecos articulados que mexem e tocam castanholas em redor de um eixo». Cândido de Figueiredo (1981), não atesta a aceção madeirense, mas curiosamente averba, a par com «brinquedo» e «coisa muito asseada», um uso e costume da Índia portuguesa: «espécie de cegada ou grupo de palhaços, que, pelo Carnaval, cantam, tocam, dançam e esgrimem nas ruas e praças», podendo ter alguma relação com os *brincos* da Madeira, na conservação de uma tradição portuguesa antiga. O *Priberam* também documenta o termo *brinquinho* como instrumento do folclore madeirense, desconhecendo igualmente a aceção de *brinco* e *brinquinho* enquanto grupo de pessoas que tocam e cantam, andando de casa em casa, nas épocas festivas, mas também nos arraiais. O DRA apenas regista *brinco* da ovelha e *brincos* das orelhas ou «arrecadas», em Guimarães.

No que se refere aos vocabulários madeirenses, Santos (1946, vol. viii, nº 40: 208) documenta *brinco* como «grupo de indivíduos, homens e mulheres, que vão para uma romaria tocando, cantando e bailando pelo caminho», observa que, no *brinco*, aparecem invariavelmente o «braguinha», o «rajão», a «viola de arame», os «ferrinhos» e os «orgos» (harmónios) e algumas vezes a «rabeca». Informa ainda que «os *brincos* se dirigem às romarias por terra e a pé, bailando às vezes durante horas seguidas». Em Silva (1950) encontramos *brinco* como «grupo de indivíduos que, nas romarias, formam uma espécie de orquestra com bailado», enquanto Sousa (1950: 38) regista *brinco* como «bailarico regional». Rezende (1961: 276) documenta *brinco* como «rancho de rapazes e raparigas que saem à rua nos dias das romarias, tocando, cantando e bailando», enquanto em Nunes (1965: 152) significa «gaita de beiços;

harmónica». Para Caldeira (1993: 23), é um «divertimento em que entram instrumentos típicos e pares dançantes» e *brinquinho* é um «grupo de tocadores com instrumentos típicos». Santos (2007) remete-nos para Figueiredo (2011: 109), «grupo de pessoas que se diverte nas romarias ou festas populares tocando instrumentos tradicionais, dançando e cantando geralmente versos populares ou cantigas ao desafio» e «instrumento musical do folclore madeirense», também em Barcelos (2016: 117–118). Apesar de termos aqui as duas aceções de *brinquinho*, falta a informação de que os grupos de pessoas não tocavam e cantavam só nos arraiais, mas também iam de casa em casa, no Natal, no fim do ano e nos Reis(es), durante toda a noite, sendo recebidos com vinho, azeitonas, broas e licores.

Tabela 4. *Busico*

Regionalismo	**Significado(s)**	**Exemplo(s) de uso**
4. *Busico*	'criança' (7 M/F); 'pessoa pequena' (M/F); 'criança pequena' (M/F); 'miúdo' (M/F); 'pequeno ou criança' (2 H/F); 'ser pequeno' (H/F); 'pequeno' (H/F); 'jovem ou novo' (H/F); 'divertido' (H/F); - (3 H/F). 'pequeno' (5 M/M, RB, PS e SV); 'criança pequena' (4 M/M, S, CL e C); 'coisa que faz barulho' (M/C); - (M/M); 'muito pequenino' (2 H/M e CL); 'cão pequeno' (H/SC); 'criança, canalha' (4 H/M, CL e RB); 'rapaz ou rapariga' (H/RB); - (3 H/M, CL e RB).	*És um busico* (M/F); *aquela busica é mesmo linda* (M/F); *o João é um busico* (M/F); *deixa o busico!* (M/F); *ainda és um busico* (H/F); *aquele rapaz é um busico* (H/F); *tenho um cão busico* (H/F). *ele ainda é um busico* (M/C); *és um busico* (M/SV); *olha um busico* (H/SC); *Ah, seu busico!* (H/RB).

O *Houaiss* apenas regista a forma *buso* (de origem obscura), «instrumento de cordas». Cândido de Figueiredo (1981) averba *busiquinho* como palavra da Madeira, significando «bocado pequeno», enquanto o *Priberam* documenta *buzico*, como vocábulo informal da Madeira para «criança pequena», sinónimo de «miúdo». Quanto aos vocabulários madeirenses, Soares (1914: 153) averba *busico* como «pequeno (criança, animal)», enquanto Ribeiro (1929: 20) atesta *buziquinho* como «bocado

pequeno». De acordo com Santos (1946 viii, nº 40: 209), *buzico* é um «rapaz ou animal pequeno», observando ser um termo depreciativo e ter o diminutivo *buziquinho*, tal como para Sousa (1950: 39), Silva (1950: 22), Rezende (1961: 276) e Nunes (1965: 144). Pestana (1970: 48) regista *busico* «cão pequeno» e *busica* «porção muito pequena de qualquer coisa». Segundo Caldeira (1993: 24), *buzico* tem a aceção de «curto, pequeno». Em Barcelos (2016: 121–122) encontramos ainda *busico* e *buzico* como «pessoa imatura».

Tabela 5. *Cachada*

Regionalismo	**Significado(s)**	**Exemplo(s) de uso**
5. *Cachada*	'nádega(s)' (7 M/F); 'lugar do corpo' (M/F); - (M/F); 'parte lateral do rabo' (H/F); 'nádega(s)' (6 H/F); - (3 H/F). 'parte de cima da perna' (M/M); 'nádega(s)' (5 M/M, RB, C e SV); 'parte de trás do rabo' (M/PS); **'bochecha' (M/S)**; - (3 M/CL, C e SV); 'ancas' (H/CL); 'nádega(s)' (8 H/M, CL e RB); - (2 H/SC e RB).	*Dói-me a cachada* (M/F); *tenho as cachadas a doer* (M/F); *ele deu-lhe uma chapada na cachada* (M/F); *tens umas cachadas grandes* (2 M/F); *dar uma palmada na cachada* (H/F); *tens umas cachadas, meu Deus* (H/F); *magoei-me na cachada* (H/F). *Dói-me a cachada* (2 M/RB e SV); *olha que levas uma palmada nessa cachada* (M/PS); ***aquele tem umas cachadas rosadas* (M/S)**; *as cachadas me doem* (H/RB); *vais levar nas cachadas* (H/RB); *magoei-me na cachada* (H/CL); *vais levar uma tapona na cachada* (H/CL); *tens uma boas cachadas* (H/M).

Segundo o *Houaiss* e Cândido de Figueiredo, *cachada* (de origem obscura) é um regionalismo de Portugal, designando a «queima da vegetação de um terreno antes do plantio para adubar a terra» e, no Minho, «nivelamento ou alteamento de um campo». No DRA, é uma palavra antiga do século xvi, ligada à terra (Coura). Em *O Falar do Minho*, *cachar* significa «cavar terreno bravo» (1988: 67). No *Dicionário de Falares dos Açores*, *cachada* são «cachos em grande quantidade» (Barcelos 2008: 132). Curiosamente, não encontramos o registo desta palavra em nenhum dos vocabulários madeirenses, a não ser no glossário de Nunes (1965: 145), como sinónimo de «face»,

e no de Santos (2013: 76), com a definição de «nádegas mas também bochechas da cara». A autora interpreta a aceção madeirense como podendo vir da conservada no Minho, por analogia do campo arredondado com a forma das nádegas ou das bochechas.

Tabela 6. *Charola* e *Corça/Corsa*

Regionalismos	**Significados**	**Exemplos de uso**
6. *Charola*	'cabeça' (M/F); - (8 M/F); - (9 H/F). - (11 M/M, S, CL, RB, PS, C e SV); 'cabeça' (H/SC); - (10 H/M, CL e RB).	 *louco da charola* (H/SC).
7. *Corça/corsa*	- (7 M/F); 'carros de cesto' (M/F); 'carroça ou carruagem' (M/F); - (9 H/F). - (10 M/M, RB, PS, C e SV); 'carroça' (M/S); 'serve para transportar objetos' (M/CL); 'estrutura de madeira usada em brincadeira' (H/SC); 'gozar ou troçar de alguém' (H/CL); - (9 H/M, CL e RB).	*este carro nas curvas parece uma corça* (M/F). *leva na corça* (M/CL); *andar de corsa* (H/SC).

O vocábulo *charola* (de origem duvidosa), de acordo com o *Houaiss*, tem várias aceções regionais em Portugal continental. Na Madeira, é a denominação rural de uma armação de forma oval que é coberta de legumes e frutas e transportada num pau ao ombro por dois homens, para ser oferecida à igreja, nas festas religiosas. Rebelo (2014: 635), ao estudar o termo *charola*, constatou que apenas um informante deu a aceção de «andor», que diz ter ligação religiosa com o significado regional, e outro informante, por analogia, indicou «cabo de cebolas entrançado». Era uma das principais atrações populares dos arraiais religiosos madeirenses, segundo o Visconde do Porto da Cruz (1934: 25): «As charolas e as promessas são números obrigatórios e de grande importância para avaliar a festa». No DRA, ocorre o registo de *charola*, «nicho para um santo», em Óbidos. Em Trás-os-Montes, *charola* é «profissão, carga de lenha» (Barros 2002), enquanto no Alentejo denomina o «andor ou padiola onde se

transportam pessoas ou santos» e «enfeite floral que se coloca no alto dos mastros dos santos populares (Almodôvar)» (Barros 2005). Nos Açores, designa um «buraco na parede, retocado com barro, onde se guardava antigamente o sal» (Barcelos 2008). O TLPGP, além da aceção dos Açores, apresenta a da Madeira: «armação de madeira, coberta de frutos ou hortaliças. Nunes 1965, 155». Em Figueiredo (1996) e no DLPC, o vocábulo é atestado como regionalismo semântico da Madeira, tal como nos vocabulários e glossários madeirenses, «armação de madeira, vimes ou arame, em forma de pinha, coberta com frutos, legumes e diversos produtos […] levada por dois homens em 'charola'» (Soares 1914, Santos 1946, vol. ix, nº 41: 46, Silva e Sousa 1950, Caldeira 1993, Nunes 1965: 155, Figueiredo 2011, Santos 2007, Teixeira 2015: 85, por extensão «cesto de fruta», Barcelos 2016: 158).

Quanto à palavra *corça* ou *corsa*, «utensílio de madeira em forma de prancha sem rodas, usado para transportar cargas por arrasto», a variante *corça* é a forma gráfica mais antiga, registada na documentação escrita madeirense, surgindo depois a forma *corsa*. Este termo antigo e rural apresenta grande variação de significado, sendo que a aceção mais antiga, com o desaparecimento do referente nas zonas rurais, originou os modernos empregos figurados. Terá existido na Madeira desde os primeiros tempos do povoamento da ilha, tal como nas Canárias (cf. Silva 1978 [1921]). No TLPGP, «côrça, pequeno carro sem rodas puxado por uma corda, Nunes 1965, 120» e «corsa, prancha de madeira puxada por bois ou mulas para transportar cargas, Macedo 1939, 55». O facto de o termo existir nos dois arquipélagos, da Madeira e das Canárias, reflete as relações históricas, linguísticas e culturais existentes entre estas duas regiões atlânticas. No Esp. can. *corza, corsa* (do Port. mad. *corça*) provavelmente deve o seu semantismo à língua portuguesa (cf. DHECan). Corbella (2016: 130–131) refere o termo *corsa* como procedente, entre muitos outros vocábulos, do Português da Madeira, da forma *corça* e não como propõe o DRAE de *corso*, sendo um dialetalismo canário.

Em Figueiredo (1996), no DLPC e no *Priberam*, *corça* é uma «espécie de veículo puxado por gente ou bois, em que se transportam mercadorias e pessoas» e *corsão* é uma «corsa grande». Nos vocabulários e glossários madeirenses, temos a mesma aceção de *corsa*, que também surge como «uma espécie de corsa de dimensões pequenas que as crianças utilizam para se arrastarem nos terreiros de suas casas ou nas ruas pouco movimentadas e inclinadas»; *corsão* «corsa grande para transportar lenha

e para transporte de pessoas da freguesia da Camacha para o Funchal ou do Santo da Serra para Santa Cruz em dias festivos», e *corçada* «o que comporta a zorra, computa-se a corçada de lenha em 600 kgs» (Macedo 1939: 55, Santos 1946, vol. ix, nº 41: 47, Silva 1950, Silva e Sousa 1950, Caldeira 1993, Nunes 1965: 120, Pestana 1970, Figueiredo 2011: 106, Barcelos 2016: 173, nota que se dá este nome ao carro-de-cesto, com a forma gráfica *corça*). Em Teixeira (2015: 86), é ainda «algo que não se pode ter ou dar» e «cair de algum lugar». Esta última aceção pode estar associada à expressão *ir de corça*, «escorregar ou cair».

Tabela 7. *Estar (n)um calhau*

Regionalismos	**Significados**	**Exemplos de uso**
8. *Estar (n)um calhau*	'desordenado' (M/F); '(estar) desarrumado' (4 M/F); 'estar em cima de paus ou pedras' (M/F); - (3 M/F); 'estar numa praia de pedras' (H/F); - (8 H/F). - (7 M/M, S, CL, C e SV); 'desarrumado' (M/RB); 'praia de pedras' (M/PS); 'ter atitudes inadequadas no local em que se encontra' (M/M); 'pessoa que usa linguagem imprópria' (H/M); 'estar na praia (em cima de pedras)' (3 H/M, SC e CL); - (8 H/M, CL e RB).	*a casa está um calhau* (M/F); *este quarto está num calhau* (M/F); *esta sala está num calhau* (M/F); *vamos à praia de calhau* (H/F). *o quarto está um calhau* (M/RB); *vamos ao calhau ver o mar* (M/PS); *mas estás num calhau?* (M/M); *estás no calhau?* (H/M); *ir ao calhau* (H/SC).

O *Houaiss* apenas atesta o significado padrão de *calhau* (de origem controversa) como «pedaço, fragmento de rocha dura, seixo», enquanto o DLPC apresenta, como terceira aceção, o regionalismo da Madeira «praia com muitas pedras». Cândido de Figueiredo define o vocábulo como «pedra solta» e madeirensismo «a praia», que o *Priberam* regista como «praia de seixos». No DRA, a palavra *calhau* ocorre em Guimarães como «burra» e na expressão '<calhau> rolado', em Mertola e Alandroal. No *Dicionário dos Falares de Trás-os-Montes*, *calhau* é um «indivíduo estúpido, parvalhão, pouco inteligente» (Barros 2002: 37). O *Dicionário de Falares dos Açores* documenta *calhau* como «as pedras da periferia das ilhas junto ao mar, a maioria da

nossa costa marítima», explicando que «quando pequenas e roladas, o seu conjunto é chamado *rolo* (F, SJ, SM)». Regista a expressão «calhau do mar», não documentando «estar (n)um calhau» nos Açores, o que aponta para um uso linguístico próprio da Madeira.

No que diz respeito aos vocabulários madeirenses, para Soares (1914: 153), *calhau* é «praia», enquanto Macedo (1939, vol. 2: 46) explicita «praia pedregosa». Santos (1946, vol. viii, nº 40: 211) informa que é uma «praia pedregosa sem areia ou mesmo que a tenha» e regista a expressão *garoto do calhau*, «malcriado, vadio», bem como *cabo do calhau*, «lugar para onde se manda quem nos maça». Observa que é um termo exclusivo da Madeira, usado em toda a ilha para praia. Silva (1950: 26), tal como Rezende (1961: 278), define o vocábulo como «praia pedregosa, formada de pequenos calhaus rolados», que Sousa (1950: 43) descreve como «praia pedregosa e sem areia». Para Nunes (1965: 138), Pestana (1970: 51), Figueiredo (2011: 111) e Silva (2013: 101), *calhau* é uma «praia (de calhaus)». Caldeira (1993: 24) documenta *cabo do calhau* como *calhau*, «praia», «beira-mar» e *garoto do cabo do calhau*, «rapaz malcriado, incorreto». O autor atesta ainda a expressão *calhau da ribeira*, «estado em que ficam as coisas em desordem; efeitos do dilúvio». Esta expressão parece aproximar-se e explicar a origem do significado de «estar (n)um calhau», assim como «garoto (do cabo) do calhau» explicará o sentido de «falar malcriado», indicado pelos informantes de Machico. Santos (2007: 378) acrescenta que a aceção de «praia de seixos» é extensível aos Açores, tendo em conta o testemunho de Vitorino Nemésio que usa muitas vezes a palavra, colocada entre aspas, na sua obra-prima *Mau tempo no canal*. Todavia, o significado não parece ser exatamente o mesmo. Barcelos (2016: 130) atesta *calhau* como «praia de calhaus, tomando a parte pelo todo», *calhau da ribeira* «coisas desordenadas» e *calhau-roliço* «nome que também se dá ao *calhau-do-mar*, ou seja, ao conjunto das pedras roladas da costa da ilha da Madeira, nos Açores chamado 'rolo'».

Tabela 8. *Matina* e *Matinar*

Regionalismos	**Significados**	**Exemplos de uso**
9. *Matina*	'manhã' (5 M/F); - (3 M/F); 'manhã (ainda de noite)' (5 H/F); - (5 H/F). 'manhã' (3 M/M); 'comida' (2 M/RB e SV); 'pequeno-almoço' (3 M/PS, SV e S); - (3 M/M, CL e C); 'manhã' (3 H/M e CL); 'pequeno-almoço' (2 H/CL e RB); - (6 H/M, SC, CL e RB).	*acordei (logo) de matina* (3 M/F). *a minha matina estava boa* (M/RB); *a matina está pronta* (M/SV); *vou levar-te a matina à cama* (M/PS); *a matina é muito importante para começar bem o dia* (M/S).
10. *Matinar*	- (6 M/F); 'acordar cedo ou madrugar' (3 M/F); 'acordar cedo' (4 H/F); 'tomar o pequeno-almoço' (H/F); - (4 H/F). - (5 M/M e C); 'comer de manhã' (2 M/RB e SV); 'tomar o pequeno-almoço' (3 M/PS, SV e S); 'acordar cedo' (M/CL); 'acordar cedo' (2 H/M e CL); 'tomar o pequeno-almoço' (H/RB); - (8 H/M, SC, CL e RB).	*amanhã vou matinar* (M/F); *andas a matinar* (H/F). *hoje matinei bem* (M/RB); *vou matinar agora* (M/SV); *está na hora de matinar, filho* (M/PS); *vou matinar antes de sair de casa* (M/S); *vamos matinar?* (M/SV).

No *Houaiss, matina* (do lat. MATUTINA, 'relativo a manhã') apenas apresenta as aceções padrão. Trata-se de um nome antigo que, em algumas áreas geográficas da Madeira, ainda denomina a primeira refeição da manhã, juntamente com os sinónimos *quebrajejum*, com a variante *quebrajum*, e *mata-bicho*, enquanto, no Português padrão, significa 'madrugada'. No TLPGP, surge como vocábulo exclusivo da Madeira: «matina, primeira refeição, pequeno-almoço» (Macedo 1939: 66, Nunes 1965: 154 e Rezende 1961: 296), mas também ocorre em Santos 1946, vol. x, nº 48: 114, Silva 1950, Caldeira 1961/1993: 90, Nunes 1965: 154, Santos 2007: 393, Santos 2013: 105, Barcelos 2016: 292. Trata-se de um regionalismo semântico registado nos vocabulários e glossários madeirenses que Pereira (1951-1952: 243) informa não ser usado no Funchal nem em Santa Cruz.

Para *matinar* (de *matina* + *-ar*), o *Houaiss* também apenas documenta as aceções padrão, tal como nos outros dicionários da língua portuguesa, incluindo o *Priberam*.

Na Madeira, significa «tomar a primeira refeição da manhã», correspondendo à expressão *tomar o pequeno-almoço* no Português de referência, onde *matinar* é «acordar ou levantar-se cedo», aceção também conhecida e usada na ilha. No TLPGP, «tomar a primeira refeição, Macedo 1939, 66», sendo provavelmente uma aceção antiga conservada na Madeira. Nos vocabulários e glossários madeirenses, «tomar a primeira refeição, quebrajejum ou pequeno-almoço» (Macedo 1939: 66, Santos 1946, vol. x, nº 48: 114, Pereira 1951-1952: 243, Santos 2013: 106, também «comer alguma coisa, lanche»; Barcelos 2016: 292).

Tabela 9. *Palheiro*

Regionalismo	**Significado(s)**	**Exemplo(s) de uso**
11. *Palheiro*	'espécie de casa onde se guarda animais' (2 M/F); 'onde está o gado' (M/F); 'casa de campo onde tem animais' (M/F); 'casa pequena' (3 M/F); 'casota de palha' (M/F); 'casa antiga' (M/F); 'lugar onde resguardam os animais' (H/F); 'casa pequena' (H/F); 'casa no/de campo' (3 H/F); 'onde ficam as galinhas' (2 H/F); - (2 H/F).	*as vacas estão no palheiro* (M/F); *o palheiro fica a meio das árvores* (M/F); *olha aquele palheiro* (M/F); *ele vive num palheiro* (M/F); *vou comprar este palheiro* (H/F).
	'pequeno abrigo para animais' (4 M/M, S e C); 'onde as pessoas guardam coisas e gado' (M/C); 'casa muito pequena de campo' (M/RB); 'casa de campo' (M/SV); 'casebre de palha' (M/PS); 'pequena casa para guardar ferramentas e produtos' (2 M/SV e CL); - (M/M); 'para criar cabras' (2 H/M); 'pequena casa com o telhado triangular para vacas' (H/M); 'onde tem palha para os animais' (H/RB); 'onde vivem as cabras' (2 H/CL e RB); 'casa de campo' (H/CL); - (4 H/SC, CL e RB).	*tenho um palheiro (M/RB); coloca a foice no palheiro* (M/SV); *olha o palheiro como já está degradado* (M/PS); *a vaca já está no palheiro* (M/C); *o palheiro das cabras* (M/S); *vou pôr as **semilhas** no palheiro* (M/SV); *vives num palheiro?* (H/M).

De acordo com o *Houaiss*, *palheiro* (de *palha* + *-eiro*) significa «depósito de palha» e «palhoça» ou casa rudimentar, tal como no DLPC e em Cândido de Figueiredo, registando uma segunda entrada lexical de *palheiro*, correspondendo ao regionalismo madeirense «galináceo de tamanho pequeno», que o *Priberam* também documenta. No DRA, encontramos o vocábulo *palheiro* com várias aceções, entre elas «casa em que se guarda palha». Em *O Falar do Minho*, *palheiros* são «moreias de palha centeia ou feno» (1988: 97), enquanto no *Dicionário dos Falares de Trás-os-Montes* é uma «construção rústica de pedra solta, com telhado de colmo, onde se guardava a palha» (2002: 116), com idêntico significado no *Dicionário de Falares das Beiras* (2010: 284) e no *Dicionário de Falares dos Açores*. Esta aceção aproxima-se da madeirense, mas na Madeira eram estábulos afastados das casas e próximos da erva e da serra.

Quanto aos vocabulários madeirenses, em Soares (1914: 156), encontramos apenas o nome *palhaça*, «casa com teto de colmo», com a variante *palhoça*. Ribeiro (1929: 32) regista apenas a aceção madeirense de *palheiro* para galináceo, enquanto em Macedo (1939, vol. 2: 67) um *palheiro* é uma «casa com uma só divisão, coberta de colmo». Para Sousa (1950: 103) e Silva (1950: 87), além do galináceo, é um «estábulo». O segundo autor adiciona ainda as aceções de «pequena e modesta habitação» e «depósito de coisas agrícolas», assim como o nome *palhosca*, «casa modesta de habitação coberta com colmo». Para Nunes (1965: 136) e Pestana (1970: 102), *palheiro* é a «habitação dos bovinos», enquanto Caldeira (1993: 105) apresenta as aceções de «casa de colmo» e de «estábulo», registando uma segunda entrada lexical para o «galo da Índia», tal como Figueiredo (2011: 148). Barcelos (2016: 319–320) adiciona à *casa de palha*, *palhoça* ou *palhosca* e ao *galo-palheiro* a forma *palheirinho*, «nome que se dá, nomeadamente no Chão da Ribeira, freguesia do Seixal, a cada uma das pequenas casas», que eram *palheiro*s cobertos com palha, daí o seu nome (mas também porque se guardava a palha de trigo, na parte de cima, para alimentar os animais no inverno).

Tabela 10. *Passada(s)*

Regionalismo	**Significado(s)**	**Exemplo(s) de uso**
12. *Passada(s)*	'Escadas ou degraus' (6 M/F); 'chateada' (M/F); - (2 M/F); 'escada(s)' (4 H/F); - (5 H/F). - (4 M/M e C); 'escadas' (5 M/M, S, CL, PS e C); 'degraus' (M/SV); 'louca' (2 M/RB e SV); 'degrau' (H/M); 'escadas' (3 H/CL e RB); - (6 H/M, SC, CL e RB).	*sobe a passada* (M/F); *ela subiu as passadas* (M/F); *ele caiu pelas passadas* (M/F); *vou subir as escadas* (M/F); *sobe as escadas* (H/F); *vou subir estas passadas* (H/F); *cuidado com as passadas* (H/F). *ela está passada* (2 M/RB e SV); *sobe as passadas para vires ter comigo* (M/PS); *tenho de descer as passadas* (M/C); *desce devagar nas passadas* (M/S); *as passadas são altas* (M/SV).

No *Houaiss*, tal como nos outros dicionários da língua portuguesa, incluindo o *Priberam*, apenas encontramos as aceções padrão de *passada* (feminino substantivado do particípio do verbo *passar*). No entanto, na Madeira, trata-se de um termo corrente ou usual com o significado de degrau de um caminho ou de uma escada. Este regionalismo semântico madeirense parece ter adquirido a aceção regional por metonímia com o 'passo' que é necessário para subir um degrau. O DRA atesta a palavra *passada* com significados distintos do madeirense. O autor remete para *escada* ou *passadeiras* e documenta a expressão *passadas de mão*: «os *passaes* ou degraus da escada de mão». Nos Açores, é um «degrau no interior do poço batido» (Barcelos 2008) e o TLPGP não documenta a aceção madeirense. Nos vocabulários e glossários madeirenses, uma *passada* é um «degrau, cada uma das partes de uma escada» e, no plural, *passadas* é uma «escada (exterior)» e os degraus desta (Pereira 1951-1952: 248, Pestana 1970, Figueiredo 2011, Barcelos 2016: 325).

Tabela 11. *Passapalo*

Regionalismo	Significado(s)	Exemplo(s) de uso
13. *Passapalo*	- (6 M/F); 'comer' (M/F); 'lanche' (2 M/F); - (9 H/F). - (9 M/M, S, CL, PS, C e SV); 'lanche' (2 M/RB e SV); 'tonto' (H/M); - (10 H/M, SC, CL e RB).	*vamos a um passapalo* (M/F); *vamos fazer um passapalo* (M/F); *hoje vou ao passapalo* (M/F). *fazer um passapalo* (M/RB); *vamos fazer o passapalo* (M/SV).

Passapalo (do esp. *pasa* + *palo*), segundo Santos (2013: 109), é um «dentinho ou petisco/aperitivo», sendo que, como resposta aos inquéritos semântico-lexicais realizados pela autora, dois informantes disseram que podia ser «uma bebida» e um informante indicou como aceção do termo «fazer uma espetada». A autora assinala a variante *passapal* e nota que o vocábulo não se encontra registado em nenhum dicionário ou vocabulário da língua portuguesa, sendo um termo importado da Venezuela, trazido pelos emigrantes de torna-viagem ou ex-emigrantes madeirenses naquele país. O estudo de Santos (2013), dos regionalismos madeirenses na Ponta do Sol, de onde são muitos dos emigrantes madeirenses que foram para a Venezuela, levou a que Barcelos (2016: 325) incluísse o termo no seu *Dicionário de Falares do Arquipélago da Madeira*, referindo que o *Dicionário da Real Academia Española* «regista-o como termo venezuelano, definindo-o como 'bocado ligero que se sirve como acompañamento de una bebida'. O nome será derivado do facto de esses petiscos se comerem com um palito».

Tabela 12. *Rajão*

Regionalismo	Significado(s)	Exemplo(s) de uso
14. *Rajão*	- (4 M/F); 'instrumento musical' (3 M/F); 'instrumento madeirense' (M/F); *'vento forte'* *(M/F); - (9 H/F). 'instrumento musical' (7 M/M, S, CL, PS, C e SV); - (4 M/M, RB e SV); 'viola' (H/M); 'instrumento musical' (2 H/M); *'passagem de vento'* *(H/CL); - (7 H/SC, CL e RB). *confusão com rajada de vento.	*toca rajão* (M/F); *vamos tocar rajão* (M/F); *eu toco rajão* (M/F). *toca o rajão* (M/PS); *ela sabe tocar rajão* (M/C); *tocar rajão* (H/M).

O *Houaiss* regista o vocábulo *rajão* (de origem obscura) como termo da música da Madeira, sinónimo de *cavaquinho*, «instrumento de 4 cordas», enquanto o DLPC define a palavra como «viola de cinco cordas, maior que o *cavaquinho*, usada na Madeira». No dicionário de Cândido de Figueiredo e no *Priberam*, também é uma viola madeirense de cinco cordas. Nos vocabulários e glossários madeirenses, encontramos o vocábulo em Soares (1914: 157) como «instrumento musical de 4 cordas», enquanto em Macedo (1939: 69) *rajão* é um «instrumento musical semelhante ao machete e que, como este, acompanha sempre o vilão nas romarias». Para Sousa (1950: 117), Silva (1950: 98) e Rezende (1961: 302), é um instrumento de (cinco) cordas, que Nunes (1965: 159) diz ser sinónimo de *machete* («pequena viola de 4 cordas»). Pestana (1970: 112), curiosamente, apenas regista a aceção metafórica de «barriga». Caldeira (1993: 122) averba *rajão* ou *reijão*, «instrumento típico do folclore musical madeirense». Santos (2007: 399) define *rajão* como «viola tradicional madeirense de cinco cordas, maior que o *cavaquinho*». Explica que é um «madeirensismo lexical usado desde o século XIX, provavelmente derivado de *rojão*, termo popular que designa o 'toque arrastado de viola'. Acompanha essencialmente as danças e as cantigas tradicionais madeirenses, vulgarmente conhecidas por *bailhinho* e *xaramba*». Barcelos (2016: 359) define *rajão* como o «instrumento musical mais popular do folclore da Madeira. (…) Segundo alguns, será descendente do 'machinho', instrumento muito antigo referido em documentos do século XIII em Guimarães e que, tal com o *rajão*, tinha 5 cordas».

Tabela 13. *Romagem*

Regionalismo	**Significado(s)**	**Exemplo(s) de uso**
15. *Romagem*	- (8 M/F); 'conjunto de pessoas a cantar' (M/F); 'procissão' (H/F); 'grupo organizado de pessoas a andar para a igreja com música' (H/F); 'convívio com as pessoas' (H/F); 'romaria' (H/F); - (5 H/F).	
	'grupo de pessoas que cantam numa determinada altura do ano' (M/C); 'procissão' (M/RB);	*romagens de Natal* (M/C); *ela foi na romage* (M/RB); *eles participaram na romagem*

	‘grupo de pessoas numa festa religiosa com oferendas para a paróquia’ (M/SV); ‘festa religiosa’ (M/PS); ‘conjunto de pessoas a cantar no Natal’ (M/C); ‘romaria’ (2 M/S e SV); ‘folclore’ (2 M/M); - (2 M/M e CL); ‘mostragem de várias coisas’ (H/M); ‘romaria ou conjunto de pessoas indo na mesma direção’ (2 H/CL); - (8 H/M, SC, CL e RB).	(M/SV); *vai ver as romagens de S. João* (M/PS); *a romagem foi depois da missa do galo* (M/C); *vamos nas romagens do Natal* (M/S); *vamos fazer uma romagem para o Natal* (M/SV); *mas que romagem que vai ali* (H/CL).

No *Houaiss*, *romagem* (do provençal *romeatge* ‘peregrinação a Roma’, de *roma* + *-agem*) é o mesmo que *romaria*. Também o DLPC, tal como o *Priberam*, apenas dá conta das aceções padrão do vocábulo. Cândido de Figueiredo (1996), além destas, documenta o significado de «festa ou arraial». O DRA apenas averba *romage*/*romagem* com o significado de «romaria». Nos vocabulários madeirenses, encontramos, no glossário de Nunes (1965: 160), as entradas lexicais *romage* ou *romaria*, «cortejo de oferendas para o Menino Jesus ou para o padre», e *romaria velha*, «romagem em que se canta, todos os anos, a mesma música». Em Barcelos (2016: 370–371), *romagem* é um «grupo organizado dentro de uma freguesia, feito por altura do Natal ou para angariar dinheiro, por exemplo, para contribuir financeiramente para as obras da igreja», sendo sinónimo de *romaria*, «agrupamento de pessoas que se juntavam antigamente na noite de Natal para se deslocarem para a Missa do Galo. Seguiam cantando ao som dos instrumentos populares da Madeira; também as pessoas que se deslocavam para as festas e arraiais populares». O autor regista ainda a entrada lexical *romagem do triguinho*, que era uma «romaria antigamente feita no último fim-de-semana de julho, em certas freguesias da Madeira, em que as crianças levavam saquinhos de trigo à cabeça para as hóstias».

Tabela 14. *Tapassol*

Regionalismo	Significado(s)	Exemplo(s) de uso
16. *Tapassol*	'persianas ou estores' (7 M/F); 'janela' (M/F); 'objeto de tapar o sol' (M/F); 'persiana(s) exteriores' (6 H/F); 'peça da janela que serve para tapar o sol' (H/F); 'é o que tem nas janelas das casas' (H/F); - (H/F).	*fecha o tapassol* (4 M/F); *fecha o tapassol, está muito sol* (2 H/F); *fecha esse tapassol* (H/F).
	'persiana(s) ou estores' (9 M/M, S, RB, PS, C e SV); 'janela típica madeirense' (M/M); 'para não deixar passar o sol nas janelas' (2 M/CL e SV); 'janela' (H/M); 'esteiras ou persianas' (6 H/M, CL e RB); 'chapéu ou barreta com tapassol' (H/CL); - (2 H/SC e RB).	*ele não tem tapassóis nas janelas* (M/RB); *fecha o tapassol* (M/SV); *fecha os tapassóis que já é de noite* (M/PS); *fecha o tapassol* (M/S); *fecha o tapassol* (3 H/M e RB); *Podes fechar o tapassol?* (H/CL).

Dos dicionários da língua portuguesa, apenas o *Priberam* averba a palavra *tapa-sol* (forma do verbo *tapar* + *sol*), sendo sinónimo de persiana. Porém, os *tapa-sóis* madeirenses são exteriores e não o mesmo que persianas. Nos vocabulários e glossários madeirenses, o vocábulo *tapa-sol* ou *tapassol* ocorre em Ribeiro (1929: 35), em Silva (1950: 110) e em Nunes (1965: 156) como «persiana». Em Rezende (1961: 307), Pestana (1970: 119) e Caldeira (1993: 134), *tapa-sóis* são uma «espécie de gelosias em madeira, abertas ao meio e abrindo para fora», sinónimo de «veneziana». Figueiredo (2011: 162) define a palavra como «persiana utilizada para tapar, por fora, as janelas ou as portas». Teixeira (2015: 98) registou as seguintes aceções da palavra: «armação exterior da janela em madeira ou alumínio», «persiana», «guarda-sol/chapéu-de-sol» e «tapa-sol do carro». Em Barcelos (2016: 392), *tapa-sol* ou *tapassol* também é «persiana» e «taipiço».

Tabela 15. *Terreiro*

Regionalismo	Significado(s)	Exemplo(s) de uso
17. *Terreiro*	'quintal (da casa)' (8 M/F); 'terreno' (M/F); 'quintal' (5 H/F); 'é o chão duma casa' (H/F); - (3 H/F).	*vou limpar o terreiro* (M/F); *vou lavar o terreiro* (M/F); *varre o terreiro* (M/F); *lava o terreiro* (M/F); *cuidado com as flores do*

	‘quintal’ (3 M/M e S); ‘espaço à frente da casa’ (M/M); ‘pátio da casa’ (M/M); ‘espaço exterior de uma casa’ (M/C); ‘chão da casa’ (2 M/RB e SV); ‘chão de cimento’ (M/PS); ‘parte de fora da casa’ (M/C); ‘espaço livre à volta da casa’ (M/SV); ‘terraço’ (M/CL); ‘espaço à frente da casa’ (H/CL); ‘espaço fora da casa mas dentro do perímetro desta’ (H/M); ‘quintal’ (4 H/M, CL e RB); ‘terraço’ (H/M); ‘fazenda’ (H/RB); - (2 H/SC e RB).	*terreiro* (M/F); *vai brincar para o terreiro* (H/F); *vamos brincar para o terreiro* (H/F); *hoje lavei o terreiro* (H/F). *lavei o terreiro* (M/RB); *vou lavar o terreiro* (M/SV); *anda lavar o terreiro!* (M/PS); *tenho de lavar o terreiro* (M/C); *este terreiro é grande* (M/S); *vai lavar o terreiro* (2 H/M e RB).

Terreiro (do lat. TERRARIUM, segundo *Houaiss*), no Português Europeu e no do Brasil, entre outros valores semânticos, denomina um «pequeno quintal de terra batida diante das residências populares do interior». Trata-se de um termo corrente na Madeira, denominando o espaço coberto ou descoberto em frente da casa que antecede o quintal (o jardim e a horta). Na Madeira, o termo *terreiro* parece ter sofrido uma especificação semântica, denominando uma parte específica do quintal, enquanto no Português padrão é designado *quintal*, com um significado mais genérico. Neste estudo, observamos uma generalização do seu significado ou extensão semântica para *terreno* ou *fazenda*.

No DRA, *terreiro* surge como regionalismo em Alandroal, sendo sinónimo de liso, sem pedras, e também com o significado de espaço público onde correm cavalos e touros, não correspondendo à aceção madeirense. Nos Açores, *terreiro* é um «largo; praça de uma povoação; centro da casa onde se dançam os balhes populares; diz-se de qualquer lugar cujo pavimento é de terra» (Barcelos 2008). No Alentejo, é a «terra cavada e alisada, debaixo das oliveiras, para facilitar a apanha (Aljustrel)» (Barros 2005). No TLPGP, é definido como «quintal, Rezende 1961, 307», na Madeira. No Esp. can. *terrero* é um «trozo de terreno llano y sin piedras, usado habitualmente para bailar, practicar la lucha canaria o el juego del palo» (cf. DHECan).

Em Figueiredo (1996), *terreiro* é o «espaço de terra, plano e largo; praça; terraço; lugar ao ar livre, onde há folguedos ou cantos ao desafio», enquanto no DLPC e no

Priberam surge como «espaço descoberto, contíguo a uma habitação ou na frente desta», sendo que, na Madeira, é o «chão em frente da casa, coberto ou descoberto». Nos vocabulários e glossários madeirenses, em Pereira (1951-1952: 263) e em Rezende (1961: 307), *terreiro* é sinónimo de «quintal (à frente da casa)», enquanto Nunes (1965: 157) atesta a forma *turreiro*, «espaço de terra que fica à volta da casa; pátio». Barcelos (2016: 397) define o vocábulo como «quintal de uma casa e redil circular feito com pedra solta, antigamente destinado a manter as ovelhas para serem tosquiadas e marcadas com sinal nas orelhas, também chamado *arrumo* e *cerco*».

Tabela 16. *Trapiche*

Regionalismo	**Significado(s)**	**Exemplo(s) de uso**
18. *Trapiche*	‘desordem’ (M/F); ‘alguém muito louco’ (M/F); ‘casa de loucos’ (4 M/F); ‘Casa de S. João de Deus’ (M/F); ‘casa dos loucos’ (2 M/F); ‘casa dos loucos’ (4 H/F); ‘casa S. João de Deus’ (H/F); ‘é um sítio indicado para loucos mentais’ (H/F); ‘louco’ (H/F); ‘manicómio’ (H/F); - (2 H/F). ‘manicómio’ (M/M); ‘casa de saúde’ (M/M); ‘casa dos loucos’ (3 M/M, S e C); ‘instituição de pessoas com problemas cognitivos’ (M/PS); ‘local onde estão as pessoas loucas’ (2 M/C e SV); ‘lugar para onde vão as pessoas com necessidades educativas especiais’ (M/CL); ‘maluco’ (2 M/RB e SV); ‘casa S. João de Deus’ (H/CL); ‘casa dos loucos’ (5 H/M e CL); ‘local onde tem pessoas com doença mental’ (H/M); ‘manicómio’ (H/RB); ‘centro de reabilitação mental’ (H/RB); - (2 H/SC e RB).	*isto parece um trapiche* (M/F); *este homem é um trapiche* (M/F); *esta casa é um trapiche* (3 M/F); *vai para o trapiche!* (H/F); *Não andas bem da cabeça, vai para o trapiche* (H/F); *devias estar no trapiche!* (H/F); *estás ficando num trapiche* (H/F); *vou internar-te no trapiche!* (H/F). *ele é um trapiche* (2 M/RB e SV); *estás louca? Vais qualquer dia para o trapiche!* (M/PS); *aquele foi para o trapiche* (M/C); *vais para o trapiche!* (M/S); *isto parece o trapiche* (M/SV); *estás louco, vai para o trapiche!* (H/M); *o Rui está no trapiche?* (H/RB); *devias estar no trapiche!* (H/CL); *saíste do trapiche?* (H/M).

Trapiche (do esp. *trapiche*, «moinho de azeite» e «engenho de açúcar»), no *Houaiss*, é um «armazém onde são guardadas mercadorias destinadas à importação ou à exportação» (Brasil), registando como segunda aceção, do Nordeste brasileiro, «pequeno engenho de açúcar movido por bois». O dicionário de Cândido de Figueiredo também atesta estas duas aceções do Brasil, ao que o *Priberam* acrescenta a da Madeira. No que respeita aos vocabulários madeirenses, Caldeira (1993: 134 e 139) regista *tarpiche* como corrupção de *trapiche*, que define como «lugar onde se encontram os alienados do sexo masculino». Figueiredo (2011: 164) apresenta o conceito primitivo de «engenho rudimentar», a aceção de «Casa de Saúde de S. João de Deus para doentes mentais», por extensão «hospital psiquiátrico», mas também «comportamento perturbado ou demasiado barulhento» e «local onde há muita confusão e ninguém se entende». Barcelos (2016: 403–404) averba *trapiche* com as aceções de «primitivo moinho de cana-de-açúcar; barulho; inferno; manicómio; louco e bêbedo».

Tabela 17. *Trapichento/a*

Regionalismo	**Significado(s)**	**Exemplo(s) de uso**
19. *Trapichento/a*	- (3 M/F); 'alguém muito louco' (M/F); 'louco' (3 M/F); 'chato ou abusador' (M/F); 'não para quieto' (M/F); 'é uma pessoa louca' (H/F); 'irritante' (H/F); - (7 H/F). - (9 M/M, S, CL, PS, C e SV); 'maluco' (2 M/RB e SV); 'louco' (H/M); 'uma pessoa louca ou que faz louquices' (H/CL); - (9 H/M, SC, CL e RB).	*um homem trapichento* (M/F); *este rapaz é um trapichento* (M/F); *ele é um trapichento* (M/F); *o João é um trapichento* (M/F); *és mesmo trapichento* (H/F). *ele é trapichento* (2 M/RB e SV).

Não encontrámos nenhum registo desta forma lexical derivada de *trapiche* com o sufixo *–ento*, sendo provavelmente de formação recente.

Tabela 18. *Tratuário* ou *trotoário*

Regionalismo	Significado(s)	Exemplo(s) de uso
20. *Tratuário ou trotoário*	- (6 M/F); 'passeio' (3 M/F); 'chão da calçada' (H/F); - (8 H/F). - (10 M/M, S, CL, RB, PS, C e SV); 'calçada' (M/C); 'passeio pedestre' (H/M); - (10 H/M, SC, CL e RB).	*sobe para o tratuário* (M/F); *anda pelo tratuário* (M/F); *vai no tratuário* (M/F). *caí no tratuário* (M/C); *não subas o* ***tratueiro*** (H/M).

Tratuário (do francês trottoir), 'calçada' ou caminho na berma da estrada para os peões. O termo tratuário, com a aceção de 'espaço destinado aos peões na berma da estrada', parece ser exclusivo da Madeira. No Português padrão, o mesmo conceito é designado por passeio. Uma das razões da grande divulgação na Madeira do empréstimo tratuário, com as suas variantes, trotoário e troitoário, terá sido o facto de o vocábulo passeio ser polissémico, significando também 'o ato de passear'. No entanto, atualmente, há tendência para a generalização do uso da palavra padrão passeio e muitos jovens já desconhecem o regionalismo madeirense. A forma tratueiro, variante morfológica de tratuário, revela polimorfismo. O DLPC averba a forma francesa trottoir, remetendo para passeio, mas nesta entrada lexical não faz referência ao regionalismo madeirense. No Priberam, tratuário está registado como regionalismo da Madeira, com o significado popular de 'passeio'. Apesar da classificação do termo como populismo, ainda não existem estudos sociolinguísticos suficientemente alargados que o comprovem.

Nos vocabulários e glossários madeirenses, «passeio existente nas artérias» é a aceção documentada por Caldeira (1993) para a forma tróituario, que supõe ser derivada do francês tróitoir [sic]. Pestana (1970), em vez de trotoário, anota como entrada lexical passeio, afirmando ser «o que no Continente se chama trottoir». Parece ter ocorrido aqui uma confusão porque no restante território português este conceito é denominado passeio. Em Figueiredo (2011), surge como «parte destinada aos peões na berma da estrada, passeio». Barcelos (2016: 404) também atesta a forma tratoário como regionalismo madeirense para «calçada da rua; passeio».

4. Análise quantitativa dos resultados

Depois da análise qualitativa dos dados, apresentamos os resultados quantitativos da amostra sociodialetal do léxico diferencial madeirense.

Tabela 19. Resultados do concelho do Funchal (18 inquiridos)

Palavras e expressões	Signific =	Signific ≠	Signific. padrão	Uso	Conhec.	Desconh.
1. ***(Ar)rejeiras***	0	3 M 16,7%	0	2 M 11%	3 M 16,7%	6 M/9 H 83,3%
2. ***Baboseira***	**8M/6H 77,5%**	0	0	**6M/4H 55,5%**	**8M/6H 77,5%**	**1M/3H 22,5%**
3. ***Brinco/ brinquinho***	4 M 22,5%	1H 5,5%	4M/4H 44%	7M/3H 55,5%	8M/5H 72,4%	1M/4H 27,6%
4. ***Busico***	**9M/5H 77,7%**	**1H 5,5%**	**0**	**4M/3H 38,8%**	**9M/6H 83,3%**	**3H 16,7%**
5. ***Cachada***	**8M/7H 83,3%**	**0**	**0**	**5M/3H 44,4%**	**8M/7H 83,3%**	**1M/2H 16,7%**
6. ***Charola***	0	1M 5,5%	0	0	1M 5,5%	8M/9H 94,4%
7. ***Corça/corsa***	2M 11%	0	0	1M 5,5%	2M 11%	7M/9H 88,8%
8. ***Estar (n)um calhau***	5M 27,7%	1M/1H 11%	0	3M/1H 22,2%	6M/1H 38,8%	3M/8H 61%
9. ***Matina***	0	0	5M/5H 55,5%	3M 16,7%	5M/5H 55,5%	4M/4H 44,4%
10. ***Matinar***	1H 5,5%	0	2M/4H 33,3%	1M/1H 11%	3M/5H 44,4%	6M/4H 55,5%
11. ***Palheiro***	4M/1H 27,7%	5M/6H 61%	0	4M/1H 27,7%	9M/7H 88,8%	2H 11%
12. ***Passada(s)***	6M/4H 55,5%	0	1M 5,5%	4M/3H 38,8%	7M/4H 61%	2M/5H 38,8%
13. ***Passapalo***	3M 16,7%	0	0	3M 16,7%	3M 16,7%	6M/9H 83,3%
14. ***Rajão***	4M 22,2%	1M 5,5%	0	3M 16,7%	5M 27,7%	4M/9H 72,2%
15. ***Romagem***	1M/2H 16,7%	1H 5,5%	1H 5,5%	0	1M/4H 27,7%	8M/5H 72,2%
16. ***Tapassol***	**8M/8H 88,8%**	**1M 5,5%**	**0**	**4M/3H 38,8%**	**9M/8H 94,4%**	**1H 5,5%**
17. ***Terreiro***	**8M/6H 77,7%**	**1M 5,5%**	**0**	**5M/3H 44,4%**	**9M/6H 83,3%**	**3H 16,7%**

18. *Trapiche*	**3M/7H 55,5%**	**6M 33,3%**	**0**	**5M/5H 55,5%**	**9M/7H 88,8%**	**2H 11%**
19. *Trapichento/a*	4M/1H 27,7%	2M/1H 16,7%	0	4M/1H 27,7%	6M/2H 44,4%	3M/7H 55,5%
20. *Tratuário ou trotoário*	3M/1H 22,2%	0	0	3M 16,7%	3M/1H 22,2%	6M/8H 77,7%

Tabela 20. Resultados das outras áreas geográficas (22 inquiridos)

Palavras e expressões	Significa. =	Significa ≠	Significa. padrão	Uso	Conhec.	Desconh.
1. *(Ar)rejeiras*	0	0	0	0	0	11M/11H 100%
2. *Baboseira*	**11M/11H 100%**	**0**	0	**10M/7H 77,2%**	**11M/11H 100%**	**0**
3. *Brinco/ brinquinho*	4M/3H 31,8%	0	3M/5H 44,4%	2M/3H 27,7%	7M/8H 68%	4M/3H 31,8%
4. *Busico*	**9M/8H 77,2%**	**1M 4,5%**	**0**	**2M/2H 18%**	**10M/8H 81,8%**	**1M/3H 18%**
5. *Cachada*	**8M/9H 77,2%**	**0**	**0**	**4M/5H 40,9%**	**8M/9H 77,2%**	**3M/2H 27,7%**
6. *Charola*	0	1H 4,5%	0	1H 4,5%	1H 4,5%	11M/10H 95,4%
7. *Corça/corsa*	2M/1H 13,6%	1H 4,5%	0	1M/1H 9%	2M/2H 18%	9M/9H 81,8%
8. *Estar (n)um calhau*	1M 4,5%	2M/4H 27,2%	0	3M/2H 22,7%	3M/4H 31,8%	8M/7H 68%
9. *Matina*	5M/2H 31,8%	0	3M/3H 27,2%	4M 18%	8M/5H 59%	3M/6H 40,9%
10. *Matinar*	5M/1H 27,2%	0	1M/2H 13,6%	5M 22,7%	6M/3H 40,9%	5M/8H 59%
11. *Palheiro*	5M/6H 61%	5M/1H 27,2%	0	6M/1H 31,8%	10M/7H 77,2%	1M/4H 22,7%
12. *Passada(s)*	6M/4H 45,4%	2M 9%	0	6M 27,2%	8M/4H 54,5%	3M/7H 45,4%
13. *Passapalo*	2M 9%	1H 4,5%	0	2M 9%	2M/1H 13,6%	9M/10H 86,3%
14. *Rajão*	7M/3H 45,4%	1H 4,5%	0	2M/1H 13,6%	7M/4H 50%	4M/7H 50%
15. *Romagem*	5M/3H 36,3%	2M 9%	2M 9%	7M/1H 36,3%	9M/3H 54,5%	2M/8H 45,4%
16. *Tapassol*	**11M/8H 86,3%**	**1H 4,5%**	**0**	**4M/4H 36,3%**	**11M/9H 90,9%**	**2H 9%**

17. *Terreiro*	**11M/6H 77,2%**	**2H 9%**	**0**	**5M/2H 31,8%**	**11M/8H 86,3%**	**3H 13,6%**
18. *Trapiche*	**8M/9H 77,2%**	**3M 13,6%**	**0**	**6M/4H 45,4%**	**11M/9H 90,9%**	**2H 9%**
19. *Trapichento/a*	2M/2H 18%	0	0	2M 9%	2M/2H 18%	9M/9H 81,8%
20. *Tratuário ou trotoário*	1M/1H 9%	0	0	1M/1H 9%	1M/1H 9%	10M/10H 90,9%

A palavra *(ar)rejeiras* revelou-se totalmente desconhecida, tanto para os inquiridos naturais do Funchal como das outras áreas geográficas da ilha da Madeira. Quanto a *baboseira*, foi um dos nomes mais reconhecidos, sobretudo pelos residentes fora do Funchal, com 100% (11M/11H) de reconhecimento e 77,2% (10M/7H) de uso. No concelho do Funchal, obtivemos 77,5% (8M/6H) de reconhecimento e 55,5% (6M/4H) de uso. Trata-se de um termo muito usual, não apresentando variação semântica, o que confirma a estabilidade do vocábulo. As outras palavras correntes ou usuais são: *buzico*, no Funchal, com 77,7% (9M/5H) de reconhecimento e 38,8% (4M/3H) de uso e, nas outras áreas geográficas, respetivamente 77,2% (9M/8H) e 18% (2M/2H); *cachada*, no Funchal, com 83,3% (8M/7H) de reconhecimento e 44,4% (5M/3H) de uso e, nos outros concelhos, respetivamente 77,2% (8M/9H) e 40,9% (4M/5H); *tapassol*, *terreiro* e *trapiche*, no Funchal, respetivamente com 88,8% (8M/8H), 77,7% (8M/6H) e 55,5% (3M/7H) de reconhecimento e 38,8% (4M/3H), 44,4% (5M/3H) e 55,5% (5M/5H). As outras áreas geográficas totalizaram, no reconhecimento, 86,3% (11M/8H) para *tapassol*, com 36,3% (4M/4H) de uso, para *terreiro* 77,2% (11M/6H), com 31,8% (5M/2H) de uso, e para *trapiche* também 77,2% (8M/9H), com 45,4% (6M/4H) de uso.

4.1 Variável geográfica

No Funchal, 65% das palavras correspondem aos conceitos esperados, enquanto nas outras áreas geográficas o valor é de 78%. Os informantes residentes no Funchal exibem 29% de significados diferentes das aceções regionais, sobretudo do Português padrão, por exemplo em *brinco/brinquinho*, por 'limpo' mas também 'novo' e 'arrecada', tal como acontece com as palavras *matina* e *matinar*, revelando desconhecimento do regionalismo semântico madeirense. Nos vocábulos *palheiro* e

trapiche, temos novos significados que surgem de factos e realidades linguístico-etnográficas regionais. Nos inquiridos provenientes de outros concelhos, obtivemos 12% de significados diferentes dos conhecidos para *estar num calhau*, com o valor figurado ou metafórico de 'fala e comportamento inadequado', e *romagem* como 'convívio de pessoas' e 'festa religiosa', por metonímia.

No Funchal, 94 % do léxico diferencial é reconhecido pelos informantes, sendo apenas 6% desconhecido, pois não podemos esquecer que muitas áreas da cidade, sobretudo S. Roque, Santo António e S. Martinho eram zonas rurais até há pouco tempo. Nas outras áreas rurais, 90 % dos vocábulos são conhecidos e 10% desconhecidos. Esta percentagem inferior depende do facto de palavras como *matina* e *matinar* apenas existirem em alguns concelhos da zona oeste da ilha, assim como *passapalo.* Entre os vocábulos mais conhecidos pelos jovens universitários residentes fora do Funchal, temos igualmente *baboseira* (palavra corrente) mas também *tapassol*, *terreiro*, *trapiche*, seguindo-se *busico* e *cachada* (palavras mais populares). Os vocábulos menos conhecidos e usados em todos os concelhos da ilha são: *charola*, *corça* ou *corsa* e *tratuário* ou *trotoário*, que parecem estar a desaparecer junto dos jovens. *(Ar)rejeiras* é nitidamente um arcaísmo; *palheiro* está a perder o seu significado original e *passapalo* é um neologismo ou empréstimo regional do Espanhol da Venezuela.

No Funchal, 49% dos regionalismos são usados pelos inquiridos. Estes serão os mais correntes e com mais prestígio sociocultural, nomeadamente *baboseira*, *brinco/brinquinho*, *trapiche*, seguindo-se *cachada* e *terreiro*. Nas outras áreas geográficas, 60% dos regionalismos ainda são usados pelos jovens inquiridos, destacando-se *baboseira*, seguindo-se *trapiche*, *cachada* e, depois, *romagem* e *palheiro*.

4.2 Variável sociocultural de género

O fator sociocultural de género mostrou-se relevante, na medida em que, no Funchal, geralmente, as mulheres lideram o conhecimento deste léxico diferencial ou regional, assim como dos novos significados atestados. Também são as mulheres que apresentam maior percentagem do seu uso. Por vezes, apenas estas reconhecem os vocábulos, como é o caso de *(ar)rejeiras* (embora com novo significado), *corça* e

passapalo. Algumas palavras são desconhecidas, sobretudo por alguns homens: *busico*, *palheiro*, *tapassol*, *terreiro* e *trapiche.*

Nas outras áreas geográficas, as mulheres, no geral, também conhecem mais vocabulário regional, como é o caso de *passapalo* e *estar (n)um calhau*, apenas reconhecido por mulheres. Estas são mais inovadoras em relação aos vocábulos *busico*, *passadas*, *romagem*, *trapiche*, *estar (n)um calhau* e *terreiro*, enquanto os homens o são sobretudo no *brinco*. Também usam mais estas palavras do que os homens, por exemplo *matinar*, *palheiro*, *passada(s)*, *romagem*, sendo mais conservadoras. Portanto, podemos verificar que as mulheres são simultaneamente mais conservadoras e mais inovadoras do que os homens.

Tivemos de limitar esta amostra sociodialetal, por se tratar de um estudo comparativo entre diversas áreas geográficas, embora reconhecendo a necessidade de alargar os dados, através de uma recolha sistemática e exaustiva, abrangendo todos os concelhos do arquipélago. Porém, julgamos que os resultados aqui apresentados são significativos e representativos dos concelhos madeirenses e dos estratos sociais estudados.

Recolhemos novas unidades lexicais que ainda não se encontram dicionarizadas, nos dicionários de língua portuguesa, nem mesmo nos vocabulários regionais madeirenses, como: *baboseirento*, forma derivada de *baboseira*, tal como *trapichento*, que mostra a expressividade e produtividade destas palavras, e *tratueiro*, variante popular de *tratuário*, bem como a expressão *estar (n)um calhau*. De igual modo, encontrámos variação semântica ou novos significados de: *busico* 'divertido' e 'coisa que faz barulho'; *trapichento* 'abusador', 'que não para quieto' e 'irritante'; e *terreiro*, por generalização, também 'terraço', 'terreno' e 'fazenda'.

Alguns regionalismos são correntes, como *baboseira*, *palheiro*, *tapassol*, *terreiro* e *trapiche*. Dos termos estudados, estes são os que apresentam maior vitalidade no Português falado na ilha da Madeira. Em contrapartida, os regionalismos madeirenses menos conhecidos, resultantes do conservadorismo de léxico do Português antigo, que parecem estar a cair em desuso, sobretudo junto das gerações mais jovens e no meio urbano, são: *arrejeiras/regeiras, matina* e *matinar*. As variáveis geográfica e de género nem sempre são relevantes, pois jovens do mesmo concelho e sexo podem (re)conhecer ou não o mesmo vocábulo. Esta variação pode resultar de experiências

ou vivências individuais, da área do concelho onde vivem ser mais urbana ou rural e dos contactos com familiares de zonas rurais. No entanto, no que se refere a palavras como *matina* e *matinar*, a variável geográfica é pertinente, devido ao facto de ocorrerem em concelhos da zona oeste da ilha, assim como *passapalo.* Em relação à variável género, verificamos que as mulheres são simultaneamente mais conservadoras e mais inovadoras do que os homens.

Este pequeno estudo mostra-nos bem que há ainda muito trabalho a fazer, não só na Madeira, mas em todas as regiões de Portugal, para podermos conhecer a lexicografia dialetal ou diferencial portuguesa, as suas variantes lexicais e as diferentes aceções semânticas dos vocábulos, assim como a sua distribuição geográfica. O levantamento exaustivo que está a ser feito pelo grupo do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, pela imensidade de dados a tratar, ainda não está concluído, sendo um instrumento importante para podermos comparar as diferentes variedades linguísticas do país. Além deste atlas nacional, que permite o estudo comparativo entre as diferentes regiões de Portugal e da Galiza, faltam atlas regionais que possam dar conta das realidades específicas de cada uma das regiões. Este estudo é apenas um pequeno contributo e incentivo para esse conhecimento do património linguístico e sociocultural regional, de forma a obtermos um dicionário dos regionalismos de Portugal e da Galiza.

Referências

Álvarez, Rosario (coord.). *Tesouro do léxico patrimonial galego e portugués*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. Disponível em http://ilg.usc.es/tesouro (consultado a 3 de agosto de 2017).

Barcelos, J. M. Soares de. 2016. *Dicionário de Falares do Arquipélago da Madeira*. Funchal: Direção Regional da Cultura. Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura.

Barcelos, J. M. Soares de. 2008. *Dicionário de Falares dos Açores. Vocabulário Regional de Todas as Ilhas*. Coimbra: Almedina.

Barros, V. Fernando. 2010. *Dicionário de Falares das Beiras*. Lisboa: Âncora Editora/Edições Colibri.

Barros, V. Fernando e Lourivaldo Martins Guerreiro. 2005. *Dicionário de Falares do Alentejo*. Porto: Campo das Letras.

Barros, V. Fernando. 2002. *Dicionário dos falares de Trás-os-Montes*. Porto: Campo das Letras.

Brissos, Fernando, Raissa Gillier e João Saramago. 2016. «O problema da subdivisão dialetal madeirense: estudo dialetométrico da variação lexical». *Textos Selecionados. XXXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Caldeira, A. Marques. 1993 [1961]. *Falares da ilha. Dicionário da linguagem popular madeirense*. Funchal: Eco do Funchal.

Corbella, Dolores. 2016. «La selección de canarismos del DRAE», *Revue de Linguistique Romane* 80: 101–160.

Corrales, Cristóbal e Dolores Corbella. 2013. *Diccionario Histórico del Español de Canarias*, 2 vols. (2ª edición ampliada). La Laguna: Instituto de Estudios Canarios.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa. 2001. Lisboa: Editorial Verbo.

Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos (DRA) de Leite de Vasconcelos. Disponível em http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/dra/index.html (consultado a 5 de agosto de 2017).

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 2005. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Lisboa: Temas e Debates.

Dicionário PRIBERAM da Língua Portuguesa. Disponível em https://www.priberam.pt/DLPO/ (consultado a 6 de agosto de 2017).

Figueiredo, A. Cristina. 2011. *Palavras d'aquintrodia (estudo sobre regionalismos madeirenses)*. Lisboa: Fonte da Palavra.

Figueiredo, Cândido de. 1996. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 2 vols. (25ª edição). Venda Nova: Bertrand Editora.

Gonçalves, Gabriel. 1988. *O Falar do Minho. Subsídios para o seu estudo com um glossário de provincianismos e formas divergentes*. Porto: Edição do Autor.

Labov, William. 1972. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Macedo, D. Bela de. 1939. *Subsídios para o estudo do dialeto madeirense.* Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Nunes, J. da Cruz. 1965. *Os falares da Calheta, Arco da Calheta, Paul do Mar e Jardim do Mar.* Dissertação de licenciatura em Filologia Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Pereira, M. C. Noronha. 1951–1952. *Tentativa de um pequeno Atlas Linguístico da Madeira e algumas considerações sobre particularidades fonéticas, morfológicas e sintáticas do falar madeirense*. Dissertação de licenciatura em Filologia Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Pestana, E. Antonino. 1970. «Linguagem popular da Madeira». *Ilha da Madeira. II vol. Estudos Madeirenses*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal.

Porto da Cruz, Visconde do. 1934. *Trovas e cantigas madeirenses*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.

Rebelo, Helena. 2014. «Património Linguístico Madeirense. Alguns Aspetos Lexicais, Fonéticos, Morfológicos e Sintáticos». In *La Lengua Portuguesa vol. II. Estudios Linguísticos*, ed. Ángel Marcos de Dios. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. 627–647.

Rezende, Maria Angela Leotte. 1961. *Canhas e Câmara de Lobos. Estudo Etnográfico e Linguístico*. Dissertação de licenciatura em Filologia Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ribeiro, Emanuel. 1929. *Palavras do Arquipélago da Madeira*. Porto: Manarus.

Santos, Jaime Vieira dos. 1945. «Vocabulário do Dialecto Madeirense». *Revista de Portugal, Série A. Língua Portuguesa*, vol. III, nº 37, out. 1945, 61–64; vol. VIII, nº 39, dez. 1945, 145–149; vol. VIII, nº 40, jan. 1946, 208–211; vol. IX, nº 41, fev. 1946, 44–47; vol. IX, nº 44, mai 1946, 204–207; vol. X, nº 46, jul. 1946, 26–29; vol. X, nº 47, set. 1946, 68–71; vol. X, nº 48, out. 1946, 113–116 ; vol. XI, nº 52, fev. 1947, 64–67 ; vol. XI, nº 55, maio 1947, 177–180 ; vol. XII, nº 58, out. 1947, 80–83.

Santos, M. F. Silva. 2013. *À Luz das Palavras Quase Esquecidas. Contributo para o Estudo dos Regionalismos na Ponta do Sol*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira.

Santos, T. Proença dos. 2007. «Glossário». *De Ilhéus a Canga, de Horácio Bento de Gouveia: a Narrativa e as suas (Re)escritas (com uma proposta de edição crítico-genética e com uma tradução parcial do romance para francês).* Tese de Doutoramento, Universidade da Madeira. Vol. 1: 367–406.

Silva, A. R. Marques da. 2013 [1985]. «Vocabulário e Expressões do Norte da ilha». *Linguagem Popular da Madeira*, 99–109. Governo Regional da Madeira: DRAC.

Silva, F. Augusto da. 1950. *Vocabulário Popular da Madeira. Alguns subsídios para o seu estudo*. Funchal: Junta Geral do Funchal.

Simão, Teresa. 2011. *O Falar de Marvão: pronúncia, vocabulário, alcunhas, ditados e provérbios populares*. Lisboa: Edições Colibri. «

Soares, Urbano Canuto. 1914. «Subsídios para o Cancioneiro do Arquipélago da Madeira». *Revista Lusitana* XVII: 135–158.

Sousa, Luís de. 1950. *Dizeres da ilha da Madeira. Palavras e locuções*. Funchal: Casa Figueira Tipografia.

Teixeira, C. S. Nunes. 2015. *Calheta e Funchal. Estudo dialetal e sociolinguístico de alguns regionalismos madeirenses (comparação da sua vitalidade nos dois concelhos)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais, Universidade da Madeira.

41. Intercompreensão em Línguas Românicas como ferramenta para a aproximação à História das Línguas

Francisco Javier Calvo del Olmo
Universidade Federal do Paraná
Karine Marielly Rocha da Cunha
Universidade Federal do Paraná

O presente artigo tem por objetivo explorar as interfaces existentes entre duas áreas da Linguística: a História da Língua e a Intercompreensão entre as Línguas Românicas (ICLR). Os processos de mudança linguística originam-se num determinado contexto social ou geográfico desde onde podem crescer gradativamente até abranger o conjunto da comunidade de falantes. Consequentemente, uma inovação não substitui as formas antigas precedentes no momento em que surge e, assim, formas em desuso gradualmente continuam a ser compreendidas de maneira passiva durante algumas gerações antes de desaparecerem. As normas padronizadas das línguas românicas, entre elas a do português, formaram-se sobre o *continuum* de falares da *Romania*; portanto, cognatos de formas consideradas arcaicas pela(s) norma(s) do português podem ter mantido a sua vigência usual em outras línguas. A interface entre a ICLR e a História da Língua que traçamos permite acessar estágios mais antigos do português, como por meio de textos literários, e possibilita uma aproximação às outras línguas românicas.

Palavras-chave: línguas românicas, intercompreensão, história da língua, arcaísmos, variantes.

1. Introdução, mapeando o nosso objeto de estudo

Na apresentação da *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, o professor Carlos Faraco (2016: 9) afirma que as línguas, como organismos vivos, se encontram em constante mudança e, ao mesmo tempo, «estão intimamente atadas às dinâmicas históricas e às construções imaginário-ideológicas das sociedades em que são faladas». Disso deriva o fato que o estudo da história da língua possa se ocupar tanto do exame das mudanças nos diferentes níveis de um sistema linguístico, ocorridas dentro do seu eixo diacrónico – história interna –, quanto de traçar o percurso das suas comunidades de falantes – história externa. A interface que propomos aqui relaciona justamente os caminhos percorridos pelas línguas românicas, do latim vulgar aos seus estádios atuais,

como uma via que pode facilitar tanto a intercompreensão entre falantes de línguas diferentes como acessar um conhecimento mais profundo da própria língua materna.

Cabe lembrar que os processos de mudanças fonéticas, fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais e semânticas se originam em um determinado contexto social ou geográfico, surgem em um grupo de falantes específico ou são usados apenas em certos registros; a partir daí podem crescer gradativamente e se propagar até abrangerem, ou não, o conjunto da comunidade de falantes. Bagno (2017: 285) afirma que «a língua não se transforma por inteiro e de uma vez só: como a sociedade é heterogênea, há diferentes comunidades de falantes que a compõem e apresentam diferenças no uso da língua. Essas diferenças se devem à *história* de cada comunidade». Consequentemente, uma inovação não substitui as formas antigas precedentes no momento em que surge e, desse modo, formas em desuso continuam a ser compreendidas de maneira passiva durante algumas gerações antes de desaparecerem por completo. Tais palavras e expressões constituem um acervo passivo que varia entre os falantes da comunidade dependendo da sua idade, grau de instrução ou origem geográfica e social; são formas que esses falantes não empregam comumente, mas que reconhecem quando usadas por outras pessoas ou na leitura de determinados gêneros textuais.

A propósito das formas lexicais conhecidas de maneira passiva, é importante ressaltar que o léxico de um idioma possui uma dimensão que nenhum falante domina completamente; todavia, uma parte extensa do mesmo constitui a base compartilhada por toda a comunidade, como explica Brito *et al.* (2010: 55):

> *É praticamente impossível calcular o número de palavras de uma língua como o português. Existem palavras de uso geral e palavras de uso restrito (como os termos técnicos dos muitos ramos da ciência, do esporte, da religião, bem como o vocabulário característico dos diversos grupos socioculturais e o vocabulário regional). O contingente vocabular contemplado por um dicionário varia segundo a extensão do público a que a obra se destina. Em sua primeira edição (2001), o* Dicionário Houaiss *registra aproximadamente 229 mil verbetes. Esse contingente vocabular pode atingir a cifra de 300 mil palavras relativamente a qualquer das quatro línguas. O usuário românico de cultura média, habitante dos centros urbanos, emprega, na modalidade oral, em torno de 4 mil palavras, e até 8 mil, quando se inclui a modalidade escrita.*

Certamente, o número desse léxico de base pode variar segundo a língua e também a base de dados utilizada para reconhecê-lo. No Brasil, por exemplo, o projeto NURC (Norma Urbana Culta) mapeou, inicialmente, o léxico de frequência do português

falado na cidade de São Paulo e, em Portugal, o ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional) desenvolveu a ferramenta P-Pal (Procura-Palavras) baseada em um *corpus* de mais de 227 milhões de palavras portuguesas com diferentes níveis de análise[553]. O objetivo do presente trabalho não é analisar tais pesquisas mas somente ilustrá-las pois fizeram um levantamento que fundamenta nossa exposição; isto é, que o falante de uma língua materna, e o aprendiz de uma língua estrangeira, possui um léxico de frequência mental dividido entre o léxico produtivo (palavras que conhece e utiliza da língua em questão) e o léxico passivo (palavras que reconhece da língua em questão e que as compreende mas não as utiliza).

1.1 A codificação das línguas padrão sobre o continuum *românico*

As normas padronizadas das línguas românicas, e entre elas a do português, formaram-se sobre o *continuum* de falares da *Romania*; esse processo respondeu às necessidades do poder político que precisava de um meio de comunicação social eficaz, com valor reconhecido, associado à identidade nacional. Para tanto, foi necessário fixar uma ortografia, regulamentar a gramática e homogeneizar o vocabulário mediante dicionários que privilegiaram certas formas e apagaram outras:

> *O estabelecimento da ideia de uma variedade padrão, a difusão de conhecimento dessa variedade, sua codificação em compêndios gramaticais e dicionários largamente usados é sua promoção no amplo espectro de funções – tudo isso leva à desvalorização de outras variedades. A forma padrão se torna a forma legítima, e outras formas se tornam, na mente do povo, ilegítimas.* (Milroy 2011: 76).

Porém, cognatos de formas consideradas arcaicas pela norma do português ou, outras vezes, apenas empregadas em registros muito específicos (que vão desde a linguagem jurídica até usos literários ou dialetais) podem ter mantido a sua vigência usual na formação da norma padrão de outras línguas da família românica. Desse modo, nossa proposta pretende trazer o conhecimento de algumas dessas outras formas para se abrir à compreensão das línguas vizinhas. Esta possibilidade não é nova e, de fato, já tinha sido percebida por autores como Gaston Paris, considerado um dos

[553] Ilustrando a ocorrência de trabalhos semelhantes em outra língua românica, para o italiano temos o *Nuovo Vocabolario di Base della Lingua Italiana* (NVBLI), publicado no fim de 2016 por De Mauro, tendo a sua primeira edição sido inspirada no *Lessico di Frequenza dell'Italiano* (LIF) publicado em 1971 por Bortolini *et al.*

fundadores da dialetologia, que em uma carta dirigida ao seu amigo Amédée Durande, e datada de 18 de janeiro de 1857, fazia a seguinte afirmação:

> *Le* Roman de Renart *m'amuse et m'intéresse énormément. L'étude de l'Ancien français facilite considérablement celle de l'italien. À cette époque, ces deux langues, nées de la même souche, possédaient en commun un grand nombre de mots; l'italien a peu changé alors que le français s'est totalement transformé si bien que l'italien moderne ressemble plus à l'Ancien français qu'au français moderne. Quand je saurai bien le français antique et l'italien, le provençal sera facile; et quand je saurai le français et l'italien, qu'arrivera-t-il avec l'espagnol ? J'aimerais connaître un grand nombre de langues, autant qu'il peut en tenir dans mon cerveau.* (Paris *apud* Monod 1903: 14)[554].

Consideramos que esse tipo de prática de compreensão segue uma corrente diferente das dinâmicas centrípetas da padronização, pois os registros do francês antigo, abandonados ou condenados no processo de normatização dos séculos XVI e XVII, se aproximam das línguas irmãs como o italiano e o occitano-provençal. Vale salientar que Gaston Paris considera que o italiano e o francês antigo têm uma relação mais estreita que o italiano e o francês moderno, algo que pode servir também para repensar os limites (difusos) das línguas em seus eixos espaço-temporais.

1.2 Os arcaísmos: alavancas ou entraves para a intercompreensão

Os *arcaísmos*, definidos como «palavra, expressão ou construção muito antiga, fora de uso» (cf. AULETE Digital[555]), podem ser incluídos no acervo do léxico passivo (tanto para os falantes de língua materna quanto para os aprendizes de língua estrangeira). Apresentamos os usos do adjetivo *ledo*: «alegre, contente, exultante»[556] como exemplo. O uso na língua oral ficou relegado apenas à expressão *ledo engano*; aplicada aos erros ou enganos que alguém comete de boa-fé, sem intenção de fazer mal. Observe-se que o fraseologismo faz parte do vocabulário ativo, mas fora da expressão esse adjetivo faria parte apenas do passivo, conhecido através da literatura

[554] O *Roman de Renart* me diverte e me interessa enormemente. O estudo do francês antigo facilita muito o do italiano. Naquela época, essas duas línguas, nascidas da mesma fonte, possuíam uma grande quantidade de palavras em comum; o italiano mudou pouco enquanto o francês se transformou totalmente, de modo que o italiano moderno se parece mais com o francês antigo que com o francês moderno. Quando eu souber bem o francês e o italiano antigos, o provençal será fácil; e quando eu souber o francês e o italiano, o que acontecerá com o espanhol? Gostaria de conhecer muitas línguas, tantas quantas eu consiga reter no meu cérebro.

[555] Disponível em: http://www.aulete.com.br/arcaismo, último acesso em 31 de julho de 2018.

[556] Cf. http://www.aulete.com.br/ledo, último acesso em 31 de julho de 2018.

clássica como ilustram os seguintes versos[557], sendo que do primeiro procede o citado fraseologismo:

(1) «Naquele engano da alma, **ledo** e cego, / Que a fortuna não deixa durar muito...» (Luís de Camões, *Os Lusíadas*)

(2) «Já mimosas as flores desabrocham, / Já mais **ledos** os pássaros gorjeiam» (Gonçalves Dias, *Obras Poéticas*, II)

O adjetivo *ledo* tem um cognato em italiano: *lieto*; os dois procedem do mesmo étimo latino LAETU(M). É possível estabelecer uma associação de significado, e até mesmo de tipo de construção 'adjetivo + substantivo', com a expressão italiana *lieto fine*, difundida para indicar os finais felizes de uma narrativa, seja um romance, um filme ou até a história de algum personagem público, comparável ao inglês *happy end* [558]. No caso apresentado como exemplo, *ledo/lieto* têm usos bastante restritos nas respetivas normas padrão; mas o mesmo adjetivo manteve a sua vigência na norma padrão do galego desenvolvida pela Real Academia Galega e *ledo* é de uso comum assim como o substantivo *ledicia* e o verbo derivado *aledar(se)*, sinónimo de *alegrar(se)*, *contentar(se)*[559]. Se até aqui apresentamos alguns pontos fundamentais da configuração do acervo lexical das línguas românicas a partir dos exemplos que expusemos, precisamos de recortar o papel da Intercompreensão em Línguas Românicas (doravante, ICLR) para mapear nosso objeto de estudo.

A intercompreensão constitui uma prática ancestral, praticada por diferentes povos ou comunidades em contato para resolver as suas necessidades comunicativas e presente em reflexões como as de Gaston Paris. As suas potencialidades na educação em língua materna foram avaliadas por outros intelectuais como Jean Jaurès, filósofo marxista, pacifista e fundador do partido socialista francês; este fez a seguinte

[557] Todos os exemplos literários sem referências apresentados neste artigo foram retirados do Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.11a, Editora Positivo, 2004.
[558] Cabe observar que em italiano também existe *lieto inganno*; usado por escritores dos séculos XVIII e XIX como Gioacchino Pizza e Luigi Carrer.
[559] Cf. http://academia.gal/dicionario/-/termo/busca/aledar, último acesso em 31 de julho de 2018.

exposição num artigo publicado na revista *La Dépêche de Toulouse*, com data de 15 agosto 1911; a seguir publicamos a nossa tradução ao português[560]:

> [...] *o povo de nossa França meridional conhece um sentimento mais direto, mais íntimo, mais profundo de nossas origens latinas. Mesmo sem aprender latim, ele seria induzido, pela comparação sistemática do francês e do languedociano ou do provençal, a entrever, a reconhecer o fundo comum de latinidade de onde emanam o dialeto do Norte e o dialeto do Sul. Ficariam iluminados séculos de história e, inclinados sobre esse abismo, escutaríamos o murmúrio distante das fontes profundas.* (Jaurès 2014: 13).

Nos últimos anos, as mudanças e transformações acontecidas na esfera pública, motivadas em boa medida pelo atual processo de globalização, levaram a repensar várias áreas da educação e, entre elas, a linguística aplicada à didática de idiomas. Surgiu assim uma série de estudos, projetos de pesquisa e produções acadêmicas que começaram a explorar a intercompreensão entre línguas próximas como ferramenta que buscava o desenvolvimento de repertórios plurilingues e interculturais em desenvolvimento permanente (Andrade e Martins 2015: 233). Dentro desse marco teórico, as chamadas Abordagens Plurais para o Ensino de Línguas – conhecidas como CARAP ou FREPA, pelas suas siglas em francês e em inglês – definem a ICLR como a forma de compreender e fazer-se compreensível entre línguas da mesma família usando estratégias cognitivas e metacognitivas que se beneficiam dos pontos comuns entre as línguas em questão. Completando as informações disponíveis no site do CARAP[561] a intercompreensão permite trabalhar em paralelo duas ou mais línguas da mesma família (no caso, as línguas neolatinas), seja a família a que pertence a língua materna do aprendiz (ou o idioma da escola) ou a família de uma língua que ele está aprendendo ou conhece previamente. Destarte, parte-se dos ativos mais tangíveis, como o vocabulário comum, com o intuito de os cultivar sistematicamente. Os benefícios pretendidos relacionam-se principalmente com a compreensão e a valorização da língua materna como chave e ponto de partida para a aprendizagem de outras línguas frente a outras abordagens preexistentes que entendiam a língua materna como um obstáculo no processo de aquisição de uma língua estrangeira. Uma outra possibilidade que a ICLR traz é a ampliação do conhecimento da língua materna, o

[560] Esta tradução faz parte do número especial da *Revista X, vol. 2*, 2014, tal como aparece nas referências bibliográficas ao final do artigo.
[561] Cf. http://carap.ecml.at/Keyconcepts/tabid/2681/language/fr-FR/Default.aspx, último acesso em 31 de julho de 2018.

letramento em língua materna e a reflexão metalinguística como examinaremos em próximas seções, pois, a partir do momento em que se olha para outras línguas próximas tendo a nossa como base começamos a desenvolver um processo de autoconhecimento e aprofundamento da língua materna.

2. Contrastes entre o léxico português e das outras línguas românicas

De acordo com Bassetto (2010: 127), o léxico constitui um inventário aberto, em parte mutável, que engloba o conjunto das palavras – o tesouro vocabular – pertencentes de *alguma maneira* a um idioma. Essa definição pressupõe que nem todos os usuários de uma língua conhecem necessariamente todas as unidades lexicais que o integram, como já apontamos na seção precedente. Além disso, a geografia linguística e o método histórico-comparativo evidenciaram que as alterações sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas no seio de uma comunidade acarretam mudanças léxicas. No caso das línguas românicas, há um núcleo de vocábulos herdados diretamente do latim vulgar, transmitidos de geração em geração, que se transformaram em cada uma delas seguindo as regras de mudança linguística; ao mesmo tempo, a presença do latim (eclesiástico, medieval, moderno) como língua de superstrato continuou fornecendo para nossas línguas itens lexicais.

> *Dentro do próprio léxico latino das línguas românicas, é conveniente distinguir os vocábulos comumente denominados herdados, semieruditos e eruditos. Os herdados são aqueles que provieram diretamente do lat. através da fala corrente dos usuários, apresentando as mutações fonéticas e semânticas características de cada língua; essas constituem o vocabulário básico inicial. Os semieruditos são introduzidos na língua geralmente por via culta; ao entrarem, porém, no uso correspondente, sofrem mudanças segundo os padrões e as tendências características da língua, que podem afetar tanto sua forma como o seu conteúdo semântico. Os eruditos são os transportados do lat. e do gr. para a língua românica sem qualquer adaptação fonética e com conteúdo significativo igual ou muito semelhante ao do latim.* (Bassetto 2010: 128).

Esses três níveis na composição do vocabulário românico demonstram a convivência secular com o latim, mas cabe dizer que cada uma dessas línguas se desenvolveu historicamente num contexto de trocas e influências mútuas. Assim, autoras como Walter (1988: 119) e Huchon (2002: 145) compartilham o mesmo pensamento ao colocarem que o italiano e o espanhol são as línguas que mais palavras emprestaram ao francês, principalmente nos séculos XV e XVI. Também a língua

portuguesa possui inúmeros empréstimos lexicais das outras línguas românicas; galicismos (*oboé*, *abajur*, *batom*), hispanismos (*duende*, *frente*, *amistoso*), italianismos (*esquadra*, *orçamento*, *piano*) e inclusive vozes de outros idiomas como o catalão (*barraca*, *capicua*, *faina*) e o occitano (*viagem*, *mensagem*, *relógio*). Esses empréstimos ampliam as possibilidades de intercompreensão entre as nossas línguas. Nos próximos subitens, apresentaremos cognatos de outras línguas considerados arcaísmos em português, mas que mantêm a sua vigência nas respectivas normas linguísticas.

2.1 Galego e português

Começamos a nossa exposição considerando a relação entre o galego e o português. Como apontado por Teyssier (2007: 46–47), a partir do século XIV, o galego começa a isolar-se do português e nas seguintes centúrias a norma de Lisboa vai se afastando dos falares do norte e da Galiza, que serão percebidos como arcaicos e provinciais e retratados de forma caricaturada pelo teatro popular. Após a derrota dos *irmandiños* (1469) e da nobreza local na Guerra de Sucessão castelhana (1479), houve na Galiza a imposição de um projeto de Estado moderno e centralista que usava como língua o castelhano, ocupando âmbitos de uso (no culto, na administração etc.) até então assumidos pelo galego(-português); destarte, originou-se uma situação de diglossia entre ambas as línguas.

> *Com isso, o galego ficou durante séculos relegado a uma língua de camponeses, a língua das camadas sociais menos favorecidas da região, sem cultivo literário, enquanto a elite letrada se expressava (e se expressa) em castelhano. Foi necessário esperar o século XIX para se assistir ao Rexurdimento (Ressurgimento), um movimento de intelectuais e artistas que desejavam resgatar a língua e a cultura galega da quase milenar obscuridade em que tinha permanecido.* (Bagno 2017: 146).

Assim, o longo período representado pelos séculos XVI, XVII e XVIII é conhecido dentro da historiografia galega como os *Séculos Escuros*; nesse lapso temporal o galego conheceu evoluções próprias e sofreu a influência (principalmente lexical) do castelhano. As autoras e os autores do século XIX e das primeiras décadas do século XX enfrentarão o desafio de escrever em galego ao mesmo tempo em que elaboram uma nova forma padrão, autônoma a respeito da norma do português, concluída só na década de 1980 com os trabalhos gramaticais, ortográficos e lexicográficos da RAG

(Real Academia Galega) e do ILG (Instituto da Língua Galega). Destarte, o galego manteve em uso palavras e formas que o português abandonou e que foram incorporadas na normativa atual. Aqui usaremos como exemplo o advérbio *axiña/asinha*, definido pelo *Dicionário da Real Academia Galega* como:

> **axiña**: adverbio. 1 Nun breve espazo de tempo. *Lévame este recado e volve axiña*. SINÓNIMOS decontado, deseguida, logo, nunha carreira, pronto. *Axiña o entendeu.* SINÓNIMOS decontado, deseguida, logo, pronto. 2 Inmediatamente despois, pasado pouco tempo. *Propúxolle casamento e respondeu axiña*.[562]

A busca do termo em um dicionário de língua portuguesa deu-nos o seguinte resultado: «adv. (ant.) depressa, com brevidade, sem demora. F. talvez lat. *Ad-signa*.»[563] A entrada ocorre também no *Dicionário de Regionalismos e Arcaismos* (doravante DRA) de Leite de Vasconcelos: «**asinha:** 'Rápidamente'. Tras-os-Montes. RL, I, 204 (G.V.)[564]. Vale observar que ele associa o vocábulo à área de Trás-os-Montes, ou seja, no extremo norte do país e em continuidade geográfica com a Galiza. O vocábulo pode ser encontrado ainda na literatura do século XV, como, por exemplo, no verso 10 do *Auto da barca do inferno*, de Gil Vicente (1465-1536): «Asinha, que se quer ir!», e também na obra *Pátria*, do poeta Guerra Junqueiro (1850-1923) «E eu lá daquela altura que amedronta, / Sem poder abalar, correr asinha, / Vingar com mão sanhosa a dura afronta!». Em português, a lexia poderia ter caído em desuso por resultar homófona do diminutivo de *asa*; enquanto em galego manteve a sua vigência, pois não entrava em coalescência com *á/ala* (*aliña*). De qualquer modo, o par *axiña/asinha* permitiu-nos contrastar no plano lexical a interface entre o galego e o português. Outros exemplos poderiam ser explorados como as formas *onte*, *home*, *xente*, *despois*, *arrecuar*, ou as contrações *con* + artigo (*co*, *coa*, *cos*, *coas*) que caracterizam o português caipira e que também estão vigentes na norma e/ou nos usos do galego.

[562] Cf. http://academia.gal/dicionario/-/termo/busca/axiña, último acesso em 31 de julho de 2018.
[563] Cf. http://www.aulete.com.br/asinha, último acesso em 31 julho de 2018.
[564] Cf. http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/dra/index.php?match=contains&query=asinha&action=xdxf, último acesso em 31 de julho 2018.

2.2 Castelhano e português

O castelhano (ou espanhol) compartilha com o português uma grande proximidade linguística por pertencerem os dois ao grupo ibero-românico e terem se desenvolvido em continuidade geográfica, tanto na Península Ibérica quanto na América do Sul. Apresentamos outro advérbio, *cerca*, para ilustrarmos a interface entre os dois idiomas. Essa lexia, de uso corrente em castelhano para indicar a proximidade, é definida da seguinte forma pelo *Diccionario de la Real Academia Española*:

> **cerca**[2]: (Del lat. circa.) 1. adv. Próxima o inmediatamente en el espacio o en el tiempo. 2. m. pl. Pint. Objetos situados en el primer término de un cuadro.
> **cerca de** 1. loc. prepos. En un punto próximo a. *Ponte cerca de mí. Vive cerca de la escuela.*[565]

Observa-se que aparece tanto o advérbio só *cerca*, como a combinação com a preposição *cerca de*. O correspondente mais comum em português é *perto*, *perto de*; de fato, qualquer dicionário bilíngue estabelece essa correspondência entre as duas palavras. Todavia, *cerca* também está nos dicionários de língua portuguesa, caracterizado como pouco usado:

> **cerca**[2] (cer.ca) [ê] adv. 1. **P.us**. Perto, junto, próximo: *Cerca dali corria um rio.* 2. Quase, pouco mais ou menos, aproximadamente: *Cerca de meia hora após o acidente já haviam recolhido todas as vítimas*. [+ de] [F.: Do lat. *circa*.].[566]

Leite de Vasconcelos recolhe a entrada nas suas fichas do DRA: «cerca [2] adv. Qual é o deminutivo? O hesp. diz: «están cerquita». Em ptg. deverá ser cerquinha.»[567] O comentário parece mais uma anotação que uma definição minuciosa do termo, quer como regionalismo quer como arcaísmo, mas, mesmo assim, é possível sublinhar a relação que o autor estabelece com o âmbito hispânico e a falta de um diminutivo, fato que provaria sua escassa produtividade na fala. Entretanto, encontramos exemplos de *cerca* na literatura do século XX em autores como Saramago: «Quem são estas, perguntou Sete-Sóis, e quando um homem cerca lho disse». Podemos considerar que, embora *Memorial do Convento* tenha sido publicado pela primeira vez em 1982, a ambientação no século XVIII poderia ter condicionado algumas escolhas lexicais do

[565] Cf. http://dle.rae.es/?id=8J0QC7a|8J1pn48, último acesso em 31 de julho de 2018.
[566] Cf. http://www.aulete.com.br/cerca, último acesso em 31 de julho de 2018.
[567] Cf. http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/dra/index.php?match=contains&query=cerca&action=xdxf, último acesso em 31 de julho de 2018.

autor. Interessante também levar em conta a atestação de *cerca* em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, com valor de *quase*, *aproximadamente* (valor que o advérbio também possui em espanhol): «Cerca de três semanas depois recebi um convite dele para uma reunião íntima».

Igualmente, cabe notar que o Plano Curricular elaborado pelo Instituto Cervantes para o ensino de espanhol considera o par adverbial *cerca* e *lejos* dentro do nível A1[568] do Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (doravante QCERL). Dentro da interface traçada entre a ICLR e a história da língua, *cerca* é um arcaísmo usado ainda por autores do século XX e também uma palavra extremamente recorrente em espanhol, língua presente no sistema educativo português e brasileiro. Além disso, resulta evidente sua relação com a locução *acerca de* com o sentido de «a respeito de, com relação a»[569]. Tudo isso faz que *cerca* apareça integrado nas formas passivas de um falante de português com uma certa cultura letrada.

2.3 Francês e português

O francês influiu grandemente nas sociedades lusófonas como língua de cultura, principalmente nos séculos XVII, XVIII e XIX (Teyssier 2007: 91–92). O seu ensino e conhecimento continua vigente no Brasil, onde é considerado língua da elite, e em Portugal, implementado no sistema educativo e presente na paisagem linguística do país tanto pelos descendentes dos emigrados dos anos 60 e 70 do século passado quanto pelo turismo. Os países africanos de língua oficial portuguesa, os chamados PALOP, compartilham fronteiras, terrestres ou marítimas, com países francófonos. Tomaremos o advérbio de quantidade *assez* do francês, cognato de *assaz* em português, para exemplificar a interface. O *Dictionnaire Larousse* apresenta a seguinte definição:

> **assez** adverbe (latin populaire **adsatis*, du latin classique *satis*, assez) Indique la quantité suffisante ; autant qu'il faut : *Vous avez assez travaillé, reposez-vous. Il a une maison assez grande pour loger dix invités*. Indique l'intensité ; passablement, particulièrement : *J'aime assez ce petit vin de pays.*[570]

[568] Observe-se especificamente o item 8.2 dedicado aos *Adverbios nuclerares o de predicado*. Cf. https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/plan_curricular/niveles/02_gramatica_inventario_a1-a2.htm, último acesso em 31 de julho de 2018.
[569] Cf. http://www.aulete.com.br/acerca, último acesso em 31 de julho de 2018.
[570] Cf. http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/assez/5814?q=assez#5791, último acesso em 31 de julho de 2018.

Esse advérbio é um dos primeiros a ser aprendido para expressar quantidade quer por crianças francófonas, quer pelos estudantes de francês como língua estrangeira (aparece no nível A2 do QCERL). Seu cognato português, *assaz*, foi longamente empregado por autores, desde Gil Vicente a outros mais próximos como Alexandre Herculano, de acordo com as extensas informações fornecidas por Leite de Vasconcelos:

> **assaz**:
> [1] *assaz de* com adj.: «Vejo *assaz de satisfeita* a promessa», Cartas manuscritas de D. Francisco Manuel de Melo, nº 59.
> [2] «*assaz de* pouco conhecimento teria», *Clarimundo*, II, 33.
> [3] adv. «*assaz* triste»; como subst.: «*assaz de* azeite». Castilho acrescenta: «e adj., ex. 'isto para mim é *assaz e sobejo*'», in *Arquivo Literario*, III (1923), 232. + subst.: «com asaz trabalho» (como adj.), carta do sec. XVI *apud* Jordão, *Subsidios*, p. 31.
> [4] *Esmeraldo*, p. 120 (*hasaz*), p. 123 (*asaz*): «he... *asaz* tormentoso», *Esmeraldo*, p. 142.
> [5] *Leal Conselheiro*, p. 149, 176, 231, 288 (às vezes com -s!), 297, 298, 309 («assaz muy grande pestellença»). Em muitos adagios que começam por *assaz*: D. Carolina, *Tausend Sprichw*., nº 946-952. *Conto de Amaro*, sec. XIV, p. 14. *Nobiliario*, IV, p. 265, *PMH*. Étimo: *RL*, II, 267.
> [6] *Fabulario* XII, 6. Exs. antigos, Herculano, *História de Portugal*, IV, 136, 1ª ed. «Assaz pede quem bem serve», Roland, *Adágios*, p. 269. «Outras manhas tem assaz»: Gil Vicente, III, 230. *Graal* p. 29, l. 7.[571]

Hoje em dia, *assaz* não está vigente nos usos comuns da língua, tendo sido substituído por *bastante*, *suficiente*, *demais*, *muito* como verificamos na acepção a seguir do Caldas Aulete.

> **assaz** (as.saz) adv. 1. Muito, demais: *Ficou assaz interessado no projeto* 2. Bastante, suficientemente: *Ela é assaz sincera para dizer o que sente* pr.indef. 3. P.us. Muito, demais: *O casal age com assaz complacência em relação aos filhos* 4. Bastante, suficiente: O magistrado decidiu-se com assaz prudência [F.: Do lat. **ad satis* (< lat. *satis*), pelo provç. *assatz*.][572]

Encontramos exemplos do uso de *assaz* em Machado de Assis, no romance *Quincas Borba*: «O Cruzeiro, que a linda Sofia não quis fitar, […] está *assaz* alto para não discernir os risos e as lágrimas dos homens». Dentro da interface apresentada, novamente, o conhecimento dos clássicos pode auxiliar a aprendizagem de francês por

[571] Cf. http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/dra/index.php?match=contains&query=assaz&action=xdxf, último acesso em 31 de julho de 2018.
[572] Cf. http://www.aulete.com.br/assaz , último acesso em 31 de julho de 2018.

parte de um falante de português e vice-versa, um conhecimento básico de francês pode aproximar à leitura das obras clássicas da literatura portuguesa e brasileira.

Nestas primeiras três interfaces (com o galego, o francês e o espanhol) tomamos como exemplos advérbios que são considerados *arcaico*s nas atuais normas padrão do português mas que continuam sendo de uso comum nas outras línguas. Nos exemplos a seguir (italiano, catalão e romeno) apresentaremos palavras de outras classes que, em português, são empregadas apenas em determinados contextos, gêneros ou âmbitos linguísticos.

2.4. Italiano e português

A língua italiana e o português, assim como as outras línguas românicas, têm a maior parte do seu léxico formado por palavras oriundas do latim clássico e do vulgar. O italiano apresenta uma série de cognatos com o português; porém, mesmo possuindo a mesma etimologia, algumas lexias em italiano podem parecer inicialmente opacas – sobretudo se não se conhece outra língua românica além do português –; por exemplo *legno*, *ginocchio* e *mangiare*. Esse pequeno grupo de palavras, à primeira vista, pode-se mostrar pouco transparente, mas se associarmos a ele outras palavras derivadas conseguiremos identificar traços semânticos comuns e com muita probabilidade chegaremos aos seus significados. Assim, *madeira* em português não é *legno*, mas temos *lenhador* e *lenha* que comutam traços semânticos da lexia *madeira* e retomam a forma italiana *legno*; *joelho* distanciou-se significativamente de *ginocchio* mas comuta traços semânticos com *genuflexão*; também verificamos o mesmo processo para o verbo *mangiare* em italiano onde em português temos *comer*, mas comuta traços semânticos com o substantivo *manjedoura* (tabuleiro em que se põe comida para os animais nas estrebarias). Essas são formas de reconstrução semântica por meio de outras palavras que nos aproximam das iniciais e, de certa forma, ampliam o léxico e a reflexão sobre o mesmo em língua materna. Quando falamos da relação do português com o galego, o espanhol e o francês, ficamos somente no nível da equivalência do que consideramos arcaísmos.

Já que mencionamos essa *relação circular* do léxico do português com o italiano, podemos citar, na mesma linha de raciocínio, um exemplo do francês: quando nos deparamos com a lexia *mouchoir*, *lenço* em francês, em um primeiro momento a

mesma é muito opaca para um estudante de língua materna portuguesa; porém, se tomamos *muco* em português como léxico de associação, conseguimos chegar mais facilmente a *mouchoir*.

Retomando o que foi dito no fim do item 2.3, analisamos o uso da lexia *espólio* em português para tentarmos chegar ao significado de *spoglio* em italiano. Segundo a definição do Caldas Aulete:

> **espólio** (es.*pó*.li:o) sm. 1. Numa guerra, conjunto de coisas que são tomadas ao inimigo; DESPOJO 2. Conjunto de bens deixados por alguém que morreu. 3. Jur. Esse conjunto (ou parte dele) quando arrolado no inventário a ser partilhado entre os herdeiros; HERANÇA 4. Ação ou resultado de roubo, pilhagem, espoliação: O espólio *apreendido pela polícia valia milhões.* 5. O conjunto dos despojos, dos restos: A mansão em ruínas era o único espólio *do que fora um império.* [F.: Do lat. *spolium*. Hom./Par.: *espólio* (sm.), *espolio* (fl. de *espoliar*).][573]

Em português *espólio* não é uma palavra de uso corrente. Quando usada há um valor de especialidade empregada no discurso jurídico como nos apresenta Aulete no item 3 da definição. Verificamos que nas 5 acepções de Aulete há um traço semântico comum que seria aquilo que é tirado de alguém ou algum lugar, colocado à parte. Esse traço semântico é comutado nas entradas da lexia italiana de uso comum *spoglio*. O dicionário Treccani apresenta três entradas para *spoglio* e cada uma com várias acepções. As que nos interessam são as duas primeiras:

> **spòglio**[1] agg. [der. di *spogliare*, propr. part. pass. senza suffisso]. – **1.** Spogliato, nudo, privo di quanto dovrebbe o potrebbe avere: *terreno s. di vegetazione*; *alberi s. di foglie*, *di frutti* (spesso assol. *un albero s.*, con i rami nudi: *il motivo dell'albero s. nella storia della pittura*); *una casa s. di tutto*; *una stanza squallida e spoglia*. **2.** fig., non com. Libero, esente da: *una prosa s. di retorica*; *un uomo equilibrato e s. di pregiudizî*.[574]

> **spòglio**[2] s. m. [der. di *spogliare*, propr. deverbale a suffisso zero]. – **1.** L'azione di spogliare, il fatto di venire spogliato, nel sign. di togliere, portare via, spossessare con la violenza o con l'inganno. In partic.: **a.** In architettura, soprattutto antica e medievale, *materiale di spoglio*, materiale edilizio proveniente dalla spoliazione di altri edifici utilizzato per la costruzione o la messa in opera di edifici nuovi: *una villa quattrocentesca costruita in parte con materiale di s. di una chiesa medievale*. **b.** In diritto civile, *s. del possesso*, ogni atto di privazione o di menomazione grave del possesso, compiuto contro la volontà del possessore; *azione di spoglio*, denominazione corrente dell'azione di *reintegrazione* (v.), che può intentare a difesa di un proprio possesso chi ne sia stato spossessato in modo violento o clandestino. **c.** In diritto canonico, il superfluo di una rendita beneficiale che resterà alla morte del beneficiato

[573] Cf. http://www.aulete.com.br/esp%C3%B3lio, último acesso em 31 de julho de 2018.
[574] Cf. http://www.treccani.it/vocabolario/spoglio1, último acesso em 31 de julho de 2018.

> ecclesiastico e di cui quest'ultimo, per una legge antichissima, non può disporre per testamento, gravando su di esso il diritto della Chiesa (*diritto di spoglio*). **2.** Raccolta, esame e selezione di dati, elementi e risultanze di carattere omogeneo: *fare lo s.* (*lessicale*, *onomastico*, *tematico*, ecc.) *di un testo*, *di un autore*, leggerli per individuare e annotare determinati fatti di forma e di contenuto, per valersene in ricerche, indagini e studî particolari; *s. dei voti* o *delle schede di votazione*, in elezioni pubbliche o private, esame e computo dei voti; *s. della corrispondenza*, esame preliminare della corrispondenza in arrivo, fatto allo scopo di smistarla ai rispettivi destinatari, alle persone o agli uffici competenti; *s. di dati*, l'enumerazione e la classificazione dei dati raccolti in un esperimento o in una rilevazione, e la loro sistemazione in una forma concreta (un tempo, schede cartacee, schede perforate, tabelle; più recentemente, nastri e dischi magnetici, *data-base* ecc.) che consenta di ricavare rapidamente tutte le informazioni che i dati, nel loro complesso, possano fornire.[575]

Confrontando as definições na língua italiana e na portuguesa, percebemos que há a comutação de traços semânticos, mas, se compararmos o uso, verificamos a presença de uma variação diafásica. *Espólio* em português é um uso terminológico e de alto registro enquanto em italiano os traços semânticos principais na sua primeira acepção nos remetem ao uso cotidiano da palavra. Aqui comprovamos o caso da coexistência da lexia nas línguas com variações diastráticas diferenciadas; desta forma, ampliamos o conhecimento da língua materna que oferece nossa interface, não apenas dos seus estádios diacrônicos antigos mas também de certos registros sincrônicos.

2.5. Catalão e português

A geografia das línguas românicas faladas na Península Ibérica mostrou as relações entre o português e o catalão, que apresentam estágios linguísticos mais conservadores frente ao castelhano, surgido em um contexto de contato linguístico com o euskara. Semelhanças fonéticas (como a ausência de ditongação de /ɛ/ e /ɔ/, ou a pronúncia velar de /l/ em coda silábica) e lexicais (*vermell*/*vermelho* frente a *rojo*; *dues*/*duas* frente a *dos*, feminino; *meu*/*teu*/*seu* frente a *mi*/*tu*/*su*) aproximam os extremos oriental e ocidental da Península Ibérica em contraste com os fenômenos linguísticos que caracterizam a parte central, castelhano-falante. Anteriormente vimos alguns catalanismos existentes no acervo léxico do português, agora nosso interesse se centra em buscar exemplos de palavras usuais em catalão presentes no português, porém com um escasso uso, de forma análoga ao que fizemos com o italiano. Tomaremos como

[575] Cf. http://www.treccani.it/vocabolario/spoglio2, último acesso em 31 de julho de 2018.

exemplo não uma palavra do fundo léxico latino, mas um empréstimo do árabe *(al)catifa*, que o *Diccionari de la Llengua Catalana* assim define:

> **catifa** [1388; de l'àr. caṭîfa, íd.] f 1 TÈXT Teixit gruixut que és emprat, recobrint el soler d'habitacions, de graonades, etc., per a resguardar del fred i com a ornamentació. 2 *fig Una catifa de margarides*.[576]

Fazendo uma leitura da entrada em catalão, vemos que esta corresponde à lexia *tapete* do português. Existe a entrada cognata com artigo árabe aglutinado e certas nuances semânticas que entrou no português segundo alguns dicionários como um hispanismo, embora reconheçam a origem arábica:

> **alcatifa** (al.ca.ti.fa) sf. 1. Tapete espesso e bem macio; ALFOMBRA 2. P.ext. Aquilo que cobre o chão como um tapete 3. Tapete ou tecido de lã ou seda, com desenhos e cores variados, usado para cobrir o chão ou enfeitar as janelas em dias festivos [F.: Do ár. *al-qatifa*.].[577]

Mais uma vez, Machado de Assis nos dá exemplos para ilustrar o uso de *alcatifa* (o qual nos permite caracterizar a voz como *arcaismo*, na mesma linha de *cerca* ou *assaz*); encontramo-lo no romance *A mão e a luva:* «Ela queria-as belas e viçosas, mas em vaso de Sèvres, posto sobre móvel raro por entre duas janelas urbanas, flanqueado o dito vaso e as ditas flores pelas cortinas de cachemira, que deviam arrastar as pontas na *alcatifa* do chão». Em síntese, a interface recortada serve não só para caracterizar o fundo lexical latino comum a todas as línguas românicas, mas também permite ver a história de palavras procedentes de outros idiomas, integradas nalgum período determinado do devir histórico das nossas línguas que receberam influências comuns.

2.6. Romeno e português

Na seção precedente, mostramos a relação entre o catalão e o português, localizados nos extremos da Península Ibérica, como idiomas que conservaram estágios românicos antigos sem adotar as inovações surgidas na área central que ocupa o castelhano. De maneira análoga, o português e o romeno representam os dois extremos, oriental e ocidental, da *Romania* europeia. A geolinguística descreveu alguns traços

[576] Cf. http://www.diccionari.cat/lexicx.jsp?GECART=0027996, último acesso em 31 de julho de 2018.
[577] Cf. http://www.aulete.com.br/alcatifa, último acesso em 31 de julho de 2018.

conservadores de tais áreas periféricas; como romeno *frumos*/*a fierbe*, português *formoso*/*ferver* frente ao francês *beau*/*bouillir*, italiano *bello*/*bollire*. A melhor forma de ilustrar a proximidade nas *línguas dos extremos* é a ocorrência do idêntico pronome pessoal de primeira pessoa *eu*. Para além dessas analogias, apresentaremos o caso de *turma*. Essa lexia era usada em latim para indicar a unidade tática da cavalaria nas legiões romanas; daqui ampliou o seu significado para designar *grupo*, *bando* de pessoas ou animais, valor que manteve em italiano:

> **tórma** s. f. [lat. tŭrma, di etimo incerto]. – 1. L'unità tattica dell'antica cavalleria romana, così detta, secondo un'infondata etimologia di Varrone, perché contava 30 cavalieri, originariamente 10 per ognuna delle 3 tribù (terna) divisa perciò in 3 decurie. 2. estens., letter. Schiera di combattenti: Tal tra le Perse t. infuriava L'ira de' greci petti e la virtude (Leopardi); più genericam. massa di persone che procedono senza ordine: tre ombre insieme si partiro, Correndo, d'una t. che passava (Dante), da una schiera d'anime; Tosto gli dèi d'Abisso in varie torme Concorron d'ogn'intorno a l'alte porte (T. Tasso); branco d'animali: Le feroci cavalle in lunghe torme (L. Alamanni); in usi fig., poet., di cose astratte, personificate, o no: Dalla chimmeria valle uscian le torme De' Sogni negri con diverse forme (Poliziano); intanto fugge Questo reo tempo, e van con lui le torme Delle cure onde meco egli si strugge (Foscolo). Con senso generico, andare, venire a torme, in folla, in gran numero: gli Europei, dalla burrasca economica che li travaglia, sono cacciati a torme verso il nuovo mondo (Pisacane).[578]

Considerando a etimologia, parece lógico que os traços semânticos desta lexia pudessem abranger tanto grupos de animais quanto grupos de pessoas, já que a cavalaria precisamente representa um grupo formado por cavalos e ginetes. O romeno reduziu o seu uso apenas para grupos de animais, principalmente de ovelhas (*oi*), algo que pode se relacionar com a tradicional cultura pegureira do povo valaco.

> **TÚRMĂ**, turme, s. f. 1. Grup (mai mare) de oi sau, p. ext., de alte animale domestice sau sălbatice, care trăiesc împreună. 2. (Depr.) Mulțime, grup (mare) de oameni (în dezordine). 3. (În limbajul bisericesc) Mulțimea credincioșilor. – Lat. turma.[579]

Já em português, ainda que o traço semântico de grupo ou bando se mantenha, a lexia tem apresentado seu uso principalmente no âmbito acadêmico para designar uma classe de alunos.

> **turma** (tur.ma) sf. 1. Grupo de pessoas reunidas; BANDO 2. Grupo de amigos: Os irmãos têm uma turma grande no prédio onde moram. 3. Cada um dos grupos de alunos em que se divide o total dos alunos matriculados numa mesma classe ou num mesmo

[578] Cf. http://www.treccani.it/vocabolario/torma, último acesso em 31 de julho de 2018.
[579] Cf. https://dexonline.ro/definitie/turmă, último acesso em 31 de julho de 2018.

> ano escolar; CLASSE: a turma do segundo ano. 4. Turno escolar ou de trabalho: a turma da tarde. 5. Grupo de pessoas que realizam um mesmo trabalho: a turma da limpeza. 6. Grupo de animais ou coisas. 7. Hist. Na Roma antiga, grupo de 30 cavaleiros. [F.: Do lat. turma,ae. Sin. ger.: bando, grupo, pessoal.][580] (Disponível em http:// www.aulete.com.br/turma acesso em 15 jun 2017)

Neste último exemplo podemos observar que estes cognatos não formam um par onde um dos termos se manteve vigente enquanto o outro se tornou um arcaísmo, mas onde os dois mantiveram a sua vigência, nas respectivas línguas, mas que incorporaram traços semânticos não comutáveis entre si. Isto poderia causar certo estranhamento para, por exemplo, um estudante romeno que esteja aprendendo português, mas muito provavelmente garantiria a assimilação imediata do significado.

Por outro lado, em cognatos como *frumos/formoso* o adjetivo romeno mantém a sua vigência para designar harmonia ou o valor estético de pessoas, seres ou coisas: «ființe și părți ale lor, despre lucruri din natură, obiecte, opere de artă etc. Care place pentru armonia liniilor, mișcărilor, culorilor etc.; care are valoare estetică; estetic»[581]; já em português outros adjetivos como *bonito*, *belo*, *lindo* estão substituindo *formoso* nos usos cotidianos, que fica relegado cada vez mais a expressões fixas (*belo e formoso*) ou a um conhecimento passivo por parte dos falantes:

> **formoso** (for.*mo*.so) [ô] a. 1. Que tem formas ou feições que agradam à visão (mulher formosa); BELO; BONITO 2. Que é agradável, harmonioso (canção formosa). 3. Perfeito, puro (alma formosa). 4. Maravilhoso, magnífico, grandioso: Um formoso exemplo de caridade. [Pl.: [ó].] [F.: Do lat. *formosus, a, um*.][582]

3. Considerações finais

Nas páginas precedentes, recortamos uma interface entre a História da Língua e a Linguística Aplicada ao ensino, tomando a Intercompreensão como ferramenta que permitiu aproximar itens do léxico passivo do português aos seus cognatos românicos e, vice-versa, a partir de certos conhecimentos de outras línguas próximas acessar camadas menos comuns da língua materna. Em seguida, examinamos exemplos das principais línguas neolatinas que contam com uma norma padrão formalmente estabelecida. Embora os exemplos selecionados não façam um levantamento

[580] Cf. http://www.aulete.com.br/turma, último acesso em 31 de julho de 2018.
[581] Cf. https://dexonline.ro/definitie/frumos, último acesso em 31 de julho de 2018.
[582] Cf. http://www.aulete.com.br/formoso, último acesso em 31 de julho de 2018.

sistemático das relações lexicais de cada par linguístico, permitiram-nos verificar pelo menos que, quando comparamos elementos da nossa língua com os das línguas da mesma família, temos uma grande probabilidade de enriquecimento vocabular. De maneira mais específica, as relações lexicais circulares (como nos exemplos de *ginocchio*, *legno*, *mouchoir*, *turma*) estabelecem pontes com seus cognatos portugueses contribuindo na memorização desse vocabulário por parte dos aprendizes, mesmo se eles não conseguem inferir imediatamente o significado da palavra na língua estrangeira em questão. Além disso, o processo criado de associação circular favorece o *aprofundamento* daquela palavra na língua materna, do ponto de vista etimológico, possibilitando associações com outras línguas da mesma família (por exemplo a lexia francesa *manger*, catalã *menjar*, romena *a mancă* a partir da italiana *mangiare*, que se relacionava, por sua vez, com as vozes do português *manjedoura*, *manjar*). Este fato resulta relevante já que a ICLR se propõe ao trabalho simultâneo com vários idiomas.

Fazer cursos de línguas estrangeiras e disfrutar de estadias, mais ou menos longas, em outros países tornou-se cada vez mais comum; ao mesmo tempo, o interesse e estudo da literatura clássica, o conhecimento aprofundado da língua materna para além de seus usos meramente funcionais parecem regredir nos sistemas educativos no momento atual. Neste ponto, podemos questionar se é mais factível para um falante de língua portuguesa, ponhamos por exemplo um estudante universitário do Brasil ou de Portugal, entrar em contato com línguas estrangeiras ou se aproximar da literatura clássica em português. Nesse aspecto, a ICLR permite acessar um conhecimento metalinguístico maior da língua materna e, ao mesmo tempo, abrir portas para a comunicação entre falantes de línguas próximas. Em outras palavras, a ICLR e a História da Língua atuam como *vasos comunicantes*.

Surge aqui um campo instigador tanto na pesquisa como na implementação no ensino de língua estrangeira que, a nosso ver, deveria avançar nas seguintes direções: primeiramente, fazer um levantamento preciso da relação entre os arcaísmos do português e os acervos lexicais das outras línguas neolatinas, considerando as palavras de uso restrito nalguns campos semânticos e as assimetrias entre os vários sistemas linguísticos. A questão dos *falsos amigos* que as relações entre lexias deste grupo linguístico é passível de gerar apenas foi abordada, fica aberta como convite para futuras pesquisas. Em segundo lugar, também caberia realizar experiências, exercícios

e práticas em sala de aula de línguas estrangeiras aplicando esta aproximação didática com vistas a avaliar a sua pertinência e, em caso positivo, estabelecer protocolos para implementá-la de maneira sistemática. A partir daqui, poderia se repensar a validade dos descritores do QECRL, formulados para avaliar as competências na língua de chegada sem levar em consideração o perfil da língua materna dos aprendizes. Será que as capacidades de compreensão de aprendizes *romanófonos* se correspondem realmente com os níveis do QECRL? Resultaria então pertinente repensar certos conceitos ou graus de proficiência? Ademais do âmbito da língua estrangeira, essas experiências didáticas poderiam ser aplicadas para ativar a reflexão metalinguística de estudantes de português como língua materna, literatura ou inclusive na docência de línguas clássicas.

Outra faceta que fica aberta é explorar construções morfossintáticas consideradas arcaicas nas normas padrão brasileira ou portuguesa, mas vigentes em outros idiomas da família ou vice-versa. Assim, por exemplo, o português europeu prefere a perífrase '*estar a* + infinitivo' para indicar o presente contínuo enquanto o brasileiro usa '*estar* + gerúndio' com a mesma função. O espanhol alinha-se com a norma brasileira, já o italiano – em algumas situações sobretudos regionais – e o galego permitem formar a perífrase com infinitivo ou com gerúndio. A ênclise, habitual da norma europeia (e no galego) mas ausente nos usos falados dos brasileiros, também existia em italiano, espanhol, francês e catalão; porém, essas comunidades linguísticas abandonaram de forma independente a regra que rejeitava a posição de um clítico no início da sentença e consequentemente adotaram a próclise entre os séculos XV e XVIII (Noll 2008: 249–250). Entretanto, a ênclise ainda pode aparecer em certos contextos (imperativos afirmativos, *érase una vez*, *vendesi* etc.). As formas e pronomes de tratamento, assim como os seus usos nas diferentes normas, resultam matéria de grande interesse estendendo estas questões para o campo da pragmática. Futuros estudos poderiam mapear as diferenças e semelhanças morfossintáticas da nossa família linguística dentro da interface aqui proposta com a finalidade de aplicar depois os resultados no ensino de língua.

Estes últimos exemplos evidenciaram que, mesmo dentro do diassistema da língua portuguesa, existem formas que caíram em desuso numa variedade padrão, mas que mantêm a sua vigência em outra. Voltando ao nível lexical, encontramos exemplos

como o da lexia *chávena*, palavra de origem chinesa, que substituiu em Portugal a *xícara*, a qual continua vigente no Brasil; ou, pelo contrário, no Brasil, a palavra *calcinha* substituiu *cueca* para designar a peça de roupa íntima feminina, enquanto, em Portugal, *cueca(s)* continua servindo no vestuário das pessoas de gênero masculino e feminino. Ou seja, as diferenças entre as normas padrão do português podem alinhar determinada variedade com outra(s) língua(s) românica(s) ou afastá-la.

Elencamos as principais linhas de pesquisas que a interface entre a ICLR e a História da Língua fornece e mostramos a pertinência de criar relações entre ambas as áreas dentro das Ciências da Linguagem. Futuros trabalhos deverão completar o que aqui apenas foi mapeado e responder a questões que nós só sugerimos. O estudo das línguas românicas permite nos aproximarmos do português de uma forma diferente, observar o seu devir a partir das semelhanças e das diferenças, enxergar as formas que umas comunidades de falantes rejeitaram enquanto outras as promoveram, como se as línguas próximas também fossem fragmentos do passado e do futuro da nossa língua. Uma palavra foi abandonada num idioma enquanto manteve a sua vigência em outro, aqui faz parte dos usos quotidianos, lá ficou restrita a um âmbito específico; parafraseando, nesse exercício contínuo de mudança, nesse incessante realinhamento das normas padronizadas, os famosos versos de Horácio, enunciados 2000 anos atrás: «multa renascentur quae iam cecidere cadentque quae nunc sunt in honore vocabula, si volet usus, quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi»[583, 584].

Referências

Andrade, Ana Isabel e Filomena Martins. 2015. «Em torno do conceito de intercompreensão: desafios e possibilidades na formação pós-graduada de professores». In *Novas tendências no ensino/aprendizagem de línguas românicas e na formação de professores*, ed. Olga Alejandra Mordente e Roberta Ferroni, 231–257. São Paulo: Humanitas.

Bagno, Marcos. 2017. *Dicionário crítico de sociolinguística.* São Paulo: Parábola.

[583] Disponível em http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:abo:phi,0893,006:46, último acesso em 31 de julho de 2018.

[584] «Muitas palavras que já morreram renascerão de novo e outras que agora têm prestígio cairão, se o uso assim quer, pois ele é o legislador e a norma da fala».

Bassetto, Bruno Fregni. 2010. *Elementos de Filologia Românica.* vol. I e II. São Paulo: Edusp.

Bortolini Umberta, Carlo Tagliavini e Antonio Zampolli. 1971. *Lessico di frequenza della lingua italiana contemporanea*. Milano: Garzanti.

Brito, Ana Maria, Birger Lohse, Godofredo Oliveira Neto. 2010. *Gramática comparativa: Houaiss: quatro línguas românicas: português, espanhol, italiano e francês.* São Paulo: Publifolha.

CARAP, *Cadre de référence pour les approches plurielles*. http://carap.ecml.at/Keyconcepts/tabid/2681/language/fr-FR/Default.aspx, 31.07.2018.

Faraco, Carlos Alberto. 2016. *História sociopolítica da língua portuguesa.* São Paulo: Parábola.

Horatius Flaccus Q. *De Arte Poetica*. Disponível em: http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:abo:phi,0893,006:46, 31.07.2018.

Huchon, Mireille. 2002. *Histoire de la langue française.* Paris: Le livre de poche.

INSTITUTO CERVANTES. *Plan curricular del Instituto Cervantes Niveles de referencia para el español.* Disponível em https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/plan_curricular/default.htm, 31.07.2018.

Jaurès, Jean. 2014. «Jean Jaurès e o ensino das línguas regionais da França». Trad. Francisco Javier Calvo del Olmo. *Revista X*, *vol.2*: 1–15.

Milroy, James. 2011. «Ideologias linguísticas e as consequências da padronização». In *Políticas da norma e conflitos linguísticos*, orgs. Xoán Carlos Lagares e Marcos Bagno, 49–88. São Paulo: Parábola.

Monod, Gabriel. 1903. *Revue historique*. *Tome LXXXII*: 14.

Noll, Volker, 2008. *O português brasileiro: formação e contrastes.* Trad. Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo.

Teyssier, Paul. 2007. *História da língua portuguesa.* Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes.

Walter, Henriette. 1988. *Le français dans tous les sens. Grandes et petites histoires de notre langue.* Paris: Robert Laffont.

Dicionários

Diccionari de la Llengua Catalana, Enciclopèdia catalana: http://www.diccionari.cat

Diccionario de la Real Academia Española: dle.rae.es

Dicionario da Real Academia Galega: academia.gal/dicionario

Dicionário de Arcaísmos e Regionalismos:
alfclul.clul.ul.pt/teitok/dra/index.php?action=home
Dicionário Caldas-Aulete: http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital
Dictionnaire Larousse de Français: http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/
Dicționare ale limbii române: https://dexonline.ro/definitie/turmă
Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.11a, Editora Positivo, 2004.
Nuovo Vocabolario di Base della Lingua Italiana Tulio De Mauro: https://www.internazionale.it/opinione/tullio-de-mauro/2016/12/23/il-nuovo-vocabolario-di-base-della-lingua-italiana
Treccani Enciclopedia della Lingua Italiana: http://www.treccani.it/vocabolario

42. Valores sintáticos e semânticos com *ser* e *estar* no *Leal Conselheiro* de D. Duarte[585]

Paulo Osório

Universidade da Beira Interior

Embora os historiadores da língua (Castro, 1993; Osório, 2004; Cardeira, 2005; entre outros) considerem a importância da Casa de Avis na consolidação e no desenvolvimento da língua portuguesa, a verdade é que a quantidade de estudos acerca da produção da dinastia de Avis se revela pouco expressiva no panorama da produção bibliográfica disponível. Elegendo o *Leal Conselheiro* de D. Duarte para análise neste ensaio, procederemos, numa primeira fase, ao seu enquadramento no período linguístico que o enforma: o português médio, cientes, todavia, que qualquer perspetiva de periodização linguística está longe de ser consensual. Sob uma perspetiva fundamentalmente quantitativa, à luz de pressupostos definidos em Mattos e Silva (1993; 1997; 1999; 2006 e 2008) e, igualmente, em Osório e Gaspar (2013) e Gaspar e Osório (2016), abordaremos alguns dos valores do comportamento sintático e semântico dos verbos *ser* e *estar*, tratando-se de um binómio já estudado por Mattos e Silva (1993, 1999 e 2008), mas aplicado a um *corpus* de natureza diferente ao que aqui selecionámos.

Palavras-chave: verbos *ser* e *estar*, tipo de predicados, estruturas atributivas.

1. Introdução

O nosso estudo, longe de pretender fazer uma descrição do português médio ou da prosa produzida durante a dinastia de Avis, antes almeja contribuir para uma breve caracterização sintática e semântica de um fenómeno linguístico bem delimitado (estruturas de *ser* e *estar*), tomando como *corpus* um texto literário produzido no decurso da dinastia de Avis: o *Leal Conselheiro* de D. Duarte.

Não sendo aqui oportuno, nem nosso intuito, a problematização de questões de periodização linguística do português, referimos somente que tomamos para o período em análise os recortes cronológicos avançados em Castro (1999) e corroboramos a

[585] Este texto contou com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no que respeita à concessão de uma bolsa de investigação de licença sabática.

problematização periodológica, posteriormente, sintetizada em Cardeira (2005). Acresce, contudo, que, embora o texto em análise, assim como a produção dos filhos de D. João I, corresponda a finais do período medieval, a verdade é que, sob o ponto de vista linguístico, o português médio pode ser caracterizado enquanto plataforma de transição onde se observam formas ainda conservadoras e outras indiciadoras de vislumbres da modernidade que se avizinha. É, todavia, curiosa a observação de Cardeira (2005:291-292) a propósito desta questão, referindo a investigadora que a «(…) transição de fase caracteriza o período médio como momento decisivo na elaboração do português e fase de aceleração; mas «transição de fase» não significa que esta tenha sido uma «fase de transição». *Fase de transição*, no sentido de período intermédio em que convivem variantes antigas e modernas cuja selecção virá a definir-se mais tarde, quando essa convivência configurar um patamar de estabilização, é um conceito que se materializa no português médio mas nas franjas de separação que delimitam português antigo/médio/clássico: essas sim, são fases de transição». De qualquer modo, verificamos em Osório (2004) o convívio de formas mais conservadoras e de outras mais inovadoras neste período, pelo que optamos por designar, nesse estudo e aqui, que o período em análise se constitui como um período de transição, reflexão esta que vem na senda de Maia (1995:79), já que para a autora «o português arcaico médio será caracterizado como um período de transição, durante o qual coexistem as formas e os tratamentos próprios da etapa anterior com formas e tratamentos que já anunciam o português do período clássico».

A análise que encetámos ao *corpus* em análise e que pretendemos discutir, de seguida, permite-nos, desde já, generalizar que a produção de Avis assume no século XV uma importância capital na história do português, sendo que, deste modo, «(…) é de reconhecer que os infantes de Avis, os seus colaboradores e os seus contemporâneos, foram os grandes elaboradores da língua portuguesa do século XV», tal como refere lucidamente Castro (1993:105-106).

Embora nos detenhamos neste estudo em fenómenos internos e não tanto em fenómenos extralinguísticos[586], é evidente que a própria ação da Casa de Avis foi preponderante para a história de Portugal, tendo repercussões, a nosso ver, no devir da

[586] Curiosa, a propósito, a afirmação de Maia (1995:13): «(…) o sistema linguístico é um produto humano e histórico e, por isso, no seu estudo devem ser tidas em conta todas as determinações sócio-históricas, sob o perigo de se desumanizar a nossa ciência».

própria língua portuguesa. Não esqueçamos que, muitas vezes, no percurso diacrónico da língua, fatores políticos, sociais e culturais são fundamentais no rumo linguístico que o idioma de uma certa época pode vir a tomar, pois como refere Monteagudo (1999:88) «unha lingua, no plano da historia, non é un sistema, senón unha institución socio-cultural. Na constitución de tal institución, os datos estrictamente 'lingüísticos' poden moi ben ser menos relevantes cós factores políticos».

Este estudo pretende, pois, retomando dois outros estudos em que participámos (Osório e Gaspar, 2013 e Gaspar e Osório, 2016[587]), estudar o comportamento sintático-semântico de *ser* e *estar* no *Leal Conselheiro* de D. Duarte[588], sem esquecermos as palavras avisadas de Castro (2017:144): «(…) Compare-se isto com a situação nos inícios do século XV: a literatura de modelo é a latina, a língua a imitar não é um romance, mas a própria fonte dos romances. Daí, e da atitude cultural dos responsáveis, e da língua comum que lhe serve de suporte, só se pode tirar, a meu ver, uma conclusão: a língua literária da geração de Avis não prolonga a língua literária do século XIII, antes dela se afasta por um processo de elaboração».

2. Da Caracterização do *Corpus* à Delimitação e Enquadramento do Objeto de Estudo

2.1. O Corpus e breve caracterização do período histórico em que se integra

Como já foi referido anteriormente, o nosso *corpus*, cuja fonte utilizada foi o *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa[589], é de âmbito literário. Muitas discussões têm vindo à colação acerca das potencialidades de textos não literários e literários para estudos de natureza histórico-linguística do português (cf., entre outros, Lindley Cintra, 1963; Mattos e Silva, 1989; Castro, 1991), uma vez que a maioria dos

[587] De notar que se apresentam neste estudo dados estatísticos que diferem dos apresentados nos trabalhos indicados (2013 e 2016).
[588] Tratando-se neste texto de um estudo de natureza sintático-semântica, estamos certos de que os trabalhos de sintaxe e semântica históricas estão disponíveis em menor número relativamente a estudos em outras áreas de descrição linguística de fases pretéritas da língua. Lembramos, no entanto, que, em Portugal, Ana Maria Martins, com a sua tese de doutoramento, foi pioneira nos estudos de sintaxe histórica. Aliás, a autora (Martins, 1994:1) afirma: «O português, no entanto, não dispondo de uma tradição de estudos de sintaxe histórica, mantinha-se, no que diz respeito a este tema, quase intocado».
[589] Por não ser um *corpus* lematizado, as contagens foram fundamentalmente efetuadas por nós de forma manual.

historiadores da língua advoga o uso de textos não literários, pelo facto de estes apresentarem data e local no que respeita à sua elaboração, permitindo, deste modo, um maior rigor no posterior tratamento de dados. Também, um dos argumentos que nem sempre abona a favor dos textos literários assenta no facto de estes implicarem, por vezes, uma tradição manuscrita algo complexa, pelo que muitos dos textos que subsistiram no tempo são cópias feitas de cópias e não propriamente os originais[590].

Todavia, estamos em crer que para um estudo desta natureza é muito mais produtivo um texto com uma extensão e natureza semelhantes ao aqui selecionado[591]. Conscientes de toda a problemática que um texto desta natureza pode envolver, mas certos da importância desta obra no panorama da história do português, trataremos o *Leal Conselheiro* e consideramos fidedigna a edição consultada[592].

[590] Mattos e Silva (1989:19) esclarece: «No que concerne à produção literária, um problema se destaca: a datação dos remanescentes da prosa literária do que vamos denominar de primeira fase da prosa medieval portuguesa. Enquanto os documentos não-literários são datados e localizados, o que os torna de extrema importância para um estudo de carácter linguístico, os documentos literários em prosa, sobretudo os anteriores ao século XV, apresentam complexos problemas de datação, isto é, de situação cronológica no que a tradição filológica convencionou chamar de fase arcaica da língua portuguesa: do século XIII ao XV». Castro (1991: 174) também, no mesmo sentido da citação anterior, afirma que os textos não-literários: são «a fonte preferida dos linguistas. Como foram escritos para servir alguma finalidade prática relacionada com a administração, o direito ou a economia (...), estes textos são geralmente explícitos quanto ao local e à data em que foram escritos, bem como quanto aos participantes, a diversos níveis, na sua produção; identificam os autores morais, que desejaram a produção, os autores materiais, que a executaram, e também os confirmantes e testemunhas, que assistiram e que fornecem uma espécie de contexto histórico e social para o nascimento do documento».

[591] É, no entanto, pertinente o comentário seguinte: «Para o conhecimento da língua na sua fase arcaica é fundamental a produção em prosa literária. A documentação poética e a não-literária se complementam para o conhecimento do léxico do português arcaico. A prosa literária documenta abundantemente a morfologia nominal e verbal, as estruturas morfossintácticas dos sintagmas nominal e verbal. Sobretudo é importante para o estudo das possibilidades sintácticas da língua, porque não sofre as limitações, já ressaltadas, da documentação poética e jurídica. Para os estudos fonéticos oferece restrições decorrentes de não se poder sistematizar com o mesmo rigor, relativamente possível para a documentação seriada não-literária, as relações entre som e letra, e por não oferecer os recursos formais da poesia.

O facto de essa documentação não ser, em muitos casos, localizada, impede também que por ela se possa chegar a dados sobre a variação dialetal de então, quando é possível uma aproximação pela documentação jurídica.

Quanto à cronologia dos fenômenos linguísticos, embora não seja possível uma seriação estreita, como o é, para a documentação não-literária, toda ela datada, é possível, contudo, a partir de um *corpus* criteriosamente seleccionado – se não datado, pelo menos situável em um determinado momento desse período – estabelecer um estudo diacrônico no âmbito do período arcaico com base nesses textos em prosa literária. Sem dúvida, é nesse tipo de texto que se podem entrever, com mais amplitude, os recursos sintácticos e estilísticos disponíveis para o funcionamento efetivo da língua nesse período, já por serem textos extensos, já pela variedade da temática» (Mattos e Silva, 1989:38-39).

[592] O CIPM utiliza como fonte: *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela* (sem data). In Piel, Joseph (ed. crit.). 1944. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*. Lisboa: Bertrand. Edição digitalizada, revista por João Dionísio. Cf. http://cipm.fcsh.unl.pt/gencontent.jsp?id=92.

Trata-se de uma obra do séc. XV, enquadrada nos limites cronológicos do ano de 1428-1438, da autoria de D. Duarte, de carácter moralístico-didático, na linha de um «roteiro moralístico-filosófico»[593]. Revela-se uma obra emblemática da dinastia de Avis, feita a pedido da rainha D. Leonor, com os pressupostos que o Autor tão bem explica: «Muyto prezada e amada Raynha Senhora: vos me requerestes que juntamente vos mandasse screver algũas cousas que avia scriptas per boo regimento de nossas conciencias e voontades. E posto que saibha graças a nosso senhor que de todo avees muy comprido conhecimento com virtuosa husança, satisfazendo a vosso desejo conssiirey que seria melhor feicto em forma de hũũ soo tractado com algũũs adimentos. E assi o fiz por vos complazer e filhar em no fazendo algũũ spaço de cuidados com razoado passamento de tempo» (*Leal Conselheiro*, edição digitalizada, pp. 3-4).

O período temporal em análise é, como já referimos, assaz peculiar sob o ponto de vista histórico-político. Em 1383/85, período, como sabemos, efervescente na dinâmica linguística do português, desenha-se historicamente em Portugal a crise de sucessão dinástica (crise de índole política), motivada pela morte de D. Fernando. Com o falecimento do monarca, sucedem-se inúmeras crises políticas, como bem sintetiza o cronista Fernão Lopes: «Desta guisa que avees ouvido, se levamtarom os poboos em outros logares, seemdo gramde çisma e divisom amtre os gramdes e os pequenos. O quall ajumtamento dos pequenos poboos, que sse estomçe assi jumtava, chamavom naquell tempo arraya meuda. Os gramdes aa primeira escarneçemdo dos pequenos, chamavõ-lhe poboo do Mexias de Lixboa, que cuidavom que os avia de rremir da sogeiçõ delRei de Castella.» (Fernão Lopes, s/d:86-87, *Crónica de D. João I*).

A situação agrava-se profundamente pelo facto de D. João I de Castela pretender suceder ao sogro (então falecido) no trono português. Tanto D. Leonor Teles (a regente) como D. Beatriz apoiam, assim, o seu genro e marido, respetivamente. Aliás, se quisermos recuar na história da vida de D. Fernando, poder-se-á dizer que o casamento de D. Fernando com Leonor Teles nunca foi bem aceite. Prestemos, de

[593] Afirma Gama (1995:74): «Há um certo projecto ou «ideal» de Portugal e do povo português que emerge da obra. As páginas de D. Duarte reflectem de modo imediato a sua personalidade, com determinadas situações e problemas especificamente pessoais; mas revelam também, e muito claramente, as preocupações profundas de um rei, dado à leitura e à reflexão, que ausculta os sinais de decadência e de ressurgimento da nação a que preside. O *Leal Conselheiro* propõe um modelo de «verdadeira lealdade» na vontade, no entender e no agir».

novo, atenção a Fernão Lopes: «Da bem queremça e amores que elRei Dom Fernamdo tomou em Lixboa com Dona Lionor Tellez, como já dissemos, foi loguo fama per todo o reino, afirmamdo que era sua molher, com que já dormira, e que a tijnha reçebida a furto; e desprougue mujto a todollos da terra da maneira que elRei em esto teve, e nom soomente aos grandes e fidallgos que amavom seu serviço e homrra, mas aimda ao comuum poboo que disto teve gram sentimento. E nom prestou razoões que lhe sobresto falassem os de seu consselho, dizemdo que nom era bem casar com tal molher como aquella, seemdo molher de seu vassallo, e leixar taaes casamentos de Iffamtes filhas de Reis como achava, assi como delRei Daragom, e delRei de Castella, com tanto sua homrra e acreçemtamento do reino; e veemdo que seu consselho nom aproveitava, çessavom de lhe fallar mais em ello. Os poboos do reino razoamdo em taaes novas, cada huuns em seus logares, jumtavomsse em magotes, como he husança, culpamdo mujto os privados delRei e os gramdes da terra, que lho conssemtiam; e que pois lho eles nom diziam, como compria, que era bem que se juntassem os poboos, e que lho fossem dizer (...)» (Fernão Lopes, s/d:161, *Crónica de D. Fernando*).

Tal facto provoca determinados condicionalismos não só a nível político, mas também a nível económico e social. Ganho heroicamente pelo Mestre de Avis o reino português, abre-se ao país e ao seu povo a perspetiva de melhores dias. Com ele nasce um novo reino que terá garantida a sua continuidade com o nascimento da chamada Ínclita Geração. Um novo olhar se lança sobre o futuro com a vontade fervorosa da descoberta de outras terras. À expansão das terras do Norte de África, empreendida em 1415 por membros desta Ínclita Geração, associam-se diversas motivações. Desde motivações religiosas (espalhar a fé cristã), a motivações económicas (melhorar as condições de vida dos habitantes do país), a motivações político-sociais (aumentar o reino), constitui-se, assim, uma panóplia de forças motivadoras que terão também a sua repercussão na produção escrita de então. Os alvores da modernidade no século XV estão associados à atividade levada a cabo pela dinastia de Avis, muito embora no século XV se continue ainda a assistir a um fortalecimento do senhorialismo.

Em suma, poderá dizer-se: «Com as características próprias da época e do género literário em que a obra se enquadra, o *Leal Conselheiro* de D. Duarte reflecte, como nenhuma outra obra contemporânea, a sociedade e o pensamento dominante do Portugal da primeira metade do séc. XV, mas animado pelo espírito impulsionador que

o projecta na fase empreendedora e criativa posterior. Muito mais do que a mentalidade tradicional medieval e cavaleiresca, ressalta das páginas do *Leal Conselheiro* uma visão profundamente optimista e voluntariosa em relação aos tempos de mudança que o monarca tinha consciência de estar a viver, associada a um espírito interrogativo que apontava como norma de conduta uma síntese inteligente e equilibrada entre o tradicional e o novo, nessas primeiras décadas do séc. XV» (Gama, 1995:50).

2.2. Delimitação e Enquadramento do Objeto de Estudo

Como já fizemos referência, o nosso estudo tem como principais objetivos analisar estruturas sintáticas e semânticas com os verbos *ser*[594] e *estar* no *corpus* anteriormente descrito, fazendo-se para tal uma leitura comparativa destes verbos[595]. Para tal, seguiremos, sob o ponto de vista teórico e metodológico, o enquadramento avançado por Mattos e Silva (1993; 1997; 1999; 2006 e 2008 - vol. II) e, igualmente, por Osório e Gaspar (2013) e Gaspar e Osório (2016)[596]. Assim, a nossa atenção recairá na análise dos predicados impessoais ou existenciais (expressos, nesta altura, para além do verbo *haver* também pelo verbo *ser*); predicados equativos ou identificacionais (com grande relevância para o verbo *ser*); predicados descritivos (com particular incidência para os verbos *ser* e *estar* como elementos nucleares do SV) e predicados locativos (os verbos *ser* e *estar* neste período apresentam grande representatividade). Não nos centrando apenas no tipo de predicado, é nossa intenção atendermos à descrição semântica da chamada estrutura atributiva, na senda do recorte teórico-metodológico já anteriormente anunciado. Deste modo, serão observados os seguintes grupos: *estrutura atributiva descritiva permanente* – «E assi como se fazem freos de feições desvairadas, e os que ũas bestas nom enfream as outras **som** em eles bem **aderençadas**, semelhante se faz nas moraes ensinanças, antre as quaes esta deve seer contada.»

[594] Afirma Gonçalves (1999:130): «Na fase galego-portuguesa da língua, o verbo *seer* reveste-se de grande interesse pelas particularidades que apresenta, dado ser resultante da fusão de dois verbos latinos: ESSE e SEDERE. A reconstrução dos paradigmas do não-perfeito e do perfeito revela que as formas dominantes são aquelas que provêm de ESSE, ao passo que as continuadoras de SEDERE são minoritárias».

[595] Muito curiosa a observação de Marquilhas (2013:40, vol. I): «Os verbos *ser*, *estar*, *haver* e *ter* têm no português de hoje um comportamento sintático diferente do que tinham na Idade Média e do que tinham em latim. Entre o latim vulgar e o português antigo deram-se sucessivas reanálises sintáticas (que se prolongaram até ao séc. XVI), findas as quais deixou de haver variação ao nível das construções locativas, das construções do tempo composto e das construções copulativas».

[596] Neste trabalho foi também tratado o binómio *ter* e *haver*, para além de *ser* e *estar*.

(Prólogo); *estrutura atributiva descritiva transitória* – «De temperança como **estam**, olhem ao comer, bever e feito de molheres como se cada ũu governa, em que principalmente tal virtude se demostra;» (Cap. RIX); *estrutura atributiva locativa permanente* – «Com esto concorda ũu capitulo que no Livro do Cavalgar **havia scripto**, o qual aqui fiz traladar, de nos guardar de cair pera diante, apropriandoo aas cousas contrairas.» (Cap. LXXXII); *estrutura atributiva locativa transitória* – «E des que partiom com os oficiaes de minha casa **estava** ataa XI horas.» (Cap. XIX); *estrutura atributiva locativa nocional permanente* – «E quando se cobrarem ou perderem, naquela conta se devem teer, conhecendo que **som** mais **inclinados** aa parte do bem, ou do mal, segundo as sentirmos per o que veemos ou speramos.»; *estrutura atributiva locativa nocional transitória* – «E esta natural se parte em duas: ũa he prudencia e outra justiça; e ambas **estom** na naturaleza inteleitual.» (Cap. LIX) e *estrutura atributiva locativa geográfica* – «Quinta, ordenança que se deve teer em nossa capela, por que grande parte acrecenta em boa devaçom os oficios devinos **seerem dictos e ouvidos** bem e devotamente, e a boa devaçom faz leixar os pecados e seguir as virtudes.» (Cap. LRI).

Procedendo-se a uma apresentação do nosso *corpus*, poder-se-á referir que o mesmo apresenta uma supremacia do verbo *ser* sobre *estar*, como se pode verificar no gráfico abaixo:

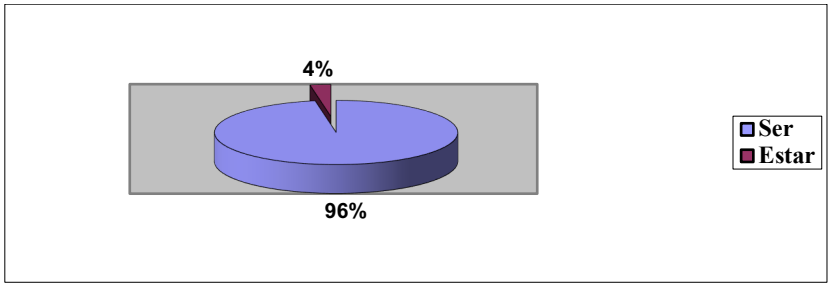


Gráfico 1. Formas de *ser* e *estar* no *Leal Conselheiro*

Os dados quantificados no Gráfico 1 encontram-se discriminados na Tabela 1. Se fizermos uma leitura comparativa dos dois verbos, *ser* e *estar*, no que respeita à sua distribuição por tempos e modos, no *Leal Conselheiro*, temos a seguinte representação diagramática (com uma predominância significativa do presente do indicativo[597]):

[597] Tem a ver precisamente com a natureza dos dados discursivos da obra, nomeadamente o fator «objetividade»: «E quando nos veem cousas temerosas, contrairas, e que a sanha ou tristeza nos queira

Tabela 1. Distribuição dos tempos e modos de *ser* e *estar* no *Leal Conselheiro*

SER	ESTAR
MODO INDICATIVO **Presente**	
Soo (4 ocs.) Es (5 ocs.) He (761 ocs.) Somos (45 ocs.) Soes (4 ocs.) Som/Sam (456/5 ocs.)	 Esta (18 ocs.) Estamos (2 ocs.) Estaes (2 ocs.) Estom/Estam (2/5 ocs.)
Pretérito Imperfeito	
Era (12 ocs.) Era (70 ocs.) Eramos (15 ocs.) Eram (7 ocs.)	Estava (2 ocs.) Estava (3 ocs.)
Pretérito Perfeito	
Fui (13 ocs.) Foi (51 ocs.) Fomos (4 ocs.) Forom/Foram (25/3 ocs.)	
Pretérito Mais-que-perfeito	
Fora (2 ocs.) Fora (9 ocs.) Foramos (1 oc.)	 Estevera (1 ocs.)
Futuro	
Serei (1 oc.) Seras (1 oc.) Sera (41 ocs.) Seremos/Seeremos (11/1 ocs.) Seram/Seeram (12/1 ocs.)	

derribar, consiiradas segundo si, apropriamse aa parte iracivel, nas quaes podemos teer boas tres maneiras per esta guisa: se o feito e tal em que nom ha remedio, com mansidõe filhar paciência» (Cap VI).

MODO CONDICIONAL	
Seria (1 oc.) Seria (12 ocs.) Seriam (10 ocs.)	

MODO CONJUNTIVO **Presente**	
Seja (1 oc.) Sejas (5 ocs.) Seja (174 ocs.) Sejamos (18 ocs.) Sejades/Sejaes (1/2 ocs.) Sejam (54 ocs.)	
Pretérito Imperfeito	
Fosse (1 oc.) Fosse (37 ocs.) Fossemos (5 ocs.) Fossem (20 ocs.)	 Estevesse (1 oc.) Estevessemos (1 oc.)
Futuro	
Fores (1 oc.) For (105 ocs.) Formos (16 ocs.) Forem (29 ocs.)	 Estever (2 ocs.) Esteverem (1 oc.)
MODO IMPERATIVO	
 Seja (175 ocs.) Sejamos (18 ocs.)	
FORMAS NOMINAIS **Infinitivo Impessoal/Pessoal**	
Ser/Seer (1/331 ocs.) Seeres (1 oc.) Seermos (15 ocs.) Serem/Seerem (2/50 ocs.)	Estar (22 ocs.) Estarem (3 ocs.)
Gerúndio	
Sendo/Seendo (1/40 ocs.)	Estando (11 ocs.)

3. Dados do *Corpus*

Os nossos dados, no que respeita aos verbos *ser* e *estar* em estruturas atributivas, mostram que o verbo *ser* ocorre em todas as estruturas, mas é quantitativamente pouco significativo nas estruturas atributivas locativas nocionais transitórias e nas estruturas atributivas locativas transitórias. Os valores para *estar* são diferentes, uma vez que ocorre preferencialmente em estruturas transitórias, sejam elas de caráter locativo ou descritivo: «Pois tal he dos logares das pestenenças onde continuadamente muitos morrem, a respeito dos semelhantes que som de saude, por em sandice he, sem special necessidade, **estar** onde ela andar» (Cap. LIIII):

Tabela 2. Verbos *ser* e *estar* em estruturas atributivas (EA) no *Leal Conselheiro*

	Ser	***Estar***[598]
Estrutura atributiva descritiva permanente	2142 ocs.	7 ocs.
Estrutura atributiva descritiva transitória	74 ocs.	19 ocs.
Estrutura atributiva locativa permanente	55 ocs.	0 ocs.
Estrutura atributiva locativa transitória	9 ocs.	7 ocs.
Estrutura atributiva locativa nocional permanente	58 ocs.	16 ocs.
Estrutura atributiva locativa nocional transitória	5 ocs.	9 ocs.
Estrutura atributiva locativa geográfica	8 ocs.	10 ocs.

No que respeita ao tipo de predicados, os dados mostram que para o verbo *ser* há uma predominância de predicados descritivos (89%), já no que respeita a *estar*, assistimos a uma maior frequência de predicados locativos (56%). Todavia, de registar que é o verbo *estar* que apresenta um maior equilíbrio entre as ocorrências com predicados descritivos (39%) e locativos (56%): «Outro ensinamento: cousa perigosa **he** scolher homem **estar** no lugar onde morrem de pestelença, e cousa mais segura partirse, ca mais morrem dos que ficam, e poucos dos que se partem» (Cap. LRV).

[598] Há casos como os das estruturas atributivas permanentes que demonstram a pouca vitalidade dessa estrutura no *corpus*, indicando a sua ausência no padrão atual do português já nivelado no século XVI. A esta mesma conclusão chegou Mattos e Silva (1993: 74-75).

Tabela 3. Tipos de predicados com os verbos *ser* e *estar* no *Leal Conselheiro*

Tipo de predicados	**Descritivos**	**Existenciais**	**Equativos**	**Locativos**
Ser	89%	4%	3%	4%
Estar	39%	5%	0%	56%

Procedemos, também, ao levantamento das estruturas em que *ser* e *estar* ocorrem com infinitivo, gerúndio e particípio passado e a análise incidiu nas construções plenas em que *ser* e *estar* correspondem ao auxiliar da forma verbal composta[599]:

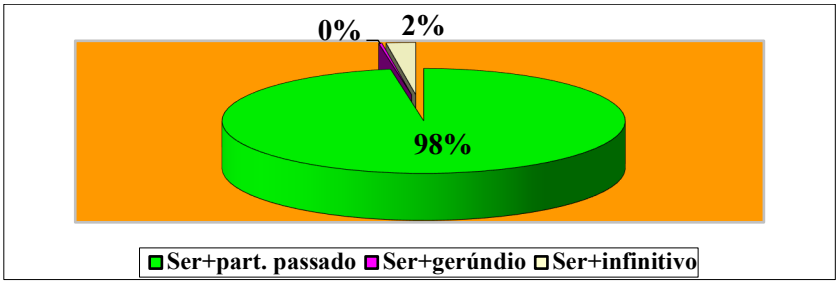


Gráfico 2. Verbo *ser*[600]

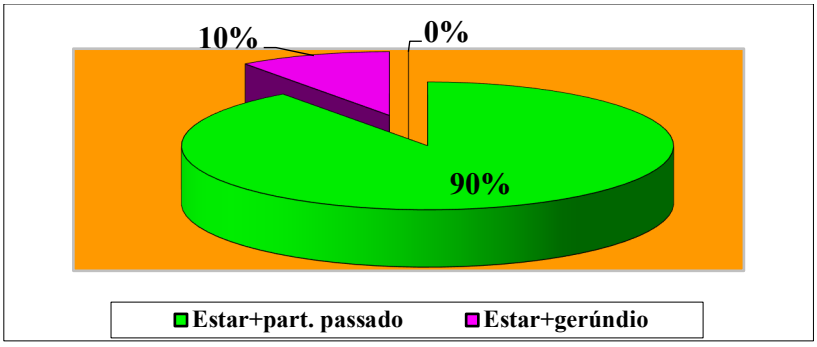


Gráfico 3. Verbo *estar*[601]

[599] «Os verbos *ser*, *haver* e *ter*, como auxiliares de tempos compostos, integram um quadro evolutivo comum e, também neste caso, o francês e o italiano contemporâneos ilustram as propriedades gramaticais que encontramos no português antigo. No português do século XIII *ser* ocorre como auxiliar com verbos inacusativos, *haver* é o auxiliar com outros tipos de verbos. Depois *haver* substitui *ser*, deixando o sistema de integrar auxiliares distintos para diferentes verbos, mas virá a ser substituído por *ter* (cf. Ribeiro 1996; Brocardo 2006; Silva 1994b; 2002b; 2002c). Como ambas as evoluções começam cedo e se estendem por um período longo, pode haver sobreposição no tempo entre os dois padrões de substituição, o que torna o processo particularmente complexo e a interpretação dos dados oferecidos pelas fontes textuais nem sempre fácil. A substituição do auxiliar *ser* pelo auxiliar *haver* é uma mudança comum ao português e ao espanhol, mas a substituição de *haver* por *ter* é uma inovação específica do português». Cf. Martins (2016:24).

[600] De sublinhar a ocorrência expressiva de *ser* com particípio passado.

[601] De registar que com o verbo *estar* também há resultados com maior expressão com particípio passado, seguido de gerúndio. O infinitivo não tem nenhuma ocorrência: «E que esto faleça, per seu virtuoso cuidado ham dele boo passamento, como screvem de Cipiom que de si dizia nom se sentir menos soo que quando soo estava, ca per boos cuidados sempre lhe parecia **estar** bem **acompanhado**» (Cap. XXIII).

No *corpus*, o gerúndio só ocorre com *ser* e *estar* e não com, por exemplo, *haver* e *ter*. Esclarece Mattos e Silva (1989:447) que a «(…) estrutura em causa pode ser interpretada ou como constituindo um grupo ou locução verbal em que expressa um acto único em seu aspecto durativo ou dois actos independentes, embora concomitantes ou simultâneos, constituindo duas orações. No primeiro caso, os verbos enumerados acima funcionariam como auxiliares, não expressando assim a sua significação lexical como verbo pleno; no segundo, funcionariam como verbos plenos, constituindo duas orações». Os verbos *ser* e *estar* funcionam como auxiliares dos verbos *acustumar*, *ajuntar*, *tocar* e *pensar*, construindo uma estrutura perifrástica e formando um tempo composto: «E posto que esto todo pareça mao de guardar, se o **for acustumando** parecera bem ligeiro de fazer» (Cap. C); «E porque o entendimento e nossa virtude mui principal, screvi del ũa breve repartiçom, e o mais **fui ajuntando** segundo melhor pude fazer» (Prólogo); «E esso medes de reteer as obras da necessidade per qualquer guisa, dos tempos bruscos e contrairos ao que desejava, sentia empeecimento de me apartar soo, por **estar pensando** achava mui contrairo, posto que a voontade per vezes me demandava» (Cap. XX); «E per estas partes suso scriptas, que brevemente **fui tocando**, segundo que muito melhor e mais largamente per aqueles que das virtudes e vicios ham boo conhecimento se poderia dizer, porque a todo se estende, se pode bem consiirar quanto mal se recrece do sobejo ou minguado sentido que filhamos em todos nossos feitos» (Cap. LXXVIII).

Quanto aos verbos que selecionam o verbo *ser* em complexos verbais, o *corpus* revela-nos os seguintes dados:

Tabela 4. Verbos que selecionam *ser* em complexos verbais no *Leal Conselheiro*

Conhecer	1 oc.
Aquecer	1 oc.
Guardar	1 oc.
Ter	1 oc.
Consentir	2 ocs.
Mostrar	2 ocs.
Desejar	3 ocs.
Parecer	5 ocs.
Haver	10 ocs.

Afirmar	1 oc.
Demonstrar	1 oc.
Provir	1 oc.
Ver	1 oc.
Dizer	2 ocs.
Tornar	2 ocs.
Pensar	3 ocs.
Cumprir	6 ocs.
Poder	59 ocs.
Avondar	1 oc.
Crer	1 oc.
Pertencer	1 oc.
Trabalhar	1 oc.
Costumar	2 ocs.
Prazer	2 ocs.
Esperar	3 ocs.
Querer	10 ocs.
Começar	1 oc.
Entender	1 oc.
Resguardar	1 oc.
Cobiçar	2 ocs.
Merecer	2 ocs.
Vir	2 ocs.
Fazer	4 ocs.
Dever	94 ocs.
Convir	7 ocs.

Apenas quatro verbos ocorrem com *estar* como verbo auxiliar, como mostra a tabela 5:

Tabela 5. Verbos que selecionam *estar* em complexos verbais no *Leal Conselheiro*

Poder	2 ocs.
Costumar	2 ocs.
Dever	3 ocs.

Os dados mostram claramente uma supremacia de *ser* sobre *estar* e, no que respeita à distribuição deste binómio por tempos e modos, regista-se uma expressão significativa de uso do presente do indicativo.

No que concerne às estruturas sintático-semânticas, observamos que com *estar* se verificam fundamentalmente estruturas locativas e descritivas e, no âmbito do verbo *ser*, observamos uma maior proeminência em estruturas descritivas. Sob o ponto de vista semântico, verificamos que *estar* ocorre preferencialmente em situações transitórias[602] e *ser* em estruturas semanticamente permanentes, sendo que *estar* se vai sobrepondo a *ser* sobretudo em construções semânticas transitórias.

Das estruturas analisadas, aparece-nos mais recorrentemente *ser* com particípio passado e uma quase inexistência com gerúndio. Com *estar*, a ocorrência também é estatisticamente mais significativa com particípio passado e são inexistentes as estruturas com infinitivo, verificando-se, igualmente como em *ser*, uma representação escassa com gerúndio.

O texto representa uma dada época e um dado estilo ao qual a língua não é alheia, daí pensarmos ser uma das razões pelas quais o verbo *dever* é o auxiliar preponderante com *ser* e *estar*, na medida em que pressupõe um princípio de obrigatoriedade implícita. Na verdade, segundo Carrasco González (2016:56): «Co século XV e os autores da "ínclita geração" entra en Portugal unha primeira onda de cultura humanística, o que naturalmente vai ter inmediato reflexo na lingua. Á cabeza deste grupo estaba, como é ben sabido, a propiá realeza: os fillos de D. João I, que escribiron ou promoveron diversas obras en prosa, sendo elas moitas veces de tipo doutrinal ou didáctico co propósito de contribuír ao nacemento dun novo fidalgo cortesán, dunha nova literatura e dunha nova lingua».

[602] Tratavam-se de casos isolados neste período, pelo facto de ainda não se ter procedido ao nivelamento. Cf. nota 14.

4. Concluindo

Foi nosso objetivo levar a cabo uma breve análise dos valores de *ser* e *estar* no *Leal Conselheiro*, contribuindo, assim, para os estudos que têm tentado caracterizar o português médio, no qual a produção da dinastia de Avis assume extrema importância. Tal como afirma Castro (2008: 149-150), trata-se de um «(…) período muito curto, que não excede a primeira metade do século XV e corresponde àquela época em que, na imagem de Lindley Cintra, os filhos de D. João I já eram adultos, tinham uma influência decisiva em vários aspectos da vida do país e, sendo vários deles homens de letras, ajudaram a criar uma nova língua literária, libertada do *tecto* galego-português e emancipada da antiga língua dos Cancioneiros, em fórmula sugestiva de Cardeira. Um período em que, no espaço de uma geração, se resolvem vários processos evolutivos em simultaneidade que não pode ser casual e se transformam dramaticamente as estruturas e a aparência da língua».

Compreender o «sentir», o «ser» e o «estar» da língua portuguesa do século XV exige, naturalmente, uma revisitação da produção da dinastia de Avis[603], à qual o homenageado desta coletânea, enquanto um dos expoentes máximos da investigação em história da língua portuguesa, não foi alheio na sua carreira académica.

Referências

Cardeira, Esperança. 2005. *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Carrasco González, Juan. 2016. "A lingua portuguesa na fin da idade media". In *A lingua Galega no Solpor Medieval*, ed. Ramón Mariño Paz e Xavier Varela Barreiro, 37-66. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

Castro, Ivo (com a colaboração de Rita Marquilhas e J. Léon Acosta). 1991. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

[603] De notar, que os estudos escasseiam sempre no que respeita à sintaxe e à semântica históricas. Em outras áreas de descrição linguística, há estudos referentes à produção literária em análise, nomeadamente no que à influência do léxico latino na obra de D. Duarte diz respeito: «(…) na obra de D. Duarte encontraremos formas como *circostância*, *circonspecto*, *entrepretar*, *infruência*, etc. Aínda os primeiros gramáticos do século XVI, en época que pertence propiamente ao período do português médio, móstranse partidários desta adaptación do léxico latino (…)» Carrasco González (2016:56).

Castro, Ivo. 1993. "A elaboração da língua portuguesa, no tempo do infante D. Pedro". *Biblos LXIX*: 97-106. Também publicado em Castro, Ivo. 2017. *A estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 135-144.

Castro, Ivo. 1999. "O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)". In *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, org. Isabel Hub Faria, 367-370. Lisboa: Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Igualmente publicado em Castro, Ivo. 2017. A estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 145-147.

Castro, Ivo. 2008. *Introdução à história do português*. Lisboa: Edições Colibri.

Corpus Informatizado do Português Medieval. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (http://cipm.fcsh.unl.pt/).

Gama, José. 1995. *A filosofia da cultura portuguesa no* Leal Conselheiro *de D. Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Gaspar, Lisete e Paulo Osório. 2016. "A estrutura atributiva e os tipos de posse no *Leal Conselheiro* de D. Duarte: um estudo de sintaxe histórica". *Limite 10.1*: 13-39.

Gonçalves, Maria Fernanda Moreira. 1999. *A morfologia verbal do galego-português: contributos para um estudo sincrónico-descritivo*. Coimbra: Faculdade de Letras. (Dissertação de mestrado).

Lindley Cintra, Luis Filipe. 1963. "Les anciens textes non littéraires. Classement et bibliographie". *Revue de Linguistique Romane XXVII* : 59-77.

Lopes, Fernão. s/d. *Crónica de D. Fernando*. Introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização.

Lopes, Fernão. s/d. *Crónica de D. João I*. Introdução por Humberto Baquero Moreno e prefácio por António Sérgio, vol. I. Porto: Civilização Editora.

Maia, Clarinda de Azevedo. 1995. *História da língua portuguesa. Guia de estudo*. Coimbra: Faculdade de Letras.

Marquilhas, Rita. 2013. "Fenómenos de mudança na história do português". In *Gramática do Português*, vol. I, org. Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes, 17-45. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, Ana Maria. 1994. *Clíticos na história do português*. Lisboa: Faculdade de Letras. (Dissertação de doutoramento).

Martins, Ana Maria. 2016. "Introdução: o português numa perspetiva diacrónica e comparativa". In *Manual de Linguística Portuguesa*, ed. Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, 1-39. Berlin/Boston: De Gruyter.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1989. *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1993. *O português arcaico. Morfologia e sintaxe*. Bahia: Editora Contexto.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1997. "Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista". *Estudos Lingüísticos e Literários 19*: 253-286.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1999. "A variação 'ser'/'estar' e 'haver'/'ter' em 1540. *Revista Portuguesa de Filologia XXIII*: 71-96.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2006. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Editora Contexto.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2008. *O português arcaico. Uma aproximação*. Vol. II - *Sintaxe e morfologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Monteagudo, Henrique. 1999. *Historia social da lingua galega. Idioma, sociedade e cultura a través do tempo*. Vigo: Galaxia.

Osório, Paulo e Lisete Gaspar. 2013. "Os verbos *ser*, *estar*, *ter* e *haver* no *Leal Conselheiro* de D. Duarte: achegas para um quadro linguístico do século XV". *Studia Romanica Posnaniensia 40/1*: 115-133.

Osório, Paulo. 2004. *Contributos para uma caracterização sintáctico-semântica do português arcaico médio*. Covilhã: Universidade da Beira Interior Editora.

43. Lexicologia e crítica textual: O *Vocabulário em Idioma Bengalla e Portuguez* e o *Marsden Lexicon*[604]

Stephen Parkinson

Universidade de Oxford

Resumo: O primeiro dicionário impresso do Bengalês foi publicado em Évora em 1743 por Frei Manoel da Assumpção. O autor é suposto ter aproveitado um léxico Português-Bengalês feito em finais do século 17, conservado no espólio Marsden da Biblioteca da School of Oriental and African Studies; borrão do dicionário é conservado na Biblioteca Publica de Évora. Corregimos todos estes elementos. O "Marsden Lexicon" não é um léxico tradicional, senão um instrumento de pesquisa, que parte de uma lista de palavras e frases portuguesas, informada pelo *Tesouro da Lingua Portuguesa* de Bento Pereira. O *Vocabulário* de Assumpção, dicionário bilingue com as entradas bengalesas romanizadas, implica vários processos de ampliação, conversão e realfabetização do Marsden Lexicon. O manuscrito eborense, de conteúdos e organização diferentes, será borrão de outro dicionário que nunca se acabou.

Palavras-chave: dicionários, Português, Bengalês, contato, missionários.

1. O *Vocabulário em Idioma Bengalla e Portuguez*

O primeiro dicionário impresso do Bengalês foi publicado em Évora em 1743 pelo padre augustiniano Frei Manoel da Assumpção, sob o título de *Vocabulario em Idioma Bengalla e Portuguez* (Assumpção 1743a, Chatterji & Sen 1924; abreviado VIBP). Do mesmo autor conhecem-se um *Compêndio dos Mistérios da Fé* (*Creper Xaxtrer Orthbhed;* Assumpção 1743b) e a tradução de um diálogo religioso da autoria de D. António do Rozário (Sen 1937a). O vocabulário está precedido por uma breve gramática. A obra de Assumpção não mereceu muita atenção da dicionarística portuguesa: foi incluída na lista de dicionários bilingues de Verdelho & Silvestre

[604] Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projecto *Tracing Portuguese-Bangla Cultural Base through Bengali Phonology*, subsidiado pelo John Fell Fund da Universidade de Oxford. Investigadores principais Aditi Lahiri, Stephen Parkinson; investigadora associada Ballari Ray Choudhury, Gokhale Memorial Girls' College, Universidade de Calcutá.

(2007: 85, 89) mas não foi discutida na secção relativa aos dicionários de missão (16-21), que se limita a obras de jesuítas.

O VIBP é um dicionário bilingue, feito de um Vocabulário Bengalês–Português e um Vocabulário Português-Bengalês, cada um de cerca de 6500 entradas. O vocabulário destina-se claramente aos missionários portugueses que continuavam a dirigir-se ao reino de Bengal. O prefácio, dirigido ao "leitor e missionário novo", inicia-se "Amigo leitor, e Missionario novo; como supponho que vens a Bengalla com espirito, e caridade Apostolica...".

O dicionário base é de facto a parte Português-Bengalês, porque a parte Bengalês-Português, embora colocada no início, é uma inversão dos materiais da parte Português-Bengalês. A relação entres as duas partes é visível na ordenação alfabética do vocabulário Bengalês-Português. Como era de prever, o autor usa uma romanização do Bengalês, baseada na ortografia portuguesa, que se resume na tabela 1.[605]

Tabela 1. Romanização do VIBP

Beng	k	kh	tʃ/ tʃh		t	th	ʃ/ʂ	st	ʈ	ʈh	p	ph
Ptg	C, QU	QH	CH		T	TH	X	XT ST	TT	TTH	P	PH
Beng	g	gh	dʒ	dʒh	d	dh			ɖ	ɖh	b	bh
Ptg	G, GU	GH	J	JH	D	DH			DD	DDH	B	BH

Verifica-se contudo que os vocábulos bengaleses se ordenam apenas pelas letras iniciais da romanização, e depois pela ordem alfabética das glosas portuguesas, como se vê da tabela 2, que transcreve parte das páginas 243-244.

[605] Para uma comparação breve dos sistemas fonológicos do Português e do Bengalês, consulte-se Parkinson 2015.

Não há ordem óbvia das entradas bengalesas em TA-, enquanto as glosas portuguesas se ordenam de ATÉ a LIQUIDAR com apenas algumas interpolações de elementos semanticamente relacionados.

Tabela 2. Ordem de entradas bengalesas no VIBP

Tagaet	Ate
Tagaet ocan	Até aqui
Tagaet con	Até quando Inter
Talax corité	Buscar
Talax	Deligencia
Tatta	Rayo
Tata porité	Cair rayos
Tantto	Corda de arco
Tantr	o mesmo
Taz v Mottuc	Coroa
Tamani	Concluzaõ
Tamani corit	Concluir
Taquia	Cochim
Thaquia	De, i, unde
Talax corité	Deligencia
Tao v. To	Dobra
Tariq v teriq	Hera do tempo
Tamacha	Espetaculo, ou festa
Tara	Estrella
Tara pora	Exalação que cae
Taza v ttaza boxt	Fresca couza
Tamaxa	Galanteria
Tamari	Gamela
Tagari	o mesmo
Tarbiet	Inclinaçaõ
Talax corité	Industriar
Tauqhe	Ingreme
Tarr	Joya dos braços
Talac	Libelo de repudio
Taga	Linha de cozer
Talic	Lixta sic
Taquieq	liquidaçaõ

O compilador não deu pelo facto que a mesma frase bengalesa, *talax corité*, aparece três vezes nesta breve lista, glosada *buscar*, *deligencia* e *industriar.* Inclui-se também o vocábulo simples *talax*, implicando uma descomposição da frase bengalesa. Tal

análise nem sempre se fez. Os verbos *descobrir* e *descobrirse* glosam-se *udam corite* e *udam hoite*, incorporando os verbos suporte *corite* 'fazer' e *hoite* 'estar', mas o termo simples *udam* não aparece na parte Bengalês-Português.

2. O Marsden Lexicon

Se tivéssemos apenas este dicionário impresso, seria mais um exemplo de lexicologia bilingue feita por missionários, na base de competências adquiridas no país. Mas a crítica bengalesa (Khondkar 1976) não se mostrou muito reconhecedora da dívida da linguística bengalesa ao P^e.^ Assumpção. Além de criticar a gramática por falhas de informação e compreensão, Khondkar considerou Assumpção um mero editor de obras alheias:

> Though the VIBP printed in Lisbon in 1743 describes Manoel da Assumpçam as its author on the title page, it is doubtful whether complete credit can be accorded to him. Bibliographical, internal, historical and linguistic evidence inclines us to the view that [he] was not the author of VIBP but merely its most recent editor. (Khondkar 1976: 89)[606]

O juízo baseou-se na identificação duma obra anterior que Assumpção teria aproveitado e editado. Trata-se de um léxico Português-Bengalês feito em finais do século 17 e conservado no espólio Marsden da Biblioteca da School of Oriental and African Studies em Londres (assim chamado o Marsden Lexicon, ML).

Já em 1914 um estudioso da obra lexicográfica dos missionários, o P^e.^ Hosten, atribuiu este manuscrito a um padre jesuíta italiano Marcos Antonio Santucci, que esteve na missão portuguesa entre 1679 e 1685, e informou o seu superior da preparação de materiais linguísticos: "The Fathers have not failed in their duty: they have learned the

[606] [Embora o VIBP impresso em Lisboa em 1743 identifique Manoel da Assumpção como autor na folha de rosto, não se pode afirmar que se deva atribuir-lhe todo o crédito para a obra. Evidências bibliográficas, internas, históricas e linguísticas nos empurram para a conclusão que ele não era o autor do VIBP mas apenas o editor mais recente da obra.]

language well, have composed vocabularies, a grammar, a confessionary and prayers...” [607]

Ao mesmo tempo, Khondkar deu notícia de um terceiro vocabulário Português-Bengalês, localizado na Biblioteca Nacional de Évora num manuscrito que reúne outras obras de Assumpção, e que ele portanto julgou ser o borrão do *VIBP*.[608] Este vocabulário breve e parcial, de 92 páginas, abrange apenas as letras A a E, com cerca de 1800 entradas. (Por comparação, o Marsden Lexicon dedica 120 ff ou seja 6000 entradas à mesma sequência alfabética, e o *VIBP* 105 páginas ou 2600 entradas.)

Podemos representar o relacionamento histórico-genético destes vocabulários, segundo a crítica, na forma de um *stemma vocabulariorum*:

Marsden Lexicon c. 1680
|
BNP Evora MS XVII 1/1 s. XVIII
|
VIBP Português-Bengalês 1743
|
VIBP Bengalês-Português 1743

Uma tal linhagem conforma-se à evolução normal de dicionários, pela qual um novo dicionário consulta e aproveita as entradas dos dicionários anteriores (Messner 2009). Deve-se notar contudo que a tendência dos novos dicionários a expandir os conteúdos dos anteriores, acrescentando entradas novas, se verifica apenas entre o Vocabulário de Évora (E) e o *VIBP*. Mas o caso é mais complexo, porque nem o Marsden Lexicon nem o Vocabulário de Évora são, em termos estritos, dicionários.

[607] Hosten (1913:46) traduz uma carta de 3.1.1883, publicado na revista *O Chronista de Tissuary*, II (1867), p. 12, ao qual ainda não tive acesso.
[608] BNP Évora MS XVII 1/1. Khondkar (1976: 110) parte do pressuposto que todas as obras associadas com o P^e. Assumpção foram redigidas inicialmente por Santucci.

3. Estrutura do Marsden Lexicon

O estudo material do Marsden Lexicon revela uma origem complexa. Não é um dicionário acabado, mas um formulário para a recolha de elementos lexicográficos. [609] O conjunto de palavras e respostas constitui o relatório de uma investigação por questionário, um episódio de linguística missionária (Zwartjes 2011). Assim o documento tem diverso estratos textuais, relacionados com a ordem de elaboração dos materiais. O primeiro estrato é uma lista extensa de palavras portuguesas, alinhadas em ordem alfabética na margem esquerda dos folios.

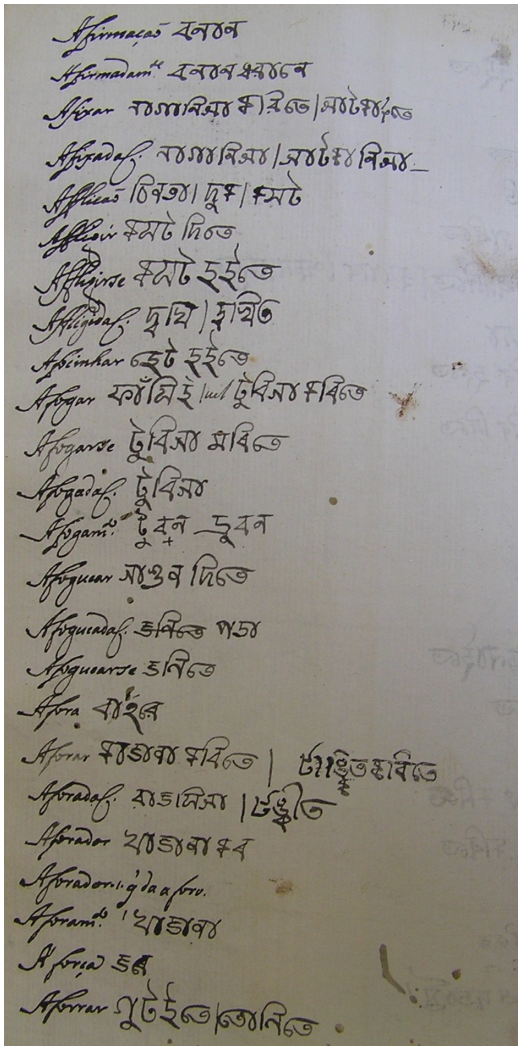


Figura 1. Marsden Lexicon fol 12v

[609] Khondkar (1976: 105) parece ter percebido isso, mas sem se dar conta de todas as suas implicações.

Foram acrescentadas também novas palavras portuguesas, em entrelinha, e frases e explicações em português, para ampliar a entrada.

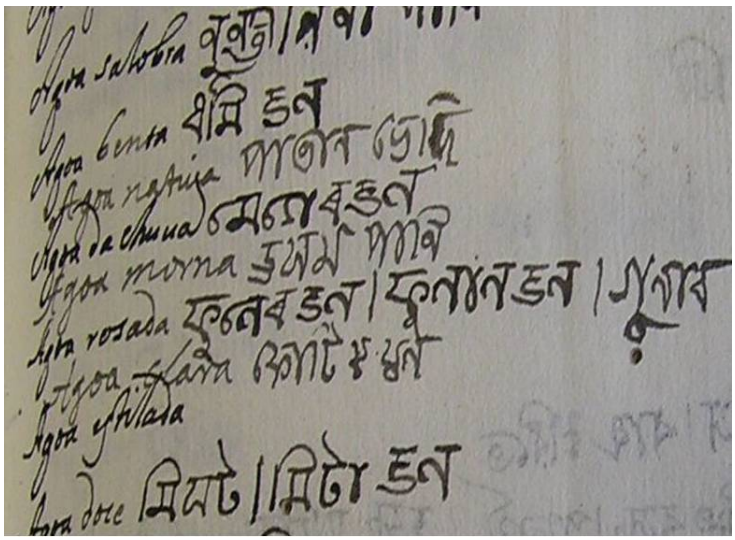


Figura 2. Marsden lexicon fol 14r, detalhe

Ao menos quatro mãos, de graus diferentes de perícia, inseriram formas bengalesas. Num apêndice encontram-se várias folhas com exemplos de caracteres bengalesas, individuais e em combinação, com uma chave fonético-ortográfica em caracteres romanos.[610]

Podemos começar a reconstituir os processos pelo qual se desenvolveu o ML e a investigação que nele se documentava:

1) elaboração de uma lista inicial

2) inquérito a falantes nativos bengaleses, recolha de vocábulos/explicações bengaleses.

3) expansão da lista com palavras e frases portuguesas e novas equivalentes bengalesas, apontamentos culturais etc.

Cada uma destas três fases provoca uma interrogação sobre os responsáveis e a sua formação linguística.

[610] A ordem de apresentação dos símbolos segue a tradição paniniana, iniciando as consoantes com a série velar. Assim (*pace* Khondkar 1976: 117-18) a semelhança entre a ordem de apresentação do ML e da apresentação de Assumpção em *CXO* não implica uma consulta direta do ML.

- Quem terá redigido a lista inicial, e na base de que obra(s)?
- Quem foi o(s) inquiridor(es) e o(s) informante(s) da 2ª fase? Será que algum informante bengalês sabia português, ou haveria uma tentativa de o inquiridor explicar as palavras portuguesas?
- A expansão de entradas fazia-se no momento da inquirição ou em época posterior?

Não temos tempo de aprofundar todas as estas questões, e falta ainda una transcrição paleográfica da parte bengalesa. Parece contudo claro que a lista inicial se baseia, como seria de prever, num dicionário português preexistente. O candidato mais provável é o *Tesouro da Lingua Portuguesa* de Bento Pereira (1647). As primeiras entradas do ML, focalizando frases incorporando a preposição A, acusam semelhanças fortes com as primeiras entradas do Tesouro de 1647, das quais muitas, marcadas com cruz pelo autor, não se encontravam em dicionários anteriores (Tabela 3).

Tabela 3. Entradas iniciais do ML e do *Tesouro da Lingua Portuguesa*

Marsden Lexicon f. 1r	Tesouro 1647
a ut AM	
A boca da noite	+ A boca da noite
A formiga	+ A formiga
A hua	+ A a hua
a Larga	+ A Larga
Aope da Letra	
Acinte	Acinte
A maneira	+ A maneira
Aa mão	+ Aa mão tente
Aa pressa	+ Aa pressa
A apuridade	+ A apuridade
Aqui delRey	+ Aa que delRey
Aquem qq	A aquem
As apalpadellas	As apalpadellas
Aas auessas	Aas auessas
Aas auessas	Aas cegas
Aas pancadas	Aas cutiladas
Aas dentadas	Aas dentadas
Aas escuras	Aas estocadas

Aas furtadellas	Aas escuras
Aas mãos cheas	Aas furtadellas
a parte cada C.	Aas mãos cheas

A lista do ML revela a sua origem num dicionário formal pela inserção de um título para cada letra nova: *B ante A*, *C ante A* etc. (A única exceção e a letra D, que se inicia na primeira linha do folio 90r, sem o copista deixar espaço para o título).

É na 2a fase que o inquiridor se dá conta de que os pressupostos morfo-léxicos do formulário são inadequados. A lista de procura inclui sistematicamente, depois de cada verbo, o particípio passado adjetivo, as formas deverbais agentivos e nominalizadas, e o advérbio que se forma de cada adjetivo.[611] As repostas indicam que o verbo bengalês não constitui a base lexical, já que a muitos verbos simples portugueses correspondem combinações de substantivo ou adjetivo e verbo suporte (tabela 6). Os agentivos e advérbios portugueses aparecem frequentemente sem equivalente bengalês.

4. O Vocabulário de Évora e o ML

Se compararmos E com o ML, constatamos que em E a parte bengalesa está muito mais sincronizada com a parte portuguesa. Tal como no ML, as palavras portuguesas estão copiadas sequencialmente na faixa esquerda mas a parte bengalesa é copiada em blocos e não inserida palavra por palavra. Em algumas páginas a mesma mão escreve português e bengalês sem interrupção. Uma intenção primitiva de fornecer não só palavras bengalesas ordinárias mas também palavras cultas e equivalentes no sânscrito, que não constam do ML, foi abandonada após poucos fólios. Em contrapartida há lacunas inesperadas na lista portuguesa de E, p. ex. no tamanho reduzidíssimo das palavras com CH inicial (10 entradas, comparadas com 60 em VIBP), com uma passagem abrupta de *caril* a *chocarreiro*, o que indica talvez um salto na cópia de um original mais extenso.

[611] «O dicionário dos jesuítas apresentou, com bastante regularidade, conjuntos de entradas tipicamente constituídos pelo par verbo/substantivo, a que se associam o particípio, um substantivo com o valor semântico de agente, e o advérbio de modo» (Silvestre 2008:184).

Materialmente, o Vocabulário de Évora encontra-se em dois cadernos (ff.133-173, 209-218). Pelo exame da *mise en page* vê-se que o vocabulário foi escrito em diversas fases, e que a sua colocação no manuscrito reflete uma encadernação posterior de cadernos separados.

O manuscrito XVI 1/1 tem duas numerações, uma antiga de fólios que se insere nos retos, e outra mais moderna que se insere sistematicamente nos versos, com tentativas de modificação da numeração antiga dos retos. A lista começa na parte inferior do fólio 133r da antiga numeração (p. 141 da nova numeração), que inicia um caderno novo identificado pelo carimbo da biblioteca e a anotação *Peça XII*. Formam-se quatro colunas, uma para Português e os outros três para Bengalês. A lista passa imediatamente e sem aparente interrupção textual para o verso do fólio seguinte (134v), o que sugere que as duas folhas estavam coladas por lapso. A organização por 4 colunas enfraquece-se já no fólio 134 e abandona-se no fólio 136. A lista continua, usando recto e verso de cada fólio, até ao fólio 168r, que leva outro carimbo da biblioteca, ao lado do fim da letra C. A letra D continua, em tinta mais fraca, no fólio 168r e nos rectos seguidos, até ao fólio 173r. Os versos dos fólios 169, 170 e 171 estão em branco; o do 172 (p 220 da nova numeração) foi empregue para copiar uma receita para "ambrar uvas". O vocabulário recomeça no fólio 209, que inicia um caderno novo (*Peça XVII*), precedido de um ou mais cadernos de formato algo menor, correspondendo aos fólios 174-208 (páginas 223-292) acabando na página 292 que deve corresponder ao fólio 208. A continuação da letra D e a letra E (até *encurvarse*) ocupam outros dez fólios (209-218; páginas 293-312) recto e verso.

A inserção de títulos é variável. Inicialmente separam-se todas as combinações de letras-- *A ante de B*, *A ante C*, *AÇA*, *AÇ* – mas AF não se distingue, e AG tem um espaço sem título; a seguir faltam títulos até *A ante M* e *Ara*, e sobram títulos em *Ata*, *Ata, Atu*. *Aue* aparece em sangrado, depois do qual os títulos se limitam a *B*, *CA*, *D*, *Du*, *E* e *El.*

Conclui-se que este vocabulário apresenta resultados de pesquisa, esboçando experimentalmente uma forma de dicionário; não é caderno de pesquisa (como o ML) nem manuscrito de uma publicação (quando menos da obra impressa de Assumpção). Não se pode saber se o Vocabulário foi interrompido no meio da letra E ou se os restantes cadernos se perderam.

5. Comparação dos três léxicos

A comparação dos três léxicos acentua a sua independência. Centramo-nos na técnica de alfabetização e nos conteúdos portugueses e bengaleses

4.1 Alfabetação

4.1.1 *ML*. O ML segue a ortografia e a ordem alfabética de entradas dos primeiros dicionários como Jerónimo Cardoso e Bento Pereira (Silvestre 2008: 159-73):

- U e V, I e J não se distinguem na ortografia nem na alfabetização:
  AUASSALAR - AUDIENCIA - AUE
- o C duro (CA, CO, CU) precede na ordem alfabética ao C brando (Ç, CE, CI) e ao dígrafo CH:
  ACA – ACO – ACU; AÇA – ACE – ACI – AÇO- AÇU; ACHA;
  CA- CO- CU; ÇA- CE-CI; ÇO- ÇU; CHA

4.1.2. *E.* Em E a ortografia ja progrediu, mas sem uma reorganização alfabética correpondente.

- distinguem-se U e V, I e J, mas mantém-se a ordem tradicional de lexemas:
  AUARENTO –AUSENCIA-[612] AUE;
  DEVANÇA-DEUS; DESPOJO-DESPOIS
- C, Ç e CH continuam a funcionar em princípio como letras iniciais distintas, enquanto em posição interna se tratam como C e C+H; os efeitos desta

[612] Note-se que E regista apenas duas palavras em AU- (*ausentar*, *ausencias*)

reorganização parcial estão diluídos por outros factores. Faltam na ordem os $Ç^{aou}$ e C^{e} iniciais, que se transformam em S ou se recolocam (CERA, único representante de CE-, encontra-se inesperadamente na sequência de formas em CA-); C^{i} grafa-se ÇI e se coloca entre CH- e CO-; alternam-se C^{e} e S(S) no meio da palavra (*conseguir – concentir*) mas sem se alterar a ordem tradicional:

ACA, ACO, ACU, AÇA; ACE, ACI, AÇO, AÇU, ACHA;

capoeira cera cara; caril, CHO-, CHU-

ÇI- CL-, CO, CU

4.1.3 VIBP. No VIBP encontramos mais um passo, que o aproxima ao uso de Bluteau (publ. 1712-28):

- como E, separa I U vogal e J V consoante na ortografia mas não na ordem *avarento- audiencia- aventurar; voz uzar uva vulto; despojo - despois, jazer - ida*

- en todas as posições considera CH uma combinação de C e H, e o C brando (CI/Ç) um C normal. Como em E, os Ç e CE iniciais estão transformados em S, omitidos ou recolocados):

  ACA, AÇA, ACE, ACHA, ACI, ACO, ACR, ACU;

  CA- CHA-- .... CHU-, CI- . CO- CR- CU- SUJO

  çujo grafa-se *sujo*, mas faltam *çapato/sapato, cem, cento*,

  Também em VIBP aparecem curiosas falhas de ordem:

  capoeira cera cara

  conceição, caza de audiencias, ceptro, corrente de agua, comer. commentar, comisão, copula;

A tabela 4 sintetiza esta comparação.

Tabela 4. Comparação de ML, E, VIBP: alfabetação

	ML= Pereira	E	VIBP=Bluteau
I ≠ J, U≠ V	x	✓	✓
C^{e} /Ç = C+E, I, CH=C+H	x	✓ inicial x medio	✓

4.2 Conteúdos

E e VIBP convergem na redução do número de entradas relativamente ao ML, mas não convergem totalmente na escolha de palavras portuguesas, e divergem sensivelmente na apresentação do bengalês[613].

Na tabela 5 comparam-se as entradas de AÇA até ACE. De um lado há concordâncias significativas entre ML e E (*açafate, açafatinho, açamar, acendelha/acendalha*), entre ML e VIBP (*açafrão de raix, acelga, acenar com os olhos*), e entre E e VIBP (*aceitar a promessa*). Do outro lado cada texto tem entradas sem correspondência nos outros: *acender candeia* em VIBP; *açacalze* em E, e (como era de esperar da lista mais extensa) *açacalada C, acear/assear, aceitador, acelerar, açafrão de fula, acenar com a cabeça, acenar com a mão*, em ML.

[613] Reduz-se sensivelmente em E e VIBP o número de agentivos e advérbios portugueses, que no ML se revelaram problemáticos. Não se pode dizer ainda se os léxicos oitocentistas aproveitaram as lacunas do próprio ML.

Tabela 5. Comparação de ML, E, VIBP: AÇ-ACE

ML ff 7r-8r	E ff 138v-139r		VIBP pp 310-311-	
Açacalada C				
Açacaladam^{te}	Açacal ze	colcore xazae		
Açafate	Açafate	ddonga tole lunobostuse		
Açafatinho	Açafatinho	sotto ddonga		
Açafrão de fula	Açafraõ	ttoldy	Assafraõ de fevera	Quexor. Indoon quexor
(Açafraõ da feura)				
Açafraõ de raiz			Assafraõ de raiz	Holdi, Horidra
Açafroada	Acafroada Cz^{a}	ttoldia bostu	Assafroar	Horidra, lagaité
Açamar	Açamar	---		
Açamado				
Acear				
[Aceam^{to}]				
[Aceada]				
Aceitar	Aceitar	Loôn	Aceitar i. receber	Loite
Aceita C	Aceytar promeça	xortia bostu; Loôn	Aceitar a promessa	Cobul corité; Grohon corité
[Aceitam^{to}]	Aceytar a crença	--		
Aceita C .i.grata				
Aceitador				
(Acelga)			Acelga	Palong xaqh
Aceitadora				
[Accelerar]				
Accelerada C				
Aceleradam^{te}				
Acenar cõ a cabeça				
Acenar cõ os olhos	Acenar	Ullax deôn	Acenar	Tacaité, Drixtto coraité
Acenar cõ a mão			Aceno	Tcharon; Ttipon
Acenar consentindo			Acenar com os olhos	Tcharitê chouc
[Acenar negando]				
Aceno	Aceno	Ullax		
Acendalha				

Acendedor	Acender	zalan	Acender fogo	Ogni; v. Agun zalité
Acender	Acenderse	aponi aponera zolã	Acender-se	Apone zalité
Acenderse	Acendedor	zalania		
Acendida C	Acendelha	xanzal	Acender candeia	Prodip zalité
Acendim^{to}				

Encerram-se entre [ ] as entradas de ML sem correspondência bengalesa, en entre ( ) as entradas acresentadas posteriormente.

Tabela 6. Comparação de ML, E, VIBP: *descobrir*

ML (f. 100v)		E (f 210r)		VIBP (p. 390)	
Descobrir *forma bengalesa ainda não identificada	*ador* corite*	descobrir idest manifestar	*zaer coron proçar coron*	Descobrir	*Udam v.udola corité*
(descobrir falando tudo)	*udam corite*	descobrir idest tirar a cobertura de algũa couza cuberta con páno	*udam coron*	Descubrir o segredo	*Gopto prochar corité*
		descobrir idest tirar o testo da panela ou jarra	*ddacon cohan*	Descubrir-se	*Udola v udam hoité*
(descobrirse)	*udam hoite*	descobrirse idest descomporse	*udam hoon*		
		descobrirse idest manifestarse	*apne proçar hoon*		
descobrimento	*ador*, udam*				

Na tabela 6, alinhando as entradas relacionadas com o verbo *descobrir*, E revela-se independente de ambos na expansão de entradas, e nas formas bengalesas seleccionadas para glosar verbos.

Enquanto ML inclui apenas *descobrir*, *descobrimento* e *descuberta* na lista inical, acrescentando *descobrirse*, e VIBP acrescenta *descubrir segredo*, E separa cinco sentidos basicos do verbo *descubrir*. Do ponto de vista formal, ML e VIBP representam verbos bengaleses pela forma antiga do infinitivo, em *–ite* (Chatterji 1975, II: 112-15), em *corité* 'fazer' e *hoite* ' ser', enquanto E usa o gerúndio em *–on* (moderno *–an*), em *coron*, *hoon*.

5. Conclusão

Enquanto os três vocabulários mostrem uma progressão evolutiva na ortografia e alfabetização, que acompanha os progressos na lexicografia portuguesa, e que, portanto, indica uma sequência cronológica, incorporam conteúdos nitidamente diferentes. Isto sugere que nenhum dos três é cópia de outro. Não é impossível que tenha havido incorporação e remodelação de conteúdos de um para outro, mas torna-se inverificável qualquer tipo de genealogia. Só pela análise completa do bengalês do ML é que se poderá saber se o autor de VIBP teve acesso direto ao ML.[614]

EV e VIBP tem alguns traços curiosos em comum, nomeadamente a colocação de *cera*, mas divergem sensivelmente na ordem, nas omissões e na seleção de formas de citação. E não se pode considerar borrão de VIBP, mas pode ter sido consultado por Assumpção.

Neste contexto, convém recordar o prefácio de Frei Jorge da Aprezentação ao livro impresso.

> [...] intentando eu pedir as licénças necessarias par dar ao prelo outro semelhante livro que comigo trouxe daqueles reinos, suspendio intento, vendo

[614] Segundo Hosten (1923) o espólio Marsden foi recolhido dos arquivos da missão jesuíta de Goa, e portanto o ML não terá passado nunca por Portugal.

> que este [...] he mais util [...] por ser mais perfeito e ampliado" (Assumpção 1743, *Censura*)

Não parece improvável que o vocabulário incompleto de Évora seja de facto a obra suspensa de Frei Jorge.

Esta discussão demostra que os dicionários impressos e manuscritos são documentos que exigem o mesmo estudo material e crítica que se dá aos documentos dos quais a filologia costuma ocupar-se. A lexicografia precisa também de crítica textual.

Referências

Assumpção, Manuel da. 1743a. *Vocabulario em Idoma Bengala e Portuguez*. Lisboa: Francisco da Silva.

Assumpção, Manuel da. 1743b. *Crepar Xaxtrer Orthbhed*. Lisboa: Francisco da Silva.

Chatterji, S. K. 1975. *The Origin and Development of the Bengali Language*. 2 vols, Calcuta: Rupi.

Chatterji, S and Sen, P. 1931. *Manoel de Assumpçam's Bengali Grammar. Facsimile of the Original Portuguese with Bengali Translations and Selections from his Bengali-Portuguese Vocabulary*. Calcuta: Universidade.

Hosten, H. 1914. "The Three First type-printed Bengali Books." *Bengal Past and Present* 9: 39-63.

Hosten, H. 1916. "The Three First type-printed Bengali Books. II." *Bengal Past and Present* 13.

Hosten, H. 1923. "The Marsden Mss. and Indian Mission Bibliography." *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 3: 129-150.

Khondkar, A.R. 1976. *The Portuguese Contribution to Bengali Prose, Grammar and Lexicography*. Dacca: Bangla Academy.

Lahiri, Aditi, Stephen Parkinson, Ballar XXX, dddd. CIHL.

Marsden Lexicon, MS 11963, Marsden Collection, School of Oriental and African Studies, Londres.

Messner, Dieter. 2009. "A Obra Lexicográfica de Bento Pereira." In *Dicionário dos Dicionários Portugueses* 40: i-xix.

Parkinson, Stephen. 2015. "Lusismos no Bengalês", in *Estudos da AIL em Ciências da Linguagem: Língua, Linguística, Didática*, ed. Roberto Samartim, Raquel Bello

Vázquez, Elias J. Torres Feijó and Manuel Brito-Semedo, Santiago de Compostela-Coimbra, AIL, pp. 209-15.

Sen, S.N. (ed). 1937a. *Argument and Dispute upon the Law between a Roman Catholic and a Brahman by Dom Antonio, Son of the king of Busna*. Calcuta, Universidade.

Sen, S.N. 1937b. "Bengali Manuscripts at Évora". In Sen 1937a

Silvestre, João Paulo, 2008. *Bluteau e as Origens da Lexicografia Moderna*. Lisboa: INCM.

Verdelho, Telmo e João Paulo Silvestre (orgs). 2007. *Dicionarística Portuguesa.* Aveiro: Universidade.

Zwartjes, Otto. 2011. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil*, *1500-1800.* Amsterdam: Benjamins.

44. Portugal, França e Brasil: uma, duas ou três críticas genéticas?

Carlota Pimenta

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

A expressão «crítica genética» corresponde, em países diferentes, a conceitos que não são rigorosamente iguais, embora sejam maioritariamente sobreponíveis. Em Portugal, a atenção à génese das obras está intimamente ligada à disciplina da crítica textual, cuja competência é a edição do texto, tendo as primeiras questões sobre a génese das obras surgido do contacto directo com a materialidade dos manuscritos modernos. A crítica genética portuguesa não é uma importação da sua homónima francesa e o nascimento da crítica genética em Portugal e em França é um fenómeno poligenético. Um bom contraponto a esta realidade é a origem da crítica genética no Brasil, que se considera resultar de um fenómeno de difusão da crítica genética francesa, a partir da influência de Philippe Willemart. A partir de uma selecção de estudos, proponho analisar as semelhanças e diferenças das abordagens científicas aos manuscritos modernos nestes três países.

Palavras-chave: crítica genética, crítica textual, filologia, manuscrito moderno.

1. Introdução

Ivo Castro afirmou, em 1995, que a crítica genética

> *se acha bem implantada em Portugal e no Brasil; mas, aí, teria de discutir se se trata de difusão ou de coincidência poligenética, pois a afirmação «A crítica genética é francesa» é uma verdade do tipo que foi cunhado para «O cinema é americano». Influências, tensões e reacções que só ocorrem quando uma área científica é muito populosa e se acha em plena actividade.* (Castro 1995: 513).

Nestas palavras estão patentes dois pontos de vista sobre o nascimento da crítica genética: o primeiro é o da difusão, que sustenta que a crítica genética só pode ter nascido em França, pela inexistência de tradição filológica neste país, tendo-se internacionalizado a partir daí; o segundo é o da coincidência poligenética, que defende que a crítica genética surge do contacto directo com a materialidade do objecto de estudo e, por isso, não é exclusiva nem limitada a fronteiras geográficas.

O primeiro ponto de vista é partilhado por muitos geneticistas franceses, entre os quais Pierre-Marc de Biasi, que afirma: «la génétique est une discipline d'origine française, mais elle s'est fortement internationalisée depouis sa naissance» (Biasi 2012: 33). A razão desta origem prende-se, segundo eles, com as características da tradição científica nacional: a inexistente tradição filológica nos estudos modernos franceses, por oposição a outros países, como Portugal, Alemanha e Itália, com forte tradição filológica, terá conduzido ao nascimento da crítica genética em França. Tal como afirma Almuth Grésillon, «la critique génétique ne pouvait naitre qu'en France. Pourquoi? En France, la tradition philologique ne s'est jamais vraiment imposée dans le domaine de l'étude des textes modernes. [...] La critique génétique n'a pu naitre que sur un territoire dont la philologie était absente» (Grésillon 1999: 56).

Pelo contrário, o ponto de vista da poligénese adopta um olhar convergente que tende a aproximar filologia e crítica genética. Segundo esta perspectiva, a crítica genética é «decorrência natural da exploração dos espólios de autores modernos» (Dionísio 2012: 38), uma vez que os autógrafos literários convidam naturalmente ao estudo do processo textual. Este olhar tem por base a consideração de que as novas possibilidades de conhecimento da criação da obra e dos processos de escrita do autor provêm das características materiais do próprio objecto de estudo, as quais são detectáveis pela sua observação directa e passíveis de suscitarem reacção semelhante a todo o estudioso atento que com ele contacte. Assim afirma Ivo Castro: «dois filólogos informados não deixarão de reagir com o mesmo método, ou métodos afins, ao mesmo tipo de manuscritos. A poligénese, aqui, é um fenómeno que se verifica. Porque quem queira editar um texto a partir de autógrafos não tem opção de caminhos...» (Castro 1988: XII).

Proponho-me desenvolver aquele mote inicial de Ivo Castro, procurando reflectir, à luz dos dois pontos de vista por ele referidos, sobre o modo como os estudos genéticos foram implantados em Portugal, França e Brasil. Este olhar a partir de uma visão organizada por países pode ser redutor, se não se tiver em conta que as diferentes abordagens aos materiais genéticos não dependem tanto de fronteiras geográficas como de pessoas e instituições. No entanto, não se pode deixar de considerar a tradição cultural de cada país e a sua evidente influência na formação e na actividade científica dos seus investigadores. Isso explica por que é que em Portugal as questões genéticas

estão intimamente ligadas aos estudos filológicos e, em França, elas se desenvolveram sobretudo no âmbito da crítica literária.

2. Reflexões sobre os estudos genéticos em França

Em França, a atenção à génese das obras conduziu à criação de uma nova disciplina no meio universitário, trazendo consigo, inevitavelmente, exigências de posicionamento teórico em relação a outras disciplinas já existentes. Isto motivou importantes reflexões, patentes nos manuais de vocação pedagógica de Almuth Grésillon (1994) e Pierre-Marc de Biasi (2011), que sistematizam os princípios e métodos da crítica genética francesa.

Sobre esta disciplina, destaco quatro pontos que me parecem essenciais para uma comparação com as abordagens portuguesa e brasileira à génese das obras. O primeiro é a origem remota da crítica genética francesa numa equipa de investigação, criada em 1968 pelo Centre National de la Recherche Scientifique, por iniciativa de Louis Hay, para organizar os manuscritos de Heinrich Heine, pouco antes adquiridos pela Biblioteca Nacional de Paris. O contacto directo com os autógrafos do escritor e as exigências práticas de catalogação, associadas às necessidades de tratamento filológico dos materiais, foram a porta de entrada para a relação dos investigadores com a génese dos textos. As primeiras reflexões teóricas e práticas sobre esta nova dimensão dos estudos literários vieram a lume em 1979, no volume *Essais de critique génétique (Hay 1979)*, cujo título baptiza a nova disciplina fundada por Louis Hay.

O diálogo entre equipas que, entretanto, se multiplicaram para estudar os manuscritos de outros escritores (Proust, Zola, Flaubert, Valéry, Nerval-Baudelaire, Joyce, Aragon e Sartre) levou à criação, em 1982, do Institut des Textes et Manuscrits Modernes (ITEM), laboratório científico destinado ao estudo dos espólios dos escritores franceses, que dinamiza, deste 1992, a revista *Genesis*, referência internacional nos estudos genéticos[615].

O segundo ponto é a consideração da crítica genética francesa como uma corrente da crítica literária (Grésillon 2008: 5), que difere das demais por depositar o seu interesse na produção (Grésillon 1994: 8). Recorde-se que, dentro do contexto geral

[615] Sobre a origem da crítica genética francesa, ver a página do Institut des Textes et Manuscrits Modernes: http://www.item.ens.fr/historique/.

de rejeição à filologia que aconteceu por toda a Europa, a condenação desta disciplina foi especialmente vincada em França (Trachsler 2006: 10, Lebrave 1992: 118, Grésillon 1994: 19). Compreende-se, portanto, que o posicionamento da crítica genética no contexto da crítica literária adversa à filologia decorra da necessidade de esta disciplina nascente definir o seu lugar em relação a outras perspectivas concorrentes, como o estruturalismo literário e a história literária marcada pelo modelo de Lanson. Assim espelha a seguinte definição de Pierre-Marc de Biasi: «la génétique se définit par ces déplacements: notre objet n'est pas l'auteur mais l'écrivain, pas le texte, mais l'écriture, le brouillon; pas la structure, mais le processus» (Biasi 2012: 23).

O terceiro ponto que me parece pertinente salientar diz respeito aos limites da palavra «génese», que, no contexto da crítica genética de inspiração literária, comportam todo o documento que contenha traços de produção, desde o primeiro vestígio de escrita até ao *bon a tirer* (Grésillon 2001, Hay 2003, Biasi 2011: 107), tendo-se admitido posteriormente que a análise genética pudesse também ser estendida aos materiais impressos (Grésillon 2001). Porém, apesar do alargamento dos limites iniciais do seu objecto de estudo, os geneticistas atentam especialmente nos traços mais espontâneos e desordenados, preferindo «le vilain brouillon saturé de ratures [...] où s'aperçoit concrètement le travail de l'écrit à l'état naissant» (Biasi 2011: 32) ao manuscrito mais acabado e limpo, privilegiando «notamment les débuts, où la plume sème à tous vents» (Grésillon 1999: 57). A teoria e a prática genética francesa testemunham que as fases iniciais da escrita são privilegiadas em relação às finais, assim como as grandes transformações de conteúdo são privilegiadas em relação a transformações pontuais[616].

[616] Esta é a diferença essencial apontada por Cesare Segre (1995) entre a crítica genética francesa e a crítica das variantes italiana, de inspiração filológica: a primeira disciplina trabalha sobre o que precede o texto publicado ou sobre as suas reelaborações, privilegiando «les transformations de contenus [...] à travers des mouvements d'élaboration macroscopiques» (Segre 1995: 30); a segunda «travaille tout près du texte, sur les retouches qui précèdent immédiatement sa mise au net, sa publication ou sa réédition» (Segre 1995: 31), atentando especialmente em «retouches visant à améliorer le texte achevé» (Segre 1995: 30).

A tónica da diferença entre a disciplina francesa e a italiana – mas que pode, como sugere Almuth Grésillon, estender-se a toda a filologia (Grésillon 1999: 57) – está patente na seguinte afirmação de Pierre-Marc de Biasi, que sublinha o interesse da segunda pelo produto textual: «en Italie, il existait même une pré-génétique (la variantistica) lancée par Contini, qui se bornait à étudier le manuscrit définitif» (Biasi 2012: 33). Oposta a esta atenção filológica ao texto, a crítica genética advoga uma atenção ao avant-texte, desligado do texto.

Por fim, o quarto ponto que gostaria de realçar é o facto de a crítica genética francesa, fazendo parte da crítica literária, privilegiar a interpretação em forma de estudo em relação à preparação de edições, tal como está patente nas seguintes palavras de Almuth Grésillon: «la pratique génétique, peut-être même pour se distinguer d'emblée de la philologie, a toujours privilégié l'interprétation du processus d'écriture, ce qui ne veut pas dire qu'elle se refuse à préparer des éditions, mais simplement que l'interprétation prime sur l'édition» (Grésillon 1999: 56–57).

Apesar de não existir um método específico para a interpretação das obras, a primeira sistematização teórica da disciplina realizada por Almuth Grésillon (1994) advoga que qualquer análise genética deve ser norteada por três teses essenciais à construção do espaço teórico da crítica genética: a tese da nova estética literária da produção; a tese da nova história literária das práticas da escrita; e a tese do novo espaço científico da produção escrita em geral (Grésillon 1994: 205).

A primeira tese estabelece a relação entre génese e estética, advogando a inclusão das marcas genéticas nas reflexões estéticas. Para se poder falar de estética da produção, que «étudie la spécificité esthétique des oeuvres à partir de leurs conditions d'émergence et de leurs processus de formation» (Grésillon 1994: 205), a geneticista considera que há que ter em conta, antes de tudo, o pré-texto como objecto artístico. A crítica genética propõe o conceito de estética da produção literária, na medida em que testemunha como o surgimento da obra é passível de ser estudado, através dos traços de escrita e reescrita, influenciados naturalmente pelos valores estéticos prevalecentes na época. Relacionar-se com este saber exterior, que faz parte da história da estética, conhecer a evolução dos códigos estéticos, as regras e embaraços característicos da época, aquilo que o escritor pode ou deve ou não fazer é, segundo a geneticista, muito útil para a crítica genética fundamentar os traços de génese autorais.

A segunda tese, que aborda a relação da genética com a história cultural, sustenta que a crítica genética deve ser capaz de elucidar tipos e práticas de escrita. Para isso, propõe-se que o geneticista, em vez de se perder num estudo exaustivo de uma génese particular, de um só autor ou de uma só obra, se debruce sobre questões teóricas como, por exemplo, se existem práticas de escrita associadas a determinados períodos da

Ver também as reflexões de Giaveri (1993 e 1994) sobre as relações entre a crítica genética francesa e a crítica das variantes italiana.

história ou a determinados lugares geográficos. Para dar resposta a este tipo de questões, o geneticista deve multiplicar e diversificar o seu material de estudo, comparando géneses textuais de escritores, épocas, géneros e línguas diferentes. Pode também escolher um *corpus* em função de determinada problemática, para ver se é possível identificar sistemas colectivos de maneiras de escrever, regularidades e recursividades formais.

Esta tese baseia-se na ideia de que a escrita nunca se inscreve completamente fora do tempo e do social. Por isso, Almuth Grésillon defende que a crítica genética não se pode limitar ao campo literário, mas tem de se cercar de especialistas de outros tipos de saber, como, por exemplo, da história social e cultural, da estética, da história das técnicas, da história do livro manuscrito e impresso, entre outros. Acrescenta ainda que o geneticista não deve descurar na sua análise os documentos que, mesmo não sendo rascunhos, estejam directamente relacionados com a produção do texto, nem deixar de ter em conta as leituras de outros textos pelo autor, que acabam por influenciar também a sua escrita.

Por fim, a terceira tese aborda a pertinência de se conhecer os universais da produção escrita, para se discernir a especificidade dos mecanismos da produção literária. Trata-se de ultrapassar os *corpora* literários e multiplicar estudos genéticos em todos os domínios da produção escrita, para verificar em que é que se distinguem as práticas de escrever em vários tipos de produção escrita e se, em escritores que são simultaneamente de diferentes domínios, a sua produção escrita varia.

Para ilustrar o tipo de análise genética proposta pela crítica genética francesa, seleccionei dois estudos que exemplificam claramente o objectivo de construir «des hypothèses sur les chemins parcourus par l'écriture et sur les significations possibles de ce processus de création» (Grésillon 1994: 15). O primeiro, apresentado por Pierre-Marc de Biasi no seu manual teórico de crítica genética (Biasi 2011), consiste na «lecture génétique intégrale d'un tout petit segment textuel» (Biasi 2011: 221): o *incipit* do conto «La Légende de saint Julien l'Hospitalier», de Flaubert. Trata-se de uma análise microgenética por excelência, pois visa «l'étude de variations minuscules», procurando «élucider les éléments premiers de la textualisation (les mots, l'organisation en phrases, les remaniements du lexique et de la syntaxe, le

développement ou la réduction de la formulation, les ajouts, les ratures, etc.)» (Biasi 2011: 221–222).

Seguindo a lógica da sucessão temporal, o geneticista aponta as diferenças e semelhanças entre as várias fases redaccionais e interpreta as mudanças realizadas, criando hipóteses elucidativas para estas mudanças, que vão desde exigências gramaticais («corrigeant la faute de syntaxe de la première phrase», Biasi 2011: 229) e estéticas («l'ensemble est musicalement désastreux», Biasi 2011: 231; «d'un point de vue rythmique, la phrase y gagne une structure ternaire que Flaubert affectionne et, avec le e muet de colline, une terminaison rêveuse dont le vague est assez bien venue», Biasi 2011: 234), a implicações simbólicas («l'imaginaire se trouve en conflit avec une autre détermination, comme on le verra, plus structurale: la prédominance d'un modèle spatial à forte implication symbolique», Biasi 2011: 232–233), relações intertextuais («simplification qui réduit à néant la tentative citationnelle», Biasi 2011: 231) e coerência diegética e estruturação da narrativa («ce n'est pas seulement la cohérence diégétique qui se trouve rétablie, c'est toute la stratégie du récit en partie double qui s'amorce», Biasi 2011: 240).

O procedimento de análise levado a cabo pelo geneticista está perfeitamente em sintonia com os objectivos da crítica genética por ele apresentados: «étudier les processus d'écriture et l'émergence des significations» (Biasi 2011: 179). Neste seu estudo, verifica-se que a interpretação da origem dos sentidos conduz à reflexão sobre as exigências que poderão ter estado na origem de cada reescrita («cette suppression apparemment anodine répond en fait à plusieurs exigences», Biasi 2011: 234).

O segundo estudo, intitulado «Supervielle: genèse du poème 'Vivre encore'», é uma das cinco análises representativas da crítica genética francesa que Almuth Grésillon apresenta na sua obra *La mise en oeuvre. Itinéraires génétique*, centrada «sur le pouvoir explicatif et la force interprétative de la génétique» (Grésillon 2008: 7). Depois da análise formal do poema na sua forma impressa e da descrição material dos manuscritos, a geneticista faz uma análise exaustiva da génese do texto, através dos seus cinco estados manuscritos. Tal como na análise de Pierre-Marc de Biasi, Almuth Grésillon segue a lógica da sucessão temporal para narrar e interpretar as transformações ocorridas entre as várias fases redaccionais, desde o primeiro rascunho até ao seu estado final, apresentando justificações possíveis para essas mudanças,

como, por exemplo, procura de coerência, tentativa de evitar clichês, esforço por obedecer a um esquema rimático, intensificação de ideias, busca de simplicidade, entre outras.

Nesta análise, Almuth Grésillon atenta especialmente nas marcas genéticas que sugerem vias que acabaram por não ser seguidas. Ao descrever todas as reescritas que se foram aglomerando nas margens do poema e que foram depois abandonadas, a geneticista atenta na «non-linéarité complexe» e nas «multiples virtualités inscrites dans la genèse de ce poème» (Grésillon 2008: 203), indicando esses outros tipos de poemas que poderiam ter sido e não foram: «un poème plus intimiste», «un poème tragique», «un poème sombre, mais sans issue fatale», «un chant spirituel», «un poème plus surréaliste, plus ludique», «un poème sur l'écriture» (Grésillon 2008: 203–204). Trata-se, portanto, de um tipo de análise centrada nos materiais rejeitados, que procura interpretar os sentidos das mudanças verificadas e os caminhos que não chegaram a ser percorridos.

Os dois estudos apresentados dão resposta à primeira tese de Almuth Grésillon, sobre a estética da produção, na medida em que procuram estudar as obras a partir das suas condições de origem e dos seus processos de criação.

3. Reflexões sobre os estudos genéticos em Portugal

Em Portugal, embora a crítica genética seja praticada desde a década de oitenta do século XX, não existe informação organizada sobre o seu estado actual. No seu artigo «A casa fechada», Ivo Castro (2008) estabelece um paralelo entre as realidades francesa e portuguesa no que respeita à conservação e exploração de espólios literários modernos, constatando que o mesmo fenómeno de crescimento de material textual contemporâneo na Biblioteca Nacional de França se verificou também na Biblioteca Nacional de Portugal, desde meados da década de 70, tendo conduzido à criação, em 1992, do Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea e concedido às equipas de investigadores de espólios facilidades de acesso aos manuscritos dos escritores.

Apesar deste fenómeno comum de criação e exploração de espólios que possibilitou o contacto com a génese dos textos, a abordagem portuguesa à génese das obras não é análoga à francesa. Em Portugal, o estudo das variantes e a atenção à génese das obras estão intimamente ligados à crítica textual, cuja competência é a edição do texto. Os

primeiros filólogos ou críticos textuais modernos portugueses a ocuparem-se da edição e do estudo de manuscritos autógrafos pertencem à escola de filólogos tradicionais de influência alemã e italiana, portanto, é natural que a atenção à génese pela escola portuguesa se enquadre no âmbito filológico, afastando-se, assim, dos princípios ideológicos desenvolvidos pela crítica genética francesa.

A ligação entre o estudo da génese e o campo da edição é assim referida por João Dionísio: «o estudo dos processos de criação da literatura portuguesa moderna tem sido possibilitado por um número interessante de projectos de edição da obra de alguns autores canónicos, designadamente Fernando Pessoa, Eça de Queiroz e Almeida Garrett» (Dionísio 2012: 37). No mesmo sentido aponta Luiz Fagundes Duarte, ao referir que os primeiros trabalhos portugueses a se ocuparem do estudo da produção resultam de «diversos projectos de estudo e edição de manuscritos autógrafos» em curso (Duarte 1994: 13). João Dionísio aprofunda esta questão, afirmando que

> *na dupla valência das edições genético-críticas, foi a fixação crítica aquela que suscitou mais reconhecimento, tendo o registo das variantes funcionado predominantemente como um dispositivo com pouco ou nenhum préstimo. Não se estranha por isso que os estudos genéticos ou aparentados independentes de produtos editoriais e publicados sob a forma de livro sejam escassos em Portugal.* (Dionísio 2012: 38).

Apesar deste olhar filológico sobre o autógrafo literário, que tende a valorizar a interpretação em forma de edição à interpretação em forma de estudo, a escola filológica portuguesa não é alheia à atenção e à valorização do processo de escrita, estando isto patente, não só no modelo crítico-genético frequentemente adoptado, que casa as preocupações críticas com as genéticas, mas também no desenvolvimento de análises genéticas, no âmbito da hermenêutica filológica, que vão ao encontro das três teses teóricas da crítica genética francesa desenvolvidas por Almuth Grésillon.

As primeiras reflexões sobre a génese dos textos foram tecidas no início dos anos oitenta por Ivo Castro a propósito dos manuscritos de *A Tragédia da Rua das Flores*, em 1980 (Castro 1980/81), e *O Guardador de Rebanhos*, em 1981 (Castro 1986). Através da observação directa destes autógrafos de Eça de Queirós e Fernando Pessoa, respectivamente, Ivo Castro intui sobre as potencialidades genéticas dos manuscritos autógrafos, levantando questões sobre as práticas de escrita do autor e os mecanismos da escrita.

No seu estudo sobre a *A Tragédia da Rua das Flores*, Ivo Castro advoga que o manuscrito é o lugar por excelência da génese autoral, pelo que a sua matéria, incluindo as secções eliminadas, fornece «materiais interessantíssimos para o estudo do processo criativo de Eça, cujo conhecimento será um dos maiores benefícios de uma pormenorizada e apetrechada análise paleográfica deste manuscrito, em conjunto com os outros manuscritos disponíveis do autor» (Castro 1980/81: 327). Neste seu artigo, estão presentes algumas das preocupações genéticas que Almuth Grésillon manifestará posteriormente no âmbito da sua reflexão sobre as três teses da crítica genética (Grésillon 1994):

(1) sobre a origem do discurso, a intenção do autor, o seu acto de escolha mental, que o motiva a escrever isto e não aquilo. A constatação em Eça de redacções alternativas, de passagens lacunares ou incompreensíveis e de erros autorais leva Ivo Castro a concluir que o manuscrito de *A Tragédia da Rua das Flores* «não contém expressa toda a intenção criadora do autor, se jamais ele a formulou completa no seu espírito» (Castro 1980/81: 329);

(2) sobre as características da escrita do autor. Através do contacto directo com o manuscrito, o filólogo mostra ser possível caracterizar a escrita de Eça com as suas especificidades e constata que o conhecimento sobre as particularidades de escrita do autor é mais rigoroso se acompanhado pela observação e comparação com outros autógrafos de Eça;

(3) sobre os mecanismos de escrita, o processo pelo qual o autor escreve, de que são exemplo as emendas em curso de redacção;

(4) sobre a relação do autor com a «escrita da época», tal como se verifica nas palavras: «seria interessante saber até que ponto a ortografia de Eça se identifica com a «escrita da época»» (Castro 1980/81: 340);

(5) sobre a aliança com outros tipos de saber, nomeadamente com aqueles que dizem respeito à descrição material do manuscrito, a qual condiciona a escolha do tipo de abordagem e é ilustrativa dos processos de escrita, tal como está patente na seguinte citação:

> *uma edição rigorosa da* Tragédia *não poderá deixar de reservar, na sua introdução, um lugar muito largo aos aspectos materiais do manuscrito: tipo e formato do papel, estado de conservação, tipos de emenda, natureza da tinta, características da letra, se*

> *possível comparada com a de outros autógrafos de Eça, e, principalmente, características do processo mecânico da escrita de Eça.* (Castro 1980/81: 327).

Em 1981, a propósito de *O Guardador de Rebanhos*, emana novamente a sensibilidade de Ivo Castro face às potencialidades genéticas dos manuscritos autógrafos. Segundo o filólogo, dois tipos de informação são importantes para se conhecer o processo e o ritmo de criação dos poemas: o estudo dos materiais de escrita e a topografia das emendas. A observação dos diferentes materiais de escrita leva ao reconhecimento de campanhas de revisão e a topografia das emendas permite «organizar o aparato genético e determinar a emenda mais recente» (Castro 1986: 326). Note-se que as potencialidades genéticas são usadas, neste caso, em favor da fixação do texto, mas não só: é graças ao estudo do espólio e à observação física do material que é possível desmentir a ideia criada pelo próprio poeta de que *O Guardador de Rebanhos* teria nascido num só dia, na sua versão definitiva, sem emendas.

De 1985 e 1989, as análises genéticas de Luiz Fagundes Duarte sobre, respectivamente, os manuscritos de *A Tragédia da Rua das Flores* (Duarte 1985) e *A Capital!* (Duarte 1993) são pioneiras no campo dos estudos genéticos em Portugal, uma vez que contribuem pela primeira vez de forma sistemática para o conhecimento dos hábitos enunciativos de Eça de Queirós e das linhas de forças determinantes na construção dos seus textos, através do estudo da quantidade, qualidade e características gerais das correcções.

A análise de 1985 descreve os processos de escrita do autor segundo a sua funcionalidade (substituição, supressão, acrescentamento, deslocamento) e espacialidade (linha, entrelinha, margem, sobreposição) (Duarte 1985: 136) e interpreta, para além disso, a sua motivação, no sentido em que, através do levantamento e análise das variantes, o geneticista sistematiza os tipos de correcções autorais e procura conhecer qual o seu objectivo estilístico.

A análise qualitativa das emendas, ou seja, o estudo dos princípios patentes nas emendas autorais, é apresentada por Luiz Fagundes Duarte de forma sistemática: o grupo de emendas motivadas por amplificação, com o objectivo de enriquecer o texto primitivo, nas suas formas de particularização, mediatização e expansão; e o grupo das emendas motivadas por redução, com o objectivo de limpar o texto de passagens

menos estéticas e enriquecer o poder sugestivo do discurso, nas variantes de generalização, precisão, concentração e economia.

Desta análise sistematizada, Luiz Fagundes Duarte tira conclusões filológicas e estilísticas: a primeira prende-se com a localização do autógrafo no processo de materialização do texto, concluindo-se ser ele o rascunho do primeiro jacto de escrita, com vestígios de releitura e correcção autoral; a segunda é o facto de, nesse manuscrito autógrafo, o acto de criação de Eça se basear na «busca da forma a partir do caos inicial» que é o discurso interior e em «sentido ascendente» (Duarte 1985: 135), verificando-se menos vezes o movimento contrário de regresso ao caos, para «neutralizar os eventuais excessos de racionalismo» (Duarte 1985: 136). Esta última conclusão é uma resposta concreta e sistematizada às teses da produção e das práticas de escrita apresentadas por Almuth Grésillon (1994).

Outro ponto reflectido pela geneticista francesa e também abordado por Luiz Fagundes Duarte é a influência no autor dos valores estéticos prevalecentes na época, no caso em questão, a corrente do impressionismo. Referindo-se ao processo de redução, o filólogo caracteriza-o

> *«por obedecer* [...] *aos pressupostos teóricos da estética impressionista que defende, ao contrário do intelectualismo realista, um sensualismo de captação imediata (os casos de frases que se tornam nominais por eliminação ou por desqualificação do verbo são disso exemplo), tendência já presente no discurso interior e posteriormente perseguida no texto escrito».* (Duarte 1985: 135).

Também ao caracterizar o processo de amplificação, Luiz Fagundes Duarte sublinha a preocupação do autor em que «as pinceladas que, ao gosto impressionista, servem para sugerir ao leitor um dado ambiente ou espírito, não se transformem em manchas demasiado carregadas» (Duarte 1985: 144). A influência desta corrente literária surge ainda a propósito do processo de concentração, nas seguintes palavras:

> *«este adjectivo* [vago]*, extremamente frequente na obra de Eça (a ponto de haver quem o considere um «tique» estilístico), tem como função, de acordo com Guerra da Cal, «produzir una evocación de las cosas en 'mancha' pictórica, de lineas borrosas, desdibujadas; visión artistica a que la pintura impresionista estaba habituando a los escritores...».* (Duarte 1985: 155).

Luiz Fagundes Duarte refere-se, por fim, à conveniência de se «comparar o processo de feitura de *A Tragédia* com o das restantes obras de Eça de Queiroz,

especialmente as póstumas e os inéditos» (Duarte 1985: 164), para se poder testar as suas conclusões provisórias sobre as correcções estilísticas. Esta preocupação com a teoria geral das práticas de escrita estava já presente nos estudos citados de Ivo Castro e será posteriormente partilhada por Almuth Grésillon (1994).

Em 1989, na sua análise de *A Capital!*, publicada em 1993, Luiz Fagundes Duarte propõe-se, como filólogo, «perceber as regras de significância utilizadas pelo autor» (Duarte 1993: 55) e, como crítico textual, servir-se desse conhecimento para fornecer ao público a edição crítica, que é o texto que representa a totalidade da intenção do autor. Apesar de ser herdeiro do pensamento filológico da escola portuguesa, o seu estudo genético é bastante próximo das linhas teóricas traçadas por Almuth Grésillon, pois situa-se no domínio da crítica textual genética, ou seja, aquele que se ocupa da «inventariação e análise do processo genético do texto, com base nos materiais autógrafos disponíveis» (Duarte 1993: 63).

As teses da estética da produção e das práticas de escrita manifestam-se nos objectivos do estudo propostos pelo autor: estudar os mecanismos de escrita e correcção patentes nas emendas autorais e o processo de significação desenvolvido pelo autor, bem como determinar a sua matriz estilística, ou seja, «as linhas de força [...] que determinam a selecção que o autor faz [...] dos materiais linguísticos necessários para a construção do texto» (Duarte 1993: 63).

No âmbito da primeira tese, que parte do pressuposto de que a produção de um texto se insere num tempo e num espaço, absorvendo os valores estéticos da época, Luiz Fagundes Duarte explicita como a «história cultural e pessoal [...] condiciona o autor no modo de representar» o discurso interior (Duarte 1993: 69). No caso específico de Eça, a influência da história cultural e dos códigos estéticos característicos da sua época manifesta-se claramente na preocupação do autor em retratar realisticamente a sociedade da média e alta burguesia urbana, sendo o seu trabalho linguístico e estético influenciado pela linguagem da sociedade da época.

Relativamente à tese das práticas de escrita, a elaboração de uma matriz estilística baseada nos procedimentos escriturais do autor revela-se um contributo importante para se conhecerem as especificidades queirosianas nesta obra. A comparação desta matriz com os mecanismos de produção doutras obras do mesmo autor e de autores diferentes abre portas para se tirarem conclusões mais abrangentes sobre as práticas de

escrita, não só deste escritor em particular, mas também de escritores de uma mesma época:

> *se conhecer os mecanismos de construção de um romance como* A Capital! *pode ajudar, e muito, para se conhecer os mecanismos de construção da narrativa queirosiana em geral; se conhecer os mecanismos de construção da narrativa queirosiana nos pode levar a um conhecimento muito profundo dos mecanismos de comunicação da sociedade do seu tempo; logo, aquilo que aprendermos (o método) com a observação minuciosa do processo de construção do romance* A Capital! *poderá, muito provavelmente, vir a ser aplicado, com êxito e propriedade, a outros textos, feitos por elementos da sociedade de que Eça de Queiroz é ao mesmo tempo comentador e porta-voz.* (Duarte 1993: 80).

Reconhece-se claramente nestas palavras a futura tese de Almuth Grésillon sobre a possibilidade de existirem sistemas colectivos de práticas de escrita.

O interesse em ver como o processo genético «produz ecos» (Duarte 1993: 68) noutros textos do autor, nomeadamente em textos não literários, como a correspondência, evoca, por fim, a terceira tese de Almuth Grésillon, sobre a possibilidade de se conhecer a variação dos universais da produção em diferentes tipos de produção escrita.

Neste estudo, Luiz Fagundes Duarte defende a observação empírica do manuscrito de um ponto de vista interno, privilegiando o estudo linguístico das transformações verificadas, «a escolha do vocabulário, a utilização de estruturas gramaticais, a obtenção de efeitos estilísticos específicos, através das correcções feitas pelo autor no manuscrito, e que são ainda visíveis»; e de um ponto de vista externo, observando «tipos de papéis e de instrumentos de escrita, existência, ausência e organização de fragmentos de texto, etc.» (Duarte 1993: 67). Estas marcas textuais interessam ao autor, não só pela sua relevância cultural, que faz com que o estudo do processo genético da obra de um grande escritor seja «uma obrigação cultural da parte do filólogo para com a comunidade» (Duarte 1993: 67), mas sobretudo pelo que elas têm de proveitoso para a fixação crítica do texto.

Uma das novidades trazidas pelo estudo de Luiz Fagundes Duarte é a possibilidade de se reduzir a margem de incerteza na aplicação do método conjectural descrito por Dom J. Froger, com base em cálculos estatísticos que permitam definir os hábitos do autor (Duarte 1993: 76). Sendo possível determinar estatisticamente como é que o material linguístico varia ao longo do processo de transformação, seria possível definir

a probabilidade de uma certa classe gramatical ocorrer num dado contexto, sendo esta informação preciosa em caso de dúvida de fixação crítica do texto. Este é um exemplo de como a actividade do estudo (actividade primeira da crítica genética «que se debruça sobre o texto em processo de construção, com o objectivo de perceber e descrever tal processo») auxilia a actividade da edição (actividade primeira da crítica textual «que tem por objectivo a reconstrução do texto 'definitivo' do autor») (Duarte 1993: 85).

O método seguido na análise em questão consiste em definir que materiais linguísticos (categorias gramaticais) são preferidos em determinado nível e momento da escrita. Os «critérios mensuráveis e comparáveis» (Duarte 1993: 78) nos quais Luiz Fagundes Duarte se baseia para a elaboração da matriz estilística são os «níveis de escrita», que consistem em cada um dos testemunhos existentes; os «momentos de escrita», que correspondem aos três momentos geralmente existentes num testemunho (o texto-base, a emenda em curso de escrita e a emenda de revisão); a topografia das emendas (linha, entrelinha, margem); o tipo de correcções (riscados, acrescentos, substituições); e, por fim, a classe gramatical das transformações.

O final da década de oitenta e o início da década de noventa assistem à publicação em forma de livro de dois estudos genéticos intimamente relacionados com importantes projectos editoriais: *A Construção da Narrativa Queirosiana* (1989), de Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro, ponto de partida para o projecto «Edição Crítica de Eça de Queiroz», com início em 1992; e *Editar Pessoa* (1990), de Ivo Castro, decorrente do projecto «Edição Crítica de Fernando Pessoa», em curso desde 1988.

É de sublinhar que a maioria dos estudos genéticos em Portugal tem mais afinidades com a manuscriptologia do que com o tipo de análise interpretativa praticada pelos geneticistas franceses. Um bom exemplo do tipo de análises genéticas praticadas em Portugal é o estudo de Ivo Castro sobre as emendas do manuscrito de *Amor de Perdição*, que aparece como introdução à sua edição genética e crítica (Castro 2007). Esta publicação comprova a importância do trabalho editorial para o estudo genético, com ele intimamente relacionado, uma vez que a análise exaustiva dos materiais genéticos do romance com vista à preparação da sua edição trouxe importantes contributos para o conhecimento do processo de produção camiliano.

No seu estudo, Ivo Castro categoriza os fenómenos de escrita camilianos pela classificação das emendas manuscritas em dois grupos tipológicos: emendas mediatas e imediatas. As primeiras concretizam-se nas quatro operações sintagmáticas usuais: adição, supressão, substituição e reordenação; nas segundas, inclui-se retorno, projecção e redireccionamento. A partir desta terminologia, o autor conclui que o traço mais relevante da técnica de composição de Camilo em *Amor de Perdição* é o recurso à emenda imediata, principalmente do tipo redireccionamento, o que sustenta que a escrita, apesar de indiscutivelmente rápida, não surgiu de jacto na sua forma definitiva, mas resultou de um trabalho de emenda, contíguo ao momento da primeira redacção, testemunhado em quase todas as páginas do romance. Baseado em classificações de natureza linguística e intimamente ligado à componente editorial, o estudo genético de Ivo Castro contribui, assim, com informações originais no que respeita ao processo de produção camiliana.

4. Reflexões sobre os estudos genéticos no Brasil

No Brasil, a realidade do Instituto de Estudos Brasileiros e da Fundação Casa de Rui Barbosa é, segundo Ivo Castro, no já citado artigo «A casa fechada» (Castro 2008), análoga à do ITEM francês, uma vez que se trata de instituições científicas que albergam espólios literários e onde se desenvolvem trabalhos de preservação e exploração de manuscritos modernos.

Numa reflexão sobre o «Projeto de edição crítico-genética da poesia de Carlos Drummond de Andrade» desenvolvido no sector de filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa, Júlio Castañon Guimarães (1997) dá conta de empreendimentos editoriais brasileiros que, a partir da década de 1970, tiveram uma importância significativa para o trabalho de edição dos textos do século XIX em diante, seja no domínio da crítica textual, seja no da crítica genética. Estes trabalhos, decorrentes da exploração de espólios literários, testemunham um tipo de abordagem à génese das obras anterior a 1985, instituído como o ano da fundação oficial da crítica genética no Brasil[617]. Parece tratar-se de uma abordagem próxima à praticada maioritariamente em Portugal, uma vez que a exploração da génese dos textos, decorrente da exploração dos espólios literários, está intimamente ligada ao âmbito editorial.

[617] Ver a página da Associação de Pesquisadores em Crítica Genética: http://apcg.com.br/?page_id=10.

Duas iniciativas referidas por Heitor Megale e César Cambraia (1999) no artigo «Filologia Portuguesa no Brasil» retratam a preocupação da filologia com os manuscritos modernos neste território. Uma delas é o curso de crítica textual sobre «A Crítica do original disponível», ministrado em 1993 por Luiz Fagundes Duarte na Universidade de S. Paulo, no âmbito do XII Instituto de Verão da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). A outra é o I Workshop do Manuscrito que decorreu na Fundação Casa de Rui Barbosa, em 1997, organizado em parceria com o Museu-Acervo da Literatura Brasileira do Instituto de Estudos Brasileiros, onde vários estudiosos discutiram práticas de edição de manuscritos modernos e leccionaram cursos sobre a sua catalogação, conservação e edição.

Para além destas iniciativas, considero representativa da abordagem filológica à génese dos textos a colaboração de investigadores brasileiros na Colection Archives, projecto desenvolvido pela UNESCO para a edição de escritores latino-americanos, das Caraíbas e africanos do século XX. Seguindo as propostas metodológicas de Giuseppe Tavani (1985) que procuram aliar a fixação crítica do texto com o conhecimento sobre a sua produção, os primeiros volumes dedicados a escritores brasileiros datam de 1988, ano de lançamento de *Macunaíma*, editado por Telê Porto Ancora Lopez (1988), e de *A Paixão Segundo G. H.*, editado por Benedito Nunes (1988).

O trabalho editorial de Telê Lopez sobre *Macunaíma* é um bom exemplo da relação próxima entre filologia e crítica genética no Brasil. A diferença entre a edição crítica da Colection Archives (Lopez 1988) e a anterior edição crítica (Lopez 1978) vem testemunhada no texto introdutório da edição mais recente, «Vontade/Variante», em que a editora justifica as alterações no estabelecimento do texto à luz de uma reflexão teórica sobre a noção de variante autoral última.

Em 1996, a segunda edição de *Macunaíma* na Colection Archives é categorizada por Telê Lopez como «edição genética e crítica» (Lopez 1996: XXXVI), reflectindo a adesão da editora à crítica genética. A evolução ocorrida entre as duas edições é assim interpretada por Phablo Fachin *et al.*:

> *Na primeira edição, em 1988, a editora parece estar ainda tímida ao abraçar os estudos genéticos, ao passo que na segunda já indica todos os sinais de sua aproximação.* [...] *Se antes apenas valorizava o trabalho filológico por meio da reconstrução genética da criação literária, no segundo confronto com a sua tradição incorpora todos os*

> *procedimentos a eles relacionados.* [...] *Assim, um texto que priorizava o esclarecimento sobre vontade e variantes, passa a se preocupar com a narrativa dos caminhos que Mário de Andrade percorreu desde a leitura de Koch Grünberg até a publicação da última edição de Macunaíma em vida do autor. Para tal, Lopez (1996) se utiliza de manuscritos, correspondências, anotações, periódicos, depoimentos e, claro, das próprias obras. Ao se utilizar profundamente de documentos públicos e privados, nos termos de Lebrave (2002), para pautar sua análise, a pesquisadora irmana dois estudos complementares, mas ainda pouco trabalhados em conjunto: a Filologia e a Crítica Genética. Tal escolha pioneira não encontra paralelos na historiografia das edições críticas no Brasil, pelo menos abertamente.* (Fachin *et al.* 2017: 183–184).

A partir de 1985, vê-se delinear-se no Brasil uma abordagem genética condicente com a da crítica genética francesa, na medida em que concilia a exploração dos autógrafos literários com a análise genética no âmbito da crítica literária. Tal como descrito na página da Associação de Pesquisadores em Crítica Genética, depois do seu pós-doutoramento no ITEM, Philippe Willemart organizou na Universidade de S. Paulo um curso de pós-graduação sobre o estudo dos manuscritos que se revelou de grande interesse para «diferentes pesquisadores, que já trabalhavam com arquivos, mas tinham dificuldade em articular esse material com a crítica literária»[618]. Após esse curso, foi criada a Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário (APML), com o objectivo de reunir investigadores de todo o país que trabalhavam sobre os processos de criação dos manuscritos literários. Em 2002, a mudança de nome da associação para Associação dos Pesquisadores em Crítica Genética testemunha o alargamento do campo de acção do geneticista, que se ampliou para outras áreas como as artes plásticas, o cinema, o teatro, a dança, a música, entre outros, tal como aconteceu também no ITEM francês.

Os congressos bianuais da Associação de Pesquisadores em Crítica Genética; os vários números da revista *Manuscrítica,* a primeira revista mundial de crítica genética, editada, desde 1990, pela Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário; os intercâmbios de investigadores através de acordos internacionais entre o ITEM e a USP; a tradução de manuais teóricos da crítica genética francesa; a publicação de manuais teóricos da crítica genética de autores brasileiros – tudo isto revela o crescimento acentuado da crítica genética no Brasil.

[618] Ver a página da Associação de Pesquisadores em Crítica Genética: http://apcg.com.br/?page_id=10.

Como testemunho da prática da crítica genética no Brasil numa fase relativamente inicial do seu desenvolvimento, seleccionei dois estudos do 1.º volume de *Manuscrítica* (1990), que integra artigos de dois núcleos geográficos onde a crítica genética estava sendo desenvolvida naquela altura: Paraíba e S. Paulo. Os estudos que escolhi resultam da exploração do prototexto do autor nordestino Hermilio Borba Filho levada a cabo por investigadores da Universidade Federal da Paraíba[619].

No primeiro estudo, intitulado «Considerações sobre a eliminação de trechos do capítulo 'Eu, lírico-trágico-cômico-pastoral' do romance *Agá*, de Hermilo Borba Filho», Aleiton Fonseca (1990) procura compreender o motivo pelo qual determinados elementos que existiam nas primeiras versões deste capítulo do romance não aparecem na versão publicada. O capítulo consiste na narração de seis episódios de loucura vividos pelo narrador-protagonista, intercalados, nas primeiras versões, com textos em linguagem de ficha médica. Os trechos que foram eliminados na obra publicada são precisamente essas fichas médicas, que descreviam de modo empírico a loucura do narrador entre cada episódio narrado.

O objectivo deste estudo genético é, portanto, esclarecer o motivo destas supressões («... as fichas foram eliminadas. Por quais razões?», Fonseca 1990: 23). Segundo o autor, é possível procurar conhecer essas razões através da análise das variantes dos manuscritos, «cotejando os trechos expurgados com os que permaneceram, procurando interpretar e comentar as relações que guardam entre si, as implicações de sua presença e de sua ausência no cômputo geral da fatura» (Fonseca 1990: 23). Note-se que este objectivo vai ao encontro do da análise genética francesa, que atenta especialmente nos materiais rejeitados, procurando compreender o significado das reescritas no processo de construção do texto.

Depois da descrição do conteúdo do capítulo, o investigador conclui que as fichas «geram redundâncias e reduções acerca de episódios anteriores» e «desnudam a priori os inusitados dos episódios posteriores, minimizando-os em sua complexidade» (Fonseca 1990: 26–27). Por essa razão, com a supressão das fichas, «afasta-se», por um lado, «o perigo de uma leitura fria e objectiva em relação aos eventos narrados», pois, «vistas em si mesmas e não como sintomas de uma doença mental

[619] Para conhecer outros trabalhos de crítica genética no Brasil fora do núcleo de S. Paulo, ver *Manuscrítica* 32 (2017), *A Crítica Genética no Nordeste* (http://www.revistas.fflch.usp.br/manuscritica/issue/view/203).

cientificamente caracterizada, as peripécias vividas pelos protagonistas ganham em complexidade e expressividade funcional», e, por outro lado, «o leitor é desafiado a construir uma leitura mais livre, desentranhada a partir da ótica do narrador-protagonista, pelo desvendamento das sugestões, das significações e das ambiguidades presentes na narrativa» (Fonseca 1990: 27).

No segundo estudo, intitulado «O texto em movimento: as rasuras no manuscrito hermiliano», Carlos Braga «procura investigar o papel que desempenham as rasuras na caracterização do valor expressivo da narrativa hermiliana, e no que revelam quanto aos procedimentos do autor» (Braga 1990: 44). Nesta procura, o autor do estudo atenta no «caráter funcional de cada uma das rasuras» (Fonseca 1990: 45), no seguimento do que fizera Luiz Fagundes Duarte no já citado artigo «A génese do texto queirosiano: uma vista de olhos sobre a correcção estilística de autor em *A Tragédia da rua das flores*» (Duarte 1985). Assim, de uma classificação das emendas baseada em critérios de natureza linguística (supressões, acréscimos, substituições e deslocamentos), o investigador constata uma superioridade de supressões, «caracterizando dessa maneira a predominância do princípio geral da 'redução', termo proposto por Luiz Fagundes Duarte, que o opõe ao princípio da «amplificação»» (Braga 1990: 48). Num capítulo do estudo intitulado «O texto que poderia ter sido e não foi», que nos remete para a perspectiva da crítica genética francesa, o autor ilustra com vários exemplos o princípio de economia significante que caracteriza o método de trabalho do escritor durante a composição do romance, concluindo que «o encurtamento do texto corresponde a necessidades de concisão, de concentração expressiva, de precisão lexical, e à preocupação com a economia narrativa, critérios de natureza estilística» (Braga 1990: 53).

5. Conclusão

A minha análise sobre as diferentes abordagens à génese dos textos em França, Portugal e Brasil leva-me a concluir que a expressão crítica genética corresponde nestes países a conceitos que não são rigorosamente iguais, embora sejam maioritariamente sobreponíveis. Constatei que, em França, crítica genética se refere a uma disciplina nascida no âmbito dos estudos literários que, por razões monogenéticas, se desenvolveu em reacção aos princípios filológicos. Essa disciplina difere das demais

correntes da crítica literária por depositar o seu interesse na produção, atenta especialmente nas fases iniciais da escrita e privilegia a interpretação em forma de estudo à interpretação em forma de edição, procurando elucidar sobre as teses da nova estética literária da produção, da nova história literária das práticas de escrita e do novo espaço científico da produção escrita em geral.

Em Portugal, o conceito de crítica genética está intimamente ligado à abordagem filológica à génese das obras, como consequência natural do contacto directo com os manuscritos de trabalho. A atenção à génese dos textos decorre maioritariamente do trabalho editorial, mas não contribui apenas para a fixação do texto; tem, para além disso, suscitado importantes reflexões sobre os processos de produção e as práticas de escrita. A maioria dos estudos interpretativos revelam grande afinidade com a manuscriptologia, sendo poucos os que dão um salto para níveis mais subjectivos de análise no âmbito da crítica literária. Considero, por isso, que a crítica genética portuguesa não é uma importação da sua homónima francesa e que o nascimento da crítica genética em Portugal e em França é um fenómeno poligenético.

Um bom contraponto a esta realidade é a origem da crítica genética de inspiração literária no Brasil, que se considera resultar de um fenómeno de difusão da crítica genética francesa a partir da influência de Philippe Willemart. No entanto, há que ter em conta outras abordagens à génese das obras praticadas neste território, anteriores e posteriores à abordagem literária de inspiração francesa, incluindo a abordagem filológica. A este respeito, evoco a opinião de Philippe Willemart (2009: 57), segundo a qual a crítica genética subverteu a crítica literária, porque criou laços com outros campos do saber, não só ligados ao manuscrito e ao texto, como é o exemplo da filologia, mas também desligados deles, como é o caso da dança, da música, da pintura, entre outros.

Segundo esta acepção mais ampla do conceito, crítica genética refere-se ao interesse científico geral pela produção, incluindo todo o tipo de abordagem aos materiais genéticos, sendo, por isso, um conceito poligenético. Crítica das variantes (Contini 1974), crítica genética (Hay 1979), filologia de autor (Iselle 1987), crítica texual moderna (Castro 1997), crítica composicional (Bushell 2005) são, entre outras, diferentes denominações que se referem a este interesse poligenético pela génese das obras.

Sendo comummente aceite a ideia de que toda a análise depende da natureza do objecto que a suscita, não posso deixar de apoiar, evidentemente, a tese da poligénese dela decorrente, que defende que a crítica genética (não aquela *sui generis* francesa, mas a atenção científica geral aos materiais de génese) pode surgir em qualquer sítio do mundo, por qualquer pessoa que saiba ouvir as questões levantadas pela materialidade do objecto de estudo.

Referências

APCG. *Associação de Pesquisadores em Crítica Genética*. http://apcg.com.br/?page_id=10, 20.06.2018.

Biasi, Pierre-Marc de. 2011. *Génétique des textes*. Paris: CNRS [1.ª ed. 1990: *La Génétique des textes*].

Biasi, Pierre-Marc de. 2012. «Vingt questions à la génétique». *Filologia, críticas e processos de criação*, org. Célia Marques Telles e Rosa Borges. Curitiba: Appris: 21–36.

Braga, Carlos Eduardo Galvão. 1990. «O texto em movimento: as rasuras no manuscrito hermiliano». *Manuscritica*, vol. 1. S. Paulo: APML: 44–59.

Bushell, Sally. 2005. «Intention Revisited: Toward an Anglo-American 'genetic criticism'». *Text* 17: 55–91. Disponível em: http://eprints.lancs.ac.uk/26375/1/TEXT17Bushell.pdf, 20.06.2018.

Castro, Ivo. 1980/81. «A Tragédia da Rua das Flores ou a arte de editar os manuscritos autógrafos». *Boletim de Filologia* XXVI: 309–359. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.

Castro, Ivo. 1986. «Para o texto de *O Guardador de Rebanhos*». *Critique Textuelle Portugaise, Actes du Colloque, Paris, 20-24 Octobre, 1981*, org. José Augusto França, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais. 319–328.

Castro, Ivo. 1988. «Introdução». *Álvaro de Campos, A passagem das horas*, vol. I, ed. Cleonice Berardinelli. Lisboa: IN-CM, col. «Edição crítica de Fernando Pessoa». IX-XIII.

Castro, Ivo. 1990. *Editar Pessoa*. Lisboa: IN-CM, col. «Edição crítica de Fernando Pessoa», «Estudos», vol. I [2.ª ed. 2013].

Castro, Ivo. 1995. «O retorno à filologia». *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 511–520.

Castro, Ivo. 1997. «Filologia». *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, org. José Augusto Cardoso Bernardes *et al.*, vol. 2. Lisboa: Verbo. 602–609.

Castro, Ivo. 2007. *Camilo Castelo Branco, Amor de Perdição*, edição genética e crítica. Lisboa: IN-CM.

Castro, Ivo. 2008. «A casa fechada». *O Trabalho da Teoria. Actas do colóquio de homenagem a Vítor Aguiar e Silva (Ponta Delgada, 15 e 16 de Novembro de 2007)*, org. R. Goulart, M.C. Fraga, P. Menezes. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. 111–120.

Contini, Gianfranco. 1974. *Esercizi di lettura sopra autori contemporanei, con un'appendice su testi non contemporanei.* Torino: Einaudi [1.ª ed. Esercizi di lettura, Firenze, Parenti, 1939].

Dionísio, João. 2012. «A escultura da dor no Frei Luís de Sousa, de Almeida Garrett». *Filologia, críticas e processos de criação*, org. Célia Marques Telles e Rosa Borges. Curitiba: Appris. 37–51.

Duarte, Luiz Fagundes. 1985. «A génese do texto queirosiano: uma vista de olhos sobre a correcção estilística de autor em *A Tragédia da Rua das Flores*». *Boletim de Filologia* XXX: 133–165. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.

Duarte, Luiz Fagundes. 1993. *A fábrica dos textos: ensaios de crítica textual acerca de Eça de Queirós*. Lisboa, Cosmos.

Duarte, Luiz Fagundes. 1994. *Álbum de Autógrafos de Escritores Portugueses*. Lisboa: Associação Portuguesa de Escritores.

Fachin, Phablo, Miranda, Maiara, Silva, Suellen, Souza, Mariana e Maldonado, Luccas. 2017. «Archivos em debate: por uma historiografia da crítica textual de autores brasileiros». *Revista ABRALIN* 16/1: 171-203. São Carlos: UFSCar. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51935/32016, 20.06.2018.

Fonseca, Aleiton Santana da. 1990. «Considerações sobre a eliminação de trechos do capítulo «Eu, lírico-trágico-cômico-pastoral» do romance *Agá*, de Hermilo Borba Filho». *Manuscritica* 1: 21-29. S. Paulo: APML.

Giaveri, Maria Teresa. 1993. «La critique génétique en Italie: Contini, Croce et l'étude des paperasses». *Genesis* 1: 9–29. Paris: ITEM/CNRS.

Giaveri, Maria Teresa. 1994. «Castelli di carte e destini incrociati: la critica genetica nella tradizione italiana». In *I Sentieri della creazione, tracce, traiettorie, modelli. Les Sentiers de la création, traces, trajecoires, modèles*. Reggio Emilia: Edizioni Diabasis. 37–49.

Giaveri, Maria Teresa e Grésillon, Almuth. 1994. «Préface». In *I Sentieri della creazione, tracce, traiettorie, modelli. Les Sentiers de la création, traces, trajecoires, modèles.* Reggio Emilia: Edizioni Diabasis. 9–16.

Grésillon, Almuth. 1994. *Éléments de critique génétique.* Paris: PUF.

Grésillon, Almuth. 1999. «Philologie et critique génétique: ressemblances et différences». In *Atti dei convegni lincei 151. Convegno internazionale i nuovi orizzonti della filologia. Ecdotica, critica testuale, editoria scientifica e mezzi informatici elettronici. In collaborazione con l'Associazione Internazionale per gli studi di Lingua e Letteratura Italiana (Roma, 27-29 maggio 1998).* Roma: Accademia Nazionale dei Lincei. 53–58.

Grésillon, Almuth. 2001. «La critique génétique, aujourd'hui et demain». *L'Esprit créateur* XLI(2): 9–15. Disponível em: http://www.item.ens.fr/articles-en-ligne/la-critique-genetique-aujourdhui-et-demain/, 20.06.2018.

Grésillon, Almuth. 2008. *La mise en oeuvre. Itinéraires génétiques*. Paris: CNRS.

Guimarães, Júlio Castañon. 1997. «Sobre um Projecto de Edição Crítico-genética da Poesia de Carlos Drummond de Andrade». *Papéis Avulsos* 31. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

Hay, Louis. 1979. *Essais de critique génétique.* Paris: Flammarion.

Hay, Louis. 2003. «Qu'est-ce que la critique génétique?» D'après une conférence à l'École Thématique du CNRS. Abbaye de l'Ardenne. Disponível em: http://www.item.ens.fr/articles-en-ligne/quest-ce-que-la-genetique/, 20.06.2018.

Iselle, Dante. 1987. *Le carte mescolate. Esperienze di filologia d'autore*. Padova: Liviana.

ITEM. *Institut des Textes et Manuscrits Modernes.* http://www.item.ens.fr/historique/, 20.06.2018.

Lebrave, Jean-Louis. 1992. «La critique génétique: une discipline nouvelle ou un avatar moderne de la philologie?» *Genesis* 1: 33-72. Paris: ITEM/CNRS.

Lopez, Telê Porto Ancora. 1978. *Mário de Andrade, Macunaíma, o herói sem nenhum carácter*, edição crítica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, S. Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.

Lopez, Telê Porto Ancora. 1988. *Mário de Andrade, Macunaíma, o herói sem nenhum carácter* edição crítica. Paris: ALLCA XX, Brasília: CNPq, Coleção Archivos, vol. 6, 1.ª edição.

Lopez, Telê Porto Ancora. 1996. *Mário de Andrade, Macunaíma, o herói sem nenhum carácter* edição crítica. Madrid, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro, Lima: ALLCA XX, Coleção Archivos, vol. 6, 2.ª edição.

Manuscrítica, n.º 32 (2017). *A Crítica Genética no Nordeste* http://www.revistas.fflch.usp.br/manuscritica/issue/view/203, 20.06.2018.

Megale, Heitor e Cambraia, César Nardelli. 1999. «Filologia Portuguesa no Brasil». DELTA 15: 1–22. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501999000300001, 20.06.2018.

Nunes, Benedito, 1988, *Clarice Lispector, A Paixão Segundo G. H.*, edição crítica. Paris: ALLCA XX, Brasília: CNPq, Coleção Archivos, vol. 13, 1.ª edição.

Reis, Carlos e Milheiro, Maria do Rosário. 1989. *A construção da narrativa queirosiana: o espólio de Eça de Queirós.* Lisboa: IN-CM.

Segre, Cesare. 1995. «Critique des variantes et critique génétique». *Genesis* 7: 29-45. Paris: ITEM/CNRS.

Tavani, Giuseppe. 1985. «Méthodologie et pratique de l'édition critique des textes littéraires contemporains» (9 de Maio de 1984). *Methodologie et pratique de l'edition critique des textes litteraires contemporains (Collection Archives)*, org. Amos Segala, Cahier n.º 8. 105–113.

Trachsler, Richard. 2006. «How to do things with manuscritps. From humanist practise to recent textual criticism». *Textual Cultures. Texts, Contexts, Interpretation, Society for Textual Scholarship.* Nova Iorque: Indiana University Press. 5–28.

Willemart, Philippe. 2009. *Os processos de criação na escritura, na arte e na psicanálise.* São Paulo: Perspectiva.

45. Os múltiplos valores do item *homem* em Português Antigo

Clara Pinto[620]

Centro de Linguística, Universidade de Lisboa

Nos textos medievais portugueses o item lexical homem era bastante produtivo. Esta elevada frequência correspondia, por um lado, ao seu uso enquanto nome comum, mas também a um uso não-nominal. Neste artigo tentaremos mostrar que o uso não-nominal de homem correspondia a duas estratégias diferentes: por um lado homem ocorria como pronome genérico, funcionando como estratégia de indeterminação do sujeito; por outro podia surgir como um item de polaridade negativa fraco (na aceção de Martins 2000), mais concretamente como minimizador indefinido (cf. Pinto 2015).
Mostraremos ainda que o caso português se pode integrar nas chamadas man-constructions, descritas para diversas línguas românicas. De acordo com a literatura existente, o português parece ser a única das línguas românicas medievais em que homem surge não apenas como pronome genérico, mas também como item de polaridade. A comparação com outras línguas românicas vem, contudo, sugerir que também no espanhol antigo terá havido uma forma omne empregue como pronome genérico e outra como item de polaridade.

Palavras-chave: *homem*, minimizador, pronome genérico, *man-constructions*, negação.

1. Introdução

As formas nominais genéricas que designam *homem* ou *coisa* constituem, em várias línguas, fontes produtivas de pronomes indefinidos, como assinala Haspelmath (1997).

No caso do Português Antigo (PA), o item *homem* (nas suas variantes gráficas *ome*, *homẽ*, etc.) é encontrado com elevada frequência em textos compreendidos entre os séculos XIII e XVI. No entanto, como tentaremos mostrar, as várias ocorrências não constituem exemplos de uso de um mesmo item. Na verdade, a forma *homem* surge associada a três estratégias distintas: como nome comum, como recurso para indeterminação do sujeito e como item de polaridade.

Os dados apresentados neste artigo foram retirados de um *corpus* de trabalho maior que reune contextos de ocorrência de minimizadores compreendidos maioritariamente

[620] Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através da Bolsa de Doutoramento com a referência FCT SFRH/BD/108094/2015.

entre os séculos XIII e XVI[621]. Os referidos contextos foram selecionados através de pesquisa em corpora diacrónicos online, mas também em textos integrais em edição eletrónica ou em papel. Para o item *homem* foram tidos em conta 415 contextos de ocorrência, distribuídos por séculos conforme se ilustra na Tabela 1.

Tabela 1

Século	**XIII**	**XIV**	**XV**	**XVI**	**Total**
n.º ocorrências	204	62	69	80	415
%	49.2%	14.9%	16.6%	19.3%	100%

Não se consideraram os casos em que *homem* é claramente um nome comum ou é modificado por um indefinido como *nenhum* (como *nenhum homem* ou *homem nenhum*).

Este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na secção 2 descreveremos os três tipos de estratégia em que é possível encontrar um item *homem*; na secção 3 centrar-nos-emos nos usos de *homem* enquanto item de polaridade e indeterminador do sujeito, tentando mostrar que são itens distintos e que não ocorrem necessariamente nos mesmos contextos; na secção 4 apresentaremos os contextos em que é possível encontrar as duas estratégias, originando-se casos de ambiguidade, e lançaremos algumas pistas para a sua desambiguação. Na secção 5 situaremos o caso português no contexto das chamadas *man-constructions*, sobretudo no que diz respeito às línguas românicas e apresentaremos alguns dados comparativos entre o PA e o Espanhol Antigo (EA) que permitem aproximar as construções das duas línguas.

2. *Homem*: três usos distintos

O item *homem* é encontrado frequentemente em textos medievais do século XIII, no entanto, a sua elevada frequência não se deve apenas ao seu uso enquanto nome comum. Na verdade, até ao século XVI o item *homem* surge associado a um uso nominal mas também a usos não-nominais, como veremos nesta secção.

[621] Este *corpus* de trabalho está a ser compilado sob a forma de base de dados no âmbito da minha tese de doutoramento. Conta atualmente com mais de 4000 contextos de ocorrência de minimizadores (como *homem*, *rem*, *cousa*, *nemigalha*, *ponto*, etc.), indefinidos negativos (*nada*, *nenhum*, *ninguém*) e nomes genéricos em contexto não assertivo (*nenhum homem*, *cousa alguma*, etc.).

Proveniente da forma latina *hominem*, o nome comum *homem* carateriza-se por ter um traço [+ humano], designando seres humanos do sexo masculino, como se verifica em (1) e podendo flexionar em número, como em (2).

(1) Donzella, cuidades que este é o *homem* que vos buscades?» (DSG, cap. XXXI)

(2) Ora vejo a profecia comprida que os *homens* sisudos desta terra disserom per muitas vezes: que rei Arrur morreria per mão de seu filho. (DSG, cap. DCLXXV)

Na grande maioria das ocorrências, *homem* é antecedido de determinante (definido ou indefinido), sendo claramente um nome comum. No entanto, a coocorrência com determinante não é obrigatória, como se verifica em (3)[622].

(3) Meraugis, que era *homem* de gram coraçom, tanto que esto ouvio, teve-se por mal treito e espediu-se dos da corte; (DSG, cap. CCLXXIX)

Embora estes exemplos não sejam abundantes, considera-se que a leitura enquanto nome comum referencial está presente, dado que *homem* refere uma entidade específica com os traços [+ humano] e [+ masculino]. Note-se que em (3) o SN *homem de gram coraçom* desempenha a função de predicativo do sujeito expresso pelo pronome relativo *que*, cujo antecedente é o nome próprio *Meraugis*. Nem todas as ocorrências de *homem* sem a presença do determinante correspondem, contudo, a um uso como nome comum com interpretação referencial[623]. Exemplos como os que se apresentam em (4) e (5) são bastante produtivos no *corpus*, não correspondendo aos usos como nome comum ilustrados em (1), (2) ou (3).

[622] Este tipo de ocorrências (nome singular sem determinante, geralmente referido como *bare singular nouns*) é considerado relativamente frequente na maioria das línguas românicas até cerca do século XIV, altura em que o uso do determinante indefinido se generaliza (cf. Ledgeway 2012: 85)

[623] A partir sobretudo do século XV, a distinção entre as ocorrências nominais e não-nominais de *homem* torna-se mais problemática, na medida em que os usos não-nominais tendem a desaparecer e a não serem reconhecidos como usos independentes do nome comum. O estudo apresentado por Menon (2011) é particularmente interessante, dado que compara os contextos de ocorrência da forma pronominal *homem* em dois manuscritos da obra *Castelo Perigoso*. A autora mostra que na cópia mais tardia a forma pronominal *homem* é frequentemente substituída pelo copista pela forma nominal *o homem*, mostrando que, à data da cópia, a forma pronominal já entrara em declínio.

(4) daquello que *homẽ* lee cada dia, senpre deue poer ẽna memoria algũa cousa e trage-llo ameude e cuydar em ello (OE, L3, cap.8, fl. 23r)

(5) E ela era tam fremosa dona e tam pagadoira que no mundo nom acharia *homem* outra tal da sa idade. (DSG, cap. DCXLII)

Na verdade, os exemplos (4) e (5) correspondem a usos distintos da forma nominal *homem*. No exemplo apresentado em (4), *homem* é uma forma pronominal usada para expressar indeterminação do sujeito, mas o exemplo em (5) afasta-se tanto do nome comum como da estratégia de indeterminação do sujeito. Propomos que, nesse caso, estamos perante um terceiro uso do item *homem*: como item de polaridade negativa fraco (na aceção de Martins 1997, 2000); mais concretamente, como minimizador indefinido (cf. Pinto 2015). Por uma questão de conveniência, usaremos a classificação de *pronome genérico* para nos referirmos ao uso de *homem* como estratégia de indeterminação do sujeito e a classificação de *minimizador* para designar o uso de *homem* enquanto item de polaridade[624].

3. Pronome genérico ou minimizador?

O emprego de *homem* como forma de expressar indeterminação do sujeito é uma estratégia encontrada em textos medievais e até meados do século XVI, tendo sido notada por diversos autores (Silva Dias 1918, Said Ali 1921, Veiga 1959, Mattos e Silva 1989).

Silva Dias (1918: 89) refere que *homem* era usado como equivalente do francês *on*, mas só até certo ponto, por ter um uso mais restrito, pois «só tem lugar, por via de regra, quando se falla do que acontece geralmente». Já Said Ali (1921: 122) refere o facto de *homem* assumir caráter pronominal quando usado «não já na accepção própria, mas para designar agente vago e indeterminado». Por seu turno, Veiga (1959) lista-o junto dos pronomes indefinidos, a par de *nenhum* ou *ninguém*. Mattos e Silva (1989) descreve *homem* como sendo um pronome genérico ou impessoal que «cobre a

[624] Esta distinção não exclui a hipótese de o minimizador ser também uma forma com caraterísticas pronominais.

distribuição de um pronome sujeito cujo referente é indeterminado, pode referir-se a um sintagma masculino ou feminino, singular ou plural sem as marcas correspondentes».

Consideramos que, nesses casos, *homem* tem interpretação equivalente ao pronome genérico do inglês *one*. No entanto, no *corpus* recolhido e que serve de base a este trabalho, encontramos ocorrências de *homem* que não encaixam nas classificações de nome comum ou de pronome genérico que expressa um sujeito indeterminado. Observemos o exemplo em (6):

(6) «Nom a homem», disse Tristam, «por que i rem fezesse». (DSG, cap. CCCLXXVIII)

Podemos ver que *homem* é um Sintagma Nominal (SN) com a função gramatical de objeto direto e não de sujeito, numa construção existencial com o verbo *haver*. A sua leitura enquanto nome comum não parece adequar-se ao contexto, uma vez que a ausência de determinante e a própria construção existencial reforçam a baixa referencialidade do item. No entanto, não sendo o SN sujeito na frase (6), não é possível que *homem* seja empregue como forma de indeterminação do sujeito. A estratégia ilustrada em (6) corresponde, no nosso entender, ao uso de *homem* como minimizador (cf. Meleiro 2007), mais concretamente um minimizador indefinido (cf. Pinto 2015). Os minimizadores têm sido descritos na literatura como itens estereotipados que designam quantidades mínimas ou de pouco valor (cf. Horn 1989). São habitualmente considerados itens de polaridade negativa equivalentes ao inglês *anything,* que necessitam de ser legitimados num contexto apropriado. Regra geral, são legitimados por um operador negativo, podendo, no entanto, ser legitimados por um operador de outra natureza em contextos não-negativos (por exemplo, em interrogativas).

Tal como se verifica para outras línguas, o PA dispunha de minimizadores indefinidos, que podem ser classificados como itens de polaridade negativa (IPN's) fracos (na terminologia de Martins 1997, 2000), com origem em nomes comuns com leitura genérica (como *cousa* e *homem*) e referencialidade deficitária (cf. Giannakidou

2011). Como IPN's fracos, podem ocorrer em contextos negativos e modais (não-negativos)[625], mas estão excluídos de contextos afirmativos assertivos.

Dado que ambas as estratégias partilham propriedades como a baixa referencialidade e interpretação genérica, os contextos não-nominais de *homem* têm sido considerados como instâncias de uma mesma estratégia: a de indeterminação do sujeito. No entanto, destacamos aqui o trabalho de Faggion (2008) que dá conta de algumas particularidades de *homem* que afastariam o item do seu congénere francês *on*. Ao analisar dados do texto *Demanda do Santo Graal*, Faggion (2008) verifica não só que *homem* pode surgir em outras posições sintáticas que não a de sujeito, afastando-se da suposta função de indeterminador do sujeito, mas mostra, além disso, uma clara preferência por contextos negativos e modais. Embora Faggion (2008) se refira sempre a *homem* como indeterminador do sujeito, é interessante verificar que algumas das propriedades descritas e dos exemplos apresentados correspondem ao uso de *homem* enquanto minimizador.

Olhando agora para os dados observados no nosso *corpus*, verificamos que, de um total de 415 contextos, mais de metade diz respeito ao uso de *homem* enquanto minimizador. A Tabela 2 mostra a distribuição dos contextos de ocorrência por tipo de item e século.

Tabela 2

Século	**XIII**	**XIV**	**XV**	**XVI**	**Total**
Minimizador	120	41	18	45	225
Pronome genérico	7	2	23	3	35
Casos ambíguos	77	19	28	32	156
Total	215	62	69	80	**415**

Verificamos que o número total de ocorrências de *homem* é muito superior no século XIII comparativamente aos séculos restantes. Os casos em que *homem* foi claramente identificado como minimizador foram, em geral, mais frequentes (à

[625] O termo *contexto modal* (bem como a designação *item de polaridade modal*) deve-se a Bosque (1996). Por contextos modais (não-negativos) entendem-se contextos em que não existe um operador de negação e não é possível aferir sobre o valor de verdade/falsidade do enunciado, mas há modalidade associada, como com os verbos modais *poder* e *dever*, em certos contextos de subordinação, em interrogativas, etc.

exceção do século XV). No entanto, num número substancial de contextos considerou-se que poderia haver ambiguidade entre uma leitura de *homem* como minimizador ou como pronome genérico. Nas secções seguintes apresentaremos os critérios tidos em consideração para a distribuição apresentada na Tabela 2.

3.1 Polaridade

Em linhas muito gerais podemos considerar como polaridade a codificação gramatical dos valores de verdade e falsidade. É comum as línguas possuirem itens lexicais cuja ocorrência está circunscrita a contextos com um determinado valor polar. Estes itens são designados por itens de polaridade e compreendem, por exemplo, pronomes indefinidos e minimizadores. Adotamos aqui a proposta avançada por Martins (1997, 2000) para a classificação dos itens de polaridade, a qual assenta num sistema de conjugação de três traços de polaridade (negativo, afirmativo e modal) associados a valores de especificação ou subespecificação. Os indefinidos negativos do PA são considerados itens de polaridade negativa fracos. A evolução dos indefinidos negativos fez-se no sentido da especificação de um dos traços subespecificados variáveis (concretamente, o traço negativo), tornando-se itens de polaridade negativa fortes (i.e. [0 aff] [+ neg] [0 mod]), e passando assim a ocorrer apenas em contextos negativos[626].

[626] O sistema de traços proposto por Martins (1997, 2000) recupera a ideia avançada por Roorick (1994) de alargar a noção de subespecificação da fonologia à codificação de traços sintáticos. Roorick (1994) considera que a subespecificação de traços deve ser dividida em dois tipos diferentes: variável e não variável. Um traço não variável deverá ser interpretado como neutro, sem valor positivo ou negativo, enquanto um traço variável não possui um valor próprio, necessitando assim de ser preenchido com o valor de um elemento vizinho. Esta arquitetura de traços é adotada por Martins (1997, 2000) para descrever os indefinidos das línguas românicas e a sua evolução. Martins (1997, 2000) considera a existência de três traços distintos – afirmativo, negativo e modal – aos quais é atribuído um valor que pode ser especificado ou subespecificado (variável ou não variável). A combinação de diferentes valores para cada traço determina o tipo de item de polaridade. Por exemplo, os indefinidos *nada*, *nenhum* e *ninguém* começam por ser itens de polaridade negativa fracos, apresentando valores subespecificados variáveis para os traços negativo e modal e um valor subespecificado não-variável para o traço afirmativo (i.e. [0 aff] [α neg] [α mod]). Na arquitetura de traços proposta, isto significa que estes itens tinham um valor neutro em relação ao traço afirmativo, ou seja, este traço não estava disponível. Já em relação aos traços modal e negativo, o facto de serem subespecificados variáveis significa que estes itens não possuíam um valor próprio na sua matriz morfológica para estes traços, herdando o valor em contexto, de um elemento vizinho. Deste modo, estes indefinidos não ocorriam em frases afirmativas assertivas, mas poderiam ocorrer em frases modais, ativando assim o traço modal, ou em frases negativas, ativando o traço negativo. No entanto, estes itens evoluem para IPN's fortes, passando a ser considerados intrinsecamente negativos. A sua matriz morfológica passa a ter um valor [+] especificado para o traço negativo, deixando este traço de ter um valor subespecificado variável. Por seu turno, o valor do traço modal passa a ser subespecificado não variável, tal como já era o do traço afirmativo. Os

Enquanto minimizador, *homem* corresponde a um IPN fraco, na medida em que é legitimado tanto em contextos negativos como modais (não-negativos), mas não pode ser legitimado em contextos afirmativos assertivos.

Ao compararmos os usos de *homem* como pronome genérico e como minimizador verificamos que a primeira e principal diferença entre ambos é precisamente no que diz respeito à polaridade. Enquanto o pronome genérico não tem restrições de polaridade, ocorrendo livremente em qualquer contexto, o minimizador apenas ocorre em contextos negativos (sob o escopo da negação) ou em contextos modais (não-negativos), neste último caso com menor frequência. Uma vez que se trata de um item de polaridade negativa fraco, não ocorre em contextos afirmativos assertivos. Assim, em exemplos como o de (7), com frases afirmativas assertivas, só podemos estar perante o pronome genérico, uma vez que o minimizador se encontra excluído destes contextos[627].

(7) Vellido, querote dizer hua palavra antiga que diz assy: «Sempre *homen* merca bem com o pobre ou com o coytado». (CGE, II, cap. CDXCVI)

Em contextos modais e negativos podemos encontrar ambas as estratégias, como se ilustra nos exemplos de (8) a (11). Em (8) e (9) encontramos o minimizador, respetivamente, num contexto modal (interrogativa indireta) e numa frase negativa, ao passo que (10) exemplifica *homem,* pronome genérico, num contexto modal e (11) numa frase negativa. Note-se que em (11) *haver* é um verbo de posse e não um verbo existencial, como em (6), pelo que em (11), contrariamente a (6), *homem* tem a função de sujeito.

(8) Mais di -me tu, que trobas desigual, | se te deitam por én de Portugal, | ou mataste *homen* ou roubaste aver. (Lírica Profana Galego-Portuguesa, TMILG)

indefinidos negativos passam então a ser [0 aff] [+ neg] [0 mod]. Esta mudança determina que os indefinidos negativos passem a ocorrer apenas em contextos negativos.

[627] Em Pinto (2015) classifiquei *homem* como item bipolar devido à existência de um número residual de exemplos em frases afirmativas assertivas. Uma análise mais detalhada dos dados permitiu agora verificar que nesses exemplos estamos perante o uso de *homem* como estratégia de indeterminação do sujeito e não como minimizador, pelo que *homem* deverá ser considerado um IPN fraco nos dados do século XIII em diante. Isto não exclui a ideia de que *homem* tenha começado por ser um item bipolar que se tornou um IPN fraco.

(9) «Certas», disse Persival, «nunca vi a homem tal coita levar em sonhos». (DSG, cap. CCII)

(10) E por esto deve *homem* ensinar vossa vinda a de Jesu Christo, quanto em semelhança, ca nom por alteza. (DSG, cap. LX)

(11) Pois, certa cousa he que nõ auer *homẽ* a bemauẽturãça dos bẽẽs do mũdo e seer malauẽturado per dizer e juizo dos homẽs mũdanaes, esto he sinal que aadur ou nũca falece de sse desuiar e partyr o homẽ daquella terra treeuosa e cuberta de scuridade e de morte perdurauel (OE, L4, cap.15, fl 63r)

Embora as frases de (8) a (11) não sejam ambíguas quanto ao item em causa, frases como a de (12) possibilitam duas interpretações: uma de *homem* como minimizador e outra como sujeito indeterminado. Retomaremos esta problemática mais adiante.

(12) Ja desto nom veerá homem vir aventura [...] (DSG, cap. CLXI)

Não obstante o facto de podermos encontrar os dois itens *homem* em frases negativas, existem contextos em que apenas o minimizador pode ser admitido. As chamadas construções excetivas,[628] introduzidas por *fora* ou *senão*, exemplificam contextos em que o item *homem* é, inequivocamente, um item de polaridade, não sendo possível interpretá-lo como uma estratégia de indeterminação do sujeito. Estas construções excetivas exigem a presença da negação no primeiro termo da construção e um IPN no antecedente da excetiva, podendo este estar realizado ou ser fonologicamente nulo. O IPN presente no antecedente introduz uma generalização, sendo o elemento introduzido pela partícula excetiva a exceção a essa mesma generalização.

[628] Adotamos aqui o termo «construção excetiva», seguindo O'Neill (2011) e Pérez-Jiménez e Moreno-Quibén (2012) uma vez que esta designação dá conta do facto de estas construções introduzirem exceções a uma generalização (independentemente de estarmos perante estruturas de coordenação ou subordinação). Em Matos (2003) e Colaço (2005) estas construções são referidas como instâncias de coordenação.

Observemos o exemplo em (13), que contém a expressão excetiva introduzida por *fora* e em que o item *homem* surge no escopo de uma frase negativa:

(13) [...] e pidiu-lhi sas armas e nom quis que *homem* soubesse o que el cuidara fora dois cavaleiros que eram seus primos cuirmãos. (DSG, cap. DXXXI)

Embora *homem* desempenhe a função de sujeito, não é possível interpretá-lo como um sujeito indeterminado, na medida em que a construção excetiva introduzida por *fora* obriga a uma leitura em que *homem* é parafraseável por «ninguém» (*homem*=zero pessoas). Esta leitura está apenas disponível quando *homem* é um IPN. O mesmo se verifica no exemplo em (14) em que a expressão excetiva é introduzia por *senão*.

(14) E desta lança de que tu es ferido nom sera *homem* tocado senam uu soo e este sera rei e decerá de tua linhagem. (JAR, cap. LVI, fl. 79r)

Tanto em (13) como em (14) o item *homem* é um IPN (fraco) legitimado pela negação e com um efeito generalizador, uma vez que traduz quantidade zero. O elemento de exceção que escapa à generalização veiculada por *homem* tem sempre implícita uma leitura de quantidade igual ou superior a um (no caso de (13) «dois cavaleiros» e no caso de (14) «uu»).

Como verificámos, a polaridade permite, em determinados casos, distinguir inequivocamente os dois itens, na medida em que certas construções exigem a presença do minimizador (construções excetivas) ou excluem-no (frases afirmativas assertivas).

3.2 Indeterminação vs. indefinição

Os conceitos de indeterminação e indefinição têm sido utilizados como sinónimos na literatura, uma vez que partilham algumas propriedades, nem sempre sendo óbvia a sua distinção. Se repararmos, um mesmo item como *homem*, no seu uso enquanto pronome genérico, surge classificado como «indicador da indeterminação do sujeito» (em Mattos e Silva 1989) mas também como indefinido (em Veiga 1959), o que demonstra alguma indistinção entre os dois termos.

Segundo com Milanez (1982), a indeterminação e a indefinição podem ser separadas de acordo com uma série de propriedades, de entre as quais destacamos a possibilidade de generalização. A autora refere que a generalização se apresenta como uma condição essencial quando falamos de indeterminação, mas surge apenas como uma possibilidade quando lidamos com indefinição. Verificámos que tanto o pronome genérico como o minimizador podiam apresentar uma interpretação generalizadora, baseada sobretudo na baixa referencialidade associada aos dois itens. Esta ideia está intimamente relacionada com a possibilidade de quantificação, como explica a autora:

> *a indefinição distingue-se da indeterminação pela natureza limitada dessa generalização. Ou seja, os recursos de indefinição sempre pressupõem um conjunto* «*fechado*» *de elementos que pode ser expresso ou na sua totalidade (através das ocorrências de* todos*,* tudo*) ou no seu esvaziamento (através de* nenhum*,* nada*) ou parcialmente (através dos indefinidos* alguns*,* uns*, etc.).* (Milanez 1982: 39)

Neste sentido, apenas a indefinição pode expressar quantificação em relação a um conjunto, ao passo que com a indeterminação tal não se afigura possível. Tendo em consideração as particularidades da indeterminação e da indefinição, podemos considerar que o item *homem* pertence ao campo da indeterminação quando é um pronome genérico usado para expressar um sujeito indeterminado, mas nos contextos em que surge como minimizador pertence ao campo da indefinição. Esta distinção parece ser corroborada pelas construções excetivas analisadas na secção 3.1, em que apenas o minimizador poderia ocorrer no antecedente da excetiva precisamente por expressar indefinição (que introduzia, neste caso, uma generalização) e, como tal, permitir quantificação (neste caso, quantificação zero, o tal esvaziamento do conjunto que Milanez refere).

Por outro lado, a distinção entre indeterminação e indefinição implica uma diferença na interpretação do sujeito. Enquanto a indeterminação gera uma leitura arbitrária do sujeito que pode incluir o próprio enunciador, tal não ocorre com a indefinição. O valor generalizador do pronome genérico *homem* implica que tanto o falante como o ouvinte podem fazer parte do conjunto de entidades sobre as quais se predica. Segundo Siewierska (2011: 62) «the subject of a MAN-IMP in its generic usage is claimed to always at least potentially include the speaker and the addressee».

Num enunciado como (15), o referente do pronome genérico *homem* poder ser interpretado como incluindo o enunciador, mas também o interlocutor, ou seja, pode

incluir a primeira e a segunda pessoas do singular. O mesmo não ocorre com um enunciado como o de (16), em que *homem* expressa um sujeito de terceira pessoa do singular e não parece ser viável a sua interpretação como sujeito de primeira ou de segunda pessoa do singular.

(15) E deue *homẽ* cõtinuar e leer ameude, cõ perseuerãça e por amor da uerdadeyra sabedorya.(OE, L3, cap.8, fl 23r)

(16) Semelhava-lhe que chegava a ũu rio, o mais feo e o mais espantoso que nunca vira e que nom poderia *homem* entrar em elle que nom fosse morto. (DSG, cap. CC)

3.3 Grau de referencialidade

Habitualmente, a referencialidade apresenta-se como um aspeto que permite distinguir um pronome genérico ou impessoal de outros usos.

Podemos considerar que o minimizador apresenta aquilo a que Giannakidou (2011) descreve como «referential deficiency» – «a difficulty in the NPI to refer to an object in the usual ways existential quantifiers do» – e que é uma das propriedades (a par da escalaridade) dos itens de polaridade. Não obstante a referencialidade deficitária, um item de polaridade pode fixar referência, ainda que vaga. Nesse sentido, o minimizador *homem* não pode referir um elemento definido, mas pode ser retomado anaforicamente.

Por outro lado, Gast e van der Auwera (2013) analisam pronomes genéricos derivados de nomes comuns que significam *man*, referindo-se a eles como *human impersonal pronouns*. De acordo com os autores, estes pronomes impessoais não podem introduzir referência, não podendo, portanto, ser recuperados anaforicamente. Assim sendo, os pronomes impessoais podem ser considerados argumentos capazes de expressar predicação mas sem estabelecer referência. Esta mesma perspetiva é adotada em Milanez (1982) que refere que a indeterminação não permite fixar um referente para o sujeito. Sendo *homem* um pronome impessoal (na acepção de Gast e van der Auwera 2013) que pertence ao domínio da indeterminação, não é esperado que possa estabelecer referência nem ser recuperado anaforicamente. Também Cabredo-

Hofherr (2010) defende que estes pronomes não podem ser recuperados anaforicamente por um pronome de terceira pessoa do singular, pelo que a retoma anafórica envolve necessariamente a repetição do pronome impessoal.

Os dados recolhidos relativos a *homem* enquanto pronome genérico mostram que, tal como Cabredo-Hofherr (2010) defende, este elemento nunca é recuperado anaforicamente por um pronome de terceira pessoa do singular, mas pode, em alternativa, ser repetido, como se ilustra em (17):

(17) Assy he que mais deve *homeẽ* gradecer as desonrras que assanhar-se por ellas, ca por ellas há *homeẽ* confiança escapar da muy graue pena do juiz. (OE, L4, cap. 42, fl.109r)

No entanto, também é possível encontrar exemplos em que não existe repetição do pronome genérico *homem*, sendo este recuperado anaforicamente por um sujeito nulo, como em (18).

(18) Per sanha he desemparada justiça e perde *homẽ* a graça e o amor da boa companha, ca se nõ sabe temperar per boa razõ. (Virgeu, cap. III, fl. 12r)

Os dados recolhidos mostram, contudo, que as diferenças entre o minimizador e o pronome genérico não são substanciais em relação a questões de referencialidade, uma vez que encontramos exemplos idênticos a (18) para o minimizador, como se vê em (19):

(19) Ora aveo o que vos eu disse oge manhãa, e ja mais *homem* desta besta nom veerá mais que se a nunca visse. (DSG, cap. DXC)

Além disso, ocorrências como antecedentes de pronomes reflexivos e de determinantes possessivos são encontradas, ainda que com baixa frequência, tanto para o pronome genérico (20 e 21) como para o minimizador (22 e 23).

(20) Muito he de guardar o verdadeyro amigo, ca poucas vezes pode seer achado, e o bõo amigo assi o deve *homẽ* de amar como sy meesmo. (Virgeu, V, cap. 19, fl. 58r)

(21) E poreẽ deue homeẽ tirar seu ouuir de taaes cantares. (OE, IV, cap. 20, fl.71v)

(22) Assaz é meu amigo trobador | ca nunca ss ' ome defendeu melhor, | quando sse torna en trobar. (TMILG, Lírica Profana Galego-Portuguesa)

(23) […]nem ja mais *homem* nom avia sabor de matar se por defendimento de seu corpo nom fosse. (DSG, cap. DXXXIX)

Os dados apresentados acima parecem contrariar as expetativas relativas à capacidade de os pronomes genéricos poderem ser recuperados anaforicamente. No entanto, Cabredo-Hofherr (2010) chama a atenção para o facto de os pronomes impessoais de algumas línguas, como é o caso do francês e do alemão, serem incompatíveis com a retoma de um possessivo apenas quando surgem com leitura existencial (quando têm leitura genérica são compatíveis). O mesmo é defendido por Creissels (2009), ao demonstrar que o francês *on*, no seu uso genérico (*gnomic* na terminologia usada pelo autor) poder ser o antecedente do pronome reflexivo *soi*.

Os dados apresentados neste ponto mostram que ambos os itens poderiam ser recuperados anaforicamente no tipo de estruturas apresentadas, não sendo visíveis diferenças significativas. No entanto, de acordo com Creissels (2009) e Cabredo-Hofherr (2010) essa possibilidade só está disponível para pronomes impessoais no seu uso genérico. É, pois, necessária uma análise mais fina dos dados para determinar se todos os exemplos em que há ligação entre *homem* e um pronome reflexivo ou possessivo constituem casos de contextos genéricos.

3.4 Função sintática

Um dos pontos em que há maiores diferenças entre o pronome e o minimizador é a função sintática que um e outro podem desempenhar. As estratégias de indeterminação estão maioritariamente associadas à posição de sujeito (cf. Gast e van der Auwera

2013), ao passo que os itens que expressam indefinição podem ocorrer tanto como sujeito como preencher outras funções sintáticas.

Nos dados recolhidos, o pronome genérico *homem* ocupa apenas a posição de sujeito. Já no que diz respeito ao minimizador, este ocorre com frequência como sujeito (24), mas é igualmente frequente na posição de objeto direito, sobretudo em construções existenciais com o verbo *haver*, como se ilustra em (25).

(24) Semelhava-lhe que chegava a ũu rio, o mais feo e o mais espantoso que nunca vira e que nom poderia *homem* entrar em elle que nom fosse morto. (DSG, cap. CC)

(25) E começou a dar chamas tam grandes de todas partes que nom ha *homem* que o visse que o nom tevesse por ũa das maiores maravilhas do mundo. (DSG, cap. DLXXXIX)

Outras funções sintáticas são igualmente desempenhadas pelo minimizador, embora com menor frequência. Os exemplos (26) e (27) mostram contextos de ocorrência do minimizador *homem* como objeto indireto e modificador do verbo, respetivamente.

(26) – Dom Rodrigo, a vos fez Deus a mayor mercee que nuca fez a *homen* que nos possamos saber. (CGE, I, CLXXXIX)

(27) Mas nunca, por *homem* que mandassem, poderam saber nada, e pesou-lhes muyto. (JAR, cap. LXXXVII, fl. 199r)

De acordo com Ramat e Sansò (2007), elementos mais pronominalizados são menos prováveis de ocorrer como argumentos internos, dado não manterem conteúdo informativo suficiente. São considerados «discursively inert elements».

3.5 Modificação

De acordo com Gast e van der Auwera (2013), pronomes que expressam indeterminação do sujeito (*human impersonal pronouns*) não podem receber modificação, ao contrário do que se verifica, por exemplo, para os pronomes indefinidos. Nesse sentido, enquanto estratégia de indeterminação do sujeito, é esperado que o pronome genérico *homem* não admita modificação. No *corpus* analisado não foram encontradas ocorrências do pronome genérico com modificação.

Enquanto minimizador, a possibilidade de receber modificação está associada a um menor grau de gramaticalização do item em causa, de acordo com Garzonio e Poletto (2008, 2009). No caso concreto de *homem*, o número de ocorrências com modificação é baixo e está maioritariamente associado a dois contextos específicos: construções existenciais e construções de grau. Nas construções existenciais com o verbo *haver* encontramos sempre modificação oracional do NP que contém o minimizador *homem*, mais concretamente uma oração relativa com o verbo no modo conjuntivo, como em (28). Em alguns casos, essa modificação pode compreender uma sequência de duas orações relativas com conjuntivo, como em (29):

(28) Ao quarto dia veerom novas que Lançarot, sen falha, aportara na Grã Bretanha com tam gram cavalaria e tam bõa que nom a *omem* no mundo que o ousasse atender en campo. (DSG, cap. DCXCVIII)

(29) E dona Sancha fez entõ tam grande doo que nom avya *homen* que a visse que nom ouvesse desto grande pesar, ca ella mais parecia seer morta que vyva. (CGE, II, cap. CDXX)

O segundo contexto em que ocorre modificação é o das construções de grau. Nestes casos a modificação é de natureza adjetival e surge associada a orações consecutivas. O minimizador é modificado por um sintagma adjetival composto por um advérbio de intensidade (*tam*), do qual está dependente a oração consecutiva, e por um adjetivo graduável.

(30) «Senhores, vos vos trabalhades em vão, ca nom ha *homem* tam atrevido na vila que vos ouse albergar. (DSG, cap. CCCCXXVI)

Ambos os tipos de modificação estão associados a estratégias de intensificação do valor negativo do minimizador, quando no escopo da negação.

3.6 Coordenação com outros minimizadores

Finalmente, uma última diferença entre o pronome e o minimizador é o facto de apenas com o segundo ser possível a coordenação com outro minimizador com traço [-animado] (ou eventualmente com um nome genérico do tipo *cousa*) como se ilustra em (31).

(31) «Eu som Tristam, vosso conpanheiro da Mesa Redonda, que me pesa aa maravilha porque vos meti mão; e sabede que, se vos conhocesse, nom ha no mundo *homem* nem cousa por que vos eu metesse mão». (DSG, cap. CIV)

A coordenação entre *homem* e *cousa* reforça a negação exibida em (31), na medida em que se exclui não só a existência de entidades com o traço [+humano] mas também com o traço [-animado].

4. Casos ambíguos

As propriedades apresentadas permitem-nos diferenciar o pronome do minimizador numa série de diferentes contextos. No entanto, sempre que estamos perante frases negativas ou modais que exibem um sujeito com a forma *homem* sem modificação associada ou sem a presença de expressões excetivas, a distinção entre ambas as formas torna-se problemática. Para um contexto como o que é apresentado em (32) é possível admitir as interpretações exemplificadas em a) e b).

(32) E nom era maravilha, ca em aquel tempo *nom podia homem achar* em todo o regno de Logres donzel tam fremoso nem tam bem feito. (DSG, cap. VI)
a) não se podia achar/ não era possível achar
b) ninguém podia achar

Recuperando aqui as noções de indeterminação e indefinição introduzidas na secção 3.4., podemos considerar que a interpretação de a) seria a de um sujeito indeterminado e a interpretação de b) a de um sujeito indefinido. A propósito das várias estratégias de indeterminação do sujeito, Milanez (1982: 26) refere que estas «possibilitam uma interpretação de inclusão dos interlocutores na acção verbal». Assim sendo, uma interpretação como a de a) estaria preferencialmente associada à possibilidade de o sujeito da enunciação poder integrar o leque de possíveis sujeitos da frase. Esta ideia é igualmente avançada por Gast e van der Auwera:

> *As Moltmann (2010) has argued, impersonal pronouns (of a specific type) are used for `detached self-reference' – with `referential shift' in terms of Malamud (2012). This means, roughly speaking, that a 'center of consciousness' (e.g. the speaker or hearer) identifies, or is identified, with the set of referents under discussion in a process of 'generic simulation'.* Gast e van der Auwera (2013: 25)

Essa possibilidade não se encontra, à partida, disponível quando temos a interpretação de *homem* como um sujeito indefinido, expresso pelo minimizador.

Embora não possa ser um critério inequívoco de distinção entre os dois itens *homem*, parece-nos expectável que num texto religioso que versa sobre códigos de conduta moral (por exemplo no texto *Virgeu de Consolaçon*) *homem* surja com maior frequência como sujeito indeterminado, incluindo-se o próprio narrador no leque dos possíveis sujeitos (um sujeito de primeira pessoa do singular), dado que, como entidade pertencente ao conjunto dos *homens*, estaria abrangido pelas máximas de comportamento universais. O mesmo não se espera de um texto narrativo como a *Demanda do Santo Graal*, dada a natureza da história relatada. O narrador é, na grande maioria dos momentos, independente dos intervenientes da história. Comparem-se os exemplos em (33) e (34):

(33) Mais deve *home* de temer as palavras doces e cusculheyras cõ louvaminha que as asperas e de reprehendimento. (Virgeu, cap. II, 468)

(34) E sabede que a sepultura de Lamorac era tam rica e tam fremosa, que adur poderia *homem* achar milhor no mundo. (DSG, cap. CXXXIII)

Ambas as frases apresentam *homem* num contexto modal legitimado por verbos modais. Em (33) apresenta-se uma máxima de comportamento que deverá ser seguida por um sujeito indeterminado que pode incluir o próprio narrador, ou seja, ter uma interpretação que incluiria a primeira pessoa do singular. Já em (34) a interpretação preferencial não é a que permite incluir *homem* como sujeito de primeira pessoa do singular.

Um outro tópico que poderá ajudar a distinguir casos ambíguos está relacionado com a natureza genérica ou episódica dos contextos. De acordo com Miguel (2006) e Gast e van der Auwera (2013), os sujeitos indeterminados tendem a ter uma leitura genérica, por oposição aos chamados quantificadores existenciais, que privilegiam contextos episódicos. São habitualmente considerados contextos genéricos aqueles que expressam máximas universais, generalizações ou predicações sobre um tipo/espécie (*reference to a kind*), não havendo aqui âncoras espacio-temporais do tipo das que podemos encontrar nos contextos episódicos. Os tempos verbais privilegiados são o Presente e o Pretérito Imperfeito por serem aspetualmente imperfetivos. Por seu turno, os contextos episódicos denotam «propriedades transitórias dos indivíduos» (Oliveira 2013: 515), estando ancorados em determinadas referências espacio-temporais e privilegiando construções aspetualmente perfetivas, como o Pretérito Perfeito.

A Tabela 3 ilustra o tempo verbal encontrado nas orações em que *homem* ocorre como pronome genérico, minimizador ou nos casos considerados ambíguos.

Tabela 3

	Pronome genérico	**Minimizador**	**Ambíguo**
Perfeito	0	66	37
Condicional	4	19	28
Imperfeito	1	44	27
Presente	26	86	53
Infinitivo	4	5	9

A maioria dos casos em que *homem* foi classificado como pronome genérico apresenta uma forma verbal no Presente. Em contrapartida, nos casos em que

considerámos *homem* um minimizador, os tempos verbais mais frequentes foram o Presente, o Pretérito Perfeito e o Pretérito Imperfeito. Note-se, no entanto, que dos 87 casos de uso do Presente, 62 correspondem a construções existenciais com o verbo *haver*, tendo, por isso, uma leitura episódica e não genérica. Por outro lado, muitos dos contextos que exibem uma forma verbal imperfetiva têm uma leitura episódica associada devido à presença de elementos de natureza diversa, que podem corresponder a determinados tipos de verbo (por exemplo, um verbo com leitura existencial como *haver*) ou a expressões adverbiais de tempo/espaço que permitem fixar referências espacio-temporais, como verificamos em (35).

(35) Con ajuda de Deus, deu sempre boa cima ao que começou, ca, tam grandes feitos como elle, non sabem oge *homen* no mundo que os tam grãdes começasse como elle. (CGE, I, cap. CCXXX)

É ainda de assinalar o facto de os tempos Presente e Imperfeito surgirem frequentemente no modo conjuntivo, o que pode ter implicações na leitura associada.

Um revisor anónimo chamou a atenção para o facto de o Perfeito só se verificar com o minimizador e nunca com o pronome genérico, o que favorece a interpretação dos casos ambíguos com Perfeito como minimizadores. Uma análise mais detalhada destes casos mostrou que, dos 37 exemplos ambíguos, 25 correspondiam a um mesmo tipo de estrutura: orações consecutivas com *nunca*, como (36). Dada a associação com a expressão de grau, estes contextos claramente privilegiam a leitura de *homem* como minimizador.

(36) […]quando chegarom ali , foi a morte tão grande que nunca *homem* vio maior . (JAR, cap. XLVIII. fl. 52r)

A desambiguação entre o pronome genérico e o minimizador é uma tarefa que carece de maior estudo, pelo que aqui pretendemos apenas lançar algumas pistas que possam ser seguidas em trabalhos futuros. A dificuldade de distinção entre ambas as formas parece-nos natural se considerarmos a sua origem comum e a coexistência de ambas as formas na língua em estádios diferentes de evolução, de acordo com o

percurso sugerido por Ramat and Sansò (2007): *species-generic > human non-referential indefinite > human referential indefinite > human referential definite*[629].

5. Homem no contexto das man-constructions

O fenómeno conhecido como *man-constructions* reflete um uso generalizado de itens provenientes das palavras usadas para designar *homem* como estratégias de indeterminação/indefinição (cf. D' Alessandro e Alexiadou 2003, Ramat e Sansò 2007, Gast e van der Auwera 2013, entre outros). Na base das formas encontradas para as línguas românicas está a forma latina *homo*, de que derivam, por exemplo, *uomo* do Italiano Antigo, *on* do Francês, *omo* do Sardo, *omine* do Espanhol Antigo ou *hom* do Catalão. O fenómeno não é, contudo, circunscrito às línguas românicas, dado atestarem-se as formas *man* no Inglês Antigo e *man* no Alemão Antigo e Contemporâneo, entre outras que aqui não exemplificamos.

As formas indeterminadas/indefinidas do Italiano, do Espanhol e do Inglês desaparecem das respetivas línguas sensivelmente no mesmo período – entre os séculos XV e XVI –, à semelhança do que verificamos para o Português. Já as formas do Francês, Sardo, *Abruzeese* e Catalão sobrevivem até hoje, embora com evoluções distintas. Uma das razões apontadas para o desaparecimento destas formas é a competição com outras estratégias de indeterminação do sujeito. No caso do Inglês, são várias as motivações apontadas para o desaparecimento de *man*. Entre elas encontramos o surgimento do pronome indefinido *one*, mas também a perda da ordem V2 (cf. Los 2002), o uso da voz passiva com auxiliar *be* (cf. Yoon 2006), entre outras causas. Para o Espanhol, Brown (1931) dá como motivação para o desaparecimento de *omne* a existência de outras estratégias de indeterminação do sujeito, ao passo que Pozas-Loyo (2004) refere a substituição de *omne* por *uno* como principal motivação para o seu desaparecimento. No caso do Português, a estratégia de indeterminação do sujeito com recurso ao pronome *se* é apontada por Mattos e Silva (1989), Faggion (2008) e Menon (2011) como a principal razão para o desaparecimento de *homem*, embora outras causas possam ser avançadas.

[629] Os autores não incluem no percurso o ponto de partida inicial de *homem* como nome comum e consideram como *human referential definite* o uso de uma forma-*man* como pronome referencial de primeira pessoa do singular ou do plural.

É interessante verificar que, em línguas como o Francês ou o Sardo, a forma para o nome comum *homem* se tornou distinta da forma indeterminada/indefinida (em regra, uma forma mais reduzida), como se ilustra na Tabela 4 abaixo. Este poderá ter sido um fator propício à manutenção de ambas as formas na língua, uma vez que a ambiguidade entre a forma do nome comum e a forma pronominal teria sido eliminada. Não nos deteremos sobre este tópico aqui, já que esta questão ultrapassa o âmbito deste artigo.

Tabela 4[630]

Língua	**Forma nome comum**	**Forma pronominal**
Português	*homem*	*homem*
Italiano	*uomo*	*omo/om*
Francês	*homme*	*on*
Sardo	*omine*	*omo*
Catalão	*home*	*hom*
Espanhol	*omne/hombre*	*omne/hombre*
Abruzzese (língua napolitana dos Abruzos)	*ommene*	*nome*

A comparação dos dados relativos às *man-constructions* das diferentes línguas românicas aponta para um comportamento semelhante dos itens, embora a sua classificação varie entre pronome indefinido, impessoal ou genérico. De acordo com D'Alessandro e Alexiadou (2003), alguns destes pronomes mantiveram a leitura de sujeito genérico enquanto outros continuaram o processo de gramaticalização no sentido de se tornarem pronomes referenciais. As autoras dão como exemplos o caso do *on* francês que está em processo de reanálise como pronome pessoal de primeira pessoa do plural, ou o caso de *nome* em *Abruzzese*, que caminha no sentido de se tornar um afixo de terceira pessoa do plural.

É, contudo, curioso que não se encontre na literatura nenhuma referência à existência de formas ambíguas com comportamento próximo do do minimizador *homem*. Não nos parece plausível que a existência de uma terceira construção,

[630] Dados extraídos de D'Alessandro e Alexiadou (2003)

independente do nome comum e do pronome genérico, envolvendo a forma *homem* como item de polaridade, tenha sido um fenómeno exclusivo do PA. A análise de alguns dados do Latim poderá lançar pistas que ajudem à compreensão desta questão.

5.1 Do latim às man-constructions

A forma *homo* do latim vulgar é considerada a base das formas encontradas nas *man-constructions* das línguas românicas[631]. No entanto, não é consensual que *homo* fosse já empregue no latim vulgar como um pronome indefinido ou equivalente ao *on* francês[632].

Sabe-se que o latim clássico dispunha de um pronome negativo *nemo* (*ninguém*) formado a partir da fusão da partícula negativa *ne* com o nome comum *homo* ou *hemo*[633] (significando, à letra, *nem um ser humano*). Posteriormente, o latim vulgar, conforme atestado em Plauto, passa a fazer uso da sequência *nemo homo*, no sentido de *ninguém*, *nenhum homem*, empregando o nome *homo* como provável reforço de *nemo*, como se ilustra em (37).

(37) tune id dicere audes, quod nemo umquam homo antehac /
tu isso dizer ousas, o.que ninguém alguma.vez homem até.agora
uidit nec potest fieri, tempore uno / homo idem duobus locis ut
viu nem pode acontecer tempo um / homem mesmo dois lugares e
simul sit?
simultâneamente é ?[634] (Plaut. Amph. 566–568, apud Fruyt, 2011: 713)

[631] De acordo com Ramat e Sansò (2007) as *man-constructions* têm origem nas línguas semíticas. O grego ἄνρωπος teria surgido por decalque sintático das línguas semíticas e teria posteriormente motivado a mudança de *homo* no latim.
[632] Brown (1931) considera que o *homo* latino tinha já um comportamento de pronome indefinido. Contrariamente, Maurer (1959: 118) considera que não existe evidência suficiente que permita afirmar que a forma *homo* iniciou o seu uso como pronome indefinido no latim vulgar. Ernout e Thomas (1964: 145), por seu turno, defendem que, embora não haja exemplos claros de *homo* com o sentido de *on* nos textos latinos, esse uso era já anunciado pela construção com *nemo homo*. Meillet (1921: 277) situa o fenómeno no romance.
[633] Sobre o debate em torno de qual das formas, *homo* ou *hemo*, está na origem de *nemo* ver Meillet (1982), Fruyt (2011), entre outros.
[634] A glosa é da minha inteira responsabilidade.

> «Tu tens o descaramento de afirmar aquilo que ninguém até agora jamais viu ou pôde acontecer : que a mesma pessoa pudesse estar em dois lugares ao mesmo tempo, no mesmo instante ? » (Plauto, trad. de Carlos Alberto Fonseca)

De acordo com Steel (1920) e Fruyt (2011), a consciência da origem de *nemo* como o resultado da fusão entre *ne* e *homo* ter-se-ia já perdido, permitindo um novo reforço com recurso a uma estrutura equivalente:

> *Since the consciousness of the diachronic link between* nēmō *and* homō *had been lost, the same morpho-semantic structure was rebuilt a second time (a cyclic renewal) when* homō *was added to* nēmō*. On that occasion,* nēmō *itself was grammaticalized, since it was used as a negative modifier of* homō *(cf.* nūllus homō *'no man').* (Fruyt 2011: 713)

Autores como Meillet (1921) defendem que *homo* adquire assim um valor indefinido em frases negativas, condicionais ou interrogativas, embora numa fase posterior ao latim vulgar. O que nos parece interessante no processo de gramaticalização de *homo* é a sua ligação a estruturas negativas, surgindo associado a um pronome indefinido negativo como estratégia de reforço da negação. Considerando o seu emprego com valor indefinido em frases negativas, condicionais e interrogativas, é de questionar se *homo* não teria herdado o traço negativo de *nemo*, cuja presença acaba por se tornar desnecessária, seguindo a lógica do Ciclo de Jespersen (cf. Jespersen 1917). Uma evolução nesse sentido é sugerida por Kärde (1934), que defende que a associação constante de uma palavra à negação determina frequentemente que essa palavra adquira um valor negativo[635]. Pozas-Loyo (2004: 12) partilha do mesmo ponto de vista[636]. *Homo* teria então passado a ocorrer sozinho em contextos polares específicos, como um item de polaridade negativa fraco. Isto explicaria a elevada frequência de *homem* como minimizador nos textos medievais portugueses através da conservação de uma estrutura herdada do latim tardio. No entanto, não encontramos na literatura referência à existência de minimizadores com

[635] «Les mots qui sont constamment associés à la négation ont tendance à prendre une valeur presque exclusivement négative, par exemple *personne*, *pas*, qui parfois peuvent même se passer de la négation. *Homo* aurait probablement subi de même sort, si l'indétermination s'était produite exclusivement dans les propositions négatives. » (Kärde 1934: 11)

[636] «Aunque en principio *homo* sólo reforzaba el sentido de *nemo*, poco a poco su uso fue extendéndiose hasta que hizo común no sólo en frases negativas, sinon también en oraciones con sentido positivo en las que incluso se prescindía del indefinido *nemo*. » (Pozas-Loyo 2004: 12)

a forma *homem* nas restantes línguas românicas, embora tenhamos dados referentes a *homem* como pronome genérico[637]. É então necessário tentar responder à seguinte questão: terá o PA sido a única língua em que o uso do latim vulgar ilustrado em (39) deu lugar a *homem* como IPN fraco, passando entretanto a coexistir com um uso de *homem* como pronome genérico? A tentativa de resposta a esta pergunta passa, inevitavelmente, pela comparação de dados com outra(s) língua(s) românicas. Na secção seguinte apresentaremos alguns dados do Espanhol que poderão ajudar a clarificar este ponto.

5.2 Comparando dados do Português Antigo e do Espanhol Antigo

Como se referiu na secção anterior, não se encontram para outras línguas românicas referências à existência de formas *homem* derivadas do *homo* latino que apresentem comportamento de item de polaridade. Mas será mesmo assim? Os dados apresentados por Kärde (1943) e por Pozas-Loyo (2004, 2010a, 2010b) para o EA parecem apontar numa direção diferente.

Ao tratar de estratégias de indeterminação do sujeito em espanhol, Kärde (1943) ocupa-se do pronome *omne* e dá conta dos seus contextos de uso no espanhol medieval. O autor refere a elevada frequência de *omne* em frases negativas, considerando que o item começa por servir de reforço à negação, acabando por se tornar sinónimo de *ninguno*:

> *L'emploi extrêmement fréquent de* non – omne *est une preuve évidente de ce que le sujet parlant utilise cette locution sans aucune intention particulière. Cette expression, qui, à l'origine, a sûrement été employée en vue de renforcer l'idée de 'ninguno', est donc devenue, par suite de son caractère de terme très usuel, un simple outil grammatical, un synonyme de* ninguno *(*nadie*).*(Kärde, 1943: 11)

Kärde (1943) dá igualmente conta da possibilidade de *homo* ocorrer com um sentido a que chama positivo, com o valor de *alguno* em frases interrogativas, condicionais e comparativas:

[637] Na análise feita por Ramat e Sansó (2007) das *man-constructions* nas línguas românicas, os autores fazem equivaler um dos usos não-referenciais dos itens *man* a duas formas diferentes – *anyone* e *one* – , associando-o a contextos não-assertivos (contextos irrealis, negativos ou deônticos), mas igualmente a máximas, generalizações, provérbios, entre outros. Relativamente ao Inglês *man*, Yoon (2006) apenas refere que, em alguns contextos, poderia ser interpretado como *anyon*e: «It sometimes takes the emphatic and generic meaning of 'anyone', whatever individual is chosen. »

> *L'idée qu'exprime* alguno *(alguien), le pendant positif de* ninguno *(nadie), peut se rendre en ancien espagnol par* omne*, C'est avant tout dans les propositions interrogatives, conditionelles et comparatives que* omne *est susceptible de prendre cette valeur.* (Kärde 1943: 12)

Estes contextos de ocorrência de *omne* descritos por Kärde (1943) parecem coincidir com uma parte dos contextos em que *homem* ocorre como minimizador. Em (38), (39) e (40) comparamos ocorrências do minimizador *homem* do PA com os exemplos apresentados por Kärde para o *omne* EA, em frases negativas (38), condicionais (39) e comparativas (40)[638].

(38) a. Em outro dia pella manhãa, tomarõ o que quiserom e tornaronsse a suas naves con tãtas riquezas que nom avia *homen* que lhe podesse dar conto. (CGE, I, cap. CCLVI)

b. E cato aca e aca, e vido que non auia *omne*, e mato el egipçiano, e sotorrolo en el arena. (Biblia rom. Exod. 212, apud Kärde (1943: 12))

(39) a. Joan Fernández, o mour', outrossi | nos mal talhados o vejo contado; | e pero mal talhados somos nós, | s'*omen* visse Pero da Ponte en cós, | semelhar-lh'-ia moi peor talhado. (TMILG, Lírica Profana Galego-Portuguesa)

b. mas es en una ves todo a olujdar Sy *ome* qujsier presçio que aya a prestar. (Alexandre 240c ms P, apud Kärde (1943: 12)

(40) a. E ele esteve e saluou-os mui triste mente asi como *homem* que a pesar. (DSG, cap. DLI)

b. Alimpiava su cara Guirald el degollado, Estido un ratiello como qui descordado, Como *omne* que duerme e despierta irado. (Milagros 210, apud Kärde (1943: 17)

[638] Consideramos que as frases condicionais e comparativas pertencem aos contextos a que chamamos modais. Kärde inclui também nos contextos positivos de *omne* as frases interrogativas.

Os exemplos apresentados mostram que, tanto no português como no espanhol, *homem* e *omne* podiam ser interpretados com o sentido de *ninguém*/*nadie* em (38) e de *alguém*/*alguien* em (39) e (40).

Kärde (1943) apresenta ainda a possibilidade de *omne* não ter função de sujeito, mas antes de objeto direto, indireto (como em 41) ou modificador, e sublinha o facto de ser frequente a existência de modificação por meio de uma oração relativa (cf. 42). Como vimos na secção 3, estes foram alguns dos contextos de ocorrência propostos para distinguir o pronome genérico do minimizador. Confrontem-se os exemplos já apresentados para o português em (21) e (23) e novamente reproduzidos nas alíneas a) em (41) e (42) como os exemplos do espanhol nas alíneas b).

(41) a. Dom Rodrigo, a vos fez Deus a mayor mercee que nuca fez a *homen* que nos possamos saber. (CGE, I, cap. CLXXXIX)

b. non retouo don Ordon Pedrez a sipse en esta uendeda ni poco ni mucho, ni ael ni a *omne* porel... (Doc ling. 265.15, *apud* Kärde 1943: 18)

(42) a. Ao quarto dia veerom novas que Lançarot, sen falha, aportara na Grã Bretanha com tam gram cavalaria e tam bõa que nom a *omem* no mundo que o ousasse atender en campo. (DSG, cap. DCXCVIII)

b. Non ha *omne* en nuestra tierra que osasse começar guerra. (Egipciaqua 1098, *apud* Kärde 1943: 17)

A proximidade dos exemplos do minimizador *homem* com os exemplos apresentados para o espanhol indica que também *omne* ocorria como um minimizador no espanhol medieval.

Pozas-Loyo (2004, 2010b) e Company e Pozas-Loyo (2009) apresentam também dados do EA relativos à forma *omne* que são de particular interesse para este estudo. Pozas-Loyo (2004) apresenta o percurso de gramaticalização do nome *omne* em EA, dando conta da existência de uma forma pronominal distinta do nome comum. A autora descreve a forma *omne* como um elemento pronominal de impessoalidade usado para expressar a ausência de uma pessoa referencial concreta. Dentro dos usos não-referenciais de *omne*, considera a existência de seis subgrupos: predicativo,

potencial, genérico, indefinido, ambíguo e pronominal. O subgrupo pronominal é aquele que aqui nos interessa observar. Considerando que o pronome *omne* recebia interpretação diferente de acordo com o contexto de ocorrência, em Company e Pozas-Loyo (2009) as autoras propõem a divisão do subgrupo pronominal em omnipessoal[639] e existencial.

Em contextos genéricos, *omne* receberia uma interpretação de pronome generalizador (e por isso, omnipessoal), como em (43), enquanto em contextos episódicos teria uma leitura existencial equivalente a *alguien* (sobretudo em frases condicionais) ou *nadie* (quando no escopo da negação), como em (44) e (45), respetivamente.

(43) Et non ha pro el dezir sinon com el fazer, nin la castidat sinon com el temor de Dios, ni em ser *omne* verdadero sinon com lealtad. (Calila, 169, *apud* Company e Pozas-Loyo 2009: 1173)

(44) Sy *omne* el su tiempo em valde quiere pas[s]ar, non quere deste mundo otrra cosa levar, sy non estar vicioso e dormir e folgar, deste tal muer su fecho quando viena fyar. (FG, 348ª, *apud* Company e Pozas-Loyo 2009: 1173)

(45) que nunca estas dos cosas se allegaron a *ome* que non lo llegasen a punto de muerte (Calila, 97, *apud* Company e Pozas-Loyo 2009: 1176)

Os exemplos em (44) e (45) parecem corresponder ao uso de *homem* como minimizador, em contextos modal e negativo, respetivamente.

No que diz respeito à função sintática desempenhada, *omne* não estava circunscrito à posição de sujeito, podendo ocorrer como núcleo de um sintagma com função de objeto direto, indireto ou modificador. As autoras referem que, na sua interpretação existencial, *omne* ocorria com maior frequência em outras posições que não a de sujeito, ao contrário de *omne* omnipessoal/genérico que surge maioritariamente

[639] Company e Pozas-Loyo (2009: 1172) adotam a designação «omnipessoal» para referir «aquellas construcionnes consideradas impersonales no por carecer de sujeto sino porque «no actualizan en su referencia a un individuo o grupo de individuos concreto sino a cualquiera de los posibles»». Tanto o falante como o ouvinte fazem parte do conjunto de entidades sobre as quais se predica.

associado à função de sujeito. Estes dados aproximam, mais uma vez, o *omne* com leitura existencial do minimizador *homem.*

Embora os dados apresentados por Company e Pozas-Loyo (2009) não possam ser totalmente comparáveis aos dados recolhidos para o português, uma vez que as autoras incluem os casos em que a forma *omne* é antecedida de determinante (*el omne*), parece-nos possível estabelecer um paralelo entre *omne* omnipessoal/genérico e o pronome genérico *homem*, bem como entre *omne* existencial e o minimizador *homem*.

Além dos dados retirados de Kärde (1943) e Company e Pozas-Loyo (2009), uma breve pesquisa em dados do EA permitiu igualmente encontrar contextos de ocorrência de *omne* muito semelhantes aos do minimizador *homem* do português, reforçando a ideia de que o item de polaridade com a forma *homem* não foi um fenómeno exclusivo do português. Comparem-se os exemplos das alíneas a) e b) em (46) e (7), que correspondem a contextos frequentes de ocorrência do minimizador *homem*, a saber, em frases negativas com construção existencial com *haver* e em construções de grau.

(46) a. -Amigos, nom ha *homen*, que algua cousa grande queria fazer, que mester nõ aja siso pera lhe dar boa fim aa sua võotade. (CGE, cap. CXCIX)

b. Amigos, non ha en este mundo *omne* que alguna cosa quiera hazer que menester non aya seso para dar cima a su voluntad. (Cronica de 1344, cap. LXXXVI)

(47) a. Eu achei a maior maravilha que nunca *omem* viu. (DSG, cap. DLXXXIV)

b. Ca él venía en un carro de oro que traían dosmulas; éstas eran las más fermosas e las mejores que nunca *ombre* vio. (Cronica de 1344, cap. LXXXIX)

De acordo com Company e Pozas-Loyo (2009), os contextos em que *omne* recebe uma leitura genérica são muito mais frequentes do que os contextos de leitura existencial. A situação inversa parece verificar-se em português, com o minimizador a ser mais frequente do que o pronome genérico, sobretudo nos dados referentes ao século XIII.

Assumindo que existiu um paralelo entre as duas construções com *homem* em PA (pronome genérico e minimizador) e as duas leituras de *omne* em EA, é curioso verificar uma frequência aparentemente inversa entre as duas línguas. Company e Pozas-Loyo (2009) consideram que, como pronome generalizador, *omne* estaria condicionado a contextos altamente moralizantes, tais como literatura doutrinal, provérbios e mandamentos. De modo semelhante, para o português os dados de *homem* como minimizador são muito mais frequentes no texto da *Demanda do Santo Graal* do que em qualquer outra fonte. Estas particularidades apontam claramente para a importância da tipologia textual na distribuição e classificação de *omne* e *homem*. É expectável que o texto narrativo e ficcional seja mais produtivo em relação ao minimizador, ao passo que o texto religioso ou de caráter doutrinal contará com mais ocorrências do pronome genérico[640]. Esta questão carece de um estudo mais detalhado que permita confirmar esta tendência, pelo que remetemos este ponto para trabalho futuro.

6. Conclusão

Neste artigo tentámos mostrar que no PA e sensivelmente até ao século XVI, o item *homem* podia surgir associado a três funções distintas: a de nome comum, a de pronome genérico e a de minimizador. No entanto, apenas o nome comum se manteve até ao português contemporâneo. A existência de um pronome genérico com a forma *homem* é um fenómeno que se encontra descrito para várias línguas românicas, no entanto não se encontram na literatura referências à existência de um item de polaridade com a forma *homem*. A comparação de dados do PA com dados do EA permitiu, no entanto, mostrar que a forma *omne* no espanhol esteve associada não apenas a um uso nominal e a um uso pronominal (como pronome genérico/indefinido), mas também a um uso semelhante ao minimizador *homem* do PA.

Ficam, contudo, por explorar as questões relacionadas com a tipologia textual e a sua influência na produtividade do pronome genérico e do minimizador, embora se preveja que, por razões inerentes aos seus conteúdos mais típicos, os textos de caráter

[640] Este facto reflete-se nos dados apresentados, com o pronome genérico a ser mais frequente no século XV, que é precisamente o período em que se concentram mais textos de cariz moral e menos textos de ficção.

religioso favoreçam o uso de *homem* como pronome genérico, enquanto os textos de ficção privilegiem o uso do minimizador.

Referências

Ali, S. 1921. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Bosque, I. 1996. «La polaridad modal». *Actas del Cuarto Congreso de Hispanistas de Asia*. Seúl: Asociación Asiática de Hispanistas.

Brown, C. 1931. «The Disappearance of the Indefinite Hombre from Spanish». *Language* 7 (4): 265–277.

Cabrero-Hofherr, P. 2010. *Binding properties of impersonal human pronouns in generic and episodic contexts*. Handout of the talk presented at the Workshop on impersonal human pronouns. Université Paris-8.

Colaço, M. 2005. *Configurações de Coordenação Aditiva: Tipologia, Concordância e Extracção.* Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa.

Company C. e J. Pozas-Loyo. 2009. Los Indefinidos Compuestos y los Pronombres Genéricos-Impersonales Omne y Uno. In Concepción Company (dir.) *Sintaxis Histórica de la Lengua Española. Segunda parte: La frase nominal*. México: FCE, UNAM. 1072–1219.

CPDM= Brocardo, Maria Teresa (1997). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* - Gomes Eanes de Zurara / Edição e Estudo. Lisboa: FCG/JNICT.

Cet-e-quinhentos= Camões (Coord.). Centro de Estudos de Teatro. Teatro de Autores Portugueses do Séc. XVI - Base de dados textual [online]. http://www.cet-e-quinhentos.com/

CGE= Pedrosa, M. (2012): *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344 (1.ª parte)*, Relatório final de estágio de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Miranda, S.. (2013): *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344 (2.ª parte)*, Relatório final de estágio de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Crónica de 1344= Vindel, I. 2015. *Crónica de 1344, edición y estudio*. Tesis doctoral. Universitat Autònoma de Barcelona.

D' Alessandro, R. e A. Alexiadou. 2003. *Nome*: a subject-clitic in a Southern Italian dialect. *Antwerp Papers in linguistics.* 107, 165–192.

DSG= Piel, J. e I. Nunes. (1988): *Demanda do Santo Graal*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ernout, A. e F. Thomas. 1964. *Syntaxe Latine*. Paris: Éditions Klincksieck.

Faggion, C. 2008. *A Indeterminação em Português: uma perspectiva diacrônico-funcional*. Tese de doutorado. UFRGS.

Fruyt, M. 2011. Grammaticalization in Latin. In Baldi, P. e P. Cuzzolin (eds.) *New Perspectives on Historical Latin Syntax: Complex Sentences, Grammaticalizaion, Typology*. Vol. 4. Berlin: Mouton de Gruyter. 661–864.

Garzonio, J. e C. Poletto. 2008. «Minimizers and quantifiers: a window on the development of negative markers». *CISCL Working Papers*. Vol. 2. University of Siena.

Garzonio, J. e C. Poletto. 2009. «Quantifiers as negative markers in Italian dialects», in Van Craenenbroeck, Jeroen (ed.), *Linguistic Variation Yearbook 2009*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 127–152.

Gast, V. e J. van der Auwera. 2013. «Towards a distributional typology of human impersonal pronouns, based on data from European languages». In D. Bakker e M. Haspelmath (eds.) *Languages Across Boundaries: Studies in Memory of Anna Siewierska*. Berlin: Mouton de Gruyter. 119–158

Giannakidou, A. 2011. «Positive polarity items and negative polarity items: variation, licensing, and compositionality». In *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*. (Second edition; ed. by C. Maienborn, K. von Heusinger, and P. Portner). Berlin: Mouton de Gruyter.

Haspelmath, M. 1997. *Indefinite pronouns*. Oxford: Oxford University Press.

Horn, L. 1989. *A Natural History of Negation*. Stanford: CSLI Publications. 2001

JAR= Castro, I. 1984. *Livro de José de Arimateia (Estudo e Edição do COD. ANTT 643)*. Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Jespersen, O. 1917. *Negation in English and Other Languages*. Copenhagen: A.F. Host.

Kärde, S. 1931. *Quelques manières d'exprimer l'idée d'un sujet indéterminé ou général en espagnol*. Thèse pour le doctorat. Faculté des Lettres D'Upsal. Uppsala.

Ledgeway, A. 2012. *From Latin to Romance. Morphosyntactic Typology and Change*. Oxford: OUP.

Los, B. 2002. The loss of the indefinite pronoun *man*: Syntactic change and information structure. In Fanego, T.; M. J. Lopéz-Couso e J. Pérez-Guerra (eds*.). English historical Syntax and Morphology. Selected papers from 11 ICEHL, Santiago de Compostela, 7–11 september 2000*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Martins, A. M. 1997. «Aspectos da Negação na História das Línguas Românicas: da natureza de palavras como nenhum, nada, ninguém». In Ivo Castro (org.), *Atas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística.Vol. 2: Linguística Histórica e História da Linguística*. Lisboa: APL. 179–210.

Martins, A. M. 2000. «Polarity Items in Romance: Underspecification and Lexical Change». In Susan Pintzuk, George Tsoulas e Anthony Warner (eds.), *Diachronic Syntax: Models and Mechanisms*. Oxford/New York: Oxford University Press. 191–219.

Matos, G. 2003. «Estruturas de coordenação». In Mateus *et al*., *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Mattos e Silva, R. V. (1989). *Estruturas tercentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Brasília: INCM.

Maurer, T. 1959. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

Menon, O. 2011. «Homem: um caso de desgramaticalização?» *Caligrama: Revista de Estudos Românicos* 16 (2): 7–32. Belo Horizonte.

Meillet, A. 1921. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Champion. 1982.

Meleiro, M. 2007. «Minimizadores nas crónicas de Fernão Lopes e Zurara». *Atas do XXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística.* Lisboa: APL. 465–481.

Miguel, A. 2006. *Sobre a referência indeterminada de sujeito e agente da passiva em português europeu*. Dissertação de mestrado. FLUL.

Milanez, W. 1982. *Recursos de indeterminação do sujeito*. Dissertação de mestrado. Universidade de Campinas.

OE= *Orto do Esposo*. Xavier, M. F. (Coord.). Digital Corpus of Medieval Portuguese (CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. http://cipm.fcsh.unl.pt, 31.07.2018.

Oliveira, F. (2013). «Tempo verbal». In Raposo, E. *et al* (Coord.) *Gramática do Português*, Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 509–553

O'Neill, T. 2011. The Syntax of *ne ... que* Exceptives in French. *NYU Working Papers in Linguistics* 3: 199–230.

Pérez-Jiménez, I. e N. Moreno-Quibén 2012. «On the syntax of exceptions. Evidence from Spanish». *Lingua* 122: 582–607.

Pinto, C. 2015. «Para a história da negação: o minimizador 'homem' no português antigo», *Estudos de Lingüística Galega 7*: 109–123.Plauto. *Anfitrião*. (trad. de Carlos Alberto Louro Fonseca). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1978

Pozas-Loyo, J. 2004. *Sintaxis y Gramaticalización del sustantivo hombre en el Español Medieval*. Tesis de licenciatura. Universidade Nacional Autónoma de Mexico.

Pozas-Loyo, J. 2010a. *The Rise and Fall of Impersonal Pronouns in Spanish*. Handout of the talk presented at the Workshop on impersonal human pronouns. Université Paris-8.

Pozas-Loyo, J. 2010b. *The Development of the Indefinite Article in Medieval and Golden-Age Spanish*. PhD Thesis. Queen Mary University of London.

Ramàt, A. e A. Sansò. 2007. «The spread and decline of indefinite man-constructions in European languages: an areal perspective», In P. Ramat e E. Roma (eds.). *Europe and Mediterranean as linguistic areas: Convergencies from a historical and typological perspective*. Amsterdam: John Benjamins. 95–131.

Rooryck, J. 1994. «On two types of underspecification: Towards a theory shared by syntax and phonology». *Probus* 6. 207–233.

Siewierska, A. 2011. Overlap and complementarity in reference impersonals:`Man'-constructions vs. third person plural-impersonals in the languages of Europe. In A. Siewierska e A. Malchukov (eds.) *Impersonal Constructions: A Cross-linguistic Perspective*. Amsterdam: John Benjamins. 57–89.

Silva Dias, A. E. 1918. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Porto: Livraria Clássica Editora.

Steel, R. B. 1920. «Some Phases of Negation in Latin». *The Classical Journal* 16 (1): 15–25.

TMILG = Varela Barreiro, Xavier (dir.) (2004-): *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. http://ilg.usc.es/tmilg, 31.07.2018.

Virgeu= Veiga, A. 1959. *Virgeu de Consolaçon* (Edição crítica de um texto arcaico inédito, introdução, gramática, notas e glossário). Universidade da Bahia.

Yoon, H. 2006. «On the Old English Indefinite Pronoun Man». *English Language and Linguistics* 21: 239–255.

46. Preposições complexas em Português: lexicalização e gramaticalização

José Pinto de Lima

Universidade de Lisboa

Neste trabalho propomo-nos avançar um pouco no conhecimento da classe das preposições complexas (PC's) do Português Europeu (PE), principalmente sob o ponto de vista da sua lexicalização e gramaticalização. Começaremos por delimitar o conceito de preposição complexa, fazendo notar que uma preposição complexa é uma cadeia de morfemas. Seguidamente observaremos, com exemplos do PE, em que consiste este processo de mudança desde uma cadeia de morfemas até a uma unidade, na direção à sua lexicalização e posteriormente à sua cada vez mais aprofundada gramaticalização.[641] É hoje geralmente aceite que o aprofundamento da gramaticalização é acompanhado por um incremento na frequência de uso das unidades que sofrem gramaticalização.[642] Contudo, esta tese ainda necessita de mais evidência, pelo que tentaremos pô-la à prova no caso das PC's. Apresentaremos um inventário (não definitivo) das PC's do PE, ordenadas por frequência, distinguiremos duas classes de PC's em termos de gramaticalização e observaremos que a correspondência entre frequência de uso e gramaticalização nem sempre se verifica. Tentaremos explicar esta discrepância através da análise de duas PC's altamente frequentes – *em relação a* e *apesar de*. A primeira, de formação recente, aparentemente contraria a tese da frequência, enquanto a segunda, mais antiga, aparentemente a confirma. Finalmente, extrairemos algumas conclusões sobre frequência e gramaticalização das preposições complexas, com vista a futuros trabalhos.

Palavras-chave: preposições complexas, lexicalização, gramaticalização.

1. Propósito deste trabalho

Neste trabalho propomo-nos avançar um pouco no conhecimento da classe das preposições complexas (PC's) do Português Europeu (PE), principalmente sob o ponto de vista da sua lexicalização e gramaticalização. Começaremos por delimitar o conceito de preposição complexa, fazendo notar que uma preposição complexa é uma cadeia de morfemas. Seguidamente observaremos, com exemplos do PE, em que

[641] Sobre a interdependência entre lexicalização e gramaticalização, ver Brinton/ Traugott (2005), especialmente no que respeita às preposições complexas (Brinton/ Traugott, 2005: 64-66).

[642] Sobre a relação direta entre o aprofundamento da gramaticalização de uma unidade e o incremento da frequência de uso dessa unidade, ver Bybee (2007; 2010).

consiste este processo de mudança desde uma cadeia de morfemas até a uma unidade, na direção à sua lexicalização e posteriormente à sua cada vez mais aprofundada gramaticalização.[643] É hoje geralmente aceite que o aprofundamento da gramaticalização é acompanhado por um incremento na frequência de uso das unidades que sofrem gramaticalização.[644] Contudo, esta tese ainda necessita de mais evidência, pelo que tentaremos pô-la à prova no caso das PC's. Apresentaremos um inventário (não definitivo) das PC's do PE, ordenadas por frequência, distinguiremos duas classes de PC's em termos de gramaticalização e observaremos que a correspondência entre frequência de uso e gramaticalização nem sempre se verifica. Tentaremos explicar esta discrepância através da análise de duas PC's altamente frequentes – *em relação a* e *apesar de*. A primeira, de formação recente, aparentemente contraria a tese da frequência, enquanto a segunda, mais antiga, aparentemente a confirma. Finalmente, extrairemos algumas conclusões sobre frequência e gramaticalização das preposições complexas, com vista a futuros trabalhos.

1. 1. O conceito de preposição complexa (PC)

Em Português há sequências de mais de um morfema, como as apresentadas em (1), que se comportam sintática e semanticamente como preposições. É a essas sequências que chamamos **preposições complexas**.[645]

(1) ***por causa de, diante de, em vez de, à frente de, ao contrário de, face a, cerca de, apesar de***,...

Tal como as preposições simples, as preposições complexas são **relatores** (Lehmann, a pub., § 1.1.). Os relatores, que incluem também os marcadores de caso, têm como função relacionarem um constituinte superior a um inferior:

[643] Sobre a interdependência entre lexicalização e gramaticalização, ver Brinton e Traugott (2005), especialmente no que respeita às preposições complexas (Brinton e Traugott 2005: 64-66).
[644] Sobre a relação direta entre o aprofundamento da gramaticalização de uma unidade e o incremento da frequência de uso dessa unidade, ver Bybee (2007, 2010).
[645] Alguns marcos significativos sobre o conceito de preposição complexa são os seguintes: Quirk *et al*. (1985: 669-673); Lehmann e Stolz (1992); Seppänen *et al.*(1994); Schwenter e Traugott (1995); Huddleston e Pullum (2002: 617-623); Cifuentes-Honrubia (2003); Hoffmann (2005); Fagard e De Mulder (2007); Adler (2008); Lehmann (a pub.).

Relatores:

Pt. [a casa] **d [**o João] Pt. ele [precisa] **de** [dinheiro]

Ing. [John] **'s** [house] Al. er [bedarf] d**es** [Geld]**es**

[Inundações] [**por causa d**] [a chuva]

A categorização como preposições complexas pressupõe que cada uma destas sequências se apresenta como uma unidade, mas - como se depreende dos exemplos - elas têm a sua origem em cadeias de elementos autónomos, com estrutura sintática e semântica transparente. Contudo, tais elementos podem sofrer, diacronicamente, alterações no sentido de uma perda de mobilidade, no eixo sintagmático, ou de uma perda de comutabilidade, no eixo paradigmático. Pode, também, a cadeia, pelo menos em certos contextos, ganhar um significado divergente do significado composicional dos seus elementos. Estas alterações vão todas no sentido da emergência de uma unidade nova com características próprias, que não é já totalmente transparente - formal ou semanticamente -, mas que também não é inanalisável, manifestando alguma composicionalidade. Surge assim uma preposição complexa. Trata-se de um novo lexema, resultado de um processo de lexicalização. A preposição complexa, porém, é suscetível de continuar a mudar e pode portanto entrar em processos de coalescência e redução fonológica, conducentes a uma cada vez maior gramaticalização, que levarão eventualmente à emergência de uma unidade monomorfemática - que é a preposição simples. Numa linha de mudança que vai da concatenação livre à preposição simples, as PC's situam-se na zona de transição (Fig. 1):

(***gr***: gramaticalização; ***lx***: lexicalização)

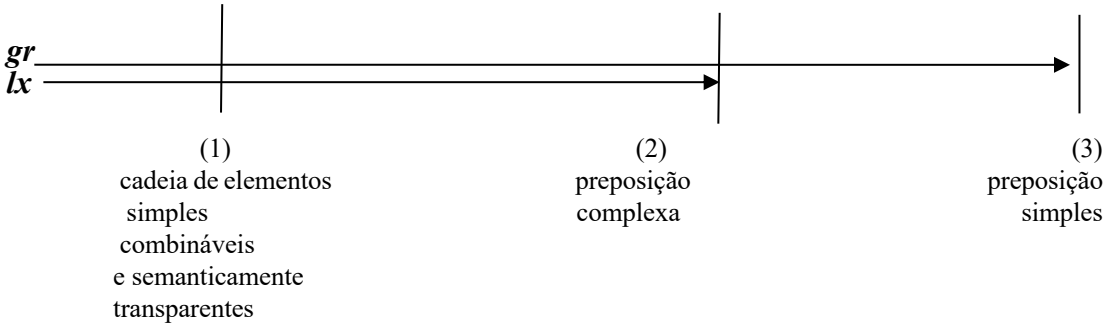


Fig. 1 - Preposições complexas e simples: processos de gramaticalização e lexicalização.

O processo de gramaticalização vai normalmente no sentido da perda de estrutura e da substituição de funções lexicais por gramaticais e é **unidirecional**, mas pode, contudo, ser interrompido em qualquer ponto do trajeto. Além disso, pode também acontecer que uma forma mais breve venha a ser substituída por outra mais extensa. Foi desta forma que a antiga preposição *des*, resultado da coalescência do Latim *de ex*, passou a ser usada seguida da preposição *de*, formando *des de*, uma forma complexa que entrou por sua vez, mais tarde, em coalescência, emergindo a atual preposição simples. Outro exemplo é a preposição e advérbio *diante*, que na história do Português se viu acrescida da preposição *de*, dando origem à PC *diante de*:

Lat. *de ex* > *des* *des* => *des* ***de*** *des de* > *desde*

Lat *de* + *(in* + *ante)* > *de* + *inante* > Pt *denante* > *deante / diante* *diante* => *diante* ***de*** [646]

[646] Ver o glossário em F. R. Tato Plaza (XIX99), *Libro de notas de Álvaro Pérez, notario da terra de Rianxo e Postmarcos (1457).* Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega [Glosario, pp. 237-711]. Disponível em: DDGM, s. v. diante. No glossário é traçada a origem de diante:
Da composición de + enante, do lat. tardío ĬNANTE 'diante, enfronte', der. de ANTE 'diante', 'antes', coa prep. ĬN. Documéntase desde o séc. XI en textos portugueses: denante desde 1026, deante en 1095; logo nos Cancioneiros e nas CSM; a forma mod. diante desde o séc. XIV: 1381 en textos galegos (Lorenzo Crónica s.v.). As formas delãte e delante débense á interferencia do castelán. (Tato Plaza (1999), apud DDGM, s.v. diante)

Aquilo que uma PC é, pode ser ilustrado observando um caso central como *por causa de*:

por causa de
P_1 + N + P_2

(2) Desmaiou **por causa do** calor (CRPC)

Esta PC é do tipo P_1+N+P_2, muito comum em Português. Para vermos que esta expressão constitui uma unidade e não é uma simples concatenação, existem alguns critérios que passarei a explicitar:

i) **Evidência da eliminação de algum elemento presente num estado mais antigo da expressão**. A eliminação de qualquer elemento é um passo na via da idiomatização e da lexicalização. Tipicamente, o elemento eliminado neste caso é um determinante. E, de facto, parece ter havido um estado da língua em que era frequente o uso do nome *causa* antecedido de artigo, em contextos com a preposição *por*, dando **por a causa**, embora nem sempre com os elementos por esta ordem:

(3) E esta foy **a causa por** que a guaanhou despois o Cide (CdP, séc. XIV)

Principalmente, contextos como (4) podem ter estado na origem do uso da expressão sem o artigo:

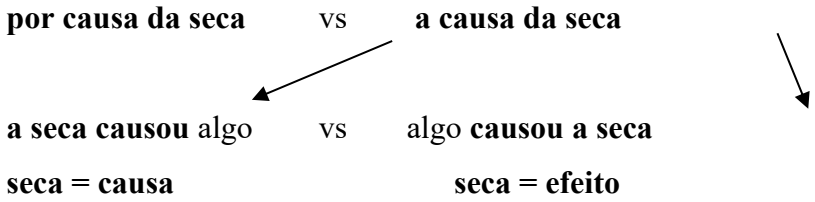
(4) O qual (...) pergũtouo **pella causa d**a sua infirmidade (CdP, séc. XV)

(5) não tardou muito outro tal requerimento do próprio Hidalcão (...), dando grandes desculpas **pola causa d**aquele rompimento (CdP, séc. XVI)

ii) **Invariabilidade de P_1, N e P_2**. De facto, não é possível fazer variar, nem a primeira preposição, nem a segunda, nem o nome:

**de causa do calor*
**por causa pelo calor*
**por causas do calor*

iii) **Uso singular do Nome.** Se um nome só é usado no contexto P N P, então estamos perante uma cadeia inseparável e, portanto, uma preposição complexa. É o que se passa até certo ponto com *ao invés de*, *em detrimento de*. No caso de ***por causa de***, de facto isto não se verifica, pois o nome *causa* é de uso frequente fora do contexto da PC. No entanto, se o critério for menos estrito e, em vez de exigir o uso singular do Nome, exigir apenas um uso *desviante* em relação ao uso normal, então o critério fica satisfeito. E, na realidade, o nome ***causa*** é aqui usado desviantemente. Podemos ver isso se aplicarmos um teste sugerido por Adler (2008) que consiste em retirar da sequência a primeira preposição e verificar se o sintagma nominal resultante tem um significado diferente do significado da sequência preposicional. Se tiver, então a sequência sofreu ou está a sofrer lexicalização. Se o significado for igual dentro ou fora da sequência, então trata-se de um sintagma preposicional livre. Ora, comparando *por causa de X* com o sintagma *a causa de X*, verificamos que o significado da sequência não se mantém no sintagma nominal, mas antes se altera completamente. Na sequência *por causa da seca*, temos que *seca* designa a **causa** de algo, mas no sintagma *a causa da seca*, temos que *seca* designa o **efeito** de uma causa não especificada:



Ora, é no sintagma nominal que a palavra *causa* tem o seu uso regular. E o uso desviante que o nome *causa* tem na sequência preposicional indica-nos que esta sequência está **lexicalizada** e que nessa medida é uma preposição complexa. Estes factos tornam plausível que se deve ter dado uma reanálise: não faz sentido uma análise

sintática da sequência como contendo um sintagma nominal, mas sim uma que reconhece a preposição complexa:

(Plausibilidade de uma reanálise:)

por [(a) causa de X] > [por causa de] X
P SN PC

iv) **Inviabilidade da interpolação de material linguístico entre P_1 e N, ou entre N e P_2**. Basicamente, a interpolação é inviável: ela não existe, nem entre P_1 e N, nem entre N e P_2[647]. Não é possível ***por grande causa da seca***, por exemplo. Contudo, quando o complemento de *por causa de* é um pronome pessoal - formando *por causa de mim*, *por causa dele*, etc. - existe a possibilidade de substituir a preposição *de* + pronome por um pronome possessivo, que ocorre entre a preposição *por* e o nome - formando *por minha causa, por sua causa*, etc.:

por causa **de mim** <=> por **minha** causa
por causa **dele** <=> por **sua** causa

A possibilidade destas construções é o único aspeto que vai contra a análise da expressão *por causa de* como uma unidade. A existência de *por sua causa* a par de *por causa dele*, etc. parece apontar para uma estrutura composicional, em que a preposição simples *por* vem seguida de um sintagma nominal:

por [sua causa] por [causa dele]

É precisamente esta análise composicional que está presente nas ocorrências mais antigas, como no exemplo acima:

(4) a. pergũtouo **pella causa d**a sua infirmidade
(5) a. desculpas **pola causa d**aquele rompimento

[647] Numa amostra aleatória de 500 ocorrências de "por causa * de" e outras 500 de "por * causa de" no CRPC, não se encontrou nenhum caso de interpolação.

Isto revela que a univerbação de *por causa de* ainda não foi levada até ao fim e temos hoje que a velha construção - (6) - ainda tem de ser tida em conta, como um vestígio que explica as ocorrências com o pronome possessivo, como *por sua causa*, enquanto a nova construção - (7) - está mais gramaticalizada e mais de acordo com todos os outros usos de *por causa de X*.

	Construção de partida:	Construção de chegada:
(6)	**por [(a) causa [de ...N...]]**	(7) **[[por causa de] ...N...]**
	por [causa [dele]]	[[por causa d] ele
	por [sua causa]	

v) Paradigmatização. Sabemos, desde o trabalho de Diewald (2009), que as construções que sofrem processos de gramaticalização mostram, nos estádios finais, evidências de integração em paradigmas gramaticais. É, portanto, importante verificar - no caso da emergência de uma nova preposição - se ela é substituível por outras preposições, fazendo assim parte de um paradigma consistente. Neste caso, verifica-se que *por causa de* é substituível por uma preposição simples, gramaticalizada (*por*), e por preposições complexas de causa:

(8) a. Ele ficou em casa **por causa de** complicações cardíacas
b. Ele ficou em casa **por** complicações cardíacas
c. Ele ficou em casa **devido a** complicações cardíacas
d. Ele ficou em casa **em virtude de** complicações cardíacas

A aplicação destes critérios deixa-nos aceitar que *por causa de* atingiu um grau de gramaticalidade que justifica considerá-la uma preposição complexa. Ficou também claro que a pertença à classe das PC's é uma questão de grau. É possível encontrar em Português expressões que estão mais avançadas no caminho da gramaticalização, como por exemplo *acima de* ou *diante de*. E há até o caso de preposições complexas que já gramaticalizaram e deram origem a preposições simples, como *desde* (*des* + *de*) ou *perante (per* + *ante)*.

As PC's encontram-se num processo contínuo de incremento da gramaticalidade que vai desde a forma perifrástica à univerbal. Este *continuum* envolve uma **primeira** fase até à criação de um lexema – i.e., a **lexicalização** – e pode continuar no sentido de cada vez **maior gramaticalidade**, sendo toda esta linha de mudança unidirecional a **gramaticalização** (não esquecer a Fig. 1).

1. 2. Lexicalização e gramaticalização das PC's.

A **lexicalização** é portanto o processo pelo qual surge na língua um novo lexema. Os processos de mudança linguística que levam à lexicalização são basicamente os mesmos que atuam nos casos de **gramaticalização**, nomeadamente a coalescência e a redução fonológica. Mas devemos notar que só os processos que resultam na emergência de unidades funcionais, de classes fechadas, podem ser casos de **gramaticalização**. Os que resultam em unidades de classes abertas são apenas **lexicalizações** (Brinton e Traugott, 2005, 100).

Uma vez lexicalizadas, as preposições complexas podem continuar a mudar na via da redução. Por exemplo, *por causa de* poderá vir a sofrer univerbação - como aconteceu em Inglês com a passagem de *by cause* para *because* - e, por exemplo, *desde* poderá tornar-se um monossílabo. Isto a nível formal. A nível semântico, as formas podem passar a ter significados cada vez mais gerais e mais abstratos. Deste modo, as unidades tornam-se cada vez mais gramaticais. O ponto extremo deste processo é a emergência de uma forma simples, monomorfémica, que desempenha na frase funções gramaticais. É essa a altura em que emerge uma preposição altamente gramaticalizada.

2. Graus de gramaticalidade das PCs: uma proposta

No que segue, iremos observar como se apresentam as PCs do Português Europeu em termos de gramaticalização. Para tal, é preciso refletir sobre o que é uma **preposição gramaticalizada** e sobre a possibilidade de **distinguir graus de gramaticalização**.

Sendo uma preposição gramaticalizada aquela que desempenha funções gramaticais, pensamos que preposições primárias – como ***a*** e ***de*** – são casos prototípicos. Elas podem introduzir **argumentos verbais** (como o complemento indireto no caso de ***a***, ou o complemento preposicionado no caso de ***de***), pelo que estão

fortemente integradas na frase, como se vê em (9). Podem, além disso, exprimir **papéis semânticos centrais** - 'beneficiário', 'paciente', 'tema', 'possessor', 'experienciador', etc. -, como em (10). Além disso, podem integrar **perífrases verbais com valores *aspectuais* ou *modais***, como em (11).

(9) Deu isso ***a*** *alguém.*
Isso custou muito ***a****o Mário.*
Acusaram-no **de** um crime.
Isso pertence ***a****o Estado.*

(10) Ela deu isso ***ao*** *Mário***.** (beneficiário)
Isso custou muito ***ao*** *Mário*. (paciente)
Acusaram-no ***de*** *um crime*. (tema)
Isso pertence ***ao*** *Mário*. (possessor)
Isso agrada ***a*** *todos*. (experienciador)

(11) Está ***a*** ver algo.
Ele acabava ***de*** comprar o bolo.
Tem ***de*** pagar a taxa.

As preposições gramaticalizadas caracterizam-se por um alto grau de gramaticalidade. Ora, quando observamos o comportamento das PC's, verificamos que elas não desempenham tão diretamente estas funções de gramaticalidade. Na maioria das vezes, **não introduzem argumentos verbais**, como complementos diretos ou indiretos – embora possam por vezes introduzir complementos preposicionados de caráter opcional (*conversar **acerca de** N*). Mas a função mais frequente é a de **introduzir adjuntos** das várias classes semânticas (espaço, tempo, instrumento, meio, concessão, contraste, causa, fim, condição, etc.).

Com vista a estabelecer uma tipologia de gramaticalidade das PC's, vamos partir do princípio que uma preposição será tanto mais gramaticalizada quanto mais central for a função gramatical do sintagma preposicional a que pertence. Assim, uma PC que encabeçar um **argumento do verbo** é mais gramatical do que uma PC que encabece

um simples adjunto, pois este não é necessário para a gramaticalidade da frase. Para podermos começar a caracterizar as PC's do Português Europeu em termos de gramaticalidade, é necessário primeiro que tudo inventariá-las e ter dados sobre a sua frequência, pois estes são fundamentais para o estudo da gramaticalização. Elaborámos por isso um inventário destas preposições, ainda não definitivo, com base no *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (*CRPC*), do CLUL, na versão v2.3 *fine grained*, com a restrição *Portugal* e empreendemos a sua ordenação por **frequência**. A lista que se apresenta agora inclui as PC's mais frequentes até às **1,000 ocorrências absolutas** no *Corpus*, que correspondem a **cerca de 3.5 ocorrências por milhão**. As PC's da lista encontram-se em diferentes fases de lexicalização ou gramaticalização. A lista inclui as expressões que satisfazem plenamente os critérios para PCs, mas também as que estão em fases mais incipientes de lexicalização.

Tabela 1. Lista (não definitiva) das Preposições Complexas (PC's) do Português Europeu - Frequências

- Corpus: *CRPC (Corpus de Referência do Português Contemporâneo) v2.3 fine grained, Portugal*, [http://alfclul.clul.ul.pt/CQPnet/]; período da maioria das consultas: 2015. - PC's até às 1,000 ocorrências - Para comparação: *desde* (excluindo *desde que*): 118,375; 408.41/m.; *perante*: 59,079; 203.83/ m. (em 5-7-2017)	
PC:	***Nº de ocorrências simples e por milhão (m.) (CRPC v2.3 fine grained, Pt)***
quanto a	124,793; 430.56/ m.
***p/a comparação**: desde (excluindo desde que)*	118,375; 408.41/ m.
em relação a	106,240; 366.55/ m.
através de	96.700; 333.63/ m.
cerca de	90,686; 312.88/ m.
antes de	83,499; 288.09/ m.
até a	74,070; 255.56/ m.
depois de	69,679; 240.40/ m
além de	61,372; 211.75/ m.
***p/a comparação**: perante*	59,079; 203.83/ m.
dentro de	59,079; 203.83/ m.
a partir de	57,286; 197.65/ m.
relativamente a	52,626; 181.57/ m.
de acordo com	47,745; 164.73/ m.
para além de	40,978; 141.38/ m.
por parte de	35,258; 121.65/ m.
face a	33,470; 115.48/ m.
fora de	31,890; 110.03/ m.
ao longo de	31,729; 109.47/ m.

a favor de	30,466; 101.12/ m.
devido a	28,780; 99.30/ m.
em termos de	28,171; 97.20/ m.
apesar de	26,149; 90.227 m.
em matéria de	25,775; 88.93/ m.
junto de	25,180; 86.88/ m.
em nome de	20,943; 72.26/ m.
acerca de	19,437; 67.06 m.
em vez de	19,082; 65.83/ m.
perto de	16,352; 56.42/ m.
longe de	15,975; 55.12/ m.
no que respeita a	15,393; 53.11/ m.
próximo de	14,848; 51.23/ m.
acima de	14,847; 51.23/ m.
ao contrário de	14,750; 50.89/ m.
frente a	14,347; 49.50/ m.
a propósito de	13,909; 47.99/ m.
junto a	12,792; 44.13/ m.
em sede de	10,888; 37.57/ m.
ao fim de	10,857; 37.46/ m.
ao abrigo de	10,257; 35.39/ m.
da parte de	10,073; 34.75/ m.
por causa de	9,939; 34.29/ m.
para com	9,899; 34.15/ m.
aquando de	9,745; 33.62/ m.
com base em	9,741; 33.61/ m.
no que diz respeito a	9,591; 33.09/ m.
em função de	9,494; 32.75/ m.
a não ser	9,318; 32.15/ m.
em torno de	9,195; 31.72/ m.
ao lado de	9,111; 31.43/m.
graças a	8,583; 29.61/ m.
não obstante	8,249; 28.46/ m.
em face de	7,950; 27,43/ m.
atrás de	7,756; 26.76/ m.
à espera de	7,582; 26.16/ m.
de entre / dentre	6,850; 23.64/ m.
na base de	6,802; 23.47/ m.
a nível de	6,753; 23.30/ m.
a par de	6,625; 22.86/ m.
à frente de	6,625; 22.86/ m.
em virtude de	6,620; 22.84/ m.
diante de	6,475; 22.34/ m.
à custa de	6,397; 22.07/ m.
em caso de	6,169; 21.28/ m.
por força de	6,159; 21.25/ m.
abaixo de	6,122; 21.12/ m.
à volta de	5,985; 20.65/ m.

à luz de	5,970; 20.60/ m.
com/à excepção de	5,949; 20.53/ m.
em regime de	5,613; 19.37/ m.
à procura de	5,488; 18.93/ m.
a cargo de	5,384; 18.58/ m.
debaixo de	5,361; 18.50/ m.
no que toca a	5,027; 17.35/ m.
com vista a	4,985, 17.20/ m.
em cima de	4,952, 17.09/ m.
por meio de	4,946; 17.06/ m.
à semelhança de	4,821; 16.63/ m.
em defesa de	4,691; 16.18/ m.
em consequência de	4,504; 15.54/ m.
a respeito de	4,285; 14.78/ m.
em via(s) de	4,196; 14.48/ m.
fruto de	4,138; 14.28/m.
por conta de	4,044; 13.95/ m.
a título de	4,036; 13.92/ m.
à beira de	3,946; 13.62/ m.
por via de	3,777; 14.49/ m.
a caminho de	3,753; 12.95/ m.
à margem de	3,669; 12.66/ m.
a meio de	3,640; 12.56/ m.
ao encontro de	3,634; 12.54/ m.
detrás de / de trás de	3,405; 11.75/ m.
em favor de	3,322; 11.46/ m.
em direção a	3,304; 11.40/ m.
para lá de	3,083; 10.64/ m.
por detrás de	3,053; 10.53/ m.
em fase de	3,018; 10.41/ m.
por volta de	2,994; 10.33/ m.
em conformidade com	2,782; 9.60/ m.
quando de	2,762; 9.53/ m.
em detrimento de	2,689; 9.28/ m.
por cima de	2,685; 9.27/ m.
em busca de	2,660; 9.18/ m.
à altura de	2,618; 9.03/ m.
em meados de	2,498; 8.62/ m.
em situação de	2,482; 8.56/ m.
no que concerne a	2,436; 8.40/ m.
a seguir a	2,379; 8.21/ m.
por entre	2,354; 8.12/ m.
em resposta a	2,246; 7.75/ m.
em benefício de	2,214; 7.64/ m.
aos olhos de	2,162; 7.46/ m.
em resultado de	2,064; 7.12/ m.
em frente a	2,038; 7.03/ m.
ao sabor de	1,803; 6.22/ m.

em forma de	1,803; 6.22/ m.
no lugar de	1,773; 6.12/ m.
em lugar de	1,685; 5.81/ m.
ao pé de	1,422; 4.91/ m.
à base de	1,356; 4.68/ m.
em harmonia com	1,304; 4.50/ m.
em redor de	1,267; 4.37/ m
por trás de	1,230; 4.24/ m.
em risco de	1,187; 4.10/ m.
em prejuízo de	1,143; 3.94/ m.
no respeitante a	1,061; 3.66/ m.
à medida de	1,059; 3.65/ m.
à roda de	1,003; 3.46/ m.

2. 1. Classe 1 - PC's com maior grau de gramaticalidade.

Relativamente à questão da gramaticalidade das PC's, vamos propor que se distinguem **duas classes** de PC's com base no seu comportamento sintático e funcional.

Uma primeira classe (**Classe 1**) engloba as PC's com mais elevado grau de gramaticalidade. Dissemos que não se observa geralmente que as PC's integrem **argumentos verbais**. Contudo, uma exceção são PC's como, por exemplo, *cerca de* ou *para lá de*, que podem integrar sujeitos frásicos e todos os tipos de complementos:

(12) **Cerca de** duas mil pessoas fugiram da região.
A epidemia vitimou **para lá de** um milhão de pessoas.

Trata-se nestes casos de PC's com um significado especializado, referente à quantificação, que tem a sua origem no significado metafórico espacial das expressões, e que apresentam sem dúvida um grau elevado de gramaticalização, pertencendo portanto à classe de PC's mais gramaticalizadas.

Para além destes casos excecionais, a classe de maior gramaticalidade é constituída pelas PC's que integram **expressões predicativas**, regidas por verbos de cópula como *ser, estar, ficar, etc*. Delas temos exemplos nas frases de (13). Também se encontram em sintagmas **espaciais, temporais, ou derivados metafóricos destes**, que são selecionados como **complementos obrigatórios por verbos de localização, movimento ou duração** – como nos exemplos em (14). A presença nestes complementos é o grau mais elevado de gramaticalidade a que chegam as PC's.

(13) Ele está **ao pé d**a porta
A casa fica **ao lado d**a loja.
Ele está **dentro d**o assunto

(14) Ele penetrou **dentro d**o recinto
Ele saiu **detrás d**o carro
Ele pôs-se **à frente d**o carro
A festa durou **até à** noite

As PCs desta classe são na sua maioria as formações mais antigas, cujo estatuto de preposições complexas acompanha toda a história do Português e é muitas vezes reconduzível ao Latim (v. Lehmann (a publ.)).

As PCs desta classe são, até às 3000 ocorrências, as seguintes:

Tabela 2. PC's da classe 1, por ordem de frequência, até às 3,000 ocorrências

através de, cerca de, antes de, até a, depois de, além de, dentro de, a partir de, de acordo com, para além de, face a, fora de, ao longo de, a favor de, junto de, perto de, longe de, próximo de, acima de, frente a, junto a, ao abrigo de, da parte de, em torno de, ao lado de, em face de, atrás de, à espera de, dentre, na base de, a par de, à frente de, diante de, abaixo de, à volta de, em regime de, à procura de, a cargo de, debaixo de, em cima de, em vias de, por conta de, à beira de, a caminho de, à margem de, a meio de, ao encontro de, detrás de / de trás de, em direção a, para lá de, por detrás de, em fase de

Para além de poderem integrar constituintes predicativos ou similares, estas PC's apresentam certas propriedades reveladoras de um elevado grau de gramaticalidade, como a expressão da categoria do **aspeto** ou do **tempo**. Assim, *em vias de*, por ex., serve a expressão de um **valor aspetual derivado** (v. Raposo *et al*. (2013: 587)) e de um **valor temporal**. Na perífrase *X está em vias de Y* , a expressão *estar em vias de* exprime que estamos perante um processo com término no **futuro (próximo)**, e a expressão Y designa uma ***culminação* (*achievement*)** ou ***processo culminado (accomplishment)***:

X está em vias de *atingir o cume*

=> X participa de um processo com término num futuro (próximo), que é *atingir o cume*.

(*Culminações*:)

(14) O problema está em vias de *solução*

Ele está em vias de *solucionar o problema*

Ele está em vias de *atingir o cume*.[648]

(*Processos culminados*:)

(15) Essa espécie está em vias de *extinção*

Ele está em vias de *completar o trabalho*

O problema está em vias de *tratamento* (CRPC)

É importante notar a que **classes semânticas** pertencem os predicativos e adjuntos introduzidos por PC's desta categoria, porque é mais um aspeto em que esta classe se distingue. A grelha de classes semânticas que usamos baseia-se na apresentada em Hasselgård (2010, 23-24), que por sua vez se baseava em Quirk *et al*. (XIX85, 514ss). Na sua maioria, trata-se de adjuntos **espaciais** e - por vezes por extensão metafórica - **temporais**. Seguem-se, ainda com algum peso, adjuntos de **situação**. E, - com pouca representação - temos 'agente', 'benefactivo' e 'ponto de vista'.

Tabela 3. PC's da classe 1, por ordem de frequência, até às 3,000 ocorrências

Classes semânticas a que pertencem as PC's da Classe 1:
- espacial / temporal *- ao longo de, ao lado de, na base de, à frente de, abaixo de, à volta de, através de, cerca de, antes de, depois de, além de, dentro de, para além de, fora de, junto de, perto de, longe de, próximo de, acima de, junto a, atrás de, diante de, abaixo de, debaixo de, em cima de, até a, entre, a partir de*
- situação *em vias de, a caminho de, a meio de, à espera de, à procura de, face a, frente a, ao abrigo de*
- agente / responsável: *a cargo de, por conta de*
- benefactivo *a favor de*
- de ponto de vista: *de acordo com*

[648] V. Raposo *et al*. (2013: 602-603).

2. 2. Classe 2 - PC's com menor grau de gramaticalidade.

Para além desta classe de PC's, pode distinguir-se uma segunda, constituída pelas PC's que não introduzem expressões predicativas, nem complementos verbais, mas apenas sintagmas com funções de **adjuntos**. Ao não integrarem sintagmas obrigatórios, estas PC's tendem a evidenciar menos gramaticalidade. Muitas surgiram na língua em períodos mais recentes do que as da primeira Classe e, formalmente, tendem a apresentar menos coalescência e univerbação. Enquanto na Classe 1 se observa frequentemente univerbação - por exemplo, *através de* provém de *a + través de*, e *acima de* provém de *a + cima de*, etc. -, vê-se que na **Classe 2** há muitas PC's que não apresentam qualquer coalescência - por exemplo, *em relação a, em termos de*, etc.

A classe 2 das PC's inclui as seguintes:

Tabela 4. PC's da classe 2, por ordem de frequência, até às 3,000 ocorrências

quanto a, em relação a, relativamente a, por parte de, devido a, em termos de, apesar de, em matéria de, em nome de, acerca de, em vez de, no que respeita a, ao contrário de, a propósito de, em sede de, ao fim de, por causa de, para com, aquando de, no que diz respeito a, em função de, a não ser, graças a, não obstante, a nível de, em virtude de, à custa de, em caso de, por força de, à luz de, com/à excepção de, no que toca a, com vista a, por meio de, à semelhança de, em defesa de, em consequência de, a respeito de, fruto de, a título de, por via de, em favor de

Quanto ao tipo de adjuntos que estas PC's introduzem, observa-se uma substancial diferença em comparação com os da Classe 1. Já não são os adjuntos espaciais ou temporais que estão em evidência, mas sim os adjuntos de **respeito ou concernência**, seguidos dos de **causa**. Seguem-se depois diversas categorias - de **alternativa/ acrescento/ contraste/ exceção, fim, espacial/ temporal, meio, condição, motivo, agente, concessão, comparação,** etc:

Tabela 5. Classes semânticas a que pertencem as PC's da Classe 2

- de respeito ou concernência: *em relação a, em termos de, em matéria de, a propósito de, em torno de, a nível de, a respeito de, no caso de, quanto a, relativamente a, acerca de, no que respeita a, no que diz respeito a, no que toca a*
- de causa: *por causa de, em nome de, em virtude de, por força de, em consequência de, por via de, graças a, fruto de*

- de alternativa / de acrescento[649] / de contraste / de exceção (Hasselgård, 2010, 30): *em vez de, a par de, com/à excepção de, ao contrário de, a não ser*
- de fim: *com vista a, em defesa de*
- espacial / temporal: *ao fim de, aquando de, em sede de*
- de meio: *por meio de, por via de, à custa de*
- de condição: *em função de, em caso de, no caso de*
- de motivo (razão): *com base em*
- de agente: *por parte de*
- de concessão: *apesar de*
- de comparação: *à semelhança de*
- de circunstância: *à luz de*
- malefactivo: *à custa de*
- destinatário: *para com*

A subcategoria mais saliente são as PC's de **respeito ou concernência.** Esta subclasse inclui as PC's cuja função prototípica é introduzirem ou precisarem um **tópico** de conversação, ou de denotarem um **tema/ objeto** de conversa ou pensamento (Hasselgård, 2010, 28-29):

(16) **Em relação a** isso/ **a respeito d**isso, não tenho mais nada a dizer.[650]

(17) Ainda não falámos **a propósito d**isso.

Estas PC's são em grande número e atingem altas frequências. Só entre as primeiras onze PC's mais frequentes, estão três PC's de concernência - *quanto a, em relação a* e *relativamente a*.

[649] Ver em Raposo (2013, p. 2030): orações substitutivas (*em vez de*) e acrescentativas (*para além de*)

[650] Como dissemos, uma PC como **em relação a** nunca entra em predicativos, mas apenas em adjuntos. Não se encontra no corpus nenhum caso de um verbo de cópula como *estar* reger um predicativo iniciado por *em relação a*. Possível é apenas encontrar *em relação* **com** a integrar predicativos: *Isso está em relação com outra coisa*.
(i) a energia da minha intervenção **está em relação com** a importância que eu atribuo a estas questões. (CRPC)

Levanta-se portanto a questão de saber por que razão PC's que são relativamente pouco gramaticalizadas alcançam tão altos valores de frequência, contrariando aparentemente a ideia, corrente na teoria da gramaticalização, de que a gramaticalização correlaciona com a frequência - a uma maior gramaticalização corresponde uma maior frequência, e um aumento da frequência reflete a mudança de uma construção para mais gramatical (ver Bybee, 2007; 2010).

Tentaremos agora fornecer uma explicação através da análise da lexicalização da PC *em relação a*.

3. Processos de lexicalização. Estudos de caso

3.1. em relação a

Para apurarmos quais os vários usos de *em relação a*, devemos começar por notar um aspeto da sua semântica, nomeadamente o de que *em relação a* liga duas entidades ou dois **polos, A e B**, como por exemplo nas frases seguintes:

(18) Outros rhetoricos, considerando somente o **Estilo *em relação a*os tres meios particulares**, de que lança mão a Eloquencia para chegar aos seus fins (CdP, séc. XIX)
(19) Anexara-se à passeata, com surpresa de todos, unicamente para julgar por si da **posição** do **Ricardo** *em relação a* **Guida**. (CdP, séc. XIX)
(20) Quais são os **seus sentimentos** atuais *em relação a* **Helena**? (CdP, séc. XIX)

(Significado relacional:)

Vamos chamar a este significado de *em relação a* o seu **significado relacional**.[651] Este significado tem a sua origem num uso espacial da PC, como se revela em frases como (19). Os polos A e B ligados por *em relação a* podem ser quaisquer, mas prototípica e frequentemente o polo A é um humano, que se encontra face ao polo B (também muitas vezes humano) sob o aspeto de uma dada **qualidade** expressa na frase:

[651] Os usos **espaciais** de *em relação a* também pertencem a este significado:
(i) a grande desvantagem da **Paradise** acaba por ser mesmo *a* **distância *em relação a* Ponta Delgada** (CRPC, séc. 20)
Não é, contudo, certo que os contextos espaciais estejam na origem deste significado.

Qualidade (Polo A *em relação a* - Polo B)
Posição (Ricardo - *em relação a* - Guida)
Sentimentos (Você - *em relação a* - Helena)

A forma sintática da frase, contudo, não põe em destaque o polo A, humano, pois ele é normalmente expresso como simples modificador do nome que designa a qualidade, seja sob a forma de sintagma preposicional ou de pronome possessivo:

Posição **de Ricardo** *em relação a* Guida
Seus sentimentos *em relação a* Helena

Quando o polo A é o próprio falante, ele não é habitualmente expresso (*eu*), como seria de esperar:

(21) ***Em relação às* questões** que o Sr. Deputado Soares Cruz colocou, **[eu]** farei algumas considerações[652] (CRPC)

A primeira pessoa, ***eu***, não é verbalizada, mas é recuperável. Contudo, numa fase posterior do uso da expressão, também surgem frases em que não só **não** é verbalizada **a primeira pessoa**, como também **não** é verbalizada a **qualidade** da ligação entre os polos, principalmente quando esta qualidade é a **atitude proposicional** do falante. Assim, na frase (22) já não há traço, nem do falante nem da atitude proposicional, embora essas dimensões possam ser reconstituídas (como se vê em (22a):

(22) *Em relação à* **nova açucareira**, é difícil calcular o valor adicionado bruto em cada ano (CRPC)
(22) a. *Em relação à* **nova açucareira**, **[eu acho que]** é difícil calcular o valor adicionado bruto em cada ano[653]

[652] Em esquema: **considerações (eu** – ***em relação a*** – **questões)**
[653] Em esquema: **Acho** (**eu** *em relação à* **nova açucareira**) que é difícil calcular o valor adicionado bruto em cada ano

(Significado de concernência:)

O apagamento frequente da primeira pessoa e da atitude proposicional levam a que a expressão *em relação a X* passe a ser sentida como **autónoma**, de alguma forma como não-relacional. Tornam-se assim viáveis frases onde *em relação a X* parece não se ligar a nenhum polo A, como em (23):

(23) Sabe que, mesmo ***em relação aos*** jardins de infância autárquicos, é o Ministério da Educação que paga às educadoras de infância. (CRPC)

Não existe necessariamente um polo A bem delimitado que seja o antecedente de ***em relação aos jardins de infância***. Mas a frase continua a ser interpretável, donde se conclui que *em relação a X* está aqui a ser usado com outro significado. De facto, é de supor que o significado de *em relação a* se alterou com a mudança dos contextos de ocorrência e foi assim que, em (23), ***em relação a*** pôde ser parafraseado por ***no que respeita a*** ou ***no que concerne a***, o que não era possível no significado relacional primeiramente tratado:

(23) a. Sabe que, mesmo ***no que concerne aos*** jardins de infância autárquicos (...)

Que estamos perante um significado novo revela-se no facto de a paráfrase ***no que concerne a*** não ser viável para as frases com significado relacional (compare-se (18) e (24)):

(24) *Outros rhetoricos, considerando somente o **Estilo *no que concerne a*os tres meios particulares** (...)

Este uso **autónomo** de *em relação a X* corresponde ao **significado de concernência** (em que a expressão pode ser parafraseada por ***no que concerne a***, ou ***no que respeita a***, etc. Neste significado, perde-se a ideia da relação entre dois polos referidos ou subentendidos na frase. Mas a expressão *em relação a X* continua contudo a sinalizar uma ligação de X com qualquer tópico, mesmo que vagamente delimitado, surgido **no**

discurso ou no texto anterior. A expressão introduz uma implicatura relativamente a esse discurso ou texto anterior. Estamos portanto perante um **significado pragmático-discursivo**. Outros exemplos deste uso são os seguintes:

(25) ***Em relação a*** Shakespeare, que importam algumas frases obscenas, em uma ou outra página, se a explicação de muitas delas está no tempo (CdP, séc. XIX)

(26) ***Em relação a*** novos museus, V. Exa sabe que a Igreja tem intenção de criar um Museu de Arte Sacra (CdP, séc. 20)

Com ***em relação a X***, o falante indica o **tema** (**tópico**) sobre o qual se vai pronunciar. Os temas são *Shakespeare* e *novos museus*, os quais, ou foram referidos anteriormente, ou estão relacionados com tópicos anteriores.

(Significado temático:)
O significado relacional dá origem a um outro, que emerge da confluência deste com verbos de dizer e psicológicos, como se vê em (27):

(27) Infelizmente para todos nós , o mesmo não se pode *afirmar* ***em relação*** ao Governo actual (CRPC, s. XIX)

O sentido de (27) é relacional porque estão marcados os dois polos da relação: **alguém (afirma algo)** – ***em relação a*** **- o governo**. Mas há uma ambiguidade nesta frase porque o segundo polo da relação – *em relação ao Governo atual* – também pode ser interpretado como um complemento do verbo *afirmar* que exprime o objeto, ou tema, da afirmação e que por isso é substituível por preposições como *acerca de* ou *sobre*, típicas de verbos de dizer e de verbos psicológicos:

o mesmo não se pode *afirmar* ***em relação ao*** *Governo actual*
afirmar ***acerca do*** *Governo actual*
afirmar ***sobre*** *o Governo actual*

Temos portanto aqui o que podíamos chamar de **significado temático** de *em relação a*. Outros exemplos são:

(28) Nada de relevante *disseram* ***em relação a*** declarações anteriores. (CRPC)
(29) Sei o que *pensa* ***em relação a*** muitas questões (CRPC)

A partir destes usos, surgem ainda outros por generalização, progressivamente mais abstratos. A PC conhece uma expansão dos seus contextos de ocorrência (*host class expansion*: Himmelmann, 2004), de modo que a expressão passa a poder sinalizar vários tipos de relações e pode até ser substituída por várias **preposições simples**, com diversos significados, como se verifica nos seguintes casos:

(30) Gostaria que , por aquilo que o senhor significa ***em relação a*** *esta Casa* (...) (CRPC) (= ***para*** *esta Casa*)
(31) sabendo eu das ligações que o PS tem ***em relação ao*** MPLA (CRPC)
(= ***com*** **o** MPLA)
(32) E se obrigações temos ***em relação a***o nosso partido (CRPC) (= ***para) com*** o nosso partido)
(33) um acto da mais flagrante injustiça cometido ***em relação a*** pessoas de bem (CRPC) (= ***contra*** pessoas de bem)
(34) A guerra pel[a independência ***em relação a*** Portugal] rebentou em XIX61 (CdP, s. 20; par. meus) (= ***de*** Portugal / ***face a*** Portugal)

(Significado comparativo:)
Por último, há a referir que o significado relacional também deu origem, por **especialização** - ou seja, por mudança no sentido oposto ao da generalização - a um **significado comparativo**, como em (35) e (36):

(35) O número de adeptos do «não» aumentou seis pontos percentuais ***em relação a***o mês passado (CRPC) (= ***em comparação com*** o mês passado)
(36) é um país (...) relativamente pobre ***em relação a***os outros países da Comunidade Económica Europeia (CRPC) (= ***em comparação com*** os outros...)

A diversidade de contextos em que *em relação a* pode ocorrer, explica a sua alta frequência. De facto, *em relação a X* desenvolveu - a partir de um significado que já de si era muito geral e, portanto, propício a ser usado em variados contextos - uma multiplicidade de outros usos que justifica a sua frequência. Esta multiplicidade de usos reflete-se também na distribuição sintático-funcional da expressão, que percorre diversos níveis, começando pelo de adjunto que é conector da frase com o discurso anterior, passando pelo de adjunto cujo escopo é a frase a que pertence, até aqueles em que é um modificador nominal.[654]

3.2. apesar de

No nosso intuito de explorar a relação gramaticalização *vs*. frequência, vamos agora debruçar-nos sobre uma outra PC, que contrasta com *em relação a*, na medida em que é mais antiga na língua e sofreu um mais longo e bem mais profundo processo de mudança. Contudo, como veremos, a sua mais longa presença na língua, e as maiores transformações morfossintáticas e semânticas que sofreu, não se refletem de forma direta e absoluta numa maior frequência. Trata-se de *apesar de*, a preposição por excelência com significado **concessivo**, como está exemplificado em (37):

(37) As colheitas foram boas, ***apesar d***a seca

Em traços gerais, o significado de *apesar de* pode ser descrito da seguinte forma: o sintagma *apesar de X* apresenta uma circunstância ou entidade X que é contrária à realização do estado-de-coisas expresso pela frase matriz, ***mas que contudo não impede esse estado-de-coisas de se realizar***.

Esta PC tem como núcleo lexical o nome *pesar*, derivado do verbo homónimo.[655] O nome era frequente no séc. XIV, com o significado de 'tristeza, desagrado, desgosto, prejuízo', conforme atesta a frase seguinte:

[654] Alguns exemplos de *em relação a* como modificador nominal:
(i) Contudo, [a observação *em relação a Antônio José*] tem o valor de um rasgo significativo (CdP, séc. XIX, Br)
(ii) O descrédito [ ] e [a desconfiança *em relação a Bartolomeu de Gusmão*] começaram a generalizar-se (CdP, séc. 20)

[655] O verbo *pesar* já tinha sido usado anteriormente em Português em contextos concessivos, com conjunções concessivas como *em que* e *ainda que*. Encontra-se o verbo *pesar* no Português do séc. XVI (e assumo que anteriormente) com a antiga conjunção ***concessiva*** *em que*:

(38) E elle [el rey], quando as [novas] ouvyo, morreo logo com ***pesar***. (CdP, s. XIV)[656]

Também já encontramos no séc. 14 a expressão ***a pesar de X***, que significa 'para tristeza/ desagrado/ desgosto/ prejuízo de X'. O nome X era invariavelmente **humano**, já que *pesar* designava um sentimento. A sequência *a pesar de* é ainda nesta altura transparente e composicional,[657] sendo ainda possível intercalar material linguístico entre a preposição e o nome, nomeadamente o pronome possessivo, em substituição da segunda preposição + nome, como em (41):

(39) ẽvyarom por o rey de Badalhouce e colherõno ẽna cidade, ***a pesar de*** seu senhor el rei. (CdP, s. XIV) (= ***para desgosto de*** seu senhor el rei

(40) E o casamento foy feito, pero ***a pesar de*** muytos de Castella (CdP, s. XIV) (= ***para desagrado de***

(41) acordarão (...) Gomçallo Vazquez de Ferreira ficasse detras, mostramdo que (...) hos fazia hir ***a seu pesar*** (CdP, s. 15)

A grafia da expressão era separada, mas gradualmente cede lugar à grafia junta, como em (42).

(42) E daly partirem e chegarem a Gibreleom (...) e, ***apesar d***os que ahy erom por o defender, puserom as galees pramchas fora (...) e fizerom muyto dapno (CdP, s. XIV)

Esta frase ilustra também o tipo de contextos que vão propiciar a mudança semântica e sintática que resultará na emergência da PC com significado concessivo.

(i) Que direi emfim de papa Clemente que foi um grande pontifece, ***em que pese*** aos castelhanos, (...) (CdP, s. XVI) (= ***ainda que*** pese aos castelhanos

Outro exemplo do uso do verbo *pesar*:

(ii) ca eu nõ te quero encobryr nehûa cousa do que eu sábea, aýnda que te **pese** ou a quenquer, ca faría grã maldade et nõ seería leaal.(CdP, s.14)

[656] Outro exemplo: 'Ca o ***pesar*** & o arrepẽdimẽto & a confissom sena enmẽda nõ he nada' (CdP, s. XIV)

[657] A composicionalidade revela-se na grafia – a preposição ***a*** está separada do nome, embora já haja casos de junção no séc. XIV.

Notemos que, em (42), o sintagma iniciado por *apesar de* significa convencionalmente '***para desagrado d***os que aí eram para o defender' (leitura 1):

> **Leitura 1 (semântica):**
> (1) ***apesar d***os que ahy erom por o defender = ***para desagrado d***os que aí estavam para o defender

Mas, neste contexto, em que temos dois grupos inimigos em confronto, convida-se à inferência, e pode veicular-se a implicatura, de que o grupo dos 'que aí eram para o defender' foi um **obstáculo** à ação do primeiro grupo, que contudo não os impediu de realizar o seu intento (causar 'grande dano'). Ou seja, esta inferência ou implicatura corresponde a uma leitura concessiva da frase (leitura 2):

> **Leitura 2 (por inferência e/ou implicatura):**
> (2) ***apesar d***os que ahy erom por o defender = ***embora*** aí estivessem homens para o defender

Neste tipo de contextos, portanto, para além da leitura convencional de *apesar de X*, há uma leitura inferida, concessiva, segundo a qual *apesar de X* também sinaliza a presença de uma **força contrária** ao estado-de-coisas expresso pela frase matriz, mas que não impede este estado-de-coisas de prevalecer:

> **(Estado-de-coisas:)**
> puserom as galees pramchas fora (...) e fizerom muyto dapno
> **(Circunstância contrária:)**
> **[apesar d]** os que ahy erom por o defender

Contextos como este, em que o nome regido por *apesar de* designa uma entidade que representa um **obstáculo** à consecução do estado-de-coisas da frase matriz, são sempre passíveis de ter a Leitura Concessiva, a par da tradicional.[658] Outro exemplo:

[658] Condições para a emergência e o fortalecimento da Leitura concessiva: Todas as frases em que ocorre *apesar de X* e em que **X** designa uma entidade que é interpretável como um **obstáculo** à realização do estado-de-coisas da frase matriz são passíveis de uma leitura concessiva.

(43) Vasco da Silveira (...) remeteu com a gente do seu navio (...) e ***apesar d***os imigos fechou a porta (CdP, s. 16)[659]

Estes são portanto os *critical contexts* de que fala Diewald (2002) e os *bridging contexts* de Heine (2002). Posteriormente, a interpretação concessiva aumenta de frequência, porque passa a ser possível escolhê-la para exprimir concessividade, havendo muitos contextos em que a primeira interpretação é improvável. Mais tarde, em certos contextos, a primeira interpretação torna-se até impossível, nomeadamente quando se dá uma expansão na classe dos nomes regidos por *apesar de* e *apesar de* passa a reger, não só nomes humanos, mas também não-humanos. Nos casos em que o nome regido por *apesar de* é não-humano, a primeira interpretação deixa de ser possível e *apesar de* tem de ser interpretado no sentido concessivo, como em (44) e (45):

(44) ***a pesar d***o mal, que me resiste, de todos os trabalhos me contento (CdP, s. XVI)

(45) o que (***a pesar d***as negociaçoens de Dom Alonso, e dos Generais) foi facil de conseguir (CdP, s. XVII)

Desta forma, cria-se um novo sentido convencional para *apesar de*, que é concessivo.

Na passagem de *a pesar de X* do sentido primeiro para o sentido concessivo, o nome *pesar* sofre branqueamento semântico (*semantic bleaching*): deixa de significar ‘tristeza, desagrado’, e passa a sinalizar apenas a ideia, abstrata, de 'obstáculo'. Mas também a preposição *a*, que tinha um conteúdo semântico de tipo resultativo, deixa de veicular esse significado. Por sua vez, a sequência **a + pesar + de**, que tinha uma semântica composicional e uma estrutura sintática complexa, é reanalisada como uma unidade indivisível, nomeadamente como uma **preposição**, que veicula um significado concessivo. A estrutura morfológica ainda é reconhecível - e é isso que justifica que

[659] Em Camões ocorre: 'Vimos as Ursas, ***a pesar de*** Juno, Banharem-se nas águas de Neptuno.' (CdP, s. XVI)

se fale de uma **preposição complexa**. Em esquema, eis os pontos de partida e de chegada desta mudança sintática e semântica:

Leitura composicional:	**=>**	**Lexicalização => Leitura holística**
(lexical)	**=>**	**(mais gramaticalizada)**
(significado resultativo)	=>	**(significado concessivo)**

a	***[[pesar***	***[de X]]***	**=>**	***[apesar de] X***
P	***[[N***	***[P N]]***	**=>**	***P N***
para	**desagrado**	**de X**	**=>**	**malgrado X**

O caso de *apesar de* mostra que a maior longevidade desta PC e as mais profundas transformações que sofreu em comparação com *em relação a* não têm correlação direta com a frequência, pois, no nosso *corpus*, ***apesar de*** atinge ca. 90 ocorrências por milhão, enquanto ***em relação a*** atinge ca. 367 por milhão.

4. Concluindo

Depois de estudada a evolução de *apesar de*, gostaríamos de passar em revista os pontos cruciais deste trabalho.

A partir de uma lista das PC's mais frequentes do Português Europeu, distinguimos duas grandes classes que tendencialmente correspondem a dois graus de gramaticalização. Contudo, verificámos que os dados sobre a frequência nem sempre condizem com os dados sobre gramaticalização, havendo algumas PC's altamente frequentes que pertencem à classe considerada menos gramaticalizada. A análise dos processos de mudança sofridos pelas PC's *em relação a* e *apesar de* revelaram que a alta frequência não é uma função absoluta da gramaticalização, já que há outros fatores a ter em conta, como a polissemia das PC's, bem como o seu grau de generalidade e abstração do seu significado.

Referências

Corpora

CdP – Davies, Mark/ Michael Ferreira (2006-). *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-XIX00s*. [http://www.corpusdoportugues.org]

CRPC - Corpus de Referência do Português Contemporâneo (v2.3 fine grained, Portugal). Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). [http://alfclul.clul.ul.pt/ CQPnet/]

DDGM - Dicionario de dicionarios do galego medieval. Corpus lexicográfico medieval da lingua galega. [http://sli.uvigo.es/DDGM/]

Bibliografia

Adler, Silvia. 2008. "French compound prepositions, prepositional locutions and prepositional phrases in the scope of the absolute use." In *Adpositions. Pragmatic, semantic and syntactic perspectives*. D. Kurzon e S. Adler (eds.). 17-35. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

Brinton, Laurel J. e Elizabeth C. Traugott. 2005. *Lexicalization and Language Change*. Cambridge et al.: Cambridge University Press.

Bybee, Joan. 2007. *Frequency of Use and the Organization of Language*. Oxford: Oxford University Press.

Bybee, Joan. 2010. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cifuentes Honrubia, J. L. 2003. *Locuciones prepositivas – sobre la gramaticalización preposicional en español*. Alicante : Universidad de Alicante.

Cuyckens, Hubert, Walter De Mulder e Tanja Mortelmans (eds.). 2004. *Adpositions of Movement, Belgian Journal of Linguistics* 18.

Diewald, Gabriele. 2002. "A model for relevant types of contexts in grammaticalization." In *New Reflections on Grammaticalization*. Ilse Wischer and Gabriele Diewald (eds.), 103-120. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

Diewald, Gabriele. 2009. "Konstruktionen und Paradigmen." *Konstruktionsgrammatik. Themenheft der Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, hg. Clemens Knobloch. Berlin: de Gruyter. *ZGL* 37, 445-468.

Fagard, Benjamin. 2002. "Evolution sémantique des prépositions spatiales de l'ancien au moyen français." *Linguisticae investigationes*, 25/2, 311-338.

Fagard, Benjamin. 2006. "La grammaticalisation en question: du latin aux langues romanes modernes." *Modèles Linguistiques* 53, 91-110.

Fagard, Benjamin. 2010. *Espace et grammaticalisation: L'évolution sémantique des prépositions dans les langues romanes*. Sarrebruck: Editions universitaires européennes.

Fagard, B. (em publ.). "Prépositions et locutions prépositives." In *Grande grammaire historique du français*. Marchello-Nizia, Christiane, Bernard Combettes, Sophie Prévost e Tobias Scheer (eds), Berlin / New York: De Gruyter.

Fagard, Benjamin e Walter de Mulder. 2007. "La formation des prépositions complexes: grammaticalisation ou lexicalisation?" *Langue française*, 156/ 4, 9-29.

Hagège, Claude. 2010. *Adpositions*. Oxford: Oxford University Press.

Hasselgård, Hilde. 2010. *Adjunct Adverbials in English*. Cambridge: Cambridge University Press.

Heine, Bernd. 2002. "On the role of context in grammaticalization." Ilse Wischer and Gabriele Diewald (eds.), *New Reflections on Grammaticalization*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 83-101.

Himmelmann, Nikolaus. 2004. "Lexicalization and grammaticalization: Opposite or orthogonal?" In *What Makes Grammaticalization? A Look from its Fringes and its Components,* Walter Bisang, N. P. Himmelmann, B. Wiemer (eds.), 21-42. Berlin and New York: Mouton de Gruyter.

Hoffmann, Sebastian. 2005. *Grammaticalization and English Complex Prepositions. A corpus-based study.* London and New York: Routledge.

Hopper, Paul e Elizabeth C. Traugott. 2003[2] [1993]. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

Huddleston, R., e G. K. Pullum. 2002. *The Cambridge Grammar of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hüning, M. 2014. "Over complexe preposities en convergentie." In *Patroon en argument: Een dubbelfeestbundel bij het emeritaat van William Van Belle en Joop van der Horst*, Van de Velde, F., Smessaert, H. et al. (eds.),. 433-445. Leuven: Universitaire Pers Leuven.

Kurzon, Dennis, Silvia Adler (eds.). 2008. *Adpositions. Pragmatic, semantic and syntactic perspectives*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

Lehmann, Christian. [2]1995. *Thoughts on grammaticalization*. Munich: Lincom Europa.

Lehmann, Christian. 1998. "German abstract prepositional phrases." In *Clause combining and text structure*, Korzen, Iørn e Michael Herslund (eds.), 87-106. Frederiksberg: Samfundslitteratur (Copenhagen Studies in Language, 22).

Lehmann, Christian (a publ.). "Complex prepositions from Latin to Castilian with focus on spatial prepositional adverbs." In *Les prépositions complexes dans les langues romanes*

Fagard, Benjamin e José Pinto de Lima, e Dejan Stosic, (a publ.), (Numéro spécial de *Revue Romane*) [https://www.christianlehmann.eu/publ/lehmann_complex_prepositions.pdf]

Lehmann, Christian e Christel Stolz. 1992. *Bildung von Adpositionen im Deutschen.* Erfurt: Seminar für Sprachwissenschaft der Universität Erfurt (ASSidUE, 6). [https://www.christianlehmann.eu/publ/ASSidUE06.pdf]

Pinto de Lima, José. 2014. "Grammaticalization of complex prepositions in European Portuguese." In *Studies on Grammaticalization and Lexicalization* José Pinto de Lima. Munich: LINCOM Europa.

Pinto de Lima, José. a publ. On grammaticalized complex prepositions in Portuguese: deployment, shift, redundancy, complementation.

Quirk, R., S. Greenbaum, G. Leech, e J. Svartvik. 1985. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longman.

Raposo, Eduardo B. Paiva *et al.* 2013. *Gramática do Português*. Vol. I & II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Schwenter, Scott A., e Elizabeth C. Traugott. 1995. "The Semantic and Pragmatic Development of Substitutive Complex Prepositions in English". In *Historical Pragmatics,* Andreas H. Jucker (ed.), 243-273. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Seppänen, Aimo, Rhonwen Bowen, e Joe Trotta. 1994. "On the so-called Complex Prepositions". *Studia Anglica Posnaniensia* 29, 3-29.

Svorou, Soteria. 1994. *The Grammar of Space*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Traugott, Elizabeth C. 1989. "On the Rise of Epistemic Meanings in English: An Example of Subjectification in Semantic Change." *Language* 57, 33-55.

Traugott, Elizabeth C. 1995a. "The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization." Paper presented at the 12th International Conference on Historical Linguistics, Manchester, August, 1995. http://www.stanford.edu/~traugott/papers/discourse.pdf

Traugott, Elizabeth C. 1995b. "Subjectification in Grammaticalization." In *Subjectivity and Subjectivisation in Language,* Dieter Stein/ Susan Wright (eds.), 37-54. Cambridge: Cambridge University Press.

47. Contacto e variação em caboverdiano: uma questão de tempo

Fernanda Pratas[660]

Centro de Linguística, Universidade de Lisboa

Este artigo foca-se num fenómeno particular de variação morfossintática em caboverdiano: a expressão do passado no progressivo e no habitual. A descrição dos dados relevantes e as questões levantadas, no âmbito das hipóteses teóricas que localizam as fontes de variação linguística no domínio funcional da frase, desafiam a universalidade da projeção sintática de Tempo, TP. Quanto a este último ponto, a proposta ainda em fase de elaboração é que, até ao momento, tudo parece assinalar um *continuum* linguístico, no qual as duas variedades em análise assumem posições distintas: numa delas, a de Barlavento, não existe evidência empírica a justificar essa projeção; na outra, a de Sotavento, essa evidência parece resumir-se ao morfema de passado *-ba*. O trabalho em curso irá mostrar, num futuro próximo, se esta hipótese está no caminho certo.

Palavras-chave: caboverdiano, variação dialetal, expressão do passado, projeção de TP.

1. Introdução

A expressão de tempo nas línguas naturais é um dos tópicos mais estimulantes na investigação em linguística, não só por envolver complexas relações ao nível da morfossintaxe e da semântica, mas também porque sugere questões de fundo que se estendem aos campos da filosofia e da antropologia: em que consiste o tempo de que falamos? Deve ser medido em pontos ou em intervalos? O passado existe fora da nossa memória? E o presente, é real, mesmo se, quando pensamos nele, já foi? Onde entra o futuro nesta conversa? É um tempo ainda por cumprir? Uma abstração que nos guia e confunde?[661] E a nossa consciência do tempo é condicionada culturalmente? O que significa, quanto à nossa visão do mundo, medir o tempo em minutos ou em estações

[660] Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto *LUDVIC – Language Unity and Diversity: Variation in Capeverdean and beyond* (IF/00066/2015).

[661] O leitor interessado numa introdução às questões filosóficas relacionadas com tempo pode começar por aqui: http://www.iep.utm.edu/time/.

das chuvas?[662] Para efeitos deste trabalho, na verdade, serve a definição do tempo como uma estrutura geral dos eventos, o que já traz complicações suficientes. De acordo com esta noção, o tempo apresenta as seguintes propriedades (cf. a referência indicada na nota 2): (a) para cada evento, o tempo fixa quando é que ele ocorre; (b) para cada evento, define a sua duração; (c) para cada evento, define que outros eventos ocorrem simultaneamente; (d) para cada par de eventos não-simultâneos, define qual ocorre primeiro; (e) pode ser representado por uma seta que se dirige dos eventos passados para os eventos futuros.

Os desafios teóricos aqui implicados tornam-se ainda mais salientes quando nos propomos descrever e analisar, numa perspetiva formal, fenómenos específicos relacionados com a expressão de tempo numa língua ainda pouco estudada e compreendida, como a que é objeto deste trabalho e que a seguir apresento brevemente.

1.1 A língua em estudo

O caboverdiano é uma língua crioula de base lexical portuguesa, que tem duas variedades dialetais tradicionalmente reconhecidas, associadas às duas ilhas mais populosas da República de Cabo Verde: a variedade de Sotavento, que surgiu a partir do século XVI na ilha de Santiago (Jacobs 2010, e referências aí incluídas), e a variedade de Barlavento, que se desenvolveu, entre outras ilhas do norte do arquipélago, na ilha de São Vicente, a partir do início do século XIX, quando a primeira comunidade de falantes aí se terá fixado (Swolkien 2014, e referências aí incluídas). A capital da ilha de Santiago, também capital do país, é a cidade da Praia, e a capital da ilha de São Vicente é a cidade do Mindelo, representadas no seguinte mapa[663].

[662] O leitor interessado numa síntese de diversas abordagens antropológicas do tempo (incluindo as de Durkheim, Evans-Pritchard, Lévi-Strauss, Geertz, Piaget, Husserl e Bourdieu) pode começar pelo livro seminal de Alfred Gell, *The Anthropology of Time: Cultural Constructions of Temporal Maps and Images*, primeiro publicado em 1992, pela editora Berg (Oxford, UK / Providence, Rhode Island).
[663] Este mapa está disponível em https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=32235507.

Figura 1. Mapa de Cabo Verde

Estas variedades são faladas também em outras ilhas, mas os dados aqui apresentados são provenientes de Santiago e de São Vicente[664]. Quanto à localização de outras eventuais variantes para os significados aqui em análise, só poderemos ter uma proposta depois de elas terem sido registadas e devidamente estudadas[665].

Este artigo tem assim dois objetivos principais: (i) apresentar a descrição comparativa de um caso específico de variação linguística em caboverdiano – a expressão do passado no progressivo e no habitual, e (ii) levantar algumas questões relevantes sobre a universalidade da projeção sintática de Tempo, TP.

1.2 Qual é o tempo/tense *de que falamos?*

Mesmo garantindo que não estamos aqui a falar da noção de tempo no sentido, em inglês, de *time* (que envolve todas as propriedades anteriormente enumeradas), mas sim de *tense* (que se refere apenas à localização dos eventos no passado, presente ou futuro, uma vez que as outras relações são de natureza aspetual), torna-se necessário fazer uma clarificação importante. Em muitas línguas naturais existem itens (tipicamente, morfemas funcionais) exclusivamente dedicados à expressão de tempo, neste sentido de *tense* em inglês. Por vezes, essas unidades não são lexicalizadas, ou

[664] Focando-se num fenómeno particular de variação morfossintática nestas duas variedades, este trabalho não analisa os abundantes casos de variação morfofonológica também existentes na língua.
[665] Os estudos da gramática do caboverdiano têm conhecido uma evolução encorajadora, com numerosos artigos e teses recentes focados em diversas estruturas, sob diferentes abordagens teóricas. Isto inclui, precisamente, as estratégias para a expressão de tempo e aspeto, descritas em trabalhos como os de Silva (1985, 1990), Suzuki (1994), Baptista (2002), Tavares (2012) e Swolkien (2014), entre outros. Ainda existem, porém, muitos aspetos da língua que continuam totalmente por analisar.

são-no para um dos tempos e não para outros (como é o caso do que aqui designamos por variedade de Santiago, em que apenas o afixo verbal *-ba*, associado a construções no passado, parece ser um marcador morfológico de tempo). Em qualquer desses casos, os traços de tempo podem nelas surgir codificados de uma forma que significa, por exemplo, não-futuro (isto acontece, segundo Matthewson 2006, com um morfema nulo em *st'át'imcets* 'a língua do povo de Stat' – também conhecida como Lillooet Salish, uma das línguas nativas do Canadá –, que assinala um valor temporal de presente ou passado). Assim, no caso destas línguas que dispõem de unidades, lexicalizadas ou nulas, cuja única função é expressar *tense*, espera-se que as análises sintáticas no quadro teórico da gramática generativa, também assumido no presente artigo, localizem cada um desses itens no núcleo de uma projeção funcional dedicada*:* *Tense Phrase* (TP). Paralelamente, a posição de especificador de TP pode ter outras funções sintáticas associadas, tais como a atribuição de caso nominativo, pelo que esta projeção pode ainda ser motivada por razões relativamente laterais à expressão gramatical de *tense*. Ora o que está em discussão no ponto (ii), acima, é a universalidade desta projeção na sintaxe, na sequência de outros trabalhos que defendem, para outras línguas, a sua ausência da estrutura funcional (Bittner 2005 sobre o kalaallisut; Lin 2010, 2012 sobre o mandarim[666]; Tonhauser 2011 sobre o guarani do Paraguai; Ritter e Wiltschko 2014 sobre diferentes línguas nativas da América). Não se trata, portanto, de avaliar se esta língua em concreto tem ou não a categoria semântica de *tense*, no sentido de ter disponíveis as noções de passado, presente e futuro. Os falantes de caboverdiano, em qualquer das suas variedades, e tal como acontece presumivelmente com os falantes de qualquer língua natural, entendem-se quanto à localização temporal das eventualidades que descrevem relativamente a um ponto de perspetiva (tipicamente, o instante da enunciação). Isto significa que também a sua língua lhes oferece estratégias (muito interessantes, como veremos) para a codificação semântica de *tense*. O que pode não se verificar – e é este ponto que vai ser discutido neste artigo, em particular quanto à variedade de São Vicente (que não dispõe do morfema *-ba*) – é a existência de uma unidade morfológica, seja ela lexicalizada ou nula, exclusivamente dedicada à codificação sintática de *tense*.

[666] Lin mantém que não existe evidência para uma projeção sintática de tempo em mandarim apesar dos argumentos em Sybesma (2004), argumentos estes de facto pouco convincentes, por assentarem basicamente na ideia de que, se essa projeção existe noutras línguas, deve existir em mandarim.

Os valores de passado, presente ou futuro são expressos através de combinações linguísticas que envolvem morfemas de modo, morfemas de aspeto, advérbios ou outros itens na frase e/ou no contexto discursivo, e, ainda, inferências pragmáticas. Neste caso, parece razoável questionar a obrigatoriedade de T no domínio sintático, sendo então necessário apenas verificar se a língua em estudo apresenta ou não evidência empírica quanto à existência de uma projeção TP por outras razões (atribuição de caso nominativo, por exemplo)[667].

Uma vez clarificada esta questão, apresento a estrutura deste texto. A secção 2 expõe os três pressupostos teóricos que servem de orientação a este trabalho. A secção 3 resume algumas propostas anteriores sobre as projeções de tempo, modo e aspeto na variedade do caboverdiano falada em Santiago, a única para a qual foram avançadas análises sintáticas formais quanto à estrutura funcional da frase: em 3.1 são sintetizadas as propostas de outros autores; em 3.2 teremos uma síntese de diversos passos da minha própria análise até ao momento. A secção 4 introduz os dados relevantes da variedade falada em São Vicente, que estão descritos em Swolkien (2014) e que constituem o ponto de partida para futuro trabalho de campo; eles são aqui apresentados numa perspetiva comparativa com os da variedade de Santiago. A secção 5 traça uma hipótese quanto à análise integrada destes dados; espera-se que esta proposta venha a ser confirmada e desenvolvida em futuros trabalhos de investigação. A secção 6 enuncia as questões que ficam, para já, claramente em aberto.

2. Pressupostos teóricos

A abordagem biolinguística da linguagem assenta na hipótese controversa resumida em Berwick e Chomsky (2010): «um pequeno grupo de hominídeos na África oriental sofreu uma mutação menor» que resultou numa «linguagem do pensamento»; num estádio posterior, depois de diversas interações complexas que envolvem o caráter estocástico da evolução enquanto processo de seleção natural, esta linguagem do pensamento foi ligada ao sistema sensório-motor, que permitiu a sua externalização. Os resultados desta ligação «parecem ser altamente diversos, mas têm uma unidade

[667] Numa linha de raciocínio idêntica, também a propósito de tempo no sentido semântico vs. tempo no sentido morfossintático, Ritter e Wiltschko (2014:1339 nota 11) dizem: «O que falta ver é como é que deve ser modelada a relação entre padrões semânticos de interpretação temporal e padrões morfossintáticos de marcação de tempo».

essencial» (Berwick e Chomsky 2010: 40–41). Nas palavras de Fitch (2011: 385), «as línguas particulares correspondem a soluções específicas para as restrições impostas pela biologia humana à aquisição da linguagem e à mudança histórica». Nesta perspetiva, algumas generalizações interlinguísticas podem trazer um contributo importante para esta discussão. E estas generalizações, por seu lado, dependem do conhecimento adequado sobre o maior número possível destas línguas particulares.

A presente investigação sobre uma língua particular conta ainda com três pressupostos como ferramenta de trabalho. O primeiro, de natureza empírica, é que a variação linguística envolve «maneiras alternativas de dizer a mesma coisa» (Labov 1969: 738, n20). Trata-se de uma afirmação aparentemente trivial, que, no entanto, traz consequências fundamentais ao nível do registo e descrição dos dados: assumir que, antes de qualquer análise gramatical de duas expressões que consideramos equivalentes, temos de garantir que elas querem de facto dizer a mesma coisa torna indispensável a planificação de tarefas específicas para confirmação desse significado. No caso em estudo neste trabalho, por exemplo, é preciso verificar se as diferentes expressões que venham a ser descritas como tendo um valor de progressivo ou de habitual (sendo, assim, analisadas como formas alternativas de dizer a mesma coisa) não têm, em certos casos, uma interpretação aspetual diferente. Esta verificação pode ser feita com recurso a estratégias de elicitação mais elaboradas (que incluam a descrição de um contexto no qual se espera que a frase alvo seja produzida pelo falante) e/ou a formulação de juízos sobre a aceitabilidade de certas construções, também em certos contextos (cf. Matthewson 2004, sobre trabalho de campo em semântica).

O segundo pressuposto é de natureza teórica e consiste sumariamente na proposta que ficou conhecida como a conjetura Borer-Chomsky (assim formulada em Baker 2008, a partir de afirmações em Borer 1984 e em Chomsky 2001): «Todos os parâmetros de variação são atribuíveis a diferenças nos traços de itens específicos (isto é, os núcleos funcionais) no léxico» (Baker 2008: 156). Esta abordagem lexicalista da linguagem tem atualmente numerosos adeptos entre os linguistas de tradição generativista, mas conta também com alguns oponentes (por exemplo Boeckx 2015 – que argumenta longamente contra o que ele chama «lexicocentrismo», um obstáculo interno à teoria generativista no caminho para a adequação explicativa quanto à

linguagem –, entre outros)[668]. A preocupação fundamental neste artigo reside na correta descrição dos dados do caboverdiano, também de forma a que no futuro seja possível usá-la ao serviço de outras propostas teóricas; uma vez que esta abordagem lexicalista da variação dialetal favorece, para já, este objetivo quanto à descrição dos dados (podendo a camada que diz respeito à análise vir a ser dispensada ou adaptada), parece adequado tê-la como uma das ferramentas de trabalho no presente contexto. Ora o progressivo e o habitual são, em caboverdiano, categorias que garantem o recurso a núcleos funcionais lexicalizados (outras combinações de tempo e aspeto podem ser obtidas com a forma nua do verbo + outros elementos na frase e/ou no contexto discursivo), o que os torna bons candidatos a serem integrados no estudo da variação linguística nesta perspetiva.

O terceiro pressuposto relaciona-se com o segundo: a variação intra-individual pode envolver uma subespecificação no mapeamento entre categorias funcionais e formas morfológicas (Adger e Smith 2010). Por outras palavras, pode dar-se o caso de uma determinada categoria funcional ter mais do que uma forma morfológica atribuída e ser legítima a opção por uma ou por outra, o que resulta em variação linguística. Saber como é que os falantes elegem uma ou outra variante é um outro tópico digno de estudo, ainda mais interessante quando as variantes disponíveis estão mais próximas ou mais afastadas da língua do colonizador[669].

3. Propostas anteriores sobre tempo, modo e aspeto na variedade de Santiago

Esta secção resume as ainda relativamente escassas análises da expressão de tempo, modo e aspeto nesta língua crioula de base lexical portuguesa. Em 3.1 são apresentadas duas propostas de outros autores, e em 3.2 focarei os diferentes passos da minha

[668] Chomsky define três níveis de abordagem no que respeita ao trabalho em linguística: (i) uma gramática que procura a adequação descritiva está preocupada em dar uma descrição correta das intuições dos falantes; ou seja, está focada no output do dispositivo; (ii) uma teoria linguística que procura a adequação explicativa está preocupada com a estrutura interna do dispositivo; isto é, pretende encontrar uma base de princípios, independente de qualquer língua em particular, para a seleção da gramática descritivamente adequada de cada língua (Chomsky 1965: 63, tradução minha); (iii) um terceiro nível fica além da adequação explicativa («beyond explanatory adequacy»), perguntando não só quais são as propriedades da linguagem, mas porque é que elas são como são (Chomsky 2004: 105).
[669] Este tópico das atitudes linguísticas como possível fator nas escolhas dos falantes irá ser abordado ao longo do projeto LUDVIC, mas é deixado de fora deste artigo.

própria análise também para esta variedade do caboverdiano, uma vez que será ela a base para o estudo comparativo da variedade de São Vicente.

3.1 Uma estrutura funcional complexa

Em Baptista (2002) encontramos uma das primeiras análises específicas para a estrutura funcional da frase na variedade cabo-verdiana de Sotavento. Partindo da descrição de diversos dados empíricos, esta proposta inclui diferentes nós sintáticos: para concordância verbal (AgrP), aspeto (AspP), modo (MoodP) e tempo (TP). No entanto, e conforme foi observado em Pratas (2007), verifica-se em Baptista (2002) um contraste entre, por um lado, a descrição detalhada dos dados, no capítulo 4, que aponta as diversas interdependências dos verbos e dos diferentes morfemas funcionais, e, por outro lado, nos capítulos 6 e 7, a proposta daquela estrutura funcional complexa, que não é sequer coerentemente ancorada nos dados. Por exemplo, o morfema pré-verbal *ta* aparece sob a etiqueta Asp na página 165 e sob a etiqueta Aux na página 200, exatamente para a mesma frase, *Joao ta staba ta kumeba* 'Joao would have been eating' (tradução da autora)[670]. A falta de fundamentação para esta estrutura funcional complexa também se verifica quanto à projeção de AgrP, uma vez que não existe na língua qualquer marca morfológica de concordância sujeito-verbo nem outras razões que a justifiquem (cf. Pratas 2007).

Em Alexandre (2009), existe uma referência quanto à estrutura funcional na mesma variedade, incluindo TP e AspP com base no argumento de que o «CVC [Crioulo de Cabo Verde] parece ter marcadores aspetuais (e.g., *ta* para imperfetivo, Ø para perfetivo, *sa ta* para progressivo, etc.) e um marcador temporal *-ba* (para tempo

[670] Note-se que a tradução de Baptista (2002), correspondente em português a algo como 'O João teria estado a comer', apoia-se na ideia de que, sendo esta frase bi-oracional – com *sta* como verbo da primeira oração e *kume* como verbo da segunda –, o segundo conjunto *ta* V-*ba* tem um valor de anterioridade em relação ao denotado pelo primeiro. Ou seja, esta interpretação merecia uma discussão quanto à possibilidade de termos aqui os efeitos de uma sequência temporal (SOT, de *sequence of tense*; para uma análise de contextos deste tipo em orações completivas noutras línguas, ver Stowell (1996), Enç (1987) e Zagona (2002), bem como Ogihara (1995) e (Kratzer 1998)). Esta discussão não ocorreu. Paralelamente, os falantes consultados em Pratas (2007) não tinham esta interpretação disponível para esta frase. Independentemente de se tratar de uma estrutura bi-oracional (pode realmente ser este o caso, devido à ocorrência de alguns advérbios entre os dois verbos, além da dupla marcação com *-ba*), as interpretações a que tive acesso foram de passado habitual ou de condicional: 'O João estava a comer' ou 'O João estaria a comer' (traduções minhas), podendo ter cada uma delas valores mais complexos induzidos pelo contexto.

anterior ou passado)» (Alexandre 2009: 23, tradução minha).[671] Em Alexandre *et al.* (2013), num estudo sobre o movimento do verbo em caboverdiano e em kryiol (crioulo da Guiné-Bissau), também se defende que a estrutura funcional em questão inclui TP e AspP. Os autores afirmam que «a informação aspetual é proeminente nas línguas crioulas»[672].

3.2 Núcleo T, de temporal

Ainda sobre a variedade de Santiago, Pratas (2007) discorda das propostas de Baptista (2002) sobre o movimento do verbo e, em geral, sobre a estrutura funcional da frase[673]. Em alternativa, a análise então delineada apontava uma estratégia composicional para a construção da referência temporal: «na maioria das frases em cabo-verdiano, Tempo e Aspeto, e também Modo, não são exclusivamente garantidos por morfemas funcionais, sendo antes derivados da interação de diferentes itens, tais como os verbos marcados por estes TMAs, expressões adverbiais, orações temporais e informação discursiva, que funcionam em conjunto e condicionam todo o significado» (Pratas 2007: 43)[674]. Assim, e mais concretamente quanto à estrutura sintática, a proposta é que os morfemas que contribuem para marcar tempo, modo e aspeto são núcleos que surgem em adjunção sob a etiqueta T, de «temporal»[675]. Esta decisão foi motivada por parecer na altura muito difícil definir os valores específicos de cada morfema: *sata* parecia nitidamente ser um marcador de aspeto, mas *ta* parecia mais ser um elemento modal, e quanto a *-ba*, embora parecesse tempo, também ocorria em contextos em que isso não era tão claro.

Neste sentido, a interpretação da forma nua dos verbos aí apontada foi desenvolvida nos trabalhos seguintes (Pratas 2010, 2012a, 2014). Estes trabalhos confirmam a existência de um morfema zero (ou nulo), que, em combinação com os diferentes

[671] Original inglês: «CVC seems to have aspectual markers (e.g., *ta* for imperfective, Ø for perfective, *sa ta* for progressive, etc.) and a temporal marker *-ba* (for anterior or past tense)» (Alexandre 2009: 23).
[672] Original em inglês: «aspectual information is prominent in Creole languages».
[673] As duas outras propostas acima referidas não foram aí consideradas, uma vez que são posteriores.
[674] Original em inglês: «in most Capeverdean sentences Tense and Aspect, and also Mood, are not exclusively provided by functional morphemes, but rather they are derived from the interaction of different pieces, such as the verbs that these TMAs are marking, adverbial expressions, temporal clauses and discourse information, which work together and condition the whole meaning».
[675] Esta afirmação consiste, muito grosseiramente, na paráfrase de: «syntactic Tense features and also morphological markers for Tense and Aspect (TMAs) may be accommodated by T alone […] each of these markers may surface in one of the multiple adjoined heads under the label T» (Pratas 2007: 44)

predicados, dá origem à leitura temporal das frases em questão. Um traço importante desta análise, no entanto, é que esse morfema zero, em vez de marcador de aspeto perfetivo, passa a ser um elemento que garante às formas verbais nuas leituras equivalentes ao Perfeito do inglês[676, 677]. Assim, as formas nuas dos verbos eventivos antes descritas como passado simples passam aqui a ser descritas como *N ø kume pexe*, equivalente em inglês a '[now] I have eaten fish' (Pratas 2010: 229). A tradução para português é, naturalmente, 'Eu comi peixe', em que temos uma marcação morfológica de passado simples (entre outras). É ainda de ressalvar que estas leituras temporais equivalentes ao perfeito inglês não são (ao contrário do que acontece naquela língua) incompatíveis com advérbios do tipo de *onti* 'ontem' (*yesterday*).

Esta proposta assume que a oposição saliente em caboverdiano no que respeita ao aspeto gramatical é entre o Progressivo e o Perfeito, mais do que entre o Imperfetivo e o Perfetivo (cf. Demirdache e Uribe-Etxebarria 2000, 2007). O Progressivo e o Perfeito são aqui vistos como categorias semanticamente complexas, que envolvem certas características temporais (Smith 1991). Além disso, esta análise assenta nos conceitos seguintes. Existem três Tempos relevantes para a construção da referência temporal numa dada frase: o Tempo da enunciação (em inglês: *Speech Time*, *Utterance Time*, entre outros), o Tempo do evento ou situação (*Event Time*, entre outros); e um terceiro Tempo que já foi também sujeito a diferentes etiquetas na literatura (entre os quais *Assertion Time*, em Demirdache e Uribe-Etxebarria 2000, 2007) – este último é o tempo acerca do qual o falante faz uma afirmação. Neste artigo, é assumida a terminologia de Klein (1994) para estes três tempos: respetivamente, *Time of Utterance* (TU), *Situation Time* (T-Sit), *Topic Time* (TT). É com base nestes três Tempos que as relações estabelecidas por tempo e aspeto se vão definir. Assim, o

[676] Esta análise contraria a proposta de Bickerton (1981, 1984) de que as línguas crioulas apresentam um conjunto prototípico de traços comuns que dá conta, entre outros factos, da leitura de presente para as formas nuas dos verbos estativos e da leitura de passado para as formas nuas dos verbos eventivos.

[677] Um morfema nulo com leitura de perfeito também foi proposto em van de Vate (2011) para o saramacano. No entanto, embora existam algumas semelhanças significativas entre as duas línguas crioulas, existem também diferenças importantes quanto ao seu sistema de tempo e aspeto. Por exemplo, van de Vate (2011) mostra que em saramacano os verbos não marcados não-estativos têm uma leitura de 'experiential perfect' e os não marcados estativos podem ter uma leitura de 'universal perfect' (p. 48). Isto não se aplica ao caboverdiano, uma vez que, nesta língua: (i) os estados do tipo de *e altu* 'ser alto' ou *sabe risposta* 'saber a resposta' são aqui analisados como resultado do que pode considerar-se um equivalente ao 'experiential perfect' (note-se, além do mais, que estes diferentes 'perfeitos' foram propostos para o caso particular do inglês); (ii) existem verbos cujas formas nuas podem entrar em construções estativas, como *kridita na Dios* 'acreditar em Deus', e têm, ainda assim, uma interpretação de passado (ou seja, não correspondem a um «universal perfect»).

aspeto ordena um determinado TT relativamente ao tempo da eventualidade descrita (T-Sit). Esta ordenação pode ser de: (i) subsequência de TT face a T-Sit, resultando num aspeto retrospetivo/perfeito; (ii) inclusão/coincidência de TT face a T-Sit, resultando num aspeto progressivo; (iii) precedência de TT face a T-Sit, resultando num aspeto prospetivo. O tempo, por sua vez, é também um predicado espácio-temporal que relaciona dois intervalos: ordena o tempo da enunciação (TU) – tipicamente o ponto de perspetiva em orações matriz – relativamente ao TT. Esta relação pode ser de: (i) subsequência de TU face a TT, resultando no passado; (ii) algum tipo de coincidência entre TU e TT, resultando no presente; (iii) precedência de TU face a TT, resultando no futuro[678].

A leitura de perfeito aqui considerada envolve dois tipos de estados decorrentes de situações localizadas no passado, estados esses cujo valor de verdade é avaliado no TT: (i) um estado resultante, que é «um estado abstrato criado pela ocorrência anterior do evento» (Portner 2011: 1230, tradução minha); este é o mesmo que «o pós- tempo da situação descrita pelos predicados» (Klein 2014: 962); em caboverdiano, este é o caso dos predicados eventivos e de alguns estativos, mas note-se que, dependendo dos predicados em questão, este pós-tempo da situação/estado resultante tem implicações diferentes para o estado atual das coisas; (ii) um estado de resultado, que é parte da estrutura eventiva criada pelo predicado (Moens e Steedman 1988, Smith 1991); este é o caso de alguns outros estativos, como algumas instâncias específicas de *sabe* 'saber'. Aqui, a leitura temporal está diretamente ancorada neste estado de resultado (*result state*).

Para a variedade de Santiago obtemos assim, resumidamente, as seguintes ordenações temporais. Aspeto: (i) quando temos a forma nua do verbo, a posição do TT face ao T-Sit é de subsequência – ou seja, obtemos o equivalente ao Perfect do inglês; (ii) quando temos um marcador de progressivo, essa relação passa a ser de inclusão/coincidência. Tempo: (i) *-ba* está associado, respetivamente, ao equivalente ao Past Perfect do inglês e ao Progressivo Passado; (ii) a ausência de *-ba* está associada, respetivamente, ao equivalente ao Present Perfect do inglês e ao Progressivo

[678] Uma nota importante é que Demirdache e Uribe-Etxebarria usam estas relações semânticas para projetar na sintaxe uma estrutura com os nós TP e AspP. No entanto, se a proposta avançada na secção 5 estiver no caminho certo, essa estrutura não se adapta, pelo menos, à variedade de São Vicente.

Presente; a leitura de presente resulta aqui de uma inferência pragmática – na ausência do marcador de passado, assume-se que o TT coincide com o TU.

A próxima secção introduz todos os dados relevantes para a comparação entre as variedades de Santiago e São Vicente.

4. Os dados de Santiago e de São Vicente numa perspetiva comparativa

Esta secção é meramente descritiva dos dados relevantes para uma comparação das duas variedades quanto à expressão do progressivo, como forma de apurar os elementos que intervêm na construção da referência temporal nesta língua. Os exemplos usados provêm de diversas fontes (Pratas 2007, Pratas 2012b, Brüser e Santos 2002, Swolkien 2014), tendo alguns deles sido adaptados para isolar o contraste relevante em certos passos desta descrição.

4.1 Relações comuns às duas variedades

Em (1) e (2) verificamos que a leitura das formas nuas dos verbos pode diferir conforme se trata de um tipo de estados cuja denotação envolve determinados verbos lexicais (tipicamente 'saber') (como em (1)), ou não (como em (2)). Esta interpretação para as formas nuas é comum às duas variedades, embora os dados aqui apresentados sejam apenas de Santiago.

(1) *N* ***sabe*** ***konta*** *ti* *sen.* [presente]
1SG saber contar PREP cem
'Eu sei contar até cem.'

(2) a. *E* ***txiga*** *tardi.* [passado]
3SG chegar tarde
'Ele chegou tarde.'

b. *E* ***kridita*** ***na*** ***spritu***. [passado]
3SG acreditar PREP espírito
'Ele acreditou em espíritos.'

Também nas duas variedades, o morfema pré-verbal *ta* tem consequências interessantes para a leitura temporal. Veja-se os exemplos em (3) e (4), com predicados equivalentes, respetivamente, aos que temos em (1) e (2).

(3) *N* ***ta*** ***sabe*** ***konta*** *ti* *sen.* [futuro]
1SG TA saber contar PREP cem
'Eu vou ficar a saber contar até cem.'

(4) a. *E* ***ta*** ***txiga*** *tardi.*
[presente/futuro]
3SG TA chegar tarde
'Ele chega tarde.' [habitualmente; mais logo/amanhã]
b. *E* ***ta*** ***kridita*** ***na*** ***spritu***. [presente]
3SG TA acreditar PREP espírito
'Ele acredita em espíritos.'

Note-se que a ocorrência de *ta* se associa a uma leitura não estativa de 'saber', em (3): o que temos neste caso é um 'saber' dinâmico, no sentido de 'ficar a saber'. Note-se ainda que, no contexto adequado, a forma em (4a) pode também ter uma interpretação de futuro. Para (4b), se manipularmos o contexto de modo a obter uma leitura de futuro, o que obtemos, na verdade, é um predicado dinâmico, um processo semelhante ao que acontece em (3). Da mesma forma, o presente de *kridita na spritu* 'acreditar em espíritos' não tem uma leitura de habitual, mas sim de presente atual. Estas observações mostram que estamos perante um verdadeiro estativo, embora de natureza diferente de *sabe* 'saber'. Para uma interpretação estativa no futuro, ambos precisam de um auxiliar como *ba* 'ir': *N ta ba sabe risposta*, *N ta ba kridita na spritu*.

4.2 Formas distintivas

Os exemplos que se seguem ilustram os contextos em que se verifica a variação em análise neste trabalho: a marcação de passado, que em Santiago envolve o morfema pós-verbal *-ba* e em São Vicente depende de outras estratégias. Em (5) e (6) temos, para a variedade de Santiago, exemplos equivalentes a (1) e (2).

Variedade de Santiago

(5) *N* ***sabeba*** ***konta*** *ti* *sen.* [passado]
1SG saber:BA contar PREP cem
'Eu sabia contar até cem.'

(6) a. … *mi* *N* ***odjaba*** ***algen*** *ta* *faze.*[mais-que-perfeito]
1SG 1SG ver:BA alguém TA fazer
'… eu tinha visto alguém fazer.'
b. … *e* ***kriditaba*** ***na*** ***spritu***. [mais-que-perfeito]
3SG acreditar:BA PREP espírito
'… ele tinha acreditado em espíritos.'

Como é natural para as leituras de mais-que-perfeito, as frases em (6) precisam de um contexto mais alargado, não incluído aqui por razões de espaço e para não introduzir segmentos desnecessários nesta descrição.

Em (7) e em (8) temos o mesmo que acima, mas com *ta* – ou seja, os efeitos do morfema de passado *-ba* aplicados a exemplos equivalentes aos de (3) e (4).

(7) *N* ***ta*** ***sabeba*** ***konta*** *ti* *sen.* [condicional]
1SG TA saber:BA contar PREP cem
'Eu iria ficar a saber contar até cem.'

(8) a. *E* ***ta txigaba*** *tardi.* [passado habitual]
3SG TA chegar:BA tarde
'Ele chegava tarde.'

b. *Si bu tenba un muntada, bu ta txigaba Piku fáxi.* [condicional]
se 2SG ter:BA uma montada, 2SG TA chegar:BA Piku depressa
'Se tivesses uma montada, chegarias rapidamente ao Pico.'

c. *E* ***ta kriditaba na spritu****.* [passado]
3SG TA acreditar:BA PREP espírito
'Ele acreditava em espíritos.'

O efeito de *-ba* é idêntico em frases no progressivo, seja numa construção com o morfema pré-verbal *sata* – neste caso *-ba* apenas se afixa ao único verbo da frase (9b) –, seja numa variante desta, muito comum também em Santiago mas em meios mais urbanos: auxiliar *sta* + *ta* + V (10b) – neste caso, *-ba* afixa-se nos dois verbos, o auxiliar e o verbo lexical:

(9) a. *Miriam, bu* ***sata kume*** *bolu antis di djanta?* [presente]
Miriam, 2SG PROG comer bolo antes de jantar
'Miriam, estás a comer bolo antes de jantar?'

b. *Miriam, bu* ***sata kumeba*** *bolu antis di djanta?* [passado]
Miriam, 2SG PROG comer:BA bolo antes de jantar
'Miriam, estavas a comer bolo antes de jantar?'

(10) a. *N* ***sta ta fla****-u pa-u bai undi-m.* [presente]
1SG STA TA dizer-2SG para-2SG ir onde-1SG
'Eu estou a dizer-te para me ires visitar.'

b. *N* ***staba*** ***ta*** ***flaba*** *bo* *pa-u* *bai* *undi-m*. [passado]
1SG STA:BA TA dizer:BA 2SG para-2SG ir onde-1SG
'Eu estava a dizer-te para me ires visitar.'

Variedade de São Vicente

Aqui, na ausência de *-ba*, observamos estratégias distintas associadas aos diferentes passados. Dois dos casos envolvem formas supletivas provenientes do português (Swolkien 2014): para uma frase equivalente a (5), temos *sabia*; para as frases equivalentes a (6a) e (6b), temos *tinha* + forma participial, em construções perifrásticas bastante semelhantes à do português. Os outros dois casos – passado habitual e passado progressivo – envolvem morfemas específicos desta variedade. Veja-se o exemplo (11), em que o passado habitual (equivalente a (8a)) é obtido com os morfemas pré-verbais *tava* ou *tá* (com o som [ta], diferente de [tɐ], o *ta* de presente habitual, conforme descrito em Swolkien 2014).

(11) *N* ***tava / tá*** ***trabalha*** *parmanhan.*
1SG TÁVA / TÁ trabalhar de.manhã
'Eu trabalhava de manhã.'

Para esta variedade, os exemplos em (12) ilustram o progressivo presente ((12a), que é possível com os morfemas pré-verbais *tita* ou *tite*) e o progressivo passado (em (12b), que pode ter os morfemas pré-verbais *tá ta / tava ta* ou *tá te / tava te*).

(12) a. […] *bo* ***tita*** ***miá*** *asin?*
2SG TITA miar assim
'[…] estás a miar assim?'
b. *Kes* *tropa* ***tava*** ***te*** ***kore****.*
DET tropa TÁVA TE correr
'As tropas estavam a correr.' (Swolkien 2015: 201, 205)

A marcação de passado não parece aqui, portanto, tão linear como o que ocorre na variedade de Santiago. Temos o que podia parecer um morfema de passado, *va*, mas

acontece que ele não se afixa no verbo, surgindo antes agregado a outros morfemas que têm um valor de habitual ou de progressivo (e modificando-os). Ou seja, não parece um típico marcador verbal de *tense*, mas sim um elemento de concordância temporal. Veremos isto em pormenor na secção seguinte.

5. Pontos para uma futura análise integrada das duas variedades

Antes de passar à discussão das hipóteses de análise para este fenómeno de variação, a Tabela 1 recupera grande parte das combinações morfológicas descritas na secção anterior. Na variedade de Santiago aqui ilustrada, o morfema *-ba* parece mudar o Topic Time (TT) para o passado em todos estes casos, enquanto na variedade de São Vicente as leituras de passado resultam de diferentes combinações[679].

Tabela 1: Leitura temporal para os diferentes morfemas combinados com predicados eventivos

	tempo / aspeto	presente	passado
variedade de Santiago	perfeito	**ø V**	**ø V-ba**
	progressivo	**sata V**	**sata V-ba**
		sta ta V	**staba ta V-ba**
	habitual	***ta* V**	**ta V-ba**
variedade de São Vicente	perfeito	**ø V**	***tinha* particípio**
	progressivo	***tita* V / *tite* V**	**tá te V / tava te V**
	habitual	***ta* V / *te* V**	***tá* V / *tava* V**

Visualizar estas diferentes associações morfológicas permite-nos o acesso mais imediato à informação que sustenta as dúvidas que se seguem.

5.1 As questões que estes dados levantam

Qual é o elemento responsável pela marcação de passado na variedade de São Vicente? Será que *tava* pode ser considerado como *ta* + *va* (passado)? Embora a hipótese que emerge desta questão pareça atraente – ambas as variedades têm um

[679] A combinação aqui descrita como correspondendo à leitura de presente habitual também pode ocorrer em contextos que parecem mais próximos do presente progressivo. Esta observação precisa de ser melhor testada, de modo a apurar se estes contextos terão uma interpretação de 'presente atual'.

morfema de passado, *-ba* em Santiago, *va* em São Vicente –, ela depara-se com uma série de problemas. Um deles é que parece existir uma variação verdadeiramente opcional entre *tava* e *tá*, ambos com valor de passado. Para dar conta disto, poderíamos então propor que o morfema de passado *va* desencadeia uma mudança fonológica da vogal em *ta*, que se mantém depois, mesmo na forma reduzida *tá* (sem *va*)? Isto é, ficaria sempre um traço específico de passado, visível em *tá* precisamente porque esta vogal aberta indicia que o *va* esteve/está lá?

Um problema de mais difícil solução, no entanto, consiste precisamente no facto de este eventual morfema de passado ter de se afixar obrigatoriamente num outro morfema modal (*ta*, no caso das leituras habituais) ou aspetual (*tita* ou *tite*, no caso das leituras de progressivo), em vez de se associar ao verbo. Isto não só é visível nas construções em que ele ocorre – em (11) e em (12b) vemo-lo agregado aos marcadores de habitual e de progressivo, respetivamente –, como se torna evidente naquelas em que ele não ocorre, sendo o valor de passado aí obtido através de outras estratégias. Este é o caso do que, para a variedade de Santiago, foi acima analisado como equivalente ao Present Perfect em inglês, em que temos uma leitura de passado com a forma nua do verbo. E é também o caso do Past Perfect; este é, nesta variedade, construído com *tinha*, forma supletiva do auxiliar português 'ter', combinada com formas provenientes dos particípios do português muito frequentes nesta variedade, como *limitód* ('limitado') ou *bibid* ('bebido') (Swolkien 2014:189). E aqui, como daríamos conta da codificação morfossintática específica para tempo? Note-se que não podemos com segurança afirmar ser esta uma forma perifrástica produtiva na língua. Para isso, seria necessário que (como acontece em português, por exemplo) o auxiliar ocorresse em diferentes tempos, podendo ser marcado de acordo com esses valores temporais – e isto não acontece nestes casos. Existem na língua construções perifrásticas produtivas nos diversos tempos (por exemplo com *sta*, como vimos para algumas variantes do progressivo em Santiago, que surge marcado por *-ba*, nos mesmos contextos que os outros verbos), mas esta não parece ser uma delas. Para já, a hipótese mais coerente é então que, na ausência de um outro morfema temporal (no sentido lato) lexicalizado na frase – ou seja, na presença apenas de um morfema nulo que marca um valor de perfeito (cf. secção 3.2) –, o eventual morfema *va* não tem um hospedeiro a que se afixar. Esta é mais uma razão para considerar que este elemento,

va, não tem um comportamento típico de marcador verbal de *tense*, parecendo antes um morfema de concordância dependente de certos valores temporais que são estabelecidos por outras vias e em certos contextos. Outros contextos, e por razões que ainda precisam de uma análise detalhada, recorrem às formas supletivas.

Assim, a proposta que fica como a mais promissora é a de que não é possível encaixar numa estrutura complexa um item lexical específico de tempo, no sentido de *tense*, para a variedade de São Vicente. Algumas diferenças face ao comportamento de *-ba*, na variedade de Santiago, leva à conclusão de que estamos perante um fenómeno muito interessante de variação, que vale a pena ser estudado em grande pormenor. Note-se que, a propósito de léxico e da evolução da variedade de São Vicente, Swolkien (2014) aponta uma influência de traços do português – influência recente, entenda-se, uma vez que a intervenção original é inerente à condição de 'língua crioula de base lexical portuguesa' –, e refere que alguns traços da variedade de Sotavento se perderam. Esta perda, acrescenta, «levou a uma maior multifuncionalidade de marcadores e reforçou o papel dos advérbios na determinação de tempo e aspeto» Swolkien (2014:257, tradução minha). Também as implicações desta observação serão exploradas em análises futuras destes fenómenos.

5.2 Que tipo de variação é esta?

Na sequência da conjetura Borer-Chomsky (ver segundo pressuposto, na secção 2), e como é referido em Fábregas *et al.* (2015), numa abordagem lexicalista espera-se que haja duas principais fontes de variação linguística: (i) presença vs. ausência de um dado núcleo funcional F; e (ii) presença vs. ausência de determinado traço ou conjunto de traços associados ao núcleo funcional F. Mais concretamente quanto à variação intra-individual (quando o mesmo falante opta por uma ou por outra das variantes disponíveis), Adger e Smith (2010) propõem que ela tem duas dimensões, podendo envolver (a) variação na especificação desses mesmos traços (uma das variantes tem-nos, outra não) e/ou (b) uma subespecificação no mapeamento entre estas categorias funcionais e as formas morfológicas. O que temos em (a) modela a chamada variação 'paramétrica'; o que temos em (b) modela o tipo de variação habitualmente captado pela noção de variável linguística (Labov 1994, 2000) (Adger e Smith 2010:1109).

Assim, as hipóteses para explicar esta variação em caboverdiano são:

1. o núcleo funcional T é projetado numa variedade e não noutra; ou
2. sendo o núcleo funcional T projetado nas duas variedades, ele pode exibir um certo conjunto de traços numa das variedades e não na outra.

Já a variação intra-individual pode então resultar dessa variação na especificação dos traços, ou da subespecificação no mapeamento entre esta categoria funcional e as formas morfológicas disponíveis, deixando aos falantes a liberdade de opção por uma ou por outra. Uma questão que aqui fica em aberto é a seguinte: quando se verifica 1, não pode ocorrer variação intra-individual? A conjetura que agora parece razoável é que não, não pode. Concretizando melhor, se esta hipótese se verificar – isto é, se uma das variedades projetar T e a outra não –, será necessário também confirmar se um determinado falante de uma delas terá acesso opcional à marcação de passado disponível na outra. É assim muito estimulante acreditar que podemos também vir a perceber o que é que motiva escolhas individuais dos falantes, tendo em conta que algumas variantes disponíveis estão mais próximas do português.

Quanto à proposta de que, pelo menos numa das variedades do caboverdiano, T não é projetado – à semelhança do que foi proposto por outros autores para outras línguas e contribuindo assim para pôr em causa a universalidade desta categoria funcional –, um diagnóstico que fica desde já avançado é que essa projeção não parece necessária por outras razões sintáticas que não a expressão de tempo. Isto é verdade, aliás, para ambas as variedades aqui documentadas. Os exemplos abaixo seguem três dos diagnósticos propostos em Lin (2012) para o mandarim. Por um lado, em caboverdiano não existe distinção morfológica entre formas finitas e não finitas do verbo, como se vê em (13), com uma construção modal e uma de controlo – o verbo encaixado tem uma forma equivalente à forma nua (as frases aqui incluídas são da variedade de Santiago, mas em São Vicente comportam-se da mesma maneira).

(13) a. *N pode **papia** ku bo.*
1SG poder falar PREP 2SG
'Eu posso falar contigo.'

b. *N kre **papia** ku bo.*
1SG querer falar PREP 2SG
'Eu quero falar contigo.'

Além disto, não parece existir qualquer outra razão sintática a denunciar a posição de Spec,TP. Nenhuma das variedades dispõe de sujeitos expletivos, lexicalizados ou nulos (mais uma vez, os exemplos aqui são de Santiago, mas as frases equivalentes em São Vicente comportam-se da mesma forma quanto à inexistência de sujeito).

(13) a. *Sata txobe na Lisboa.*
PROG chover PREP Lisboa
'Está a chover em Lisboa.'

b. *Ten tres katxor na nha rua.*
ter três cão PREP POSS.1SG rua
'Há três cães na minha rua.'

Finalmente, pelo menos na variedade de Santiago (estes contextos ainda precisam de ser testados na variedade de São Vicente) também não existe qualquer distinção morfológica de caso nominativo, pelo que nem esse potencial argumento pode ser utilizado para denunciar, de forma independente, a projeção TP – note-se que, em (14), o pronome de sujeito da frase matriz é *-u*, um clítico de segunda pessoa do singular que costuma ocorrer também na posição de objeto (e nesse caso o seu hospedeiro, à esquerda, é o verbo). O que se passa aqui é que o clítico, apesar de desempenhar a função sintática de sujeito, tem igualmente um hospedeiro disponível à sua esquerda, *dja* (esta afixação à esquerda do clítico de sujeito ocorre com outras palavras, como o complementador *ma* 'que' ou a preposição *pa* 'para', entre outras). Não se pode assim dizer que exista uma diferença morfológica entre o caso nominativo e os casos acusativo ou dativo (as diferentes formas que o clítico assume são antes motivadas pelo contexto morfofonológico), pelo que fica por demonstrar, também por esta via, a existência da projeção sintática TP.

(14) ***Dja-u*** *sabe ma Djon ta konta kasi tudu dia.*
DJA-2SG saber COMP Djon TA contar mentira todo dia
'Já sabes que o Djon mente todos os dias.'

Nesta secção, as hipóteses de análise, em confronto com os dados, parecem delinear um caminho a seguir no futuro. Cumulativamente, também algumas questões relativas a outros aspetos relacionados com este fenómeno de variação linguística vão ficando cada vez mais claras. Elas são enunciadas na secção seguinte.

6. Questões em aberto

Uma das questões muito interessantes a enfrentar diz obviamente respeito ao domínio sintático da língua, em particular da variedade de São Vicente (embora a análise desta esteja sempre a par com a da variedade de Santiago, pelo que as hipóteses a adotar terão de dar conta das duas): se não existe TP, o que é que temos na estrutura funcional da frase? É esta encabeçada por IP, de Inflection Phrase, à semelhança do que é proposto em Ritter e Wiltschko (2014) para diferentes línguas nativas da América? As autoras defendem que Infl é a categoria universal responsável pela ancoragem do evento na situação de enunciação, e que esse processo pode resultar de outros traços que não são de tempo – podem ser, por exemplo, auxiliares locativos ou elementos nominais. Neste caso, será necessário confirmar o que se passa com outros aspetos da morfossintaxe da língua, para verificar se alguns outros elementos (que não *tense*) podem, também aqui, garantir a ancoragem do evento na situação de enunciação.

Outras questões são do âmbito da sociolinguística, e está previsto que elas sejam abordadas na sequência da realização de entrevistas e inquéritos especificamente planeados para o efeito: (i) qual é a verdadeira distribuição das variantes acima descritas? (ii) existe variação intra-individual? (iii) se sim, existem fatores extra-linguísticos, tais como diferentes atitudes linguísticas, envolvidos na escolha dos falantes, uma vez que algumas dessas escolhas podem implicar maior proximidade com o português, a língua do colonizador?

As outras estratégias (e existem outras, de facto) para denotar os valores de habitual e de progressivo no presente e no passado deverão ser também descritas e analisadas. De facto, não sendo o caboverdiano ainda uma língua oficial (os planos nesse sentido ainda não se concretizaram), a variação e mudança acontecem sem grandes contrariedades externas, o que converte a situação linguística no país num laboratório fascinante. Por todas estas razões, entre os benefícios que se espera obter

destes estudos estará também, seguramente, uma contribuição significativa para o nosso melhor entendimento da expressão de tempo nas línguas naturais.

Referências

Adger, David e Jennifer Smith. 2010. «Variation in agreement: A lexical feature-based approach». *Lingua* 120: 1109–1134.

Alexandre, Nélia. 2009. *Wh-constructions in Cape Verdean Creole: extensions of the copy theory of movement*. Ph.D. dissertation, University of Lisbon.

Alexandre, Nélia, Inês Duarte e Tjerk Hagemeijer. 2013. «Verb movement in creole languages? A comparison of Kabuverdianu and Kriyol». SPCL 2013, Lisbon.

Baker, Mark. 2008. «The macroparameter in a microparametric world». In *The limits of variation*, ed. Teresa Biberauer, 351–373. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Baptista, Marlyse. 2002. *The Syntax of Cape Verdean Creole, the Sotavento varieties*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Berwick, Robert e Nam Chomsky. 2011. «The Biolinguistic Program». In *New Perspectives on the Evolution and Nature of the Human Language Faculty*, eds. Anna Maria DiSciullo e Cedric Boeckx, 19–41. Oxford: Oxford University Press.

Bickerton, Derek. 1981. *Roots of Language*. Karoma Publishers.

Bickerton, Derek. 1984. «The Language Bioprogram Hypothesis». *The Behavioral and Brain Sciences 7*:173–188.

Bittner, Maria. 2005. «Future discourse in a tenseless language». *Journal of Semantics* 22: 339–387.

Boeckx, Cedric. 2015. *Elementary syntactic structures: Prospects of a feature-free syntax*. Cambridge: Cambridge University Press

Borer, Hagit. 1984. *Parametric Syntax*. Dordrecht: Foris.

Brüser, Martina e André dos Reis Santos, com a contribuição de Ekkehard Dengler e Andreas Blum, sob a direcção de Jürgen Lang. 2002. *Dicionário do Crioulo da Ilha de Santiago (Cabo Verde) com equivalentes de tradução em alemão e português*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.

Chomsky, Noam. 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.

Chomsky, Noam. 2004. «Beyond explanatory adequacy». In *Structures and Beyond*, ed. Adriana Belletti, 104–131. New York: Oxford University Press.

Chomsky, Noam. 2001. «Derivation by phase». In *Ken Hale: A life in language*, ed. Michael Kenstowicz, 1–52. Cambridge: MIT Press.

Demirdache, Hamida, and Myriam Uribe-Etxebarría. 2000. «The primitives of temporal relations». In *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*, ed. Roger Martin, David Michaels e Juan Uriagereka, 157–186. Cambridge: MIT Press.

Demirdache, Hamida, and Myriam Uribe-Etxebarria. 2007. «The syntax of time arguments». *Lingua* 117: 330–366.

Enç, Mürvet. 1987. «Anchoring conditions for Tense». *Linguistic Inquiry* 18(4): 633–657.

Fábregas, Antonio, Jaume Mateu e Michael T. Putnam. 2015. «'Parameters' in linguistic theory: What, where, and how». In *Contemporary Linguistic Parameters*, eds Antonio Fábregas, Jaume Mateu e Michael T. Putnam, 3–24. London/New York: Bloomsbury Publishing.

Fitch, W. Tecumseh. 2011. «Unity and diversity in human language». *Philosophical Transactions of the Royal Society* 366, 376–388.

Jacobs, Bart. 2010. «Upper Guinea Creole: evidence in favor of a Santiago birth». *Journal of Pidgin and Creole Languages* 25(2): 289–343.

Klein, Wolfgang. 1994. *Time in language*. London: Routledge.

Klein, Wolfgang. 2010. «On times and arguments». *Linguistics* 48: 1221–1253.

Klein, Wolfgang. 2014. «Is aspect time-relational? Commentary on the paper by Jürgen Bohnemeyer». *Natural Language and Linguistic Theory* 32(3): 955–971.

Kratzer, Angelika. 1998. «More structural analogies between pronouns and tenses». In *Proceedings of SALT VIII*. Ithaca, New York: CLC Publications, Cornell University. DOI: http://dx.doi.org/10.3765/salt.v8i0.2808

Labov, William. 1969. «Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula». *Language* 45(4), 715–762.

Lin, Jo-Wang. 2010. «A tenseless analysis of Mandarin Chinese revisited: a response to Sybesma 2007». *Linguistic Inquiry* 41(2): 305–329.

Lin, Jo-Wang. 2012. «Tenselessness». In *Oxford Handbook in Linguistics: Tense and Aspect*, ed. Robert I. Binnick, 669–695. Oxford: Oxford University Press.

Matthewson, Lisa. 2004. «On the methodology of semantic fieldwork». *International Journal of American Linguistics* 70:369–415.

Matthewson, Lisa. 2006. «Temporal semantics in a superficially tenseless language». *Linguistics and Philosophy* 29(6) 673–713.

Moens, Marc e Mark Steedman. 1988. «Temporal ontology and temporal reference». *Computational Linguistics* 14(2): 15–28.

Ogihara, Toshiyuki. 1996. *Tense, Attitudes and Scope*. Dordrecht: Kluwer.

Portner, Paul. 2011. «Perfect and progressive». In *Semantics: An international handbook of natural language meaning*, eds. Claudia Maienborn, Klaus von Heusinger e Paul Portner, 1217–1261. Berlin: Mouton de Gruyter.

Pratas, Fernanda. 2007. *Tense Features and Argument Structure in Capeverdean Predicates*. Ph.D. dissertation, Universidade Nova de Lisboa.

Pratas, Fernanda. 2010. «States and temporal interpretation in Capeverdean». In *Romance languages and linguistic theory 2008*, eds. Reineke Bok-Bennema, Brigitte Kampers-Manhe e Bart Hollebrandse, 215–231. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Pratas, Fernanda. 2012a. «'I know the answer': a Perfect State in Capeverdean». In *Romance Languages and Linguistic Theory 2010*, eds. Irene Franco, Sara Lusini e Andrés Saab, 65–86. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Pratas, Fernanda. 2012b. *CV Words: oral data from Cape Verde*. http://cvwords.org/

Pratas, Fernanda. 2014. «The Perfective, the Progressive and the (dis)closure of situations: comment on the paper by María J. Arche». *Natural Language and Linguistic Theory*, 32(3): 833–853.

Ritter Elizabeth e Martina Wiltschko. 2014. «The composition of INFL: An exploration of tense, tenseless languages, and tenseless constructions». *Natural Language and Linguistic Theory* 32: 1331–1386.

Silva, Izione Santos. 1985. *Variation and Change in the Verbal System of Capeverdean Crioulo.* Ph.D. dissertation, Georgetown University, Ann Arbor.

Silva, Izione Santos. 1990. «Tense and Aspect in Capeverdean Crioulo». In *Pidgin and Creole Tense-Mood-Aspect Systems*, ed. John Victor Singler, 143–168. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Smith, Carlota. 1991. *The Parameter of Aspect*. New York: Kluwer.

Stowell, Tim. 1996. The phrase structure of Tense. In *Phrase Structure and the Lexicon*, ed. Johan Rooryck e Laurie Zaring, 277–291. Berlim: Springer.

Suzuki, Miki. 1994. «The markers in Cape Verdean CP». Unpublished manuscript, CUNY.

Sybesma, Rint. 2007. «Whether we Tense-agree overtly or not». *Linguistic Inquiry* 38(3): 580–587.

Swolkien, Dominika. 2014. *The Cape Verdean Creole of São Vicente: its genesis and structure*. Ph.D. dissertation, Universidade de Coimbra.

Tavares, Bernardino. 2012. *The Verbal System of the Cape Verdean Creole of Tarrafal, Santiago: A Semantic Analysis of the Tense, Mood and Aspect Markers*. MA dissertation, Universidade de Coimbra.

Tonhauser, Judith. 2011. «Temporal reference in Paraguayan Guaraní, a tenseless language». *Linguistics and Philosophy* 34: 257–303.

van de Vate, Marleen. 2011. *Tense, Aspect and Modality in a radical creole: The case of Saamáka*. Ph.D. dissertation, University of Tromsø.

Zagona, Karen. 2002. «Tenses and anaphora: Is there a tense-specific theory of coreference?» In *Anaphora: An Overview*, ed. Andrew Barss, 140–171. Oxford, UK and Cambridge, MA: Blackwell Publishers.

48. De quanta filologia precisa um linguista e de quanta linguística precisa um filólogo

Maria Ana Ramos

Universität Zürich

Filologia, mais do que *linguística*, é termo polissémico e complexo. O seu sentido variará não apenas de acordo com o contexto em que é adotado, mas também com as matérias envolvidas (produção literária, não-literária, histórica...) e com as numerosas tradições autóctones. Assim, a filologia italiana pode não corresponder à filologia alemã, francesa, espanhola, inglesa, americana, ou portuguesa, mesmo que se tenham em consideração conceitos como (*old*) *philology* ou *new philology*... Da variabilidade de procedimentos, resultante das *filologias nacionais* do século XIX (*filologia literária...*), aos usos hodiernos (*crítica textual*, *edição de texto*...), a *filologia* carateriza-se essencialmente como uma ciência do *escrito*. E, mais do que uma disciplina, a *filologia* é um método.

Ainda que a *linguística* não se focalize, em geral, no *escrito*, não poderá deixar de o examinar, quando se volta para fases pretéritas da língua, podendo indispensavelmente conceptualizar-se como *filologia linguística* ou como *linguística filológica* (mudança linguística, variação grafemática, *scriptae*, história da escrita...).

Através de alguma exemplificação procurarei evidenciar casos – diferentes tipos de texto, diferentes cronologias e diferentes ambientes de produção – que tanto documentam a inconstância filológica e linguística no tempo e no espaço, como revelam a interação entre a *filologia da edição* e a *linguística histórica*.

Palavras-chave: filologia, linguística, história da filologia portuguesa, história da linguística portuguesa, crítica textual, edição.

1. Poderia iniciar esta reflexão por uma indagação que deveria fundamentar o título proposto. Qual terá sido o motivo que me levou a optar por uma interrogativa com um quantificacional – quanta filologia, quanta linguística –, em vez de um classificador – qual filologia, qual linguística? A esta preferência, quase seria fácil retorquir que tanto *linguística* como *filologia* se apresentam acompanhadas quase sempre de um distintivo nacional (linguística portuguesa; linguística do português; linguística francesa; filologia portuguesa; filologia francesa), mas também com a especificação de conteúdos, ou de propósitos metodológicos (linguística geral; linguística sincrónica;

linguística românica; linguística comparada; linguística histórica, etc.)[680]. A observação, hoje, do perfil de um Departamento de Linguística revela-nos um conjunto de práticas de natureza linguística (fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, lexicologia, etc.), mas também são percetíveis estudos de pragmática, de geolinguística, tanto sob o plano sincrónico, como diacrónico. Embora a denominação *Filologia* tenha praticamente sido suprimida de muitos repertórios académicos, alguns espaços universitários ainda a preservam[681].

Não é possível, no entanto, afirmar que, atualmente, a designação «filologia» seja frequente nos meios académicos portugueses, embora em universidades estrangeiras este atributo figure com alguma frequência. *Estudos de Filologia Portuguesa* propiciam ao aluno a oportunidade de conhecer a língua portuguesa, tanto na sua vertente escrita, como na falada. São, em geral, tomados em consideração estudos de História, de Cultura e de Literatura, não só portugueses, mas também vinculados ao Brasil, ou a países de língua portuguesa. Em universidades de língua germânica, não é infrequente um percurso em *Portugiesische Philologie*, mas, em universidades francesas, os estudos de português aparecem já desassociados em *langue*, *littérature*

[680] Uma visão de conjunto sobre os primórdios dos estudos linguísticos em Portugal entre 1868 e 1943 foi esboçada na exposição organizada para o XI Encontro Nacional da *Associação Portuguesa de Linguística* na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Prista-Albino 1996). Podem consultar-se ainda os ensaios de L. Prista (2001, 2013).

[681] A *Filologia românica* é introduzida na *École pratique des hautes études* (1868) e na Sorbonne (1877), onde se desenvolverá o ensino da *Filologia medieval*, que se praticava na *École des Chartes* desde 1829 e no *Collège de France* desde 1853 (Ridoux 2001). Poderíamos mencionar a Itália, que perpetua a designação de *Filologia Romanza*, ou *Filologia e Linguistica Romanza*, *Problemi di Filologia romanza*, ou a França, particularmente Paris, onde resistem historicamente as designações de *Philologie romane* no âmbito da IV secção da *École Pratique de Hautes Études - Sciences historiques et philologiques* e na *Ecole nationale des Chartes*. Tanto em um como em outro caso, trata-se de títulos «memoráveis», o da *École pratique des hautes études* é devido a Gaston Paris (1839-1903), e a da *Ecole des Chartes* a Paul Meyer (1840-1917), dois fundadores da disciplina em ambiente francês nos finais do século XIX. Releiam-se alguns títulos, ultimamente propostos pela *École nationale des Chartes*, que confirmam esta memória, *Initiation à la philologie romane*: *l'ancien français, le moyen français*; *Philologie romane approfondie*: *dialectologie moderne*; *Philologie et subjectivité*; *Philologie romane approfondie*: *l'occitan*; *Philologie romane approfondie*: *dialectologie médiévale*; *E-philologie*: *Les éditions électroniques et leur exploitation scientifique*; *Les mots de l'édition de textes*, para além de conferências como *Le roman arthurien en vers. Profil codicologique d'un genre littéraire*; *L'édition critique des textes contemporains,* etc. Recordem-se também os títulos propostos pela *École Pratique de Hautes Études* sob a denominação *Philologie Romane* entre seminários anuais e conferências: *La littérature occitane dans sa tradition manuscrite*; *Les chansonniers occitans*; *De l'expansion de la langue française hors de la France au Moyen Âge*: *Gênes-Pise*; *Les chansonniers romans* (*précédé d'une introduction à l'ancien occitan*); *De l'expansion de la langue française hors de la France au Moyen Âge*: *l'Italie du sud,* ou o recente congresso de maio de 2017, com o sugestivo título, *Qui dit tradition dit faute? La faute dans les corpus chantés du Moyen Âge et de la Renaissance.*

ou *civilisation* (Portugal, Brasil, África ou Ásia de língua portuguesa)[682]. É com a denominação *Filologia* que encontramos no Brasil, como na Universidade de S. Paulo, um programa de pós-graduação em *Filologia e Língua Portuguesa* propondo ao aluno uma graduação em *Filologia*, *strictu* e *lato sensu*[683]. Na Galiza, na Universidade de Santiago de Compostela, são ainda os títulos *Filología Catalana*, *Filología Románica*, *Filología Gallega* e *Filologia Portuguesa* que figuram e, em Espanha, a «filologia» do português, pode ser estudada em Salamanca, em Barcelona, ou em Granada[684].

Na Universidade de Lisboa, por exemplo, o programa de doutoramento em Linguística (Faculdade de Letras), no ramo de conhecimento em *Linguística*, prevê uma especialização em *Filologia* (*História da Crítica Textual*; *Produção de Textos*; *Transmissão de Te*xtos; *Tópicos de Crítica Textual*).

Ivo Castro oferece uma síntese sobre a aceção de *Filologia*, mostrando a inadequação terminológica entre *filologia* e *linguística* com uma bela exemplificação do tipo de estudos que podem ser dedicados a *Os Lusíadas* entre análise literária e análise formal[685].

Estas diferentes maneiras de observar o produto escrito, sobretudo para fases pretéritas da língua, exigiram recurso a disciplinas que podem contribuir para conhecimento acurado do objeto escrito (Paleografia, Codicologia, Bibliografia Material, Manuscriptologia, etc.). A prática estrita da *edição do texto* especializa-se

---

[682] *Estudos de Filologia Portuguesa* na Universidade de Helsínquia; *Filologia Portuguesa* na Universidade de Sofia. *Portugiesische Philologie* (Johannes-Gutenberg-Universität Mainz; Universität Kiel; Freie Universität Berlin; Universität Frankfurt am Main; Friederiche-Schiller, Universität Jena), mas, muitas vezes, os *Estudos de Português* comparecem diluídos na tradição da *Romanische Philologie*, como na *Georg-August-Universität Göttingen*, ou na minha universidade (Romanisches Seminar-Universität Zürich). Na Grã-Bretanha, na Universidade de Leeds, *Linguistics and Portuguese*, na University of Oxford Faculty of Medieval and Modern Languages, *Portuguese and Linguistics*, *Linguistics with Portuguese*, na University of Warwick, Modern Language, *Portuguese and Luzo-Brazilian* no *Department of Romance Languages and Literatures,* Harvard University, etc.

[683] Não apenas a 'filologia' com estudos sobre a diacronia do português, mas a 'filologia', ciência que estuda a génese, a escrita dos textos e sua difusão (Megale-Nardelli 1999). Ainda em 2017, decorreu na Universidade de S. Paulo (USP) a *XII Semana de Filologia. Filologia, Linguística e Cultura* (24 -28 de abril de 2017).

[684] Além da formação filológica de caráter geral, é facultado conhecimento específico de aspetos linguísticos, literários e culturais, inerentes à língua portuguesa, assim como também análises da história e cultura do país. *Filologías Gallega y Portuguesa* (Universidade de Barcelona); *Filología Portuguesa* (Universidade de Granada); *Área de Filología Gallega y Portuguesa* (Universidade de Salamanca).

[685] Se o exame contemplar o estilo, as fontes, a estrutura do poema encontramo-nos no domínio da *Crítica literária*, mas, se o estudo incidir no vocabulário, na sintaxe, ou em uma reconstituição fonética da língua de Camões em *Os Lusíadas*, os instrumentos de análise devem provir da *Linguística*. E se o empenho se focalizar na análise das primeiras edições do poema, no trabalho dos diferentes compositores tipográficos, na estrutura dos cadernos e na disposição do texto, estaremos já no campo da *Filologia*, ou, neste caso, no da *Bibliografia material* (Castro 1997).

portanto na *Crítica textual* (ecdótica[686]), através da elaboração de edições, editoração e revisão (edição fac-similada, paleográfica, diplomática, interpretativa e crítica)[687].

Ora, mesmo no plano do exercício editorial, a competência linguística deve ser imperativamente convocada. Se a *recensio* pode ainda situar-se na atividade do historiador, do arquivista, do bibliotecário (inventariar, localizar, descrever todos os testemunhos do produto escrito, etc.), já a *collatio* implicará uma indispensável sensibilidade linguística à ponderação das dissemelhanças entre todos os testemunhos, ao registo das variantes e à reconstituição do estádio textual mais próximo da mão do Autor (do *stemma* ao arquétipo). A proficiência linguística terá também de estar subjacente à *examinatio*, à *emendatio*, à conjetura, à confeção do aparato escrupuloso e à seleção de normas de transcrição para a fixação textual[688]. A anotação e o comentário ao texto poderão naturalmente ser de natureza interpretativa, ou inclusivamente de crítica literária, mas as decisões editoriais pela escolha, ou recusa de uma variante, não estarão distanciadas de um bom entendimento linguístico. Portanto, impõe-se uma *filologia*, que se qualifica de *filologia linguística* ou *linguística filológica*.

O *editor-linguista* preferirá optar apenas pela edição de um texto em uma única versão, acreditando que cópias sucessivas lhe oferecem preciosos estádios de língua. Assim se elogiará a variante, assim se exaltará quem copiou. O *editor-filólogo* esforçar-se-á pela busca da *verdade* textual, crendo que cópias sucessivas o levam ao texto mais legítimo, mais próximo da mão do Autor. Estes dois modos de observar

[686] *Ecdótica* ou *Crítica textual* são adotadas de acordo com as escolas. O primeiro termo foi usado em 1926 pelo filólogo francês dom Henri Quentin (1872-1935), mas figurava no *Manuel de Philologie Classique*, com a definição: «A Ecdótica é a arte de publicar os textos» («La Critique des Textes est la science des altérations auxquelles les textes son sujets, des moyens de les reconnaître et d'y remédier. L'Ecdotique est l'art de publier les textes») (Reinach 1883: 31).

[687] Com perspetiva historicista e mais generalista, na enciclopédia *Verbo*, Herculano de Carvalho (1999) definia *Filologia* examinando o termo desde a antiguidade grega até à vitalidade do romantismo alemão, mostrando como a sua atuação incide principalmente em textos de natureza literária (autenticidade, restabelecimento de fases precedentes, versões, variantes, etc.). É esta perspetiva germânica que abrirá a prática da *Filologia* ao estudo do texto literário e da língua de um povo (*Deutsche philologie*), ou de uma comunidade linguística (*Romanische Philologie*). É por isso que, neste ambiente, o estudo científico da língua (*Sprachwissenschaft*, ou *Glottoge-Glottik*) prevalece ao lado da ciência das literaturas (*Literaturwissenschaft*). Sobre o papel da Alemanha na difusão da metodologia, consulte-se a análise há pouco publicada (Traschler 2013).

[688] A escolha das normas de transcrição é um dos atos que, na fixação editorial, não obedece a critérios unânimes. Uma visão de conjunto sobre estratégias e táticas de transcrição em textos em português, apesar de datar de há algum tempo, foi já examinada (Castro-Ramos 1986, Prista 2003). Para textos em francês, cf. Duval (2012).

uma tradição manuscrita foram substantificados por J. Bédier (1864-1938), na reflexão sobre o modo de editar o *Lai de l'Ombre* (1890, 1913, 1928). Acentuando o antagonismo franco-alemão, contrapõe-se à metodologia lachmanniana, seguida por seu Mestre, Gaston Paris (1839-1903), que a adotara magistralmente na edição de *La vie de Saint Alexis* (1872)[689].

Ciência do texto e do livro, mas também ciência do documento isolado. O livro manuscrito ou impresso é um objeto mais ou menos artesanal, preparado para acolher texto, previsto para leitura próxima, ou à distância, através de uma apropriada *mise en page*, de uma funcional *mise en texte* e de compreensíveis *mise en ligne* e *mise au net*, escrito ou composto por uma ou várias mãos, onde a estratigrafia poderá ser detetável. É por isso que, hoje, mesmo em tradições plurais, mais do que proceder ao exercício da restituição, se assume que *um manuscrito* é *um texto*, passível de ser editado autonomamente, sem esforços reconstitutivos, mesmo que não seja um *bon manuscrit*[690].

É um facto que a denominação para a disciplina (*Filologia* / *Linguística* / *Glotologia* / *Glótica*[691]) foi usada em Portugal desde a introdução da ciência no século XIX, mas

[689] «Que textos? E para quem?» é o título de Traschler (2014) dado a uma lúcida análise a propósito da edição de textos literários em francês antigo. A valorização da variante e do copista tem sido o eixo que muito impulsionou a *nova filologia*, que, mais do que legitimar uma reconstrução textual, defende o *texto* em uma, ou nas suas múltiplas vestes gráficas (número especial de AA. VV. *Speculum* 1990). De algum modo, recuperava-se o princípio bédiériano da edição de um *bon manuscrit*. Uma visão geral sobre este modo de encarar diferentes aspetos da edição dos textos com diversos tipos de tradição pode ser examinada no volume *Manuel de la Philologie de l'édition* (Trotter 2015). Mesmo quando possuímos o original do Autor (autógrafos de escritores modernos, por exemplo), a edição debate-se também com a metodologia (editar a última vontade de quem escreveu na firmeza de um texto assim desejado, revisto e corrigido, ou considerar que não possuímos um original único, mas diversas etapas 'originais' na produção escrita). Para o editor crítico, a última vez que o Autor tocou no seu texto é a sua última vontade, o que quer dizer que nos deveríamos aproximar de um único texto primordial. Mas terá ele mais autoridade? Para o linguista, e também de algum modo para o crítico literário, as diferentes fases nos processos de escrita não apenas esclarecem a génese da escrita literária, mas podem elucidar também diferentes estádios linguísticos (Cerquiglini 1989, 2000).

[690] A teoria da *mouvance* e da *performance* (Zumthor 1972, 1981, 1984) e o papel atribuído à variação (Cerquiglini 1989) justificam a proliferação de edições. Poderíamos citar os *Lais* de Marie de France, ou a *Chanson de Roland*, com mais de uma centena de edições.

[691] A este propósito, pode consultar-se o volume-catálogo, resultante da exposição comemorativa do *Ano Europeu das Línguas,* Lisboa, Biblioteca Nacional, sobretudo o ensaio de Prista (2001: 155–218 [166–169)]. Para a denominação, observem-se os seguintes títulos: W. Meyer-Lübke *Introdução ao estudo da Glotologia Românica* (versão portuguesa de António da Guerra Júdice, 1916); *Revista d' Ethnologia e de Glottologia*: estudos e notas, por F. Adolpho Coelho, Lisboa: 1880-1881; *Curso de litteratura nacional para uso dos lyceus centraes*, por F. Adolpho Coelho no 1.º vol..: «A lingua portugueza: noções de glottologia geral e especial portugueza»; *A lingua portugueza: noções de glotologia geral e especial portugueza*, por F. Adolpho Coelho, Porto: Magalhães & Moniz [1881?]; Porto: Magalhães & Moniz, 1887; 3.ª ed., Porto: Magalhães & Moniz [1896].

o conteúdo e a aplicação do método estiveram muito mais subordinados aos perfis de quem os praticou do que às instituições que os acolheram. Bastaria pensar no que poderia ter sido a *Linguística* e a *Filologia* em Portugal sem os *de Vasconcellos*, Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1851-1925) e José Leite de Vasconcellos (1858-1941).

2. Examinar a comparência da *Filologia* e da *Linguística* em Portugal não pode prescindir da presença homónima destes dois precursores – os *de Vasconcellos* – que serão responsáveis pela introdução de novas metodologias para o estudo da língua e, podemos dizer, das culturas, onde se incluiria a produção literária. Faz todo o sentido, considerava Ivo Castro em Santiago de Compostela (*Gallaecia – III CILH*, 2015), procurar saber mais sobre as origens da linguística em Portugal, através do relacionamento de dois dos seus primeiros e principais protagonistas, os *de Vasconcelos* (Castro 2017).

A Carolina Michaëlis (1851-1925) facilmente é conferido o qualificativo de *filóloga* e a José Leite de Vasconcellos (1858-1941) o de *linguista*[692]. Podemos, desde logo, interrogar-nos por que motivo se separa com este predicativo um do outro. É um facto que C. Michaëlis entrou em contacto com a cultura portuguesa, através da sua produção mais simbólica – *Os Lusíadas*. Foi um ingresso discreto, mas foi também o princípio de um interesse que não esmorecerá ao longo de todo o seu percurso de cientista. Partindo da edição do Visconde de Juromenha (1807-1887), preparou a publicação de uma breve edição do poema épico para a Brockhaus em 1873[693]. Embora o prólogo não seja assinado, é-lhe reconhecida a autoria. O pequeno livro apresenta um escrupuloso subtítulo que anuncia *Os Lusiadas de Luiz de Camões. Nova edição segundo a do Visconde de Juromenha / conforme á segunda / publicada em vida do poeta / com as / estancias desprezadas e omittidas na primeira / impressão do poema / e com lições varias e notas* (1873) [694].

[692] Um perfil sumário biobibliográfico dos dois estudiosos pode ser consultado na base temática dedicada à *História da Língua Portuguesa* (*Camões IP*): http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/historia-da-lingua-portuguesa.html.

[693] *Obras de Luiz de Camões*: *Precedidas de um Ensaio Biographico, no qual relatam alguns factos não conhecidos na sua vida augmentadas com algumas composições ineditas do poeta* pelo Visconde de Juromenha, 6 vol., Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1869.

[694] O exemplar, que consultei na *Zentralbibliothek* da cidade de Zurique, exibe no final do *Prólogo*, em formato manuscrito o nome «Carolina Michaëlis», introduzido talvez pela mão de um bibliotecário.

Diversamente dos seus primeiros contributos para esta mesma editora, notamos que o seu nome – Carolina Michaëlis – comparecia em qualquer uma delas[695]. No caso de Camões, a publicação alemã, ao partir de uma edição pré-existente de *Os Lusíadas*, suprime alguns capítulos, mas a fixação textual preserva a leitura de Juromenha, através da designada «segunda [edição] de 1572», tal como fora anunciado no título[696].

Após esta publicação, quase anónima, em 1871, não deixará de se implicar com a fixação textual da produção camoniana e com o estabelecimento do cânone[697]. Se recordarmos que o seu casamento com Joaquim de Vasconcellos data de 1876, é já instalada no Porto que publicará o ensaio sobre os apócrifos líricos camonianos entre 1880, 1882 e 1884[698]. A estas datas não pode ser alheia a efervescência, editorial e identitária, criada à volta do terceiro centenário da morte de Camões[699].

Carolina Michaëlis tinha já colaborado com esta editora ao publicar um pouco antes em 1871, *Fiori della poesia italiana antica e moderna,* raccolti da Carolina Michaelis, Leipzig: F. A. Brockhaus, 1871. Voltará a participar, já com o nome Vasconcellos, com *Antología española*: *poetas de los siglos xv-xviii*: *colección de poesías líricas,* ordenadas por Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Leipzig: Brockhaus, 1875.

[695] A edição de três obras dramáticas em língua espanhola: *Las Mocedades del Cid*, de Guillén de Castro (1567-1651); *La Tragedia Más Lastimosa de Amor*: *Dar la Vida por Su Dama* ó El Conde de Sex, de Antonio Coello (†1652); e *El Desdén con el Desdén* (1650-1654), de Agustín Moreto (1618-1669). *Tres Flores del Teatro Antiguo Español* (1870). Na folha de rosto consta, além do título, a indicação de que os apontamentos críticos e biográficos são de autoria de Carolina Michaëlis: *Teatro español. Tres flores del teatro antiguo español. Las mocedades del Cid − el Conde de Sex. El desden con El desden*. Publicadas con apuntes biográficos e críticos por Carolina Michaëlis, Leipzig: Brokhaus, 1870 (Colección de Autores Españoles, XXVII); *Romancero del Cid.* Nueva edición añadida y reformada sobre las antiguas que contiene doscientos y cinco romances recopilados, ordenados y publicados por Carolina Michaëlis, Leipzig: F. A. Brockhaus, 1871 (Colección de Autores Españoles, XXX). A terceira edição contém textos líricos em italiano com 133 autores (datáveis entre 1077 e 1867), acompanhados ainda de cantos, hinos e poesias populares: *Fiori della poesia italiana antica e moderna*, raccolti da Carolina Michaëlis. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1871 (Biblioteca d'Autori Italiani, XI).

[696] Logo no seu primeiro trabalho editorial, é claro o seu cuidado pelos testemunhos e pela escolha das edições para o registo de variantes, tendo a preocupação de procurar a autoridade do texto «mais antigo». No caso da edição camoniana, não é impossível que o seu rigor – não propor qualquer intervenção textual – a tenha levado a não incluir o seu nome, como sugere Cambraia (2015).

[697] Perante a divulgação anárquica dos textos camonianos de Lobo Soropita (1.ª ed. das *Rythmas* de Camões, 1595) a Teófilo Braga (1873, 1880, 1884, 1891, 1907, 1911), Carolina Michaëlis procura dar a melhor legitimidade aos textos, efetivamente produzidos por Camões (Dasilva 2001).

[698] Observem-se os seus comentários críticos de 1882 e os publicados na *Zeitschrift für Romanische Philologie* (Michaëlis 1880: 591–609; 1881: 101–136; 1883: 131–157, 407–453, 494–530; 1884: 1–23).

[699] A 10 de Junho de 1880, comemorava-se a efeméride, em grande parte devido à iniciativa de Teófilo Braga. *Os Lusíadas* engrandeciam uma época, mas representavam um sentir coletivo, não só do século XVI, mas também da posteridade e Camões e a sua obra passavam a estar ao serviço da causa republicana e da revivescência nacional. É assim que têm de ser entendidos os estudos de Teófilo Braga ou de Oliveira Martins (Braga 1884; 1892, II: 419; 420–442; Martins 1872, 1891).

Não surpreenderá, por isso, que o seu desagrado em relação à difusão dos textos camonianos se manifeste através de um juízo extremamente ríspido, a propósito das *Rimas* e apócrifos:

> *... Há perto de dois séculos que se imprimem nas obras de Camões uma grande quantidade de poesias que não lhe pertencem; há perto de dois séculos que se tirou a numerosos autores a sua legítima propriedade* [...].
> *Deste modo se diminuiu o valor literário a poetas de grande merecimento* [...].
> *Precisa a glória de Camões de ser aumentada à custa de semelhantes expedientes? Decerto que não. Ele protestaria, sem dúvida, se vivesse, contra os seus fanáticos servidores...* (Michaëlis 1882: 7)

É indubitável que a sua instrução germânica a deixara perplexa com o meio editorial português[700]. A inexistência de edições críticas e a falta de rigor científico em relação à soberania do Autor e à autenticidade do seu texto, não a deixam indiferente[701]. O seu olhar crítico não se restringe apenas a Camões, mas estende-se logo à produção literária portuguesa em geral. É assim que o seu investimento se inaugurará com o preparo da edição do *Cancioneiro da Ajuda*, mas também com a edição crítica de Sá de Miranda, que publicará muito mais rapidamente, no âmbito das comemorações camonianas. Sá de Miranda proporcionava-lhe um *corpus* magnificente para o exercício editorial, ao poder basear-se em manuscritos, em impressos, e mesmo em autógrafo[702]. Foi certamente por estes motivos que a sua edição exibe um título bastante circunstanciado, como se fosse necessário explicar ao público português que o *texto* mirandino, pela primeira vez, fundamentava-se cientificamente no número de manuscritos fidedignos e na valia das edições conhecidas, não omitindo o registo de variantes e a inclusão de notas e glossário (Michaëlis 1885)[703].

---

[700] O «sopro alemão» chegava a Portugal pelas mãos de Carolina Michaëlis, assim como chegara a Paris com Gaston Paris e Paul Meyer (Gumbrecht 1984).

[701] Carolina Michaëlis entra em contacto com o meio português, presenciando um problema relativo à qualidade do *texto-base* para uma tradução. Não nos esqueçamos que a polémica sobre a tradução do *Fausto* em português, em que esteve particularmente envolvido Joaquim de Vasconcellos, só pode ser justificada por esta preocupação pela importância do texto mais rigoroso e mais próximo de quem o produziu. O jovem Joaquim de Vasconcellos (1872, 1873, 1874) insurgira-se contra a escolha do *texto-base*, com os erros e com a forma menos cuidada de tratar uma obra universal. A questão focalizou-se na tradução de António Feliciano de Castilho da obra de Goethe, *Faust* (parte I). Alguns intelectuais posicionaram-se a favor de Castilho e outros, como Adolpho Coelho, do lado de Vasconcellos (Pais 2013).

[702] A edição do *Cancioneiro da Ajuda* estava também prevista para as comemorações camonianas, mas será a edição da poesia de Sá de Miranda que virá a público em 1885. O tempo concedido à preparação da edição do *Cancioneiro da Ajuda* pode ser explicado justamente pela sua conceção de edição crítica (Michaëlis [1904]1990, I: i-s; Ramos 2004).

[703] Edição feita sobre cinco manuscritos inéditos de todas as edições impressas e acompanhada de um estudo sobre o poeta, variantes, notas, glossário e um retrato. Carolina Michaëlis publicará depois em

A pluralidade da tradição manuscrita era para o contexto literário português bastante rica, e o próprio Autor não deixara de exprimir o seu entendimento quanto à génese do *texto*:

> [...] *O próprio poeta reconheceu esta dificuldade e confessa-a mais de uma vez, em phrases soltas e suspiros mal dissimulados. Emendo muito. Eu risco e risco, vou me de anno em anno. Ando cos meus papeis em differença. Nunca acabo de os lamber, como ussa os filhos mal proporcionados* (Michaëlis 1885: C).

E, ao aperceber-se da impreparação dos leitores em Portugal – *ler sem trabalho* – adverte que uma edição divulgativa só poderá decorrer da edição crítica:

> *Em Portugal haverá amigos e admiradores do poeta, dispostos a censurar o nosso methodo, e que prefeririam que tivessemos tido a ousadia de fazer uma escolha por entre a riquissima messe de flores, formando só com as mais bellas uma coroa elegante, conforme o gosto moderno; emfim, que publicassemos uma edição modernisada, que os menos eruditos podessem lêr sem trabalho.*
> *Esperamos satisfazer mais tarde esse desejo, como um lavor secundario, mas ainda assim bem melindroso, que só se torna possivel depois de concluido este nosso trabalho preliminar, ingrato, mas indispensavel* (Michaëlis 1885: CIV)[704].

Carolina Michaëlis fechava-se e atarefava-se em bibliotecas para consulta, transcrição de manuscritos literários, para reunião de materiais para melhor implementar uma metodologia crítica em textos portugueses. Será suficiente relembrar as publicações consagradas a Camões (1873...1880... 1882...), a Sá de Miranda (1885), ao *Cancioneiro Geral* (1881), ao *Cancioneiro da Ajuda* (1904) e, mais tarde, à obra de Gil Vicente (1912...). Portanto, uma focalização veemente orientada para a edição de textos e para o estabelecimento de um cânone literário[705]. Esta preocupação pela fixação textual é expressa em uma carta a Leite de Vasconcellos, datada do Porto, de 21 de abril de 1890 [MNA 22634][706]: «...só duas linhas para lhe dizer que, de facto,

edição diplomática o breve ms. autógrafo depositado na BN com poesias extraídas de um códice inédito e autógrafo (Michaëlis 1911).

[704] Permito-me reenviar para a minha reflexão sobre este procedimento de Carolina Michaëlis (Ramos 2015).

[705] Na *Advertencia Preliminar* à edição do *Cancioneiro da Ajuda*, Carolina Michaëlis não deixa de referir os meses passados em Lisboa em 1877 para a transcrição das cantigas, o apoio do marido, da rainha D. Amélia e os «manes de Alexandre Herculano, que gentilmente [...] cedeu em 1877 durante o verão a sua casa contígua á Bibliotheca» (Michaëlis 1904, I: V; VIII).

[706] As suas cartas a Leite de Vasconcellos, depositadas em Belém (Museu Nacional de Arqueologia - Lisboa MNA – Epistolário de José Leite de Vasconcelos), expressam mais de uma vez esta maneira de trabalhar.

tenciono ir muito breve a Lisboa, a fim de conferir novamente o meu apographo com o original do Cancioneiro da Ajuda, e para ultimar mais alguns estudos...».

Ora, neste mesmo período, Leite de Vasconcellos, ao não se isolar do mesmo modo em bibliotecas, empenhava-se na investigação ao ar livre, percorrendo Portugal, registando materiais vivos, recuperando não apenas tradições e objetos, mas revalorizando a língua portuguesa falada nas mais variadas regiões[707]. Já a sua tese de licenciatura, «A evolução da linguagem: ensaio antropológico» (1886), deixara entrever o seu interesse por questões da língua oral. Note-se logo em 1882 a publicação de *O Dialecto Mirandez* com a identificação da variedade linguística falada em Miranda do Douro, pertencente ao grupo asturo-leonês. Repare-se também no seu título *Tradições populares de Portugal*, redigidas durante a frequência do seu curso em 1882, e publicadas com a indicação *Alumno da Eschola Medica do Porto*[708]. E, mais tarde, as *Religiões da Lusitânia* (1897-1913), em três volumes, obra monumental que sintetiza as religiões de Portugal, pré-histórico e antigo, baseada em informação arqueológica, etnográfica e filológica, assim como nas próprias pesquisas de campo em sítios arqueológicos como o santuário Endovélico em São Miguel da Mota,

707 O paradigma moderno nos finais do século XIX, para além da análise do património escrito (literário), alertava para a necessidade de observar a língua «ao ar livre». Este «ao ar livre» desenvolvera a dialetologia (histórico-comparativa) com G. I. Ascoli (1829-1907), *Saggi ladini* (1873), que confere aos dialetos dignidade linguística, procurando superar o preconceito da exclusividade da observação da língua literária nos estudos românicos. É neste contexto que surgem os atlas linguísticos (Jules Gilliéron (1854-1926), *Atlas linguistique de la France* (1902-1912); Jakob Jud (1882-1952) e Karl Jaberg (1877-1958), *Atlante italo-svizzero* (AIS); *Sprach-und- Sachatlas Italiens und der Sudschweiz* (1928-1940).

708 O estudo é dedicado a F. Adolpho Coelho, com base nos dados coligidos junto do seu primeiro informante, o estudante da Academia Politécnica do Porto, Manoel António Branco de Castro (natural de Duas Igrejas), bem como nos dados que viria a recolher junto de uma «mulher mirandesa analfabeta» (Vasconcellos 1882: 10), e premiado em 1883 pela *Société des langues romanes*. Na *Revue des Langues Romanes*, pode ler-se: «trois mémoires ont attiré particulièrement l'attention de la Société. L'un a pour auteur M. Leite de Vasconcellos, étudiant à l'École de médecine de Porto, et pour sujet le dialecte de Miranda de Douro, dans la province portugaise de Tras-os-Montés. L'ouvrage est imprimé et rédigé en portugais. Dans cette monographie très méthodique, M. Vasconcellos donne d'abord un rapide aperçu sur les dialectes de la langue portugaise, puis il s'occupe spécialement de l'idiome parlé dans les environs de Miranda. Il en étudie la phonétique et la morphologie, les compare à celles d'autres dialectes hispaniques, tels que le gallicien, le léonais, l'asturien, l'andaloux et le catalan; constate ensuite que la syntaxe de Miranda ne diffère pas essentiellement de la syntaxe portugaise, et termine par une collection de devinettes et de contes populaires, accompagnée d'un court lexique comparatif. Ce travail un peu succinct est très-bien fait. L'auteur est au courant de la science, il connaît les bonnes méthodes et les applique. Si M. Adolphe Coelho, comme le dit M. Vasconcellos est l'introducteur de la science du langage en Portugal, il a tout lieu d'être fier de son œuvre et de son élève» (Revillout 1883: 10–20 [17–19]). O estudo será seguido pelos dois volumes, *Estudos de Filologia Mirandesa*, 1900-1901.

Alandroal (Alentejo)[709]. Em 1887-1889, fundava a *Revista Lusitana*, também com uma denominação que apelava às reminiscências pré-romanas[710]. Pouco tempo depois, assumia a direção como «Redactor» de *O Archeologo Português* em 1895 com títulos que evidenciam os seus interesses *não-literários*[711]. É com este cuidado de recuperação patrimonial que deve ainda entender-se a instituição do *Museu Etnológico* de Belém em 1893[712].

Paralelamente a estes trabalhos de investigação, em bibliotecas e no terreno, tanto Carolina Michaëlis como Leite de Vasconcellos assumem a docência universitária em Coimbra e em Lisboa. Tendo lecionado *Numismática* e *Filologia Portuguesa* na Biblioteca Nacional, onde era conservador desde 1887, Leite de Vasconcellos continuará o seu ensino como professor do ensino superior em 1911 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Residente no Porto, Carolina Michaëlis é convidada em 1911 para um lugar de professora da Faculdade de Letras de Lisboa, mas será

[709] Leite de Vasconcellos explica no início do seu trabalho sobre as *Religiões da Lusitânia*: «É por tanto só de Portugal que fundamentalmente me occupo, e, quando muito, apenas uma vez ou outra farei incursões nos dominios archeologicos da Galiza e da fronteira hespanhola confinante com a nossa». E especifica: «Tendo eu começado, desde muito novo, a investigar, a par da Glottologia, a Ethnographia moderna de Portugal, sobretudo as superstições, os costumes, as lendas e a literatura popular, fui levado, pela sucessiva complexidade do trabalho, a ocupar-me das cousas antigas...» (Vasconcellos 1897, I: XXIV; XXVII).

[710] O *Prologo* anuncia: «O objecto d'esta publicação não é uma simples curiosidade de colleccionadores; teem-se em vista os altos interesses da sciencia, e ao mesmo tempo fins perfeitamente praticos. A renovação intellectual, por que o presente seculo está passando, impõe a todos os países, que pênsão, o dever de contribuir com o seu obulo para o progresso geral (...). Ha meia duzia de escriptores consagrados de alma e coração a trabalhos philologicos e ethnologicos, mas esses escriptores, obrigados pela fôrça das circumstancias a trabalhar quasi só uns para os outros, pouca acção exercem no público (...) a *Revista Lusitana* vem porém animada de um espirito energico e vivificador (...). Sem o conhecimento da Philologia, é impossível o estudo perfeito da grammatica (...); sem o conhecimento da Ethnologia muitos factos de litteratura e de historia ficão na sombra, e andaremos como que ás cegas, ignorando uma grande parte dos nossos caracteres e das nossas origens» (Vasconcellos 1887-1889: 1–2).

[711] Observem-se as suas contribuições dedicadas à antiga povoação fortificada, o *Castro*, a uma *Inscripção christã de Mertola*, *Antiguidades de Mortágua*, etc. Publicado em 1895, O *Archeologo Português* é a revista periódica do Museu Nacional de Arqueologia. Na sua intenção inicial, tratava-se de uma publicação destinada a «…estabelecer relações litterarias entre os diversos individuos que, ou por interesse scientifico, ou por mera curiosidade, se occupam das nossas antiguallias, o melhor processo será pôr á disposição d'elles um jornal especial, onde tornem conhecidos do público, por meio de estampas e de descripções, os objectos que possuírem, e dêem informações das estações archeologicas e monumentos de que tiverem conhecimento». Assim se exprimia Leite de Vasconcellos no volume I, n.º 1, ao apresentar a *Revista* com essas *Palavras previas*. A revista encontra-se disponível *on-line* sem a inclusão das *Palavras Previas* de Leite de Vasconcellos no *site* da *DGPC - Direção-Geral do Património Cultural* (Vasconcellos 1895).

[712] Com o patrocínio de Bernardino Machado, foi criado, por decreto régio de 20 de dezembro de 1893, como *Museu Ethnographico Português*. Esteve subordinado a diversas entidades e denomina-se, desde 1989, *Museu Nacional de Arqueologia* do Dr. Leite de Vasconcelos: http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=190.

transferida a seu pedido para a Universidade de Coimbra, onde lhe seria mais acessível exercer docência, mantendo domicílio no Porto[713].

Destes anos de magistério, é proveitoso cotejar os índices das *Lições de Filologia* dos dois autores. É bem visível a preocupação pela integralidade das ciências literárias e das ciências linguísticas. Uma perceção panromânica, portanto, onde o português ocupava o seu lugar, quer na linha da comparatística, quer como língua e literatura autónomas:

CMV

- Línguas românicas. O português - transformação orgânica do latim vulgar.
- Períodos e características do português arcaico
- Palavras populares, eruditas e semi-eruditas
- Formas divergentes ou alotrópicas. O problema ortográfico
- Derivação e composição [radicais / sufixos /prefixação]
- Filologia. História da Filologia
- Glotologia
- Línguas românicas

[...]

- O documento românico mais antigo [...]
- Fontes do léxico
- Lições práticas de português arcaico (*Crónica Geral de 1404*; *Crónica Geral*, versão galego-portuguesa*; Leis de Partida*; *Crónica Troiana*; *Cancioneiro da Ajuda*; *Cancioneiro da Vaticana*; *Cancioneiro Colocci-Brancuti*).

[...]

JLV

- Nomenclatura. Gramática – Glotologia - história de uma língua - Filologia
- Origem e evolução da língua portuguesa
- Fontes do léxico português
- Conspecto de fonologia histórica
- Vestígios de casos latinos
- Pronomes e artigos
- Explicação de textos antigos (Testamento de Afonso II e duas poesias trovadorescas)
- Latim lusitânico e português arcaico
- Fenómenos arcaicos no falar hodierno
- Léxico. Gramática. Fases da Língua portuguesa...

[...]

- Heráldica e Linguística

[...]

- Onomástico
- Dialetologia (crioulos)
- Auto da Festa (Gil Vicente)
- Erros de linguagem
- Análise lexicográfica de duas poesias de Sá de Miranda

[...]

Estes índices não deixam de comprovar como Portugal se juntava às tendências europeias e como as vertentes filológica e linguística se amalgamavam sob o mesmo epíteto – *Filologia* –, escoltadas apenas pelo qualificativo nacional – *Filologia*

[713] É a primeira nomeação feminina na Universidade portuguesa e, juntamente com Maria Amália Vaz de Carvalho, será admitida na Academia das Ciências em 1912, apesar da oposição manifestada por Veiga Beirão. Foi relator A. dos R. Gonçalves Viana (Ey 1912).

Portuguesa. Não obstante, tanto C. Michaëlis como Leite de Vasconcellos deixam já prenunciar a disjunção entre as duas competências. C. Michaëlis salientava que «...à medida que a investigação se ia aprofundando, sentia-se a necessidade de estudar cada língua àparte, mas também a de **separar o estudo das línguas do das literaturas de cada uma delas**...» (s.d.: 133), e desta forma, persistia no facto de que se começara «... a dar ao estudo científico das línguas, e à ciência da linguagem **nomes especiais**, como ***glotologia***, ***glótica***... ambos do grego, mas também ***lingüística*** – ao modo latino» (s.d.: 134). Não se dissociava, por certo, dos movimentos veiculados pela Alemanha com a emergência da *Filologia românica* como disciplina universitária independente[714].

De modo semelhante, Leite de Vasconcellos aclarava que «...o estudo próprio de uma língua deveria ser empreendido pela *Glotologia*, *Glótica* ou *Lingüística*», explicitando que o «primeiro termo é melhor, por estar de acôrdo com designações paralelas. As preferências por um outro termo são nacionais: **os Franceses dizem commumente *Linguistique*: os Italianos *Glottologia***[715]. *Lingüística* é designação já

[714] As passagens postas em evidência são da minha responsabilidade. A inclusão da *Filologia Românica* como disciplina autónoma é conhecida. Adolf Tobler (1835-1910) iniciara a cadeira em 1867 em Berlim na *Friedrich-Wilhelms-Universität* e Gustav Gröber (1844-1911) assumia a disciplina em Zurique em 1872, institucionalizando-se assim o ensino da matéria (1871-1873), antes de aceitar idêntico cargo na universidade de Breslau (1874-1879) e na de Strasbourg (1880-1911). Carolina Michaëlis refere-se a Tobler no exame histórico sobre os cancioneiros ao referir a pesquisa do hispanista austríaco F. Wolf na biblioteca Vaticana e a descoberta do *Cancioneiro da Vaticana*: «Parece que Wolf planeou editá-lo. Adolpho Tobler, então um novel romanista, mas de ha muito uma das glorias mais resplandescentes da nova sciencia, coordenou logo a lista dos trovadores, a instancias do professor de Vienna, penso que em 1847». Ao propor correções ao estudo de Lang sobre os trovadores galego-portugueses, assinala em nota que algumas das suas propostas tinham sido já mencionadas por A. Tobler («Varias das correcções de texto, que proponho, haviam sido lembradas também por Ad. Tobler num artigo critico, publicado em *Herrig's Archiv*, vol. XCIV, pag. 470, o que lhes serve de valiosa confirmação» (Michaëlis 1904, II: 16, 81, n. 2). Em relação a Gröber, não se pode deixar de entrever algum ressentimento pelo facto de T. Braga ter publicado inopinadamente a «edição» do *Cancioneiro da Vaticana* na *Zeitschrift*: «Logo depois, offereceu ao professor Gustav Grober, que sollicitara um parecer sobre a obra de Monaci para a nova revista *Zeitschrift für romanische Philologie* outro estudo, intitulado: O Cancioneiro da Vaticana e suas relações com outros cancioneiros dos sec. XIII e XIV. Em *Zeitschrift* vol. I: 41–57 e 179–190. Datado: 23 de Septembro de 1876. É apenas um capitulo de um trabalho mais extenso, destinado a substituir o primeiro livro sobre os Trovadores e a accompanhar o texto completo do cancioneiro restaurado, já então prompto em manuscripto» (Michaëlis 1904, II: 43–44). Sobre a emergência do ensino da *Filologia Românica*, cf. Traschler (2013, 2016).

[715] A denominação *Glottologia* é ainda atual em ambientes italianos, tanto em setores administrativos como universitário. O ensino corresponde à *gramática comparada*, à *filologia comparada*, ou mesmo à *história comparada* das línguas clássicas e das línguas românicas. Nos países de língua alemã é o termo *Sprachwissenschaft*, que mais foi difundido, superando o de *Vergleichende Grammatik*. Em Inglaterra, usa-se *Comparative philology* para o plano histórico-comparativo, ou *linguistics* ou *general linguistics* para a linguística geral. Nos Estados Unidos, adopta-se *linguistics* ou *general linguistics*, enquanto a França manteve *linguistique*.

usada em 1844 por Herculano no *Panorama*, 2.ª série, III: 392–394[716]. *Glótica* comparece em *A Lingua Portuguesa* de Adolfo Coelho...» (1868: VII) (1966[4]: 6–7, n. 3). Para a filóloga alemã, o **filólogo deve sempre historiar** e, adoptando metodologia comparativa, retroceder até chegar às origens, aos elementos primários... (s.d.: 126), caraterizando os usos em Portugal: «O Dr. Leite de Vasconcelos depois de 1880 o mais ativo dos cultores da filologia portuguesa, creio que visou e combateu [...] o procedimento de Coelho, chamando sempre e resolutamente **filologia** ao estudo científico da língua e não **glotologia**» (s.d.: 150).

Leite de Vasconcellos, por seu lado, assim configurava a disciplina: «A filologia abrange pois: ***História da Língua*** (Glotologia, Glótica, Lingüística e seus ramos com a Estilística e Metrificação); **História Literária** (História da Literatura em sentido amplo) com a Crítica Literária; Bibliografia; Faz-se aplicação prática da Filologia, quando se **edita criticamente e se comenta um texto** – Não se confunda ***crítica literária*** com ***edição crítica,*** pois esta só procura restituir à primitiva pureza um texto que se acha deturpado» (1966[4]: 8). Concluindo, entendia que a *Filologia Portuguesa* era «o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessòriamente o da literatura, olhada sôbre **tudo como documento formal da mesma língua**...**»** (1966[4]: 9).

Estes sintomas, mesmo em Portugal no início do século XX, pressagiavam a desunificação entre os dois modos de estudar a língua e, ao mesmo tempo, singularizavam o perfil de cada um dos estudiosos. Se Carolina Michaëlis transferira para o meio português metodologia e novas nomenclaturas (variantes, manuscritos apócrifos, lição, verdade do Autor, melhor manuscrito, erros, alterações, operações comparativas, operações reconstitutivas, camadas linguísticas, etc.[717]), inquietava-se já, *avant la lettre*, com aspetos que, hoje, subjazem a qualquer estudo científico de

[716] As relações entre a *história* e a *linguística* são explicadas por A. Herculano em *O Panorama*: «… Nasceram ellas [as reflexões] de opiniões que anteriormente formámos por occasião de alguns trabalhos d'historia, a qual tem mais relações com a linguistica do que os A.A. do opusculo parecem accreditar…», a propósito de um artigo sobre as origens da língua portuguesa, «Reflexões ethnographicas, philologicas e historicas a proposito de uma publicação recente sobre a origem celtica da lingua portugueza» (Herculano 1844: 391–394).

[717] Embora o âmbito da elaboração do *Dicionário Terminológico de Crítica Textual em Português*, não inclua, por enquanto, a terminologia adotada por Carolina Michaëlis, pode consultar-se C. Sobral (2016).

manuscritos (verdade material, apologia da variante, enaltecimento da cópia, *mise en page*, *mise en texte*, *mise en ligne*, *mise au net*, etc.)[718].

A materialidade era, para ela, já inseparável de uma escrupulosa restituição textual. Boa demonstração é o seu trabalho de intercalação de fólios soltos e de um caderno, provenientes da Biblioteca de Évora, no fragmentário *Cancioneiro da Ajuda*. A correspondência, que trocou com o funcionário da Biblioteca Real do Palácio da Ajuda, Rodrigo Vicente de Almeida, elucida esta sua exigência pela reconstituição física de um códice mutilado. Para a sua edição era-lhe imprescindível a ordem primitiva dos cadernos, sobretudo em um manuscrito sem rubricas atributivas e sem marcas sequenciais[719]. E, além das conjeturas plausíveis, o texto deveria ser rigorosamente restabelecido, apesar das contingências de um códice com fólios amputados e espaços vazios. Foi assim que procurou obter um *cancioneiro perfeito* e um *texto ideal*, purificado, que não só irrompia de cotejos com outros manuscritos e com as suas inter-relações, mas que apareceria ao leitor como o mais próximo da mão de cada um dos trovadores[720].

É um facto que Teófilo Braga (1877[721]) traçara empiricamente um esquema horizontal, que procurava idealizar a posição dos vários cancioneiros, mas C. Michaëlis, mesmo não possuindo todas as lições variantes e os erros de toda a tradição manuscrita, proporia em 1904 um *stemma* vertical, que melhor legitimava a filiação dos cancioneiros conhecidos e daqueles que poderia efetivamente conjeturar. Não excluo que esta publicação célere de T. Braga a tenha estimulado no exame mais

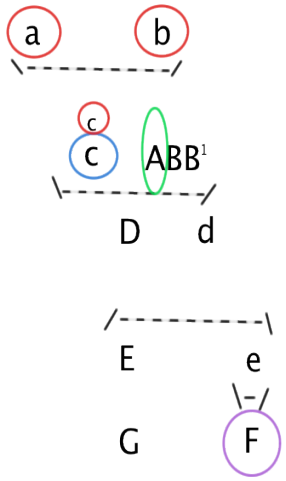
[718] Os capítulos iniciais do I vol. da edição do *Cancioneiro da Ajuda* documentam bem a sua preocupação, poderíamos dizer, codicológica, e a implicação material nas suas decisões editoriais. Bastaria citar a análise minuciosa das lacunas e da sua restituição. Parte dos rascunhos da fixação textual encontram-se depositados no seu espólio na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Não apenas damos conta das suas hesitações quanto às normas de transcrição, mas também do seu rigor ao procurar obter todas as variantes para a restituição textual ajudense.

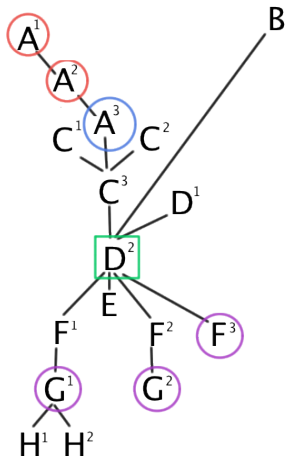
[719] Examinei parte desta correspondência, publicando o fac-símile das cartas mais significativas, no ensaio dedicado à preservação dos testemunhos da lírica galego-portuguesa (Ramos 2017).

[720] Assim interpretei a sua metodologia para a edição e reconstituição do *Cancioneiro da Ajuda* – cancioneiro geral da lírica galego-portuguesa - *cantigas de amor* – O projeto inicial para a publicação rápida de uma edição paleográfica, transformava-se em edição crítica com a reconstrução de um *cancioneiro ideal*, baseado no comparativismo das lições oferecidas pelos outros cancioneiros recentemente descobertos (Ramos 2004).

[721] Esta data – 1877 – corresponde à publicação de T. Braga do seu estudo sobre o *Cancioneiro da Vaticana* no I vol. da *Zeitschrift*, mas coincide também com o início do trabalho de transcrição do *Cancioneiro da Ajuda* por Carolina Michaëlis em Lisboa. Especifica-nos como de maio a setembro de 1877, «meses felizes e saudosos», transcrevia o manuscrito, «na empresa de decifrar e copiar, com paixão e paciência essas páginas seis vezes seculares». (Michaëlis 1904, I: VIII; 101).

exigente da tradição manuscrita poética. Dois modos de trabalhar em oposição, um mais romântico e intuitivo, outro mais positivista e científico[722].





- **A** – Livro de Cantigas do Conde D.Pedro
- **B** – O Cancioneiro de D. Denis
- **C** – Cancioneiro da Ajuda
- **D**- O Cancioneiro de D.Mecia de Cisneros
- **E** – O Apografo de Colocci que serve à Tavola.
- **F** – Cancioneiro da Vaticana
- **G** – Cópia de um Grande de Hespanha
- **a, b** – cancioneiros anteriores... ao Canc. da Ajuda
- **e** - Cancioneiro perdido com base nas variantes do vaticano, Colocci e Grande de Hespanha
- **d** – Canc. com o Livro de Cantigas e Canc. de D. Denis

- **A^1** - rótulos e cadernos soltos
- **A^2** - cópia em volume tripartido
- **A^3** – Canc. da Ajuda
- **B** – rótulos e cadernos soltos com textos de Afonso X
- **C^1 , C^2, C^3** – Cancioneiro de D. Denis + poetas dionisinos
- **D^1 , D^2 , D^3** – Rótulos e cadernos soltos com cantigas do Conde D. Pedro, D. Afonso Sanches, Estevan da Guarda,Alfonso XI.
- **E** – Canc. de D. Mecia Cisneros
- **F^1 , F^2 , F^3** – Exemplar em Roma, exemplar do Livro de D. Pedro, exemplar para a Tavola...
- **G^1** – Canc. da Vaticana
- **G^2** – Canc. Colocci-Brancuti
- **H^1** – Canc. de um Grande de Hespanha
- **H^2** – Apógrafo queimado em 1850

(Michaëlis 1904, II: 288; Braga 1877: 190)

Carolina Michaëlis, bastante mais sensível ao produto literário, dirá de Leite de Vasconcellos:

[722] Propus um esboço sobre as dissemelhanças científicas entre os dois estudiosos no âmbito da lírica galego-portuguesa (Ramos 2013).

> *Dr. Leite de Vasconcellos, depois de 1880 o mais activo dos cultores da filologia portuguesa... dando a textos literários apenas, ou quási exclusivamente, a função de documentar e ilustrar fenómenos lingüísticos... manifesta-se a sua pouca afeição ou inclinação natural para as investigações literárias... creio que desde a descoberta e edição de um texto provençal (Sancta Fides, 1902) e de outro português – O Livro de Fábulas de Esopo (1904), êle cultiva... o campo literário...* (s.d.: 150)[723].

Leite de Vasconcellos, por seu lado, mais empenhado pelas reflexões de natureza linguística, não deixaria de expressar que o poema que descobrira era «sêcco e monotono», e que a principal relevância de *Sancta Fides* estava «na lingoa, e no facto de vir preencher uma lacuna que existia na litteratura provençal, pois das tres mais antigas vidas de santos metrificadas que nella se conheciam (…), é esta de Santa Fé a unica que está agora completa» (Vasconcellos 1902: 178–179).

Esta obstinação linguística manifestar-se-á ainda na explicação de alguns textos trovadorescos, incluídos nas suas *Lições*, não se eximindo de afirmar em 1911 que, ao *Cancioneiro da Ajuda*, apesar da edição e da investigação de Carolina Michaëlis [1904: I vol. 924 pp.; II vol. 1001 pp.], faltava «… **ainda um 3º. volume, destinado ao estudo da língua**…» [1911] 1966: 94, n. 3). Efetivamente, C. Michaëlis anunciava nas suas *Lições* (1912) que o «terceiro volume, relativo exclusivamente à língua e à versificação, ainda está inédito» (Michaëlis s. d.: 151).

Em uma carta a Leite de Vasconcellos [MNA 22622], não datada, mas provavelmente de 1905, um ano após a publicação dos dois volumes do *Cancioneiro da Ajuda* em 1904, Carolina Michaëlis justifica o atraso da publicação do III volume[724]:

> *...Quanto ao Volume III do Cancioneiro da Ajuda – apenas lhe digo que o meu editor não o principia nem aceita o Ms. (que ainda não passei a limpo) sem ter as provas na mão de que <u>alguem</u> se interessa pelos primeiros dois. E por ora ninguem disse uma palavra sequer a respeito d'elles. Dos exemplares que ha em Portugal julgo que se vendeu <u>um.</u> Não imagina a magoa que isso me causa...*

[723] Referia-se Carolina Michaëlis à descoberta por Leite de Vasconcellos de «Canção de Sancta Fides de Agen. Texto provençal» (finais do século XI ou princípios do século XII), encontrado na Biblioteca de Leiden em 1901 (Vasconcellos 1902). E com o título «Fabulário Português. Manuscrito do século XV», foi dado a conhecer em 1903 e 1906. O manuscrito por si identificado em 1900 é detentor de um conjunto de 62 fábulas de Esopo em língua portuguesa, que Leite admite ser uma cópia de uma tradução mais antiga datável do século XIV (Vasconcellos 1902, 1903).

[724] Museu Nacional de Arqueologia - Lisboa MNA – Epistolário de José Leite de Vasconcelos. Em outros momentos, expressa o seu desencanto pelo pouco sucesso editorial obtido em Portugal com a sua edição do *Cancioneiro da Ajuda*.

Estes reparos, de um em relação ao outro, da filóloga ao linguista e do linguista à filóloga, prenunciam a secessão das áreas – a filológica e a linguística –, que, alguns anos depois, ocorrerá em Portugal.

3. Entretanto, praticamente ao mesmo tempo em que decorriam as *Lições* de C. Michaëlis (1911-1912 e 1912-1913) na Universidade de Coimbra, e as *Lições* de Leite de Vasconcellos na Biblioteca Nacional e na Faculdade de Letras de Lisboa (1911…[725]), emergiam na Europa bases para novos paradigmas metodológicos. Na Universidade de Genebra, era introduzido o curso de *Histoire et de comparaison des langues indo-européennes* (com *Linguistique générale* desde 1907), concebido para o ingresso de Ferdinand de Saussure na universidade genebrina[726]. Ferdinand de Saussure (1857-1913), formado na Alemanha, na linha diacrónico-comparativa das línguas indo-europeias e com docência na *École des Hautes Études* de Paris (1881-1891), ministrará três cursos na primavera de 1906-1907, em 1908-1909 e em 1910-1911, que vão, ulteriormente, materializar-se na publicação póstuma do *Cours de linguistique générale* (*CLG*) em 1916, sustentada, como é conhecido, por apontamentos recolhidos por alunos que assistiram aos seus cursos[727].

É necessário, no entanto, insistir no facto de que a linguística moderna institui-se com um sério problema filológico. Os linguistas, seguidores ou não de Saussure, ou mesmo os neo-saussurianos, herdaram um quadro epistemológico, baseado em

[725] É o próprio Leite de Vasconcellos que no *Prólogo* às suas *Lições*, datado de 1911, explica: «Em 1903 pediram-me alguns alunos do Curso de Bibliotecário-Arquivista que lhes fizesse na Biblioteca Nacional de Lisboa umas prelecções de Filologia Portuguesa, principalmente a respeito da língua arcaica», dadas de 1903 a 1909. No *Prólogo* à segunda edição, datado de 1926, explicita que, estando esgotada a 1.ª ed., são «estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa (da qual actualmente sou Professor catedrático, e onde ensino Filologia portuguesa)», que solicitam a 2.ª ed.. Cito da edição, prefaciada e anotada por S. da Silva Neto, publicada no Rio de Janeiro em 1966: VII, XIII, XIV.

[726] Em 1891, Ferdinand de Saussure deixa a *École des Hautes Etudes* para inaugurar em Genebra a sua docência. Os dois primeiros cursos intitulam-se «Sanscrit» et «Grammaire comparée des langues indo-européennes» e perfilam-se pela sua formação na Alemanha. Ora, desde logo, os conceitos de «comparação» e «gramática comparada» são postos em causa: «Il est entendu que l'astronome observe et calcule, que le critique critique, que l'historien raconte, et que le linguiste *compare*. Pourquoi le linguiste comparerait-il, ou pourquoi serait-il condamné de <son métier> à *comparer?*» (*Notes* 3286, *Bibliothèque publique et universitaire* (*BPU*) de Genebra (Engler 1974).

[727] Doutorado pela Universidade de Leipzig na área da Linguística entre 1876-1880 (línguas germânicas, bálticas, eslavas, indo-iranianas), Saussure com a tese *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, publicada em 1879 [1878], introduz uma importantíssima renovação da modelização morfológica do indo-europeu (Béguelin 2003, 2013).

suportes materiais complexos[728]. O esclarecimento, que fundamentou a importância da publicação do *CLG*, foi dado pelos editores no preâmbulo à edição de 1916, subsistindo na memória coletiva uma obra decorrente da recolha de notas avulsas retiradas de materiais de vários alunos. Mas, na verdade, os dois editores, responsáveis pela publicação – Charles Bally e Albert Sechehaye – eram quase mais colegas de Saussure na Universidade de Genebra do que propriamente alunos, embora tenham seguido em parte os seus cursos (Chidichimo-Gambarra 2009; Béguelin 2003: 2007; Sofia 2012).

Em 1916, os dois docentes na Universidade de Genebra subscrevem a publicação com a cooperação de Albert Riedlinger, «maître» no *Collège de Gèneve*. Tanto Bally como Sechehaye não acompanharam com assiduidade os cursos de Saussure, o que significa que *CLG*, dado a público pela Editora Payot, não é derivado de um testemunho direto inteiramente comprovado pelos editores[729]:

> [...] *des obligations professionnelles nous avaient empêchés presque complètement de profiter nous-mêmes de ces derniers enseignements qui marquent dans la carrière de Ferdinand de Saussure une étape aussi brillante que celle, déjà lointaine, où avait paru le Mémoire sur les voyelles …*[p. 8][730]

Bally era *Privat-Docent* entre 1893-1913 e Sechehaye exercia também funções (1902-1929) com igual estatuto na mesma Universidade[731]. Em 1905, Bally publicara já *Précis de stylistique*: *esquisse d'une méthode fondée sur l'étude du français*

[728] O seu pensamento é visível não apenas no domínio da *Linguística*, desenvolvido e ampliado pelo *Círculo Linguístico de Praga* (1929, Jakobson, Troubetskoïoj, Karcevskoj...), e *Escola de Copenhaga* (1928 com Hjemslev), mas também por Martinet (funcionalismo), Guillaume (psicomecânica da linguagem), etc. A semiótica muito lhe deve (Barthes e Greimas), mas também a psicanálise (Lacan), a etnologia (Lévi-Strauss), a filosofia (Merleau-Ponty), ou ainda a sua influência em Chomsky.

[729] A sociedade *Payot*, fundada em 1875, ou *Payot Libraire*, é uma cadeia suíça de livrarias com sede em Lausanne.

[730] Os alunos não eram numerosos: Louis Caille, Léopold Gautier, Paul Regard, Albert Riedlinger, Marguerite Burdet (Mme Sechehaye) (Mauro 1978: 344).

[731] *Privatdozent* é um título próprio das universidades de língua alemã. Designa professores que obtiveram uma *habilitação*, equivalente à *agregação*, mas que não detêm cátedra de ensino ou de pesquisa. Charles Bally (1865-1947) forma-se em letras clássicas em Genebra (1883-1885), parte para Berlim, onde apresentará a tese de doutoramento (1886-1889). Ao regressar a Genebra, ensinará na *École de commerce* (1893) e no *collège* (1900-1913), exercendo depois funções na universidade (1893-1913). De 1913 à 1939, ocupará a cátedra de *Linguistique générale et comparaison des langues indo-européennes*, após Ferdinand de Saussure (Durrer 1998, Pesini, 2017). Albert Sechehaye (1870-1946), após licenciatura *ès lettres classiques* (1889-1891), apresenta doutoramento em Göttingen (1902) e, regressado a Genebra, será também *privat-docent* no seminário de francês moderno. Professor extraordinário de *Théorie de la grammaire* en 1929, sucederá em 1939 a Charles Bally na cátedra de *Linguistique générale* (Frýba-Reber 1994; Curea 2015).

moderne, em 1909, o *Traité de stylistique française* e, em 1913, sairá *Le Langage et la Vie*, trabalhos prévios à publicação do *CLG*. Sechehaye, por seu lado, tinha publicado também antes em 1908, *Programme et méthodes de la linguistique théorique*: *psychologie du langage,* que continha algumas ideias estruturalistas e um programa de linguística sincrónica e fonologia, uma ciência de leis, oposta à ideia positivista de uma ciência de factos. Em preparação deveria estar nesta altura o seu *Essai sur la structure logique de la phrase* (1926). Algumas das ideias de Sechehaye podem ter mesmo influenciado o próprio Saussure, como sugere Wunderli (2014), invertendo a relação científica entre os dois estudiosos, ao refletir na criação da Escola Linguística de Genebra[732].

Para a concretização da publicação do pensamento saussuriano, os dois impulsionadores contactam a viúva na expectativa de que haveria material manuscrito mais estruturado, que pudesse completar e enriquecer as notas avulsas tomadas nos cursos:

> *Après la mort du maître, nous espérions trouver dans ses manuscrits, mis obligeamment a notre disposition par Mme de Saussure, l'image fidèle ou du moins suffisante de ces géniales leçons; nous entrevoyions la possibilité d'une publication fondée sur une simple mise au point des notes personnelles de Ferdinand de Saussure, combinées avec les notes d'étudiants. Grande fut notre déception: nous ne trouvâmes rien ou presque rien qui correspondît aux cahiers de ses disciples; F. de Saussure détruisait à mesure les brouillons Hâtifs où il traçait au jour l'esquisse de son exposé!* (Mauro [1972] 1978: 7–8)

A carta da viúva enviada a A. Meillet não só parece esclarecer a falta de materiais, como também emite reservas à divulgação, recordando como Saussure, tão minucioso, poderia ser reticente à publicação[733].

---

[732] P. Wunderli (2014), tradutor de Ferdinand de Saussure, propõe o título «Saussure, estudante de Sechehaye», refletindo no conceito de dependência em relação à criação da Escola Linguística de Genebra (1976).

[733] Antoine Meillet fora aluno de Saussure em Paris, entre 1885 e 1889. A carta é publicada por E. Benveniste (1964):

Cher Monsieur

Vous m'excuserez cette fois encore de venir si tard vous remercier de votre aimable lettre du 6 mars, ainsi que du témoignage si affectueux que vous avez rendu à la mémoire de mon mari à l'ouverture de vos cours au Collège de France et à l'Ecole des Hautes-Etudes. Je ne puis vous dire combien j'y suis sensible et c'est de tout mon cœur aussi que je m'associe à tous les regrets qui m'ont été exprimés au nom de la science à l'occasion de la mort de mon mari.

Je sais avec quel intérêt il suivait les études et les travaux de ceux qui lui succèdent dans la carrière et vous savez que rien dans ce domaine ne lui était indifférent. Il a donné le meilleur de son temps

A edição contudo sairá em 1916 com base nos cursos, que não foram frequentados por um número muito elevado de alunos (1906-1907; 1908-1909; 1910-1911)[734]. A segunda edição de 1922 comparecerá com algumas modificações de pormenor, mas a terceira edição de 1931, a quarta de 1949 e a quinta de 1955, poucas alterações introduziram e serão sucessivamente reimpressas em 1959, 1962, 1965, 1968, etc.[735].

Desde o seu comparecimento, o *CLG* foi considerado de imediato um texto heteróclito, simplificado e mesmo dogmático, e Antoine Meillet (1866-1936), seu antigo discípulo, não deixará de o exprimir na recensão crítica à publicação de 1916[736]. Mas, as reações mais consistentes sobre a qualidade textual do *Cours* surgirão com Robert Godel (1902-1984), ao chamar a atenção para outras fontes manuscritas

---

à son enseignement, et la préparation de ses cours l'absorbait au point de l'empêcher de publier d'autres travaux personnels.
Et maintenant plusieurs de ses élèves m'ont demandé s'il n'y aurait pas, dans ses notes, quelque chose à publier. Ce serait naturellement chose à voir et à laquelle je ne voudrais pas m'opposer d'emblée ; mais, cher monsieur, vous avez assez connu mon mari, pour savoir avec quelle scrupuleuse conscience il abordait chaque question et j'ai l'impression qu'il faudrait en tous cas ne rien publier trop vite car je ne voudrais rien faire qu'il n'eût pas approuvé.
Peut-être qu'en compulsant les notes prises par différents élèves en différentes années pourrait-on avoir une idée assez complète d'un de ses cours, mais pour cela aussi il ne faut rien presser. N'est-ce pas aussi votre avis-. On peut quelquefois par une publication trop hâtive, déflorer un travail qu'on pourrait avec le temps faire plus complet. Je suis, naturellement, incompétente dans cette question, cependant je sais que mon mari n'agissait jamais avec précipitation et que ce qu'il a donné à la science était le fruit de travaux mûrement réfléchis. J'avais l'intention de réunir dans une petite brochure les articles et témoignages reçus à l'occasion de la mort de mon mari, mais je veux attendre pour cela que les articles à venir aient paru.
J'espère pouvoir me procurer plus tard ceux que vous ferez paraître dans les Mémoires de la société de linguistique et l'Annuaire de l'Ecole des Hautes Etudes. J'ai pensé que ce serait un souvenir pour la famille et les amis.
J'espère, Cher Monsieur, que si vous veniez une fois de nos côtés, vous me ferez le plaisir de venir me voir. Je serais toujours heureuse de serrer la main à ceux qui se sont associés de cœur à notre grand deuil.
Recevez, Cher Monsieur, mes meilleurs compliments
Marie de Saussure
Tertasse 2, Genève, le 25 Mai [1913].

[734] Uma dúzia de alunos frequentou o curso, dos quais apenas quatro deixaram apontamentos e nem todos disponibilizaram os seus materiais para a publicação de 1916. Além das notas de Émile Constantin (vários cadernos, com centenas de páginas), conservam-se alguns cadernos de Georges Dégallier, de Marguerite Burdet, de Francis Joseph (Markus 1996, 2001).

[735] T. de Mauro especifica as correções mais significativas operadas na edição de 1922 (1978: 409).

[736] «Ces cours n'étaient pas destinés à être imprimés, et F. de Saussure se serait assurément refusé à laisser publier, de son vivant, la rédaction qu'en aurait faite l'un de ses auditeurs. M. Bally, élève de F. de Saussure et son successeur à l'Université de Genève, et M. Sechehaye, aussi élève de F. de Saussure, ont pris le parti hardi de fondre en un tout les trois rédactions et de construire, pour ainsi dire, avec les formules et les exemples de F. de Saussure, le livre que le maître n'avait pas fait, qu'il n'aurait sans doute jamais fait. Ce qui est offert au public, c'est donc une rédaction des idées de F. de Saussure sur la linguistique générale par ses deux principaux élèves genevois, MM. Bally et Sechehaye [...]. Il n'y a pas lieu d'entrer ici dans la critique de détail d'un livre qui n'est que l'adaptation d'un enseignement oral fugitif, et où l'on ne sait si les détails qui seraient critiquables viennent de l'auteur ou des éditeurs» (Meillet 1916: 32–33, 36; Meillet 1917).

acessíveis. Na defesa pública da sua tese, encontrava-se presente um antigo aluno de Saussure, Émile Constantin, que, ao não ter facultado as suas notas aos primeiros editores, Bally e Sechehaye, entrega-as a Godel (1957)[737]. O confronto destes materiais inéditos reforçará as disparidades entre o que estava editado no *CLG* e os próprios apontamentos (Godel 1954, [1957]1969). Mas, mais do que discrepâncias, Godel iria revelar que parte significativa das fontes disponíveis não tinha sido afinal aproveitada pelos editores. A famosa frase final do *CLG*, por exemplo – *la linguistique a pour unique et véritable objet la langue envisagé en elle-même et pour elle-même* – não seria atribuível a Saussure, mas sim a uma conclusão pessoal dos editores[738].

O cotejo será depois mais discriminado por Rudolf Engler (1930-2003), que vai ocupar-se do confronto entre os diferentes materiais e demonstrar as disparidades entre o que estava publicado e o que estava inédito. Através de uma *mise en page* sinótica das diversas versões dos cursos, de extratos, de notas e outros materiais avulsos, comprova com a edição crítica como tinha sido efetivamente editado o *CLG* (Engler 1967-1974; Bouquet-Engler 2002). Não só Godel e Engler recuperaram e puseram em evidência os elementos utilizados pelos editores, Bally e Sechehaye, para a publicação póstuma como, ao compará-los, demonstravam como o pensamento de Saussure no *CLG* se encontrava adulterado.

Nos anos sessenta, o linguista Tullio de Mauro (1932-2017) publica em italiano o *CLG* declarando no seu título que se trata de uma tradução, acompanhada de uma introdução e de um comentário (1967), seguida de uma segunda edição, «acresciuta», datada de 1968. É com base nesta versão italiana que Payot, primeiro editor do *CLG* em 1916, a vai valorizar por novo lançamento em francês. Contudo, esta publicação, com as notas e os comentários traduzidos do italiano por Louis-Jean Calvet, não se apresenta como «edição comentada», mas como uma «édition critique préparée par Tullio de Mauro». Todavia, ao abrirmos o livro, averiguamos de imediato que não nos encontramos perante uma «edição crítica». Uma numeração marginal, adstrita a

[737] E. Constantin a 23 de janeiro de 1958 escreve-lhe: «A peine rentré de votre soutenance de thèse, j'ai eu une inspiration, j'ai fouillé un coin inexploré de ma bibliothèque et j'ai retrouvé mes notes sur les cours de linguistique de F. de S. Je vous expédie ces cahiers de notes que vous pouvez garder tout le temps que vous voudrez et remettre à qui il vous semblera bon s'ils peuvent être de quelque utilité. Je regrette beaucoup de ne pas avoir pu vous envoyer à temps les documents demandés mais... mieux vaut tard que jamais» (BPU. Ms. fr. 3972, f. 28) (Godel 1954, 1957, Mejía Quijano 2005, Komatsu 1993).
[738] Mauro comenta exaustivamente esta conclusão final (1978: 476–477). A frase apócrifa, atribuível a F. Bopp, se foi pronunciada por Saussure, não o deve ter sido sob esta forma tão perentória.

diversas passagens do *Cours*, reenvia para um extenso comentário final [pp. 405–477], que elucida com ampla bibliografia diferentes passagens do *CLG*[739].

A perseverança da averiguação de Godel, de Engler e os comentários de T. de Mauro, evidenciam que, após a morte de Saussure (1913), a família legara à *Bibliothèque publique universitaire* de Genebra (*BPU*), atualmente *Bibliothèque de Genève* (*BGE*), um primeiro lote de manuscritos. Quarenta e cinco anos mais tarde, em 1958, os dois filhos de Saussure cederam nova caixa de documentos e, depois da intervenção de R. Jakobson, uma das bibliotecas de Harvard (Houghton Library) adquirirá 638 folhas de manuscritos pertencentes ao ilustre linguista (Marchese 1995, 2012)[740].

Um último lote de documentos foi descoberto em 1996 com textos autógrafos, que se encontravam ainda na *orangerie* da casa familiar dos Saussure em Genebra com um número significativo de folhas (Bouquet-Engler 2002, Amacker 2011). Os textos são certamente fragmentários, mas outros, mais elaborados, muito estão a contribuir para preencher lacunas ou reconstituir o *puzzle* da obra publicada por Bally e Sechehaye[741]. O texto fundador das ciências humanas em 1916 não fora somente enriquecido por vários escritos avulsos, mas agora também por um manuscrito muito mais ordenado, *De l'essence double du langage*, o que pode ser considerado quase como *rascunho* do *CLG* [742].

A editora Payot, aproveitando-se do centenário do *CLG* em 2016, publica nova edição, em formato livro de bolso com um prefácio de Jean-Didier Urbain. Mas, esta edição não é mais do que uma reimpressão do *CLG*, não respeitando a numeração das páginas (da edição de 1922), além de erros significativos e com um preâmbulo que não refere sequer as questões mais relevantes que envolvem o *CLG*. Um presente envenenado, indigna-se G. Cosenza no *Le Temps* de 12 de janeiro de 2017.

---

[739] R. Engler dará notícia com uma ampla recensão crítica da tradução comentada da edição de Tullio de Mauro de 1967 (1970).

[740] Descrição sumária dos conteúdos: MS Fr 266, Houghton Library, Harvard Library, Harvard University: http://oasis.lib.harvard.edu/oasis/deliver/~hou00336

[741] Hoje, o *Fundo Saussure* na Biblioteca de Genebra possui milhares de páginas manuscritas autógrafas (antigo fundo com materiais entrados nos anos 50 e 60, outros entrados em 1996, além dos manuscritos de Harvard, que são necessários para completar as sequências, que se encontram em Genebra, sem omitir os mss. dos alunos e a correspondência de Saussure (Paris, Halle, S. Petersburgo, Roma, Vilnius, etc.). Informação disponível em: http://institutions.ville-geneve.ch/fr/bge/bge-numerique/personnalites/de-saussure/

[742] A transcrição diplomática foi disponibilizada em 2002 por R. Engler. Acessível em: http://www.revue-texto.net/Saussure/De_Saussure/Essence/Engler.html

Quer isto dizer que, apesar da descoberta de novos manuscritos, que melhor esclarecem não só os conceitos de Saussure, mas também o procedimento dos seus primeiros editores, o *CLG* assumiu uma voz de tal modo autónoma, uma tal qualidade de *vulgata,* onde os novos contributos pouca força têm para o modificar[743].

Para bem acedermos às ideias de Saussure ainda precisamos de bastante *trabalho filológico* (Depecker 2012). Parece paradoxal que a obra, que inaugura a *Linguística* do século XX, dissociando-se fortemente da *Filologia*, emirja, portanto, com problemas que só uma metodologia filológica poderá dissipar:

- Textos publicados em vida (*Mémoire*...1879)
- Primeira edição em 1916 não controlada pelo Autor (Saussure faleceu em 1913)
- Alguma imponderação filológica dos primeiros editores. Os editores não foram testemunhos diretos
- Materiais avulsos e de segunda mão (1916)
- Estatuto textual compósito (mss. em diferentes momentos)
- Estabelecimento do *corpus* (mss. autógrafos e não autógrafos)
- Mss. de diferente tipo (rascunhos, textos mais definitivos, planos, notas, inserções, passagens eliminadas, etc.)
- Mss. de Genebra
- Mss. de Harvard
- Hierarquização das fontes (obras publicadas por Saussure / mss. Autógrafos / cadernos de estudantes)

Esta enumeração, relativa ao conhecimento saussuriano, em um congresso dedicado a Ivo Castro, não pode deixar de evocar a situação análoga com a obra de Fernando Pessoa, entre manuscritos e edições, entre *vulgata* e texto crítico[744].

Mas, para além do problema da melhor (ou da possível) restituição textual do texto saussuriano, é darmo-nos também conta de como a separação entre *filologia* e *linguística* eram determinantes tanto no *CLG* como nas *Notas* (Engler 1974). A *Filologia* comparecia como génese histórica da *Linguística*, onde eram apontadas as

[743] Bastaria mencionar as sucessivas reimpressões do *CLG.* Na realidade, «de toute façon, ce qui est vrai pour les Évangiles l'est aussi pour le *Cours de linguistique générale*: ce texte peu 'authentique' fait foi» (Trabant 2005: 116). Apesar da sua autoridade, a dificuldade de interpretação das ideias saussurianas persiste, devida sobretudo aos problemas que ainda coloca o acesso material ao *corpus* efetivo da sua obra (Bota-Bronckart-Bulea 2010).

[744] Devo ao próprio Ivo Castro, a quem agradeço, a indicação de um seu texto recente acerca da duração do «dia triunfal» de Pessoa, muito acima de 24 horas, e dos paralelos que se podem estabelecer entre a tradição manuscrita e impressa entre esses dois pensadores (Castro 2014).

deficiências do comparativismo. É muito clara a intenção de Saussure ao pretender delimitar claramente o âmbito das duas disciplinas e ao marcar os efeitos do tempo na língua (pense-se, hoje, nas propostas da gramaticalização e nas identidades diacrónicas). A diferenciação, operada no terceiro curso de 1910-1911, entre *filologia* e *linguística* (linguística geral), revela como a *filologia* ocupa um lugar intermédio entre *gramática normativa* e *gramática comparada* e será através desta última – *gramática comparada* – que ali encetará a reflexão à tomada de consciência de uma linguística autónoma.

A *Filologia* não deveria ser apenas correção gramatical e textual de escritos deteriorados mas abriria uma efetiva metodologia crítica. Esta abertura a uma crítica com método explicava o surgimento de Bopp (1816) e a «fase sensacional» com o rigor da *gramática comparada*[745]. Para Saussure, Jacob Grimm (1785-1863) com o seu empenho pelos textos antigos, pela sua gramática alemã (*Deutsche Grammatik*, Göttingen, 1819-1837), pelo proto-germânico, pela evolução das consoantes oclusivas e pelas leis fonéticas (Lei de Grimm), seria um *linguista*. Seu irmão, Wilhelm Grimm (1786-1859), pelo contrário, mais seduzido por textos antigos, pela recolha de contos, pelos contos e lendas dinamarqueses (*Altdänische Heldenlieder, Balladen und Märchen*, 1811), seria um *filólogo*, salientando, deste modo, a diferença entre a erudição filológica e conhecimento da língua e intensificando a secessão entre *língua escrita* e *língua falada*[746].

Tendo consciência da nova maneira de examinar a língua – escrita –, Saussure não deixará de se pronunciar pela importância da renovação da *Filologia* com os filólogos alemães[747]. Assumir a *Filologia* com o seu estatuto independente e científico era, de

[745] A correção gramatical e textual, aplicada a textos clássicos (K. Lachmann [1793-1851] com a edição *Der Nibelunge Noth und die Klage nach der ältesten Überlieferung mit Bezeichnung des Unechten und mit den Abweichungen der gemeinen Lesart*, Berlin: Reimer, 1826), é depois transferida para textos em vulgar das diversas línguas românicas. Uma sumária análise das práticas filológicas na Europa é consultável em Duval (2006) e no volume dedicado à Filologia da Edição (Trotter 2015).

[746] A oposição entre *filologia e linguística*, examinada por Saussure, é comentada por Frýba-Reber (1998 [1999]), partindo das notas, publicadas por Engler, em particular a *Nota 3288* (Engler 1974).

[747] «Ensuite parut la philologie. Il existait déjà à Alexandrie une école 'philologique', mais ce terme est surtout attaché au mouvement scientifique créé par Friedrich August Wolf à partir de 1777 et qui se poursuit sous nos yeux. La langue n'est pas l'unique objet de la philologie, qui veut avant tout fixer, interpréter, commenter les textes; cette première étude l'amène à s'occuper aussi de l'histoire littéraire, des mœurs, des institutions, etc.; partout elle use de sa méthode propre, qui est la critique. Si elle aborde les questions linguistiques, c'est surtout pour comparer des textes des différentes époques, déterminer la langue particulière à chaque auteur, déchiffrer et expliquer des inscriptions rédigées dans une langue archaïque ou obscure. Sans doute ces recherches ont préparé la linguistique historique... la critique

algum modo, convocar o comparativismo e a reconstrução – entre textos e entre línguas –, que abria o caminho para a *Linguística histórica*. Mas, ao mesmo tempo, é notável a necessidade de se desvincular deste modo de proceder, demarcando-se da paleontologia filológica, que prevalecia na Alemanha e em França (o *sopro* da Alemanha, que levara à criação da *École pratique des Hautes Études*), ao focalizar-se na dinâmica da biologia com a *língua oral* e com a valorização da sincronia[748].

4. Em Portugal, mais ou menos nas mesmas datas, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa prosseguia a atenção que se concedia a estádios pretéritos das línguas, já presente no *Curso Superior de Letras* (*Língua e literatura sânscrita, védica e clássica* e *Filologia comparada ou ciência da linguagem*). Estes títulos mostram como Portugal se incorporava no perfil de outras instituições europeias, introduzindo disciplinas como *Linguística Geral Indo-Europeia e Especial Românica* [749]. É assim que a *Filologia Portuguesa* será assegurada por F. Adolfo Coelho de 1911-1912 a 1917-1918, por José Leite de Vasconcellos de 1918-1919 a 1924-1925 e por João da Silva Correia 1925-1926. A cadeira de *Filologia Comparada* (desde 1878) subdividia-se em *Filologia Românica* na proposta de Adolfo Coelho em 1889 e em *Filologia Portuguesa*[750]; *Literatura Moderna*, especialmente a portuguesa, sofria uma enorme e significativa mudança, dividindo-se em *Literatura Portuguesa* e suas origens, *Língua*

philologique est en défaut sur un point: elle s'attache trop servilement à la langue écrite et oublie la langue vivante… La troisième période commença lorsqu'on découvrit qu'on pouvait comparer les langues entre elles. Ce fut l'origine de la philologie comparative ou «grammaire comparée». En 1816, dans un ouvrage intitulé *Système de la conjugaison du sanscrit*, Franz Bopp étudie les rapports qui unissent le sanscrit avec le germanique, le grec, le latin, etc.… il a compris que les relations entre langues parentes pouvaient devenir matière d'une science autonome…». Cito da edição de T. de Mauro. Com efeito, o linguista italiano no comentário a esta passagem assinala que o texto dado pelos editores é incompreensível, dado que F. A. Wolf (1759-1824), «pai da filologia alemã», ainda com 18 anos nada tinha escrito de significativo em 1777. Esta data corresponderia à sua inscrição na Universidade de Göttingen em *Filologia*, introduzindo na nomenclatura universitária a designação *Studiosus Philologiae* (1978: 13–14; 410, n. 23, n. 24, n. 26, n. 27).

[748] «Un souffle d'Allemagne ayant passé» é o título dado por H. U. Gumbrecht (1984) ao seu artigo dedicado a Y. Malkiel, que traça a origem das filologias modernas e dos cânones literários.

[749] Sobre a introdução destas matérias, cf. Carvalho 1986; Cintra [1984] 1985; Prista 2001; Nascimento 2015; Castro [2008] 2017. Em Fevereiro de 1878, no *Diário de Portugal* lamentava-se A. Coelho do facto de não se lecionar no ensino superior português a *Glótica* ou *Gramática Comparativa das Línguas Românicas* [«Sociedade de Geografia. Prelecção do sr. A. Coelho», *Diário de Portugal,* no 84, 23 de Fevereiro de 1878, Lisboa, p. 3] (Couvaneiro 2012: 43, n. 93).

[750] Em 1868, publica Adolfo Coelho, *A lingua portugueza. Phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*, que Leite de Vasconcellos escolheu como limite *a quo* da filologia científica portuguesa. Veja-se também sobre este assunto, o estudo de Ivo Castro ([2008] 2017).

e Literatura Francesa e *Línguas* e *Literaturas Alemã e Inglesa*, o que revela um aprofundamento dos estudos portugueses e das línguas estrangeiras.

Após o magistério de Leite de Vasconcellos (de 1911 a 1941), a prossecução do ensino da *Filologia-Linguística* na Universidade de Lisboa volteará entre docentes com vocação visivelmente literária (Castro 1986, 1992). É assim que vamos encontrar a *Filologia Portuguesa*, ministrada por Hernâni Cidade (1887-1975), crítico literário, ensaísta, historiador, jornalista, por Vitorino Nemésio (1901-1978), poeta, romancista e cronista, ou por Jacinto do Prado Coelho (1920-1984), também crítico literário, ensaísta e professor de *Literatura Portuguesa Moderna*[751].

Será justamente a Jacinto do Prado Coelho que será atribuída a nova disciplina, denominada *Introdução aos Estudos Linguísticos*, em 1957-1958. É interessante notarmos que em Portugal na Universidade de Lisboa, Saussure só será dado a conhecer nos finais dos anos cinquenta. E foi com este especialista de estudos literários que se mencionou, pela primeira vez, o nome do linguista genebrino (Ferreira 1984, Prista 2013). Com a criação de novas disciplinas como *Introdução aos Estudos Linguísticos* ou *Teoria da Literatura*, outras exigências impuseram apelo a melhores suportes teóricos que coagiam a secessão entre estudos literários e estudos sobre a língua.

Nos anos seguintes, a disciplina esteve atribuída a Serafim da Silva Neto (1917-1960), que assumia também *Linguística Portuguesa.* O professor brasileiro deveria circunscrever-se à sua *História da Língua Portuguesa*, que tinha sido publicada no Brasil (1.ª ed., 1957; 2.ª ed., 1970), dedicada à memória de José Leite de Vasconcellos[752]. Com o falecimento de Silva Neto em 1960, é já Lindley Cintra (1925-1991) que assegura a docência da *Introdução aos Estudos Linguísticos* e com ele a *Linguística Geral* e a *Linguística Teórica* ingressam sob modernas direções na universidade (1960-1961)[753]. Cintra já não foi aluno de Leite de Vasconcellos, mas

[751] Note-se como a Câmara Municipal de Lisboa homenageia professores através da toponímia no Bairro dos Professores, na Zona de Telheiras, com legendas como *Historiador da Literatura Portuguesa* para Hernâni Cidade, ou *Filólogo* para J. Prado Coelho.

[752] Breve perfil bio-bibliográfico acessível no site *História da Língua Portuguesa*, no capítulo «biografias», redigido por L. Prista. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/sneto.html.

[753] Em 1959, Lisboa acolhera o *IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, cujo secretário fora Lindley Cintra. A reunião dos romanistas na Faculdade de Letras de Lisboa mostrava como a comunidade internacional reconhecia a dinâmica portuguesa no espaço concedido ao desenvolvimento da ciência. Lindley Cintra é uma das figuras mais relevantes da Linguística Portuguesa. Além de vários

reconhece que se sentia em Lisboa a necessidade de autonomizar a *Linguística*, recordando como os comentários estruturados dos textos por Jacinto do Prado Coelho, então jovem assistente de Hernâni Cidade e de Vitorino Nemésio, auspiciavam preocupações formais. Reconhece, porém, que nenhum deles era *filólogo* ou *linguista*. A sua formação em *Linguística* (Românica) virá dos seus próprios interesses, e de Harri Meier, professor alemão, que esteve em Lisboa como professor convidado[754].

Poderíamos pensar que o percurso de Lindley Cintra circulava entre a *Filologia* de C. Michaëlis e a *Linguística* de Leite de Vasconcellos. Os seus mestres serão outros. Bem conhecido é o tema escolhido para a sua tese de licenciatura, com um estudo de *Literatura*, numa altura em que ela ainda abrangia, em Portugal, o estudo da *língua escrita*, merecedora de estudo científico, enquanto língua de escritores (língua da literatura). Concentrar-se-á no poeta António Nobre (1867-1900), mas foi o aspeto formal com análises técnicas da versificação que averiguou. A tese de doutoramento incidirá no estudo do que se supunha ser a versão portuguesa da *Crónica Geral de Espanha* de Afonso X, o Sábio. Demonstrar que se tratava, afinal, de uma crónica originariamente portuguesa, atribuída ao Conde D. Pedro de Barcelos, é o desfecho da sua investigação, ao delinear o importante papel português na historiografia peninsular. Os seus objetos de estudo são de natureza literária e histórica, mas o tratamento dado, tanto em um como noutro caso, é de natureza claramente linguística, emergindo num o estudo sobre ritmo e métrica de um autor dos finais do século XIX, e um exaustivo exercício de crítica textual e de linguística histórica, no outro[755]. É interessante observar como os seus pedidos oficiais para uma permanência em

verbetes, dedicados ao perfil bio-bibliográfico do ilustre Professor, estão disponíveis notícias em http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/historia-da-lingua-portuguesa.html (Luís Prista) e em http://cvc.instituto-camoes.pt/figuras/lcintra.html (Ivo Castro). Além disso, o percurso cívico, político e científico de Lindley Cintra é por ele descrito em várias das suas entrevistas, republicadas em 1999 (Faria 1999: 15–71).

[754] O mestre alemão de Lindley Cintra é, portanto, Harri Meier (1905-1990). Catedrático na Universidade de Leipzig, na Alemanha, foi em 1944 nomeado Diretor do Instituto Alemão de Lisboa e entre 1943-1950 foi Professor convidado da Universidade de Lisboa (ensino de *Linguística Românica*). Em 1945, foi afastado do ensino pelo governo português, mas os alunos neste mesmo ano pagam-lhe um ordenado para manter docência no Centro de Estudos Filológicos. Lindley Cintra não hesitará em considerar que H. Meier foi «o melhor professor que alguma vez [teve]», assumindo a sua formação pela escola filológica alemã (Faria 1999: 17, 25–26, 57).

[755] *O ritmo na poesia de António Nobre* [Tese de Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa, 1946] (Cintra [1946] 2002); *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Ed. crítica do texto português [Tese de doutoramento em Filologia Românica, Universidade de Lisboa, 1953] (Cintra [1951] 1990).

Espanha em 1947 como *bolseiro* evocam a necessidade de preparar uma *edição crítica*[756].

Pouco antes, em 1946, J. G. Chorão [Herculano] de Carvalho (1924-2001), solicita ao *Instituto para a Alta Cultura* a sua nomeação para *leitor* na Universidade de Zurique na Suíça, dado que pretende aperfeiçoar a sua formação em *Filologia românica,* sublinhando a importância dos estudos em geografia linguística com os mestres de Zurique, Jakob Jud (1882-1952) e Arnald Steiger (1896-1963)[757]. É com esta justificação linguística que se inaugurará o leitorado português na Universidade de Zurique, mantendo-se até hoje um espaço para os *Estudos de Português* no quadro da Romanística.

A atividade científica entre *bolseiro* e *leitor* trará resultados significativos para a consolidação da *Crítica textual* e da *Linguística* em Portugal. O *bolseiro* Lindley Cintra, formando-se na escola pidaliana da historiografia peninsular, editará criticamente em 1951 a *Crónica Geral de Espanha* de 1344, seguindo os modelos editoriais praticados por Menéndez Pidal, mas sem sentir a necessidade de interrogar metodologias quanto ao tipo de edição, que deveria propor (metodologia lachmanniana? metodologia bédieriana?). Aplica um modelo de investigação, já ensaiado pela experiência pidaliana, através do qual emerge um texto exaustivo e convincente, obtido pela reconstituição de um objeto desaparecido – a primeira obra da historiografia portuguesa.

---

[756] O arquivo, depositado no *Camões, IP* no *dossier* do linguista revela que em 1946 mencionava que já no ano anterior obtivera uma bolsa de estudo, concedida pelo *Consejo Superior de Investigaciones Cientificas* em Santander. Em 10 de março de 1947, com 22 anos, Luís Filipe Lindley Cintra requer ao *Instituto para a Alta Cultura* (*IAC*) uma bolsa para uma missão de estudo em Madrid com a finalidade de preparar a edição crítica da *Crónica Geral de Espanha* a partir das versões portuguesas do século XV. O processo integra os pareceres de Hernâni Cidade e Vitorino Nemésio. Em 1950, comunica ao *IAC* a sua nomeação para assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob proposta de Hernâni Cidade e Vitorino Nemésio e, em 1955, participa na reunião dos colaboradores do *Atlas Linguístico da Península Ibérica* representando Portugal com o apoio do *IAC,* em missão oficial. Em 1957, requer equiparação a bolseiro no estrangeiro para lecionar um curso de quatro lições na *Cátedra Milá y Fontanals* na Faculdade de Letras de Barcelona. Ainda no mesmo ano toma parte na reunião da *Comissão Editora* a que pertence a *Enciclopédia Linguística Hispânica* (Arquivo Digital. Camões IP: PT/MNE/CICL/IC-1/01272/02; PT/MNE/CICL/IC-1/00743/08).

[757] O requerimento, apresentado por Herculano de Carvalho, depositado no *Camões IP*, mostra como no seu pedido de nomeação para *leitor*, a Universidade de Zurique é apresentada como grande centro de *Filologia Românica* e que é nesse quadro que pretende adquirir uma formação do espírito científico dentro das modernas tendências e métodos da Geografia Linguística. Espera poder trabalhar junto dos mestres Steiger, Jud e Hubschmied e conhecer os modernos resultados da investigação nestes domínios (Arquivo Digital. Camões IP: PT/MNE/CICL/IC-1/00361/08).

A sua passagem por Espanha levá-lo-á ao exame dos textos não-literários com o estudo dos foros de Castelo Rodrigo[758]. E é também a este ambiente que deve o apuro da sua sensibilidade dialetal, ao ser integrado nas equipas de linguistas que recolhiam os materiais para o *Atlas Linguístico da Península Ibérica*[759]. Mas esta curiosidade pelos textos não-literários, e pelo seu valor documental para a história da língua, estimula-o e, em Estrasburgo (*Centre de Philologie et de littératures romanes*), em 1961, expõe o reexame dos textos mais antigos escritos em português. Foi certamente a *paleografia* e a *filologia material* que o auxiliaram a modificar a cronologia e a produção dos primeiros textos não literários escritos em português[760].

O *leitor*, Herculano de Carvalho, ao regressar a Portugal e, ao exercer docência na Universidade de Coimbra, não deixará de introduzir os modos de trabalhar adquiridos. A Suíça, espaço plurilingue, desenvolvera com novas metodologias a geografia linguística sobretudo pela figura proeminente de Jules Gilliéron (1854-1926) e os contactos em Zurique com Jakob Jud (1882-1952) e os procedimentos aplicados à *Sprachgeographie* levam-no, por um lado, à associação linguística entre *Palavra*, *Objeto* e *Cultura – Wörter und Sachen –*, *palavras e coisas*, mas também, no ambiente da romanística de tradição germânica, ao rigor textual e ao exercício da edição crítica. Assim se entendem os seus títulos de natureza linguística como *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos* (1954), praticamente traduzido do alemão, *Wörter und Sachen*, e o seu empenho por estudos sobre variedades linguísticas

[758] O título é explícito – *linguagem* – (*A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*). Concentra-se, efetivamente, em um grupo de textos de direito local do século XIII, produzidos na região leonesa-portuguesa de Ribacoa, com muito interesse para a reconstituição dos movimentos linguísticos desencadeados pela Reconquista (Cintra [1959] 1984).

[759] Surgem novos centros de interesse com a dialetologia e com a etnografia, disciplinas que, desde Leite de Vasconcellos, eram pouco praticadas em Lisboa. E também, tal como Leite de Vasconcellos, deixará a Biblioteca e os espaços fechados e focalizar-se-á nas diferentes variedades faladas do português. Para tal, Lindley Cintra percorrerá extensamente as províncias de Portugal entre 1953 e 1954, acentuando com esta experiência a sua empatia linguística, publicando vários estudos em âmbito dialetal (Cintra 1983).

[760] Em fevereiro de 1961, em Estrasburgo decorreu a reunião sobre os antigos textos românicos não-literários (*Les anciens textes romans non-littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue du Moyen Âge* (30 de janeiro – 4 de fevereiro de 1961 com publicação em 1963). Lindley Cintra apresentou dois trabalhos sobre os textos primitivos portugueses não-literários. Reexaminava a produção primitiva escrita em português (datação, local, redação). Se, até aquele momento, alguns documentos disputavam o lugar de eleição de serem os mais antigos textos escritos em português (*Auto de Partilhas*, 1192, *Testamento de Elvira Sanches*, 1193), Lindley Cintra provou que estes textos eram de redação bem posterior, eventualmente traduções de versões latinas. Assim, nesta altura, assumirá o estatuto de primeiro texto a *Notícia de Torto* com data conjeturada (c.1214) e o *Testamento de Afonso* II de 1214 (Cintra 1963, 1971, Faria 1999). Sobre os textos mais antigos em português, consultem-se agora os estudos de Costa (1992); Martins (1998, 1999, 2007); Castro (2006).

minoritárias, sob o exemplo dos *patois* helvéticos, como o mirandês (1958), ou como o crioulo cabo-verdiano (1969), mas também reflexões teóricas com a *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas* (1979) e reflexões sobre textos camonianos[761].

Neste momento, *filologia* e *linguística* adaptam-se ao tipo de objeto que é proposto para estudo. Variedades linguísticas regionais, documentos escritos que exigem maior investimento linguístico e documentos que não podem ser analisados sem metodologia filológica (textos longos, textos breves, testemunho único, número elevado de testemunhos, etc.). Perspetivas, portanto, de caráter biológico, ou de natureza paleontológica, pode dizer-se.

5. A institucionalização do *Departamento de Linguística* na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1974 dá acesso a uma nova maneira de afrontar a *Linguística* (Histórica) e a *Filologia* em Portugal. A *História da Língua Portuguesa*, criada com este título em 1975, além da perspetiva diacrónica, tinha também a função integradora de outros níveis do saber (variação linguística, variação diacrónica, variação diatópica, articulando a história interna com a histórica externa do português). *Gramática Histórica do Português* e *Filologia* serão oferecidas, esta última sem qualquer qualificativo (*Filologia Portuguesa*, por exemplo), em 1976. Assumidas por Ivo Castro, iniciar-se-ão novas maneiras de abordar o *texto escrito*, agregando-as a metodologias, exigidas pela diacronia (fonética, fonologia, estudo dos sistemas gráficos, etc.), e pela *Crítica textual*, que dará título a um primeiro seminário em 1977. A publicação em português, nestes anos, do ensaio de Segismundo Spina, *Introdução à Edótica (Crítica Textual)*, São Paulo em 1977 – na altura, único manual universitário em língua portuguesa, estabelecido para o ensino da *Crítica Textual* ou da *Filologia* estrita – instigará Ivo Castro a uma importante recensão crítica, publicada em 1980-1981, que, ao comentar o breve compêndio, explicitava e melhor restringia a conceção

[761] Observem-se também os seus ensaios de âmbito filológico: *Estudos camonianos* (1948-1987); *Sobre o texto da lírica camoniana* (1948-1949); *Crítica Filológica e compreensão poética* (1968, 1973); *Contribuição de 'Os Lusíadas' para a renovação da língua portuguesa* (1980); *Lendo a Écloga VI de Camões* (1984); *O 'locus amoenus' e o 'locus horridus' em Camões* (1987).

que o nome *Filologia* assumia em Portugal, pelo menos no ambiente académico lisboeta[762].

Para a localização do testemunho manuscrito do *Livro de José de Arimateia* (COD ANTT 643) que, nesta altura, Ivo Castro estava a examinar, os dispositivos comuns não satisfaziam. O filólogo não se limitava apenas à edição de texto, socorrendo-se da vasta tradição manuscrita francesa para a fixação do texto português, mas precisou de se transformar em um *filólogo-geólogo*, ao identificar a presença de areia em alguns fólios e nas dobras do códice, que servira para secagem de tinta no manuscrito[763]. O reconhecimento da proveniência das partículas granulosas com uma areia continental (praias da foz do Tejo e da região de Sines), e não com uma areia vulcânica dos Açores, eliminava a ideia da confeção do manuscrito na ilha de S. Miguel, podendo assim presumir de modo mais plausível a sua composição em Portugal continental. A suposição que conduzia, até àquela data, à composição nos Açores, provinha de uma personalidade historicamente documentada. O promotor da cópia de fins da primeira metade do século XVI, efetuada em 1543, foi Manuel Álvares, corregedor do Reino na Ilha de S. Miguel. Foram, contudo, evidências materiais com a autenticação da procedência dos grãos de areia que desmentiram uma preparação açoriana do manuscrito[764].

Praticamente neste mesmo período, outro manuscrito, depositário de textos em galego-português, beneficiava de uma ciência auxiliar da *Filologia*. O *Cancioneiro Colocci-Brancuti* podia ser datado de modo muito mais seguro, quando o filólogo, que

[762] *Ecdótica* ou *Edótica* é designação pouco adotada na Europa para *Crítica Textual*. O título de Dom Henri Quentin, *Essais de Critique textuelle* (Ecdotique) (Quentin 1926), será usado no Brasil. *Edótica* foi termo frequente para caracterizar a disciplina que trata do estabelecimento e dos fundamentos científicos para a edição do texto (Castro 1980-1981).

[763] *Livro de José de Arimateia intitulado a primeira parte da Demanda do Santo Graal, até á presente idade nunca visto, trasladado do próprio original, por o doutor Manuel Álvares, corregedor da ilha de São Miguel.* Ivo Castro, *Livro de José de Arimateia (Estudo e Edição do COD. ANTT 643)* (Castro 1984). Apesar desta indicação material, a confeção do manuscrito para A. A. Nascimento continua a ser localizada nos Açores (cópia feita na Ilha de São Miguel): «Recordaremos que, segundo palavras do corregedor Manuel Álvares, que tomara a seu cuidado mandar transcrever o manuscrito do *Livro de José de Arimateia*, o exemplar fora achado «em Riba d'Amcora, em poder de hũa velha de muy antiga idade», por seu pai, quando ali prestava serviço administrativo. Felizmente (…), o cólofon foi transcrito pelos amanuenses do corregedor, na ilha de São Miguel, nos Açores, em meados do século XVI (por volta de 1540-1545) (…) tradução primitiva de João Vivas, as liberdades tomadas quer por Manuel Álvares quer, hipoteticamente, pelo responsável de S[anto]T[irso], tornam problemática uma conclusão quanto à reconstituição fidedigna do original, cuja reconstituição agora não depende unicamente da cópia feita na Ilha de São Miguel nos Açores (…)» (Nascimento 2008: 130, 139).

[764] Sobre a datação do códice, cf. Castro (1976-1979).

o estudava, se converteu em *filólogo-numismata.* Mandado copiar por Angelo Colocci com toda a probabilidade na Cúria romana por volta de 1525-1526, subsiste um fólio (fl. 13v) com os cálculos do humanista italiano para o pagamento dos copistas. A análise de A. Ferrari (1979) das anotações do emolumento efetuado ao trabalho dos copistas, permitiu, entre outros elementos, a análise lexical do tipo de moeda usado, datar a confeção da cópia com um *terminus a quo* em 1504, data da introdução de uma das moedas pontifícias ali mencionada – *giulio* – (Ferrari 1979: 45, 48, 49, 52–53).

Filólogo-historiador de arte, *filólogo-musicólogo*, *filólogo-paleógrafo*, ou *filólogo-historiador de encadernação* é o que exige o estudo do códice que contém o fragmento conhecido como *Cancioneiro da Ajuda*. O exame das miniaturas imporia, à primeira vista, uma inspeção puramente decorativa, mas a análise da sua localização traduz uma funcionalidade. A miniatura é neste cancioneiro uma *rubrica atributiva*, que individualiza os diversos ciclos poéticos de cada autor. As próprias caraterísticas dadas ao vestuário permitem mesmo isolar de modo revelante um dos retratos de trovador, através da inclusão de um pomposo chapéu, que se conservou apenas no ciclo de Pero Garcia Burgalês. Como em outros casos este acessório foi rasurado, temos de deduzir que houve a intenção de valorizar este poeta por um modo diferente para o representar. Ora, no estado atual do códice, este trovador é o que contém maior número de cantigas[765].

Apesar do vazio musical – a notação não chegou a ser transcrita neste manuscrito – dir-se-ia que o *filólogo-musical* não poderia incluir este códice nas suas observações. Porém, o distanciamento silábico observável em algumas palavras, nas estrofes previstas para a música, não ilustra uma separação arbitrária e errónea do vocábulo, mas um afastamento que comprova um modelo com notação musical reproduzida e uma colocação do texto em correspondência à sequência musical. Os melismas forçaram secessões gráficas no interior de algumas formas. O *filólogo-linguista* aperceber-se-á de que em alguns destes casos com afastamento intervocabular, a palavra será graficamente completada, em manuscritos que já não continham a componente musical, com outros grafemas que procuraram complementar vazios, que pareciam injustificáveis.

[765] O *Cancioneiro* é depositário de vinte e nove cantigas de Pero Garcia Burgalês. Além do chapéu, a decoração concedida a este trovador é diferenciada de outros (Stirnemann [2004] 2016).

Para além do aspeto paleográfico e da *mise en texte* poética, é particularmente proveitoso no plano linguístico notar essa inclusão de grafemas que preencheram um apartamento que tinha, a princípio, uma aplicabilidade musical em um ms. do século XIII, mas já não numa cópia ulterior, onde a música deixara de ser perentória[766]. Assim, na cantiga *Mal consellado que fuy, mia sennor, A* 51 / *B* 163, v. 1 [Martin Soarez], comparecia no cancioneiro musical, modelo do *Cancioneiro da Ajuda*, a forma *con ... sella ... do*, com separação silábico-melismática, que foi conservada. No cancioneiro posterior, desprovido já da matéria musical, o primeiro espaço intersilábico foi completado com mais um <s>, *consselhado* (*B*); em outra composição, *Preguntan-me por que ando sandeu, A* 81 / *B* 184a, v. 6 [Nuno Fernandez Torneol], registamos do mesmo modo um afastamento silábico na cópia prevista para música, preenchida por mais um grafema no cancioneiro quinhentista, *en ... sandeçi* (*A*) / *enssandecí* (*B*) e ainda em *Por muy coytado per tenh'eu, A* 95 / *B* 202, v. 5 [Pero Garcia Burgalês], a duplicação gráfica com <cc> poderá explicar-se por esta necessidade de completar graficamente espaços vazios que apareciam no antecedente: *pec ... ad assi* (*A*) / *peccadassi* (*B*)[767].

Ao lado do *filólogo-paleógrafo* (e já do *filólogo-linguista*), que forçosamente precisou de avaliar distâncias grafemáticas em certos vocábulos, o apelo ao *filólogo-codicólogo, historiador da encadernação,* é também indispensável em este códice. Tratando-se de um manuscrito nunca concluído, nunca adquiriu também o formato de uma obra completa e terminada, não tendo, por isso, obtido uma encadernação original. Não é possível, portanto, integrá-lo no elenco dos códices com encadernações medievais. O aspeto material da encadernação, que depois o preservou, evidencia vários estádios de fabrico. Um primeiro, exclusivamente com tábuas de madeira, outro, mais tardio, com a madeira já coberta de pele ornamentada, além do recente restauro com a integração pela primeira vez de uma lombada (2000)[768].

[766] Adoto as siglas habituais para os cancioneiros depositários da lírica profana galego-portuguesa *Cancioneiro da Ajuda* (*A*); *Cancioneiro Colocci-Brancuti* (*B*); *Cancioneiro da Vaticana* (*V*).
[767] As implicações deste procedimento quanto à disposição do texto foram estudadas (Ramos 1995, 2008, Ferreira 2004, [2004] 2016, 2005).
[768] O relatório do restauro do *Cancioneiro da Ajuda* realizado nos laboratórios da Torre do Tombo em 1999-2000 não foi publicado. O trabalho técnico ocorreu nos *Laboratórios de Conservação e Restauro da Torre do Tombo* sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian em 1999 e 2000 e com acompanhamento de Aires A. Nascimento (*Newsletter*. Fundação Calouste Gulbenkian, n°. 24, novembro-dezembro de 1999: 3). A apresentação do novo estado do códice decorreu em sessão pública de 27 de junho de 2000 durante a exposição «A Imagem do Tempo: Livros Manuscritos Ocidentais»

Nos finais do século XV, foi operada uma junção de cadernos com textos poéticos, associada a outro fragmento com um texto linhagístico, formando um conjunto coberto com uma encadernação em pastas de madeira. Estas pastas nuas só serão ulteriormente revestidas por pele com motivos gravados. É o modelo decorativo, inspirado no martírio de S. Lourenço, que aponta para este ato uma data posterior, já no século XVI. O que sobra também dos fechos em latão, em forma de coroa, sugere um ambiente régio. Não será, por isso, improvável coligar este empreendimento à rainha D. Catarina (1507-1578) e a um dos seus livreiros, que se chamava justamente Lourenço (Afonso / Alonso), também ativo durante o reinado de seu marido, D. João III (1502-1557), e com documentação datada de 1523, 1538 e identificado em 1539 e 1542 como «livreiro da Rainha»[769]. O *filólogo-historiador da encadernação* poderá assim hierarquizar as etapas da encadernação, datando-as, e anulando a suposição de que estaríamos perante um manuscrito realizado, concluído e encadernado durante a Idade Média e danificado posteriormente. A análise material da encadernação contribui para uma clara separação cronológica entre cópia de texto e confeção de livro, mas também os diferentes estádios, entre madeira desprotegida e madeira decorada, apontam para a presença física dos cadernos, que constituem hoje o *Cancioneiro da Ajuda*, em Portugal, ainda destituídos de encadernação (século XV). Este dado material propõe a anulação da hipótese que previa um códice medieval concluído, pronto para oferta régia, e só deteriorado depois, como se presumia[770].

6. Mas é o texto o propósito essencial do filólogo. Ao trabalhar com o texto escrito, a *filologia da edição*, não poderá deixar de privilegiar o seu estatuto primordial, a *filologia linguística*. Os textos devem ser fiáveis e fiéis ao Autor e, hoje, também a quem o transcreveu. Superada a observação sobre o manuscrito, a cultura e as questões à *volta do texto* (elaboração, datação, estrutura, história do texto, história do manuscrito, etc., etc.), o *filólogo-linguista* direcionará a sua pesquisa, em primeiro

(23 de março a 2 de julho de 2000). Entretanto, Aires A. Nascimento apresentou os resultados deste trabalho no *Colóquio Cancioneiro da Ajuda (1904-2004)* em Lisboa (Nascimento [2004] 2016).

[769] A hipótese de aproximar o modelo da grelha de S. Lourenço a um dos livreiros da rainha D. Catarina, Afonso Lourenço, foi já sugerida (Ramos 2008c, I: 447–462; 2017).

[770] Supunha-se que *Cancioneiro da Ajuda* fora confecionado em Castela no *scriptorium* de Afonso X com cópia suspensa pela morte do rei (1284), mas oferecido ao neto D. Denis (Tavani [1967] 1969, 2002, Lanciani 2004).

lugar, para a caraterização do sistema grafemático, gráfico-fonético, podendo expandi-lo a outros domínios, como o morfológico, o sintático ou o lexical. É um facto que a *filologia-linguística* nem sempre tem ocupado um lugar sistemático na edição (sobretudo no âmbito do texto literário), mas é indubitavelmente a interação entre a análise linguística e o estabelecimento do texto que melhor nos elucidará a ciência filológica, uma disciplina pluricêntrica com uma variabilidade importante, como vimos, com diferentes padrões metodológicos[771].

Este pluricentrismo acentuará, por isso, a dissemelhança entre *filologia literária* e *filologia linguística*, dado que os mesmos instrumentos metodológicos tanto poderiam contemplar o texto literário, como o texto não-literário. No entanto, a edição de textos literários é efetuada normalmente por especialistas de literaturas e os textos históricos por historiadores, o que quer dizer que este tipo de textos poucas vezes é contemplado por linguistas. Talvez o maior desconforto de um linguista, perante estas edições, provenha da consulta do glossário. O glossário, que deveria guiar-se pelos princípios da *Lexicografia*, encerra habitualmente a edição e comparece das mais variadas formas e quase sempre dependente de preceitos muito diversos. São, em geral, seletivos, ou muito seletivos, desde o cômputo de equivalências semânticas, a registos de formas em grafia escolhida pela própria edição, o que oculta, ou elimina, formas que efetivamente comparecem no manuscrito, ou nas primeiras edições. Por um lado, não se incluem formas efetivamente atestadas nos testemunhos, por outro, cultiva-se a prática de selecionar entradas de acordo com a menor familiaridade que com elas o leitor possa ter e, por fim, podemos ainda constatar casos em que o estabelecimento crítico poderia valorizar um elenco lexical. Instrumento, portanto, que, na maioria dos casos, é inutilizável para o linguista, para o historiador da língua, por não documentar o estado grafemático do texto editado, e por não seguir os preceitos da glossarística[772].

[771] O trabalho de F. Zufferey (1987) sobre os cancioneiros provençais é efetivamente um exercício de *filólogo-linguista*. Bons exemplos ainda são algumas das atitudes operadas em textos galego-portugueses pelas diferentes escolas (italiana, galega, portuguesa, brasileira) (Castro-Ramos 1981).

[772] O glossário deve «servir» o texto, mas é certamente um objeto lexicográfico e, como tal, deveria obedecer aos critérios da lexicografia, ao termos presente que a glossarística se insere na descrição linguística de um estado de língua, em particular em estados de língua pretéritos ou perdidos. Sobre a tipologia dos glossários, entre «esplendor e miséria», a bibliografia é ampla, mas são de leitura imprescindível as reflexões de Baldinger (1990), Pfister (1997), Roques (2010), Duval (2012, 2015) e as de Chambon (2006, 2017).

Um exemplo, realmente insuspeito, provém das mãos de Carolina Michaëlis. O seu *Glossário* do *Cancioneiro da Ajuda* não corresponde a um elenco de formas efetivamente documentadas pelo manuscrito, mas à sua restituição textual com apoio em manuscritos de data ulterior. Estão, por este motivo, incluídas formas no seu *Glossário*, provenientes dos testemunhos italianos, o que significa que vários vocábulos, que deram entrada no seu elenco lexical, não comparecem no manuscrito da Ajuda e, portanto, essas unidades lexicais têm de ser avaliadas como difundidas por cópias, bem mais modernas, executadas em Itália no século XVI. Notem-se alguns casos, retirados do *Cancioneiro Colocci-Brancuti* (*B*) e do *Cancioneiro da Vaticana* (*V*), que não se localizam no *Cancioneiro da Ajuda*: *acoomiar* (*B* 1172 / *V* 778); *aginha* (*B* 374); *aleive* (*B* 988 / *V* 576); *bel* (*B* 895 / *V* 572; *celado* (*B* 142); *erdar* (*B* 985 / *V* 572), entre outros[773].

Exemplo análogo, igualmente confiável, provém do *Vocabulário*, organizado por Rodrigues Lapa relativo à sua edição das *Cantigas de escarnho e mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses* ([1965, 1970] 1995). Seleciono um caso particularmente relevante. Em uma das cantigas, atribuídas a Fernan Garcia de Esgaravunha (*B* 1151, fl. 316r), comparece no *incipit* uma sucessão gráfica <Nengueninin>, onde a sequência de sinais semelhantes entre <m>, <n> e <i> sem ponto provocam dificuldade na decifração. O ilustre filólogo leu *Nenguen-min* (Texto 129), esclarecendo no comentário à cantiga a forma: «O trovador faz de físico, e aplica o seu fingido saber a um tal *Nenguen-mim*, talvez um seu jogral... Será alcunha de carácter pejorativo talvez deturpação por *Nenguen-ni-min*, forma que mais conviria à contagem silábica» (Lapa 1995: 97). Ao considerar a série gráfica como equivalente a um antropónimo, não a introduziu no seu *Vocabulário*. Esta interpretação burlesca perdurou tanto no *Repertorio Metrico*, como na edição crítica dos poemas do trovador, com as mais variadas soluções gráficas: *Nengue[n]-ni-min* (Tavani 1967: 410, *Rep*. 43,6); *Nengueninin* (Spampinato 1987: 136–138). Acessos mais recentes aos textos galego-portugueses mostram que a leitura não se demove destas primeiras proposições. A *Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa*, ao eleger a

[773] Todas as entradas com exemplificação, posterior ao v. 6865 no *Cancioneiro da Ajuda*, não se encontram graficamente representadas no códice e, além disso, é sempre indispensável verificar se outras atestações não dizem respeito a termos presentes em versos, ou mesmo em estrofes, adicionados para complementar cantigas que, na cópia da Ajuda, se achavam incompletas ou mutiladas (Ramos 2007).

edição crítica (Spampinato 1987), transcreve também *Nengueninin*[774]. Na segunda versão de *Glossa* (*Glosario da poesía medieval profana galego-portuguesa*, maio de 2017), é adoptada a proposta de G. Tavani, *Nengue[n]-ni-min*[775]. E no projeto *Littera*, a leitura fixada segue Lapa com modificação do <n> em <m> final, *Nenguem-mim*, sendo mantida a hipometria do verso[776].

Se a sucessão gráfica for compreendida como <Nengue>, <ni>, <nin>, podemos considerar que nos encontramos perante o pronome indefinido <nenguen>, seguido da conjunção coordenativa, <ni>, <nen>, reforçada ainda por <nin>. Um encadeamento de recursos que sublinha a negatividade e o grotesco, mesmo que se conjeturasse uma leitura *nenguen niun*. Nenhuma pessoa, portanto, um indivíduo insignificante, um rústico, um «zé-ninguém», um «joão-ninguém» que, na produção trovadoresca, poderia ser nomeado como «vilão» que era a forma mais usada (uma vintena de contextos):

[*B* 1510, fl. 316r]

Mas, além do burlesco, esta ocorrência sugere uma estimulante reflexão linguística. Formas como <nenguem>, <nĩguẽ>, <nĩgen>, <ninguen...> não se documentam na lírica galego-portuguesa[777]. As atestações, que encontramos destes casos, estão limitadas a outro tipo de conteúdos (foros, linhagens, textos notariais...), e na poesia só se encontra documentada mais tardiamente, como no *Cancioneiro galego-*

[774] A base de dados do *Centro Ramón Piñeiro* para a Investigación en Humanidades (CRPIH - Santiago de Compostela) disponibiliza o *corpus* completo das cantigas dos trovadores galego-portugueses, optando, na maior das vezes, pelas edições críticas disponíveis. MedDB3 em nova versão sob a direção de M. Brea e P. Lorenzo Gradín, com acesso em https://www.cirp.es.

[775] Repertório lexical dicionarizado, contextualizado e exaustivo do *corpus* da lírica profana galego-portuguesa, sob a direção de M. Ferreiro. Disponível em http://glossa.gal.

[776] Projeto *Littera, edição, atualização e preservação do património literário medieval português*, base de dados que propõe em leitura atualizada a totalidade das cantigas medievais presentes nos cancioneiros galego-portugueses, as respetivas imagens dos manuscritos e ainda a música. Direção de G. V. Lopes, M. Pedro Ferreira *et al*.. Disponível em: http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1543&tr=4&pv=sim.

[777] A consulta do *TMILG* (*Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega* 2004-), ou de *Glossa* (*Glosario da poesía medieval galego-portuguesa* 2017-) confirma esta ausência na produção lírica galega-portuguesa.

castelhano. O uso de <ninguém> é portanto raro nos séculos XIII e XIV, pouco documentado no século XV, e só com registos mais frequentes apenas no século XVI. O neologismo, que sublinha a insignificância, mesmo em âmbito antroponímico, indica-nos que esta forma poderia ter um registo ainda não admitido pela língua literária. A acumulação de <nenguen> com <ni>, <nin>, retirados de usos não-literários, testemunha-nos o efeito cómico que esse aglutinado pode ter surtido no público cortesão, mas alerta-nos também para um uso desta forma em um texto poético. Por outro lado, além de nos dar uma precoce atestação de <nenguen>, na produção literária, evidencia-nos a criatividade linguística de Fernan Garcia Esgaravunha, que se vai servir deste engenho inovativo, em vez de utilizar a forma mais previsível, *vilão*[778].

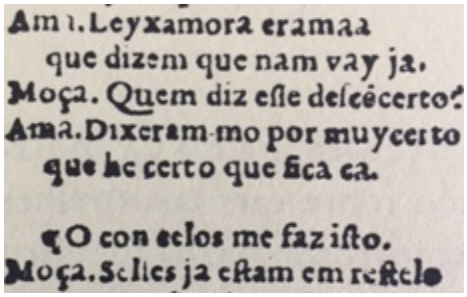
Poderíamos aproximar-nos de edições mais recentes e observar a elaboração de glossários ou vocabulários, publicados por editores de perfil literário. O *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, com publicação entre 1990-2003 por A. F. Dias, ou *As obras de Gil Vicente*, coordenadas por J. Camões, ou as *Crónicas* de Fernão Lopes, editadas por G. Macchi oferecem diferentes tipos de tratamento lexical, mas pouco se desviam do que anunciava J. J. Nunes ao editar a *Crestomatia Arcaica* no início do século XX: «Neste *glossário* vão apenas incluídas as palavras e frases já fora do uso corrente ou que tenham significado especial» (Nunes 1970[7]: 415). Na *Crónica de D. Pedro*, é anunciado que «...só foram averbadas as ocorrências em que o sentido é diferente do mais conhecido...» (Macchi 2007: 199–200), mas na *Crónica de D. Fernando*, provavelmente pela sua extensão, o glossário está apenas limitado a um índice onomástico (Macchi 2004: 621–643). Sem esquecer que esta edição se endereçou, em primeiro lugar, a um público italiano, as entradas lexicais sugerem algumas observações. Assim, para s.v. [*acordar*] é designado *decidir* que, como sabemos, no português atual, pode ser usado com o sentido de resolver de comum acordo, pôr de acordo, harmonizar, não se tratando, portanto, de uma forma de significado obscuro. Do mesmo modo, poderíamos questionar a presença de açoute, chicote, apesar de açoite ser mais reconhecido. A entrada dada ao verbo pelejar,

[778] Fernan Garcia Esgaravunha em outro texto (*A* 126) adota um *refran* aparentemente em uma variedade de língua galo-românica, francês ou provençal, mas, na realidade, o *refran* articula as duas línguas, criando uma língua artificial com efeito igualmente cómico (Ramos 2008a, 2010).

combater, não parece ser forma enigmática, explicada com os sentidos batalhar, combater, brigar.

Já no *Cancioneiro Geral*, é anunciado que todos «...os lexemas e todas as expressões que considerámos [antropónimos, topónimos] foram selecionadas e registadas na forma por que estão grafadas na nossa edição...» (Dias 2003, vol. VI: 11). Se encontramos a explicação de *Ratorta*, *retorta*, *dança antiga de raiz mourisca*, já é mais inesperado o registo de *Basileia. Capital do cantão suíço do mesmo nome... Concílio de 1431*, ou *pesar*, *causar pesar*, *dor*, *mágoa*, *pena*, *arrependimento*.

A estranheza não é menor com a consulta à edição vicentina (Camões 2002, vol. V: 407–502). A elaboração do *glossário* é explicada pelo registo de palavras «...cujas formas ou/e sentido levantam dificuldades à leitura... grafia arcaica.... desuso... morfologia e semântica diversas...» (Camões 2002: VIII). E foi assim que este critério permitiu a inclusão e a explicação de *Aldea*, *aldeia*; *Béspera*, *véspera*; *Crecem*, *crescem*; *Creo*, *creio*; *Perguntare*, *perguntar.* Mas, ao mesmo tempo, esta edição, ao não ter acolhido outra opção interpretativa no *Auto da Índia* (1508?/1509), não atesta a ocorrência de <celos>, 'ciúmes', mantendo para esta passagem a presença de um antropónimo, *Concelos* (Teyssier [1959] 2005: 498–499):


Am i. Leyxamora eramaa
que dizem que nam vay ja.
Moça. Quem diz eſſe deſcócerto?
Ama. Dixeram-mo por muycerto
que he certo que fica ca.
¶ O con celos me faz iſto.
Moça. Celles ja eſtam em reſtelo

Copilaçam... fl. CXCV[779]

O verso <**o con celos** me faz isto> [v. 19] tem sido editado, mesmo na última edição, como *O Concelos me faz isto*, sendo considerado que «Concelos» deve convir a nome de personagem, como presumia C. Michaëlis (1949: 394–395). Jorge de Vasco Goncelos, referido também nas *Cortes de Júpiter* (1523, v. 232), e que era, desde 1501,

[779] O fac-símile está disponível no *Teatro de Autores Portugueses do século XVI*, edição preparada no Centro de Estudos de Teatro, FLUL, dirigida por J. Camões, com H. R. Silva, I. Pinto, L. Patrício, I. Morais, F. Freitas e J. P. Sousa. Disponível em: http://www.cet-e-quinhentos.com/autores.

armador e provedor dos armazéns e armadas da cidade de Lisboa, incluído no *Cancioneiro Geral* (Camões 2002, II: 172; V: 55; 353). A proposta de leitura de A. Roncaglia ([1961] 1976: 234–236), ao interpretar a sucessão gráfica como um nome comum «O! **Con celos** me faz isto!», elimina a identificação histórica, relevando, pelo contrário, os ciúmes e a desconfiança do marido. As formas <celos>, <celoso>, <celosa>, <zelo>, <zelozo>, <zeloza>, <celuras> são empregadas por Gil Vicente em vários autos, o que apoiaria esta ocorrência no *Auto da Índia*[780]. Curiosamente, as duas únicas formas que comparecem registadas no *Glossário*, são <celuras> (*Auto da Sibila Cassandra*, v. 177), <celoza> (*Auto das Ciganas*, v. 130), e todas as outras, mesmo a base <celos>, não chegaram a ser incluídas (Camões 2002, V: 423–424).

Talvez seja por esta insatisfação que linguistas e historiadores da língua têm olhado para o texto literário com reserva e suspeita. É por isso também que mais procuram privilegiar os textos autógrafos, originais, datados e localizados, por os reputarem mais próximos da oralidade, distanciando-se de outros escritos, literários e historiográficos, que mais não seriam que cópias de cópias. No entanto, o acesso ao texto literário, «linguisticamente» observado, pode prestar inúmeros serviços, não apenas para o entendimento da construção da língua literária, mas para comprovação de estádios de língua escrita, ou de processos de escrita ou de reescrita.

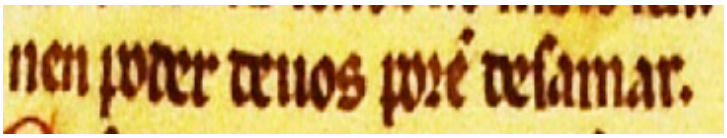
Assim se podem entender procedimentos editoriais da *filologia-linguística* com a conservação de oposições gráficas, aparentemente supérfluas, como as de natureza paleográfica como, por exemplo, o uso diferenciado de <s> e <ſ> alto. Estes hábitos não servem apenas para distinguir mãos, mas adequam-se à determinação de uma eventual relação entre escrita e língua. Por exemplo, no *Cancioneiro da Ajuda*, o uso técnico da distribuição de cada um dos <s> mostra que a sua morfologia pode esclarecer questões de natureza linguística[781]. O elo entre componentes desiguais efetua-se em sequências como <iuraſſoubeſſe>, *jura soubesse* (*A* 221, v. 19), no ciclo de atribuição a Fernan Gonçalves Seabra. Os dois <ſſ> no princípio de <ſſoubeſſe> não são próprios de posição inicial, mas a conexão fono-sintática, entre <iura> e <ſoubeſſe>, impôs a geminação <ſſ> com o critério paleográfico da posição medial,

[780] A base de dados textual do *Teatro de Autores Portugueses do século XVI*, já citada, proporciona várias ocorrências deste paradigma na produção vicentina. Disponível em: http://www.cet-e-quinhentos.com.

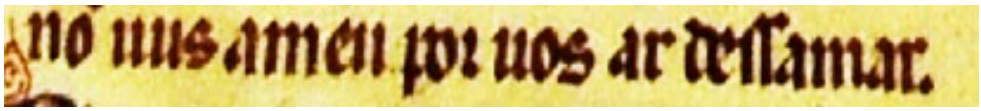
[781] Outros casos, que ilustram esta prática, podem ser consultados na análise grafemática do *Cancioneiro da Ajuda* (Ramos 2008c, II: 21–30, 64–67).

realçando o ensurdecimento. Não se contrapõe a esta ocorrência a sucessão que se observa em uma cantiga, atribuível a Martin Soarez, com uma interessante conexão de duplos <ſſ>, <podeſſeſſcaeſſçer>, *podess'escaescer* (*A* 43, v. 13). Foi o encadeamento fónico que fomentou a proliferação de <ſſ> altos no ato de representar o contínuo.

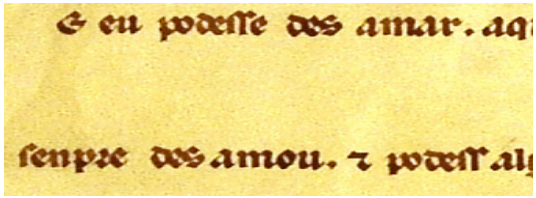
No entanto, em Vasco Fernandez Sendin, encontramos <de**ſ**amar> (*A* 3, v. 28) e <de**ſſ**amar> (*A* 3, v. 21) [fl. 1v] com <ſ> e <ſſ> altos, próprios de posição interna. Além da atestação de concomitância de <ſ> e <ſſ>, que implica ponderação acerca da representação e da realização da sibilante sonora, no mesmo *Cancioneiro* em outro ciclo poético, Pero da Ponte, e provavelmente por outra mão, observamos já **<**de**s** amar**>** (*A* 289, v. 1) e **<**de**s** amou**>** (*A* 289, v. 2) [fl. 81v], marcados com <s> próprio de posição final. Esta diferenciação paleográfica não pode ser irrelevante para o exame lexical da forma <desamar>, já aglutinada, ou ainda marcada pela sua composição em dois elementos com <s> caraterístico da posição final <des>:



Cancioneiro da Ajuda, fl. 1v



Cancioneiro da Ajuda, fl. 1v



Cancioneiro da Ajuda, fl. 81v

A variantística, os erros incipientes, a atestação de formas, os factos gráficos, as marcas regionais, as particularidades de *scriptae*, etc., aparentam ser atributos de textos antigos, ainda desprovidos de sistemas ortográficos e de praxes gráficas mais

estáveis. Todavia estes procedimentos não são exclusivos do texto passado[782]. A aplicação da *filologia-linguística* pode ser experimentada em outros processos de escrita, como em autógrafos de escritores, que testemunham tanto a construção literária, como a génese do texto.

Sá de Miranda proclamava a sua obsessão formal – *emendo muito ... risco e risco* – e para a construção dos seus versos – *nunca acabo de os lamber* –, deixando entrever o cuidado na fixação da sua escrita[783]. Autores mais próximos de nós, não só podem ter deixado esboços e rascunhos prolixos (Eça de Queirós, Fernando Pessoa...), como não deixam de exprimir propositadamente a preocupação pelo fabrico do texto literário[784].

No *Trabalho Poético* – repare-se na palavra *trabalho* – , Carlos de Oliveira (1921-1981) afirma: «o autor remodelou, incluiu, cortou (sobretudo cortou) o que lhe pareceu necessário para alcançar um conjunto equilibrado... Qualquer outro poema que tenha publicado antes... fica portanto definitivamente excluído da sua obra» (Oliveira 1976), ou já no *Aprendiz de Feiticeiro*, o exercício oficinal é percetível: «o autor remodelou bastante alguns (sobretudo os mais antigos) [...] Aqui fica a sua versão definitiva, que substitui, para todos os efeitos, a primeira» (Oliveira 1971). E o aprimoramento formal é ainda comprovado em *Finisterra. Nota Final*:

> […] *imitando um dos narradores deste livro [...] também o autor coligiu numa única pasta velhos papéis dispersos: alguns dactilografados; outros manuscritos e às vezes (quase) ilegíveis. Decifrou a letra emaranhada, reconstituiu lacunas, ordenou tudo pelas diferenças caligráficas, a cor da tinta, os caracteres (mais ou menos nítidos) da máquina: sinais dum trabalho intermitente. Em seguida (clarificado o material), nova ordenação, cortes, e acabamentos necessários (aliás muito breves)...* (Oliveira [1978] 2003: [141]).

E a inquietação técnica é bem patente, mesmo com o texto já publicado como nas modificações introduzidas nas várias edições de *Uma Abelha na Chuva* (divisão de

[782] O título *Minima philologica* procura revitalizar a filologia, para além da restituição dos dados linguísticos, pondo em evidência as diferentes representações gráficas da linguagem (Hamacher *et al.* 2015). Pense-se, por exemplo, na repetição de uma forma por um copista, que pode (ou deve) ser suprimida, e na repetição de uma forma por um autor, que pode ser um artifício literário.

[783] Estas confissões encontram-se no soneto XXIII, *A terceira vez, mando-lhe mais obras* e no soneto XXX, *Resposta a um soneto de Pêro d'Andrade Caminha* (Michaëlis 1885: 261, 449–450).

[784] A exemplificação é ampla com as edições de Ivo Castro, tanto para os seus inúmeros trabalhos sobre Fernando Pessoa, como para a génese textual em Eça de Queirós com a *Tragédia da Rua das Flores*. Não enumerando aqui todos os seus contributos, reenvio para a bibliografia disponibilizada pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa: http://www.clul.ulisboa.pt/en/researchers-en/90-castro-ivo.

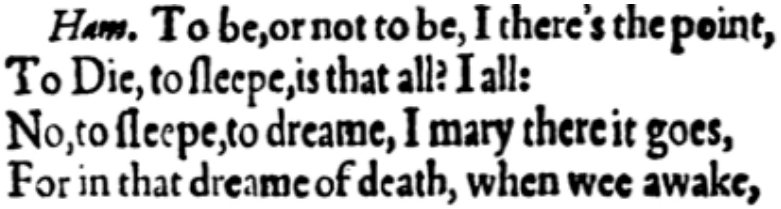
capítulos, cortes, marcas de oralidade, pontuação, verbos declarativos, etc.). Como avaliar o movimento de escrita em *barba bem cuidada* (ed. 1953) e em *barba bem escanhoada* (ed. 1969)?[785] Alterações deste teor – o texto no seu *fazer* – podem ser também observadas em outros autores, como em Herberto Helder (1930-2015), que adita, suprime, substitui ou reordena, mostrando uma variantística que poderá ser estudada pela *filologia genética*, ou pela *filologia de autor*. No conto *Teorema*, as mudanças seduzirão o crítico literário, mas serão muito prezadas pelo linguista com factos como: *onde se encontra* (ed. 1963) e *aonde assomou* (ed. 1980); *dizendo que eu* (ed. 1963) e *alegando que eu* (ed. 1980); *distingo as vozes* (ed. 1963) e *ouço as vozes* (ed. 1980), etc.[786]

A *filologia da edição* é portanto um aspeto da *filologia linguística*, tendo presente as disparidades marcadas pela variabilidade no tempo, no espaço e na inter-relação entre editor e leitor (perspetivas nacionais, escolas, textos literários, textos não-literários, etc.), mas igualmente a valorização na subsistência da *varietas* e no prazer e conveniência de a preservar. D. Trotter, na lúcida introdução ao volume *Manuel de la philologie de l'édition* (2015), traça os percursos que os movimentos editoriais têm exercido em cinco séculos de produção textual românica[787]. Em Nancy, em 2013, C. Segre, célebre editor lachmanniano (ou neo-lachmanniano para as suas edições da *Chanson de Roland* e do *Bestiaire d'Amour*), declarava que a «guerra» entre Lachmann e Bédier estava terminada, o que subentendia que as atuais abordagens aos textos tanto poderiam exigir um, como outro procedimento (Segre 1957, 1989, 2015). Os linguistas aproximar-se-iam mais de uma postura bédieriana (edição de um

[785] Algumas notas sobre a variação técnica entre as edições são consultáveis no estudo de J. Camilo dos Santos sobre o romance de Carlos de Oliveira (1987).
[786] O levantamento da variação entre as duas edições pode ser consultado em Ramos (2008b).
[787] Não se trata efetivamente de um manual no sentido pedagógico do termo. Vários contributos sobre diferentes aspetos da *filologia da edição*, em diferentes domínios linguísticos, são precedidos pelo estado da questão e Trotter bem evidencia a separação entre linguística e filologia para a discussão da edição do texto (objetivos literários, objetivos linguísticos). Uma *boa edição* significaria abordar a quase totalidade das grandes questões, que coloca um estado de língua passado e o significado da variedade de edições para um mesmo texto como a *Chanson de Roland* (cerca de quarenta edições), ou o caso diferente do *Poema de Mio Cid*, que muito condicionou a crítica textual em Espanha. Mas, bastaria pensar como a escola italiana, a inglesa, ou a americana se têm preocupado com a edição de textos em francês antigo para darmos conta do embaraço entre uma «escolha» de métodos críticos entre filologias nacionais e textos de uma língua, trabalhados sob outros critérios (Trotter 2015). A aplicação prática da *filologia linguística* (géneros textuais, finalidades variáveis, estatuto de grafemas, etc.) é sintetizada no capítulo dedicado à *filologia linguística* e *editorial* no volume da mesma coleção referente à linguística francesa (Carles-Glessgen 2015).

testemunho e o princípio de que cada um dos testemunhos é linguisticamente válido), e os filólogos prosseguem a busca de um texto perdido, através do confronto e da restituição (mesmo de um testemunho único), porque é imprescindível reaver o plano mais próximo do texto original, servindo-se ainda de operações genéticas, que procuram também recompor a micro ou a macro-história dos textos.

Um caso emblemático para concluir. Oswald de Andrade só pode ter pronunciado a frase – *Tupi or not tupi, that's the question* – no *Manifesto Antropofágico* (1928) sobre a cultura brasileira, se apreendermos o trocadilho e a paródia com o verso bem conhecido de William Shakespeare, *To be, or not to be, that is the question*[788]. Ora, um *linguista*, vigilante à *The Tragedie of Hamlet, Prince of Denmarke*, transmitido pelo *Bad Quarto* em 1603, o testemunho mais antigo, notará que o célebre verso comparece como *To be, or not to be, I there's* ***the point, / to die***..., em lugar das palavras que todos citamos de cor, *To be, or not to be, that is the question...* Como não ser estimulado pela explicação semântica e rítmica do verso e pela história da palavra <point> em inglês no período em que o texto foi impresso. *Ponto*? *Ponta* [*de lança*, *de espada*]? E entre <point> e <question>? O *linguista* não necessita de um bom manuscrito, ou de um bom impresso para o exame da língua. Para ele, a *verdade do testemunho* pode não coincidir com a *verdade do texto*![789]:


Ham. To be, or not to be, I there's the point,
To Die, to ſleepe, is that all? I all:
No, to ſleepe, to dreame, I mary there it goes,
For in that dreame of death, when wee awake,

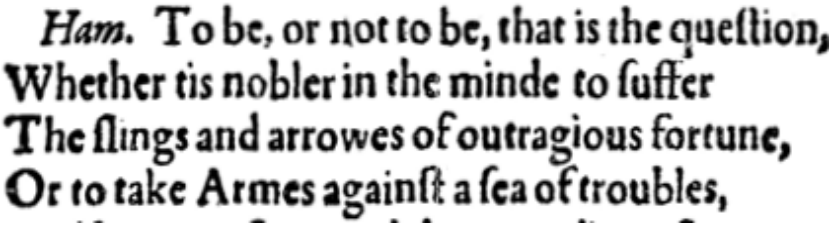
[Q1 *Bad Quarto* 1603]

Mas o *filólogo*, que procura obter o *melhor* texto, não examinará apenas esta versão de 1603, mas irá também estudar o impresso Q2 (*The Second Quarto*), publicado em

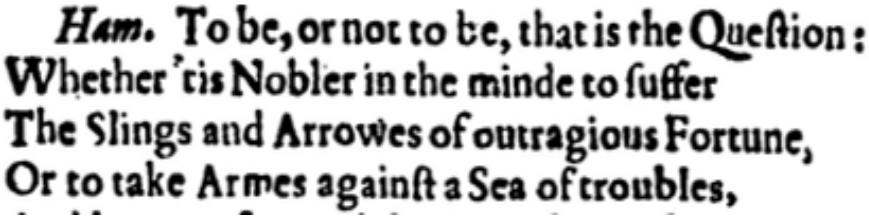
[788] Oswaldo de Andrade (1890-1954), um dos promotores da *Semana de Arte Moderna* (São Paulo, 1922), e um dos grandes nomes do modernismo literário brasileiro, pronunciou esta frase no famoso *Manifesto Antropofágico* (1928).

[789] *A British Library faculta digitalização destas edições:*
http://internetshakespeare.uvic.ca/Library/facsimile/overview/book/Q1_Ham.html*;*
https://www.bl.uk/collection-items/bad-quarto-of-hamlet-1603*;*
https://www.bl.uk/collection-items/shakespeares-first-folio

1604-1605, e o F1 (*The First Folio*) em 1623. Servir-se-á da materialidade de cada um dos testemunhos, da *verdade* de cada um dos textos, e aplicar-se-á ao exercício da restituição. A sua pesquisa dirá que a «melhor lição» não deve ser a que compareceu na edição mais antiga com *the point*, mas sim a lição *the question*, *To be, or not to be, that is the question...*, adotada nas edições ulteriores:


Ham. To be, or not to be, that is the queſtion,
Whether tis nobler in the minde to ſuffer
The ſlings and arrowes of outragious fortune,
Or to take Armes againſt a ſea of troubles,

[*Good Quarto*, Nicholas Ling, James Robert, 1604-1605]


Ham. To be, or not to be, that is the Queſtion:
Whether 'tis Nobler in the minde to ſuffer
The Slings and Arrowes of outragious Fortune,
Or to take Armes againſt a Sea of troubles,

[*First Folio*, William Jaggard e Edward Blount, 1623]

Não pretendo aqui, de modo algum, examinar a imensa crítica shakespeariana, referente a *Hamlet.* Procuro apenas pôr em evidência como uma versão mais antiga pode não ser a mais proveitosa para um *filólogo*, e alertar também para o facto de que, mesmo que a crítica, hoje, acabasse por eleger a lição *To be, or not to be, I there's* ***the point, / to die****...*, essa escolha já não teria força suficiente para substituir a lição mais difundida *To be, or not to be, that is* ***the question****...* Mas ela será imprescindível para o linguista.

Ivo Castro, além de atento leitor de literatura inglesa, ilumina com o seu trabalho esta dupla inclinação do *olhar* para o texto escrito entre *linguista* e *filólogo*. E, mais do que aceder a disciplinas – *Linguística* e *Filologia* –, ensina-nos que os métodos são requeridos pelos próprios textos que observamos. O quantificador – *quanta Linguística* e *quanta Filologia* – poderá diversificar-se em função do tipo de texto, mas todos eles carecem do *olhar* e da *mão* do *linguista* e do *filólogo*. Nem todos os manuscritos terão

areia, que serviu para secagem de tinta, como no *Livro de José de Arimateia*, nem todos oferecerão pautas para transcrição musical, nem todos terão a disposição dos versos em *mise en texte* vertical ou horizontal, nem todos os autores deixarão rascunhos, cópias (des)ordenadas, e impressos com múltiplas variantes e hesitações como Fernando Pessoa, Camões ou Shakespeare... Mas todos terão *escrita*... E a *escrita* precisará sempre do *filólogo* e do *linguista*.

Referências

AA.VV. 1990. «The new philology». Speculum. A Journal of Medieval Studies 65. Ed. Luke Wegner. The Universty of Chicago.

Amacker, René. 2011. *Science du langage. De la double essence du langage et autres documents du ms. BGE Arch. de Saussure 372.* Ed. des *Écrits de linguistique générale*. Genève: Droz.

Ascoli, Graziadio Isaia. 1873. «Saggi ladini». *Archivio Glottologico Italiano* I, a cura di..., Roma, Torino, Firenze: Loescher. 1–537.

Baldinger, Kurt. 1990. «Splendeur et misère des glossaires (à propos de nouvelles recherches rabelaisiennes)». *Etudes rabelaisiennes* XXIII, *Etudes autour de Rabelais*. Genève: Droz. 19–38.

Bally, Charles. 1905. *Précis de stylistique*: *esquisse d'une méthode fondée sur l'étude du français moderne*. Genève: A. Eggimann.

Bally, Charles. 1909. *Traité de stylistique française, Traité de stylistique française*. Heidelberg: C. Winter; Paris: C. Klincksieck.

Bally, Charles. 1913. *Le Langage et la Vie*. Genève: Édition Atar, resultante de conferências pronunciadas na Universidade de Genebra a 9 e 13 de dezembro de 1912 e na Sorbonne a 14 e 17 de fevereiro de 1913.

Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa, dir. de M. Brea e P. Lorenzo Gradín. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro. Disponível em: https://www.cirp.es, 30.08.2018.

Bédier, Joseph (ed.). 1890. *Le Lai de l'ombre* [par Jean Renart]; publié par… Fribourg: œuvre de Saint-Paul.

Bédier, Joseph (ed.). 1913. *Le Lai de l'ombre* par Jean Renart. Paris: Firmin Didot, Société des anciens textes français.

Bédier, Joseph. 1928/1929. «La tradition manuscrite du Lai de l'Ombre. Réflexions sur l'art d'éditer les anciens textes». *Romania* 54, n°214: 161–196 e 321–356. Reimp.: *La tradition manuscrite du Lai de l'ombre. Réflexions sur l'art d'éditer les anciens textes*. Paris: libr. ancienne Honoré Champion: éditeur, Edouard Champion.

Béguelin, Marie-José. 2003. «La méthode comparative et l'enseignement du *Mémoire*». S. Bouquet (dir.). *Saussure. Cahiers de l'Herne* 76: 150–164.

Béguelin, Marie-José. 2007. «La langue et le temps. Analyse objective, analyse subjective et théorie de la grammaticalisation». Conférence au Colloque international «Révolutions saussuriennes». Genève, 19-22 juin 2007. Disponível em: http://www.unine.ch/files/live/sites/structuration_periodes/files/shared/MJB/Beguelin_preprintsaussure.pdf, 30.08.2018.

Béguelin, Marie-José. 2013. «Ferdinand de Saussure après un siècle». *Bulletin de l'Académie royale de langue et de littérature françaises de Belgique* LXXXIX-Nº 1-2-3-4-Année 2011: 39–56.

Benveniste Émile. 1964. «Lettres de Ferdinand de Saussure à Antoine Meillet». *Cahiers Ferdinand de Saussure* 21: 89–130.

Bota, Cristian, Jean-Paul Bronckart e Ecaterina Bulea (eds.). 2010. *Le Projet de Ferdinand de Saussure*. Genève: Droz.

Bouquet, Simon e Rudolf Engler (eds.). 2002. *Ecrits de linguistique générale*, Édition de... avec la collaboration d'Antoinette Weil. Paris: Collection, Bibliothèque de Philosophie, Gallimard.

Braga, Teófilo. 1877. «O cancioneiro portuguez da Vaticana e suas relações com outros cancioneiros dos seculos XIII e XIV». *Zeitschrift für Romanische Philologie* I: 41–57; 179–190.

Braga, Teófilo. 1884. *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira.

Braga, Teófilo. 1892. *As Modernas Ideias na Litteratura Portugueza*. 2 vols.. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.

Cambraia, César Nardelli. 2015. «Das edições de Carolina Michaëlis de Vasconcelos: teoria da crítica textual na prática». In Valéria Gil Condé, Lênia Márcia Mongelli, Yara Frateschi Vieira (org.). *Carolina Michaëlis de Vasconcelos*: *uma homenagem*. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP. 24–46.

Camões, José (dir.). 2002. *As obras de Gil Vicente*. Dir. científica de…, 1.ª ed. - [Lisboa], Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 5 vols.. Disponível em *Centro de Estudos de Teatro*, *Teatro*

de Autores Portugueses do Séc. XVI. Base de dados textual- http://www.cet-e-quinhentos.com

Carles, Hélène e Martin Glessgen. 2015. «La philologie linguistique et éditoriale». Schweickard, Wolfgan, Polzin-Haumann, Claudia (eds.). *Manuel de linguistique française* (*Manuals of Romance Linguistics*/*MRL*, 8). Berlin-Boston: De Gruyter. Disponível em: https://www.rose.uzh.ch/dam/jcr:ea399add-20ce-49c3-b113-3ebb76176ed4/D68_2015_MRL_Carles_Glessgen.pdf, 30.08.2018.

Carvalho, J. Gonçalo Herculano de. 1999. «Filologia», *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Ed. Século XXI. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo. 44–45.

Carvalho, Rómulo de. 1986. *História do ensino em Portugal,* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castro, Ivo, Ramos, M. Ana. [1981] 1986. «Estratégia e táctica da transcrição». In *Critique textuelle portugaise, Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais. 99–122.

Castro, Ivo. 1976-1979. «Quando foi copiado o *Livro de José de Arimateia*? (Datação do cód. 643 da Torre do Tombo)». *Boletim de Filologia* XXV: 173–183.

Castro, Ivo. 1980-1981. Recensão crítica a Segismundo Spina. *Introdução à Edótica*. São Paulo. Cultrix, 1977. *Boletim de Filologia* XXVI: 374–386.

Castro, Ivo. 1984. *Livro de José de Arimateia intitulado a primeira parte da Demanda do Santo Graal, até á presente idade nunca visto, trasladado do próprio original, por o doutor Manuel Álvares, corregedor da ilha de São Miguel.* I. Castro, *Livro de José de Arimateia (Estudo e Edição do COD. ANTT 643)*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.

Castro, Ivo. 1986. *História da Língua Portuguesa*. *Relatório e programa da cadeira apresentados a concurso para Professor Associado*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.

Castro, Ivo. 1992. *História da Língua Portuguesa*. *Relatório, Programa e Manual da cadeira apresentados a provas de Agregação*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.

Castro, Ivo. 1997. «Filologia». *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, II. Lisboa: Verbo. 602–609.

Castro, Ivo. [2004] 2006. *Introdução à História do Português*, Lisboa: Colibri, 2004; 2.ª ed. aumentada. Lisboa: Colibri, 2006.

Castro, Ivo. [2008] 2017. «Francisco Adolfo Coelho e Guilherme de Vasconcelos Abreu». Comunicação apresentada no colóquio comemorativo dos 150 anos do Curso Superior

de Letras, Universidade de Lisboa, 2008, publicada em Castro, Ivo. 2017. *Estrada de Cintra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: 243–253.

Castro, Ivo. 2014. «Quantas horas tem um dia triunfal?». *Revista Estranhar Pessoa* 1, out.. ed. Pedro Sepúlveda e Jorge Uribe. *Caderno do dia triunfal*, Lisboa. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/51d2b64ae4b0a433e9c0c726/t/5450e2aee4b07c728e6ea80c/1414587054212/Quantas+horas+tem+um+dia+triunfal.pdf, 30.08.2018.

Castro, Ivo. 2017. «Os de Vasconcelos». In *Gallæcia. Estudos de lingüística portuguesa e galega*», ed. Marta Negro Romero, Rosario Álvarez, Eduardo Moscoso Mato. Universidade de Santiago de Compostela. 61–93. Disponível em: DOI http://dx.doi.org/10.15304/cc.2017.1080.37, 30.08.2018.

Cerquiglini, Bernard. 1989. *Eloge de la variante*: *Histoire critique de la philologie*. Paris: Seuil.

Cerquiglini, Bernard. 2000. «Y a-t-il une nouvelle philologie?». *Philology in the Internet Era*/*Philologie à l'ère de l'Internet*. International Colloquium / Colloque international. Eötvös Loránd University, Budapest, 7-11 June 2000. Disponível em: http://magyar-irodalom.elte.hu/colloquia/000601/cerq.htm, 30.08.2018.

Chambon, Jean-Pierre. 2006. «Lexicographie et philologie: réflexions sur les glossaires d'éditions de textes (français médiéval et préclassique, ancien occitan)». *Revue de linguistique romane* 70: 123–141. Republ. em Chambon, Jean-Pierre. 2017. *Méthodes de recherche en linguistique et en philologie romanes.* Textes choisis et présentés par Éva Buchi, Hélène Carles, Yan Greub, Pierre Rézeau et André Thibault. Strasbourg: *Travaux de Linguistique Romane Linguistique historique*, Editions de linguistique et de philologie. 657–676.

Chambon, Jean-Pierre. 2017. «À propos du Dizionario Biografico dei Trovatori: notes sur quelques troubadours d'Auvergne». *Cultura Neolatina* 77, fasc.41–154.

Chidichimo, Alessandro e Daniele Gambarara. 2009. «Ferdinand de Saussure. Trois chapitres de *L'essence double du langage*». *Cahiers Ferdinand de Saussure* 61: 113–129.

Cintra, Luís F. Lindley. [1946] 2002. *O ritmo na poesia de António Nobre*. Edição e prefácio de Paula Morão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda [Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica, Lisboa: Faculdade de Letras 1946].

Cintra, Luís F. Lindley (ed.). [1951] 1990. *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. 4 vol.. Republ.: Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Os vols I-III constituem uma reprod. facs. da 1.ª ed., 1951-1961, IV vol., 1990, 3.ª ed. 2009.

Cintra, Luís F. Lindley. [1959] 1984. *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 9. Republ.: Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

Cintra, Luís F. Lindley. [1963] 1999. «Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie». *Revue de Linguistique Romane* XXVII: 40–58. Republ. em *Lindley Cintra*: *Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, ed. Isabel Hub Faria. Lisboa: Cosmos & Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. 199–215.

Cintra, Luís F. Lindley. [1963] 1999. «Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle». *Colloque sur les ancines textes non littéraires à la connaissance de la langue du Moyen Âge* (Strasbourg 1961). *Revue de Linguistique Romane* LXXVII: 59–77. Republ. em *Lindley Cintra*: *Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, ed. Isabel Hub Faria. Lisboa: Cosmos & Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. 216–231.

Cintra, Luís F. Lindley. [1971] 1990. «Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la *Noticia de Torto*: lecture critique, date, rédaction». [s.l.]: Académie de la République Socialiste de Roumaine, 1971. Sep. *Actele celui de-al XII-lea Congres International de Linguistica Romanica*; «Sobre o mais antigo texto não-literário português: A *Notícia de Torto* (Leitura crítica, data, local da redacção e comentário lingüístico) *Boletim de Filologia* XXXI [1986-1987], 1990: 21–77.

Cintra, Luís F. Lindley. [1984] 1985. «O ensino da linguística na Universidade». *1.º Encontro de Linguistas Portugueses*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 131–140.

Cintra, Luís F. Lindley. 1983. *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Coelho, Adolfo. 1889. «A Reforma do Curso Superior de Letras». *Revista de Educação e Ensino* 4, 11-12: 519, 528.

Cosenza, Giuseppe. 2017. «Un cadeau empoisonné pour marquer le centenaire du *Cours de linguistique générale*?». *Le Temps*, de 12 de janeiro de 2017 (jornal diário suíço).

Costa, A. de Jesus da. 1992. «Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico». *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais. 167–256.

Couvaneiro, João L. Serrenho Frazão. 2012. *O Curso Superior de Letras (1861-1911)*: *nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/7500, 30.08.2018.

Curea, Anamaria. 2015. *Entre expression et expressivité*: *l'école linguistique de Genève de 1900 à 1940: Charles Bally, Albert Sechehaye, Henri Frei.* Lyon: ENS éditions.

Dasilva, Xosé Manuel. 2001. «Carolina Michaëlis e a inauguração da modernidade nos estudos camonianos». *Colóquio internacional Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) nos 150 anos do seu nascimento. Nos 75 anos da sua morte*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 24 e 25 de Maio de 2001. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*. Porto, II série, XVIII: 93–106.

Depecker, Loïc (ed.). 2012. *L'apport des manuscrits de Ferdinand de Saussure*. Dossier préparé par..., *Langages* 185 (mars 2012).

Depecker**,** Loïc. 2012. «Les manuscrits de Saussure: une révolution philologique». *Langages* 185: 3–6. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-langages-2012-1-page-3.htm, 30.08.2018.

Dias, Aida Fernanda (ed.). 1990-2003. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende.* Fixação do texto e estudo por..., 6 vols.. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Durrer, Sylvie. 1998. *Introduction à la linguistique de Charles Bally*. Lausanne-Paris: Delachaux et Niestlé.

Duval, Frédéric. 2006. *Pratiques Philologiques en Europe*. *Actes de la Journée d'Études organisée à l'École des Chartes le 23 septembre 2005* (*Études et rencontres de l'École des Chartes*, 21). Paris: École des Chartes.

Duval, Frédéric. 2012. «Transcrire le français médiéval: de l' 'Instruction' de Paul Meyer à la description linguistique contemporaine». *Bibliothèque de l'école des chartes*, t. 170, 2: 321–342. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_2012_num_170_2_464252, 30.08.2018.

Duval, Frédéric. 2015. «Les éditions de textes du XVIIe siècle». In *Manuel de la Philologie de l'Édition*, ed. David Trotter. *Manuals of Romance Linguistics* 4. Berlin/Boston: De Gruyter. 369–394.

Engler, Rudolf (ed.). 1967-1974. Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique générale*; éd. critique par..., Appendice: *Notes de F. de Saussure sur la linguistique générale*. Wiesbaden: O. Harrassowitz.

Engler, Rudolf. 1970. Recensão crítica a *Corso di linguistica generale*. Introduzione, traduzione e commento di Tullio de Mauro, 2.ª ed. rev., Bari (Laterza) 1968, XXIII + 491 p. (Biblioteca di cultura moderna 636). *Vox Romanica* XXIX: 123–131. Disponível em: https://www.e-periodica.ch/digbib/view?pid=vxr-001:1970:29#136, 30.08.2018.

Engler, Rudolf. 2002. *De l'essence double du langage* Ferdinand de Saussure (Transcription diplomatique établie par Rudolf Engler d'après le manuscrit déposé à la Bibliothèque

de Genève, 1996). Disponível em: http://www.revue-texto.net/Saussure/De_Saussure/Essence/Engler.html, 30.08.2018.

Ey, Luise. 1912. «Dona Carolina Michaëlis na intimidade». *Boletim da Segunda Classe. Actas e Pareceres*. *Estudos, Documentos e Notícias* V, fasc. 1 (julho 1911). Lisboa: Imprensa Nacional. 231–245.

Faria, Isabel Hub (org.). 1999. *Lindley Cintra*: *Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos & Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ferrari, Anna. 1979. «Formazione e struttura del Canzoniere Portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (cod. 10991: Colocci-Brancuti). Premesse codicologiche alla critica del testo (Materiali e note problematiche)». *Arquivos do Centro Cultural Português* XIV: 27–142.

Ferreira, Júlia Dias. 1984. «O ensino da linguística na Universidade». *Actas do 1º Encontro de Linguistas Portugueses*, Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 141–143.

Ferreira, Manuel Pedro. 2004. «O rasto da música no *Cancioneiro da Ajuda*». *O Cancioneiro da Ajuda, cen anos despois*. Congreso Internacional, 25 a 28 de Maio 2004. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. 185–210.

Ferreira, Manuel Pedro. [2004] 2016. «Som mudo no *Cancioneiro da Ajuda*». *Colóquio Cancioneiro da Ajuda (1904-2004).* Faculdade de Letras de Lisboa – Biblioteca da Ajuda, 11, 12 e 13 de Novembro de 2004. Colóquio organizado por M. Ana Ramos e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 87–112.

Ferreira, Manuel Pedro. 2005. *Cantus coronatus. Sete cantigas d'amor d'El-Rei Dom Dinis (1279-1325)*: *A Música*. Kassel, Reichenberger.

Frýba-Reber, Anne-Marguerite. 1994. *Albert Sechehaye et la syntaxe imaginative. Contribution à l'histoire de la linguistique saussurienne*. Publications du Cercle Ferdinand de Saussure 3. Genève: Droz.

Frýba-Reber, Anne-Marguerite. 1998 [1999]. «Philologie et Linguistique à l'aube du XXe siècle: l'apport de la Suisse». *Cahiers Ferdinand de Saussure* 51: 133–149.

Gallæcia. Estudos de lingüística portuguesa e galega. 2017. *III Congresso Internacional de Linguística Histórica*. Marta Negro Romero, Rosario Álvarez, Eduardo Moscoso Mato (eds.). Universidade de Santiago de Compostela. Disponível em: http://dx.doi.org/10.15304/cc.2017.1080.37, 30.08.2018.

Glossa. *Glosario da poesía medieval profana galego-portuguesa*. 2014-. Dir. Manuel Ferreiro. Coruña. Universidade da Coruña. Disponível em: http://glossa.gal, 30.08.2018.

Godel, Robert. [1957] 1969. *Les Sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure*. Genève: Droz.

Godel, Robert. 1954. «Notes inédites de F. de Saussure». *Cahiers Ferdinand de Saussure* 12: 49–71.

Gumbrecht, Hans Ulrich. 1984. «Un souffle d'Allemagne ayant passé: Friedrich Diez, Gaston Paris und die Genese der Nationalphilologien». *Zeitschrift für Literaturwissensfacht und Linguistik* 53/54: 37–38. Trad. em inglês: 1986-1987. «*Un souffle d'Allemagne ayant passé*»: Friedrich Diez, Gaston Paris and the genesis of national philologies». *Romance Philology* XL, 1: 1–37. Trad. em português: 2015. *Politeia* 15, 1: 15–60.

Hamacher, Werner *et al*. 2015. *Minima philologica*, New York: Fordham University Press.

Helder, Herberto. [1963] 1980. *Os passos em volta. Contos*. Lisboa: Portugália, 1963. *Os passos em volta. Contos.* 2.ª ed.. Lisboa: Portugália, 1964; *Os passos em volta*. 3.ª ed.. Lisboa: Editorial Estampa, 1970; *Os passos em volta.* 4.ª ed., emendada. Lisboa: Assírio & Alvim.

Herculano, Alexandre. 1844. *O Panorama*: *jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Dir. Alexandre Herculano. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 2.ª série, III, 155: 391–394. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1844/N155/N155_master/N155.pdf, 30.08.2018.

Komatsu, Eisuke. 1993. *Troisième cours de linguistique générale*: (1910-1911), d'après les cahiers d'Emile Constantin. English transl. by Roy Harris. Oxford, New York [etc.]: Pergamon Press.

Lanciani, Giulia. 2004. «*Repetita iuvant?*». *O Cancioneiro da Ajuda, cen anos despois. Congreso Internacional*, 25 a 28 de Maio 2004. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. 137–143.

Lapa, M. Rodrigues (ed.). 1965 / 1970 / 1995. *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Edição crítica pelo prof. …1.ª ed. [Vigo]: Editorial Galaxia, 1965; 2.ª edição, revista e acrescentada [Vigo]: Galaxia, 1970; 3.ª ed., Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.

Littera. *Cantigas Medievais Galego Portuguesas [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Dir. Graça Videira Lopes, Manuel Pedro Ferreira, *et al*. 2011-. Disponível em: http://cantigas.fcsh.unl.pt, 30.08.2018.

Macchi, Giuliano (ed.). 1966 / 1985 / 2007. Fernão Lopes, *Cronica de D. Pedro*. Edizione critica con introduzione e glossario a cura di…Roma: Ed. dell'Ateneo, 1966; Fernão Lopes *Chronique du roi D. Pedro.* Texte établi par Giuliano Macchi; introduction, traduction et notes de Jacqueline Steunou. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1985; Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*. Edição crítica,

introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi; 2.ª ed., revista por Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Macchi, Giuliano (ed.). 1975 / 2004. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* ed. crítica, introd. e índices de Giuliano Macchi; 2.ª ed., revista por Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Marchese, Maria Pia. 1995. *Phonétique*: *il manoscritto di Harvard*, Houghton Library bMS Fr 266 (8) / Ferdinand de Saussure; ed. a cura di..., Padova: Unipress.

Marchese, Maria Pia. 2012. «Linguistique indo-européenne et linguistique générale chez Saussure: un parcours de continuité à travers les manuscrits». *Langages* 185: 65–73. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-langages-2012-1-page-65.htm, 30.08.2018.

Markus, Linda. 1996. «Kommentiertes Verzeichnis der Vorlesungen F. de Saussures an der Universität Genf (1891-1913)». *Cahiers Ferdinand de Saussure* 49: 65–84.

Markus, Linda. 2001. *Elemente einer Semiologie des Hörens und Sprechens*. Tübingen: Narr

Martins, Ana Maria e Cristina Albino. 1998. «Sobre a primitiva produção documental em português: notícia de uma *Noticia de auer*». *Homenaxe a Ramón Lorenzo*, ed. Dieter Kremer, vol. 1. Vigo: Galaxia. 101–121.

Martins, Ana Maria. 1999. «Ainda 'os mais antigos textos escritos em português': Documentos de 1175 a 1252». In *Lindley Cintra*: *Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, ed. Isabel Hub Faria. Lisboa: Cosmos & Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 491–534.

Martins, Ana Maria. 2007. «O primeiro século do português escrito». *Na Nosa Lyngoage Galega. A Emerxencia do Galego como Lingua Escrita na Idade Media*, ed. Ana Boullón Agrelo. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega & Instituto da Lingua Galega. 161–184.

Martins, Joaquim P. de Oliveira. 1872. *Os Lusíadas*: *ensaio sobre Camões e a sua obra em relação à sociedade portugueza e ao movimento da renascença*. Porto: Imprensa Portugueza.

Martins, Joaquim P. de Oliveira. 1891. *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Porto: Lugan & Genelioux.

Mauro, Tullio de. 1967 / 1968 / 1972 / 1978. *Corso di linguistica generale. Introduzione, traduzione e commento* di… In *Appendice* notizie biografiche e critiche su F. de Saussure del medesimo. Note, bibliografia, indice delle materie. Bari. Editore: Laterza. 1967; 2.ª ed, 1968. Trad. francesa: Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique*

générale. Ed. critique préparée par Tullio de Mauro. Notes et commentaires traduits de l'italien par Louis-Jean Calvet. Paris: Payot. 1972, 1978.

Megale, Heitor e César Cambraia Nardelli. 1999. «Filologia Portuguesa no Brasil». *Delta. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* 15. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501999000300001, 30.08.2018.

Meillet, Antoine. 1916. Compte-rendu de Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique générale*, publié par Charles Bally et Albert Sechehaye avec la collaboration de Albert Riedlinger. Lausanne: Payo. 337 p., in-8. *Bulletin de la société de Linguistique de Paris* XX: 32–36. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k32161j/f37.item.r=Meillet, 30.08.2018.

Meillet, Antoine. 1917. Compte-rendu du *Cours de linguistique générale*. *Revue critique de philologie et d'histoire* 83: 49–51.

Mejía Quijano, Claudia. 2005. «Sous le signe du doute. Présentation des textes de E. Constantin». *Cahiers Ferdinand de Saussure* 58: 43–67.

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. 1873. *Os Lusiadas de Luiz de Camões. Nova edição segundo a do Visconde de Juromenha / conforme á segunda / publicada em vida do poeta / com as / estancias desprezadas e omittidas na primeira / impressão do poema / e com lições varias e notas*. Leipzig: F. A. Brockhaus.

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. 1880-1884. Recensão crítica a «Luis de Camões, Sämmtliche gedichte, zum ersten male deutsch von Wilhelm Storck». *Zeitschrift für romanische Philologie*, IV (1880: 591–609; V (1881): 101–136; VII (1893, 131–157; 407–453; 494–453; VIII (1894): 1–23. Disponível em: https://www.digizeitschriften.de/dms/toc/?PID=PPN345572572, 30.08.2018.

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. 1881. «Zum Cancioneiro General de Nagera: Zum Cancioneiro Geral». *Zeitschrift für romanische Philologie* 5: 77–79; 80–85. Disponível em: https://www.digizeitschriften.de/dms/toc/?PID=PPN345572572, 30.08.2018.

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. 1882. «O texto das *Rimas* de Camões e os Apócrifos». *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto* 2: 105–125.

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. (ed.). 1885. *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. Edição feita sobre cinco manuscriptos ineditos de todas as edições impressas acompanhada de um estudo sobre o poeta, variantes, notas, glossário e um retrato, Halle: Max Niemeyer, 1885. Edição disponível em http://purl.pt/23578, 30.08.2018.

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. [1904] 1990. *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e commentada, 2 vols., Halle a.S.: Max Niemeyer. Reimp. anastáticas: Torino: Bottega di Erasmo, 1966; Hildesheim-New York: Georg Olms, 1980; Lisboa: Imprensa

Nacional-Casa da Moeda, 1990, que inclui, contrariamente às precedentes, o *Glossário* que C. Michaëlis tinha publicado na *Revista Lusitana* XXIII, 1920 (separata de 1922 e um prefácio de I. Castro).

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. 1911. *Novos Estudos sobre Sá de Miranda*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. [s.d. / 1912 ?]. *Lições de filologia portuguesa*: segundo as prelecções feitas pela Exmª. Srª. Carolina Michäelis de Vasconcelos. Coimbra: Lith. e Typ. Correia Cardoso. *Lições de Filologia Portuguesa*, *segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13*. Lisboa: Dinalivro [s.d.].

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. [1912-1922] 1949. *Notas vicentinas*: *preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente*. Coimbra: Imprensa da Universidade. *Notas Vicentinas. Preliminares a uma edição crítica das obras de Gil Vicente.* Nota I a V, Lisboa: Edições *Ocidente*, 1949.

Nascimento, Aires A. [2004] 2016. «*O restauro do Cancioneiro da Ajuda: entre conservação de salvaguarda e estima pelos maiores», Colóquio Cancioneiro da Ajuda (1904-2004).* Faculdade de Letras de Lisboa – Biblioteca da Ajuda, 11, 12 e 13 de Novembro de 2004. Colóquio organizado por M. Ana Ramos e Teresa Amado, *À volta do Cancioneiro da Ajuda, e-book*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 275–305.

Nascimento, Aires A. 2008. «As voltas do *Livro de José de Arimateia*: em busca de um percurso, a propósito de um fragmento trecentista recuperado». *Península. Revista de Estudos Ibéricos* 5: 129–140. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4711.pdf, 30.08.2018.

Nascimento, Aires A. 2015. «O estudo das letras, caminho para a sabedoria: evocação do 150º aniversário da fundação do Curso de Letras de Lisboa por D. Pedro V», Comunicação apresentada à Classe de Letras na sessão de 25 de Fevereiro de 2010. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Disponível em: http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/9121980_aires-a.-nascimento---o-estudo-das-letras,-caminho-para-a-sabedoria.-evocacao.pdf, 30.08.2018.

Nunes, J. Joaquim (org.). [1906] 1970. *Chrestomathia Archaica: excerptos da litteratura portuguesa desde que o mais antigo se conhece até ao século XVI acompanhados de introdução grammatical, notas e glossario por…* Lisboa: Ferreira & Oliveira, Lda Editores; 7.ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.

Oliveira, Carlos de. 1953 /1960 / 1963 / 1969 / 1970 /1979. *Uma abelha na chuva.* Romance. Coimbra: Coimbra Editora, 1953; Lisboa: Ulisseia, 1960; 3.ª ed., Lisboa: Portugália, 1963; 4.ª ed., Lisboa: Dom Quixote, 1969; 4.ª ed. revista, Lisboa: Dom Quixote, 1970;

Lisboa: Dom Quixote, 1971; Porto: Limiar, s.d. [1976]… 14.ª ed., Lisboa: Sá da Costa, 1979.

Pais, Carlos Castilho. 2013. *António Feliciano de Castilho, tradutor do 'Fausto'*. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2588/1/Ant%C3%B3nio%20Feliciano%20de%20Castilho,%20tradutor%20do%20FAUSTO.pdf, 30.08.2018.

Paris, Gaston (ed.). 1872. *La vie de saint Alexis*: poème du XIe siècle et renouvellements des XIIe, XIIIe, et XIVe siècles. Publ. avec préfaces, variantes, notes et glossaires par... et Léopold Pannier, Paris: A. Franck (Bibliothèque de l'École des hautes études. Sciences philologiques et historiques, 7).

Pesini, Luca. 2017. *La linguistica genetica di Charles Bally*: *gli appunti del manoscritto BGe Ms. fr. 5034*. Alessandria: Edizioni dell'Orso.

Pfister, Max. 1997. «L'avenir de la recherche lexicographique de l'ancien occitan». Stewart Gregory, David A. Trotter (éd.). *De Mot en mot. Aspects of Medieval Linguistics. Essays in Honour of William Rothwell*. Cardiff, University of Wales Press. 161–171.

Prista, Luís e Cristina Albino. 1996. *Filólogos Portugueses entre 1868 e 1943.* Lisboa: Ed. Colibri.

Prista, Luís. 2001. «De filólogos a linguistas». *Caminhos do Português*. Coord. M. Helena Mira Mateus. Lisboa: Biblioteca Nacional. 157–218.

Prista, Luís. 2003. «Crítica textual e critérios de ortografia». *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 15, Lisboa: Edições Colibri. 199–221. Disponível em: https://run.unl.pt/handle/10362/8004, 30.08.2018.

Prista, Luís. 2013. «O ensino linguístico e de literatura», *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX,* II. Lisboa: Universidade de Lisboa. 982–1089.

Quentin, Henri. 1926*. Essais de critique textuelle (Ecdotique)*. Paris: Picard.

Ramos, Maria Ana. 1995. «A separação silábica na cópia da poesia lírica galego-portuguesa. Outro indício de antecedentes musicais». *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Organização e coordenação Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 703–719.

Ramos, Maria Ana. 2004. «O Cancioneiro ideal de D. Carolina». *O Cancioneiro da Ajuda, cen anos despois. Congreso Internacional*, 25 a 28 de Maio 2004. Santiago de Compostela : Xunta de Galicia. 13–40.

Ramos, Maria Ana. 2007. «A edição diplomática do Cancioneiro da Ajuda». Apresentação da reimp. em Portugal de H. H. Carter, *Cancioneiro da Ajuda*. A Diplomatic Edition

Lancaster, The Modern Language Association of America, Lancaster Press Inc., 1941 (The Modern Language Association of America. General Series XIV, London, Oxford University Press, 1941. Reimp.: Kraus Reprint Co., Millwood, New York, 1975). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 9–37.

Ramos, Maria Ana. 2008a. «Percepção literária e diversidade linguística. A propósito de um '*refran*' da lírica galego-portuguesa [*A* 126]». *Lenguas en diálogo*: *el iberorromance y su diversidad lingüística y literaria. Ensayos en homenaje a Georg Bossong*. Ed. por Döhla A. Hans-Jörg; Montero-Muñoz, Raquel; Báez de Aguilar González, Francisco, Madrid, Frankfurt am Main: Ibero Americana-Vervuert. 489–508.

Ramos, Maria Ana 2008b. «*Só o coração... e depois trinca-o ferozmente...*Um motivo medieval em Herberto Helder». *Inês de Castro. Du personnage au mythe. Echos dans La culture portugaise et européenne.* Organisateurs A. Cristóvão, C. Soares Jesel, I. Muzart-Fonseca dos Santos, J. M. da Costa Esteves. Paris: Éditions Lusophone. 99–133.

Ramos, Maria Ana. 2008c. *O Cancioneiro da Ajuda. Confecção e Escrita*, I e II vols.. Lisboa. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Linguística Geral e Românica. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/553, 30.08.2018.

Ramos, Maria Ana. 2010. «Vectores de circulação linguística na poesia galego-portuguesa [*A* 126, *B* 1510]». *Aproximacións ao estudo do Vocabulario Trobadoresco*. Edición ao coidado de Mercedes Brea e Santiago López Martínez-Morás. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia - Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades. 37–63.

Ramos, Maria Ana. 2013. «Teófilo Braga e Carolina Michaëlis ou dissemelhanças científicas. Os cancioneiros galego-portugueses». *Hommes de lettres et la 'Res publica' au Portugal et au Brésil. Commémorations du Centenaire de la République portugaise*. Ed. par Claudia Poncioni, José Manuel Da Costa Esteves et José Da Costa. Paris: Michel Houdiard Éditeur. 164–192.

Ramos, Maria Ana. 2015. «Carolina Michaëlis e a edição crítica. Entre arte e método». *Carolina Michaëlis de Vasconcelos*: *uma homenagem.* Coord. Valéria Gil Condé, Lênia Márcia Mongelli, Yara Frateschi Vieira, S. Paulo: FFLCH- USP, Universidade de São Paulo. Disponible en http://www.usp.br/nehilp/livros/Carolina_Michaelis.pdf, 30.08.2018.

Ramos, Maria Ana. 2017. «Os segredos das encadernações de um cancioneiro inacabado». Virginie Dumanoir (ed.), *De lagrymas fasiendo tinta. Memorias, identidades y territorios cancioneriles*. Madrid: Collection de la Casa de Velázquez (162). 9–33. Disponível em: https://books.openedition.org/cvz/3407, 30.08.2018.

Reinach, Salomon. 1883. *Manuel de philologie classique, d'après le "triennium philologicum" de W. Freund, et les derniers travaux de l'érudition*, 2.ª ed.. Paris: Librairie Hachette.

Revillout, Charles. 1883. «Rapport sur le concours philologique». *Revue de Langues Romanes,* 3ème série, tome X, XXIV: 10–20.

Ridoux, Charles. 2001. *Évolution des études médiévales en France de 1860 à 1914*. Paris: H. Champion (Nouvelle bibliothèque du Moyen Âge, 56).

Roncaglia, Aurelio. [1961] 1976. «Valore e giuoco dell'interpretazione nella critica testuale». S*tudi e problemi di critica testuale. Atti del Convegno di Studi di Filologia italiana nel centenario della Commissione per i testi di Lingua* (Bologna 7-9 aprile 1960). Bologna. 46–62. Versão em inglês: «The Value of Interpretation in Textual Criticism». *Medieval Manuscripts and Textual Criticism*. Edited by Christopher Kleinhenz, Chapel Hill: U.N.C. Dept. of Romance Languages, 1976: 227–244.

Roques, Gilles, 2010. «Typologie des glossaires des éditions de textes de français médiéval». *Séminaire doctoral n° 1*: *Langues et glossaires*, Liège 17. Mai 2010 (Eurolab: Dynamique des langues vernaculaires dans l'Europe de la Renaissance. Acteurs et lieux). Disponível em: https://eurolab.meshs.fr/documents/pdf/2010/LiegeGloss-Roques.pdf, 30.08.2018.

Santos, J. Camilo dos. 1987. *Carlos de Oliveira et le Roman*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais.

Saussure Ferdinand de. [1878] 1879. *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Leipsick: B. G. Teubner.

Sechehaye, Albert. 1908. *Programme et méthodes de la linguistique théorique*: *psychologie du langage*. Paris: H. Champion; Genève: A. Eggimann.

Sechehaye, Albert. 1926. *Essai sur la structure logique de la phrase*. Paris: Libr. ancienne H. Champion.

Segre, Cesare. 1957. *Li Bestiaires d'amours di maistre Richart de Fornival e li Response du Bestiaire*. A cura di…, Milano, Napoli: R. Ricciardi.

Segre, Cesare (ed.) [1971] 1989. *La Chanson de Roland*. Edizione critica a cura di... Milano-Napoli: R. Ricciardi, 1971; *La Chanson de Roland*. Éd. critique par... Nouvelle édition revue, trad. de l'italien par Madeleine Tyssens, 2 vols.. Genève: Droz.

Segre, Cesare. 2015. «Lachmann et Bédier. La guerre est finie». Buchi, Éva, Jean-Paul Chauveau, Yan Greub, Jean-Marie Pirrel (éd.). *Actes du XXVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes (Nancy, 15-20 juillet 2013). Allocutions de bienvenue, conférences plénières, tables rondes, conférences grand public.* Nancy: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française-*ATILF*, 15–27. Disponível

em: http://www.atilf.fr/cilpr2013/actes/section-0/0_2_1_CILPR-2013-Conference-pleniere-Segre.pdf, 30.08.2018.

Sobral, Cristina. 2016. «Estemática em português: termos, história, conceitos». *Estudos de Lingüística Galega* 8: 205–227.

Sofia, Estanislao. 2012. «Quelques problèmes philologiques posés par l'œuvre de Ferdinand de Saussure». *Langages* 185: 35–50.

Spampinato Beretta, Margherita (ed.). 1987. *Fernan Garcia Esgaravunha. Canzoniere*. Edizione critica a cura di.... Napoli: Liguori Editore.

Stirnemann, Patricia. [2004] 2016. «La décoration du *Cancioneiro da Ajuda*». *Cancioneiro da Ajuda (1904-2004)*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa – Biblioteca da Ajuda, 11, 12 e 13 de Novembro de 2004. Colóquio organizado por M. Ana Ramos e Teresa Amado, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. *e-book*, 71–86.

Tavani, Giuseppe. 1967. *Repertorio Metrico della Lirica Galego-Portoghese*. Roma: Edizioni dell'Ateneo.

Tavani, Giuseppe. 1967 / 1969 / 1988. «La tradizione manoscritta della lirica galego-portoghese». *Cultura Neolatina* XXVII: 41–94. Reimp.: *Poesia del Duecento nella Penisola Iberica*. Roma: Ed. dell'Ateneo, 1969. 77–179. Trad. port. *Ensaios Portugueses. Filologia e Linguística*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. 55–122.

Tavani, Giuseppe. 2002. *Trovadores e Jograis. Introdução à Poesia Galego-Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, Estudos de Literatura Portuguesa.

Teyssier, Paul. [1959] 2005. *La langue de Gil Vicente*. Paris: C. Klinsieck (Thèse: Lettres: Paris: 1956; Trad. port., revista, ampliada e atualizada, *A língua de Gil Vicente.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa de Moeda).

TMILG, *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*. 2004-. Varela Barreiro, Xavier (dir.). Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega.

Trabant, Jürgen. 2005. «Faut-il défendre Saussure contre ses amateurs? Notes item sur l'étymologie saussurienne». *Langages* 159: 111–124. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-langages-2005-3-page-111.htm, 30.08.2018.

Trachsler, Richard. 2013. «La Philologie Romane 'à l'allemande'. La naissance d'un modèle européen». *Bartsch, Foerster et Cie. La première romanistique allemande et son influence en Europe*, éd. Richard Trachsler. Paris: Classiques Garnier (Rencontres 64. Secteur Moyen Age. Civilisation Médiévale 7). 7–19.

Traschler, Richard. 2014. «Quels textes et pour qui? Le cas des textes littéraires en ancien français». Éditeurs de texte et micro-traditions: des matières et des pays.

perspectivia.net, der Online-Publikationsplattform der Max Weber Stiftung: Max Weber Stiftung. Disponível em: https://docplayer.fr/83725246-Quels-textes-et-pour-qui-le-cas-des-textes-litteraires-en-ancien-francais-editeurs-de-texte-et-micro-traditions-des-matieres-et-des-pays.html, 30.08.2018.

Traschler, Richard. 2016. «La philologie romane en Suisse. Du cas particulier à l'exception». *Zeitschrift für romanische Philologie* 132 (4): 938–957.

Trotter, David (ed.). 2015. *Manuel de la Philologie de l'Édition.* Manuals of Romance Linguistics *4*. Berlin / Boston: De Gruyter.

Vasconcellos, Carolina Michaëlis de. Cf. Michaëlis.

Vasconcellos, Joaquim de. 1872. *O Faust de Goethe*: e a traducção do Visconde de Castilho. Porto: Imprensa Portugueza.

Vasconcellos, Joaquim de. 1873. *O Fausto de Castilho Julgado pelo Elogio Mútuo*. Porto: Imprensa Portugueza.

Vasconcellos, Joaquim de. 1874. *O consummado germanista e o mercado das letras portuguezas analysado*. Porto: Imprensa Portugueza. Disponível em: https://archive.org/details/oconsummadogerma00vasc_0.

Vasconcellos, José Leite de. 1882. *O dialecto mirandez*: *contribuição para o estudo da dialectologia romanica no dominio glottologico hispano-lusitano*, por…, Porto: Livraria Portuense de Clavel & Ca.

Vasconcellos, José Leite de. 1887-1889. *Revista Lusitana*, I vol.. Disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/dmdocuments/lusitana01.pdf, 30.08.2018.

Vasconcellos, José Leite de. 1895. *O Arqueólogo Português* - 1.ª Série, vol. I. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/o_arqueologo_portugues_1_serie/, 30.08.2018.

Vasconcellos, José Leite de. 1897-1913. *Religiões da Lusitania*: *na parte que principalmente se refere a Portugal*, 3 vols., Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcellos, José Leite de. 1900-1901 / 1992. *Estudos de Philologia Mirandesa*, 2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional. 2.ª ed. Apresentação de António Maria Mourinho. Miranda do Douro: Câmara Municipal 1992. Fac-símile da ed. de Lisboa: Imprensa Nacional, 1900-1901.

Vasconcellos, José Leite de. 1902. «Canção de Sancta Fides de Agen. Texto provençal». *Romania* 31, 122-123: 177– 200.

Vasconcellos, José Leite de. [1903] 1906. «Fabulário Português. Manuscrito do séc. XV». *Revista Lusitana* VIII (1903-1905): 99–151; 311–312; IX (1906), 5–109, publicado pouco depois com o título *O Livro de Esopo*: *Fabulário Português Medieval, publicado*

conforme a um manuscrito do seculo XV existente na Bibliotheca palatina de Vienna de Austria. Lisboa: Imprensa Nacional. 1906.

Vasconcellos, José Leite de. [1911] 1966. *Lições de philologia portuguesa*. Lisboa: Livr. Clássica 1911; Lisboa: A. M. Treixeira & Cta Pôrto: Imprensa Portuguesa, 1911; 2.ª ed. melhorada, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926; Lisboa: Biblioteca Nacional, 1929; Terceira edição comemorativa do centenário do nascimento do Autor. Enriquecida com notas do Autor, prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro. Livros de Portugal, 1966.

Wunderli, Peter. 2014. Ferdinand de Saussure: *Cours de linguistique générale*: *Studienausgabe in deutscher Sprache.* Tübingen: Narr.

Wunderli. Peter. 1976. «*Saussure als Schüler Sechehayes? Zum Abhängigkeitsverhältnis hinsichtlich der Kreativitätskonzeption in der Genfer Schule*». H. J. Niederehe - H. Haarmann (eds.), *In Memoriam Friedrich Diez. Akten des Kolloquiums zur Wissenschaftsgeschichte der Romanisti*k. *Actes du Colloque sur l'Histoire des Etudes Romanes*. Trier, 2-4 Okt.1975. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. 419–60.

Zufferey, François. 1987. *Recherches linguistiques sur les chansonniers provençaux*, Genève: Droz. *Publications romanes et françaises*, 1769.

Zumthor, Paul. [1972] 2000. *Essai de poétique médiévale*. Paris: Éditions du Seuil. Reed. avec un *Préface* de Michel Zink et un texte inédit de Paul Zumthor. Paris: Éditions du Seuil.

Zumthor Paul. 1981. «Intertextualité et mouvance». *Littérature* 41, 1981. *Intertextualité et roman en France, au Moyen Âge*: 8–16.

Zumthor, Paul. 1984. *La poésie et la voix dans la civilisation médiévale*. Paris: Presses Universitaires de France.

49. Nomes deverbais não sufixados e nomes deverbais corradicais sufixados: condições de existência

Graça Rio-Torto

Faculdade de Letras, DLLC, Celga-Iltec, Universidade de Coimbra

O presente estudo centra-se nos nomes deverbais não sufixados, tradicionalmente conhecidos como derivados 'regressivos' (Basílio 2014, Kehdi 1998). As condições estruturais de construção destes nomes encontram-se amplamente descritas em Rodrigues 2001, 2009, 2016, nomeadamente no que diz respeito às suas correlações com os verbos que lhes servem de base, aos sufixos envolvidos e aos diferentes semantismos que os nomes carreiam.
Neste estudo, analisam-se as relações históricas, intraparadigmáticas e interparadigmáticas de (co)existência entre (i) alguns nomes deverbais não sufixados e (ii) os nomes corradicais sufixados que com eles coocorreram ou coocorrem.
O estudo organiza-se da seguinte forma: em 1. expõem-se os objetivos, o enquadramento teórico-metodogógico e as hipóteses a explorar; em 2. procede-se a um breve descrição das propriedades dos nomes deverbais não sufixados; em 3. analisa-se a relação entre a cronologia e a frequência dos nomes deverbais [±sufixados] corradicais; em 4. descrevem-se os semantismos dos nomes deverbais [±sufixados] corradicais; em 5. expendem-se as conclusões.

Palavras-chave: formação de palavras, derivação, morfologia, semântica, história da língua portuguesa.

1. Objetivos, enquadramento, hipóteses

Os nomes em análise (do tipo dos de *ajuda, apoio, ataque, confronto, consumo, debate, emprego, ensino, espera, visita, voo*) são produto de um mecanismo de formação de palavras não muito produtivo, e claramente menos representado que a sufixação. Assim, os nomes deverbais não sufixados configuram um universo numericamente muito reduzido face aos sufixados (nomeadamente em *-ção* e *-mento*) e certamente menos aberto que o dos produtos portadores destes dois sufixos, os quais são muito disponíveis para a formação de (novos) nomes deverbais (Rodrigues 2008).

O objetivo deste estudo consiste em analisar as condições de (co)existência no passado e no presente destes pares corradicais, indagando as motivações do (des)uso de alguma das formas e da maior projeção de outras, tendo em linha de conta o

semantismo de ambos os termos de cada par, os movimentos de flutuação na representatividade de alguns dos sufixos ao longo dos séculos e os processos de variação e/ou mudança semânticas registados na diacronia da língua.

O enquadramento teórico e metodológico que preside a esta reflexão assenta na premissa de que o conhecimento de um item lexical ganha em ser o mais holístico possível, pelo que a abordagem que aqui se empreende dos nomes deverbais [±sufixados] contempla as condições da sua génese e do seu uso, e bem assim as dimensões diacrónica e sincrónica que toda a unidade do léxico convoca.

O estudo do semantismo dos nomes [±sufixados] tem em conta o semantismo da base, a informação semântica do afixo, quando presente e atuante, as inflexões semânticas que o co(n)texto pode carrear e as cristalizações de sentido de que o produto pode ser portador. É à luz destas premissas que se indagam as condições de coexistência dos nomes deverbais não sufixados face a alguns nomes corradicais sufixados que com eles convive(ra)m, como *ajuste* e *ajustamento*, *amostra* e *amostragem*, *destaque* e *destacamento*, *embarque* e *embarcação*, *espera* e *esperança*, *ensino* e *ensinamento*, *enfado* e *enfadamento*, *palpite* e *palpitação*, *paga* e *pagamento*, *permuta* e *permutação*, por forma a explicar as motivações da dinâmica das mudanças.

As questões teóricas sobre variação, mudança e estrutura do léxico numa dada sincronia e ao longo de várias serão exploradas com base nos dados empíricos selecionados. Os estudos de referência encontram-se na bibliografia e deles destacam-se Joseph e Janda (2004), Hamawand (2008), Mattos e Silva (2008), Rio-Torto *et al.* (2016), Rodrigues (2001, 2008).

As hipóteses que neste trabalho se colocam para explicar a sobrevivência destes nomes não sufixados, formados à luz de um padrão pouco expressivo na língua portuguesa, como também no latim clássico e no latim tardio, convocam diferentes dimensões, que serão tidas em conta de forma complementar e interactuante.

Uma das variáveis a explorar prende-se com a cronologia dos nomes deverbais não sufixados, nomeadamente face à dos não sufixados corradicais. A questão que se coloca é a de saber até que ponto a vetustez histórica dos nomes em análise e o seu grau de enraizamento na língua influenciam o seu funcionamento.

Outra das variáveis relaciona-se com a relevância do seu sentido específico e/ou do que denotam. Em teoria, quanto mais relevante denominacionalmente, menos probabilidades o nome tem de ser erodido ou descontinuado no seu uso.

Outra variável prende-se com a frequência de uso: em tese, quanto mais usado, menos probabilidades de ser descontinuado. Mas o facto de ter baixa frequência de utilização não implica que um dado nome tenha sido desativado, pelo que se afigura complexo o efeito desta variável.

Articulando as diferentes dimensões, indaga-se em que medida o grau de enraizamento histórico, a frequência de uso e a relevância denominativa promovem uma correlação positiva entre a coexistência do nome deverbal não sufixado e o corradical sufixado.

A circunstância de o semantismo dos nomes em análise se apresentar explicitado através de traços codificados sob as formas de [+] (traço presente), [-] (traço ausente) e [±] (traço presente ou ausente) não supõe a adoção de uma visão componencial, binarista, assente em primitivos semânticos e em condições necessárias e suficientes da semântica das unidades lexicais. Trata-se tão só de um expediente codificatório que se destina a facilitar a apreensão do que diferencia, em termos de presença/ausência a semântica do uso dos nomes em estudo.

Como a semântica de matriz cognitivista e a gramática de construções largamente demonstraram, as propriedades semântico-conceptuais das unidades lexicais (radicais, afixos, produtos) são suficientemente dúcteis e porosas para servirem os esquemas construcionais selecionados pelos falantes para melhor servirem as necessidades comunicativas de cada caso. Assim, tanto quanto das suas propriedades inerentes e das do paradigma construcional à luz do qual uma unidade lexical foi formada, o sentido desta é também função das condições co(n)textuais em que é usada e dos propósitos referenciais e comunicativos que serve. Como se observará, a adoção destas premissas teórico-metodológicas virá a revelar-se de grande adequação empírica e descritiva, pois em vários casos as informações que os dicionários facultam e os semantismos que os nomes apresentam em uso real não se apresentam como inteiramente coincidentes, pelo que o sentido das unidades lexicais não pode ser alheado do que é veiculado no e pelo seu funcionamento co(n)textualizado.

2. Nomes deverbais não sufixados: breve descrição das suas propriedades

Dos 1323 nomes deverbais não sufixados elencados em Rodrigues 2001, foram selecionados aleatoriamente dez, dos quais existe o deverbal corradical sufixado: *ajuste* vs. *ajustamento*, *amostra* vs. *amostragem*, *destaque* vs *destacamento*, *embarque* vs. *embarcação*, *ensino* vs. *ensinamento*, *enfado* vs. *enfadamento*, *espera* vs. *esperança*, *paga* vs. *pagamento*, *palpite* vs. *palpitação*, *permuta* vs. *permutação*.

A formação de nomes deverbais não sufixados está sujeita a constrições fortes (cf. Rodrigues 2001, 2009 e 2016), uma vez que, entre outras variáveis, estes nomes deverbais não tomam por base verbos em *-ec-*, *-esc-*, *-ific-*, *-iz-* (documenta-se apenas uma exceção: *vocalizo*), verbos declarativos e (os) que têm como argumento uma oração completiva: os mecanismos de sufixação disponíveis neste caso envolvem os sufixos *-ção* (*afirmar*/*afirmação*, *alegar*/*alegação*) e *-mento* (*estabelecer*/*estabelecimento*).

Os nomes deverbais não sufixados denotam tipicamente eventos, processos, situações. Para além de eventos (*abraço, arranque, ataque, combate, debate, degelo, embarque, espera, roubo, tosquia, voo*), estes nomes denotam também objetos do evento (*arranca* 'pernada ou haste que se arrancou', *caça* 'o que é/foi caçado') e ainda, em função da estrutura eventiva do verbo de base, estados (*amuo*, *desemprego*, *sufoco*). Menos frequentemente denotam agentes humanos (*bufo* 'delator', de *bufar*, *pilho* 'gatuno', de *pilhar* 'roubar'), objetos/instrumentos nãos mecânicos (*abafo*, *adorno*, *agasalho*, *fisga*, *lixa*, *trincha*), locativos (*abrigo*, *arrumo(s)*, *atalho*).

3. Nomes deverbais [±sufixados] corradicais: cronologia e frequência

A observação dos dez pares corradicais em estudo (cf. Tabela 1) revela o predomínio da situação em que o deverbal não sufixado é posterior ao deverbal sufixado (sete exemplos, correspondendo a 70%). Este é o padrão mais representado, seja com os pares em apreço, seja com outros, como *confronto* (1881) vs. *confrontação* (séc. XIV), *apanha* (séc. XIX) vs. *apanhamento* (séc. XV), ambos com base em *apanhar* (séc. XIV).

Um outro padrão situa no mesmo século ambos os nomes derivados. Assim acontece com 20% dos casos aqui estudados: *ajuste* e *ajustamento*, ambos abonados

em 1813; *paga* e *pagamento*, ambos registados desde o séc. XIII. Por fim, num caso (10%), o deverbal não sufixado (*amostra*: séc. XVI) é anterior ao deverbal sufixado (*amostragem*: séc. XIX). Este tipo de situação verifica-se também, a fazer fé nas datações disponíveis, com *abafo* (séc. XVI) vs. *abafamento* (séc. XVII).

Tabela 1. Cronologia relativa dos nomes deverbais não sufixados e dos sufixados corradicais

Datação IGUAL de deverbal não sufixado e sufixado: 2 exemplos		Deverbal não sufixado ANTERIOR a deverbal sufixado.	
1813: Ajuste ; Ajustamento	XIII: Paga; Pagamento	1500 Amostra	1899 Amostragem

Deverbal não sufixado POSTERIOR a deverbal sufixado: 7 exemplos					
1899 Destaque	1813 Destacamento	1802 embarque	XVII Embarcação	1813 espera	XIII esperança
XIV ensino	XIII Ensinamento	1881 palpite	1813 palpitação		
XVII enfado	XIII enfadamento	XVII permuta	XVI permutação		

Nos dados em análise, apenas um nome é derivado em *-agem* (*amostragem*), um outro em *-nça* (*esperança*) e 5 em *-mento* (*ajustamento*, *destacamento*, *enfadamento*, *ensinamento*, *pagamento*). Neste *corpus* apenas 3 derivados (*embarcação, palpitação, permutação*) são portadores de *-ção*, contrariando a realidade da língua, na qual o sufixo *-ção* é o mais representado. Face a estes dados, o sufixo não parece ter relevância para o devir da coexistência dos pares em apreço, nomeadamente se tivermos em cona que em épocas pretéritas *-mento* perdeu representatividade (Cardeira 2005, Rio-Torto 2012, Soledad 2004), mas no *corpus* em análise tal não se verifica.

Nos casos em que o nome não sufixado é posterior ao sufixado, e que são os dominantes, importa indagar para que se construiu na língua um novo nome deverbal [-sufixado]. A formação mais recente de um nome por um processo menos icónico que o da sufixação só pode dever-se a razões funcionais, estruturais e/ou conjunturais: se o nome sufixado não estava marcado por acentuado desgaste, e em vias de ser desusado, pressupõe-se que esse nome já existente não pudesse preencher o espaço

denotativo e assumir as significações que o derivado não sufixado vem suprir. Assim, a coexistência de pares de nomes corradicais, formados por processos diferentes, destina-se em princípio a satisfazer necessidades denominativas específicas, que seriam neste caso codificadas pelo derivado não sufixado. Estes mesmos desígnios presidem por certo à formação posterior de nomes sufixados (cf. *amostra* [1500] e *amostragem* [1899]) face aos não sufixados. Quando ambas as formas coexistem na mesma época, embora possam não ter sido formadas na mesma fase histórica, devem também apresentar semantismos diferenciados ou não totalmente iguais e/ou ser usadas em condições pragmáticas diversas. Veremos se assim é com pares surgidos na mesma fase, como *ajuste* e *ajustamento* (1813) e *paga* e *pagamento* (séc. XIII).

Observemos agora a relevância dos valores de frequência dos nomes não sufixados face aos sufixados. Os valores de frequência aqui tidos em conta são os de frequências absolutas de *token* constantes da base Corlex [790], doravante sinalizadas por #, e extraídas de http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/736-lexico-multifuncional-computorizado-do-portugues-contemporaneo. Quando os dados da base CORLEX se revelam inexistentes ou insuficientes, socorremo-nos dos valores facultados pelo www.corpusdoportugues.org, doravante codificado sob a forma [CP].

Os nomes não sufixados selecionados inscrevem-se em intervalos variados de níveis de frequência de uso em português, estando assim assegurada a representatividade dos mais (*destaque* #9531) e dos menos frequentes (*paga* #24; *enfado* #7), como se observa na tabela seguinte.

[790] Conforme se explicita em http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/736-lexico-multifuncional-computorizado-do-portugues-contemporaneo, o CORLEX é um *corpus* de 16 210 438 palavras, que integra um *subcorpus* de língua escrita (15 354 243 palavras) e um *subcorpus* de língua falada (856 195 palavras), a que se encontra associado um Léxico de Frequências de 26 443 vocábulos.

Tabela 2. Frequência #Corlex e/ou do www.corpusdoportugues.org [CP] dos nomes deverbais não sufixados e dos sufixados corradicais

Nomes não sufixados com frequência #CORLEX **superior** aos sufixados: 5	*Destaque* #9531 vs. *Destacamento* #57 *Espera* #2184 vs. *Esperança* #1562 *Ensino* #1851 vs. *Ensinamento* #140 *Amostra* #407 vs. *Amostragem* #87 *Palpite* #37 vs. *Palpitação* #24
Nomes não sufixados com frequência #CORLEX **inferior** aos sufixados: 3	*Ajuste* #95 vs. *Ajustamento* #255 *Embarque* #58 vs. *Embarcação* #362 *Paga* #24 vs. *Pagamento* #1714
Nomes sufixados com frequência #CORLEX **desconhecida** e freq. CP inferior aos não sufixados: 2	*Permuta* #76 (freq. CP: 48) vs. *Permutação* #Ø (freq. CP: 2: Permutação 2; permutaçõn *Enfado* #7 (freq. CP: 200) vs. *Enfadamento*: #Ø (freq. CP: 67: só Português Europeu)

Dos nomes analisados, 5 não sufixados têm valores de frequência Corlex superiores aos sufixados, 3 têm valores inferiores, e de 2 as informações não são conclusivas. Assim, *destaque* #9531, *espera* #2184, *ensino* #1851, *amostra* #407 têm valores de uso muito superiores aos de *destacamento* #57, *esperança* #1562, *ensinamento* #140, *amostragem* #87, e todos subsistem até ao presente. *Mutatis mutandis*, os sufixados *ajustamento* #255, *embarcação* #362 e *pagamento* #1714 têm valores de uso superiores aos dos nomes não sufixados (*ajuste* #95, *embarque* #58, *paga* #24), e ainda hoje todos são denominativamente necessários.

A primeira observação a reter é a de que valores de ocorrência diferenciados não invalidam a perpetuação de ambas as formas lexicais, ainda que com taxas de uso diversas. Não acontece nos pares em análise a desativação absoluta de algum dos nomes, por mais baixa que seja a sua frequência, mas esse tipo de solução não é invulgar em várias fases de mudança da língua. No conjunto dos nomes em estudo, o nome *enfadamento* é de uso tão residual que nem aparece abonado no séc. XX no www.corpusdoportugues.org, nem nas listas de frequência CORLEX, pelo que poderá ser considerado em acentuado declínio de uso ou mesmo quase desativado.

A razão da pervivência de ambos os N — a situação mais comum — tem de estar em motivações de outra ordem que não — ou tão só — as que se prendem com a taxa de utilização, variável que, nestes casos, se revela pouco unívoca, uma vez que nomes

de muito baixa frequência não foram descontinuados, subsistindo na língua comum até ao presente.

A tabela seguinte permite observar a cronologia das abonações dos nomes deverbais não sufixados e suas frequências #Corlex.

Tabela 3. Cronologia das abonações dos nomes deverbais não sufixados e suas frequências

Séculos	Nomes deverbais não sufixados e suas frequências CORLEX
Séc. XIII	paga(N) #24
Séc. XIV	ensino(N) #1851
Séc. XV	amostra(N) #407
Séc. XVII	permuta(N) #76; enfado(N) #7
Séc. XIX	destaque(N) #9531; espera(N) #2184; ajuste(N) #95; embarque(N) #58; palpite(N) #37

Em tese, a vetustez histórica dos nomes derivados desempenha um papel não despiciendo no seu devir, mormente quando é conhecido que a relatinização operada a partir do Renascimento fez substituir alguns nomes não sufixados pelos cognatos sufixados: em francês *consultation*, *dénonciation, diffamation*, *prononciation* fizerem recuar ou desaparecer *consulte*, *dénonce*, *diffame*, *prononce* (Darmesteter 1887). Mas a relevância da vetustez histórica de uma unidade lexical está condicionada às vicissitudes históricas que a mudança e a variação da língua e de seus padrões genolexicais convocam.

Como se observa nos nomes em estudo, os deverbais não sufixados mais remotamente atestados (*paga*, *ensino*), não foram desativados ao longo dos séculos. Ou seja, o seu enraizamento de longa data como que serve de garante da sua longevidade, não obstante as contingências históricas que podem ter rodeado o seu percurso: recorde-se que *paga* e *pagamento* coexistem desde o séc. XIII, pelo que a concorrência entre ambos, a ter existido, não determinou a anulação de um deles; e que *ensino* (séc. XIV) é algo posterior a *ensinamento*, documentado no séc. XIII.

De resto, também na passagem da primeira para a segunda fase do português arcaico se verifica fenómeno inverso, em que vários derivados deverbais sufixados (*começamento*, *fallamento*, *rrecompensamento*) foram substituídos por nomes corradicais não sufixados (*começo*, *fala*, *recompensa*), pelo que a vetustez histórica de

uma dada unidade lexical tem de ser intercruzada com outras variáveis para que o seu atual funcionamento seja explicado em rede com os cognatos que que ela coexistem. Como tal, a correlação entre vetustez histórica e subsistência até ao presente não só não se aplica a muitos dos nomes mais recuados no tempo, como também não funciona, de forma linear, com muitos dos nomes que surgiram na língua mais recentemente, nomeadamente nos sécs. XVIII e XIX (cf. tabela seguinte), época de grande florescimento de nomes deverbais não sufixados (Rio-Torto, no prelo).

Como os dados evidenciam, a cronologia da emergência de um dado nome deverbal não sufixado pode permitir leituras de sentido dúplice, não tendo portanto, por si só, capacidade explicativa.

Tabela 4. Distribuição por séculos de 58 N deverbais não sufixados (Rio-Torto,no prelo)

Séculos	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Nº de N deverbais [-sufixados]	3	3	7	10	6	4	24	1

Não obstante os dados evidenciarem que o séc. XIX foi de todos o que mais nomes não sufixados viu surgir (cf. Tabelas 3 e 4), a verdade é que há nomes deste tipo atestados deste o século XIII, e alguns são marcados, desde a Idade Média, por taxas de uso muito elevadas (cf. *ensino*).

A correlação entre a cronologia dos nomes não sufixados e os seus valores de frequência CORLEX também não permite extrair ilações expressivas, pois há nomes abonados desde muito cedo com valores de frequência muito díspares, e o mesmo se passa com alguns apenas surgidos no séc. XIX (cf. *destaque* #9531 vs. *palpite* #37).

O certo é que, ao contrário do que aconteceu com outros derivados, que foram desativados (*contradizimento, departimento, desfazimento, desnaturamento, empeecimento, encedimento, exalçamento*), nos casos em apreço a um maior grau de enraizamento histórico corresponde, com escassas exceções, uma perenidade até ao presente que se sobrepõe a valores residuais de frequência de uso e até a áreas referenciais nada comuns.

Teremos então de procurar outras razões para explicar a coexistência, através dos tempos, de pares corradicais como estes. Tal como a emergência de um novo item, cognato de um outro já disponível, a subsistência na língua de pares deste tipo ao longo

dos séculos escora-se em motivações funcionais, nomeadamente no facto de os nomes terem funcionalidades denominativas bem determinadas, até então não satisfeitas, e que o surgimento, mesmo que tardio, dos nomes deverbais não sufixados, vem colmatar.

4. Nomes deverbais [±sufixados] corradicais: semantismos

Analisam-se os sentidos dos nomes deverbais não sufixados face aos sufixados, em três circunstâncias temporais: quando as primeiras abonações são contemporâneas (4.1.); quando o nome não sufixado é anterior ao nome sufixado (4.2.); quando o nome não sufixado é posterior ao nome sufixado (4.3.).

4.1 Nome não sufixado contemporâneo de nome sufixado

– ***Ajuste* e *ajustamento***

De acordo com as informações dos dicionários, o semantismo de *ajuste* e de *ajustamento* é muito idêntico:

(1) Ajuste ‘Ato de ajustar. Contrato. Combinação. Liquidação (de contas).’

(2) Ajustamento ‘Ajuste’

Quer *ajuste*, quer *ajustamento*, ambos abonados desde 1813, apresentam um semantismo comum de [+processo e/ou resultado]; todavia, de acordo com os dados do www.corpusdoportugues.org (doravante ocorrências CP), o nome *ajuste* (ocorrências CP: 433) encontra-se muito mais documentado no português brasileiro (proporção de 0,50 por milhão) que no português europeu (proporção de 0,10 por milhão); também *ajustamento* (ocorrências CP: 119) está mais abonado no português brasileiro (CP: 4,88 por milhão) que no português europeu (CP: 3,43 por milhão).

Os dados contextualizados extraídos do www.corpusdoportugues.org corroboram que *ajuste* e *ajustamento* se usam de forma equivalente, em cotextos idênticos, como se observa nos exemplos seguintes (itálicos nossos):

(3) a. «Um dos pilares do Plano Real, quando ele foi lançado, era o *ajuste das contas* públicas. Por que não houve esse ajuste …» (1900Or:Br:Intrv:Pov)

b. «uma artimanha que permitia ao BB ser co-responsável pela emissão de moeda através do *ajustamento das contas* das autoridades monetárias e do tesouro» (1900Ac:Br:Enc)

(4) a. «medidas diretas ou através de modelos, que devem ser considerados no *processo de ajustamento* (Seeber, 1993)» (1900Ac:Br:Lac:Thes)

b. «a esses ajustes nos Estados e municípios? Malan - A continuidade do *processo de ajuste*, que sei que é difícil. Admiro a coragem e determinação com que …» (1900Or:Br:Intrv:ISP)

A mencionada equivalência é ilustrada através da retoma anafórica de *ajuste* pelo nome *ajustamento* no exemplo seguinte (itálicos nossos):

(5) «os *ajustes* ocorrem de maneira parcial até atingirem um preço-meta. Este tipo de *ajustamento* se dá devido à característica de descentralização das transações [….]» (1900Ac:Br:Lac:Thes)

Em ambas as variantes nacionais do português (PB e PE) os dois nomes podem denotar processo e/ou resultado, concebido como fase final e consequente de um processo (cf. exemplos seguintes, com itálicos nossos).

(6) a. «Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de *ajustamento* de sua conduta às exigências legais […]» (19Ac:Br:Enc)

b. «[…] 59 minutos e 60 segundos do dia 30 de Junho de 1992. O *ajustamento* foi efectuado pelo Serviço Internacional da Rotação da Terra, em Paris, que controla […]» (19Ac:Pt:Enc)

(7) a. «uma enorme desaceleração do crescimento. Subidas como esta, que visam exclusivamente fazer um *ajuste* para defender a posição de reservas, não vão provocar… » (19Or:Br:Intrv:ISP)

b. «[…] deverá ser conhecido em Outubro, uma vez que até lá será necessário proceder ao *ajuste* final das minutas dos contratos […]» (19N:Pt:Expr)

No PE, a denominação do processo faz-se essencialmente através do nome sufixado *ajustamento*. Já *ajuste* ocorre dominantemente em combinatórias fixas, dos domínios jurídico, comercial ou transacional, como *ajuste final, ajuste direto, ajuste diferenciado*, *ajuste de contas*. Mas no PB também *ajuste* ocorre em combinatória fixas, como em 'ajuste de contas' (cf. 8), o mesmo acontecendo também com *ajustamento* (PB: «Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta»).

(8) «Um dos pilares do Plano Real, quando ele foi lançado, era o ajuste das contas públicas. Por que não houve esse ajuste? » (19Or:Br:Intrv:Pov)

Na tabela seguinte explicitam-se os valores das ocorrências extraídas dos corpora CETEMPÚBLICO 1.7 v. 7.7 (cf. http://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus = CETEMPUBLICO), representativo da imprensa portuguesa, e do Projeto AC/DC, *corpus* NILC/São Carlos v. 11.4 (cf. http://www.linguateca.pt/ACDC/), representativo da imprensa brasileira. A sombreado cinzento encontram-se os dados mais díspares e expressivos.

Tabela 5. Ocorrências de *ajuste* e *ajustamento* em unidades multilexicais iguais no PB e no PE

Nome deverbal não sufixado	Bases de dados nº ocorrências		Nome deverbal sufixado	Bases de dados nº ocorrências	
Ajuste	Cetem Público	NILC/São Carlos	ajustamento	Cetem Público	NILC/ São Carlos
ajuste estrutural	8	1	ajustamento estrutural	112	Ø
ajuste fiscal	8	340	ajustamento fiscal	5	3
ajuste da economia	1	6	ajustamento da economia	6	3
ajuste das contas públicas	Ø	11	ajustamento das contas públicas	1	Ø
ajuste do setor público	Ø	Ø	ajustamento do sector público	Ø	Ø
ajuste do Estado	Ø	3	ajustamento do Estado	Ø	1

Com exceção de *ajuste estrutural*, e dos casos em que os valores registados são ínfimos, nos demais casos os valores de *ajuste* são claramente mais expressivos no PB (340 vs. 8, em *ajuste fiscal*) que no PE. Ao invés, no tocante a *ajustamento* e, especificamente no caso de *ajustamento estrutural*, os valores do PE são notoriamente mais numerosos (112 vs. Ø) que os do PB, pelo que neste caso o nome sufixado tem mais uso no PE que no PB.

Uma breve sondagem (1º semestre de 2016-2017) junto de três dezenas de alunos brasileiros de Humanidades da Universidade de Coimbra revelou que o nome deverbal por todos usado é *ajuste*, no seguinte contexto: «a tese não está ainda concluída, pois ainda se torna necessário melhorar dois capítulos: trata-se de fazer pequenos ajustes...». Uma amostragem homóloga junto de três dezenas de alunos portugueses de Humanidades da Universidade de Coimbra (1º semestre de 2016-2017) revelou que o nome deverbal por estes usado, no mesmo contexto, é *ajustamento.* Face a estes dados, parece existir uma tendencial distribuição disjunta destes dois nomes, neste contexto, no que às variedades brasileira e europeia do português diz respeito.

– ***Paga* e *pagamento***

Em relação aos nomes *paga* e *pagamento*, ambos registados desde o séc. XIII, as descrições dos dicionários e os semantismos que estes apresentam em uso real não se apresentam como inteiramente coincidentes.

De acordo com as informações do *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, https://www.priberam.pt/dlpo/pagamento [consultado em 06-01-2017], ambos os nomes possuem sentidos coincidentes:

(9) *paga* '1. Acto ou efeito de pagar. 2. Recompensa. 3. Retribuição. 4. Remuneração.'

(10) *pagamento* ' 1. Acto ou efeito de pagar. 2. Valor pago ou recebido por um bem ou serviço. = remuneração 3. Quantia a pagar. 4. Aquilo que é pago ou recebido'

Como veremos, através dos dados empíricos extraídos dos diferentes tipos de *corpora* textuais de www.corpusdoportugues.org, a observação do funcionamento contextualizado de cada nome evidencia que *paga* e *pagamento* apresentam sentidos parcialmente diferenciados: a *paga* pode traduzir-se por retribuição de vária ordem (perceção social, psicológica, moral, atitude(s)), o mais das vezes não tangível, mas também pode traduzir-se, embora menos representada, por retribuição de ordem monetária ou outra; *pagamento* tem valor eventivo e/ou resultativo de 'valor [prototipicamente em dinheiro] pago ou recebido por um bem ou serviço; remuneração'.

Os valores de frequência CORLEX de ambos os nomes são muito díspares, pois *paga* apresenta # 24 e *pagamento* # 1714. Os números das abonações nos corpora extraídos do www.linguateca.pt são expressivos (cf. tabela abaixo), pois quer no PB quer no PE os valores de *paga* são residuais (CP: 0,70 por milhão no PB e CP. 1,08 por milhão no PE) face aos de *pagamento* (CP: 117,53 por milhão no PB e CP: 46,79 por milhão no PE).

Tabela 6. Ocorrências de *paga* e *pagamento* em bases de dados do PB e do PE

Bases de dados / Nomes deverbais	CetemPúblico 1.7 v. 7.7	NILC/São Carlos v. 11.4
O pagamento	5607 ocorrências	1557 ocorrências
A paga	26 ocorrências	7 ocorrências

Em conformidade com a discrepância numérica entre as abonações de *paga* e as de *pagamento* está o facto de *paga* ser um deverbal não sufixado e essencialmente usado com um valor semântico de 'retribuição, recompensa' (cf. 11-21), ao passo que *pagamento* tem valor eventivo e/ou resultativo de 'valor [prototipicamente em dinheiro] pago ou recebido por um bem ou serviço; remuneração' (cf. 22-23). Assim sendo, *paga* pode traduzir-se por retribuição de vária ordem (perce(p)ção social, psicológica, moral, atitude(s)), frequentemente intangível (11-13), mas também pode ser, mais raramente, de ordem monetária (14-16) ou outra (17-21), como drogas, eletrodomésticos, promoção, despedimento. Talvez por assim ser o nome *paga* poderia ser substituído, em alguns contextos (cf. 14-16), pelo menos no PE, por *pagamento* (sendo que o contrário não se documenta), uma vez que este nome envolve, quando não usado em registo figural, transferência/recepção de bens tangíveis. Não foram encontradas situações em que *paga* tenha uma leitura eventiva.

(11) «Mudando de pensamento, esqueciam de todo, e o riso da mãe era a paga de ambos». (*Corpus* NILC/São Carlos: *par=117576*)

(12) «Podia ser a paga da simpatia; o beneficiado foi mais longe, achou que era o preço do silêncio, e ninguém soube de nada» (*Corpus* NILC/São Carlos: *par=117511*)

(13) «O elogio a Maturana é também a paga de uma grande amizade, de um técnico que um dia lhe chamou «o futebolista ideal», porque tem corpo (82 quilos), centímetros (185) e habilidade para dar e vender» (CETEMPúblico: *par=ext1367161-des-94a-1*)

(14) «Ao menos pode contar com 65 contos limpos por mês, a paga por oito horas de trabalho diário» (CETEMPúblico: *par=ext1058892-soc-92b-1*)

(15) «Homem prático […] habituado a transformar a madeira e a receber a paga pelo seu trabalho de fazer portas e janelas, Leite de Magalhães só ontem à tarde teve a certeza de que iria receber metade do «jackpot».(CETEMPúblico: *par=ext255519-soc-96a-2*)

(16) «Tão reduzida era a paga que precisava de acumular três empregos para juntar 60 contos […]» (CETEMPúblico: *par=ext529744-nd-94a-3*)

(17) «Enquanto, acompanhada do amante […], a mulher voltava para casa, ficando a aguardar o anúncio da morte do marido, o «matador» partia para Évora com a paga que julgava ser de ouro puro». (CETEMPúblico: *par=ext182629-soc-92a-1*)

(18) «No domingo a polícia foi a sua casa e descobriu diversas quantidades de drogas, electrodomésticos e um saco com 50 quilogramas de correspondência: a paga do tempo que trabalhou a mais» (CETEMPúblico: *par=ext556529-soc-91b-3*)

(19) «Demos os melhores anos da nossa vida à América, e a paga é o despedimento» (CETEMPúblico: *par=ext802868-nd-91a-1*)

(20) «Agora, a paga é pancada» (CETEMPúblico: *par=ext1432497-soc-93a-2*)

(21) «NC […] referiu que a promoção de DB «é a paga pela obtenção da paz em Angola». (CETEMPúblico: *par=ext1535190-pol-92b-2*)

Pagamento implica, quando não usado em linguagem/contexto figural, transferência/recepção de bens tangíveis. De resto, *pagamento* pode denotar (i) processo (*o pagamento da dívida aos credores durou uma década*), (ii) resultado, encarado como fase consequente de um processo (*o pagamento dos salários satisfez*

os grevistas), e (iii) entidade ou individual resultante de um processo (*o pagamento vai a caminho, pelo que deve chegar pelas 15h; junto se envia o pagamento em espécie, conforme o acordado*). O sentido de processo e o de entidade documentam-se de seguida:

(22) «primeira instituição pública do Estado a obter deságios superiores a 20% e a iniciar o pagamento de precatórios trabalhistas. Estado - Mas investir em obras físicas não era uma prioridade» (1900:Br:Intrv:ISP)

(23) «com ares de dono e manda o capataz reunir todos os trabalhadores pra receber o pagamento. Acerta tudo e depois entra na casa para se refrescar e tomar uma merenda» (1900:Fic:Br:Cavalcante:Inimigos)

4.2 Nome não sufixado anterior ao nome sufixado

Nos materiais em análise, apenas em um caso o nome sufixado (*amostragem*) é posterior (abonação de 1899) ao [-sufixado] (*amostra*), que está documentado desde 1500. No século XV regista-se o deverbal *mostrança*.

Neste par há uma diferenciação semântica entre os nomes, que se traduz pelo valor não eventivo de *amostra* ([-processo; +entidade]) face ao eventivo de *amostragem* ([+processo e/ou resultado; ±entidade]). Ademais, *amostra* tem um valor de 'entidade tangível' («a *amostra* foi enviada por correio urgente») que *amostragem* só de forma algo forçada admite (cf. a amostragem [a entidade resultante de um processo de amostragem] é muito pesada/volumosa [?]), estando ausente no seu sentido literal. A observação do semantismo destes nomes em cotextos de uso reais ilustra uma realidade algo diversa da que os dicionários apresentam, e que sumariamente se expõe.

As descrições de ambos os nomes são as seguintes no *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, https://www.priberam.pt/DLPO/amostrar [consultado em 26-04-2017]):

(24) **amostra** '*1*. Acto ou efeito de amostrar. 2. Sinal. 3. Modelo. 4. Pequena quantidade de um produto que serve para apreciar a qualidade do todo. = Amostragem 5. Fracção representativa de uma população ou de um universo

estatístico. 6. [Pesca] Engodo artificial, geralmente com a forma de um peixe, ornado com anzóis ou fateixas, usado na pesca de peixes predadores (ex.: *amostra de vinil*). 7. [Figurado] Resumo, exemplo.' Vs.

(25) **amostragem**. '1. Acto ou efeito de amostrar. 2. Extracção de uma pequena quantidade de um produto a fim de fazer a sua análise. = amostra'

A observação do semantismo de cada nome em contexto revela que *amostragem* funciona essencialmente como nome de processo e/ou de resultado, e raramente como denominação de entidade (*a *amostragem* é muito colorida vs. a *amostra* é muito pesada/volumosa/colorida), e que *amostra* denota fundamentalmente uma entidade (a *amostra* segue por correio físico), sendo escassa ou muito residual a sua codificação de um processo. O exemplo seguinte (itálicos nossos) ilustra esta realidade, em que *amostragem* denota processo e *amostra* uma entidade.

(26) «A margem de erro decorrente de esse processo de *amostragem* é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. A *amostra* utilizada por o Datafolha em a pesquisa publicada hoje não permite a análise de resultados por Estado. Só é possível analisar regiões do país» (1900: Br: Folha 4976. 1994)

Os exemplos seguintes corroboram o semantismo de processo (27 a, b) e/ou de resultado (27 c, d) de *amostragem* (itálicos nossos):

(27) a. «espaço para o contra-ataque grego, numa fase de alguma rispidez que acabou com a *amostragem* do primeiro cartão amarelo a Nicolaidis, desde o início 'picado' com Sérgio» (19N:Pt:Jornal)

b. «mas não toquei no jogador do Guimaraes. Por isso, não compreendo a *amostragem* do segundo cartão amarelo» (19N:Pt:Jornal)

c. processo/res. «Acho que essas grandes mostras não funcionam para quem gosta realmente de arte. A *amostragem* de cada artista é pequena. O corte é horizontal, em vez de ser …. »(19N:Br:Folha)

d. «foram pesquisadas entre os meses de abril e julho do ano passado. A *amostragem* revelou que 55% dos funcionários admitem não possuir conhecimentos suficientes dos produtos oferecidos » (19N:Br:Recf)

O semantismo de entidade de *amostra* é o mais generalizado, como se documenta nos exemplos seguintes (itálicos nossos):

(28) a. «Eles já trarão a primeira *amostra* para testes de transponders produzidos no mundo com tecnologia da Embrapa. Serão mil exemplares (19Or:Br:Intrv:Web)

b. «abriu a sua bolsa e vasculhou. Procurava uma loção para as mãos, uma *amostra* grátis que ganhara nas Galerias Lafayette» (19:Fic:Br:Amaral:Amigos)

c. «O médico que a atendeu enviou uma *amostra* de sangue para o Instituto Adolfo Lutz» (19N:Br:Folha)

d. «É retirada uma *amostra* de tecido que é analisada sob o microscópio» (19Ac:Br:Enc)

e. «Durante a mudança de estado, a temperatura da *amostra* não tem necessariamente que subir» (19Ac:Br:Enc)

f. «Esta média baseia-se em *amostra* de dez linhas entre as pesquisadas por o Datafolha» (19N:Br:Folha)

g. «De acordo com esse estudo, realizado por médicos […] em uma *amostra* de 1.696 pessoas supervisionadas durante vinte anos, os fumantes têm um índice de mortalidade» (19N:Br:Recf)

h. «Uma boa *amostra* é o conjunto de Chitchen-Itza, formado há 1400 anos (hoje só restam ruínas…» (19Ac:Br:Enc)

i. «Uma *amostra* de escultura carolíngia pode ser dada por uma peça eqüestre de bronze » (19Ac:Br:Enc)

Nos exemplos seguintes, ambos do PB, *amostragem* (itálicos nossos) pode ser substituído por *amostra*, podendo, portanto, nestes casos, ser considerados equivalentes.

(29) a. «eles - como estudiosos não estão preocupados - em colher uma *amostragem* por exemplo - eles não estão preocupados …. » (19Or:Br:LF:Recf)

b. «definitivamente lingüística. Formas básicas seguras para os morfemas são adquiridas/inferidas a partir de uma *amostragem* representativa de como estes se realizam em diferentes contextos fonéticos. Os falantes, entretanto …» (19Ac:Br:Lac:Thes)

O caso inverso verifica-se no exemplo seguinte, em que *amostra* (itálico nosso) poderia ser substituído por *amostragem*, sem que o valor de entidade se perdesse.

(30) «O custo total da mão-de-obra no setor químico, na *amostra* de 46 empresas representativas, passou de US$ 15,11 por hora no primeiro semestre …..» (19N:Br:Cur)

Estas considerações não põem em causa os valores mais gerais e prototípicos de uso de *amostra* e de *amostragem*, pois ambos os nomes podem denotar, seja de forma literal, ou figural/metonímica, 'entidade ou individual resultante de um processo'. Por isso por vezes são intersubstituíveis.

As grandes tendências apontam, todavia, no sentido de uma optimização do sistema, segundo a qual quando se pretende denotar o processo e/ou o seu resultado se opta por *amostragem*, e quando se pretende denotar a entidade tangível resultante do processo se opta por *amostra*.

4.3 Nome não sufixado posterior ao nome sufixado

Na grande maioria dos nomes analisados, o surgimento de um nome não sufixado (i) corradical de um sufixado, (ii) que é mais recente na história da língua que este, e (iii) na maior parte das vezes com uma frequência de uso superior à do nome sufixado, deve-se a necessidades de denominação que o nome sufixado não consegue cumprir.

Também não será alheia a esta pujança de nomes deverbais não sufixados no séc. XIX a circunstância de os nomes em *-mento* (*ensinamento, enfadamento,*

destacamento) e em *-nça* (*esperança*) terem sido afetados pelo desgaste e cristalização que muitos outros sofreram e, passando a ser marcados por traços de especialização sémica, terem aberto espaço ao surgimento de novas denominações corradicais.

– ***Enfadamento* e *enfado***

Enfadamento é um nome arcaico, de baixíssima frequência (não ocorre na lista de frequências CORLEX) e de sentido eventivo; *enfado*, além de mais moderno, pode acumular os sentidos de 'resultado, estado'.

Enfadamento ocorre dominantemente no português europeu, estando abonado desde o séc. XIII até ao XIX, e nem se encontra presente na base de frequências CORLEX. *Enfado* apresenta frequência CORLEX #7.

No www.corpusdoportugues.org, os valores de frequência de *enfado* e de *enfadamento* são díspares: *enfado* (freq. CP 200) e *enfadamento* (freq. CP 67). O nome não sufixado encontra-se abonado a partir do séc. XVII.

De acordo com as informações dos dicionários, os nomes parecem ter sentidos idênticos, sendo ambos marcados pelo traço [+estado, resultado, sentimento, atitude].

(31) *enfado* '1. Sentimento desagradável proveniente de desgosto ou contrariedade. = agastamento, irritação 2. Sentimento de falta de entusiasmo. = aborrecimento, fastio, tédio'

(32) *enfadamento* 'Enfado.'

Em todo o caso, a análise dos dados empíricos revela um realidade um pouco diversa, sobretudo a relativa ao semantismo de *enfadamento*, nome usado por renomados autores, como D. Duarte, mas também Camões, João de Barros, Gil Vicente, Garcia de Resende, D. Francisco Manuel de Melo, P. António Vieira, Machado de Assis.

Enfadamento denota um estado de espírito e/ou psicossomático disfórico (cf. 33-38), mas também pode denotar 'desconforto, incomodidade, maçada' (39) ou até uma sensação menos desagradável (40):

(33) «Aleguei uma febrezinha, e, para explicar o enfadamento que eu não podia vencer, disse que ainda me doía a cabeça» (18: Machado: Capitão)

(34) «primeira parte buscar tal cousa que me dê aazo pera filhar prazer, ca tal enfadamento vem com desprazer, e porende convem curallo per seu contrairo.» (cf. 14: DDuarte: Leal Conselheiro)

(35) «ao diabo que o eu dou que tam mau é d'aturar. Oh Jesu que enfadamento e que raiva e que tormento que cegueira e que canseira eu hei de buscar» (Gil Vicente)

(36) «as moléstias desse lugar, que na ocasião presente considero maiores pelo enfadamento e soidade que pelo trabalho dos negócios»; (16: Vieira: Cartas)

(37) «Não era nestas cachoeiras menor enfadamento o carregar e descarregar as canoas tantas vezes quantas elas eram»; (16: Vieira: Cartas)

(38) «dos ueados et as outras marauillas que sería grã deteëça de as cõtar todas et enfadamento de as oýr» (13: CronTroyana)

(39) «na despesa de o comprar; no risco do official obrar bem; no enfadamento de vestir, & despir tantas miudezas; na molestia com que se aperta ….» (17: Macedo: EvaAve)

(40) «redargüiu Capitu, desfazendo as tranças. Ora, mamãe! E com um enfadamento gracioso e voluntário que às vezes tinha, pegou do pente e alisou os cabelos» (18: Machado: Casmurro)

Como o atestam os valores de frequência disponíveis, *enfado* é presentemente, no Brasil e em Portugal, o nome mais usado e representado, talvez pelo facto de o corradical sufixado ser percepcionado como algo arcaico. O seu semantismo de ‘sentimento desagradável de agastamento, de falta de entusiasmo, de aborrecimento, fastio, tédio, proveniente de desgosto ou contrariedade’, é o dominante.

– ***Destaque* e *destacamento***

Os sentidos prototípicos de *destaque* e o de *destacamento* raramente se sobrepõem ou se cruzam, no presente, sobretudo no PB. *Destaque* possui um sentido de [+estado/+processo] e *destacamento* acumula o de [+processo] (mais no PE que no PB) com o de [+entidade], claramente o dominante no PB.

O sentido de *destaque* 'qualidade ou estado do que sobressai' (https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/destaque) ênfase, saliência, realce: posição, figura', é o que ocorre em «lugar de destaque, pôr/estar em destaque, dar destaque». A leitura eventiva é possível, como se observa pela compatibilidade de *destaque* com construções temporais do tipo de «por/durante x tempo»: «o *destaque* durante várias semanas dado pela imprensa ao incidente fez com que este não fosse esquecido»;

O sentido mais antigo de *destacamento* é o de 'instituição': assim ocorre em Gusmão:Cartas, séc. XVIII («passem àquela vila trinta soldados infantes com os oficiais necessários e um destacamento de dezoito soldados de cavalo com um oficial»).

Em todos os exemplos do PB, *destacamento* denota uma instituição/organização, a maior parte militar, policial, de forças de segurança (destacamento de soldados, destacamento de polícia, destacamento de uma ordem de cavalaria monástico-guerreira, Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna), mas também de caçadores (destacamento de caçadores 19:Fic:Pt:Mário), de provocadores («Houve só um pequeno recontro entre as nossas tropas e um destacamento de provocadores daghis. Já estamos habituados e sabemos como responder a esses maníacos …. » 19:Fic:Pt:Aguiar:Homem). Este sentido também ocorre no PE: (i) destacamento de Trânsito do distrito x/destacamento da Brigada de Trânsito, e (ii) destacamento escolar («Os professores nomeados para o destacamento da Delegação Escolar da Mêda, para o ano de 97/98 são ….» 19N:Pt:Beira).

No PE, *destacamento* funciona também como nome de evento, equivalendo a 'transferência, deslocação':

(41) a. «Câmara Municipal, que cedeu as instalações, e Ministério da Educação, com o destacamento de uma educadora de infância e do Centro Regional de Segurança Social» (19N:Pt:Beira);

b. «Em causa está a não renovação do destacamento da professora Isabel Domingues. Desta dependia o contacto dos alunos com os computadores.» (19N:Pt:Leira);

c. «estes podiam substituir Isabel Domingues na dinamização da actividade, uma vez que o seu destacamento, concedido por quatro anos, já tinha permitido criar a base necessária à consolidação ….» (19N:Pt:Leira).

Com sentido eventivo/de processo *destacamento* ocorre no PE em várias áreas do conhecimento, equivalendo não apenas a 'deslocação, deslocamento' (cf. 41), mas também a:

(42) «Processo de assentamento de cerâmica de revestimento, o destacamento é problema que ocorre devido à dilatação ou retração do contrapiso e pela falta de junta ou outros fatores distintos. Dá-se pelo descolamento da peça cerâmica da superfície base, em consequência das pressões, ou trações, geradas pela expansão, ou retração, das peças cerâmicas adjacentes, normalmente por variação térmica.» (Destacamento – Wikipédia, a enciclopédia livre).

A situação de *destacamento* pode configurar um estado («Sucede que não o fez, mesmo sabendo que o destacamento representa sempre uma situação de instabilidade» (19N:Pt:Leira)): é um sentido estativo o que ocorre em «regime de comissão de serviço, requisição ou destacamento, sempre por períodos anuais, sucessivamente renováveis» (19N:Pt:Público).

– ***Ensino* e *ensinamento***

Os nomes *ensino* e *ensinamento* estão documentados desde os séculos XIV e XIII, respetivamente, mas gozam no PE de valores de frequência muito díspares: *ensino* #1851 vs. *ensinamento* #140.

Ensinamento apresenta, além do sentido de ([+processo/sistema]), o de entidade ([+resultado/entidade epistémica]) que *ensino* ([+processo/sistema]) não recobre. Os

sentidos disponibilizados pelos dicionários denotam alguma sobreposição, mas apontam também para uma especialização semântica e de uso que os dados empíricos corroboram.

(43) **ensino** '1. Acto ou efeito de ensinar. 2. Instrução. 3. Indicação. 4. Encaminhamento. 5. Castigo, Reprimenda. 6. Educação.'

(44) **ensinamento** '1. Acto ou efeito de ensinar. = ensinação, ensino; 2. Aquilo que é ensinado ou recomendado. 3. Preceito, doutrina. 4. Exemplo, lição retirada de algo.'

O nome sufixado, *ensinamento*, o mais antigo (séc. XIII), é claramente menos frequente (frequência CORLEX # 140) que *ensino* (Frequência CORLEX #1851), documentado desde o séc. XIV.

O sentido de *ensinamento* pode ser equivalente ao de 'ensino/sistema de ensino', como se observa em (45-47), mas o valor mais atual comum e cristalizado parece ser o de 'lição' (48-49).

(45) «na Índia), sob uma árvore bo, ou bodhi. Iniciou o seu ensinamento em Varanasi, e fundou a sanga, ou comunidade de monges.» (19Ac:Pt:Enc)

(46) « ....religion que em elle era; e outrossy muy claro e muy limpo per o ensinamento dos muitos concelhos e ajuntamëtos dos bispos e religiosos, confortado per nome de paz»(13:CIPM:CGEsp)

(47) «ca te nom compre muyto fallar. Per este exemplo este poeta nos da ensinamento que nos guardemos de dizer palauras enjuriosas a nhûa persoa» (14:Esopo:Livro)

(48) «Nós vivemos em uma internet, que é uma rede interligada, isso é o ensinamento básico, somos interligados e interconectados, queiramos ou não» (19Or:Br:Intrv:Web)

(49) «dá impressão que têm receio de tratar o assunto em termos de ensinamento histórico. E é negativo porque foi, 25 de Abril foi uma viragem» (19Or:Pt:Intrv:Web)

O semantismo de *ensino* encontra-se desde sempre associado tanto ao processo quanto ao sistema de ensinar, mas não se abonam exemplos de semantismo de entidade (in)tangível (*os ensinos que recebemos/demos vs. os ensinamentos que recebemos/demos); o valor semântico de *ensinamento* oscila entre o de evento ou o de resultado, concebido como fase final e consequente de um processo (o que não parece acontecer com *ensino*: *este *ensino* resultou muito bem), e o de entidade ('lição') resultante de um processo. Recorde-se que, no português mais antigo, a par com estes dois nomes coexiste o de *ensinança* (cf. Rio-Torto 2012), com semantismo por vezes equivalente ao valor eventivo de *ensin(ament)o*, e cujo uso passou a residual após o século XVII[791].

– ***Embarque* e *embarcação***

Embarcação, nome de entidade, tem um valor semicamente muito diferenciado do de *embarque*, estritamente eventivo, pelo que este nome era imprescindível para denotar o processo que *embarcação* não recobre. O nome *embarque* denota um processo e/ou o seu resultado. São estes os valores claramente mais representados (cf. cartão/taxa/tarifa/data de embarque), e os únicos documentados nos 223 excertos textuais analisados, em que o nome é compatível com expressões adverbiais de duração ('durante x tempo'), de localização temporal ('no dia x; às x horas'), e de medida de tempo ('em x minuto(s)'). Regista-se frequentemente a associação do nome a denominações locativas (porta/sala/área/plataforma de embarque), facto que talvez explique a confusão com um sentido estritamente locativo, de [+entidade tangível],

[791] Sobre as vicissitudes deste sufixo, afirma Rio-Torto 2012: 309: «*-nça* sempre foi um sufixo singular, sendo aquele que se apresenta mais monotónico em termos de representatividade a partir do século XVI. No século XIV dominava ligeiramente, sob o ponto de vista numérico, sobre os demais. O século XV foi o seu momento de apogeu, mas mesmo assim regista uma taxa de ocorrência inferior à de *-ção* ou à de *-mento*. A este período áureo, a que não é alheia a prosa doutrinária, eloquente e as traduções de Avis, sucede um progressivo declínio: do século XV para XVI as ocorrências do sufixo sofreram uma quebra significativa, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, pois passou a ser o sufixo menos representado dos três.»

que não encontramos documentado (cf. *o embarque de 4 metros quadrados é insuficiente para o volume de passageiros; */?o embarque tem dimensões reduzidas).

Já *embarcação* denota, em todos os contextos analisados, uma entidade, um objeto (‘barco; navio’). Em circunstância alguma foi abonado um sentido de processo ou de resultado.

Os dois nomes possuem, pois, sentidos que não se recobrem nem se intersetam, sendo um marcado pelos traços [+entidade; -evento] e outro pelos traços [+evento e/ou resultado deste].

– ***Palpite* e *palpitação***

Palpitação apresenta um sentido específico de processo físico, pelo que *palpite* vem ocupar outra área de semantismo de processo epistémico que o nome sufixado não serve.

De acordo com os dicionários, além do sentido abstrato comum, traduzido por ‘acto ou efeito de palpitar’, os dois nomes têm sentidos e usos diferenciados, que as bases de dados corroboram:

(50) **palpite** ‘1. Acto ou efeito de palpitar. = palpitação 2. [Figurado] Conhecimento intuitivo. = intuição, pressentimento, suposição 3. Opinião, sugestão.’

(51) **palpitação**, do ‘latim *palpitatio, -onis*) 1. Acto ou efeito de palpitar. = palpite 2. [Fisiologia] Movimento natural do coração e artérias no corpo do animal. 3. [Medicina] Movimento interior, involuntário e trémulo de algumas partes do corpo.’

Com efeito, nos 37 casos disponíveis em www.corpusdoportugues.org, o nome *palpitação* (Corlex #24) está associado a movimento, o mais das vezes involuntário, de partes do corpo (palpitação do coração, dos seios, dos torsos, dos ventres e das ancas, de asas), mas também de ‘entidades’ cujo funcionamento envolve movimento (*palpitação* da vela da alcova, *palpitação* dos estandartes, *palpitação* das rodas, *palpitação* dos sons, *palpitação* das estrelas) ou, figurativamente, de sentimentos (uma sincera *palpitação* humana de solidariedade e de amor). Em circunstância alguma,

nestes cotextos, o nome *palpitação* poderia ser substituído por *palpite*. Nos 115 cotextos disponíveis em www.corpusdoportugues.org de *palpite* (Corlex #37) este ocorre o mais das vezes na construção 'DAR/TER palpite', ou 'lançar, arriscar um palpite', em que o nome denota 'suposição, intuição, hipótese, pressentimento'. Estamos, portanto, perante nomes de realidades diferentes, ambas contáveis, mas uma (*palpitação*) do domínio do tangível, outra (*palpite*) da esfera do intangível, do epistémico («embora me comendo por dentro, a cabeça queimando: seria mesmo apenas um palpite da idiota ou ela sabia alguma coisa mais concreta.. » (cf. 19:Fic:Br:Gattai:Cronica).

Não obstante o facto de *palpitação* (abonado em 1813) poder representar um latinismo e, nessa medida, se inscrever no amplo movimento de relatinização da língua verificado após o século XVI, as datações de ambos os nomes não são suficientemente distanciadas para se poder afirmar que a necessidade de criar um nome não sufixado (*palpite:* abonação em 1881), ademais do já sufixado, não se deveu a outro imperativo que não a de denominar algo que *palpitação* nunca recobrira, dada a especialização semântica que sempre tivera.

– ***Permuta* e *permutação***

Permutação tem matriz latina (PERMUTĀTĬO, -ŌNIS), tendo sido reabilitado em áreas referenciais mais técnicas, permitindo a *permuta* funcionar como nome mais comum para 'troca, transposição'.

Os dois nomes em jogo têm origem no verbo *permutar* 'dar mutuamente, trocar', registado no séc. XV, e que remonta ao latim PERMUTARE. As duas denominações apresentam baixos valores de frequência: *permuta* #76 e *permutação* não consta da base CORLEX. Consultado o www.corpusdoportugues.org, *permuta* ocorre em 48 segmentos textuais e *permutação* em 2.

As descrições dos dicionários são as seguintes:

(52) *permuta* 'Câmbio, troca, substituição, transposição'

(53) *permutação* 'Permuta.'

O nome abonado mais remotamente é *permutação*, com a configuração *Permutaçõn* (1 ocorrência, séc. XIV) e *Permutaçam* (séc. XVI). A variante não erudita *permudaçom* encontra-se abonada no séc. XIV. Quanto a *permuta*, a primeira atestação é do séc. XVII.

Os sentidos de *permutação* e de *permuta* não parecem ser muito diferenciados, no passado como no presente, envolvendo sempre os semas de 'troca, transposição' (cf. «Vale tanto como o de fazer-me eu sua esposa. Foi uma permuta, uma troca.» (18:Azevedo:Filomena)), e denotando ambos [processo e/ou resultado], como se evidencia nos exemplos seguintes, extraídos de www.corpusdoportugues.org/ (sublinhados nossos):

(54) permutação (itálicos nossos)

a. «Testemoyas que foron presentes […]. Et eu Gonçaluo Fernandes, notario ppublico jurado dado por don Pedro abbade do moesteiro de Vjla Noua de Lourëçaa enna vjla de Vjlla Noua & en todo o senorio do dito moesteiro, a todo o sobre dito presente foy con os ditos testigos et esta carta de concãbea & *permutaçon* en mjna presença fige escriuir por outorgamento dos sobre ditos et ay puge meu nomme & signal que he tal en testemono de verdade. Gonçaluo Fernandes, notario. Este he traslado de hûa carta de foro escripta en purgamëo de coyro & signada de escripuano publico […]» Textos Notariais. História do galego-português. (1401-1500)

b. «E como Malaca era um centro onde concorriam todos os navegantes que andavam nesta *permutação*, assi os da cidade de Calecute» (15:Barros:Asia)

c. «se outro hóspede discorda, Pinho emudece, porque teme controvérsias. E esta honesta *permutação* de ideias lhe basta» (18:Queirós:Correspondência)

(55) *permuta*: ocorre tendo por argumento entidades de áreas temáticas diversas (permuta de idéias, de juízes, de acções, de serviços, de terrras, de bens, de bancos de dados, de saberes, permuta de blocos de poltronas, permuta de carícias frouxas), expressas não apenas por nomes, mas também por adjetivos (cf. permuta comercial, monetária, publicitária).

O nome não sufixado é claramente o mais usado no presente, tanto no Brasil quanto

em Portugal, até porque é o que se cristalizou na linguagem técnica de todos os domínios que envolvem trocas comerciais, de bens tangíveis ou intangíveis. Já o nome sufixado se acantonou em domínios temáticos (matemática, linguística) de elevado grau de especialização: 'permutação é uma bijeção de um conjunto finito X nele mesmo'; permutação 'método que consiste na mudança posicional de um segmento da cadeia (parte do texto) no plano da expressão, produzindo-se, em consequência, mudança no plano do conteúdo'. O nome antigo parece, pois, ter sido descontinuado, na língua comum — talvez por estar marcado nesta como erudito —, mas não nos usos de especialidade. Não foi abonado nenhum exemplo em que qualquer um dos nomes tenha um valor de entidade tangível.

– ***Espera* e *esperança***

Por fim, *esperança* denota [+estado, propriedade, aptidão, qualidade intrínseca], pelo que se impunha a criação de *espera* para denotar [+processo]. Assim, as especializações semânticas legitimam a coexistência de ambos os nomes derivados.

Ambos os nomes têm origem em *esperar* 'aguardar. Confiar, ter esperanças', abonado desde o séc. XIII. O nome *esperança* #1562 (freq. CP 5031) encontra-se registado desde o séc. XIII, e *espera* #2184 (freq. CP *a espera*: 193) desde 1813. Do nome *esperança* se deriva, vários séculos volvidos, o verbo *esperançar* (1813).

Como acontece com muitos outros lexemas, também no caso de *espera* os dicionários registam os sentidos mais e menos representados e usados. Como se observa na descrição abaixo, dos nove valores de *espera* registados, cinco correspondem a denominações de objetos (das áreas da carpintaria, da marcenaria, da artilharia, da vitivinícola), valores de especialização semântica que só os conhecedores das áreas em causa dominam. No presente estudo, vamos apenas ter em conta os valores prototípicos.

Assim, estes dois nomes têm sentidos prototípicos muito diversos, que situam o que denotam em áreas referenciais claramente distintas:

(56) **espera** '1. Acto de esperar. 2. Ponto onde se espera. 3. Emboscada. 4. Prazo marcado (como concessão ao cumprimento de uma obrigação). 5. Saliência em parede lateral ou em peça de madeira onde há-de travar a parede ou a peça que

se projecta acrescentar-lhes. 6. Peça na extremidade do banco de carpinteiro para segurar a madeira que se aplaina. 7. Peça do torno […] para sustentar a ferramenta. 8. Antiga pequena peça de artilharia. 9. Pequena vara que se deixa em sítio anterior à vara de poda para obstar ao alongamento das vides.'

(57) **esperança** '1. Disposição do espírito que induz a esperar que uma coisa se há-de realizar ou suceder. 2. Expectativa. 3. Coisa que se espera. 4. Confiança. 5. [Religião] Uma das virtudes teologais'.

Esperança é um nome bem mais antigo na língua do que *espera*, já que se encontra abonado seis séculos antes. O semantismo de um e de outro não se sobrepõem, pois o nome portador de *-nça* apresenta o traço típico do sufixo — o de [estado, capacidade, característica, aptidão, qualidade intrínseca]. Como assinala Rodrigues (2008), os nomes deverbais portadores deste sufixo são maioritariamente codificadores de uma significação de estado (61%). Nos materiais escrutinados, não encontrámos exemplos de valor eventivo deste nome.

Por contraste, *espera* é um nome de evento (doze horas de espera, estar em espera, dias/sala de espera), podendo em simultâneo, e em alguns contextos, poder denotar também um estado: «a espera [a capacidade de saber/ser capaz de esperar] é uma virtude» (cf. http://carinitz.tumblr.com/post/121873915044/a-espera-e-uma-virtude-snoopy-peanuts-movie).

4.4 Sinopse: semântica dos nomes deverbais sufixados e não sufixados

A análise efetuada sobre o semantismo dos nomes deverbais sufixados e dos corradicais não sufixados permite extrair as duas seguintes situações mais prototípicas.

Há pares de nomes de sentidos idênticos, como:

- *Permutação* e *Permuta*, ambos denotando [evento/processo e/ou resultado]
- *Enfadamento* [+estado de espírito e/ou psicossomático disfórico] e *Enfado* [+estado de espírito e/ou psicossomático, sentimento desagradável de agastamento, aborrecimento, tédio, falta de entusiasmo]

Mais numerosos são os pares de nomes de sentidos diferenciados, situando-se a divergência semântica em diversos níveis hierárquicos da significação envolvida:

– *Embarcação* [-evento; +entidade] vs. *Embarque* [+evento e ou resultado];

– *Espera* [+evento/processo] vs. *Esperança* [+estado, propriedade, aptidão, qualidade intrínseca];

– *Ensino* [+processo/sistema] vs. *ensinamento* [+processo/sistema; +resultado/ +entidade epistémica];

– *Palpite* [+processo epistémico] vs. *Palpitação* [+processo físico];

– *Destaque* [+estado/+processo] vs. *Destacamento* [+estado/+processo (PE); +entidade (PB; PE)]

Há ainda pares de nomes cujo semantismo se encontra em mudança (*ajuste* e *ajustamento*, *amostra* e *amostragem*), e que apresentam sentidos de uso diferentes no PE e no PB.

5. Conclusões

A emergência de nomes derivados corradicais de outros já existentes e a permanência de ambos ao longo dos séculos desafia os modelos de organização das línguas que, a ter em conta estes pares corradicais, não se baseariam numa máxima de eficácia quantitativa.

Com exceção de *enfadamento*, que praticamente caiu em desuso, em todos os demais casos ambos os nomes (sufixados e não sufixados) de cada par se mantêm ativos na presente sincronia, independentemente do sufixo ativado, da frequência de uso do nome, e da sua vetustez. Esta, que espelha o enraizamento remoto de alguns nomes, poderia também ter servido a descontinuidade de alguns, na época da transição da primeira fase do português arcaico para a segunda, ou da do português médio para o clássico, mas de facto tal não aconteceu nos pares em apreço.

Os requisitos denominativos e denotativos que os nomes corradicais sufixados e não sufixados satisfazem, e que se fazem sentir desde que surgiram no léxico do português e por este começaram a ser usados, não se terão alterado de então para cá, como se comprova através da análise das suas condições de uso no português contemporâneo. Serão portanto as especializações de sentido que asseguram a manutenção da grande maioria dos pares corradicais, nomeadamente sempre que há diferenças significativas de semantismo denotacional de cada termo desses pares. Quando os nomes de um par apresentam sentidos idênticos ou valores parcialmente

sobreponíveis, como em *ajuste* e *ajustamento*, outras razões terão de ser encontradas para esta não optimização do sistema. Em todo o caso, não serão as condições de combinatória dos sufixos e as propriedades destes que constituem a chave explicativa para a realidade analisada, pois todos os nomes, com exceção de *esperança*, qualquer que seja o sufixo, têm valor eventivo.

Dispondo a língua de recursos derivacionais abundantes e variados, nada obsta à coexistência ou ao surgimento — passado ou futuro — de pares de nomes corradicais, sufixados ou não, em épocas disjuntas ou aproximadas, mormente quando o semantismo de cada membro desse par assegura necessidades denominativas próprias. Mas também nada impede que os falantes e a língua acumulem produtos lexicais equivalentes diversamente — e de certa forma redundantemente — construídos, valorizando e variando os inesgotáveis recursos que a língua possui para construir novas palavras. A diversidade, a opulência, a cumulatividade sempre foram uma marca de riqueza, a que as línguas não são alheias, como a coexistência de bases greco-latinas equivalentes atesta, e que em nada colide com a eficiência comunicativa dos atos discursivos.

Referências

Basílio, Margarida. 2014. *Formação e classes de palavras no português Brasil*. São Paulo: Contexto.

Cardeira, Esperança. 2005. *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Castro, Ivo de. 2006. *Introdução à história do português*. 2.ª edição revista e muito ampliada. Lisboa: Edições Colibri.

Castro, Ivo de. 2017. «O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)». 1999]. In Ivo de Castro, *A Estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa*. 145–147. Lisboa, Imprensa Nacional.

CORLEX «Léxico Multifuncional Computorizado do Português Contemporâneo» disponível em http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/736-lexico-multifuncional-computorizado-do-portugues-contemporaneo.

Cunha, Antônio Geraldo da Cunha. 1987. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.* 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Darmesteter, Arsène. 1877 [1972]. *De la création de mots nouveaux dans la langue française et des lois qui la régissent* (Réimpression de l'édition de Paris, 1877). Genève: Slatkine Reprints.

Davies, Mark, Michael Ferreira (2006-) *Corpus do Português* (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX). Disponível em http://www.corpusdoportugues.org.

Dicionário Aurélio de Português Online 2008-2017 [em linha], disponível em https://dicionariodoaurelio.com/

Dicionário Houaiss *Online de Português*. https://www.dicio.com.br/houaiss/

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa 2008-2013 [em linha], disponível em https://www.priberam.pt/dlpo/

Kehdi, Valter. 1998. «A derivação regressiva em português». *Filologia e Lingüística Portuguesa* (2): 205–213.

Hamawand, Zeki. 2008. *Morpho-Lexical Alternation in Noun Formation*. New York: Palgrave Macmillan.

Joseph, Brian; Richard Janda. edts. 2004. *The Handbook of Historical Linguistics*. Wiley-Blackwell.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1994. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo /Bahia: Contexto.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2002. «Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico». In Rosa Virgínia Mattos e Silva e Américo Venâncio Machado Filho, orgs. (2002). *O português quinhentista. Estudos Linguísticos*. Salvador: EDUFBA, UEFS. 27–41.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2008. *O português arcaico. Uma aproximação*. Vol. I. *Léxico e morfologia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Nunes, José Joaquim. 1989 [1919]. *Compêndio de gramática histórica portuguesa (Fonética e Morfologia*). 9.ª ed. Lisboa: Clássica Editora.

Rio-Torto, Graça. 2012. «*Morfologia lexical no português médio: variação nos padrões de nominalização*». In Tânia Lobo *et al*. (Orgs.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA. 305–322.

Rio-Torto, Graça ed. 2016. *Gramática derivacional do português*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rio-Torto, Graça. no prelo. Nomes deverbais não sufixados e os equívocos da falsa «derivação regressiva» no português brasileiro e europeu.

Rodrigues, Alexandra. 2001. *A construção de postverbais em português*. Porto: Granito Editores.

Rodrigues, Alexandra. 2008. *Formação de substantivos deverbais sufixados em português*. München: Lincom.

Rodrigues, Alexandra. 2009. «Portuguese converted deverbal nouns: Constraints on their bases». *Word Structure* 2(1): 69–107.

Rodrigues, Alexandra. 2016. «Deverbais não sufixados». In Graça Rio-Torto ed., *Gramática derivacional do português*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: 235–238.

Soledade, Juliana. 2004. *Semântica morfolexical. Contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. 2 tomos. Doutoramento em Letras, área de Linguística Histórica, Universidade Federal da Bahia.

Fontes informáticas:

CETEMPÚBLICO 1.7 v. 7.7 (cf. http://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CETEMPUBLICO)

NILC/São Carlos v. 11.4 (cf. http://www.linguateca.pt/ACDC/)

www.linguateca.pt

50. Para uma interpretação hermenêutica de uma edição crítico-genética: emendas de elocução e emendas de poética

Enrique Rodrigues-Moura

Universität Bamberg

Esta apresentação estuda as variantes genéticas de um texto literário não como simples variantes estéticas, ou até de correção de gralhas, mas como a possibilidade de apreensão do que poderíamos denominar práxis poética do autor empírico. Determinadas correções, tais como supressões, substituições ou adições ao texto, chamam a atenção, do ponto de vista da materialidade da escrita, para a consciência narrativa de uma práxis poética que o autor empírico quer imprimir ao seu texto. Essa práxis poética só se aprecia durante a leitura de uma edição crítico-genética, pois passa despercebida em quase qualquer outro tipo de edição. Propõe-se, aqui, a diferenciação entre as emendas de elocução (relativas aos vocábulos, logo, à composição linguística do discurso) e as emendas de poética, as quais permitem resgatar a consciência poética do autor empírico. As primeiras são indícios de uma preocupação pela língua, pela elocução, e as segundas são indícios de uma consciência poética.

Palavras-chave: edição crítico-genética, emenda de elocução, emenda de poética, Camilo Castelo Branco, Fernando Pessoa.

Uma edição crítico-genética procura, enquanto crítica, fixar o texto mais autorizado, por ser a vontade reconstituível do autor empírico, ao tempo que, enquanto genética, procura documentar e apresentar de forma visível o percurso que o autor seguiu na elaboração do seu texto, desde que este tenha deixado traças gráficas em um ou em vários manuscritos ou dactiloscritos, ou ainda em outros suportes materiais (Castro 1990: 31; Spaggiari e Perugi 2004: 204–205). Esta definição parte da ideia de que um texto, também um texto literário, não constitui um objeto estático, senão um processo histórico, logo, conotado pelo tempo. O movimento é imanente ao texto.

A materialidade desse movimento no tempo visualiza-se de forma especial nas edições crítico-genéticas, pois o leitor pode acompanhar o percurso da escrita do autor. Como, obviamente, não pode penetrar no pensamento do autor, pelo menos pode, sim, avaliar as diferentes fases de escrita de um texto e estabelecer critérios tipológicos sobre as emendas encontradas. Salvo casos muito contados e particulares, a relação

que o autor estabelece com a página em branco isola-o de encenações literárias para a posteridade. Não assim os comentários posteriores que o autor pode dizer ou deixar por escrito sobre a gênese do seu texto, com clara intenção de chave conclusiva de interpretação. O exemplo mais citado costuma ser o famoso dia triunfal de Fernando Pessoa, que teria acontecido a 8 de Março de 1914. Nesse dia, segundo a narração que o próprio Pessoa escreveu em carta a Adolfo Casais Monteiro, datada a 13 de Janeiro de 1935[792], depois de estar a «inventar» por vários dias «um poeta bucólico», sem êxito, e quando já «finalmente desistira» desse projeto, «acerquei-me de uma cómoda alta, e, tomando um papel, comecei a escrever, de pé, como escrevo sempre que posso». E a carta continua narrando que escreveu «a fio», num estado de «êxtase» inexplicável – possuído por uma inspiração de natureza desconhecida –, mais de trinta poemas d'*O Guardador de Rebanhos* de Alberto Caeiro e ainda a *Chuva Oblíqua* de Fernando Pessoa e concluiu com a *Ode Triunfal* de Álvaro de Campos. Segundo as sempre citadas palavras de Fernando Pessoa, esse teria sido o «dia triunfal» da sua vida, inigualável em produção e qualidade. Em 1981, Ivo Castro desmontou, a partir do conhecimento dos testemunhos bibliográficos, o mito do «dia triunfal» pessoano (Castro 2013a: 15–22). A edição d'*O Guardador de Rebanhos* que Castro publicou em 1986 foi contundente a esse respeito. O estudo de Castro parte do manuscrito que, anos depois, foi adquirido pela Biblioteca Nacional de Portugal, em Maio de 1990, o qual vem a ser «um momento de global satisfação do poeta, que pela primeira vez escreveu a limpo, caligraficamente e com a estrutura definitiva, o ciclo completo» (17). Como se sabe, esse manuscrito foi a base da edição da Editora Ática, que por decénios exerceu o monopólio das letras de Fernando Pessoa. E dela partiram todos os críticos literários e/ou historiadores da literatura que interpretaram a poesia pessoana; com cega confiança na verdadeira existência do «dia triunfal», pois o próprio autor o havia confessado. A revisão crítica do manuscrito permitiu a Castro identificar pelo menos «sete materiais» escriturais «diferentes»: lápis fino, lápis grosso, tinta azul quase negra, tinta azul clara, tinta azul escura fina, outra tinta azul clara e ainda um lápis azul muito grosso (19). E ainda a certeza de que existem seis versões antes de chegar ao estado final, que seria publicado na revista *Presença* (21). Em segundo artigo, pouco

[792] Publicada por primeira vez na revista *Presença* (Coimbra), n.° 49, vol. III, em Junho de 1937. Aqui, segue-se a transcrição disponível no *site* Arquivo Pessoa <http://arquivopessoa.net/textos/3007>, concebido e dirigido por Concepção Areal.

posterior (1982), Castro conclui que «[f]icamos ainda com a razoável dúvida de que os poemas do *Guardador* pudessem ter sido escritos em 8 de Março de 1914, nas circunstâncias narradas pelo poeta» (Castro 2013b: 40)[793]. Já mais recentemente, Feijó não poupa elogios ao trabalho de Ivo Castro: «na modelar análise que fez dos manuscritos de *O Guardador de Rebanhos* [...] [,] Castro expôs como falsa a pretensão de que os poemas de Alberto Caeiro foram escritos num único dia» (Feijó 2015: 19).

Este conhecido caso de interessada confissão de autor empírico, aqui resumido, demonstra objetivamente, a partir do estudo dos manuscritos, eventuais dactiloscritos e revisões feitas nestes documentos, que as afirmações que um escritor empírico faz sobre a sua obra ficcional devem ser consideradas sob suspeita por parte da crítica literária. É por isso que para a história da literatura é indubitável o valor das edições crítico-genéticas, toda vez que permitem uma interpretação literária a partir de uma edição cientificamente contrastada. Só a partir de um texto bem editado é que se deveria arriscar uma interpretação hermenêutica.

Uma edição crítico-genética permite apreciar, como exemplifica Castro na «Introdução» à sua edição de *Amor de Perdição* de Camilo Castelo Branco (2007), os «actos usuais de reescrita» (23), por exemplo, a «adequação gramatical, eliminação de inconsistências lógicas, arrependimentos sumários, etc.» (23–24). A seguir, ainda assinala Castro no mesmo texto outro tipo de emendas, que encaixam na denominação de emendas estilísticas ou «rebusca estilística» (24): «troca de um verbo por outro, apuramento de adjectivos» (24), etc. Mais em detalhe, Castro estabelece a tipologia das denominadas emendas mediatas e as emendas imediatas, seguindo de perto propostas de Stussi («variante immediate» e «variante non immediate» ou «variante tardive») e Grésillon («variante d'écriture» e «variante de lecture»)[794]. Assim, as emendas imediatas são aquelas que são feitas no decorrer da escrita, «quando ainda

[793] Cf. também o artigo de Ivo Castro «Parole d'auteur contre parole de dossier: sémiotique de l'archive chez Fernando Pessoa», de 1996 e incluído no já citado livro de 2013d.

[794] Em alemão, os termos «Sofortvariant» e «Spätkorrektur» recalcam a temporalidade e, em função desta, denominam a emenda como «variante», quando é imediata, ou «correção», quando é posterior. Cf. Stussi (1994: 182 e seguintes), Grésillon (2016: 291). Tanto Stussi como Grésillon especificam o lugar em que vão as emendas de cada tipo, a seguir ou na entrelinha. O lugar pode variar em cada autor e corresponde ao editor crítico-genético estabelecer a cronologia das emendas, de acordo com os materiais de que dispõe. Mesmo que um autor determinado tenha certos costumes sobre o lugar da página em que faz as emendas, nada o obriga a respeitá-los sempre. Da mesma forma, um autor de época anterior à estandardização da ortografia costumava ter um sistema ortográfico próprio, mas nada o impedia de introduzir variantes ortográficas, tanto no texto que estava a escrever como, obviamente, no decorrer da sua vida de escritor.

não estão concluídas a frase ou a palavra» (73), sendo que as emendas mediatas são as que «ocorrem em momento posterior», seja este breve ou longo, mas implicam que o autor tenha tido tempo de fazer uma leitura, «total ou parcial», do escrito e assim estabelecer as necessárias relações de coerência com o resto do texto (73). É essa leitura total ou parcial do já escrito o elemento chave que diferencia uma emenda de outra. Do ponto de vista temporal, pode ser um tempo breve (deixar de escrever e ler a frase/verso, parágrafo/estrofe, página ou trecho) ou longo, pois também entram na categoria de emendas mediatas aquelas que o autor empírico faz, anos depois, nas sucessivas edições (sempre que o editor crítico-genético tenha dados confiáveis que lhe permitam atribuir essas emendas tão posteriores no tempo ao autor e não a terceiras pessoas).

O valor das edições crítico-genéticas é, pois, evidente. E ainda mais, como se sabe, mas nunca é demais repetir, no atual auge das edições digitais de alta qualidade, capazes de reproduzir facsimilarmente um manuscrito com impressionante qualidade. As edições crítico-genéticas seguem sendo fundamentais, toda vez que, por exemplo, as passagens de textos rasurados devem ser, quando possível, transcritas, tarefa mais difícil de fazer perante uma imagem. Não é só pela dificuldade de se ler uma imagem, pois as técnicas digitais oferecem soluções cada vez melhores, mas por economia de tempo. Se só trabalhássemos com imagens facsimilares, seríamos nós, enquanto leitores e intérpretes, que teríamos que anotar as palavras rasuradas, pois a memória é frágil e páginas mais adiante já não reteríamos na memória o lido com dificuldade momentos antes, por não dizer dias ou semanas antes. Nos casos em que o manuscrito ou dactiloscrito tenha muitas emendas e/ou trechos rasurados, especialmente se bem rasurados, a edição crítico-genética deverá propor uma solução de leitura sem apagar as outras possíveis soluções textuais. E não só, o editor, com conhecimento da sua disciplina e dos costumes de escrita do autor em questão, e também do manuscrito ou dactiloscrito no qual está trabalhando, e sabendo que um autor não se sente na obrigação de respeitar pautas de escrita determinadas, nem mesmo as suas, pode estabelecer de forma racional uma ordem lógica das variantes encontradas. Quer dizer, o editor estabelece a cronologia das substituições por sobreposição, das substituições por cancelamento e das adições na entrelinha superior ou inferior ou ainda na margem esquerda ou em algum outro espaço livre do papel. É o editor informado quem tem

capacidade de ordenar esses dados e estabelecer uma sequência cronológica que respeite a última vontade reconstituível do autor empírico. E é esse mesmo editor que tem a responsabilidade de editar de forma clara e coerente para que o paciente leitor possa reconstruir o seu proceder editorial e, eventualmente, questioná-lo, tanto nas soluções particulares como, evidentemente, nas premissas gerais (cf. Castro 2007: 117–118). Por tanto, as edições crítico-genéticas fornecem a possibilidade de «uma leitura enriquecida do texto» (24), por transcreverem e classificarem tipológica e cronologicamente o que o autor escreveu, rasurou e emendou[795].

Nas páginas iniciais à sua introdução à edição de *Amor de Perdição*, Castro aponta uma breve reflexão de grande valor para a interpretação hermenêutica desse romance camiliano, a qual é extensível a qualquer texto que seja editado do ponto de vista crítico-genético. Castro vem a dizer que, além das antes citadas emendas de «reescrita» ou de «rebusca estilística», tem que se ter em consideração que uma edição crítico-genética oferece um valiosíssimo material para se arriscar algumas «conclusões, nem sempre aguardadas, sobre os processos de criação de Camilo» (24). É esse o fio do novelo que aqui desenrolo, com a finalidade de propor uma classificação alternativa dos tipos de emendas próprios de uma edição crítico-genética. Tipologia alternativa, mas complementar com as já citadas emendas mediatas e imediatas. Tratar-se-ia de uma classificação que partisse da busca da poética do autor empírico, que pudesse demonstrar o grau de consciência desse autor empírico sobre o seu próprio texto em andamento, e ainda sobre as revisões que ele teria feito, no decorrer da sua vida, nas seguintes versões e edições que pôde controlar, quer dizer, versões e edições que o editor crítico-genético pode garantir, por informações históricas geralmente alheias aos próprios textos, que são da responsabilidade do autor empírico. Afinal de contas, de acordo com o interesse do leitor, os mesmos materiais de uma edição crítico-genética permitem diferentes perguntas, para se chegar a novas respostas.

A seguir, estudam-se as variantes genéticas de um texto literário não como simples variantes estéticas, ou até de correção de gralhas, mas como a possibilidade de apreensão do que poderíamos denominar práxis poética do autor empírico. Determinadas correções, tais como supressões, substituições ou adições ao texto,

[795] Cf. também Castro (2013e: 97–108), ou ainda (2013c: 153–165, texto inicialmente de 1988, mas bastante ampliado na versão de 2013).

chamam a atenção, do ponto de vista da materialidade da escrita, para a consciência narrativa de uma práxis poética que o autor empírico quer estampar no seu texto. Essa práxis poética só se aprecia durante a leitura de uma edição crítico-genética e passa despercebida, no entanto, em quase qualquer outro tipo de edição. Propõe-se, aqui, a diferenciação entre as **emendas de elocução** (relativas aos vocábulos, logo, à composição linguística do discurso) e as **emendas de poética**, as quais permitem resgatar a consciência poética do autor empírico. As primeiras são indícios de uma preocupação pela língua, pela elocução, e as segundas são indícios de uma evidente consciência poética. Esta reflexão nasce, obviamente, da clássica dicotomia entre *ars* / *inspiratio* ou *τέχνη* (téchne) / *ἐνθουσιασμός* (enthousiasmós), segundo a qual o melhor para o escritor seria conseguir o difícil equilíbrio complementário entre a inspiração e as regras poéticas. Na *Arte poética* de Horácio aponta-se, com precisas palavras, essa dificuldade de conjugar «natureza» e «arte»: «Natura fieret laudabile carmen an arte / quaesitum est» (vv. 408–9 de *De arte poetica liber*[796]).

Partindo de vários exemplos de *Amor de Perdição* e de poemas de Alberto Caeiro, ambos textos editados por Ivo Castro, ver-se-á a produtividade hermenêutica desta tipologia de emendas (de elocução e de poética), que visa responder a perguntas interpretativas próprias do crítico literário, do historiador da literatura ou, inclusive, do teórico da literatura.

A começar por Camilo Castelo Branco, em todas as citações apresentam-se, primeiro, a versão final, aquela que respeitaria a última vontade conhecida do autor empírico, segundo a edição crítico-genética de *Amor de Perdição* feita por Ivo Castro. A segunda citação permite apreciar as emendas autorais, tal e como Castro as interpretou, quer dizer, de acordo com a cronologia da escrita que, por vezes, como no caso de Camilo Castelo Branco, vai de 1861 (data do manuscrito) a 1879 (ano da quinta edição, que inclui, inclusive, um prefácio do autor)[797].

> *Não há-de querer a senhora que eu vá sacrificar a minha integridade a um filho rebelde, e de mais a mais homicida*. (Edição de Castro 2007: 327)

[796] Em tradução de R. M. Rosado Fernandes: «Há quem discuta se o bom poema vem da arte se da natureza» (Horácio 2001: 105).
[797] A sexta edição ainda foi publicada em vida de Camilo Castelo Branco, que faleceria em 1890, mas não há provas históricas de que tenha participado na revisão do texto finalmente impresso.

> *Não há-de querer a senhora que eu vá sacrificar a minha integridade a um filho desobediente [**5** rebelde], e de mais a mais homicida.* (Edição de Castro 2007: 326; págs. 172–173 do manuscrito)

Observa-se que no manuscrito o texto foi escrito sem emendas e, já na quinta edição mudou-se um adjetivo. Se Camilo Castelo Branco tinha escrito primeiro «desobediente», com o decorrer do tempo – emenda mediata –, optou por «rebelde». Levando em consideração o desenrolar do romance, aprecia-se que a primeira opção não condiz com a teimosia incontrolável do protagonista, e por isso «rebelde» vem a ser um vocábulo mais acertado. Trata-se, do ponto de vista da interpretação hermenêutica, de uma emenda de elocução, que se centra numa melhor escolha lexical com o intuito de definir melhor o protagonista do romance.

> *Mariana escondeu o rosto no avental com que enxugava o pranto.* (Edição de Castro 2007: 335)
>
> *Marianna escondeu o rosto no <lenço> avental com que enxugava o pranto.* (Edição de Castro 2007: 334; pág. 181 do manuscrito)

Primeiramente, Camilo Castelo Branco definiu como um «lenço» o tecido com o qual Mariana enxugou o seu pranto, mas logo a seguir – emenda imediata –, percebeu que o «avental» encaixava muito melhor no contexto, pois forma parte do conjunto de roupas de uma mulher de baixa condição social, o que acentua a verosimilhança, e, além do mais, esse avental aparece citado outras seis vezes no próprio romance (sete no total), o que permite manter uma apreciável coerência narrativa[798]. E ainda mais,

[798] A lista completa de casos: 1) «Mariana ouvia o pai, escondendo meio rosto no seu alvíssimo avental de linho» (Edição de Castro 2007: 267); 2) «– Que se me dá a mim disso! – respondeu ela, sacudindo o avental, e baixando o cós ao lugar da cintura com infantil graça.» (269); 3) «Mariana escondeu o rosto no avental com que enxugava o pranto.» (335); 4) «Sobre a mesa tem um caixote de pau preto, que contém as cartas de Teresa, ramilhetes secos, os seus manuscritos do cárcere de Viseu e um avental de Mariana, o último com que ela, no dia do julgamento, enxugara as lágrimas e arrancara de si no primeiro instante de demência.» (381); 5) «Simão relê as cartas de Teresa, abre os envoltórios de papel que encerram as flores ressequidas, contempla o avental de linho, procurando esvaídos vestígios das lágrimas.» (381); 6) «Mariana tirou o maço das cartas debaixo do travesseiro, e foi a uma caixa buscar os papéis de Simão.» (471); 7) «O comandante olhou para o sítio donde Mariana se atirara, e viu, enleado no cordame, o avental, e à flor d'água um rolo de papéis, que os marujos recolheram na lancha.» (471). É de se notar, ainda, que com um «lenço» serenou-se Teresa da sua desgraça no capítulo XIII: «E sufocada pelos soluços, com o rosto no lenço, não ouvia as palavras confortadoras de Constança.» (355). E ainda será um lenço de Teresa o que Simão veja desde o barco que o levaria para o degredo, já no fim do romance, no capítulo XX: «Viu [Simão] agitar-se um lenço, e ele respondeu com o seu àquele aceno.» (447). E poucas linhas mais adiante, o aquietamento do lenço será um sinal do desmaio e falecimento de Teresa. Assim, o lenço vai unido a Teresa e o avental a Mariana, delimitando as classes sociais de forma verossímil.

tenha-se em consideração que este «avental» vem a aparecer, conjuntamente com o rolo de papéis que reúne a correspondência entre Teresa e Simão, no último parágrafo do romance. As cartas de amor escritas por Teresa e Simão salvam-se e o «avental» acompanha-as até o final, logo, também a presença de Mariana na vida de Simão. Inicialmente, trata-se de uma emenda de elocução, pois é a preocupação pela língua o que está em primeiro plano. Mesmo assim, a simbologia que, estruturalmente, o romance estabelece entre «lenço/Teresa» e «avental/Mariana» permite pensar que algo de reflexão poética poderia estar por trás dessa emenda, o que a aproximaria do tipo de emenda de poética. Resta ao leitor escolher.

> *Simão relê as cartas de Teresa, abre os envoltórios de papel que encerram as flores ressequidas, contempla o avental de linho, procurando esvaídos vestígios das lágrimas.* (Edição de Castro 2007: 381)

> *Simão relê as cartas de Theresa, abre os <embrulhos em q> envoltórios de papel que incerram as flores ressequidas, contempla o avental de linho, procurando os <signaes>[↑visiveis [5 esvaidos] vestigios] das lágrimas.* (Edição de Castro 2007: 380; pág. 225 do manuscrito)

Os «embrulhos» foram corrigidos por «envoltórios» em emenda imediata, ao tempo que também é uma emenda de elocução, pois é a língua que está em primeiro lugar. A seguir, as lágrimas primeiro deixaram «signaes», que, logo, foram substituídos na entrelinha superior por «visíveis vestígios» e, já na quinta edição, 18 anos depois, o que era visível passou a ser, com o tempo, algo esvaído: «esvaídos vestígios das lágrimas». Esta emenda mediata vem a ser, na tipologia aqui seguida, uma emenda de elocução, a qual prima o aprimoramento da língua, a preocupação pela puridade linguística.

Vistos estes três exemplos, seguem-se dois que, tipologicamente, seriam emendas de poética, segundo as quais o leitor pode considerar, sem excessos interpretativos, que o autor empírico mostra certa consciência sobre a construção literária do seu texto.

> *Para finos entendedores, o diálogo do anterior capítulo definiu a filha de Tadeu de Albuquerque. É mulher varonil, tem força de carácter, orgulho fortalecido pelo amor, despego das vulgares apreensões, se são apreensões a renúncia que uma filha faz do seu alvedrio às imprevidentes e caprichosas vontades de seu pai. Diz boa gente que não, e eu abundo sempre no voto da gente boa. Não será aleive atribuir-lhe uma pouca de astúcia, ou hipocrisia, se quiserem; perspicácia seria mais correcto dizer.* (Edição de Castro 2007: 191)

> *Para finos intendedores, o dealogo do anterior capitulo definiu a filha de Thadeu de Albuquerque. É mulher varonil, tem força de caracter, orgulho fortalecido pelo amor, despêgo das vulgares apprehensoens, se são apprehensoens a renuncia que uma filha faz de sua vontade [5 do seu alvedrio] ás imprevidentes e caprichosas vontades de seu pai. [↑Diz boa gente que não, e eu abundo sempre no voto da gente boa.] Não será aleive attribuir-lhe uma pouca de astucia, ou hypocrisia, se quizerem; <esperteza> perspicacia seria mais correcto dizer.*(Edição de Castro 2007: 190; pág. 39 do manuscrito)

Há três variantes de autoria de Camilo Castelo Branco nesse exemplo. Duas que encaixam mais na tipologia de emenda de elocução e uma terceira, a mais longa, que vem a ser um claro exemplo de emenda de poética. Em primeiro lugar, o autor preferiu, já na quinta edição – emenda mediata – a expressão «do seu alvedrio» à expressão original, que aparece no manuscrito e em quatro edições: «de sua vontade». A substituição eleva o patamar literário, pois o vocábulo «alvedrio» tem consolidados ecos filosóficos e afirma de forma mais consistente a autonomia de Teresa perante a sociedade de severas regras na qual nasceu e viveu. O texto melhora, ganha precisão. O mesmo acontece com a substituição de «esperteza» por «perspicacia», uma emenda imediata, feita ainda no manuscrito, no decorrer da escrita. Se com «esperteza» se destaca o caráter astuto e fino da protagonista, com «perspicacia» salienta-se a sua agudeza de espírito, rapidez de compreensão, a sua sagacidade e talento. Veja-se que o próprio texto ajuda a entender essa precisão vocabular, pois de «astúcia» ou «hipocrisia» passa-se a «perspicácia»: «Não será aleive atribuir-lhe uma pouca de astúcia, ou hipocrisia, se quiserem; perspicácia seria mais correcto dizer.» Quer dizer, a personagem Teresa ganha uma personalidade com maior riqueza psicológica, especialmente, se se tem em consideração o que o leitor lerá nas páginas a seguir e até ao fim do romance.

A mais longa variante deste exemplo é uma adição na entrelinha superior. A frase «Diz boa gente que não, e eu abundo sempre no voto da gente boa» vem a realçar a figura do narrador. O leitor encontra-se no começo do capítulo IV, que comenta o fim do capítulo III, no qual Teresa, resoluta, expressa o seu desejo de não casar com seu primo Baltasar Coutinho, como desejado e combinado pelo seu pai. Agora, o narrador comenta, de um ponto de vista metaliterário, esse «diálogo do anterior capítulo» (190), baseando-se na sua autoridade como tal, mas a feliz adição introduz uma outra

autoridade, a «boa gente», que vem a confirmar a interpretação que o narrador está apresentando ao leitor. Desta forma, um narrador autoritário, no sentido de que possui todos os dados da fábula e sabe relacioná-los com dados históricos alheios ao texto, ganha uma segunda autoridade, com a qual, em princípio, qualquer leitor quereria identificar-se («gente boa»), e esta segunda autoridade favorece muito a sua capacidade de convencer o leitor da sua interpretação do «diálogo do anterior capítulo» ou, mais concretamente, da interpretação que propõe da personagem Teresa. Aprecia-se uma consciente construção da figura do narrador, da sua importância para a narrativa do romance *Amor de Perdição*, com peripécias extremamente românticas e, no entanto, com o desejo de conseguir certa verosimilhança no sentido aristotélico. O narrador estabelece uma relação próxima, até cúmplice com o leitor e fornece pautas de leitura. Como esta adição só pode ser atribuída ao autor empírico, a Camilo Castelo Branco, não se pode negar que, pelo menos neste momento, neste trecho, demonstrou ter consciência poética da dificuldade literária do romance que se encontrava ainda na fase de escrita, *work in progress*: a necessidade de conciliar uma fábula excessivamente romântica com traços de verosimilhança e, inclusive, indícios de que o narrado teria acontecido historicamente. Já Maria Isabel Rocheta comentou que o narrador camiliano deste romance «faz apelo também à sensibilidade dos leitores – e como que estabelece com estes um pacto de leitura [...] tenta influenciar o seu público [...]» (1983: 19). Trata-se, pois, de uma emenda de poética, que deixa antever a conceção literária de Camilo Castelo Branco sobre a fundamental importância do narrador no seu romance.

> *Vou transcrever a singela e dorida reminiscência duma senhora daquela família, como a tenho em carta, recebida há meses.*
> *[…]*
> *«O criado, que levou o jantar à cadeia, voltou com ele e contou-nos que Simão já tinha alguns móveis no seu quarto, e estava jantando com exterior sossegado. […]»* (Edição de Castro 2007: 339)

> *Vou transcrever a singela [↑e dorida] remeniscencia d'uma senhora d'aquella familia, como a tenho em carta, recebida há mezes.*
> *[…]*
> *«O creado, que levou o jantar á cadeia, voltou com elle, <Simão> e contou-nos que Simão já tinha alguns moveis no seu quarto, e estava jantando <tão tranquillamente como se> com exterior socegado. […]»* (Edição de Castro 2007: 338; pág. 184 do manuscrito)

Este exemplo apresenta três emendas. A primeira, agregar o adjectivo «dorida» a «reminiscência», seria um claro caso de emenda mediata, pois, como a emenda se situa na entrelinha superior, sem cancelamento anterior de alguma palavra, pressupõe-se que Camilo Castelo Branco fez a emenda depois de ter lido parte do texto que estava a escrever, e por motivos de coerência interna, incluiu esse adjectivo. Por sua vez, do ponto de vista da tipologia aqui proposta, seria uma emenda de elocução, pois encaixa perfeitamente no que se denomina de aprimoramento estilístico da escrita. Essa emenda não permite deduzir uma maior ou menor consciência poética do autor empírico a respeito do seu texto. A segunda emenda é um cancelamento do nome «Simão» para, sem deixar de escrever, pô-lo depois do verbo: «<Simão> e contou-nos que Simão». Trata-se, pois, de uma emenda imediata, que não precisa, por parte do autor, de uma leitura do já escrito. Uma emenda que se faz no decorrer da escrita. A terceira emenda, no entanto, apresenta, sempre da perspectiva das emendas de elocução e de poética aqui apresentadas, maior interesse. Foi realizada sem pausa, logo, é uma emenda imediata. O autor escreveu algo que qualifica o acto de jantar, rasurou o escrito e escreveu outro segmento: «estava jantando <tão tranquillamente como se> com exterior socegado.». Trata-se de um «cancelamento logo seguido de novo segmento», uma das operações mais comuns do manuscrito de *Amor de Perdição* (Castro 2007: 119). Vem a ser uma emenda de poética, pois o autor empírico (o responsável pela emenda) percebe que o criado não pode julgar se Simão estava tranquilo ou não, já que o primeiro não pode focalizar o estado de ânimo do segundo, e assim Camilo Castelo Branco melhora o escrito, deixando constância da observação exterior que o criado faz: «com exterior sossegado.». Poderia ser um detalhe menor, mas *Amor de Perdição* é um romance que muito deve ao papel do narrador, que «surge nesta novela com voz plena» (Rocheta 1983: 18). Há uma identificação voluntária, e ficcional, entre o narrador e o autor empírico Camilo Castelo Branco, pois inclui referências pessoais e familiares, todas historicamente provadas (cf. Rocheta 1983: 18–19). Este narrador «conjuga a visão externa e a interna, alternando-as» (20) e por isso o autor empírico deve ter sentido, ou pensado, que uma personagem secundária como um criado não pode conhecer o estado de ânimo de Simão, mas sim julgar ou descrever os elementos não interiores da psique de Simão: «com exterior sossegado». Pode ser um detalhe menor, contudo, esta emenda demonstra, no mínimo, que o autor

empírico tinha clara consciência da importância da figura do narrador no decorrer da fábula e necessitava manter essa coerência narrativa, como aqui faz, nesta emenda de poética.

A seguir, três exemplos de emendas de poética d'*O Guardador de Rebanhos* de Fernando Pessoa. Estes exemplos aparecem todos no famoso caderno d'*O Guardador de Rebanhos*, conservado na Biblioteca Nacional de Portugal[799]. Neste caderno, Fernando Pessoa passou a limpo os textos que tinha escrito anteriormente. Mesmo assim, voltou sobre o escrito para mudar em vários lugares o que tinha passado a limpo, logo, as emendas são mediatas. Como no caso anterior, primeiro se apresenta a versão final e a seguir a versão com as emendas autorais, segundo a edição de Ivo Castro.

I.

Com uma corôa toda à roda de espinhos (VIII, v. 17; edição de Castro 2015: 37)

Com uma corôa desagradavel [↑toda à roda] de espinhos (VIII, v. 17; edição de Castro 2015: 146; 10r do caderno da BNP)

II.

E os pés espetados por um prego com cabeça (VIII, v. 18; edição de Castro 2015: 37)

E os pés espetados por um prego <horroroso> [↑comprido [↑com cabeça]] (VIII, v. 18; edição de Castro 2015: 146; 10r do caderno da BNP)

III.

Porque me falta a simplicidade natural (XIV, v. 5; edição de Castro 2015: 44)

Porque me falta a simplicidade divina [↑simples [↓natural]] (XIV, v. 5; edição de Castro 2015: 163; 17r do caderno da BNP)

No primeiro destes exemplos, o adjectivo «desagradável» foi eliminado, pois implica uma apreciação qualitativa, não uma descrição do visto. Semelhante operação foi feita no segundo exemplo, que de «horroroso» passou a «comprido» para chegar a «com cabeça». O adjectivo «horroroso» implica um sistema cultural de valores, que um observador neutral, como Alberto Caeiro pretende ser, deveria desconhecer; a segunda opção é melhor, mas implica, ainda, se submeter a um sistema de medidas feito pelo ser humano, logo, cultural. Por isso, a terceira opção é a mais feliz, toda vez

[799] Este caderno em questão foi intitulado *O Guardador de Rebanhos* pelo próprio autor e inclui os 49 poemas deste ciclo. Há uma versão facsimilar impressa (Castro 1986) e uma reprodução digital disponibilizada no *site* da Biblioteca Nacional de Portugal.

que, simplesmente, descreve o prego: «com cabeça». Por último, o terceiro exemplo rejeita os adjectivos «divina» e «simples», pois, da mesma forma que no exemplo anterior, dependem de um sistema cultural de valores. A terceira opção não deixa de ser discutível, pois o conceito de «natural» existe enquanto oposição aos conceitos de «humano» e/ou «cultural», mas, das três possíveis escolhas que apresenta o manuscrito, é, sem dúvida, a melhor, a menos qualificadora, a que menos atribui qualidades ao observado pelo eu lírico[800]. Esta necessidade de simplesmente descrever o visto, sem contribuir para a sua valoração, encaixa na denominada crise ou ceticismo da língua ou da linguagem (*Sprachkrise*; *Sprachskepsis*) na hora de representar a realidade exterior, como tematizaram vários autores na passagem do século XIX para o XX, nomeadamente, Rainer Maria Rilke e Hugo von Hofmannsthal (cf. King 2012). Esta perda da suposta capacidade natural da linguagem não só de descrever como também de transmitir as coisas está na base da poesia de Alberto Caeiro, e essas emendas de poética feitas pelo autor empírico, Fernando Pessoa, demonstram que pelo menos nesses momentos ele era muito consciente do que estava a escrever, da poética que relacionava todas as partes d'*O Guardador de Rebanhos*. Não se trata de simples emendas de língua, de elocução, são emendas de poética; inclusive a capacidade de pensar por meio da língua ou da linguagem vem a estar em crise. Cita-se sempre a carta que Hugo von Hofmannsthal escreveu em Agosto de 1902 e publicou em Outubro do mesmo ano no jornal de Berlim *Der Tag* (literariamente, a carta seria de 22 de Agosto de 1603, para relacioná-la com o Empirismo de Francis Bacon). Neste texto, *Ein Brief*, a personagem Philipp Lord Chandos expressa o seu caso de forma breve: trata-se da sua incapacidade de pensar ou falar sobre qualquer coisa por meio de palavras (Hofmannsthal 1979: 465). É nesta tradição filosófica que se tem que pensar a poesia de Alberto Caeiro e por isso essa vontade literária de não pensar, não avaliar, só descrever, como bem mostram as citadas emendas de poética.

Resta ainda fazer uma séria advertência metodológica. Um muito conhecido risco nada desprezível que se esconde em toda empresa de edição crítico-genética é o editor

[800] Estas mudanças condizem bem melhor com a poética d'*O Guardador de Rebanhos*. Mesmo assim, Ivo Castro já avisara da possível rejeição que alguns leitores vivenciariam quando alguns versos perdessem uma qualidade supostamente lírica: «Também é natural que o leitor ache um certo empobrecimento na mudança do verso «E a Natureza é bela e antiga» para «E a Natureza está aqui mesmo» (*Guardador*, XII, 6)» (2013c: 155, nota I). Mudança esta, por sinal, que condiz com os três exemplos comentados acima.

se guiar mais por motivos estéticos do que por elementos materiais, bibliográficos (cf. Spaggiari e Perugi 2004: 67). Nesse caso, estar-se-á a falsificar a última vontade literária do autor empírico. Este mesmo risco, provavelmente de forma ainda mais grave, pode acontecer no uso da tipologia aqui proposta: emendas de elocução e emendas de poética. Por um lado, nem sempre a divisão será clara, como se viu pelo menos em um dos exemplos acima tratado («lenço/Teresa» e «avental/Mariana»), e, por outro, convém que o editor crítico-genético e o crítico literário ou teórico da literatura que esteja a classificar as emendas de elocução ou de poética não sejam a mesma pessoa. É muito grande o risco de alterar fraudulentamente a seleção e cronologia das emendas da edição crítico-genética com o intuito de encontrar ou escolher as variantes mais favorecedoras para salientar a consciência poética do autor estudado. Assim, o editor crítico-genético fará a sua edição e proporá um texto crítico com o seu aparato, anotações e estudos filológicos; e só depois, de lápis na mão, aparecerá o crítico literário ou o historiador da literatura ou até o teórico da literatura para andar à procura das emendas de elocução e das emendas de poética. Os mesmos materiais permitem perguntas diferentes que podem levar a respostas e interpretações também diferentes, díspares.

Referências

Castelo Branco, Camilo. 2007. *Amor de Perdição*. Edição genética e crítica de Ivo Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Castro, Ivo. 1990. «Constituição da Equipa (1988, Junho)». In *Editar Pessoa*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 31–32.

Castro, Ivo. 2007. «Introdução». In Camilo Castelo Branco. *Amor de Perdição*. Edição genética e crítica de Ivo Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 9–121.

Castro, Ivo. 2013a. «Para uma edição de *O Guardador de Rebanhos*». *Editar Pessoa*. 2.ª edição aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 15–22 [1.ª ed. 1981].

Castro, Ivo. 2013b. «O corpus de *O Guardador de Rebanhos* depositado na Biblioteca Nacional». *Editar Pessoa*. 2.ª edição aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 23–41 [1.ª ed. 1982].

Castro, Ivo. 2013c. «Projecto inicial». *Editar Pessoa*. 2.ª edição aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 153–165 [1.ª ed. 1988].

Castro, Ivo. 2013d. «Parole d'auteur contre parole de dossier: sémiotique de l'archive chez Fernando Pessoa». *Editar Pessoa*. 2.ª edição aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 75–87 [1.ª ed. 1996].

Castro, Ivo. 2013e. «Metodologia do aparato crítico». *Editar Pessoa*. 2.ª edição aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 97–108 [1.ª ed. 2001].

Feijó, António M. 2015. *Uma Admiração Pastoril pelo Diabo (Pessoa e Pascoaes)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Grésillon, Almuth. 2016. *Éléments de critique génétique. Lire les manuscrites modernes*. Paris: CNRS Éditions [1.ª ed. 1994].

Hofmannsthal, Hugo von. 1979. *Gesammelte Werke. Erzählungen. Erfundene Gespräche und Briefe. Reisen*. Edição de B. Schoeller. Frankfurt a. M.: Fischer.

Horácio. 2001. *Arte poética*. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Mem Martins: Editorial Inquérito.

King, Martina. 2012. «Sprachkrise». *Handbuch Literatur und Philosophie*. Stuttgart: Metzler. 159–177.

Pessoa, Fernando. 1986. *O Manuscrito de* O Guardador de Rebanhos de Alberto Caeiro. Edição facsimilada, apresentação e texto crítico de Ivo Castro. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Pessoa, Fernando. 2015. *Poemas de Alberto Caeiro*. Edição de Ivo Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Rocheta, Maria Isabel. 1983. «Introdução». In *Amor de Perdição de Camilo Castelo Branco*, ed. Maria Isabel Rocheta, Lisboa: Editorial Comunicação. 17–71.

Spaggiari, Barbara e Maurizio Perugi. 2004. *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Lucerna.

Stussi, Alfredo. 1994. *Introduzione agli studi di Filologia Italiana*. Bologna: Il Mulino.

51. O apagamento das vogais átonas finais [ɨ] e [ʊ], diante de consoante e de pausa, a partir de dados do ALEPG: Barlavento algarvio e São Miguel

Maria do Carmo Sá Teles de Araújo Rolo
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Este trabalho tem por objetivo investigar o fenômeno do apagamento das vogais [ɨ] e [ʊ] átonas em posição final de vocábulo, a partir de dados de seis localidades que integram a rede de pontos ALEPG: Praia da Salema, Vila do Bispo e Alvor, no Barlavento algarvio, e Mosteiros, Nordeste e Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel, nos Açores. A motivação para a seleção dessas localidades e do fenômeno tomou por referência pesquisas anteriores que tratam da apócope (como Maia 1975, Segura da Cruz 1987, Bernardo 1991) e atlas linguísticos publicados em Portugal. À luz da Teoria Variacionista (Labov 2008 [1972]), consideraram-se homens e mulheres, distribuídos em duas faixas etárias: f1< 60 e f2> 60 anos. Os dados mostram que, na região em que há variação (São Miguel, nos Açores), o sexo não interfere no processo e que os informantes mais velhos realizam mais apócopes.

Palavras-chave: dialetologia, dialetos portugueses, variação fônica, apagamento, vogais átonas finais.

1. Introdução

Desde os primórdios dos estudos dialetológicos em Portugal, a debilidade da vogal átona final e o seu consequente desaparecimento são constantemente referenciados.

Leite de Vasconcelos (1896) é quem primeiro chama a atenção para a individualidade que caracteriza o falar do Barlavento no conjunto dos dialetos do Algarve e do dialeto meridional em geral. Embora o autor não se refira diretamente ao apagamento, observa algumas especificidades características do Barlavento. Sobre essa questão, Leite de Vasconcelos (1896) registra que no Barlavento são encontradas particularidades que não se observam no centro do Alentejo, nem noutras partes do Algarve (como as Cabanas).

No *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental*, Boléo e Silva (1962: 103) observam alguns registros de apagamento como característica da região do

Algarve. Em suas anotações, salientam que «[m]uito característica do Algarve é a pronúncia descuidada, quase imperceptível da sílaba de algumas palavras. É o caso de [mˈɛdik] *médico* ou de *lã merina*, em que a segunda palavra é pronunciada aproximadamente como [məˈɾĩn]».

Cintra (1983 [1971]: 156–157, n. 58) faz referência, a partir de outros trabalhos, ao apagamento das vogais finais e caracteriza esse fenômeno no grande conjunto centro meridional: «[...] queda das vogais finais *-u* e *-i* (ou *-e*), outro dos fenómenos mais típicos desta região, mas cujos limites não coincidem perfeitamente com os dos primeiros». O autor faz alusão a outros traços caracterizadores da região, como, por exemplo, a palatalização, mais ou menos acentuada do *a* tônico. Percebe-se que o fenômeno da apócope não era de primeira ordem para caracterizar a variedade.

O fenômeno do apagamento das vogais átonas finais [ɨ] e [ʊ] encontra-se documentado em regiões de Portugal continental e insular a partir tanto dos atlas linguísticos quanto de estudos mais recentes (Maia 1975, Segura da Cruz 1987, Bernardo 1991, Brissos 2012). Esses autores têm registrado o desaparecimento das vogais no espaço dialetal português, apesar de se ter observado que este fenômeno não aparece como centro de suas pesquisas. A apócope das vogais [ɨ] e [ʊ], ilustrada nos exemplos (1) a (4), é um processo ainda pouco estudado geográfica e acusticamente, mas está consistentemente registrada como uma característica do falar de Castelo Branco e Portalegre, região mais central, e da parte ocidental do Barlavento do Algarve e de São Miguel, nos Açores.

(1) Ah! *Pescoço* [pʃˈos] (Salema, Continente, masc., f. 1).
(2) Tá o *caroço* [kɐˈɾos] (Vila do Bispo, Continente, masc., f. 2).
(3) Pão *quente* [ˈkẽt] com *leite* [ˈlet] (Nordeste, Açores, fem., f. 2).
(4) É *alface* [alˈfɑs] (Mosteiros, Açores, fem., f. 1).

Como se pode observar na Figura 1, elaborada com base em estudos recentes, já mencionados neste artigo, o apagamento de vogais finais está documentado em Portugal continental, distribuído por duas áreas com particularidades dialetais específicas: região da Beira Baixa e Alto Alentejo (Montalvão, no distrito de Portalegre, e Alcains, no distrito de Castelo Branco); e na região do Barlavento

algarvio (Vila do Bispo, Sagres, Praia da Salema, Alvor e Lagos). Além disso, há registros de apagamento também no arquipélago dos Açores, na ilha de São Miguel. A Figura 1 delineia áreas em que há a presença do apagamento de vogais das vogais finais [ɨ] e [ʊ].

Figura 1. Apagamento de [ɨ] e de [ʊ] finais, em áreas de Portugal continental e dos Açores[801]

Ciente desses registros preliminares, decidiu-se fazer a investigação da apócope em território português, inclusive na ilha de São Miguel, no arquipélago dos Açores, com o propósito de se estabelecer um confronto entre as áreas documentadas nas referidas pesquisas.

Serão apresentados, brevemente, nas próximas secções, trabalhos de diferentes autores que registram o apagamento, tanto no continente quanto nos Açores, bem como dados coletados em atlas linguísticos já publicados, como *Atlas Linguístico-*

[801] Dados coletados através do Estágio de Doutorado Sanduíche (BEX 9454/14-4), no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), em 2015. Elaboração e composição cartográfica por Djime Dourado Silva.

Etnográfico dos Açores (ALEAç)[802], assim como no banco de dados do *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (ALEPG). Em seguida será apresentada a discussão dos resultados e as considerações finais.

2. Apagamento das vogais átonas finais em áreas dialetais de Portugal: o que revelam os estudos

Sobre o vocalismo átono da região de Lagos, ao Sul de Portugal, Carrancho (1969) registra algumas particularidades, ressaltando que as vogais átonas são muito instáveis e passíveis de alterações.

Em relação à vogal *e* [ɨ] final a autora (Carrancho 1969: 117–118) documenta: «Verifica-se no entanto uma tendência à queda da vogal, ficando a consoante anterior mais fraca do ponto de vista da articulação. Ex: covarde [kovˈårdˈ], virose [viˈrozˈ] […]».

Quanto à vogal [ʊ] em posição final, Carrancho (1969: 118) observa: «O *o* átono final do ponto de vista acústico é inexistente, o que constitui um dos traços mais salientes do falar. Ovo [ˈov], barco [ˈbaɾk], prego [ˈprɛg]»[803].

Maia (1975: 32) observa que o apagamento da vogal [ʊ], em posição final de palavra, é comum na parte Ocidental do Algarve:

> [...] *registei quase invariavelmente formas com [ə] ou mesmo com supressão da vogal. A perda da vogal ocorre, porém, com mais intensidade no litoral, atingindo o grau mais elevado em Vila do Bispo, Alvor, Lagos e Olhão. Nota-se mesmo, à medida que se avança para a beira-mar, que a vogal* –u *se vai tornando cada vez mais frouxa e indistinta, chegando a deixar de ouvir-se.* (Maia 1975: 32).

A autora observa que essa região se destacou com maior nitidez do conjunto do falar algarvio: «É uma zona de forte personalidade dialetal, bem diferenciada da restante área algarvia» (Maia 1975: 116).

Quanto ao apagamento da vogal [i], Segura da Cruz (1987) esclarece que a vogal [i] final se apresenta como um traço fonético cuja realização antecede o apagamento da vogal: «Não é difícil admitir que fosse -[i] o timbre da vogal final, antes desta ter apocopado no Barlavento. [...] A realização de -[i] atravessa o Algarve no sentido

[802] Cf. Ferreira *et al.* (2001) e ALEAç em linha, disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/alea/>.
[803] Transcrição adaptada para o Alfabeto Fonético Internacional (IPA).

longitudinal, isolando o litoral do interior» (Segura da Cruz 1987: 72), como mostra a Figura 2.

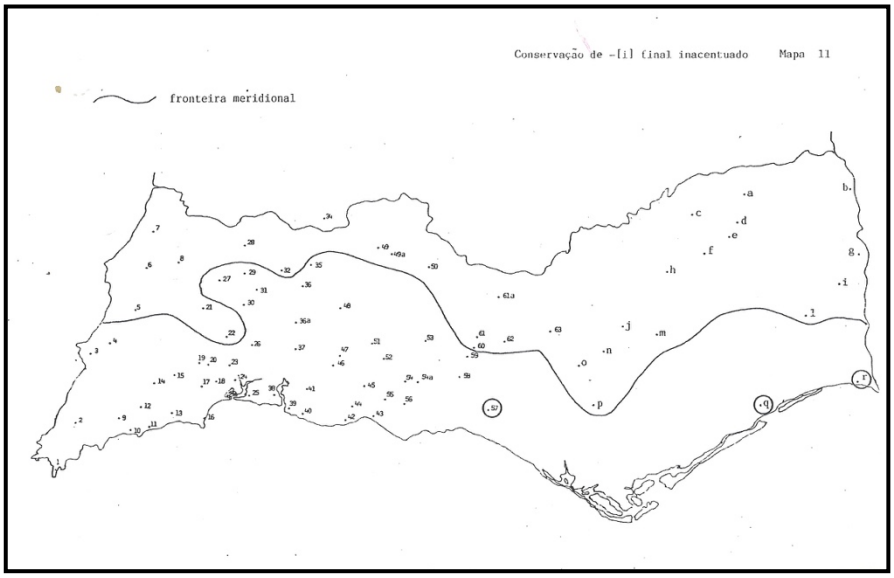


Figura 2. Área de conservação de [i] final inacentuado, segundo dados de Segura da Cruz (1987)

Fica evidente que as áreas mais ao ocidente do Barlavento algarvio[804], onde há o predomínio de [i], são áreas em que ocorrem casos de apagamento, documentados nos estudos e nos atlas.

A autora distingue o oriente e o ocidente algarvios em relação à não conservação de -[i], salientando que a situação não é uniforme:

> [...] *a um oriente em que -[i] evoluiu para [ə], opõe-se um ocidente em que essa evolução foi mais longe, consumando-se na perda da vogal final. É talvez esse facto – a perda da vogal final, que constitui um dos traços mais característicos do Barlavento – que explique que no Algarve ocidental, a isófona de permanência de -[i] recue mais «rapidamente» do que no Algarve central e oriental e que o Barlavento, tradicionalmente considerado como mais conservador por oposição ao Sotavento, mais inovador, se comporte neste caso como uma zona inovadora.* (Segura da Cruz 1987: 73).

[804] Tendo em vista a exposição da terra aos ventos predominantes do oeste, Barlavento algarvio compreende toda a sub-região que vai de Faro ao Cabo de São Vicente (Ocidente); sotavento compreende toda a sub-região que vai de Faro ao Rio Guadiana (Oriente).

Nota-se que, nas observações de Segura da Cruz (1987), este fenômeno é uma característica do Barlavento Ocidental, considerado mais conservador e com especificidades próprias. A autora chama atenção para o cuidado que se deve ter com a consoante final após a apócope da vogal. Acrescenta que estudos mais específicos poderiam elucidar as possíveis dúvidas quanto ao comportamento dessa consoante: se mantém um valor silábico ou se é integrada à sílaba anterior.

Brissos (2012), em seu estudo sobre o Sueste da Beira, dentre as especificidades observadas, destaca a ocorrência do apagamento da vogal final como característica do falar daquela região. Em relação à vogal *o* final, Brissos (2012: 69) salienta que: «A apócope ou passagem à vogal neutra do *o* átono final, realizado [u] na Norma, é, conforme a tradição dos estudos dialetológicos, um dos fenômenos destacados na região». Além da apócope, o autor destaca ainda outras realizações representativas: «Apócope ou realização como vogal neutra, ou ainda realização como [i] / [ⁱ]» (Brissos 2012: 69).

Nos Açores, Medeiros (1964) pontua alguns aspectos marcantes sobre as vogais em posição final. Sobre o vocalismo átono final, na ilha de São Miguel, a autora salienta que: «Um traço bem marcante da linguagem micaelense e que é também muito característico dos falares da Beira Baixa, Alentejo e Algarve é a tendência para a queda das átonas finais» (Medeiros 1964: 28). A autora complementa as suas observações, enfatizando que «as vogais finais [ə] e [u] (-*o*) apresentam portanto uma forte tendência para a queda», mesmo nos vocábulos paroxítonos, como em *aguaceiro* [aguɐˈseɾ], *milho* [ˈmiʎ] e *quente* [ˈkẽt]. Destaca como traço marcante «que o vocalismo átono no falar ilhéu sofre profundos desgastes», inclusive com o apagamento das vogais átonas finais [ɨ] e [ʊ].

Sobre o vocalismo oral não acentuado na Bretanha, ilha de São Miguel, Bernardo (1991) observa que estas vogais sofrem uma série de alterações a depender da sua posição na frase. Em posição final, a autora observa que há queda ou articulação pouco perceptível do -*u* final, como em *rego* [ˈxeg], *cozido* [kuˈzid] e *fundo* [ˈfũd], e a substituição do -*u* final por um som neutro -[ə], tem por exemplos *costumo* [kuʃˈtumᵊ], *tempo* [ˈtẽpᵊ]. Dentre os fenômenos apresentados em seu estudo, Bernardo (1991: 254) destaca o «enfraquecimento das vogais átonas finais ou o seu desaparecimento» como característica do falar da Bretanha, nos Açores.

Sobre o dialeto da ilha de São Miguel, nos Açores, Ferreira *et al.* (1996) observam:

> *O dialeto de São Miguel apresenta, por sua vez, alguns dos traços que caracterizam as regiões da Beira Baixa–Alto Alentejo e do Barlavento:* [...] *desaparecimento da vogal átona final [u] grafada* -o*, como em* [ˈgat]*, por* gato, [ˈkɔp] *por* copo (Ferreira *et al.* 1996: 496).

Silva (1998, 2007) observa que uma das mais emblemáticas características do dialeto de São Miguel, nos Açores, gira em torno do apagamento das vogais finais. Embora esse apagamento não tenha sido o centro dos estudos, foi registrada a queda da vogal átona final em palavras como *sete* [ˈsæt], *leite* [ˈlet], *pouco* [ˈpok], *noite* [ˈnot]. O autor apresenta esses casos em sua pesquisa, demonstrando que o apagamento é recorrente em São Miguel, e os toma como parâmetro para suas comparações.

Nas localidades investigadas em território português, apesar de não ter sido o foco principal em nenhum dos estudos consultados, o apagamento das vogais finais [ɨ] e [ʊ] encontra-se registrado tanto no continente, com predomínio na parte centro-meridional do país, quanto nos Açores, no dialeto de São Miguel.

3. Apagamento das vogais átonas finais em áreas dialetais de Portugal: o que dizem os atlas publicados

Em território português, foi considerado o apagamento de vogais átonas finais documentado no *Atlas Linguístico de la Península Ibérica* (ALPI), no *Atlas Linguístico dos Açores* (ALEAç) e *no Atlas Linguístico do Litoral Português* (ALLP). Os materiais analisados comprovam registros da apócope em áreas de Portugal continental e em São Miguel, nos Açores. Apresenta-se, a seguir, detalhamento dessa documentação nos atlas.

3.1 No Atlas Lingüístico de la Península Ibérica *(ALPI)*

Através da consulta ao *Atlas Linguístico de la Península Ibérica* (ALPI), publicado em 1962, foi possível observar que a apócope da vogal átona se encontra documentada

em algumas regiões de Portugal como, por exemplo, Montalvão e Alcains, que compõem a rede de pontos do ALPI[805].

O levantamento para a verificação da apócope teve como base os registros da região de Portugal cujos pontos de inquérito correspondem aos números que vão de 200 a 292 e estão distribuídos por todo o território português. Examinado atentamente cada ponto no ALPI, foram documentadas apócopes nas localidades de Sombreiro (distrito de Bragança), Moimenta da Beira (distrito de Viseu), Castendo (distrito de Guarda), Alcains (distrito de Castelo Branco), Montalvão (distrito de Portalegre) e Sagres (distrito de Faro).

Da amostra de fala coletada, podem ser observados alguns exemplos[806] no Quadro 1.

Quadro 1. Apócope em regiões de Portugal no *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* (Navarro Tomás 1962)

Vocábulo	Variante fônica	Carta	Ponto	Localidade
Aço	[asˈ]	09	266	Montalvão
Ontem	[õn̪tˈ]	20	220	Sobreiro
Cavalo	[kavał]	29	252	Alcains
Castelo	[ka̪štéɫ̥]	37	291	Sagres
Doze	[dóz̥̊]	71	239	Castendo
Doce	[dós̪̊]	74	236	Moimenta da Beira

3.2 No Atlas Linguístico do Litoral Português *(ALLP)*

O Atlas Linguístico do Litoral Português (ALLP), projeto dirigido por Gabriela Vitorino no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (cf. também Vitorino 1987), é um atlas de interesse predominantemente lexical. O trabalho de investigação teve como objetivo o estudo da linguagem técnica dos pescadores do litoral continental português, na perspectiva da Geografia Linguística. A autora deteve-se em um léxico especializado e muito dependente de aspectos etnográficos locais e regionais.

[805] *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica (ALPI).* Disponível em: <http://www.alpi.csic.es/> (acesso em: 10.05.2018).
[806] Foi utilizada a transcrição fonética adotada pelo ALPI.

Verificadas todas as cartas da rede do ALLP (Vitorino 1987), observou-se o predomínio da apócope em localidades do Barlavento algarvio, ao Sul de Portugal, como se pode observar em alguns exemplos apresentados no Quadro 2.

Quadro 2. Apócope em localidades do *Atlas Linguístico do Litoral Português* (Vitorino 1987)

Vocábulo	Variante fônica	Mapa	Pontos	Localidade
Peixe branco	[pˈeʃ brɐ̃k][807]	10	17, 18, 19, 20, 21	Sagres, Salema, Ferragudo, Senhora da Rocha, Quarteira
Salmonete	[sɐlmnˈet]	50	17, 18, 19, 20, 21, 22	Sagres, Salema, Ferragudo, Senhora da Rocha, Quarteira, Fuseta
Badejo	[bɐdˈeʒ]	89	17, 18, 19, 20	Sagres, Salema, Ferragudo, Senhora da Rocha
Linguado	[lĩgwˈɑd]	105	17, 18, 19, 20	Sagres, Salema, Ferragudo, Senhora da Rocha
Choco	[ʃˈok]	136	17, 18, 19, 20, 21	Sagres, Salema, Ferragudo, Senhora da Rocha, Quarteira
Percebe	[pəsˈeb]	12	17, 18, 19, 20, 21	Sagres, Salema, Ferragudo, Senhora da Rocha, Quarteira
Caranguejo	[kɐrɐ̃gˈeʒ]	175	18, 19, 20	Salema, Ferragudo, Senhora da Rocha
Casulo	[kɐzˈɯɬ]	187	17, 18, 19, 20, 21	Sagres, Salema, Ferragudo, Senhora da Rocha, Quarteira

3.3 No Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores *(ALEAç)*

O *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores* (ALEAç)[808] insere-se no projeto mais amplo, o do *Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (ALEPG).

O presente levantamento baseou-se no volume I publicado em 2001, sobre *A criação de gado: bovino, ovino e caprino, leite e derivados; porco e a matança*[809]. A consulta dos materiais deste volume permitiu observar que o apagamento da vogal átona final está presente no ALEAç nas nove ilhas investigadas. As ocorrências apresentadas no quadro a seguir são comuns nessas localidades.

[807] Neste quadro, apresenta-se a transcrição fonética adotada pelo ALLP.
[808] A descontinuidade geográfica dos Açores e a sua especificidade linguística levaram, porém, ao vislumbramento de uma publicação independente dos materiais recolhidos para o ALEPG nas nove ilhas do Arquipélago, tendo as autoridades culturais insulares tomado a seu cargo essa publicação.
[809] Conforme disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/alea/>.

Quadro 3. Apócope em localidades do *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores* (Ferreira *et al.* 2001)

Vocábulo	Variante fônica	Carta	Ponto	Localidade
Gado	[gˈạd][810]	2	8	São Jorge
Rebanho	[ʁɐbˈɐ̃ɲ]	3	2	Flores
Rebanho	[r̃ʲbˈɐ̃ɲ]	5	1	Corvo
Rebanho	[ʁbˈɐ̃ɲ]	4	6	Pico
Mamote	[mɐˈmɔt]	24	10	Graciosa
Caminho	[kɐmˈĩɲ]	11	12	Terceira
Pasto	[pˈạst]	12	13	São Miguel

4. Apagamento das vogais átonas finais [i] e [ʊ] no Banco de dados do ALEPG: Barlavento algarvio e Ilha de São Miguel (Açores)

O estudo desenvolvido em território português fundamenta-se nos pressupostos teóricos da Dialetologia, predominantemente a monodimensional, a partir dos dados linguísticos do ALEPG e na constatação de que as amostras utilizadas têm um volume de dados suficiente para permitir o confronto entre as áreas investigadas.

A consulta[811] ao Banco de dados do ALEPG teve como principal objetivo verificar o fenômeno da apócope das vogais [ɨ] e [u] átonos em posição final de vocábulo, em localidades da rede de pontos do *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (ALEPG). Foram selecionadas três localidades na região do Algarve, ao Sul de Portugal: Praia da Salema, Vila do Bispo e Alvor; e três na ilha de São Miguel, nos Açores: Mosteiros, Nordeste e Rabo de Peixe. Essas seis localidades foram consideradas como variáveis geolinguísticas, neste estudo, com o intuito de examinar comportamento da apócope entre elas. Essa seleção tomou como referência, dentre outras pesquisas, o registro de ocorrência do apagamento em estudos como Carrancho (1969), Maia (1975), Segura da Cruz (1987) e Bernardo (1991).

Essa pesquisa pauta-se em elocuções de falantes nativos das diferentes áreas contempladas, vinculando-se aos critérios de seleção previstos na metodologia geral

[810] Transcrição fonética conforme o ALEAç.
[811] Estágio de Doutorado no exterior – Processo BEX: 9454-14-4.

do ALEPG e aos pressupostos da Teoria Variacionista (Labov 2008 [1972]), segundo a qual as línguas humanas são inerentemente variáveis e sujeitas a mudanças.

A consulta à Base de dados do ALEPG permitiu o acesso aos relatórios gerados com todas as respostas dos inquéritos, tornando possível, deste modo, a comparação do fenômeno entre as localidades.

4.1 O Projeto Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza *(ALEPG)*

O *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (ALEPG) é um projeto nacional, iniciado em 1970 por uma equipe dirigida pelo professor Luís F. Lindley Cintra. Este projeto continua em desenvolvimento no Centro de Linguística, sob a coordenação de João Saramago[812]. Trata-se de um projeto geolinguístico cujas recolhas se encontram finalizadas. A rede de inquéritos do ALEPG é constituída por um total de 212 pontos distribuídos da seguinte forma: 176 em território continental, 17 no arquipélago dos Açores, 7 no arquipélago da Madeira e 12 em território espanhol (zonas fronteiriças). Foram escolhidos informantes nascidos na localidade ou residentes na zona do inquérito com idade superior a 40 anos e reduzido nível de escolaridade.

O questionário para recolha de dados para o ALEPG é essencialmente lexical, de perspectiva predominantemente onomasiológica, e é resultado de um trabalho coletivo. Esse questionário é composto de 2.077 respostas esperadas, distribuídas em três volumes e organizadas por campo semântico (A. O universo; B. O homem; C. O homem e o universo). As respostas eram obtidas através de perguntas indiretas realizadas pelos inquiridores na residência ou no local de trabalho do informante. O questionário integral possuía 3.500 perguntas, mas veio a ser reduzido para cerca de 2.000, como forma de acelerar a sua aplicação e de viabilizar a continuidade do projeto.

Os inquéritos foram realizados a partir de 1974 e finalizados em 2004, tendo sido aplicado o questionário integral em 70 localidades e o reduzido em 142. Em cada ponto de rede foram realizados vários inquéritos, sendo um inquérito principal, feito a um informante com características tradicionalmente estabelecidas pela geografia linguística, e inquéritos parciais, a outros informantes, que podiam ser de diferentes

[812] Cf. <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/683-aleac-atlas-linguistico-etnografico-dos-acores>.

camadas etárias, de diferentes estratos sociais e sexos diferentes, que forneciam informações complementares no que diz respeito ao vocabulário de partes específicas do questionário (como certos ofícios).

A transcrição fonética dos dados teve como base o Alfabeto Fonético Internacional (IPA), porém, adotando uma série de diacríticos que permitiam uma adaptação às variantes fonéticas locais, utilizando uma notação estreita que reproduzisse de modo mais fiel possível cada uma das realizações sonoras dos informantes.

A etapa de recolha de dados previstas para o ALEPG encontra-se finalizada. Entretanto, as tarefas de transcrição fonética do material recolhido e respectiva introdução numa base de dados, tendo em vista a sua publicação, estão em fase de andamento (cf. Saramago 2016).

4.2 Procedimentos Metodológicos

A partir da audição dos seis inquéritos acima identificados, foram extraídas as ocorrências para este estudo, considerando as respostas válidas fornecidas ao questionário do ALEPG. Foram considerados os dados já transcritos na base de dados, no entanto foi realizada uma audição dos áudios de todas as localidades selecionadas com o intuito de observar mais atentamente o fenômeno em análise. O programa utilizado para audição dos inquéritos foi o *Audacity 2.0*, um editor de áudio que permite o recorte de trechos de fala, marcações de tempo e manipulação de faixas. Do questionário do ALEPG, foram selecionados 51 itens, coincidentes com o questionário elaborado para a tese de doutoramento[813], e dos quais são oriundas as 429 ocorrências (presença e ausência) da vogal átona final. O *corpus* para este estudo constituiu-se a partir das respostas de cada informante aos seguintes itens:

[813] Para a tese de doutoramento da autora, no Brasil, foi elaborado um Questionário Fonético-Fonológico com 115 respostas.

Quadro 4. Relação de itens selecionados do questionário do ALEPG

0015 tempo	0814 carro	1548 chave
0203 cachorro	0847 couve	1712 corpo
0210 gato	0850 alface	1716 enterro
0275 peixe	0872 alho	1725 filho
0367 piolho	0877 tomate	1735 primo
0367 piolho	0917 gomo	1738 genro
0380 grilo	1157 bezerro	1769 boa tarde
0434 pescoço	1211 porco	1885 pulo
0677 mentiroso	1253 cavalo	1903 alto
0808 doido	1271 macho	1933 oito
0894 caroço	1273 galo	1934 nove
0275 peixe	1278 frango	1939 catorze
0367 piolho	1293 galinheiro	1993/1 muito
0579. lenço	1334/734 cabo	1993/2 pouco
0597 novo	1408 sapateiro	1999 caro
0626 fome	1433 cravo	2000 barato
0645 bolo	1451 prego	2067 ano

As respostas aos itens apresentados foram devidamente recortadas em arquivo específico, e posteriormente comparadas com a transcrição no banco de dados do ALEPG. No quadro 4, serão apresentados apenas exemplos de realizações observadas na fala de informantes das respectivas localidades investigadas.

Quadro 5. Apagamento das vogais finais [ɨ] e [ʊ] no Banco de dados do ALEPG em regiões do Barlavento algarvio e São Miguel (Açores)

Questionário	Praia da Salema	Vila do Bispo	Alvor	Nordeste	Rabo de Peixe	Mosteiros
Forma Ortográfica	Forma fonética (Barlavento algarvio)			Forma fonética (ilha de S. Miguel)		
1/ 0015[814] TEMPO	[tˈe̞p]	[tˈæ̃p]	[tˈě̞p]	[tˈẽ̞p]	[tˈẽ̞p]	[tˈɜ̃p]
7/0380 GRILO	[gɾˈiɫ]	[grˈil]	[gɾˈil]	[gɾˈilᵘ]	[gɾˈilᵘ]	[gɾˈilⁱ] [gɾˈiʎ]

[814] O primeiro número refere-se ao número de ordem no levantamento; o segundo, à identificação do questionário do ALEPG.

8/0434 PESCOÇO	[p͡kˈos]	[p͡kˈos]	[pʃkˈos]	[pʃkˈosⁱ]	[pʃkˈoʷsᵘ]	[pʃkˈosⁱ] [pʲʃkˈos]
31/734 CABO	[kˈɑb]	[kˈɑb]	[kˈɑb]	[kˈɑb]	[kˈɑb]	[kˈɑb]
26/1253 CAVALO	[kɐvˈɑl]	[kɐvˈɑl]	[kɐvˈɑl]	[kɐvˈɑl]	[kɐvˈɑl]	[kɐvˈɑlᵘ]
9/0677 MENTIROSO	[mĩtiɾˈoz]	[mɐ̃tirˈoz]	[mẽtiɾˈoz]	[mɐ̨̃tɨɾˈozᵘ]	[mĩtiɾˈozu]	[mẽtiɾˈo̯z]
19/0847 COUVE	[kˈovⁱ]	[kˈoy̯]	[kˈov]	[kˈöv]	[kˈøv] [kˈøʲv]	[kˈøjv]
20/0850 ALFACE	Ø	[ɐɬfˈas]	[ɐɬfˈas]	[ɐlfˈɑs]	[ɐlfˈɑsⁱ]	[ɐlfˈɑs]
22/0877 TOMATE	[tmˈɑt]	[tⁱmˈɑt]	[tumˈɑt]	[tumˈɑt]	[tumˈɑtɨ]	[tᵘmˈɑtʰ] [tⁱmˈɑtʰ]
35/1548 CHAVE	[ʃˈɑvⁱ]	[ˈɑ͡v]	[ʃˈɑv]	[ʃˈɑv]	[ʃˈɑv]	[ʃˈɑv]
46/1939 CATORZE	[kɐtˈoɾz]	[kɐtˈoz]	[kɐtˈoɾz]	Ø	[kɐtˈoɾz]	[kɐtˈøɾz̯]

O recorte para este estudo reuniu dados coletados de 24 informantes do ALEPG das localidades selecionadas. A amostra é composta de informantes do sexo masculino e do sexo feminino que, para este artigo, foram distribuídos entre duas faixas etárias: f1 entre 40 e 60 anos e f2 entre 60 e 71 anos. Foram selecionados informantes devidamente identificados nos registros dos áudios de cada inquérito.

4.3 O que dizem os dados do ALEPG

Considerando o levantamento para a verificação da apócope, em que se tomou como base o banco de dados do ALEPG, foram considerados um total de 428 ocorrências, sendo, no cômputo geral, 209 no Continente e 219 nos Açores.

A. Apócope no Barlavento algarvio

Das 209 ocorrências verificadas no Barlavento do Algarve, 166 correspondem à vogal [ʊ] e 43 correspondem à vogal [ɨ]. Dessas 166 palavras que potencialmente possuem a vogal [ʊ], 93% são de apócope e 7% correspondem à presença da vogal final. Dentre as 43 palavras verificadas para a vogal [ɨ], 95% são de apócope e 5% são realizadas com a presença da vogal final, como se pode observar na distribuição da variável na amostra:

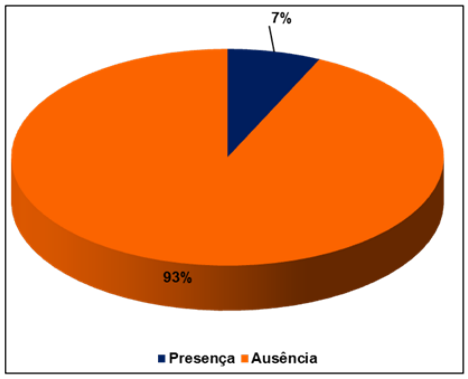


Gráfico 1. Apócope da vogal [ʊ] no Barlavento algarvio

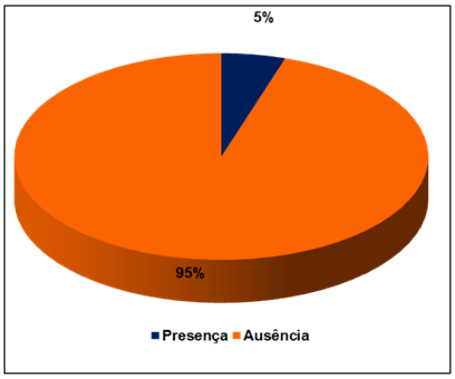


Gráfico 2. Apócope da vogal [ɨ] no Barlavento algarvio

Tomando por base a distribuição da apócope em localidades do Barlavento do Algarve, chamam a atenção os resultados apresentados nos gráficos 1 e 2, que revelam a apócope como um fenômeno que caracteriza majoritariamente as localidades investigadas. Nessa área do Continente, praticamente não se observa variação na realização das vogais [ɨ] e [ʊ] em posição final, face à apócope, que apresenta resultados de fenômeno quase categórico entre os falantes.

B. Apócope na Ilha de São Miguel (Açores)

Das 219 ocorrências examinadas na ilha de São Miguel, nas localidades de Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros, 42 representam a vogal [ɨ] e 177, a vogal [ʊ]. Dessas 42 palavras verificadas para a vogal [ɨ], 71% são de apócope e 29% são realizadas com a presença da vogal final, ainda que reduzida. Dentre as 177 palavras levantadas para a vogal [ʊ], 41% são de apócope e 59% são realizadas com a presença da vogal final. A distribuição da variável no *corpus* pode ser visualizada nos gráficos 3 e 4.

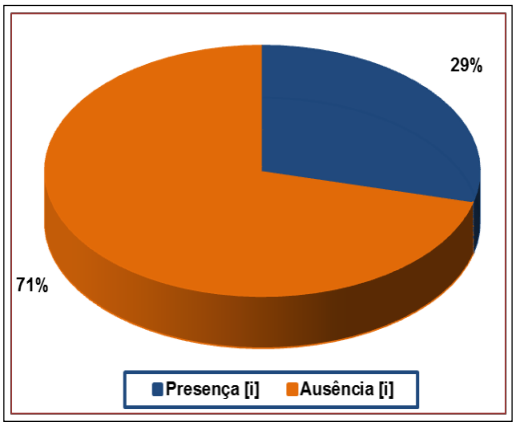


Gráfico 3. Apócope da vogal [ɨ] em São Miguel

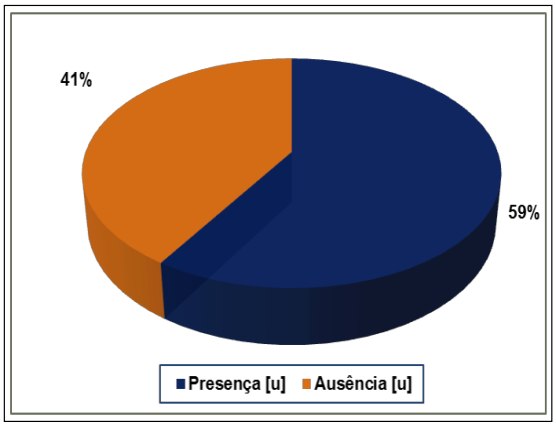


Gráfico 4. Apócope da vogal [ʊ] em São Miguel

Os resultados apresentados nos gráficos 3 e 4 mostram que o fenômeno da apócope está presente nas localidades de Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros, em São Miguel, nos Açores, tanto para vogal final [ɨ], com 71% de realizações, quanto para a sua correspondente [ʊ], com 41%. Esse fenômeno apresenta-se como um fato que caracteriza as localidades investigadas, confirmando o que se encontra também documentado no *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores* (Ferreira *et al.* 2001) e em pesquisas anteriores, como em Medeiros (1964), Ferreira *et al.* (1996), Bernardo (1991, 2003), Silva (1998, 2007).

Chama-se a atenção, nos gráficos apresentados, para a distribuição das vogais finais, [ɨ] e [ʊ], no *corpus,* pois apesar de a vogal [ʊ] estar majoritariamente representada na amostra, é a vogal [ɨ] que apresenta maior tendência ao apagamento, com 95% de apagamento no continente e 71% nos Açores.

a) Distribuição diatópica da apócope da vogal átona [ɨ] e [ʊ] nos Açores (Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros)

Tomando por base a amostra, a apócope da vogal [ɨ] manifesta-se de forma diferente em Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros, como se pode observar no Gráfico 5.

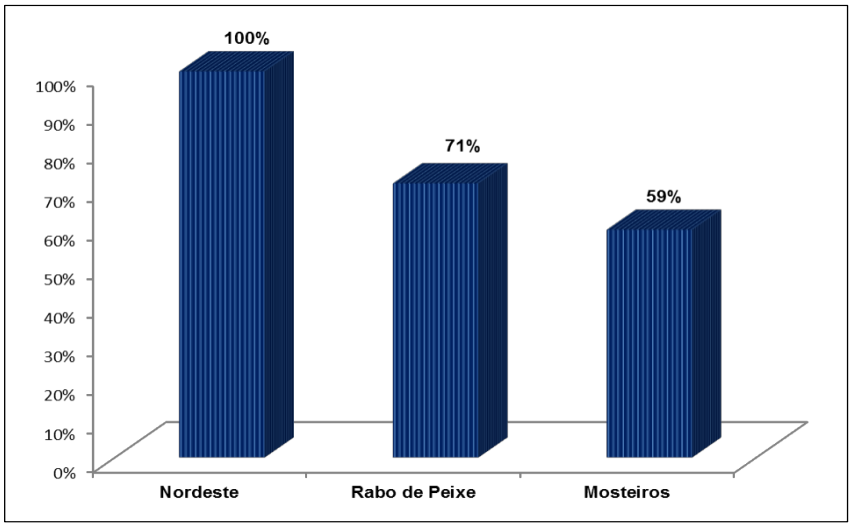


Gráfico 5. Distribuição diatópica da apócope da vogal átona [ɨ], nos Açores (Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros)

Os resultados apresentados no Gráfico 5 mostram que, no Nordeste, a apócope da vogal [ɨ] ocorre de forma categórica nos oito casos investigados. As localidades de Rabo de Peixe e Mosteiros revelam um alto índice de apagamento da vogal final com 71% e 59%, respectivamente.

Quanto à vogal [ʊ], os dados revelaram um resultado mais modesto nas localidades investigadas, como se pode constatar no Gráfico 6.

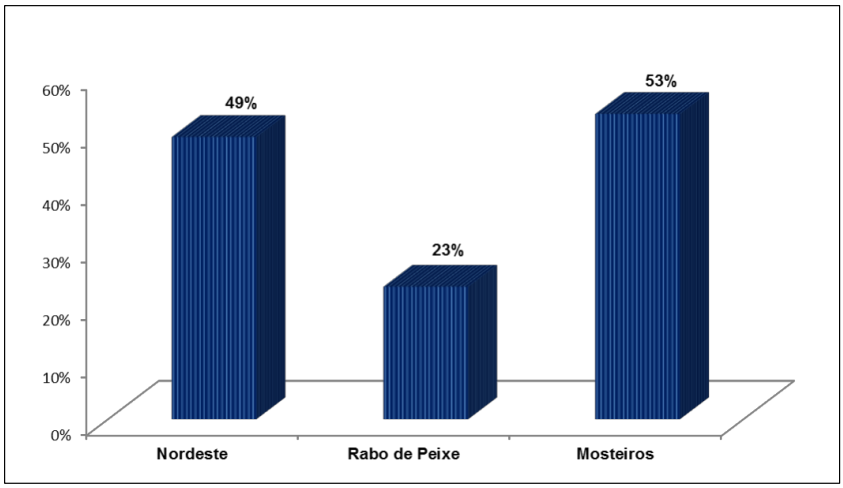


Gráfico 6. Distribuição diatópica da apócope da vogal átona [ʊ], nos Açores (Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros)

Dentre as localidades que foram objeto de análise, os resultados mostram que Mosteiros é a localidade que revela um percentual maior de apagamento da vogal final

[ʊ] com uma frequência de 53%, seguida do Nordeste com 49% e, por último, Rabo de Peixe, apresentando apenas 23% de apagamento dessa vogal.

b) Apócope da vogal átona [ɨ] e [ʊ] nos Açores (Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros) em função dos fatores sociais

Considerando que os fatores sociais não funcionam da mesma maneira em todas as comunidades, contemplaram-se as variáveis sociais faixa etária e sexo do informante, a fim de observar a sua atuação sobre o apagamento das vogais átonas finais [ɨ] e [ʊ] nas localidades em análise.

i. A faixa etária do informante

Quanto à vogal [ɨ], ao analisar o índice de ocorrência da apócope segundo a variável faixa etária dos informantes, percebe-se que esse fenômeno concentra-se majoritariamente na faixa 2, como se pode observar no Gráfico 7:

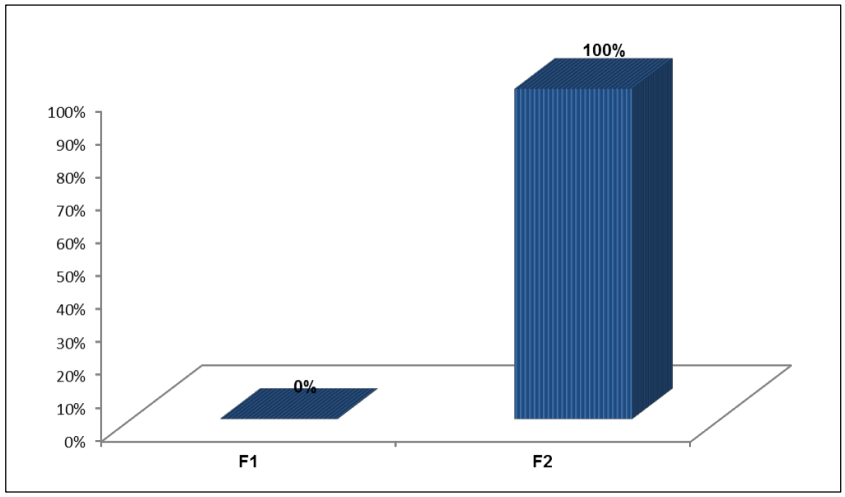


Gráfico 7. Apócope da vogal átona [ɨ], em função da faixa etária, nos Açores (Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros)

Vale salientar que não se observaram ocorrências para a vogal [ɨ] na faixa 1, nos dados analisados nas localidades de Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros, nos Açores.

Quanto à vogal [ʊ], os resultados da análise revelaram que os mais idosos do grupo realizam mais apócopes, como se pode visualizar no Gráfico 8.

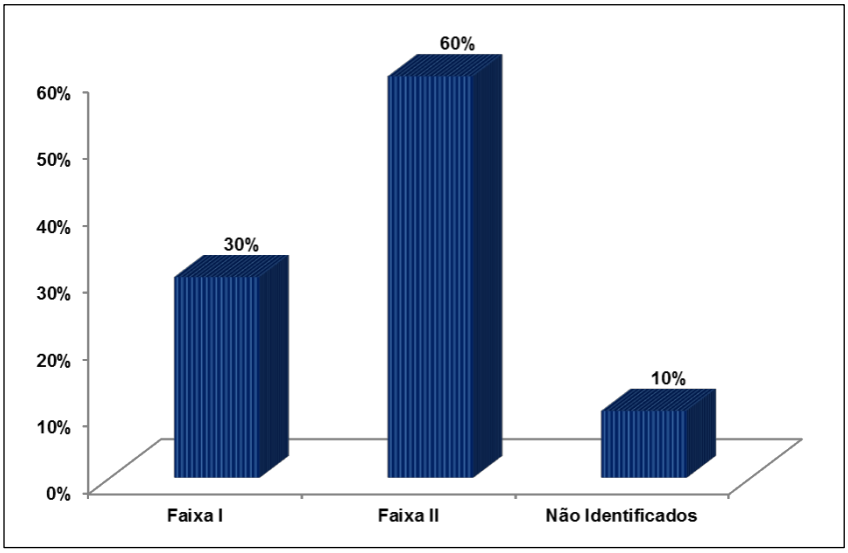


Gráfico 8. Apócope da vogal átona [ʊ], em função da faixa etária, nos Açores (Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros)

Como se pode observar no Gráfico 8, os dados mostram que os falantes da faixa 2 realizam mais o apagamento da vogal [ʊ], atingindo 60 % ocorrências. A faixa 1 chega a 30% e os não identificados[815] 10%.

É possível notar que, em Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros, para a vogal [ɨ], todas as ocorrências observadas estão concentradas na faixa 2. Para essa vogal, não se registraram ocorrências na faixa 1. Com relação à vogal [ʊ], percebe-se que há variação com alto índice de ocorrência de apagamento concentrado, majotariamente, na faixa 2.

ii. O sexo do informante

Com base no recorte feito para esta análise, não se observam grandes diferenças na fala de homens e mulheres nas localidades investigadas, nem para a vogal [ɨ], nem para a sua correspondente [ʊ], o que leva a entender que o sexo não interfere no processo variação.

Quanto à vogal [ɨ], praticamente não há variação. Homens e mulheres realizam apócope indistintamente. Os homens com 74% e as mulheres com 70 %, como se pode ver no Gráfico 9.

[815] Refere-se a três informantes cuja identificação não foi possível nos dados disponíveis.

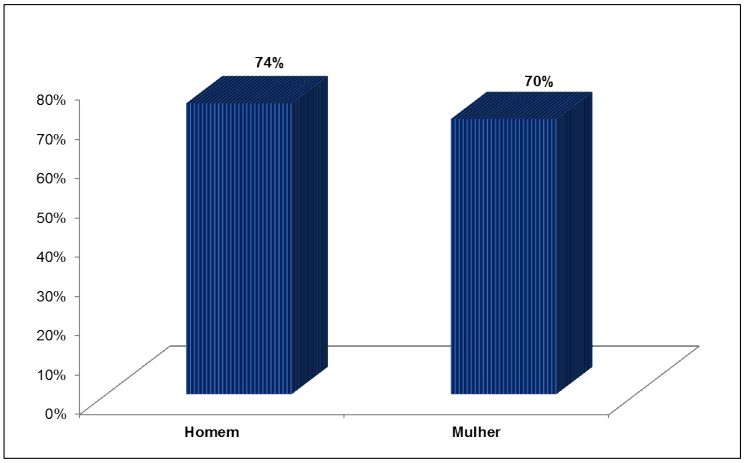


Gráfico 9. Apócope da vogal átona [ɨ], em função do sexo, nos Açores (Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros)

Com relação à vogal [ʊ], pode-se observar pouca distinção entre homens e mulheres, como mostra o Gráfico 10.

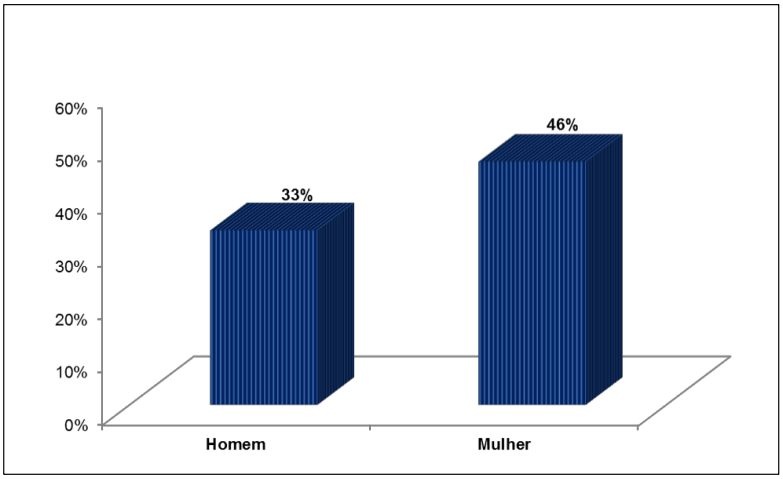


Gráfico 10. Apócope da vogal átona [ʊ], em função do sexo, nos Açores (Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros)

Os dados evidenciam que o uso da apócope nas localidades investigadas não parece associado ao sexo. Os percentuais para homens (33%) e mulheres (46%) não chegam a 50% na amostra para a vogal [ʊ].

5. Considerações finais

Este estudo centrou-se particularmente sobre o objetivo de examinar, em localidades do Barlavento algarvio e em São Miguel, nos Açores, o apagamento das vogais átonas finais [ɨ] e [ʊ], um fenômeno que já se encontrava registrado tanto em Portugal continental, sobretudo na parte centro-meridional do país, quanto nos Açores, nomeadamente na ilha de São Miguel.

Em relação a tentativas de explicações para esse fato linguístico, Carrancho (1969) menciona a hipótese de a oscilação da vogal em posição final ser decorrente da rapidez de fala ou do acento que recai sobre a palavra. Nos termos da autora: «As vogais átonas apresentam uma grande instabilidade e estão sujeitas a diversas modificações, que vão desde o seu desaparecimento até a sua transformação, o que se deve talvez ao modo rápido como os pescadores falam e se expressam» (Carrancho 1969: 105). Também Maia (1975) apresenta explicação para a perda da vogal final em território algarvio. Para esta autora, a perda da vogal pode ter sido o resultado da influência moçárabe, que ao longo dos séculos convergiu para esta região, dentre outras. Apesar de a influência moçárabe se manifestar em outros fenômenos e em outras áreas, a autora atribui a perda da vogal final a uma particularidade desse idioma, conforme esclarece em seu estudo:

> *Particularidade dos idiomas moçárabes é também a perda de* -u *final que ainda hoje caracteriza a quase totalidade do território algarvio. De facto, o hábito de em árabe se apocopar a vogal final das formas românicas que entravam nessa língua, já que os substantivos masculinos árabes terminavam em consoante, deve ter-se transmitido aos idiomas moçárabes. Efectivamente, os glossários latino-árabes apresentam frequentemente – embora nem sempre – moçarabismos com omissão da vogal* -o *[u].* (Maia 1975: 124).

Embora vários autores tenham sugerido possíveis explicações para o apagamento na língua, a verdade é que esse fenômeno, apesar de ser uma realidade tanto em áreas do português continental quanto em áreas do português insular, consiste em uma variação cujos contornos ainda estão por explicitar.

Neste estudo, a apócope investigada no continente, em Vila do Bispo, Praia da Salema e de Alvor, revelou-se como um fenômeno que caracteriza majoritariamente estas localidades do Barlavento do Algarve, reforçando o que já se encontra mencionado nos estudos existentes, como em Carrancho (1969), Maia (1975), Cintra

(1983 [1971]), Cunha e Cintra (1984), Segura da Cruz (1987) e documentado nos atlas linguísticos publicados.

Na ilha de São Miguel, nos Açores – em Nordeste, Rabo de Peixe e Mosteiros –, a apócope das vogais [ɨ] e [ʊ] também foi encontrada como um fenômeno característico destas localidades, mas apresenta variação com a norma, confirmando o que se encontra documentado em Medeiros (1964), Bernardo (1991, 2003), Ferreira *et al.* (1996), Silva (1998, 2007) e no ALEAç (Ferreira *et al.* 2001).

Tomando por base a amostra em análise, não foram observadas diferenças significativas quanto ao sexo do falante. Homens e mulheres têm percentuais próximos. Os dados analisados mostram, no entanto, que os informantes mais velhos realizam mais apócopes. Apesar de, neste estudo, a faixa etária 1 ser constituída de falantes de mais de 40 anos, os dados podem indicar uma mudança em curso nas localidades açorianas investigadas. O fato de, nos dados destas localidades, a faixa etária 2 (> 60 anos) favorecer a apócope é compatível com o que diz Labov (2008 [1972]: 163) sobre a faixa etária nos processos de mudança em curso: «A abordagem à mudança se fará através das comprovações internas, na distribuição do comportamento linguístico através das várias faixas etárias da população». Essa distribuição permite observar que a idade, ao longo do tempo, vai transformando os hábitos sociais, permitindo distinguir etapas na vida linguística de um indivíduo. Tendo em vista que as diferenças entre as gerações podem mostrar mudanças em curso, vale ressaltar que, para confirmação dos dados apresentados neste estudo, seria interessante analisar uma amostra constituída nas mesmas localidades e composta de falantes entre 20 e 40 anos, com o propósito de confrontar os resultados e analisar possíveis evidências do apagamento das vogais [ɨ] e [ʊ].

Além disso, seria conveniente avaliar ainda o grau de aceitação da variável, nas localidades que foram objeto de análise, para observar a avaliação que o fenômeno recebe socialmente, uma vez que, como diz Labov (2008 [1972]: 354), «[n]em todas as mudanças linguísticas recebem avaliação social explícita ou sequer reconhecimento. Algumas parecem ficar muito abaixo do nível das reações sociais explícitas». Salienta-se que, na proposta de Labov (2008 [1972]), as variantes podem ser classificadas como: *estereótipos*, formas linguísticas estigmatizadas socialmente; *marcadores*, que são variantes que apresentam consistente valoração social e uma

diferenciação estilística; e *indicadores*, que não são sequer comentadas ou reconhecidas pelos falantes nativos, representando apenas a diversificação social, sem interferência da avaliação subjetiva.

Para pesquisas futuras, uma amostra mais ampla permitirá o aprofundamento das análises e inferências, confirmando ou refutando o que foi apresentado neste trabalho. Exemplo de investigação seria analisar o grau de aceitação da variável nas localidades e observar a direção para a qual os resultados estão realmente apontando. Além disso, averiguar a influência moçárabe em relação à apócope no dialeto português.

Referências

ALEAç – *Atlas Linguístico e Etnográfico dos Açores*, coord. João Saramago. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/683-aleac-atlas-linguistico-etnografico-dos-acores>

ALEPG – *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*, coord. João Saramago. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/681-alepg-atlas-linguistico-etnografico-de-portugal-e-da-galiza>

ALLP – *Atlas Linguístico do Litoral Português*, coord. Gabriela Vitorino. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/685-allp-atlas-linguistico-do-litoral-portugues>

Bernardo, Maria Clara Rolão 1991. *O falar da Bretanha*. 1991. Trabalho de síntese apresentado para as provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

Boléo, Manoel de Paiva e Maria Helena Santos Silva. 1962. «O Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental». *Boletim de Filologia*. *Actas do IX Congressso International de Linguistica Românica (31 de março a 4 de abril de 1959, Lisboa)*, 85–116. Lisboa Centro de Estudos Filológicos.

Brissos, Fernando Jorge Costa. 2012. *Linguagem do Sueste da Beira no Tempo e no Espaço.* Tese de Doutoramento em Linguística, Universidade de Lisboa.

Carrancho, Maria Licínia Sarrico dos Santos. 1969. *A Linguagem dos Pescadores de Lagos.* Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica, Universidade Clássica de Lisboa.

Cintra, Luís Filipe Lindley. 1983 [1971]. «Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses». *Boletim de Filologia*, 1971. republ. 1983. *Estudos de Dialectologia Portuguesa.* Lisboa: Sá da Costa Editora.

Cunha, Celso e Luís Filipe Lindley Cintra. 2013 [1984]. *Nova Gramática do Português Contemporâneo.* 6.ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon.

Ferreira, Manuela Barros, Ernestina Carrilho, Maria Lobo, João Saramago e Luísa Segura da Cruz. 1996. «Variação lingüística: perspectiva dialectológica». *In* Faria, Isabel Hub *et al.* (org.). *Introdução à Linguística Geral e* Portuguesa, 479–502. Lisboa: Caminho.

Ferreira, Manuela Barros, João Saramago, Luisa Segura e Gabriela Vitorino (com a colaboração de Ernestina Carrilho e Maria Lobo). 2001. *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores – ALEAç*. Lisboa / Angra do Heroísmo: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Direcção Regional da Cultura-Açores.

García Mouton, Pilar (coord.), Inés Fernández-Ordóñez, David Heap, Maria Pilar Perea, João Saramago, Xulio Sousa. 2016. *ALPI-CSIC*. Edición digital de Navarro Tomás, Tomás (dir.). *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, Madrid, CSIC. <www.alpi.csic.es>.

Labov, Willian. 2008 [1972]. *Padrões sociolingüísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola.

Leite de Vasconcelos, José. 1896. «Dialectos algarvios (Contribuições para o estudo da dialectologia portuguesa)». *Revista Lusitana* 4: 328–338.

Leite de Vasconcelos, José. 1959 [1911]. *Lições de Filologia Portuguesa.* 4.ª ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

Maia, Clarinda de Azevedo. 1975. «Os falares do Algarve. (Inovação e Conservação)». *Revista Portuguesa de Filologia* 17: 37–205. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Medeiros, Maria de Jesus C. 1964. *A Linguagem Micaelense em alguns de seus aspectos.* Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Navarro Tomás, Tomás (dir). 1962. *Atlas Linguístico de La Penísula Ibérica – ALPI. I. Fonética*. Madrid: Conselho Superior de Investigaciones Científicas.

Saramago, João. 2006. «O Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG)». *Estudis Romànics* 28: 281–298.

Segura da Cruz, Luisa. 1987. *A Fronteira Dialectal do Barlavento do Algarve*. Dissertação para acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.

Silva, David James 1998. «Vowel Lenition in São Miguel Portuguese». *Hispania* 81(1): 166–178.

Silva, David James. 2007. «The Persistence of Stereotyped Dialect Features among Portuguese-American Immigrants from São Miguel, Azores». *Journal of Portuguese Linguistics* 1–34.

Vitorino, Gabriela. 1987. *Atlas Linguístico do Litoral Português: fauna e flora (introdução a dialectometria e índices)*. Dissertação para acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.

52. O futuro das humanidades digitais é o passado

Jorge Viana Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista, Bahia

Cristiane Namiuti

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista, Bahia

Estudos em Linguística Histórica dependem de fontes antigas. Com as Humanidades Digitais, buscam-se maneiras de se beneficiar das vantagens do digital. Neste trabalho, questionamos: como se beneficiar das vantagens do suporte digital sem dispensar a fidedignidade do documento original físico? Em resposta, temos desenvolvido e aplicado um método de construção de *corpora* digitais anotados cientificamente controlados (Santos e Namiuti 2016) em que, partindo do Documento Físico, constrói-se o Documento Digital Imagem que servirá de fonte para os processos de constituição de *corpora* anotados, e resultarão no Documento Digital Texto com camadas de anotação, registrando a memória do processamento. Na transposição material do papel para o suporte digital, mediante desenvolvimento e uso de procedimentos, ferramentas e tecnologias, chegamos ao Aparato de Metadados Estruturados (AME) que recupera, no digital, a complexidade do documento físico, cuja realidade é tridimensional, irregular e subjetiva. Atualmente o AME engloba cinco componentes: Catálogo Visual; Dossiê de Observações Pertinentes; Fotografia Cientificamente Controlada; Análise Topográfica e Análise Descritiva.

Palavras-chave: Linguística Histórica, Humanidades Digitais, escrita, suporte digital, documentos históricos.

1. Introdução

As fontes documentais que fundamentam e fundamentaram os estudos em diferentes momentos da história possuem uma materialidade restrita, ligada ao tempo e ao espaço, portanto de acesso limitado, a exemplo dos textos lavrados em argila (Suméria, cerca de 3500 a.C.), papiro (Egito, cerca de 3300 a.C.), pergaminho (Grécia, cerca de 300 a.C.) e papel (China, cerca de 105 d.C.).

O suporte material destas fontes caracteriza um tipo de documento que limita seu acesso a um tempo e a um espaço: trata-se de Documento Físico (DF)[816] que, por ser físico, traz algumas complexidades que marcaram e marcam o modo de fazer humanidades desde a antiguidade (cf. Namiuti e Santos 2017).

Para Santos (2010), as principais complexidades do documento físico são: o acesso, a forma e a fragilidade e/ou raridade. Portanto, os estudos que partem destas fontes estão limitados a tais complexidades. Em relação ao acesso, o estudioso interessado em consultar as fontes, além de ter permissão, necessita estar no mesmo espaço físico do documento. Em relação à forma, o documento, por ser físico, é tridimensional, não mutável e não padronizado, carece de meios e técnicas que garantam o resgate das informações contidas em cada documento em específico. Por fim, no que diz respeito à fragilidade e/ou raridade dos documentos, Santos (2010) afirma que eles impõem um cuidado específico no seu manuseio que evite lhe causar danos. Assim, a investigação na área das humanidades deparou-se e depara-se com os limites e as possibilidades do suporte material do documento histórico.

Na história, desenvolveu-se e desenvolvem-se meios e técnicas adequadas ao suporte material para garantir o resgate de informações e documentos. Como exemplo de desenvolvimento de meios e técnicas para suprir a necessidade de organizar para localizar e resgatar informações, destaca-se a Biblioteca de Alexandria, que esteve em atividade no antigo Egito, por volta dos séculos III e IV a.C., e funcionava como uma instituição de localização, coleta, organização e preservação de documentos manuscritos advindos de várias partes do mundo.

De acordo com Namiuti e Santos (2017), o suporte material do objeto caracteriza um modo de fazer humanidades. Prova disso é que, com o advento das tecnologias, surgem novos suportes para as fontes documentais, a exemplo do digital, trazendo com ele não só novas possibilidades e limites, mas uma nova forma de fazer humanidades, hoje definida como Humanidades Digitais.

Segundo os autores, as complexidades do documento mudam com o advento do digital. No tocante ao acesso, o estudioso interessado em consultar as fontes não necessita estar no mesmo espaço físico do documento. Quanto à forma, por ser digital,

[816] Documento Físico (DF) é a nomenclatura empregada por Namiuti e Santos (2017) para definir o objeto que possui suporte físico (a exemplo do papel).

o documento é uma visão mutável que possibilita o controle sobre sua apresentação. Quanto à fragilidade e/ou raridade dos documentos, o suporte digital amplia as possibilidades de manuseio graças, por exemplo, à possibilidade de duplicação digital.

Atualmente, na era das Humanidades Digitais, para fins de pesquisa, buscam-se maneiras de se beneficiar das vantagens da tecnologia digital para o desenvolvimento de meios e técnicas de localização, coleta, organização, resgate de informação e preservação de documentos antigos, cujo suporte material da fonte original é físico.

A reprodução de documentos históricos no meio digital para a pesquisa científica necessita da garantia de fidedignidade. Esse pressuposto fundamental precisa ser integrado com as exigências impostas pelas vertentes tecnológica, computacional e linguística, tais como: o arquivo digital, a confiabilidade do código, a necessidade de quantidade e de automação no processamento de dados (cf. Paixão de Sousa 2006).

Assim, uma vez que os estudos diacrônicos dependem de fontes antigas em papel (suporte físico) e que são modernamente reproduzidas no meio digital para esse fim, questionamos: como se beneficiar das vantagens do suporte digital sem dispensar a fidedignidade do documento original físico?

Para enfrentar tal questão, colocamo-nos na posição de Pesquisador Formador de *Corpora* (PFC) (cf. Namiuti, Santos e Leite 2011), tomando como central a reflexão sobre a complexidade das fontes documentais em papel a se tornar documento digital. Nesse sentido, temos desenvolvido e aplicado um método de construção de *corpora* digitais anotados e cientificamente controlados: o método LAPELINC (cf. Namiuti e Santos 2017). Nele, partindo-se do Documento Físico (DF), constrói-se o Documento Digital Imagem (DDI)[817] que servirá de fonte original no meio digital para os processos de constituição de *corpora* eletrônicos anotados, processos estes que terão como resultado o Documento Digital Texto (DDT)[818].

Na transposição material[819] cientificamente controlada do papel para o suporte digital, mediante o desenvolvimento e uso de procedimentos, ferramentas e

[817] Documento Digital Imagem (DDI) é a nomenclatura empregada por Namiuti e Santos (2017) para definir o objeto que possui suporte digital (a exemplo do eletrônico em forma de imagem).
[818] Documento Digital Texto (DDT) é a nomenclatura empregada por Namiuti e Santos (2017) para definir o objeto que possui suporte digital (a exemplo do eletrônico em forma de caracteres).
[819] Transposição material: é a primeira etapa do método LAPELINC e compreende a passagem de um Documento Físico (DF) para um Documento Digital Imagem (DDI) através da fotografia cientificamente controlada e sistemas de gerenciamento de informações desenvolvidos especificamente para essa etapa.

tecnologias que potencializam a exploração das possibilidades do suporte digital para a pesquisa em humanidades, chegamos a um aparato que garante a recuperação de informações de natureza variada, a exemplo da filológica: o Aparato de Metadados Estruturados (AME) que permite recuperar, no digital, a complexidade do Documento Histórico Físico, cuja realidade é tridimensional, irregular e subjetivamente construída (Santos 2010, Santos e Namiuti 2017, Namiuti e Santos 2017).

Atualmente o AME engloba cinco componentes fundamentais: i) Catálogo Visual (CV); ii) Dossiê de Observações Pertinentes (DOP); iii) Fotografia Cientificamente Controlada (FCC); iv) Análise Topográfica (AT); v) Análise Descritiva (AD).

Nesse artigo, destacaremos, em primeiro lugar, o estado da arte dos *corpora* digitais; em seguida, abordaremos o problema da fidedignidade e da recuperação de informações do documento físico no digital e, por último, apresentaremos descritivamente o AME.

2. *Corpora* digitais para a pesquisa em Linguística Histórica: Estado da Arte

Os estudos em Linguística Histórica dependem das fontes antigas, as quais embasaram e tem embasado os estudos nas áreas das humanidades.

Namiuti e Santos (2017) ressaltam que o suporte gráfico da escrita necessitou e necessita de aparatos/suportes materiais, que caracterizam os documentos históricos, seus limites e possibilidades. Pela limitação do suporte material do documento antigo, as pesquisas na área da Linguística Histórica, por muito tempo, só podiam ser realizadas manualmente, enfrentando muitas dificuldades, tais como acesso restrito e *in locu*, a fragilidade e raridade dos documentos, além da lentidão para percorrer e comparar um volume representativo de dados que também necessitavam de meios e técnicas manuais de organização, resgate de informações e recuperação de dados.

Além disso, os autores acrescentam que o aparato material físico, a exemplo do papel, por ser físico, traz algumas complexidades de formato como a tridimensionalidade, a imutabilidade e não padronização. Com o surgimento da tecnologia eletrônica e computacional, novos suportes para as fontes documentais são utilizados, a exemplo do digital, trazendo com ele, ainda conforme Namiuti e Santos (2017), novas complexidades, possibilidades e limites.

Assim, com advento das novas tecnologias, as pesquisas em Linguística Histórica têm investido na construção/compilação de *corpora* de textos antigos no meio eletrônico unindo duas grandes ciências, a Linguística e a Computação.

Nesse sentido, iniciou-se, a partir de meados do século XX, intensificada no final da década de 1990 e no século XXI, o trabalho de construção de *corpora* anotados em meio eletrônico, possibilitando a pesquisa com um grande volume de dados, sua recuperação automática, além da recuperação automática das informações anotadas.

De acordo com Faria e Galves (2016), os *corpora* anotados são importantes para os estudos linguísticos, pois:

> *(...) constituem bases de dados perenes sobre as quais se podem efetuar análises qualitativas e quantitativas de vários tipos, que complementam outras abordagens como o recurso à intuição dos falantes ou ainda estudos baseados em experimentos, prática corrente em aquisição da linguagem e cada vez mais em análises sintáticas. Em linguística histórica, uma vez que não há falantes nativos disponíveis, os corpora são indispensáveis* (Faria e Galves 2016: 303).

Atualmente, diversos *corpora* eletrônicos estão disponíveis para análise, sendo a maior parte deles de língua inglesa, mas também existem *corpora* de língua portuguesa, francesa, espanhola, alemã, tcheca, chinesa, entre outras línguas.

O *Open American National Corpus* (OANC)[820], o *British National Corpus* (BNC)[821] – anotado segundo diretrizes da iniciativa TEI[822], *Brown Corpus*[823] e o *Corpus Penn TreeBank*[824] são alguns dos *corpora* anotados de língua inglesa destacados por Costa (2015: 33–34).

---

[820] http://www.anc.org – *corpus* de 15 milhões de palavras do inglês falado na América a partir de 1990, anotado com informações de estrutura do texto, estrutura sintática (limites das sentenças), classes de palavras, entre outras (American National Corpus 2012).

[821] http://www.natcorp.ox.ac.uk – *corpus* de 100 milhões de palavras de amostras do Inglês Britânico, escrito e falado a partir do século XX (British National Corpus 2009).

[822] Costa (2015: 33), citando *Text Encoding Initiative* (2013), explica que a Iniciativa de Codificação de Texto (TEI - *Text Encoding Initiative*) é um consórcio que desenvolve e mantém coletivamente um padrão para a representação de textos em formato digital. Sua principal produção é um conjunto de orientações que especificam os métodos de codificação para textos legíveis por máquina, principalmente nas ciências humanas, ciências sociais e lingüística.

[823] http://www.nltk.org/nltk_data/ – Standard Corpus of Present-Day American English, ou simplesmente Brown *corpus*, criado em 1964 na Brown University é composto por textos de amostra do inglês americano em impressos nos Estados Unidos no ano de 1961. Segundo Costa (2015: 33), é o *corpus* mais conhecido e historicamente importante por ter sido o primeiro *corpus* eletrônico a ser criado. Possui cerca de 1 milhão de palavras e serviu de modelo para outros *corpora* (Francis e Kucera 1979, Sardinha 2000, Silveira 2008).

[824] http://www.cis.upenn.edu/~treebank/ -- O Penn TreeBank é um *corpus* com cerca de 4,5 milhões de palavras, oriundas de textos coletados do Wall Street Journal. Os textos do *corpus* recebem anotação da

Em língua portuguesa existem vários *corpora* eletrônicos de destaque que podem ser localizados através do site do AC/DC (Acesso a *corpora*/Disponibilização de *corpora*) da Linguatec[825]. No entanto, a maioria dos *corpora* disponíveis na Linguateca são do português moderno (brasileiro e europeu).

O *Corpus* NILC/São Carlos[826], *Corpus* Brasileiro[827], CETEMPúblico[828] e o *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe[829] são alguns dos *corpora* em língua portuguesa disponíveis na página do AC/DC.

Apesar de constar no site do AC/DC atualização recente (29 de dezembro de 2017), muitos *corpora* anotados e em formato digital não constam em seus dados, principalmente os *corpora* de documentos antigos.

A iniciativa pioneira de Galves (1998) na construção do *corpus* eletrônico anotado de textos antigos em língua portuguesa – o *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe – serviu de inspiração e modelo para a construção de outros *corpora* diacrônicos anotados para o estudo da língua portuguesa no tempo.

O tratamento dos textos para a criação de *corpora* anotados consiste na conversão dos documentos para o formato de texto simples, exigindo, portanto, a eliminação de

estrutura sintática e anotação POS marcando as classes gramaticais das palavras. O *corpus* não está disponível gratuitamente (Megerdoomian 2003, Marcus, Santorini e Marcinkiewicz 1993).

[825] A Linguateca é um centro de recursos para o processamento computacional da língua portuguesa na internet e tem por objetivo servir à comunidade que se dedica ao processamento da língua portuguesa (Linguateca 2014) – http://www.linguateca.pt/.

[826] http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/index.php – O *corpus* do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC), contém textos do português brasileiro contemporâneo (Pinheiro e Aluisio 2003).

[827] http://*corpus*brasileiro.pucsp.br/cb/Inicial.html – *corpus* desenvolvido no Centro de Pesquisas, Recursos e Informação de Linguagem (CEPRIL-PUC/SP) e contém aproximadamente um bilhão de palavras de português brasileiro contemporâneo, está disponível *online*, o usuário pode fazer buscas no *corpus* tendo acesso a informações sobre frequência de ocorrência dos termos e de linhas de concordância onde os termos ocorrem, porém ele não tem acesso ao texto integral.

[828] http://www.linguateca.pt/cetempublico/ – O CETEMPúblico (*Corpus* de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Publico) é um *corpus* com aproximadamente 180 milhões de palavras em português europeu da área jornalística. O *corpus* foi criado pelo projeto Processamento Computacional do Português (projeto que deu origem a Linguateca) após a assinatura de um protocolo entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) português e o jornal *Público*, um jornal diário português de edição de grande circulação que disponibiliza sua edição eletrônica na rede. O *corpus* está disponível gratuitamente para fins de pesquisa na página da Linguateca (Rocha e Santos 2000).

[829] http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/*corpus*/ – *O Corpus Tycho Brahe* é um *corpus* digital composto de textos em português escritos por autores nascidos entre os séculos XIV e XX em Portugal e no Brasil. A compilação do *corpus* se deu a partir de 1998, no âmbito do Projeto «Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Linguística» (Galves 1998), com objetivo de investigar mudanças ocorridas do Português Clássico ao Português Europeu Moderno. Atualmente o *corpus*, compilado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), conta com 63 textos e mais de 2 milhões de palavras. Está disponível para *download* e pesquisas no site do *corpus* e também no site da Linguateca, através do projeto AC/DC.

formatos, imagens e diversas informações, a exemplo de tabelas, números de páginas, cabeçalhos, entre outras. Esse processo é fundamental para que se possa submeter os textos a ferramentas computacionais no processo de anotação automática ou semiautomática.

Muitos pesquisadores utilizam *corpora* anotados por sua potência na recuperação de informação e busca de dados.

Todavia, existem pesquisadores que preferem não adotar os procedimentos de anotação de *corpora*, pois, segundo eles, tais anotações podem adulterar os *corpora* inserindo e/ou apagando informações, sendo os *corpora* não anotados, para tais pesquisadores, representações dos documentos em seu estado «puro», fidedigno (cf. Leech 2004).

Uma solução para contornar o problema da fidedignidade consiste em utilizar mecanismos de anotação que mantenham/resgatem as formas originais dos textos, ao mesmo tempo em que agregam informações aos documentos.

Nesse sentido, um dos trabalhos pioneiros que considerou conjugar e agregar as formas textuais fidedignas e as que sofreram anotações foi Paixão de Sousa (2006) que desenvolveu uma técnica de anotação/marcação baseada na linguagem XML que permite editar os documentos e, ao mesmo tempo, recuperar a forma original dos textos. Sobre isso, Namiuti-Temponi e Costa (2014) afirmam que a linguagem XML permite descrever qualquer tipo de dados por ter um padrão aberto e permitir a interoperabilidade, facilitando o tratamento dos documentos tanto por linguistas quanto por programas de computador.

A solução apresentada por Paixão de Sousa tem sido incrementada em outros projetos em Portugal e no Brasil que buscam alinhar informações e arquivos mantendo, no *corpus* da pesquisa, a cópia do documento na sua forma original alinhada ao texto processado e anotado.

Em Portugal, destaca-se o projeto P.S. - Post Scriptum[830] (Marquilhas 2012), cuja finalidade é recolher e publicar cartas particulares portuguesas e espanholas, da Idade Moderna (do século XVI ao início do século XIX), escritas por pessoas de diferentes estratos sociais.

[830] http://www.clul.ulisboa.pt/en/10-research/662-p-s-post-scriptum.

No Brasil, além do *corpus* Tycho Brahe[831] (Galves, Andrade e Faria 2017), pioneiro a considerar técnicas que permitem recuperar às formas originais do texto e ao mesmo tempo submetê-lo a ferramentas de anotação, destaca-se o *corpus* de Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista – *corpus* DOViC[832] (Santos e Namiuti 2014) – que foi concebido para ser um *corpus* digital anotado de documentos da região sudoeste da Bahia (Brasil), construído seguindo os pressupostos de Paixão de Sousa (2006) empregados no *Corpus* Tycho Brahe aliados a aplicação de um novo método, devido a natureza e estado das fontes documentais: o Método LAPELINC (cf. Namiuti e Santos 2017, Santos e Namiuti 2017). Em tal método, parte-se do Documento Físico (DF) para se construir, através da Fotografia científica e de aparatos para registro controle de informações, o Documento Digital Imagem (DDI) que serve de fonte no meio digital para os processos de constituição de *corpora* anotados, processos estes que terão como resultado o Documento Digital Texto (DDT) com camadas de anotação que registram a memória do processamento.

3. O problema da fidedignidade e da recuperação de informações do documento físico no digital

Vimos que um dos requisitos fundamentais para o estudo científico é a fidedignidade das fontes que compõem o *corpus* da pesquisa. Consideramos, seguindo Paixão de Sousa (2006) e Namiuti, Santos e Leite (2011), que em se tratando de *corpora* digitais, a garantia de fidelidade às formas originais dos textos antigos é o pilar de sustentação que todo estudo em Linguística Histórica deve pressupor. Nesse sentido, o trabalho com textos antigos como fundamentos para estudos linguísticos no meio eletrônico deve ter como questão basilar a busca por garantia da fidelidade às formas originais dos textos em uma abordagem global com integração entre diferentes planos de análise como postula Paixão de Sousa (2006). Isto porque a construção de *corpora* digitais fundados em tal princípio requer uma necessária integração entre a Linguística e outras áreas do conhecimento, como a Computação e, no caso do Método LAPELINC, também a Fotografia, tomada enquanto linguagem e tecnologia adequada

[831] http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/.
[832] http://memoriaconquistense.uesb.br/websinc/.

para a transposição do suporte do documento, de físico (no DF), para digital (no DDI), como veremos.

Tal Método, visando garantir a fidedignidade, investe em soluções que, por meio de co-indexações, possibilitam a recuperação de informações do documento físico no digital. Trata-se, como explicado em Namiuti, Santos, Costa e Farias (2013), de uma espécie de «ponte» de informações que liga o DF ao DDI. Por conta disso, o Método LAPELINC possui um fluxo de trabalho que se desenvolve em três grandes etapas (Transposição, Transcrição e Compilação) para a construção de *corpora* eletrônicos anotados, cientificamente controlados, as quais integram e relacionam os três objetos – DF, DDI e DDT – através de softwares e ferramentas desenvolvidas especificamente para este fim, a exemplo do WebSinC (Namiuti, Santos e Costa 2015).

A transposição, conforme Namiuti e Santos (2017: 4), refere-se à passagem de um documento físico para um documento digital, mediante o uso da FCC, possibilitando

> *(...) uma nova forma de acesso aos documentos, a visual fotográfica, que dentre algumas vantagens permite o acesso a novos formatos do documento, como por exemplo, os arquivos em formato Raw e JPEG, e a visualização eletrônica do documento a partir de ferramentas como: ampliação, recorte, contraste, brilho, cor, tons, bem como uso de máscaras, filtros, layers (camadas), dentre outras.*

No tocante à transcrição no Método LAPELINC, etapa que envolve as soluções técnicas para a edição especializada de textos antigos em meio eletrônico, estabelece-se

> *(...) uma estreita relação entre a fotografia e a Paleografia nas suas duas etapas fundamentais: (i) leitura e decodificação do DDI, e (ii) transcrição paleográfica. Na paleografia praticada lendo e decodificando um DDI, não um DF, o paleógrafo pode se beneficiar das vantagens do suporte digital* (Namiuti e Santos 2017: 13).

Por sua vez, na compilação,

> *Os textos transcritos passam pelo processo de edição. As edições dos textos, portanto, são anotadas, segundo esquema de anotação proposto por Paixão de Sousa, o mesmo esquema de anotação do corpus Tycho Brahe, mantendo as informações sobre a interferência realizada e sobre o texto original no mesmo arquivo de anotação morfossintática em formato XML* (Namiuti e Santos 2017: 15).

É sobretudo nessa terceira etapa que se empregam ferramentas computacionais, como o eDictor (Paixão de Sousa, Kleper e Faria 2010), editor de marcação extensível XML (Extensible Markup Language) e o WebSinC (Namiuti, Santos e Costa 2015),

aplicativo web para o trabalho de registro, armazenamento, disponibilização, visão e busca de dados em *corpora* cientificamente controlados.

Deste modo, para garantir a fidedignidade às fontes originais, o método LAPELINC procura contemplar três pressupostos: a) a integração entre o tratamento filológico e o computacional; b) a complexidade do documento histórico manuscrito e c) o uso da Fotografia enquanto método de transposição do texto em papel para o meio digital.

Como veremos a seguir, mediante o uso do método LAPELINC, estes três pressupostos relativos à construção de *corpora* linguísticos são contemplados através dos elementos constituintes do AME, que, funcionando em conjunto, possibilitam, ao mesmo tempo, a garantia da fidedignidade e que o pesquisador usufrua das vantagens do suporte digital.

4. AME como solução ao problema da fidedignidade e da recuperação de informações do DF no digital

As tecnologias digitais possibilitam o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de informações específicos para controle de dados. No método LAPELINC, utilizamos os sistemas de gerenciamento para coindexar as informações relacionadas ao objeto livro do mundo físico – o DF – com os objetos que compõem o livro digital anotado – o DDI e o DDT.

A tecnologia empregada na coindexação necessária entre o DF e seus respectivos objetos digitais (DDI e DDT), componentes dos documentos do *corpus* anotado DOViC, é contemplada no WebSinC, ferramenta digital responsável pela integração dos componentes do Aparato de Metadados Estuturados – AME.

4.1 Componentes do AME

O AME é responsável por construir os objetos digitais a partir da Folha-imagem[833] construída através da fotografia cientificamente controlada, gerando Documentos

[833] Folha-imagem é a nomenclatura empregada por Namiuti e Santos (2017) para se referir a cada Imagem única de uma página, folha (ou outro, independente da categoria: capa, contra-capa, termos, folhas internas, páginas internas, documentos anexos, observações de terceiros, etc.) do livro original na sequência em que se encontra no documento físico, sequência esta indicada em ordem crescente pelo sequenciador de folha-imagem.

Micro (DMis) e Documentos Macro (DMa)[834], além de outros subprodutos, e envolve cinco componentes fundamentais do Método LAPELINC: (i) Catálogo Visual; (ii) Dossiê de Observações Pertinentes (DOP); (iii) Fotografia Cientificamente Controlada (FCC); (iv) Análise Topográfica (AT); (v) Análise Descritiva (AD).

4.1.1 Catálogo Visual

O Catálogo Visual serve de base para a criação de um banco de dados sistematizados que permite realizar buscas automáticas de metadados e constitui-se de duas partes complementares: a) parte descritiva e b) parte imagética.

A parte descritiva do Catálogo Visual envolve a criação de um catálogo físico descritivo das características fundamentais de cada Documento Macro (DMa) que são essenciais para a alimentação de um banco de dados. A Tabela 1 apresenta um recorte da parte descritiva do Catálogo Visual do *corpus* DOViC.

Tabela 1. Recorte da tabela de dados da parte descritiva do catálogo visual referente aos livros de notas oitocentistas de Vitória da Conquista – (Fonte: *Corpus* DOViC)

Código Lapelinc	LIVRO No.	ANO	TIPO	TAMANHO (cm)			CAPA	DDI	Observação	Catalogador
				Altura	Largura	Profundidade				
			ESCRITURAS							
E1	1	1841-1848	Escrituras	31,5	22,3	3	Marrom	sim	Fita adesiva na lombada	Giovane, Adilson e Jorge
E2	2	1841-1855	Escrituras	32	22	3	Bege	sim	Fita adesiva na lombada	Giovane, Adilson e Jorge
E3	3	1849-1858	Escrituras	31	23	5	Capa couro	sim		Vanessa, Giovane, Jorge
E5	5	1852-1866	Escrituras	34	23	2	Capa Papelão	sim		Vanessa, Giovane, Jorge
E6	6	1869-1870	Escrituras	33	22	1	Azul	sim	Fita de tecido na lombada	Giovane, Adilson e Jorge
E7	7	1864-1871	Escrituras	34	23	3	Capa Papelão	sim		Vanessa, Giovane, Jorge
E8	8	1870-1874	Escrituras	33	23	1,5	Capa Papelão	sim		Vanessa, Giovane, Jorge
E11	11	1877-1880	Escrituras	32	23	0,5	Capa Papelão	sim		Vanessa, Giovane, Jorge
E13	13	1880-1881	Escrituras	33	23	1	Capa Papelão	sim		Vanessa, Giovane, Jorge
E14	14	1882-1883	Escrituras	33	23	1	Capa Papelão	sim		Vanessa, Giovane, Jorge
E15	15	1881-1882	Escrituras	33	23	1	Capa Papelão	sim		Vanessa, Giovane, Jorge
E16	16	1883-1884	Escrituras	31	22	1	Capa Papelão	sim		Vanessa, Giovane, Jorge
E21	21	1880-1890	Escrituras	47	33	4	Capa Papelão Preta	sim		Vanessa, Giovane, Jorge

[834] Documento Micro (DMi) é a nomenclatura empregada por Namiuti e Santos (2017) para se referir a um tipo de documento que pode estar contido em documento maior (Documento Macro), a exemplo de uma escritura contida em um livro notarial. Por sua vez, Documento Macro (DMa) é a nomenclatura empregada por Namiuti e Santos (2017) para se referir a um tipo de documento que pode conter documentos internos.

A parte imagética do Catálogo Visual envolve a captura de cinco imagens-chave que ajudam a identificar o livro juntamente com a parte descritiva. A Figura 1 apresenta um recorte do Catálogo Visual do *corpus* DOViC.

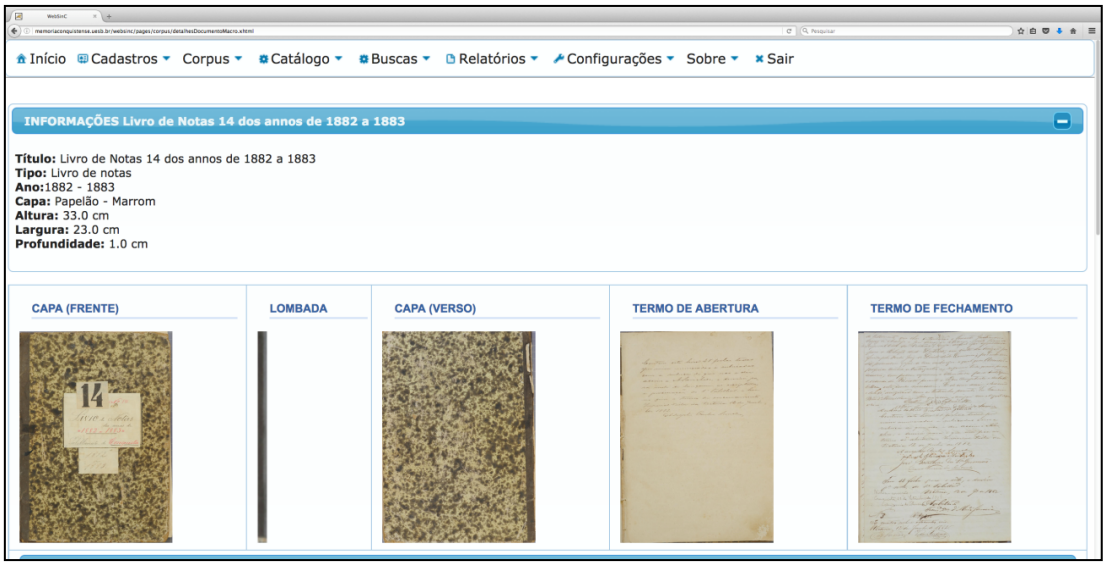


Figura 1. Tela de visualização do Catálogo Visual gerado pelo WebSinC exibindo elementos da parte descritiva combinados com as imagens-chave da parte imagética do Livro E 14. (Fonte: *Corpus* DOViC)

4.1.2 Dossiê de Observações Pertinentes (DOP)

O DOP é a parte preparatória para a captura fotográfica posterior das folhas-imagem dos DDIs, nos moldes da FCC.

No DOP é realizada a pré-análise de cada folha dos documentos constantes em um livro, anotando-se as observações de ordens fotográficas, filológicas, de edição, dentre outras.

Tabela 2. Recorte da tabela de dados de um Dossiê de Observações Pertinentes referente ao livro de notas número 1 (Fonte: *Corpus* DOViC)

LIVRO No.	ANO	TIPO	TAMANHO			CAPA							
			A	L	P		CÓDIGO LAPELINC	Imagens	CÓDIGO DE OBSERVAÇÃO	FOLHA-IMAGEM	Tipo de Observações	OBSERVAÇÕES PARTICULARES (OP-XX)
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marrom	C11-E01	412	34	Contracapa frente	Filológica	Folha anexada posteriormente. Transcrição do termo de abertura.
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marrom	C11-E01	412	35	S/N	Filológica	Folha solta.
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marrom	C11-E01	412	27	Termo de abertura	Filológica	
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marrom	C11-E01	412	10	198	Filológica	Salta de 198 para 201
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marrom	C11-E01	412	22	203	Filológica	Termo de encerramento com nome De: "Termo de Apresentação"
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marrom	C11-E01	412	22	204	Filológica	Termo de encerramento com nome De: "Termo de Apresentação"

4.1.3 Fotografia Cientificamente Controlada (FCC)

A captura fotográfica da imagem do original envolve a fotografia sequenciada dos documentos utilizando equipamentos adequados, inserindo na imagem a quantidade necessária de dados que garanta a sua relação com o objeto que a originou. Ou seja: fotografa-se o DF para se formar o DDI. A Figura 2 ilustra este procedimento.

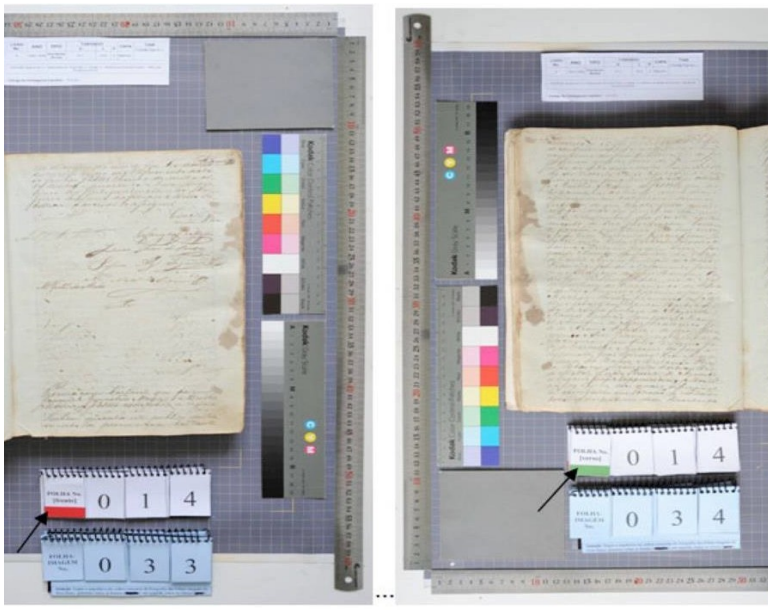


Figura 2. Visualização da FCC do livro de notas E14 ordenado não editado com metainformações cientificamente controladas nas folhas-imagem dos DDIs, conforme o método LAPELINC. (Fonte: *Corpus* DOViC)

No que diz respeito à captura fotográfica em si optamos pela captura digital, com câmera e lente. Para maiores informações ver: Santos e Brito (2014), Santos e Namiuti (2016).

4.1.4 Análise Topográfica (AT)

A análise topográfica consiste na localização topográfica (Folha-imagem inicial e final) e identificação tipológica a partir de cabeçalhos dos documentos Micro (DMis), isto é, documentos internos do livro já fotografado. A Tabela 3 ilustra um trecho da tabela da AT do Livro de Notas codificado como E6.

Tabela 3. Recorte da tabela de dados da Análise Topográfica referente ao livro de notas codificado como E6 (Fonte: *Corpus* DOViC)

Documento Número	Cabeçalho	Tipo	Folha-imagem inicial	Folha-imagem final
01	Acta dos [ins...lhação?] do collegio	Ata	005	010
02	Carta de liberdade do Escravo Constatino conferida por seu Senhor Jorge de Oliveira Freitas como abaixo se declara.	Carta de liberdade	010	012

4.1.5 Análise Descritiva (AD)

A análise descritiva consiste na descrição linguístico-jurídica da Tipologia de Documentos Micro (DMis) do *corpus* DOViC, recorrendo a dicionários de língua históricos e contemporâneos, além de dicionários técnicos, específicos da escravidão e jurídicos.

Tabela 4. Recorte da tabela de dados da Análise Descritiva (parcial) referente a tipologia de documentos encontrada no livro de notas codificado como E6 (Fonte: *Corpus* DOViC)

Palavra		CARTA
Dicionários históricos (sec. XVII/XXI)	**Dicionário 1 Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de**	1-Papel escrito, em que se contém alguma noticia. 2- Carta mandareira, (...) familiar, que contém ordem, licença; 3- carta de marca, para guerrear, dada a armadores (...) 4- cartas patentes:

	Janeiro. Silva, Antônio de Morais, 1755-1824.	5- carta de jogar, em que estão pintados os naipes ou metaes, e os pontos; 6- Geografica, em que está afigurada a terra arrumada; 7- carta de ABC, alfabeto; 8- carta de nomes, a em que estão escritos nomes soltos, e se das elementares na escola de ler. 9- carta de pago v. recibo. 10- citatória:, pola qual se manda citar alguém (...) 11- de seguro, licença para se defender de algum réo, andando solto; 12- carta de favor, de recomendação, de desafio, cujo contexto se dirige a pedir favor, (...) 13- de alfinetes, (...) 14- carta de guia, (...) 15-Carta de Alforria: Escritura, pola qual o senhor a dá ao escravo. (pág. 239-240, volume 1: A – K)
	Dicionário 2 Vocabulario Portuguez e latino Bluteau, Rafael, 1638-1734	Assentos, ou determinações registados em escrituras publicas. (pág 11, volume 01, Letra A)
	Dicionário 3 Diccionario da lingua brasileira. Pinto, Luiz Maria da Silva, 1775-1869 Obs: (Esse dicionário não tem o rodapé indicando o número da página. Por isso não há como colocar a referência da página como nos outros.)	1-Escrita a pessoa ausente; 2-carta de ABC (...); 3-carta de guia; licença para exportar;
Dicionários atuais (sec. XXI)	**Dicionário 1** FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio: O Dicionário da Língua Portuguesa Século XXI. Editora Nova Fronteira: 3ª edição. Rio de Janeiro, 1999	1-comunicação manuscrita ou impressa devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas; missiva, epístola. 2-diploma. 3-folha em que se registram os cardápios nos restaurantes. 4- cartografia; carta geográfica. 5- mapa que representa linhas de navegação aérea. 6- constituição. 7- cada uma das peças do baralho. 8- cartão em que se prendem objetos miúdos. 9- carteira de motorista. (pág. 359)

	Dicionário 2 HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Editora Objetiva: 1ª edição. Rio de Janeiro, 2009.	1-Mensagem manuscrita ou impressa a uma pessoa ou a uma organização, para comunicar-lhe algo. 2-documento probatório ou aquisitivo de direitos; 3- carta de alforria: documento que concedia liberdade ao escravo. (pág. 412*)*
	Dicionário 3 Dicionário AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa. Editôra Delta S. A.: 2ª edição, 5 volumes, 1964.	1. Escrito que se envia a outro com cumprimentos, pedidos, ordens, notícias, etc.; epístola, massiva: Carta de parabéns, de recomendação. Carta comercial. 2. Documento oficial que expedem as repartições públicas ou tribunais, de nomeações, ordens, etc. 3. Carta de lei, lei promulgada com a aprovação das câmaras legislativas e sanção do executivo referendada pelo respectivo ministro de estado. (pág. 718, volume 1)

4.2. Exemplos de processos e produtos gerados pelo AME

Nesta seção ilustraremos os processos do AME aplicados na construção do *corpus* DOViC que atualmente contém catalogados setecentos e dezoito (718) Livros de Notas, pertencentes ao 1º Tabelionato de Notas da Imperial Villa da Victória (atual 1º Tabelionato de Notas Paes de Vitória da Conquista-BA). Deste quantitativo, destacam-se 13 Livros de Notas, datados de 1841 a 1890, que contêm documentos notariais variados incluindo Cartas de Alforria.

A Figura 3 ilustra o como é feito o cadastro da parte descritiva do CV, exemplificando o cadastro das informações do DMa-E14: Livro de notas 14 dos anos de 1882 a 1883:

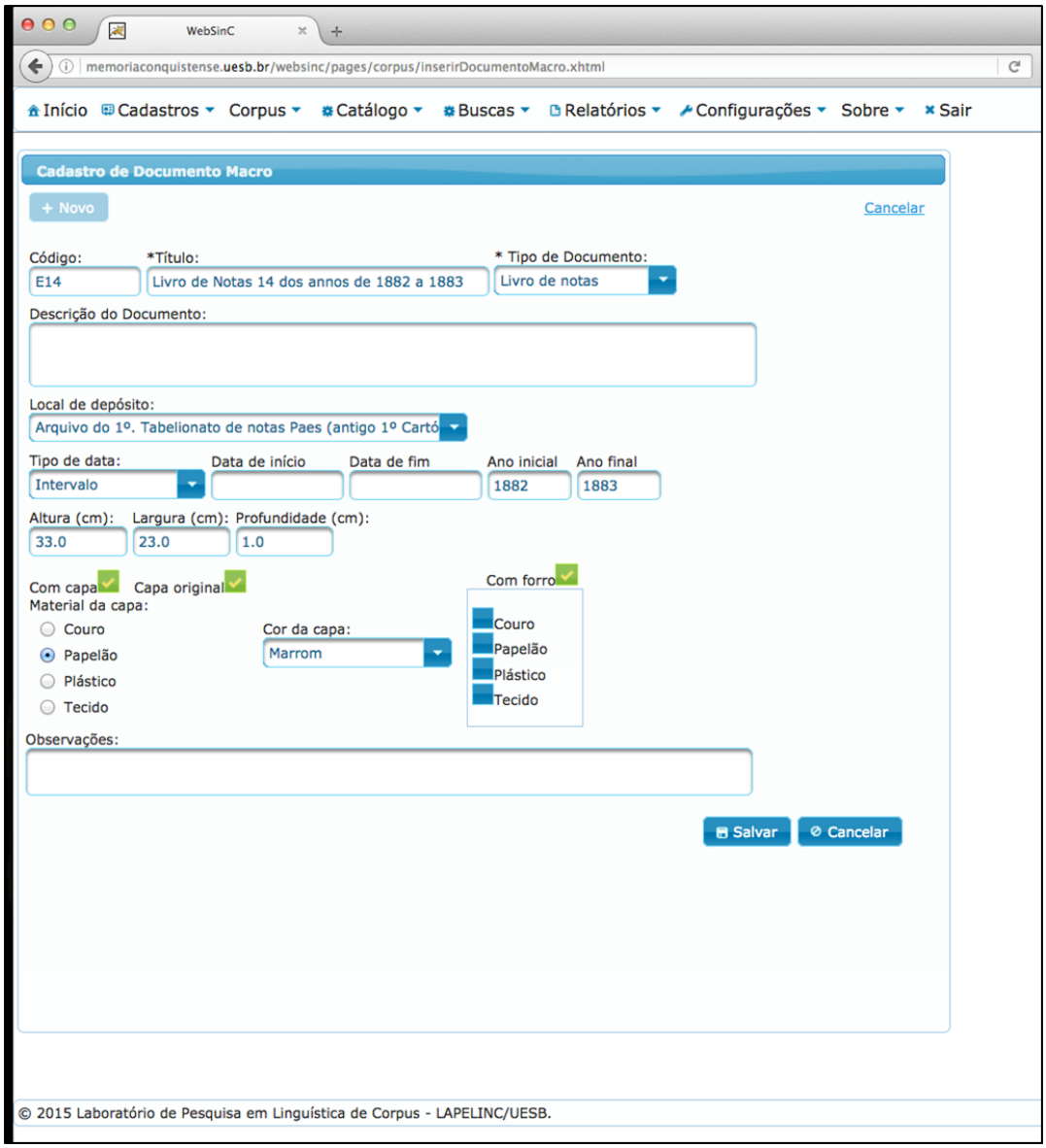


Figura 3. Tela do aplicativo WebSinC para cadastro de Metadados do Documento Macro (DMa) extraídos do catálogo físico descritivo que compõe a parte Descritiva do Catálogo Visual. (Fonte: *Corpus* DOViC)

A identificação e cadastro dos DMis só é possível por conta da Análise Topográfica. A Figura 4 ilustra a tela de cadastro e vinculação das Folhas-imagem que compõe os DDIs e dos DMis vinculados a cada DMa:

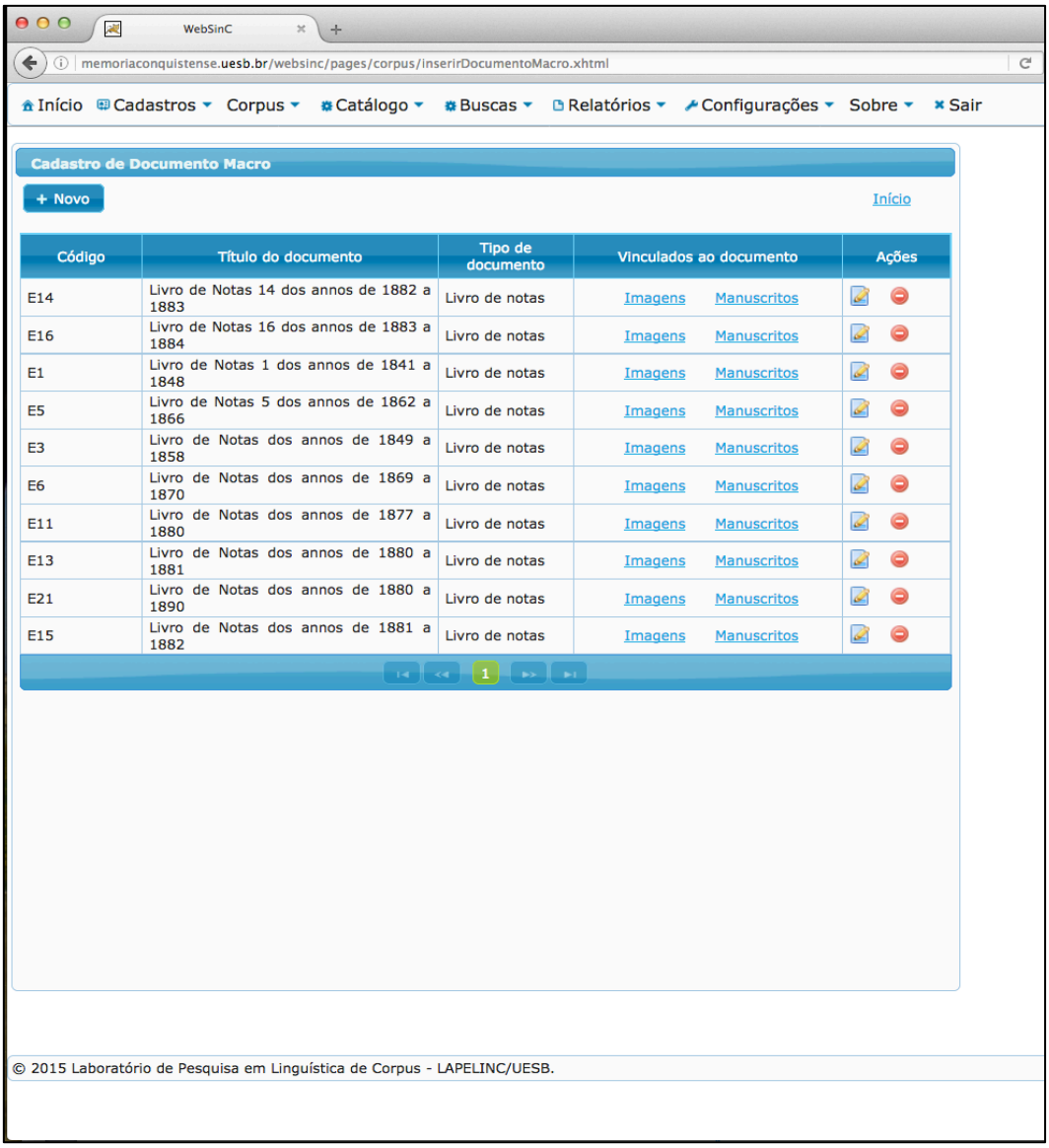


Figura 4. Tela do aplicativo WebSinC para cadastro de Metadados de Documentos Micro (DMi) extraídos da Análise Topográfica e das folhas-imagem capturadas segundo a FCC. (Fonte: *Corpus* DOViC)

Cada DMi é vinculado a arquivos que se compõe seu respectivo DDI, ou seja, as folhas-imagem, e seu DDT, ou seja, os arquivos XML e POS. As Figuras 5 e 6 ilustram respectivamente o cadastro: (1) de uma folha-imagem e suas informações de identificação; (2) de um DMi e suas informações de identificação:

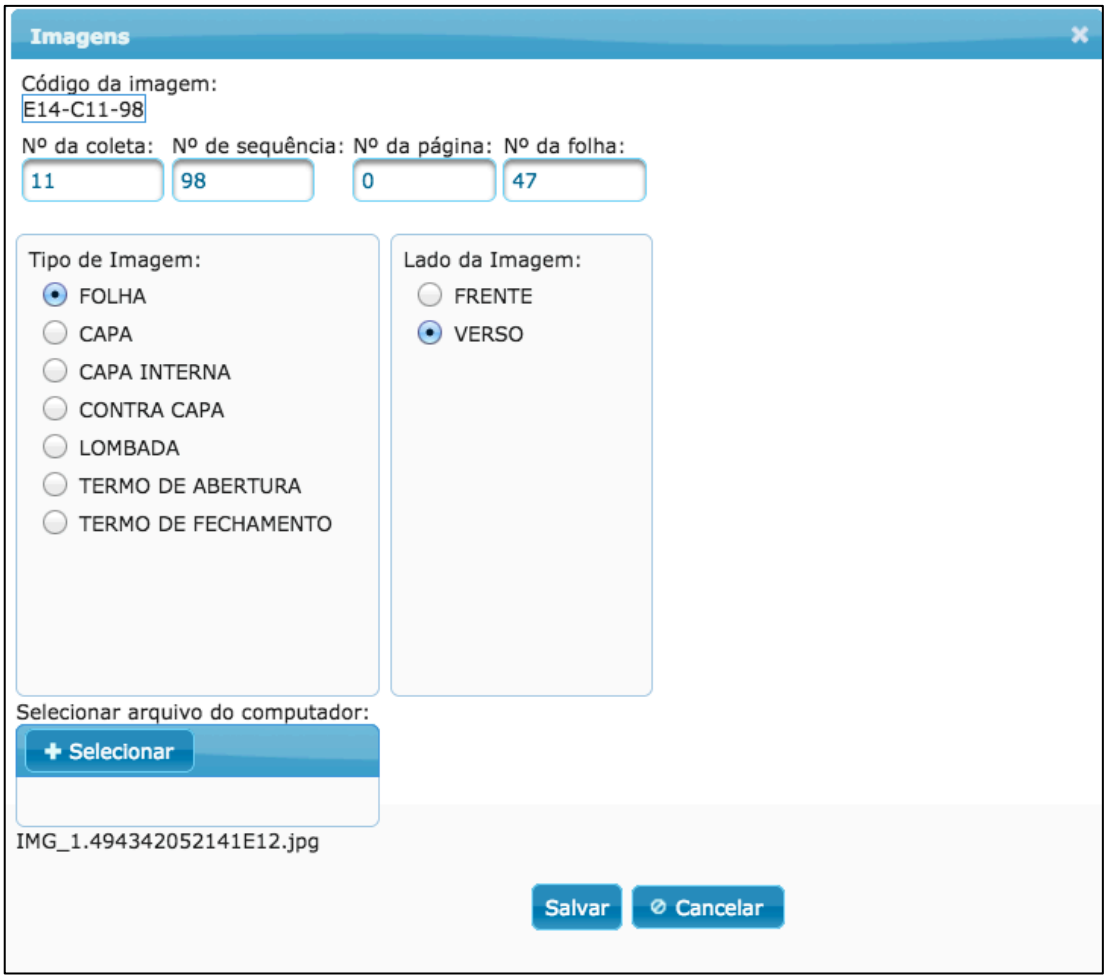


Figura 5. Tela do aplicativo WebSinC para cadastro de Folhas-imagem integrantes do DMa que permite o upload da Folha-Imagem, exemplificando o cadastro da Folha-Imagem 98 e a sua coindexação com a folha 47 verso do DF original (Fonte: *Corpus* DOViC)

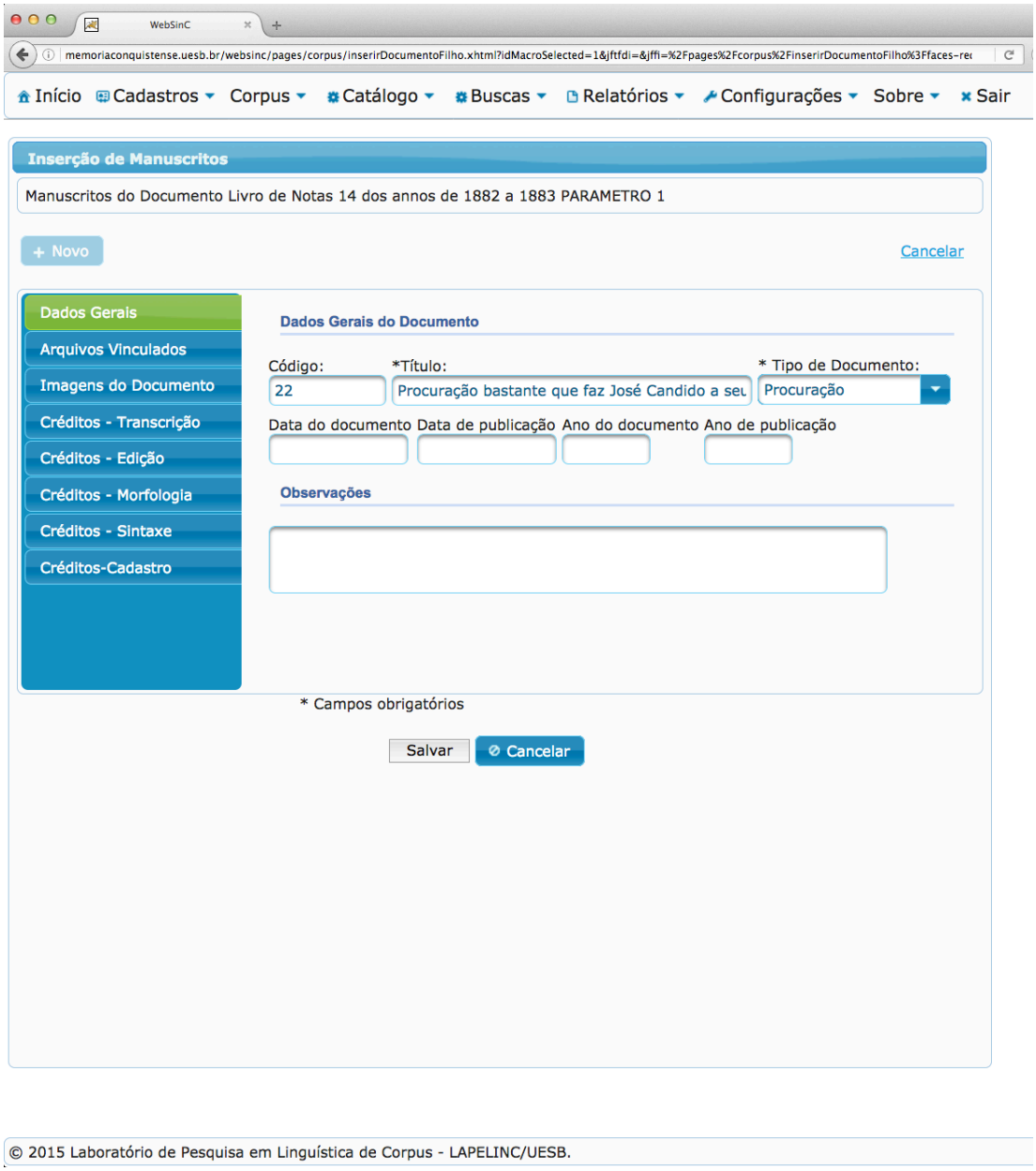


Figura 6. Tela do aplicativo WebSinC para o cadastro de Dados Gerais de DMis utilizando metadados de identificação tipológica da Análise Topográfica, exemplificando o cadastro do DMi 22 (uma procuração) do DMa E14 (Fonte: *Corpus* DOViC)

Nessa mesma tela, acionando no menu «arquivos vinculados» abre-se a tela de vinculação dos arquivos XML e POS. Acionando no menu «Imagens do Documento» abre-se a tela de vinculação das folhas-imagem ao DMi.

A Figura 7 mostra um importante produto gerado pelo AME que não existe no DF: O Sumário topográfico com link do DMa E14 exibido juntamente com o seu Catálogo Visual:

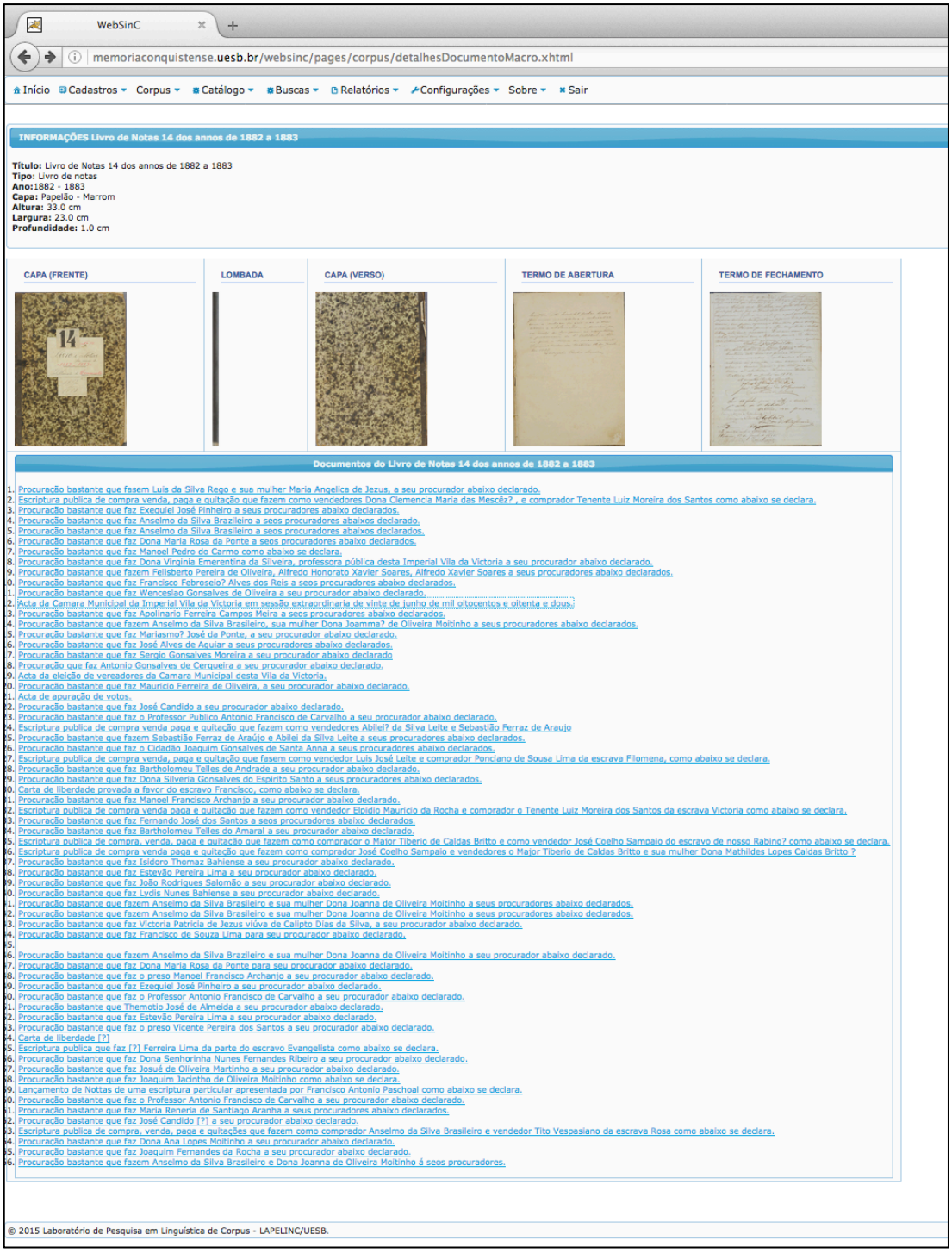


Figura 7. Tela do aplicativo WebSinC exibindo o Catálogo Visual de um DMa com sua parte descritiva e imagética associada ao sumário topográfico com link para seus DMis (Fonte: *Corpus* DOViC)

O aparato permite também outras visões como o texto transcrito preservando grafia, segmentação e paragrafação originais, ou o texto com grafia, segmentação e paragrafação modernizadas, a visão do DDI referente ao texto, entre outras possibilidades.

5. Considerações finais

A reprodução de documentos históricos para a pesquisa científica feita através do método LAPELINC com o AME pode garantir a possibilidade de se beneficiar das vantagens do suporte digital sem dispensar a autenticidade do documento original físico, respondendo assim a questão chave dos estudos diacrônicos na era das Humanidades digitais, pois, com o Aparato de Metadados Estruturado, o processo de construção de *corpora* pode seguir vinculando os objetos digitais nele produzidos em uma abordagem global com integração entre diferentes planos de análise garantindo a fidelidade às formas originais.

Referências

American National Corpus (ANC). 2012. Open *Data for language research and education*. Consulta em: http://www.anc.org, 01.02.2018.

British National Corpus. 2009. Consulta em: http://www.natcorp.ox.ac.uk/, 01.02.2018.

Costa, Aline Silva. 2015. *WebSinC: Uma Ferramenta Web para buscas sintáticas e morfossintáticas em corpora anotados - Estudo de Caso do Corpus DOViC – Bahia.* Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

Costa, Aline Silva e Cristiane Namiuti-Temponi. 2017/no prelo. «WebSinC: Buscas online em *corpora* sintaticamente anotados». *E-Book do Congresso de Humanidades Digitais em Portugal: Construir pontes e quebrar barreiras na era digital*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Faria, Pablo e Charlotte Galves. 2016. «Criando «Bancos de Árvores»: o Sistema de Anotação e o Processo Automático». *Cadernos de Estudos Linguísticos* 58(2): 299–315.

Francis, W. N., e H. Kučera. 1979. *Brown Corpus manual*. Rhode Island: Department of Linguistics, Brown University.

Galves, C. M. C. 1998. Projeto de pesquisa *Rhythmic Patterns, Parameter Setting and Language Change*. Campinas: Unicamp/Fapesp.

Galves, Charlotte, Aroldo Leal de Andrade e Pablo Faria. 2017. *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/psd.zip.

Leech, Geoffrey. 2004. «Adding Linguistic Annotation». In *Developing Linguistic Corpora: a Guide to Good Practice*, ed. Martin Wynne. Virgínia (EUA): Oxbow Books.

Linguateca. 2014. *Acesso a corpus de português: Projeto AC/DC*. Consulta em: http://www.linguateca.pt/ACDC/, 01.02.2018.

Marcus, Mitchell P., Mary Anne Marcinkiewicz e Beatrice Santorini. 1993. «Building a large annotated corpus of English: The Penn Treebank». *Computational Linguistics* 19(2): 313–330.

Marquilhas, Rita. 2012. Projeto de pesquisa *P.S. – Post Scriptum*. Lisboa: Universidade de Lisboa/CLUL.

Megerdoomian, K. 2003. «Text mining, Corpus building, and testing». In *Handbook for language engineers*, ed. Ali Ahmed Farghaly Sabry. Standford: CSLI, 14.

Namiuti, Cristiane, Jorge Viana Santos, e C. M. B. Leite. 2011. «Propostas e Desafios dos Novos Meios das Antigas Fontes: A Preservação da Memória pela Linguística de Corpus». In *Anais do X Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional do Museu Pedagógico UESB*, vol. 1, 1–11.Vitória da Conquista: UESB.

Namiuti, Cristiane, Jorge Viana Santos., A. S. Costa e I. S. Farias. 2013. «Computação e Linguística: importante diálogo para pesquisas e preservação da memória nos novos meios das antigas fontes». *RBBA* 2(1): 9-34. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/rbba/article/view/2023, 01.02.2018.

Namiuti-Temponi, Cristiane e Aline S. Costa. 2014. «Reflexão sobre anotação sintática e ferramentas de busca – Uso da linguagem XML para anotação sintática no corpus digital DOViC». *Letras & Letras* 30(2): 82–103.

Namiuti, Cristiane, Jorge Viana Santos e Aline Costa. 2015. *WebSinC*. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Namiuti, Cristiane e Jorge Viana Santos. 2017. «Novos desafios para antigas fontes: a experiência DOViC na nova linguística histórica». *E-Book do Congresso de Humanidades Digitais em Portugal: Construir pontes e quebrar barreiras na era digital*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Paixão de Sousa, M. C. 2006. «Memórias do Texto». *Revista Texto Digital* 2. Disponível em: http://www.textodigital.ufsc.br/num02/paixao.htm, 01.02.2018.

Paixão de Sousa, M. C., F. N. Kepler e P. P. Faria. 2010. «E-Dictor: novas perspectivas na codificação e edição de *corpora* de textos Históricos». In *Caminhos da Linguística de Corpus*, org. T. M. Shepherd, e T. B. Sardinha, e M.V. Pinto. Campinas: Mercado de Letras.

Pinheiro, G. M. e S. M. Aluisio. 2003. «Corpus Nilc: descrição e análise crítica com vistas ao projeto Lácio-Web». São Paulo: USP. Comunicação no *51º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL)*, maio 2003, São Paulo: UNITAU. Disponível em: http://www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/downloads/NILC-TR-03-03.zip, 01.02.2018.

Rocha, P. A. e D. Santos. 2000. «Cetem Público: um corpus de grandes dimensões de linguagem jornalística portuguesa». In *V Encontro para o processamento computacional da lingua portuguesa escrita e falada*, 5. São Paulo: ICMC/USP.

Santos, Jorge Viana. 2010. «Apresentação de meios para o transporte: digitalização de documentos manuscritos e impressos». *Conferência ministrada na I Oficina de Linguística de Corpus da Bahia (UEFS, UESB, UFBA)*. Feira de Santana: UEFS.

Santos, Jorge Viana e Cristiane Namiuti. 2014. *DOVIC (Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista e região). Corpus Eletrôni*co. Vitória da Conquista, UESB.

Santos, Jorge Viana e Giovane Santos Brito. 2014. «Fotografia técnica de documentos para formação de *corpora* digitais eletrônicos: o método desenvolvido no Lapelinc». *Letras & Letras* 30(2): 421–430.

Santos, Jorge Viana, e Cristiane Namiuti. 2016. *De manuscritos históricos a corpora anotados: do Documento Físico (DF) ao Documento Digital Imagem (DDI)*. Feira de Santana-BA, UEFS (Capítulo de livro organizado por Patrício Nunes Barreiros - UEFS).

Santos, Jorge Viana, e Cristiane Namiuti. 2017. «O objeto livro: a complexidade da forma e o digital». *Anais do X Congresso Internacional da ABRALIN*, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 10 de março de 2017.

Sardinha, T. B. 2000. «Linguística de corpus: histórico e problemática». *Delta* 16 (2): 323–367.

Silveira, F. P. 2008. *Integração de ferramentas para compilação e exploração de corpora.* Dissertação de Mestrado em Ciência da Computação, Faculdade de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

53. Nomes portugueses, nomes de portugueses e nomes em português: norma linguística e mudança sociolinguística

João Paulo Silvestre

King's College Londres

A antroponímia portuguesa contemporânea, entendida como o conjunto de nomes que podem ser atribuídos a cidadãos portugueses, é um conjunto lexical que se supõe amplo e em mudança. Não existe uma descrição atualizada que dê conta da diversidade de nomes próprios, apelidos e alcunhas em uso, ou mesmo as peculiaridades da onomástica nacional a partir de meados do século XX.Tomando como corpus de trabalho as listas de nomes admitidos e recusados, reflete-se, por um lado, sobre os critérios linguísticos para a adaptação de nomes estrangeiros e, por outro, sobre os efeitos a médio prazo das alterações processuais introduzidas em 2017 pelo Instituto dos Registos e do Notariado, o organismo público responsável pelo registo de cidadãos.

Palavras-chave: antroponímia, mudança linguística, história social.

No início de 2017, Ivo Castro reviu e preparou para edição uma série de textos sobre onomástica portuguesa, redigidos entre 1987 e 2014. Compilados n'*A Estrada de Cintra*, ocupam agora quase 80 páginas, evidenciando a coerência e a sequência destes textos aparentemente esparsos, uns proferidos em conferências, outros publicados atas de congressos[835].

Os textos há muitos anos coabitavam na secção de onomástica da página pessoal do autor e pela internet se divulgava aquele que é o mais completo estudo sobre a antroponímia contemporânea de Portugal[836]. O linguista descreveu os nomes próprios e os apelidos, analisou as limitações do código civil os normaliza, descobriu dados

[835] «A investigação antroponímica em Portugal (1987)» (Castro 2017:); «O nome dos portugueses (2001)» (*idem*: 281-294); «O linguista e a fixação da norma (2003)» (*idem*: 295-311); «Sobre antroponímia luso-brasileira (2004-2005)» (*idem*: 313-337); «Longos antigos apelidos (2014)» (*idem*: 339-348).

[836] Em http://www.clul.ulisboa.pt/en/researchers-en/90-castro-ivo

contrastivos sobre a antroponímia do Brasil, apreciou a influência do quadro legal na delimitação das tendências de evolução do corpus onomástico.

Em junho de 2017, o conselho diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) fez publicar um despacho dirigido a todas as conservatórias, determinando novos procedimentos para validar a atribuição dos nomes próprios. O documento informa sobre critérios para a interpretação do artigo 103º do Código do Registo Civil[837], esclarecendo as fronteiras entre o que é o nome português e o nome usado por um cidadão português. Invocam-se mudanças sociológicas que alteraram «os elementos que compõem o tecido social residente em território nacional», nomeadamente a «permanência ou residência de um número cada vez maior de cidadãos estrangeiros em Portugal» e o «regresso de cidadãos de nacionalidade portuguesa que permaneceram ou residiram no estrangeiro» (IRN. Despacho Nº 18/CD/2017). Os dois fatores contribuem solidariamente para modificar o espetro de nomes reconhecidos e em uso em Portugal. O organismo público parece reconhecer que a prática nas conservatórias vinha sendo influenciado em anos recentes pelo novo «tecido social», o que tem «conduzido à admissibilidade de novos vocábulos como nomes próprios que ampliaram o conceito tradicional do que era entendido como onomástica nacional, e que impõem uma redefinição e adaptação do conceito a esta nova realidade social» (*ibidem*).

A recomendação merece citação integral: «O conceito de onomástica nacional para efeitos de registo civil, deve ser entendido como o conjunto de todos os nomes próprios que se encontram na base de dados do registo civil atribuídos a cidadãos de nacionalidade portuguesa, independentemente do país do seu nascimento, desde que não suscitem dúvidas sobre o sexo dos registados, nem possam ser interpretados como lesivos ou ofensivos para os seus titulares» (*ibidem*).

Uma consequência imediata: os nomes estrangeiros já registados na base de dados são agora atribuíveis com a forma originária a qualquer cidadão português, quando até

[837] O art.º 103.º do Código do Registo Civil, n.º 2, alíneas a), b) e c), estabelece que no registo de nascimento ocorrido em Portugal, respeitante a cidadão português, podem ser admitidos os nomes próprios que façam parte da onomástica nacional, ou adaptados, gráfica e foneticamente, à língua portuguesa, bem como os nomes próprios estrangeiros, sob a forma originária, se o registando for estrangeiro, houver nascido no estrangeiro ou tiver outra nacionalidade além da portuguesa, e ainda se algum dos progenitores for estrangeiro ou tiver outra nacionalidade além da portuguesa (Decreto-Lei n.º 131/95).

então estavam reservados a registandos estrangeiros, nascidos no estrangeiro, ou com outra nacionalidade além da portuguesa. Na prática, aceita-se uma legalização extraordinária de todos os nomes usados por cidadãos portugueses e o Código Civil aplica-se apenas a nomes novos, isto é, ainda desconhecidos da base de dados.

Uma consequência a longo médio prazo: a lista de nomes alargar-se-á naturalmente com as unidades que continuarem a entrar no sistema ao abrigo do Código Civil e os filhos de emigrantes com outras nacionalidades podem contribuir com novos nomes, que passarão a estar disponíveis para novos registos.

*

A composição dos nomes de pessoas em Portugal está condicionada preceitos legais que estabelecem limites ao número de unidades lexicais e ao repertório de nomes que podem ser selecionados. Os nomes próprios devem ser portugueses, o que inclui todos os que surgem documentados como tal em algum momento da história (Silvestre 2016).

Em «O nome dos Portugueses», Ivo Castro sugeriu e iniciou uma análise retrospetiva de meio século de processos de consulta onomástica (Castro 2017: 281-294). As dúvidas suscitadas pelos requerentes e funcionários das conservatórias seriam, por um lado, uma amostra de «tendências não aceitáveis da atribuição do nome pessoal» e, por outro, a demonstração de que os instrumentos que sustentavam o processo de validação dos nomes tinham algumas debilidades (*idem*: 288-289).

Entre 1950 e 1999 houve 2110 processos que tiveram como conclusão a recusa de um nome. Em cerca de três quartos dos casos duvidosos, a rejeição fundamentou-se em razões linguísticas. A maioria das unidades recusadas não pertenciam à língua portuguesa (eram nomes próprios estrangeiros). O segundo maior grupo era constituído por nomes inventados, a partir da aglutinação de nomes existentes, ou de partes de cada um dos nomes. Um terceiro grupo reunia «formações graficamente defeituosas», que pareciam evocar reinterpretações de nomes existentes, com variações idioletais e interferências da oralidade da configuração ortográfica. Por fim, havia todo um conjunto de unidades que não deveriam ser usadas com a função de nome próprio, pelo simples facto de já serem reconhecidas como apelidos, topónimos, ou substantivos comuns.

Mas a análise do linguista não encontra uma desconformidade evidente para 550 das unidades recusadas e, 220 desses nomes recusados estavam registados na lista de assinantes de telefone fixo. Ou seja, apesar de serem classificados como não pertencentes à onomástica nacional, tinham sido atribuídos a dezenas de pessoas (centenas, em alguns casos).

As listas que serviam de referência aos funcionários das conservatórias até junho de 2017 não eram exaustivas e foram elaboradas a partir de inventários de nomes recusados. A decisão de atribuir o nome é da competência do funcionário das conservatórias, que pode reconhecer um nome como válido, pelo simples facto de ter conhecimento do uso desse nome, apesar de estar classificado como inaceitável. Há espaço para arbitrariedade pelo facto de uns funcionários seguirem as recomendações de listas tecnicamente imperfeitas, ao passo que outros admitem como válidos todos as unidades que reconhecem como nomes próprios (empiricamente, ou consultando outras listas). Em última análise, um funcionário poderia ignorar a lista de nomes recomendados para cumprir a lei.

Uma amostra de nomes analisados na primeira década de atividade dos consultores sugere que os mesmos critérios que sustentam a recusa poderiam ser aplicados a unidades admitidas (ver tabela 1). Se há nomes estrangeiros adaptados à configuração grafemática do português (*Anaísa, Letícia, Igelcemina* (do italiano *Gelsomina*?), ocorrem formas das línguas originais (*Astrid*, da onomástica escandinava, *Aline*, do francês). Também parece incoerente a aceitação de *Fernandino* e *Joanina*, confrontada com a recusa de *Bertelina* (em face de *Bertila* e *Bertilde*, ambos admitidos).

Nota-se também a hesitação sobre o estatuto dos nomes próprios compostos, que tendem a ser admitidos quando há uma associação com invocações religiosas. Os nomes recusados não representam necessariamente a reação a casos de tentativas de inovação. Pode-se supor que são testemunhos de um património onomástico amplo e indocumentado, que é legitimado de acordo com o conhecimento empírico que os responsáveis têm sobre esse fundo lexical.

Tabela 1. Exemplos de nomes próprios admitidos / recusados por via contenciosa, entre 1950 e 1960. Fonte: IRN

Nomes admitidos	**Ano**
Aline	1960
Anaísa	1960
Astrid	1954
Cleia	1951
Delmira	1950
Delza	1958
Fernandino	1960
Igelcemina	1951
Joanina	1958
José dos Reis	1959
Letícia	1959
Manuel dos Reis	1959
Maria Maior	1956
Nuno de Santa Maria	1951

Nomes recusados	**Ano**
Bertelina	1960
Darcy	1959
Dilea	1960

A tabela 2 sistematiza casos analisados apenas no ano de 2015. Podem aplicar-se as categorias descritivas estabelecidas por Ivo Castro e concluir que a opção por nomes estrangeiros continua a ser o principal motivo de indeferimento. Todavia, identificam-se mais casos de unidades fora do universo das línguas românica e germânicas. Nota-se também que alguns dos pedidos são recorrentes, pois repetem-se consultas já feitas mais de 20 anos atrás.

Tabela 2. Nomes próprios objeto de parecer linguístico em 2015.
Fonte: Instituto dos Registos e Notariados (IRN)

Nome pretendido	**Género do registando**	**Data do primeiro requerimento**	**Decisão sobre admissibilidade**
Isabella	F	1964	Recusado
Annie Kate	F	1975	Recusado
Senna	M	1975	Recusado
Tyara	F	1987	Recusado
Diniz	M	1994	Recusado
Eça	M	2000	Recusado
Damien	M	2005	Recusado
Kenzo	M	2012	Recusado
Cataleia	F	2013	Recusado
Manu	M	2014	Recusado
Muni	F	2014	Recusado
Sid	M	2014	Recusado

Tundra	M	2014	Recusado
Vieira	M	2014	Recusado
Benoît	M	2015	Recusado
Dakota	F	2015	Recusado
Egito	M	2015	Recusado
Elinês	F	2015	Recusado
Nolwenn	F	2015	Recusado
Pragana	F	2015	Recusado
Lucy	F	1969	Aceite
Oliver	M	1972	Aceite
Fafe	Segundo nome	1984	Aceite
Mayara	F	2014	Aceite
Sálvio	M	2014	Aceite
Ancha	F	2015	Aceite
José do Egito		2015	Aceite
Maria do Egito		2015	Aceite

Importa sublinhar que os pareceres linguísticos que apoiam as decisões administrativas do IRN não são nem obrigatórios, nem vinculativos. Em função dos dados disponíveis, os funcionários podem decidir a admissibilidade de um nome estrangeiro, por considerarem que está bem adaptado ao português, ou em resposta aos argumentos dos requerimentos submetidos. Também em 2015, foram aceites administrativamente algumas unidades cuja situação do ponto de vista linguístico é analógica à das unidades recusadas (ver tabela 3).

Tabela 3. Decisões administrativas sobre nomes próprios em 2015, sem parecer linguístico. Fonte: Instituto dos Registos e Notariados (IRN)

Nome pretendido	**Género do registando**	**Data do primeiro requerimento**	**Decisão dobre admissibilidade**
Delza	F	1958	Deferido
Sena	Segundo nome	1975	Deferido
René	M	1981	Deferido
Kevin	M	1985	Deferido
Ludgério	M	2015	Deferido
Ludovice	Segundo nome	2015	Deferido

A partir de 2016, a analogia com unidades admitidas em anos anteriores torna mais difícil a recusa de pedidos de adaptação de nomes estrangeiros. Assiste-se a dois movimentos confluentes: por um lado, a revogação de interdições antigas, o que

demonstra a apetência por um conjunto de nomes de origem estrangeira, que não estavam ao alcance dos cidadãos nascidos em Portugal, sem outra nacionalidade (tabela 4); por outro lado, a aceitação administrativa de novos pedidos, que contribuem com unidades provenientes de tradições onomásticas anteriormente pouco representadas (tabela 5).

Tabela 4. Revogação de decisões administrativas sobre nomes próprios em 2016, sem parecer linguístico. Fonte: (IRN)

Nome pretendido	**Gén.**
Alonso	M
Celisa	F
Christian	M
Evelin	F
Evelyn	F
Felipe	M
Gael	M
Idalisa	F
Jonathan	F
Joshua	F
Leia	F
Martha	F
Miria	F
Savana	F
Suzi	F

Tabela 5. Decisões administrativas sobre nomes próprios em 2016, sem parecer linguístico. Novos processos.Fonte: (IRN)

Nome pretendido	**Gén.**
Apollo	
Ayres	M
Belmonte	
Ciara	F
Derick	M
Eloy	M
Faia	
Gualdino	M
Hayden	
Luara	F
Lya	F
Malika	F
Mikael	M
Mya	F
Naly	F
Sahara	F
Surya	F
Zéfiro	M

Até à publicação de melhores recursos de consulta, pais e funcionários passam a guiar-se por uma nova lista facultada pelo IRN, que compila todos os nomes registados entre 2014 e 2016, separados por género[838].

Esta distinção clara é uma novidade, uma vez que nas sucessivas listas de nomes aprovados e recusados, que foram atualizadas periodicamente até 2016, nem todos os nomes tinham indicação quando ao género. Sem essa descrição, confiava-se no conhecimento empírico dos falantes, que podiam associar esses nomes a um dos géneros, sem sempre de forma inequívoca. Nomes intransparentes como *Ademar* ou *Haidé*, que faziam parte da anterior lista de nomes admitidos, são tão raros que nem sequer figuram nos repertórios de 2015-2017.

Da nova lista também desapareceu a indicação sobre nomes que ocupavam preferencialmente a segunda posição de nome próprio, ou porque fazem parte de uma combinação frequente (*Maria do Céu*), ou porque a ambiguidade quanto ao género as remeteu para esta posição (*Brice*, *Cris*, *Darci*).

[838] Instituto dos Registos e Notariado. *Nomes próprios de cidadãos portugueses nos últimos 3 anos. Lista dos anos de 2014, 2015 e 2016.*

São admissíveis nesta posição os nomes estrangeiros que podem parecer ambíguos na adaptação ao Português, ou que na língua de origem são atribuíveis a qualquer género. Por exemplo, em português o nome *Mel* é permitido para o sexo masculino, mas não para o feminino, apesar de, em anos recentes, ter sido solicitado para crianças do sexo feminino. *Mel* foi admitido como nome masculino num momento em que era associado a uma abreviatura do nome *Melvin*. Todavia, na língua inglesa, *Mel* é simultaneamente uma forma diminutiva de nomes femininos (*Melanie*, *Melissa*).

Nicola, por sua vez, é um nome masculino, mas que é geralmente percebido como feminino. Parece representar a adaptação ao português do nome masculino italiano *Nicola*, mas confronta-se com outras tradições onomásticas em que o nome é feminino: em alemão temos o feminino *Nicola*, em face do masculino *Nickolaus*, *Niclas*, *Nikolaus*); em inglês os nomes femininos *Nicola* e *Nichola* têm os correspondentes masculinos *Nicholas* e *Nickolas*.

O que usualmente acontece é estabelecer-se um padrão influenciado pelo primeiro requerimento. Tomemos como exemplo o nome *Sidnei*, derivado do inglês *Sidney*, atribuível a ambos os géneros. Foi adaptado à grafia portuguesa e categorizado na lista do IRN como nome masculino porque o primeiro requerimento a ser aceite aplicava-se a uma criança do sexo masculino.

Se nos nomes estrangeiros existia algum potencial subversivo à obrigatoriedade de ter um nome que não suscitasse dúvidas quanto ao sexo, a dúvida dissipa-se no momento em que o nome é aceite e estabelecido como masculino ou feminino, de acordo com o sexo do primeiro titular.

A estratégia mais imediata de neutralização de um nome passa por adoção de nomes do género oposto para segundo elemento do nome[839]. Em pares como *Maria José* ou *Maria João*, em que o segundo nome pode ser usado como hipocorístico, à revelia do género (a *Zé*, a *Jô*, a *João*). No entanto permanece a bipolaridade de géneros, sem estarmos propriamente numa posição neutra. A abertura da onomástica a nomes estrangeiros, sem limitações de configuração grafemática, introduz nomes potencialmente neutralizadores. Alguns exemplos, extraídos da lista de nomes de cidadãos portugueses são *Kay, Kyle, Kenzi, Jerciley, Niv, Rubi* ou *Rudi.* Todos são

[839] A questão da nomeação num contexto em que se pretende anular diferenças de género foi estudada em Santos e Santos 2017.

descritos como nomes masculinos, apesar de *Kay* (assumindo que é um nome da onomástica do inglês) ser geralmente um nome feminino, por representar uma forma abreviada de *Katherine* ou *Kaleigh*.

*

Os efeitos da nova interpretação do Código Civil, em vigor desde 2017, são um campo amplo de pesquisa para os linguistas. Foi oportuníssima a republicação dos opúsculos de onomástica, revistos à luz do princípio de que – e cito Ivo Castro – a antroponímia «é um dos poucos campos em que dispomos de uma normativa bastante clara, decerto não perfeita, mas socialmente sensata e suficientemente plástica para ir acompanhando de perto, e com liberalidade legislativa, as necessidades de uma comunidade que, à vez, se abre à imigração e à emigração, ao respeito por religiões não tradicionais entre nós e à volatilidade do género» (Castro 2017: 9). Se temos uma descrição para aferir as mudanças e a trajetória da antroponímia portuguesa nas próximas décadas, a ele a devemos.

Referências

Instituto dos Registos e do Notariado (2005-2016). *Vocábulos admitidos e não admitidos como nomes próprios.*

Instituto dos Registos e do Notariado. Despacho Nº 18/CD/2017. 08-06-2017. Online: https://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/doutrina/pareceres/cd/despachos/2017/desp2017/downloadFile/attachedFile_5_f0/18CD2017.pdf

Castro, Ivo. 2017. *A Estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Silvestre, J. P. 2016. «Lexicografia». In A. M. Martins e E. Carrilho (Eds.), *Manual de linguística portuguesa*. Mouton de Gruyter, 200-233.

Santos, Ana Lúcia; Santos, Ana Cristina. 2017. «O nome que não ousa dizer da intimidade – um estudo exploratório sobre nomeação». *Antropologia Portuguesa*, [S.l.], v. 34, 7-27.

Decreto-Lei n.º 131/95. Diário da República n.º 131/1995, Série I-A de 1995-06-06. Online: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34525275/

Instituto dos Registos e Notariado. *Nomes próprios de cidadãos portugueses nos últimos 3 anos. Lista dos anos de 2014, 2015 e 2016.* Online: https://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registos-centrais/docs-da-nacionalidade/vocabulos-admitidos-e/downloadFile/file/Lista_de_nomes_2017_11.pdf

.

54. O legado germânico na antroponímia neológica do português do Brasil

Juliana Soledade

UnB/UFBA[840]

Mailson Lopes

UFBA/UC[841]

Letícia Rodrigues

USP[842]

A antroponímia brasileira possui um caráter muito peculiar no que se refere à difusão do fenômeno neológico. As investigações acerca dos processos morfológicos de formação desses nomes demonstram que são bastante produtivos os formativos de origem germânica, i.e., prenomes que adentraram a língua portuguesa através do contato com a língua germânica na Península Ibérica durante no medievo têm servido de modelo para a formação de novos nomes no Brasil. Este estudo se baseia na hipótese de que o sistema antroponímico germânico acabou por legar fortes influências para a antroponímia brasileira, uma vez que nomes tradicionais como Adalberto, Alberto, Aguinaldo, Arnaldo, Geraldo, Edmar, Edmundo são bastante difundidos no Brasil, como registram dados do censo 2010 do IBGE. Assim, assumimos a hipótese de que alguns nomes tradicionais que remontam à influência germânica na PI têm servido de modelos para a construção dos nomes próprios neológicos como Rosiberto, Rosualdo, Edrose.

Palavras-chave: antroponímia, morfologia, história do português, germanismo.

1. Preâmbulo

Este estudo investigou a hipótese de que o fenômeno da neologia antroponímica, característico da língua portuguesa na sua variedade brasileira, sofre importante influência da antroponímia de origem germânica, não só no que se refere à

[840] Juliana Soledade é professora da Universidade Federal da Bahia, em exercício na Universidade de Brasília (julisoledade@gmail.com).
[841] Mailson Lopes é doutorando pela Universidade Federal da Bahia e pela Universidade de Coimbra, através de acordo de cotutela (mailsonlopes1@yahoo.com.br).
[842] Letícia Rodrigues é mestranda na Universidade de São Paulo (letisr@usp.br).

incorporação recorrente de elementos formativos desse étimo, como também no que diz respeito à sua configuração morfológica essencialmente bitemática.

Segundo Carvalhinhos (2007: 2–3), «[...] em tempos remotos, o nome próprio cumpria a função significativa, isto é, sua função semântica estava assegurada: o indivíduo não era apenas designado por seu nome, como recebia toda sua carga conotativa». Nomeadamente, esse fenômeno pode ser observado na atribuição de nomes na antiga tradição germânica, na qual a construção dos antropônimos era dotada de um significado através da combinação de temas, em geral, de natureza substantiva e adjetiva.

Piel (1960) explica que o sistema de nomeação germânico, assim como o grego e o indo-europeu, normalmente utilizava uma formação bitemática, em que dois elementos do léxico comum se unem para formar um composto personativo, como no caso de *Teodorico* (*Teodo* 'povo' + *rikus* 'rico, poderoso'), podendo o segundo componente ser amputado (*Teoda*) ou substituído por um sufixo (*Teod-* + *-ila*).

Essa observação acerca do processo formativo dos nomes de origem germânica pode ser também atestada pelo levantamento que fizemos no Tomo II referente aos nomes próprios do *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (1952), de Nascentes, em que foram encontrados cerca de 450 nomes cujo étimo é registrado como de origem germânica (apontados em sua entrada como «Do germânico» ou «Do gótico»). Dentre esses, é possível verificar que um percentual de cerca de 80% apresenta uma estrutura bitemática, como:

Quadro 1. Antropônimos a partir da recuperação etimológica dos formativos germânicos

ADALFREDO: Do germânico *athal*, al. mod. *edel*, <nobre> e *frid*, al. mod. *Friede*, <paz>, <pacificador nobre>
ADALBERTO: Do germânico *athal*, al. mod. *edel*, <nobre> e *bertho*, <brilhante>, <guerreiro brilhante>
ARNALDO: Do germânico *Aar*, <águia> e *wald*, <forte, potente>, < águia poderosa, forte>

No que diz respeito aos prenomes de caráter neológico vernacular no Brasil, é patente a recorrência de estruturas bitemáticas, tanto com o emprego de temas do

léxico comum, a exemplo de *Brisamar* (1), *Luzimar* (36), *Mariluz* (5), *Rosaflor* (2), *Rosaluz* (2), quanto com o emprego de formativos próprios do sistema onomástico pessoal, como *Cristinaldo* (23), *Carlealdo* (2), *Francleide* (41), *Julisson* (5), *Narajulia* (2), *Analice* (54); ou ainda, através de combinações de temas comuns com formativos antroponímicos, como *Analuz* (13), *Flormaria* (6), *Luzana* (5) e *Luzemilia* (1)[843].

A hipótese da prevalência de estruturas bitemáticas tem encontrado respaldo no conjunto de dados analisados por nosso grupo de pesquisa[844], contudo, da perspectiva teórica não é estritamente adequado manter o uso do termo «bitemático» para a descrição das construções neológicas antroponímicas. Dentre os motivos, salientamos que nem sempre é possível encontrar um tema, isto é, uma forma livre na língua que faça parte da construção antroponímica, pois muitas vezes o que se tem são formas presas, que apresentam grande recorrência no sistema de nomeação de indivíduos, em posições mais ou menos estáveis, tal como um afixo. Ademais, também consideramos que a terminologia empregada pela morfologia lexical tradicional não parece se encaixar, de forma elegante e eficiente, aos pressupostos descritivos da morfologia construcional aplicada aos antropônimos.

É preciso que se diga que, muito embora Soledade, em seu trabalho no *Rosae*[845], tenha se posicionado em favor do uso do termo «morfema» para designar os elementos passíveis de depreensão em uma análise mórfica de nomes próprios, optamos agora, diante do exposto acima, por adotar uma postura diferente e empregaremos, para os constituintes de construções antroponímicas, o termo «formativo», também adotado por Gonçalves (2016), para a descrição de elementos de natureza morfológica partícipes de processos não canônicos de formação de palavras, como o *blend* e o *clipping*.

Além disso, é importante que se diga que a adoção do termo «formativo» também está relacionada à compreensão sobre a estruturação do léxico e da morfologia a partir daquilo que se conhece como Teoria da Entrada Plena (*Full Entry Theory*), apresentada por Jackendoff (1997) e defendida por Booij (2010), no âmbito da morfologia construcional. Essa teoria admite que o léxico das línguas possui uma

[843] Todos os exemplos foram coletados no Facebook e o número ao lado corresponde ao número de pessoas identificadas com esse prenome na rede social.
[844] O *Projeto Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil* integra atualmente um conjunto seis professores pesquisadores e 16 alunos pesquisadores.
[845] I Congresso Internacional de Lingüística Histórica, em 2009.

estrutura hierarquicamente organizada, em que palavras complexas armazenadas na memória do falante são fontes/modelos para abstração de esquemas que permitem a construção de novas palavras complexas seguindo o mesmo molde. Assim, esquemas abstratos de formação de palavras são adquiridos a partir do conhecimento e armazenamento mental de um conjunto de palavras complexas que instanciam os padrões de construção que possibilitam a geração de novos itens lexicais. Vale ressaltar ainda que levamos em consideração, nos termos de Rodrigues e Rio-Torto (2013), o papel da frequência na organização do léxico na nossa memória, uma vez que quanto mais frequente for um termo na língua, maior será a chance de ele estar armazenado na memória dos falantes e, portanto, servir de modelo para formações criativas/inovadoras.

Desse modo, aquilo que até aqui tratamos como «construções bitemáticas» serão denominadas de «biformativas», entendendo formativo como qualquer elemento recorrente em um sistema mórfico de construção lexical, portanto, depreendido de uma análise morfológica (não fonológica, não sintática).

Com relação ao comportamento distribucional dos formativos antroponímicos, eles podem apresentar considerável estabilidade, sempre ocupando a margem direita (como: *-ano* (*Carleano*), *-ete* (*Nilzete*), *-ino* (*Ivino*), *-ice* (*Julice*) etc.) ou a margem esquerda dos prenomes (como: *Ad-* (*Adeval*), *Ed-* (*Edval*), *Jo-* (*Joelson*) etc.) ou podem, ainda, ter mobilidade distribucional (como: *Ild-* (*Ildete*) ~ *ild-* (*Roquildes*), *Mir-* (*Miralva*) ~ *-mir* (*Josemir*), *Van-* (*Vanilda*) ~ *-van* (*Ronivan*) etc.)[846].

Do ponto de vista dos processos de construção, os prenomes neológicos apresentam significativa variedade de esquemas tanto de natureza concatenativa (utilizando elementos cujo estatuto morfológico já está convencionalizado na língua) quanto de natureza não concatenativa (utilizando formativos oriundos de partes de vocábulos – comuns ou próprios – que não são reconhecidos na língua como componentes mórficos).

Sobre os esquemas de natureza concatenativa são recorrentes os de tipo composicional, como alguns já referidos acima, a exemplo de *Brisamar*, *Flormaria*, *Luzimar*, *Mariluz*, *Rosaflor*, *Rosaluz*, bem como os de tipo afixal, como *Carleano*,

[846] Todos os prenomes usados como exemplo tem registro no Brasil, verificados ou no *site* Nomes no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou no Facebook.

Gildina, *Julianete*. Nesses casos, os processos construcionais podem lançar mão tanto de formativos próprios do sistema onomástico, quanto de formativos do sistema lexical comum.

Dentre os processos identificados como não concatenativos, aquele que é mais comumente abordado nos manuais de morfologia é a hipocorização, que se refere ao processo em que se reduz o nome por perda fônica (aféreses, síncopes e apócopes) ou, ainda, por reduplicação de sílabas tônicas ou átonas do nome. De acordo com Gonçalves (2006: 8), é um processo morfológico pelo qual «[...] antropônimos são encurtados afetivamente, resultando numa forma diminuta que mantém identidade com o prenome ou com o sobrenome original». Muitos prenomes neológicos no Brasil têm surgido desse processo, por exemplo: *Cacá*, *Cau*, *Dedé*, *Ed*, *Fafá*, *Mari*, *Nina*, *Titi*, *Zé*, *Zezé* etc.

Os cruzamentos vocabulares, também identificados como palavras-valise (Alves 1990) e *blends* (Fendrych 2008), são também processos não concatenativos frequentes entre os neologismos antroponímicos no Brasil. Embora surjam da fusão de duas palavras-matrizes e, por esse motivo, podem se parecer com processos de composição por aglutinação, os cruzamentos vocabulares possuem alguns aspectos importantes que os diferenciam da composição. Em primeiro lugar, as aglutinações em compostos parecem ser processos que decorrem de erosão fônica de palavras justapostas ao longo do tempo. No caso dos cruzamentos vocabulares, decorrem da imediata alteração no corpo fônico dos vocábulos envolvidos na formação, assim, pode haver:

(1) Entranhamento lexical: com superposição fonológica do tipo *burrocracia* (*burro* + *burocracia*) e, no caso de antropônimos, temos *Antonor* (*António* + *Antenor*), *Suzandro* (*Suzana* + *Sandro*);

(2) Combinação truncada: em que as duas palavras sofrem truncamento e então são combinadas do tipo *portunhol* (*português* + *espanhol*). Em antropônimos, esse tipo é bastante comum na combinação de nomes de pai e mãe para criar novos nomes de filhos, como *Luzemile* (*Luiza* + *Emílio*), *Orlângela* (*Orlando* + *Rosângela*);

(3) Substituição lexical: com a reinterpretação morfológica de uma das partes do vocábulo, do tipo *boadrasta* (em que *madrasta* é reinterpretada morfologicamente como sendo composta do adjetivo *má* + um formativo

-drasta). Na antroponímia, verificamos os casos de *Benjamim* > *Beijamim* e *Lindomar* > *Belomar*[847].

Em segundo lugar, os cruzamentos vocabulares, sobretudo no caso dos antropônimos, possuem muito menos transparência do que os compostos. Comparemos, então, os casos de composição: *Anajulia*, *Rosaflor*, *Luzmaria*, *Maraclara* e *Analuz* com os cruzamentos vocabulares: *Adilan*, *Edívia*, *Julícia*, *Orlângela*, *Valdilane*[848]. Nesses casos, caso não tenhamos o relato dos criadores dos nomes, não é possível ter certeza de quais nomes estão implicados na combinação, de modo que podemos apenas supor.

O terceiro processo não concatenativo atuante na formação de nomes neológicos no Brasil é o que se tem designado como *splinter.* O sentido mais geral do substantivo *splinter* em inglês pode ser descrito como «peças/lascas de um material que foi quebrado em pedaços grandes». A aplicação do termo à morfologia vem claramente de uma extensão de sentido de natureza metafórica, uma vez que palavras são entendidas como materiais que podem ser quebrados. Assim, *splinter* designa o fenômeno que consiste em tomar partes de palavras (não identificadas como morfemas) para, a partir delas, formar outras palavras. Nas palavras de Lehrer (1998), *splinter* é um pedaço, não necessariamente morfêmico, tomado de uma forma modelo, que aparece em novas construções lexicais como, por exemplo, *-gate* (*Watergate*, *irangate* etc.) e *-thon* (*marathon*, *bikathon* etc.).

Gonçalves (2016b) trata os *splinters* como novos formativos que surgem na língua, categorizando-os, com base em Szymanek (2005), como afixos que, por si só, se estabelecem nas línguas, pois os falantes começam a percebê-los como tal a partir de um grupo de palavras existentes (nativas ou estrangeiras).

Os *splinters* podem advir de processos de truncamento ou de cruzamento vocabular. Para tanto, basta que o formativo em questão assuma tal capacidade produtiva na língua de modo que passe a ser reconhecido como um constituinte morfológico e a ser utilizado para a instanciação de uma série de itens lexicais.

---

[847] *Beijamim* e *Belomar* foram exemplos encontrados no Facebook.

[848] Todos esses nomes são exemplos que temos testemunho de que foram criados por cruzamento vocabular (*Adilan* < *Adilson* + *Ana*; *Edívia* < *Edson* + *Olívia*; *Julícia* < *Juliana* + *Letícia*; *Orlângela* < *Orlando* + *Rosângela*; *Valdilane* < *Valdir* + *Elaine*).

No léxico comum, há uma série de exemplos desse fenômeno e Gonçalves (2016b) os divide em dois grupos: os não nativos (xenoconstituintes), como *cyber-* (de *cybernetics* > *ciberataque*, *ciber café*...); *wiki* (de *Wikipédia* > *wikinovela*, *wikimapia*...); *-tube* (de *YouTube* > *pronôtube*, *brasileirãotube*...); *-burguer* (de *hambúrger* > *X-burguer*, *franburguer*...) etc., e os nativos, como *-drasta* (de *madrasta* > *sogradrasta*, *tiadrasta*...), *-trocínio* (de *patrocínio* > *paitrocínio, autotrocínio*...); *caipi-* (de *caipirinha* > *caipirosca, caipifruta*...); *info-* (de *informática* > *infopeças, infoprofessor*...) etc. Por esses exemplos, podemos perceber que o «pedaço quebrado» da palavra para se tornar um novo formativo não corresponde a um elemento morfêmico da língua, no entanto, ao assumirem o papel de formativo, passam a compor esquemas construcionais em que se torna previsível tanto o seu comportamento formal quanto semântico. Vejamos, por exemplo, o esquema construcional para as formas em *-nejo*, analisadas por Oliveira (2017), de *sertanejo* > *pagonejo*, *funknejo*, *forronejo*, *lambanejo* etc.:

$$[[\text{X-nejo}]_S \leftrightarrow [\text{gênero musical sertanejo relacionado ao gênero musical X}]]_S$$

Em relação a esse tipo de esquema, ressaltamos que as formas que ocupam a posição em X podem se tratar de formas livres na língua, como *forró* e *funk*, mas também podem ser truncamentos (reduções) de formas livres como *pago-* (de *pagode*) e *lamba-* (de *lambada*).

A formação de *splinters* é, portanto, um fenômeno recorrente no léxico comum da língua portuguesa e não há motivos para que imaginemos que ele não possa ocorrer também no léxico onomástico. Em Soledade e Simões Neto (2018), os autores demonstram com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que antes mesmo do formativo *-son*, tomado de empréstimo de nomes do inglês, ganhar produtividade entre os nomes neológicos no Brasil, os *splinters -ilson* ~ *-elson,* destacados dos nomes/modelos *Nilson* e *Nelson* amplamente difundidos após o empréstimo, já encontravam grande repercussão na neologia antroponímica brasileira, por exemplo: *Adilson*, *Deilson*, *Joilson* etc. Posteriormente, também se tomará de *Anderson*, *Emerson*, *Jeferson*, o *splinter -erson*, dando origem a vários nomes brasileiros, como *Cleverson, Deiverson*, *Demerson*, *Joerson* etc.).

Acerca dos nomes com formativos de origem germânica, consideramos complexo o seu enquadramento em algum dos processos acima descritos. Por exemplo, os formativos germânicos *adal* 'nobre' (> port. *ad-*), *ald* 'velho'(> port. *-aldo*), *berth* 'brilhante' (> port. *-berto*), *franc-* 'franco' (> port. *Franci-*), blath 'audaz' (> port. *Val-*) etc., quando empregados no sistema antroponímico original, funcionavam como elementos morfológicos de composição, porém quando migraram para o sistema onomástico do português perderam o seu caráter composicional. Prova disso é que em Portugal, por exemplo, não há novos nomes formados com esses elementos. Por sua vez, no Brasil, no século XX (ao que tudo indica), esses mesmos formativos, em sua forma atualizada fônica e morficamente, foram retomados para formar novos nomes. A pergunta que nos cabe aqui é: qual ou quais processos morfológicos foram acionados pelos falantes brasileiros para depreender esses formativos, já que não há a menor possibilidade de que isso tenha sido feito por uma recuperação das informações de natureza histórica-etimológica acerca dos processos formativos dos nomes de origem germânica, haja vista que, ao que tudo indica, esses nomes são fruto da criatividade de falantes de baixa escolarização.

Voltamos então ao ponto de partida deste artigo: a hipótese do modelo bitemático germânico, dando origem ao modelo biformativo brasileiro. Rodrigues, em análise primária das atas de filiação à Ordem Terceira do Carmo, em Salvador, na Bahia, começa a encontrar, entre início e meados do século XX, nomes como *Adalinda*, *Ivanildo*, *Everaldo*, *Hildete* e *Wiveraldo*. É de se notar que se trata da cidade de Salvador, onde a população negra (descendente de escravos e libertos) chegou, em 2010, a quase 80%, segundo dados do IBGE. É de se destacar também estamos falando de dados do século XX. Por fim, é patente o uso de formativos de origem germânica nesses brasileirismos (*Adal-*, *-ildo*, *-aldo* e *Hild-*).

Assim, alguns desses formativos, a exemplo do *Franc(i)-*, assumirão no Brasil tal recorrência entre nomes neológicos que classificá-lo como um *splinter*, tomado do antropônimo tradicional *Francisco*, seja a forma mais adequada de análise. Por sua vez, um formativo como *berg-*, tomado de *Gutemberg*, que forma poucos nomes como *Ivanberg* e *Josemberg*, pode ser tratado como atuante em casos de cruzamento vocabular.

Em suma, são também os processos não concatenativos os grandes responsáveis pela neologia antroponímica no Brasil. Muito embora esses fenômenos sejam usualmente classificados como processos marginais de formação de palavras e que não costumem figurar, com nenhum grau de centralidade, nos estudos da morfologia lexical tradicional, não parece que possamos deles prescindir para descrever o comportamento genolexical dos prenomes criativos brasileiros.

Em todo o caso, independentemente do processo por trás das criações desses antropônimos, algumas coisas podemos ter como certeza, a saber: é do conjunto de nomes herdados da tradição portuguesa e de empréstimos posteriores que o brasileiro tomará conhecimento e fará uso não só dos nomes de origem germânica, mas também dos seus formativos e também da sua estrutura básica de construção de prenomes.

2. Alguns aspectos históricos a se destacar

O neologismo antroponímico no Brasil, ao que indicam as pesquisas empreendidas sobre o tema, é um fenômeno que se apresenta de forma recorrente a partir do segundo quarto do século XX. Quando aceitamos o argumento de que o fenômeno neológico da antroponímia brasileira começa a se generalizar no segundo quartel do século XX, isso acontece por conhecimento de alguns dados importantes: 1) primeiro, o estudo de *corpora* datados anteriormente a esse período não revela número significativo de nomes neológicos que nos leve a considerar a relevância do fenômeno antes do século XX; 2) segundo, na base de dados do IBGE, ao verificarmos cerca de duas centenas de nomes cujo caráter foi apontado como inovador, constatamos que seu surgimento está datado, frequentemente, entre as décadas de 1930 e 1940 e seu ápice de uso se dá nas décadas de 1950 e 1960.

As motivações para o incremento acentuado da neologia antroponímica ao longo do século XX ainda é um aspecto que demanda maiores investigações, mas aventamos que tenha forte relação com alguns aspectos socioculturais importantes. Em primeiro lugar, nasce, após a abolição da escravatura, uma massa populacional em busca de uma construção identitária particular, pois não se reconhece na matriz branca opressora que sempre a nomeou, responsável pela expropriação de seus nomes originais, de sua cultura, de sua língua. Portanto, é em busca dessa nova identidade própria que esses brasileiros afrodescendentes vão procurar novas formas de nomeação que as

desvinculem do seu passado de submissão à tradição branca cristã. Além disso, em fins do século XIX, o fluxo intenso de imigração trará ao país uma população adepta de outras religiões que não o catolicismo. Isso gerará uma demanda por um registro civil desvinculado da Igreja, como até então era a praxe. Assim, os registros de nascimento, casamento e óbito passam a ser regulados pelo Estado e, em janeiro de 1889, através do Decreto nº 10.044[849], todos os municípios do país deveriam estar dotados de pelo menos um ofício do registro civil, tirando a prerrogativa do batismo e de influência sobre a nomeação das mãos da Igreja Católica. Com isso, a difusão dos cartórios para fins de registro civil certamente possibilitou ao cidadão uma maior liberdade para a escolha do nome com o qual registraria os seus descendentes.

Contudo, a expansão dos usos de nomes neológicos Brasil afora não poderá também estar desvinculada de fenômenos midiáticos como o surgimento e propagação do rádio entre as décadas de 1920-1950 e, depois, com o surgimento e a disseminação das televisões (décadas de 1950-1970).

Embora os pesquisadores aceitem o argumento de que o fenômeno neológico da antroponímia brasileira começa a se generalizar no século XX, é possível encontrar alguns poucos exemplos de inovação em datas mais recuadas. Dados da tese de doutorado de Hirão Fernandes Cunha e Souza (2017) sobre os antropônimos presentes nos requerimentos de entrada de novos sócios da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), irmandade fundada no século XIX que congregava negros libertos em Salvador, apontam para a existência, ainda que incipiente em termos numéricos, de nomes inovadores, como: ***Furtuoso*** *Manoel de Sant'Anna Lisboa*, ***Martiliano*** *da Silva Araújo*, ***Miquilino*** *Rodrigues de Assunção*, ***Timote*** *Telles da Garcia* (todos de requerimentos datados da década de 1850), ***Sinfônio*** *Castiliano do Nascimento* (década de 1870), ***Astêncio*** *Amâncio Pacífico*, ***Guardino*** *Xavier Moreira*, ***Sisniano*** *Brito dos Reis*, ***Tintiliano*** *Batista Barbosa*, ***Vinisimo*** *José de Souza* (década de 1880), ***Berenito*** *Pereira dos Reis*, ***Bibiano*** *Soares Cupim*, ***Braziliano*** *Teodoro da Soledade*, ***Crecentino*** *Júlio do Nascimento* e ***Tintino*** *Silva Araújo dos Santos* (década de 1890).

Destacamos a respeito desses exemplos o fato de que muitos se apresentam inovadores apenas na forma com que estão grafados, remontando a nomes tradicionais,

[849] Esse decreto fixa o dia em que deve começar a ter execução, em todo o Império, o Regulamento do Registro Civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, expedido no Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888.

como *Galdino*, *Martiniano*, *Miguelino*, *Quintiliano* e *Timóteo*, sendo que essas alterações na grafia, muito provavelmente, se originam de metaplasmos que incidiam sobre a fala. Outros, por sua vez, se apresentam como derivações de nomes comuns, como *Braziliano*, *Crecentino* e *Sisniano*. Ressaltamos ainda sobre esses dados que, na primeira metade do século XIX, a maioria da população de Salvador era composta de negros africanos e afrodescentes, como se pode ver nessa citação de João José Reis:

> *Salvador tinha na época da revolta [dos Malês, 1835] em torno de 65.500 habitantes, dos quais cerca de 40 por cento eram escravos. Entre a população não-escrava a maioria era também formada por africanos e seus descentes, chamados na época de crioulos quando eram negros nascidos no Brasil, além dos mestiços de branco e negro, chamados de pardos, mulatos e cabras. Juntando os negros e mestiços escravos e livres, os afro-descendentes representavam 78 por cento da população. Os brancos não passavam de 22 por cento. Entre os escravos, a grande maioria (63 por cento) era nascida na África, chegando a 80 por cento na região dos engenhos de açúcar, o Recôncavo* (Reis 2003: 20).

Acerca de seus nomes, sabemos que, muito embora na oralidade das ruas soteropolitanas oitocentistas pudessem circular nomes de origem africana, o que se tem em registro escrito comprova a realidade descrita por Jean Hebrard (2000), em que negros escravizados foram desapropriados de seus nomes e renomeados com nomes cristãos. Esse apagamento da antroponímia africana encontra-se claramente espelhado no levantamento de Cunha e Souza (2017) acerca do étimo dos nomes dos requerentes a sócio da SPD:

Tabela 1. Antropônimos com étimos mais recorrentes (Fonte: Cunha e Souza 2017)

ANTROPÔNIMOS – ÉTIMOS MAIS RECORRENTES		
Étimo dos antropônimos	Nº de ocorrências	Porcentagem
Antropônimos de étimo latino	242	37%
Antropônimos de étimo grego	156	24%
Antropônimos de étimo germânico	96	15%
Antropônimos de étimo hebraico	91	14%
Antropônimos de outros étimos (siro-hebraico, italiano, eslavo, nórdico, celta, russo e aramaico)	64	10%
TOTAL	649	**100 %**

É importante, então, destacarmos que a tradição lusitana é que prevalecerá na nomeação de pessoas em território brasileiro, apagando quase por completo a tradição africana e a tradição indígena (que sobrevive apenas nas tribos remanescentes e em nomes que foram perpetuados, sobretudo, pela literatura e dramaturgia).

Nos dados de Cunha e Souza, ao lado dos nomes de origem latina e grega (61%), também figuram de forma relevante os nomes de origem germânica, apresentando um total de 96 ocorrências de um total de 649 prenomes, o que representa 15% do total. Dentre eles, destacam-se como os mais recorrentes *Bernardo*, *Fernando*, *Francisco*, *Geraldo*, *Gonçalo*[850] e *Guilherme*.

A influência direta da antroponímia germânica sobre o português tem seu momento mais relevante na Idade Média, sobretudo a partir do século IX, quando a solidariedade hispano-goda se fortalece ao lado do empreendimento da reconquista dos territórios invadidos pelos muçulmanos, dando vez a uma grande prevalência de nomes de origem visigoda, como bem demonstra Piel (1960), ao levantar documentos escritos na Idade Média em que figuram, em quase sua totalidade, nomes de caráter germânico (um documento do Mosteiro de Sobrado, na Galícia, datado de 842; um documento de Braga, datado de 900; um documento de doação, do Mosteiro de San Cugat na Catalunha, datado de 964; um diploma de Oviedo, datado de 908). Dentre os nomes levantados por Piel nesses documentos, destacamos alguns que permaneceram em uso na antroponímia brasileira: *Adefonsus* (*Afonso*), *Gundisalvus* (*Gonçalvo*), *Leovegildus* (*Leovigildo*), *Recaredus* (*Ricardo*) e *Rodericus* (*Rodrigo*).

A observação dos dados oferecidos por Piel, bem como os dados oferecidos por estudos preliminares acerca de documentos notariais da Idade Média produzidos no território galego-português (Pereira Filho 2015), revela que uma grande parte dos nomes germânicos em uso naquele período não teve sobrevida na tradição portuguesa subsequente. Esse apagamento afeta grandemente os nomes femininos, pois como se pode observar, já não existem mais *Agnertrudies*, *Cunegundes*[851], *Godesalvas*, *Godinas*, *Tusneldas*, *Urracas* etc.

[850] Sobre o prenome *Gonçalo*, vale ressaltar que é um nome baste usual em Portugal, mas não o é no Brasil. Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, entre 1910 e 2010, 13439 pessoas foram registradas com esse prenome, o que representa apenas o 1366º na escala de popularidade entre cidadãos brasileiros.
[851] Como houve uma Santa Cunegundes, de Luxemburgo, pode ser temerário considerar o seu apagamento. Embora no Facebook não tenhamos encontrado ninguém com esse prenome (apenas quatro pessoas – três mulheres e um homem – que o possuem na posição/condição de sobrenome), nos dados

Apesar dessas perdas, a influência germânica na antroponímia ainda se verifica como abundante no português do Brasil, não só porque incorporamos, via colonização portuguesa, uma grande parcela desses nomes que adentraram a tradição lusitana, mas também porque através de contatos culturais posteriores com línguas de origem germânica, como o inglês, ou de forte influência germânica, como o francês, pudemos absorver novos prenomes que se formaram originalmente na Germânia e que seguiam os modelos bitemáticos de constituição mórfica.

3. Metodologia

Assim, para a análise de nossos dados, nos valemos de alguns recursos metodológicos para determinar quais nomes poderiam ter servido de modelo para as novas formações antroponímicas do português brasileiro.

Primeiramente, coletamos na lista de aprovados no vestibular da Universidade Federal da Bahia, no ano de 2005 (doravante lista de 2005), todos os nomes neológicos (não atestados em nenhum dicionário onomástico disponível[852] ou na Bíblia). Dentre esses, selecionamos aqueles que, em sua constituição, apresentassem algum formativo de caráter germânico. Com esses dados em mãos, coletamos todos os nomes apontados como de étimo germânico ou gótico no dicionário de Nascentes (Tomo II – nomes próprios) e fizemos um confronto entre os dois conjuntos de dados.

A partir desse levantamento e do confronto com os dados de Nascentes (1952), buscamos verificar no *site* disponibilizado pelo IBGE, acerca do Censo Demográfico de 2010[853], a frequência dos nomes de origem germânica na antroponímia brasileira no século XX e primeira década do século XXI[854], bem como a recorrência dos neologismos da lista de 2005 no Brasil.

---

do Censo de 2010 do IBGE consta um número total de 34 pessoas com esse nome. Também encontramos o registro de 172 pessoas nomeadas de *Tusnelda* entre 1930 e 1960 nos dados do IBGE. Os demais nomes citados aqui não foram verificados no Censo 2010.

[852]Machado, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 3 vols. Lisboa: Horizonte/Confluência, 2003 (1981).

Nascentes, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: nomes próprios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

Feixó Cid, Xosé. *Diccionario de nomes galegos*. Lerez: Xerais, 2003.

[853] Disponível no *site*: http://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search.

[854] Não verificamos todos os 450 nomes encontrados em Nascentes (1952), apenas aqueles que, segundo a intuição de falantes e segundo os formativos encontrados nos dados da lista de aprovados do vestibular de 2005, identificamos como possíveis modelos para as formações neológicas.

O *corpus* disponibilizado pelo IBGE informa que há mais de 130 mil nomes diferentes entre os cerca de 200 mil habitantes nascidos entre 1930 e 2010 no Brasil (quando pertinente, o IBGE também inclui dados referentes a indivíduos nascidos antes de 1930 que, portanto, teriam mais de 80 anos em 2010). Para cada nome, há um gráfico que indica, em números absolutos, quantos indivíduos foram registrados com aquele nome em cada década, como se pode ver no exemplo a seguir:

Figura 1 – Exemplos dos dados do Censo de 2010 (Fonte: IBGE, Censo 2010)

Destacamos ainda, nessa figura, as informações sobre a frequência do nome ao longo de todas as décadas em números absolutos e em percentual (nesse caso: 48 146 pessoas, representando 0,03% do total), bem como a colocação do prenome no *ranking* de popularidade (no caso, 556º).

4. Análise dos dados

Seguindo essa metodologia, já procedemos à análise de todos os formativos de origem germânica encontrados entre os nomes neológicos da lista baiana de 2005, que foram: *-aldo*, *-naldo*, *-valdo*, *-berg*, *Del-*, *Ed-*, *-elma*, *-ilma*, *-elza*, *-ilza*, *-ilze*, *Franci-*, *Ger-*, *Gil-*, *-ilda*, *-ildes*, *-ildo*, *-land-*, *Lind-*, *-mar*, *-mir*, *-rico*, *Val-*, *-val*, *-vald-*, *Van-* e *-van*. Todavia, por conta da limitação de tempo, elegemos apenas três formativos

para esta nossa apresentação, a saber, as variantes: *-aldo*, *-valdo*, *-naldo* e os formativos *Ed-* e *Franci-*.

4.1 As variantes -aldo*,* -naldo *e* -valdo

Correspondem ao *walt/wald* germânico que, segundo Nascentes (1952), significaria «aquele que governa», ou ainda, «poderoso». Observamos que nomes com o formativo *-aldo ~ -ardo* também são, por Nascentes (1952), vinculados etimologicamente ao *hard/hart* germânico em nomes como *Geraldo* e *Bernardo*, significando «forte», entretanto, a recorrência desse étimo se fez bem menor do que o *wald/walt*. Ainda é possível encontrar um terceiro étimo para esse formativo, como aponta Nascentes (1952: 257) para *Teobaldo*: «Nome de homem. Do germânico: *thiuda*, povo e *balths*, ant. alto al. *bald*, audaz, povo ousado (...)»[855].Vale dizer, contudo, que embora possamos recuperar etimologicamente os sentidos primitivos dos constituintes, devemos considerar que, ainda que o sistema antroponímico germânico pudesse resguardar na Idade Média algum resquício da vinculação entre os significados dos temas e os sentidos dos nomes próprios, ao serem incorporados ao romance galego-português, certamente, os antropônimos perderam o vínculo com seus referentes comuns e seus sentidos foram esvaziados, se é que já não o tinham sido antes.

Os elementos *-aldo*, *-naldo* e *-valdo* se mostraram bastante recorrentes entre os nomes neológicos levantados na lista de 2005, apresentando-se em um total de 11 ocorrências, sempre ocupando a margem direita do constructo e sempre referentes a pessoas do sexo masculino. Os prenomes neológicos encontrados foram: *Ederaldo*, *Edinaldo*, *Elivaldo*, *Enaldo*, *Erisvaldo*, *Florisvaldo*, *Francinaldo*, *Lenivaldo*, *Rosinaldo*, *Serivaldo* e *Zenaldo*. Destacamos que no *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, de José Pedro Machado (2003[1980]), já se aponta o potencial neológico desses formativos em entradas como *Givaldo* e *Marivaldo*.

[855]Embora os étimos sejam distintos e esse seja um dos critérios basilares para certificar ou contradizer a identificação de formas variantes de um mesmo formativo (cf. conceito tradicional de alomorfia), nesta análise, foi considerado que o *-aldo*, o *-naldo* e o *-valdo* são formas variantes de um mesmo formativo, isso porque, no caso dos elementos que formam antropônimos, a coincidência fonológica parece ter valor preponderante para a associação entre os formativos, uma vez que são constructos desprovidos de significado lexical cuja origem encontra-se por demais recuada no tempo para que haja qualquer tipo de diferenciação entre eles por parte dos falantes da atual sincronia.

Acerca de *Givaldo*, Machado afirma: «Creio que formado arbitrariamente» (Machado 2003: 718) e sobre *Marivaldo* diz: «Adaptação do fr. Marival?» (Machado 2003: 950).

O gráfico abaixo demonstra o comportamento dos prenomes da lista de 2005 no cenário brasileiro:

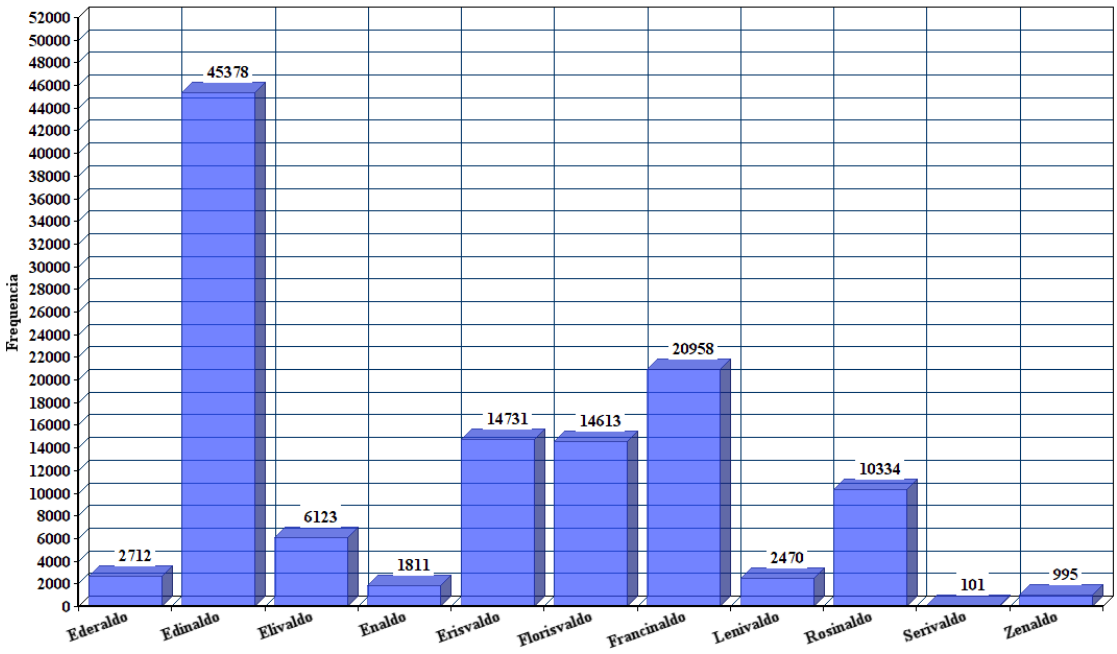


Gráfico 1 – Frequência dos nomes neológicos com *-aldo*, *-naldo*, *-valdo*, segundo o Censo 2010
Fonte: Elaborado pelos autores

Cumpre-nos destacar algumas informações relevantes acerca dos dados do IBGE. Primeiramente, os prenomes têm seu primeiro registro entre indivíduos nascidos na década de 1930 (*Ederaldo*, *Edinaldo*, *Elivaldo*, *Enaldo*, *Erisvaldo* e *Florisvaldo*) e na década de 1940 (*Francinaldo*, *Lenivaldo*, *Rosivaldo* e *Zenaldo*). Apenas *Serivaldo* tem um aparecimento tardio, na década de 1960 (20 ocorrências), e logo mais parece não ser mais produtivo, não tendo nenhum registro entre indivíduos nascidos depois da década de 1980 (35 ocorrências). O apagamento de *Serivaldo* talvez tenha relação com o fato de que o formativo da primeira posição (*Seri-*) não encontra expressividade entre os antropônimos brasileiros, diferentemente das demais formações cujos formativos *Ed-*, *Eli-*, *Eris-*, *Floris-*, *Franci-*, *Leni-*, *Rosi-* e *Ze-* podem ser encontrados com grande frequência tanto em nomes tradicionais como em nomes neológicos.

Também vale destacar que a maioria desses prenomes apresenta em seus gráficos uma curva ascendente até as décadas de 1970 e 1980, revelando acentuado declínio depois desse período. Isso levanta a seguinte questão: quais nomes têm sido preferidos pela população brasileira após a década de 1980? A neologia de uma forma geral tem sido preterida? Ou esses ou outros formativos têm sido eleitos para a construção de novos nomes neológicos?

Para consolidar a nossa análise, fomos averiguar se a significativa produtividade desses formativos em nosso *corpus* poderia estar relacionada ao fato de existirem muitos prenomes tradicionais de origem germânica com esse formativo que foram/são comumente empregados na antroponímia do português brasileiro. Dos verbetes oferecidos por Nascentes (1952), pelo menos 27 nomes apresentaram os formativos *-aldo*, *-naldo* e *-valdo*. Na maior parte dos antropônimos (20 ocorrências), os formativos aparecem ocupando a margem direita, como se comportam nos neológicos baianos, a saber: *Adroaldo*, *Aguinaldo*, *Arnaldo*, *Arquibaldo*, *Beraldo*, *Bernaldo*, *Clodoaldo*, *Euvaldo*, *Evaldo*, *Geraldo*, *Giraldo*, *Heraldo*, *Osvaldo*, *Reginaldo*, *Reinaldo*, *Teobaldo*, *Ubaldo*, *Vilibaldo*, *Vinebaldo* e *Vivaldo*.

Vejamos no gráfico abaixo como esses nomes aparecem no cenário brasileiro, segundo dados do IBGE:

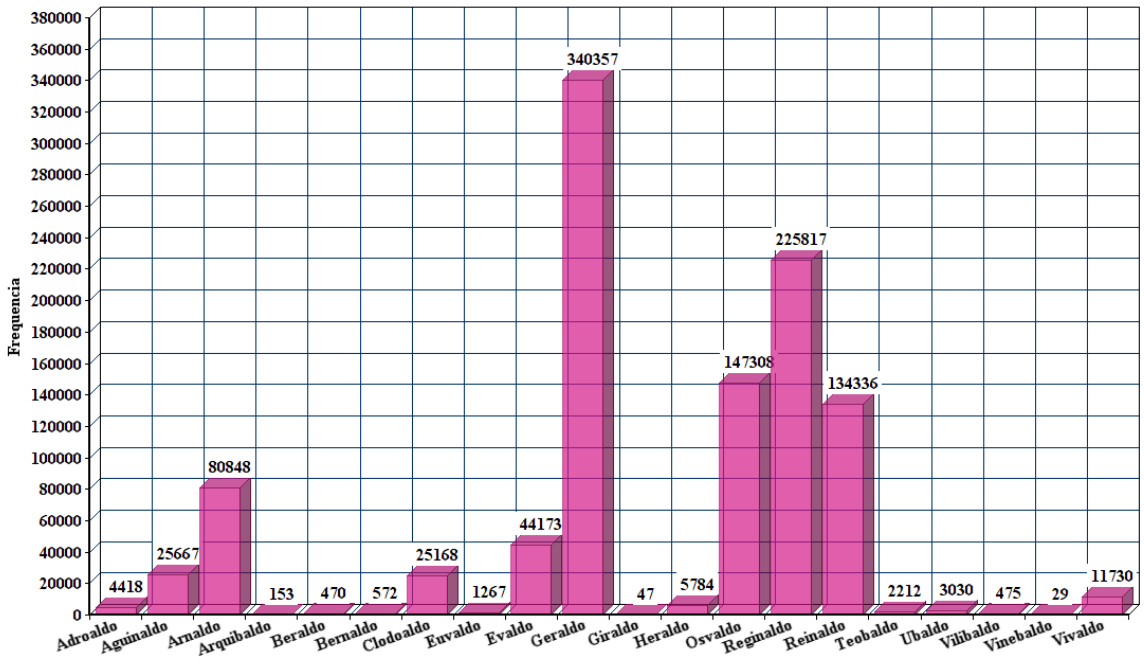


Gráfico 2 – Frequência dos nomes tradicionais em *-aldo*, *-naldo*, *-valdo*, segundo o Censo de 2010
Fonte: Elaborado pelos autores

É necessário apontar que a maioria dos nomes aqui analisados tem seu primeiro registro entre pessoas nascidas antes da década de 1930. E, diferentemente dos neológicos que apresentam seu ápice entre as décadas de 1970 e 1980, os nomes originariamente formados na tradição germânica apresentam seu ápice de popularidade entre as décadas de 1950, 1960 e 1970. É de destacar que, embora sejam 20 os nomes aqui levantados, podemos apontar quatro deles como prováveis modelos devido à sua recorrência, a saber: *Geraldo*, que ocupa a 78.ª posição dentre os nomes mais populares no Brasil; *Reginaldo*, na 135.ª; *Osvaldo*, 205.ª posição; e *Reinaldo*, 227.ª.

Em face da comparação entre os dois conjuntos dedados, podemos argumentar que os nomes de origem germânica com os formativos *-aldo*, *-naldo* e *-valdo*, que se incorporaram ao léxico tradicional antroponímico do português do Brasil, forneceram bases para que os falantes abstraíssem um esquema de formação de nomes próprios que poderia ser assim formulado:

$$[\text{X-(v/n)aldo}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa de gênero masculino}]_{NP}$$

A indexação de natureza categorial implica, então, a indicação de que a construção será sempre um nome próprio (NP) e a contraparte significativa irá demarcar a natureza designativa: «nome de pessoa» e também *poderá* trazer indicação acerca do gênero ao qual esse nome se aplica. Esse é o esquema construcional que, portanto, possibilitou e, ainda torna possível, a criação de novos prenomes empregando esses formativos.

4.2 O formativo Ed-

Esse formativo advém do germânico anglo-saxônico *ead*, que significa «riqueza, bens». Verificamos que ele se mostrou como o mais recorrente no que se refere à análise da lista de 2005, aparecendo 22 vezes no total: 13 em nomes femininos (*Edclea*, *Edeilice*, *Ediana*, *Edijane*, *Edileide*, *Edilene*, *Edilla*, *Edineia*, *Edirlainne*, *Edjane*,

Edmara, *Edmildes* e *Edvania*) e oito vezes em nomes masculinos (*Edemario*, *Edenildo*, *Edenilton*, *Ederaldo*, *Ederval*, *Edinaldo*, *Edmagno* e *Edwardes*), além de uma ocorrência incerta quanto ao gênero, caso de *Edie*[856].

No que tange à formação morfolexical, notamos, a partir dos prenomes mencionados acima, a grande possibilidade de união do *Ed(i/e)-* a formas livres, a exemplo de *Edijane* (*Edi* + *jane*), *Edmara* (*Ed* + *mara*), *Edvania* (*Ed* + *vania*), *Edemario* (*Ede* + *mario*), *Edenilton* (*Ede* + *nilton*) e *Edmagno* (*Ed* + *magno*). Uma possível explicação para tal comportamento é a própria utilização de *Ed* isoladamente, também como forma livre[857].

Quanto à atuação de tais prenomes, poderemos confirmar, a partir do Gráfico 3, de acordo com os dados do Censo 2010, que dentre os 22 prenomes neológicos encontrados na lista de 2005, ao menos cinco deles são extremamente recorrentes na antroponímia brasileira, com mais de 15 mil ocorrências, a saber, e nesta ordem: *Edilene*, *Edinaldo*, *Edvania*, *Edineia* e *Edjane*.

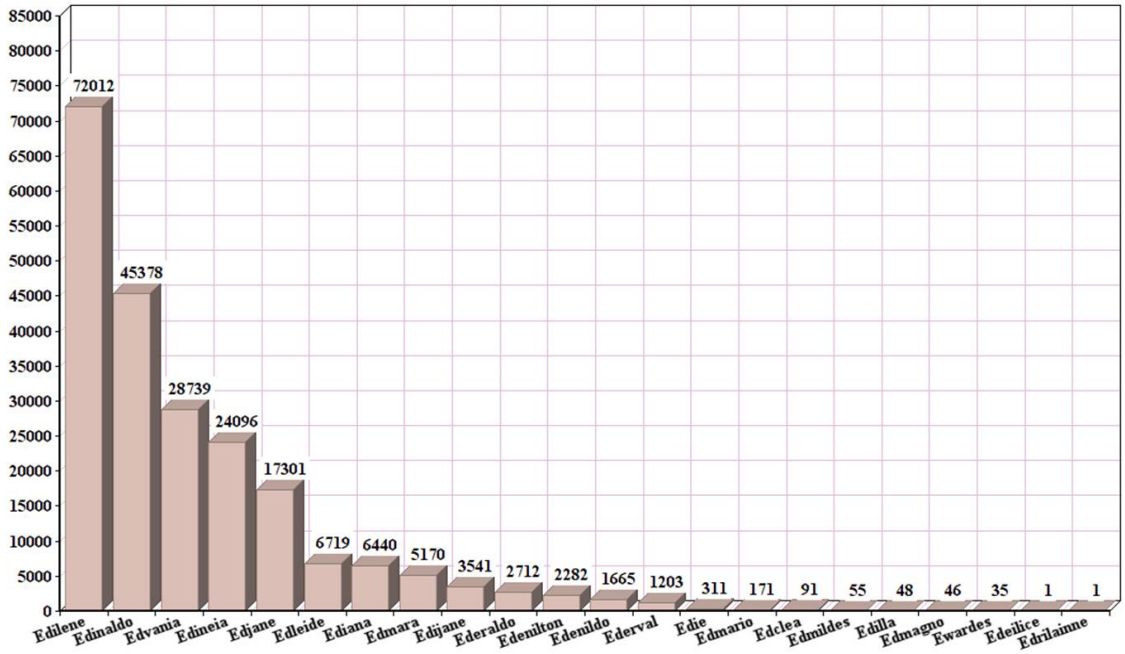


Gráfico 3 – Frequência dos nomes neológicos com *Ed-*, segundo o Censo 2010

[856] Salientamos que para os prenomes que possuem acréscimo de *i* ou *e*, consideramos como casos de alografia/alomorfia, visto que mesmo quando ausente na escrita, a epêntese do [i] fonológico (<i> ou <e> gráfico) é realizada na fala. Há, ainda, alguns prenomes nos quais se pode identificar a ocorrência de um -r-, originando possíveis alomorfes *Eder-* e *Edir-*, a exemplo de *Ederaldo* e *Edirlainne*, mas apenas uma investigação mais aprofundada poderia determinar se se trata de uma variação.
[857] Como exemplo, temos o músico e cantor brasileiro *Ed Mota*.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda, outras considerações merecem ser pontuadas acerca do gráfico. Primeiramente, uma constatação óbvia é a clara presença deste formativo na posição inicial ou na margem mais à esquerda. Quanto às datas de aparecimento, os prenomes com *Ed-* apresentam momentos distintos que vão desde antes de 1930 (*Edineia*), 1930 (*Ederaldo*, *Ederval*, *Edie*, *Edilene* e *Edinaldo*), 1940 (*Ediana*, *Edileide*, *Edjane* e *Edvania*), 1950 (*Edemario*, *Edenildo*, *Edenilton*, *Edijane* e *Edmara*), 1960 (*Edmildes*) e até 1980 (*Edclea*)[858]. Com relação ao ápice de tais prenomes neológicos, 11 dentre os 17 gráficos analisados apontam para a década de 1980 (*Edenildo*, *Edenilton*, *Ediana*, *Edijane*, *Edileide*, *Edilene*, *Edineia*, *Edjane*, *Edmara*, *Edvania* e *Edie*), mas, e assim como os nomes construídos a partir das variantes *-aldo*, *-naldo* e *-valdo*, também declinam quanto ao uso após esse período, suscitando as mesmas questões outrora levantadas sobre qual seria a preferência dos brasileiros no que tange à escolha antroponímica após a década de 1980.

Para tanto, também nos alçamos em busca da análise acerca da produtividade dos prenomes tradicionais que utilizam o formativo *Ed-* em suas estruturas. A partir de Nascentes (1952), recuperamos 10 prenomes, a saber: *Edelberto*, *Edgar*, *Edgard*, *Edilberto*, *Edite*, *Edmar*, *Edmundo*, *Edna*, *Eduarda* e *Eduardo*.

[858] Os gráficos referentes aos prenomes *Edilla*, *Edmagno*, *Edwardes*, *Edeilice* e *Edirlainne* não foram disponibilizados na plataforma do IBGE por conta da sua baixa recorrência.

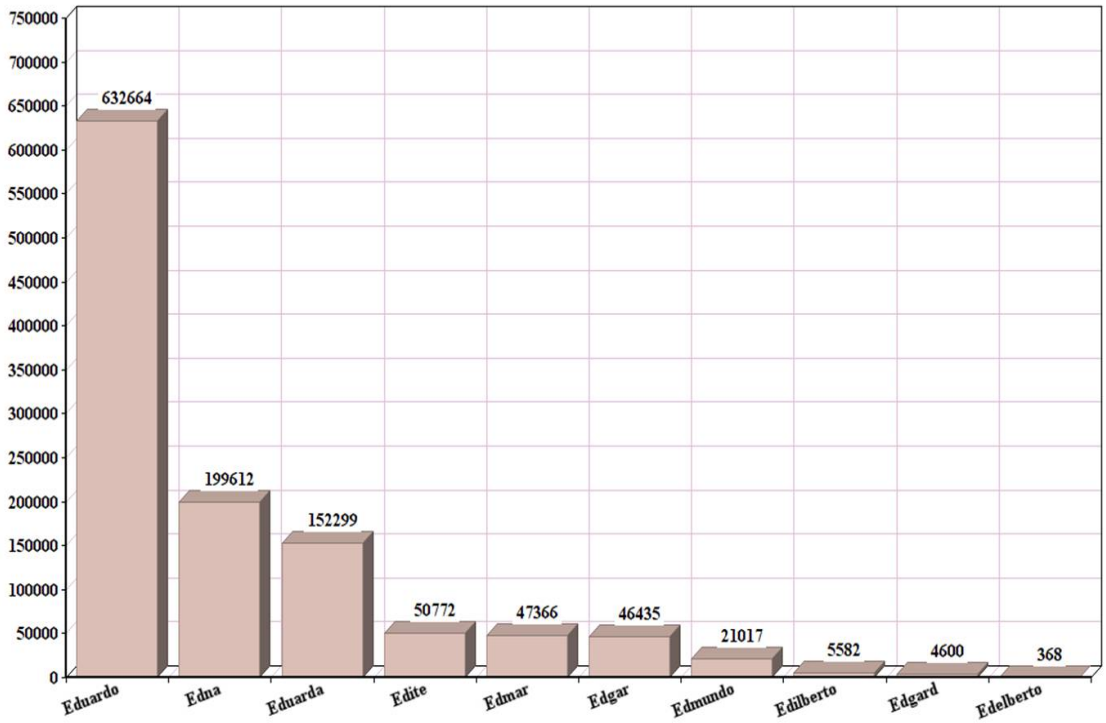


Gráfico 4 – Frequência dos nomes tradicionais com *Ed-*, segundo o Censo 2010
Fonte: Elaborado pelos autores.

Observamos que quase todos os prenomes tradicionais datam de antes de 1930 e hodiernamente apresentam declínio após ponto máximo entre as décadas de 1940 a 1980 – a exemplo de *Edgar*, *Edgard*, *Edilberto*, *Edite*, *Edmar*, *Edmundo* e *Edna* –, à exceção da curva sempre ascendente dos prenomes *Eduarda* e *Eduardo*, atualmente bastante populares.

Também é notável a grande produtividade dos nomes tradicionais com o formativo *Ed-* na antroponímia brasileira. Sete dentre os 12 antropônimos analisados apresentam mais de 15 mil ocorrências no país, com os prenomes *Edna*, *Eduarda* e *Eduardo* chegando a mais de 199, 152 e 632 mil ocorrências, ocupando as posições de número 160º, 202º e 20º, respectivamente. Essa alta produtividade sugere que, de fato, tais prenomes tradicionais, além de outros também bastante produtivos, a exemplo de *Edgar*, *Edite* e *Edmar* – todos com mais de 45 mil ocorrências e ocupando, respectivamente, as posições de número 569º, 531º e 546º no *ranking* –, podem ter atuado como modelos a serem depreendidos e acionados pelos falantes no momento da construção dos nomes neológicos, a partir de um esquema construcional como o elaborado a seguir:

$[ED(i/e)\text{-}X]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa}]_{NP}$

Logo, e assim como o esquema pensado para as variantes *-aldo*, *-naldo* e *-valdo*, a indexação de natureza categorial também aponta para um nome próprio como resultado, contudo, por se tratar de um formativo encontrado na posição inicial ou mais à esquerda, não seria possível indicar se se trata de um prenome para indivíduos do sexo feminino ou masculino.

4.3 O formativo Franci-

O elemento *Franci-*, oriundo do germânico *frank*, apresentava originalmente, segundo Nascentes (1952), o sentido de «franco». Porém, vale aqui a mesma argumentação acerca do significado nos prenomes germânicos, uma vez que só são recuperados através da pesquisa etimológica.

No *corpus* analisado, *Franci-* aparece sempre como elemento de primeira posição, isto é, à margem esquerda, ou seja, aparece sempre no início da construção antroponímica neológica. Ocorreu cinco vezes no total, três vezes correspondendo a nomes femininos (*Franciane*, *Francielle* e *Francineia*), uma vez correspondendo a nome masculino (*Francinaldo*) e uma vez sem apresentar correspondência clara quanto ao gênero ao qual se aplica (*Francislai*).

Nos dados do IBGE, esses nomes se apresentaram com relativa frequência, como se pode observar no gráfico a seguir:

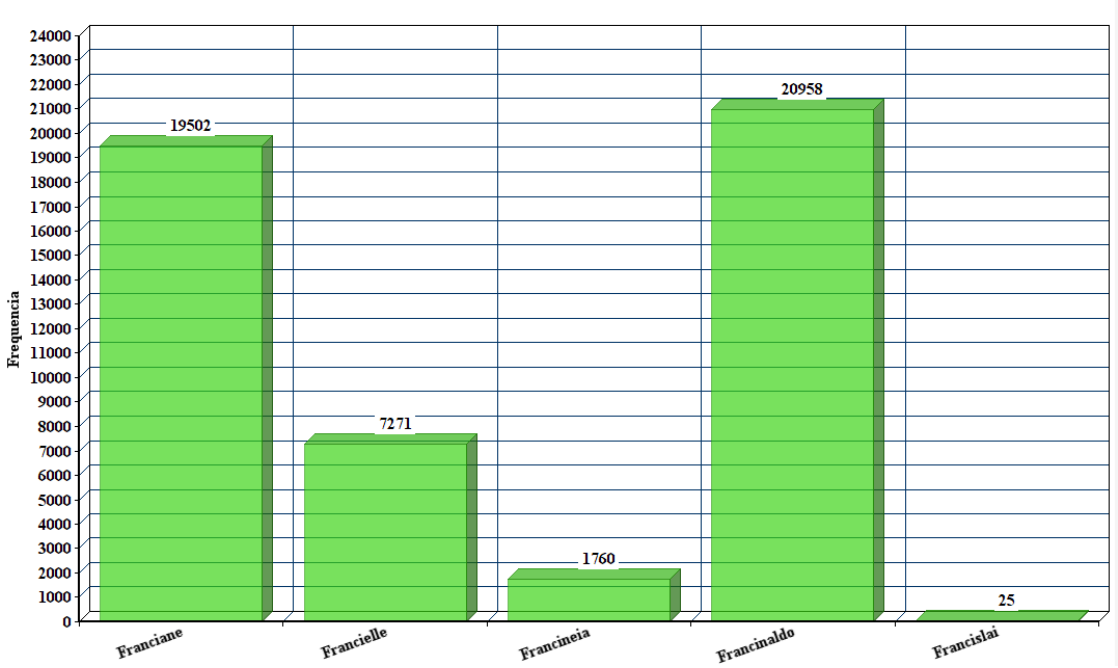


Gráfico 5 – Frequência dos nomes neológicos com *Franci-* nos dados do Censo de 2010
Fonte: Elaborado pelos autores.

Franciane tem seus primeiros registros a partir de 1960 e o ápice de sua popularidade é na década de 1980, com 7.600 pessoas registradas com esse prenome. Embora tenha uma relativa queda de frequência, ainda é bastante recorrente na primeira década do século XXI, com 3.142 novos registros. *Francielle* aparece na década de 1970 e seu ápice de frequência ocorre na década de 1990, com 3.683 registros. *Francineia* é uma criação da década de 1950 e sua máxima popularidade ocorre na década de 1980, com 703 pessoas registradas. *Francinaldo* tem seus primeiros registros na década de 1940, é o mais frequente dentre os cinco neologismos com esse formativo e seu ápice de popularidade ocorre na década de 1980, com 8.005 registros. É possível notar que, nesse caso, temos a coocorrrência de dois formativos de origem germânica (*Franci-* e *-naldo*). Por fim, temos a criação antroponímica de menor frequência em nossos dados, *Francislai*, com apenas 25 registros. Para antropônimos que não atingem um mínimo de 100 ocorrências, o IBGE não apresenta gráficos, assim, não é possível verificar em que data ocorreram os primeiros registros desse prenome.

São raros os exemplos de antropônimos dicionarizados com esse formativo, a saber: *Francisco* e *Francelio*, e alguns derivados desses, como *Francisca*, *Francelino* e *Francelina* (Nascentes 1952). Embora sejam poucos os nomes, a representatividade

de *Francisco* e *Francisca* na língua portuguesa no Brasil atinge índices elevadíssimos, como se pode ver no gráfico abaixo, a partir dos dados do IBGE:

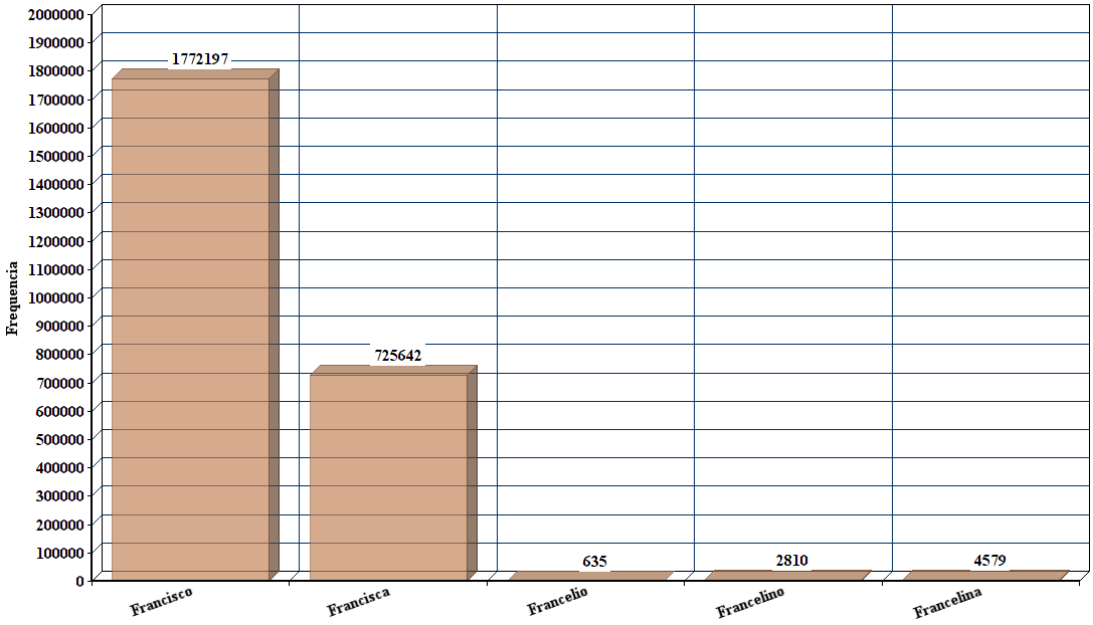


Gráfico 6 – Frequência dos nomes tradicionais em *Franci-*, segundo dados do Censo 2010
Fonte: Elaborado pelos autores.

Francisco é simplesmente o sexto nome mais popular no Brasil e Francisca o 16º. Vemos que entre indivíduos nascidos antes de 1930 já havia cerca de 33.338 pessoas registradas com o nome Francisco e 27.371 com o prenome Francisca. Fica patente, diante desses dados, que esses dois nomes são amplamente difundidos pelo Brasil (atingindo sua máxima popularidade na década de 1960), o que os habilita a servirem de modelos ótimos para a construção de formações antroponímicas neológicas.

Cabe ressaltar que nos parece haver, entre os nomes neológicos, uma significativa produtividade desse formativo, que foi, obviamente, destacado dos antropônimos Franscisco/Francisca, de frequência inconteste no cenário antroponímico brasileiro. Afirmamos a produtividade de Franci- diante dos dados do Censo 2010, uma vez que o IBGE, na entrada de cada nome, oferece, além das informações já exploradas aqui, uma lista de nomes semelhantes àqueles investigados através da caixa de busca. Assim, ao pesquisar os cinco nomes neológicos encontrados na lista de 2005, pudemos verificar a existência de outras criações brasileiras com esse formativo, como:

Francelle, Francilele, Francille, Francyelle, Francine, Francineide, Francinide, Francicleia, Francicleide, Francineldo, Francinildo, Francinldo e Frankinaldo.

Desse modo, assumimos um possível esquema construcional para esses antropônimos neológicos, a saber:

$$[\text{Franci(s)-X}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa}]_{NP}$$

Sobre essa possível esquematização, destacamos que, por se tratar de um elemento da margem esquerda, não se verifica a especificação quanto ao gênero dos antropônimos que contenham esse formativo.

5. Considerações finais

A escolha desses três formativos se deu porque eles representam exemplos de situações diversas em relação aos modelos que serviram para a abstração de esquemas construcionais. De um lado, temos os formativos *-aldo*, *-naldo* e *-valdo*, com no mínimo 20 modelos diferentes de baixa, média e alta frequência na língua e, de outro, temos o formativo *Franci-* que, embora tenha praticamente um único modelo, com as variantes masculina e feminina (*Francisco/Francisca*), encontra forças produtivas na imensa frequência que esses dois nomes têm na língua portuguesa do Brasil, ocupando a 6.ª e a 16.ª posição, respectivamente, entre os prenomes de maior usualidade no país. Temos, ainda, o formativo *Ed-* que, alternando também entre modelos de baixa, média e alta frequência, apresenta, assim como o *Franci-*, os prenomes *Eduarda* e *Eduardo* que, com gráfico sempre ascendente, somam, juntos, quase 785 mil ocorrências.

Assim, embora distintos, esses exemplos de análise demonstram o relevante papel da frequência quando se trata de modelos lexicais que servem de base para formações criativas, já que palavras de alta frequência estão mais acessíveis no léxico mental e, portanto, mais afeitas a participarem de processos genolexicais.

Por fim, vale destacar que outros esquemas de construção de antropônimos puderam ser identificados nesta pesquisa, mas que, por limitações de tempo, aqui não pudemos explorar. São eles:

(1) Elementos da margem direita (com especificação de gênero)

[X-berg]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa de gênero masculino]$_{NP}$
[X-(i/e)lma]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa de gênero feminino]$_{NP}$
[X-(i/e)lz(a/e)]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa de gênero feminino]$_{NP}$
[X-ild(a/es)]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa de gênero feminino]$_{NP}$
[X-ildo]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa de gênero masculino]$_{NP}$
[X-mir(o)]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa de gênero masculino]$_{NP}$

(2) Elementos da margem direita (sem especificação de gênero)
[X-mar(a/es)]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa]$_{NP}$
[X-val]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa]$_{NP}$
[X-van]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa]$_{NP}$

(3) Elementos da margem esquerda (sem especificação de gênero)
[Del-X]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa]$_{NP}$
[Ger-X]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa]$_{NP}$
[Gil-X]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa]$_{NP}$
[Val-X]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa]$_{NP}$
[Van-X]$_{NP}$ ↔ [nome de pessoa]$_{NP}$

Esses e outros formativos de origens diversas (latinas, gregas, indígenas, francesas, inglesas etc.) são objeto de estudo em um projeto sobre a onomástica pessoal brasileira que visa a elaboração do *Dicionário de nomes em uso no Brasil* e que teve seu início no segundo semestre de 2017, sob nossa coordenação. Os verbetes relativos aos elementos formativos visarão descrever, não só a sua origem, como também o seu comportamento morfogenolexical no quadro antroponímico neológico no Brasil.

Referências

Almeida, Ariadne, Tânia Lobo, e Juliana Soledade. 2003. *Projeto Todos os Nomes*: *análise sócio-histórica, mórfico-semântica e etimológica da antroponímia baiana*. Salvador: UFBA.

Alves, Ieda Maria. 1990. *Neologismo: criação lexical.* São Paulo: Ática.

Booij, Geert. 2010. «Construction morphology». *Language and Linguistics Compass* 4(7). United Kingdom.

Booij, Geert. 2012. «Morphology in Construction Grammar». In Hoffmann, Thomas, Graeme Trousdale. *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press.

Carvalhinhos, Patrícia de Jesus. 2007. «As origens dos nomes de pessoas». *Domínios de Lingu@gem* 1(1): 1–18. Minas Gerais. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401/6686>. Acesso em: 15 jan. 2016.

Castro, Ivo. 2004. «A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro: dados paulistas». In: Boullón Agrelo, Ana Isabel, Dieter Kremer. *Novi te ex nomine: estudos filolóxicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*: 245–256. [A Coruña]: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Castro, Ivo. 1991. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Correia, Margarita. 2012. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola.

Cunha e Sousa, Hirão Fernandes. 2017. *Arlindos e negros: o nome próprio em uma irmandade de cor na Bahia dos séculos XIX e XX*. Salvador: ILUFBA. Tese de doutorado.

Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral. 1990. *Toponímia e antroponímia no Brasil*, 2.ª ed. São Paulo: Coletânea de Estudos.

Fandrych, Ingrid. 2008. «Submorphemic elements in the formation of acronyms, blends and clippings». *Lexis: E-Journal in English Lexicology*: 103–121. Lyon. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lexis/713#tocfrom1n1>. Acesso em: 10 jun. 2018.

Faraco, Carlos Alberto. 2005. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.* São Paulo: Parábola.

Feixó Cid, Xosé. 2003. *Diccionario de nomes galegos*. Lerez: Xerais.

Gonçalves, Carlos Alexandre. 2006. «Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português». *Gragoatá* 21: 219–242. Niterói.

Gonçalves, Carlos Alexandre. 2016. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto.

Hébrard, Jean. 2000. *Escravidão e dominação: imposição e apropriação de um nome entre os escravos da Bahia no século XIX*. Tradução não publicada de Tânia Conceição Freire Lobo e Sônia Borba Costa. Salvador.

Henriques, Cláudio Cezar. 2011. *Léxico e semântica*: estudos produtivos sobre palavra e significação. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier.

Houaiss, Antonio, Mauro de Salles Villar. 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva.

Jackendoff, Ray. 1997. *The architecture of the language faculty*. Cambridge: MIT Press.

Lehrer, Adrienne. 1998. «Prefix in English word formation». *Folia Linguistica* xxix(1-2): 133–148.

Levinson, Stephen C. Dêixis. 2007. In: *Pragmática*. Tradução de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes.

Menon, Odete Pereira. 2013. «Sobrenomes no feminino e patronímicos em -ez (-es): perdas morfológicas em português». *Revista Diadorim*, 65–81. Rio de Janeiro, número especial.

Machado, José Pedro. 2003. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa.* v. II. Lisboa: Horizonte: Confluência.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2003. «Germanismos e arabismos no período formativo da língua». In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOSMEDIEVAIS DA ABRAEM, 5., 2003 Salvador. *Anais...* Salvador: ABREM/UFBA.

Mexias-Simon, Maria Lúcia, Aileda de Mattos Oliveira. 2004. *O nome do homem: reflexões em torno dos nomes próprios*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação.

Nascentes, Antenor. 1952. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Tomo II – Nomes próprios. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

NOMES NO BRASIL. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>. Acesso em: 29 out. 2017.

Oliveira, Ana Cristina Rosito. 2017. *As formações X-nejo no português do Brasil*: *uma análise construcional*. 2017. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Piel, Joseph Maria. [1960]1989. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda.

Pereira Filho, Davi A. 2015. *A antroponímia no português arcaico: o legado germânico*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Reis, João José. 2003. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras.

Rio-Torto, Graça Maria. 1998. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora.

Rio-Torto, Graça Maria *et al*. 2013. *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rio-Torto, Graça Maria *et al*. 2016. *Gramática derivacional do português.* 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rodrigues, Letícia Santos. 2016. *Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Rowland, Robert. 1998. «Práticas de nomeação em Portugal durante a época Moderna: ensaio de uma aproximação». *Etnográfica* 12: 17–43. Lisboa. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/1590>. Acesso em: 23 nov. 2017.

Seide, Marcia Sipavicius. 2013. «Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos». *Confluência* 44/45: 165–184. Rio de Janeiro. Disponível em: http://llp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1192.pdf. Acesso em: 15 out. 2017.

Silva, Irani Sacerdote de Souza. 2012. «Antroponímia portuguesa: um breve estudo acerca dos sobrenomes no período medieval». *Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá*, vol. 4: 31–40. Guarapuava.

Soledade, Juliana. 2012. «A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes próprios personativos». In: Lobo, Tânia et al. (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*, 323–336. Salvador: EDUFBA.

Soledade, Juliana. *Germanismos antroponímicos do português: estudo morfológico*. Inédito. Apresentado no Congresso Internacional de Linguística Histórica – Homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva. Salvador: UFBA; UEFS; UNEB, 26 a 29 de julho de 2009. (Mimeo).

Soledade, Juliana, Mailson Lopes. 2016. «Uma proposta de revisão do conceito de morfema». In: Almeida, Aurelina Ariadne Domingues, Elisângela Santana dos Santos, e Juliana Soledade (orgs.). *Saberes* lexicais: mundos, mentes e usos, 429–461. Salvador: EDUFBA.

Soledade, Juliana, Natival Almeida Simões Neto. 2018. «Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional». *RELIN - Revista de Estudos da Linguagem* 26(3): 1295–1350. Belo Horizonte: UFMG.

Szymanek, Bogdan. 2005. «The latest trends in English word-formation». In P. Štekauer, R. Lieber (eds.). *The handbook of word-formation*, 429–448. Netherlands: Springer.

Teyssier, Paul. 1998. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Ferreira da Cunha. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

Vasconcelos, José Leite de. 1928. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Viaro, Mário Eduardo. 2013. *Manual de etimologia do português*. 2.ª ed. São Paulo: Cortez.

55. O texto que se lê de *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães

Luana Batista de Souza

Universidade de São Paulo

O romance brasileiro *O Seminarista*¸ de Bernardo Guimarães, foi publicado pela primeira vez em 1872 e tem mostrado em sua trajetória editorial alterações realizadas ao longo do seu processo de transmissão. Dentre as modificações feitas, enfatizam-se os casos em que o texto é reescrito. Neste sentido, analisando-se as edições publicadas desde a edição príncipe até os dias de hoje nota-se que o conteúdo foi alterado e diverge, assim, da vontade do autor. Enquanto estava vivo apenas duas edições foram publicadas. A segunda edição, embora não informado na folha de rosto, é uma reimpressão da primeira, pois contém os mesmos erros tipográficos, a mesma mancha e paginação. As modificações não-autorais surgem na obra sessenta anos após a primeira edição, produzindo um texto com acréscimos, alterações de ordem, omissões, substituições e reelaborações. O leitor que tiver contato apenas com as edições recentes estará distante do texto tal qual o autor o concebeu.

Palavras-chave: Crítica Textual, *O Seminarista*, trajetória editorial, Bernardo Guimarães, variantes.

1. Introdução

O Seminarista, de Bernardo Guimarães, é um dos muitos casos, recorrentes na literatura brasileira, de obras que chegam às mãos do leitor atual marcadas por diversas modificações alheias à vontade do autor, as quais foram geradas, por diversos motivos, durante o processo de transmissão do texto. No caso de *O Seminarista*, pesa especialmente o fato de a obra se encontrar desde 1943, em domínio público. Outros fatores, no entanto, condicionaram as alterações do romance ao longo do tempo, mesmo antes de ter entrado em domínio público, como, por exemplo, a constante mudança das leis de direitos autorais, no final do século XIX, e a falta de rigor filológico no preparo das edições publicadas ao longo do século XX e durante o século XXI.

Trata-se de uma das obras mais conhecidas do escritor mineiro Bernardo Guimarães. Publicado em 1872, o romance fez sucesso à época, conforme atestam as primeiras críticas em periódicos, e foi reeditado em 1875. São estas as duas edições em vida do autor, cujos direitos autorais foram vendidos, não sobre um determinado número de edições, mas sim sobre a obra, ao editor Baptiste-Louis Garnier (B. L. Garnier). Esta é uma informação importante a ser considerada na trajetória editorial do texto.

Ao analisar uma edição recente, publicada no formato de *epub*, buscamos responder à pergunta sobre qual texto de *O Seminarista* estamos lendo. Os casos em que a obra é reescrita servem como indício para mostrar que não estamos diante da última vontade expressa de Bernardo Guimarães.

2. O romance e as primeiras críticas

A narrativa de *O Seminarista* ambienta-se no século XIX, na pequena vila de Formiga, em Minas Gerais. É a história de Eugênio, filho do fazendeiro Capitão Antunes. O rapaz nutre desde a infância um sentimento por Margarida, filha da agregada D. Umbelina. Aos 13 anos, Eugênio é enviado ao seminário para iniciar seus estudos eclesiásticos. Contudo, a distância criada entre ele e sua companheira de infância apenas contribuiu para que seu afeto por ela crescesse cada vez mais. Após alguns anos de reclusão, Eugênio é autorizado a visitar sua família. A proximidade entre os antigos amigos é vista com maus olhos pelos pais do jovem seminarista, que não querem que a moça seja visitada com frequência. Ao ser enviado de volta ao seminário, depois do episódio do mutirão, em que Eugênio se envolve numa discussão com Luciano, um pretendente de Margarida, foram vãs as súplicas para não se formar padre. Insatisfeito com Umbelina e Margarida, e acreditando ser a menina uma ameaça para a carreira eclesiástica do filho, a família Antunes as expulsa da fazenda. Vítima de uma artimanha criada pelos pais e padres do seminário, Eugênio é ordenado, acreditando que sua amada traiu o juramento de casar-se com ele, casando-se com outro, conforme a falsa notícia dada pelos padres. Anos depois, já ordenado, Eugênio retorna a sua cidade natal para celebrar sua primeira missa. Na noite de sua chegada, é chamado para confessar uma moça enferma que acredita estar à beira da morte. Ao chegar à casa simples da doente, o jovem padre depara-se com Margarida e descobre

todas as mentiras de seus pais contra a união dos dois. Tomados pela paixão, os amantes se entregam ao amor e ao desejo. No dia seguinte, antes de celebrar a missa nova, Eugênio é chamado para realizar um ofício fúnebre. Surpreso ao se deparar com o cadáver de Margarida, o jovem enlouquece. Com esse enredo, Bernardo Guimarães aborda a questão do celibato clerical e do despotismo dos pais, que são, por fim, castigados no momento em que eles imaginavam ser o de maior glória: a primeira missa do filho. Ao reconhecer o cadáver da amada, o rapaz é arrebatado pela loucura.

Publicado no segundo semestre de 1872, conforme indicam as primeiras notícias sobre a obra, datadas de 21 de setembro e 05 de outubro, veiculadas nos periódicos *Diário do Rio de Janeiro* e *O Mosquito*, respectivamente, *O Seminarista* é um dos romances mais conhecidos do escritor mineiro Bernardo Guimarães, segundo os críticos da época.

Na seção «Publicações», no *Diário do Rio*, lê-se uma notícia breve e que pouco analisa o romance, sem qualquer indicação de autoria. O texto inicia-se com elogios ao autor, que, segundo o periódico: «tem enriquecido a litteratura brasileira de numerosas narrativas singelas, poeticas e naturaes». A nota reafirma tanto o caráter nacional, isto é, inspirado na ambientação local, como descritivo do romancista: «ao par de sua reputação de poeta verdadeiramente nacional, pelo colorido da imaginação e pela sublimidade dos affectos, adquire tambem o de pintor esmerado dos costumes do sertão».

A crítica publicada em *O Mosquito*, de autoria de M. Souto (1872: 7), vai além de um mero elogio à obra. Começa por qualificar o novo romance de Bernardo Guimarães como «lindo e ao mesmo tempo boa lição para aquelles a quem incumbe dirigir as vocações da mocidade e educá-las». Ao contrário da nota publicada no *Diário do Rio*, este artigo de *O Mosquito* apresenta um posicionamento do crítico, que comenta, sobretudo, o estilo do autor. Em sua opinião, a leitura do livro é agradável, assim como toda a obra de Bernardo Guimarães; entretanto, aponta que talvez o texto seja muito extenso para o seu assunto:

> *A acção talvez ganhasse em ser mais condensada, supprimindo-se promenores* (sic) *inuteis, que não chegam a ser episodios, e que distrahem a attenção, seduzida pelo agradavel brilho do dizer, talvez ainda muito carregado de comparações, suppôsto o seja menos do que nos livros precedentes.* (Souto 1872: 7).

Souto sugere que a ação do livro seria melhor se fosse condensada e afirma que, embora o romance seja carregado de comparações, em relação às obras anteriores, o é em menor quantidade.

Ao final, reconhece que o autor deu um grande passo ao «entrar ao caminho do romance-estudo» e que, nesse livro, é possível detectar, ainda que não muito desenvolvido, um «pensamento mais sério», uma «these social em embryão», e que se espera ser este trabalho seguido por outro mais depurado neste gênero (Souto 1872: 7).

Ainda na mesma década, Velho (*apud* Lima 2000: 320–321) publica, em *Folhas Silvestres*, uma carta-prólogo dirigida a Bernardo Guimarães. Nesta carta, ele afirma que *O Seminarista* é uma obra-prima da literatura em língua portuguesa. Segundo Velho, o escritor mineiro soube desenvolver bem as cenas e os caracteres, e, mais do que ninguém, possui na «ponta do seu pincel» a cor local:

> *Em* O Seminarista*, porém, fez o Sr. Guimarães, uma obra-prima da língua portuguesa, superior à maior parte dos romances portugueses e brasileiros. Desenvolve bem as cenas e caracteres, e tem belíssimas comparações, todas tiradas da nossa terra e vida. Tingiu-se seu espírito da cor da natureza, daqueles vastos horizontes, e pitorescas paisagens da nossa terra. Mais do que ninguém, tem ele na ponta do seu pincel, a cor local, o sentimento da terra e vida brasileira.* [...]
> *As suas cenas se passam nas fazendas e vilas do interior, e são a cópia do que vemos diariamente.*
> *Vê-se a casa, o curral, a gameleira no terreiro a sombrear dez braças em redor, com sua larga e aparada copa.* (Velho *apud* Lima 2000: 320–321).

Comparando as críticas feitas ao romance na época de seu lançamento, observamos que todas têm em comum a exaltação do caráter descritivo, a partir da presença da cor local, descrevendo-se costumes e paisagens. Este também é um aspecto considerado negativo por alguns críticos.

3. O estilo e a crítica

O cânone crítico[859] de Bernardo Guimarães não é unânime. Há quem o considere melhor poeta que romancista, como Manuel Bandeira (1946: 74–75) e Dutra e Cunha (1956: 56) ou ainda um poeta menor, como Veríssimo (1901: 258). Há ainda, aqueles

[859] Entende-se por cânone crítico a produção crítica produzida sobre um determinado autor, neste caso, sobre Bernardo Guimarães por críticos e estudiosos de literatura.

cuja opinião sobre a produção literária do poeta e romancista vai além. É o caso de Alcântara Machado (1940: 216), que o considera «coisa morta e liquidada literariamente», importando-se somente em estudar a figura do homem e não do escritor. Identificamos aí o que Süssekind (2002: 154) fala a respeito da crítica sobre o autor, «uma crítica que se traveste de biografia» e que pouco explora além disso.

De um lado, Alcântara Machado (1940: 216) afirma que não há sentido em considerar Bernardo Guimarães como «um dos iniciadores do romance brasileiro», visto que ninguém o continua fora da Academia Brasileira de Letras ou o toma por patrono. O escritor paulista continua, indagando qual importância anunciadora teve a obra do autor ouro-pretano.

Por outro lado, Romero (1960: 987) diz que o escritor mineiro merece atenção «pelo caráter nacional de suas narrações, pela simplicidade dos enredos, pela facilidade do estilo». Considera como obras mais significativas: *O Garimpeiro*, *O Seminarista*, *Maurício* e *A Escrava Isaura.* Para ele, Bernardo Guimarães juntamente com Franklin Távora é um predecessor do Naturalismo à contemporânea.

Carvalho (1937: 258), embora diga que, a respeito das personagens retratadas, Bernardo Guimarães não tenha conseguido fixar um só tipo realmente perfeito, considerando-os mais ou menos postiços e convencionais, reconhece que as descrições são agradáveis e inclusive justas algumas vezes:

> [...] *elle sabia evocar admiravelmente os aspectos da natureza, animava com espontaneidade as formas mudas da paisagem* [...] *vê-se que o artista estava no seu elemento quando se defrontava com a selva natal. E é como descriptivo que merece attenção.* (Carvalho 1937: 259)

Edgar Cavalheiro (1959: 78), por sua vez, reconhece que as descrições são excelentes como pinturas da natureza, mas assim como Carvalho, considera os tipos humanos postiços, afirmando que «nos retratos psicológicos não conseguiu realizar nada de apreciável».

Esta opinião de Carvalho a respeito dos tipos é rebatida por Oliveira (1963: 113–114), que diz tratar-se de um desacerto de quem conhece pouco ou ignora a vida do interior do Brasil. As criações de José de Alencar e muitas de Joaquim Manuel de Macedo é que seriam «postiças, convencionais, fortemente intelectualizadas, sem realidade pura» (1963: 113). Em suas palavras

> [...] *Quem ler* O Seminarista *viverá um drama de consciência, que teve pura realidade, e a que o autor deu traços indeléveis do romance, buscando nele introduzir cenas brasileiras, em painéis dignos de grande pincel, a par de estados psicológicos*. (Oliveira 1963: 114).

Sobre o lugar que ocupa Bernardo Guimarães nos compêndios de literatura, Dutra e Cunha (1956: 55) afirmam que «seu espólio novelístico é hoje negado por quase todos os nossos críticos e ensaístas».

Um dos princípios norteadores da Crítica Textual é o *usus scribendi*, assim definido pelo *Glossário de Crítica Textual*[860]:

> *Conjunto dos hábitos gramaticais e estilísticos de um escritor, de uma escola ou de uma época. É considerado nas tomadas de decisão do editor crítico, ou para fazer conjecturas em situação de erro ou de lacuna, ou para escolher entre variantes documentadas em diferentes testemunhos. É um dos critérios, junto com a* lectio difficilior*, normalmente usados para arbitrar em caso de lições de igual autoridade documentária.*

Embora o estilo do autor possa ser determinante para a identificação da sua obra, apenas um olhar mais atento será capaz de distingui-lo e identificá-lo. No caso de *O Seminarista*, apesar das sistemáticas intervenções ao texto incidirem, sobretudo nas passagens descritivas e também em alguns diálogos, apenas o leitor conhecedor do romance e ciente do problema das diferentes redações poderá distinguir o texto completo do abreviado, visto que, apesar das variantes, o texto abreviado ainda conserva traços do original, como as descrições, os diálogos e comentários do narrador. Do ponto de vista literário, no entanto, a redação abreviada origina um novo romance. Mesmo que se possa afirmar que não ocorrem alterações substanciais no enredo, do ponto de vista estilístico estamos diante de uma nova obra. Apesar das alterações textuais, a crítica produzida a partir da leitura da redação abreviada aponta para as características que consagraram o romance, como o regionalismo, o caráter descritivo e a cor local.

[860]Disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm, último acesso em 31.07.2018.

4. Redação longa *versus* abreviada

Do ponto de vista filológico, ao analisarmos a trajetória editorial[861] de *O Seminarista*, deparamo-nos com mais de uma redação[862] do texto do romance. A redação completa origina-se com a publicação da edição príncipe. Essa redação é publicada, com algumas alterações referentes a datas, por exemplo, ao longo da sua transmissão. A redação abreviada tem início com a edição da Civilização Brasileira, em 1931. Esta redação abreviada continua sendo publicada também com algumas alterações ao longo do tempo.

Há uma etapa do texto que foi concebida e escrita por Bernardo Guimarães e outra etapa do texto que apresenta significativas modificações em relação ao original, no que concerne ao plano substantivo. No que diz respeito às personagens e episódios, ambas as redações publicam as mesmas informações ainda que com mais ou menos detalhes. O desfecho da história permanece o mesmo, contudo, o que observamos é uma sistemática omissão e substituição de palavras, cuja motivação parece ter origem na economia editorial. Além disso, as alterações também estão intrinsecamente ligadas a uma reformatação estilística, ou seja, o estilo do autor, caracterizado por longas descrições e diálogos, é alterado, culminando, muitas vezes, em omissões de trechos e parágrafos descritivos. Os aspectos negativos citados pelo periódico *O Mosquito* desaparecem nas edições posteriores a 1931. Isso não quer dizer que o editor da Civilização Brasileira tenha tido acesso ao periódico, mas que tenha visto uma necessidade, de acordo com o projeto editorial da casa, de alterar o romance, com a intenção de condensá-lo.

As modificações não-autorais inseridas no texto ao longo do seu processo de transmissão acabam por originar uma nova redação. Essa nova redação produz um novo núcleo gerador dentro da tradição da obra.

[861]Por trajetória editorial entende-se a história de transmissão de uma obra impressa, considerando assim os tipos de edições publicadas, as revisões elaboradas, as editoras envolvidas e todo o processo de produção do livro. Carlos Reis faz uso da expressão «trajecto editorial» na nota prévia da obra *Crítica Textual e edições críticas* em questão (2006: 6).

[862]O termo «redação» é empregado neste trabalho para caracterizar as etapas do texto que apresentam forte alteração no plano substantivo.

5. A trajetória editorial

Devido ao sucesso alcançado no período, *O Seminarista* foi publicado novamente em 1875[863] pela mesma casa editorial. As edições de 1872 e 1875 são as únicas edições publicadas em vida do autor, o que indicaria que foram as únicas realizadas sob sua chancela. Ainda no ano de 1872, Bernardo Guimarães publicou *O Garimpeiro* e *Histórias e Tradições da Província de Minas Gerais*, também pela editora B. L. Garnier.

Ao analisarmos as duas edições de *O Seminarista* publicadas em vida do autor, é possível constatar que a segunda é uma reedição da primeira. São idênticos os erros tipográficos, a mancha e a composição do livro. Se os erros são os mesmos, isso significa que foi utilizada em 1875 a mesma matriz tipográfica de 1872. Há apenas alterações na folha de rosto (uma nova é impressa) e na listagem de obras do autor publicadas por B. L. Garnier, que vem no verso da folha de guarda. Na edição de 1872, lê-se na listagem de obras de Bernardo Guimarães, *Cabeça de Tira-Mentes*, que é corrigido na edição seguinte ([1875]: *Cabeça de Tira-Dentes*). Todo o conteúdo do livro, no que se refere ao texto, inclusive paginação, é idêntico. As edições trazem apenas o texto, sem introdução, prefácio ou índice.

Apesar de ser uma prática pouco comum no fim do século XIX, Bernardo Guimarães vendeu os direitos autorais da obra ao seu editor B. L. Garnier, que poderia nunca mais publicá-la, caso fosse essa a sua vontade. Trata-se de um dado importante, pois, a partir da venda dos direitos, em 27 de julho de 1872[864], o autor não poderia mais interferir na obra e outras casas editoriais só poderiam publicá-la com autorização de B. L. Garnier e seus sucessores.

Desde a sua primeira edição, *O Seminarista* alcançou relativo sucesso entre o público leitor, como pode ser atestado pelas edições publicadas até os dias de hoje. Em nosso mercado editorial, é possível encontrar edições com a redação completa e com

[863] Trata-se de uma data inferida pelo bibliógrafo Rubens Borba de Moraes para o exemplar da Biblioteca José Mindlin. Neste exemplar há uma anotação a lápis na folha de rosto com a data 1875. Ao contrário da primeira edição, não há informação de data no colofão. Transcrevemos a seguir: Typ. FRANCO-AMERICANA, r. d'Ajuda 18.

[864] Transcrevemos a seguir, conforme o original (Fundação Casa de Rui Barbosa: Documentos Pessoais — PASTA: Guimarães, Bernardo. 77/4126): «1º. | O sr. Dr. *Bernardo Joaquim da Silva Guimarães vende a B. L. Garnier a propriedade com todos os direitos de autor de suas obras, intituladas* «*O Seminarista*» *e* «*O Pão de Ouro*» pela quantia de seiscentos mil reis, que forão já pagos ao primeiro pedido do autor» (grifo nosso).

a abreviada, sem qualquer menção às diferenças textuais, além da adaptação da obra para história em quadrinhos. Diferentemente de muitos romances publicados durante o século XIX, *O Seminarista* não foi lançado inicialmente em folhetim; sua primeira edição sai em livro no ano de 1872, publicada por B. L. Garnier, em sua Tipografia Franco-Americana, no Rio de Janeiro.

Sobre as edições de *O Seminarista*, há poucas informações nos exemplares, conforme demonstra a descrição bibliográfica dos testemunhos em Souza (2012). Até o testemunho de 1941, publicado pela F. Briguiet, não há indicação de número de edição a que pertencia o exemplar. Apenas no prefácio dessa edição há uma listagem das edições que teriam sido publicadas nos anos de 1872, 1875, 1888, 1897, 1899, 1917, 1923, 1928 e 1931. Dentre as edições elencadas, não foram encontrados os testemunhos correspondentes aos anos de 1888 e 1897. Contudo, deparamo-nos com um testemunho de H. Garnier de 1895, data atestada pelo seu colofão.

É fundamental para a história da trajetória editorial da obra conhecer as mudanças de proprietário e de endereço ocorridas com a editora de B. L. Garnier. A partir desses dados é possível determinar a datação das edições, visto que, neste período, os exemplares desta editora não eram datados. Havia apenas uma combinação numérica em seu colofão, cujos dois dígitos finais poderiam indicar o ano de publicação. Contudo, nem todas as edições possuem colofão, como a de 1875, por exemplo.

Desse modo, apenas através do colofão é possível determinar que a publicação de H. Garnier foi publicada em 1895, conforme observamos na figura abaixo:

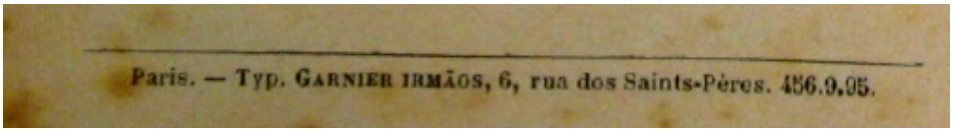

Paris. — Typ. GARNIER IRMÃOS, 6, rua dos Saints-Pères. 456.9.95.

Figura 2. Colofão da edição de 1895

Nesta época, a editora não mais pertencia a Baptiste Louis Garnier, que havia falecido, deixando-a para seu irmão Hippolyte Garnier. Por este motivo, a editora muda de nome e passa a se chamar H. Garnier, em referência ao novo dono. As edições desta nova editora obedecem ao mesmo padrão das edições da editora de B. L. Garnier: não há apresentação, introdução ou prefácio.

Após um intervalo de dezoito anos, uma nova edição é publicada pela Garnier em 1917, denominada nesta época Livraria Garnier, após a morte de Hippolyte Garnier. Essa edição fazia parte da *Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira*, um projeto da editora que previa a publicação de clássicos da literatura nacional. Conforme indica o catálogo da editora, publicado em cada edição, os livros eram comercializados em dois formatos: brochura e capa dura. Como a capa dura poderia ser escolhida de acordo com o gosto do leitor, as sete edições a que tivemos acesso possuíam capas de cores diferentes, assim como sua parte interna e a folha de guarda.

Quase trinta anos após a publicação da edição príncipe são publicadas no mesmo ano três edições: duas delas em livro e uma em folhetim. Datadas de 1899 as edições da Empreza Democrática e da Francisco Alves, possuem um projeto editorial idêntico. Ambas são iguais em tudo: na capa, na mancha e no texto. As lições não-genuínas são as mesmas, mas não há qualquer evidência de relação comercial entre as casas editoriais sediadas em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. Sabe-se que a Francisco Alves era uma editora conhecida pela publicação de livros didáticos, destinados ao curso colegial e universitário. São edições publicadas em brochura, com papel de baixa qualidade e não há nenhum tipo de apresentação do texto, assim como nas edições anteriores. Em ambos os casos, a revisão é falha, pois estas edições apresentam as primeiras modificações textuais dentro da tradição da obra.

A publicação em folhetim se dá no periódico *A Folha do Norte*, de Belém, de 19 de novembro de 1899 até o final daquele ano. Trata-se de uma edição fidedigna à príncipe, sem alterações[865].

Em 1923, sai a público a edição de H. Antunes, considerada, por um dos biógrafos de Bernardo Guimarães, uma edição com figuras anacrônicas e revisão detestável (Magalhães 1926: 137–138). A «revisão detestável» deve-se aos lugares críticos que evidenciam as alterações a que já havia sido submetida a obra. Trata-se, em alguns casos, de lugares críticos já presentes nas edições de 1899, o que indicaria uma relação de parentesco entre elas. As figuras anacrônicas a que se refere Magalhães (1926: 137–138) localizam-se na encadernação: duas crianças em pé, abraçadas, próximas a um riacho, em meio a paisagem bucólica, representam os protagonistas da história:

[865] O texto localiza-se sempre no final da primeira página do periódico, ocupando um espaço de 31 linhas e 6 colunas, na parte inferior da página.

Eugênio e Margarida. A edição é de tamanho médio (191 mm x 132 mm). Ao contrário das edições publicadas até então, não apresenta capítulos que abrem página. O projeto editorial permite a economia de material e um exemplar com menos páginas impressas e mais linhas impressas por página (Souza 2012: 157).

Cinco anos depois, em 1928, o Jornal do Brasil publica em livro uma nova edição do romance, que em muito se assemelha às publicadas pela Empreza Democrática e H. Antunes. O livro fazia parte do suplemento literário do jornal e era distribuído gratuitamente[866]. Embora ainda veicule a redação completa, notam-se modificações que interferem nos aspectos semântico e estilístico da obra.

A edição de 1931, pela Civilização Brasileira, é a primeira com a redação abreviada, que altera radicalmente a obra. Partem dessa edição novas ramificações da tradição, que se prolongam a uma edição de 1944 e a uma edição não datada, mas do mesmo período, publicadas pela Livraria Martins. Outra edição pertencente a essa família é publicada em 1949, pela Sociedade Brasileira de Difusão do Livro. Nos testemunhos da redação abreviada suprimem-se palavras, sequências textuais e parágrafos.

Tanto a edição da Livraria Martins como a da Sociedade Brasileira de Difusão do Livro apresentam um volume com quatro romances, sob o título *Quatro Romances.* Trata-se de uma compilação integrada pelos romances *O Ermitão do Muquém*, *O Seminarista*, *O Garimpeiro* e *O Índio Afonso.* Por seu formato «gigante», caracteriza-se como a edição que publica mais linhas por página e seus capítulos são sequenciais, sem começar em uma nova página. As edições da Livraria Martins fazem parte da *Coleção Excelsior*.

Em 1941, F. Briguiet & Cia. publica a redação completa em uma das mais bem cuidadas edições da obra. Contém uma gravura com o retrato do autor e um prefácio, onde se encontra uma listagem das edições de *O Seminarista* publicadas até então. Foi essa listagem que nos serviu de guia para a recensão dos testemunhos e permitiu a localização de quase todos os citados na introdução do livro, à exceção das edições de 1888 e 1897, publicadas por B. L. Garnier. Em contrapartida, encontramos uma edição não listada, a publicada em 1895, sobre a qual já falamos.

[866] Conforme indicado na contracapa, o livro fazia parte da «Edição especial de concursos do Jornal do Brasil». Transcrevemos a contracapa: «[...] Para vulgarizar os romances clássicos da nossa literatura resolveu o 'Jornal do Brasil' offerecel-os aos concurrentes de seus Concursos em pequenos volumes, como supplemento gratuito, fornecido nas condições exaradas nos annuncios publicados no 'Jornal do Brasil' na secção Concursos».

A edição de 1941 corresponde ao volume V das obras completas de Bernardo Guimarães, publicadas pela F. Briguiet & Cia. Foram publicadas 13 obras organizadas e revistas por M. Nogueira da Silva. O volume V é acompanhado de um prefácio que trata da recepção do romance entre os leitores da época, do renome alcançado por Bernardo Guimarães entre os escritores da segunda geração romântica e da recepção da crítica, que, segundo o editor, não soube sentir todo o valor do livro (Guimarães 1941: 6). Há ainda uma breve análise do protagonista, em que se apresenta a personalidade do jovem seminarista e os desdobramentos de sua educação clerical, que o impediam de entregar-se ao amor de Margarida.

6. Alguns aspectos sobre a transmissão de *O Seminarista*

Como é sabido, o autor vendeu os direitos autorais da obra ao editor, ou seja, a publicação de novas edições deveria ser autorizada por B. L. Garnier enquanto a obra não estivesse em domínio público. Contudo, observamos que mesmo durante o período em que o romance não estava sob domínio público muitas edições foram publicadas e, segundo um dos biógrafos do romancista, Basílio de Magalhães, não havia notícias de que foram autorizadas por herdeiros de Bernardo Guimarães ou pela Livraria Garnier (Magalhães 1926: 138). A história dessas edições é fundamental para compreender o trajeto editorial do romance desde a sua primeira publicação.

A partir da análise das edições de *O Seminarista*, foi possível observar diferenças textuais significativas que alteram o texto da edição príncipe, tais como adições, omissões, substituições, etc. Desse modo, nomeamos esses textos como diferentes redações e não versões, uma vez que a versão é o «estado de um texto que considera todas as variantes nele introduzidas, num processo de cópia, pelo autor ou por alguém autorizado»[867]. Como não se tem notícia de que o autor ou alguém autorizado por ele tenha modificado o texto, não estamos diante de diferentes versões do texto, mas sim de diferentes redações que indicam mudanças dentro da mesma tradição.

Ao publicar em 1931 uma redação de *O Seminarista* divergente da edição príncipe, a editora Civilização Brasileira dá origem a um novo ramo da tradição do romance,

[867] *Glossário de crítica textual. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.* Disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm#230, último acesso em 31.07.2018.

que passamos a denominar *ramo do texto abreviado*, enquanto o ramo a que pertencem os testemunhos que reproduzem o texto da edição príncipe é denominado *ramo do texto completo.*

Para melhor contextualizar a edição de 1931 na tradição da obra, faz-se necessário levar em consideração algumas informações a respeito da editora Civilização Brasileira, tais como: quem era seu proprietário, qual era o projeto editorial e os títulos publicados[868].

Ao nos depararmos com o texto publicado pela Civilização Brasileira, surgem algumas questões a respeito de quem teria efetuado as alterações textuais. A partir do estudo da tipologia das variantes, exaustiva análise quantitativa e ainda o estudo analítico das variantes, foi possível perceber uma regularidade naquilo que é alterado. Podem-se identificar padrões de alteração do texto, caracterizados pela omissão, substituição e reelaboração. Por se tratar de um testemunho publicado muitos anos após a morte de Bernardo Guimarães, descartou-se a hipótese de que um exemplar com anotações autorais tenha chegado à Civilização Brasileira. Desse modo, a nossa hipótese é que um funcionário (tipógrafo, revisor ou editor) da referida casa editorial do romance tenha feito as alterações, uma vez que as mudanças feitas não são involuntárias, mas visam a uma alteração estética, que ocorre especialmente no plano substantivo da obra.

Dentro da tradição abreviada também são encontradas variantes que evidenciam mudanças neste ramo. É o caso do testemunho da Livraria Martins[869].

Em 1944, foi publicado o volume *Quatro romances de Bernardo Guimarães*, contendo as obras *O Ermitão do Muquém*, *O Seminarista*, *O Garimpeiro* e *O índio Afonso.* Não há indicações no livro de qual edição teria sido utilizada como base. Além dessa publicação de 1944 há uma outra edição sem data, que parece ser do mesmo período[870]. No cotejo entre esses dois testemunhos foram encontradas 66 variantes, sendo 43 substituições, 21 omissões (17 de palavra e 4 de trecho), 1 adição e 1

[868] Ver Souza, 2012: 68, em que esses pontos foram tratados.
[869] Na edição crítica de *O Ermitão do Muquém* (1972), observa-se na introdução crítico-filológica o mesmo padrão de omissões de *O Seminarista*, no testemunho da Livraria Martins, apontando para uma prática comum da editora.
[870]Ao fazer a descrição bibliográfica dos testemunhos da Livraria Martins, notamos diferenças relacionadas à datação (presente apenas no testemunho L), uso de caixa alta para o artigo e caixa baixa no restante do título na folha de guarda (testemunho L), paginação e colofão (presente apenas no testemunho L).

alteração de ordem. Neste caso, a hipótese mais provável é que a edição sem data tenha sido publicada depois da edição de 1944, devido aos casos de omissão, uma vez que não faria sentido excluir palavras e trechos para depois incluí-los numa edição posterior.

O texto de *O Seminarista* é alterado por muitas modificações, provavelmente intencionais, em suas diferentes edições. Essas modificações são motivadas por diversos fatores, dentre os quais estão: a economia de produção em termos editoriais, a censura e a reescrita[871].

Segue abaixo quadro da trajetória editorial de *O Seminarista* desde a sua edição príncipe até meados dos anos 1940. Há a indicação do nome do testemunho, editora e o tipo de redação publicada.

Tabela 1. Trajetória editorial de *O Seminarista*

Testemunho	Ano	Editora	Redação
A	1872	B.L. Garnier	Completa
B	1875	B.L. Garnier	Completa
C	1895	H. Garnier	Completa
D	1899	Empreza Democratica	Completa
E	1899	Francisco Alves	Completa
F	1917	Livraria Garnier	Completa
G	1923	H. Antunes	Completa
H	1928	Jornal do Brasil	Completa
I	1931	Civilização Brasileira	Abreviada
J	1941	F. Briguiet & Cia.	Completa
L	1944	Livraria Martins	Abreviada
M	1949	Sociedade Brasileira de Difusão do Livro	Abreviada
N	s.d.	Livraria Martins	Abreviada

7. Tipologia das variantes

Para analisar as alterações que ocorrem no texto foi necessário recorrer à tipologia das variantes proposta por Blecua (1983). Trata-se de uma abordagem necessária para a criação de hipóteses sobre o que teria estimulado a alteração do texto, visto que não se trata de um procedimento aleatório. Aquele que ler apenas o romance de redação

[871]As variantes fornecem pistas sobre o perfil intelectual do editor, que muitas vezes parece agir como censor, e outras como preparador de texto, alterando a obra e incidindo, sobretudo, no *usus scribendi* do autor. A esse respeito ver Souza (2012).

abreviada, sem conhecer seu processo de transmissão, não será capaz de identificar as passagens que foram modificadas.

A partir das quatro categorias modificativas aristotélicas, Blecua (1983: 20–30) propõe uma classificação que denomina *erros de cópia*: adição, alteração de ordem, omissão e substituição. Seu trabalho refere-se sobretudo à poesia, de modo que as variantes ocorrem em nível do fonema, da sílaba, da palavra, do verso e da estrofe, o que requereu uma adaptação para utilizá-lo como modelo. Nesse sentido, às categorias propostas por Blecua, acrescentamos outras três, a saber: *junção*, *separação* e *reelaboração.* Subdividimos a omissão em: i – omissão de palavras, ii – omissão de trechos e iii – omissão de parágrafos. As variantes cotejadas classificam-se, portanto, da seguinte maneira:

a) adição;
b) alteração de ordem;
c) omissão:
    i. omissão de palavras;
    ii. omissão de trechos;
    iii. omissão de parágrafos;
d) junção;
e) separação;
f) substituição;
g) reelaboração.

Não vamos aqui esmiuçar cada categoria mas apenas destacar três: junção, separação e reelaboração.

As categorias junção e separação referem-se a aspectos estruturais do texto, especificamente os parágrafos que podem ser aglutinados ou separados. Seu contexto de ocorrência é descrição e diálogos. Por se tratar de um acidental, isto é, do aspecto formal do texto, não apresenta alterações de sentido.

A reelaboração foi criada tomando como base o que diz D'Arco Silvio Avalle em seu *Principî di critica testuale* (1972: 60–61) sobre *rifacimento*, um processo que pode ser entendido como uma reelaboração seja sob a forma de adaptações ou atualizações, estilísticas ou linguísticas.

8. O Seminarista hoje

Nos casos de inovação causada por reelaboração, é interessante notar como essa categoria contraria a proposta estética de Bernardo Guimarães, visto que não só em *O Seminarista*, como em outros romances, *A Escrava Isaura*, *O Garimpeiro*, *O Ermitão do Muquém*¸ há longos períodos descritivos, em que as personagens, o cenário e as ações são caracterizados por muitos detalhes. O mesmo ocorre com as omissões de palavras, trechos e parágrafos, impedindo-se que o leitor tenha contato com o texto tal qual foi concebido pelo seu autor.

Para mostrar o texto a que se tem acesso hoje, cotejamos a edição príncipe com uma edição recente, no formato de *ePub*, disponível no site da livraria brasileira «Livraria Cultura». Trata-se de uma edição publicada pela editora Simplíssimo em 2015, numa coleção denominada *Clássicos da Literatura*. A exemplo das edições que veiculam a redação abreviada, não há neste *ebook* qualquer indicação de exemplar usado para cotejo e nem se o texto é integral ou reduzido. A revisão é precária havendo falhas na pontuação e na apresentação do texto. Por tratar-se de um testemunho digital, de baixo custo e acessível via internet é que ele foi escolhido. Além de *O Seminarista*, esta editora publicou também em formato digital outras grandes obras da literatura em língua portuguesa, tais como *A Relíquia*, de Eça de Queiros, *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, *O Guarani* e *Lucíola*, de José de Alencar, *Iaiá Garcia*, de Machado de Assis.

No cotejo entre a edição príncipe e essa edição de 2015 foram coletados 19 casos de reelaboração. Vejamos a seguir, na Tabela 2, as variantes encontradas.

Tabela 2. Casos de reelaboração

	TESTEMUNHO A - B.L. Garnier, 1872	**TESTEMUNHO O - Simplíssimo, 2015**
1	viam-se duas belas e corpulentas paineiras, cujos galhos entrelaçando-se no ar formavam uma linda arcada de verdura, que dava entrada para além da ponte a um extenso rincão coberto de suculenta e vistosa paisagem (cap. I)	viam-se duas corpulentas paineiras, cujos galhos, entrelaçando-se no ar, formavam uma arcada de verdura, à entrada do campo onde pastava o gado (cap. I)
2	duas lindas e faceiras crianças, que ali vinham quase sempre divertir-se e travessear junto da ponte á sombra das paineiras. Eram um rapazinho de doze a treze anos, e uma menina, que parecia ser	Dois meninos brincavam à sombra das paineiras: um rapazinho de doze a treze anos e uma menina, que parecia ser pouco mais nova do que ele. (cap. I)

	mais nova do que ele uns dois ou três anos. (cap. I)	
3	Dir-se-ia, que naqueles vagos rumores do solidão ao despedir-se do dia estavam ouvindo o derradeiro adeus do gênio prazenteiro da meninice (cap. I)	Dir-se-ia que, nos vagos rumores do fim do dia, estavam ouvindo o derradeiro adeus do gênio prazenteiro da meninice (cap. I)
4	deitou-se a correr pelo rincão que era a fazenda de que já falamos, e que ficava como a meia légua de distancia (cap. I)	deitou-se a correr pelo rincão afora dirigindo-se para a fazenda que ficava a meia légua de distância (cap. I)
5	que sem lhe pagarem contribuição alguma nem em serviço nem em dinheiro (cap. II)	sem lhe exigir contribuição alguma, nem em serviço nem em dinheiro (cap. II)
6	como se estivesse brincando com uma boneca (cap. II)	como se fosse uma boneca (cap. II)
7	passados eles felizmente a cobra, pressentindo a aproximação de gente, foi-se retirando tranquilamente, e sumiu-se nas moitas de um matagal vizinho (cap. II)	ao fim dos quais a serpente desenroscou-se e foi-se retirando tranquilamente, e sumiu-se nas moitas (cap. II)
8	Ditas estas palavras, as duas mulheres acompanhadas da demais família foram-se recolhendo para casa, silenciosas e profundamente impressionadas por aquele extraordinário incidente, que tornou-se por muitos dias o assumpto da conversação naquela casa (cap. II)	O extraordinário incidente foi por muitos dias o assumpto da conversação naquela casa (cap. II)
9	era mui querida de todos, **especialmente de Eugênio, que não saía de junto dela** (cap. III)	era mui querida de todos, **e inseparável de Eugênio** (cap. III)
10	outros assobiando ou cantando, outros tocando **flauta, clarineta e outros instrumentos** (cap. IV)	outros assobiando ou cantando, outros tocando **variados instrumentos de sopro** (cap. IV)
11	A lembrança de Margarida era já em sua alma essa saudade meiga e maviosa, **que nos faz assomar aos lábios um triste sorriso através de uma chuva de lágrimas consoladoras,** e não essa saudade amarga e pungente, que nos espreme o coração, e dele faz borbotar lágrimas de fel e de sangue. (cap. V)	A lembrança de Margarida era já em sua alma essa saudade meiga e maviosa, **que nos espreme o coração, e dele faz borbotar** lágrimas de fel e de sangue. (cap. V)
12	Tinha-se de todo amortecido o brilho de seus grandes olhos azuis, **e rugas precoces sulcavam-lhe as faces macilentas** (cap. VII)	Tinha-se de todo amortecido o brilho de seus grandes olhos azuis, **e profunda palidez cobria-lhe o rosto magro** (cap. VII)
13	Eugênio confuso e embaraçado olhava de esguelha para Margarida não ousando fitá-la, **e estava cheio de pasmo e de surpresa. Não contava com a mudança que quatro anos poderiam operar no**	Eugênio confuso e embaraçado olhava de esguelha para Margarida não ousando fitá-la, **pasmo com a mudança que quatro anos puderam operar no desenvolvimento da menina**, e cuidava

	desenvolvimento da menina, e cuidava vir ainda encontrar pouco mais ou menos a mesma inocente e linda criança que deixara, assim como ele. (cap. VIII)	vir ainda encontrar pouco mais ou menos a mesma inocente e linda criança que deixara pequena como ele (cap. VIII)
14	**Como íamos contando, havia mutirão em casa de Umbelina. Tinha ela convidado** as comadres e amigas mais chegadas da vila e das vizinhanças a virem passar alguns dias em sua casa, afim de ajudarem-na a desmanchar algumas arrobas de lã e algodão, que queria pôr no tear, e para as regalar punha em atividade toda a sua pericia de quitandeira mestra e de quitutеira abalisada. (cap. XI)	**Umbelina convidou para a festa** as comadres e amigas mais chegadas da villa e das vizinhanças a virem passar alguns dias em sua casa, a fim de ajudarem-na a desmanchar algumas arrobas de lã e algodão, que queria pôr no tear, e para as regalar punha em atividade toda a sua pericia de quitandeira. (cap. XI)
15	**É a dança original e pitoresca** de nossos camponeses (cap. XII)	**A quatragem é a dança pitoresca** dos nossos camponeses (cap. XII)
16	Antunes cheio de indignação tomou de acordo com sua mulher **a bárbara resolução de enxotar de sua fazenda aquelas duas pobres e inofensivas mulheres.** (cap. XVI)	Antunes, cheio de indignação, tomou de accordo com sua mulher **a resolução de expulsá-las da fazenda**. (cap. XVI)
17	Um pobre velhinha, tendo na mão uma candeia de ferro de luz frouxa e vacilante, o veio receber, e depois de o cumprimentar com religioso respeito, o introduziu silenciosamente no quarto da enferma, que era nos fundos da casa. (cap. XXI)	Surgiu à porta uma velhinha, tendo na mão uma candeia de ferro, de luz frouxa e vacilante. (cap. XXI)
18	que em um momento puseram em horrível conflagração a paixão, **que há tanto tempo adormecida parecia estar morta no seio do mancebo** (cap. XXIII)	que em um momento puseram em horrível conflagração a paixão **ardente, há tanto adormecida**. (cap. XXIII)
19	Quando Eugênio entrou, **Margarida estava sentada sobre a cama com o cotovelo sobre o travesseiro e mão na face**. (cap. XXIII)	Quando Eugênio entrou, **Margarida estava recostada ao travesseiro**. (cap. XXIII)

Ao observar os casos de reelaboração que foram transmitidos na tradição de *O Seminarista*, é possível notar que todos se referem às descrições, não havendo nenhum diálogo, por exemplo. Eles podem ser divididos em três categorias: descrição de paisagem (exemplos 1, 3, 10 e 14), de ação (exemplos 15 a 18) e de personagens (2, 4 a 9, 11 a 13 e 19).

A análise de todos os casos seria muito exaustiva, por isso selecionamos seis ocorrências: 8, 10, 11, 14, 16 e 17.

No exemplo 8, o incidente com a cobra, contado de maneira detalhada pelo autor na edição príncipe, é praticamente resumido no testemunho O, de modo que o leitor não tem mais as informações sobre o estado de espírito de Umbelina e da esposa do Capitão Antunes. Após a cobra enrolar-se no corpo da pequena Margarida e ser morta por um dos escravos, ambas as mulheres partem para casa «silenciosas e profundamente impressionadas» com o que acabara de acontecer. Este é um acontecimento pontual que marca a narrativa, pois a partir deste dia a mãe de Eugênio acredita que a menina foi seduzida pela cobra de Adão e Eva e que oferece riscos para a carreira eclesiástica de Eugênio.

No exemplo 10, os instrumentos musicais citados no testemunho A «flauta, clarineta e outros instrumentos», são substituídos por «variados instrumentos de sopro» no testemunho O. Neste caso, ao englobar flauta e clarineta no conjunto dos instrumentos de sopro, não é possível recuperar a informação sobre quais instrumentos são. Essa omissão poderia afetar, por exemplo, um estudo que buscasse investigar quais instrumentos eram tocados no século XIX.

No exemplo 11 há a repetição de «que nos»: «que nos faz assomar aos lábios» e «que nos espreme o coração». Além disso, tem «borbo-» no início da palavra, de modo a dar a impressão de que houve um empastelamento[872], misturando, assim, «dele faz borbotar lágrimas de fel e de sangue» e «sorriso através de uma chuva de lágrimas consoladoras», originando «que nos espreme o coração, e dele faz borboso através de uma chuva de lágrimas consoladoras, e não essa saudade amarga e pungente, que nos espreme o coração e dele faz borbotar lágrimas de fel e de sangue». Trata-se de um caso claro de erro tipográfico, ocasionado por um erro de leitura no modelo. Devido ao erro tipográfico em I, o testemunho O passa a apresentar a seguinte lição: «A lembrança de Margarida era já em sua alma essa saudade meiga e maviosa, que nos espreme o coração, e dele faz borbotar lágrimas de fel e de sangue», omitindo-se o trecho «que nos faz assomar aos lábios um triste sorriso através de uma chuva de lágrimas consoladoras, e não essa saudade amarga e pungente».

Ao contrário dos casos supracitados que se referem a descrições de personagens ou de paisagens, no exemplo 14 há ao mesmo tempo a omissão da fala do narrador e a reescrita do início do parágrafo, de modo a apagar o lembrete feito pelo narrador sobre

[872] «Amontoado confuso de caracteres tipográficos» (Faria e Pericão 2008: 278).

o mutirão que estava acontecendo na casa de Umbelina e apenas referir-se a quem ela havia convidado.

Ao constatar a recusa de Margarida em casar-se com Luciano ou qualquer outro pretendente por causa do amor que sente por Eugênio e por esse sentimento se mostrar cada vez mais ameaçador para os planos traçados pelos Antunes, mãe e filha são expulsas da fazenda. Contudo, a atitude reprovada pelo narrador e descrita como «bárbara decisão» no testemunho A é atenuada no testemunho O, substituindo o verbo «enxotar», cujo sentido seria «fazer (alguém, animal) se afastar ou fugir, por meio de empurrões, gritos, agitação das mãos etc.» por «expulsar», que seria um pouco menos violento. Segundo a definição do *Dicionário Caldas Aulete* «pôr (alguém) para fora, fazer sair à força de onde está».

Por fim, no exemplo 17 estamos diante das conhecidas descrições de Bernardo Guimarães, muito detalhadas e que permitem ao leitor imaginar a cena como se estivesse acontecendo diante de seus olhos. Toda a descrição da velha parenta de Margarida recebendo o jovem seminarista é resumida apenas pela sua aparição na porta segurando uma candeia.

9. Considerações finais

As modificações não-autorais surgem na obra 60 anos após a primeira edição. Entre a edição príncipe e o testemunho O, continuaram a ser publicadas edições que reproduziam o texto da edição príncipe. Descarta-se, portanto, a possibilidade de a edição modificada resultar de um original alterado e corrigido, até então inédito, que tenha chegado tardiamente às mãos do editor. A modificação do texto da edição príncipe produz um texto com acréscimos, alterações de ordem, omissões, substituições e reelaborações.

Ao cotejar-se uma edição atual de *O Seminarista* com a edição príncipe, encontram-se nada menos do que 19 lugares críticos em que ocorre a reelaboração ou reescrita do texto. Analisando-se os casos encontrados, percebe-se que sempre incidem sobre trechos do texto que trazem uma descrição ou narrativas. Como esses são pontos fortes da obra de Bernardo Guimarães, conforme aponta a literatura especializada, o leitor que tiver contato apenas com as edições recentes estará distante do texto tal qual o autor o concebeu.

Por isso nosso questionamento sobre o texto que é lido atualmente do *Seminarista.* É necessário refletir a respeito dos fatores que estimulam as modificações, uma vez que eles não se devem apenas ao domínio público. Há também interesses dos agentes de produção do livro, com intenção de reduzir o texto para censurá-lo ou para diminuir os custos de sua publicação.

Com este levantamento queremos chamar a atenção para uma ação cada vez mais constante na história da literatura. A alteração dos textos não pode ser vista só como uma consequência do processo de transmissão textual, sem que seja atribuída a responsabilidade aos culpados e restituída a fidedignidade aos escritos.

Bibliografia activa de Bernardo Guimarães

Guimarães, Bernardo. 1875. *A Escrava Isaura*: romance. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

___. 1879. *A Ilha Maldita*: romance phantastico. Rio de Janeiro: B .L. Garnier.

___. 1858. *Cantos da solidão*: poesias. Rio de Janeiro: Typ. Americana de José Soares de Pinho.

___. 1922. *O bandido do rio das Mortes*: romance historico. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia.

___. 1929. *O Ermitão de Muquém ou a historia da fundação da romaria do Muquém, na província de Goiás*: romance de costumes nacionais.Rio de Janeiro: Jornal do Brasil.

___. s.d. *O Garimpeiro*: romance.Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

___. 1900. *O Índio Afonso.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

___. 1872. *O Seminarista*: romance brasileiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 258p.

___. [1875]. _____. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 258 p.

___. [s.d.]. _____. Rio de Janeiro: Paris: H. Garnier, 225 p.

___. [1895]. _____. Rio de Janeiro: Paris: H. Garnier, 244 p.

___. 1899._____. Rio de Janeiro: Empresa Democrática, 192 p.

___. 1899._____. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 192 p.

___. 1899._____. A Folha do Norte. Belém: 19 de novembro.

___.[1917]. _____. Rio de Janeiro: H. Garnier, 244 p.

___. 1923. _____. Rio de Janeiro: H. Antunes & Cia, 125 p.

___. 1928. _____. Rio de Janeiro : Jornal do Brasil, 108 p.

___. 1931. _____. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 172 p.

___. 1941. _____. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 158 p.

___. 1988. _____. São Paulo: Moderna, (Travessias), 64 p.

___. 1989. _____. São Paulo: Ática, (Série Bom Livro), 14.ª ed. 126 p.

___. 1996. _____. Rio de Janeiro: Ediouro, (Coleção Prestígio),12.ª ed. 139 p.

___. _____. S.l.: Simplíssimo, 2015

___. 1944. *Quatro romances: O Ermitão De Muquém; O Seminarista; O Garimpeiro; O Indio Afonso*. São Paulo: Martins

___. s.d. *Quatro romances: O Ermitão De Muquém; O Seminarista; O Garimpeiro; O Indio Afonso*. São Paulo: Martins.

___. 1949._____. São Paulo: Sociedade Brasileira de Difusão do Livro.

___. s.d. *Rosaura: a enjeitada*: romance brasileiro. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia passiva de Bernardo Guimarães

Bandeira, Manuel (organização e prefácio). 1946. *Antologia dos poetas brasileiros*: fase romântica. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 74–75.

Carvalho, Ronald. 1937. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Briguiet, 5ª.ed. 258–259.

Cavalheiro, Edgar. 1959. *Panorama da poesia brasileira*, vol. II – *O Romantismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 77–84.

Dutra, Waltensir, Fausto Cunha. 1956. *Biografia crítica das letras mineiras.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 47–58.

Lima, Israel Souza. (org.) 2000. *Biobibliografia dos patronos: Bernardo Guimarães e Casimiro de Abreu*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras (Coleção Afrânio Peixoto, vol. 3).

Machado, António Alcântara. 1940. «O fabuloso Bernardo Guimarães» in *Cavaquinho e saxofone.* Rio de Janeiro: José Olímpio. 215–224.

Magalhães, Basílio. 1926. *Bernardo Guimarães*: esboço biográfico e crítico. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil.

Oliveira, Martins de. 1963. «A prosa – advento do romance – conto». In *História da literatura mineira.* Belo Horizonte: Itatiaia. 113–114.

Publicações. 1872. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário. Ano 55. n° 257, 21 de set: p. 2.

Romero, Sílvio. 1960. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 3.ª ed. vol. III. 297–313. [1ª.ed. 1888.]

Souto, M. 1872.*O Mosquito*: jornal caricato e critico. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 5 de out.: 7.

Souza, Luana Batista. 2012. *Grande é o poder do tempo:* colação entre testemunhos de *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães. São Paulo, Dissertação (Filologia e Língua Portuguesa) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Süssekind, Flora. 1993. «Bernardo Guimarães: romantismo com pé-de-cabra». In *Papéis Colados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 151–164.

Veríssimo, José. 1901. *Estudos de literatura brasileira.* 2.ª série. Rio de Janeiro: Garnier. 253–264 (Bernardo Guimarães).

Outras Referências

Avalle, D'Arco Silvio. 1972. *Principî di critica testuale*. Padova: Antenore.

Blecua, Alberto. 1983. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia. Reimpr. 1990.

Faria, Maria Isabel Ribeiro de, e Maria da Graça Pericão. 2008. *Dicionário do livro*: *da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP.

Glossário De Crítica Textual Da Universidade Nova De Lisboa. Disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario, 31.07.2018.

Reis, Carlos. 2006. *Crítica textual e edições críticas:* em questão. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.

56. A propósito de uma pseudo «cantiga de amigo» provençal. Problemas linguísticos, exegéticos e atributivos

Giuseppe Tavani

Università degli Studi di Roma La Sapienza

Nas tradições manuscritas da poesia medieval românica assiste-se à integração abusiva de composições posteriores ao período do *corpus* que se destinava a ser acolhido em certos cancioneiros. Integrações deste género fizeram com que textos tardios fossem por alguns considerados, no caso da poesia trovadoresca galego-portuguesa, composições pertencentes a autores como D. Denis, Juyão Bolseyro ou Roy Martinz do Casal, mas que têm de ser consideradas interpolações tardias. Dado este enquadramento, o contributo centra-se no âmbito da lírica provençal e no texto *Altas undas que venez suz la mar*, transcrito exclusivamente no cancioneiro *Sg*, que hoje se encontra na Biblioteca de Catalunha. Propõe-se que, contrariamente a certa crítica, que se tem debruçado sobre esta composição, *Altas undas* seja vista como uma pseudo-cantiga de amigo com algumas reminiscências galegas, com citações trecentistas, e com uma ligação eroticamente anómala no quadro da lírica peninsular. Sugere-se também a existência de razões cronológicas, linguísticas e estilísticas para lhe ser recusada a atribuição a Raimbaut de Vaqueiras.

Palavras-chave: lírica provençal, lírica galego-portuguesa, interpolações tardias, Raimbaut de Vaqueiras, Martin Codax.

Na origem, era minha intenção oferecer a um grande e caro amigo como o Ivo uma autêntica cantiga de amigo, mas essa solução – sem considerar a pobreza institucional da minha veia poética – poderia ser considerada um pouco ambígua, elaborada e dedicada por um idoso colega italiano e não por uma jovem donzela galega. Foi assim que decidi escolher para este meu testemunho de amizade uma cantiga de amigo «existente», que nos chegou dos séculos medievais, e que não é uma verdadeira cantiga de amigo, mas que foi considerada como tal por muitos dos estudiosos que trataram dela ao longo dos últimos cem anos. Parece muito complicado, mas não o é deveras, como vamos verificar em breve.

Um dos problemas mais debatidos da poesia lírica medieval é sem dúvida o da atribuição dos textos apócrifos, ou subrepticiamente adjudicados a autores famosos,

os quais – a uma análise mais cuidadosa – resultam quase sempre inocentes dos pecados de que foram injustamente acusados. Os responsáveis destas inserções impróprias podem ter sido os copistas que os transcreveram num lugar errado do cancioneiro, cuja confecção lhes fora confiada, mas a maior parte das vezes os verdadeiros culpados foram os chamados «poetas de domingo». Trata-se de uma categoria «parasitária» de péssimos versejadores à procura de uma fama imerecida ou de uma divulgação abusiva à custa de artistas autênticos ou de autores de grande renome no ambiente literário por eles indevidamente frequentado. Houve com certeza também casos de versejadores diletantes mas não de ínfima qualidade que, numa época em que o pergaminho e até o papel eram demasiado caros para o seu orçamento, tendo à mão – por direito de propriedade ou por disponibilidade provisória – uma recolha de poesias onde houvesse páginas inteiramente ou mesmo parcialmente livres de escrita, aproveitaram-nas para transcrever poesias da sua autoria ou até composições alheias que desejavam preservar do esquecimento que teriam justamente merecido.

Estes espaços vazios encontravam-se mais frequentemente no fim de um sector reservado a um autor prestigioso, onde o copista tinha deixado um intervalo mais ou menos amplo entre o fim duma secção e o início da sucessiva, na hipótese de que se tornassem disponíveis outras composições do mesmo autor; mas esses espaços, pelo contrário, exerceram quase sempre uma atracção irresistível para os parasitas, e com efeito, os textos abusivos concluem quase sempre uma série de poesias atribuídas aos protagonistas de uma determinada estação literária, aqueles que tinham direito a uma maior visibilidade, e portanto a uma precisa delimitação no interior duma antologia. No início, isto é, na fase antecedente à dos cancioneiros supérstites, os textos abusivos podiam ser facilmente individualizados pela diversidade da escrita, de tipo mais recente que a outra, mas nas sucessivas transcrições a homologação gráfica integrava definitivamente esses insertos no pecúlio legítimo do autor precedente. Na tradição da lírica galega e portuguesa há vários exemplos desse processo de incorporação de textos impróprios, que Angelo Colocci, nas transcrições de cancioneiros antigos que mandara fazer, não deixou de assinalar, marcando-os, nas suas cópias, com as bem conhecidas notas marginais («textura nova», «littera nova»). Dessas anomalias encontram-se – nos cancioneiros coloccianos – vários exemplos, dois dos quais – *Pero muito amo, muito*

non desejo[873] e *Donna e senhora de grande valia*[874] – colocados respetivamente – sem uma nova rubrica – no final das secções de D. Denis a primeira e de Juyão Bolseyro a outra[875], resultavam assim indevidamente atribuídos a esses dois autores, e continuaram a sê-lo até à segunda metade do século passado. O pior é que, não obstante a singularidade da sua *textura* (os dois são em verso e estrofe de *arte maior*), nenhum dos estudiosos que se ocuparam da lírica medieval galega e portuguesa parece ter prestado a devida atenção nem à indicação do humanista italiano nem a essa tão evidente diversidade estrutural, e todos aceitaram, sem qualquer hesitação, essas muito improváveis paternidades; houve quem, perante a demonstração dessa improbabilidade, se tenha deixado convencer, como por exemplo Manuel Rodrigues Lapa, que me escreveu uma carta muito simpática para se felicitar comigo por ter libertado D. Denis desse texto tão diferente de todos os demais da sua autoria; mas houve pelo contrário quem, mesmo tendo identificado corretamente o tipo de verso e de estrofe do texto atribuído a Juyão Bolseyro, não só não teve suspeitas sobre a autenticidade da atribuição, mas chegou a escrever um ensaio triunfal sobre a possibilidade de antecipar de um século a invenção da arte maior, atribuindo-a, juntamente com o direito de primogenitura, aos trovadores e jograis portugueses de final do século XIII ou dos primeiros anos do XIV[876].

Mas de textos abusivos nos cancioneiros coloccianos há vários outros exemplos, não menos interessantes, como o do famoso lai de Leonoreta copiado logo depois dos textos de Johan Lobeyra[877], e a propósito do qual Anna Ferrari escreve que «quer a sua colocação física em B, anómala e ainda inexplicada, quer algumas particularidades formais e estilísticas sugerem que seja considerada interpolação tardia de um texto composto talvez nos tempos de Alfonso XI» (Ferrari 1993), ou ainda como as quatro

[873] *B* 605-606, fol. 133rv / *V* 208, fol. 29r. As siglas e a numeração correspondem às adoptadas em Tavani (1967).
[874] *V* 668, fol. 106v.
[875] A estas poesias dediquei dois artigos nos anos 60 do século passado (isto é, na pré-história), republicados em Tavani (1969: 219-233 e 183-217).
[876] É a composição *Dona e senhora de grande valia* (*V* 668), que se encontra atribuída a Juyão Bolseyro, e foi considerada como primeira atestação de versos de *arte maior* na lírica galego-portuguesa. Na realidade, é um texto tardio e alheio à escola trovadoresca. Sob a atribuição a Juyão Bolseyro de *Donna e senhora de grande valia* e considerações sobre as origens da *arte maior*, cf. Tavani (1969: 183-217), publicado inicialmente com o título «Considerazione sulle origini dell'arte mayor» (Tavani 1965: 15-33) e depois em versão em português: «Problemas de atribuição, tradição e interpretação. Sobre a atribuição a D. Dinis e a Juião Bolseiro de duas canções tardias» (Tavani 1988b: 317-349).
[877] *Leonoreta / fin roseta* (*B* 244 e [246bis]).

coblas autónomas, todas quatrocentistas, que alguém transcreveu a seguir às três cantigas de amor e três de amigo de Roy Martinz do Casal, num antecedente comum de B e V, e que por conseguinte passaram em ambos os cancioneiros coloccianos com essa falsa paternidade, mas que em B o humanista italiano deixou sem número (Macchi 1966), provavelmente para marcar a sua estraneidade à produção trovadoresca.

Estes preliminares deveriam servir de prólogo à introdução de um problema análogo no âmbito da lírica trovadoresca provençal, mas que se apresenta talvez ainda mais complicado no sentido de que a prova do abuso não é assim tão evidente como nos exemplos acima citados: um problema que diz respeito a uma pseudo-cantiga de amigo provençal. Refiro-me à bem conhecida composição *Altas undas que venez suz la mar*, um texto transcrito unicamente num cancioneiro elaborado em área catalã, que pertenceu a um professor da universidade de Saragoça (por isso distinguido pela sigla *Sg*) e que hoje se encontra na Biblioteca de Catalunha[878]; um cancioneiro compósito, mas sobretudo um cancioneiro tardio, cuja confecção não poderia ser datada antes das primeiras tentativas – nos anos noventa do século XIV – de instituir também em Barcelona – segundo o modelo da *Gaya Sciència* tolosana – uma manifestação análoga, porque só nesse contexto, sobretudo nos primeiros anos do reinado de Martí l'Humà, se justificaria a execução, embora parcial, dum livro realizado evidentemente por profissionais de bom nível e organizado como uma espécie de *vademecum*, de guia para poetas diletantes, de um florilégio de modelos líricos extraídos de três etapas diferentes da actividade trovadoresca mais estreitamente ligada à cultura catalã: quase toda a copiosa produção de Cerveri de Girona (ou Guillem de Cervera), poeta da corte barcelonesa com Pere el Gran, uma selecção dos mais famosos trovadores do período clássico, e alguns poemas de autores catalães premiados em Tolosa.

Mas os textos abusivos introduzidos no cancioneiro catalão não são tão facilmente identificáveis como aqueles inseridos impropriamente nos cancioneiros coloccianos, que denunciam eles mesmos a sua qualidade subreptícia por características formais (métricas, linguísticas, retóricas, etc.) em aberto contraste com a tipologia das cantigas medievais. E além disso, essas apostilas do humanista italiano às quais me referia antes constituem um indício ulterior de que, no exemplar que servia de modelo ao cancioneiro de Colocci, esses textos apareciam copiados numa grafia «nova», diferente

[878] Ms. 146 (*BdT* 392.5a).

da escrita das cantigas autenticamente medievais, e cuja presença devia portanto ser o resultado duma adição suplementar.

Nenhuma destas condições ocorre no Cancioneiro *Sg*: todos os textos, de paternidade legitimada ou incerta que sejam, são elaborados na mesma linguagem e com o mesmo estilo, e foram copiados por uma única mão, cada um precedido pela rubrica atributiva; e não há qualquer indício de que numa fase precedente da tradição houvesse diferenças gráficas a denunciarem procedências diferentes. De maneira que a identificação dos falsos deve ser feita na base de outros parâmetros, como por exemplo a unicidade de atestação, ou evidentes discrepâncias de tipo linguístico, métrico, retórico entre os textos legitimados e os incertos, especialmente quando os incertos pertencem à categoria dos *unica*, isto é, das peças transmitidas por um só cancioneiro.

Entre os trovadores provençais da secção central, um lugar de relevo ocupa uma série de trovas, precedidas cada uma pela rubrica «Raimbaut de Vaqueiras»: um trovador provençal cuja popularidade em área catalã lhe mereceu a adaptação do nome ao sistema grafo-fonético local («Riambau de Vaqueres»), mais radical da que lhe fora reservada pelas línguas do *sí* ou do *oïl*. Esta secção inclui, logo depois da *vida* (isto é, a biografia antiga, numa versão, porém, bem pouco atendível), 23 composições, 6 das quais pertencentes com certeza a outros tantos trovadores, e 3 de atribuição duvidosa por aparecerem duas unicamente no cancioneiro *Sg*, e uma neste e no cancioneiro Vega-Aguiló, outra antologia catalã mais tardia e também muito pouco fiável: um dos dois *unica*, o que fecha a série atribuída a Raimbaut, é justamente o texto sobre o qual desejaria chamar a vossa atenção, *Altas undas que venez suz la mar*.

Trata-se de um texto elaborado num provençal linguisticamente bastante correcto (com poucos catalanismos, na maior parte gráficos ou fonéticos), em três estrofes de 4 decassílabos monorrimos e de um *refram* de dois versos, um pentassílabo e um dodecassílabo, que rimam entre si. E para iniciar, queria propor uma leitura crítica nova dessa trova, diferente da que propus há oito anos em Nápoles, em ocasião duma *Lectura tropatorum*, organizada pela Universidade Federico II daquela cidade (Tavani 2008)[879]. Mas antes de transcrever o texto, acho oportuno precisar que o cancioneiro,

[879] *Lecturae tropatorum* 1, 2008. Disponível em: http://www.lt.unina.it/Tavani-2008.pdf (consultado em 31.07.2018).

mesmo sendo de boa qualidade, se apresenta parcialmente inacabado, sobretudo do ponto de vista da decoração: às vezes, como no nosso caso, o iluminador não interveio para pintar a letra inicial ornada da primeira estrofe e o espaço reservado a esse efeito pelo copista permaneceu vazio. Em qualquer caso, o copista devia escrever, na margem da página e em caracteres pequenos, a indicação da letra que o iluminador devia pintar nesse espaço: interpretar esse sinalzinho nem sempre é fácil, e com efeito o único que tentou fazê-lo equivocou-se, lendo um <l>, que não faz sentido, em vez de um <h>, que pelo contrário dá por resultado <Haltas>, como é correcto que seja em provençal. Em conclusão, o primeiro verso deveria ser «Haltas undas que venez suz la mar», e é assim que decidi escrevê-lo nesta nova edição.

Haltas undas que venez suz la mar,
que fai lo vent çay e lay demenar,
de mun amic sabetz novas comtar
qui lai passet? No lo vei retornar!
Et oi Deu, d'amor!
ad hora·m dona joi et ad hora dolor!

Auras dulzas qui venez devers lai
un mun amic dorm e sejorn'e jai,
del dolz alein un beure m'aportai:
la boca obre, per gran desir que n'ai.
Et oi Deu, d'amor!
ad hora·m dona joi e ad hora dolor.

Mal amar fai vassal d'estran pais
car en plor tornan e sos iocs e sos ris:
ja nun cudei mun amic me traïs
qu'eu li donei ço que d'amor me quis!
Et oi Deu, d'amor!
ad hora·m dona joi et ad hora dolor.

I. Altas ondas que vindes sobre o mar, que aqui e ali o vento faz agitar, sabeis dar-me notícias do meu amigo, que se foi ali? Não o vejo voltar! E oh Deus, o amor! ora dá-me *joi* e ora dor!

II. Auras doces que vindes de ali onde o meu amigo dorme e sojorna e jaz, do [seu] doce alento trazei-me um trago! A boca abro, pelo grande desejo que dele tenho! E oh Deus, o amor! ora dá-me *joi* e ora dor!

III. Mal faz amar um vassalo de um país estrangeiro, pois em choro acabam seus jogos e seu riso. Nunca pensei que o meu amigo me traísse, pois eu lhe dei o que do amor me quis! E oh Deus, o amor! ora dá-me *joi* e ora dor!

A uma leitura superficial – até diria muito superficial – os primeiros elementos que sobressaem são uma mulher a lamentar a ausência do amigo, que se foi além-mar, e a invocação dela às ondas para que lhe dêem notícias dele, se as têm. Se nos detivermos unicamente nestes dados, diríamos – como muitos outros fizeram – que o autor destes versos conhecia pelo menos *Ondas do mar de Vigo / Ondas do mal levado* de Martin Codax, que, juntamente com o verso seguinte *se vistes meu amigo/se vistes meu amado*, parecem sintetizadas, muito aproximadamente, pelas expressões provençais *Haltas undas, mar, de mun amic se sabetz novas*; ao passo que o sin-tagma final do quarto verso (*No lo vei retornar*) diz exatamente o contrário do *refram* galego (*e ai Deus, se verrá cedo*), introduzindo desde já um elemento negativo ausente, duma forma tão explícita, na tipologia da cantiga de amigo. Poucas, de escasso peso e de tipo prevalentemente lexical são portanto as analogias entre o texto provençal e o de Martin Codax, e ainda menos significativa a aproximação ao *refram* de *Sedia-m'eu na ermida de San Simion*, de Mendinho, quer na leitura de José Joaquim Nunes (*eu atendend'o meu amigo/eu atendend'o meu amigo*), quer nas revisões propostas recentemente (num único verso: *Eu atendend'o meu amigo. E verrá?* ou *Eu atendend'o meu amigo. E u é?*)[880].

Se a primeira estrofe, com a evocação da mulher abandonada, pelo amigo ausente, do mar *levado* e das suas ondas *haltas*, pode sugerir – embora indevidamente – uma vaga e mal definível reminiscência da canção de mulher galega, especialmente em quem não tem desta canção um conhecimento específico, com a segunda qualquer hipótese de aproximação desse tipo se desvanece, apesar do paralelismo entre as duas quadras, que por outro lado não é característica privativa da cantiga de amigo, sendo comum a muitas outras formas do lirismo medieval.

Aqui, a mulher invoca o auxílio das *auras*, que ao contrário das ondas, são doces, mansas, mais idóneas para levar a cabo a outra missão que a amante pede aos elementos naturais: a de lhe trazerem o *alein*, o alento, do amado, que ela se propõe sorver avidamente. Aqui entra em jogo, prepotentemente, um erotismo explícito que a cantiga de amigo não conhece, construída como é quase exclusivamente sobre uma rede de alusões, de metáforas, de alegorias, que podem sugerir ou insinuar situações ou relações não propriamente ou não unicamente carinhosas, mas que nunca chegam

[880] Cf. os estudos de Tavani (1988a, 1999).

a exprimir *apertis verbis* a sensualidade apaixonada daquela boca aberta prestes a receber o *alein* do amigo. Também aqui a expressão usada é metafórica, mas é uma metáfora que deixa adivinhar sem remoras o seu sentido autêntico. De maneira que, apesar das vagas analogias com a cantiga de amigo que, embora com alguma dificuldade, se poderiam entrever na quadra inicial, esta segunda estrofe leva-nos para outro clima, outra atmosfera que nada tem que ver com o lirismo peninsular.

Portanto, a matriz destes quatro versos – ou, melhor da invocação às *auras dulzas* – devia ser procurada, e foi efectivamente achada, em contextos literários muito diferentes: numa peça de teatro – *Le jeu de Sainte Agnès*, um drama provençal do século XIV – e numa *alba* anónima, esta também provençal e esta também da segunda metade de Trezentos, transcrita unicamente no cancioneiro C[881]: no primeiro caso temos apenas a invocação à *aura douza*, no *incipit* de uma canção perdida – *Vein, aura douza que vens d'outra la mar* – mas que devia ser muito conhecida, se o encenador que preparou o texto do drama para a representação pôde limitar-se a indicar que o canto religioso que segue deve ser cantado na melodia (*in sonu*) dessa canção; mas o segundo caso, a quinta estrofe da alba – *En un vergier sotz fuelha d'albespi* – oferece-nos o modelo exato da nossa quadra:

> *Per la douss'aura qu'es venguda de lay,*
> *del mieu amic belh e cortes e gay,*
> *del sieu alein ai begut un dous ray.*
> *Oy Dieus, oy Dieus, de l'alba! Tan tost ve.* (ed. M. De Conca[882])

E finalmente, na terceira estrofe, de repente e sem um mínimo de transição, descobrimos que, na realidade, o amigo não se encontra além-mar como peregrino ou cruzado, mas como vassalo de um país estrangeiro, ou melhor – admitindo que *vassal* seja um catalanismo, como é possível – um súbdito de um país estranho, diferente daquele onde vive a amante, e donde, atraiçoando-a, consegue transformar o seu próprio deleite no choro dela. De maneira que, a uma análise objectiva, esta peça revela-se uma agregação trivial de banalidades, de lugares-comuns, de estereótipos de origem diferente, condimentada de um *surplus* de sensualidade e que se poderia definir uma espécie de telenovela *ante litteram*: estas considerações seriam suficientes, de *per*

[881] *En un vergier sotz fuella d'albespi*, *BdT* 461.113; Paris, Bibl. Nat., franç. 856.
[882] Consultável em http://www.rialto.unina.it/An/461.113/461.113dpl.htm (consultado em 31.07.2018).

si, para excluir a atribuição de *Sg* a um poeta do calibre de Raimbaut de Vaqueiras e justificar plenamente o juízo de Gianfranco Contini: «le texte pseudo-provençal (bien que grotesquement attribué à Raimbaut de Vaqueiras par le manuscrit unique ***Sg)*** *Altas undas* ..., qui est certainement l'œuvre d'un étranger, un ibérique sans doute …» (Contini 1957: 117; republ. Contini 1970: 197). Mas há outro elemento, este linguístico, para esta exclusão: a palavra-rima, *aportai*, da segunda estrofe de *Haltas undas*, um imperativo que, num contexto provençal, deveria ser *aportatz*, e nunca poderia acabar em *-ai*, nem sequer em galego: um erro de que Raimbaut não pode absolutamente ser considerado responsável.

Nem todos os que se ocuparam, a qualquer título, deste texto o avaliaram porém negativamente, apesar da evidente mistura desarmónica de temas e motivos heterogéneos, mal conexos num conjunto incoerente que se poderia definir uma espécie de *patchwork* em rima. Dos 18 estudiosos que se entretiveram com *Haltas undas*, metade pronunciou-se a favor da hipótese rambaldiana, alegando principalmente a desenvoltura e a genialidade com que o nosso trovador se exercitou na criação e na frequentação dos mais vários géneros e em todas as línguas da poesia lírica medieval; dos demais, 5 manifestaram-se rigorosamente contrários e 4 orientados a considerar a atribuição pelo menos discutível. O que mais surpreende é que nenhum dos favoráveis considerou que a segunda estrofe do nosso texto, coincidindo com dois versos dum conjunto orgânico (a *alba*) elaborado em pleno século XIV, e apresentando-se como uma citação tirada desse conjunto, não pode ser adscrita a cargo dum poeta que participou na quarta cruzada e morreu em 1207, juntamente com o seu senhor Bonifacio de Monserrato, numa cilada dos búlgaros.

O que resulta mais difícil de compreender é a quase unânime convergência na definição desse texto como uma «cantiga de amigo», chegando até ao absurdo de se admitir a hipótese, com bases tão incertas, de que o género da cantiga de amigo, considerando a cronologia de Raimbaut, pudesse ter sido inventado pelo trovador occitano[883]. E não menos difícil de compreender é o juízo positivo sobre a qualidade literária de uma composição em verso obtida através da justaposição descontínua de

[883] Os partidários desta conjectura corroboraram-na, lembrando que o próprio Raimbaut concluiu o seu *descordo* plurilingue com uma *cobla* em galego. Esqueceram-se, porém, de referir que justamente essa *cobla* denuncia que o nosso trovador tinha efectivamente informações muito vagas sobre a língua das cantigas, muito menos exactas das que manifesta no uso do oitânico, do italiano e até do gascão (Tavani 1986).

elementos de natureza disforme. Basta mencionar apreciações como «quelle due leggiadre poesie [*Altas undas* e *Gaita be*]» (Cavaliere 1938), «un court chef d'œuvre qui reste unique» (Horrent 1971), «esta preciosa cantiga de amigo provenzal» (Riquer 1975), «la splendida canzone di fanciulla innamorata e tradita, ... un esempio provenzale accosto alla *cantiga de amigo* ...» (Sansone 1986), para comprovar a superficialidade analítica de opiniões que têm que ver muito pouco com a filologia.

Em conclusão, acho que os indícios discutidos sejam suficientes para afirmar que *Haltas undas* é uma pseudo-cantiga de amigo com algumas reminiscências galegas na primeira estrofe, com duas citações tiradas de textos do século XIV na segunda, e com uma terceira *cobla* que deixa imaginar uma ligação eroticamente anómala no quadro da lírica peninsular: e além disso, há razões cronológicas, linguísticas e estilísticas suficientes para lhe negar quer a denominação de cantiga de amigo, quer a paternidade rambaldiana.

Referências

BdT. Pillet, Alfred-Carstens, Henry. 1933. *Bibliographie der Troubadours*. Halle: Max Niemeyer. Reprint: New York: Franklin, 1968.

Cavaliere, Alfredo. [1933] 1934. rec. a Vincenzo de Bartholomaeis, «Poesie indebitamente attribuite a Rambaldo de Vaqueiras». *Archivum Romanicum* 17: 324–329.

Cavaliere, Alfredo. 1938. *Cento liriche provenzali*, *Testi, versioni, note, glossario*. *Saggio introduttivo dì Giulio Bertoni: «La lirica dei trovatori»*. Bologna: Zanichelli. Riprod. anastática: Roma: Editrice Elia, 1972.

Contini, Gianfranco. 1957. «Préhistoire de l'*aura* de Pétrarque». In *Actes et Mémoires du 1er Congrès international de langue et de littérature du Midi de la France*. Avignon: Palais du Roure. 113-118. Republ., Contini, Gianfranco. 1970. *Varianti e altra linguistica*. Torino: Einaudi. 193–199.

Ferrari, Anna. 1993. «Johan Lobeira». In *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editorial Caminho.

Horrent, Jules. 1971. «Altas undas que venez suz la mar». In *Mélanges de philologie romane dédiés à la mémoire de Jean Boutière*, vol. I, Liège. 305–316 [310].

Lecturae tropatorum 1. 2008. ISSN 1974–4374. 29 dicembre 2008. Disponível em: http://www.lt.unina.it/Tavani-2008.pdf (31.07.2018).

Macchi, Giuliano. 1966. «Le poesie di Roi Martinz do Casal». *Cultura Neolatina* XXVI: 129–157.

Rialto. *Repertorio informatizzato dell'antica letteratura trobadorica e occitana.* Disponível em: http://www.rialto.unina.it/index.html (31.07.2018).

Riquer, Martín de. 1975. *Los trovadores*, vol. II. Barcelona: Editorial Planeta. 843–844.

Sansone, Giuseppe E. 1986. *La poesia dell'antica Provenza*, Testi e storia dei trovatori. Testo originale a fronte**,** 2 voll. Parma: Guanda, collana Biblioteca della Fenice, II: 346.

Tavani, Giuseppe. 1967. *Repertorio Metrico della Lirica Galego-Portoghese*. Roma: Edizioni dell'Ateneo.

Tavani, Giuseppe. 1969. *Poesia del Duecento nella penisola iberica. Problemi della lirica galego-portoghese*. Roma: Edizioni dell'Ateneo.

Tavani, Giuseppe. 1986. «Per il testo del discordo plurilingue di Raimbaut de Vaqueiras (P.-C. 392,4)». *Romanica Vulgaria – Quaderni 8/9* (Studi provenzali e francesi 84/85). L'Aquila: Japadre Editore. 117–47.

Tavani, Giuseppe. 1988a. «Proposta para unha nova lectura de cantiga de Meendinho». *Grial* 99, XXVI: 59–61.

Tavani, Giuseppe. 1988b. *Ensaios Portugueses. Filologia e Linguística*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Tavani, Giuseppe. 1999. «Aínda sobre Martín Codax e Mendinho». In *Actas do Congreso O Mar das Cantigas* (Illa de San Simón, 21–23 de Maio de 1998). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. 43–57.

Tavani, Giuseppe. 2008. «Raimbaut de Vaqueiras (?), *Altas undas que venez sus la mar (BdT* 392,5a)». *Lecturae tropatorum* 1. Disponível em: http://www.lt.unina.it/Tavani-2008-pdf (31.07.2018).

57. Um olhar sobre a *Vita Christi*: proposta de filiação dos fragmentos da primeira parte da obra

Sílvio de Almeida Toledo Neto

Universidade de São Paulo

A Vita Christi, escrita por Ludolfo de Saxônia, na segunda metade do século XIV, teve uma enorme difusão por toda a Europa. Na obra, o autor elabora uma biografia de Jesus Cristo a partir dos quatro evangelhos. Embora o original tenha desaparecido, cópias manuscritas circularam nos sécilos XIV e XV. E, com base no texto latino, chegado também a Portugal, faz-se a tradução para o português. A tradução da obra, alterada durante a sua transmissão manuscrita, foi impressa, em 1495, por Nicolau de Saxônia e Valentim Fernandes de Morávia. Do período que medeia entre a tradução para o português e a publicação impressa, preservam-se hoje partes de pelo menos sete cópias manuscritas da obra. Neste artigo, examino os fragmentos que integram a primeira parte da obra, preservados em Évora e em Lisboa. Apresento breves exemplos da transcrição semidiplomática dos fragmentos e levanto hipótese sobre a filiação dos fragmentos à tradição da obra.

Palavras-chave: *Vita Christi*, *recensio*, *stemma codicum*, transcrição semidiplomática, português médio.

1. Introdução[884]

O livro *Vita Domini nostri Jesu Christi ex quatuor evangeliis*, escrito por Ludolfo de Saxônia (*c.1295-1300–†c.1377/1378), monge cartusiano em Estrasburgo, na segunda metade do século XIV, teve uma enorme difusão por toda a Europa. Na *Vita Christi*, Ludolfo de Saxônia elabora uma biografia de Jesus Cristo a partir dos quatro

[884] A primeira vez que tive contato mais aprofundado com a *Vita Christi* foi em 2003, por mão do Prof. Dr. Ivo Castro, com quem fiz um pós-doutorado, concluído nesse mesmo ano. Durante o período, dei início à transcrição do códice alcobacense da primeira parte da obra e conheci os fragmentos de Évora. Retomei a pesquisa com a Prof.ª Dr.ª Esperança Cardeira. Em 2013, apresentamos um trabalho, em coautoria, sobre a variação linguística na *Vita Christi*, no Congresso da *Société de Linguistique Romane*, em Nancy, França (Cardeira e Toledo Neto 2016). O estudo estendeu-se para um pós-doutorado, em 2014. Daí vieram outros trabalhos sobre o tema. Em 2016, a Prof.ª Dr.ª Cristina Sobral generosamente informou-me sobre a recente localização de um fragmento da obra, preservado no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa. O fato de o meu entrosamento crescente com a *Vita Christi* ter-se dado em tão propícias condições, ligadas à Universidade de Lisboa, torna para mim muito significativo tratar da obra nesta publicação, resultante do congresso que homenageia o Prof. Dr. Ivo Castro e que teve a participação ativa das professoras mencionadas.

evangelhos, acrescida de comentários dos santos padres e dos escolásticos, além de considerações pessoais. Desde os finais do século XIV, circulavam inúmeros manuscritos da obra, dos quais se conservam cerca de centena e meia. Essa difusão seria ampliada posteriormente por meio das edições impressas em latim e em outras línguas[885].

O sucesso do tratado pode explicar-se pelos seus objetivos de edificação da vida espiritual e pela sua inspiração em obras clássicas, como *De Contemplatione*, de Guido de Ponte, a *Legenda Aurea*, de Jacobus de Voragine, ou as *Meditationes* do pseudo-Boaventura[886]. No século XV e nos seguintes, a obra tornou-se leitura obrigatória, influenciou profundamente figuras como Inácio de Loyola e Teresa de Ávila e viajou, pelas mãos dos navegantes portugueses, para a Índia e o Brasil[887].

Embora o original de Ludolfo de Saxônia tenha desaparecido, as cópias manuscritas circularam nos séculos XIV e XV. E, com base no texto latino, chegado também a Portugal, fez-se a tradução para o português[888].

Em Portugal, o texto latino foi traduzido no reinado de D. Duarte (*1391–†1438). A tradução portuguesa da obra terá sido feita provavelmente sob influência da *devotio moderna* (Nascimento 2001: 126-128)[889]. Em finais do século XV, após correção e

[885] Da *Vita Christi*, segundo Machado (2006: 3), «There are about one hundred and fifty manuscript editions and eighty-eight printed editions, in Latin and in several other languages, as French, Flemish, Italian, Castilian, Catalan and Portuguese».
[886] V. fontes consultadas nas referências bibliográficas.
[887] Segundo Gomes (2010: *s.v. Cartuxos*), a espiritualidade cartusiana foi inicialmente conhecida em Portugal por intermédio dos monges alcobacenses da Ordem de Cister, uma vez que «nunca até 1535 se pusera uma fundação portuguesa» da Cartuxa. Nesse âmbito, a publicação da *Vita Christi* em Portugal «teve grande impacto na nossa vida cristã, pois a leitura da Bíblia era pouco acessível aos leigos, que encontravam no livro de Ludolfo um meio adequado para a leitura e a meditação».
[888] Sobre as hipóteses quanto à tradução da obra para o português, v. Lorenzo (1993: *s. v. Vita Christi*) e Nascimento (2001). Faço referência à questão em nota mais adiante.
[889] Como afirma Walsh (2011: 5), desde o século XI houve uma ênfase crescente na humanidade de Cristo, especialmente em seus sofrimentos, o que floresceu com particular intensidade duzentos anos depois na vida de São Francisco. A *devotio moderna* enquadra-se nessa perspectiva. De acordo com a *Encyclopædia Britannica* (*s.v. Devotio moderna*), *devotio moderna* é um movimento religioso dentro do catolicismo romano, que ocorre de fins do século XIV ao século XVI. Enfatiza a meditação e a vida interior, dá pouca importância a trabalhos exteriores e à espiritualidade altamente especulativa dos séculos XIII e XIV. A *devotio moderna* originou-se na Holanda, com Gerhard Groote e a fundação da *Irmandade da Vida Comum*, e difundiu-se para a Alemanha, norte da França, Espanha, Itália e Portugal. A obra *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis, é uma expressão clássica do movimento (http://www.britannica.com/EBchecked/topic/160366/devotio-moderna). Para uma descrição mais pormenorizada da *devotio moderna*, cf. Mullett (2010: *s.v. Devotio moderna*).

revisão[890], a obra é impressa por Nicolau de Saxônia e Valentim de Morávia, a mando de D. João II (*1455–†1495) e de D. Leonor de Lencastre (*1458–†1525)[891].

Do período que medeia entre a tradução para o português e a publicação impressa, preservam-se hoje partes (códices, fragmentos) de pelo menos sete cópias manuscritas, que podem ter composto diferentes transcrições integrais da obra[892].

Neste estudo, concentro-me na primeira parte da obra, mais especificamente em três testemunhos fragmentários: dois atualmente preservados em Évora e um em Lisboa. Considero a história da tradição (Beltrami 2010: 11) dos fragmentos com base em indícios textuais, que evidenciam aspectos da transmissão do texto. Essa perspectiva enquadra-se em uma mais ampla, a da Filologia como curadoria de texto, conforme termo empregado por Gumbrecht (2017: 12).

O meu objetivo divide-se, mais especificamente, em três pontos: descrever os fragmentos nos seus principais aspectos codicológicos e paleográficos, embora justificadamente fale também dos demais testemunhos da primeira parte da obra; tecer um breve comentário à transcrição que fiz dos fragmentos[893]; e levantar hipótese quanto à filiação dos testemunhos e à localização dos fragmentos na árvore genealógica da primeira parte da obra. O *stemma* que apresento constitui-se como hipótese baseada em resultados que ultrapassam os apresentados neste artigo. Esses três pontos enquadram-se na etapa da *recensio* de uma edição crítica[894].

Começo por fazer a descrição dos testemunhos da primeira parte da obra, com dados recolhidos *in loco*, em sua maior parte. Todos os dados materiais (isto é, codicológicos e paleográficos) são importantes para complementar observações sobre a filiação dos

[890] A *proemial epístola* dos editores do incunábulo (fl. 3r) declara que a obra foi revista e modernizada.
[891] Segundo Sá (2016: 167), a *Vita Christi* foi a primeira obra impressa em Portugal sob o patrocínio de membros da família real. Nascimento (1999a: 565) afirma que «Não é pouco de sopesar que, através da edição impressa, essa tradução, confinada antes aos ambientes privilegiados da corte e do claustro, se tornava acessível a público secular (ainda que nos escape qual o montante da tiragem tipográfica)».
[892] Considerando-se a tradição direta da obra hoje conhecida, até a sua impressão, a primeira parte da obra preserva-se em seis testemunhos diferentes (ou cinco, supondo-se que os fragmentos eborenses fizessem parte de um mesmo livro, como evidencia o seu exame codicológico e paleográfico). Da segunda parte da obra existem dois testemunhos. A terceira parte registra-se somente no testemunho impresso e a quarta parte conserva-se em cinco testemunhos.
[893] A transcrição dos fragmentos aqui examinados encontra-se em processo de conclusão e de revisão.
[894] Conforme o método lachmanniano, ou genealógico-reconstrutivo (Trovato 2014: 54), procedo à descrição dos mais antigos testemunhos que compõem a tradição direta da obra; em seguida, faço a colação de variantes, dentro dos limites dos fragmentos examinados; procuro salientar exemplos de casos mais significativos, dentro desses mesmos limites. Por fim, apresento uma hipótese de *stemma codicum* para a primeira parte da obra.

manuscritos. Passo então para uma breve descrição de algumas características da transcrição que fiz dos fragmentos. A opção por transcrever integralmente todos os testemunhos, no que corresponde a essa parte do texto, justifica-se não só pela importância que oferece o estudo da substância, como também o exame da forma dos testemunhos. A variação substancial interessará principalmente aos estudos críticos textuais e a variação formal terá maior relevância para os estudos linguísticos, não só da tradição como também do período, denominado Português Médio. Trato então de questões estemáticas referentes tanto aos dois fragmentos estudados, como a toda a tradição direta da primeira parte da obra.

2. Descrição dos testemunhos

É prolífica a tradição direta da primeira parte da *Vita Christi* em português[895]. Organizo os testemunhos conforme a datação e proponho siglas conforme o local ou a instituição de origem, exceto no caso do impresso, cuja sigla reproduz a primeira letra da palavra *impresso*. Os numerais subscritos indicam que os testemunhos pertencem à primeira parte da obra (A_1, I_1), frente a outros que lhes dão sequência nas outras partes da obra; ou apontam que são dois fragmentos dispersos, mas originários, ao que tudo indica, de um mesmo códice (E_1, E_2)[896]. A lista de testemunhos que compõem a tradição direta[897] do texto da primeira parte da obra é a seguinte:

[895] Tanto a tradução como o número de cópias em português da obra parece justificar-se, ao menos em parte, pelos fins didáticos que apresentava no âmbito cultural cisterciense. Conforme Varandas (2010: *s.v. Cistercienses*), «Alcobaça, como muitas outras abadias, privilegiou a tradução de textos latinos para as línguas comuns, demonstrando que havia no seu seio uma comunidade crescente de leitores em formação e onde muitos, provavelmente, eram irmãos conversos». Os conversos eram leigos responsáveis pelos trabalhos manuais. Varandas (*id*.: *ibid*.) explica que os monges cistercienses dividiam-se em professos, noviços e conversos. Estes últimos, oriundos da Terceira Ordem, do grupo menos favorecido da sociedade medieval, ocupavam-se da exploração das granjas pertencentes ao couto monástico. Formavam uma mão-de-obra muito especializada, muito eficaz e não totalmente iletrada ou inculta.

[896] Com base na grande semelhança entre traços codicológicos e paleográficos dos fragmentos E_1 e E_2, farei referência a ambos conjuntamente.

[897] Considero, na lista de testemunhos, somente a tradição direta da obra em português. Não incluo, por ora, a transcrição de parte de um capítulo da obra, feita no capítulo 87 do *Leal Conselheiro*: Paris, Bibliothèque Nationale de France [Richelieu], Fonds Portugais, 5 (Bitagap manid 1154). Corresponde à segunda parte do capítulo 8 da obra, intitulado, no incunábulo, *De como josep quis leyxar a virgẽ maria*.

Sigla	Biblioteca	Data	Cota[898]
A_1[899]	BNP[900]	c.1445-46	ALC. 451
E_1	BPE	c.1450	Pergs. frags., pasta 4, doc. 3
E_2	BPE	c.1450	Pergs. frags., pasta 4, doc. 4
L	ANTT	séc. XV	Ord. Cist., Most. de Lorvão, cód. 33
M	MNA	séc. XV	Ms/P/IL, cx. 4/ p. 6/ fr. 1 [capa]
I_1	BNP	1495	Inc - 1541

O testemunho A_1 conserva-se atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Proveniente do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o códice foi copiado em meados do século XV e concluído em 15 de junho de 1445, conforme data declarada no cólofon (fól. 226v [221v])[901]. O suporte material é pergaminho e o códice compõe-se de 221 fólios (467 x 306 mm)[902], organizados em 29 cadernos de estrutura variável[903]. Como se vê, o códice compõe-se atualmente de 221 fólios pergamináceos, embora o número do último fólio seja 226. Essa diferença justifica-se pela falta de fólios, ao que parece mutilados, pela repetição e pelo erro de numeração[904]. A mancha do texto mede 320 x 220 mm (Amos 1989). Cada fólio contém duas colunas de 45 a 48 linhas cada uma, delimitadas por um pautado feito aparentemente a ponta seca. A numeração é romana, maiúscula, em vermelho, centralizada na margem superior dos fólios *recto*; há reclamos centralizados na margem inferior do último fólio de cada caderno de oito fólios. A capitular que abre o texto é cuidadosamente ornamentada. As capitais que abrem capítulo e as que iniciam a oração que conclui cada capítulo são

[898] Citei as cotas de $E_{1,2}$ e de L de forma abreviada. Apresento-as aqui por extenso: *Pergaminhos Fragmentados, pasta 4, doc. 3*; *Pergaminhos Fragmentados, pasta 4, doc. 4*; *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, códice 33*.

[899] As identificações dos testemunhos manuscritos em Bitagap são respectivamente: Manid 1118, Manid 1605, Manid 1960, Manid 4026 e Manid 6673. A cota do incunábulo refere-se a um conjunto de exemplares disponibilizado *online* pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Há, para além desses exemplares, muitos outros, catalogados em Portugal e em outros países. V. *Scrinium*. V. tb. Dias (1995).

[900] Siglas utilizadas na lista: ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, BNP – Biblioteca Nacional de Portugal, BPE – Biblioteca Pública de Évora e MNA – Museu Nacional de Arqueologia Dr. Leite de Vasconcelos.

[901] O cólofon de A_1 é o seguinte (fól. 226vb): «Aqueste liuro . mandou traslladar . aa honrra de ih*es*u *christ*o . [...] ao muy indigno proue de u*ir*tudes frey bernardo monge do dicto m*oesteir*o des os sete cordernos ataa q*ui* e foy acabado . xv . dias de junho do ãno de mil . iiij^{c} . x̃l . v^{o} . ann*os*».

[902] Dimensão dos fólios conforme Philobiblon. No catálogo geral *online* da Biblioteca Nacional constam as medidas: 487 x 319 mm.

[903] Conforme consta no catálogo geral *online* da Biblioteca Nacional, a estrutura dos cadernos é a seguinte: i-ix//8, x//7, xi-xv//8, xvi//1+6, xvii-xxi//8, xxii//6, xxiii-xxvii//8, xxviii//7, xxix//2.

[904] Faltam os fólios: 60, 81, 168, 169, 221 e 224. Repete-se a numeração dos fólios 83 (2x), 106 (2x). Erra-se a numeração dos fólios 84 (está 94) e 118 (está 108).

de maiores dimensões, coloridas em azul ou vermelho[905]. Rubricas e caldeirões em vermelho. Encadernação em madeira, coberta de pele castanha, com brocho (plano anterior) e a marca dos que faltam (plano posterior)[906]. A escrita empregada no códice corresponde à gótica denominada *híbrida portuguesa* (Derolez 2006: 172).

A híbrida portuguesa caracteriza-se principalmente pelo <d> com haste longa e diagonal à esquerda; o <s> final com curva em sentido anti-horário, traço horizontal e cauda diagonal à esquerda; o <z> com cauda horizontal; e o desenho do <e> tironiano[907].

Figura 1. A_1 (fól. 1r)

Figura 2. A_1 (fól. 1r, pormenor, col. a)

Os testemunhos E_1 e E_2, que podem ser considerados em conjunto, por terem as mesmas características codicológicas e paleográficas, encontram-se depositados

[905] Há capitais que são mais ricamente decoradas, como nos fóls. 79va, 86ra e 226vb.
[906] Jordão (2002: 50), referindo-se de modo geral a encadernações medievais, afirma que «As peles utilizadas eram, em geral de carneira ou de cabra peles não coloridas ou pretas. Por vezes eram preparadas pelos árabes e chamavam-se então 'marroquim'».
[907] Outras características desse tipo de escrita são as seguintes: <ç> com a cedilha bem abaixo e desligada do <c>; <g> com cauda que se fecha em volta em sentido horário; tendência de uso de <j> em posições específicas (antes ou depois de <m, n, u>, depois de <l>), ou no início de palavras; <r> com haste longa e <v> com primeiro traço longo.

atualmente na Biblioteca Pública de Évora, em Portugal[908]. Infere-se que tenham sido executados por volta de 1450[909], dadas as suas características codicológicas e paleográficas. Não encontrei referências a sua procedência. O suporte material é pergaminho e ambos os fragmentos terão sido usados como forro interno de encadernação e como capa de livros tabeliônicos, provavelmente a partir do século XVI. O testemunho E_1 corresponde às folhas 135r-v e 137r-v do incunábulo. Contém parte dos capítulos 43 e 44 da obra, intitulados respectivamente *Da cura que foy feita ao demoninhado e aa sogra de pedro*[910] e *Do filho da viuua que foy resuscitado*. O testemunho E_2 corresponde às folhas 140v a 142r do incunábulo. Contém parte do capítulo 46 da obra, intitulado *Em como o senhor foy spertado e mandou aos ventos e ao mar que assesseguassem*. Dimensão dos fragmentos E_1 e E_2, respectivamente: 363 x 460 mm e 363 x 522 mm. O texto distribui-se por duas colunas de 39 a 40 linhas cada uma, demarcadas por pautado aparentemente a tinta, nem sempre visível[911]. Os fragmentos são numerados originalmente por algarismos romanos minúsculos, em vermelho, na margem superior à direita do *recto*: em E_1 há o número ccxxvj e em E_2, ccxxxv. Há diversas anotações tardias, que indicam que os fragmentos encadernavam livros notariais, a saber: em E_1, anotações à margem em letra aparentemente quinhentista e outras em caligrafia mais recente, talvez seiscentista; o nome «Manuel Rodrigues», escrito no meio do fólio e «Ro*drigue*z 1611», escrito verticalmente na parte que serviria de lombada do livro. Em E_2, há anotações tardias (quinhentistas?), algumas referentes ao número do livro de que era capa; em letras mais recentes, há referência ao número do maço, ao nome do tabelião, Luís Gonçalves, e aos anos de 1611 e 1612. A escrita do testemunho é uma espécie de gótica híbrida portuguesa, cuidadosamente executada (Derolez 2006: 174), diferente da que ocorre em A_1[912]. Caldeirões vermelhos e azuis quase sempre alternados no início de diferentes partes do texto reiteram o cuidado com que a cópia foi confeccionada.

[908] Costa (1992: 73) afirma que «Esta versão é substancialmente idêntica à impressa, mas tem variantes e uma linguagem mais correcta».
[909] É a data que consta em Bitagap (Manid 1605 e Manid 1960).
[910] Transcrevo os títulos conforme a grafia de I_1.
[911] Poderia tratar-se também de um pautado feito ora a tinta, ora a ponta seca.
[912] Nascimento (2001: 141) aceita que os fragmentos de Évora representam mais fielmente o exemplar primitivo da tradução da obra, sem, no entanto, identificar-se com ele. Mas, com base na transcrição que fiz, ficam evidentes alguns lapsos que parecem por em dúvida essa afirmação.

Figura 3. E_1 (Pergs. Frags., p. 4, doc. 3, 1)

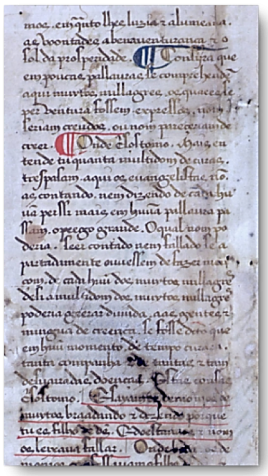


Figura 4. E_1 (pormenor, col. b)

O testemunho L encontra-se atualmente sob os cuidados do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. O códice terá sido escrito durante o século XV, no Mosteiro de Santa Maria de Lorvão[913]. O suporte material do códice é papel, em um livro atualmente com 320 fólios. Os três últimos fólios, seguintes ao fól. 320, foram rasgados. O texto termina a meio do capítulo 60 (*da peendenca de maria magdalena*). São visíveis, mesmo no fac-símile, diferentes filigranas no suporte do códice. O texto distribui-se em duas colunas por fólio, com cerca de 40 linhas cada uma[914]. O pautado, aparentemente a mina[915], é visível apenas em linhas que delimitam as colunas. Numeração romana, minúscula, em tinta mais clara que a do texto, em módulo pequeno, à direita, na margem superior dos fólios *recto*. Assinaturas no canto direito inferior dos fólios *recto*. Reclamos centralizados na margem inferior, no fim dos cadernos[916]. Capitulares e epígrafes em vermelho. Encadernação em pele ornamentada.

[913] Segundo se explica no *site* do Património Cultural (cf. referências), «o mosteiro adoptou, em meados do século XI, a Regra Beneditina, que se manteve até 1200, quando passou para a Ordem de Cister. Nesta data, não apenas se adoptou a nova reforma cisterciense, como o mosteiro passou a ser feminino, tendo por invocação Santa Maria».

[914] O número de linhas por coluna apresenta variação ao longo do códice, provavelmente por tratar-se de letra cursiva e não por falta de equilíbrio na composição da página. Há, por exemplo, colunas com 36 linhas (fól. 5ra), outras com 39 (fól. 124rb) ou com 41 linhas (fól. 1rb).

[915] Mina é um pequeno cilindro, de grafite ou de outro mineral, que deixa um traço escuro (Ostos et al. 1997: *s.v. mina*).

[916] Tomo como exemplo o primeiro caderno do códice, que vem assinalado da seguinte forma: a1 (fól. 1r), a2 (fól. 2r), a3 (fól. 3r), a4 (fól. 4r) e a5 (fól. 5r). Reclamo centralizado na margem inferior do fól. 10v. Trata-se, portanto, de um quínio (caderno formado por cinco bifólios).

Figura 5. L (fól. 1r)

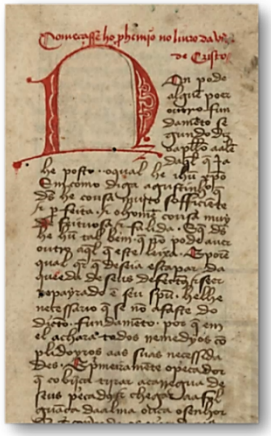


Figura 6. L (fól. 1r, pormenor, col. a)

A escrita do códice parece identificar-se com o tipo de gótica que Derolez (2006: pl. 99) denomina como *cursiva libraria*. A cursiva é, de longe, o tipo de escrita mais empregado nos séculos XIV e XV. Apresentam formas características as seguintes letras: <a> formada por uma uma única volta; <b>, <h>, <k> e <l> com hastes em volta para a direita; <f> e <s> prolongados abaixo da linha de pauta (Derolez 2006: 142).

O testemunho M preserva-se no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, Portugal[917]. Bifólio em suporte pergaminháceo que serviu de encadernação a um exemplar da *Chorographia* de Gaspar Barreiros (Coimbra, 1561). Encontra-se parcialmente cortado nas margens esquerda e direita, tendo sido suprimidas partes do texto. Há partes danificadas por estarem mutiladas, raspadas ou apagadas. Medidas do bifólio: 348 x 490 mm. As páginas exteriores (escurecidas) são os fóls. 109v-102r; as páginas interiores são os fóls. 102v-109r. O texto dos fóls. 102r-102v corresponde a parte do cap. 22 da primeira parte da obra (*Do gejuum e temptaçoões do nosso senhor jhesu christo*). O texto dos fóls. 109r-109v corresponde a parte do cap. 23 da primeira parte da obra (*Do testimunho que deu joham de christo*)[918].

[917] O fragmento foi localizado por Pedro Pinto, em 2016, conforme consta em Bitagap, Manid 6673.
[918] Parte dessas informações já consta em Bitagap (Manid 6673) e outras foram colhidas *in loco*. No Museu, o fragmento, na altura em que o consultei, estava classificado erroneamente como *fragmento do Comentário ao Evangelho de S. João*.

Figura 7. M (fóls. 102v e 109r)

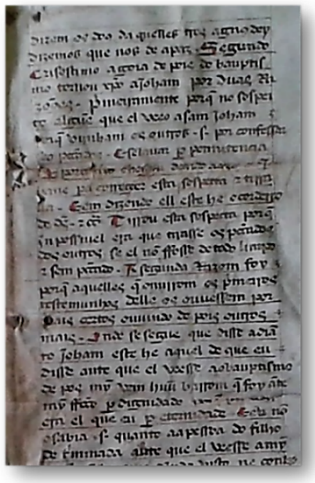


Figura 8. M (fól. 109r, pormenor, col. a)

O tipo de escrita assemelha-se muito à que Derolez denomina como gótica *híbrida portuguesa* (2006: 172). Na margem esquerda do fól. 109v, há uma assinatura de Gaspar Estaço, que deve ter sido o possuidor. A mesma assinatura repete-se, muito apagada, nas margens superior e inferior do fólio. Na mesma margem inferior do fól. 109v, há versos em letra aparentemente contemporânea à da assinatura[919]. Por suas características codicológicas e paleográficas, o fragmento terá sido confeccionado e escrito, como os anteriores, a partir de meados do século XV.

[919] Os versos são os seguintes: «O meu mano naõ me fala / nẽ dos olhos me quer ver; / eu nam sei q*ue* lhe diceram / nem q*ue* lhe foram dizer». Esses versos vêm escritos sobre uma das assinaturas parcialmente apagadas de Gaspar Estaço.

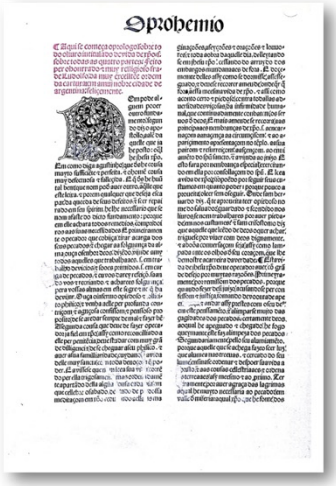


Figura 9. I_1 (fl. 3v)

Figura 10. I_1 (fl. 3v, pormenor,

O testemunho I_1 foi impresso no ano de 1495[920], em Lisboa, por Nicolau de Saxônia e Valentim Fernandes de Morávia. Sobre suporte em papel[921], o texto organiza-se em duas colunas, de 49 a 50 linhas cada uma[922]. A última folha traz o número 185, embora corresponda à fl. 192 (Jüsten 2009: 167). Tipo de letra gótica rotunda. Capitulares decoradas, numeração romana minúscula na margem superior à direita do *recto*. Rubricas em vermelho e texto em preto. Como ilustração, há gravuras e tarjas[923]. Consultou-se o exemplar disponibilizado *online* pela Biblioteca Nacional de Portugal (http://purl.pt/22010).

3. Transcrição e normas

Os fragmentos $E_{1,2}$ e M ainda são inéditos. A sua transcrição integral foi agora feita, segundo as normas explicitadas a seguir. Neste artigo, apresento excertos dessa transcrição, que se encontra em processo de conclusão e de revisão, para ser publicada em breve.

[920] Mais precisamente, conforme o cólofon da obra (fl. 185v): «Em no anno do nascimento do dicto saluador de Mill *e* quatroçentos *e* nouenta *e* cinco . A . xiiij . do mes de agosto».
[921] Matos (2010: 178) afirma que «foi realizada desta obra uma tiragem **A**, em papel, sem incidência mais geral. Foi feita, por sua vez, uma outra tiragem, que designamos por **B**, com um número de exemplares mais reduzido, impressa (pelo menos parcialmente) em pergaminho».
[922] O exemplar examinado por Jüsten (2009: 167–168) tem as seguintes medidas: formato 342 x 228 mm; mancha tipográfica: 291 x 184 mm.
[923] Para uma descrição tipográfica muito pormenorizada dos exemplares impressos da *Vita Christi*, v. Jüsten (2009: 167–180).

Conforme evidenciam os fac-símiles, o estado de conservação do suporte material dos fragmentos é variável. Há partes do texto nitidamente legíveis e outras parcial ou totalmente ilegíveis, por causa de danos infringidos ao pergaminho (que pode estar dobrado, mutilado, perfurado, manchado ou raspado). Como os fragmentos serviram de encadernação de livros com diferentes finalidades, os quais nem sempre devem ter sido bem tratados por seus possuidores, em ambos os casos o lado interno do que foi a encadernação está bem mais preservado que o lado externo. Se há dificuldades de leitura, elas decorrem principalmente do estado do suporte material e não dos tipos de escrita empregados.

Devido à corrupção parcial ou total de partes do texto nos fragmentos, decidi transcrever integralmente, de forma justalinear, todos os testemunhos, na parte correspondente aos fragmentos. Como já referi, esse tipo de transcrição permite ao pesquisador verificar os casos de variação que ocorrem não só no nível substancial, mas também integralmente no nível formal de cada um dos testemunhos. Pese o fato que o exame das formas linguísticas em variação pode muitas vezes constituir um elemento auxiliar na classificação e datação dos testemunhos, além de servir como base para o estudo linguístico histórico, como confirma Borja (1998).

Na transcrição dos testemunhos da *Vita Christi*, adoto normas semidiplomáticas, que, por serem inéditas, apresento a seguir. Segundo as normas propostas, o texto, em cada um de seus testemunhos, é fielmente reproduzido do ponto de vista gráfico, exceto quanto a alógrafos (que são modernizados) e abreviaturas (que são desenvolvidas). Conjecturas vão entre colchetes. Assinalo também todas as letras ou passagens riscadas, ilegíveis ou danificadas por corrupção da tinta ou do suporte material. As normas adotadas são as seguintes. No caso das transcrições dos fragmentos, algumas dessas normas foram modificadas, conforme observo em nota.

Normas de transcrição

1. [ ] – Letra(s) / palavra(s) inexistente(s) por fragmentação material (corte, rasgo).
2. [.] – Letra / letras ilegíveis por fragmentação material (mancha, ondulação etc.).
3. [...] – Palavra / palavras ilegíveis por fragmentação material.
4. [*] – Letra / letras ilegíveis por dificuldade de decifração da escrita.
5. [**] – Palavra / palavras ilegíveis por dificuldade de decifração da escrita.
6. [+] – Letra(s) / palavra(s) raspadas e reescritas com formas modernizadas.
7. [abc] – Letra(s) / palavra(s) reconstituída(s) por conjectura.
8. |abc| – Letra(s) / palavra(s) repetida(s), sem cancelamento.

9. ~~abc~~ – Letra(s) / palavra(s) riscada(s), quando o texto foi escrito.
10. <abc> – Letra(s) / palavra(s) acrescentada(s) na entrelinha ou na margem, quando o texto foi escrito. Transcreve(m)-se na linha / local a que pertence(m).
11. Abreviaturas são desenvolvidas em itálico. a) A grafia da parte desenvolvida segue a da variante (palavra ou segmento) desenvolvida mais recorrente no texto. b) A grafia da parte desenvolvida segue a grafia atual, se a forma (palavra ou segmento) nunca ocorre desenvolvida no texto.
12. Palavras em destaque por traço mais pesado e módulo maior são transcritas em negrito.
13. Letras / palavras / sinais em cores são transcritos em cor semelhante à do manuscrito[924].
14. Paragrafação, grafia, pontuação e acentuação do manuscrito são reproduzidas[925].
15. Alógrafos contextuais são modernizados conforme o alfabeto atual.
16. Fronteiras entre palavras são modernizadas conforme o modelo de separação vocabular atual[926].
17. Transcrição justalinear, com linhas numeradas de cinco em cinco à margem esquerda. Somente as linhas escritas são numeradas[927].
18. Fólios são indicados por ||n.º do fólio (1, 2 etc.) + lado do fólio (r ou v[928]) + coluna (a ou b)|| no início da primeira linha do fólio: ||1ra||, ||1vb|| etc[929].

Seguem um exemplo de transcrição do fragmento E_1 e um exemplo do fragmento M a par com os demais testemunhos. Para que houvesse correspondência perfeita entre os testemunhos, tomei como referência o lineamento dos fragmentos, o qual também segui nos testemunhos transcritos nas outras colunas.

[924] Esta norma não foi seguida nos exemplos de transcrição apresentados neste texto.
[925] Na transcrição dos fragmentos, seguem-se as linhas do fragmento.
[926] No entanto, nunca se acrescentam apóstrofes ou hífens.
[927] Neste caso, não há numeração de cinco em cinco linhas, por apresentar-se a transcrição em forma de quadro.
[928] r. abrevia *recto* e v. abrevia *verso*.
[929] No caso de $E_{1,2}$, a marcação refere-se apenas ao fragmento e à coluna.

E_1 (3 1 c)	A_1 (162r ab)	L (248v a)	I_1 (137r a)
homem seer morto he o careçimento de po	‖162ra‖ o homẽ seer morto he o carẏcimẽto de po	‖248va‖ ho homẽ seer morto he o careçimento de po	‖137ra‖ homẽ ser morto : he o careçimento de po
der obrar E asi o signal da morte spiritual	der obrar . E assi o signal da morte spiritual	der obrar ·/ E assy o signal da morte spiritual	der obrar . *e* assy o signal da morte spiritual :
he nom obrar homem bem . Onde no exo	he nom obrar homẽ bem . Onde no exo	he nõ obrar homẽ bẽ ·/ Onde no exo	he nõ obrar homẽ bẽ Onde no exo
do . diz . seiam fectos sem mouimento assi	do diz sejam feitos sem moujmẽto assi	do diz ·/ Sejã feictos sem mouimento assy	do diz . sejã feitos sem mouimẽto : assi
coño pedra . ℂ O segundo signal da	como pedra ℂ O segundo signal da	como pedra ·/ O segundo signal da	como pedra . o segundo signal da
morte corporal he nom auer sentido quan	morte corporal he nom auer sentido quan	morte corporal he nõ auer sentido quan	morte corporal : he nõ auer sentido quan
do o ferem ou tocam . E assi o segundo sig	do o ferem ou tocam . E assy ‖162rb‖ o segundo sig	do o fferẽ ou tocã ·/ E assy o segũdo sig	do o ferẽ ou tocã . *e* assy o segũdo sig
nal da morte . do spiritu he . quando . o homẽ	nal da morte do spiritu he quando o homẽ	nal da morte do spiritu he ·/ quando ho homẽ	nal da morte do spiritu : he quando o homẽ
nom ha sentido das feridas *e* amoesta	nom ha sentido das firidas *e* amoesta	nõ ha sentido das feridas *e* amoesta	nõ ha sentido . das feridas *e* amoesta
ç̃ooes ou tangimentos do spiritu . Onde nos	ç̃ooes ou tangimẽtos do spiritu . Onde nos	ç̃ooes ou tãgimẽtos do spiritu ·/ Onde nos	çoões . ou tangimẽtos do spiritu . Onde nos
prouerbios Açoutarom me . mais nom	prouerbios açoutarõ me mas nom	prouerbỳos ·/ Açoutarõ me mas nõ	prouerbios . açoutarõ me : mas nõ
senti a door . tirarom me arrastando *e* nõ	senty a door . Tirarõ me aRastrando *e* nõ	sentỳ a door ·/ tirarõ me arrastrãdo *e* nõ	sentija door . Tirarõ me arrastrãdo : *e* nõ
o senti . ℂ O terçeiro signal do morto ⁞	o sentỳ . ℂ O terceiro signal do morto	o sentỳ ·/ O terçeiro signal do morto	o senti . O terçeiro signal do morto :

Figura 11. Transcrição de excerto de E_1 e parte equivalente dos demais testemunhos da primeira parte da *Vita Christi*

M (102v a)	A_1 (82r ab)	L (138v a)	I_1 (76r a)
‖102va‖ E trautado foy nom nos marauilhemos	‖82ra‖ *e* tractado foỳ . nom nos marauilhemos	‖138va‖ *e* trautado foỳ nom nos marauilhemos	‖76ra‖ *e* trautado foy nõ nos marauilhemos
Se formos temptados E porque ell ẽ	se formos tenptados . E porque el em	se formos tẽptados ·/ E porque ell ẽ	se formos tẽptados . *e* porque elle em
todas temptaç̃ooes foy vencedor tra	todas tenptaç̃ooes foy uencedor . tra	todas tẽptaç̃ooes foỳ uençedor ·/ tra	todas tẽptaçoões foy vençedor tra
balhemos nos *e* sforcemo nos de veen	balhemos ‖82rb‖ nos *e* esforcemo nos de uen	balhemo nos ·/ *e* sforçemo nos de vẽ	balhemos nos *e* esforçemos nos de ven
cermos com sua ajuda nõ auendo cõ	cermos com a sua ajuda . nom auendo con	çermos cõ a sua ajuda ·/ nõ auendo con	çermos com sua ajuda nom auẽdo cõ
fiança em alg̃uua nossa uirtude . mas	fiança em algũa nossa uirtude . mas	fiança ẽ algũa nossa uirtude ·/ mas	fiãça em algũa nossa virtude . mas
toda [n]ossa fiuza ponhamos em ell .	toda nossa fiuza ponhamos em el .	toda nossa fiuza ponhamos ẽ el ·/	toda nossa fiuza ponhamos em elle .
Seg[u]ndo a glosa Cousa he que ⁞	Segundo a glosa . ℂ Cousa he que	Segũdo a glosa ·/ Cousa he que	Segũdo a glosa . cousa he que
seme[...]a uerdade . [*scilicet*]. que o maligno spiritu	semelha uerdade . *scilicet* . que o maligno spiritu	semelha uerdade . *scilicet* . que o maglino spiritu	semelha verdade . *scilicet* . que o maligno spiritu
apareceo em forma de homẽ . E segũ	apareceo em forma de homẽ . *e* segun	apareçeo ẽ forma de homẽ ·/ E segun	apareçeo em forma de homẽ . *e* segun
do alg̃uus dizem que o leuou / nos ⁞	do alg̃uus dizem que o leuou nos	do alg̃uus dizẽ que o leuou nos	do alguũs dizem que o leuou nos
braços . E segundo outros ~~luu~~ leuaua o	braços . E seg̃uudo outros leuaua o	braços ·/ E segundo outros leuaua o	braços . *e* segũdo os outros leuaua o
per a m̃aao . E el seguja o assy como ⁞	per a m̃aao *e* el siguia o . assy como	per a m̃aao ·/ *e* el seguỳa o assy como	per a maão *e* elle seguia o assy como

Figura 12. Transcrição de excerto de M e parte equivalente dos demais testemunhos da primeira parte da *Vita Christi*

4. Filiação dos fragmentos à tradição da primeira parte da obra: uma proposta

A tradição da *Vita Christi* em português terá sido numerosa durante o século XV, mais especificamente, ao que parece, em sua segunda metade. Se, para a primeira parte da obra, preservam-se, como já referido, cinco testemunhos, muitos mais devem ter existido[930].

A colação dos fragmentos $E_{1,2}$ e M com os demais testemunhos permite reforçar a hipótese da existência de duas famílias distintas de testemunhos. Há variantes que separam nitidamente os testemunhos, ao mesmo tempo que impossibilitam, por vezes, a descendência de um em relação ao outro. Além de variantes separativas, observa-se que a proximidade entre os testemunhos de cada uma dessas famílias não é absoluta, mas constante. Essa característica, por sua vez, confirma a procedência de todos os testemunhos sempre de um mesmo modelo, de uma mesma tradução[931].

No entanto, as hipóteses que se podem levantar unicamente a partir da comparação entre os fragmentos não respondem a todas as dúvidas sobre as relações genealógicas entre os testemunhos da primeira parte da obra. Uma colação restrita aos limites dos fragmentos transcritos, como a que apresento, não pode ser conclusiva. Outros resultados, obtidos a partir de uma colação mais alargada dos testemunhos A_1, L e I_1, precisam ser também levados em conta. Em outro trabalho já foi feita essa colação por

[930] A *Vita Christi* classifica-se como *obra de espiritualidade*, um dos gêneros em que se dividem os textos literários redigidos nos primeiros séculos da história da língua portuguesa. Particularmente, a obra preserva-se em um número incomum de testemunhos. A maior parte das obras literárias da época existe em testemunho único ou em dois testemunhos. V. Castro (2006: 92–94).

[931] Há duas hipóteses mais estruturadas sobre a autoria, a data e o local da tradução da *Vita Christi* para o português. A primeira: Lorenzo (1993: *s.v*. *Vita Christi*) afirma que, do texto latino chegado a Portugal no século XV, a tradução dos seis cadernos iniciais é feita por Fr. Nicolau Vieira, abade de Maceira Dão. Essa tradução terá sido executada antes da confecção do *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, redigido entre 1428 e 1438. Nessa obra, reproduz-se, no capítulo 87, uma parte do capítulo 8 da *Vita Christi*. Posteriormente, Fr. Bernardo, do mosteiro de Alcobaça (depois abade do mosteiro de São Paulo de Almaziva, em Coimbra), traduziu todo o livro, aproveitando a tradução dos seis cadernos feita anteriormente. A tradução da obra foi realizada a pedido de D. Isabel de Urgel, mulher do infante D. Pedro (*1392-†1449), duque de Coimbra e irmão do rei D. Duarte. A segunda: Conforme Nascimento (2010: 36), a *Vita Christi* deve ter chegado a Portugal por oferta de D. Isabel (*1397-†1471), duquesa de Borgonha, a seu irmão, D. Duarte. Terá sido traduzido na Casa de D. Duarte. Os cistercienses de Alcobaça teriam copiado essa tradução. Fr. Bernardo, já como abade em Coimbra, transmite uma cópia a D. Isabel de Urgel.

amostragem[932]. Os resultados da colação alargada levam a uma conclusão complementar em relação à colação restrita aos fragmentos.

Quanto às variantes existentes nos fragmentos, não apresentam sempre o mesmo peso e, por isso, não têm a mesma relevância na constituição do *stemma codicum*. Muitas das variantes são adiáforas. No entanto, somente as variantes com características de *erro monogenético* é que deveriam ser usadas para reconstruir a genealogia das cópias conhecidas[933]. Embora nem todas as variantes encontradas sejam candidatas perfeitas a erros monogenéticos, a perícia do editor, baseada no juízo *ope codicum* ou *ope ingenii* (com recurso aos critérios do *usus scribendi* e da *lectio difficilior*) permitirá distinguir os casos mais significativos do ponto de vista genealógico.

4.1 Os fragmentos $E_{1,2}$

A colação dos fragmentos $E_{1,2}$ com os demais testemunhos permite identificar variantes que se distribuem nas seguintes seis categorias: a) $E_{1,2}$ correspondem a A_1, L e diferem de I_1; b) $E_{1,2}$ correspondem a I_1 e diferem de A_1, L; c) $E_{1,2}$ diferem de A_1, L e I_1; d) $E_{1,2}$ correspondem a A_1, I_1 e diferem de L; e) $E_{1,2}$ correspondem a L, I_1 e diferem de A_1; f) $E_{1,2}$ correspondem a A_1 e diferem de L, I_1. A título de ilustração, apresento exemplos de cada uma dessas categorias.

No conjunto *a*, as variantes exclusivas de I_1 decorrem provavelmente de más leituras ou de inovações ocorridas no impresso. Algumas das variantes alteram completamente o sentido do texto em relação aos demais testemunhos. Seguem dois exemplos[934].

Tabela 1. Variação entre as lições *tormenta* / *tormẽta* e *tormẽto*.

$E_{1,2}$	A_1	L	I_1

[932] Refiro-me mais especificamente ao relatório do pós-doutorado feito sob a supervisão da Prof.ª Dr.ª Esperança Cardeira. Cf., nas referências bibliográficas, Toledo Neto (2015).
[933] Conforme Trovato (2014: 56), «Only errors of this kind – errors that copyists can reproduce, but that as a rule cannot be made independently by several scribes (monogenetic errors) – should be used for the classification of witnesses».
[934] Em todas as tabelas apresentadas, as lições variantes examinadas destacam-se em negrito.

na cruz grade[935] mouimento *e* **tormenta** (4,2,a)	na cruz . grande mouimẽto *e* **tormenta** (167rb)	na cruz · / g*ra*nde mouimẽto *e* **tormẽta** (255va)	na cruz : grãd*e* mouimẽto *e* **tormẽto** (141rb)

A variação entre *tormenta* e *tormento* faz o texto oscilar entre a tempestade que ocorreu no mar e o sofrimento, que é lição privativa de I_1. Não se tratará de uma mera alteração de caracteres por erro mecânico, porque há concordância de gênero entre *tormento* e palavras contíguas, mas é, como se vê, uma lição terminal, exclusiva de I_1.

Tabela 2. Variação entre as lições *naueta* e *maneira*.

$E_{1,2}$	A_1	L	I_1
entendimento per esta **naueta** seer en (4,2,b)	entendimento p*er* esta **naueta** s*e*er en (167vb)	ẽtendimẽto p*er* esta **naueta** seer ẽ (256ra)	entendimento : per esta **maneira** seer en (141va)

A variação entre *naveta* e *maneira* modifica completamente o sentido da passagem em que se faz uma comparação entre a naveta e a alma fiel, posta no mar quando ajuntada ao corpo. Poderia decorrer de uma *lectio facilior* na execução de I_1. No entanto, não é possível saber se a trivialização para *maneira* ocorreu no impresso ou já em algum seu antepassado perdido.

No conjunto *b*, ao menos uma das variantes, exemplificada a seguir, pode-se classificar como de maior peso quanto à separação entre famílias de testemunhos.

Tabela 3. Variação entre as lições *conuersaçom* / *cõuersaçõ* e *conuersom* / *cõuerssõ*.

$E_{1,2}$	A_1	L	I_1
se deue muyto deseiar a **conu*er*saçom** . [...] (3,1,d)	se deue mujto desejar a **conu*er*som** do pe (162va)	se deue muyto desejar a **cõu*er*ssõ** do p*e* (249ra)	se deue mujto desejar : a **cõuersaçõ** do pe (137rb)

A lição *conversação* difere muito de *conversão* (do pecador) quanto ao significado e pouco quanto à forma. A proximidade formal das palavras poderia indicar que uma das lições resultaria de má leitura da outra. Mas *conversão* é a lição que melhor se

[935] <grade> por <grãde>.

enquadra no contexto e que inclusive ocorre em outro trecho do fragmento. Nesse caso, portanto, a lição de $E_{1,2}$ e de I_1 é pior que a de A_1 e L.

No conjunto *c*, identificam-se lições privativas de $E_{1,2}$. Embora leves do ponto de vista estemático, ajudam a localizar os fragmentos em uma posição genealógica mais baixa, na extremidade de um ramo da tradição remanescente. Vejam-se três exemplos.

Tabela 4. Variação entre as lições *loguar* e *cidade* / *çidade*.

$E_{1,2}$	A_1	L	I_1
quantos a[u]ya em aquel **loguar** (3,2,d)	quant*os* auja em a quella **cidade** (160ra)	qu*antos* auẏa ẽ aq*ue*lla **çidade** (245vb)	quantos auia em aquella **cidade** (135rb)

Nesse exemplo, a variante *cidade* predomina numericamente e provavelmente seria a lição autêntica, enquanto *lugar* seria uma opção do copista de $E_{1,2}$. A referência é a Cafarnaum, cidade próxima ao mar da Galileia. Em testemunho latino consultado[936], a lição é *in illa ciuitate* (fól. 108ra), o que reforçaria a exclusividade da lição de $E_{1,2}$, embora sem excluir a possibilidade de esta lição já circular igualmente em latim.

Tabela 5. Variação entre as lições ø e *enfermos* / *ẽfermos*.

$E_{1,2}$	A_1	L	I_1
g͂us doentes de desuairadas . doẽ (3,2,d)	g͂us **enfermos** doentes de desuayradas doen (160ra)	g͂us **ẽferm*os*** doẽtes de desuairadas doẽ (245vb)	guũs **enfermos** doentes de desuayradas doen (135rb)

A omissão de palavras em $E_{1,2}$ é o recurso mais frequente na caracterização das lições privativas dos fragmentos. A palavra *enfermos*, talvez por redundância com *doentes*, tenha sido omitida em $E_{1,2}$. No entanto, em testemunho latino consultado está apenas *infirmos*, o que atesta a circulação pelo menos dessa lição em latim.

Ainda dentro do conjunto *c*, há um caso de salto do igual ao igual, que ocorre quando se omitem trechos por salto entre palavras semelhantes. Esse tipo de lapso, por existência de lacunas, é importante principalmente por evidenciar a impossibilidade de os fragmentos eborenses serem fonte dos testemunhos L e I_1 (em A_1 falta o fólio correspondente a esse trecho do texto).

[936] Dentre os vários testemunhos latinos impressos no século XVI, consultei, a título de exemplo, *Vita Iesu Christi*, 1522. Obra preservada na Bayerische Staatsbibliothek (36626423400012), com reprodução fac-similar disponível *online* em Google Books. As referências ao latim, feitas no comentário aos exemplos, são sempre a esse testemunho. Nas transcrições do latim, não se representa o desenvolvimento das abreviaturas.

Tabela 6. Caso de salto do igual ao igual em $E_{1,2}$.

$E_{1,2}$	L	I_1
agustinho . traz exemplo co͂mo de hũ	agustinho t*raz* exẽplo ·/ co[937] de hũ	agustinho traz exemplo : como de huũ
homẽ soo dezendo . assi entram . os ⸗	homẽ soo dizẽdo assy ·/ Ent*ra*m os	homẽ soo dizẽdo assy entram os
ventos .	vent*os*	vẽtos
Ø	ẽ teu coraçom ·/ Certas sy ·/ q*ua*ndo navegas *e* pa	em teu coraçom . Certas sy quando nauegas *e* pa
Ø	ssas esta vida como peego ẽ	ssas esta vida : como peego em
Ø	q*ue* ha tormẽta *e* pe*r*ijgo ·/ ẽtrã	q*ue* ha tormenta *e* perigoo . Entram
e mouem as ondas [*e*] abalam (4,2,d)	os vẽt*os* *e* mouẽ as ondas ·/ *e* aballã (256va)	os ventos *e* mouem as ondas : *e* aballam (141vb)

O salto ocorre provavelmente por causa do deslize ocular da palavra *ventos* para a mesma palavra, linhas abaixo, durante o ato de cópia[938].

No conjunto *d*, fica clara a existência de lições exclusivas de L frente aos demais testemunhos. É o que evidencia o exemplo abaixo.

Tabela 7. Variação entre as lições *cuydaçõ̃es* e variantes e *cõdiçõ̃es*.

$E_{1,2}$	A_1	L	I_1
homees[939] . ou das nossas **cuyda[çõ]es** *e* [p]er (4,2,b)	homẽes ou das nossas **cuydaçõ̃es** . E por (167vb)	homẽes ·/ ou das nossas **cõdiçõ̃es** ·/ E por (256ra)	homẽs : ou das nossas **cuydaçoões** . *e* por (141rb)

Enquando o fragmento identifica-se com os testemunhos A_1 e I_1, a variante *condições*, privativa de L, deve decorrer de uma leitura errônea, que não decifra bem

[937] <co> por <como>.
[938] Conforme García (2002: 243), o deslize ocular ocorre quando o copista, ao reiniciar a cópia, fixa a sua vista erroneamente em um ponto diferente daquele que acaba de transcrever. Esse equívoco baseia-se na falta de atenção, a maioria das vezes justificada pela repetição, no texto, de palavras ou frases idênticas, ou, ao menos, semelhantes.
[939] <homees> por <homẽes>.

o modelo ou que banaliza *cuidações*, embora ambas as formas sejam correntes em textos escritos do período[940].

No conjunto *e*, as variantes separam A_1 dos demais testemunhos. Serão casos de lição privativa de A_1, por alteração do copista alcobacense ao seu modelo. A maior parte das variantes não resulta em modificação profunda no significado do texto, mas ajuda a separar os testemunhos. O exemplo abaixo é o que separa mais nitidamente A_1 dos demais testemunhos; no entanto é leve do ponto de vista genealógico. A lição *mortos* deve ser um lapso, uma vez que não faz sentido no contexto.

Tabela 8. Variação entre as lições *mortes* e *mortos*.

$E_{1,2}$	A_1	L	I_1
derio sobre tres **mortes** . s*cilicet* . sobre a mor (3,2,b)	deryo sobre t*re*s **mortos**[941] . s*cilicet* . sobr*e* a mor (162vb)	derio sobr*e* t*re*s **mortes** . s*cilicet* . sobr*e* a mor (249va)	derio sobre tres **mortes** . s*cilicet* . sobre a mor (137va)

No conjunto *f*, variantes aproximam $E_{1,2}$ e A_1, separando-os dos dois outros testemunhos.

Tabela 9. Variação entre as lições *pousan* e *contã* / *contam*.

$E_{1,2}$	A_1	L	I_1
culpa do error . desi adiante **pousan** (3,2,d)	culpa do error . ℂ Desy adeante **pousan** (160ra)	culpa do error ·/ Desy adeãte ***con*tã** (245vb)	culpa do error . Desy adiante **contam** (135rb)

O complemento do verbo é *-se muitos milagres*. Em testemunho latino que consultei, o qual não tem relação de parentesco comprovada com o texto português, encontra-se a lição *ponũtur* (*Deinde ponũtur ad cõfirmationẽ legis euãgelice multa miracula*, fól. 108ra). Essa lição indicia que um sinônimo de *pousam* já circulava entre os testemunhos latinos da obra. Não se pode, no entanto, afirmar que uma forma latina equivalente a *contam* também não circulasse em latim. As variantes, embora

[940] Reforça esse argumento o fato de Cunha (1988) registrar diversas abonações de ambos os vocábulos, *cuidação* e *condição*, em diferentes textos, entre os séculos XIII e XV.
[941] Em vez de <o>, há o sinal abreviativo de <us>, que é <9>, não corrigido mesmo com o acréscimo de <s>, que reforça a hipótese de lapso em A_1.

semanticamente próximas, contribuem para a separação, em grupos diferentes, de $E_{1,2}$ e A_1 a par de L e I_1.

Os exemplos de $E_{1,2}$, apresentados para cada categoria de variação encontrada, evidenciam que a maior parte das lições variantes entre os testemunhos da obra é composta por variantes adiáforas ou neutras, isto é, nenhuma das variantes caracteriza-se como erro manifesto, mas cada uma poderia passar por lição original. Como não se sabe qual é a fonte latina da tradução portuguesa e como ainda não se fez uma colação exaustiva da tradição portuguesa da obra, não é possível, por enquanto, afirmar qual é o testemunho, ou testemunhos, que trazem a maior parte das lições autênticas. Mesmo assim, parte dos casos de variação existentes nos limites dos referidos fragmentos permite propor uma separação mais nítida dos testemunhos em diferentes famílias e, mais especificamente, levantar hipótese sobre a localização genealógica dos fragmentos em um *stemma codicum* da primeira parte da obra. Pesam, para esse fim, principalmente as variantes estranhas ao contexto, as que aparentam ser trivializações e as lacunas.

Com base em resultados já examinados em outros estudos que fiz sobre o tema[942], parto da hipótese que a tradição da primeira parte da *Vita Christi* em português divide-se em dois ramos principais, representados pelos subarquétipos α e β, de onde derivam os testemunhos existentes. As variantes que ocorrem em $E_{1,2}$ fazem-nos aproximar-se ora de um dos ramos da tradição, ora de outro. Essa oscilação indica, ao que parece, que os fragmentos eborenses resultam de um processo de *contaminação*. Entendo contaminação, conforme Priego (2011: 206), como a situação na tradição do texto em virtude da qual o copista transcreve o seu texto não com base em um único modelo, mas a partir de dois ou mais modelos. Com esse procedimento, segundo o mesmo autor (*id.*: *ibid.*), rompe-se a linha de transmissão e torna-se muito complexa, senão impossível, a determinação das relações genéticas entre os testemunhos. Mesmo que dificulte a filiação dos testemunhos, a contaminação evidencia tanto uma tradição abundante como a circulação de testemunhos da obra por diferentes ambientes de escrita[943]. No caso dos fragmentos, o reduzido número de variantes, entre as quais é

[942] Cf. Toledo Neto (2017). Há também um estudo no prelo sobre o tema. Consta nas referências bibliográficas.

[943] Segundo Trovato (2014: 134), «contamination of readings is typical of educated milieus. Contamination by juxtaposition of exemplars is typical of busy *scriptoria* and exclusively affects works of a certain length, which are impossible to copy in a single session of work».

menor ainda o número de variantes significativas, torna difícil saber com certeza qual subarquétipo terá sido o principal modelo da cópia e qual terá sido aquele copiado com menor frequência.

As duas conclusões mais importantes para as quais apontam as variantes de $E_{1,2}$ são, portanto: em primeiro lugar, que os fragmentos eborenses $E_{1,2}$ são resultado de contaminação, o que é possível inferir mesmo com base nas poucas variantes mais significativas que os fragmentos oferecem. Em segundo lugar, os fragmentos trazem lições privativas e lacuna que os colocariam em uma posição genealógica mais baixa do que a princípio se poderia considerar que ocupassem[944]. Para além das variantes textuais, outras características dos fragmentos ajudam a situá-los melhor quanto ao ambiente em que terão sido executados. O cuidado com a impaginação e com a execução gráfica são indícios materiais de que os fragmentos $E_{1,2}$ devem proceder de um importante *scriptorium*. Esse *scriptorium* poderia pertencer à rede de mosteiros cistercienses, uma vez que, até pelo menos o século XVI, como já referido, a espiritualidade cartusiana foi conhecida em Portugal por intermédio dos monges alcobacenses da Ordem de Cister.

4.2 O fragmento M

O fragmento M apresenta como categorias mais frequentes de variação as seguintes: a) M corresponde a I_1 e difere de A_1 e L; b) M corresponde a L e I_1 e difere de A_1. Há ainda outros casos de variação pontuais, que não são relevantes para a filiação entre os testemunhos. O conjunto *a* é o mais importante para estabelecer a separação entre M e os demais testemunhos.

Diferentemente dos fragmentos $E_{1,2}$, que apresentam uma filiação mais complexa, na medida em que resulta de contaminação, o fragmento M identifica-se mais claramente com I_1. Há variantes que sempre aproximam os dois testemunhos mencionados a par dos demais, por meio de: lições concordantes com I_1 e discordantes dos demais testemunhos; e erros de cópia. Seguem exemplos.

[944] Por outro lado, a antiguidade linguística dos fragmentos comprova-se por formas (substituídas por formas mais modernas ou mal interpretadas em outros testemunhos) como, por exemplo, *creudos*, *dobelgue* e *duraae.* O conservadorismo linguístico é um fator que certamente também deve pesar na classificação genealógica dos testemunhos, embora não seja prova definitiva de lição autêntica.

Tabela 10. Variação entre as lições *mater* / *martires* / *martir*.

M	A_1	L	I_1
leuauam **o mater** / ao martirio *e* de ⸗ (102va)	leuauã **os martires** ao marteẏro . *e* de (82rb)	leuauã **os martires** ao martirio *e* de (138va)	leuauã **o martir** ao martirio *e* de (76ra)

Nesse caso, uma lição errônea (resultante de *lectio facilior*?) de M aproxima-se mais da forma singular de I_1. O erro em si parece ser, nesse caso, mais significativo do que a variação entre a forma singular e a plural de *mártir*.

No que toca a erros de cópia exclusivos de M, é de notar que M apresenta segmentos riscados, os quais aparentemente decorrem de emendas feitas durante o processo de cópia. Os dois exemplos a seguir evidenciam o tipo de emenda recorrente em M:

eu ~~leyxarey o dese*r*to~~ leyxey o des*er*to (109ra)
de poomba ~~V*er*dayre~~ V*er*dadeyra d[o] ceeo (109rb)

Predomina no fragmento a emenda imediata, que se caracteriza por a emenda situar-se à direita e na sequência do segmento emendado.

A ocorrência de segmentos riscados revela pouco apuro na cópia, embora a configuração e a caligrafia sejam bem cuidadas e alguns traços linguísticos sejam mais conservadores do que nos outros testemunhos[945]. Mesmo assim, uma cópia riscada e emendada não poderia, parece, ocupar uma posição genealógica alta[946].

Uma lacuna (por salto) coincidente em M e I_1 aproxima, mais uma vez, nitidamente os testemunhos.

[945] M, embora cópia não muito apurada, é linguisticamente conservadora. Traz formas antigas em relação aos outros testemunhos como, por exemplo, a forma (lat. OCCĀSIŌNE >) *cajom*, que varia com *cajam* (A_1), *caian* (L) e *occasiõ* (I_1).

[946] Segundo Nascimento (1999b: 74), era atribuição do copista corrigir os erros de cópia. Na estrutura de um *scriptorium*, o corretor (que poderia ser o próprio copista) controlava a qualidade da cópia. Conforme o mesmo autor (*id.*: *ibid.*), copiar corretamente o texto era considerado um ato de virtude pelo copista medieval.

Tabela 11. Lacuna textual em M e I_1.

M	A_1	L	I_1
dizem os do*us* daquelles tres agn*us* dey	dizem os dous daquelles tres ann*us* deẏ	dizem os dous daq*ue*lles t*re*s agn*us* deẏ ·/	dizẽ os dous daq*ue*lles tres agn*us* dey .
dizemos que nos de a paz . Segundo (109ra)	**com mis*er*ere nob*is* na fim . ℂ E no t*er*ceyro agn*us* dey** dizemos q*ue* n*os* de a paz . Segundo (86va)	**com mis*er*ere nob*is* na fim ·/ E no t*er*çeiro agn*us* deẏ** dizem*os* q*ue* n*os* de paz ·/ Segũdo (146vb)	*e* dizemos q*ue* nos de paz . Segundo (80va)

Em testemunho latino consultado, encontra-se a lição equivalente à parte em negrito: *dicimus in missa bis agnus dei miserere nobis : propter tertiũ dicimus da nobis pacẽ* (cap. 23, fól. 63va), o que comprova ao menos a sua circulação já nos testemunhos latinos.

Os resultados obtidos a partir do exame dos fragmentos $E_{1,2}$ e M permitem situá-los na proposta de *stemma codicum* que apresento a seguir. Como já referido, essa proposta baseia-se em colações de amostras mais alargadas que fiz entre os demais testemunhos[947].

Na raiz do estema, localiza-se o original da tradução para o português. A base dos dois ramos, em que suponho ser dividida a tradição, estaria em uma cópia perdida, ou arquétipo, da tradução, que denomino ω. O primeiro ramo da tradição constitui-se a partir do subarquétipo α. Esse subarquétipo poderia ser uma cópia feita em Alcobaça, com base no arquétipo da tradução do texto latino. A existência desse subarquétipo infere-se a partir da colação entre A_1, L e $E_{1,2}$, testemunhos que devem derivar dele, mas que, por sua vez, apresentam lições específicas[948]. O segundo ramo da tradição prolonga-se a partir de β. Esse subarquétipo corresponderia à hipótese da existência de

[947] Sobre a disposição dos demais testemunhos, uma colação exaustiva das rubricas, que fiz recentemente e que será publicada em breve (cf. título nas referências bibliográficas), contribui com a solução da questão. Assim também Toledo Neto (2015) e Toledo Neto (2017). No *corpus*, há um equilíbrio entre as rubricas com e sem variação textual, o que indica alto grau de fidelidade, em parte, suponho, porque se trata de uma tradição cronologicamente breve, restrita à segunda metade do século XV. Mesmo assim, há variação significativa também entre as rubricas.

[948] É provável que essas lições específicas tenham derivado de um número incerto de *codices interpositi*, atualmente difíceis de identificar.

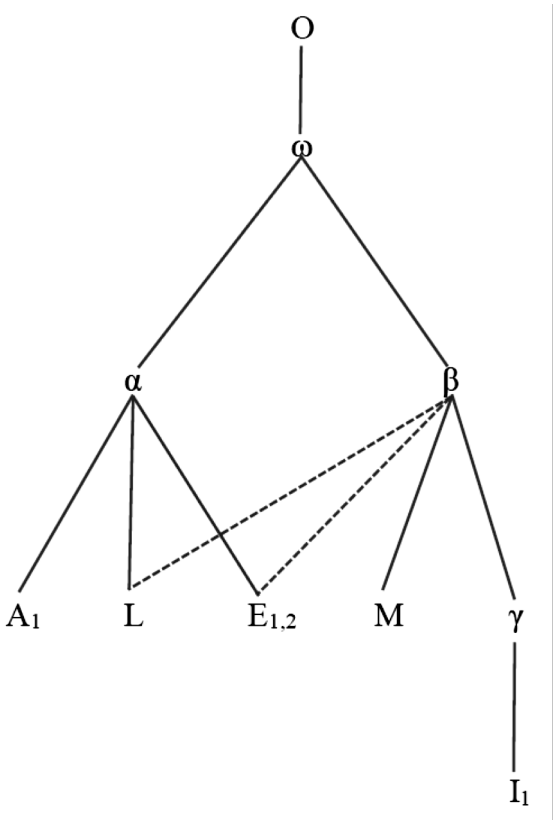
uma cópia[949] que terá servido de base para M e γ. O testemunho γ, conforme a hipótese, seria uma versão do texto resultante da revisão feita por Fr. André de Xabregas a β, ou a uma sua cópia[950]. Desse texto revisto teria resultado I_1, que tem muitas lições variantes no plano substancial, principalmente em relação a A_1. Conforme lições variantes encontradas, suponho que tenha havido contaminação, em diferentes níveis, de L e de $E_{1,2}$[951], por β. Com base nessas coordenadas, proponho uma filiação dos fragmentos da primeira parte da obra aos demais testemunhos, conforme o seguinte *stemma codicum*.

O - Tradução do latim para o português.
ω - Arquétipo.
α - Subarquétipo$_1$.
β - Subarquétipo$_2$.
γ - Revisão de Fr. André de Xabregas.
A_1 - Alc. 451.
L - Lorvão, cód. 33.
$E_{1,2}$ - Fragmentos de Évora.
M - Fragmento de Lisboa.
I_1 - Impresso.

[949] Nascimento (2001: 138; 2006: 277 e nota 13) levanta a hipótese sobre a existência de uma cópia feita em Coimbra, por Fr. Bernardo de Alcobaça, quando era abade de São Paulo de Almaziva. Essa cópia seria destinada a D. Isabel de Urgel e terá servido de base para o incunábulo. No âmbito da bibliografia referente à *Vita Christi*, o artigo referido (Nascimento 2006) é muito importante, entre outros aspectos, porque apresenta uma proposta de *stemma* da primeira parte da obra.

[950] Na fl. 3ra de I_1, a *proemial epístola* dos editores declara que a obra foi «castigada pello venerauel padre *e* deuoto religioso frey andree obseruante da religiam de sam francisco de vossa *e* sua alteza». Menciona-se logo mais adiante, na mesma folha e coluna, a «correcçom clara *e* illucida» por que passou o texto. No cólofon de I_1 (fl. 185v), registra-se que o texto «foy corregido *e* reuisto com muyta dilligẽcia por os reuerendos padres da ordem de sam francisco de emxobregas de obseruãçia chamados menores».

[951] Ainda considero a hipótese sobre a posição estemática de $E_{1,2}$ frágil, pela dificuldade de identificar a origem da contaminação. Da mesma forma, L apresenta lições conjuntivas e separativas tanto com A_1 quanto com I_1, o que dificulta, por enquanto, a sua filiação definitiva a um dos dois ramos da tradição.



5. Considerações finais

O exame estemático de uma tradição prolífica como é a da *Vita Christi* só pode ser considerado, a esta altura, como um trabalho em andamento. O estudo, sob uma perspectiva filológica, dos fragmentos da primeira parte da obra permite refletir sobre a sua posição estemática frente aos demais testemunhos da tradição direta da obra. Mas a aplicação do método neolachmanniano a um caso concreto também permite refletir sobre o próprio método e a sua função em um trabalho que se limita, por enquanto, à fase da *recensio*. Nesse sentido, pode-se afirmar que a reconstrução de genealogias textuais como «formas e marcas da transmissão contínua de textos e conhecimento ao longo do tempo» (Gumbrecht 2017: 14) sustenta-se como um procedimento metodológico relevante não só para procurar a reconstituição do texto inicial da genealogia proposta, mas também como *instrumento organizador* de uma tradição nos três níveis em que o texto se revela ao olhar filológico: a *materialidade*, a *forma* e a *substância*. Sem compreender as relações dos testemunhos nesses três níveis, não se pode, em uma tradição complexa, aproximar-se do que entendo como fim da ciência

filológica: além da reprodução ou reconstrução de textos do passado, a identificação e definição de suas coordenadas sincrônicas e diacrônicas, linguísticas e situacionais[952].

Referências

Amos, Thomas L. 1989. *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional.* Lisbon / Collegeville / Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library.

Beltrami, Pietro G. 2010. *A che serve un'edizione critica?* Bologna: Il Mulino.

Bitagap – *Bibliografia de textos antigos galegos e portugueses*. Disponível em: http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap_po.html. Acesso em: 3 dez. 2017.

Borja, Pedro Sánchez-Prieto. 1998. *Cómo editar los textos medievales.* Madrid: Arco Libros.

Cardeira, Esperança e Sílvio de Almeida Toledo Neto. 2016. «Entre o manuscrito e o impresso: a *Vita Christi* como testemunho de mudança linguística». In Chauveau, Jean-Paul *et al*. (eds.). *Actes du XXVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes,* 53-65. Disponível em: http://www.atilf.fr/cilpr2013/actes/index.html. Acesso em: 3 dez. 2017.

Castro, Ivo. 2006. *Introdução à história do português*. 2.ª ed. rev. e muito ampl. Lisboa: Colibri.

Costa, Avelino de Jesus da. 1992. «Fragmentos preciosos de códices medievais». *Estudos de cronologia . diplomática paleografia e histórico-linguísticos*, 53–108. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais.

Cunha, Antônio Geraldo da. 1988. *Índice do vocabulário do português medieval.* Vol. 2: B-C. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

Derolez, Albert. 2006. *The palaeography of gothic manuscript books.* Cambridge: Cambridge University Press.

Dias, João José Alves (coord.). 1995. *No quinto centenário da Vita Christi: os primeiros impressores alemães em Portugal.* Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Encyclopædia Britannica. Disponível em: https://global.britannica.com/. Acesso em: 3 dez. 2017.

Frade, Mafalda. *Scrinium: traduções medievais portuguesas (e de pendor humanista).* Disponível em: http://www.scrinium.pt. Acesso em: 3 dez. 2017.

[952] Alinho aqui com a definição de Filologia apresentada por Xavier e Mateus (1990: *s.v. Filologia*), com base em Contini.

García, Elisa Ruiz. 2002. *Introducción a la codicología.* 2.ª ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez.

Gomes, Jesué Pinharanda. 2010. «Cartuxos». In Franco, José Eduardo (dir.). *Dicionário histórico das ordens, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*, 105–109. [Lisboa]: Gradiva.

Guidonis de Ponte tractatus de contemplatione. Bibliothèque Nationale de France, Département des manuscrits, Latin 14978. 1401–1500. Disponível em: gallica.bnf.fr. Acesso em: 3 dez. 2017.

Gumbrecht, Hans Ulrich. 2017. *A filologia e o presente.* Lisboa: Universidade Católica Editora.

Jacobi de Voragine legenda aurea de vitis Sanctorum. Bibliothèque Nationale de France, Département des manuscrits, Latin 5631. 1301–1400. Disponível em: gallica.bnf.fr. Acesso em: 3 dez. 2017.

Jordão, Graça. 2002. «Breve história da decoração de livros». *Revista Portuguesa de História do Livro* 10: 47–58.

Jüsten, Helga Maria. 2009. *Incunábulos e post-incunábulos portugueses (ca. 1488-1518).* Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa.

Lanciani, Giulia, Tavani, Giuseppe (org. e coord.). 1993. *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa.* Lisboa: Caminho.

Lorenzo, Ramón. 1993. «Vita Christi». In Lanciani, Giulia, Tavani, Giuseppe (org. e coord.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, 684–686. Lisboa: Caminho.

Machado, José B. 2006. *Press and translation as changing factors in the 15th century portuguese language and culture.* Braga: Projecto Vercial, 1–8. Disponível em: http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/machad13.pdf. Acesso em: 3 dez. 2017.

Matos, Manuel Cadafaz de. 2010. «Três momentos para o estudo dos primórdios da imprensa bíblica (judaica e cristã) em Portugal». In Cavaco, Timóteo, Daniel, Simão (org.). *A Bíblia e suas edições em língua portuguesa*, 143–179. Edições Universitárias Lusófonas / Sociedade Bíblica de Portugal.

Mullet, Michael. 2010. *Historical dictionary of the reformation and counter-reformation*. Lanham: The Scarecrow Press.

Nascimento, Aires Augusto. 1999a. «A tradução portuguesa da Vita Christi de Ludolfo da Saxónia: obra de príncipes em 'serviço de Nosso Senhor e proveito comum'». *Didaskalia* XXIX: 563–587.

Nascimento, Aires Augusto. 1999b. «O scriptorium medieval, instituição matriz do livro ocidental». In Miranda, Maria Adelaide *et al.* (coord.). *A iluminura em Portugal: identidade e influências*, 51–109. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Nascimento, Aires Augusto. 2001. «A Vita Christi de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável». *Evphrosyne* 29: 125–142.

Nascimento, Aires Augusto. 2006. «Manuscritos e textos dos príncipes de Avis: o Leal Conselheiro e outros manuscritos: problemas de deriva filológica e tentativa de reintegração». In Schaffer, Martha, Ocaña, E., Cortijo, Antonio (dir.). *Medieval and Renaissance Spain and Portugal. Studies in Honor of Arthur L-F. Askins*, 269–288. London: Tamesis Books.

Nascimento, Aires Augusto. 2010. «Dizer a Bíblia em português». In Cavaco, Timóteo, Daniel, Simão (org.). *A Bíblia e suas edições em língua portuguesa*, 7–58. Edições universitárias lusófonas / Sociedade bíblica de Portugal.

Ostos, Pilar *et al.* 1997. *Vocabulario de codicología*. Madrid: Arco Libros.

Património Cultural. Direção-Geral do Património Cultural. «Mosteiro de Lorvão, compreendendo os túmulos de Santa Teresa e de Santa Sancha». Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70694/. Acesso em: 3 dez. 2017.

Priego, Miguel Ángel Pérez. 2011. *La edición de textos*. 2.ª ed. ampl. y act. Madrid: Síntesis.

Prologus de meditatione vite Domini Nostri Ihesu Christi secundum seraphicum doctorem Bonauenturam. [Barcelona]: Petrum Michaelem, 1493. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em: 3 dez. 2017.

Sá, Isabel dos Guimarães. 2016. *Leonor de Lencastre: de princesa a rainha-velha*. Lisboa: Temas e Debates.

Toledo Neto, Sílvio de Almeida. 2015. *Entre o manuscrito e o impresso: tradição textual e mudança linguística na* Vita Christi. Relatório de pós-doutorado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa / USP, Lisboa / São Paulo. Inédito.

Toledo Neto, Sílvio de Almeida. 2017. «Dois fragmentos eborenses da *Vita Christi*: Qual o seu lugar na tradição da obra?». *Revista da ABRALIN* 16(1): 223–238.

Toledo Neto, Sílvio de Almeida. «A rubrica como elemento de marcação estemática: o caso da primeira parte da *Vita Christi*». In *Filologia, linguística histórica e humanidades digitais: interfaces*. Évora: Universidade de Évora. No prelo.

Trovato, Paolo. 2014. *Everything you always wanted to know about Lachmann's method.* Padova: Libreriauniversitaria.it.

Varandas, José. 2010. «Cistercienses». In Franco, José Eduardo (dir.). *Dicionário histórico das ordens, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*, 109–119. [Lisboa]: Gradiva.

Vita Iesu Christi. 1522. Bayerische Staatsbibliothek (36626423400012). Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=dTk8AAAAcAAJ&dq=Vita%20Iesu%20Christi%201522&hl=pt-BR&pg=PA4#v=onepage&q=Vita%20Iesu%20Christi%201522&f=false. Acesso em: 3 dez. 2017.

Walsh, Milton. 2011. «'To always be thinking somehow about Jesus': the prologue of Ludolph's *Vita Christi*». *Studies in the spirituality of Jesuits* 43(1).

Xavier, Maria Francisca, Mateus, Maria Helena. 1990. *Dicionário de termos linguísticos*. Lisboa: Cosmos.

58. Assimilação vocálica, coloração e coalescência em sequências V_1V_2 na diacronia e na sincronia do português: uma proposta descritiva baseada na fonologia dos elementos

João Veloso

Faculdade de Letras da Universidade do Porto,

Centro de Linguística da Universidade do Porto [953]

Em diversas variedades do português, assim como noutras línguas românicas, as adjacências vocálicas /aI/ e /aU/ motivaram frequentemente a mudança de /a/ para [e] ou [o]. Este fenómeno, designável como «assimilação vocálica», viria a dar origem, em português, aos ditongos históricos [ej] e [ow] (conservados nos dialetos setentrionais do português europeu contemporâneo), por sua vez posteriormente sujeitos a outros fenómenos de mudança fonético-fonológica. De entre estes, destaca-se a coalescência do ditongo numa vogal única (conforme se verifica em variedades do português meridional, bem como no francês metropolitano e no espanhol). O mesmo processo é ainda responsável por inúmeros casos de alomorfia ainda hoje produtivos na flexão verbal do português, nomeadamente nos verbos da primeira conjugação. Neste trabalho, propomos descrever este processo assimilatório, à luz da fonologia dos elementos, como um processo de coloração que se aplica uniformemente aos casos da diacronia e da sincronia, fonológica e morfologicamente motivados, em português e noutras línguas românicas, e que consistiria na absorção dos elementos tonais {I} e {U} pela primeira vogal (atonal) dessas sequências originais.

Palavras-chave: assimilação vocálica regressiva, coloração, coalescência vocálica, vocalismo.

1. Introdução

O principal objetivo do presente estudo consiste em propor uma explicação para os fenómenos assimilatórios que reespecificam a altura, a abertura, a palatalidade e a labialidade da primeira vogal de sequências V1V2 em que V1=/a/ e V2={/i/∨/u/}[954],

[953] Unidade de investigação financiada pela Universidade do Porto (Programa Santander Universidades) e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UID/LIN/0022/2016).

[954] Ao longo do texto, os dois vocoides destas sequências serão representados, teoricamente, como V, que aqui deve ser entendido como uma simbolização, num nível de subespecificação mais profundo, de qualquer segmento não contoide. A natureza da representação subjacente do segundo segmento destas sequências não nos ocupará senão, e apenas limitadamente, na secção 4, sobretudo, quando for discutida

conforme exemplificado, no caso de evoluções diacrónicas, por mudanças como lat. *laicu*>port. *leigo* (/aI/→[ej]) ou lat. *auru*>port. *ouro* (/aU/→[ow])[955]. Embora os exemplos que acabamos de dar demonstrem a produtividade histórica do fenómeno – responsável pela formação, no português, de grande parte dos ditongos [ej] e [ow] (Nunes 1956: 74ss., Vázquez Cuesta e Mendes da Luz 1971: 232, 233, Maia 1986: 534ss., Neto 1988: 197, Mattos e Silva 2008: 504–505)[956] –, a assimilação vocálica de que trataremos no texto não se circunscreve estritamente ao domínio das evoluções diacrónicas, havendo resquícios da sua produtividade ainda no português contemporâneo, conforme é nosso objetivo, ainda que secundariamente, demonstrar também ao longo do estudo.

A explicação que pretendemos desenvolver para este fenómeno inscreve-se num quadro teórico que designaremos, de forma ampla, por *fonologia dos elementos* e pretende inserir-se numa série de explorações anteriores do vocalismo do português em que seguimos o mesmo enquadramento para descrever aspetos como a redução átona (Veloso 2013, 2016), a representação lexical das vogais centrais não baixas (Veloso 2012, 2016) ou dos diferentes graus de abertura vocálica do português (Veloso 2016) ou ainda o estatuto prosódico dos monossílabos lexicais desta mesma língua (Veloso 2017).

No texto, começaremos por expor brevemente alguns dos princípios mais importantes da fonologia dos elementos (secção 2). Na secção seguinte, faremos uma descrição estrutural geral do fenómeno assimilatório que será analisado no estudo (secção 3), detendo-nos, de forma muito particular, nas variáveis fonológicas e morfológicas que o podem ter condicionado e que terão motivado a respetiva

a sua realização como semivogal em resultado de um processo (histórico e/ou dialetal) de *glidização.* Desta forma, assumiremos à partida, de acordo com o entendimento mais corrente acerca das «semivogais» em descrições fonológicas da língua como Mateus e Andrade (2000) ou Mateus *et al*. (2003), a inexistência de semivogais lexicais em português europeu e a interpretação de todas as semivogais fonéticas desta língua como vogais fonológicas.

[955] As principais opções de transcrição e notação de segmentos e autossegmentos e de formalização de processos fonológicos adotadas no texto são explicadas noutros pontos da exposição.

[956] Maia (1986) e Mattos e Silva (2008), nas passagens referidas no texto, contam-se entre os autores que distinguem os ditongos *primários* – existentes já enquanto tais no próprio latim – dos ditongos *secundários,* formados no português a partir de hiatos ou outras sequências lineares do latim que conheceram, em fases intermédias da história do português, formatos fonológicos diversos.

Estes ditongos, em algumas variedades do português – nomeadamente em parte dos dialetos centro-meridionais do português europeu contemporâneo – serão mais tarde reduzidos aos «monotongos» [e] e [o]. Segundo Teyssier (1990: 52–53), esta mudança teria começado a instalar-se no português no século XVII. Voltaremos a este tema específico na secção 4 do texto.

produtividade em diferentes estádios da história do português. A proposta central do estudo – a aplicação do modelo da fonologia dos elementos à assimilação vocálica em análise neste trabalho – será apresentada e desenvolvida na secção 4 do artigo, à qual se seguirá uma última secção de conclusões e observações finais (secção 5).

2. A fonologia dos elementos

Na presente secção, tal como foi anunciado na introdução, proceder-se-á a uma breve síntese do enquadramento teórico de princípio que guiará a análise proposta neste trabalho e que aqui designaremos genericamente por *fonologia dos elementos* (FE).

Tal como afirmámos em trabalhos anteriores (p. ex.: Veloso 2012, 2013), a etiqueta «fonologia dos elementos» não remete para um quadro teórico bem circunscrito do ponto de vista cronológico ou epistemológico (ao contrário do que sucede com designações como «fonologia estruturalista», «fonologia generativa», «fonologia autossegmental» ou «fonologia prosódica», p. ex.). A designação é aqui usada, com uma abrangência propositada, para englobar um conjunto de autores e abordagens que – na tradição inaugurada por Schane (1984) – elegem como primitivos fonológicos das vogais[957] os *elementos* (ou *partículas*, na terminologia de Schane 1984) e que influenciam, a nível da conceção da arquitetura interna dos segmentos fonológicos adotada, modelos teóricos epistemologicamente mais bem delimitados, como, designadamente, a fonologia das dependências (Anderson e Ewen 1987, Van Der Hulst 1989), a fonologia do governo (Kaye, Lowenstamm e Vergnaud 1985) ou a fonologia declarativa (Scobbie, Coleman e Bird 1996, Angoujard 2003, 2006).

Na FE, os elementos, unidades mínimas e primitivas dos segmentos, não diferem ontologicamente dos próprios segmentos em que se combinam, o que se torna especialmente patente no caso das vogais[958], como tentaremos demonstrar na continuação da presente exposição.

Ao contrário das explicações baseadas em traços distintivos – em que segmentos «pronunciáveis» como /b/ ou /a/ se distinguem de propriedades «abstratas» e

[957] Autores como Scheer (1998), Angoujard (2006) ou Backley (2011), entre outros, adotam descrições das consoantes igualmente inspiradas em elementos, questão de que aqui não nos ocuparemos, dada a sua irrelevância para a discussão do tema central do estudo.
[958] Vd. nota anterior.

«impronunciáveis» como [±coronal] ou [±arredondado] –, as vogais, em FE, resultam da combinação de primitivos que são, intrinsecamente, uma espécie de «vogais primordiais» também: pronunciáveis e foneticamente configurados e motivados (Schane 1984, Kaye, Lowenstamm e Vergnaud 1985, Boltanski 1999, Angoujard 2003, Durand 2005, Backley 2011).

Em alguns textos fundamentais que constituem as bases desta abordagem, a relação entre vogais e elementos é comparada à relação entre as cores primárias e as cores secundárias (Schane 1984: 150, Brandão de Carvalho, Nguyen e Wauquier 2010: 87): todas as cores resultam da combinação, em graus diferentes, de três cores primárias – azul, amarelo e magenta. Quer estas cores «primordiais», quer todas as cores que resultam das suas múltiplas combinações possíveis são, de um ponto de vista ontológico, cores. O mesmo se passa com as vogais: partindo de um inventário muito restrito de três vogais «básicas» – /a/, /i/, /u/ –, que constituiriam uma espécie de matéria-prima primordial para a construção de qualquer sistema vocálico, correspondendo às vogais maximamente distantes e distintas no espaço articulatório-acústico-percetivo (estas são, como recorda Backley (2011: 19), as «corner vowels»), todas as vogais são concebíveis como a ocorrência destas vogais *elementares* em estado puro ([a]=/a/; [i]=/i/; [u]=/u/)[959] ou como a combinação delas entre si, conforme explicaremos mais adiante.

A combinação de dois ou mais elementos *simples* numa só vogal *complexa* (isto é, distinta de /a/, /i/ ou /u/) corresponde a uma operação fonológica que, em FE, recebe o nome de *fusão* (i.a. Schane 1984: 133ss., Boltanski 1999: 79ss.). A fusão de elementos em segmentos obedece a princípios importantes, como a *plausibilidade fonética* (evitando a sobregeração segmental e a geração de segmentos articulatoriamente impossíveis ou improváveis – cf. Kaye 1990, Boltanski 1999: 77) e a *hierarquização interna* (Lass 1984: 271, 272, Van Der Hulst 1989: 253ss., Scheer 1998: 141, Boltanski 1999: 79, Angoujard 2003: 176ss., 2006: 36ss., Durand 2005: 12, Brandão de Carvalho, Nguyen e Wauquier 2010: 91ss.). Relativamente a esta última propriedade, o que a FE propõe, essencialmente, é que em cada segmento existe um elemento dominante e um ou mais elementos em posição dominada, criando-se uma relação

[959] Por esta mesma razão, /a/, /i/, /u/ são também as vogais universais (Brandão de Carvalho, Nguyen e Wauquier 2010: 87), presentes em todas as línguas do mundo e indispensáveis à construção de qualquer inventário vocálico mais complexo que contemple outros itens para além delas próprias.

hierárquica que, em fonologia das dependências e em fonologia do governo, se descreve como {Cabeça.Operador} (Scheer 1998: 141–142, Boltanski 1999: 79, Angoujard 2003: 176ss., 2006: 36ss.)[960].

Os elementos «puros» a partir dos quais, de acordo com a FE, são construídas todas as vogais de todas as línguas do mundo correspondem às realizações fonéticas prototípicas de /a/, /i/ e /u/ e são os seguintes (Schane 1984, Lass 1984, Van Der Hulst 1989, Boltanski 1999, Angoujard 2003, 2006, Brandão de Carvalho, Nguyen e Wauquier 2010, Backley 2011):

- o elemento de **sonoridade/abertura**: {A};
- os elementos de **tonalidade** (ou **coloração**):
  - **palatalidade**: {I};
  - **labialidade**:{U}.

O primeiro situa as vogais no eixo vertical da abertura vocálica. Os segundos, combinando-se com ele (e, menos frequentemente, entre si), especificam as propriedades que contribuem para todas as distinções vocálicas, conferindo assim um lugar próprio a cada vogal no sistema vocálico da língua, definido como a combinação da sonoridade (comum a todas as vogais) com a coloração/tonalidade (que divide as vogais em duas séries principais: vogais palatais, com o elemento {I}, e vogais labiais, com o elemento {U}).

2.1. Representações das vogais do português em elementos

Recordando de novo que todas as vogais resultam obrigatoriamente, no modelo descritivo da FE, da combinação de um elemento dominante em Cabeça e de um segundo elemento (dominado) em Operador, as vogais «puras» /a/, /i/ e /u/ contam com as representações encontradas em (1)[961].

[960] Outras características importantes dos elementos e da sua organização no interior de um segmento fonológico são o seu *carácter unário* (Schane 1984, Van Der Hulst 1989: 254), a *iteratividade* (a possibilidade de um mesmo elemento ocorrer mais do que uma vez no mesmo segmento – Schane 1984, Brandão de Carvalho 1993, 2011) e a *universalidade* (Schane 1984, Brandão de Carvalho, Nguyen e Wauquier 2010).

[961] Na representação da estrutura interna das vogais em elementos, estes serão inscritos entre chavetas ({}), com o elemento em Cabeça em primeiro lugar e sublinhado, e o elemento em Operador em segundo lugar, não sublinhado.

(1) Representação das vogais puras /a/, /i/ e /u/ em elementos

/a/={A,A}

/i/={I,I}

/u/={U,U}

À parte estas vogais, todas as restantes têm origem numa combinação de elementos, em princípio não iterativos, no interior da estrutura segmental. De acordo com propostas que formulámos em estudos anteriores para a descrição das vogais do português à luz deste modelo (Veloso 2012, 2013, 2016), e ignorando aqui as vogais centrais não baixas, as vogais médias desta língua seriam dotadas das seguintes representações:

(2)

Vogais **com elemento {I} (palatalidade),** variando em abertura ({A}): a sua distinção é dada pela posição relativa de {A}e {I} na relação Cabeça/Operador.

Representação das vogais médias /e/, /E/, /o/ e /O/ em elementos

/e/={I,A}
/E/={A,I}

/o ={U,A}
/O/={A,U}

Vogais **com elemento {U} (labialidade),** variando em abertura ({A}): a sua distinção é dada pela posição relativa de {A} e {U} na relação Cabeça/Operador.

3. Assimilação vocálica de V1 em português no contexto $|V_1=\{A,A\} \wp V_2=[\{I,I\} \vee \{U,U\}]|$: descrição estrutural do fenómeno e considerações sobre a sua representatividade diacrónica e sincrónica

Neste trabalho, conforme anunciado na introdução e de acordo com os breves exemplos dados no início do texto (lat. *laicu*>port. *leigo* (/aI/→[ej]); lat. *auru*>port.

ouro (/aU/→[ow])), ocupar-nos-emos do fenómeno assimilatório que abrange sequências lineares V_1V_2 em que V_1 é completamente desprovida de elementos de tonalidade (V_1=/a/={A,A}) e antecede uma vogal composta unicamente por esses mesmos elementos de tonalidade (V_2=/i/={I,I}; ou V_2=/u/={U,U}). Em resultado deste fenómeno assimilatório, V_1 irá absorver o traço de tonalidade ({I} ou {U}) de V_2, dando origem, no nível fonético, a [e] ou a [o], como demonstram os exemplos supracitados. Em termos tradicionais, trata-se de um fenómeno de *assimilação (vocálica) regressiva parcial* (de acordo com as definições ou descrições do processo encontradas, p. ex., em Kiparsky (1995: 660ss.), Carr (2008: 16–17) ou Zsiga (2011). Para mencionar este processo no âmbito da formação histórica do português, Mattos e Silva (2008: 505) usa explicitamente a expressão «assimilação vocálica» (AV), que será usada também, no seguimento do texto, para lhe fazermos referência.

Historicamente, a AV é a causa de muitos dos ditongos [ej] e [ow] do português medieval e contemporâneo, conforme referimos na introdução (Nunes 1956: 74ss., Vázquez Cuesta e Mendes da Luz 1971: 232, 233, Maia 1986: 534ss., Neto 1988: 197, Mattos e Silva 2008: 504–505). Como veremos mais tarde, em parte dos dialetos centro-meridionais do português europeu contemporâneo e em algumas variedades brasileiras, estes mesmos ditongos são reduzidos («monotongados») a [e] e [o][962], questão sobre a qual não nos deteremos neste momento.

Conforme tem sido recorrentemente referido, este processo assimilatório é particularmente importante na diacronia do português, tendo-se aplicado de forma regular e sistemática às sequências etimológicas em que /a/ antecede um vocoide palatal ou labial. Os exemplos de (3) demonstram bem esta produtividade histórica do fenómeno: em palavras com sequências originais |/a/(={A,A}) ℘ [/i/(={I,I})∨/u/(={U,U)]|, /a/ evolui para [e](={I,A}), quando antecede

[962] Alguns destes ditongos são ainda, posteriormente, objeto da aplicação de outros processos fonológicos, de que não nos ocuparemos no presente trabalho, entre os quais a centralização de [e] para [ɐ] no ditongo [ej] (<leite>=[ˈlɐjtɨ]), a qual se verifica numa parte dos dialetos centro-meridionais. Esta centralização representa uma dissimilação (posterior à assimilação que é objeto deste estudo) e verifica-se sempre que /é/ tónico (no contexto do ditongo de que aqui nos ocupamos, mas também noutros contextos fonológicos) antecede um segmento palatal ([j] ou outro, conforme os seguinte exemplos: <coelho>=[ˈkwɐʎu]; fecho=[ˈfɐʃu]; etc.). Mateus (1982) e Mateus *et al.* (2003), entre outros, admitem o fenómeno no conjunto dos processos fonológicos produtivos em português e Teyssier (1990: 64–65) inscreve-o entre as «inovações fonéticas do século XIX», restringindo-o à variedade culta de Lisboa.

/i/(={I,I}), ou para [o], quando antecede /u/(={U,U}). Nos exemplos de (3)[963], representamos as vogais /i/ e /u/ desencadeadoras da assimilação, respetivamente, por /I/ ou /U/. Desta forma, não assumimos definitivamente uma especificação lexical completa nem quanto à silabicidade destes segmentos, nem, consequentemente, no tocante à sua representação teórica como vogais ou semivogais, tendo em consideração que, quer no latim, quer em estádios intermédios da evolução diacrónica anteriores ao português contemporâneo, o vocoide alto pode corresponder ora a vogais silábicas ([i], [u]), ora a semivogais não silábicas ([j], [w]).

A circunstância de as vogais resultantes do processo ([e], [o]) adquirirem o elemento de tonalidade da vogal seguinte (vd. as formalizações propostas, num ponto mais adiantado do texto, em (6)) é evidência suficiente para aceitarmos e descrevermos este fenómeno como um processo assimilatório local (Kiparsky 1995, Carr 2008, Zsiga 2011). Trata-se de uma questão que aprofundaremos na secção seguinte, tentando explicar esta assimilação com recurso à interação entre elementos de vogais adjacentes.

(3) Exemplos de evoluções /aI/→[ej] e /aU/→[ow]

/aI/→[ej]	/aU/→[ow]
lat. *lakte* > **lajte* > port. *l*[e(j)]*te*	lat. *auru* > port. [o(w)]*ro*
lat. *laicu* > port. *l*[e(j)]*go*	lat. *paucu* > port. *p*[o(w)]*co*
lat. *primariu* > **primairo* > port. prim[e(j)]*ro*	lat. *causa* > PM *c*[o(w)]*sa*

Na formação histórica destes ditongos, assumimos, para a elaboração do quadro apresentado em (3):

- que [ej] pode resultar de evoluções ocorridas em diferentes épocas da história da língua (o ditongo pode resultar de adjacências /aI/ encontradas já em latim ou formadas mais tardiamente no português medieval; relembre-se neste momento a distinção, proposta, p. ex., por Maia (1986) e por Mattos e Silva

[963] No quadro de (3), bem como noutras passagens do texto, transcreveremos a oclusiva velar latina em coda silábica que dá origem, no português e noutras línguas românicas aqui consideradas, a uma semivogal, como <k> (e.g. *lakte, faktu*), seguindo a mesma convenção encontrada, p. ex., em Angoujard (2003).

(2008), entre *ditongos primários* e *ditongos secundários* com base neste mesmo critério[964]);

- a existência de uma forma cronologicamente intermédia [aj] em que a semivogal [j] provém de um /k/ latino em coda silábica[965]. Esta assunção corresponde a um postulado geralmente aceite pelos romanistas (cf., p. ex., Glessgen 2007: 153) e pelos historiadores do português (cf., entre outros, Maia 1986: 543–544), encontrando acolhimento também junto de fonólogos que combinam a descrição sincrónica da língua com a descrição diacrónica, como é o caso de Angoujard (2003), conforme veremos em 4 (Angoujard 2003 defende esta reconstrução, aceitando-a para o francês, com base em argumentos de natureza teórica e descritiva que enfatizam a necessidade da iodização para preservar a posição prosódica da oclusiva /k/ encontrada na coda silábica do latim).

3.1 Assimilação vocálica e flexão verbal em português contemporâneo: produtividade e condicionamento morfológico/fonológico deste processo

Na secção precedente, a nossa atenção focou-se exclusivamente na aplicação da AV a mudanças diacrónicas verificadas em períodos precoces da formação do português. Nos parágrafos seguintes, tentaremos ver de que forma a aplicação da AV poderia estender-se a outras fases da língua.

Embora esta questão não corresponda a um tópico central deste estudo nem tenha implicações muito relevantes para a proposta de análise que pretendemos desenvolver na secção seguinte, dedicar-lhe-emos algum espaço neste momento da discussão, a fim de contextualizarmos melhor o fenómeno de que aqui nos ocupamos.

A existência, em português, de muitas palavras em que as sequências /aI/ e /aU/ não desencadeiam nem sofrem AV ([aj]: *r<u>ai</u>va*, *s<u>ai</u>a*, *l<u>ai</u>a*, *pr<u>ai</u>a*; [aw]: *f<u>au</u>sto*, *m<u>au</u>*, *<u>au</u>rífero*, *dinoss<u>au</u>ro*) sugere que o fenómeno se encontra inativo não só no português contemporâneo mas também, atendendo à cronologia da atestação de muitos destes itens lexicais, desde estádios bastante recuados da história da língua.

[964] Vd. nota 3.
[965] Vd. nota 10.

Esta é, no essencial, a proposta de Mateus e Andrade (2000: 78). Com base em exemplos como os que reunimos em (4), os autores citados defendem também que o fenómeno se encontra desativado na fonologia do português contemporâneo[966].

(4) Palavras de entrada recente na língua sem ativação de AV

/aI/→[aj]	/aU/→[aw]
lat. cl. *laicu* > PMod. *laico* [ˈlajku]	PMod. <aurífero> [awˈrifɪru]
ing. *light* > PC <light> [ˈlajt]	ing. *cloud* > PC <cloud> [klawd]

Existe, contudo, um subconjunto de formas – de extensão e representatividade consideráveis – em que o processo parece manter alguma produtividade: a flexão verbal.

Mateus e Andrade (2000) – os mesmos autores que defendem a improdutividade da AV no português contemporâneo, conforme acima referido – reconhecem que no alinhamento morfológico das formas verbais, especialmente nos verbos da primeira conjugação e afetando de forma muito particular a vogal temática[967], a especificação da abertura, da palatalidade e da labialidade da vogal final de certos morfemas flexionais resulta do mesmo processo assimilatório que, na formação do português, determinou a passagem de /a/ a [e] antes de /i/ e a [o] antes de /u/. Esta interpretação, que terá algum desenvolvimento mais adiante, permite-nos

[966] Em algumas variedades pouco documentadas do português, porém, poderemos aceitar a produtividade desta mesma AV como um processo *fonológico* ainda atuante, como sucederia no período de formação da língua, sempre que há adjacência /aI/ ou /aU/. Valemo-nos, para esta afirmação, do conhecimento empírico de produções encontradas em alguns estratos de falantes da Área Metropolitana do Porto – nomeadamente, do concelho da Maia –, onde, embora porventura em declínio, é frequente encontrarmos produções como as seguintes, oriundas sobretudo de falantes mais idosos e menos escolarizados:

/aI/→[ej]/[ɛj]	/aU/→ [ow]/[ɔw]
saia=[ˈsejɐ]/[ˈsɛjɐ] *Maia*=[ˈmejɐ]/[ˈmɛjɐ] *raiva*=[ˈʁejβɐ]	*Laura*=[ˈlowɾɐ]/[ˈlɔwɾɐ] *mau*=[mow]/[mɔw] *falso*=[ˈfɔwsu] (com glidização de /l/ em coda, por vezes acompanhada de rotacização: [ˈfɔwɾsu])

Como dissemos, estes dados são aqui apresentados com base no nosso contacto direto e empírico, praticamente quotidiano, com a norma dialetal e socioletal de que provêm (concelho da Maia, distrito do Porto), embora não seja a nossa norma nativa ou habitual e ainda que não disponhamos de estudos anteriores que comprovem e ilustrem a frequência e os contextos em que ocorrem produções como as exemplificadas.

[967] No que diz respeito especificamente à vogal temática (VT), recorde-se que este é o morfema que Mateus *et al*. (2003: 1021) consideram o *ponto nevrálgico* das formas verbais precisamente pela significativa quantidade de fenómenos fonéticos a que está sujeito.

concluir que: (i) a produtividade do fenómeno ainda subsiste, residualmente, no estádio atual da língua; e (ii), concomitantemente, que o processo, de um processo fonologicamente condicionado em estádios mais recuados da história da língua (independentemente do contexto morfossintático, qualquer /a/ antes de /i/ evolui para [e] e qualquer /a/ antes de /u/ evolui para [o]), passou a ser, limitadamente, um processo morfologicamente motivado, uma vez que se verifica somente com formas verbais, em fronteira de morfema e quando o alinhamento morfológico das formas gera tais sequências.

Esta interpretação, subscrita, como dissemos, em Mateus e Andrade (2000), encontra-se claramente explicitada na seguinte citação:

> *One should note that the sequences [*áj*] and [*áw*]* [portanto, sem assimilação vocálica] *are accepted within the root of nouns and verbs of all dialects in Portuguese: e.g.* paixão *[*pajʃɐ̃w̃*] 'passion', bairro [*bájʁu*] 'quarter', pairar [*pajráɾ*]* […]. ***This fact shows that the domain of application of the spreading rule* […] *is restricted to the morphological boundary [VT+person suffix] in past tenses.***
>
> (Mateus e Andrade 2000: 78; negrito nosso)

Seria esta AV «residual», circunscrita à flexão verbal, que explicaria formas e representações como as de (5) (Mateus e Andrade 2000: 34, 77–78, Mateus *et al*. 2003: 1028–1029)[968], nas quais a primeira fonte citada identifica um processo de «spreading of the V-place and the height features of the person suffix» (Mateus e Andrade 2000: 77).

---

[968] A inibição da AV, na flexão verbal, em formas como *amais* ou *amai,* em que VT /a/, apesar de anteceder /i/, não sofre assimilação ([ɐˈmajʃ], [ɐˈmaj]), explicar-se-ia, de acordo com Mateus (1982: 106–107) e Mateus *et al*. (2003: 1022), através do postulado das formas subjacentes /dES/ e /dE/ para o MNP de 2.ª pessoa do plural. A consoante inicial destes morfemas na sua forma teórica evitaria, no nível subjacente, a adjacência /A℘I/, o que explicaria o bloqueamento do fenómeno assimilatório. Tal consoante perdeu-se sincronicamente na forma de superfície (como se torna patente nas transcrições fonéticas dadas no início desta explicação). Contudo, foi conservada, de acordo com esta argumentação, na representação subjacente do morfema flexional. Esta proposta encontra justificação etimológica (/d/ descende de /t/ intervocálico latino: lat. *amat<u>i</u>s*>PM *ama<u>d</u>es;* lat. *ama<u>t</u>e*> PM *ama<u>d</u>e*), diacrónica (formas como *ama<u>d</u>es* e *ama<u>d</u>e* são encontradas até relativamente tarde na história do português) e também sincrónica, pois formas como *–<u>d</u>es* e *–<u>d</u>e* são ainda preservadas em certos tempos verbais (como o futuro imperfeito do conjuntivo e o infinitivo flexionado: *amar<u>d</u>es, for<u>d</u>es, ser<u>d</u>es, quiser<u>d</u>es,* etc.) e em imperativos excecionais como *se<u>d</u>e, le<u>d</u>e, ve<u>d</u>e, ten<u>d</u>e,* etc. As representações teóricas (simplificadas) de formas como *amais* ou *amai* seriam então, de acordo com esta proposta, as seguintes:

amai: ɐˈmaj], /ama$_{Tema}$+dE$_{MNP}$/
amais: [ɐˈmajʃ], /ama$_{Tema}$+dES$_{MNP}$/

(5) Assimilação Vocálica em formas flexionadas de verbos da primeira conjugação em português

AV da vogal temática
PretPerfInd,P1: /a_{VT}+i_{MNP}/>[ej] → /ama_{Tema}+i/>am[ej] *(amei)*
PretPerfInd,P3: /a_{VT}+u_{MNP}/>[ow] → /ama_{Tema}+u/>am[ow] *(amou)*
AV do morfema de TMA
PretImpInd,P5: /va_{TMA}+is_{MNP}/>[ejS] → /ama_{Tema}+va_{TMA}+is_{MNP}/ > amáv[ejʃ] (*amáveis*)
CondSimp,P5: /$ría_{TMA}$+is_{MNP}/>[ríejS] → /ama_{Tema}+$ría_{TMA}$+is_{MNP}/ > amarí[ejʃ] (*amaríeis*)

***

Como dissemos, a aceitação da AV como um processo produtivo ou não no português contemporâneo não constitui um tema central desta investigação. A sua ocorrência residual em alguns dialetos e, principalmente, a sistematicidade com que pode explicar uma série de alternâncias morfofonémicas na flexão verbal do português oferecem-nos, porém, motivação suficiente para procurarmos uma explicação económica e coerente para o processo – igualmente aplicável aos dados da sincronia e da diacronia –, o que procuraremos desenvolver na secção seguinte do trabalho, na qual nos dirigiremos às questões verdadeiramente centrais do estudo.

4. Assimilação vocálica em fonologia dos elementos

Na presente secção, tentaremos propor uma descrição autossegmental da AV em discussão ao longo do trabalho, elegendo os *elementos* como as unidades que são objeto de aplicação das regras assimilatórias atestadas.

Conforme deixámos expresso em passagens anteriores em que procurámos classificar este processo como um processo de natureza *assimilatória* – dada a possibilidade de o descrevermos como a absorção, por V_1, de propriedades de V_2, no caso vertente dos seus elementos de tonalidade –, o fenómeno é aqui basicamente concebido como um processo de assimilação local (Zsiga 2011) categorizável como um processo de assimilação vocálica regressiva parcial (Kiparsky 1995, Carr 2008), também entendido como tal em estudos anteriores que se ocupam do português, como já foi referido, por autores como Mattos e Silva (2008).

Num modelo autossegmental que toma os elementos como objeto da sua atuação[969], poderemos, em conformidade com estas assunções de base, descrever o fenómeno como uma migração dos traços de tonalidade de V_2 para a vogal atonal V_1[970]. Conforme dissemos anteriormente, esta explicação e a formalização a que ela dá origem e que apresentamos em (6) aplica-se, na presente proposta, quer à diacronia da língua, em que a assimilação é fonologicamente condicionada pelos alinhamentos /aI/ e /aU/ independentemente do contexto morfológico (vd. exemplos em (3)), quer à sincronia, em que a assimilação se regista, residualmente apenas, nos casos de flexão verbal (vd. exemplos em (5)) (mantendo-se, porventura, em alguns dialetos subdocumentados como processo produtivo e fonologicamente condicionado[971]).

Propomos para esta migração assimilatória regressiva, sem distinguir a sua aplicação diacrónica ou sincrónica, uma formalização como a que se encontra em (6).

(6) A AV como um processo autossegmental de **assimilação regressiva incompleta**

	/aI/→[ej]	/aU/→[ow]
	|[a] ℘ [i] | → | **[e]** ℘ [j]	|[a] ℘ [u] | → |**[o]** ℘ [w]
	| | | |	| | | |
	{A} {I} {I} ← {I}	{A} {U} {U} ← {U}
Cabeça	| | | |	| | | |
	{A} {I} {A} **{I}**	{A} {U} {A} **{U}**
Operador		

Desta assimilação, resulta que V_1, vogal completamente atonal na sua origem, se torna uma vogal tonal, através da aborção de {I} (/a/→[e]) ou {U} (/a/→[o]).

[969] Torna-se pertinente registar neste momento que outras explorações de certos fenómenos históricos que afetam o vocalismo português numa perspetiva diacrónica adotaram um quadro explicativo baseado na fonologia dos elementos: Marquilhas (1991: 116–117), no capítulo sobre fonologia do latim vulgar incluído no manual de Castro (1991), para explicar o fenómeno de substituição das oposições quantitativas do latim clássico pelo sistema românico de oposições qualitativas, enquadra-o explicitamente na «fonologia das partículas» de Schane (1984).

[970] «Vogais tonais» e «vogais atonais» serão os termos doravante utilizados para nos referirmos, respetivamente, (i) à vogal completamente desprovida dos elementos de tonalidade {I} e/ou {U} (isto é, à vogal /a/(={A,A})) e (ii) às vogais que detêm, na sua estrutura interna, pelo menos um desses elementos de tonalidade (como /i/(={I,I}), /u/(={U,U}) ou /e/(={I,A}), p. ex.).

[971] Vd. nota 13.

Nos modelos baseados em elementos, os processos assimilatórios que atribuem tonalidade a uma vogal inicialmente desprovida de tonalidade são frequentemente descritos como processos de *coloração* (Donegan [Miller] 1973), de forma consistente com a conceção de {I} e {U} como traços *tonais* que conferem «cor» às vogais, bem como com as comparações entre a estruturas das vogais em elementos e a estrutura das cores compósitas encontradas, conforme referido, em autores como Schane (1984: 150) e Brandão de Carvalho, Nguyen e Wauquier (2010: 87):

> *Coloring includes two distinct processes, Palatalization (e.g. ɨ → i) and Labialization or Rounding (e.g. . ɨ → u).* (Donegan [Miller] 1973: 388)

É nesse sentido que propomos descrever o processo assimilatório que dita a passagem de /a/ a [e] em /aI/ e a [o] em /aU/ também como um processo de **coloração**[972]: /a/, intrinsecamente desprovida de «cor» (ou «tonalidade», na terminologia utilizada pela fonologia dos elementos para categorizar os elementos {I} e {U} numa classe à parte de {A}, conforme vimos na secção 2), obtém-na da vogal seguinte na sequência e em resultado do processo assimilatório que aqui nos ocupa.

Esta explicação pressupõe que, numa sequência |VogalAtonal ℘ VogalTonal|, a tonalidade de V_2 seja absorvida pela estrutura elementar de V_1, passando para a posição de Cabeça desta última (nas formalizações de (6), o elemento em Cabeça é o que ocupa a primeira linha da representação, ficando o Operador na segunda linha).

No presente trabalho, não nos ocuparemos pormenorizadamente do fenómeno prosódico que, seguindo-se à coloração aqui descrita, aplica a V_2 a regra de glidização que dá origem, nas representações de superfície, aos ditongos [ej] e [ow] (em que /I/ e

[972] A este nível, a AV de que aqui nos ocupamos distingue-se da redução das vogais palatais átonas, aproximando-se da redução das labiais, conforme a proposta anteriormente desenvolvida em Veloso (2013). No estudo citado, defendemos que a redução do vocalismo átono do português europeu contemporâneo corresponde não a um mas sim a dois processos distintos: um processo de perda de elementos tonais, categorizável como um caso de **descoloração** (ou *centripetação/redução de contraste*, seguindo as tipologias dos fenómenos de redução vocálica de Harris 2005 e Crosswhite 2004), no caso das palatais (/e, ɛ/→[ɨ]: vd. os pares *me̲do/me̲droso* ([e/[ɨ]) e *pe̲dra/pe̲dreiro* ([ɛ]/[ɨ])) vs. um processo de reforço total de elementos de **coloração** (ou, adotando as mesmas tipologias, *centrifugação/reforço de contraste*), no caso das labiais (/o, ɔ/→[u]: vd. os pares *no̲jo/eno̲jado* ([o]/[u]) e *po̲bre/po̲breza* ([ɔ]/[u])). A AV que constitui o tópico central do presente estudo aproximar-se-ia, assim, do último destes dois processos envolvidos na «redução átona» do português europeu contemporâneo, tendo em mente o resultante reforço dos elementos de coloração {I} e {U}.

/U/, portanto, ocorrem como semivogais fonéticas: [j] e [w], respetivamente[973]). Assumimos, desde o início, que esse é o resultado frequente do processo assimilatório nos estádios mais antigos do português, concentrando a nossa atenção nos fenómenos sofridos por V_1 e não nos ocupando, por não serem centrais para a compreensão dos mecanismos assimilatórios aqui tratados, dos processos eventualmente verificados com V_2.

Contudo, deter-nos-emos num outro processo subsequente que se verifica em diversas variedades do português, assim como noutras línguas românicas em que se dá este mesmo processo de coloração de V_1: a redução do ditongo com coloração de V_1 a uma só vogal, com apagamento total da semivogal que é a realização de superfície de V_2 original. Referimo-nos precisamente aos casos – típicos de parte dos dialetos centro-meridionais do português europeu contemporâneo e de algumas variedades brasileiras da língua (Cintra 1958, 1971, Barros Ferreira *et al*. 1996, Segura 2013, Mattos e Silva 2013) – em que os ditongos históricos [ej] e [ow] sofrem, numa fase posterior da evolução diacrónica, uma *monotongação*, passando a realizar-se foneticamente como [e] (lat. *prim<u>a</u>r<u>i</u>u*>port. *prim<u>ei</u>ro*=|[prɪˈmejɾu]>[prɪˈmeɾu]|) e [o] (lat. *l<u>au</u>ru*>port. *l<u>ou</u>ro*=|[ˈlowɾu]>[ˈloɾu]|).

Como foi referido, estas realizações encontram-se, no português europeu, principalmente nas variedades centro-meridionais, sendo aceites pelos historiadores da língua como cronologicamente posteriores às formas ditongadas (e resultantes da sua «simplificação» – cf., p. ex., para uma referência clássica sobre o fenómeno, que o enquadra na variação diacrónica e diatópica, o estudo de Cintra (1958), ou ainda as observações de Teyssier (1990: 52–53) acerca da datação desta monotongação a partir das formas ditongadas[974]). Outras línguas românicas, como o espanhol e o francês metropolitano, apresentam o mesmo resultado. Nestas línguas, de um ponto de vista diacrónico, as sequências latinas /aI/ e /aU/ deram origem também, num primeiro passo, à coloração de /a/ e, posteriormente, à redução do ditongo assim formado a uma única vogal que *funde* (nos termos da FE) na sua estrutura interna os elementos de

[973] Por a datação exata desta glidização não constituir uma preocupação central deste estudo – não se revelando pertinente determinar se ela se deu no latim e/ou já em períodos mais ou menos recuados da formação do próprio português –, optámos por transcrever o vocoide original desta semivogal não o especificando quanto à silabicidade (isto é, como /I/ ou /U/), conforme explicámos anteriormente.
[974] Vd. a parte final da nota 3.

tonalidade e de abertura, distribuindo-os, na relação Cabeça/Operador, de formas diferentes em função da organização do sistema fonológico típico de cada gramática:

- em espanhol, {A} ocupa preferencialmente a posição de Cabeça, conforme patente nas vogais [ɛ](={A,I}) e [ɔ](={A,U}) de *primero* ([ɛ]<lat. *primariu*), *leche* ([ɛ]<lat. *lakte*), *hecho* ([ɛ]<lat. *faktu*), e de *oro* ([ɔ]<lat. *auru*), *poco* ([ɔ]<lat. *paucu*), p. ex.[975];
- em francês metropolitano, a distribuição destes elementos pela Cabeça e pelo Operador da vogal apresenta maior variação (vd. exemplos como *premier* ([e]<lat. *primariu*), em que o elemento de tonalidade ocorre como Cabeça (/e/={I,A}) e *or* ([ɔ]<lat. *auru*), em que o elemento de tonalidade ocupa a posição de Operador (/ɔ/={A,U}))[976].

Estudando especificamente esta questão particular na formação do francês em comparação com outras línguas românicas e recorrendo à tipologia tradicional de processos assimilatórios que poderíamos encontrar, p. ex., em Carr (2008) e em Zsiga (2011), Angoujard (2003: 185ss.) distingue, nestes processos assimilatórios, entre processos de assimilação *incompleta* ou *não coalescente* (aqueles em que os dois vocoides se mantêm, no nível de superfície, como dois segmentos sucessivos) e processos de assimilação *completa* ou *coalescente*[977] (os que determinam que V_1 absorva V_2 totalmente, apagando-a completamente do nível de superfície). Segundo o autor, a assimilação coalescente seria o resultado histórico, numa fase posterior da diacronia linguística, da assimilação não coalescente. Interpretação semelhante, com

[975] Cf. Menéndez Pidal (1973: 44) para uma explicação histórica da formação destas vogais do espanhol a partir justamente de sequências originais /aI/ e /aU/, prevendo, no caso das primeiras, que a semivogal possa descender ainda de /k/ em coda no latim.

[976] O italiano, a este nível, apresenta um comportamento diferenciado, já que nesta língua (i) a sequência latina /aU/ sofre assimilação em casos como lat. *paupere*>it. *povero,* lat. *auru*>it. *oro* (mas não em lat. *lauru*>it. *lauro,* p. ex.), ao passo que (ii) /aI/, em geral, não sofre nenhum processo de coloração assimilatória, conforme demonstrado por evoluções fonéticas como lat. *februariu*>it. *febbraio.*

[977] «Coalescência» é o termo habitualmente utilizado na literatura fonológica para se referir a fusão completa de dois segmentos num só, em resultado de um processo de assimilação total – ou, nos termos de Carr (2008: 17, 29), «recíproca». («Reciprocal assimilation is also known as coalescence.» – Carr 2008: 17.) O termo não é aqui usado, portanto, na aceção em que alguns autores de linguística histórica o utilizam para fazerem referência à neutralização histórica de uma oposição com desaparecimento de um dos termos da oposição, integralmente substituído, na evolução diacrónica, por um termo «sobrevivente» (para uma utilização de «coalescência» nesta aceção, que não é a que aqui seguimos, veja-se, p. ex., o estudo de Penny (2013: 601–602) na parte em que se explica a perda de uma suposta oposição fonológica, no castelhano medieval, entre oclusivas sonoras não fricatizadas (descendentes das surdas latinas) e fricatizadas (descendentes das sonoras latinas), com prevalência das não fricatizadas e sobrevivência das fricatizadas como meros alofones das primeiras).

ligeiras diferenças terminológicas, é-nos oferecida para o português por Cintra (1958) e Teyssier (1990) e, para o espanhol, por Menéndez Pidal (1973). Com base na distinção entre assimilação coalescente e assimilação não coalescente, e sempre de acordo com Angoujard (2003), o francês seria categorizável como uma língua de assimilação coalescente a partir do século XI, data da monotongação de /aj/ (Angoujard 2003: 186)[978] .

Em (7), partindo de todos estes dados, propomos uma formalização dos processos de assimilação coalescente em que sequências historicamente descendentes da adjacência etimológica (*laicu*, *laite*) {V_1_/a/ ℘ V_2_VogalTonal} dão origem *a uma só vogal (tonal)*. Esta formalização aplicar-se-ia ao francês metropolitano contemporâneo, ao espanhol e a parte dos dialetos centro-meridionais do português europeu, nomeadamente, com uma diferença substancial entre estas línguas e variedades a que já acima fizemos alusão: em algumas, em que o resultado de superfície é uma vogal semiaberta, {A} ocupa a posição de Cabeça; noutras, em que o resultado de superfície é uma vogal semifechada, a Cabeça da vogal é {I} ou {U} ({I}, se V_2 original for /i/; {U}, se V_2 original for /u/). Os exemplos do quadro ilustram este tipo de assimilação coalescente. As formalizações apresentadas, para que possam ser aplicadas quer às línguas e variedades em que o resultado da coalescência é uma vogal semiaberta, quer àquelas em que o mesmo resultado é uma vogal semifechada, não apresentam qualquer distribuição rígida e fechada dos elementos {A, I, U} pelas posições de Cabeça e Operador do segmento.

(7) A assimilação coalescente como passo subsequente da coloração de V_1: francês metropolitano contemporâneo, espanhol e parte dos dialetos centro-meridionais do português europeu contemporâneo

1	→	2	
V1	V2	V1	~~V2~~
|	|	|	|
/a/	/i ∨ u/	/e o/	/i ∨ u/

[978] O autor debruça-se em exclusivo sobre a coalescência de /aj/ em /ɛ/, não mencionando a coalescência com vogais labiais. «La réalisation [fajt] répond à cette nécessité [=criação de uma posição prosódica herdeira de /k/ latino, em «fa<u>c</u>tu»] et la disparition de la diphtongue, à partir du XIe siècle, a été réalisée par coalescence […] [aj]→[ɛ] […]» (Angoujard 2003: 186).

Son={A} Son=∅ Ton=∅ Ton={I∨U}	Son={A} Ton={I∨U}
lat. lakte > fr. <lait> [lɛ] esp. <leche> [ˈlɛtʃɛ] port.c.-mer. (Centro-Interior) <leite> [ˈletɨ]	lat. auru > fr. <or> [ɔʁ] esp. <oro> [ˈɔɾɔ] port. c.-mer. <ouro> [ˈoɾu]

Ao contrário do francês metropolitano contemporâneo[979] e do espanhol, o português apresenta um comportamento misto no tocante ao processo de assimilação com coloração de V_1: nos dialetos setentrionais, ela seria não coalescente (vd. formalização e exemplos em (6)), ao passo que, nos dialetos centro-meridionais, ela seria coalescente nos casos de /aU/ e, nas variedades centro-interiores deste *continuum* dialetal, nos casos de /aI/ também (aplicando-se-lhes a formalização de (7)).

O quadro seguinte ((8)) reúne os dois tipos de assimilação aqui considerados – assimilação não coalescente e assimilação coalescente –, distribuindo-os por línguas diferentes e concebendo, na linha de Cintra (1958) e Teyssier (1990) para o português, Menéndez Pidal (1973) para o espanhol e Angoujard (2003) para o francês, *a assimilação coalescente como um passo historicamente posterior à não coalescente*. Conforme aí propomos, e no seguimento das observações anteriores, o português seria categorizável, em função dos dialetos que considerássemos, quer no grupo das línguas de assimilação não coalescente (dialetos setentrionais), quer no das línguas de assimilação coalescente (dialetos centro-meridionais, no caso de /aU/; no caso de /aI/, dialetos do Centro-Interior)[980].

(8) Da assimilação vocálica não coalescente à assimilação coalescente em francês (norma europeia padrão), em espanhol peninsular e nos principais blocos dialetais do português europeu contemporâneo.

[979] Nas variedades canadianas do francês, a realização fonética de ditongos decrescentes em algumas das palavras aqui exemplificadas permitiria incluir esta língua, como o português, no conjunto das línguas em que a assimilação conduz nuns dialetos à coalescência e noutros não. Dado que as características fonéticas e fonológicas e a origem histórica dos ditongos do francês do Quebeque apresentam particularidades (Martin 2002) que os diferenciam dos ditongos do português, esta questão não foi aqui aprofundada.

[980] Na variedade padronizada contemporânea de Lisboa, conforme já foi referido (vd. nota 9), o ditongo histórico [ej] é realizado sem monotongação e com centralização da vogal (como [ɐj], portanto).

1 → /V_1V_2/ (V_1Atonal ℘ V_2Tonal)	2 → COLORAÇÃO NÃO COALESCENTE (V_1Tonal ℘ V_2Tonal)	3 COLORAÇÃO COALESCENTE (V_1Tonal)
V_1 V_2 | | /a/ /i u/ Son={A} Son=∅ Ton=∅ Ton={IU}	V1 V2 | | /e o/ /i u/ Son={A} Son=∅ Ton={IU} ← Ton={IU}	V1 ~~V2~~ | | /e o/ /i u/ Son={A} Ton={IU}
lat. lakte > *lajte > fr. antigo <lait> [lajt]	lat. lakte > *lajte lat. auru > port. set. <leite> [ˈlejtɨ] port. set. <ouro> [ˈowɾu]	lat. lakte > *lajte lat. auru > fr. <lait> [lɛ] esp. <leche> [ˈlɛtʃɛ] port. c.-merid. <leite> [ˈletɨ] fr. <or> [ɔʁ] esp. <oro> [ˈɔɾɔ] port. c.-merid. <ouro> [ˈoɾu]

No quadro que acabamos de apresentar, não atribuímos, no caso da assimilação coalescente, posições fixas para os elementos de tonalidade na estrutura interna da vogal (ou seja, não se prevê que, em resultado da coalescência de V_1 e V_2, tais elementos tenham de se realizar como Cabeça *ou* como Operador), uma vez que, como vimos anteriormente (vd. (7)), essa distribuição variará de língua para língua. Refira-se também, relativamente a este quadro e à inscrição dos dialetos portugueses na modalidade de assimilação não coalescente ou coalescente, que foram contemplados exclusivamente os dialetos do português europeu contemporâneo, não sendo sido explicitamente consideradas as variedades não europeias da língua.

5. Conclusões e observações finais

No presente trabalho, foi nosso propósito aplicar os fundamentos da fonologia dos elementos, nomeadamente no que diz respeito à estrutura interna das vogais, à explicação dos fenómenos assimilatórios que dão origem a vogais tonais, como [e] e [o], a partir de uma vogal etimológica atonal /a/. As explicações propostas e desenvolvidas ao longo do estudo aplicam-se à realização dessas vogais:

- em ditongo (no caso das assimilações não coalescentes: lat. *lakte*>port. *leite* [ˈlejt̪i]; lat. *paucu*>port. *pouco* [ˈpowku]);
- ou em «monotongo» (no caso das assimilações coalescentes: lat. *lakte*>port. *leite* [ˈlet̪i]; lat. *paucu*>port. *pouco* [ˈpoku]).

Este processo, de passagem de /a/ original (antecedendo /I/ ou /U/) a [e] e [o], foi aqui apresentado como um processo de *coloração*, seguindo a proposta de Donegan [Miller] (1973), que parte igualmente de uma conceção «elementarista» das vogais e dos fenómenos vocálicos. Tal coloração é tida em conta, nas propostas que aqui apresentamos, como uma modalidade de *assimilação local regressiva entre vogais* (Kiparsky 1995, Carr 2008, Mattos e Silva 2008, Zsiga 2011).

Combinando uma conceção autossegmental dos elementos vocálicos com a descrição estrutural do fenómeno em si mesmo, propusemos então que esta assimilação vocálica, muito produtiva na história da língua, fosse descrita como a migração dos elementos de tonalidade ({I}, {U}) de uma V_2 /i/ ou /u/ para uma V_1 /a/ completamente desprovida de tais elementos, tendo-nos sido possível identificar este tipo de fenómeno noutras línguas também.

Embora tenhamos analisado sobretudo a importância diacrónica deste processo – hoje inativo, na maior parte dos dialetos do português, enquanto processo fonologicamente condicionado (isto é, enquanto processo motivado exclusivamente pela adjacência linear de vogais) –, foi observado o seu funcionamento na flexão verbal do português. A partir dessa observação, e corroborando interpretações encontradas em estudos anteriores (p. ex., Mateus e Andrade 2000), foi possível verificar que a AV que é o objeto central desta investigação mantém uma aplicação regular nos processos flexionais verbais do português, capaz de determinar uma série de variações alomórficas encontradas sobretudo nos verbos da primeira conjugação. Com efeito, à especificação da qualidade da última vogal de muitos morfemas flexionais verbais do português em termos dos elementos {A, I, U} parecem aplicar-se exatamente os mesmos mecanismos que julgamos ser possível identificar para o fenómeno fonológico mais geral de assimilação/coloração que deu origem, historicamente, a um grande número de ditongos [ej] e [ow] em estádios anteriores do português, independentemente de variáveis morfossintáticas. Esta observação leva-nos a considerar que o processo de assimilação vocálica aqui descrito não se encontra

totalmente desativado em português: embora, como fenómeno fonologicamente motivado apenas pela ordem linear das vogais, ela já não impeça formas como *l<u>ai</u>co* ou *dinoss<u>au</u>ro* (sem coloração assimilatória de V_1), a AV continua a explicar muitas variações alomórficas da flexão verbal do português. Qualquer explicação dos mecanismos flexionais verbais desta língua ficará, a nosso ver, insuficientemente concluída se não for feita uma referência detalhada a estes mesmos processos assimilatórios. Por outras palavras: a explicação da produção de formas como *am<u>e</u>i* e am<u>o</u>u só se tornará completamente satisfatória e adequada se a especificação fonética da VT dessas mesmas formas for explicitamente relacionada com a AV coloratória nos termos descritos ao longo do trabalho e com a importância que este processo teve, pelo menos em dadas fases da história da língua, na formação dos ditongos encontrados nessas mesmas formas verbais.

A um nível mais teórico, salientaremos que, perante a argumentação desenvolvida ao longo do trabalho, considerando as análises dos dados linguísticos apresentadas e relevando as propostas de formalização que propusemos, um modelo da estrutura interna das vogais como o que nos é fornecido pela fonologia dos elementos nos parece suficientemente potente e adequado para descrever não só o inventário vocálico da língua, mas também um conjunto de processos vocálicos como a AV de que aqui nos ocupámos. Baseado num conjunto de primitivos muito reduzido e foneticamente motivado, divididos entre elementos de sonoridade e elementos de tonalidade (com comportamentos diferentes), tal modelo revela-se efetivamente muito apropriado para uma descrição cabal de diversos fenómenos históricos e ainda para a comparação entre línguas e variedades de línguas, conforme tentámos demonstrar na secção 4 do texto.

Pensamos, assim, ter demonstrado o interesse deste tipo de abordagem para uma interpretação mais agregadora que permite combinar (i) dados fonológicos e morfológicos, (ii) línguas e variedades de língua diferentes e, finalmente, (iii) diacronia e sincronia.

PRINCIPAIS SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E CONVENÇÕES
∨=Ou (disjunção lógica)
℘=precede imediatamente
∅=zero
AV=assimilação vocálica
CondSimp=Condicional Simples
esp.=espanhol
FE=Fonologia dos Elementos
fr.=francês metropolitano contemporâneo
ing.=inglês
it.=italiano
lat. cl.=latim clássico
lat.=latim
MNP=Morfema Número-Pessoal
P1=1ª pessoa do singular
P3=3ª pessoa do singular
P5= 2ª pessoal do plural
PC=português contemporâneo
PM=português medieval
PMod.=português moderno
port. c.-mer.=português europeu, dialetos centro-meridionais
port. set.=português europeu, dialetos setentrionais
port.=português
PretImpInd=Pretérito Imperfeito do Indicativo
PretPerfInd=Pretérito Perfeito Simples do Indicativo
Son=Sonoridade
21
TMA=Morfema de Tempo-Modo-Aspeto
Ton=Tonalidade
V1=Primeira vogal de uma sequência de duas vogais adjacentes
V2=Segunda vogal de uma sequência de duas vogais adjacentes
VT=Vogal Temática

Referências

Anderson, J. M. e C. J. Ewen. 1987. *Principles of dependency phonology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Angoujard, Jean-Pierre. 2003. «Phonologie et diachronie». *In Phonologie: Champs et perspectives*, ed. Jean-Pierre Angoujard e Sophie Wauquier-Gravelines, 173–194. Lyon: ENS Editions.

Angoujard, Jean-Pierre. 2006. *Phonologie déclarative*. Paris: CNRS.

Backley, Philip. 2011. *An Introduction to Element Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Barros Ferreira, Manuela, Ernestina Carrilho, Maria Lobo, João Saramago e Luísa Segura da Cruz. 1996. «Variação linguística: perspectiva dialectológica». *In Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, ed. Isabel Hub Faria, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte, e Carlos A. M. Gouveia, 477–502. Lisboa: Caminho.

Boltanski, Jean-Elie. 1999. *Nouvelles directions en phonologie*. Paris: Presses Universitaires de France.

Brandão de Carvalho, Joaquim, Noël Nguyen e Sophie Wauquier. 2010. *Comprendre la phonologie*. Paris: Presses Universitaires de France.

Brandão de Carvalho, Joaquim. 1993. «De quoi sont faites les voyelles? Phonologie tridimensionnelle des particules et harmonie vocalique». *In De natura sonorum: Essais de phonologie*, ed. Bernard Laks, e Marc Plénat, 65–100. Vincennes: Presses Universitaires de Vincennes.

Brandão de Carvalho, Joaquim. 2011. «Contrastive hierarchies, privative features, and Portuguese vowels». *Linguística* 6(1): 51–66.

Carr, Philip. 2008. *A Glossary of Phonology*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Castro, Ivo. 1991. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Cintra, Luís F. Lindley. 1958. «Os ditongos decrescentes *ou* e *ei*: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico». *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*, 115–134. Rio de Janeiro RJ: Ministério da Educação e Cultura.

Cintra, Luís F. Lindley. 1971. «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses». *Boletim de Filologia* XXII: 81–116.

Crosswhite, K. M. 2004. «Vowel reduction». *In Phonetically Based Phonology*, ed. B. Hayes *et al*., 191–231. Cambridge: Cambridge University Press.

Donegan [Miller], P. 1973. «Bleaching and Coloring». *In Papers from the Ninth Regional Meeting*, 386–397. Chicago IL: Chicago Linguistic Society.

Durand, Jacques. 2005. «Les primitives phonologiques: des traits distinctifs aux éléments». *In Phonologie et phonétique: Forme et substance*, ed. N. Nguyen, S. Wauquier-Gravelines e J. Durand, 63–89. Paris: Hermès.

Glessgen, Martin-Dietrich. 2007. *Linguistique romane. Domaines et méthodes en linguistique française et romane*. Paris: Armand Colin.

Harris, J. 2005. «Vowel reduction as information loss». In *Headhood, Elements, Specification and Contrastivity*, ed. P. Carr *et al*., 119–132. Amsterdam: John Benjamins.

Kaye, Jonathan, Jean Lowenstamm e Jean-Roger Vergnaud. 1985. «The internal structure of phonological elements: a theory of charm and government». *Phonology Yearbook* 2: 305–328.

Kaye, Jonathan. 1990. «The strange vowel sets of charm theory: the question from top to bottom». *Journal of Linguistics* 26: 176–177.

Kiparsky, Paul. 1995. «The Phonological Basis of Sound Change». *In The Handbook of Phonological Theory*, ed. John A. Goldsmith, 640–670. Cambridge MA: Blackwell.

Lass, Roger. 1984. *Phonology: An introduction to basic concepts*. Cambridge: Cambridge University Press.

Maia, Clarinda de Azevedo. 1986. *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: INIC.

Marquilhas, Rita. 1991. «Estrutura e evolução do latim vulgar». *In Curso de História da Língua Portuguesa*, Ivo Castro, 104–118. Lisboa: Universidade Aberta.

Martin, Pierre. 2002. «Le système vocalique du français du Québec. De l'acoustique à la phonologie». *La linguistique* 38(2): 71–88.

Mateus, Maria Helena Mira *et al*. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.ª ed. Lisboa: Caminho.

Mateus, Maria Helena Mira. 1982. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: INIC.

Mateus, Maria Helena e Ernesto Andrade. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2008. *O Português Arcaico. Uma Aproximação. Volume II. Sintaxe e fonologia*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2013. «O Português do Brasil». *In Gramática do Português*, ed. Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes, I, 143–154. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Menéndez Pidal, R. 1973. Manual de Gramática Histórica Española. 14.ª ed. Madrid: Espasa-Calpe.

Neto, Serafim da Silva. 1988. *História da Língua Portuguesa*. 5.ª ed. Rio de Janeiro RJ: Presença.

Nunes, José Joaquim. 1956. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. 5.ª ed. Lisboa: Livraria Clássica.

Penny, Ralph. 2013. «Evolución lingüística en la baja edad media: Evoluciones en el plano fonético». *In Historia de la Lengua Española*, ed. Rafael Cano, 593–612. Barcelona: Ariel.

Schane, Sanford A. 1984. «The Fundamentals of Particle Phonology». *Phonology Yearbook* 1: 129–155.

Scheer, Tobias. 1998. «La structure interne des consonnes». *In Langues et Grammaire (II-III): Phonologie*, ed. Patrick Sauzet, 141–172. Saint Denis: Université de Paris 8.

Scobbie, J. M., J. S. Coleman e S. Bird. 1996. «Key Aspects of Declarative Phonology». *In Current Trends in Phonology: Models and Methods*, ed. J. Durand e B. Laks, II, 685–709. Manchester: ESRI/University of Salford.

Segura, Luísa. 2013. «Variedades dialetais do português europeu». *In Gramática do Português*, ed. Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes, I, 83–142. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Teyssier, Paul. 1990. *História da Língua Portuguesa*. 4.ª ed. Traduzido por Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa.

Van Der Hulst, Harry. 1989. «Atoms of Segmental Structure: Components, Gestures and Dependency». *Phonology* 6(2): 253–284.

Vázquez Cuesta, Pilar e Maria Albertina Mendes da Luz. 1971. *Gramática da Língua Portuguesa.* Lisboa: Edições 70.

Veloso, João. 2012. «Vogais centrais do português europeu contemporâneo: Uma proposta de análise à luz da fonologia dos elementos». *Letras de Hoje* 47(3): 234–243.

Veloso, João. 2013. «Redução do vocalismo átono do português europeu contemporâneo: Assimetria dos elementos de tonalidade e interação entre diversos tipos de redução vocálica». *In Textos Selecionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 655–672. Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística.

Veloso, João. 2016. «O sistema vocálico e a redução e neutralização das vogais átonas em português europeu contemporâneo». *In Manual de Linguística Portuguesa*, ed. Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, 636–662. Berlin: De Gruyter.

Veloso, João. 2017. «Monossílabos CV do português: leves e degenerados? Sonoridade vocálica e iteração de elementos na atribuição de peso e na preservação da minimalidade em português». *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*.

Zsiga, Elizabeth C. 2011. «Local Assimilation». *In The Blackwell Companion to Phonology. Volume III. Phonological Processes*, ed. Marc Van Oostendorp, Colin J. Ewen, Elizabeth Hume e Keren Rice, 1919–1944. Malden MA: Wiley-Blackwell.

59. O léxico patrimonial no quinhentismo português

Fernando Venâncio

Universiteit Amsterdam

Através do exame de vários sectores do léxico (adjectivos, verbos, deverbais regressivos), estuda-se o comportamento de autores portugueses do século XVI em matéria patrimonial. Procede-se à identificação dos adjectivos autóctones documentados desde o início da escrita em romance, especificando quer os que pertencem também ao léxico normativo galego, quer os exclusivos do português. No panorama quinhentista, destacam-se, com numerosas estreias vernáculas, os dramaturgos Gil Vicente e Jorge Ferreira de Vasconcelos, que reactivam e ampliam a documentação do léxico hereditário. Regista-se, em forte contraste, o escasso contributo vernacular de Luís de Camões e, algo paradoxalmente, de autores conotados com a «defesa» do idioma.

Palavras-chave: léxico patrimonial, continuidade, galego, português, Camões.

O estudo histórico do nosso idioma apresenta tradicionalmente duas falhas notórias: dá-se diminuta atenção ao *léxico* e é fraca também a percepção da *continuidade* dos materiais.

Estudam-se intensivamente, e bem, a fonologia, a morfologia e alguma sintaxe, mas uma História do Léxico português não foi, até hoje, além de exames pontuais. Citem-se dois estudos centrados no panorama oitocentista: o de Mário Vilela (1980) e o de Telmo Verdelho (1981). Sublinhem-se, igualmente, o labor lexicológico de Telmo Verdelho e João Paulo Silvestre (2007), a edição de ambos da *Ortografia* de Madureira Feijó (2008), assim como diversos estudos de Maria Filomena Gonçalves (2005, 2007). De algum exame histórico *material* ocuparam-se o alemão Joseph M. Piel e o austríaco Dieter Messner, assim como os autores da *História da Língua Portuguesa* em seis pequenos volumes da Editora Ática, São Paulo, aparecidos em 1987 e 1988. Rotineiramente, os historiadores do idioma copiam e recopiam dados avulsos que não verificaram. Em suma: o estudo sistemático do nosso acervo histórico vocabular continua largamente por fazer.

Entretanto, mesmo os domínios gramaticais acima referidos são habitualmente examinados sob a perspectiva da *mudança*, quase nunca sob a da *continuidade*. Nos melhores casos, atenta-se também na *variação*, ou na *elaboração* e *estandardização* do idioma. Eloquente é, neste particular, Clarinda Maia, quando evoca «o estudo da História da Língua Portuguesa, cujo *objectivo* é a descrição e a explicação da *mudança* sofrida pela nossa língua», ou ainda quando refere «a natureza da *mudança* linguística, questão que constitui o *centro* de toda a investigação histórico-linguística» (Maia 1995: 37, destaques meus).

Concedido: os *traços* fonológicos e morfológicos, naturalmente movediços, permitem contar melhor a História. Mas verdade é, também, que o exame dos *materiais*, por mais estáveis, geraria efeitos de profundidade e poria em evidência as continuidades e permanências que dão coesão e sentido aos demais processos.

Ao inscrever-se numa ainda só almejada História do Léxico Português, o presente estudo assume o seu carácter pioneiro, com os riscos inerentes. Agradecem-se pois, desde já, toda a informação adicional e a correcção de eventuais lapsos.

Observações metodológicas

1. Entende-se aqui por *léxico patrimonial* o fundo vocabular hereditário, isto é, o conjunto de materiais vocabulares exclusivos do idioma. Trata-se quer de criações autóctones, mormente obtidas por derivação de vocábulos patrimoniais ou não, quer de latinismos chegados por via popular. Não são, pois, tidos aqui em conta os *cultismos* e *semicultismos* de origem latina, mesmo quando de remota data, como *arguto* (<ARGUTU-), *infindo* (<INFINITU-) ou *serôdio* (<SEROTINU-).

2. Procedeu-se à identificação tendencialmente exaustiva do léxico patrimonial *adjectival* até 1600, recolhendo quer os materiais que perduraram quer os que não sobreviveram. Reconheça-se, de passagem, alguma tautologia nisso. Com efeito, foi a maior ou menor relevância de determinado léxico numa época tornada «clássica» e «exemplar» o que condicionou a sobrevivência dele. Nesse conjunto histórico, distinguimos os adjectivos que fazem parte do actual léxico normativo galego (sendo referência o *Dicionario* da Real Academia Galega ou o *Dicionario Xerais*) e os que hoje só constam do português (sendo referência o *Dicionário Eletrônico Houaiss*).

Importa-nos, em ambos os casos, o vocabulário efectivamente corrente, estando matérias dialectológicas fora do escopo deste estudo. Insista-se no carácter «normativo» do léxico galego de referência, que não inclui certos vocábulos de razoável circulação, como *amaldizoado* / *maldizoado* ou *doudo* / *doido*.

3. A informação lexical *galega* é fundamental: ela actua como «máquina do tempo», evidenciando maior antiguidade em vocábulos de tardia documentação portuguesa. Sejam exemplo disto *idoso*, *rabugento* e *tolo*, encontráveis em Gil Vicente, ou *acanhado*, *corriqueiro* e *destemido*, testemunhados no teatro (1547-1555) de Jorge Ferreira de Vasconcelos. Por isso, quando aqui se utilizarem os termos *autóctone*, *vernáculo* ou *hereditário*, será como sinónimos de *patrimonial*, sendo igualmente aplicáveis ao galego naquilo em que ele e o português coincidem. Vinque-se, porém, que a perspectiva aqui adoptada será sempre a portuguesa. Assim, não terão, neste contexto, nenhum papel os materiais galegos exclusivos. Por outro lado, uma «máquina do tempo» portuguesa também funciona para o léxico galego. Como lembra Sánchez Rei (2005: 618), «moitos dos fenómenos proscritos polos autores portugueses continuaron a vigorar en Galiza e mesmo algúns deles son, na actualidade, habituais inclusive na variedade padrón». É um facto particularmente visível nas *Ortografias* dos doutrinários de Setecentos, sobretudo Madureira Feijó e Luís do Monte Carmelo. Algumas das suas «recusas» são outras tantas datações galegas. Pode, mesmo, conceber-se que um léxico que hoje só perdura em Portugal tenha sido um dia compartilhado com a Galiza, sem que disso reste documentação. Como o exprime Dubert-García (2017: 52), «Nos textos escritos medievais [...] ó mellor faltan formas galegas populares que non chegaron a ser nunca recollidas nos textos escritos, ou só foron recollidas de forma anecdótica, por estaren socialmente estigmatizadas». O mesmo sucedeu, de resto, em Portugal, onde, como acima referido, materiais vernáculos comuns a português e galego, e de indesmentível fabrico medieval, só aparecerão documentados no teatro quinhentista.

4. A abundância do vocabulário ainda hoje *comum* ao galego e ao português correntes é, em si mesma, notável, após quase 900 anos de separação política. Uma primeira explicação: muito desse acervo é original galego, chegado na vasta herança

linguística de que o Reino de Portugal foi beneficiário. Outros materiais, porém, terão sido objecto de uma transfusão, através dos séculos, entre os léxicos já autónomos galego e português. Dois cenários cumulativos se desenham aqui: o de um intercâmbio fronteiriço e o de um intercâmbio migratório. Justificam o cenário *fronteiriço* os múltiplos contactos, até cerca de 1400, entre os dois territórios, estimulados tanto por uma organização eclesiástica que ignorava a fronteira política como pelos íntimos relacionamentos da nobreza a norte e sul do Minho. E era a classe nobre medieval quem, mais que as cortes reais, fazia do idioma um projecto político. Como escreve Miranda (2012): «A instituição do galego-português como *língua do poder de grandes grupos senhoriais* em fase de afirmação própria acabou por se tornar uma convenção plenamente assumida e compreendida ao longo de todo o século XIII, se não mesmo para além dos limites deste século» (destaque meu). Entretanto, e durante séculos, a situação linguística na Galiza mantinha-se estável. «Cando se aproxima o comezo do século XV, pódese afirmar que Galicia é monolingüe en galego, excluído tan só algún membro da alta xerarquía eclesiástica procedente de fóra do país» (López Carreira 2016). Por seu lado, um secular intercâmbio linguístico de tipo *migratório* é (embora falhem dados verificáveis) objectivamente admissível, dada a permanência em Portugal, sobretudo a partir do século XVIII, em ocupações remuneradas, de dezenas de milhares de galegos, que introduziriam no país de acolhimento elementos dum léxico até então só galego, e que, regressados, comunicariam à cidadania galega materiais duma fala que se conservava só portuguesa.

5. A escolha do Quinhentismo para objecto de exame conduz, naturalmente, a estabelecer 1600 como termo *ad quem*. Este corte cronológico não é, deve dizer-se, inteiramente arbitrário. Por essa altura, estão finalmente impressos Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, António Ferreira, Lucena, assim como o essencial de Luís Fróis, quinhentista a vários títulos central para a história do nosso léxico. Também nesse ano está redigida, sabemos, a *Origem da língua portuguesa* (1606) de Duarte Nunes de Leão.

6. Examinaremos com especial detenção o comportamento de Luís de Camões na área do léxico patrimonial, revelador de escasso empenho nele. Importa, contudo, e

desde já, não projectar sobre os autores quinhentistas uma informação lexical que, na realidade, é só nossa. Com efeito, nem todo o léxico hereditário, longe disso, se achava *disponível* na enciclopédica do escrevente de Quinhentos. Dito doutro modo: uma era a factual memória lexical no período em apreço, outra é a memória cumulativa hoje identificável. Advirta-se, para mais, que o único instrumento lexicográfico português acessível no século, o *Dictionarium latinolusitanicum & vice versa lusitanicolatinum*, de Jerónimo Cardoso (1569-1570), além de estruturalmente dependente do castelhano Nebrija, é lexicalmente pobre, não incluindo um vasto vocabulário patrimonial com documentação anterior a 1500. Citem-se, entre outras ausências, os adjectivos *afeiçoado*, *brejeiro*, *caridoso*, *cheiroso*, *comezinho*, *desafeito*, *devasso*, *doentio*, *esfaimado*, *ferrugento*, *jeitoso*, *macio*, *medonho*, *nevoento*, *palavroso*, *possante*, *saudoso/soidoso*, *sobranceiro*. Seja lembrado, também, que o acesso a obras literárias anteriores à imprensa era então limitadíssimo, sendo a própria existência de bastantes delas simplesmente desconhecida. Com tudo isto, a abissal diferença do desempenho lexical vernáculo de Camões face ao de contemporâneos, com destaque para os citados dramaturgos Gil Vicente e Ferreira de Vasconcelos, é patente, e dificilmente explicável em termos de «disponibilidade».

7. Evite-se, ainda assim, um erro epistemológico, que consistiria em supor que o escrevente comum português estava ciente do cariz patrimonial, isto é, da *exclusividade autóctone* de dado vocabulário seu conhecido. Em nenhuma época isto vale, e menos ainda numa altura, como é o século XVI, em que esse tipo de informação era precário, quando sequer o houvesse. Ilustram-no o uso de um pseudo-castelhano, ou «lusismos» indevidos, imiscuindo-se em textos de autores portugueses no idioma vizinho.

8. Uma advertência, também, para duas *distorções estatísticas*. Privilegiando o sector do adjectivo, postula-se a sua suficiente *representatividade* para o conjunto do léxico. Os resultados da observação de dois outros sectores, o dos verbos e o dos deverbais regressivos, ao descreverem cenários largamente sobreponíveis ao adjectival, vêm atenuar apreciavelmente um efeito distorcivo. Também a fixação na *primeira ocorrência documental* dos vocábulos, na sua «estreia», pode perturbar uma

justa visão dos dados. Mas atente-se, desde já, no sobreaviso de Benozzo (2007: 17) sobre um «respecto fetichístico» pela primeira documentação: mais do que uma certidão de nascimento dum fenómeno, ela fornece a prova da sua circulação. A verdade é que só uma conjugação dessas datações com os factuais índices de frequência faria inteira justiça a autores de nítida índole vernácula, mas pouco inovativos em matéria lexical, como Bernardim Ribeiro ou Fernão Mendes Pinto. O presente exercício é, no fundo, um descoroçoante exame de verbetes. Ainda assim, os contrastes de presenças e ausências adiante avançados redundam em informação estatisticamente relevante.

Adjectivos patrimoniais anteriores a 1500

Até 1500, foram documentados 61 adjectivos ainda hoje correntes em galego e em português, e seus exclusivos. São eles:

> *abelhudo, afastado, afeiçoado, afoito/afouto, aleijado, amargurado, arrepiado, aturado, calaceiro, caridoso, cheiroso, corredio, derreado, desafeito, despido, desprezível, doentio, dorminhoco, emproado, encapelado, enojado, enrouquecido, esbaforido, esbulhado, escorregadiço/escorregadio, escumoso, espalhado, esquecido, estarrecido, fechado, fedorento, ferrugento, friorento, gabador, gaiteiro, jeitoso, lamoso, lixoso, louvaminheiro, macio, maninho, medonho, mexiriqueiro, mindinho, mirrado, morno, murcho, palavroso, peçonhento, pejado, pequeninho, podre, revoltado, salgado, sandeu, saudoso, soalheiro, sobranceiro, varado, vezeiro, vindoiro/vindouro*

Do mesmo período datam os seguintes 54 adjectivos, considerados exclusivos do português:

> *abalado, açodado, alcandorado, amaldiçoado, apodrentado, apressado, aquecido, arrumado, arteiroso, atoladiço, atordoado, azado, bicudo, bolorento, brejeiro, cabeludo, canhoto, carecido, comezinho, convinhável, costumeiro, degredado, desapossado, desprezível, devasso, doido/doudo, dorminhoco, engelhado, esfaimado, espalmado, estranhável, faceiro, franzido, fugidiço, invernoso, iroso, malcheiroso, milhento, nevoento, palreiro, peco, possante, poupado, prendado, prestes, remediado, rendoso, roaz, sáfaro, somenos, useiro, valedio, verdoengo*

Por prurido metodológico, ficaram excluídos destas listagens aqueles adjectivos que posteriormente passaram ao castelhano, e portanto não se mantiveram «exclusivos». Chamamos-lhes *lusismos*, sendo contudo provável que bastantes dos

também galegos tenham sido adoptados na Meseta a partir dele, e sejam portanto *galeguismos*. Para uma pormenorizada exposição desta matéria (Venâncio 2017).

Dos documentados no nosso período e aceites também pela lexicografia galega, mencionem-se em castelhano *cabelludo*, *desasosegado*, *despejado* e *friolento*. Acrescentem-se *embozado* (de *embuçado*), *enfadado* e *mimoso*, de lexicografia só portuguesa. A ausência de *mimoso* nos recursos galegos de referência, não obstante a sua real frequência (o TILG cita 297 ocorrências em 140 textos diferentes), pode dever-se a ser encarado como castelhanismo a evitar.

Adjectivos patrimoniais documentados entre 1500 e 1600

Também o século de Quinhentos oferece abundante documentação de formas próprias. Como as anteriores, elas ocupam sobretudo áreas de tipo informal. Mas a formalidade encontra-se bem representada, com derivações tanto de materiais não exclusivos (como *cansativo*, *enfadonho*, *interesseiro*, *opiniático*, *prestadio*) como de bases já vernaculares (sejam exemplo *destemido*, de *destemer*, *lampeiro*, de *lampo*, *enviesado*, de *enviesar*, e este de *viés*).

Alistam-se primeiramente alguns autores importantes e distingue-se novamente entre 1. também galego e 2. só português.

Gil Vicente
1. *afoitado/afoutado*, *idoso*, *rabugento*, *rente*, *sorrateiro*, *tolo*
2. *austinado*, *brigoso*, *desenfadadiço*, *marchetado*, *rouquenho*

Sá de Miranda
1. *tristonho*
2. *achacadiço*, *ajuizado*

João de Barros
1. *nojento*, *rixoso*
2. *desnecessário*

Jorge Ferreira de Vasconcelos
1. *acanhado*, *amuado*, *carrancudo*, *corriqueiro*, *delambido*, *destemido*, *enfadonho*, *esgrouviado*, *fragueiro*, *interesseiro*, *ninhego* (‘retirado do ninho’)
2. *aprimorado*, *arrebicado*, *assomado* (‘raivoso’), *birrento*, *cansativo*, *desamorável*, *desasado*, *desengraçado*, *deslustroso*, *desumano*, *engraçado*, *escarninho*, *esgalgado*, *fastiento*, *gorado*, *madraço* (‘preguiçoso’), *meiguiceiro*, *opiniático*, *praguento* (‘maldizente’), *prestadio*, *respeitador*, *sôfrego*

António Ferreira
2. *doudarrão*, *mal-assombrado*

Luís Fróis
1. *afervorado*
2. *figadal*, *penhorado* (‘agradecido’), *plaino* (‘plano’), *precatado*

Restantes autores
1. *abafadiço*, *achadiço*, *agourento/agoirento*, *alcoviteiro*, *alvacento*, *apavorado*, *avaliador*, *barrento*, *bicudo*, *carunchoso*, *conchegado*, *desleixado*, *esbugalhado*, *fanhoso*, *ferrenho*, *lampeiro*, *mouco*, *roufenho*, *sabichão*
2. *abençoado*, *acautelado*, *afrontoso*, *alcatifado*, *anafado*, *areento*, *arruado*, *assente*, *atabalhoado*, *azarento*, *bochechudo*, *bojudo*, *brigão*, *brônzeo*, *calmoso*, *cinzento*, *comichoso*, *definhado*, *deliciado*, *desafrontado*, *desinquieto*, *dobradiço*, *empanturrado*, *empoado*, *enfunado*, *entalado*, *entanguido* (‘tolhido de frio’), *enviesado*, *esburacado*, *esconso*, *esgazeado*, *estourado*, *fujão*, *íngreme*, *lambareiro*, *patife*, *polpudo*, *vaganau* (‘vagabundo’)

O caso de *íngreme* é peculiar. No entender de Corominas e de J. P. Machado, tratar-se-ia dum germanismo (de **ingrimjis* ‘terrível’). Some-se a isto ser ele, sob a forma *íngrimo*, *íngrima*, um lusismo com circulação na América hispânica.

Lusismos adjectivais castelhanos deste período são *calmoso*, *escotero* (de *escoteiro* ‘ágil’), *felpudo*, *pasmoso*, e ainda *criollo* e *mascabado*, os únicos reconhecidos pelo DRAE.

Vários outros adjectivos com documentação no século XVI não lograram sobreviver nos usos do idioma. Citem-se *abeborado* (‘murcho’), *açacalado* (‘luzidio’), *altiperno*, *boquicheio*, *desafiuzado*, *encrudado* (‘cruel’), *frascário/frasqueiro* (‘libertino’), *gamenho* (‘vadio’), *reboto* (‘embotado’), *sabichoso*, *sengo* (‘sisudo’), *sotrancão* (‘dissimulado’), *tamanino* (‘pequenino’), *tavanês* (‘turbulento’), *tençoeiro* (‘mal-intencionado’), *testudo*, *treçado* (‘cruzado’).

Pela sua notória quantidade, destacam-se aqueles encontráveis em dois autores:

Jorge Ferreira de Vasconcelos
ataimado (‘matreiro’), *bajoujo* (‘enamorado, baboso’), *casquicheio* (‘presunçoso’), *desaventurável* (‘desventurado’), *enxarondo* (‘insípido’), *enxovedo* (‘idiota’), *inventativo*, *refolhado* (‘dissimulado’), *tredo* (‘traiçoeiro’), *vidrento* (‘melindroso’)

António Ferreira
endoado (‘dolorido’), *fugidiço*, *mansarrão* (‘pachorrento’), *palreiro*, *pechoso* (‘obstinado, quezilento’), *refolhado* (‘dissimulador’), *tençoeiro* (‘mal-intencionado’)

Este cenário suscita algumas reflexões. Seria, com efeito, demonstrador de coerência que os críticos do bilinguismo luso-castelhano quinhentista – como Fernão de Oliveira ou António Ferreira – fossem, eles próprios, impulsionadores duma

genuinidade portuguesa. Não é o caso, porém. Os dois sinceros patriotas revelam-se, na materialidade da escrita, simples cumpridores da normalidade estabelecida. Em contrapartida, alguns dos escritores mais sistematicamente castelhanizantes – como Gil Vicente e Ferreira de Vasconcelos – são, exactamente, os maiores difusores dum léxico autóctone.

Ferreira, tanto pelos escassos materiais perduráveis que estreou como pela nítida opção por outros já então arcaizantes, está longe de provar-se aquele «paladino do idioma» que a posteridade erigiu, embalada nos desassombrados versos dos *Poemas lusitanos* («Floresça, fale, cante, oiça-se e viva / a portuguesa língua, e já onde for, / senhora vá de si, soberba e altiva!») e no empenho em exprimir-se só em português, contra os castelhanizantes que explicitamente confronta. O seu léxico poético é, ele próprio, repetitivo e predominantemente convencional. O mesmo vale para outro estrénuo defensor do idioma, o coevo gramático Fernão de Oliveira, cujos escritos históricos ou de estratégia militar não brilham pelo cultivo, menos ainda pela criatividade, vocabulares.

A obra do bilinguista Jorge Ferreira de Vasconcelos apresenta-se como a denúncia perfeita desse projecto estreitamente nacionalizante. Na esteira de Gil Vicente, abundam nessa obra tanto um extenso léxico autóctone, que aí entra de rompão na escrita portuguesa, como um número apreciável de novos castelhanismos. Tudo indica que tanto a inovação vernacular como a inovação por empréstimo se articulam num mesmo *investimento* expressional. É um cenário histórico consistente, que vai repetir-se em Fialho de Almeida e Aquilino Ribeiro (Venâncio 2014a), em José Saramago (Venâncio 2014b) e provavelmente também em António Vieira. Excepção notável é, de facto, Luís de Camões, cujo papel estudaremos agora em pormenor. Nesta pesquisa, foi de insuperável valia a *Concordância da Obra Toda*, de Telmo Verdelho (2012).

Camões e o léxico patrimonial

Os Lusíadas (1572), de Luís de Camões, contêm 735 adjectivos diferentes. É um número absoluto, que só ganharia verdadeiro significado num confronto com obras coevas comparáveis. Mas a impressão é a de uma assinalável variedade.

Essa impressão ganha consistência num paralelo, parcial embora, com outra epopeia quinhentista, de dimensões semelhantes, *O Naufrágio de Sepúlveda* (1594),

de Jerónimo Corte-Real. Em ambas se contabilizaram e compararam 14 adjectivos de grande frequência, com os resultados abaixo mencionados. A primeira quantidade pertence aos *Lusíadas*, a segunda a *Sepúlveda*.

Um primeiro grupo de 6 adjectivos muito frequentes apresenta contagens globalmente cotejáveis: *fermoso* 49 - 64; *ardente* 39 - 26; *famoso* 36 - 29; *poderoso* 14 - 17; *valeroso* 14 - 14; *furioso* 12 - 20.

Mas 8 outros adjectivos muito frequentes em *Sepúlveda* têm nos *Lusíadas* representação comparativamente ínfima: *grosso* 4 - 41; *espantoso* 1 - 40, *confuso* 6 - 30; *rigoroso* 3 - 22; *funesto* 0 - 19; *horrível* 0 - 16; *esforçado* 3 - 14; *fragoso* 1 - 12.

Não podem, obviamente, comparar-se o valor absoluto dos adjectivos nos *Lusíadas* e estes cômputos de cariz relativo. Mas um e outros parecem sugerir a particular variedade da adjectivação camoniana. Isto tem directa relevância na presente exposição, ao vincar o modesto contributo do grande Épico para o léxico hereditário.

Examinemos, primeiramente, os adjectivos patrimoniais *usados* por Camões na epopeia, na lírica e no teatro. No primeiro grupo, sublinham-se as formas que figuram também num dos dois outros.

> Lusíadas
> *acautelado, afastado, afeiçoado, apressado, cheiroso, derradeiro, despido, doudo, enrouquecido, espalhado, esquecido, iroso, macio, medonho, marchetado, podre, possante, prestes, saudoso*
>
> Lírica
> *afouto, bonançoso, desasado, enfadonho, mavioso, peçonhento, tristonho*
>
> Teatro
> *abalado, fragueiro, madraço, morno, peco, praguento*

Não pode, nem deve, atribuir-se decisivo significado a estas quantidades, já que, como lembrado acima, nenhum autor do período tinha conhecimento da totalidade, ou sequer da maioria, do léxico autóctone, quer o contemporâneo quer o precedente.

Facto é que, na área das *estreias* patrimoniais, tudo se resume a um único adjectivo: *insofrido*. Encontra-se ele nos *Lusíadas*, em «estas ondas insofridas» (V. 43), isto é, 'ainda não navegadas', sendo o significado actual 'impaciente'. É um cenário improvável, num universo pessoal superior às sete centenas de adjectivações. O contraste com assinaláveis exploradores do léxico adjectival autóctone, como Gil Vicente e Ferreira de Vasconcelos, não poderia ser maior.

Pode objectar-se não ser legítimo comparar a hierática linguagem da poesia, e mormente da epopeia, com a genérica informalidade da expressão teatral, estimuladora de soluções vernáculas. Assim é. Mas não só Camões foi, ele também, autor de peças teatrais, onde houve recurso a materiais do património, como era o próprio léxico vernáculo a fornecer (vimo-lo acima) exemplos de patente formalidade, convidativos a novos enriquecimentos, decerto para um autor de tão comprovada versatilidade. Dito doutro modo: é a própria exuberância do léxico adjectival camoniano que evidencia o drástico *desinvestimento* no sector patrimonial.

Comportamentos camonianos no terreno do *verbo* vêm confirmar essa opção do autor, por inconsciente que ela tenha sido. Na obra total de Camões, encontramos 68 verbos vernaculares. Seja anotado que 25 deles não constam do *Dicionário* de Cardoso.

> *abalar, abranger, acenar, achar, afeiçoar, afoutar-se, agastar, alumiar, amortecer, apressar, aquentar, arremessar, arrenegar, arrepiar, assobiar, assobradar, atear, atirar, aviventar, borrifar, bradar, bugiar, cheirar, cingir, constranger, degredar, deitar, dependurar, desapossar, desimpedir, despir, devassar, duvidar, embirrar, empenar, empregar, emprestar, encher, endireitar, endoudecer, enjeitar, enrouquecer, enxergar, enxerir, esbombardear, esconjurar* [? num mote]*, esfarrapar, espalhar, espancar, espraiar, espreitar, esquecer, fechar, ficar, lembrar, louvar, marchetar, murchar, namorar, nomear, olhar, pendurar, pentear, possuir, praguejar, salgar, sarar, sobejar.*

É, em si, um número apreciável. Mas, de novo, as «estreias» patrimoniais são apenas duas: *alinhavar* e *marejar*. Acham-se na peça *Filodemo* (de 1555): «Romper mea dúzia de serviços / assim alinhavados às pandeiretas», «Senhora! Quanto há que nos olhos / lhe vi marejar esse amor».

Elucidativo é também o sector dos *deverbais regressivos* patrimoniais. Camões faz uso de 22 com documentação anterior: *abalo*, *aceno*, *afago*, *afronta*, *apito*, *balanço*, *brado*, *cheiro*, *desarranjo*, *desgosto*, *escusa*, *estouro*, *fala*, *furo*, *ganho*, *lanço*, *mergulho*, *molho*, *pejo*, *perda*, *pingo*, *posse*. Mas não estreia, ele próprio, nenhum, nisso contrastando, mais uma vez, com Ferreira de Vasconcelos, em cuja obra achamos *abafo*, *assobio*, *borrifo*, *conchego*, *descante*, *enleio*, *pulo*, *refestelo*, *vasculho*.

É nítido, pois o desinvestimento de Camões em matéria de léxico patrimonial. Duas minúsculas prospecções contribuirão, suplementarmente, para demonstrá-lo.

Observe-se, primeiro, o campo semântico patrimonial de 'corajoso'. Nele existem, em Quinhentos, *afoitado* / *afoutado*, *afoito* / *afouto*, *brigoso* e *destemido*. Disto, a obra camoniana contém uma única ocorrência: a de *afouto*, na *Lírica* («que na Áurea Quersoneso afouta mora»). Em contrapartida, é abundante nele um léxico compartilhado com o castelhano. Especifica-se o número de ocorrências na obra toda: *animoso* 9, *atrevido* 6, *bravo* 36, *denodado* 3, *esforçado* 10, *impetuoso* 2, *intrépido* 2, *ousado* 19, *temerário* 7, *valente* 11, *valeroso / valoroso* 19.

Cenário em tudo semelhante é o descrito pelas famílias lexicais de *apartar* e *afastar*. O *Corpus do Português* de Davies/Ferreira contém, para o conjunto do século XVI, 278 ocorrências de *apartado*, lexema coincidente com o castelhano, contra 113 do patrimonial *afastado*. A discrepância é particularmente severa em *apartamento*, com 79 ocorrências, e *afastamento*, com 2. Também no *Dicionário* de Jerónimo Cardoso a desproporção é imensa: *apartamento* 21 – *afastamento* 1.

Na obra camoniana, o contraste é igualmente brutal: *apartado* 20 – *afastado* 1; *apartar* 33 – *afastar* 0; *apartamento* 14 – *afastamento* 0. Algum, mas mínimo, contrapeso a estes números é dado por *alongar* como sinónimo de *afastar* (de precedentes medievais nos dois idiomas), com 2 ocorrências do adjectivo *alongado* e 4 do verbo *alongar*.

Estamos perante uma inequívoca *colagem ao castelhano*. Ela continua patente nas 15 criações castelhanas (não «latinismos») que Camões introduz em circulação portuguesa: *alvoroçado*, *atinado*, *condoído* (de *condolido*), *desabrido*, *disfarçado* (de *disfrazado*), *desusado*, *diamantino*, *embravecido*, *enamorado*, *garço*, *matizado*, *polvoroso*, *pressuroso*, *sobre-humano*, *sublimado* ('célebre'). Superior é a quantidade de *latinismos* (contei 102) por ele estreados em escrita portuguesa, que já circulavam em castelhano, e faziam, portanto, parte da bagagem passiva do português culto da altura. Desses latinismos, um número apreciável vinha da leitura de Juan de Mena (m. 1456) e de Garcilaso de la Vega (m. 1536), autores de referência no Portugal de Quinhentos.

Seja sublinhado: mais de cem latinismos adjectivais, mesmo se já correntes em castelhano, é obra. Mas um contemporâneo, o jesuíta Luís Fróis (que escrevia no Oriente, mas publicava no Reino) adiantou-se a Camões na introdução de outros 80 adjectivos em iguais condições. Em 15 casos dos dois totais, é mesmo impossível

decidir qual dos dois levou a palma. Enquanto não se esclarece a questão, conto-os como contributos camonianos.

Tudo isto significa que o Camões «enriquecedor do idioma» é real. Aos dados já explicitados, têm de ajuntar-se os latinismos que o português conservou em uso exclusivo (*abominoso*, *celso*, *cógnito*, *frondente*, *fulvo*, *piscoso*, *prisco*, *rúbido* e *famulento*, um pseudolatinismo) ou que só acharam na posteridade reduzido eco, quando acharam algum (*crástino*, *equório*, *estelante*, *estelífero*, *inconcesso*, *módulo*, *quadrupedante*, e outros), mais 16 estreias peninsulares latinas de que o castelhano veio a tirar algum visível proveito (*altíssono*, *esquálido*, *estridente*, *flavo*, *hirsuto*, *horríssono*, *ignavo*, *imaturo*, *infando*, *lanígero*, *obsequente*, *ovante*, *pânico*, *rábido*, *sibilante*, *undívago*).

O enriquecimento é, repita-se, real. Mas, como estrita originalidade portuguesa e útil, tudo isso é curto, sendo modesta também a já exposta renovação patrimonial: o adjectivo *insofrido* e os verbos *alinhavar* e *marejar*. Não sabemos se esta carestia se mantém num domínio mais extenso, o do substantivo. Se for o caso, o «portuguesismo» da intervenção lexical camoniana revela-se da ordem do mito.

Observações finais

Ivo Castro dedicou à «Língua de Camões» um longo artigo, onde faz a caracterização do consabido «discurso camonista», que vê a «língua patrimonial» como algo que «se ofereceu como matéria-prima ao oficinar de Camões» e por ele transformada «em uma língua nova, boa para durar séculos» (2011/2017: 199). É, reconhecemo-lo, a concepção mítica, eufórica, do papel de Camões na história do idioma.

Trata-se de um trabalho elucidativo e estimulante. Mas a informação histórica lexical, demasiadamente devedora a Manuel de Faria e Sousa e Joan Corominas, não permite senão resultados aproximativos. Hoje, vários e nutridos *corpora*, se criteriosamente manuseados, permitem, pelo cruzamento de dados, uma precisão que, há decénios, era impensável. No artigo de Ivo Castro, são exactas as atribuições de primazia latina a Mena e Garcilaso. Mas a persistente fama do Épico como sorvedor directo nas fontes latinas («A grande fonte da inventiva linguística de Camões

encontra-se no latim») impede a visão da larga dívida a latinismos já em uso em castelhano.

Ora, tanto em Portugal como no Oriente (e Goa era um centro cultural pujante), as obras impressas em castelhano, desde os recursos lexicográficos às obras de espiritualidade, superavam em muito as disponíveis em português, e eram sobretudo aquelas as que o leitor cultivado consumia. Não é de mais dizer que ele era «educado» em castelhano e que era com materiais cultos aprendidos em leituras castelhanas que o seu português se enriquecia, sendo a efectiva origem dos materiais (latina, ou já castelhana) secundária, se não indiscernível, para os utentes, tanto mais que, de muitas dessas palavras, rapidamente se perdia a noção de serem importadas. Em suma: quando se estudam os processos lexicais no português desta época, importa manter dentro no campo de visão o castelhano, essa *referência lexical culta* dos portugueses entre 1450 e 1730.

Infere-se que o *projecto camoniano* para a língua não incluía o aproveitamento do léxico patrimonial, e antes visava, conscientemente ou não, um horizonte bem mais entusiasmante e motivador: agilizar o português, torná-lo «internacional», graças a uma crescente confluência com o castelhano. Esta ingente operação (provavelmente inconsciente, insista-se) permitiria o consumo directo de produções nacionais ao leitor estrangeiro, decerto o peninsular, mas igualmente o europeu culto, que à época lia com proficiência produtos em castelhano. Neste contexto, o cultivo dum léxico *caseiro* não favorecia quaisquer ambições.

Esse *esforço de convergência* com o prestigioso idioma centro-peninsular não foi só tarefa de Camões, e sim uma genérica tendência quinhentista, documentável noutros importantes autores como os dois dramaturgos já citados, e ainda João de Barros e os jesuítas Luís Fróis e João de Lucena.

Essa convergência não parece, de resto, ter nunca assustado os quinhentistas portugueses. «Não porque se tivessem conformado com a absorção e trituração do próprio idioma pelo do vizinho, mas por alimentarem uma expectativa inconfessável e ambiciosa: a de se apoderarem, um dia, do idioma dele. Assim encarada, uma crescente proximidade face ao castelhano, longe de constituir uma ameaça, vinha provar a viabilidade de um projecto altamente motivador, o de *iberizar* o português» (Venâncio 2014b: 136). Em jargão actual, diríamos que se visava um aumento do

«estatuto» internacional do português, mediante uma aliança estratégica com o castelhano. Era, no fundo, um desígnio patriótico.

Só que nenhuma tomada de posição explícita o reconheceria. Nos raros momentos em que essa gradual proximidade ao castelhano sobe à consciência, o movimento reflexo é, sempre, o de negá-la e mesmo desacreditá-la (Venâncio 2013: 322–324). Mas, por informe, ou inconsciente, ou combatido que fosse, esse projecto continuaria a inspirar o século seguinte, e só a confluência de factores históricos e culturais de inícios de Setecentos preveniu a tempo um estádio irreversível (Venâncio 2014b: 142).

Se é certo não acharmos, na produção metalinguística do século XVI, nenhum incentivo explícito à referida deriva, e termos nós portanto de inferi-la dos factuais comportamentos linguísticos, existe pelo menos uma importante tomada de posição que objectivamente a sanciona.

Na sua *Origem da língua portuguesa*, pronta desde 1600, Duarte Nunes de Leão defende que «se não deve ouvir uma seita de homens *que querem que o que se fala ou escreve seja por palavras costumadas e antigas*, e que os homens do vulgo entendam, sem inovar vocábulos, que é razão de homens de pouco discurso e sem erudição. Porque, se essa regra se guardara, e não renováramos vocábulos, ou *não os tomáramos emprestados quando os não temos nossos*, estivera a língua portuguesa e as outras mais de Espanha na torpe rudeza em que a princípio estavam» (1606/1983: 319, destaques meus). Assim, enquanto as palavras «costumadas e antigas» se vêem degradadas em estatuto, a conveniente renovação deverá recorrer ao ordinário empréstimo de outras línguas, e não, como poderia aventar-se, à exploração e aproveitamento de materiais já disponíveis no idioma.

Isto parece favorecer a tese, expendida neste trabalho, dum esforço quinhentista, implícito mas actuante, pela «internacionalização» do léxico português, iniciada pela apropriação de recursos castelhanos. E essa apropriação foi abundante. Só no decorrer do século XVI o português incorporou 246 adjectivos de fabrico castelhano próprio (os 15 adoptados por Camões são, até, modestos) e introduziu no léxico culto centenas de latinismos já em uso na Meseta.

O preço a pagar por essa internacionalização do português só poderia ser a progressiva secundarização do léxico patrimonial, já de si diminutamente estandardizado e com graves deficiências lexicográficas. Para mais, a gradual

integração e «vernaculização» (Venâncio 2014b) dos materiais castelhanos tornava menos premente, menos rentável, investir a fundo em terminologias de fabrico próprio, por exploração de bases exclusivas ou compartilhadas.

A esta luz, o «Século de Ouro» português quinhentista afigura-se-nos um gigantesco jogo de azar linguístico, inspirado por um desígnio patriótico que, por sincero, não era menos perigosamente arriscado. Quando, em inícios de Setecentos, este processo for revertido, será para encetar um em tudo semelhante: a actualização do léxico português pelo recurso ao francês, operação também ela secular e complexa, mas agora debatida na praça pública, objecto de abertas resistências, e contudo subrepticiamente triunfadora. Esta história, a do galicismo em português, precisa, ela também, de ser detidamente contada.

Que o léxico patrimonial tenha sobrevivido à turbulência internacionalizante de Quinhentos, e o tenha feito com a frescura e a vitalidade que nele hoje ainda observamos, eis o que terá de ser explicado. Além dos factores históricos e culturais que, em Setecentos, atalharam essa deriva, poderiam actuar, na sustentação desse léxico, mecanismos *intrínsecos* que os assépticos projectos de afirmação linguística não atingem nem desvirtuam.

Referências bibliográficas

Benozzo, Francesco. 2007. «A área galega na prehistoria lingüística e cultural de Europa». *A Trabe de Ouro* 71: 13–39.

Castro, Ivo. 2011/2017. «A língua de Camões». In Vítor Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho, 461–469. Reeditado em: *A Estrada de Cintra. Estudos de linguística portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2017, 199–215.

Dubert-García, Francisco. 2017. «Sobre a *Gallaecia Magna* e as relacións históricas e xeolingüísticas entre Galego, portugués e asturiano». *Estudis Romànics* 39: 43–69.

Feijó, João de Morais Madureira. 2008. *Ortografia*, ed. Telmo Verdelho, João Paulo Silvestre e Isabel Prates, Aveiro, Universidade de Aveiro.

Gonçalves, Maria Filomena. 2005. «Da 'francezia' ou o problema das palavras afrancesadas no século XVIII: as ideias de António Neves Pereira». *Estudios Portugueses* 5: 45–62.

Gonçalves, Maria Filomena. 2007. «A variação lexical no discurso metalinguístico de Setecentos: apontamentos sobre o arcaísmo». In Clotilde Murakawa & Maria Filomena Gonçalves (orgs.), *Novas contribuições para o estudo da história e historiografia da língua portuguesa*. Araraquara: FCL-Unesp. 45–73.

Leão, Duarte Nunes de. 1606/1983. *Ortografia e origem da língua portuguesa*, ed. Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

López Carreira, Anselmo. 2016. «O Reino de Galicia no remate da Idade Media». In *A lingua galega no solpor medieval*, ed. Ramón Mariño Paz e Xavier Varela Barreiro, 17–35. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

Maia, Clarinda de Azevedo. 1995. *História da Língua Portuguesa. Guia de estudo.* Coimbra: Faculdade de Letras.

Miranda, José Carlos Ribeiro. 2012. «O galego-português e os seus detentores ao longo do século XIII». *e-Spania*, 13, Junho (online).

Sánchez Rei, Xosé Manuel. 2005. «Os falares populares portugueses dos séculos XVI-XIX: información (in)directa sobre o galego da época». In *Gramática e humanismo. Actas do Colóquio de homenagem a Amadeu Torres*, vol. I, ed. Miguel Gonçalves *et al*., 615–630. Braga: UCP.

Venâncio, Fernando. 2013. «Atitudes portuguesas face ao castelhano». In *Contacto de linguas, hibrididade, cambio: contextos, procesos e consecuencias*, ed. Eva Guggenberger, Henrique Monteagudo e Gabriel Rei-Doval, 315–326. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega.

Venâncio, Fernando. 2014a. «José Saramago e a iberização da língua portuguesa». In «*O que transformou o mundo não foi uma utopia, foi uma necessidade*»*: Estudos sobre utopia e ficção em José Saramago*, ed. Burghard Baltrush, 95–126. Berlin: Frank & Timme GmbH Verlag.

Venâncio, Fernando. 2014b. «O castelhano como vernáculo português». *Limite. Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía* 8: 127–146.

Venâncio, Fernando. 2017a. «Verbos exclusivos do Galego-Português moderno: história e metodologia». In *Actas do III Congresso Internacional de Linguística Histórica*, Santiago de Compostela, 483–498 (em actualização).

Venâncio, Fernando. 2017b. «Lusismos y galleguismos en uso en español. Una revisión crítica». In *Español y Portugués en contacto. Préstamos e interferencias*, Dolores Corbella & Alejandro Fajardo (eds,), Berlin / Boston: De Gruyter / Mouton. 19–36.

Verdelho, Telmo. 1981. *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Verdelho, Telmo e João Paulo Silvestre. 2007. *Dicionarística portuguesa. Inventariação e estudo do património lexicográfico.* Aveiro: Universidade de Aveiro.

Vilela, Mário. 1980. *O léxico da simpatia. Estudos sobre o campo lexical da determinação substantiva de simpatia humana e social, 1850-1900*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Bibliografia recente recomendada

Álvarez Pérez, Xosé Afonso. 2013. «A fronteira entre galego e portugués. A perspectiva portuguesa». In *Contacto de linguas, hibridade, cambio: contextos, procesos e consecuencias*, ed. E. Gugenberger, H. Monteagudo, G. Rei-Doval, 97–136. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega.

Cardeira, Esperança. 2013. «Retorno à história da língua». In *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*, ed. Rosario Álvarez *et al*., 91–105. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega/ Universidade de Santiago de Compostela.

Carrasco González, Juan M. 2016. «A lingua portuguesa na fin da Idade Media». In *A lingua galega no solpor medieval*, ed Ramón Mariño Paz, Xavier Varela Barreiro, 37–66. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

Castro, Ivo. 2013. «Formação da língua portuguesa». In *Gramática do Português*, ed. E. Paiva Raposo *et al*., 5–14. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Duarte, Sónia, 2015. «O galego nos textos metalinguísticos portugueses (séculos XVI-XIX)». *Revista Galega de Filoloxía* 16: 75–105.

Lagares, Xoán Carlos. 2012. «Galego-Português-Brasileiro: os desafios de uma perspectiva histórica integrada». In *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança*, ed. Xoán Carlos Lagares, Henrique Monteagudo, 11–36. Niterói: Editora da UFF.

Monteagudo, Henrique. 2017. «A lingua no tempo, os tempos da lingua. O galego, entre o portugués e o castelán». In *Gallæcia. Estudos de lingüística portuguesa e galega*, 17–60. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (online).

Pazos, Carlos. 2012. «De *João de Redondella* a *Os galegos são nossos irmãos*. Aproximação à imagem da Galiza e dos galegos em Portugal nos inícios do seçulo XX». In *Imagologías ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*, ed. María Jesús Fernández García, Maria Luísa Leal, 379–386. Mérida: Gobierno de Extremadura.

Dicionários e bases de dados

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. *Corpus de referência do português contemporâneo* (CRPC). *alfclul.clul.ul.pt/CQPnet*

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. *Corpus informatizado do português medieval* (CIPM). *cipm.fcsh.unl.pt*

Cunha, Antônio Geraldo da. *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa (cd-rom).

Davies, Mark. *Corpus del español*. *www.corpusdelespanol.org/x.asp*

Davies, Mark, Michael J. Ferreira. *O corpus do português. www.corpusdoportugues.org/x.asp*

González Seoane, Ernesto, María Álvarez de la Granja, Ana Isabel Boullón Agrelo. *Dicionario de dicionarios do galego medieval* (DDGM). Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega (cd-rom).

Grupo de investigación lingüística e literaria galega (ILLA). *Glosario da poesía medieval profana galego-portuguesa, glossa.gal*

Edicións Xerais de Galicia. *Dicionario Xerais da Lingua*, 9.ª ed., Vigo, 2014.

Houaiss, António, Mauro de Salles Villar. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro (cd-rom).

Instituto da Lingua Galega. *Corpus Xelmírez. Corpus linguístico da Galicia medieval* (Xelmírez). *sli.uvigo.es/xelmirez*

Instituto da Lingua Galega. *Tesouro do léxico patrimonial galego e português, ilg.usc.es/tesouro*

Instituto da Lingua Galega. *Tesouro informatizado da lingua galega* (TILG). *ilg.usc.es/TILG*

Instituto da Lingua Galega. *Tesouro medieval Informatizado da lingua galega* (TMILG). *ilg.usc.es/tmilg*

Machado, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*, 4 vols. Braga: Edições Vercial, 2015.

Machado, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

Real Academia Española. *Corpus Diacrónico del Español* (CORDE) (online).

Real Academia Española. *Diccionario de la Lengua Española* (DRAE) (online).

Santamarina, Antón. *Dicionario de dicionarios*. Santiago de Compostela: Biblioteca Filolóxica Galega (cd-rom).

Universidade de Coimbra. *Corpus Electrónico do CELGA*. *www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc*

Verdelho, Telmo. 2012. *Luís de Camões. Concordância da obra toda*, Coimbra, Centro Universitário de Estudos Camonianos.

Verdelho, Telmo, João Paulo Silvestre. *Corpus Lexicográfico do Português* (DICIWEB). Universidade de Aveiro, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. *clp.dlc.ua.pt/DICIweb*

60. Phonological metrics in author identification and characterization

Marina Vigário
Universidade de Lisboa
Carla Pires
Universidade Lusófona
Fernando Martins
Universidade de Lisboa
Sónia Frota
Universidade de Lisboa

In this exploratory work we investigate the potential of sound- and frequency-based measures to differentiate the writings from two Portuguese authors, Camilo Castelo Branco and Eça de Queirós. A systematic comparison was made between a sample of 30 excerpts from *Amor de Perdição* (total ca. 43,000 words) and a similar sample from *Os Maias*. Other comparisons were also made including a smaller number of excerpts from another novel of each of the writers. The proportion of words with exceptional, antepenult stress, and the proportion of prosodic words and phonological clitics were found to differentiate the two authors. The same was true of Type/Token ratio and the proportion of syllable types other than the 10 most frequent syllable types in the language, but only for the larger data samples. Although more investigation is needed, these results indicate that at least some of our measures may contribute for author identification and/or characterization. [981]

Keywords: phonological metrics, author identification, author characterization, forensic linguistics, textual criticism.

1. Introduction

Identifying linguistic properties that individualize both spoken and written texts, produced by a single subject or by a particular group of subjects may be instrumental

[981] This investigation is offered in honor of Ivo Castro, with whom the authors of this paper from Faculdade de Letras da ULisboa have often had the pleasure of working, laughing or simply smiling. We are furthermore deeply grateful to Ivo Castro for giving us access to the digital files of the Camilo's texts analysed in the present study, being the coordinator of the group for the critical editions of Camilo Castelo Branco published by Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

in domains such as intelligence and security, criminal law, civil law, forensics, textual criticism, literary studies, electronic commerce (Stamatatos 2009, Tamboli & Prasad 2013, Kredens & Coulthard 2012). The following examples, taken from Stamatatos (2009) and references therein, illustrate some actual applications of this line of research: *attribution of messages to known terrorists*; *linking different messages by authorship*; *identifying writers of harassing messages*; *verifying the authenticity of suicide notes*; *resolving copyright disputes*; *attributing anonymous or disputed literary works to known authors*.

For this purpose, a variety of linguistic and textual markers may be considered, various methods can be used, and several types of tools may be employed for analysing texts with varying properties (Stamatatos et al. 2000, Stamatatos 2009, Tamboli & Prasad 2013).

The topic is recent in the investigation focusing on European Portuguese data and has considered mostly non-phonological linguistic features, namely, morphosyntactic, syntactic, lexical and acoustic properties (Marquilhas & Cardoso 2011, Martins, Simões, Brissos & Rodrigues 2014, Teles 2015).

In this paper we have looked predominantly at phonological measures in order to distinguish texts belonging to different authors. To the best of our knowledge, several of the measures considered here were not previously applied in work on authorship attribution and author characterization.

Previous work has shown that the frequency of occurrence of phonological units and patterns in European Portuguese data distinguish between oral and written texts of various kinds, the speech productions from more educated and less educated or illiterate people, or from speakers from different regions, as well as written texts from different historical periods (Aguiar & Vigário 2010, Frota, Galves, Vigário & Abaurre 2012, Pires, Cavaco & Vigário 2017). Recent work has shown furthermore that the frequency of occurrence of phonological units and patterns also significantly distinguish among different kinds of material written in Portuguese, namely newspapers' texts and texts from medicine package inserts (Pires *et al*. 2017).

2. Goals and motivation of the study

This is an exploratory research aiming at assessing the potential contribution of phonological frequency measures to characterize individual authors and distinguish among different writers.

We will use the measures of complexity/difficulty proposed in Vigário (2012) and Pires, Afonso & Vigário (2017), listed in (1). Here, we explore the hypothesis that (some of) these measures may also constitute a subset of the linguistic features that can identify and/or characterize speakers or writers.

(1) a. Type/Token ratio
b. Proportion of prosodic words (PW) and phonological clitics (CL)
c. Proportion of long words
d. Proportion of syllabic types other than the 10 most frequent ones
e. Proportion of words with exceptional stress pattern
f. Proportion of V-slots
g. Sentence length

Below we describe very briefly each measure in turn and the motivation for considering it in our study. As we will see, and already pointed out in the work cited above, despite the fact that these measures are extracted essentially from the sound component of language (in some cases via the orthographic representation, as in the measures (a) and (g)), they can in fact also reveal properties of the text concerning other areas of grammar. Unless explicitly stated otherwise, we will always be referring to European Portuguese (EP).

Type/Token ratio (measure a) refers to the proportion of unique words (types, non lemmatized items) relative to the total number of words including repeated items (tokens). It is an indicator for lexical variability: the higher the ratio, the lower the number of repetitions of the same word, and hence the more diverse the vocabulary used.

Words longer than 3 syllables (measure b) are phonologically more complex than shorter words in terms of number of syllabic units, tend to be morphologically complex

(only 14% of EP simplex words have been found to be longer than 3 syllables, contra more than 69% of complex words – Vigário & Garcia 2012), and are clearly less frequent in the language (less than 10% of tokens in previous corpora-based counts – Vigário, Frota & Martins 2010 and references therein).

The proportion of PW and CL in the text (measure c) is informative of phonological weight, but also potentially telling of semantic density and syntactic complexity. PW tend to be phonologically more complex than CL, always bear word stress and are therefore phonologically heavier than clitics. PW strongly tend to be lexical words, with semantic/referential content. By contrast, CL are always function words, and belong to close word classes (Nespor & Vogel 1986/2007). Being function words, a high proportion of CL may signal higher syntactic complexity.

It has long been known that a very small subset of syllable types (namely, CV, V, CVC, CVGN, CVN, VC, CVG, VN, CCV, VG) tend to account for more than 90% of occurring syllables (Vigário & Falé 1994, Viana *et al*. 1996, Vigário *et al*. 2010). There are many more other possible syllable types (e.g. CVGNC; CVCC; CVNC). In this paper, we will only consider the proportion of rare syllable types in the texts analysed (measure d), under the assumption that there may be some variation among authors in the use of (un)frequent syllable patterns.

PW can bear stress in one of the three last syllables in Portuguese. Words with antepenult stress are always exceptional and phonologically marked (Mateus & Andrade 2000), occurring less than 2% in some corpora studies, and even less in data by illiterate speakers or with low education level (Aguiar & Vigário 2010, Vigário *et al*. 2010). Here we look only at the proportion of words with antepenult stress (measure e), assuming that authors may show a (dis)preference for this particular stress pattern, and hence that this may be part of their respective characterization.

When consonants are combined in sequences that do not allow for a proper syllabification, there is evidence in EP that a vocalic position is created (V-slot), sometimes leading to a surfacing schwa (e.g. *a<u>dv</u>erso* > *adVverso*; *o<u>bt</u>er* > *obVter*) (Vigário & Falé 1994, Mateus & Andrade 2000). The context for the emergence of V-slots is very rare, found in less than 0.3% of the occurring syllables in previous frequency studies (Vigário *et al*. 2006, Aguiar & Vigário 2010). In this paper we

investigate whether authors may differ in their frequency of use of words with this phonological peculiarity (measure f).

Longer sentences (meaning in our study sentences with more orthographic words; measure g) have more linguistic material and, all other things being equal, only because of that they are more complex and difficult to process than smaller sentences. They also tend to be more complex syntactically. Because of this, sentence length is usually included in legibility formulas, and the use of smaller sentences is recommended for instance in written material that is meant to be understood by people with low education level, such as package inserts of medicines (DuBay 2004, European Medicine Agency 2009). Here we hypothesize that sentence length may also significantly differ among authors.

3. Methods

For this exploratory study we have chosen two prominent Portuguese writers: Camilo Castelo Branco (1825–1890) and Eça de Queirós (1845–1900). The choice of Camilo was dictated by the fact that, as mentioned at the onset of this paper, the present study is offered to Ivo Castro, and Ivo being the coordinator of the group for the critical edition of Camilo Castelo Branco, it seemed to us a most felicitous choice. As also mentioned before, the texts were kindly made available to us by Ivo Castro. The material corresponded to the edited texts.

Eça was chosen because his novels were written roughly in the same period. Besides that, although the two authors were born and raised in different places in Portugal, they both spent important parts of their lives between the North of Portugal and Lisbon (Saraiva & Lopes 1955/2017). Since it is known that the frequency of occurrence of at least some of the units and patterns investigated here may vary across regions (Aguiar & Vigário 2010), it was important to control for this variable as much as possible. Additionally, it was possible to obtain Eça's written materials in a digital format convertible to plain text, which was an essential condition for the automatic processing of the data analysed here.

The texts selected from both authors are novels belonging to the same literary genre. Nevertheless, Camilo and Eça are characterized differently style-wise. For our purpose, one piece of information is especially important. Eça is considered a typical

writer from the realist literary movement, while Camilo predominantly follows the Romanticism canon, although also having realist texts (Saraiva & Lopes 1955/2017, Reis 1993). Furthermore, Camilo frequently wrote on demand of sponsors, being considered the first freelancer writer in Portugal in Oliveira (2010), with potential implications for stylistic variability.

Eça's texts were retrieved from http://figaro.fis.uc.pt/queiros/eca_intro.html (April 2017), made freely available by Paulo Mendes, who also adapted them to modern orthography. The material obtained was then manually checked for spelling, word separation, and stress and punctuation marks, and corrections were made where necessary (e.g. incorrect accentuation marks, according to the accentuation rules of the language).

Foreign words or expressions and abbreviations can also be important for author characterization/identification, but this was beyond our goals in the present exploratory study. Therefore, in both Camilo's and Eça's texts, foreign words or expressions were eliminated, except for word counts and sentence length computation (e.g. *Ah, come vous êtes belle, contesse!...*; *all right*). Furthermore, abbreviations which are assumed to represent full expressions in speakers' mind were re-written in the full form, either automatically or semi-manually (e.g. *D.* > *Dom* or *Dona*; *Sr.* > *Senhor*; *Dr.* > *Doutor*; *Sta.* > *Santa*). The so-called silent consonants (i.e. consonants that do not correspond to an actual phonological unit) were semi-automatically eliminated, assuming the current pronunciation, and digits, footnotes and chapter separators were also ignored.

In our core study, the comparison was made between Camilo's *Amor de Perdição*, first published in 1862 (critical edition by Ivo Castro, 2012, Lisboa, INCM) and Eça's *Os Maias*, first published in 1888. In both novels, we have discarded the first and the final chapter, in order to avoid one possible source of variation in the linguistic metrics related to textual organization. In *Amor de Perdição* (from now on referred to as "AmorP"), a total of ca. 43,000 words was analysed, and in *Os Maias* (from here on "Maias"), which is a longer text, an extract similar in size was selected. The material from each book was then divided in 30 text files with a similar number of words (1451 orthographic words on average), in order to create the conditions for running

inferential statistics. The hypothesis put forth is that at least some of the measures under investigation distinguish the set of texts from the two authors.

In order to assess whether the measures under study do not differentiate texts from the same author and novel, we compared two sets of 5 texts per novel conveniently selected from the larger set of 30 texts described above (5AmorP x 5AmorP; 5Maias x 5Maias). Our hypothesis is that at least some of the measures that will be found to distinguish both authors in our study will not show significant differences among texts of the same novel.

In addition, so as to determine whether possible differences found between the two writers are indeed indicative of authors' differences rather than variations across novels (favoured, for instance, by differences in the topic of the novels), we have also compared two small samples of texts from two different novels written by the same author. The smaller text sample from the additional novel corresponded to roughly 10% of the main data (i.e. 3 text samples, each of a size similar to each of the 30 texts taken from AmorP and Maias). For Camilo, the chosen novel was *O Demónio do Ouro* (vol.1), 1873 (critical edition by Cristina Sobral, 2013, Lisboa, INCM; from now on "Demon") and for Eça, *O Primo Basílio* (1878) (from here on "Basílio"). Our hypothesis here is that at least some of the measures investigated in this study will distinguish different authors but not particular novels from the same author.

Finally, we have compared the subsets of 5 and 3 excerpts of the two novels from Camilo's described above (AmorP+Demo), and the corresponding subsets from the two novels from Eça (Maias+Basílio). If at least some of the measures studied here do distinguish the two authors, it is expected that the same measures will yield significant differences in this comparison as well.

The frequency of occurrence of lexical and phonological units and patterns in the texts was automatically computed using FreP – Frequency in Portuguese (V3) (Martins, Vigário & Frota 2011), including the counts of Types, Tokens, PW, CL, words longer than 3 syllables, syllable types, words with antepenult stress and V-slots. For sentence length, punctuation marks were used as indicators of sentence boundaries and identified using the search and count functionality of Microsoft Word application.

The statistical analysis was run with the SPSS – Statistical Package for the Social Sciences, version 25.

4. Results and discussion

4.1. Comparison between authors

In this section we systematically compare the 30 texts from *Amor de Perdição* (AmorP) with the 30 excerpts from *Os Maias* (Maias) (see the Methods section), with respect to each of the measures listed in (1).

Lexical variability (Type/Token ratio)

As plotted in Figure 1, Type/Token ratio in AmorP is clearly lower than in Maias. On average Type/Token ratio in AmorP is 0,44 contra 0,47 in Maias. The difference between the two novels is statistically significant (Mann-Whitney U = 93,000; p<0,001).

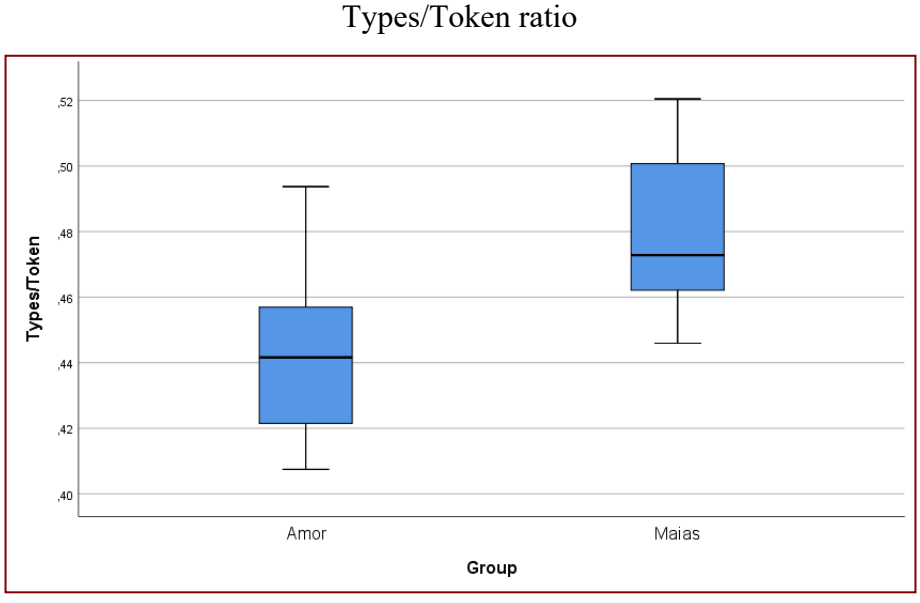


Figure 1. Types/Token ratio in AmorP and Maias

Camilo's text shows therefore significantly more word repetitions, indicating less lexical diversity. A few examples of words found in Maias but not in AmorP are *tépido* 'mild', *manso* 'gentle, *suavidade* 'mildness', *tencionava* 'intended'.

Proportion of PW and CL

The proportion of PW and CL in the total number of PW and CL also differentiates the authors (see Figure 2).

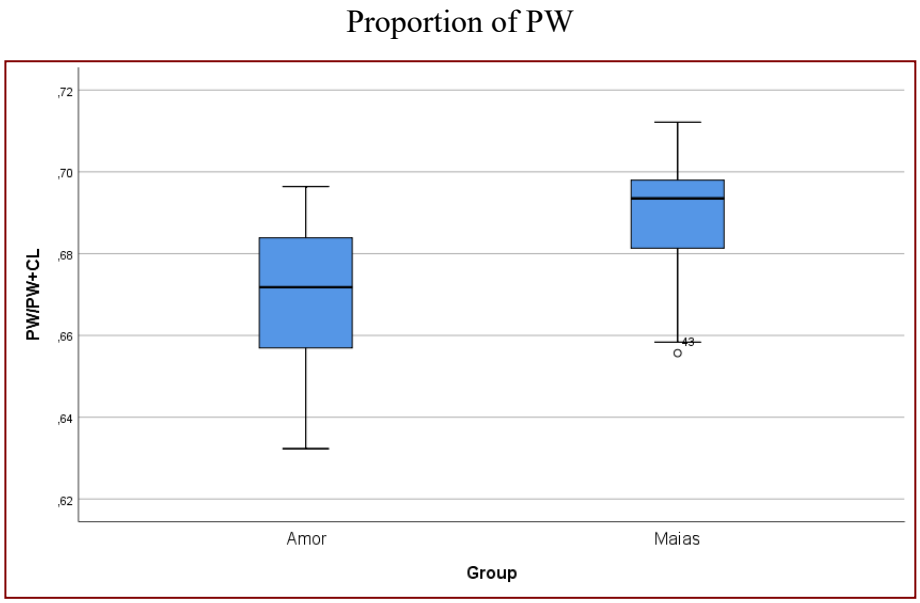


Figure 2. Proportion of PW in the total number of PW and CL in AmorP and Maias

Although the average of PW/(PW+CL) in both sets of data is rather similar (AmorP =0,67; Maias= 0,69), the data are differently distributed, and the difference found in this parameter between the two novels is statistically significant (Mann-Whitney U = 142,000; p<0,001). The higher proportion of PW may represent more semantic density in Eça's text. This result also implies a higher proportion of CL in AmorP, which in turn may indicate higher syntactic complexity in Camilo's writing.

Proportion of long words (> 3 syllables)

The proportion of words longer than 3 syllables does not seem to differentiate the two novels/authors (see Figure 3).

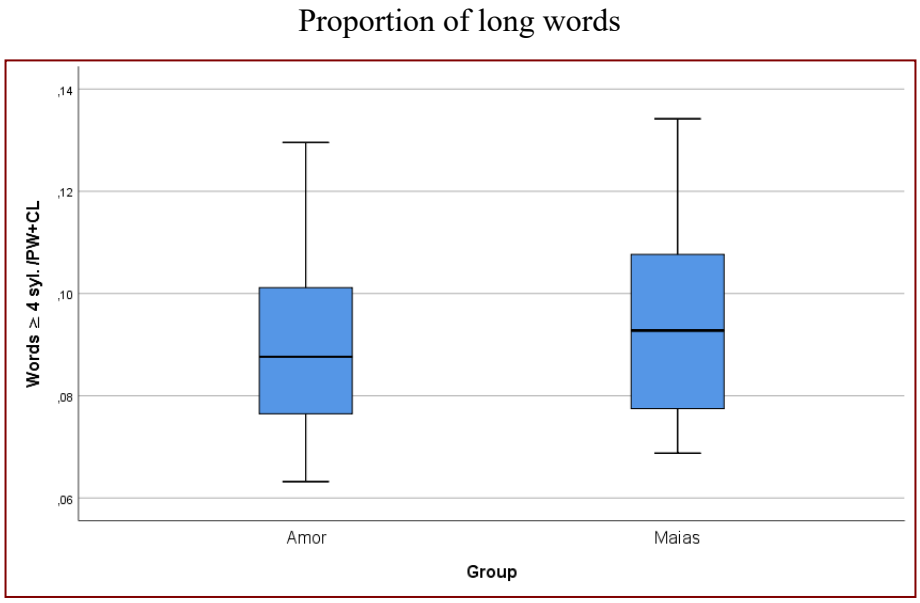


Figure 3. Proportion of words longer than 3 syllables in AmorP and Maias

The words with 4 syllables or more represent on average 9% of the total number of words (PW+CL) in AmorP, while 9.5% in Maias. The difference in the use of long words in both groups of texts is indeed not statistically significant (Mann-Whitney U = 382,000; p=.315).

Proportion of syllabic types other than the 10 most frequent ones

Rare syllable types are less frequent in Camilo than in Eça (see Figure 4). On average, there are 3.4% of syllable types other than the 10 most frequent ones in AmorP, contra 3.9% in Maias. The difference in the occurrence in both novels of this sort of syllable types is statistically significant (Mann-Whitney U = 206,000; p<0.001). Eça shows higher diversity in the use of syllable types in this novel.

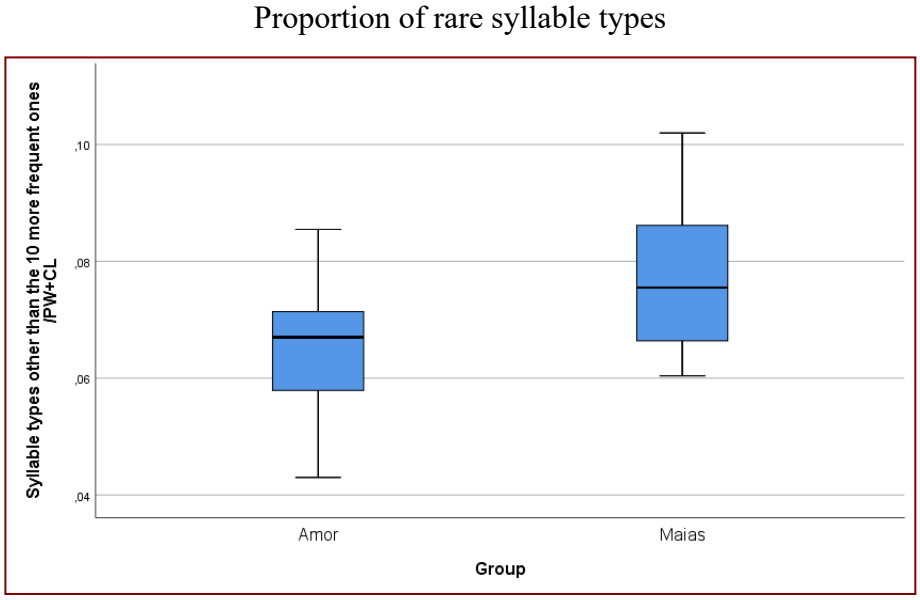


Figure 4. Proportion of syllable types other than the 10 most frequent ones in AmorP and Maias

Proportion of words with exceptional stress pattern

As shown in Figure 5, words with antepenult stress (e.g. *fábula* 'tale', *epíteto* 'epithet', *ânimo* 'spirit') are more frequent in AmorP than in Maias.

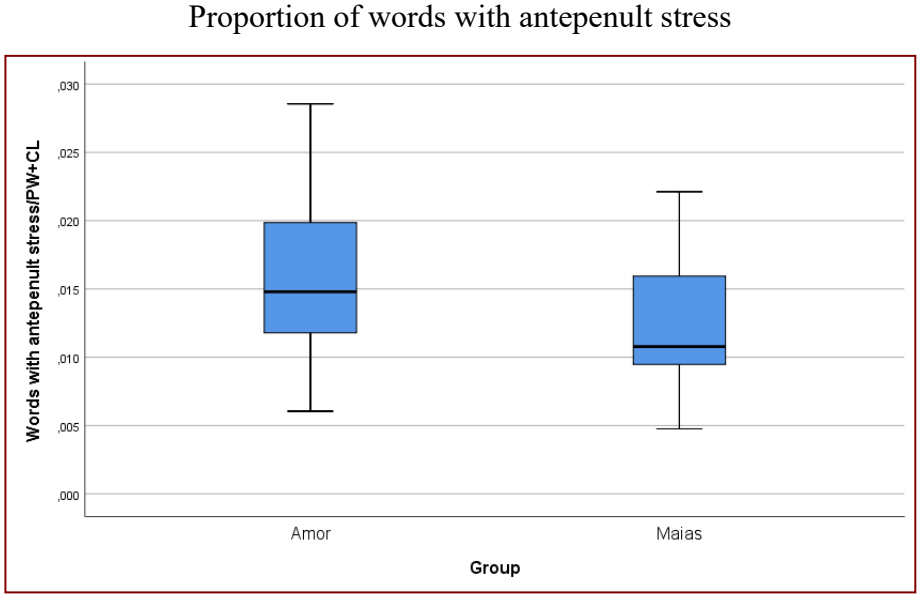


Figure 5. Proportion of words with antepenult stress in AmorP and Maias

The 30 texts from AmorP show on average 3.0% of proparoxiton words, contra only 2.1% in Maias. Again, the difference found between the two novels is statistically significant (Mann-Whitney U = .000; p<0.001).

On the basis of these observations, Camilo appears to use a very marked stress pattern in the language significantly more than Eça.

Proportion of V-slots

The graph in Figure 6 shows that the ratio PW/V in AmorP is lower than in Maias.

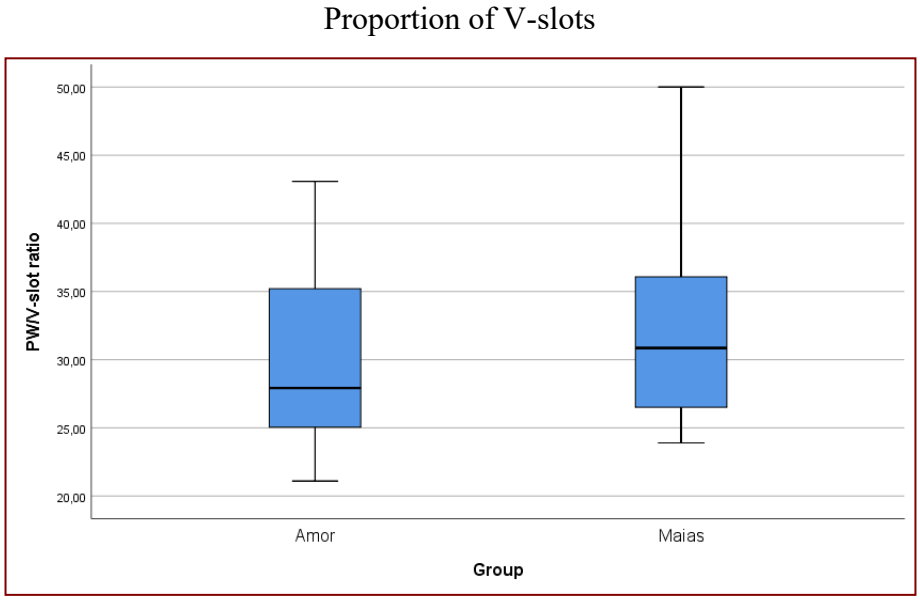


Figure 6. PW/V-slot ratio in AmorP and Maias

On average, there is a V-slot every 29 PW in AmorP, contra 32 in Maias. However, the difference found is not statistically significant and thus this parameter does not distinguish among texts/authors (Mann-Whitney U = 341,000; p = .107).

Sentence length

Sentence length does not seem to differentiate the two novels, although AmorP exhibits greater variability in this parameter (Figure 7).

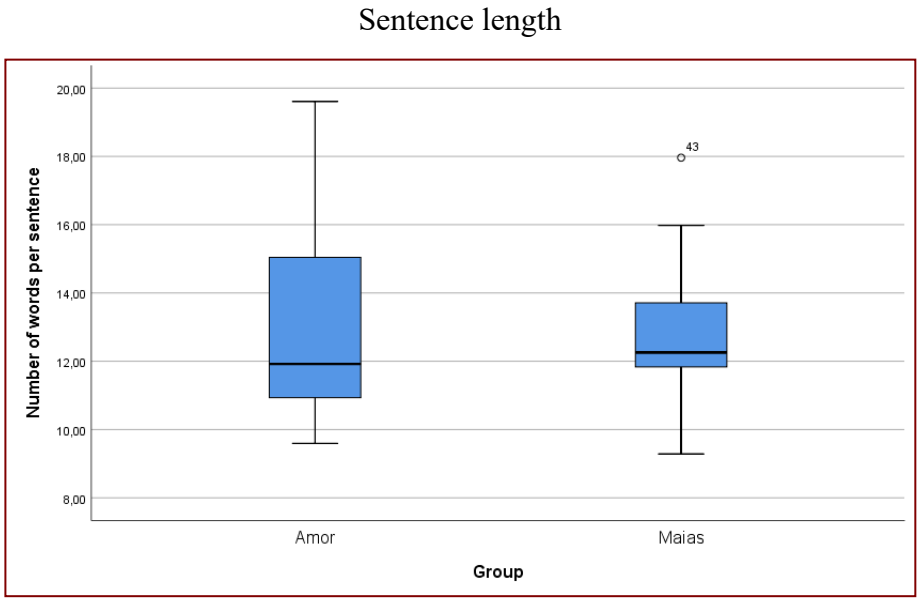


Figure 7. Number of words per sentence in AmorP and Maias

The averages of number of orthographic words per sentence are similar in the two novels/authors (12.86 in AmorP and 12.83 in Maias), and there is no statistical difference between the two with respect to this parameter (Mann-Whitney U = 412,000; p = .574).

Summary of the comparisons between the two authors/novels

To sum up, several of the measures analysed here significantly distinguish Camilo's and Eça's novels, as depicted in Table 1.

The texts analysed here from the two novels of two distinct authors present significant differences in terms of lexical diversity, proportion of PW and CL, proportion of syllable types other than the 10 most frequent ones, and proportion of words with a very marked stress pattern in the language.

The author/novel that shows higher complexity or deviates more from the most common frequency pattern depends on the parameters considered.

Table 1. Summary of the comparisons between AmorP and Maias using the measures under study (the item indicated on the left of '>' is significantly more complex or deviates more from the most frequent pattern than the item on its right; '~': no significant difference found between the two items)

Indicator	How different?
Lexical diversity	Eça_Maias > Camilo_AmorP
PW/PW+CL CL/PW+CL	Eça_Maias > Camilo_AmorP Camilo_AmorP > Eça_Maias
Long words (> 3 syl)	Camilo_AmorP~Eça_Maias
Less frequent syllable types	Eça_Maias > Camilo_AmorP
Antepenult stress	Camilo_AmorP > Eça_Maias
PW/V-slot	Camilo_AmorP~Eça_Maias
Sentence length	Camilo_AmorP~Eça_Maias

4.3 Comparison between samples of the same novel, samples of two novels from the same author, and samples of two novels from different authors

Aiming at determining whether the findings obtained so far are due to the properties of the particular novel or the individual characteristics of the writer, in this section we compare two different novels from the same author: AmorP and Demon, from Camilo Castelo Branco, and Maias and Basílio, from Eça de Queirós. For time constraints, this observation was conducted only on a small portion of the data, corresponding to approximately 10% of the data considered in the analysis described above (see the Methods section). Thus, 3 excerpts of Demon and Basílio, will be compared with 5 excerpts, similar in size, from AmorP and Maias, respectively. Besides that, we will also compare two small groups of excerpts from the same novel (5 x 5 excerpts, from AmorP; 5x5 excerpts from Maias), as well as the combination of the two sets of texts from different novels from each author (5AmorP+3Demon x 5Maias+3Basílio). We should be aware of the fact that the compared groups here are much smaller and this may have an impact in the results of the statistical tests.

Table 2 shows the results of the statistical tests of the relevant comparisons.

Table 2. Results of the statistical tests of the comparisons between excerpts of (i) the same novel, from Camilo and Eça, respectively; (ii) two different novels from Camilo and Eça, respectively; and (iii) two different novels of each of the authors, relative to each of the measures under study. The statistical test used is indicated in the top row, and statistically significant results are signalled with '*'

Comparison **Statistical test** **Measure**	AmorP vs AmorP Wilcoxon	Maias vs Maias Wilcoxon	AmorP vs Demon Mann_Whitney	Maias vs Basílio Mann_Whitney	AmorP+Demon vs Maias+Basílio Mann_Whitney
Lexical diversity	.225	.5	.655	.180	.462
PW/PW+CL CL/PW+CL	.80 .80	.043* .043*	.655 .655	.881 .881	.012* .012*
Long words (≥4 syl)	.138	.893	.180	.053	.115
Antepenult stress	.80	.686	.053	.180	.012*
Less frequent syllable types	.225	.686	.101	.456	.401
PW/V-Slots	.686	.225	.881	.881	.036*
Sentence length	.043*	.893	.655	.297	.001*

Let us start with the comparison between the groups of texts from two different novels from the same author (Table 2, columns 4 and 5). As anticipated, all the measures considered here do not significantly differentiate the two groups of texts. Globally, the absence of differentiation is expected under the hypothesis that the measures under investigation distinguish among individual authors but not different writings by the same author.

Similarly, the measures under evaluation do not distinguish different groups of texts coming from the same novel, to the exception of the proportion of PW and CL in the compared data from Maias, and sentence length in AmorP. In the case of sentence length, Pires *et al*. (2017) have shown that this proportion is significantly different in

oral texts and in written texts. In order to explain the difference found in sentence length between the two groups of texts from the same novel in AmorP, we may thus put forth the hypothesis that the particular excerpts that were selected to be included in each group of texts may differ in the proportion of dialogues, a type of text that is expected to reflect oral speech properties. We develop this possibility in the next paragraph.

Table 3, col. 4 shows mean sentence length in the written and oral material analysed in Pires *et al*. (2017): oral texts exhibit not only significantly shorter sentences than written materials, but also clear distinct mean sentence length. If our hypothesis is correct, we expect that, besides the results from the statistical test in Table 2 above, the two groups of texts from AmorP will show clear distinct mean sentence length, unlike the two text groups from Maias. This is indeed what we obtain (see Table 3, columns 2 and 3). Furthermore, as also shown in Table 3, the values found in one of the sets of AmorP (16,9) are within the interval of those obtained in Pires *et al*. (2017) for two types of written texts, respectively (16.4–25.9), while those found in the other set of AmorP (12.9) are quite close to the mean values of sentence length in the oral material in the same study (10.2).

Table 3. Mean of the ratio number of words/number of sentences in the two groups of excerpts from the same novel (AmorP and Maias), and in the written and oral texts analysed in Pires *et al*. (2017)

Indicator	**5 AmorP x 5 AmorP**	**5Maias x 5Maias**	**Written[1] Oral[2] (Pires et al. 2017)**
Number of words/ Number of sentences	16.9 12.9	12.1 12.6	16.4–25.9[1] 10.2[2]

The same line of reasoning is not available, however, for the proportion of PW and CL, which differs in the two samples of Maias, as we have seen, because in the data from Pires *et al.* (2017) this measure only distinguished oral texts from one of the two types of written texts analysed. Besides that, we have seen in the preceding lines that the two groups of texts from Maias pattern similarly in one measure that seems to be indicative of the written vs. oral text divide, i.e. sentence length. This issue therefore requires more investigation, grounded in a more substantial empirical basis.

Crucial for our purposes is also the comparison of texts from the two authors coming from different novels. As shown in Table 2, column 6, above, two of the measures that were previously identified to significantly distinguish among writers/novels also yielded significant differences between authors considering data from two distinct novels from each author: namely the proportion of PW and CL, and the proportion of words with antepenult stress. These measures are thus good candidates for the characterization of each of the authors. Nevertheless, in the case of the proportion of PW and CL, we have seen above that it also distinguishes the groups of texts from Maias, thus weakening to some extent the observation just made.

The results in Table 2, column 6, also show that two other measures yielded significant differences between the pairs of novels from each author, one referring to the presence of V-slots and the other to sentence length. However, these two measures were found in the previous sub-section not to distinguish authors. Again, we may conjecture that these measures might be particularly sensitive to the parts of texts that are considered, along the lines of what we have hypothesized to account for the results of the comparison of sentence length in different groups of excerpts from AmorP.

Integrating the results obtained in the various comparisons, we may say that the proportion of words with antepenult stress is a good candidate to differentiate authors, even with small samples of texts, and possibly also the proportion of PW and CL.

In the case of Type/Token ratio and syllable types other than the 10 most frequent in the language, these variables were able to significantly distinguish authors/novels in a comparison encompassing a sample of 30 excerpts per novel, but not authors on the basis of smaller samples of 8 excerpts from two different novels of the same writer or on the basis of smaller samples (5 excerpts) of the same novel written by the same author. This may indicate that, in order for this measure to be informative in the authors differentiation, a large sample of data must be analysed. At this point, however, we have not been able to establish if, with bigger samples, the measure differentiates authors or novels instead, as in our first comparison the groups of 30 excerpts come from both the same author and the same novel.

Two of the measures seem to yield non-converging results, namely rate of V-slots and sentence length, which did not distinguish authors/novels in the large samples but did so in the smaller samples containing data from two different novels written by the

same author. In the case of sentence length, furthermore, it also distinguished small samples of the same novel in one of the novels (AmorP). In order to account for these results, we have raised the hypothesis that these measures may be more sensitive than others to particular parts of the novels, a factor that may be neutralized in larger samples.

Limitations of this study

Among the limitations of the present investigation is the assumption that the phonology of the language represented in the texts analysed is similar to present-day phonology. In particular, we cannot be certain that written consonants that do not correspond to a phonological consonant today were also not pronounced when the texts analysed were written. Furthermore, at least one measure may be especially affected by editors' decisions related to text adaptation to present-day orthographic norms, namely sentence size, which is computed here making use of punctuation marks. Finally, ideally all text material should have been subject to the same best practice editorial work and carefully edited by experts, which was not the case of Eça's texts.

5. Conclusions

Despite a rapidly increasing body of research in this area (Stamatatos 2009, Tamboli & Prasad 2013, Kredens & Coulthard 2012), the investigation on authorship attribution on Portuguese material is incipient, covering essentially non-phonological features (Marquilhas & Cardoso 2011, Martins, Simões, Brissos & Rodrigues 2014, Teles 2015). In this exploratory study we have looked at a number of measures based on the frequency of units and patterns essentially pertaining to the sound component of language, to assess their potential effectiveness in author differentiation. These measures were previously proposed to be informative in the assessment of text complexity or difficulty (Vigário 2012, Pires *et al*. 2017).

In our comparison of a sample of writings from Camilo Castelo Branco and Eça de Queirós, we found that at least some of the measures were able to differentiate the two authors, namely the proportion of PW and CL and the proportion of words with exceptional, antepenult stress. These measures distinguished the two authors when applied to larger and smaller samples of texts, from the same novel or two distinct

novels. To our knowledge, these measures had never been investigated before for this purpose.

Other measures that significantly differentiated the two authors/novels were found to possibly be sensitive to (i) the size of the sample, as in the case of Type/Token ratio and the proportion of syllable types other than the 10 most frequent in the language, which only differentiated authors/novels in the comparisons involving more material, but not smaller samples, or to (ii) the particular parts of novels, as in the case of the measures related to the amount of V-slots and to sentence length, which were able to separate some groups of excerpts from different authors, but not others, and, in the case of sentence length, which also distinguished samples of one of the novels.

The proportion of words longer than 3 syllables was found not be significantly different in the two authors, irrespective of sample size considerations or the particular groups of excerpts of the novels studied. Nevertheless, it remains possible that this measure will turn out to be relevant for the characterization of other authors, and for setting Camilo and Eça apart from other authors.

We have only considered a small portion of possible phonologically-based measures. Other measures not investigated here that might also be informative in terms of authorship attribution or author characterization are for instance the proportion of the various word formats, and not just of words longer than 3 syllables, the proportion of the various stress patterns and also of particular sounds, or measures related to syllabic complexity. This will be left for future work.

Another issue that requires deeper investigation is the possible correlation between the measures considered, as it is possible, for example, that more lexical diversity may correlate with more syllable types.

In order to understand how discriminative this sort of sound- and frequency-based measures can be, more research is necessary on the topic and many more authors and texts must be considered, carefully controlling for variables such as type and part of text, text topic and date, and author's socioindexical features. Nevertheless, the results obtained here seem to us promising. We believe that at least some of our measures may in fact contribute for authorship attribution and/or author characterization, together with metrics based on other linguistic features, with potential gains in reliability and comprehensiveness of the analysis.

References

Aguiar, J. & M. Vigário. 2010. Contributos para o estudo da variação na frequência de unidades e padrões fonológicos. *In* A. M. Brito, F. Silva, J. Veloso & A. Fiéis (eds.) *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos seleccionados*. Porto: APL. 95–109.

DuBay, W. H. 2004. *The principles of readability*. Costa Mesa: Impact Information.

European Medicine Agency. 2009. *Guideline on the readability of the labelling and package lea et of medicinal products for human use*. Retrieved September, 2015, from http://ec.europa.eu/health/les/eudralex/vol-2/c/2009_01_12_readability_ guideline_final_en.pdf

Frota, S., C. Galves, M. Vigário, V. Gonzalez-Lopez & B. Abaurre. 2012. The phonology of rhythm from Classical to Modern Portuguese. *Journal of Historical Linguistics* 2(2): 173–207.

Kredens, K. & M. Coulthard. 2012. Corpus Linguistics in Authorship Identification. *In* Lawrence M. Solan & Peter M. Tiersma (eds.) *The Oxford Handbook of Language and Law*. Oxford: Oxford University Press.

Marquilhas, R., & A. Cardoso. 2011. O estilo do crime: A análise de texto em estilística forense. *In* A. Costa, C. Flores & N. Alexandre (eds.) *XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos selecionados*. Lisboa: APL. 416–436.

Martins F., D. Simões, F. Brissos & C. Rodrigues. 2014. A Fonética Forense na produção de prova do ordenamento jurídico português: o parâmetro do pré-vozeamento. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL* 12–23 (thematic issue on Forensic Linguistics).

Martins, F., M. Vigário & S. Frota. 2011. *FreP - Frequency in Portuguese. Version 3.0.* (Software, IGAC, nº 6722/2011). Lisboa: Laboratório de Fonética, CLUL/FLUL.

Mateus, M. H., & E. d'Andrade. 2000. *The phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.

Nespor, M. & I. Vogel. 1986/2007. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris (2nd ed., 2007, Mouton de Gruyter).

Oliveira, M. Antónia. 2010. *Os biógrafos de Camilo*. Universidade Nova de Lisboa, PhD Dissertation.

Pires, C., A. Cavaco & M. Vigário. 2017. Towards the definition of linguistic metrics for evaluating text readability. *Journal of Quantitative Linguistics* 24(2): 319–349.

Reis, Carlos. 1993. Narrativa e metanarrativa: Camilo e a poética do Romance. *In História Crítica da Literatura Portuguesa. O Romantismo*. Lisboa: Verbo (2nd edition, revised and extended). 246–251.

Saraiva, Antonio José & Oscar Lopes. 1955/2017. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora (17th edition/reprint, 2017).

Stamatatos, E. 2009. A survey of modern authorship attribution methods. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* 60(3): 538–556.

Tamboli, M. S. & R. S. Prasad. 2013. Authorship Analysis and Identification Techniques: A Review. *International Journal of Computer Applications* (0975 – 8887), 77(16): 11–15.

Teles, L. 2015. *Atribuição de autoria em linguística forense: Uma análise combinada para identificação de autor através do texto.* Universidade de Lisboa, MA Dissertation.

Viana, Maria do Céu, Isabel Trancoso, Fernando Silva, Gonçalo Marques, Ernesto d'Andrade & Luís Caldas de Oliveira. 1996. Sobre a pronúncia de nomes próprios, siglas e acrónimos em Português Europeu. Inês Duarte & Isabel Leiria (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português. Volume III.* Lisboa: Colibri/APL, pp.481-517.

Vigário, M. 2012. Measures of phonological complexity. Appendix f. *In* C. Pires. *Relatório das provas de Formação Avançada do Doutoramento: Legibilidade dos Folhetos Informativos de medicamentos em Portugal: desenvolvimento de métricas inovadoras para a sua avaliação e aperfeiçoamento*. Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa, ms.

Vigário, M. & I. Falé. 1994. A Sílaba no Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica. *In Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Colibri. 465–477.

Vigário, M., S. Frota & F. Martins. 2010. A frequência que conta na aquisição da fonologia: types ou tokens. In *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa.* Porto: Associação Portuguesa de Linguística. 749–767.

Vigário, M. & P. Garcia. 2012. Palavras complexas na aquisição da morfologica do Português: estudo de caso. *In* A. Costa, C. Flores & N. Alexandre (Eds.). *Textos Seleccionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL. 604–624.

Palavras-chave

análise do discurso, 141, 165
antroponímia, 321, 1405, 1417
apagamento, 1355
arbitrariedade, 477
arcaísmo, 1061
artificial adaptive systems, 461
aspecto verbal, 683
aspeto verbal, 1213
assimilação vocálica regressiva, 1515
atlas linguístico, 349, 1355
atribuição, 461
bengalês, 1103
bibliografia, 607
caboverdiano, 1213
Cantigas de Santa Maria, 805
caracterização do autor, 1561
clivagem, 445
coalescência vocálica, 1515
coloração, 1515
concordância, 521
concordância parcial, 521
construção atributiva, 1085
construção completiva, 217
construção concessiva, 393
construção encaixada, 393
construção existencial, 181
construção participial absoluta, 683
construcionalização, 831
contacto de línguas, 765
continuidade, 1541
contraste, 683
coordenação, 521
cópia(s), 569
corpora linguísticos, 141, 245, 277, 415
correspondência científica, 845
crioulos portugueses de África, 765, 1213
critérios de transcrição, 999
crítica genética, 553, 1121
crítica textual, 607, 779, 845, 1121, 1239, 1447, 1561
dativo de posse, 713
definitude, 477
derivação, 583, 1303
determinante, 521
diacronia/linguística histórica, 89, 119, 165, 245, 321, 415, 431, 683, 961, 1023, 1381
dialetologia, 349, 509, 1023, 1355
dialetometria, 349
dialetos brasileiros, 349, 509
dialetos portugueses, 181, 1023, 1355
distribuição de /b/ e /v/, 765
edição, 779, 1239
edição crítica, 999
edição crítico-genética, 1339
edição de original, 553
edição textual, 845
emenda de elocução, 1339
emenda de poética, 1339
entoação, 805
escrita, 1381
especificidade, 477
Espólio Pessoa, 461
estabelecimento de texto, 999
estereótipo, 739
estrato linguístico, 569
etimologia, 277, 583
expressão do passado, 1213
expressão nominal, 521
filologia, 1121, 1239
filologia material, 461
focalização, 445
fonologia, 805, 961, 1515
formação de palavras, 1303
Galécia Maior, 637
galego, 277, 321, 739, 1541
galego-português, 637, 805, 859, 1471
genealogia textual, 667
genericidade, 477
germanismo, 1417
Gramática funcional-cognitiva, 831
gramaticalização, 61, 509, 1181
História da Bahia, 779
história da filologia portuguesa, 1239
história da língua portuguesa, 765, 1061, 1303, 1417
história da linguística portuguesa, 1239
história das mentalidades, 165
história do português brasileiro, 431
história social, 1405
historiografia linguística, 43, 989
humanidades digitais, 1381
Humanidades Digitais, 461
iconização, 739
identificação do autor, 1561
ilustração, 607
imprensa portuguesa, 667
infinitivo flexionado, 245
intercompreensão, 1061
interjeição, 509
interpolação tardia, 1471
latim galaico, 637
lexicalização, 1181
léxico e semântica diferencial, 1023
léxico patrimonial, 1541
lexicografia, 141, 1103
lexicologia, 141
língua portuguesa, 381
línguas românicas, 1061
linguística, 1239
linguística forense, 1561
linguística histórica/diacronia, 119, 165, 245, 321, 415, 683, 961

linguística missionária, 1103
lírica galego-portuguesa, 1471
lírica provençal, 1471
lírica trovadoresca, 859
literatura de viagens
  portuguesa, 667
man-constructions, 1147
manuscrito moderno, 1121
métricas fonológicas, 1561
minimizador, 1147
mirandês, 43
modo verbal, 1213
  indicativo, 217, 393
  subjuntivo/conjuntivo, 217, 393
morfologia, 583, 1303, 1417
mudança, 217, 393, 637
mudança linguística, 1405
negação, 1147
norma, 43, 349
onomástica, 321
oratória barroca, 119
ordem de palavras, 445, 683
ortografia, 43, 381, 999
periodização, 89, 765
português, 415, 583, 739, 1541
português antigo, 245, 569
português brasileiro, 89, 141, 217, 349, 431, 445, 509, 779, 961
português clássico, 61, 119
português europeu, 181, 349, 445, 1023, 1181, 1355
português medieval, 165
português médio, 245, 1483
português moderno, 61
posse
  externa, 713
  interna, 713
pragmática, 165
preposição, 831
preposição complexa, 1181
pronome
  clítico, 119
  terceira pessoa, 477
pronome genérico, 1147
prosódia, 805
recensio, 1483
relativizador, 61
revista literária, 989
ritmo, 805
Romania Nova, 431
saliência, 739
samba urbano carioca, 141
semântica, 1303
sistemas de escrita, 381
sociolinguística, 181
stemma codicum, 1483
sufixação, 583
suporte digital, 1381
teatro popular, 607
tempo composto, 415
texto jurídico, 165
texto teatral, 739, 999
tipo de predicados, 1085
tópico
  familiar, 683
  sujeito, 713
toponímia, 277
tradição manuscrita, 859
tradução, 989
trajetória editorial, 1447
transcrição, 999
transcrição semidiplomática, 1483
transmissão, 1483
variação, 181, 217, 393, 637
variação dialetal, 1213
variação fónica, 1355
variação lexical, 349
variação scriptolinguística, 859
variação sociolinguística, 181, 1023
variacionismo, 181
variantes, 1061, 1447, 1483
variedades linguísticas, 181
verbos *ser* e *estar*, 1085
verbos *ter* e *haver*, 181, 415
vocalismo, 1515
vocativo, 509
vogais átonas finais, 1355
vogais médias pretónicas, 961